

Andrea Paula S. O. Kamensky (Organização)

À ESQUERDA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

**HISTÓRIAS DE VIDA DE MILITARES
PERSEGUIDOS E ANISTIADOS POLÍTICOS**

José Carlos Sebe Bom Meihy

Silvio Tandler

Caroline Barbosa Silvério

Nicolas de Oliveira Cardoso

Felipe Magaña Dogue

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Nathaly Felipe Ferreira Alves (Apresentação)



À ESQUERDA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

HISTÓRIAS DE VIDA DE MILITARES
PERSEGUIDOS E ANISTIADOS POLÍTICOS

Copyright © Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky et al.

Editora:

Dalila Teles Veras

Projeto gráfico e diagramação:

Fabricando Ideias Design Editorial

📧 fabricando.ideias

Capa:

Isabela A. T. Veras

Revisão de Texto:

Andrea Paula S. O. Kamensky

Ligia Alves

Nathaly Felipe Ferreira Alves

Alpharrabio Edições

Rua Eduardo Monteiro, 151

09041-300 • Santo André/SP

Tel. 11 4438.4358 • www.alpharrabio.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

E81 À Esquerda das forças armadas brasileiras [livro eletrônico] : histórias de vida de militares perseguidos
1.ed. e anistiados políticos / Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky... [et al.]. – 1.ed. – Santo André, SP
: Alpharrabio Edições, 2024. – (A esquerda das forças armadas brasileiras)
ePub

Outros autores: José Carlos Sebe Bom Meihy, Silvio Tendler, Caroline Barbosa Silvério, Nicolas de
Oliveira Cardoso, Felipe Maganã Dogue, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Nathaly Felipe Ferreira Alves.
Bibliografia.

ISBN 978-65-87810-43-0 (volume único)

ISBN 978-65-87810-40-9 (Coleção)

1. Brasil. Forças armadas – História. 2. Brasil – Ditadura – História, 1964-1985. 3. Esquerda e direita
(Ciência política). 4. Militares – Brasil – Biografia. I. Kamensky, Andrea Paula dos Santos Oliveira. II. Meihy,
José Carlos Sebe Bom. III. Tendler, Silvio. IV. Silvério, Caroline Barbosa. V. Cardoso, Nicolas de Oliveira. VI.
Dogue, Felipe Maganã. VII. Ribeiro, Suzana Lopes Salgado. VIII. Alves, Nathaly Felipe Ferreira.

10-2024/238

CDD 355.1092

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Militares : Biografia

355.1092

Bibliotecária responsável: Aline Grazielle Benitez CRB-1/3129

PROAC
SP

CULT
SP

SP **SÃO PAULO**
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS
Secretaria da
Cultura, Economia
e Indústria Criativas

Andrea Paula S. O. Kamensky (Organização)

À ESQUERDA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

**HISTÓRIAS DE VIDA DE MILITARES
PERSEGUIDOS E ANISTIADOS POLÍTICOS**

José Carlos Sebe Bom Meihy

Silvio Tendler

Caroline Barbosa Silvério

Nicolas de Oliveira Cardoso

Felipe Magaña Dogue

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Nathaly Felipe Ferreira Alves (Apresentação)


Alpharrabio
EDIÇÕES

Sumário

Livro 1

<i>Agradecimentos</i>	11
<i>Apresentação</i> – Nathaly Felipe Ferreira Alves	15
Histórias de vida de militares de esquerda brasileiros?!	21
Esquerda e direita, volver	37
Histórias de vida e narrativas biográficas	49
Uma rede de colaboradores entrevistados	61
Quais roteiros e registros?	75
Muitas subjetividades, inúmeros cadernos de campo	85
História, antropologia e literatura entre oralidades e escrituras	93
A procura em arquivos e bibliotecas	103
Sujeitos, colaboradores, protagonistas, não “objetos de pesquisa”	115

Livro 2

José Gutman	125
<i>“A nossa causa é muito justa e a história vai nos dar razão. Quem viver verá...”</i>	
Anthero de Almeida	207
<i>“Nós, de 35, somos os oficiais malditos do Exército.”</i>	
José Correia de Sá	259
<i>“Continuo fiel às minhas ideias.”</i>	
Nelson de Souza Alves	313
<i>“Acredito que todas as minhas atitudes podem ser explicadas pela minha opção política.”</i>	
Homero de Castro Jobim	349
<i>“Era e sou radicalmente democrático.”</i>	

Delcy Silveira	377
<i>“Sempre tive a ideia de ser soldado. Aliás, eu sou soldado! Da vida de revolucionário, eu conheço praticamente tudo...”</i>	
Apolônio de Carvalho	445
<i>“Sempre procurei atuar no movimento social e político da minha geração.”</i>	

Livro 3

Fortunato Câmara de Oliveira.....	485
<i>“Ah! Sempre fui perseguido... era o ‘suspeito de sempre’! A vida inteira, desde tenente até brigadeiro, e fui expulso da FAB, acusado de subversão...”</i>	
Rui Moreira Lima	523
<i>“Não se pode omitir pedaços da história, a história tem que ser verdadeira! Esses são os fatos que estão dentro de mim...”</i>	
João Evangelista Mendes da Rocha	611
<i>“Costumo dizer que fomos penalizados e perseguidos por conta do nosso idealismo democrático.”</i>	
Jacob Gorender	657
<i>“A gente tem que recordar!”</i>	
Miguel Alfredo Arraes de Alencar	709
<i>“Quem assume uma posição corre esses riscos...”</i>	
Kardec Lemme	757
<i>“Isso é apenas um relato: houve muitas outras perseguições que nunca receberam a luz da imprensa brasileira, que nunca foram denunciadas, que nunca levaram a nada!”</i>	

Livro 4

Pedro Alvarez	805
<i>“‘Capitão do Povo... disseram que o senhor era um monstro, capaz de comer até crianças!’ Para ver como é que era o anticomunismo!”</i>	
Héctor Araújo	939
<i>“Eu fui vencido, mas não convencido.”</i>	
Carlos Joaquim Magalhães	981
<i>“Costumo dizer que a cultura é subversiva porque ela alerta as pessoas, mostra o caminho certo para percorrermos, ensina a nos defender dos falsos patriotas...”</i>	
Glauco Prado Lima	1021
<i>“Eu acho que tenho que agradecer muito a essa ‘revolução’ que me forçou a lutar, a buscar novos caminhos...”</i>	

Pedro Paulo de Albuquerque Suzano	1053
<i>“Desde garoto, vi que a família era militar e dividida politicamente...”</i>	
Eduardo Chuay	1089
<i>“A gente acreditava que podia mudar a sociedade. E ainda acredito um pouco porque, por mais que a razão mostre que é difícil, prefiro o sonho...”</i>	
Wilson Fadul	1167
<i>“O golpe estava em andamento... Eu retirei o Presidente do avião presidencial, porque estava sabotado!”</i>	
João Batista de Paula	1235
<i>“Chego à conclusão que minha luta não valeu nada! Quase nada... Não só a minha luta, mas a de outros companheiros meus, que sofreram.”</i>	
Deodoro Bugarin.....	1303
<i>“Apenas quero que meus filhos não se envergonhem de mim. Só isso.”</i>	
Joacy Pereira Magalhães	1367
<i>“Com toda a cadeia que peguei, não me arrependo de ter participado nisso, porque essa luta foi válida.”</i>	

Livro 5

<i>Nota da Organizadora</i>	1437
Depoimentos no filme <i>Militares da democracia</i> : os militares que disseram não	1439
<i>Silvio Tandler</i>	
Silvio Tandler	1471
<i>“Eu faço cinema político porque eu acredito no que estou falando!”</i>	
Produção de imagens de resistência e construção de uma outra história do Brasil contemporâneo	1483
<i>Nicolas O. Cardoso e Andrea Paula S. O. Kamensky</i>	
Bartira Silveira	1527
<i>“Eu serei companheira aceitando todas as dificuldades...”</i>	
Lugares da militância e do gênero e a vida da companheira de um soldado comunista	1549
<i>Andrea Paula S. O. Kamensky, Felipe M. Dogue e Suzana L. S. Ribeiro</i>	
Militares nacionalistas de esquerda e a Campanha <i>O Petróleo é Nosso</i> na década de 1950	1571
<i>Felipe M. Dogue e Andrea Paula S. O. Kamensky</i>	

Anistia e memórias de trabalhadores(as) e militares perseguidos pela ditadura: entre esquecimentos e lembranças, as lutas por reparação e justiça	1593
<i>Andrea Paula S. O. Kamensky e Caroline B. Silvério</i>	
José Carlos Sebe Bom Meihy	1651
<i>“Este embate matizou minha vida”</i>	
Uma democracia construída e garantida todos os dias nas práticas de educação e de pesquisa	1663
<i>Suzana L. S. Ribeiro e Andrea Paula S. O. Kamensky</i>	
Posfácio: À Esquerda das Forças Armadas, dos 30 aos 60 anos do golpe de 64, aos 45 anos da lei de anistia.....	1671
<i>Andrea Paula S. O. Kamensky</i>	
<i>Bibliografia Geral</i>	1693



Livro 1

Agradecimentos

Em décadas de pesquisa, foram inúmeras as pessoas que contribuíram para este trabalho. Portanto, na impossibilidade de enumerá-las sem esquecer de alguém, agradecemos a todas por meio de uma lembrança especial às mulheres que materializaram esta publicação pela Alpharrabio Edições, contemplada em 2023 pelo Programa de Ação Cultural (ProAc) do governo do Estado de São Paulo, instituído pela Lei Estadual n. 12.268/2006: Dalila Teles Veras, Luzia Maninha, Isabela Agrela Teles Veras, Eliana Teressam Ferro, Lígia Alves e Nathaly Felipe Ferreira Alves.

Sem dúvida, um agradecimento especial deve ser feito às pessoas colaboradoras entrevistadas e seus familiares, representadas pelos dois últimos entrevistados – simultaneamente pesquisadores e colaboradores – que, há muitos anos, deram início ao conhecimento público dessas histórias de vida: José Carlos Sebe Bom Meihy e Silvio Tendler, amigos e mestres da memória e da história, que formaram nossas gerações.

Equipe de Pesquisa e de Apoio

Andrea Paula S. O. Kamensky, José Carlos S. B. Meihy, Silvio Tendler, Caroline B. Silvério, João V. O. K. dos Santos, Nicolas O. Cardoso, Felipe M. Dogue, Suzana L. S. Ribeiro, Vitor P. S. Gross.

“exatamente a mesma época à qual
tristemente o Brasil retrocedeu”

Dalila Teles Veras

“Tudo
será difícil de dizer:
a palavra real
nunca é suave.”

Orides Fontela

“subversivo
subversivo
subversivo

nunca mais eu esqueci esta palavra”

Cida Pedrosa

Apresentação

À esquerda das Forças Armadas Brasileiras: histórias de vida de militares perseguidos e anistiados políticos é uma obra, antes de tudo, *orgânica*.

Andrea Paula S. O. Kamensky e sua equipe de pesquisa partem de farto referencial teórico, sempre aliado à imaginação crítica dos pesquisadores e às experiências dos “colaboradores”, para a construção de *histórias de vida*. As narrativas histórico-literárias dos vinte e três militares à esquerda, entrevistados ao longo de três décadas, compõem o que chamo de heterotopias da *memória encarnada*. Trata-se de proposição criativa de diferentes formas de respiração e, sobretudo, de habitação neguentrópicas no e com o mundo.

A autora privilegia o trabalho com o prisma teórico-metodológico da *história oral*, aliando-o aos conceitos de *história do tempo presente* – instituído a partir de uma temporalidade em contínua transformação – de *memória coletiva* e de *história do cotidiano*. Por estes termos, Andrea Paula dialoga profunda e criticamente com o “outro lado” da “história oficial”, com os “vencidos”. Ao compreender a tessitura intersubjetiva constitutiva da produção do conhecimento, a historiadora considera a coexistência, em reciprocidade repercussiva, da história (e seus desvios). *Com* a autora, pondero: se o *ontem* in/contingente (leia-se em disputa) determina a configuração do *hoje*, o presente não apenas ilumina as aporias do passado como agencia novas formas de existência *entretempos*. Eis aí a instituição criativa de um processo de *metamorfose temporal*. A partir da problematização do que *foi*, é possível refletir sobre o que *poderia ter sido*, o que *é* e que o *será* da e na história.

Em perspectiva transdisciplinar, a historiadora concilia historiografia, antropologia, psicologia social, linguística, teoria literária, dentre outras áreas do conhecimento, para a produção de narrativas histórico-literárias. Sem abrir mão do discurso e do rigor científicos da História, lançando luzes sobre reflexões que, de outra maneira, perdurariam tão-somente especulativas, a educadora problematiza o tradicional conceito de “história oficial” e

suas implicações “científicas”. Enquanto leitora crítica, percebo que a ciência da História, inelutavelmente, como todo discurso normativo e explicativo, precisa ser reavaliada, repensada e *transvalorada* (na acepção de Nietzsche) como instauração e discurso do saber positivo. Sinto que Andrea Paula sabe disso. No processo de escuta-escritura, ela incorpora a transvaloração de sentidos e de valores históricos.

De modo *rizomático* (no sentido de Deleuze e Guattari), o trabalho proposto dinamiza o encadeamento pelo qual a multiplicidade de agentes históricos se realiza. A meu ver, a *história-rizoma* produzida por Andrea Paula não se fecha sobre si. Ao contrário, é abertura potencial para experimentações em que se entrecruzam diversas linhas de intensidades, de vidas *deiscetes*. Ao construir *histórias de vida* dos militares à esquerda, a historiadora institui a própria existência histórico-literária: criação de uma cartografia afetiva que (des)constrói e mobiliza formas de existir e de fazer História.

No *livro 1*, a autora explicita, em diferentes blocos, a abordagem teórico-metodológica adotada para a pesquisa, esclarece como se faz o trabalho de campo e indica a importância do caderno de campo. A metodologia utilizada para a realização das entrevistas, as implicações intersubjetivas e éticas envolvidas no processo e a forma colaborativa pela qual entrevistados e pesquisadora chegaram a concepções de *esquerda*, *direita*, *nacionalismo* e *colaboradores* (temas basilares) são devidamente apresentadas, a partir de discussão crítica de ampla bibliografia e de inúmeras fontes documentais.

Andrea Paula ressalta o protagonismo dos entrevistados em diversos momentos históricos, tais como: o Levante de 35, o Estado Novo, a Guerra Civil Espanhola, a 2ª Guerra Mundial, a Campanha *O Petróleo é Nosso*, os governos de Jânio Quadros e João Goulart e a ditadura civil-militar de 1964. O envolvimento desses agentes históricos com partidos políticos, associações e clubes militares, assim como a atuação em movimentos sociais defensores da democracia e dos Direitos Humanos são também objetos de análise criteriosa. Atos de opressão, perseguição, prisão, tortura e, em alguns casos, de assassinato, sofridos pelos militares à esquerda, são ponderados pela historiadora. Soma-se a isso, a reflexão crítica quanto aos processos de anistia e reparação, ainda em disputa no tempo presente. A partir da superposição de documentos do passado e do presente, a autora tece considerações acerca do assunto, tão sensível na pesquisa.

Nos livros 2, 3 e 4, estão disponíveis as *histórias de vida* dos militares entrevistados. O *livro 2* conta com as narrativas histórico-artísticas de José Gutman, Anthero de Almeida, José Correia de Sá, Nelson de Souza Alves, Homero de Castro Jobim, Delcy Silveira e Apolônio de Carvalho. O *livro 3* apresenta os depoimentos de Fortunato Câmara de Oliveira, Rui Moreira Lima, João Evangelista Mendes da Rocha, Jacob Gorender, Miguel Alfredo Arraes de Alencar e Kardec Lemme. O *livro 4* remonta às histórias de Pedro Alvarez, Héctor Araújo, Carlos Joaquim Magalhães, Glauco Prado Lima, Pedro Paulo de Albuquerque Suzano, Eduardo Chuay, Wilson Fadul, João Batista de Paula, Deodoro Bugarin e Joacy Pereira Magalhães.

O *livro 5*, último volume da obra, inicia com o texto “Depoimentos no filme *Militares da democracia: os militares que disseram não*”. Trata-se da transcrição de vários depoimentos disponíveis no filme citado no título do documento, de autoria do cineasta-historiador Silvio Tendler. Os testemunhos são transcritos por Nicolas O. Cardoso e Andrea Paula S. O. Kamensky, dialogando diretamente com algumas entrevistas, realizadas por Andrea Paula e José Carlos Sebe Bom Meihy, que compõem a presente obra.

O *livro 5* também apresenta três entrevistas aos leitores: “Eu faço cinema político porque eu acredito no que estou falando!”, com o documentarista Silvio Tendler; “Eu serei companheira aceitando todas as dificuldades...”, concedida por Bartira Silveira, dona de casa e servidora pública (companheira de Delcy Silveira), e “Este embate matizou minha vida”, com o professor e historiador José Carlos Sebe Bom Meihy.

Ensaio acadêmicos seguem as entrevistas. Em “Produção de imagens de resistência e construção de uma outra história do Brasil contemporâneo”, Nicolas O. Cardoso e Andrea Paula S. O. Kamensky discutem a construção de obras audiovisuais de Tendler, com destaque para o filme e a série *Militares da democracia* (2014) e para os testemunhos de “Depoimentos no filme *Militares da democracia: os militares que disseram não*”. Os pesquisadores investigam o processo de formação de imagens de resistência e implicações políticas, artísticas e éticas de sua produção e vinculação no presente.

“Lugares da militância e do gênero e a vida da companheira de um soldado comunista”, texto escrito por Andrea Paula S. O. Kamensky, Felipe M. Dogue e Suzana L. S. Ribeiro, discute a política de gênero, definindo-a

como categoria plena de luta. Para tanto, os autores analisam a *história de vida* de Bartira Silveira.

Em “Militares nacionalistas de esquerda e a Campanha ‘O Petróleo é Nosso’ na década de 1950”, Felipe M. Dogue e Andrea Paula S. O. Kamensky consideram, a partir de fontes documentais, a atuação política de militares à esquerda das Forças Armadas envolvidos na Campanha. O objetivo central do ensaio é compreender como e por que os militares se envolveram na discussão do desenvolvimento econômico brasileiro a partir de setores estratégicos.

Caroline B. Silvério e Andrea Paula S. O. Kamensky ponderam criticamente sobre as anistias parciais e deficitárias concedidas ao longo da história do século XX no Brasil, com destaque para consequências históricas, ainda em curso, da ditadura civil-militar de 1964. Ao fazê-lo, as autoras analisam especificadamente o caso de militares de esquerda e de trabalhadores (metalúrgicos do ABCDMRR Paulista¹), no texto “Anistia e memórias de trabalhadores(as) e militares perseguidos pela ditadura: entre esquecimentos e lembranças, as lutas por reparação e justiça”.

Em “Uma democracia construída e garantida todos os dias nas práticas de educação e de pesquisa”, Suzana L. S. Ribeiro e Andrea Paula S. O. Kamensky refletem sobre a importância da construção de um intelectual formado entre a ditadura e o período de redemocratização, com base na entrevista “Este embate matizou minha vida”. As historiadoras se referem à atuação de José Carlos Sebe Bom Meihy como docente e pesquisador.

Diante do exposto, *À esquerda das Forças Armadas Brasileiras: histórias de vida de militares perseguidos e anistiados políticos* é um trabalho notável. A novidade reside no combate à fragmentação de narrativas biográficas histórico-literárias. As *histórias de vida* produzem múltiplas visões sobre atuação política e experiências de sofrimento e de luta vividas pelos entrevistados no cotidiano do Brasil autoritário.

1. Zona Sudeste da Grande São Paulo (região metropolitana), conhecida como ABC Paulista, Região do Grande ABC, ABC, ABCD ou ABCDMRR. Tradicionalmente reconhecida por ser um polo industrial do estado de São Paulo. Com identidade própria, a região compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

A força criativa da obra é a *disseminação* ou o *espalhamento de sementes*. Ao dizê-lo, não recorro meramente ao sentido metafórico das expressões. *Disseminação*, neste caso, é modo de operação constitutivo da *organicidade* do conjunto de livros escritos por Andrea Paula, por sua equipe e por seus colaboradores. A construção é, sobretudo, estética (envolvendo arte, política e ética, portanto). A aproximação à literatura não é acidental: constitui a criação de *outros possíveis* marginalizados e apagados na história.

Nathaly Felipe Ferreira Alves

18 de outubro de 2024.

Histórias de vida de militares de esquerda brasileiros?!

“Histórias de vida de militares de esquerda brasileiros!? Você conseguiu encontrar algum?!” Foram inúmeras as vezes que ouvi tal comentário, quando comecei a realização deste trabalho e durante os últimos trinta anos. Sempre me deparei com expressões de espanto e interesse ao explicar o tema de minha pesquisa de Mestrado em História Social no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Eu mesma não poderia estranhar a reação das pessoas, muitas delas estudantes de História e Ciências Sociais. Guardo vivamente a lembrança da admiração e da surpresa que senti ao ouvir e ler as histórias de vida de cinco de militares participantes do Levante Comunista de 1935, que deram origem à investigação. No exílio, acabaram por integrar as Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola, ao lado do Exército republicano espanhol.¹

No ano de 1994 eu estava terminando a graduação em História (FFLCH-USP). Pensava em ingressar na pós-graduação com um projeto de pesquisa que se debruçasse sobre a prática e a teoria de história oral de grupos marginalizados pela história. Vinha de uma iniciação científica bem-

1. Uma primeira versão dessas histórias de vida foi publicada no livro *A Revolução Possível* (MEIHY, J. C. S. B. *A Revolução Possível*. História Oral de Soldados Brasileiros na Guerra Civil Espanhola. São Paulo: Editora Xamã, 2009). Para esta edição, as entrevistas foram revistas e ampliadas, dialogando com outras histórias de vida aqui reunidas, a maioria disponibilizada como Dissertação de Mestrado em História Social (FFLCH/USP), em projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entre 1994 e 1998. Vide SANTOS, A. P. dos. *À esquerda das Forças Armadas brasileiras: histórias de vida de militares nacionalistas de esquerda*. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH/USP, 1998.

-sucedida, orientada pelo Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy, e de experiências de pesquisa em projetos coletivos.² É preciso dizer que as histórias de vida inspiradoras deste trabalho foram feitas por ele. Por isso, também estão presentes neste livro, revisadas e ampliadas. Elas foram primeiramente mostradas e comentadas pelo nosso professor, com entusiasmo que tanto o caracteriza e o mobiliza para a história oral em projetos individuais e coletivos, ao nosso grupo de pesquisa – o Núcleo de Estudos em História Oral/NEHO-USP – que acompanhou o processo de pesquisa.

Por meio das primeiras narrativas de Apolônio de Carvalho, Delcy Silveira, Homero de Castro Jobim, José Correia de Sá e Nelson de Souza Alves pude conhecer uma trajetória política inusitada no interior das Forças Armadas brasileiras, totalmente influenciada pelo pensamento e pela ação política de esquerda. Sem dúvida, já havia ouvido falar do chamado *Cavaleiro da Esperança*, Luís Carlos Prestes, que os militares de esquerda mencionaram como referência máxima de liderança comunista brasileira, e do Levante de 1935, principalmente a partir do livro *Olga*, de Fernando Moraes, lido antes de entrar na universidade.³ Mas os militares de esquerda da

2. Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a pesquisa de iniciação científica resultou no livro *Ponto de vida* (SANTOS, A. P. dos. *Ponto de vida: cidadania de mulheres faveladas*. São Paulo: Loyola, 1996). O trabalho é fruto de um dos projetos de pesquisa coletivos do Núcleo de Estudos em História Oral – NEHO/USP, em parceria com o professor Robert M. Levine (Universidade de Miami/EUA) sobre a vida e a obra da escritora Carolina Maria de Jesus. Por meio da ação do grupo, houve outras publicações. Cito *Cinderela Negra* (MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. M. *Cinderela Negra – a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro. RJ: Ed. UFRJ, 1994), *Meu estranho diário* (MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. M. [org.]. *Meu estranho diário – Carolina Maria de Jesus*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996). Outro projeto coletivo foi sobre histórias de vida de trabalhadores rurais sem terra, com a publicação do livro *Vozes da Marcha pela terra* (SANTOS, A. P. dos; RIBEIRO, S. L. S.; MEIHY, J. C. S. B. *Vozes da Marcha pela terra*. São Paulo: Ed. Loyola, 1998).

3. A popularização da alcunha de *Cavaleiro da Esperança* para Luís Carlos Prestes se deve ao trabalho biográfico e literário feito pelo famoso escritor Jorge Amado, também eleito deputado federal pelo Partido Comunista nos anos de 1940. Os objetivos eram pressionar pela libertação de Prestes da prisão e apoiar a campanha de sua mãe, Dona Leocádia, pela guarda de sua neta, Anita Leocádia, que nasceu em um campo de concentração nazista alemão por conta da deportação de Olga, companheira de Prestes

primeira metade do século apareciam como algo distante e nebuloso em nossa história, um simples episódio de radicalização do *tenentismo*. Já o Levante seria um fato isolado nas Forças Armadas, servindo apenas como pretexto para a instauração da ditadura varguista. Sabia também que havia o Capitão Lamarca⁴ e outros menos famosos, desertores ou expulsos do meio militar, tornando-se guerrilheiros nos anos 1960. Pareciam exceções em uma memória recente, publicada em livros, construída por militantes de esquerda que saíram da prisão ou voltaram do exílio.

(AMADO, J. *O Cavaleiro da Esperança*: vida de Luís Carlos Prestes. São Paulo: Cia. das Letras, 2011; AGUIAR, J. *Jorge Amado*: uma biografia. São Paulo: Todavia, 2018.). Esse livro foi primeiramente publicado em 1942, em espanhol, na Argentina (rota pela qual muitos desses militares de esquerda embarcaram para a Guerra Civil Espanhola, em 1936) de onde chegava clandestinamente ao Brasil, sendo proibido e queimado pelo governo argentino. Publicado em nosso país em 1945, com o fim do Estado Novo, desapareceu novamente das livrarias com o golpe de 1964. A publicação voltou a circular em 1979 com o início do processo de abertura e anistia ao fim da última ditadura. Neste mesmo contexto, foram publicados inúmeros outros livros entre o jornalismo literário, a biografia, a autobiografia, a história de vida, o testemunho e a literatura sobre e por personagens da esquerda brasileira no século XX, que tiveram papel político no fim da censura e na formação das novas gerações sobre os acontecimentos históricos recentes, entre os quais *Olga* (MORAIS, F. *Olga*. São Paulo: Editora Ômega, 1985); *Os carbonários* (SIRKIS, A. *Os carbonários*: memórias da guerrilha perdida. Rio de Janeiro: Global, 1980); *O que é isso, companheiro?* (GABEIRA, F. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979); *Combate nas trevas* (GORENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987); *Feliz ano velho* (PAIVA, M. R. *Feliz ano velho*. São Paulo: Brasiliense, 1982); *“Se me deixam falar...”* (VIEZZER, M. *“Se me deixam falar...”*: Domitila. Rio de Janeiro: Global, 1977) e *As mulheres da República Dominicana* (VIEZZER, M. *As mulheres da República Dominicana*: “Se alguém quiser saber...”. Rio de Janeiro: Global, 1982). Sem dúvida, todas as leituras que fiz na adolescência influenciaram minha percepção da história recente e a minha paixão por entrevistas sobre testemunhos e narrativas biográficas, em meio à participação nos movimentos sociais da periferia da Zona Leste de São Paulo, onde nasci e cresci, na fronteira com a região metropolitana do ABCDMRR Paulista (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra).

4. Vide *Lamarca, o capitão da guerrilha*, livro que deu origem ao filme *Lamarca* (Direção: Sérgio Rezende, Brasil, 1994, 2h 10 min.), em que a questão abordada também está presente (JOSÉ, E.; MIRANDA, O. de. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. 18 ed. São Paulo: Global Editora, 2015).

Na verdade, a única imagem apresentada como dominante para minha geração era a dos militares como protagonistas do golpe de 1964 e da subsequente ditadura, amplamente conhecida na época, inclusive, como “ditadura militar”. Talvez exatamente por sermos estudantes recém-saídos de uma ditadura, não estudávamos na escola quase nada a respeito da história recente do Brasil.

De fato, o estudo da história contemporânea brasileira ganhou grande impulso com o fim da ditadura, assim como a história oral, praticada mais por cientistas sociais – notadamente sociólogos, psicólogos e antropólogos – do que por historiadores. Lembro-me de que, ao mesmo tempo em que conhecia as histórias de vida dos militares de esquerda brasileiros, ex-combatentes das Brigadas Internacionais e da Segunda Guerra Mundial, em 1994, aos trinta anos do golpe de 64, eram lançados dois primeiros volumes, de uma série de três, com depoimentos de militares de direita que haviam participado ativamente do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar.⁵

Os livros *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964* (volume 1), *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão* (volume 2) e *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura* (volume 3), produzidos a partir da documentação oral constituída pelo acervo de entrevistas do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC – FGV, tornaram públicas as dissidências internas e até mesmo as opiniões divergentes dos militares de direita.⁶ Porém, em seus subtítulos almejavam apresentar “a memória militar”.

O primeiro volume foi relançado em 2014, por ocasião dos cinquenta anos do golpe de 64. Na contracapa do livro, destaca-se uma apresenta-

5. O termo ditadura civil-militar foi criado pelo historiador Daniel Aarão Reis para reforçar a participação da sociedade civil junto aos militares no apoio ao golpe de 64 (REIS, D. A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000).

6. Indico as leituras de *Visões do golpe* (D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. [orgs.]. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994); *Os anos de chumbo* (D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. [orgs.]. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994) e *A volta aos quartéis* (D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. [orgs.]. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995).

ção do jornalista Elio Gaspari: “A voz dos militares foi recuperada.” (grifo nosso).⁷ Desse modo, os livros lançados em 1994 e 1995, ressaltam visões da história recente do Brasil a partir de entrevistas feitas com uma pequena elite dos militares que ocuparam o poder no regime ditatorial. Quando o primeiro volume volta a ser publicado dez anos depois – aos quarenta anos do golpe de 64 – novamente reforçam-se percepções e interpretações homogêneas sobre a “memória militar”. A “memória militar” é apresentada como “a voz dos militares recuperada” e “os depoimentos” são “o testemunho mais amplo e a fonte mais segura para a interpretação dos acontecimentos”. Essa interpretação homogeneizadora, herdada pela minha geração criada sob ditadura, reconhecia como memória de todo o grupo o que foi mais contado e propagado, inclusive pela historiografia, assim como pelos militares de direita que se tornariam cada vez mais majoritários.⁸

7. Vide *Visões do golpe* (op. cit.). Elio Gaspari escreveu a *Coleção Ditadura*, em cinco volumes (quatro lançados entre 2002 e 2004, por ocasião dos quarenta anos do golpe de 64). O autor usou livros e documentos do CPDOC/FGV como fonte de pesquisa. De acordo com Gaspari, na contracapa da reedição do livro *Visões do golpe*: “O mérito deste livro, cuja primeira edição é de 1994 (Relume Dumará), foi o de apresentar, pela primeira vez, a voz dos quartéis por meio de 12 entrevistas com oficiais que articularam o golpe e depois participaram do regime até o seu ocaso. Esses militares ocuparam cargos de destaque nos governos que se sucederam até 1985. Os depoimentos são até hoje o testemunho mais amplo e a fonte mais segura para a interpretação dos acontecimentos daqueles dias que levaram o Brasil para um regime ditatorial.” (Vide também GASPARI, E. *Coleção Ditadura*. V. 5. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016).

8. Importante destacar que, além desses livros, ao longo dos anos, foram lançados e relançados outros de muita popularidade, que são extensas biografias de ex-presidentes militares, e até de um general ligado ao último governo eleito presidido por um ex-militar (1918-2022), responsáveis por reforçar uma certa memória militar associada aos grupos de direita, com participantes militares diretamente envolvidos na tentativa do golpe de 8 janeiro de 2022, em conjunto com grupos civis de extrema direita. Na biografia de Ernesto Geisel – figura política admirada por esses grupos – escrita pelos autores de *Visões do Golpe* (op. cit.), obra lançada em 1997 e relançada em 2021, apesar deste militar pleitear uma imagem como um dos maiores responsáveis pela abertura política, uma das falas feitas pelo general e ex-presidente da ditadura, em defesa das práticas de tortura, revoltou nossos entrevistados. Gaspari, na *Coleção Ditadura* (op. cit.), volume *A ditadura derrotada*, traz mais documentos que envolvem militares de direita

Quando comecei a fazer a pesquisa, nos inícios de 1990, já havia muitos debates conceituais sobre o que é memória, testemunho e suas características como fonte documental. Qual era papel dos pesquisadores? Seria o nosso trabalho “recuperar vozes”? Cada pesquisa buscava definir tais questões de acordo com seus pressupostos e afinidades teórico-metodológicos.

A “memória militar”, tal qual apresentada por essas publicações, dialoga com o conceito de memória coletiva, criado na década de 1930 pelo sociólogo, psicólogo e filósofo francês Maurice Halbwachs,⁹ uma das nossas leituras

e Geisel com as torturas contra os opositores. Em 2018, novos documentos liberados pelo governo dos EUA e analisados por pesquisadores do CPDOC/FGV confirmaram que Geisel ordenou torturas, o que contribuiu para as críticas a uma imagem histórica e historiográfica mais benevolente a seu respeito. Indico as leituras de *Ernesto Geisel* (D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. [orgs.]. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997; D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. [orgs.]. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/Ed. UFMS, 2021). Sobre a polêmica da defesa da tortura por Geisel neste livro à época do primeiro lançamento, período da realização desta pesquisa, leia o artigo de Wilson Tosta (TOSTA, W. “Defesa de tortura por Geisel gera polêmica. ‘Deputado quer advertência em livro’”. *Folha de São Paulo*, 28/11/1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/10/28/brasil/14.html> Acesso em: 11/9/2024). Acerca dos novos documentos liberados pelos EUA e as pesquisas decorrentes, leia o texto “Ernesto Geisel, de general bonzinho a assassino consciente” (NOBLAT, R. “Ernesto Geisel, de general bonzinho a assassino consciente”. *Veja*, 11/5/2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/noblat/ernesto-geisel-de-general-bonzinho-a-assassino-consciente> Acesso em: 11/9/2024). Quanto a outras biografias, coletâneas de documentos e entrevistas mais recentes com ex-presidentes militares e um general apoiador do governo recente, presidido por um ex-militar de direita, sugiro os livros *Dossiê Geisel* (CASTRO, C.; D'ARAUJO, M. C. [orgs.]. *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002); *Castello* (NETO, L. *Castello: A marcha para a ditadura*. São Paulo: Cia das Letras, 2019); *Me esqueçam: Figueiredo* (PASQUALETTE, B. B. *Me esqueçam: Figueiredo – A biografia de uma Presidência*. Rio de Janeiro: Record, 2020) e *General Villas Bôas* (CASTRO, C. *General Villas Bôas: conversa com o Comandante*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2021).

9. HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. Um dos livros de referência mais importantes da década de 1990 sobre conceitos e temas do campo historiográfico foi o *Dicionário das Ciências Históricas*, que contém o verbete “memória coletiva”, redigido pelo historiador Philippe Joutard (JOUTARD, P. “Memória coletiva”. In: BURGUIÈRE, A. [org.]. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro, Imago, 1993, pp. 526-528).

obrigatórias na época. Estudávamos primeiramente que a memória coletiva é narrada por pessoas e grupos. Advinda da oralidade, pode ser transformada em fontes orais, audiovisuais e escritas. A memória coletiva corre o risco de apagar conflitos, lutas e tensões, em prol de uma visão unânime e pacífica. No entanto, por meio desse tipo de memória, uma comunidade baseia sua legitimidade e identidade na recordação histórica, ainda que, por vezes, simplificadora.¹⁰ Trata-se de uma memória que constrói acontecimentos

10. O conceito de identidade utilizado em meus estudos, nos anos 1990, ligava-se à memória e comunidade. Tratava-se de uma concepção que influenciou e ainda influencia várias gerações de historiadores. Essa noção de identidade derivava das formulações feitas em diálogo com a psicologia e a psicanálise, na década de 1980, por Michael Pollak, que trabalhava no Instituto de História do Tempo Presente, na França. Identidade significaria “a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (...) Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (POLLAK, M. “Memória e identidade social.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 204). A reflexão sobre os fazeres de profissionais da História, no tempo presente, transforma tanto as identidades e subjetividades dos pesquisadores quanto as dos sujeitos com quem se atua no tempo presente e imediato. Sobre o tema, indico a leitura do artigo “Imagens e sons de histórias do tempo presente e imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História” (SANTOS, A. P. dos. “Imagens e sons de histórias do tempo presente e imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História”. *Revista de História Regional* 12 (1). Verão, 2007, pp. 101-129). Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2240/1723>. Acesso em: 12/9/2024. Para um panorama mais atualizado e pluralizado sobre concepções de identidades, leia *Identidades* (SALLUM JÚNIOR, B.; SCHWARCZ, L. M.; VIDAL, D. G.; CATANI, A. [orgs.]. *Identidades*. São Paulo, SP, Brasil: EDUSP, 2018). Com o passar dos anos, problematizei o conceito de identidade a partir da noção de performance como comportamento expressivo, às vezes ritualizado, advinda dos estudos de Antropologia. Desse modo, compreendo que o ato de narrar sua própria história de vida é performatizar suas lembranças, construindo uma memória, sempre passível de transformações, conforme o contexto, estabelecendo uma presença em diálogo com o outro. Penso que performatizar uma narrativa depende de repertórios contínuos de gestos e comportamentos reencena-

fundadores. É composta pelo esquecimento e se organiza pelo desejo de se limitar ao considerado essencial. Seu tempo é simplificado de forma binária (nossos dias e antigamente) ou ternária (nosso tempo, a época dos antigos, há muito tempo). Prende-se a paisagens, muitas vezes ignorando datas. A memória coletiva se baseia na oralidade, alimentando-se da cultura escrita e atualmente da cultura visual e digital. Portanto, não há oposição entre memória coletiva como popular e memória histórica como erudita (escrita), pois há uma rede de sociabilidade dinâmica entre elas.

Desse modo, apresentar “a memória militar” como memória coletiva de um grupo contribui para a construção da memória nacional e da memória histórica (realizada por profissionais da História e de outras áreas de conhecimento¹¹, algo que requer muitos investimentos). Tal consolidação de

dos ou reativados repetidamente, por vezes, inconscientemente, o que possibilita questionar identidades essencializadas e compreender o que é reimaginado e reencenado, construído no momento da narração biográfica. Para um estudo sobre os conceitos de performance, presença e suas relações com a memória, indico os livros de Diana Taylor, *Performance* (TAYLOR, D. *Performance*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2023), *¡Presente!* (TAYLOR, D. *¡Presente!* La política de la presencia. [Colección Antropología] Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2020) e *O Arquivo e o Repertório* (TAYLOR, D. *O Arquivo e o Repertório: Performance e Memória Cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013).

11. Os trabalhos do antropólogo Celso Castro sobre os militares e a história militar são representativos de como os pesquisadores de várias áreas contribuem para a construção de uma memória histórica nacional sobre determinados grupos e instituições. Para uma reflexão deste pesquisador sobre o impacto de suas pesquisas nas últimas décadas sobre alguns dos militares com quem teve contato direto em seus trabalhos de campo, bem como sobre a própria instituição militar, indico o “Posfácio” da terceira edição revista e ampliada de 2021 do livro *O espírito militar*, originalmente publicado em 1990, com o subtítulo “um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras”. A partir da segunda edição (significativamente na efeméride dos quarenta anos do golpe de 64, em 2004), a obra ganhou o subtítulo “um antropólogo na caserna”, também revelador do protagonismo alçado pelo autor sobre a temática ao longo dos anos em que publicou muitas outras obras, inclusive coletivas, que são obrigatórias nos estudos da temática, nas áreas de Humanidades. Para mais informações, leia *O espírito militar* (CASTRO, C. “Posfácio”. In: *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, pp. 241-271; CASTRO, C. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004; CASTRO, C. *O espírito militar: um es-*

memórias se produz a partir de uma série de instituições, da escola aos arquivos, passando pelas festas e pelos monumentos. Além disso, o trabalho de enquadramento da memória¹² disputada politicamente influencia e também disputa as identidades performatizadas e suas memórias individuais e coletivas. São muitos os tipos ou níveis de memórias que se articulam e formam em nós uma rede sempre transformadora que (des)constrói o entendimento do passado, as interpretações e questões realizadas no presente.

Os livros publicados aos trinta anos do golpe de 64, subseqüentemente nas efemérides dos quarenta, cinquenta e sessenta anos, estabeleceram no campo da memória coletiva, da memória histórica e da memória nacional uma ideia sobre “a memória militar” decididamente relacionada às lembranças de militares de direita que deram o golpe e governaram durante o regime ditatorial. Sucessivos projetos de pesquisa com inúmeras entrevistas, curtas e extensas, feitas com essa elite política, depositadas em um arquivo de uma instituição importante, amplamente publicadas por uma editora de

tudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Zahar, 1990). Também indico as leituras de *Os militares e a República* (CASTRO, C. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995); *A invenção do Exército brasileiro* (CASTRO, C. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002); *Nova História Militar Brasileira* (CASTRO, C.; KRAAY, H.; IZECKSOHN, V. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004); *Exército e Nação* (CASTRO, C. *Exército e Nação*. Estudos Sobre a História do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012) e *A Família Militar no Brasil* (CASTRO, C. [org.]. *A Família Militar no Brasil: Transformações e Permanências*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018).

12. Pollak, em suas reflexões sobre memória e identidade, apresentou esse conceito para abordar o papel cumprido por historiadores em instituições e grupos que trabalham com memórias e, por exemplo, produzem história para o alcance público em efemérides, sempre como atividades em construção e em meio às disputas políticas do tempo presente: “Por conseguinte, o trabalho de enquadramento da memória pode ser analisado em termos de investimento. Eu poderia dizer que, em certo sentido, uma história social da história seria a análise desse trabalho de enquadramento da memória. Tal análise pode ser feita em organizações políticas, sindicais, na Igreja, enfim, em tudo aquilo que leva os grupos a solidificarem o social. Além do trabalho de enquadramento da memória, há também o trabalho da própria memória em si. Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização.” (POLLAK, M. Op. cit., p. 206).

renome e divulgadas pela imprensa, alimentaram uma determinada cultura da memória. Tais projetos contribuíram para a manutenção de uma política de memória hegemônica, afetando o que entendemos por História.¹³ As discussões convergem para um ponto em comum: o sentimento e as ideias anticomunistas, motivadores das intervenções das Forças Armadas na vida política do país, cujos desdobramentos ainda estão presentes.

Isso pode gerar implicações na invisibilidade, no silenciamento e no apagamento histórico das memórias e das histórias dos militares também pertencentes a grupos minoritários comunistas, socialistas, legalistas ou apoiadores do governo deposto. Além disso, pode-se observar um embate, no campo das ideias, entre os militares de direita (da “história oficial”) e os de esquerda (entre os quais nosso pequeno grupo de entrevistados). Os militares de direita disputam contundentemente, ainda em nossos dias, políticas de memória e interpretações do passado definidoras do que entra ou não para a História.¹⁴

13. Sobre culturas de memória, culturas do passado-presente e políticas de memória, sobretudo em relação a períodos traumáticos, tais como as ditaduras na América Latina e o Holocausto, Beatriz Sarlo e Andreas Huyssen criticam a banalização das culturas e políticas de memória, mesmo dos testemunhos no contexto contemporâneo de lutas pelos direitos humanos, por justiça e por reparação, sem problematizações e análises de suas condições objetivas e subjetivas de produção, de seus conteúdos e de seus produtos em circulação. Segundo Huyssen: “O divisor história/memória foi superado em quase todos os lugares, e a interdependência entre a historiografia e a memória é amplamente reconhecida.” (HUYSSSEN, A. *Culturas do passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 13). Indico as leituras de *Seduzidos pela memória* (Huyssen, A. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Ed., 2000) e *Tempo passado* (SARLO, B. *Tempo passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. UFMG/Cia. das Letras, 2007). Sobre como o pensamento e a produção decolonial contemporânea debate as questões de possibilidade de haver justiça e reparação tanto aos testemunhos quanto a qualquer outra produção documental, arquivística e histórica, sugiro os livros *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico* (SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas, SP, Brasil: Editora da Unicamp, 2022) e *História Potencial* (AZOULAY, A. A. *História Potencial*. São Paulo: Ubu, 2024).

14. A respeito de como grupos e instituições criam discursos, culturas, políticas de memória, valorizando determinados tipos de documentos e vestígios históricos, por exemplo, em museus e arquivos, para disputar as interpretações do passado que interfe-

A pesquisa apresentada neste livro (também voltada para um público maior que o acadêmico) situa-se no contexto histórico dos sessenta anos do golpe de 64 e dos 45 anos da Lei de Anistia. Almejo a pluralização das problematizações e interpretações inesgotáveis, situadas nas demandas do presente, do que seria uma ideia mais fechada de “memória militar” para uma única e definitiva interpretação dos acontecimentos do passado, sempre sujeita a transformações. Não é possível lembrar sem haver várias formas de entendimento e pensamento subjacentes às lembranças construídas como memórias constantemente passíveis de problematização e transformação, conforme as demandas e os fazeres do presente.

À época, ao tentar observar se a história oral já havia documentado “o outro lado”,¹⁵ acabei por conhecer a contribuição de trabalhos históricos,

rem nas demandas do tempo presente, indico a leitura dos trabalhos de A. Huyssen, B. Sarlo, M. Seligmann-Silva e A. A. Azoulay, citados na nota anterior. O historiador Marc Bloch, fuzilado na França pelos nazistas em 1944, deixou escritos incompletos, publicados em 1949, sobre a relação direta entre o presente e o passado para a compreensão de ambos: “O presente e o passado se interpenetram. A tal ponto que seus elos, quanto à prática do ofício de historiador, são de sentido duplo. Se, para quem quer compreender mesmo o presente, a ignorância do passado deve ser funesta, a recíproca – embora não nitidamente alertado – não é menos verdadeira.” (BLOCH, M. *Apologia da História ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 65, nota 28). Outro conhecido historiador francês, Jean Chesneau, afirmou que as ligações estabelecidas no presente em relação ao passado e à história, define o decidimos que preservar, transformar ou destruir: “Se o passado conta, é pelo que significa para nós. Ele é o produto de nossa memória coletiva, é o seu tecido fundamental. (...) Ele nos ajuda a compreender melhor a sociedade na qual vivemos hoje, a saber o que defender e preservar, saber também o que mudar e destruir. A história tem uma relação ativa com o passado.” (CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995, p. 22).

15. Naquela época de início da pesquisa, com a nítida consciência de que pertencia ao “outro lado” da política e da história, recorri ao famoso historiador francês, Philippe Joutard, que trabalhou com tradição oral, escreveu sobre história oral, e assim definiu “os dois lados” que se relacionavam com a perspectiva deste trabalho: “Desde os seus primórdios, a história oral é dupla (...) Existe uma história oral política, que apareceu primeiro, na qual a entrevista serve de complemento a documentos escritos já coligidos, e que pesquisa os atores principais. Mais tarde desenvolveu-se uma história oral antropológica voltada para temas que se acham presentes nas diversas experiências nacionais.

sociológicos e antropológicos que abordaram a temática da esquerda militar brasileira para, a partir deles, proceder ao registro de histórias de vida ainda inéditas. A princípio, li os livros de Nelson Werneck Sodré e particularmente de João Quartim de Moraes¹⁶, entre outros autores, que demons-

Sem estarem combinados, os autores retomam os mesmos assuntos: o mundo do trabalho, os fenômenos migratórios, a problemática dos gêneros, a construção das identidades (...) A história oral antropológica inclusive influenciou de vários modos a primeira tendência, fazendo com que a história política não mais se contentasse em interrogar os atores principais, passando a interessar-se pelos executantes ou mesmo as testemunhas. A história política não é mais unicamente uma história da elite.” (JOUTARD, P. “História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. [orgs.]. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 51). A clássica coletânea de artigos, publicada no mesmo contexto, teve sucessivas edições posteriores ainda em circulação. Por ela, o público brasileiro teve acesso a muitas reflexões teóricas e metodológicas que pautam os debates sobre história oral até a atualidade. O ensaio de Joutard também trouxe nova perspectiva sobre como poderia ser construída uma outra história política. Mantenho prioritariamente nas referências os temas e debates levantados no final do século XX, por pesquisadores que já acumulavam discussões formadoras da base e contextualização desta pesquisa. Questões que seguem problemáticas importantes e detalhadas por algumas novas referências marcantes em minha perspectiva e prática como pesquisadora.

16. O livro *História militar do Brasil* (1965) foi reeditado recentemente em 2010, pela casa editorial Expressão Popular. Aliás, a editora atualmente possui um catálogo com outros livros sobre militares e política no Brasil. Indico as leituras de *História militar do Brasil* (SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010) e *Militares e Política no Brasil* (BARBOSA, J. R. [et al]. *Militares e Política no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2021). Também se destacam os dois volumes publicados por João Quartim de Moraes sobre a esquerda militar no Brasil, dos quais se extrai a ideia para conceituar este grupo entrevistado (MORAES, J. Q. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Siciliano, 1991; MORAES, J. Q. *A esquerda militar no Brasil: da Coluna à Comuna*. São Paulo: Siciliano, 1994). O primeiro volume foi reeditado em 2005, pela Expressão Popular. Vale ressaltar que Nelson Werneck Sodré foi um famoso historiador e militar de esquerda e João Quartim de Moraes é um filósofo marxista e professor da Universidade de Campinas (UNICAMP), que havia tomado parte em um dos grupos armados da esquerda contestador do regime liderado pelos militares, na década de 1970. À época, Moraes manteve contato direto com militares que também se tornaram militantes de esquerda, críticos da ditadura. Sobre o tema, sugiro as leituras de *A revolução impossível* (MIR, L.

traram a participação destacada da esquerda no interior das instituições militares brasileiras. De acordo com a bibliografia estudada, também levantei aquela que dizia respeito, de alguma forma, à queda da influência das ideias de esquerda nos quartéis (em um primeiro momento em decorrência dos acontecimentos de 1935) e posteriormente com o advento da fundação da Escola Superior de Guerra, berço da doutrina de segurança nacional, na década de 1950.¹⁷

A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil. São Paulo: Ed. BestSeller/Círculo do Livro, 1994) e “Entrevistadores. Entrevista com João Quartim de Moraes” (DOTI, M. M.; IBEC, “Entrevistadores. Entrevista com João Quartim de Moraes”. *Revista Fim do Mundo*. n 5, mai./ago., 2021, pp. 340-357. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/download/12435/10340/49559> Acesso em: 30/09/2024). Os autores foram protagonistas afetados diretamente pelo autoritarismo político brasileiro. Sodré passou por duas ditaduras e Moraes por uma. Como personagens históricos do “outro lado” no século XX, desenvolveram estudos e escritos que tratam da esquerda militar a partir de uma perspectiva histórica majoritariamente própria da época no Brasil, em seu formato cronológico e factual mais tradicional, mesmo ao tratar de aspectos biográficos, como fez Sodré no livro *Memórias de um soldado* (SODRÉ, N. W. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967). Trata-se de uma obra de grande relevância para compreender o perfil da liderança da esquerda militar e sua influência na vida de alguns colaboradores desta pesquisa, sobretudo no seu modo de narrar e construir biograficamente suas histórias de vida. Ainda cabe destacar que os livros *História Militar do Brasil* (op. cit.) e *Memórias de um soldado*, publicados, respectivamente, em 1965 e 1967, tiveram um papel de produção de conhecimento histórico voltado ao passado para causar impacto e disputar seus significados no presente, após os momentos iniciais do golpe de 64, em que milhares de militares como Sodré foram perseguidos, presos, torturados, cassados e mortos.

17. Segundo a bibliografia estudada na época, a primeira Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1889, no final do período imperial, tinha por intuito separar e, conseqüentemente, desmobilizar os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, francamente positivistas e republicanos. A ESG foi extinta em 1898 e, segundo C. Castro “não guarda nenhuma relação histórica ou semelhança com a de mesmo nome, criada em 1949, que existe até hoje.” (CASTRO, C. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 149, nota 26). É interessante observar que esta última cumpriria o papel de elaboração teórica militar, pautada pelo panorama mundial da chamada Guerra Fria, destacando-se pelo alinhamento incondicional com os estadunidenses e pelo anticomunismo, tendo em seus quadros os mais ferrenhos conservadores, ao contrário dos progressistas dos primórdios da República.

Nessa vista bibliográfica inicial, até meados da década de 1990, a legitimação da existência e da motivação da esquerda militar brasileira era concebida por meio do que suas grandes batalhas e enfrentamentos eram considerados. Analisei os acontecimentos a partir das instituições, de documentos tradicionais das Forças Armadas, dos arquivos públicos, dos partidos políticos, da polícia, da historiografia em geral. Os depoimentos de militares de esquerda apareciam de forma esparsa, fragmentada, sempre ilustrativa, inseridos em contextos históricos mais estruturais e panorâmicos.¹⁸ O contrário ocorreu com os militares de direita. Estes cristalizavam (por meio da

18. José Murilo de Carvalho, consagrado cientista político e historiador, foi responsável pelo estabelecimento de obras consideradas clássicas acerca da história militar e política nacionais. Um dos seus mais influentes escritos é do final da década de 1970 e se situa no contexto histórico de abertura na ditadura com o esforço intelectual e militante de compreender a influência política das Forças Armadas na construção da República brasileira. Sobre o tema indico o artigo “Forças Armadas e política no Brasil” (CARVALHO, J. M. de. “Forças Armadas e política no Brasil”. In: PINHEIRO, P. S. [et.al]. *História geral da civilização brasileira*. Tomo 3: o Brasil Republicano, v. 2: sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: RJ, DIFEL, 1977). Posteriormente, Carvalho reuniu seus escritos em livro com várias edições revistas e ampliadas que, inclusive, citam informações, em notas de rodapé, obtidas a partir das entrevistas que ele próprio realizou ou pesquisou. Algumas estão depositadas no CPDOC/FGV e outras ainda estavam sob a guarda do Centro de Memória Social Brasileira do Conjunto Universitário Cândido Mendes, sob a orientação de Hélio Silva, em que há menção a alguns dos nossos entrevistados. Além disso, o autor menciona biografias e autobiografias majoritariamente publicadas pelos militares que estiveram no poder ao longo da história republicana brasileira (CARVALHO, J. M. de. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019). O livro conhecido até o início da década de 1990 com depoimentos mais amplos de alguns dos milhares de militares que foram cassados pelo golpe de 64, era o do escritor e pesquisador Hélio Silva: *A vez e a voz dos vencidos: Militares X Militares* (SILVA, H. *A vez e a voz dos vencidos: Militares X Militares*. Petrópolis: Vozes, 1988). O livro de Silva foi publicado no contexto de promulgação da Constituição que – graças à pressão de associações de militares perseguidos ligados aos movimentos sociais por anistia – consolidou e ampliou direitos de anistia para militares cassados desde a década de 1930. Certamente, a publicação contribuiu para a denúncia da situação dos militares e para a conquista de direitos constitucionais que ampliaram a Lei de Anistia de 1979, o que novamente mostra a importância da visibilidade de testemunhos tanto como direito à memória e à história quanto como parte das ações da sociedade civil organizada por justiça e reparação.

prática da história oral tradicional¹⁹) suas opiniões sobre a “memória militar” de forma mais abrangente, partindo de entrevistas, sob a guarda de arquivos prestigiados, publicadas em livros de grande impacto político e intelectual.

Assim, esta pesquisa também surge como contraponto às versões dos acontecimentos apresentadas pelos segmentos vencedores da disputa esquerda *versus* direita no interior da corporação militar. Ao privilegiar as narrativas dos nossos protagonistas, os militares de esquerda, utilizo a ferramenta teórico-metodológica da *história oral de vida*.²⁰ O objetivo é exatamente trazer à luz essas histórias de vida, para a compreensão (por meio de uma posterior análise comparativa com a bibliografia e a documentação disponíveis) da formação, consolidação, decadência e/ou permanência da

19. Para esta pesquisa, utilizei as definições marcantes da historiadora espanhola Mercedes Vilanova, um dos grandes nomes da área de história oral, fontes orais e antropologia. Para a estudiosa, responsável por investigações que transformaram o campo da história e da antropologia, diretora de revistas acadêmicas e da Associação Internacional de História Oral, bem como professora de diversas universidades, a história oral tradicional tinha quatro características básicas: 1) as entrevistas têm parâmetros androcêntricos; 2) são aplicados questionários factuais; 3) não se interessa pela interação entre as subjetividades do historiador e dos entrevistados; 4) reforça a memória histórica tradicional (VILANOVA, M. *História do tempo presente e história oral*” Conferência apresentada no *IV Encontro Nacional de História Oral “Um Espaço Plural”*, 11 a 14 de novembro, Recife: UFPE, 1997).

20. De acordo com Meihy: “O sujeito primordial deste tipo de história oral é o depoente, que tem maior liberdade para dissertar o mais livremente possível sobre sua experiência pessoal. Neste caso, deve ser dado ao depoente espaço para que sua história seja encadeada segundo sua vontade. (...) A *questão da verdade* neste ramo da história oral depende exclusivamente de quem dá o depoimento. (...) A certeza de que todos os agentes sociais têm história é básica para a boa definição das fórmulas modernas de história oral” (MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996, pp. 35-39). É relevante lembrar que na área de história em nosso país, a prática e a sistematização teórico-metodológica desenvolvida pelo historiador José Carlos S. B. Meihy, em artigos e livros, em sua maioria frutos de pesquisas de campo, publicados desde a década de 1990 (dentre as várias edições do seu *Manual de História Oral*), popularizou a história oral por todo o Brasil, dialogando com a antropologia, a sociologia e a literatura, pautando e inspirando gerações de estudantes a conhecer e praticar história oral. Muitos pesquisadores defenderam dissertações e teses sob sua orientação e hoje atuam em diversas instituições e universidades. Veja na Bibliografia um conjunto dos trabalhos publicados.

linha política de esquerda dentro e fora das Forças Armadas. Além disso, busco refletir sobre qual é o projeto político do grupo para a República brasileira, valorizando a experiência de vida de indivíduos que participaram ativamente como agentes históricos em diversos contextos. Nesse sentido, também desejo dimensionar, o quanto possível, o cotidiano da trajetória da esquerda militar no Brasil e seu posicionamento nacionalista diante de uma proposta de ação política. Para tanto, demonstro como a documentação oral traz consigo inúmeras possibilidades de pesquisa que, se complementam a documentação escrita dos arquivos oficiais, em muitos aspectos, muitas vezes se contrapõem a ela.

A história, vista sob uma perspectiva cotidiana, ilumina-se pelo conhecimento de particularidades da infância, da vida familiar, da formação profissional e da vida privada dos indivíduos. Tais fatores se intercalam e influenciam de maneira determinante os acontecimentos da vida pública. A história cotidiana oferece, portanto, novas e amplas dimensões interpretativas históricas, sociológicas, antropológicas e psicológicas²¹. Interessa-me, desse modo, particularmente o estudo da relação intersubjetiva estabelecida entre pesquisadora e colaboradores, pensando sobre como tal *convívio* determina a qualidade do conhecimento produzido de forma colaborativa.

21. No contexto em que concluí a dissertação de Mestrado em História Social, em 1998, é interessante notar que até mesmo o consagrado historiador Eric Hobsbawm, de certa forma (em minha leitura de jovem pesquisadora), credenciava os historiadores para a prática da história oral ou de etnografia quando afirmou, no prefácio sobre sua obra definitiva acerca do século XX: “Se o historiador tem condições de entender alguma coisa deste século é em grande parte porque viu e ouviu. Espero ter transmitido aos leitores algo do que aprendi por tê-lo feito” (HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX [1914-199]*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 8).

Esquerda e direita, volver

O que significava estudar um grupo de *esquerda* militar no século XX? Este período é definido por E. Hobsbawm como *Era dos Extremos*, em que a ideologia de esquerda foi considerada derrotada e não mais em vigor no campo político por muitos estudiosos, satisfeitos com o chamado *fim da História*. Desse modo, como estabelecer precisamente o que significa ter sido ou *ser de esquerda*? Procurei constituir possibilidades iniciais para a caracterização de uma referência conceitual que complexificasse a utilização do esquema “esquerda/direita” em relação às Forças Armadas. Com esse propósito, entre várias leituras desencadeadas, particularmente foi de grande valia a do livro *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*, de Emir Sader, por expressar a formulação brasileira mais contemporânea do debate proposto, à época. Sader capta o cerne da discussão ao traduzir a resposta do filósofo italiano Norberto Bobbio quando perguntado sobre o significado desses termos no mundo contemporâneo: os de esquerda defendem os povos oprimidos e famintos, que acreditam na igualdade dos seres humanos; os de direita defendem apenas seus interesses, principalmente econômicos, naturalizando as desigualdades. Bobbio salienta que enquanto existirem pessoas cuja motivação política proviesse de um profundo sentimento de insatisfação e de sofrimento diante das iniquidades das sociedades contemporâneas, estas carregariam os ideais que há mais de um século têm diferenciado todas as esquerdas da história, mesmo a esquerda de hoje não sendo a mesma de ontem. O filósofo destaca, em sua obra clássica sobre direita e esquerda, que tais palavras não indicam apenas ideologias, o que seria uma simplificação indevida. Direita e esquerda indicam programas que se contrapõem em relação a diversos problemas e soluções pertinentes à ação política. Os termos não se resumem a contraste de ideias. Relacionam-se a interesses e valorizações sobre que direção a sociedade deve seguir. Para Bobbio, direita e esquerda são conceitos que não podem “simplesmente” desaparecer.

Com base na ideia de igualdade e nas posturas diferentes em relação à liberdade, Bobbio elabora uma classificação que abrange extrema esquerda, centro esquerda, centro direita e extrema direita. Contudo, a autor alerta que a realidade é bem mais matizada. Tais movimentos não são homogêneos e em situações de crise podem se aliar.¹ Nesta pesquisa, a maioria dos militares entrevistados transitam entre a extrema esquerda e a centro esquerda, até mesmo no espaço de suas próprias trajetórias individuais, opondo-se à extrema direita representada pelo fascismo, nazismo e integralismo. Alguns entrevistados aliaram-se à centro-direita nos momentos em que observaram a necessidade política de combatê-la.

Sader procura aclimatar as considerações de Bobbio², cujas reflexões também compõem esta pesquisa, à “realidade brasileira”. Em *O anjo torto*, o

1. Bobbio considerava-se como homem de esquerda e conclui bastante otimista, em 1994, que, no final do século XX, o impulso para a igualdade cada vez maior era irresistível. Essa igualdade se baseava na busca de superação de discriminações e de hierarquizações entre superiores e inferiores, dominadores e dominados, senhores e escravos, como parte do processo de civilização. O autor observa que nenhuma época questionou as três principais fontes de desigualdade (classe, raça e sexo) como a contemporânea o faz. O filósofo chega aos debates atuais sobre o princípio de igualdade entre seres humanos e animais, com base no reconhecimento da capacidade comum de sofrimento. Sobre o assunto, indico a leitura de *Direita e esquerda* (BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 3 ed. São Paulo: Edunesp, 2011). Quanto ao tema, Emir Sader afirma: “No nosso tempo, todos os que defendem os povos oprimidos, os movimentos de libertação, as populações esfomeadas do Terceiro Mundo são a esquerda. Aqueles que, falando do alto de seu interesse, dizem que não veem por que distribuir um dinheiro que suaram para ganhar são e serão a direita (...) Quem acredita que as desigualdades são um fatalismo, que é preciso aceitá-las, desde que o mundo é mundo sempre foi assim, não há nada a fazer – sempre esteve e estará à direita. Assim como a esquerda nunca deixará de ser identificada nos que dizem que os homens são iguais, que é preciso levantar os que estão no chão, lá embaixo.” (SADER, E. *O anjo torto: esquerda [e direita] no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995, pp. 16-17). Emir Sader, filósofo e cientista político, foi meu professor de Sociologia no curso de Ciências Sociais da FFLCH/USP, iniciado ao final do bacharelado em História na mesma instituição. Ele abordou o pensamento marxista que nitidamente influencia sua trajetória e seus escritos, também fazendo parte da formação da minha geração no final do século XX.

2. BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Edunesp, 1995.

autor demonstra que “a direita se compõe dos conservadores, daqueles que se interessam pela reprodução e manutenção do sistema vigente, o capitalismo; e a esquerda se caracteriza por integrar aqueles que desejam a evolução e a superação de tal sistema”.³

O grande marco para a caracterização política de esquerda do século XX foi, em geral, a Revolução Russa de 1917, que se propôs a superar o sistema capitalista por meio da construção de uma sociedade socialista. Mas, antes que o projeto político pudesse realizar-se, a esquerda encarou, na década de 1930, uma ofensiva de extrema direita e necessariamente colocou-se em posição defensiva. Os partidos comunista e social-democrata passaram a lutar em uma linha de constituição de grandes frentes populares em conjunto com várias forças políticas para defender as liberdades democráticas cerceadas pelos regimes de direita em expansão pelo mundo.

Sader também afirma que o Brasil nunca teve, dentro do espectro de lideranças políticas, muita tradição de esquerda. Luís Carlos Prestes – um militar de esquerda – foi considerado a grande exceção, por sua atividade como dirigente do PCB desde os anos 1930 até a década de 1980. Além disso, sua importância adveio do fato de ele ter sido um dos expoentes do Movimento Tenentista, polarizando, de certa forma, parte das Forças Armadas em torno do movimento comunista de 1935, derivado da composição de uma frente popular antifascista, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que repercutiu na geração militar que viveu a efervescência dos anos 1960 e 1970.⁴ De acordo com Sader, em 1935 os comunistas lutavam por um regime de “libertação nacional” de ruptura em relação à dominação dos EUA. Lutava-se pela transformação da estrutura agrária e pela democratização, de maneira que o poder fosse dirigido por operários e camponeses. O fato passou a ser denominado pelo Exército como “Intentona de 35”: uma traição à pátria, em que o país se submeteria à União Soviética. Até o final do século XX, tal versão dos acontecimentos serviu para a disseminação de campanhas anticomunistas.⁵

3. SADER, E. Op. cit., p. 21.

4. SADER, E. Op. cit., p. 63.

5. “(...) os comunistas lutavam por um regime de ‘libertação nacional’, que significasse a ruptura da dependência do Brasil em relação à dominação norte-americana, a reali-

Desde a década de 1930 até a primeira metade dos anos 1960, *ser de esquerda* significava, em geral, ser comunista ou apoiar a linha política do Partido Comunista. Isso significava encarar como obstáculos ao desenvolvimento da sociedade brasileira a estrutura agrária “feudal” e a dependência externa com relação ao imperialismo norte-americano.⁶ Sader, entretanto, ressalta o paradoxo de que, em nosso país, alguns setores considerados nacionalistas eram os mais antidemocráticos. A figura representativa de Getúlio Vargas é um bom exemplo.

Dessa maneira, procurei compreender os militares entrevistados a partir da conceituação elaborada por Bobbio e, especialmente, por Sader, ao mencionar que, desde a Comuna de Paris até a revolução sandinista, a esquerda esteve associada à *revolução*. O termo identifica-se em relação à libertação dos mais pobres de situações de perigo e opressão. Valorizam-se a dignidade humana, a soberania nacional e o estabelecimento de justiça social como negação do sistema capitalista, ideais ligados ao socialismo.

O que pareceria adequado para caracterizar qualquer outro grupo social, no caso dos militares de esquerda, assumiu nuances muito especiais e particulares. Isto porque estes são membros de uma instituição cujos princípios

zação de uma transformação radical da estrutura rural e a democratização do país sobre um poder dirigido por operários e camponeses. (...) O episódio ficou conhecido como ‘a Intentona de 35’, segundo versão difundida pelo Exército brasileiro, e serve até hoje às campanhas anticomunistas como suposto exemplo de traição à pátria por parte da esquerda, que levaria o Brasil à subordinação da União Soviética.” (SADER, E. Op. cit., pp. 76-77). O desenvolvimento da análise historiográfica desses temas e episódios atualmente é muito mais complexo, mas, no início da pesquisa, as formulações de E. Sader pareceram adequadas para o recorte proposto quanto à discussão que pretendia realizar sobre a delimitação básica de “esquerda *versus* direita” no Brasil ao longo do século XX.

6. SADER, E. Op. cit., p. 81. Na historiografia marxista brasileira, notava-se o debate das “etapas de desenvolvimento capitalista” no qual a “questão feudal” era de fundamental importância. Veremos essa questão na história de vida de um dos nossos entrevistados, Jacob Gorender, que contestou tal visão a partir de alguns livros que publicou sobre história do Brasil, particularmente sobre a escravidão. Quanto ao tema, sugiro as leituras de *História do marxismo no Brasil* (REIS FILHO, D. A. [et al.] *História do marxismo no Brasil*. V. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; MORAES, J. Q. [et al.] *História do marxismo no Brasil*. V. 2. Campinas: Ed. Unicamp, 1992) e *O escravismo colonial* (GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985).

fundamentais consistem na disciplina e na hierarquia, o que, em certa medida, contrapõe-se aos ideais de liberdade e igualdade, sempre defendidos pelos comunistas, socialistas e revolucionários de esquerda. Bobbio apresenta a contradição ao debate, em *Igualdade e liberdade*. O autor afirma a não contradição entre esses termos, embora não sejam valores absolutos.⁷

7. “(...) Contudo, existe uma diferença entre os valores da liberdade e da igualdade e aqueles do poder e da hierarquia. Os primeiros, embora sejam mais irrealistas do que os segundos, não são contraditórios. Não é contraditório imaginar uma sociedade de livres e iguais, ainda que de fato – ou seja, na realização prática – jamais possa ocorrer que todos sejam igualmente livres e livremente iguais. Ao contrário, é contraditório imaginar uma sociedade na qual todos sejam poderosos ou hierarquicamente superiores. Uma sociedade que se inspira no ideal da autoridade é necessariamente dividida em poderosos e não poderosos. Uma sociedade inspirada no princípio da hierarquia é necessariamente dividida em superiores e inferiores. Numa situação originária em que todos ignorem qual será sua posição na sociedade futura – e, portanto, não saibam se estarão entre os que mandam ou entre os que são obrigados a obedecer, e se estarão no topo ou na base da escala social –, o único ideal que lhes pode atrair é o de desfrutarem da maior liberdade possível diante de quem exerce o poder e de terem a maior igualdade possível entre si. (...) Apesar de sua deseabilidade geral, liberdade e igualdade não são valores absolutos. (...) Onde a liberdade é regra, sua limitação deve ser justificada. Onde a regra é a igualdade, deve ser justificado o tratamento desigual. Mas o ponto de partida pode também ser oposto, como na escola ou num quartel, onde a regra é a disciplina e a liberdade é exceção. Decidir o que é mais normal, se a liberdade ou a disciplina, a igualdade ou a hierarquia, não é algo que se possa fazer de uma vez por todas. Liberdade e igualdade são mais normais do que disciplina e hierarquia somente em sentido normativo, no universo do dever ser. Não me resulta que, entre as várias elocubrações sobre sociedades ideais, exista uma só na qual os cidadãos não sejam nem livres nem iguais, embora uma sociedade de livres e iguais não conheça nem tempo nem lugar.” (BOBBIO, N. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. pp. 9-10). Em uma síntese da conceituação e do debate sobre esquerda e direita nas duas primeiras décadas do século XXI, reconhece-se que essas categorias são históricas e também alteradas, ampliadas e pluralizadas pelo tempo histórico. Desse modo, enquanto um autor como Bobbio reivindicava como fator distintivo a questão filosófica da liberdade para a direita e da igualdade para a esquerda, outros autores consideram que é o estado o que as separa, sendo a esquerda estatista e a direita não. Haveria ainda outros autores que enfatizavam a discussão sobre visões pessimistas e otimistas da natureza humana, que resultariam em formas de organização social mais ou menos coercitivas (direita) ou que buscassem superar desigualdades e injustiças (esquerda). Tais pressupostos e ações, entre outras,

Pensava, dessa forma, que um dos objetivos deste trabalho seria analisar como e por que militares de esquerda, apesar de formados profissionalmente sob os princípios de disciplina e de hierarquia, lutaram pelos ideais de liberdade e igualdade a serem plenamente realizados em uma sociedade socialista. Como o posicionamento político socialista, comunista ou de esquerda pôde chegar e até mesmo sobressair nesse grupo? Para além de respostas a esses questionamentos, a simples circunstância da existência de um pensamento e uma prática de esquerda em um agrupamento de militares parecia demonstrar que, ao contrário da direita militar, os militares de esquerda não tencionavam transferir para a sociedade civil os princípios e o modo de or-

embasam a existência de esquerdas e direitas na atualidade. Temas como o nacionalismo e o internacionalismo continuam indo de um extremo a outro, conforme o impacto da globalização em diferentes contextos nacionais e locais, o que requer análises políticas mais consistentes para além de classificações simplistas, já que novas adjetivações das esquerdas e das direitas buscam traduzir a complexidade da vida contemporânea, mesmo que ainda atravessada por polos clássicos e históricos de distinção política. Quanto ao tema, sugiro a leitura de *Esquerda e direita* (TAVARES, R. *Esquerda e direita*. Guia histórico para o século 21. São Paulo: Tinta-da-China Brasil, 2024). Na complexidade da vida contemporânea, chamam a atenção as palavras do filósofo Gilles Deleuze que ponderou sobre o que significa ser de esquerda, enfatizando o olhar que atravessa fronteiras e também se volta para as minorias marginalizadas em nossa sociedade: “Ser de esquerda é saber que os problemas do Terceiro Mundo estão mais próximos de nós do que os de nosso bairro. É de fato uma questão de percepção. Não tem nada a ver com a boa alma. Para mim, ser de esquerda é isso. E, segundo, ser de esquerda é ser, ou melhor, é devir-minoria, pois é sempre uma questão de devir. Não parar de devir-minoritário. A esquerda nunca é maioria enquanto esquerda por uma razão muito simples: a maioria é algo que supõe – até quando se vota, não se trata apenas da maior quantidade que vota em favor de determinada coisa – a existência de um padrão. (...) A esquerda é o conjunto dos processos de devir minoritário. Eu afirmo: a maioria é ninguém e a minoria é todo mundo. Ser de esquerda é isso: saber que a minoria é todo mundo e que é aí que acontece o fenômeno do devir. É por isso que todos os pensadores tiveram dúvidas em relação à democracia, dúvidas sobre o que chamamos de eleições. Mas são coisas bem conhecidas.” (DELEUZE, G. G de Gauche [Esquerda] *In: O abecedário de Gilles Deleuze* – Transcrição completa. Disponível em: <https://machinedeleuze.wordpress.com/2021/06/07/o-abecedario-de-gilles-deleuze-transricao-completa/> Acesso em: 11/9/2024). Há também o vídeo *O abecedário de Gilles Deleuze*. Disponível em: <https://vimeo.com/439544173> Acesso em: 11/9/2024.

ganização das Forças Armadas. Isso poderia significar que os fundamentos da corporação foram por eles negados? Ou será que os entrevistados os afirmariam como imprescindíveis para a instituição e para sua conduta política? Seria esta também uma conduta perseguida pelo grupo como forma de conquistar o respeito e o apoio do conjunto dos militares para as ideias de esquerda?

Nas entrevistas com militares de esquerda concedidas a Meihy – reunidas neste trabalho com as que fiz posteriormente – a luta entre esquerda e direita no século XX aparecia como travada, de forma evidente e extremada, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, todavia com um antecedente marcante: a Guerra Civil Espanhola.⁸ Mencionando, com frequência, que os militares, em nossa sociedade, antes de mais nada, são homens treinados para a guerra, as entrevistas faziam-me compreender os posicionamentos dos militares de esquerda por meio de episódios singulares e reforçadores da importância da instituição a que se filiavam. Até mesmo numa guerra revolucionária por uma nova sociedade com liberdade e igualdade entre os indivíduos. Isso foi narrado por Apolônio de Carvalho, militar comunista, ex-brigadista na Guerra Civil Espanhola, ex-combatente na Resistência Francesa na Segunda Guerra Mundial, considerado como terrorista pelos militares de direita, por ter fundado o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), grupo político clandestino que enfrentou a ditadura após o golpe de 64. Sua vida está registrada em seu livro de memórias, *Vale a pena sonhar*.⁹ Sem desmerecer a causa anarquista em torno da derrubada do ca-

8. Hobsbawn (op. cit., p. 50) confirmou essa visão de que a Segunda Guerra Mundial “Era, de ambos os lados, uma guerra de religião, ou, em termos modernos, de ideologias”.

9. CARVALHO, A. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Em torno do livro de memórias autobiográficas do General Apolônio de Carvalho foram realizados grandes lançamentos em várias cidades brasileiras, em 1997. Estive presente no primeiro e no segundo eventos, ocorridos no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente. No Rio de Janeiro, a ocasião foi única: uma grande homenagem à sua trajetória de vida e ao que ela significava para a esquerda brasileira. No Paço Imperial reuniram-se mais de mil pessoas, que permaneceram por horas e horas na extensa fila de autógrafos. Vários colaboradores entrevistados nesta pesquisa estiveram presentes. Sem dúvida, esse e outros eventos públicos responsáveis pelo grande reconhecimento da trajetória de Apolônio de Carvalho por meio de sua narrativa biográfica (e a informação de que ele

pitalismo, tida como a mesma dos comunistas e socialistas, a crítica à forma como aqueles pretendiam derrotar a direita fortemente organizada e militarizada é extremamente ácida. Além disso, há a valorização dos militares com treinamento e procedimentos à altura de uma situação de confronto bélico. Mais do que representativo, o fato narrado por Apolônio de Carvalho, relacionado à Guerra Civil Espanhola, tornou-se emblemático, na medida em que, no decorrer de nossa pesquisa, seria citado por outros ex-combatentes.

Antes de iniciar o processo de entrevistas, pensei que, para o grupo

já havia concedido entrevista para o professor Meihy), contribuíram para incentivar os futuros entrevistados a falarem de suas histórias de vida. O coronel Kardec Lemme e eu nos encontramos lá e éramos, coincidentemente, os primeiros da fila. Ao cumprimentar Apolônio de Carvalho, encontrei um rosto sereno, sorridente e confiante. Agradei por sua luta e pelo que legava à minha geração tão esvaziada de sonhos e de utopias. Ele me escreveu, como dedicatória: “Com um pouco de sonhos e de esperanças...”. Minhas esperanças, aos vinte e cinco anos, eram de que pudesse materializar narrativas como a dele, que falassem da história desses sonhos e da busca de uma utopia. Na verdade, este trabalho foi tão impactante e trouxe tantas experiências e temas que não conhecia que, desde então, tenho me debruçado sobre eles. Desse dia, lembro do coronel Kardec Lemme me apresentando a novos colaboradores e estes, por sua vez, apresentaram outros que ainda não conhecia. Entre eles estava Anthero de Almeida, o militar de esquerda mais velho, nascido em 1906, apresentado por José Gutman, ambos últimos remanescentes do 3º RI, participantes do Levante de 1935, por serem membros ativos da Aliança Nacional Libertadora – ANL. As narrativas deles e do general Apolônio de Carvalho, que figurava na primeira lista de entrevistados indicados pelo coronel Kardec Lemme, compõem este trabalho. Anos depois, foi publicada a narrativa biográfica de Renée France de Carvalho, membro da Resistência Francesa durante a Segunda Guerra Mundial e companheira de Apolônio de Carvalho desde então. A obra *Renée France de Carvalho* traz histórias em comum, revelando outros aspectos fundamentais de suas trajetórias (VIANNA, M. de A. G.; CARVALHO, R. L.; CASTRO, R. P. [orgs.]. *Renée France de Carvalho: uma vida de lutas*. Editora Fundação Perseu Abramo, 2012). Militares de esquerda como Rui Moreira Lima, Fortunato Câmara de Oliveira, Jacob Gorender, dentre outros, publicaram livros sobre suas memórias. Um caso extraordinário é o do nosso colaborador Carlos Joaquim Magalhães, que criou uma editora nos fundos da sua casa e publicou seus próprios livros. Sobre o tema, indico *Recordações de um oficial de Marinha e Acerto de contas* (MAGALHÃES, C. J. *Recordações de um oficial de Marinha*. Período: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. Rio de Janeiro: Bel-Ami, 1988; MAGALHÃES, C. J. *Acerto de contas* [memórias de um dentista-escritor]. Período: de Getúlio Vargas a Fernando Collor. Rio de Janeiro: Bel-Ami, 1993).

militar de esquerda, o debate “esquerda *versus* direita” apresentava-se em sequência, chegando até o final do século XX e início do século XXI, com a atualização da dualidade significando franca contraposição ao neoliberalismo e à globalização. Um indício nessa direção está na entrevista concedida¹⁰ por Nelson Werneck Sodré – a mais expressiva liderança intelectual militar de esquerda, que inspirou e referendou a indicação de todo o grupo entrevistado – por ocasião do lançamento de seu livro *A farsa do neoliberalismo*¹¹.

Por meio das primeiras leituras de narrativas de militares de esquerda, parecia esperado que os futuros entrevistados afirmassem, unanimemente, a necessidade dos direitos de cidadania para todos, a priorização de políticas sociais sobre as lógicas econômicas privatizantes, o desenvolvimento do mercado interno massivo para distribuir renda e capacidade de consumo para as grandes massas marginalizadas. Enfim, a transformação da democracia política em uma democracia com conteúdo social, de igualdade, de liberdade e de fraternidade. Ideais que (como ressaltou Sader, em sintonia

10. “Veja: O que há de tão incômodo no neoliberalismo, a ponto de invadir sua aposentadoria?”

Sodré: O fato de se mostrar como uma nova ordem mundial, dando-se ares de unanimidade. Isso é um embuste. Nem Hitler conseguiu universalizar a nova ordem lá dele. Quando acontece algo assim, é caso de perguntar por quê. As grandes farsas políticas sempre têm por trás as mais sólidas razões. Com essa onda neoliberal, depois da queda do Muro de Berlim e do esfacelamento da União Soviética, eles acham que o mundo é deles, sem mais riscos, sem competição, sem interesses divergentes, sem conflitos, nada para atrapalhar.

Veja: Eles, quem?

Sodré: Os países ricos. Dali saiu a nova ordem, segundo a qual o mercado regula tudo, dita regras de funcionamento da sociedade ao redor do mundo, um mundo providencialmente despolitizado. Acontece que eles estão bem instalados no mercado. Os outros, não. Nós, por exemplo, não estamos. Trata-se, portanto, de um regime internacional baseado numa igualdade em que um grupo tem domínio sobre os outros. Para deixar que atue livremente a lógica do mercado, é preciso abolir até os princípios de soberania nacional. Como levar a sério uma nova ordem internacional que tem cheiro de colonialismo?” (CORRÊA, M. S. “Entrevista: Nelson Werneck Sodré”. *Veja*, ano 28, n. 39, set., 1995, pp. 7-10).

11. SODRÉ, N. W. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995.

com as primeiras narrativas), apesar de nascidos no século XVIII, não encontraram no capitalismo possibilidades de realização.¹² Será que no grupo militar a ser entrevistado haveria ideias de esquerda tão homogêneas e coesas? De que maneira tais ideais estariam vivenciados em experiências de vida distintas, porém de alguma forma compartilhadas? Eis algumas perguntas que somente o trabalho de campo poderia confirmar ou refutar. Foi esta a última tarefa, uma das maiores e mais instigantes aventuras, que uma iniciante pesquisadora em história oral (ou oralista, como preferia falar o nosso professor) poderia experimentar. A ela dediquei praticamente todos os meus esforços e recursos, nos anos de mestrado e nas três décadas seguintes.

Nessa jornada, tive a companhia do meu professor orientador, grande historiador e oralista, José Carlos Sebe Bom Meihy (e das entrevistas feitas por ele aqui reunidas com as que realizei). Somou-se ao nosso percurso o amigo Silvio Tendler, um dos maiores cineastas e documentaristas brasileiros, que realizou *Militares da Democracia: os militares que disseram não*, também entrevistando alguns dos nossos colaboradores por ocasião dos cinquenta anos do golpe de 64, em 2014. Nesta coleção, apresento depoimentos que fazem parte do roteiro do filme em sua versão literária para destacar as entrevistas feitas. Há outra entrevista com o próprio Silvio Tendler em que ele fala sobre longos processos de produção e de recepção desse e de outros projetos audiovisuais, mencionados também pelos entrevistados no trabalho de campo. Além disso, neste grupo de pesquisa tivemos a presença da historiadora e oralista Suzana Lopes Salgado Ribeiro, amiga de longa data no NEHO/USP. Realizamos juntas a entrevista com o nosso professor sobre a sua vida e seu processo de produção de entrevistas em história oral. Também estiveram conosco dois estudantes da Universidade de São Paulo, jovens pesquisadores voluntários de iniciação científica na área de História, que contribuíram imensamente com seus estudos para a finalização deste livro: Felipe Dogue Magaña e Nicolas de Oliveira Cardoso. Juntou-se à nossa equipe a amiga e historiadora Caroline Barbosa Silvério, pelo fato de trabalharmos por muitos anos no Arquivo Histórico-Cultural do ABC, ação estratégica da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do ABC (PROEC-UFABC). Nesse processo, produzimos conhecimento

12. SADER, E. Op cit., pp. 194-195.

com a comunidade sobre oralidade, narrativas biográficas, história cultural, pública e comunitária e literatura. A partir de histórias de vida, trabalhamos com a temática da repressão ditatorial e as lutas dos movimentos sociais e sindicais por anistia no contexto da abertura política e da redemocratização. Refletimos sobre como as ações do regime ditatorial e, em contrapartida, dos movimentos sociais se desdobram até a atualidade. Em um trabalho coletivo, buscamos compreender o que significou estar à esquerda das Forças Armadas no Brasil no século XX, por meio das próprias histórias de vida dos que vivenciaram essa experiência. Histórias de vida as quais tivemos a oportunidade de ajudar a construir, entre práticas de pesquisa histórico-antropológica e de escrita literária. Nosso desejo é expressar a riqueza do processo de investigação e de conhecimento de vivências marginalizadas pelas instituições. As histórias de vida são um modo de fazer história, literatura e garantir minimamente um cotidiano democrático em um país cuja democracia foi interrompida e segue inacabada, sempre incompleta.

Histórias de vida e narrativas biográficas

Ao iniciar esta pesquisa, optei pela história oral de vida porque estava consciente de que esta diferiria das outras abordagens teórico-metodológicas, sendo a maneira mais pessoal e subjetiva de registro de experiências. Não buscava simplesmente *informações*, nem propunha revelar totalmente a identidade de um grupo com base no que ouvi de uma pequena parcela de entrevistados, em relação aos milhares que foram expulsos das Forças Armadas, em decorrência dos Atos Institucionais publicados após o golpe de 64.¹ A história oral de vida, em nosso grupo de pesquisa, foi trabalha-

1. Para compreender a escalada dos Atos Institucionais e os expurgos da ditadura sob o governo do General Castelo Branco (com elevado número nas Forças Armadas) na época da ditadura, além dos três volumes do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final – As atividades da CNV, as graves violações de direitos humanos, conclusões e recomendações*. V. 1, Brasília: CNV, 2014; BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final – Textos Temáticos*. V. 2 Brasília: CNV, 2014; BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final – Mortos e Desaparecidos Políticos*. V. 3, Brasília: CNV, 2014), indico mapas, textos, mídias e verbetes do *Atlas Histórico do Brasil*, o qual tive a oportunidade de contribuir como pesquisadora em sua primeira versão impressa, em formato de fascículos encartados na revista *Isto É* e em CD Rom, enquanto realizava as investigações para este trabalho. O *Atlas* está atualizado e disponível no site do CPDOC/FGV (JOFFILY, B. “A escalada dos Atos institucionais da ditadura/A ‘eleição’ do general Médici/O governo Médici – militarização”. In: *Atlas Histórico do Brasil*. CPDOC/FGV. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/de-castelo-branco-medici-1964-1975/mapas/escalada-dos-atos-institucionais-da-ditaduraa>. Acesso em: 13/9/2024; JOFFILY, B. “Expurgos da ditadura sob Castelo Branco/Intervenções nos sindicatos no ano do golpe/Governo Castelo”. In: *Atlas Histórico do Brasil*. CPDOC/FGV. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/de-castelo-branco-medici-1964-1975/mapas/expurgos-da-ditadura-sob-castelo-branco-intervencoes>. Acesso em: 13/9/2024). Há também

da como mais do que uma técnica de trabalho de campo. A partir das contribuições do diálogo com a antropologia e a psicologia social, problematizavam-se teórica e metodologicamente as implicações intersubjetivas na produção do conhecimento, desde a própria escolha do tema e dos encaminhamentos sobre o trabalho de campo. Tais elementos evidenciam as complexas relações e agenciamentos entre pesquisadores/as e entrevistados colaboradores, não mais considerados como informantes. Para além de informações gravadas, considera-se qual a perspectiva e o contexto do tipo de conhecimento produzido, o conjunto da interação no trabalho de campo, as condições de realização da gravação, a legitimação do texto escrito com características literárias e de entrelaçamento de ambas as subjetividades. Trata-se de uma aproximação à maneira mais contemporânea de se pensar e fazer etnografia do que do trabalho sociológico tradicional. Realizei – assim como meu professor fez a partir das suas primeiras entrevistas com o grupo, pelas quais orientou-me a conduzir outras – um trabalho a partir da história oral de vida que visa trazer, ao campo da história contemporânea brasileira, narrativas biográficas² mais próximas de um discurso antropológico e literário. A questão fundamental é escutar

a versão do livro impresso digitalizado (JOFFILY, B. *Atlas Histórico – Brasil 500 Anos*. São Paulo: Três Ed., 1998. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=AtlasHistorico&pagfis=4>. Acesso em: 13/9/2024.

2. Narrativas biográficas e autobiográficas feitas por sujeitos e profissionais da história, da antropologia, da sociologia, da literatura e do jornalismo literário, indistintamente, sempre fizeram parte da minha formação como leitora e como pesquisadora. As narrativas biográficas, além da área de história, são trabalhadas e discutidas na área de antropologia há bastante tempo tanto como objeto de estudo quanto como uma escrita etnográfica. Para balanço acerca das biografias e autobiografias e das narrativas biográficas e das histórias de vida como possibilidades de compreensão e de escritas antropológicas, sugiro a leitura de “Biografias e Autobiografias, sem Adjetivos” (MEIHY, J. C. S. B. “Biografias e Autobiografias, sem Adjetivos”. In: KAMENSKY, A. P. S. O.; MEIHY, J. C. S. B. [orgs.]. *Olhares & escutas: história oral e audiovisual das experiências de quem educa na periferia de São Paulo*. São Paulo: Editora Pontocom, 2016, pp. 14-20), *Uma trajetória, em narrativas* (KOFES, S. *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas: Mercado das Letras, 2001) e *Vida & grafias* (KOFES, S.; MANICA, D. [orgs.]. *Vida & grafias: narrativas antropológicas entre biografia e etnografia*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2015).

o indivíduo em sua performance narrativa e em sua versão de como os acontecimentos históricos se desenrolaram.

Acreditava, desde o início da pesquisa na década de 1990, que assim agia contra o fato consumado de que o compartilhamento da experiência vivida não tinha mais relevância em nossa época contemporânea, marcada pelas velozes mudanças sociais e tecnológicas. A partir das leituras de Benjamin, pensava também nas transformações da historiografia contemporânea a qual comecei a ter contato durante o Bacharelado e a Licenciatura em História, com os debates acerca da história imediata, da história do tempo presente, da história cultural, da história antropológica, da história política, da história militar, da história oral, da história do cotidiano e da vida privada, da escrita da história, da imaginação histórica nas relações entre história e literatura, entre outros.³

3. A chegada no Brasil do estudo e do debate em torno dessas transformações teóricas e metodológicas da área de História já vinha da década de 1970, ao final da ditadura, com alguns livros traduzidos da historiografia francesa (LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. 3 vols., Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1976; VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília, DF: Editora UnB, 1982; FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972; FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977; FOUCAULT, M. [org.]. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; FOUCAULT, M. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978; FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979; FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981; PERROT, M. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Artes de Fazer. V. 1, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994; CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Morar, cozinhar. V. 2, Petrópolis, RJ: Vozes, 1996). Há também as obras vinculadas à Micro-história que abordam o assunto (GINZBURG, C. *O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987; DAVIS, N. Z. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987). Livros sobre a História Social Inglesa também instigam discussões de ordem teórica e metodológica (THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; HOBBSBAWM, E., *A era das revoluções; A era do capital; A era dos impérios; A era dos extremos*. 4 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra [1981, 1982, 1988, 1995]; HOBBSBAWM, E. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998). Além dos

Por isso, além da perspectiva teórico-metodológica da história oral, adotei o conceito de *história do tempo presente*, consagrado com a criação do Instituto de História do Tempo Presente, em 1978, na França,⁴ a partir da

trabalhos citados, havia outras leituras obrigatórias no curso de História, muitos textos originais em francês, inglês e espanhol. No início da década de 1990, começam a circular no Brasil os livros organizados por Jacques Le Goff (LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990) e Lynn Hunt (HUNT, L. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992). Estas são obras que popularizaram ainda mais os debates sobre a renovação da historiografia contemporânea, principalmente de influência francesa, com a Escola dos Annales, em diálogo com a historiografia e antropologia estadunidense e seu destaque para a cultura e do cotidiano, que já vinham sendo formulados desde o pós-guerra. Tais discussões impactaram a minha geração, que apenas conhecia abordagens mais críticas da história contemporânea do Brasil e da história oficial da época da ditadura por meio de testemunhos, biografias e autobiografias.

4. À época, a história imediata e a história do tempo presente eram compreendidas como campos de atuação que poderiam convergir ou divergir. No clássico artigo de Jean Lacouture sobre a história imediata, este a caracteriza como sendo aquela em que o pesquisador participa em tempo real dos acontecimentos que está documentando e analisando: “Próxima, participante, ao mesmo tempo rápida na execução e produzida por um ator ou uma testemunha vizinha do acontecimento, da decisão analisada – tal seria a operação histórica que queremos considerar aqui” (LACOUTURE, J. *A história imediata*. In: LE GOFF, J. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp. 215-240). Outro reconhecido historiador, Roger Chartier, definiu características em relação ao trabalho em história do tempo presente que o aproximam do realizado em história imediata: “(...) o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é pois o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e dos homens e mulheres cuja história ele escreve.” (CHARTIER, R. “A visão do historiador modernista”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. [orgs.]. *Op. cit.*, p. 216). Destaco mais uma obra que marcou os debates no Brasil sobre a história do tempo presente e um artigo que escrevi detalhando essas discussões e suas implicações: *Questões para a história do presente* (CHAUVEAU, A. & TÊTART, P. [orgs.]. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999) e “Imagens e sons de histórias do tempo presente e imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História” (SANTOS, A. P. “Imagens e sons de histórias do tempo presente e imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História”. *Revista de História Re-*

influência e do aprofundamento de questões levantadas na área de História pela renovação historiográfica que atravessou o século XX. Desse modo, busco compreender o passado a partir das questões do presente. Entendia, à época, como o historiador F. Bédarida, que a história do tempo presente é uma história inacabada, em constante movimento, reflexo das comoções em andamento que encaramos à nossa frente e, desse modo, objeto de uma renovação infinita.⁵

Por pressuposto e de forma engajada, as fontes orais seriam documentos imprescindíveis para a construção histórica das várias camadas do tempo presente que, como afirmou a historiadora contemporânea espanhola M. Vilanova, mais que mostrar outros ângulos de visão para a história, antes não imaginados, abrimos caminhos para o invisível. Isso possibilita projetar ações concretas para resolver os problemas da sociedade.⁶

Não eram e não são poucos, porém, os que discordam dessa abordagem que atribui à prática de história oral um modo possível de elaboração de uma história do tempo presente, a partir de suas especificidades. Há também um caráter de reação contra a “destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal a das gerações passadas – (...) um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX”.⁷ Passadas três décadas, muitos pesquisadores ainda reconhe-

gional). Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2240/1723>. Acesso em: 12/9/2024.

5. BÉDARIDA, F. “Tempo presente e presença da história”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). Op. cit., pp. 221, 229. Para um debate sobre o tempo presente em outra perspectiva, leia *Regimes de historicidade* (HARTOG, F. *Regimes de historicidade – Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013). E para uma visão crítica dessa perspectiva tão popular na área de História na atualidade, vide o artigo de Caio F. Barbosa, “O presentismo e a urgência do presente” (BARBOSA, C. F. “O presentismo e a urgência do presente”. *História da Ditadura*, 26 jun. 2023. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/o-presentismo-e-a-urgencia-do-presente>. Acesso em: 12/09/2024).

6. M. Vilanova, em conferência já citada.

7. Hobsbawm, E. (op. cit., p. 13) afirma: “Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros

cem a história oral de vida e as narrativas biográficas apenas como outro meio de obtenção de informações pelos pesquisadores. Equiparam-nas a outras fontes documentais concernentes a uma abordagem qualitativa realmente legítima se relacionada a dados quantitativos.⁸ Já em um primeiro trabalho sobre história oral de vida de mulheres faveladas, entretanto, tinha como evidente que, certamente, a designação da história oral de vida como *abordagem qualitativa* é apropriada, mas não devido à mera obtenção de *informações* complementares a dados quantitativos. Com esse procedimento, muitas vezes o(a) pesquisador(a) apenas seleciona trechos dos depoimentos que justifiquem ou questionem os números levantados ou os fatos históricos já consagrados, denotando uma pretensa cientificidade tornada falsa se não compreendemos a história oral enquanto construção histórica da experiência pessoal, que deve ser valorizada, exatamente porque representa a dimensão cotidiana do fazer histórico.⁹ Para justificar a opção pela história oral e a construção de histórias de vida em diálogo entre história, antropologia e literatura, a inspiração estava em vários autores e autoras que consideraram como a fidelidade aos fatos poderia ser dispensada. Isso ocorre porque a versão pessoal, a forma pela qual o colaborador narrou (sua performance) e quais acontecimentos quis deixar para a posteridade são questões interpretativas mais significativas, bem como ajudam a compreender outras dimensões da realidade social. Nesse sentido, trilhei caminhos antes percorridos por estudiosos como Ecléa Bosi. No clássico *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, a autora expressa a mesma proposição que eu mesma desejava ter no decorrer desta pesquisa, ressaltando o que foi lembrado para

esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm que ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores”.

8. Todavia, Ecléa Bosi, a partir da perspectiva da psicologia social, já apontara uma diferença entre o que é a narrativa a partir da história oral de vida e a informação: “A informação só nos interessa enquanto novidade e só tem valor no instante que surge. Ela se esgota no instante em que se dá e se deteriora. Que diferente a narração! Não se consoma, pois sua força está concentrada em limites como a da semente e se expandirá por tempo indefinido.” (BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1987, p. 45).

9. SANTOS, A. P. dos. Op. cit., pp. 19-20.

questionar os livros de história tradicionais e os documentos oficiais. Ou mesmo Alessandro Portelli, famoso pesquisador em história oral que, em sua época, definiu a especificidade da história oral como prática que representa a emergência de múltiplos significados sobre os eventos, mas também sobre o que se queria fazer, o que se acreditava e se pensava estar fazendo.¹⁰

10. “A história oral de vida é o retrato oficial do depoente. Nesta direção, a verdade está na versão oferecida pelo narrador que é soberano para revelar ou ocultar casos, situações e pessoas. (...) Afinal, este tipo de verdade constitui um dos eixos de nossa realidade social.” (MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*, op. cit., pp. 35-36). A esse respeito, nosso professor também indicava a leitura de um livro popular, clássico e premiado da literatura latino-americana, feito pelo poeta, narrador, ensaísta, etnólogo e político cubano, Miguel Barnet, em 1966. Em sua introdução, afirmou sobre o testemunho de Esteban, um idoso, cubano, negro e ex-escravizado: “Não há dúvida de que muitos de seus casos não são rigorosamente fiéis aos fatos. De cada situação, ele nos oferece sua versão pessoal. A forma como ele viu as coisas” (BARNET, M. *Memórias de um Cimarron*. São Paulo: Marco Zero, 1986, p. 12). Ainda a esse respeito, Meihy, que trata de histórias de vida de acadêmicos brasilianistas, afirmou: “(...) estava claro que lidávamos com as ‘visões oficiais’, com o ‘retrato permitido’ da história pessoal. Não buscávamos o lado oculto ou ‘não heroico’ dos depoentes, mas sim evidenciar a imagem que cada um gostaria de deixar de si mesmo para seus leitores.” (MEIHY, J. C. S. B. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990, p. 26). No Brasil, Ecléa Bosi criticava a História Oficial: “Não dispomos de nenhum documento de confronto dos fatos relatados que pudesse servir de modelo, a partir do qual se analisassem distorções e lacunas. Os livros de História que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão dos acontecimentos, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista. A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da História oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida.” (BOSI, E. Op. cit., p. 1). Alessandro Portelli, pesquisador italiano, em artigo publicado no final da década de 1990 no Brasil, e que foi referência para muitos estudos em história oral desde então, afirmou: “A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. (...) Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. (...) a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas ‘erradas’ são

Assim, muitos sujeitos históricos comuns – nem por isso sem menor credibilidade – surgiriam nas performances das narrativas produzidas. O tão em voga cotidiano na história, do qual nos falou Agnes Heller, poderia ser posto em seu devido lugar: não fora, mas no centro da história, como vida dos indivíduos. Como pontuou Michel de Certeau, práticas culturais se expressam também em lutas cotidianas, por vezes vistas como triviais, porém repletas de estratégias e táticas plurais que promovem mudanças nas estruturas sociais. Além disso, a vida privada não está completamente separada da vida pública, quando se trata de entender melhor nossa história contemporânea.¹¹ A antropóloga indiana Veena Das alertou que, ao contrário da grande mídia, que foca nos eventos catastróficos, o potencial das pesquisas antropológicas reside em apresentar como algo se transforma em crise e como eventos podem ser levados para frente e para

ainda psicologicamente ‘corretas’, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis.” (PORTELLI, A. “O que faz a história oral diferente”. *Projeto História*. 14 fev. São Paulo, 1997, pp. 31-32).

11. “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico; é a verdadeira ‘essência’ da substância social. (...) As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade. A vida cotidiana é a vida do indivíduo.” (HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 20). Menciono também *A vida cotidiana no mundo moderno* (LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991). Sobre as práticas culturais no cotidiano, indico a leitura de *A invenção do cotidiano* (CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*, vols. 1 e 2, op. cit.) e *A cultura no plural* (CERTEAU, M. de. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papyrus, 1995). Em outra vertente, mais ligada à grande influência da historiografia francesa contemporânea, o cotidiano foi abordado a partir da vida privada, em uma série de livros publicados no Brasil a partir de 1989. Houve a criação de uma coleção brasileira, contando com a participação de alguns dos maiores historiadores brasileiros responsáveis pelas transformações da área de estudos, entre eles Nicolau Sevcenko e Lília M. Schwarcz, meus professores nos cursos de História e Ciências Sociais da FFLCH/USP. Eles organizaram, com Fernando A. Novais, um dos volumes sobre o Brasil contemporâneo da *História da vida privada*. As referências de ambas as coleções, em suas versões mais recentes, são: ÀRIES, P.; DUBY, G. D. [orgs.]. *História da vida privada*. 5 vols. São Paulo: Cia. de Bolso, 2009; NOVAIS, F. A. [org.]. *História da vida privada*. 4 vols. São Paulo: Cia. de Bolso, 2018/2023.

trás no tempo. Da mesma forma que a autora, acredito que ser capaz de documentar os eventos no cotidiano se relaciona diretamente com isso. Nas escrituras de narrativas biográficas histórico-literárias feitas para nossas pesquisas houve reinvenção a partir dos vestígios daquela autocriação mútua nos registros do cotidiano de lutas políticas com os militares de esquerda na virada do século. Houve um engajamento nas tarefas da memória por parte de todos nós, enquanto o cotidiano e a vida se reagregavam no compartilhamento dos fazeres coletivos e das partilhas de histórias de vida entrelaçadas. A exemplo de Veena Das, penso que a vitalidade do cotidiano de lutas e de memórias construídas em comum pode ajudar a forjar sujeitos éticos no interior do que é o ordinário em nossas vidas.¹²

Os indivíduos que fazem parte de nosso trabalho, narrando suas vidas cotidianas, poderiam ser cidadãos comuns, mas, ao construirmos suas histórias de vida, são as personalidades centrais dos acontecimentos históricos. A percepção de que o narrador faz parte da história, inclusive porque a conta, veio de W. Benjamin,¹³ autor no qual encontro a narrativa como valorização da experiência humana. Com essa perspectiva, não pretendo forjar novos “heróis”: apenas reconhecer que qualquer colaborador é tão importante como agente histórico quanto os líderes ou os governantes reconhecidos pela “memória militar” e a “história oficial” até então estabelecidas. Suas narrativas performatizadas também possuem significados e funções políticas.¹⁴

12. DAS, V. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2020, pp. 288-289.

13. BENJAMIN, W. “O narrador”. In: *Walter Benjamin, obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 4. ed. V. 1. São Paulo. Brasiliense, 1990, pp. 197-221.

14. Esse debate sobre múltiplos significados e a função política das narrativas já era bastante desenvolvido nos Estados Unidos, como mostra o diálogo entre Ronald Grele, famoso pesquisador na área de história oral na Universidade de Columbia, e Kristin Langellier, pesquisadora renomada de estudos culturais, feministas e de gênero, da Universidade do Maine (LANGELLIER apud GRELE, 1991, p. 12): “Todas las narraciones personales tienen una función política, ya que originan una determinada manera de ver el mundo que privilegia unos determinados intereses (historias y significados) sobre otros, tengan o no contenido político explícito. Para desentrañar la ideología en la narración personal se requiere un análisis de la estructura y significados profundos, dentro un discurso de textos y participantes múltiples... Contar narraciones personales puede legi-

Acima de tudo, gostaria de fugir do que a maior parte dos trabalhos baseados na história oral realizaram até então. Nas palavras de Ronald Grele, um dos grandes historiadores orais estadunidenses, há um risco de oscilação entre os extremos de um populismo entusiasta (o historiador desaparece para dar voz ao “povo”) e uma concepção tradicional de historiografia “objetiva” (o historiador/autor assume uma posição privilegiada como intérprete das interpretações de seus entrevistados).¹⁵

Desde o início do trabalho de campo com o grupo de militares de esquerda, estive presente na construção e no direcionamento do que significariam as narrativas elaboradas. Ambos os lados, de quem entrevistou e o dos entrevistados, fizeram suas performances, foram autores das histórias de vida e não deixaram de ter suas ideologias e paixões explicitadas, desde a escolha do tema da pesquisa até a própria transformação do documento oral para o documento escrito. Isso pode ser notado nos conceitos adotados para designar o grupo como *colaboradores*: “nome dado aos depoentes que têm seu papel mudado, deixando de ser meros *informantes, atores, objetos de pesquisa*.”¹⁶

timar significados dominantes o resistir significados dominantes en una transformación de significados.” (GRELE, R. J. “La historia y sus lenguajes en la entrevista de historia oral: ¿quién contesta a las preguntas de quién y por que?”. *Historia y Fuente Oral*, n. 5, 1991). Importante destacar que esses trabalhos e debates eram frequentemente trazidos ao NEHO/USP pelo nosso professor no início da década de 1990. Tornaram-se pauta do que é exaustivamente discutido e citado até a atualidade no campo da história oral.

15. GRELE, R. J. Op. cit., pp. 11-12.

16. MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. Op. cit., p. 67. É importante destacar que, no início da década de 1990 no Brasil, a definição das pessoas entrevistadas em um projeto de pesquisa como “colaboradoras” e não como “informantes” abria o campo para a transformação das relações de poder entre entrevistados e entrevistadores. Questionava-se, por exemplo, que os pesquisadores deveriam ser aqueles que teriam o monopólio de avaliar e selecionar o tipo de “informação” documentada pela história oral. Além disso, discutia-se se os vestígios da história oral eram de maior ou menor relevância para o resultado de uma pesquisa. Alguns autores com uma visão mais positivista ou cientificista, por exemplo, deixaram transparecer certa frustração quando os entrevistados não correspondiam às expectativas, baseadas no uso tradicional da história oral voltado à “objetiva” reconstrução do passado. Essa relação com o outro, de antiga tradição sociológica e antropológica, já era problematizada, especialmente devido à influência das reflexões da antropologia cultural e da psicologia social, incorporadas por autores brasileiros, como

Outro termo que surgiu coletivamente e a partir da indicação dos colaboradores foi *nacionalistas*, conceito matizador da afinidade política de esquerda deste grupo militar, como veremos mais adiante.

No início da pesquisa, compreendi que cabia a nós, historiadores, produzir novas documentações e possibilidades de trabalho em conjunto com os grupos envolvidos. Por isso, foi importante considerar as experiências de estudiosos que afirmaram como os testemunhos elaborados e divulgados constituem o principal eixo da pesquisa participante, prática em que a colaboração acadêmica se vê confrontada com a urgência de se fazer uma história pública imersa na chamada virada testemunhal e decolonial do saber histórico no contexto contemporâneo.¹⁷ Essa postura foi inicialmente inspi-

Meihy que relatava procedimentos e visões diversas: “A *Moderna História Oral* quer romper com a prática que elege, exclusivamente, os objetos de estudo a partir de determinados fatores presos ao gosto intelectual e acadêmico. É porque na *legítima História Oral* o ‘outro’ é considerado como o narrador *par excellence*, como parte inerente e integrante do processo de produção da fonte e do conhecimento que se valoriza o entrevistando e a narrativa como sujeito, em si da operação. É por isto que a História Oral é mais democrática e comprometida e também aponta para um índice de liberdade das ‘verdades’ defendidas pela ‘ciência’ tradicional. Ela é, em decorrência disto, ‘pública’ exatamente por fechar seu círculo de produção no triângulo: entrevistador, entrevistando e comunidade que gerou o ‘fato’ contemplado. O seu compromisso primeiro e último, pois, é com a colônia que a justifica e não com a academia.” (MEIHY, J. C. S. B. “História e memória ou simplesmente história oral?”. *Anais do Encontro de História e Documentação Oral*. Universidade de Brasília, 25 e 26 de novembro de 1993. Brasília, UnB/FA/CID, 1994, pp. 5-11). É relevante apontar esses documentos acadêmicos para conhecer a origem de muitos debates e práticas divergentes em torno da realização de entrevistas e sua utilização como documento histórico, sobretudo na área de história oral, na qual, com o tempo, a prática e o debate, muitos pesquisadores mudaram – e até aprimoraram – suas perspectivas de trabalho de acordo com as transformações das Humanidades na virada do século.

17. Meihy, em trabalhos já citados, defendeu a necessidade de uma história pública no Brasil, inspirado nas tradições universitárias dos EUA e da Austrália, mencionadas por M. Frisch, que também se baseou nelas para novas experiências nessa direção na Grã-Bretanha, onde lecionava. Sobre o tema, sugiro as leituras de *Canto de morte Kaiowá* (MEIHY, J. C. S. B. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991) e *Usos e abusos da história oral* (FRISCH, M. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. [orgs.]. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996). Sob essa inspiração e orien-

rada principalmente por Meihy, Bosi e Portelli, entre outros, que ampliaram o campo da história. Tais autores e autoras valorizam a experiência de vida de membros da população em geral como agentes históricos e não somente personalidades de destaque na vida pública. Nessa perspectiva, os entrevistados são pessoas que precisam ser ouvidas porque têm uma história própria; não são meros “documentos desconhecidos” para a reconstrução de um passado determinado *a priori* pelos historiadores ou outros pesquisadores.

tação, publiquei meu primeiro livro, também em 1996. Trata-se da obra *Ponto de vida* (SANTOS, A. P. dos. *Ponto de vida: cidadania de mulheres faveladas*. Op. cit.). Sobre testemunhos, ao tratar dos gêneros já conhecidos em história oral – história oral de vida, história oral temática e tradição oral – Meihy menciona o gênero testemunhal como pertinente aos grupos e comunidades que passaram por experiências de traumas coletivos como deslocamentos e regimes autoritários. As narrativas biográficas a partir das histórias de vida podem se aproximar da história oral testemunhal quando os colaboradores entrevistados compartilham vivências e resistências em torno de traumas coletivos como os decorrentes de ditaduras, conforme destaca Meihy em “História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: Entrevista” (MEIHY, J. C. S. B. “História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: Entrevista a Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho”. In: MARANHÃO FILHO, E. M. de A.; ROVAI, M. [orgs.]. *Memória Escrita e Memória Oral: Desafios Interpretativos. História Agora*, São Paulo, n. 9, p. 190-195, 2010). Outra referência interessante de leitura é *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico* (SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Ed. Unicamp, 2022).

Uma rede de colaboradores entrevistados

Munida dessas primeiras delimitações teóricas, parecia possível determinar com precisão, de acordo com os procedimentos da história oral criados e ensinados pelo nosso professor, a colônia a ser entrevistada. A colônia é um grupo abrangente – *os militares da esquerda brasileira* – conceituado a partir de características próprias que o distingue de outros. Esse grupo de entrevistados – assim como qualquer outro – apresentaria, por meio das narrativas, a organização argumentativa de uma problemática peculiar a ele, uma *comunidade de destino*.¹

É possível notar semelhanças do trabalho de campo em história oral e a etnografia em antropologia com o da psicologia social, quando Ecléa Bosi explicita o elevado e inevitável envolvimento com o grupo cujas histórias de vida são registradas. Além disso, a relação intersubjetiva indica quais são as consequências objetivas e subjetivas dessa rica experiência em nossas vidas e, por conseguinte, em nossa pesquisa. É por meio dessas múltiplas performances de *vidas em movimento* que o trabalho de campo em história oral dialoga prática e teoricamente com história, antropologia, psicologia social e, mais tarde, em psicologia política.²

Caracterizar o grupo mais abrangente é apenas o primeiro passo em direção ao trabalho de campo de história oral. Seus diversos membros po-

1. “(...) é preciso que se forme uma *comunidade de destino* para que se alcance a compreensão plena de uma dada condição humana. *Comunidade de destino* já exclui, pela sua própria enunciação, as visitas ocasionais ou estágios temporários no *locus* da pesquisa. Significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados.” (BOSI, E. Op. cit., p. 2).

2. HUR, D. U. *Discursos do trânsito da guerrilha ao Estado neoliberal: estratopolítica, tecnopolítica e nomadopolítica*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, 2009.

dem constituir variadas redes, especificando-se em diversas facetas, em uma variedade de entrevistados. Meu interesse fez com que nosso professor fornecesse para transcrição uma entrevista já realizada com o Brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira, a fim de que eu a complementasse. Desejava também encontrar meios para contatar o Coronel Kardec Lemme, uma liderança do grupo de militares da esquerda brasileira, que possibilitou a montagem de uma rede. Foi por intermédio de indicações deste último, sancionadas pelo seu amigo, famoso militar de esquerda, General Nelson Werneck Sodré, que cheguei ao conjunto de colaboradores. Somente graças ao seu empenho em me apresentar e recomendar aos seus colegas, pude ser considerada apta para registrar as histórias pessoais.³

Tais histórias de vida eram entrelaçadas e compartilhadas coletivamente desde o início da pesquisa, porque vinham de um *ponto zero* e em sua maioria orbitavam em torno de outra instituição comum, além da corporação militar: a Associação Democrática e Nacionalista de Militares – ADNAM.⁴ Ao

3. Nosso colaborador entrevistado Delcy Silveira, militar comunista ex-combatente na Guerra Civil Espanhola, destacou como ficou feliz com o que Nelson Werneck Sodré escreveu a ele, depois de ler sua narrativa biográfica para esta pesquisa, o que, certamente, legitimou e encorajou outros entrevistados: “Rio, 01-08-96. Prezado Delcy Silveira, O nosso velho amigo e companheiro Fortunato de Oliveira me fez a gentileza de entregar o teu excelente trabalho, o relato de tua vida, particularmente com o período da luta, na Espanha, em defesa da República contra a agressão nazista. O teu relato me prendeu a atenção desde as primeiras linhas: desprezioso, sincero, verdadeiro, foi mais um serviço teu ao Brasil, prestado com a devoção, o entusiasmo, o calor humano que só um homem do teu caráter e da tua têmpera poderia prestar. Um abraço muito amigo do Nelson Werneck Sodré” (Carta de N. W. Sodré para D. Silveira, agosto de 1996).

4. A Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM) substituiu a Associação dos Militares Cassados (AMIC), fundada na década de 1980, que agregaria, posteriormente, a Associação dos Militares Anistiados (AMINA). Com sede no Rio de Janeiro, seu acervo foi transferido para o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – CEDEM/UNESP, em São Paulo, em 2012. Para saber mais sobre o assunto, consulte o artigo de Barletta e Celso (BARLETTA, J.; CELSO, A. “Acervo da ADNAM – Associação Democrática e Nacionalista de Militares. Documentos inéditos da década de 1980 são disponibilizados para consulta no Cedem”. *CEDEM*, 02 abr. 2012. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#/noticia/41/acervo-da-adnam---associacao-democratica-e-nacionalista-de-militares/> Acesso em: 15/9/2024.

interpelar a rede de militares de esquerda sobre vida, atuação política dentro e fora das Forças Armadas, assim como suas consequências no desenvolvimento de trajetória profissional e pessoal, eu poderia obter um panorama do cotidiano das pessoas que vivenciaram, de maneira muito *sui generis*, a história contemporânea brasileira. As narrativas, mesmo contemplando performances, experiências e pontos de vista distintos, tenderiam a se completar mutuamente. As histórias de vida argumentariam coletivamente diante de uma problemática comum, que foi tomar parte de um grupo marginalizado e punido, política e profissionalmente, em razão de posicionamentos considerados de esquerda no interior de uma instituição estratégica e peculiar como as Forças Armadas.

O Coronel Kardec Lemme, residente na cidade do Rio de Janeiro, enviou-me listas com os primeiros nomes e endereços a serem contatados, depois de vários telefonemas em que expliquei os objetivos do projeto e falei sobre o envio deste pelo correio. Nas primeiras conversas, estabelecemos uma empatia quase imediata, um sentimento comum de necessidade de realizar o trabalho, fundado basicamente em dois pontos: minha identificação pessoal e política com as ideias de esquerda, explicitadas desde o início, e a urgência de tornar públicas trajetórias que, não fosse a história oral, seriam futuramente estudadas por uma única ótica, a dos vencedores, com seus documentos oficiais e depoimentos já publicados.⁵

5. No início da década de 1990, já havia um enorme debate sobre as implicações éticas e políticas acerca dessa postura militante e de engajamento em diversos trabalhos com narrativas biográficas, histórias de vida e testemunhos realizados até então, nos quais as mulheres e as feministas eram pioneiras, como pesquisadoras e como protagonistas. Os trabalhos com entrevistas emergem em um contexto internacional de lutas dos movimentos sociais por democracia e de efervescência feminista em torno do conceito de gênero, na virada da década de 1970 para a de 1980. É pelos movimentos sociais e pela história oral que cheguei às histórias das mulheres e ao feminismo e, por fim, a uma história oral feminista. O professor José Carlos S. B. Meihy, um dos precursores da História Oral na academia nas disciplinas que ministrava no Departamento de História da FFLCH/USP, trazia-nos de início os testemunhos das pessoas exiladas, imigrantes forçados porque enfrentaram a ditadura, sobretudo, a memória das mulheres no exílio. Cito duas obras que explicitam o assunto e, sem dúvida, contribuíram com testemunhos de exilados para as mobilizações contra a ditadura (CAVALCANTI, P. C. U.; RAMOS, J. [orgs.] *Memórias do exílio, Brasil 1964-19??*. V. 1. de muitos caminhos.

Apesar de selada nossa estreita ligação pela comunhão de propósitos, o Coronel Kardec Lemme inicialmente deixou evidente a intenção de não conceder uma entrevista sobre sua história de vida. Alegou impedimento por manter uma atuação política próxima e destacada, por intermédio da ADNAM no Clube Militar, junto a militares de direita que até bem pouco tempo antes eram seus perseguidores e carcereiros. Em sua opinião, uma narrativa de história de vida comprometeria negociações relacionadas à defesa das bandeiras nacionalistas e antigovernamentais articuladas por ele nos fóruns de discussão militares em que participava ativamente. Tudo o que poderia saber sobre sua trajetória estaria disperso em alguns livros, nos

São Paulo: Livramento, 1978) e *Memórias das mulheres do exílio* (COSTA, A. de O.; MORAES, M. T. P.; MARZOLA, N.; LIMA, V. R. [orgs.] *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980). O tema da mulher e dos feminismos, a partir de biografias, diários, histórias de vida e testemunhos, integra ainda outros livros que discutem a situação das mulheres negras e indígenas na América Latina e suas lutas em comum por sobrevivência no Brasil na Bolívia, na República Dominicana, na Guatemala: *Quarto de despejo* (JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo*. Diário de uma favelada. Edição Comemorativa 1960-2020, São Paulo: Ática, 2020), “*Se alguém quiser saber...*” (VIEZZER, M. “*Se alguém quiser saber...*” As mulheres da República Dominicana. São Paulo: Global, 1982); “*Se me deixam falar...*” (VIEZZER, M. “*Se me deixam falar...*” *Domitila*. 15 ed. São Paulo: Global, 1990); *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia* (BURGOS, E. *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1985). À época, no campo especializado da história oral nos EUA, observava-se que a declaração aberta dos objetivos militantes em uma pesquisa de história oral poderia trazer mais benefícios do que prejuízos para a produção de conhecimento histórico, ao contrário do que muitos pensam até na atualidade. Referências para este tema são os livros *Women’s words* (GLUCK, S. B.; PATAI, D. [orgs.] *Women’s words: the feminist practice of oral history*. New York, Routledge, 1991) e *Usos e abusos da história oral* (FRANÇOIS, E. “A fecundidade da história oral”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. [orgs.] *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996). E. François (1996, pp. 11-12) ressalta a validade dessa postura metodológica, afirmando: “Este exemplo bem-sucedido de história ‘participativa’, na qual o historiador é não só aquele que induz a um depoimento emancipador, mas também – contanto que se trate de um bom especialista em sua disciplina – aquele que faz com que esse depoimento não seja apenas individual e fechado sobre si mesmo, parece-me, de resto, ainda mais interessante porque leva a relativizar a conhecida antinomia entre história militante e história científica, entre finalidade cognitiva e finalidade política da história.”

documentos dos arquivos oficiais do DOPS do Rio de Janeiro – somente acessados mediante autorização pessoal – e na fala dos diversos colaboradores por ele apresentados, que entrevistei. Nada foi mais significativo do que suas palavras definitivas sobre meu pedido para entrevistá-lo: “Tudo o que eu gostaria de dizer, tenho certeza que os senhores que lhe indico o farão”. Posteriormente, ao longo de anos de conversas e anotações, nunca gravadas, bem como a checagem de outros documentos disponíveis na internet três décadas depois, eu e Nicolas de Oliveira Cardoso, um dos estudantes pesquisadores deste projeto, conseguimos construir uma narrativa biográfica histórico-literária, presente neste livro.

Nessas condições, Coronel Kardec Lemme apresentou-me à esmagadora maioria dos entrevistados, explicando a importância do “nosso” projeto em uma reunião da ADNAM. A acolhida foi favorável e calorosa: quase em coro, fui questionada se já havia conversado com o General Nelson Werneck Sodré, considerado pelo grupo o maior líder intelectual da esquerda militar brasileira. O Coronel Kardec Lemme respondeu que o General Sodré estava a par da iniciativa e era favorável a ela, estando inclusive ciente das primeiras indicações para entrevistas que ele fizera. Expliquei que fui a ele apresentada pelo próprio coronel. Sugeri a possibilidade de realizar uma entrevista. Os inúmeros livros que publicou acerca de suas memórias, entretanto, colocaram-se como obstáculo a esse intuito: em sua opinião, a própria trajetória de vida estaria suficientemente documentada. Não consegui, todavia, no decorrer do trabalho, convencê-lo a gravar algo mais propriamente sobre o tema da esquerda militar brasileira ou acerca da sua história pessoal.

Destaco nessas primeiras incursões ao campo o fato de que os colaboradores, entusiasmados, tomaram para si a realização do projeto, não apenas se dispondo a dar entrevistas, mas também cedendo outros documentos e questionando as conceituações referentes à própria identidade que eu estabelecera para o grupo.⁶ Foi assim que o nacionalismo surgiu

6. E. François (“A fecundidade da história oral”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. [orgs.]. Op. cit., p. 9) afirma: “(...) a história oral não somente suscita novos objetos e uma nova documentação (...), como também estabelece uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história. Que essa relação, diferente daquela que o historiador mantém com uma documentação inanimada, é de certa forma mais perigosa e temível, nem é preciso lembrar: uma testemunha não se deixa manipular tão facilmente

igualmente como grande aglutinador da rede a ser entrevistada, cimentando outra perspectiva. O nacionalismo explica a adesão dos colaboradores ou o automático alinhamento destes aos grupos de esquerda, muitas vezes efetuado pela própria direita militar como forma de desqualificá-los e persegui-los politicamente.

Tudo começou com o caso do Brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira ao qual enviamos a primeira versão da entrevista textualizada em anexo ao projeto de pesquisa que ela havia inspirado. Ao ler a proposta em desenvolvimento, enviou uma carta na qual defendia seu posicionamento nacionalista e de esquerda, indicando um livro de Barbosa Lima Sobrinho, advogado, jornalista e político brasileiro, como seu referencial para conceituar o que seria um nacionalista.⁷

te quanto uma série estatística, e o encontro propiciado pela entrevista gera interações sobre as quais o historiador tem somente um domínio parcial”. Já J. Le Goff argumenta: “A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos ‘neutra’ do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.” (LE GOFF, J. *História e memória*. Op. cit., p. 547). A inserção de documentos históricos, como as canções e outras formas de expressão populares nos movimentos de resistência, muitas vezes é subestimada por uma história política tradicional, como apontou José Gutman em sua narrativa biográfica, criticando o trabalho de Marly Vianna. Para apreciação dessa importante questão, sugiro os seguintes textos “Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores” (PORTELLI, A. “Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores”. *Projeto História*, São Paulo, 10 dez. 1993) e *Revolucionários de 1935* (VIANNA, M. de A. G. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992).

7. “A pergunta que me faço, sobretudo, é: o que caracteriza, principalmente, a minha luta? Como me situar, dentro das correntes em atuação que agiram ao longo desses anos todos até hoje?”

As respostas não são simples, mas têm quer ser as mais exatas possíveis, corresponderem, de modo abrangente a minha atitude perante a realidade da vida nacional dentro de um período de vida, desde estudante até hoje.

Tais observações desdobraram outras possibilidades de pesquisa em torno de uma posição, entre alguns dos militares entrevistados, em primeiro lugar, nacionalista e, em segundo lugar, de esquerda, nos termos tão bem evidenciados e justificados pelo Brigadeiro Fortunato. No entanto, na lista de indicações para entrevistas que o Coronel Kardec Lemme havia enviado, ciente de que se tratava de *histórias de vida de militares de esquerda*, o nome do Brigadeiro figura com destaque!⁸

Colocar-me, simplesmente, como de esquerda, nesse panorama político, não define com exatidão as atitudes por mim (e pelos companheiros que comigo combateram) assumidas ao longo da vida.

Louvo-me – para melhor esclarecer esse meu posicionamento dos conceitos que o Dr. Barbosa Lima expressa na sua última publicação, *Desde quando somos nacionalistas* (cujo exemplar vai junto).

Hoje, ao fazer o balanço geral das minhas atitudes, penso que o conceito mais apropriado para definir as minhas atividades, não seria a de ser um militar de esquerda. Tal conceituação poderia limitar minha longa batalha. Como muito propriamente o Dr. Barbosa Lima, na sua introdução do livro citado assim define: ‘O que mais que tudo caracteriza o nacionalismo é a presença de um antagonismo, de uma diversificação de interesses...’. Ora, se o lado contra o qual eu me colocava era caracterizado como força a favor do nazifascismo, portanto, nitidamente, de direita, quem lhes opusesse como combatente seria acoimado – por eles, principalmente – como elementos de esquerda. Acontece que, desde então, por extensão, quem se colocasse nessa posição, era denominado de esquerda, ou por extensão, de comunista. Não é, a meu ver, uma conceituação exata. O conceito definidor seria o de nacionalista. É como me considero, no caso. É um conceito mais exato e abrangente. O exemplo mais esclarecedor desse ponto de vista cito-o na entrevista que concedi ao Prof. J. C. S. Bom Meihy, quando me refiro ao professor de mecânica da Escola Militar de Realengo, o coronel Duque Estrada. Esse digno e respeitado mestre era espírita kardecista e, no entanto, membro da Aliança Nacional Libertadora, uma das facções que aderiram ao movimento em 1935. Hoje, eu o considero um prócer nacionalista, tal como o Dr. Barbosa Lima. O conceito de nacionalismo é muito mais abrangente que o de esquerda. Portanto, se os cientistas políticos abordarem minha luta, desde aqueles tempos remotos até hoje, como uma luta nacionalista, apresentam-me com maior exatidão no que fiz, ou tentei fazer e continuo tentando conseguir no meu ponto de vista.

Resumindo, esquerda, no meu caso, era porque nos opúnhamos a uma direita declarada e ostensiva. Mas esquerda, no tempo confundia-se com comunista e não patriota e nacionalista, como me considero.” (Carta de Brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira, Rio de Janeiro, 25 de junho de 1996).

8. “Brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira – Destacado combatente da 2ª Guerra

Outros companheiros do próprio Brigadeiro, que também receberam o projeto para leitura e aceitaram ser entrevistados, confirmaram a conceituação proposta, além de também o apontarem como digno representante da corrente política de esquerda... e nacionalista. Não posso deixar de sublinhar a maneira significativa como o Coronel Kardec referiu-se ao golpe de 1964: *golpe americano...* Temos aí embutida uma interpretação do acontecimento a partir de um viés nacionalista. O coronel, naturalmente, colocava-se à esquerda no panorama político brasileiro, por coincidir com a linha anti-imperialista, perpetrada exatamente por forças políticas de esquerda, defendida na época e no fim do século XX, devido à emergência do neoliberalismo e da globalização.

A definição de nacionalismo,⁹ todavia, proposta por Lima Sobrinho, como foi apontada pelo colaborador, admitia que o conceito pode ter ori-

Mundial. Condenado a dois anos de prisão em 1952 por sua participação destacada na campanha do ‘Petróleo é Nosso’. Cassado pelo golpe americano de 1964. [segue endereço]”. Lista de indicações de militares de esquerda a serem entrevistados, feita pelo Coronel Kardec Lemme e sancionada pelo General Nelson Werneck Sodré. Em sua narrativa biográfica, Brigadeiro Fortunato, também citou seus livros e de seu amigo, Brigadeiro Rui Moreira Lima (FORTUNATO. *Santos = Dumont*. Rio de Janeiro: Cecomsaer Editora, 2005; OLIVEIRA, F. C. de. *Esta é uma historinha de como vovô virou avestruz*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008; LIMA, R. M. *Senta a Pua!* Belo Horizonte: Itatiaia, 1989). Há também um filme em que Fortunato colaborou. Trata-se de *Senta a Pua!* (Direção: Erik de Castro. Brasil: 1999, 1h 52min, digital). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5DTROkLVpM4>. Acesso em: 04/04/2022.

9. Sobre o nacionalismo no contexto contemporâneo, F. Bieber afirmou: “Levar a sério a nação e o nacionalismo e não os descartar como conceito passageiro ou atrasado é imperativo para os estudos acadêmicos. Ao mesmo tempo, deve-se evitar a suposição de que as nações são unidades fixas no tempo e no lugar, às quais um grupo predeterminado de pessoas pertence. De uma perspectiva normativa, o nacionalismo pode ser considerado inerentemente excludente e hierárquico e, portanto, conflitante com um entendimento cosmopolita que enfatiza valores universais compartilhados e a multiplicidade de identidades. Por outro lado, o nacionalismo também pode ser visto como integrador e includente, pois proporciona identificação aos seus membros independente de gênero ou classe, pelo menos em sua variante mais liberal. Ambas as abordagens normativas têm seus méritos, mas enfatizam a mesma premissa de que o nacionalismo é uma questão de criar grupos que promovam a inclusão entre seus membros e a exclusão de outros. (...) Embora possa ser onipresente, o nacionalismo também é versátil. (...) ele não pode

gens e objetivos diferentes e ser referência para atitude de extrema direita, como no caso do fascismo, do nazismo e do integralismo, sendo até mesmo confundido com o conceito de comunismo.¹⁰ Na definição de R. Cerqueira Leite, engenheiro e professor da Universidade de Campinas (UNICAMP) lido e indicado pelos colaboradores, há nacionalismos de esquerda e de direita, progressistas e reacionários, democráticos e autoritários. A pluralidade ideológica necessita ser compreendida de acordo com o contexto histórico em que se insere o fato analisado.¹¹ A partir da leitura de Cerqueira Leite, interpretei a atuação desse grupo de militares nacionalistas como sendo à esquerda em nosso contexto histórico. Para o autor, especialmente no caso latino-americano no final do século XX, o nacionalismo esteve mais ligado

ser resumido a movimentos radicais de extrema direita. O nacionalismo latente é uma força importante na maioria das sociedades, em um amplo espectro político e social. Em vez de ser conceitualizado como força única e homogênea, assume uma infinidade de variações que costumam competir dentro de uma nação. Da visão excludente da nação, que busca expulsar minorias, às concepções includentes, a maior parte das sociedades se depara com nacionalismos conflitantes. (...) O ‘Outro’ do qual as nações se distinguem nunca é o mesmo e pode variar de minorias a vizinhos, potências imperiais e coloniais ou alguma elite global. (...) Assim, as nações costumam ser definidas e redefinidas por nacionalismos conflitantes, que oferecem diferentes interpretações sobre a comunidade política compartilhada. (...) o nacionalismo também tem sido um importante mecanismo de homogeneização. (...) continua sendo um poderoso elemento de simplificação e uma estrutura para as relações humanas que nega muito da complexidade humana e a organiza ao longo de uma única linha de diferenciação: a nação. (BIEBER, F. *Nações e nacionalismos*. Uma história global do sentimento nacional, dos extremismos e dos conflitos. São Paulo: Contexto, 2023, pp. 261-263).

10. “Nacionalismo pode ser uma atitude de extrema direita, como o fascismo, o nazismo e o integralismo. E há quem o confunda com o próprio comunismo... (...) Não há uma doutrina única, uma patente exclusiva, para o nacionalismo. Pode vir de origens dessemelhantes e tender para objetivos nem sempre harmônicos.” (LIMA SOBRI-NHO, B. *Desde quando somos nacionalistas?*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 7).

11. “Segundo os cientistas políticos, há nacionalismos de direita e de esquerda; nacionalismos progressistas e reacionários. E haverá certamente nacionalismos democráticos e autoritários. (...) A pluralidade de aspectos ideológicos que frequentemente estão associados ao nacionalismo faz com que esse conceito só seja globalmente compreendido a partir do evento histórico em que está inserido.” (LEITE, R. C. *Quem tem medo do nacionalismo?*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 24-25).

aos movimentos populares pela independência nacional.¹² Inclui-se nesse eixo grande parte dos nossos colaboradores presos e punidos profissionalmente por atuarem de forma destacada na Campanha *O Petróleo é Nosso* e na chapa nacionalista Estilac-Horta Barbosa para as eleições do Clube Militar. Punições também ocorreram pela participação ou apoio ao governo de João Goulart, marcadamente de tendência nacionalista de esquerda, nos anos 1950 e 1960, respectivamente. O nacionalismo brasileiro, para esses militares à esquerda das Forças Armadas, confirmou-se, sobretudo, como de esquerda quando me debrucei sobre os programas políticos da Aliança Nacional Libertadora, na década de 1930, e as Reformas de Base, do governo João Goulart, na década de 1960, que, diga-se de passagem, têm muito em comum. Caracterizam-se, principalmente, pela defesa da soberania nacional no que diz respeito à economia (monopólio estatal do petróleo, controle da remessa de lucros das empresas multinacionais, criação de indústrias de base estratégicas como a siderúrgica e barreiras à exploração estrangeira do território e subsolo brasileiros, especialmente a hileia amazônica) e política (sobretudo uma política externa desatrelada dos imperialismos inglês e norte-americano). A bandeira do anti-imperialismo foi carregada por todo o século XX pelas mãos dos de esquerda, notadamente comunistas e socialistas. Nas palavras de Lima Sobrinho, outro líder político e intelectual dos colaboradores desta pesquisa, à época, tratava-se da defesa em termos de independência econômica.¹³ Dessa forma, é possível compreender o profun-

12. “Aqueles que associam de maneira determinista o nacionalismo ao fascismo europeu de Hitler e Mussolini, ou ao integralismo brasileiro, esquecem os exemplos mais recentes, mais abundantes e certamente mais relevantes para o Brasil, das ditaduras militares do Cone Sul, que primam pelo entreguismo. Em realidade, se forem observados os acontecimentos políticos ocorridos recentemente em países do Terceiro Mundo, a associação natural que poderia ser extraída seria entre entreguismo e autoritarismo. Os movimentos populares de independência são nacionalistas em sua grande maioria, enquanto as forças reacionárias internas, por força da necessidade, se submetem a interesses e poderes externos. Os analistas políticos que procuram forçar uma identificação do nacionalismo com o autoritarismo esquecem o exemplo do Brasil, de cuja administração federal foram, nos últimos anos, sistematicamente removidos todos aqueles que revelassem tendências nacionalistas.” (LEITE, R. C. Op. cit., pp. 24-25).

13. “Defender, pois, qualquer País, em termos de independência econômica, em face

do e engajado envolvimento do grupo militar com as ideias de esquerda e nacionalistas, estas últimas vigorosamente preconizadas nas Forças Armadas graças à influência positivista e republicana desde finais do século XIX.¹⁴

A dualidade esquerda/direita continuou definindo as posturas de nossos colaboradores, mas simultaneamente levou a problematizar outro aspecto a ser considerado, o nacionalismo. Embora pareça transitar entre ambas as polarizações políticas no processo histórico brasileiro no começo do século XX – em destaque, nos anos 1930 e 1940 –, o conceito se sobressai como um marcante traço político de esquerda, na segunda metade do século, em relação ao contexto de emergência do neoliberalismo e da globalização.¹⁵ A

de um processo imperialista e espoliativo, é nacionalismo. Nacionalismo legítimo. Nacionalismo que não pretende alimentar ódios entre países...” (LIMA SOBRINHO, B. Op. cit., p. 112).

14. A esse respeito, aconselho a leitura de *Os militares e a República* (CASTRO, C. *Os militares e a República*, op. cit.), *A esquerda militar no Brasil* (MORAES, J. Q., op. cit.) e *Os bestializados* (CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2019).

15. A esse respeito, é importante destacar uma síntese das ideias do historiador E. Hobsbawm sobre nação e nacionalismo: “(...) os últimos dois séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo ‘nação’ e do vocabulário que dele deriva. (...) Uma abordagem que concede atenção particular às mudanças e às transformações do conceito especialmente em relação ao final do século XIX. Conceitos, certamente, não são parte de discursos filosóficos flutuantes, mas são histórica, social e localmente enraizados e, portanto, devem ser explicados em termos destas realidades. (...) não considero a ‘nação’ como uma entidade social originária ou imutável. A ‘nação’ pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o ‘Estado-nação’; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. (...) a ‘questão nacional’, como os velhos marxistas a chamavam, está situada na intersecção da política, da tecnologia e da transformação social. As nações existem não apenas como funções de um tipo particular de Estado territorial ou da aspiração em assim estabelecer – amplamente falando, o Estado-cidadão da Revolução Francesa –, como também no contexto de um estágio particular de desenvolvimento econômico e tecnológico. (...) As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos de condições administrativas, técnicas, políticas e outras exigências. (...) por essa razão as nações são (...) fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja,

definição conceitual do grupo de colaboradores, vinculada a essa noção de nacionalismo, terminou por ser coletiva e, portanto, consensual.

O trabalho de campo iniciou-se enriquecido pela reflexão conjunta, investido de uma *autoridade compartilhada*, a qual o historiador estadunidense M. Frisch defendeu como própria dos projetos de história oral que assumiram com seriedade “a tarefa de envolver as pessoas na exploração do significado de lembrar e no que fazer com as memórias para torná-las ativas e vivas, e não meros objetos para colecionar e classificar”.¹⁶ É im-

em termos de suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas. (...) Essa visão de baixo, isto é, a nação vista não por governos, porta-vozes ou ativistas de movimentos nacionalistas (ou não nacionalistas) mas sim pelas pessoas comuns que são objeto de sua ação e propaganda, é extremamente difícil de ser descoberta. Felizmente, os historiadores sociais aprenderam como investigar a história das ideias, das opiniões e dos sentimentos no plano subliterário, de modo que hoje estamos mais seguros de não confundir – como os historiadores habitualmente faziam – os editoriais dos jornais escolhidos com a opinião pública. Com certeza, ainda não sabemos muito. Todavia, três coisas são claras. Primeiro, as ideologias oficiais de Estados e movimentos não são orientações para aquilo que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos, mesmo dos mais leais entre eles. Segundo, e mais especificamente, não podemos presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional – quando existe – exclui ou é sempre superior ao restante do conjunto de identificações que substituem o ser social. Na verdade, a identificação nacional, é sempre combinada com identificações de outro tipo, mesmo quando possa ser sentida como superior às outras. Terceiro, a identificação nacional e tudo o que se acredita nela implicado pode mudar e deslocar-se no tempo, mesmo em períodos muito curtos. (...) O nacionalismo requer muita crença naquilo que, obviamente, não é assim. (...) Nações e nacionalismo estarão presentes nessa história, mas em papéis subordinados e, muito frequentemente, menores.” (HOBSBAWN, E. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013, pp. 9, 18, 19, 20, 22, 250).

16. THOMSON, A.; FRISH, M.; HAMILTON, P. “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais.” In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. [orgs.]. Op. cit., p. 71. Indico também o trabalho de pesquisa e de extensão que desenvolvemos por uma década em parceria com uma comunidade e seu acervo, em que construímos a narrativa biográfica da escritora e ativista cultural Dalila Teles Veras (KAMENSKY, A. P. S. O.; SILVÉRIO, C. B.; MARUNO, G. R. [orgs.]. *Arquivo Histórico-Cultural do ABC: a trajetória de Dalila Teles Veras e a formação do acervo do*

portante destacar que essas memórias compartilhadas – mesmo que transitórias, “não confiáveis” ou passíveis de esquecimento, portanto, humanas e sociais – foram produzidas dentro de um contexto de crítica dos processos de globalização e de expansão das políticas neoliberais. Andreas Huyssen diagnosticou a produção de memórias públicas – sujeitas às mudanças – como uma necessidade política que expressava a urgência da sociedade em estabelecer ancoragens temporais diante da velocidade das transformações em andamento. Para tanto, é necessário compreender o espaço-tempo, a mudança das relações entre passado-presente-futuro e as transformações das percepções pelas novas tecnologias. Cabe fazer um esforço para “distinguir os passados usáveis dos passados dispensáveis. Precisamos de discriminação e rememoração produtiva, (...) precisamos não permitir que o medo e o esquecimento nos dominem”.¹⁷ Situemo-me no que Huyssen denomina

Centro Cultural Alpharrabio. Santo André: Editora UFABC, 2024). Disponível em: <https://editora.ufabc.edu.br/filosofia-artes-e-humanidades/122-arquivo-historico-cultural-do-abc> Acesso em: 12/10/2024.

17. HUYSEN, A. *Seduzidos pela memória*. Op. cit., pp. 34-37; AZOULAY, A. A. Op. cit. Em 2009, o Instituto Hemisférico de Performance e Política (HEMI/NYU - New York University) realizou o 7º Encuentro em Bogotá (Universidad Nacional de Colombia), para investigar durante dez dias a temática dos direitos culturais, entre eles, o direito à memória, reunindo pesquisadores, artistas e ativistas de todas as Américas. Na ocasião, tive a oportunidade de participar do Grupo de Trabalho “Gerando Arquivos/Generando Archivos/Engendering Archives”, convocado por Diana Taylor (New York University) e Marianne Hirsch (Columbia University), contando com a presença de Andreas Huyssen (Columbia University), também um dos palestrantes do evento, todos grandes pensadores contemporâneos transdisciplinares sobre questões relacionadas à performance, política, trauma e memória no campo das Humanidades e da Arte. No Grupo de Trabalho, nos perguntamos: o que é um arquivo? Quem ou o que autoriza a sua construção? Partimos da premissa de que o arquivo é onipresente porque estudiosos o utilizam para seus trabalhos e, simultaneamente, fazem reflexões críticas sobre sua construção social e histórica. Debatesmos os seguintes tópicos: arquivos virtuais e seu impacto sobre como o conhecimento é estruturado, classificado e utilizado; a ligação entre raça e visualidade na construção de arquivos particulares; patrimônio intangível e seu desafio aos arquivos convencionais; novos arquivos e a criação do pensamento; a reconceitualização das práticas arquivísticas em novos museus e coleções; e a problemática das emoções arquivadas. Todas essas reflexões impactaram o desenvolvimento da pesquisa e da escritura aqui apresentadas. Para saber mais sobre o Encuentro “Cidada-

como cenário mais favorável, mesmo correndo os riscos de uma “epidemia da memória” ou de um “esquecimento produtivo”, para a invenção de culturas e políticas de memória estreitamente relacionadas aos processos de democratização, às lutas por direitos humanos e ao fortalecimento e expansão das esferas públicas da sociedade civil. Atualmente Ariella A. Azoulay questiona, de forma renovada, com quem e como fazer histórias potenciais que não permitam “relegar ao passado” e ao esquecimento o que ainda não pôde ser reparado nem perdoado em nosso presente.

nia: Direitos Culturais nas Américas”, seus Grupos de Trabalho e participantes, acesse a página do HEMI/NYU com seu acervo digital sobre todas as atividades desenvolvidas na Universidad Nacional de Colombia. Disponível em: <https://hemisphericinstitute.org/en/encuentro-2009> Acesso em: 12/09/2024. Para conhecer o Grupo de Trabalho “Gerando Arquivos/Generando Archivos/Engendering Archives” e seus participantes, acesse sua página. Disponível em: <https://hemisphericinstitute.org/en/enc09-work-groups/item/337-09-engendering-archives.html> Acesso em: 12/09/2024. Para assistir a palestra “Direitos Naturais, Direitos Cívicos e a Política da Memória”, de Andreas Huyssen – que tratou acerca de como os discursos sobre direitos humanos e memória precisam estar intrinsecamente ligados para somar dimensões necessárias de futuro à memória e da história à política de direitos humanos – acesse o vídeo disponível na Biblioteca de Vídeo Digital do HEMI. Disponível em: <https://sites.dlib.nyu.edu/hidvl/zw3r242r> Acesso em: 12/09/2024. Por fim, são constitutivos desse debate os trabalhos importantes sobre arquivo, repertório e performance, de Diana Taylor, já citados, e sobre trauma e pós-memória, de Marianne Hirsch (HIRSCH, M. *Marcos familiares: Fotografia, Narrativa y Posmemoria*. Buenos Aires, Argentina: Prometeo Editorial, 2021; HIRSCH, M. *La generación de la posmemoria: Escritura y cultura visual después del Holocausto*. 2 ed. Madri, Espanha: Editorial Carpe Noctem, 2021).

Quais roteiros e registros?

De volta à primeira lista do Coronel Kardec Lemme de indicações de futuros colaboradores, constatei que a maior parte deles (seis) era residente no Rio de Janeiro (mesmo que nascidos em outros estados), sendo um de Goiás¹ e um do Rio Grande do Sul. Solicitei por carta a possibilidade de concessão de uma entrevista, enviando em anexo o projeto de pesquisa. A primeira resposta veio do Coronel Pedro Alvarez, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Confirmada a entrevista por telefone, segui viagem pretendendo encontrar na mesma cidade dois colaboradores do projeto sobre história de vida de ex-combatentes brasileiros na Guerra Civil Espanhola, cujas narrativas, que se estendiam até o final da guerra na Espanha e a volta ao Brasil, já eram de meu conhecimento. Eram eles: Delcy Silveira e Homero de Castro Jobim. Meu objetivo era entrevistar o Coronel Pedro Alvarez, bem como os dois outros colaboradores (já entrevistados sobre a Guerra Civil Espanhola), estes últimos particularmente acerca da história de vida posterior ao período já narrado. O Coronel Pedro Alvarez parecia ser mais jovem do que seus conterrâneos, mas suas histórias de vida perpassariam praticamente todo o século XX. Houve, por tentativa de enquadramento dos colaboradores em perspectiva geracional (entendendo-a como “engrenagem do tempo”), o estabelecimento de um “padrão elástico”, a partir da formação profissional dos militares de esquerda:

Colaboradores da geração militar formada a partir de

- *meados da década de 1920 até a década de 1930 (primeira);*
- *meados da década de 1930 até a década de 1940 (segunda);*
- *meados da década de 1950 até a década de 1960 (terceira).*

1. Assim como nos outros casos, enviei a esse colaborador, por correspondência, o projeto e um pedido para concessão de entrevista, que não foi respondido, sendo descartada então a possibilidade de que sua história de vida compusesse o trabalho.

Essa classificação pareceu mais adequada na medida em que o recorte temático do trabalho adveio do posicionamento político (esquerda) e, especialmente, da categoria profissional (militar), esta última implicando um período de formação educacional e profissional com peculiaridades distintas, conforme o contexto histórico brasileiro. Além disso, a própria convivência entre as gerações levantaria outros aspectos analisados nas histórias de vida, por exemplo, a coexistência de múltiplos discursos em circulação sobre os acontecimentos históricos do século XX.²

Desde Porto Alegre, o enquadramento geracional parecia adequado. Lá encontrei duas gerações militares distintas: a primeira formada no início dos anos 1930 e a segunda, mais ao final dessa década e começo dos anos 1940. No Rio de Janeiro, encontraria ainda, além de alguns militares da primeira geração, outros da terceira e última geração, formada nos anos 1950 e 1960. As diferenças existentes de uma para outra tornaram-se nítidas à medida que as entrevistas eram realizadas, confirmando como razoavelmente acertada a tentativa de classificação para melhor entendimento das histórias de vida. Na primeira geração estavam os militares em relação direta ao Le-

2. Isto se relaciona ao contexto em que compreender a realidade próxima e distante, local e global, passou a demandar cada vez mais explicações, na qual a produção histórica se volta para a demanda social: “Se deixamos aqui em suspenso a história do imediato, é porque ela nos parece antes de tudo tributária dos dois outros fatores que determinam o desabrochar da história do presente: o impacto ‘de geração’ e o fenômeno concomitante de demanda social. Quer nos coloquemos do lado de uma história imediata para os jornalistas, politólogos, sociólogos, ou do lado da história do presente para os historiadores e alguns outros especialistas, nota-se um efeito ‘de geração’ muito nítido. Um fator é comum às diferentes profissões: o impacto dos acontecimentos deste último século sobre os homens e sobre sua vontade de ‘reagir’, isto é, de tentar explicar o presente. Para os historiadores, trata-se, sobretudo, como dizíamos acima, da germinação de um pressuposto metodológico maior: a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente.” (CHAUVEAU, A.; TÊTART, P. [orgs.] *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 15). Ainda sobre os impactos intergeracionais: “(...) a substituição das gerações, umas pelas outras, e a comunicação entre as precedentes e as seguintes fazem com que, a cada momento e em toda a sociedade, estejam presentes pelo menos três tipos de discursos sobre os acontecimentos.” (POMIAN apud SIRINELLI, J. F. “A geração”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. [org.]. Op. cit., p. 134, nota 6).

vante de 35 e à Guerra Civil Espanhola. Na segunda geração, destaca-se a Segunda Guerra Mundial e a Campanha *O Petróleo é Nosso*. Na terceira geração, o foco é no golpe de 64 e na resistência à ditadura. No entanto, os da primeira geração também falam da Segunda Guerra Mundial, os da segunda igualmente tratam do golpe de 64. Os da terceira geração revelam suas ligações com os militares de esquerda das duas gerações mais antigas. Todos se encontram no final do século XX unidos em torno da questão da anistia aos militares cassados.

Lendo e relendo as histórias de vida, a perspectiva geracional pode ajudar a entender qual foi a maior fase de envolvimento desses militares em ações políticas de esquerda que marcaram suas vidas. Porém, a leitura do conjunto das narrativas biográficas aponta para a sobreposição de vivências e diálogos entre as gerações e para temporalidades espiraladas. Os acontecimentos da história do tempo presente são contados e retomados por cada pessoa com abordagens diferentes, que se entrecruzam, se complementam e se contradizem. Ao invés de selecionar trechos específicos do que cada um fala e mostrar como dialogam essas abordagens, fazendo um livro inteiro de caráter analítico mais acadêmico, prefiro acompanhar as histórias de vida na sua integridade literária, em movimento de multiplicação dos pontos de vista, de performances, de percepções e de sobreposições.³ O que se liga a cada acontecimento histórico possui explicações e implicações próprias e comuns para cada pessoa, que precisa expor e performatizar suas experiências para alargar e complexificar a compreensão sobre a atuação de um grupo marginalizado.

Contudo, fragmentar as narrativas, dando primazia à minha interpretação histórica foi algo que me obriguei a fazer ao longo dos anos participando de alguns eventos acadêmicos. Muitas vezes imaginei maneiras de

3. Nessa direção, são exemplares e inspiradores os trabalhos da escritora e jornalista bielorrussa, contemplada em 2015 com o Prêmio Nobel de Literatura, Svetlana Aleksíevitch, sobretudo, *A guerra não tem rosto de mulher* (São Paulo: Companhia das Letras, 2016) e *As últimas testemunhas* (São Paulo: Companhia das Letras, 2018). Também sugiro a leitura das obras, da mesma autora, *Vozes de Tchernóbil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2016), *O fim do homem soviético* (São Paulo: Companhia das Letras, 2016) e *Meninos de zinco* (São Paulo: Companhia das Letras, 2020), devidamente referenciados na Bibliografia Geral.

apresentar as histórias de vida, de forma não linear, a fim de que pudessem ser apropriadas de modos diferentes do cronológico histórico tradicional por leitores leigos e por estudiosos, conforme seus interesses de pesquisa. As histórias de vida podem ser lidas não apenas como a história de um grupo marginalizado ao longo de um século, mas também como histórias de pessoas que tiveram uma trajetória de vida que merece ser reconhecida. Além disso, existe o desafio instigante – há muito defendido no campo da História, embora mais criativamente praticado na Antropologia – de fazer e explicitar como são feitas pesquisas e escritas nas Humanidades em diálogo com a literatura e com as artes visuais e gráficas. Esse modo de trabalho propõe caminhos pouco trilhados tanto por imposição de uma forma acadêmica cientificista quanto pela falta de recursos e equipe que abracem projetos com outras imaginações históricas, antropológicas, artísticas e literárias.

Com o propósito de relatar como tudo foi feito, de modo que cada pessoa que leia tenha elementos contextuais e críticos para suas próprias reflexões, reforço que as gravações de entrevistas obedeceram à outra ordem não apresentada nos livros físicos e no livro digital, suporte que também permite uma leitura não linear, embora apresente obrigatoriamente um sumário encadeado por quem o escreveu.

Isso se deve ao fato de que o recorte geracional e cronológico é interpretativo e não uma cópia dos passos do trabalho de campo, que possui lógica própria. Para realizar as entrevistas, tive que me submeter à disponibilidade de quando, como e onde os colaboradores poderiam atender-me. No exíguo tempo que dispunha nas cidades visitadas, apesar das várias idas, desdobrei-me para realizar as entrevistas e visitar os arquivos públicos, sobretudo no Rio de Janeiro. Com frequência, num mesmo dia, realizava ambas as tarefas, deslocando-me para locais totalmente distintos e muitas vezes bem distantes. Procurava não gravar mais de uma sessão num único dia, todavia isso foi impossível em variadas ocasiões. Eram os dias mais exaustivos. Por ter privilegiado a prática do trabalho de campo de história de vida, fui recompensada em meus esforços com farta documentação oral e escrita doada pelos colaboradores. Diante disto, como estabelecer um roteiro de entrevista de história de vida que fosse ao mesmo tempo abrangente no que diz respeito às etapas da vida de um indivíduo e pontual em alguns acontecimentos concernentes à especificidade do grupo e de cada geração?

Houve uma orientação cronológica, em que o colaborador discorreu livremente sobre sua vida, desde a infância, passando pela adolescência, chegando à idade adulta e à maturidade profissional e política, até a época de concessão das entrevistas, no caso, a segunda metade da década de 1990. Entrelaçados aos blocos cronológicos relacionados ao ciclo de vida, surgiriam perguntas mais pontuais sobre os principais acontecimentos pessoais e históricos dos quais se recordava, vida familiar, formação escolar, escolha da carreira e formação profissional, trajetória política, profissional e pessoal marcada pelo posicionamento de esquerda e nacionalista, consequências, situação atual e avaliação da experiência vivida.

Tal direcionamento era colocado antes da gravação, ressaltando que os colaboradores poderiam falar livremente sobre o que quisessem. Eu interviria apenas quando julgasse necessário tratar algum episódio ou opinião que não considerasse suficientemente abordados ou para lembrar alguma pergunta que houvesse sido deixada à parte. Essas colocações gerais compuseram o que chamo de perguntas de corte, pois são responsáveis pelo entrelaçamento dos relatos e de temáticas em destaque que posso deduzir ao analisá-los. A escolha delas deu-se a partir da experiência em projetos de história oral de vida anteriores, bem como pelas premissas teórico-metodológicas anteriormente delineadas.

Sem dúvida, tinha em mente muitos outros temas que conhecia apenas pela leitura bibliográfica e pelas entrevistas disponíveis sobre as quais gostaria que os colaboradores relatassem suas impressões. Em conjunto com os já enumerados, compunham uma extensa lista, a saber:

- Dados pessoais/situação da família/infância/adolescência/formação escolar;
- Ingresso na carreira militar/vida adulta;
- Colégio militar;
- Escola militar;
- Positivismo, cientificismo e marxismo;
- Movimento Tenentista/Revolução de 1930/Revolução Paulista de 1932;
- Luís Carlos Prestes;
- Aliança Nacional Libertadora/comunistas e integralistas;
- Levante de 1935;

- Guerra Civil Espanhola/Brigadas Internacionais;
- Estado Novo;
- Segunda Guerra Mundial/Aliados e Eixo/FEB e FAB;
- Getulio Vargas;
- Deposição de Getulio Vargas em 1945;
- Redemocratização/Constituição de 1946;
- Governo Dutra;
- Participação em partidos políticos;
- Clube Militar;
- Setores estratégicos da economia nacional: siderurgia, petróleo, minérios;
- Campanha *O Petróleo É Nosso*/prisões;
- Presença militar norte-americana no Brasil e brasileira nos EUA/Pós-guerra e Guerra Fria;
- Segundo governo de Getulio Vargas/nacionalismo/suicídio de Vargas;
- Posse de Juscelino Kubitschek/levantes militares durante o governo JK (Jacareacanga e Aragarças);
- Campanha presidencial;
- Renúncia de Jânio Quadros/campanha da legalidade/Leonel Brizola;
- Ascensão de João Goulart e defesa das reformas de base/legalismo *versus* golpismo;
- Golpe de 1964/possibilidades de resistência militar ou não/luta armada e guerrilha;
- Cassações, prisões, expulsões e passagens para a reserva nas Forças Armadas;
- Trajetórias no exílio ou na clandestinidade/perseguição repressiva e a condenação pela ditadura dos oponentes aprisionados ou foragidos/torturas e humilhações/como trabalhar sem poder exercer sua profissão;
- Processo de redemocratização/anistia/Constituição de 1988;
- Trajetórias de vida pós-redemocratização: participação em partidos políticos e em associações corporativas (ADNAM e o Clube Militar);
- Avaliação da própria trajetória de vida.

Procurei não os levantar. Interessava-me pelo que os colaboradores teriam a dizer. Queria saber quais desses temas eram relevantes em suas histórias de vida sem que precisasse trazê-los à tona, como quem tivesse estabelecido o que deveria ser importante para o registro histórico. Não quis bombardear os colaboradores com uma espécie de questionário factual, empobrecendo e limitando as possibilidades narrativas. Considerei, como outros autores, que o ato de não se abordar determinado episódio, silenciar sobre eventos considerados pelos historiadores como essenciais também é repleto de significados a serem buscados nas entrelinhas de cada história de vida. Invariavelmente, os colaboradores trataram da maior parte desses temas, de forma mais ou menos loquaz, conforme o envolvimento pessoal e político e, principalmente, o nível de desgaste emocional exigido para que a narração se consumasse.⁴

Cabe ressaltar que, como esperava, nem sempre a ordem das lembranças transcorreu cronologicamente, de acordo com os ciclos vividos ou pelo parâmetro de uma cronologia histórica. Foram inúmeras as vezes em que os entrevistados contaram episódios da infância quando falavam da vida adulta, sobretudo em momentos em que uma explicação anterior se fez necessária. Nesses casos, apenas escutei atentamente e fiz os colaboradores retomarem o fio da meada. Na escrita literária, optei pelo agrupamento cronológico de temas, tanto pelo perfil de pesquisa histórica do trabalho realizado quanto para tentar dar fluidez à leitura de narrativas biográficas tão extensas. Os próprios colaboradores, ao legitimarem os escritos, cobraram a organização cronológica pelo ciclo de vida e pelos eventos históricos, quando não os consideravam suficientemente reunidos. Acrescentavam mais detalhes ou algo que haviam deixado de fora na narrativa biográfica.

4. Voldman, a esse respeito, afirma: “Para ele [o historiador], não se trata de propor interpretações da mensagem que lhe é comunicada, mas de saber que o não dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato”. (...) “Até agora negligenciou-se muito o desconforto, as dificuldades e os riscos que podem representar para um indivíduo sua solicitude em responder às perguntas de um pesquisador. Pois se é natural para o historiador ir buscar na melhor fonte sua melhor informação, para o depoente – muito mais amiúde do que o historiador suspeita – isso custa muito.” (VOLDMAN, D. “Definições e usos”. *In*: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. [orgs.]. *Op. cit.*, p. 38). Em nosso trabalho de campo tivemos fartos exemplos dessas situações.

Fiz várias outras perguntas com o objetivo de incentivar a narração (“fale mais sobre tal assunto”), precisar alguns fatos (“em que ano isto isso aconteceu?”, “onde aconteceu?”) ou até mesmo estimular o colaborador (“por que não?”, “por que sim?”) particularmente quando o assunto era delicado (“o senhor quer que desligue o gravador para falar sobre esse assunto?”). Nenhuma delas, contudo, pretendeu tirar o significado e a importância da orientação geral do roteiro aberto, com algumas perguntas de corte que, na escrita literária das narrativas biográficas, foram incorporadas no protagonismo da fala do narrador.

Mais de trinta anos depois do início desta pesquisa, para a realização deste livro, realizamos duas entrevistas: uma com o historiador e professor José Carlos Sebe Bom Meihy e outra com o cineasta e historiador Silvio Tendler. A primeira entrevista, com o meu orientador, foi feita com o intuito de conhecer um pouco mais da história de vida de quem iniciou esta pesquisa. A partir das considerações de Meihy, é possível compreender o percurso que o levou aos primeiros militares entrevistados, aqueles que se tornaram comunistas e participaram do Levante de 35 e da Guerra Civil Espanhola, motivos de inspiração para a construção das narrativas biográficas vindas depois, como franca continuidade de sua iniciativa. A segunda entrevista, com Silvio Tendler, também tem por objetivo acompanhar a trajetória do cineasta e como seu palmilhar histórico e afetivo se encontra com a temática e a produção do filme e da série *Militares da Democracia*, que realizou em 2014, com testemunhos de militares que disseram não ao golpe de 64, alguns deles anteriormente entrevistados por nós.

Para ambas as entrevistas, elaboramos o mesmo roteiro aberto, estimulando que falassem livremente sobre suas vidas entrelaçadas pelos processos de produção de suas pesquisas e criações historiográficas, literárias, audiovisuais, cinematográficas.

As questões norteadoras das conversas foram:

- Como foi o processo de produção da pesquisa e dos trabalhos em torno da temática dos militares de esquerda, perseguidos políticos?
- Como foram realizadas as entrevistas?
- Quais entrevistas mais gostou, quais considera mais marcantes e interessantes ou não?

- Quais impactos suas pesquisas/trabalhos tiveram em sua vida e na dos entrevistados?
- Qual foi a repercussão dessas pesquisas/trabalhos?
- Como a retomada desses temas sobre o processo de redemocratização, considerado inacabado, aproxima-se a fatos relacionados ao século XXI, como a instauração da Comissão Nacional da Verdade, a queda do governo de Dilma Rousseff, a ascensão de Jair Bolsonaro e seu governo composto majoritariamente por militares de direita?
- O que mais gostaria de falar sobre esses temas, suas pesquisas e sua trajetória de vida?

Os resultados das entrevistas estão em narrativas presentes neste livro que, além de contextualizar como se desdobraram os processos de produção das pesquisas e dos trabalhos decorrentes sobre a temática e com esses colaboradores em comum, trazem dimensões políticas e subjetivas dos protagonismos de Meihy e Tandler como sujeitos da história que investigam, documentam e analisam. Nós, de gerações posteriores que, ainda estudantes, aprendemos sobre a história recente do Brasil a partir dos livros e filmes concebidos por eles (amigos de longa data), tivemos a oportunidade única de escutá-los e mediarmos suas palavras e suas performances, buscando compreender motivações e questionamentos que atravessaram seus fazeres, desde a época da ditadura. Trajetórias, performances e palavras que transformaram nossas percepções da história estabelecida e do que significa trazer camadas de memórias marginalizadas e apagadas para o campo do debate, do conhecimento e da construção cotidiana da nossa democracia precária e imperfeita.

Muitas subjetividades, inúmeros cadernos de campo

Sempre que estive em trabalho de campo para a realização de entrevistas, foi fundamental anotar ou gravar minhas impressões sobre cada entrevistado, assim como a respeito de todo o ambiente que nos cercou durante os encontros. Tais registros constituíram o que é denominado caderno de campo, recurso emprestado da antropologia, que nunca era feito no momento da entrevista, diante dos colaboradores, pois a atitude poderia ocasionar a eles um certo desconforto. Tinha como evidente – devido às entrevistas que acompanhei, realizadas pelo professor – que minha postura absorta como ouvinte no decorrer das narrativas representava muito mais do que um formal pré-requisito. Conduzir a gravação de uma história de vida vai além da atitude aparente de simplesmente escutar. O que é *escutar* verdadeiramente uma narrativa? Na maior parte das vezes, houve uma comunicação sem que precisássemos pronunciar uma palavra. Como inseri-la posteriormente no texto escrito?

A atenção redobrada, indispensável à boa utilização da tecnologia utilizada para o registro – no caso, o gravador –, não foi apenas acessória: a cada meia hora gravada era necessário interromper por instantes, tanto mais curtos quanto mais ágil fosse minha atuação, para a troca de lado da fita magnética, procurando não quebrar o ritmo da entrevista, muito menos desviar a atenção para o equipamento. O gravador fez muita diferença quando o colaborador tratava de assuntos delicados ou envolvendo nomes de terceiros. Por isso mesmo, depois de uma primeira experiência, abduquei da ideia de realizar as gravações em vídeo. Seu uso implicava uma inibição maior dos colaboradores diante de temas importantes e pessoais. Sem contar as dificuldades para conseguir um equipamento de vídeo adequado na Universidade, cuidar do transporte, manutenção e segurança requeridos. Era extremamente difícil suprir a exigência técnica de que houvesse ao menos mais uma pessoa para operá-lo no momento da entrevista, o que certamente di-

minuiria o grau de intimidade daquele momento. Particularmente em razão dessas limitações e do alto custo financeiro, no final do século XX, o vídeo continuou sendo um desafio para a prática de uma boa história oral de vida.¹

Mesmo com a escolha do meio tecnológico mais viável, estar atenta às suas condições de operação e ainda administrar com habilidade as técnicas

1. Sobre os impactos das transformações das tecnologias de comunicação e informação no trabalho de campo e nos corpos de pesquisadora e colaboradores a partir de entrevistas com pessoas idosas, indico a leitura de “Corpo, construção de documentos e arquivos: discursos de memórias de cientistas na cultura digital” (SANTOS, A. P. dos. “Corpo, construção de documentos e arquivos: discursos de memórias de cientistas na cultura digital”. In: *Anais do Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011*. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300898925_ARQUIVO_artigoANPUH2011AndreaPauladosSantosrevisado.pdf. Acesso em: 19/9/2024). Em 2013, foi realizado o 8º Encontro do Instituto de Performance e Política (HEMI/NYU) em São Paulo (Universidade de São Paulo, SESC Vila Mariana e SP Escola de Teatro), que “procurou examinar as amplas interseções entre espaço urbano, performance e ação política/artística nas Américas. Da poética crítica da arte corporal à ocupação do espaço público pelos movimentos sociais, o evento convidou os participantes a explorar as fronteiras, identidades e práticas através das quais são construídas subjetividades, hegemonias e contra-hegemonias nos espaços da cidade e além. Estávamos particularmente interessados nas maneiras pelas quais os corpos interpelam e são interpelados, mobilizados e são mobilizados, por e em torno das diversas e complexas ‘paixões’ que são tão definidoras de nosso presente globalizado e mediatizado – medo, ódio, desencanto, esperança e fé, entre outros. Buscou-se investigar, coletivamente, as estratégias através das quais os órgãos (individuais, sociais e políticos) se fazem apresentar e intervir convenções estéticas, formações sociais e estruturas políticas em sua busca para criar novos significados e novos modos de socialidade.” Disponível em: <https://hemisphericinstitute.org/en/enc13-home> Acesso em: 17/09/2024. Tive a oportunidade de participar do Grupo de trabalho “A prática de performance como pesquisa”, coordenado por Pablo Assumpção Costa (Universidade Federal do Ceará – UFC) e Christine Greiner (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP), no qual discutimos a compreensão da performance como episteme – um modo de conhecer a realidade – questionando a própria natureza do conhecimento e da pesquisa. Nesse sentido, a atenção às linguagens do corpo é central para a construção de qualquer prática narrativa dialogando com nossas percepções sobre o que são oralidades e corporalidades em diálogo com discussões teóricas decorrentes da teoria da performance, da filosofia e da ciência contemporânea, que impactaram a construção das narrativas biográficas histórico-literárias realizadas. Disponível em: <https://hemisphericinstitute.org/en/enc13-work-groups/item/2128-enc13-performance-practice-as-research.html> Acesso em: 17/09/2024.

de entrevista é mais complexo e desgastante do que se pode imaginar. Dentre as técnicas, destaco o emprego dos *diálogos-eco* que consistem na repetição da última frase do narrador, se houver incentivo de sua parte. Podemos também ocupar ativamente a posição de ouvinte, fazendo poucas e amplas perguntas, que cumprem o objetivo de orientação geral para dar vazão à espontaneidade do narrador.

No mais, a imprescindível cumplicidade e curiosidade demonstradas no olhar, nas expressões faciais, nos gestos, no toque e no comportamento expressivo performatizado como um todo, tenho certeza, possibilitou aos colaboradores se acostumarem com a ideia de dizer o que nunca havia sido dito antes. Ainda mais para uma jovem historiadora que estava ali para gravar palavra por palavra (ou posteriormente anotar), sem deixar que nada escapasse.

Realizar as entrevistas foi tarefa difícil e demorada, também considerando como as recordações, o trabalho com a memória, trazia à tona emoções e afetos até esquecidos e conflitantes. Constatei de perto essa situação em quase todas as entrevistas realizadas.² A partir do mesmo roteiro proposto para todos os colaboradores, gravei narrações que variaram de uma única a numerosas sessões. Obtive entrevistas de duas a dezoito horas gravadas com um mesmo colaborador, em sessões de duas a três horas em média de duração, mas que em um mesmo dia poderia chegar a cinco ou seis horas sem interrupções. Com os colaboradores entrevistados, ultrapassamos a marca de dezenas de horas gravadas, além dos inúmeros cadernos de campo com anotações sobre as histórias de vida dos militares que não quiseram gravar seus depoimentos. Para além da quantidade, a qualidade do que foi gravado e anotado provocou elevado desgaste emocional de ambos os lados. O mesmo ocorreu com as entrevistas gravadas pelo nosso professor. Escrevemos

2. Entre muitos outros autores discutidos no início da pesquisa, conhecemos as reflexões da antropóloga E. Burgos que escreveu sobre a tarefa árdua de delinear a narrativa em história oral de vida, a partir do trabalho realizado com Rigoberta Menchú, indígena guatemalteca, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, em 1992. A intensidade do trabalho afetivo com a memória poderia levar ao stress: "(...) al principio me mostré reticente, por saber hasta qué punto la calidad de la relación entre entrevistador y entrevistado es una condición previa en esta clase de trabajo: la implicación sociológica es muy intensa y la aparición del recuerdo actualiza afectos y zonas de la memoria que se creían olvidadas para siempre, pudiendo provocar situaciones ansiógenas o de stress." (BURGOS, E. *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. 6 ed. México: Siglo Veintiuno, 1991, p. 12).

sobre cada caso e esperamos ter conseguido traduzir afetos e emoções, ora indizíveis, ora contraditórios, das histórias de vida que compõem este trabalho, com suas multiplicidades de significados históricos.

À época, tinha noção de que a elaboração do documento histórico proporcionada pela prática da história oral de vida, à semelhança do trabalho antropológico, necessita da exposição possível por um certo tipo de escrita acerca das subjetividades envolvidas para sua validação. Com o passar do tempo, tenho cada vez mais certeza de que essas subjetividades e performances expostas foram o mínimo construído e verbalizado de tantas camadas de percepção, experiências, emoções, agenciamentos e afecções que vivenciei no trabalho de campo. O não dito, o esquecido e o lembrado – seja à época da realização das entrevistas, ou agora, anos depois, em suas escritas literárias – são fruto das nossas escolhas, interpretações e limitações, sempre subjetivas e agenciadas por cada momento do presente em que lidamos com as narrativas biográficas.

Se, passados mais de trinta anos do início desta pesquisa, desejo publicar tudo em grande quantidade, em formatos digitais inovadores e artísticos, é porque importa tornar visível, amplo e acessível o que ainda parece oculto, apagado, fragmentado e marginalizado. Seja por conta dos sessenta anos do golpe de 64 e outras tantas efemérides³ que oportunizam reflexões sobre o passado no tempo presente, seja pelo recente fim de um governo de extrema direita promovido por uma maioria de militares em plena pandemia, três décadas após o início do período de redemocratização.

Todas essas anotações, muitas outras feitas imediatamente após as entrevistas, buscaram captar o que compreendia ser a “aura” dos relatos – aqui entendida como um conjunto de elementos sutis – suas múltiplas significações e possibilidades de interpretações e leituras constitutivas dos cadernos de campo. É válido ressaltar a importância de neles expressar sentimentos e impressões com relação a tudo que ocorreu, desde os primeiros contatos por meio de telefonemas, encontros prévios e, principalmente, as circunstâncias da gravação ou não das performances narrativas. As anotações contêm informações sobre como, por exemplo, fui recebida pelos colaboradores, quais

3. Por exemplo: oitenta e cinco anos da Guerra Civil Espanhola; oitenta anos da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial; quarenta e cinco anos da Lei de Anistia; quarenta anos das Diretas Já e trinta e cinco anos da primeira eleição direta depois do fim da ditadura para a Presidência da República.

outras pessoas participaram ou interferiram nas conversas e nas entrevistas, se alguma coisa no local – em geral, as residências dos entrevistados – chamava a atenção. Registrei também gestos e expressões faciais mais marcantes, momentos de descontração, tensão, dor e alegria, opiniões a respeito do caráter, discurso e comportamento dos entrevistados. Tentei captar tudo o que pude considerar parte da entrevista ou da vida dos colaboradores, para além da capacidade de uma simples gravação. Devido à potencialidade das anotações, o caderno de campo no processo de pesquisa possibilita franqueza em relação aos nossos próprios pensamentos e sentimentos. Trata-se de uma ferramenta de trabalho que tece todo tipo de análise e julgamento tanto convenientes quanto inconvenientes.⁴ Escrevi e gravei meus cadernos de campo produzindo, a partir das minhas percepções, tramas paralelas ao que foi explicitamente falado nas entrevistas e utilizei apenas parte delas no que escrevi para uma dissertação inicial ou para publicar décadas depois.

4. GEERTZ, C. *El antropólogo como autor*. Barcelona: Paidós, 1989, p. 86 (publicado tardiamente no Brasil: GEERTZ, C. *Obras e Vidas: o Antropólogo Como Autor*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2018). Clifford Geertz, um dos maiores nomes da antropologia contemporânea comenta a surpresa do meio acadêmico por ocasião da publicação do caderno de campo do famoso antropólogo B. Malinowski (MALINOWSKI, B. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997), em que se expressava juízos de valor, por vezes nada louváveis, sobre as comunidades que pesquisou. Geertz, ao fazer um balanço de quatro décadas de sua carreira, trata das mudanças ao longo do tempo. O autor tece comentários acerca dos lugares nos quais viveu e estudou ao refletir sobre a transformação do campo antropológico e do próprio antropólogo: “O que podemos levantar, se tomarmos notas e sobrevivermos, são os relatos retrospectivos da conexidade das coisas que parecem ter acontecido: as amostras reunidas, após o fato.” (GEERTZ, C. *Atrás dos fatos: dois países, quatro décadas, um antropólogo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 10). Quanto à complexidade da escrita sobre o trabalho de campo, a partir de uma perspectiva antropológica e etnográfica contemporânea, vista como recriação da realidade estudada, indico a leitura dos escritos de Marilyn Strathern, considerados como imprescindíveis na área de Antropologia, reunidos em *O efeito etnográfico e outros ensaios* (STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Ubu, 2017). Na atualidade, a antropóloga peruana Marisol de la Cadena, inspirada por pensadoras feministas da antropologia e da filosofia das ciências, produziu um trabalho etnográfico valioso – *Seres-terra* – por considerar a tradução como chance de encontro entre mundos coligados, porém diferentes (CADENA, M. de la. *Seres-terra: Cosmopolíticas em mundos andinos*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024).

Tal procedimento facilitou efetuar a passagem do discurso oral para o escrito, precisamente na última fase, na qual os aspectos mais subjetivos presentes no caderno de campo ajudaram a dar forma à narrativa biográfico-literária, completando ideias ou sentimentos apenas insinuados, mas que poderiam ser *ditos* de alguma maneira. No caderno de campo, enfim, captei uma subjetividade da pesquisa de campo em história oral de vida, para utilizá-la aqui. Quando escrevo (e a partir de tal processo construo narrativas compartilhadas), tento construir literariamente os passos que possibilitaram a confecção de histórias de vida. Em termos teóricos, o fator subjetivo significa o papel ativo dos sujeitos no processo de produção de conhecimentos e nas próprias concepções de História, de seus documentos e de suas escritas.⁵

Como transcriar, na prática da escrita literária, aspectos subjetivos anotados no caderno de campo? Como delinear subjetividades, encarnando-as no texto escrito da história de vida? Como figurar a emoção e mesmo o choro da entrevistadora ao ouvir a história de um colaborador? Como dizer que um narrador, ao ter lembrado acontecimentos dolorosos ou gratificantes, chorava e ria (invariavelmente, eu o acompanhava)? O que significam as atitudes de ambos os lados para que os relatos tomem determinado rumo ou ritmo e não outro? Como explicar que minha condição de mulher, jovem, estudante e de esquerda condicionou muito do que foi dito? Como abdicar de gravar e tornar públicos episódios cruciais que tive a oportunidade de ouvir, em favor da ética e do respeito ao colaborador? Como reagir à necessidade de desabafo ou mesmo ao desejo, por parte do entrevistado, de que *eu soubesse* determinadas coisas omitidas do registro escrito posteriormente? Como indicar aos leitores minha rejeição ou identificação em relação às

5. Para um panorama dos temas na história da historiografia mais recente, recomendo as obras *A História* (DOSSE, F. *A História*. São Paulo: Editora Unesp, 2012), *Os nomes da história* (RANCIÈRE, J. *Os nomes da história*. Ensaio de poética do saber. São Paulo: Ed. Unesp, 2014), *Figuras da história* (RANCIÈRE, J. *Figuras da história*. São Paulo: Ed. Unesp, 2018), *Políticas da escrita* (RANCIÈRE, J. *Políticas da escrita*. São Paulo: Editora 34, 2021), *A história é uma literatura contemporânea* (JABLONKA, I. *A história é uma literatura contemporânea*. Manifesto pelas ciências sociais. Brasília: Ed. UnB, 2021), *Historia de Los Abuelos Que No Tuve* (JABLONKA, I. *Historia de Los Abuelos Que No Tuve*. Barcelona: Ed. Anagrama, 2022), *Compreender outros* (LACAPRA, D. *Compreender outros*: povos, animais, passados. Belo Horizonte: Autêntica, 2023) e *História Potencial* (AZOULAY, A. A. *História Potencial*. São Paulo: Ubu, 2024).

histórias, demonstrando como lidei com esses sentimentos, quase sempre involuntários, no momento das entrevistas e, posteriormente, no trabalho documental com as narrativas? Como expor que houve sessões de entrevistas das quais saí realizada e feliz e outras nas quais me senti completamente arrasada e perturbada, assim como meus colaboradores? Como demarcar o alto nível de responsabilidade ética, profissional e individual que implica despertarmos emoções há muito tempo escondidas, controladas ou mesmo nunca sentidas tanto nos colaboradores quanto em mim?

As soluções e as respostas não são simples. Encontrar algumas demandou esforços e tempo, pois tenho noção, com o passar dos anos, de que careciam de um amadurecimento profissional e pessoal que não possuía. Muitas delas surgiram com o estudo teórico-metodológico dos procedimentos da história oral, da antropologia, da psicologia social e política, mas sobretudo com a prática do trabalho de campo que exige, em muitos casos, medidas emergenciais e interações imediatas. O desfecho dessa experiência veio em outras duas etapas do trabalho: 1) tentei recriar no texto das narrativas, por meio de recursos literários, o sentido emocionante do momento vivido, a ponto de também trazer à flor da pele os sentimentos de quem fosse lê-las; 2) levei para a conferência e aprovação dos colaboradores as histórias de vida elaboradas. Essas etapas trouxeram legitimidade às nossas práticas e são detalhadas posteriormente.

Tais reflexões indiciam apenas uma pálida ideia de como convivi e me inquietei cotidianamente tanto nos anos de trabalho de campo quanto ao longo da minha carreira como pesquisadora. Certamente nunca estive só nessa jornada, visto que os colaboradores as compartilhavam, cada um à sua maneira. Isso era perceptível pela quantidade de telefonemas, cartas, documentos, livros, sugestões bibliográficas e indicações de novos entrevistados que recebi desde que iniciei o trabalho de campo. Minha presença era cobrada com mais frequência em Porto Alegre e no Rio de Janeiro para as mais variadas atividades: recolher documentos pessoalmente; realizar novas entrevistas e continuar as que estavam em andamento; marcar presença em atos públicos contra as reformas do governo Fernando Henrique Cardoso; as privatizações da Vale do Rio Doce e de outras empresas estatais estratégicas. Também era requisitada nas reuniões dos veteranos da Segunda Guerra Mundial, do Primeiro Grupo de Caça da FAB e da ADNAM. Nestas últimas, particularmente, expunha o andamento da pesquisa e debatia problemas políticos nacionais e internacionais, ouvindo mais episódios de histórias

peçoais. Era questionada em relação ao que fazia o movimento estudantil e onde estava a juventude não contestadora do atual estado de coisas. Sim, defendi minhas ideias de esquerda e oposicionistas, mostrando que as punha em prática como historiadora, por meio do desenvolvimento da pesquisa. Assim, conquistei a confiança, o respeito e o carinho dos colaboradores. Com o passar dos anos eles foram adoecendo, gradativamente se desligando das atividades políticas, e falecendo. Contudo, permanecem suas histórias de vida, como vestígios de encontros intersubjetivos e documentos histórico-literários. A maior parte das narrativas povoaram o trabalho de pesquisa disponível como dissertação de Mestrado em História Social para consulta pública, desde 1998. Citadas de forma fragmentada por várias outras pesquisas nas décadas seguintes, encontram-se no Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” (CAPH) do Departamento de História e na Biblioteca “Florestan Fernandes” da FFLCH/USP.

As entrevistas, por excelência, representam um ponto concreto de intersecção entre minha subjetividade e a dos colaboradores em determinado contexto histórico. Com o desenrolar do trabalho de campo, observei que, se primeiramente havia muitos rastros de apreensão da subjetividade nas gravações, bem como nas suas entrelinhas, em segundo lugar, não menos complexo e fundamental, a relação intersubjetiva figurava no caderno de campo, de que extraí elementos para escrever estas linhas. Retiraria outras características subjetivas para escrever as histórias de vida, valendo-me dos processos de escrita, de transcrição, textualização e transcrição das entrevistas. Percebi que todo o texto escrito por pesquisadores de áreas distintas (história, antropologia, psicologia, jornalismo, literatura não ficcional) e principalmente as narrativas biográficas construídas resultam do encontro de subjetividades e de práticas literárias performatizadas, admitindo-se ou não que isso seja possível.

Da mesma forma que a palavra escrita constitui uma reinterpretação do relato oral, os pesquisadores, como indivíduos intermediários, que assumem a autoria do trabalho de história oral, para além da neutralidade pretendida, acabam acrescentando suas próprias interpretações àquilo que narram.⁶ O caderno de campo torna-se, dessa maneira, o veículo privilegiado de participação da entrevistadora como coautora no texto final das histórias de vida.

6. PORTELLI, A. Op. cit., pp. 25-39.

História, antropologia e literatura entre oralidades e escrituras

Desde as primeiras pesquisas das quais participei, parti de proposições e reflexões trazidas pelo nosso professor no núcleo de estudos na universidade e das sistematizações de procedimentos teórico-metodológicos em livros por ele publicados. Nosso professor sempre nos desafiou trazendo autores e autoras de todas as áreas de conhecimento que lidavam com histórias de vida e tradição oral. Ele foi muito ousado, propiciando reflexões da literatura e da crítica literária, apropriando e reinventando conceitos para operacionalizar a passagem do registro da oralidade para o código escrito, dentro do conservadorismo e do cientificismo ainda em vigor nas Humanidades e, especialmente, na área de História. Essas reflexões e práticas vieram no contexto das mudanças de paradigmas em diversas áreas de saber, a Crítica Literária, a Linguística, entre outras, que abraçaram a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, criando campos de saberes como os Estudos Culturais, renovando áreas disciplinares com práticas de trabalho de campo como a Antropologia e a Psicologia. Passadas duas décadas do século XXI, a criatividade conceitual e a imaginação histórica ainda são um grande tabu para muitos profissionais da História, porém são mais amplamente realizadas do que antes.¹

1. Nesse sentido, há inspiração para encarar a análise e a renovação da escrita da história considerando debates travados desde os anos de 1970, por exemplo, a partir das formulações de Paul Veyne e Michel Foucault sobre as práticas de escrita dos historiadores, no âmbito da historiografia francesa; ou das discussões feitas partindo do aporte dos campos da história intelectual, da psicanálise e da crítica literária por Dominick LaCapra (que também trata dos testemunhos sobre traumas na contemporaneidade, como o Holocausto) que fez a crítica de Hayden White, nos Estados Unidos. O historiador francês, Ivan Jablonka, mais recentemente, também abordou o caráter literário e não ficcional, do discurso histórico. Pelo nosso lado, houve três caminhos simultâneos

Aprendemos a considerar, nos primeiros anos de formação na década de 1990, a possibilidade de inventar conceitos e não apenas reproduzir paradigmas anteriores. Isso implica a valorização das subjetividades no trabalho de campo no que respeita à relação estabelecida entre entrevistadora e entrevistados para a produção colaborativa de conhecimentos e exposição da história do projeto e do processo de pesquisa de forma autorreflexiva.

É preciso explicitar o processo de passagem da oralidade para a escrita, a partir do que começou a ser feito no início dos trabalhos, mas também de como isso se transformou para mim, posteriormente. *A transcrição absoluta é*

para o início da discussão: primeiro, as reflexões chegaram por meio da historiografia; depois, da crítica literária e suas práticas de tradução, com o poeta e linguista Haroldo de Campos e, posteriormente, com o historiador Roger Chartier, com os conceitos de práticas e representações e a história da tradução e da edição; da análise de discurso, com M. Bakhtin, R. Barthes, T. Todorov, U. Eco e M. Foucault; e terceiro, por meio da autocrítica dos antropólogos às suas escritas etnográficas, com a crítica à escritura etnográfica de J. Clifford, G. Marcus e de C. Geertz. Indico alguns referenciais teóricos sobre a temática: VEYNE, P. Op. cit.; FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*, op. cit.; FOUCAULT, M. (org.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, op. cit.; FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Op. cit.; LACAPRA, D. *Compreender outros: povos, animais, passados*. Op. cit.; WHITE, H. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992; WHITE, H. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994; CAMPOS, H. de. “Da tradução como criação e como crítica”. *Metalinguagem e Outras Metas*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, pp. 31-48; CAMPOS, H. de; PAZ, O. *Transblanco*. São Paulo: Guanabara, 1986; CAMPOS, H. de. *Deus e o Diabo no Fausto de Goethe*. São Paulo: Perspectiva, 1981; CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002; CHARTIER, R. *Editar e traduzir: Mobilidade e materialidade dos textos (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Editora UNESP, 2022; BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2016; BARTHES, R. *El susurro del language: mas allá de la palabra y la escritura*. Barcelona: Paidós, 1987; BARTHES, R. (et al.). *Análisis estructural del relato*. 6 ed. Barcelona: Premia, 1988; CLIFFORD, J. *Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011; CLIFFORD, J.; MARCUS, G. *A Escrita da Cultura. Poética e Política da Etnografia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2017; GEERTZ, C. *Atrás dos fatos*. Op. cit.; GEERTZ, C. *El antropólogo como autor*. Op. cit. e GEERTZ, C. *Saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

um recurso para atingir o que julgamos ser o texto integral do depoimento, em que ouvimos as gravações e tentamos escrever tudo o que foi dito literalmente. Nessa passagem inicial do discurso oral para o escrito, entretanto, já há interferência direta sobre a entrevista, pois toda transcrição, ou seja, a mediação entre a palavra oral e a escrita, é uma interpretação e uma recriação literária.²

Por impedir o acesso aos possíveis significados da narrativa, construídos e compartilhados por quem fez e por quem concedeu a entrevista, a publicação do texto simplesmente transcrito é praticamente impossível. Parece não existir fluência na oralidade passada para o papel: frases se repetem, ideias se confundem, o excesso de vícios de linguagem torna a leitura desagradável, sem fluidez. A fragmentação e a (des)ordem das lembranças pode inviabilizar compreensões e interpretações dos conteúdos, sempre subjetivos e plurais, de acordo ou não com os propósitos da pesquisa realizada.

É evidente a necessidade de darmos maior viabilidade à leitura dos documentos, em primeiro lugar para os próprios colaboradores entrevistados e, em segundo lugar, para um público mais amplo, que não seja o de especialistas. Portanto, empreendemos a *textualização*, fase em que o discurso escrito literário entra em cena. A partir desse processo, extraímos as ideias principais da narrativa, reconhecemos o *corpus* textual e discursivo que está sendo trabalhado.³ Destacamos palavras-chave, que definem o que chamamos de

2. Apesar de na década de 1990 muitos pesquisadores – principalmente aqueles ligados aos arquivos e acervos mais tradicionais – ainda defenderem a possibilidade de uma transcrição literal da oralidade, que seria mais fiel ao que foi falado, outros já problematizavam essa prática: “(...) toda transcrição, mesmo bem-feita, é uma interpretação, uma recriação, pois nenhum sistema de escrita é capaz de reproduzir o discurso com absoluta fidelidade; de certa maneira, é uma traição à palavra.” (TOURTIER-BONAZZI, C. de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. [orgs.]. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 239).

3. Há muito debate nos campos da Crítica Literária, da Linguística e da Análise de Discurso sobre o significado de *corpus* textual ou discursivo. Algumas dessas definições gerais interessam às Ciências Humanas e Sociais. Discutíamos, em nosso núcleo de pesquisa, o caráter dialógico de qualquer enunciado, a partir da leitura de M. Bakhtin (BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016). Charaudeau apresenta uma síntese bem formulada sobre *corpus* e sua relação com a problemática de análise: “Nas ciências humanas e sociais, algumas disciplinas privilegiam estudos de

tom da narrativa, possibilitando que os colaboradores se reconheçam no texto escrito. Após essa seleção, fazemos o agrupamento de termos comuns no discurso de cada um e de todos os colaboradores. O agrupamento de palavras comuns (e suas variantes), por sua vez, determina os temas centrais presentes nos depoimentos assim que concluímos a textualização. Os temas destacados para análise podem ser pertinentes ou não a todas as narrativas, apesar da especificidade de cada uma. Por meio desse procedimento metodológico da história oral ou de um tipo de análise de discurso, pude compreender que o grupo de militares de esquerda e nacionalistas entrevistados fazem um *argumento coletivo*, com variáveis e diferenciações. Também consegui observar com mais nitidez omissões e esquecimentos que eu poderia ou não compreender e negociar para que viessem à tona.

É importante avaliar como o argumento coletivo também passa pelo fato de que os colaboradores se sentiram gratificados e reconhecidos enquanto agentes históricos, ao contar histórias que foram por muito tempo silenciadas. Tais sentimentos sobressaíram em diversos momentos do trabalho de campo e das próprias entrevistas. Sem dúvida, a valorização da trajetória de luta por reconhecimento e reparação empreendida pelo grupo

campo com procedimentos que seguem um método descritivo-empírico (sociologia, antropologia), outras privilegiam procedimentos experimentais (psicologia social), outras, análises a partir de arquivos ou a partir de corpora organizados com procedimentos mais ou menos sistemáticos de coleta e tratamento do material semiológico reunido (história, ciências da linguagem). As ciências da linguagem fazem parte, então, das disciplinas de corpus: compilação de dados linguísticos (sob a forma de textos escritos ou orais, de documentos diversos, de observações empíricas selecionadas ou de sondagens provocadas) que são constituídos em objeto de análise. Assim sendo, colocamos a questão de saber qual é a natureza desses dados. Não podemos, então, tratar da questão do *corpus* se não estivermos esclarecidos (isto é, se não tomarmos posição) a respeito de algumas noções que estão no cerne das ciências da linguagem, das quais abordaremos aqui algumas distinções que me parecem as mais fundamentais: língua/discurso, texto/discurso, texto/contexto.” (CHARAUDEAU, P. “Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática”. *Revista Diadorim* – Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 10, dez., 2011, p. 3). Líamos também R. Barthes, T. Todorov, U. Eco, entre outros, relacionando a teoria literária e linguística a nossas práticas de escrita transdisciplinares desde o início desta pesquisa.

destaca-se como resistência e afronta à história militar tradicional estabelecida no Brasil, que consagra apenas o lado vencedor. Na realidade, mesmo sem o reconhecimento histórico, os militares de esquerda e nacionalistas entrevistados acreditavam que sempre lutaram e continuariam lutando por suas bandeiras. Suas batalhas se processam no cotidiano, na oposição que continuavam a fazer ao governo, ao estado de coisas em nossa sociedade e nas posturas que tomavam diante da própria vida. Para muitos, o limite entre quase sucumbir e prosseguir a jornada, fazendo questão de olhar para trás, parece muito tênue. Continuar acreditando na possibilidade de transformações sociais tornou-se a vitória a ser obtida no dia a dia. Nessa direção, o que se pauta no presente evoca o que será trabalhado e performatizado pela memória. Um passado é construído a partir de vestígios documentais e de lembranças no momento em que a entrevista acontece e no processo de legitimação de uma narrativa biográfica como escritura literária.

A partir da seleção das palavras-chave e da elaboração dos temas centrais das narrativas, ou até mesmo antes, já é possível determinar qual é o *tom vital* de cada entrevista: a frase posta como epígrafe na introdução de cada história de vida, que fornece pistas interpretativas do conteúdo e do eixo da experiência vivida. Buscar o *tom vital* de cada entrevista é essencial para a compreensão e análise a ser feita. A cada busca encontramos muitos tesouros. A construção de identidades, com base na performance que cada colaborador faz de si mesmo, é uma dessas possíveis descobertas. A estrutura da narrativa é uma construção da linguagem. Logo, o ato de contar uma história de vida implica basicamente em uma racionalização do passado, que leva a um presente inevitável. Os colaboradores selecionaram e organizaram teleologicamente temas relevantes, dando coerência e unidade às histórias de vida. Criaram protagonistas: eles próprios.

Os *tons vitais* podem não expressar toda a complexidade e a riqueza dos conteúdos das narrativas, todavia sua função principal é dar sentido, captado pela percepção da pesquisadora, à experiência dos sujeitos. Esses *tons* representam, portanto, mais um veículo de expressão da intersecção entre as subjetividades da entrevistadora e dos entrevistados.⁴

4. Um dos pontos fantásticos de se fazer uma pesquisa por três décadas é acompanhar as transformações dos debates teóricos e das práticas, mesmo de autores conhecidos

por estabelecer determinados conceitos e reflexões sobre alguns temas, inescapáveis ao nosso trabalho. É o caso do famoso sociólogo francês Pierre Bourdieu, cujo escrito mais referenciado no campo da história oral, quando eu fazia esta pesquisa em 1996, tratava do que ele denominou como “ilusão biográfica”, de 1986. Bourdieu recomendava aos profissionais atentos à “objetividade científica” a distância dos sujeitos que, ao contarem suas histórias de vida, produziram apenas ideias e lógicas unitárias de continuidade e de linearidade, cronológicas e teleológicas, não sendo a biografia pertinente para entender as estruturas da sociedade, estas sim capazes de explicar a realidade. No entanto, o próprio autor, em 1993, publicou outro trabalho, hoje considerado um clássico, o livro *A miséria do mundo*, com quase 750 páginas, organizado por ele e elaborado como resultado do trabalho com histórias de vida de pessoas da periferia de Paris, feitas com uma equipe de pesquisa que coordenou quase ao final de sua vida, em um contexto histórico de grandes mudanças advindas do que se convencionou chamar do processo de globalização ou da expansão das políticas neoliberais. A obra, também muito criticada, chamou minha atenção e me acompanhou, por contrariar na prática, de diversos modos, muito do que o próprio Bourdieu defendeu acerca da “ilusão biográfica” e, principalmente, com as semelhanças com o trabalho de história oral de vida que fazíamos no NEHO/USP, sob a orientação do professor Meihy. Nosso orientador nos apresentou mais este clássico para estudos e discussão e, entre outros aspectos, comentou que as histórias de vida ali presentes continham uma frase destacada no início de cada entrevista que orientava leitura e interpretação. Havia, portanto, um diálogo intersubjetivo e interpretativo entre entrevistadores e entrevistados. Trata-se de uma prática que Meihy já mantinha (chamando-a de “tom vital”) e nos ensinou a fazer, desde o final dos anos de 1980, mesmo sendo bastante criticado por isso. Aproximadamente duas décadas depois, outro conhecido intelectual, o historiador François Dosse, escreveria sobre o que chamou de “desafio biográfico” para questionar a noção de ilusão biográfica, fazendo um balanço de várias críticas – com as quais concorda – feitas a Bourdieu “nessa generalização abusiva e desqualificadora”, chamando a atenção para trabalhos que mostraram outras possibilidades de “realizar a objetivação da subjetividade e a subjetivação da objetividade (...) voltada, por exemplo, “para a diversidade das temporalidades” (DOSSE, F. *O desafio biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009, pp. 208-214). Depois disso, Bourdieu pôde ser mais questionado até por estudantes, contando com o embasamento de um autor de peso como este, afinal F. Dosse é popular nos estudos históricos por ter escrito inúmeros livros sobre teoria da história e história da historiografia e também por renovar o gênero biográfico para a área de história com biografias fundamentais como as que elaborou a partir das histórias cruzadas do filósofo Gilles Deleuze e do psicanalista Félix Guattari, grandes nomes do pensamento contemporâneo. Ainda sobre frases dos entrevistados destacadas como epígrafes de escritos feitos a partir delas, indico os livros de Svetlana Aleksievitch (vide Bibliografia). Sobre a temática discutida, indico a leitura de “A ilusão

A *transcrição* foi a última etapa da composição escrita a partir do relato oral. Busquei um tratamento literário à narrativa, dispondo do instrumental linguístico, das anotações do caderno de campo, da incorporação ao texto das perguntas efetuadas⁵ e também dos documentos escritos citados pelos colaboradores. A transcrição “é a entrevista trabalhada já em sua fase de apresentação pública. As correções gramaticais, as frases completas, tudo deve ser estabelecido nesta etapa”.⁶ O termo veio da apropriação e releitura do conceito proposto nos trabalhos do linguista, tradutor e poeta Haroldo de Campos. Ao debater os recursos linguísticos utilizados na tradução de obras literárias, o autor aponta “a discrepância entre o dito e o dito”⁷ e admite

biográfica” (BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. [orgs.]. Op. cit., pp. 183-191), *A miséria do mundo* (BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997), *O desafio biográfico* (DOSSE, F. *O desafio biográfico*. Op. cit.), *A colônia brasilianista* (MEIHY, J. C. S. B. Op. cit.), *Canto de Morte Kaiowá* (MEIHY, J. C. S. B. Op. cit.), *Ponto de vida: cidadania de mulheres faveladas* (SANTOS, A. P. dos. Op. cit.), *Vozes da marcha pela terra* (SANTOS, A. P. dos.; MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. Op. cit.) e *Gilles Deleuze & Félix Guattari: Biografia Cruzada* (DOSSE, F. *Gilles Deleuze & Félix Guattari: Biografia Cruzada*. Porto Alegre: Artmed, 2010).

5. Há várias décadas, além de Meihy, outros pesquisadores, notadamente etnólogos (M. Barnet), antropólogos (E. Burgos) e sociólogos (M. Viezzer), optaram pelas criações de textos literários de não ficção que privilegiam e dão destaque à narrativa dos que foram entrevistados em seus trabalhos, em circulação além do meio acadêmico. A respeito da incorporação das perguntas ao depoimento de Rigoberta (questionado se corresponderia mais a uma história de uma coletividade do que de uma pessoa), Elizabeth Burgos escreveu: “Muy pronto decidí dar al manuscrito forma de monólogo, ya que así volvía a sonar en mis oídos al releerlo. Resolví, pues, suprimir todas mis preguntas. Situarne en el lugar que me correspondía: primero escuchando e dejando hablar a Rigoberta, y luego convirtiéndome en una especie de doble suyo, en el instrumento que operaría el paso de lo oral a lo escrito.” (BURGOS, E. Op. cit., pp. 8-17). Theodore Zeldin, estudioso inglês de filosofia, história e literatura, afirmou: “... hoje em dia, é possível os indivíduos formarem opinião nova de sua própria crônica pessoal e de todo registro da crueldade humana, seus equívocos e alegrias. Para se ter uma visão nova do futuro, sempre foi necessário, antes, adquirir uma nova visão do passado.” (ZELDIN, T. *Uma história íntima da humanidade*. Rio de Janeiro, Record, 1996, p. 7).

6. MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. Op. cit., p. 67.

7. CAMPOS, H. de. “Da tradução como criação e como crítica”. In: *Metalinguagem*, op. cit., p. 32. Outras referências importantes do autor são as obras *Deus e o Diabo no*

o abandono deliberado da fidelidade ao significado textual “para conquistar uma lealdade maior ao espírito do original transladado”.⁸ Partindo do instrumental linguístico, Meihy avança na direção da elaboração do documento histórico, servindo-se do *teatro de linguagem* de Roland Barthes,⁹ a partir do trabalho de história oral de vida que realizou com pessoas do povo Kaiowá. Aprendi, com a prática do trabalho de construção das histórias de vida, que ouvir, gravar, transcrever, textualizar, transcriar uma fonte oral, uma performance narrativa, sempre é recriá-la, em níveis distintos porque historicamente determinados. Dessa forma, na composição da entrevista como documento histórico, ocorre uma “filtragem” do que foi dito a partir de escolhas feitas pela pesquisadora, que se permite constatar a *coautoria* nas histórias de vida.

A distância da performance da palavra falada para a escrita é insuperável. Daí a necessidade de se elaborar, a partir das entrevistas, um texto final sob o formato de prosa narrativa, com o objetivo de comunicar alguns sentidos das realidades subjetivas. Muitas vezes o direcionamento das histórias de vida derivou das ideias e não das palavras exatas dos colaboradores. Ao reter ritmos narrativos individuais, suas particularidades expressivas, busquei significados, tons, estilos e sabores do que foi compartilhado originalmente. Em trabalho muito famoso, o escritor e etnólogo Miguel Barnet me ajudou a pensar o dilema da passagem do discurso oral para o escrito.¹⁰ Da mesma forma que o autor, tento realizar mediações para o código da escrita, deixando, contudo, alguns traços da oralidade original dos colaboradores para evidenciar na leitura que suas histórias de vida foram contadas para alguém. Por ocasião da conferência e legitimação das narrativas, fui severamente cobrada

Fausto de Goethe (CAMPOS, H. de. *Deus e o Diabo no Fausto de Goethe*, op. cit.) e *Transblanco* (CAMPOS, H. de; PAZ. O. Op. cit.).

8. CAMPOS, H. de. “Da tradução como criação e como crítica”. In: *Metalinguagem*. Op. cit., p. 47.

9. BARTHES, R. *El susurro del language*. op. cit.; BARTHES, R.; TODOROV, T.; ECO, U. (*et al.*) *Análisis estructural del relato*. Op. cit. Essas obras clássicas levaram às discussões sobre o papel performativo da linguagem, nos estudos de performance na Antropologia, na Literatura e na Arte, que influenciam a produção contemporânea nessas áreas de conhecimento.

10. BARNET, M. Op. cit., p. 12.

a esse respeito. Na maior parte das vezes em que havia vícios de linguagem, os colaboradores pediram para que fossem retirados, em favor da linguagem escrita da chamada “norma culta”. Só assim consideraram a realização de um bom trabalho e a fidelidade à mensagem que desejavam transmitir.

No que concerne às inovações proporcionadas pela prática da escrita literária a partir dos debates em torno da transcrição, incluí nas histórias de vida as frequentes citações dos documentos escritos que os colaboradores fizeram e, depois do momento da gravação, pediram para que fossem devidamente incorporadas, fornecendo cópias da documentação mencionada. Unir a documentação oral à escrita, constituindo um texto de história de vida de maior complexidade e sofisticação, era uma tarefa inédita. Minha modesta experiência como oralista tinha lidado quase que exclusivamente com narrativas constituídas a partir de fontes orais. Mais uma vez, o trabalho de campo redimensionou toda a construção documental que pretendíamos fazer a partir da história oral de vida. Se quiséssemos que as narrativas produzidas fossem definitivas para os colaboradores, teríamos que nos debruçar sobre como faríamos o entrelaçamento entre as fontes orais e os documentos escritos fornecidos por eles.¹¹

Com esse procedimento, não almejava fazer literatura – entendida à época apenas como histórias de ficção – nem jornalismo literário (grande inspiração desde a adolescência, assim como as populares biografias e autobiografias), mas uma história pública que pudesse extrapolar o público acadêmico e ser lida com apreço, inclusive, pelo próprio grupo colaborador. Passadas as décadas, penso que as narrativas biográficas feitas a partir das performances de história oral de vida são, simultaneamente, história e literatura.

Acima de tudo era importante para mim notar qual é a construção histórica feita pelos colaboradores com esses documentos. Por que esses e não outros? O que significavam para aqueles que os guardaram com cuidado por

11. Por exemplo, ao realizarmos a entrevista com o coronel Pedro Alvarez, ele recorreu a vários documentos, tais como discursos, recortes de jornais, processos e livros, inclusive uma parte da sua história de vida registrada no livro de *O tenente vermelho* (SILVA, W. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1987). O colaborador também recitou poemas de um livro de seu pai, que também pode ser considerado como documento histórico incluído em sua narrativa (Alvarez, H. *Viagem ao passado*: versos. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1956).

anos e agora o integravam no corpo de sua história a ser publicizada? Qual é o lugar que reservam na História para as suas próprias histórias pessoais? Era o que pretendia “desvendar”, conhecer, aprender, apreender.

A procura em arquivos e bibliotecas

Durante o trabalho de campo no Rio de Janeiro, procurei visitar alguns arquivos públicos. Essa ideia veio da notícia de que finalmente, antes de virar o século, seriam abertos os arquivos das polícias políticas, notadamente o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), que espionava os opositores ao governo desde o Estado Novo, na década de 1930, quando foi criado. As pessoas perseguidas, seus parentes e os pesquisadores poderiam, pela primeira vez, acessar essas informações produzidas oficialmente para fichar e incriminar por motivos políticos qualquer indivíduo. Tais registros sustentaram prisão, tortura, morte e desaparecimento por pelo menos dois longos períodos ditatoriais no século XX no Brasil.

Pesquisar em arquivos na década de 1990 era uma atividade difícil, demorada e totalmente presencial, devido às péssimas condições das instituições, além da inexistência de documentos digitalizados e disponibilizados na internet, fenômeno muito recente, que facilitou e revolucionou os processos de pesquisa, sobretudo da história do tempo presente. Faço questão de assinalar alguns dos desafios e percalços enfrentados nos arquivos, para que haja alguma noção dos obstáculos reais às pesquisas em acervos sobre temas da história imediata e do tempo presente naquele período. Para parte dos colaboradores, o impacto causado pela descoberta dos poucos documentos obtidos foi intenso. Havia um choque entre o processo de trabalho com a oralidade e as narrativas biográficas e o que foi produzido sobre os entrevistados por governos autoritários, que manipularam a história oficial.

As pesquisas em arquivos públicos tiveram por objetivo arranjar elementos que enriquecessem o debate historiográfico realizado ao longo deste trabalho. Em busca de possíveis prontuários dos entrevistados ou mesmo documentos genéricos sobre os temas abordados nas histórias de vida, visitei o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em busca do acesso ao acervo do DOPS, o Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro e o

Arquivo Histórico do Exército Brasileiro. Na década de 1990, a situação de pesquisa encontrada em cada arquivo sobre o tema da esquerda militar foi espinhosa (para não dizer improdutiva) se comparada ao trabalho de campo da história oral de vida. A contemporaneidade do tópico e dos sujeitos históricos, além dos consequentes problemas éticos advindos dessa realidade, tornaram o trabalho limitadíssimo sob o aspecto da documentação escrita e oficial.

No Arquivo Histórico do Exército Brasileiro e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, os documentos sob a guarda das instituições passavam pelo crivo de especialistas – militares e arquivistas, respectivamente – antes que os pesquisadores pudessem acessá-los. Sem possibilidade de consultar diretamente a documentação “primária” existente acerca de nossos colaboradores, fiquei à mercê do que pôde ser franqueado. Encaminhei uma lista nominal para obter informações e constatei, surpresa, a quase inexistência de documentos para análise. O caso de Homero de Castro Jobim, um de nossos colaboradores, é ilustrativo. A esparsa documentação relacionada a ele no Arquivo Histórico do Exército Brasileiro consistia nas chamadas folhas de fé de ofício (anotações dos acontecimentos relevantes na trajetória da carreira do militar, tais como promoções, elogios, punições, transferências e baixas). Além de lidar com pouco material para análise, defrontava-me com o fato de que parte dos documentos não estava disponível para apreciação pública. No entanto, era possível obter determinados registros junto aos próprios colaboradores, como constatei em alguns casos. Esse percurso foi apontado inclusive pelo militar responsável pelo Arquivo, por ocasião da visita. Como não obtive informações definitivas sobre a totalidade dos pedidos de documentação encaminhados a tempo de constar na dissertação, não soube efetivamente se havia mais algum tipo de material de real interesse para o trabalho.

No Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro existem inúmeros volumes sobre instituições governamentais relacionadas às atividades profissionais e políticas dos colaboradores, até 1959.¹ Foi necessário examinar dezenas de volumes documentais relacionados a ofícios recebidos e expedi-

1. Documentos posteriores a essa data estão no Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília, que não tive a oportunidade de visitar.

dos, dossiês e estudos de especialistas, além de recortes de jornais e relatórios diversos sobre as tramitações, especialmente para troca de informações, entre o Ministério das Relações Exteriores e órgãos diversos².

Em razão da quantidade de documentos existentes, levei muito tempo para conseguir examinar todos os volumes mencionados no levantamento inicial realizado. Os documentos que pude encontrar trouxeram à luz um riquíssimo panorama histórico do pensamento e da prática das instituições governamentais mais relacionadas à vida cotidiana de nossos colaboradores. Pude captar, nas fontes oficiais, as matrizes da elaboração política implementada pelos governos brasileiros no decorrer de nossa história contemporânea nas instituições de caráter estratégico e de segurança nacional, cenário da atuação destacada dos entrevistados. Pensava que, em futura análise da documentação oral, a contraposição ao aporte documental proveniente do Arquivo Histórico do Itamaraty seria de grande valia para um estudo com a devida amplitude requerida pelo tema proposto.

Outro acervo visitado foi o do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) no qual tive acesso à transcrição da entrevista, realizada em 1978, com o Marechal Henrique Teixeira Lott. O Marechal era considerado pelos militares de esquerda uma grande liderança, assim como o General Nelson Werneck Sodré, o Brigadeiro Francisco Teixeira e o General Apolônio de Carvalho. Todos foram entrevistados em projetos diferentes e atualmente as transcrições das entrevistas podem ser acessadas pela internet.³ Nesse antigo

2. Conselho Nacional do Petróleo (1938-1958); Conselho de Segurança Nacional (1934-1958); Departamento Nacional de Informação (1940-1946); Ministério da Aeronáutica (1931-1959); Ministério da Guerra (1931-1959); Estado-Maior das Forças Armadas – ESG (1956-1958); Ministério da Marinha (1931-1960); Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1931-1959); Departamento do Interior e da Justiça (1944-1959); Governos Estaduais, Repartições Regionais e Locais, em destaque Rio de Janeiro (1931-1955) e Rio Grande do Sul (1931-1958).

3. Para obter transcrições de entrevistas de lideranças militares de esquerda mencionadas, acesse o acervo digitalizado do *Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas* (CPDOC/FGV). Transcrição da entrevista de Marechal Henrique Teixeira Lott, realizada em 1978: LOTT, H. B. D. T. *Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002. Disponível em: <https://>

centro de pesquisa e documentação estão depositadas inúmeras gravações e transcrições realizadas com diversos militares em sua maioria protagonistas do golpe de 64 e dos governos militares como, por exemplo, o General Ernesto Geisel. Desse modo, é importante ressaltar que a discrepância entre a pequena representatividade de depoimentos de militares de esquerda em comparação com os militares de direita, incluindo a guarda oficial de seus acervos doados à instituição, foi um dos fatos que impulsionou este trabalho.⁴

www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista117.pdf Acesso em: 12/09/2024; Transcrição da entrevista de General Nelson Werneck Sodré, realizada em 1987: SO-DRÉ, N. W. *Nelson Werneck Sodré (depoimento, 1987)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, SERCOM/Petrobrás, 1988. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista206.pdf> Acesso em: 12/09/2024; Transcrição das entrevistas de Brigadeiro Francisco Teixeira, realizadas em 1983 e 1984: TEIXEIRA, F. *Francisco Teixeira (depoimento, 1983/1984)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1992. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista102.pdf> Acesso em: 12/09/2024; Transcrição da entrevista de General Apolônio de Carvalho, realizada em 2005: CARVALHO, A. de. *Apolônio de Carvalho (depoimento, 2005)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2005. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista1654.pdf> Acesso em: 12/09/2024.

4. A diferença é justificável porque o centro de documentação e pesquisa tem como foco projetos ligados à elite política e governamental brasileira e suas diversas instituições. A partir da redemocratização, com a alternância de governos e a chegada de partidos de esquerda ao poder, portanto, passando a fazer parte dessa mesma elite, houve parceria com outros centros de memória e documentação política à esquerda como, por exemplo, a Fundação Perseu Abramo, que passou a abrigar outros projetos com entrevistas de militantes de esquerda. Isso possibilitou que uma entrevista com Apolônio de Carvalho, conhecido fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), que governou o país por várias gestões nas primeiras décadas do século XXI, esteja hoje disponível também no CPDOC/FGV. É relevante destacar que, na década de 1980, o historiador Hélio Silva publicou o livro *Memória dos Vencidos: militares X militares* (op. cit.), marcado por depoimentos de militares de esquerda (alguns colaboradores desta pesquisa). Essas entrevistas foram realizadas por Silva no Centro de Memória Social Brasileira da Universidade Cândido Mendes (UCAM), no Rio de Janeiro. O trabalho desse historiador foi fonte de informações para o livro de José Murilo de Carvalho, já citado. Isso mostra a mobilização de agentes históricos para deixar registradas em diversas instituições suas narrativas como documentos históricos. Sobre a importância dos Centros de Memória e o tratamento de diversos tipos de documentos históricos, inclusive as fontes orais, indico o livro *Centros de memória* (CAMARGO, A. M.; GOULART, S. *Centros de*

As maiores dificuldades de pesquisa ocorreram no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Sob a guarda dessa instituição encontravam-se possivelmente, no acervo das Polícias Políticas recém-aberto, prontuários de vários dos nossos colaboradores. O primeiro procedimento realizado, por ocasião da minha primeira incursão, consistiu no pedido de localização nominal dos prontuários. A identificação dos registros era feita pelos especialistas do próprio arquivo, os únicos aos quais se franqueava o acesso direto aos documentos sem procuração da pessoa interessada com assinatura devidamente reconhecida em cartório. Tratava-se de longo e trabalhoso processo sob o qual não teria controle. Parte da pesquisa dependeria dos resultados oferecidos pela instituição.

Meu objetivo era pedir a procuração necessária apenas aos colaboradores que tivessem confirmada a existência de prontuários. Assim, os entrevistados não criariam expectativas em torno de algo que poderia nem sequer existir. Muitos deles eram idosos e alguns apresentavam estado de saúde delicado. Muitas vezes permaneciam reticentes quanto ao exame dessa documentação inédita. Aguardei a resposta definitiva sobre os prontuários disponíveis por vários meses para, em seguida, buscar autorizações pessoais, autenticando-as em cartório mediante reconhecimento de firma, procedimento obrigatório

memória: Uma proposta de definição. São Paulo: Ed. Sesc, 2014). A historiadora Ana Maria Camargo, também um dos maiores nomes da área de Arquivologia, foi minha professora de Metodologia de História, logo que entrei na Universidade de São Paulo, com 17 anos, em 1990, transformando a minha vida com a paixão pelos documentos históricos, acervos, arquivos pessoais, arquivos públicos e centros de memória. Depois de trinta anos de aprendizados, tive a felicidade de ser convidada por ela, em 2020, para ministrar a aula sobre projetos de história oral nos centros de memória no curso de extensão que ministramos com vários profissionais da área, na Biblioteca Brasileira da Universidade de São Paulo, até 2023, quando ocorreu seu falecimento. Em 2024, o curso passou a ser realizado também em parceria com o Sesc. A programação do curso “Centros de Memória: fundamentos e perspectivas”, realizado no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc, está disponível em: <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/atividade/centros-de-memoria-fundamentos-e-perspectivas> Acesso em: 12/9/2024. As ligações intelectuais e afetivas com pessoas extraordinárias como a professora Ana Maria Camargo e o professor José Carlos S. B. Meihy (assim como com muitas das pessoas que entrevistamos e com quem produzimos novos documentos históricos) perfazem este trabalho.

exigido pelo Arquivo Público. Cabe ressaltar que as medidas administrativas redobravam o esforço de pesquisa. Além das dificuldades de obtenção das autorizações dos colaboradores (nem sempre queriam ter conhecimento do material produzido pela polícia a seu respeito, muitas vezes de cunho violentamente difamatório), eles se viam obrigados ao reconhecimento em cartório dos documentos citados, para que tivessem validade, dando entrada ao chamado pedido de *Habeas Data*.

Depois de longa espera, fui informada de que o Arquivo não poderia ao menos dizer se o colaborador possuía ou não prontuário sem a procuração, como a princípio pôde ser solicitado. Fato novo porque, na primeira visita realizada, apenas portando uma autorização por escrito sem registro cartorário de um dos colaboradores, Miguel Alfredo Arraes de Alencar, já soubera que não havia prontuário específico sobre o entrevistado. No mais, qualquer documentação a seu respeito talvez pudesse ser encontrada dispersa em outras pastas, também em fase de identificação pelos pesquisadores. De todo modo, após esse trabalho, conheceria o seu conteúdo. Com a nova orientação não poderia saber para quem deveria pedir as autorizações! A alegação do Arquivo para a mudança de procedimento foi: a simples informação implicava o fato de reconhecer que um indivíduo estava fichado pela polícia política e dizer isso, sem o consentimento do interessado, traria implicações éticas.

Enviei formulários para pedido de *Habeas Data* aos colaboradores, a fim de que decidissem se queriam ou não dar entrada no processo de vista da documentação. Recebeci a anuência e encaminhei os formulários e as procurações de dois entrevistados, José Gutman e Fortunato Câmara de Oliveira. Pensava que, talvez, a documentação obtida poderia formar parte da desta pesquisa futuramente. Também haveria a certeza de que cumprira a obrigação ética e profissional de facilitar o conhecimento da documentação aos colaboradores que se mostrassem interessados.

Apesar das dificuldades expostas, relacionadas aos prontuários da Polícia Política, soube com grande entusiasmo, na primeira visita realizada ao Arquivo Público, que os documentos estavam em fase de finalização de microfilmagem. Eram cerca de seiscentas fichas de militares de esquerda, considerados comunistas e subversivos pelo aparato repressivo. Infelizmente, durante as últimas idas ao Arquivo Público, em 1998 (ano da defesa da dissertação), disseram-me que o material ainda não fora devolvido à instituição,

em virtude do trabalho de microfilmagem desempenhado pelos especialistas responsáveis. Mesmo quando fosse, não seria liberado para consulta! Tratava-se, sem dúvida, de rica e farta documentação imprescindível à pesquisa que, por motivos burocráticos alheios à nossa vontade, não pôde ser apreciada.

Restringi-me ao exame das pastas do DOPS que dissessem respeito às palavras-chave de nosso tema. Inicialmente, encontrei pouco material de interesse para o trabalho. Ao final de alguns meses, recebi inúmeras cópias, muito caras, de centenas de informações sobre José Gutman e Fortunato Câmara de Oliveira, conhecidos e fichados desde o Levante de 35. Os documentos revelavam que eles foram espionados por décadas tanto nos períodos ditatoriais iniciados nas décadas de 1930 e de 1960 quanto nos intervalos entre ambos, supostamente de governos democráticos. Os documentos, portanto, mostravam como a vigilância e a perseguição política atravessou quase todo o século XX, vivido por essas pessoas, indício gravíssimo de que a estrutura de poder autoritária no Brasil é muito mais duradoura do que os sucessivos governos antidemocráticos e democráticos que ocuparam uma parcela do poder político.⁵

A documentação indicou também em que espaços essas pessoas eram mais vigiadas e perseguidas: nas reuniões das mais variadas entidades da sociedade civil das quais participavam, no local de trabalho e nas manifestações públicas. Ao levar as cópias dos documentos para os colaboradores, ambos rejeitaram enfaticamente o que fora produzido sobre eles por agentes de espionagem. Ao examinar os documentos oficiais, Fortunato chegou a declarar que os “arapongas” (apelido dado aos espões) inventaram informações para “mostrar serviço”. Gutman destacou sua trajetória de vida e o

5. Sobre a continuidade de relações de poder autoritárias e o papel dos militares na política desde o fim da ditadura até o governo de Jair Bolsonaro (2018–2022), sugiro a leitura de *Poder camuflado* (VICTOR, F. *Poder camuflado: Os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro*. São Paulo: Cia das Letras, 2022) e *Forças armadas e política no Brasil republicano*. V. 2 (D'ARAÚJO, M. C.; REZENDE, L. P. *Forças armadas e política no Brasil republicano: a Nova República [1988–2018]*. V. 2 Rio de Janeiro: Ed. FGV/FAPERJ, 2024). Para o período histórico anterior, *Forças armadas e política no Brasil republicano*, volume 1 (D'ARAÚJO, M. C.; REZENDE, L. P. *Forças armadas e política no Brasil republicano: da Proclamação da República à Constituição Cidadã [1889–1988]*. V. 1. Rio de Janeiro: Ed. FGV/FAPERJ, 2024).

que ele havia dito como verdadeiro fator de importância. Tais questões me levaram à seguinte pergunta: caso eles não tivessem falado e construído suas narrativas biográficas, que tipo de vestígios restariam para fazer a história dessas pessoas e dos acontecimentos históricos em que estiveram envolvidos? Somente haveria os vestígios arquivados e preservados de uma história oficial. Eis a relevância das histórias de vida construídas, porque dialogam e se contrapõem aos documentos governamentais em futuros estudos.

Para além dos questionamentos sobre quem possui o poder de definir o que, quem e como se entra para a História, é extremamente importante a emergência de muitos estudos no século XXI sobre todo o aparato de vigilância e a lógica de perseguição política evidentemente anticomunista. Essas práticas autoritárias atravessaram o século passado e chegaram até nós. Infelizmente, não foram completamente questionadas e desmanteladas no processo de redemocratização ainda em curso. Isso tornou-se óbvio com a ascensão da extrema direita ao poder governamental, em nível federal (2018-2022), que reproduziu e atualizou a mesma lógica anticomunista e “do inimigo interno” herdada dessa estrutura que, ao contrário de ter sido destruída, foi reabilitada.⁶ Um caso flagrante da atual

6. Sobre o anticomunismo na história republicana brasileira, indico o livro *Em guarda contra o perigo vermelho* (MOTTA, R. S. P. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil [1917-1964]*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002), bem como as seguintes referências: COLL, L. “O anticomunismo é um outro nome para o ódio à democracia, avalia pesquisador”. *Jornal da Unicamp*, 22/12/2022. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2022/12/22/o-anticomunismo-e-um-outro-nome-para-o-odio-democracia-avalia-pesquisador/>. Acesso em: 19/8/2024; “A tradição anticomunista no Brasil, as eleições de 2018 e o início da era Bolsonaro”. *História da Ditadura*. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/a-tradi%C3%A7%C3%A3o-anticomunista-no-brasil-as-elei%C3%A7%C3%B5es-de-2018-e-o-in%C3%ADcio-da-era-bolsonaro>. Acesso em: 19/8/2024; LEIRNER, P. C. *O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida: Militares, Operações Psicológicas e Política em uma Perspectiva Etnográfica*. 2 ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2022, pp. 36-37; VICTOR, F. Op. cit., parte II, pp. 101-201. Um exemplo do anticomunismo é a alcunha de “melancias” (verdes por fora e vermelhos por dentro), termo pejorativo atualmente atribuído pelos grupos de extrema direita aos militares que participam de cargos de direção das Forças Armadas no terceiro governo Lula (2022-2026), assim como aqueles que não apoiaram a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2022, pouco depois

situação é a utilização da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) instrumentalizada para vigiar e perseguir inimigos políticos de esquerda e da oposição em geral, até aliados do governo. Além de servir de palco para a articulação da defesa dos filhos do ex-presidente Bolsonaro (2018-2022) diante de investigações da justiça por motivo de denúncias de corrupção.⁷

da posse do presidente Lula, novamente eleito. Sobre o uso da expressão, indico: “Por que extrema direita compara Exército a ‘melancia?’”, *UOL*, 21/05/2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/05/21/por-que-extrema-direita-compara-exercito-a-melancia.htm>. Acesso em: 19/8/2024; CAVACHINNI, R. “O que significa o termo ‘Melancia’ usado para se referir aos militares das Forças Armadas?”. *Revista Sociedade Militar*, 13/04/2023. Disponível em: <https://www.sociedade-militar.com.br/2023/04/o-que-significa-o-termo-melancia-usado-para-se-referir-aos-militares-das-forcas-armadas-cvc.html>. Acesso em: 19/8/2024; MARTINS, J. “Naime chamou Exército de ‘melancia’ e disse para militares se virarem com acampamento no QG”. *Metrópoles*. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/naime-chamou-exercito-de-melancia-e-disse-para-militares-se-virarem-com-acampamento-no-qg>. Acesso em: 18/08/2023; STARGARDTER, G. “Exército se irrita com postagens que chamam generais de ‘melancia’”. *UOL*, 18/11/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/11/18/exercito-se-irrita-com-postagens-que-chamam-generais-de-melancia.htm>. Acesso em: 18/08/2023; “Bolsonaristas distribuem melancia em protesto contra as Forças Armadas”. *Estado de Minas*, 07/09/2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/09/07/interna_politica,1558410/bolsonaristas-distribuem-melancia-em-protesto-contra-as-forcas-armadas.shtml. Acesso em: 18/08/2023.

7. Sobre o contexto de avanço da extrema direita, o surgimento e a lógica do bolsonarismo recomendo o livro *Do transe à vertigem* (NUNES, R. *Do transe à vertigem*: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo, São Paulo: Ubu Editora, 2022). Para informações sobre o caso da “ABIN paralela”: VALENTE, R. “A revelação perturbadora de Ramagem que passou em branco no escândalo da Abin – Pela primeira vez, um gestor da Abin admitiu fichamento de pessoas que ocorria de forma semelhante só na ditadura”. *Agência Pública*, 31/1/2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/01/a-revelacao-perturbadora-de-ramagem-que-passou-em-branco-no-escandalo-da-abin/>. Acesso em: 12/9/2024. BORGES, L. “Escândalo da Abin paralela abre crise e expõe atuação nebulosa da agência”. *Veja*, 2/2/2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/escandalo-da-abin-paralela-abre-crise-e-expoe-atuacao-nebulosa-da-agencia>. Acesso em: 12/9/2024; FALCONI, F. “Nunca houve uma compreensão da classe política do que fazer com a Abin”, diz analista. *Jornal do Brasil*, 12/2/2024. Disponível em: <https://www.jb.com.br/brasil/politica/2024/02/1048679-nunca-hou>

Assim como a prática de espionagem continuou a existir na estrutura do Estado brasileiro no âmbito federal, também se perpetuou na política local, em ligação direta com milícias a serviço do crime organizado, como mostraram as investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, que apontaram a existência de um ex-policial militar infiltrado no partido de esquerda (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL) a que ela pertencia, a mando de políticos de direita, para fornecer informações a seu respeito de outros militantes políticos.⁸ Como a pesquisa nos arquivos e a partir das entrevistas com os militares de esquerda demonstra, a prática de espionagem para concretização de crimes políticos foi usual tanto durante os regimes autoritários quanto nos governos eleitos em breves períodos democráticos no Brasil e se estendeu, como várias reportagens demonstram, até 2024, sessenta anos depois do golpe de 64. Daí a importância de conhecermos e estudarmos esses fatos, criticando-os devidamente. Para que o Estado seja minimamente democrático, as práticas autoritárias devem ser banidas.

ve-uma-compreensao-da-classe-politica-do-que-fazer-com-a-abin-diz-analista.html. Acesso em: 12/9/2024. “Criminoso’, ‘ditatorial’: políticos monitorados pela Abin paralela reagem à operação da PF. *UOL – Estadão Conteúdo*, 11/7/2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/07/11/criminoso-ditatorial-politicos-monitorados-pela-abin-paralela-reagem-a-operacao-da-pf.htm>. CHADE, J. “Abin paralela’ no governo Bolsonaro era o golpe em andamento”, *UOL*, 12/07/2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/07/12/abin-paralela-era-o-golpe-em-andamento.htm>. Acesso em: 12/9/2024.

8. O ano de 2024 foi prodigioso em revelar a grande extensão e a triste continuidade das práticas autoritárias de espionagem que antecederam graves crimes políticos. Sobre o assunto, indico a leitura de alguns artigos e notícias: SERRA, P. “Caso Marielle: PF aponta infiltrado no PSOL para levantamento de informações sobre atuação de vereadora”. *O Globo*, 24/3/2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/03/24/caso-marielle-pf-aponta-infiltrado-no-psol-para-levantamento-de-informacoes-sobre-atuacao-de-vereadora.ghtml>. Acesso em: 12/9/2024; BRITO, A. “Miliciano infiltrado no PSol ajudou a planejar morte de Marielle”. *Correio Braziliense*, 24/3/2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/03/6824522-miliciano-infiltrado-no-psol-ajudou-a-planejar-morte-de-marielle.html>. Acesso em: 12/9/2024; RICHTER, A. “Lessa diz em depoimento que Brazão infiltrou miliciano no PSOL”. *Agência Brasil – EBC*, 24/3/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/lessa-diz-em-depoimento-que-brazao-infiltrou-miliciano-no-psol>. Acesso em: 12/9/2024.

Nas idas a campo, também visitei a Biblioteca Nacional e a Biblioteca do Exército. Isso contribuiu para a leitura da bibliografia inicialmente proposta, por meio da incorporação de novos livros, e para o exame de microfiches de jornais de época, por alguma solicitação específica de algum colaborador para complementar a documentação escrita de sua história de vida.⁹ As leituras e o exame parcial dos arquivos ampliaram referenciais teóricos, suscitando novas questões apresentadas aos colaboradores no momento da elaboração das narrativas, o que trouxe à luz aspectos não vislumbrados no projeto inicial. A lição aprendida por meio da experiência de campo nos arquivos públicos foi a seguinte: as dificuldades de fazer uma história contemporânea brasileira a partir de documentos oficiais impediam que o/a historiador/a do tempo presente ignorasse as possibilidades abertas pelo trabalho de campo da história oral, das histórias de vida, das narrativas biográficas. As histórias de vida trouxeram em seu bojo muito mais documentos escritos e oficiais do que as instituições permitiram consultar.

Constatei que o trabalho de coleta e elaboração de documentos mostrou-se extremamente profícuo, focando na conferência das histórias de vida por parte dos colaboradores, que autorizaram sua publicação. Isso representou dezenas de encontros, incluindo a presença em inúmeras reuniões da ADNAM, principal fórum de debate coletivo deste grupo da esquerda militar brasileira.

Os arquivos públicos foram visitados frequentemente, numa busca muitas vezes infrutífera. Por esse motivo priorizei o objetivo fundamental da pesquisa: a confecção da documentação oral com base na história oral de vida e na coleta de documentos fornecidos pelos próprios colaboradores. Trabalho de campo instigante, árduo e realizado durante longas e várias viagens que propiciaram o contato com experiências pessoais intensas e adversas. Nesse sentido, o trabalho de campo resulta em infindáveis e compreensíveis desgastes de ordem mental e emocional de ambas as partes envolvidas, a pesquisadora e os colaboradores. Contudo, tratou-se de algo que frutificou

9. Atualmente a Biblioteca Nacional disponibiliza na internet a Hemeroteca Digital, possibilitando o acesso a todos os jornais e periódicos digitalizados que antigamente só podiam ser acessados presencialmente. O site é: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. A Biblioteca do Exército (BIBLIEx) também concede acesso digital a várias publicações: <https://www.bibliex.eb.mil.br/>.

o amadurecimento profissional e intelectual ramificado na produção documental e literária deste trabalho.

Passadas três décadas, graças à pressão da sociedade civil (sobretudo a dos movimentos sociais), aos trabalhos acadêmicos a partir de centenas de pesquisas, ao empenho de arquivistas e bibliotecários, muitos dos documentos foram digitalizados e disponibilizados para acesso pela internet. Um exemplo está no Arquivo Nacional com o projeto Memórias Reveladas e o trabalho da Comissão Nacional da Verdade.¹⁰ Mesmo assim, todo esforço coletivo foi insuficiente para questionar e derrubar as estruturas institucionais autoritárias que ainda conformam o Estado brasileiro capitalista e sua necropolítica – que define quem pode viver ou morrer¹¹ – responsável não apenas pelas violações de direitos humanos da época da ditadura, mas também por legitimar as violências sistêmicas e historicamente ininterruptas praticadas principalmente contra a maioria da população pobre, periférica, negra e indígena.

É sintomático que, concomitantemente à construção desse trabalho, houve a reação de grupos de extrema direita, inclusive militar, produzindo e divulgando documentos revisionistas que negam a ditadura e homenageiam militares historicamente reconhecidos como notórios torturadores, como Carlos Brilhante Ustra, coronel do Exército e chefe dos centros de tortura e assassinato aos opositores do regime na época da ditadura. As disputas pela memória e pela história seguem seu curso, alavancadas pela ascensão de um governo, entre 2018 e 2022, chefiado por um político ex-militar de extrema direita. Jair Bolsonaro colocou em cargos do governo inúmeros quadros militares que coadunavam com suas visões de história revisionistas, baseadas em documentos e notícias falsas. O impacto do revisionismo histórico do período mais recente da ditadura ainda é visível em publicações de livros, sites, vídeos e até mesmo na edição de livros didáticos que apagam, negam e distorcem fatos históricos.

10. No Arquivo Nacional – Memórias Reveladas estão disponíveis os documentos levantados e o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2011, para investigar as graves violações aos direitos humanos que ocorreram durante a ditadura civil-militar. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>. Acesso em: 12/9/2024.

11. Sobre o desenvolvimento do conceito de necropolítica, do filósofo camaronês Achille Mbembe, vide MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

Sujeitos, colaboradores, protagonistas, não “objetos de pesquisa”

Nesta pesquisa, a partir da história oral de vida, existe uma relação ética inalienável entre a pesquisadora e oralista e os colaboradores. Prometi que retornaria com suas histórias de vida para serem lidas e alteradas – se assim julgassem necessário – com suas próprias sugestões. Somente depois da conferência e legitimação obtive o aval dos colaboradores, requerido para que suas histórias fossem publicadas na dissertação de Mestrado em História Social (FFLCH/USP), depositada em 1998, como já mencionei.

Além disso, é importante destacar que atualmente a maioria das informações e visões dos acontecimentos históricos existentes nas narrativas biográficas apresentadas são públicas e disponíveis na internet, em acervos digitais com documentos digitalizados, entrevistas, trabalhos acadêmicos e livros disponibilizados para consulta pública. O diferencial deste trabalho é – ao problematizar a dispersão e a fragmentação de testemunhos – proporcionar uma reunião inédita de longas narrativas biográficas em um texto histórico-literário de fácil acesso para um público mais amplo. Adicionalmente, há focos de análises em temas específicos, todavia nosso objetivo foi também compartilhar os processos de produção de pesquisas, de escritas e de audiovisuais que resultaram desses encontros intergeracionais. Há um sentido ético no compartilhamento de camadas de experiências que explicitamente dialogam com as preocupações do nosso presente e que, portanto, reclamam maior visibilidade e atenção diante dos revisionismos históricos e das lutas por democracia, justiça e reparação.

Em uma das obras que melhor trataram da questão ética na pesquisa de história oral, no final do século XX, há uma parte exclusivamente dedicada aos temas *autoridade e interpretação*,¹ reforçando a teoria de que a narrativa

1. GLUCK, S. B.; PATAI, D. Op. cit., pp. 61-106.

é uma interação subjetiva e que o resultado do texto de história oral de vida é uma negociação de ambos os envolvidos: entrevistadora e entrevistado. Para que essa negociação fosse direta e legítima, evidenciei aos colaboradores que a nossa história também está presente no contexto da narrativa e que os comentários e as interpretações deles podiam contribuir muito para o entendimento e a análise dos resultados da pesquisa. Minha participação na produção das histórias de vida foi tão decisiva quanto a dos próprios colaboradores na interpretação dos documentos orais e escritos.²

Não são poucos os temas polêmicos na trajetória de vida dos militares de esquerda e nacionalistas. Trata-se de um universo narrativo de experiências de perseguições políticas, repleto de prisões, cassações, punições, torturas, traições e indiferença de pessoas até bem pouco tempo eram consideradas amigas. As histórias e os nomes citados poderiam provocar situações embaraçosas ou constrangedoras, não apenas para os próprios colaboradores.

O processo intenso de negociação travado no momento da conferência e legitimação da história de vida foi tão desgastante e fundamental quanto todo o trabalho elaborado. Acima de tudo, a ética conduziu todo tipo de debate. Foram muitos os nomes e os episódios que ficaram fora das histórias de vida construídas, todavia inúmeros foram aqueles que, graças às negociações, estão presentes. Com a expansão da disponibilização de documentos e pesquisas na internet, são inúmeras as possibilidades de diálogo e confronto sobre fatos e temas polêmicos, antes omitidos ou abordados com parcimônia porque os entrevistados ainda estavam vivos. E talvez possam ser mais valorizados em futuros estudos aspectos relevantes para a história social, tais como a vida familiar e a pessoal – muitas vezes considerados secundários pelos colaboradores – que traziam explicações sobre muitas atitudes tomadas em face da política e da instituição militar. Ao ressaltar a importância do cotidiano e da vida privada, os colaboradores, em muitos casos, resolveram acrescentar novos episódios, ampliando suas histórias de vida. Mais do que simplesmente constituir o ponto final da pesquisa, o processo de conferência e legitimação foi o coroamento da realização de um trabalho coletivo, com-

2. A esse respeito sugiro um artigo conhecido no contexto de início desta pesquisa, “Ética e história oral” (PERELMUTTER, D.; ANTONACCI, M. A. [org.]. “Ética e história oral”. In: *Projeto História*. n. 15, abr., São Paulo, 1997).

partilhado do início ao fim. Por isso mesmo, legítimo e sempre renovado, reconstruído.

Tentar produzir um discurso histórico com as vivências de um grupo militar de esquerda e nacionalista brasileiro objetivou contribuir para o questionamento de alguns “mitos”³ historiográficos consolidados em nossa história mais recente, por exemplo, de que todos os militares são de direita, que não existiram grupos militares de esquerda ou até mesmo de militares comunistas ao longo do século XX. Mas, para além do debate no campo da história, a prática de história oral pretende refletir sobre como podemos realizar pesquisas que tenham como primeira preocupação o grupo colaborador entrevistado. Por isso, entendo que as histórias de vida necessitam ser valorizadas e integralmente publicadas devido a proposições e questionamentos delineados nas experiências de vida daquele grupo. Essas ações propositivas podem ser um instrumento de mudança, principalmente do conteúdo e da finalidade da história até então produzida.⁴

3. Vilanova, em conferência já citada e de forma mais elaborada no livro *Las mayorías invisibles*, afirma: “Otro hallazgo que me impresionó fue la fuerza de la historia oral. Cuando después de años de trabajar en los archivos decidí realizar ‘trabajo de campo’, el mundo bibliográfico en que hasta entonces me había basado se trocó en papel muerto. Me di cuenta de que la memoria de las gentes más sencillas guarda un tesoro de sentido común desconocido y buen compañero del historiador.” (VILANOVA, M. *Las mayorías invisibles: explotación fabril, revolución y represión*. Barcelona: Icaria/Antrazyt, 1997. p. 12). Girardet comenta a construção de mitos e mitologias na história política: “(...) em saber, como se opera a passagem do histórico ao mítico, como opera, em outras palavras, esse misterioso processo de heroificação, que resulta da transmutação do real e em sua absorção no imaginário” (GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 1987, p. 71).

4. “A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.” (THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 22).

O tema da esquerda militar brasileira foi ponto de partida para colocar em prática a ideia da história pública, que implica a criação de esferas públicas de memória e o compromisso do historiador e do intelectual com a sociedade.⁵

Ao contrário do que muitos pensavam, essa não é uma atitude populista por parte dos historiadores, na medida em que os próprios grupos colaboradores, muitas vezes organizados em movimentos sociais, cobram uma postura socializante do conhecimento e do registro construído a partir de suas histórias de vida. Por meio das cobranças, o/a pesquisador/a em história oral confirma que não está apreciando um “objeto de pesquisa” impassível e submisso, mas sim interagindo com a vida de seres humanos, agentes históricos atuais que têm seus objetivos e suas perspectivas com relação ao trabalho realizado.⁶ Por isso importa a divulgação pública de

5. A primeira pesquisa que tive contato em uma perspectiva de história pública foi realizada há três décadas atrás, com uma comunidade indígena que até os dias atuais passa pelo problema do suicídio dos seus membros mais jovens em um processo de destruição do seu modo de vida e de sua cultura, tema que era marginal no debate público e que ganhou centralidade ano após ano: “Num momento em que a comunidade acadêmica brasileira descobre que as técnicas de registro e análise da oralidade são mais do que a realização de entrevistas, montam-se situações convidativas para a elaboração de experimentos. (...) Assim, as técnicas de história oral inauguram em nosso país um gênero até agora pouco prezado, ainda que fundamentalmente importante – a história pública – capaz de fazer veicular o saber em sua dimensão social mais ampla. A história oral, como tributária da história pública, se remete ao leitor comum, vigorando o princípio que privilegia o social como alvo do conhecimento.” (MEIHY, J. C. S. B. *Canto de morte Kaiowá*. Op. cit., p. 15). Huyssen também refletiu sobre a disseminação geográfica da cultura de memória, o variado uso político da memória e a criação de esferas públicas de memória “contra as políticas do esquecimento, promovidas pelos regimes pós-ditatoriais” (HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória*. Op. cit., p. 16). Mais recentemente, Ariella A. Azoulay, em *História Potencial*, a partir de um pensamento decolonial, questiona se há possibilidades de se fazer justiça, reparações ou de se perdoar o imperdoável das violências coloniais.

6. Huyssen continua suas reflexões que marcam os debates do nosso tempo de culturas do passado-presente: “Mas, ao mesmo tempo, é claro, nem sempre é fácil traçar uma linha de separação entre o passado mítico e passado real, um dos nós de qualquer política de memória em qualquer lugar. O real pode ser mitologizado tanto quanto o

suas ideias e vivências, nas quais emergem memórias em que os colaboradores são protagonistas de fatos históricos recentes e igualmente cotidianos, marcados por sofrimentos estreitamente ligados às arbitrariedades e violências decorrentes dos autoritarismos do Estado brasileiro. Nesse caso, dentro e fora das Forças Armadas.

mítico pode engendrar fortes efeitos de realidade. Em suma, a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta.” (HUYSSEN, A. Op. cit., p. 16).



Livro 2

¡Presente! siempre involucra a más de uno. A veces expresa un movimiento político, a veces un estar juntos, caminando por una calle o celebrando y representando nuestra respuesta, posición y actitud en nuestro encuentro con el otro, aun si el “otro” ha sido desaparecido o esconde su cara.

Diana Taylor

José Gutman

José Gutman foi membro do famoso 3º RI da Praia Vermelha na ocasião do Levante de 1935, do qual havia tomado parte ativamente. Ele foi indicado por Kardec Lemme, numa segunda lista. Já havia sido entrevistado várias vezes. No entanto, foi a primeira vez que contou toda a sua história de vida livremente, conduzido por um roteiro aberto, sem perguntas temáticas diretas para responder.

Ao nos encontrarmos na fila de autógrafos do livro de memórias de Apolônio de Carvalho, pretendíamos marcar nova entrevista, visando abordar o período posterior ao já documentado, o que vínhamos tentando agendar há algum tempo por telefone. Nossa conversa foi longa e descontraída. O colaborador estava disposto a retomar o relato de sua vida em novas entrevistas, desde que também acertássemos uma sessão em que ele – conhecido pelos colaboradores como “Sabiá Vermelho” – interpretaria, com acompanhamento, as músicas e as paródias cantadas pelos militares comunistas nas décadas de 1930 e 1940.

Em um mesmo dia, gravamos a complementação de sua narrativa e as músicas que guardava com tanto zelo, em sessão ininterrupta de mais de quatro horas de duração. Contei com o auxílio de três estudantes – dois de jornalismo e um de música – sendo um deles, Rafael, neto de Anthero de Almeida, também nosso entrevistado. Reunimo-nos no salão de festas do prédio onde mora o Sr. Gutman. Éramos sua plateia mais interessada, depois de tantos anos em que aquelas músicas fizeram sucesso! Ele se emocionou muito ao cantá-las e contar outros episódios de sua vida de militância política. Nós, herdeiros dessas histórias, cantos alegres e guerreiros, também.

Nesta narrativa biográfica, José Gutman falou desde suas origens até o final do Levante de 35, com a ida para a prisão. Os pais eram imigrantes judeus russos que se estabeleceram em São Luís do Maranhão. A mãe faleceu quando ainda era muito criança e o pai prosperou como comerciante. Gut-

man foi encaminhado para uma das melhores escolas do Nordeste do país, o Colégio Militar do Ceará. De lá foi estudar na Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro, de onde saiu aspirante a oficial em 1933. A influência de Luís Carlos Prestes à frente do Movimento Tenentista e da Coluna Prestes é mencionada desde os tempos do Colégio Militar como decisiva para um encaminhamento político à esquerda. A participação na Revolução de 30, ainda como aluno no Ceará, consolidou suas perspectivas de transformação social do país através da tomada de posição a favor da Aliança Nacional Libertadora e das amizades comunistas que fizeram o Levante de 35 ao lado de um movimento armado. O antisemitismo e o antinazifascismo foi definitivo para colocá-lo contra os colegas integralistas. Os membros da Aliança e seus simpatizantes foram para a prisão ao lado dos comunistas, o que favoreceu e consolidou sua formação política.

O tom da história de José Gutman é predominantemente cômico, dado por ele e por... Noel Rosa! Preparado para a entrevista, tinha em suas mãos todas as letras manuscritas das músicas que cantou, fornecendo-me uma cópia delas e estabelecendo, por meio de uma numeração, a ordem a ser apresentada em sua narrativa. Eram paródias feitas sobre os famosos sambas de Noel, populares naqueles carnavais dos anos 1930. O poder de deboche e de “esculhambação” da ditadura constituída e, conseqüentemente, de resistência popular que as músicas davam aos prisioneiros de 1935 era assombrosamente grandioso, conforme disse o colaborador. Nessa resistência irmanavam-se os militares, os intelectuais e os proletários, mais até do que na própria revolução fracassada. A importância da cultura popular, para além de seu estrato simbólico, surge como efetiva ação revolucionária. Transforma consciências pelo conteúdo, por vezes irônico ou épico, conquistando-as pela forma musical do samba, a mais popular e nacional. Como a revolução que eles queriam fazer...

Nesse aspecto cultural e político, a narrativa constitui-se num curioso debate historiográfico por excelência. Nosso colaborador criticou amplamente o trabalho de Marly Vianna, sobre os revolucionários de 1935, já mencionado anteriormente. Nele, em sua opinião, apenas algumas das canções originais apareciam, ainda por cima incorretas e como apêndice, retirando-lhes a importância que considerava ter no contexto histórico. Ao

cantá-las e contextualizá-las, relatando sua história de vida, emocionou-se em vários momentos, interrompendo o fluxo da narrativa.

Seu tom narrativo alternava-se entre o cômico e o trágico. Era visível o desgaste emocional que lhe causava lembrar e contar! Meu desgaste também foi imenso: a solução encontrada para que conseguíssemos chegar ao final estava longe de manter uma postura distante de mera espectadora do seu esforço.


Em um gesto inesperado para ambos, tomei suas mãos nas minhas com força e choramos juntos. A partir desse momento, nossa sintonia tornou-se muito mais fina e o caráter de compartilhamento da experiência, perdido em boa parte pela contemporaneidade, era ali intensamente vivido e recuperado.

Ainda assim, há um lapso intencional e significativo em sua história, no decorrer dos anos 1950, que reflete o quão doloroso ainda é contar sobre as consequências em sua vida pessoal das divergências internas entre os comunistas dentro do Partido. Senti que para ele, falar criticamente a respeito talvez pudesse implicar uma depreciação – tão comum hoje em dia – da trajetória dos comunistas, por parte dos que analisassem suas palavras mais tarde. Uma pista, entretanto, é dada pelo próprio Gutman no momento em que retoma sua história depois do lapso. Está na forma como foi convidado por Prestes para dirigir a Editorial Vitória. Particularmente, no adjetivo que atribui a Diógenes de Arruda Câmara, um dos principais dirigentes do PCB naquela época, em suas palavras, “um prepotente, um Stalin”, um dos “donos do Partido”. Completando comicamente, marca sua posição crítica e política, parafraseando Graciliano Ramos: “é com essas bestas que vamos fazer a revolução?”.

Ao término da gravação, informado por mim de que havia um vasto prontuário a seu respeito nos arquivos do DOPS, sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, assinou uma procuração para que pudéssemos conhecer essa documentação. Depois de muitos trâmites e alguns meses a obtivemos. Eram quase duzentas páginas, entre fichas, relatórios, peças de processo e até cópia de uma carta interceptada na prisão, que agravou sua pena.

Ansioso por ver os documentos, assim como eu estava para ver como ele reagiria diante destes e quais acrescentaria à sua história, marcamos mais um encontro. Qual foi minha surpresa nesse dia, quando ele, contemplando os

papéis, ria e exclamava: “Quanta besteira!”. Assim recusou o que a história oficial havia lhe consagrado até então. José Gutman faleceu em 30 de dezembro de 2009, aos 95 anos, no Rio de Janeiro.



*A nossa causa é muito justa e a história vai nos dar razão.
Quem viver verá...*

Eu nasci no Rio de Janeiro. Em 1914. Meus pais tinham vindo da Argentina, procedentes da Rússia; daquela região que foi discutida e que ficou com a Romênia, mas depois da Segunda Guerra voltou para a União Soviética: a Bessarábia! Era da Rússia e hoje é um território da Moldávia, uma das quinze Repúblicas. Então, meu pai veio antes da Primeira Guerra, porque nasci aqui em 14. Acho que veio com a primeira imigração russa em 1906, por aí... Ele até participou da guerra russo-japonesa. Foi soldado. Até cabo e me contava coisas da guerra, que eu guardei... Veio com a esposa dele, minha mãe. Tinham vindo antes um ou outro concunhado dele, casado com uma irmã dela. Parece que veio na frente porque era mais esperto. Então foi para a Argentina e lá se estabeleceu. Sei o motivo pelo qual escolheram a Argentina: é que lá a colônia judaica é bem maior e é tradicional. Por isso, ele veio de lá com as duas, mas primeiro foi com o cunhado. Se estabeleceram em Tucumã, nasceram três irmãos e vieram aqui para o Rio, não sei por quê. Estiveram um tempo aqui e foi quando nasci. Eu já vim com minha mãe, na barriga dela. Assim, nasci aqui em 14 de outubro. Depois de uns meses, meu pai resolveu sair daqui e viajar para os Estados Unidos. Depois (ouvi falar, mas não tinha certeza, pois nunca conversei com ele sobre isso), chegando em São Luís do Maranhão, não sei por que cargas d’água, ficou e se estabeleceu lá...

Isso deve ter sido em 1915, 1916... Quando era pequenininho... Não sei se ia para os Estados Unidos ou para onde ia... Sei que ficou no Maranhão. Depois cheguei à conclusão de que deve ter pensado: “Aqui é um lugar que tem possibilidades, porque tem muito ouro”. Tanto que meu irmão – que era um mentiroso – contava umas histórias para os colegas de que meu pai tinha uma mina de ouro lá... Engraçado! Não tinha coisa nenhuma! Meu pai,

então, começou a trabalhar como mascate. Ele não tinha profissão. Comprava e vendia fazendas, tecidos... Me lembro muito bem que tinha dois rapazes fortes, negros – devem ter sido filhos de escravos – que carregavam um baú enorme e cheio de mercadorias! As mercadorias eram geralmente fazendas. Tecidos. Eles botavam na cabeça, depois se revezavam e iam nas cidades, geralmente na zona de prostituição... O pessoal comprava muito tecido, porque queria se embelezar, para atrair os fregueses. Lembro que ele vendia aquilo. Era garoto, tinha 5, 6 anos... Depois ia fazer cobrança; era muito organizado e foi prosperando... Chegou a fazer uma loja exatamente no local onde nós morávamos. A loja era à direita e nós morávamos numa casa inteira, grande, que tinha uma ligação com ela por trás.

Nesse ínterim, minha mãe morreu quando eu tinha 6 anos. Lembro muito bem: nós éramos seis! Seis irmãos: três meninos e três meninas. Duas meninas mais um menino, que vieram da Argentina. Eu, que nasci aqui e mais dois que nasceram em São Luís, aliás, três, porque um faleceu. A menorzinha nasceu justamente quando minha mãe morreu. Eu tinha pouco tempo... só 6 anos. Meu pai ficou perturbado, porque com seis crianças, tinha que trabalhar... Quem tomava conta de nós era uma mulher negra, mas era criada; não era mulher dele, nem era mãe das crianças. Ele precisava de alguém e não existiam judeus no Maranhão. Casam sempre entre eles e não havia judeus... Então, ele resolveu fazer uma concessão. Tinha que arranjar uma senhora para casar. Ele andava sempre em lojas e viu uma moça loura, bonita, de Codó. É uma cidade do interior, perto de Caxias do Maranhão. Viu aquela moça e se impressionou: Amélia era o nome dela. Ele gostou dela, mas não convidou para casar logo; convidou-a para ser caixa na loja que ele tinha montado. Procurando cooptá-la para depois casar e acabou casando. Teve quatro filhos. Ficamos em dez. Já morreram quase todos... Do primeiro casamento morreram quatro. Só dois são vivos. Um que está em São Luís do Maranhão, o Isidoro – aquele que veio da Argentina – e eu. Acho que o filho dele deve ser o Samuel que foi preso, depois que fui para Fernando de Noronha. Ele faleceu há um ano e pouco...

Bom, meu pai casou muito bem com essa senhora, minha madrastra. A coisa foi indo, a família grande... Logo de início éramos oito. Eu já tinha uns 9 anos... Estudei muito! Com 5 anos, lembro que meu pai escolheu um professor, um sujeito que sabia, um cara vivíssimo... Não me lembro o

nome dele. Eu tinha aulas particulares com esse cara. Aprendi coisas, estudei muito. Já com 10 anos, ele achava que eu estava em condições de ir para a escola, para o Colégio Militar do Ceará. Era o melhor colégio que existia no norte do Brasil naquela época. Bons professores, disciplina, tudo! Não é como agora, esse negócio da Escola Naval, que mata os alunos, não tem segurança... Era um ótimo regime, se respeitava as pessoas. E havia também o exemplo de diversos rapazes, filhos de outras famílias lá do Maranhão, que estudavam no Colégio Militar. Não eram chamados cadetes, nem aspirantes: eram alunos do colégio.

Então, ele conversou com um dos pais dos alunos, se informou e resolveu me mandar para lá com aquele irmão, naturalizado, o Isidoro. Nós fomos juntos. Ele era bem mais velho do que eu, que tinha 10 anos, em 1924. Fizemos o exame de admissão, passamos e comecei o Colégio Militar, onde estive até 1931. Tirei o curso no Colégio e depois vim para a Escola Militar. Vim para o Rio com a turma que se formou e fomos para Realengo. Não se fazia admissão; era automaticamente transferido para a Escola Militar para se formar na carreira de militar e ser oficial do Exército. Ali me formei em 1933, quando foi declarada a minha turma. Fomos declarados aspirantes e fui servir aqui no Rio de Janeiro.

Eu não estava muito maduro... Não sabia muito o que queria. Muito por influência de colegas, queria estar junto deles, em primeiro lugar porque não conhecia o ambiente, nada disso... Então, procurei apoio em alguns colegas; já tinha combinado com alguns que estavam junto comigo. Na nossa turma eram 78 da Infantaria, aliás, 208 ao todo, de todas as armas. Desses 208, 101 estão vivos em 1996. Cento e um! Desses 101, o mais moço sou eu; 107 já faleceram. Fizemos um almoço há pouco tempo. Duas vezes por ano nós nos reunimos... Muito boa turma, muito solidária, muito amiga... Ali havia poucos comunistas... Com tendência de esquerda, uns 20 mais ou menos... É pouco. Eram de esquerda e próximos... Havia muita gente reacionária, anticomunista, que veio do Golpe de 64... Mas nos respeitam e a gente também os respeita, viu? Eles têm uma ideia diferente da nossa do que é o comunismo; acham que comunista “come criancinhas”. Quer melhor do que se falava que Stalin fazia sopa de crianças? Eles pensam isso. São uns caras muito primários, atrasados. Para acreditar nisso é preciso compreensão de coisa nenhuma! Mas nos tratam muito bem... Sou

muito querido na turma, primeiro porque sou o mais moço! Me dou com as esposas, com todo mundo...

A influência de movimento político começou quando era garoto, lá no Colégio Militar. Ia passar as férias no Maranhão, em São Luís. Recordo muito bem que eu devorava jornais! Era louco para ler jornais e lia tudo! Todas as notícias... Me inteirava. Gostava muito de ler jornais para saber! Queria saber de tudo o que acontecia... Lia mais jornais do que livros! Assim, me inteirava da política, daquela Aliança Liberal, daquele movimento, da Coluna Prestes... Hi! Aquilo pra mim era um chuí! Primeiramente, porque o Prestes era militar. Ele fez aquele movimento em 1926. Nós começamos a acompanhar aquilo... Nós tínhamos um professor de geografia – esqueci o nome dele, não me recordo... Ele fez um folheto sobre a vida de Prestes! Contando, ele elogiava... fazia elogios tremendos! E mostrava a vida dele: como foi na escola, o que ele fez... Ensinava o pessoal do primeiro, do segundo e do terceiro ano. Era um cara infernalíssimo, o Prestes! Uma capacidade tremenda! Então, eu era um fã dele. Já vinha desse ambiente, né? Aquele movimento contra essa opressão, contra as injustiças, tudo...! Eu já era contra a injustiça. Para mim é um negócio que está dentro da raça. Nós não aceitamos a opressão, a falta de liberdade, coisas injustas... Nós não aceitamos. Desde garoto já era contra isso...! Acho que isso tem a ver com a utopia judaica. É uma utopia mesmo, porque tudo é desigual e a gente se esforça para consertar e não conserta tão cedo, né? Para voltar ao que foi no começo...

Então, fui acompanhando e uma coisa que marcou muito foi a Revolução de 30. Eu estava no último ano do colégio quando aqueles oficiais-tenentes, que eram nossos instrutores no colégio, se revoltaram e participaram do movimento de 30. Saíram, abandonaram o colégio, todos eles! Para revoltar o 23º Batalhão de Caçadores, 23º BC, que estava acampado em Souza (é uma cidade limítrofe entre Paraíba e Ceará). O batalhão é menor que um regimento, que tem três batalhões. O 23º BC era um batalhão só, mas comandado por um coronel. Eles mataram o coronel! Ele não se rendeu. Eles deram ordem de prisão, ele não se entregou, então deram um tiro nele e o mataram. Naquela época não eram comunistas e não houve nada, ficou por isso... Aí, eles tomaram conta do batalhão e voltaram, com o batalhão revoltado, já a favor do Getúlio, que vinha do Sul, e de João

Pessoa, que vinha com o Agildo e com o Juracy Magalhães. Eles fizeram a Revolução na Paraíba e vinham descendo com o Juarez, de Pernambuco. Desceram e os outros subiram, né? E fizeram esse movimento lá no Ceará. Quando eles chegaram, acamparam no colégio! O comandante do colégio era um general, o Gen. Eudoro Correia. Era um comandante muito bom, amigo da gente, muito justo, eu gostava muito dele. Ele me tratava muito bem, assim como todos os alunos; era uma boa pessoa. O filho dele participou do levante.

Mas, então, se instalaram no colégio! O colégio virou vermelho. Recordo que, no dia que eles chegaram, nós, os alunos, pegamos um caminhão, entramos nele com bandeiras vermelhas e corremos as ruas lá de Fortaleza!

– VIVA A REVOLUÇÃO!

Aquele entusiasmo de garoto, de jovem, já querendo participar desse movimento político... Não sabia como. Mas via a Revolução naquele momento: “É essa a Revolução. É isso que conduz a melhorar essa situação do país...”. Então, ficamos fãs daquele movimento.

Acabada a Revolução, em 30, fomos depois, em 31, para a Escola Militar, para tirar o curso. Na Escola Militar, não tinha contato com nenhum aluno, do ponto de vista da política. Nunca falei com ninguém... Ninguém me abordou. Era um cara independente. Não era de grupo nenhum! Nunca topei grupo! Porque sempre o pessoal formava um grupinho etc., saía junto. Eu não topava isso. Eu era sozinho. Não é que era individualista, mas não tinha confiança em ninguém. Não conhecia ninguém... Estudava muito, era um bom aluno, fui bem classificado na turma. Mas, apesar disso, não pude escolher o lugar que queria quando saí, porque tinha gente na minha frente e não pude ir para Petrópolis, onde queria ir.

Recordo que, por ter bons graus, tive direito a passear no meio da semana. De tarde, depois das aulas, podia ir para a cidade passear onde quisesse. Fui, um dia. Tanto que não tinha farda ainda e um aluno do terceiro ano me emprestou a dele para sair. Era do primeiro ano e saí com a farda do aluno do terceiro ano... Era muito pequeno: tinha 1,59 m., hoje tenho 1,62 m. Foi até difícil entrar na Escola, pois só se entra com 1,60 e houve uma grita lá porque eu não tinha. Mas o médico disse:

– Não, ele vai entrar porque tem 16 anos e vai crescer ainda. Vai crescer...!

Em outubro eu já fazia 17!

– Ele vai crescer...

Até 25 anos podia crescer. Então, como era o segundo da minha turma do Ceará:

– Ele não pode deixar de ficar. Esse tem que entrar!

Isso me valeu...! Bom, mas lembro que quando saí para dar esse passeio, não tinha conhecimentos aqui, mas tinha um primo do meu cunhado, casado com minha irmã mais velha, aquela que veio da Argentina. Ela veio do Maranhão, se casou com um judeu que tinha vindo da Bessarábia também. Meu pai estava lá e começaram a vir os rapazes, os sobrinhos dele, amigos que ele conhecia. Ele já estava instalado e era uma espécie de “cônsul”, por isso eles foram para lá. Ela se casou com um rapaz desses que venceu na vida. Ele era um ignorante, assim, não tinha cultura nenhuma, mas era habilidoso para negócios. Então, fez uma movelaria, uma fábrica de móveis, se deu muito bem e ficou rico. Casou-se com minha irmã. Ele tinha uns primos aqui que possuíam uma loja. Eu tinha o endereço e fui lá visitá-los. Lá, ele recebeu um irmão dele, que se chamava Jaime Gandelman. É nome bem judeu. Meu cunhado era Isaac Gandelman. Na verdade, ele era comunista, eu não sabia da colônia judia. Havia um trabalho comunista no meio dos judeus e ele era desse negócio. Então, ele me viu, um cadete fardado, um rapazinho, assim, de 16 anos:

– Ah, vou conversar com ele.

Ele logo me pegou e levou para a casa de uma irmã deles. Depois, localizei tudo, mais tarde, muito depois, que era essa irmã dele. Serviu um lanche pra nós e ele acabou me dando um livro do Máximo Gorki, *A mãe*, para ler. Levei para a escola, ingenuamente, para ler. Eu li! Devia ser clandestino! Não sei! Peguei o livro, fui levar para ler e lia! Não me lembro se lia escondido... Não. Não tinha razão para ler escondido. Dois livros que li e que dou muita importância: esse e o livro do Michael Gold, *Judeus sem dinheiro: a vida dos judeus nos Estados Unidos*. Formidável esse livro! Muito interessante... Sabe, já era revoltado e aquilo foi se acumulando...

Depois, surgiu o movimento dos integralistas. Tudo isso somado foi conduzindo a gente, levando, carreando para esse caminho da esquerda. Não tinha nada de noção dos comunistas, mas havia alguns na Escola, de turma. Eles trabalhavam, mas nunca me abordaram, nunca. Não sei por quê. Tam-

bém, não participava de coisa nenhuma. Mas eu ia nas reuniões que havia na assembleia. Nós tínhamos uma Acadêmica em que o pessoal discutia os assuntos, quais eram os nossos problemas. Então, o pessoal fazia discursos e discussões. Eu estava lá sempre assistindo, para acompanhar, gostava de acompanhar tudo. Mas não fazia discursos. Tinha um colega ao meu lado – eu era 652 e ele 651 – que era um grande orador, falava francês muito bem, vivia falando, conversava muito comigo, nós trocávamos muita ideia. Outro dia mesmo ele me telefonou! Sou da comissão que prepara o almoço e ele telefonou para mim, para dizer que tinha feito uma cirurgia, então estava se desculhando, pois não podia vir... Recordamos coisas de escola e tudo...

Bom, ia lendo aquelas coisas... Então, surgiu o movimento integralista: gratuitamente eu era contra. Primeiro, porque eles andavam armados e eram antisemitas. Tinha um ódio desses integralistas e fui transferir isso para Hitler também. Em 33, via Hitler e pensava: “Esse pessoal é uma turma, um grupo que vai tomar conta do mundo. Querem dominar.” Mas eu acompanhava a União Soviética – não era fã ainda, nada disso, mas estava vendo, né? Tinha um respeito pelos comunistas, mas não sabia ainda o que era, não tinha noção.

Uma vez, recordei que estava fazendo o cabelo no barbeiro vizinho da minha casa, em São Luís do Maranhão, quando era garoto, ainda no Colégio Militar. O barbeiro era comunista. Eu não sabia! Depois que vi. Ele começou a me “catequizar”, a dizer que esse mundo ia virar! Ia virar porque os comunistas iam tomar conta! Era exatamente o seguinte: como botar de cabeça para baixo! Quem estava embaixo, ia pra cima! Era essa comparação interessante! Nunca mais esqueci! Uma garrafa que está de cabeça para baixo e ia ser virada... Vai ser inverso! Quer dizer, vai modificar completamente: quem está para baixo, vai pra cima. Os ricos vão perder tudo! Os pobres vão ganhar! Nunca pude esquecer essa imagem que ele fez, né? Esse era o comunismo dele. O comunismo primário dele!

Mas, a coisa foi indo, houve aquela Revolução de 32, que a Escola não participou, mas houve um movimento lá dentro, um mal-estar. Uns alunos fugiram para participar do movimento constitucionalista em São Paulo, mas não tinha coloração nenhuma. Aquilo era o imperialismo inglês, querendo retomar as rédeas do país, que foram tomadas pelo imperialismo americano. O americano se instalou aqui depois de 30 e os ingleses não ficaram

satisfeitos, quiseram voltar. Eles estavam instalados em São Paulo. Mas não conseguiram ganhar, perderam! A luta era estrangeira. Não temos nada com aquilo e nós morrendo por causa deles. Mas os caras não entendiam isso.

Nesse momento que houve a Revolução, tive um pequeno acidente com um colega meu, que acabou comunista. Todo sábado, havia um almoço com os oficiais. Então, os cadetes se fardavam e alguns iam. Um grupo hoje, outro no próximo sábado, certo? Então, nós íamos todos fardados como se fôssemos sair, arrumadinhos. Quem não fosse a esse almoço não precisava se fardar assim. Mas, como ia botar a farda, tinha que tomar banho. Para tomar banho, tinha que suar um pouco, fazer um exercício. Fui com esse colega meu, Antonio Bento Monteiro Tourinho, que era muito meu amigo... Nós fomos fazer uma luta, e ele era muito mais forte que eu! Eu era garoto, estava no segundo ano. Então, na luta ele me pegou de mau jeito e nós caímos entre duas camas, e meu pé direito virou... Não posso esquecer... Vi que tinha perdido o curso! Meu pé ficou completamente fora de posição...

Então, eu disse:

– Tourinho, você quebrou meu pé...

Só isso que disse...

– Não! O que é que há?!?

Correram depressa e me puseram na minha cama. Ele disse:

– Segura ele aí...!

Aí ele pegou o meu pé e TSCHHIIIU! Botou meu pé no lugar! Foi coisa de tendão...

– Ai! Quebrou mais!

E eu lívido! Fiquei branco, pálido! Lembro bem... Levaram-me para a enfermaria.

Eu disse:

– Tô perdido! Perdi o curso... Perdi o pé, como é que vou...

Ele ficou chateadíssimo: foi me visitar lá, depois foi embora. Ele tinha família aqui, ficou chateado, e a família ficou me conhecendo. Afinal de contas, eu não sabia o que fazer com meu pé. Isso foi no sábado. Segunda-feira, me mandaram de carro para o HCE, o Hospital Central do Exército. Fui para lá, fizeram apenas uma radiografia e verificaram que não tinha quebrado nada! Só havia uma questão de torção. Não puseram faixa, nada...! Fizeram só massagens... Fiz um tratamento nos vinte e tantos dias que passei lá.

Perdi as provas do meio do ano, mas depois recuperei tudo. Foi tudo bem e andei! O negócio é que andei. Andava de muleta e tudo... e acabou. Esse episódio com o Tourinho nos aproximou muito, viu? Foi ele que, em 35, no dia do Levante, fui chamar... Esse episódio foi interessante... Isso foi em 34.

Saímos como aspirantes e fui servir aqui no Rio. O certo era ir para o Maranhão. A nossa turma se formou em 33, mas a declaração de aspirante não foi possível fazer nesse ano porque o orador oficial da turma, José Góes de Campos Barros, foi escalado para falar. Disseram para escrever, mas ele disse:

– Não vou escrever, vou falar de uma vez.

Aí o Getúlio mandou dizer que não podia falar de improviso. Depois de 32, aquela coisa toda. Ainda não havia a Constituição. Ainda era ditadura, em 33... Então, ele mandou dar o recado de que não podia falar de improviso. Por causa disso, foi adiado pois ele se negou a escrever o texto. Ele me contou isso agora! Claro, eles queriam saber o que ele ia dizer. Ele não aceitou e, por isso, ficou adiado. Depois, o José Góes de Campos Barros foi chefe de polícia lá no Ceará. Uma vez no almoço, ele disse:

– Gutman, vou te dizer uma coisa... Eu era chefe de polícia e me disseram que Tourinho estava na cidade! Eu não ia prender... O Tourinho eu não prenderia! Podia avisar... Que ele fosse embora! Eu não prenderia o Tourinho!

Nós éramos muito amigos... Tourinho era muito querido na turma. Tinha muito prestígio, os colegas gostavam dele... Ele era comunista também. Não sei se já era naquela época... Não. Não era do Partido Comunista. Ele era um cara que estava acompanhando, era de esquerda, né? Mas, nunca falei com ele sobre isso. Mas o acidente nos aproximou muito... Enfim, não teve mais interferência nenhuma. Ele foi para o 3º Regimento. Era muito bem colocado, o terceiro ou quarto da turma, eu era o nono. Então, eu não alcançava ir para o 3º. Só iam para lá os melhores, os que estavam bem na frente. Ele estava bem colocado, então foi servir lá na Praia Vermelha, onde fizeram o levante. Eu queria ir para Petrópolis, junto com os colegas. O oitavo e o sétimo entravam. Como eu era o nono, não pude porque não tinha mais vaga. Então, o general para quem a gente escolhia, me disse:

– Olha, o senhor quer ir pra lá: não tem lugar. Mas tem o Brasil todo para o senhor ir!

Ele sugeriu que eu fosse para o Batalhão-Escola, que é o que serve a Escola de Preparatória de Oficiais. Vi que aquilo era negócio de estudar. E disse:

– Olha, já estou por aqui de estudo. Chega!

Se bem que ali era prática também... Mas, disse:

– Não quero mais estudar.

Procurei saber quem da minha turma – os que estavam na frente – onde tinham escolhido. Fui, então, escolher um local, um regimento, junto daquele que conhecia na escola. Não era muito amigo dele, mas era bem situado, me dava bem com ele; me dava bem com todo mundo! Então, era o Dilermando Gomes Monteiro. Aquele general que substituiu o torturador lá de São Paulo, quando mataram o operário, o Manuel Campos e o jornalista. Ele foi mandado pelo Geisel para substituir o cara. Foi ele que ouviu na televisão aquela mulher que disse que tinha medo de general... Ela falou na cara dele! A Dina Sfat! Ele estava lá e ela disse:

– Eu tenho medo de general!

Porque eram torturadores! Aliás, sobre esse negócio de tortura... É que tortura – praticada por esses oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, principalmente do Exército – era uma coisa estranha à nossa formação de oficial. Completamente estranha! Porque não tínhamos matéria disso lá na Escola Militar... Estudamos muita coisa: matemática, física, química, fortificação, mecânica. Mas tortura, não tinha! Eles tiveram essas aulas em outro lugar! Com os alemães, com os americanos, que vieram aqui dar aulas, e deram aulas mesmo! Vieram escolhidos a dedo! Esses caras aprenderam! Aliás, quando apareceu esse negócio de tenente-torturador, eu me lembrei de tenente-interventor! Que foi uma invenção do Getúlio para fazer intervenção, aqueles tenentes que participaram, que estiveram no Colégio Militar comigo, recorda? Eles foram interventores! O filho daquele general foi interventor no Ceará, outro no Maranhão, outro no Pará... E aqueles que fizeram a Revolução de 30, também: Juracy Magalhães, por exemplo, foi ser interventor... Então, naquela época, se falava em tenente-interventor. Quando apareceu tenente-torturador, eu disse:

– Isso é novo! Isso não tem nada conosco...

Eram esses tenentes que torturavam... Isso era uma coisa abominável! Tanto que um general da minha turma, muito amigo meu, muito impor-

tante – não vou dizer o nome dele – uma vez, andando na praia aqui no Leblon, disse:

– Gutman, nunca topei esse negócio da tortura aí!

Para se limpar comigo. Mas ele foi conivente, ele foi “troço” em 64. Mas ele não topava essa tortura. Pelo menos me disse isso...

Mas, continuando a questão da minha trajetória... Fui servir no 2º Regimento junto com o Dilermando. Ele na 1ª, eu na 4ª Companhia. Eram três aspirantes: eu, ele e um outro. Esse outro também tem muita importância para mim, porque quando fui preso em 35, quando nós saímos do 3º Regimento já presos porque fomos derrotados, ele estava junto comigo. No dia 20 de novembro de 1995, ele faleceu: Humberto Barreira de Moraes Rego. Sabe aquela fotografia? Nós aparecemos ali ao sair... Eu estou naquela fotografia. Não tenho cópia dela, mas no jornal *O Globo* tem. Estou ali: o único que está vivo! Por enquanto, eu sou a bola preta. Ninguém mais aqui! Éramos os dois que estávamos vivos... O outro aspirante era o Oscar Marques de Almeida. Ele era um tenente.

Então, em 34, eu estava servindo na Vila Militar, no 2º Regimento de Infantaria com o Dilermando e o Oscar. Cada um numa companhia. Eram três companhias, três batalhões. Nós servimos na 1ª Companhia dos batalhões. Éramos aspirantes e fomos para lá. Um batalhão tem uns 800 homens e é comandado por um major. São três companhias, cada uma comandada por um capitão. O capitão tem uns tenentes: primeiro tenente, segundo tenente. Então, nós estávamos servindo ali, fazendo uns exercícios...

Eu era muito crente, sabe? Um caxias. Acordava às 4 horas! Era exigente, muito exigente! Sim, porque fui formado daquela maneira, então era minha história, a minha vida! Queria ser um bom oficial porque estudei e tudo mais. Então, me comportava como devia ser. Quatro horas da manhã acordava na R. 12 de Dezembro. Tomava banho, me fardava, tomava um bonde, ia para a Central e pegava o trem. Aquele trem das professoras, que iam conosco! Nós chegávamos lá cinco e meia, tocava a alvorada e já íamos dando instrução, educação física, aquela coisa toda, para os soldados... A vida continuava assim.

Mas, eu acompanhava o movimento político. Depois o meu capitão mudou. Houve uma mudança de comandante e foi para lá um capitão chamado André Trifino Correia: ele foi da Coluna Prestes. Era cadete, depois partici-

pou da Revolução de 24, da Coluna, entrou lá e foi meu comandante. Ele era ligado ao problema do Prestes, da Aliança Nacional Libertadora etc. Eu não era ligado, mas acompanhava. Estava sabendo dos comícios, dos comunistas. De vez em quando meu pelotão era chamado para tomar conta de um local qualquer, um posto telefônico, porque os comunistas iriam tomar conta... Eu estava lá, esperando os comunistas! Recordo muito bem. Eu dizia:

– É para matar?

O capitão dizia:

– Não é para matar, não!

Não tinha ordem pra matar, só para prender. Mas havia um certo movimento de uns oficiais dentro do regimento. Não do Dilermando. Ele era um cara bem enquadrado... Eu também era! Mas tinha esse passado que me voltava para a esquerda. Ser judeu, essa coisa toda, de quem leu aquilo que já disse... Mas não sabia direito. Estava tudo acumulado! Estava se formando, se acumulando... Então, esses oficiais – um deles era o meu tenente – conversavam comigo. Nós conversávamos e havia uma insatisfação tremenda naquela época! Conspirava-se para fazer ditadura militar contra o Getúlio. Tinha um general ali, o João Guedes da Fontoura, que estava querendo fazer um movimento. Nós éramos partidários de fazer alguma coisa – nem que fosse ditadura – para derrubar esse troço que estava aí! Não sei como! Mas, então, havia uma reunião de oficiais do Exército na Álvaro Alvim, num apartamento que ficava ali. Me disseram:

– Gutman, vai ver esse negócio. Você não quer ir nos representar?

– Então, vou.

Eu fui. Não era uma coisa formal; uns dois falaram comigo. Tinha assim uns 19, 20 anos. Fui lá e quando cheguei, logo veio um capitão; me viu assim, novinho, chegou e disse:

– Moço, moço! O que você está fazendo aqui?

– Estou representando o pessoal do 2º Regimento.

– Ah, mas o negócio aqui é esse...

Não falou sobre o motivo da reunião. A reunião era sobre a conspiração da ditadura militar do João Guedes da Fontoura e ele me mostrou o programa da Aliança Nacional Libertadora, a ANL: “Pão, Terra e Liberdade”. Começou a ler e eu disse:

– Oba! É isso!

Logo me identifiquei com aquele programa!

– É esse o negócio correto! O negócio sério! Isso! Eu tô de acordo com isso!

Ele disse:

– Bom, então...

Ele deve ter me dado o programa e eu levei. Bom, esse moço, esse capitão, o Álvaro Francisco de Souza, também tem importância na minha vida. Ele foi o comandante do Levante de 35. Depois, encontrei-me com ele novamente...

Então, minha trajetória continua. Depois que me formei, um colega que também me falou, foi posteriormente transferido para Natal. Foi servir lá. Quando aconteceu o Levante em Natal, no dia 23, eu pensei: “Ele levantou o batalhão. Certamente, foi ele que levantou o batalhão”. Mas não foi. E ele foi preso. Ele quis ajudar os revoltosos, mas não deixaram:

– Não, não... Você fica aí preso, não queremos que você se meta nisso.

Os cabos não deixaram ele entrar. Foi um desses que pediram para ajudar. Teve um outro que depois encontrei também em circunstâncias incomuns. Ele chegou a general. Muito bom sujeito...

Ah, vou contar uma história: uma vez meu capitão mandou fazer uma revista para verificar se tinha um panfleto comunista nos armários. Houve denúncia, ele mandou verificar. Fui examinar. Os soldados, cada um em frente ao seu armário. Fui examinando um por um. Chegou num armário qualquer, encontrei uns panfletos. Perguntei:

– Quem é o dono desse armário aqui?

Um soldado apresentou-se. Eu disse:

– Olha, cuidado com a comida! Você não deixa comida aqui, porque isso vai apodrecer, vai criar problema... Você procura tirar essa comida, não bota mais aqui!

Eu não ia falar disso de jeito nenhum! Não ia me entregar... Não era do partido, nem nada, mas era simpatizante e não podia entregar o soldado de jeito nenhum! Avisei ele que não podia deixar aquilo lá porque outro oficial podia pegar e ele estaria frito! Encontrei-o futuramente e ele disse:

– Ô, Gutman, você! Eu lembro que você me salvou...!

Ele foi gerente da Editora Futuro, uma editora fundada pelo Partido Comunista do Brasil. O nome dele era Delgado. O primeiro nome me fugiu... Sempre me encontrava com ele, foi muito meu amigo... Deve ser da

minha idade também... nunca mais o vi. Deve estar vivo ainda. A gente se perde, cada um vai para um caminho. Não o vejo há muito tempo... tanta gente... Tenho uma memória muito boa. Muito boa! Mas para detalhes minha memória é terrível! Bom, esse fato é muito importante, porque mostra como é que eu estava me encaminhando para aceitar essas coisas...

Tinha um colega meu, do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, que teve um problema com o capitão Álvaro Francisco de Souza. Ele era casado com uma mulher muito bonita e parece que meu amigo fez uma piada, um troço qualquer. Se indispôs com o Álvaro. Ficou chateado e pediu para sair do regimento. Ia sair. Mas ele queria trocar. Então foi na Vila Militar, lá no meu regimento – parece que soube que eu queria ir para o 3º, não sei como. Foi me procurar:

- Ô Gutman, você quer ir para o 3º?
- Isso é pergunta que se faça, rapaz! Que é isso?!
- Não, eu soube...

Não sei como é que aconteceu, porque ele não era bem colocado na turma. Tinha algum pistolão e foi para o 3º. Não era para ele estar lá. O Tourinho sim, podia estar lá. O Fritz de Azevedo Manso, que era o primeiro da turma, estava lá também. Porque eram os primeiros da turma. Mas ele não podia. Enfim, ele apareceu e me convidou para trocar. Eu disse:

- Ah, agora! Agora...!

Nessa época, cheguei a morar com o Dilermando, sabia? Porque quando servi, logo no começo, acordava às 4 horas. Depois, a coisa foi passando, pensei: “Bom, talvez não precise acordar às 4 horas. Talvez possa acordar mais tarde um pouco.”. Aluguei um apartamento com o Dilermando. Nós éramos colegas de turma, amigos, solteiros... nós fomos morar naquela ruazinha atrás do Quartel General. Na frente estava a Central e atrás dava para uma ruazinha, onde agora tem muito trânsito, não me lembro o nome da rua. Moramos juntos, depois ele foi se casar. Ele casou, fiquei sozinho e não tinha dinheiro. Pensei: “E agora, onde vou? Quartel!”. E o Quartel me aceitou. Fui morar lá, na minha Companhia! Quando morava ali, foi que esse colega de turma que queria trocar de regimento, o Lauro da Silva Costa, me convidou para ir para o 3º. O apelido dele era Pola Negri, porque tinha os olhos bonitos, pretos. Parecia aquela artista do cinema mudo, e os colegas davam apelido... Eu disse:

– Tranquilamente! É agora!

Fui me fardar para sair com ele.

– Vamos ao Quartel Geral. Porque lá tem o chefe, o capitão que trabalha no Departamento Geral Pessoal, DGP, que faz as transferências, as classificações, vamos falar com ele. Ele é muito meu amigo.

Esse capitão era meu amigo do Maranhão. Fomos diretamente a ele e pedi que fizesse a transferência do 3º para o 2º Regimento, e vice-versa. Para mim foi muito bom. No 2º Regimento tinha assumido o comando o Newton Cavalcanti. Era o coronel-comandante. Justamente quando ele entrou, eu saí e fui servir no 3º Regimento.

No dia que me apresentei no 3º Regimento – mais ou menos em julho, agosto de 35... não me recordo exatamente – quem estava na Galeria Leite de Castro, que fica bem na frente do 3º, onde é a entrada? O capitão Álvaro Francisco de Souza. Cheguei, cumprimentei e fui me apresentar ao oficial-de-dia para ir à secretaria. Ele me disse:

– Ah, como vai?!

Estava muito contente, me recebeu muito bem.

Disse:

– Aqui vamos conversar, mas com cuidado. Muito cuidado...

Ele me alertou. Não havia conspiração nenhuma, mas como o ambiente era agitado, ele achou de me alertar para ter cuidado. Tudo bem, a gente ia com cuidado, mas ligado a ele. Já estava ligado a ele porque tinha afinidade com aquele negócio. Mas não tinha nada; ninguém me mandou ligar a ele. Nós éramos entusiastas. Ele também nem era do Partido Comunista; era um entusiasmado, um fã e simpatizante. Era comandante da Companhia de Metralhadoras. Fui para 9ª Companhia de Fuzileiros. A Companhia que não era de metralhadoras, era de fuzileiros. Fui, me apresentei e fiquei na companhia.

Recordo que uma vez me mandaram fazer um inquérito – isso é um detalhe que é importante também. Designaram-me para fazer um inquérito contra um soldado, não me recordo o detalhe, mas me impressionou muito porque tive que ir à uma favela para fazer inquirições e fiquei impressionadíssimo... Porque o pessoal era de uma pobreza, igual a de hoje! Isso ainda não se resolveu! É a mesma pobreza que existe hoje... aquilo me impressionou muito! Porque aquilo não era possível! Estava servindo a um governo,

a um Estado, que aceitava isso, que vivia nisso! Porque a gente vive nessa miséria. Fiquei muito indignado. Então, isso me empurrava cada vez mais para esse movimento. Quer dizer, não fui cooptado assim só por discurso político... foi muito por sentimento, né? Porque não se tinha muito estudo de marxismo, nada disso. Nós não tínhamos. Nem os próprios comunistas tinham. Nós éramos uns leigos. Conclusão: a coisa foi acontecendo.

Enquanto isso, eu ia conversando com os outros colegas. Por exemplo, o Davi Medeiros Filho era um tenente inteligente, já faleceu. Ele lia o *Anti-Dubring*, de Engels, na Galeria Leite de Castro! Eu nem sabia o que era isso! Oficial-do-dia lendo *Anti-Dubring* na Galeria Leite de Castro! Achei aquilo maravilhoso! Depois, claro, quando percebi o que significava. Mas, que coisa, não? O Davi era um cara inteligente, ligado aos comunistas.

Houve também o episódio em que nós tivemos que fazer uma guarda, protegendo as eleições do Protógenes Guimarães e do Cristóvão Lacerda. Havia uma luta em Niterói. Alguns destacamentos foram mandados para ajudar o outro batalhão que estava lá e nós demos guarda na Assembleia Legislativa. O Davi foi. Uma vez, ele esteve comigo lá e nós “conversemos” sobre a revolução, como diz o gaúcho. Aí vimos nossa afinidade. Ele participava:

– Eu acho que esse negócio tem que fazer revolução. Vai desembocar numa revolução.

Claro que ele achava! Eu não estava convicto ainda. Fui me encaminhando... A gente estava se aproximando...

Havia também um movimento contra a lei de segurança do Clube Militar. Eu era sócio do Clube e andei assinando documentos de protesto porque achava que aquilo era contra nós. Participava daquele movimento reivindicatório, mas não era visado. Não era observado no regimento, não era líder, não comandava nada, não participava de reuniões. Apenas acompanhava, estava de acordo. Seria um dos elementos que ia fazer número. E foi assim...

Quando as coisas estavam acontecendo, eu lia muito *A Manhã* – não era *A Manha*, do Apporelly, não! Mas, lia também *A Manha*, gostava muito dele, era muito meu amigo... Depois, nós nos encontramos no presídio. Como já disse, o Apporelly era muito meu amigo. Na prisão, ele me botou um apelido: Sabiá Vermelho. Porque eu cantava. Acompanhava no violão e cantava umas musiquinhas. Isso me valeu muito porque a minha história é

pontilhada de uma porção de paródias que nós fizemos dentro do presídio e eu fui um dos elementos que participava disso! Tenho e lembro todas as músicas, todas as letras!

Na Escola Militar, tinha a Acadêmica, uma revista. Eu era até bibliotecário na época que o Nelson Werneck Sodré era presidente da Revista Acadêmica da Escola Militar do Realengo. Nós chamávamos Acadêmica, porque era a Associação. O Nelson era o cabeça. Era da minha turma. Havia uma célula do partido, mas nunca me abordaram nem me convidaram para nada. Como já falei, eu era muito independente e não participava de grupo nenhum.

Já o Agildo Barata não era do 3º Regimento. Ele era do São Leopoldo. Servia lá e foi transferido. Ao ser transferido, pegou uma cadeia de 21 dias. No dia 6, ele chegou ao quartel, preso. Vi quando ele chegou. Estava lá. Tinha vindo de uma passagem interessante: uma guarda que nós fazíamos no Palácio da Guanabara. O 3º Regimento do Exército fazia guarda lá. A Marinha fazia também, naquela época não tinha Aeronáutica. Então, nesse dia, fui substituído. Chegou um marinheiro, que veio me substituir com o pelotão dele. Eu ia voltar com o meu, mas ele não quis receber a passagem de serviço. Foi nesse dia que o Agildo chegou. Não quis porque foi examinar o alojamento, chegou no banheiro, na privada, tinha: “Viva o comunismo”, uma porção de coisas, tudo contra o governo. Estava escrito! E ele veio dizer que eu tinha feito. Não fiz nada disso... isso estava lá há muito tempo. Foram fazendo, foi acumulando... e ninguém pintava, limpava. E ele não queria. Aí eu disse:

– Vamos falar com o capitão-de-dia.

Era o nosso superior. Fomos ao Palácio da Guanabara – ali na Escola Anne Frank, onde a gente ficava alojado – falar com ele. O capitão disse:

– Receba o serviço!

Aí liberou. Fui para o quartel. Quando cheguei, estava chegando num automóvel o Agildo Barata. Até me assustou... quando soube que era ele, eu imaginava um cara alto, forte etc. Pensava: “Agildo Barata! Era aquele herói!”. Ele era do meu tamanho! Baixinho! Tanto que, quando fui solto da Ilha Grande, usei a roupa que ele me emprestou, porque não tinha! Mas, então, soube que era o Agildo e que ia passar 21 dias conosco. No dia 27 completava a pena dele... antes, eu não o conhecia.

Tive uma passagem importante no 3º RI porque era oficial-de-dia, nas vésperas do movimento. Oficial-de-dia é o que comanda o regimento, no lugar do comandante. Então, tinha acesso a tudo quanto é lugar. Então, fui ao Cassino dos Oficiais e não tinha nenhum oficial. Abandonaram. Geralmente os oficiais ficam ali conversando, trocando ideias, jogando alguma coisa e não vi ninguém. Estranhei! Encaminhei para os quartos onde eles moravam, porque alguns moravam lá, e fui abrindo... claro! Era comandante do regimento! Abri uma porta e havia um grupo de oficiais reunidos. Era uma reunião. Não era do Partido Comunista, mas estava na direção dela Francisco Leivas Otero, o Chico Leivas. O Chico Leivas era do partido. Estava ele, o Davi, os outros oficiais... aquela turma toda! Essa passagem me marcou porque quando nós chegamos presos no Pedro I e fizemos umas reuniões para fazer uma autocrítica do movimento, para saber onde nós eramos, mencionei isso: faziam uma reunião e eu, que era simpatizante, não era chamado.

Então, quando olhei, disse:

– Pô, eu já vi vocês! Conheço essas caras! Ah! Foi daquela reunião!

Eram eles que estavam lá, o pessoal da Aliança Nacional Libertadora e simpatizantes. Eu não era chamado, porque não era um cara que ainda merecesse confiança. Mas, por outro lado, eles tinham uma certa confiança em mim, viu? O Álvaro de Souza, o Davi e até mesmo o Leivas... conheciam-me da escola como um sujeito sério, bem colocado... nunca fiz um deslize que depusesse contra mim...

Bom, em 23 de novembro começou o Levante. Eu estava no Largo do Machado, morando num apartamento que havia alugado recentemente para morar com meu irmão, Samuel. Mandeí chamá-lo de São Luís do Maranhão para vir estudar aqui. Ele era estudante, bom aluno do Liceu. Quando já estava formado no primário e secundário, eu disse:

– Agora você vem para cá. Vou te ajudar para você tirar mais um curso aqui.

Mandeí chamar, paguei tudo e ele veio. Primeiramente estivemos numa pensão na Rua Correia Dutra e de lá nós aproveitamos e alugamos um apartamento no Edifício Rosa. Compramos os móveis: cinquenta cruzeiros, cinquenta mil réis – sei lá – para pagar a prazo. Depois, ele devolveu tudo! Fui preso e ele ficou sozinho!

Mas estávamos em casa e foram me chamar. O quartel mandou ir para lá de prontidão. Então, fui e deixei o Samuel... Lá no quartel, ficamos de prontidão, sem mais nem menos. A coisa foi se passando e não se sabia o que estava acontecendo. Sabia que havia um levante. Mas ninguém disse nada. Eu estava esperando os acontecimentos. Depois, aconteceu logo em seguida em Recife. Eles se levantaram.

Mais tarde, quando foi no dia 26 de novembro – a véspera – houve uma grande movimentação. Não sei se dormi lá no dia 25 ou se fui chamado depois... sei que voltei no dia 26 e tinha um movimento intenso etc. Recordo que, nesse dia, eles me pagaram um dinheiro das diárias de Niterói. Acho que resolveram pagar para comprar a mim e aos outros. O tesoureiro mandou me chamar e deram dinheiro para nós, oficiais: 1.100 reais. Era dinheiro “pra chuchu”! Eu ganhava 700, 750. Mil e tantos, assim! Esse dinheiro sobrou. Não sabia o que fazer com ele.

Fiz o seguinte: à noite, meu capitão já tinha falado comigo. Era um cara muito bom, o Isaías. Tinha sido transferido para a 1ª Companhia e eles resolveram mudar os capitães das companhias para não ter influência sobre os soldados. Tiraram meu capitão e puseram numa outra companhia: a minha era a 9ª e puseram-no na 1ª que era em outro batalhão e estava de férias. Mas chamaram um camarada que era meu amigo particular do Maranhão: Anacleto Tavares da Silva. Ele assumiu o comando. Tem algumas passagens interessantes com o Anacleto. Ele chegou, falou comigo e já alertou:

– Gutman, houve uma reunião e o comandante Afonso, o coronel, chamou a nós, os capitães, e avisou que se projetava um levante aqui. Está se falando que vai haver um levante no 3º Regimento.

Disse mais ou menos isso. O Álvaro era suspeito, mas o Leivas não. Ele resolveu não prender ninguém, porque queria ser general. Então, se ele sufocasse o levante, era general, mas se prendia, não havia nada... Ele me contou e perguntou:

- Gutman, você está dentro desse troço aí?
- De quê?
- Do levante.

– Que levante?! Você é doido?! Acabei de sair da Escola Militar! Tô me formando, sou um garoto! Tenho um futuro pela frente. Vou fazer um levante, me revoltar?!?

Claro que eu estava comprometido com o pessoal... já falaram comigo... sabia que ia haver alguma coisa, mas não sabia nem quando, nem como fazer ainda! Não se sabia nem como ia fazer! Foi um negócio muito improvisado. Por isso que perdemos. Não houve preparação. Foi feito assim, propositamente precipitado. Mas não por nós. A reação toda procurou precipitar o momento. Em Natal, acho que foi precipitado. O pessoal caiu na provocação... aqui o Prestes também caiu, porque não havia condições políticas, nem militares. Não havia condições!

Mais ou menos às 6 horas, o Leivas me falou que tinha recebido a mensagem do Prestes informando que o levante ia ser de madrugada, às 3 horas da manhã... Eu ia sair porque permitiram que a gente fosse em casa para jantar. Então, fui ver o Samuel e estava com 1.110 no bolso. Dei mil para ele e fiquei com cem. Pensei: “Vou ficar com 100 no bolso, pode haver alguma coisa, sei lá... Mas se for vitorioso, tenho dinheiro, né? Mudo o Brasil, mas se perder estou com 100 mil réis”. Réis, reais, nem sei que dinheiro era! Já mudou tanto que não sei qual é o que vale. Mas, dei os mil para o Samuel e disse:

– Você guarda bem... Tá havendo um movimento aí...

Já havia o negócio em Natal, em Recife... Falava-se muito, os jornais publicavam: “Havia levante, não-sei-o-que etc.” O levante já tinha sido denunciado. O tenente-capitão Paes Barreto tinha denunciado no Quartel General. Ele começou a aliciar alguns elementos, eles o denunciaram e acabou preso. Então, se sabia que ia haver o levante. Mas, um assessor do Vicente Rao jantava naquela pensãozinha que eu vivia, na R. Correia Dutra, que era de uma senhora conhecida, mãe de um colega. Sabe quem é o Vicente Rao? O Ministro da Justiça do Getúlio naquele momento... Então, uma vez ele me perguntou:

– Como é que está o 3º Regimento?

– O 3º Regimento está com Getúlio. É de confiança absoluta...

– Sei... Está mesmo? Consta que vai haver alguma coisa... Você segura lá!

Mal sabia o desgraçado... Depois, ele deve ter dito: “Esse Gutman me enganou direitinho”!

Quando fui para o quartel, já sabendo que ia haver o levante, pensei: “Agora, vou preparar o meu levante...” Eu não sabia como! Nem como fazer... Um tenente que tinha acabado de completar 21 anos... Então, tinha

que prender meu capitão! Meu amigo, que era meu comandante. Mas, felizmente, ele chegou para mim e disse:

– Gutman, há uma revista às 9 horas. Você toma conta da companhia e faz a revista.

E, praticamente, tomei conta da companhia. Fiz a revista. Estava para mim... pensei: “Tá ótimo!”. O capitão foi dormir. Foi se alojar na Companhia de Metralhadoras do 2º Batalhão, onde tinha poder de fogo. Eu tinha só fuzis metralhadoras e ele tinha metralhadoras, artilharia pesada. Então, ele foi para lá junto com meu primeiro-tenente e me deixaram livre! Fiquei livre. Depois, pensei: “Bom, agora, vou armar meu esquema aqui. Não vou ter que prendê-lo, mas vou ter que tomar conta da Companhia. Tem sargentos, tem cabos, tem soldados...”. Aí imaginei como fazer esse levante. Pensava: “Sozinho, não vou fazer. Vou chegar e falar para os soldados... Não! Tenho que ter um ponto de apoio e alguns elementos...”. Então, pensei num cabo, que era do meu pelotão e que sempre contava com ele; ele era muito meu amigo, o João Gomes Marinho. Eu me dou muito bem com a senhora dele, a viúva, pois o João já faleceu. Mas chamei-o e ele contou tudo isso depois, naquele depoimento que houve. Um inquérito documentado num livro feito pelo delegado Bellens Porto. Ele contou tudo direitinho. Aliás, se comportou bem o Bellens. Nunca disse que nós matamos os colegas dormindo! Ele não tem uma palavra sobre isso, que eles usam até hoje contra nós. Mas, então, convidei o Marinho:

– Marinho, vem um negócio para liberar a situação do soldado, do cabo, do Brasil...

Contei os problemas, ele também acompanhava tudo. Estava mais ou menos sabendo das coisas. Não tinha muita consciência, mas havia uma porção de informações e eu já estava em condições de aliciar alguém. Era um cabo que me admirava, gostava muito de mim. Eu tinha certa confiança nele. Olhei e avaliei: “Esse cara vai ficar comigo”. Ele disse:

– Pode contar comigo!

Eu era tenente: tenente Gutman. Muito bem:

– Mas nós dois sozinhos não vamos fazer o negócio. Vamos arranjar mais um outro. Quem é que você me indica para nos ajudar?

Ele me indicou outro camarada revoltado! Um revoltadíssimo que ele sabia que estava sempre contra, sempre contra!

– Então, chame-o que vou conversar com ele.

Ele veio, fiz um discurso e a resposta foi:

– Inteiramente seu!

Ah! Topou no ato! Eram os elementos que estavam comigo. Faltavam algumas horas para começar – era talvez meia-noite, uma hora, mais ou menos por aí – e nós fomos para o cassino, os que iam fazer o levante. Lá, com o Agildo e os outros, resolvemos precipitar: fazer aos quinze minutos para as três horas. Já estava denunciado!

– Não vamos fazer três horas, porque já estão sabendo... Vamos fazer antes para ter alguma surpresa.

O próprio regimento já sabia... Todo mundo sabia! Até nós sabíamos, porque o capitão mesmo nos falou... Então, se resolveu precipitar.

Vim para a minha Companhia. Não queria saber de sargentos, porque não é oficial nem é cabo. É um intermediário, como a pequena burguesia, que não tem canto definido! Ora está lá, ora está cá. Então, fui chamar o Tourinho, procurei-o. Por que fui chamá-lo? Fui procurá-lo porque no prédio defronte à minha Companhia era o alojamento do Tourinho, da 5ª Companhia! A minha, embora não fosse daquele pavilhão, estava incrustada lá. Era a 9ª, do 3º Batalhão, mas estava encostada ali no 2º Batalhão, no prédio deles. Por isso, vi que precisava que o Tourinho estivesse ali para me apoiar, assim como ele precisaria de mim. Pensei: “Vou buscar o Tourinho antes das 2h45, para quando começar o negócio, ele estar aqui”. Então, fui lá e... ele estava dormindo! Era o único oficial que dormia em 35 no Brasil! Era o único! Calmíssimo! Era calminho... uma calma absoluta! Ele não estava impressionado. Estava dormindo! Acordei-o:

– Está na hora, porque você vai fazer o levante lá. Tô sabendo que você vai fazer e eu vou estar defronte. Então, é preciso você estar lá para eu te apoiar e tu me apoiars, né?

Fui embora. Fui esperar os quinze minutos para as três com os meus cabos... Soldado, não conhecia nenhum. Soldado não vale nada! É um ponto nulo...

Então, quando foi quinze para as três, começaram os tiros de metralhadora combinados. Iam dar uns tiros: era o começo. Pensei: “Bom, começou. Vou me pronunciar agora.”. Aí, subi num banquinho e na hora fiz um improviso com os dois cabos do meu lado. Fiz uma preleção para os cabos, soldados, sargentos, todo mundo que estava ali, dizendo:

– Não se impressionem. Não fiquem impressionados. Esse é um movimento revolucionário. Está havendo um levante aqui no 3º Regimento e eu participo dele. Sou o comandante da Companhia e agora assumo o comando: o capitão não é mais o comandante. Agora o comandante aqui é o tenente Gutman.

Os cabos estavam lá, cada um com um FM, fuzil metralhadora, que dei para eles. Estavam lá prontos para me defender e ninguém se pronunciou contra. Mas, expliquei: disse que o comandante era Luís Carlos Prestes e devo ter dado um viva. Mas não falei em comunismo, porque não era isso. Era um movimento aliancista, da Aliança Nacional Libertadora, “Pão, Terra e Liberdade”! Nós queríamos melhorar a situação do país, contra o imperialismo, quer dizer, contra as empresas estrangeiras que vêm nos explorar aqui, para dar terra para o camponês e para melhorar a situação do povo!

– Esse é o objetivo. Nós precisamos derrubar esse governo aí que vive esfomeando o povo!

Eu sabia que o pessoal estava na miséria, então era preciso melhorar a situação inclusive a do soldado e a nossa também! Todo mundo concordou. Até um cabo resolveu nos ajudar. Nós resolvemos abrir uma porta para ir para o comando, mas depois desistimos porque vimos que era um suicídio... nós íamos nos atirar. Então, resolvemos desistir e esse cabo nos ajudou ali, levou até um tiro, viu? Então, o pessoal ficou comigo, né? Muito bem. Segundos, minutos depois, bateram na porta. Mandeí fechá-la. Essa porta dava para o rol, a 5ª Companhia e a minha. Esse episódio é interessante! Mandeí fechar essa porta e botei o cabo, aquele revoltado, que não me lembro mais o nome:

– Você fica com o FM aqui. Ninguém entra a não ser com ordem do tenente Gutman. Eu sou o comandante.

O outro ficou comigo, o Marinho. Quando bateram, o cabo perguntou:

– Quem é?

– Aqui é o tenente Tourinho.

Chegou. Vinha com o revólver, Colt 45. Eu tinha uma arma, ele tinha outra. Junto com ele, estava o major José Pimentel, o comandante dele. Eles se encontraram lá embaixo e subiram ali, para o primeiro andar. Eles subiram a escada, me viram no rol, o major se lembrou de mim e resolveu saber o que tinha havido comigo! Bateu na porta e o cabo recebeu-o com o FM:

– Aqui ninguém entra. Somente com ordem do tenente Gutman.

– Então, chama o tenente Gutman – disse Tourinho.

Eu era do lado dele, solidário. Respondi:

– Ah! O tenente Tourinho pode entrar.

Ele entrou com o “contrabando” dele. Ele trocou o major! Não quis entrar com o major na Companhia dele porque, afinal, era “o major” e ele era um “tenentinho”, segundo-tenente. O major tem mais força que ele. Então, ia haver divisão... ia haver briga, luta, tiro... e ele entrou na minha Companhia porque era revolucionária. Ele não podia dar ordem para mim porque eu não ia aceitar. Então, logo depois – eu com a Colt e ele também – o Tourinho disse:

– Major, o senhor está preso!

Foi uma surpresa para o major!

– E não adianta reagir porque nessa Companhia o comandante é o tenente Gutman. Ele é revoltoso e nós participamos da revolução!

– Mas... que revolução é essa?

Perguntou para o Tourinho! Ainda queria explicação...! Ele respondeu:

– Olha, o senhor fica com o tenente Gutman. – Virou para mim – Toma conta dele. Vou para minha Companhia.

Foi levantar a companhia dele...!

Então, vi o major com a arma e eu também. Ele podia me dar um tiro, mas não tinha razão para atirar em mim! Mas não entregou a arma. Peguei a minha e disse:

– Major, entregue-me a arma: o senhor está preso.

– Não dou, tenente Gutman!

Pensei: “Hi, estou perdido!” Eu não tinha ódio dele – não conhecia o cara – por que ia atirar nele? Por que não me deu a arma?! Mas se ele fosse ficar armado... havia perigo! Então, eu disse:

– Major, venha para cá!

Peguei-o e conduzi-o até uma saleta onde ficavam os sargentos fazendo uns cálculos. Mandeí sentar. Ele sentou na mesinha com o revólver dele – a Colt 45 – e eu com o meu. Chamei um soldado, para assustá-lo. Não ia matá-lo, senão já tinha dado um tiro nele:

– Bota a bala na agulha e fica de sentinela. Se esse major fizer qualquer movimento, você pode matá-lo. A ordem é minha. Pode matar! Ele não pode fazer nada!

Ele deve ter se assustado, mas nem tanto, porque não entregou a arma. Fui para fora e pensei: “Ele é major, é mais do que eu. Sei lá que argumento vai usar.”. Aí, voltei! Voltei e tentei argumentar. Ou seja, nessa hora, não havia ódio, não havia nada. Ele não era meu inimigo... resolvi, por bons modos, tirar a arma dele:

– Major, o senhor não tem família? Não tem esposa? Não tem filhos? Então, para que vai ficar com essa arma? Todos os soldados estão revoltados. O senhor pode levar uma bala, pode morrer aqui! Não é o que eu quero. Não quero isso. É melhor o senhor entregar a arma para ficar desarmado. É melhor desarmar.

Aí ele entregou a arma. Entregou pacificamente. Mais tarde, ele nos ajudou. Quer dizer, não precisava matar. No entanto, disseram que nós matamos colegas dormindo! Esse, nem acordado eu matei! Nós não torturamos ninguém! Nós não aprendemos isso na Escola. Nós tratávamos todos os presos muito bem.

Nessa sala onde estava o major, estavam também todos os outros oficiais opositores da companhia do Tourinho. Foram presos. Ele prendeu todos e trouxe para lá. Depois, eles resistiram. Foi um problema que nos atrasou e dificultou nossa saída. Nós também não pudemos sair por isso: eles dificultaram o levante. Fomos impedidos de ter sucesso por causa da resistência de dentro do quartel.

Mas eles foram todos aprisionados e ficaram sentados no chão, ali junto com esse major, nessa sala. Tinha ido fazer alguma coisa, quando voltei estavam todos ali sentados, inclusive o meu capitão...! Ele olhou e disse:

– Gutman, cuidado! Tem bala!

De fato, havia balas lá... Eu respondi:

– Não, não estão vindo para cá...

Mas já estavam vindo. Estavam até bombardeando... Havia algumas escaramuças. Eles ficaram ali até quando nós pensamos em tirá-los porque começaram os tiros de artilharia. Então, eu, o Tourinho, que tomou conta de tudo, e o José Brasil, que era um capitão que aderiu à última hora, resolvemos levá-los para o Cassino dos Oficiais, onde estavam os demais presos. No meio do caminho, encontramos o único oficial legalista – do lado de lá – morto. Chamava-se Mizaél Mendonça. É o que encabeça a relação daqueles mortos de 35 naquele mausoléu da Praia Vermelha. Quando o vi, ele

estava morto. Houve uma discussão com o sargento. Ele atirou no sargento e vice-versa. Não vi o sargento, mas ele sim. Então, o Anacleto, que era meu amigo, quando viu o Mizael, disse:

– Gutman, vocês vão nos matar?!?

– Que é isso, rapaz?! A hora de matar já passou! Vou te matar por quê?

Na refrega, no começo, é que um mata o outro, como ocorreu. Um colega nosso também foi morto no começo... mas ali não havia razão nenhuma para isso:

– Vocês estão sendo presos. Estão mudando de lugar porque está havendo tiro de artilharia que pode alcançá-los se ficarem expostos. Então vamos lá para o fundo.

E ficaram lá. Depois, o Anacleto teve uma posição muito bonita no final do levante... ele foi expulso por covardia. O governo pegou esses oficiais que não resistiram e expulsaram. Todos eles, inclusive o meu major, foram expulsos como covardes... Mais tarde, voltaram... ele, por exemplo, chegou a general.

Quando nos entregamos, as tropas entraram e veio o comandante. O comandante era o Dutra, que foi presidente da República. Ele entrou com um grupo de oficiais e, no meio deles, vinha um capitão. Aliás, não era capitão, mas sim tenente: Nelson de Paiva. Ele foi muito visado porque vinha armado, com um revólver, uma Colt. Chegou perto de nós; estávamos todos reunidos e eu até estava ao lado do Agildo. Então, ele perguntou:

– Quem é o filho da puta do Agildo?

O Agildo era uma presença terrível, um cara valente:

– O Agildo Barata sou eu! O filho da puta é você!

Formidável! O Agildo conta isso no livro dele. Eu sempre lembro disso! Nunca pude esquecer... foi um repente que ele teve! Esse sujeito, esse Nelson, foi nosso instrutor no Colégio Militar. Ele era tenente, tinha curso no Estado Maior, estudou com os franceses – aquele Gamelin. Estudou e foi dar instrução para nós. E chegou lá num rompante, querendo bancar o “mais macho” que os outros: se desmoralizou todinho! Porque, para não se desmoralizar, depois daquela resposta ele tinha que matar o Agildo! Se veio com aquele rompante é para matar! “Eu vim pra matar! Quem é?” E no fim não fez nada e levou o troco... mas aí, acabou o levante, nós fomos aprisionados...

No dia 27 de novembro, depois que saímos e tiraram aquela fotografia, fomos colocados num ônibus daqueles de dois andares da Light. A Light

mandou logo para lá os ônibus para nos levar; soldados, oficiais... Então, entrei com o Agildo e os outros colegas aprisionados... antes, o 2º Regimento foi lá para nos atacar. E o Oscar, que tinha sido aspirante comigo, me viu sendo preso e gritou:

– Gutman, o que você está fazendo aí?!

Eu achei muita graça! Era muito meu amigo! Pensou que eu estava fazendo alguma coisa...

– Não, o meu lugar é aqui! Eu participei do levante!

Eu não podia fugir!

– Eu levantei os meus soldados... Não vou dizer que não sou revolucionário! Sou! Tem que me prender!

Eu já estava ali entregue! Não podia fugir! Ele disse:

– Não, sai daí! Sai daí!

Eu disse:

– Não, não... Vai-te embora daqui, eu tô preso aqui, eu não vou sair daqui não!

Ele queria me livrar de lá! Como podia?

O espírito da turma é muito de solidariedade, é muito amigo, muito fraternal... Eles têm uma história comigo também, ligada a mim...

Fomos para a detenção na Rua Frei Caneca. Depois, o pessoal da aviação chegou também. Nós, os primários, ficamos todos no pavilhão, durante alguns dias. Chegaram muitos civis. Depois, fomos todos para o Pedro I. Lá começaram as fugas... Tourinho foi o primeiro a fugir. Ele nadava muito bem! Teve uma história muito bonita! Ele e um marinheiro resolveram fugir. Organizaram e ninguém soube. No dia seguinte, procurei por ele, mas chegou um sujeito e disse:

– Shhhhhhiu! Não fala nada! O Tourinho fugiu...

Ele sabia que o Tourinho tinha fugido e assim fiquei sabendo também. Então, outro dia, mais quatro foram fugir. Fugiram e junto com eles foi o Roberto Sisson. Era um dos dirigentes da Aliança Nacional Libertadora – o pessoal da Marinha – e estava preso conosco. Ele, marinheiro, devia nadar muito bem; foi com o grupo. Pois bem... Fomos surpreendidos, porque o Sisson pediu para ser levantado... Ele não aguentou, teve câimbra e voltou... os outros foram embora. Mas, com isso, denunciou e os outros foram presos na Ilha do Governador. Saltaram lá de madrugada e a Marinha os pegou.

Foram presos e depois apareceram no pavilhão dos primários, para onde foram reconduzidos.

Bom, mas mesmo na detenção da Rua Frei Caneca não ficamos deprimidos... Absolutamente! Ao contrário! Nós éramos de um humor incrível! Tínhamos uma moral ULTRA, o mais ultra possível! Se a polícia especial ia nos levar para alguma coisa na nossa frente, nós gritávamos:

– ABAIXO A POLÍCIA ASSASSINA DE FILINTO MÜLLER!
 ABAIXO!!!!

Na cara deles! E eles não nos fuzilavam! Não faziam nada! Não podiam fazer nada! Nós sabíamos que não podiam... Então, nós desacatávamos! Tínhamos uma moral muito elevada, principalmente os oficiais, o pessoal do 3º Regimento, da Aviação, esses tenentes... Sim, nós éramos loucos! Loucos! Não aceitávamos... Para fazer isso que nós fizemos, precisa ser doido! Louco! Porque eu nunca mais faria um negócio daquele, não! Sem base, sem nada! Como é que se faz um troço desse?!? É somente o entusiasmo e aquela vontade de querer resolver... Sem experiência nenhuma! Inexperiente! Que é isso?!? Pega dois caras e vai fazer a Revolução?!? É burro! Foi uma burrice. Agora, isso é da circunstância, é da vida. O jovem é isso: nós temos ímpeto! Eu achava que isso podia nos ajudar, mas não... não foi suficiente...

Nós não sabíamos de nada da organização do movimento... Sobre Berger, aquele alemão, isso era cúpula. Era com o Prestes, com o Miranda, com os caras da direção, que nós não tínhamos acesso. Não sabia nem quem era! Nós não tínhamos acesso, mas era a revolução. Aquela que o Prestes sonhou lá em Moscou, de fazer o mesmo que eles. O pessoal da Terceira Internacional também sabia que era a revolução... Porque havia no mundo um avanço das hostes fascistas... O nazismo era aquele rolo compressor que ia tomando conta do mundo! E não tomou por causa dos soviéticos, de Stalingrado. Senão tomava conta! Se não houvesse a União Soviética, tomavam conta porque o americano não ia impedir... A União Soviética que acabou, barrou: “Daqui em diante vocês vão ser liquidados!” Naturalmente, o americano ajudou...

Naquele momento, no dia 25, 27 de novembro, nós tivemos a ousadia de nos colocar à frente desse rolo que vinha! O governo daqui fazia parte desse rolo compressor! Na Espanha, por exemplo, também foram e toma-

ram conta! Com o Franco. Aquilo já era um elemento desse rolo compressor que avançava sob a nova forma que a burguesia tinha para poder governar o mundo. Era daquela maneira: eles iam matando gente, 6 milhões de judeus etc. Iam liquidando tudo o que podiam! Eles eram superiores, então pensavam que iam ganhar! Se não houvesse resistência, eles ganhariam. Mas nós fizemos a primeira resistência. Nós temos esse grande mérito e eu me considero muito feliz, pois a minha missão está cumprida na terra... Porque ajudei a impedir que esses caras fizessem alguma coisa! O que eu podia fazer naquela época era isso... Não tinha muita consciência, mas depois continuei fazendo. Não com a força que houve naquele dia, em que joguei tudo fora! Toda a minha carreira, tudo que estudei... tudinho! “Isso não vale nada! O que vale aqui é lutar contra o fascismo!”. Essa é minha história.

Na Escola Militar não se aprende a fazer levante. Teríamos que criar uma nova forma para atingir nossos objetivos... Aprende-se tática militar e princípios... Mas, quando nos reuníamos no presídio, no Pedro I, analisamos tudo isso e começamos a ver como é que nós agimos sem ligações, sem condições... Uma coisa que tivemos foi um pouco de surpresa, que é um dos princípios. Víamos quais eram os princípios que a gente poderia seguir para preparar o levante. Primeiramente, era a surpresa, eles não sabiam quando ia acontecer. Também a ação simultânea, quer dizer, todos ao mesmo tempo, fazendo na mesma hora. Pegos de surpresa e também de todos os lugares. Nós tivemos, em parte, a surpresa, porque não sabiam quem ia fazer. Surpresa também porque nos precipitamos um pouco, mas não foi totalmente inesperado, tanto que alguns puderam se organizar, reagiram naquela companhia e dificultaram a nossa saída do regimento. Quando nós pretendíamos sair, já estava bloqueado... Conhecem o 3º Regimento? A Praia Vermelha, a Av. Pasteur? É um corredor! E estava tomado! Então, nós estávamos presos ali... Para poder sair do regimento, era preciso garantir a posição de risco. Aquilo precisava ser nosso! Era necessário botar gente nossa lá para quem fosse chegar, ser barrado... Daria tempo de sairmos e tomarmos conta do Forte S. João; poderíamos ir para o Catete etc. Tinha missões para cumprir. Mas não podia cumprir se não saía do quartel. Ir para o Catete prender o presidente da República e atacar o quartel da Polícia Militar da São Clemente eram missões que havia. Mas, tinha outras missões que eu não sabia. Não conhecia tudo, porque não era do comando. Era um

subalterno. A coisa foi improvisada de todo jeito... Porque o levante ia ser feito, mas seria preparado. Não era naquela época.

No Nordeste foi feito da cabeça deles. Os comunistas de lá resolveram fazer o levante e no Recife também resolveram secundar. Sem ordem daqui, por cima dos dirigentes. Não havia condições. Não havia efervescência política, não havia agitação, a Aliança Nacional Libertadora tinha sido fechada, estava na clandestinidade... Não havia condições políticas. Não havia greve, não havia nada... O proletariado, o operariado iam participar de quê? Foi um movimento político militar. Essa autocrítica foi feita somente por nós, oficiais do 3º Regimento, que nos juntamos num cubículo, num camarote do navio, o Pedro I, e conversamos, trocamos ideias, vimos as besteiras que nós fizemos e começamos a ver que erramos... Os civis não sabiam nada disso! Era estranho para eles! Era um problema nosso, de um público militar. O problema pertencia a esse grupo de militares, era nosso, não podia extravasar, discutir com os civis porque eles não sabiam, não conheciam o assunto. O assunto era nosso. Discutíamos para ver se, futuramente... sei lá! Ninguém mais ia fazer um levante desses... nunca! Aquele era único na história...

Os professores que foram presos não davam aulas, eram conferências. Por exemplo, Hermes Lima, Luiz Carpenter... Tinha um outro que era muito engraçado... Eu achava muita graça porque o Hermes Lima vivia de cueca no tombadilho do navio! Igual a nós... à vontade! Gente simples... Depois, foi Primeiro Ministro do Jango... Tinha outros professores, o Medeiros Albuquerque... Davam conferências sobre política em geral, conhecimentos que eles tinham, sobre o problema da terra...

Faltava dinheiro, mas nós tínhamos uma organização. Nós éramos muito organizados no presídio. Tínhamos um coletivo. O coletivo era uma organização de cúpula dos presos políticos e que tinha uns cinco elementos: um presidente, um tesoureiro, que cuidava do dinheiro, um pessoal, que cuidava de todos, outro das relações com o presídio... e outras coisas mais. Uma organização... Então, nós elegíamos os representantes. Eu lembro que uma vez fui candidato a presidente e o Agildo impugnou! Por quê? Ele disse:

– Porque o Gutman é uma criança!

Eu ri à beça...!

– É um menino! Ele não pode ser presidente do coletivo...!

Ele perdeu... Formidável! Quer dizer, ele subestimou meus sentimentos, as pessoas ali... Era um rapaz, um moço. Ele me conhecia dali e só. Me conheceu bem na cadeia. Nem do 3º Regimento me conhecia, porque ele não era de lá...!

Lembro que uma vez, lá no Pedro I, o coletivo não tinha dinheiro para comprar pasta de dente. O coletivo comprava tudo, até cigarro! Era com o nosso dinheiro mesmo! A família ia nos visitar, dava o dinheiro pra gente, que dava para o coletivo... Havia outras pessoas que mandavam dinheiro também; o partido, sei lá... Então, o Carpenter fez uma pequena preleção para explicar que não precisava da pasta de dente. Nós podíamos escovar o dente com sabão. É um pouco corrosivo, mas numa circunstância de emergência, podíamos limpar os dentes de qualquer maneira...! Não me lembro a que área o Carpenter pertencia, mas era lúcido, inteligente, vivo! Muito igual a nós... Nós brincávamos muito...

Nunca mais encontrei com o Jaime Gandelman, aquele que me deu os livros que tanto me influenciaram... Soube que ele estava preso no local onde tinha um José Gutman. Aliás, um fato interessante: logo no começo, a polícia mandou chamar esse José Gutman para ser solto. O nome dele é o mesmo que o meu. Ele foi chamado, mas invés dele, chamaram-me porque era conhecido, gritava, falava... Nós éramos loucos, completamente loucos! Desacatávamos tudo! O diretor, todo mundo! Nós éramos contra e, então, ficamos muito em evidência. Éramos muito conhecidos... Então, fui no lugar dele. Estava fardado de oficial ainda, não tinha roupa à paisana. Ele ia ser solto, mas eu não estava sabendo de nada! Estranhei logo porque, ao invés de me botarem no camburão, que é esse em que colocam os traficantes, me puseram num táxi. Pensei: “Táxi...! Que é isso?!? Nunca andei de táxi...”. Cheguei na Polícia e fui para um local onde nunca tinha ido... A senhora desse José Gutman estava lá. Então, um tira, perguntou:

– O senhor é o José Gutman?

– Sou eu. Sou José Gutman.

Mostrei minha carteira de oficial. Aí ela gritou:

– Não é José Gutman! Ele não é José Gutman!

Porque eu não era o marido dela... Não sei nem como ela se chama! Não me interessou nada... Eles viram que cometeram um erro. Mandaram-me depressa para o camburão... Acabou o táxi... Ele era um operário de Petró-

polis. Estava escrito na ficha. Ele foi logo solto, mas prenderam porque era operário, judeu... então só podia ser comunista!

Fui condenado a oito anos de cadeia. Todo o pessoal do meu nível: oito anos de cadeia! Para a Guerra Civil Espanhola, só foram aqueles como o Apolônio, que foram soltos. Eu estava preso. Se estivesse lá fora e me convidassem, com certeza, eu iria. Mas isso não passou pela minha cabeça porque não havia oportunidade. Não cogitei isso...

Na hora de fazer a relação das pessoas que tinham sido condenadas a oito anos, esqueceram meu nome, dentro do presídio. Acontece que nós tínhamos direito à apelação. Então, saiu a apelação de todo mundo, menos a do Gutman. Tanto que um juiz do Tribunal de Segurança Nacional me elogiou numa sessão por ter aceitado a condenação, por não ter feito apelação. Fez um rasgado elogio! E eu não tive porque não puseram meu nome...

Passado o prazo, nós chamamos o Sobral Pinto, que já morreu. Ele foi me visitar; até levou uma fotografia da Anita Prestes, para levar para o Prestes. Nós demos um jeito de mandar para ele. Mas o Sobral não conseguiu entrar com a apelação, não podia. Então, nós fomos para Fernando de Noronha e lá continuamos a cumprir a pena. Eram mais ou menos uns cem, duzentos presos... foram muitos. Do meu grupo, muitos estavam lá. O Prestes foi preso depois de nós e ficou sempre aqui. Primeiro na Polícia Especial, depois lá na Correção. Estava separado de nós.

A vida no presídio foi muito útil para muita gente... Útil, porque era uma vida organizada... Não era uma vida normal, claro, porque um rapaz jovem com 20 e poucos anos... A gente extravasava, estudava, tinha conferências, tinha discussões... Organizamos a PR-ANL. Uma rádio! PR-ANL, "A voz da liberdade"! E nela nós irradiávamos, tinha um locutor! Não tinha microfone, nada disso... A gente ficava no pavilhão dos primários, que tinha um fundo lá embaixo, uma escadaria e umas sacadas. A gente ficava nas sacadas lá no fundo, de onde se irradiava. Do outro lado estavam as mulheres, o presídio das mulheres. Elas ficavam num cubículo: a Olga Benário, a Rosa Meireles, a Maria Werneck, a Carmem Ghioldi... O Ghioldi estava conosco.

Nessa PR-ANL era muito interessante, porque tinha um companheiro diretor. Foi tudo improvisado... Eu não era diretor de coisa nenhuma, nem nunca fui cantor. Mas, desde o Colégio Militar, acompanhava no violão algumas musiquinhas, cantava... Era muito fã do Noel! Cheguei até a co-

nhecer o Noel Rosa! Era fã dele porque suas músicas eram muito populares, né? A gente canta até hoje! Era uma sumidade! Um filósofo, aquele cara!

Nós fizemos muita coisa interessante... Logo de início, como eu cantava, tocava violão, fui participar... Eu não tinha violão, mas um companheiro operário – além disso, ele era até chofer – fez um violão pra mim não sei como! Mandamos comprar caixote de bacalhau e ele preparou com a habilidade que tinha... fez um violão! Aquela madeira é boa para fazer um violão... Então, ele fez nessa madeira mais comum que o cupim dá, o pinho... Tanto que o violão cheirava a pinho... E eu acompanhava as músicas. Na programação tinha hora de música, de canções coletivas, de discurso sobre a situação e análise política, de dar informações sobre o movimento no Brasil, no mundo. Tudo o que acontecia a gente sabia! Nós tínhamos uma radiozinha que ouvia Moscou em espanhol! Lá dentro! É! Ali era território livre! Muito curioso! O rádio até estava no cubículo do Ghioldi... Então, a gente sabia notícias e acompanhava tudo... Essas coisas nós formulávamos na PR-ANL, “A voz da liberdade”, e se preparava o programa daquele dia! Tudo era preparado... Então, nós fazíamos paródias, exatamente para cantar ali e contar episódios da prisão. Tinha muita coisa que contávamos do que acontecia no presídio.

Quando a gente foi para o Tribunal de Segurança, que resolveu nos boicotar, nós fizemos músicas apropriadas! É interessante! Eu tenho! Está na cabeça, eu não escrevo, mas é só não deixar morrer... Ninguém mais sabe disso! Os que podiam saber estão mortos... O senhor Gutman tem esse repositório! Está aqui na minha cabeça! Isso vai ficar para a história...

Lá, a gente não preparava a comida. Era o presídio que fazia. Nós não podíamos... Só em Fernando de Noronha que fazíamos a comida. Nós mesmos. Tanto que passei seis meses na cozinha. Aprendi a cozinhar um pouquinho... Mas tinha um companheiro que cozinava muito bem. Eu era auxiliar...

Havia pouquíssima camaradagem com os guardas, muito pouca... Sempre se podia mandar um recado, uma coisa ou outra. Mas nós descobrimos um método para nos comunicar. Tinha umas mocinhas que moravam de frente aos prédios do presídio. Então, deram um banho de sol para nós, no alto do presídio, no terraço. Quando íamos para o terraço pegar banho de sol, nós, jovens, ficávamos paquerando!

– Vamos olhar para ver o que é que há...

Nós criamos um meio de nos comunicarmos com essas moças... E chegaram a nos visitar e tudo... Teve gente até que quase se casou, sei lá...! Nós descobrimos a “dedografia”! Escrevíamos com o dedo, quer dizer, como se lê, de lá pra cá... Fazíamos assim, para elas: A, B, C, D, E... Nós aprendemos, naquela época, a formar palavras e começamos a namorar! Formidável! E essas meninas nos ajudavam! Qualquer coisa que havia no presídio, nos comunicávamos com elas, e nem íamos para o terraço: tinha uma que sabia que nós podíamos trepar num cubículo e ficava lá... Era tudo muito rapidinho... Elas sabiam! Tinha uma que era “bamba” na “dedografia”! Maravilha! É rica essa história!

Havia, também, por exemplo uma universidade. Tínhamos professores que sabiam muito inglês. Um rapaz, não me lembro o nome dele, um sujeito alto, era professor de inglês. Ele ensinava para nós. A gente sabia um pouco do Colégio Militar, mas ele ensinava muita coisa! A gente aprendeu muito! Quer dizer, a cadeia não foi perdida! Foi um negócio utilíssimo! Nós soubemos aproveitar! E muita gente aprendeu, se alfabetizou por lá, inclusive operários... Fazíamos diversas conferências sobre Volta Redonda, sobre o que fosse...

Havia alguns conflitos, mas nunca houve briga. Nós tínhamos o coletivo e ele era responsável pela disciplina. Então, nós éramos caras disciplinados e botávamos tudo em ordem: “aqui ninguém vai passar por cima de nós, não!” Nós observamos se havia alguém espionando... O Miranda estava lá e ele foi o cara que denunciou tudo... Dizia para Moscou que tudo estava ótimo: “pode começar a revolução!” O Prestes ficou enganado, iludido, pensou que estava tudo em condições de fazer... Não estava nada! Ele foi para Fernando de Noronha conosco e andou denunciando muita coisa... Ele não era muito querido, era meio boicotado. Eu não sabia muito... Uma vez, até falei com o Agliberto. Agliberto Vieira de Azevedo, acabou de falecer agora... Foi o chefe do levante na Escola de Aviação, um dos capitães! Ele era mais antigo que eu, tinha mais capacidade política, então fui a ele:

– Agliberto, esse negócio que estão dizendo do Miranda e tudo... Que coisa! Como é que pode!?!

Porque comunista, para mim, era um deus. Comunista era um sujeito que não podia errar! Tudo certinho! Tinha uma admiração terrível! Uma grande admiração... romântica! Isso mesmo... Então, ele me explicou:

– Gutman, esses comunistas são filhos da sociedade! São produtos do meio em que nós vivemos... Disso que você conhece e que nós estamos procurando mudar... E eles vem com todas as mazelas para cá... Vem para o partido com essas mazelas. E esse é um cara que trouxe isso... Aqui no partido tem que depurar.

– Ah... muito boa essa lição!

Na cadeia não tinha lideranças... Nós todos éramos presos políticos e não tinha ninguém que “mandasse”... Havia alguns elementos mais capacitados que outros, que a gente ouvia, considerava e respeitava... Mas não havia ninguém que dirigisse. Havia o coletivo! O coletivo sim, sempre havia camaradas de confiança, enquadrados nas normas políticas. Tanto que o Agildo não quis que eu fosse porque não era um quadro do Partido Comunista. Ele também não era! Ninguém entrou para o partido... Muito depois é que a gente teve ligações com o partido. Mas isso prefiro não falar.

Logo que fomos presos, no dia 27 de novembro de 1935, não nos mandaram diretamente para o Pavilhão dos Primários, aquele de que fala Graciliano Ramos.

O Graciliano... é muito engraçado! Me lembro das pessoas, dos casos que ele contava! Ah! Mas ele era um camarada muito ruim, eu não gostava dele. Péssimo, do ponto de vista pessoal. Não gostava porque ele não se comunicava bem com a gente. Um sujeito muito metido a besta, intelectual... Era presunçoso e achava que nós éramos responsáveis pela cadeia que ele tomou. Indiretamente, nós éramos mesmo. Ele foi pinçado lá em Alagoas, jogado no porão de um navio para ir para o lugar onde estávamos. Claro que ele não gostava disso e achava que nós, os oficiais do Terceiro, éramos os responsáveis. Éramos. Mas não totalmente... eram as circunstâncias da vida. Paciência...

Não sei se ele era comunista, tinha as ideias de esquerda, e acabou indo preso. Rasparam a cabeça dele por nossa causa e ele passou uma temporada lá. Ele jogava cartas com um grupo, dentro do cubículo. Lembro que jogava, ele também conta isso. Mas nem via, porque não convivia com ele... Não morava no mesmo cubículo, mas sim em outros. Não gostava dele, porque ele tratava mal a gente. Achava que era superior. Eu era um cara

muito simples, extrovertido, cantava... No livro, ele caracterizou cada um de nós. Para caracterizar a mim, disse: “José Gutman, cantador de sambas”. E acabou. Fui preso, passei 8 anos na cadeia e ele qualifica a gente assim! Grandes coisas...

Nós, o pessoal do 3º RI, fomos para um pavilhão só dos militares. Depois chegou o pessoal da Aviação. Ali, o Raul Pedroso – um tenente da minha turma de Escola Militar, nos formamos juntos – se lembrou de fazer uma paródia. Ele era poeta, já faleceu. Ele se lembrou da “Cidade maravilhosa” e resolveu cantarolar. Nós tínhamos acabado de sair do bochicho. Então, ele cantou:

Praia maravilhosa

Praia maravilhosa
Cheia de balas mil
Vermelha e radiosa
Redentora do Brasil

Terceiro Regimento
Escola de Aviação
Unidos no pensamento:
Do Brasil a salvação

Berço da nossa revolução
Unistes o Rio ao Nordeste
E o nosso povo canta das ruas
Viva Luís Carlos Prestes

Berço da nossa revolução
Nosso ideal, nosso orgulho
Vivem de novo no teu clarão
Nossos dois “5 de Julho”.

Essa última parte foi acrescentada à primeira versão. No livro sobre os revolucionários de 35, da Marly Vianna, está errado. Essa música é mais política, ligando 35 ao Movimento Tenentista. Se bem que o nosso movimento, o Levante, a Insurreição de 35, não tem nada a ver com o tenentismo em si. Mas é um novo estágio, porque aqueles tenentes que fizeram 24, 25 e a

Revolução de 30, mesmo enganados, queriam um desenrolar superior, queriam passar a ter conteúdo. Tanto que a Revolução no Brasil foi plantada ali, na Praia Vermelha. Antes não tinha revolução. Aqueles eram movimentos para substituir uma oligarquia por outra, por isso o Prestes não quis entrar:

– Aqui nós estamos enganando o povo. Essa é para enganar.

Agora, em 35 não. Deu-se um conteúdo à revolução. Aqui demos conteúdo revolucionário, queríamos modificar a estrutura do país e só assim ele poderia progredir. E estamos esperando. Até hoje não mudou nada. Continuam fazendo maquiagem. Ainda não modificou. A estrutura da terra não modificou: esse negócio de assentar duas, três, vinte, cem mil famílias não é nada! Têm milhões! A reforma agrária que se vai fazer é não sei quando... Mas vão fazer. Porque o Brasil só vai avançar se a terra passar para as mãos dos trabalhadores da terra. Se nos desligarmos da exploração e da espoliação estrangeira. E houver democracia. Democracia completa, porque nas Forças Armadas não tem democracia. Então, a história era essa... Está gravada na primeira música que surgiu. O Pedroso fez assim que chegamos ali.

Era uma forma de animar o pessoal, manter aquele moral elevado e, ao mesmo tempo, traduzir nas canções aquilo que a gente sentia. Falava do Terceiro Regimento que foi um dos únicos quartéis, uma das únicas unidades que se levantou e que cumpriu a ordem que foi dada. Porque recebemos ordem para nos levantar e quem cumpriu foi o Terceiro e a Aviação.

Depois fomos transferidos para o Pavilhão dos Primários, aquele de que fala o nosso amigo, o Graciliano Ramos, e me lembro de uma coisa que vou citar aqui. Naquela época, ainda estava em evidência na lembrança da gente muitas músicas de carnaval. “O orvalho vem caindo” era uma música de Noel, que tinha muita influência sobre nós. Ele fazia muitas dessas músicas e era muito popular. Eu gostava dele porque era muito popular, tocava violão, acompanhava... Tocar violão é algo mais estilizado. Não tem esses conjuntos de pagode? É como se fosse pagode, um acompanhamento. Eu gostava disso. Fui até uma vez ver o Noel na Rua da Carioca numa estação de rádio em que um tenente, amigo meu, que sabia que eu gostava, me levou lá. O Noel estava tocando com o conjunto dele. Então, dessa música, “O orvalho vem caindo”, nós fizemos essa paródia. Fazíamos assim: um ia falando, outro também, a coisa ia brotando... Saía do próprio grupo.

As granadas vão caindo

As granadas vão caindo
 Incendiando meu quartel
 E os soldados resistindo
 São valentes a granel
 A luta é desigual
 Mas combatemos, olhos fitos no ideal

Veio do Norte
 Este brado varonil
 Vamos todos unidos
 Salvar o Brasil
 Que a liberdade 'inda não viu

As granadas vão caindo...

Nós atendemos
 Foi então o que se viu
 O governo temendo
 A bravura viril
 Dos soldados do Brasil

As granadas vão caindo...

Embora presos
 Companheiros de ideal
 Aguardemos com fé
 A vitória final
 Que sabemos ser fatal

As granadas vão caindo...

Nós éramos fatalistas... Isso era um sucesso! Estava exprimindo nossa moral elevada e estávamos certos de que iríamos ganhar. Era o comecinho e a coisa podia estourar por aí... Iludidos! Porque não estourou mais nada. A não ser pancadaria em cima da gente e muita repressão.

O quartel foi incendiado porque eles jogavam bombas, a artilharia se colocou na Avenida Pasteur e ficou atirando em cima do quartel. Eles estavam

ali atirando em cima do comandante deles. Estavam ali. Era o comandante Afonso Ferreira. Ele estava ali homiziado, preso, com outros oficiais de comando, justamente onde as granadas estavam caindo! Começou a incendiar. Não fomos nós que incendiámos. Nós não tínhamos meios para isso. Eles que começaram a atirar, depois de um certo tempo, mais tarde, 10, 11 horas, começaram a atirar granadas e mal sabiam que estavam atirando... teve um tenente que perdeu as duas pernas, que depois colocou na Alemanha. Ele já faleceu, se encontrava comigo de vez em quando...

Não lembro se essa música está no livro do Apolônio... É capaz de estar. Está gravando e fica para a história...

Depois nós fomos mandados para o Pedro I, que era um navio presídio, porque queriam nos isolar... o puseram no meio da baía. Todos nós fomos para lá. Um dia, chegou um grupo de operários. Eles vinham de outro setor, que não era o nosso. No nosso presídio só eram primários, os oficiais, os intelectuais. Gente que tinha um certo nível eles colocaram separado. Os operários estavam em outro local e depois também foram mandados para o Pedro I. Por isso, vou cantar uma música que não foi feita por mim, mas sim por um grupo de operários. Nós já estávamos no navio Pedro I, quando fomos presos... Estavam lá o Hermes Lima, aqueles professores de faculdades, universidades, e nós, além dos oficiais da 3ª Aviação, quando chegou esse grupo de operários. Esse grupo vinha com um tambor, um bumbo, e outros instrumentos; tinham sido transferidos da detenção. Então, logo no dia que chegaram, começaram a cantar uma canção para nós.

Quando chegaram, eles se plantaram ali e cantaram essa musiquinha. Falavam de um senhor chamado Serafim Braga. Era o chefe da Ordem Política e Social. Ele e o outro da parte política. De vez em quando ele era lembrado. Eles chegaram cantando...

Ouro de Moscou

45 dias

Eu passei na Detenção

Sem cama e sem comida

Sem comunicação

Cansado de sofrer tanta miséria eu já estou

Ainda dizem que eu recebo

Ouro de Moscou

Se na Central
 Algum trem descarrilhou
 “Seu Serafim” diz que
 Foi dedo de Moscou
 Se a gente gasta
 Os vinténs que se ganhou
 Mas vejam só!
 “Seu Serafim” diz que
 É ouro de Moscou
 Mas que canalha!

45 dias...

Se a gente aponta
 Safadeza de doutor
 “Seu Serafim” diz que
 É olho de Moscou
 Se a gente vota
 Em qualquer trabalhador
 Mas vejam só!
 “Seu Serafim” diz que
 É ordem de Moscou
 Mas que canalha!

45 dias...

Se a gente apoia
 Greve de trabalhador
 “Seu Serafim” diz que
 É plano de Moscou
 Eu não conheço
 Esse tal de “Seu Moscou”
 Mas minha gente
 Pelo jeito tem que
 Ser trabalhador
 E tem valor!

45 dias...

É bonitinha essa música! Ah! Isso fez um sucesso... Foi uma loucura: repetiram, cantaram... Foi um sucesso. Eles sozinhos, cantando! Deviam ter um violão, só eles. Nós ficamos assistindo. Não os conhecíamos. Ficamos

conhecendo aqueles operários, eles se entrosaram conosco. Foi o cartão de visitas deles. Foi muito interessante... Eu não lembro mais deles, dos nomes... Vinham de outros setores, eram companheiros da gente. E a polícia que separou... Bom, isso foi a bordo do Pedro I.

Eles eram trabalhadores, operários. Era formidável! Formidável! E eles cantavam tudo isso! Fiquei admirado! Era uma maravilha! Gostava muito! Já tinha algumas paródias que eu tinha feito... Mas isso foi logo no começo da prisão! Eles resolveram nos botar no Pedro I, todo mundo, por isso os operários também foram para lá. Antes, nós estávamos na detenção, ali na Frei Caneca, até que eles resolveram nos juntar todos no navio. Isso foi bom... Nós fizemos assembleia, discutimos assuntos... Foi uma maravilha! São burros! Acertamos os pontos, uns ensinavam os outros, compreende? Nós tínhamos uns professores de faculdade que eram uns mestres! Eles faziam conferências para nós; aprendi muito com eles... Política também. Foi ótimo! Não se pode recrutar dentro da cadeia. Essa é uma regra. Então, nós não fomos comunistas de jeito nenhum! Não pertencíamos ao partido.

Estava atrás de um sujeito que toque bem violão, que acompanhe, para gravar tudo isso... Convidaram outro dia para fazer uma ópera, mas não conheço as pessoas, eu penso: “Eu não tenho nada não, não quero falar.” Quero falar para alguém que tenha interesse de botar na história, porque isso tem que ficar na história! Não pode ficar só comigo porque amanhã vou morrer! Tenho 81 anos! Daqui a pouco... Mas, agora estou firme, estou na “bola da vez”.

Bom, mas esse foi um parêntese para cantar uma música que marcou muito. Tinha outras importantíssimas, muito importantes... Eu preciso cantar todas. Umas dez, talvez. Estava buscando alguém que me ajudasse nisso. Até já procurei, não encontrava ninguém.

Tem uma parodiazinha que é sobre uma música:

Rasguei a minha fantasia
O meu palhaço...

Essa música estava na cabeça da gente. Música de carnaval, a gente sabia... Gostávamos muito dessas músicas de carnaval... Então a gente se reuniu, fizemos um grupo, e fomos fazendo uma paródia dessa música.

O governo, de tempos em tempos, resolvia estabelecer um estado de sítio, de início. Quer dizer, um tempo de exceção. Esse estado de sítio depois se transformou em estado de guerra. Para fazer a repressão e não dar satisfação para ninguém, para a Câmara, nada. Então, resolveram fazer a repressão mesmo. Toda vez que eles decretavam – e de três em três meses eles faziam isso – pedíamos uma gargalhada, porque nós zombávamos! Para nós, isso não valia nada!

– Uma gargalhada para o estado de guerra!

– AHAHAHAHHAHAHAHHA

Pedíamos e o pessoal todo gargalhava...

Então, fizemos a seguinte música:

Sempre a nossa gargalhada

Sempre a nossa gargalhada

Para esse estado

De guerra avacalhado

A reação desmascarada

Já nos mostrou

Que tudo é palhaçada.

Primeiro sítio

Depois guerra de reboque

Gegê já está

Em estado de choque

A vida é assim

Ó “Seu Serafim”

A guerra de vocês

É de festim

Sempre a nossa gargalhada...

Fez sete meses

Esse estado agonizante

Aos nove meses

Será interessante

A vida é assim

Ó “Seu Serafim”

A gente ri agora

E ri no fim

Sempre a nossa gargalhada...

Era gozação! Mas tinha um sentido político, que era para desmascarar, anular, desfazer, debochar... Esse era o objetivo da paródia.

Tinha também a paródia da Marselhesa, que está no livro da Marly Vianna. Nós cantávamos.

Eu lembro de um livro chamado *Cadetes em desfile*, que talvez tenha uma paródia sobre a Escola de Realengo, foi feito pelo Pedroso.

Na Escola Militar eu não andava em roda, não era conhecido. Lá tinha uma meta: tirar o curso. Tanto que tinha uma menina que queria namorar comigo, e eu disse:

– Não.

O nome dela era Eliete Ferraz Zenóbio da Costa. Era filha do General Zenóbio. Ele era capitão no Maranhão, chefe de Polícia. Ela tinha 14 anos. Eu gostava dela! Eu a admirava... Ela guiava carro! Um fordinho bigode, guiava o carro! Eram três irmãs. Ela era bonitinha e era a mais velha. Ela guiava e eu era apaixonado por ela! Depois me encontrei com ela num baile quando era cadete. E fui tirá-la no baile para dançar e ela não dançava. Só dançava com menina! Mas ela sabia que eu queria namorar com ela. E ela morava aqui no Rio de Janeiro, porque o pai foi expulso do Maranhão, com a Revolução de 30. Ele era ladrão, roubava, e o puseram para fora. Então, ele veio para o Rio e eles aqui moravam na Vila Isabel. Uma vez, fui conversar com ela. Depois disse que não queria continuar a conversar com ela, namorar, porque tinha que tirar o curso na Escola e era incompatível uma coisa com a outra. Foi bom. Ela já morreu... já me encontrei com a irmã dela aí na praia e ela se lembrou.

Bom, então vou cantar uma música que é muito importante. Não sei de quem é a música, tampouco a letra. Não fui eu que fiz, não participei, mas era muito importante. Era inspirada naquela frase da Passionária:

– No pasarán!

A Passionária era uma dirigente do Partido Comunista Espanhol, secretária-geral, que dirigiu praticamente a guerra. Era uma intelectual, foi uma mulher que lutou... Ela participou da Guerra Civil Espanhola, de 36 a 39. Uma vez, fez um discurso, disse isso e o pessoal não foi contra porque ela tinha um prestígio! Então, inspirados nela fizeram essa música, fácil de cantar:

Camarada, atenção

Nas barricadas desta rua
 Nenhum fascista há de passar
 Morte ao covarde que recua
 Glória ao valente que tombar!

Camarada, atenção!
 Quem vem lá?
 Gente da reação!
 Fogo! Prrraaaaa!
 Ela não passará!
 Camarada, atenção!
 Quem vem lá?
 É a Revolução
 Hip! Hurra!
 Que nos libertará!

Fuzil ao ombro, olho na mira
 E pedra em vez de coração
 Não há piedade para o tira
 Nem há quartel para o espião

Camarada, atenção!...

O nosso sangue derramado
 Sobre essas pedras empilhadas
 É o cimento desejado
 Que fortalece as barricadas

Camarada, atenção!...

A História, um dia, companheiros
 Há de às crianças ensinar
 Aqui lutaram brasileiros
 Nas barricadas a cantar

Camarada, atenção!...

Isso é muito bonito! É um hino revolucionário formidável... Lá no livro da Marly Vianna está errado, este é o original. Sei porque participava, cantava. Não fui eu que fiz, mas cantava muito e guardei na memória. Um parêntese: no final do livro da Marly Vianna, ela bota uma relação de músicas, de canções, que não sei com quem ela arranjou. Não foi comigo, porque se ela tivesse falado, eu tinha dado direitinho todas as outras que estão faltando ali. Algumas que estão lá, nem conheço. Nunca cantei, não sei cantar. Porque eu gostaria de gravar com alguém, com acompanhamento, como estamos fazendo. Aí trouxe já escrito direitinho...

Bom, agora vem “O X da Questão”. A PR-ANL – A Voz da Liberdade era uma rádio que fundamos no presídio, no Pavilhão dos Primários, para cantarmos, contarmos piadas, anedotas, editoriais, artigos políticos, manifestos, manifestações, comunicados, alguma coisa que a gente fazia... Então, era um programa. Todo dia, às sete horas mais ou menos, começava. Tinha um locutor:

– PR-ANL, A Voz da Liberdade, iniciando seu programa...

Isso antes de começar a tocar alguma coisa. E eu tocava um violão que ganhei de um companheiro. Um camarada operário que fez pra mim! Ele fez com uma caixa de bacalhau. Com aquela madeira que se presta para fazer isso. Então, ele pegou – era um sujeito inteligentíssimo – e fez. Eu tocava e acompanhava essas musiquinhas. Então, cantava “O X do problema”, do Noel Rosa, que era meu ídolo. Cantava uma versão dele que era para mulher cantar. Eu não era, mas cantava! Era a Aracy de Almeida, uma grande cantora. Eu gostava dela porque cantava que era uma maravilha! Aquela mulher era ótima a voz dela. Eu era fã. Então, ela cantava essa musiquinha e eu gostava... Guardei as letras e resolvi cantar para alegrar o ambiente... o pessoal também gostava. Depois da paródia, esqueci a letra. Falava sobre a Palmeira, uma sambista de escola de samba, que nasceu no Estácio, era caçula... e acaba dizendo que “Palmeira do mangue não nasce em areia de Copacabana”, mostrando que essa era do povo e a outra era estilizada. Então, fui a um rapaz, um poeta, não lembro nome dele... sei que ele fazia poesia, e eu disse:

– Olha, vamos fazer uma paródia dessa musiquinha? Mas não quero cantar como mulher, mas sim como conteúdo político.

E fizemos. A paródia é principalmente dele. Então, lá vai:

O X da Questão

Eu fui a um comício
 Depois encanado
 Por um beleguim
 E muito espancado
 Por “Seu Serafim”
 Eu sou extremista, como se vê.

Eu fui ao comício
 O povo tem fome
 E eu sou brasileiro
 E não acredito
 Que haja dinheiro
 Que possa fazer
 Eu topar o Gegê.

Eu tenho prestígio
 Desde Pavuna
 Até Irajá
 E a base de massa
 Maior do que a minha
 Não há.

Já fui intimado
 A usar a camisa do Plínio ladrão
 Intimar é bem fácil
 ser galinha verde é que é
 O X da Questão

Você tem vontade
 Que eu deixe a Aliança
 Pra ser da Milícia
 Do Plínio Salgado
 Servindo à Polícia
 Bancando capanga
 Do Explorador

Eu sou do batente
 Não posso esquecer
 O Zé Povo que sua
 Você pode crer
 Que cachorro de rua
 Não dá pra vigia
 De um bangalô.

Eu tenho prestígio...

É bonita! Essa também fez sucesso... Muito bom porque tinha conteúdo. Muito bem, agora vou cantar algumas que não são paródias.

Eles criaram o Tribunal de Segurança Nacional. Um tribunal de exceção porque quiseram nos condenar e pelas leis que existiam no país – pelas quais nós devíamos ser condenados – eles não podiam inventar... Mas, como o regime era de exceção... Eles mataram gente! Então, fizeram esse tribunal e nós fomos condenados. Foi aquele tempo de oito anos que passei na cadeia. Nós resolvemos boicotar esse tribunal, porque ele era fechado, nós não tínhamos direito à defesa, não tinha acesso ao julgamento, então decidimos:

– Nós vamos boicotar! Não vamos comparecer no tribunal!

Mas, para isso, tínhamos que convencer os demais companheiros. Então, fizemos logo uma musiquinha para desmoralizar. Eles resolveram nos buscar à força. Nós fomos levados à força! Aparecia no jornal o Agildo e o Álvaro de Souza. O Agildo foi levado do pijama! Levados... e apareceu o retrato deles nos jornais... Tinha um coronel, chamado Costa Neto, era um beleguim, um tira, um dos espoletas do Getúlio. Esse sujeito fazia o que ele mandava. Ele pegou esse sujeito e botou como juiz do tribunal. Era o único juiz. Ele deu uma entrevista dizendo que nós tínhamos que ir lá, tínhamos que obedecer, vivos ou mortos! Ele mandava a polícia especial nos buscar. Essa polícia usava um gorriinho vermelho, eram todos de vermelho, era a polícia de choque que saía para fazer miséria. Eles vinham buscar a gente. Eu fui levado por eles num camburão. Sozinho e eles ali. Mas, então, resolvemos fazer uma musiquinha assim:

Hoje tem Tribunal

Hoje tem Tribunal?
 Tem, sim senhor
 Vem Polícia Especial?
 Vem, sim senhor
 Costa Netto o que é?
 É um burro de pé.

Um burro pôs a toga
 E quer sumariar
 Dizendo “vivo ou morto”
 O réu tem que me acatar
 Com o nosso boicote colossal
 Morreu o monstrengo ilegal

Hoje tem Tribunal?...

Isso foi num primeiro momento para desmoralizar. Nosso cartão de visitas...

– Nós não vamos aceitar isso, vamos logo escangalhar com vocês.

Depois, para sermos mais políticos, resolvemos fazer, encenar uma peça. O Agildo era mestre nisso... Nós fizemos uma peça de teatro representando o réu com o juiz condenando, aquela coisa toda... as perguntas... e tinha um fundo musical. Nós fizemos coletivamente essa música aqui, muito interessante:

Boicote ao Tribunal

Ao Tribunal
 Não vou comparecer
 Ele é fechado
 Não posso me defender
 Não é legal

Ao Tribunal
 Não vou comparecer
 Ele é fechado
 Não posso me defender

Querendo
 Você compareça
 Se for condenado
 Depois, não se esqueça
 Que eu lhe avisei
 Que era fechada esta questão
 Oh!
 Oh! Oh! Oh! Oh! Não

Ao Tribunal...

Você
 Não indo ao boicote
 Irá pra colônia
 Lavrar meu lote
 Que a liberdade
 Só com o Gegê no chão
 Oh!
 Oh! Oh! Oh! Oh! Não

Ao Tribunal...

Compreenda
 Que no meu palpite
 De fato, há um convite
 À nossa união
 Num bloco só
 Para enfrentar a reação
 Oh!
 Oh! Oh! Oh! Oh! Não

Ao Tribunal...

Assim queríamos convidar o pessoal para boicotar, estarmos todos unidos, para que fôssemos derrotar o Tribunal. Ele foi derrotado, foi destruído. Mas nós fomos condenados. Eles condenaram e cumprimos as penas. Eu cumpri quase 8 anos por causa desse Tribunal. O Anthero ficou um ano e pouco, já quando eu saí. Eles vieram do Uruguai, se entregaram para o esforço de guerra. Se apresentaram em 43, foi justamente a época em que saí. Diversos vieram do Uruguai e da Argentina.

Eu fiz pessoalmente uma musiquinha aqui, mas... Foi o seguinte: nós, os oficiais, fomos transferidos... eu me lembro bem que coincidiu com a retirada da Olga Benário e da Elisa, mulher do Henry Berger. Foram retiradas de madrugada, levadas para colocar num navio que ia para a Alemanha, no campo de concentração. Para isso, eles precisavam criar umas condições. Pegaram os oficiais, porque nós éramos combativos, gritávamos, fazíamos miséria... o Agildo, nós todos, os oficiais do Terceiro e da Aviação. Então, eles quiseram nos retirar de lá. Um por um foi retirado e levado para a Correção numa galeria de celas isoladas. Eu fiquei numa cela sozinho. Cada um numa. Foi quando completou um ano da insurreição. Eles nos prendiam e houve um dia em que resolveram nos trancar. Nós vivíamos soltos, não trancavam as portas das celas. Um dia, acordamos trancados. Uma provocação. Decidimos ali – éramos uns 30 talvez –, lá na galeria tinha os intelectuais, os professores, um grupo que tinha uma boa vida, não estavam trancados, mas nós estávamos numa galeria, um lugar infecto. Horrível, sozinho... Eu lembro que o Ivan Ramos Ribeiro estava do meu lado... e os outros: Agildo, Sócrates...

Vou contar uma coisa porque tem relação com isso. Sócrates era um capitão da aviação que participou do Levante lá na Escola de Aviação. E ele foi ferido e fugiu. Foi para o Paraguai. Mais tarde, o pegaram lá e o trouxeram preso. Depois foi para lá conosco, da Correção. Ele era meio “besta”. Besta, porque usava umas palavras difíceis. Umas palavras que só ele usava, nós não usávamos isso. Por exemplo, usava “sub-reptício”:

– É um negócio sub-reptício...

Tudo era sub-reptício, sub-reptício! Ele usava muito essa linguagem... Quando nos trancaram, nós decidimos não comer! Então, começou espontaneamente uma greve de fome. Levou cinco dias... Recordo que quando acabou a greve minha perna que era grossa, estava assim... fina. Não posso esquecer disso! A minha panturrilha afinou de tal jeito, que eu pensava:

– Puxa! Por quê?...

Fiquei espantado!

Traziam galinha, ovo, tudo para nós... Rejeitávamos. Éramos intransigentes, radicais. Não comíamos. Não comemos...

Mas, ao mesmo tempo, nos deram direito a tomar um banho de chuveiro. Nós saímos para tomar banho e avisamos o pessoal para se comunicar lá fora, para ir à Câmara dos Deputados denunciar. Chegou na Câmara! Os deputados que eram nossos – o Velasco, o Mangabeira – começaram a fazer

discursos e queriam saber da greve de fome dos oficiais... “Foi um abacaxi”! Resolveram nos enganar e foram continuando. De noite, organizamos um baticum. Tínhamos canecas para tomar café e tinha um companheiro com um apito, que era o encarregado de comandar a bagunça. Então, ele avisava:

– Prrrrriiiiiiiiiiiiiiiiiiii! Canecos!

Batidas de canecos:

– Tatatatatatattatatata!

De madrugada, uma, duas horas. Batiam, batiam... era um barulhão danado! Acordava gente do morro defronte! Ouviam um barulhão danado! Ai:

– Prrrrriiiiiiiiiiiiiiiiiiii!

Nós parávamos:

– Três “assassinos”!

– ASSASSINOS! ASSASSINOS! ASSASSINOS!

– Estão nos matando de fome!

– ESTÃO NOS MATANDO DE FOME!

Tudo organizado. Repetíamos essas palavras de ordem. Uma porção de coisas...

– Chega, vamos descansar.

Quando acordávamos, fazíamos a mesma coisa. Nós não parávamos. Eu já sabia, já tinha lido alguma coisa sobre o Gandhi e ele, quando fazia greve de fome, não se mexia na cama. Bebia água, não comia nada e ficava assim. Nós tínhamos uma reserva e resolvemos distribuí-la: biscoito, um doce, alguma coisa nós distribuímos. Eu era muito vaidoso, era garoto, tinha 22 anos, fiz o Levante com 21. Os outros eram capitães, tenentes antigos, mas eu aguentei. Quando fui tomar banho, foi uma falha. Ao fazer isso, me enfraqueci, porque sempre se perde energia. Ninguém me ensinou, depois fiquei com uma fome danada. Não era para comer! Como fui tomar banho? Essas coisas que estou relatando...

Quando foi no último dia, lembro que o Antonio Rollemberg, que era capitão, era magro, comia feito um louco! Comia muito, então, nós dizíamos que ele tinha uma solitária. É! O apelido dele era Marat, o da Revolução Francesa. Um daqueles: Robespierre, Marat, Danton, os três que fizeram a revolução. E ele era o Marat. Ele entra nessa gozação! O Agildo vivia gritando pra gente ir dormir! Ao invés de ficar perdendo tempo gritando, dormir... Ele discutia muito com o Moraes Rego, que há pouco tempo faleceu, foi o único de nós que ganhou o mandado de segurança para ir a

general. Ele faleceu, mas a viúva dele está ganhando. Eu e o Anthero também estamos pleiteando isso em Brasília e talvez saia, com os mandados de segurança. O Moraes ganhou e o mesmo que deu para ele vai nos julgar. Mas o Agildo discutia muito com ele: um dizia que sim e o outro não. No quinto dia, resolvemos acabar a greve. O Ivã tinha um cavaquinho, eu pedi e ele me deu. Eu acompanhei no cavaquinho uma paródia do “Palpite infeliz”, do Noel Rosa. Então, fiz e mandei por um cordãozinho para o Ivã – um camarada intelectual comunista, foi do Comitê Central – ver se tinha alguma inconveniência política, e ele disse:

– Não, Gutman... Tá ótima! Pode cantar...

Quando foi de noite, sempre alguém falava. Aí pedi para cantar uma paródia. A greve tinha terminado na noite anterior. Nesse dia, nós comemos. Resolvemos comer, porque vencemos. Resolveram abrir a grade no dia seguinte. Aí comemos. Cantei:

Quem é você?

Quem é você
 Que só hoje comeu
 Eu sou da greve
 Que ontem venceu
 Sou do bloco
 Da fome e do esporro
 Sempre gritando pro morro
 Que um dia
 Sua gente há de descer.
 Do bloco
 Que não quis se corromper
 Na galeria
 Disposto a morrer

Ouvi gemer
 A solitária do Marat
 E o Agildo
 O silêncio a reclamar
 E o camarada sub-repticiamente
 A discutir com o Moraes
 Se devia dormir.
 Quem é você?

O Sócrates chamava todo mundo de camarada! Camarada pra cá e pra lá... Eles riam e falavam:

– Repete! Repete!

Foi um sucesso..., mas só ficou conhecida ali, naquele dia.

Depois, fomos mandados para Fernando de Noronha. Fomos mandados para a colônia. Não dizia na outra música, não estava previsto? Pois é: a colônia era Fernando de Noronha, onde fomos passar três anos: 38, 39, 40. Começou a guerra e nós estávamos lá. E lá, no nosso primeiro carnaval, resolvemos fazer um bloco de carnaval. E que fantasia? Fantasia de diabos, todos vermelhos, pintados, com chifres, um tridente... Por que diabos? Tem uma história. Quando anunciaram que íamos para lá, o presídio procurou avisar a todos os presos comuns, criminosos que estavam cumprindo pena, mandaram tudo para Pernambuco, Recife, para cumprirem lá porque iam chegar os “monstros”, os “bandidos”. Éramos nós, os comunistas. Se bem que os integralistas também foram juntos no mesmo navio. Vou chegar neles... Não tinha briga! Até hoje tenho um amigo, um oficial de Marinha... Não tinha briga nenhuma. Nos dávamos até bem. Eles são nacionalistas, mas de direita. O caminho deles era outro. O contrário do nosso. Mas eles queriam defender o Brasil, da maneira deles... Em Fernando de Noronha espalharam que nós éramos criminosos e que levassem as filhas porque íamos estuprar todas! Monstros, bandidos! Fizeram um cartaz tremendo... Isso ouvi um preso dizendo para nós. Um dos que restou. Nós tínhamos uma horta, distribuíamos para eles também, e ele veio uma vez e nos contou:

– Os senhores são boas pessoas, disseram isso... que vocês iam estuprar nossas filhas...

– Mas como?

– É...

– Ah! Está bem...

Então nós, no carnaval: diabos de Fernando. Nós éramos os diabos, fantasiados, um grupo grande. Essa música foi feita por um companheiro:

Os diabos de Fernando

Nós somos

Os diabos de Fernando

E assim

Vamos cantando

Alegres por mostrar
 Que o nosso
 Inferno é brincadeira
 É boato
 É velha asneira
 Não queremos te tentar

Menina
 Não tenha receio
 Que a lenda
 É uma coisa infernal
 Nós somos
 Diabos do Amor
 Não nos tenha pavor
 Que isso é Carnaval (bis)

Assim fomos passando o tempo... fizemos isso, foi uma maravilha! Essa é a última música que lembro. Assim passamos a cadeia, entretidos, e expressando nossa indignação contra eles, a nossa vontade de lutar, de viver, de brigar e de ganhar. Vamos ganhar! Talvez não nessa geração, mas... A nossa causa é muito justa e a história vai nos dar razão. Quem viver, verá...

Os presos comuns não ficavam com os presos políticos. Era completamente separado, eles ficavam em outros pavilhões... Nós não tínhamos contato. Uma vez ou outra vinham trazer comida para nós; nos conhecíamos, nos tratavam muito bem, gostavam de nós... Mas, contato mesmo, não havia. Em Fernando de Noronha, não tínhamos contato porque não havia presos comuns, só presos políticos. Aliás, quando fomos para Fernando de Noronha, fomos junto com os integralistas. Eles foram presos aqui, porque houve o golpe deles e eles perderam. Foram presos e ficaram conosco. Mas separados, não juntos no mesmo pavilhão. Eram isolados, nos respeitavam também. Fiz amizade com alguns. Eles eram tão patriotas que nem sabiam o que queriam! Eram de direita, mas eram patriotas. Conheci um que outro dia visitei. Convidou-me para ir cantar as músicas porque ele gostava do que eu cantava! Quando cantava, ele ficava louco, porque gostava do violão! Ele era oficial da Marinha... Todos eles voltaram logo que saíram. Nós não, os comunistas... Eles foram expulsos do serviço militar. Mas quando houve a

anistia, em abril de 45, voltaram todos para os quartéis. Foram promovidos, tiveram todas as vantagens... Ele foi um desses: Tito Bardi. Participou do golpe integralista e era nacionalista. Recentemente, quando fui encontrá-lo, ele convidou também outro da Aviação, o Oscar Mascarenhas. Fomos nós três, conversar... O Oscar também era gente nossa. Fomos tomar cerveja... Acabei me juntando com eles, viu? Conversa boa, eles gostavam muito da minha senhora... Me admiravam... Mas nunca mais os tinha visto, desde Fernando de Noronha... Outro dia, ele me ligou e disse:

– Gutman, fui visitar Fernando de Noronha! Vai lá que é uma beleza...

Eu disse:

– Eu não volto lá! Chega! Não quero nada com Fernando de Noronha... Só fui lá forçado!

Não fui visitar Fernando de Noronha... Esse prazer não dou para ele...

Mesmo em Fernando de Noronha nós, por exemplo, fazíamos sessões a pé... Continuamos vivendo! Lembro que uma vez fizemos uma noitada num palco! Tinha palco...! O Seu Gutman ia cantar no palco! Eu, tímido...! Mas fui cantar no palco...! E cantei uma canção que eles gostaram muito, uma paródia do Noel Rosa. O Noel Rosa fez uma música chamada “Cidade Mulher”, que era o Rio de Janeiro, por causa das curvas, essa coisa toda... Não lembro mais como era... E eu e o Agildo fizemos uma paródia muito interessante... Não vou cantar... Sou capaz de não conseguir... Eu me como-vo muito quando canto essa música...

Eles transformaram Fernando de Noronha em base aérea naval. Foi ocupada pelos americanos, e por nossa gente também, e tiveram que nos retirar.

Nós viemos todos para a Ilha Correccional de Dois Rios, Ilha Grande, e aí ficamos lá. Em 43, ganhei aquela revisão que passou para 5 anos e 9 meses, que já estavam me devendo, e fui solto. Chegou o pessoal do Uruguai e da Argentina, e ficou lá preso, porque lugar de comunista era ali!... O Getúlio não aceitava na rua e os botou lá. Os outros que vieram, que estavam no exílio. Então, depois, com a liberdade, a vida continuou...

Fui solto em meados de 1943... Estive um bom tempo preso. Comecei a prisão no dia 27 de novembro, fomos para a detenção, e fiquei todo esse tempo. Preciso contar bem essa história, porque passei esse tempo erradamente. Quando fomos condenados, eu era considerado como corréu. Era

réu confesso! Confessei porque não podia deixar de fazer isso, deixar de dizer que levantei a minha companhia. Realmente levantei e participei do Levante de armas na mão... Eles queriam dizer que não, que eram os cabos que convidei que fizeram o Levante. Então, assumi o comando e também a responsabilidade por ele. De fato, fiz com dois cabos que recrutei na hora, isso já está contado.

Aconteceu que quando nós fomos condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional, o famigerado tribunal de exceção, fui condenado a 8 anos. E todos os corréus, como eu, também foram condenados a esse tempo na cadeia. Nós tínhamos direito a fazer uma apelação. E essa apelação foi feita na base de uma relação que saiu do presídio para os advogados, para o pessoal de fora. E, nessa relação, omitiram o meu nome! Então, todos os outros fizeram e eu não. Esqueceram! Sou muito pequenininho, acharam que eu era muito insignificante... Esqueceram! Um erro. Não fizeram apelação para mim e todo mundo, depois, ganhou a apelação. Diminuíram a pena para 7 anos e alguns meses. Foi diminuindo a pena e continuei com 8.

Fomos para Fernando de Noronha, continuamos na prisão, depois fizeram uma revisão. Não podia fazer, perdi o prazo. Com o Sobral Pinto, tentamos uma apelação fora do prazo. Não conseguimos. Eles, já em Fernando de Noronha, com uma apelação, conseguiram diminuir a pena para cinco anos e nove meses. Eles. Passados cinco anos, pronto. Foram soltos. O Sr. José Gutman continuou, porque tinha que cumprir os 8 anos. Não podia sair. Só havendo uma revisão.

Então, veio a guerra, nos transferiram num navio, viemos aqui para Ilha Grande e me lembrei de uma revisão:

– Vamos fazer...

Aí, um advogado nosso que era capitão e esteve preso conosco, Lauro Fontoura, foi nos visitar e eu perguntei:

– Lauro, você não quer fazer a revisão do meu processo?

– Sim, faço.

Fez e ganhei para 5 anos e 9 meses e eles ficaram me devendo. Automaticamente fui solto. Em 43, agosto, julho... não me recordo a data.

Fiquei impressionadíssimo quando fui solto! Vim de lá da Ilha, peguei um trem em Mangaratiba. Alguém que me trazia, me acompanhando como preso. Eu estava preso! Preso para ser solto... Fui na Rua da Relação,

onde era a Polícia Civil. Fui lá e eu não era nada. Era um civil, estava expulso do Exército. Me soltaram de tarde, e eu tinha o endereço de uma irmã, casada, que morava aqui no subúrbio de Todos os Santos, ali em José Bonifácio. Sei que saí, fui a pé com uma maleta, uma roupa do Agildo Barata, porque eu não tinha. Ele era do meu tamanho, me emprestou a roupa, eu a vesti, saí e cheguei no Largo de São Francisco. É onde tinha a Faculdade de Engenharia, a Politécnica. Ali era o ponto e fui pegar o bonde que me levaria para casa deles.

Eu me impressionei muito, porque era moço – naquela época, tinha 29 anos, fui preso com 21 – e eu via aquelas moças... Não podia ver uma moça! Porque ficava impressionado! Não via moça há muito tempo! Cabelinho cortado, aquela coisinha, estava meio frio, era agosto, e elas com aquelas cobertas, um casaquinho, era muito simpático, e eu achava isso bonito! Me impressionou muito... Aí peguei o bonde, com a minha maleta, e cheguei à casa deles. Fiquei lá, eles me alojaram, me receberam muito bem.

Bom, resumindo: ficamos em Fernando de Noronha até nos retirarem, quando começou a guerra, em 1940. De 1938 a 1940 nós ficamos lá, depois viemos para Ilha Grande. Em 1943, meus companheiros – que eram corréus, mas eram chamados de réus – estavam com oito anos de condenação e passaram para sete, com apelação. Depois, fizeram uma revisão e foi para cinco. Eu com oito anos, como disse antes. Quando cheguei em 1943, falei com um capitão, que era advogado. Muito meu amigo, esqueci o nome dele, esteve preso conosco. Foi até advogado dos nazistas... Mas, fizeram uma revisão e passou para cinco, ficaram me devendo. Então, fui para o continente e fui solto. Me soltaram em 1943. Tive anistia para voltar para a carreira militar em 1945. Mas, eles deixavam? Não, até hoje não deixam voltar...

Aí comecei a ficar preocupado com o que fazer. Um cara que tinha estudado todas aquelas matérias, para fazer prova no Colégio Militar, na Escola Militar, foi para a caserna, trabalhou ensinando soldado a fazer combates, educação física, todos aqueles exercícios... e da vida civil eu não sabia nada. Era um ignorante, não tinha experiência nenhuma!

– O que é que vou fazer?

Procurei em anúncio de jornal alguma coisa... Um dia, me telefonou um companheiro que esteve preso comigo. Ele era comandante de navio, civil:

– Gutman, vi um anúncio aqui. Acho que interessa a você.

Era uma companhia suíça que fazia levantamentos toponímicos. Faziam lotes e vendiam. Ele me indicou para fazer um teste lá. Avisou que fez um negócio em meu nome. Eu disse:

– Está bem. Deixa eles me chamarem.

Deu o telefone, me chamaram e fui lá. Perguntaram qual era minha qualificação, que estudo eu tinha:

– Estudo superior.

– De onde?

– Eu era oficial do Exército, curso superior.

– Mas o senhor está no Exército?

– Atualmente não estou no Exército.

Não podia mentir. A história é uma só.

– Mas como é? O senhor não está no Exército, mas tirou o curso?

– Tirei. Estou afastado.

– Então, vamos fazer o seguinte: o senhor escreve toda essa situação para avaliarmos seus conhecimentos.

Aí escrevi. Conteí toda história que peguei em armas contra o governo, fui expulso e queria trabalhar. Conteí... Estou esperando me chamarem até hoje! Ingênuo... Não podia enganar, estar inventando história porque não tinha outra coisa, só tinha essa. Então, continuei... Não me chamaram e eu também não ia esperar...

Já se passavam quatro meses sem trabalhar e eu estava muito chateado porque morava na casa do meu cunhado e da minha irmã, e não fazia nada! Saía para passear, ver meninas na rua... Mas não podia nem abordar as moças, porque que história iria contar?

– Quem é você?

Ficava difícil... Lembro que uma vez tinha um baile para ir ao Clube Germânia, dos alemães. Fui, mas me senti tão deslocado que fui embora! Não havia condições. Depois, as moças que iam nas festas eram em quadrilhas e eu estava completamente deslocado naquele meio todo.

Então, precisava criar condição para trabalhar e entrar num grupo... e participação política não tinha nenhuma. Havia, mas era subterrânea. Eu não me envolvi em nenhuma atividade, não tinha muito contato, nem queria ter. Não é que tinha perdido interesse, mas não tinha confiança em ninguém.

Não conhecia. Conheci na cadeia. Encontrava com os meus colegas e não sabia o que eles estavam fazendo e também não quis fazer. Estava procurando resolver meu problema individual de vida. Eu tinha que resolver isso. Política era secundária. Não podia tratar disso, porque não era um militante político, nunca tinha sido... Então, era preciso buscar um meio de vida.

Um dia, quatro meses passados, estava na avenida andando – lembro muito bem – com o Álvaro de Souza, um dos oficiais do 3º RI, capitão – que também estava como eu, sem trabalhar –, e o irmão do Agildo Barata, o Zamiro Barata. Era muito meu amigo, o conheci através do Agildo... Ele é o tio do Agildo Ribeiro, humorista famoso. Fomos andando e eu reclamando com eles:

– Não consigo lugar para trabalhar, não conheço ninguém, não sei de nada. Sou um analfabeto...

Aí encontramos um senhor, Nilo Bruzzi, procurador do estado do Rio de Janeiro. Um grande advogado, também na promotoria, amigo do Zamiro. O Zamiro abordou-o na rua, na Avenida Rio Branco e apresentou:

– Aqui o Álvaro de Souza, o Gutman...

Então ele perguntou:

– Nilo, você não tem um trabalho para o Gutman? Alguma coisa...

– Você quer trabalhar?

– Claro! Eu quero trabalhar.

– Está acordado.

Era uma sexta-feira, um dia de semana, ele disse:

– Combinado. Vou te arranjar um trabalho. Vamos almoçar segunda-feira você, eu e o diretor de uma empresa, de uma construtora.

– Feito!

Segunda-feira eu estava no escritório dele. Tinha pego o telefone e o endereço dele e estava lá. Fomos almoçar com o Dr. José Leite Guimarães. Era o proprietário, um engenheiro municipal, da Genésio Gouveia Cia. Ltda., uma empresa construtora muito conhecida. O Genésio Gouveia tinha falecido e a herdeira, esposa dele, viúva, era a principal acionista, cotista. Era sociedade anônima, tinha cotas. Então, ele era cotista também e outros poucos, me convidaram, fui almoçar com eles. Almoçamos... e eu não tinha dinheiro, não tinha nada! Mas recebi algum dinheirinho, minha pensão, que as irmãs recebiam e me passavam. Nisso, expus minha situação e eles, que me disseram:

– Bem, Gutman, você é bom para vigilante. Não temos exatamente um lugar para você. Mas estamos construindo a Avenida Presidente Vargas. E lá temos material num depósito, num dos blocos que estamos responsáveis. É um depósito de cimento. Cimento é vital para o nosso trabalho. Então, você pode ficar tomando conta disso, enquanto arranjamos outro lugar para você.

– Perfeito!

– Vou te dar quinhentos mil réis...

Algo assim, eu não sabia que dinheiro era esse.

Então, através de uns amigos, parti para uma construtora. Lá me deram o posto de depósito de cimento, porque naquela época era um material caríssimo, muito procurado. Era um *pool* de empresas que estava construindo a Presidente Vargas, eles participavam, e eu fui para lá, pelo diretor, para tomar conta desse depósito de cimento, como se estivesse guardando dinheiro. Ficava com a chave e tudo. Tinha vários cimentos, eu tomava nota, controlava.

Um dia, o apontador da obra me chamou e disse:

– Gutman, você quer fazer um favor para nós? Quer ir no escritório da firma trazer o dinheiro para pagar o pessoal?

Era sexta-feira, todo mundo recebia nesse dia, semanalmente.

– Vou lá.

Aí fui. Quando cheguei no escritório e entrei, o chefe do escritório estava sentado e fui a ele diretamente, o Sr. Álvaro:

– Boa tarde. Eu sou José Gutman e vim da obra da Presidente Vargas para buscar o pagamento.

– José Gutman!? Você não é aquele...

Me atrapalhei... Sou muito emotivo... quando me recordo desses fatos...

Ele me conhecia!... Era contador, muito amigo do sogro do meu irmão e, por causa disso, ele me conhecia muito, sabia da minha história... Ele disse:

– Você é aquele?

– Exatamente aquele – respondi assim, de supetão. – Sou aquele sim...

– Irmão do Samuel?

– Sim, irmão do Samuel...

– O que é que você está fazendo? O que é isso, rapaz? O que você está fazendo nessa empresa aqui?

– Eu vim aqui buscar o dinheiro...

– Mas como? Por quê?

– Me pediram.

– Como? O que você está fazendo lá?

Ele não sabia de nada.

– Estou tomando conta desse depósito de cimento...

– O que é isso, rapaz? Você não pode ficar lá não!

Ele sabia que eu era um oficial do Exército. Estava tomando conta de um depósito!... Aí ele correu para outro lugar, foi falar com o Dr. Leite:

– Dr. Leite, o senhor mandou o Gutman para o depósito?... Ele não pode continuar naquilo, não! Ele tem que ficar aqui comigo! Vai trabalhar aqui porque tem capacidade. Vai ser meu caixa.

Eles estavam precisando de caixa. Imediatamente, o Dr. Leite concordou... Eu disse:

– O dinheiro eu vou levar. Essa tarefa vou cumprir. Segunda-feira volto para cá...

De fato, levei o dinheiro. Expliquei que não ia ficar mais, alguém ficou tomando conta, entreguei o depósito, com tudo que tinha... segunda-feira fui para o e escritório. Fui ser caixa. Eu não sabia fazer caixa... porque nunca vi isso! Aprendi num minuto! Aprendi a fazer caixa, foi rápido. Quando o Sr. Álvaro viu que me desembarcei rápido, ele disse:

– Bom, Gutman, agora vou tirar férias. E você vai ficar como meu chefe de escritório. Você vai ficar no meu lugar.

Ele tomava conta de todas as obras do Rio de Janeiro!

– Mas como?

– Tu vais ficar, tu vais saber fazer tudo aqui...

Ele me explicou tudo. E não foi que o homem tirou férias? Foi uma experiência maravilhosa. Ali fiquei administrador de empresa. Aprendi tudo! Providenciava tudo o que era para suprir a obra: pessoal, material... comandeí a companhia, a empresa. Sem ter conhecimento nenhum. Mas é que a gente tinha uma bagagem...

Me desculpe, me emocionei... porque não é qualquer sujeito que faz isso... Ficou muito amigo meu, o Álvaro Fernandes. E me facilitou a vida... Ali aprendi, aprendi muito.

Foi quando, um dia, encontrei o Agildo Barata na rua. Ele disse:

– Gutman, onde é que você está?

Nesse íterim, já tinha havido uns encontros, o Prestes tinha sido solto. Com a anistia, o pessoal saiu da prisão, era aquele ambiente de liberdade, de propaganda eleitoral. O Getúlio querendo ficar, o tiraram, aquela confusão toda...

Então, eu já tinha entrado em contato com os companheiros, com o Prestes. Tinha ido visitá-lo, era pertinho, fui até com um colega meu de turma, que estava preso. Nós, uma vez, fizemos uma reunião e convidei todos os conhecidos do 3º RI para apresentar o Prestes. Até um casal foi nessa reunião. Esse casal me pediu para apresentá-los ao Prestes. Levei-os lá:

– Esse casal é gente nossa, conhecida, amiga... Gente nossa.

Aí o Prestes perguntou de chofre:

– São seus parentes?

– Não. Companheiros...

Não é que eles seriam meus parentes? Foi meu sogro! Casei com a filha dele... O Prestes previu mesmo! Não era parente, mas ia ser...

Fizemos reuniões com o Prestes, conversamos muito. Depois, não fiquei entrosado ali na campanha política. Não fiquei... não queria me meter porque tinha acabado de sair da cadeia:

– Deixa eu pensar aqui...

Não me meti em nada.

Então, o Agildo me encontrou na rua e eles tinham fundado a *Tribuna Popular*, que foi um jornal de massas. Como disse, ele era irmão do Zamiro, o que me arranhou esse emprego em que estava trabalhando. E ele, que foi o chefe do Levante, disse:

– O que é que você está fazendo?

– Estou trabalhando... numa firma, construtora.

– Mas o que é que você faz?

– Sou caixa lá, faço tudo...

Já ia passar para a seção técnica. Já sabia fazer cálculos. Não tinha computador, na época, para poder calcular quanto gastava de madeira, de cimento... Aí ele disse:

– Poxa, Gutman, nós fizemos agora uma sociedade anônima, a *Tribuna Popular*, e estamos precisando de gente com prática. Você tem que vir trabalhar comigo!

– Não posso ir assim... Gosto muito de ti, mas não posso... Só vou com uma condição: se você for comigo lá, falar com o Dr. Leite e ponderar com

ele, para conceder minha saída. Não posso chegar e sair assim não, dizendo para o homem que me deu emprego: “Não quero mais nada”. O que é isso? Não vou. Só se você for comigo lá, te apresento...

Ele conhecia o Agildo. Inclusive deu dinheiro. Quando nós estávamos fazendo campanha, ele deu um cheque de dois e quatrocentos para o Partido... Não era bem o partido, não tinha... Era campanha eleitoral. Ele era um cara bom. Rico, mas que sempre quis ajudar a gente. Então, fui lá com o Agildo, que era um nome, né? Ele disse:

– Olha, a gente quer fazer uma proposta aqui...

Aí explicou que precisava de mim. O Dr. Leite respondeu:

– Nós lamentamos muito... O Gutman é excelente aqui, nós não podemos perdê-lo... mas quem vai decidir é ele.

O Agildo falou:

– Bom, se ele quiser ir... Nós o respeitamos, vou aceitar, não tem problema.

A essa altura, eu já tinha cinco cotas que eles, na empresa, tinham me dado. Mas não valia nada, não estava preocupado com isso. Então, me decidi:

– Dr. Leite, desculpe, gosto muito do senhor, estou sendo otimamente atendido aqui, valeu muito o que o senhor fez por mim, mas... esses moços aqui são meus irmãos...

Deixei a empresa, fui para lá, ganhando menos... É o espírito revolucionário. Era um problema político também. Eu tinha me reencontrado com quem tinha feito o Levante. Era a continuação daquela minha ação... Então, deixei tudo e fui embora para a Tribuna, aprender o que era para fazer... me entrosei lá e acabou-se.

Eu participava só da administração. Era um jornal e essa empresa o administrava. O jornal saía diariamente, era de massas, com todos os assuntos políticos, econômicos, sociais etc. Era a política dos comunistas, focalizavam isso. Nós fazíamos a parte da estrutura do jornal. Trabalhava a publicidade, a vendagem diária, fazia propaganda, tudo. Fazia esse trabalho, o da administração, como parte dela com o Agildo na direção. Tinha um gerente também. Era tudo sob a nossa orientação.

A reação resolveu empastelar o jornal. Isso foi em 47 para 48... e havia a bancada comunista na Câmara dos Deputados. Antes eles eram constituintes, fizeram a Constituinte em 46, inclusive o Prestes era senador. E

também já existia a Câmara de Vereadores dos 18 e o Agildo era um deles. Mas isso foi depois...

Ficamos ali e lembro que participávamos da atividade política. Em uma tarde – recorro muito bem – fomos com umas faixas na praça. Eu não tinha nem jantado, estava com uma fome danada! Fomos lá, estava segurando-as, ouvindo os discursos e teve uma hora em que caí de fome... desmaiei! Porque estava com fome. Aí me levaram para um restaurante (foi o Agildo que me levou), me deram comida e me reanimei. Mas não pude voltar mais para a praça...

Particpei também de uns comitês populares onde a gente se reunia e havia muita massa, o povo que ia lá, no centro. E nós participávamos, conversávamos, discutíamos, íamos a comícios... Em tudo o que tinha nesses comitês no Rio de Janeiro, eu participava. Sempre fui da ativa, ligado ao jornal, à população e ao Partido. Mas não era a mesma coisa. Não estava recrutado, mas participava do Partido.

Bom, por fim, a história é grande e a dificuldade financeira que nós tínhamos era muito grande também... Depois empastelaram a *Tribuna Popular*.

Quando a *Tribuna Popular* foi empastelada, resolvemos fazer outro jornal. Eles invadiram! Elementos da polícia, misturados com os fascistas. Aconteceu que aproveitaram um dia... foram lá, entraram e quebraram o local da *Tribuna*, onde tinha a redação. A polícia era contra nós, e fazíamos coisas contra ela. Faziam uma campanha violenta contra a gente. Foram e quebraram! Eu não estava lá nesse momento...

Com o empastelamento da *Tribuna*, resolvemos fundar outro jornal chamado *Imprensa Popular*. Como tinha toda aquela experiência, fiquei como gerente. Saía até meu nome: gerente José Gutman. Já estou escrachado aí na história. Não é à toa...

A *Imprensa Popular* era um jornal de caráter mais popular. Não era como o *Inverta*, jornal atual que é muito sectário, segue uma linha muito fechada. A *Imprensa* não, ela tocava em tudo. Lá iam os comitês operários para fazerem visitas todo dia! Era gente de massa, todo mundo ia lá. Era muito popular, muito ligado ao povo... Tinha orientação partidária, mas seguia uma linha contra um inimigo comum. Numa época em que tínhamos saído da prisão, uma nova vida, e as coisas estavam numa posição contra o impe-

rialismo, depois que veio a guerra contra a Alemanha. A *Imprensa Popular* foi fundada em 45, depois que o Getúlio foi deposto do primeiro governo.

Eu me casei em 48, quando ainda trabalhava na *Imprensa Popular*. Casei com a filha daquele casal que apresentei a Prestes e ele perguntou se eram meus parentes. Exatamente! Eu não a conhecia. Só o pai, o nome dele é Samuel Moisés Kaminitz. Ele trabalhava na Atlantic, era tesoureiro dessa empresa de petróleo, que recentemente se juntou a outra. Então, ele contribuía com uma importância para mandar para os presos dos navios e outros. Resolvi fazer uma coleta para mandar dinheiro para eles. Fazia oficialmente. Pegava, um dava vinte, outro dez, recolhia, ia no correio e mandava a Agildo Barata para a Colônia Correccional de Dois Rios, José Gutman, botava no envelope, era legal. Mandava dinheiro para ele legalmente. Um dia, *O Globo* disse que eu fazia Socorro Vermelho. Não era, apenas fazia essa relação de amigos. E ele dava esse dinheirinho também, era amigo dos comunistas. Dava através de um outro rapaz que era companheiro e trabalhava num banco. Ele me repassava. Eu não o conhecia pessoalmente, depois que vim a conhecer. Isso foi antes da anistia, o pessoal ainda estava preso. Eu o conhecia através de nome, só isso.

Um dia, já era mais tarde, quando morreu o Roosevelt, houve uma passeata e eu estava nela também, nós fomos à Embaixada... a massa foi para a rua e eu estava no meio dela. Quando acabou a passeata, uma senhora gorda estava lá, ficamos conversando, quis saber quem era. Aí me identifiquei. Quando ela viu que era eu, o marido dela já sabia que era quem cuidava do socorro aos presos:

– Ah! Eu sou a esposa do Moisés Kaminitz...

– Ah! Muito prazer...

Aí ficou combinado que eu ia visitá-los. Fui visitar os dois e lá encontrei as moças. Eram três filhas. A mais velha era essa com quem me casei, Sefora Kaminitz, depois Gutman. Eles, como eu, são judeus. Sefora é uma palavra judaica. A princípio, fiquei conhecendo, mas não namorei de jeito nenhum... Tinha mais intimidade com a do meio, porque ela gostava de bailezinhos e eu também gostava de dançar. Desde os 8 anos, gostava de ir em bailes para dançar, naquelas festinhas, até hoje gosto de música! Então, ela ia em baile e dançava muito bem e eu gostava de dançar com ela. Mas não tinha nada, não namorava com ela. Era minha amiguinha. Depois fui conhecer a Sefo-

ra, no dia em que ela foi na Genésio Gouveia, levar e vender uns convites para uma conferência do Pablo Neruda, poeta chileno, comunista. Ele veio ao Brasil para uma conferência, foi até na UNE, lá no Flamengo. E ela foi vender os convites para eu revender ou dar. Não revendi nada, paguei tudo e distribuí os convites.

Quando cheguei na conferência, vi que ela foi com uma outra maranhense, Maria Aragão, uma grande dirigente do Partido Comunista. Elas duas foram lá. Eu já a havia reconhecido de longe, ela era muito bonitinha... Uma beleza de menina! Fiquei logo encantado! Mas não falei nada... sabia que ela era filha do outro, já tinha ido na casa dela. Ela estava lá com outras mocinhas... e só olhei. Não abordei nada.

No dia de aniversário de inauguração da *Tribuna Popular*, fizemos uma festa lá na Barra. Fui e peguei um bonde justamente ali no passeio público, perto da Lapa. Quando entrei no bonde, eles estavam lá, pois também iam para essa festa. Os futuros sogros, as meninas e a Sefora...

Lá na festa, me deu vontade de tirá-la para dançar. Ela não gostava de dançar, dançava mal. A irmã dela que era uma exímia dançarina. Então, a tirei porque estava interessado nela. Dancei com ela, tudo, e parece que conversamos algumas coisas... Devo ter falado aquelas coisas que se fala para a namorada! Não sei o que disse, era muito acanhado, não tinha experiência nisso, porque passei oito anos preso. O que eu sabia de namoro? Nada. Mas a gente aprende, porque o próprio instinto ensina...

Afinal de contas, ficamos de nos ver depois. Praticamente era namoro! Saí eufórico! No dia seguinte, fui procurar a filha de uma cunhada do meu irmão. Ele já estava casado há mais tempo, aquele que era amigo do Álvaro Fernandes. Eu visitava muito a casa dele, as filhas das cunhadas dele eram muito bonitinhas, brincavam comigo. Uma estava muito interessada em mim, mas eu não tinha interesse. O sentimento tem que ser dos dois lados. Aí fui contar para ela. Não fiz por maldade! É que gostava muito dela... Ela levava comida para mim na cadeia. Uma vez, quando foi lá, se impressionou muito com a minha mão, que era pequenininha. A do pai era grande. Quando ela viu minhas mãos, disse:

– Hi! Você tem a mão pequenininha!

Ela era mocinha, devia ter uns 13, 14 anos... E toda visita levava comida para mim na cadeia.

Então, contei para ela:

– Olha, arranjei uma namorada!

Contei a história para ela, estava eufórico...

Aí fui visitar a Sefora e acabamos namorando...

Mas, depois houve um momento em que resolvi não continuar a namorar. Por quê? Porque sabia que iria cair nesse trabalho de Partido. Acabei entrando no Partido, na *Tribuna de Imprensa*. Fui recrutado para o trabalho e sabia que ia desaparecer. Então, ia dizer que não... ela não ia gostar. Não ia namorar porque sabia que seria para casar. Mas a mãe dela veio falar comigo. Veio tirar satisfação. Expliquei que não queria criar problema para ela, porque tinha a parte política, ia ser perseguido pela polícia, então era melhor me afastar... Ela disse:

– Não, mas absolutamente! Nós também somos políticos...

Acabei concordando com ela e reatei. Dentro de seis meses, nos casamos. No dia 25 de novembro de 1948. Depois desaparecemos. As crianças foram nascendo... Nós tivemos quatro meninas. Estão todas moças, tenho netos...

Fiquei na *Imprensa Popular* um tempo e depois saí. Isso são outros quinhentos que não quero falar...

Cai o pano.

Só vou aparecer na história em 58, quando o Prestes me convidou para chefiar a Editorial Vitória. Parece que já era o governo do Juscelino e o Prestes estava clandestino. Fui encontrar com ele numa casa, onde estava clandestinamente. Com aqueles cuidados. Fui de olhos vendados. Não podia chegar lá a não ser num carro, pois ele andava na ilegalidade e faziam isso para não saberem onde ele estava. Senão espancavam as pessoas, que podiam contar:

– O Prestes está ali.

Então, íamos falar com ele de olhos vendados. Encontrei ali um oficial que fazia ronda, era coronel. Eu não era nada, estava expulso do Exército. O Prestes me convidou:

– Gutman, quero te convidar para fazer a Editorial.

– Para fazer editorial?... – Não entendi o que ele queria... – Eu não sou jornalista, nunca fiz editorial nenhum... Eu trabalhava na empresa, na *Tribuna*, mas não fazia editorial, não era da redação.

– Não, não é isso, não! É para a Editorial Vitória!

– Ah! São outros quinhentos... Você está falando para ir para a Editorial Vitória.

O nome era esse, mas chamavam Editorial. A Editorial Vitória foi fundada por um grupo de intelectuais, gente nossa. Jorge Amado, e outros nomes... tenho a ata de fundação. Diversos intelectuais participaram e outros, como alguns oficiais de 35. Eu não a conhecia muito. Acho que foi em 44 que a fizeram. E eles publicavam muitos romances para o povo, grandes mestres da literatura nacional – por exemplo, *O mundo da paz*, do Jorge – e diversos livros. Era muito boa a coleção. Então, ele me perguntou e eu respondi:

– Bom, eu não entendo nada de editora. Não sei dirigir isso.

– Mas o que é isso? Procure o Salomão Tabak. Ele vai te explicar como funciona lá e tu vais ficar como gerente.

– Está bem, vou lá.

Fui embora... Com os mesmos cuidados da chegada.

Fui na Editorial, procurei o Salomão Tabak. Ele já sabia que iria procurá-lo.

– Sou o Gutman, você não lembra?

– Ah! Sim, conheço...

– Olha, vim aqui porque o Prestes mandou que você passasse a gerência para mim.

Ele explicou como era, fiquei uns dias lá para acompanhar como é que ele fazia aquilo. Tinha uma gráfica nossa também – era do Partido –, e ela trabalhava, em grande parte, para fazer os nossos livros.

Então, um dia estou lá, sentado – o Salomão já tinha ido embora – e entra o secretário de organização do Partido Comunista, Diógenes de Arruda Câmara. Um prepotente, um Stalin. Chegou, me viu ali e disse:

– Ô Gutman, o que é que você está fazendo aí?

– Estou aqui gerenciando a Editorial.

– Mas quem te mandou aqui? Que é que é isso, rapaz!

Querendo me expulsar...

– Quem me mandou para cá foi o Prestes. Você vai lá falar com ele!

Aí ele meteu o rabo entre as pernas e se foi... Nunca mais o vi. Que estúpido! E gente do Partido Comunista... não podia dar certo.

Aliás, lembrei que o Graciliano Ramos contava a história de um sujeito que estava preso em 35, um estrangeiro, que disse:

– São essas bestas que vão fazer a revolução?

O cara tinha uma raiva danada da gente! Nós éramos as bestas... Naquele momento, pensei nisso: “com essas bestas?...”. Havia muitos assim, mas também muita gente boa! Isso tem em todo lugar. Alguns pensavam que eram donos do Partido. Ele, o Maurício Grabois, eram “donos” daquilo. O Partido era deles e eles que ditavam as regras. Com esses camaradas não podia dar certo... Com essa gente não podia dar certo.

Bom, fiquei trabalhando na Editorial até 1964, quando houve o golpe dos militares. Tomaram conta do país e fizeram aquela noite de 15 anos...

Eles, num primeiro instante, não foram na editora, mas eu tinha consciência de que iriam fechá-la. Foram. No dia 4... foram lá e quebraram tudo. Quebraram, liquidaram, roubaram... fizeram miséria. Miséria. Na Rua das Marrecas, 50. Era um sobrado. Lá ia muita gente civil e até colegas meus para comprar livros. Ia gente da espionagem, do Exército, comprar livros. Eu via, eram oficiais que conhecia. Até colegas de escola. Eles eram da espionagem e iam lá...

Nesse tempo todo que fui afastado do Exército, não tinha relação nenhuma ali. Conhecia alguns colegas, tinha até amigos que me encontravam na rua e me cumprimentavam, eu falava com eles. Mas não tinha nada assim, não visitava... Não tinha relação nenhuma com eles. Eu me dava com os companheiros, mas com esse pessoal não.

A única coisa que sei, é que fui diretor da Editorial Vitória. Eu não era editor, mas aprendi a fazer livros. Como diretor, publiquei um livro chamado *O levante do gueto de Varsóvia*. Era a história da resistência judaica em Varsóvia quando os nazistas resolveram dizimá-los. Não tenho um exemplar comigo, porque perdi os livros que guardei, pois o cupim deu em casa... Mas na Biblioteca tem... a capa foi feita pelo Scliar! Faz muito tempo que não falo com ele, mas me ajudou muito, fez uma capa bonita... Isso deve ter sido no começo de 1960, por aí... Fui diretor de 1958 a 1964. Em 1964 arreben-tou o golpe e a editora foi quebrada, arreben-taram tudo... Até defecaram... Havia diretores, que eram comunistas.

Mas, em 64, eu estava na editora e soube que iam empastelá-la. Alguém me falou... Resolvi passar lá perto. Fui lá. Nós já tínhamos tirado algumas coisas que precisávamos, para que não caísse. Passei perto e vi que tinha

um soldado embaixo, tomando conta. Aí fiquei, constatei. Arranjei logo um advogado para nós. O pessoal ficou sem trabalho, eu também...

Mas tínhamos um depósito, que eles não sabiam. Não era clandestino. Na Rua do Senado, eu tinha feito um depósito, num prédio muito bom. Tinha uma associação em cima e o depósito ficava embaixo. Era um prédio alto, tinha o pé-direito muito alto, mais de seis metros. Comprei, mandei fazer umas estantes e lá tinha livros e mais livros. Todas as edições que fazia. Lá, tinha um companheiro que era inteligente, os auxiliares e nós tínhamos controle de tudo. Minha sorte é que ele não foi descoberto. A polícia não sabia que ele existia. Eu não divulgava, não tinha interesse nisso...

Então, passado um tempo, fui lá. Examinei...

– Aqui trata-se de vender e apurar dinheiro.

Porque esse era o problema naquela hora: dinheiro. Não era mais a editora. A editora estava acabada. Não era o caso de chegar e refazer... uns chegaram para mim e disseram:

– Não, tem que refazer a editora.

– Você é burro! Eu não vou refazer a editora, que não sou louco! Os homens com a faca e o queijo na mão, matando as pessoas, prendendo...

Ia refazer a editora? Para ser preso? Pois se saí de lá para não me pegarem... Todo mundo saiu.

Mas vieram me convencer que era para reabrir a editora. Reabrir por quê? Não ia funcionar de jeito nenhum... Então, descartei a editora e fui a São Paulo para ver se conseguia umas representações, para refazer a minha vida. Militar ali... não tinha mais como. Ia para a clandestinidade de novo? De jeito nenhum. Não ia ser clandestino. Por quê? Não era dirigente do Partido... Apenas dirigia a Editorial. Então, procurei fazer alguma coisa: o quê? O que aprendi a fazer? Livro. Sabia vender e lidar com livro. Fui buscar alguém que me desse uma representação no Rio de Janeiro. Fui a São Paulo e lá já tinha alguns amigos de editoras, que me conheciam, pois criei um nome. Porque levantei a editora. Ela não precisava de dinheiro de ninguém, funcionava com os meios dela e andou sozinha com seus próprios pés. Era um negócio funcional, uma editora de base comercial. Mas isso foi através de mim.

Quem fazia as edições era eu mesmo. Escolhia – naturalmente consultava o Partido – com diversos companheiros intelectuais, que me ajudavam a selecionar livros... Não era como um conselho consultivo, não tinha. Era eu.

Era muito individualista, mas tinha companheiros que consultava, ia conversar com eles para ter um conselho. Fazíamos livros fantásticos! Lembro de uma coleção de história que até hoje meu vizinho, professor da Escola Superior de Guerra, tem. Ele conheceu essa coleção. Quando ele me encontrou aqui, soube que eu era o Gutman. Conteí minha história, que era do Levante, do Partido... Ele disse:

- Ah! Era da Editorial Vitória?
- Sim...
- Fez aquela coleção de história?
- Fui eu!

Hi! Virei um deus para ele... porque achava aquela história uma maravilha.

- Formidável aquela história!

Eram autores soviéticos, com o ponto de vista marxista, que fizeram a história da antiguidade, da idade média, dos tempos modernos, contemporânea, dos tempos atuais... Esses livros de história foram adotados em Colégio Militar. Fiz antes, para acompanhar essa coleção, *A origem da família e da propriedade privada*, do Engels. Esse livro é básico. É sobre a barbárie e a civilização... um sucesso!

Como eu vendia livro! Não só para o Partido. Lá era compulsório, o pessoal comprava porque queria conhecer as coisas que publicávamos. Não deixavam de comprar. Mas o povo, em geral, comprava.

Lembro que uma vez fiz um livro baseado no Congresso do Partido Comunista Soviético Russo. Era o congresso, parece que da época do Nikita Khrushchov, em que já estabelecia as premissas para o comunismo. Porque no socialismo é uma coisa, no comunismo é outra. Nele não corre mais dinheiro, não precisa. Cada um vai com seu cartão de trabalho, porque todos trabalham, além de fazer outras coisas, como se divertir, estudar, passear etc. em busca de dois litros de leite, por exemplo, porque só precisa desses dois para a sua casa. Não precisa mais, então não leva três. Vai usar aquilo quando precisa, para as necessidades. Ganha de acordo com a necessidade. No socialismo não é assim: ganha-se de acordo com a sua capacidade. Então, já estabeleciam coisas que eram o caminho do comunismo. Manteiga, pão, passagens iam ser de graça... Então, mandei traduzir esse livro e botei um título assim: *Rumo ao comunismo*. Puxa, que maravilha...

Aí, um sujeito que era um espoleta do Carlos Lacerda, um deputado que pregava pena de morte, Amaral Neto – ou melhor, “Amoral Nato”! –, foi na televisão, pegou esse livro e botou na mesa. Lembro, estava com a televisão em casa. Quando ele botou, eu disse:

– Olha o meu livro!

Fiquei radiante! E ele metendo o pau!... Para o pessoal ficar com ódio e fazer a revolução...

– Olha, esse homem... Tinha que mandar um dinheiro pra ele! Um cheque! Porque agora eu vou vender...

Vendi tudo. Mas como saiu! Todo mundo ia procurar. Eu não tinha como fazer propaganda, gastar dinheiro nisso. Isso era lá com o Partido. E esse cara fez propaganda e vendi para gente que era do Partido e que não era! Você via que o cara era burro! Mas me ajudou...

Fiz outros livros, diversos... Alguns também de autores nacionais, livros de lazer. Por exemplo, *Brincando de matemática*: até tenho esse livro em casa. Depois perdi todos. Tinha tudo catalogado em casa, mas deu cupim e perdi... Uma pena... Todos esses livros que fazia na Vitória estão na Biblioteca Nacional. Porque, cada um que saía, eu fazia um ofício e remetia, porque era obrigatório. Ia lá levar... Foram centenas de livros, desde 1958 a 1964, seis anos...

Depois que quebraram a Vitória, eu estava na minha casa. Pensava: “Eles podem vir me buscar. Porque sou um cara conhecido”... Só para me chatear, pensando que eu soubesse alguma coisa. Eu não sabia de nada. O que fiz? Chamei um irmão e disse:

– Fala com minha irmã, que mora em Resende, e pergunte a ela e ao marido se eles me aceitam passar uns dias lá, enquanto me escondo da polícia.

Ele foi lá, falou com eles, que disseram:

– Pode trazer o José.

Aí fiquei uns dias homiziado lá, morando com minha irmã, com muito cuidado, porque ninguém podia estar me vendo... estava ilegal, clandestino. Passei um tempo lá, às vezes ia na casa do sogro para encontrar com a Sefora e as filhas. Elas já estavam moças. Tive que conversar as coisas de sexo com elas, porque a mãe não fazia isso. Conversei abertamente, porque era aberto. Ensinei-as e elas me agradecem muito hoje...

Bom, em São Paulo não consegui que ninguém me desse representação. Só um. Desse, não queria muito, mas ele me deu. Era o Jurandir Guimarães que tinha uma representação de livros soviéticos, livros técnicos, não tinha nada de política. Matemática, pedagogia, mecânica... tudo relacionado às matérias que ensinavam nas faculdades. Aí olhei aquilo e disse:

– É aqui! Você não quer me dar uma representação desses livros?

Sabia que podia me meter em briga, mas, como não tinha nada das outras editoras, decidi:

– Vou pegar esses livros soviéticos.

Não tinha vinculação com questão política, eram técnicos. Tinha cálculo diferencial e integral... Ele disse:

– Pois não! Mando livros para você...

Como eu vendia isso! Como banana... na faculdade, na UFRJ. Montei uma banca. O prefeito de lá era colega de Escola Militar, um oficial, muito meu amigo, e ele me deixou montar uma banca com livros técnicos. Antes, perguntou:

– Não são comunistas não, hein?

– Não!

Ele deu ordem para eu pôr dentro da faculdade. Era prefeito daquele local. Botei, vendi todos esses livros, os professores iam adotando...

Quando o Jurandir me deu os livros dele, mandou a primeira remessa, eu não tinha nem lugar para colocar. Mas arranjei um local, um pedaço de saleta na Presidente Vargas e fui vendendo pessoalmente, sozinho.

Um dia, resolvi instalar uma sala na Rua das Marrecas, n. 40, era um edifício. Me instalei lá e criei uma livraria chamada Livraria Página Ltda. Ela era distribuidora, quer dizer, não fazia livros, não era editor, apenas pegava livros dos outros editores e revendia. Tinha uma comissão. Comecei fazendo isso, pegava de alguns que me cediam, comprava deles ou pegava em consignação, junto com os meus livros técnicos da União Soviética. Comecei a funcionar. Arranjei empregados e funcionou. Tinha experiência... A coisa foi andando, até 71. Foi quando saí da Página.

A minha filha mais velha ia casar. Noivou com um rapaz e tinha que casar. Eu quis ajudar. Não era rico, mas trabalhava e tinha alguma coisa. Meu sogro, infelizmente, faleceu. Ele era muito esperto, tinha um bocado de ações dessas empresas na bolsa e fez um pé de meia. Eu não sabia disso, nem

o que eram ações. Um dia, ele me chamou. Já estava morrendo, numa situação difícil, teve um derrame, melhorou, e, nessa melhora, me chamou e disse:

– Eu tenho um livrinho ali. Tu vais pegar aquele livro e tomar conhecimento do que tenho em ações. O genro era eu e outros dois, pois eram três mulheres. O do meio ficou podre de rico. A Sefora nem fala com eles, porque são bestas. Moram numa mansão na Barra, gostam de posar para nós, mas não falamos com eles. Nós não somos ricos... Ele me mostrou tudo aquilo para me alertar contra esse, que é casado com a do meio.

– Ele é esperto, tem dinheiro, trabalha na bolsa, e você não sabe nada. Então, pega o livro que vais aprender.

Aprendi. Quando ele faleceu, eu já sabia de tudo. E, quando foi feita a partilha, já sabia como deveria ser. Foi graças a isso que nós compramos esse apartamento aqui no Leblon. Eu não tinha dinheiro nenhum. Não poderia comprar esse apartamento. Hoje, eu não o compraria... O Exército me dá um dinheiro como coronel e o INSS me dá outro tanto. O que ganho não dá nem para ser varredor, quanto mais comprar esse apartamento que temos. Naquela época, quando ele deixou para nós, eu disse:

– Opa! O negócio é comprar um lugar pra gente morar!

Era um lugar maravilhoso...

Conheci isso quando trabalhava na Genésio Gouveia, na seção técnica. Vinha mandado para cá por essa seção. O engenheiro me mandou aqui na Rua Cupertino Durão, uma paralela a essa, para fazer o levantamento do material que foi gasto num prediozinho de três andares que fizeram. Comecei a fazer e vinha de monte. Uma hora, fui olhar a praia... Não tinha nada! Só praia mesmo... não tinha uma casa. 1944. E acabei morando aqui... Hoje está tudo edificado. Todo dia ando de lá para cá... Foi assim que comprei esse apartamento à vista. Quem tinha comprado na planta não tinha mais dinheiro pra pagar. Ele botou um anúncio, eu vi, gostamos e dissemos:

– É com esse que vou ficar.

Mudamos em 71. Foi quando casou minha primeira filha. Inauguramos esse local aqui. Minha filha casou aqui nesse salão de festas...

Fui incomodado pela polícia, pelos militares. Estava trabalhando, vendendo livros, ganhando um dinheirinho para o sustento, tinha família, escola para as crianças... Um dia, fui chamado porque fizeram um processo contra nós, da imprensa. Até o Nelson Werneck estava... Fomos incluídos

num processo. Quem me inquiriu foi um oficial do Exército, R2, que é quem não era da Escola Militar. Ele ingressou através do CPOR. Quando houve a guerra, eles foram convocados e alguns depois ficaram na ativa. Era um reacionário desgraçado, um fascista, e foi para a guerra! Ele fez o inquérito e fui chamado. Não disse que era militar, porque não era mais. Tinha sido expulso e ainda não tinha voltado. Ele começou a me perguntar da Editorial Vitória, a “editora comunista”:

– Não senhor. A editora não era comunista. Não pertencia ao Partido Comunista. Era uma sociedade, tinha cotistas, e eu era um deles.

Ele queria me convencer, dizendo que era do Partido, mostrando como prova documentos do Partido que diziam: “A nossa editora, Editorial Vitória...”. Eu dizia:

– Essa era a opinião deles! Podem dizer o que quiser. Mas quem era diretor da Editorial Vitória era eu. E eu seguia a minha orientação e a dos acionistas. Fazia o livro que queria.

– Fazia esses livros?

– Fazia porque havia mercado... Vou fazer o que o mercado vai comprar. Para que se faz livros? Para botar fora? Jogar no lixo? Não... para vender.

Ele ia engolindo... Houve um determinado momento em que ele olhou para mim e disse:

– Você é oficial do Exército?

– Era oficial.

– Foi do 3º RI?

– Fui.

– Guerreava?

– Guerreava, comandi uma companhia.

Eu assumi. Não tinha dito isso. Ele não perguntou, eu não disse.

– Então, você participou do movimento comunista?

– Alto lá! O movimento não era comunista. Faça-lhe a pergunta: a guerra, essa que participamos ao lado da União Soviética, foi comunista? A União Soviética já era comunista. Fomos lá, levamos nossas tropas, soldados morreram lutando ao lado da União Soviética contra os fascistas, Hitler, Mussolini... O Brasil era comunista?

– Não era. Mas a União Soviética era.

– Muito bem, eu não era comunista no 3º RI. Havia comunistas, sem dúvida. O Partido Comunista ajudou, participou. Mas o Levante não foi do Partido Comunista. Foi um levante antifascista, contra o imperialismo. Esse que era o programa da Aliança Nacional Libertadora, e não um comunista. O senhor está enganado.

Ele teve que engolir, porque esse é um fato concreto. Se o Brasil não era comunista, eu também não era. E não era mesmo. Era simpatizante, evidentemente, mas não ia dar o jogo para ele. Ele engoliu e nunca mais me chamou. Fomos absolvidos... Essa foi a única vez que me chamaram. Eu discuti...

A vida continuou... Fiquei trabalhando na Página, depois vendendo discos... Por quê? Meu genro, esse que casou com a mais velha, não sabia nada de livros. Mas sabia de discos. Eu não sabia disso, mas sim da estrutura do livro, da imprensa. Isso eu sabia. É tudo igual, qualquer empresa é a mesma coisa. Então, disse:

– Vou montar uma loja de discos, levo minha experiência pra lá, e você traz sua experiência com discos.

Montei uma lojinha na Galeria do Cine Bruni, em plena Praça Saenz Pena. Ali, na “zona sul da zona norte”. Até hoje é chamada assim. Lugar de classe alta, média, média baixa... No dia da inauguração, foi um chuí! Assim de garotos, garotas... encheu. Foram lá, tocamos músicas, o pessoal dançava, servimos coquetéis... foi um chuí! A loja enchia. Todo dia iam umas garotas para dançar! Foi uma maravilha... Eu não conhecia nada de discos. Aprendi. Pink Floyd, Led Zepellin, Rolling Stones, esse pessoal todo. Até os soviéticos foram lá me pedir para vender os discos deles. Eu disse:

– Não vou vender. Sabe por quê? Não tem mercado.

Eu era realista. Não era pelos belos olhos deles – gosto muito, são meus amigos –, mas não ia comprar os discos para decorar a loja. Queria discos para vender... E não comprei. Eles tinham discos excelentes, os clássicos, mas pouca gente comprava isso. Bom, e a vida foi assim...

Nessa trajetória, conheci o Mário Schenberg, cientista, crítico de arte e também comunista, mas nunca tive intimidade com ele. Porque ele morava em São Paulo e eu nunca morei lá. Sou carioca, vivo no Rio, aqui sempre foi meu local de moradia. Depois fui a São Paulo por outras circunstâncias, mas nunca estive com Mário Schenberg, cientista de nome e tudo... Nunca tive

contato com ele. Nunca estive em organizações de judeus. Pertencia a uma biblioteca que havia...

Ultimamente, voltei para o Exército. Houve uma campanha em 1961. Antes disso, um trabalho para a gente ser anistiado. Aliás, nós fomos anistiados em 46, mas essa não pegou, porque eles não iam deixar a gente voltar para o Exército. Meus colegas todos já eram capitães. Essa anistia foi restrita. O Getúlio fez para não ser cumprida. Dependia da opinião deles e eles não deixaram voltar. Nem fui lá...

Mas, em 1961, aí sim. Houve um decreto legislativo, na época do Jango. Diziam que ele nos anistiou. Até fui falar com ele mas, com todo o comunismo dele, não nos recebeu. Ele tinha medo! Então, essa anistia foi dada pelo Congresso. Foi uma proposta do Padre Arruda e era uma anistia restrita. Nós voltávamos para o Exército no posto que ainda detínhamos. Eu requeri, me negaram, fui para Justiça e ganhei no Supremo, que já tinha dado para outros. Aí voltamos, eu e o Trifino, ele como capitão e eu como tenente. Fui lá, me apresentei, me aceitaram, tiveram que aceitar. Engoliram o sapo.

Quando foi mais tarde, na campanha pela anistia em 79, anistiarão o pessoal de 64. Nós quisemos entrar, entramos, mas não conseguimos. Eles dificultaram pra gente lá no Congresso. Nós esperamos. Houve o Sarney, uma modificação na Constituição, anistia, eleição para a Câmara, esperamos a hora e fomos na Constituinte trabalhar para sermos anistiados. Não foi fácil, foi difícil. Eles cercaram. O próprio Exército tinha um lobby lá dentro da Câmara, impedindo que a gente conseguisse alguma coisa. Mas nós conseguimos e está na Constituição: artigo 8º. Primeiro, naquele artigo, tiraram o parágrafo do pessoal de 35. Eu vi! Estava lá!

Nessa noite procurei a assessora daquele que é governador do Pará – aquele daquela matança – do PMDB, Almir Gabriel. Ele era, nessa época, senador e era o relator dessa comissão. Essa assessora, Maria Eugênia Rios, era tão bonita, vistosa, alta... Ela sabia que era bonita! Vi ela se aproximando e a abordei:

– Eu sou o tenente José Gutman, estou aqui participando de um lobby desses oficiais, nós queremos anistia. Meus colegas são todos generais, eu não admito isso, nem eles que eu seja tenente. Então, quero ver como a gente pode se inserir...

Eram 8 horas, ela disse:

– Vai jantar e depois vamos nos encontrar.

Eu estava com um colete, com um defeito na coluna. Doía muito... Eu viajava com o colete. Fui jantar na casa de um coronel que foi meu colega de Colégio Militar. Quando saí, ele entrou. Era meu fã, eu era capitão-aluno...

– Você é o Gutman? Ah! Estou com meu carro aqui, você vai jantar comigo.

Fomos jantar. Muito bem. Eu já sabia como tinha que fazer. Voltamos, ela estava lá, e disse:

– O que você quer?

– Nós, de 35, fomos mal anistiados. Precisamos entrar aqui na anistia, porque agora está na hora de passar a borracha. Limpar tudo. Nós temos direito! Se o pessoal de 64 tem, nós também temos. É preciso nos colocar aqui. Fomos beneficiados pelo artigo 18.

– Que artigo?

– Tem aí no computador...

Olhamos, não tinha.

– Não tem problema. Alcides – era o meu amigo –, pega o teu carro, vai na tua casa e pega aquele livrinho de anistias. Traz aqui que vou mostrar para ela.

Mostrei, nesse livro que eu tinha, o decreto que me tinha feito tenente:

– Nós queremos ampliar, dar a esse pessoal, que foi anistiado por ele, os direitos que vão dar aos outros.

Eram promoções. E anulou aquele, senão ficavam os dois.

– Então, vem aqui no computador e dita pra mim o que você quer.

Está na Constituição as palavras que ditei. Artigo 8: “Aos que foram abrangidos (a palavra justa) pelo Decreto n. 18 de 1961 e aos que foram atingidos pelo decreto-lei que anulou aquele.”.

Dali por diante ninguém podia mudar mais. Anulamos também. A Constituinte podia acabar com isso. Aquilo ficou até ser promulgada. Está lá. Graças a isso, nós voltamos como coronéis. Todos, somos 18, inclusive o Prestes.

Nós fizemos um trabalho muito sutil junto a Constituinte de 1988. Antes, já tínhamos ganho uma anistia para que voltássemos ao posto anterior. Voltei como tenente, mas foi difícil. Foi preciso ir para o Supremo Tribunal

Militar. O Supremo mandou a gente voltar como tenente. Voltei até junto com o Trifino Correia, ele como capitão e eu como tenente. Mas não voltamos para a tropa. Ficamos reformados, sem tempo de serviço, ganhando como tenente, na pior situação... Só em 88 é que fomos promovidos a coronel. Trabalhei muito, muito para conseguir isso... Fui uma peça-chave para obter essa promoção. Enfim, nós conseguimos ser promovidos. Todos aqueles que lutaram... Hoje, nós somos coronéis do Exército, reformados. Os da Aviação foram promovidos a coronel-aviador. Naquela época, a Escola de Aviação Militar era a arma do Exército. Depois virou Aeronáutica e eles foram todos promovidos a coronel-aviador, mas ganhando os proventos de major-brigadeiro, dois postos acima, como general. Nós ficamos no Exército como tenente, coronel, ganhando sem tempo de serviço, sem nada! Tenho um mandado de segurança contra isso, na Justiça. Entrei na Justiça, que tem que me dar o que é de direito.

Bom, falei tanto, mas não me canso não... Sou um cara moço. Tenho 18 anos de cabeça, ao contrário da minha idade: 81 anos! Mas tem que ver como isso vai ser divulgado... Afinal, de contas eles estão vivos... O “Hitler” está vivo! Os filhos de Hitler também estão aí... Tem 80, 90 anos, mas podem até tentar me matar...

O que posso dizer sobre minha vida é o seguinte: a minha coerência. O que caracteriza toda essa linha, logo que comecei a entender e a me interessar pela questão política – e que depois desemboquei na “Intentona” –, é que me considero coerente, um homem de esquerda, acompanhando todo esse movimento político e social. Até hoje, embora não esteja participando de nenhum movimento ativo da política, acompanho tudo. Sempre que é possível, tomo posição, através de manifesto, manifestação... Participo de qualquer coisa e estou de pleno acordo com a nova situação que está aí, que é lutar contra o neoliberalismo que está entregando o Brasil para aquele mesmo imperialismo contra o qual lutamos em 35... querendo fazer a reforma agrária, que nós também pregávamos na Aliança Nacional Libertadora. Conter os fascistas! Viver numa democracia, mas a verdadeira democracia do povo...

Anthero de Almeida

Nosso colaborador mais velho, Anthero de Almeida, nascido em 1906, nos foi apresentado em uma ocasião única: o lançamento do livro do General Apolônio de Carvalho, em 1997, no Rio de Janeiro. Vários dos colaboradores que entrevistei estavam presentes dentre as mais de mil pessoas que permaneceram por horas e horas na extensa fila de autógrafos no Paço Imperial, no Rio de Janeiro.

O Coronel Kardec Lemme me apresentou José Gutman e este, por sua vez, foi quem nos apresentou a Anthero de Almeida, ambos remanescentes do 3º RI, participantes do Levante de 1935, foram da Aliança Nacional Libertadora – ANL. Dali acertamos a entrevista – realizada em sua casa no bairro do Maracanã, Rio de Janeiro, na presença de seu neto, Rafael – que teve quase três horas de duração.

A princípio, mostrou-se reticente, dizendo que não achava necessário que gravássemos sua história de vida, fornecendo um escrito seu sobre os episódios de 1935 e um exemplar do jornal carioca *Inverta*, para o qual havia concedido uma entrevista pouco tempo antes, assim como Delcy Silveira e Rui Moreira Lima, também nossos entrevistados. Com a ajuda de Rafael, pude convencê-lo da importância de registrar sua narrativa em outros termos que não fossem os de responder a um questionário, pois poderia discorrer sobre o que julgasse adequado. Vencido por nossa insistência, consentiu em narrar. Havia, entretanto, certa dose de tristeza em seu tom narrativo, sem que pudéssemos caracterizá-lo como trágico...

Anthero de Almeida nos fala de uma trajetória bem-marcada pelos acontecimentos políticos nacionais da primeira metade do século XX. Em destaque, observamos como as revoltas militares do Movimento Tenentista contra a República Velha foram decisivas na escolha e no transcurso de sua carreira e de sua vida.

Assim, soubemos que ingressou na Escola Militar em virtude da expulsão dos cadetes que se revoltaram em 1924 e das facilidades propiciadas pelo governo para o ingresso de novos alunos. Participou, já como militar, dos acontecimentos em torno da Revolução de 1930 e da Revolução de 1932, ao lado das forças governistas. Reivindicou claramente um posicionamento político como militar de esquerda a partir das influências do Movimento Tenentista, desembocando em sua participação na frente popular na qual se constituiu a Aliança Nacional Libertadora, sob orientação do Partido Comunista do Brasil.

É interessante notar aqui como dialogam e se complementam a narrativa com o documento escrito que apresentou para compor sua história. Construídos em momentos históricos diversos, suscitam lembranças e questões diferenciadas a serem abordadas. Uma delas diz respeito à ênfase dada na justificativa dos antecedentes de 1935. Afinal, este seria o episódio que transformaria radicalmente sua vida. Trariam a prisão, o exílio e novas alternativas profissionais, encaradas por uma pessoa fichada no DOPS como “perigoso elemento subversivo”, como ele próprio escreveu.

As ideias socialistas e as amizades sedimentadas na prisão o levaram a militar no Partido Socialista Brasileiro (PSB) e, mais tarde, no Partido Democrático Trabalhista (PDT). Aqui vemos como não se justificam historicamente as generalizações que foram feitas sobre a exclusiva atuação de comunistas “sob as ordens de Moscou” no Levante de 1935, ou acerca do ingresso incondicional posterior no PCB dos que dele participaram. Já a partir dos anos 1930, os militares de esquerda e nacionalistas trilhavam caminhos políticos mais amplos do que supunham alguns estudiosos, que voltaram seu olhar apenas para os líderes reconhecidos.

E a gente comum? Anthero, como digno representante desses desconhecidos, afirma uma posição política significativa, a partir daqueles desdobramentos históricos: “Todos os meus ideais, desde a década de 30 até hoje, persistem, sem dúvida alguma. Eu sou um nacionalista e socialista. Sou um nacionalista! Não sei se devo isso a minha formação militar, mas tenho muita estima, muito amor, muito agarramento a esse país.”.

O discurso de Anthero sobre sua formação militar nos leva ao entendimento da importância desta na consolidação de uma postura política e profissional particular, bem como das relações sociais estabelecidas e cultivadas dentro e fora das Forças Armadas, que pautaram também sua vida pessoal.

O sentido de derrota – que será visto em outras narrativas biográficas – também permeou nosso diálogo. Afinal, os “oficiais malditos de 35” carregaram esse pesado estigma toda a vida. Em suas palavras, os considerados comunistas foram bodes expiatórios de todas as mazelas nacionais do século XX. Apesar disso, viveram sem abandonar suas ideias e suas lutas, vistas com tão pouco apreço na época em que concedeu a entrevista e, agora, ainda em tempos de neoliberalismo. Anthero de Almeida, o mais longevo militar de esquerda, faleceu em 2014, aos 108 anos.



Nós, de 35, somos os oficiais malditos do Exército.

A origem da minha família é portuguesa. A minha família paterna é Pereira de Almeida e teve origem, no Brasil, quando meu bisavô, João Pereira de Almeida, um açoriano, veio para cá com a mulher. Aqui tiveram três filhos: meu avô, João, meu tio-avô, Pedro, e uma tia-avó, cujo nome não me lembro. A minha família materna também é portuguesa, mas do continente. Meu avô, Albino Pereira Alves, veio para cá mais ou menos em 1863, 1862, já casado com minha avó, que se chamava Josefa Alves da Silva. Tinham uma filhinha de 4 anos, minha tia Maria Rosa. Pouco depois que eles chegaram aqui, nasceu minha mãe. Chamava-se Emília. Tanto que, pela coincidência das datas, acredito que minha avó tenha viajado grávida para o Brasil.

Meu avô paterno casou-se com uma moça chamada Minervina, que era também filha de um casal português. De modo que tem português para todo lado, não escapa!

Do casamento de meu avô João com minha avó Minervina nasceram 12 filhos, sendo que o mais novo de todos foi meu pai, Amadeu.

Meu bisavô João, quando chegou no Brasil, meteu-se no comércio e foi bem-sucedido, particularmente em negociação de café. E, quando os filhos cresceram, ficaram rapazotes, ele os encaminhou para trabalhar com ele. Quando ele morreu, em 1850, em uma onda de febre amarela e bubônica – uma série de pestes que assolaram o Rio de Janeiro naquela época –, os rapazes já eram crescidos e continuaram com a casa comercial do pai. Prosperaram, desenvolveram aquilo, até que a transformaram em uma casa

comissária, que era uma espécie de entreposto comercial. Eles recebiam e vendiam a mercadoria, cobravam uma comissão e devolviam o saldo para o produtor, se este quisesse. Senão, eles ficavam com o saldo guardado como uma espécie de banco e o produtor, à proporção que ia necessitando de dinheiro, ia pedindo. Eles iam fornecendo ou então realizando compras aqui para eles porque os produtores geralmente moravam no interior. Assim, compravam as coisas na capital e mandavam para eles.

Essa casa comercial, que era do meu avô e do meu tio Pedro, prosperou. Eles ganharam muito dinheiro. Mas meu avô era muito ambicioso – mais que o irmão –, e achou que produzindo café iria ganhar mais. E não teve dúvida: convidou o irmão para isso. O irmão não quis e o que ele fez? Vendeu tudo que tinha aqui no Rio, casas de residência, e comprou terras em Santa Bárbara, perto de Campinas. Foi produzir café, naquele tempo, às custas do escravo. Meu avô era um homem muito reacionário. Era ultramontano, ultracatólico, monarquista ferrenho, e trazia os escravos no cortado. Era um mau senhor e não era querido pelos escravos. Aliás, os escravos não podiam querer muito bem a um senhor, pelo próprio fato de serem escravos, coitados...

Assim, meu avô ganhou um bom dinheiro. A família levou uma vida abastada. Minhas tias tinham professor em casa, os tios tiveram bons colégios. Meu pai foi interno naquele famoso Colégio de Itu dos Jesuítas... Acho que agora não existe mais. Creio que um quartel está sediado no lugar que era o Colégio, não tenho certeza.

Quando ele comprou as terras de café, já começava uma agitação abolicionista. Teve a Guerra do Paraguai e os brasileiros tiveram contato com os argentinos e uruguaios, onde não havia escravidão, e isso foi favorecendo as agitações abolicionistas. Começaram as fugas, os quilombos. Os escravos dele começaram a fugir e o negócio do meu avô foi se complicando. Mas ele não podia perder aquele *status*. E ele foi gastando para manter aquele *status*, embora o dinheiro não estivesse mais entrando como entrava anteriormente. Foi se endividando, foi se endividando... Quando veio a abolição, estava enterrado em dívidas e ficou sozinho. Não ficou um escravo nas fazendas, que eram várias, para colher o café. Mas ainda restavam imóveis, essa coisa toda... Ele também sobreviveu pouco: a abolição foi em 88, 13 de maio, e ele morreu em outubro de 89, um mês antes da República. Morreu em 18 de outubro de 1889.

Quando morreu, fez-se o inventário, pagaram-se as dívidas, dividiu-se daqui e de lá. Naturalmente, houve alguma trapalhada de advogado... e minha avó ficou sem nada. Mas ela já tinha as filhas e os filhos casados. O único solteiro era meu pai. Então, o que fizeram? De acordo com as tradições da época, ela recolheu-se à casa do filho mais velho. O filho mais velho, por coincidência, era mulher, minha tia Ermínia, que já estava casada, e tinha filhas moças. A minha tia Ermínia, por sorte dela, era casada com um português chamado Manuel da Fonseca. Esse homem era um português boníssimo, um coração de ouro, tinha recursos, negócios de seguro aqui no Rio, e minha avó recolheu-se lá. Por sorte dela, quando houve o inventário e verificou-se que iria ficar sem recursos, os filhos e os genros combinaram não dizer nada para ela. De modo que ela estava na casa da minha tia Ermínia pensando levar a vida que levava no tempo do marido. Aquela vida boa, regalada... Quando uma neta, uma afilhada ou uma sobrinha fazia anos, mandava comprar presentes, e dizia para o genro:

– Sr. Fonseca – naquele tempo as mulheres não chamavam os homens com intimidade, pelo nome de batismo –, compra um par de brincos para Fulana, que faz anos hoje.

E o Sr. Fonseca ia lá e comprava e pagava do bolso dele. Ela morreu sem saber disso. Morreu feliz, coitada... Não muito feliz, porque teve câncer nos seios, deve ter sofrido muito naquela época. Ela morreu cinco meses antes de eu nascer. Penalizada porque não ia me ver, o filhinho do filho querido dela, o caçulinha.

A minha avó voltou para o Rio com meu pai. Ela era carioca. Meu pai também era, embora tivesse sido criado em São Paulo e mais tarde se dissesse paulista. Ela veio para o Rio com meu pai. Recolheu-se, como já disse, à casa da filha, mas meu pai não. Ele foi morar com minha tia Terezinha – Tereza, aliás. Chamavam-na Terezinha mas o nome dela era Tereza. Ela assinava pomposamente Tereza Pereira Alves de Magalhães, uma coisa assim... Teixeira de Magalhães, Tereza Pereira Alves Teixeira de Magalhães. Meu pai foi morar na casa da minha tia Tereza porque minha tia Ermínia tinha filhas que regulavam com ele em idade. Naquele tempo, a hipocrisia não permitia intimidade entre os tios e as sobrinhas. Então, separaram. Lá foi meu pai morar na casa da minha tia Terezinha, que morava em São Cristóvão, na Rua de São Januário, 111. Agora já mudou a numeração, mas eram

umas casas iguais, acho que ainda existe uma dessas... Pelo menos da última vez que passei por lá ainda estava de pé...

Sucedo que uma sobrinha e afilhada da minha avó, chamada Maria Ernestina Rangel, era muito amiga da prima Tereza e era vizinha da família do meu avô materno. Meu avô materno, quando veio para o Brasil, era marceneiro de profissão. Não era propriamente isso, pois se chama ebanista, o que faz móveis de certo luxo, trabalhados. Chegou aqui, trabalhou, ganhou dinheiro e, quando morreu, tinha uma pequena indústria, uma fábrica de móveis de qualidade. Ele fornecia para as casas de móveis. Naquele tempo, havia uma delas famosíssima, a Leandro Martins. Eu ainda vi esta casa, que vendia móveis de luxo. Meu avô era um dos fornecedores. E tinha essa fábrica na Rua do Estácio, aqui na Estácio de Sá. A família dessa Maria Ernestina morava na casa do lado. E elas fizeram amizade umas com as outras. Era minha mãe na casa dela, e vice-versa... Um dia, a Maria Ernestina disse para minha mãe:

– Eu vou na casa da minha prima Tereza. Você não quer vir comigo? Um passeio, vamos até São Cristóvão, você não conhece, gostaria muito que conhecesse...

Minha mãe foi junto com a Maria Ernestina para casa da tia Tereza e lá conheceu meu pai. Foi assim que começou o romance! Aquele namoro dos tempos antigos, recatado, escondido... mas favorecido... A Maria Ernestina favorecia no que podia o namoro, porque era prima do meu pai e amiga da minha mãe e gostaria que os dois se casassem. Acabou que os dois se casaram. Demoraram, começaram a se namorar e se casaram em 92, exatamente, por coincidência, no ano em que meu avô materno faleceu. Minha avó materna já havia falecido, pouco depois que chegou ao Brasil. Houve uma epidemia de tifo e ela morreu disso.

Pouco tempo depois que se casaram, nasceu uma menina. Meu pai – com aquelas leituras de George Sand, aqueles romances franceses da época – pôs na menina o nome de Amandina... Mas – coitados – não tiveram sorte porque a menina, com quatro meses, teve sarampo, que se transformou em broncopneumonia, e ela morreu no começo de 93. Eu só vim a nascer em 1906! Quantos anos depois? Mais de dez anos depois! Minha mãe já tinha 43 anos... Assim, com essa história que contei em resumo, chegamos a mim.

Cresci, tive sarampo, quase morri também... Meus pais moravam em São Cristóvão. Escapei do sarampo... E fui para o Colégio, que era o São

Bento. Antes disso, tive até os dez anos um professor particular porque naquele tempo se dizia que eu não me “desasnava”.

– Mas esse menino quando é que vai desasnar?

Era para aprender a ler. Assim, aprendi a ler, essas primeiras coisas, com um professor. Depois que já sabia ler, escrever e fazer as quatro operações é que fui para o São Bento.

Naquele tempo, havia curso preliminar e secundário: o primeiro com três e o segundo com cinco anos. Passei os três anos no preliminar e segui os cinco anos no secundário. Saí em 23. Nesses anos todos não houve nenhuma alteração, minha infância foi tranquila. Ah! Meu pai tinha uma situação confortável em uma companhia de seguros, que tinha sido comprada, entre outros sócios, por esse meu tio, Manuel da Fonseca. Tive colégios bons, todas as facilidades, filho único...

Brincadeiras... Brincar com quem? Eu brincava sozinho, no que era possível. Lia muitos álbuns... havia muitos. Via aquelas figuras... Todo ano saía o almanaque do *Tico-Tico*, eu gostava. Quando não sabia ler, botava minha mãe para ler para mim! Colocava minha mãe de castigo...

– O que está escrito aqui?

– Mas eu já li!!!

– Lê de novo...

Eu não sabia ler quando era pequenino... O almanaque do *Tico-Tico* começou, e acho que foi lançado exatamente no ano em que nasci, em 1906. Meu pai comprava toda semana o *Tico-Tico*, às quartas-feiras. Era o dia em que ele saía, me lembro disso! Toda quarta-feira era dia de comprar *Tico-Tico*... Assim cresci, sem novidade...

O colégio era religioso, sectário, mas de muito boa qualidade. Digo sectário no seguinte sentido, por exemplo: já no final do curso, naquela parte de zoologia – que naquele tempo se chamava História Natural –, não se falava em evolução, não havia Lamarck, Darwin, nada disso. Falavam de Adão e Eva e a criação dos sete dias, tal como estava no Gênesis. Mas, no resto, era um ensino muito bom e de muito boa qualidade, com muito bons professores... Basta dizer o seguinte: eu, quando me exilei, em 37, 38, fui para França com o francês que aprendi no colégio. E não me atrapalhei! O ensino era muito bom... Estudava latim... Os frades eram alemães e ainda queriam que a gente estudasse alemão. Sei algumas coisas de alemão do colégio. O latim

também foi útil muitos anos depois, quando fiz o curso de Direito. No meu tempo, para fazer esse curso, tinha que passar no vestibular com as matérias de português, latim e literatura. Pois bem. Quase vinte anos depois, fiz o latim no vestibular de direito com que aprendi no colégio. Vê-se que o ensino era bom... Tenho que ser honesto e reconhecer que o ensino era bom. Lamento que fosse sectário. Eu saí do Colégio São Bento e fui direto para a Escola Militar. Foi um choque de mentalidades... Aliás, explico um pouco disso num pequeno texto que escrevi sobre “como me tornei um perigoso elemento subversivo”, e que vou apresentar mais adiante...

Fui para a Escola Militar por influência de amigos. E olha que foi difícil ir para lá porque minha família não queria saber disso... Era uma oposição de tios, tias, primos... todo mundo era contra! Minha mãe tinha pavor de farda! Engraçado... Não queria ver farda na frente dela, de jeito nenhum!... Eles eram civilistas e tinham preconceito contra militar. E foi exatamente o que quis ser. Mas, como meu pai fazia tudo o que eu queria, lhe disse:

– Eu quero ir.

– Então, vai.

Assinou a autorização... Os pais tinham que assinar uma autorização pra gente sentar praça porque, naquele tempo, o cadete era “praça de pré”, como se chamava. Como era menor, tinha 18 anos, precisava ter uma autorização do meu pai. Ele não teve dúvida. Bati o pé, disse que queria ir, ele assinou, autorizou. Lá fui eu...

Cheguei na Escola Militar e, como disse, tive um choque... Era um outro ambiente. Era 1924. Não considerava o ambiente político tão tumultuado porque, naquele tempo, não me preocupava com essas coisas...

No ensino, a coisa era completamente diferente no meu colégio. Eu tinha como professores uns coronéis que ainda haviam sido alunos de Benjamin Constant! Eles falavam em Benjamin Constant com a maior veneração... E iam infiltrando na gente aqueles ideais positivistas. Aquilo, para mim, foi um choque! Mas, comecei a ver tudo aquilo com uma certa simpatia. Criei uma simpatia positivista, por influência dos meus professores da Escola Militar. Não cheguei a adotar a doutrina, a frequentar a Igreja Positivista, ali na Glória, nada disso. Mas, tive uma certa simpatia pelo positivismo. Depois, passei além dele...

A Escola Militar era interna, ali no Realengo. Eu era interno, a gente só saía no sábado de tarde e voltava no domingo à noite. Tocava o horário das 5

horas, levantava, só dava tempo de lavar a cara, escovar os dentes, tomar café e entrar em forma para a instrução militar. Depois, por volta de 11 horas, ia para Gericinó, fazer a instrução. Realengo era pegado ao campo de instrução de Gericinó: era só atravessar a estrada de ferro. A gente voltava por volta de meio-dia, tomava banho, se arrumava, se limpava, ia almoçar, descansava uma hora e começavam as aulas teóricas até de tarde, cinco horas. Tinha um descanso, o jantar, às seis e pouco, e havia uma licença para sair da escola. Mas era uma licença curta, de poucas horas. Então, a gente saía por ali para caminhar no Realengo, que, naquele tempo, era um deserto. Não tinha casa, não tinha nada... tinha apenas a escola e a fábrica de cartuchos, ao lado. A gente ia olhar os soldados na fábrica de cartuchos... Não tinha coisa alguma. E depois tocava para a Escola de novo...

Os professores e as matérias que eu mais gostava? Não tinha preferência... Mas tem professores que recordo... o Coronel Duque Estrada, que ensinava mecânica; o Coronel Vieira Lima, que ensinou álgebra; e depois o Coronel Sinésio de Faria, que também ensinou álgebra... O tempo era pouco para estudar... Era só matemática... Nós não tínhamos livro de cabeceira, não tínhamos tempo. Era só estudar matemática.

Eu entrei na Escola Militar nas seguintes condições, é preciso explicar... O ensino no meu colégio era muito bom, mas era de humanidades. E para a Escola Militar era preciso uma preparação especial de matemática porque depois iria enfrentar a mecânica, a balística, e para fazer tudo isso precisava conhecer cálculo diferencial, cálculo integral, que agora essas máquinas fazem... Pois bem. Então, não entrei direto para o curso fundamental da Escola Militar. Naquele tempo, havia dois anos de curso anexo antes, onde a gente se preparava só em matemática para o curso fundamental. Fiz o curso anexo e depois ingressei no outro. Mas era cadete da mesma forma, com o mesmo uniforme, tudo igual.

Nesses anos de curso anexo, já conheci bastante gente. Inclusive este coronel que acabei de citar o nome, Vieira Lima. Simpatizava muito com ele, que era meu professor. Já o Sinésio era professor do curso fundamental. Assim fui indo...

Não fiz um curso brilhante na Escola Militar. Eu era muito preso em casa, sozinho, era filho único, e a disciplina do Colégio São Bento também era rígida... Se bem que, quando fui para a Escola Militar, me senti solto!

Aí me espalhei!... E não fui muito bom aluno. Eu não “aprontava”... Ia para festas, nos sábados e domingos... Naquele tempo, havia muito baile nas casas de família, e a gente ia para namorar... E assim se passaram os anos da Escola Militar.

O episódio mais marcante foi em 24, no ano em que entrei, que coincidiu com a revolta de São Paulo. Alguns cadetes desertaram para ir para a revolta e alguns acabaram até na Coluna Prestes. Um deles era o André Trifino Correa. Ele era do Esquadrão de Cavalaria comigo. Foi um dos que desertou para ir para São Paulo e eu o conhecia bem. A cama dele era próxima da minha. Mas depois de 24, em 25, 26, 27 não teve nada... Não houve nenhum episódio marcante.

Eu lembro da minha turma de Escola, que era muito boa, a chamada Velha Guarda. Engraçado! Nós nos cunhamos a Velha Guarda... A Velha Guarda era o diabo!... Uma porção de gente fazia parte... já estão todos mortos... o Bento Correia, o Baltazar Franco, que era jogador de futebol, goleiro do São Cristóvão... Naquele tempo, o São Cristóvão era de primeira divisão, aqui no Rio. Eram dois rapazes de cor, negros os dois... Gente de muito espírito... Eu me lembro bem deles... Fora outros companheiros, cujo nome nem me recordo...

Não tinha um ambiente de discussão política... discutíamos normalmente as coisas... Tinha uma revista de História Militar, dirigida por uns rapazes que tinham pretensões literárias, entre eles um famoso – agora me lembro dele! – cujo apelido era Celso Galinha Preta! Me esqueci completamente do sobrenome dele! Mas lembro que era metido a literato... Era interessantíssimo o Celso... Ele escreveu um livro de crônicas e editou. Nós então oferecemos um jantar a ele e foi uma coisa maluca! Os discursos no jantar!... Compraram uns livros que havia antigamente, *Como falar em público!* Era editado pela Livraria Quaresma... Dou risada, lembrando! Compraram uns livros daqueles, liam e passavam para o outro... Foi um período de boêmios da velha escola...

Eu terminei o curso em dezembro de 1929. Fui declarado aspirante. Escolhi infantaria porque tinha mais vagas. Saí aspirante e a primeira coisa que fiz foi me tornar independente. Passei a morar sozinho. Eu tinha uns amigos que moravam em uma república. Mas era engraçado porque eu era militar e todos os meus amigos eram civis. Não fiz amizade com nenhum

militar, nenhum rapaz da minha turma, por causa da oposição da minha família a militares. Poderia perfeitamente convidar um rapaz da minha turma para vir à minha casa, almoçar ou jantar, uma coisa assim. Poderia ter convidado algum rapaz que não tivesse família no Rio para passar o fim de semana comigo, se ele fosse meu amigo. Tinha meu quarto, ele dormiria no mesmo lugar que eu, não tinha a menor importância... Mas a família já ia olhar de cima. Não iam fazer grosseria, mas também não iam gostar. Evidentemente... Minha família, modéstia à parte, era uma gente que tinha tomado chá em criança, era gente educada... Minha mãe era uma mulher muito fina, mas não ia gostar. Ela era toda cheia daquele sistema antigo, uma mulher que nasceu em 1863... Imaginem a educação que ela teve!... Então, fui morar com esses meus amigos nessa república. Era na Rua Correa Dutra, 65, e ainda existe a casa, no Catete...

Fui para o regimento, o 1º RI na Vila... Fiz a Revolução de 30, defendendo o governo, porque tinha sido aluno do Lott, o Marechal. O Marechal Lott era muito rigoroso. Ele era professor de tática de infantaria. Mas muito justo... nós não nos queixávamos dele porque era justo. A gente fazia as coisas erradas, ele punia, mas nós reconhecíamos que tínhamos feito errado. Assim, fiz 30, defendendo o governo. Ele foi o nosso ensinador de táticas de infantaria e comandante de infantaria, meu comandante, e exerceu muita influência sobre mim... Eu era um sujeito meio folgado, meio apaisanado... e ele me botou certinho. Ele me controlava! Qualquer coisa que fizesse de errado, eu sabia que ia ser punido, então não fazia. Gostava muito dele, tinha muita admiração pelo Lott, um homem de valor... Muitos anos depois, o encontrei em Paris. Ele estava fazendo o curso da Escola Superior de Guerra em Paris, e eu estava exilado lá...

O governo, em 30, mais ou menos, desconfiava de qualquer coisa. Tanto que aqui no Rio inventou umas manobras de campo, por volta de setembro de 1930. Nós fomos para essa manobra, acampamos aí por Campo Grande... Naquele tempo, Campo Grande era mato puro! Acampamos lá, fizemos exercícios e, quando terminou a manobra, entrei de férias. Estava em casa quando estourou a Revolução de 30, no dia 3 de outubro. Logo mandaram me chamar, suspenderam minhas férias e entrei de prontidão no Primeiro, na Vila. Fiquei um dia ou dois de prontidão, quando meu batalhão foi mandado para Barra do Piraí. Naquele tempo, a ligação Rio-São Paulo

era ferroviária. Então, lá tinha um ramal da rede mineira de viação que ia para Minas, quer dizer, era um centro ferroviário. E me mandaram para Barra do Piraí exatamente para impedir a junção das forças mineiras com as que vinham pelo sul.

O meu pelotão foi destacado para um ramal de Santa Rita de Jacutinga. Fui até uma estação chamada Santo Antonio do Chiadouro, onde fiquei. Montei uma espécie de defensiva para impedir que descessem pela estrada de ferro. Seria o primeiro obstáculo. De fato, apareceu uma tropa de Minas no lado oposto. Era um pouco mais elevado, nós estávamos em um lugar um pouco mais baixo. Apareceu uma tropa, que era o batalhão da polícia de Minas misturado com vários civis, e houve conflito... aí foi o meu batismo de fogo. Mas nós conseguimos manter a posição. Ah! Houve tiroteio... Mas nós nos mantivemos vários dias lá. Só abandonamos a posição quando veio a ordem de que nos recolhêssemos à Barra do Piraí, porque a revolução tinha sido vitoriosa no Rio. Eu me recolhi e vim para o Rio, para o Primeiro. Estava nele quando fui transferido para o Terceiro, na Praia Vermelha. Para mim foi uma beleza...

O 3º Regimento era na Urca, onde é aquela Praça, agora do caminho aéreo do Pão de Açúcar. Fui para lá na mesma época em que o comando do Regimento estava sendo trocado. Tiraram um coronel que era governista, do Washington, por um tenente-coronel, que era revolucionário. Mas não fui para lá por causa disso, mas sim por uma transferência arrumada pela região. Assim fui e fiquei no Terceiro, servindo...

Lá o meu serviço melhorou um pouco porque fui escolhido para comandante da guarda do Palácio Presidencial. Eu e mais três ou quatro oficiais nos revezávamos. Aliás, rapazes que depois foram todos envolvidos em 35. Pedroso, Davi Medeiros... todos nós éramos do comando da guarda presidencial. E aí fiquei. Nisso já era mais ou menos o ano de 31.

Mas em 31, começou a surgir conosco um problema no Exército. Os rapazes que tinham sido excluídos em 22, por causa da revolta da Escola Militar, queriam voltar ao Exército. Tudo bem, tinham sido anistiados, tinham direito. Mas queriam voltar na nossa frente, como se não tivessem sido excluídos. Quer dizer, nós que saímos aspirantes depois de 22, íamos levar uma tremenda carona! Na minha turma, por exemplo, eu ia ficar como segundo-tenente por uns 15 anos! E houve então a chamada questão dos

Picolés. Eles tinham o apelido de “picolé”, porque foi quando se lançou aqui no Rio esse sorvete. E eles, como os picolés, já vinham “prontos”! É... Não precisavam fazer o curso da Escola Militar, porque já vinham prontos como tenentes, Como primeiro-tenente! Picolés... E essa questão dos Picolés agitou muito os subalternos. Todo mundo começou a gritar:

– Pode ser que eles venham a comer nosso lugar!

– Não, mas eles têm direito...

Eles tinham bons padrinhos, tinham feito a revolução, vinham com fama de revolucionários... e a coisa foi ficando preta. Houve uma reunião no Clube Militar em que participei. Comecei a me meter nessas coisas por aí... no caso dos Picolés.

Eu participei, houve muita agitação, os oficiais estavam muito exaltados, com discursos muito violentos, a coisa foi se agravando... De modo que quando fui promovido a primeiro-tenente, em vez deles me classificarem onde já estava, me mandaram para o Rio Grande do Sul.

Eles resolveram o problema dos Picolés da seguinte forma: criaram um quadro paralelo, eles e nós. Quando era promovido um de nós, era promovido um deles. Isso foi até esgotar o quadro. Foi há muitos anos, tem gente até que nem se lembra mais disso...

Então, lá fui eu para o Rio Grande do Sul. Para o Oitavo, lá na Serra Gaúcha. Mas antes tinha havido uma reunião violenta na linguagem, no Clube Militar. Eles puniram o pessoal que tinha comparecido nessa reunião com quatro dias de detenção. Eu, inclusive. Mas, como tinha sido transferido para o sul, deveria cumprir a pena lá na minha brigada, que era em Santa Maria. Iria daqui do Rio, chegava em Santa Maria, passava quatro dias preso e depois seguia... Essa foi uma das coisas mais interessantes da minha vida militar. Houve o pedido de punição, mas não consta. Não fiquei preso quatro dias. Nunca fiquei preso. Embarquei daqui para o Rio Grande, me apresentei em Porto Alegre, na Região, depois fui para Santa Maria, me apresentei na brigada, não me disseram nada, e segui para Passo Fundo.

Cheguei lá e encontrei o 8º Regimento, completamente reduzido. Deveria ter três batalhões, tinha dois. E um não era lá, mas sim em Cruz Alta, que ficava, naquele tempo, a algumas horas de trem. Agora não sei... Tem estrada de rodagem... deve estar perto. Nem sei se ainda tem tropa em Cruz Alta. Fui e me apresentei ao meu comandante em Passo Fundo. O

comando do regimento do primeiro batalhão era lá. Do segundo batalhão era em Cruz Alta.

Pois bem. Me apresentei a um tenente-coronel, já idoso, velho, estava à beira de cair na compulsória. O afundaram para lá para completar o tempo dele. Um bom homem... Mas verifiquei o seguinte: todo o regimento, tirando o coronel e o capitão, havia três oficiais de curso. Três oficiais que tinham cursado a Escola Militar, sendo que um deles era Picolé. O resto eram tenentes comissionados, como os sargentos comissionados... Eu era o mais novo dos três tenentes de curso, mas não sei por que me deram o cargo de ajudante do regimento, que, logicamente, deveria caber ao mais antigo. Era um cargo de capitão. O coronel me disse:

– O senhor vai assumir a ajudância do regimento.

– Sim, senhor.

Não havia dúvida... Não ponderei nada. Ele sabia o que estava fazendo... ou deveria saber. Assumi a ajudância e os serviços todos dali, inclusive a estação de rádio. Botei tudo em ordem, arrumei as coisas, instruí o pessoal da minha maneira... Mas já havia umas quatro mensagens sobre o que aconteceria em 32. Isso foi no começo de 31. Eu pensava: “Que diabo?...”. Um rapaz da estação de rádio veio para mim e disse:

– Tenente, tem umas chamadas aí, umas transmissões esquisitas, cifradas, e muitas transmissões de Mato Grosso para São Paulo, e vice-versa também...

– É? Então, faz o seguinte: não diz nada para ninguém. Aqui entre nós: vamos organizar uma escuta para ver o que sai dali. Não diga para ninguém, só para mim...

E ele fez a tal escuta e confirmou o que tinha ali. Fui ao coronel e participei a ele o que tínhamos descoberto, não dizendo que tínhamos organizado uma escuta, mas sim como se fosse por acaso:

– Por acaso... o soldado, no rádio, pegou essa transmissão assim...

O coronel disse:

– Ah! Não tem importância, deixa para lá... Não se preocupe com isso não...

– Está bem.

Achei aquilo esquisito... Depois vim a saber o porquê. O coronel já estava simpatizando com a Revolução Constitucionalista. Mas eu disse ao sargento:

– Olha, continua com isso e vai me pondo a par.

E ele continuou e confirmou tudo o que nós desconfiávamos. Tanto que eu soube da Revolução Constitucionalista antes de nos ser oficialmente comunicado, porque São Paulo começou a irradiar, convocando todos a aderirem, e nós pegamos. Nós pegamos... Calei e tomei minhas providências pessoais, pensando: “O negócio é o seguinte: estou com o governo. Mas vamos ver quem é que se levanta aqui”. Eu fiquei com o governo.

Recebemos comunicação e ordem de embarque. Embarcamos de um dia para o outro. Destacamos um regimento e uma composição da viação férrea do Rio Grande do Sul e junto conosco embarcou um regimento da brigada de cavalaria do Rio Grande, que também era sediado lá. Bastante gente, noite e dia, dentro do trem. Só paravam para trocar a locomotiva. Mudar a locomotiva, botar água e azeitar... Chegamos num dia, no final da tarde. Já tinha uma ordem, e estava lá o comandante do destacamento do Exército Sul, General Valdomiro Lima, que era parente da Darcy, mulher do Getúlio. E já tinha umas tropas engajadas na frente de Itararé. A Companhia de Metralhadoras do meu regimento recebeu ordens de se juntar, reforçar essas tropas que estavam em Itararé. As tropas deviam fazer frente em Itararé e um grupo saíria pela esquerda, para ver se pegava os paulistas por trás. Bom, assim foi. Lá foi a Companhia de Metralhadoras. Era comandada por um primeiro-tenente que tinha sido ajudante de ordens do Ministro da Guerra do Washington Luís. Lá foi ele por uma estrada vicinal, uma estradinha vagabunda. Ele deveria sair pela esquerda, até a altura do Rio Itararé, onde dava vau para poder passar para o outro lado. Não havia embarcação, não tinha jeito... assim foi. Às 10 horas da noite, o comandante me chamou e disse:

– Olha, tenente, pegue esse memorando. O senhor vai assumir o comando da Companhia de Metralhadoras e mande o capitão, os tenentes se apresentarem.

– Mas como, coronel?

– O senhor pegue o comando da Companhia.

Eu perguntei:

– O senhor não me fornece uma escolta, pelo menos?

– Ah, não. Não posso lhe fornecer escolta porque nós não temos efetivo disponível para isso. O senhor vai sozinho.

– Coronel, o senhor me permite levar pelo menos meu ordenança? Para não ir completamente só... Em dois o negócio já melhora muito, conforme a situação...

– O seu ordenança o senhor pode levar.

Peguei o cavalo, montei e saí noite fechada por aquela estradinha. Eu e meu ordenança. Eu com uma pistola regulamentar e meu ordenança com um mosquetão, que era um fuzil curto. Ele se chamava Francisco Joaquim. Eu disse:

– Sr. Joaquim, vamos jogar com a sorte...

– Mas tenente...

– Vamos ver o que vai sair disso aí. Nós dois contra aquela Companhia. Nós vamos cumprir a ordem.

E fomos. Fomos... Por sorte, o tenente não tinha atravessado o rio, porque dava vau no verão, mas eles não contavam que era inverno e que tinha chovido muito nas cabeceiras do rio. O rio estava engrossado. De modo que não dava vau de jeito nenhum. Eles estavam passando... a Companhia de Metralhadoras. Naquele tempo, as metralhadoras eram carregadas por moares, burros... Tinha que passar o material, sem molhar, depois os burros... os animais iam puxados por uma corda, nadando pelo rio. E nós tínhamos que passar. E, nessa lufa-lufa de passar, ele ainda não tinha conseguido atravessar o rio, estava do lado de cá. Cheguei lá, apresentei-lhe o memorando, e disse:

– Olha, lamento, mas minha missão é essa. Vim substituir você no comando. Está aqui o memorando do coronel, dando ordens.

– Mas como? Por quê?

– Não sei. Sei que recebi ordens de vir substituir você no comando, de acordo com esse memorando...

– Isso... deve estar enganado!

– Sim. Mas como é que nós ficamos? Você vai ter que me passar o comando.

Ele passaria se quisesse. Nós éramos dois, ele tinha sessenta homens! Não adiantava querer resistir porque estava liquidado. Era isso mesmo...

– Você vai me passar o comando?

Ele hesitou um pouco e disse:

– Vou. Vou esclarecer isso lá na retaguarda. Vou ver o que há comigo...

O fato é que passou o comando. Eu assumi o comando ao lado de cá do rio. Reuni o pessoal, botei em forma, e disse:

– Em virtude do memorando do coronel que acabo de entregar ao tenente Fulano, eu assumo o comando da Companhia nesse momento. Vamos continuar a transpor o rio...

Passou todo mundo. O grupo final era eu, meu ordenança e mais dois ou três soldados. Depois que todo mundo passou, e que estavam na outra margem, nós então passamos. Lembro que levei meu cavalo nadando pela rédea, foi difícil... eu dizia:

– Você vai, como se tivesse um motor de popa seu!

Engraçado!... E passei para o outro lado do rio.

Julho, no Paraná! Fazia um “calor”, para não dizer o contrário, que vou contar! E completamente molhados! Eu estava encharcado! A bota molhada... Uma bota molhada não há quem tire! Tem que deixar secar para tirar. Fizemos uma fogueira e ficamos ali, tiritando de frio, esquentando, botando a sola do pé na labareda, para esquentá-lo e para secar o calçado. De manhã, ao raiar do dia, nós prosseguimos a marcha, tal como tinha sido determinado pela Companhia. Chegamos lá e, felizmente, não houve nada. Não houve necessidade de combater, porque o pessoal de São Paulo pegou o trem e se mandou para a retaguarda. Nós entramos em Itararé vazia.

Bom, aí já fiquei à disposição do comandante da tropa de Itararé. Organizou-se uma vanguarda no destacamento do Exército Sul, comandada por um tenente-coronel de artilharia do Rio Grande, o Coronel Dorneles, que também era da família do Getúlio. E eu, numa tropa de infantaria, embora fosse de metralhadora, fui agregado a essa vanguarda. Eu fiz toda a revolta de São Paulo nela até Itapetininga. Quando chegamos lá, acabou a Revolução.

Pensei se iria voltar para o Rio Grande, o que iria fazer, mas, com surpresa, fui mandado para Santos. Fiquei lá uma temporada como uma espécie de tropa de ocupação. Nesse ínterim, o pessoal que estava mais ou menos comprometido com a Revolução Constitucionalista foi se escapando. O coronel, pouco depois que esse tenente passou o comando para mim, deu parte como doente, baixou ao hospital. Semanas depois, o capitão que assumiu o comando no lugar do coronel, também fez o mesmo. Um primeiro-tenente assumiu o comando do regimento. Imaginem! Foram indo... e sei que, quando chegou em Itapetininga, eu tinha sido nomeado comandante do batalhão: um primeiro-tenente promovido naquele ano! Tal a confusão que existia...

Mas assumi o comando do batalhão, levei o pessoal para Santos, e fiquei lá. Em Santos, encontrei um oficial que era ajudante de ordens, general-comandante de uma brigada aqui no Rio, a 2ª Brigada de Infantaria, e conversei com ele:

– Vocês não têm uma vaga lá no Rio? Porque sou carioca, queria voltar para minha terra...

Ele deu um jeito e voltei para o Rio, para o 2º Regimento de Infantaria, também na Vila. Minha família estava no Rio, eu escrevia...

Estava lá no 2º RI, me dando muito bem... Um dia, encontrei na cidade um major que tinha servido comigo no Terceiro, quando estive lá. Ele agora era coronel, e estava comandando. Ele gostava muito de mim, nos dávamos muito bem. E ele disse:

– Ô rapaz! O que você está fazendo no Rio que não está lá no Terceiro?

– Mas coronel... isso não depende de mim!

– Deixa que vou arrumar isso...

Naquela mesma semana, fui transferido para o Terceiro. Quer dizer que servi no Terceiro duas vezes: em 31 e em 33.

Esse coronel era um homem excepcional: bom, correto, honesto... um verdadeiro – como chamávamos naquele tempo – “pai de soldado”. O regimento era uma beleza! Os oficiais tinham feito todos juntos a Revolução, de modo que tinham uma grande amizade, uma grande intimidade... Era uma casa de família! E ele era o comandante, o Velho. Ele era o mais velho de todos. Todo mundo, ninguém tinha coragem de desagradar ao Velho. Ele falava uma coisa, era aquilo. Se quisesse, era um verdadeiro caudilho. E assim fomos até 1935. Sem maiores novidades, aquela rotina de vida de quartel... O regimento era muito requisitado. Naquele tempo, não havia batalhão de guarda, não havia nada disso. De modo que o regimento que era o único da cidade e era muito solicitado para escoltas, guardas... tinha uma rotina pesada.

Quando veio o Movimento de 35, o coronel foi até certo ponto uma pedra no sapato. O Movimento da Aliança Nacional Libertadora dentro do quartel foi muito fácil. Mas esbarrava no comandante. Quem é que ia desagradar ao Velho? Ninguém o desagradaria... Estávamos nós nesse impasse...

O Movimento veio da seguinte forma: é a história da ANL – Aliança Nacional Libertadora. Logo depois da Revolução de 30... todos sabem que

o Movimento Tenentista tinha um programa popular e nacionalista. Eram aqueles oficiais que tinham feito 22, 24, alguns que tinham feito a Coluna do Prestes e que tinham se desligado do Prestes na Revolução de 30, porque ele foi contra. Esses tenentes achavam que a Revolução de 30 devia ser feita porque era uma possibilidade de melhorar a situação, e se desligaram do Prestes. Esse era o chamado grupo tenentista do Exército. Esse grupo tenentista forneceu ao Getúlio um programa político e social, de reformas sociais e políticas. E Getúlio recebeu e acatou esse programa no discurso que fez na Esplanada do Castelo, aqui no Rio, em 1930. Ele encampou aquela coisa toda.

Mas, feita a Revolução, o Getúlio enfiou, guardou o programa na gaveta. Os tenentes ficaram ressabiados. Fundaram, então, o chamado Clube 3 de Outubro. Pouca gente fala nesse negócio... O famoso Clube 3 de Outubro era uma associação, um clube político destinado a lutar por aquelas partes do programa do tenentismo. O governo foi surpreendido pela criação dele e lançou mão do seguinte recurso: o General Góis Monteiro, que era o Ministro da Guerra – que quando o Getúlio queria fazer uma trapalhada dentro do Exército era através dele que fazia –, começou a infiltrar elementos no Clube 3 de Outubro para descaracterizá-lo. Conseguiu. Houve muita luta, discussão, debate, aborrecimento, briga e esse grupo tenentista retirou-se do Clube. Eles acabaram ficando em minoria e saíram. O Clube também acabou logo, no mesmo mês em que eles se retiraram. Não se falou mais... Este grupo tenentista que saiu do Clube 3 de Outubro é que foi o núcleo militar que fundou a Aliança Nacional Libertadora, junto com alguns elementos civis. O miolo era esse pessoal do 3 de Outubro.

A ANL teve uma aceitação espantosa, realmente espantosa... A simpatia, as adesões... aquilo parecia pólvora. Pegava. Ela tinha núcleos em todas as principais cidades do país, em toda parte... Tinha até núcleos de bairro... uma coisa espantosa! E como esses oficiais tenentistas eram sujeitos hábeis, sabiam muito bem o que fazer, tinham cultura, uma atuação política e... Não possuíam aquela cultura política livresca do começo da República, dos positivistas, que citavam Comte etc. e tal... Ao contrário. Eles tinham atuação política, teoria e prática. Então, não aceitavam cargos de gabinete, de departamentos. Eles só aceitavam tropa. Estavam classificados nos corpos de tropa e através deles a ANL entrou na tropa.

Mas entrou com a mesma facilidade que no meio civil. Aliás, os soldados fazem parte da população, de modo que ela se manifestou pela ANL e os incluiu também. E aqui, os oficiais que eram simpatizantes, membros da ANL, ajudaram nessa penetração. Foi assim que se fez a preparação de 35.

Em janeiro, fevereiro de 35, eu estava no Clube Militar quando encontrei com um desses oficiais tenentistas. E, já naquela época, ele teve uma conversa comigo a respeito da deposição do Getúlio. A ANL só foi fundada oficialmente em março, 21 de março de 1935. Foi fundada e impressionou todo mundo!

Nessa conversa, primeiro falamos da situação política, como estava o país etc. Porque o Getúlio, depois de 32, venceu São Paulo, mas foi se acomodando com os políticos paulistas do antigo PRP. Todos sabem que aquela conversa de Revolução Constitucionalista, aquilo tudo, foi uma tapeação... Foi o PRP que tinha perdido o poder em 30 e queria reclamar em 32, todo mundo sabe... E o Getúlio já estava se virando para São Paulo, já tinha apresentado na Câmara o projeto da Lei de Segurança Nacional, que era de arrocho, exatamente para apertar qualquer manifestação contra o governo. Tudo isso desagradava. Então, esse meu amigo conversou comigo e disse:

– Só tem um jeito: nós precisamos depor esse governo, como depusemos o do Washington Luís, para fazer cumprir nosso programa. Nosso programa está sendo desvirtuado. Quando cumprido – fingindo que está sendo cumprido –, está sendo desvirtuado. Finge que está fazendo o que nós queríamos... Isso não pode continuar...

E ele me arrastou para a ANL. Era o Capitão Carlos Amoriti Osório, capitão de artilharia, um rapaz do Paraná... Aí lá fui eu para a ANL. Acabei entrando...

A ANL cresceu e no dia 5 de julho quis fazer um comício monstro. O governo atrapalhou e ela fez um comício, uma sessão solene, na sede dela. Teve tanta gente que encheu o Largo da Carioca. Aí o governo ficou preocupado com aquele surto repentino e fechou a ANL. Mas já era tarde... O trabalho para a Revolução de 35 estava feito.

Então, entrou em cena o Partido Comunista. A ANL era uma coisa muito romântica... mas desorganizada. O Partido Comunista tinha exatamente a organização. E sucedeu o que é normal: o organizado dominou a desorganizada. Então, o pessoal do PCB, de certo modo, controlava o movimento da ANL. Isso todo mundo sabe, não tenho nada para falar...

Minhas atividades na ANL eram à noite, porque durante o dia eu estava preso no quartel, de manhã, desde a alvorada, até as cinco horas da tarde. No quartel o pessoal distribuía jornal, panfleto, documentos... Eu não escrevia nada. Eles recebiam e distribuía... O organizador do Movimento no Terceiro, todo mundo pensa que foi o Agildo Barata, mas não foi. Ele estava preso disciplinarmente no Terceiro, quando o Movimento eclodiu. Tanto que ele devia ser solto no dia seguinte, dia 28, e seguir para o sul onde estava classificado, acho que no 8º Batalhão de Caçadores. Sétimo ou Oitavo...

Quem preparou todo o Movimento no Terceiro Regimento, quem organizou aquilo na moita, sem que ninguém percebesse, nem desconfiasse, foi o meu comandante de Companhia, o Capitão Álvaro Francisco de Souza. Ele fez e organizou tudo aquilo... escondido. Tanto que se fala no Agildo e não se fala nele. Era tão moiteiro a esse ponto. Ele nunca reivindicou a coisa para ele e sei que foi ele. Sei que foi... Ele conversava com o pessoal, ia vendo aqueles mais simpáticos, ia conversando...

O Velho não sabia de nada. Ninguém tinha coragem de desagradá-lo! Mas houve uma atitude estúpida do Ministro da Guerra que favoreceu tudo. O Velho, na época da Semana Santa, entrou de férias e foi passá-las numa estação de águas, não me lembro qual... acho que era em Caxambu, com a família. E quando ele estava lá, em férias, o Ministro da Guerra o substituiu no comando por um oficial completamente diferente! O contrário dele! Foi esse o comandante que estava à frente do Regimento em 35, porque se o Velho estivesse no comando ia ser difícil fazer a Revolução, a não ser que ele concordasse. Se ele concordasse... mas se fosse contra, ia ser muito difícil... Aí facilitou tudo. O outro comandante, que era o oposto dele, tornou-se muito antipatizado dentro do Regimento. Ora, era “mel na sopa”. Esse coronel ainda foi ferido em 35 porque o governo bombardeou o quartel com artilharia e um estilhaço ainda o feriu. Acho até que ele se aposentou em consequência disso. Não sei, porque depois eu fui preso, não me interessei por isso...

Eu achava que devia fazer o Levante. Estava inteiramente entrosado com o programa da ANL. Mas entrei no Movimento pela ANL. Nunca fui do Partido Comunista. Nem simpatizante, nem nada. Entrei nesse negócio pela vertente tenentista da ANL. Bons tempos...

Nesse dia, eu não estava de serviço. O oficial-de-dia não recorro quem era... Era um oficial legalista, parece... Nós antecipamos o Movimento porque o governo veio a saber dele. Não se sabe direito, fala-se uma coisa e outra, mas não se tem certeza de como o governo veio a saber. Mas ele estava informado de que ia haver qualquer coisa. Tanto que o Intelligence Service estava inclusive informando o governo brasileiro. O Intelligence Service era inglês. É o que se diz...

O sinal combinado foi uma rajada de metralhadoras. Demos uma rajada: PRRRRRR! E pronto. Começamos a prender os oficiais legalistas. Eu não precisei prender ninguém porque toda a minha Companhia entrou! Todo mundo... os oficiais, soldados, sargentos, tudo. O comandante da Companhia era quem tinha feito todo o serviço lá. Os outros oficiais que começaram a prender os respectivos comandantes. Aí o governo mandou tropas... já tinha tropa fechando a Urca. Aquilo é um gargalo de garrafa. Fechou o gargalo, não sai ninguém. O governo fechou ali a certa altura:

– Hi! Nós não podemos sair...

Aí eles nos massacraram até a rendição. Incendiaram o quartel, bombardearam... A luta foi muito dura! Porque brigar no meio de um incêndio não é brincadeira não...

O efetivo era grande, 1.700 soldados. Mesmo para aquela época, era um efetivo grande. Lutamos até que vimos que estávamos nos suicidando... Não tinha saída, então, nos rendemos... Eu saí de lá escondido. No meio daquela confusão toda, estavam organizando uma lista de oficiais.

– Fulano participou, Fulano não participou...

Botei meu nome como não tendo participado. No meio daquela confusão toda, desci, estava garoando, era uma garoa paulista, friazinha... estava um dia assim. Eu desci ao pátio com o meu capote. O capote do novo plano de uniformes, era diferente do capote antigo. Parecia essas capas que chamam “*rench coat*... Desci ao pátio para sair, ir embora, quando encontrei um amigo meu, meio perdido no pátio, um companheiro que tinha participado do Movimento, ferido no pescoço, com um lenço amarrado. Mas o lenço estava ensanguentado... Então, disse para ele:

– Vamos embora!

– Vamos. Mas como?

– Mas, espera aí. Você não pode ir assim com esse lenço... Isso vai chamar a atenção. Vamos trocar de capote.

Trocamos, ele tinha mais ou menos o mesmo corpo que eu. Ele estava de capote também, mas o dele era do antigo... o meu tinha uma gola que podia levantar. Eu disse:

– Vamos trocar de capote, você levanta a gola e não se vê nada.

Dito e feito. Trocamos de capote, ele levantou a gola e saímos... Foi uma confusão danada, o quartel estava em escombros... por causa dos bombardeios, caíam os pedaços do muro... tinha pegado fogo! Até nós ríamos:

– Só assim acabaram com os percevejos do Terceiro!

Engraçado! Os percevejos do Terceiro só acabaram com aquele bombardeio...

Pois bem. Então, saímos, pelo chamado portão de serviço das viaturas, que era junto ali ao muro da estação dos bondes. Saímos por ali, tinha uma pracinha defronte. Naquela praça, ficamos assim, procurando, nos orientando... Quando vejo uma dessas coisas impressionantes num momento como aquele: um táxi! No meio daquela confusão apareceu um táxi!... Eu ainda me lembro da cor e da marca: era um dos carros chamados Portland, azul-claro, dirigido por um português. O português, tranquilamente sentado ao volante, no meio daquela confusão! Fios de telefones partidos pelas balas, tudo arreventado... Mas uma figura tranquila! Eu cheguei perto dele e disse:

– O senhor está livre?

– Estou.

Disse ao meu amigo:

– Entra aí.

Ele entrou e mandei tocar para Ipanema, porque minha família, nessa época, morava lá, na Prudente de Moraes, e esse meu amigo morava num prédio na Visconde de Pirajá, perto exatamente da antiga Montenegro, que agora é Vinícius de Moraes:

– Toca para Ipanema.

E o português tocou para lá. Mas, na altura do Iate Club, melhor, na altura do portão da atual Universidade Nacional, que naquele tempo era hospício, tinha uma patrulha do Exército comandada por um oficial, um segundo-tenente comissionado, governista. Eu disse para esse meu amigo:

– Olha, vamos enfrentar essa situação ou então nós não passamos.

Nós estávamos armados. Botei minha pistola dentro do bolso do capote e fiquei pronto. Se ele chegasse perto de mim e dissesse:

– Está preso!

Eu atirava nele... E o português teria que correr com aquele carro de qualquer jeito porque, se não corresse, quem corria era eu. Sabia dirigir, não é?

O oficial chegou perto, identificou, nos viu, e o português disse:

– Vamos passando?

Ele respondeu:

– Ah! Pode passar.

E nos deixou passar. E fomos para Ipanema. Deixei esse rapaz na casa dele e fui para a minha casa. Ele morava na esquina na Montenegro, como estava dizendo, e eu morava na Prudente de Moraes, quase no final, com a Rua Aníbal de Mendonça. Naquele tempo o nome dessa rua era Jangadeiro. Morava quase na esquina de Jangadeiro.

Minha família não sabia de nada. Eu cheguei em casa e contei o que tinha havido.

– Como você vai se meter numa coisa dessas?!

– O que é que eu vou fazer?... Agora está feito. Não tem que chorar o leite derramado...

Mas voltei ao quartel, no dia seguinte. Fui designado para fazer o levantamento do material – não me recordo de que, se do 3º Batalhão, alguma coisa assim... E estava fazendo esse serviço quando fui preso. Porque alguém me viu durante o movimento revolucionário e deve ter me delatado:

– Não, ele estava metido! Eu vi, fez isso, aquilo, aquilo outro...

Então, me mandaram prender. Foi no dia 30 de novembro. O Movimento foi no dia 27, voltei lá no dia 28, 29 e no dia 30 fui preso. Fui preso por um oficial que até era meu amigo. Mas ele tinha que cumprir ordens do comandante da região... Sai daí direto para a Casa de Detenção. Lá encontrei todos os outros oficiais que tinham sido presos na hora. Conhecem aquela fotografia com o pessoal de braços dados? Pois é, estava todo mundo lá... Aliás, daquela foto, o Gutman é o único que está vivo. Encontrei o pessoal e passamos a nossa fase de cadeia.

Nós não fomos vítimas de violência. Naquele tempo se usava isso, fizeram violência, mas não com os oficiais. Eles ainda respeitavam um pouco a farda... Depois, agora em 1964, a violência foi feita pelo Exército. O Exército se tornou um quartel de polícia. Naquele tempo, não. Fez o papel dele:

combateu a sublevação, prendeu o pessoal, entregou para a polícia e saiu fora. Não houve nenhum oficial preso em quartel. Nenhum quartel serviu de prisão para elementos subversivos. Nenhum se prestou a isso. Em 1964, foi completamente diferente: os quartéis foram prisões. Naquele tempo, não. O Exército nos dominou e nos entregou para a polícia civil, que sempre nos respeitava um pouco...

Bom, fiquei no pavilhão dos primários. Como não fui preso com as armas na mão porque fugi, não fui classificado como cabeça. Como não era cabeça, fiquei na sala dos primários. Nos primários o que nos aborrecia era a falta de liberdade para poder sair. O resto não. Era uma companhia muito agradável... tínhamos professores universitários, o Graciliano Ramos, o Maurício de Lacerda, o Barão de Itararé! Ele fazia a gente rir o dia inteiro com as piadas dele... Jogava as famosas partidas de xadrez do Barão de Itararé com o Francisco Mangabeira, e era de morrer de rir! Eles jogavam... engraçado! O Barão roubava! O Chico comia as pedras dele, a gente ia lá e dava para o Barão, que as ressuscitava! O Barão chamava de “partidas paraguaias” porque as peças, os peões, morriam e ressuscitavam!... Era uma referência aos soldados fanáticos do Lopez na Guerra do Paraguai: diziam que eles morriam em combate e ressuscitavam em Asunción... Então, por isso, o Barão dizia que eram “partidas paraguaias”. O Chico dizia:

– Mas não pode ser! Eu já comi essa peça...

– Não! Está aqui...

Era uma diversão... Quer dizer, aborrecido apenas por quê? Pela falta de liberdade. Mas a convivência era de primeira ordem. Nós organizamos verdadeiros cursos com os professores universitários... Cursos sobre política, economia... Várias pessoas participaram: estava preso lá o Leônidas de Resende, o velho Castro Rebelo, o professor Carpenter, o Hermes Lima! Esses eram os mais destacados. O Castro Rebelo ficou muito meu amigo. Nós conversávamos muito... Engraçado! Ele era meio neurastênico... Ele tinha um amigo que saía, de manhã, acordava, pegava a toalha de banho, ia tomar banho, o Carpenter perguntava:

– Fulano, como é que está essa água aí?

Esse amigo dele dizia:

– Está gostosa.

O Carpenter dizia:

– Gostosa!? Não pode ser... a água é fria ou quente!

Todo dia tinha aquela coisa, aquela diversão... Aquela gozação! A gente acordava, tomava café, ficava por ali, organizava os cursos, até a hora do almoço. Depois, de tarde, tinha sempre umas conversas... De noite, a gente se recolhia a hora que queria. Tinha rádio, no pavilhão dos primários, e o Gutman cantava... Eu estive nesse pavilhão só algum tempo. Meu maior tempo foi na sala da capela, onde ficavam os professores, os corréus, inclusive eu...

Nos primários foi um bom tempo, um tempo de agitação. Fazia-se lá o mesmo que se fazia na sala da capela. Nos primários, tinha uma sala separada, onde estavam presas as mulheres: Beatriz Bandeira, Olga Benário... quem mais?... a Elise do Berger, Saborovsky, não lembro o sobrenome dela... A Eneida de Moraes... a Carmem Guioldi, a Valentina Leite Bastos... A Valentina era dessa família Dias Leite. A gente, quando passava, falava com elas, mas não tinha contato certo. Minha família ia me visitar na cadeia, tinha um dia marcado, não me recordo mais qual era o dia... E aí está minha história...

Fizeram uma avaliação do Movimento, mas uma coisa muito ligeira... e parece que não concluíram... Eu achava que tinha dado errado por falta de preparação. Vários fatores. Falta de preparação, principalmente. Não se fazia uma coisa dessas como foi feita, né? Estourou lá em Natal, em Recife, e estourou no Rio por causa disso! Que diabos... Depois dos movimentos lá terem sido completamente dominados...

Anos depois, escrevi esse documento, que contém minha avaliação dos antecedentes do Movimento e um pequeno resumo autobiográfico até 1935, com vários pontos que já narrei aqui e outros ainda não esmiuçados:

Causas que deram origem à sublevação do 3º RI, na Praia Vermelha, na madrugada de 27 de novembro de 1935, ou de como me tornei perigoso elemento subversivo

As causas que deram origem à sublevação do 3º RI, na Praia Vermelha, na madrugada de 27 de novembro de 1935, parecem relativamente fáceis de apontar; são, porém, muitas e as mais diversas; inclusive circunstâncias imponderáveis concorreram bastante para ela. Contudo, creio não exagerar dizendo que aquele movimento foi, sem dúvida, o último lampejo do Tenentismo, já àquele tempo considerado morto e enterrado pelo governo Vargas.

Como é do conhecimento geral, a revolução de 30 só foi possível, da forma como o foi, porque os políticos da Aliança Liberal puderam contar com o braço tenentista que fizera 22, 24 e a Coluna Prestes. Entretanto, vitoriosos em vinte e poucos dias e entronizado na chefia do governo provisório o seu chefe civil, este logo percebeu – se é que já não sabia disso há muito – que não lhe seria fácil atender as reivindicações dos Tenentes sem graves prejuízos para os interesses do seu grupo político. Consequentemente, a partir de meados de 31, começaram a fervilhar os descontentamentos de toda espécie que, habilmente aproveitados pelos antigos dirigentes paulistas, culminariam na revolução de 32. Todos os que viveram aqueles dias agitados devem de se lembrar, ainda, como era tão precária a posição do chefe do governo, praticamente quase derrubado e sem saber com quem contar.

Dois fatos, que me foram contados por seus protagonistas, poderão servir de exemplo do que digo. Ao estourar a chamada Revolução Constitucionalista, em São Paulo, na noite de 9 de julho de 1932, a situação de Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, era tão insegura que o comandante Cascardo sugeriu-lhe recolher-se a um dos encouraçados na Guanabara, sugestão que, diga-se de passagem, Vargas recusou com a maior determinação. Quando o 3º RI embarcou para a frente do Vale do Paraíba – segundo me contaram – seus oficiais, já nas plataformas da estação Pedro II, não sabiam se defenderiam o governo ou adeririam aos revoltosos paulistas; e só a presença de emissários governamentais altamente qualificados decidiu-os a se manterem fiéis à legalidade.

Ainda aí, os Tenentes mais esclarecidos que salvaram Vargas, numa tentativa de salvar também o que até agora restava da revolução de 30. Bem me lembro deles, isto é, daqueles que conheci mais de perto, e da atividade que desenvolveram. Que capacidade de luta! Contudo, vencida militarmente, a revolta paulista acabou por se impor politicamente, graças às vaidades e ambições habilmente trabalhadas, e, em consequência, Vargas torna a se afastar do Tenentismo, voltando a se aliar aos políticos tradicionais depostos. Quando essa manobra se tornou patente, logo depois de aprovada a Constituição de 34, os remanescentes do Tenentismo não puderam mais alimentar dúvidas: estavam marginalizados do governo que implantaram e, ainda há pouco, tinham salvado. Novamente volta a ferver o caldeirão político com a resistência dos Tenentes à derrubada de seus últimos companheiros pela maré montante conservadora.

Nesse ambiente de agitação, favorecido pelas garantias constitucionais recém-aprovadas, é que, então, começavam a se esboçar as linhas gerais das próximas lutas. Começa-se a se tomar posição para os choques inevitáveis que se aproximam e que, na verdade, já vinham tomando corpo há muito, desde antes da Constituinte, lá pelos meados de 33. Assim, aos trancos e barrancos, chega-se ao fim de 34, começos de 35.

Cabe, aqui, um parêntese autobiográfico para melhor me situar no contexto acima resumido.

Filho de uma família tipicamente pequeno-burguesa, cujo chefe desfrutava de sólida posição em tradicional companhia de seguros, um de cujos fundadores fora seu próprio cunhado, estudei num dos mais afamados colégios religiosos do Rio, à época. Ao fim do curso secundário, confesso que minha vocação ainda não se manifestara claramente. Médico, como meu padrinho, um dos melhores clínicos da cidade? Advogado, como alguns dos parentes mais chegados? Por que não engenheiro? Mas, um belo dia, influenciado por companheiros do colégio atraídos pelas facilidades oferecidas pela Escola Militar, vazia em virtude da expulsão dos cadetes, em 22, decidi-me de uma vez por todas: seria militar! Minha resolução causou o efeito de uma bomba no seio da família; fui duramente combatido por toda a parentela; pais, tios, tias, primos, mas teimei e venci. Realmente, confesso que a carreira militar, naqueles tempos – já para não falarmos de épocas mais remotas –, não era bem-vista em certos meios. Mal pagos e muitas vezes recebendo com grande atraso, principalmente os que serviam no interior, nossos militares não tinham fama de pontuais pagadores. Uma de minhas tias, por exemplo, que era proprietária de várias casas em São Cristóvão, onde antigamente se concentravam os quartéis, antes da construção da Vila Militar, no quadriênio Hermes, evitava alugá-las a militares, por considerá-los maus inquilinos. Por fim, apesar de todas essas prevenções e, particularmente, contra a mais ferrenha oposição de minha mãe, que não suportava farda, lá fui eu sentar praça de cadete em 1º de abril de 1924.

No velho Realengo, desfrutei uma das épocas mais felizes de minha vida. As facilidades de matrícula, proporcionadas pelo governo, a fim de preencher os claros deixados pelos rapazes excluídos, carrearam para a velha escola gente de toda a espécie e de todas as procedências. Que trabalho tiveram, depois, nossos comandantes para separar o joio do trigo! Havia uma verdadeira boêmia entre os cadetes, cuja fina flor se concentrava na turma que, depois, ficaria famosa sob a denominação de Velha Guarda, aí pelos idos de 26/27. Oh, o de que não era capaz o pelotão dessa Velha Guarda de saudosa memória!

Não obstante, nos primeiros tempos, a adaptação ao novo ambiente de vida foi chocante para mim, nascido e criado no meu círculo social familiar acima referido e educado, durante dez anos, dentro da rígida doutrinação religiosa do meu colégio. Contudo, em pouco tempo superei essa dificuldade e pude usufruir o outro lado da medalha: a qualidade do ensino, que abriu para mim as portas de um mundo novo. Ainda tive como professores velhos coronéis que haviam participado como cadetes e alferes-alunos na proclamação da República e sido discípulos de Benjamin Constant, e cujas aulas,

impregnadas dos ideais positivistas, muito contribuíram – se é que não foram o motivo principal – para quebrar minha formação anterior.

Entretanto, já pelo fim do curso, feito através de toda sorte de peripécias e vicissitudes, vim a ter um chefe de instrução que era um excelente oficial instrutor, com perfeito conhecimento do que ensinava e disciplinador severo, mas justo. De modo que, ao terminar o 3º ano do curso fundamental, eu era outro homem: o exemplo e a capacidade do instrutor tinham modificado completamente o cadete “descansado”, de forma que, ao ser declarado aspirante, eu poderia, com toda justiça, ser considerado um rematado subalterno de infantaria. Já agora oficial, fui classificado no 1º RI, na Vila Militar, onde iniciei minha carreira sob o comando de um velho coronel que vinha dos começos da República e onde os moços aspirantes de vinte e poucos anos mais pareciam meninos de colégio entre austeros senhores casmurros e sempre mal-humorados.

Foi no dia a dia da vida de caserna que comecei, na verdade, a conhecer o Exército, suas grandezas e misérias. Aquele ano foi um período particularmente perturbado da política nacional. A agitação da Aliança Liberal entrava às escâncaras pelos quartéis e as conversas e comentários sobre candidatos e eleições eram inevitáveis. À proporção que se passavam os meses a pressão crescia, até culminar no episódio da morte de João Pessoa. Em vão o comando procurava desviar da política a atenção dos oficiais de guarnição – e ao mesmo tempo fazer um exercício de mobilização de campanha – programando manobras de campo para o mês de setembro; nada disso, porém, evitava a preocupação geral. Eu, pessoalmente, formado na escola da disciplina e da ordem, quer na puberdade, como aluno de colégio religioso, como na mocidade, pela influência da disciplina militar, mantinha-me alheio ao ambiente do meu regimento, embora observando-o cuidadosamente.

Quando a revolução estourou, a 3 de outubro, eu, findas as manobras, estava em casa, de férias. Convocado, apresentei-me logo e segui para Barra do Piraí, num destacamento destinado a manter aquele entroncamento ferroviário livre da ameaça das tropas mineiras. Coube ao meu pelotão, cobrindo o destacamento na direção do ramal de Santa Rita de Jacutinga, da então Rede Mineira de Viação, avançar até a estação de Santo Antônio do Chiador, onde se deu meu batismo de fogo e onde, semanas depois, fui surpreendido com a vitória revolucionária. Retornando à Vila Militar, fui, mais para o fim do ano, transferido para o 3º RI, na Praia Vermelha.

O que vi e observei em 30, naquele quase mês de revolução, deixou-me fortemente chocado. O oportunismo, a ambição, o egoísmo e, acima de tudo, a indisciplina e ausência de espírito militar de muitos dos meus camaradas não tinham explicação para mim. Para que servia, então, tudo aquilo que me tinha

sido doutrinado na Escola? Será que, na guerra, as coisas se passam de modo diferente? Felizmente, os graduados e soldados, ao contrário, tinham-me sido sempre fiéis e dedicados. Na verdade, a partir de então, eu estava começando a ficar abalado em minhas convicções; estava começando a ver como se usava o Exército e para quê.

Cheguei ao 3º RI justamente quando se dava uma mudança de comando, embora eu não tivesse sido trazido pelo novo comandante. O quartel achava-se comodamente localizado no fim da Av. Pasteur, na Praia Vermelha, na entrada do bairro da Urca, e a instrução era restrita quase que só a ordem unida e tiro, pois faltavam as facilidades necessárias à instrução de campanha, uma vez que o regimento situava-se num bairro estritamente residencial, já àquele tempo inteiramente construído. Basta dizer que, para um simulacro de combate, íamos ao Leblon, que este sim, em sua parte de trás, para os lados do Jockey Clube, ainda era um vasto areal. Por outro lado, o fato de ser ele o quartel da cidade fazia com que o regimento vivesse permanentemente sobrecarregado com os mais variados serviços de guardas, patrulhas, escoltas etc. Entrando logo para a escala de comandante da guarda do palácio presidencial, adaptei-me facilmente à rotina do quartel, ao mesmo tempo em que, por força das circunstâncias, acompanhava os entrecosques das opiniões que se esboçavam nas mudanças políticas, decorrentes da vitória revolucionária e da pressão renovadora exercida pelo Tenentismo. Pessoalmente, eu ainda via muita irresponsabilidade e indisciplina em tudo aquilo; podia ser que as intenções fossem boas, mas eu, até então, via a ordem antes do progresso. Como na bandeira...

Por essa época, já por março de 32, surgiu no Exército mais um dos costumeiros problemas de então: a questão dos “Picolés”, assim chamados os ex-alunos de 22, que agora, anistiados, retornavam com todos os direitos, já no posto de primeiros-tenentes. O governo provisório pretendia classificá-los no almanaque militar como se não houvesse sido excluídos, o que importava em grave prejuízo de promoção para aqueles que tinham terminado o curso da Escola Militar depois de 23. Como os ex-alunos tinham boas vinculações políticas e revolucionárias, era certa sua vitória, de modo que nós, os ameaçados, tratamos de nos unir para tomarmos providências em defesa de nossos direitos. Assim sendo, organizaram-se reuniões no Clube Militar, de que participei, e criaram-se comissões para tratar do caso junto às autoridades responsáveis.

O descontentamento entre os subalternos de todas as armas era grande, a totalidade deles repudiando a decisão que os tornava vítimas inocentes de uma situação para a qual em nada tinham contribuído. A exaltação nos quartéis era claramente perceptível; os comandos mostravam-se deveras preocupados. Já então eu acabara de ser promovido a primeiro-tenente quando participei de uma

reunião no Clube onde os ânimos se alteraram bem acima do desejável pelos nossos chefes. Em vista disso, e para fazer sentir sua autoridade, o ministro resolveu punir com quatro dias de detenção os que ali estavam presentes e transferi-los para guarnições afastadas. Por isso, fui servir no 8º RI, em Passo Fundo, na região da Serra do Rio Grande, com a obrigação de cumprir minha punição no 7º RI, em Santa Maria, entroncamento ferroviário da Rede de Viação Férrea gaúcha, onde sediava minha brigada e a meio caminho do meu destino.

Um dos fatos mais curiosos da minha vida militar deu-se por essa ocasião: apresentando-me à sede da Região Militar, em Porto Alegre, e, depois, à minha brigada, em Santa Maria, em nenhum desses lugares fui notificado da penalidade a cumprir, de modo que segui viagem e até hoje estou devendo os quatro dias de detenção que me foram impostos e, ainda mais: tal punição não consta de meus assentamentos, nem há neles qualquer referência a um possível cancelamento!

O 8º RI era um regimento de efetivo reduzido, coisa muito comum naqueles tempos. Tinha somente dois batalhões mal completos. O comando regimental, a companhia de metralhadoras pesadas e o 1º Batalhão sediavam em Passo Fundo e o 2º Batalhão, em Cruz Alta, antiga sede do RI, distante poucas horas de trem da atual. Seu comandante era um tenente-coronel à beira de compulsória, um capitão subcomandante acumulava o cargo de fiscal e o resto eram tenentes, sendo que somente três primeiros-tenentes com o curso da Escola Militar, eu inclusive, que era o mais moderno dos três. Apesar disso, entretanto – e nunca pude sabê-lo porque –, fui mandado assumir a ajudância do regimento e dos serviços inerentes.

Por essa altura, a conspiração paulista ia de vento em popa, arrebanhando em seu seio farto todos os descontentes e despeitados, inclusive tenentes pouco conscientes e subalternos insatisfeitos com a falta de decisão ministerial para o caso dos “Picolés”. No meu quartel, por exemplo, todos os oficiais de curso faziam restrições ao governo, exceto eu, que me mantinha fiel à disciplina, e os oficiais comissionados, naturalmente. Havia qualquer coisa no ar que sentíamos agravar-se a cada dia e que nós, isolados naquelas lonjuras, lutávamos por perceber e mal chegava ao nosso conhecimento através da pequena imprensa do interior.

Então, por fins de junho, pouco mais ou menos, valendo-me de circunstância da estação de rádio estar subordinada à ajudância, organizei uma pequena escuta sem compromisso; e com grande surpresa comecei a captar mensagens desconcertantes, quer locais, quer de São Paulo e do Mato Grosso, que se cruzavam com certa regularidade. Infelizmente, a quase totalidade delas era cifrada, de modo que, não tendo a chave, não se podia saber o que se diziam, mas uma ou outra, em linguagem comum, tinha um teor equívoco e suspeito.

Diante disso, levei o fato ao conhecimento do meu comandante, na verdade ocultando-lhe a escuta que eu organizara, mas mostrando-lhe minha descoberta como fruto do acaso; e pela resposta esquiva que ele me deu, desinteressando-se, por completo, da novidade, percebi logo que era um simpatizante da conspiração; mais que isso: que já estava sabotando a ação do governo. Inútil dizer que, daí por diante, tomei minhas precauções, preparei-me para qualquer surpresa e redobrei a escuta. Assim, a 9 de julho, antes que nos fosse oficialmente comunicado pelo comando a que estávamos subordinados, tomei conhecimento da eclosão do movimento paulista de 32.

Confesso que não foi sem certo pasmo para mim que, na noite do dia seguinte, embarcamos, sem nenhum tropeço, em diversas composições ferroviárias – compartilhadas com o 2º RC da Brigada Militar gaúcha, também sediado em Passo Fundo – na direção geral de Sengés-Itararé, no eixo da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Nenhum dos simpatizantes da revolta paulista esboçou sequer a mínima oposição ou dúvida, parecendo todos conformes com a situação ou, então, aguardando melhor oportunidade. Na verdade, estavam em cima do muro, esperando a hora.

Viajamos dia e noite, só parando para trocar de locomotiva, até que chegamos a Sengés num fim de tarde e fomos imediatamente designados para integrar o destacamento que iria investir contra Itararé, posição paulista protegida pelas altas barrancas do rio do mesmo nome. A companhia de metralhadoras pesadas, comandada por um primeiro-tenente comprometido com os revoltosos, recebeu a missão de seguir logo em apoio de uma tropa já engajada e, para isso, deveria marchar por uma estrada vicinal, a fim de transpor o rio num passo que dava vau, situado um pouco à esquerda nossa posição.

Contudo, pouco antes das 22 horas, fui chamado pelo comandante do regimento e lá recebi a missão de assumir o comando daquela companhia, pois que, conforme então me foi dito, o oficial que estava à sua frente não merecia confiança do governo. Em face disso, pedi que me fossem fornecidos meios para desincumbir-me do encargo até pela força, se necessário, mas disseram-me que isso não era possível, em face da escassez de efetivos... Por muito favor, só poderia fazer-me acompanhar do meu ordenança. Diante de tal recusa, parti, juntamente com aquele soldado, e, aproximadamente pela meia-noite, alcançamos a subunidade, que ainda estava cruzando o rio.

Esse foi um dos momentos de maior expectativa da minha vida. Como poderia eu cumprir a missão contando somente comigo, armado de uma pistola regulamentar, e com meu ordenança, com um mosquetão, contra toda a companhia pronta para entrar em ação e – como era de esperar – obediente às ordens do seu comandante? Afinal de contas, seríamos dois contra mais de sessenta...

Por sorte, para mim, ocorreu justamente o contrário: ao apresentar ao meu camarada o memorando onde lhe era ordenado que me passasse o comando daquela subunidade, ele não opôs a menor resistência, limitando-se a jurar inocência e demonstrar uma indignação muito comedida, o indispensável para salvar a face, como se costuma dizer, em todo aquele episódio.

Tempos mais tarde, voltando a pensar no caso, encontrei-lhe explicação aceitável. O meu camarada, certamente, teria procurado catequizar seus comandados para se revoltarem, mas teria encontrado resistência por parte destes que, gaúchos, não se dispuseram a abandonar o chefe do governo de então que, também gaúcho, como eles, fora seu caudilho havia apenas dois anos atrás, precisamente contra esses mesmos políticos paulistas. Este raciocínio simplista poderá, agora, parecer ridículo, mas espelha muito bem a mentalidade corrente à época, quando a política era feita à base de simpatias pessoais mais ou menos dedicadas – que levavam ao caudilhismo – e quando apenas começavam a surgir opiniões com certo fundamento ideológico, digamos assim.

O fato é que o meu camarada regressou à retaguarda, apresentou-se ao comando do regimento e pôs-se a dizer inconveniências a respeito da conjuntura política do momento. Em consequência, acabou detido, depois de ter perdido aquela magnífica oportunidade de bandear-se com todo o armamento de uma companhia de metralhadoras pesadas de quatro pelotões completos e muito bem equipados, e ainda ter-me levado de quebra...

Atravessando o rio no passo acima referido – que, por sinal, não dava vau no momento, em virtude das fortes chuvas daquele inverno, o que nos fez gastar horas para cruzá-lo a nado, com os animais pela soga –, marchamos o resto da noite para a posição que nos fora designada, de apoio de fogo a uma tropa de infantaria que, ao raiar do dia, deveria desbordar a posição paulista e rebater-se sobre sua retaguarda. Entretanto, antes disso, os revoltosos abandonaram suas posições e a cidade, de modo que nosso ataque caiu no vazio. Repetiu-se, mais uma vez, o que já sucedera em 30 e provocara a frase famosa do saudoso Barão de Itararé: “Itararé foi a maior batalha que não houve”.

Por essa altura, o tenente-coronel comandante, vendo o exemplo do tenente que havia sido preso dias antes, baixou prudentemente ao hospital, passando o regimento a ser comandado pelo capitão subcomandante. Então, fui posto à disposição do comando da vanguarda do destacamento para seguirmos em perseguição do adversário que, em sua retirada precipitada, havia rompido contato conosco.

Dessa forma, fomos vencendo sucessiva e rapidamente as diversas etapas da campanha, sempre marchando e combatendo, sem parar, até que ocupamos Buri, primeira localidade onde nos detivemos um ou dois dias, para recompor

o dispositivo que estava um pouco disperso. A luta em torno dessa povoação fora um tanto encarniçada, pois os paulistas tinham plena convicção de que, se perdessem, estariam nos abrindo as portas de Itapetininga, como de fato ocorreu. Batemo-nos valentemente lado a lado, e os primeiros homens de nossa vanguarda que aí entraram ainda puderam ver o último trem contrário, que se escapava.

Para dar uma ideia do grau de cansaço e esgotamento da tropa de vanguarda, vou recordar um fato ocorrido comigo. Sempre fui homem de sono leve, acordando ao menor ruído estranho; pois bem, na primeira noite em que pude dormir numa barraca, confortavelmente estirado em minha cama de campanha, consegui adormecer acalentado pelos tiros de inquietação dispersados durante toda a noite, por um grupo de artilharia de 75, em posição num outeiro em cujo sopé eu acampara!

Nossa progressão no trecho Buri-Itapetininga foi um pouco mais lenta que até então. Parece que o adversário compreendiera que sua retirada havia ido longe demais, de modo que, aproveitando aquelas quarenta e oito horas de folga que lhe demos, tomou a iniciativa de procurar contato conosco, visando, pelo menos, a retardar nosso avanço ou, talvez, fazer-nos recuar para posições menos favoráveis do que as que já tínhamos alcançado. Aliás, percebeu-se logo que os efetivos paulistas tinham sido sensivelmente reforçados, quer em homens, quer em poder de fogo, inclusive pelo aparecimento de um trem blindado operando contra as unidades que se deslocavam pelo eixo da estrada de ferro.

A inesperada oposição do adversário, entretanto, não durou muito. Algumas semanas depois da retomada da nossa ofensiva, era evidente a debilitação crescente dos paulistas; qualquer coisa estava deteriorada em sua resistência; batalhões inteiros entregavam-se quase sem combater, apenas chegados às trincheiras. Eu mesmo, com meus metralhadores momentaneamente transformados em simples infantaria, tive oportunidade de aprisionar todo um batalhão – subalternos e soldados, bem entendido, pois os oficiais haviam-se escapado – denominado “Batalhão Floriano Peixoto”.

Desse modo, nos primeiros dias de outubro, depois de mais um pouco de esforço e apenas o esboço de uma manobra de envolvimento, acabamos nos apoderando de Itapetininga, onde, mal cheguei, tive duas gratas surpresas: fui mandado assumir o comando do batalhão e, logo em seguida, tomei conhecimento da rendição paulista. Entretanto, nem por isso tinham cessado minhas tribulações: fui mandado embarcar imediatamente para Santos, onde minha unidade iria ter um convencional e merecido descanso como tropa de ocupação e eu, já então desempenhando o comando do regimento, acumularia o comando da praça. Contudo, cerca de um mês depois, fui transferido

para o 2º RI, na Vila Militar, no Rio, para onde me apressei a seguir e onde me apresentei logo em seguida.

Depois de tudo o que acontecera nesses últimos três meses, o balanço político da chamada Revolução Constitucionalista não parecia positivo. Dentro da tropa, mais precisamente dentro da força militar que apoiara o governo, houve de tudo. Oportunismo, sabotagem, carreirismo, “ursadas” e toda espécie de atropelos desenfreados de conduta, movidos pela ambição, constituíram a tônica do comportamento de muitos camaradas. A disciplina, que é a mola mestra de qualquer organização armada, fora por água abaixo. Mesmo entre nós, vencedores, a confusão era completa. Minha desilusão, que começara em 30, agora era completa. Fatos que eu presenciara tinham acabado de demolir as minhas convicções, e agora? Entretanto, no meio de tudo isso, distinguiu-se, nitidamente, a conduta decidida, clara, consequente e sem subterfúgios dos elementos tenentistas que, além de combaterem como excelentes profissionais, bravos e capazes, buscavam, como já disse anteriormente, salvar o que ainda restava dos ideais da Aliança Liberal, que Vargas, nesses dois anos, fora relegando, pouco a pouco, ao esquecimento. Pode-se dizer que, foi a partir de aí, que comecei a me interessar por política, através da camaradagem feita com certos oficiais, com os quais fui me iniciando no quê e por que da vida nacional.

Estava eu, pois, muito contente no meu regimento, em começos de 33, quando me encontrei na rua com o então comandante do 3º RI, que fora major-fiscal ao tempo em que eu lá servira e com quem fizera boas relações. Ao cumprimentá-lo, perguntou-me ele, em tom de gracejo: “O que você faz no Rio que não está servindo no 3º?” Ao que lhe respondi, no mesmo tom: “Isso é coisa que depende mais do senhor do que de mim”. Retrucou-me ele, então: “Está bem; deixe comigo” e por sua interferência fui novamente transferido, desta vez para a Praia Vermelha. Eis como retornei ao 3º RI, depois de dele ter saído um ano antes, a bem dizer, por motivos disciplinares, como já foi dito.

O 3º RI, depois de ter participado, de fio a pavio, de toda a campanha paulista, na frente do Vale do Paraíba, era o que nós chamávamos de “uma casa de família”. A luta tinha estabelecido uma estreita amizade entre os oficiais e vinculado estes, particularmente, ao comando. Desde minha saída da Escola Militar, ainda não tinha tido oportunidade de servir num ambiente igual. Dentre os oficiais, a figura mais destacada era, sem dúvida, a do coronel comandante. Bondoso, compreensivo, correto, simples era ele sinceramente estimado pelos subordinados; se quisesse, poderia ter sido um caudilho de sua tropa, pois não passava pela cabeça de ninguém contrariar uma decisão do “velho”, como era carinhosamente chamado. Na verdade, ele era o dono do regimento pra o que desse e viesse.

Do comandante para baixo, a oficialidade afinava pelo mesmo diapasão; havia uma camaradagem incomum entre os vários postos e a tenentada era trabalhadora e animada de ideias novas a respeito da instrução. Enfim, o regimento era uma tropa brilhante em suas atividades, tida como unidade de escol, sentimento este expresso pelos soldados que o chamavam de “Três de Ouro”, inspirados, talvez, pelo fato do número 3 da gola da túnica do antigo uniforme ser de metal dourado.

Como eu já conhecia quase todos os oficiais, com exceção de alguns subalternos recém-chegados, facilmente me entrosei na vida do quartel. Agora, eu era um dos primeiros-tenentes mais antigos, de modo que, salvo o serviço de comandante da guarda do palácio presidencial, a que retornara, meus deveres de instrutor limitavam-se à supervisão, sob controle do meu capitão, da parte prática e à orientação da parte teórica da instrução da companhia onde eu tinha sido classificado.

Enquanto isso, cá fora, a política de Vargas dava voltas e reviravoltas. O chefe do governo, que mandara dois anos discricionariamente, de início apoiado nos Tenentes, que o levaram ao poder, e pouco fizeram para institucionalizar o programa político que defendera, agora manobrava para convocar uma constituinte a seu gosto. Embora tendo vencido o movimento dos políticos paulistas, Vargas, evidentemente, transacionava com eles na composição dos interesses de ambas as partes. Nesse jogo, o grande obstáculo era o Tenentismo, recém-revigorado com o esmagamento da revolução paulista, o qual ainda lutava pela implantação dos seus ideais, decididamente nacionalistas e populares. Vargas, entretanto, com aquela diabólica habilidade política que até mesmo seus mais ferrenhos adversários acabaram por lhe reconhecer, ia, manhosamente, avançando, recuando, contornando e anulando as dificuldades que lhe surgiam pela frente. Verdade seja dita: sua visão prática e conseqüente capacidade de manobra estavam muito acima do meio em que agia. Havia quem o chamasse de “xuxu”, numa alusão à cucurbitácea insípida que adquire o sabor do molho em que é preparada, o que explicaria suas constantes cambiantes políticas. Pobres ingênuos! Tais cambiantes faziam parte da tática de camaleão com que ele desnor-teava os contrários...

Por essa época, contudo, as “forças ocultas”, que haviam propiciado a eclosão da revolução de 30, e as que, então, tinham sido desalojadas do poder, haviam se acomodado e, nessa base, puseram-se a preparar uma constituição que lhes conviesse, apesar da forte oposição das correntes nacionalistas e populares, cujas teses foram quase que completamente derrotadas na Assembleia Constituinte. O ambiente nacional era, obviamente, de grande tensão e conseqüente radicalização. Os elementos tenentistas não se podiam conformar com a dire-

ção que o governo tomava, de modo que, disfarçadamente, começaram a reunir as forças que lhe restavam para fazer frente à nova situação. Por outro lado, o grupo no poder, sentindo-se forte e bem amparado, procurava consolidar a posição, armando-se de todos os recursos. Foi por esse tempo que tomou corpo o integralismo. Assim sendo, quando a constituição foi promulgada, parecia filho feio: ninguém lhe assumia a paternidade. O próprio governo, que parecia tê-la propiciado, e a quem ela mais aproveitava, já pensava em “aperfeiçoá-la” em vários pontos... Nesse andar, chegou-se a 35.

Como já disse, a partir da revolução paulista confesso que comecei a acompanhar mais de perto o desenrolar da política nacional, mas, já agora, influenciado pelos meus novos amigos tenentistas, com os quais me ligara naquele período.

Os Tenentes, pelo menos os mais destacados, eram um grupo de militares profissionalmente experientes, como era público e notório, e acabara de ser demonstrado, além de particularmente politizados. Essa politização não implicava uma erudição sociológica puramente livresca, como já havia ocorrido no próprio Exército, ao tempo da influência positivista, que levava o Brasil à República, mas apoiava-se igualmente, numa atividade popular e nacionalista, da qual, até algumas ideias Vargas havia julgado conveniente acolher no programa da Aliança Liberal. Usando, agora, termos de então, pode-se dizer que eles, os Tenentes, constituíam um grupo de militares pequeno-burgueses, democratas honestos, que buscavam libertar o país – para empregar a linguagem do tempo – de sua condição de semicolônia do imperialismo. Atualmente, isso seria dito de outro modo: combater as multinacionais para que o país pudesse sair da sua condição de subdesenvolvido.

O ano de 1935 foi, sem dúvida, um dos mais agitados da chamada República Nova, isto é, o governo que se seguiu à vitória de 30. Logo nos primeiros dias de janeiro, explode o caso do Estado do Rio de Janeiro, com o pedido de demissão do então interventor estadual, que não pudera resistir aos entrecosques das duas correntes que ali se debatiam em nome da revolução vitoriosa. Logo em seguida, surgem dificuldades no Pará, Ceará, Sergipe, Espírito Santo e Santa Catarina, cada caso com suas peculiaridades locais, todos, porém, com um traço em comum: os interventores não tinham base política em seus Estados. Os revolucionários, pois, não haviam criado raízes. A oligarquia deposta em 30 encolhera-se cautelosamente, em particular tendo o exemplo da revolta paulista, e, agora, reconstitucionalizado o país, esforçava-se por voltar à tona da política.

Enquanto isso, crescia o movimento integralista. Nos primeiros dias, meio inseguro, quase às escondidas, amedrontado, objeto da troça popular com di-

chotes e apelidos. Pouco depois, fortalecido, já mais firme e seguro, entrando em choque com os opositores. Por fim, reforçado pelo apoio discreto do governo, saindo às ruas em desfiles e passeatas. A realidade era que os conservadores, embora não se filiassem ostensivamente à milícia verde, viam com evidente simpatia o seu crescimento. Chegou a ser moda, em certas camadas sociais, o integralismo, o que tornava seus militantes cada vez mais arrogantes.

Por esse tempo, um anteprojeto da lei de segurança nacional, que tramitava pela Câmara, começava a preocupar os democratas e, particularmente, os elementos tenentistas. Há reuniões no Clube Militar, o ministro da Guerra de então denuncia que um pequeno grupo de oficiais quer agitar o país, e o Exército divide-se em prós e contras. Ao mesmo tempo, falava-se de uma conspiração de que seria o chefe o comandante da Vila Militar, incluindo coronéis e outros oficiais superiores que ali serviam. Tudo isso de embrulhada com questões de vencimentos: o dos magistrados e o dos militares.

Ora, em princípios de 35, mais ou menos pelos fins de fevereiro, estando eu no Clube Militar, encontrei-me lá com um destacado Tenente, um dos meus novos amigos, com quem convivera no Destacamento de Exército do Sul, em 32. Pusemo-nos a conversar, entramos pela política, comentamos os últimos acontecimentos – particularmente a ameaça contida nesse anteprojeto de lei de segurança, em trânsito na Câmara com o apoio da bancada paulista, que seria aprovado pouco depois, em abril – e ele terminou por me falar francamente na necessidade de se depor o governo como único meio de se restaurar os ideais do Tenentismo e da revolução de 30, que, evidentemente, havia fracassado. Lembro aqui tal fato somente por uma circunstância de ordem pessoal: foi aquele saudoso amigo a primeira pessoa que, nos primeiros dias desse ano, me falou do movimento armado que iria estourar em novembro.

Foi, também, por esse tempo, que os elementos mais esclarecidos politicamente sentiram necessidade urgente de se organizar uma frente democrática de resistência contra a maré montante verde, que, já agora com pleno beneplácito do governo, tudo ameaçava submergir. O descontentamento geral que havia à época era terreno fértil para a instalação de um governo forte, autoritário, talvez ditatorial. O chefe nacional integralista, em seus discursos, ameaçava até os que procuravam ficar à margem das lutas políticas. Dizia ele: “os indiferentes serão castigados...”.

Foi o grupo tenentista, que constituía a ala dissidente do Clube 3 de Outubro, e a que, depois, se reuniram outros democratas, que começou a estruturar o movimento antifascista que dará origem à ANL (Aliança Nacional Libertadora), fundada na segunda quinzena de março de 1935 e solenemente instalada, em ato público, a 30 desse mês.

Lançada, a ANL cresceu desenfreadamente. Havia núcleos em todos os Estados e na maioria dos municípios e distritos. O governo assustou-se. Ao mesmo tempo, começaram a pipocar pequenos casos no meio militar, politicamente ainda mal definidos, como o de Cachoeira, no Rio Grande do Sul. As “conspiraçõezinhas” iam roendo, carcomendo o edifício do Estado. Lá pelo meio do ano, já seriam elas uma meia dúzia, cada uma por seu lado, agitando, fervilhando.

Ao aproximar-se a data significativa de 5 de julho, a ANL procurou comemorá-la dignamente. As autoridades, porém, negaram-lhe autorização para fazê-lo no Estádio do Brasil e, tampouco, no recinto da Feira de Amostras, como lhes havia sido solicitado, de modo que foi programado um comício monstro, em sua sede, o qual acabou transbordando uma massa impressionante de povo para o Largo da Carioca. Dessa vez, o governo apavorou-se e, a 11 de julho, apenas seis dias depois desse ato, fechou a ANL, baseado na recém-votada lei de segurança nacional.

O crescimento desenfreado da ANL não poderia deixar de ter – como veio a ter – repercussão imediata nos quartéis. Afinal de contas, seus fundadores, como já dissemos, haviam sido elementos militares componentes da ala esquerda do Clube 3 de Outubro, vale dizer, justamente aqueles Tenentes que, inconformados com as guinadas cada vez mais à direita dessa associação – que chegou, até, a pretender organizar uma milícia de camisas cáqui! – dele se tinham separado. Como todos eles, por convicção, não ocupassem cargos meramente burocráticos na administração militar ou se acomodassem no conforto dos gabinetes, resultou, obviamente, estarem servindo nos corpos de tropa. Estava aberta a via de acesso da ANL aos quartéis.

Na tropa, de um modo geral, a difusão dos ideais aliancistas foi igualmente vertiginosa. Parecia um rastilho de pólvora, o que comprova sua afinidade com os anseios populares. Mesmo nos primeiros momentos, quando ainda se trabalhava com a máxima cautela, era evidente a aceitação entusiástica daquelas ideias. Talvez, até em parte, uma reação ao integralismo com sua arrogante prédica elitista, intelectualoide e reacionária. No meu regimento, o trabalho de aliciamento não teve maiores dificuldades, particularmente entre sargentos e praças. Entre oficiais foi diferente, embora mais difícil. Alguns, por motivos de classe, não se mostravam simpáticos ao aliancismo e o combatiam; dois ou três eram integralistas às escondidas; os mais moços, principalmente, eram partidários da ANL e a maioria, como sempre, estava em cima do muro. Entretanto, a meu ver, havia a certa altura, um obstáculo: o coronel.

O “velho” – como nos referíamos a ele de certa forma carinhosa – era profundamente estimado de todos, de soldado a oficial. Era um homem bom, de

grande caráter, compreensivo e justo; muito amigo de seus comandados, fossem eles de que graduação fossem, encarnava o tipo de chefe que então se chamava “pai de soldado”. Com um tal comandante, quem se rebelaria contra ele? Quem teria coragem de desgostar o “velho”? Houve, então, um momento em que os preparativos da rebelião marcaram passo, não se adiantavam, como no começo. A amizade e o respeito que o coronel nos merecia eram uma pedra no sapato.

Contudo, os altos chefes militares, no isolamento de seus gabinetes, nem sempre estão em condições de avaliar o que realmente ocorre entre seus comandados e essa circunstância resultou particularmente favorável à eclosão do movimento de 35 no 3º RI. Eis senão quando nosso coronel foi inopinadamente substituído em seu comando por um oficial que era, em tudo e por tudo, o seu oposto. Essa exoneração que, em outras condições, seria um ato de rotina, foi, na realidade, um ato sujo, mesquinho e covarde da parte do general ministro da Guerra de então, dado o modo como foi feita.

A conduta do novo comandante repercutiu, de imediato, em todo o regimento, do último soldado ao mais graduado dos oficiais. O ambiente mudara como de água para vinho; a surpresa e a indignação foram gerais, em particular entre graduados e soldados. Aquele sentimento imponderável de amizade e fidelidade ao “velho” não tinha mais razão de ser. Fora superada a última dificuldade ainda existente; o caminho estava livre.

Daí em diante, percebia-se, claramente, a aceitação do movimento que estava sendo preparado. O entusiasmo era contagioso, quase franco, e até poderia ter posto em perigo o trabalho que vinha sendo feito. Felizmente, a prudência e a habilidade do seu organizador evitaram qualquer inconfidência.

Assim, e dentro dessa conjuntura, chegou-se à madrugada do dia 27 de novembro de 1935. O resto é sabido.

Eu fiquei preso um ano e pouco. Depois, não havia jeito da gente sair, não havia recurso jurídico para nos tirar da cadeia, porque o Getúlio renovava periodicamente o estado de guerra. Estava sempre em estado de guerra. Mas houve um momento em que este foi interrompido. Aí entrei com um *habeas corpus*. E fui posto em liberdade. Alguns outros oficiais, os que eram corréus como eu, saíram da prisão também. Outros não. Ficaram lá.

Não saí do Rio. Preparei meu asilo na embaixada mexicana, porque tinha um amigo que era funcionário de lá. Era um rapaz que tinha morado naquela república, logo que saí aspirante. Eu o conhecia, tinha toda liberdade com ele, por isso preparei o meu asilo lá. O México era muito bem-visto porque era o único país que estava apoiando a República espanhola. Nunca

reconheceu o Franco. Só reatou relações diplomáticas depois que ele morreu. O Cárdenas é pai do Cuahltemoc, atual prefeito da cidade do México, que era o presidente, um general. Eu preparei tudo e não saí do Rio. Fiquei andando, zanzando, ia à praia, me exibia mesmo, de propósito... E eu – para falar claramente – me exibia para que se visse que estava no Rio. Ia ao cinema, andava na cidade... Naquele tempo, a vida na cidade era restrita ao centro, à Avenida Rio Branco. Todo mundo ficava por lá, e eu passava por ali também... Mas sempre atento. Quando soube que o Getúlio entrou com um novo pedido de estado de guerra, preparei tudo e disse para esse meu amigo:

– Olha, o negócio é assim.

Ele disse:

– Você faz isso, isso...

Me ensinou todo o plano e fiquei atento. O pedido foi para a Câmara e vim para a cidade no dia em que foi votado. Quando soube que ele tinha sido aprovado, que o Getúlio tinha obtido o estado de guerra, e que nós íamos ser presos novamente, eu peguei um táxi e fui para a embaixada mexicana. Cheguei lá, me apresentei ao embaixador, disse o que queria, de acordo com as instruções que tinha recebido desse meu amigo, e fiquei ali. De lá, saí para a Europa. Tanto que quando fui condenado – a quase nove anos – não cumpri a pena. Não! Eu estava exilado... O Gutman, coitado, que estava preso, cumpriu a pena. Foi para Fernando de Noronha, passou por lá... Ah! Ele ficou preso até 43, parece...

O embaixador me comunicou que tinha conseguido asilo político para mim. O governo brasileiro não gostou muito, teve um atrito com o embaixador. Mas ele era amigo pessoal do presidente Cárdenas, era um escritor, chamava-se Rubendo Romero. Como embaixador estava fazendo um favor ao amigo. E ele até se retirou. Foi para o México e não voltou mais. A embaixada ficou sem embaixador... O encarregado de negócios é que ficou respondendo pela embaixada. Eles trataram com o Itamaraty a minha saída e eu saí. Pedi para ir para o México, eles não concederam. Me fiz de bobó e pedi para Montevideú. Aí foi pior ainda! É aqui pertinho... Então, fui para a França, que era o único país democrático na época. Em Portugal tinha Salazar, a Guerra Civil da Espanha estava fervendo, na Alemanha tinha Hitler, na Itália, Mussolini... para onde é que eu iria? Só podia ir para a França, que era a Frente Popular.

Fui para a França em meados de 37, lá fiquei uma temporada... Ainda não era o Estado Novo. Fui para lá com a ideia de passar para a Espanha, mas não consegui. Eu ia para a Guerra Civil, para as Brigadas Internacionais, comandadas pelo Mauraux. Todos nós, democratas, militares, sonhávamos em ir para a Guerra Civil Espanhola para defender a República. Mas a França e a Inglaterra estavam amedrontadas diante de Hitler, aquele negócio de fecha a fronteira, abre a fronteira... Sei que, naquela confusão, eu não consegui passar para a Espanha.

Fui para lá de navio, eu e um amigo, também metido em 35, o Luis Gonzaga Lins de Barros, irmão do João Alberto, interventor de São Paulo. Lá fomos recebidos pelo cônsul em Boulogne-sur-Mér e nos deram o passaporte, porque nós viajamos sem ele. Ficamos na França, em Paris, gozando a vida ao ar livre. Não tinha nada que fazer... O ambiente era de Frente Popular, aqueles desfiles... o 14 de julho, o desfile no muro dos fuzilados da Comuna de Paris... aquela coisa toda... Tudo aquilo eu entrei! Desfiles do Partido Socialista, que os organizava junto com o Partido Comunista, em homenagem.

Fiz camaradagem com um brasileiro que estudava jornalismo por lá, o Paulo Emílio Salles Gomes, escritor, cineasta, excelente criatura... Pois bem, Paulo Emílio estava lá, passamos uma temporada... Mas a guerra vinha. A gente sentia a guerra. Menos os franceses. Era uma coisa impressionante! Os franceses, os europeus, não acreditavam que a guerra viria... Eu viajei com um belga e dizia para ele:

– A Bélgica vai ser novamente invadida pelas tropas hitleristas.

Ele respondia:

– Não!... Nosso rei é neutro...

Não via! Nós, que estávamos ali, é que víamos. Não sei... Talvez, no fundo, eles quisessem negar a possibilidade de guerra, com medo dela.

Quando vi que não conseguiria ir para a Espanha, e que ficaria em Paris, pensei: “Afim de contas, o que fazer?” Ia ficar na vida de grã-fino? O dinheiro ia acabar, não é? Se pudesse levar essa vida, indo a teatros, cinemas... mas não dava. Então, o que é que fiz? Resolvi vir para Buenos Aires. Lá na França não tinha como trabalhar, criavam muitas dificuldades para estrangeiros. Muitas dificuldades... já havia muito preconceito com os estrangeiros. Então, carimbei meu passaporte para Buenos Aires no consulado

argentino, fui para a Bélgica e descobri uma linha de navios que fazia uma viagem direta de Antuérpia para Buenos Aires. Peguei um navio daquele e vim para Buenos Aires, depois de um ano e pouco em Paris... Quando a guerra estourou, eu estava em Buenos Aires.

Em Buenos Aires já tinha uns amigos instalados. Gente de 35, de modo que eu me entrosei com eles. Nem me lembro quem... o nome mais destacado foi o do Eliezer. Eliezer Magalhães, irmão do Juracy, que tinha ido também para Paris... Fiquei vivendo lá.

No começo não fazia nada, porque também estava difícil arranjar emprego. Só mais tarde... nos primeiros tempos não fiz nada. Mais tarde é que me empreguei no Café Paulista, daquela família Alves de Lima. Me empreguei lá e só deixei quando fui anistiado aqui no Brasil. Vim para o Brasil. Uma bobagem que fiz... Devia ter ficado em Buenos Aires, no Café Paulista, onde tinha futuro.

Eu trabalhei em várias sessões. Comecei na expedição, fui subindo e quando saí já estava trabalhando na administração. O Alves de Lima pouco parava lá e tinha um outro brasileiro, que agora não me recordo o nome, e que era o homem que dirigia mesmo, uma espécie de gerente-geral. E eles me apoiavam por ser brasileiro. Eu tinha uma instrução, alguma cultura, iria me adaptar muito bem ao serviço ali. Mas fiquei atizado para voltar ao Brasil porque meu pai tinha morrido enquanto eu estava exilado. Minha mãe já era muito idosa e eu, filho único, tinha o dever moral de vir aqui cuidar dela. Larguei tudo lá e vim para o Brasil.

Em Buenos Aires, não fui perseguido. Pode ser que isso tenha havido com alguém, mas comigo não. Vivi lá em plena liberdade, tanto que eu adoro a Argentina e Buenos Aires em particular. Sou um fã dos argentinos. Sabiam que eu era refugiado político, me tratavam assim. Não é dizer que era gente de correntes políticas, simpatizantes... não. Gente estranha me tratava sempre muito bem. Fiz amizades no Partido Socialista, não há dúvida alguma. Mas esses me tratavam com muita consideração, justamente pelo fato de eu ser um refugiado político. Sou muito agradecido à Argentina e aos argentinos. Foram muito meus amigos. Inclusive, fiz amizade com um alemão social-democrata, refugiado de Hitler, cuja filha é uma espécie de sobrinha afilhada postíça minha, porque não batizei, nada... Nasceu depois que vim para o Brasil. Fiquei lá sete para oito anos.

Eu acompanhava a guerra lá em Buenos Aires pelos jornais e pelo cinema. Havia uns cineminhas de sessão contínua, que davam noticiários, desenhos e comédias curtas. A gente ia lá e assistia os noticiários francês, inglês... No começo da guerra tinha muito noticiário alemão. Tinha um jornal que passava o noticiário alemão. Havia uma colônia alemã mais ou menos forte. Ah! E eu tinha um amigo argentino, um verdadeiro irmão meu. Eu o conheci aqui no Rio e lá me vinculei logo com a família dele. Ainda há pouco tempo, escrevi para uma irmã dele. Ele faleceu, mas fiquei escrevendo para a irmã, que era muito minha amiga. Ela também morreu há uns dois anos atrás, de modo que não tenho mais nenhuma amizade em Buenos Aires no momento.

Lá era uma cidade maravilhosa! A gente não sentia a guerra!... Não tinha racionamento, não tinha nada... Os jornais falavam da “la cola de la nafta”, sabem o que é isso? A fila do querosene para os aparelhos de calefação. A “cola de la nafta” tinha três ou quatro pessoas! Era uma coisa ridícula! Três ou quatro pessoas para comprar querosene para botar nos aquecedores... Uma abundância de comida que você não imagina... O açúcar, por exemplo, estava racionado aqui – imaginem –, um país produtor como o Brasil. Lá era à vontade... carne, batata, arroz, tudo o que quisesse... Feijão não, porque não se usa, é raro. Eu tenho saudades de Buenos Aires... Voltei lá em 65, depois não voltei nunca mais... Agora já estou muito velho para ir lá sozinho. Dizem que está completamente diferente. Não sei. O dinheiro era muito valorizado... O peso valia cinco cruzeiros!

Quando acabou a guerra, vim para o Brasil. A anistia foi dia 19 de abril de 1945. A guerra acabou em começo de maio. A volta para o Brasil foi sem problemas. Me apresentei com a anistia, pensando retornar ao Exército. Não voltei propriamente com essa intenção. Voltei por causa desse problema de família, da minha mãe estar só, eu ser o filho único, ter perdido meu pai. Isso foi o que me fez voltar. Senão teria ficado, porque não tinha muita confiança na anistia, como de fato se comprovou. Eles organizaram uma comissão de gente escolhida a dedo para dar parecer sobre nosso retorno ao Exército. A comissão deu parecer contrário. O Dutra era o Ministro da Guerra. Nenhum de nós foi aproveitado. Então, organizamos nossas vidas, fomos trabalhar...

Fiquei sabendo do meu processo por correspondência, eu escrevia e me informavam. Fui condenado a 9 anos, não cumpri. Podiam ter me condena-

do a 90... Quando voltei encontrei o pessoal que ficou preso... Ah! Encontrei todos. Mas o tempo foi sendo implacável, foi cortando, cortando... dos oficiais do Terceiro, só restamos dois: o Gutman, e eu. Quando voltei, em 46, todos eles estavam vivos. Não tinha perdido ninguém. Estavam todos aí... o pessoal enfrentou Fernando de Noronha com coragem e disposição. Ninguém afrouxou não...

Pouco depois, fui trabalhar como jornalista. Eu cobri a Constituinte de 46. Um amigo meu, um jornalista, tinha comprado uma pequena agência noticiosa e fui trabalhar nela, cobrindo em seu nome a Constituinte de 46. Ele trabalhava para a UDN. A gente pegava o noticiário, dava os dados, ele fazia sempre umas crônicas e espalhava pelo país...

A Constituinte foi um acontecimento, mas poderia ter sido melhor. Ela foi muito UDN. A UDN foi o partido político mais nefasto desse país. Começa que, quando perdia as eleições, corria para os quartéis para pedir sublevação para botá-lo no poder. Foi o que o Carlos Lacerda pensou em fazer em 1964. Mas os militares disseram:

– Não. Dessa vez somos nós! Não vamos fazer a cama para você se deitar não...

E assim foi.

Eu presenciava os trabalhos. Tinha uma tribuna de imprensa de onde o Carlos Lacerda, que também cobria a Constituinte para o jornal *Correio da Manhã*, tirou o título para o jornal dele, o *Tribuna da Imprensa*.

Votei para esses deputados constituintes. Eu tinha título eleitoral e votei. A campanha foi agitada! Tinha comícios na rua... Agora a televisão se encarrega de fazer tudo. Acho que votei no Hermes Lima. Naquele tempo, já havia a Esquerda Democrática... Esse amigo que foi comigo para a Europa me levou para o Partido Socialista, do João Mangabeira. Assim, votei no Hermes Lima.

Era um Partido Socialista reformista. Tinha um grande estado-maior, mas não tinha soldados. Nós não conseguíamos uma votação expressiva. Elegíamos um vereador, um deputado, não passava disso... Como esses nânicos de agora.

Eu assisti um incidente com o pai do Figueiredo, um velho general, com o Getúlio. Houve durante a Constituinte... O General Figueiredo era deputado constituinte pela UDN. E, um belo dia, ele estava fazendo um discurso

atacando o Getúlio. Telefonaram para ele, que veio de casa. Ele tinha sido eleito senador constituinte e depois senador, quando ela se dissolveu. Contaram que estava sendo atacado, ele veio e revidou ao ataque do velho general. Eu assisti isso. O Getúlio não era medroso não. Eu não simpatizava naquela época com ele. Hoje em dia, reconheço que exagerei um pouco... Mas fiquei contra o Getúlio porque o Estado Novo foi muito violento! Só perdeu para 1964, em que foi maior a violência. O Estado Novo foi muito violento...

Era muito precária essa nossa agência de notícias. Chamava-se Press Parga, porque tinha sido fundada pelo Amorim Parga e depois foi comprada por esse conhecido meu. Depois, saí daí e fui trabalhar no SESI. O Serviço Social da Indústria estava sendo criado naquele tempo. E um dos diretores do SESI era o irmão do Juracy Magalhães, irmão também do Eliezer, que tinha sido meu companheiro em Buenos Aires. Então, ele me indicou para o irmão:

– Bota lá, você vai ter um auxiliar bom...

Me elogiou e o Jacy me convidou para trabalhar com ele. Eu o tinha conhecido em 32, porque ele tinha vindo num batalhão patriótico, de civis, organizado para combater a Revolução Constitucionalista, e foi mandado para o destacamento sul. E lá conheci o Jacy, de modo que meu conhecimento já vinha de muito tempo. Ele me convidou para ir para lá. Ele ia ser diretor de uma divisão que ainda nem existia. De maneira que o primeiro funcionário dele fui eu. Ele tinha só uma secretária... Depois, essa divisão se desenvolveu e eu fiquei. Trabalhei no SESI muitos anos... Até 78, quando fui aposentado, por idade, porque já tinha 72 anos.

Eu casei em 45. Voltei de viagem, arranjei uma namorada e me casei. Mas isso é um negócio muito complicado, muito íntimo... me desculpem, mas não vou falar... A criação está aí. Tem em Brasília, em Vitória, em Cachoeiro do Imirim... Tive 18 netos, perdi dois, um pequenininho e outro já com 20 anos. Meu querido, chamava-se Alan. Tenho 12 bisnetos e uma tataraneta. Meu bisneto mais velho já arranjou uma filhinha de dois anos e pouco...

Durante a década de 50, 60, eu acompanhava toda essa agitação política no Partido Socialista. Fui militante do Partido Socialista do Mangabeira até ele ser dissolvido pelo Ato Institucional n. 2, se não me engano... um ato institucional que dissolveu os partidos políticos.

No Partido Socialista, participava das reuniões, discutia, fazia propaganda... Foi uma época muito boa! A gente tinha um debate... As reuniões terminavam às duas horas, três horas da manhã... Saíamos pelas ruas, não tinha problema de segurança, tomava o bonde para ir para casa... Tinha bastante gente, em qualidade, que participava. Mas não tinha muitos eleitores.

Nesses anos, o que recordo de mais importante da minha militância foi a Campanha *O Petróleo é Nosso*. Ah! Foi uma campanha nacionalista pela defesa do petróleo, que depois desembocou na criação da Petrobras. Foi uma campanha muito grande. Puseram muita gente presa, inclusive militares, porque, naquele tempo, defender o petróleo era ser comunista. Reformaram muitos militares... Foram reformados! Um conhecido meu, que atualmente é coronel da Aeronáutica, voltou com a anistia. Era tenente e foi excluído como comunista porque estava na Campanha *O Petróleo é Nosso*.

Na época da Campanha do Petróleo havia comício, reuniões... A ABI! A ABI fervia! A Associação Brasileira de Imprensa foi um foco. Está aí o velho Barbosa Lima Sobrinho para contar... Esse é um homem que a gente tem que tirar o chapéu quando encontrar com ele. Cem anos, com aquela cabeça! Eu não conheço ninguém, nunca ouvi falar de ninguém!... Os artigos que ele escreve todo domingo no *Jornal do Brasil* dão o que pensar. O Barbosa Lima foi uma das grandes figuras do *Petróleo é Nosso*.

No meio dessa coisa toda – para alegrar um pouco a conversa –, quando eu trabalhava no SESI, um companheiro meu de turma era também amigo do diretor da minha divisão. E tinha um filho chamado Aramis – nem devia ter falado o nome – que era vagabundo, um rapaz simpático, inteligente, vivo, mas vagabundo! Não pegava em livro, o pai brigava com ele e vice-versa. E ele terminou o secundário e queria estudar Direito. Um dia, estávamos conversando, e o rapaz disse:

– Mas eu vou estudar Direito! Direito é uma coisa toda complicada... Tão difícil...

Eu me empolguei e fizemos uma aposta:

– Olha, não tem nada de complicado. Você tem que fazer o exame vestibular, estudar e passar.

Naquele tempo, os vestibulares eram separados por carreira, não eram unificados como agora. Ele disse:

– É... mas não vou passar...

– Então, vamos fazer uma aposta: você se inscreve e eu me inscrevo. A gente vai ver quem é que passa.

Ele se inscreveu, fez o exame e não passou. E eu fiz e passei. Já disse que tinha aquela base boa do Colégio São Bento... Porque, naquela época, o vestibular de Direito tinha latim, essas coisas todas. Como língua estrangeira, escolhi francês: para mim era mole. Dei um repasse no meu latim do colégio, fui lá e passei no vestibular. Passei pela Faculdade, era até na Rua do Catete, onde agora é a UNE (União Nacional dos Estudantes), um prédio velho, fui lá ver o resultado:

– Passei... Puxa! O que vou fazer agora?

Eu tinha um parente meu, um primo, que era advogado. Conteí a história para ele e disse:

– Me dá um conselho. Eu fiz uma aposta – expliquei... – e passei no vestibular. O que eu faço agora?

– Faz o curso!

– Mas nessa idade? O que é que vou fazer?...

– Não custa nada, rapaz! Faz o curso...

Fiz o curso de Direito, sou advogado.

Ah! Foi um período muito bom. Fácil... Tinha um professor de Direito Civil que até gostava muito de mim. Ele foi Chefe da Casa Civil do Dutra. Foi fácil, tirei o curso... E o curso de Direito, no Brasil, pelo menos no meu tempo, se ingressasse na Faculdade, podia ir juntando dinheiro para comprar a beca e pagar a festa de formatura, porque era fatal: se formava! Entrou, está formado...

E fiz o curso, lá tive bons professores: o Ari Franco, o Pereira Lira, o velho Lira, penalista... As aulas eram extremamente agradáveis, exatamente porque os professores eram de classe. Tirei e saí aspirante... quer dizer, advogado! Ainda fiz aí umas coisinhas de advocacia, ganhei uns cobres e tal... mas depois abandonei. Quando me aposentei, me reformei. Não entro num fórum há mais de 20 anos... Nem sei mais! Se os códigos, as leis, foram atualizadas, estou completamente alheio... Se quisesse voltar a fazer qualquer coisa, devia fazer uma reciclagem! Reciclar meus conhecimentos para atualizar... por isso me nego a fazer, porque não quero fazer bobagem.

Como disse, fui militante do Partido Socialista até ele ser extinto. Depois teve 64. Não perseguiram ninguém do partido, mas ele acabou. Eu

fiquei fora, não militei em nada... Os comunistas foram perseguidos, os socialistas não foram. Fiquei sem atividade política, não me filiei a nenhum partido, até que veio a anistia. Então, nós, os socialistas, tínhamos mais ou menos contato entre si. Nos reunimos e decidimos ingressar no partido do Brizola, o PDT. Jamil Hadad, Bayard Boiteux, Amadeu Rocha, José Frejat... O Boiteux foi estudante da Escola Naval, a família dele é toda de oficiais de Marinha. Ele era aluno da Escola Naval, e foi excluído, por motivos políticos ao que me consta, no ano de 35, 36, por aí... Depois, nos encontramos no PSB. Aí entramos no PDT e me deixei ficar lá até hoje, não saí. Não tenho militância, mas também não pedi demissão.

Eu sempre tive contato com o pessoal militar do meu lote, mas não com o do outro lado. Nós, de 35, somos os oficiais malditos do Exército. Eles, todo ano, fazem uma cerimônia comemorativa no dia 27 de novembro na Praia Vermelha, falando contra o comunismo, em defesa da pátria. Agora não tem mais comunismo, eles continuam fazendo em defesa da pátria e tal... Nós somos os malditos porque participamos de 35. Temos plena consciência disso. Eu estou me reportando um pouco ao fato de ser um oficial maldito, como me importo com a primeira camisa que vesti. Pode ter algum peso para eles, para mim é completamente indiferente. Porque a toda ação corresponde uma reação igual e contrária. A ação deles não fica sem reação... Pouco estou me incomodando se eles dizem que somos malditos ou benditos.

Reação minha?... De forma geral, o povo já cansou dessa pagodeira de anticomunismo. Tudo o que não servia para o governo era comunismo! E você vê que não era... O Partido Comunista se esfacelou em não sei quantos partidos e os problemas continuam aí! Essa que é a verdade... A União Soviética desfez-se e os problemas continuam aí. E agora quem é que fomenta esses problemas? Não são mais os comunistas, não tem mais Komintern, não tem mais nada disso... Quem é que fomenta? Eles estão se desmascarando... O tempo fala sempre a verdade. É questão de dar tempo ao tempo. O diabo é que nós temos pressa, porque a vida é curta!

De toda minha trajetória, o que vejo atualmente é que nunca se entregou tanto o país como agora. Essa abertura, esse neoliberalismo, isso é uma coisa criminoso. Todos os meus ideais, desde a década de 30 até hoje, persistem, sem dúvida alguma. Eu sou um nacionalista e socialista. Sou um

nacionalista! Não sei se devo isso a minha formação militar, mas tenho muita estima, muito amor, muito agarramento a esse país.

Daqui a uns anos, nossas empresas vão estar todas sucateadas. Nós não podemos enfrentar a concorrência estrangeira. Isso todo mundo sabe. Eles são muito mais antigos, muito mais capacitados, dispõem de máquinas muito mais aperfeiçoadas, porque as nossas estão velhas, produzem mal e caro, de modo que não vamos fazer frente a eles com essa abertura absoluta.

Eles abrem, escancaram o país! Não pode, é uma coisa maluca... Estão aí essas casas vendendo bugiganga americana... Não tiveram que voltar atrás no problema das fazendas de algodão? A China estava vendendo camisas por cinco reais, mais barato até... sei lá. Assim não pode. O chinês sabe como ganhar, ele ganha pouco e trabalha muito. E lá eles parecem que botam os presos das penitenciárias em trabalho obrigatório. Mão de obra baratíssima. O Rafael, meu neto, comprou um jogo de dominó por um real! Tudo feito na China... O filho do Márcio, meu outro neto, tem uns brinquedos complicados, que custaram dois reais, três reais. Como é que pode?

O futuro, a continuar isso? Querem saber? O que nós conseguimos até agora, vamos perder. Esse governo só tem uma coisa positiva, que é o real. Mesmo assim, estão abusando dele. Ele, qualquer dia, vai ter que se ajustar e o câmbio vai ser modificado, e tal e coisa... Não pode! E o desemprego? Eu reconheço que o desemprego não é só por causa da situação econômica. É também pela modernização das fábricas, porque ela cada vez é mais automatizada. E, para cada máquina automática, dispensam dez operários. Reconheço que há esse problema, mas não é só isso. É preciso saber fazer, é preciso que alguém tenha capacidade e que venha conciliar uma coisa com a outra, a modernização com o emprego. Porque o desemprego gera tudo! Inclusive, o empregado não recolhe impostos, a previdência vai por água abaixo, porque desempregado não paga previdência. Quanto mais aumenta o número de desempregados, menor o número dos que contribuem para a previdência. A vida do brasileiro está aumentando cada vez mais. Cada vez mais temos velhos. Com menos dinheiro para a previdência e mais velhos para pagar pensão, como é que vai ser? Olhem como essa coisa toda se enrola...

Saída? Nesse plano atual, não vejo. Saída tem, qualquer coisa tem saída. Mas é preciso saber enfrentar o problema. Não sei como é que vai ser não...

eu já estou muito velho, não vou ver muita coisa... Vou fazer 92 anos, de modo que qualquer dia estou me despachando e deixo esse problema para vocês resolverem. Já vivi muito, já vi muita coisa! Imaginem: eu sou do ano em que Santos Dumont voou pela primeira vez! Nasci com o avião! Engraçado... E com a “Viúva Alegre” também... No ano em que nasci estreou a “Viúva Alegre”, uma opereta famosa, que fez nome... Não é do tempo de vocês, nem imaginam que beleza de opereta! Franz Lehar, o autor...

O balanço da minha trajetória é positivo. Teve seus prós e contras, mas tenho uma família boa, gente que me estima, me trata com carinho... o que quero mais na velhice? Me paparicam de todo jeito... Não posso querer mais nada. Apenas tranquilidade para morrer: morrer dormindo. Como a Ilse, uma amiga minha, alemã, viúva desse alemão que conheci na Argentina. Ela morreu dormindo...

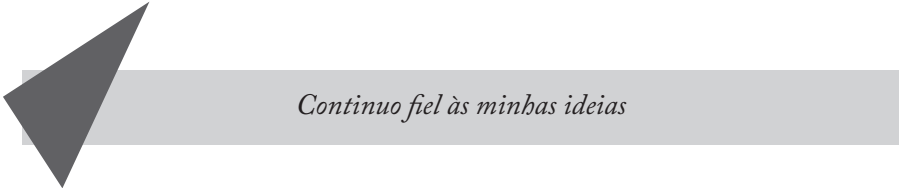
José Correia de Sá

As entrevistas com José Correia de Sá foram realizadas numa velha casa no bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro. Inicialmente, objetivavam tratar da participação nos eventos da Guerra Civil Espanhola, em projeto concebido pelo professor José Carlos Sebe Bom Meihy. Porém, para explicar sua posição, José Correia de Sá valeu-se da narrativa de sua história pessoal, sem o que lhe seria impossível justificar a sua atitude. Doente, triste, não faltou ao combalido guerreiro reclamar da falta de respeito e/ou descaso dos historiadores em geral em relação ao tema, que considerou “fundamental para o entendimento do Brasil de hoje”. Com feições épicas, sua trajetória narrada com simplicidade emociona pela luta por um lugar melhor na sociedade. Menino empobrecido, filho de imigrantes, passou por peripécias que permitem compreender o papel do Exército como alternativa para grupos sociais que aspiravam a costurar a própria experiência na trajetória nacional. Dilemas pessoais de aceitação da própria história misturaram-se aos juízos variados sobre seu papel como militar na guerra da Espanha. Curiosamente, seu modo narrativo contrasta com o teor dos relatórios dos documentos oficiais do Partido Comunista na Espanha.

A história pessoal de José Correia de Sá vale como prova do sentido de luta de classes no contexto da nascente do século XX. Depois que os ascendentes portugueses bem postos na vida, no Rio de Janeiro, perderam os bens, restou a ele padecer as agruras de menino pobre. Com a desestruturação familiar, restava amparo nas alternativas institucionais dispostas para os menos validos pela sorte. Colégios e o Exército foram saídas para quem pretendia justiça social num mundo urbano e de aspirações modernas. E assim se inscreve o esforço para atuar em movimentos fundamentais para a transformação do país.

Além de sua atuação como praça, significativo é o peso do Levante de 35 em sua história. Os episódios de vida prisional e as peripécias do exílio mos-

tram o vigor da luta desse soldado. De igual importância, suas dificuldades junto ao Partido Comunista. Detalhes preciosos da intimidade institucional política são mostradas como prova do significado pessoal em instituições que se articulavam sem tradições definidas. A questão da Guerra Civil Espanhola, neste caso, é mostrada como ensaio de convívio militar. Em paralelo, a atuação do Partido Comunista como estruturador do comportamento pode ser vista como problemática. Sobretudo, a Espanha se confirma, por esta narrativa, como o espaço do sonho de transformação do mundo.



Continuo fiel às minhas ideias

Nasci em 1912, precisamente no dia 17 de julho. Que destino! Nasci exatamente 24 anos antes do dia em que Franco desencadeou o levante contra a República Espanhola. Fui batizado com o nome de José. Nome completo: José Correia de Sá. Perdi meu pai muito cedo e pouca lembrança eu guardo dele. Devia, então, ter uns seis ou sete anos de idade. Tínhamos uma família estável: meu pai era português, vindo para o Brasil com aquele espírito de “fazer a América”, de fazer o Brasil. Ele chegou, vindo direto para o Rio de Janeiro, onde se casou. Há uma história, repetida muitas vezes, que dizia que ele tinha avisado que era doente, que padecia de um mal crônico, mas nunca revelou a ninguém qual era a moléstia. À época, grassava no Rio de Janeiro a tuberculose, que naquele tempo era endêmica e não tinha cura. Talvez meu pai tivesse morrido disso, mas, afinal, ninguém ficou sabendo a verdade.

Casada aqui no começo do século XX, por volta de 1908 ou 1909 – apesar dessa história da doença de meu pai –, minha mãe teve dez filhos, mas como naquela época morria muito recém-nascido, então da prole só cinco sobreviveram. Sou o terceiro que vingou. Quando meu pai morreu, deixou um filho na barriga da minha mãe, mas esse logo que nasceu também veio a falecer. Naquela época, quase não havia assistência social. O serviço médico era precário, de maneira que tudo era muito difícil. Felizmente, meu pai tinha uma propriedade que construiu, aliás, ajudado também por um português, negociante da Estação do Riachuelo. No Brasil, meu pai era comer-

ciário. Na terra dele foi camponês, como convinha aos portugueses pobres, do interior. Meu avô, em Portugal, possuía uma pequena propriedade e vivia dela. Lá as terras são pequenas, não existem latifúndios. Conforme morrem os titulares, as propriedades são divididas, parceladas entre os herdeiros, e chega-se a um ponto em que não dá para todos sobreviverem como antes. Essa coisa de herança de terra na Europa é complicadíssima. Na Espanha, essa tradição era tratada diferentemente de Portugal, mas também era uma forma de promover a pobreza. Entre os espanhóis, a propriedade de terra no campo era designada para o filho mais moço, e os outros iam à vida nas “colônias”. Foi assim que se motivou a imigração para as Américas. Ainda que ambos os países – Portugal e Espanha – tenham produzindo legiões de emigrantes, a diferença é que os espanhóis podiam contar com uma pessoa rica na família, enquanto os portugueses ficavam comunitariamente pobres.

Meu pai se ligou ao comércio no Rio de Janeiro. A bem da verdade, acho que ele tinha pouco tino para ser camponês; percebo isto pelas coisas que ele deixou, pelos bilhetes em que registrava suas preocupações. Apesar de ele ter tido muito pouca instrução, tinha vontade de progredir no comércio. Além do mais, era um trabalhador e tanto!

Sobre minha mãe, tenho uma história pitoresca: ela era filha de um açoriano, criada pela avó, que era casada com um homenzarrão. Esse meu avô casou duas vezes. Do primeiro casamento, teve oito filhos e, depois que a esposa morreu, dedicou-se intensamente aos negócios de exportação do café e nesse ramo progrediu. Quando morreu a primeira esposa, viúvo, arranjou outra mulher, que era doméstica. Sim, minha avó era simples doméstica.

Economicamente, meu avô começou a florescer com o sucesso do café, mas, apesar do lucro, não se pode dizer que ficou rico. Prosperou, mas nunca quis ou soube acumular capital. Fanfarrão, meu avô dizia que, quando morresse, quem viesse atrás que fechasse a porta, porque não iria deixar nada para ninguém. O espírito dele era esse, o que podíamos fazer? Esse avô era muito pródigo, de uma prodigalidade tremenda! Gostava de pompa, teatros encenados por companhias francesas, de óperas e tal. Era um burguês que, do segundo casamento, teve mais doze filhos. Se for verdade que todos nós temos na história da família alguém idílico e legendário, era, no meu caso, esse meu avô. Ele foi uma figura meio mítica, possuía algo de herói e de romântico. Tinha nascido em 1849 e morreu exatamente quando eu nasci.

Minha mãe, dizem, me levou em seu leito de moribundo e conta-se que ele me viu e morreu. É curioso, mas, mesmo sem conhecê-lo, chego a sonhar com ele e com suas legendárias histórias. Mais tarde, a família numerosa espalhou-se pelo país afora: Sul de Minas, São Paulo e particularmente Rio de Janeiro. Até hoje se promove uma reunião familiar nos feriados de fim de ano para comemorar o nascimento do patriarca, ainda que não se saiba ao certo o dia do seu aniversário.

Essa figura tão interessante nos deixou uma herança fantasiosa: uma visão de mundo diferenciada. Deu também oportunidades, condições de instrução. Como era liberal, não impunha nada, mas se algum dos netos quisesse estudar, ele bancava. Se, pelo contrário, alguém não quisesse, não insistia. Com as moças, na maioria ele também procedeu da mesma maneira, só que as mulheres daquela época eram muito mais dóceis do que as de hoje, não exigiam muito nem existiam essas lutas feministas, não se falava em igualdade. Elas se submetiam àquela rotinazinha doméstica, aprendiam prendas, bordar, cozinhar. Era moda naquela época, a moça era preparada para casar, então tinha de ter habilidades. Minha mãe aprendeu todas as prendas e com as irmãs foi a mesma coisa. Quem quis estudar pôde ir à Escola Normal. Uma delas fez carreira, foi professora até de bastante talento, foi companheira da Guiomar Novaes. Posso dizer, sem medo de errar, que a minha família era liberal. Foi nesse contexto que as filhas, como a minha mãe, se casaram. No caso da minha mãe, ocorreu essa infelicidade de o marido morrer logo depois do casamento.

Passados uns dez anos, a situação geral foi piorando, piorando e com o tempo, com os filhos grandes, minha mãe não teve condições econômicas para manter o mesmo nível de vida. Tinha a casa que o marido lhe deixara, mas sem aptidões para ganhar a vida; não tendo sido educada para o “battente” fora do lar, acabou em dificuldades. Também não havia mercado de trabalho para a mulher naquela época. A mulher branca era criada para casar e a minha mãe, jovem ainda, estava em condições de fazer um novo casamento, mas com cinco filhos era difícil. Ela até que teve uns pretendentes e tal, mas não deu certo. Então, pressionada pelos irmãos – que eram modestos viajantes no comércio –, colocou os filhos em orfanatos do governo. Todos nós fomos para orfanatos e ela ficou com aquela pequena renda da casa para se manter. Assim, foi viver com os irmãos, que a exploraram como

doméstica. Foram tempos difíceis para ela! Alguns anos depois, além de tudo, meus tios tomaram dela sua pequena renda. Minha mãe nunca reagiu: era tão boa! Tudo o que pediam a ela, ela entregava. Todos concordavam que ela era uma verdadeira santa.

Vista de hoje, a minha história é bastante curiosa: meus dois irmãos e eu fomos criados em orfanatos. Fui posto no orfanato no final de 1922 e fiquei vivendo lá por oito anos. Eu era o mais velho e por isso fui o primeiro a ser internado. Fui para o João Alfredo que, naquele tempo, era um orfanato para menores. Meu pai com aquela história de que ia morrer cedo começou a inculcar em minha cabeça que eu seria o responsável pela família, que deveria cuidar de todos. Naqueles anos, isso se tornou uma obsessão, uma ideia fixa que me pesou muito! Acabei convencido de que essa era a minha missão pela vida toda.

Fui péssimo aluno na escola. Péssimo! Eu era um rebelde porque tudo em minha volta havia se transformado: o ambiente social, os alunos eram oriundos de situações problemáticas e sempre muito pobres e traumatizados. Os meninos brigavam demais e, como eu também era esquentado, as coisas não corriam bem. Fui crescendo naquele ambiente escolar de um pedagogismo disciplinador, profissional, sem família, mas, por incrível que pareça, não posso dizer só coisas negativas sobre o orfanato. Não. Veja que lá fiz cursos e houve um que me foi particularmente importante: o de eletricidade. Esse diplominha me valeu muito no decorrer da vida, foi mesmo, profissionalmente, vital. Valeu em todos os momentos, tanto aqui no Rio como no exílio.

Conforme meus irmãos iam adquirindo idade, também foram ingressando no João Alfredo, o que era, de certa forma, um privilégio, porque esse orfanato era tido como um bom lugar: tinha médico, professor de português, enfim, dava assistência mínima no campo da Saúde e da Educação. Não era fácil arranjar vagas, só tendo alguns “cartuchos e pistolões”, ou seja, amigos influentes, coisas assim. No caso da nossa família, contou pontos o fato de sermos apadrinhados por um velho amigo de meu pai que nos ajudou, pois sem essa mão seria difícil achar um lugar. Eh! A assistência às crianças pobres sempre foi um problema sério no país. O problema do menor carente no Brasil não é coisa de hoje. É como se os filhos dos desfavorecidos não tivessem valor, fossem peso para o progresso. E veja que cada dia a situação

está pior. Talvez naquele tempo não fosse tão angustiante porque a população era menor, mas de qualquer maneira, era difícil. O João Alfredo abrigava uns quatrocentos estudantes; era, portanto, bem grande. Apesar da estrutura severa havia certa camaradagem entre os meninos, e nesse ambiente consegui fazer algumas amizades que me valem até hoje. É sim! Mantenho alguns amigos desde aquele tempo.

Nunca tive, em minha vida, nenhum tipo de educação religiosa. No orfanato havia uma capela muito boa, e como grande parte da população escolar do João Alfredo era mesmo o pessoal pobre, gente, digamos, da favela, pessoas que lutavam muito para sobreviver, as missas eram bastante frequentadas. Mas eu, não. Eles tinham relativo interesse por rituais religiosos complicados, abstratos, mas sobre mim aquilo não exercia fascínio algum.

A escola era severa. Havia castigos pesados, e por qualquer coisinha éramos punidos. A gente tinha que ficar em pé durante muito tempo por qualquer coisa errada que se fazia. Eh! Eram castigos meio medievais: virado para a parede durante um dia inteiro, por exemplo. Nessas condições, as crianças caíam, desmaiavam. Era uma brutalidade que só vendo. Imagine que, se alguém do castigo se mexesse, vinha o inspetor – que era quase sempre um dos alunos maiores servindo de auxiliar – e nos batia. Batia de verdade.

Ah! Houve um dia inesquecível. Por causa desses castigos, uma vez o pessoal fez um motim. Um verdadeiro motim, e fugiu a metade dos alunos do colégio pelo para-raios! Foi uma rebelião, uma verdadeira explosão! Mais tarde, felizmente, essas coisas mudaram. Modernizou-se muito o tratamento, melhorou-se a comida, mas aí eu já estava no fim da minha permanência lá.

Eu saí em plena crise, no ano de 1930, com uns 18 anos de idade. Era o começo dos anos 1930. Coisa brutal, crise! Uma crise de verdade, com índices terríveis de desemprego! No Brasil não havia ainda indústrias modernas e as que existiam eram rudimentares, davam só para o atendimento interno, e assim mesmo, muito precário. O que tínhamos como produto interno, como resultado do trabalho do país era fruto da enxada, coisas vindas do campo e só. Importava-se de tudo. E, no meio dessas dificuldades, saí do internato e fui morar com um tio mais velho na Gávea, na Rua Jardim Botânico, justo onde hoje fica um pequeno espigão. Esse meu tio tinha uma garagem ao lado da casa, e fiquei lá por uns poucos meses. Morava com ele também um seu irmão mais moço, outra vítima do desemprego.

Meu tio, o dono da casa, ganhava bem, era chefe de seção, tinha um ordenado bom para a época. Ele trabalhava para a Herm Stolz, uma grande firma alemã. Essa empresa compunha o trio das multinacionais importantes, todas instaladas na Avenida Rio Branco e que dominavam todo o setor de comércio de importação, desde alfinetes até máquinas pesadas. Era só encomendar que eles punham toda a eficiência em funcionamento.

Eu vivia com esse tio, uma pessoa verdadeiramente compenetrada e mal-humorada. Ele era uma figura obtusa, que não teve filhos, um autêntico casmurro: não conversava, não ria, não tinha amigos, não tomava nem água na casa dos outros. Era, contudo, apesar de estranho, um bom sujeito. Talvez ele fosse acabrunhado assim pela solidão, pois eu, como um juvenzinho, não lhe era a melhor companhia. Além do mais, ele parecia não viver bem com a mulher, que passava o dia nervosa por não conseguir gerar filhos. Na verdade, além de nós, ele não tinha mais ninguém que o estimasse. Mesmo comigo, ele conversava pouco, aliás, só me dava ordens: faz isso, faz aquilo. Engraçado: esse tio, apesar de tudo, chamava-me carinhosamente de Zequinha. Zequinha era meu apelido familiar e só os íntimos referem-se a mim desta forma. É possível que o meu tio tenha tido algum desentendimento com meu pai e, como sou o mais velho, ele transferiu para mim essa diferença, mas, cá entre a gente, no fundo, acho que havia uma ligação mais profunda entre nós. Engraçado: apesar de tudo tenho uma boa memória desse meu tio. De quando em quando, sonho com ele e o vejo sempre triste, mas calmo. É sempre o mesmo sonho que se repete. Tenho até saudade dele. Velho e doente, passando tanto tempo em casa, na cama, vítima de insônia, fico todo dia naquele estado de torpor entre dormindo e acordado. É aí que me ocorrem essas imagens, verdadeiros sonhos, onde vejo meu passado entre a saudade e o real. É como se sonhasse muito, não sei bem dizer o que é.

Um dia, meu outro tio, aquele que estava desempregado, chamou-me e disse:

– José, eu tenho um amigo francês, um cara que tinha uma companhia de aviação em São Paulo e que faliu; pois bem, esse sujeito veio para o Rio, montou aqui uma fábrica de pneus, uma recauchutadora. Ele é uma pessoa original, empreendedora, por que esta é a primeira empresa que faz isso aqui no Brasil. Ele parece estar progredindo muito, mas teve um problema: a máquina de polir os pneus queimou, o motor parece que fundiu ou coisa assim.

Depois de detalhar a atividade do amigo, perguntou-me se eu não entendia desse troço. Imediatamente respondi:

– É a minha especialidade.

Assim, fui lá falar com o francês que, aliás, estava quebrado mesmo, mas, de qualquer maneira, trouxe o motor. Desmontei-o, transportando-o por partes, porque aquilo é pesado. Trouxe a parte que precisava do reparo, que era o enrolamento do motor. Comprei o material e me investi do espírito comerciante herdado de meu pai; aliás, devo dizer que sempre mantive certo gosto pelos negócios. No colégio, por exemplo, vendia coisinhas para poder me vestir. Confesso que até me saía bem nessas tentativas. Devo dizer que consertei aquele motor, e entreguei-o todo feliz. O francês recebeu-o com alegria e disse:

– Depois eu falo com o seu tio.

Não me pagou! Você acredita?! Deu um jeito, contornou e ficou nisso. Nunca recebi esse dinheiro, quer dizer, perdi. Perdi inclusive o que eu empreguei no material, mas não me prejudiquei com isso, não. Soube mais tarde que o vilão da história não havia sido o francês. Quem tinha ficado com o dinheiro, na verdade, havia sido o meu tio, aquele desempregado. Fiquei triste, é claro, mas não me desesperei. Coisas do destino. Anos depois, esse tio foi quem me pagou a passagem para ir para a Espanha, lutar na guerra civil.

Decorrido algum tempo, o meu tio mais velho, o dono da casa, disse-me uma noite:

– Zequinha, você não estudou mecânica?

Respondi-lhe que sim, fazendo-lhe, contudo, uma ressalva:

– Mas não mecânica prática, estudei mecânica geral: alavanca, princípios, basicamente conhecimentos gerais, mas não dá para consertar motor de explosão, disso tenho noções, mas não sou especialista.

Ele ficou assim meio decepcionado, eu então lhe disse:

– É que meu diploma, meu tio, é de eletricidade. Eu entendo de eletricidade: enrolamentos, motores, eu sou um craque.

Ele pensou um pouco e argumentou:

– A questão é a seguinte, meu chefe fez uma importação da América (Estados Unidos), umas balanças de precisão, e necessita de um mecânico. Fizemos uma pequena pesquisa interna na fábrica e constatamos que seria difícil achar um mecânico especializado em qualquer lugar do Brasil.

Como os produtos eram norte-americanos, haveria mais facilidade em contratar o pessoal de reparo e manutenção nos Estados Unidos, mas, evidentemente, isso ficaria caro. Os funcionários estrangeiros pediam muito dinheiro, queriam ganhar mais que o chefe, além de férias pagas na América todo ano pelo empregador. Lá a legislação já era muito avançada, então ele achou por bem tentar no Brasil mesmo, arranjar um mecânico. Mediante os limites e premido pelas necessidades, a alternativa era só uma: improvisar.

A primeira tentativa foi, como não poderia deixar de ser, valorizar a prata da casa: chamaram um alemão, que já trabalhava na firma como vendedor de óleos e que tinha um curso de relojoaria. Imagine, um relojoeiro! O chefe pensou alguma coisa assim: como relojoaria é uma coisa muito fina e delicada, o alemão poderia dar conta do recado.

No fundo, o cara deve ter suposto: ele é um alemão, melhor começar pelos estrangeiros. Além do mais, o sujeito era esforçadíssimo. Tentaram!... Mas foi um fracasso. O cara realmente procurou acertar, tentou, tirava modelo das caixas, armava, juntou uma fileira imensa de balanças em cima de um balcão enorme. Ele usava o método comparativo, isto é, via uma que funcionava e procurava, detalhe por detalhe, ver o que estava errado com a outra. Como não deu certo, começaram a “baixar o nível”, procurar alternativas entre nós. Quando a coisa chegou a mim, então, meu tio disse:

– Pois é, eu falei para o meu chefe que ia levar você.

No dia seguinte, lá estava eu. O alemão que ia me receber chegou um pouquinho mais tarde. Era um sujeito baixinho que estava sempre fumando. Muito gentil, bondoso, era mesmo um cara compreensivo. Até hoje, quando me lembro do Hartmann imagino que estou vendo a figura de Churchill, o ministro inglês. Meu tio me apresentou a esse sujeito e ele, olhando para mim com incredulidade, disse assim:

– Chama aí o Walter Greitz.

Era o tal relojoeiro “fracassado”. O Greitz veio. Era um alemão alto, bem mais alto do que eu, bonitão, muito simpático, bem-penteado, bem-vestido, perfumado. Fui apresentado a ele por meu tio:

– Esse é o rapaz, meu sobrinho, que vai tentar aí com você.

Depois, virando-se para mim, ouvi de meu tio:

– Esse vai ser o seu chefe.

Aí, então, o meu novo “chefe” fez uma inspeção de alto a baixo, olhando-me com desdém, com aquela superioridade alemã – aquele tempo era ter-

rível porque na empresa não havia mais de um terço de brasileiros, os outros eram alemães le-gí-ti-mos. Legítimos mesmo, compreendeu? Tinham umas alemãs que trabalhavam, mas eram feias, brutalhonas, ainda que simpáticas. Só não eram alemães os carregadores, ou então os chefes nacionais que eram imprescindíveis, como no caso do meu tio. Seria, curiosamente, nessa pequena elite de brasileiros que eu ia entrar. Era um privilégio atuar no time de uma multinacional. Por isso foi que o Greitz me olhou, examinando-me de alto a baixo e, tenho certeza, não fez fé... Evidentemente não convenci à primeira vista. Sempre fui muito perspicaz desde criança e percebi logo que ele não tinha me aceitado. Foi por isso que ele se virou e disse para meu tio – e não para mim – que eu fosse para a seção dele. Fui e fiquei com ele sozinho, examinando a oficina, as mesas de trabalho, enfim, o material. Ele chegou e me disse com excelente português, apesar do indistigável sotaque:

– Olha, ô José – ele falava “José” acentuando o “ê” – você não vai mexer nos mecanismos sem a minha presença, hein? Você vai ficar aí limpando, tá ouvindo, fazendo hora, e espera eu chegar.

Eu esperava, confesso que furiosamente, mas esperava com paciência e resignação. Ele saía muito para a rua, voltava só de tarde e eu, sempre cumprindo ordens, ia limpando. Estava sempre polindo as balanças. Um dia, ao cabo de uma semana, aquilo me encheu as medidas. Sabe como é jovem. Não aguentei e comecei mesmo a mexer, rebulir, examinar as peças, entende? Não era o meu serviço limpar balanças, ora bolas! Então, fui investigando o mecanismo, olhando, correlacionando o material solto pela oficina. O alemão saía e punha-me a mexer, pesquisando. Levei a coisa a sério. Não havia literatura técnica no país, de espécie alguma, só francesa, e assim mesmo não tratava diretamente do assunto. Eram outros tempos. Hoje se encontra de tudo, mas naquela época, não havia nada. Eu procurava nas bibliotecas e livrarias, mas não havia nada. Então, me concentrei na experimentação, por conta própria, a pesquisar: fazia croquis, desenhos, cálculos de alavancas, e fui encontrando a lógica daqueles parafusos.

Um belo dia, eu regulei a máquina. Evidentemente, comecei pela balança mais simples. Lógico! Regulei o primeiro modelo, e quando meu “chefe” chegou, de tarde, eu disse:

– Olha aí, esse modelo está regulado.

– Você sempre bisbilhoteiro, né? Eu não disse para você não mexer? – falou-me acidamente.

– O resultado está aí, olha só. Estou mostrando ao senhor, eu regulei.

Ele examinou e constatou que a balança estava regulada. Ao ter certeza, virou-se e disse:

– Bom, esse tipo era muito fácil.

Eu havia ferido seu orgulho germânico e ele, em troca, estava minimizando meu trabalho. Não aguento coisas assim. Eu nunca fui presunçoso. Não gosto de gente empavonada. Concordei com ele que realmente era o modo mais fácil e fui lhe dando razão. Despeitado, ele então falava:

– Vamos ver os outros.

Aquilo soou como um desafio e resolvi encarar com mais seriedade ainda. Aí, fui numa sequência veloz, de um em um. Fui indo, devagar e cautelosamente, até que desvendi tudo! Até balança de pesar hélice de navio. Tudo! Mas, passou um mês, não vi dinheiro. Além da falta de salário, não tinha carteira assinada. Naquele tempo não existia controle trabalhista nenhum e eu me sentia explorado! Um dia, eu cheguei para o meu tio e disse:

– Olha, amanhã eu não vou trabalhar porque até hoje não vi dinheiro, não tenho nem para a passagem da condução!

– Mas, como?! Eles não te pagaram? Mas por que você não reclamou? Vou falar com o chefe.

A conversa durou, durou. Quando ele voltou do gabinete do chefe, vinha com uma nota de 200 mil réis e um recibo para eu assinar. Era pouco. Pouquíssimo. Foi uma decepção para mim. Caí das nuvens. Meu tio percebeu e tentou justificar:

– Ele argumentou que você é aprendiz.

– Molecagem, exploração de menor.

Retruquei raivoso, posto que os mecânicos da firma, naquela ocasião, ganhavam 450 mil réis por mês, sendo que o chefe de oficina ganhava mil. Esses não eram grandes ordenados nem mesmo para o Brasil, e de qualquer forma seriam muito mais do que estavam me oferecendo. Fiquei ferido. Perguntava-me: por que meu tio não luta por mim? Fiquei intrigado, achando que teria que descobrir isso: por que ele não me protege, não pede aumento? Era ele, inclusive, que dava trabalho aos mecânicos e sabia o ordenado de um funcionário daquela categoria. Eu lhes era uma enorme economia. Se antes eram os americanos que vinham e não precisaram mais vir graças ao meu trabalho, a firma economizava. Eu deveria ser pago pelo menos no

mesmo nível que os técnicos brasileiros, raciocinava. Além disso, o enigma do relacionamento de meu tio com meu pai me complicava muito e eu, obstinado, queria entender tudo. Por que, sendo ele intermediário, meu salário era tão baixo?

Foi passando o tempo, eu pensava muito. Aos poucos fui percebendo que meu tio usava minha inferioridade salarial como arma contra os alemães. Ele tinha alguns problemas de trabalho e ameaçava sair e me levar. Nesse quadro, insatisfeito, comecei a abusar: saía fora de hora, não dava satisfação a ninguém, se precisava ir embora, ia. E o meu tio vendo tudo, não falava nada.

Foi por essa época que convivi um pouco com o meio trabalhador. Quando não tinha o que fazer em minha seção, eu ia ficar com eles. Meu tio a tudo assistia, e nada falava. Eu ia para o terceiro andar e dava uma mãozinha também nas máquinas registradoras, vistoriava os outros equipamentos. Assim, passei a ser mecânico também de máquinas de escrever, fazendo a manutenção da Ideal e da Erika.

Fiquei nessa firma até 1934. Nesse contexto, a crise que se arrastava desde 1929 se agravou. A firma passou a não vender tanto quanto antes e, logicamente, ocorreram dispensas de empregados. Como não podia deixar de ser, os brasileiros rodam primeiro. Mas, não foi só a mim. Meu tio foi atingido também.

Sentindo-me injustiçado, sem apoio e praticamente só no mundo, concluí: agora eu sou outro, estou fora da tutela dele, da família, e tenho de atuar por mim mesmo. Comecei a me impor. Apareceram interessados de fora. Veio a Filizola de São Paulo procurar-me para oferecer mais.

Nessa altura, eu já tinha me matriculado no Colégio Freycinet, que ficava na esquina da Rua do Ouvidor com a Gonçalves Dias. Estudava de noite para “tirar” os famosos preparatórios – uma espécie de vestibular da época – a fim de realizar meu sonho, pois tinha um fanatismo pela profissão. Fiquei lá estudando e me preparei para o curso de sargentos aviadores. Eu não podia entrar para a Escola de Guerra porque eu não tinha os cursos especiais, então, fiz o curso para sargentos aviadores.

Os tempos do colégio foram muito importantes para mim. Eu, na condição de aluno, sentia-me muito bem e tinha disposição para aprender. Na realidade, portar-me como estudante, ter uma escola para ir, preparar-me

para exames era uma coisa muito boa. Além do mais, a escola tinha alguns bons professores e umas alunas muito bonitinhas. Tinha o velho professor Freycinet, que era um homem imponente, bonitão, e que andava sempre de terno. Suas roupas eram muito finas, bem passadas e limpíssimas. Ele era um cinquentão e agradava muito às alunas. As moças viviam em torno dele, sabe? Eu ficava intrigado pensando como alguém podia ser tão atraente e fazer as pessoas em sua volta estarem sempre ostentando um ar de alegria. Ele era assim!

Estamos nos reportando a 1932, 1933. Na verdade, eu não tinha muita coisa na cabeça por esse tempo. Não! Jamais me envolvi com política e coisa e tal. Na minha família, no meio em que eu estava, isso nunca foi importante. Em 1932, por exemplo, na Revolução de São Paulo apenas recordo que me posicionei do lado getulista, contra os paulistas. Por isso mesmo, acho que não tinha grandes aptidões para análise política, nem alcance para sínteses da realidade brasileira. Algo me dizia que a guerra dos paulistas era contra a unidade nacional e isso não me agradava. Além do mais, politicamente eu era apenas um revoltado, não tinha encontrado um canal que me conduzisse a posicionamentos mais consequentes. Sentia-me insatisfeito por sofrer injustiças sociais como as que vinha padecendo, primeiro como órfão num colégio de meninos pobres, depois pela discriminação em casa, na fábrica. Nunca tive lazer, não ia à praia, no máximo havia um futebolzinho, mesmo assim só quando menino, lá no Colégio João Alfredo, só, nunca tive mais passatempo. Mais tarde, minha vida entrou na rotina definitiva do trabalho para casa e de lá para o estudo.

Estudei sempre! Independente do colégio. Estudava muito. Dava tanto valor aos estudos que, com todo o sacrifício do mundo, tirei meus irmãos do João Alfredo e os coloquei no Colégio Pedro II, que era bastante caro. Com isto, estou dizendo que vivia com o orçamento apertadíssimo. Em seguida, instalei a família em uma casa alugada e trouxe minha mãe para junto de nós. Isto é muito bonito de ser dito, mas custou bastante. Tudo era resultado de luta, sacrifício! Sentia-me injustiçado pela vida, pelo fato de ter de batalhar tanto por coisas que na realidade deveriam ser direito de todo cidadão. Estou falando da oportunidade de estudar, ter participação social, viver, mesmo que modestamente, com a mãe.

Sempre fui o que se chama arrimo de família, desde menino. Vivia quase como um autônomo, com todos aqueles encargos do sustento da casa. A

escola para mim era, portanto, uma espécie de miragem, de lugar ideal, um oásis. Depois do tempo do orfanato, gostava de estudar, mas simplesmente não podia. Sempre, na segunda fase da minha vida, fui aplicado na solução das minhas obrigações, sem, contudo, ter preocupações literárias, acadêmicas. Vim a tê-las agora, mais tarde.

Tornei-me um fanático por trabalho! Depois dos incidentes na firma dos alemães, comprometi-me comigo mesmo a vencer na vida. Estava determinado: eu teria de vencer! Estudei na Escola de Aeronáutica depois de passar nos testes preparatórios. Entrei a todo vapor no curso. Eram dois períodos: um de aferição de conhecimentos, o qual não exigiam tanto; mas depois de concluída esta fase, era necessária outra, fazer um segundo estágio correspondente ao ginásio, e como eu não tinha o ginásio completo, senti muita dificuldade em matemática, no início. Álgebra, por exemplo, aprendi sozinho, eu e os livros. Essa aferição dos conhecimentos escolares era muito severa, pois eram exigidos conhecimentos até de coisas que não eram propriamente do ginásio, como trigonometria, por exemplo. Não foi fácil, mas essa não era a primeira luta que eu enfrentava. Até aos domingos, quando todos saíam a passeio, ficava no colégio para estudar. Lá havia outros companheiros muito mais instruídos do que eu e então esses flauteavam, procuravam pagar para quem quisesse cobrir suas folgas. Mesmo aos domingos, quase ninguém queria serviço, obrigação, nada, não me importava: queria estudar.

Foi assim que cheguei até onde pretendia. Fui subindo devagar e sempre, como convinha a alguém com meus traços biográficos. Deu certo. Fui o quinto aluno na classificação da minha turma no curso de aviação, e veja que entrei na metade do programa do primeiro período e, de toda a turma – que era composta por vinte rapazes – apenas cinco eram navegantes metralhadora. Apenas os “cabeças” eram metralhadores. Nossas tarefas implicavam fazer fotografias aéreas e tudo o que era mais fino na aviação. Esta foi uma vitória maior. Não sei se alguém consegue avaliar o que isso significou e ainda representa para mim.

Minha formação foi sempre técnica, nada de teoria, mas quando entrei na Escola de Aviação do Exército Brasileiro, já no exame de saúde, conheci um cabo, um rapaz um pouco mais velho que passou a ter importância em minha transformação. Entramos na mesma turma e ele, mais amadurecido, começou a conversar com os rapazes, aproximando-se. Foi logo se insinuan-

do, conversando sobre temas políticos, sociais. Seu nome era José Ribeiro Filho. José, meu xará. Ele tinha tomado parte na Revolução de 1930 e na de 1932, vivido uma série de experiências que nós não conhecíamos. Diante de tantas novidades, todos o escutavam, curiosos.

Lembro-me bem disto: de cara, o José veio conversar comigo, começou perguntando qual seria minha especialidade. E eu disse:

– Eu sou navegador.

– Ah, eu também.

Daí começou uma amizade que foi crescendo, até porque ele também estava entre os cinco melhores que citei. Nós éramos colegas, construímos uma camaradagem enorme, dormíamos um ao lado do outro no dormitório. Nossas conversas eram sérias e ele passava suas conclusões sobre política, injustiças sociais, roubalheiras governamentais, enfim, falávamos dessas coisas que ainda hoje se veem por aí. Foi ele quem começou a abrir minha cabeça. Eram muitas as transformações que aconteciam em minha vida nesse tempo. Muitas, importantes e consequentes. Na medida em que ganhava um amigo, ajustava-me a uma profissão e ia iniciando-me em política.

Foi assim que comecei a aprender sobre política com os colegas mais esclarecidos. A história do Partido Comunista no Brasil me fascinava, confesso. Em particular a política do “terceiro período” tinha muita relação com a minha própria história pessoal.

Em 1934, em Moscou, ocorreu a III Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe. A repercussão dos debates de então é fundamental para o entendimento da autonomia do Brasil nas decisões sobre o Levante de 35. De modo geral, a historiografia se divide entre a dependência das “ordens de Moscou” e a ação local. Havia autonomia para decisões.

Nessa época, fui ficando “baratinado” porque não conseguia decidir entre a carreira e a militância política. Eu era uma espécie de anarquista político, reprovava os alemães, mas não tinha argumentos certos para uma crítica mais consequente. Não queria me filiar a nenhum setor porque sabia que isso ia me prejudicar nos estudos. Percebia como o partido era absorvente, exigia trabalho, dedicação, e eu tinha que compensar a lacuna na formação escolar para poder fazer frente aos meus colegas que tinham curso na área de Humanidades completo.

“Sentamos praça”, como se diz nas Forças Armadas, e o José Ribeiro continuou com aquela pregação, não só comigo, mas também com outros.

E assim formou-se um núcleo de companheiros que posteriormente aumentou muito, transformando-se em uma célula do Partido Comunista. A base do núcleo era composta por colegas que tinham um princípio comum: irrestrito apoio à luta antifascista. Eu, neste sentido, era atuante: antifascista. Considerando isto, poderia até dizer que me sentia politizado, mas ainda ingênuo e confuso, ideologicamente falando. Esse grupo começou a arrebatar, cooptar, convencer os companheiros à atuação em torno da mesma causa. Na verdade, fazíamos proselitismo para constituir um partido. Pretendíamos, era evidente, formar um partido legal. Nossos argumentos eram sempre muito diretos e, como pretendíamos o comunismo, assediávamos os possíveis companheiros e os chamávamos aos brios com convocações que beiravam palavras de ordem e apelos do tipo:

– Você é operário? Sua origem é operária? Então você tem um compromisso com a classe trabalhadora.

Mas minha militância era limitada, tímida. Eu não queria me expor como os outros, mais entusiasmados com as atividades políticas.

Dessas pessoas, algumas se transformaram em grandes amigos. Um deles era de São Paulo e posteriormente chegou a ser professor da Universidade de São Paulo, a USP. Era um rapaz louro, chamava-se Walter Campi Laus, um médico que antes tinha lutado ao lado dos paulistas em 1932 e era ardente antigetulista. Havia outros também próximos a mim. Tinha um rapaz do Mato Grosso chamado Jofre Alonso da Costa – todos derivavam daquela primeira raiz que foi plantada pelo José Ribeiro Filho. Com o José e mais esses dois colegas – o Campi Laus e o Jofre – é que se movimentou politicamente o pessoal dentro do curso. O José trabalhou sem descanso, tinha uma capacidade invejável de ação comunitária, e em conjunto nós sempre marcávamos presença. O Campi Laus, o Jofre, o José Ribeiro atuavam mesmo, eram obstinados. Eu sabia que eles me tinham como alvo de cooperação para suas atividades, pois todos os dias davam um aperto para eu entrar no partido, e eu escapava. Negava porque queria triunfar na vida comum, e isso com certeza me atrapalharia.

O tempo foi passando. Passou 1934, o problema do crescimento da direita nacionalista na Europa ia se agravando e os reflexos no Brasil eram

evidentes e ameaçadores, principalmente considerando Getúlio no governo. Como fora do país ampliavam-se os quadros tanto da direita como da esquerda, aqui as coisas se complicavam, caminhando para uma polarização. Entre os alunos, é evidente, o reflexo de tudo isso se manifestava. O grupo do José Ribeiro ia se fortalecendo com a bandeira do antifascismo mas progressivamente vamos nutrindo com uma proposta mais definida em termos de opção partidária. Veja que tudo isso se passava dentro das Forças Armadas. É verdade que crescia também fora delas o partidário implementado largamente depois da chegada de Luís Carlos Prestes, em 1935. Prestes chegou juntamente com outros estrangeiros que vieram atuar na mesma causa: Arthur Exert, também conhecido como Harry Berger, o argentino Rodolfo Ghioldi, Leon Jules Vallée, que era belga, e o norte-americano Victor Allan Barron. Estou velho e acabo esquecendo outros nomes e números, mas o que não esqueço é o impacto dessa experiência. Não tem doença, fraqueza ou abatimento que apague a emoção dessa época. Deixe-me abrir parênteses: não me conformo que nos livros os registros sejam desencarnados, como se tudo não tivesse um sabor de luta, de vida. De vida de militantes que fizeram o partido.

Voltando ao Prestes, foi com sua chegada que minha atividade dentro da corporação se intensificou. Fora do quartel, nunca tive contatos consequentes, fato que não se dava com os outros. O Jofre, por exemplo, em 1935 foi expulso da Escola de Aviação ao ser flagrado num comício. Era proibido e ele, tão entusiasmado, esquecia tudo, mandava a corporação e suas regras, tudo, às favas e ia. Imagine que, quando foi preso, ele estava fardado no comício. Fardado! Foi “batata”, reconhecido, expulsaram-no em dois tempos. Os outros escaparam porque, vestidos como civis, saíram de fininho sem chamar a atenção. De qualquer forma, vale dizer que em 1935, depois das férias, eles intensificaram o recrutamento do pessoal para o partido. Eu, que já vinha sendo pressionado anteriormente, acabei acuado. Eles me convocavam, dizendo:

– Você, você tá conosco, né?

“Tá conosco” equivalia dizer solidário ao levante, e eu sempre afirmava:

– Sem dúvida, quando for o dia pode chamar que eu vou para a briga.

Estava dizendo que o levante era certo que eu apoiaria em qualquer circunstância, mas não queria entrar para a organização. A data do levante

acabou sendo adiantada, e então comecei a me sentir bastante pressionado, tanto pelos colegas e amigos quanto por minha própria consciência. Ao fim, tive de ceder. Tinha deixado de ser aquele anarquista político de antes. No começo de 1935 eu estava militando, e me filiei ao partido nessa época. O levante era algo planejado, pensado com antecedência. Quer dizer, eles tentaram preparar com cuidado e vinham recrutando gente para isso. No ano de 1935, a despeito da armação, o desfecho foi improvisado, e quem articulava o grupo era o companheiro José Ribeiro Filho, líder auxiliado por alguns oficiais, sobretudo pelo Ivan Ramos Ribeiro, segundo-tenente e homem muito inteligente, corajoso ao extremo.

A proposta central do levante era uma ação contra o poder, depor o governo e instalar a Aliança Nacional Libertadora na presidência do país. A ANL foi inspirada nos pressupostos do Sexto Congresso do Komintern, que adotou como estratégia as Frentes Populares para amarrar o avanço do fascismo, isso em 1935. A Aliança foi o equivalente brasileiro das Frentes Populares da Espanha, França e Chile. Eu pessoalmente não tinha tanta confiança que conseguiríamos, com um grupo tão pequeno, derrubar o governo e mudar os rumos do país. Mas, independentemente das vontades individuais, o coletivo achava que seríamos capazes se fôssemos rápidos. Havia uma força inconsciente que dominava o pessoal: certo princípio estratégico valorizava, nas Américas, a tomada do poder pelo golpe, pelas forças pequenas, não politizadas, mas orientadas segundo fatores revolucionários. A prática corriqueira mostrava, grosso modo, que um general se descontentava, reunia a tropa, fazia uma preleção e tomava o quartel, depois dominava outro, telefonava para outro, aquela coisa. Então, como nós tínhamos certas condições técnicas, militarmente falando, que sugeriam ser possível a gente dominar o governo, o pessoal como um todo realmente acreditava no Levante. Acho até que dava. Apesar do meu pessimismo, tenho de admitir que aquilo seria possível se houvesse mais ponderação e menos entusiasmo.

Infelizmente, tudo foi precipitado, finalizado sem a articulação necessária e sem elos que pudessem garantir força e estrutura ao movimento. Enfim, houve erros, muitos erros de todos os lados. O movimento final foi desencadeado, intempestivamente, lá no Nordeste: uma região sem expressão militar nenhuma, ainda por cima por forças insignificantes. Deu no que deu: na derrota. Nós, do Rio, acompanhamos a movimentação com falsas

informações, com instruções exageradas, cantando vitórias inexistentes. O certo seria permanecer na Escola de Aviação em vez de nos rebelarmos sem segurança ou certeza do que iria acontecer. Se tivéssemos ficado nos quartéis, talvez tivesse sido possível dominar internamente e depois disto ir aos poucos expandindo o movimento.

É difícil explicar quais as tendências gerais dentro das Forças Armadas naquele episódio. Apenas posso dizer que na Escola de Aviação estávamos preparados para executar os planos combinados. Nossa estratégia consistia em pegar aviões, enchê-los de bombas – o que, aliás, chegamos a fazer – e então pressionar os situacionistas provocando o terror na cidade. Alguns elementos dentro da Vila Militar garantiram a possibilidade de gerar pânico e revolta nos demais soldados, e era lá que residia o grosso da tropa na época. Quando nós bombardeássemos, seria criado um estado de comoção tal que se instalariam as condições para a rebelião. Não contávamos que, do lado oposto, o da resistência ao movimento, existia um estrategista competente e tão ou mais forte que o nosso. O Eduardo Gomes, Comandante do Primeiro Regimento de Aviação e, portanto, familiarizado com as técnicas militares, estava preparado. Ele já pressentia o momento do levante. O Primeiro Regimento ficava a uns quinhentos metros da Escola de Aviação e, como a polícia estava alerta sobre a possibilidade da manifestação no Norte, medidas de precaução foram sendo tomadas também aqui. Mandaram esvaziar os tanques de combustível dos aviões, e assim nós não tivemos gasolina para levantar voo. Os aviões ficaram inutilizados na pista, carregados de munição.

E se tivesse dado certo? Ah! Se tivesse dado certo... Mas aí é mera conjectura! Creio que, se os outros estivessem decididos como eu, por exemplo, teríamos conseguido cumprir o plano e até, se fosse preciso, bombardear. Era nossa obrigação, nosso compromisso com os colegas que também acreditavam no levante. Mas o que tem importância agora é que fomos derrotados. Derrotados. Uma das coisas que mais me incomoda quando ouço falar sobre esses temas é que quase sempre se desvincula a ação pessoal da atividade dentro da corporação, do contexto partidário.

Em 1935 estes aspectos estavam ligados. Intimamente ligados. Em 1935, numa cidade como o Rio de Janeiro, então capital federal, era importante a participação da sociedade civil. Havia no Brasil uma politização fãisicante que envolvia a todos como cidadãos, e em uma corporação militar

não havia como ficar alheio às manifestações da sociedade. Juntando estes comprometimentos, vimo-nos ante a responsabilidade de organizar o partido, porque sem organização não se faz nada. Mas organizar o partido era uma tarefa complicada e de consequências gravíssimas para os envolvidos. Toda a atividade era secreta, armada e mantida no maior sigilo. Eu nunca pude ter, por exemplo, uma carteirinha ou um documento partidário, nada disso. Os acertos saíam das reuniões feitas nos finais de semana, cada vez num lugar diferente, como se fosse uma seita proibida. Dependíamos unicamente da palavra dos companheiros, e só! Bastava um movimento em falso para sermos perseguidos.

É interessante pensar nestas histórias vendo suas consequências hoje. Havia, na época, um entusiasmo grande em face das ideias progressistas, mas eu não saberia precisar qual a profundidade teórica que selava essas adesões. Na Escola de Aviação havia um grupo de colegas que gostava de ler, apreciava a literatura, e que aos poucos foi introduzindo na biblioteca os livros do Jorge Amado – dos bons tempos do Jorge Amado: *Cacau*, *Suor*, *País do carnaval*, *Seara vermelha*. Foi a partir daí que passamos a ler mais e, curiosamente, só se lia romance, literatura. Marx não era permitido de jeito nenhum, pois, como diziam, o comunismo é “barra pesada”. Nem mesmo depois de estar entrosado no partido, de ser militante de verdade, cheguei a ler algo de Marx, Lenin ou Stalin, ou seja, minha formação marxista não passou pela leitura. Vim a ler *O capital* anos depois, na forma de extratos publicados na clandestinidade. E, mesmo assim, li-os com pouco juízo de valor, pois, não sendo especializado em Economia, sinceramente aquilo não me interessava muito. Valia, isso sim, o testemunho e os argumentos dos amigos, dos colegas, porque as experiências deles pesavam bastante em meus conceitos. Era, afinal, algo tangível, transportado para o nosso contexto e que as pessoas podiam sentir.

Sabe, nem jornal eu lia com frequência. A não ser, é claro, o do partido, o que, aliás, era visto com maus olhos. Nosso noticioso era o *Amanhã*, que não pertencia exatamente ao partido, mas à ANL. Devo dizer, em síntese que realmente não tinha muita curiosidade intelectual. E daí houve o novembro de 1935.

Ah! Aquele novembro... Tivemos de engolir, junto com o sonho de mudança, o fracasso provocado pelo grupo revolucionário do Nordeste. Tive-

mos de amargar o aborto do possível triunfo do levante. Fomos todos presos. Dos envolvidos, eu fui o último a ser retirado da Escola! O último, e eles estavam me caçando a tiro, mas, como eu era bom nas fugas, bom soldado de infantaria e como, além do mais, fui treinado seguindo as orientações do partido, em face da proximidade do levante aprimorei-me em mecanismos de defesa da infantaria. Devido ao rigor com que me dediquei às práticas militares – fui um dos três comunistas de melhor média entre os primeiros lugares na Escola de Aviação –, isso acabou ajudando também naquela hora. De qualquer forma, fomos todos presos.

Fomos presos, mas eu fugi. Fugi! Saí levando três revólveres e um fuzil. Inocentemente, saí achando que fora da Escola haveria algum movimento desdobrado do nosso ao qual pudesse dar as armas para, enfim, continuar a luta. Queria continuar a luta a qualquer custo. A maioria dos meus colegas, quando fugiu, esqueceu-se dos planos e jogou fora as armas. Desertaram pela inconsistência do levante. E, no geral, a turma se entregou, o que mostra como poucos estavam comprometidos.

Essa constatação implicou um momento importante em minha vida: sentia-me empenhado em uma causa, queria prosseguir a luta e fui avante. Escondi-me na casa de um primo em Jacarepaguá até descobrir que não havia mais repercussões do movimento. De qualquer forma, fiquei lá por mais algum tempo, até que um parente sugeriu à minha mãe que eu me apresentasse, argumentando que, se eu não o fizesse, seria classificado como desertor. Na maior ingenuidade, fui apresentar-me e acabei preso, mandado para a correção. Antes do Natal, porém, uma prima, casada com um técnico da polícia, foi à prisão com um outro delegado amigo deles e juntos disseram ao Emílio Romano, chefe do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS, órgão governamental criado durante o Estado Novo) que eu era um garoto, um incosequente. Como as prisões estavam cheias e ainda não havia um processo formado sobre minhas atividades – e, é claro, mediante o pedido de uma patente de certo nível –, o sujeito cedeu. O Romano mandou me chamar e eu, com a barbinha crescida e tal, tive de ouvir um sermão. Depois me soltaram para passar o Natal em família.

Foi pouco o tempo que passei em liberdade, pois logo em seguida começaram os processos e a repressão partiu em busca dos revoltosos. Pegaram-me em casa, desprevenido. De novo, como eu não tinha processo, voltei a

ser libertado. Depois, aí sim, veio o pior, fui preso no começo do ano de 1936 e daí começou uma onda de vai e vem que foi até junho de 1937, quando fui solto, depois de condenado. Sob a responsabilidade do Ministro da Justiça, Macedo Soares – daí o nome Macedada, em junho de 1937 todos os que não tinham processos legais estabelecidos dentro do prazo determinado foram soltos. Eu era um desses casos. Isso, na verdade, ocorreu dado que as prisões estavam repletas, cheias demais, inclusive com muita gente inocente. Por outro lado, o Getúlio precisava mostrar ao mundo uma face mais liberal e, neste sentido, a condição imposta pelo Macedo Soares para aceitar o Ministério veio a calhar. Além disso, as pessoas que organizaram o movimento eram bem articuladas e tinham certo respeito entre nós. Ninguém dedurava os colegas, então as investigações ficavam ainda mais lentas.

Estando livre, tive de tomar um destino qualquer. Foi quando me convidaram para ir ao Sul juntar-me como Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, que estava armando um movimento contra o Getúlio. Fui para o Sul, mas, quando estava viajando, soube que o Flores da Cunha tinha se acovardado e não queria mais nada com a gente. Prossegui viagem rumo ao Uruguai, pois no Brasil é que não poderia ficar, sabendo que ia ser condenado. Lá, fui acolhido pelo Partido Comunista. Quando cheguei ao Uruguai, já tinha arrebentado a Guerra Civil Espanhola, desde 1936.

O partido, sentindo necessidade de renovação do Exército espanhol, arrebanhou pessoas de fora que pudessem melhorar a situação geral. Considerava-se que, para os republicanos vencerem, com o Exército ultrapassado e deficitário que possuíam, seria necessária a participação de milicianos internacionais. Força militar não é propriamente uma ciência nem possui lógica previsível, mas o comando dos republicanos estava enfraquecido e em flagrante desvantagem. Claro que não é da noite para o dia que se faz um tenente, um oficial, um comandante. Eles precisavam de pessoas instruídas para conduzir os soldados que se improvisavam lá.

Por essa época era corrente, por meio das ligações internacionais do partido, que aqui na América havia um grande estoque de militares de esquerda. A notícia da existência desse contingente sendo perseguido e reprimido dentro das próprias Forças Armadas veio então a calhar. Nós seríamos financiados para ir para a Espanha, pelo Partido Comunista dos Estados Unidos, que era o único “rico” entre os PCs do mundo. Eles pagaram nossa

ida em conexão com os demais soldados da América Latina. Portanto, quem pagou as viagens do pessoal da Bacia do Prata até a Europa, em sua maioria, foi o Partido Comunista americano. Foram, ainda, mais três mil milicianos na Brigada Lincoln que, apesar do número de pessoas, tinha também muito vagabundo, bandido e aventureiro.

O partido do Uruguai organizou uma comissão de ajuda à Espanha que implicava, primordialmente, o envio de técnicos para o Exército em formação. Assim, fui arrolado num desses contingentes. Dos outros brasileiros, uns poucos partiram do norte do continente, o que era, aliás, muito mais difícil. Foi desta forma que fez o tenente Durval Miguel de Barros: pegou o navio que saía do Norte para Las Palmas que, na ocasião, estava na mão dos franquistas. Ele teve de saltar antes. Não chegou à Espanha diretamente. O Apolônio de Carvalho também saiu do Nordeste, mas a massa mesmo foi do Uruguai, e depois da Argentina.

Os militares brasileiros foram para a guerra civil, quase todos como clandestinos. O Alberto Bomilcar Bessouchet tomou parte no Levante de 35, e escapou pelo Norte. Depois de passar pelo Sul, a saída final foi por Recife e de lá embarcou para a Espanha. Ele foi o primeiro. Saiu evadido do movimento e, como soube se proteger, logo percebeu que seria válido lutar na Espanha contra o fascismo. Ele foi, digamos, independentemente, sozinho, mas sua ida indicava o impacto da guerra no projeto de modernização política que queríamos. Depois, mais tarde, fomos “pingando”. Primeiro eu, o Enéas Jorge de Andrade e o Davi Capistrano; em seguida, em meados de 1938, já depois da Batalha do Ebro, chegaram os irmãos Delcy e Eny Silveira, Nelson Alves, Homero de Castro Jobim, Dinarco Reis, Carlos Bronswick França, Hermenegildo Assis Barbosa, Nemo Canabarro Lucas, Carlos da Costa Leite, Apolônio de Carvalho, Joaquim Silveira, Roberto Morena, José Gay da Cunha, além dos dois judeus, que eram nascidos no Brasil, mas haviam se abasileirado: Wolf Roitenberg e Hernesto Yosk. Estes eram figuras incríveis, legendárias, aliás é uma pena que a história do Brasil tenha tão pouco registro dessas duas pessoas. Pena mesmo.

Um grupo de 26 pessoas perfazia o total dos brasileiros. Eu refiz várias vezes a conta e o número dos nossos era mesmo 26. Com certeza, era basicamente composto por militares de esquerda e estrangeiros judeus do Rio Grande do Sul que foram lutar contra o fascismo. Aliás, o Yosk, que

era marido de uma alemã que trabalhava comigo, tinha uma história muito interessante: ele estava sendo deportado do Rio Grande do Sul para a Alemanha pelo navio Bagé, mas no meio do caminho, no Porto de Le Havre, conseguiu escapar. O Wolf Roitenberg, romeno, foi capitão na Espanha. Ele veio criança para o Brasil, e quando voltou da guerra foi expulso do país. Toda a vida achei uma iniquidade expulsar aquele homem. Dei algumas entrevistas e sempre repito que, apesar de ele não ser brasileiro de nascimento, é uma injustiça não considerá-lo como tal. Nós do partido sempre o tivemos como brasileiro. Deportado, acabou sendo fuzilado na França durante a Segunda Guerra. É uma pena que a História sempre só fale de Olga Benário e se esqueça destes outros judeus que foram tão importantes.

Há um livro – na verdade é mais um relatório da polícia que um livro – que se chama *A insurreição de 27 de novembro*, escrito por um delegado de nome Eurico Bellens Porto, no qual está o nome da maioria dos envolvidos, pelo menos dos 16 que participaram da “insurreição” e que, estando na ilegalidade, foram lutar na guerra. Mas eu conheci todos e garanto que não eram só 16. A maior concentração dos nossos ficou na XII Brigada de Infantaria, que era dos italianos. Os agrupamentos eram feitos principalmente por critérios linguísticos; assim, os brasileiros, por serem relativamente poucos, ficaram junto dos italianos. Resumindo, quem do Brasil foi para a Guerra Civil Espanhola, ou era militar, ou judeu, ou imigrante. Não obrigatoriamente do partido, nem comunista. Eram, isso sim, antifascistas. Antifascistas convictos!

Havia trotskistas – o Alberto Bomilcar Bessouchet era um deles. O destino do Bessouchet é incerto. Sabe-se que ele foi assassinado e é possível que tenha sido liquidado por traição. Mas não se sabe ao certo, porque ele era um tanto isolado. Com certeza era trotskista e isso não poderia ser bem visto pelos militantes do PC. Principalmente depois dos acontecimentos de maio de 1937 em Moscou, a crítica trotskista era muito mal recebida. Quase simultaneamente ao início da Guerra Civil Espanhola, iniciaram-se, sob a liderança de Stalin, os chamados Processos de Moscou. A proposta era eliminar os opositores do regime considerados “da velha guarda”. Os métodos eram cruéis e não dispensavam a tortura para obtenção de confissões. O impacto disto na Catalunha foi enorme e dividiu ainda mais as esquerdas.

Combati nas Brigadas Internacionais como tenente. Depois do Wolf

Roitenberg, fui eu quem ficou mais tempo na Espanha, lutando: um ano e meio. O partido encarregou-me de levar um grupo para a guerra, então convidei o Enéas, o Capistrano e fomos. Nós, militares, achávamos que tínhamos um papel importante a cumprir: detínhamos algumas condições técnicas, ao contrário dos outros, que iam lutar apenas por ideologia. Além disso, nós estávamos insatisfeitos com o nosso país e achávamos que seria bom atuar onde a revolução fosse possível de ser concretizada. Além do mais, o Prestes havia sido cassado e o restante da liderança em liberdade dispersou-se, fugindo da polícia. Pensava: quem sabe se a partir da Espanha não começaríamos a revolução pelo mundo!... Devido à nossa realidade política, sob a pressão do Getúlio, não existiam condições de mandar mais gente. Vinte e seis homens é um número reduzido, quase insignificante, mas foi o que conseguimos. Além do mais, não adiantava ir por ir. A contribuição que levávamos serviria para o treinamento de combate. Se não, de que adiantaria ir? Só pelo ideal não iríamos ajudar. Eles queriam, na Espanha, gente preparada militarmente.

Para chegar à Espanha precisei, antes, fugir do Rio de Janeiro. Na época, a Grande Depressão tinha provocado uma onda de desemprego maciço nas Américas e não havia esperança de anistia do governo getulista. Ninguém tinha dinheiro, mas meu tio, que era vendedor, deu-me dois mil cruzeiros para sobreviver até onde desse. O mesmo tio que antes passara pelo incidente do dinheiro que o francês da recauchutadora deveria ter pagado. Dois mil era uma quantia alta, com a qual eu paguei a viagem na terceira classe – para o Sul e ainda ajudei outros perseguidos a comprarem suas passagens para fora do país. O Partido Comunista, no Brasil, não nos podia ajudar, pois a crise econômica e a repressão política neutralizavam suas forças. Quem fugiu, fugiu por conta própria.

Saí do Uruguai em 1937 e cheguei em Bordeaux, na França. A travessia marítima, naquele tempo, fazia-se em 15 ou 18 dias pelo Oceano Atlântico. Fui no Arlanza, que era um navio inglês. Saltei em Bordeaux e fiz o percurso até Paris de trem elétrico, chegando lá em quatro horas, no dia 7 de setembro. Pela primeira vez eu andava em um trem elétrico e fiquei maravilhado. Paris. Fiquei deslumbrado! Eu era um entusiasta da eletricidade, e vendo os resultados práticos tão desenvolvidos não poderia deixar a euforia de lado.

De Paris orientei-me, por intermédio dos sindicatos, para ir à Espanha. Os sindicatos espanhóis tinham uma força incrível, eram ativíssimos. Na

sede de Paris, relacionei-me com a CGT (Central Geral dos Trabalhadores). É bom lembrar que eu não fui como comunista propriamente, fui enviado pelos comunistas, era comunista, mas fui primordialmente como militar. De início, lá, destinaram-me à aviação. Fui para Cárceres juntamente com o pernambucano Enéas Jorge de Andrade que, como eu, era metralhador. Na ocasião, já estávamos sob as ordens do Partido Comunista espanhol.

Nesse pequeno povoado, muito parecido com os do norte da África, árido, e que fica ao sul de Valência, havia um campo de pouso que fornecia instruções aos espanhóis, e então fomos testados pelos oficiais espanhóis. Quem chefiava a instrução era um coronel do Exército, um anarquista. O homem lembrava fisicamente um Dom Quixote: alto, magro, muito educado e culto, e por isso parecia deslocado do contexto da guerra. No fundo, era um sujeito cativante e eu logo me aproximei dele. Esse fulano chamava-se dom Affonso e foi quem nos examinou. Era um cara incrível! Muito sofisticado, de uma educação digna do melhor produzido no século passado. Havia, evidentemente, uma contradição clara entre ele enquanto anarquista e suas convicções em face do lado e do grupo que dirigia, mas era um homem leal e ninguém o questionava. Pensando melhor, parece que havia algumas restrições a ele e talvez isso explique porque ele não voava. De qualquer forma, era com dom Affonso que tínhamos de nos entender. Ele nos aplicou as provas e saímos muito bem: tínhamos dois anos de curso e estávamos cem por cento preparados. O coronel ficou muito entusiasmado conosco, não escondeu sua euforia e até nos convidou para fazer parte de sua mesa durante as refeições. Era uma mesinha para quatro pessoas: ele, o oficial ajudante, o Enéas e eu. Durante a refeição nós “batíamos papo”, falávamos do Brasil, do Rio de Janeiro. Dom Affonso gostava daqui, elogiava muito e dizia que o Brasil era o país do futuro.

Depois dos testes, apesar das amizades, nossa permanência no campo foi se prolongando. Não chegava para nós nenhuma ordem de incorporação na Força Armada, na Aeronáutica espanhola, e aquilo me foi inquietando muito. O Enéas não se perturbava tanto porque ele não era propriamente um comunista; aceitou ir porque era militar e, sobretudo, antifascista (só mais tarde é que se tornou um comunista). Lembro-me confidenciando a ele:

– Olha, vou embora, não fico aqui.

Ele retrucava:

– Eu só combato na aviação. Eu vim para combater na aviação.

Mediante o dilema, depois de conversar com o coronel obtivemos dele a seguinte resposta:

– Bom, para vocês não ficarem parados aí sem fazer nada, ajudem a dar instrução aos rapazes.

Passamos então, eu e ele, a ensinar os garotos espanhóis a dar tiros, a planejar bombardeios. Tudo em terra, por meio de aparelhos para simulação, aliás, muito melhores que os nossos daqui. Eu, por exemplo, nunca havia conhecido um tapete rolante e lá eles tinham um magnífico. Possuíam até instrumentos de bombardeio muito mais aperfeiçoados que os nossos. Estes materiais complementares originavam-se da França; as armas, sim, é que eram russas. O Partido Comunista espanhol fazia muito alarde das armas soviéticas, mas eu achei que elas eram péssimas. Péssimas. Eram umas metralhadoras malfeitas, descalibradas, pesadas.

De modo geral, as pessoas se iludem com a eficiência da tecnologia russa de guerra, mas, por exemplo, a metralhadora aérea russa era muito difícil de manejar, era um trabalho imenso lidar com aquele trambolho: um troço que tinha uma fita, que dava 1.600 tiros. Eles faziam um escarcéu sobre isso porque as americanas só permitiam 800 tiros e as francesas, 1.200 por fita, mas a questão não é essa. O ponto importante se coloca no funcionamento, que implica um conjunto de características. A cadência de tiro é um exemplo – porque, se uma metralhadora tem uma cadência de 1.600 mas só dá 300 tiros e engasga e a outra dá 800 e continua atirando, além de ser leve e maleável, qual seria a melhor? A outra leva vantagem. É preferível essa a um trambolho como era a russa. Mas, nós não tínhamos muitas das americanas. Só umas poucas que não nos bastavam numericamente! E quem forneceu esse material importado foram os russos mesmo!

Quanto aos aviões, não posso opinar muito porque eram feitos na Rússia, mas cópias dos franceses, dos americanos. Os aviões de caça eram cópias dos Boeings, porque os russos, para industrializar, não consultaram patente nem nada, foram copiando, mandando os projetistas fazerem. Portanto, não dá para dizer muita coisa sobre a indústria aeronáutica deles. A revolução era contra o capitalismo, de maneira que os russos pouco se incomodavam em namorar ou hostilizar os padrões de patentes. Copiavam tudo, faziam caminhões, até os caminhões russos eram modelos da General Electric. Eram pesados, também feitos sem licença, sem coisa nenhuma, os cami-

nhões de seis cilindros. Nós ficamos dando instruções a esses rapazes, até que um dia me rebeli:

– Isso não pode continuar a vida inteira! O nosso destino é combater.

O Enéas não se incomodava, pois ele se entrosou facilmente, arranjou umas meninas e tal. Eu não. Um dia resolvi apertar o coronel, e ele disse:

– Bom, se você quer viajar eu lhe dou um salvo-conduto e você vai para Valência.

Para Valência porque a capital tinha se mudado de Madri. Eu fui, claro!... Aí o Enéas teve de me acompanhar. Chegando no Departamento de Quadros em Valência, falamos com uma judia alemã de quem fiquei muito amigo. O codinome dela era Carmen e ela tinha nacionalidade espanhola, porque era casada com um coronel espanhol, um tipo muito antipático, grosseiro, terrível. Mostrei-lhe a carta do comando, disse que estávamos plenamente capacitados a servi-los e que a questão agora, para nós, era uma só: combate!

Por esta ocasião, o governo estava retirando os aviadores estrangeiros, pois estavam causando problemas internacionais, posto que toda vez que um avião republicano caía em território inimigo, se era encontrado um estrangeiro pilotando, levantava-se a questão da neutralidade internacional. Então, o governo resolveu evitar a inclusão de aviadores não-espanhóis nos combates. Além do mais, eles já tinham certo número de espanhóis preparados na Rússia (aliás, muito mal preparados). O cadete fazia um curso completo e virava em três meses um metralhadorista, e apenas os pilotos eram treinados para bombardeio!

De qualquer maneira, como havia premência em satisfazer a opinião pública mundial quanto à questão da intervenção de estrangeiros, o comando de guerra começou a tirar os não-espanhóis, sobretudo os que não eram de línguas latinas. Primeiro os russos, porque no campo de Cárceres eram numerosos e não faziam liga conosco. Mesmo os demais estrangeiros que estavam lá – norte-americanos negros, até um iugoslavo bem fortão – foram dispensados da aviação. Aí já era demais! Seria um desperdício, entende? Estávamos treinados. Fomos falar com a Carmem, essa alemã, que garantiu que nos colocaria na Aeronáutica. Ela então propôs que eu me juntasse às Brigadas Internacionais. Aceitei ir para as Brigadas e disse a ela:

– Bom, quando você arranjar tudo, me chama.

Tudo providenciado, ela mandou-me para infantaria, lá para as Brigadas. Ela cumpriu a palavra também com o Enéas: arranjou para ele entrar na aviação. Entrou e morreu combatendo. Fui mandado para a infantaria, destinado exatamente à XII Brigada de Infantaria, que era constituída, em sua maioria, por exilados italianos, mais ou menos três mil homens. Essa brigada tinha como base um povoadozinho perto de Albacete chamado Quintanar de la República que, na época da monarquia, era chamado Quintanar del Rei. Esse povoadozinho distava uns 40 quilômetros de Albacete, capital da província. Em Albacete estava o Estado Maior das Brigadas Internacionais e a sede das Brigadas.

Em dezembro de 1937 fui mandado para a frente do Ebro na Brigada Internacional, onde não se reconheciam os títulos dos especialistas. Possuíam uma concepção tão errada da guerra! A noção que guardavam era de algo apenas heroico. Mantinham aquela compreensão histórica da Revolução Russa, com formações populares nas quais quem se destacava tornava-se naturalmente o chefe. Uma coisa muito retrógrada, nada moderna. A influência da Revolução Russa estava infiltrada demais, e isso era terrivelmente prejudicial. Eles viam a Espanha como se fosse uma reprodução do que tinha ocorrido na Rússia, imaginem...

Entramos, eu e o Davi Capistrano, os dois, para a frente do Ebro naquele final de dezembro. Lá participei da ofensiva com o objetivo de alargar uma cunha que os fascistas tinham metido nas nossas forças, ameaçando dividir a República em duas partes. Este fato, aliás, infelizmente aconteceu. Tomei parte nessa primeira batalha de redução da cunha e conseguimos êxito no início, mas logo em seguida os fascistas fizeram a contraofensiva e vieram nos empurrando, e isso culminou com um desastre.

O pessoal diz que eu sou pessimista, mas é que minha experiência na guerra foi de mi-li-tar. O que empenhei na Espanha – e acho que não fui correspondido – foi minha prática técnica de militar treinado. Meus propósitos ideológicos passam por aí. E assim que encaro o combate: por meio das estratégias de luta e da potência bélica dos Exércitos. Dizem que sou pessimista porque assim que entrei na Espanha já afirmava que a guerra estava perdida. Outros colegas viram até com mais antecedência do que eu, porque viram Paris naquela situação e recusaram-se a ir. Eu não. Tive um procedimento diferente: cheguei à fronteira e vi que a guerra estava perdida

do ponto de vista militar e político também, mas entrei. A minha convicção era lutar contra o fascismo enquanto tivesse forças. O fascismo tinha de ser barrado no mundo, senão podia haver a noite de mil anos que os nazistas prometiam para a humanidade. Lutei mesmo sabendo que ia perder. Fui à guerra pensando que meu auxílio poderia causar algumas baixas no Exército fascista, e isso bastava. Alguns colegas ficavam ansiosos para voltar porque era uma luta muito desigual, mas eu pensava: “Vim combater o nazismo e vou ser solidário com este povo. Eu adoro o povo espanhol.”

O Davi Capistrano havia ido em outra leva para a Brigada, como reforço e participou da segunda fase dessas manobras. Eu participei das duas: da ofensiva e da defensiva. O Davi participou só do fim. Ele é um caso à parte entre os outros que lutaram na guerra civil: era de origem camponesa, um rapaz valente, combativo. Cursamos juntos o Colégio Militar, ele se especializou em mecânica de aeroplanos e eu me tornei navegador. Estávamos entre os melhores da turma, eu e o Davi que, décadas depois, seria preso, torturado e assassinado pela ditadura militar brasileira, considerado desaparecido político. O José Gay da Cunha, que, aliás, foi meu padrinho do primeiro casamento, escreveu um livro no qual se refere a mim muito bondosamente, referindo-se a estas coisas. O Costa Leite e eu éramos íntimos. Tínhamos amizade profunda um pelo outro, apesar de ele ser muito mais velho que eu. Ele andava sempre discutindo e “quebrando o pau” com os dirigentes do partido e, em alguns momentos, ele me relatava coisas para que eu fosse dizer à diretoria. O Quincas (Joaquim Silveira) nasceu no Ceará. Eu gosto muito desse menino – digo menino porque ele é dois anos mais novo do que eu e, naquela época, isso fazia diferença. Ele não teve muita sorte no Exército, coitado. Parece que as balas davam preferência a ele. O Quincas, no Levante da Praia Vermelha foi ferido no rosto e perdeu parte da visão do olho esquerdo. Na ocasião, ele era segundo-tenente e logo que chegou à Espanha foi novamente ferido: levou dois tiros. Acho que é por isto que ele não gosta de falar sobre o assunto, quase não se abre com os amigos, não dá entrevistas nem recebe ninguém para conversar. A Raimunda, sua esposa, é uma pessoa ótima. Ela me contou que ele está muito triste, adoentado, que ele não sai da cama.

O José Gay da Cunha, o Assis Brasil, o Quincas, o Costa Leite, essa gente toda foi servir nas Brigadas Espanholas. Eu, por outro lado, fui servir nas Brigadas Internacionais. Eram grupos diferentes, com conceitos diver-

sos sobre a organização militar. Os conceitos de luta e estratégias, bem como de organização, eram diversos: para começar, eles não tinham militares capacitados e então dependiam de técnicos. Por isso, esses nossos companheiros entraram com as patentes que tinham daqui do Brasil. A alguns – como o Assis Brasil, que era cabo aqui porque não tinha curso de oficialato nem de sargento – deram o comando, o que, diga-se de passagem, foi ótimo. Ele foi de uma eficiência extraordinária! Participou de uma ofensiva num povoadozinho próximo de Barcelona. Lá havia uma represa de água para fornecer energia elétrica para aquela cidade e a unidade do Assis Brasil foi a primeira a chegar, conquistando, assim, uma base importante. Isso lhe valeu uma citação no boletim da Divisão e tudo! No final, acabou morrendo em Paris, numa situação triste: espremeu um cravo no rosto e, em decorrência disto, teve agravamentos fatais. Mas aí nós já tínhamos sido derrotados. Foi a frustração de um projeto, de um sonho. Dispersamo-nos.

Dos colegas que lutaram na guerra civil, tenho pelo Apolônio de Carvalho muito respeito. Muito. Ele é muito gentil, leal e durante a ditadura militar eu empreguei seu filho em meu laboratório para protegê-lo da polícia e da repressão. O Apolônio tem uma história de vida curiosa: serviu no Estado do Rio Grande do Sul, na posição de artilheiro, foi colega do major Costa Leite, o velho major. O Apolônio já tinha, naquela época, uma personalidade de líder, de verdadeiro líder popular. Além disso, era muito simpático, o que lhe fazia ser respeitado e querido entre os soldados. Se o soldado lhe batia continência, ele dizia:

– Baixa a mão, rapaz, o que é isso?

Ou seja, tratava todo mundo de igual para igual, o que era raro na época. Um oficial jamais tinha semelhante atitude. Além de exercer liderança, ele foi exposto à vigilância como comunista. Assim, em 1935, o major Costa Leite fugiu para o Uruguai e o Apolônio foi preso sem ter participado ou feito nada. Mas a Polícia Militar não o processou. Ele apenas foi expulso do Exército e só foi ser reincorporado agora, em 1987!

O Delcy e o Eny nunca foram pobres. O pai deles era proprietário de terras no Sul e, quando os filhos herdaram a fazenda, doaram uma parte ao partido. Muitas pessoas ricas, quando entravam para o PC, davam parte de suas posses, num gesto de adesão a uma causa. Muitos queriam saldar suas dívidas com a revolução, mas de qualquer forma isto representava uma reorientação no projeto político de certas pessoas. Ao contrário de nós, eles

mesmos pagaram suas passagens para a guerra. O Nemo é descendente do general Canabarro, que ficou famoso na Guerra do Paraguai.

A família do Nemo tinha certa tradição nas Forças Armadas, tanto que seu irmão Rubens também cursou a Escola de Aviação. O Nemo, diga-se, era um rapaz de boa prosa, vaidoso e que desenvolveu suas próprias teorias políticas, que sintetizavam uma espécie de socialismo por conta dele, que não era exatamente marxista.

É difícil dizer como se sentiam os brasileiros na Guerra Civil Espanhola. As comunicações internas eram péssimas e as externas não existiam. As comunicações “de fora”, sobretudo do ponto de vista internacional, eram simplesmente inutilizadas, porque o nosso país não estava alinhado com o bloco socialista. Ao contrário, quando se tratava de correspondência para os regimes socialistas, não tinha problema, era um trabalho sagrado e sempre chegava, mas a correspondência que estivesse fora desses limites, fora daquela Europa democrática, para a América, ainda mais para a América do Sul, acabava sendo destruída. Eu nunca tive uma carta, um bilhete, um cartãozinho do Brasil. Fiquei isolado. Não tive notícia de algum parente, de algum companheiro que tivesse recebido as coisas que mandei.

Há aspectos da Guerra Civil Espanhola que me atraem muito. A participação dos intelectuais é um deles, pois houve a adesão de uma verdadeira massa de artistas, escritores, jornalistas! Fizeram-se batalhões deles. Eu mesmo comandi um de cubanos. Quando não consegui ficar mais na aviação, passei para a infantaria e lá havia uma grande quantidade de intelectuais. Éramos intensamente “bombardeados” por literatura durante a guerra: havia o jornal do partido que circulava, além de outros do Partido Socialista, que também líamos. A época da guerra favorecia a produção de artigos voltados à exploração do lado heroico daquilo que fazíamos. Havia certa pedagogia da guerra, isto é, uma militância que precisava das justificativas e do reconhecimento vindos por meio de poesia, música, representação teatral. No Brasil, parte da intelectualidade tinha muita simpatia pelo povo espanhol e, principalmente, pela causa dos republicanos. Mas, como a censura do Vargas era pesada, quase não se puderam manifestar. Era raro alguém varar o aparelho repressor. Além do mais, a intelectualidade de esquerda, na época, fazia parte da baixa burguesia, e poucos punham a cara para quebrar.

Depois da retirada do Ebro, quando Franco fez a ofensiva que dividiu a

República, fui promovido, eu e todos os meus companheiros. Guardo com carinho essa homenagem, pois reconheceram nossa capacidade e bravura. Sabe, não posso dizer que eu fosse um herói, aliás, isto nem faz sentido para mim nem para os companheiros. Sou racional, procurava levar as coisas a sério, dentro dos padrões do ideal de luta dos comunistas. Não seria correto dizer que a luta na Espanha tenha valorizado apenas os comunistas, mas também não concordo com o que se diz dos anarquistas, que a guerra foi perdida por culpa deles. Não é justo! A responsabilidade pela derrota republicana foi das potências capitalistas. Os norte-americanos têm grande culpa por causa do artifício da neutralidade. A não-intervenção nos esmagou. Inclusive eu fui desmilitarizado pela não-intervenção: uma comissão das Nações Unidas, formada por oficiais suecos, veio supervisionar os participantes de países neutros – já no final, é claro – e eles acabaram por desmobilizar a reação. Essa é uma história triste e melancólica. O que é preciso testemunhar é que é um equívoco dizer que as oposições entre as facções de esquerda foram responsáveis pela derrota. Logicamente, as constantes contradições internas influenciaram, mas daí a dizer que elas foram mais responsáveis que os norte-americanos é errado. Afirmar que as quebras da esquerda causaram a perda da guerra equivale a dizer que os norte-americanos não foram os culpados. Não, isto não pode ocorrer sem crítica.

Acabada a guerra, saí pela fronteira, pouco acima de Portbou. A nós foi perguntado quem queria voltar para o combate. Eu aceitei, e aí, nessa altura, eles me deram um batalhão de cubanos. Estávamos já bastante desmoralizados. Quando chegamos perto da fronteira, a uns 20 ou 30 quilômetros, a maioria desertou. Foi assim que se encerrou a minha carreira militar. E foi essa a minha atuação na Espanha.

Fui, depois de tudo isso, para um campo de concentração numa praia do Mediterrâneo, em Gurs, onde havia um areal medonho, localizado a uns 40 quilômetros da fronteira. Os franceses colocaram ali uma imensa massa de gente: militares, civis, velhos, mulheres, jovens e crianças: todos juntos! O que veio da Espanha, “jogaram” lá. E éramos patrulhados por senegaleses, soldados negros e árabes. Os árabes formaram, durante a guerra, a cavalaria: os marroquinos com os cavalos e os negros com a infantaria. Eram de uma violência indescritível. Ficamos no campo de concentração de maio, em pleno verão, até o inverno, mas não podíamos permanecer ali, pois o avanço do

frio e a falta de estrutura nos mataria. Quando começou a esfriar, tivemos de cavar buracos para dormir, porque as barracas que nos foram dadas – verdadeiros galpões de lona – não nos protegiam.

Mais tarde, por ocasião do inverno, fomos transferidos para um campo de concentração enorme, algo um pouco melhor, e lá passamos o inverno de 1939 para 1940. Nesse campo havia só homens, a maioria composta por estrangeiros das Brigadas Internacionais. Havia uns poucos espanhóis, minoria. Éramos pessoas de todas as nacionalidades, inclusive russos brancos que foram combater na Espanha e por isso foram condenados. Para se reabilitarem, os combatentes esperavam receber do governo francês novos documentos, para assim serem aceitos de volta nos países de origem. Entre os brasileiros, alguns não tinham condenação, como era o caso do Delcy Silveira e de seu irmão, Eny; também o Nemo e alguns outros diferenciavam pessoas como eu, que tinham sido condenadas por crimes de guerra.

No campo de concentração, o nosso embaixador na Espanha, Silveira Martins, passando pela França, procurou-nos. Ele foi muito gentil, deixou-nos algum dinheiro, levou guloseimas, cartas de amigos e parentes. Devo reconhecer que sua atitude e sua intenção foram boas, mas eu, que naquela época ainda era muito esquentado, desentendi-me com ele. O que aconteceu foi o seguinte: o cônsul propôs que eu voltasse ao Brasil, ao que repliquei perguntando sobre a situação dos condenados. Mas não tinha conversa, condenados ou não, ele apenas nos ajudaria a retornar:

– Vocês vão ficar aqui no exílio? Isso aqui é uma tragédia. Vocês vão comer o pão que o diabo amassou.

E eu disse a ele:

– É, meu senhor, mas eu prefiro o pão amargo do exílio do que o “pão de ló” da cadeia. Fico aqui mesmo.

De qualquer forma, ele foi muito gentil e continuava a insistir no nosso retorno, até que veio com ele um secretário da embaixada, um fulano que era viúvo de uma francesa, sobrinho do Pimentel Brandão, na época ministro aqui no Brasil. Esse secretário, não sei por que cargas d’água, simpatizou comigo, e então começamos a trocar correspondência. Logo pensei: “Acho que vou sair do campo com a ajuda deste homem”.

E realmente fui escrevendo, fazendo propostas, afirmando que aceitava a saída, nessas ou naquelas condições, até que finalmente ele concordou com

as minhas propostas e um belo dia recebi um passaporte de repatriado. Com o passaporte fui ao consulado, em Marselha. Lá, procurei o secretário, recebi dinheiro do consulado e fui pegar o barco em Bordeaux, do outro lado da França. Curiosamente, essa foi a última viagem daquele barco, pois logo em seguida ele foi torpedeado.

Eu não queria vir para o Brasil, não queria. Não é que tivesse medo, mas eu sabia que estava condenado. De qualquer forma, resolvi permanecer em Lisboa seis meses, como clandestino. Meu pai era português do Porto, e eu tinha alguns parentes lá. Achei que eles poderiam me prestar algum auxílio, até que fui preso pela polícia especial portuguesa, a Pide. Encaminharam-me ao consulado depois de oficializarem o processo de expulsão e mandaram-me para uma fortaleza em Caxias, aliás, num belo forte árabe que estava repleto de presos políticos. Foi lá que conheci o Álvaro Cunhal, com quem fiz grande amizade. Nesse tempo ele ainda tinha o cabelo preto, era um rapaz bonito.

Depois dessas “férias”, a Pide enviou-me ao consulado para apanhar o passaporte. O cônsul, por azar, era integralista, e pensei então que ele tivesse se comunicado com a polícia aqui do Rio para me prender. Fui ser entrevistado em sua sala e, coagido pela situação, tratei-o com rispidez, respondi grosseiramente. Ele, contudo, permanecia polido, silencioso, diplomático, e depois da entrevista virou-se para o “tira” que acompanhava a conversa, solicitando que ficássemos a sós. Fomos, então, para uma outra sala. Chegando lá, ele me disse o seguinte:

– Olha, jovem, eu não tenho nenhuma interferência na sua prisão, nem sabia da sua existência, isto é coisa da Pide com o senhor. Não tenho as relações que o senhor pensa; contudo, quero alertar para uma coisa: se não quiser voltar, não lhe dou o passaporte, mas aí será pior para o senhor, pois vai ser levado à fronteira espanhola, que é o que eles fazem nesses casos.

A prática portuguesa consistia em retirar os documentos dos implicados estrangeiros e, se a embaixada não os assumisse, seriam deportados e levados à fronteira em Badajoz e aí... Aí, sabe-se o que poderia acontecer. Traduzindo: eu seria fuzilado. Assim, ele começou a me aconselhar:

– O senhor retorna para o Brasil. Sabe como é o brasileiro, eles perdoam.

Se eu ia ser fuzilado mesmo, ir para a prisão não era mau negócio. Comecei a matutar, pechinchar os meus direitos, até que fiz, imaginem, um trato com o embaixador, dizendo algo mais ou menos assim:

– Se o senhor assumir um compromisso comigo, eu aceito a repatriação. Ele, muito gentil, comprometeu-se em não avisar as autoridades brasileiras:

– Essa indignidade eu não faço com o senhor, nem com ninguém – garantiu-me o embaixador.

Embarquei, a polícia levou-me até um transatlântico da Companhia da África, um grande transatlântico português, e eu voltei. Não sei lhe dizer por que esse sujeito resolveu ajudar-me, mas acho que ele ficou impressionado com a minha juventude e não queria me ver fuzilado. Eu não era propriamente um inimigo, senão ele agiria de outra maneira, se ele fosse um fervoroso fascista... Mas, não.

Vim junto com um contingente de cerca de 1.200 imigrantes portugueses, dos quais uns 800 ficaram no Rio e os demais desembarcariam em Santos. Era um grupo rude, de camponeses que vinham pensando em fazer a vida na América, ganhar muito dinheiro e voltar para a Europa ricos. Quando começou a aparecer a costa brasileira minha tensão aumentou, mas, supunha, estando eu misturado àquela gente, a alfândega não iria perder tempo comigo. Em todo o caso, isso era só especulação, Logo que começou a saltar aquele bando de gente, a aduana e a polícia ficaram aflitas. Tentavam cumprir as tarefas com o rigor determinado pelo Estado Novo, especulando sobre tudo, revisando todos os passaportes, examinando com minúcia. E eu, frente a essa agitação toda, estava tentando entender quais as vias, quais as brechas, calculando como poderia fugir. Estava sem malas, porque havia pedido a um passageiro para levar minha bagagem. O tempo foi passando até que, lá pelas duas horas da tarde, percebi que o pessoal da alfândega estava cansadíssimo e os funcionários começaram a ser mais flexíveis, Saíam, iam ao bar do navio beber água e tal. E eu, ali, aguardando a hora certa para fugir. Eram dois os fiscais e, quando eles foram ao bar, assim que eles entraram, eu escapuli. Desci as escadas do navio e fui embora. Fiquei no Rio de Janeiro, trouxe o passaporte, trouxe tudo. Fugi e fui direto para a casa de um amigo meu, português naturalizado brasileiro, que morava na Lapa. Fiquei lá um dia só. Assim comecei minha clandestinidade, novamente.

Por esses dias, a Segunda Guerra já tinha explodido na Europa. Aos poucos, os amigos iam sabendo das novidades e contavam uns para os outros, até que um tenentezinho meio rebelde que esteve preso comigo, com-

panheiro de partido, procurou-me, dizendo que queria que eu fosse para Belo Horizonte. Ele pensava – imaginem que ideia mirabolante e descabida – em outro levante.

Durante o Estado Novo, os militares estavam sempre querendo conspirar. Até parecia brincadeira. Planejar pode ser fácil, só que complicava na hora da execução. Era claro que não havia condições a favor. Não havia condições para nada. Estávamos desorganizados, flanávamos, como o partido. E, frente a essas ideias, eu dizia:

– Olha, meu filho, esse negócio de trincheira, de revolução, não tem jeito de acontecer agora. Essas coisas são complicadas e não adianta só querer: eu fico por aqui mesmo, pois agora quero um pouco de descanso, de luz, sair pela cidade, andar. Vou guardar minhas energias para o momento certo.

Mas o “cara”, o tal tenente, continuava achando que a posição de neutralidade da Rússia era estratégica, que era apenas uma tática, que o partido tinha determinado a neutralidade para conseguir a simpatia da França e da Inglaterra. De qualquer forma, neguei-me a participar do plano. A realidade era que eu continuava escondido, vivendo na clandestinidade, e que o Filinto Müller (à época, chefe de polícia do Distrito Federal, então no Rio de Janeiro) estava me procurando. Eu era “fichinha” perto do Prestes e dos outros militantes mais antigos. Eu era quase um garoto, mas com a agravante que tinha participado da Guerra Civil Espanhola, o que aumentava minha periculosidade. Além do mais, havia outros: o Capistrano, por exemplo, que em conjunto podia representar perigo. Por isso a situação foi apertando, apertando. Não era moleza. Depois de 1939, percebi que não tinha outra solução a não ser a fuga. A polícia do Vargas tinha batido em dois esconderijos em que eu estava, e então resolvi ir para o Sul, para a região do Rio da Prata. As conversas do pessoal do partido daqui não me convenceram com aquelas ilusões de fazer um novo levante. Vi que não havia mesmo condições concretas, como afirmavam as lideranças, e que estávamos esfacelados, que o pessoal afinado com nossas ideias estava fora das Forças Armadas. Não havia condições! Era um absurdo! Então resolvi ir para o Sul.

Passaporte era o que menos importava porque, dentro de nossas fronteiras, não nos pediam. No Brasil de antes, como hoje ainda se vê, é relativamente fácil andar de ponta a ponta sem documentos; contudo, o período de repressão tornava as coisas um pouco mais difíceis. Por exemplo, o salvo-

-conduto expedido pela polícia era uma autorização especial, e com isso nas mãos ninguém incomodava. Eu tinha de contornar essa exigência de qualquer maneira. Falei, então, com um primo português que trabalhava numa confeitaria famosa chamada Casa Carvalho e que, por isso, mantinha relações comerciais com pessoas importantes, políticos, empresários. Pedi ajuda e ele concordou em entrar em contato com o diretor de companhia de navegação costeira, um sujeito riquíssimo. Ele era, ao mesmo tempo, comendador em Portugal e dono da frota de barcos Ita. Como o gerente dessas companhias era antigetulista, meu primo o procurou e disse que tinha um parente em situação difícil, perseguido pelo Getulio porque tinha tomado parte num movimento contra o governo. Ele só não especificou qual. O sujeito, então, ficou entusiasmado e quis me conhecer. Fomos apresentados, mas não antes de ser prevenido para não falar de ideologia, muito menos de comunismo, pois um ricoço daqueles, é claro que era anticomunista. Fiz tudo direitinho, fui bem vestido e ele me prometeu passagem. Feito o acordo, porém, tivemos de mudar o trajeto porque o itinerário de seus navios não chegava até o Prata, ia só até Porto Alegre. Pensei, então, comigo: “Serve. Pelo menos já fico mais perto.”

E assim foi. Ele me deu uma passagem com as seguintes recomendações:

– O senhor vai a um posto de saúde, não precisa dar seu nome verdadeiro, é vacinado e vai. Não se esqueça de embarcar no domingo, porque nos outros dias o porto é muito fiscalizado.

Desejou-me boa sorte e nos despedimos. Fiz tudo como ele mandou, passo a passo. Arrumei minhas coisas em uma mala pequena, despedi-me dos amigos que encontrei e fui. Como tenho uma boa noção geográfica, sabia que os navios entravam, para ir a Porto Alegre, por um canal na altura de Pelotas, e depois rumam até a cidade. Então, quando atracamos nas proximidades de Porto Alegre, saltei e fui procurar condução para chegar ao Uruguai. Meu destino era Buenos Aires, onde estava grande parte dos refugiados. Achava que lá haveria mais possibilidade de trabalho porque sabia de refugiados brasileiros que buscaram abrigo no sul do continente, principalmente em Montevidéu. Até o Jorge Amado estava lá.

Cheguei ao Rio Grande em maio, nas grandes chuvas da estação, quando todo sistema de transporte, ferroviário e rodoviário, ficava devastado. O jeito mesmo era ir a pé. Inspecionei o local mais apropriado para a cami-

nhada e, depois de estudar o roteiro, fui dormir. Estava ansioso: não podia ficar de maneira nenhuma, e além de tudo tinha o dinheiro contado. Por outro lado, corria o risco de me perder por ali, já imaginaram? Fui dormir e no dia seguinte, de manhã, fiz meu farnel e saí. Andei 75 quilômetros nesse primeiro dia pela costa do Rio Grande até o Chuí. No total, são uns 300 quilômetros pela praia de areia dura. Fiz uns 75 quilômetros – até cronometrei – em 19 horas, o mesmo que fazia um cavalo! Parei cansadíssimo, o joelho doendo, e fiquei por ali. Dormi no mato, ao relento. O capim era alto e, antes de me deitar, vasculhei a área para não ter problema com cobras, especialmente jararacas que saem do ninho na época das chuvas. Bati com um pau naquele mato e me acomodei.

No dia seguinte, acordei e percebi que o lugar era uma espécie de cânion, uma dessas formações geológicas de parede arenosa. O céu estava claro e eu fiquei tomando um solzinho que despontou depois da chuvarada. Estava ali quando apareceu um jovem, um menino cavaleiro, que me cumprimentou. Correspondi e perguntei a ele:

- Onde é que você mora, meu filho?
- Moro ali – e mostrou-me uma choupana –, ali com a família.
- Então, vai lá e avisa a sua mãe pra preparar o almoço pra mim.

Falei de brincadeira. O garoto foi e, passados uns 15 ou 20 minutos, ele voltou dizendo que tudo estava pronto. Eu estava cansadíssimo. Fui. O pessoal de lá era bastante acolhedor e hospitaleiro. Eram os únicos habitantes daquela redondeza, onde fica o Farol do Sarita. A família sustentava-se com base em um pequeno rebanho, muito magro e ossudo, porque a vegetação não era apropriada para a engorda dos animais, que só comiam aquelas gramineas da praia, que não são nada ricas. Segui o menino e cheguei a dois barracões: a casa dividia-se em dormitórios e cozinha, uma parte ligada à outra. Eles matavam algum boi de vez em quando e vendiam carne para uns trabalhadores do desmonte de navios velhos. Fiquei três dias recuperando as energias e passava o tempo ensinando aos meninos o alfabeto. Meninos inteligentes! E com uma ânsia de saber que não se imagina! Foi uma pena danada ir embora, pois a garotada não queria deixar. O pai daquela criança se chamava José também, era um homem alto, e a mãe era Josefa, uma pessoa marruda, forte, baixinha. Fiquei amigo do pessoal, dos adultos e da criança, tanto que uma noite o José me disse:

– Amanhã nós vamos matar uma rês e você vai ajudar.

Foi um fiasco! Foi um verdadeiro fiasco! Primeiro ele pegou a vaca que o garoto trouxe do pasto, passou-lhe a corda entre as patas e amarrou-a numa estaca na areia; depois, chegou próximo da vaca com uma peixeira na mão e deu uma punhalada – isso enquanto eu segurava a corda – uma coisa bárbara. Quando deu a punhalada, a vaca pulou para trás, quebrou a estaca e ficou zanzando de um lado para o outro com aquela bruta hemorragia. Aí o Zé brigou com a mulher:

– Mulher, eu não te disse que o homem não dava para isso, é da cidade? Como você faz uma coisa dessas?

Ele correu atrás da vaca, eu ainda com a corda na mão e o sangue escorrendo pelo corpo, empapando a areia ao redor, mas ele a alcançou, dominou seus movimentos e terminou de matar a bicha!

Na divisão da carne, uma parte era salgada, ficando para a família, e a outra, vendiam. Com o dinheiro, compravam o que faltava, em Porto Alegre. Vivendo desta forma, tudo que eles comiam era feijão, farinha, sal, nada de luxo. Mas ao cabo de três dias fui embora. Eles não queriam me deixar sair, foi uma choradeira e eu argumentava:

– Preciso ir. Sou um moço da cidade, vocês não viram que eu não tenho jeito nenhum para ajudar vocês?

Mas, tudo que lhes dizia era em vão. Ninguém queria escutar. Saí, mas até hoje lembro daquele encontro. Foi uma demonstração de solidariedade que levei comigo por toda a vida.

A jornada seguinte foi ainda maior do que a primeira. Andei uns 80 quilômetros sem parar, mas agora em boas condições físicas: alimentado, descansado. Foram cerca de 20 horas direto. Fiz uma marcha regular de infantaria, de quatro quilômetros por hora, mais até. Como referência, eu seguia os faróis das praias, que eram marcos que podiam ser vistos à distância. Ao final da caminhada, quando cheguei ao farol, já estava estropiado, joelhos inchados, corpo doendo. Eu não sabia o que fazer, a quem pedir auxílio. A administração dos faróis havia passado do Ministério da Agricultura para o Ministério da Marinha, e por isso não dava para procurá-los. O “novo” pessoal era das Forças Armadas e certamente me prenderia. Tive, contudo, a sorte de encontrar na praia um mulato forte que estava pescando. Era só ele e o mar, ninguém morava na região, não havia casas, construções, nada! Ele me olhou, achou estranho eu estar ali, então perguntou:

– Quem é o senhor? De onde veio?

E eu não podia confiar muito, mas, para não mentir, respondi que me chamava Correia.

– O senhor é parente do Trifino Correia?

– Tenho parentesco com ele, mas é longe. Conheço o Trifino, estive preso com ele.

– É verdade? Ele foi meu comandante, e eu o admiro muito!

– Ótimo!

– Pois é, eu sou um parente de longe dele. Bem longe, talvez lá em Adão e Eva, não sei.

Disse isso brincando com o pescador.

– Para onde é que o senhor vai? – perguntou-me.

– Olha, eu estou desempregado, compreende? Vou procurar trabalho, mas como tomei parte no levante, com o Trifino, não posso me apresentar em qualquer lugar. Eu vou pra Montevideú, estou procurando trabalho lá.

Aí eu já botei o Trifino no meio, é claro, posto que, se o meu “parente” havia sido comandante dele, isso podia valer alguma ajuda.

– O senhor não vai para Santa Vitória?

– Não, eu vou pra Montevideú.

– Mas é muito longe! – dizia ele pra mim, repetindo – Mas é muito longe mesmo! Daqui lá, até a fronteira, são 150 quilômetros! Por que não fica em casa por uns tempos?

Ele era irmão do antigo faroleiro que havia ido embora, e estava ocupando a casa como residência de verão. O irmão, por acaso, estava lá com a família, então fui apresentado a ele. Mais tarde, depois de jantar, nos sentamos para “bater um papo”:

– O senhor está em más condições físicas. Fica, descansa, depois continua a viagem.

Fiquei mesmo. Passei uma semana lá, descansando, comendo bem. Na minha situação, aproveitei a gentileza para fazer tudo: fui ao barbeiro na viela próxima, conversei muito. Ao cabo de uma semana, arrumei minha mala e, quando fui despedir-me deles, ouvi de novo:

– Não faça isso, o senhor não aguenta, o senhor não vai dar conta da caminhada! Eu garanto que nunca ninguém atingiu esse objetivo, todos os que tentaram, no segundo dia, no máximo, voltaram.

Eu achei graça e respondi:

– Olha, a questão é que o senhor não me conhece. Posso até não chegar lá, mas voltar, eu não volto.

Então ele apostou comigo:

– Se o senhor chegar lá, o senhor escreve uma carta contando, está bom?

Andei dois dias e meio, mas já me arrastando. As pernas, os joelhos inchados, pior do que das outras vezes. Nessa caminhada, encontrei um enorme contrabando de gado, uma boiada imensa que vinha do Uruguai pela praia. Aquelas praias, em determinadas épocas do ano, são fosforescentes, sabe, a pegada da gente na areia fosforesce. Então, vendo as milhares de pegadas de boi adiante, desviei o percurso, entrando pelo interior. Nisso, eu estava andando de noite naquele deserto quando percebi o vulto de um cavalo e um cavaleiro galopando em minha direção. O cavaleiro vinha num trote só. Aí eu parei, permaneci em silêncio porque, já sabe, tanto pode ser amigo como um ladrão, um bandido. Sei lá! Quando ele chegou a uns seis metros, por aí, disparou um tiro:

– Dónde vienes? Para donde vas? – perguntou-me, em castelhano.

Eu, então, respondi:

– Yo voy para Vitoria del Palmar. Voy a trabajar, estoy desempleado.

– Estas usted herido?

– O senhor é que deve saber. Atirou em mim e eu não caí!

– No, yo no te atiré – retrucou.

– Bom, eu ouvi um tiro. Se o senhor não apontou para mim, ou se errou, é diferente.

Refletindo depois, tenho a impressão de que ele se assustou com o vulto e atirou a esmo. Então, tratamos de não nos perturbar um com o outro. Continuei meu caminho e ele, o dele. Passou com sua boiada, viu que eu não era nenhum estorvo, prosseguiu. Vi muitas boiadas clandestinas. E ficava imaginando: os bois eram como eu, clandestinos.

Ao cabo de dois dias e meio, era uma tarde, eu já estava desanimado de exaustão. Pensei: vou deitar-me aqui e esperar alguém encontrar minha caveira. Era incrível porque, mesmo querendo, minhas pernas não paravam. Havia sempre um alentozinho e continuava, sempre, caminhando. Foi quando vi no horizonte uma faixa de barro. Aquela silhueta era uma formação estranha para mim. Curioso, animei-me. Segui na direção do lugar

e quando comecei a ver melhor, parecia uma faixazinha branca. Podiam ser casas, pensei. Estava com jeito de casas: é um casario! Então, estou próximo de alguma vila, concluí. Fui em frente, ansioso. Naturalmente, meu juízo dizia para ser cuidadoso, mas a adrenalina era demais. Sentia-me como um náufrago lutando para sobreviver e chegar à praia. Fui indo. Indo sem raciocinar, e as casas foram-se ampliando como fantasmas que se elevavam do nada. Foram subindo, se agigantando, cada vez mais perto, e quando cheguei próximo havia uma vala de formação arenosa que me separava do lugar. Uma vala imensa que separava a vila! Mas, uma mulher curiosamente me viu e se aproximou. Pouco tempo depois, tinha mais gente olhando, e eu andando como um morto-vivo por aquela paisagem estranha. Caminhei um pouco mais, até que dei numa casa modesta de um pescador e conversei com ele. Muito prestativo, muito gentil, ele ofereceu a casa para me abrigar, e eu aceitei de pronto. Passei a noite, dormi, descansei, ele me deu café da manhã e à mesa eu lhe contei a história. Contei a verdadeira história, porque estava em frente a um brasileiro bom e porque já estava na fronteira do Uruguai. O Rio Chuí passava bem à porta, então ele disse:

– Bom, o senhor não pode passar o Chuí, não, porque as águas têm correnteza. Não dá! Vai ser preciso andar muito até encontrar um ponto em que possa atravessar. Mas eu vou ajudá-lo, porque conheço a região.

E assim foi. No dia seguinte, eu ainda estava em péssimas condições, então ele me arranjou um cavalo para montar. Andamos mais ou menos uma légua até um outro povoado, também chamado de Chuí, que era maior, mais aparelhado, com hotel, bar, comércio em geral. Na fronteira do Uruguai com o Brasil todo mundo se conhece, tanto de um lado quanto de outro, porque as pessoas trocam favores, fazem um contrabandozinho caseiro, tudo entre vizinhos: um pede um quilo de café, outro leva mate ou carne. Havia um posto de fiscalização, mas não controlava nada.

Chegando, hospedei-me em um hotelzinho modesto, desses do interior. Isso era perfeito, porque eu não tinha condições para coisa melhor. Além do mais, a parte do Uruguai estava toda inundada. As linhas de ônibus que faziam o traslado do Chuí para o Uruguai ficaram paradas com a cheia. Fiquei lá nesse hotelzinho talvez uma semana, esperando as águas baixarem. Não tinha muito a fazer, fiquei zanzando pela cidade, conhecendo pessoas. Os tipos eram cada um mais pitoresco que o outro. Conheci um fazen-

deiro brasileiro, descendente de alemães, totalmente fascista, um ex-cônsul do Uruguai que trabalhava com contrabando. Parecia que todo mundo era contrabandista!

Quando as águas baixaram, atravessei a fronteira e, já no Uruguai, o delegado local me procurou, dizendo:

– Bom, acontece o seguinte, não há problemas em lhe dar asilo, é preciso, antes, constatar sua identidade. Aqui o senhor está protegido, mas temos de comunicar isso à Central de Polícia em Montevideú.

Ele parecia ser muito liberal, mas mesmo assim tive de esperar a chegada da tal ordem. Fiquei mais sete dias impossibilitado de viajar. Os ônibus de outras cidades não chegavam porque não dava para atravessar. Aliás, foi nesse período que se deu a grande batalha do Mar do Norte com aquele couraçado alemão. Eu estava na cidade quando ele afundou o navio couraçado inglês. O inimigo disparou uma rajada de tiros de canhão que, com uma precisão tremenda, acertou o centro do navio britânico, que explodiu e afundou. O couraçado nazista chamava-se Bismarck e era moderníssimo, assim como toda a frota alemã.

Os uruguaios que conheci e sabiam um pouco da minha história caçoavam de mim, chamando-me de “paraquedista”. Eles brincavam muito, comparando as forças de Hitler com as aliadas. O fazendeiro do Brasil, o fascista, zombou de mim pela derrota dos ingleses, dizendo:

– Está vendo, paraquedista, como são os alemães?

Ele falava com uma euforia que não conseguia conter:

– Aguarde a virada. Não dou 24 horas, e o Bismarck ó.

Eu não tinha tanta confiança. A bem da verdade, não tinha confiança nenhuma. Mas, como o fazendeiro não parava de provocar, eu dava o troco:

– Você tá doido!

E ele:

– Vocês vão ver. Sei do que estou falando.

Eu dizia essas coisas não só para provocar. Havia um fundo de esperança, pois tinha visto como os ingleses eram terríveis na fiscalização! Vi em Bordeaux quando entraram com as canhoneiras para inspecionar navios franceses, imaginem! E eles também eram terríveis em alto-mar. Eu tinha confiança que iam caçar o Bismarck por uma questão de honra. Foi o que aconteceu. No final, as pessoas me tomaram como herói. Até pensaram que eu fosse espião por ter dado um palpite tão certo, mas eu dizia:

– Não, eu não sou nada. Sou apenas um refugiado político.

Não fiquei por lá muito tempo. Logo fui para Montevideu conseguir um emprego, que naquela época era difícilimo. Trabalhei bastante. Eu, que era jovem, não tinha medo de pegar no pesado, dar as caras. Só que, ainda assim, era complicado, porque o Uruguai ainda não tinha indústria e até hoje o que sustenta o país é a exportação de carne. O que eles tinham lá, fora os serviços na fazenda, era construção civil. Fui a uma fábrica e me empreguei como torneiro. Produziam-se na época aparelhos elétricos de aquecimento, mas rudimentares. A experiência não deu certo porque o maquinário era velho demais. Saí e tentei uma fábrica de móveis metálicos.

Quando chegou o inverno – que lá é rigoroso à beça –, veio me procurar um judeu. Um uruguaio mais velho que vinha de umas colônias judaicas do sul do Brasil, de uma espécie de *kibutz*. E ele era do Partido Comunista, ou pelo menos sindicalista, não sei bem. O que importa é que a mão de obra na fábrica era quase toda ocupada por menores de idade; “de maior” só tinha eu e ele. Uns patrícios dele, uns judeus alemães e poloneses, eram os donos da fábrica e, apesar de antifascistas, eram também exploradores, não pagavam os salários de acordo com o que a lei uruguaia exigia. Então, o judeu operário convidou-me para sindicalizar o pessoal. Eu estava numa posição muito delicada, complicadíssima, porque fui acolhido pelas autoridades e não deveria me envolver em questões de política interna. Disse a ele:

– Você, sim, você que é uruguaio, toca para frente.

Eu estava disposto a me sindicalizar, pois isso é uma questão trabalhista, operária. Dei apoio por fora, sem me envolver diretamente. Ele iniciou o processo e se tornou delegado da fábrica – uma fabriqueta! Fábrica é até exagero! Uma fabriqueta de fundo de quintal.

Fiquei no Uruguai até setembro de 1943, quando o Brasil declarou guerra ao Eixo. Aí me apresentei ao embaixador para ser incorporado. Eu ainda estava em idade militar. Devo dizer que fiz isto, outra vez, contra a minha vontade. A decisão foi do partido e dos exilados que estavam em Montevideu. Eles achavam que nós seríamos recebidos de braços abertos, como patriotas. Eu duvidava: estamos condenados e seremos presos. Achava que íamos mesmo para a cadeia. Mas, como a maioria optou por voltar, eu me dispus a seguir. O Gerson Brasil mandou um telegrama ao Dutra, congratulando-o pela declaração de guerra ao bloco fascista. Logo o Dutra,

um fascistão que nem deve ter lido o telegrama, mandou agradecer. Para o Gerson aquilo era um troféu, demonstração de simpatia que justificava nosso retorno. Por disciplina partidária, fui voto vencido, acatei a decisão da maioria. O Gerson, ao final das contas, era jornalista e acabou ficando só um ano na prisão. A Associação Brasileira de Imprensa fez um abaixo-assinado pedindo ao Getúlio o indulto dele. O presidente, vendo que o Gerson não representava nenhum perigo ao regime – ele nem sabia pegar num revólver – demagogicamente concedeu-lhe o indulto. Aquela atitude, ainda por cima, credibilizava o governo pelo gesto “nobre”.

Como no Levante de 35, eu também participei por conta da maioria. Na minha opinião, faltou senso de realidade nas três operações. De qualquer forma, fomos em grupo à embaixada que, por sua vez, comunicou nossa visita imediatamente ao Itamaraty. Na época, era Batista Luzardo o embaixador.

Eu tinha acabado de me casar no Uruguai, com uma brasileira. Ela havia ido camufladamente em um navio brasileiro, o Itajiba, que na volta foi torpedeado na costa de Santos. Voltamos, o grupo todo, pelo interior, de trem. Quem nos recebeu na fronteira do Uruguai foram os guardas do Palácio do Getúlio, os mesmos bandidos que depois mataram o major Mário Alves e atiraram no Lacerda, anos depois. Receberam-nos educadamente, muito finos, muito bem vestidos. De lá em diante, vieram nos escoltando. A medida que nos íamos aproximando do Rio, a prisão ia se caracterizando. Viajamos livres, mas a atitude da guarda era suspeita.

Eu estava com a minha mulher e os outros também. Em Santa Maria, que era um entroncamento para o trem, chegamos livres, mas os “tiras” nos disseram:

– Agora, aqui os senhores tenham a bondade de ir para os hotéis. Podem sair, mas precisarão antes avisar aonde vão.

Em Santana do Livramento, na fronteira, não houve restrição alguma, até tinha um oficial do batalhão da cidade que veio conversar comigo, interessado em saber da guerra na Espanha, queria que eu dormisse no quartel. Eu dizia:

– Eu estou condenado, meu filho, não vou comprometer você.

Quando estávamos passando pelo Rio Grande, eu ia entrando no trem e me chamaram, dizendo que tinha um homem alto, velho, procurando por mim. Eu não conhecia ninguém por lá. Era o pai do Hermenegildo Assis

Brasil, um senhor idoso, fazendeiro, Conversamos um pouco e ele explicou que o Hermenegildo falava de mim nas cartas, que eu era um jovem muito inteligente. Sinto-me muito orgulhoso por isso. Ele dizia em suas cartas aos familiares que eu era esperto, mas isso foi porque tínhamos uma amizade especial. O filho já tinha morrido e seu pai queria conversar comigo. O Hermenegildo é um sujeito que deveria ser exaltado com méritos verdadeiros, por sua coragem e determinação.

De Santa Maria, embarcamos no dia seguinte e só paramos em São Paulo, onde desembarcamos, e lá os “tintureiros” – aqueles carros fechados da polícia que hoje chamam de “camburão” – nos esperavam, mas sem grande alarde. Fomos encaminhados para o “tintureiro” e passamos 24 horas na Detenção. Um dia e uma noite. Em seguida, embarcamos ainda de trem, para o Rio de Janeiro.

Aqui no Rio de Janeiro havia um aparato nos aguardando. A Central do Brasil cercada de policiais. Polícia do Exército, Polícia Civil, Polícia Militar. Fizeram um carnaval! Botaram urna porção de viaturas do lado de fora e nós nos “tintureiros”. Saímos exatamente na hora do *rush*, quando o operariado estava chegando para o trabalho. Havia um monte de gente aglomerada, só olhando. Ninguém sabia o que era, mas também ninguém se manifestou. Ninguém deu uma vaia ou aplaudiu, o povo ficou calado, mudo. Eu, que tinha votado contra essa história de se apresentar, por um lado, olhava com perversa ironia a cara dos meus colegas que acreditaram na “conversão” do regime. Os “tintureiros” levaram-nos para a Detenção e de lá, uma semana depois, conduziram-nos para Ilha Grande, de navio. Nesse tempo, já existia um presídio especial para presos políticos. Os familiares seguiram seus rumos, cada qual foi para sua casa. Ficamos presos até a anistia, em 1945.

A cadeia, devo acrescentar, naquela época era um laboratório de trabalho. Fora o desgosto de estar preso, o cárcere promoveu uma situação favorável para se discutirem as questões políticas vigentes. Havia como que cursos completos sobre questões brasileiras e sobre o papel das classes sociais. Quem dava os cursos eram os mais esclarecidos, tanto oficiais como operários e, por incrível que pareça, os dirigentes da cadeia não proibiram de nos reunirmos, contanto que não houvesse algazarra.

Ao término da guerra, o partido entrou na legalidade, mas nunca mais me deixaram compor os quadros. Quer dizer, sou um comunista que nunca

teve carteirinha do partido aqui no Brasil. Isso porque houve um cisma quando ainda estávamos lá na ilha. Anos depois, eu brincava com o Prestes quando ele dizia:

– Porque nós, comunistas...

Eu o interrompia:

– Nós, não! Nunca fui comunista, porque você nunca me deixou entrar para o partido no Brasil. Não tenho carteirinha, nada.

O Prestes e eu tínhamos certa camaradagem e, por isso, insistia nessa história. Mas, por causa do cisma do partido entre os militantes presos na Ilha Grande, nunca aceitaram a minha filiação. Na verdade, o cisma aconteceu por um conflito de experiências. Com a nossa chegada, trouxemos outras ideias, mais arejadas do que as do pessoal que estava trancafiado há dez anos na cadeia. Eles andavam amargurados e o ambiente era terrível! Muitos até meio apodrecidos, desanimados. Eu fiquei preso, no total, cinco anos, mas foi alternadamente. Eles ficaram esse tempo todo sem interrupção. Do grupo que já estava lá, uma pessoa do partido procurou-nos e começou a fazer exclusões do tipo “fulano não presta, fulano é isso, fulano é aquilo, é derrotista”. Ficamos alarmados com aquilo. Havia limitação para o convívio com pessoas como, por exemplo, em relação a um coronel, o diretor do presídio, que apesar do posto era amigo dos presos e até havia sido da Coluna Prestes, e era alguém que nos visitava nos cubículos para tomar chimarrão com a gente. Pois bem, os mais radicais, como o Agildo Barata, viviam insultando o homem, diziam que ele matava a gente de fome e coisas assim, enfim, insultou tanto que ele acabou não indo mais nos visitar e, quando queria falar com algum de nós, mandava chamar.

Então, nós que viemos da guerra e do Prata, trouxemos outras ideias. Tínhamos prometido, no exílio, que iríamos ajudar o governo, mesmo sendo ditatorial. O alvo comum era o combate ao fascismo. Queríamos unir forças para combatê-lo e isso seria viável por meio do poder. Na Ilha, contudo, os líderes presos só hostilizavam o governo, como se pudessem vencê-lo. Entre as partes havia uma tremenda contradição, que se manifestara já no presídio: o coronel propunha que nós o ajudássemos na administração, a fazer obras, pois o presídio era uma verdadeira cidade; ele nos pagaria alguma coisa, porque legalmente não éramos obrigados a trabalhar. Além do mais, tinha um grupo de presos miseráveis, nordestinos. Suas famílias morriam de fome, e

por isso ansiavam ter um “cobrezinho” para mandar para casa, mas a direção do partido era contra qualquer contribuição para com o governo. O nosso grupo achou um absurdo não deixarem que esses homens trabalhassem. Fomos todos contra esse ponto de vista e nos oferecemos para o trabalho. Não dava para aceitar um negócio daqueles. Não dava mesmo. Foi daí que surgiu o cisma, e em vista disso nunca mais pudemos participar do PC.

Do período que fiquei preso até 1945, apenas cumpri um ano na Ilha Grande. Por causa do mofo, do frio, da comida, que era ruim, acabei adoecendo, adquirir esta bronquiectasia que até hoje padeço. Precisei ser transferido de volta para o continente por razão desta doença. Eles me mandaram para uma prisão especial, onde eram tratados os enfermos e onde ficavam os isolados de alta periculosidade, como o Prestes, por exemplo. Poucas pessoas como eu tiveram mais contato com o Prestes, pois fiquei no mesmo isolamento que ele. O Prestes, por ter vários simpatizantes trabalhando na tal penitenciária, ficou logo sabendo de mim e que havia chegado da Ilha Grande. Então me escreveu um bilhete perguntando coisas. Respondi dizendo que estava ali por ter participado do Levante de 35 e depois da Guerra Civil Espanhola. Aprofundamos, assim, por meio de bilhetes a nossa amizade. Nós nos conhecíamos de antes, no Uruguai, mas foi escrevendo na cadeia que fomos trocando ideias. Ele sofria de úlcera e tinha um primo médico que o visitava para tratar daquele mal. Em vista da nossa amizade, ele pediu ao primo que me ajudasse, levando medicamentos. Depois me mandou um bilhete perguntando o que tinha havido na Ilha e em resposta lhe apresentei a minha versão. Ele pediu que desse informações dos principais líderes de lá. Escrevi umas quatro páginas e mandei para ele. Daí por diante, ficamos trocando bilhetinhos, até que nos desentendemos.

Quando saí, não consegui mais me reconciliar com as ideias do Prestes. Eu o procurei fora da prisão, tentando ainda mais uma vez trabalhar junto, e ele até queria que eu fosse para o Comitê Regional do Partido. Tive vontade, mas não consegui. Na organização era tudo muito diferente do que eu pensava. O Prestes mandava em tudo. Eu não, dizia:

– Quero um relacionamento mais liberal.

Aliás, eu não estava só, o partido teve de se reciclar porque muita gente não concordava. Várias pessoas queriam mais diálogo; os intelectuais, então, nem se fala! Antes, eu costumava dizer que, em vez de comunista, minha

ideologia era “prestista”. Além de amigo pessoal, sempre simpatizei com disciplina, com o nível de dedicação que Prestes deu ao partido. Foi assim até que começaram a pôr o Prestes no altar, aí não gostei porque a idolatria e a vaidade empobrecem os objetivos do homem público.

O partido, com a anistia, reduziu-se a uma cúpula, organizando a legião de militantes. Não dava para confiar em ninguém porque o que se fazia oficialmente era o contrário do que acontecia de fato. O PC, quando entrou na legalidade, inscreveu-se no Tribunal Eleitoral apresentando um estatuto bonitinho, liberal. Dentro, porém, as coisas funcionavam diferentemente. Havia muita disputa em relação às linhas que deveriam ser adotadas. Pessoas como o Agildo, o Agliberto, o Marighella trataram de nos afastar, de nos excluir, já na prisão isolaram-se no poder.

Tentamos uma aproximação. O Prestes chegou a levar em consideração as opiniões que pessoas como eu e o Costa Leite apresentamos. O esforço teve limite quando nos reunimos na casa de uma tia minha. Fui eu que arranjei o encontro. Ele foi lá, mas chegou escoltado por uma turma, armado. O mentor disso era o Trifino Correia, ele e eu não gostamos do exagero. Prestes sentou-se à mesa e, em vez de abrir o debate para propor a eleição do Comitê Central, dos cargos secundários e tal, apresentou o partido formado. Valeu-se do Comitê Nacional de Organização Provisória, CNOP que seria um grupo, como o próprio nome indica, de “organização provisória” e transformou sua plataforma em partido. Isso sem levar em conta que havia um outro grupo de oposição que achava que as escolhas deveriam ser feitas de maneira liberal.

O Prestes preferiu o CNOP em vez de congregar a todos. Na ocasião ele foi o único orador puxou um catatau e começou a ler: era o programa do partido. Demorou lá uma hora e tanto, duas, lendo. Até aí estava normal, podia ser que ele tivesse se antecipado, ele tinha crédito para tanto, mas achamos que isso deveria ser feito evidentemente depois da escolha da direção do partido. O Comitê Central é que deveria escrever o programa. Não: ele já trouxe o programa feito, o que significava que também o partido já estava organizado. Quando terminou, virou-se para aquele grupo seletivo do partido e perguntou:

– Vocês estão de acordo com isso?

A maioria ficou calada, e assim foi dada por encerrada a sessão. Eu fui o único que me levantei e disse:

– Mas a reunião não era para escolher a central, não era para escolher dirigentes?

Enfim, nos desentendemos, afastamo-nos, mas mantive sempre respeito ao grupo. Quando mataram o Marighella, por exemplo, fiquei realmente muito pesaroso, inclusive briguei com uma sócia minha, inimiga terrível dele.

Logo depois da anistia veio o Dutra e cassou os direitos políticos do PC, podou a esquerda do país. Isso, contudo, não me atingiu, porque eu já não estava mais militando. Mantive-me simpatizante, ajudando no que dava.

Mesmo assim, durante a ditadura eu fui preso duas vezes: uma em 1964, 30 dias depois do golpe. Prestei declarações no Estado Maior, lá na Praia Vermelha. Apesar de tudo, fui muito bem tratado. Fui preso desta feita porque interceptaram a correspondência que eu mandei para o jornal do partido discutindo os acontecimentos do sindicato dos metalúrgicos. Eu, como militar, tinha condenado aquele ato, mas na verdade não havia nada que me implicasse. O IV Exército achou por bem mandar me buscar, prenderam, interrogaram, mas me soltaram. Outra vez fui preso em 1970, na época do Médici.

Em 1964, porque eu não estava mais militando, pude ajudar o pessoal clandestino. No golpe, eu era dono do laboratório na Avenida Amaro Cavalcante, onde sistematicamente escondia os companheiros durante a repressão. O Morena, secretário do partido na época, esteve lá. Também escondi o filho do Capistrano e empreguei o filho do Apolônio para livrá-lo do DOPS. Preferi não atuar em outros movimentos de guerrilha naquela conjuntura, e desaconselhar quem quisesse fazer isso. Eles me procuraram porque eu tinha experiência, mas eu os desaconselhava, dizendo que não daria certo.

No fim do governo Médici, o regime recrudescceu. Não fiquei propriamente preso, mas eles me convocaram ao Centro Nacional de Informação da Marinha. Isso porque tinha escondido uma porção de perseguidos, da cúpula do partido. Havia escondido o pessoal por muito tempo e era um grupo grande. Quero dizer com isso que prestei serviço ao partido. Fui pego porque um deles, torturado, me entregou, mas eu consegui me safar.

Não tenho mais condições de me filiar a partido político, mas continuo fiel às minhas ideias. Além do mais, para que me vincular a partidos com 80 anos, não é? Sou considerado um comunista reacionário, minhas filhas mesmo dizem que eu sou reacionário, porque tenho a ideia fixa em um tipo de

comunismo que acha que se pode organizar um país por meio da economia distribuída. E com tudo organizado, até sem o dinheiro a gente poderá viver.

Só de uma luta, durante todos estes anos, não abri mão: da anistia. Saí de uma das primeiras reuniões do nosso sindicato dos militares da reserva, disposto a oficializar nossa anistia, e dediquei-me até consegui-la. Não falo da anistia política, não. Essa aconteceu no final da década de 1970. Refiro-me à anistia dentro do Exército, para sermos reenquadrados no corpo das Forças Armadas Brasileiras.

Desde o Levante de 35, o Exército nos expulsou. Nós lutamos mais que muito soldadinho que passou a vida em atividade fazendo simulações. Nós lutamos, tínhamos causa e defendemos nossos ideais. E tem mais: eu tinha uma responsabilidade moral por alguns colegas, porque fiz muitos deles pegarem em armas. Então, estes colegas que foram compelidos a aderir pela violência, e que foram vítimas também da reação, estavam sob minha responsabilidade. Eles não recebiam os soldos da reserva e, pior que tudo, eram considerados traidores. Eu achava que tinha muita responsabilidade para com eles e fui à luta. Demorou bastante.

A anistia só foi dada em 8 de outubro de 1987. Todos os oficiais que foram considerados os “cabeças” do Levante correram primeiro com os seus requerimentos, pedindo o cumprimento da Carta de Anistia. Eu fui fazer meu pedido só em 1990. Deixei todos os meus colegas fazerem primeiro. Por escrúpulo. Eu achava que, talvez pela militância mais contínua na esquerda, o meu pedido pudesse prejudicar o deles, tornar as coisas mais complicadas. Hoje eu recebo uma pensão militar, mas como aluno. É ainda uma pensão pequena. Eu podia estar recebendo bem mais se fosse considerada a patente que recebi de capitão na Guerra Civil Espanhola. Estou recebendo como terceiro-sargento. Eu já requeri a modificação da patente, para ficar correto, mas fiz isso só no final do ano retrasado, no último dia de prazo. E eu já sou capitão, o Diário Oficial já deu a minha sentença, já está passada e julgada. Mas eles ainda não me pagaram. E o presidente do Supremo Tribunal de Justiça já assinou o documento.

Fui um dos fundadores da Associação dos Militares Anistiados (AMINA), uma organização militar democrática. Fui até presidente, mesmo com graduação de cabo, sendo que participam até coronéis. Mas eles achavam que eu era um sujeito com o “ar quente” e fui eleito. Não divulgamos muito

sua existência porque a nossa organização era menor do que a do pessoal de 1964, com a qual nos juntamos depois. Fomos registrados, mas era uma coisa interna, só. A sede era no Sindicato dos Ferroviários, aqui na Presidente Vargas.

A grande mágoa que eu tenho na vida é não poder fazer uma visita à Espanha. Poderia ir e ficar morando por lá, mas não é esse o meu objetivo. Eu queria colher elementos para escrever um tratado militar e depois eu voltaria. Talvez um ano fosse suficiente.


O que eu diria, da minha experiência, às novas gerações? Eu não posso dizer para fazer o que eu fiz. Acho que no meu caso houve muita loucura, não é? Então, a mensagem que eu poderia dar para a nova geração é que seguissem as leis, obedecessem a Constituição democrática.

Nelson de Souza Alves

As entrevistas com Nelson de Souza Alves foram feitas em sua casa, na serra fluminense, em Teresópolis. Não foi fácil chegar a ele, até porque suas condições de saúde estavam comprometidas. Desde que o professor Meihy conseguiu o contato e efetivou o encontro, tudo mudou. Debilidade física e resistência psicológica cederam ao impulso quase incontrolável de lembranças que brotaram vivas e instigantes. A presença de familiares, em particular da esposa, ajudaram a criar um ambiente raro e afável de maneira a promover a primeira entrevista como se fosse uma conversa. Com a segunda ocorreu o mesmo. Chama a atenção na fala de Nelson de Souza Alves o fato de não abrir mão do caráter militante e da projeção de suas experiências no momento presente. Com familiares engajados, não havia jeito de esconder que sua vida era considerada espécie de modelo para os filhos. Vindo de rincões longínquos, sua atividade de soldado correspondia ao ideal de jovens pobres que precisaram da corporação militar para achar rumo profissional. A dedicação aos ideais políticos, mais instintivos do que teóricos, serviu-lhe de base para manter uma coerência rara e exemplar.

Nelson de Souza Alves narrava como um militar, soldado bem-formado, consciente de sua posição política e seguro de seu papel. Aventuras importantes da história nacional foram arroladas no sentido de mostrar a força evolutiva do papel do militar de esquerda. Além dos fatos envolventes, desde a infância pobre, os movimentos de 1932 e de 1935, as prisões e detalhamentos comportamentais de prisioneiros, não faltou humor. Em conjunção, o teor dramático de algumas situações esbarrava no limite emocional. Chamam a atenção as tensões manifestadas em todos os níveis institucionais. Sua simpatia inquebrantável pelo “prestismo” convida a repensar a força e a estrutura do Partido Comunista. A Guerra Civil Espanhola, sem dúvida alguma, é episódio central desta narrativa, mas a visão de conjunto, em par-

ticular os acontecimentos de depois da volta, com ênfase no desempenho na ditadura militar pós-1964, forçam a consideração do ideário político pessoal. Como soldado de esquerda, Nelson de Souza Alves prova a mudança do significado da política em nossas Forças Armadas.



Acredito que todas as minhas atitudes podem ser explicadas pela minha opção política

Meu nome completo é Nelson de Souza Alves. Nasci no dia 2 de janeiro de 1913, na cidade do Rio de Janeiro, à Rua Viúva Claudia, bem perto de onde hoje é o Estádio do Maracanã. Essa região mudou muito. Antigamente, ali ficava o Derby Club e era uma área pacata. As recordações mais antigas que guardo remetem a nossa casa, perto da Praça Saens Peña. Depois mudamos para o Grajaú e foi lá que perdi meu pai, aos dez anos; dele tenho pouca lembrança. Sem pai, ficamos em uma situação financeira péssima. À época, minha mãe tinha algo como uns duzentos mil réis, o que era pouco para cuidar de três filhos, então nossa vida familiar foi dura mesmo. Eu era o primeiro dos filhos, o mais velho, e isto me fazia responsável. Tinha mais um irmão abaixo de mim e uma irmã depois dele. Ambos são falecidos.

Depois da morte de meu pai, fomos morar com uma tia por uns tempos, até que minha mãe conseguiu alugar uma casa na cidade com influência de pessoas amigas. Como era comum na época, ela abriu uma pensão e foi com o dinheirinho conseguido desse trabalho que ela nos foi educando.

Comecei a estudar cedo e de uma forma estranha para os dias de hoje, pois no Grajaú tínhamos uma vizinha alemã que foi minha professora particular durante algum tempo. Devo muito a ela, pois me deu uma boa base escolar. Depois, minha mãe arranhou uma bolsa de estudos para que eu cursasse o Colégio São Bento, mas não concluí os estudos lá porque fomos para o Estado do Espírito Santo. Mudamos porque as coisas estavam muito difíceis aqui no Rio. Quando chegamos em Vitória, eu tinha mais ou menos 15 anos; porém, antes disto, no Rio, ainda com 12 anos, trabalhei na Light como boy e ganhava então 75 mil réis por mês. Trabalhei com afinco e tudo ia muito bem. Lembro-me que, quando avisei que ia sair, eles quiseram aumentar mi-

nha remuneração além do salário mais 25 mil réis para eu não sair da firma. Houve um chefe, um senhor norte-americano que gostava muito de mim e queria que eu me dedicasse integralmente à Light. Mas não deu. Mudamos.

Em Vitória, fui empregado de um cartório, onde era responsável pela parte de datilografia das procurações. Depois fui trabalhar nas Empresas Elétricas Brasileiras, no Departamento de Engenharia, onde era protegido do diretor da empresa. Por esse tempo, morava em um hotel de propriedade de um tio que gostava muito de nós. Continuei estudando lá, só que em vez de frequentar um colégio, ia a um curso particular, orientado por um engenheiro, dr. Mateolli, que me deu uma boa base geral e em particular de matemática. Este sujeito era um tipo excelente, atento à educação, responsabilidade e disciplina. No Departamento de Engenharia das Empresas Elétricas Brasileiras aprendi bastante: topografia, desenho, cálculo. Fiquei relativamente bom em topografia e isto teve um efeito importante em meu futuro.

Quando estourou a Revolução de 1932, eu já estava com 19 anos e fui convidado pelo então coronel Carlos Marsiano de Medeiros, comandante da Polícia Militar, para integrar as forças do governo. Atuei como topógrafo no Estado Maior. Durante a revolução, fiz trabalho de levantamento de áreas, no qual verificava a situação das nossas posições. Fazia o levantamento topográfico com auxílio de uma bússola e de uma corda média, com a ajuda de mais um soldado, as distâncias entre nossas posições e as estradas, além de projetar a situação dos inimigos. Isso causou boa impressão no general Nilton Cavalcante, comandante do setor Paraty-Cunha-Taubaté, que era, aliás, o eixo das operações de resistência dos rebelados. Fui convidado para ir para lá, mas de início não quis, pois tinha amigos na Brigada Militar, onde me haviam dado, além das obrigações corriqueiras, simultaneamente, o comando da Companhia de Metralhadora. Mas, por fim, aceitei e fui como segundo-tenente.

Em Cunha, fomos designados para tentar cortar a retaguarda dos revolucionários paulistas que estavam concentrados ali. O comando do setor inimigo estava a cargo do Assis Brasil, que mais tarde foi chefe da Casa Militar do Jango, nos anos de 1960. O irmão dele era companheiro nosso, o Hermenegildo, e morreu na França depois de ter ido para a guerra da Espanha. Nosso intento de cortar o avanço dos paulistas fracassou, porque fomos com apenas uma companhia e eles tinham muito mais forças lá. Detiveram-

-nos e, não podendo ir avante, regressamos à base, mas depois Cunha caiu. Fizemos uma marcha de Cunha até Lagoinha, no Estado de São Paulo.

Em Lagoinha, fui designado “prefeito militar” pelo comandante, mas resolvi não aceitar porque era ainda muito garoto e, além disso, depois o pelotão iria embora e eu ficaria sozinho, sem experiência administrativa. Pedi para que passasse para outro e indiquei um primeiro-tenente dentista, que era já um senhor de certa idade. Ele assumiu o posto e eu fiquei em Lagoinha, na tropa. De Lagoinha, marchamos sobre Taubaté.

Eu fui o primeiro oficial legalista a entrar em Taubaté, naquela confusão toda em que ninguém sabia exatamente o que estava acontecendo. A operação deu-se mais ou menos assim: montei uma metralhadora pesada em cima de um caminhão, botei uma esquadra de soldados, todos armados de fuzil, e fomos até a praça central. Lembro-me de que juntou gente como o diabo. Chegando eu – um oficial com cara de garoto –, mandei afastar todo mundo e saltei, indo em direção a um café. Neste café, aconteceu um fato interessante comigo: tomei uma xícara e paguei, e aí o dono do bar viu-se em confusão com o troco e me trouxe, imaginem, um “Bônus da Revolução”. É lógico que não aceitei e engrossei a voz, dizendo:

– Ou eu não pago ou você me dá o troco em dinheiro de verdade, em moeda nacional. Ele foi correndo para dentro, virou, mexeu e trouxe o troco certinho.

Minha tarefa em Taubaté era tomar conta da situação geral, em conformidade com as autoridades que ficariam lá. Basicamente, minha tarefa seria arranjar alojamento para o Regimento. Na época, Taubaté era uma cidade bonitinha; além do mais, fomos muito bem-tratados, ninguém nos hostilizou, não houve nada contra nós. Acho que o pessoal já estava cansado da luta e tivemos uma convivência boa.

Foi nessa ocasião que tive a oportunidade de conhecer, a passeio, a cidade de São Paulo. Tirei até uma fotografia lá, com alguns companheiros, na Estátua da Independência. Lembro-me que já naquela época eu fiquei impressionado com a imensidão e o movimento da cidade.

Um aspecto importante nestas ponderações remete ao meu posicionamento em relação ao Getúlio. Entrei na Revolução a convite, pois naquele tempo eu não tinha uma mentalidade política desenvolvida. Ainda achava, simplesmente, que os paulistas não tinham razão, que a Revolução era uma

manobra da plutocracia do café contra o governo de Getúlio. Foi só depois da Revolução de 1932 que comecei a me interessar mais por questões teóricas da política.

Logicamente, aquele processo “revolucionário” mexeu com a consciência de todos os brasileiros. Depois de 1932, ficava óbvio que política era algo importante e coletivo e que todos deveriam participar. Quando regressamos, havia um médico que trabalhou também na tropa, Mario Tavares, que era muito meu amigo. Mario era professor do ginásio no Espírito Santo, e começou a me provocar dizendo coisas do tipo:

– Escuta, Nelson, você precisa fazer um pouco de leitura, ver a literatura socialista, estudar os problemas nacionais. Procura ler mais.

Eu não tinha orientação nenhuma, mas segui as recomendações dele para ler os “melhores autores socialistas”. Lembro-me da voz dele dizendo:

– Você tem que ler Marx.

Era tudo muito intuitivo, pois ele também não tinha orientação. Eu, todo dinheirinho que arranjava, comprava livro. Comprei *O Capital*, de Karl Marx, comprei uma porção de outros textos. Eu tinha *O Capital* em espanhol, em uma edição mexicana, e então comecei a ler. Compreendia alguma coisa, outras não entendia.

Mas a vida continuava. Aquele trabalho que eu fiz, de topógrafo na tropa, foi mandado para a retaguarda, para o governo do Estado do Espírito Santo, que era então dirigido pelo capitão João Punaro Blay, que chegou lá e acabou interventor do Estado. Morreu general. Um “fascistão”, sem vergonha, integralista. Pois bem, houve uma fase em que ele foi meu amigo, isto depois da volta da Revolução de 1932. Ele me nomeou prefeito do município de Serra. Eu tinha, nessa altura, pouco mais de vinte anos de idade. Fui prefeito por um ano e, ao sair, ele me designou tesoureiro da Junta Comercial do Estado.

Foi por esta época que comecei a ter noção do sentido real da luta revolucionária. Tomei contato com alguns líderes operários, com dirigentes comunistas do Estado, com camponeses. Coincidentemente, por este tempo formava-se a Aliança Nacional Libertadora, que acabava por enquadrar as esperanças de um Brasil novo. Diziam no meu círculo que eu era um grande orador, um agitador tremendo e que andava inquieto com a situação geral do país. Além disso, tinha um vozeirão e, como naquele tempo não se

falava ao microfone, era tudo no peito, levaram-me para compor o quadro dos antigetulistas. Mudei. Mudei muito. Mudei por conta das leituras, mas sobretudo pelo contato com o povo. Mas, mesmo tendo começado poucos anos antes, foi com a Aliança que se sistematizou a oposição a Vargas.

Fiquei muito conhecido no círculo oposicionista e cheguei a pertencer à direção da Aliança em Vitória, representando a direção estadual. Acontece que o Blay ficou com raiva porque eu comecei a bater duro contra as forças que ele representava. Como desde 1933 já fazia parte do Partido Comunista, entrei em contato com a direção em Vitória e, como militar, era o elo entre o Partido e a Aliança na direção nacional no Rio. Foi quando eu conheci o Costa Leite, o Alcedo e outros companheiros. Mais tarde, em virtude de minhas atividades e das posições públicas que vinha tomando, fui mandado para o Rio, preso.

Antes disto, porém, aconteceu um fato interessante comigo: fui o primeiro indivíduo no Brasil a ser processado pela Lei de Segurança Nacional. O primeiro! Isso ocorreu porque participei, como dirigente, de um comício antiguerra que houve no Rio. Foi assim: como vários outros companheiros, fui contra a guerra, particularmente quando a Itália invadiu a Abissínia. Fui fazer onda lá no Teatro Carlos Gomes, na Praça Tiradentes, e fui preso. Passei um mês, um mês e pouco, preso para depois ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal. O juiz que me julgou foi o ministro Ribas Carneiro, que passou por mim na antessala e, antes de começar o depoimento, falou-me baixinho que também era socialista. Em vista disto, pensei cá com meus botões:

– Bom, aqui, tô absolvido.

O meu advogado de defesa era o Luís Werneck, marido de uma advogada também militante, Maria Werneck, que morreu agora recentemente. Esse meu depoimento foi assistido pelo senador do Pará, Abel Chermond, muito conhecido na época e que também apanhou muito da polícia especial, foi muito torturado. Eu fui absolvido, mas pouco depois arrebentou o Levante de 35 e eu fui apanhado de surpresa, porque foi uma atitude precipitada e nós não tínhamos nenhuma estrutura para atuar naquele momento.

Eu estava de viagem do Rio de Janeiro para o Espírito Santo e, lembre-se, naquele tempo a comunicação por rádio era ainda muito difícil. Quando cheguei ao Espírito Santo, o “pau já tinha quebrado” no 3º RI, na Aviação. Fui preso de novo e mandado para o Rio de volta. Fui apresentado a um

delegado, que na época era um bandido. Ele tinha o apelido de Bexiga, porque tinha o rosto todo marcado. O nome dele era Serafim Braga, o terror da polícia. Quando cheguei lá, seus homens ainda estavam em luta no 3º RI. Fiquei preso no gabinete dele até que o levante fosse dominado, e então fui direto para o xadrez. Sintetizando, lembro-me de que seria impossível para pessoas como eu ficarem fora dos acontecimentos.

Na verdade, depois de ter participado de 1932, de ter-me iniciado em leituras, de compor um grupo de militantes socialistas, de ter-me envolvido com operários, camponeses, da atuação mais clara do Partido e de minha inserção nele no Espírito Santo, sentia-me parte de uma luta que haveria de ter projeção na história do Brasil. É importante lembrar que tivemos de nos definir contra o Partido Integralista, que existia desde 1933.

A esse respeito, aliás, devo dizer que participei de um enfrentamento contra o Partido Integralista no Rio de Janeiro. Isto se deu quando vim para fazer contato com o pessoal da central partidária e convidaram-me para quebrar uma sede integralista da Gávea. A operação, contudo, não foi o que esperávamos: fomos surpreendidos por um tiroteio desgraçado. Tivemos um companheiro ferido, o José Bezerra, que mais tarde, recuperado, foi deputado. De qualquer forma, ele foi ferido, levou um tiro no peito, mas felizmente um médico nosso conseguiu operá-lo na Santa Casa sem que ninguém soubesse do que se tratava. Foi o velho dr. Campos da Paz que tratou dele.

No Espírito Santo, os integralistas também eram muito fortes, sobretudo em Santa Tereza, principal núcleo italiano do Estado. Fomos fazer um comício lá e o coronel Cabanas, comandante da Coluna da Morte, me acompanhou. Ele meteu a farda de coronel, pegou um revólver, colocou na cintura e, quando chegamos em Santa Tereza, botou um caixote na calçada e chamava todo mundo para ouvir nosso discurso. Falamos para todos aqueles sujeitos que vestiam suas camisas verdes que, apesar de medrosos, parecendo que iam se borrar todos, vinham nos ouvir. Fizemos o comício ali e não houve nada contra, ninguém nos contestou. Bastava falar que era o coronel Cabanas, comandante da Coluna da Morte, que aquilo produzia um efeito fora de série. O Cabanas se impunha porque tinha um físico imponente, forte, era um sujeito muito alto. Além do mais com aquele trabuco na cintura.

Depois dessa manifestação, os integralistas tentaram fazer uma concentração em Cachoeiro do Itapemirim para responder ao nosso desafio.

O enfrentamento entre socialistas e integralistas ia ganhando força. Nós tínhamos uma base camponesa muito forte no sul do Estado, que era liderada por um operário da Companhia de Força e Luz de lá chamado Zé Bento, que era um nortista muito bom combatente. Quando eles foram fazer a concentração em Cachoeiro, os camponeses armaram uma tocaia para os caminhões que vinham com integralistas do interior, de tal maneira que, quando eles chegaram perto de Cachoeiro, numa curva atiraram no caminhão, mataram o motorista e o negócio chegou a ficar apavorante.

Em Cachoeiro, os que chegaram de trem apanharam muito dos ferroviários da Leopoldina, socialistas leais e muito bons. Os ferroviários “caíram de cacete” em cima da turma e foi um deus nos acuda. Enfim, não houve a reunião. Conseguiram desbaratar tudo que os integralistas haviam planejado. O Plínio Salgado, que estaria presidindo a sessão, foi enfiado debaixo de uma mesa, teve de se esconder porque, quando viu o negócio feio, sentiu-se ameaçado. Foi uma desmoralização total.

Depois disso tudo, tive de ficar no Rio de Janeiro, pois não tinha mais condições para voltar para o Espírito Santo. O Blay havia praticamente me banido de lá. No Rio, fiquei numa situação mais do que difícil, pois fui trabalhar em um laboratório como propagandista, mas quando descobriram quem eu era me botaram pra fora, pois os diretores eram integralistas também. Em seguida, fui parar em um laboratório americano, no Estado do Pará. Estive um ano em Belém, em 1936, mas a polícia, não sei como, descobriu e me “deportou” para o Rio. Felizmente, quando cheguei não houve prisão nem nada. Só me colocaram em um navio e me mandaram embora.

Quando estourou a guerra na Espanha, eu estava na Ilha Grande, preso pela minha participação no Levante de 35. Saí na “Macedada”, em 1937, no começo do ano. Já na “Macedada”, eu não tinha ilusão face aos acontecimentos nacionais. Sabia que a “liberdade” era uma questão de tempo, algo para inglês ver, e que eles iam nos apertar de novo. Acertei. Infelizmente, acertei. Fui, então, para São Paulo, e de lá para o Rio Grande do Sul, mas fui sem ligação, sem conhecer ninguém no Sul.

Logo no início da viagem, quando fui comprar passagem, aconteceu algo bem engraçado. O bilheteiro olhou para mim e disse:

– Nunca vendi tanta passagem de trem como agora, para os comunistas.

Acontece que muitos, como eu, tinham resolvido juntar-se à reação antivarguista. O Flores da Cunha queria resistir ao golpe de Getúlio, e eu

fui para tentar me reunir com o pessoal. Fui por conta própria, não houve influência de ninguém, nem do Partido Comunista, nem nada. É errado supor que o Partido tivesse nos orientado. Ele estava fragmentado e, além do mais, estava quase todo mundo preso. Quando cheguei no trem, encontrei o jornalista Barreto Leite. Ele ia de leito e eu estava de segunda classe, ruim, sem dinheiro. Ele me viu e falou:

– Oh, rapaz, vem cá para a minha cabine. Eu vou saltar no meio do caminho e você fica aqui até Porto Alegre.

Fui e fiquei, mas chegando a Santa Maria tomei outro susto. Logo na estação, um “cara” me disse:

– Eu sou da polícia. Mostra-me seus documentos.

Aquele troço me gelou, mas eu, no relance, tirei do bolso uma carteirinha que eu tinha da ABI – Associação Brasileira de Imprensa. Aliás, nem me recordo como é que tinha arranjado. Mostrei-a para ele e disse:

– Eu sou jornalista e vou entrevistar o general Flores da Cunha.

Ele olhou assim-assim e disse:

– Tá bem, passa. Daí fui para um hotel, porque naquele tempo a gente tinha de fazer uma baldeação em Santa Maria, e confesso que perdi até o apetite. Tomei um susto desgraçado. Chegando a Porto Alegre, sem contato algum, sai andando pela Rua da Praia pensando que encontraria alguém. Supunha isso porque sabia que tinha ido muita gente para o Sul. Na Rua da Praia dei de cara com um camarada que tinha sido líder marítimo, o comandante Gouveia, que andava sempre com um charutão na boca. Olhei para ele e disse:

– Ô, Gouveia, você por aqui?

Expliquei-lhe a minha situação e ele se prontificou a me colocar em contato com os companheiros logo. Levou-me para o escritório de um advogado que havia em Porto Alegre, conhecidíssimo líder comunista do Rio Grande do Sul, e apresentou-me à turma toda. Foi assim que eu vim a conhecer o Delcy Silveira, porque quando passei pela Detenção ele não estava preso. Na Detenção estavam apenas os que eles consideravam líderes da Revolução. Isso é ridículo: imaginem, eu, um garoto, líder. Estavam lá: o Roberto Sisson, o Hercolino Cascardo, o Rodolfo Ghioldi, dirigente do Partido na Argentina. Os professores da Faculdade de Direito do Rio: Leônidas Rezende, Hermes Lima, e um de São Paulo, o professor Alencar. Este

professor Alencar até era muito engraçado, discutia conosco argumentando que nós não estávamos presos. Nós estávamos “detidos”.

Antes de irmos para a prisão, estive no navio Pedro I, onde ficaram todos os oficiais do 3º RI e da Aviação, além de alguns civis que eles consideravam ameaças políticas. No Pedro I, aconteceu uma coisa bastante interessante: uma fuga planejada. O primeiro a escapar foi o Antonio Bento Monteiro Tourinho, que era um oficial do 3º RI. Ele conseguiu sair e ninguém deu falta. Imagine: ninguém deu pela falta do Tourinho. Ele saiu calma e serenamente, de noite, desceu, pulou na água e foi a nado até a praia. Três dias depois ele apareceu em torno do navio com uma canoazinha, vestido de pescador, chapéu de palha, um caçara perfeito. Rodeou o navio, rodeou, e isto funcionou como uma senha para os outros fugirem. O Sisson me chamou no camarote dele e disse:

– Olha, nós vamos fugir e vocês devem fazer uma batucada aí para distrair a vigilância.

Fizemos a batucada e na bagunça aproveitaram para fugir: Sisson Desidério, que era membro da direção do Comitê Central do Partido, e outro mais que não me recordo quem foi. Saíram a nado do navio, mas erraram de rota e foram parar na praia do Quartel de Fuzileiros Navais. Foram presos novamente, sendo recambiados para o navio, que teve de sair da baía onde estava para a boca da barra. Nós estávamos cercados pela Fortaleza de Laje, por um lado, e por um destroier do outro, mas não dava para nos manter naquela condição, pois um navio não é uma prisão. Então trataram de arranjar outra saída: fomos retirados de lá, mandados para Ilha Grande.

Na Ilha estive por bastante tempo, eu e vários companheiros, entre os quais o Graciliano Ramos. Graciliano compartilhava uma esteira comigo. Naquele tempo, o presídio era um barracão cercado de arame farpado, com um terreno grande na frente. Muitos de nós dormíamos no chão, direto na areia. Poucos, como eu, tinham esteira. O Graciliano saiu rapidamente. Passou mais ou menos uma semana, houve interferências poderosas e ele foi liberado. Além disso, ele tinha sido recém-operado e estava passando mal como o diabo, ia morrer ali se continuasse entre a gente.

Nós continuamos fazendo trabalhos forçados. Trabalhava-se com tijolos, carregando-os de um lado para o outro; alguns trabalhavam na horta. Na Ilha havia uma concentração de revolucionários, vindos de várias partes

do país. Acho que lá estavam pessoas de todos os estados, desde o Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte.

Sobre o pessoal do Rio Grande do Norte, tenho uma história interessante para contar: quiseram fazer um movimento de greve porque eles não tinham feijão mulatinho, como era o hábito do Nordeste. Quando eu vi aquela “rebelião armada”, avisei:

– Vocês vão fazer uma besteira. Aqui não se usa isso. Aqui no Sul é só feijão preto. Vocês vão fazer uma greve por causa do feijão mulatinho e vão entrar no couro.

Dito e feito. Apanharam e muito, porque lá eles baixavam o pau mesmo.

Com o tempo o pessoal ia saindo e eu também acabei fora da Ilha. Fui levado de novo para a Polícia Central, eu, Desidério e outros. Depois que chegamos à Polícia Central no Rio, um deles me chamou, dizendo assim:

– Junta suas coisas todas, que nós vamos ter uma sessão.

O Desidério bateu a mão nas minhas costas e disse:

– Aguenta firme, companheiro. Aguenta que não vai ser fácil. Não abre, não.

Felizmente não aconteceu o que esperávamos. A chamada era para me soltar. Logicamente fiquei com medo, até porque eles faziam terror à toa.

Depois de solto, fui para o Sul. Do Rio Grande, saímos em um barquinho pela Lagoa dos Patos. Lá, entramos em contato com outras pessoas que nos levaram à casa de um sitiante, que depois nos conduziu de carro-de-boi até um determinado lugar, em Santa Vitória, e daí nos contataram um trabalhador, um operário que tinha um Ford Bigode e um mosquetão, para nós atravessarmos até a fronteira. Cruzamos os limites do Brasil nesse Ford Bigode pela foz do Chuí que, confesso, pensava ser um rio imenso, mas na verdade, era um regaço que dava água pelo tornozelo. Passamos pelo Chuí e fomos embora. Atravessamos a fronteira e de lá pegamos o trem para Montevideú.

Chegamos na capital do Uruguai sem contato com ninguém, mas encontramos por acaso, na Dezoito de Julho, principal Avenida de Montevideú, um oficial do 3ª RI que já estava lá, Dinarte Silveira, que nos auxiliou nos contatos com o pessoal do Uruguai, onde havia um comitê de ajuda aos presos políticos. O pessoal arranjou uma casinha para nós em Carmos. Era uma casa que poucos conheciam: o Delcy, o Paulo Machado Carrión, um

tenente de engenharia que também estava lá, e eu. Poucas pessoas sabiam onde estávamos e tínhamos muito cuidado com as informações, porque corria a notícia de que o Getúlio havia mandado para o Uruguai muitos policiais especiais, à paisana, para nos sequestrar e nos trazer de volta. Isto, contudo, não aconteceu.

No Uruguai não fazíamos nada em termos de trabalho. Nós ficamos por lá mais ou menos três meses, até que se decidiu que poderíamos ir para Espanha. O responsável pela decisão era o major Costa Leite, pessoa que gozava de alta consideração entre todos. Ele e o Mario, que era um dirigente do partido italiano, mas que falava bem o espanhol, resolviam as principais coisas. Este Mario – “nome de guerra” – era um italiano fortão como o diabo, um grande camarada, responsável inclusive pelos comitês de ajuda. Era ele que recebia recursos dos Estados Unidos e não sei de onde mais para financiar passagens.

Tivemos uma reunião com o Costa Leite, na Praia de Buceo, bem no fim dela: o Delcy, o Dinarco Reis e eu. Aí decidiu-se que nós íamos, mas que não poderíamos embarcar por Montevideú porque os navios que saíam de lá geralmente iam direto para a Espanha. Nós tínhamos de ir para a Argentina e pegar um navio que fosse mais para o Norte da Europa, sem tocar em território espanhol. Para nos ajudar, pudemos contar com um jornalista espanhol que estava por aqui na época, Ramon Prieto. Ele se incumbiu da documentação. Todos nós tínhamos passaportes espanhóis. A falsificação do passaporte era algo elementar: naquele tempo, era tão fácil que bastava só trocar o retrato. Acredito que os passaportes eram de espanhóis mortos. Eles recolhiam os documentos, mudavam o retrato e pronto.

Resolveram que nós íamos embarcar para a Argentina em um portozinho meio clandestino em Montevideú: um porto de contrabandistas. Uma lancha viria nos apanhar para irmos a Buenos Aires. Isso foi uma façanha, pois no primeiro dia fracassou, porque o barqueiro não compareceu e nós ficamos muito assustados com o negócio; no segundo dia, a lancha chegou e embarcamos, cheios de livros marxistas. Levamos uma biblioteca completa. O barqueiro disse-nos que iríamos com as luzes apagadas até sair das águas uruguaias e que depois não teria mais perigo.

Que nada!

Após navegar um pouco, recebemos uma rajada de metralhadora do guarda-costas argentino e o barqueiro se borrou todo de medo. Imediatamente jogamos todos os livros na água, pois não queríamos cair nas malhas do general Justo, que estava no poder e era conhecido tirano. Sem os livros, sentimo-nos mais livres, mas qual não foi a nossa surpresa de manhã, quando olhamos e os livros todos em torno da lancha, boiando. A correnteza não os havia levado. Estavam todos em volta.

O tal oficial argentino chamou um de nós para conversar e indicamos o Dinarte, que já estava lá e era dos mais respeitados entre nós por ser oficial do 3º RI, tenente, e que tinha uma cultura sobre a história da Argentina muito boa. Ele impressionou o oficial argentino de tal modo que este chegou a dizer que, se soubesse que nós éramos fugitivos políticos, não teria apreendido a lancha, porque achava que, afinal, tinha arranjado um problema diplomático para o próprio governo dele. Contudo, como ele já havia comunicado, por meio do rádio, a nossa prisão, assim fomos levados a Buenos Aires. Ficamos lá na Polícia Marítima, onde não estávamos bem, pois eles não possuíam instalações adequadas para prisioneiros.

Na mudança de um lugar para o outro, colocaram-nos em um carro de praça e os guardas nos acompanharam na viatura da polícia. Eles não tinham tarimba de repressão naquela época e cometiam erros básicos como esse. O Gay da Cunha, num lance de esperteza, convenceu o motorista a nos ajudar. Escreveu um bilhete e pediu a ele que levasse ao jornal *A Crítica* que era, na época, a publicação de maior abrangência naquele país e, além de ser de oposição e ter uma tiragem fabulosa, tinha uma linha democrática. A nota dizia nominalmente quem éramos e o que estávamos fazendo. Foi uma sorte grande o fato de o motorista ser um rapaz de esquerda e ter conseguido fazer chegar às mãos da redação o papelzinho que enviamos.

No outro dia, que surpresa! Estávamos na primeira página, representados em uma caricatura: nós algemados e com os pés cheios de argolas, mostrando a “democracia” do general Justo. Isso foi um escândalo na Argentina e não puderam abafar mais nossas presenças. No dia seguinte apareceram na prisão, para nos visitar, o senador Palácios, outro senador, índio da Patagônia, Bravo, e o deputado Araújo, que era o líder da União Democrática Radical e presidente da União Estudantil da Argentina. Além deles, os acompanhavam fotógrafos, repórteres e o diabo. Foi um barulhão, pois *A Crítica* aproveitou para “descer o malho”.

Mais uns dois ou três dias e fomos soltos, e então arranjaram para irmos morar num hotelzinho pequeno cujos donos eram uns espanhóis. Foi desse hotel que nós partimos para a Espanha. A saída até o navio, como seria de esperar, foi complicada. Nós éramos seguidos dia e noite, noite e dia, pela polícia argentina. Nós íamos para casa dormir, eles ficavam à porta, de sentinela; se saíamos, eles saíam atrás; se íamos para um café, eles iam para o café atrás. Aconteceu que aquele “convívio” foi fazendo com que se estreitasse nossa relação com os guardas. Logo eles perceberam que nós não éramos bichos-papões e começaram a facilitar.

Certa vez deu-se um caso engraçado e que nos confundiu: o Gay da Cunha sumiu por três dias. Todos ficamos desesperados à procura do “desaparecido”, mas, como o dono do hotel tinha uma filha muito bonitinha que se apaixonou por ele, logo ficamos mais despreocupados. Os policiais, pelo contrário, ficaram desesperados querendo saber do Gay, onde ele estaria, em que “missão secreta” teria se metido: há três dias que ele não vinha e isso era demais. Enfim, disse para que ele não se preocupasse, pois o Gay estava com a garota. Só mais tarde soubemos do que tinha realmente se passado com o Gay: ele havia embarcado para a Espanha e nem nós sabíamos.

Primeiro saiu o Gay, depois veio a nossa vez e por fim chegou o navio em que nós deveríamos ir, um barco polonês. Estávamos o Delcy, o Eny, o Dinarco e eu, éramos quatro. No dia em nós íamos embarcar, caiu um temporal na Argentina, uma coisa medonha! Podia-se beber água em pé na rua. O Delcy foi encarregado de baratinar o “tira”, convencendo-o a ir embora para casa, pois com aquele temporal o que é que ele ia ficar fazendo ali? Disse que com aquela chuvarada nós estaríamos o tempo todo no hotel, o que mais poderíamos fazer? O “tira” convenceu-se e saiu. Foi só ele virar as costas e nós corremos para o cais do porto. As malas tinham saído durante o dia, levadas por outras pessoas.

Quando estávamos para entrar no navio, percebemos que na guarita do navio estava de guarda um marinheiro que já nos conhecia da prisão na Aduana. Concluímos que o jeito era esperar a troca de guarda, pois, logicamente, seria um suicídio entrar com passaporte espanhol, passando por um sujeito que sabia que nós éramos brasileiros! Não demorou tanto, mudou a guarda e o que chegou não nos conhecia. Então entramos no navio, enfurnamo-nos no porão e não saímos mais.

A passagem era paga pelos comitês de ajuda à Espanha e recebíamos um soldo, pago em franco francês, correspondente ao posto de tenente na Espanha. Embarcamos e somente quando o navio começou a navegar é que nós saímos do porão onde ficavam os “camarotes”. Era um cargueiro, modestíssimo, tudo de terceira. Zarpado, o navio rumou para Santos e, de novo, estávamos no Brasil. A polícia de Santos não nos conhecia, mas assim mesmo nós não facilitamos. Só subíamos ao convés de noite. Quando o navio chegou ao Rio de Janeiro, então o cuidado foi redobrado, porque a polícia carioca corria o navio, verificando os documentos dos passageiros. Eles viram nossos papéis como espanhóis, com retratos e tudo mais e não ligaram os fatos. De qualquer forma, não demos moleza, sequer saímos do porão. Estava conosco um rapaz argentino que se chamava Gastón Gille, que tinha sido expulso da Escola Naval argentina e que ia também para a Espanha. O Gastón, que possuía documentação argentina, saía, baixava à terra, comprava coisas que nós precisávamos e acabou sendo de muita ajuda.

Do Rio, depois de carregado o navio, paramos em Vitória e depois no Recife, por mais tempo do que esperávamos. Passamos cinco dias no porto de Recife. Era um calor desgraçado e a gente enfiado no porão do navio. Não descemos em nenhum porto brasileiro e era sempre o Gastón que fazia nossas ligações. Além de nós, havia uns poloneses que iam também para a Espanha, como voluntários, e tinham documentação normal. No total, eram 16 poloneses. Em Recife fizeram compras e lembro-me de que compraram muito pernil para fazer sanduíche, porque a comida a bordo era terrível. De Recife o navio zarpou, indo, depois de aportar em Dacar, para Hanvege, na Holanda, com primeira escala na Ilha de São Vicente. Ao entrar no Golfo de Biscaia, pegamos um temporal tão violento, de três dias, e o navio mal vencia a luta contra a água, que vinha de todos os lados. Disseram que a embarcação chegou a andar até 6 milhas para trás. O fato é que nós tivemos de parar no Sul da Inglaterra para reabastecer de carvão, pois naquele tempo não tinha navio movido por outro combustível. Daí, com o mar sereno, fomos direto até o desembarque, em Hanvege.

Quando descemos ocorreu algo interessante, que demonstra a qualidade das ligações da política internacional daquele tempo: havia, nos esperando, dois companheiros que sabiam quem éramos, já estavam com passagens compradas, de ônibus, para nos levar a Bruxelas, de onde deveríamos seguir

a Paris, de trem. Chegando a Paris, tínhamos de ir ao Comitê de Ajuda às Brigadas Internacionais, onde deveríamos procurar Jacques de Claude, responsável pelas Brigadas Internacionais na França e coordenador do Comitê Central francês. Como De Claude não estava, apresentamo-nos às duas secretárias, que perguntaram o que queríamos, quem havia nos indicado, qual o propósito da “visita”. Logo percebemos que o Partido francês não brincava em serviço.

As duas moças acharam-nos estranhos porque, muito naturalmente, eu peguei meu paletó e descobri o forro, de onde tirei a credencial do Partido argentino dando-nos as instruções para chegar até eles. Elas riram muito, porque na França estávamos na legalidade. Elas acharam graça em nós termos de costurar a roupa para ocultar a credencial.

Em vista das credenciais, elas nos forneceram uma senha e um camarada espanhol que estava na França nos levou ao comitê médico, que ficava em um salão enorme. Quando chegamos lá, tinha gente como o diabo, todos estrangeiros, voluntários. Passamos por um rigoroso exame médico, pois quem tivesse qualquer doença que pudesse, de leve, ser transmissível ou prejudicial ao convívio com os demais militantes, era barrado ali.

Em Paris tivemos uma dificuldade com alguns colegas brasileiros que se propuseram a ir para a Espanha e que já se encontravam na capital francesa. Aliás, não eram apenas os que estavam em Paris: havia outros também que estavam em outros países e que condicionaram a ida à Espanha a alguns detalhes de ordem pessoal. Fizemos uma reunião, na qual tomaram parte o Alcedo Cavalcanti, o Carrión, o Dinarco Reis, o Dinarte da Silveira, o Eny e o irmão Delcy, o Carlos Brunswick França e eu.

O Alcedo teve uma posição estranha, contra nossa ida para a guerra. Logo ficou clara a divisão entre quem queria ir e quem não estava com a decisão tomada. Apesar de terem ido a Paris com destino à Espanha, o Alcedo e o Carrión ficaram na França. Pior ainda é que começaram a criar problemas, pois queriam certas garantias que evidentemente o governo espanhol não podia dar. Eles queriam, por exemplo, que o governo espanhol depositasse uma quantia de dinheiro como seguro para a família caso morressem ou fossem invalidados.

Os republicanos não aceitariam, pois não estavam pensando em contratar soldados, e sim em contar com voluntários que acreditavam na cau-

sa antifascista. Lembro-me que nessa ocasião o Alcedo argumentou que a situação era grave, com possibilidades de derrota, pois a Espanha estava dividida em duas zonas equilibradas e que, em vista da progressão da guerra, a República estava derrotada. Enfim, eles achavam que nós não devíamos ir. Aquela era uma decisão estranha, pois as pessoas tinham ido para a luta independentemente da certeza da vitória.

Pelo nosso lado, quem falou foi o Dinarco Reis, que era ponderado e convicto de nosso ideal. O Alcedo e o Carrión ficaram em Paris e mais tarde deixaram a causa por completo. O argumento do pessoal que não foi à luta era ridículo, pois imaginem alguém que vai para uma guerra ideológica como era a da Espanha e pede seguro de vida!

Mantida a nossa decisão, separamo-nos dos demais e iniciamos os procedimentos de viagem. Fomos à clínica e, mediante o exame, o chefe da equipe médica mostrou-se surpreso, dizendo:

– Nunca vi um grupo tão homogêneo como esse pessoal brasileiro. Todos saudáveis, fortes.

Era verdade. Todos nós éramos jovens, praticávamos muito esporte e tínhamos bom treinamento.

Dali, nos levaram para o restaurante das Brigadas Internacionais em outro prédio, num andar enorme, que era só mesa de restaurante. Deram-nos tickets e então almoçamos. Quando saímos, disse o espanhol para gente:

– Quanto tempo vocês querem passar em Paris, para conhecer a cidade?

Eu estava com Delcy, porque sempre fomos muito unidos, e respondemos:

– Queremos dia nenhum. Queremos ir embora o mais rápido possível para a Espanha.

O sujeito ficou até meio assustado, pois, apesar da atração pela cidade, não estávamos tão interessados em conhecer Paris como em ir para os campos de batalha. Mediante isso, ele comentou:

– Bom, então eu tenho de ir. Vocês vão esperar um pouco, que vou ao comitê para verificar de que maneira vocês vão entrar na Espanha. Se vão entrar legalmente ou pelas trilhas do contrabando.

Quando ele voltou, avisou-nos que íamos entrar legalmente porque todos estávamos com passaportes espanhóis. De Paris, compraram passagem para nós, para Perpignan, na fronteira com a Espanha, bem na base dos Pirineus. Puigcerdá é uma cidadezinha contínua a Perpignan e bastava atra-

vessar o túnel que estaríamos na Espanha. Na estação notava-se a presença da quinta-coluna francesa, que havia destelhado a estação. Botaram um telhado de vidro e uma cruz vermelha do tamanho de um bonde em cima. De noite, eles acendiam aquilo. A aviação inimiga chegava, não precisava fazer mira nenhuma, pois sabia que a poucos quilômetros adiante era só largar a bomba, que cairia em Puigcerdá.

Quando chegamos a Puigcerdá, foi só atravessar a fronteira, andando uns 500 metros de trem. Lá, o capitão, o comandante da base, recebeu-nos muito cordialmente. Entregamos nossos passaportes, ele se recolheu e disse:

– Daqui em diante, vocês podem retomar a identidade de vocês.

Ele esteve conosco um pouco, tomou um gole de vinho como se fosse uma saudação de boas-vindas. Depois chegaram oito rapazes da Deca, Defesa Especial de Cañones Antiaéreos. Congratularam-se conosco, tomamos mais vinho e ficamos até bem tontos. Perguntaram muitas coisas do Brasil e até ficamos perplexos, pois eles estavam bem informados da situação do nosso país.

Em seguida fomos para Figueres de trem, o qual fez uma escala no meio do caminho e, por acaso, encontrei-me pela primeira vez com o companheiro Apolônio de Carvalho. Eu estava com o pessoal da artilharia, não sei fazendo o que. Em Figueres, passamos uns dias danados. Lembro-me que, como o Dinarco, estávamos todos irritados. Estávamos na Espanha em guerra, sem fazer nada, enchendo colchão de palha.

Nisso chegou pela manhã o comandante da Brigada Internacional, da 12ª Brigada italiana, Garibaldi, e mediante nossa insatisfação perguntou-me se queríamos ir para a Brigada Lincoln, americana, ou para a Garibaldi, italiana. Nós, na mesma hora, respondemos que optávamos ir para a italiana, que não queríamos nada com a brigada americana porque tínhamos o problema do idioma, etc., e em italiano a gente sempre “desaperta”, é língua latina e todos nós já dominávamos, mais ou menos, o espanhol.

Fomos para a Garibaldi, levados de caminhão até um *pueblo* chamado Bessalú, onde estava sediado o 2º Batalhão de Instrução da 12ª Brigada. Quando chegamos lá, um oficial encarregado da instrução, um oficial iugoslavo, que para nós se chamava Antônio, afeiçãoou-se à gente e passamos a ver nele um grande amigo. Ele falava espanhol correntemente e, ao ver nossa folha de informações, perguntou se a gente queria ajudar no treinamento do

2º Batalhão. Convidou o Delcy, a mim, um ou dois rapazes mais e fomos, cada um responsável por uma companhia. Ao cabo de 15 dias, o batalhão estava em condições de ir para as frentes, ou pelo menos estavam afiados na ordem unida.

O material de guerra nas Brigadas Internacionais era basicamente soviético. Eram as únicas unidades, eu acho, que na Espanha tinham material soviético. Às vezes nós também usávamos o material conseguido do inimigo e, nesses casos, eram armas dos italianos e alemães. Quando dominávamos um grupo inimigo, a gente recolhia o material. Isto se deu com fatura em Guadalajara, onde foi batida uma divisão italiana e eles largaram até as botinas para correr. Nós, de qualquer forma, tínhamos de treinar o pessoal com todos os recursos e para todas as circunstâncias, mesmo sem ter ainda participado diretamente de combates.

Treinávamos o pessoal em uma espécie de fazenda com uma casa antiga, grande, e que tinha um campo enorme em frente. Nesse lugar, apareceu o comandante da Brigada, Ninno Nanette, chefe do Partido Socialista italiano e que foi ironicamente o único socialista que vi na Espanha, brigando de verdade. Ele, contudo, estava-se despedindo, pois ia ser substituído no comando e houve uma cerimônia de reconhecimento. A solenidade se repetia, não sei se pela terceira, quarta ou quinta vez, condecorando a bandeira da Brigada pela bravura coletiva.

Depois desse fato, de condecoração da bandeira, houve uma chamada individual para o Delcy, para mim e para outros dois companheiros, para sermos premiados pelo trabalho que tínhamos feito no treinamento do 2º Batalhão. Nosso prêmio era mais honorífico do que qualquer outra coisa. Eu, por exemplo, ganhei um cachimbo todo trabalhado, nada de grande importância material, até porque eu não fumo. Guardei-o com carinho, mas o perdi no Rio Ebro, para onde fomos mais tarde, incorporados à Brigada.

Quando chegamos lá, à noite, recordo-me que nós tivemos de passar por um caminho apertado e perigoso entre a trincheira, a artilharia e, do outro lado, o inimigo. Eu sei que, dois ou três dias depois, na Brigada Internacional, na qual 80% eram comunistas, nós resolvemos fazer crítica ao processo de travessia e de chegada à unidade. Considerava ser melhor, em vez de marcharmos paralelo às linhas, atravessar perpendicularmente, posto que isso ofereceria muito menos risco. Se os postos de observação inimiga

detectassem a nossa chegada, poderia haver um ataque com consequências fatais, porque os soldados vinham desarmados e o caminho atravessava as trincheiras. E, às vezes, a artilharia dava um tiro de inquietação. Só mesmo por muita sorte não tivemos baixas.

Eu fiquei na 2ª Companhia do 2ª Batalhão. O Delcy foi para a Companhia de Metralhadoras com o irmão. O Dinarco e o Jobim passaram para a 3ª Companhia. Soubemos, por essa época, de uma história estranha que corria: diziam que os americanos tinham feito uma sabotagem ao governo republicano oferecendo voluntários, pilotos aviadores, que pegaram nossos aviões e desceram no campo dos fascistas. Não se sabe se isso era verdade ou não. De qualquer forma, foi baixada uma ordem que determinava que nenhum estrangeiro poderia mais ir para a aviação nem dirigir tanques. Só poderiam servir na infantaria.

Tempos depois, aconteceu um fato que eu acho que foi o único na Espanha: um sargento italiano muito meu amigo, chamado Rossi, pegou-me pelo braço e alertou:

- Você leu a ordem do dia hoje?
- Não. Não, ainda não vi.

Qual não foi a minha surpresa quando verifiquei que tinha de me apresentar à Escola Popular de Guerra. Aquilo para mim foi uma revelação, porque era proibido estrangeiro participar de um escalão desse. Eu fui para o curso e consegui ser o classificado em primeiro lugar da turma, com média 9,9. Mais tarde, o comandante veio justificar que me deu 9,9 porque não tinha nenhum espanhol com nota boa, e ia ficar muito ruim se ele me desse um 10. Então, convidou-me para ser instrutor da Escola de Topografia e Material, mas o comandante da Brigada não deixou, alegando que a Brigada tinha tido muitas baixas em seus quadros e que eu fazia falta. Teria, então, de voltar e retornei à Escola Popular de Guerra, na qual fazia o curso de dia e, de noite, ia para a trincheira. Escurecia, eu estava na trincheira.

No último dia de aula, de curso, o Delcy foi visitar-me e por coincidência veio um raio de um Pava – nós chamávamos de Pava aqueles aviões de bombardeio muito grandes que tinham os espanhóis. Eu achava que os nossos aparelhos estavam mal localizados. Sabem como é, a gente acaba por desenvolver uma sensibilidade na situação de guerra. Nós estávamos no eixo de voo e, percebendo o que se passava, disse:

– Olha, os nossos aviões estão no eixo de voo dos inimigos. Temos de ter cuidado porque senão eles vêm bater aqui.

Foi eu falar e começarem a estourar bombas em frente aos nossos Pavas, aeronaves que tínhamos tomado dos inimigos. Mais ainda: logo em seguida, arreventou uma em cima da escola. Por sorte, nós corremos para baixo da escada a fim de nos proteger. Era uma daquelas escadas de madeira grandes, comuns em prédios antigos. Eu e Delcy ficamos abrigados ali até caírem os escombros, só depois é que a gente saiu, com aquela poeirada danada por cima de nós. Corremos para a rua atrás da escola, e da rua em diante era uma plantação de oliveiras. As oliveiras são relativamente fechadas e poderiam nos esconder. Ficamos lá parados, esperando serenarem as coisas, pensando para onde é que nós poderíamos ir. Felizmente, ninguém saiu ferido.

Particpei da grande Batalha do Ebro, na qual, aliás, fui ferido porque tinha saído das trincheiras para dar instruções aos padioleiros. Eu era uma espécie de comandante, ainda que não tivesse galão nenhum.

Engraçado: de todos nós, somente eu tinha saído da Escola Popular de Guerra e, portanto, teria méritos oficiais para ser graduado, mas para nós o que valia mesmo era o ideal. Não dávamos nenhuma importância para esse negócio de galão. Todos achávamos que quem tivesse capacidade, mandava, quem não tivesse, não mandava. Aconteceu que o comandante teve muita confiança em mim. Acho que foi porque uma vez houve um alerta de noite, avisando que o serviço de informação anunciara que possivelmente haveria um golpe em nossas posições e, para a defesa, instalou uma metralhadora num ponto que me pareceu equivocado. Atrevido, fui e corrigi, tirei a metralhadora daquele lugar e botei em outro, para dar melhor campo de tiro. Sem saber quem tinha feito aquilo, ele perguntou:

– Quem tirou isso aqui?

Eu expliquei as razões e, daí em diante, tenho a impressão de que ele percebeu minha capacidade e passou a me prestigiar mais. Em relação a essa metralhadora que eu mudei de posição, aconteceu uma coisa engraçada: tinha um rapaz, que nós chamávamos de “Maria Lô” porque ele fazia muita paródia daquela musiquinha e, com um troço de palha na cintura, dançava, cantava. Pois bem, esse rapaz, na noite em que nós estávamos em alerta máximo, tomou um porre e dormiu em cima da metralhadora. Ele era muito meu amigo, mas eu não tive outro jeito: mandei substituí-lo na me-

tralhadora, chamei uma patrulha e enviei-o para o comando. Era espanhol, dos poucos na Brigada, e por isto foi levado para a retaguarda, preso e nunca mais tive notícias dele. Nesses casos, na Brigada, eles fuzilavam. Imaginem se houvesse mesmo o golpe, ele, bêbado, ia ser uma desgraça. Nós só podíamos tomar vinho na hora das refeições, e era apenas um caneco no almoço e outro no jantar. Não sei como ele conseguiu encher um cantil, onde ele arranjou o vinho. O vinho espanhol é muito forte, então às vezes a gente se engana, toma mais sem querer. Não era de propósito ou para se embriagar, entende? Além do mais, deve-se compreender a tensão.

No Ebro, ferido, fui para o hospital, atingido por um morteiro que me pegou na base direita do pulmão e no pescoço. Ainda tenho dois pedacinhos desses estilhaços no corpo. O ferimento foi tamponado logo, mas o que me assustou não foi o do pulmão, porque vi que o ferimento estava localizado, mas no outro, contudo, o sangue esguichava feito pescoço de galinha quando a gente corta. Na hora fechei o buraco com a mão e, quando os padioleiros vieram, amarraram firme e assim fui até o hospital. Depois o pulmão foi indo, fechou. Havia um médico austríaco que recomendou que não fossem extraídos os projéteis, principalmente o do pulmão, pois, como eu não fumo, não haveria maiores inconvenientes. No caso do pulmão, eu tive muita sorte, porque a bala entrou, no máximo, um centímetro à direita da coluna; fosse um pouquinho mais, teria seccionado a coluna.

Fui atendido primeiro no socorro da própria Brigada, no campo. Levaram-me a uma tendinha e quem me socorreu foi um estudante de Medicina, aprendiz ainda, que queria meter um estilete em minhas costas para saber até onde estava a bala. Aí eu achei ruim. Ele, então, transferiu-me para um hospital de campanha, onde passei dois dias. Era um hospital de lona, onde aconteceu um fato que eu nunca tinha visto: éramos dois feridos, um camarada e eu. Ele estava crivado de estilhaços de bomba por todo o corpo. Seu estado era realmente ruim. Num repente, o sujeito virou-se para mim e disse, em espanhol:

– Camarada, estou agonizando.

Virou para o lado e morreu. Isso me causou um choque danado!

No dia seguinte, fui levado para o hospital de Farnes de la Selva, que era o hospital-base das Brigadas Internacionais. Quando cheguei, encontrei na porta de entrada o líder dos poloneses, o mesmo “cara” que tinha viajado co-

nosco no navio que nos levara da Argentina. Ele trabalhava viajando como comissário político do hospital e estava-se restabelecendo de um ferimento. Ao me ver, disse:

- Você está ferido onde? Na barriga, no estômago, no fígado?
- Não. Na barriga eu não tenho nada.
- Então, vamos tomar um vinho.

E trouxe um canecão de vinho, e eu de barriga vazia. Fez-me tomar tudo e então eu arriei como uma pedra. Fui carregado para a cama, na enfermaria, pois não podia mais andar. Eu estava de estômago vazio e só podia ser deitado de barriga para baixo, pois as costas ainda doíam muito.

No hospital em que eu estava tudo funcionava bem. Inclusive o polonês, esse que era comissário de hospital, quando cheguei ferido fez uma recomendação ao pessoal, dizendo que eu precisava ser tratado com muito carinho porque era um quadro importante para o Partido brasileiro. Eu só soube disso depois. O fato é que eu realmente tive a assistência da enfermeira-chefe, que volta e meia estava no meu quarto, assistindo-me. Ela chamava-se Espanhanielo, era uma enfermeira diplomada. Quando tive alta e ia sair do hospital, ela chorava tanto que parecia que eu era uma pessoa de sua família. Quando me deram alta desse hospital de Farnes de la Selva, fui para um outro, onde eu encontrei Delcy e Gay da Cunha, ambos feridos. Imaginem a cena: fui ao banheiro, estava lavando o rosto e encontrei o Gay, e disse:

- Uai, está ferido?
- Sim senhor, estou ferido.

O Gay estava ferido na nádega com um estilhaço de morteiro que o pegou atingindo o nervo ciático, comprometendo a ponto de fazê-lo mancar muito.

Nesse hospital conhecemos um português muito engraçado, que também cuidava de um ferimento. Esse “cara” contava que fora à Espanha para trabalhar, pois, em Portugal, Salazar abrira uma agência de emprego que recrutava pessoas para o lado nacionalista. Assim, eles mobilizavam a população, os civis desempregados, para irem à Espanha. Os portugueses serviam para suprir a mão de obra na retaguarda, em trabalhos na Espanha. Ele, como tantos outros, apresentou-se como voluntário. Foram caminhões de portugueses para lá e, quando chegavam, tiravam as roupas deles, metiam

a farda e os jogavam para lutar na frente. Pois bem, esse português chamava-se Manoel e era muito engraçado. Ele passou para as nossas linhas, conseguiu fugir, mas na corrida levou um ferimento grande na cabeça. Levou 13 pontos. O engraçado é que o governo de Negrin tinha baixado os célebres “13 pontos para ganhar a guerra” e ele dizia, brincando, que os pontos eram tão complicados que a única maneira de ele entendê-los foi costurando-os na cabeça. Nós ríamos muito com o Manoel! O Delcy gozava muito o português.

Mas ainda quero contar que, quando eu estive em Farnes, no hospital, havia um rapaz que estava no mesmo quarto que eu, um holandês do Partido Católico holandês. Os católicos holandeses mandaram muitos voluntários para a Espanha. Ele estava crivado, mas crivado mesmo, de estilhaços de bomba. Eu me recordo que, quando eu passei para o quarto dele, o coitado não podia beber água porque estava com os lábios cheios de gaze. De vez em quando, vinha a enfermeira e molhava a língua do coitado. Uma noite, acordei com ele debruçado por cima de mim, querendo pegar a água que eu tinha na cabeceira da cama. Tomei um susto danado porque estava dormindo. Gritei. Veio a enfermeira, veio todo mundo, pegaram o holandês, amarraram-no na cama. Coitado! Ele ficava chamando:

– Camarada, camarada.

Ainda ouço sua voz.

Deve ser uma coisa monstruosa alguém ter sede sem poder beber. No dia seguinte, ele foi removido para outro hospital para ser operado, mas morreu. Aquela sensação, aquela voz, aquilo tudo me ficou na cabeça! Levei três dias acordando, sentindo-o em cima de mim. Se eu fosse espírita, eu ia dizer que estava pagando alguma pena. Sentia perfeitamente o peso dele em cima da minha cama, querendo apanhar a água na cabeceira.

Desse quarto, fui transferido para um outro no qual só havia mais um companheiro, um austríaco chamado Francisco, um rapaz alegre, bem humorado. Esse moço era o chefe de uma equipe que tinha por missão interceptar os correios fascistas na retaguarda, trabalhava como guerrilheiro. Foi o único sobrevivente da equipe, passou três dias dentro do Rio Ebro, respirando, de dia, por canudinho, pois ele ficava enterrado na terra e à noite é que ele botava a cara para fora. Parecia coisa de cinema. No fim do terceiro dia, os fascistas acharam que ele tinha morrido e o largaram. Ele, imagine,

atravessou o Ebro até nossas linhas. Estava com uma pneumonia dupla, mas já convalescendo. Esse Francisco era um grande tipo, um herói anônimo.

Depois que recebi alta para ir ao hospital onde estavam Delcy e Gay, nós fomos desmobilizados, porque aí já estava no governo Prieto que, para mim, foi um dos maiores bandidos da Espanha republicana. Ele foi o socialista mais bandido que eu já vi. A primeira coisa que fez ao assumir o governo no lugar de Negrín, foi determinar que as Brigadas não podiam mais ter comissários políticos.

Logo depois disso, entrou em conchavo com a Liga das Nações para retirar as Brigadas Internacionais da frente de luta. Em contrapartida, os italianos e alemães, supostamente, iriam fazer o mesmo. Tínhamos certeza de que iríamos sair e que os alemães e italianos nem dariam atenção, como, aliás, nunca deram bola para tratado nenhum. E foi o que realmente aconteceu: foram retiradas as seis brigadas da Frente, abriu-se uma brecha tremenda, enfraquecendo muito as linhas republicanas, e eles continuaram.

Nesse lapso de tempo, começaram a pressionar certas Frentes. Ameaçaram Barcelona. Foi quando chegou André Martí, um dirigente da Brigada nesse pueblo onde estávamos, e disse que precisava de voluntários para defender Barcelona. Nós já estávamos desmobilizados, mas mesmo assim me apresentei na hora, juntamente com Assis Brasil e Capistrano. Contudo, nós não chegamos a ir a Barcelona porque antes, no meio do caminho, os inimigos já haviam conseguido romper nossas linhas. Ficamos defendendo outras posições.

O final da nossa participação na guerra da Espanha foi dramático. Mantivemo-nos combatendo sempre, mesmo sabendo da gravidade da situação, das poucas chances para reverter o quadro. Lembro-me que estávamos cercados nos altos de Cassar de la Selva, onde ficamos sediados por cerca de três dias. Neste episódio, estava com uma metralhadora pesada nas mãos e vi uma infiltração à nossa direita, um contingente muito grande de fascistas. Vi também, no fim dessa marcha que eles estavam fazendo a pé, um carro preto. Olhei bem, calculei a distância e pensei: “Deve ter uns dois mil metros de distância entre nossas posições e eles. Dois quilômetros.”

Botei alça dois mil na metralhadora e mandei brasa no carro. Acertei! Quando o carro parou, as portas se abriram, duas para cada lado, mas só um fulano saiu. Não sei se os outros ficaram feridos dentro do carro. É possível

que sim, porque os fascistas não usavam um carro só para o motorista. Devia ter mais pessoas dentro do carro que, como não correram, devem ter sido mortas. Tentei pegar mais gente no plano, mas não consegui. Eles responderam com um fogo de artilharia desgraçado em cima de nós. Uma granada estourou debaixo da metralhadora onde eu estava, mas, por sorte, entrou na terra. O estalo lançou a metralhadora e eu para trás. Fiquei apalermado por um bocado de tempo, pois ela explodiu bem embaixo. Se pegasse um pouquinho para cima, meio metro que fosse, estaria esbagaçado. Não tive sequer um arranhão, nem a metralhadora foi quebrada. Ela só voou junto comigo.

Nessa tarde recebi, com surpresa enorme, um papel do comandante da Brigada. Eram poucas linhas, duas ou três só, datilografadas, dizendo que quem se retirasse da posição sem a presença do comandante seria fuzilado. O ajudante de ordens do comandante trouxe essa tal folha para eu assinar. Fui o primeiro a fazê-lo e então percebi que a situação era gravíssima, claro. Isso nunca havia acontecido. Quando estava começando a cair a noite, o comandante chegou junto à minha posição em companhia de um ajudante dele e disse-me para acompanhá-lo e ordenou:

– Tire uma companhia a fim de romper o cerco em que nós estamos há três dias, porque nossas provisões acabaram. Não temos mais alimentos, não temos nada.

Porca miséria, pensei: romper um cerco fascista não é fácil. Eu me vi morto naquela hora, mas recebi a ordem e fui ao batalhão que estava formado e, em vez de tirar uma companhia, eu disse somente para o pessoal:

– Estamos cercados. Preciso tirar uma companhia e só quero voluntários.

Todo mundo avançou. Não ficou ninguém. Fiquei emocionado. Acho que foi a maior prova de valentia, coragem e coerência que vi em toda a minha vida militar. Todo o batalhão queria vir, todo mundo queria participar. Era uma turma muito boa, de cerca de 400 pessoas. Fiquei muito orgulhoso da companhia, pois eu mesmo a formei. O único oficial que escolhi para ser meu ajudante nessa façanha foi um tenente italiano que era muito bom rapaz.

Havia um caminhão nosso cheio de material bélico e sobre ele o comandante sugeriu que o pessoal pudesse apanhar o material que quisesse, pois havia muita granada. Gostávamos de usar granada porque os fascistas não eram muito bons na luta corpo-a-corpo e nós tínhamos mais garra

para a pessoal. Na ocasião eu usava um cinturão, desse tipo que se usa no Exército, de lona verde, e sei que pendurei granada em toda a volta. Fazia um peso desgraçado.

Começamos a marcha. Estabelecemos a estratégia e o comandante deixou o campo livre para seguir. Eu, em vez de ir para a estrada, em direção ao vale, fui para a direita, em direção à mata. Começamos a andar assim que escureceu. Dividi a companhia em três colunas e ia na do meio, fazendo ponta de lança. Estávamos próximos uns dos outros, pois não podíamos andar muito longe para que a gente não se perdesse naquela escuridão terrível. O comandante havia colocado dois “cavalerianos” à nossa disposição para efeito de contato, e assim chegamos a um riacho. Em vista da corredeira, ordenei que, mesmo com o risco, eles atravessassem. Era bastante perigoso, mas como não tínhamos outra saída, fomos. A água dava quase no tórax nosso. Atravessamos dois riachos, esse e um outro ainda mais profundo, com água até o pescoço, as armas levantadas, apoiadas na cabeça.

Isso se deu em pleno inverno: era a água gelada dos Pirineus, mas, apesar disso, ninguém nem reclamava. Entramos na água, saímos do outro lado. Cruzamos os dois riachos, as duas corredeiras, andamos muito, até que avistamos uma casa. Mandei, então, o contato para frente, gritando lemas fascistas como “Viva Franco”, para ver se nós estávamos cercados ali. Como ninguém respondia, mandei o pessoal ir em frente. Andamos a noite inteira, sem descansar um minuto sequer. Por volta das 8 horas da manhã do dia seguinte, numa serração terrível, chegamos ao fim da mata, num trigal. Ao desembocar no campo de trigo, era possível ouvir o barulho de armas de um grupo que estava à nossa frente. Avancei com umas poucas pessoas e, como era costume, pediram a senha para nós:

– Não tenho senha. Somos da 12ª Brigada, da Garibaldi – respondi.

Não sabíamos se eram fascistas ou aliados. Claro que eles deviam saber que havia tropas nossas na retaguarda, mas não identificavam, também, de que lado era. Estávamos ali, esperando que fossem sair os fascistas, até que, por fim, verifiquei que os “inimigos” eram os “nossos”. Foi uma confraternização só e, por fim, pudemos descansar.

Entramos no trigal, saímos numa estradinha e, quando era por volta de meio-dia, sob um sol danado, eu estava descansando encostado no barranco, chegou um ajudante do comandante dizendo-me:

– Olha, o comandante pediu a sua promoção a capitão. Você tem que ir ao comando da 5ª Divisão.

– Eu não vou lá não. Nós não estamos combatendo aqui para resistir? Fica assim mesmo. Deixa como está.

– Faça como quiser, mas saiba que você foi promovido a capitão.

No dia 9 de março de 1939 nos rendemos, fomos a última unidade republicana a deixar a Espanha. A artilharia, onde estava o Apolônio, saiu antes, no mês de fevereiro.

A história da retirada é ainda pouco explicada e há até quem culpe os comunistas, imaginem. A propósito, lembro-me de um livro, do general Vicente Rojo, que era comandante-chefe do Exército da Catalunha e que, inclusive, foi chefe do Estado Maior de Miaja, no qual reconhece que, apesar de ser católico praticante, havia algumas tarefas difíceis que tinham de ser entregues aos comunistas, senão não seriam cumpridas.

Para ilustrar o esforço do pessoal, vejam, por exemplo, o caso das línguas que falávamos: o espanhol era a referência e, no caso da nossa brigada, os italianos tinham alguma facilidade por ser um idioma latino, mas “italianado” também, um pouco de português, francês, inglês. O importante é que nos comunicávamos em favor do ideal antifascista. Era nesse sentido que havíamos abdicado de muitas coisas boas da vida e entregado os melhores anos de nossa juventude.

O mesmo espírito de luta e de aceitação dos limites de uma guerra como aquela podiam ser percebidos em face da aceitação do problema da alimentação, que, aliás, era muito difícil, pois havia prioridades para as Forças Armadas. Nós, de regra, recebíamos ou lentilha ou macarrão, ou *garbanzo*, um tipo de grão-de-bico, ou arroz. Tudo era precário: o arroz, por exemplo, vinha empapado e não era sopa nem arroz, era o que eles chamavam de *cucharón*. A comida era para encher a barriga, não para alimentar ou dar prazer. A única coisa de que tenho saudade, em termos de alimento, é que na ração diária tinha um pãozinho que, apesar de ser pouco, era muito bom, de trigo puro.

Divertíamos-nos pouco. Certo dia nós fomos até Barcelona, onde passamos dias bem agitados. A ideia era ir para descansar um pouco, mas ocorreu algo bem diferente. O Costa Leite apanhou-me no hospital juntamente com o Delcy e mais alguém. Lá passamos três dias. Nesses três dias que passamos em Barcelona, pouco deu para conhecer, porque chegamos em meio a

um bombardeio que não dava para aguentar. Os inimigos vinham, atiravam bomba, caísse onde caísse.

Naquele tempo, eles usavam muitas bombas de mil quilos, que eles chamavam “arrasa quarteirão”. Aquilo batia num edifício, cortava de cima a baixo. Nós estávamos instalados em um edifício de nove andares e nossos aposentos eram no terceiro pavimento. Recordo que deram o alarme várias vezes e, por fim, desisti de ficar lá e disse:

– Eu não vou ficar subindo e descendo escada, para baixo e para cima, porque eu não aguento.

Eu estava em convalescença, ainda fraco. Pensava que seria muito azar se caísse uma bomba em cima de onde nós estávamos. Felizmente, isso não aconteceu. A artilharia republicana batia muito e os inimigos tinham de voar alto demais. Eles procuravam alvejar o porto, os prédios públicos e os arsenais.

Além disso, principalmente no final da guerra, o convívio dos comunistas com os anarquistas não era bom. Sabem, na Espanha, a ordem nas Brigadas, no final, era de afastar completamente os anarquistas e os trotskistas, que tinham critérios próprios de procedimento. Havia até fuzilamento entre as partes. De nosso lado, fazíamos fuzilamentos também porque tinha sido divulgado que eles sabotaram a defesa de Madri. Quando nós mais precisávamos de material em Madri, eles estavam escondendo a munição. Os anarquistas, sobretudo no começo, quando identificavam uma unidade comunista em combate, deixavam o camarada se exaurir para depois entrarem em combate. Os comunistas, não: se eles estivessem lutando, nós entrávamos e íamos ajudá-los. Além do mais, os anarquistas projetavam uma ideia negativa dos republicanos: na Catalunha, por exemplo, o que tinha de padre ou freira os anarquistas pegaram. Pegaram e os sacrificaram de várias formas. Nós tivemos uma cidade lá, um *pueblo*, que diziam que o padre havia morrido de medo porque, quando viu os anarquistas chegando, atirou-se do campanário da igreja.

Independentemente dessas situações, entre nós brasileiros teceu-se uma amizade muito forte. Só nos encontrávamos na guerra, por acaso, porque servíamos em unidades diferentes. Na 12ª Brigada, éramos quatro brasileiros. O Apolônio estava na artilharia, no Exército espanhol mesmo. Havia outros que residiam lá e eu mesmo conheci um, por exemplo, que morava na Espanha e que acabou voltando conosco. Não me recordo do nome dele,

lembro-me que era um rapaz que tinha uma voz linda e que cantava muito flamenco. Ele nos divertiu muito na viagem de volta, de navio.

Além deste caso, havia também um brasileiro que foi daqui, um tcheco, Jorge Setler, que foi comissário político lá, e parece que hoje está na ex-Tchecoslováquia. A mãe dele morava em São Paulo, e ele estudou no Pedro II. Sei que ele teve uma posição de destaque na ex-Tchecoslováquia, tendo chegado a trabalhar no Ministério da Cultura.

Uma vez, relacionei 16 brasileiros que estiveram na Espanha. Diz o Apolônio que eram 19 ou 20, mas eu não os conheci todos. Além dos brasileiros, o relacionamento com os outros latino-americanos era bom. Tivemos bom contato com os cubanos e com os mexicanos. Quando eles foram desmobilizados, vieram para o mesmo *pueblo* que nós. Mas, a boa convivência dos cubanos não era com todos. Quando estávamos de oficial de dia era um problema desgraçado, sempre tinha prato de cubano agredindo americano e vice-versa. O cubano olhava para o americano e, quando a gente via, o prato voava e aí o tempo fechava.

Mais do que pelos detalhes, pelo todo, e apesar de não termos ganhado a guerra da Espanha, acho que minha vida militar pode ser dividida em duas partes: antes e depois da ida a Espanha. Foi uma experiência intensa que combinou habilidade profissional, ideal de luta, convívio com pessoas do mundo inteiro ligadas a uma causa coletiva. Sobretudo, aprendi o que é o respeito pelo coletivo e o espírito de colaboração.

Um dos grandes problemas da guerra era a solidão, a distância dos familiares. Eu não escrevia para ninguém. Nós não tínhamos relacionamento com a retaguarda porque, por incrível que pareça, na frente nós estávamos mais seguros, pois não havia bombardeio. Paradoxalmente, parece que o serviço de correio funcionava. Eu recebi, por exemplo, uma carta de uma moça que usou apenas o meu nome e o número. Cada unidade tinha seu número, colocava-se o número, o nome e só: não se podia dizer a localidade em que se estava por questões de segurança. Lembro-me que também recebi uma vez uma carta do Roberto Morena, que estava em Madri. Nem sei dizer como aquela carta chegou às minhas mãos. Perdi essa carta no Ebro e foi uma pena, porque era um pedido para que interferíssemos para ele ficar junto conosco. Infelizmente, nós não tínhamos força política para isso. Nosso prestígio era, quando muito, militar, mas força para deslocar alguém de um setor para outro, não. Nem tentamos.

Depois da desmobilização, fomos para a França. Saímos por Perpignan. Entregamos o armamento. Eram pilhas de armas dadas ao governo francês. Quando chegamos à França, na fronteira, vimos centenas de vagões com material e alimento, mandados da ex-União Soviética e de outros países como ajuda estrangeira. Todo este material, o governo francês não deixara passar para a República: bandidos, criminosos!

Recordo que descobrimos um vagão carregado de leite condensado. Nessa ocasião, apanhamos algumas latas e pudemos tomar leite à vontade. Não tínhamos comido nada, estávamos que era uma fraqueza só, eu e todo mundo. Enchemo-nos de leite condensado. Quando saímos, formamos na fronteira. O Juan Modesto fez um discurso de despedida e André Martí também fez uma alocução muito bonita. Cantamos a Internacional emocionados, teve camarada que chegou a chorar. A gente ainda com armas na mão, julgando-nos impotentes para superar aquela situação humilhante. Depois de ter dado o suor pela causa, marchamos até Saint Cyprien Sur le Mer. Mas estávamos derrotados!

Quando chegamos ao campo de concentração, não havia abrigo para nós. Ficamos ao relento. Fizemos uma trincheirazinha de uns 50 centímetros para nos proteger mais ou menos porque ali ventava muito, fazia um frio desgraçado, e ficávamos todos juntos para nos abrigar do vento e da areia. É claro que a comida era deficiente: só uma sopa, muito da vagabunda, que vinha uma vez por dia.

Certa feita, recordo, um burro encostou na cerca e os italianos passaram a mão nele e o transformaram em mil bifés. Até eu ganhei um pedacinho, mas pagamos caro, pois o campo era guardado pelos soldados senegaleses, pessoas que de gente só tinham a forma. Qualquer errinho, e eles mostravam que eram violentíssimos. Atiravam mesmo. Nós não podíamos chegar a 10 metros da cerca, depois disso.

Lá estavam: Gay, Delcy e Jobim. Um dia chegou o embaixador brasileiro e disse que ia tirar o Gay porque ele havia sido ajudante de ordens do Oswaldo Aranha. O Gay disse que só sairia se saíssem os outros junto. Dois dias depois, voltou o embaixador dizendo que tinha ordem do Ministério das Relações Exteriores para nos retirar, todos. Decidimos entre nós que só sairiam os que já tivessem sentença. Saímos: Delcy, Jobim e eu. Os que não tinham processo, que não estavam condenados, ficaram por ser mais seguro, porque se viessem aqui, seriam condenados na certa.

Ele nos levou para um hotel de luxo em Perpignan, onde ficamos com as delegações das diversas embaixadas, inclusive a da Liga das Nações, que estava toda ali. Em seguida, embarcamos para Marselha e pegamos, de volta, o Mendoza, um navio francês que nos trouxe para o Brasil.

Aqui chegamos e eu, por incrível que pareça, fui o único a não ser preso na saída porque, naquele tempo, a Marinha tinha muita força e eu tinha um parente de meu cunhado, um primo-irmão dele, que era oficial de Marinha. Fardou-se e foi me buscar a bordo, arriscando-se, inclusive. No portalo, abertura localizada no costado da embarcação, a polícia queria saber quem eu era, e ele disse algo assim:

– Tá comigo.

E eu fui saindo, o sujeito nem deu bola porque eles não queriam conversa com a Marinha. Mas a alegria durou pouco, porque me pegaram um mês depois em um apartamentozinho que me deram para morar. Pegaram-me porque um companheiro tinha guardado meu endereço no bolso e, como foi preso, identificaram-me. Fiquei apenas um mês preso, e me soltaram.

Acredito que todas as minhas atitudes podem ser explicadas pela minha opção política. Se a ida à Espanha dividiu minha vida em um antes e um depois, o ingresso para isso se deve à minha entrada no Partido. Eu tinha uma posição revolucionária marcada desde minha participação depois de 1932, mas era uma atitude, vamos dizer, instintiva quase.

Liderei uma greve no Espírito Santo, no fechamento da Aliança Nacional Libertadora, e muito me orgulho disso, pois esse foi o único estado do Brasil que respondeu ao decreto do governo com uma greve geral. Isso foi a um ponto em que o governador chegou a não ter motorista para sair, pois até este havia entrado em greve. Mesmo esta façanha não revelava ainda o amadurecimento que vim a ter depois de atuar em um movimento em nível internacional.

Eu tive contatos pessoais com o Prestes principalmente depois de 1964, 1968. Antes disso não, porque na década de 1930 eu era muito garoto e, além disto, quando arrebentou a Revolução de 30 eu estava em Vitória. Mas, desde que comecei a tomar consciência das coisas, sempre fui prestista, sem ser desses que ficavam apregoando os contatos, as amizades importantes, nem nada. Eu não, sempre fui muito independente.

Depois da guerra da Espanha, voltei mais crítico, pois eu aprendi a analisar melhor as coisas e passei a ter uma escala mais ampla para medir os

problemas brasileiros. Foi na Espanha que entendi o sentido da participação política. Isso porque lá se faziam reuniões e todos criticavam tudo e atacavam os que tivessem cometido erros. Podia ser comandante, soldado ou o que fosse: fez besteira, era criticado publicamente, mas uma crítica construtiva. E eu cheguei aqui com esse espírito de não ser cordeiro, e, por isso, o Partido me discriminou violentamente. Não me aguentavam porque, quando eu via bobagem, punha a boca no mundo. Não concordava que as coisas viessem prontas sem debates anteriores.

No Brasil mantive-me ligado ao Partido. Eu era rebelde, mas em permanente contato com o Partido que, nessa época, no início dos anos 1940, ainda estava na ilegalidade. Tive de meter a cara para trabalhar e um médico amigo meu conseguiu um bico para eu ser inspetor de uma companhia de seguros, mas passei pouco tempo nisso porque eu não dava para esse serviço: sempre que eu discutia com o segurado, acabava dando razão a ele.

Quando eu fui convidado para entrar no Partido já era segundo-tenente, mas não segui a carreira. Pedi baixa. Acho que eu só continuaria militar num Exército popular. Essa coisa de bater calcanhar para os outros não era muito do meu feitio, não. Sempre fui meio rebelde.

Com um determinado sujeito, o Ivan Ribeiro, tenente aviador, tive até um caso interessante. Houve um ato do Partido Comunista em que eu perguntei por que eles, ao terminarem as reuniões, não cantavam a música da Internacional em vez do Hino Nacional Brasileiro. Ele ficou horrorizado dizendo que eu era sectário, que era para eu tirar aquilo da cabeça. Pois bem, uma semana depois houve aquele célebre comício do Partido na Escola Nacional de Música onde, aliás, ocorreu um caso engraçado. Trifino Correia pegou um “tira” e o jogou sacada abaixo, na rua, quase matou o “cara”. Mas o que foi mais interessante é que, quando terminou a sessão, o Prestes levantou-se e convidou o pessoal para cantar a Internacional, e o Ivan estava do lado. Eu, no dia seguinte, antes de lhe dizer bom dia, bati com o jornal no ombro dele, e disse:

– Oh, Ivan. Não me chamou de sectário? Como é que você saiu ao lado do Prestes na fotografia, cantando a Internacional?

Apesar disso tudo, cheguei a ser secretário de organização do Partido, na Zona Sul. O João Saldanha era o secretário político, e esse era o comitê mais forte numericamente e economicamente.

Vargas era o nosso termômetro: onde estava o Getúlio, a gente sabia que tinha de estar contra. De democrata ele não tinha nada. Ele só marchou ao lado dos Aliados quando o povo veio para a rua em massa, quando afundaram aqueles navios e começaram a aparecer corpos na praia. Quando os corpos foram identificados, recorde-me, estava na avenida, em frente ao *Jornal do Comércio*, naquela hora, e a polícia especial descia com carros em velocidade, com as sirenes tocando para espantar o povo.

Depois que regressei da Espanha, ainda estava solteiro. Só me casei com Diolita bastante tempo depois. Cheguei em 1939 no Rio...

Hoje não tenho militância ativa politicamente, mas em 1964 passei o diabo. Estive na Polícia do Exército. Fui preso porque era acusado de atividade “subversiva”. Fui massacrado tanto pela polícia como pelo Partido, pois era um dos responsáveis pelo setor de sargentos. O Partido não tolerava isso.

Acontece que esta atividade não havia sido iniciativa minha. Foram os próprios sargentos que não quiseram saber da direção do Partido e se rebelaram contra a central. Fui preso, respondi diversos processos, e todos os processos militares. Eles achavam que eu era o “coronel Bastos”. Eu dizia que era jornalista, que tinha uma carteira de jornalista porque escrevia para o *Diário Fluminense*. Não adiantava, eles achavam que eu era o elo entre o Partido e as Forças Armadas. Quase acertaram! Não era bem isso, mas andou perto.

Eu paguei muito caro por isso tudo. Imaginem que na época da chamada “Revolução de 64” fiquei separado de minha família por quatro anos! Simplesmente eu não podia aparecer. Tinha filho pequeno com 2 anos, o mais velho ia fazer 12 anos. As meninas não se conformavam com a ausência do pai. Só pude rever os familiares quando saí da incomunicabilidade, na Polícia do Exército. Lembro-me que, então, meu filho menorzinho, que não entendia nada daquilo, quando ia me visitar, dizia:

– Papai trabalha num lugar bonito!

Ele não tinha idade ainda para entender. Os outros sabiam que o pai estava preso.

Sofri muito, mas não mudaria nada do que fiz. Minha casa era invadida diariamente por policiais ou militares. Eles vinham com metralhadora em punho, assustavam as crianças, amedrontavam minha mulher, era uma coisa de louco. Mesmo sabendo que tudo isso poderia ocorrer, não havia como deixar de participar.

Eu estive próximo ao Marighella. Nós tínhamos um sitiozinho, meio afastado, aqui em Teresópolis, e era lá que nós fazíamos reuniões. O Comitê Central juntava-se em minha casa porque era um lugar insuspeitável, pois ninguém ia achar que pessoas tão visadas como nós teriam a audácia de se meter em encrenca. A gente passava na cara da polícia, com o Marighella do lado, isto no período em que ele era mais procurado, e ninguém notava.

A coisa funcionava mais ou menos assim: tínhamos de saber onde estavam as pessoas, íamos até elas, entravam no carro e fechavam os olhos para não ver aonde iam. Isto tinha de ser assim, até pela segurança delas e nossa também. Deveríamos manter segredo do lugar das reuniões. Depois que chegavam ao sítio, a palavra Teresópolis não era mencionada. Eles ficavam dentro de casa, nas reuniões, resolvendo isso, aquilo. Marighella sempre naquele entusiasmo, que se emendava no do Mário Alves e outros.

Quando o Mário Alves foi preso, tínhamos um encontro para buscá-lo. A história foi assim: nós deveríamos passar no posto de gasolina na estrada que vinha de Teresópolis a fim de apanhá-lo, e ele não estava. Como era muito pontual, logo desconfiamos e então fomos à procura dele, e nem paramos. Daí soubemos que a polícia o tinha prendido.

Já pensei em escrever minha história, mas sempre vou deixando para depois e a hora ideal nunca chega. Quando vim da Espanha, estava impressionado com tudo o que vi, mas àquela altura da vida não dava para escrever, posto que a militância era muito mais urgente.

Depois eu me casei, em 1950, já com 36 anos. Daí vieram os quatro filhos. Sustentar a família e fazer política foi uma façanha trabalhosa...

Depois da Espanha, depois das consequências do golpe de 1964, por fim acabei indo para Moçambique, onde atuei como uma espécie de embaixador com poderes amplos, por meio do ministro Jacinto Veloso, intermediado pelo Miguel Arraes quando estávamos exilados na Argélia. Ganhei uma credencial assinada por aquele governo, com poderes para fazer praticamente tudo o que se relacionasse com o Brasil. Fui, durante oito anos, responsável pelos contatos entre Brasil e Moçambique, e ia com frequência para lá. Tinha, por exemplo, procuração da Companhia de Navegação, do Banco Central daquele país, e até cheguei a arranjar empréstimos para eles no valor total de US\$ 280 milhões. Ativei o mais que pude as relações do Brasil com Moçambique. Todo apoio técnico que eu podia mandar do Brasil, mandava. Mandava piloto de aviação, médicos, professores.

Pois é, tem sido uma vida intensa e cheia de acontecimentos, de muito desencontro, mas também de muita amizade sincera. Não tenho encontrado o pessoal da Espanha, mas de quando em quando algum telefona e dá notícias de um para o outro. Temos algumas brincadeiras entre nós que nos fazem rir dos acontecimentos. Eu sempre brinco que os gaúchos todos foram feridos na bunda. É uma brincadeira, porque eles sempre são tão orgulhosos e, na guerra da Espanha, a maioria era do Rio Grande do Sul.

Pois é assim que têm caminhado os dias. A idade lembra que a gente já virou História. Os acontecimentos da vida, também.

Não gostaria de terminar este depoimento sem antes deixar algumas palavras homenageando o povo espanhol. Início pelas mulheres republicanas, que deram verdadeira lição de civismo, não só por assumirem os trabalhos dos homens que estavam nas frentes, mas também por terem, muitas delas próprias, ido à luta. Dolores de Ibárruri sintetiza a coragem daquelas mulheres que ensinaram ao mundo que a luta pela democracia não pode ter limites. Também quero dizer que a valentia dos operários espanhóis me comoveu muito. Independentemente dos desentendimentos internos das facções republicanas, como um todo aquela guerra civil significou um momento de solidariedade em favor da causa antifascista.

Hoje eu me pergunto se valeu a pena o sacrifício de quase um milhão de vidas. Às vezes, sinceramente, fico em dúvida, posto que assistimos ao ressurgimento do fascismo e do nazismo como se fossem ideologias válidas. Espero que as pessoas, em geral, se conscientizem da ameaça do autoritarismo e das consequências funestas para a sociedade. Os episódios da Espanha demonstraram que sim, que ela foi vermelha pelo sangue de seus filhos e de tantos outros que deram a vida pela causa republicana.

Homero de Castro Jobim

As entrevistas com Homero de Castro Jobim foram feitas em seu apartamento em Porto Alegre. Sofisticado ao falar, culto, nessas gravações presidiu a ideia de nobilitação decorrente do esforço de qualificação genealógica. Tudo respirava tradição. Havia insistência em mostrar o refinamento cultural e expressões de vida diferenciada. Detalhes de classe tornaram-se de maneira a expressar uma narrativa de superação de etapas da vida em que a antiga militância política foi projetada como “arroubo”.

A visão crítica de Jobim permitiu reflexões históricas apuradas que, ao fim, davam conta de uma experiência na qual o Exército se situava como corporação capaz de abrigar e dar dignidade a membros de uma elite destinada a salvar os demais. Questões de utopia ou de projetos libertários foram tratadas pela ótica dos “sonhos juvenis”.

Interessante é que Jobim se diz crítico de um grupo cristalizado no tempo, mas mesmo com esta visão “atualizadora” não se disse arrependido. Ao se mostrar culturalmente atualizado, o elegante soldado revelou que suas memórias também serviram de base para o importante livro *Saga*, de Érico Veríssimo, sobre um herói brasileiro que foi lutar na Espanha, na guerra civil.

A experiência de Homero Castro Jobim diferencia-se da dos que viam no Exército uma alternativa de ascensão social. Para ele, a corporação era espaço privilegiado de afirmação de uma camada que, por sua vez, tinha continuidade marcada a partir de escolas da elite.

Não deixa de ser importante notar o teor gaúcho desta experiência. Como o destino brasileiro dependesse desses sulinos, o Exército Nacional também deveria ser composto por gaúchos. Mas o sentido plural, democrático da instituição permitia convívio, e neste sentido, foi dado a Jobim conviver com os demais colegas.

Na carreira militar, os eventos de 1935 foram descritos com naturalidade, mas como ponto de virada na história dos soldados e do país. Em decor-

rência, a participação na Guerra Civil Espanhola seria desdobramento da inviabilidade de lutar pela democracia no Brasil. Construindo uma leitura idílica do passado guerreiro, a narrativa de Jobim mais parece ficção do que propriamente um inventário pessoal empenhado em causas.

Além da entrevista concedida ao professor Meihy, outra foi realizada, onde dispôs-se a falar mais sobre o período posterior à sua participação na Guerra Civil Espanhola, destacadamente sua militância no PCB. Seu estado de saúde, todavia, foi se agravando, e, depois de várias visitas, numa delas falou por quase duas horas sem permitir que uma palavra fosse gravada.

Por que o silêncio? Devo aqui mencionar apenas alguns trechos de nossa conversa que justificaram sua atitude. Homero alegou que não gostaria que sua narrativa fosse além do que tinha gravado, pois tudo o que dissesse sobre o período posterior à sua volta da Espanha, que compreendia principalmente suas divergências políticas com PCB nos anos 1940 e sua consequente expulsão do partido, poderia ser mal interpretado e ele se considerava sem condições físicas para defender seus pontos de vista. Preferia se calar a ver os ideais pelos quais tinha lutado a vida inteira serem desqualificados porque criticaria a atuação dos comunistas. Não queria ser considerado um “traidor”. Em suas palavras, tudo o que poderia dizer que fosse desabonador aos comunistas poderia ser multiplicado variadas vezes em relação aos fascistas, aos conservadores, à direita. Entretanto a opinião pública apenas se aterria aos erros e defeitos da esquerda. Tal justificativa era mais do que expressiva da derrota dos ideais revolucionários e comunistas no final doséculo XX e do seu impacto devastador na trajetória de pessoas que lutaram a vida inteira por eles.

Ouvindo esse relato, lembrava da frase de Y. Menuhin, um músico da Grã-Bretanha, citada por E. Hobsbawm em *Era dos extremos*, ao dizer que se tivesse de resumir o século XX, falaria que despertou as maiores esperanças imaginadas pela humanidade e igualmente destruiu todas as ilusões e ideais existentes. Nem preciso dizer que me senti completamente arrasada com as opiniões e as histórias ouvidas, que sequer poderia registrar. Como traduzir o sentido de uma narrativa eivada de derrota, de dor e de desesperança?

Entendia, contudo, a necessidade de reconhecer esse investimento emocional intenso, revelador de erros, dúvidas, divergências, até mesmo involuntariamente, em vez de simplesmente concordar com as verdades até então

convenientemente estabelecidas. Essa foi apenas uma entre outras situações de entrevista em que me deparei com essas circunstâncias de tamanho desgaste emocional expressas nas histórias de vida.

Lembro de uma visita realizada para entrevista, onde numa breve saída de Homero, sua esposa, Ana, também presente, tomou minhas mãos, olhou-me nos olhos e disse, transtornada, que não saberia como ele aguentaria um último golpe. “Que golpe?” Perguntei, curiosa e apreensiva, ao que ela respondeu: “Este livro do Ernesto Geisel! Temo que o estado de saúde dele se agrave, não quero que ele leia...”.

O referido livro continha a história oral de vida do General Ernesto Geisel, um dos maiores líderes do golpe de 1964 e da direita militar brasileira, publicado pela Fundação Getulio Vargas a partir do trabalho realizado pelos mesmos pesquisadores do CPDOC do projeto sobre “a memória militar recente do país”, que já havia rendido os três volumes com depoimentos de militares de direita sobre a ditadura militar, anteriormente citados.

Como entender o que representa para alguém como Homero de Castro Jobim ler as palavras de alguém que, para além de defender ideias e agir politicamente no sentido oposto ao seu, justifica algo como a tortura durante o governo que ajudou a instaurar e comandar? Jobim, um militante de esquerda por toda a vida, expulso das Forças Armadas, esteve preso, certamente foi torturado, lutou em uma guerra declaradamente ideológica como comunista convicto. Ao fim da vida, viu entrar para a história oficial, com grande alarde, a narrativa ofensiva a tudo o que defendeu e viveu.

Depois desse episódio, compreendi, de maneira bem mais contundente e subjetiva, o que significava para os sujeitos históricos em suas vidas cotidianas ver que o que era considerado como sendo “a memória militar recente do país” – e que trata tão somente do lado vencedor – era ainda a história tornada pública, oficializada e digna de credibilidade. Significava, sem dúvida, bem mais do que a resignação e o aparente silêncio. Pelas palavras de Ana, era um “golpe”, que poderia representar muito desgosto e até mesmo a morte.

Este episódio é simbólico porque revela que as disputas pela memória e pela história fazem parte da luta política e se desdobram em várias temporalidades. Sobretudo, afetam dolorosamente o cotidiano das pessoas que

confrontaram poderes hegemônicos nos fatos vividos e, posteriormente, na luta por construir e compartilharem suas memórias. Ao relatarem suas experiências passadas e presentes, combatem os apagamentos históricos no limiar da finitude da vida. Assim como aconteceu com Homero e Ana...

Homero de Castro Jobim faleceu em 2004.



Era e sou radicalmente democrático

Meu pai era funcionário do Ministério da Fazenda, aqui mesmo em Porto Alegre, onde nasci, no dia 2 de fevereiro de 1915. Tenho orgulho de dizer que sou gaúcho. Passei a infância nesta cidade e, quando já era rapaziinho, fui para o Colégio Militar. Minha mãe era uma mulher incrível. Antes do casamento, até os 18 anos, foi professora primária no interior do Estado, na cidade de São Gabriel, mas, depois de casada, com filhos, não pôde mais exercer a profissão. Dona de casa, minha mãe teve oito filhos, sendo três mulheres e cinco homens, e eu sou o penúltimo dos homens. Meu pai era casado pela segunda vez e tínhamos ainda mais uma irmã do primeiro matrimônio. Mais tarde, já com 12 anos de idade, essa irmã passou a viver conosco. Formávamos, portanto, uma família muito grande, mesmo para os padrões da época.

A ascendência familiar paterna era portuguesa e francesa. O nome Jobim provém de uma localidade que fica perto da cidade do Porto, em Portugal. Lá, certo cavaleiro francês que teria servido ao Exército de seu país em fins do século XVII, instalou-se e formou família, “aportuguesando-se”. Há registros escritos disso, mas interessa mesmo é o que está na memória comum e se constitui em um interessante repertório de lembranças que marca nossa história familiar de maneira romanticamente legendária. Sei, concretamente, que mais tarde um descendente desse militar veio para o Brasil, aqui para o Rio Grande do Sul. Toda a família Jobim é dessa mesma raiz: descendemos de José Martins da Cruz Jobim, como era chamado “o velho”. Sabe-se que esse “avô distante” foi major e fazendeiro, tendo morrido por volta de 1825. Creio que a data da vinda do primeiro Jobim para o Brasil foi 1795. Minha família tem uma ca-

racterística peculiar. Alguns ramos possuem gerações bastante espaçadas, com filhos de idades distribuídas em décadas. Há algumas gerações de Jobim numa mesma linhagem. A minha, especificamente, ostenta uma prole muito grande e, como meu bisavô casou-se duas vezes – fato que ocorreu também com meu avô – os filhos dos segundos matrimônios são sempre muito mais moços que os primogênitos, do primeiro casamento, de modo que há atualmente, por exemplo, sobrinhos da mesma idade de tios: são de “gerações enviesadas”.

Funcionário do Ministério da Fazenda, meu pai era agente fiscal do Imposto de Consumo. Nessa circunstância, ele pode-se dizer pertencia ao que se chamaria hoje classe média. É sempre difícil assumir essas rotulações, pois até sob certos aspectos caberia afirmar que pertencíamos à classe alta. Não, deixe-me corrigir, pois, para ser correto, estávamos mesmo mais enquadrados nos moldes de uma classe média que propriamente na alta. Se ainda hoje estas fronteiras de classes são difíceis de serem distinguidas, imagine naquele tempo, quando a divisão não era nada nítida ou, pelo menos, não tão determinada como agora, em que os extremos de riqueza e pobreza são mais evidentes. Nós vivíamos em casas grandes, tínhamos conforto, assistência médica, comíamos bem. Tínhamos livros em casa, muitos, aliás. Calculo que nossas estantes comportavam cerca de, pelo menos, uns mil livros. Eram enciclopédias, dicionários, textos clássicos da literatura brasileira e mundial, enfim, um pouco de cada coisa. Meu pai era um perfeito homem de fim do século XIX, com características normais de um cidadão que morava na capital de uma província. Sabia falar francês e espanhol, possuía hábitos educados, bom repertório de palavras e tinha aguda crítica da cultura local, brasileira e até, de maneira ampla, internacional. Curiosamente, mesmo com este perfil não nos obrigava à leitura, a falar línguas e tal. No âmbito familiar, em geral, não se exercitava língua estrangeira. Vez ou outra se fazia uma citação, usava-se um provérbio, uma coisa assim.

É importante ressaltar que meu pai era um francófilo assumido e, por decorrência, os filhos também o eram. Em minha adolescência, devo confessar, fui francófilo declarado. Francófilo no sentido de manter inflamados os ideais da Revolução Francesa, da cultura da liberdade, da igualdade e da fraternidade, mas não é apenas em termos da idealização filosófica que falo. Havia também um nível prático de vivência dessa cultura. Tudo decorria

de um tipo de educação praticada no cotidiano e que percorria todos os aspectos da vida, desde a percepção da arte até a maneira de comer, de se relacionar, de agir socialmente. Tudo era filtrado por aquele parâmetro que consagrava a cultura francesa como o horizonte da civilização. Paris era a “nossa” capital: a Cidade Luz fascinava a imaginação de todos e evidentemente a moda parisiense influenciava tudo, desde o tipo de saber até a maneira de andar na rua.

Só para avaliar a força desse modelo, imagine que até o meu enxoval para o Colégio Militar foi comprado na Galeries Lafayette, de Paris. Não vejam isto, contudo, como um esbanjamento. Não. É que, além de muito melhores os produtos, custavam bem mais barato lá do que aqui. Isso tudo é muito paradoxal, pois a etiqueta francesa não implicava fatalmente hábitos exageradamente refinados; por outro lado, por exemplo, meu pai chamava a atenção para a necessidade da polidez no trato com as pessoas, exigia que mostrássemos boa educação, impunha normas rigorosas de cortesia. Essas coisas acabavam por vir naturalmente e funcionavam como lubrificantes na relação social, de maneira que os “francesismos” eram naturalmente incorporados.

Fui tão impregnado desse modelo que não consegui jamais me desligar de certos pressupostos que influenciaram até na concepção de língua e de preferência literária. Por exemplo, em português eu digo “muito obrigado” e pronto: está agradecido. Mas, em francês, tenho de dizer *merci madame* ou *merci monsieur*. Aliás, não só em francês, em espanhol se diz *buenos días, señor, buenos días, señora*, é diferente. Em português é “bom dia” e basta. Vejam que até em inglês, que é uma língua mais comedida, as regras de cordialidade são aplicadas no sentido da lubrificação das relações: não é mesmo mais fino dizer *good morning, sir*? Sabe, estes detalhes da cultura tradicional, da velha cultura europeia me cativam. E nós tínhamos em casa, instaladas, essas práticas, meu pai gostava muito de etiqueta; da boa etiqueta, diga-se.

É lógico que esta forma de perceber as línguas refletia o gosto pelas literaturas correspondentes. Havia também muita música em casa. Até hoje guardo as partituras daquelas suítes, das gavotas, das valsas, das melodias que formaram meu gosto musical. Minha mãe tocava piano, minhas irmãs também, e até que o faziam regularmente. Não se tratava de uma casa de concertistas, mas podiam tocar a *Marcha turca*, reconhecer facilmente Mozart e tantos outros autores. Discretamente, arrastei este gosto musical vida

afora. Quando estava no Colégio Militar, fui para a banda de música da escola e lá tocava trompa. Depois ensaiei um pouco de flauta, mas acabei desistindo: não tinha paciência nem tempo para ser um bom músico. Preferia usufruir de outra forma: botar um disco e ouvir uma música bem tocada.

Esta história de influências estrangeiras é muito sutil e difícil de entender. Vivi minha mocidade em um tempo em que o padrão atlético, esportivo, valorizava os então novos esportes: o basquete, o vôlei. Nunca me vi, contudo, muito atraído para estas práticas, apesar de serem também importações modernas. Embora fosse de porte saudável e forte, pela minha altura tinha dificuldades em aderir a essas novidades, embora existissem times de garotos onde qualquer um jogava, tendo 1,70 m ou 1,60 m. Não sou baixo, agora que minha coluna está mais arcada tenho 1,66 m, mas não considerava o tamanho ideal para desenvolver aquelas práticas. Curiosamente, foi em um esporte pouco popular que me destaquei, chegando inclusive a ganhar uma medalha no Exército: a esgrima.

Ah, a esgrima me fascinava! Fascinava porque é constituída por três modalidades, sendo todas instrumentadas por ferro. Suas variações implicam três armas: a espada, o florete e o sabre. Nas duas primeiras, o jogador alto tem vantagens, mas no sabre não é preciso ser alto. Mesmo tendo uma estatura menor, pode-se dar muito bem, como foi o meu caso. Joguei sabre durante cinco anos e o fiz seriamente. Com os cavalos foi diferente. Aprendi a montar com 4 ou 5 anos de idade e nunca mais parei. Mas não sei se posso considerar isto exatamente um esporte, pois nunca pratiquei como tal e mais tarde, no Exército, montar a cavalo fazia parte da rotina da vida militar.

Em termos religiosos, não tínhamos nenhuma prática regular. Nós, verdadeiramente, considerávamo-nos cristãos do ponto de vista ético, moral, mas não sob o ponto de vista teológico. Nem católico, nem protestante, nem nada. Meu pai, eu acho, era agnóstico, racionalista. Acredito que poderia, sem medo de errar, dizer que ele era um liberal no sentido completo da palavra. Guardo comigo o diploma da maçonaria que, afinal, atesta suas posições.

Em termos escolares, para a classe média e para os mais abastados havia três alternativas de colégios aqui em Porto Alegre: o Anchieta (jesuíta), o Júlio de Castilhos (do Estado) e o Militar. Eu fui para este último. Antes, porém, passei pelo Anchieta, não por motivos religiosos, mas, como o Colégio Militar não tinha o curso primário, minha família preferiu o An-

chietta, que era, aliás, muito bom. Passei mediante o exame de admissão. Não caberia dizer que minha ida ao colégio dos jesuítas constituía-se em exceção, posto que, como o Júlio de Castilhos não possuía internato, era comum os filhos de fazendeiros e de moradores do interior irem para lá. Geralmente, tem-se que o Anchieta é uma escola confessional e que só vai para lá o pessoal mais comprometido com propostas religiosas, afins com a educação cristã. Isto, contudo, merece ser relativizado. O do Estado, o Júlio de Castilhos, foi criado durante a administração positivista de Borges de Medeiros e era dominado por desembargadores, que seriam seus patronos. O Colégio Militar não fugia do filtro positivista, mas tinha características diferenciadas: foi criado pelos militares, continuado pelos seus filhos, também militares, ainda que abrigasse pessoas oriundas de outros Estados que vinham formar-se aqui.

A opção de minha ida para o Colégio Militar foi feita pelo meu pai. Tive um irmão que também cursou o Colégio, mas desistiu da carreira, depois de formado fez engenharia civil. Outros dois continuaram, foram oficiais do Exército, sendo que um fez o curso da Escola Técnica do Exército e o outro, não. Ambos já faleceram, tendo chegado ao posto de general. Além destes, um, mais moço, manteve-se civil e é fazendeiro.

Normalmente, as pessoas julgam estranhamente uma expressão nossa, de “espírito do Colégio Militar”. Quase sempre, o Colégio é pensado como uma escola corporativa no mau sentido da palavra, e na verdade não o é. É um colégio de Humanidades, como o D. Pedro II do Rio de Janeiro, por exemplo. Como uma escola militar, logicamente era exclusiva para homens, não entrava mulher de jeito nenhum, nem mesmo professoras. Tudo era militarizado. Militar mesmo, absolutamente disciplinado. Para falar com o professor, por exemplo, tínhamos de nos levantar, ficar em posição de sentido até que ele nos mandasse sentar. Sabem, era um colégio como se fosse um quartel. A disciplina militar era estrita. Espantava. Nem parecia que era uma escola para adolescentes. Éramos tratados como se fôssemos para as trincheiras, como combatentes sempre em prontidão. Isto se mantém até hoje, ainda outro dia estive lá e comprovei esta realidade. Mesmo com todo este rigor disciplinar, a parte de Humanidades também era bastante considerada então.

O colégio era muito bom e, mesmo fiel aos princípios positivistas, não era fechado: havia um professor católico, por exemplo. Talvez esta fosse uma

concessão que as entidades liberais sempre fizeram para mostrar sua flexibilidade, não sei, mas, de qualquer forma, não sentíamos a pressão da ortodoxia nem a rejeição aos padrões teológicos aceitáveis. Além do mais, havia missas nos dias festivos que, contudo, eram opcionais. A direção orgânica, educacional, era baseada na doutrina positivista, mas com as liberalidades de convivência.

As marcas da orientação positivista foram decisivas em minha formação. Às vezes eu passo por situações estranhas, pois, conversando com amigos que não conhecem nem o meu ponto de vista nem a formação que tive, muitos pensam que eu sou um marxista renitente, quando, na verdade, isto não ocorre. O que as pessoas confundem é o racionalismo positivista que eu incorporei. Sou muito cartesiano, gosto de exatidão, rigor, disciplina e tenho preocupações sociais. Para alguém que se formou com as minhas características, certamente os livros tiveram muita influência. Li de tudo que parecia importante, desde a Constituição de Lassalle até os pilares do comunismo como Marx e Engels, passando por outros socialistas como Trotski, Tolstói, Dostoievski. É claro que percorri as páginas dos clássicos como Shakespeare, Rabelais, Cervantes. Visitei também os iluministas franceses: Voltaire, Montesquieu, Rousseau. Certos livros cativavam-me pelo ponto de vista meramente literário, pela beleza da linguagem. Eu lia poesia “às carradas”: li toda a obra de Balzac, no original, e até hoje guardo o impacto de *La comédie humaine*. De Baudelaire, sou capaz de citar versos inteiros, dele e de outros autores. Baudelaire sempre foi meu preferido. Entre os brasileiros, por aquele tempo lia-se Bilac, Coelho Neto, Alfonso Guimarães, os grandes poetas e, mais tarde, outros como Bandeira, Drummond, Jorge de Lima, Olegário Mariano. Dos portugueses, li muito Fernando Pessoa e os modernistas.

Independentemente desse viés culturalista, convém lembrar que a carreira militar continuava sendo minha meta primordial. Neste sentido, fui para o Rio de Janeiro a fim de completar minha formação. A transferência era automática do Colégio para a Escola Militar –, mas não pense que fui por mera inércia. Não. Havia, além da vontade, um outro fator que foi primordial e que influenciou muito na minha decisão: eu sou bastante grupal e solidário, então, me era difícil não continuar com os colegas de turma. Essa se tratava de uma decisão surda, mas que fora feita em conjunto, pois, passados tantos anos (seis, sete ou mais) de amizade, de convívio íntimo,

seria impossível não reconhecer na opção pela mesma carreira um projeto de feições coletivas. Éramos todos da mesma faixa etária com os mesmos brinquedos, as mesmas confidências, os mesmos amigos reais. Apesar disto tudo, não foi uma decisão mecânica ou tomada linearmente. Cheguei a considerar a possibilidade de fazer Direito, pois tinha tios que eram desembargadores, parentes conhecidos profissionais dessa área na sociedade. Meu pai via a alternativa de eu estudar Direito com benevolência, mas não queria determinar nada. Pela carreira militar, pesou muito a vontade de não me separar daqueles 30 colegas que iam para lá. Então, tinha 18 anos quando parti para o Rio de Janeiro. É interessante porque ia bem desarmado em termos de expectativas.

Foi chegar e me apaixonar pela cidade. Apaixonar é uma palavra boa por todos os motivos. Gostava porque o Rio daquela época era uma cidade amável, tranquila e ao mesmo tempo cheia de vida cultural e repleta de atividades políticas, e sobretudo porque era lá que as coisas aconteciam em primeira mão. Os teatros, os jornais, as rádios, tudo lá era melhor, original e mais bonito, mas não eram somente os espetáculos artísticos e os acontecimentos que me atraíam. Não.

Se me permite contar uma experiência, talvez possa entender melhor este meu encontro com o Rio. Naquele tempo, a Praia Vermelha não era aberta ao público, apenas os moradores do quartel, do Terceiro Regimento de Infantaria que ficava lá, podiam frequentá-la. Eu, como aluno do Colégio Militar, ia entrando nos quartéis com certa empáfia, como se fosse um comandante, com aquela arrogância juvenil. Pois bem, um dia estava no mar, na Praia Vermelha, e fui meio arrastado para o fundo. Ao perceber que estava sendo levado, nadei uns 40, 50 metros para dentro da água e fiquei boiando. Fiquei boiando por um longo tempo. Eram umas 11 horas da manhã, aquele sol maravilhoso de verão do Rio, a água tépida, vendo o morro do Pão de Açúcar ali do lado. Achei aquilo tão comovente, tão tocante, que fiquei lá o mais que pude. Isso me marcou indelevelmente, de maneira que com frequência retomava essa lembrança.

Passados alguns anos, depois de todas as coisas que ocorreram em minha vida: prisão, guerra, situações realmente marcantes, depois de muito tempo voltei ao Rio; estava com quase 30 anos e decidi voltar àquele lugar. Nadei ali na Praia Vermelha tentando retomar as mesmas emoções. Deitei-

-me na água e, boiando, esforçava-me para reproduzir a antiga sensação, mas não sentia mais nada, não tinha mais emoção nenhuma. Aquela emoção era típica dos 18 anos, da cidade que era nova para mim, da transferência de Porto Alegre para a capital federal, dos românticos pregões do velho Rio de Janeiro, das meninas bonitas, dos namoros. Depois de tudo, aquele encantamento havia-se acabado.

É curioso que, sempre que as pessoas perguntam alguma coisa sobre a ida para o Rio, evocam questões políticas. Eu quero lhe dizer que não tinha nenhuma formação especificamente política quando fui. Possuía uma base filosófica em sentido amplo. Comovia-me a distância social, a desigualdade. Uma noção de repúdio à injustiça: essa era realmente a minha posição. Eu me achava um defensor da sociedade, havia-me desenvolvido em cima dos esquemas semeados familiarmente desde a infância e, quando cheguei a ser militar, tive de me confrontar com o limite da participação comandada.

É preciso ver que o militar, funcionalmente, só intervém por meio da violência. A instituição é sempre comandada e tem a violência como meio de ação. O militar não aprende a persuadir, a discutir com o inimigo, a convencê-lo. Ele apresenta as razões e, se o inimigo não as aceita, tem de subjugar, e se não puder ser de outra forma, tem de eliminar o adversário. Ora, essa mentalidade chocava-se com a minha formação familiar e filosófica, e foi nesse contexto que se deram alguns dos acontecimentos mais importantes de minha vida.

Em 1935, por exemplo, houve uma radicalização política que colheu de jeito a mim e aos meus colegas que se dedicavam à vida militar. Getulio começava sua definição explícita de ditador e fazia isto também por meio da eliminação, dos quadros militares, daqueles que eram progressistas, dos democratas, dos que pensavam e queriam o debate sobre os rumos do país. Como tantos outros, vi-me implicado, pois na vida a única coisa que me sustenta é a essência da democracia. Era e sou radicalmente democrático. É verdade que 1935 foi um ano de corte, mas este período tem um passado, uma história, implicada coincidentemente em meu trajeto de vida.

Cheguei ao Rio em 1933 e logo notei muitas diferenças. Muitas. A fundamental foi que, como cadete do Realengo, adquiria aos poucos senso de responsabilidade, da maioria cidadã, e isso me era básico. No Colégio, em Porto Alegre, nós não tínhamos a noção dessa maioria. Já no Rea-

lengo, o rapaz sentava praça e com isto saía da influência paterna, familiar e civil. Havia um conjunto de diferenças que se somavam para indicar outra fase de nossas vidas. A mudança de cidade, a transferência dos papéis sociais, o acesso aos acontecimentos políticos, enfim, muitas outras coisas. Tudo isso garantia que deixássemos de ser meninos de colégio e passássemos a tal maioridade. Era, porém, uma passagem rápida e violenta, repentina e consequente. O maior peso vinha com a responsabilidade integral de nossos atos.

No Colégio havia certa resistência, o aluno era sempre considerado quase como um menino sendo educado para um futuro que, no entanto, era algo ainda distante. A escola era rígida, mas não absoluta. Lá, ainda molecotes, havia algo de provisório e somente uma falta muito grave, de caráter definitivo, é que poderia implicar eliminação dos quadros; as demais mereciam compreensão. Por outro lado, a disciplina do Realengo era rígida. Era rígida, mas isto não significa que fosse drástica, draconiana. Não, isto ela não era! É interessante notar que a severidade que encontramos no Realengo levava as pessoas a terem um elemento comum para a identificação: a necessidade de se adaptar às novas maneiras de vida comunitária na corporação.

Vejam que lá tudo era diferente. Aqui em Porto Alegre, todo mundo era mais ou menos conhecido, as famílias se entrelaçavam de diversas maneiras e, por desdobramento, qualquer um sabia quem era quem. De repente, chegamos ao Rio de Janeiro e lá havia gente de todo tipo, de diversas procedências, com outros referenciais de cultura. E nós éramos anônimos. Gente de todas as regiões do Brasil, e o país mostrava-se algo bem diverso do que percebíamos aqui. No Rio, éramos meus amigos que tinham ido daqui, o resto todo, eu e o Regulamento. E só.

O Regulamento bastava para nos dar um denominador comum para a definição das afinidades. Antes, aqui, não era bem assim. Havia uma porção de forças e interesses comuns que nos uniam, tanto dentro como fora do ambiente escolar. Tudo era mais família, tanto que possuíamos um departamento de Psicologia no Colégio, mas que, naturalmente, era dispensável, posto que não existissem problemas graves que o justificassem. Era uma estrutura afável, provinciana: o diretor do Colégio, por exemplo, era um homem que inspirava bondade. Era como um personagem saído de um poema: o velho professor com barbas brancas, que impunha respeito, simpatia.

No Rio de Janeiro, no Realengo, encontramos pessoas diferentes, austeras, distantes. A comunidade de cadetes novos era tão variada que só isto

bastaria para transformar por completo nossa percepção do Brasil. O grupo do Rio Grande do Sul era expressivo, mas havia também muita gente do Norte e, principalmente, do próprio Rio de Janeiro. Sim, os cariocas eram predominantes, mas, de modo geral, a gente se dava bem. Logicamente, havia a marca das diferenças regionais, que se expressavam nas atitudes, nas brincadeiras. Em relação à gente, por exemplo, os colegas viviam chateando com o chimarrão, o “tché” aliás, éramos reconhecidos como uma comunidade fechada, chamada “Tchelândia” –, mas era tudo feito com tolerância, sem arranhar a solidariedade geral. O mais chocante não eram as diferenças culturais. Não. O que perturbava mais eram as manifestações de diferenças de classes sociais. Isso havia e muito, mas contornávamos tanto enquanto pessoas dispostas a favorecer a igualdade e a solidariedade como em relação à sapiência institucional. Na Escola Militar, por definição estatutária, predominava o sentido do aproveitamento, a classificação, o merecimento. Isto é o que predominava.

As variações de classes sociais manifestavam-se mais fora da Escola e, aí sim, não havia como contornar. Eu, como outros economicamente bem-situados, graças a uma mesada alentada que vinha da família, podia sair nos fins de semana e então me hospedava em um hotel e até tinha um quarto permanente, reservado para todos os sábados e domingos num hotel que se chamava Expendido, na Praia do Flamengo. Aliás, era um hotel muito bom, bonito. Tudo, então, virava festa porque acabava a semana e, mais ou menos, saía de férias. Saía aos sábados depois do almoço e voltava à meia-noite do domingo. Quando havia feriado maior, ficava lá no hotel: hóspede. Nessas ocasiões, eu fazia o que todo garoto daquela época, naquele tempo, fazia: namorava, passeava, dançava, essas coisas. Isto, por incrível que pareça, não perturbava minha relação com os estudantes mais pobres, que não tinham para onde ir. Não atrapalhava nada posto que, pelo quartel, recebíamos um pequeno soldo que possibilitava minimamente acesso a alguma coisa, além de uniformes e tudo o mais. Isso abrandava muito as diferenças; além do mais, o Rio é o Rio, tem praia, passeios para todos.

Havia um elemento adicional e que influía ponderavelmente na neutralização das diferenças: nos domingos e feriados, os cariocas que tinham parentes no Rio iam para suas casas e, às vezes, convidavam um ou outro amigo de fora. Em certas ocasiões, por exemplo, o pai de fulano que tinha

uma casa em Paquetá levava alguém junto, enfim, ocorriam situações desse tipo. Com o passar do tempo, as coisas iam chegando a um nível de acomodação e as tais diferenças de classe já não se faziam muito acentuadas, até porque estávamos nivelados por todas as outras circunstâncias.

Havia certos fatores que estavam adormecidos, mas que com o tempo viriam dividir o pessoal no Realengo: a vivência política. Lá havia grupos políticos que não existiam no Colégio Militar. No Rio, pelo contrário, eram fortes, mesmo sendo clandestinos e sem reconhecimento oficial. Havia grupos integralistas, havia outros que eram da esquerda, da nascente Aliança Nacional Libertadora, comunistas. Esses comunistas, todos, militavam incansavelmente. Incansavelmente. Faziam de tudo para arranjar simpatias e comprometer mais companheiros. A relação destes grupos dependia muito do momento. É interessante notar que nós não separávamos muito o indivíduo de sua opção. Havia alguns integralistas que eram chatos e mal-educados, assim como havia comunistas fanáticos. Esse era o único problema de relacionamento pessoal, mas havia muitos que eram bons companheiros, camaradas, amigos fiéis e que sabiam separar a política da amizade.

A orientação escolar nesse tempo não admitia uma posição ideológica assumida publicamente. A única doutrina aceitável era o Regulamento, o que era muito limitado, evidentemente. A ênfase na disciplina e na hierarquia sempre foram os fundamentos das Forças Armadas e isto se justifica, posto que em combate a gente não pode discutir ordens. Isso, porém, ocorria sem grandes protestos nos momentos em que tínhamos mesmo de obedecer, mas na sala, nas instruções, os alunos intervinham, objetavam, às vezes com empenho incontido. Havia uma estranha convivência entre nós, alunos, e os tenentes que eram nossos chefes imediatos. Geralmente eles eram muito jovens e, como instrutores de organização do terreno, de topografia, de equitação e educação física, eles mantinham uma camaradagem que facilitava a discussão geral sobre vários aspectos. Nós tínhamos 18, 19 anos e os tenentes tinham 26, 28. Então, veja que a diferença de faixa etária não era muito grande, também.

Além de tudo isto, por curioso que pareça a Escola servia para que a gente passasse por um refinamento interessante. É lógico que isso dependeu muito do comando superior, mas, felizmente, o meu comandante general na Escola Militar, durante a maior parte do tempo, foi o general Pessoa, José

Pessoa Cavalcante de Albuquerque, que era um homem de porte aristocrático, que tinha estado na França, fora condecorado pela Legião de Honra, havia combatido na Primeira Guerra Mundial. O general Pessoa vestia-se muito elegantemente, usava botas francesas, sua cela era Bidal, comprada numa casa na França. Ele era casado com uma senhora francesa e falava francês com uma soberania invejável, digna de quem tem bom ouvido. Sua pronúncia era tão boa que lhe cabia uma justificada ponta de vaidade. Era mesmo um aristocrata. Pois bem, fomos dirigidos por um homem assim, por alguém que exigia que fosse feito aos sábados um almoço de cerimônia no qual deveríamos comparecer com o primeiro uniforme. Tudo sempre muito ritualizado, e para garantir o refinamento era servido vinho.

Havia lá no Realengo um fulano que dava aulas de etiqueta social, distribuía umas brochuras de regras de requinte. E vejam que isto era para todos. Eu aprendi o francês em casa, com o meu pai, mas isto não me facilitou em nada; pelo contrário, dava mais trabalho, pois imagine que por esta época estava no Brasil uma missão militar francesa. O chefe da missão na Escola Militar, por saber que eu dominava o idioma dos visitantes, destacou-me, juntamente com outro cadete, o Moraes Rego, para servirmos de acompanhantes durante os quatro ou cinco dias em que a missão esteve no Rio. Enfim, a vida no Realengo era uma aventura boa que possibilitava uma perspectiva positiva da carreira. O grande divisor de águas ali – que para mim foi um grave erro histórico, terrível – foi a insurreição de 1935. O Levante foi uma das oportunidades que deram ao Getúlio condições para criar o Estado Novo. Foi um erro gravíssimo.

É sempre difícil explicar o que foi 35; aliás, acho impossível. Tudo depende um pouco da maneira pela qual se faz a pergunta. Se a questão for algo próximo do significado de 35 em nível político, social, coletivo, é uma coisa; se, ao contrário, for o que lhe significou 35 pessoalmente, a resposta é outra. De qualquer jeito, por uma ou por outra via faz-se necessário mostrar que a insurreição foi acionada algum tempo antes de ser deflagrada naquele dia 27 de novembro. Talvez seu início tenha se dado por volta de setembro ou outubro. Antes não, aliás, não havia como prevê-la. Não. Também fica claro que se tratava de algo inédito.

Sinceramente, nunca pensei, nem nunca ouvi dizer que haveria uma quartelada, uma insurreição como aquela. Nosso despreparo e intrepidez só

podem ser explicados no contexto do idealismo e do ardor juvenil. Havia urgência em se fazer alguma coisa: precipitamo-nos. Por incrível que pareça, ao fazer um balanço dos acontecimentos, às vezes me pergunto se me arrependi dos erros no envolvimento nessa façanha e, sempre que me vejo ante este acerto de contas, tenho claro que, de muito erro, de muita besteira eu me arrependo, mas não me envergonho de nada do que fiz, particularmente em 1935.

Sei que estas reflexões exigem explicação, então passemos a ela, pois é aí que se dá a passagem do plano político, coletivo, para o individual. Vejamos: minha participação no movimento de 1935 foi, pelo menos, curiosa. A rigor eu não pertencia, nessa ocasião, a nenhum grupo partidário especificamente. Em relação a Prestes, por exemplo, eu o via com o que chamo de simpatia crítica. Quando entrei na Escola Militar, seu retrato estava na parede do salão como primeiro aluno de sua turma, como alguém cujas notas jamais haviam sido iguais. Isto já o tornava uma estrela, um modelo, uma referência. Ele era de inegável destaque no quadro da história da Escola Militar. Além do mais, sua participação na Coluna o havia transformado em exemplo de solidariedade humana, em modelo na luta pela transformação política, sobretudo por ter estado ao lado dos mais fracos e dos oprimidos. Tudo isso fazia dele uma figura heroica e eu o via com simpatia. Diziam – e até hoje ainda falam desta minha admiração por ele:

– Você tem uma visão romântica, pequeno-burguesa, mitificadora desse homem.

Ele era polêmico e isto tinha suas vantagens, principalmente porque por meio dele se estabelecia um parâmetro para eventuais posicionamentos. Além disto, não tem como negar sua atitude patriótica e revolucionária. Se houvesse eu nascido num período tranquilo da História, se minha trajetória fosse outra, se a situação que me envolvia fosse diversa, talvez pudesse ter sido mais alienado, mas não: sou escravo da minha vivência.

Há um paradoxo em tudo isto. Sei que pode parecer muito estranho, mas, apesar de não ser muito comum, nunca tive um compromisso ideológico estabelecido definitivamente. Até hoje sou independente. Sempre fiz questão de empenhar totalmente o meu compromisso ideológico. Assumo esta posição para poder manter-me fiel ao que acho essencial: meu vínculo com a prática da caridade, da bondade, da solidariedade, do direito à cida-

dania, da diversidade. Sabe, a diversidade dos indivíduos é algo que acho fundamental, e disto não gostaria de abrir mão. Sou daqueles que acreditam que a democracia está no convívio com a diferença. Acredito também nas regras que promovem a ordem.

Outro dia fiz uma brincadeira com um amigo: sentei-me à mesa e escrevi certos princípios que acho básicos para o cidadão e para o Estado. Princípios para qualquer pessoa viver moralmente, civicamente. Fui apenas enumerando tais princípios e cheguei à conclusão de que tudo, absolutamente tudo, que havia enumerado estava estabelecido na Constituição brasileira. É lógico que ali está escrito numa formulação diferente, só que, como Carta Magna, a nossa Constituição é uma ficção.

Como alguém que teve sua criação filtrada pelos ideais da Revolução Francesa, aprendi que a educação e a responsabilidade são ingredientes fundamentais para o bom desempenho social de qualquer um. É, a meu ver, um equívoco rendermo-nos às fidelidades partidárias que são, na maioria das vezes, descartáveis. Existem problemas que não precisam de ideologia para serem solucionados. Bastava uma simples ordem administrativa, assumida por indivíduos competentes, sem medo de assumir responsabilidades, e as coisas poderiam ganhar contornos diferentes. Vejam casos como os produtos alimentícios que estão apodrecendo em armazéns: por que não entregá-los para essa população faminta? Chamam-se quatro ou cinco pessoas idôneas para verificar aquilo ali e pronto. Isso implica menos uma questão partidária e mais de bom senso e capacidade administrativa.

Em 1935, porém, era natural e inevitável a aproximação com o grupo da esquerda. Digo isto porque, quando fui excluído da Escola, depois de ter passado pela cadeia, vi-me compelido a me definir por um lado. Fui definido, seria mais legítimo dizer. *Fui definido* porque a decisão não foi minha, decorreu da conclusão de um inquérito que até hoje guardo de cor. Aquelas palavras me calaram fundo, e de tão drásticas ainda as ouço:

– Condenado por ter revelado intenções e atitudes que se relacionam com o movimento subversivo de 27 de novembro último.

De fato, fui convidado e participei de algumas reuniões. Simples encontros, registre-se, nos quais sequer se falava de insurreição ou de se articular algo consequente para tomar o governo. Não se falava em levante e a palavra

“intentona” era totalmente desconhecida. Algumas pessoas que me convidaram para entrar no grupo já morreram. Um deles foi o Ivan Ribeiro. Existem outros que aliciaram colegas, mas que mudaram seus propósitos e até hoje permanecem na ativa. Continuaram, fizeram cursos, sustentaram uma carreira brilhante e se salvaram sem se comprometer. Não são todos que podem ser enquadrados nesta categoria. Havia também um coleguismo importante, e muitos dos que foram apanhados trataram de poupar os companheiros e não os citaram nos inquéritos.

Nessas reuniões, discutíamos a posição do Brasil em relação ao imperialismo, em face da dominação estrangeira no país, enfim, eram reuniões em que se apresentavam os itens do programa de Dimitrov, da recém-fundada Frente Popular que se impunha na Europa em decorrência da V Conferência do Congresso da Internacional Comunista de 1935. A presença dessa política no Brasil era evidente e se estendia, com manifestações, ao Realengo, onde um grupo militar, do Partido Comunista, começou a atuar, aliciando os participantes. O curioso é que quase todos dentre estes aliciadores eram membros da corporação e, mesmo depois dos acontecimentos de 1935, continuaram nos quadros do Exército. Continuaram, uns, porque estavam em lugares em que não houve a caça às bruxas; outros, porque se evadiram a tempo. É importante assinalar que naquela ocasião quase todos os que eram comunistas, que pertenciam à célula do partido, puderam continuar no Exército, mas os que eram simplesmente simpatizantes e os mais espontâneos, que se exibiam sem as precauções devidas, estes sofreram sanções. Pesadas sanções.

Sou daqueles que suspeitam da existência de um segmento democrático dentro do Exército brasileiro. Reconheço que, pelo menos tendencialmente, um setor não fascista, não autoritário, sempre se manifestou e esteve presente no meu tempo de formação no Realengo. Hoje, porém, a realidade é outra, e agora é difícil falar de segmentos de esquerda nas corporações militares brasileiras. Acho este assunto complicado, posto que, para se perceber isto, é preciso uma análise de longa duração. Apenas a sequência do tempo permite separar a ideologia militar da política e precisar o momento em que se deu a superação de uma pela outra. Talvez seja possível afirmar que 1935 tenha representado uma quebra entre um projeto militar que se extinguiu e outro que começava. Agora já não temos mais nitidamente traçado o papel das Forças Armadas separado das políticas, dos partidos e dos sistemas.

Parece que uma coisa se emenda na outra, e isto não se dá apenas no Brasil. Tanto a esquerda, com o Exército Vermelho da antiga União Soviética, quanto a direita, com a Otan e o Pentágono, por exemplo, são expressões da inviabilidade da separação dos regimes que os compreendem.

No caso brasileiro, em 1935 logicamente era difícil perceber a gravidade e a projeção disso. A minha história pessoal reflete bem a situação. Embora tenha sofrido as sanções impostas pelos contrários à causa, eu não participei do programa de esquerdização do sistema pela atuação do Exército: não peguei em armas, não lutei. Nem acredito que houvesse grandes esperanças de aplicar o socialismo no Brasil por meio daquele movimento. O Levante de 35 não tinha nenhuma condição para dar certo. Foi uma ilusão. Uma ilusão pela qual os comunistas teriam a possibilidade de tomar o governo. Para mim, hoje em dia, acho inacreditável que homens que tinham certa maturidade, que possuíam uma boa formação intelectual, pudessem ter feito uma coisa daquelas. É, 35 foi uma loucura política. É interessante como essa loucura política passou pelo Realengo, mas de maneira alguma concordo em dizer que o Realengo foi a capital do comunismo brasileiro naquele momento. O Realengo era apenas uma Escola Militar. A capital mesmo era o Ministério do Exército, o Estado Maior do Exército. Realengo era apenas uma escola de tenentes e capitães. Além do mais, para medir a questão é preciso lembrar que havia já uma tradição insurrecional militar. As revoluções de 1922, 1923, 1924, 1927 são elementos que não desmentem a atitude intervencionista, de protesto, que sempre existiu naquela fase da atividade militar brasileira. Isso corresponde ao tal velho projeto militar para o Brasil, projeto este que se esgotou em 1935.

A Revolução de 1930 foi exaurindo as forças progressistas, que desistiram de olhar para o governo como alternativa legal para as transformações. Além de tudo, estava claro que Getúlio não era o democrata sonhado. Restava, portanto, apelar para a tradição insurrecionista dos militares e mais uma vez tentar alguma coisa. Sob o ponto de vista aparente e formal, 1935, sem dúvida, estava ainda influenciado pelas correntes insurrecionistas dos militares. A grande diferença, porém, é que agora havia um componente revolucionário dirigido por outras influências. A presença política e ideológica em 1935 era algo mais, que as antigas manifestações não tinham nem formularam bem.

É preciso lembrar que o Brasil anterior a 1930, o Brasil da República Velha, tinha vícios gritantes, por exemplo: não existia o voto feminino, o voto não era secreto, o eleitor assinava o nome em um livro, os partidos eram todos oligárquicos, o coronelismo rural era predominante em toda parte, mesmo no Rio Grande do Sul, que era, sem dúvida, o mais politizado dos estados brasileiros e aquele que tinha melhor índice de alfabetização.

De qualquer maneira, estamos falando de um segmento da sociedade que, de repente, tomou uma posição ideológica em 1935, mantendo uma intenção. O que não se pode perder de vista neste contexto é que na situação do movimento de 1935 houve uma ideologização maior, motivada pelo contexto internacional num sentido mais amplo. Os reflexos das Frentes Populares fizeram com que se estendesse para o Brasil a influência dos comunistas que apregoavam guerras civis. O que os comunistas chamavam de Aliança Nacional Libertadora era uma proposta fácil de conquistar a opinião dos mais esclarecidos. Naquele momento, se no Brasil houvesse homens que tivessem maior projeção política, maior carisma e penetração no meio civil, poderiam ter conquistado uma força muito grande, porque suas palavras de ordem, suas reivindicações eram necessárias e simpáticas.

É oportuno ressaltar que houve um componente a mais a influir nas atitudes polarizadas dos jovens militares do Realengo: a frustração provocada pela exclusão das fileiras do Exército foi questão decisiva. A expulsão encerrava um projeto de vida, fechava a proposta de carreira em que muitos, como eu, pretendiam realizar-se. O ideal profissional natural seria fazer cursos do Estado Maior, ser comandante de um Regimento, chegar até o fim da carreira com certo brilho. Fomos expulsos, contudo. Além do mais, a exclusão significava uma derrota pessoal, o que, para um militar, é algo detestável. Vejam o meu caso: fui preso, estive na polícia e depois na Casa de Detenção; contudo, como não fui condenado, acabei solto. Houve certa intervenção de amigos e o coronel fulano de tal falou com Filinto Müller e a coisa correu mais ou menos assim:

– Não temos nada contra ele, mande-o embora.

Mas, mesmo assim, fiquei preso por quatro meses e então vim para Porto Alegre e, como eu não sabia outra coisa, fui ser topógrafo fazendo levantamentos de áreas. Trabalhei no Departamento Nacional de Estradas Ferroviárias como diarista, ganhando apenas para viver. Mais tarde comecei

a escrever artigos, e assim passei a trabalhar na imprensa. Fui redator local, ainda muito jovem, da Agência Brasileira, que era dos Diários Associados, e nesse tempo foi aberta aqui a Fundação Rio-grandense de Imprensa. Eu fui um dos iniciadores da fundação. Por esta época, eu fazia pequenas traduções de telegramas das agências informativas como a United Press, Reuters, Associated Press, Avas. Fazia tradução do que era captado por Morse e redigia depois de forma jornalística. Foi assim até 1937.

Nesse ano, quando houve a intervenção federal aqui no Rio Grande do Sul, em 17 de outubro, o Flores da Cunha foi para Montevidéu e o pessoal de esquerda saiu. Fui para Buenos Aires, onde acabei preso porque estava em companhia de outros que não tinham passaporte. Fiquei preso por poucos dias, mas logo fui solto. De lá voltei para Montevidéu e depois embarquei para Paris. Peguei o navio, fui para a Inglaterra e depois para a França. Foi na França que resolvi entrar para a Espanha. Passei pela *Maison de Sindicat*, onde funcionava um comitê de ajuda à Espanha. Fiz um exame lá e fui aprovado para ir. Resolvi lutar na Espanha porque achava que lá a gente decidiria, sem maiores dúvidas, o destino da democracia, da liberdade.

Uma curiosidade: quando eu saí da cadeia, tinha um amigo americano no Rio, químico de uma importante firma no Brasil e com quem eu me dava muito bem. Além disto, ele era amigo da família e tal. Uma vez ele me disse, quando saí da cadeia:

– Não quer ir para os Estados Unidos? Vá para os Estados Unidos. Vá viver lá, é muito melhor. Você fala inglês, por que não vai? Pegue um navio americano, chegue lá e se arranje em qualquer lugar.

A isto eu respondia:

– Não. Eu sou um militar brasileiro, não vou querer sair do meu país. Jamais pensei em sair daqui.

Fui mesmo é para a Espanha, onde havia um desafio que me chamava de forma estranha. Minha passagem da França para a Espanha foi clandestina, porque quando cheguei em Paris deram-me passaportes falsos. Aliás, isto também é interessante, pois, como eu falava espanhol que também tinha aprendido em casa porque meu pai quis que a gente soubesse falar direitinho, deram-me um passaporte espanhol. Vigoravam por esta época os princípios do Comitê de não-intervenção. Mesmo assim, a participação estrangeira ocorria por decisão individual. Fui e me apresentei. O sujeito que nos recebeu

era tipo finlandês, que não falava nenhuma língua que se compreendesse, ele só se comunicava por intermédio de um intérprete que traduzia tudo para inglês, alemão, sei lá. Então, mostrei aquele passaporte e passei.

Houve um fato curioso: quando estava num hotel em Perpignan, capital dos Pirineus Orientais, num dado momento sentei-me no *lobby*, quando se aproximou também um rapaz que puxou uma cadeira ao meu lado. Ele olhava firmemente para mim e de repente começou a sorrir. Naturalmente, na minha situação, com passaporte falso, senti-me mal e passei para outra cadeira. Ele chegou-se a mim e disse:

– Você vai para a Espanha, não é?

Eu disse:

– É, eu vou sim, sou espanhol. Ele respondeu:

– Vous n'êtes pas espagnol, vous êtes brésilien.

Você não é espanhol, você é brasileiro. O *bureau* francês já havia dado as informações de quem era quem. Ele possuía toda a lista e disse:

– Seu passaporte é tal, seu nome é esse, você entrou pela França e pegou um outro passaporte, não é?

E, a isso, eu respondi:

– Não, o senhor está enganado, sou espanhol mesmo. Depois eu descobri que o tal polícia era simpatizante e, por fim, ele disse:

– O senhor pode entrar à vontade na Espanha. É só para saber quem é, mas pode entrar.

Primeiro eu fui para um lugar chamado Horta, perto de Barcelona, onde se procedia a uma triagem. Lá, nesse lugar, fazia-se uma distribuição de tarefas. Eles viam para onde a gente deveria ir e nos orientavam. Acharam, então, que meu posto deveria ser, ao menos, tenente de infantaria, pois eu era da cavalaria e de certa forma havia uma equivalência. Mandaram-me então para Figueiras, para um batalhão de recuperação da Brigada Internacional. Lá eu cumpri mais ou menos um mês de adaptação aos regulamentos espanhóis e, ao mesmo tempo, logo de saída fiquei também como instrutor de organização do terreno, com funções de construtor de trincheiras. Como me havia preparado na Escola e era muito jovem e forte, eles me colocaram lá para instruir um pelotão.

Estive várias vezes em luta e fui ferido quatro vezes em combate. A primeira vez fui ferido no Ebro, na perna. Eu estava fazendo um reconheci-

mento, sozinho, uma espécie de croqui topográfico, quando do outro lado do rio um atirador desses especiais deu um tiro, acertando-me na perna. Caí e fui puxado. Felizmente o tiro não atingiu o osso, mas mesmo assim eu fiquei uns vinte dias parado.

Um outro ferimento decorreu de um assalto à noite: uma granada explodiu em minha frente. Por felicidade eu usava capacete de aço, mas mesmo atingido por uns estilhaços de granada, que, aliás, ficaram presos nos ossos, um entre os olhos, outro acima do nariz, não tive problemas.

No terceiro, que foi o mais grave, sofri dois ferimentos simultaneamente. Nós estávamos sob um bombardeio intensíssimo de artilharia pesada e uma granada caiu perto de mim. Eu estava de pé, um estilhaço me atingiu no peito. Subiu, quebrou uma costela e se alojou perto do pulmão.

Houve, ainda, um quarto ferimento: eu estava no chão, sofri um outro ferimento de uma granada especial que explode no ar e forma um cone de balinhas, e um desses cones me atingiu. Como eu estava deitado de bruços, atingiu-me na parte de cima da nádega, perfurando-a. Estive em vários lugares, passando de um a outro hospital por uns dois meses. Isto porque o ferimento era muito grave. Aí, quando me recuperei voltei outra vez para a frente de combate.

Eu estava, no princípio, na 12ª Brigada, Garibaldi. Depois fui para a 15ª, para a Brigada Lincoln, americana, porque falava inglês e lá fiquei até terminar a guerra. Saí com as últimas tropas, no dia 8 de fevereiro, pela fronteira da França, por Portbou.

Depois fui transferido para um campo de concentração. Ou melhor, um, não, dois. Primeiro fui para Argelès-Sur-Mer e depois a Saint Cyprien. Por fim, fui liberado e de lá vim para o Brasil, ainda antes do início da Segunda Guerra.

De volta ao Brasil, eu me casei em dezembro de 1939, aqui em Porto Alegre. Não senti nenhuma rejeição por ter participado da guerra, pelo menos crítica familiar não tive nenhuma. Absolutamente nenhuma. Minha mãe e meu pai, principalmente, deram-me o máximo apoio, carinho, amor. Meu pai era um homem superior. Superior desde sua situação financeira até o nível afetivo. Isso não o impedia de se opor, de contrariar minhas ideias. Ele dizia:

– Mas meu filho, tire isto da cabeça; isto é uma utopia, está tudo errado, você está andando por um caminho desviado.

Eu ouvia, mas não dava tanto crédito. Quando a gente está com essa idade, com essas coisas na cabeça, de nada valem os bons conselhos. A pessoa mais autorizada para me demover seria justamente meu pai. Nem ele conseguiu.

Comecei a escrever em jornal, trabalhei na Livraria da Globo. Fui tradutor muitos anos. Traduza 53 livros para essa editora. Depois entrei na Faculdade de Filosofia aqui mesmo em Porto Alegre. Fiz o primeiro ano e parei. Em seguida fui para o Rio de Janeiro, onde continuei trabalhando em editoras, depois continuei a estudar. Trabalhei como professor de português na Universidade Gama Filho. Às vezes também dava umas aulas de francês, e até um latinzinho eu enfrentava. Latim, contudo, é uma língua que parando a gente perde a prática.

É interessante notar que, depois de ter vivido uma experiência tão intensa, resta certo abandono. Eu não tenho conversado sobre essas coisas com muita gente, nem dou muitas entrevistas. Em primeiro lugar porque não me chamam, apesar de eu ser um homem que na minha idade possa dar depoimento tranquilamente, mas, sei lá, parece que foi Margaret Mead, uma antropóloga norte-americana, que disse algo mais ou menos assim: “Os velhos são imigrantes no mundo atual”.

Também me considero meio imigrante no Brasil e não falo exatamente a língua que o “povão” fala aí. A política, o pensamento científico atual, as preocupações são outras, e para alguém como eu isto tem um limite. O limite é a saturação de todas estas coisas, de todas estas tramoias. Em matéria de política, eu sempre voto contra.

Eu tenho uma tática que sempre dá certo, esta fórmula eu aprendi da seguinte maneira: diz uma historieta popular que havia um velho anarquista espanhol que, além disso, era basco. Pois bem, ele, no fim do século XIX, quando estava com 80 e tantos anos, era um verdadeiro poço de sabedoria, se é possível ter um anarquista que seja um poço de sabedoria. De qualquer forma, ele estava em Madri quando apareceu um jovem de vinte anos e lhe disse:

– Mestre, eu queria um conselho seu, gostaria de saber, quando a situação parece confusa, quando a gente não entende nada, como é que devemos votar?

O velho disse, em resposta:

– Olha meu filho, faça o seguinte, quando tudo te parecer confuso, quando você não entender nada, quando não conseguir enxergar as coisas direito, você veja de que lado estão os bispos e os generais, aí passe para o outro lado.

Acho que essa foi mais uma lição que aprendi da Espanha. A Guerra Civil Espanhola representou para alguns brasileiros uma alternativa de luta. Especificamente para o grupo de ex-militares que se dirigiram para lá, foi a conclusão de um projeto libertário que se inviabilizava entre nós, mas que se abria em outro espaço. Quem, nos anos 1930, como nós que lutamos ao lado dos republicanos, tinha algum ideal social pode acompanhar as drásticas transformações do tempo: o movimento que apresentou Getúlio em 1930; a ambígua revolta constitucionalista de 1932; a passagem pelo Realengo e o Levante de 35, a cadeia e a reciclagem política que ela permitiu; o fulgor dos integralistas; a implantação do Estado Novo, tudo somado determinou mudanças fundamentais no metabolismo da geração inteira.

A distância no tempo anula muitos significados e garante outros sentidos aos mesmos fatos do passado. Mas, é importante lembrar que, além do sentido social e coletivo que nos envolvia, houve certo índice de convocação do ideal individual. Os que foram para a Espanha, não o fizeram por mera exclusão da vivência política nacional. Não foi isto só. O que de fato aconteceu foi a intensificação da luta antifascista e a universalização do combate.

Para nós que resistimos independentemente de espaços geográficos, vimos que o grupo brasileiro estabeleceu uma galeria de pequenos heróis. Heróis anulados pela sucessão dos fatos, particularmente pela derrota na guerra e pela continuidade da repressão aqui no país. De toda maneira, não temos como esquecer algumas dessas figuras militantes como o Carlos da Costa Leite que, tendo nascido em 1895, era dos mais velhos quando foi para a Espanha.

O Carlos era companheiro de Juarez Távora e de toda aquela gente, enfim, um homem brilhante. Da minha altura, moreno, talvez tivesse nitidamente alguma avó, bisavó de negro, mas ele era considerado branco. Falava muito bem o inglês e o francês, o espanhol ainda que com certa teatralidade. Acho que o sujeito, sempre que fala língua estrangeira bem, tem certa vaidade, né? Além disso, era muito estudioso, gostava muito de ler história, cultura geral; também era comunista, marxista.

O Nemo Canabarro Lucas era um tipo singular: homem de grande correção moral e cívica, da mesma forma nos negócios, absolutamente incorruptível e de uma coragem pessoal extraordinária; mas, como ninguém é perfeito, ele possuía um defeito que, contextualizado, explica-se com certa graça: ele era vaidoso, mas o que se vai fazer? Pois bem, o Nemo, uma vez, na guerra da Espanha estava numa unidade perto da minha e me convidou para ver um combate do qual ele iria participar. Era difícil sair da posição que ocupava para simplesmente ver alguém em combate. Em todo caso, fui e era como se estivesse em um espetáculo. Ele comandava um combate como quem comandava um exercício. Bravo, numa tranquilidade heroica, como se ninguém desse um tiro nele, e de fato não deram. Tecnicamente, o Nemo era excepcional e de uma independência política invejável. Ele não era comunista, absolutamente; pelo contrário, vivia às turras com eles. Em 1932, o Nemo meteu-se na revolução de São Paulo, mas ele estava em Minas Gerais. Tinha um comando, uma unidade da polícia mineira. Depois ele foi excluído do Exército em 1932, indo para o Paraguai como major-comandante do Regimento na guerra contra a Bolívia, no Chaco. Aí foi anistiado e voltou para o Brasil. Expulso outra vez, mais tarde acabou indo para a Espanha e em seguida voltou para o Brasil, sendo, depois da anistia, coronel reformado. O Nemo conseguiu voltar antes porque era amigo do Newton Estillac Leal, alguém da confiança do Getúlio.

O Dinarco era primeiro-tenente da Aviação que, naquele tempo, era arma do Exército. Ele já morreu. Morreu há pouco tempo, antes da anistia de 1988. Conheci-o na Escola Militar, onde tinha sido tenente. Ele era sargento, depois foi promovido a tenente sem o curso. Já como segundo-tenente, que naquele tempo se chamava de comissário, ele fez o curso da Escola Militar. Isso porque ele era jovem ainda, tinha pouca idade, e podia fazer o curso.

O mesmo aconteceu com o José Gay da Cunha. O Gay tinha sido cadete, saiu e depois voltou, e fez o curso da Escola Militar já como segundo-tenente. Foi um comandante intrépido dos mais brilhantes que conheci. Morreu faz alguns anos. Ele veio para cá em 1945. Era oficial da Aeronáutica, mas lá na Espanha eles não aceitaram porque não havia vaga na aviação para os voluntários, só para o Exército. Ele, então, ficou para lutar nas fileiras da infantaria, onde foi combater como capitão. O Gay era um homem

com uma grande vitalidade, um atleta, o melhor da Escola Militar naquele tempo: bonitão, grande, com 1,86 ou 1,88 m de altura, extraordinariamente forte, atlético e muito extrovertido. Ele tinha uma grande inteligência prática, não essa inteligência para tirar notas altas na sala de aula, mas sim, inteligência para fazer as coisas certas. Também tinha habilidade mecânica, senso de direção, sabia mexer com motores de automóveis, de aviões. Além de tudo isto, era muito corajoso pessoalmente. Na Espanha ele foi capitão, comandante de uma companhia de infantaria e depois chegou a comandar a 15ª Brigada Lincoln.

O Apolônio era oficial de artilharia, segundo-tenente. Mato-grossense, era um bom poeta e bom soldado, escrevia muito bem. Casou-se com a Renée, esteve na França, depois combateu nas forças francesas do interior e é cavaleiro de honra da França, comendador.

O Joaquim Silveira dos Santos conheci na Escola Militar. Nós o chamávamos de Quincas. Ele se revoltou juntamente com o pessoal do Terceiro Regimento em 1935, foi ferido, perdeu um olho na ocasião. Depois foi para a Espanha. Lá combateu no Exército espanhol, não na Brigada. A Brigada complementava o Exército, mas eram divisões à parte.

O Nelson de Souza Alves era tenente da polícia no Espírito Santo, mas eu não o conheci bem porque lá na guerra da Espanha estávamos separados e nosso contato sempre foi muito rápido. Não sei por que, mas ele tinha o apelido de “Vento-sul” e, naquela época, ele devia ter uns trinta anos, e era tenente também, lá na Brigada Internacional.

O Delcy Silveira agora é o segundo-tenente reformado da Aeronáutica, porque também não tinha o curso completo e não pôde ser promovido como eu fui. O regulamento não permitia. Então, ele apenas foi promovido depois da anistia. O Delcy era agrimensor formado no Colégio Militar e, como ele é muito competente, aposentou-se como chefe do Departamento de Avaliações no Departamento Estadual de Estradas e Rodagem. Fez curso no colégio interno, em Porto Alegre, fez a Escola Militar, mas estava no último ano quando foi excluído e, nesse caso, pela lei, daria para ele ser reformado como segundo-tenente e foi o que aconteceu com ele. Eu o conhecia desde o Colégio Militar, desde 1927, por aí.

O Eny Silveira era irmão dele e, mesmo não sendo militar, foi muito atuante na vida civil desde os 17, 18 anos. Com 19 anos ele foi para a guerra.

Resolveu ir para a Espanha porque era comunista, engajado. Saiu daqui, foi para o Uruguai e de lá foi para a Espanha.

O Hermenegildo era de uma família tradicional daqui do Rio Grande do Sul, os Assis Brasil. O avô dele foi ministro, uma figura curiosa, como muitos, era rico e tinha prestígio, mas largou tudo e morreu em combate.

Pensar nesses companheiros implica uma combinação de dor com alegria. A dor pela perda e a alegria pela admiração.

Quando me perguntam se valeu a pena, respondo laconicamente:

– Sim.

Dentro de mim, contudo, tenho claro que dar uma resposta competente para uma questão tão perversa como esta exige fazer uma coisa praticamente impossível: avaliar a participação pessoal no contexto da atividade coletiva. Pela minha formação, como tudo terminou bem, fico tranquilo: estivo vivo, bem casado, gosto do que faço. Mas eu não sei se esse grão de areia que sou teve importância na resultante universal, na resultante para o bem-estar do povo espanhol, da vida espanhola.

Eu acho que valeu a pena para mim porque tive uma vivência extraordinária e sobrevivi. Esse é o aspecto fundamental. Não me sinto injustiçado. Considero-me um indivíduo extraordinariamente sortudo, porque eu fiz todas aquelas coisas para minha perdição, no sentido material da palavra, e, no entanto, cheguei à velhice confortavelmente. Sou aposentado como professor, minha mulher também tem economia própria, de modo que tenho meus livros, discos, saúde. Consegui a reabilitação do ponto de vista profissional, porque fui anistiado, sendo depois promovido a coronel. Sou tratado com o posto que tenho: coronel. Se há alguma vaidade na minha história, ela foi bem resolvida pelo Érico Veríssimo. Ao ajudá-lo a escrever *Saga* e ao ver o meu diário como base de seu romance, já me dei por satisfeito.

Delcy Silveira

O professor Meihy relata que o primeiro encontro que teve com Delcy Silveira foi muito estranho. Recebeu-o com simpatia, contudo foi reticente na apresentação de sua história pessoal. Na verdade, depois da gravação, Delcy Silveira havia telefonado para Apolônio de Carvalho que o credenciou como pessoa apta ao projeto. Recomeçaram do zero. Valeu a pena. A entrevista então preparada favoreceu detalhes incríveis, intimidades que, segundo ele, nunca foram reveladas. Outros encontros ocorreram. Ficou evidente que Delcy falava para a História. Referências aos entes queridos, em particular ao admirado irmão Eny, que também foi para a Espanha, pareciam homenagem.

A longa entrevista, muitas vezes revista e emendada, dava conta de uma épica de riqueza incalculável. Questões vitais para o entendimento da história regional do Rio Grande do Sul foram contadas pelo filho de uma família de ricos latifundiários que soube trocar conforto e tradição pela luta a favor de causas que considerava legítimas. Opinativo, seguro, direto, sobretudo respeitoso, Delcy Silveira vasculhou a memória refazendo uma história com sabor de aventura. Os episódios de 1935 e as peripécias do exílio no sul continental são indicações preciosas para temas ainda pouco ou nada explorados como: solidariedade e compromisso entre militares, cultura da clandestinidade e fidelidade partidária. Da mesma forma, afirmativas sobre o papel do Partido Comunista e as ligações continentais são estimulantes.

No trabalho de campo realizado em Porto Alegre, visitei novamente Delcy Silveira, cuja história de vida já conhecia em parte, por conta do que havia sido feito pelo professor Meihy que, inclusive, organizou um evento – o lançamento do filme *Terra e Liberdade* (1995), do aclamado diretor inglês Ken Loach, seguido de testemunhos e debate – onde pude conhecê-lo pessoal-

mente em São Paulo, numa homenagem aos ex-combatentes da Guerra Civil Espanhola por ocasião dos sessenta anos do conflito, em 1996. Desde então discutíamos a possibilidade de realizar uma nova entrevista e nosso contato tornou-se frequente, por cartas e telefonemas, selando uma grande amizade.

Dessa forma, em um de nossos encontros, tivemos a oportunidade de gravar mais de duas horas e meia de narrativa que retomou muito do que havia sido dito, mas também avançou até a década de 1990. Ressaltamos, nessa nova documentação oral, o desenvolvimento de sua trajetória após sua participação no Levante de 1935, como cadete da Escola de Aviação, e o retorno da Guerra Civil Espanhola, destacando a militância no PCB no Rio Grande do Sul, também em um tom narrativo épico.

Toda a entrevista e sua posterior conferência foram acompanhadas pela presença marcante de Bartira, sua esposa, também entrevistada. Companheira também na militância política, levantava episódios, acrescentava detalhes, ria e se emocionava com as histórias mais uma vez ouvidas e revividas na lembrança pelos dois. Uma história de um “soldado comunista” assumido. E de sua fiel “escudeira”, uma mulher comunista, cuja narrativa biográfica também apresentamos nesse trabalho de pesquisa, acompanhada de um artigo sobre as questões de gênero.

Durante todos os anos de realização desta pesquisa, mesmo depois de concluído o meu Mestrado em História Social, Delcy e Bartira me acompanharam atentamente. Debates políticos, filosóficos e pessoais foram sempre travados por nós.

Assim, sentíamos que nos renovávamos, pois eles viam que suas histórias com ideias e lutas por transformação social viviam em mim, no meu trabalho e como fonte de inspiração e de reflexão. Algo aparentemente tão deslocado do tempo e do espaço em que estamos... Forneceram vários documentos, abrangendo, por exemplo, desde o discurso de Dolores Ibárruri, conhecida como La Pasionaria, na despedida das Brigadas Internacionais na Espanha do final dos anos 30 até os escritos de Che Guevara publicados no jornal cubano *O Gramma*, além daqueles que diziam respeito à própria trajetória pessoal. Quantas cartas, telefonemas, fotografias...

A escolha dos documentos que estão presentes na história de vida de Delcy foram complexas, em amplo universo e, até por isso, bem significativas. Dizem respeito, sobretudo à sua atuação como um combatente ao lado

da República espanhola, ameaçada pelas forças franquistas: o discurso de La Pasionaria, os episódios da guerra extraídos da entrevista anteriormente concedida e, principalmente, os artigos espanhóis que falam do reconhecimento público da luta dos ex-combatentes nas Brigadas Internacionais pelo governo espanhol, com a homenagem que reuniu os sobreviventes depois de 60 anos. Estes últimos mostraram o que Delcy considerava o grande coroamento de sua luta, o reconhecimento histórico e político tão sonhado, no final século XX e, praticamente, no término de sua vida.

Por isso, a fala de Delcy é mais que épica. Apesar de ter sido expulso das Forças Armadas em 35, sua condição de combatente numa guerra assumidamente ideológica, prenúncio da Segunda Guerra Mundial, o forjou como militar e como comunista. O credenciou em alto patamar para a luta política nacional no interior do PCB. Sempre se considerou soldado e prestista. Aqui, como na história de Gutman, vemos o grau de influência da figura de Prestes entre os militares de esquerda. Mais uma vez, é na vida pessoal que se revelou um vestígio contundente disso: Bartira narrou como ambos decidiram homenageá-lo no nascimento do primeiro filho, em 1945. Luís Carlos Silveira ficou sendo o nome da criança, no ano da anistia e da liberdade de Prestes, para espanto dos vizinhos...


Estranhamente, a partir da volta da guerra, ainda sob o Estado Novo, a militância de Delcy exerceu-se apenas no interior do Rio Grande do Sul, sua terra natal. E é até engraçado vê-lo contar o pavor da polícia quando Bartira encaminhou, naquela cidade tão pequena e distante em que viviam, um abaixo-assinado contra a guerra nuclear! A participação política comunista se exercia nos rincões mais longínquos e trazia consequências para o dia a dia de seus protagonistas, mostrando como o internacionalismo e o nacionalismo desses militantes se fundiam na prática cotidiana

Delcy também quis ver os documentos existentes a seu respeito no DOPS. Que decepção sofreu... Neles, soube que um dos seus amigos militares de longa data, também participante do Levante de 35, tornou-se agente duplo contribuindo com a repressão policial aos comunistas durante todos esses anos. Rejeitou-os também para compor sua história.

Depois disso, Delcy ficou muito doente. Bartira cuidava dele e sempre nos falamos por telefone. Nessas conversas, sempre risonho e valente, prometeu que quando morresse, apesar de comunista, viria “puxar minha perna”! Ainda bem que também penso que o céu não existe. Mas, para

mim, uma de suas francas admiradoras, se existisse, era para onde certamente ele iria... Passaram-se quase três décadas desde quando os conheci em uma sessão de cinema transformada em aula pública de História Ibérica, reinventada pelo professor Meihy. As palavras e a amizade de Delcy e Bartira ainda me acompanham... E, pelas narrativas biográficas histórico-literárias, chegaram a estudantes e pesquisadores de gerações que vieram depois, conhecendo uma história contemporânea do Brasil transfigurada por memórias singulares.

Delcy Silveira faleceu em 06 de janeiro de 2004, em Porto Alegre.



*Sempre tive a ideia de ser soldado. Aliás, eu sou soldado!
Da vida de revolucionário, eu conheço praticamente tudo...*

Meu nome é Delcy Silveira. Nasci em uma fazenda, a de Santa Rita, em Arroyo del Rey, no interior do município de Santa Vitória do Palmar. A fazenda ficava a 118 léguas da cidade, uma distância enorme naquele tempo, pois só se andava a cavalo ou de carroça porque carro não transitava, não existia. Um dos primeiros carros quem levou para lá foi meu pai...

Nasci filho de fazendeiro, aliás, de grande fazendeiro, fato que representa um aparente contrassenso, se considerarmos o padrão de vida que levávamos e nossas opções políticas. Fui criado numa fazenda até completar 8 ou 10 anos de idade, quando já era exímio cavaleiro. Depois, seguindo o roteiro comum às famílias ricas, fui estudar na cidade. Meu pai, Pedro Silveira, era chefe político do chamado Partido Libertador e se opunha ferrenhamente à ditadura de Borges de Medeiros. Fui criado, portanto, naquele ambiente de efervescência política, de quase guerra local, que não cabia neutralidade.

Eu me criei com muita liberdade, no lombo de cavalo...! Fui um ótimo cavaleiro! Minha infância foi ótima...! Os meus pais eram severos na aparência. Papai era homem muito arejado, bastante aberto, e mantinha comigo e com meu irmão um relacionamento quase que de irmão mais velho. Era progressista, mas não tinha ideias comunistas nem socialistas. Ele era muito benquisto, aliás, um cidadão muito comunicativo, desses que tomavam um ônibus em um bairro e quando chegava no centro já era amigo de quem es-

tava sentado ao lado dele! Meu irmão mais novo, Eny, também era assim; já eu sou mais fechado... Tenho duas irmãs mais velhas e esse irmão dois anos mais novo do que eu...

Tive uma infância boa... E fui para a cidade na época de estudar. Na cidade de Santa Vitória, estudava em colégio particular porque meu pai, por ser do partido de oposição ao governo, contrário ao borgismo, não podia colocar o filho no colégio público! É claro! As coisas eram assim... Então, me alfabetizei particularmente, um estudo muito ruim, por assim dizer, sem concatenação...

Eu sou gaúcho... e, desde criança, o Prestes era uma pessoa querida na minha casa. Meu pai, como disse, era do Partido Libertador, um partido de fazendeiros, que não deixava de ser reacionário, mas não era policial... O Partido Libertador nunca foi policial: eles eram reacionários porque era um partido formado por fazendeiros! É claro...! Entretanto, o levante do Prestes era olhado por eles como uma continuação dos levantes que os libertadores haviam feito contra o borgismo. O Borges de Medeiros foi governador, presidente – pois, naquele tempo, os Estados tinham presidentes – durante trinta anos! Na época, as eleições eram feitas a bico de pena: até morto votava...! E os libertadores se levantaram em armas contra isso! Em 23, houve uma luta violentíssima aqui no Rio Grande, aconteceu a Revolução de 1923! Meu pai, sendo um dos chefes políticos do local, teve de se exilar no Uruguai devido à repressão que se seguiu à derrota dos militantes libertadores. Para que nossa saída para o Uruguai transcorresse em paz houve uma longa negociação, a fim de garantir que os aliados do meu pai, que ficaram, não fossem molestados. Cresci nesse ambiente repleto de diferenças e disputas pelo poder. O Prestes, no levante de 24 e na coluna Prestes, era visto como líder de uma luta que dava continuidade àquela dos libertadores. Eu era bem criança, mas já ouvia falar... Em Santa Vitória, quando era guri, chegou lá o Lourenço Moreira Lima, um advogado cearense, que tinha sido secretário da Coluna Prestes. Ele se ligou muito a meu pai e fazia conferências sobre a Coluna e eu ficava boquiaberto ouvindo todos aqueles feitos... Ou seja, o Prestes entrou muito cedo na minha vida...

Quando cheguei a uma certa idade, fomos para Porto Alegre e ingressei no Colégio Militar. Devia ter uns 11 anos por essa época, em 1927... Meu irmão era bem mais novo que eu, mas também foi junto para a capital. Ele já é falecido. Sempre fomos ligados, a um ponto tal que até acompanhou-me na luta da Espanha. Tenho grandes recordações desse meu irmão... Ele

era estudante secundário quando decidiu ir para a guerra e poucas pessoas que conheço se dedicaram mais a uma causa do que ele. Ele era um idealista! Conheci muitos tipos impressionantes em minha vida, mas poucos se equiparam a meu irmão... Além de tudo, ele nunca perdeu a generosidade e quando ela se alia ao idealismo possibilita uma combinação saudável... Ele, entretanto, só ingressou no Colégio Militar quando eu já estava saindo, uns dois ou três anos depois. Foi da turma do Pedro Alvarez, conhecido militar de esquerda. Tanto que eles me pegaram no Colégio por um ou no máximo dois anos, quando já estava lá em cima, saindo...

Eu entrei no Colégio Militar porque era um dos melhores de Porto Alegre, senão o melhor! Sempre tive a ideia de ser soldado. Aliás, eu sou soldado! A figura que tinha como meu guia, quando era guri, era Napoleão! Eu o conheci por livros... Sempre li muito! Com 15 anos, já lia Victor Hugo, Benjamim Costallat... Era fã do Eça de Queiroz e do Guerra Junqueira! Essas eram leituras que comecei a fazer com 14 ou 15 anos...!

O que mais admirava em Napoleão era o guerreiro! Admirava o guerreiro! É claro, hoje olho para Napoleão com outros olhos... Não obstante, Napoleão foi um grande guerreiro e estadista. Todavia, ele era um aventureiro também... Com tudo que ouvi desde criança sobre Prestes e sua coluna, dentro de minha própria casa, passei a substituir a figura de Napoleão pela de Prestes! Admirava e respeitava o soldado que ele era e começava a descobrir o revolucionário que viria a ser... E acho que, como ele, da vida de revolucionário conheço praticamente tudo...

O Colégio Militar de Porto Alegre era ótimo! A rotina era de regime militar: havia o de internamento e de externamento. Eu era externo, porque minha família morava a um quilômetro do Colégio, ia e vinha a pé... Não havia matérias propriamente militares. Digamos que era como o ginásio naquela época, como se o sujeito fizesse o primeiro e o segundo graus... O ginásio era um só: eram sete anos no Colégio Militar, que depois foi reduzido para cinco... Entrei direto no segundo ano e tive a sorte de fazer o curso em quatro anos, porque veio a reforma do ensino... Peguei com sete, mas como já tinha entrado no segundo, fiz em quatro!

O Colégio tinha um horário para entrar. E, naquele horário, se o aluno não estivesse entrando, não entrava mais. Fechavam o portão... Era bem cedo, umas sete ou oito horas, porque no inverno ainda era escuro quando saía de casa...

Existia uma disciplina muito rígida no Colégio, porém a camaradagem que se formava entre os alunos era extremamente sadia! Por exemplo, era proibido fumar no Colégio. Eu não era fumante... Os fumantes iam para a privada, para o W.C., que tinha diversas “privadinhas” e um salão, onde o pessoal fumava, mas era proibido e dava prisão. Pelo menos uma suspensão de fim de semana. Ficavam presos no Colégio no sábado e no domingo... Essa era uma das punições. Uma vez, eu fiquei preso... Ah, não recordo por quê...! Uma molecagem qualquer de guri!

Apesar da rigidez disciplinar, existia uma camaradagem sã que se prolongava pelo resto da vida... Havia princípios como este: um cadete cometia uma falta e queriam saber quem era o responsável, pois, se ele não se acusasse, toda a turma dele era responsabilizada. Isso era de praxe... Infeliz o que não assumisse sua responsabilidade... Outra coisa: os maus colegas eram isolados...! Completamente isolados! Ninguém falava, nem queria conversa com eles...! Quer dizer, se criava para os maus elementos, maus colegas, um ambiente insuportável! Isto era o Colégio Militar.

Nós tivemos ótimos e péssimos professores. A maioria era boa. Todos os professores de português, por exemplo, eram ótimos! Tanto é que falo corretamente minha língua, o que não é comum aqui no Rio Grande... Se não diria: “tu vai”, “tu quer”... Além desses professores serem ótimos, eram umas “mães brasileiras”...! Eram bondosos com a gente...

O professor de francês também era excelente... Basta dizer que, quando estive na França, falei com o que aprendi no Colégio Militar! Não falava fluentemente, mas dava para conversar, pedir informações, essas coisas... Também! O professor de francês era terrivelmente exigente... e era ruim! Para meter o pau num sujeito, reprovar um aluno, não pensava duas vezes...! Ele aprovava o aluno durante o ano: ele tinha um caderninho onde anotava tudo! O nome dele era Carvalho Lima... tinha o apelido de “Carvalhô”! Afrancesado... Era um nortista, tinha uma cara de cachorro buldogue, não ria...! Engraçado! Uma vez, como a muitos outros, ele disse a mim:

– O senhor está aprovado. Mas o exame é regulamentar, então vou lhe fazer uma pergunta...

Ele fez uma pergunta qualquer, banal, e disse:

– Pode sentar.

Era assim... Ele acompanhava e, conseqüentemente, aprovava e repro-

vava durante o ano. O único professor que vi acompanhar a vida do aluno dia a dia!

Os professores de matemática, à exceção de dois, eram ótimos! Um deles era um sujeito muito ruim, tanto que um cadete tentou matá-lo! Puxou uma faca para matá-lo e só não matou porque ele correu, disparou! Não vou dizer o nome dele porque não vale a pena... O outro era um “carola”, vivia na Igreja, perseguidor a não poder mais, um sujeito péssimo! Os outros professores de matemática, entretanto, eram ótimos! A matéria que mais gostei, em tudo que estudei, foi álgebra! O Colégio era ótimo...!

Lá, havia tantos e tantos colegas com quem tinha me ligado... Não quero citar nomes, porque nem lembro mais...! Alguns eram íntimos, por exemplo, o Evaldo Azambuja, que morreu no posto de general... Era um dos meus amigos mais íntimos, mas tinha muitos outros...

Quando estava no penúltimo ano do Colégio, tinha um colega – o tal do Otávio Costa, que depois foi líder comunista – que fazia discursos para a turma. Nós tínhamos horários de estudo em que não havia professores, então ele fazia discursos... Naquela época, era um sectário terrível! Ele chamava o bispo de Porto Alegre de “Toureiro” porque usava aquela roupa vermelha...! Terrivelmente radical! Eu me dava muito bem com ele...

O Colégio Militar tinha fama de ser um celeiro de comunistas. Por que era famoso, não sei... mas era! Posteriormente, na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, também houve episódios famosos como aquele da chegada dos gaúchos que, só por virem do Colégio Militar de Porto Alegre, eram considerados suspeitos de serem subversivos! Isso o Pedro Alvarez conta e meu irmão também presenciou... Já no meu tempo não aconteceu nenhum conflito: havia uma liberdade... Não era nada anticomunista antes de 1935, mas depois o Colégio foi fechado! Esteve assim anos e anos...!

O Costa, por exemplo, fazia proselitismo sobre comunismo. Ele não era de Partido Comunista, nem de coisa nenhuma... pelo menos que eu saiba. Mas fazia uma “discurseira”, explicava para a turma... A turma não reagia muito... Ele era um bom colega... Portanto, não havia reação nem a favor nem contra. Ah...! Não lembro se me empolgava com os discursos, mas era muito amigo dele...

Houve uma época em que fui religioso... Quando era guri, em Santa Vitória do Palmar, uma prima minha que era professora – já era moça e eu

pequeno, com sete ou oito anos –, muito religiosa, me incutia aquilo... E eu tinha um pavor de ir para o inferno...! Era de dar dó! Engraçado...! Por isso, fiz aquele catecismo, tomei a comunhão... Ia à missa e tomava hóstia! Mas, o Colégio era um lugar muito anticlerical: lá predominava o anticlericalismo no meio da cadetada e assim fui abandonando minha “religiosidade”... Não sei por que éramos assim, os anos são tantos e tão longos... Vou dizer: venho de longe, mais de oitenta anos!

Quando terminei o curso do Colégio, tinha 16 anos e, naturalmente, fui direto para Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Fui e lá aconteceu um fato: chegando, tive que voltar porque não fui aceito. Não tinha a idade mínima... Tive que voltar, eu e mais dois colegas. No ano seguinte, fui à Escola novamente porque estava determinado a ser militar e aviador. Nesse intervalo, passei um ano fazendo um curso, pois havia sido criado o sexto ano no Colégio Militar de Porto Alegre. Nesse ano em que frequentei o curso, era facultativo, mas depois passou a ser obrigatório. Fiz esse sexto ano em Agrimensura, uma cadeira profissionalizante, e Revisão de Matemática: essas eram as únicas matérias. A minha turma era de mais ou menos uns quarenta alunos; os que vieram e mais uns quatro ou cinco como eu, que não tinham idade e que voltaram.

O professor era horrível... O professor de Topografia... Não era um professor! Não é que ele não ensinasse... No sábado, havia a sabatina – por isso que se chamava assim –, uma prova realizada mensalmente. Na primeira sabatina, a gente começava a uma hora e não tinha hora para terminar...! Ele mandava, às quatro horas, trazer café com pão e manteiga e distribuía para turma... Depois da prova, na primeira aula dele, em que foi dar os graus, chamou:

– “Fulano”!

Tinha que dizer presente e se levantar.

– Grau “tanto”.

E assim ele chamou sete... Ao final ele disse:

– Os senhores podem tentar. Os demais podem desistir.

Para mostrar como ele não era professor...!

Os sete continuaram, porque não era obrigatório o curso de Agrimensura, mas sim a Revisão de Matemática que, aliás, era muito boa. Eu estava entre esses sete... Fiz o curso e saí agrimensor, que foi a profissão que me serviu depois, quando fui desligado da Escola Militar.

Depois, fui para a Escola Militar. Acho que eu nasci soldado; soldado não apenas no sentido militar, mas sim como um estado de espírito espartano. Nem todo militar é soldado, assim como nem todo soldado é militar. Os militares que são soldados sabem disso. E foi no Colégio que aprendi o significado disso. Terminado o curso do Colégio Militar, ingressei na Escola Militar do Realengo, em janeiro de 1933. Sou coronel aviador reformado, anistiado pela Constituição Federal de 1988. Chegando lá houve um episódio muito interessante, um fato que até hoje lamento não ter guardado o nome do oficial... Nós chegávamos lá e tínhamos que mostrar o “enxoval”: tínhamos que ter tantas camisas, cuecas, meias... Então, nós íamos tirando e um oficial ia anotando. O oficial que estava verificando o meu “enxoval” – porque era um verdadeiro “casamento”! – era um Capitão de Artilharia, um cidadão moreno, sério... Quando tirei uma roupa da mala, embaixo estava *O Capital*, de Carlos Marx. É que, vindo do Rio Grande, passando em Santos, o navio atracou e eu descí. Passei em uma livraria e comprei. Sempre tive uma queda por livro, compro até hoje, apesar de ter dificuldade de ler e a Bartira, minha esposa, pergunta:

– Pra quê??

Digo:

– Um dia vou ler...

Cheguei a ter uma biblioteca com uns dois mil livros, que depois distribuí para as minhas filhas... Até falo brincando que hoje só tenho duas coisas: a minha mulher e a minha cuia de chimarrão! Não tenho mais nada, me considero sem propriedade nenhuma...

Mas, no meu “enxoval” estava *O capital*, de Carlos Marx...! Aliás, era um resumo de um autor italiano... Ele estendeu a mão, pegou o livro e perguntou:

– O senhor é comunista?

Ora, eu não sabia nem o que era comunismo na realidade...! E respondi:

– Não.

E ele disse:

– Cadete, aqui o senhor pode ser o que quiser.

Isso ficou gravado em mim... Foi em 1932 ou 1933... Não lembro bem, mas deve ter sido 33... Quando apareceu a Aliança Nacional Libertadora – a ANL –, em 35, isso já estava muito diferente! Havia espionagem dentro da Escola! Os integralistas estavam delatando! E uma das causas do meu desligamento foi a minha atuação frontal contra o integralismo! Essa postura

resultou nisso... Quando entrei na Escola, era um regime franco, havia liberdade! Prova disso é esse exemplo, em que o Capitão disse que eu poderia ser o que quisesse!

Pouco antes de finalizar o primeiro ano da Escola Militar, contrai tifo durante o treinamento da instrução numa região chamada Gericinó. Esse lugar era o campo de instrução, cheio de mato, várzeas e banhados. A água bebida durante a instrução certamente estava contaminada porque, como eu, grande número de cadetes também contraiu aquela doença. Isto ocorreu no mês de novembro, quando baixei ao Hospital Central do Exército. Em dezembro, às vésperas dos exames, voltei à Escola e nas matérias em que tinha média superior a quatro fui aprovado, menos na disciplina mais banal, a geometria descritiva. Nessa eu não obtive média, e então não fiz o exame. Assim, fui para o Rio Grande, para a fazenda dos meus pais. Como havia ficado reprovado nessa matéria, optei por repetir o ano. Optei. Eu poderia ter feito o exame de segunda época, mas não quis. Naquele tempo, as vagas na Aviação eram poucas. Quando fui para fazer o exame de segunda época, procurei saber se tinham sobrado vagas para a Aviação e constatei que não, pois os que passaram no primeiro exame tinham sido aproveitados. O número de candidatos para entrar na Aviação era altíssimo, mas o exame de saúde rigoroso cortava os não aptos fisicamente. Se eu passasse naquele ano, teria de escolher outra arma que não a Aviação e isso não me interessava. No ano seguinte, ao final, pude escolher a arma: Aviação, é claro!

Até essa época, eu não tinha orientação política nenhuma, mas sempre tive horror à injustiça social. Fui criado severamente, mas com muita liberdade e respeito. Meu pai, mesmo sendo extremamente liberal, não era desses que fazia todas as vontades do filho. Não bastava querer, precisava merecer as coisas, portanto essa condição de rico nunca teve significado para mim. Quando cheguei ao Rio de Janeiro, na Escola do Realengo, era um brasileiro como os meus colegas de curso. Antes de ser gaúcho, sou um bra-si-lei-ro. É engraçado porque desde a revolução Farrroupilha, daquela revolta dos grandes fazendeiros daqui do Rio Grande, tornou-se comum pensar-se o gaúcho como separatista. Aqui no Estado essas versões não têm a menor aceitação. O gaúcho é tão brasileiro quanto o baiano, o paulista ou o carioca.

Já na Escola Militar comecei a ler sobre marxismo. O primeiro livro que li a esse respeito foi o de Bukharin...! Aliás, me causou um impacto! E me

despertou a vontade de conhecer doutrinas marxistas... Nunca li *O capital* mesmo, o original, porque é grande e massudo... Mas alguns resumos eu li. Esse do “enxoval” e outro que tenho em casa... São muito bem-feitos, com o fundamental. E li muito as obras Lênin: acho que dele li quase tudo... Li algumas obras de Stalin... Li muito também os livros do companheiro de Marx, o Engels... Alguma coisa de Feuerbach, muito confuso... Li muito! Eu me transformei num marxista pelo estudo, não pelo sentimento... Posso afirmar que os colegas da Escola liam – deviam ler – porque muitos deles eu conhecia! Eu recebia e passava livros... Ou seja, o ambiente da Escola era risonho e franco. Já enturmado, a continuidade das discussões sobre problemas nacionais fazia com que fôssemos, aos poucos, formulando uma opinião mais definida e com argumentos consistentes. Passamos a debater as correntes interpretativas que surgiam e começamos também a analisar o integralismo, o comunismo, enfim, abordávamos os temas que se levantavam na época.

Já em começos de 35, tudo mudou... A Escola se transformou... Nós olhávamos com desconfiança para os colegas... Havia delações! Havia muitos integralistas... Nem todos eram assim: havia muitos integralistas decentes... Muitos: não era um...! Mas tinha uns crápulas! Alguns que se prestavam para o serviço policial...!

Conheço um fato que se deu com Apolônio de Carvalho. O Apolônio era um intelectual... Ele foi chamado por um coronel ou major, não lembro, que começou a dizer uma conversa-fiada com ele de que havia muita corrupção no Exército e que era preciso acabar com isso. Por isso, era necessário criar um núcleo... Então, o Apolônio começou a perceber que ele o estava cooptando para a delação! Meu amigo levantou e disse:

– Major, o senhor dá licença que eu vou me retirar porque não quero ouvir o resto da sua proposta!

E se retirou... Por aí tiramos o ambiente que se criou na Escola a partir de fins de 34, princípios de 35... Mudou completamente! Em 33 e 34, eu tinha livros marxistas dentro do meu armário no alojamento e lia abertamente! Livros marxistas, principalmente Lênin, que lia muito...

Antes, no Colégio Militar não havia discussão política, era só essa coisa do Otávio Costa de fazer os discursos dele e atacar os padres...! Mas, na Escola Militar, claro que havia um núcleo de cadetes que discutiam, conver-

savam, trocavam ideias... Eu não era um exemplar: era um dos muitos que se interessavam pelos problemas políticos. Quando cheguei na Escola, comecei a enxergar o Brasil de um modo diferente: eu era e sou um patriota. Vinham cadetes de todo o Brasil e isso criava a possibilidade de que nós olhássemos o país globalmente... Não somente como nós, gaúchos, víamos: apenas através do nosso enfoque. Não! Passávamos a ver por sobre um enfoque geral do país! Isso nos abria perspectivas...

Nessa época, já era prestista. Como disse, trouxe de casa o meu prestismo... Aquele respeito, aquela admiração pelo Prestes... Mais tarde, fui amigo de Prestes. Todas às vezes que ia ao Rio, tinha um encontro com ele. Conversava, me reciclava, discutia problemas, dúvidas que tinha... Por alguns anos fiz isso... Nunca deixei de ir ao Rio sem ter um contato com Prestes! Na casa dele só fui uma vez, no apartamento que tinha: normalmente me encontrava com ele no seu escritório na Cinelândia. Eram ali nossos encontros... Eu caminhei nas pegadas do Prestes... Ele me levou ao marxismo e cheguei ao marxismo pelo estudo. Na Escola, entretanto, nós não discutíamos os feitos do Prestes...

O dia a dia no quartel era assim: acordávamos às cinco horas, formávamos e íamos para o rancho. A vida era muito dura na Escola! Saíamos do rancho, voltávamos para o alojamento, botávamos o calção e a camiseta de ginástica e íamos para o campo de ginástica. Depois de uma hora de exercícios, onde eram extremamente exigentes conosco, voltávamos, tomávamos banho, fardávamo-nos e íamos para as aulas.

O estudo, no meu tempo, era composto por um dia de ensino teórico e outro de ensino prático. No dia do ensino prático, nós, das diferentes armas, parece que saíamos da ginástica – não lembro bem se havia –, botávamos um uniforme de campanha e íamos para a instrução. No primeiro ano, a infantaria era o estudo fundamental, e, com esse conhecimento adquirido, pude comandar um pelotão na Espanha... Apenas com o primeiro ano da Escola, porque depois fui para a aviação.

No segundo ano, nós escolhíamos a arma e encaminhei-me para aviação, que era completamente diferente. Não havia a FAB: era a aviação militar e a aviação naval. Então, num dia fazíamos esse curso fundamental na Escola – contemplando matemática analítica, descritiva, física etc. –, além das matérias inerentes à arma de aviação. Essa foi a vida na Escola...

E havia os sábados, depois do almoço, quando nós saíamos... Eu, por exemplo, fazia uma vida em que pouco saía da Escola... Vivía ali nas redondezas... No Realengo, entre os cadetes, eu era um “laranjeira”. “Laranjeiras” eram aqueles que não tinham familiares no Rio e que, portanto, não podiam dormir fora nos finais de semana. Nós, os “laranjeiras”, fazíamos nossa vida social no bairro de Bangu, próximo do Realengo. Bangu... Bangu era o meu chão! Havia muitas gurias... Eu frequentava um Clube que existia e minha vida social era lá... Era considerado um bom partido pelas moças casadouras...! Tenho saudades do Realengo: era minha juventude... Do Realengo fui para a prisão...

No Realengo, já enturmado, a continuidade das discussões sobre problemas nacionais fazia com que fôssemos, aos poucos, formulando uma opinião mais definida e com argumentos mais consistentes. Passamos a discutir as correntes interpretativas que surgiam e começávamos também analisar o integralismo, o comunismo, enfim, os temas que se levantavam na época. Quando apareceu a Aliança Nacional Libertadora, como muitos outros colegas, interessei-me pelo movimento dado o seu caráter nacionalista. Comecei a ler, a envolver-me na discussão dos assuntos mais polêmicos, a formar opinião, ouvir e debater com os outros colegas.

Antes de optar pela Aliança, tornei-me um anti-integralista. Com o tempo, fui me aproximando de outros cadetes que defendiam a ANL e passei a me interessar mais pelo assunto. Quanto ao Getúlio, tenho poucas palavras boas a dizer. Sou daqueles que afirmam que o Getúlio foi a pior coisa que poderia ter acontecido à vida política brasileira. A Era Vargas caracterizou-se por lutas fratricidas: 1930, por exemplo, foi um grande movimento popular de massas que levou a maioria do povo gaúcho e de outros estados brasileiros a empunhar armas, com o fim de anular o esbulho eleitoral e implantar as reformas prometidas pelos políticos da Aliança Liberal. Na realidade, porém, essas promessas tinham apenas a finalidade de trocar as moscas. Até poderia sintetizar a situação na frase de um político mineiro bem matreiro: “ façamos a revolução antes que o povo a faça”.

É importante lembrar o ambiente em que essas transformações aconteceram. A Escola Militar não era antifascista. Por um lado, convivíamos com a pobreza da classe operária e trabalhadora, alguns colegas nossos eram

pobres, de classe média baixa, e, além disso, os bairros na Zona Norte da cidade não tinham nada a ver com Ipanema, Copacabana, a zona sul. Na própria academia criaram-se várias tendências, grupos ideológicos internos, que refletiam as linhas políticas de fora. Havia, basicamente, o pessoal simpatizante do integralismo, e os outros que defendiam a Aliança. Ambos se diziam nacionalistas, com a diferença de que um era fascista e o outro, libertário. A imensa maioria, contudo, não se interessava por política... Antes de optar pela Aliança, tornei-me um anti-integralista. Com o tempo, fui aproximando-me de outros cadetes que defendiam a ANL, e passei a me interessar pelo assunto.

Teve o Movimento de 35, do qual não tomei parte, entretanto acabei preso... Logicamente, entrei em contato com muitos cadetes e até participava das reuniões. Dos que comandaram o Levante do 3° RI, posso garantir, nenhum era comunista. Garanto que não! Os tenentes, com exceção do Leiva Otero, participaram do movimento como simpatizantes da Aliança Nacional Libertadora anti-imperialista, sob o comando de Prestes. Essa história de “Intentona Comunista” foi criação da reação ultraconservadora para incompatibilizar os revolucionários com seus colegas de farda. Levantaram também uma série de calúnias. Na Escola de Aviação, o levante foi dirigido por alguns oficiais comunistas, e outros, a maioria, eram somente aliancistas. Engraçado porque até era amigo de alguns integralistas, aqueles que achava decentes... Eles tinham um ponto de vista e eu tinha outro. Afinal, eles também eram nacionalistas! Nós tínhamos um ponto em comum, só que eles eram reacionários! Eram contra os judeus, eram racistas, algo que não dá para aceitar... Entretanto eram nacionalistas...! E muitos deles marcharam para a esquerda! Muitos... Até alguns líderes. Então, aqueles que julgava decentes, eu conversava; já com aqueles que considerava safados, discutia e, na discussão, eu ofendia... Discussões que acabavam em palavrão e, às vezes, até em murro!

Há que se compreender o seguinte: o cadete jovem se deixou envolver por aquela mística nacionalista. O Plínio Salgado, e outros safados como aquele Gustavo Barroso, influenciavam... Tomar o integralista em geral como safado não está certo... O cadete integralista era um nacionalista, com exceção – é lógico – dos policiais cooptados. Havia cadetes que eram espões. Faziam o serviço de espionagem em nosso meio e comunicavam aos seus superiores. Fui denunciado várias vezes!

Eu era um aliancista. Não era um “organizado” da ANL, mas considerava-me aliancista... Lia a imprensa aliancista, o jornal *A Manhã*, um belíssimo e esclarecedor jornal! Até hoje não apareceu nada igual... Se hoje existisse um jornal como aquele, a Vale do Rio Doce não tinha chegado a isso que chegou...! Porque a nossa imprensa é venal, vendida... Mas, como estava dizendo, era um aliancista e defendia publicamente os meus pontos de vista. Vi com simpatia – muita simpatia – o Movimento de 35! Na Escola Militar não houve nada. É possível que até existisse uma organização comunista na Escola Militar... não posso afirmar que existisse... No entanto, em um primeiro momento, prenderam mais de sessenta cadetes e levaram para um alojamento de uma companhia de guardas que havia ali... Lá, ficamos um dia e uma noite... Eu estava entre esses sessenta! Nesse primeiro instante, deve ter havido denúncias a torto e a direito...! Depois acabaram sendo desligados três ou quatro cadetes... Não... Foram mais... não chegou muito longe de dez, poderia contar... Enfim, houve uns cinco ou seis cadetes que foram desligados daquele bolo de sessenta! A maioria nem sabia por que estava lá! Eu sabia por causa de minha atuação, porque defendia meus pontos de vista abertamente... Não tinha ainda nenhum traquejo revolucionário... Quando fui desligado, o que dizia o Boletim a meu respeito? E a respeito de outros, claro... Era vergonhoso, pois afirmava o seguinte: “Não cometeram nenhum crime contra as leis do país”. Éramos desligados, então, por indisciplina...! Eu era um cadete disciplinado à beça, aliás, continuei sendo, sempre fui... Posteriormente, quando trabalhei, fui subchefe e chefe de uma sessão. Era um sujeito disciplinador, muito justo... Não tomei parte no Movimento de 35 e não peguei em armas... Penso, todavia, que essa acusação não chega a ser injusta porque eu tinha uma posição definida!

Por isso, em 36, fui preso e levado a um quartel, onde fiquei incomunicável. Lá apareceu um capitão, que era um sujeito alto, magro, velho para o posto, que devia sofrer barbaramente do fígado, devido à sua cor terrosa... Era apelidado de Cobra-Camelô pelos cadetes! Chegou de madrugada para fazer as perguntas mais imbecis, me acusar, e não me permitir falar! Tentei falar e fazer um protesto: ele me mandou calar. Pois lá quem falava era ele... Essa foi a única vez que eu o vi. Depois, fui desligado e entregue a polícia. Houve um inquérito policial-militar: fui ouvido uma única vez e, assim mesmo, não fui “ouvido”, mas sim acusado! Apesar de não ter tomado parte

no Movimento...! Não me envolvi...! Nunca mais tomei conhecimento desse inquérito para o qual fui interrogado apenas naquela noite... Fiquei preso durante a noite até a tarde do dia seguinte. Meteram-me em uma camionete policial onde encontrei mais dois cadetes que haviam sido desligados comigo, e foi por eles que soube de um cadete comprometido com o Levante de 35 que me havia denunciado como um dos chefes da conspiração na Escola. Isto era um absurdo, não correspondia à verdade. Mas, de todo jeito, isso e as atitudes nacionalistas e antifascistas que defendia, que eram claras, resultaram em minha prisão e desligamento da Escola Militar. Imagine como me senti. Imagine!

O Brasil estava sendo preparado para aceitar à força o Estado Novo, e para isto era necessário fechar o cerco contra a oposição ao governo getulista. Nessa linha, os opositoristas como eu foram levados para a Casa de Detenção. Fiquei preso por um ano. Um ano!

Não participei do Levante de 35. Fui preso, segundo consta da Ordem do Dia, não pela participação no levante, mas sim devido a minha atuação, atitudes e posições defendidas. Não havia cometido crime contra as leis do país e, portanto, fui desligado por indisciplina. Não recebia visitas porque não conhecia ninguém por lá. Só umas gurias que namorei é que foram ver-me na prisão e isso, aliás, sensibilizou-me à beça. A condição de um preso é de isolamento do exterior e isso me deprimia, pois a família e as moças, a presença feminina, tudo, fazia falta. Os meus irmãos Jaci e João Carlos, de passagem pelo Rio, também foram me visitar na prisão. Foi grande a alegria. Fiz boas amizades durante o tempo em que estive recluso. Muito boas, pois sempre, em qualquer circunstância, há algumas situações especiais que favorecem amizades: na adversidade, quando se cimenta o sacrifício na política, em que os ideais unem os militantes, os sentimentos de afinidade crescem. E, nesse caso, a cadeia foi um momento importante: norteou minha atuação política para sempre.

Assim, saí da Escola Militar com 17 ou 18 anos e fui direto para a cadeia! Fui levado por um oficial e dois cadetes num carro e entregue, com um ofício, à polícia civil. De lá, me levaram para a Casa de Correção, na Rua da Relação... Tive a felicidade de ficar aproximadamente pouco mais de um ano no presídio: ingressei numa “Universidade”! Uma verdadeira “Academia” na qual aprendi, fiz estudos, aprofundi meus conhecimentos

de marxismo... Isso abriu-me um horizonte e norteou a minha vida...! Lá tornei-me um comunista. Adquiri uma tal firmeza revolucionária, que fui capaz de pôr minha vida em jogo na Espanha...

Estudei até línguas na prisão! Quem estava lá? Havia oficiais, professores das universidades, médicos, advogados, cadetes... Porque não estava sozinho: eram vários...! Éramos organizados, tínhamos uma vida coletiva, um chamado Coletivo: nele se elegia uma comissão que falava em nome dos presos e que nos dirigia ali dentro da prisão.

Ali comecei a ter contato com meio mundo! Muitos comunistas, inclusive, com o secretário do Partido Comunista, que estava preso, e outros elementos de projeção do partido. Marighella, por exemplo, conheci na prisão. Ele era civil, um estudante de engenharia... E, lá na prisão, reencontrei Otávio Costa!

Havia muita ordem para tudo, com horários de estudo... Estudava quem queria... Nessas horas, havia silêncio absoluto! Estava ali um grande jogador de xadrez, trotskista, judeu, o Kanprá. Ele dava aula de xadrez! Era um salão grande e nós tínhamos cubículos, vários cubículos, todos nos arredores, em dois andares. De modo que o salão ao centro, aquela parte aberta, era uma “praça”, que deveria ter uns 50 metros de comprimento por uns 20 de largura... Nós chamávamos aquele local de Praça Vermelha! Os cubículos ficavam abertos porque nós arrebentamos todos os cadeados... Ali dentro, nós dirigíamos tudo. Os guardas só mandavam do portão para fora: internamente, nós mandávamos... Naquela “praça”, botamos mesas e o Kanprá jogou com cinco, seis, sete...! Com quantos adversários houvesse! Era um grande enxadrista! Dava aulas... Vivia praticamente enfiado no seu cubículo... Ah! Lá também estudei Freud! Estava preso conosco o Dionélio Machado, um grande médico gaúcho, escritor e psiquiatra, que conhecia profundamente a doutrina freudiana... e estudei muito com ele... Teve uma época em que tive uma certa paixão pelo Freud...

Quando estávamos presos, nós acompanhávamos a luta na Espanha com mapas, com bandeirinhas... Tínhamos um grande mapa da Espanha! A oficialidade, os mais capazes... Nós conversávamos, discutíamos... Na prisão, havia uma determinada hora da noite para nossa rádio, “A Voz da Liberdade”. Davam notícias, comentavam, cantavam canções conhecidas, músicas, paródias... Por exemplo, “Cidade maravilhosa”: “vermelha do

meu coração...”, algo assim nesse sentido...! Era engraçado! Havia muitas paródias! O José Gutman, coronel reformado, era um dos criadores das letras... E tinha o apelido de Sabiá Vermelho! Ele era excepcional... sempre pronto a servir!

Um dos acontecimentos mais marcantes da minha vida no presídio foi a entrega da Olga Prestes aos nazistas... Na saída dela, nós fizemos um protesto que durou a noite toda... Eles a tiraram à tardinha... Mas ela pediu que não fizéssemos nada... nada... Mas nós fizemos! Eles agiram da seguinte maneira: a polícia especial apareceu, com o delegado... Disseram que iam levá-la para o hospital, porque ela estava com sete meses de gravidez e não podia mais continuar lá... Nós víamos a manobra: protestamos e evitamos! Então, o delegado disse:

– Vocês indicam dois médicos para acompanhá-la porque ela vai para o hospital.

Indicamos o Campos da Paz e um outro que não me lembro... Eles saíram com ela... Na saída, pegaram o Campos da Paz e o outro médico, meteram na Casa de Correção, e a puseram num navio alemão que a levou...

Não demorou muito para que nós ficássemos sabendo... Porque os próprios guardas, que eram empregados e não policiais, tinham muito relacionamento com a gente! Em seguida, ficamos sabendo e fizemos um badernaço naquela prisão! Foi uma noite de baderna...! Isso foi o que mais me marcou, foi o acontecimento mais importante... Aquele crime cometido pelo grupo do Vargas... Digo grupo do Vargas, porque não sei nem se foi o Getúlio...! Pois o Getúlio às vezes mandava, outras vezes não... Mas ele era o responsável!

Nós escrevemos uma carta para o Getúlio – que foi entregue em mãos por um deputado, que depois esteve lá conosco – em que nós denunciávamos os crimes, as torturas cometidas, citávamos nomes e tudo mais...! Era uma carta longa e eu fui um dos signatários. Nós fazíamos a denúncia e dizíamos a ele que não estávamos pedindo clemência: apenas lhe dávamos conhecimento dos fatos, porque amanhã o chamaríamos à responsabilidade pelos crimes! E ele não poderia alegar que não tinha conhecimento...! Uma carta desaforada e foi entregue em mãos...!

Na prisão, avaliávamos o Movimento de 35: foi um levante militar, praticamente a continuação do Tenentismo. Minha opinião pessoal é de que o

Tenentismo acabou em 35. Eu acho que o ponto-final foi o Levante de 35... Um levante essencialmente militar, forçado pelos militares, que exigiram os levantes de 27 novembro no Rio em apoio àqueles do Norte, malfeitos, aventureiros... Os militares daqui exigiram o levante.

Fui libertado na chamada “Macedada”, que não foi uma anistia! Macedo Soares, convidado para ser Ministro da Justiça, exigiu a soltura dos presos políticos que não tivessem processos para tomar posse. A anistia, que era coisa diferente, aconteceu somente em 1988, e em parte, porque o Supremo anulou-a e os sargentos não a obtiveram... Enfim, nessa soltura, saí e fui embora...

Minha família passou por muita apreensão, principalmente minha mãe... Ela não tinha estrutura para enfrentar essa situação: era uma mulher amorosa, carinhosa com os filhos, dedicada... Era da classe média, porém com um nível intelectual muito baixo... Lia, escrevia, mas não passava disso... Não tinha estrutura para ser mãe de um revolucionário... Ela entrava em desespero! Tanto é que a enganavam! Neste ano em que estive preso, a enganávamos, pois eu escrevia as cartas como se estivesse continuando o curso...! Papai sabia de tudo... Quando veio ao Rio um conhecido de meu pai – um contraparente que era um major reacionário –, este pediu para ver meu caso. Ele falou com o Filinto Müller, que pediu informações. Veio aquele memorando a meu respeito... Meu pai guardou aquilo, posteriormente, entregou-me e conservei-o com muito carinho, pois assim fiquei sabendo o que a reação pensava de mim:

MEMORANDUM N. 500 – Seg. Pol.

Ref. Memorandum S/N – Gabinete do Snr. Chefe de Polícia datado de 28 de Dezembro de 1936.

Snr. Chefe:

1) – Com referência ao pedido de informação sobre DELCY SILVEIRA, ex-aluno da Escola Militar, tenho a informar o seguinte:

Em 29-7-1936, foi apresentado a esta Secção com officio n. 1.447 do Cmt. da Escola Militar, por ter sido definitivamente desligado da mesma Escola em virtude de alimentar ideias extremistas. Acha-se preso na Casa de Detenção aguardando solução do inquérito do 2º R.I. Do Relatório do Inquérito a que se procedeu na referida Escola, temos o seguinte: Examinando atentamente o presente inquérito, verifica-se que:

a) – o cadete do 3º ano de aviação DELCEY SILVEIRA vem exercendo e irradiando atividade comunista na Escola (depoimento das testemunhas de fls. 33, trechos assinalados a lápis vermelho);

b) – essas atividades datam de muito antes do Movimento de 27 de novembro de 1935.

Pelo serviço reservado que esta Secção mantém nos presídios políticos, tem se verificado que DELCEY SILVEIRA é elemento positivamente comunista, achando-se ligado a todas as organizações comunistas existentes na Casa de Detenção, tendo tomado parte ativa em todas as perturbações da ordem que ali se verificaram.

Rio de Janeiro, 28 de Dezembro de 1936.

Atenciosas Saudações

a) Antonio Emilio Romano – Chefe de Secção

Ao Snr. Capitão Felinto Muller

Chefe de Polícia do D. Federal

Eles pensavam a meu respeito tudo o que havia de ruim, o que só considerarei como elogio! Para eles, eu era um “sujeito perigoso”, era “isso” e “aquilo”...

Por fim, minha mãe pegou uma carta em que eu falava algo escondido dela... Dessa forma, ficou sabendo da minha prisão... Ela se desesperou...! Assim como se passou quando fomos para a Espanha: novamente ela foi enganada! Quando meu pai ficou sabendo que eu ia, já estava a caminho! Em 35, meu irmão, Eny, tinha 15 ou 16 anos e ainda não havia se envolvido politicamente. Mas acabou se envolvendo posteriormente e foi lutar na Guerra da Espanha comigo...

Ao sair da prisão, fui para o Rio Grande. Lá, o governador Flores da Cunha – que, para mim, foi o último caudilho gaúcho – honrou o estado... Era cheio de defeitos, mas também repleto de grandes qualidades: leal, corajoso... E, no fim da vida, foi um homem que se colocou ao lado da democracia e do povo. Flores da Cunha era contra o Golpe de 37. Dizia que tinha um rompante...! E que iria reagir...

Acontece que o governo começou a concentrar forças: o Flores da Cunha contava com a Brigada e com um certo apoio popular. Quando cheguei lá, juntamente com outros oficiais que haviam participado de 35, formamos

um Comitê Militar encabeçado pelo capitão Trifino Correia, que era um revolucionário histórico... Tinha sido cadete em 1922, levantou-se e foi expulso... Fez a Coluna Prestes e voltou na anistia de 1930 no posto de capitão.

Tínhamos, então, um Comitê Militar semi-ilegal, pois o governo de Flores era contra o Golpe de 37. Depois, houve uma denúncia e o Trifino caiu preso... O governo central começou a cercar, a trazer tropas das cidades da fronteira para concentrar em Porto Alegre. De modo que a situação era a seguinte: o poderio central tornou-se enorme em relação às forças que o Flores da Cunha tinha, que era a Brigada Militar. Ao chegarem num ponto em que as sufocariam com a maior facilidade, deram um ultimato ao Flores da Cunha. Puseram um avião no campo de aviação e lhe disseram:

– Você vai para o Uruguai ou vai ser preso.

Ele foi para o Uruguai e nós também fomos... Nunca tive contato com o Flores da Cunha, apenas o conhecia de vista. Assim, fomos para o Uruguai de formas diferentes. Lá nos reuníamos com o major Costa Leite, que era outro revolucionário histórico! Olhávamos para ele como um “deusinho”...! Engraçado! Olhava para ele com um respeito enorme... o Costa Leite... Eu era praticamente um guri, tinha 18 ou 19 anos, e o Costa Leite era um homem de 40 anos, com todo um passado...! Nós nos reuníamos num grupo e discutíamos a nossa ida para Espanha.

Aquele foi um tempo de clandestinidade. Estávamos todos foragidos e tínhamos de atuar com cuidado. É claro que, apesar de clandestino, procurava encontrar a minha família, manter relações com eles, até porque sempre fui muito ligado a todos, mas estava escondido, tendo uma atividade subterrânea, e nessa circunstância seria prudente não procurá-los. A vida na clandestinidade não era difícil apenas em nível pessoal, politicamente também era árduo pensar em vencer, com nossas poucas forças, o regime instalado. Veja como ficamos: o Trifino estava preso, tendo sido levado para o Rio de Janeiro; o Flores, no Uruguai; e a polícia, atrás da gente. Fiquei em Porto Alegre quase um mês depois do golpe de 1937. Ainda continuava estabelecendo contatos, ligações com os companheiros até que chegou o momento em que o Partido Comunista disse que não tinha mais condições de me manter, porque estavam me caçando. Todos pensavam que eu tinha grandes ligações com o Trifino, quando eu nem o conhecia direito. Havia apenas sido um instrumento para fazer aquela ligação porque conhecia o capitão Miranda.

Fui morar em um rancho às margens do Rio Guaíba, no bairro Tristeza. No mesmo local onde morou o Trifino antes de sua prisão. Fiquei na companhia do tenente Mário de Souza. Uma bela tarde, estando eu de pijama, chegou em nossa casa a mulher do dono da casa dizendo que um automóvel cheio de homens estava entrando na porteira da chácara. Tratamos de escapular pelo mato que ficava próximo ao rancho. Apenas pude levar uma pistola e a munição. À noite, voltamos ao rancho e soubemos que se tratava de elementos policiais. Então procuramos o Dinarco Reis, que também se achava escondido no mesmo bairro, e pela madrugada fomos levados em uma carrocinha de padeiro para Porto Alegre. Ficamos escondidos no forro de um armazém situado na Rua Santana e só saímos à noite. Era nosso hospedeiro o grande companheiro, o saudoso Boró. Fiquei assim quase um mês, até que o pessoal achou que não dava mais para eu continuar. Perguntaram-me, então, se eu tinha condições de me exilar, ao que respondi que sim. Questionaram também a oportunidade de levar alguns companheiros, respondi afirmativamente. O meu interlocutor era o advogado Ateon Vale Machado, que representava a direção do partido. Muitos adeptos do Flores também estavam fugindo e fomos em um vaporzinho, embarcamos com destino a Rio Grande. Éramos: Nelson de Souza Alves, Dinarco Reis, meu irmão Eny e eu. Embarcamos nesse pequeno vapor que ia cheio de policiais, fugindo para o Uruguai. Já não havia resistência: o governo federal controlava bem os grupos de poder no Brasil. E, em 1937, com o estabelecimento da ditadura, ninguém fazia oposição. Quando saímos, indo para o exílio, o vaporzinho levou-nos a Pelotas, onde, desembarcando, entramos em contato com elementos revolucionários que, num Ford modelo 29, levaram-nos pela praia do mar a Santa Vitória.

Fora, tive problemas para sobreviver, como acontecia com a maioria dos exilados. Minha família, contudo, tinha recursos e meu pai procurava ajudar. Fui primeiro, com os outros, para Santa Vitória, onde meu pai havia sido chefe político e era estimadíssimo. Os meus acompanhantes saíram por Santa Vitória, de ônibus, para o Uruguai. Em Santa Vitória, nova denúncia: um cidadão foi falar com o delegado para me prender. O delegado de polícia, um daqueles gauchões decididos, disse:

– Ora, porque eu vou prender esse rapaz? Não vejo motivo para isso.

O delegado negou-se, dizendo ser eu filho de um grande amigo seu. Esse indivíduo denunciante, contudo, passou um telegrama para Jaguarão,

para que a guarnição fosse me prender. No dia seguinte chegava o vapor. O telegrafista era sobrinho do chefe político, doutor Mário Teixeira, fazendeiro e médico, e era amicíssimo do meu pai. Pois bem, o telegrafista avisou ao tio, que me chamou imediatamente, dizendo:

– Olha, vem uma patrulha para te prender, eu tenho um cavalo a sua disposição.

Além da fazenda, o doutor Mário tinha uma chácara próxima à cidade, deu-me uma carta para entregar a um cidadão na fronteira, onde deixaria o cavalo e pernoitaria. Foi nesse dia que compreendi de fato o poder e o carisma de meu pai na região. Sem a sua ajuda, as coisas poderiam ter sido bem diferentes. De noite, numa determinada hora, fui à chácara a cavalo, cruzei a fronteira e no outro dia tomei o ônibus para Montevidéu.

Em Montevidéu, morávamos em uma pequena casa de madeira. Na frente, em outra construção, ficavam o banheiro e a cozinha. Essa casa servia de refúgio para os seguintes exilados: Dinarco Reis, Dinarte Silveira, Antonio Silveira, Bolívar Cunha, os irmãos Assis Brasil, Hermenegildo e Eurico, Nelson de Souza Alves e eu. Na casa havia duas camas, que eram usadas pelos mais velhos ou doentes, os demais dormiam no chão sobre jornais. Passávamos muitas necessidades até o momento em que começamos, eu e meu mano, a receber dinheiro enviado por nosso pai. Então o grupo tirou a barriga da miséria. Momentaneamente tínhamos algum dinheirinho, que ia integralmente para os gastos coletivos. Nós continuávamos ilegais e num determinado ponto tivemos de sair de Montevidéu, pois o cerco estava se fechando. Todo movimento revolucionário mantém ligações entre si: os companheiros uruguaios conseguiram um barco para cruzarmos o Rio Uruguai. Desta feita, fomos: Gay da Cunha, Homero de Castro Jobim, Nelson de Souza Alves, meu irmão e eu. À tardinha, fomos até a cidade de Colônia, que fica à margem do Rio Uruguai. Ficamos perto do rio, próximo a um rancho, aguardando barco, que chegaria a noite. Lá nos deram um prato com bife bem acebolado e até meu irmão, que nunca gostou de cebola, comeu tudo!

Estávamos virtualmente na clandestinidade. À noite apareceu o tal barquinho, um caíque frágil, e nele saímos, numa viagem que duraria horas. O rio tem alguns quilômetros de largura e o barco ia devagarinho. O motor era fraco ainda mais carregando uma porção de pessoas. A embarcação era comprida e estreita e cada um ia sentado atrás do outro. Lá pelas tantas, já

em águas argentinas, o motor pifou! Então, o barqueiro cometeu a imprudência de acender um lampião para consertar o motor. A polícia marítima argentina, que andava cuidando dos contrabandistas, viu a luz e veio em cima da gente com um barco possante, apontando holofotes e dando tiros para cima. Por um triz não nos afundaram! Os guardas, de armas apontadas para nós, gritaram:

– Quem são vocês?

Ao que Gay disse:

– Somos ex-militares brasileiros, e queremos nos exilar na Argentina.

Então, o oficial amarrou a canoa no barco até clarear o dia. Quando chegou o dia, fomos entregues à polícia marítima.

Denunciamos a nossa prisão no jornal *A Crítica*, que publicou tudo, inclusive, com fotografias... Tinha gente nossa fora da prisão, como o Dinarco Reis, o Pedro Mota Lima, um grande jornalista, e outros que já viviam lá, pois tinham entrado por outros meios. Nossa liberdade nos foi concedida depois de uma grande campanha em que dois senadores, Palácio e Bravo, tomaram a peito e, inclusive, nos visitaram na prisão... Nós saímos em liberdade e *A Crítica* nos ofereceu um almoço no próprio jornal, na imprensa. Assim, ficamos um tempo na Argentina e começamos a sair em pequenos grupos de dois, três, para a Espanha.

A ida para a Guerra da Espanha era uma decisão pessoal, atendendo ao apelo feito pelo Partido Comunista para que nós, que éramos ex-militares, sujeitos com capacidade militar, fôssemos ajudar a República espanhola. O Exército republicano era muito fraco em quadros militares: fraquíssimo! Nós fomos. E acho que ajudamos...

Nós saímos com passaporte, fornecido pela embaixada da Espanha Republicana, em Buenos Aires. Nesse passaporte, “falso” mesmo éramos nós! Porque saímos como espanhóis, com nacionalidade espanhola, e nomes falsos... Decorávamos aquela baboseira toda! Mas éramos muito vigiados pela polícia argentina a pedido da Embaixada brasileira! Um tira argentino me disse isso... Ele me seguiu, vi que estava me seguindo, viramos a esquina, eu e meu irmão, e aguardamos. Quando ele virou, deu de cara conosco! Eu disse:

– O senhor está nos seguindo. O que é que há?

Ele se identificou. E então nos disse:

– Estou seguindo os senhores... Nós não temos nada contra os senhores, mas acontece que faço relatórios diários sobre a vida dos senhores: onde vão,

com quem conversam, com quem se encontram etc. a pedido da Embaixada brasileira. Nós não temos nada com isso...

Eu até disse:

– Compreendo sua situação, nos desculpe...

Nós conversamos muito amigavelmente, muito cavalheirescamente! Assim, fomos para um lado e ele para outro...

Sobre essas perseguições de tiras na Argentina, houve uns fatos gozadíssimos! Nós – eu, meu irmão e o Nelson de Souza – fizemos o seguinte: um dia, cada um saiu para um lado. Nos distribuímos por Buenos Aires, de modo, que a vigilância ficou perdida! E, num determinado ponto, fomos apanhados por um companheiro – argentino, naturalmente – que nos levou até o navio. A bagagem daqueles que tinham alguma também foi retirada por pessoas completamente estranhas à polícia e a nós mesmos e levada ao navio por outros meios.

Nós embarcamos em um navio fascistoide, polonês, chamado Poulasky, um nome assim... Viajamos cerca de vinte e dois dias até a França. Lá nós éramos esperados. Fomos levados para Paris e, em seguida, para um comitê de ajuda ao povo espanhol. Depois de passar alguns dias em Paris, fomos levados à fronteira e entramos na Espanha.

Que experiência! A experiência na Espanha... Quando estive lá nas homenagens às Brigadas Internacionais, um jornalista me perguntou se eu tornaria a repetir o mesmo gesto... Nas mesmas condições, não tenho a menor dúvida de que repetiria! Não pense que foi fácil ir para Espanha... Travei uma luta tremenda...!

Minha família sempre foi muito unida... Isso já vem dos meus pais... Na família de meu pai, por exemplo, era uma irmandade: dois homens e parece que quatro ou cinco mulheres. Ele era originário do Jaguarão. Então, diziam que, se brigasse com um Silveira, arrumaria tantos inimigos... Toda a irmandade se transforma em sua inimiga! Eu fui e sou muito ligado aos meus irmãos...!

A minha irmã mais velha tomou conhecimento de que íamos para a Espanha e escreveu uma carta fazendo um apelo para não fôssemos... Meus compromissos, minha consciência revolucionária, entretanto, foram mais fortes que meu amor à família... Minha mãe, como disse, não tinha estrutura para tomar conhecimento de um impasse desses... Meu pai, todavia, quando perguntavam:

– O que teus filhos foram fazer na Espanha?

– Eles são homens, sabem os compromissos que têm e como cumprir os compromissos que assumem.

Assim dizia e encerrava o assunto. Essa era a resposta dele!

É preciso dizer que a participação junto às milícias internacionais representava uma nova etapa na militância comunista. Isto, por certo, motivou os jovens. Além do mais, a história de sucesso das Frentes Populares nos estimulava bastante! Fomos, então, para a Espanha... Embarcamos para a Europa num navio qualquer. Como éramos três, cada um foi por um lado e assim despistamos a vigilância, que não era lá tão inteligente. E existia um comitê de ajuda à Espanha, que tomava todas as providências para auxiliar os voluntários. Como disse, o plano foi bem executado: saímos de casa em horários diferentes, fomos em direções opostas e, num lugar marcado, nos apanharam e levaram para o vapor. Como revolucionários ilegais, geralmente não carregávamos malas. Apenas vestíamos a roupa do corpo, e só mudamos para jogar a outra fora. Por isso, acho que ninguém desconfiou...

No barco, que comidinha horrível!... Além de ser comida polonesa, era em conserva, preparada “daquele jeito”, no convés. Foi uma jornada “inesquecível”! Foram vinte e dois dias na travessia de Buenos Aires até a Europa, e, paradoxalmente, o primeiro lugar que o navio aportou foi no Rio de Janeiro, mas nem desembarcamos... Tinha muita polícia, tanto no porto como circulando dentro do navio. Viajamos com nomes e documentação falsificados, mas, mesmo assim não convinha facilitar. Era o Estado Novo do Vargas que mostrava suas garras e nós sabíamos que éramos alvos preferenciais...

A experiência de estar no Brasil e não poder sair foi alarmante! Creio que somente quem já foi expulso do país pode avaliar o que passamos, e, além do mais, estávamos na então capital federal, no palco dos acontecimentos! Não tenho como descrever o que senti... Era difícil conter o impulso e me segurar. Deu-me um embrulho no estômago, um misto de euforia e depressão... Impossível não lembrar disso, ainda mais estando ali, a poucos metros do chão. Foi, no mínimo, emocionante. Tudo parecia normal; atrás dos policiais, víamos, por frestas, o Pão de Açúcar, a praia do Botafogo, a Baía de Guanabara, e as pessoas andando no fundo. Foi um verdadeiro cenário de despedida para nós, exilados, indo para o outro lado do oceano. Parecia coisa de filme! Deu uma saudade enorme...

Depois do Rio, o vapor aportou em Vitória, no Espírito Santo, então pudemos desembarcar. E, é claro, fomos nos despedir do país da melhor forma possível: comendo uma bela feijoada! Recordo que o garçom perguntou:

– Quer a feijoada “quente”, com bastante pimenta?

– É claro!

Queria ficar com aquele gostinho marcado, uma lembrança bem forte... E foi mesmo, pois veio pimenta pura! Aquela, de qualquer forma, era a última vez que pisava em solo brasileiro antes da ida à Espanha...

Dali fomos direto para Dacar, uma cidade muito bonita, arborizada, com um ventinho fresco que, contudo, não enganava a força do sol que não perdoava! Violentíssimo! Tanto que não nos deixaram desembarcar sem um chapéu...

Lá, ficamos uma noite e, no dia seguinte, aportamos em uma cidadezinha ao norte da França que fica numa encosta, um lugar maravilhoso, com aquelas casinhas e seus jardimzinhos, chamada Boulogne-sur-Mer, um recanto muito bonito, verdadeiro cartão-postal... Lá havia gente da organização nos esperando, então tomamos o trem para Paris, onde ficamos uns poucos dias, suficientes para caminhar pelas ruas históricas da capital francesa. O pessoal do Comitê Americano de Ajuda ao Povo Espanhol, que nos financiou a viagem, também nos auxiliava na hospedagem, proporcionando algum divertimento para aqueles que estavam indo ou voltando do combate. Ofereceram-nos um almoço, mais tarde, ocasião em que encontramos com os outros brasileiros como o major Alcedo Batista Cavalcante e o tenente Carrión. Esse almoço tornou-se célebre em nossas biografias! Foi num bairro revolucionário, num daqueles bares subterrâneos que se desce por uma escada... Um vinhozinho francês de lá, outro de cá e, afinal, tomamos um fogo fora de proporção! Foi um problema para conseguirmos chegar de volta no hotel...! Éramos um grupo de seis, todos de braços na rua tentando se equilibrar... Além de nosso grupo, havia mais gente: um italiano chamado Ulpiano, dirigente do Partido e que estava lá em Paris, e havia um francês também: éramos um grupo de seis.

Reunimo-nos com a intenção de afinar os propósitos de nossa ida à Europa, pois nem todos tinham a mesma opinião sobre a participação na guerra. Havia orientações diferentes e o Alcedo, por exemplo, tinha uma posição estranha e não se entendia bem porque ele começou a criar problemas com

o governo espanhol. Como é sabido, ao governo espanhol não interessavam mercenários, pessoas que fossem à luta por algum interesse material, mas, mesmo sabendo disto, o Alcedo queria que ele depositasse em Paris uma determinada importância, um seguro, no caso dele morrer. Neste encontro, além de posições pessoais, o Alcedo procurou nos desmotivar do projeto de ida à Espanha. Ele dizia, sobre a situação militar da Espanha, com traços de realidade, que o país estava dividido, que existiam duas Espanhas: uma ao sul e outra ao norte, e que militarmente a República estava derrotada. Então, em vista disso, ele achava que nós não devíamos ir... Essa era, diga-se, uma posição lamentável, em se tratando de um revolucionário... O Dinarco Reis, uma pessoa mais velha que nós e com experiência revolucionária, em oposição expôs o nosso ponto de vista, afirmando que havíamos assumido uma tarefa e que tínhamos uma missão a cumprir. Considerando nossa determinação, o Alcedo e o Carrión ficaram em Paris, ajudados pelo Comitê. Estas pessoas não só mudaram de opinião em relação à participação na Guerra da Espanha, mas tomaram também posições antirrevolucionárias, atacando o Partido. Isso tudo para justificar a sua omissão... Esse fato, aliás, pode ser facilmente aferido, pois o Alcedo voltou à ativa. Eu o encontrei um dia, em casa de um amigo comum, aqui em Porto Alegre, e ele ostentava a patente de coronel, chefe do serviço de engenharia da região militar. Eu estava na sala com o dono da casa e o vi passar e indaguei:

– Aquele não é o Alcedo?

O anfitrião o chamou, ele reconheceu-me e ficou um tanto sem jeito... Trocamos algumas palavras, que foram poucas, mas duras. Eu era jovem e sectário e o via como um covarde...! Hoje compreendo que o Alcedo tomou aquela atitude para justificar a posição dele e até entendo que não foi só ele... Há outros casos de gente que escreveu artigos contra o Exército Vermelho, mesmo estando na Guerra da Espanha. Foram atitudes estratégicas de quem não queria ser malvisto pelos militares durante a ditadura do pós-64. Independente da desagradável reunião com aqueles dois militares, devo dizer que houve um encontro muito feliz, ainda em nossa estadia em Paris. Foi a visita que fizemos à dona Leocádia, mãe do Prestes. Ela era realmente uma figura incrível! Pena que as pessoas não se dediquem a analisar sua vida... Pena mesmo, pois as campanhas feitas por ela, internacionalmente, para a libertação do filho projetaram não apenas ele, mas também o Partido

Comunista Brasileiro. Ela era valente como ninguém! Metia-se em tudo e foi um exemplo vivo de adesão irrestrita...

Não lembro qual foi o nome que me deram para ser “espanhol”. Sei apenas a nacionalidade: espanhola. Decorei o nome dos “pais”, a cidadezinha onde “nasci”, o nome dos “irmãos”, essas coisas. O detalhe mais interessante foi que me fizeram um espanhol da Galícia, para justificar o sotaque e a semelhança com o português...

Na noite seguinte, rumamos para a Espanha. Entramos por Portbou, e foi quando tivemos o primeiro contato com a Espanha em guerra. Chegamos à estação tarde da noite... Mesmo na penumbra, vimos o lugar bombardeado: trens destruídos, ferro retorcido para todo lado, e umas crateras enormes do bombardeio aéreo! Escombros... Portbou era muito visada pelas forças fascistas, tanto pelo ar como pela Marinha. Como do outro lado estava Perpignan, com uma iluminação feérica, era um alvo muito visível. Fomos recebidos por um oficial carabineiro que nos encaminhou até um hotelzinho, dando-nos um “boleto”, tíquetes para jantar, e forneceu-nos uma identificação. Já era a Guerra Civil... O hotelzinho era servido por uma velhinha que nos deu uma sopa rala e nos mostrou os quartos: um de frente para o outro, cada qual com uma cama de casal. Como éramos em quatro, teríamos que nos arrumar assim mesmo. Mostrou-nos o banheiro, a garrafa de água e disse:

– Muito bem, agora vou para o abrigo.

Nós não estávamos no abrigo, mas por enquanto a guerra ainda não existia de verdade. Mortos, feridos, essas coisas ainda não tinham chegado a nós... Foi quando, no meio da noite, estávamos deitados e a sirene tocou! Não tínhamos o hábito da guerra, até que um de nós teve o estalo:

– É bombardeio!

Foi um tal de calçar sapato e descer a escada, tudo sem perder um segundo...! E o último que descia apagava a luz para não chamar a atenção dos pilotos.

Chegamos à rua e fomos todos para um abrigo escavado em uma rocha maciça, mas, no final das contas, não houve bombardeio naquela noite. Era um alarme falso, embora os bombardeios em Portbou acontecessem praticamente todas as noites. Não foi necessário muito tempo para ver a degradação daquela área... Fomos presenciando a cidade se transformar em ruínas, sendo queimada e destruída pelas bombas aéreas e pelos canhões dos navios...

Seguimos viagem para uma cidade chamada Figueiras, onde ficava a sede das Brigadas Internacionais. Fomos os quatro, diferentemente do que havia ocorrido com o Gay da Cunha, com o Assis Brasil e com o Nemo Canabarro, que chegaram antes de nós, foram lutar no Exército Republicano e logo foram promovidos a tenentes. Fomos selecionados para o Batalhão Garibaldi, na XII Brigada. Antes, ficamos em Figueiras, num quartel comandado por um major espanhol, veterano de guerra. Faltava a ele um braço que havia perdido durante uma batalha. Enquanto estávamos esperando instruções para o combate, apareceu o Rodolfo Pacciardi, que na época era oficial do Exército Italiano, antifascista ferrenho. Esse oficial, depois da queda do Mussolini, foi eleito Ministro na Itália! Conversamos um bocado e ele contou-nos que nas Brigadas Garibaldi havia alguns brasileiros e que eles estavam precisando de combatentes treinados. O pessoal aceitou. Decidimos integrar o contingente. Fomos o Homero de Castro Jobim, o Eny e eu. O José Correa e o David Capistrano eram veteranos quando chegamos. Eles já haviam tomado parte em várias batalhas...

Antes de ir para a Garibaldi, o Dinarco e eu esperávamos por um posto na aviação, em coerência com a nossa especialidade. Contudo, depois que o major averiguou a possibilidade, voltou com a seguinte informação:

– Tenho ordens para mandar vocês de volta para a França, porque as Brigadas Internacionais não têm aviação.

Quem tinha aviação era a República, mas sobravam pilotos e faltavam máquinas... Apenas um brasileiro, metralhador, esteve em aviões no Exército: foi o Enéas Jorge de Andrade, que, aliás, morreu em combate. Eu e o Dinarco ficamos desolados... Pensávamos: “Aquela viagem inteira, desde a Argentina, vinte e dois dias no mar, mais o trem, as diversas paradas, Paris, tudo isso à toa? Para não lutar?! O fascismo logo em frente, sendo confrontado num campo de batalha, e nós teríamos que abandonar os postos?!”. Foi aí que chegou o tal oficial italiano e convidou-nos para participar da Garibaldi...

Fui escolhido como instrutor para treinar os mais moços, jovens de cerca de dezoito anos, que substituíam os milicianos mais experientes que já haviam tombado no campo. Instruí uma turma e depois pude ter vários deles no campo de batalha, sob minhas ordens. As Brigadas estavam muito desfeitas depois de tantas lutas... Desarrumadas, precisavam se completar, pois

estavam retiradas, na retaguarda. Algumas delas, como a Garibaldi, serviam para cobrir os claros das próprias milícias internacionais. Eu, como grande parte dos estrangeiros na Garibaldi, falava uma língua “internacional” composta por palavras em francês, italiano, português e espanhol. Com os italianos às vezes eu falava “portuliano”, um arremedo de italiano mesclado com português, mas acho que a maioria conseguia captar a mensagem...

Antes dos combates pesados, depois da Brigada refeita, mandaram-me para uma frente de combate mais calma, numa elevação. Recebi o comando de uma seção de metralhadoras pesadas, mas não havia quase luta nenhuma! Era tudo praticamente parado... Dominávamos a outra margem do Ebro. Ficávamos mais ou menos há uns trezentos metros de distância do *front* e, de vez em quando, resolvíamos desenferujar uma metralhadora. Se alguém visse um movimento no mato, tascava fogo! Dávamos uns tiros e pronto. Mas isso não era luta, parecia umas “feriazinhas”...

Depois de instrutor, fui deslocado para comandar uma seção de metralhadoras pesadas, numa posição defensiva às margens do Ebro, à margem esquerda. Mesmo sendo soldado, recebia umas tarefas de comando naquela seção. Isso foi antes da grande Batalha do Ebro... Depois dessa atividade, fui destacado para guarnecer uma outra posição na cidade de Tortosa, na Província de Tarragona, próxima ao rio. Como se sabe, esta cidade foi importante ponto de resistência e, em 38, ficou ilhada, obrigando os nacionalistas a uma insistente luta contra os republicanos. O lugar estava completamente destruído. A cidade de Tortosa tinha uma parte à margem esquerda e outra à direita. Na margem esquerda estávamos nós; na margem direita estavam os fascistas. A cidade – relativamente grande, com cerca de quarenta mil habitantes – era um monte de escombros... Lá, eu comandava um pelotão de fuzileiros. Às vezes, durante a noite, saía com três ou quatro soldados em patrulha e passava naqueles lugares destruídos... Era tudo horrível! Havia um cheiro constante de cadáver podre... uma coisa pavorosa! Aquele odor enlacrava na gente... Lembro que passava dias e noites sentindo nojo... Tudo era pior quando a gente ia comer alguma coisa e sentia aquele cheiro, que era terrível: cheiro do cadáver decomposto debaixo dos escombros...

Recordo com detalhes os acontecimentos desta etapa. Tudo ficou retido em minha memória como palavras escritas... Na cidade, o centro – os prédios do governo, igrejas, comércio – parecia um deserto: tudo estava destruí-

do. Nem dava para a comunidade iniciar o processo de reconstrução porque o inimigo estava do outro lado do rio, ali pertinho! Nós de um lado, eles do outro: entre a gente, a ponte destruída. Às noites fazíamos patrulhas. A ronda começava logo que escurecia: três soldados e eu andávamos por certos pontos da cidade. As cenas eram pavorosas... Uma vez, chegando próximo ao rio, resolvi andar pela ponte até onde dava. Os soldados vigiavam o local, prontos para dar cobertura caso eu fosse visto, mas, tudo correu bem. Cheguei tão perto do inimigo que pude ouvir suas conversas! Acho que os fascistas estavam a uns dez metros...

No pelotão Garibaldi, apliquei-me dando o melhor de mim. Como instrutor, recebi um prêmio no dia que apresentei minha turma: um cachezinho e um pacote de fumo. Nossa função era cobrir os claros da Brigada, que já estava refeita para tentar novos avanços. A essa altura as brigadas já eram mistas, formadas por espanhóis e estrangeiros. Os voluntários já eram em pequeno número e não dava mais para formar uma brigada inteira de voluntários estrangeiros. É claro que, apesar da atitude heroica de muitos soldados, havia contrastes também marcantes. Lembro, com certo constrangimento, que presenciei alguns atos de covardia na Espanha... Um foi o de um sargento de minha seção, um jovem espanhol, no qual depositava grande esperança. Este rapaz, como eu, estava em torno de seus 21, 22 anos, era sargento e eu, mesmo soldado, o comandava porque recebíamos tarefas pela capacidade. Estávamos distantes uns duzentos, trezentos metros do rio, numa área montanhosa onde ele fazia guarda, sozinho na trincheira. De repente, ouviu-se um tiro. Esse soldado havia disparado na própria mão, depois de enrolá-la na funda do fuzil metralhadora! Então, ele que estava de guarda, se afastara... Foi um choque...! Eu o encaminhei para a brigada com um relatório, dizendo que tinha sido ferido. Ele, por sua vez, declarava que tinha levado um balaço. O resultado é que ele deve ter sido, provavelmente, fuzilado. Fuzilado porque é um crime de covardia proceder desta forma, não é?

A pior tarefa que tínhamos na guerra, da qual nem gosto muito de falar, era a patrulha noturna... É como se fosse uma viagem à terra de ninguém! Era guarda numa posição aqui e logo adiante noutra... Tudo é muito inseguro! Essa foi a pior tarefa que eu exerci! Fiz umas quatro ou cinco patrulhas noturnas... Que horror!

A travessia do Ebro foi feita só pelos espanhóis, numa operação muito bem realizada, feita à noite. O Comando de Guerra resolveu que apenas

espanhóis tomariam parte na manobra. Por trás dessa atitude heroica havia o propósito de levantar o moral dos combatentes. Nós fomos depois, acompanhando na retaguarda. A Brigada Garibaldi era uma tropa de choque! Depois do avanço do Exército Republicano, passados uns dois ou três dias, a Brigada italiana foi posta na ofensiva. Uma noite, eu e o meu batalhão estávamos numa segunda linha e recebemos ordem de nos deslocar para a primeira e fazer um assalto às trincheiras fascistas. Era, agora, uma guerra de verdade...

Quando estávamos na segunda linha, numa elevação, houve um fato engraçado. Durante o dia eu estava fora da trincheira, longe da linha, vendo os combates. Estava enrolando uma manta, dessas que os soldados carregam. Nisso, vi, num estrondo, a terra levantar-se sob meus pés...! Era um tiro dado, possivelmente, por um atirador de elite. Foi assustador, pois levantou a terra! Eu saltei para dentro da trincheira! Mas havia outras situações de pânico, onde o risco era ainda mais presente... A Guerra Civil Espanhola foi terrível! Foi uma luta corpo a corpo... No início, eu tinha vinte e cinco homens, e, ao clarear do dia, sobraram apenas cinco: um cabo e quatro soldados. O cabo assumiu o controle do pelotão porque eu estava ferido duas vezes. Primeiro, senti um estilhaço de granada no peito, queimando feito óleo quente... Até hoje, quando tiro uma radiografia, o estilhaço aparece! Ele é mais ou menos do tamanho de um grão de milho, mas aquilo não me prejudicou tanto. O que me fez passar o comando foi um ferimento no quadril e que atravessou o osso. Esse me deixou no chão...

Na batalha em que me ferí no pulmão, na primeira vez que tive um ferimento mais grave, tínhamos como objetivo chegar à trincheira onde estavam os fascistas. A dificuldade aumentava porque eles haviam posto rolos de arame farpado no terreno. Mesmo com os entraves normais, consegui levar uns oito ou dez homens até os limites do arame. Não dava, contudo, para ir mais longe, pois o arame impedia... Procuramos nos alojar no terreno acidentado pelas bombas explodidas. Ordenei que nos deitássemos à beira do arame e fiquei ao lado de um soldado italiano, de nome Marrali, que tinha ódio ao fascismo. Um ódio tal tinha esse rapaz que o fazia ser quase atrevido! Eu tinha, pois, que cuidar dele, porque – além de tudo – era seu primeiro combate. Eu me deitei ao lado dele e o meu irmão ficou num outro buraco, que tinha a forma de uma bacia. Distávamo-nos, mais ou menos,

uns cinco metros dele e de mais alguns soldados. Nesse momento, um fascista se levantou na trincheira com a granada, a uns três metros de nós: ele estava pronto para atirar, mas não conseguiu...! Ele não atirou a granada, simplesmente a largou! Antes da granada cair, ele foi desfalecendo, desmoronando... De repente, era como se ele fosse um boneco de borracha cheio de vento, que ia se esvaziando! Ele foi esvaziando e sumiu: ele morreu sem saber de onde veio o tiro que o impediu de lançar a bomba sobre nós... Foi o meu irmão quem deu o tiro que nos salvou... Eu estava numa pequena distância dele: só deu um tiro – poderia ter dado um segundo – mas não quis para não denunciar a minha posição. Aí percebi que não era possível assaltar trincheira: nós não podíamos pular por cima do arame farpado! Então, dei ordem para o pessoal recuar... A granada, ao cair, explodiu, atingindo-me no ombro! E não me atingiu mais porque o Marrali estava ao lado e recebeu o resto dela... Um pedaço cortou o pé dele, mas deu para que se arrastasse até a retaguarda. Nunca mais o vi...

O serviço de saúde da República era muito bom. Ferido, fui encaminhado para um posto que ficava atrás das linhas de frente e que operava em barracas. Dali, fui colocado em uma ambulância e conduzido a um trem, cheio de feridos. A tensão era grande durante a viagem, posto que de vez em quando o trem parava por causa dos aviões inimigos que cruzavam o trajeto. Felizmente não nos bombardearam... Apesar da circunstância, era tudo muito eficiente, pois o pessoal até operava nas barracas! O Serviço de Saúde era ótimo... Fui bem atendido e, mesmo não tendo ferimento grave, estava impossibilitado de mover-me. No posto de atendimento, presenciei um fato que me chocou. Depois relevei, entretanto, naquele momento, me chocou muito... Numa das paradas do trem, por causa dos aviões que passavam, um soldado francês teve um ataque de choro, de terror... Eu, a princípio achei aquilo o cúmulo! Depois, fiquei sabendo que ele estava sob um choque e que, a qualquer coisa, desencadeava aquela choradeira. Ele não tinha ferimento físico, mas tinha um gravíssimo, que era de ordem psicológica...

Dali, fui levado a um hospital onde faziam a distribuição dos feridos. Lá, eu estava em uma sala, quando se chegou a mim uma jovem, uma belíssima mulher, com todo o charme das espanholas, que são mesmo muito lindas, que disse-me o seguinte:

– Onde é que o companheiro está ferido?

Fiquei meio sem jeito, pois estava há alguns dias incomunicável, sem ver ninguém... A única pessoa que via era um soldado que trazia a comida, botava o nome do paciente e só. Ninguém falava, a ordem era não falar comigo. E eu também não falava. Comia, retiravam; para ir ao banheiro, chamava a sentinela. Eu fiquei meio sem jeito porque estava ferido na bunda, mas a moça era uma enfermeira profissional e facilitou tudo. Limparam a região ferida, desinfetaram direitinho, depois vedaram com gaze e esparadrapo. Na manhã seguinte, saí da enfermaria para dar a vaga a outros feridos.

O combate no Ebro foi o mais sangrento de todos em que tomei parte... Foi o pior porque os fascistas conquistaram uma trincheira republicana – um platô de mais ou menos vinte metros – e ficava patente que o poderio militar deles era muitas vezes superior ao nosso. Eles tinham a ajuda da Alemanha e da Itália, enquanto nós éramos encurralados pela França e pela Inglaterra. Um absurdo! De um lado a intervenção nazifascista, com soldados, equipamentos, armas, até batalhões de ataque. Do outro, os países “livres”, observando a chacina, “neutros”...

Os brasileiros na Espanha em guerra apenas se comunicavam ocasionalmente. Meu irmão estava sempre comigo, no mesmo pelotão. Os outros compatriotas não estavam todos na mesma Brigada. O pessoal, que na maioria teve boas instruções nas Forças Armadas Brasileiras, foi designado para posições estratégicas. Uns comandavam, outros treinavam soldados inexperientes. Daí que só nos víamos eventualmente... O Dinarco encontrei algumas vezes. O Nemo e o Correa, só na retirada encontrei-os no hospital. Estive em muitos hospitais e, num deles, deparei com meu irmão. Eu estava lá, repousando, quando ele apareceu. Nem o reconheci... Vi chegar um soldado ferido, coberto de pó, vítima de uma granada dos italianos. O projétil caiu-lhe em cima, e ele foi lançado longe! Estava completamente sujo, coberto de pó: quando começaram a lavá-lo reconheci meu irmão... Esta foi uma grande experiência...

Independente dos brasileiros, fiz várias amizades. Eu comandava um pelotão, era amigo dos meus soldados e os soldados eram meus amigos. Mantínhamos uma grande camaradagem. Como sempre, fui muito exigente comigo mesmo, também o era com os meus comandados. É um processo de aprendizado que começa pela conquista da confiança: o soldado deve saber que o comandante é capaz de executar qualquer missão que ele determine a

seus subordinados. O chefe deve ser profundamente justo, porque, na guerra, o posto tem pouco significado: o que vale é o valor pessoal do líder! Isso inspira confiança aos comandados. Comandar no campo de batalha é uma missão muito difícil, pois o chefe, embora esteja se borrando de medo, e isto me acontecia muitas vezes, não pode de modo algum deixar que seus comandados o percebam, pois perderia a confiança deles e se desmoralizaria. Orgulho-me de dizer que nas situações mais difíceis consegui sobrepujar o medo, graças ao treinamento recebido na Escola Militar do Realengo. Aliás, todos os brasileiros souberam honrar a tradição de bravura do soldado brasileiro.

Em uma ocasião, durante um ataque aéreo realizado pela aviação fascista sobre nossa trincheira na frente do Ebro, o telefonista do pelotão abandonou a trincheira, tentando fugir para o abrigo subterrâneo. Eu, resoluto, detive-o apontando-lhe a arma, gritei que o mataria. Ele se deteve e voltou para sua posição de combate. Foi um dos piores momentos da minha vida. Sem dúvida nenhuma, nenhuma mesmo, eu o mataria, pois não poderia permitir que um elemento estabelecesse o pânico entre meus comandados afinal também estávamos sofrendo um ataque da infantaria inimiga.

Os fatos por mim relatados, acontecidos há mais de 50 anos, não obedecem a uma ordem cronológica, pois seria pedir muito da memória de um octogenário. Uma ocasião, estando minha brigada ocupando posições na Serra de Cardô, próximo ao Ebro, estando o seu comando no balneário do mesmo nome, junto ao Mediterrâneo, foi bombardeado por um avião fascista que matou os cavalos que faziam a ligação com a gente. Durante dois ou três dias o rancho, o pelotão que só comia grão-de-bico ou lentilha, pão e vinho, teve o cardápio acrescido de carne de cavalo. Nas frentes onde os combates eram violentos, o rancho só chegava à noite, quando chegava. Às vezes os tarros com a comida chegavam furados por balas e tudo ganhava gosto de pólvora.

Fiquei na Espanha até o fim da guerra. A retirada foi muito frustrante... O presidente Negrin que, infelizmente, apenas assumiu o governo na fase final, fez um discurso propondo a retirada dos estrangeiros da guerra. Ele propôs a retirada tanto do lado republicano como do fascista. A proposta indicava a retirada imediata das brigadas. A alternativa indicada por Negrin visava que os dois lados fizessem a mesma coisa, porém apenas as brigadas foram leais e desmobilizadas... Os fascistas não fizeram o mesmo, claro!

A desmobilização das brigadas foi um erro gravíssimo! Foi como uma amputação na resistência republicana. Além do mais, a gente teve que sair atabalhoadamente e fomos parar naquelas cidadezinhas da fronteira... Lá ficamos, esperando para sair. O México se prontificou a nos receber quando fomos retirados do *front*. A proposta era para sermos asilados políticos no México. Todos! Todos os milicianos e espanhóis exilados da República receberiam a proteção do governo de Cárdenas. Os navios estavam nos esperando na França, em Bordeaux. Dois navios, acho eu. Nós chegamos a ir até a fronteira, nos Pirineus, mas o governo francês não permitiu. Os navios estavam à espera dos brigadistas, mas o governo francês não deixou que nós cruzássemos o seu território. Afinal, com esse papel da França, os dois navios não valeram para muita coisa... Na retirada por Barcelona, atravessamos a fronteira francesa. Enquanto nós saíamos, a Legião Condor, com dez mil homens de infantaria, ia escorraçando as Brigadas Internacionais. Havia uma ponta de vingança da Alemanha nesses últimos ataques às Brigadas. Antes, nós destruímos a infantaria germânica. Tal foi o vexame deles que a Alemanha nunca mais mandou tropas de infantaria! Depois disso, fizeram opção pela ajuda em termos de aviação, artilharia, engenharia...

Há alguns aspectos dessa guerra que são pouco explorados pelos livros e que valeria a pena registrar. Por exemplo, havia muitas deserções das tropas inimigas. Havia porque eles lutavam a favor da opressão, para nos prender, nos limitar, e, nós, ao contrário, lutávamos pela liberdade! Por causa disso, alguns soldados de Mussolini fugiam para o nosso lado. Lembro de um soldado do meu pelotão, um jovem italiano de 18 ou 20 anos, que me contou o seguinte: havia embarcado em Nápoles – ou numa cidade daquelas num porto da Itália – com destino à África para uma daquelas colônias que eles haviam ocupado e, contudo, foram desembarcados na Espanha. Ele era filho de operário e quando percebeu o que acontecia, na primeira oportunidade, desertou para o nosso lado. Era um jovenzinho, foi meu soldado. Conheci também um português, um homem velho já, que me disse o seguinte: ele foi para a Espanha, como operário, para trabalhar e, lá chegando, deram-lhe uma arma e o puseram no Exército Nacionalista. Fizeram isto porque ele tinha ido para trabalhar, pois em Portugal estava sem serviço. Inscreveu-se para serviço na Espanha pensando que fosse para trabalhar, mas não era. Era para ser soldado. Então, ele se passou para o nosso lado...

Independente dos brasileiros, fiz várias amizades. Eu comandava um pelotão, mas era amigo dos meus soldados, que também eram meus amigos... Sempre fui muito rígido com meus comandados, o que não significa que eu não me importasse com eles. É um processo de aprendizado que começa pela confiança... Primeiro, o soldado deve saber que aquilo que você diz é possível de ser realizado. Segundo, você deve ser profundamente justo, porque na guerra patente não tem valor. Não vale nada! O que vale é o valor pessoal do líder. É isso que dará confiança aos outros... O primeiro bombardeio que recebi na trincheira foi um inferno: tudo pegava fogo, gente morrendo, casas explodindo, mas, apesar do desespero que senti, não demonstrei nada! Eu dominava o susto, o pavor, para não comprometer o lado emocional dos soldados... Nunca mostrei medo, entretanto sei o esforço que isso demandava. Hoje, acho que fui um militar de coragem: gastei todo o meu medo lá! Nossa posição foi bombardeada ao clarear do dia... Os fascistas, estrategicamente, escolhiam uma frente pequena para romper. E sobre essa frente eles concentravam artilharia e aviação. Era um troço pavoroso que, quando passava, mudava a topografia do terreno! Começavam cedo e continuavam o dia inteiro, sem pausas, até escurecer... E caía tanta bomba, explodiam tanto o terreno que, no final, um morro desaparecia, deixando no lugar uma cratera...! Nesse dia, não consegui comer. Eu não fumava e fumei. Também não bebia e bebi. Foi o primeiro dia: fiz tudo, menos comer...

Depois a gente se habituava... Eu lembro de uma situação em que, durante meu almoço, a cidade começou a ser bombardeada. Apareceu um grupo de aviões inimigos, mas nem me incomodei com o barulho... Continuei a comer até o fim! Então, peguei minhas coisas e fui para o abrigo. A gente se habitua... Até com as coisas ruins dá para se habituar...

O fundamental na guerra é o estímulo para combater, e isso foi a única coisa que não nos faltou nunca! É certo que trouxemos do Brasil a ideologia antifascista, o que em si justificava qualquer esforço. Mas, o que na Guerra da Espanha realmente contava muitos pontos a favor era o povo... O POVO. Que soldados! Que sacrifício! O povo espanhol era contra o fascismo, contra o Franco. Lutaram até o fim, e foram vencidos devido às intervenções estrangeiras. Franco venceu porque teve o apoio maciço dos governos alemão e italiano. Eles tinham o melhor armamento! Enquanto, por exemplo, nós dávamos dez tiros de canhão numa frente, eles davam duzentos, trezentos,

quatrocentos... Enquanto nós tínhamos fuzis, eles tinham metralhadoras. Enquanto eles tinham cinquenta tanques, nós tínhamos dois. A desproporção era tremenda! Eles atacavam com tropas enormes...!

Meu pai sempre nos ajudou, sempre...! Quando estávamos no exílio, ele mandava dinheiro, nos ajudava de todo jeito...! Lembro que na Espanha escrevia e o papai, quando recebia as cartas, dizia ao carteiro:

– Cada vez que me trouxeres uma carta dessa, te dou um presente!

Lembro que escrevi uma carta para papai pedindo que me mandasse uma erva, porque estava louco para tomar um chimarrão! A dificuldade foi tremenda, mas papai me mandou um quilo de ervas! Chegou através da França! Teve que vencer horrores de dificuldades para exportar um quilo de ervas! Naturalmente, ele foi auxiliado por organizações revolucionárias aqui no Brasil... A encomenda chegou na França e foi encaminhada pelas mulheres que eram “madrinhas” dos combatentes. Eu tinha uma “madrinha”, que nunca conheci, com a qual me comunicava... Às vezes precisava de um sabonete, de uma escova de dentes, então escrevia para ela, que me mandava de lá! Era o Comitê de Apoio aos Combatentes... Assim, a erva foi parar na Espanha através dessas companheiras! Chegou-me às mãos na frente de batalha! Já estávamos na retirada... Enfrentando a derrota... Terrível...! Terrível...!

Eu não tinha cuia, nem bomba. Mas lá havia um comandante, um argentino, um grande sujeito, o Ortiz. Só sei esse nome dele, o verdadeiro nome: comandante Ortiz. Engraçado! Ele tinha uma cuia pequenininha e uma bombinha...! Eu disse:

– Ortiz, me empresta essa cuia e essa bomba que recebi erva lá do Rio Grande!

– Sim, empresto. Mas não vá perder isso!

– Não! Eu não vou perder...

Sei que no primeiro chimarrão – vou citar até os nomes! – estavam o Hermenegildo Assis Brasil, o Nemo Canabarro Lucas, mais um outro companheiro brasileiro. Chegamos, na retirada, numa vila abandonada... Entramos em uma casa também abandonada, fizemos um fogo de chão, pegamos uma panela, pusemos no fogo com água e fomos tomar chimarrão... O engraçado é que naquele momento houve um bombardeio aéreo e a bomba e a cuia ficaram, sumiram! Tratei de salvar a carcaça! Nem lembrei da bomba

e cuia! E nunca mais vi o Ortiz... Gostaria de revê-lo, era um grande camarada... Na volta à Espanha, há pouco tempo atrás, não encontrei nenhum conhecido! Dizem que os voluntários das Brigadas Internacionais, durante toda a guerra, chegaram a quarenta e cinco mil! Dizem...! Desses quarenta e cinco mil, existem uns quatrocentos ainda vivos... Nunca teve, ao mesmo tempo, quarenta e cinco mil homens na Brigada: chegavam grupos. Nós, por exemplo, chegamos num grupo grande de dezessete brasileiros. E assim chegavam de outros lugares...

Tanto que quando cheguei lá, as Brigadas já não eram só de estrangeiros, como no princípio. Eram mistas... Num dos pelotões que comandeí, havia talvez 60% de italianos e os outros eram espanhóis, além de dois brasileiros, eu e meu irmão. Tinha os comissários políticos nos batalhões, nas brigadas e até companhias. Depois, tinha os delegados políticos nos pelotões, que eram os elementos que liam jornais e discutiam com a gente... Porque nem sempre nós estávamos combatendo na trincheira, e eles eram os responsáveis por manter o moral elevado. Meu irmão foi delegado político e foi promovido a tenente. Nunca comandou forças em combate; sua função era essa de secretário político e de combatente! Foi um grande lutador... Era um homem de grande coragem... Excepcional...!

Do lado republicano, apesar de toda a inferioridade bélica, o que não nos faltou foi coragem. Nas Brigadas, o comandante-chefe era um francês chamado André Marti, deputado do parlamento francês, mais velho, de cabeleira alva. Na juventude, ele comandou uma esquadra de navios franceses a se revoltar contra o próprio país, que estava visando intervir na União Soviética. André era um homem típico das Brigadas Internacionais: ao mesmo tempo duro, e muito humano. Nos seus batalhões, jurava fuzilar os desertores. Mas nem precisava... Poucos desistiam de lutar. Comigo aconteceu uma vez de um sargento perder o controle emocional...

Eu não consideraria que a divisão entre anarquistas e comunistas influenciou o resultado final da disputa. Pelo menos até onde minha posição permitia ver, eles lutavam pela mesma causa. Na Brigada Garibaldi, uma parte era espanhola e a outra italiana. Alguns comunistas, outros anarquistas, e quase todos meus amigos. A maioria lutava com empenho. Os que lutaram comigo foram bravos, não me decepcionaram e eu também não decepcionei.

Havia, na saída, muita depressão, é verdade... Todavia, também existiram momentos nobres. Antes de deixarmos a Espanha, por exemplo, na despedida das Brigadas em Barcelona, houve um desfile militar. E uma enorme massa popular ovacionou as Brigadas. Dolores Ibárruri, La Pasionaria, em nome do governo espanhol pronunciou um emocionado discurso de despedida. Não compareci a esse ato, pois me encontrava hospitalizado em consequência de ter sido ferido pela segunda vez em combate. A carta que nos leram era assim:

**HASTA PRONTO HERMANOS...
MENSAJE DE DESPEDIDA A LOS VOLUNTARIOS
DE LAS BRIGADAS INTERNACIONALES
DOLORES IBÁRRURI**

Es muy difícil pronunciar unas palabras de despedida dirigidas a los heroes de las BRIGADAS INTERNACIONALES, por lo que son y por lo que representan.

Un sentimiento de angustia, de dolor infinito, sube a nuestras gargantas atenzandolas... Angustia por los que se van, soldados de más alto ideal de redención humana, desterrados de su patria, perseguidos por la tiranía de todos los pueblos...

Dolor por los que se quedan aquí para siempre, fundiéndose con nuestra tierra y viviendo en lo más hondo de nuestro corazón, aureolados por el sentimiento de nuestra eterna gratitud.

De todos los pueblos y de todas las razas, vinisteis a nosotros como hermanos nuestros, como hijos de la España inmortal, y en los días más duros de nuestra guerra, cuando la capital de la República española se hallaba amenazada, fuisteis vosotros, bravos Camaradas de las Brigadas Internacionales, quienes contribuisteis a salvarla con vuestro entusiasmo combativo y vuestro heroísmo y espíritu de sacrificio.

Y Jarama, y Guadalajara, y Brunete, y Belchite y Levante, y el Ebro, cantan con estrofas inmortales el valor, la abnegación, la bravura, la disciplina de los hombres de las Brigadas Internacionales.

Por primera vez, en la historia de las luchas de los pueblos, se ha dado el espectáculo, asombroso por su grandeza, de la formación de las Brigadas Internacionales para ayudar a salvar la libertad y la independencia de un país amenazado, de nuestra España.

Comunistas, Socialistas, Anarquistas, Republicanos, hombres de distinto color, de ideología diferente, de religiones antagónicas, pero amando todos ellos profundamente la libertad y la justicia, vinieron a ofrecerse a nosotros, incondicionalmente.

Nos lo daban todo; su juventud o su madurez; su ciencia o su experiencia; su sangre y su vida, sus esperanzas y sus anhelos... Y nada nos pedían. Es decir, Sí: querían un puesto en la lucha, anhelaban el honor de morir por nosotros.

¡Banderas de España!... ¡Salud a tantos héroes, inclinaos ante tantos mártires!...

¡Madres!... ¡Mujeres!... Cuando los años pasen y las heridas de la guerra se vayan restañando; cuando el recuerdo de los días dolorosos y sangrientos se esfumen en un presente de la libertad, de paz y de bienestar; cuando los rencores se vayan atenuando y el orgullo de la patria libre sea igualmente sentidos por todos los españoles, hablad a vuestros hijos; habladles de estos hombres de las BRIGADAS INTERNACIONALES.

Contadles cómo, atravesando mares y montañas, salvando fronteras erizadas de bayonetas, vigiladas por perros rabiosos deseosos de clavar en ellos sus dientes, llegaron a nuestra patria como cruzados de la Libertad, a luchar y a morir por la libertad y la independencia de España, amenazadas por el fascismo alemán y italiano. Lo abandonaron todo: cariños, patria, hogar, fortuna, madre, mujer, hermanos, hijos y vinieron a nosotros a decirnos: ¡Aquí estamos!, vuestra causa, la causa de España, es nuestra misma causa, es la “causa de toda la humanidad avanzada y progresiva”.

Hoy se van, muchos, millares, se quedan teniendo como sudario la tierra de España, el recuerdo saturado de honda emoción de todos los españoles.

¡Camaradas de las BRIGADAS INTERNACIONALES! Razones políticas, razones de Estado, la salud de esa misma causa por la cual vosotros ofrecisteis vuestra sangre con generosidad sin límites, os hacen volver a vuestra patria a unos, a la forzada emigración a otros. Podeis marchar orgullosos. Sois la historia, sois la leyenda, sois el ejemplo heroico de la solidaridad y de la universalidad de la democracia, frente al espíritu vil y acomodaticio de los que interpretan los principios democráticos, mirando hacia las cajas de caudales, o hacia las acciones industriales, que quieren salvar de todo riesgo.

No os olvidaremos; y, cuando el olivo de paz florezca, entrelazado con los laureles de la victoria de la República Española, ¡volved!...

Volved a nuestro lado, que aquí encontrareis patria, los que no tenéis patria, amigos, los que tenéis que vivir privados de amistad, y todos, el cariño y el agradecimiento de todo el pueblo español, que hoy y mañana gritará con entusiasmo: ¡VIVAN LOS HEROES DE LAS BRIGADAS INTERNACIONALES!

1/11/1938

Acredito que este documento deva integrar o meu testemunho, pois ainda é desconhecido dos brasileiros e faz parte da história daqueles que, como eu, foram para a Espanha... Creio que por essa época já havia sido

promovido a tenente. Na realidade, fui confirmado neste posto, uma vez que sempre exercesse o comando. Durante o tempo que combati na Espanha, nunca recebi soldo. Nunca! Quando estive em Barcelona de licença, para as despesas extras tive de recorrer ao major Costa Leite. Na guerra, sempre tive a convicção de que não seria morto em combate!

Uma vez fui convidado para fazer um debate na cadeira de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, para falar sobre a Guerra da Espanha, com outro elemento que lá lutou, que é coronel de Cavalaria, o Homero Jobim. O convite foi feito a mim por uma comissão de estudantes. Disse que só aceitaria se o professor da cadeira fizesse o convite. Ele me convidou e eu disse que iria estender o convite ao Jobim, que lutou também. Ele achou muito justo. Fomos os dois; tenho a gravação do debate – os depoimentos foram no dia 11/12/1996 –, que foi muito bom! Tinha uns cinquenta alunos, uns quatro ou cinco professores, inclusive de outras matérias. Ainda em 1996, dois estudantes de jornalismo da Universidade Federal do Paraná – Wilson Renato Negrão e Kátia de Oliveira – fizeram um projeto em telejornalismo chamado “A guerra na Espanha”, com a minha participação, e receberam um prêmio estadual pelo segundo lugar nessa área. Nesse ano, participei também de uma sessão de depoimentos e homenagens aos brigadistas brasileiros em São Paulo, com a exibição do filme *Terra e liberdade*, no Espaço Unibanco de Cinema, a convite do Prof. José Carlos Sebe Bom Meihy, da USP.

Nessa palestra, falei de uma das coisas que mais me impressionou na guerra: o valor da mulher espanhola. Mostrei que aquelas mulheres tinham lutado nas frentes de batalha, nas milícias. Com a criação do Exército Popular, entretanto, elas foram retiradas da frente... As mulheres tinham substituído os homens nas fábricas, nos tratores, nos cabos das enxadas, compunham toda a retaguarda. Um Exército cai na frente quando a retaguarda fraqueja. E a retaguarda era muito firme, formada em sua imensa maioria por mulheres, velhos etc., mas principalmente pelas mulheres...

Quando terminou a guerra, passei para França. Meu Exército, o 5º Exército, comandado por Lister, um espanhol, veio lutando! Enfrentando os fascistas, que vieram como avalanche! Lutando com as costas para fronteira... Até a fronteira! O governo francês não queria nos deixar passar, mas o Negrin – que era o primeiro-ministro, uma grande figura, socialista, médico – disse:

– Bom, então, nós vamos entrar na França lutando porque o Exército não se rende.

Assim, os franceses – o governo reacionário do Dallandier – permitiram nosso ingresso e nós entramos na França, cruzamos a fronteira... As Brigadas foram levadas para campos de concentração. Durante a retirada experimentei um sentimento estranho, um misto de pena e afeto pelo povo espanhol que foi, a despeito do tremendo sacrifício feito, derrotado pela “neutralidade” covarde da França e da Inglaterra. Se a França e a Inglaterra não tivessem sufocado a República espanhola, Franco não teria vencido a Guerra. Não tinha vencido, não. Na retirada fomos levados para um campo de concentração francês, por uns vinte dias. Fomos para o Saint-Cyprien, onde só estive por pouco tempo, por cerca de quinze ou vinte dias.

No campo de concentração, à beira-mar, era aquela loucura: de dia, um calor tórrido, à noite, um frio de rachar. Fazíamos buracos no chão de mais ou menos oitenta centímetros e dormíamos em três ou quatro homens. Isso além da “proteção” que eles usavam: cercado de arame farpado, senegaleses nos vigiando. Além do mais, no buraco em que dormíamos, no outro dia, amanhecia coberto de areia. Nós nos defendíamos do frio, do vento, da fome do jeito que dava...

Saí do campo porque o embaixador brasileiro na Espanha – um cidadão de Bagé, Silveira Martins, que é um nome tradicional do Rio Grande, um chefe federalista de oposição ao governo de então – foi nos retirar de lá. Resolvemos sair. Fizemos uma reunião, ele ficou aguardando nossa resolução dentro de um carro, e estabelecemos o seguinte: quem não tinha processo deveria voltar. Nós averiguamos quem tinha e quem não tinha e chegamos à conclusão de que esse grupo que voltou – Homero Jobim, Nemo Canabarro Lucas, eu, Eny Antônio Silveira, Nelson de Souza – não tinha processos. Descobrimos chegando aqui, entretanto, que o Eny tinha processo... Assim, voltamos...

Fomos levados até Marselha, onde ficamos cerca de um mês, depois embarcamos em um navio brasileiro, que nos trouxe ao Rio... Havia uma bela recepção! O pessoal do DOPS estava esperando no porto...! O Nelson de Souza desembarcou com um oficial de Marinha, primo dele. Meu irmão desembarcou com meu cunhado, que era oficial da FAB. Eu, o Homero e o Nemo, entretanto, nos confinaram em um salão, com um guarda na porta, e nós não pudemos sair... Fomos entregues à polícia.

Foi um caso gozadíssimo! Fui chamado numa sala, onde estava um cidadão sentado, um delegado, com uma pasta... Fiquei em pé, ele na escrivaninha, abriu uma pasta: corri o olho e vi o jornal *A Crítica*, aquele jornal que eu tinha dado uma grande entrevista contra o Estado Novo, Vargas e alguns generais... Ele me olhou e disse:

– O senhor, no exterior, deu uma entrevista contra o Brasil...

Eu já tinha visto o que era! E respondi:

– Delegado, desde quando o Getúlio e Estado Novo são o Brasil?

Ele nem me olhou. Não me deu resposta, fechou a pasta e foi embora... Por isso que digo que esse não era getulista, porque senão teria esbravejado! Apenas foi embora, me deixou na sala, veio um policial e me levou. Fiquei preso alguns dias...

Saí da cadeia e vim para o Rio Grande... Cheguei no dia primeiro de maio de 1939. Imagine o que possa ter sido meu encontro com a família... Foi muito emocionante...

Eu trazia uma missão do Rio de Janeiro para um capitão daqui: eu vou citar o nome desse patife... Era um cara que durante toda a vida foi considerado como de esquerda, até o posto de general. Ele se chama Argemiro Assis Brasil. Foi chefe do gabinete militar do Jango! Um bêbado... Não conhecia esse indivíduo. Minha missão era a seguinte: devia ligar-me com ele para discutir a missão que trazia. Só a reação mesmo que podia ter feito o que fez...! Eu não o conhecia, mas sim o irmão dele, que esteve preso comigo, o João Antônio Assis Brasil, cadete desligado em 35, que também lutou na Espanha... Procurei o João Antônio e disse:

– Preciso falar com seu irmão, mas não o conheço. Então, tu vais me levar até ele.

Ele respondeu:

– Pois não.

Ele parava no Hotel Majestic, onde hoje é um centro de cultura, na Rua da Praia. Chegamos lá, ele bateu no quarto, estava o Argemiro e a esposa. O João Antônio me apresentou para ele e disse para cunhada:

– Vamos dar um passeio?

E saiu com ela. Eu fiquei a sós com ele. O negócio era o seguinte: estávamos organizando no Rio um grupo de oficiais, um movimento dentro dos quartéis, apolítico e sem nenhum acordo partidário – de modo a obrigar o Getúlio, o governo a declarar guerra contra o Eixo. Porque tinha generais

como o Dutra e o Góis Monteiro, que torciam para o Eixo, principalmente o Góis... Era isto.

Ele ouviu... Eu sentia que ele parecia um “sabonete”, me escapava das mãos, cheio de reticências...

– Eu vou escrever para fulano...

Eu trouxe uma carta de apresentação, uma besteira, mas era uma maneira de chegar a ele. Ele disse que ia escrever para o oficial que tinha me apresentado dando a sua posição... Já vi que com aquele não podia contar...

Mas ele não se satisfez: foi ao QG e me denunciou ao comandante da região! Um oficial muito perseguido chamado Aristides Leal, que foi da Coluna, estava adido ao quartel-general, tomou conhecimento do fato e mandou me avisar pelo escritor Limeira Tésio. Acontece que o aviso chegou depois da polícia! Eu estava na legalidade, passeando em plena Rua da Praia, quando fui preso. Por que iria andar me escondendo? Tinha que conquistar minha liberdade! Tinha vindo da guerra, mas isso não vem ao caso... Passei dezenove dias incomunicável na polícia...!

A verdade é a seguinte: o delegado da Ordem Política e Social, um sujeito muito inteligente, Plínio Brasil Milano, conversava muito comigo sobre a guerra... Às vezes mandava me tirar do cubículo e ir para o gabinete dele, para conversar e tomar chimarrão... E, começando a me interrogar, ele disse:

– Olha aqui, você está tentando encobrir quem te denunciou...

Eu já estava pensando que o Assis Brasil estava preso!

– Quem te denunciou foi o capitão Assis Brasil. Não adianta você estar querendo acobertá-lo porque foi ele que te denunciou!

O próprio delegado da Ordem Política e Social me disse isso! Bom, aí eu não tinha mais nada para esconder...

– Realmente há um movimento nesse sentido... E eu trouxe esta tarefa para esse safado que me denunciou...

É engraçado! Depois que fui solto – dezenove dias incomunicável! – me largaram... O delegado foi ao Rio e lá, na certa, disseram:

– Não, realmente tem que largar esse cara...

Assim, me soltaram sem nenhuma explicação...

Fui para a Rua da Praia. Naquela época, era um lugar onde fazíamos *footing* aos sábados... Ficávamos na calçada e as moças desfilavam! A alta sociedade gaúcha desfilava naquela rua! A Rua da Praia mudou muito e hoje

é um troço... Eu vinha andando ali e dei de cara com ele, o Assis Brasil...! Engraçado! Ele deu meia-volta e saiu em sentido contrário! Claro que não ia interpelá-lo... Em primeiro lugar, a minha situação era muito difícil... e a dele não! Anos depois, quando ele já havia sido cassado, encontrei-o num churrasco dos militares cassados na chácara do Pedro Alvarez... Mas não falei com ele. Não tinha por que me aproximar dele...

Conquistei minha liberdade. A polícia me soltou com uma condição: de que tivesse a cidade por *ménage*, ou seja, não poderia me locomover sem comunicá-la. Como não estava fazendo nada, não me importei... Aliás, não comunicava nada à polícia porque nunca fui para lugar nenhum! Aquela missão que recebi no Rio de Janeiro, de oficiais da ativa, consistia apenas em me ligar ao Assis Brasil, que seria o elemento que desenvolveria a ação, independente de mim, dentro dos quartéis, onde não tinha nenhum acesso.

No meio civil a situação era diferente. A gente discutia, o ambiente era antifascista... Depois do torpedeamento dos nossos navios pelos alemães, não havia ninguém que estivesse a favor do Eixo! No Rio de Janeiro, tinha um grupo imenso de militares fazendo campanha nos quartéis pela declaração de guerra contra o Eixo. Era um movimento muito forte... Aqui no Rio Grande, entretanto, o elemento que seria o estopim, que daria o início, realmente deu um belo começo me entregando para a polícia!

Passados esses episódios, ainda em 1939, fui trabalhar no DAER – Departamento de Estradas de Rodagem, como agrimensor, e fui parar na região de São Francisco de Paula. Lá, tive a sorte de achar a Bartira, que depois de dois anos, tornou-se minha esposa... É engraçado! Porque, antes de encontrá-la de verdade, vi o retrato dela e fiquei encantado...!

Havia um retrato de Bartira em tamanho grande – uns quarenta por cinquenta centímetros – na vitrine do retratista da cidade pois, uma vez, ela foi tirar umas fotografias e não pôde comprar aquele... O retratista perguntou se podia colocar na vitrine e ela disse que podia, que não se importava... Então, o retrato ficou exposto lá! Sorte minha... Quando fui para São Francisco, estava passeando com os amigos, conhecendo a cidade, cheguei nesse retratista. Então, olhei o retrato, virei para um colega que me acompanhava e disse assim:

– Olha, tu não se metes com essa garota! Ela está destinada para mim!

Brincadeira...! Tempos depois, num baile em que Bartira compareceu, convidei-a para dançar...! Ela não me conhecia, mas eu já a estava observando há muito tempo...

Depois, ela me convidou para ser seu par no bloco de carnaval e eu aceitei o convite... E estamos juntos desde aquele carnaval...!

Nessa época, a situação política era muito delicada, a ditadura getulista... Para poder casar, resolvi trabalhar por conta própria. Pouco tempo depois de termos nos conhecido, de namorarmos sempre de longe, de termos noivado por carta – ela não se conformava nem eu –, nós quisemos casar. Então, casamos...

Casamos em outubro de 1941. Ela já sabia que eu era comunista... Logo no início do namoro, expus minhas ideias. Não sabia como ela iria reagir... E olha que engraçado! O pai dela era um fã do Luís Carlos Prestes! Acompanhava o que acontecia com ele e o considerava um homem bravo... Ele não era getulista. Então, ela já vinha com o espírito aberto... Comecei a relatar minhas opiniões políticas a ela, minha situação pessoal, tudo o que tinha passado como revolucionário, e o que ainda podia ter que passar...

– Se, por um acaso, nós levarmos adiante o nosso namoro, o que é que você acha disso...?

Ela me respondeu:

– Para mim, isso não é empecilho. Eu serei companheira aceitando todas as dificuldades...

E, realmente, foi e é uma grande companheira, até os dias de hoje...

Continuei militando no Partido Comunista na ilegalidade. O partido era muito fraco... Desde quando tentou-se reerguê-lo, no início dos anos 40, apareceu em Porto Alegre o João Amazonas, um dirigente nacional, que foi quem me procurou. Queria que indicasse os elementos com quem se podia conversar a respeito disso. Coloquei-o em contato com muita gente... Aí iniciou-se a reorganização do partido na ilegalidade em pleno Estado Novo. Também tomei parte nessa reorganização, e quem trouxe essa tarefa foi o João Amazonas...

A reorganização consistia em procurarmos os que tinham sido do partido e reuni-los em células. Retomamos a vida partidária característica de um partido revolucionário na ilegalidade. Nós pensávamos em uma forma de organizar o povo, porque o partido não existia! Posso dizer que fui um dos elementos, através do Amazonas, que iniciou a organização do partido em Porto Alegre, no Rio Grande. Declarada a guerra, o partido ainda continuou na ilegalidade, que só foi rompida depois do término do conflito, com a saída do Prestes da prisão.

Nós, eu e o Homero, nos apresentamos como voluntários, para compor a FEB, ao general Benício. Este foi o general que, na intentona integralista, foi atacado pelos integralistas em sua residência particular. Ele era o comandante da região e estava em frente ao quartel-general, na Rua da Praia, quando fomos levados a ele pelo coronel Satamini. Ele era um democrata, um homem que na Escola Militar enfrentava o Ivan Ramos Ribeiro, que era tido como comunista. A sociedade literária da Escola ficava atulhada de cadeiras só para ver o debate entre os dois! Eram dois gigantes da palavra...! Então, encontramos o Satamini, dissemos que queríamos nos apresentar e ele respondeu:

– Eu levo vocês.

Nos levou e nos apresentou ao general Benício, que estava com um ajudante de ordens que tinha sido meu colega no Colégio e na Escola Militar. Queríamos ir para a guerra. Eles, entretanto, não queriam nada conosco...! Tomaram nota dos nossos nomes, mas era óbvio que não iriam nos convocar... Comunistas vindos da Guerra da Espanha, fichados pela polícia... Ele apenas mandou anotar nossos nomes... e ficou por isso mesmo.

Quando casei, me demiti do DAER e fui trabalhar definitivamente em São Francisco. Lá, recebi a tarefa de formar o partido. Só quem conhece o ambiente daqui compreende a dureza da tarefa! Era um ambiente de fazendeiros... Um lugar reacionário, clerical... Entretanto, recebi a tarefa e a cumpri.

Em 1946, já na legalidade, lancei o partido publicamente num comício que foi o maior ocorrido em São Francisco! Nós fizemos o comício num cinema, que ficou superlotado, e ao lado tinha um café com ligação para o local onde estávamos. Lá estavam todos os fazendeiros, os reacionários, ouvindo nosso discurso. A reação estava em peso! Eu falei no comício como secretário político do comitê local, e havia também um grande orador, um advogado de Caxias, Percy de Abreu Lima, que fez o discurso de fundo. A Bartira e uma outra companheira saíram arrecadando dinheiro para pagar o aluguel do cinema...! Foi um acontecimento no lugar! O Partido Comunista fazendo um comício em São Francisco de Paula...! O povo foi em massa no comício... Muitos foram ao cinema por curiosidade. Os fazendeiros reacionários também foram em massa, todos no café, que ficou regurgitando! Tinha tanta gente no café quanto no cinema! Engraçado! O povo inteiro do lugarejo estava lá...

Vou contar um fato... Nós éramos um partido pequeno. Era constituído por um advogado, Afrânio Araújo; um médico, Henrique Ordovás; dois ou três operários especializados, Luís Viera da Silva, Heitor Vargas... E mais um outro médico, um velhinho, não lembro o nome... Este era o núcleo do partido. O resto era simpatizante porque, em um lugarejo daqueles um sujeito, um operário, que se atrevesse a isso ficava sem serviço! Esse pequeno núcleo fazia uma agitação e dava cada “banho” naquela reação que eles ficavam “borrados”! Porque nós mobilizávamos o povo...

Nunca fui candidato a nada, não era dado a isso... Quando a direção nacional do partido quis me entregar a direção regional em Pernambuco – o João Amazonas foi falar comigo que o Comitê Central tinha resolvido me mandar para lá como seu representante –, respondi:

– Tenho uma mãe velhinha... Eu não me nego! Se resolverem, vou... Mas não quero ir.

Eles tiveram a sensibilidade de me dispensar... Sem dúvida, eu iria! Nunca quis fazer carreira política em parte nenhuma. Poderia ter feito no partido se quisesse: tinha todas as condições para isso.

Em São Francisco de Paula tinha muito camponês sem-terra, trabalhando de agregado de fazendeiros etc. Nós começamos a organizar essa gente. O Afrânio Araújo era advogado e, como tal, ele tinha condições de chamar este pessoal, chamado de “sem-terra” hoje, e que nós chamávamos de colonos. Organizamos um núcleo dos colonos sem-terra e invadimos uma fazenda, que era uma propriedade federal, por herança vacante – um feudo enorme... Houve reações, prisões... Um grupo desses reacionários foi falar com o governador e mandaram um pelotão da Brigada. Nós quase fomos assassinados! Afrânio, eu e um outro companheiro... numa emboscada no interior. Só não fomos mortos porque o comandante do grupo era um sargento – posteriormente cassado em 64 – que não era um bandido: foi o que nos salvou... Do contrário, nós, sozinhos, no meio do mato...! Certamente seríamos mortos...

Posso dizer que nós, em São Francisco, fomos pioneiros na ocupação de terras feita por camponeses. Mantivemos essas ações, apesar da reação. No entanto, justiça se faça: tivemos a sorte de ter como secretário da Agricultura do Estado o Jango Goulart. Os fazendeiros levavam reclamações a ele, que se negava a certas medidas...

Em todo período que morei em São Francisco, continuei militando no Partido Comunista. Outro fato interessante que se passava naquela cidade era que, todo dia Primeiro de Maio, fazíamos um churrasco para o povo! Todo aquele povaréu... Eu era o encarregado de organizar essa atividade e, deixando de lado a modéstia, era o único que tinha condições de chegar para um fazendeiro daqueles e dizer que ele deveria contribuir conosco. Apesar de haver no partido pessoas gabaritadas, elas não tinham as condições que eu tinha... Por quê? Pelo meu passado... Um passado que eles respeitavam. Assim, eu chegava para o fazendeiro e dizia:

– Nós vamos fazer um churrasco e precisamos de uma vaca.

O sujeito dizia:

– Para ti eu dou!

– Tu sabes que o churrasco é oferecido ao povo pelo Partido Comunista... Tu não vais dar para mim.

– Ah, não... Dou para ti, pode ir buscar a vaca.

Bom, chegava para um outro e pedia uma ovelha:

– Olha aqui Fulano, tu vais me dar um capão...

É uma ovelha própria para o consumo.

– Eu não! Vou dar para os comunistas?

– Não é bem para os comunistas... É para o povo que vamos fazer um churrasco...

– Mas não dou!

– Então, está muito bem. Eu te agradeço a atenção.

Quando virei, ele disse:

– Vem cá. Tu podes ir buscar o capão...

Engraçado! Quando cheguei lá para pegar, não havia apenas um, e sim dois! Assim terminavam as discussões...

Nós fazíamos a festa numa chácara qualquer ou num terreno baldio... Falava com um fazendeiro, às vezes o Afrânio conversava também... Era um sujeito que tinha sido fazendeiro, mas agora estava pobre, tinha apenas uma chácara e uma casa enorme dentro da cidade... Pedíamos para ele ceder um mato para fazer o churrasco: prontamente cedeu! Nós éramos muito benquistos, muito respeitados...

Tanto que um fazendeiro de lá, um safado, um dia estava em uma discussão, e nós acabamos tomando conhecimento:

– Eles são uns safados, são uns sem-vergonha!

Aí alguém disse:

– Mas eles são pessoas decentes, pessoas honestas...

E esse fazendeiro respondeu:

– Eles são honestos de safados!

Essa é boa! Não vou citar o nome... ele já morreu, não vale a pena... Num outro churrasco, fui ao mesmo fazendeiro pedir e ele me deu a vaca. A maior fortuna de São Francisco!

Mas, um outro fazendeiro, um progressista, que se dava muito bem comigo, com Percy, de Caxias, nos ofereceu uma vaca. Para esse nem cheguei a pedir: ele ofereceu! Nos dávamos muito bem, com ele discutíamos política... Ele era bem avançado!

Então, ficamos com duas vacas, mas não tinha gente para comer tudo isso. Por isso, voltei ao primeiro fazendeiro e disse:

– Quero te vender uma vaca.

E ele me comprou a vaca! Para fazer finanças para o partido...

Quando houve uma campanha de finanças para trazer a guriazinha do Prestes para o Brasil, peguei uma folha de papel e fui pedir no comércio. Não houve um que se achesse a me dizer não! Explicava:

– É para trazer ao Brasil a filha do Luís Carlos Prestes, que está na França. Precisamos de dinheiro e você pode dar o que quiser.

Nenhum daqueles reacionários comerciantes deixou de assinar e de me dar dinheiro! Em meia hora, levantei mil e quinhentos cruzeiros! A revista do *Globo* publicou o retratinho dela e disse:

“EM SÃO FRANCISCO DE PAULA, EM MENOS DE MEIA HORA, FORAM LEVANTADOS C\$ 1500.”

Era impressionante! Não queira saber o ambiente...

Lá na cidade, não havia ranchos, casinhas, que eu não tivesse entrado ou que não tivesse sido chamado para resolver algum problema. Não havia. Sei, todavia, que era odiado por aqueles reacionários! Odiado... Se eles pudessem me matar, teriam matado... Não tinham coragem... Às vezes, penso: “como é que consegui sobreviver em São Francisco? Sobreviver à reação...?”

Mas nós nunca encontramos gente que tomasse uma atitude ruim cara a cara... Certa vez, apareceu um delegado novo na cidade. Tive um atrito com ele por causa da campanha antinuclear... Foi uma campanha mundial contra a bomba atômica e nós fizemos também. Uma companheira de Porto Ale-

gre veio para nossa cidade e a Bartira saiu de casa em casa com ela, colhendo assinaturas. Eu estava em casa quando chegou um brigadiano:

– O delegado mandou o senhor comparecer à delegacia.

Chegou lá e o delegado disse:

– Eu mandei chamar o senhor porque tem muitas queixas aí... Tem uma senhora estranha, que anda acompanhada da sua senhora, com um documento...

– Sim. É um abaixo-assinado contra a guerra nuclear. O senhor não está sabendo?

O delegado ficou admirado. Além de ter um comunista por perto, a esposa também era comunista! Isso teve desdobramentos... Um belo dia, eu vinha de caminhonete pela rua e o delegado “atacou-me”. Parou e ele disse:

– O senhor me dá uma carona?

– Pois não.

E embarcou. Depois disse:

– Não me dou bem com o senhor. Mas todo mundo aqui se dá com o senhor e por que eu não posso também?

– Depende do senhor!

Ah! Desde aquele dia, ficamos muito amigos! Era um sujeito muito decente... Ele não era de carreira. Antigamente um delegado não precisava ser bacharel. O sujeito era nomeado delegado mais por questões políticas. Era o caso dele. Seu nome está bem de acordo com o que ele é: Fraterno. Às vezes o encontro, dou um abraço...

Por outro lado, tinha um juiz muito canalha... Nós, comunistas organizados no partido, formávamos um certo número de pessoas. Era um partido pequeno, mas extremamente atuante... Extremamente atuante mesmo! A gente dava baile lá na reação! Nós fizemos um comício, uma passeata, não lembro bem... Contaram para o juiz que íamos fazer e ele entrou apavorado na prefeitura! Mandou chamar o delegado e disse:

– Eu vou avisar para a polícia especial para vir pra cá! Porque os comunistas vão fazer uma manifestação...

Porque eles tinham medo...!

Então, o Fraterno foi chamado e disse para o juiz:

– Não senhor! O senhor não vai chamar a polícia especial porque aqui sou eu a autoridade: eu que garanto a ordem! E os comunistas não vão fazer isso que o senhor está dizendo!

O Getulio ainda era agressivo em relação aos comunistas, mesmo quando dizem que era mais brando e tinha nosso apoio político. O partido não existia mais e a gente começou a tentar reerguê-lo, mas era ilegal e tinha que ter muito cuidado! Porque existia a reação getuliana... Então, não havia no partido grandes ações ou quase nada! Ainda assim acho que no interior a coisa era muito visada! Vinha queixa de Porto Alegre contra nós! Vinham denúncias!

Primeiro, não existia o partido. Mas, mesmo morando no interior, recebi a tarefa de reorganizá-lo e cumpri: reorganizei o partido. Daí a reação recrudescceu... Só que não chegava a prender: a reação tinha outros aspectos... Houve fatos como este: tinha uma grande fábrica de celulose a 80 quilômetros de São Francisco, em Cambará, com um número enorme de operários. Ela existe até hoje, a Celulose Cambará. E eu e os companheiros começamos a trabalhar lá naquele meio operário e camponês... Era uma miséria terrível...! Um dia, quando fomos lá (acho que estávamos em três), disseram:

– Olha, vocês vão ser agredidos...

Já tinham uma afirmação:

– Vão tirar vocês daí.

Então, um deles tomou a palavra e falou da ameaça que existia para os operários que estavam ali... Disse aos trabalhadores que eles sabiam o que estava acontecendo, e que tomassem cuidado porque iam encontrar uma reação muito séria e que eles não temiam as ameaças. E, no fim, os reacionários não fizeram nada! Eu estava ali com o operariado e muita gente ia ficar a nosso favor, porque fazíamos uma agitação terrível!

Então, a fábrica se dirigiu a um juiz de comarca dizendo que lá era uma propriedade particular e ele nos noticiou, proibindo-nos de botar os pés dentro das propriedades da Celulose Cambará! Ainda assim, eu ia: deixava o carro num lugar qualquer e entrava pelo mato... Fazíamos reuniões com quarenta, cinquenta trabalhadores, que eram cortadores de pinheiros, das árvores para fabricar a celulose. Fazíamos grandes reuniões com eles...

Vou contar outro fato: bem perto de São Francisco havia uma cidade chamada Canela, uma cidade de turismo. Lá, o pai do prefeito morreu e tinha que ser feito um inventário, pois eles possuíam fazendas. Eles precisavam de um agrimensor. Então, o advogado que estava fazendo o inventário, era meu amigo, disse:

– Em São Francisco tem um agrimensor, um sujeito muito correto, muito decente...

O prefeito respondeu:

– Eu sei, um tal de Delcy Silveira... É, sei que ele é um sujeito muito correto, muito decente, muito competente. Mas te pergunto o seguinte: eu o trago para cá e depois quem é que vai apagar o incêndio que ele vai deixar aqui com os meus trabalhadores?!?

É óbvio que não me aceitou! Para ver como é o reacionarismo... Engraçado! O advogado, meu amigo, que me contou esse episódio...

Posteriormente, vim para Porto Alegre. Trabalhei dois meses na prefeitura, como agrimensor, e depois fui nomeado para trabalhar no DAER novamente. Aqui já não tinha mais uma atuação política tão destacada...

Em 62, é claro, tomei parte ativa no movimento da Legalidade! Eu não sou brizolista... Mas o Brizola – que, diga-se de passagem, é um sujeito honesto e corajoso – resolveu enfrentar a reação, representada por aquela junta militar que estava no Rio, e desencadeou a campanha da Legalidade, apelando para o povo. O comandante do 3º Exército, balanceou a situação e viu que se ele apoiasse... Porque chegaram a dar a ordem da aviação bombardear o Palácio Piratini! Houve coisas como essa...! Na base aérea, militar, os sargentos esvaziaram os pneus dos aviões de combate para que isso não ocorresse! Havia, entretanto, um grupo de oficiais da FAB, composto por golpistas venenosos! Tanto que o governo permitiu, depois que o comandante do 3º Exército aderiu à legalidade, que esse grande grupo de pilotos embarcasse em um avião e fossem para o Rio...

Na campanha da Legalidade, o Brizola resolveu enfrentar! O comandante do 3º Exército deve ter balanceado... E me disse um coronel, naquela ocasião, que a resolução de ficar contra o grupo golpista do Rio, contra a junta militar, foi uma decisão tomada por ele, general, sozinho... que deve ter ponderado que haveria um banho de sangue no Rio Grande... Porque o povo estava na rua! Todo mundo andava armado! Pelo menos carregava um revólver... Passava e via um sujeito com um volume na cintura...

A polícia estava com o governo estadual. A Brigada Militar era uma tropa extremamente disciplinada, que obedece ao comando. A Brigada reagiria! O Machado Lopes telefonou ao governador, que era o Brizola, e disse que iria apoiar. Não foi com essas palavras, mas o sentido era esse... Assim,

o Machado Lopes telegrafou dizendo que daquele momento em diante não recebia mais ordens da junta militar e tomou medidas militares. Deslocou tropas para o Paraná, enfim, para regiões sob o comando dele...

Eu não estava de prontidão para ir para rua... Eu estava na rua! Ia em casa e saía em seguida...! Estava armado como todo mundo! Se o general Machado Lopes tivesse colocado o Exército a favor, teria havido um choque muito grande, uma sangria terrível em Porto Alegre e também em outras cidades... Mas, principalmente, em Porto Alegre. O Brizola realmente mobilizou o povo gaúcho.

Quando do golpe de 64, eu já não tinha mais nenhuma atividade política. Assim mesmo, fui incomodado... Na primeira lista, fui demitido! O governo, que não era bem-visto pelos golpistas, quis apresentar serviço. Então, pegou uma lista de trinta e tantas pessoas e demitiu pela televisão. E eu estava na lista! Depois, com o major que assumiu aqui a Secretaria de Segurança, um sujeito muito decente, Leo Etchegoyen, filho de um desses revolucionários históricos, o pai, os irmãos Etchegoyen – um deles era pai desse rapaz –, que disse:

– Não. Essa demissão não pode ser assim. Tem que haver processo.

Então, houve um processo que tive que responder... Mas não respondi coisa nenhuma! Porque uma turma de militares, meus amigos, inclusive um coronel altamente colocado, um homem do golpe, foi um dos que me defenderam:

– Não. Ele é comunista, ele é tudo isso... Mas não tem atividade política no momento, portanto não há motivo de punição.

Posteriormente, tive um encontro com esse coronel e disse:

– Eu sou comunista. No momento, não tenho atividade política. Não apoio o “movimento”... – porque se dissesse “golpe”, iria preso! – Nada fiz contra, nem farei a favor, mas se vocês quiserem me punir ou me tirar do meu serviço pelo meu passado, não o renego porque tenho muito orgulho dele!

Mais tarde, o coronel Oriovaldo Lima me contou que, conversando com ele, disse a meu respeito:

– Ele está louco! Te disse que era comunista?

– Sim... Lá vai muita gente falar comigo e ele me disse que nunca teve nada, mas sei que é ligado com gente do Brizola...

O ódio deles era contra o Brizola e o seu pessoal! Não era contra nós, comunistas... Um ódio! E continuou:

– Acho que ele foi um homem de hombridade. Até gostei!

Justamente esses milicos, um general, esse coronel, que estava na ativa e que era um dos mais influentes, e que não permitiu que fizessem nada...

Sempre tive muitas amizades no Exército... Não recebia nada da instituição, não tinha ligações profissionais... Hoje sou coronel aviador reformado, anistiado pela Constituição Federal de 1988. Mas, nessa época, até era amigo de um dos golpistas, um brigadeiro... Ele sabia da minha posição, eu sabia da dele, e nós nos respeitávamos! Era amicíssimo dele, porque nós sabíamos nos respeitar: ele tinha seus pontos de vista e eu tinha os meus! Ele achava que os dele eram os certos, e eu achava que eram os meus... Sabíamos nos respeitar...

No período da ditadura, nunca fui preso. Ao contrário de meu irmão, o Eny, que era veterano em cadeia... Ele era civil. Em Porto Alegre, militava no Sindicato dos Bancários, porque trabalhava no Banco do Brasil. Teve várias prisões... Ele só foi aluno do Colégio Militar, mas depois seguiu a vida de civil. Ele era da diretoria do sindicato... Sofreu muito! Sofri incômodos, ameaças, essas coisas... Tinha um integralista, um fascistoide – que não vou dizer o nome –, que fazia carga contra mim! Era para ele que levavam as denúncias... Denúncias espalhafatosas, sem cabimento, que não correspondiam à realidade, contudo ele anotava! Eu tomava conhecimento disso da seguinte forma: tinha a comissão de inquérito – composta por três pessoas: um major, um promotor e esse outro tipo integralista. Esse promotor se dava muito com um amigo meu, o Coelho de Souza, que era um democrata... No fim de sua vida, teve uma evolução política muito grande para o lado da esquerda... Muito meu amigo... Era libertador como o promotor, que contava para ele essas histórias! Então, eu acabava sabendo... Assim, não sofri agressão nenhuma, apenas ameaças... Quando veio o AI-5, sofri mais ameaças, mas nunca passou disso. Nunca me incomodaram mesmo!

Continuei tendo enormes ligações dentro das Forças Armadas... Aquela turma, os que foram meus colegas, continuaram meus amigos! Por quê? Porque existe respeito entre nós... Respeito as posições deles e eles as minhas, e nós continuamos amigos. Tinha uma enorme rede de relações, que está muito reduzida porque estão todos morrendo... Todos com 80 anos... Lamentavelmente, estão todos morrendo...

Recentemente, dei uma entrevista para o jornal carioca *Inverta*, em que dizia, entre outras coisas, que em 64 o Exército ficou contra o povo, iludido

que estava apoiando-o! Devido àquelas marchas pela família e ao anticomunismo de sempre... Este é o trecho da entrevista ao qual me refiro:

I – O que representou 64, na sua visão?

DS – Na minha opinião, houve uma ruptura entre as Forças Armadas e o povo. Elas sempre foram muito queridas, porque sempre estiveram ao lado do povo. Em 64, infelizmente não aconteceu isso. Hoje, como temos que olhar as Forças Armadas? Acho que frente a essa situação que o país está atravessando, de entrega de nossas riquezas ao capital estrangeiro, da possibilidade de parte de nosso território ser ocupado, inclusive por um desses países ricos, através da ONU, a propósito de proteger a “nação” Ianomâmi, esse pequeno grupo de índios, que não formam nação nenhuma, e ocupam uma imensa área na região amazônica riquíssima em minerais, temos obrigação, como brasileiros, como patriotas, de procurar prestigiar ao máximo as nossas Forças Armadas. Elas que defenderão a Soberania Nacional. Tenho certeza de que vão, porque o militar pode não ter consciência política, mas é um patriota e nacionalista. Tenho um grande respeito por aqueles que fizeram a guerrilha urbana. Respeito, porque eles puseram em jogo a sua vida. E a maioria pagou por isso. Agora, fui radicalmente contrário a esse movimento. Acho que foi uma falta de perspectiva política. Um pequeno grupo derrubar um governo fortalecido como estava. Para mim, foi uma aventura trágica. Mas quero deixar bem claro que eu tenho um grande respeito por eles. Pois aquele que põe a sua vida em jogo por um ideal é porque acredita naquilo. [...]

I – Qual a saída para a situação do país?

DS – Fica muito difícil. Mas a minha grande esperança está nas Forças Armadas. Me refiro ao soldado, ao oficial que está no quartel, que é um patriota, um nacionalista. Estou vendo o povo bucólico, olhando isso que está aí sem se manifestar. Hoje não quero saber o que o sujeito é, nem sua matiz ideológica. Quero saber se ele é nacionalista. Para mim existem dois partidos, como diz Barbosa Lima Sobrinho. Eu me filio em Minas, à corrente encabeçada pelo general Andrade Serpa; e no Rio, me perfilo ao lado dos militares patriotas que publicam “O Farol”. [...]

I – Deixe uma mensagem para a juventude.

DS – Eu não vejo perspectiva para essa juventude, diante da atual situação econômica e política do país. O que se vê? Miséria e crianças abandonadas. Essa coisa que revolta. Passar e ver as crianças dormindo nas ruas. Acho que um grande setor da juventude está procurando um caminho e vai achar. E este só poderá ser o Socialismo.

Inverta, 1 a 15 jul. 1996, p. 7.

O Exército se movimenta quando o povo vai para as ruas. O militar é um civil fardado e que se considera – muitos não são – parte do povo brasileiro. Hoje, o Exército – digo Exército porque é a mais forte das três Forças Armadas – está modificando suas posições em relação a 64, inclusive acerca de uma série de outras coisas...! Atualmente, quando estão tentando desmoralizar as Forças Armadas, tentando sucateá-las, qual é o papel do revolucionário? Qual é o papel do patriota? É apoiar as Forças Armadas! Porque é uma única força organizada capaz de opor ao que está aí: a entrega do país ao capital estrangeiro! Torno a repetir isso... Nós não podemos pensar que, em 64, todos eram golpistas! Não! Existia um núcleo golpista, nas cúpulas... Porque o Exército recebe ordens, tem uma disciplina vertical. Logo, recebe e cumpre ordens. Podemos até achar que faz “corpo mole”, mas acaba cumprindo! Eu não digo: “os militares deram o golpe de 64”. Não digo isso! Em 64, as cúpulas militares dividiram o Exército. Hoje – e isso é fundamental – defendo que nós temos que dar o máximo de apoio às Forças Armadas, porque é a única força organizada capaz de se opor a essa canalha que está aí...

Considero muito ruim nossa situação atual. Muito ruim! Por um motivo muito simples: o povo não está presente... O povo está apático! Se o povo viesse para a rua, em massa, a atitude do Exército seria outra... As Forças Armadas apoiariam o povo. Mas o povo não se movimenta! Não sei se o anticomunismo, o reacionarismo, prevalecem no meio militar... Certamente, como era antes, não! Não posso responder, porque estou afastado, mas acho que as Forças Armadas são capazes de se opor a à entrega do país ao capital estrangeiro...

Enfim, o que posso dizer é que o militar é um patriota, muitas vezes equivocado... Por causa de sua formação, que tem uma visão muito restrita. De um modo geral, não tem uma visão de conjunto... De um modo geral! É claro, tem nomes como o Nelson Werneck Sodré, com uma visão de conjunto da situação... Independente disso, o militar é um patriota.

Houve um inquérito no Clube Militar, feito pelo pessoal da imprensa, em que mais de 70% dos entrevistados eram contra a entrega da Vale do Rio Doce ao capital estrangeiro. Porque isso foi a entrega do nosso subsolo! Eu devo ser um “neobobo”...! Como me disse um sujeito:

– Você está em 30! Ainda está em 1930...

Esse governo, que fez isso, está consciente do que fez! Não aceito a ideia de que ele esteja convencido de que está fazendo o melhor! Para mim, está consciente de que está fazendo a política do Fundo Monetário Internacional, a tal globalização...

Lutei a vida inteira por tudo isso e continuo lutando... Não sei se sou otimista... Mas acho que, no fim, o povo vai fazer justiça... Há pouco vi um filme sobre a guerra da Espanha, onde o povo fazia justiça e injustiça, cometia crimes como um desabafo! E é o que o pessoal do Rio de Janeiro tem medo: que o morro desça. E o morro, um dia, vai descer...! Posso não ver, mas os jovens vão ver o povo do Rio de Janeiro, de São Paulo, das grandes cidades, em uma explosão...

Esse governo, sem querer – não acredito que ele queira –, está criando a convulsão social... Queira Deus que eu esteja enganado... Mas, como não acredito em Deus... Engraçado! Que desgraça... Em todo caso, é uma frase!

Nós marchamos para a barbárie... Só não vê quem não quer! O povo brasileiro é muito “cordato”, no entanto chegará um momento que ele deixará de ser assim... e aí nós vamos ver os horrores de uma convulsão social...

Refletindo sobre minha vida de militar e revolucionário, penso que continuo sendo um soldado. Aprendi a ser disciplinado, a saber querer... Aprendi, nas Forças Armadas, tudo o que há de bom. Só não aprendi a ser reacionário! Mas adquiri muitas coisas boas e devo muito a essa minha formação... Tanto que digo até hoje: sou um soldado. Hoje já não digo mais que sou um comunista também, mas sou um marxista... Não digo que não fui um comunista, mas agora, fundamentalmente, sou um marxista. Militei no PCB até o momento em que o Prestes o abandonou... Naquele momento, acompanhei-o e não mais militei... Mas sempre lutei, até hoje... Agora não tenho mais condições para isso...

Recentemente, voltei à Espanha, convidado pelo governo espanhol, para uma homenagem às Brigadas Internacionais, por ocasião dos sessenta anos do início da Guerra Civil Espanhola. Foi muito emocionante e, para mim, teve um sentido especial, pois tinha prometido à Bartira que um dia a levaria até lá... Disse-lhe que ainda iríamos como convidados, como reconhecimento por nossa luta... E foi o que aconteceu...!

As festividades foram realmente emocionantes... A recepção do povo e, principalmente, da juventude espanhola foi o que mais nos encantou! Por

onde passávamos, éramos aplaudidos e cercados de atenções por todos os lados. Por isso, para encerrar, gostaria de transcrever aqui algumas reportagens sobre nossa ida à Espanha, que traduzem muitos dos debates e das emoções que a presença dos brigadistas despertou em solo espanhol. Atestam que, apesar de todas as dificuldades, valeu a pena ter lutado pela liberdade, contra o nazifascismo...

Música y cariño para los brigadistas

Ayer se celebró un concierto-homenaje a las Brigadas Internacionales

Jose Luis Martin

MADRID – Los “Voluntários de la Libertad” volvieron a escuchar el eco de los gritos de miles de gargantas en Madrid coreando “¡No pasarán, no pasarán!” Artistas e intelectuales rindieron homenaje a los brigadistas internacionales en el Palacio de los Deportes de la Comunidad, para ello, celebraron un concierto en el que la reivindicación de la tarea de los miles de jóvenes que vinieron de todo el mundo fue constante.

Desde última hora de la tarde, en los alrededores del Palacio se concentraron centenares de personas para jalear la entrada de los brigadistas. Los congregados ondeaban banderas republicanas y portaban insignias militares de la II República y de los batallones internacionales que la defendieron.

“La entrega por una causa que tuvo esta gente fue un gesto tan importante que todo reconocimiento que les hagamos es pequeño”, asegura Gloria, una joven que aplaude con entusiasmo a los primeros brigadistas que llegan hasta el lugar del homenaje.

En el Palacio, los acordes de canciones que animaron a los soldados durante la Guerra Civil como ¡Ay, Carmela! amenizaron la espera. Según fueron llegando los brigadistas, el público asistente les tributaba una ovación.

Muchos de ellos portaban una boina con la estrella roja de tres puntas de las Brigadas o con las insignias del batallón en el que combatieron. Uno de ellos, el británico Jack Spencer, mostraba algunas fotografías que aún conserva de su estancia en España: “Este era el coronel, y éste otro mi mejor amigo”, decía señalando uno por uno a los componentes de la vieja fotografía.

PALABRAS DE ALBERTI – Unas palabras grabadas del poeta Rafael Alberti abrieron el acto, a las que siguió el cante flamenco de Carmen Linares, que interpretó varias canciones de Federico Garcia Lorca. Al acto acudieron numerosas personalidades de la izquierda española, como Santiago Carrillo, Marcelino Camacho o los secretarios generales de UGT y CCOO, Cándido Méndez y Antonio Gutiérrez. Este último destacó que los brigadistas ayer homenajeados “fueron los primeros que lucharon contra el fascismo”.

Al Palacio de los Deportes llegaron también los mensajes de ánimo y homenaje de diversos intelectuales, como Antonio Gala y Francisco Umbral, y del actor Francisco Rabal.

La jornada de ayer fue intensa para los más de 400 brigadistas que llegaron a Madrid procedentes de todo el mundo. Por la mañana, acudieron al Puente de Arganda, que se denominará a partir de ahora “Puente de la Paz”, para recordar allí una de las batallas más cruentas de la Guerra, la del Jarama, en 1937.

Allí fue inaugurado un monumento, consistente en una esfera de granito y una estrela de tres puntas como forma de homenaje a las Brigadas Internacionales. Más tarde, la coalición Izquierda Unida organizó un almuerzo, al que acudió su coordinador general, Julio Anguita, “para reconocer la labor de solidaridad de todos los brigadistas”. La hija de Dolores Ibarruri, “Pasionaria”, Amaya, recordó un discurso que su madre dirigió en 1938 a los brigadistas: “Sois la historia, la leyenda, el ejemplo heroico de la democracia”.

EMOCIÓN – Durante el concierto de anoche, la emoción con que los madrileños les acogieron no fue menor. El mensaje enviado por Antonio Gala lo evidenció: “A fuerza de amor hacia este país han conseguido la nacionalidad española, por la que todos lucharon y muchos murieron”, fueron las palabras del escritor. Con ellas se refirió a la reciente decisión del Gobierno de concederles la nacionalidad española, como les prometió el presidente Juan Negrín durante la contienda.

Los acordes del Himno de Riego y los vivas a la República, además del histórico grito “¡España, mañana, será republicana!”, terminaron de emocionar a los asistentes.

Las actuaciones de Paco Ibañez, José Antonio Labordeta y Quintín Cabrera formaron también parte del tributo musical, conducido por el actor José Sacristán. “Ver a toda esta gente aquí, con el cariño que nos están dando es muy emocionante, mucho”, dijo el voluntario francés Jacques.

Antes de finalizar el acto, los presentes recordaron algunos de los versos que en diciembre de 1936, Rafael Alberti dedicó a las Brigadas Internacionales y repitieron aquello de: “Hermanos, Madrid con vuestro nombre se agranda y se ilumina”.

Jornal Madrid, noviembre de 1996.

Homenaje a las voluntades de la libertad

*“Pasionaria les dijo al despedirse: ‘Volved cuando el olivo
de la paz florezca, aquí teneis vuestra patria’”*

Angeles Maestro

Se celebra en estos días el 60º aniversario de la llegada a España de los voluntarios de la Libertad, de los miembros de las Brigadas Internacionales. Los dife-

rentes actos programados para el Homanaje han significado el reconocimiento de la deuda histórica del pueblo español frente a miles de jóvenes, de hombres y mujeres de todos los continentes que, arriesgando su vida y su seguridad, vinieron a nuestro país a luchar en un momento en que el fascismo se cernía sobre el mundo.

Llegaron de más de 50 naciones diferentes: neozelandeses, cubanos, vietnamitas, árabes – sobretodo palestinos y argelinos – chinos, estadounidenses y un gran número de europeos, en su mayor parte franceses. Estuvieron desde los primeros días de alzamiento, cuando los periódicos de todo el mundo anunciaban la sublevación militar contra la República española. Algunos en ese momento, estaban ya aquí.

Habían venido a primeros de julio de 1936 a celebrar en Barcelona las Olimpiadas de los Trabajadores; habían venido de todo el mundo a celebrar unas olimpiadas que pretendían ser la réplica de las celebradas en Berlín, que fueron un escenario de propaganda nazi. Delegaciones de deportistas italianos participaron en Barcelona, junto a los miembros de los sindicatos, junto a los trabajadores barceloneses, en la recuperación de la Telefónica. Un trabajador austríaco muere en la libertación de la Capitanía General de Barcelona. Vinieron a nuestro país de todas las formas, muchos sin documentación, andando en trenes, en barcos. Dos de los tres primeros ingleses que vinieron a nuestro país, obreros textiles, recorrieron Francia en bicicleta; el tercero era el biznieto de Charles Darwin, que vino a participar en las brigadas organizadas por el POUM. Vinieron campesinos, trabajadores, pero también artistas, intelectuales, gentes de toda condición, que frente a la ceguera, a la miopía egoísta de los gobiernos; frente al egoísmo de las democracias europeas que suscribieron el vergonzoso pacto de no intervención, los brigadistas entendieron que en nuestro país estaba constituyéndose la primera trinchera contra el fascismo en el mundo. Vinieron solos, no traían armas, pocas armas había en España. Lucharon con cañones y trenes blindados con placas de hojalata.

El 22 de octubre, el Gobierno de la República decide constituir oficialmente las Brigadas Internacionales. Ellos muestran su compromiso a través de la declaración de principios de identidad que hacen, que decía así: “Soy un voluntario de las Brigadas Internacionales porque admiro profundamente el valor y el heroísmo del pueblo español en la lucha contra el fascismo internacional. Porque mis enemigos de siempre son los mismos que los del pueblo español. Porque sé que si el fascismo vence en España mañana vencerá em mi país y mi hogar será devastado. Porque soy un trabajador, un obrero, un campesino que prefiere morir de pie a vivir de rodillas. Estoy aquí porque soy un voluntario y daré si es preciso hasta la última gota de mi sangre por salvar la libertad de España, la libertad del mundo.”

Los miembros de las Brigadas Internacionales estuvieron junto al pueblo español en los frentes más duros. En la sierra norte de Madrid, en la durísima batalla de la Ciudad Universitaria y del Puente de los Franceses; estuvieron en el frente de Aragón, en Euskadi, siempre en los combates más duros. Su historia, sin embargo, es la de seres humanos sencillos que no dudaron en exponer su vida en nuestro país y sufrimientos sin esperar otra recompensa que contribuir a resistir a la barbarie y contribuir también, o al menos intentarlo, a empujar la historia en un sentido más favorable a la democracia y a la libertad. Quince mil dejaron su vida en nuestro país, el resto continuó la lucha contra el mismo enemigo, contra el facismo en la Segunda Guerra Mundial y dejaron su vida en el campo de batalla, en los campos de concentración, en las cárceles. Hoy una fosa común en el cementerio de Fuencarral, de Madrid, recuerda su heroísmo. En septiembre de 1938, en el seno de la Sociedad de Naciones, el Gobierno de la República decide aceptar la retirada de todos los no españoles. Nadie confiaba, nadie podía asegurar la retirada de los 50.000 italianos, 10.000 portugueses, 10.000 alemanes, además del tercio extranjero, que combatía al lado del ejército rebelde. Sin embargo, los acuerdos de Munich deciden abandonar a la República española igual que habían abandonado Checoslovaquia. Las potencias europeas prefieren verse libres de una batalla secundaria y costosa, que es la guerra de España. No entienden en su egoísmo que la misma lucha que se estaba llevando en España era la que pocos meses después iba a desencadenarse en el conjunto del mundo.

Se moviliza a los brigadistas y se les reagrupa para ser repatriados. Reciben la despedida, con todos los honores de Negrin, presidente del Gobierno, Martínez Barrios, Modesto, Rojo, Pasionaria, José Díaz. Sin embargo, ellos prometen volver si el Gobierno de la República los llama de nuevo.

Dolores Ibarruri, al despedirlos, pronuncia unas palabras que resuenan en los oídos de los pocos cientos de supervivientes de las Brigadas Internacionales: “Madres, mujeres, cuando pasen los años y se cierren las heridas de la guerra, cuando el recuerdo de los días dolorosos y sangrientos se esfume ante un presente de libertad y paz, de bienestar y justicia, cuando los rancores se atenúen y el orgullo de la patria sea sentido por igual por todos y todas, los españoles y las españolas, hablaréis a vuestros hijos de los hombres y mujeres de las Brigadas Internacionales. Fueron Comunistas, Socialistas, Anarquistas, Republicanos, gente de diversas opiniones, de ideologías diferentes, de religiones contrarias, pero todos, amando profundamente la libertad y la justicia, vinieron a ofrecerse sin condiciones. Frente al espíritu vil, fácilmente acomodaticio, de los que interpretan los principios democráticos, con los ojos vueltos a la caja fuerte o hacia la cotización en Bolsa de sus acciones que quieren salvar, cueste lo que cueste. Mu-

chos miles se quedaron teniendo como sudario la tierra de España y el corazón profundamente conmovido de los españoles. No les olvidamos, volved cuando el olivo de paz florezca, volved a nuestro lado. Aquí tenéis vuestra patria, sois el ejemplo heroico de la solidaridad y la universalidad de la democracia”.

La vida no fue fácil para los que volvieron a sus países. Francia, por ejemplo, niega la entrada a refugiados políticos alemanes, italianos, polacos, húngaros, austríacos etc., si no justifican su domicilio en el país. En enero de 1939, cuando el ataque de los nacionales a Barcelona, quedan todavía cinco o seis mil brigadistas extranjero en España y se reconstituye la 13ª Brigada Dabrowoki y la 11ª Brigada Thaelmann. Los internacionales cubren asimismo la retirada de un millón de soldados, de civiles, de mujeres y de niños maltrechos que intentan pasar los Pirineos hacia Francia.

Por todo ello, para fortalecer el inevitable ejercicio de memoria histórica necesario en nuestro país, para todos, pero sobre todo para las nuevas generaciones que, entre la confusión y el individualismo, tiene graves dificultades para materializar ideales de solidaridad, el Congreso de los Diputados acordó por unanimidad ofrecer la nacionalidad española a los supervivientes de las Brigadas Internacionales el 28 de noviembre del pasado año.

Este acuerdo que podrá hacerse realidad en estos días es, desgraciadamente, un reconocimiento póstumo para la inmensa mayoría de ellos, tardío pero reconocimiento al fin, del ejemplo imborrable de dignidad y de internacionismo que ellos y ellas construyeron, eligiendo la lucha por la libertad y la justicia en nuestro país, como primera trinchera del combate frente al fascismo, frente a la ceguera y el oportunismo de los gobiernos y escribiendo con sus vidas y con sus muertes uno de los más hermosos ejemplos de la capacidad de los pueblos de escribir su Historia.

Rafael Alberti les dedicó estas palabras:

“Venís desde muy lejos... Mas esta lejanía ¿que és para vuestra sangre que canta sin fronteras?

La necesaria muerte os nombra cada día, no importa em qué ciudades, campos o carreteras.

De este país, del otro, del grande, del pequeño, del que apenas sí al mapa de un color desvaído, con las mismas raíces que tiene un mismo sueño, sencillamente anónimos y hablando habéis venido.

No conocéis siquiera el color de los muros que vuestro enfranqueable compromiso amuralla. La tierra que os entierra la defendéis, seguros, a tiros con la muerte vestida de batalla.

Quedad, que así lo quieren los árboles, los llanos, las mínimas partículas de la luz que reanima un solo sentimiento que al mar-sacude: ¡Hermanos! Madrid, con vuestro nombre se agranda y se ilumina de la capacidad de los pueblos de escribir su Historia”.

Ojalá este Homenaje haya servido – junto al reconocimiento del derecho formal a llamar Patria a quienes, desde hace muchos años, sienten a nuestro país en un lugar, privilegiado de su corazón y de su mente – para que nuestro pueblo honre y reconozca el privilegio de haber recibido una de las más dignas y hermosas historias por el internacionalismo, por la voluntad solidaria de los pueblos del mundo.

Tribuna Libre, 6 de noviembre de 1996.

Bienvenidos a Madrid

“No todo lo que defendieron los brigadistas se ha convertido en escombros”

Raul del Pozo

Esto no es la Hélade. No les honrarán con coronas de victoria. Esto es Madrid, te quitan la cartera en un apretón. Tendrán que conformarse con un vaso de vino, una tapa y discurso hueco. Los brigadistas irán a visitar a los camaradas que murieron en Belchite o en Guadarrama. La tierra de España los guarda para siempre en su regazo. Como los viejos soldados nunca mueren, hoy desfilarán otra vez por las calles de Madrid aquellos que la convirtieron en un mito. Son los pocos veteranos de entre los cuarenta mil que le dieron a esta ciudad el nombre de capital de la Gloria. Abuelos supervivientes de los tanques, de la edad, de la desdicha y del fin de las utopías: ésta es su casa; pueden orinarse si les aprieta la próstata en cualquier acacia. No todo lo que defendieron se ha convertido en escombros; queda la Democracia, la poesía que inspiraron, Chicote, el Prado y las nietas de las milicianas que tanto amaron. Aunque si quieren recordar los parapetos del Puente de los Franceses tienen que ir al Club de Campo; comprobarán que ahora son búnkers de golf.

Bajo el arco de palabras del “No pasarán” llegaron a Madrid, con tanta alegría como ahora se van de fin de semana los jóvenes a la ruta del bakalao. Eran patriotas de la Humanidad. Sesenta años después de su hazaña, serán recibidos en el Congreso de los Diputados. El presidente de la Cámara es de derechas pero ya no tiene nada que ver ni con Franco, ni con Gil Robles, ni con Calvo Sotelo. Los cuatro generales sólo son bronce y losa y los descendientes respetan la Constitución.

Hoy todos recordamos a aquellos intelectuales y aventureros rubios y hermosos como la niebla que se unieron a los campesinos, unos con escopetas, otros con hoces y bieldos. Lo cuenta Buñuel: “En un visible esfuerzo de disciplina, intentaban marchar al paso, de cuatro en fondo”. Estos coches no se parecen nada a aquellos que llevaban colchones como protección contra los francoatiradores. Las chicas son tan bellas como las abuelas, pero ni van de negro; ni llevan moño.

Ahora nadie tiene que vestir mal para disimular sus orígenes. “Se ponían gorras viejas y se manchaban la ropa a fin de parecerse a los obreros”.

Hoy les recordamos, con sus ojos de fiebre, labios manchados de tierra. Ya no está tampoco aquella mujer de luto que se lamaba Dolores. Dolores, con su voz de matrona ateniense enardecía a las brigadas, a los de la Columna de Hierro, al Quinto Regimiento, a los batallones de la JSU. Bienvenidos a España. Ya consiguieron el respecto de nuestros ciudadanos al cumplirse aquella promesa que les hiciera Juan Negrín de reconocerles la nacionalidad española. La derecha escarbó mucho pero al fin tragó. Sabemos que la batalla de Madrid creaba una solidaridad internacional como en otros tiempos la conquista del Santo Sepulcro. “Se hablaba de cruzadas como en tiempos de Godofredo de Bouillon y de Pedro el Ermitaño”.

Hoy les aplaudimos desde la ventana del tiempo. Como cuando cruzaban las calles cantando en una docena de idiomas La Internacional, la joven guardia y la Marsellesa. Luego Celia Gámez cantó aquello de “Hemos pasao”. Ahora han vuelto. Bienvenidos a la capital de la gloria.

Tribuna Libre, 6 de novembro de 1996.


Apolônio de Carvalho

Entrevistar Apolônio de Carvalho foi um privilégio. Sob todos os pontos de vista, o lendário soldado carregava em sua experiência pessoal o pedaço de uma história que, sendo dele, é também de brasileiros, latino-americanos e de cidadãos de um mundo em luta constante pela democracia. Os encontros variados deram-se em sua residência, em Ipanema, cidade do Rio de Janeiro. A companhia constante de sua esposa Renée testemunhou o recontar sempre empolgado do velho guerreiro. A interlocução foi vital para que se quebrasse uma prática comum a quantos, como ele, acostumaram-se a dar entrevista, contar passagens da vida. Sobretudo, nova articulação dos fatos e impressões garantiram uma visão de mundo original e continuada – e por isto inédita – dos elos vividos pela figura consagrada de Apolônio de Carvalho.

Ao narrar sua vida com olhos atentos à participação na Guerra Civil Espanhola, Apolônio de Carvalho retrçou uma história que fundia experiências pessoais com acontecimentos determinantes para a compreensão do papel militar brasileiro. Desde sua origem “pantaneira” até o ingresso e afinidade com o Exército, restava ver o sentido de uma instituição que poderia sugerir um projeto de família. Detalhes da vida institucional, no Exército, valorizam a compreensão da educação militar como forma de participação do curso político nacional. Apresentando o meio militar como um laboratório em efervescência, o que Apolônio queria dizer é que a construção do Brasil moderno se refletia entre correntes que também estiveram presentes naquela instituição. Entre esquerda e direita, dada a inviabilidade de triunfo daquela, restava a busca de alternativa que aconteceria fora do Brasil. Localizando nos anos 1930 o agravamento das tensões, depois de valorizar a experiência da Coluna Prestes, criava-se o desafio do destino do Brasil. O Exército não estaria fora desta tensão. Insistindo no apagamento do teor político dos militares depois de 1935, fica exposto o desafio de

explicações sobre o trajeto da esquerda brasileira. Sua experiência longa permite entender roteiros de políticos que investiram em projetos de mudanças no Brasil e que, não encontrando espaço no meio nativo, foram compelidos a buscar alternativa em outros meios. Foram, mas voltaram, e isto é importante para assinalar uma periodização da vida pessoal com os rumos da história nacional.

Apolônio de Carvalho faleceu em setembro de 2005, no Rio de Janeiro, aos 93 anos de idade. Jacob Gorender, jornalista e escritor comunista, que foi soldado da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Segunda Guerra Mundial e, desde então conviveu estreitamente com militares de esquerda, além de ter fundado com Apolônio um partido que fez parte da resistência à ditadura estabelecida após o golpe de 64, disse que foi visitar Renée, no Rio de Janeiro, depois do falecimento de Apolônio. Gorender ficou comovido ao ver uma placa na porta do prédio onde moravam, a exemplo do que ocorria na França com aqueles que como eles lutaram contra o nazifascismo, dizendo que ali tinha vivido um herói do povo brasileiro. Apolônio de Carvalho não se considerava um herói. Teve uma vida extraordinária. Uma história de vida que, narrada de mil modos e transformada em documentos histórico-literários, questiona toda uma história oficial a seu respeito e sobre fatos marcantes da nossa história recente.



Sempre procurei atuar no movimento social e político da minha geração

Nasci no dia 9 de fevereiro de 1912, em Corumbá, no Estado do Mato Grosso. Sou filho de pai nordestino, oriundo de família sergipana. Minha mãe era gaúcha, de Bagé. Sou, como se diz na gíria, um “brasileiro da gema”. E claro que me orgulho de ter sangue do Norte e do Sul. Se me fosse dado propor uma definição de mim mesmo, diria que sou um filho “impródigo” do Mato Grosso. Digo impródigo porque saí de lá há 60 anos e não voltei mais. Muita coisa mudou naquela área, inclusive a divisão do Estado. Estive sempre longe da problemática local mato-grossense, mas tenho um amor profundo pelo Pantanal e por tudo o que se refere ao Estado, porque foi lá que nasci, passei a infância e adolescência.

Meu pai era militar engajado, sujeito às transferências comuns a qualquer soldado de carreira. Aconteceu que, num dado ponto da vida, foi mandado para o Mato Grosso. Irmãos, tenho seis: os quatro primeiros nasceram em Bagé e os dois últimos no Pantanal. De nós, dois homens: o mais velho e o caçula – eu –, as demais mulheres. Ainda menino, transferiram-me para Campo Grande, onde estudei. Depois fui para a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, onde me formei como oficial do Exército brasileiro. Interessante é o fato de ter saído do interior do Brasil para a capital federal. Estou dizendo que levava uma bagagem diferente daqueles que sempre viveram nas grandes cidades e que tinham uma percepção mais cosmopolita e moderna do Brasil. No Realengo havia gente de todos os cantos do país e isso possibilitava uma experiência bastante rica em termos de formação de um grupo de jovens militares.

A Escola Militar era composta, sobretudo, por alunos da classe média e das camadas mais modestas da população. Refiro-me aos níveis mais baixos de nosso segmento social. Essa, aliás, sempre foi e ainda é a fonte primordial da oficialidade brasileira. Nós não temos, como em outros países, um contingente militar saído dos altos quadros da elite social e econômica ou advindo das famílias “dinasticamente” colocadas no comando. Possuímos, isto sim, casos como o do meu pai, que era filho de camponeses pobres. O trajeto do meu pai enquanto militar era comum: tornou-se operário, fez exame de admissão na Academia Militar da Praia Vermelha, passou, fez o curso e, por fim, tornou-se oficial. Melhorou de vida progrediu. Ele, como republicano, mostrava enorme respeito à farda e não tinha por que se opor à carreira. Foi aluno de Benjamin Constant e participou do conjunto de militares que atuou na Proclamação da República, tendo inclusive redigido o anteprojeto da mensagem enviada, no início dos anos 90 do século XIX, aos colegas da Escola Militar de Santiago do Chile. Tratava-se de um protesto contra o vandalismo que representara, à época, o bombardeio da esquadra procedido pelos ingleses nos portos de Valdívia e Valparaíso. Os cadetes brasileiros condenavam o colonialismo inglês e ofereciam-se para ir lutar, ombro a ombro, com os cadetes e o povo chileno, pelo respeito à sua dignidade.

Pode-se dizer que houve certa naturalidade em eu ir também para a Escola Militar. Digo isso porque, em verdade, minha primeira opção vocacional era Medicina, mas, como se sabe, “filho de peixe, peixe é”, ainda mais sendo pobre. Não gosto, contudo, que pensem que sou de uma família

de militares só porque meu pai o era. Não é isto! Meu pai e eu seguimos carreira militar por determinação das condições de vida, em função das circunstâncias. Ele fez a Academia Militar quando o curso ainda era na Praia Vermelha, no Rio. Naquele tempo, a Cidade era pequena e a academia cumpria um papel orgânico, perfeitamente integrado à pacatez da época. Mais tarde, o núcleo urbano foi crescendo, os problemas se multiplicando e, com eles, a diversificação do papel dos militares na conjuntura nacional. À medida que as questões populares ganhavam as ruas e dimensionavam conflitos de classes, surgiam os novos desafios aos militares, fazendo com que se redefinissem suas atitudes na sociedade. Uma consequência dessas alterações provocou a necessidade de deslocar a massa de cadetes da Academia Militar do “centro” da cidade para áreas mais retiradas, como o subúrbio da Central do Brasil, o Realengo. A razão política que motivara a mudança do local da academia decorreu da estratégia pretendida para que se evitassem contatos dos cadetes com os movimentos populares. Acredito que essa intenção definiu-se mais claramente após o episódio da Revolta da Vacina, de 1904, e principalmente depois nos anos 1910, especificamente em 1913.

Fui formado dentro da proposta vigente então: de alguém que deveria ter um perfil mais intervencionista, em sintonia com a população, que propriamente participativo. Em certa medida, a transferência da localização da academia revelava isso. Sempre fui sujeito às regras da vida militar, mesmo quando ainda vivíamos em família. O simples acompanhamento da trajetória de meu pai de um canto para o outro expressa essa orientação. Tal mobilidade era complicada sob o ponto de vista da fixação definitiva em um lugar no mapa. De certa forma, fomos acostumados a não ter raízes fixas. Neste sentido, vale dizer que sou um pouco cigano, um pouco ambulante, e devo confessar que, depois de tanto mudar, até que acabei gostando disso.

Em princípios de 1930 vim para o Rio, a fim de me inscrever na Escola Militar. Estava então com 18 anos. A Escola representou uma revolução em minha vida. Não era apenas importante o fato de eu sair do ambiente familiar para viver na cidade grande, nem era por deixar de ser dependente dos pais para galgar uma profissão e, conseqüentemente, uma amplitude econômica maior. Sobretudo, me era significativo o fato de romper uma condição limitada de acesso aos fatos centrais da nossa sociedade. Não menos importante era usufruir de outros métodos de formação cultural. Até chegar à Escola Militar, eu não tivera oportunidade de conhecer a vida cultural do país

em sentido minimamente profundo. Não que eu seja um erudito, mas foi de maneira sistemática e natural, somente depois que vim para o Rio que tive chance de aproveitar uma boa biblioteca, assistir a conferências, conhecer os atores da política e até ter acesso fácil a cinemas e teatros.

Naquele tempo, a biblioteca da Escola era boa. Além do mais, lá tive convívio com amigos cultos, preocupados em se atualizar e interessados em reconhecer a personalidade do país, em saber dos problemas nacionais e das alternativas e projetos em debate para seu desenvolvimento. Esses colegas ajudaram-me a cobrir as lacunas que trazia, e com eles participava mais ativamente dos choques de ideias e das controvérsias que se desenvolviam na então capital federal. Na Escola Militar, passei a ler e a estudar muito mais. Ao mesmo tempo em que me formava, ia travando contato com a vida política e intelectual do país. É claro que esse foi um processo lento. Lentíssimo. De início, não atuava como participante, ia mais como ouvinte, como curioso espectador. Tudo acontecia devagar. Aos poucos, aprendia sobre a nossa problemática social em sentido amplo. Ia juntando informações e retraçando análises, compondo, assim, um retrato do Brasil. Nesse sentido, os livros ajudavam muitíssimo.

Meu universo literário começou bastante restrito, devo ser sincero. Foi lendo uns livros de literatura geral nas horas vagas. Foi assim que comecei a construir certa base de cultura letrada que, aliás, é ainda modesta. Fui-me instruindo por meio de algumas obras de literatura brasileira, latino-americana, europeia e também soviética. Adquiri alguns elementos de filosofia e entrei nos debates mais candentes para a dissolução de uma cultura tradicional. Li, por exemplo, *A origem das espécies*, de Charles Darwin, que me foi um livro de muito impacto. Outras obras importantes foram: *As mentiras convencionais da nossa civilização*, de Max Nordau; *O homem medíocre*, do ítalo-argentino José Ingenieros, que foi, sem dúvida, o texto que impressionou e que me abriu os caminhos para o entendimento do comportamento humano; li *Maria Magdalena*, do colombiano Vargas Vila, e *Força e matéria*, de Luiz Buchner, que também causaram impacto. Mas, minha formação incluiu, ainda, alguns filósofos pessimistas, como Arthur Schopenhauer e outros autores que estavam na moda.

Pessoalmente, creio que havia certo fator interessante em mim: a convicção de que trazia um lastro democrático em minha formação. Minha família ostentava, orgulhosamente, a tradição de não aceitar os regimes e

imposições de força, corrupções, desmandos. Isso vinha tanto da parte de meu pai como de meu irmão mais velho, que foi depois também partidário do tenentismo, mas, diga-se, essa era uma atitude cultivada espontaneamente, sem nenhuma base filosófica, científica, política ou ideológica definida. Os livros entraram aí como ingredientes importantes para a fermentação de princípios que aprendi a desenvolver com naturalidade desde a educação básica. A postura democrática de meu pai encontrava fundamento no contexto dos fatos dos anos 1930. Na nascente da Revolução de 30, os ideais de meu pai, antenados na crença da instauração da democracia por meio da construção da República, encontravam ecos. A incorporação dos princípios de democracia e liberdade para nós era um elemento importante. Era, por exemplo, fundamental sentir que poderíamos atuar na melhoria do projeto nacional. Além de tudo isso, nossa opção pela democracia não era circunstancial: era mais firme, determinada por ideais nascentes. Por isto, nem se pode dizer que tudo ocorreu em função da mera mudança do local de residência – de Campo Grande para o Rio de Janeiro, Ou mesmo da passagem de idade, de um menino para um adulto. Não! Havia alguma coisa de maior, era algo que se tornara inerente à nossa condição de seres humanos, de cidadãos, de brasileiros participantes de um mundo em mudança. Sempre que falo dessas coisas vale lembrar que os motivos que me levaram, nos anos 1930, a atuar contra o regime de Getúlio foram os mesmos que orientariam minha participação nos movimentos dos anos 1960 e na atualidade. A continuação do ideal da minha juventude explica por que atuei contra a ditadura militar; explica também toda a trajetória que tenho desempenhado. Tudo decorre dessa tradição de família. É isto que explica também por que sou ativista dentro do Partido dos Trabalhadores.

Foi por influência familiar e, depois, por opção própria, que procurei atuar no movimento social e político da minha geração. Evocando essas lembranças, por essas coisas todas, devo dizer que a grande marca em minha personalidade, até eu chegar à Escola Militar, foi o exemplo de meu pai e, em menor grau, de um irmão. Não posso dizer que desde o começo fui um apaixonado pela vida militar. Tive de lutar por afinidades construídas a partir da identificação desenvolvida em torno da política. Não que tivesse alguma rejeição à farda: não era isto, mas, como não pude ser médico, tive de me ajustar. Ser soldado era uma opção possível, pois, além do mais, era

uma carreira prometedora: tinha residência na Escola Militar, sobrevivência garantida, um pequeno soldo inicial e o estudo assegurado. O leque de opções na época era limitado, havia apenas duas instituições que se abriam aos pobres: a Igreja e o Exército. O primeiro caso não me servia, pois meu pai era livre pensador, meu irmão, maçom, e dentro da perspectiva filosófica dos membros familiares não cabia a hipótese de um filho padre. Curiosamente, minha mãe e minhas irmãs eram católicas; eu mesmo fui batizado, mas jamais passaria em casa e na cabeça de meus familiares a possibilidade de eu ir para um seminário.

A vida na Escola Militar era muito boa. Durante a semana, bastante trabalho, estudo e disciplina, mas nos fins de semana estávamos livres. Era, então, a capital que nos atraía. Nós vivíamos no centro do Rio – a escola militar ficava em Realengo, subúrbio distante na Zona Norte – nos finais de semana e sempre que tínhamos folga da academia, então, a cidade era o nosso melhor passatempo. De folga, nada de ficar nos dormitórios: íamos ao centro para ter contato com amigos, estabelecer vínculos com o mundo estudantil. Entre a vida fora e dentro da academia, havia uma ponte que era o desejo de conhecer um pouco da atualidade nacional.

Na cidade, da diversão, estávamos jogados na intimidade dos problemas sociais. Era como se entrássemos num outro plano, no universo do real, pois no Rio tínhamos os fatos diários situando-nos na contemporaneidade. Tínhamos também o contato com os problemas dos familiares de alguns colegas que, aos sábados e domingos, visitavam suas casas, seus amigos, vivendo os problemas da sociedade. Quando voltávamos para a Escola, trazíamos um mosaico de informações interessantes: a crise econômica, a questão habitacional, a migração e a imigração, a miséria, a prostituição, a falta de trabalho, a violência da polícia. Ampliávamos, assim, o pequeno, mas significativo, espaço de contato social e político que nos vinha em épocas de eleições e pelas equipes de propaganda das forças do Bloco Operário e Camponês, o BOC. A bem da verdade, devo dizer que gostava das duas coisas: da vida na caserna e da de fora dela. Elas se completavam. Eu procurava sempre ver além dos fatos “reais”. Por isto, dediquei-me à leitura, aprendi a escutar os mais experientes, a observar os jornais e revistas mais criticamente, na medida dos meus conhecimentos.

No meu tempo, éramos entre 750 e 800 alunos da Escola Militar, todos mais ou menos da mesma origem. Havia exceções, mas grosso modo éramos

o que se podia chamar de “povo”. Representávamos, assim, um segmento popular daquele tempo, apesar do *status* relativamente alto de cadetes da Escola Militar. “Popular” que, contudo, não significa marginalizado. Isso tudo gerava uma predisposição para entender os problemas da massa da população e evoluir na busca de soluções para ela. Além do mais, a época em si era de muita fermentação política. Viviam-se os reflexos do tenentismo, da interferência do Estado na sociedade.

Sempre, desde que assumi a farda, fui um militar consciente, apaixonado por ideais coletivos, ainda que, desde os primeiros estudos, tenha-me revelado um aluno médio em termos de aproveitamento escolar. Não que eu fosse devotado inteiramente aos livros, mas sempre fui um estudante de nível médio, sem sacrifícios enormes para aprender. Eu era, curiosamente, mais ligado aos estudos teóricos, tendo, contudo, de prestar muita atenção, pois no curso militar as matérias são diferentes daquelas que compõem o currículo dos colégios “regulares”.

A Escola Militar era bem demarcada em termos de orientação didática: tinha uma parte especificamente profissional, na qual se estudava balística, estratégia, topografia. Possuía outra em que aprendíamos história militar e, finalmente, os cursos de matemática superior que, aliás, eram muito intensos, com cálculo integral e diferencial. Em síntese, na Escola Militar, ao mesmo tempo em que havia uma concentração de esforços no sentido da boa orientação militar, também se procurava formar o cadete nos campos básicos da Saúde, das Ciências Exatas e das Humanidades. As duas áreas eram, inclusive, bem ensinadas. O que não me satisfazia era o aprendizado de cultura geral que tínhamos.

Houve um fator preponderante que fez aumentar meu interesse pelas chamadas Humanidades, pois, no período em que fiquei no Realengo, entre 1930 e 1933, redirecionava-se, em parte, o papel do militar na sociedade brasileira. Esse era um período quentíssimo da vida nacional e, se muito interessante para qualquer um, muito também o era para nós, que nos profissionalizávamos naquele preciso instante. Então, poder explicar os fenômenos segundo bases de conhecimentos teóricos era algo importante. Tudo isso ganha maior dimensão se for evocado o contexto da atividade a que nos dedicávamos, a carreira militar.

Havia certa liberdade política e democrática na vivência da Escola. Tínhamos a nossa organização acadêmica, na qual discutíamos intensamen-

te os problemas da época. Possuíamos uma publicação, a *Revista da Escola Militar*, na qual expúnhamos as nossas opiniões. Em 1932, inspirados por Nelson Werneck Sodré, assumimos a liderança e fizemos uma verdadeira revolução. Antes, a revista era uma compilação de artigos e instruções militares estrangeiras, coisas sem interesse imediato ou de reflexão nacional. A partir de então, renovamos a concepção editorial e colocamos essa publicação no nível das demais revistas universitárias da época. Eu, pessoalmente, aproveitava essa oportunidade ao máximo, escrevendo artigos, contos e poemas. Também lia os textos dos colegas, apresentava sugestões, esforçava-me para transformar a revista em espaço para debater, para provocar diálogo.

Eu diria que, para o entendimento do Brasil daquela época, nós teríamos de abordar os desdobramentos da questão da crise econômica de 1929. O ano de 1930 significou uma etapa extremamente importante no contexto da superação da problemática nacional. Foi o início da ascensão decisiva da burguesia industrial no Brasil e, também, a abertura de um momento projetado no futuro, em que ocorreu uma participação popular organizada, que tinha como referência os sindicatos, os partidos políticos de esquerda, o movimento juvenil, o movimento feminino, a prática editorial, entre outros. O início dos anos 1930 representou uma efervescência cultural, política e social muito grande e intensa: foi quando as contradições no interior das forças políticas e civis do país começaram a gerar tumultos entre os setores da elite política e da sociedade em geral. Vejam, por exemplo, que desde 1922 o Partido Comunista já estava atuando, e principalmente entre 1926 e 1929, entrou em uma fase florescente. No contexto dos primeiros anos da década de 1930, além do Partido Comunista havia também um outro elemento que, depois de 1933, começou a influenciar muito no metabolismo político nacional: a Associação Integralista Brasileira, AIB.

Quando entrei para a Escola Militar, não conhecia pessoalmente o Partido Comunista nem tinha nenhuma leitura de marxismo. Sequer do socialismo tinha conhecimento que extrapolasse o limite da simpatia pela esquerda. Tinha, isso sim, uma visão dos contrastes da sociedade: da exuberância da riqueza de uma minoria do país em comparação com a miséria e má distribuição de renda. Foi, aliás, o impacto dessa realidade que me predis pôs a estudar, na medida do possível, as doutrinas sociais aplicáveis às classes operária e camponesa, as teses do socialismo.

Toda essa etapa da minha vida correspondeu a uma espécie de arga-

massa, destinada a acumular elementos, propor contatos com a sociedade, estabelecer vínculos entre a cultura e a política. De certa forma, posso dizer que minha história política e social começou em 1930, quando vim do Mato Grosso sem quase ideia do contexto brasileiro, e então passei a ter contato com uma realidade desafiadora.

Nessa época, o Exército inseria-se na vida nacional, principalmente em decorrência da movimentação dos anos 1920. Houve vários fenômenos que expressaram a transformação geral. Não é apenas o reflexo do movimento dos tenentes que ilustra a riqueza dessa fase: antes, a Coluna Prestes já havia alertado o país para a urgência de uma nova orientação. Ela arrastou, por anos seguidos, uma verdadeira guerra civil no país, envolveu diversas regiões, “visitou” todo o país de ponta a ponta, fez cerca de 26 mil quilômetros através do Brasil conhecendo a miséria, aquilatando os contrastes sociais, passando por latifúndios e vendo os reflexos da falta de terras nas mãos dos camponeses. Essas eram novas janelas que se abriam para o Brasil. E não eram as janelas da frente, mas também as do fundo, do quintal. A coluna evoluiu bastante no sentido democrático e nacionalista, sem avançar para o socialismo, é claro. Mas não avançou porque isso não podia. De todo jeito, era uma experiência totalmente nova dentro da sociedade brasileira.

Enfim, havia, tanto na conjuntura do país quanto na base das Forças Armadas, um movimento de contestação da Velha República. Isto foi de extrema importância, pois falamos de um movimento político-militar que, em outubro de 1930, derrubou um governo procurando criar outras situações de vida social. Os anos que se seguiram à revolução de Vargas foram os mais efervescentes da história do nosso país.

Não quero fazer, com esta narrativa toda, uma análise do Brasil por meio da perspectiva da prática militar. Penso, antes, na questão política na qual os militares estiveram atuando social e economicamente. Há que levar em conta que essa luta se apoiou não só na força do alto comando militar, mas também em frações das classes médias presentes na corporação e que se expressaram em atividades anteriores, como a dos tenentes. É importante lembrar que os novos senhores do poder chegaram ao governo por meio de uma rebelião militar. Assim, tivemos no Brasil, nos anos 1930, uma situação bastante particular: a conquista de degraus fundamentais do que se podia chamar revolução democrática burguesa. Com isto, quero dizer que a burguesia industrial passava a ser a força social e econômica dominante,

a ser senhora dos elementos fundamentais do aparelho do Estado. Getúlio representava, nesse momento, o alinhamento entre o pensamento liberal e outras forças que se apresentavam no novo contexto do Brasil. Essa burguesia industrial ainda fez acordos, governou com elementos do latifúndio, com velhos fazendeiros do café, ou seja, Vargas deu às forças da Velha República certo prestígio para contar com seu apoio. Esse poder, contudo, teve limites. Foi por insatisfação pela redistribuição dos privilégios do comando que tivemos o movimento de 1932 em São Paulo, que, afinal, clamava por um espaço mais amplo para as forças do passado conservador.

Os interesses desse novo foco de poder nacional eram tão amplos, tão profundos e complexos, tão emaranhados em questões de hegemonia econômica e política que provocaram o inevitável confronto de 1932. Os grandes senhores de terra fizeram um movimento a que denominaram de Revolução Constitucionalista, utilizando a bandeira – justa, aliás – da necessidade de uma nova Constituição. Pode-se dizer que houve responsabilidade do governo revolucionário de 1930 nessa manifestação. Foi porque Getúlio orientava-se para a institucionalização da ditadura que insistia em não atender aos compromissos para reelaborar as leis, para prover o país com nova Constituição, como era de esperar de um programa que se propôs à transformação da velha ordem. Uma das causas indicadas em 1930, e que contribuiu para a vitória do movimento militar e a derrubada do antigo governo, fora exatamente o anacronismo legal. Em vez de acelerar o processo, Getúlio procurou retardar a convocação da Assembleia Constituinte para redigir um novo conjunto de leis. Vargas atuou dessa forma porque sentia que ainda havia resistência ao seu governo. Parecia-lhe ser preciso manter elementos de domínio, de arbítrio, de autoritarismo. Houve, logicamente, por parte do povo uma pressão contra isso, mas os grandes senhores de terras atuaram na direção contrária, a fim de restabelecer a antiga estrutura de poder invocando causas politicamente corretas.

Eu era um juvenzinho em 1930, 1931. A presença dos cadetes da Escola Militar do Realengo na movimentação revolucionária de 1930 foi aparentemente desengajada e é claro que, com o passar dos tempos, isto implicaria certa contradição, pois, por exemplo, uma boa parte dos cadetes desejava participar do movimento de 1932 a favor de São Paulo.

É evidente que não apoiávamos os grandes proprietários ou o que eles pretendiam, mas queríamos, isto sim, levantar a bandeira da Constituição,

das liberdades, da democracia. Íamos participar, mas os membros da Escola Militar ficaram divididos: metade pró-Getúlio *versus* metade pró-constitucionalistas de São Paulo. Foi bom não termos tido unanimidade, pois isto nos manteve longe do conflito. Bom também porque antes de sairmos às ruas, teríamos de destruir a nós mesmos. Confesso que eu mesmo não tinha uma ideia clara das coisas, pois era ainda uma consciência política nascente, em gestação. Com outros colegas acontecia algo semelhante. Aliás, o mesmo dilema dava-se também com o nosso povo.

Hoje, reconheço claramente o caráter conservador que alicerçava o movimento chefiado por São Paulo, mas que envolvia também alguns outros estados. De qualquer forma, tenho de identificar que foi a partir daí que ficou clara toda a polarização em torno da direita e da esquerda. Nós, na Escola Militar, convivíamos com elementos de ambos os lados. A esquerda estava presente não exatamente dentro do Exército, mas a influência do tenentismo transparecia numa nítida intenção esquerdizante, nacionalista e democrática, é claro. Defendíamos uma mudança no país e no Exército também. Acredito primeiro que temos de reescrever certos aspectos da história e até relativizar o papel de Vargas neste episódio. A influência dos tenentes deve ser reforçada, porque o movimento de 1930 não foi uma vitória apenas de Getúlio: foi a expressão do movimento como um todo, representado por ele. Evidentemente, era um programa mais completo que integrava, inclusive, forças até contraditórias: de um lado estava a burguesia industrial brasileira, somada aos setores latifundiários, ambos querendo a defesa de seus privilégios, mas pleiteando mudanças parciais na economia do país; mas, do outro, havia a dimensão dos tenentes, que almejavam a democracia vinda por meio de um nacionalismo de amplo apoio popular. Este aspecto, aliás, impressionava-nos bastante.

Em 1933, a carreira militar tinha-se tornado, em minha vida, um caminho irreversível. Saí da Escola Militar como tenente, aspirante a oficial, e fui servir em Bagé. Fora-me dada a faculdade da decisão e, para conhecer a terra de minha mãe, de meus irmãos, optei por ela. A “liberdade” de opção decorria do resultado da aplicação de cada um no estudo e de seu aproveitamento no quadro geral dos cadetes. Havia um escalonamento dentro disto, o aluno poderia escolher a guarnição em que gostaria de servir. Fiquei como oficial por dois anos servindo naquela cidade sulina. Isso ocorreu no princípio do ano de 1934 até abril de 1936 e, então, apesar de não estar na capital quando

do Levante de 35, mantinha-me articulado ao movimento da Aliança Nacional Libertadora, ANL, no sul do país.

Seria impossível dar um retrato, mesmo que aproximado, de toda essa movimentação, sem referir-me ao advento da ANL em 1935. A Aliança no Brasil foi uma expressão do movimento geral que fez nascer as Frentes Populares em alguns países do mundo. Pois bem, eu em Bagé, imaginem, naquele rincão do Rio Grande do Sul, fui um modesto articulador da ANL. À risca, a gente procurava ter uma orientação política, e efetivar alguma ação política, para integrar um programa que, afinal, chegasse até o povo; então, procurávamos eleger uma organização municipal de base popular. Criavam-se, assim, mecanismos nos quais a expressão popular esboçava-se e crescia. Por intermédio dela, pretendia-se a expansão da organização recém-surgida. Foi um período breve, mas muito fértil e que deixou marcas profundas na sensibilidade política dos participantes do movimento.

Naquela época, eu ainda não era ligado a nenhum partido político. Não, absolutamente. Sabia da existência de um partido comunista, mas era algo muito distante de meu interesse. Eu era essencialmente um democrata. Democrata por vocação e por tradição familiar. Devo adicionar um outro ponto: além de tudo, eu me sentia um patriota. Desde garoto, queria participar das lutas para o desenvolvimento do país, e os acontecimentos da vida deram-me essa oportunidade. No caso, a ANL, uma organização com um programa renovador, preenchia todas as minhas expectativas. É bom dizer que eu não era o único oficial a ter ligações com a ANL. Muitos outros mantinham vínculos com ela e foi, inclusive, por influência de alguns deles que resolvi assumir essa causa. Minha adesão à ANL iria fazer-se, aliás, em condições bastante originais, pois a princípio mantive-me distante, em minha confusa personalidade de leitor de livros os mais diversos, e que misturava sem cerimônia elementos de socialismo e do anarquismo. Meu discernimento era bastante limitado, ou seja, algo vacilante, meio “cor-de-rosa” para meu gosto.

De férias em Pelotas, junto ao capitão Moésia Rollim – ativo propagador da ANL, mudaria apenas parcialmente de opinião. Engajara-me, no entanto, ajudando os militantes que ele enviasse com fins políticos a Bagé. Pensava em facilitar-lhes alojamento ou algum auxílio material. Mas na prática a experiência ocorreu diferentemente.

Um mês depois, receberia a visita de um operário enviado por Rollim, pessoa que vinha discutir com os sindicatos que, aliás, eram dirigidos, em

Bagé, por anarquistas. Ele teria, naquela mesma noite, uma reunião difícil, pois os tais anarquistas faziam muitas reservas à ANL. Fui. Eu fui mais por curiosidade que por outra coisa e estava ali como simples espectador, vendo jovens operários argumentando bem, defendendo-se com coragem, ainda que açoitados por todos os lados. Em um momento posterior, em dificuldade, Rollim apelou para mim. E foi preciso no que disse:

– O tenente Apolônio pode corroborar o que eu estou dizendo. Vamos ouvi-lo? Assim, entrei de corpo inteiro na discussão. Com Moésia Rollim aprendera a conhecer a Aliança, o programa, a tática e a base social. Foi fácil mergulhar na discussão.

Em pouco tempo, entretanto, esgotara o prazo de aluguel da sala de debates. Seria, então, necessário interromper a reunião. Mas, o confronto estava demasiado quente e apaixonado para se aceitar qualquer interrupção. Todos queriam continuar, mas não se sabia onde. Foi quando, em última instância, na falta de outro local, pedi que, em nome do conjunto, uma comissão eleita por eles viesse reunir-se comigo em minha casa.

Minha casa era uma “república” onde eu convivía com cinco outros colegas, todos oficiais que, por coincidência, estavam fora em manobras militares na época. Para dizer a verdade, esperava por uma ou duas dezenas de visitantes, no máximo – como pensava haver combinado. Sabia que estava “forçando a barra”, continuando uma reunião política numa casa partilhada com outros colegas, sem prévio conhecimento e autorização deles. Como esperava por pouca gente – pensava, intimamente –, não daria tanto na vista. A realidade, no entanto, foi outra. Vieram muitos operários sindicalizados e as dependências da casa ficaram insuficientes. Apelei para o quintal, que era amplo: pedi de empréstimo por aquela noite, às moças da *maison close* colada à nossa casa, alguns lampiões. Gentilmente, elas os colocaram sobre o muro que separava nossos dois quintais e, curiosas, assistiriam ao espetáculo inédito e inesperado que foi a reunião daquela noite. Continuamos ainda por horas a discussão iniciada. Por sorte, à meia-noite os debates chegaram ao fim. E o resultado era estimulante. Ainda que com algumas reservas, os sindicatos aderiram à Aliança Nacional Libertadora. Na realidade, eu também. Dias depois, desculpei-me humildemente junto aos colegas de convívio na república por aquela iniciativa, no mínimo anormal. Era necessário fazer isto, até porque havia riscos em outros locais. A Aliança Nacional Libertadora, ainda em abril de 1935, não era uma entidade legal, reconhecida, dentro da lei.

Durante minha militância em Bagé, fiz minha efetiva entrada na vida política numa organização de esquerda que buscava ampla base popular. Tivemos o apoio incondicional de alguns sindicatos, de organizações estudantis, de jornalistas e de profissionais liberais. Foi-nos fácil, assim, criar um diretório municipal em Bagé, dotá-lo de uma sede própria, organizar conferências e passeatas na pequena cidade de dez mil habitantes. Estendemos a bandeira da ANL a outras cidades vizinhas, como São Gabriel e Dom Pedrito. Preparamos cuidadosamente o primeiro comício amplo no qual se faria conhecer o programa da ANL em sua atualidade e a importância de sua aplicação adaptada às condições da cidade em que vivíamos.

Com pouco tempo, contudo, vieram os reveses. O fechamento da Aliança Nacional Libertadora ocorreu logo, quando apenas tinham-se cumprido três meses de atividade legal. Após a publicação, no Rio de Janeiro, do manifesto de 5 de julho, assinado por Prestes, foram presos por um dia os dirigentes do nosso diretório municipal e, drasticamente, a sede foi interdita. Conseguimos na Justiça a libertação dos presos políticos, mas, com as ruas interditadas, privados do direito de reunião e organização, ficamos aturdidos no primeiro momento e passamos ansiosamente a aguardar as orientações dos dirigentes mais experimentados. Nada nos chegou. Nem de Porto Alegre nem do Rio. A ANL passou para uma fase nova, quase oculta, quase na sombra. Não tínhamos em Bagé e São Gabriel a experiência de uma atividade ilegal e isto criou dificuldades. Na realidade, a Aliança tinha respondido às aspirações profundas e a amplas iniciativas dos sindicatos e das organizações populares do momento; no entanto, tinha sido, mesmo em seus poucos meses de existência, um momento intenso e rico de nossa vida política até em cidades recuadas no interior. Isto porque trazia, ao lado das condições da época, a marca dos movimentos populares.

Nacionalmente, as coisas progrediam em termos de polarização política. Sob influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), os sindicatos se organizaram na Confederação Sindical Unificada do Brasil (CSUB) e, nesse clima, as mulheres organizadas na União Feminina do Brasil apresentaram seu programa de luta contra o fascismo. No mês de junho, a temperatura política subiu por meio de diversas manifestações que culminaram com a tal mensagem de Prestes feita no dia 5 de julho. A meu ver, a manifestação de Prestes, em nome do PCB, foi precipitada, pois era uma verdadeira declara-

ção de guerra ao regime, e por intermédio de sua mensagem ficava claro que se pretendia a derrubada imediata de Vargas.

Para melhor compreensão dos fatos, convém contextualizar todo este quadro no circuito das manifestações de massas, como a oposição aos integralistas feita em Petrópolis e em São Paulo. Como não poderia deixar de ser, a reação governamental veio forte e rápida e, já no dia 11 de julho, a ANL foi colocada na ilegalidade. O radicalismo governamental mostrou-se exagerado em relação à Aliança. E veja que não estamos falando de uma organização radical, como poderia ser o Partido Comunista. A ilegalidade afetou a todos e, no meu caso pessoal, senti-me ameaçado porque vi arranhados todos os níveis de minha atuação: política, pessoal, como cidadão, por exemplo. Eu, politicamente, só tinha a ANL, e nada mais. Enquanto militar, sempre respeitei a corporação e tive de me redefinir em face do novo parâmetro imposto por Getúlio. Sempre que falo no assunto, ainda hoje, vem-me uma sensação de surpresa.

Poucos meses depois, como corolário desse ambiente, ocorria o Levante de 35. A notícia chegou até mim, no Sul, como uma surpresa. Imaginem. Era em fim de novembro: recebemos a notícia do movimento armado em Natal, a 23; no Recife, a 24 e, por fim, a insurreição no Rio. Três manifestações armadas, três derrotas. Sim, três derrotas se sucederam e nós sem poder fazer nada. Nada! Não nos preparamos para nenhum movimento armado, para nenhum choque. Estávamos paralisados desde julho, em compasso de espera. É muito difícil falar das peculiaridades desse tempo, particularmente hoje, quando a literatura interpretativa sobre o assunto tem tantas “verdades” estabelecidas. Para ser sincero, devo dizer que nós, nesse período, não percebíamos a ascensão da direita, ainda que sua presença perturbasse muito. Foi uma surpresa geral. Nós sabíamos que havia um choque entre a esquerda e a direita, é claro, mas daí a identificar um plano vai uma grande distância. O objetivo de nossa organização era combater as forças que queriam estabelecer um regime ditatorial no país. Getúlio Vargas estava marchando para um acordo com os integralistas e isto era mais ou menos claro. Por intermédio da Ação Integralista, a direita mostrava a sua cara e força, orientadas no sentido de suprimir as liberdades e garantias políticas no país. Vargas estava preparando o que seria o golpe de novembro de 1937, a instalação do Estado Novo. Em 1935 a gente pressentia isso. Percebemos que era hora de estabelecer alternativas democráticas para as eleições de 1938. Com

outros recursos e apoios políticos, tentamos traçar um novo caminho para o país. Ao mesmo tempo, Plínio Salgado era uma força crescente, pois a partir de 1932 ficou ligado ao governo de Getúlio que, por sua vez, estava fazendo o conhecido jogo duplo, bem à sua maneira.

Nós, lá isolados no sul do país, não tínhamos condições de ter uma leitura refinada da conjuntura nacional. Além do mais, é preciso levar em conta que ele tinha muito apoio na região onde nascera. O que ficava visível é que aquela era uma política perigosa, na medida em que rumava para um regime de força. Tínhamos conquistado já, desde a Constituição de 1934, um regime democrático. Enquanto texto legal, essa Carta tinha uma concepção das mais avançadas da história do país. Mas, em 1935, Getúlio estabelecia a terrível Lei de Segurança Nacional, aprovada em 4 de abril, atendo-se às medidas de repressão, de cerceamento da democracia. De nossa parte, contávamos que era possível reverter isso por meio de um sistema de coalizão da esquerda, acompanhado das eleições de março de 1938. Isso atesta que não esperávamos de forma alguma pelo Levante. Nossa surpresa foi enorme! Não sabíamos de nada e, se tivéssemos sido consultados, teríamos respondido que aquele não era o momento adequado.

Atualmente, percebo que esses acontecimentos foram marcados pela crise que o partido sofreu com os pressupostos da Internacional Comunista. De 1922 a 1929, o PCB era um partido quase exemplar, tinha responsabilidade diante do povo, uma estratégia nacional, um caminho próprio para o socialismo. Conhecia-se a situação brasileira. Em 1928, 1929, a Internacional Comunista rompeu com a política de alianças, criando uma política sectária que, afinal, influenciou todos os países. Influenciou muito o Brasil. É útil lembrar que a estratégia de aliança operário-camponesa com a pequena burguesia iria refletir-se na eleição de 1930: uma campanha eleitoral na qual o candidato das forças de esquerda seria Prestes. Mas isso ia contra a nova postura da Internacional e, a partir daí, as direções do PCB foram “decapitadas”. Astrogildo Pereira foi mandado a São Paulo para trabalhar numa célula e fazer autocrítica; Oswaldo Brandão foi colocado fora da direção e, por Getúlio, mandado ao exílio; Leôncio Basbaum também foi “jogado fora”. Essa política cega e sectária, isolando o partido, foi um mal imenso ao ser aplicada em nosso país. Em 1929, por exemplo, o partido não combateu a República Velha. Prestes, que neste momento se deixava influenciar pelos ideais comunistas, não entendeu que aquela seria a opor-

tunidade perfeita para apoiar as mudanças colocadas na ordem do dia e, então, o Movimento Tenentista sofreu uma divisão muito séria. Em 1931, Prestes foi para a União Soviética, assumindo o comunismo, e, a partir daí, quem o seguiu na Aliança Nacional Libertadora foi apenas uma fração dos tenentes. Outros oficiais, como Juracy Magalhães, Juarez Távora, Cordeiro de Farias e tantos outros, tornaram-se figuras-chave no governo Getúlio Vargas, indo para outro extremo.

Com tudo isso, definia-se no Brasil daquela época um Exército dividido entre dois polos: de um lado, a situação de comando que tinha afrontado o tenentismo e, de outro, os “herdeiros” do tenentismo, que mais tarde, pela carreira, chegaram a ser generais. Uma boa mostra deste trajeto é representada por Juarez Távora, que sempre fora uma espécie de vice-rei do Nordeste, e que dividia com Getúlio o governo daquela região do país. Em 1936, instaurou-se no Brasil o regime de ditadura aberta, de ditadura terrorista, no sentido mais acabado da palavra. Abria-se um regime de supressão de todas as liberdades, como se estivéssemos em um “estado de guerra”. Aliás, aquela situação era mesmo conceituada como estado de guerra, o que pode ser traduzido como um estado de sítio agravado. A Constituição deixava de ter valor e com ela rolavam as garantias individuais e os direitos humanos. Portanto, quem não fosse da confiança do governo estaria automaticamente em posição de traidor da pátria. Era o arbítrio absoluto que se instalava no Brasil. Em 1937, muitos dos acusados pela participação do movimento de 1935 estavam presos, sendo julgados e processados, mesmo aqueles que estavam fora do Rio de Janeiro, Natal e Recife e que não haviam participado diretamente da luta armada. De qualquer forma, mesmo sem um envolvimento, digamos, “reconhecido”, fomos todos identificados como “inimigos” porque estávamos contra o ditador. Fomos identificados, inversamente, como pessoas que queriam a desordem e não a democracia e a liberdade. Não fomos taxados de “revolucionários”, mas sim vistos como elementos suspeitos, inimigos do governo.

Fui preso e expulso do Exército, cassado. Cassado! Fui apanhado em Bagé e depois transferido para as prisões do Rio de Janeiro. Eu estava às vésperas de meu casamento com uma moça do Sul quando fui detido. Passei um ano e meio na prisão, até junho de 1937, e com isso desisti do casamento. De início, fui para a Casa de Detenção, mas em seguida mandaram-me para a Casa de Correção. Foi lá que eu conheci a vida política mais de perto.

Isto é realmente importante, pois as prisões eram verdadeiros celeiros da convivência política. Descobri nesses tempos, em conversas com o pessoal, as doutrinas sociais e políticas, e também ouvi falar da situação de outros países, principalmente da Espanha. A prisão era uma escola, universidade, e das boas. Como preso político, tínhamos tratamento diferenciado que, apesar de tudo, abria-nos a possibilidade de aprender.

Não há exagero em afirmar que a prisão foi um importante laboratório político, repleto de comunistas, socialistas, nacionalistas. Havia na prisão muitos oficiais, jornalistas, professores, catedráticos das melhores universidades do país. Tínhamos lá conferências, palestras, enfim, verdadeiros cursos. Foi assim que, de maneira mais elaborada, passei a conhecer a vida política do país. Foi por meio dos comunistas que aprendi a ter uma visão da sociedade dividida em classes, o que era a luta de classes e os mecanismos de dominação política e social. Estavam presos comigo os comunistas que participaram da Escola Militar da minha época, antigos colegas, mas havia também comunistas internacionais presos, como Rodolfo Ghioldi, secretário do Partido Comunista na Argentina, Arthur Ernest Ewert, dirigente do Partido Comunista alemão, e sua esposa, Elisa Saborowsky, Olga Benário Prestes, e havia, é claro, dirigentes do Partido Comunista Brasileiro. Livros entravam lá com frequência, porque as famílias visitavam os presos e os traziam junto com outras coisas, no meio de comida e presentes. Então, a gente juntava tudo e lia para depois discutir. Tenho certeza de que qualquer pessoa entrevistada sobre esta experiência vai insistir no fato de a prisão ter sido a primeira grande escola moderna de formação política brasileira. Para mim, que já havia acumulado dúvidas sobre a realidade nacional, que possuía alguma crítica dos contrastes sociais, as lições teóricas ajudaram a organizar meu quadro analítico. Eu carecia de informações sistemáticas sobre doutrina, e o marxismo ensinado atrás das grades fornecia um modelo a ser seguido para compreender esta mudança. Na prisão aprendi os caminhos que já haviam sido trilhados anteriormente em experiências de vários grupos revolucionários. Em suma, foi lá que pude me definir como militante. Como militante político de esquerda.

Saí da cadeia em julho de 1937, quando ocorreu a “Macedada”, uma espécie de anistia. Em 1937, o Congresso resolveu não mais endossar o fato de o Getúlio manter o famigerado “estado de guerra”, que afinal era uma situação de arbítrio absoluto. Em junho de 1937 houve, portanto, divisões

muito consequentes nas forças políticas do país que optavam por uma campanha eleitoral para março de 1938, e por conta disso deu-se a abertura das prisões e o retorno a uma nova fase constitucional. A Constituição voltava a ser respeitada e a reger a vida do país. Nesse cenário, os presos que não tinham processos, e nós éramos centenas, foram postos em liberdade. Eu entre eles. Na cadeia, pelo que pude notar, o modelo stalinista não era, pelo menos a meu ver, o tipo privilegiado. A perspectiva que se colocava era a da doutrina marxista como um todo. Antes de estudar as diferenças internas, valorizava-se mais o entendimento das linhas gerais do marxismo. Falava-se muito em classes sociais, luta de classes, etapas do crescimento político. Na época, eu nem saberia distinguir se o que me ensinavam era stalinismo ou trotskismo ou outra versão teórica. Eu não tinha análise crítica da doutrina a ponto de perceber o que me parecia uma sutileza, e neste sentido devo dizer que minha leitura era mais conceitual, a fim de precisar melhor o que era uma classe social, por que existiam ricos e pobres. Eu me sentia apenas um aprendiz, um estudante, e não um estudioso das variantes marxistas profundas. Tinha também muita curiosidade em conhecer as alternativas dos regimes democráticos, das experiências libertárias. Diria que o marxismo que aprendemos era mais instrumental, para facilitar a compreensão dos problemas do povo, para contribuir à defesa dos interesses nacionais, patrióticos. A Aliança Nacional Libertadora já apresentava isso: um programa justo. Fui lutar por ele. Curiosamente, foi na cadeia, recluso, que ganhei uma visão mais ampla do mundo. Aos poucos, fui vendo que a minha percepção da problemática nacional haveria de passar por outros filtros que contemplassem não apenas as transformações patrióticas e econômicas importantes no país. Entendi, por exemplo, como se dava a pressão do capital estrangeiro sobre a vida dos países dependentes, e como isso afeta a nossa realidade. Na verdade, aprendíamos como era sonhar com sociedades novas, muito mais livres, com cultura para todos, sem contrastes sociais, sem miséria. Tudo isso eu percebi dentro da cadeia. Foi assim que resolvi: vou me tornar um partidário do socialismo, e isto devo aos comunistas.

Na Escola Militar, o Partido Comunista era clandestino e, portanto, não se conheciam como tais os seus militantes. Depois, na prisão, os antigos comunistas falavam do partido abertamente, como membros ou dirigentes da organização. Foi nesses anos, de 1936 a junho de 1937, que adquiri uma

consciência nova. Passava a ser um partidário convicto do socialismo. Acreditava firmemente que a única força viável que apontava para uma sociedade justa era o Partido Comunista. Portanto, logo no primeiro dia em liberdade fui imediatamente me filiar a ele. Imediatamente. Fora da prisão, fui trabalhar em uma revista que deveria fazer a defesa das liberdades no país, denunciar o papel daninho do capital estrangeiro sobre a vida econômica. Era uma publicação nacionalista, patriótica. Comecei a atuar nessa revista com dirigentes que vieram comigo da prisão e estavam em liberdade naquele momento. A revista era um projeto do comandante Roberto Henrique Sisson e seria editada logo a seguir. Foi na prisão que tivemos informações sobre um dos fatos internacionais que mais marcaria nossas vidas: a Guerra Civil Espanhola. Havia algo de apaixonante nas discussões que travávamos sobre este assunto. Primeiro, ficamos sabendo da decisão do Komintern no Sétimo Congresso da Terceira Internacional, em 1935, em Moscou, que preconizava a tática das Frentes Populares, que afinal iriam triunfar na Espanha, depois na França e no Chile. Isto soava como anúncio de uma nova era. Imaginem: nós presos na cadeia por causa de nossa vontade democrática, ouvindo falar de semelhante alternativa que triunfava.

A Espanha abria uma nova esperança, e falávamos cada vez mais e mais dela. Mesmo presos, sabíamos que a sociedade reagia contra os avanços da direita e que a esquerda forçava o reconhecimento das oposições, agora organizadas em frentes únicas. O golpe militar espanhol contra o governo republicano da Frente Popular, em 17 de julho de 1936, soou-nos como uma ameaça a todos. A Espanha dividida em dois pedaços um com os franquistas, apoiados pela Alemanha nazista e pela Itália fascista, e outro, a República Espanhola, eleita pelo povo, que pretendia guardar sua condição de liberdade e democracia. Presos, éramos mais do que nunca partidários fervorosos do governo, da República eleita pelo povo, da movimentação da Frente Popular, que se mantinha apesar do golpe dos militares. A causa espanhola nos sensibilizava. O golpe militar não conseguiu destruir a República, mas havia uma guerra civil no país e isto era importante saber. Nós na prisão acompanhávamos os acontecimentos pelos jornais, por meio da cobertura dada pela imprensa. Nosso sonho ganhava forma na luta dos espanhóis. Mesmo a nossa tentativa frustrada da Aliança Nacional Libertadora emendava-se no conjunto das demais frentes, pois afinal éramos também uma espécie de

frente popular nas condições brasileiras. Sim, em nossa Aliança, em 1935, havia uma legítima consciência de Frente Popular. Foi uma proposta que imigrara de fora para dentro, é verdade, mas que, até nos erros, tinha o nosso jeito. Aqui a Aliança não possuía os contornos internacionais, de classe, como ocorrera em outros países. Era um movimento mais popular, de cunho fortemente nacionalista e democrático. Nós estávamos achando nosso caminho para chegar ao governo, mas houve precipitações. O triunfo das Frentes Populares na Europa e a oposição ao nazismo e ao fascismo polarizavam opiniões, exigindo de todos posicionamento claro. Nos meios urbanos era difícil permanecer alheio ao que ocorria.

A minha experiência de vida mostrou que houve três belos momentos de presença ativa das massas populares na cena política do país. O primeiro pode ser marcado pelo Movimento Tenentista nos anos 1920, que se projetou nos anos 1930, entre 1930 e 1935. Foi um período de grande politização, de desenvolvimento da consciência política de setores progressistas da população e das organizações populares. Não me refiro somente ao crescimento da importância e da ação coordenada dos sindicatos, mas também à presença do Partido Comunista, que já era uma força política que não se acomodava às questões da ilegalidade. O PCB ansiava aparecer como força capaz de influenciar os acontecimentos, e então procurava cercar-se, naturalmente, de nomes nacionais históricos como o de Prestes; mas a bem da verdade, devo dizer que foram os sindicatos os principais responsáveis pela origem e pela base da Aliança Nacional Libertadora. O movimento sindical brasileiro que aflorava na época estava sentindo-se em perigo, ameaçado pelas possibilidades de efetivação de um organismo ultrarreacionário, ditatorial, que seria uma espécie de expressão do fascismo no Brasil. Desde 1932 convivíamos com a presença da Ação Integralista Brasileira, uma versão tropical do modelo autoritário italiano e alemão, pretendendo uma organização de direita e um regime de ditadura. Em face disto, então, dentro do movimento sindical desenvolveram-se iniciativas para construir uma nova organização mais corporativa e politicamente consistente, apoiada na participação popular. Este órgão era reivindicativo e pretendia programar não somente as teses de programas ligados à melhoria social e econômica dos trabalhadores, mas também atuar junto àqueles que se posicionavam ligados às liberdades de organização no plano político. O mesmo se dava em relação

aos objetivos imediatos, que eram: a defesa da democracia, das liberdades, do avanço das conquistas sociais e da soberania nacional.

Esse primeiro momento da vida nacional só pode ser comparado, no sentido de impacto histórico e de confronto de ideais, ao segundo momento, aquele que abrigou a mobilização camponesa, a agitação estudantil da década de 1960 e as greves operárias de 1961-1964. Acontecimentos como as eleições de 1960, a renúncia de Jânio Quadros em 1961, a grande crise política relacionada com a posse ou não de João Goulart, que era o vice-presidente de Jânio, e as grandes manifestações populares que encheram a cena política acabaram por mudar a fisionomia da política nacional. Havia uma nova força nos sindicatos, força nacionalista, por certo. Também um movimento novo, no campo, manifestado pelas Ligas Camponesas, dirigidas não pelos antigos partidos de esquerda comunista e socialista –, mas por Francisco Julião, que na verdade expressava uma outra orientação, ainda que também de esquerda. Por tudo isso, pela força e garra da participação das organizações populares é que os segmentos conservadores prepararam seu golpe armado em 1964. Eles precisaram cortar esse surto do movimento popular.

O terceiro movimento da vida política nacional com a presença popular na cena política foi o final dos anos 1980. A crise do regime militar, a aspiração à democracia, o movimento sindical do ABC – na região metropolitana de São Paulo – e as demais organizações emergentes do país, coincidindo na grande campanha das “Diretas Já”. Naquele momento, o Congresso ainda não sofria a pressão do povo, mas num recuo parcial o Colégio Eleitoral elegeu o governo civil com Tancredo Neves. Em seguida, tivemos novo surto de movimentos populares, com as grandes greves, com a exigência de liberdade não somente de organização sindical, mas de reivindicações político-sociais. Havia também um esforço intimamente marcado na direção dos interesses de outros setores da sociedade: mais liberdade de organização política para a grande massa da população e para os trabalhadores em geral. O objetivo deste esforço todo era chegar a uma Constituinte que, pela primeira vez, corrigiria as profundas limitações da democracia brasileira, desvios que vinham desde a sua nascente, em 1889.

Vendo de hoje, percebo uma continuidade nas etapas pessoais e, ao mesmo tempo, seu estreito relacionamento com os desdobramentos da

vida política nacional. Foi na década de 1930 que comecei a militar, e por isto ela é a mais significativa, a que deu sentido a toda a minha proposta. É por isto que essa virada do século XX é, para mim, um dos momentos mais importantes de minha vida. A década de 1930 também foi um período em que o Brasil viveu uma situação internacional nova quando emergiu, do naufrágio da República Velha, a curta República de Vargas. Etapa nova porque nascia verdadeiramente de uma grande movimentação social e política. Na década de 1930, o movimento operário deu um salto de qualidade, os trabalhadores organizaram-se para se defenderem social e politicamente. Ergueram as bandeiras das liberdades democráticas e do antifascismo. Então, tivemos ao mesmo tempo um surto de democracia, de liberdade, que, numa primeira etapa, permitiu o desenvolvimento da ação dos sindicatos. Essa alternativa, contudo, logo foi atrapalhada pela ameaça de instauração, entre nós, de um regime aproximado ao modelo de Hitler, por intermédio da Ação Integralista Brasileira. O Movimento Tenentista apoiou, então, a Constituinte nova, outorgada em 16 de julho de 1934, trazendo amplas liberdades. Essa era uma situação particularmente original no Brasil. Pela força desse novo momento, sob os auspícios de uma perspectiva democrática, dava-se a equiparação de forças entre a esquerda e a direita. A ameaça, que ao mesmo tempo estimulava, exigia avanços para combinar as lutas econômicas com as lutas políticas. Somado, isso gerava um ativismo criativo, uma espécie de convocação para a consciência política coletiva. A presença, neste processo, de setores do tenentismo era fundamental, pois demandava do novo governo atitudes em favor da abertura da sociedade brasileira para uma política nacionalista, patriótica, sem intervenção do capital estrangeiro, que sobremaneira prejudicava a vida e a economia do país.

Vejam que a situação de graves transformações não dizia respeito apenas ao Brasil. Toda a América Latina passava, nos anos 1930, por uma fase de redefinição importante. Os mais sensíveis países latino-americanos na luta pela democracia têm sido o México e Cuba. Talvez por causa da proximidade dos Estados Unidos e por terem sempre a ameaça de um império vizinho. Acho que particularmente o México teve lugar muito importante no contexto latino-americano dos anos 1930, pois atuou como um baluarte da liberdade, da convivência internacional. Seu posicionamento ao lado

da República Espanhola foi um exemplo disso. O México foi, na América em geral e até mesmo em todo o mundo, um elemento excepcionalmente importante porque se abriu ao apoio da República que estava isolada de qualquer suporte político consistente, oficial, institucional. Os mexicanos comprometeram-se de maneira aberta na luta pela justiça, enquanto os outros governos, mesmo nos países europeus contrários ao fascismo, fechavam suas portas para a República Espanhola legitimamente eleita pelo povo. Os outros países foram, pelo menos, omissos em relação à Espanha, integrando-se na política de “não-intervenção” que ajudava os rebeldes da direita. Vejam o exemplo francês: ainda que oficiosamente, até certo ponto, o governo francês fechava os olhos para a passagem de armas para a Espanha republicana. A França foi, apesar de tudo, uma participante decisiva no jogo proposto pelas forças pioneiras da “não-intervenção”. León Blum, então primeiro-ministro da França, concordou com a iniciativa dos ingleses que, aliás, foram os idealizadores dessa política. Do outro lado da República, posicionaram-se apenas dois Estados: a União Soviética, cuja principal força era sua economia, a indústria, a presença da população expressa no Exército e na Aeronáutica, e um país da América Latina, relativamente humilde em sua economia, o México. É preciso que se faça uma ressalva ainda: o México, naquele momento, era algo muito diferente das outras formas de governo espalhadas pela América Latina, porque tinha em Lázaro Cárdenas, então presidente, um governo extremamente aberto às mudanças, à democracia e à solidariedade internacional. Digo isso com conhecimento de causa, porque estive na Espanha como oficial de artilharia, tendo como colegas e como chefes eficientes oficiais mexicanos.

Em 1937, quando eu saí da prisão, sabia que a Espanha republicana passava apuros. Sob um regime pré-ditatorial, que não abria espaços em favor da luta para a democracia, restava a luta pelos mesmos ideais onde fosse possível fazê-lo. O governo espanhol estava criando brigadas com voluntários estrangeiros que quisessem lutar pela República, e nós, militares, podíamos ajudar nesse sentido. Com nossa formação militar, e com preparo técnico adquirido, poderíamos contribuir. Então, o Partido Comunista me propôs:

– Você está trabalhando em uma revista nacionalista, anti-imperialista, o que é muito bom, mas talvez você possa ser mais útil ainda na Espanha, como militar.

Otávio Malta, militante jornalista, foi quem me fez essa proposta, e ele vinha em nome do partido. Outro companheiro que falava em nome do Partido Comunista era o Aparício Torelli, que reforçava a mesma proposta. Foram essas pessoas, com as quais eu já tinha contato ao sair da prisão, que me “convocaram”. Essa proposta foi feita a vários militares que, como eu, foram expulsos e cassados do Exército. Não podíamos mais voltar à corporação, fosse Exército, Marinha ou Aeronáutica. Havia oficiais, sargentos, cabos que não estavam exercendo suas especialidades e que poderiam ajudar.

Alguns imigrantes espanhóis, italianos, alemães, romenos e checos, todos de esquerda, estavam também alarmados com o sucesso do fascismo. Eles também foram para a Espanha, posicionando-se do lado dos republicanos, e também se comportaram de maneira exemplar. Esta é uma página esquecida da História. Deveríamos lembrar os nomes de belas figuras que combateram como soldados e comissários. Falo, por exemplo, de “brasileiros” como: Ernest Yosk, Wolf Reutberg, Jorge Cetl, André e Mário Giorgio e Ramón Prieto. Esses foram companheiros inesquecíveis.

Não fomos à Espanha porque fôssemos guerreiros, nem partidários da luta armada. Eu, por exemplo, fui para lá porque o meu partido combatia o autoritarismo e queria transformar a democracia brasileira em algo mais amplo e participativo, que seria o socialismo como um todo. Como se sabe, o fascismo era um adversário ameaçador que precisava ser detido. Fui para a Espanha também porque o partido evidenciava que lá eu poderia ser mais útil, e aquela era uma batalha, travada na Espanha, mas igual à nossa. Eles, lá, estavam lutando contra a voracidade do capital estrangeiro, contra os grandes senhores de terras, contra a opressão. Estavam abrindo caminho para uma democracia mais ampla. Então, combater na Espanha era, em parte, continuar lutando no Brasil, pelas mesmas bandeiras. Era uma luta ampliada. Sobretudo, protestávamos contra uma intervenção armada de fora: a opressão dos Exércitos da Itália de Mussolini e da Alemanha de Hitler. Havia entre nós, brasileiros voluntários, oficiais que não eram comunistas, como Joaquim Silveira dos Santos, Eny Silveira e Nemo Canabarro Lucas, que seria mais tarde o presidente do Partido Nacionalista no Brasil. O Nemo era um democrata e nacionalista sincero, que não aceitava a ditadura nem os integralistas.

A princípio, estive a ponto de viajar num navio holandês, num grande transatlântico lá na clandestinidade, naturalmente, mas porque os comunis-

tas brasileiros tinham relações muito estreitas com os comunistas holandeses foi arranjada a situação. Havia uma cumplicidade porque havia uma espécie de pacto com os marinheiros desse transatlântico, que me esconderiam até a Espanha, mas essa tentativa não vingou. Aí eu fui à Bahia encontrar-me com amigos do Partido Comunista de lá, pessoas que estavam buscando dinheiro para pagar a minha passagem para a França. Fui ajudá-los a fazer esse trabalho. A Bahia dessa época tinha como governador o general Juracy Magalhães, que estava em briga com Getúlio Vargas. Essa oposição era expressiva, tanto que ele seria deposto logo após o golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Na época, esse governador dava certa liberdade às forças de esquerda na Bahia. Da Bahia eu saí legalmente, e viajei até a França em um navio que, curiosamente, chamava-se Bagé. Chegando à França, a Le Havre, por estrada de ferro fui a Paris. Lá procurei, na residência de uma família brasileira amiga, o tenente Tovar Bicudo, que também fora afastado do Exército por motivos políticos. Por intermédio dele liguei-me ao Comitê de Ajuda à Espanha Republicana, organização que preparava o trabalho de solidariedade em favor do governo legal de Madri e Valência.

Eu falava o idioma porque no curso secundário estudava-se o francês, mas, diga-se, falava com um sotaque pantaneiro. Em Paris, fiquei o mínimo de tempo possível, apenas o indispensável para a organização encaminhar-me a Perpignan, de onde fui a Portbou, na fronteira espanhola, e depois rumei a Valência, capital da República naquele momento. Para mim, havia urgência em chegar o mais depressa possível à Espanha. Estava ansioso porque se tratava de uma luta de vida e morte contra os franquistas.

Aliás, esse momento era mesmo crucial. Sentia que era um dever identificar naquela, uma extensão da luta do Brasil. Era um desafio e uma alegria poder contribuir com os meus conhecimentos de militar. Era uma honra! Apresentei-me ao governo espanhol e aí fiquei sabendo que nas forças legalistas havia o Exército Popular da República Espanhola e as Brigadas Internacionais. Os latino-americanos, toda uma considerável massa de voluntários, conhecedores do idioma espanhol, foram de preferência incorporados às unidades do Exército Popular da República. Os que não falavam espanhol iam para as Brigadas Internacionais. Os que falavam: Gay da Cunha, Carlos da Costa Leite, Nemo Canabarro Lucas, Hermenegildo Assis Brasil, Enéas Jorge de Andrade, Joaquim Silveira, foram servir no Exército repu-

blicano. Eu, que sou do pantanal, da fronteira do Paraguai e da Bolívia, e falo relativamente bem o espanhol, também fui para o Exército espanhol, como oficial da artilharia. Outros brasileiros que não falavam espanhol foram para as Brigadas, principalmente para a XII, a Brigada Garibaldi: Davi Capistrano, Dinarco Reis, José Correia de Sá, Delcy e Eny Silveira, Nelson Alves e dois dos imigrantes partidos do Brasil, Ernest Yosk e Jorge Cetl. A questão da identidade nacional era um aspecto interessante da guerra. Nós nos sentíamos espanhóis, mas acima de tudo brasileiros.

Aquela era uma luta igual à nossa, para ajudar nosso povo. A luta pela República Espanhola generalizava-se e se estendia como ação internacional contra o fascismo. A República Espanhola representava, assim, o anseio de todo o mundo. Era impressionante a força da solidariedade. Todos se sentiam integrados. Esse sentimento de coesão internacional marcou um momento importante na sensibilidade do século XX. Infelizmente, foi algo que pouco durou: fluiu rápido e hoje logicamente existe, mas em menor intensidade. Naquela época, foi algo muito intenso, muito vivido. Os canais que catalisavam esse sentimento eram os partidos comunistas dentro de cada país. O internacionalismo dos voluntários comunistas ou não tinha uma função: promover a solidariedade e construir a paz. Tínhamos um inimigo em comum: o nazifascismo, e havia um país, a República Espanhola, onde o regime estava sob o ataque direto de agressões internas, promovidas pelos monarquistas e conservadores, e de ataques externos, perpetrados pelos Exércitos italiano e alemão. Essa República representava o objetivo da nossa luta contra esse inimigo comum. Era preciso, pois, ajudá-la.

O Partido Comunista era o principal inspirador dessa luta no Brasil. Em outros países, sua influência deve ter sido primordial também, ainda que não fosse exclusiva. Havia outras forças na Espanha: os anarquistas, os poumistas, socialistas e democratas, pessoas comuns, sem partido, todos engajados na luta pela liberdade daquele povo. É certo que havia um acentuado ideal romântico pairando no ar. A tentativa de mudar o mundo era um convite aberto. Queríamos transformar as realidades. A grande revolução das massas, sonhada ao longo destes anos todos, dos 1930 aos 1990, não aconteceu em nosso país. Lembro-me bem do programa da Aliança Nacional Libertadora: democracia, liberdade de organização partidária, definição dos direitos da mulher, do índio, das crianças, participação sindical, liber-

dade política, nacionalização das grandes empresas, enfim, tudo o que está ainda para acontecer de maneira efetiva. É um sonho que ainda não vigorou, mas que há de se realizar: um regime de paz para os povos, de amizade para todos. Não conseguimos ainda levar à vitória bandeiras como a reforma agrária para nosso campesinato sem terra, a criação de oportunidades de trabalho para os jovens, a carência de uma justa distribuição da renda. Queríamos mudanças, transformações efetivas, como hoje continuamos a querer.

Desde que saí da Bahia, fiquei na Espanha durante quase todo o período restante da guerra. No dia 20 de junho, estava viajando para a Espanha e no final do mês estava lá. A Espanha encontrava-se dividida nesse momento. Havia duas Espanhas: a parte ocidental, sob domínio de Franco, e a parte oriental, sob a República. Madri estava cercada e então eu não conseguia chegar lá. Estava cercada, mas continuava imbatível. Nunca tomaram Madri, a capital. Apesar de estar numa situação muito difícil o governo havia-se deslocado para Valência, a cidade resistia como um coração que não parava de bater. A Catalunha, que ainda era uma zona fora de combate, ficou sendo o grande laboratório da República, e também a grande fábrica, a usina, a máquina de preparação da guerra e de materiais. As Astúrias já estavam ocupadas pelos franquistas. Havíamos perdido um pedaço grande do “centro”, mas ainda tínhamos parte da Andaluzia e da Estremadura. Fui combater na Estremadura, depois em Córdoba, na Andaluzia, em Teruel. Combati também na zona do Tejo, ao sul, depois na Catalunha, nos momentos finais. Fiz praticamente as várias frentes da guerra, nesse período do princípio de julho de 1937, e todo o ano de 1938, até janeiro de 1939, quando estávamos combatendo ainda na Catalunha; mas em fevereiro fomos derrotados e atirados para as fronteiras da França.

Durante a guerra, vi um quadro humano incrivelmente entusiasmante. Os camponeses espanhóis eram donos de suas terras: com cooperativas, comunidades, produziam, exportavam para o consumo da população, melhoravam suas condições, construíram escolas que não tinham antes, postos de saúde. A dignidade e a esperança estavam estampadas nos olhos da população e via-se isto nos jovens, nas mulheres, nos moços e velhos. Nunca passei fome na Espanha. O povo espanhol não passava fome na República, ao contrário. Eu estive lá durante a guerra e testemunhei uma racionalização da vida que provava a justeza da causa. A literatura da direita pinta um quadro

avesso da realidade espanhola. O Exército republicano era bem alimentado. Nós não passávamos a caviar, mas tínhamos comida, éramos bem cuidados, tínhamos roupas e tudo. Vivi nas frentes de combate, nas matas, em zonas recobertas de florestas e nunca nos faltou coisa nenhuma. Naturalmente havia racionamento, porque era uma situação especial.

Encontrei uma Espanha na qual os operários estavam todos nas fábricas e os patrões fugiram com Franco. Não que os legalistas prendessem, afugentassem ou assassinassem os patrões: eles é que abandonaram as empresas por causa da pressão social, que exigia melhores condições de trabalho. Os camponeses tornaram-se donos de suas fazendas e viviam em coletividade, cooperativas prósperas. Os empresários, quando viram que as botas de Franco avançavam, mesmo alguns que estavam já acreditando no sistema, passaram para o lado dele. Evidenciava-se, mais uma vez, a reação conservadora e por meio dela as instituições do passado reorganizavam-se para manter a riqueza e a produção do país nas mãos de poucos patrões. Os trabalhadores realmente revolucionaram a atividade do campo e da cidade.

A munição e o armamento eram os mais variados. Não havia só o equipamento russo, como se costuma dizer. Eu mesmo utilizei canhões alemães tomados dos franquistas. Certa vez, vali-me dos Vickers Armstrong dos ingleses, que eram belíssimas máquinas. Também havia uma quantidade enorme de canhões franceses, fornecidos por aquele governo, oficiosamente, para facilitar a vitória. E, é claro, uma parte de canhões russos, os obuses de 143 milímetros e as peças antitanques de 45 milímetros. Comandei um conjunto de unidades com materiais italianos de artilharia da Ansaldo, grande fábrica de armas italiana. Eram materiais enviados para Franco e que a “nossa” Marinha interceptou a caminho, em alto-mar, e que vieram servir para nós, na República. Eu pude trabalhar com esses canhões novinhos em folha, e ainda com o sabor de coisa roubada dos fascistas.

Fui todo o tempo tenente de artilharia, com os direitos e responsabilidades dessa patente. Só no final, ao sair da Espanha, é que fui promovido a capitão como, aliás, os demais companheiros. Na verdade, tive funções de comandante, capitão e coronel. Eles precisavam de quadros para comandos mais amplos e, como eu tinha boa formação militar, pude servir bastante. Vários brasileiros ocuparam postos de comando, e em geral se saíram muito bem. Como no nosso grupo éramos quase todos militares no Brasil, tinha-

mos mais experiência que a maioria dos voluntários. Dinarco Reis, Davi Capistrano, Nelson de Souza Alves, José Correia de Sá, Delcy e Eny Silveira, irmãos, e os emigrantes partidos do Brasil foram incorporados como soldados. Todos mostraram-se magníficos combatentes em funções de tenentes ou capitães ou de comissários políticos. Nós que fomos incorporados como oficiais tivemos a possibilidade de desenvolver melhor a nossa capacidade em postos mais decisivos, por exemplo: o major Carlos Costa Leite teve funções muito altas na artilharia. O capitão Nemo Canabarro Lucas tinha altas funções no Estado Maior de uma Divisão de Infantaria, isso dentro do Exército Popular Republicano Espanhol, como se fôssemos espanhóis. Ao fim, todos fomos promovidos.

Cheguei à Espanha no momento em que as rupturas das esquerdas começavam. Nós, brasileiros, que tínhamos acabado de sair da prisão, precisávamos desenvolver um rápido aprendizado da situação geral. Estávamos tão imbuídos de ideais que supúnhamos a República Espanhola a caminho da vitória e que nossa participação seria mais uma contribuição sensível neste sentido. Tínhamos certeza da vitória porque, apesar de a República, em um dado momento, ter ficado sem Exército, Franco tinha fracassado já no momento inicial do golpe militar, ante a resistência dos trabalhadores, operários, anarquistas, socialistas, comunistas, poumistas, patriotas, democratas. Logo, vimos que a situação estava ruim, mas não perdida.

Franco, que levou 80% da oficialidade, também reteve a polícia. A República tinha ficado desfalcada de seus efetivos, armas e munições. Viu-se, portanto, na contingência de se refazer com milícias populares improvisadas, com armamento precário. Assim, foi criado um novo Exército, composto por pessoas valentes e empenhadas com toda fidelidade à República. Quando chegamos, esse Exército estava pronto. Isso foi na metade de 1937. Tive, ao chegar, a impressão de equilíbrio de forças, com o Exército em condições de avançar para a vitória. Na realidade, estava enganado. A partir de junho de 1937, a derrota da República já estava definida, e por quê? O grande fator das vitórias populares, das vitórias democráticas, das transformações na Espanha foi produto de um elemento extraordinário e fundamental na análise da República Espanhola e da guerra civil: a unidade das forças de esquerda. A unidade de ação de socialistas, de comunistas e poumistas, de anarquistas e sem partidos. Com o passar dos anos e com a persistência da

guerra, o governo de esquerda acabou dividido, vendo-se enfraquecido pela divisão em dois grupos: um, que ficou no poder, os comunistas aliados à burguesia liberal e ao centro e à direita dos socialistas, e outro, os socialistas de esquerda (a facção de Largo Caballero), os poumistas, os anarquistas que, em conjunto com os representantes das maiores centrais sindicais, foram postos fora do governo. E não foi só isso: houve, ainda, enorme repressão, com prisões e tudo o mais. O assassinato de Andrés Nin, grande dirigente, foi um episódio desse processo. Aliás, um brasileiro, meu colega da academia militar, o tenente Alberto Bomilcar Besouchet, atuava como coronel das milícias neste momento. Segundo contam, foi preso porque era partidário dos poumistas, erroneamente marcados por tendências trotskistas. Os poumistas eram contra os Processos de Moscou, e a repressão na Rússia refletia-se diretamente na Espanha. Besouchet foi também assassinado na Espanha, não pelos soldados de Franco, mas, ironicamente, pela esquerda stalinista. Essa divisão das esquerdas pesou terrivelmente sobre o sentimento de confiança nos resultados daquela luta difícil. As populações viam-se perplexas, porque uma parte das esquerdas estava no poder e a outra nas prisões, como se fossem fascistas. Se uma parcela merecia confiança e a outra não, como seria possível continuar lutando pelos ideais comuns iniciais? Esse mal-estar trouxe desânimo à população, exaurida pela guerra.

Isto também se refletia nos soldados. Os anarquistas eram olhados com desconfiança dentro do Exército e havia, no final, muita dissidência. Quando a guerra estava quase terminando, em setembro de 1938, os voluntários estrangeiros seja os que estavam nas Brigadas Internacionais, seja os que estavam no Exército Republicano fomos retirados da Espanha. O governo legal, num gesto quixotesco, decidiu mostrar ao mundo que a República lutava apoiada apenas em seus quadros espanhóis. Ora, as Brigadas Internacionais representavam 40 mil combatentes aguerridos. Eram uma força poderosa. E mais, tínhamos uma quantidade expressiva de comandantes e oficiais forjados no próprio curso da guerra. Mesmo sendo apoio muito importante para a sustentação do Exército, fomos retirados de combate. Então, nós, que estávamos nas frentes do “Centro”, fomos levados para a Catalunha, desmobilizados. Insistimos em voltar para rechaçar o assalto, mas, quando isto aconteceu, já estávamos derrotados. Fomos empurrados até a fronteira da França e lá, à custa de um acordo diplomático anterior

com aquele governo, vimo-nos recolhidos em campos de internamento e depusemos as armas. Depois não lutamos mais, mas ainda não era o fim da guerra. Tudo terminou na Batalha da Catalunha, em 9 e 10 de fevereiro de 1939. Mesmo havendo resistência no centro da Espanha, uma parte dos comandos já não queria continuar a guerra e fizeram acordos com Franco. Capitularam, finalmente, nos primeiros dias de abril de 1939.

Não cheguei a ser preso no final da guerra. Entrei na França, e aí fui colocado em um campo de concentração. Ao todo éramos 250 mil soldados, divididos em dois blocos principais: um em Argèles Sur Mer e outro em Saint Cyprien. Depois de remoções, ficamos concentrados, 8 a 10 mil dos antigos combatentes internacionais, mais 300 mil espanhóis republicanos que saíram da Catalunha conosco, porque não queriam ficar sob o governo de Franco. Fiquei no campo de concentração desde princípios de fevereiro de 1939 até o fim de 1940, por quase dois anos. Começamos a organizar nossas fugas, porque no primeiro ano havia a esperança de podermos voltar ao Brasil clandestinamente, pelo México. Houve, contudo, um momento em que, em 1940, decididamente não tínhamos mais razões para continuar esperando. Por outro lado, as esquerdas francesas estavam jogadas na clandestinidade e passaram a ser submetidas a uma repressão cruel. Pouco depois, estourava a Segunda Guerra Mundial e, mediante esse quadro, amigos nossos na França articularam a fuga para que tentássemos voltar ao nosso país de origem. Havia, no entanto, o bloqueio dos alemães, e as viagens para a América Latina tornavam-se impossíveis.

Fugi. Fui para Marselha e lá me apresentei ao Consulado Geral do Brasil. Trabalhei durante um ano e meio como funcionário extraoficial do consulado e, mesmo ganhando pouco, dava para sobreviver, até porque ainda era solteiro. Em agosto de 1942, o Brasil entrou em guerra com a Alemanha. Fui, então, avisado por quadros dirigentes do Partido Comunista francês de que os alemães que ocupavam a França iriam fechar todas as embaixadas e consulados brasileiros, e que mandariam seus funcionários para a cidade alemã de Nuremberg, onde seriam mantidos como reféns. Levei essa informação ao consulado garantindo que possuía indicações seguras. Eles já sabiam que eu era comunista neste momento e tinham convicções de que o Partido Comunista francês detinha informações seguras. Infelizmente não acreditaram em mim, e assim tive de sair

do consulado que foi, por fim, fechado, sendo que seus funcionários foram enviados a Nuremberg.

Ao fugir do campo de concentração, havia me incorporado à Resistência Francesa. A princípio, não atuei precisamente nas ações de guerrilha. Trabalhava no Consulado Geral do Brasil em Marselha e participei ativamente de um núcleo de solidariedade aos prisioneiros políticos internados ainda em campos ou em prisões. Deste trabalho de solidariedade participavam, entre outros, o cônsul do México em Marselha e representantes da organização americana Quaker. A solidariedade, nessas circunstâncias, era feita sob duas formas: fosse a ajuda material aos prisioneiros, fosse a busca de soluções aos internados nesse momento para, ao saírem do campo e da prisão, buscarem clandestinamente o caminho de volta aos seus países de origem e continuarem, ali, o combate antifascista. Escolhi a segunda e, por meio do consulado, escrevi cartas aos comandos militares de prisões e campos de internamento, aparentemente em nome dos cônsules, convocando muitos companheiros a comparecerem no consulado para tratarem de seus pretensos vistos de entrada no Brasil, aparentemente concedidos de maneira oficial. Uma vez saídos do campo, estes companheiros iniciavam suas novas destinações.

Em agosto de 1942, sob a ameaça de fechamento do consulado, passei a atuar diretamente na resistência armada, como combatente. Neste momento, conheci a Renée, minha futura esposa, com quem vivo até hoje e é minha eterna namorada. Ela também era uma combatente da Resistência, seria tenente das Forças Francesas do Interior (FFI). Eu, em termos de patente, terminaria como coronel nos combates da libertação nacional. Lutei na França até o fim da guerra, onde fiquei trabalhando por mais um ano e meio.

Em fins de 1945, o Partido Comunista foi legalizado no Brasil. Havia um grande amigo meu, o pintor Cândido Portinari, também militante comunista brasileiro, que fez uma viagem à Europa para apresentar seus quadros e então entrei em contato com ele, articulando as possíveis alternativas para que, juntamente com Renée, voltasse com ele. Então viemos para o Rio de Janeiro com nosso filho mais velho, René Luís. Chegamos ao Rio em dezembro de 1946. O Partido Comunista estava na legalidade. Como comunistas, continuamos a participar da atividade política do PCB, onde atuamos por muito pouco tempo na legalidade, apenas três ou quatro meses porque, em 7 de abril de 1947, o partido foi de novo colocado na ilegalidade.

Em princípios de fevereiro, fui eleito presidente da União da Juventude Comunista. Achávamos que esta era uma boa causa, pois estaríamos atuando no movimento juvenil de esquerda, que teria futuro. Mas outra vez as classes dominantes, os grandes senhores, os capitães de indústrias, temendo a “contaminação” da juventude pelas idéias do socialismo, fizeram uma terrível campanha contra a UJC e, com isto, a nossa sonhada União da Juventude Comunista teve legalmente a duração de apenas 28 dias. Surgida no dia 1º de fevereiro, foi colocada fora da lei no dia 28. Era o princípio da ilegalidade do Partido Comunista. Aí passamos à vida clandestina.

Eu havia deixado o Exército, de onde fui expulso em 1936, voltando reformado à luz da Constituição de 1988. Fiquei fora da corporação de 1936 a 1992. Por quase 60 anos. Continuei na militância e, no decorrer dos anos 1960 no Brasil, na primeira fase, até o golpe de 1964, tivemos muitas ilusões. Muitas. Eu era militante do Partido Comunista, membro de sua Direção Nacional e suplente do Comitê Central. Não supúnhamos que haveria condições para um golpe militar. Engano. Era uma visão falsa da realidade. Fomos surpreendidos com o golpe e passamos a sonhar com novas alternativas de protesto e resistência. Então, entre 1964 e 1967 nós tivemos dentro do Partido Comunista uma batalha política muito séria. Parte dos comunistas considerava possível fazer a resistência por meios pacíficos, combatendo com estratégias parlamentares aquela ditadura militar que instituía um regime de repressão cruel às demais formas de opinião, promovendo o que se poderia chamar de “terrorismo de Estado”. Todos os direitos estavam eliminados, da mesma forma que eram suspensas as possibilidades legais. Outra parte dos comunistas, eu inclusive, pretendíamos que a única alternativa era gerar a desestabilização do “governo” por meio de um protesto armado. Sobretudo, confirmamos esta dura realidade a partir de dezembro de 1968, quando foi editado o AI-5, que se moldava acima da Emenda Constitucional de 1967, já extremamente reacionária.

Em 1970 fui preso, não chegando a ser processado porque fui trocado pelo embaixador alemão sequestrado no mês de julho pelas Forças Armadas de contestação. Nós éramos 40 presos, e fomos para a Argélia. A Argélia foi nosso anfitrião solidário, aceitou os “banidos”. De lá, fui para a França, onde fiquei até 1979, quando houve a anistia. Depois voltei para cá. Voltei e continuei a sonhar com um Brasil melhor.



Livro 3

“A história é uma literatura contemporânea”

Ivan Jablonka

Fortunato Câmara de Oliveira

A primeira entrevista com o Brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira foi realizada pelo professor Meihy, servindo de inspiração para nós. Foi também com base na troca de ideias sobre o desenvolvimento do nosso trabalho que lapidamos os conceitos sobre o grupo de militares de esquerda nacionalistas, como já expliquei.

No desenrolar da pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de conferir e complementar a versão inicial de sua história, com mais três horas de gravação e muitos documentos. As entrevistas e conferências foram realizadas em sua casa, no bairro do Leme, no Rio de Janeiro. Edna, sua esposa, sempre esteve por perto nessas ocasiões com sua simpática presença.

Também sempre simpático e, sobretudo, galante e irônico, o Brigadeiro Fortunato, além de aviador, foi desenhista. Seu bom humor e seu espírito crítico estão na narrativa a seguir mas, principalmente, nos desenhos que fez...

De uma vivacidade e um senso de humor incorrigível, o tom narrativo do Brigadeiro Fortunato só poderia ser predominantemente cômico. Perseguido injustamente desde que foi considerado um dos envolvidos no Levante de 1935, na Escola de Aviação, uma das tiradas mais engraçadas dessa história de vida dizia respeito à sua “subversão” e às inúmeras prisões que sofreu. Aquela em que relatou que, sempre quando ouvia algo no rádio do tipo “Ameaçada a paz nacional...”, pedia a Edna, sua esposa, que separasse mais um pijama e uma escova de dentes para sua mala – guardada atrás da porta para a ocasião em que a polícia chegasse. Afinal, sempre havia algum novato na cadeia que esquecia de levar esses artigos de primeira necessidade!

Com esse mesmo espírito gozador, recebeu os documentos existentes a seu respeito no DOPS. Em quase 150 páginas estavam supostamente registrados seus passos, desde 1935. Ao ver seu nome relacionado ao de pessoas que alegava nunca ter conhecido ou mesmo ao observar sua qualificação

como perigoso comunista infiltrado na Liga de Defesa Nacional e organizador de doações aos presos políticos, comentou: “Como eles inventavam!”. Não que não tenha reconhecido que participou da Liga ou auxiliou os presos. Protestava contra a designação dessas atividades como subversivas, só podendo ser mesmo feitas por ele, um “perigoso comunista”... Assim como José Gutman, rejeitou os documentos oficiais e ainda selecionou como epígrafe de sua história o trecho da biografia de Mário Lago referente a isso.

Por outro lado, recebemos das mãos desse colaborador documentos importantíssimos. Alguns tratavam sobre a posição política dos soldados da FEB e da FAB na chamada Liga de Defesa Nacional, quando participou da Segunda Guerra Mundial como destacado aviador, ao lado do Brigadeiro Rui Moreira Lima. A participação na guerra na linha de frente contra o nazifascismo, aliás, foi o seu grande orgulho. Assim como se orgulha do desenho – o Senta a Pua! – que fez para servir de símbolo do 1º Grupo de Aviação de Caça da FAB, que foi enviado à guerra e do qual participou.

Outros documentos por ele doados estão relacionados aos depoimentos de militares presos e torturados por ocasião da Campanha *O Petróleo É Nosso* e da eleição da chapa nacionalista Estilac-Horta Barbosa para o Clube Militar. Punido com dois anos de prisão, essa foi a época mais dura da perseguição política que sofreu, quase chegando a ser expulso das Forças Armadas. Talvez não esteja devidamente retratada em sua história a experiência amarga do abandono do espírito de companheirismo dos militares que foram à guerra e, posteriormente, lhe viraram as costas quando caiu em desgraça ao ser mais uma vez considerado perigoso subversivo dentro das Forças Armadas.

Um dos exemplos significativos dessa atitude está em um livro que encontramos sobre a biografia de Nero Moura, comandante do Grupo de Caça ao qual Fortunato pertenceu na guerra. Sobre a ocasião da prisão e condenação deste, o ministro do segundo governo de Getúlio Vargas se fez de desentendido:

Sem lembranças

– Brigadeiro, gostaria que nos esclarecesse sobre o inquérito instaurado nas Forças Armadas em 52, denominado “Incitamento à Disciplina”, cujos encarregados foram na Aeronáutica o Scaffa, o Suzano na Marinha e o Krueel, no Exército. Os fatos se vincularam à eleição para a Diretoria do Clube Militar, pleito

em que o Estilac Leal, candidato a reeleição, perdeu para a chapa Etchegoyen-Nelson de Melo. O sr. se recorda desse episódio?

N.M. – Quando Getulio assumiu, uma lei do Congresso concedeu uma espécie de anistia a todos os envolvidos nas revoluções comunista e integralista. Se não me engano, a anistia ainda foi proposta no tempo do Dutra, e as Forças Armadas revisaram os casos de todos esses revolucionários, não sei se é a isso que você se refere.

– Não. Estou me referindo especificamente ao inquérito de 52, que resultou na prisão e perda da patente de mais de mil oficiais, inclusive da Aeronáutica, em que foram punidos o Fortunato, seu companheiro do Grupo de Caça, e o Sebastião Dantas Loureiro.

N.M. – Não tenho a menor noção desse episódio.

– Mas como, Ministro? Para um inquérito dessa envergadura, a nomeação do Scaffa não era atribuição sua?

N.M. – Ele só podia ser nomeado por mim. Mas não me lembro de nada a esse respeito, não tenho a menor ideia desse inquérito. Nem que eu tenha nomeado o Scaffa, nem da prisão do Fortunato. Nessa época o Fortunato não era mais da ativa, já havia sido transferido para a reserva.

– Pois o Fortunato foi preso, processado e julgado. Como só foi condenado a dois anos, não chegou a perder a patente. No depoimento em que prestou, ele afirma que esse inquérito estava vinculado a uma reação contra a possível vitória do Estilac. O Fortunato tinha ido a Minas Gerais, sendo preso na volta ao Rio, com os votos que estava trazendo para a campanha do Estilac. O Inquérito acabou se espalhando porque houve tortura indiscriminada de sargentos da Aeronáutica, o que foi admitido pelo próprio Scaffa. Um oficial da Força Aérea Americana acompanhou os inquéritos. O sr. não tem lembrança disso?

N.M. – Não, nenhuma.

– Os fatos foram noticiados no *Diário de Notícias* e no *Correio da Manhã*. A Câmara dos Deputados indicou uma comissão para visitar os presos no Galeão.

N.M. – Só me recordo muito longinquamente do nome desse Dantas Loureiro e de ter havido algo com o Fortunato, mas sobre inquérito? A mando de quem, por quê e quem nomeei? Não me lembro de modo algum. Nada, nada, nada. É a velhice, quem sabe...

MOURA, R. *Nero Moura: um voo na história*.

Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

Por que o Brigadeiro Fortunato não falou detalhadamente desse episódio, já que em sua história notamos sua estreita ligação com o Brigadeiro

Nero? Obtive a resposta em um almoço dos veteranos do Grupo de Caça, para o qual fui convidada pelo Brigadeiro Rui Moreira Lima. Nessa ocasião, assim como em todas as que se reúnem, os veteranos fazem uma saudação especial ao Brigadeiro Nero Moura, que virou um mito e é considerado o patrono da aviação de caça no Brasil. Assim, falar desses fatos poderia indispor-lo com os remanescentes do Grupo, seus amigos. Embates da história pessoal com a pública...

Com esse “currículo”, ser cassado, preso e demitido no golpe de 1964 foi uma consequência natural. Fortunato Câmara de Oliveira faleceu em 4 de abril de 2004, no Rio de Janeiro.

*Ab! Sempre fui perseguido... era o “suspeito de sempre”!...
a vida inteira, desde tenente até brigadeiro,
e fui expulso da FAB, acusado de subversão...*

Aos delegados, detetives, informantes, a todos, enfim, que contribuíram para ficar registrado nos arquivos do DOPS que eu lutei pela Paz, em Defesa dos Direitos Humanos, pela interdição das Armas Nucleares, por Democracia e Liberdade, gritei que “O Petróleo é Nosso” e contra as ditaduras, contra a escravização econômica e política do Brasil ao capital estrangeiro. Embora a ironia e até mesmo um certo deboche na análise de alguns documentos, foi muita a emoção que senti lendo aqueles boletins, pedidos de busca, ofícios e referências, pois eles me deram uma alegre certeza: não foi vida jogada fora a que vivi.

VELLOSO, M. *Mário Lago: boemia e política*.
Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997, pp. 266-267.

Nasci em 14 de janeiro de 1916. Meu pai era militar, meus avós eram militares. Todos os meus cunhados eram militares. Minha mulher nasceu na Vila Militar! Meu avô paterno morreu em Canudos: está lá escrito n’*Os Ser-tões*. No rodapé... Fortunato Raimundo de Oliveira. Ele era capitão-médico. Foi apanhar água para a tropa e não voltou mais. Pouco depois, pegaram

com o Pajeú, um dos líderes de Canudos, uma bolsa de médico que tinha as iniciais F. R. O. Deve ter sido morto por ele...

É claro que com uma família dessas, só poderia ter me encaminhado para a vida militar. Minha visão era principalmente porque eu morava em Deodoro, numa casa que pertencia ao Exército. Meu pai, como capitão, já tinha seis filhos; como major tinha oito e como coronel tinha dez. Dez filhos!... Sou o filho mais velho. O único militar fui eu. Eram quatro bancários – um deles foi ser professor e outro jornalista, porque desenhava muito bem, mais tarde tornou-se chargista das Folhas. Um foi funcionário público... E já sou bisavô... Meu filho foi militar, depois pediu demissão e foi ser fazendeiro, técnico de tributação.

Quando era criança, vivia olhando para cima porque ali perto era o Campo dos Afonsos, e eu tinha uma verdadeira fascinação pelos aviões! Era mais do que admiração: tinha fascinação por aquelas manobras, as acrobacias que eles faziam em cima da minha casa... De maneira que estava me encaminhando, sem querer, para futuramente ser aviador militar. Tanto que, quando ainda era bem menino, eu e meus amigos fazíamos aqueles modelinhos de aviões, em madeira. Como queria ser militar, seria da aviação.

Na minha infância, houve um fato muito interessante. Quando meu avô morreu, eu era muito pequeno. Ainda não era aluno do Colégio Militar, portanto tinha menos de 11 anos de idade. E minha mãe, tias e irmãs, mexendo nos guardados do velho, encontraram um desenho meu, um retrato dele que eu fiz com cinco anos de idade. Estava até muito parecido... Desde criança eu tinha jeito para o desenho. E sempre fui desenhista também.

Frequentei a escola pública aqui no Rio mesmo e em Mogi das Cruzes. Meu pai serviu uns tempos lá em São Paulo, morávamos nessa cidade. Quase todos os irmãos se casaram por lá e alguns em Mato Grosso. Tem um deles que mora em Bragança, São Paulo.

O ambiente da minha casa era muito bom. Meu pai chamava de “uma doce bagunça”... Um ambiente muito afável, família grande... Os irmãos eram seis homens e quatro mulheres. Na casa, em Deodoro, tinha uma mesa muito comprida e, na hora do almoço, éramos nós mais todos os nossos amigos. A gurizada levava os amigos para lá e ficava aquela bagunça! Meu pai tocava violão, mas nós não sabíamos um fio de música. Era música popular, que ele assobiava e tocava no violão... Ele gostava muito de levar os amigos, tocadores, lá em casa.

Não havia espírito religioso... Um ambiente líbero! Minhas irmãs são muito religiosas. Uma delas é bem religiosa mesmo, as outras não. Tinha muitos livros em casa... A gente lia. Quando eu era menino, Monteiro Lobato era o autor dos nossos livros principais. Ele ensinava e iluminava muito a cabeça da gente! Motivava. Tinha o *Tico-Tico*, que era do tempo da minha mãe. E também uns livrinhos pequenos que eram da Melhoramentos de São Paulo: *Jasão e o Velocino de Ouro*, as histórias de *Hércules*, essas coisas...

Não fui bom aluno no Colégio Militar, nem na Escola Militar. Até repeti um ano no Colégio! O segundo ano... No meu tempo, só existia o Colégio Militar aqui do Rio, na Rua São Francisco Xavier, perto do Maracanã. A escola era boa. Tinha uns bons professores e o ensino era um pouco apertado demais. Mas a gente saía mais ou menos instruído para os fins que era destinado...

O Colégio Militar não tinha a parte feminina. Era só aluno e eu era interno desde os 11 anos de idade. De maneira que a gente, quando saía aos sábados e domingos – depois de mais grandinho, com 16, 17 anos –, queria namorar, se divertir. Isto porque a vida era muito presa. A liberdade era muito restrita! O bedel ficava em cima, era um “carrasquinho”! Ah! Era rígido, com disciplina... Mesmo quando a gente estava nas salas sem professores, só para estudo, o bedel ficava lá sentado na mesa do professor e não deixava conversar. Era dureza!

Logo que entrei, era muito engraçado porque ainda se usava camisola. No segundo ano, já era pijama. Então, a gente levantava às cinco horas da manhã e era aquela fila de “fantasminhas” para o banho frio! Estivesse frio ou calor, tinha que tirar a camisola, tomar banho e voltar para se vestir no alojamento... Então, tomávamos café e começavam as aulas, que iam até onze e meia, meio-dia, quando paravam para o almoço. Tinha um recreio e, quando voltávamos, havia mais aulas até quatro horas da tarde. Depois do jantar havia um recreio maior. Para os maiores que quisessem praticar esporte, tinha um campo de futebol lá embaixo, uma piscina, que quase não se usava... Havia essa pequena folga e, quando acabávamos, éramos obrigados a ficar na sala para estudar. E, se quisesse, podíamos nos inscrever para estudar à noite, ao invés de ir para a cama, numa sala especial que era para estudo, sempre com o bedel por perto. Na véspera da prova, íamos para lá estudar e às duas horas da madrugada voltávamos para dormir. No dia seguinte, era a mesma rotina... Era uma vida de convento!

Dessa época de Colégio, o que lembro de mais marcante eram os amigos e os trotes... Isso foi em 1927, 28, 29... não lembro exatamente, mas algumas impressões são boas e outras ruins. O aperto era ruim, a gente carrega isso... Mas serviu mais tarde para o meu exercício profissional de militar. E podia escolher: tinha gente que passava por aquilo e não queria saber mais nada da vida de “milico”! Ia ser advogado, bancário... uns foram para a Marinha mas, em geral, era para o Exército que se ia.

No Colégio Militar havia uma Sociedade Literária, que outro dia soube pelo Brigadeiro Otávio Júlio Moreira Lima, presidente do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), que, no tempo em que ele era aluno, esteve numa comissão para rever seus estatutos. Nela descobriu que tinha sido modificado anteriormente por outra comissão em que eu fazia parte. Engraçado!... Não lembro absolutamente disso! Mas está lá... Participava da Sociedade Literária e, basicamente, publicava uma revista chamada *A Aspiração*, para a qual escrevia e desenhava. Não era muito conhecido, apesar disso, porque o Colégio tinha uns oitocentos alunos...

Lá, naquele tempo, a base do estudo era matemática, de maneira que a parte de aritmética era puxadíssima. Os professores eram muito exigentes, mas havia outras matérias: por exemplo, estudei português, latim, inglês, francês... Esse último aprendizado me valeu até para poder me fazer entender na França, quando estive lá! O ensino era muito bom e puxado. Os professores eram oriundos das classes armadas. Apesar disso, tinha gente muito boa.

Havia um ambiente de debate político. A Sociedade Literária dava sessões periódicas, em que ocorriam muitas discussões. Lembro até de discursos esquerdistas do Ivan Ramos Ribeiro, que mais tarde foi ser membro do Partido Comunista, se meteu naquela revolta de 35, foi expulso e depois desapareceu. Ele começou a aparecer quando houve a legalização do PC, em que era um dos expoentes. Mas era muito jovem, eles eram mais adiantados do que eu... Ouvia aquilo e, às vezes, nem compreendia direito! Nesse ponto de vista político era muito despreparado...

O ingresso na Escola Militar era automático. Quem terminasse o curso entrava para a Escola Militar do Realengo. Agora parece que tem um limite: só quem sai com média seis é que entra. Não sei, não posso afirmar... No meu tempo, se terminasse o Colégio Militar, fosse aprovado no último ano e quisesse entrar na Escola Militar, era automático. Só precisava fazer o exame

de saúde. Então, como mais ou menos a família toda estava dirigida para a vida militar, achava que a carreira começava no Colégio Militar e seguir os passos do pai era uma coisa muito boa, né? De maneira que fiquei afeito...

Entrei em 34 na Escola Militar, época em que começou a se delinear a luta política que mais tarde criou o nazismo na Europa. No Brasil, foi fundado o Partido Integralista, a Ação Integralista Brasileira, que reunia em seu bojo os nazistas, fascistas nacionais, chamados de integralistas. E dentro da Escola Militar já começou a haver essa divisão, entre os democratas e os integralistas, que eram fãs do regime de Hitler, que estava se formando na Europa. Assim, tinha alunos integralistas e antifascistas: eu era um desses últimos. Fui criado em ambiente democrático, meu pai era um. Ele foi contra o Movimento Tenentista porque era legalista. Puxa! Não me lembro muito bem: eu era menino... No final da vida – quando já estava na reserva como general, comandante em São Paulo – assumiu posições muitíssimo boas, muito nacionalistas principalmente. Meu pai sempre foi legalista, lutou pelas instituições, o que, num balanço geral, está certo. Como ele, sempre fui democrata, por isso lutei contra o fascismo e o integralismo! Minha educação foi dirigida nesse sentido, de maneira que eu repudiava o integralismo. Mas eles eram protegidos do comandante, ao ponto de fazerem uma polícia secreta lá dentro. Quando entrei, a escola ainda não estava bem dividida ideologicamente. Isso foi se caracterizando durante o ano de 1934, porque se acentuaram os democratas e os fascistas. Ao contrário do que se pensa, ainda não era o momento mais quente da escola.

Nessa época, conheci o Delcy. Ele escolheu, assim como eu, a aviação. Do primeiro para o segundo ano, nós escolhíamos a arma que queríamos pertencer, fazendo uma inspeção de saúde. Se fosse para a aviação, tinha que fazê-la e se não passasse tinha a segunda arma. Parece que escolhi engenharia ou cavalaria, não me lembro bem. Em geral o pessoal da aviação escolhia cavalaria. Delcy também deve ter escolhido essa arma como segunda opção. Entramos, pois passamos na inspeção. Depois, saíamos piloto. Quem não saía voltava mais tarde para outra arma. Foi na arma de aviação, como cadete, que o conheci. Eu tinha uma boa relação com o pessoal do sul. Desenhava para a Revista... Eu era caricaturista da Escola Militar, de maneira que isso me dava um certo prestígio. O Ivan Ribeiro era do terceiro ano quando eu era do primeiro...

Eu falo dessa época num livro infantil que escrevi e illustrei que se chama *De como vovô virou avestruz*. O desenho da capa desse livro era o nosso símbolo, que usávamos nos aviões na Segunda Guerra Mundial. Nele, conto rapidamente o que era a vida da Escola Militar. E, como disse, já havia o advento do integralismo em toda a força e tinha essa polícia secreta de cadetes integralistas dentro dela, protegidos pelo Coronel Mascarenhas de Moraes, que ironicamente depois foi comandante da FEB, escolhido pelo Getúlio!... A princípio sabíamos quem eram os fascistas, mas não que eles se constituíam em polícia secreta... Nós discutíamos, mas minha posição não tinha nada de ilegal. Não me lembro se se discutia positivismo, marxismo. Talvez fosse discutido, mas não lembro disso... Na verdade, o governo já estava de namoro com o nazismo. Principalmente a cúpula militar, em que o Góis Monteiro mandava, era pró-nazista... Dizem que foi no ano de 34 que definiu o ramo de esquerda e o ramo de direita no Exército... Mas não dentro da Escola Militar. A Escola Militar do Realengo apenas sofreu a pressão vinda de fora – principalmente depois de 35 – para acabar com aqueles que eram anti-integralistas. Eles venceram a parada. Não sei se o Delcy concorda com isso, mas é minha opinião...

Isso só foi aparecer quando estourou a revolução, a Intentona de 35, que, aliás, no meu ponto de vista, atrasou muito a democracia no Brasil. Hoje a gente faz um balanço e vê que aquilo foi uma aventura prejudicial, antinacional... Mas na época eu simpatizava com a Aliança Nacional Libertadora. Também havia alguns professores que nos influenciavam. Tinha até um professor de mecânica com uma dignidade muito grande, o velho Coronel Augusto Duque Estrada. Ele era médico homeopata, amigo do meu pai, e tratava da minha família. Eu tinha uma admiração muito grande por ele! Era um homem corretíssimo, muito bom, sério, honrado, de maior dignidade e respeito... Era um exemplo e era da Aliança. Mas ele não tratava de assuntos políticos na sala de aula.

Havia, de um certo modo, mais admiração por Hitler do que propriamente condenação dentro do ambiente em que eu vivia. Os acontecimentos da Espanha, a questão das Frentes Populares, não tinham repercussão na Escola, a não ser entre os que eram anti-integralistas que acompanhavam pelos jornais o que estava acontecendo. Mas lá dentro da Escola, mesmo com a sociedade acadêmica, não eram discutidos assuntos assim...

Eu achava até muito pouco politizado... A mentalidade dominante era fascista e, depois de 35, os integralistas tornaram-se os próceres daquele movimento anticomunista, envolvendo os colegas, sem critério nenhum... Como mais tarde seria a Guerra Fria: quem não fosse do lado dos Estados Unidos era considerado como sendo do lado da Rússia, de qualquer maneira. Simplificavam...

E a gente foi se envolvendo com o Levante de 35, tenho a impressão, por causa da divisão integralista e anti-integralista, que influenciou mais. Nós, os anti-integralistas achávamos que era o fim do mundo o nazismo, o fascismo. Éramos democratas. Isso não chegava a ser propriamente uma mentalidade de esquerda... não era. Era mais anti-integralista mesmo, anti-hitlerista, antifascista, uma posição democrática... E, numericamente, éramos poucos, relativamente poucos. A maioria inerme sem cor era mais a favor deles do que a nosso favor. Esse sentimento não se manifestava na convivência, que era pouca. Nós nem sabíamos que estávamos vigiados pelos integralistas! Foi até uma espécie de surpresa para nós quando fomos chamados, porque teve uns dois ou três oficiais, não me lembro mais o nome, que se insurgiram...

Quando estourou a revolução de 35, os integralistas estavam de olho naqueles que eram contrários, e eu fui preso. Respondi ao meu primeiro inquérito como cadete de aviação do segundo ano, ainda em 35. Tinha apenas 19 anos, por aí... Fizeram uma chamada e me prenderam com outros colegas. O primeiro aluno do Colégio Militar que tinha sido comandante de alunos, o Jacques, foi expulso; e o Delcy Silveira, que também era meu colega na Escola Militar, foi também, assim como o Isnard Cantalice... Eu escapei dessa expulsão, talvez devido ao meu pai: o próprio fiscal administrativo da Escola era compadre do meu pai, padrinho do meu segundo irmão. Não sei... Sei que fui solto.

Mas tive que prestar depoimento antes, e até eu, que era inocente, percebi a manobra deles para nos incriminar. Lembro como foi o inquérito que respondi em 35:

– Seu nome foi encontrado num papel junto aos documentos pessoais do Tenente Fulano, que aderiu à revolução. Como é que você explica isso?

– Não sei, não posso explicar... Como é que vou explicar? Nunca falei com ele! Meu nome dentro do embornal do Tenente Fulano. Sei lá como

foi...! Talvez ele soubesse que eu era anti-integralista e tivesse posto meu nome...

Mas era tudo mentira: era o meio que eles tinham de envolver a pessoa, ver se me enrolavam nos acontecimentos.

Não entrei no movimento. Os cadetes não entravam. Eles é que puseram a gente, que dividiam os cadetes em integralistas e anti-integralistas. Foi fácil de pegar os anti-integralistas, que eram poucos, porque nos manifestávamos contra aquela situação, e eles nos prendiam... Então, tivemos que responder inquérito por isso. O alojamento dos cadetes da aviação, dentro da Escola Militar, era chamado de Esquadrilha, como o da infantaria era chamado de Pelotão. Daí por diante, era tão pouca gente nele que qualquer reação não dava para ter repercussão. De maneira que não dava para fazer uma atitude agressiva contrária.

Saí livre nem sei por que... Acho que devido à falta de provas... O que podia dizer o Delcy? Não tinha nada... A gente não fazia reunião, não fazia nada... Além disso, como disse, meu pai era militar e o subcomandante da escola era compadre do meu pai. Naturalmente ele chegou lá, me defendeu e saí livre. Fiquei preso uns dias para responder inquérito. Depois me soltaram, pois não apuraram o suficiente. Mas fui perseguido o resto da vida militar... Fiquei “cronificado”, como se dizia antigamente. Fiquei o resto da vida à mercê da reação contra mim. Durante minha vida, não senti outra coisa a não ser isso!

Mais tarde, como oficial, comecei a sentir toda a força da reação em cima de mim. Muito, muito forte... A partir de então, minha vida foi outra. Foi bem marcada, como num jogo de futebol. Não consegui fazer minha carreira normalmente... Nunca fui promovido por merecimento, sempre por antiguidade. E como coronel fui demitido das Forças Armadas.

Em 35, os colegas estavam presos, mas consegui ficar no Rio até como aspirante, talvez também por influência do meu pai, porque aqui era um lugar privilegiado. Fiquei no Primeiro Regimento de Aviação no Campo dos Afonsos.

Casei em 38, e aqui nasceu meu filho. Conheci minha esposa onde morava, em Deodoro. A mãe dela era viúva de militar e tinha uma casinha lá. Meu pai morava em outra casa na área militar. E nós crescemos juntos. Ela era um “broto” lindo! Muito bonita! Eu ficava de olho nela... Ela era aluna

da Escola Nacional de Música, tirou o curso em piano, mas depois deixou. Desde que ficou barrigudinha do Ivan, meu filho, ela deixou de tocar piano. E eu a conquistei... Andava “fantasiado” de avião para encantar, casaco de couro... e a irmã dela casou-se com o Capitão Francisco Correia Nelo, o célebre Nelo Maluco, aquele das acrobacias. E a mãe dela não era muito simpática a mim. Achava que os aviadores eram meio farristas... Quando viu que eu estava namorando sua filha, não gostou. Para ela, todos os aviadores eram iguais. Mas, depois, meu pai foi na casa dela e pediu a Edna em casamento para mim. É. O velho era meio cerimonioso... E acabei casando com a Edna, que era muito bonitinha!...

Vivia no Rio, mas, em virtude de denúncias da minha “atividade” – não tinha atividade nenhuma! –, fui transferido para o Rio Grande do Sul como tenente, em 39, 40. Algo como um castigo. Isso quando comecei a ser preso.

Fiquei marcado. Tinha até um coronel nosso, chamado João Adil de Oliveira – depois foi até prócer da Revolução de 64 –, que dizia que eu era o “suspeito de sempre”! Como naquele filme *Casablanca*: há uma coisa qualquer e um capitão do Exército diz assim:

– Vamos prender os suspeitos de sempre.

E o Adil dizia que eu era um desses! Qualquer coisa que acontecia era preso! Mas isso não é uma tragédia... Ao contrário... só me endureceu.

Eu era preso por denúncias absolutamente sem bases. Fui preso várias vezes... Uma delas, entretanto, tive culpa, se considerarmos o regime existente. Naquele tempo, o Dutra era o Ministro do Exército, ao qual eu pertencia. Ainda não era a FAB, mas sim Arma de Aviação Militar do Exército. E, por qualquer evento sem importância, botavam o quartel em prontidão. O Primeiro de Maio, por exemplo, era prontidão. Qualquer pretexto, prontidão.

Então, fiz uns versinhos, ilustrados com caricaturas, que foram muito bem aceitos ali pela comunidade do Campo dos Afonsos. O Brigadeiro Eduardo Gomes mandou tirar várias cópias e distribuiu. Nelas, simulei uma prontidão. O enredo era assim: o telefone tocou em casa, fui chamado de madrugada pelo Regimento, chovia. Nos reunimos, passamos a noite inteira sem saber por que estávamos de prontidão. De manhã cedo, o sol já estava nascendo, e o comandante contou por que tínhamos ficado ali: a Dona Santinha, mulher do Dutra, disse que tinha um barulho num determinado lugar, na casa, na porta etc. e tal... e só podia ser um ataque comunista à casa.

Como era ela que mandava, o Dutra chamou um pelotão para ver o que era. E os soldados, remexendo, encontraram um rato, de maneira que não tinha nada! Não lembro bem dos versos, só do finalzinho, que dizia o seguinte:

Devem ser os comunistas
que tentam ver se nossa casa arrombam!
Tomara que o façam no pé de cabra
senão o farão ao certo a bomba!
E com o sol que
já surgia meio frouxo,
por que nesses casos
não usam trigo roxo?

O meu pai pegou esses versos. Ele era chefe do Estado-Maior, na região de Juiz de Fora, e o comandante era o General Maurício Cardoso, que aliás era pai de um colega meu de turma, já falecido. Ele pegou os versos, achou muita graça e levou diretamente para o Dutra. Aí desencadeou uma tempestade contra mim... Por causa desses versos que foram parar na mão dele, respondi um inquérito, e fiquei preso 50 dias. Dessa feita, não teve tanta consequência! Mais tarde, em outra ocasião, seria condenado a dois anos. Fui mandado preso para o Regimento de Cavalaria da Avenida Pedro Ivo em São Cristóvão. Passei um tempo incomunicável e outro já podendo falar. Respondi inquérito como oficial do Exército. Nele, nem tocavam nos versos. Só queriam saber de atividades comunistas, subversivas. Como eu não sabia nada, e não havia nada, acabaram me soltando. Foi tipicamente porque tinha feito os versos...

Ah! Tem uma coisa interessante. Havia um espião italiano – Conde de Robilant – que prenderam comigo. Era tido como um espião fascista aqui no Brasil. E esse cara me fazia perguntas, obviamente para poder informar... percebi, né? Eu até disse:

– Ah! O Dutra é muito mal assessorado, na minha opinião o informam muito mal do que se passa... Às vezes, tem gente que não tem nada com a história, colocam uma buzina no ouvido dele, que manda prender.

Então, ele deve ter informado:

– Ah! Ele não tem nada a ver com isso não...

E me soltaram, depois de 50 dias, dos quais 30 fiquei incomunicável. Pois é...

Nesse ínterim, mandaram meu nome para aquele Tribunal de Segurança Nacional para ser julgado. Aliás, fui absolvido por uma carta do Brigadeiro Eduardo Gomes, que se responsabilizou por mim. Ele me conhecia, era amigo do meu pai, fez uma carta para um dos ministros, que era o Mainard Gomes, e foi ela que me valeu. Era um tribunal de exceção, uma coisa terrível... Então, qualquer figura importante que se responsabilizasse pelo réu, eles o liberavam. Claro, se não fosse um nome como o Prestes, ou algo assim. Um nomezinho feito o meu, de tenente, não oferecia perigo... Assim, fui absolvido.

Um capitão chamado Aloísio Teixeira – que era um boêmio, um tipo excepcional – preparou um avião, sem meu conhecimento, para me levar para o Uruguai, se eu fosse condenado! Depois que soube... Já tinha até uma fuga preparada por um amigo, sem ter combinado... Meus colegas não me falaram nada. Quando veio a notícia de que tinha sido absolvido, ele me contou:

– Olha, tinha um Corsário preparado pra te levar para o Uruguai.

E ele ia me levar! Isso foi em 39, 40...

Solto, fui transferido para o Rio Grande do Sul, onde tive uma vida muito boa! Fui muito bem recebido. Dutra não era muito querido por lá... Fui muito prestigiado. Voava bem, fazia acrobacia, baixa altura... Quando tinha visita me mandavam fazer demonstração. Eu era cotado e o comandante gostava muito de mim, o Coronel Lysias Rodrigues. Ele era um desbravador de rotas aéreas e foi quem abriu todo o caminho do Correio Aéreo. Lysias Augusto Rodrigues: ele gostava muito de mim. O elogio que ele me deu, registrado nas minhas folhas de fé de ofício, é uma beleza:

Do Terceiro Regimento de Aviação, Guarnição Canoas, 1940:

Louvor Individual

Ten.-Cel. Lysias Augusto Rodrigues, ao deixar o comando, assim se referiu: É me grato louvar o 1º Ten. Fortunato Câmara de Oliveira, oficial de qualidades pessoais brilhantes que, como piloto, militar e técnico, já tem dado sobejas provas de sua capacidade elevada. Estudioso, trabalhador e dedicado, é oficial de futuro assegurado na Arma, que já se devotou de corpo e alma. Maximize orientar para técnica, visto ser piloto de classe.

Foi um elogio muito destacado...

Depois, fui transferido de volta para o Rio, no Campo dos Afonsos, para ser instrutor de pilotagem da Escola de Aeronáutica. Não lembro se foi 42,

43... Da Escola de Aeronáutica como instrutor, fui para a guerra. Nessa época, começou toda a movimentação da guerra, com a criação do Ministério da Aeronáutica, que foi em 41 para 42...

De um modo geral, a gente era contra o Getúlio; todas as Forças Armadas, com exceção do pessoal que era chegado a ele – os gaúchos. O Getúlio não era querido na tropa, não era bem-visto. Eu tinha uma posição contrária ao Estado Novo. E sofria por isso. Era amarrado... Em certa medida era uma grande contradição: ser do Exército e ao mesmo tempo ser contra o poder estabelecido...

Sobre a guerra, quero contar o seguinte: havia um contexto brasileiro de apoio à entrada na guerra, as manifestações populares... Eu fazia parte de uma associação chamada Liga de Defesa Nacional. Nós lutávamos pela entrada do Brasil na guerra contra o fascismo e eu era tenente para capitão... Fizemos o *Carnaval rumo à África*. Estava o Augusto Lopes Villas-Boas, aquele pessoal. Era carnaval e nós resolvemos fazer um bloco. Uma das escolas de samba aderiu e resolvemos fazer. *Carnaval rumo à África* porque naquele tempo a guerra estava lá. Quando nós fomos para a guerra, já tinha passado para a Itália. E na Liga de Defesa Nacional trabalhou o Júlio Sérgio, aquele pessoal todo do Exército estava com a gente, e era uma movimentação que fazíamos.

O Osvaldo Aranha, da Sociedade dos Amigos da América, juntou-se com a Liga de Defesa Nacional e dava apoio aos soldados que iam para a guerra e não estavam preparados. Davam cigarros, faziam passeios e escreviam cartas... Era muito bom o esforço de guerra do povo naquele tempo...

Tem um fato interessante sobre a minha aptidão para o desenho. Antes de ir para a guerra, eu estava no esforço para mandar o Brasil para lá, na Liga de Defesa Nacional. E promoveram uma exposição dos chargistas brasileiros, que tomaram parte J. Carlos, Nássara, Augusto Rodrigues... e me convidaram também. Então, tinha um repórter americano, do *The New York Times*, que olhou as minhas caricaturas e perguntou de quem era:

– Ah! É do Tenente Fortunato...

E ele me perguntou se eu não queria desenhar para o *The New York Times*. Disse que não, que estava ocupado no Brasil e não tinha tempo para me dedicar a uma atividade como essa e não quis...

Foi um bom movimento o de propaganda da guerra, que aliás o Augusto Villas-Boas, que foi jornalista e tinha uma memória boa para essas

coisas, se lembrava melhor do que eu. Pena que já morreu: poderia dar contribuições mais efetivas, pois também se apresentou como voluntário, era aluno de Direito e era da UNE. Largou tudo e entrou como soldado para a guerra, junto com o Hélio Oliva. Eles foram como soldados para a guerra no Grupo de Caça.

Eu era instrutor, estava lá no meio do campo, dirigia a instrução. Era armada uma barraca para os instrutores e outra para os cadetes, eram duas. O avião estacionava do lado delas e mudávamos a sua tripulação. Os instrutores voavam com os cadetes para ensinar alguma coisa, fazer acrobacia ou um cheque periódico. Na hora do almoço, se desarmavam as barracas e depois, se havia voo, armavam-se novamente. Nesse dia, li no jornal que o Exército ia mandar uma tropa. Levantei minha barraquinha, no meio do campo, e disse:

– Olha, o Exército mandou tropa. Nós somos antifascistas, vamos nos apresentar ao comandante e nos oferecer para ir para a guerra.

Chamei um colega meu, o Príamo Ferreira de Souza. Toda a família dele foi cassada: a irmã, que era professora, o irmão dele, que era coronel da Aeronáutica; o Soveral, o Jarbas, todo mundo. Ele já morreu. O Príamo e eu chamamos mais um primo dele, o Ismar, que já morreu. Ele era um cara muito gozado, porque contraditório... Toparam, fomos nós quatro. E nos apresentamos ao Coronel Fontinelle: eu, o Príamo, o Ismar e o Horácio. Ele nos olhou e disse assim:

– Que é que vocês querem?

– Quero ir para a guerra.

Ele disse:

– Quer brigar?

– É, quero brigar.

E aí ele se desarmou, deu um abraço na gente:

– Puxa! Que inveja eu tenho de vocês! Se fosse moço nessa hora...! Vou imediatamente ao Ministro da Aeronáutica – que era o Salgado Filho – para dizer que tenho os quatro primeiros voluntários para a guerra!

Eu disse:

– Olha, vou em qualquer posição. Vou até com o Exército.

Um mês depois saiu a criação do Grupo de Caça. Tenho impressão que essa nossa apresentação provocou seu surgimento, mas não tenho provas. Um dos membros do gabinete do Salgado Filho, o Nero Moura, foi escala-

do comandante do Grupo de Caça recém-criado. E eu fui. O Príamo não, porque tinha 28 anos, e nessa idade era tenente. Era de uma turma depois de mim e ainda não tinha sido promovido. Por isso eles não o aceitaram. Fomos o Horácio, o Ismar e eu, dos quatro que se apresentaram. Saí da Escola de Aeronáutica para tirar o Curso de Caça nos Estados Unidos. Tirei e fui para a guerra.

Nos Estados Unidos fui para Orlando, na Flórida, onde fiz os primeiros cursos... Os homens-chaves fizeram esse curso especial. Depois, nós fomos para o Panamá. Eu não tinha sido escolhido pelo Nero para ser comandante de esquadrilha. Eu não fui para isso, mas o coronel americano, que era chefe da nossa instrução, me escolheu. O outro que ia ser não foi aceito. Fizemos um treinamento intenso, bem puxado! Teve gente que voltou porque não aguentou aquilo! Nós voávamos oito horas de caça por dia! Puxa! Era incrível! Me saí bem nesse treinamento no Panamá, num avião antigo, um T-40 velho, até que eles disseram que estava em condição de combater. Do Panamá voltei para os Estados Unidos para fazer treinamento no avião que nós íamos usar na guerra, que era o T-47, um ótimo avião deles, a última palavra na época. Fizemos o treinamento – acho que eram 50 horas de T-47 – e de lá fomos para a guerra. Fiquei quase dois anos fora de casa sem visitar a família, porque era proibido, inclusive, a família visitar a gente. Fui para a Itália.

Minha função na guerra era comandante de esquadrilha. O Grupo de Caça só tinha brasileiros. Nós éramos subordinados a um regimento americano, mas era *First Brazilian Fighter Squadron* – 1º Grupo de Aviação de Caça Brasileiro, Primeiro Esquadrão de Caça. Não falava muito bem o inglês, mas dava para entender. O meu inglês era só para falar com a torre, pedir socorro quando fosse o caso, por exemplo, quando o tempo fechava. Levei um ano para aprender perfeitamente.

Nós chegamos lá na Itália e primeiro fomos para a cidade de Tarquínia, uma cidade antiga... Lá nós fomos acampar porque não tínhamos lugar para dormir. Armamos nossas barracas. Um oficial era encarregado disso, por sinal era aquele que eu substituí como comandante. Ele continuou trabalhando lá conosco, era um oficial com função em terra. Ele escolheu um lugar que ninguém ocupava, mas à noite choveu e aquele terreno alagava! Por isso que os americanos não acampavam lá... As barracas desarmaram em cima

da gente... Até que ele mesmo mandou fazer umas valas e a água se escoou. Então, ficamos naquela cidade uma porção de tempo, morando em barracas e depois fomos transferidos para Pisa.

Em Pisa foi diferente porque fomos para uma espécie de hotel, um “albergo”, e aí melhorou um pouco a vida... Era dessa cidade que a gente decolava. As pistas eram com aquelas folhas de metal e faziam um barulhão quando o avião decolava!... As nossas primeiras missões eram feitas seguindo o americano, que guiava para mostrar qual era a rotina. Tivemos a infelicidade de perdermos o John Richardson Cordeiro – que, aliás, era o meu ala, o que acompanha –, o primeiro aviador brasileiro a voar com os americanos e a ser abatido na primeira missão, pertinho da nossa linha. O Cordeiro morreu na primeira... Na esquadrilha, eu era o número um e ele o dois. Ah! Todos nós ficamos muito chocados... Foi uma estreia desastrosa! Foi assim o nosso início... com a perda desse amigo...

Mas aí fomos nos acostumando, aprendendo o ofício. Levávamos vantagem, porque tínhamos duas características essenciais naquele tipo de guerra que íamos enfrentar. Primeira: de modo geral, éramos mais voados que os americanos. Eu já tinha mais de mil horas de voo, quase todos tinham. O Nero devia ter umas três, quatro mil horas e por aí vai... Todos os comandantes eram muito experientes. Segunda: tínhamos aprendido no correio aéreo a fazer a navegação visual, quer dizer, olhando o chão. Hoje não existe mais isso. O avião voa sozinho através dos aparelhos que estão instalados nele. O piloto não tem que se incomodar com a navegação, pois ela é automática. Mas nós tínhamos que identificar o objetivo, olhando o mapa e comparando com o chão, e é essa prática que o correio aéreo nos deu. Como todo mundo voou nele, era fácil identificar o objetivo. Grande parte do nosso sucesso provém dessa experiência do correio aéreo. Assim, fomos aos poucos tomando conta do assunto por lá...

Eu fiz 56 missões. Meu amigo, o Brigadeiro Rui Moreira Lima, fez mais! Ele escreveu o livro *Senta a Pua*, que é o maior repositório da história da nossa participação na guerra. É muito bom mesmo, de alta qualidade! O melhor livro de guerra que se poderia ter escrito... Ele concorda comigo que nós tínhamos a navegação visual e as muitas horas de voo como vantagens. O piloto americano acabava o curso, eles mandavam para a guerra, chegando lá com 200, 300 horas. O avião usado era de fácil pilotagem, muito

possante, e nos salvou muito devido à sua robustez. Era muito robusto. O motor era de 18 cilindros, nove e nove. Não havia bala que passasse nisso!... O para-brisa tinha um vidro que era dessa grossura, uns cinco centímetros, e era todo blindado. Claro que tinha pontos fracos. Por exemplo, o oxigênio era dentro da asa do lado do piloto: se batesse tiro ali, a gente ia pra cucuia! O tanque de gasolina, apesar de ter aquela borracha auto vedante, quando levava uma granada de 88 mm, não havia meio: explodia mesmo... E outra coisa que matou muita gente era o fato de atirmos em depósitos de munição. Nós somos responsáveis pela destruição da maioria dos depósitos de combustível e munição na frente italiana. Parece que fomos os únicos a destruir 50% deles.

Nesse livro, o Rui descreveu uma missão boa e uma ruim que contei... para mostrar à humanidade... Quando ele me pediu que colaborasse, lhe escrevi:

Com o passar do tempo, a bruma seca vai tomando de assalto os horizontes da memória e a gente acaba vendo só na vertical. Mas o esforço que vem despendendo para conservar a História que alguns desejam que não passe de história, portanto perecível, é tão estimulante que eu, hoje um artista plástico, me vejo no dever de colaborar contigo.

A missão ruim foi assim porque não agi de acordo com os cânones. Era uma época de chuva e a gente tinha ordem para fazer voo visual, de maneira que, quando houvesse nuvem, alguns passavam para baixo. Eu obedecia firmemente, religiosamente, aquelas recomendações. Isso me trouxe uma compensação muito grande. Não digo que não tivesse sorte: tive muita, nesse sentido. Mas, por outro lado, a ajudava. Por exemplo, recebia uma ordem:

– Atacar estação de estrada de ferro.

Como comandante de esquadrilha, bolava o ataque, de maneira que pegava sempre de surpresa. Em geral dava certo. Eram quatro pilotos, o líder, o ala, o número três e o quatro. Mas às vezes havia saídas com oito aviões, duas esquadrilhas. Não era sempre... E missão ruim que conto é a seguinte: numa época, havia mau tempo. Eu voltava uns dois ou três dias seguidos sem ter feito a missão. Aquilo foi me irritando... ir lá e ter que voltar, jogando a bomba dentro do Mediterrâneo para poder aterrar sem estar armado. Ia usá-la, o tempo não deixou, tinha que atirá-la dentro d'água. Não se devia posar com bomba porque era muito perigoso...

Pela experiência de voar, lembro que, quando ia do Rio para São Paulo, via direitinho desenhado nas nuvens o Rio Paraíba, porque conhecia muito. As nuvens ficam diferentes em cima d’água... Um dia, eu estava voltando de uma missão incompleta, olhei para baixo e estava o Rio Pó desenhado nas nuvens! Botei todos os aviões em fila indiana e disse:

– Armar bomba!

Um dos oito pilotos que estava comandando perguntou:

– Aqui!?

– É, aqui.

– A gente não está vendo!

– Mas é aqui! Pode largar...

Não sei bem o que aconteceu, mas lá embaixo começaram a atirar em nós:

– Nossa, tem alguma coisa lá que não sei o que é!

Essa foi uma missão ruim... atirei sem ver... devo ter matado gente... eu fiquei muito chateado...

Já a minha melhor missão foi a que destruí um avião: essa foi especial! Eu tinha acabado de fazer um bombardeio picado. A nossa missão se dividia em duas partes: uma era a do bombardeio; e a outra, chamada de *strafing*, era um ataque a metralhadora a alvos terrestres e a baixa altura. Por exemplo, toda vez que saía de Passo de Branner, a ligação entre a Itália e a Áustria, que era um lugar terrível, eles davam uma faixa para cada esquadrilha que decolava limpar aquela área. Isso porque só quem tinha direito a gasolina para andar de carro eram os alemães ou os aliados deles. Então, a gente tinha que acabar com isso, porque muitos trabalhavam para os alemães. E, no fim, eles até usavam as carroças de burro para carregar munição, porque não eram atacadas. Foi quando os *partisans* passaram a avisar:

– Olha, eles estão carregando munição nas carroças...

Por isso, a gente também tinha que acabar com os burros! Era uma coisa horrível! Um dos pilotos, uma vez, foi acabar com um, e foi uma “sangueira” desgraçada... Ele chegou tão abalado que tirou a máscara, abriu o canopi, a cobertura da nacelle (o lugar do piloto) e vomitou, de tão chocante que era!... Mas o que se havia de fazer? Os *partisans* diziam e os alemães estavam mesmo fazendo isso, porque, quando a gente atirava nas carroças, elas explodiam.

Numa dessas voltas, em que tinha jogado minhas bombas, peguei a faixa de terra que tinha sido designada para atacar em voo rasante. Tinha nevado muito na véspera. Quando passava em cima de uma aldeiazinha chamada Ghedi, aquela rede de camuflagem para proteção aos aviões, que os alemães botavam, tinha furado com o peso da neve. E vi a silhueta do avião alemão lá embaixo. Pelo jeito que tenho com desenho, sabia identificá-los muito bem. Era um Junker 88. Eu estava alto e um dos componentes da minha esquadrilha, o número quatro, que era o Goulart, tinha sido atingido levemente e estava com um pequeno vazamento de óleo. Ele me avisou:

– Fui atingido, mas não é nada demais... coisa pouca.

Chama-se elemento cada grupo de dois aviões. Uma esquadrilha se compõe de dois elementos: o líder, o número dois, e outro com o número três e quatro. Então, disse para o segundo elemento:

– Vocês ficam fazendo aquela cobertura de topo, “top cover”, rodando aqui em cima, que vou embora. Vou acabar com aquele avião que vocês estão vendo. Vou atacar.

Fiquei bem rente ao chão para me livrar do radar. Olhei e tinha a entrada do campo, uma guaritazinha e uma igreja nessa cidade. A reta ia dar exatamente onde estava o avião. Se eu acertasse fazer essa curva a baixa altura, quando ela acabasse estaria em cima da igreja e de frente para a guarita. Era só manter o avião nessa reta que iria atingi-lo. Tinha uma pista de decolagem enorme e um trator fazendo limpeza da pista. Eu saí voando baixinho... Sssssssssiii! Bem rente ao chão... Quando estou nessa aproximação, ouço uma mensagem pelo rádio:

– Capitão, o seu avião está pegando fogo!

Achei que era um colega meu que nessa hora estava sendo abatido, coitado... Prossegui e então, quando chegou em cima da pista, fiz a manobra que se chama *boucing*: consiste em levantar e depois descer até ficar na posição de atirar. Ao abaixar o nariz do avião, estava o Junker 88 na minha frente! Foi tiro para todo lado: dele para mim, de mim para ele... Passava em rasante e a minha hélice chegou toda pipocada de tanto tiro que deram! Atirei no avião. Tenho certeza que atirei bem nele e perguntei ao “top cover”, lá em cima:

– Como é? O avião foi destruído? Segue para Pisa que eu te pego depois. E aí grudei no chão para me livrar deles.

Fiquei acompanhando e, passado um tempo, me juntei a eles. Perguntei de novo:

- O avião foi destruído?
- Não, capitão. Não foi.

Era proibido atacar avião no chão... com muita razão. Isso significava trocar um avião nosso, um piloto, por outro que possivelmente seria fracamente utilizado, ou nem seria, porque nós já tínhamos a vantagem de ser os donos do ar ali. Tínhamos adquirido a supremacia aérea... Pensei: “É, de fato, agora vou ser suspenso do voo. Vão me massacrar com essa tentativa...”. Voltei. Quando a gente voltava, o oficial de informações fazia umas perguntas para o relatório da missão. Aí eu disse:

- Olha, ataquei um avião, mas parece que não pegou fogo.
- Você sabe que é proibido isso?
- Sei... pois é, me arrisquei. No avião, só a hélice foi picotada, não tem mais nada. Mas... quem é que caiu?
- Não caiu ninguém.
- Mas eu ouvi... “Capitão, seu avião...”

A mensagem tinha sido dada pelo meu ala, o Santos, que depois morreu, coitado, em outra esquadrilha... Nunca perdi ninguém, felizmente... Graças à sorte, mas também à regrinha que seguia.

Então, o Santos respondeu:

- Fui eu que disse, porque estava saindo uma fumaça atrás...

Não era fumaça: eu voava tão baixo, que estava levantando a neve do chão, com a hélice. Por isso, fazia aquela fumaça!

Fui para o quarto, chateado, pensando: “O Nero vai me suspender, é natural, eu tenho que aguentar isso...”. Estava chateado. Lá pelas oito, nove horas da noite, chegou o Miranda Correa no meu quarto e disse:

- Fortunato, tem uma coisa aqui pra você...
- Já sei o que é: vou ser punido... suspenso de voo.
- Não é isso não. É que a esquadrilha americana que passou depois, viu o seu JU pegando fogo!

Parece que o motor dele era a óleo diesel. Custava um pouco a pegar fogo, mas pegou. E eu destruí um avião... Como o avião do meu ala engiçou, teve uma pane elétrica, acabei derrubando o avião sozinho! Eu tive sorte! Essa é a missão que considero boa e tenho muito orgulho. Toda a esquadrilha foi premiada pela destruição do avião...

Não tinha esse negócio de heroísmo... acho que foram heróis somente aqueles que morreram ou caíram do outro lado e foram prisioneiros, como o Mota Paz, o Correa Neto, o Assis... Esses sofreram... porque estiveram presos, dormiram mal, ficaram doentes... Do resto, como eu, não se pode dizer que estava fazendo uma coisa extraordinária, porque estava ali igual a milhões de jovens do mundo inteiro! Era a mesma coisa! Como vou achar que sou herói quando aquela atitude era a comum? Era o comportamento normal naquela época de guerra. A humanidade estava em guerra e os jovens todos empenhados no chão, no ar, no mar... Por que é que vou me achar um herói? Os caras dos submarinos alemães eram muito mais heróis! Esses sim: morreram afogados, esfaqueados... mas eu não! Nós não tínhamos nenhum contato com os *partisans*. Eles mandavam informações através das unidades americanas, relatórios diários da situação. Esses foram heróis!

Há alguns jovens que fizeram um filme sobre o Grupo de Caça para alimentar a memória. Aliás, isso é muito louvável. Eles vieram aqui e esta foi primeira pergunta que fizeram:

– O senhor tinha medo?

Eu disse que tinha. Tinha! Mas, acima do medo, havia a responsabilidade de cumprir o dever, de maneira que o medo ficava em segundo plano. Sabia que estava com medo porque, quando tinha folga, sentia um alívio danado. É sinal que vivia sob tensão. Apesar do ambiente na Itália ter sido bom: havia cantoria, bebedeira...

Eu não fiquei lá até o final da guerra. O Brasil não mandava gente para repor as falhas nossas, mortes... cada vez ia diminuindo mais o número de pilotos. Eles não mandavam ninguém, largaram a gente lá! E o Nero, acho que para poder movimentar o equilíbrio do Grupo de Caça, resolveu mandar os mais velhos embora. Fez uma inspeção de saúde fajuta e mandaram a mim, ao Lafayete, ao Pamplona, ao Joel, que tinha caído do outro lado... E aqueles todos que ficaram lá foram subindo de categoria, os que eram mais antigos foram sendo comandantes de esquadrilha, com a nossa saída. Acho que o intuito do Nero foi esse, renovar os quadros. E eu fui mandado embora para o Brasil. O Pamplona ainda passou nos Estados Unidos e conseguiu alguns jovens pilotos brasileiros que estavam tirando curso de pilotagem lá para mandar como reforço, porque o Brasil não mandava... No Brasil o chefe do Estado-Maior era o Armando Trompowsky... Nós,

lá no *front*, víamos que a cada dia que passava ia caindo mais gente e não mandavam ninguém para substituir! Basta dizer que os americanos, com 16 missões, mandavam o piloto de volta. Fiz 56 missões! E fui um dos que fizeram menos, talvez... Quem fez mais chegou a 99 missões! É isso que eu queria dizer... O Chefe do Estado-Maior uma vez esteve lá e, vendo essa situação, disse:

– Ah! Eu pensava que essa decisão era coisa do Gabinete do Ministro...

Teve essa expressão. Ele, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, é quem devia prever a substituição, a renovação dos quadros!!! Mas achava que “era coisa do Gabinete do Ministro”...! Nem sabia o que estava se passando... Nem dava importância para o esforço de guerra que estávamos fazendo lá... Caindo um por semana, em média! Uns morreram, outros voltaram; muitos ficaram prisioneiros... Ficamos lá seis meses, e no mínimo caíram nove.

Apesar disso, a participação brasileira no Grupo de Caça foi excelente! Foram muito destacados os aviadores brasileiros! Rapidamente nos adaptamos e hoje o balanço do Grupo de Caça é muito bom. Chegamos a receber uma citação presidencial para a unidade por extraordinário desempenho do Primeiro Esquadrão de Caça do Brasil, das Forças Armadas do Brasil. Somente dois esquadrões não americanos receberam essa citação!

A penetração dos americanos não era discutida no Exército, mas nós tínhamos consciência de que Volta Redonda foi produto de uma barganha para mandarmos tropas para a guerra. Isso é o que se dizia na época... Já a proposta da base aérea americana em Natal era bem aceita pela FAB porque, uma vez o Brasil entrando na guerra, realmente ali passaria a ser um corredor. E naquele tempo os americanos eram aliados... Na FAB, quem era fascista continuou sendo e era contra o Grupo de Caça. Entretanto, daí por diante muita gente se ofereceu como voluntário. Foram inclusive tirar curso na América, mas, quando terminaram, a guerra já tinha acabado e eles não puderam substituir.

Acho que o momento da guerra não foi bom! Não adiantou nada... Depois, quando voltei, eles me prenderam e me condenaram, mas lutei contra o fascismo. Os alemães quase me mataram, mas nunca fui ferido. Meu avião foi atingido. Fui o único piloto brasileiro comandando uma esquadrilha que destruiu um avião alemão no chão, um JU-88...

Não sei se, realmente, a entrada do Brasil na guerra foi arrastada pelo pessoal de esquerda do Exército contra o fascismo. De fato, houve um movimento na rua, mas hoje a gente compreende que o Getúlio levou um aperto muito grande do americano... Inclusive, li outro dia num artigo que eles tinham até tropas para invadir Recife e Natal se o Brasil não entrasse na guerra, porque estavam precisando de um corredor América-África e a menor distância era Natal-Casa Blanca. Bom, de maneira que a gente tem que também levar em conta esses fatores...

De um certo modo, a direita do Exército, os fascistas, ficaram um pouco adormecidos... Mas, o Mascarenhas protegia todos os dias a polícia fascista integralista da Escola Militar! Foi à custa da tropa... O Getúlio mandou o Mourão Filho, aquele general que fez o Plano Cohen, para a guerra! Eram integralistas... Por exemplo, havia na minha turma um que era amigo do Plínio Salgado... Nenhum deles tinha expressão política, mas nenhum era antifascista. Muitos dos componentes do Grupo de Caça não eram antifascistas, mas foram para a guerra por patriotismo. O voluntariado foi mais patriótico que propriamente ideológico, com raras exceções. Eu, além de patriota, tinha ideologia antifascista, mas não se pode caracterizar a ida para a guerra como um esforço ideológico antifascista. Nesse sentido, não houve uma seleção, um voluntariado antifascista dentro do Exército. Talvez nos menores escalões, do oficialato para baixo, tivessem consciência do que significava estar com os Aliados na guerra...

Também não sei se foi a nossa volta depois da guerra que deu uma força para empurrar a Campanha do Petróleo, definindo a questão nacionalista... É uma coisa que ainda não parei para pensar... Tenho a impressão de que o Nelson Werneck pode opinar melhor sobre isso... Acho que o momento não ligado à guerra até empolgou mais... Foi um momento, um levantamento momentâneo...

Entretanto, o reflexo da nossa ida à guerra foi muito grande na FAB. Antes, ela era um grande aeroclube. Quando era do Exército, era uma farra boa: fazer acrobacia, viajar pelo correio aéreo... não tinha nenhuma... raramente eu dei um tiro de avião. De maneira que quando nós adquirimos a doutrina de guerra, mais o esforço da patrulha que os americanos estavam ensinando lá no Nordeste, por causa dos ataques dos submarinos nas costas brasileiras, o Grupo de Caça militarizou a força aérea. Nós trouxemos a

doutrina, instalamo-nos em Santa Cruz... eu não fui para lá porque voltei antes, e o Vanderlei, que era oficial de ligação na Itália, foi comandar o Segundo Regimento de Aviação em Cumbica, me convidou e eu fui para lá com ele. Procurei ensinar a doutrina de guerra lá em São Paulo, onde nasceu minha filha. Comandei os aviões A-20 lá... Então, modificou a FAB inteiramente, militarizou... Eu tenho até um discursinho que falo nisso...

De volta ao Brasil, havia duas vagas para promoção: uma por merecimento e outra por antiguidade. Voltei como herói de guerra, mas fui promovido a major por antiguidade. Um colega meu, que era ligado à comunidade de informação – o pessoal que se dedica à espionagem – foi promovido por merecimento.

De São Paulo, fizeram uma denúncia contra mim, absurdamente infundada, de que eu estava subvertendo a ordem. Essa nem sei por que fizeram! 1946... era época do General Dutra. Dizem que era uma época de democracia, mas era mais ou menos... tinha aquele resquício fascista no governo. Estava em plena Guerra Fria, quem não era pró-americano era comunista. Apesar de ter lutado com americanos, eu ainda era um “suspeito de sempre”... mas aí concorreu muito para isso justamente a luta pela Campanha *O Petróleo é Nosso* pelo Clube Militar...

Tivemos a Campanha *O Petróleo é Nosso*, que foi aquela coisa empolgante! Essa questão foi levantada porque realmente o petróleo era nosso...! Aliás, esse *slogan* não foi criado pelo Clube Militar, mas sim pela UNE, e foi amplamente adotado. Nem lembro quem criou. Vim a saber disso há pouco tempo. Pensava até que era do Clube Militar... Tem um livro que fala muito dessa campanha... Entretanto, não menciona a atuação dos militares. Não aparece meu nome, nem o do Kardec... Nós todos fomos condenados! Passamos um bom tempo na cadeia por causa disso... O fato é que fui preso várias vezes e na Campanha *O Petróleo é Nosso* acabei pegando dois anos de cadeia. Fui condenado.

Sei que há algumas linhas de análise sobre a questão do petróleo: a do Monteiro Lobato, que é muito antiga, sendo que inclusive ele não era a favor do monopólio estatal... E a do Clube Militar, onde o general Horta Barbosa chegou à conclusão que o petróleo era de interesse nacional até do ponto de vista da segurança e que, portanto, sua exploração e tudo que mexesse com ele devia pertencer ao governo.

A discussão sobre a estatização era concomitante à do caráter estratégico do petróleo. A questão do petróleo dentro do Clube Militar foi levantada primeiro pelo General Juarez Távora, que era a favor da participação estrangeira na exploração do petróleo. Depois, veio o Horta Barbosa contra essa opinião: mostrou que o petróleo devia ser exclusivamente estatal e ganhou a eleição do Clube Militar com esse posicionamento. Assim, o Clube Militar passou a ser porta-voz dessa corrente e eu aderi. Essa eleição foi a que o Nelson Werneck entrou na diretoria, em 50. Fui condenado por isso em 52.

Não sei como é que a campanha ganhou tanta amplitude no Brasil. Mas, positivamente, foi um acontecimento muito feliz o levantamento dessa questão dentro do Clube Militar, porque a adesão veio de todos os lados. Era um movimento de massas impressionante... Movimento igual a esse só o da entrada do Brasil na guerra, ou da abolição talvez. Eram comícios lotados, anedotas proibidas pelo governo... O Dutra mandou dar tiros até em general...!

A esquerda afirma que atitude do governo de Getúlio era formalmente contra o monopólio estatal, como provava o projeto que o governo encaminhou à Câmara... Dizem que o segundo governo do Getúlio era extraordinariamente conservador, com a participação de grandes financistas, como por exemplo o Horácio Lafer... E que a questão da Petrobras foi ganha mais no Congresso do que com o apoio do Getúlio... Ah! Quem foi o primeiro presidente da Petrobras? “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”... dizia o Juracy Magalhães.

Mas não acho que a figura do Getúlio mudou com sua morte... Achei que o segundo governo dele foi muito bom. Ah! O Brasil é assim... A gente tem que compreender que a situação nunca é ideal e fazer de conta que não é das piores. Sempre foi assim... A segunda presença de Getúlio no governo não foi tão violenta quanto a primeira, que era de ditadura mesmo. Na carta que deixou, ele tinha uma posição nacionalista.

A Campanha do Petróleo, de qualquer forma, foi feita contra a vontade do governo; não foi como as orquestradas pelo Getúlio anteriormente... Foi uma campanha arrumada pela sociedade civil, pelos grupos militares nacionalistas, patriotas...

Minha participação na Campanha era assim: primeiro, eu desenhava na Revista do Clube; segundo, fazia propaganda da criação da Petrobras...

Isso dentro da tropa era relativamente pouco, eu já estava quase... já tinham me suspenso, não me davam mais função. Fui transferido para a 5ª Zona Aérea independente da minha vontade. Primeiro me transferiram para responder ao inquérito aqui pelo Rio...

Prisão

Foi público se encontrar preso desde 7 do corrente para averiguações, conforme comunicação do Exmo. Sr. Chefe do Estado Maior em ofício [...] e foi dispensado da função.

Prisão Prorrogação

Foi público ter o Exmo. Maj-Brig. Vasco Alves Secco prorrogado por mais de 20 dias a contar de 7/5/52 o prazo da prisão preventiva que se encontra com fundamento no primeiro artigo 156 a fim de que se processe as investigações policiais militares para apurar suas atividades subversivas na Aeronáutica, cuja autoria lhe é atribuída.

A 16/6 foi público que o Cmt. da 5ª Zona Aérea comunicou essa diretoria em rádio que aquela zona recebeu mandato de prisão preventiva decretado pelo auditor do Sr. Major-Aviador Fortunato Câmara de Oliveira.

Essas prisões foram principalmente porque eu estava na Campanha *O Petróleo é Nosso*, mas também por causa das eleições do Clube Militar. Às vezes tinha listas de adesões pela campanha do Estilac Leal, e a tal da União Democrática, com o Etchegoyen, fazia pelo lado contrário. Quando corriam as minhas listas, eram provas da minha subversão fazer campanha dentro dos quartéis pela chapa do Estilac. Isso é tão grave que eu saí, tinha uma missão a Juiz de Fora para colher votos para ele, aliás tive lá um sucesso muito grande, trouxe votos, porque antigamente a gente ia colher no lugar. Quando voltei, estava com um bolo de votos do Estilac, fui preso. Os votos foram confiscados como material subversivo, e o Estilac acabou perdendo a eleição por um pouquinho... Isso que fizeram comigo fizeram com vários oficiais. Fomos todos presos, respondemos inquérito. Foi como um golpe, tudo porque a chapa era nacionalista.

A prisão e o inquérito foram como sempre... Quando no rádio dizia assim: “Ameaçada a paz da família brasileira...”, já sabia que era comigo! Eu separava uma escova de dente, pasta, uma muda de cuecas no bolso, porque já sabia que ia ser preso!

Nesse contexto, o General Horta Barbosa se tornou uma pessoa central porque tinha uma posição muito firme com relação ao monopólio estatal

do petróleo. Ele estudou profundamente a questão e foi claro. Quando contrariou o Juarez Távora, não se tinha dúvida entre um e outro. Quem era o patriota e quem é que estava com a razão? Quem estava defendendo o interesse do Brasil? Não havia dúvida... Já o Estilac tinha uma consistência ideológica mais profunda, um tom de esquerda... E o Nelson Werneck tem a posição dele: é um filósofo-historiador marxista. A Campanha do Petróleo foi um outro momento de corte dentro do Exército...

Desde aspirante pertencia ao Clube Militar. Votei em 50 e o tempo todo estive na luta... Fui preso em 52 em virtude disso. O pretexto que eles arranjaram é que eu era subversivo. Eles queriam me acusar de comunista. Mas não estava escrito nos códigos que ser comunista era crime. Então, o que eles faziam? Chamavam de subversivo; afirmavam que estava tentando subverter a ordem estabelecida... Mas a acusação era pífia. Entretanto, como o Superior Tribunal Militar – STM – era o último reduto da reação, o que acontecia? Apesar de ter sido absolvido por unanimidade na auditoria, o STM mandou que o promotor apelasse de qualquer maneira, seja qual fosse o resultado! Pela ética profissional, não se pode apelar. Ele apelou e fui condenado a dois anos. E meu advogado era o Sobral Pinto!

Levei dois anos na cadeia. Era major na época, no Rio. Estive em vários cantos: Porto Alegre, Galeão, Afonsos... Terminei meus dias de prisão no depósito da Aeronáutica, na Avenida Brasil. Faltava um ano e quatro meses e já durante o inquérito tinha sido preso várias vezes. Somando, dava um total de oito meses. Por isso estive um ano e quatro meses trancafiado. Trancafiado é modo de dizer: tinha um quarto – um túmulo – no depósito da Aeronáutica. Junto comigo havia muita gente presa: outro major e mais cinco sargentos que também tinham tomado parte na Campanha do Petróleo.

Não fiquei preso mais do que dois anos, pois se passasse um dia era demitido da FAB. Alguns ministros do STM, o Murgel de Resende e o Berredo Leal, fizeram uma conta de modo que desse exatamente dois anos, para que eu não fosse expulso. Esses ministros, que eram democratas, achavam por bem temperar a punição para não me botarem para fora... Mas outros e, principalmente, o General Araripe queriam me botar para fora mesmo! Aqueles ministros, entretanto, fizeram uma manobra para que a condenação fosse de dois anos, e, assim, não fui expulso.

Voltei, mas nunca mais me deram função, nem avião. Tive que entrar na Justiça para poder voar outra vez, porque eles não queriam me dar avião sob pretexto de que iria sabotá-lo... Como sabotaria o avião que eu ia voar? Acho uma graça danada disso! Bom, me travaram e depois me afastaram. Primeiro, eles não me promoveram mais. Fui ser promovido para alcançar meus colegas por antiguidade, porque perdi dois anos da vida militar. Então, fiquei classificado atrás até dos meus alunos.

Minha família ficava recebendo soldo... A Edna teve que fazer costura para fora, teve que aprender a fazer encadernação de livros, finalmente ela tirou o curso de antropologia educacional e social e entrou na equipe do Darcy Ribeiro, teve esse emprego. Ela sobrevivia com o dinheiro que ela ganhava, porque o que eu recebia não dava nem para sobreviver... Todo sábado e domingo ela e os meus filhos iam me visitar na prisão. Ela levava a filharada, nós almoçávamos juntos... Foi quando escrevi uma porção de livros ilustrados para crianças...

Não tenho um olhar mais complacente com o Getúlio, porque ele também estava por trás disso... Mas o principal foi Dutra. Não vejo como uma questão pessoal; vejo em termos de Brasil. E, afinal de contas, quais são os governos que não têm sido conservadores? O Getúlio se mostrou mais progressista pela carta testamento... Mesmo o Prestes esteve por muito tempo do lado dele. Em 45 Getúlio cedeu, mas estava péssimo...

É certo que a lei da Petrobras foi votada contra a vontade do Getúlio, as emendas que fizeram... Mas se aceita isso da melhor maneira possível porque a pressão que ele sofreu dos americanos era tremenda. E depois disso tinha que botar o Juarez lá! Se não botasse, nós não teríamos nem Petrobras depois! É o jogo dele...

Enfim, o Getúlio que veio pela segunda vez era diferente do “Getúlio ditador” porque não tinha mais o Filinto Müller, aquela repressão toda... O Estado Novo era ditadura pura e simples. Já o governo do Dutra foi bem reacionário... Mesmo assim ele aliviou um pouco a barra... Bom, não fui promovido nem com um nem com outro! Fui perseguido por tanto tempo...

Na época fui solto, fiquei sob júdice sem direito a promoção porque estava respondendo processo. O processo se arrastou e só voltei em 57, ano em que meu pai morreu...

Quando o Getúlio caiu, em 54, eu era tenente-coronel e servia em São Paulo, fazendo algo sem importância... Então, vi o movimento pela der-

rubada do Getúlio e resolvi me apresentar para defender a Constituição contra golpes militares. Peguei o Príamo – o amigo que tinha se apresentado comigo na guerra – e disse:

- O que nós vamos fazer?
- Aderir? De maneira nenhuma! Nós vamos resistir!
- Vamos nos apresentar no Palácio do Catete.

Fomos. O chefe do gabinete do Presidente da República era o irmão do Dulcídio, o Ciro Espírito Santo Cardoso. Chegamos lá e nos apresentamos. O Ciro do Espírito Santo disse:

- Vocês vão no Ministério da Aeronáutica. Você pergunta...

O Dulcídio era o chefe de gabinete do Salgado Filho. Mal chegamos, já fomos presos. Nos mandaram ficar numa sala e chegou o Brigadeiro Ivo Borges, que era um velho integralista:

– Os oficiais generais das Forças Armadas não cumprem mais as ordens emanadas do Presidente Vargas. Os senhores estão conosco, naturalmente, não?

- Não, eu sou contra. Sou a favor da legalidade!
- Então, está preso!
- E o sr. Príamo?
- Eu também!
- Quê?!?

Um tenentinho, coitado, que não sabia nada, foi nos acompanhar para se apresentar:

- E o senhor?
- Eu também tô com eles!
- Preso!

Aí ficamos lá... O Nero estava preso e o Gibson também. Nero Moura era meu comandante no Grupo de Caça e o Gibson era um coronel antigo, amigo do Nero. Dali a pouco veio um general. Saíram e ficamos só eu e o Príamo presos por dois dias. Ah! Sempre fui perseguido... era o “suspeito de sempre”!... a vida inteira, desde tenente até brigadeiro, e fui expulso da FAB, acusado de subversão... Soltaram o Nero e o Gibson e deixaram eu e o Príamo mais um dia. Depois, ficava chato deixarem a gente lá e soltaram...

No tempo do Juscelino tinha um auxiliar de gabinete chamado Adamastor Beltrão Cantalice, era coronel. O Cantalice era amigo meu e me

serviu de testemunha. Eu tinha na minha bagagem um documento chamado Plano Saville, uma conferência de um general americano que veio para cá. Então, estavam dizendo que eu havia roubado documentos secretos para mandar para a Argentina... Não era secreto, não era nada! Como o Cantalice era do Estado-Maior, foi e disse, durante o processo que eu estava respondendo:

– Isso não era secreto.

Mas ele desfez o negócio. Como ele era do gabinete do Juscelino, pedi a ele que falasse com o presidente que nós éramos aliados dele dentro daquela fase das revoltas de Jacareacanga e Aragarças. Eles eram contra o Juscelino, queriam derrubar o governo dele e eu era a favor do presidente. Mas o Juscelino mandou de volta o Adamastor para dizer para não falar mais nisso e não dizer a ninguém que tinha falado a esse respeito. Ou seja, não adiantou nada, era a mesma coisa. Era uma guerra fria... Ele fazia todas as barretadas e cortejava todo o governo, direita e esquerda... Negócio de mineirice. O Darcy Ribeiro já dizia:

– Não mande flores para os amigos porque não precisa. Mande para os inimigos...

Eu estava preso, quando houve Jacareacanga. Estou dizendo que ele mantinha presos os aliados dele – havia até uma proposta de anistia para nós, feita pelo Padre Arruda Câmara que era deputado. Ele aplicou em Jacareacanga e Aragarças e os nacionalistas da Campanha do Petróleo ele deixou preso! E era para nós essa anistia! Juscelino aplicou nas revoltas, para liberar a situação que estava ruim para ele, a FAB toda estava contra ele, e nos deixou, continuamos presos lá...

Também acho que fui preso quando o Jânio caiu... Ah! Foi o Carlos Moreira, um amigo meu, que me levou pra cadeia... no Santos Dumont. Houve aquele movimento da legalidade... Estava preso no navio. Fui tantas vezes preso que nem me lembro...! Sei que foram inúmeras vezes. Em cada posto que ocupei, fui preso. Só não fui como brigadeiro, porque então já me expulsaram... Eu tinha uma opinião que não precisava dizer porque eles já sabiam e me prendiam...

Em 64 também me prenderam, lógico. E respondi a um inquérito muito vagabundo! O encarregado do inquérito se sensibilizou com a minha situação e achou que era injustiça o que estavam fazendo comigo, me prender

porque eu estava sempre em posição contrária... Desde 52 não me deram mais nenhuma função: até 64 foram 12 anos. A única função que exerci foi aquela que recebi do Arraes, que, em vez de melhorar minha situação, piorou muito!

Pedi para ficar adido na base de Brasília para receber meu dinheiro, a fim de recebimento de vencimento. Nessa ocasião, o Heron de Alencar, que era primo e amigo do Arraes, o governador de Pernambuco, fazia os discursos para ele, era dono de um cargo, me disse:

– Tenho uma função muito importante para você.

Um dia, estava em casa, o telefone toca:

– Vem aqui no Caravelle.

O Caravelle era um restaurante francês muito famoso. Fui até lá. O francês me levou para os fundos, onde estavam o Arraes e o Heron sentados numa mesa. O Heron disse:

– Este é o Coronel Fortunato, nosso amigo de confiança. Se você não tem representante aqui em Brasília para tratar de assuntos do Estado, acho que o Fortunato pode lhe ajudar... Você quer?

– Quero.

– Está bem.

Então fiquei como representante do Arraes em Brasília. No momento havia um negócio de terras que ele queria que o governo desse dinheiro para desapropriar e fazer a reforma agrária. O Arraes chefiava um governo eleito, democrático e popular. Só ele poderia me escolher como seu representante em Brasília. Quem é que ele ia escolher? Eu não sabia que... achava que a situação era propícia para mudanças democráticas e populares. Foi quando houve o golpe militar de 64. Aí, o fato de representar o Arraes agravou ainda mais minha situação pessoal. A representação em Brasília era assim: tinha que ir à Câmara, ao Palácio, para tentar junto do Jango que liberasse verba, mas ele achava, e o Darcy também, que o Arraes estava se projetando para ser presidente e o sabotaram. Aluguei uma sala, que paguei do meu próprio bolso. Isso durou só um mês porque veio a “revolução”. Tive que devolver a sala; não recebi nada e ainda tive que enfrentar o Darcy, pois o Jango estava contra o Arraes. Fui fardado para poder impressionar, e entravam deputados, outras pessoas:

– Você que é amigo do Darcy, vai lá.

Levei uma hora esperando o Darcy, fardado. Ele não me atendia. Entrava e saía gente do gabinete dele e nada de eu ser atendido. Era íntimo dele porque a Edna tinha participado da equipe que fundou a Universidade de Brasília:

– Acho uma falta de consideração...! Vim em nome do governo do Arraes, fardado para poder ter um acesso mais fácil, e estou vendo que ele está atendendo a todos e eu aqui esperando, de maneira que vou embora e vou avisar o Arraes que fui tratado dessa maneira.

Aí disse o chefe do gabinete do Darcy, que, aliás, foi meu amigo também:

– Você vai embora, tem toda razão. Acho mesmo que está sendo desconsiderado. Vou avisá-lo, pode ir...

E fui embora. Foi a única vez. Só tive que liberar o dinheiro na Câmara.

Mais tarde que o Arraes foi lá, nós fomos à Granja do Torto e tivemos um encontro com o Jango. Ele só se preocupava em perguntar ao Arraes se ele era candidato:

– É verdade que você é candidato?

No meio da conversa... Quer dizer, a preocupação dele era eliminar o Arraes. Eu não tinha ligações políticas partidárias com eles. Era um patriota solto no mundo... e o “suspeito de sempre”...

Quando arrebentou o golpe, me prenderam. Imaginem: era o representante do Arraes; isso só podia piorar minha situação... Respondi mais um inquérito... Deu no jornal:

Em continuação às impedições mandadas fazer sobre a atuação do Coronel Fortunato, ficou clara a sua participação maior nos atos de subversão da FAB.

Mas o encarregado do inquérito, que era o Brigadeiro Sampaio, achou por bem se justificar... Mandou alguém dizer na minha casa:

– Olha, isso não fui eu que fiz. Eles lá em cima que fizeram...

Quando cheguei a essa conclusão, até fiquei muito agradecido porque achei que ele tivesse sido o responsável. Ele agiu com muita dignidade... Mas depois, no primeiro Ato Institucional, fui demitido da FAB. Perdi os direitos políticos e pouco depois o Eduardo Gomes baixou uma portaria proibindo os aviadores atingidos de voarem e de se empregarem como aviadores. Fiquei sem meu único ganha-pão... Não podia nem ser balconista em

companhia aérea! Qualquer emprego relacionado à aviação era proibido... O Coronel Baliu, por exemplo, foi chofer de táxi... foi outro que ficou numa situação muito difícil...

Para sobreviver, ganhava um soldo que era um quinquagésimo do dinheiro que a gente recebe agora. Uma besteira! Eu vivia às custas da Edna. E fazia alguma exposição de vez em quando... Minha atividade de desenhista auxiliou tão pouco... Ela recebia como viúva, pois, aliás, fui considerado morto...! É terrível, mas é verdade... Até tenho uma papelada que mostra isso. Faz parte do regulamento: quem é expulso das Forças Armadas é considerado morto. É incrível... Para obter minha promoção como Brigadeiro, fiz duas vezes o requerimento. O primeiro foi rejeitado, reprovado, e o segundo foi aceito com o esforço do Nero. Isso foi muito depois da anistia de 79. Consegui ser Brigadeiro há uns dois anos atrás, acho... Minha família, com toda essa vida agitada, sofreu muito... Tenho dois filhos – um casal –, cinco netos e até três bisnetos!

Dizem que sou otimista, mas não sou... Apesar de estar pouco a par da situação atual do país, estou muito preocupado... Acho que eles vão entregar tudo...! Todos os passos que demos, toda a luta que tive... Estou aguentando essa barra... Petróleo, energia elétrica, Volta Redonda, Vale do Rio Doce, riquezas minerais, já foram embora... A nossa luta dentro do Clube Militar pela defesa da hileia amazônica... Vão entregar tudo...! Foi tão trabalhoso... E agora é pior ainda porque tem o problema dos fármacos, das patentes... A patente é a coisa mais absurda que existe! Temos alguns grupos que atuam na ABI, por exemplo, o MODECON – Movimento de Defesa da Economia Nacional. O Kardec é uma figura de garantia, que tem uma documentação muito boa e uma memória muito boa também... É uma pena... Se pudesse começar outra vez...! É uma pena que estou ficando velho...

Quero dizer que faço parte também de uma associação chamada ADNAM – Associação Democrática de Militares Nacionalistas – que está indo muito bem! Apesar de serem todos velhos, “caindo aos pedaços”, estamos fazendo o possível para renová-la com jovens e estamos conseguindo algum sucesso. Faço charges no nosso jornalzinho, sou diretor cultural da associação, faço parte dela ativamente. Nos reunimos às terças-feiras, à tarde, na ABI.

Não me arrependo do meu trajeto... De maneira nenhuma! Ao contrário, vou dizer o seguinte: tudo o que vivi só faz enaltecere...! Prova disso foi o

que Zuenir Ventura escreveu acerca da minha trajetória para o prefácio da nova edição do meu livro de charges sobre Santos Dumont:

Quando criança, em Friburgo, um dos desenhos que mais empolgavam a minha turma na escola era o Senta a Pua da FAB. Ouvíamos atentos as preleções cívicas contra o nazismo, torcíamos, claro, pelos Pracinhas, sonhávamos com uma impossível convocação para nos tornarmos heróis de guerra, mas o que nos motivava mesmo, o que nos enchia de entusiasmo era aquele logotipo que um dos professores nos mostrava. Pelo menos uma vez por semana, cantávamos hinos patrióticos – “Deus salve a América, Terra do Amor” e “Por mais terra que eu percorra, não permita Deus que eu morra” – e saíamos gritando para os passantes: “senta a pua!”

Vocês não podem imaginar a minha emoção quando descobri que o autor do desenho e um certo e bravo Brig. Fortunato eram a mesma pessoa, e que os dois, o artista e o militar, queriam agora que eu fizesse o prefácio para este livro.

Muitos anos depois de ter aparecido em desenho para mim em Friburgo, ele aparecera como personagem do meu livro *1968 – ano que não terminou*, em companhia de meu amigo Sérgio Macaco, aquele capitão do Para-Sar que resistiu à ordem de explodir o gasômetro e de matar inimigos do regime, atirando-os no mar, de avião – tudo para atribuir o gesto criminoso à ação dos comunistas e, em consequência, provocar uma reação sangrenta por parte da repressão.

Fortunato era um desses oficiais que o insano comandante do capitão Sérgio queria que ele atirasse ao mar. Sérgio tinha por ele a maior admiração. Por várias vezes se referiu “aos atos heroicos do Fortunato”.

De fato, o Brig. Fortunato Câmara de Oliveira tem uma fé de ofício que registra 123 horas de voo e missão de guerra, 56 missões de combate, condecorações e elogios, inclusive por um comandante de regimento do Exército dos Estados Unidos.

Outro elogio significativo foi o do então Ten.-Cel.-Av. Nero Moura, quando Fortunato, por motivo de saúde, teve que deixar o comando da 2ª Esquadilha do 1º Grupo de Caça que exercera durante 14 meses na guerra. O louvor destacava a “bravura, audácia e determinação do capitão Fortunato”, que entre seus feitos tinha “a destruição de importantes objetivos militares, como depósitos de munições, gasolina, pontes de estrada de ferro e rodagem, inúmeras viaturas e a destruição de um avião inimigo no campo de Ghedi, no Norte da Itália”.

Ao regressar, o Cap. Fortunato, em vez de ser tratado como herói, foi durante anos preterido, marginalizado, perseguido e preso. Isso porque era nacionalista e lutava pelo monopólio do petróleo. Como ser nacionalista não podia condenar ninguém, nem mesmo a acusação de ser comunista, falava-se então

que ele estava a serviço da “subversão da ordem e incitamento à indisciplina”: “Após cumprir pena de dois anos a que fui condenado, nunca mais a FAB me deu o direito legal de exercer qualquer função dentro da corporação. De 1957, ano em que acabei de cumprir a pena imposta, até 1964, permaneci na situação de adido. Nem me permitiam que fizesse os cursos a que tinha direito”.

Se a carreira militar de Fortunato terminou no dia 1º de abril de 1964, quando fez parte da primeira lista de atingidos do primeiro daquela sinistra série de Atos Institucionais, não se pode dizer que sua luta nacionalista tenha parado por ali. Ao contrário. Mesmo agora aos 82 anos, ele diz com modéstia, mas com juvenil disposição: “Fazer charges políticas é a minha atividade, vamos dizer, artística em que me emprego atualmente”. Ele colabora num jornal nacionalista publicado por militares.

Para quem só conhece os feitos heroicos do Cap. Fortunato – e não leu o seu livro infantil e nem viu a primeira edição das charges e caricaturas de Santos Dumont – esta é uma boa oportunidade de descobrir e apreciar suas habilidades no desenho nesta homenagem ao inventor da aviação – da qual o hoje Brigadeiro não foi apenas um ás; ele lutou a vida toda para colocá-la a serviço da liberdade e da democracia.

VENTURA, Zuenir. “Prefácio”. *In*: FORTUNATO. *Santos = Dumont*. Rio de Janeiro: Cecomsaer Editora, 2005.

Assim, foi mais vida do que sofrimento... Puxa! Sempre estive do lado certo. Sou feito soldado, que passa errado no batalhão... aquele que não marcha com os outros. Mas está tudo bem...

Rui Moreira Lima

A história de vida do Brigadeiro Rui Moreira Lima partiu da transcrição de suas fitas de gravação originais (com mais de dezoito horas de duração). Por questões internas à pesquisa, a transcrição, por sua extensão, não pôde ser realizada a tempo da conclusão do corpo original de textos da Dissertação de Mestrado em História Social. A ausência de sua entrevista podia ser sensivelmente percebida na geração de militares que foram combater durante a Segunda Guerra Mundial e retornaram ao país com a chama de um espírito democrático que iria se deparar com as contradições da política interna do país.

O percurso de sua vida é narrado em tom épico, com uma riqueza de detalhes e episódios de modo a formar uma moldura biográfica marcada pela forte personalidade do Brigadeiro. Assim, a experiência pessoal se faz presente e organiza os eventos como o anticomunismo construído após o Levante de 35, a presença integralista na Escola Militar e a ida à Itália, além das dificuldades desenvolvidas em torno do golpe de 1964.

Reconhecido nacionalmente por ter feito parte do 1º Grupo de Aviação de Caça, sua memória se encontra preservada no lema criado por ele, *Senta a Pua!*, e no livro encabeçado por seu filho, *Adelphi: voando por justiça e liberdade*. Na mesma linha de longas histórias e vasta documentação escrita situou-se aqui o Brigadeiro Rui Moreira Lima. Em suas narrativas, tratou desde as origens familiares nordestinas, no Maranhão, passando pela Segunda Guerra Mundial, na qual marcou presença como destacado aviador da FAB; pela Campanha *O Petróleo é Nosso*; pelo Levante de Jacareacanga – em que foi responsável direto por sua debelação – durante o governo de Juscelino Kubitschek; pela defesa da legalidade da posse de João Goulart; pelo golpe de 64; pela ditadura militar, rede-


mocratização e anistia. O livro *Senta a pua!* me foi por ele presenteado para que alguns episódios constassem em sua história de vida, em que também se destacou como presidente da Associação Democrática e Nacionalista de Militares – ADNAM, da qual fazem parte muitos dos nossos colaboradores.

Apesar de considerar-se de esquerda, seu destaque nas entrevistas foi para suas posturas antifascista, nacionalista e, principalmente, legalista. A influência de seu pai, juiz de direito e desembargador, foi preponderante para definir seu posicionamento como militar legalista, o que lhe custou prisões, cassação, afastamento das Forças Armadas, e talvez tenha contribuído para que a direita militar lhe atribuísse a pecha de comunista, o que fez questão de deixar claro que nunca foi. Ressaltou que a experiência do antifascismo e da guerra marcaram sua vida e a de sua geração.

Narrador por excelência, dirigiu por todo o tempo os rumos de sua história de vida. Contou-a em várias sessões de entrevistas não apenas porque tinha muito a dizer, mas também porque dosava o desgaste emocional empregado em cada uma delas, penso que muito pelo controle e preocupação com seu bem-estar por parte de Julinha, sua esposa e nossa amiga. Nos episódios mais difíceis, como a guerra ou a ditadura militar, nos emocionamos muito e também choramos juntos. Por outro lado, em outros mais leves, que narra comicadamente, rimos e nos divertimos, num processo de intimidade e identificação crescente que culminou num dos maiores elogios que recebi durante o trabalho de campo.

Em um de nossos encontros, após uma sessão exaustiva de entrevista, ele disse, sorrindo e passando a mão carinhosamente pela minha cabeça: “Você é ótima, menina! Tem paciência para ouvir...”. Ouvir. Para mim, naquela época, sinônimo de aprender e apreender, com paciência e sofrimento (ora pela emoção compartilhada, ora por não aceitação do que foi dito), tentando corresponder com a atitude e a postura certa na hora exata. Sinônimo de que, para ser uma boa oralista, necessitava ser reconhecida como uma boa ouvinte pelos narradores. Estágio alcançado, pelo menos junto ao Brigadeiro Rui, um dos melhores colaboradores que uma jovem pesquisadora poderia ter encontrado em seu caminho.

Rui Moreira Lima faleceu em 13 de agosto de 2013, no Rio de Janeiro.



... não se pode omitir pedaços da história, a história tem que ser verdadeira! Esses são os fatos que estão dentro de mim.

Meu nome é Rui, nasci no Piauí, e uma figura muito importante na minha vida foi meu pai. Seu nome era Bento, nasceu em 1887 na cidade de Picos, no Maranhão, e vinha de uma família com posses, de origem cearense. Ele se formou advogado na Universidade do Ceará, em 1909, foi Secretário de Interior do Maranhão, depois produtor rural com o irmão, comerciante e juiz itinerante.

Meu pai estudou em Fortaleza. Dos irmãos, foi o único que estudou. Os outros tiraram o preparatório. Naquele tempo, estudava aritmética. Matemática... era mais aritmética, era mais para saber fazer as contas. Prestava o exame, tirava o preparatório em aritmética. Depois, preparatório em geografia, em história, em português, disso e daquilo... Eles tiraram os preparatórios. E a parte de português, naturalmente. Aprender a ler, escrever, não ia além disso... Meu pai resolveu estudar, foi para um colégio interno no Piauí. Ele era o menor, muito pequenininho, baixinho... Era mais ou menos da minha altura, tinha uns dois centímetros a menos que eu, era muito magrinho. E nesse colégio... Surravam muito os garotos. O homem era muito sádico, ele chamava Luís Sabino. Um colégio ainda muito conhecido no Piauí, muito tradicional... Deram no Sebastião e ele, teimoso, fugiu do colégio, foi para o telégrafo e passou um telegrama para o José Moreira, meu avô, que eu não conheci. O velho, que era um cara do interior, da lida rural mesmo, mandou um telegrama dizendo: “Saia do colégio. Quer sair, saia do colégio. Não quero que você apanhe de ninguém aí”. Ele saiu do colégio... Tirou o ginásio em outro lugar, foi para Recife, para Fortaleza, e lá conheceu minha mãe.

Minha mãe era uma moça filha de um major-médico... Meu pai formou-se e conheceu minha mãe, que era uma moça da alta sociedade, uma Leite Barbosa, uma família muito tradicional de Fortaleza. Ele saiu da faculdade de Pernambuco e veio terminar em Fortaleza para poder namorar a mamãe. Passou pela casa dela. Viu a primeira vez. Quer dizer, eles namoravam na janela... Ele olhou e se apaixonou por ela! Ele era um sujeito muito sério, fechado... Meu pai era de uma personalidade maravilhosa... Ele era uma figura muito inteligente. Acho que ele era um pouquinho mais do que os outros...

Casou-se com ela, formou-se e foi convidado pelo governador, amigo dele, mais velho do que ele, para ser o Secretário do Interior do Estado, um cargo político, que faz os contatos políticos. Não lembro o nome do governador, mas tenho a obrigação de saber porque conheço bem o fato... Na secretaria, tinha um adversário do governador, que era do interior, e passou um telegrama pedindo uma audiência com o governo. Seria papai que iria resolver o problema. A audiência era publicada no Diário Oficial, que o governador pegou, leu e disse:

– Puxa! Você recebeu esse cara!? Você não pode: esse cara é meu adversário!

– Mas Herculano?! Isso aqui não é seu, é a secretaria do estado! O cara pediu uma audiência dele, já resolvi o problema. Foi resolvido!

– Não, mas eu não quero! A ordem é essa.

– Então, você pode por outro secretário porque eu estou demitido.

Pegou a minha mãe e foi a sete léguas de Colinas... Uma estrada que passava por uma serra. Ele foi para um lugar chamado Serra Negra, Cacimbas. Quem botou o nome de Serra Negra foi ele... Lindo o lugar, bonito! Sessenta e dois anos depois, eu fui lá... O pai dele, o vovô Zé Moreira e a vizinha Filomena, tinham uma casa grande que, na minha imaginação, era um casarão antigo, com pé direito enorme... Mas a casa grande não era nada de grande! A loja era menor do que a metade de uma sala! O armazém era quase isso... Mas era de alvenaria. Então, papai foi para lá com minha mãe e ele fez uma casa de taipa, coberta de palha, com parede de palha e um batente alto, por causa de porco, para não entrar e comer as crianças! E a mãe tomou conhecimento com cascavel! Matou a cobra que meu irmão mais velho estava brincando! A cascavel enrodilhada...! Minha mãe viu, correu, pegou um machado e a matou com uma machadada! Virou uma mulher valente... Companhia... Eu acho que quando se fala em meu pai, parece que ele foi um monstro, mas Julinha, minha esposa, diz:

– A grande figura da sua família foi sua mãe.

Ela adorava minha mãe!

Nós fomos morar ali. Mamãe se criou, tendo os três primeiros filhos dela nesse local, Cacimbas... José Henrique, Carlos e Lauzine, que morreu sufocada com o cordão umbilical. Era parteira, não tinha médico, não tinha nada... Um troço bravo!

Depois eles se mudaram para Picos. Colinas chamava Picos. Getulio acabou porque tinha Picos do Piauí, que era mais antigo... E lá como tinha muitas colinas eles puseram esse nome, ficou até romântico... Fica nas margens do Itapicuru, quase na cabeceira do Itapicuru, um rio que já foi um grande rio, era navegável... hoje não tem mais nada, ele secou, desmataram a margem do rio, está uma poluição, uma pobreza danada...

Resumindo: meu pai chegou até a trabalhar no governo estadual, mas por receber democraticamente tanto os apoiadores quanto os opositores do governo, foi dispensado pelo governador. Assim, voltou da capital com minha mãe e minha irmã caçula para o interior. Foi trabalhar em uma fazenda com seu irmão, deixando dois filhos mais velhos em um internato da cidade de São Luís.

Eu nasci em 1919, nessa Fazenda Cacimbas, depois renomeada como Serra Negra, onde minha família morava em casa de sapê, com chão de terra batida, em um local sem muitas oportunidades para a criação dos filhos. Por isso, em 1923, meu pai resolveu voltar para a capital e abrir um escritório de advocacia, que não deu certo por conta da instabilidade política e jurídica da região e do país, por conta dos levantes tenentistas. Nossa família voltou para o interior para trabalhar na fazenda com gado e algodão, inclusive eu, com 7 anos e minha irmã um pouco mais velha.

Passamos por dificuldades... Eu tive impaludismo, outro nome da malária, e era muito magro, mas sobrevivi. Minha irmã morreu de malária, em poucos dias. A fazenda faliu com a crise de 29, com origem na quebra da bolsa de Nova York, que afetou os produtores brasileiros, deixando-os com as safras encalhadas e cheios de dívidas.

Meu pai assumiu a dívida e disse que ia pagar. Papai foi nomeado juiz e, nesse tempo, tinha que fazer comércio. Mas, ele não podia comerciar porque era juiz itinerante, cargo ao qual se candidatou em 1930, conseguindo uma vaga em Caxias, 200 quilômetros distante de Picos. Então, fez uma firma chamada HB Moreira Lima, Heloísa Barbosa Moreira Lima. Ele não tirou o filho mais velho do estudo, mandou ao Rio de Janeiro para fazer medicina. Meu irmão foi um brilhante médico. O outro irmão estava em São Luís terminando o curso de humanidades, se preparando para ir para engenharia da Escola Militar e viria a ser soldado. Meu pai fez esforço – ele tinha uma

personalidade muito forte, o velho – e conseguiu dobrar o Carlos, meu outro irmão, que veio aqui para o Rio. Ainda não tinham fechado a Escola Militar para civis, no Realengo, como fizeram posteriormente por causa do negócio de 1935, 1937, aquelas revoluções, a intentona, a chamada Intentona Comunista. Por fim, Carlos fez medicina também. Eu e a minha irmã fomos tirados do colégio para trabalhar em casa com minha mãe fazendo camisas... Então, entramos todos nisso, que foi minha infância.

A única coisa boa é que eu era muito livre, porque meu pai não tinha tempo para me dar lazer. Todos nós estávamos trabalhando. Passávamos o dia na loja, limpando. Ele era desses que passava o dedo e, se saísse poeira, zangava com a gente, dava um cascudo! E a gente cobria a loja quando vinha as cargas de algodão, de coco de babaçu. O negócio dele era comprar algodão, coco, arroz e milho. Esses eram os elementos mais em voga... O algodão já preparava, descaroçava, enfardava. Botava o arroz nesses sacos de juta, que eram importados e mandava para São Luís. Ele levava uma vantagem sobre os outros comerciantes no preço de descaroçar o algodão. Em dois anos, pagou as contas. Eu me lembro dele contar quando foi ao maior credor, o senhor Emílio Lisboa, que disse:

– Dr. Bento, o senhor e seu irmão não tem possibilidade de crédito. Não lhe fio em nada.

E ele procurou um português chamado Lima Faria com quem nunca tinha negociado e pediu crédito. Comprou trinta e cinco contos, em mercadoria, e mandou para lá. O movimento era que ele levava mercadoria – peça de fazenda, sabão, vela, querosene, facão, enxada – e essas coisas todas eram vendidas ao caboclo à crédito e ele pagava em algodão. Naquele tempo, não tinha inflação: o sujeito fazia 3%, era um ganho enorme! Então, em dois anos ele pagou, foi transferido, vendeu. No fim, ele fez um patrimônio grande, comprou muita terra. Olha a personalidade do meu pai...

Muita terra, mas quando vinha a seca, vinha a fome. Chegavam aquelas colunas, geralmente do Ceará, às vezes com cem jumentos, famílias todas naqueles jegues... Meu pai mandou fazer um galpão coberto de palha, com aquelas varas para segurar e naquilo armavam as redes. Assim, quando chegavam nesse terreno, um sítio grande, com um quilômetro de frente, eles armavam a rede ali. Tinha um riacho atrás que chamava Curimatã. Eles ficavam ali e tinha aqueles panelões de navio, eram umas panelas grandes.

Minha mãe dava feijão, arroz, carne seca, abóbora, essas coisas que tinham lá. E eles faziam a comida e ficavam durante uma semana para descansar. Nessa semana, meu pai – com o tino, com a prática que tinha em lidar com pessoas – convidava uma família ou duas para ocupar a terra. A pessoa que ocupava a terra se chamava agregado. Meu pai era uma pessoa justa. Quando ele saiu de lá, passou a escritura para todos os que ficaram e ninguém pagou nada. Um desses homens chamava-se Antônio Mathias e foi o que ele colocou em São Domingos, um município importante. Assim como deram crédito a meu pai, ele deu todo seu crédito a esse sujeito. Era gozado: chegava um caboclo, contava uma história. Ele dizia assim:

– Ô Rui, – eu tinha 9 ou 10 anos – pega quinze mil réis para este homem.

Para outro, ele dizia:

– Venda trinta mil réis.

– Papai, porque o senhor faz assim?

– Pela conversa. Esse de quinze mil réis vai me dar trabalho para pagar, você vai ver!

Até dou risada ao lembrar!... Era um sujeito muito prático e com um tino muito grande de organização, embora não soubesse ganhar dinheiro... Não sabia, não ficou rico... Ele ficou a vida inteira só como desembargador, quitou uma casa muito modesta em São Luís... Naquele tempo, quem era juiz ganhava menos do que um tenente.

No meu trabalho, por exemplo, tínhamos umas quarenta vacas leiteiras. Ele dava e vendia leite também. Chegava na seca, no inverno, era um inferno, porque não é a época da chuva. A gente levava o gado para o mato e como havia muito pasto, tinha que levar e trazer. Quem fazia isso era eu e um molecote da minha idade, chamado Joaquim. A gente ia montado num burro. Quando chegava a época de seca, a gente levava o gado para comer um pouco de verde, para diminuir a ração. A ração era palha de arroz, caroço de algodão e bananeira. Cortava a bananeira em picadinho e colocava no cocho, misturava aquilo tudo, botava um pouco de sal grosso e o gado comia bem. Dava melancia, dava tudo...! A melancia a gente abria, tirava só aquela parte e o resto jogava para os porcos. O gado ficava comendo melancia, era uma beleza! Minha mãe, de manhã cedo, fazia um frito de galinha com farinha. Levava uma cabaça de água filtrada e a gente passava o dia com

o gado lá no mato. Eu tinha 9 para 10 anos... Estudava com um professor particular que ia lá em casa, para não deixar perder a mão. Estudava com minha irmã, que é dois anos mais velha do que eu, uma figura fantástica. E assim nós vivemos lá.

Sábado ou domingo, eu tinha direito a jogar futebol. Vinha aquela molecada toda para a porta de casa. Na porta mesmo a gente botava umas traves. Tenho uma cicatriz de um buraco que fiz na perna naquela época jogando futebol! Eu não vi a trave, que ficava na altura da perna. Fui chutar uma bola e aí o pau entrou, infeccionou, deu um rolo danado! Impaludismo... Tive dois anos seguidos de impaludismo... Só depois eu fui estudar.

Eu fui estudar então, vamos dizer em 31. Fui para São Luís para fazer o ginásio, eu e minha irmã. Eu tinha onze anos, e meu pai disse:

– Você quer ficar em uma pensão ou em um colégio interno?

Porque eu era dono de mim. Eu viajava, atravessava a mata. Para fazer isso, coisa de meio dia de viagem, eu fazia sozinho! Eu aprendi a viver muito cedo... Eu me lembro que meu pai me dava aquelas notas de 200, 500 mil réis para trocar para poder pagar o algodão... Então, os concorrentes dele:

– Como é que é?

– Não tem troco, não!

Eles tinham interesse em guardar o dinheiro porque não tinha banco, então guardava as notas. E eles pegavam aquele dinheiro mais velho, mais rasgado...! E eu voltava, num sol danado! A gente andava às vezes doze quilômetros para trocar, ia de casa em casa... Sol a pino... O impaludismo que eu tive nessa época também, tinha o horário da febre, e aquilo me maltratou muito... Fui salvo por um médico de cor, Dr. Vitorino de Assunção, que apareceu por lá. Os médicos que passavam, porque eram médicos itinerantes, pediam pouso na casa do juiz, do prefeito, do delegado... E ficou lá em casa. E eu não comia frutas, não deixavam comer, porque fazia mal para o fígado, fazia mal para isso... Ele chegou lá e disse:

– Dona Heloísa, a senhora me entrega seu filho que eu vou curá-lo. Em quatorze dias, eu vou colocá-lo na sua casa...

E me deu uma grama e vinte e cinco centigramas de cloridrato de quinino. Eu fiquei surdo e depois fiquei bom. Nunca mais tive um acesso de febre! Perdemos uma irmã e quase perdi dois irmãos também com febre, uma doença maligna. Fui salvo pelo gongo... Então, vim para São Luís.

Eu fiquei morando em uma pensão e minha irmã em uma casa onde tinham moças, a gente chamava a casa da Tia Maroca. Muito responsável nessa época, era um garoto, e muito capiau. Porque eu tinha saído com 8 anos e voltei com 11... Era capiau para chuchu! Capiau é um caipira. As roupas feitas por minha mãe. Aí meu irmão Carlos foi lá:

– Não, mãe! Isso aqui é a roupa! Essa jaqueta é diferente!

Mas aquele brim... Ela descosturou tudo aquilo... Tinha umas duas ou três costuras que aquela coitadinha desmanchou!

Tive uma luta grande... Nunca tive nada folgado na minha vida... Então fomos para o ginásio. Tive umas passagens assim que me marcaram. Uma foi com meu pai no interior. Existia um sujeito chamado Jorge Caetano de Alencar, muito safado, um cretino, um filho da mãe! Ele veio uma vez para São Luís e teceu uma intriga com o interventor. E esse sujeito aí passou a querer desprestigiar meu pai no governo. Ele era juiz de direito, atendia várias comarcas. Meu pai montava no burro e viajava para julgar um caso porque não tinha juiz para todas as comarcas. E então esse sujeito chegou em São Luís e escreveu um artigo contra meu velho. Eu estava na rua. Quando eu cheguei em casa, minha irmã disse:

– Você já viu o jornal?

O Imparcial, ainda está lá. Aí eu vi, peguei uma tesoura e recortei o jornal, apanhei um fio elétrico e fui para rua. Eu tinha 13 para 14 anos. E esse camarada estava na rua com o Dr. Máximo Ferreira, cujo filho é meu oculista e tem um escritório aqui. Dr. Máximo, um sujeito que eu chamo de Cara de Onça porque ele foi governador do Maranhão. Esse cara foi assassino, esse sujeito foi um bandido danado. E era rapaz, era policial nesse tempo, devia ter seus 20, 22 anos por aí... Então, eu cheguei lá com um fio elétrico na mão direita, com o jornal na outra e disse:

– Sr. Jorge, foi o senhor que escreveu isso?

– Menino!

Quando ele disse “menino”, eu peguei e dei com o fio elétrico no rosto dele, e aquilo queima!... Puxei e ficou a marca no rosto dele... Ele ainda botou a bengala para me bater e eu me atraquei com ele! Comecei a morder a barriga dele... Dei um monte de dentadas e ele ainda caiu de soco que eu dei na cabeça:

– Tira esse menino daqui!

Tomou vários pontos. Aí esse Cara de Onça, que foi governador do Maranhão, me agarrou e me deu um soco e me jogou lá no meio da rua. Mas eu levei um pedaço da barriga do cara na boca! Tudo sangrando... Então eu fui preso e entregue ao juizado de menores. O juiz era um sujeito amigo do meu pai, o Dr. Gabriel Ribeiro:

– Mas menino! O que eu vou dizer para o Bento?

– Diz o que o senhor quiser...

Porque eu fui tirar satisfação. Neiva Moreira, era estudante no Maranhão, integralista. Nessa época, eu tinha uma raiva danada de integralista e até dado uns sopapos no Neiva, mas ele era maior do que eu. O Neiva é uma figura extraordinária, um sujeito nacionalista, muito bacana. É o presidente do partido do Brizola. Neiva fez as pazes comigo e escreveu na *Patotilha*, que era o jornal: “Rui Moreira Lima, um garoto que defendeu a honra do pai...”

No outro dia, o Sr. Jorge veio dizendo que não tinha dado em mim porque eu era uma criança... Era um covarde, ele me caiu de murro e eu fiquei machucado na cabeça. Eu já estava com todo mundo da cidade do meu lado. São Luís era uma titica naquele tempo... Cheguei no colégio e disse:

– Eu vou dar outra surra nesse cara agora!

O colégio todo veio comigo, cinquenta alunos do Liceu Maranhense... Pedra e pau, o diabo! Ele correu para a sede do *Imparcial* e a molecada toda atrás. O diretor chegou para mim e disse:

– Meu filho, esse cabra não está mais aqui...

– Não publique mais nada, porque senão eu vou empastelar este jornal...!

Era no tempo da ditadura e a polícia era dura, mas ninguém fez nada conosco, com os estudantes, sob esse aspecto. Passaram-se uns tempos e, quando regressei da guerra, fui visitar meu pai com minha família em Caxias. Na volta, desci na estação de Codó para apanhar água para a Julinha e tinha quatro cidadãos parados, um deles era o Jorge Caetano de Alencar. Aí eu olhei para ele, ele olhou para mim e disse:

– Tenente Rui Moreira Lima?

– Sou.

– Está me reconhecendo?

Eu digo: “Hi, ele quer briga... É pra já...”

– Estou, senhor Jorge Caetano de Alencar.

Ele virou-se para os outros e disse:

– Ainda tenho no meu abdômen as marcas dos dentes desse jovem herói, orgulho do nosso Maranhão...

Fez um discurso. Ele era muito malandro!

Mas tinha dois filhos que foram soldados da FEB, portaram-se muito bem, foram me visitar... Nunca mais eu vi esse sujeito. Mas ele era um mau-caráter danado! Um fato.

Outro fato que também é importante na minha vida... não lembro o ano, se foi 35, 36... Existia em São Luís uma corrente forte do Partido Integralista do Plínio Salgado, um sujeito fascista tupiniquim. Eles tinham pessoas muito influentes na sociedade, que eram integralistas. Usavam camisas verdes, o sigma no braço, cumprimentavam com o Anauê... Tinha um bolo de milho no Maranhão que se chama manuê. Então, eles falavam:

– Anauê!

E a gente passava por eles e falava:

– Manuê!

Aí era uma briga! O pau comia todo dia! Eles tinham os caras da mesma idade que nós, estudantes. Havia os estudantes que não eram integralistas. Eu não era integralista, tinha horror... Porque integralista era fascista e já tínhamos o fascismo instalado naquela época com a ditadura do Presidente Vargas. Meu pai viveu o tempo todo falando da lei e eu aprendi isso: a gente só pode conviver com a democracia e com a lei.

“O povo desarmado merece respeito das forças armadas. Soldado não conspira contra as instituições...”

Está na carta que meu pai me escreveu quando me tornei um militar. E aquilo marcou muito!

Então, começou a surgir lá em São Luís comícios que eram proibidos. Geralmente a polícia vinha a cavalo e dispersava o comício. E eu era garoto, solto, não perdia um comício, gostava de ouvir aqueles discursos inflamados... De sorte que eu aprendi, fui campeão de corrida dos soldados... Eles vinham com suas espadas...

Eram comícios sobre ferro, minério, não se falava em petróleo...

– O Brasil tem que ter uma siderurgia...

Aquilo já era o nacionalismo do Presidente Vargas, que eu acho que tinha chegado à plebe ignara, aos estudantes. Havia um líder estudantil e jornalista, um homem muito sagaz que, posteriormente, seria diretor da As-

sociação Brasileira de Imprensa (ABI). Amorim Parga era um homem danado. Fazia esses comícios relâmpagos, a gente ia e apanhava da polícia. Eu nunca apanhei, mas colegas meus levaram suas piscas...

O governo confundia os nacionalistas com os comunistas. Eu não acredito que o Amorim fosse comunista, não acredito mesmo. Ele era um camarada, um homem inteligente e escrevia bem! Foi da Agência Francesa, traduzia aquelas reportagens para o jornal do Chateaubriand. Ele passou a vida toda como jornalista, era um sujeito da melhor família... E esses comícios todos eram sempre hostilizados pelos integralistas. Apesar de que eles eram muito nacionalistas. Tinha o Gustavo Barroso, acho que ele escreveu *Petróleo e Ferro*, um livro maravilhoso. Ele era um terrível integralista! Um homem brilhante, mas convicto como camisa verde. Eu vim conhecê-lo anos depois aqui no Rio e fui muito amigo do filho dele, que foi da Escola Militar, está na reserva.

Mas existia essas lutas e nós brigávamos muito com os integralistas. Nesse intervalo, foi criada a Aliança Nacional Libertadora, que acolheu todo mundo: os comunistas, os nacionalistas, sujeitos que gostavam do Brasil, em suma. Foi uma espécie de oposição ao fascismo que estava surgindo, emergindo. O Partido Comunista deve ter uma responsabilidade nessa organização. Eles organizaram a ANL e criaram vários setores. Então tinha os setores, como o estudantil. Eu era um líder estudantil, não de discurso ideológico. Era um sujeito que tinha coragem. Eu fui criado solto! Meu pai me disse assim:

– Quer ir para uma pensão ou um Colégio interno?

– Eu quero ir para uma pensão.

Eu fazia o que queria. Era dono do meu nariz. Organizava o time de futebol, de voleibol...

Assim eu fui crescendo nesse ambiente e tinha meus grupos... Fiz uma orquestra para tocar nos navios e correr o chapéu! E o pessoal botava dois mil réis, cinco mil réis... Eu tocava um piston muito vagabundo! Muito mixuruco...

– Puééééé...

Eu tinha um camarada que tocava tamborim, mais um que tocava pandeiro e um outro que era um sujeito engraçado!... Garotos de alta linhagem... Imitávamos três negros americanos sapateadores se apresentaram

por alguns dias em São Luís. Eu tocava piston, o Adgerson sapateava e o amigo que tocava tamborim fazia a marcação porque, de fato, ele não tinha sapatos como os dos artistas:

– Tá tá tá tá!

Então, nós entrávamos nos navios que ficavam encalhados no porto por causa da maré e os músicos paravam, a gente pedia licença para tocar e fazia aquela palhaçada toda, e corria o chapéu para ganhar uns trocados...

Décadas mais tarde, nosso amigo José Reinaldo da Serra Costa, primo desses companheiros da orquestra, tornou-se oficial da Aeronáutica e, depois do golpe de 64, foi cassado, preso, teve um enfarto e morreu. Morreu muito cedo... Mas, voltando à nossa adolescência, tinha um time de futebol competindo no campeonato de segunda. Meu time era o último, eu lembro que no último jogo nós apostamos as chuteiras, as camisas, quem ganhasse levava tudo! Só não levava o calção para não ficar nu! Aí saiu uma briga porque teve um sujeito que estava com a chuteira dele, nós ganhamos e ele não quis dar...

Outra coisa que aconteceu foi que eu briguei com um camarada, um jornalista negro, mais brigão e sarado do que eu. Ele era malandro, mas não tive medo dele. Quando a gente se meteu um com o outro, ele caiu e eu me servi dele! A notícia correu o mundo:

– O Rui deu no Terror!

Não fiz nada! O Terror é que caiu!

Isso criou uma lenda em torno de mim como um brigão. Eu apanhei muito, mas quem me desse uma surra, podia contar que eu iria à forra. Dava paulada mesmo para todo lado! Eu era uma fera...

Quando chegou em uma certa época, veio a ANL convidando para um comício no dia 5 de julho. Eu me lembro de um cartaz, em um papel muito ruim, onde vinha uma efígie do Luís Carlos Prestes, Cavaleiro da Esperança, e dizia assim:

“Convite: convido o povo maranhense em geral para o grande comício do dia 5 de julho a ser realizado no Teatro Arthur Azevedo às quatro horas da tarde”.

Aí nós fomos na sede da ANL, convocados, o chamado núcleo liceísta, que era o meu, e eu era o “xerife” daquilo. Engraçado, porque tinha gente mais velha e maior, mas o cara que fazia todo aquele movimento era eu. Por

quê? O Fortunato tem a mania de dizer que sou mandão! Ele diz que daqui a pouco estou mandando!... Eles distribuíram para nós montes de papel com aquele grude, feito de farinha, com pincel, uma panelinha. O chefe era o Dr. Perdigão, não me lembro o outro nome. Era um homem que andava sempre de gravata, muito sério, com banca de advocacia.

Eu não conhecia ninguém! Era um garoto de 14 anos, jogando futebol na rua, brincando... Fui chamado para ir na ANL por um amigo mais velho do Liceu, Orlando Julio Correia, o Bilica, de uma família nobre do Maranhão. Era um cara sério e sempre me dava conselho. Nós assinamos uma ficha com nome, endereço, idade, aquelas coisas e ficamos todos sócios. Aí quando chegou nessa parte, o Dr. Perdigão disse:

– Olha, nós vamos pregar isso aqui para fazer convite, querem muita gente lá no teatro, vai ser um comício muito bom, eu vou falar, vai falar o Dr. Amorim, o pessoal que a gente já estava habituado a ouvir. Mas nós temos uma dificuldade aí, os integralistas provavelmente não vão querer que a gente pregue isso, vão rasgar... Então vocês vão para lá...

E deu para nós umas armas que eram uns canos de ferro enrolados em papel, fio elétrico... E aquilo me chocou muito... Ele deu também para três, quatro de nós, um cortante, uma faca. Aí eu perguntei:

– Mas quem é que vai conosco, o senhor?

– Não. Isso é mais para vocês, que são jovens...

– Vem cá: jovem com faca, fio, porrete? Então vai ter pau, briga! E se os caras forem grandes, nós é que vamos brigar?

Eu sou um questionador danado...

– Não é bem isso...

– Olha aqui, eu não vou nesse troço! Ô Bilica, rasga esse negócio aí, porque eu não quero ficar mais nessa tal de Aliança de vocês...

E assim, por uma sorte, uma reação natural, mas corajosa, na minha linguagem chã e baixa acabei com aquilo.

– Tu não vais, eu não vou também! Não quero mais me meter nesse negócio!

Bom, aí não fomos. Uns trinta companheiros tiveram as suas propostas rasgadas e os que não estavam ali ficaram. Logo em seguida, eles fecharam a ANL e prenderam Orlando, Bilica, Abdon, Assí, José Reinaldo... Todos eram jovens, porém mais velhos e maduros do que eu. Foram presos e co-

locados na masmorra e mandados aqui para a Casa de Detenção. Eu soube que o Abdon ficou tuberculoso e morreu... O Orlando sofreu muito... Ele, o José Reinaldo e mais o Osman, sofreram muito... O Osman eu nunca mais soube. Quis visitar o Orlando, imaginem! E me disseram:

- Nem passa perto de lá porque senão você vai ser preso!
- Mas eu quero vê-lo...

Tentei ir com o irmão do professor Luís Rêgo, que era beque do time de futebol. Eles eram integralistas e gostavam de mim porque era um garoto. Disse a eles:

- Eu quero ir lá.
- Não faça isso! Não passe nem perto dali!
- Está bem, eu não vou lá.

As coisas ficaram ali mais ou menos paradas. Aí veio do sul o General Daltro Filho. O General Daltro é uma pessoa que o General Sodré, o Coronel Kardec conhecem muito... Eu conheci o General Daltro uma vez em que tive contato para convidar para um jogo de futebol nosso. E ele até me corrigiu quando falei. Ele me disse:

– Você está em uma terra que se fala bem português e construiu a frase errada. É assim...

Fiquei com cara de tacho, encabulado... Mas eu o conheci. Ele passou lá, estava sempre de branco, lembro dessa figura. Um senhor de uns 50, 60 anos... Mas a crônica dele era ruim na repressão: ele era um anticomunista danado, depois eu soube. Mas quando ele chegou lá, os fofoqueiros dos integralistas disseram:

– Não! Não são só esses quatro! Tem uma porção de gente: o Rui, o Paulo Travassos, o Miguel...

Listou um mundo de companheiros, e aí ele começou a prender. Eu soube, e fugi. Fui para a estação da estrada de ferro, peguei um trem cargueiro para Caxias, onde estava meu pai. Cheguei em Caxias e ele disse:

- O que você está fazendo aqui? Não estava estudando?
- Estou, mas aconteceu isso... Estão prendendo e eu não quero ser preso.
- Está bem, então você fica aqui.

Estabeleceu um código com minha mãe que não me lembro e, se tivesse mais perigo, que eu fosse lá para Colinas, porque ali naqueles cocais de babaçu ninguém iria me achar. Ficava com um tio meu, irmão de minha mãe, uma fera danada.

O velho veio a São Luís. Meu pai era uma figura, um sujeito imponente, pelo porte dele, pela fala... E foi falar com o General Daltro. Teve uma audiência, dizem que foi de uma hora... O General Daltro mandou soltar todos os garotos. O argumento de papai foi esse:

– Mas, General, são uns garotos! Meu filho tem 14 anos. O que o senhor pensa que ele tem na cabeça para mandá-lo para uma casa de detenção? Torturar, matar!?!...

Mexeu com a parte humana dele e mandou soltar todo mundo.

Então, essa foi minha passagem pela ANL. E, com isso, salvei meus companheiros...

Nessa parte do Maranhão, cheguei em um ponto que meus estudos ficaram sacrificados porque não tinha tempo para atender a tantas atividades, de brincadeiras, de todos os feitios. E meu pai soube que tomei dois pileques, um em Caxias e o outro em São Luís. O de Caxias minha mãe não disse nada. Chorou muito... coisa de rapaz, de garoto de 16 anos, e ela chorou:

– Não faça mais isso!

Jurei que não ia fazer mais isso. Mas, cheguei em São Luís e esqueci o juramento. Fiz novamente... E aí deu um rolo danado! Papai soube, se danou comigo. A psicologia do meu pai era triste. Chegava uma visita, ele dizia:

– O José Henrique está muito bem, estudante de medicina, o Carlos vai bem, a Lauzine toca piano e esse aqui é o meu bêbado: fora já da sala!

Eu saía chateado!... Ele disse:

– Olha, você não vai para o Rio. Não vai estudar, vai ficar com o seu tio...

Lá em São Luís havia falado com papai que queria esse ano ficar interno, no último ano.

– Quero ficar interno para me recuperar...

Porque eu queria ir muito para o Rio. E ele me entendeu. Meu pai gostava muito de mim, sabe por quê? Porque ele se lembrava da minha posição quando aquele cara escreveu o artigo. Minha posição de defendê-lo. Essas coisas todas ele acompanhava. Era bastante vivo. Mas nunca me pôs uma palavra na cabeça. Era engraçado, não doutrinava, não queria... ele não fez nenhum filho advogado. Nenhum de nós. Sofreu muito como advogado, como juiz, então ele não influía. Acho que se algum de nós quisesse, ele ia ficar muito feliz. Mas ninguém teve essa inspiração, essa vontade. Acho até que eu daria...

Fui ser interno no Colégio São Luís. Eu fui a dois colégios antes, que não quiseram me aceitar:

– Não, Dr. Bento. O Ruizinho é muito atirado...

Fui para o Colégio São Luís, que era de um compadre dele. Ênio Luis Rêgo, irmão desse Américo que jogava futebol, era o diretor do colégio. Acho que eles combinaram e disseram:

– Bota o Rui como chefe do dormitório, chefe do interno...

Como tinha um cartaz danado em São Luís – de brigão, jogador, fazia tudo –, a primeira dificuldade que tive foi tomar conta do colégio. Os chefes, os mais valentes do colégio, armaram umas brigas comigo, umas lutas... Um se chamava Ataliba e o outro Trovão. Era da família Trovão mesmo do Sítio Libanês, gente boa lá do Maranhão. Mas eram maiores do que eu. A primeira luta, fizeram numa noite com o Ataliba. Ele era um capiau lá de Pedreira, um sujeito muito grande, não era fofo, mas era mole... Dava um pontapé no sujeito e jogava fora.

– Rui, vai fazer uma lutinha com o Ataliba.

– Eu não sou de lutar... não gosto. Eu gosto de brigar. Se for uma briga, vou brigar com o Ataliba, mas lutar não.

– É só uma briguinha... uma luta.

Aí o Ataliba:

– Não vale murro na cara. Só no corpo.

– Pontapé, vale?

– Vale.

O nosso uniforme era um que fechava até o pescoço. Um calor danado no Maranhão e fechava com aquele botão de osso. Acho que era fabricado no Brasil. Mas era um botão forte e era aquele que se usava, o mais barato.

– Vamos tirar o uniforme...

Fomos desabotoar, tirei e quando ele estava botando o paletó para fora, com os braços presos, eu caí de murro no sujeito! Engraçado! O coitado não pôde tirar! Ficou enrolado, eu dando nos peitos dele, todo roxo!...

– Eu não quero mais briga com esse cara!

E o Trovão demorou a brigar... Numa situação lá...

– Hoje não vai ter brincadeira! Nós vamos brigar...

Ele não quis brigar. Fiquei dono do colégio.

E lá eu fui igual a filha do diretor nas notas. Excelente. Então, meu pai acreditou em mim e me mandou para o Rio.

Em 1932, na Revolução Constitucionalista, nós acompanhamos via rádio, jornal... Era garoto. Dois colegas do terceiro ano do ginásio resolveram fazer o Exército paulista e o legalista, do governo. Um era José da Cunha Júnior e o outro chamava José Erasmo Dias. O meu era o do José Erasmo Dias, um sujeito brilhante, inteligentíssimo, esse camarada. Falava e escrevia maravilhosamente e bebia feito um troço que bebe muito! Bebia demais... Era uma figura criativa, foi político... Mas, com a bebida, ele se arrasou, acabou morrendo. Então, ele organizou o Exército.

Os dois Exércitos iam formados, chegavam na Praça dos Remédios, da Nossa Senhora dos Remédios, em São Luís, onde tinha um túnel que passava o trem embaixo. Aqui tinha a batalha do túnel da Mantiqueira. Então, aquele túnel para nós era chamado de Túnel da Mantiqueira. O Zé Dias e o Cunha Júnior sorteavam quem ia ficar na defesa do túnel:

– São os paulistas, de Cunha Júnior.

No Exército de Cunha Júnior, tinha um que se tornou grande neurologista aqui no Rio. O irmão dele também se tornou médico, foram expoentes. Tanto que, se falassem no nome deles, todos sabem quem é. Um desses rapazes era do terceiro ano. Ele tinha todo o instrumental médico do irmão. O Dr. Djalma Marques era um grande médico e tinha um colega nosso que era filho dele. Pegava as ferramentas do pai, mercúrios, esparadrapos... e nós íamos para a guerra. A guerra era tomar o túnel.

E o Exército do Zé Dias nunca perdeu. Eu de soldado fui a major! Era um pirralho! Um garoto... Em cada Exército tinha mais ou menos uns 50... Era uma coisa pavorosa e perigosíssima... Os irmãos médicos eram Diolindo Couto e Bernardo Couto! Me lembrei. Nesses Exércitos, tinha esses médicos. Então, a gente jogava pedra e só parava o combate quando um acertava pedra no outro. Lembro que o Gabriel Francis, que depois foi professor da Faculdade São Francisco de Engenharia, levou uma pedrada que abriu a testa. Nessa hora, botava a bandeira branca e parava. Todos nós saíamos dos esconderijos e íamos lá confabular. Aí eles costumavam, acertavam. Quando era mais grave:

– Acabou a guerra hoje. Vocês ganharam...

E assim ficava.

Tinha um que se chamava Mário Feijão. Era Mário Ferreira, sobrinho de Máximo Ferreira. Ele tinha uma pontaria com o estilingue! Era chamado

livre atirador. Ele era do nosso lado. Os sujeitos, coitados! Quando começava a guerra, queriam saber onde é que estava o Mário, porque ia acabar com a guerra quando acertasse forte. Eu nunca fui atingido. Eu fui atingido por pedra em briga, o sujeito ia me jogar pedra... Eu também atirei... Tenho até um defeito aqui do lado, quase morro com isso porque deu tétano... Uma briga em que um sujeito me jogou um caco de telha... Era selvagem o negócio! As proclamações do Zé Dias eram fantásticas!

Uma vez, resolvemos enterrar o prof. Luis Veiga. Para fazer o enterro do professor, pegava uma caixa de cebola daquelas, botava naqueles varais, no ombro, pegava o rapaz que a gente chamava de Hóstia Consagrada, porque ele sempre dizia:

– Eu juro pela hóstia consagrada!

Aí ficou... Ele tinha um amigo que era padrego, era do seminário, que emprestou a indumentária, a farda, aquela roupa dele. Eu arranjei aquelas coisas de sacristão e o Tônico era um coroinha... ficava passando o “incenso” que era esterco de gado seco e subia aquela fumaça... com prato de balança, eu sacudindo aquilo... e nós então estávamos enterrando o Luis Veiga.

O interventor nessa época era o capitão Martins de Almeida. O apelido dele era Bala na Agulha. Era um sujeito violento esse homem! A repressão dele à oposição... Era homem do Getúlio, foi para lá para governar o estado. Ele tinha três pessoas, uma era o Vitorino Freire, que foi senador, era meganha! Outro que não sei o nome, o apelido dele era Papai Noel, um sujeito coxo, mas forte, um brutamontes, grande pra chuchu! Ele não era alto, parrudo. E o outro era o detetive Teixeira, que usava um chapéu de palha. Eu me lembro das três figuras. Toda vez que um sujeito escrevia um artigo que desagradava o governador, eles davam uma surra nele em praça pública de chicote! Chicote! Esse Vitorino Freire fazia isso... E nessa época, foi para lá outro capitão, Capitão Alberto Zamite que tem dois filhos: um foi torturador e o outro revolucionário. Mas esse homem era uma figura fabulosa! Um sujeito de uma presença, uma dignidade... Nunca fez uma violência como chefe de polícia. Acabou com aquele negócio dos comícios, não tinha mais cavalaria. Era um convencimento diferente. Ele tinha filhos, então, tinha um trato diferente. Um homem de caráter.

E ele veio encontrar o enterro para fazer um apelo para que acabasse. Ele chegou e, naquele tempo, se usava muito esse chapéu de feltro na cabeça.

Todo brasileiro que se via andando na década de 20 tinha chapéu. Aí ele encontrou conosco e disse:

– Os senhores estão fazendo uma coisa dessas! O Prof. Luis Rêgo é uma figura lendária no magistério. Quero fazer um apelo para que vocês acabem com isso... Isso é um desrespeito à figura dele...

Fez um elogio. Nós todos ali ouvindo, esperando a palavra do Zé Dias, que era o chefe daquela brincadeira. Brincadeira não. Era um protesto sério que estávamos fazendo. Naquele tempo se fazia protesto assim: se enterrava o professor. O Zé Dias disse, em voz solene e cavernosa:

– Vossa Senhoria está nos acusando de desrespeitosos. Nós estamos aqui cumprindo o ritual da Santa Igreja Católica com o Monsenhor Hóstia...

Era o irmão daquele Adgerson que sapateava com a gente! Só sabia que era o Hóstia... Ele veio para cá e foi jornalista, não me lembro o nome.

– O Monsenhor Fulano de Tal, com o sacristão Rui Moreira Lima, são meninos dedicados às orações... Estamos todos descobertos. E o senhor, capitão, vem com esse chapéu! Pelo menos, em respeito ao morto, tire o chapéu!

Foi a oportunidade desse sujeito dizer. Ele era brilhante para falar! A voz dele era uma beleza... O chefe de polícia fez uma cara e foi embora. E o enterro seguiu. Nós enterramos. Fases interessantes...

Outra coisa interessante desse Zé Dias é que depois tornou-se vereador, deputado federal, mas não tinha convicção de nada. Ele ficou muito ligado à bebida. E pobre, pobre... Anos depois, o presidente Juscelino voou algumas vezes comigo, ficou meu amigo. Lembro de uma vez, quando eu estava cassado e ele também, na época que ele tinha uma empresa de mercado de capitais. Um dia eu estava conversando com ele e me disse:

– Coronel, o senhor é de onde?

Ele me chamava de senhor.

– Do Maranhão.

– Olha, eu conheci um homem no Maranhão que foi o mais inteligente, mais brilhante, o orador público mais fantástico que eu já vi na vida!

– Qual era o nome dele?

Ele puxou a carteira porque tinha o nome do sujeito anotado!

– José Erasmo Dias.

– É o Zé Dias.

– É. Esse homem é um jornalista...

Ele comentou que estava num discurso, Zé Dias era da UDN e não tinha que estar lá presente, mas foi convidado. E depois que houve a saudação, alguém pediu:

– Zé Dias, você não quer dizer algumas palavras?

Juscelino disse que ele fez um improviso! Deu uma aula de história. A história política do país até os meus tempos. Olha, foi uma das coisas mais lindas que eu já vi. Depois, soube que esse homem era um bêbado, que não tinha recuperação.

Eu sabia que ele bebia até cair. Os colegas dele, do meu tempo, mandavam buscá-lo de avião. Ele vinha para o hospital dos servidores, se curava daquelas carraspanas, fazia uma desintoxicação. E ele era homossexual, era bicha também. Era uma figura!

Certa vez, ele escreveu uma peça sobre a ceia dos cardeais, fez uma paródia sobre isso. A gente ia a muita tertúlia lá no Maranhão. Tenho poemas dele que sei decorados. Daquele tempo! Então, ele fez essa peça e botou o nome de “Ceia dos Coronéis”. Ele fazia uma crítica aos coronéis do interior. A gente vendia os ingressos, a prefeitura cedia o teatro. Isso não era comum, mas acontecia umas duas, três vezes ao ano. Os estudantes faziam uma peça e jogavam no teatro. De lá, saiu muita gente do meu tempo que veio aqui para o sul. Aldo Caudé, Henrique Gandra... Uma porção de gente que veio para cá para ser artista. Não ficaram no topo, mas o Caudé, que era artista, ator, ficou como empresário.

Nesse negócio, tinha o chefe de polícia, o prefeito... Nós éramos os vendedores dos ingressos, íamos de casa em casa:

– É para ajudar a União dos Estudantes.

A União dos Estudantes éramos nós mesmos. E eles três eram os filhos do chefe de polícia, o Aldo, que era um dos cardeais, o Zé Dias e um outro companheiro que eu não me lembro quem era. Eu era garoto... Mas, era uma pessoa que salvava os espetáculos. Quando as coisas iam mal...

– Chama o Rui.

Porque eu era um cara que contava histórias, tinha presença. O sujeito falava uma coisa e eu, montado naquilo, arrasava com o cara que estava do outro lado. Estava dominando o público e o pessoal ria muito! Então, quando chegou nesse dia, desabou uma vaia. O som estava ruim... Não tinha som, não tinha microfone, não tinha nada... E eles não tinham uma cancha para

fazer uma peça. Era uma peça de teatro de três atos. Quando chegou no primeiro, foi uma vaia terrível! Eles me chamaram:

– Pô, Rui, você não pode salvar isso?

Até dou risada ao lembrar!

– Mas como é que vou salvar?!

Fui em casa, peguei o vestido da minha irmã, de quinze anos. Eu tinha treze. Ela tinha estreado, feito o *debut*. E peguei, roubei... Já era maior do que ela, então aquilo esgarçou... acabei com o vestido dela! Trouxe para o teatro, vesti, botei um boné de feltro para trás:

– Alguém tem óculos aí?

Porque a minha namorada estava na frente do chefe de polícia, era a filha dele e o Walter era um dos artistas. Me emprestaram os óculos, mas ele caiu e fiquei com o olho seco. Botei um troço branco de jornal, pregaram um tampão com outro que era escuro. Aí fui lá. E o Chaminé, que era o músico, o dono da orquestra... Quando apareci, o pessoal que me viu deu uma gargalhada geral!

– Quáquáquá! Psiuuuuuuuuuuu!

Eu, vestido de mulher. Não fazia voz de mulher, e disse:

– Vou cantar aqui...

Era uma música que estava muito em voga e chamava “Ela é do outro mundo”:

Ela é do outro mundo
 Nesse assunto não me engano
 Seu olhar é tão profundo
 Como o oceano.
 Dança rumba nos cassinos
 Deve chamar-se Dolores
 E seus dedos muito finos
 Não são flores, são punhais.
 Ela toca, pula, canta e dança
 E de sorrir também não cansa,
 Ninguém fica junto dela em paz!
 Ela é do outro mundo...

Quando acabava o cinema, íamos a uma tertúlia dessas, no teatro ou para o Casino, onde promoviam cantos... E foi um sujeito, um pretinho,

um mulatinho, que era fresco, andava todo de branco, meia branca, sapato branco, roupa branca... O Seu Belo-Feio, esse era o apelido dele, porque não me lembro o nome. Usava um plastrão, sempre de terno preto, parecia um urubu, era o organizador dessas “obras de arte”. Ele tinha horror de mim! Não queria nem me ver passar por perto porque eu esculhambava tudo... Esse cara foi tocar e disse:

– A Patativa Maranhense vai cantar!

Ele foi cantar a canção “Gaúcho”.

– Mas, quero que o público o desculpe, porque ele está meio rouco e talvez prejudique a música...

Ele vai. Quando chega, faz aqueles troços com chapéu, bengalina... Foi cantar e fez assim, com voz bem fininha:

– Gaúcho... cof! cof! cof!

– Bem disse, Seu Belo-Feio! O senhor é o culpado de eu passar uma vergonha dessas perante o público...

Aí foi uma gargalhada geral!...

Eu entrei para falar:

– Se o Seu Belo-Feio estiver aí, juro ao senhor que não estou com a garganta ruim!

O pessoal todo já sabia que eu pegava uns ganchos assim. Essas coisas eram muito engraçadas! Fui e cantei. Cantei “Ela é do outro mundo” e disse assim:

– Olha, o público perdoe, mas a peça perdeu o segundo ato e não vai ter mais nenhum...

– UÉEEE! DEVOLVAM O DINHEIRO!

Mas de farrá!... Essa foi a minha vida de estudante.

Eu cheguei no Rio e muito cedo conheci Julinha, em 1937. No começo de 1938 comecei a namorá-la... A mãe de Julinha era viúva e tinha uma pensão. Eu tinha uma prima que morava lá. Fui visitá-la e, quando cheguei, encontrei com Julinha. Conversa vai daqui, dali... E eu namorei Julinha, não larguei mais do pé dela e nem ela do meu. Temos 60 anos de conhecimento e 53 de casados.

Cheguei aqui e fui direto... Ninguém veio me receber. Tinha um irmão no Rio, mas ele estava começando a namorar a senhora que foi a futura mulher dele, também têm 50 anos de casados. Então, eu saí do cais do porto,

armazém 13, e vim a pé para o Flamengo. Eu vim de navio, um Ita. Não tinha outro jeito...

Fui para o Rio em 37, para estudar. Eu queria vir para a Escola Militar, essa era minha meta. Meu pai deixou. Ele não deixou ir para o Colégio Militar.

Naquele tempo, tinha aquela literatura da Primeira Guerra Mundial. E eu lia tudo. A história daqueles heróis alemães, ingleses... principalmente os alemães. Eu achava bonita a história daqueles navios corsários, submarinos e tudo... Isso não tinha na escola. Tinha os livros na livraria e a gente comprava. Meu pai me dava licença e a gente comprava. E olha que meu pai era pobre!

– O livro que você quiser, compra.

Então, tinha duas livrarias, a Borges e a Lisboa, que eu chegava e comprava. Muitos filhos compravam para depois vender o livro. Eu nunca fiz isso. Meus livros todos eu li. A história de Napoleão... eu me tornei um *expert* em história da Revolução Francesa! Tudo quanto é livro, eu lia. Era um leitor danado. Por isso que eu aprendi um pouco a redigir...

Cheguei aqui e fui estudar. E conforme tinha prometido para o velho, entrei para estudar mesmo. Mas, não tinha base nenhuma. Foi uma vida de sacrifício. Fui estudar. O meu professor era da Escola de Engenharia e preparava alunos para a escola Prof. Ramalho Novo. Fui para esse curso por indicação de um companheiro do Maranhão, que estava na pensão com a gente. Cheguei no curso e, quando ele fez o exame preliminar, disse:

– Não, meu filho. Você é muito ignorante! Você é de onde?

– Sou do Maranhão.

– Não, aqui não. Esse curso paga 120 mil réis. Aqui você estuda química, analítica, descritiva. Eu preparo para a Escola e eu não quero você aqui, não.

Não queria porque sabia que eu não ia passar. Eu disse:

– Professor, e se eu ficar como ouvinte? Eu pago.

– Mas eu não lhe dou carteira.

Ele não queria vínculo comigo para não dizer que um aluno do curso dele tinha ido ao pau, porque ele só tinha o *top*.

Eu fiquei lá. Chegou no fim do ano, ele disse:

– Bom, quem é que vai fazer exame para a Escola Militar? Levante o braço.

Sete. Eu também. Ele nunca dirigiu a palavra a mim. Parecia que eu era um estafermo. Quando ele fez o exame para os sete, havia dispensado os outros para fazer o exame prévio. Nós fazíamos logo em janeiro. Deles, cinco passaram, e eu fui o quinto. Ele disse:

– Puxa... Mas que coisa fantástica!

E me deu a carteira do clube dele e disse que eu podia estudar lá de graça.

Fiz exame em 38. Fui ao pau no exame da Escola Militar... Naquele tempo, eram três mil e setecentos candidatos para duzentas vagas. Era loucura! Passava no exame e ainda tinha o exame físico. Eu nunca tive dificuldade. Passava. Mas fui ao pau, porque tirei um zero numa matéria, geometria. Houve aqueles que passaram, entraram. Eram cento e cinquenta e oito. Depois, para completar as duzentas vagas, eles diminuíram a média. Tinha umas pessoas que eram filhos de generais, e ainda não completaram os duzentos. E eu, com esse zero, ainda tinha média quatro. Então, tinha mais ou menos quarenta pessoas nessa situação, tinham tirado zero. Fomos falar com Dona Santinha, senhora do Dutra, ali no Leme. Casinha pobre a do Dutra... Um jardinzinho pequeninho. Fomos para lá e, quando chegamos... A Dona Santinha era muito agressiva, nos recebeu com as seguintes palavras:

– Vocês são uns vagabundos, tiram zero e vêm implorar média ao meu marido!

Aquilo me doeu demais... Eu disse:

– Olha, minha senhora, Dona Santinha, eu realmente vim pedir, implorar média ao seu marido e tirei zero numa das matérias. Mas eu não sou vagabundo e se é para ser chamado de vagabundo, eu não aceito e peço licença para me retirar.

– Eu quero seu nome!

Só uma pessoa chamada Vicente Galato sabia quem eu era. E o dedo-duro não existia ainda. Ninguém me acusou e eu fui embora. No ano seguinte, eu fiz o exame e fui o trigésimo. Tirei dez em geometria na prova oral e na escrita.

Fiz o curso da Escola Militar. Um curso normal, com os percalços da época. A maioria dos professores da Escola Militar era péssima! Didaticamente, não sabiam nada. Não sabiam ensinar e nem o que estavam ensinando. Horrível! O corpo docente era horrível...

O ambiente da Escola era de medo... a Escola Militar do Realengo tinha vindo da Praia Vermelha. Foi para lá em 35, no Levante Comunista.

Nesse Levante, houve umas raspagens. Botaram gente para fora à beça nas escolas militares porque houve o levante também na Escola. Depois veio o Estado Novo. O Getúlio acabou com a Constituição de 34 e veio o Estado Novo em 37. Depois, em 38, veio o Levante Integralista. Então, o ambiente da Escola era de medo. A gente vivia na pontinha dos cascos, com medo de qualquer coisa, de ser desligado, ir para fora.

Aconteceu um fato que vale a pena tomar conhecimento e registrar. Nesse ambiente de Escola Militar, rígido de disciplina, havia três pátios de mais ou menos 80 por 80 metros. No segundo pátio, por exemplo, tinha um telheiro e um calçadãozinho com banco, e a gente ficava conversando. Quando entrava um oficial no pátio, todas aquelas pessoas, os trezentos, quatrocentos cadetes que estavam ali, levantavam e ficavam olhando para ele, acompanhando até atravessar o pátio. Se ele levantava a vista para um lado, todos faziam continência. Era uma disciplina tremendamente dura. E o ensino era muito pouco. Pouco, porque faltavam mestres. E eles eram muito sádicos. Gostavam de dar graus baixos às pessoas, a não ser aqueles que sabiam mais, eram mais inteligentes. Esses tiravam nota. Mas tirar um dez na Escola Militar era muito difícil. A gente chamava “grau de farmácia” porque tirava zero vírgula tanto!... Um grau! Parecia uma poção! “Grau de farmácia” passado pelo “farmacêutico”...

Na Escola, nesse ambiente, veio a comandar, em 1940, o Coronel Álcio Souto. Ele era um notório pró-nazi. Era nazista, germanófilo... um sujeito terrivelmente fascista! E exigente, quer dizer, era um verdadeiro terror. Porque tinha um medo do comunista. Já naquele tempo havia a revolução comunista, a Aliança Nacional, essas coisas todas... E o sujeito tinha medo. Medo de falar... Era meio inseguro. E havia acontecido a guerra em 1939. Esse era o ambiente da Escola: de terror, de pressão, e com esse comandante...

O capitão-ajudante dele era o Menezes Cortes, o futuro Coronel. Tem até uma garagem com o nome dele, foi deputado... Foi um belo professor que eu tive mais tarde na Escola do Estado Maior. Ele era o instrutor de História. Mas, nesse tempo, ele era um capitão, cabelo cortado à alemã, uma voz metálica, antipática.

Na Escola Militar era esse ambiente que estou descrevendo, da ditadura Vargas, a ditadura fascista, com Filinto Müller como chefe de polícia, com o Queiroz, dono, comandante daquela polícia do chapéu vermelho, que era

um sujeito truculento, horrível... O inspetor Boré, que era um torturador conhecido, do DOPS... Era um ambiente de pressão! Tinha a Lei de Segurança Nacional, artigo 177... Quando caía nesse artigo, era um Ato Institucional, o sujeito não tinha direito a recorrer, não tinha direito a nada. Era um ambiente muito tenso no país! Tenso... Uma ditadura. Agora, com a figura de Vargas, que era um sujeito que fumava charuto, risonho, com uma fala... E com um sentido de brasilidade que poucos aqui no Brasil têm igual a ele. Ninguém foi mais nacionalista do que ele. E lutou, soube manobrar. No momento em que ele teve que ceder às bases, cedeu por pressão! Ele cedeu negociando Volta Redonda. Para mim, ele é o pai da nacionalidade brasileira. Um sujeito extraordinário! Um líder. Pena que essa parte da ditadura dele foi como a de todos os ditadores. E como eu abomino a ditadura, achei péssimo. Meu pai me ensinou a achar péssima a ditadura, porque nela você não tem apelo, não tem lei!

Nessa época, em 1940, na Escola Militar, nesse ambiente do país, o Alcio Souto convidou o embaixador e o adido militar alemão no mês de outubro, novembro, por aí... O adido militar enquadrava as três forças, era da Wehrmacht, porque lá já tinha a Força Aérea. Eles foram visitar a formatura da Escola. Para receber, toque de corneta, melhoraram o almoço botando um guaraná, doce com queijo... E, quando terminamos, fomos dirigidos para um cinema que tinha em Realengo. Um cineminha que os cadetes chamavam de “Milímetro”, já que não cabiam todos e porque tinha o “Metro” na cidade. Os cadetes mais antigos ficavam sentados nas cadeiras, os outros em pé. Os bichos, os calouros, ficavam agachados para esperar um filme, que tratava da ascensão de Hitler ao poder.

Enquanto passava o filme, com aquela massa fantástica, o povo bebendo, Hitler... Aquela disciplina! E ele faz um discurso. Quando Hitler começou a discursar em alemão, sem legenda, ninguém estava entendendo nada. O alemão é muito gutural, é forte a fala. Ele usava muito as mãos, como Jango, feito Collor, Fernando Henrique, toda aquela coisa... Nesse instante, no início do discurso, começou uma vaia na Escola Militar do Realengo! É esse ambiente todo que estou falando... Quando começou a vaia, o Capitão Menezes Cortes mandou acender a luz e, lá de cima, disse:

– O que está se passando aqui é lamentável. O senhor comandante está recebendo dois comandantes ilustres do Estado poderoso e amigo do Brasil:

a Alemanha. Estamos aqui com um representante, o embaixador representando a Alemanha, e o senhor adido militar que está aqui nos visitando. Isso não é papel de futuro oficial, é papel de futuro moleque. Como o comandante é o senhor, que comanda moleques, eu vou continuar o filme e quero ver se alguém vai vaiar.

Quando recomeçou a fala, veio uma vaia mais estrondosa! Ele interrompeu a sessão, nós fomos marchando para o segundo pátio da escola militar. Tinha acabado o almoço, o sol batendo à pino na nuca da gente. Estávamos em forma, todo mundo em pé, e o Menezes Cortes andando dentro da formatura. Disse:

– Eu quero saber quem começou essa vaia!

Eu sempre digo que, naquele tempo, não havia a figura do dedo-duro, que nasceu com a “revolução de 64”, o golpe de 64... Ninguém falou! Depois de umas duas horas, vários cadetes desmaiaram... Você fica com a circulação presa e cai. Não precisa ser forte, nem fraco. É uma questão de genética. Então, ele encerrou a sessão.

Aquilo marcou muito minha vida, porque foi a prova evidente de que realmente o Brasil não estava conformado com a ditadura fascista e não estava de acordo com a invasão dos países democratas pela Alemanha nazista e pela Itália fascista. Isso eu repeti numa palestra na primeira aula de um colega meu, Brigadeiro Ismael Motta Paes, que foi o único que foi a Major Brigadeiro na ativa. Não foi a Tenente-Brigadeiro. A FAB não fez nenhum desses companheiros da Itália Tenente-Brigadeiro... Ele era comandante do III COMAR, Comando Aéreo Regional, e foi fazer a aula inaugural para os pilotos de caça que estavam vindo de Fortaleza pra voar o F5, esse supersônico de Santa Cruz, 1º Grupo de Aviação de Caça. E, quando ele terminou a aula dele, um dos tenentes perguntou:

– Brigadeiro, os senhores todos foram voluntários?

– Fomos.

– Por que os senhores foram voluntários? Havia uma motivação da mocidade militar, dos estudantes, do povo, para a guerra?

Uma pergunta bem feita que esse garoto fez! E o Motta Paes, que era um sujeito muito metódico e calado, disse:

– Não. Nós fomos para a guerra porque éramos militares. O país entrou em guerra em 42. Nós, militares, nos oferecemos como voluntários para ir à guerra.

E eu estava sentado na frente, sacudi um pouco a cabeça, como que dizendo que não era bem assim... Quando fiz esse gesto, o comandante do grupo, na época coronel Potengi disse o seguinte:

– Parece que o Brigadeiro Rui quer falar alguma coisa.

O Coronel Potengi era um belíssimo piloto de caça. Não foi a Brigadeiro. Deveria ser Marechal pela cultura e profissionalismo. Um profissional que não devia se jogar fora... Mas, não é só na FAB que acontece isso. No mundo inteiro, dentro do militarismo, existe a concorrência para ser general. E, para ser general, às vezes precisa ceder e ele não cedeu. Por isso, não foi a general.

O Motta Paes disse:

– Você quer falar, Rui?

– Não... Você está falando, já respondeu... Mas, tá bom! Vou lembrar um fato que você presenciou, foi testemunha.

E narrei esse fato da vaia do cinema na Escola Militar, com todos esses detalhes da época, do local, do ambiente e do governo fascista, ditatorial.

Eu continuei dizendo:

– Você tem que esclarecer! Esse garoto quer saber coisas! Olha, meu filho, os estudantes já estavam na rua pedindo guerra.

Não pedindo guerra porque estavam animados para pedir, mas porque nossa soberania foi afetada com os afundamentos! Nós tivemos vinte navios afundados até o Brasil declarar guerra!

Em 15 de janeiro, na Conferência de Petrópolis, ficou determinado que todo país sul-americano que fosse atacado por um país estrangeiro contaria com a união de todas as Américas para se defender, menos a Argentina e o Chile, que não estavam nessa aliança. Nós fomos agredidos covardemente! Avião fazendo cabotagem à vista da costa e eles tiveram a audácia de afundar e matar gente... Tivemos mais de mil pessoas mortas nesses afundamentos. Então, o Brasil foi para rua!

Nesse tempo, não tinha organização sindical, mas o povo brasileiro foi para rua pedir guerra porque não se podia deixar que um estrangeiro viesse aqui e matasse nossa gente sem reação. O presidente Vargas, em toda ditadura dele, tomou a iniciativa da negociação e entregou as bases. Se ele não entregasse, eles desembarcariam aqui. Tem documento comprovando isso! O Brasil negociou as bases e, em 22 de agosto, rompeu as relações. No dia 31 de agosto, foi declarada guerra oficialmente.

Em 42, eu já estava na Escola da Aeronáutica como instrutor. Na Escola Militar, eu saíria no segundo ano. Fiquei por quatro anos. Fui aluno que sempre tive segunda época para fazer. O professor de Química me perseguiu. Eu e mais quatro companheiros pedimos para sair da Escola. Disse:

– Eu não fico! Esse camarada tá me perseguindo...

Não me habituei à injustiça. Mas, veio a criação do Ministério da Aeronáutica e eu já tinha escolhido a arma e feito exame de saúde. Pedi as contas, mas eles não deram porque foi criado, no dia 20 de janeiro de 1941, o Ministério da Aeronáutica. E eu só fui atrasado, fiquei pendurado. Enfim, entrei para minha turma. Mas, a diferença foi brutal... A Escola do Realengo ensinava o sujeito a ser homem. Eu nunca vi um ambiente tão horrível de vida. Não tinha conforto nenhum. As privadas eram imundas, sujas, e os cadetes não se interessavam em mantê-las limpas. Aquilo cheirava mal. Tinha um poço que eles taparam com laje e ladrilho. Íamos tomar banho de sol nesse local para não sentar no chão. A gente chamava de Praia da Merda por causa do cheiro que vinha do banheiro.

Os oficiais, os instrutores, eram homens muito disciplinados. Eles faziam vista grossa para uma porção de coisas. Briga entre cadetes eles consideravam acidente. Outra coisa que permitiam era fugir da escola, pular o muro e ir para uma festa. Era uma aventura! Consideravam uma coisa de cadetes...

A comida era bem feita, grossa. Macarrão, uma carinha com quiabo. Mas, em grande quantidade, perdia o gosto. Ninguém passava fome, mas se comia mal e se comia grosso.

Era um ambiente de homem, não existia a figura do dedo-duro. No alojamento de duzentas pessoas, você ficava nu, atravessa com a toalha enrolada no pescoço. Tinha que se mostrar nas suas atitudes. Podia enganar três, quatro meses. Daqui a pouco, sabia que o cara roncava, era mal colega... Era um ambiente de homens. Sempre que entrava ali, quando saía oficial, era curado, pronto para ir para qualquer lugar do Brasil. Por pior que fosse, era um paraíso, porque já tinha sofrido muito ali. As marchas eram grandes. As manobras militares, normalmente de fim de ano, eram num calor... Você ia para o mato, armava a barraca e tinha um tema. Os cadetes do primeiro ano seriam os Tenentes, os do segundo ano seriam os Sargentos, e os do terceiro ano seriam os Praças. A guerra era discutida. Nesses dias, eles tiravam a água

da gente e você passava o dia sem beber água. Era um suplício danado... Não sei se isso era certo ou errado. Mas avaliavam como a pessoa se portava com sede. Alguns se desesperavam e bebiam água ruim, ficavam com disenteria, outros se recusavam. O banheiro era ruim também. Sabão, era sabão de cachorro, Lifebuoy. Lembro que tinha um amigo chamado Montanha, com apartamento em Copacabana. Um dia, estávamos no almoço na casa dele, chegou a empregada e disse assim:

– Olha, madame, tá faltando o sabonete do cachorro.

– Procura na dispensa que ainda tem Lifebuoy

Eu e o Montanha começamos a rir:

– Sabonete de cachorro?! Isso para a gente é sabonete cheiroso!

Mas o ambiente de lealdade entre os cadetes era uma coisa fantástica. Os trotes eram chatos... Os prepotentes e covardes se aproveitavam para dar trote maltratando... Para enfrentar o trote, tinha que brigar e, às vezes, escolhiam um cara muito maior, que cobria a gente de porrada. Ia para apañhar mesmo! Tinha colega que brigava por semana! Eram rapazes, dezoito, dezenove anos, fortes, fazendo sua ginástica.

O estudo... Eram nove horas e eles davam chá mate e um pedaço de pão com manteiga. Quando mordida, caía aqueles farelinhos, tão gostoso... Lembro que um cadete, chamava Aroldo, tinha cara de muito menino... Quando chegou lá, os da Cavalaria, uns sujeitos horríveis, viram que o garoto sentou na mesa e ficaram olhando... Quando ele deu uma dentada no pão e caiu os farelos... pronto! Aquele garoto ia embora amanhã!... Que nada, ele ficou, aprendeu a ser homem lá. Então, era um ambiente carregado, de disciplina dura. Cometia uma falta e era punido. Ninguém reclamava de injustiça por ser frango. Reclamava das aulas e dos graus que davam para gente. Não se podia fazer uma pergunta ao professor. Então, saí da Escola já em plena guerra.

Escolhi a aviação na Escola. Em 1934, o presidente Vargas fez uma viagem até o Norte, passou em São Luís e, quando ele chegava, sempre tinha uma esquadrilha com três aviõezinhos vermelhos. Eram P-12, Boing, e eles faziam demonstração de acrobacia. Isso me marcou muito... Tem uma madeira, chamada Buriti, é mole, se corta em linha, e eu fazia muito aviõezinho para a Revolução de 32... E quando eu vi os aviões, fiquei vidrado naquilo. E tinha vários amigos do liceu, do ginásio, que fizeram curso de Sargento-Aviador, mas nenhum deles progrediu.

– Por que vocês serão sargentos? Vocês são oficiais...

– É muito difícil, Rui. Não dá.

Mas eu fui ser. Eu tinha uma meta. Das minhas metas, até hoje, não deixei de conseguir nenhuma. Depois, nós fomos, como oficiais, escalados para sermos instrutores. Fiquei triste, porque a guerra era no Nordeste, de Salvador para lá. Submarinos, aviões, passando para a África... Fui ao comandante pedir e ele disse:

– Com um ano irei te mandar para lá.

Exatamente no dia 30 de setembro de 1943 eu fui transferido para a Bahia. Servi na Bahia. Tinham três P-40. Eu era bom piloto! Fui voar este avião. Não eram todos que voavam nele, era muito respeitado. Tinha o nariz lá na frente, o motor dele era em linha, muito pesado. Fui para a Bahia como Tenente. Cheguei meio-dia, me apresentei ao Comandante. Era o Major Aquino que estava passando o comando para o Major Pires. O Aquino era uma figura muito interessante, não era exigente na disciplina, mas sim no que se relacionava a voar. Como todos os comandantes da nossa época, ele tinha a deficiência do treinamento: nós sabíamos voar muito bem, mas não sabíamos aplicar o avião como arma de guerra. Havia uma ou duas unidades que empregavam bem os seus aviões porque tinham feito curso com os americanos.

Pois bem, cheguei à base e tomei as providências da parte regulamentar. Conto para mostrar um quadro, para demonstrar que o pessoal que hoje escreve sobre a patrulha é do período de outubro de 1943 em diante, quando começaram a se formar unidades de patrulha em que a noção de unidade de combate tática, de uso operacional, era importante.

Nós estávamos no meio do almoço, havia um capitão muito respeitado, Ney Gomes da Silva. Ele chegou no refeitório e disse:

– Vou fazer uma patrulha agora, preciso de um copiloto. Quem quer ir?

Os mais credenciados:

– Poxa, Ney! Agora é hora do almoço...

Ele tinha estabelecido aquela hora porque lá na Bahia, naquela época, se fazia a patrulha quando queria. Voava quando queria. Ou então, se existia a possibilidade de submarino na área, decolava-se todos os aviões para achar o submarino. Mas faltava a doutrina de emprego, a unidade de combate. Tinha gente que nunca tinha lançado uma bomba... Bomba de profundidade

tem técnica para lançar! E eu, que estava chegando aquela hora, voltando da patrulha, disse:

– Posso fazer, capitão?

Eu era Segundo-Tenente. Novinho. Novinho como piloto. Minha experiência foi ter feito um ano de Escola. Em julho de 1943, fui buscar um avião na América. Fui promovido a Segundo-Tenente na viagem, em Saint Louis. Isso deu experiência, fomos buscar o avião... Tínhamos 300 horas de voo, por aí. O Ney olhou para mim e disse:

– Major Aquino, o Tenente Rui pode ir?

Aquino disse:

– Já se apresentou, já é da base. Pode ir, sim.

Acontece que, quando fui voar, estava acabando de fazer o nosso cassino. Era o lugar onde tinha um rancho e uns quartos para gente dormir. Lá tinha muito mosquito que produzia malária... Deixei a mala, daria umas sete horas de voo. Fomos. Entramos mais ou menos duzentas milhas dentro d'água. Saímos para a varredura dos Abrolhos. Quando estávamos próximos, o avião começou a falhar o motor. Então, voltamos para Caravelas, que era um ponto de apoio, na parte sul da Bahia, encontrando com o Espírito Santo. A pane não tinha socorro... Ficamos lá dois dias para vir socorro, mudar o cilindro. Nesse local, Caravelas, os americanos tinham construído barracas para a gente deles. Essas barracas foram passadas para os brasileiros. Lá em Caravelas tinha um grande foco de malária. O *Anopheles* é um mosquito que pousa pela frente, a gente chamava ele de P-38. Naqueles postos todos, Salvador, Caravelas, Prado, Alcobaça, Porto Seguro, Canavieiras, Ilhéus e Maraú, tínhamos medo de pousar e dormir porque não havia como se defender. A única coisa era tomar terebentina, um troço amarelinho que tomava para evitar se contaminar pela malária.

O avião, Hudson, era o avião de patrulha mais avançado que tínhamos comprado da Inglaterra. Não tinha razão para termos um avião que o freio não era no pé, era na mão. Esse avião tinha um freio que saía na mão, uma haste deitada. Você apertava o freio com o pé e puxava a catraca para frear. Não era fácil pela falta de hábito.

A base, em 1943, ficava em Pitanga, um percurso quase deserto, estrada de terra. No meio da estrada, tinha o aeroporto de Salvador. Gastávamos seguramente uma hora para chegar.

Comecei minha vida em Salvador. A esquadrilha de adestramento era uma unidade, com os aviões mais díspares possíveis. E a unidade de patrulha se chamava Escalão Volante de Salvador, nome gaiato à beça! O sujeito ia para lá, fazendo parte do Escalão Volante, sendo obrigado a aprender todas as normas da Segunda Zona Aérea, que era baseada no Recife, pegando de Fortaleza até Salvador. Quando cheguei na base, tinha a Esquadrilha de Adestramento com três P-40. Um avião mais moderno, até o início da década de 40. Toda guerra do Pacífico foi feita com P-40, em Nova Guiné, na Austrália, nas Filipinas, no Pearl Harbor também. Eu não procurei saber. Procurei ir para lá porque queria o lugar onde havia guerra! No Rio, fiquei muito zangado porque fui recrutado para ser instrutor. Quando fui recrutado para ser instrutor, fui ao comandante, Coronel Fontenele, figura fantástica, e disse:

– O senhor me segura aqui, mas depois de um ano quero ir embora.

– O senhor tem minha palavra. Depois de um ano você vai para onde quiser.

E eu queria ir para Bahia, para o Nordeste, até para Natal, onde tinha muito P-40. Ele me transferiu e aconteceu esse fato, no dia 30 de setembro, na minha patrulha, tudo porque queria voar o P-40. Esses P-40 eram os mais modernos, o P-40M. O Sargento, se não me engano, se chamava Roger. Quando fui voar este avião, o Brigadeiro Eduardo mandou um rádio dizendo que só podia quando tivesse cem horas na zona aérea. Então, pedi licença para ir a Salvador conversar com ele. Disse:

– Brigadeiro, tenho cem horas dando instrução para cadete. Eu sei voar o avião.

– Mas tem que ter horas voando os aviões daqui...

Ele terminou aceitando minha argumentação, minha insistência. Me deu o voo. Fui voar o avião na base. Poucos voavam o avião! E ninguém queria voar este avião, consideravam perigoso. E realmente... Era um avião que pesava na frente, tinha várias restrições. Por isso que o Brigadeiro Eduardo estipulou cem horas de voo. Dado momento, quis fazer um tunô lento em cima da pista, para todo mundo ver, e quase que morro nessa manobra! Quando fiz, o avião não estava com velocidade, ele deu uma caída, vi a água crescer na minha frente. Voltei nervoso.

O meu professor de P-40 era um colega, que tinha brigado comigo na Escola de Aeronáutica. Ele era Comandante da Esquadrilha de Adestra-

mento e foi ele quem teve que me ensinar a voar. Ele chegou e me deu as instruções. Não havia dois lugares para ensinar no avião. Tinha uns botões que ninguém na base sabia para que serviam. O rádio era só para falar com a torre.

– Alô, torre! Aqui é o P-40M, número tal, permissão para decolar.

E eu solei o P-40. A revisão era em Natal. Depois de 25 horas de voo do avião, tinha que levar para Natal.

Voltando a patrulha, fiz entre dezenove a vinte oito patrulhas. Não estou criticando a FAB, que foi criada na guerra, mas lá dentro havia um engenheiro chamado Cabo Bittencourt, formado na Faculdade do Largo São Francisco. Foi para lá acreditando na guerra. Ele, como engenheiro, alistou-se na FAB, que o mandou para Salvador. Bom, chegando lá, não tinha guerra nenhuma, era essa pelada que estou dizendo... Só que ele organizou uma sala de informações na cabeça dele e fez alguns aviões, navios de gesso, onde localizava as miniaturas no mapa.

A patrulha era uma coisa meio valentona, meio à vontade, até que começou a funcionar na USBTU, *United States Basic Training Unit*. A patrulha funcionava assim... Quando você chegava da missão, ia em um livro que tinha uma página a ser picotada e mandada para Recife, com a cópia ficando ali. Tinha o dia, o avião, a tripulação e a missão que estava sendo executada. Mas não se recebia a ordem de missão, normalmente feita por escrito... Então, o sujeito fazia a patrulha que queria, voltava e enchia aquele cabeçalho: “Ah, encontrei um navio argentino, chileno ou espanhol...”. Esses, eram os três que estavam ali para infernizar nossa vida, ajudando os submarinos alemães, transferindo combustível a eles. Esses se diziam neutros, mas colaboravam com os nazistas!

Quando completei o número de horas, veio a guerra. Em 1943, 16 de outubro, estava levando o avião para revisão, em Natal. Durante a revisão, ouvi um burburinho entre os oficiais:

- O que está acontecendo?
- É o seguinte: abriram o voluntariado para o Grupo de Caça!
- Só em Salvador ou em todas as bases?
- Em todas as bases.

Imediatamente fui ao Comandante da base, Major Souto, e pedi para ele mandar um rádio para Salvador dizendo que era voluntário, antes que

alguém pegasse meu lugar. Eu tinha vontade de ir à guerra! Tinha convicção da minha posição como piloto militar. Ele passou o rádio. Dia 16 de outubro, dez dias antes de me casar, fui voluntário para ir à guerra na Itália.

Dois da minha turma, eu e Edivo, e mais três da outra turma se voluntariaram. Dos antigos, nenhum foi voluntário. Saltamos em Salvador e ali passei os melhores dez dias da minha vida, com Julinha, minha esposa.

Estavam também sendo formados os grupos a serem treinados pelos americanos, aprendendo a fazer patrulha, em Fortaleza, Natal e Salvador. Esses grupos eram escolhidos pelo Brigadeiro Eduardo. Eu estava inscrito em um deles. O velho Eduardo pôs o Edivo antes de mim. Fui-me embora para o Grupo de Caça. Não tinha mais submarino alemão em outubro de 1943, então os americanos tiraram os pilotos daqui para guerrear no Pacífico, onde a guerra estava quente.

Aprendemos a fazer voo por instrumento, o que era uma unidade de combate, as táticas de combate, comando, operações, sistema elétrico, tudo! Fazíamos tudo isso para viver na Esquadrilha de Adestramento. A FAB deu um passo seguro para se modernizar. Se diz, à boca pequena, que a FAB só virou FAB com a chegada do Grupo de Caça. Acho uma injustiça! O Grupo de Caça foi depois da FAB. Mas, quando fomos, já estávamos enquadrados como a unidade de combate mais jogada na guerra. Nosso comandante dizia:

– É a última chance que vocês têm de aprender! Aproveitem, porque irão entrar em combate. Se não aprenderem, não saberão o que fazer quando entrarem em combate!

Então, era uma coisa muito mais real! E nós, voluntários, éramos uma elite. A primeira seleção era do voluntário. Fomos à guerra.

Antes, fui procurar meus pais. Dia 31 de dezembro, deixei Julinha em Salvador, peguei um avião e fui a Fortaleza encontrar meus pais. Quando cheguei, encontrei-os num astral tão bom, tão alegre, que não tive coragem de dizer que estava me despedindo para ir à guerra. Disse que estava indo pelo fim do ano, falei que a guerra estava próxima, talvez alguns brasileiros fossem enviados... Meu pai disse:

– Meu filho, tenha cuidado. O Brasil não tem nada a ver com essa guerra, estamos muito longe dela...

Tentei contra-argumentar:

– Mas e os submarinos?

Enfim... Não tive coragem de dizer. Quando cheguei a Salvador, fiz uma carta dizendo a verdade, assumindo que não tive coragem de dizer diante da felicidade que eles estavam no momento. Mandeï a carta e ele ficou muito chateado. Mas não reclamou, não.

Logo no começo do ano, fui para o Rio. Antes, passaram por lá os homens-chaves do Grupo de Caça: Nero Moura, Lagares, Neiva... Conhecia! Meus colegas de turma.

A maioria da cúpula militar brasileira era fascista. O comandante das Forças Armadas, o presidente da República, Vargas, era fascista! Um homem nacionalista, político com visão fantástica, das necessidades brasileiras... Essa palavra estadista é empregada para qualquer bobalhão que está no poder agora... Estadista mesmo era ele! Ele fez um discurso em 11 de junho de 1941, 42, absolutamente pró-alemão, que gerou um efeito tão grave! Ele tomou essa decisão...

Ele tinha um ministro das relações exteriores, embaixador nos Estados Unidos, chamado Oswaldo Aranha, era pró-Aliados e pró-América. Então o Oswaldo Aranha, no momento que isso estourou aqui como uma bomba, veio ao Brasil e em três dias o Getulio fez outro discurso mudando sua posição. E aí que está a grandeza de Vargas. Quando ele mudou a posição, para lutar ao lado dos Aliados, estabeleceu as regras. Primeiro, a construção das bases. A Pan América, que tinha a subsidiária Palmer aqui, um misto de capital brasileiro e americano, tentou melhorar as pistas, as condições dos portos brasileiros, como se fosse algo civil, de Aeronáutica Civil. Então, eles puseram aqui seus engenheiros, tratoristas, que vieram para cá construir pistas no Nordeste do Brasil. Depois disso, fizeram um acordo militar para os americanos estarem aqui desarmados, para que Natal fosse o trampolim para mandar aviação ao Norte da África. Com isso, Getulio negociou... Sua grande ambição como ditador era ter uma indústria própria, a indústria de aço no Brasil. Assim, ele impôs que deveria ter uma indústria de aço nas condições que queria. Volta Redonda ia ficar em Pensilvânia. Eles empacotaram, botaram nos navios e trouxeram para cá. Essa foi a troca para o Brasil entrar na guerra.

Alguns dizem que mandamos as tropas para lá por causa da troca da base. Na minha opinião, isso é mentira. Nós fomos porque, quando os ale-

mães sentiram o segundo discurso do Getúlio, passaram a nos hostilizar. Atacaram nossos navios perto de Atenas, nas costas dos Estados Unidos e aqui na costa brasileira! Em uma noite, afundaram cinco navios nossos. Foi motivo para se apressar. Em 15 de janeiro de 1942, já tinha ocorrido a reunião de Havana, de São Francisco e aqui no Rio. Nessa reunião do Rio, feita em Petrópolis, resultou no tratado de Petrópolis, que dizia que qualquer país da América que fosse atacado, seria apoiado por todos os outros países. Outra resolução foi que se rompesse com as relações diplomáticas. Ali ainda não havia guerra declarada, mas afundaram cinco navios nossos, navios com luz acesa! Com isso, foi declarada guerra no dia 31 de agosto. Afundaram mais 24 navios...

Nesse momento, no Brasil, havia uma reação muito forte contra alemães, nazistas e fascistas. Em 1917, foi a Revolução Russa, com o comunismo se alastrando na Europa. Para se contrapor ao comunismo, havia o nacional-socialismo da Alemanha. Aqui, foi criado o Partido Integralista, ao mesmo tempo que a Aliança Nacional Libertadora, que não era do Partido Comunista. Havia muitos liberais na ANL, mas também tinha o Luís Carlos Prestes. Depois da Coluna Prestes, ele se filiou ao Partido Comunista Russo. Quando estava no exílio, estudou Karl Marx e passou a ser comunista. Em 30, quando ele estava em Buenos Aires, Getúlio o chamou. Prestes disse:

– Não! Vocês estão fazendo uma revolução que não é a minha. Minha revolução é a do povo.

Aquela parte ideológica do comunismo... Então, para se opor ao Partido Integralista, se criou a Aliança Nacional Libertadora, que se rompeu em 1935. Em 1935, criou-se o fantasma do comunismo, o ouro de Moscovo. Criaram o Plano Cohen! Aquilo foi manipulado... Uma luta entre comunistas e anticomunistas, algo muito polarizado, que era também presente no Exército.

Eu peguei o Estado Novo, em 37, e o motim integralista de 38. Os integralistas eram uma organização paramilitar... Quando Getúlio fechou o Partido Integralista, o engenheiro que morava na minha pensão declamava todo dia no almoço:

–... porque eu sou capaz de entregar meu pai pelo bem do Partido Integralista!

Aqueles discursos horríveis... No dia que o Getúlio fechou o Partido, ele chegou com o rabo entre as pernas, provoquei:

– Doutor, você não era capaz de matar até seu pai pelo bem do Partido Integralista? Por que você não vai lá dar um tiro no Getúlio?

Ele ficou bravo:

– O que é que você está querendo dizer?

Jogou um prato de feijão, saiu briga. A dona da pensão botou ele para fora.

Quando fui à Escola Militar, em 40, o comandante da Escola, Álcio Souto, foi voluntário para ir para a FEB e foi recusado porque os americanos não aceitaram que ele fosse para lá. Falaram que ele era nazista, germanófilo! Como Comandante da Escola, ele convidou o embaixador da Alemanha... Esse era o espírito que havia.

Enfim, fui-me embora para o Panamá. Lá, a Julinha me mandou um telegrama que dizia: “Fiz o teste da coelha e deu positivo.” Ela estava grávida. Fiz uma festa para mim mesmo, foi uma alegria muito grande. Comprei uma caixa de charuto.

Fizemos o treinamento no Panamá, numa unidade de primeira qualidade, que fazia parte da defesa do canal do Panamá. Os americanos, depois de Pearl Harbor, ficaram amedrontados e montaram um sistema de defesa grande no Alaska e no Panamá, que era o ponto nevrálgico. Passamos três meses ali. Fomos para os Estados Unidos, voamos o P-47, escolhido por nós. O veterano que veio falar do P-47 tinha trinta e três vitórias no ar! E passou por situações difíceis com esse avião. Nos contou:

– Se quiserem voar com o avião desses outros caras, vão. Mas o meu avião é esse.

E escolhemos esse. Sempre digo: na época, foi o melhor avião do mundo para mim. Se não fosse esse avião, o Grupo de Caça não teria resistido o tanto que resistiu na Itália.

Na guerra, estávamos num tremendo paradoxo... Estávamos combatendo uma ditadura nazifascista lá e aqui tínhamos uma ditadura fascista também. Para mim, Getúlio foi o pai da nacionalidade brasileira, mas, na época, eu tinha uma visão mais radical. Ele foi uma figura muito interessante...

Fomos para a guerra acuados. Aqui, havia uma espécie de inveja... Eles ficaram mordidos porque fomos para lá e não demos para trás. Lutamos na guerra. Brilhamos na guerra. Éramos poucos.

Saindo do Panamá, tinha lido um relatório dizendo que as perdas num esquadrão eram de três por mês, tendo que se fazer um recompletamento a partir daquele momento. Em princípio de 44, já tínhamos que treinar

pilotos para substituir os que caíssem de acordo com as estatísticas. Mas, nós não tivemos recompletamento! Chegaram treze pilotos dentro destes que foram para o Panamá. Perdemos um na defesa do canal em um voo de instrução. Fiquei muito impressionado com o acidente. Eu quase sofri um acidente também, por cansaço, estresse. Foi preciso que os americanos analisassem, percebessem que estavam tratando com pessoas de outra cultura, até de outra língua, para que mudassem a rotina.

Fomos para a Itália. Eu tinha 136 horas de avião no Panamá. Com a experiência anterior, no total, eram 740 horas de voo. Outros tinham duas mil horas... Poucos tinham menos de 240 horas, só os aspirantes. Todo o resto era experiente. Nós sabíamos voar, era uma vantagem. Não sabíamos pregar o avião numa plataforma de levar bomba, lançar foguete para matar gente. Quando eles ensinaram, ficou fácil...

Quando eu estava na guerra tive a intuição de gravar as coisas, de aprender algo. Nunca me passou pela cabeça escrever um livro, mas todas as vezes que tinha que registrar fatos, eu tinha um diário de missão. Nele, registrei todas: 94 missões. Cada dia eu fazia, foi aumentando. Era num papelzinho, numa caderneta que nem sei onde está, deve estar por aí, não perdi. Então, nessas cadernetinhas eu punha: “Primeira missão: isso assim, assim...; segunda missão, tal...” No final, eu já comentava as missões paralelas: “Hoje morreu fulano de tal. Eu vi quando ele saltou, falou assim, assim; fulano de tal foi ferido em combate hoje e na missão tal...”

Porque quando a gente estava no ar, só se falava em inglês. Nós, os que falavam português, éramos 5% da força aerotática voando lá no teatro de operações. Num teatro pequeno como é o mapa da Itália, a bota, pequeninha... A dezessete mil pés, mais ou menos uns seis mil, sete mil metros, cinco mil e poucos metros, num dia de visibilidade livre, víamos o Adriático e o Tirreno! Então, naquele ambiente, os Alpes lá no norte e os Apeninos aqui no sul, o Vale do Pó, o Rio Pó correndo, e aquela planície com seus canais era uma coisa até romântica, a gente ficava impressionado. O Brasil é um continente. Se vamos, por exemplo, para o Acre, é uma rota completamente diferente da de Goiás, do Tocantins e do São Francisco. Com o hábito de voar aqui para o correio no Brasil, um país difícil, porque a gente voava em cima de rios para não se perder, voar na Itália era mais fácil. Nessas viagens mais difíceis que a gente voava, ia antes um precursor para fazer a rota. Ele

chegava em tal cidade e pedia licença para pintar na Igreja ou na estação o nome dela para facilitar a vida do piloto. Então, por conta dessas dificuldades que nós tivemos no Brasil, quando fomos voar na guerra, tivemos a facilidade em fazer na Itália.

Tínhamos uma experiência grande sobre os americanos. Os rapazes deles iam com 260 horas de voo total para o combate... Dava para o sujeito se safar, mas quando eles começavam, iam embora depois, com 35 missões. E nós voamos mais. Por circunstâncias, nos tornamos os melhores pilotos daquelas operações. Foi por falta de substituição... Parece um paradoxo! A gente conhecia o mapa todo da Itália, aquela bota. A uns seis mil metros de altura, víamos o mar Adriático e o mar de Reno. Éramos habituados a voar no Brasil, em que qualquer distância era maior que a Itália. Então, ficamos familiarizados com o mapa.

Sobre a falta de substituições... A força aérea era muito jovem, nova. Além disso, acho que houve a ideia de que a guerra iria acabar. No dia 6 de julho foi a invasão da Normandia e acharam que estava para acabar, só que durou mais um ano! Eles achavam que não deviam mandar mais ninguém, apesar de estar cheio de voluntários. Os ideais de cada um é que variaram: uns iam porque queriam ver como era a guerra; outros, porque eram soldados e como o Brasil estava em guerra, viam como missão; outros, porque queriam defender a liberdade, eram idealistas. Eu me incluo nesses últimos.

Sempre dizia que a ideologia da guerra fez até Churchill, um sujeito conservador, se juntar com Joseph Stalin, um ditador feroz, comunista muito ruim, que não admitia contestação. Era a mesma coisa que Hitler. Mas, o nazista era tão pior que os ingleses se juntaram com os russos. Quando acabou a guerra, fizeram a Guerra Fria! A gente foi para a guerra sabendo o porquê!

Os episódios mais emocionantes foram o primeiro impacto de quando desembarquei na Itália e o dia que acabou a guerra. Quando desembarquei, saltei à noite, outono, caindo um dos maiores temporais que já tinha visto... Chegamos às cinco da tarde, saímos de Nápoles em um navio, o porto cheio de balões cativos para não permitir voos rasantes. Do porto, se via barcaças, comandada por hindus, indianos. Aquele temporal vindo em cima de nós... Na viagem, vinha uma divisão de negros americanos conosco. Iam substituir uma outra divisão igual que estava para voltar para casa. Eles se saudavam, mas de uma maneira bruta, falando:

– Vai morrer! Vocês tão se metendo numa fria!

Eu não entendia aquilo...

Quando saltamos, vinha um esquadrão de B-24, cada um seguindo seu destino. O nosso era a estação da estrada de ferro. De lá, pegamos um trem e fomos para Tarquinia. Chegamos às sete da manhã.

Lá, vi um casal de velhos vestidos de sobretudo, mexendo em um latão de lixo para tirar comida, o que tinha de sobras. Eram pessoas de classe média... Quando olhei aquilo pensei: “Meu Deus, isso é guerra!”. Fui até eles, saí da forma. Levei bronca do policial. Olhei para eles e perguntei algo que não me recordo. Dei um maço de cigarro e chocolate. Eles me transmitiram um olhar de agradecimento que nunca mais vi igual. Sorriam... Fui-me embora.

No final da guerra, outra emoção muito forte foi quando estávamos no limite da resistência física e mental. No momento em que saiu pelo alto-falante:

– Attention, please!

Acabou a guerra... Estava chegando o único avião que saiu da base. A gente fazia o reconhecimento meteorológico e atacava o que visse também... Eles chegaram e pousaram depois de todos.

– The war is over.

Acabou a guerra. Os abraços... Foi uma emoção forte demais, me marcou muito.

Fora isso, as coisas que víamos no combate eram horripilantes. Ter que matar os outros é uma coisa degradante para o homem. Nunca vi uma destruição tão grande e a gente cumpria aquilo com naturalidade. Não havia revolta. Via o cara e lascava o sujeito. Em uma das primeiras pessoas que fiz isso, tive um remorso enorme... Na sétima, oitava missão, tinha visto uns rapazes num jipe:

– Vejo um jipe!

O líder da esquadrilha disse:

– Assuma o comando!

Eles saíram da estrada, entraram numa casa fechada. Quando chegaram, fiquei com dúvida se atirava ou não... Atirei. Aquilo me repugnou muito. Pensei: “Poxa, cada cara desse tá casado, têm uma Julinha em casa”. Fiz esse raciocínio, mas durou só uma noite. Começamos a perder nossos amigos, companheiros. E não digo que tivéssemos ódio, mas raciocinava: se eu não

matar esse cara, ele vai ocupar um caminhão ou avião e vai matar gente nossa. Aí, tascava o cara! Um camarada que foi para guerra e se arrependeu de ter matado os outros, se maldisse, vomitou, terminou um matador...

A guerra é um jogo de interesses. Ela é econômica, atrás de dinheiro, poder político, poder econômico. Só quem vai para guerra são os moços.

Nos Estados Unidos, eles não conseguem nem ter os conscritos. O sujeito assina um contrato e vai pago para a guerra, como um mercenário. Naturalmente, é um povo muito nacionalista, defendem os próprios interesses. Queria que os brasileiros fossem tão nacionalistas como os americanos. Lá não começava a sessão de cinema sem antes tocar o hino nacional. A bandeira americana... Você dá um tapa no escuro e acha seis, sete em qualquer lugar, porque eles defendem o povo, a nação deles. Mas, para os outros, eles dão o tratamento que a gente está vendo...

Se a guerra fosse hoje, do meu encargo, ainda iria com o mesmo fervor cívico com que fui. Mas, um pouco pensativo... Se o país fosse invadido, se tivesse necessidade de guerra, seria capaz de querer ajudar com experiência, apesar de acreditar que isso não aconteceria. O americano acabou com aquele *big stick*, de mandar o corpo fuzileiro para resolver os problemas no exterior. Hoje, eles compram os governos, corrompem, dão reeleição ao presidente da República que se sente com poder e entrega a Petrobrás, a Eletrobrás. Tudo isso que o Fernando Henrique está fazendo!

E ele não aprendeu com o pai, pois o conheci na Campanha *O Petróleo é Nosso*, logo depois da guerra. Era um nacionalista que lutou pelo petróleo, se expôs! Houve uma reunião da ABI, não me lembro o ano, era à noite, e o General Carnáuba disse:

– Vamos agora para a praça Marechal Floriano. Marechal de Ferro que defendeu o Brasil, que recebia os ingleses à bala!

E fomos. Entramos numa fria! Veio a polícia especial com cão, descendo o baile na gente. Precisou que o filho do General Horta Barbosa, o Hortinha, ligasse para a Polícia do Exército para botar para correr. E os pais do Fernando Henrique, o tio dele, estavam lá! Até por respeito à memória da família dele, como presidente, podia tomar outra atitude... Não está tomando porque é muito ambicioso. Soube que nesse acordo nuclear, que estava presente o representante americano, o Pinguelli e o Sardenberg, estes dois últimos se negaram a assinar a não proliferação, a fiscalização do programa nuclear. O representante americano voltou para o país deles e deve ter dito

para o presidente Clinton que não queriam assinar. Até que telefonaram para Fernando Henrique e ele assinou. Esse episódio está sendo fruto de um editorial nosso, da ADNAM, narrando esse fato e protestando contra a atitude do presidente. Quem vai resolver isso é o Congresso, mas ele varia muito e não se sabe o que vai fazer.

Em 1945, na volta da guerra, não tinha uma nuvem no céu. Éramos 19 aviões. O Brigadeiro Nero Moura mostrou a baía de Guanabara, o Rio de Janeiro. Foi uma vibração muito grande! Tínhamos dormido, na véspera, em Vitória, para tirar os tanques externos do avião para ficarmos mais livres nas manobras. Quando chegamos aqui, Nero Moura disse:

– Ninguém abaixo do Edifício da Noite!

Edifício da Noite era o prédio mais alto que tinha na praça Mauá. Só quem passou acima do Edifício da Noite foi ele. Nós fomos todos por baixo, porque entendemos o contrário, que não era para ninguém passar por cima do edifício...

Mas, fora a graça, pousamos. Estava presente o Presidente da República. Nero colocou a gente em forma. O pessoal da terra ainda não tinha chegado. Chegaram no dia 18, dois dias depois. Então, ele apresentou os pilotos ao presidente. Disse:

– Presidente, a única coisa que tenho a dizer para o senhor é: missão cumprida.

Essa frase ficou conhecida e, em quase todos os documentos sobre o Grupo de Caça, há uma paráfrase do Brigadeiro Nero Moura.

Até que aconteceu um fato. A FEB, quando chegou aqui, voltou imbuída de um espírito democrático muito grande. Nós convivemos com a democracia, com o governo democrático que combateu o nazifascismo, ditaduras perigosas, bravas. Tão bravas que fez Winston Churchill, um dos maiores direitistas do mundo, se aliar ao Stalin para combater o nazismo. Se uniu a um diabo para combater um maior! A prova disso é que, quando teve o Tratado de Yalta, dividiram o mundo em socialista e em democrático. Quando acabou a Segunda Guerra, começou a Guerra Fria.

Pois bem, chegamos, e o presidente Vargas era, também, chefe de uma ditadura nazifascista... O Getúlio ficou com medo de que o pessoal que estava respirando democracia o derrubasse. Então, deu ordens para o Alto Comando para acabar com as unidades. A cúpula do Exército também era

muito fascista. Todo mundo foi transferido. Desmantelaram a hegemonia da FEB, espalharam todo mundo para preservar a ditadura, que estava no fim.

No dia 29 de outubro de 1945, não sabíamos nada do que estava se passando. A conspiração para derrubar Vargas estava sendo feita na cúpula de Góis Monteiro... Estavam contra o presidente, sentiam que não tinha mais força. Estava na hora de tirar Getulio e os militares o traíram. Os militares, que estavam imbuídos no espírito de democracia, queriam acabar com aquilo para ver uma eleição e uma constituição nova, para um Brasil pós-guerra. Nesse episódio de 29 de outubro, Nero Moura era comandante da minha base. Dentro da conspiração, que foi até justificável – eu não faria isso jamais, mas ela era justificável – o subcomandante chegou a Nero e disse:

– Nero, o Brigadeiro Sá Earp está chamando o senhor para uma reunião no quartel general.

Ele foi, sem saber de nada. O Brigadeiro disse:

– Chamamos o senhor para saber se está do nosso lado, que estamos derrubando Vargas, ou do lado dele.

Evidente que ele respondeu que estava com Vargas!

– Então o senhor está preso.

Mas, nós não ficamos sabendo. Às oito horas da noite, telefonamos para perguntar o que estava havendo e sobre Nero. Resolvemos ir para o Leblon, ir de carro para Santa Cruz, chegamos mais ou menos às duas horas da manhã. Passamos pela Vila Militar, estava cheia de tanques. Lá em Bangu, havia patrulha de polícia. Quando chegamos na base, estava em estado de guerra. Encontrei dois oficiais estranhos à base, junto com o Major que foi nosso comandante do esquadrão terrestre. Cheguei, com minha espontaneidade:

– Poxa, Major, parece filme de *cowboy*! Tá todo mundo armado.

Ele me respondeu:

– O que você quer? O Grupo de Caça é suspeito!

Aquilo me deu um tapa na cara.

– Suspeito de quê?

– Vocês são amigos do Nero, ele é amigo de Getulio.

– Onde estão Correia Neto e Keller?

– Foram dormir.

– Por que não estão na prontidão?

– Porque não confiamos neles.

Tirei minha pistola, desarmeiei os três. Mas, devolvi as armas. Disse:

– Vão embora daqui, porque nós não somos suspeitos de nada. Esse Major sabe nossa posição anti-Getúlio e antiditatorial. Somos democratas e fomos defender uma democracia.

Era garoto, não tinha nada na cabeça, apenas um princípio. Eles gelaram e foram embora. Acordamos o Correia Neto, o Keller, mas o ambiente estava pesado. Até que, de madrugada, chegou Assis para visitar o Brigadeiro Nero. Soube que ele estava preso. O subcomandante Novais reuniu todos os oficiais, o Grupo de Caça e disse que éramos os homens que foram defender a democracia.

Bom, esse episódio foi registrado em Santa Cruz. O grupo realmente era suspeito, até tinham razão, já que Nero Moura era amigo de Getúlio. Mas Nero era tão legal, que nunca fez proselitismo para Vargas. Ele sabia que éramos contrários a Getúlio... Esse episódio de 1945 me marcou. Todos do Grupo de Caça foram marcados. Temos algumas marcas: primeiro, a guerra, que provocou uma mudança de espírito, de visão.

Passamos o episódio da deposição de Vargas e foi convocada uma Constituinte, que resultou na Constituição de 46. Tomamos parte nesse episódio. Quando veio a eleição de Dutra, foi uma surpresa geral. Diziam que o candidato da UDN, Brigadeiro Eduardo Gomes, homem forte, foi ao Dutra e pediu para ele ser candidato, porque não tinha mais ninguém para ser oposição. Dutra ganhou, respeitou a Constituição nos mínimos detalhes. Em seu governo, foi mandado ao Congresso o Estatuto do Petróleo. Esse Estatuto foi feito em colaboração com dois funcionários da *Standard Oil*, que se juntaram com os entreguistas da época. Quando o Estatuto saiu para o Congresso, assustou os nacionalistas. Esses caras, então, formaram uma frente e se opuseram ao Estatuto do Petróleo.

Nesse tempo, o diretor cultural do Clube Militar era o Coronel Cunha e o diretor da revista era o Tenente-Coronel da FAB Francisco Teixeira. Diziam que ele era comunista, uma das pessoas mais inteligentes que já conheci em toda minha vida. O Teixeira pegou o Estatuto do Petróleo e, quando bateu no Clube Militar, foi ao Cunha e disse:

– Olha, isso aqui é importante! Estão entregando o Brasil! Nós temos que ajudar os deputados, fazer conferências, difundir o assunto, entrar no âmbito militar, porque isso faz parte da segurança nacional.

Foi feita uma conferência no Clube Militar, a do General Juarez Távora. Juarez foi um Tenente de 30, da turma de Getulio, fez o Código de Minas, que não existe mais. Já pisaram em cima deste Código. Nele, dizia que se tem direito ao solo, mas o subsolo é do Brasil. Se achasse uma mina de ouro, até participava dos lucros, mas não pertencia à pessoa, mas à União. Isso era importante devido ao petróleo, que estava se discutindo loucamente se havia ou não. Até veio o *mister* Link aqui dizer que o Brasil não tinha petróleo de maneira nenhuma.

Bem, o Clube Militar convidou o General Juarez para fazer o discurso. Nessa reunião, ele fez um discurso completamente contrário... Queria que se fizesse uma sociedade. Fez uma proposta: 40% das ações seriam da União; 40% seriam dos investidores em geral e 20% de estrangeiros... Isso quer dizer que, ao juntar 40% das ações gerais mais 20% desta parte estrangeira, eles dominavam! O resultado foi um protesto. O *slogan* “O Petróleo é Nosso” veio de fora para dentro do Clube Militar, bateu lá dentro e saiu com uma força estrondosa!

Quando Juarez fez a conferência, houve uma vaia. Ele pisou na bola... O Clube ficou maluco! Chamamos o camarada para falar e ele defendia algo pior do que o Estatuto do Petróleo? Então, chamaram o General Horta Barbosa, homem muito ponderado e célebre, com convicções absolutas que o petróleo deveria ser um monopólio brasileiro. Isso foi ao Congresso, a mídia discutiu. Diversos representantes do Brasil discutiram com muita força: o Aliomar Baleeiro, jurista; e o Artur Bernardes, presidente que passou quatro anos em estado de sítio, em um governo horrível, mas defendia o Brasil, não admitia nada que fosse contra nossos interesses. Então, veio a Lei 2.004, a Lei do Petróleo, projeto de Euzébio Rocha, brasileiro ilustre, que nunca faltou a um comício sobre o petróleo. Assim, saiu a lei da Petrobras.

Hoje em dia, o Clube é comandado por Hélio Ibiapina, um camarada de direita, atrasado, que tem como mérito ter arrastado Gregorio Bezerra na “revolução de 64” em Recife. Tem feito manifestações nacionalistas, mas não abriu o Clube. Queremos que haja uma abertura... Enfim, acreditamos que o Hélio, como presidente, pode melhorar muito o Clube, voltar a ser o Clube Militar que conheci. Aquele Clube Militar que começou sua vida fazendo a campanha pela libertação dos escravos, pela Proclamação da República, pela Campanha *O Petróleo é Nosso* e pela queda do Getulio. É um

clube que merece um respeito histórico! Um clube que foi e é aberto aos outros, como o da Marinha e o da Aeronáutica, com todo respeito. Embora ache a Marinha muito fechada, ninguém pode ensiná-la a ser patriota, nacionalista, pois todos eles têm um sentido patriótico muito grande. Por isso, tenho um respeito enorme por esses oficiais. Mas, a Marinha não é aberta, não é democrática: olhe a Lei da Chibata...

Quando veio a Campanha do Petróleo, muita gente foi sacrificada, taxada de comunista sem ser comunista, expulsa das Forças Armadas. Uma chacina! Todas essas pessoas continuaram cassadas, perderam patentes, foram para a rua... Os sargentos, classe mais modesta, com pouca representatividade, sofreram demais. Alguns até se filiaram ao Partido Comunista, mas o interesse maior era o do Brasil. São essas armações todas, como existiu nos Estados Unidos aquele senador McCarthy, que iniciou a caça às bruxas. Aqui, foi repetição de tudo que houve lá.

Eu não fui tão ativo na Campanha do Petróleo porque estava muito imbuído no espírito de fazer a aviação de caça. Esse era meu objetivo principal. Pensava que queria salvar a FAB e, salvando-a, ia ajudar também a salvar o Brasil. Um raciocínio simplista... Mas, nunca deixei de ir a todas as conferências do Clube Militar. Nunca deixei de ir aos comícios e à ABI, que discutia a defesa nacional do petróleo.

Nessa luta do petróleo, tinha um jornal chamado *Jornal dos Debates*, do Márcio Pimenta. Tem um livro chamado *O Petróleo é Nosso*, escrito pela Maria Augusta Tibiriçá, que conta essa história toda e diz o nome de todos os brasileiros que correram riscos nessa época. O sujeito que lutava pelo petróleo era taxado de comunista. Eu lia o jornal e diziam para não ler, porque o pessoal olhava torto. Mas, eu dizia que não era comunista. Lia porque denunciava toda a canalhice que estava acontecendo!

Depois que saiu a lei do petróleo, não mudou muito. Com a Constituição de 1946 veio a anistia para esses caras todos. Mas não anistiarão o pessoal de 35, que fez a Intentona Comunista. Se for na Biblioteca Nacional para ler o inquérito feito pelo delegado Bellens Porto, homem do Getúlio, verá que ele disse que ninguém estava dormindo! Aqueles homens que foram mortos, botaram nas camas... uma deslealdade com a memória do povo brasileiro! Sabem que isso é uma inverdade e a história não pode ser guardada desta maneira. Pois bem, veio essa anistia. Não anistiarão os

comunistas, só os integralistas do motim de 1938. Até que tivemos a nova eleição, depois do Dutra. Foi candidato outra vez um Brigadeiro, Eduardo Gomes, competindo com Getúlio. Getúlio foi eleito. Quando chegou na eleição de Vargas, cometi um pecado: não votei nele!

Na eleição de Vargas, quando descobriram que ele podia ganhar, resolveram mudar as regras do jogo. Diziam:

– Só com maioria absoluta!

Eu não era nada. Era Capitão, mas tinha minhas convicções democráticas, que aprendi em casa, com meu pai juiz. Dizia:

– Poxa, mas ele não é ditador, vai ser eleito. Ele não tem direito?

Então, entrei nas discussões. Cuidei disso à minha moda, dizendo o que pensava. Como sempre estive em comando de unidade aérea, com passado experiente em guerra, acho que as pessoas me ouviam um pouco. Mas, cometi o pecado de não votar no Getúlio, porque ainda estava dentro de mim, na minha alma, a ideia de que ele era um ditador... Mas, não era mais, pois foi eleito. Estava sendo democrático, em uma democracia. Eu realmente não deveria ter votado no Brigadeiro Eduardo Gomes, porque ele era muito limitado, autoritário para burro. A lei era ele. Acho que, no momento que o contrariassem, seria capaz de transformar isso aqui numa ditadura. E a ditadura militar é a pior coisa que tem. É horrível!

Quando Vargas foi eleito, convidou o Brigadeiro Nero Moura para ser ministro. Foi ser Ministro da Aeronáutica e eu fui convidado para ser oficial de gabinete dele. Getúlio sofreu oposição muito grande da imprensa, já que não tinha muito compromisso com a verdade dos fatos. Era muito radical... Fiquei no gabinete até 52, quando voltei para Santa Cruz. Compramos setenta e dois jatos, foi a implantação da aviação a jato no Brasil! Fiz parte dos pilotos que foram à Inglaterra, sempre em benefício da aviação de caça, dentro do juramento feito em 17 de dezembro de 1944 no Clube Senta a Pua.

Quando estávamos nessa fase, senti a morte do Rubens Vaz, que revoltou o Brasil inteiro, inclusive a mim: ninguém tem direito de matar os outros. Uns três meses antes, fui convidado a ir a casa de um colega meu, Marcos Eduardo Coelho Magalhães, que era muito amigo do Lacerda. Este amigo juntou um bando de garotos, majores, para fazer parte de uma equipe pessoal do Lacerda. Em outras palavras, eram capangas. Em um aniversário, fui chamado para casa de Coelho e encontrei uma quantida-

de enorme de companheiros da Diretoria de Rodas. Aquilo me chamou atenção. Perguntei:

– Poxa, Coelho, você não chamou ninguém do Grupo de Caça? A gente não era companheiro de guerra?

Ele me disse:

– Não, Rui, foi de propósito que fiz isso. Você tem certa influência sobre os colegas e nós queremos convidá-lo para fazer parte de uma turma de oficiais... Você sabe que o Lacerda está muito exposto, todo dia partindo muito forte sobre o presidente Vargas. O pessoal tem medo dele ser agredido ou morto. Queremos que você faça parte dessa turma.

Pensei: “Puxa, mas o Lacerda, que fez parte do Partido Comunista, um cara radical, que renegou tudo, um camarada direitista...” Eu não queria ser capanga de ninguém! Queria ser Major, ir para o Estado-Maior.

Os outros colegas foram chegando, me perguntaram se não sabia quem era Lacerda. O chamavam de um grande patriota, mas eu já estava decidido. Disse:

– Eu não quero conhecer o Lacerda! Vou embora.

O Nero Moura estava como guarda-costas. Tinha dois oficiais de gabinete também: Luciano Souza Leão e Coimbra Veloso, que fez o Jacareacanga. Disse:

– Vocês, que são oficiais de gabinete, estão traindo! Estão aqui trabalhando como segurança de um homem que é inimigo do presidente Vargas. Segunda-feira irei apontar vocês dois.

Nesse instante, o Veloso, um camarada muito bom, disse:

– É verdade. Rui, eu queria que você dissesse ao Coronel Nero para ele me dispensar, que me demita.

Falei para o Souza Leão, um homem rico:

– Olha, Souza Leão, a família do Getúlio não é coisa que a gente confie. Vai que pagam um pistoleiro para acabar com esse homem aí que tá falando mal de Getúlio... Bala não tem endereço! Dão uma pistolada e você nunca mais vê uma lata de goiabada!

– Você tá com a razão... Vou me retirar e segunda-feira eu irei falar com o Brigadeiro Nero. Se ele me quiser, eu permaneço. Se não, vou-me embora.

Até que veio a morte do Rubens Vaz. Aí, me dividi entre a base, as prontidões, e o gabinete dele, porque eu era comandante do segundo esqua-

drão. Senti que o gabinete do Nero estava balançando... Ele havia escolhido o gabinete baseado na competência dos homens. Foi um ministro muito feliz! Não à toa que foi escolhido para ser patrono da aviação de caça... Após a morte do Vaz, houve uma convocação para o Clube da Aeronáutica, completamente subversiva, pedindo a deposição do governo. Queriam ir ao Palácio do Catete pedir a renúncia do Presidente. Foi uma efervescência muito grande.

O Rubens Vaz não era guarda-costas, era Major da Aeronáutica. Não estava com revólver na cintura. Quando foi se despedir do Lacerda, viu o Alcino. Rubens correu para pegar a pistola, mas ele o matou antes. Então, era um péssimo guarda-costas... Uma pena, pois era muito simpático.

No dia 5, Vaz morreu. Lá pelo dia 8, houve a reunião no Clube da Aeronáutica. Pouco tempo depois, eu estava na base, era o mais antigo de lá, e chamei todos os colegas para ler um telegrama que havia chegado. Disse:

– Olha, vou dizer o que vai acontecer: vão enterrar o Rubens e, em cima da memória dele, que não irão respeitar, vão falar em política, em derrubar o presidente eleito. Correia, Borges, e outros irão falar. É nossa obrigação manter a ordem. Como é fora de expediente, quem quiser ir, vá! Mas, eu não aconselho. Quanto a mim, irei, pois é minha obrigação me manter informado sobre o que está acontecendo.

Um dos coronéis disse:

– Major, estou com a lista de adesão do Clube. Posso passá-la?

– Claro que não. Você está proibido de passar qualquer lista de adesão, é contra o regulamento. Depois que você estiver fora da base, pode cooptar quem quiser, mas não tem cabimento. Vai quem quer.

Nesse mesmo dia, o capitão Morgane, engenheiro de voo, trouxe um problema para fazer com o jato. Uma tarefa que ficou na minha mão. Fui o primeiro piloto brasileiro a fazer uma penetração! Sair de vinte mil pés e chegar à cabeceira da pista. Quanta euforia, quanta alegria! Até que chegou outro telegrama... E esse telegrama, mandado pelo presidente do Clube, dizia que não havia autorização para o convite anterior ao enterro e que estava vetada qualquer reunião do Clube da Aeronáutica.

Quinze minutos depois, chegou outro telegrama. Esse terceiro era, também, do presidente do Clube. Mas, agora, pressionado pelos majores, principalmente pelo Borges, dizia que estava liberada a reunião e o

convite. Só que da Base de Santa Cruz, não foi ninguém a essa reunião! Aceitaram meu conselho...

Lembro que fui falar com o Capitão Furtado e, na mesma hora, entraram quatro oficiais: Borges, Dihl, Toledo e Gustavo. Os quatro muito agitados, nervosos. Borges me perguntou se eu iria à reunião. Me fiz de bobo e disse:

– Que reunião?

– Ah, você não precisa ir mesmo...

E fez um gesto de desprezo. Segurei ele pela camisa.

– Olha, Borges, eu não quero nem que você repita a pergunta. Quero que apenas refaça esse seu gesto de deboche...

Ele ficou nervoso.

– Esse negócio de ofensa é coisa de marisco. Borges, me dá vontade de te meter a mão na cara...

O Toledo interrompeu:

– Não, Rui... Essa reunião é só para tomar um whisky...

Larguei ele. Não sabia... pensei que era a do Clube da Aeronáutica... Falei que se fosse isso, iria com eles tomar um whisky.

– Mas, com uma condição: Toledo, sua mãe vai pra reunião tomar um whisky com a gente?

Eu estava querendo briga... Logo me deu um arrependimento de dizer uma coisa dessas... Toledo era uma pessoa dedicada, abafou a provocação. Assim, fui para a reunião. Lá, José Paes se projetou e fez uma proposta: que saíssemos todos dali cantando o hino nacional e fossemos para frente do Palácio do Catete pedir a renúncia do presidente.

Eu fiquei desesperado. Queria dar um murro no sujeito. Mas, um colega meu, Celso Rezende Neves, um homem muito ponderado, fez um discurso apelando ao Brigadeiro Eduardo, que estava lá também, para que não permitisse uma coisa dessas. O Brigadeiro Eduardo, que tinha um caráter muito forte, encerrou a reunião na hora. Mandou todo mundo voltar para suas casas. Disse que esse assunto não poderia ser decidido por passeata nenhuma.

Até que veio a queda de Getúlio. Se passou na Base de Santa Cruz uma coisa muito séria, que envolveu muitos amigos meus. Quero publicar algo sobre isso antes de morrer...

Durante a saída do corpo de Vargas do Catete até o aeroporto, nós propusemos ao comandante uma homenagem a ele. Afinal, foi quem comprou os jatos, incentivou a aviação de caça, naquela visão de estadista. Pedimos permissão ao Brigadeiro Eduardo com medo de que ele negasse. Decolamos doze aviões enquanto o corpo dele se deslocava no aeroporto Santos-Dumont. Fizemos essa homenagem...

Com a morte de Getúlio, assumiu Café Filho, homem do PTB. Mas, ele traiu a memória de Getúlio e a honra do partido. Escolheu a linha que dava mais vantagem. Quando assumiu, houve uma reação da parte dos militares. O Juscelino já havia sido escolhido pelo PSD e o Jango pelo PTB, numa união. Quando a UDN percebeu que iam perder a eleição, adotaram várias teses. Uma delas a da Maioria Absoluta: o dobro mais um de votos. O Café Filho fez um manifesto à nação dizendo que as Forças Armadas queriam isso. Fiquei revoltado, a gente tinha que fazer alguma coisa! Nessa luta, conheci o General Vargas, primo do Getúlio, e um outro parente dele, Vargas Neto. A Aeronáutica não tinha nada a ver com esse pensamento! Santa Cruz, principalmente, não queria golpe, queria tudo certo. Quem ganhasse, que levasse.

Tomei conhecimento de um esquema militar chamado MMC, Movimento Militar Constitucionalista, coordenado por dois irmãos gêmeos, Alexínio e Alberto Bittencourt. Cheguei numa reunião na casa de algum deles e me disseram que estavam lutando para impedir qualquer golpe contra Juscelino e Jango. Mas, eu me achei muito pequeno diante de uma situação muito grande. Eles tinham um plano militar de colocar a tropa na rua como dispositivo para impedir qualquer golpe. Pedi licença para não tomar conhecimento daquilo. As coisas evoluíram e eu senti que estavam dando um golpe. O golpe estava na rua. O Café Filho tinha pouca energia, um homem fraco e demagógico, estava adoecido do coração e planejavam afastá-lo do governo, assumindo o Presidente da Câmara, Carlos Luz. Mudando o governo e o Ministro da Guerra, que até então era o Lott, assumiria um Almirante agitador da Marinha... Nesse sentimento de que dariam o golpe, fui até o meu Comandante da Escola de Estado-Maior e comuniquei essa tentativa de golpe! Ele me disse que não era bem aquilo, que também era contrário ao golpe. Eu sabia que o povo brasileiro não iria aceitar nenhum golpe! Que iria ter uma divisão entre os golpistas e não golpistas, e eu estaria

do lado do pessoal que estava segurando a Constituição. Disse ao Comandante que, em qualquer tentativa de golpe, não me apresentaria para ficar de prontidão.

No dia 10 de novembro, um colega golpista foi me provocar:

– Rui, não era você quem sempre dizia que queria brigar? Pois agora quero ver como você vai brigar. Hoje, Café Filho foi recolhido ao hospital. Irá assumir Carlos Luz, ele irá tirar o Lott. Juscelino e Jango vão ficar chupando o dedo! Como você vai brigar?

Eu desci a mão nele!

No dia seguinte, houve o 11 de novembro. Chegou o Castelo Branco na Escola, disse que estava havendo um movimento militar, que o Ministro da Guerra não tinha aceitado ser substituído. Ele mandou cada um se apresentar à sua respectiva unidade, pois estava prestes a começar uma manobra. Ora, a minha unidade era a Escola de Estado-Maior, mas eu disse que não iria me apresentar! Eu e um grupo de uns oito oficiais, em dois carros, saímos e fomos para casa do Meira, tomar café lá. Na hora de ir embora, perguntamos:

– Bom, quem é que vai pro Quartel-General ficar com o Lott?

Foi eu, o Meira e outros dois.

– Quem vai para a Escola de Estado-Maior?

Se dividiu em um outro grupo. Então, nós saímos nesse ambiente de camaradagem, cada um pensando em sua maneira.

Fomos para o Quartel-General do Exército. Enquanto estava lá, o Brigadeiro Alves Seco, homem que aderiu ao Lott, ficou dando ordens. Era o Movimento Militar Constitucionalista! Como se fosse um golpe, mas ao retorno aos quadros constitucionais. O Presidente do Senado, Nereu Ramos, tornou-se, então, Presidente da República, mantendo Lott no cargo de Ministro da Guerra.

Durante o 11 de novembro, dentre todas as unidades que apoiavam o Lott, ficou faltando Santa Cruz. Eu era Major na época. Seco me chamou e disse:

– Você vai para Santa Cruz e assume o comando da base.

Eu me achei muito novo para assumir a base... Perguntei se Alberto Pessoa Ramos, colega e companheiro de guerra, não podia assumir e eu ficaria no comando do Grupo de Caça. Assim foi. Juntou-se a nós o Major Eduardo Magalhães Motta. Fomos para Santa Cruz.

No entanto, a base não tinha entregue o comando. O Comandante era Ary Presser Bello, o subcomandante era João Camarão Telles Ribeiro. Dois homens a favor do golpe, dentro do esquema. A ideia deles, pelo que eu imaginava, era resistir fazendo uma terra de ninguém e indo para São Paulo. Assim, toda FAB se concentrou em São Paulo. O Brigadeiro Eduardo, Ministro da Aeronáutica de João Café Filho, foi para São Paulo e mandou reunir a aviação. Por isso, Santa Cruz mandou um Grupo de Caça para lá.

Chegando em Santa Cruz, fomos para o batalhão de engenharia. O comandante era o Coronel Santa Rosa. Ele recebeu o General Sucupira e o Chefe de Estado-Maior, Tenente-Coronel Ariel Paca. Tinha tanques, artilharia pesada, escola de infantaria. Fiz uma análise da situação. O Coronel tinha quatro jatos e outros quatro aviões armados, que iria levar para São Paulo. Ele só iria entregar a base depois de decolar os aviões para São Paulo.

Não tinha como fazer combate nenhum à noite. Que deixasse decolar os aviões. Ah, que confusão! Lá pelas dez horas da noite, o Ary Bello veio fazer uma conferência com o General. Disse que não entregaria a base e que iria resistir. O General argumentou que tinha forças ao seu lado para cumprir as ordens recebidas, mas ele disse que não entregaria antes de decolar!

Às duas da manhã, Lott ligou para saber da base de Santa Cruz. Quando soube que ainda não havia sido entregue, deve ter dado um esculacho no General Sucupira. Tentei fazer uma ligação pro Brigadeiro Seco, expliquei a situação, dramatizei muito, terminei pedindo para que a missão fosse cumprida só no raiar do dia, às cinco da manhã. Ora, a verdade é que não tinha ninguém do outro lado! Mas, eu fiz como se sim! Falei com tanta certeza que o General e todo mundo acreditou que o Seco tinha permitido adiar a missão para o raiar do dia, assim evitando uma tragédia maior.

Quando chegou às cinco da manhã, os jatos da base não puderam decolar. A gente conseguiu se comunicar com um engenheiro lá dentro e pedimos para ele esvaziar os pneus, dar pane nos painéis. No entanto, os aviões decolaram, foram embora para São Paulo. Já não tinha mais razão para manter a base, estávamos esperando que eles entregassem. Pelas sete da manhã, entregaram. Assumimos o comando. Esse foi o episódio de 11 de novembro! Episódio que cindiu a FAB.

Alguns ficaram sem falar comigo, outros morreram meus amigos, graças a Deus. Um deles foi de uma grandeza muito grande. Pouco mais tarde,

na época da repressão, quando morreu o Herzog, porque o Geisel pegava pesado, um amigo meu teve sua filha e genro, que faziam mestrado à época, presos pelo DOI-CODI, e me suplicou ajuda. Telefonei ao Brigadeiro Carrão de Andrade.

– Carrão, quem está falando é o Rui. Se você desligar, eu entendo – o último contato que tivemos foi o Estado Maior. Mas isso é uma circunstância. A filha de meu amigo está no DOI-CODI, provavelmente sendo torturada. Você consegue uma visita para essa moça?

Ele disse:

– Rui, me dê o nome e irei localizá-la.

Dei o telefone do pai.

Carrão localizou ambos e levou eles para a Aeronáutica. Ainda não tinham sido torturados, mas estavam sendo maltratados. Ele não só conseguiu a visita, mas também soltar a menina... Fico emocionado com essas coisas! Um piloto tem obrigação de ser amigo do outro, porque quando voa, é em equipe! O espírito da FAB... A aviação, afinal, integrou o Brasil, não fazia sentido se desintegrar internamente...

Antes do governo do Geisel, na ditadura que se estabeleceu com o golpe de 64, houve várias outras tentativas. Lembro que tinha um sujeito chamado Álvaro Clark, que me convidou para uma reunião na casa dele, achando que eu era contra Juscelino. Cheia de empresários, banqueiros e militares. O Almirante Aníbal de Carvalho estava lá. Juscelino falava com todos, um homem atraentíssimo. Certo momento, Clark decidiu falar com os militares. Olhou para mim e disse:

– Você, que é o mais novo, me responda uma coisa: se houver eleição e o Juscelino for eleito, ele irá tomar posse?

Eu disse:

– Olha, você já começou errado. Deveria dirigir sua pergunta, primeiramente, ao mais antigo aqui.

O Almirante falou que eu daria conta de responder. Então, respondi:

– Não existe isso de “se houver eleição”. Está determinado pela Constituição que haverá eleição. Já que estamos as três forças presentes, posso até perguntar aos meus colegas: não estamos aqui para garantir o cumprimento da Constituição?

O Aníbal titubeou... Mas respondeu que sim, no final.

– Pois bem, se Juscelino for eleito, nós iremos garantir a posse dele!

Liquidei a questão. Perguntaram a Aníbal sobre as conjunturas do país, essa conversa-fiada toda. Ele invocou os comunistas, o papel da Marinha.

O governo de Juscelino foi marcado por dois levantes. Ele recebeu o governo em 31 de janeiro e, em 24 de fevereiro, o Major Veloso apoiou um avião aqui, cheio de munição; três dias depois, outro avião, C-47, saiu de Belém com vinte soldados armados. A missão de Veloso era chegar ao aeroporto de Santarém, fechá-lo e criar um tumulto. Assim, o pessoal da Aeronáutica se recusaria a voar para levar tropa. Um golpe branco, desobediência civil. Só que esse golpe foi furado, mais da metade da base não estava de acordo com Veloso.

Fui para lá, por ordem direta do Ministro, para comandar no chão ações contra meu colega Veloso. Uma luta difícil, a comunicação era complicada. Ele tentou tomar o campo de Cururu, mas eu já havia controlado essa área.

Derrubado Jacareacanga, tivemos vários fatos políticos dentro das Forças Armadas, sendo sempre o Rio de Janeiro o ponto de atração. Todo dia uma fofoca, com o Carlos Lacerda enfiado no meio, claro! Homem que perseguia o poder. Acho que sou capaz de encontrar mais de mil defeitos nele. Homem autoritário que, se chegasse ao poder, seria um ditador perigoso...

Em 1959, as mesmas pessoas anistiadas pelo Juscelino fizeram a “revolução” do Aragarças. Foi o primeiro sequestro de avião do país, um avião civil que sobrevoava a rota para Manaus. Teixeira Pinto botou um revólver na cabeça do piloto e mandou descer em Aragarças. Desceram. Os revolucionários foram todos com ele. A Revolta de Aragarças foi bem mais frustrante para o lado deles, porque não durou nem uma semana. Tiveram que fugir para a Bolívia. Não deu um ano, voltaram todos, recebendo os atrasados...

Um soldado que se formou nas instruções militares deveria ter princípios básicos: disciplina, hierarquia, cumprir o regulamento e a Constituição. Se um sujeito se forma, sai oficial, tenta derrubar um governo constituído, é porque há um risco. Essa pessoa está tentando derrubar um sistema todo, não são simples aventureiros. Soldado não conspira contra as instituições que jurou lealdade. Mas, não aconteceu nada com eles. Juscelino foi sempre muito democrático, deixou esses meninos para trás, anistiou todo mundo, seu plano era os 50 anos em 5. Esse foi seu governo...

Quando veio a eleição seguinte, com o Jânio Quadros, seu oponente era o Ministro Lott. Não fiz campanha para ele, nunca pedi voto para nada, sou muito ruim disso. Jânio ganhou, tomou posse. Antes de sua vitória, havia um plano para desestabilizar os comandos. Nas brigas internas, a ala golpista tentava tirar os democráticos dos comandos.

Quando Jânio assumiu, fui fazer o Curso Superior de Comando do Estado-Maior. Jânio modificou tudo. Era um sujeito fascista, mas limitado pelo Congresso. Por isso, tentou fazer aquela renúncia, na esperança de cair nos braços do povo. Engraçado... Nessa de ser bom vizinho na mídia internacional e carrasco aqui dentro, ele desagradou todas as alas, até quem o apoiava no Exército. Condecorou Che Guevara, reatou com Cuba e com a União Soviética, deixou a ultradireita, essa galera da UDN, em fúria. Renunciou e não voltou mais.

Subiu a junta militar. Não deram o governo para o Jango. Ele estava na China. Se voltasse, ia ser preso. No Estado-Maior, foi difícil pois eu era contra esse golpe. Prenderam todos que eram contra o golpe e puseram no porão de um navio de transporte da Marinha. Minha primeira prisão por motivos políticos...

Eu estava fazendo o curso do Estado-Maior, tinha que entregar um trabalho. Disse para Julinha tirar o telefone do gancho, porque não podia ficar sem entregar o trabalho. Fiquei a noite toda trabalhando. Meu quarto, no apartamento, dava de frente para um prédio. O Almirante Prado de Carvalho ficou me vigiando. Nessa mesma noite, muita gente foi presa. Minha casa foi cercada pela polícia. Dois outros moradores do prédio foram atacados: um descendente de libanês e o filho de um Brigadeiro que morava lá também. De manhã, às quatro da manhã, fui dormir. Às seis horas tinha que acordar e tomar o ônibus. Quando Julinha acordou, a dona Nazira, mãe do libanês, perguntou se eu estava em casa. Mandou avisar que tinham cercado o apartamento e que iriam me prender.

Botei um braço na tipoia, fingindo que estava quebrado, meti uma arma enrolada ali. Desci. Não tinha ninguém. Fui-me embora para pegar o ônibus. Quando cheguei na escola, o Comandante Brigadeiro Ary Bello, o mesmo do dia 11 de novembro, disse que tinha ordem para me prender.

– Ora, por quê?

– Apenas tenho a ordem.

- Quem lhe deu a ordem?
- O Brigadeiro Márcio Souza Melo.
- O que eu fiz para ser preso?
- Apenas recebi a ordem.

– Então, quer saber, não estou preso coisa nenhuma! Esse Brigadeiro é um integralista, que se movimentou na Revolta de 38. Não serei preso por esse homem. Hoje cercaram minha casa, queriam me matar! Era isso que queriam! Me provocar para que eu revidasse e morresse. Peço que feche a porta da Escola do Estado-Maior para que ninguém entre até que se clareie essa situação.

Ele fechou a porta. Ficamos lá. Meus amigos me apoiaram. Pessoa Ramos, que foi comigo para a guerra, Major Meira de Vasconcelos, também da guerra, Tenente Coronel Oscar de Souza, Correia Neto, instrutor da Escola, e alguns outros. Nós todos ali dentro. Perguntei se Ary Bello estava com raiva de mim por causa de Santa Cruz. Conversei com ele, clareamos tudo... Homem de bem, muito correto. Mais três dias se passaram e caiu o governo da junta militar, assumindo João Goulart.

Ao acabar o Estado-Maior, fui designado para servir no Conselho de Segurança Nacional. Eu nunca tinha entrado em um sistema de informações, não tinha vocação para fuxicar a vida dos outros. Mas tomava parte nas reuniões, lia os relatórios do Serviço de Informação e Contrainformação. No conselho, quando Jango já havia assumido, eu cheguei a conclusão que ali forjavam informações... Os agentes mandavam alguns informes de Recife, Fortaleza, São Paulo, que líamos e fazíamos reuniões de manhã, onde se realizavam relatórios. Dos relatórios saíam coisas do tipo: “fulano é comunista, não pode assumir tal cargo”. Comecei a perguntar:

- Ora, como você descobriu que esse cara é comunista?
- Está nos informes.
- E quem deu esses informes?

Às vezes, os informes eram feitos pelo mesmo agente em uma dúzia de endereços diferentes porque o camarada já sabia que preparava informação errada para prejudicar o governo do Goulart. Suspeitava que tinham coisas erradas. Comecei a questionar, mas o general que ali comandava era muito limitado, cumpria suas ordens sem fazer grandes perguntas.

– Perceba: esses informes são iguais ao jogo de xadrez. Você vai combinando um com o outro e sai qualquer informação.

Os informes eram muito parecidos um com o outro.

Chegou um certo tempo, os alemães convidaram o Conselho de Segurança para fazer um curso de informação na República Federal Alemã. Foram três turmas para lá, depois uma quarta, que eu chefei. Fomos de Munique para Feldafing. Um chofer nos levou da estação, uns dois quilômetros, para um casarão. Ninguém tinha nome, era tudo espião. A cada cidade que iam, trocavam de nome. Enfim, quando chegamos, nos disseram – mediado por intérpretes que traduziam para o inglês – que não tinham currículo algum para nos oferecer. Nos recomendaram fazer passeios pela fronteira, conhecer o muro de Berlim e os museus. Disse:

– Olha, doutor, o Brasil está fervendo, temos muitas obrigações lá. Isso que o senhor está propondo é turismo. Escreva que não há curso e vamos embora.

Quando viram o problema, voltaram atrás. Montaram o curso. Durou dois meses. Enquanto estava lá, fui convidado para comandar a base de Santa-Cruz, que ninguém queria porque era um poço de revolta contra João Goulart. Mas, eu aceitei o comando. Dois colegas me telefonaram do Rio pedindo para que eu não aceitasse por causa dos revoltosos. Ora, tinha dois cursos de Estado-Maior, estágios feitos, idade e posto para comandar uma grande unidade! Se não desse certo, assumia o fracasso e pedia passagem para reserva. Assumiria meu fracasso.

Pois bem, vim. Assumi em agosto de 1962. A base de Santa Cruz tinha seus internos. O intendente era da base, o rancho era da base, tudo da base. Mas o Grupo de Caça, a aviação, é hóspede: nós somos apenas o apoio da base. Se fosse para a base, sabia que poderia contar com o Grupo de Caça, que eram dois esquadrões; com a aviação embarcada; e com o esquadrão de controle e alarme, as três unidades sediadas na base de Santa Cruz. Só podia botar um subcomandante da minha confiança. Convidei um amigo meu, Mucio Scevola Scorzelli. Fomos comandar Santa Cruz debaixo daquela má vontade que dominava o ambiente. O pessoal da caça me respeitava muito, obviamente, porque eu tinha sido piloto de caça. Mas, o pessoal da embarcada, comandada por um colega meu, não tinha empatia alguma entre nós. No entanto, até que nos demos bem.

Na base, tivemos vários incidentes. A primeira foi a Revolta dos Sargentos em Brasília. Caso sério. Chegaram até a prender o comandante da base...

Foi um levante de uma noite. Soube de madrugada, reuni meu povão lá e deixei claro: o Brasil não ia ser salvo por sargento, nem por soldado, nem por operário, nem por estudante. Ia ser salvo por todas as partes da sociedade brasileira juntas.

Logo depois, foi a efervescência da reforma agrária, os comícios da Central. Como só se falava em reforma agrária no país todo, resolvi esclarecer a base. Expliquei que havia um plano de aproveitar as terras devolutas em torno da base para se fazer uma plantação. Não uma horta, mas sim uma coisa em grande escala. Fizemos análise do solo, descobrimos que já haviam plantado arroz ali. Entramos em contato com o Ministério da Agricultura, com o João Pinheiro Neto, e estabelecemos um programa de conferências na base. O programa era baseado no livro verde do Estado-Maior, que instruía as bases em temas econômicos, financeiros e organizacionais.

Um tanto antes, tinha convidado um padre muito progressista para nos fazer a Páscoa. Fez uma conferência exaltando o cristianismo. Pedi que explicasse o porquê da Páscoa etc. O pessoal da base decidiu perguntar ao padre sobre reforma agrária... Era o assunto do momento!

Fiz um novo convite a Abelardo Jurema, Ministro da Justiça, do PSD, partido de conservador, para falar sobre democracia e ditadura. Na hora das perguntas:

– O que o senhor acha da reforma agrária?

Não podia mais fugir do tema. O próximo convidado foi o presidente da Superintendência da Reforma Agrária, João Pinheiro Neto. Eu já estava com a segunda intenção de implantar meu plano, esse de plantar arroz ao redor da base. Foi feita a conferência. Ele respondeu todas as perguntas. Quando foi embora, o comandante do segundo esquadrão e o comandante do ECA reuniram suas unidades e fizeram referências não muito agradáveis a mim, dizendo que o assunto da reforma agrária era coisa de comunista. Ah, eu enquadrei eles! Confirmaram que haviam falado de mim para a tropa. Mandeí prendê-los por oito dias, artigo 10: crítica ao superior! Um deles, chamado Alcântara, disse que iria representar contra mim.

Mas, a base ainda não tinha pego o espírito da coisa, entendido os pormenores da reforma agrária. Decidi levar outro conferencista, o Ministro da Agricultura, Osvaldo Lima Filho, que fez uma conferência belíssima. Fiquei tão entusiasmado que fiz uma intervenção. Foi a primeira

vez que falei em público: estabeleci a plantação de arroz dentro da base! Para conseguir a simpatia, comecei com doze hectares, bem colados ali na base, metade batata doce, metade aipim. Toda sexta-feira, saía caminhão levando um saco de batata doce e um de aipim plantados pelos soldados. Colhemos doze mil sacos de arroz! Dentro de setenta e dois hectares, construímos ali perto do rio Guandu mil e oitocentos metros de canal. A água sendo empurrada pela maré que subia. Fui na estação da estrada de ferro, onde tinha uma comporta de aço. Peguei, montei e botei pra funcionar. Eu abri o canal com máquinas da prefeitura. A plantação se formava como um triângulo isósceles, com suas comportinhas que permitiam a terra estar sempre molhada, tudo com muita técnica, adubado. Só precisava vender! A gente vendia os produtos da horta colocando numa carreta e, antes de chegar em Santa Cruz, os atravessadores compravam tudo, a preço de mercado. Em 22 de abril de 1963, demos a maior festa de Santa Cruz. Botei duas mil e seiscentas pessoas sentadas à francesa! Pagamos tudo, fizemos uma festança!

Voltando às conferências, chamei também Juscelino, para falar sobre a Operação Pan-Americana. Mas, quando o chamei, ele tinha sido escolhido para concorrer pelo PSD. Então, não dava mais, iam me acusar de ser cabo eleitoral. Substitui. Chamei o Rubem Berta, dono da Varig, para falar sobre aviação, uma discussão sobre empresa privada e estatal na área. No meio disso, também estava o General Meira Mattos, que tinha uma conferência famosa sobre a projeção mundial do Brasil, dando muito destaque a Brasília. Ele explicou que Brasília era necessária para o país ficar de costas para o mar, deu toda uma explicação geopolítica. Pois bem, também perguntaram para ele sobre reforma agrária!

Avançando no tempo, caminhamos para a “revolução”. Uma grande desmoralização. Pediram em bloco transferência para outras bases. Foi muito desagradável... Tive que ir pessoalmente a João Goulart. Falei que, se ele não quisesse, ninguém embarcava para transferência nenhuma, que tinha solução! Ele não quis tomar grandes providências. Cheguei na base de Santa Cruz, reuni o pessoal da embarcada. Disse:

– Soube ontem, às onze da noite, que os senhores fizeram uma reunião para pedir transferência em massa da base porque a Marinha estava sobrevoando. Isso não é problema dos senhores, nem meu. É um problema po-

lítico: mau uso do porta aviões deles. Que seja resolvido politicamente. No entanto, não aceito a maneira covarde com que vocês estão agindo! Não é forma de soldado agir. Isso vai contra o comandante de vocês. Caso queiram, entreguem esse requerimento.

Pois bem, não entregaram. Eu estava muito zangado...

As coisas foram caminhando. Um dia, fui a uma reunião com Presidente da República, Ministro da Aeronáutica, Ministro da Guerra, Comandante do Exército, todos lá. Fui como Comandante de Santa Cruz. Ali começõu uma sessão no Clube de Suboficiais e Sargentos, onde ouvi os discursos mais inflamados e desrespeitosos que já tinha visto. Fiquei me questionando quando o Presidente ia mandar prender aqueles caras, parar com aquilo. Para minha surpresa, o Presidente João Goulart foi o último a falar. Era um líder populista que, quando ia à frente das massas, era capaz de encantar a todos. Ele ficou empolgado com as palavras daqueles sargentos e fez o discurso dele. Eu disse à Julinha:

– Amanhã esse cara vai ser deposto...

Fui ao Brigadeiro Teixeira. Disse:

– Eu não quero mais ir em sessões dessas. Isso é pura desobediência. O Presidente ali! Alguém tinha que protestar contra aquilo...

Ora, mas eu não sabia de nada. Quem era eu?

Depois, veio o comício da Central do Brasil. Tinha recebido ordens por telefone para deixar a base sair mais cedo, para que o pessoal tivesse tempo de chegar ao comício. Ponderei com o Brigadeiro Teixeira, camarada meu que acusavam de ser comunista:

– Eu deixo a base sair mais cedo, mas precisa vir um telegrama autorizando. Do contrário, nada feito.

Saíram em horário normal, quatro e meia. Fui para casa, troquei de roupa, me dirigi à Praça da República. Fiquei apavorado com o que vi... Era a versão tupiniquim da Alemanha nazista, todos inflamados... Estavam lá João Goulart, Brizola, Miguel Arraes, todos os líderes do governo. Logo em seguida, teve o comício do Automóvel Clube, a gota d'água. Um movimento radical. Pessoalmente, acho radical. Seja de esquerda ou de direita, falam em comício o que a massa quer ouvir. Sai dali fazendo o que a liderança mandar. Em sequência, houve a Revolta dos Marinheiros, liderada pelo Cabo Anselmo, que se tornou mais tarde um agente da CIA!

No meio dessa guerra toda, eu ia para minha festa de 22 de abril. Ia passar o comando em julho. Convidei o General Gabriel P. Disosway, nosso instrutor no Panamá, para vir ao Brasil. Queria inaugurar um retrato dele e o museu do 1º Grupo de Aviação de Caça. Um mês antes, ele cancelou sua vinda. Achei estranho, pensei que tinha coisa ali... Fui a um coronel que conhecia na embarcada e disse que ele não vinha mais. Um tempo depois, mudei o jogo: fui a esse mesmo coronel e disse que Disosway tinha mudado de ideia, que iria vir. O coronel pulou da cadeira, disse que era impossível...

Pois bem, Disosway não viria porque, uma semana antes do golpe de 1964, tentariam tomar a base de Santa-Cruz! Era isso! O atual Coronel Juarez de Deus foi plantado lá, junto com um tal de Ariel. Conheciam o irmão de um soldado meu, entraram num sábado de madrugada pela vila dos sargentos e queriam fazer uma lambança na base para me prender. Mal sabiam eles que esse soldado era mais leal a mim que a qualquer amigo do irmão dele. Ele telefonou para mim e comunicou tudo. Acionei a segurança e prendi esses caras. O Brigadeiro Teixeira mandou eles embora sem mais nem menos. Aquilo não era brincadeira! Ora, tentar causar pânico em uma base! Não imaginava que isso fazia parte de 1964. Jamais pensei que fosse acabar como acabou...

Passei minha base em forma, dentro de todo o regulamento. Fui o único comandante de todo o Brasil a ter sido preso com a base em forma. O único também a ser preso por telefone! No dia da “revolução”, a base ficou cercada. Mandaram um grupo tático com artilharia, tanque, engenharia de combate, comandados pelo Coronel Santa Rosa. Eu sabia... Nessa virada do dia 31 para o dia 1, tinha resolvido localizar a coluna do General Mourão, que vinha de Juiz de Fora para cá. Peguei um avião jato, *side by side*, junto a um comandante de grupo, Bertier, que mais tarde descobri que estava do lado de lá na história, era contra Goulart. Fui fazer a localização, estava chovendo muito. Chamei o radar e pedi que me levasse para além de Paraíba do Sul. Fui até Areal, onde estava a coluna de Mourão. Quando passei lá, não tinha espaço para manobrar. Passei em cima da coluna, *vrau!* Que barato! O maior alvoroço... Gente caindo naquele rio perto da estrada, outros correndo para todo lado. O avião não tinha nem como atirar, não tinha armamento. Puxei pra cima e sai de lá. Chamei o radar de novo, pedi pra me levarem para retornar à Paraíba do Sul. Bertier me falou:

– Rui, dessa primeira vez, não morremos. Da próxima, iremos.

– A gente só morre uma vez.

Fomos de novo. Passei pela coluna. Ficaram igual barata tonta de novo. Voltei, localizei eles no mapa e vim embora. Quando subi o avião, recebi do radar:

– Temos ordens do Brigadeiro Teixeira para o senhor pousar no Santos-Dumont.

– Diga que vou já. Mas, antes, irei deixar Bertier em Santa Cruz.

Fui. Tinha uma esquadrilha de alerta para ser comandada pelo Bertier, pronta, mas inutilizável pela chuva. Pousei no Santos-Dumont. Entrei no QG. Era no segundo andar. Vi um monte de gente na sala com o Brigadeiro. Perguntei:

– O que houve?

– A vila militar roeu a corda. Acabou. Estamos sendo convocados para a casa do Ministro. Ele tem uma mensagem para nós.

Fomos cada um com seu avião. Entramos na casa do Ministro Botelho. Ele disse:

– A vila militar rendeu-se. A coluna do Mourão está próxima. João Goulart foi pro Rio Grande do Sul. Aqui, não faremos nada. Iremos receber ordens do governo que assumir. Naturalmente, irão nos substituir. Essa é minha ordem, façam o que quiserem, mas Goulart não quer que haja reação, não quer derramamento de sangue. Então, não iremos derramar.

Fomos para o rancho da base. Entraram lá três oficiais: Capitão Hugo Hartz, Major Mathias Baliu e o Tenente Coronel Emanuel Nicoll. Hugo me disse:

– Coronel Rui, estamos com dois C-54, com vinte sargentos conosco e um pouco de armamento. Iremos a Porto Alegre oferecer nossa resistência a João Goulart.

– Olha, você não deve me perguntar nada aqui. Sou o mais novo dentre os que estão comigo. Teixeira é o mais velho. Mas eu lhe digo, eu não vou com vocês. O Ministro nos disse que o homem foi para Brasília e que depois fugiu para o Rio Grande do Sul. Com certeza irá para o Paraguai, Bolívia, Argentina... Sair daqui. Afinal, ele não quer resistir. Nos foi mandado passar o comando sem derramar sangue. Além disso, tenho compromisso com meu subcomandante, Coronel Múcio, com meus oficiais leais, com os sargentos, com a base toda. Me desculpem, não vou. Brigadeiro Teixeira, você vai?

Ele respondeu:

– Rui tem toda a razão. No entanto, eu vou porque essas pessoas têm muita raiva de mim e irão me crucificar. De lá, me exilo junto com o Presidente.

Depois, tentei três vezes pousar em Santa Cruz, naquela chuva tremenda. Pousei, desci, Múcio me recebeu. Nos reunimos todos na base. Conteí o que o Ministro tinha dito. Disse que aguardaria o novo comandante. Encerrei a prontidão, falei para desarmar todas aquelas pessoas. Fui dormir.

Chegando no meu quarto, lá estava Julinha. Pela primeira vez, ela foi à base. Disse que queria ficar comigo. Tranquilei ela. Disse que não era Dom Quixote para resistir, mas que não ia ser humilhado por ninguém. Deitamos. Às duas da manhã, bateram na minha porta:

– Coronel Pires está esperando o senhor.

– Diz a ele para me esperar na sala de comando. Peça para ele botar a arma em cima da mesa.

Entrei na sala. Nos saudamos.

– Pires, o que você veio fazer aqui?

Eu já sabia o que ele vinha fazer. Tinham mandado um telegrama um pouco antes com ordem para ele me substituir. Ele me mostrou o telegrama. Eu disse que já tinha visto.

– Então, como iremos fazer?

– Pires, deixa eu te dizer: não vou te dar o comando às duas da madrugada. Isso dá impressão que estou sendo escorraçado daqui... Esse pessoal todo é meu amigo. Não irão gostar da notícia que eu saí de madrugada. Vai que te entendem errado também...

Ele concordou com minha fala. Continuei dizendo:

– Mas, deixa eu te fazer uma pergunta: você alguma vez veio à Santa Cruz?

– Não. Eu nunca tinha vindo aqui.

– Então, não deveria ter sido indicado para comandar a base de Santa Cruz. Fale para o Brigadeiro Melo que você não tem condições de comandar a base. Diga que eu sugiro vir para cá o Becker, ex-comandante da embarcada, homem que conhece muito bem Santa Cruz. Tem que ser alguém em condições de comandar a base!

– Está bem. A gente telefona para o Brigadeiro Melo e você fala com ele, faz sua sugestão.

Liguei. Atendeu o Brigadeiro Dario, um dos chefes da “revolução”. Expliquei que o Pires era um homem de moral, mas sem condições de comandar a base. Ele me passou para o Melo, que foi curto e grosso:

– Não quero saber de ponderação nenhuma. Você não viu meu telegrama? Passe o comando dessa merda agora para o Coronel Pires!

– O senhor chama a base de merda pois sempre considerou a própria FAB uma merda. O senhor sempre foi do contra mesmo, né?! Mas, foi aqui nesta base que aprendi a ser oficial, não na Itália, nem em nenhuma escola! Aqui é a minha casa! O senhor respeite a minha casa! É o seguinte: irei passar a base com a tropa em forma às nove horas, de acordo com o regulamento da Aeronáutica. O senhor está convidado.

Ele me mandou ir para a puta que o pariu! Desligamos o telefone. Disse para o Pires que ele assumiria mesmo, mas que todos os homens da base eram leais, mesmo aqueles que eram contra mim por algum motivo. Enfim, fui para meu quarto. Nessa hora, Santa Rosa telefonou. Chamei ele de sacana, traíra, falei que só passaria o comando às nove horas com a tropa em forma. Convidei o Ministro, mas Santa Rosa foi proibido de entrar!

Assim foi. Passei o comando em forma. Na hora da apresentação, me apresentei a cada oficial. Um Major da embarcada me estendeu a mão.

– Major, o senhor não sabe o regulamento? Quem tem o privilégio de dar a mão é o mais antigo, não darei a mão para você porque sei que você é desleal.

A minha ordem do dia foi minha carta, aquela de meu pai: “Lealdade a seus companheiros e obediência a seus superiores. O povo desarmado merece respeito das forças armadas. Esse povo deve inspirar-nos em momentos graves e decisivos. No momento de loucura, devemos ser prudentes, não atentando contra a vida de seus concidadãos! Soldado não conspira contra as instituições as quais jurou fidelidade... Vivemos dois governos: o constitucional, de João Goulart, e o governo da força, aqui representado pelo Coronel Pires. Eu e Pires somos apenas atores deste palco, não temos culpa de estarmos onde estamos. Transfiram sua lealdade a ele.” Foi mais ou menos isso. Peguei o carro e saí. Desmanchei... Meus olhos apertaram...

Cheguei ao Quartel General, me apresentei ao Comandante da Zona, e logo depois ao Brigadeiro Melo. Se apresentaram Brigadeiro Teixeira, Coronel Alvarez e eu. Mandaram a gente ir para casa, aguardar ordens. Enquanto saía, falei pro Teixeira:

– Eu vou ser preso é agora. Vou esculhambar esse cara.

E voltei.

– Brigadeiro Melo, hoje de madrugada eu fiz uma ponderação e terminamos em um clima muito desagradável. Queria lhe perguntar: o que o senhor quer? Eu não quero ser preso por show.

Ele debochou:

– Uma revolução e você não quer ser preso?!

– O senhor está distorcendo minhas palavras... Não quero ser preso por show! Se mandar oficial, sargento, metralhadora, equipamento pro meu apartamento, não vai funcionar. Moro naquele prédio há trinta e seis anos. Lá moram meus amigos, vizinhos, porteiros. Não faça isso. De graça, não vou deixar.

– Então, você sabe que vai ser preso?

– Quer ver minha disposição? Estou preso?

– Não.

– Então irei embora para casa. Daqui a trinta minutos você vai lá em casa com suas metralhadoras, jipes etc. Toque a campainha. Perguntarei se você veio me prender ou me visitar. Caso venham me prender – tirei minha pistola – eu dou um tiro no senhor.

– Mas, você será preso. Quer que a gente faça como?

– Por telefone.

Fui o único oficial nessa “revolução” a passar o comando em forma e ser preso por telefone, sem show, no dia dois ou três de abril. Fui entregue à Marinha, em uma situação difícil. Estava muito irritado. Fui acompanhado por um colega meu, Coronel Zamir de Barros Pinto. Me intimidaram com uma metralhadora. Ora, que absurdo... Eu estava fardado, ainda nem era prisioneiro, ainda era Coronel! Eu preso e botando bronca... Pedi para falar com o Almirante.

Me mandaram para o porão do navio Barroso Pereira, convivendo com ratazana, barata, um horror... Julinha aqui fora soube que eu não estava preso com meus outros colegas, que estavam no Princesa Leopoldina. Ficou apreensiva. Perguntou ao meu ex-Comandante, Brigadeiro Nero Moura, o porquê dessa diferença. Nero Moura se comunicou com algumas pessoas e, após três dias preso, fui transferido para o Princesa Leopoldina. Lá, encontrei setenta e poucos oficiais da Aeronáutica. Ao todo, eram cento e

cinquenta presos, todos nós em um sistema de incomunicabilidade. Era um navio de linha, tinha até ar-condicionado! Fiquei preso durante quarenta e cinco dias nesse navio.

Na hora do rancho, a gente saía com um fuzileiro apontando um fuzil nas nossas costas, acompanhado com um oficial. Juntavam-se oito presos no camarote para almoçar, jantar e tomar café. Foi um tempo que tomei a iniciativa de modificar meu comportamento. Decidi tomar partido. Não entendia o porquê estava preso, não tinha feito nada!

No Barroso Pereira, eu já tinha arranjado briga, me trataram muito mal lá... Tinha feito bagunça na hora de ser revistado. Eu era mais antigo que o Almirante do navio e ele não me deu o digno respeito que eu merecia. Fiz greve de fome, fiquei três dias sem comer. Ia terminar comendo, claro, não queria morrer de fome. Mas, quis resistir o quanto podia naquele lugar indigno. Mudei de navio. Agora, o Comandante do Leopoldina era o Santos Lima. Eu conhecia o irmão dele, tinha sido meu médico. Batemos um papo. Ele disse que precisaria me revistar.

– Deixa eu te dizer: lá no distrito naval, fiz uma cena grosseira com o Almirante, pedindo para ele me dar uma afirmação de que não seria mais revistado. Telefona para ele e ele te garante que já fui revistado.

– Não tenho como ligar para ele. Preciso seguir as normas de segurança.

– Faz o seguinte: chama aquele fuzileiro ali. Você manda esse cara me agarrar e aí você me revista. Do contrário, eu não vou ser revistado.

Ele viu minha disposição e encerrou o caso. Ele me respeitava muito. No oitavo dia, ele mandou me chamar:

– Coronel, estou com um problema sério aqui no navio.

– Qual problema?

– Nós estamos com sete oficiais, alguns muito revoltados. Estão ofendendo os companheiros da Marinha. Gostaria que eles ficassem com o senhor, que é muito enérgico.

– Qual o posto deles?

– Três tenentes, dois majores, dois capitães.

– O senhor tem sido muito legal comigo... Pode mandar os rapazes.

Quando eles chegaram lá, um deles já meteu o dedo na minha cara:

– O senhor fez muito mal em se responsabilizar por mim porque eu vou fugir dessa merda de navio.

– Fala baixo. Esses caras podem estar te ouvindo! Eu também quero fugir... Não me responsabilizei por ninguém. Ele só quis mandar vocês para cá e eu aceitei. Podemos pensar em fugir juntos. Primeiro, você sabe nadar bem? Se você sai na costa e bate uma correnteza você nunca mais chega em Copacabana. Outra coisa, a altura: se a gente cair na água, o estrondo que vai fazer irá nos denunciar...

Um deles, João Carlos, era bom em engenharia. Pensamos que ele poderia fazer o desenho do navio. Isso iria nos ajudar a pensar. João Carlos estava indignado que pegaram o rádio dele! Sugeri:

– Vamos dar um jeito de buscar esse rádio.

E começamos a pensar nessa primeira manobra.

– Eu vou com você lá. O rádio provavelmente está na mesa do comando. Digo que você é um grosseiro, que está arrependido e que gostaria de pedir desculpas a ele. Quando você pedir suas desculpas, eu peço um abraço, faço uma cena, você vai e rouba o rádio.

– Ele pode nos pegar.

– Ora, se pegar, pegou.

Fomos lá, fizemos uma cena, pedi o abraço. O Comandante resistiu um pouco. Nos abraçamos. João Carlos roubou o rádio! Acho isso tão engraçado... Descemos com nosso rádio. Escutávamos as notícias e fazíamos transcrição das partes mais importantes em pequenos guardanapos para passar informações um para o outro. Assim, sabíamos quem havia sido cassado etc. Os guardanapos viraram uma espécie de jornal interno, um noticiário, até que quebraram a incomunicabilidade. A gente pediu para abrir o camarote. Pedimos para ter direito a um banho de sol. Falei para o Santos Lima que era impossível fugir dali. Então, as coisas foram relaxando.

No entanto, teve um tempo que eles começaram a apertar o cerco, pensaram que só podia ser rádio. Em um dia de banho de sol, me isolei num canto do barco, peguei um papel e comecei a redigir o noticiário, até que me cercaram.

– Com licença, Coronel.

– O que você quer?

– Coronel, estamos em um regime de incomunicabilidade e o senhor está ouvindo rádio.

Enfim, foram muitos episódios...

A gente também pediu licença para pescar. Pescávamos à beça e jogávamos os peixes na piscina do navio. Outra coisa divertida: eu aprendi a jogar *king* na guerra da Itália. Então, começamos um campeonato lá dentro. Duzentos cruzeiros por inscrição de cada um, que virava o prêmio de quem ganhasse. Dos cento e cinquenta sujeitos presos, sobraram quatro para disputar aquele monte de dinheiro: eu, Prado Lima, outro que não lembro o nome e Suzano. Dado momento, Brigadeiro Teixeira, que já tinha sido eliminado, foi para esse camarada que não lembro o nome e comprou o lugar dele para jogar a final. Lancei um protesto! Brigadeiro Teixeira estava corrompendo a competição! Fizemos uma grande gozação...

Outro momento que me lembro remete a uma noite em que estava jantando e ouvi dizer que o Coronel Jarbas Ferreira de Souza estava fazendo aniversário. Pedi permissão para quebrar o silêncio. Cantamos todos parabéns, batemos palmas, demos um miolo de pão para ele como presente. Às duas da manhã, me acordaram no camarote:

– Comandante Santos Lima quer falar com o senhor.

Me acusaram de convocar em códigos um levante no navio pelo parabéns cantado. Uma coisa assim... Ele ficou maluco... Me pediu explicação.

– Ora, aniversário do colega. Cantamos parabéns, não há mais nada.

Ele duvidou.

– Olha, Coronel, o senhor é um barato. Vou fazer o seguinte: convide o aniversariante para amanhã, após o jantar, tomar um copo de álcool comigo no navio. Pode chamar mais umas cinco ou seis pessoas.

Agradei. Levei o Alvarez, o Caldeira, o Machado, que era alcoólatra e recebia um copo de cachaça todo dia do navio, o Lauro e, obviamente, o Jarbas. *Johnnie Walker, Black Label*. Foi divertido...

Um certo tempo após presos, começamos a ser chamados para depor. Tínhamos que sair do navio e ir para o Rio. Compartilhamos as perguntas feitas um para o outro. Na minha vez de depor, o auditor era Nelson Sampaio. Atrás dele estavam o Coronel Hipólito da Costa e o Coronel Souza Mendes. Pois bem, as coisas foram andando até que chegamos nas tais conferências da base de Santa Cruz:

– O senhor convidou os indivíduos Abelardo Jurema e João Pinheiro Neto para fazer conferências de caráter subversivo dentro da base de Santa Cruz?

– Com todo respeito que eu devo ao instrumento da justiça, eu não respondo a pergunta canalha.

Quando eu disse isso, o auditor protestou. Disse que se eu estava chamando a pergunta de canalha, ele também era canalha.

– Não é nada disso, eu ainda não chamei o auditor de canalha. Canalhas são o Souza Mendes e o Hipólito, pois são eles quem estão mandando as perguntas. Agora, se o senhor está tão entusiasmado com as perguntas, também deve ser canalha, além de covarde.

Ficou um silêncio. O Nelson disse:

– Coronel, o senhor é prisioneiro e está respondendo a um inquérito policial-militar e eu estou aqui como inquiridor fazendo as perguntas que me mandam fazer. O senhor é obrigado a respondê-las.

Me levantei, peguei o braço dele e disse:

– Olha aqui, Sampaio, eu estou preso, mas estou vivo. Vou me sentar e quero que você faça essa pergunta canalha que você acabou de fazer.

Silêncio. Sabia que ia estourar ele na porrada se falasse de novo.

– Coronel, eu conheço o senhor desde que voltou da Itália. Um homem com moral, caráter, bravura. Estou aqui para fazer as perguntas. Mas, em prova do respeito que tenho pelo senhor, te pergunto como você quer que seja feita essa pergunta.

– Pergunte se promovi conferências na base da Santa Cruz de acordo com o livro verde de instrução da Escola-Maior. Responderei que sim. Pergunte quem foram os participantes das conferências. Responderei que foi um padre falar sobre o cristianismo e que, no meio de sua conferência, perguntaram sobre a reforma agrária, tendo as perguntas sido vetadas. O segundo conferencista foi o Ministro da Justiça, líder do PSD, que agora está preso depois de você tanto puxar o saco dele. Ele tinha ido tratar de democracia e ditadura. O terceiro conferencista foi o Coronel Carlos Meira Mattos.

Enfim, contei toda a história. Aquilo que era uma peça de acusação contra mim, passou a ser uma peça a meu favor. Era um inquérito que me acusava de subversão. Diziam que eu queria sublevar a base... Fui absolvido. No quadragésimo nono dia, saí do navio. Mas, na minha história, ainda há mais dois inquéritos. Enfim, no navio, a gente ficava esperando um companheiro chegar para contar como foi. Assim, nos preparávamos.

Quando saímos da Marinha e fomos para a Aeronáutica, o Brigadeiro Adil disse:

– Aqui vocês são prisioneiros, mas não irei manter porta nenhuma fechada nem vigiar ninguém. Espero que ninguém fuja.

Nesse mesmo dia que cheguei, fui solto. Não cumpri cinquenta dias, só quarenta e nove.

No navio, eu tinha dito que aqueles caras haviam feito um golpe militar, que aquilo ia durar, que o Brasil agora era deles e que, quando saíssemos, deveríamos procurar mercado de trabalho, nos adaptar. Pois bem, depois dos cinquenta dias, todo mundo foi solto. Convoquei um pessoal para nos inscrevermos na Fundação Getúlio Vargas, acho que era oitenta cruzeiros de taxa.

No dia da primeira aula, fui intimado para ir ao Ministério da Aeronáutica... Começou um inquérito. Fiquei mais cento e seis dias preso. Inquérito comandado pelo Brigadeiro Manoel José Vinhais e pelo Brigadeiro João Paulo Moreira Burnier. Preso, fiquei com o Brigadeiro Dirceu e o Coronel Múcio, meu subcomandante na base de Santa Cruz. Ele estava numa depressão grave.

O Múcio, em um primeiro momento, estava preso em Santa Cruz. Mas, eu soube por um capitão que o Burnier estava pegando pesado com o Múcio. Sabendo disso, ainda quando estava em liberdade, fui ao Brigadeiro Nero. Disse que Múcio não estava sendo torturado fisicamente, mas psicologicamente. Pedi ao Nero que fosse ao Ministro e tirasse ele da tutela do Burnier. Me deixaram telefonar pro Ministro Wanderley.

– Wanderley, gostaria de falar com o senhor. Mas não quero falar com o senhor como Ministro da Aeronáutica. Quero falar como seu companheiro de guerra que te acompanhou em bombardeios, que te ajudava nas esquadrilhas.

Assim, fui ao gabinete dele. Expliquei que Múcio estava perdendo os parafusos por causa da pressão do Burnier, que sua mulher não podia nem visitá-lo. Ele me disse que não poderia fazer nada, pois Burnier era o dono do inquérito.

– Ele é dono do inquérito, mas a portaria nomeando para o inquérito é sua! Você é um general quatro estrelas...

Ele titubeou, disse que eu não estava compreendendo.

– Estou compreendendo, sim. Compreendo que você está com medo dessa galera toda que fez a “revolução”.

– Eu não posso fazer nada.

Ah, mas falei um par de coisas pra ele... Aponte uma medalha que ele havia ganhado após concluir uma missão a qual eu havia indicado ele para realizar:

– Não quero mais que você use essa medalha.

Ele mandou eu me retirar.

– Vou me retirar porque seu gabinete cheira mal, tem merda até nos joelhos.

Um major veio com uma pistola para mim.

– O que está acontecendo, seu Ministro?

– Levanta essa arma, aí! A gente tá cheio de merda mesmo, pode atirar.

Saí batendo a porta. Não demorou muito e eu fui para a prisão pelo inquérito que já comentei, cento e seis dias. No entanto, o Brigadeiro Wanderley se arrependeu muito da maneira que me tratou e depois voltamos a nos tratar cordialmente.

Essa segunda prisão ocorreu após responder o inquérito, no comando da Terceira-Zona. Não tinha levado nem escova de dentes. Dirceu entrou com *habeas-corpus* e saiu. Múcio também. Resolvi fazer a mesma coisa. Era possível antes do AI-5... Evaristo de Moraes não me cobrou nada e fez meu *habeas-corpus*. O Brigadeiro Seco, no voto declarado dele, disse que quem deveria ser preso não era eu, mas o feitor do inquérito, Brigadeiro Burnier, pois ele que era subversivo por ter feito Aragarças e Jacareacanga! Isso está lá no inquérito. O General Mourão Filho, aquele que passei por cima das tropas, foi para o Supremo Tribunal e havia dado entrevista dizendo que ia acabar com os comunistas. Mas, na hora de votar no meu *habeas-corpus*, disse que eu não deveria ser preso, pois estava nos quartéis lutando pelas instituições. O Brigadeiro Melo, que me cassou da primeira vez, também votou a meu favor. Fui solto por unanimidade. Na mesma noite, fui para casa.

Bom, veio outra intimação. Inventaram tudo que podiam contra mim. Quando fui falar com o Marechal, que era do Maranhão e conhecido do meu pai, disse que estava muito chateado, mas que tinha que cumprir sua missão. Mandaram a primeira pergunta:

– Por que o acusam de comunista na FAB?

– Olha, Marechal, é a primeira vez que me falam em comunismo... Já passei cento e seis dias, respondi as questões mais tenebrosas possíveis, mas nunca me disseram que eu era comunista! Essa é novidade! Mas lhe dou uma resposta: quando queremos destruir um companheiro na FAB, dizemos que ele é corno, viado, ladrão ou comunista. Qual pegar, pegou. O senhor que tá aqui me fazendo pergunta, sabe qual fama tem? De ladrão! E o senhor nem pode ser ladrão...

Ele disse:

– Sabe de uma coisa, Moreira Lima, esses caras são uns filhos da puta. Eu não vou mais fazer esse inquérito.

E encerrou o inquérito ali. Fui pra casa, ponto. Mas perdi minha turma do curso, tinha ficado preso e não pude fazer. Sem curso disponível, fiz o requerimento da minha licença de voo. Era a coisa que eu sabia fazer, voar. Me negaram a carteira alegando que eu podia ser pombo-correio. Cassaram minha profissão...

Fui tentar emprego em São Paulo, em uma empresa construtora de carroceteria de ônibus, a Grassi, nascida de uma família de imigrantes italianos. Quatro, cinco dias trabalhando, me chamaram no gabinete do Bruno Grassi e ele perguntou:

– Está satisfeito na firma?

– Estou.

– Você é coronel?

– Sou, da reserva.

– Mas, tão novo e já é coronel?

– Doutor Bruno, vamos ao ponto... Qual é o problema?

– Eu soube que o senhor foi cassado pela revolução.

– Isso mesmo.

– É que nós aqui recebemos financiamentos, benefícios... Estar com o senhor aqui é como se estivesse desafiando a revolução. Peço que me compreenda, mas terei que te demitir.

Pensei que seria difícil arranjar emprego nas minhas condições... Me inscrevi para um consórcio de venda de apartamentos. Fui aceito. Chamei meus colegas todos para vender apartamento. Fizemos inspetoria, essa coisa de corretor. Só tinha gente cassada. Fizemos um monte de venda na época.

Depois, fui vender máquinas pesadas. Um sargento, doutor Vieira, fez uma firma de lajes pré-moldadas e eu fui aprender com ele como fazer.

Três meses depois, virei diretor comercial da firma dele, fiquei lá durante um ano. Sai da firma, fundei uma empresa chamada Jaboque Comércio Engenharia Limitada. Comecei a trabalhar em construção civil. Não entendia nada da área...

Nas minhas andanças, conheci a Sudene, a Sudam e o reflorestamento. Entrei de cabeça nisso. Estudei as leis, me tornei *expert*. Passei dezessete anos nesse ramo. Entrei no mercado de capitais também, mas o Banco Central não me deixava registrar coisa alguma. O Serviço Nacional de Informação não queria deixar. Me dirigi até o SNI, me apresentei como coronel e pedi pra falar com o Coronel Muran, conhecido meu:

– Pô, vocês querem matar a gente de fome? Não me deixam nem registrar minha casa, minha patente, não deixam voar, não deixam nada!

Ele falou para eu esperar que iria conversar com o General Médici, na época, chefe do SNI. Voltou e disse:

– Olha, no seu prontuário não há acusação. Quando chegar no seu escritório, as providências do seu registro já estarão sendo tomadas.

E foi assim. Registraram e eu entrei no mercado de capitais. Eu só fazia incentivo fiscal, coisa de pessoa jurídica. Minha firma começou a competir com banco. Isso não me enriqueceu, mas melhorou muito minha vida. Durante dezessete anos, o Banco Central me inspecionava de dois em dois meses. Tinha sempre um inspetor na minha cola, mas eu ficava amigo da maioria. Fui vice-presidente da distribuidora de valores durante quinze anos. Só não fui presidente porque a “revolução” não permitia.

Entre em vários congressos, tenho trabalho feito e publicado. A revista da bolsa publicava entrevista comigo, entrava na mesa com os maiores nomes porque no assunto eu me garantia. Dei aula na Cândido Mendes sobre incentivos fiscais, em alguns bancos. Ganhava uns trocados... Fui vitorioso no comércio, cheguei a ter treze salas, vinte e quatro telefones e trinta e dois funcionários, corretores. Trabalhei como guia de turismo por um tempo. Levei um golpe nessa época, fiquei devendo aos hotéis do Rio de Janeiro, mas paguei a todos. Tive que vender a firma de turismo para isso. Eventualmente, vendi a distribuidora também. Virou Lógica Oportuno Distribuidora. Encerrei minha carreira esportiva no comércio.

Nessa jornada, aprendi algumas coisas engraçadas... Lembro que quando estava preso, fui visitado pelo Coronel Perdigão, um homem muito inte-

ligente. Perguntei o que faria sem minha licença de voo. Ele me respondeu dizendo que minha única outra vocação possível era ser vendedor. Assim foi. Seguiu a dica dele: em uma longa conversa sobre negócios, só importava verdadeiramente os cinco minutos em que todo papo virava dinheiro. Era nestes cinco minutos que eu deveria me atentar! Nessa jornada, fiz amigos, aprendi a me comunicar, perdi alguns amigos pela “revolução”, mas ganhei outros pelos novos ramos da vida.

Foi durante os trabalhos nessa minha empresa que fui preso pela última vez, pelo Médici, em 1970, perto das eleições programadas para o dia 15 de novembro. No dia primeiro do mês, tentaram fazer barreiras com a polícia para me prender, mas sequer me acharam e eu fui pra casa. No dia três, eu saí cedo para ir pro escritório. Eles foram para casa e prenderam Pedro Luiz, meu filho. Encapuzaram ele e mandaram dizer onde eu estava. Ele disse, não era segredo: eu estava trabalhando na firma em Presidente Vargas. Foram pra lá e me prenderam...

Durante essa eleição de 1970, mandaram prender mais ou menos cinco mil pessoas. Foi muito estranho, pois dentro desses cinco mil, eu era o único da Aeronáutica! Ficou claro que tinha alguém me marcando, alguém que não queria que eu continuasse a viver minha vida civil. Fui preso sem conhecimento da Aeronáutica, pelo DOI-CODI, nessa operação truculenta que prenderam meu filho para saber onde eu estava. Eles sabiam muito bem onde eu estava, mas queriam criar uma situação para eu reagir... Eles chegaram no escritório e disseram:

– Coronel, o senhor está convidado a ir à Polícia do Exército.

– Quem convidou?

– O Comandante.

– Qual nome do Comandante?

– Não sei.

– Como não sabe? Precisa dizer o nome do Comandante para ver se eu aceito ou não o convite!

Ele admitiu:

– Foi o Coronel Sampaio.

Não conseguia lembrar quem era Coronel Sampaio.

– É convite, né? Pois então diga ao Coronel Sampaio que não vou, não.

– Mas o senhor tem que vir.

– Só se for arrastado. Vocês só estão em dois.

– Há mais quatro homens lá embaixo.

Ponderei. Não iria ser Dom Quixote nenhum.

– Então, eu vou.

Nessa época, sabia que não podia ser desaforado como fui no começo da “revolução”. Já tinha ouvido falar de pessoas assassinadas, torturadas, por pessoas indignas do Exército que não honram suas fardas... Podiam me matar! Aliás, a ideia era essa, por isso que levaram meu filho junto. Quando desci e vi ele lá, dei um murro no Sargento. Gritei, mas meteram a metralhadora na minha frente... Pedi que soltassem meu filho e soltaram, talvez por respeito pela hierarquia militar. Pedi que meu filho avisasse sua mãe que eu estava sendo sequestrado, que não sabia para onde estava indo, mas que supostamente iria para Polícia do Exército.

Entrei no carro. Deram umas voltas e me disseram:

– Coronel, estou com um dilema aqui. Tenho que colocar um capuz na sua cabeça porque o Comandante não quer que a porta da Polícia do Exército seja identificada.

Botaram o capuz. Fiquei olhando o relógio para ver quanto tempo ficaria encapuzado, pra saber onde me matariam... Pensava que iriam me matar. Que cisma que me deu! Fui para guerra defender a democracia e, de repente, uma polícia nazista dessas me encapuzou pra me levar não sei pra onde! Fiquei com minha vida em retrospecto. Ouvi barulho de trem. Onde é que estou? Talvez me levem para a Vila Militar. O carro parou depois de uma hora e vinte. Saltei do carro. Senti que era uma subida. Ouvi um comando de sentido. Era cavalaria. Pensei que deveria ser o antigo Regimento Andrade Neves. Entrei numa sala, me sentaram numa poltrona, decidi que não iria falar. O tempo passou. Sabia que tinha gente na sala, mas não faziam barulho. Depois de algumas horas, ouvi um sussurro:

– Será que esse filho da puta morreu?

Disse em seguida:

– Filha da puta é você. Escuta bem: eu sou cardíaco e estou sem meus remédios. Tem como me buscar um médico? Minha pressão está alta.

Ninguém respondeu nada. Depois de dez minutos, um homem entrou na sala e tirou minha pressão. Estava alta.

– Tomo Propranolol de noite e Persantin de manhã.

– Não tenho isso aqui, só tenho Luminal.

– Não quero, prefiro ficar com a pressão alta.

Ele foi embora. Deu dez minutos, disseram:

– Coronel, o senhor pode tirar o capuz.

Tirei. Todos eles estavam encapuzados... Me conheciam. Até aquela hora eu não tinha certeza onde estava. Disseram:

– Esvazia seus bolsos, iremos te dar um recibo.

– Está bem.

Listaram meus pertences: um cartão da CESPE e um cartão do meu irmão. Esse cartão tinha o nome do meu irmão, da minha cunhada...

Me encapuzaram novamente e me levaram para uma prisão. Uma escuridão absoluta. Não tinha luz, uma cama de ferro, um colchão feito de folha de bananeira seca. Um horror! Uma cadeira sem um dos pés, uma mesinha. Passei três dias lá, andando de uma parede para outra.

Antes de anoitecer, chegou um Tenente-Coronel:

– Sou o Subcomandante. Queria te dizer que você está preso, mas nós apenas te recebemos, não temos nada com sua prisão. Caso você queira alguma coisa...

– Quero luz. Queria que vocês fossem até onde me prenderam para dizer ao meu sócio, Brigadeiro Alvarez, que na minha gaveta há uma maleta com duas promissórias que estão vencendo. Peça para ele pagar por mim, por favor.

– Isso não posso fazer.

– Então, você é um Subcomandante deveras acanhado e sem autonomia. Pode se retirar que não quero mais falar com você.

Quando eu precisava fazer xixi e tal, batia na porta e vinha um Sargento abrir a porta do banheiro. Sempre que eu ia usar, ficava um soldado armado apontando um fuzil... Que coisa grotesca, covarde... Tinham que me ver lavando hemorroida, fiz de sacanagem mesmo. A comida era ruim, mas eu pedia chá com torrada e eles me traziam...

Quando me prenderam, Julinha falou com um colega meu, Otávio Costa, que estava em Brasília. Ele era o relações públicas do Médici. Disse pra ela:

– O Rui está no Primeiro Exército, mas não foi o Exército que o prendeu. Ele foi preso por ordem do Brigadeiro João Paulo Moreira Burnier.

Julinha ficou cabreira. Não sabiam onde eu estava. Eram prisões do DOI-CODI. Mas, Hélio conseguiu me localizar em três dias e Julinha foi chamada no quartel general. O Major disse pra ela:

– Tenho uma notícia boa: seu marido irá ser solto, iremos buscá-lo num carro.

– Olha, meu marido foi preso em seu escritório. Eu não irei em carro do Exército. Mandem ele de táxi. Não quero ver homem de farda na minha frente porque vejo um inimigo.

Enquanto estive preso, ficava ouvindo o barulho dos aviões. Pensava: que diabo! Esses aviões passando tão longe... Deduzi, então, que estava no RC-Mec de Campinho. Lá, o Comandante se apresentou para mim e disse:

– Rui, você deve estar muito zangado comigo.

Dei risada.

– Por que zangado? Eu nem sei quem é você, sequer consigo te ver nessa escuridão.

– Eu sou o Sampaio.

– Que Sampaio?

– Do Conselho de Segurança.

Ele tinha servido comigo no Conselho de Segurança, era justamente o AC, o anticomunista com quem eu sempre discutia. Esse camarada já tinha até ido em casa, eu ajudei ele tirar o curso, me devia favores...

– Então, você é o Sampaio? Qual seu cargo aqui?

– Comandante da unidade.

– O senhor é Comandante da unidade e só depois do terceiro dia vem me visitar?

– Eu não sabia que você estava aqui.

– Ora, me desculpe, você é um Comandante de merda! Eu não sou um Coronel qualquer e sequer sou da mesma força que você! Você não sabe nem quem está preso no seu quartel? Estão passando por cima de você. Você está obedecendo ao DOI-CODI. Tu és uma porcaria de Coronel, me deixou aqui jogado. Eu não sou porco! Quero uma cueca e um aparelho de barba.

Era chão de barro, não tinha ladrilho nem nada, uma nojeira... Nem luz tinha.

Ele perguntou se eu não queria escrever para Julinha.

– Quero! Para te esculhambar.

Escrevi para ela. “Sabe quem me prendeu? Aquele cara que foi lá em casa jantar!”. Estava muito zangado com esse rapaz, não perdoei. Li a carta para ele, desaforado. Ele me encheu de desculpa.

Passou um tempo e um militar entrou:

– Com licença, Suzano mandou lhe soltar.

Ali tive certeza, Sampaio estava fazendo uma grande encenação. Já sabia que eu estava lá, que ia ser solto e, por isso, fez uma cena. Pedi para chamarem o Sargento que me prendeu, pois ele havia dito que eu deveria responder um questionário, mas ainda não tinha respondido.

– Rui, vá logo embora.

– Só saio depois do questionário, se não vocês usam isso de desculpa no futuro para me prender de novo.

Fiquei três horas lá enchendo o saco deles, até que decidiram fazer o questionário. Depois, vim pra casa, me pagaram um táxi. Cheguei em casa no dia 6 de novembro. Fui preso no dia três e solto no dia seis. Seis de novembro, mesmo dia que fiz minha primeira missão de guerra na Itália...

Escrevi uma carta de oito laudas para o meu colega que trabalhava com o General Médici:

“Prezado Otávio,

Não fique surpreso, quem escreve é Rui Moreira Lima, seu companheiro de Escola Militar do Realengo, onde vivíamos lealmente. Aconteceu uma coisa comigo digna de um país fascista: fui preso, encapuzado...”

E contei a história para ele, item por item. Pedi para ele que mostrasse a carta ao Médici, um General digno, e terminei dizendo:

“Eu não quero mais ser preso desse jeito, não sou covarde. Caso tenham que me prender novamente, façam com decência.”

Ele não me respondeu. Quando se passaram dois meses, ele fez uma entrevista no *Jornal do Brasil*, como Relações Públicas do Médici, dizendo que sua posição era muito delicada, pois ele recebia um mundo de correspondência e nunca havia deixado de responder uma carta. Pronto. Recortei esse trecho da entrevista dele, grudei com um alfinete em um cartão meu, e mandei: “E agora?”

Esse rapaz, então, me escreveu um dos cartões mais lindos que já recebi:

“Olha, Rui, recebi seu cartão e seu recorte. Não posso dizer que sua situação foi uma tremenda injustiça, porque não foi. Mas, você não sabe o quanto sua carta me ajudou no trabalho que estou fazendo junto ao governo.

Ela andou. Foi a colegas. Foi a Ministros, Generais, ao Presidente. Queria responder a carta olhando para seus olhos, cara a cara”

Guardei a carta. Ele era um homem muito bom... Havia informado para Julinha que eu estava no Primeiro Exército e que havia sido o Burnier a me prender.

Uns dois ou três dias depois de solto, estava no escritório quando chegou o Coronel Sampaio. Mandei entrar:

– Rui, queria te dar uma satisfação...

– Você não tem que me dar satisfação. Estou te recebendo como cliente. Se quer comprar algo, ótimo. Se não, rua.

Chamei ele de mentiroso, como ele era. Falei que não tinha como perdoar ele. Havia sido truculento com meu filho, me encapuzado! Sabia que tudo isso vinha de ordens dele. Ele era o Comandante! Pois bem... Ele voltou outra vez, com um questionário. Eu estava certo. Eles não mandavam porcaria nenhuma. O Exército Brasileiro estava sendo comandado de cima, pelo DOI-CODI, aquele bando de nazistas. Ora, não tinham dito que eu poderia sair sem questionário, mesmo eu tendo insistido? Peguei o questionário dele.

– Vou transformar isso numa carta para te escrever respondendo a todas essas perguntas. Algum dia, eu público a carta também, porque essas perguntas são muito burras.

A primeira pergunta era: “O que você acha do primeiro governo revolucionário?”. Bom, acho que foi péssimo! Fui acusado, preso, cassado, me tiraram a profissão e nem tinham nada contra mim.

Segunda pergunta: “O que acha do segundo governo revolucionário?”. Esse eu achava ótimo! Abri uma firma, subi de vida, achei tudo bacana!

Terceira pergunta: “O que acha do terceiro governo revolucionário?”. Achava horrível! Me botou preso, me encapuzou, governo de covardes!

Enfim, contei tudo que achava dessa maneira. Nunca mais me encheram o saco...

Um tempo depois, recebi um jornalista americano do Pentágono para fazer entrevista. Perguntei como ele sabia quem eu era, quem havia me mandado procurar. Ele respondeu que estava atrás de pracinhas, ex-combatentes, forçou a barra e disse que tinha que me entrevistar. Fiquei desconfiado...

– Mas quem foi que te disse aí no Pentágono que tinha que ser eu?

– Foi o General Vernon Walters.

Eu realmente conhecia ele, sempre me convidada para as recepções dele no Brasil. Eu era o único sujeito cassado a comparecer.

– Tá bem, faço a entrevista.

Fizemos. Explanei tudo, filmamos no avião, toda aquela coisa... Uma filmagem de uma hora mais ou menos.

No ano seguinte, iríamos completar quarenta anos de FEB. Fui convidado para uma recepção com Nero Moura, Brigadeiro Perdigão e alguns outros. Era uma das tentativas de reatar a amizade entre Brasil e Estado Unidos que Geisel tinha quebrado. Lá encontrei o Sampaio e ainda não havia perdoado ele... Nesses últimos tempos, encontrei com ele. Falou comigo. Se ele falar comigo, eu falo com ele, simples assim.

Essa foi a história da minha última prisão. Terminou com essa carta de resposta ao questionário que a “revolução” mandou para mim e esses encontros desagradáveis com General Sampaio, esse homem que tirou o curso na Alemanha comigo.

Nesse curso da Alemanha nos falaram muito sobre comunismo. Deram uma palestra falando sobre o comunismo internacional: China, União Soviética, os países do leste... Eu tinha que tomar nota em inglês, era escreva. No curso, quando chegou na América do Sul, o grande apontado como comunista foi o Chile. No Brasil, localizaram só intelectuais, pouco foco de mobilização, alguns comunistas ortodoxos. Nesse país, o levante não é ideológico, é levante de fome, e isso que o Conselho de Segurança não entendia.

Enfim, depois de preso, continuei vivendo. Me juntei a ADNAM. Fiz livro. Quando chegou aos vinte e cinco anos do pós-guerra, o Exército fez, na Secretaria do Exército, uma revista dedicada à FEB. O relações públicas do Exército, na época, era Otávio Pereira da Costa. Ele escreveu uma circular para vários combatentes pedindo para que colaborassem na confecção da revista. Atendi ao pedido dele. Eu já tinha escrito, em 1946, a história de um amigo que havia morrido em sua primeira missão, que foi lida no Mackenzie. Em 1948, essa história foi publicada no *Jornal do Brasil*, na sessão de aviação, na *Revista da Semana* e, muitos anos depois, publicada na *Revista da Aeronáutica* com um corte. Fiquei muito zangado que cortaram minha história. Briguei com o Brigadeiro que fez isso. Não se pode omitir pedaços da

história. A história tem que ser verdadeira! Dei vários depoimentos, sobre João Maurício Campos de Medeiros, alguns fatos engraçados, vivências, até que me deram a ideia de escrever um livro.

Escrevi durante cinco anos. Publiquei em 1979. Encadernei os originais e tentei publicar, um calhamaço, mas ninguém queria publicar porque era muito grande. Mandeí três capítulos e dei para o Brigadeiro Nero Moura. Pedi para entregar ao General Souto Malan que, na época, estava no Estado-Maior e poderia me ajudar a conseguir alguma coisa na Biblioteca do Exército. Malan pegou o artigo do Lima Mendes e levou para Figueiredo, que ficou muito satisfeito com o livro. Sei que Malan resistiu um pouco a ler. Disse que eu era comunista, que não ia perder tempo com comunista. Mas, o Brigadeiro Nero mudou a cabeça dele. Sabia que eu não era comunista coisa nenhuma. Malan leu e descobriu que a informação que tinha era uma baboseira do Burnier. Após essa volta, consegui mandar o livro para a Biblioteca do Exército, a BIBLIEx, que me mandou um ofício horrível dizendo que meu livro era impublicável, mal escrito e mal formatado...

Comprei três livros da BIBLIEx: do Hans-Ulrich Rudel, um aviador nazista bravíssimo, que voou até depois de levar tiro no pé; do Otto Skorzeny, que libertou Mussolini e do Almirante Wilhelm Canaris, outro nazista. Peguei os livros e fui falar com o Pires. Pensava: “Sou um democrata, fui combater os fascistas... Me mandaram um ofício dizendo que meu livro é impublicável. Mas, nazistas eles aparentemente publicam!”. Tinha decidido ir para briga, mas o General Otávio Costa intercedeu por mim depois que contei a situação para ele, do desaforo que levei.

– Ora, publicaram três livros de nazistas, mas não querem publicar o meu!

Ele foi falar com o General Pires. Sei lá o que ele disse, mas o General Pires me recebeu muito bem, foi muito gentil. Disse que o General Costa iria ler e decidir o que iria acontecer. Eu disse:

– Quero a resposta sobre o livro até 22 de abril.

– Amanhã? Está doído? Isso é um livro grande, não é assim que funciona.

– Não quero saber! Vocês já me deram satisfação suficiente, só preciso mais disso.

Ele leu o livro. Criticou meus posicionamentos políticos, pediu para que eu os tirasse porque não refletiam a conduta do Grupo de Caça... Deixei. Nero Moura fez a apresentação do livro. Passaram-se vinte dias, telefonei:

- E o livro?
- Ah, Rui... Não vai dar... Ainda está em processo...
- Pois então não quero mais conversa com vocês. Não publiquem mais nada.

Ele pediu mais uma semana. Em uma semana, trocaram o presidente da BIBLIEx, colocaram o Coronel Xavier, muito boa pessoa... Publicaram o livro!

Foram mil e quinhentas pessoas no lançamento da publicação, a fila na Praça General Osório dobrava. Estavam presentes o Brigadeiro Wanderley, o Amaral Peixoto, o Cordeiro de Farias, o General Néelson de Melo... Um mundo de pessoas! Me disseram:

- Rapaz, só você consegue juntar Marinha, Exército, Aviação, comunista e corretor!

Foram seiscentos e cinquenta livros. Deu o que falar, saiu no *Estadão*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Globo*. No *Estadão*, havia um crítico literário muito exigente, Wilson Martins, um homem que parecia uma coruja, que me escreveu grandes elogios. No entanto, disse que meu livro era realmente difícil de publicar pela maneira que eu escrevia. Me faltava um *lead*, um potencial de choque dentro das páginas. Ele me sugeriu modificações. Só havia *lead* na história do Corrêa Neto, que eu começava dizendo: “Fogo à bordo de um avião de caça que o piloto está sozinho? É fogo! Corrêa Neto não perdeu tempo, saltou de paraquedas.”

Essa crítica me acendeu uma chama. Peguei as minhas introduções e fui mudando. Um dos *leads* dizia: “A Aeronáutica jogou pela janela a experiência de uma esquadrilha que lutou na guerra.” Foi assim: me animei...

Em 1979, também houve a primeira tentativa de anistia, um projeto horrível de Ulysses Guimarães. Depois, veio o do Figueiredo, que anistia-va mais os torturadores do que os cassados. Na Constituinte, lutamos para colocar a anistia, uma tremenda batalha... Na anistia proposta, a promoção seria pelo processo de antiguidade, mas, assim, ninguém iria até General. Escrevi um manifesto, fiz um apelo aos deputados pedindo que tivessem coragem de enfrentar os assessores parlamentares. A anistia era o único jeito de pacificar as Forças Armadas. Fui perdendo a vergonha, convoquei alguns deputados, me deram a palavra, falei para todos eles! Um trabalho que vinha desde D. Pedro I até a última anistia.

Alguns homens foram cassados por lerem o jornal e não estarem de acordo com o golpe! Quando eu comandeí Santa Cruz, me entregaram a ficha de alguns rapazes acusados de serem comunistas. Era reflexo do McCarthy... Ali eu descobri como se faz comunista: na base da safadeza, da intriga, da infâmia! Eu peguei a ficha desses rapazes, decidi voar com eles. Viajei com eles, não tinham nada de comunistas. Rasguei as fichas deles!

Tudo que vivi tem sido um aprendizado. Vivi, realmente. Nunca recuei, nem dobrei minhas convicções. Politicamente, admirava muito meu pai. Sua carta se tornou meu *vade mecum*. Os pensamentos de um civil guiaram minha vida militar. Sou muito bem casado, há muito respeito e amizade na minha família. Tenho 54 anos de casado com Julinha. Meus filhos são bem formados, honestos. Meu filho é economista, cumpre suas obrigações e acompanha todo esse movimento político brasileiro atual. Converso muito com ele. Minha outra filha é casada, tem dois filhos, muito bem de vida. Também há Claudinho... Não sou rico, tenho esse apartamento que nem é mais meu, é da minha filha Sônia.

Na política, vejo o Brasil muito mal. Entrei em todas as lutas pela emancipação do Brasil e pela soberania do meu país. Entrei numa guerra, perdi colegas, me arrisquei para revidar os ataques covardes dos alemães e italianos. Nessa luta toda, não me arrependo de nada do que aconteceu comigo. Sempre fui muito firme nas minhas convicções. Nunca arreguei ou tive medo. Sempre paguei o preço de minhas atitudes.

Abomino a figura de Fernando Henrique Cardoso. Ele está traindo o Brasil! Juntou-se com um grupo de homens que estão comprometendo a soberania do Brasil ao entregar tudo. Estou no fim da vida, mas estou preocupado. Tenho como meta ainda continuar minha defesa pelo Brasil enquanto puder.

Eu corro atrás da manutenção da história do Brasil e da história da Aeronáutica. Sou membro do conselho do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, ocupo a cadeira dezesseis, de conselheiro. Procuvo manter viva a história da força aérea e do 1º Grupo de Aviação de Caça. Para falar sobre o 1º Grupo de Aviação de Caça, sou o primeiro a ir, sempre! Quando me chamam em atos públicos, pela minha idade, sou escolhido. Se me dão a palavra, dou meu recado, apesar de ser pobre nas minhas expressões.

O Brasil vai mal, mas acho que não há mal que sempre dure. Esses homens que dirigem o país sairão pelo voto. Estou me empenhando para

que Fernando Henrique não seja eleito novamente. No Clube Militar, fui convidado para fazer parte da chapa, mas não sou político de clube, não gosto disso. Tentarei eleger Hélio Lemos, companheiro meu de guerra, que está tentando voltar às origens do Clube Militar. Voltar a discutir os temas nacionais naquele lugar. Quando os militares da ativa descobrirem que é dentro do Clube que podemos nos organizar para fazer oposição a esses entreguistas, a esse presidente, nós iremos poder finalmente tirar esse Ibiapina e nos organizar novamente. O Brasil não é de Fernando Henrique, nem de nenhum desses outros homens!

Esses são os fatos que estão dentro de mim.

João Evangelista Mendes da Rocha

O General João Evangelista Mendes da Rocha compõe o núcleo daqueles militares que lutaram contra o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial. Natural do Piauí, estudou no Colégio Militar do Ceará e se formou na Escola Militar do Realengo em 1937. Sua narrativa biográfica foi construída a partir das anotações feitas de inúmeras conversas que tivemos antes e depois de reuniões da ADNAM, no Rio de Janeiro, entre uma e outra viagem à terra natal. Por correio, enviou-nos o livro intitulado *A serviço do Brasil*, uma síntese de pensamento, ação e história de vida, que reúne uma coletânea de artigos por ele publicados na imprensa militar e civil sobre os mais diversos temas de interesse primordial para entender as ideias defendidas pela esquerda militar no final do século XX. Isto porque seus artigos eram discutidos, prestigiados e apoiados por seus amigos na Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM), assim como seus livros receberam atenção nos boletins desta associação da qual participava.

Desse modo, percebemos que o General João Evangelista foi um porta-voz do grupo organizado em assunto relativos à política interna e internacional, soberania nacional e problemas brasileiros. Além disso, por ser ex-combatente da FEB, retomava aspectos relacionados com a FEB e considerações sobre a guerra com o intuito de registrar memórias e deixar uma história, que estava sendo esquecida, para as futuras gerações.

João Evangelista comentou e destacou seus pensadores favoritos e as figuras históricas que considera como patriotas quando, por exemplo, tratou do papel das Forças Armadas em diversos momentos da história e no seu tempo presente. Como foi comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, destituído pelo golpe de 64, sentiu-se à vontade para tratar de aspectos relacionados à segurança pública. Fez considerações a respeito do combate à violência e acerca da necessidade de mudanças na formação educacional militar. Levantou problemas da administração pública, área na qual tinha

formação em nível superior, abordando temas nacionais e, especificamente, problemas do Nordeste, em particular do Piauí. Foram inúmeras as conversas e o compartilhamento de seus escritos sobre infância e adolescência em seu estado de origem, mostrando forte e permanente ligação com seus conterrâneos. Por eles era reconhecido como escritor, sendo um dos fundadores de uma Academia de Letras em sua região, onde realizava lançamentos de livros e continuava a publicar como colunista nos jornais locais.

A narrativa biográfica de João Evangelista é fundamental para conhecer a história invisibilizada de como um ex-combatente antinazifascista, considerado por muitos como herói de guerra, foi perseguido, humilhado, inclusive, com seu filho sendo preso e torturado, após o golpe de 64, a exemplo de outros colaboradores deste trabalho (Apolônio de Carvalho, Fortunato Câmara de Oliveira, Rui Moreira Lima, Miguel Alfredo Arraes de Alencar, Jacob Gorender e Kardec Lemme, que o indicou para ser entrevistado).


O General João Evangelista foi contundente ao defender o registro das memórias dos ex-combatentes da FEB, participando de suas associações, reivindicando direitos e escrevendo um livro sobre o tema. Além disso, fez uma importante crítica, no início de seu depoimento, sobre um projeto de história oral realizado pelas Forças Armadas na virada do século, lamentando que muitos dos amigos que mereciam ter sido ouvidos já tinham falecido, quando houve esta iniciativa tardia.

Por isso, ressaltamos como muitos dos seus posicionamentos foram atuais e pertinentes. Destacamos a abordagem que fez sobre a urgência das questões relacionadas ao meio ambiente, a partir de sua participação na ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente, também conhecida como Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Esse ponto das nossas conversas foi muito impactante para mim, pois eu e vários amigos do movimento estudantil estivemos ali. Da mesma forma que o General João Evangelista, tínhamos participado de fóruns paralelos ao evento, inclusive o Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE, realizado no mesmo período, entidade conhecida pelos participantes dos movimentos ambientais e dos movimentos sociais de todo o mundo. Desse modo, toda uma geração que hoje está na linha de frente das lutas relacionadas à preservação da Amazônia, à demarcação das terras indígenas, ao enfrentamento da crise climática foi formada a partir

desse grande evento, bem como de outros que, posteriormente, ocorreram no Brasil. Não tenho palavras para expressar o quanto aprendi com ele sobre os temas debatidos nos encontros da ADNAM... Atualmente, o que faz sua história estar sempre viva em mim é o fato de que ele pertenceu a mesma família piauiense, constando da árvore genealógica de duas das minhas melhores amigas, tia e sobrinha, que ficaram surpresas em saber que houve um ex-combatente antinazifascista e militar de esquerda entre os familiares. O conhecimento histórico do tempo presente permite, nesse sentido, a possibilidade de diálogos intergeracionais que revelam aspectos apagados da história das famílias e do nosso próprio país.

Em outros livros publicados praticamente até o final de sua vida, o General João Evangelista continuou expressando suas opiniões, contando e debatendo sua história, o que extrapolou o tempo inicial da pesquisa feita inicialmente para o Mestrado e não pôde integrar o corpo original da dissertação, mas encontrou espaço nesta versão, trinta anos depois.

João Evangelista Mendes da Rocha nos deixou em 29 de março de 2001, no Rio de Janeiro.



*Costumo dizer que fomos penalizados e perseguidos
por conta do nosso idealismo democrático.*

Meu nome é João Evangelista Mendes da Rocha e nasci no dia 21 de novembro de 1916, no interior do Estado do Piauí, na cidade de Piracuruca, que fica a mais de duzentos quilômetros da capital do Estado, Teresina. O meu pai foi José Mendes da Rocha, mais conhecido na cidade como Coronel Zé Mendes por conta da honraria que lhe veio da extinta Guarda Nacional; e a minha mãe foi Raimunda Amélia de Andrade Rocha, a Dona Sinhazinha. Também faço questão de dizer quem foram meus avós e bisavós, todos nascidos na mesma região do Nordeste. Meus avós paternos foram Joaquim Mendes da Rocha e Julita Sérgia Benigna Fontenele e, do lado materno, João Evangelista Vieira de Andrade e Bárbara Nóbrega Passarinho, as duas famílias do município de Pedro II. Meus bisavós paternos: José Mendes da Rocha e Bárbara Mendes, também da cidade de Pedro II; os bisavós maternos: João

Martiniano Fontenele e Zeferina Josefina da Conceição Fontenele, de Piracuruca. São famílias muito antigas e extensas, com inúmeros tios e primos que se enraizaram no meu querido Estado do Piauí e também espalharam seus descendentes de várias gerações pelo Brasil afora...

Meu pai exerceu as atividades de comerciante e fazendeiro. Era de uma grandiosidade de espírito... sempre afinado com as causas nacionais e com uma participação efetiva na política estadual. Era autodidata e emérito misivista, amante da boa leitura. Outro aspecto que adornava a personalidade do meu pai era o caráter moral que sempre imprimiu ao que fazia, jamais permitindo qualquer deslize ético nas relações comerciais e no cumprimento de suas obrigações assumidas. Ele foi exemplar na orientação educacional dos filhos e, nas décadas de 1920 e 1930, mesmo em meio a tantas dificuldades de distância e locomoção, encaminhou cinco filhos e um cunhado para o ensino superior em Fortaleza, Recife, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Meu pai, meu herói, meu mestre...

Quando retorno à minha terra natal, passo a reviver as cenas que mais me emocionaram e tocaram a sensibilidade, já um tanto fragilizada, de quem vem sentindo o peso dos anos e as peripécias mil que a vida nos pregou. Por mais que procurasse divagar minhas lembranças, percorrendo a minha cidade, suas pracinhas, com tantos casarões de valor histórico, minha atenção retrospectiva não se afastava da inauguração da estrada de ferro e sua locomotiva movida a lenha e que ensejava o maior baile até então da cidade, organizado por uma selecionada comissão, da qual fez parte meu pai. Como figura central, o doutor Corinto Andrade, irmão de minha mãe, foi escolhido para orador oficial da auspiciosa cerimônia, pelos seus méritos reconhecidos e vinculações de família, mesmo sem ser piracuruquense. E a oportunidade é excelente para recordar um pouco sua biografia, nascido na fazenda S. Teresa, município de Pedro II. Formado em Direito, em 1911, pela Universidade Federal de Pernambuco, sua carreira profissional foi meteórica, e pouco antes de falecer, aos 30 anos, já estava indicado para Desembargador, tendo ocupado o cargo de Chefe de Polícia, correspondente hoje a Secretário de Segurança. Sua morte prematura foi considerada à época uma perda lamentável para a magistratura piauiense.

Na minha infância, também fui mais incentivado a estudar por minha mãe, Dona Sinhazinha. Assim, aos onze anos, embarquei para Fortaleza,

no Ceará, para prestar exame de admissão e ingressar no curso regular do Colégio Militar do Ceará. Mais tarde, me matricularia na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, como cadete, no dia 12 de março de 1934. Lá fui declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria em 22 de novembro de 1937. Já era o período da ditadura do Estado Novo, que nutria simpatia pelos países do Eixo, a Alemanha nazista e a Itália fascista. Sobre essa época de arbitrariedades, muitos anos depois, eu e meus companheiros Kardec Lemme e Hector Araújo, concedemos entrevistas com informações utilizadas por José Murilo de Carvalho para seu livro *Forças armadas e política no Brasil*. Eu, particularmente sobre essa época, dei informações sobre a proibição de soldados, que eram praças, fazerem cursos civis durante a ditadura do Estado Novo.

Vivíamos sob uma ditadura com vários ministros e chefes militares favoráveis e admiradores desses governos também ditadores, o que gerava um grande desânimo, principalmente até 1942, quando declaramos guerra ao Eixo por conta do torpedeamento dos nossos navios.

É necessário relembrar os episódios de torpedeamento dos navios brasileiros, uma página heroica da nossa História, escrita com o sangue e o sacrifício de nada menos que 469 tripulantes, tragados pelo Atlântico, entre os quais 121 oficiais e 502 passageiros, muitos em deslocamentos com suas famílias para outras regiões do país, num total de 31 navios torpedeados, entre 1941 e 1943. A destacar o Baependi, a 15 de agosto de 1942 com 270 perdas, entre mortos e desaparecidos, quando navegava a poucas milhas do nosso litoral, entre Salvador e Maceió. São informações da obra *O Brasil na II Guerra Mundial*, de autoria do saudoso Ten. Cel. Manoel Thomaz Castello Branco, sobre todas as fases da guerra.

Havia alguns ministros simpatizantes da causa aliada naquele governo, é verdade. Mas, não foi suficiente para que o Brasil saísse de uma neutralidade sem sentido, se posicionasse e enfrentasse o Eixo no começo da guerra. E sem dúvida que era de mal-estar. E indignação à reação do povo brasileiro à atitude da Argentina, não se juntando a nós na defesa da causa aliada contra a barbárie do nazifascismo.

Foi então que sentimos o clamor patriótico do povo nas ruas. Pediam que o nosso país ingressasse no conflito mundial junto aos Aliados. Havia o temor de invasão à Ilha de Fernando de Noronha, ao litoral nordesti-

no. Nessa época, aconteceu uma conferência realizada em Natal, entre os presidentes Getúlio Vargas e Theodore Roosevelt, dos Estados Unidos da América. Foi quando decidiram a cooperação americana naval e aérea com o Brasil.

Fui designado para a Força Expedicionária Brasileira, a FEB, quando servia no 1º Batalhão de Fronteira, em Foz do Iguaçu, e então transferido para o 6º Regimento de Infantaria. Este Regimento, sediado em Caçapava-SP, tinha um Batalhão em Taubaté e outro em Pindamonhangaba, onde estive. Como era Primeiro Tenente e mais antigo, por falta de capitães, sempre comandi a Companhia.

Meu embarque com a FEB pode ser resumido em um telegrama que recebi do meu pai: “Emocionado *vg* vibrando invasão tropa aliada *vg* confio breve repúdio da França jugo nazista *vg* com resplendor Paris – cidade luz *pt*”.

Era esta a visão política de meu pai, em pleno interior do Piauí, em Piracuruca, minha cidade natal, entusiasta da causa aliada e meu maior incentivador quando fui convocado para integrar o contingente da FEB.

Nossa preparação para a guerra foi muito precária. Praticamente não havia manuais de instrução e traduzíamos os que existiam. Não tínhamos armamento e nem equipamento suficientes. Além disso, existia uma enorme burocracia, com muitos procedimentos que os comandantes deveriam cumprir, prejudicando a nossa instrução.

Na Vila Militar, no Rio de Janeiro, fizemos muitos exercícios de tiro e fomos bem preparados na parte física. Costumávamos sair do local de nosso aquartelamento no Campo de Instrução de Gericinó em corrida até a estação de Deodoro. Porém, nossa preparação foi bem mais deficiente quanto aos exercícios de combate e preparação para a guerra e de embarque e desembarque de navios.

Nosso embarque para a Itália no Primeiro Escalão da FEB foi totalmente inesperado. Primeiro, no dia 29 de junho de 1944, tivemos ordens de nos apresentarmos para realizar manobras. Foi então que, de repente, seguimos para a Estação da Vila Militar e, a partir dali, fomos embarcados em seis ou sete composições ferroviárias diretamente para o cais do porto. Por fim, nosso embarque ocorreu em 2 de julho. Apesar disso, a tropa se comportou de forma impecável, sem pânico ou indisciplina, pois havia

consciência da importância da ida para a guerra e do dever a ser cumprido no combate ao nazifascismo.

A viagem até a Itália transcorreu normalmente, embora tenha existido uma ameaça real de ataque submarino. Ainda lembro do nosso grau de expectativa e de nervoso, porque cada grupo teve que ficar em seus botes, por quase quatro horas de prontidão, no caso de sermos lançados ao mar. Um dia após nossa chegada ao porto de Nápoles, os alemães fizeram um bombardeio e, felizmente, não nos acertaram pois já estávamos acantonados.

Já em território italiano, em Tarquínia, em escolas frequentadas apenas por especialistas, tivemos cursos com uma preparação técnica dirigida pelos norte-americanos, pouco antes dos combates. Ficamos esperando que chegassem os armamentos prometidos, os fuzis Garand, semiautomáticos. Mas eles não foram fornecidos, então, no início, nossas armas eram os fuzis Springfield, tipo Mauser de repetição. Apenas mais adiante, quando fomos substituir uma divisão norte-americana, a 92ª, é que pudemos usar melhores armas porque eles as abandonaram em suas posições.

Começamos os combates na frente de batalha durante a noite de 15 para 16 de setembro de 1944. Éramos estrepantes e estávamos nervosos, porém, a nossa Companhia, a 2ª do 6º RI, recebeu ordens para avançar e assim conquistamos os primeiros povoados italianos. O povo sempre foi hospitaleiro conosco... Lembro de oferecerem vinho!

Foi então que recebemos ordens para tomar e ocupar Camaiore e, sob a liderança do nosso capitão, nosso grupamento seguiu nessa operação.

Nesta cidade, passamos a ter contato direto com os ataques inimigos, recebendo tiros dos terríveis canhões 88mm. Tivemos os primeiros combatentes feridos... Em seguida, recebemos fogo inimigo de Monte Prano. Então, tivemos que atacar e o conquistamos três ou quatro dias depois. Foi o nosso batismo de fogo!

Mais adiante de Camaiore e Monte Prano, no Vale do Serchio, fizemos o frustrado ataque a Barga. Fomos alertados quando minha companhia ultrapassou a 8ª Companhia do Capitão Los Reis. Suas informações eram de que teríamos enormes dificuldades ao atingir as alturas de Lama di Sotto:

– O alemão domina, está muito forte e os fará recuar.

E foi isso que nos aconteceu... Recuamos e perdemos uma grande quantidade de fio. Lembro que as tropas alemãs sempre retraíam e ocupavam

alturas que possibilitaram a eles obterem pontos fortes e dominantes. Em Barga os alemães se retraíram e prepararam o contra-ataque. Tivemos que recuar as três companhias do nosso batalhão, sendo que a terceira foi a mais penalizada no combate e o nosso Capitão Ayrosa sofreu seu primeiro ferimento... Ele recebeu a citação do Tenente General Mark Clark, o Comandante do V Exército norte-americano, grande comando ao qual pertencia o nosso batalhão.

Na sequência dos acontecimentos, o regimento atuou com a missão de conquistar Castelnuovo, no Vale do Reno. Minha companhia realizou essa conquista, recebendo como objetivo a cota 722. Nessa operação militar, assim como nas de Collecchio e de Fornovo, contamos com a colaboração do 11º RI, especialmente do batalhão do Major Ramagem nesses dois últimos lugares. Em Collecchio, foi apreendido por nós um enorme arsenal de guerra das tropas alemãs. As ações na Itália foram bem-sucedidas e engrandecidas por conta dos pelotões, pequenas unidades, frações, principalmente patrulhas, células-mães da FEB.

Para mim, é impossível tratar da campanha na Itália sem mencionar os nossos soldados, homens simples com treinamento precário. Eles tinham portes médios, modestos, porém se agigantaram durante a guerra. Isso porque, ao participarem dos combates, se conscientizaram de que estavam em uma guerra em território estrangeiro, lado a lado com soldados de outros países e que ali representavam o Brasil. Assim, desenvolveram um novo espírito, com grande bravura. Na minha companhia, eu me surpreendi com a perfeição do desempenho dos oficiais R/2, que atuaram como se tivessem frequentado as mesmas escolas de formação dos oficiais da ativa.

É importante frisar que tivemos que nos adaptar ao clima de inverno do continente europeu, extremamente frio, com chuva, lama, neve e temperaturas abaixo de zero. Os norte-americanos nos equiparam com excelentes agasalhos. Além disso, os soldados usavam um galochão nos pés, forrado com feno e jornal, para enfrentar o frio, manter a circulação e evitar o que nós chamamos de pé-de-trincheira, que podia começar com uma “formigação”, um comichão, e deixar totalmente dormente, vermelho, azulado, inchado como se fosse apodrecer.

Mesmo com o empenho da tropa, os combates nas montanhas em clima hostil e nossa desigualdade de preparo em relação às forças armadas de ou-

tras nações evidentemente acarretaram em perdas humanas, provocadas por ferimentos, acidentes e adoecimentos dos quais fomos acometidos durante a guerra. Na companhia, havia médicos convocados como oficiais combatentes e que atuaram assim até o final da guerra, mas também trataram dos feridos e dos doentes. Cabe destacar a ação dos padioleiros, soldados que, com bravura e valentia, foram responsáveis por retirarem os feridos dos campos de batalha.

Combatemos contra os soldados alemães, que eram considerados os melhores do mundo, os mais obedientes que, mesmo sem a presença de qualquer militar superior, cumpriam inquestionavelmente as ordens de seus superiores, realizavam suas missões até o fim em suas casamatas, abrigados em pontos de domínio do território sem que nós, seus inimigos, pudéssemos visualizá-los. Nossos soldados eram muito menos cuidadosos em relação a isso.

Lembro quando realizamos a conquista de Soprassasso: encontramos um soldado alemão atuando impassivelmente, sem ter praticamente com o que se alimentar. Para sobreviverem e nos atacarem, eles comiam uma sopa que não passava de biscoitos diluídos na água...

Enquanto alguns soldados da tropa alemã mal tinham o que comer em alguns *fronts* de batalha, contraditoriamente ainda possuíam capacidade de produzir muita propaganda com a intenção de nos abater psicologicamente, pois lançavam sobre nós panfletos em grande quantidade. Recordo que um deles dizia: “Enquanto você está aqui guerreando, sua noiva está com outro no Brasil.” Mas, ao invés de ficarmos perturbados, nós ríamos dessas ações inimigas!

As tropas que eram nossas aliadas eram compostas pelos soldados norte-americanos que, no geral, nos deixaram bem impressionados com suas boas atuações, bem como com o ótimo tratamento e o apoio logístico que nos prestaram. Por outro lado, não tivemos contato com os soldados ingleses, muito orgulhosos, ficavam mais isolados porque não queriam receber o apoio dos norte-americanos.

No *front* italiano, recebíamos apoio de nossos entes queridos por cartas e também por meio do jornal tabloide *O Globo Expedicionário*, que nos era distribuído e no qual, além das notícias sobre a guerra e o Brasil, havia páginas dedicadas às mensagens de parentes e amigos. Mensagens que nos

deixavam ansiosos e preocupados com nossas famílias e pessoas amadas, sem que pudéssemos estar com eles nos momentos difíceis que também passavam:

1º TENENTE JOÃO EVANGELISTA MENDES DA ROCHA – Acabo de chegar do Piauí. Devo embarcar para São Paulo esta semana. Estado de saúde de mãe é melindroso. Tenho escrito. Eduardinho está bem e envia beijos. Deus te proteja e aceita infundas saudades de tua Wanda. – De Teresina acabo de assistir embarque de Wanda e Eduardinho. Nosso pensamento sempre em ti, implorando a Deus teu regresso e tua felicidade. Aceita o coração saudoso de Laura.

Pouco depois do meu aniversário em novembro de 1944, fiquei feliz ao receber os parabéns da minha família na edição de 30 de novembro de 1944:

1º TENENTE JOÃO EVANGELISTA MENDES DA ROCHA – No dia de teu aniversário, recebe beijos e carinhos de tuas irmãs, Laura e Alice. – Abraços e beijos de teus pais, irmãos e cunhada.

Em 14 de dezembro de 1944, é do meu pai que recebo, com a maior das emoções, uma carta, de próprio punho, que a conservo com o maior desvelo. Eis seu trecho principal:

“Confirmando a carta que te fiz há mais de dois meses, dou em meu poder diversas tuas, dirigida a mim e Laura, notando exultantemente o teu otimismo, o teu entusiasmo patriótico na alta e perigosa missão de que te achas investido nessas longínquas plagas, no cumprimento do teu dever de militar e brasileiro, na defesa de nossa cara Pátria e cuja atitude muito me desvanece e me tem envaidecido. Que Deus te proteja, meu filho, e que regresse o mais breve possível incólume de qualquer fatalidade e coberto de glória, são os votos do teu velho pai. Notei a descrição que fizeste do descalabro predominante nessa infeliz Itália, devido a esta malfadada guerra”.

E note-se, nessa época, meu pai já passava dos seus 70 anos, cuja idade física não chegava a pesar em seu espírito jovem e vibrante, em face dos acontecimentos políticos que se desenrolavam, e tomando as posições justas e dignas, ditadas por sua consciência patriótica. Por isso, que o considero meu pai, meu herói, na grandiosidade do seu espírito, sempre afinado com as grandes causas nacionais e uma participação efetiva na política estadual.

Nós fizemos a guerra contra os nazifascistas e saímos como vencedores. Embora muitas vezes não tenhamos sido reconhecidos à altura dos acontecimentos que protagonizamos... Eu e meus companheiros de batalha jamais esqueceremos os muitos que se destacaram, lutaram e, principalmente, os que morreram em combate, pois se sacrificaram cumprindo seu dever nessa causa maior.

Um dos episódios mais marcantes para mim aconteceu quase ao meio-dia de 5 de março de 1945: foi a morte do cabo Romeu Casagrande, em Castelnuovo, quando fomos bombardeados. Ao chamá-lo, ele foi em minha direção, mas, no percurso, para se proteger das bombas, se atirou ao solo, caindo em terreno minado. Vimos este homem de dois metros de altura, cheio de vigor, sendo despedaçado diante de nós... Ainda guardo essa imagem terrível...

Também ainda sinto imensamente o falecimento de dois companheiros, em Collecchio, quando faltavam poucos dias para o final da guerra: o segundo sargento Andirás Nogueira de Abreu e o soldado Abel Antonio Mendanha, em 28 e 29 de abril de 1945. Era um bravo, homem simples e tranquilo, sempre voluntário para qualquer missão. O primeiro companheiro, um homem de grande bravura, foi metralhado, morreu crivado de balas ao investir sobre metralhadoras nazistas que flanqueavam o avanço da nossa Companhia. O segundo companheiro, já em Belvedere, chegando de uma patrulha, escondeu de nós que estava ferido e se voluntariou para outra missão contra o inimigo. Era calmo, imperturbável, tenaz, desprendido, e nos deixou sob forte bombardeio em Collecchio, ao cumprir missão de mensageiro. Quando foi escalado, com muita insistência, pediu para falar diretamente comigo. Ao recebê-lo, imaginei que solicitaria não acompanhar a patrulha, porém me disse, de forma simples e comovente, mas não sem certa tensão:

– Capitão, tenho um pedido para lhe fazer: caso não volte, diga a minha mãe e minha família que, na FEB, cumpri o meu dever.

Respondi a ele:

– Abel, isso é mais uma patrulha. Você já é um herói e sua família será avisada, mas nada lhe acontecerá.

Abel pressentiu que não voltaria com vida... Com seu falecimento, escrevi para a família. Como muitos combatentes, Abel da Rocha Mendanha atuou sempre com bravura e dignidade! Trouxeram orgulho para seus entes

queridos e para nós, da FEB. É com justiça que compõem a imensa galeria dos heróis do Brasil!

Outro fato a ser lembrado, no final da guerra, foi quando nossa companhia esteve sob ataque de uma pesada metralhadora antiaérea alemã. Um dos nossos melhores e bravos oficiais, Capitão Ayrosa, já ferido e condecorado em Lama di Sotto resolveu destruir a poderosa arma alemã. Partiu de jipe com Hilário Décimo Zanesko, soldado motorista, e com o sargento Ápio Aleluia, armados com uma bazuca, um lança-rojão. Se chocaram, numa imensa explosão, com as tropas alemãs que destroçou o nosso veículo. O soldado motorista Zanesko sofreu terríveis mutilações e faleceu na hora... Além disso, o capitão Ayrosa caiu prisioneiro com ferimentos graves. Apenas, o sargento Ápio retornou às nossas linhas, como por milagre, sem nenhum dano. Somente após as tropas alemãs terem sido rendidas, é que Ayrosa foi para o nosso Serviço de Saúde, onde fiz uma visita. Lembro que fiquei impressionado e até pensei que estava morto pela quantidade de estilhaços em seu corpo, que carregou por toda a vida. Sem dúvida, houve críticas por sua ação, que não fazia parte de suas atribuições militares, mas, por exemplo, o Coronel Nelson de Melo sempre o elogiou merecidamente...

Uma das lembranças mais emocionantes que tenho é de uma patrulha de Natal, em que estávamos vestidos com capotes e capuzes brancos. Quando saímos, fomos decidir quais seriam a senha e a contrassenha. O sargento Camargo, um sujeito agradável, em sua simplicidade, nos falou:

– A senha é Ayrosa, nosso Comandante de Companhia, e a contrassenha é Evangelista, nosso Subcomandante.

Ficamos emocionados... Porém, dissemos que não usassem nossos nomes, porque estes não podiam cair em mãos alemãs que, nesse caso, saberiam quem eram seus oficiais comandantes. Senha e contrassenha tornou-se o título de um dos livros que escrevi sobre a nossa participação na Segunda Guerra Mundial.

Sim, escrevi vários livros sobre diversos temas, minhas memórias e estudos que fiz sobre a atuação da FEB no Teatro de Operações da Itália. Em minhas investigações e meus escritos, cheguei a outros livros e pronunciamentos feitos por companheiros que foram ex-combatentes.

Um dos documentos das minhas pesquisas que mais aprecio está no meu livro *E o Sonho Continua*, com um trecho do pronunciamento do Presidente da Associação dos Veteranos da FEB de Florianópolis, em Santa

Catarina, Terceiro Sargento Nelson Vasco Gondin, bravo Comandante de Grupo de Combate da 2ª Companhia, nas comemorações do Dia da Vitória, em 8 de maio de 1996:

Cinquenta e um anos são passados da vitória das armas brasileiras sobre o nazifascismo nos campos da Itália.

Hoje, com nossas figuras envelhecidas, representamos aquela força de brasileiros que de todos os quadrantes da Mãe Pátria atenderam a seu chamado e foram à guerra para vingar a morte de nossos patrícios e revidar as afrontas recebidas.

Não foi a melhor tropa que o Brasil dispunha, contudo surpreendemos nossos comandantes supremos pela nossa valentia e corajosa atuação, merecendo dezenas de destaques. Recebendo o título de Membro Honorário do IV Corpo de Exército norte-americano e elogios do Congresso Nacional dos Estados Unidos da América.

Com nossa juventude, lutamos nas cidades de Camaione, Monte Prano, Monte Castelo, Castelnuovo, Montese, Zocca, Collecchio e Fornovo di Taro, tendo se processado, nesta última, após ultimato do nosso Comandante Coronel Nelson de Melo, a rendição incondicional e o aprisionamento da 148ª Divisão de Infantaria alemã, parte das Divisões 114 Ligeira e 90 Panzer Granadier alemãs e da Divisão Bersaglieri Itália, num total de 14.779 prisioneiros, dentre estes, 2 generais e 850 oficiais.

Lutamos bravamente contra um inimigo astuto, experiente soldado de grandes campanhas na África e na frente russa, e diga-se, lutamos sempre em situação desvantajosa. Eles sempre entrincheirados e bem armados nas cristas dos morros, e nós sempre subindo os morros íngremes, de difícil acesso, enfrentando a neve, a lama e cascalhos, para dar-lhes combates e expulsá-los de suas posições. Tivemos 451 companheiros mortos, dentre os quais trinta catarinenses. Não estamos contando os inválidos e feridos. Todos dando sua participação de sacrifício, com o derramamento de seu generoso sangue.

Somos autores e testemunhas oculares dos grandes feitos do Exército Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, na Itália.

Dentre os muitos elogios concedidos à nossa Divisão, destacamos apenas um, a palavra do General Crittenberger, Comandante do IV Corpo de Exército norte-americano, após a tomada de Montese:

“NA JORNADA DE ONTEM, SÓ OS BRASILEIROS MERECEM AS MINHAS IRRESTRITAS CONGRATULAÇÕES, COM O BRILHO DE SEU FEITO E SEU ESPÍRITO OFENSIVO. A TROPA BRASILEIRA ESTÁ EM CONDIÇÕES DE ENSINAR ÀS OUTRAS COMO SE CONQUISTA UMA CIDADE!”

Também sobre a Campanha da Itália, quero relembrar o que escrevi no meu livro *A Serviço do Brasil*:

Não há dúvida de que é nas frações menores – grupo de combate, destacamento precursor, pelotão, em particular – quando investidas em missão de patrulha, que o soldado como se desnuda, o coração e a mente entrando em plena sintonia, os sentimentos mais recônditos de sua alma aflorando com toda intensidade e, então aí, nesse estado de transparência, revela todo seu valor combativo ou toda sua fraqueza humana nos graus mais diversos. Justamente nessas ocasiões é que se detecta a grande diferença entre um pracinha da linha de frente e os demais combatentes da cadeia de comando – os que eram chamados, carinhosamente, de “saco B”; estes mais à retaguarda, por força das próprias funções, mas, por isso mesmo, se davam “ao luxo” de poder encobrir, em parte, seus sentimentos e reações mais fortes. Enquanto os das pequenas frações – os fuzileiros ou os de postos avançados – não teriam como se livrar dos mais variados percalços da guerra, os outros, também bravos combatentes “saco B”, mais abrigados das intempéries e mais distantes dos perigos imediatos, estariam como que mais imunes às emoções e tensões mais desgastantes. Estas, com toda sua dose de imprevisto e lances dolorosos, se canalizam “de cara” para o pracinha da linha de frente, onde “a cobra está fumando” mesmo. Para o “soldado desconhecido”, afinal, o grande e verdadeiro herói de todas as guerras. E isso porque só as pequenas unidades são os celeiros naturais dos bravos. São elas – as Unidades de 1º escalão – que enveredam perigosamente pela “terra de ninguém” e fazem os primeiros contatos com o inimigo. Uma “terra de ninguém” que, por vezes, é só aparentemente de ninguém, à medida que, mesmo não se deparando fisicamente com o inimigo, tem-se a impressão desse fato e, concretamente, seu rastro de ardis e armadilhas é deixado de propósito para retardar o avanço e fazer novas vítimas.

E pensar que tudo isso foi bravamente experimentado pelo nosso pracinha na Campanha da Itália – um homem simples, humilde, de boa índole, cordial, protótipo fiel do nosso povo oriundo, em sua grande maioria, do interior e das camadas mais carentes da população. Mas, superando a tudo e a todos e mais que isso, sobrepondo-se a si próprio, soube vencer, com a fibra do seu patriotismo, não só um inimigo experimentado e obstinado, mas outros obstáculos como os elementos da natureza – neve e frio – com os quais não se estava habituado. É por isso que vale a pena lembrar as palavras do meu saudoso Comandante do 1º Batalhão do 6º RI, Major João Carlos Gross, quando da rendição de Fornovo: “Os nossos pracinhas tiveram a recompensa do seu sacrifício, pois milhares e milhares de arianos da suposta raça superior desfilaram como prisioneiros de guerra diante dos minúsculos mestiços que obrigaram pela força tão importante rendição”.

Inesquecível foi o término da guerra, quando ouvimos nas rádios italianas: “FINITA LA GUERRA IN ITÁLIA.”

Nosso Batalhão foi mandado para Voghera. Em junho de 1945, fizemos a Parada da Vitória, desfilando aplaudidos pelo povo italiano. E no bonito desfile a população, que sempre nos tratou muito bem, nos presenteava com vinho rosado!

Depois fomos para a região Sul, na cidade de Francolise e, de lá, para Nápoles, para nosso embarque de regresso ao Brasil.

Dias depois, ao chegarmos no Rio de Janeiro voltando da guerra contra o nazifascismo, fomos mais do que calorosamente recebidos! Houve uma euforia! Algo que nunca tínhamos visto ou vivido antes e que nunca se apagará da minha memória... O povo simplesmente invadiu a nossa formatura... Nos abraçavam! Choravam também... e nos carregavam nos braços! Houve soldados que ficaram perdidos em meio à multidão e só voltaram à Vila Militar no dia seguinte.

Isso foi há mais de cinquenta anos... meio século. Com o passar do tempo, é preciso dizer que é doloroso sentirmos muita mágoa pelo desconhecimento da luta e dos sacrifícios dos pracinhas desta nação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Sentimos pela indiferença das pessoas do povo, das elites, dos governos que se sucederam. Mas também me sinto orgulhoso por ter comandado soldados que foram heroicos, uma tropa de bravos que, inicialmente, nem acreditávamos que teria capacidade para enfrentar inimigos tão preparados. Mas, felizmente, estávamos redondamente enganados... Participamos do único contingente militar sul-americano a combater na maior guerra do século XX. Retornamos ao país e fomos aplaudidos não apenas pelo desempenho militar no conflito mundial, mas porque lutamos pela democracia.

Em abril de 1945, foi enviado da Itália, o *Manifesto dos Oficiais da FEB e da FAB*, dirigido à Liga de Defesa Nacional (LDN), subscrito por quase três centenas de oficiais, cuja divulgação repercutiu e impactou profundamente os rumos da nossa vida política nacional, nos impulsionando para conquistas democráticas também no Brasil.

Para quem não sabe, em particular as novas gerações, a LDN foi uma instituição de cunho patriótico, bastante atuante durante a guerra, fundada por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, entre outros, no dia 7 de

setembro de 1916, no Rio de Janeiro. De início, defendia a implantação do serviço militar obrigatório, o que levaria as Forças Armadas brasileiras a não terem apenas a presença de grupos de elite. Além disso, a LDN passou a se envolver em questões sociais e políticas, como as greves operárias. A partir do final da década de 1930, sob a liderança de jovens associados, militares e civis, uma sensível mudança ocorreu nos rumos da Liga, passando também a patrocinar conferências antinazifascistas nas quais as ditaduras de Hitler e de Mussolini foram criticadas. Com o início da Segunda Guerra Mundial em primeiro de setembro de 1939, a entidade desenvolveu-se mais ainda por todo o país, defendendo a visão nacionalista e antinazifascista, o que colaborou decisivamente com a entrada do Brasil neste conflito e levou à organização da nossa Força Expedicionária Brasileira.

Segue o Manifesto, do qual tenho orgulho de ter sido um signatário, assim como dois dos meus companheiros – Coronel Kardec Lemme (FEB) e Brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira (FAB) – da nossa Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM), que citei inúmeras vezes, inclusive publiquei na íntegra em dois livros que escrevi, *Senha e Contra-Senha* e *A serviço do Brasil*:

AOS EXMOS SRS. DD. PRESIDENTE E MEMBROS DO DIRETÓRIO CENTRAL DA LDN:

Ao ensejo das patrióticas realizações pela LDN, sentem-se os soldados do Brasil, combatendo na Europa, no dever de agradecer aos dirigentes e a todos os Departamentos dessa entidade as sucessivas provas de carinho e conforto, que tão constantemente se vêm refletindo no moral de nossas tropas, pela consciência de que toda nossa Pátria encontra-se unida para os sacrifícios da mesma luta. O nosso gesto expressa não somente agradecimento, mas também consiga admiração e reverência às tarefas de exaltação cívica e esforço unificador para a Vitória que, no Brasil, a Liga de Defesa Nacional vem levando a efeito incansavelmente.

Desde os primeiros momentos da arregimentação, até a chegada das FORÇAS EXPEDICIONÁRIAS às terras convulsionadas da Europa, a fim de combater o imperialismo-prussiano-fascista, retrógrado, opressor e sanguinário, tem sido a patriótica entidade fator importante de amparo moral e de estímulo cívico, tanto na distribuição de utilidades, oferecidas por todas as camadas populares aos nossos soldados como, principalmente, na segura orientação das grandes

reservas morais da nação em favor do nosso esforço. Esta é uma guerra, nem só de governos, nem só de forças armadas. Esta é uma guerra de povos, em que governos, forças armadas e todas as forças vivas nacionais confraternizam-se para dar combate ao baluarte hitleriano da agressão imperialista. Precisamente, a observação quotidiana da posição realística e produtiva assumida pelas maiores organizações populares da Grã-Bretanha, Estados Unidos, União Soviética, China, França, Iugoslávia e outras Nações Unidas e que nos estimulam a considerar com atenção os trabalhos dessa entidade na luta sem tréguas contra o agressor nazifascista, e na atitude coerentemente unitária com relação aos problemas da paz. Dentro das circunstâncias econômicas, históricas e de interesses internacionais, peculiares ao nosso país, toma a LDN uma posição realística, definida e produtiva. Esta posição inutiliza decididamente a obra criminosa dos sabotadores internos, agentes nazi-integralistas, desmascara os elementos confucionistas, forjadores de vis intrigas, com o objetivo de perturbar a união pacificadora da família brasileira e contribui, afinal, para a mobilização e organização das forças progressistas nacionais congregadas num bloco inquebrantável para a vitória de uma causa justa. Esta compreensão manifesta-se através da coordenação de energias e das realizações nos múltiplos trabalhos da retaguarda; no aceleração do processo da UNIÃO NACIONAL, já profundamente enraizada no coração dos brasileiros honrados e conscientes; na preparação das condições nacionais para os próximos problemas de após-guerra, cuja acertada solução encontraremos exclusivamente num clima de fraternidade interna, que criará incomensuráveis possibilidades ao desenvolvimento de um Brasil forte, emancipado econômica e politicamente, democrático e progressista.

Queremos declarar na presente mensagem, que os esforços da LDN harmonizam-se esplendidamente aos ideais pelos quais lutamos, que são os mesmos ideais tão heroicamente defendidos pelos nossos camaradas das forças francesas, britânicas, chinesas e iugoslavas, os mesmos ideais expressos nos princípios renovadores da CARTA DO ATLÂNTICO e nas conferências do Cairo, Moscou, Teerã, Dumbarton Oaks e Crimeia, na Conferência de São Francisco, onde estão reunidas todas as NAÇÕES UNIDAS, para forjar o arcabouço do futuro organismo da segurança internacional, jubilandamente em constatar que nossa pátria está sendo guiada pelos princípios da LIBERDADE e Progresso, aos quais a sua vida interna vem sendo ajustada. É esta mais uma vitória da UNIÃO NACIONAL e mais uma legítima contribuição dos esforços da LDN. Ao tempo em que vemos crescer a estrutura industrial e a emancipação econômica do nosso país, que permitirão um pacífico reajustamento das classes média e trabalhadora, não regateamos os nossos mais entusiásticos aplausos à realização das próximas eleições, objetivando o funcionamento legal dos órgãos

representativos do povo. Em tal oportunidade, queremos reafirmar que somente o processo de UNIÃO NACIONAL poderá dar ao Povo Brasileiro esclarecida consciência política para eleger seus legítimos mandatários e consolidar, ampliando e aperfeiçoando, as Liberdades Democráticas fundamentais, que são um dos motivos da nossa luta. Nós, soldados expedicionários, esperamos que, do próximo pleito, surjam as premissas de uma era verdadeira de Democracia para a nossa Pátria, solidamente assentada sobre o exercício constante e garantia pela lei e pelos sentimentos soberanos do povo, das quatro liberdades fundamentais enunciadas pelo grande Presidente Roosevelt.

A orientação patriótica, segura e definitiva de VV. Excias. vêm imprimindo aos trabalhos da LDN, durante a contingência da guerra e nas perspectivas da paz, e, pois, indestrutível penhor dos ideais de todos nós, soldados do Brasil, herdeiros do descortínio pacificador e unitário de CAXIAS e de FLORIANO, e também a bandeira desfraldada por aqueles que já tombaram para sempre, no fragor das batalhas travadas pela sobrevivência da humanidade civilizada.

Aqui, no campo de batalha italiano, combatem jovens procedentes de todos os pontos cardeais do Brasil, do Norte, Centro e Sul, combatem ombro a ombro, católicos, protestantes e judeus, brancos e negros, jovens das mais diversas classes e concepções políticas, todos constituindo, em face do perigo e da morte, um símbolo vivo da União Nacional contra os bandos armados de Hitler!

Generoso sangue pátrio cobre vales e montanhas da Itália libertada, num sacrifício que jamais poderá ser em vão, porque estará sempre no altar e nos fastos imorredouros da Pátria como expressão das mais nobres aspirações de liberdade e progresso do Povo Brasileiro.

E sobre o sangue de nossos bravos, juramos defender os postulados fundamentais das quatro Liberdades, Carta do Atlântico e lutar sem desvanecimentos por uma nova era de liberdade, paz e progresso para o Povo Brasileiro e das nações entre si!

Nós, soldados do Brasil, temos consciência da missão que aqui desempenhamos e nenhuma dúvida paira em nosso espírito sobre as nossas responsabilidades nesta guerra e diante dos problemas internacionais de uma paz justa e duradoura.

As tarefas patrióticas que a LDN vem realizando no Brasil, pois, o verdadeiro sentido da luta da FORÇA EXPEDICIONÁRIA, luta que não terá termos antes que as hordas saqueadoras e escravagistas do nazismo, baqueiem para sempre, esmagadas pelas forças vitoriosas das Nações amantes da Liberdade e da Democracia.

TUDO PELA UNIÃO NACIONAL DO POVO BRASILEIRO!

TUDO O APOIO ÀS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA NOSSA PÁTRIA!

TUDO PELA VITÓRIA DAS NAÇÕES UNIDAS!
 TUDO PELA FRATERNIDADE DOS POVOS NUM UNIVERSO DE
 PAZ, AUTODETERMINAÇÃO POPULAR, JUSTIÇA INTERNACIONAL E LIVRE PROGRESSO!

Itália, abril de 1945. *Jornal Ex-Combatente/RJ* da
 Associação de Ex-Combatentes – Seção RJ

Se, do ponto de vista militar, os feitos de nossa gloriosa Força Expedicionária Brasileira, tecidos de bravura e desprendimento, não deixaram dúvidas no espírito das novas gerações, que só os exaltam, por outro lado, sob os ângulos dos efeitos decorrentes de sua participação na guerra, nem sempre têm sido focalizados e analisados de forma transparente.

Enquanto, sob o prisma militar, sua atuação mereceu uma vasta literatura, só em livros, mais de uma centena de impressos, de autores civis, militares e estrangeiros, e suas vitórias de Camaioire, Monte Prano, Monte Castello, Castelnuovo, Montese, Zooca, Collecchio-Fornovo, bastante conhecidas, pela ótica dos efeitos políticos, econômicos e morais pouco tinha sido escrito e debatido, a partir da decisão histórica de sua participação efetiva na Segunda Guerra Mundial, cujas comemorações, pelo seu término nos seus 50 anos, empolgaram o mundo todo.

É sobre esses aspectos que me proponho a tratar, apontando os efeitos da nossa presença no Teatro de Operações da Itália, e que custou ao país 451 mortos, 2.722 entre feridos e acidentados, cerca de 2.000, entre civis e militares, torpedeados em nossas costas, e todo um desgaste físico e emocional, durante os 239 dias de campanha e vencendo 750 quilômetros desde o ponto inicial.

O efeito político se fez sentir em três momentos históricos. O primeiro, com o surgimento desse *Manifesto da FEB e da FAB* que teve tal repercussão no país que é considerado o estopim da queda do Estado Novo. Para mim, o trecho mais significativo é quando foram mencionadas a união e a pluralidade singular dos jovens brasileiros – católicos, protestantes, brancos, negros, judeus, de diversas classes e concepções políticas, que lutaram contra o nazifascismo. O único contingente militar que não era abertamente segregacionista.

O segundo momento, nas consequências políticas, está ligado à escolha do Brasil, logo após a guerra, para abrir anualmente os trabalhos da Assem-

bleia Geral das Nações Unidas, honraria concedida ao nosso país por haver sido ele o único, na América Latina, a participar ativamente da guerra.

O terceiro momento, quando das comemorações do cinquentenário em Londres, com o pronunciamento do nosso presidente da República que apontou o quanto nosso país nunca foi devidamente reconhecido pelo esforço de guerra, além de ter exportado muito durante o conflito, sendo bastante compreensivo na hora de receber o pagamento dos países aliados. Que, portanto, estes deveriam apoiar a reivindicação brasileira por um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU, além de serem credores mais compreensivos, assim como o Brasil foi no final da guerra.

Já em relação ao efeito econômico, dois aspectos merecem ser ressaltados. O primeiro, positivo, pela íntima ligação da FEB com a construção da usina de Volta Redonda, que ao final do século XX lamentavelmente seria privatizada. A verdade é que os recursos obtidos na construção da nossa maior usina siderúrgica, na década de 1940, o foram na condição de enviarmos um contingente militar para combater na Segunda Guerra. Daí nossa surpresa maior com a privatização da empresa, um patrimônio do povo, conquistado com o sangue dos nossos heróis, e que se sacrificaram conscientes de que estavam lutando por um Brasil independente, industrializado e desenvolvido.

O segundo aspecto, negativo, no campo econômico-financeiro, está inserido na política governamental do imediato pós-guerra, conduzida de modo negativo, segundo o famoso pesquisador Thomas Skidmore. Ele destacou que durante o governo Dutra a política econômico-financeira, orientada pelo FMI, tornou-se contraproducente e sofreu uma inflexão em 1947 quando foi constatado o esgotamento rápido das reservas de divisas do país, mais de setecentos milhões de dólares economizados durante a guerra, com a dissipação das reservas cambiais e a manutenção do alto nível de importações.

Por fim, faço questão de falar do efeito moral, no ânimo das gerações seguintes, porque a FEB soube transmitir suas lições, revigorando-lhes a autoestima e a confiança no futuro da Pátria. Ou seja, com seus feitos, efeitos e defeitos, naturais da condição humana, considero que a FEB soube fazer História, na superação de suas carências e na vontade de proclamar bem alto que cumprimos a nossa missão.

Por conta dessa mesma convicção nacionalista e anti-imperialista de desenvolvimento econômico e político, eu e muitos companheiros ex-combatentes participamos ativamente da Campanha *O Petróleo é Nosso*.

Fiz questão de citar o historiador José Honório Rodrigues em meu livro *A serviço do Brasil*, porque em seu livro *História Combatente* afirmou: “O sentido da História do Brasil do ponto de vista econômico tem sido sempre de não libertá-lo da subordinação ao capital estrangeiro, mas mantê-lo como um país ao serviço das grandes potências. As tentativas de libertação econômica, pela criação de um grande mercado próprio, a elevação de renda individual, da melhoria do padrão econômico do (...) povo brasileiro foram sempre derrotados, ainda quando apresentadas em forma pacífica.” Além do ponto de vista econômico favorável à soberania nacional, adiciono suas reflexões sobre a questão do nacionalismo e o papel das Forças Armadas, no mesmo livro, desde a independência do nosso país: “O sentido de independência foi o de ser um ato de fé, um conflito que levava ao acordo nacional, à unidade, e convocava o povo para essa obra, formando a cadeia indestrutível do nacionalismo”. Mais adiante: “A Independência tem esse sentido de conflito, em que a maioria vence e impõe à minoria a sua aspiração de autonomia”. “Sempre que houve unidade povo-Forças Armadas, a fase foi criadora”. Não se pode negar à Independência este valor: uniu todos os brasileiros numa pátria comum, incorporando os dissidentes; manteve a integridade territorial, despertou o nacionalismo que nascera com os primeiros combatentes da liberdade nacional, os mineiros de 1789 e os pernambucanos de 1817”. E este trecho final: “A Independência foi a grande aspiração da época a ela representa o compromisso histórico das Forças Armadas: garantir os direitos e a liberdade do povo brasileiro”.

Sem dúvida, fomos perseguidos e ficamos marcados pelos militares que francamente tinham desde há muito tempo inclinações fascistas e integristas. Esses mesmos grupos militares fizeram tentativas de golpe em Jacareacanga e Aragarças durante o governo de Juscelino Kubitschek. E foram anistiados! Ficamos ainda mais marcados à esquerda com o apoio público que prestamos ao Marechal Henrique Lott para garantir a posse de João Goulart em 1961, depois da renúncia de Jânio Quadros.

O golpe militar pôs fim à minha carreira de militar da ativa. Fui preso no dia primeiro de abril de 1964 quando era tenente-coronel do Exército,

no cargo comissionado no posto de coronel comandante geral da Polícia Militar do antigo Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói. Em seguida, fui transferido para a reserva pelo Ato Institucional n. 3, assim como milhares de outros militares.

A Polícia Militar estava dispersa porque havia uma greve geral dos transportes. Os policiais militares estavam alocados principalmente nos lugares de maior agitação, que eram as barcas e os pontos de ônibus da capital. Atuando sem extrapolar as atribuições específicas da corporação, a missão era manter a ordem pública. Foi então que às quatro horas da tarde, surgiu repentinamente no quartel do Comando Geral uma Kombi, emplacada em Belo Horizonte, com três coronéis do Exército armados de metralhadoras. Havia uns poucos oficiais da Polícia Militar golpistas, com os quais eles se uniram para invadir meu gabinete. E assim, citando a “Revolução”, me deram voz de prisão.

O grau de violência me surpreendeu. Argumentei contra o ato que estavam perpetrando. Sem dúvida, a ação golpista atingia os princípios da hierarquia e da disciplina militar. Falei que precisava me comunicar primeiramente com o governador Badger da Silveira e com o general Luiz Tavares da Cunha Mello, comandante da Infantaria Divisionária, em Niterói, as autoridades às quais era subordinado. Os coronéis que lideravam me informaram, quando tentei alcançar o telefone, que todas as ligações foram cortadas. Além disso, oficiais da Marinha se encaminharam para prender o governador, fato que também estava em curso com o governador Miguel Arraes, em Recife.

Foi então que compreendi a dimensão nacional da operação golpista! Porém, afirmei que não abandonaria o gabinete de comando sem cumprir a exigência do regulamento pela minha formação militar. Isso significava que era necessário reunir todos os oficiais da corporação e passar o comando ao coronel da Polícia Militar Mário Deserto, que era o chefe do Estado-Maior. Arrematei dizendo que se quisessem disparar suas metralhadoras, que o fizessem porque em hipótese alguma abdicaria desse dever.

E foi exatamente o que aconteceu: transmiti o comando com a presença dos oficiais e do chefe do Estado-Maior. Na ocasião, informei sobre os fatos, por fim, reafirmando a honra que tive de comandar a Polícia Militar do Rio de Janeiro, repleta de tradições como, por exemplo, a luta na Guerra

do Paraguai. Desse modo, nesta inesperada cerimônia militar em clima de enorme tensão, transformei e critiquei o sentido da ação impetrada por parte de golpistas oficiais indisciplinados e fora da lei.

Eu, assim como o governador Badger, fomos levados ao Centro de Armamento da Marinha, em Niterói. Ali fiquei a partir das cinco horas da tarde do dia primeiro de abril, vigiado por dois oficiais da Marinha, sentado em uma pequena cadeira de madeira debaixo de uma escada, sob um barulho ensurdecedor devido às passadas fortes das pessoas que ali circulavam, sem sequer poder me alimentar. No dia seguinte, na parte da tarde, me levaram para a Sede da Infantaria Divisionária, já sob novo comando dos “revolucionários”. De noite, fui levado ao chefe do Estado-Maior do Primeiro Exército, que me encaminhou rapidamente a um quartel em Santo Cristo para continuar preso.

Eu e outros prisioneiros fomos submetidos a uma “via crucis” pois nossa prisão foi efetivada em vários quartéis. Fomos exibidos como verdadeiros presos de guerra! Sem contar que fomos considerados e tratados como maus elementos, sujeitados e submetidos a inúmeros vexames, e totalmente desrespeitados em nossas patentes. Nos fizeram desfilar em diversas unidades militares: Forte São João, Fortaleza Santa Cruz, CPOR, navio Princesa Leopoldina, este último com mais tempo de permanência. Em todas as prisões, ficamos confinados em celas ou camarotes, sob rigorosa vigilância.

É importante frisar que nós, militares que apoiamos o governo de Jango e fomos contra o golpe de 64, sofremos essas arbitrariedades quando estávamos em nossos postos de trabalho. Atuamos em cumprimento dos nossos deveres, subordinados e obedientes às escalas de comando, em consonância com normas constitucionais para acatar às autoridades democraticamente estabelecidas.

Considero que fomos vitimados por um sórdido jogo político que já vinha de longa data. O fim das nossas carreiras militares era um objetivo definido por nossos inimigos bem antes do golpe, quando lutamos na guerra contra o nazifascismo; depois quando fizemos parte da diretoria do Clube Militar – em 1957 fui Diretor Secretário – e defendemos abertamente o monopólio estatal do petróleo na Campanha *O Petróleo é Nosso*; e, especialmente, em 1961, por apoiarmos o Marechal Henrique Teixeira Lott nas medidas legalistas que garantiram a posse de João Goulart como presidente da República.

Costumo dizer que fomos penalizados e perseguidos por conta do nosso idealismo democrático. E os militares que foram nossos carrascos, fazendo papéis de carcereiros e espiões, envergonharam e mancharam a história da convivência militar. Muitos deles, vingativos e sem escrúpulos, ao tomarem o poder entregaram e acabaram com as carreiras de companheiros de farda para se beneficiarem profissionalmente.

Antes do golpe de 64, quando havia conflitos políticos, o procedimento normalmente executado era a transferência para regiões longínquas dos companheiros derrotados. Isso ocorreu com muitos desses militares golpistas nos anos de 1954 e de 1961. Os revoltosos de Jacareacanga e Aragarças foram até mesmo anistiados.

Depois do golpe de 64, tudo mudou! A Constituição foi desrespeitada, a escala de comando foi subvertida, as regras de camaradagem e de companheirismo foram ultrajadas... Nossa família militar foi destruída de forma inacreditável.

Minha vida e de toda minha família foi afetada pela repressão. Meu filho, Marlos, tomou parte no movimento estudantil que resistiu à ditadura. Ele foi preso e fichado pela ditadura em 1968, no famoso 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo. Depois, pertenceu a um grupo clandestino de resistência armada à ditadura, Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), pelo qual foi condenado a mais de um ano de prisão em 1971. Foram anos terríveis...

Na época das mobilizações pelo final da ditadura, nós, militares que fomos perseguidos e perdemos nossos direitos, nos organizamos na ADNAM, Associação Democrática e Nacionalista de Militares. Em 1985, fiz parte de um protesto pela anistia no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, ao lado do companheiro Cândido Manoel Ribeiro da Rocha. E boa parte do que contei sobre a ditadura militar também está no depoimento que concedi a Hélio Silva, para o livro *A vez e a voz dos vencidos: Militares X Militares*, publicado em 1988, quando ainda lutávamos pela anistia.

Na Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM), prossegui com essa luta com companheiros que foram injustiçados e que, como eu, passaram a dar seu testemunho sobre as arbitrariedades que se abateram sobre aqueles que mantiveram convicções pelas liberdades demo-

cráticas desde quando participamos da Segunda Guerra Mundial...

Depois de escrever um livro sobre a nossa participação na Segunda Guerra Mundial, passei a enviar artigos para nossos jornais militares e também publicações civis, do Piauí, minha terra natal – onde ajudei a fundar a Academia de Letras da Região de Sete Cidades (ALRESC), com sede em Piracuruca, onde nasci, e do Rio de Janeiro, onde fixei residência após o conflito mundial. Reuni muitos desses escritos em livros que publiquei posteriormente e que foram muito bem acolhidos pelo público. Tratei de diversos temas da política estadual, estadual e internacional, também da história e do papel das Forças Armadas e questões de segurança pública e meio-ambiente.

Em 1998, por exemplo, na época da redemocratização, escrevi sobre as Forças Armadas e sua vocação social. Ao longo do meu tempo militar na ativa, acostumei-me a reconhecer, com orgulho, a vocação natural das Forças Armadas, em particular do Exército, para as atividades sociais e humanitárias, hoje chamadas de complementares, sem prejuízo das tarefas essenciais, que significam sua principal razão de ser. Umas e outras atividades e tarefas de caráter institucional, a serviço do Brasil como um todo, devidamente dosadas, configuram o novo e o moderno perfil das Forças Armadas frente à conjuntura nacional, propiciando uma participação mais ampla das atividades complementares no trabalho de soerguimento do país.

Assim é que se alastra cada vez mais a colaboração das três Forças em setores os mais diversos da sociedade civil, haja vista o caso da dengue, que ameaçava o país, e que prontamente contou com a ajuda do Exército no Rio de Janeiro. Com o mesmo espírito de solidariedade, foi assim que atuou nossa Força Terrestre no Nordeste, quando do recebimento e distribuição dos alimentos, doados aos municípios mais atingidos pela seca, aproveitando os quartéis da região com excelentes resultados.

No campo educacional, então, a ação benéfica das Forças Armadas em favor dos jovens conscritos, a cada ano, absorvidos pelas nossas três forças militares. Ainda é dos meus tempos de tenente, a existência das chamadas escolas regimentais, através das quais, os oficiais se uniam num verdadeiro mutirão em favor da alfabetização e do ensino do nosso idioma aos recrutas e até ministrando-lhes as mais rudimentares formas de tratamento e convivência, num trabalho de pioneirismo social e patriótico levado a cabo pelas

Forças Armadas, sem prejuízo da instrução militar, a seu cargo, e que jamais impediu de dar vazão à sua tendência de ajuda aos nossos patrícios mais necessitados, como foi o caso do Correio Aéreo Nacional (CAN), integrando o Brasil de ponta a ponta, bem como a Marinha, ligando e socorrendo as populações ribeirinhas nas áreas da Amazônia e da fronteira, num trabalho pouco conhecido de ajuda humanitária que se destaca e ainda ocorre por ocasião das vacinações em massa. Até nos transportes de eleitores e das urnas eleitorais sua presença ainda é fundamental.

A verdade é que todas essas referências históricas – Escolas regimentais dos quartéis do interior, Batalhões de Engenharia e Construção, Correio Aéreo Nacional, a Marinha – escreveram as mais belas histórias da integração nacional, permitiram ao país chegar à atual etapa do nosso desenvolvimento de moral elevada, plenamente cômico do dever cumprido e reconhecendo que todas as atuais formas de compreensão e colaboração das três Forças ao esforço nacional são um desdobramento natural daquelas tomadas de posição em benefício do Brasil. É com orgulho que vejo as novas estruturas de pessoal do Exército, cada vez mais voltadas para o social, a exemplo da criação dos Batalhões de Selva e do projeto Calha Norte, na região amazônica, visando sua maior integração ao país, através da assistência às comunidades indígenas. Também a multiplicação dos Centros de Treinamento e Reciclagem ao longo da fronteira Norte. Tarefas nobres e edificantes que sempre se vincularam ao papel das Forças Armadas em nosso país, por índole, antiescravagistas e abolicionistas, e cuja opção política, a favor dos mais fracos e injustiçados, foi sua marca definitiva ao longo dos tempos.

E, nesta oportunidade, relembremos a atitude de Deodoro, em 1887, dirigindo-se à Regência no sentido de que não fosse usada força do Exército em perseguição aos fugitivos que buscavam a liberdade.

Faço questão de mostrar, porque revela e aprofunda minha visão sobre as Forças Armadas no Brasil, que em 1997 e 1998, respectivamente, publiquei em *A Defesa Nacional* – Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros – e na *ADNAM* – *Notícias*, um artigo sobre o papel histórico e social do serviço militar obrigatório.

A implantação da obrigatoriedade do serviço militar, no Brasil, tem uma longa história que remonta ao princípio do século XX.

A ideia lançada por volta de 1907, só entre os anos de 1915 e 1916 veio a tomar corpo, com a pregação de Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto,

entre outros patriotas, fundadores da Liga de Defesa Nacional (LDN), que levantaram a bandeira do Serviço Militar como o instrumento capaz de apagar as fronteiras entre civis e militares, através da disseminação da “consciência civil” nos quartéis e da qual surgiria a figura do “cidadão-soldado”, fruto desse processo de amálgama, identificando Exército e Nação, para o soerguimento de “uma força nacional real” a serviço dos interesses do país. A instituição do Serviço Militar obrigatório, em outubro de 1916, inseria-se no quadro maior de uma campanha nacionalista em grande escala, centrada no patriotismo e no culto a tradições brasileiras.

Quando já tinham sido decorrido mais de oitenta anos, ressaltei que essa modalidade de conscrição reveste-se dos mesmos valores democráticos que inspiraram nossos precursores da LDN e, por isso mesmo, fazendo do serviço militar obrigatório o canal através do qual as Forças Armadas recebiam, anualmente, cerca de 100 mil jovens, para prestação do serviço, ou seja, 10% dos 1,3 milhões de alistados com 18 anos.

Jovens de todos os segmentos da sociedade, sem distinção de raça, classe social ou religião, irmanados no afã de servirem à Pátria. Lastimável é a constatação de que, por motivos diversos, o número dos incorporados, a partir de 1992, vem diminuindo, e já ultrapassando a casa do milhão o número dos alistados dispensados. Em 1996, o Exército só incorporou 99.668 jovens de quase um milhão e trezentos mil alistados e, em 1997, não atingiu 92 mil.

Foi na Segunda Guerra Mundial, quando da organização da FEB – a Força Expedicionária Brasileira –, que tomou parte efetiva no conflito, a prova de fogo do acerto de nosso tipo de convocação.

Elementos da ativa, reservistas de primeira categoria e oficiais da reserva da segunda classe, oriundos dos CPORs, recrutados em todos os rincões da Pátria e das mais diversas profissões, escreveram uma das mais gloriosas páginas de nossa história militar.

“Um país pleno de riquezas, despertadoras da cobiça internacional, jamais poderá abrir mão da juventude para defender sua soberania. O acentuado amor que nosso povo demonstra pelo Brasil permite afirmar, sem dúvida, que a prestação do serviço militar, antes de caracterizar-se com um dever imposto e penoso, é encarada pelos jovens com o exercício de gratificante direito” (Diretoria do Serviço Militar, REB, abr./jun./93).

Em contraposição ao serviço militar obrigatório, estão surgindo os defensores do fim dessa ideia e, em seu lugar, a institucionalização do serviço

facultativo, profissional e melhor remunerado, com redução do efetivo das Forças Armadas. Com a nossa discordância desse ponto de vista, nada impediria que, na manutenção da atual modalidade do serviço militar, possa ser aproveitada a estrutura castrense na constituição de um grupamento profissional, de forma permanente, dotado de modernos recursos bélicos prontos para o cumprimento de missões especiais, em tempo de paz, como aconteceu em Angola. Consideramos de caráter perigosamente restritivo o conceito de Forças Armadas puramente profissionais, desvinculadas das nossas atribuições internas, voltadas para as atividades complementares nas áreas econômicas, sociais e assistenciais, como vem acontecendo com o apoio da sociedade civil.

Por outro lado, há motivos de sobra para se associar o fim do serviço militar aos interesses escusos das grandes potências, pela óbvia razão de que é mais fácil subjugar um país que não possui suas Forças Armadas perfeitamente afinadas com o povo.

Outro assunto sobre o qual escrevi vários artigos foi sobre a reformulação do aparelho de segurança pública, por ocasião das greves dos policiais militares em alguns estados, no final da década de 1990. Se nada ou pouco resultou da chamada greve das Polícias Militares (PMs), ocorrida em alguns estados, um mérito não pode deixar de lhe ser creditada, ou seja, o fato de haver trazido à cena política o debate sobre as questões de segurança pública, até então menosprezadas e ignoradas, em prejuízo de tranquilidade e bem-estar da sociedade.

Criaram-se, assim as condições para o enfrentamento do problema e até do seu aprofundamento, através de novas ideias que venham aprimorar e modernizar as estruturas do aparelho de segurança, até mesmo alterando-as em função de outros conceitos e princípios norteadores de novas organizações e atribuições dos órgãos de segurança estaduais e federais. Para isso é preciso, em primeiro lugar, não temer as mudanças de modo geral e, particularmente, em estruturas seculares como as de segurança e, em alguns aspectos, já ultrapassadas, requerendo, no mínimo, uma reciclagem de atualização e adaptação aos novos tempos.

Muito antes da chamada greve das PMs, estivemos empenhados na focalização de aspectos ligados à segurança pública e, ultimamente, mais vol-

tados para as questões estruturais básicas, ainda não resolvidas e que, afinal, detonaram a atual situação de insegurança e de mal-estar das PMs e de todos os órgãos chamados de segurança pública.

Em nossa análise, pontos diversos vêm sendo destacados, desde os tradicionais que remontam ao papel das PMs na guerra do Paraguai, coadjuvando as Forças Armadas, até sua atual missão, que é a de todos os policiais, civil ou militar, no sentido da preservação da ordem pública e da garantia do cidadão comum.

Sob essa ótica, fizemos um levantamento das questões, girando em torno da área de segurança pública, e classificamo-las em consensuais, divergentes e polêmicas, priorizando as primeiras, na defesa de uma solução mais rápida para o angustioso problema e, assim, apontando o papel do governador de cada estado como de fundamental importância na solução da questão policial, bastando citarmos dois motivos: o de caráter legal, que dá ao governador plena autonomia sobre os órgãos de segurança estaduais, e o relacionamento com as peculiaridades de cada estado que, afinal, são os verdadeiros parâmetros de sua organização e operacionalidade, assim, cabendo a cada governador optar pela fusão ou não das polícias civil e militar e estipular seus salários de acordo com as possibilidades financeiras do seu estado. Questão central na reformulação do aparelho de segurança local – a autonomia estadual – se destaca como o princípio político capaz de imprimir o verdadeiro rumo em direção de uma atração de paixões distorcidas, bastante comprometidas com um corporativismo prejudicial às nobres tarefas policiais.

Outro ponto que ganhou o nível consensual diz respeito ao foro privilegiado dos PMs, passando à justiça comum o julgamento dos seus crimes e ferindo de morte o corporativismo das Auditorias estaduais. Só a título de ilustração, há dados comprometedores que mostram que quando os PMs estão envolvidos em crimes comuns, só são abertos processos em cerca de metade dos casos e apenas passam por julgamento cerca de um terço deles, sendo os demais arquivados. Esta impunidade de seus membros só compromete a instituição, além de propiciar a escalada da violência. Urge apressar as mudanças em nome da sociedade e do resguardo da autoridade. Outra questão a respeito da qual não há divergência: a mudança nos processos de recrutamento e formação dos policiais, com a introdução no

currículo escolar de matérias como Direitos Humanos e outras disciplinas de cunho social e, na hipótese de unificar as polícias militar e civil, a criação de uma só Academia Superior de Polícia, objetivando eliminar de vez a rivalidade entre as duas polícias, com seus papéis bem definidos e o mais amplo entendimento.

E tudo isso não está fora do nosso alcance: uma simples mexida na Constituição, retirando da União seu poder aglutinante sobre os estados e dando a estes maior liberdade de ação – eis um bom começo para o êxito na reformulação das políticas de segurança pública.

Pelo fato novo de que se reveste essa ideia, naturalmente, que a discussão em torno de seus vários aspectos ainda demore algum tempo até seu amadurecimento, no âmbito das soluções consensuais, mas não há porque procrastinar sua aplicação, destacando-se a introdução da expressão “direitos humanos” no Art. 144. O respeito a eles e à plena cidadania é o fator básico para o exercício da democracia, a cujo regime político estamos indissolúvelmente ligados por tradição e pelo combate sistemático à violência, sob todos os aspectos.

Polícias militares e civis, transferência de julgamento dos crimes de policiais, da justiça corporativa para justiça comum, uma nova forma de relação das PMs com o Exército, mas seja qualquer das soluções, basicamente a questão das mudanças curriculares estará, em sua raiz, o seu verdadeiro papel de se dar tranquilidade segurança à sociedade, fazendo-se respeitar por suas atitudes sobretudo éticas, que não exclui a energia humana quando necessária, mas não pactua com a violência animalesca, mais execrada ainda quando partida do Estado, cujo poder tem justamente dever de coibi-la em nome dos bons costumes e da cidadania. Só o esclarecimento, obtido, através da boa formação moral e profissional, qualifica o agente de segurança (militar ou civil) no exercício de sua tarefa específica que, por sua importância, cada vez mais está exigindo seu enquadramento em um novo modelo policial, preocupado com garantia e a defesa do cidadão.

Em meus escritos para diversos jornais e revistas, um dos temas frequentes que abordei foi o das privatizações e suas ligações com as questões de soberania nacional, que se relacionam diretamente à minha visão do que é uma perspectiva nacionalista. Desde o governo Collor até o de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a experiência de venda de nossas estatais rendeu

muito pouco aos cofres públicos. Em cinco anos, quarenta e cinco estatais foram leiloadas e apenas dois bilhões de reais foram apurados. Houve uma política de privatização do país que teve por objetivo desfazer-se a qualquer custo da Vale do Rio Doce – a nossa empresa-ouro – que deveria estar catalogada como um patrimônio inalienável do Brasil.

Afinal, é um problema de soberania nacional. Será que já estamos comprometidos com a política globalizante de tudo pelos outros e nada por nós? Acreditamos e esperamos que não, pelo repúdio do povo brasileiro às teses neocolonialistas.

O pior é constatar que essas privatizações são bancadas pelo governo com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que liberou bilhões para empresas elétricas e de telecomunicações que foram compradas.

Como entender esses empréstimos bancários a empresas estrangeiras que abocanharam nossas estatais, deixando a ver navios nossas pequenas e médias empresas que não dispõem de recursos próprios para seu desenvolvimento? Como interpretar essa generosidade de tratamento financeiro aos compradores das nossas grandes empresas? Como garantia e/ou atrativo das privatizações? E não foi dito que, ao invés do desvio dos recursos dos contribuintes para a sustentação das privatizações, é que iriam gerar recursos para as abandonadas áreas sociais? Sem dúvida nenhuma que, pelo menos, a modelagem das vendas das nossas estatais não pode mais ser levada a sério, diante de tamanhas incongruências, atentatórias ao interesse nacional. Mude-se o modelo ou suspendam-se as privatizações, em setores que representam o filé mignon das nossas grandes empresas energéticas e de telecomunicações.

Chega de sangria das empresas estratégicas do país, com toda sorte de incentivos proporcionados aos seus compradores. E por que, como contrapartida, não é exigida dos novos donos das empresas privatizadas a garantia de que não haverá demissões aleatórias, agravando o problema social, como o “enxugamento da máquina administrativa”, um chavão por demais conhecido e a serviço de injustiças e arbitrariedades? Então, empresta-se às empresas-gigantes, de potencial financeiro comprovado, tanto que se apoderaram das nossas estatais, omitindo-se a ajuda de pequenas e médias empresas – afinal, o objetivo maior do BNDES? Estas, pelo menos, empre-

gariam mais trabalhadores e não os dispensariam como fazem as grandes empresas, de capital estrangeiro, agora, “incentivadas” com o nosso dinheiro – o dinheiro dos pobres brasileiros.

E assim nos referimos pela imprensa, ainda em meados de 1995: a justificção para entrega ao capital privado do setor enérgico é o apoio ao fator da competitividade que, em consequência, trará preços mais baixos para os consumidores, o que não está ocorrendo na Argentina, com a privatização de suas estatais do setor e que vem comprovar que ainda é a presença do Estado o maior fiador da sustentação das tarifas mais justas. E não só a Argentina, como o México, vêm se constituindo nos melhores exemplos da desmoralização das privatizações por todo o mundo.

Desacelerar as privatizações é preciso. Mas o BNDES continua a financiar a entrega do patrimônio nacional. Fica evidente que, além da venda da Vale do Rio Doce, o objetivo é encaminhar o processo de privatização da Petrobras, se firmando a expressão contrária a que a construiu, a saber, *O petróleo é nosso*, para *O petróleo é deles*. Finalmente, a grande meta perseguida pelo capital estrangeiro, agora fortalecido e ajudado pela onda neoliberal que invade o país.

Mas, seja qual for o rumo da nova política do setor petrolífero, de nossa parte seria imperdoável faltarmos com o sentimento de gratidão para com a geração dos anos de 1940 a 1960, em que despontaram os patriotas de tantas associações e institutos, como o Fórum Roberto Simonsen, depois Instituto, e o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN) que desenvolveram intensa campanha de esclarecimento e debate, sobretudo, a respeito do petróleo, e desaguando na instituição do monopólio estatal do petróleo – a política responsável pela saga de sucessos colhidos pela Petrobras. Uma política que ganhou as ruas e deu-lhe a sobrevivência por décadas, dedicadas ao Brasil. O bastante para merecer o respeito da atual geração e não sua execração pública, segundo declarações de autoridades governamentais que deveriam ter mais ética em suas apreciações. De nenhum valor comunicativo, se bem que partidas de um Ministro das Comunicações. Foi o que escrevi no *Ombro a Ombro*, em fevereiro de 1998: o petróleo é vosso? Para quem?

Também comentei a conhecida irreverência carioca que deu mais uma vez o ar de sua graça, apelidando o atual vexame da falta de luz por estas

regiões do “blecaute privatizado”, o que ou que bem traduz a justa indignação da população.

Ainda é comum e até hilariante a alegação do famoso El Niño como a causa primeira e única dos aguaceiros, raios e trovões, em determinada época do ano, como se, de repente, perdêssemos a memória das grandes enchentes e transbordamentos de rios, represas e açudes que sempre ocorreram em todas as regiões do país, especialmente, no Sudeste, entre janeiro e março, e que nos traz à lembrança a música de Tom Jobim “Águas de março”. Um fator cíclico e perturbador que nem assim alerta as autoridades responsáveis por um trabalho de antecipação e prevenção, a fim de evitar e minimizar os efeitos negativos a cada ano. Culpar o fenômeno El Niño é mais fácil e mais cômodo. Agora, o vilão da história é o calor, responsabilizando-o pelas quedas e interrupções no sistema de transmissão da energia elétrica. Alegação primária e até ridícula, quando sabemos que o calor sempre foi a temperatura normal dos cariocas e fluminenses, nem por esse motivo para recuarmos à era das cavernas, sem luz.

Já em 1998, era chegada a hora de reavaliarmos a questão das privatizações, em particular do setor elétrico, cujos últimos números falavam mais alto que as palavras: faturamento das empresas privatizadas crescendo 27%, lucro 500% e o número de empregados caindo 31%.

Um dos meus assuntos favoritos sempre foi debater a política estadual piauiense e, por meio dela, chegar também à situação do nosso Nordeste, enfocando os magnos problemas com que se defronta o rico Piauí pobre e que vêm se arrastando ao longo dos séculos por culpa de oligarquias esclerosadas que respondem pelo atraso do estado. Problema que é o mesmo nos demais estados e que está clamando por um choque de realismo e vergonha. Sobretudo no Nordeste, que tem no latifúndio seu entrave maior ao desenvolvimento social, na medida que ele aumenta a distância econômica entre o povo e as classes média e rica.

Sobre o desenvolvimento do estado do Piauí, o focalizo pela relevância das questões intimamente vinculadas a isso, com paciência e determinação, seguindo o conhecido provérbio “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura” e, assim, extraíndo de nossas matérias publicadas ao longo dos últimos anos, os trechos principais ligados ao assunto.

Escrevi sobre quatro sonhos que acalentaram toda uma geração. Na verdade, mais pesadelos que sonhos, face ao tempo decorrido. Minha geração

só tem a lamentar (e desencantar-se) das promessas não cumpridas, do descaso e da incompetência do Poder Público, com relação a quatro iniciativas que bastariam para alavancar o progresso do Piauí: a plena navegabilidade do rio Parnaíba, a conclusão do porto de Luiz Correia, a ligação férrea do litoral a Teresina e a barragem do Rio Piracuruca. Esta, até que enfim, já concluída, com uma produção excelente das mais diversas espécies de peixe à disposição da comunidade.

Também nos expressamos muitas vezes sobre o caso do Porto de Luiz Correia, a novela sem fim: um sonho que virou o pior dos pesadelos, com uma carga de frustrações sem igual para nossa geração. Uma bandeira que se rasgou de tanto ser explorada. Com tudo isso, despertando ainda nossas esperanças na superação do descaso, da vergonha e da frustração, por anos desfraldando bandeira pela retomada das obras, sem politicagem e ingêrências espúrias, só considerando os interesses do estado. O porto de Luiz Correia foi iniciado há um século e ainda estava inconcluso.

Sonho com um Piauí, forte e unido, capaz de juntar os pedaços dos sonhos desfeitos e recomeçar tudo de novo.

Sempre que retorno das minhas viagens ao Piauí, entre afetos e boas lembranças, me encontro com o coração em júbilo e a confiança revigorada em seu futuro promissor. Que tem de ser construído com o resgate de um passado marcado por grandes empreendimentos, como a ligação férrea do litoral a Teresina que nunca deveria ter sido desativada e causando a estagnação do desenvolvimento do norte do estado. Por isso que o futuro do Piauí está muito dependente da recuperação do seu passado.

O tripé do soerguimento do Piauí. Se há três áreas em condições de se integrarem em um grande projeto piauiense, interessando ao governo e à iniciativa privada, este congregaria, por sua afinidade cultural-econômica, as atividades relacionadas com a Irrigação, os Cerrados e o Turismo em nosso estado.

A pulverização em centenas de projetos nas citadas áreas, de origens as mais diversas, e sem rigorosos acompanhamentos, vem sendo causa fundamental do fracasso de alguns e da descontinuidade na sua implementação, acarretando um tempo absurdo de espera para a conclusão das obras de infraestrutura. O exemplo da barragem do rio Piracuruca pode ser apontado, pelos seus quase cem anos para término da obra, então concretizado o sonho maior dos piracuruquenses.

O entrosamento das áreas de irrigação, barragens e açudes com as do turismo ecológico e cultural do Delta do Parnaíba e Sete Cidades e do São Raimundo Nonato, Serra da Capivara. Com os cerrados – uma riqueza em potencial do Piauí – elaborando o projeto integrado, ao lado de Irrigação estaríamos (barragens e açudes) e do Turismo, cujas áreas, interligadas dariam base de sustentação à economia piauiense. Um megaprojeto, interessado ao Piauí como um todo, de Norte ao Sul que até poderia colaborar para sepultar de vez a infeliz ideia, que vez ou outra ressurge, de dividir o estado. Os cerrados piauienses, que favorecem sobretudo, a agricultura irrigada, correspondiam a 11,5 milhões de hectares, entre os municípios de Floriano e Cristalândia do Piauí, inexplorados ainda em sua quase totalidade. Exigiriam um projeto grandioso de produção de soja, um feijão de extrema importância na alimentação e na indústria de óleos. Uma área tão grande que está em quarto lugar no país, acima de São Paulo, Bahia e Maranhão e outros de tamanhos menores.

Outro assunto que me interessou foi sobre uma de grande porte, significativamente batizada de Cruzeiro do Sul 97, e que nos enche de entusiasmo e sólida esperança na mudança definitiva da concepção militar no continente, a começar pelos países do Mercosul, cujas doutrinas militares devem continuar a perseguir um denominador comum de ação a favor da paz.

Há anos já fazia parte de um nosso alerta a respeito da nossa união. No momento o que nos deve preocupar é a efetiva integração do núcleo gerador do Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – e, para isso, as questões ligadas ao seu suporte militar são de fundamental importância, na medida em que a união dos povos sul-americanos tem sido, ao longo da história, obstaculizada, enquanto política contrária aos interesses das grandes potências, e por isso, defendendo o princípio de que, divididos, tornam-se mais fáceis a dominação e a exploração.

Acredito que o preconceito é um dos problemas mais graves do nosso tempo, o vírus que pode contaminar uma união. Como escrevi para o jornal *O Dia*, de Teresina, em 1997, na verdade, esta é uma questão de fundo cultural-racista que tem tudo para pôr a perder um relacionamento histórico que, neste fim de século, se apresenta e se firma como o maior feito da diplomacia latino-americana, desde o sonho frustrado de Bolívar, nos idos de 1820.

Referimo-nos ao Mercosul – um bloco de quatro nações, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – que está quase integrado nas áreas fiscal, comercial, econômica e política, caminhando para as relações militares, e por isso mesmo suscitando em todos nós, cidadãos desses países, a esperança de um seguro entendimento em benefício da paz e prosperidade.

Não atingimos a plenitude da integração que requer remoção de uma pequena grande diferença entre nossos povos – sobretudo Argentina e Brasil – que é a questão do preconceito que, recrudescendo, ao invés de ir minimizando, pode prejudicar a completa integração do Mercosul.

Dois tipos de preconceito na área cultural racista, um mais antigo, e o outro mais recente, de cunho também ideológico, nos enchem a todos nós, partidários da total integração do Mercosul, de profundas preocupações. O primeiro, leva-nos aos distantes dias da guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), ou seja, Guerra do Paraguai, assim conhecida entre nós, ou Guerra Grande, no Paraguai. A imprensa ilustrada, com charges e retratos, bastante usada na época, registrou a corporificação do preconceito racial, desencadeado pelo Paraguai e adotado, em seguida, pela Argentina, chamando os brasileiros de “macaquitos”, o que perdura até hoje. A caricatura do periódico *Cabichui* do Exército paraguaio, retratando como macacos o imperador Pedro II, o almirante Tamandaré e o general Polidoro, é bastante conhecida, e que se comprova, da parte dos paraguaios, um sentimento misto de preconceito, despeito e revolta, diante das vitórias brasileiras no conflito, que exacerbavam mais ainda a vindita paraguaia, através de caricaturas, a forma mais usual de fazer imprensa para impressionar a opinião pública.

O segundo tipo de preconceito ao qual nos referimos, de caráter político bem acentuado, cresceu bastante a partir da Segunda Guerra Mundial com a participação efetiva e vitoriosa do Brasil no conflito e sua conseqüente projeção no mundo, ofuscando a Argentina, que não se colocara do lado dos Aliados, certamente por influência do fascismo em seu governo de então, que iniciou uma outra modalidade discriminatória, ou seja, o antissemitismo agravando-se durante a ditadura militar (1976-1983), quando as vítimas foram submetidas às mais hedionda forma de violência que é a tortura. Salve o Brasil miscigenado, pejorativamente chamado de “macaquitos” pelos que se julgam nações “branca” e “indígena”, na sua pureza étnica, sabido que na Argentina colonial, a existência de 30% da população de Buenos Aires era constituída de negros. É um fato comprovado.

Concluimos que, na base do relacionamento integrativo do Mercosul, que todos desejamos, está a questão sociocultural do preconceito racista, requerendo sua eliminação para um mais rápido andamento de sua construção, nem que seja através de ações punitivas, a exemplo da legislação já existente em nosso país no combate ao racismo.

Em termos de América Latina é até compreensível que certas formas esdrúxulas de comportamento político surjam e tenham vez ao longo da história, com ditadura, golpe de estado, prorrogação de mandatos, autogolpe, autoritarismo e golpes travestidos de reeleição. Todas elas frutos de uma colonização autoritária e exploradora do nosso conturbado continente e causadora, ainda presente de tantos males, decorridos os quinhentos anos de invasão e resistência.

Evidente que não é fácil desvencilhar-se de tamanha carga histórica e emocional, que só o tempo é capaz de minimizá-la, na base do entendimento e da racionalidade política, em que sejam superados os personalismos, eivados de vaidades doentias e deletérias, que só retardam a evolução política dos povos.

Estamos chegando ao século XXI e com ele é de se esperar o surgimento de uma plena consciência democrática, voltada para os grandes valores da humanidade, que não se confundem com a esperteza e a cobiça e são os subprodutos mais condenáveis que sobraram daquela cultura invasora lusacastelhana, mais mercantilizada do que imbuída de valores espirituais.

Não tenho deixado de dizer e escrever em diversos meios de comunicação, depois da Eco-92, que tanto nos mobilizou, especialmente nos jornais *O Dia*, de Teresina (PI) e *O Farol*, do Rio de Janeiro (RJ), que o meio ambiente continua órfão.

Discursos e tome discursos. Boas intenções e haja bondade nesses propósitos. Reuniões e mais reuniões, envolvendo até o G7+1 (países ricos mais a Rússia). Mas, de resultados práticos, nenhum, continuando o marasmo no “empurra com a barriga” para sucessivos adiamentos da solução final do problema fundamental da humanidade, qual seja o meio ambiente.

Evidente que estamos nos referindo à sessão especial da ONU, em 1997, que avaliou a Rio+5, realizada no Rio de Janeiro, no tocante à implementação da Agenda 21, elaborada, com tantas esperanças na Rio 92, mas que muito pouco ou nada foi concretizado, e levando-nos à lamentável conclu-

são de que ainda não foi nessa II cúpula da Terra, de Nova York, a oportunidade de ser devidamente equacionada a questão do meio ambiente em nosso planeta, já se falando na próxima reunião de Kyoto, Japão, para afinal (?), resolver todas as questões pendentes.

Constata-se que, na verdade, a saúde da terra vem, ao longo do tempo, oscilando entre fragilidades de percepção e omissões condenáveis, desde a Conferência de Estocolmo de 1972, passando pela Rio 92 e chegando à atual Reunião da ONU, todas, formalmente bem apoiadas por chefes de Estado e representantes dos 185 países membros da ONU e que nem assim o êxito foi alcançado, continuando inócuas as recomendações e convênios advindos desses conclaves, tais quais letra morta, principalmente, em virtude do seu não cumprimento pelos países mais ricos, que preferem cobrar dos países mais pobres sua observância, numa atitude imperial e colonizadora que só causa reação negativa e desmotivante por parte dos países em desenvolvimento, que defendem que todos os países, independente do nível de suas riquezas, têm responsabilidade em relação à natureza, mas os desenvolvidos bastante mais, pela maior poluição que provocam no mundo.

Um dos pontos mais discutidos foi a respeito da redução da emissão de dióxido de carbono e outros gases causadores do efeito estufa e de responsabilidade maior de parte do Japão, EUA e Canadá. Males já apontados exaustivamente na Rio 92, nem assim, cinco anos depois, foi possível arrancar dos países desenvolvidos qualquer acordo sobre o assunto e mais uma vez procrastinado, comprovando a tese do desinteresse daqueles que mais têm a ver com a poluição do meio ambiente, provinda dos gases que mais aquecem nosso planeta, em estado de orfandade, o que caracteriza um crime de lesa-humanidade, suscetível da mais grave denúncia da ONU.

Outra questão que mereceu atenção especial foram as florestas cujo item da Agenda 21, se bem que amplamente discutido na ECO-92, ainda não foi dessa vez que se conseguiu criar uma Convenção das Florestas – uma forma institucionalizada de pressão para se evitar o crescente índice de desmatamento em todos os países, inclusive no Brasil, especificamente na Floresta Amazônica. Ao invés de se fazer do desmatamento o grande vilão da história, com as permanentes e surradas críticas dos países ricos aos países pobres, que aqueles resolvam de uma vez dedicar o percentual do seu PIB, determinado pela Rio 92, aos países em desenvolvimento e assim colabo-

rem, efetivamente, na defesa de nossas florestas do planeta Terra. É o fator econômico passando pelo item das florestas, no sentido de preservá-las e pondo-as a serviço da humanidade na melhoria da qualidade de vida.

Há anos que escrevo a respeito do tema do efeito estufa e suas diversas fontes e, de modo geral, sobre a poluição. Efeito estufa firmou sua presença na nova linguagem do “ecologês”, significando elevação de temperatura pela emissão de gases, a exemplo do petróleo, um dos combustíveis cuja queima expel gás carbônico. Sabidamente, um gás que é lançado na atmosfera dez vezes mais pelos países industrializados, comparando com os pobres, a discussão do tema sobre sua redução vem sendo sistematicamente boicotada pelos países ricos pela diminuição de seus ganhos que a tanto forem levados.

Outros temas ainda não devidamente equacionados desde a Rio 92, a exemplo do item anterior: Desertificação e Biodiversidade. O primeiro, enfocando o efeito das queimadas, provocado pelo desmatamento, que destrói as diversas espécies, poluindo a atmosfera e modificando o ciclo das chuvas, e o segundo item, abordando a diversidade biológica do mundo, da qual o Brasil é dono absoluto de 30%. Duas das mais difíceis Convenções que não conseguiram o consenso dos países interessados, porque aí se conflitam as nações ricas e industrializadas e as pobres, subdesenvolvidas e exploradas.

A questão do efeito estufa ficou em evidência pela realização em Kyoto no Japão da Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas. Objetivava pressionar os países ricos, em particular os Estados Unidos, no sentido de reduzirem as emissões de gases responsáveis pelo danoso efeito estufa. O Brasil já tinha posição definida: os países desenvolvidos deveriam reduzir até 2010 suas emissões de dióxido de carbono para 15% abaixo do limite em que estavam sete anos atrás, de acordo com o compromisso assumido na Rio 92, apoiado agora pelos países europeus, pela constatação de que esses gases impedem a dissipação do calor provocado pelo sol, e só dos países industrializados nada menos que 75% dos gases advém, sobrecarregando o efeito estufa e poluindo a atmosfera muito mais do que os outros. Um preço justo deveria ser obtido, mesmo às custas do interesse desenfreado e desumano da indústria internacional. O que não é possível é continuarmos submetidos a temperaturas asfixiantes, que ainda vem sendo influenciadas pelo fenômeno El Niño, um aquecimento cíclico no Oceano Pacífico que ocorre a cada sete anos.

Se ainda não foi dessa vez que o problema do efeito estufa tenha sido atacado com sucesso pelos governos, não resta outra opção senão todo apoio às organizações não governamentais (ONGs) como ocorreu na Austrália, cujo governo se declarou contrário à redução de dióxido de carbono, o gás principal responsável pelo efeito estufa, além do metano e óxido nitroso, também prejudiciais à saúde ambiental. De uma forma ou de outra, o que a humanidade esperava da Conferência de Kyoto era a punição dos dez maiores poluidores, com destaque para os EUA, China, Rússia, Japão e Alemanha, cabendo ao Brasil um modesto 16º lugar na emissão de gases danosos.

Lembro que a imprensa londrina (*The Times*) analisou a Rio-92, logo após a sua conclusão: “A Conferência maculou a liderança mundial dos países industrializados, estabelecida na Guerra do Golfo, com os americanos sofrendo fortes críticas, por terem enfraquecido o tratado sobre o aquecimento global. Aqui se reflete o quanto os interesses dos países mais ricos foram contrariados, pois, na verdade, e pela primeira vez, a independência e a força dos países em desenvolvimento se fazem presentes. A Convenção da Atmosfera (Mudanças Climáticas) obteve 154 assinaturas, quase a totalidade, sem a participação dos EUA e de outros países (petrolíferos) – justamente os maiores responsáveis pelo aquecimento da Terra, com a emissão exagerada de gases formadores do efeito estufa”.

Seis anos depois, na Conferência de Kyoto, confirmou-se o excesso de emissão de gases no primeiro mundo, em documento assinado por 39 países desenvolvidos, através dos quais se comprometeram a reduzir, entre 2008 e 2010, suas emissões em torno de 5,2%, relativamente aos níveis de 1990 e 1995. Procrastinam-se assim as deliberações a respeito de uma questão fundamental para a saúde da Terra e de seus habitantes, qual seja seu aquecimento, com todos os males decorrentes, e aí se configurando o último fracasso de uma série de choques de interesses contrários ao bem estar da humanidade. Chega-se a um acordo, classificado de “farsa” e “tragédia” pelas organizações ambientais não governamentais.

Entre a Rio-92 e a Conferência sobre as Mudanças Climáticas de Kyoto, realizou-se a Rio+5, cujos resultados mereceram de nossa parte, na *Revista da Clube Militar* e no jornal *O Dia*, de Teresina, Piauí, comentários sob o título “Rio+5 confirma a frustração”, em que, *ipsis litteris*, assim denunciávamos: “Outro item da Agenda 21, que não saiu da intenção, diz respeito

à mudança do clima. Em nada se alteraram as recomendações de 92, no sentido de que os países desenvolvidos diminuíssem a emissão de gás carbônico, o maior responsável pelo aquecimento da Terra – o efeito estufa. A conferência internacional, ora realizada, constatou o não cumprimento do compromisso assumido e que se agrava com a situação nos EUA, responsável pela emissão de 30% do volume de gases, e já atingindo 34%.”

A verdade, facilmente constatável, é que não só nessa questão como nas demais, envolvendo o meio ambiente, o descaso e a imprevidência têm imperado nas tantas recomendações, acordos e convenções sobre o assunto, e haja retórica e discursos jogados fora, em prejuízo da vontade política dos governantes para solucionarem de vez os grandes problemas que afligem a humanidade. As conferências que se vêm realizando desde a de Estocolmo, em 1972, apresentam um saldo negativo nos resultados. Têm sido palcos ricos e países subdesenvolvidos, estes, denunciando com razão a participação egoísta e imperial dos países industrializados, em detrimento dos mínimos interesses dos países mais pobres. Situação que não pode continuar e que põe o Brasil à frente no questionamento das injustiças e males que vêm ocorrendo.

Lembro que em 1997, escrevi na *Revista do Clube Militar* sobre a Rio+5. A Conferência Rio+5, realizada naquele ano, no Rio de Janeiro, que veio com um propósito de fazer um balanço das realizações levadas a efeito e compromissos assumidos por ocasião da memorável Rio-92, a Conferência da Cúpula da Terra. Encerrada em junho de 1992, a também chamada Eco-92, a par da euforia que despertou em seus participantes, não escapou às dúvidas em torno de suas consequências. Eis um trecho de um artigo de minha autoria logo após a conferência: “Se o dissenso, a tergiversação e o vazio na Rio-92 foram marcas registradas a exemplo de temas como as florestas, as mudanças climáticas, recursos financeiros, armamentismo e, sobretudo, quanto à biodiversidade, outras convenções como a desertificação e o desenvolvimento sustentável obtiveram o consenso, segundo a ótica de que a fome e a miséria, como formas de anti-vida, causadoras da verdadeira poluição, devem (e podem) ser erradicadas, sem o sacrifício do meio-ambiente... Não há como menosprezar e nem esquecer os êxitos conseguidos, sem prejuízo de uma cobrança para não deixar a Terra perecer”. E, nesse sentido, a Agenda 21 era um roteiro-guia importantíssimo para os anos que se seguiram, bem como a Carta da Terra, documentos basilares e que foram os frutos mais sadios da Rio-92.

Na verdade, essas nossas observações e críticas a respeito do trabalho desenrolado na conferência da Eco-92, se confirmaram na Rio+5, na medida em que, avaliado devidamente o fosso ainda existente entre as promessas e recomendações da Rio-92 e os fatos da Rio+5, nossa convicção é de que muito pouco se avançou na solução dos problemas ambientais de cada país e suas interferências e conflitos com os interesses de outros países. Trata-se da célebre constatação de que o discurso e a prática são linhas paralelas, quando a convergência delas é que seria o desejável na questão fundamental de compatibilizar a defesa do meio ambiente com o desenvolvimento sustentável.

Não só a observância desse capítulo da Agenda 21, como tantos, representaram letra morta na apreciação dos resultados da Rio-92 através da conferência Rio+5, que reuniu cerca de 500 líderes ambientalistas de todo o mundo. Outras áreas intimamente ligadas ao objetivo maior, que é o Desenvolvimento Sustentável, algumas até que obtiveram o conselho na Rio-92, como nos referimos anteriormente, não mereceram o menor cuidado em termos ambientais e chegamos à Rio+5 com resultados lamentavelmente negativos, que só revelam nossa incapacidade no enfrentamento dos interesses imperiais que os países mais ricos continuam nos impingindo.

Analisando os capítulos da Agenda 21, debatidos e avaliados nessa conferência, realizada cinco anos após a esperançosa Rio-92, destacaremos os temas mais ligados aos interesses dos países em desenvolvimento, em particular o Brasil, em confronto com as nações mais ricas, mais industrializadas, e que persistem de todas as formas na tentativa de dominação do mundo através do capital, da insensibilidade e do desrespeito ao direito de todos poderem se desenvolver na busca do bem-estar de cada um deste planeta Terra.

Neste desiderato, ressaltam-se alguns itens de política ambiental, de extrema importância, como a biodiversidade, cuja convenção, a que se chegou na Rio-92, foi tão genérica e sem nenhum caráter impositivo que sua inocuidade de pronto foi constatada na outra conferência de resultados. Sem a implementação de mecanismos legais, em defesa dos produtos naturais dos países mais pobres, fruto da ausência de vontade política, não foi possível vencer os obstáculos impostos pelos países industrializados, através de uma tecnologia sofisticada, que só eles possuem, e permitindo-lhes direitos de propriedade intelectual às custas do conhecimento milenar de outros povos.

Em seguida, focalizamos a convenção sobre Melhoria das Condições de Vida – um desafio que vem dos primórdios do mundo e já em Estocolmo, na conferência sobre meio ambiente, em 1972, destacada sua importância para a sobrevivência na Terra. Se neste final de século, através de tantas conferências sobre a Terra, a consciência do valor do meio ambiente como aliado do desenvolvimento foi um fato irreversível, o mesmo não ocorre com a pobreza (miséria) que está na base de todos os males que afetam a humanidade, desde a concepção do próprio ser humano.

Outro item da Agenda 21 que não saiu da intenção diz respeito à Mudança do Clima. Em nada se alteraram as recomendações de 1992, no sentido de que os países desenvolvidos diminuíssem a emissão de gás carbônico, o maior colaborador do aquecimento da Terra – o efeito estufa. A conferência internacional Rio+5 constatou o não cumprimento do compromisso assumido e até piorando a situação com os Estados Unidos, por exemplo, responsáveis pela emissão de 30% do volume de gases, aumentando sua parte para 34%. Como disse uma comentarista da Rio+5, “uma vez que o referido país não conseguiu resolver o problema em casa, a busca da solução é encontrada nos países em desenvolvimento”.

Sobre o capítulo das florestas, o retrocesso com relação a 1992 foi evidente, bastando citarmos as declarações (infelizes, ao nosso ver) do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no sentido de que “o governo federal não tem mais meios para impedir a devastação da Amazônia, a derrubada indiscriminada de árvores da floresta”, segundo noticiou a imprensa, e sugerido a “criação de uma forma de cobrança para punir os poluidores”, como se uma simples multa, por maior que fosse, cobrisse o dano provocado pela menor das devastações.

E tão insosso e repetitivo foi o debate da Rio+5 que de positivo só a constatação da verdade de que, nos cinco anos desde a Eco 92, a humanidade apenas marcou passo na política de um Desenvolvimento Sustentável, calcado no respeito ao meio ambiente. A prova, bem evidente, foram as recomendações que constam do relatório para a ONU, todas apresentadas de forma genérica, sem objetividade e sem prazos para o seu cumprimento e fugindo aos pontos mais nevrálgicos das questões em pauta.

Por isso, um outro documento lançado à época da Rio+5, pelo Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), despertou-nos uma atenção

maior, pela sua franqueza ao denunciar que o desemprego era no momento o maior desafio da América Latina e que ainda há um de tudo a ser feito na área social, sublinhando que “o desemprego continua alto e que a reavaliação da regulamentação do mercado de trabalho se impõe”.

Enquanto o relatório da Rio+5 refletiu em suas dezoito recomendações a decepção pela não observância de toda uma política ambiental, o documento do BID se posicionou pela melhoria da distribuição de renda, a promoção da reforma agrária e a criação de empregos. E mais, referindo-se à América Latina: “o índice de pobreza na região cresceu de 29% para 39% da população urbana, atingindo 115 milhões de pessoas”.

Dois relatórios, dois pontos de vista: o da Rio+5 (evasivo, vazio e carente de alvissareiras informações) e o do BID (com dados concretos, sem subterfúgios, na apresentação da nossa realidade). O primeiro com a pretensão de se intitular como *A CARTA DA TERRA* e o segundo, enfocando os graves problemas sociais e econômicos com que se defronta a América Latina, uma das mais sofridas e espinhadas regiões do planeta.

Para encobrir deficiências, imprevidências e descasos pelo meio ambiente, entre os quais, em primeiro plano, os fatores econômicos, surge agora com toda a força o fenômeno climático El Niño como o bicho papão responsável por todas as enchentes e tempestades que ocorrem no planeta e até as secas e incêndios no Sudeste Asiático, registro colhido em importante coluna da imprensa intitulada “Ciência”.

Não constituirá surpresa se nos depararmos com a notícia de que as secas no Nordeste e o incêndio em Roraima, região amazônica, são consequências diretas do citado do fenômeno, não levando em consideração que as nossas secas mais conhecidas já perduram por mais de cem anos e suas causas têm nomes bem diferentes de El Niño, identificando-se, isto sim, com as questões econômicas e da ausência de vontade política. A título de confirmação, a seca de 1877 (do tempo dos meus antepassados) e a enchente de 1924 (da minha infância) são ocorrências que fizeram danos em duas gerações em um tempo que não existia nem se explorava o fenômeno El Niño. Citamos apenas os efeitos desastrosos desses dois flagelos, quando muitos outros períodos de estiagem e inundações têm ocorrido no Nordeste à revelia de El Niño e outros fatores climáticos que possam vir a ser responsabilizados pelo superaquecimento global e daí essas consequências que vêm maltratando a humanidade há bastante tempo.

Se hoje relacionamos com tanta facilidade o fenômeno El Niño com os males da natureza, que referencial climático seria contado para explicar os mesmos flagelos que ocorreram nos períodos anteriores?

Estamos entre aqueles que não creem em uma relação de causa e efeito entre os fenômenos climáticos e o aquecimento do planeta, que vem progressivamente aumentando, as projeções indicando que até o ano 2100 a temperatura média da Terra poderá subir entre 1,1 grau e 3,3 graus Celsius, segundo as últimas informações científicas. Problema preocupante, entendemos que sua causa está na emissão descontrolada de gases como os derivados do petróleo, cuja queima de gás carbônico é conhecida de todos. Sabemos também que ele é lançado à atmosfera em maiores quantidades pelos países industrializados, que reagem a reduzi-lo pela diminuição de seus ganhos, mesmo tendo consciência de que o efeito estufa é o resultado de tamanha irresponsabilidade pela vida do planeta. Nada menos que 75% dos gases poluidores do meio ambiente advém dos países desenvolvidos, de suas indústrias (estas sim, e não El Niño) a verdadeira causa das temperaturas asfixiantes e do descontrole ambiental nas várias partes do mundo, como na Argentina, com as inundações, e em nosso Nordeste, com a seca. Uma pressão mundial deverá ser desencadeada contra a emissão fora dos limites desses gases mortíferos, cujo questionamento já vem crescendo desde a Rio-92.

Afinal, os responsáveis maiores por essa situação são bem conhecidos, os EUA, pelo seu parque industrial, emitindo 34% do volume total dos gases.

Entre as duas hipóteses – El Niño e a emissão descontrolada de gases – nossa opção está claramente indicada para a última, que é geralmente afastada das cogitações pelo fato de não interessar às grandes potências.

Ainda não refeitos da frustração causada em nosso ânimo patriótico, em face da última privatização, a venda-doação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), eis que nos chegou a notícia de que se apressa a entrega da Amazônia, via exploração de suas jazidas minerais, com destaque, o ouro e o nióbio (Nb), este, um metal raríssimo, usado no equilíbrio das temperaturas altas e baixas, sua jazida, a maior do mundo fica em Seis Lagoas, Alto do Rio Negro, Pará.

Era o próprio defensor da ideia, o então presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), pertencente ao Ministério das Minas e Energia, que assim se justificava investindo até contra a Constituição: “Não sou xenófobo, nem militarista. O capital estrangeiro é fun-

damental para que o país possa ampliar a sua produção mineral e ganhar uma corrida por novos investimentos. Não podemos perder essa corrida, e já perdemos tempo por conta da Constituição de 1988 (...).”

Um detalhe: se o termo “militarista” foi aí colocado, referindo-se a um militarismo tipo nazista, nós a contestamos, mas, caso sua intenção haja sido no sentido patriótico do militar, nas questões de soberania do país, então, somos gratos pela lembrança.

A globalização proposta pelos países ricos, nas palavras de Barbosa Lima Sobrinho, defensor de ideias nacionalistas ligadas a de soberania nacional, é uma palavra que deu a ideia de poder servir a todos os países do mundo atual, com o sentido de igualdade muito mais aparente do que real. Concorro também com Ignacio Ramonet, que escreveu no *Le Monde Diplomatique*, que a globalização é uma ideologia, que criou novas desigualdades e mais periferizações entre as nações.

Em defesa da região amazônica, somam-se todos os brasileiros, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, de todos os níveis de instrução e de todas as classes sociais, unânimes, clamando: A AMAZÔNIA É NOSSA!

Tenho orgulho, assim como outros companheiros, de ter deixado escritos e depoimentos como este, que contribuíram para tratar de tantos temas e, especialmente, para contar a história da FEB na Segunda Guerra Mundial. Destaco a organização bibliográfica que ajudei a fazer para a Associação Nacional dos Veteranos da FEB, em 1996, e também o testemunho que dei para um dos tomos da *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*, publicado em 2001, embora tenha lamentado a demora na elaboração dessa história por parte das nossas Forças Armadas. Isto porque muitos companheiros já tinham falecido e seus depoimentos seriam de grande valia a todos nós.

Por isso, além de publicar o livro *Senha e Contra-Senha* sobre a nossa campanha na Itália, fiz questão de compilar meus artigos posteriores e publicar os livros *A serviço do Brasil*, *O sonho continua...* e *Nacionalismo tem sentido, sim!*, de modo que chegassem às novas gerações os fatos, os temas e as ideias que marcaram não apenas a minha vida, mas também a de muitos companheiros que lutaram contra o nazismo e o fascismo e também, ao longo de sua carreira militar, defenderam o papel social e democrático das Forças Armadas na história do Brasil. Sonho que no século XXI as pessoas tenham sensibilidade social para realizarem novas pesquisas sobre o que fizemos no século XX...

Jacob Gorender

Jacob Gorender tem uma trajetória singular. Nascido na Bahia, de família judia, teve infância humilde. Iniciou sua vida na universidade cursando direito, interrompendo os estudos para combater na Segunda Guerra Mundial. Sua história – a exemplo de outros militares de esquerda – encarna um *éthos* que, parece distanciado no tempo, e que só poderia ter se desenvolvido no século XX: ex-combatente, ex-militante e dirigente do Partido Comunista Brasileiro. Foi preso e torturado pela ditadura militar, quando também fundou e dirigiu o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).


Além de toda experiência de vida narrada em sua entrevista, Gorender também possui singular papel como intelectual. Seu livro, *O Escravismo Colonial*, é uma das principais obras de referência para o estudo da escravidão no Brasil. Sua obra e vida transmitem uma experiência e reflexão de alguém que sentiu o peso das contradições de seu tempo, marcado pelos embates políticos que dividiram o país no século passado.

Sua narrativa biográfica começou a ser construída quando Lilian Solá Santiago e eu – amigas do curso de História da USP e companheiras na *Revista Temporaes*, feita por nós, estudantes – entrevistamos Jacob Gorender para uma edição especial sobre intelectualidade e militância, que reuniria também o historiador Edgar Carone e o sociólogo Florestan Fernandes. Depois dessa primeira publicação, que contou com uma apresentação do nosso professor de História Contemporânea, Osvaldo Coggiola, foram muitos encontros para complementar a história de vida de Gorender, não apenas como intelectual brasileiro importante, mas também como estudante militante comunista que se tornou soldado. Desde então participou de grupos de militares de esquerda, de ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), e de dois partidos comunistas, um deles do qual foi fundador, dirigidos por militares, como Luís Carlos Prestes e Apolônio de Carvalho, um dos nossos entrevistados, e de quem era grande amigo.

Gorender foi jornalista de diversos jornais e revistas e sua narrativa biográfica traz um de seus escritos antigos, que dá uma dimensão cotidiana ao trabalho feito por soldados como ele na linha de frente das batalhas travadas na Europa contra o nazifascismo. Outras reportagens presentes na história de vida mostram sua importância como líder estudantil, como soldado e ex-combatente que ajudou a criar as associações que lutavam por seus direitos no pós-guerra.

Por fim, Jacob Gorender falou de suas experiências nos países socialistas e fez análises sobre o fim do bloco comunista, com a queda do muro de Berlim e da antiga União Soviética. Terminou entre a esperança e a expectativa de que os aprendizados e as duras lições históricas e políticas que vivenciou pudessem alimentar novas práticas para a construção de uma sociedade socialista e democrática.

Jacob Gorender faleceu em junho de 2013, em São Paulo, homenageado e reconhecido como poucos que tiveram ideais e trajetórias como a sua, no século passado.



A gente tem que recordar!

Nasci em 1923, em Salvador, Bahia. Meus pais eram judeus imigrantes, Nathan e Anna, ele da Ucrânia e ela da Moldovia, regiões da antiga URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Este fato tem uma certa importância, porque nos anos de 1930, quando eu estava chegando aos dez anos, desencadeou-se uma onda muito grande de antissemitismo na Europa graças ao ascenso de Hitler ao poder... Isto, é claro, impressionou muito as famílias judias no mundo inteiro. Além disso, era óbvio que, nessa década, o mundo estava marchando para uma Segunda Guerra Mundial...

A luta contra o fascismo era uma orientação que galvanizava as esquerdas por toda parte. Nos anos 30, também havia a influência da URSS, que aparecia como o baluarte contra o fascismo... Embora o caráter socialista da URSS fosse contestado sob certos aspectos mais ou menos importantes pelos trotskistas, a influência deles era pequena, muito pequena. Na Bahia, em particular, não havia trotskistas.

Há um outro aspecto da minha infância que pretendo frisar: a minha família era muito pobre... A maioria dos judeus na Bahia, naquela época, era de gente muito pobre. Eram imigrantes pobres e muito poucos tinham atingido um status acomodado. Outro fator importante para mim é a influência especial do meu pai...

A gente tem que recordar!

Meu pai viveu em Odessa até aproximadamente 1908... Essa cidade é um porto no Mar Negro e, se não me engano, ficava na Criméia ou perto dela. Hoje pertence à Ucrânia. Meu pai viveu a Revolução de 1905! Ele era solidário com grupos revolucionários e participou, inclusive, da luta armada... Meu pai estava no cais do porto de Odessa quando lá aportou o famoso encouraçado Potemkin... Aquela massa, que é figurada no filme de Eisenstein, estava no cais do porto e foi saudar os marinheiros... meu pai estava ali! Ele me contava isso...

Mas ocorreu a derrota da Revolução de 1905... Os revolucionários foram reprimidos. E os *pogroms* se intensificaram! Essa é uma palavra russa para destruição maciça e violenta e que se refere aos ataques da população não judia contra os judeus no território do antigo Império Russo. Por isso, meu pai se juntou à enorme leva de judeus que saíram da Rússia porque, na prática, se não fossem embora, seriam mortos. Foi assim que Nathan Gorender foi para Salvador, onde se estabeleceu e, mais tarde, se casou com minha mãe, Anna, também judia que chegou depois na cidade.

Não me recordo de nenhum caso objetivo de discriminação racial na Bahia nessa época. A comunidade judaica devia ter umas mil e tantas pessoas, era até bem maior do que ela é hoje. Não havia hostilidades com relação aos judeus, mas eu tinha discussões com colegas integralistas, que tinham afinidades com o fascismo... Não havia uma pregação antissemita virulenta, mas a influência hitlerista era potente porque na Bahia, por exemplo, existia um jornal que era ligado ao consulado alemão e pregava o antissemitismo. Fazia uma propaganda intensiva. Então, isso exercia um efeito, provocava temores, bem como todas as notícias que vinham do exterior...

Eu estudava com enormes dificuldades financeiras. Fiz o que no fim do século XX era chamado de curso segundo grau, depois consegui entrar na faculdade de Direito, mas com enormes dificuldades... Meus pais incentivavam o estudo, porque isto faz parte da psicologia dos imigrantes. Às vezes, as

peças estranham, né? Aqui em São Paulo é patente o ascenso muito grande de estudantes de origem nipônica, proporcionalmente eles estão super representados nas universidades em relação ao seu número. Não é porque eles sejam melhores que os outros, mas é que na psicologia da família de origem imigrante há esta coisa de vencer, de fazer um esforço maior, e isso também era uma característica dos imigrantes judeus do mundo inteiro. Daí esse número tão grande de intelectuais de origem judaica.

Há muitos intelectuais em países onde houve a imigração judaica. Isso já está até diminuindo porque, com o êxito e a acomodação, os jovens judeus preferem fazer farras nas danceterias e frequentar os bares do que se afirmar através dos estudos... Mas não era assim na minha época. A minha família fazia sacrifícios muito grandes para que eu e meus quatro irmãos pudséssemos estudar. Eram sacrifícios enormes, eu não quero aqui fazer referências específicas, minuciosas, mas a nossa vida era muito apertada, muito mesmo... Morávamos em cortiços e, às vezes, passávamos fome... Comecei a trabalhar com onze anos, dando aulas particulares, depois tornei-me jornalista já aos dezesseis anos.

No jornalismo, fui arquivista no jornal *O Imparcial*, e o secretário Edgard Curvelo, viu meu potencial e me transferiu para a seção internacional. Chegava o noticiário por rádio da *Associated Press* e eu editava as notícias. Depois, trabalhei no jornal *Estado da Bahia*, dos Diários Associados, do Assis Chateaubriand.

Em 1941 (ou 40), se não me engano, entrei na Faculdade de Direito. Na Bahia daquele tempo não existia universidade, somente algumas faculdades isoladas. O que devo dizer também para completar este quadro sobre influências intelectuais é que, curiosamente, eu não me tornei um materialista, em primeiro lugar, por influência do marxismo, como seria de supor. Isto porque a literatura marxista acessível naquela época na Bahia era muito pequena, sobretudo depois que foi instaurado o Estado Novo em 1937 – quando Getúlio tornou-se o ditador e estabeleceu uma censura muito rigorosa. Era muito difícil obter livros marxistas e, para pessoas como eu, era praticamente impossível... Então, me tornei materialista por influência de Darwin e de Freud. Isso é curioso... Comprei no sebo alguns livros de divulgação das teorias de Darwin, particularmente um livro de Haeckel, que foi um darwinista alemão do século passado. A teoria da evolução das espécies

me convenceu imediatamente! Com isso, a ideia da criação do homem por Deus é suprimida: o homem aparece como resultado da evolução das espécies... Isso já me fez pensar... eu tinha onze anos. A partir daquele momento, quando tomei conhecimento disso, deixei de frequentar a sinagoga e me tornei um não-religioso. Este fato não chegou a ser um choque na família porque meu pai era muito tolerante, pois tinha ideias socialistas. Embora frequentasse a sinagoga e tudo mais, ele era muito liberal nesse aspecto...

No ginásio, onde se estudava o equivalente ao segundo grau, tomei conhecimento da obra de Freud. Discutia-se muito com os estudantes e havia livros de difusão da obra dele... Inclusive, algumas obras de Freud já estavam traduzidas e também fiquei fascinado pelas ideias dele! Principalmente a ideia de que a força motriz das produções intelectuais dos homens, dos seus sentimentos e das suas emoções é um fator muito material: o desejo sexual, o instinto sexual. Portanto, é uma ideia materialista ou, pelo menos, pode ser assim interpretada...

Posteriormente, quando vim a conhecer o marxismo, já como membro do Partido Comunista, a partir de 1942, completou-se o quadro do meu materialismo, da minha orientação materialista. Um quadro muito imperfeito e capenga, formado por alguma literatura marxista, que era distribuída clandestinamente e me chegava às mãos... Era um autodidata numa cidade como Salvador que, naquela época, tinha uma vida intelectual muito atrasada, se comparada com o Rio de Janeiro e com São Paulo. Nos dias atuais, Salvador é até vanguarda em matéria musical, em artes plásticas e cultura popular, bem como em alguns setores da vida acadêmica.

Eu considero que dois contextos foram fundamentais no meu processo de formação. O fato de ter nascido e crescido na cidade de Salvador me trouxe uma proximidade enorme com a população e a cultura afro-brasileiras, carregadas de sensibilidade ética e estética: a música, a dança, as artes plásticas, a gastronomia... E outro fator relevante foi o contexto histórico da década de 1930 na Bahia, sobretudo quanto aos acontecimentos em torno do Levante de 1935, que não teve grande participação. Ao contrário do que aconteceu no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, onde existiram levantes militares revolucionários nas capitais, em Natal, Recife e Rio de Janeiro, também capital do Brasil e centro político nacional à época. Foram levantes organizados pela Aliança Nacional Libertadora, porém liderados pelos comunistas do Partido Comunista.

Em Salvador, onde eu morava, a repressão foi pequena, se comparada a essas outras capitais. Era um local mais livre, que tornou-se central para a esquerda brasileira nas décadas seguintes porque abrigou os comunistas e outros militantes aliancistas já inseridos na vida política, de vários estados do Nordeste e até de outras regiões brasileiras. Nesse ambiente político, destacava-se a figura lendária de Luís Carlos Prestes, que estava preso e teve sua companheira Olga, deportada para um campo de concentração na Alemanha nazista, onde nasceu sua filha. Assim, qualquer pessoa com um pensamento à esquerda ou contrária ao Estado Novo nutria simpatia e admiração por essa liderança, que ainda tinha o antecedente histórico do feito militar da Coluna Prestes, que comandou pelo território brasileiro sem ser derrotado pelo governo federal. Cabe lembrar que na Europa se ampliava a influência nazista, trazendo imensas apreensões, atingindo em cheio as comunidades judaicas, inclusive na Bahia.

Em 1942, o governo brasileiro decreta, sob grande pressão popular, um estado de guerra contra a Alemanha e a Itália. Houve torpedeamentos de navios brasileiros (com centenas de mortos e alguns milhares de naufragos) praticados submarinos alemães e, em alguns casos, italianos. Isso levou o governo de Getúlio – que era um governo simpatizante do nazismo, mas já sob pressão dos americanos que tinham entrado na guerra – a declarar, em primeiro lugar, o rompimento das relações com os países do chamado eixo nazifascista em janeiro de 1942, o que provoca represália e torpedeamento e, depois, em agosto, vem a declaração de guerra. Por fim, em 1943, o governo começa a formar a Força Expedicionária Brasileira.

Aqui devo relatar rapidamente um episódio que também está relacionado com a guerra: em 1942, me tornei repórter, depois fui redator, secretário e diretor de uma revista importante que era editada clandestinamente na Bahia, por membros do Partido Comunista. Se chamava *Seiva*.

Antes disso, no Brasil, o Partido Comunista esteve desorganizado. É que, de 1940 a 1941, o terrível chefe de polícia do Estado Novo, Filinto Müller – que, posteriormente, teria longa carreira política no Mato Grosso do Sul, apoiado por Getúlio Vargas – prendeu quase todas as pessoas do Comitê Central, responsável por liderar o Partido Comunista. Só resistiram alguns poucos grupos, núcleos, células comunistas sem direção nacional, com organização e atuação independentes.

Por exemplo, no estado da Bahia, desde 1939, os comunistas estavam muito bem organizados: fundaram e divulgaram uma publicação própria, a Revista *Seiva*. Sua periodicidade era irregular, e houve mais edições em 1942, em sua última fase antes de seu fechamento pelo governo, quando fui secretário. Era financiada por João Falcão, um comunista pertencente a uma das famílias mais ricas da Bahia. A sede era na rua Chile, local de elite em Salvador. Foram uns vinte números, nos quais publiquei vários artigos. Era uma revista de bom nível intelectual, tinha vários colaboradores. Nessa publicação houve a contribuição de alguns que se tornaram grandes personalidades no cenário nacional, com visão liberal, que eram contrários à ditadura do Estado Novo: por exemplo, Luís Viana Filho, Aliomar Baleeiro, Nestor Duarte e Orlando Gomes.

Simultaneamente, houve minha presença como estudante universitário de Direito no movimento estudantil baiano, como membro eleito da diretoria da União de Estudantes da Bahia. Foi então, no início de 1942, por meio do contato com Mário Alves, que passei a ser militante do Partido Comunista. Assim, formamos um grupo ou, como chamávamos, uma célula universitária.

Também em janeiro deste ano, o governo federal foi obrigado a começar a colaborar com os Estados Unidos. Teve que romper relações diplomáticas com os países do Eixo – Alemanha, Itália, Japão – devido à pressão popular que, nós, estudantes, ajudamos a mobilizar. Como forma de retaliação, a Alemanha nazista e a Itália fascista, atuaram com seus submarinos e torpedearam navios mercantes brasileiros nos litorais de Sergipe e da Bahia em agosto. Apareceram centenas de mortos nas praias nordestinas, causando enorme indignação e comoção geral entre a população... Em Salvador, mesmo sem lideranças, o povo foi às ruas! Enfurecido, depredou o comércio e as casas de alemães e italianos. É evidente que, nós, estudantes, quisemos liderar os protestos e evitar esse tipo de agressão às pessoas. Eu fui um dos que estavam à frente no movimento estudantil. Discurssei em praça pública pela declaração de guerra contra as potências nazifascistas.

Nessa época, como já disse, também atuava no Partido Comunista que contava com uma direção estadual organizada. Tínhamos o apoio de dezenas de militantes de inúmeros sindicatos e associações, cujo perfil majoritário era de intelectuais e artesãos. Existiam poucos operários nessas organizações porque não havia muitas indústrias no território baiano.

Foi mais de uma semana de estrondosos protestos na capital baiana e em todo o Brasil, o que fez Getúlio Vargas, muito timidamente, declarar estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália. Isso reforçou e ampliou a agitação estudantil, antifascista e comunista. Fizemos propaganda e tivemos apoio para disseminar nossas ideias.

Foi quando no mês de maio de 1943, o general Manuel Rabelo, então ministro do Superior Tribunal Militar, que era antifascista, esteve em Salvador. Ele e Oswaldo Aranha haviam fundado a Sociedade dos Amigos da América e criaram vários núcleos da entidade país afora. Na Bahia foi recebido de braços abertos por todos os grupos antifascistas e favoráveis à democracia, opositores ao Estado Novo. Eu era repórter do jornal *O Estado da Bahia*, pelo qual já tinha feito uma entrevista com o general. Contudo, obtive uma entrevista especial para a revista *Seiva*, pois o general notou que ali poderia se expressar mais abertamente. Nessa entrevista, o general Manuel Rabelo teceu uma dura crítica à condução política de guerra do então ministro de Getúlio Vargas, o general Eurico Dutra.

Gosto de repetir a partir da minha memória qual foi o cerne da sua declaração: “Nada foi feito. Precisamos estar na frente de guerra. É o nosso dever. Precisamos preparar nossos soldados para combater na Europa contra o nazismo, inimigo da humanidade! Tem-se feito o possível para sabotar a nossa participação. Soldados são convocados e submetidos à humilhação de limpar latrinas e estrebarias nos quartéis, sem receber treinamento militar. Urge reverter essa política, desmistificar o anticomunismo e realmente cumprir o nosso dever de participar da abertura da Segunda Frente”.

Nós sabíamos que a Segunda Frente era a ofensiva aliada na Europa Ocidental. Ela tinha que ser aberta porque poderia representar o final da Segunda Guerra Mundial. O plano de existir um contingente expedicionário brasileiro era do próprio Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, mas sofria a oposição dos generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, respectivamente ministro da Guerra e chefe do Estado-Maior do Exército. Por isso, a atuação do general Manuel Rabelo era tão importante. Como estávamos sob a ditadura do Estado Novo, como repórter e estudante de Direito, tomei a precaução de apresentar ao general Manuel Rabelo que aprovou e autorizou a entrevista redigida por mim. É preciso lembrar que todas as publicações brasileiras estavam sob censura. De alguma forma, driblamos o

sujeito relaxado que era censor de nossa revista, e tudo o que o general disse e autorizou na entrevista foi publicado!

Não tardou para que essa edição da revista *Seiva* chegasse ao conhecimento das autoridades policiais e militares – tanto na Bahia quanto na capital federal, no Rio de Janeiro – provocando enorme escândalo... Eu considero que esta entrevista com o general Manuel Rabelo é um documento histórico importante, porque foi a primeira manifestação impressa contra o Estado Novo, antecedendo o famoso “Manifesto dos Mineiros”, que circulou apenas alguns meses depois. Embora a fala do general não contenha uma execração pública ao Estado Novo, ela atingiu em cheio a sua política, sobretudo por ser direta quanto ao pífio esforço de guerra. Além disso, atacou indiretamente as suas óbvias inclinações pró-fascistas.

Afinal, o general mostrou-se um antifascista combativo e, nesta entrevista, disse coisas que não dizia para a imprensa oficial. Reitero que atacou fortemente o esforço de guerra feito pelo governo de Getúlio. Era um esforço de guerra fantasioso, que estava ludibriando a opinião pública!

O Exército não tinha nenhuma preparação, não dava nem para participar da guerra de abertura da Segunda Frente, que era como se chamava o ataque Aliado pelo Ocidente do lado da França. Enfim, as nossas Forças Armadas estavam inteiramente despreparadas e não havia nenhum esforço visível sério para formar um contingente que fosse combater na Europa. Nesse contexto, o General Manoel Rabelo disse, antes da criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que o Brasil precisava participar da guerra efetivamente porque não valia a pena declarar guerra e não participar. Denunciou que os soldados convocados estavam limpando latrinas e não em treinamento para a guerra. O resultado dessa entrevista foi a censura, com o fechamento da revista. Ela foi vendida rapidamente, mas o que sobrou foi apreendido nas bancas... Eu e os irmãos João e Wilson Falcão, redator e diretor responsável, fomos parar na cadeia, na Guarda Civil de Salvador, por uns cinco ou seis meses, acusados de subversão. Abriu-se um processo contra nós no Tribunal de Segurança Nacional mas, como o Brasil já estava em guerra e sobretudo porque o general Rabelo confirmou a entrevista, fomos liberados, a polícia não sabia que éramos comunistas... Principalmente porque a entrevista era íntegra pois, como disse, tive muito cuidado em mostrar a ele o texto que ia sair: ele aprovou e foi muito digno confirmando

integralmente o texto. Então, não era possível nos processar sem processar o general, que era ministro do Supremo Tribunal Militar e tinha um grande prestígio num momento em que o Brasil já estava na guerra. A solução foi nos libertar e arquivar o processo...

O fato é que em julho de todos os anos se reunia no Rio de Janeiro o congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que tinha grande repercussão nacional. Eles se reuniam em um edifício na praia do Flamengo que era chamado Germânia, mas o Getúlio mandou nacionalizar todos os nomes estrangeiros. A sede foi doada à UNE pelo Getúlio, que recebia a delegação dos estudantes na época dos congressos. Mais tarde, fiz um discurso lá, já como soldado da FEB. Em uma das audiências com os estudantes, eles se queixaram de que havia antifascistas presos e Getúlio mandou nos soltar, anulando o processo.

Foi uma situação esdrúxula porque o entrevistado não tinha como ser julgado, já que era nada mais, nada menos que um ministro do Superior Tribunal Militar com grande prestígio. Porém, nós, jornalistas, fomos indiciados em processo judicial. Foi por isso que no mês de julho, quando houve o Congresso da UNE e o Getúlio Vargas recebeu os estudantes em uma audiência, a nova direção estudantil tratou do caso da nossa prisão. Sob pressão, não teve como Getúlio se esquivar de atender aos estudantes e nos libertar da prisão. Nessas circunstâncias, o processo foi, sim, arquivado. Porém, a revista *Seiva* continuou vetada e não pôde mais estar em circulação.

Na sequência dos acontecimentos, o então ministro, general Dutra, viajou para os Estados Unidos e teve que se posicionar, entrando em acordo sobre a formação e o envio à Europa de uma Força Expedicionária Brasileira – a FEB. Assim, o comandante militar da região da Bahia, general Demerval Peixoto, esteve no Rio de Janeiro e, quando voltou, declarou que estava aberto o voluntariado para a FEB. Eu me apresentei como voluntário.

Acredito que na Bahia foram cerca de seiscentas pessoas que passaram pelos exames médicos e foram incorporadas à tropa, que não tinha quase nenhum estudante universitário e contava apenas com alguns estudantes secundaristas, pois a grande maioria era gente do povo. Pessoas que se apresentaram como voluntárias procurando trabalho, em virtude do grande desemprego no território baiano. Ao se verem no campo de batalha, esses voluntários adquiriram motivação e consistência ideológica... Alguns deles,

dos quais me recordo com tristeza, morreram não sem antes lutar com valentia contra o nazifascismo.

Já contei que me tornei comunista em 1942, recrutado por Mário Alves, que conheci na militância estudantil, companheiro de muitas lutas, a quem, posteriormente, dediquei meu livro sobre a esquerda depois do golpe de 64, *Combate nas trevas*. Agora é importante lembrar que quando começamos a militar juntos era essa a época do Estado Novo, uma ditadura de Getúlio. As publicações e os livros antifascistas não circulavam e o comunismo era combatido e perseguido. A situação só melhorou para nós quando os navios brasileiros foram torpedeados, provocando um movimento popular vigoroso com grandes passeatas. Como já disse, eu participei da campanha para o Brasil entrar na guerra. Além da entrevista com o general Manuel Rabelo, fiz inúmeros discursos públicos e me tornei conhecido como líder político e estudantil. Também foi nesse período de 1942, quando o nazismo começou a entrar em declínio e ocorreu a decisiva Batalha de Stalingrado, que o jornal que trabalhava teve um programa de rádio feito na própria redação, no qual eu falava por quinze minutos sobre temas internacionais.

Lembro que para reverter a situação de desarticulação do Partido Comunista, também em 1942 foi criada a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) primeiramente sob a liderança de Maurício Grabois e, mais tarde, de João Amazonas, de Pedro Pomar (perseguidos no Pará), e de Diógenes de Arruda (Bahia), juntamente com outros militantes do Rio de Janeiro e de São Paulo. Uma articulação nacional não era algo fácil de ser feita porque havia infiltração policial nos grupos de esquerda, o que já tinha levado à queda de muitas pessoas entre 1940 e 1941. Por isso, a direção baiana não se ligou a esse grupo, pois não havia informações seguras sobre nenhum grupo que entrasse em contato.

Havia lutas internas dentro da esquerda e comecei a descobrir isso em julho de 1943, quando a CNOP promoveu uma conferência nacional clandestina, em um local da Serra da Mantiqueira, que ficou conhecida como Conferência da Mantiqueira. Mário Alves estava no Rio de Janeiro, no Congresso da UNE, e Diógenes de Arruda o convidou para participar, o que ele fez, mesmo sem autorização da direção baiana, causando irritação no grupo dirigente baiano. Contudo, Mário Alves me explicou e eu concordei com seus argumentos. Ele me disse que a CNOP era a representação

confiável, idônea do Partido Comunista. Sua linha política era de adesão e de união nacional em torno do governo de Getulio Vargas na guerra contra o nazifascismo e na paz. Importante frisar que Luís Carlos Prestes não participava dessa direção nacional, pois estava preso, sem poder fazer contatos. Portanto, os homens que foram os principais responsáveis por essa palavra de ordem de apoio na guerra e na paz a Getulio Vargas foram João Amazonas, Diógenes de Arruda, Maurício Grabois e Pedro Pomar que, posteriormente, na década de 1960, se tornaram ultraesquerdistas, divergindo da antiga liderança comunista de origem militar e participando da cisão do Partido Comunista em várias outras organizações de esquerda.

Então, na Bahia, nesses primeiros anos da década de 1940, buscamos construir um núcleo da CNOP, com uma ligação muito especial com um pequeno grupo de marinheiros do Encouraçado Minas Gerais, ancorado na Baía de Todos os Santos. Giocondo Dias, membro da direção baiana do PC, foi contatado por um líder marinheiro que tinha a intenção de constituir uma base comunista. Entretanto, Dias o desestimulou com receio de que fossem descobertos. Contudo, os sete marinheiros não desistiram de formar um grupo e contataram a direção nacional, no Rio de Janeiro, responsável pelo encaminhamento deles a Mário Alves. Com esse apoio, o núcleo se expandiu para mais de quarenta militantes na Marinha. Este setor militar do PC só foi desestruturado por uma série de prisões, torturas e expulsões uma década depois, entre 1951 e 1952.

Era chamado, ao longo de sua história de Núcleo Militar do PC e, em nível nacional, Setor Mil, Antimil, que já existia. Na Bahia, era núcleo militar, com dezenas de militantes principalmente na Marinha, graças ao apoio de Mário Alves, de quem eu era próximo, tinha enorme admiração, responsável pelo meu ingresso no Partido Comunista. Ao considerar a minha origem de família judaica perseguida pelo histórico antisemitismo, expandido e escancarado com o nazismo; a participação do meu pai testemunhando a revolta dos marinheiros do Encouraçado Potemkin, em 1905, antecedente da Revolução Russa; o grande movimento popular do qual participei, com a luta pela entrada do Brasil no conflito mundial, posso dizer que essa efervescência militar comunista e antinazifascista, em plena Segunda Guerra Mundial, impressionou na minha juventude. Fui um líder estudantil comunista que se tornou um soldado comunista no campo de batalha e, poste-

riormente, um ex-combatente da FEB, um divisor de águas na minha vida... Esses vários fatores subjetivos e objetivos, pessoais e coletivos, revelam ser muitos os elementos que poderiam levar um sujeito comunista a se tornar um militar e um militar a se transformar em militante comunista ou de esquerda. A organização partidária era um deles, entre outros. No caso do núcleo militar comunista com esses marinheiros na Bahia, por exemplo, a presença no partido veio depois de sua própria iniciativa e insistência em participar, apesar do desestímulo inicial que receberam, por temer que fossem perseguidos.

Portanto, esse contexto de mobilização militar também explica minha atitude de ir para a FEB. Não como orientação da direção do PC na Bahia, mas diretamente relacionada com o contexto de formação desse núcleo da CNOP que atuava em Salvador e era liderado por Mário Alves que, como disse, foi quem me trouxe ao Partido. Além disso, eu já tinha a convicção de que era dever nosso, dos comunistas, o combate ao nazifascismo, apesar de todo o risco envolvido. Depois de toda a mobilização que fizemos, inclusive ajudando a organizar um núcleo no meio militar, não aceitaríamos ficar de fora do esforço de guerra brasileiro.

Em 1943 começa a se formar a Força Expedicionária. Eu, que tinha tomado parte na campanha popular pela declaração de guerra (inclusive falando em comícios e organizando passeatas), me considerei na obrigação de me apresentar como voluntário na FEB. Me apresentei, embora não fosse nenhum atleta, porque se exigiam pessoas em condições físicas, pelo menos, acima da média. Não era meu caso, mas ainda assim fui aceito, pois se eles fossem muito rigorosos teriam pouca gente para a FEB lá no Nordeste, tal o estado físico da grande maioria do povo! Quem se apresentou como voluntário, a grande massa, era gente pobre que procurava nisso um emprego... não tanto por patriotismo, mas porque era um emprego... Estudantes como eu, muitíssimos poucos se apresentaram... A minha apresentação ao voluntariado e a incorporação ao contingente da FEB feito na Bahia, que era de mais ou menos seiscentas pessoas, fez com que eu interrompesse meu curso de Direito quando já estava no terceiro ano... Bom, aí é que está, digamos assim, o ponto de virada na minha vida, que vai orientá-la no futuro...

Nesse ano de 1943, o governo de Getúlio Vargas pretendia enviar três divisões brasileiras à Itália, porém enviou apenas uma divisão com vinte e

cinco mil soldados. O contingente era composto por soldados dos regimentos militares já estabelecidos, mas também foi aberto o voluntariado para a população. Um general provocou publicamente:

– Os estudantes que participaram das manifestações, exigindo que o Brasil participasse ativamente da guerra, têm agora a oportunidade de se apresentar como voluntários.

Eu, Mário Alves e Ariston Andrade nos apresentamos voluntariamente. Não foi uma orientação com aprovação do Partido Comunista porque ele estava fragmentado, por conta da repressão do Estado Novo. Eu e Mário Alves éramos muito franzinos, mas como eu tinha a estatura mínima permitida, acabei incorporado ao Exército, e ele não.

Foi assim que, em novembro de 1943, me incorporei a uma unidade convencional do Exército, tomando parte em um contingente de centenas de soldados. Fomos rumo ao sul do país em um navio sem aparelhamento decente, mas sob a proteção de navios de guerra, em março de 1944. Na Bahia não havia treinamento e, por isso, embarcamos em um pequeno navio para São Paulo, que foi escoltado por um navio de guerra brasileiro, por conta do perigo real de torpedeamento pelos submarinos alemães. Nessa embarcação, nossa situação era de enorme precariedade. Todos dormíamos ao relento e lembro que o nosso capacete era o travesseiro. Ainda bem que não choveu, mas a alimentação era péssima. Nos ofereciam carne quase crua... Os soldados ficaram descontentes e poderiam até mesmo fazer um levante, o que beneficiaria aos nazistas, sem dúvida. Diante disso, tomei coragem: com certa diplomacia, conversei com o nosso capitão. Tentei alertar sobre as péssimas condições em que estávamos e o perigo que representava o descontentamento dos soldados. Ele me ouviu e tomou medidas para melhorarem a nossa comida. A viagem transcorreu normalmente...

No Rio de Janeiro, mesmo sob a ditadura do Estado Novo, existia um pouco de liberdade de imprensa. O foco da imprensa comunista era o antinazifascismo. Lideranças comunistas como Maurício Grabois, Pedro Pomar e João Amazonas editaram a revista *Continental*, com a defesa antinazifascista. Sua redação era no centro do Rio de Janeiro, capital federal, onde os conheci e me passaram uma senha para entrar em contato com quatro oficiais, entre tenentes e capitães, e alguns sargentos, todos militares comunistas que também embarcaram comigo. Não me lembro de nenhum soldado como eu... mas, pode ser que esteja enganado...

De qualquer forma, eu fiz contato com eles, embora o grupo fosse pequeno, sem grande importância em um contexto de milhares de combatentes. Cito, por exemplo, Alberto Firmo de Almeida, do Setor de Transmissões, viabilizando contatos com frequência sem trazer à tona nenhum tipo de suspeita. Hilton Vasconcelos, combatente na Artilharia, foi outro militar comunista na guerra. Passado o tempo, posso falar deles abertamente porque já faleceram e isso não prejudicaria mais suas carreiras militares.

O nosso treinamento foi na cidade de Taubaté, entre Rio de Janeiro e São Paulo. Ali recebi um fuzil norte-americano, Springfield. Também fizemos exercícios com canhões. Por fim, fui selecionado para o Pelotão de Transmissões, no setor telegráfico. Isso porque necessitavam de alguém com habilidades de comunicação, pois havia a urgência de aprender o código Morse, utilizado durante as operações de guerra. Tivemos um período bem curto de treinamento e fomos mandados para a Europa em dois navios norte-americanos. Éramos dez mil soldados, o segundo contingente da FEB.

Durante a viagem e a guerra, os militares norte-americanos proibiram os pratos da culinária brasileira como, por exemplo, carne seca e ingredientes da feijoada. Na Itália, permitiram apenas o feijão com arroz. Além disso, para cada um de nós, forneceram dois sacos de roupas, um para o inverno e outro para o verão europeu. Ao longo da viagem, a escolta naval entrevistou e atacou submarinos alemães, que se aproximavam do nosso comboio. Desembarcamos em Nápoles, na Itália, em setembro de 1944.

Foi então que comecei minha participação no combate como soldado de um pelotão de transmissões de Infantaria, no qual passei sete meses na linha de frente, muitas vezes nos postos mais avançados, instalando telefones e reparando linhas interrompidas pelos combates. Foram quatro meses nos Apeninos, em Monte Castelo e suas proximidades, sob fogo das tropas alemãs.

Muitos dirão que a FEB não teve um papel decisivo na guerra, mas foi um ponto de virada na minha vida. Fui um dos vinte e cinco mil brasileiros que foram para os campos de batalha da Itália, dos quais uns quinze mil participaram dos combates. Sem dúvida, éramos poucos combatentes se comparados aos milhões que lutaram pelo território europeu. Entretanto, esses dados não podem ser usados para desmerecer a contribuição, a tenacidade, o heroísmo, o sangue dos pracinhas brasileiros...

Sem dúvida, a FEB contou com uma base de militares comunistas. Isso foi pouco conhecido e estudado. Talvez, seja parte da história da FEB que eu tenha sido um dos primeiros a abordar. Nosso contato e comunicação eram difíceis, ocorriam ocasionalmente, pois éramos de diferentes unidades num *front* que se estendia por vinte quilômetros. Sem dúvida, por atuar na transmissão, eu tinha alguma mobilidade, mas não lembro de haver recrutado soldados para o Partido Comunista.

Ainda assim, estávamos na estrada, sofrendo os bombardeios das forças alemãs que dominavam a região de Monte Castelo, durante três tentativas fracassadas de tomá-lo, pois era inverno e nevava muito... Não existiam condições mínimas de avançar. Lembro de cerca de vinte soldados que morreram: seus cadáveres foram resgatados somente quando a neve derreteu. Nosso país perdeu 484 soldados. Foram aproximadamente três mil feridos! Sim, alguns amigos faleceram...

Lembro que tive artigos assinados em um jornal publicado pela FEB e impresso em Florença, que contava com a colaboração do pintor comunista Carlos Scliar, que tratavam da nossa situação e da nossa opinião. Em uma edição, escrevi sobre a nossa causa durante a guerra:

DEFENDEMOS UMA CAUSA JUSTA

Sim, o povo brasileiro tem sido conseqüente com a causa das Nações Unidas, lançando ao combate o máximo de suas energias disponíveis.

Ele desbaratou, no *front* interno, a rede de intriga e espionagem da quinta coluna, composta de agentes nazistas e traidores da Pátria.

Tão pouco, pode ser olvidado o constante fornecimento de matérias primas aos arsenais democráticos e a atuação da Marinha de Guerra e da Força Aérea, na Defesa do Atlântico Sul. E, como prova máxima de sua intrepidez e de sua lealdade, tem o povo brasileiro nos campos de batalha da Europa, uma já gloriosa Força Expedicionária, que desfere incansavelmente golpes poderosos sobre os hitlerianos. Que deseja o povo brasileiro? Que desejam os seus jovens vanguardeiros da Força Expedicionária? O nosso desejo unânime é de que seja a guerra liquidada no mais curto prazo neste ano de 1945, evitando se prolongue o sacrifício da juventude de todas as Nações Unidas e perdure, ainda que, por mínimo tempo, a ameaça intolerável da escravidão nazista.

Soldado Jacob Gorender

O Cruzeiro do Sul – Publicação Especial do Serviço da FEB, 24/01/1945

Em outra edição, escrevi sobre o nosso cotidiano como soldados nas linhas de comunicação:

OS CONSTRUTORES DE LINHAS

“o construtor de linhas, que na lama ou na neve, nas estradas, nas montanhas, sob bombardeiros de morteiros ou de artilharia, leva o fio que manterá a ligação...” (De uma nota de comando do Exmo. Sr. General Mascarenhas de Moraes, Comandante em chefe da FEB).

– Acorda velhinho!

São duas horas da madrugada. O soldado custa a vencer o sono pesado. Levanta-se, afinal.

– Que foi que houve?

– Partiu a linha do 3º Batalhão.

Uma equipe de quatro homens abandona o calor das mantas e sai para o frio pesado e cortante da madrugada. Vai agora percorrer um fio telefônico de três ou quatro quilômetros de extensão, vencendo estradas quase intransitáveis e morros terrivelmente íngremes, a fim de restabelecer a ligação interrompida por alguma impiedosa granada tedesca.

– É o diabo! Eu estava no melhor do meu sono.

– Não há de ser nada. Um passeio de madrugada faz bem à saúde.

Não faltam as imprecizações do Nipó, nem as ferinas piadas do Duarte e do Ferreira. Mas não perde tempo a equipe e se põe a caminho. Vai se meter na lama, espinhos dos arbustos cortarão as mãos, algumas granadas loucas farão a turma se jogar, subitamente, sobre pedras ou sobre a terra suja. Não há luar. Uma névoa insistente e abafadiça cobre tudo. Talvez a equipe leve muito tempo para restabelecer a ligação porque a linha pode ter partido em diversos pontos. Subindo a montanha, os soldados suarão, apesar da temperatura muitos graus abaixo de zero, como se estivessem sob os raios tropicais do sol brasileiro. A fome tentará insinuações malignas no estômago. Mas a equipe não regressará enquanto não tiver cumprido a missão. No mais curto prazo possível, aquele tronco telefônico voltará a funcionar.

O construtor de linha leva uma vida incrivelmente irregular. Durante dias seguidos, não tem hora certa para fazer refeições. Sai em jejum às cinco da madrugada e volta, para tomar café, às onze horas. Outras vezes, só consegue jantar depois das dez da noite.

Desenrola bobinas pesadas à mão, pois o *jeep* não vai a toda parte. Trepa em árvores, atravessa riachos, corta o mato adentro, faz emendas com os dedos endurecidos pelo frio. Em certas ocasiões, atravessa a primeira linha de fuzileiros, para levar o fio, sem contar com o abrigo do fox-hole. As granadas não podem

nem devem impedir a equipe de prosseguir o caminho. A ligação tem que ser feita porque por ela correrão os impulsos nervosos que farão o imenso corpo militar mover-se e executar o avanço.

Os construtores de linhas são irmãos leais dos fuzileiros, dos comunicadores, dos observadores avançados, de todos aqueles que, fora de sua terra, enfrentam toda a espécie de sacrifícios e põem em risco a própria vida para levar o imperialismo prussiano-fascista à derrota completa. Do sargento Louzada, incrivelmente capaz de trabalhar, ao motorista Ivan toda a seção de telefonistas, um conjunto harmônico e cheio de dinamismo construtor, de capacidade combativa. São rapazes que vieram do norte e do sul, da Bahia e de Pernambuco, do Rio e do Paraná, constituindo aqui, no front italiano, um símbolo vivo da união nacional. Trouxeram os seus pensamentos, as suas convicções, e, na Europa convulsionada pela guerra, renovarão a sua experiência de cidadãos amantes da democracia. Eles hoje lutam para amanhã viverem num mundo livre da opressão fascista, num mundo em que a liberdade de pensamento não será um crime e que o direito dos povos seja uma garantia.

Soldado Jacob Gorender

O Cruzeiro do Sul – Publicação Especial do Serviço da FEB, 18/03/1945

Esse era o nosso difícil dia a dia na guerra... Talvez ninguém consiga dimensionar, décadas depois, o que significava um simples soldado falar abertamente em liberdade de pensamento, direitos dos povos e democracia em uma Europa dominada por ditaduras sanguinárias. Imaginem então falar disso em publicações para o contingente militar brasileiro, composto de pessoas do povo que viviam sob o regime autoritário do Estado Novo? Extraordinariamente, eu, um soldado judeu e comunista, pude fazer isso em plena frente de batalha...

Na época, por sermos de unidades diferentes, eu não conhecia Salomão Malina, que tornou-se militante comunista depois da guerra. Posteriormente, quando o general Dutra foi presidente, cassou a medalha de Salomão Malina, combatente da FEB condecorado por bravura, por este ser comunista. Não se pode cassar o heroísmo de alguém que lutou no campo de batalha contra o nazifascismo...

No início de 1945, foi a partir da base militar comunista na FEB que surgiu a iniciativa de fazer um manifesto pelo restabelecimento do regime democrático no Brasil. O argumento era de que a FEB lutava contra o nazifascismo na Europa e, por isso, não poderia aceitar um regime antidemocrá-

tico em nosso próprio país. O manifesto teve uma grande repercussão, assinado por aproximadamente duzentos oficiais! Sem dúvida, isso contribuiu para a queda do Estado Novo.

Ao final da guerra, os comunistas da Itália e da França sofreram duras críticas da esquerda por não tomarem o poder, com a derrota das tropas alemãs. Acredito que há um exagero ao tratar das forças políticas e militares da Resistência comunista, pois eles não poderiam enfrentar as poderosas forças militares dos EUA e da Inglaterra, consideradas pelo povo como libertadoras da ocupação nazista. O Japão ainda não tinha sido derrotado e a União Soviética debilitada não teria como apoiá-los. Era o contexto que vivi de perto, estando na Itália... Passei um ano na Itália nessa época, somando o tempo de viagem, a preparação para entrar em combate, os sete meses de combate e mais alguns meses depois de terminada a guerra. Segui na Força Expedicionária no segundo escalão, estive sete meses na Itália na linha de frente como soldado do Primeiro Regimento de Infantaria, o chamado Regimento Sampaio.

Voltei em agosto de 45 ao Brasil com meus companheiros; éramos uma parte do contingente que ia retornando gradualmente... Chegando ao Brasil, encontrei um país bem diferente daquele que eu havia deixado quando saí: tinha havido a anistia, a censura tinha acabado e o Estado Novo estava se extinguindo. Encontrei o Partido Comunista (do qual eu já era membro clandestino) na legalidade... Tinha sedes com placas expostas... Não tenho uma lembrança muito clara, mas me parece que eu já sabia que o Partido Comunista era legal antes de voltar ao Brasil... Mas a visão completa da legalidade é muito diferente do que saber de longe! Ver a placa na fachada em plena rua e ver os comunistas que eram perseguidos, alguns já muito conhecidos como Marighella, por exemplo, além do próprio Prestes, circulando livremente... Isso causou uma impressão muito forte!

Quando cheguei ao Rio e depois, licenciado, dei baixa, regressei a Salvador, é que se deu a opção que definiu a minha vida: eu poderia continuar o meu curso de Direito (e fiz, de fato, um exame especial que me permitiu passar para o quarto ano), completar o meu curso e seguir uma carreira derivada do diploma de bacharel em Direito, praticar advocacia ou, até mesmo, fazer uma carreira universitária. E aí não sei que tipo de vida eu teria, o que produziria neste caso... Fiz uma coisa diferente: abandonei o curso de Direito, não prossegui e, por isso, não adquiri nenhum título

sequer de graduação e me tornei um militante, funcionário do Partido, na verdade... e o resto é consequência.

Sim, eu me dediquei integralmente ao Partido Comunista, participando no comitê municipal e dirigindo o jornal *O momento*. Era uma publicação do Partido, graficamente modesta, com uma única impressora, e a tiragem era de uns dois mil exemplares diários. Havia outras publicações de orientação comunista que expressavam nossas ideias e falavam da nossa atuação na guerra e na volta ao Brasil. Na imprensa comunista (e em outras publicações também) dei entrevistas e participei de reportagens com o histórico de líder estudantil e de pracinha ex-combatente da FEB:

O POVO ORGANIZADO É QUE FAZ A DEMOCRACIA

Jacob Gorender, o estudante-pracinha, fala sobre a política nacional

A Constituinte, caminho da unidade, sem atalhos enganadores – “Não esperemos pelos homens providenciais” – Organiza-se a Associação dos Ex-Combatentes – “Em todos nós há um ódio sem limites dos sicários de camisa verde”

Jacob Gorender é um jovem estudante baiano que regressa agora ao seu Estado natal, depois de ter participado diretamente nos combates contra o germano-fascismo na Itália, onde esteve como soldado do glorioso Regimento Sampaio. Há uns três anos passados, na velha cidade do Salvador, ele estudava direito, trabalhava na redação de um jornal, era secretário da revista “Seiva” e estava sempre na vanguarda de todos os movimentos universitários.

Declarada a guerra ao Eixo, Gorender, com alguns outros companheiros, redobrou suas atividades patrióticas. Era incansável nos trabalhos de mobilização do povo e principalmente da juventude da Bahia. Participava de comícios, reuniões, redigia manifestos, varava madrugadas em trabalhos de propaganda e organização.

Iniciando-se os preparativos para o envio do Corpo Expedicionário Brasileiro, Jacob Gorender foi um dos primeiros a alistar-se como voluntário para a guerra contra o nazismo. Na frente de combate, contribuindo de armas na mão para a derrota do fascismo, ao mesmo tempo escrevia cartas do “front” e não perdia o contato com os amigos da retaguarda. Explicava coisas da guerra, com os quais travava então, conhecimento direto. Pedia às moças da Bahia que escrevessem cartas para os pracinhas que defendiam a liberdade do mundo nos campos da Itália.

LEMBRANÇAS DA LUTA NA ITALIA

Gorender esteve em visita à redação da TRIBUNA POPULAR. Tivemos, então, oportunidade de ouvi-lo sobre problemas fundamentais do momento. A princípio, falou-se da luta na Itália. E Gorender disse:

– A FEB será, para mim e para todos os meus companheiros “pracinhas”, um constante motivo de orgulho e emoção. Recordo aqueles que tombaram, faces conhecidas e amigas, que jamais poderei rever. Nunca desaparecerão dos meus olhos também as imagens de destruição e de degradação física e moral, que o fascismo trouxe para o povo italiano, esse mesmo povo que renovou a sua têmpera, quando pôde empunhar armas contra Mussolini e Hitler, e que hoje constrói, com sofrimento e ansiedade, uma nova e progressista democracia.

Os fortes elos de camaradagem, de fraternal solidariedade, que se forjaram em meio aos riscos e sacrifícios da luta, farão que todos nós, “pracinhas” expedicionários, nos reunamos brevemente, na Associação do Ex-Combatente, para cuja fundação já foi constituída uma comissão organizativa provisória, com sede na Liga da Defesa Nacional.

A EMOÇÃO DO REGRESSO

Perguntamos a Gorender se fora muito grande sua emoção no regresso à pátria, ele responde-nos falando no poeirento acampamento de Francolise e na saudade do Brasil, que começou a ser sentida no momento do embarque.

– Devo dizer que começamos a falar no regresso no momento mesmo em que subimos a bordo do “General Mann”, rumo à Europa. Dificilmente se passava um dia sem que reavivássemos a ideia do regresso, prefigurando as hipóteses de como seria. Custou muito, mas um belo dia abandonamos o poeirento acampamento de Francolise e voltamos a cortar os mares atlânticos. Nunca o coração bateu forte assim! Ao desfilar-mos pela Avenida, ao abraçarmos os parentes e amigos, ainda parecia alguma coisa meio irreal. Tanto havia demorado a passar esse ano de guerra, um ano de imprevistos, choques e violentas emoções.

OS MOVIMENTOS DEMOCRÁTICOS DA BAHIA

Em seguida, Gorender relembra os movimentos democráticos de sua terra:

– Quando em todo o mundo se registravam as sucessivas vitórias do fascismo, o povo baiano fechava a sede local da Ação Integralista Brasileira, que era em nossa terra, a ponta de lança do imperialismo ítalo-nazista.

Mais tarde, oprimido pelo regime policial do Estado Novo, com a situação econômica agravada por um péssimo governo, o povo baiano soube dar magnífico exemplo de virilidade antifascista, mobilizando-se para a declaração de guerra, e, em seguida, nos movimentos de ajuda aos soldados expedicionários,

dos quais um numeroso contingente foi constituído de filhos da “boa terra de Todos os Santos”.

Faz uma pausa e prossegue:

– Baseado nos exemplos que deu, ao criar os primeiros organismos populares de luta contra o fascismo e de apoio às Nações Unidas, tenho a certeza de que no povo baiano está um baluarte da união nacional para o retorno do Brasil às legítimas instituições democráticas, o que será possível, dentro dos quadros do desenvolvimento pacífico, somente através de uma Assembleia Constituinte, livre e soberana, eleita no mais curto prazo. Essa certeza se reforça pelo conhecimento de que a vanguarda das aspirações de democracia e progresso da gloriosa gente que, em 1823, derramou sangue pela independência, se encontra, hoje, o Partido Comunista, guia do proletariado, dos sertanejos e de toda a massa oprimida, escola de líderes como Simão Alves, Giocondo Dias, João Falcão e Mário Alves.

OS ESTUDANTES BRASILEIROS NO APÓS GUERRA

Líder estudantil de prestígio, Gorender pode falar à vontade sobre a posição dos estudantes brasileiros neste período de desenvolvimento pacífico, que inicia com o término da guerra. Ele diz:

– Quando olhamos para a grande massa analfabeta de nosso país, compreendemos que ser estudante, apesar de todos os sacrifícios, é um excepcional privilégio, no Brasil. Os estudantes devem perceber, por conseguinte, que a eles cabe uma importante parcela de responsabilidade nas coisas de nossa terra.

Depois, Gorender acrescenta:

– Eles devem ser um fator de organização do povo, uma alavanca da união nacional de todos os brasileiros democratas e progressistas, empenhando-se, a fundo, em todas as campanhas de esclarecimento, de alfabetização, de teatro realmente popular (aquele que é feito para o povo e em lugares onde o povo, pode comparecer em massa), a fim de que setores cada vez mais vastos de nossa gente venham a se tornar capazes de organização para própria defesa, para a defesa permanente e vigilante da democracia.

Essa função progressista, que cabe aos estudantes, deriva da iniludível compreensão de que os seus problemas são os de toda a juventude, os problemas dos jovens operários, comerciários e, em grau muito maior, dos jovens camponeses. Cultura democratizada, habitação decente, alimentação, diversões, esporte etc... todos os problemas referentes a esses pontos não serão resolvidos através de agitações superficiais, mas praticamente, através dos esforços conjuntos da juventude inteira. Creio que os estudantes serão capazes de cumprir sua missão progressista, reforçando as suas entidades com uma firme atuação unitária, suficiente para superar as divergências de ordem partidária ou religiosa.

POR UMA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Referindo-se à necessidade da convocação imediata da Assembleia Constituinte, afirma o jovem expedicionário:

– Falar em redemocratização do país sem falar em Assembleia Constituinte é um lamentável, um venenoso paradoxo. A democracia nunca foi uma dádiva de homens providenciais, de presidentes de “bom coração”. Além disso, quem são esses homens providenciais, que apelam para o golpe armado contra o povo, que descobre, atrás de sua máscara demagógica, suas feições de reacionários impacientes e furiosos?

O povo é que faz a democracia. Eis porque ele acolheu com tanto e tão poderoso entusiasmo a palavra de ordem de Luiz Carlos Prestes, o seu mais querido líder, o seu líder mais fiel, que lhe indicou o caminho da Assembleia Constituinte, único caminho através do qual o povo pode retomar a decisão dos seus destinos, do seu bem-estar e do seu progresso. A Assembleia Constituinte é, além disso, o único caminho sem atalhos enganadores, o único caminho que unifica todos os patriotas, impedindo um divisionismo favorável somente aos perversos desígnios de integralistas, trotskistas e empedernidos reacionários em geral ansiosos pelo golpe contra a democracia.

O NAZI-INTEGRALISMO, O FERROZ INIMIGO DA FEB

Jacob Gorender refere-se agora aos inimigos da pátria:

– O integralismo foi e continua sendo o mais feroz inimigo da Força Expedicionária. Em todos os “pracinhas” existe um ódio sem limites aos “camisas verdes”, sicários idênticos aos famigerados “camicie nere”, que combatemos na Itália. Não foram, acaso, os fiéis do miserável charlatão Plínio Tõmbola os maiores sabotadores da ajuda à FEB, aqueles que mais se empenharam na vil campanha de anedotas, visando inutilmente diminuir e ridicularizar os feitos gloriosos dos “pracinhas”?

Os integralistas se apresentam, hoje, fantasiados de dóceis democratas e de caridosos protetores dos desprotegidos. Cnicamente, ei-los que se organizam numa suposta cruzada de civismo. Que não se esqueçam, porém, do sangue derramado nos Apeninos no Vale do Pó e que esse sangue, vertido na justa guerra contra o fascismo, será honrado na paz democrática dos nossos dias. Recusamos cruzadas cívicas. Não podemos consentir na rearticulação do Integralismo, que continua a desempenhar o papel de servo dos piores reacionários nacionais dos setores mais podres do capitalismo financeiro. Guerra ao Integralismo e aos seus perigosos disfarces – esta é a palavra de ordem dos expedicionários!

NA ORGANIZAÇÃO RESIDE A FORÇA DO POVO

O “pracinha” Jacob Gorender encerra a palestra, referindo-se à organização do povo brasileiro, com as seguintes palavras:

– Falar em organização do povo é falar, antes de tudo, no Partido Comunista, o glorioso partido de Luiz Carlos Prestes. Ele é a vanguarda organizada consciente do proletariado, guia de todos os oprimidos das cidades e dos campos, das massas que marcham para a sociedade redimida da exploração do homem pelo homem. O Partido Comunista é o fator fundamental de organização do povo, o imprescindível fator dirigente.

Olhamos com satisfação imensa, também, para a maneira veloz, para a decisão inabalável com que o povo brasileiro vem se organizando nos sindicatos, nos comitês democráticos populares, em todas as instituições de defesa das reivindicações de classe, de defesa da democracia. Na organização reside a força do povo. A grande maioria dos patriotas o compreendeu, tratando de recuperar os anos de compressão, de agravamento da nossa miséria física e espiritual. Forte pelo grande Partido Comunista, funcionando na legalidade, forte pelas organizações democráticas, em que serão unificados de baixo para cima, os homens das cidades e dos campos, o povo brasileiro conseguirá construir uma pátria livre e próspera, emancipada econômica e politicamente, capaz de dar casa, roupa, alimentação e escolas aos seus quarenta e cinco milhões de habitantes.

Tribuna Popular (RJ) – 21/9/45 – p. 1, 4

Nos últimos meses de 1946, a direção nacional, no Rio de Janeiro, me convocou para trabalhar no jornal teórico e semanal do PC, *A Classe Operária* que, mais tarde, tornou-se *Novos Rumos*. Mudei para lá, certamente magoando meus pais... No Rio, também trabalhei para o jornal *A Imprensa Popular*, que era editado diariamente. Atuei em ambos, logo fechados quando o PC foi posto na ilegalidade. Mesmo assim, eu vivi legalmente nesse período.

Nesse regresso ao Brasil, ao final da minha participação na Segunda Guerra Mundial, contribuí com a fundação da Associação dos Ex-Combatentes, assim como outros militares comunistas, que tinham presença relevante na diretoria da entidade. Por conta disso, havia oficiais militares reacionários que chegaram a afirmar que a Associação de Ex-Combatentes era comunista, o que não era verdade. Nos reuníamos em um edifício de outra entidade, chamada Liga de Defesa Nacional, que também contou com a participação comunista. Esse jornal também relatou o início da organização dos ex-combatentes, da qual participei ativamente:

ENCERROU-SE A PRIMEIRA CONVENÇÃO NACIONAL DOS EX-COMBATENTES

...dos belos quatro cantos do Brasil, sofrendo penúrias sem que sejam auxiliados nos momentos mais críticos por que passam em seu retorno à vida civil. Os poderes públicos esqueceram-se de lhes dar a devida atenção, auxiliando-os na readaptação ao antigo modo de vida, na solução de seus problemas surgidos logo após a desmobilização.

Compreenderam, porém, os ex-pracinhas que não bastava para a conquista de suas reivindicações a luta isolada, dentro de fronteiras estaduais, sendo necessária uma reunião de todos os seus companheiros de campanha para discutir e estudar a situação em que se encontram. Daí a realização da Primeira Convenção Nacional.

CRIADA A ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL DE ÂMBITO NACIONAL

Depois da instalação do grande conclave, os delegados estaduais elegeram quatro comissões para discutir as teses apresentadas.

As aprovadas foram levadas ao plenário, sendo que as de caráter reivindicatório serão levadas ao conhecimento dos poderes públicos a fim de que as ponham em execução.

Um dos maiores frutos da Convenção é, talvez, a unificação de todas as Associações existentes nos Estados, que ficarão representadas pela Associação de Ex-Combatentes do Brasil, entidade de âmbito nacional. Será dirigida por um Conselho Nacional de Associação de Ex-Combatentes do Brasil, com um único emblema, estatuto, endereço telegráfico, etc.

Quanto ao período dentro do qual se convocariam as Convenções Nacionais, resolveram realizá-las anualmente, a fim de que se estreitasse cada vez mais os laços de união entre todas as Associações. Outra importante resolução foi a criação de uma Secretaria Nacional de Informações para pôr as Associações ao par dos acontecimentos mundiais que ultimamente vem se desenrolando.

EFETIVAÇÃO DOS QUE OCUPAM CARGOS PÚBLICOS

A Comissão da Casa do Ex-Combatente, Assistência e Planos Financeiros apresentou ao plenário sugestões sobre assistência aos ex-pracinhas abandonados, desenvolvimento da assistência médica, hospitalar, dentária, jurídica, etc. Ficou também a ela adstrito o estudo da “Casa do Ex-Combatente” para a construção da qual pedirão ao governo a abertura de um crédito que deverá ser coberto em um ou dois anos, através da emissão de um selo postal adicional, de Cr\$ 0,10.

Essa sugestão foi recebida calorosamente pelo plenário. Decidiram também que todas as Associações entrem em contacto com as famílias dos expedicionários mortos, para saber quais os benefícios que eles já receberam.

Para os ex-pracinhas que se encontram em cargos públicos com carácter ins-tável, a Convenção pedirá, num dos itens do memorial que apresentará ao poder legislativo, que os mesmos sejam efetivados. Para os empregados na indústria e comércio, pedirão que seja contado em dobro o tempo de serviço prestado em operações de guerra, isto para efeito de pensão, aposentadoria e garantia de trabalho.

CONTRA AS GUERRAS DE CONQUISTA

A Comissão de Publicidade incluiu dentro de suas resoluções a necessidade de a Associação enviar ao Tribunal que julgará Margarida Hirschman e Emílio Baldino, o testemunho dos ex-combatentes, contra esses traidores da pátria que pretendiam ficar ilesos depois do crime que cometeram.

A questão das guerras imperialistas foi assunto de movimentada discussão, sendo por fim apresentada ao plenário uma moção condenando as guerras de conquista e agressão.

O PROBLEMA DOS DESAJUSTADOS

Um dos problemas cruciantes, e de magna importância, é o que diz respeito aos pracinhas que até agora não conseguiram se reajustar às novas condições de vida.

Compreendendo tal estado de coisas, o plenário aprovou um memorial, composto de anteprojetos de decretos-leis, nos quais estão apontadas as soluções para o assunto e que deverão ser executadas pelos poderes públicos.

Ontem à tarde mesmo, por volta das 15 horas, saíram da Av. Augusto Severo, 4, seis comissões formadas de delegados estaduais para levar esse memorial ao Presidente da República, ao Senado, ao Arcebispo do Rio de Janeiro, à Câmara, ao Poder Judiciário e ao Chefe da Igreja Protestante do Brasil.

ELEITOS OS MEMBROS DO CONSELHO NACIONAL

No plenário elegeram-se os primeiros membros do Conselho Nacional da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, nova entidade de carácter nacional à qual estão subordinadas todas as Associações do Brasil. Foram os seguintes, os eleitos: Presidente – Osvaldo Aranha Filho; 1º Vice-Presidente – N. Pithan e Silva; 2º Vice-Presidente – Cléo Bernardo; 3º Vice-Presidente – Salomão Malina; Secretário Geral – Wilson Carneiro da Silveira; Tesoureiro – Jamil Amiden. Todos os membros da diretoria deverão ficar nesta capital.

Junto a essa diretoria funcionará um conselho composto, de um representante de cada Estado, num total de 13.

VOTO DE LOUVOR AO EXPEDICIONÁRIO PEDRO PAULO SAMPAIO DE LACERDA

Iniciada no dia 15 do corrente, encerrou-se no dia 19, a 1ª Convenção Nacional dos Ex-Combatentes do Brasil, levada a efeito apenas decorrido um ano do regresso dos escalões expedicionários do teatro de operações da Itália.

Por unanimidade de nove delegações estaduais, respectivamente do Pará, Maranhão, Sergipe, Bahia, Distrito Federal, Estado do Rio, São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, foi aprovado o Estatuto Único, pelo qual se regeirão as Associações de Ex-Combatentes.

Por aclamação, ficou assim constituída a 1ª Diretoria do Conselho Nacional das Associações dos Ex-Combatentes do Brasil: – Presidente – Osvaldo Aranha Filho; 1º Vice-Presidente – N. Pithan e Silva; 2º Vice-Presidente – Cléo Bernardo; 3º Vice-Presidente – Salomão Malina; Secretário Geral – Wilson Carneiro da Silveira; Tesoureiro – Jamil Amiden. Os demais Conselheiros serão designados pelas Associações de cada Estado.

Foi aprovado, por aclamação, um voto de louvor à atuação do ex-tenente-coronel, Pedro Paulo Sampaio de Lacerda, Presidente da Associação do Distrito Federal, pelo esforço que desenvolveu e pela maneira imparcial e elegante com que se houve durante os trabalhos. São os seguintes os delegados fundadores da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil: Wilson Carneiro da Silveira, Daniel Pereira de Souza, Pedro Paulo Sampaio de Lacerda, Celso Teixeira, José Maria Lima Campos, Pedro Kullock, Israel Pedrosa, Milton Eloy Vaz, Jacyra de Souza Góes, Salomão Malina, Fausto Villanova, Jamil Amiden (do Distrito Federal); Cléo Bernardo do Pará; Neltatair Pithan e Silva, Elias Nuremberg, Oldinor Villadino, Edson Muller Barkem, Ary Pereira Correia, Mario Vargas Correia (do Rio Grande do Sul); Gervasio Gomes de Azevedo e Abrão Abait, de São Paulo; Daniel Pereira de Souza, pelo Mato Grosso; Jacob Gorender, Audomario Pereira Lopes, e Americo de Araujo, da Bahia; Antonio Alves, João Aguiar dos Santos; Antonio Francisco Martins; Helio Ribeiro; Antonio Felipe de Souza, do Estado do Rio; Luiz Vieira Lima, de Sergipe; José Brasil e Clodomir Fialho Felix, do Maranhão.

A Primeira Convenção tem a lamentar a retirada de alguns delegados e repudia o gesto premeditado de sabotagem dos integralistas, Mario Montanha Teixeira e João Borges do Amaral que não souberam honrar os mortos de Pistola e os mutilados de guerra. Terminados os trabalhos do plenário, que atuou dentro das mais amplas normas democráticas, foram realizadas visitas às autoridades.

Às mesas do Senado e da Câmara foram entregues cópias do memorial de reivindicações sobre os problemas econômicos e sociais dos expedicionários. O Sr. Deputado Honório Monteiro teve palavras de agradecimento à comissão que o visitou, prometendo encaminhar com toda a rapidez as reivindicações contidas no memorial. O senhor Presidente da República não recebeu a Comissão da Convenção dos Ex-Combatentes do Brasil.

Tribuna Popular (RJ) – 20/11/1946

O fato é que a Associação dos Ex-Combatentes que ajudamos a criar tinha tamanho prestígio ali na capital federal que, em seguida, foram criadas diversas associações em outros estados. Eram compostas, em sua maioria, por gente muito pobre, ex-militares com grandes dificuldades de reintegração à vida civil por não conseguirem empregos, muitas vezes por conta dos sofrimentos e sequelas físicas e psíquicas da guerra.

Nós, da Associação dos Ex-Combatentes, defendíamos que os ex-militares, chamados de “pracinhas” deveriam ter o direito de serem amparados pelo Estado. Então, em 1947, fizemos o primeiro grande desfile dos ex-combatentes no Rio de Janeiro, protestando contra o governo.

Desde 1946 fui convidado, isto é, convocado para ser redator de *A Classe Operária*, que era o órgão semanal do Partido, editado no Rio de Janeiro. Isso significava a minha transferência para o Rio, o que me agradou muito. Sair de Salvador que era, como já disse, uma cidade muito atrasada e ir para a capital da República que, de fato, era uma cidade maravilhosa! Até os anos de 1950 o Rio era uma cidade muito diferente do que ela é hoje; mesmo com as favelas, a pobreza, a miséria, era uma cidade na qual se podia andar de madrugada com tranquilidade, como acontecia muitas vezes... Havia os assaltos, mas como em todas as cidades, nada comparável com o que existe hoje, nada mesmo! Massacres em massa, isso tudo não existia... Existiam crimes, bandidagem, mas numa escala muitíssimo menor do que a atual. A cidade era menor também, né? Havia uns dois milhões de habitantes, hoje há uns seis milhões... Era realmente uma cidade bonita e tinha coisas muito agradáveis, tais como as praias, onde se podia ficar com tranquilidade... O fato é que essa mudança vai definir a minha militância: vou me tornar um militante ativo do Partido Comunista.

Mas, depois, o Partido perdeu o registro legal, foi caçado em 1947 e eu também passei novamente a ser um militante ilegal, clandestino. Embora

não tivesse processo nenhum contra mim e pudesse circular livremente, a minha atividade era clandestina e aí eu tenho toda uma atuação, que já contei em outras ocasiões...

Passsei seis anos no Rio de Janeiro e depois, em 1953, fui para São Paulo. Na época, o primeiro-secretário do Partido no estado, era o Carlos Marighella, e eu era o segundo-secretário de propaganda. Fizemos a campanha pela paz, conhecida como Apelo de Estocolmo, e muitos falam que foi escrito por Stalin. Nós coletamos muitas assinaturas.

Estive em São Paulo durante a década de 1960 e, no Comitê Central, participei das lutas internas. De 1957 a 1964, tive uma atividade bastante intensa na imprensa, escrevi muitos artigos que estão assinados, tanto na *Voz Operária* e na *Novos Rumos* (que são semanários), como na revista *Problemas* e em outras publicações de influência do Partido Comunista. Mas, não considero que nesses artigos haja algo de duradouro... podem ter uma importância no sentido de que definiram posições da época, mas são artigos datados, não creio que eles tenham um significado de permanência. Em todo caso, eles definiram certas posições, juntamente com os de outros companheiros que escreviam também naquela época... Todos éramos obrigados a ler Stalin e Lenin. Com o fim da ditadura do Estado Novo, a literatura marxista se difundiu, pois recebíamos livros em espanhol e em francês. Foi um período em que eu lia demais, com muita curiosidade...

Na década seguinte ao fim da guerra, o Partido Comunista enviou militantes para fazer cursos de formação na União Soviética. Na primeira turma de estudantes estava, por exemplo, Apolônio de Carvalho, nosso companheiro militar comunista que havia lutado na Guerra Civil Espanhola e na Segunda Guerra Mundial como integrante da Resistência francesa.

Eu fui na segunda turma, em 1955. A escola ficava em uma gigantesca mansão da antiga nobreza czarista, cerca de trinta quilômetros de Moscou. Os homens ficaram em um pavilhão, enquanto as mulheres, em menor número, estavam em outro. Dentre essas mulheres estava a que me enamorei, Edealina, que seria minha futura companheira. Nos apaixonamos lá, mas nos unimos no Brasil, pois durante o curso não havia essa possibilidade.

Durante a realização do curso, nós ficávamos em isolamento, apenas em contato com professores, seguranças, cozinheiros e uma enfermeira. Se tivéssemos algum problema de saúde mais sério, éramos levados a Moscou.

Também estivemos na cidade algumas poucas vezes para assistir espetáculos teatrais e concertos no Teatro Bolshoi. Aprendi a falar russo em seis, sete meses, porque as aulas eram dadas na língua russa e traduzidas para a língua espanhola, conhecida por poucos companheiros que ajudavam uns aos outros, por ausência de tradutor para a língua portuguesa.

Aos domingos, havia bailes e tocavam-se valsas, sambas, músicas russas em uma vitrola de discos de acetato em 78 rotações por minuto. Queríamos dançar, porém eram poucas mulheres para dançar com muitos homens... Elas tinham que dançar sempre, revezando os parceiros! Apesar da vigilância, existiram muitos namoros. Inclusive o namoro meu e de Idealina...

No ano seguinte, em 1956, foi realizado o histórico XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Na delegação brasileira estavam Diógenes Arruda Câmara, Mário Alves, Maurício Grabois e Jover Telles que, lamentavelmente, durante a ditadura militar se transformou em um traidor, entregando para a repressão toda a direção do PCdoB, em 1976.

Durante esse Congresso, explodiu como uma bomba o informe de Krushev, e antes o jornal soviético *Pravda* publicou alguns trechos, afirmando que Stalin havia sido criticado. O documento não foi publicado na íntegra, mas tive acesso a um exemplar pela enfermeira da escola, e pude informar Arruda e Grabois, que ficaram totalmente alarmados. Afinal, a direção brasileira era stalinista! Esse documento teve grande impacto e nos dividiu porque um grupo o considerou injusto e o outro, que contava com a minha participação, foi favorável a ele.

Enquanto ainda estávamos na União Soviética, o informe de Krushev também foi publicado no Brasil pelo jornal *O Estado de São Paulo* a partir da reedição do que havia saído no *The New York Times* e, inicialmente, os comunistas brasileiros não acreditaram! Muitos até consideraram que o documento era apócrifo... Só quando a nossa delegação no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética chegou ao país é que Diógenes Arruda e Mário Alves confirmaram a veracidade das informações. Foi um grande tumulto porque a base partidária se rebelou! João Batista de Lima e Silva – à época diretor de *Novos Rumos*, uma pessoa muito boa e inteligente, um dos intelectuais do Partido, que era de Sergipe – escancarou o debate no qual todos poderiam opinar, tanto nessa publicação quanto na *Imprensa Popular*. Então, foram publicadas as críticas à direção partidária e ao próprio

Partido, que chegavam diariamente em cartas e artigos escritos não só por dirigentes, mas também por muitos companheiros, provocando mudanças na condução da organização política.

Nesse mesmo ano de 1956, quando a União Soviética invadiu a Hungria, ficamos muito mal impressionados. Ainda estávamos no curso e tínhamos um rádio em nosso quarto, pelo qual acompanhei e traduzi para os companheiros as transmissões vindas de Budapeste, em língua russa. Os húngaros diziam:

- Estão nos cercando!
- Disparam contra nós!

E a transmissão foi interrompida... Foi um fato emocionante.

Foi em meio a essa situação crítica que aconteceu a nossa volta da União Soviética, em 1957. Já sabíamos e participávamos da intensa luta interna no Partido, com sério risco de se dividir.

Eu era favorável à abertura do debate, participava de um grupo chamado “Abridistas” e dirigi o nosso jornal que encampou a discussão, a *Imprensa Popular*. Eu, Mário Alves, Armênio Guedes, Giocondo Dias (em comunicação direta com Prestes na clandestinidade) nos reuníamos no apartamento de Alberto Passos Guimarães, outro grande intelectual do Partido. Jorge Amado participou de algumas reuniões e Apolônio de Carvalho participou conosco logo após voltar ao Brasil.

Era a época do governo de Juscelino Kubitschek, sem presos políticos, com liberdade de imprensa e os nossos jornais eram publicados normalmente. Por isso, nesses encontros, fizemos um documento coletivo, aprovado por Prestes, estabelecendo a nova linha do Partido, conhecido como *Declaração de Março de 1958*, rompendo com o *Manifesto de Agosto de 1950*, que ainda defendia a luta armada. O V Congresso do Partido Comunista Brasileiro, que aconteceu em 1960, ratificou e ampliou essa declaração, além de fazer mudanças na direção. Assim, houve uma cisão do Partido, a saída de João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar desencadeou a fundação do PCdoB.

No mesmo ano do V Congresso, em 1960, Fidel Castro esteve no Rio de Janeiro em um comício na Esplanada do Castelo para cerca de dez mil pessoas, no qual não abordou o socialismo, mas sim as questões da libertação nacional, do anti-imperialismo, do antiamericanismo... Só tempos depois que o líder da Revolução Cubana se tornaria mais radical.

Nessa época, o Partido também criou a revista *Estudos Sociais*. Participaram, entre outros, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Jorge Miglioli, Astrojildo Pereira, um dos fundadores do Partido. Nela publicamos nossas discussões sem vetos em artigos maiores, que extrapolaram as dimensões da imprensa diária, por dezenove números, interrompidos com o golpe de 1964.

De acordo com nossa linha partidária naquela época, até 1964, não era aventada a luta armada pelo Partido, apesar da forte influência dos acontecimentos em torno das revoluções chinesa e cubana em nossos debates. Isso não significa que não existiam divergências, principalmente sobre a análise crítica e o apoio ou não aos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Debatíamos acaloradamente sobre em que direção deveríamos mobilizar as massas.

Não publiquei nenhum livro nesse período, embora eu tivesse um projeto, como disse em *Combate nas trevas*, mais ou menos, já no ano de 1960. Naquela época, havia uma discussão muito grande sobre o caráter humanista do marxismo. Existia um importante debate entre marxistas e existencialistas, pois a grande influência intelectual era Sartre, que durante um certo período se declarou marxista, um marxista existencialista. Eu concebi a ideia de escrever alguma coisa sobre esse tema e até pedi licença do Partido durante um ano, mas não consegui escrever. Acumulei material, mas tinha que trabalhar metade do dia fazendo traduções, pois me licenciei sem remuneração. Só a outra metade é que eu tinha disponível, então, realmente, não consegui produzir este livro... Até hoje não consegui... mas ele não está mais nos meus planos: hoje ele teria um outro sentido, depois de tudo o que aconteceu...

Me tornei realmente um militante político, membro do Partido Comunista Brasileiro, com preocupações intelectuais: isso define minha militância... Tanto que pretendia escrever um livro. Escrevi e assinei artigos na imprensa...O início dos anos de 1960 foi um período de liberdade de imprensa e grande efervescência política. Era um clima de que nós conseguiríamos conduzir o país no rumo de mudanças estruturais, com as Reformas de Base.

No dia 13 de março de 1964, aconteceu o famoso comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Eu estava lá e vi que Jango foi o último a falar. Ele anunciou duas medidas governamentais de grande importância. A primeira

limitava remessas de lucro do capital estrangeiro investido no Brasil a dez por cento, o que afrontou às multinacionais, que contaram com protestos de apoio a elas por parte do embaixador americano. Lembrando que essa medida foi aprovada na Câmara a partir da liderança de um deputado nacionalista, Sérgio Magalhães. A segunda medida foi a definição da Reforma Agrária, segundo a qual seria desapropriada toda propriedade de mais de cem hectares nas margens de açudes e de outras obras financiadas pelo governo federal, o que afrontou os fazendeiros, que se uniram a favor do golpe. Assim, todos os grupos conservadores foram se unindo contra João Goulart, que era discípulo de Getúlio Vargas, levado ao suicídio durante uma crise em que alguns coronéis se manifestaram contra ele. Aqueles militares que eram coronéis no tempo do Getúlio, tornaram-se generais e estavam contra Jango, juntamente com Carlos Lacerda, governador do antigo estado da Guanabara (Rio de Janeiro). A acusação dos golpistas era de que o governo de Jango queria uma “República Sindicalista”.

Nós, comunistas, acreditávamos que Jango tinha uma coalizão fortíssima, que realizaria as Reformas de Base, mudando os rumos do Brasil. Prestes, nossa liderança máxima no PCB, era recebido frequentemente por Jango, assim como os líderes sindicais. Eu saí do comício tranquilo, assim como os dirigentes do Partido e os nossos aliados, com a confiança de que iríamos triunfar. Era o espírito da época! A Revolução Cubana tinha sido vitoriosa, havia governos progressistas no Chile e no México e governos socialistas na Itália e na França. A independência da Argélia e a guerra do Vietnã mostraram a força anti-imperialista dos povos que haviam sido colonizados.

É fato que em 1964, o Partido já estava dividido. Além do Partido Comunista Brasileiro (PCB), existia desde 1962 o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que já defendia a luta armada, diferente de nós, que não víamos sentido nisso porque estávamos agrupados na Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), liderada pelo deputado nacionalista Sérgio Magalhães. Então, o PCB, os sindicalistas do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e os nacionalistas, de modo geral, apostaram na realização das Reformas de Base anti-imperialistas, com uma política externa independente, que viesse a constituir até mesmo uma frente latino-americana, contra as forças conservadoras.

Aí veio o golpe de 64...

Eu estava num hotel em Goiânia, em 31 de março de 1964 e, no dia seguinte, viajaria para Brasília. Pelo rádio, ouvi o discurso feito por Jango aos sargentos no Automóvel Clube. Eu captava uma forte tensão no ar...

No meu livro *Combate nas trevas* escrevi que havia uma banca de jornal perto do hotel, onde comprava os jornais cariocas, mas que no dia do golpe, estranhamente eles não chegaram... Fui à barbearia do hotel, quando recebi um telefonema de um companheiro de Goiânia, que me alertou:

– Acaba de haver um levante contra o governo do Jango.

Foi então que entendi que a situação tinha mudado totalmente...

Mais tarde, também recebi uma ligação de Marco Antônio Coelho, que era da direção do Partido, além de editor do jornal *Voz Operária* durante a ditadura militar:

– O governo está deposto. Jango saiu do Rio, veio pra Brasília e já foi para o Rio Grande do Sul. A Presidência foi declarada vacante.

Estávamos tão certos de que as mudanças progressistas aconteciam que fomos pegos de surpresa. O golpe foi tão inesperado que não tínhamos nenhum plano ou preparação para nos escondermos, muito menos a Prestes que, dizem, na noite do golpe dormiu dentro de um carro para não ser preso.

No livro *Combate nas trevas*, que publiquei no final da ditadura, disse que foi um grande erro não termos preparado uma mobilização e uma resistência de massas ao golpe de 1964... Passados os anos, não significa que ainda penso exatamente como escrevi. Afinal, como fazer uma resistência se estávamos tão tranquilos e articulados com o governo de Jango, sem a mínima ideia de que pudesse haver um golpe?

Eu passei um mês escondido em Goiânia em um sítio. Depois, fui para São Paulo de carro, dirigido por Walter de Souza Ribeiro, oficial do Exército como segundo-tenente, que foi expulso das Forças Armadas. Numa solenidade, ele gritou:

– Viva Prestes!

Foi vítima do golpe de 64, um dos desaparecidos políticos. Nunca mais soubemos do seu paradeiro e, provavelmente, foi morto.

O segundo lugar que me escondi com outros companheiros era uma casa, um “aparelho”, organizado pelo deputado federal Marco Antônio Tavares Coelho, onde tínhamos que ficar em silêncio, não podíamos falar em

voz alta de modo algum, sem contar as dificuldades do cotidiano para se alimentar, tomar banho, conviver em confinamento absoluto. Muitas famílias nos acolhiam mas, com o tempo, a permanência ficava insustentável, estressante, sendo um peso e uma preocupação para as pessoas que nos eram solidárias. Tive que trocar de esconderijo por cerca de trinta vezes... Com o golpe, eu estava na lista dos cassados, e entrei na clandestinidade por seis anos. Fiquei sem poder voltar para casa no Leblon, no Rio de Janeiro, onde vivi a melhor fase, já casado com Idealina. Tivemos uma filha, Ethel, que foi muito amada e, mais tarde, seria médica. Com elas, vivi esse e outros tempos mais felizes da minha vida...

Entre 1966 e 1968, morei dois anos em Porto Alegre, com a missão de fazer parte da direção estadual do Partido, mas tive que sair porque a polícia já sabia onde eu estava. Voltei para São Paulo. Em 1967, já tinha sido expulso do Partido. Em 1968, eu, Apolônio de Carvalho, Mário Alves e outros companheiros, em Niterói, Rio de Janeiro, fundamos o PCBR, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, como dissidentes do PCB, em uma conferência clandestina, discordando da linha prestista e de sua ligação com as diretrizes do Partido Comunista da União Soviética.

Carlos Marighella, também baiano e liderança comunista, eleito deputado constituinte em 1946, com seu mandato perdido quando o Partido foi posto na ilegalidade, não esteve presente nessa ocasião. Ele estava organizando outro grupo, que seria a Ação Libertadora Nacional (ALN). O nosso partido, PCBR, realizou ações armadas, no Rio de Janeiro e em Recife, mas não em São Paulo, onde eu era responsável e não permiti que isso acontecesse. Nossa atuação, como um grupo pequeno, ocorria tentando atingir a imprensa, publicando folhetos, panfletos, fazendo ações modestas. Na época, eu e Apolônio de Carvalho pensávamos que a esquerda não deveria fazer uma conciliação, como propunha o PCB, e nem realizar ações armadas, como assaltos, que terminaram em tiroteios, mortes e prisões, sem transformar a situação política porque não tinha apoio da população, em boa parte favorável à ditadura, que impunha a censura e a repressão total. Apesar disso, em nosso grupo, Mário Alves, um companheiro admirável, com quem convivi desde a juventude, defendia a luta armada. Nós discutíamos... E outros grupos passaram a realizar as ações armadas: a Ação Libertadora Nacional, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), entre outros.

Havia, no campo da esquerda, dezenas de grupos. E eu considero que isso foi desastroso, danoso, pois nos enfraqueceu perante a repressão terrível, que criou órgãos sofisticados para nos perseguirem como, por exemplo, a Operação Bandeirante (OBAN), o DOI-CODI, e vários centros de torturas...

Com seis anos de clandestinidade, fui preso no dia 20 de janeiro de 1970, data do meu aniversário. Fui para o antigo presídio Tiradentes. Passei dois anos na prisão por “atividades subversivas”, menos tempo do que outros companheiros, pois não havia participado de ações armadas, como os assaltos.

Sim, fui torturado... não tanto como o Mário Alves, que foi meu grande amigo e companheiro de toda a vida... Ele foi aprisionado e torturado até a morte no quartel da Polícia do Exército da Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Considero Mário Alves um dos grandes heróis do nosso povo, que não é devidamente lembrado. Ele foi uma das pessoas mais torturadas do período da ditadura militar e, caso falasse onde era sua casa, ele sabia que sua esposa e sua filha seriam estupradas, torturadas e assassinadas também. Mário morreu sob tortura porque não entregou sua família... Apolônio de Carvalho é outro grande herói e companheiro, um militar brasileiro que lutou na Guerra Civil Espanhola, na Resistência francesa na Segunda Guerra Mundial com sua companheira Renée France de Carvalho, que também esteve sob perseguição, prisão e torturas, nessa época da ditadura, assim como seus filhos. Falar e lembrar desses acontecimentos me emociona muito...

Foi somente na década de 1980, já no final da ditadura, que culminou com a Constituição de 1988, que viria a escrever e publicar *Combate nas trevas*. Pensava que havia a necessidade de relatar os acontecimentos violentos cometidos pelos agentes da ditadura e também para fazer a autocrítica dos erros cometidos pela esquerda. Meus amigos me ajudaram com recursos financeiros para que pudesse fazer esse trabalho, que teve mais do que uma edição e foi ampliado, com novos depoimentos de pessoas que foram perdendo o medo de falar sobre o período militar.

Desde que fiquei na clandestinidade, fizemos reflexões sobre a derrota da esquerda no golpe de 64 e, em particular, a derrota do Partido Comunista, que era a força hegemônica na esquerda até então. Este fato provocou uma tremenda discussão nas esquerdas: por que a derrota? Quais as causas? Qual o caráter da revolução brasileira? E outros problemas de estratégia, de tática etc.

Toda essa discussão me levou à conclusão de que era preciso repensar a História do Brasil... Para isso, influenciou significativamente o livro do Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, que foi lançado em 66, e que teve uma grande repercussão na esquerda. Então, me propus, diante de problemas que tinha que responder nos encontros clandestinos – e para os quais reconheci que não tinha substratos de conhecimentos suficientes – a mergulhar no estudo da História do Brasil! Eu não era, digamos assim, um ignorante, porque lia alguns livros, mas também não era, de modo algum, um especialista neste assunto... Por isso, resolvi me concentrar na leitura de livros sobre a História do Brasil, ainda durante a clandestinidade.

Quando era clandestino, procurado pela polícia, condenado à prisão no famoso processo das Cadernetas de Prestes, eu emprestava livros nas bibliotecas de alguns companheiros, que eram professores. Eles também emprestavam livros da biblioteca da USP e passavam para mim. Ir nas livrarias do centro da cidade era impossível, afinal eu era uma pessoa perseguida e condenada! Mas, com os empréstimos dos companheiros, fui lendo e consegui preencher uns três cadernos grossos de espiral com manuscritos... O projeto de escrever um livro se deu quando cheguei à conclusão de que o eixo da História do Brasil era o escravismo (até o fim do século passado) e me concentrei nesse tema.

Fui preso, como disse, em 1970 e libertado em 1972... Tive que reorganizar toda minha vida nas condições ainda dificílimas da ditadura, mas em 73 me decidi a finalizar a pesquisa que estava fazendo. Quando saí da prisão, também tomei a decisão de não me filiar a um partido. Falei que era membro do PCBR, após romper com o Partido Comunista Brasileiro. Depois, de certo modo, este é outro ponto de inflexão na minha vida: até então eu tinha sido um militante diário totalmente dedicado à militância, fazendo reuniões e mais reuniões e o que produzia intelectualmente era ligado à militância direta. Mas já estava com meus cinquenta anos e decidi que deveria dedicar o que me restava de vida a uma atividade intelectual, fora a necessidade de ganhar a vida, ou seja, mesmo minha vontade de trabalhar intelectualmente tinha essa limitação... Em 1973 trabalhei em uma agência de publicidade, mas acabei desistindo. Então, apelei para meus ex-companheiros de prisão, que tinham uma situação econômica razoável, para que eles financiassem meu projeto, isto é, para que eles me dessem uma “bolsa”, já que eu não podia ter bolsas universitárias.

Resolvi não sair do Brasil, não me exilar: podia ter feito isso, porque a minha situação não era tranquila... Podia ser preso a qualquer momento e ainda desapareciam pessoas: foi nessa fase que desapareceu o jornalista Vladimir Herzog e tantos outros... Mas resolvi ficar exatamente porque poderia escrever este livro! Com o dinheiro que esses companheiros me propiciaram, pude trabalhar durante uns dois anos e meio integralmente dedicado a esse projeto e, então, concluí minha pesquisa... Já podia frequentar o acervo da biblioteca Mário de Andrade, só fui ao arquivo desta biblioteca.

Às vezes me fazem a observação que este meu livro, *O Escravismo Colonial*, se baseia todo em fontes impressas; alguns dizem que só em fontes secundárias, o que não é verdade. A maior parte das fontes do livro são primárias, porém impressas, particularmente, dos arquivos da Biblioteca Nacional. Mas também se baseia em outras fontes, por exemplo, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, inclusive, portuguesas, que eram acessíveis nessa biblioteca e também nas bibliotecas de amigos meus.

Então, para um livro como *O Escravismo Colonial*, que pretende ser uma visão de conjunto e não uma monografia, realizar uma longa pesquisa de arquivo seria me deter em um detalhe muito especial, o que atrasaria enormemente o meu projeto. Considerei que as fontes impressas de caráter primário eram suficientes para as conclusões que estava tirando neste livro. Sim, porque a fonte não deixa de ser primária por ser impressa pois, se fomos por esse critério de que só é válido trabalhar com fontes de arquivos inéditos, quase praticamente tudo já está impresso! De vez em quando, descobrem alguns manuscritos, mas estes são rapidamente impressos. Por esse critério, não se poderia fazer História Antiga, apesar das fontes arqueológicas. Não se pode negar que uma fonte primária continua a ser primária mesmo sendo impressa! Este livro tem o aspecto de uma revisão, de um balanço, além de uma apreciação crítica da produção historiográfica a respeito do tema. Minhas propensões filosóficas influíram também na feição do livro, no fato de ter escrito uma introdução um tanto longa, de caráter metodológico, o que também era habitual na época. Os historiadores, em muitos casos, precediam os seus livros de introduções metodológicas porque se discutia muito a respeito disso...

Quando terminei o livro, entreguei à editora Ática, onde um dos editores era um ex-companheiro de prisão e facilitou o acesso, senão eu teria uma

grande dificuldade para editá-lo. Assim mesmo, entreguei os originais em 76 e o livro só foi editado em 78! O livro saiu em uma coleção onde eram publicadas teses universitárias, apesar de não ser uma tese universitária. Eu não tinha nenhum título universitário... Todos os autores tinham sua qualificação universitária e, no meu caso, isso não existia. Esse fato fez com que o livro fosse examinado pelo conselho editorial da Ática que, afinal, aprovou. De qualquer forma, levou dois anos...

Em 84 ou 85, felizmente, a editora permitiu uma revisão do livro e, então, a quarta edição foi muito remanejada porque pude acumular novos conhecimentos e atualizá-lo com a literatura que tinha saído nos Estados Unidos (particularmente Genovesi, Fogel, Engelsman entre outros) e que não tinham sido suficientemente examinados nas três primeiras edições. Então, da quarta edição em diante, o livro assume sua versão mais definitiva. A sexta edição já é a definitiva, pois suprimiu erros de revisão e já é irreto-cável. O que está lá, está lá... Não posso mexer mais.

Então, para não ficar envolvido com a militância diária tomei essa decisão de me dedicar a uma profissão intelectual e não me filiar a nenhum partido político... Por isso, não me tornei membro do PT: sou simpatizante, colaborador assíduo todas as vezes que me solicitam, mas não sou militante para não ser obrigado a comparecer a reuniões, a me envolver nas lutas internas e tudo o mais que toma um tempo tremendo... Ainda mais para quem tem problemas na vida diária... continuo não tendo todo o meu tempo disponível.

Entretanto, esta decisão de me dedicar a minha vida intelectual não está separada da fase anterior da minha vida, porque o tema que escolhi era resultante das minhas reflexões como militante... Ou seja, como militante, cheguei à conclusão que a esquerda não acertaria se ela não tivesse uma compreensão correta do que é o Brasil. E o Brasil é o resultado da sua História, que está sempre em curso e, por isso, me dediquei ao estudo da História... Como já mencionei, minhas propensões anteriores eram mais para a reflexão filosófica; tinha muito interesse em estudos filosóficos e interrompi-os (tanto que hoje me sinto atrasado em relação a eles), para me dedicar a um estudo historiográfico. Isto é, o livro filosófico sobre humanismo ficou como uma ideia que abandonei, deixei de lado, e ao invés disso o que saiu foi *O Escravismo Colonial*. Outro livro que escrevi, *Combate nas Trevas*, é, obviamente, o livro

de um militante. É uma reflexão sobre minha militância e a das esquerdas, dos meus companheiros e de tantas outras pessoas que tomaram parte nas lutas dos anos 60 e 70... Depois, escrevi *A Escravidão Reabilitada*, que é um livro de balanço da produção historiográfica provocada pela comemoração da abolição em 88... É, precisamente, um livro de refutação das novas tendências da chamada Nova História, que dominam a UNICAMP e que também têm grande influência na USP e em outras universidades. Trata-se, na prática, de um complemento ao *O Escravidão Colonial*, inclusive porque respondo a críticas feitas às teses deste livro, em alguns aspectos.

Há outros livros que publiquei: *O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro*, que foi uma conferência que fiz em Fortaleza, e *A Burguesia Brasileira*, que é um livro da Editora Brasiliense, contendo reflexões importantes, mas feitas em estilo de divulgação, sem notas, sem aparelho acadêmico, mas que também não deixa de avançar algumas teses, que não tive mais oportunidade de desenvolver. Também era um dos meus projetos fazer uma obra mais alentada sobre a burguesia brasileira, mas não cheguei a fazer isto até hoje...

Finalmente, como resultante desses acontecimentos que ocorreram no Leste Europeu – ou seja, o desmoronamento dos regimes dirigidos pelos partidos comunistas, e que me estimularam a fazer uma viagem até lá em 91 – resultou esse novo livro, *Marcino e Liberatore*... Este livro, infelizmente, foi mal divulgado pela Ática e encontrou esse clima antimarxista que existe hoje... Aqui em São Paulo praticamente não repercutiu na imprensa. Mas, *Marcino e Liberatore* é um livro que considero muito importante para mim! Eu o fiz em forma de diálogo entre um marxista e um liberal e inventei os nomes: Marcino e Liberatore. Este também é um livro historiográfico, embora de história contemporânea, de história viva, do que está acontecendo... É uma reflexão sobre o socialismo no século XX, em particular, dos acontecimentos do Leste Europeu.

Por feliz coincidência para mim, eu estava em Moscou em agosto de 91, quando se deu o golpe que derrubou Gorbachev por alguns dias do poder, mas que não o salvou porque ele acabou sobrando do mesmo jeito... No final do ano, a própria URSS se dissolveu... Este também é um livro militante porque é obra de um homem que está com seu pensamento indissolivelmente ligado à causa do socialismo...

Minha trajetória está marcada pelos acontecimentos em torno da ascensão e da queda do socialismo... tudo isso está mexendo com as cabeças... nós estamos vivendo um processo que não podemos considerar como definido! Os antigos países comunistas – inclusive aqueles que continuam dirigidos pelos comunistas, como é o caso da China e de Cuba – e o mundo capitalista estão vivenciando uma realidade bastante complexa... Enfim, há uma série muito grande de fenômenos e de tendências novas que estão provocando mudanças profundas, tanto que os historiadores consideram que o século XX já acabou! Alguns estabelecem como marco desse acontecimento a queda do Muro de Berlim. Bom, eu diria que a dissolução da URSS, em 91, é que é o marco definitivo... Esses fatos estão relacionados, mas o fim da URSS é muito mais importante, pois era uma superpotência, detentora da segunda economia do mundo até 85, 87 e de armas nucleares, que a Rússia ainda possui... Enfim, a URSS acaba e o projeto socialista nessa área, acaba também! Ele vive ainda em certos setores, mas está em profundíssima crise...

Quero lembrar uma conversa que tive com um intelectual do ramo em Havana (não vou citar seu nome para não lhe criar possíveis problemas), mas ele falou com franqueza:

– Nos anos 60, aqui em Cuba, um pouco depois da instauração do regime socialista com a vitória de Fidel Castro, nossa esperança era de que haveria uma revolução continental. No fim dos anos 60, esse projeto revelou-se inviável. As guerrilhas foram todas derrotadas... Então, Cuba se vinculou ao campo socialista; se tornou, inclusive, membro do COMECON, a chamada Comissão de Cooperação Econômica dos Países do Leste Europeu e entrosou a sua economia com a da URSS e de outros países do Leste. A partir daí, Cuba conheceu uma certa prosperidade material porque, embora eles queiram negar às vezes, a verdade é que eles vendiam açúcar a preços superiores ao do mercado e recebiam petróleo e muitas outras coisas abaixo do mercado internacional...

Então, ele segue dizendo:

– Eu, pessoalmente, julgava que o campo socialista fosse eterno e, de repente, ele desmoronou no ano de 91... E Cuba entra em crise... essa crise que está aí: falta de tudo, filas, carestias alimentares e tantas coisas mais... Então, agora não sabemos bem qual é o nosso rumo... Onde vamos nos apoiar?

Estão isolados porque não tem onde se apoiar, sendo um país pequeno: nenhum país pode sobreviver assim... A China é um país grande e tem condições de resolver as coisas por si. Mas Cuba, sem fluxo de capitais externos, não vai para frente!

Bom, de certo modo, essa decepção aconteceu comigo: eu não podia imaginar que o campo socialista fosse desaparecer...! Eu era muito crítico com relação a ele, depois que estive na URSS, de 55 a 57, e mesmo antes disso... Nunca fui nem me tornei trotskista, mas tinha posições abertamente críticas ao regime que havia lá, tão logo tomei conhecimento de todas as violências de Stalin. Fui lá em 56, quando se deu aquele famoso XX Congresso, no qual se revelaram, pela primeira vez, uma parte dos crimes de Stalin... O fato de que não havia democracia, não havia liberdade de informação, mas sim uma literatura controlada que hoje ninguém mais lê, a não ser os autores que eram críticos... Eu era extremamente crítico a esse tipo de regime social, a farsa das eleições, a ausência de liberdade política, de oposição crítica etc...

Eu tinha a esperança, no entanto, de que em algum momento esse regime entraria numa crise interior e haveria forças internas que o modificariam num sentido socialista, ou seja, corrigiriam esses aspectos negativos muito relevantes, mas conservariam o caráter socialista do regime e impulsionariam essas sociedades no caminho de um novo socialismo... Quando veio a Perestroika, fui otimista com relação a ela e me manifestei neste sentido. Há vários escritos meus que foram publicados e conferências que fiz em torno dessa questão. Me apresentava otimista com relação a Gorbachev! Então, a minha decepção (não posso deixar de usar esse termo), como a de tantos outros, é que isto não aconteceu! Isto é, houve a crise, mas, até hoje, esses países estão afundados numa desorientação, numa incapacidade muito grande de tomar um rumo definido... A ideia de voltar ao capitalismo se tornou muito forte. Isso eu já pude notar em todos esses países em 91, pois fiz entrevistas com intelectuais, dirigentes políticos e verifiquei a enorme influência que exercia sobre eles a ideia de que o capitalismo – a economia de mercado – era melhor e mais avançado.

Quando estive lá na URSS, de 55 a 57, constatei que era um período relativamente bom para os soviéticos no que diz respeito às condições de vida da população. Digamos que o período em que os soviéticos viveram

melhor foi exatamente de 55 a 68, 69, porque havia abundância de recursos naturais acessíveis que foram sendo explorados, ao mesmo tempo em que se tomaram certas medidas de reforma econômica que, infelizmente, foram bloqueadas depois... Se não tivessem sido interrompidas, é possível que não ocorresse essa crise e que eles tivessem gradualmente avançado e corrigido os erros. Mas, houve o bloqueio das reformas que foram feitas nessa época, como o da Primavera de Praga em 68, que foi um fator muito negativo, e o congelamento de um sistema do tipo stalinista com planejamento central rigoroso. Enfim, tudo isso, levou a esse beco sem saída!

Em 91, os soviéticos valorizavam muito a democracia. Eles tinham até admiração pelos Estados Unidos porque eram democratas... Diziam que os americanos viviam muito melhor do que eles, tanto por serem democratas quanto por serem capitalistas. Bom, é preciso compreender as coisas que aconteciam: quando estive lá em 55, não havia abundância propriamente dita... os artigos de consumo, em muitos casos, não eram de qualidade tão boa quanto os do Ocidente, inclusive se compararmos com os do Brasil, que é de influência americana. Eles não tinham automóveis de passeio e caminhões tão bons; a roupa era muito mal feita – particularmente, a moda deles era horrível, comparada com a do Ocidente. Mas, não havia, de modo nenhum, escassez alimentar, a aparência do povo, em geral, era boa e todo mundo tinha suas necessidades fundamentais atendidas. O sistema de saúde era tecnicamente atrasado em relação ao Ocidente, mas atendia toda a população. O sistema de ensino também era amplo e grande número de jovens de origem operário-camponesa chegava à universidade.

Então, havia um desenvolvimento, como de fato continuou havendo mais ou menos até 69... A partir daí é que as coisas se congelam. As reformas são bloqueadas e começa a aparecer a tendência à estagnação e depois a decadência, o que vai provocar a iniciativa da Perestroika em 85. Já em 91, quando estive lá pela segunda vez, se notava carências alimentares: certas coisas estavam racionadas ou eram muito difíceis de se obter, tais como o açúcar, a manteiga etc. Havia também carestia... Não havia uma total liberação dos preços, mas sim um sistema de preços duplos: existia a loja estatal, onde o preço era racionado, mas a mercadoria era muito escassa – poucos podiam comprar – e, quase ao lado, tinha a loja particular, onde o preço era o duplo ou o triplo!

Enfim, o que se deu com essas liberações de preços, com as medidas que Gorbachev tinha tomado naquela época e que ainda eram muito sabotadas pela burocracia do Partido foi um começo de volta ao capitalismo porque, até hoje, eles não conseguiram voltar completamente... Daí o golpe de 91. Já existia uma certa iniciativa de tipo capitalista, uma nova burguesia que estava surgindo, originária em parte dos corruptos do regime antigo e em parte da iniciativa privada de novas pessoas que atuavam, sobretudo, no setor comercial: lojas, restaurantes particulares, comércio exterior (importação e exportação), escritórios... A Rússia não tinha computadores pessoais, nem fax ou telefone celular: tudo era importado e muita gente ganhava dinheiro com isso... Estava se criando bancos particulares e bolsas de mercadorias e de valores, mas em escala que não é comparável a do capitalismo. Isso estava ocorrendo também, em escalas variadas, na Tchecoslováquia, na Hungria, na Polônia, na Bulgária etc. Ou seja, o grande problema era esse: tornar privada pequenas empresas, vender pequenas lojas, privatizar o comércio... Houve uma grande venda de apartamentos – que eram do Estado e foram vendidos a preço de banana – e muita gente aproveitou para se tornar grande proprietário. Foi possível o surgimento de uma verdadeira “máfia”, aliás, de várias “máfias”...

O problema é que a economia dita socialista se estruturou fundamentalmente com base em grandes empresas. Às vezes, na própria URSS, uma ou duas fábricas produzem tudo o que se consome. Segundo o que ouvi, todas as lâmpadas que estavam sendo usadas lá eram produzidas numa única fábrica, e assim ocorria com vários artigos. Então, quem é que podia comprar? Não havia capitalista interno que pudesse comprar essas fábricas e os operários resistiam à venda delas... O que tem havido, às vezes, quando se fala em privatização, é a passagem da fábrica à gestão dos operários: os operários e administradores ficam com 51% das ações, o Estado fica com mais uns 20% em conjunto com outras instituições (empresas fornecedoras, por exemplo, ou clientes). Afinal de contas, a gestão coletiva fica com 80% e só 20% das ações é que são colocadas à venda para particulares! Consequentemente, não há uma privatização real! A vinda de capital estrangeiro ocidental tem sido muito pequena – Robert Kurtz conta isto no seu segundo livro, com relação, sobretudo, à Alemanha Oriental. O investimento americano, japonês etc., até hoje têm sido muito escassos porque não há condições: os investidores

não sentem segurança porque a situação é instável, não há legislação firmada, não há práticas, não há infraestrutura financeira nem de comunicação e de transporte. Tudo isso já está montado até mesmo num país como o Brasil, mas lá não existe...

De certo modo, diria que eles pensaram entrar no capitalismo do Primeiro Mundo e caíram no do Terceiro Mundo. Por isso digo que as coisas não estão definidas. Yeltsin era um partidário total da volta ao capitalismo e veio também da burocracia comunista, pois chegou ao órgão de maior poder no antigo regime comunista, o Birô. Para impor essa volta ao capitalismo ele chegou a dissolver o antigo parlamento e bombardeá-lo, travando uma luta armada no centro de Moscou. No final das contas, fez eleições e o parlamento eleito não tem os poderes do anterior, mas a tendência dele é mais ou menos a mesma e até, de certo modo, mais acentuada no sentido anticapitalista. Então, o próprio Yeltsin teve que compreender essa tendência que é popular, afastando os reformistas do governo: os pró-capitalistas acendrados.

Quem dirige hoje o governo é um antigo diretor de empresas, um dos mais qualificados do regime passado, Thermovird. Ele entende que se deve fazer reformas e que não se pode voltar ao planejamento antigo, isto é, em nenhum país se pretende voltar atrás porque aquele planejamento rígido é inviável. Mas também não se pretende entregar suas enormes empresas a preço de banana para os estrangeiros e nem desmantelá-las. O grande problema é que essas empresas têm uma tecnologia obsoleta, atrasada, e esses países têm infraestruturas – sistemas de transporte, comunicações etc. que não estão mais à altura dos tempos atuais, tornando seus produtos pouco competitivos no mercado internacional, gerando essa crise tremenda... O chamado G7 vive prometendo ajuda, mas o dinheiro não sai. Eles não têm fontes internas e recursos suficientes para poder modernizar rapidamente essa economia, sendo que todos eles estão em situação muito difícil, uns mais outros menos. Sem falar da antiga Iugoslávia, que está em guerra, a pior situação é justamente a dos antigos países da URSS (Rússia, Ucrânia, Geórgia etc.)...

Tudo o que aconteceu nesses países provocou, inegavelmente, um declínio muito grande no prestígio do marxismo no mundo inteiro. Declínio que já era observado nos anos 70, antes mesmo desses fenômenos, porque a

estagnação da URSS, a falta de dinamismo, se refletia no próprio prestígio do marxismo e na decadência dos Partidos Comunistas. Mas, é claro que quando vieram esses últimos fatos, a situação piorou bastante... Hoje, na Europa Ocidental, a descrença no marxismo é enorme! Alguns partidos comunistas, simplesmente, deixaram de existir; outros mudaram de nome e se tornaram social-democratas – como o antigo Partido Comunista Italiano, que era o maior de todos. Grande número de intelectuais deixaram o marxismo e aderiram a outras tendências...

Curiosamente, hoje, o setor do mundo mais à esquerda é a América Latina, onde há partidos que nem sempre são marxistas, mas são de esquerda e estão tendo êxitos políticos. Ainda há pouco, na Venezuela, a Causa Radical – que é uma espécie de PT – deu um salto: quase ganha as eleições para presidente! Passou de três para 48 membros na câmara dos deputados, ou seja, um quinto ou um quarto do parlamento mais sete senadores.

A ideia de construir o socialismo na América Latina tem que ser bem pensada e reformulada. Eu continuo aberto para o socialismo e penso que, em algum momento, o capitalismo provocará uma crise tão profunda que a maioria dos homens – que é formada por assalariados – entenderá que é preciso romper as regras do jogo capitalista. Um dos fenômenos mais evidentes, mais flagrantes, desses impasses que o capitalismo está gerando, sobretudo com a Terceira Revolução Tecnológica, é exatamente o volume cada vez maior de desemprego. A nova tecnologia – como, aliás, toda nova tecnologia – é desempregada, pois é mais produtiva e, por isso, precisa de menos empregados. Mas, como é que as duas outras revoluções industriais tecnológicas do passado não provocaram medo? Elas também provocavam medo, só que havia espaço no mundo para a expansão do capitalismo. A Europa expeliu milhões de imigrantes, que vieram parar em outras regiões do mundo, sobretudo nas Américas. Os Estados Unidos acolheram dezenas de milhões de pessoas vindas de toda a Europa, bem como o Brasil, a Argentina... Hoje não há para onde emigrar, então, os desempregados europeus ficam por lá mesmo, sustentados pelos seus governos – quando isso é possível – ou mendigando. E são os miseráveis do Terceiro Mundo que querem ir para a Europa, para os Estados Unidos... Um milhão e meio de brasileiros, pelos registros da alfândega, saíram do Brasil mas não voltaram; muitos estão como imigrantes ilegais nos Estados Unidos ou

na Europa. Hoje, sem dúvida, as condições da revolução tecnológica são diferentes das anteriores.

Os capitalistas também estão muito preocupados com esse fenômeno, porque a Europa Ocidental já tem 25 milhões de desempregados: os Estados Unidos têm oito a nove milhões, enfim, há uma tendência que aponta para o crescimento desse número... Até certo ponto, o seguro-desemprego e outras medidas assistencialistas atenuam o efeito desse desemprego, mas isto tem limite. Atualmente há uma preocupação muito grande na Europa, especificamente nas famílias da classe média, que podem fazer com que seus filhos concluam o curso universitário, com o problema de “o que fazer depois de formados”... Para exemplificar esse aspecto, basta ver a França, cujo governo na figura do primeiro-ministro – que é um conservador – propôs que os estagiários ou graduados que vão fazer estágios profissionalizantes ganhem 80% do que ganhavam antes, ou seja, um rebaixamento de 20% do que eles tinham por lei para que as empresas possam aceitá-los! Isso deu margem a uma grande manifestação com quebra-quebra...

Com relação aos operários, a situação vai nesse mesmo sentido, os capitalistas propõem reduzir os salários reais e os encargos sociais. Os americanos, por exemplo, sofrem menos o problema do desemprego que os europeus (da Europa Central), porque lá eles já conseguiram rebaixar o salário dos operários. Um operário americano ganha menos do que o francês e bem menos do que um alemão, sendo que os encargos sociais também foram cortados em muitos aspectos... Atualmente, Clinton fez aprovar uma lei que estende os benefícios da assistência médica, pois lá tem muita gente que fica doente e não tem onde se tratar, visto que a assistência médica particular nos Estados Unidos é caríssima! Enfim, a tendência é essa: baixar os salários e os encargos sociais de qualquer jeito para que, com isso, as empresas possam achar mais vantajoso empregar operários do que instalar máquinas mais modernas. Muitas empresas saem do seu país de origem e vão para o México ou para a Ásia, onde a mão de obra é mais barata, pois hoje a tecnologia permite usar mão de obra pouco qualificada. Mas, quando ela precisa ser qualificada, não dá para fazer isso. Obviamente, todas essas medidas sempre afetam a classe operária...

A classe operária que conseguiu, até os anos 70 nos países desenvolvidos, um melhoramento considerável no seu padrão de vida com a social-democracia, hoje está sendo atacada e não tem muita defesa por causa do

desemprego e da situação recessiva em que está a economia capitalista. E a medida que está sendo aplicada na Alemanha é a diminuição dos dias de trabalho: a Volkswagen diminuiu de cinco para quatro os dias de trabalho, mas também diminuiu os salários... O operário ganha um dia a mais de descanso, mas o salário dele foi cortado em 10%! Isso exerce uma influência: 10% a menos no salário pode representar para o padrão de vida que ele tinha, por exemplo, não fazer grandes viagens nas férias, enfim, pode acarretar uma série de desvantagens, sem falar dos reflexos na aposentadoria e assim por diante...

Eu só vejo uma saída para uma estabilização nas condições da revolução tecnológica: é a redução da jornada de trabalho sem afetar o padrão de vida dos operários, os salários e os encargos sociais. É claro que isto implicaria na diminuição dos lucros dos capitalistas... E implicaria também que isto fosse feito em escala mundial, porque enquanto houver uma concorrência entre os Estados Unidos, Japão, Europa etc. ninguém vai ceder. Eu acho que, no capitalismo, isso é inviável...

Outra exigência das novas tecnologias é um cuidado maior com a qualidade. No Brasil, a antiga produção fordista tinha uma preocupação com a qualidade, mas não era tão grande. No caso da produção japonesa, programava-se de tal jeito que, digamos, somente um produto em alguns milhões pode ter algum defeito. Em nosso país, a gente sabe que, muitas vezes, compra-se um eletrodoméstico e logo precisa trocar, porque ele tem defeitos... Para ter o que eles chamam de um controle total da qualidade é preciso a colaboração dos operários: sem a boa vontade, o cuidado e a atenção deles, não é possível obter perfeição. É necessário que todos estejam muito atentos, que colaborem, deem sugestões etc. Então os capitalistas procuram estimular esse novo tipo de trabalhador, porque a nova tecnologia exige, pelo menos em certos aspectos, a iniciativa do operário...

O famoso Taylor dizia aos operários:

– Vocês não precisam pensar: há quem pense por vocês. Não é tarefa de vocês pensar, vocês só devem trabalhar manualmente e obedecer ordens.

Hoje eles não falam mais assim, ao contrário, pedem que os operários pensem, colaborem com ideias. Eles examinam muitas das ideias que os operários dão e isso, é claro, os motiva. O problema é que os operários, para serem realmente motivados, precisam ser bem pagos e ter uma certa garantia de estabilidade. Os japoneses tinham empregos, até certo ponto, vitalí-

cios em quase todas as grandes empresas. Hoje isso está acabando, pois, com a crise que também está afetando o Japão, eles estão extinguindo o emprego vitalício, embora não de maneira formal.

O principal é que, com as novas tecnologias, um operário pode produzir muito mais do que produzia antes! Com o capital que existe atualmente, bem como com os robôs, a informática, a fibra ótica, a biotecnologia, a engenharia genética, enfim, com os novos materiais – que são mais versáteis, mais leves e mais duradouros – o que é produzido hoje (ou até bem mais que isso) necessita do trabalho de um número menor de operários. Imaginem quando essas tecnologias estiverem generalizadas! Imaginem, por exemplo, se os grandes bancos brasileiros não fossem informatizados como são agora: seria realmente uma coisa caótica, as filas seriam imensas...

Na Primeira Revolução Industrial, quando surgiram as primeiras máquinas do sistema fabril, os operários, na Inglaterra, destruíram as máquinas porque diziam que elas eram as causadoras do desemprego dos artesãos e dos tecelões, mas depois eles verificaram que não adiantava fazer isso... Esse tipo de “ecologismo”, que quer voltar à vida primitiva, é uma utopia, um sonho, não tem consistência nenhuma! A informática, se bem pensada, existe para aliviar os homens do trabalho pesado, inclusive do trabalho intelectual pesado. Hoje, certas operações matemáticas que eram inviáveis no passado, pois exigiria um Exército de gente fazendo contas e quilômetros de papel, o computador faz em segundos e com muita exatidão!

Então, não há como voltar para trás... Isto deve ajudar a humanidade, mas dentro do capitalismo acaba prejudicando... Isto é, de fato ajuda, porque produz mais, produz coisas novas, entretanto, ao mesmo tempo, mostra que, de um lado, há esse aspecto do progresso (das conquistas que são relevantes para uma vida mais humana, menos vergada ao trabalho), mas, por outro lado, cria legiões de pessoas desempregadas, que são desmoralizadas, mesmo quando recebem o salário-desemprego de 60 ou 70% do salário total.

Nesse aspecto, o marxismo mostra que, como crítica do capitalismo, continua válido: na verdade, ele é o mais profundo crítico do capitalismo... O que ainda está em discussão é a perspectiva de como chegar ao socialismo; de que maneira, do ponto de vista da prática política e das transformações dos vários aspectos da vida social, da economia, dos comportamentos da vida cotidiana, dos hábitos, da vida familiar e assim por diante...

Não escondo que sou adepto do Partido dos Trabalhadores: não sou filiado, mas sou militante. Por conseguinte, votarei no Lula e nos outros candidatos do PT para os demais cargos, pois considero que, hoje em dia, esta é a melhor alternativa para o país. A outra opção seria um candidato da extrema direita, tipo Maluf, que – na minha opinião – seria altamente regressivo ou então um candidato tipo Fernando Henrique Cardoso, que – com todo o respeito pelo seu passado acadêmico – é hoje um candidato do Fundo Monetário Internacional, não há como qualificá-lo de outra maneira: um candidato dos empresários, dos banqueiros, dos latifundiários, das classes dominantes brasileiras. O que ele propõe é uma estabilização – que nós não sabemos se é duradoura – do ponto de vista financeiro; além da continuação desse capitalismo predatório que existe no Brasil. Ele é a favor das privatizações a granel, da abertura dos mercados, enfim, de todo tipo de neoliberalismo que já está sendo abandonado até nos países ditos desenvolvidos. Esses candidatos me parecem que não são bons de jeito nenhum!

A opção pelo PT – a presidência do Lula não poderá ser uma alternativa socialista imediata – não tomará medidas muito radicais, mas tentará domar o capitalismo brasileiro e imprimir a ele um rumo que não seja nefasto para o nosso povo; que o torne tolerável; que permita tirar uma grande parte dos indivíduos da situação de miséria absoluta, fazendo com que o país se torne mais poderoso, independente e tenha uma prosperidade que beneficie, em alguma medida, também os trabalhadores. Essa é minha perspectiva do que eu acho possível de ser feito no governo do Lula... E o fato do PT ser um partido de grande influência e do prestígio do Lula ser, realmente, muito grande, não deixa de ser significativo no cenário brasileiro, latino-americano e mundial. As atenções políticas do mundo inteiro estão voltadas para as eleições brasileiras e a perspectiva de vitória do Lula desequilibra, até certo ponto, as elites mundiais, pois será um grande país que ficará com um candidato de esquerda...

Eu considero que o papel social dos historiadores, enfim, o que mais pode dignificar sua atividade, é ser os guardiões da memória e da identidade dos seus povos, das comunidades as quais eles pertencem e da humanidade em geral. É muito importante para o ser humano – o que o diferencia de qualquer outra espécie – ter uma consciência da sua identidade, uma memória da trajetória do passado que o fez ser o que é hoje. Esse fato tem muita

relevância não só do ponto de vista social, mas também psicológico e, até mesmo, das coisas aparentemente mais triviais da vida cotidiana. Desfazer os mitos que são criados a respeito dos povos, das etnias, das religiões etc., apresentando a verdadeira face dos fatos do passado – tanto quanto a história pode alcançar parcelas, aspectos da verdade – ajuda a humanidade a se entender e, em certa medida, a moldar o futuro. Não é que a História possa prever com exatidão qualquer futuro: isso é impossível, nenhum historiador, nenhuma corrente historiográfica pode pretender tal coisa! Alguns marxistas no passado cometeram erros, mas não há como pretender que algo seja inevitável... Eu penso que o socialismo é uma tendência que tem condições de se afirmar, a não ser que a humanidade mergulhe numa barbárie de tal ordem que ela chegue à regressão e à autodestruição. Se a humanidade se salvar disso ela encontrará o caminho para o socialismo.

O historiador, para cumprir a sua função social, não precisa ser marxista; é óbvio que pode seguir outras orientações. É suficiente que ele seja, além de historiador, um cidadão interessado na sua comunidade, no povo do qual ele se originou e na humanidade em geral. Se ele tiver essa concepção, ele então ajudará a humanidade a preservar e a aumentar o grau de conhecimento da sua trajetória histórica, a compreender sua identidade com mais correção e, dessa maneira, ter mais firmeza para delinear o seu próprio futuro. Porque, se a história não pode ser o resultado de atos arbitrários, ela depende também do que os homens querem fazer de seus destinos enquanto coletividade.

Para concluir, citarei um fato muito flagrante nos tempos atuais: o racismo. Mostrar toda a falsidade que há nos argumentos a favor do racismo, pretensamente científicos; mostrar os terríveis resultados da prática racista no passado – e também no presente – por parte de quaisquer povos é um dever do historiador e, na medida em que ele o faz, ajuda a humanidade a se desvencilhar de um de seus piores preconceitos, de uma de suas ideias mais nocivas, que durante milênios se acentuaram e que durante o nosso século, precisamente, teve os mais trágicos resultados...

Será que minha vida poderia ter sido diferente? Dificilmente... Minhas convicções se formaram muito cedo, a partir das condições de pobreza da minha família, da participação no movimento estudantil, no Partido Comunista, como soldado “pracinha” na Segunda Guerra Mundial, na luta contra o nazifascismo, um ponto de virada na minha vida... Tudo isso me fez ter ódio ao capitalismo e participar dos grupos de esquerda, com muitas pes-

soas que perderam suas vidas lutando contra a repressão violenta. Mesmo assim, passando dos oitenta anos, depois de tudo o que vivi e testemunhei com meus companheiros, no Brasil e em outros países, gostaria de ver uma democracia socialista. Como ela seria, eu não sei... Mas é um ideal que ainda tenho e que, talvez, no futuro, poderá ser uma realidade.

Miguel Alfredo Arraes de Alencar

Outro colaborador com o qual construímos uma história de vida foi o Coronel Miguel Alfredo Arraes de Alencar. Com mais de três horas de entrevista gravadas, ele nos permitiu registrar uma experiência muito sofrida, de tom narrativo quase trágico, além de ter colaborado com farta documentação escrita, que inclui recortes de jornais e peças de processos. Natural do Nordeste do país, apresentou um exemplo significativo da trajetória de militares inicialmente formados naquela região e que acabavam por vir estudar e trabalhar na cidade do Rio de Janeiro, então centro dos acontecimentos políticos nacionais. Sua ascendência familiar o situa como parente próximo (primo) do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, praticamente homônimo, fato gerador, em muitas ocasiões, de confusões no aparato repressivo da ditadura militar.

Seu destaque como personagem político entre a esquerda militar e nacionalista também se deve às atividades desenvolvidas como membro do Conselho de Segurança Nacional no governo de João Goulart, pouco antes do golpe de 1964.

A entrevista foi gravada na presença de Luizita, sua esposa, e teve momentos dramáticos, permeados de choro e temor de narrar acontecimentos ou citar nomes de pessoas que pudessem ser de alguma forma envolvidas numa situação embaraçosa. Apesar das dificuldades – especialmente de caráter ético – e das lacunas, acreditamos que conseguimos levar a bom termo a construção de sua narrativa biográfica histórico-literária.

As recordações mais longínquas do Coronel Arraes nos remetem à militarização de sua formação tanto em colégios religiosos como militares – característica comum da maior parte dos colaboradores que já conhecemos – e ao impacto de movimentos revolucionários como o de 1930 e o de 1935. Neste último, devemos destacar a leitura feita por alguém que não participou diretamente do Levante, mas que sentiu as consequências do anticomunismo.

munismo nas Forças Armadas. Particularmente revelador de uma posição política é o debate sobre as ideias marxistas que se segue.

Nas lembranças do Coronel Arraes como combatente da Segunda Guerra Mundial, a solidariedade da luta antifascista, mesmo na retaguarda, é um dos germes de uma futura luta política – como já vimos em outras histórias. Mas o que mais pesou em sua memória foram as consequências da destruição causada por ela: a miséria, a fome, a prostituição, o roubo...

A narrativa do Coronel Arraes, todavia, chamou-me especialmente a atenção para um paralelo tanto estranho quando nos damos conta de seu conteúdo. Da mesma forma que Carlos Lamarca, pelo que conhecemos de sua biografia, ele apontou como um dos fatores de grande influência em sua tomada de consciência acerca de uma posição política de esquerda a viagem na missão de Paz da ONU ao Oriente Médio. A miséria das populações árabes, a guerra, a ação do imperialismo norte-americano formam o quadro que forjou seu posterior apoio e participação ao governo de João Goulart. Na ditadura que se seguiu, entretanto, não foi à luta armada como Lamarca. Não esquece, porém, de mencioná-lo e ao seu sacrifício como ponto de admiração sua e de discórdia entre outros militares de direita, seus amigos, que o consideram um traidor. Arraes e Lamarca transformaram-se definitivamente em militares de esquerda e nacionalistas pelas mesmas influências, emblemáticos também dos dois caminhos distintos que estes tomaram sob o regime militar.


A importância política do Coronel Arraes era mais que evidente. Além de ter ocupado um cargo no Conselho de Segurança Nacional, era primo do “subversivo” governador de Pernambuco, homônimo seu, para piorar a situação. Sobre essa época conturbada em que estive à frente dos militares de esquerda e nacionalistas, a história de vida calou nos detalhes, impossíveis de serem revelados na opinião do colaborador, por poderem trazer graves incômodos aos envolvidos ainda vivos. O respeito ético à decisão dele foi nosso ponto de honra. Não podemos dizer que temos um prejuízo histórico aqui. O essencial está dito e é tão significativo, assim como sua postura diante desse relembrar perigoso.

Trajetória de vida cuja relevância está atestada pelos inquéritos aos quais foi submetido – e, particularmente, ao primeiro processo finalizado no pós-golpe, fartamente documentado pela imprensa –, não há sequer um

prontuário a seu respeito nos arquivos do DOPS do Rio de Janeiro. Pudemos apurar tendo em mãos uma autorização pessoal, que nos foi concedida quando da realização da entrevista. Examinamos, ainda, outras pastas de caráter mais genérico onde seu nome era citado, especialmente por ter sido cassado logo no Ato Institucional n. 1.

Isso provou que sua “ficha”, antes do golpe, era em branco, inexistente. Mesmo com falta de provas, foi processado, especialmente por suas ideias socialistas, levado a julgamento e finalmente absolvido. Era o começo da ditadura, com seus “réus sem crime”, entre os quais muitos militares de esquerda e nacionalistas, como o Coronel Arraes, se encontravam.

Miguel Alfredo Arraes de Alencar faleceu no dia 2 de maio de 2004.



Quem assume uma posição corre esses riscos...

Meu nome é Miguel Alfredo Arraes de Alencar. Nós somos de uma família nordestina e, particularmente, do início da colonização do Ceará, que foi um dos últimos estados a receber colonização portuguesa. Quando os portugueses estavam por Salvador – cidade em que já havia uma certa densidade de população –, subiram procurando o Rio São Francisco, onde tinha terra mais úmida, com água, o que era importantíssimo por lá. Chegaram no rio, avançaram, o atravessaram à procura de terra, até que encontraram a famosa Chapada Diamantina. Foram se localizando ao longo dela e nessas primeiras levas já havia os Arraes no meio. Foram os primeiros a chegar. Os Alencar vieram um pouco depois. São duas famílias que se uniram, de certa maneira, pois há muitas ligações entre os Arraes e os Alencar, e foram se espalhando ao longo da Chapada.

Os primeiros, meus tataravôs, se localizaram na região de Crato, Araripe, no sopé da Chapada, que vai desde Pernambuco até o Piauí. Quem a conhece e já chegou de ônibus ou de avião vê que ela é uma massa enorme. Para quem está embaixo parece que são montanhas, mas não são. Subindo, é um chapadão... totalmente verde. O Ceará pode estar seco, com a vegetação toda cinzenta, mas a Chapada está sempre verde. Por isso eles encontraram essas serras e foram se localizando ali. O governo queria que chegassem,

dominassem e ocupassem as terras. Eles faziam a lei. Não tinha estradas, a polícia não chegava lá mesmo. Não tinha ninguém ainda. Era um território desocupado. Os donatários das sesmarias – muitos nem vieram ao Brasil – delegavam a alguém. E a minha família surgiu aí...

Meu avô materno – que é o que me lembro melhor – também era Miguel, e são vários Miguéis na família por causa dele. Pelo que meu pai contava, ele era muito conhecido na região. Era um homem de gênio muito impetuoso, mas de uma grande bondade. Então, quando se zangava, fazia aquelas estrepolias, mas depois se arrependia, chamava alguém, ia pedir perdão e fazer todo o possível para apagar o que tivesse feito. Era um homem muito corajoso. Enfrentava qualquer parada! O pai da minha esposa é primo em primeiro grau do meu pai e mais velho que ele. Desde pequenos já se conheciam porque moravam lá, eram da mesma família. Filhos de irmãos. E eu só vim a conhecer a Luizita, minha esposa, anos mais tarde...

Só fui nascer em 1922. E não no Ceará. Meu pai saiu de lá, como era comum, porque os jovens não tinham muito futuro. Saíam particularmente depois que as terras não estavam mais rendendo o que podiam render, ou nas lutas que havia entre os clãs, que começavam a perder terras e os jovens não tinham o que fazer lá. Não tinha faculdade, escola, trem, estrada... Não tinha nada! Então, eles saíam a procurar...

Meu pai passou pela Bahia, veio para o Rio de Janeiro, fez concurso para o Banco do Brasil – que naquela época estava começando a se expandir – e foi mandado para Belém do Pará. Meu pai era um homem muito inteligente, honesto. E lá ele conheceu minha mãe, que também era de uma família originária do Ceará. Ele se casou e eu nasci em Belém do Pará, por acaso... porque ele estava lá em serviço. Depois, ele percorreu várias agências do norte: Manaus, São Luís, Fortaleza. Aí sim era o estado dele... ali passei mais tempo do que nos outros estados todos. Somos em quatro irmãos: eu, o segundo, e mais dois, que são gêmeos idênticos. Um já faleceu. Meu pai só teve filhos homens.

Quando houve a Revolução de 30, estávamos em Recife e morávamos atrás do Quartel do Derby, um antigo quartel da Polícia Militar de Pernambuco. Meu pai ouviu uns tiros no domingo de manhã e disse:

– Não se preocupem, estão fazendo exercícios de tiro.

Porque normalmente eles faziam isso. De repente viram que os tiros não estavam tão ordenados como num exercício.

– Não! É bala mesmo e está passando por aqui!

Era mesmo a Revolução de 30, que estava começando lá no Nordeste. E meu pai, que era gerente do Banco do Brasil, sabia, teve informações. Eu vim a saber disso muito depois. Ele tinha enviado todo o dinheiro da agência de Recife para o Rio de Janeiro. E teve que sair rapidamente de Recife e se esconder por perto, numa cidadezinha que se chama São Lourenço da Mata, conhecida hoje em dia.

O fato é que, com a Revolução de 30, nós viemos para o Rio. Quando chegamos, já morava aqui o pai da Luizita com a família. Ela era uma garotinha, a irmã também. Fomos morar na mesma casa. Nossos pais eram muito ligados dos tempos de Crato, no interior do Ceará, e foi a primeira vez que nós entramos em contato direto, com cerca de 10 anos de idade. Moramos um certo período juntos – um ano e tanto – porque meu pai não tinha onde ficar. Enquanto ele procurava, fizeram um ajuste e as duas famílias ficaram morando na Rua Domingues Ferreira n. 104, casa que hoje não existe mais, é um grande edifício...

Aí começaram as briguinhas, porque menina na cidade briga! Fazíamos algo como clubes da Luluzinha e do Bolinha. Então, roubava os selos dela, porque ela colecionava e eu também. Sabia que ela ia comprar, então roubava... Fazia brincadeiras... Às vezes ela dizia alguma coisa que não gostava, eu xingava! Moramos juntos no Rio de Janeiro nesse período de infância...

Aqui meu pai nos colocou no Colégio Santo Inácio. Naquele tempo os colégios religiosos eram extremamente rígidos na disciplina. Nada a ver com essa turma de hoje... como é o caso, por exemplo, do meu neto, que chega aqui de chinelo e bermudão. Eu perguntava:

- Onde você vai?
- Vou para a PUC.
- Mas eles deixam entrar mesmo assim? O professor deixa entrar?
- Deixam...

Na minha época era uniforme completo, inclusive com quepe. Para entrar no colégio era em fileira. Chegava na sala de aula, ficava em pé, aguardando que o professor mandasse sentar. Era uma disciplina rígida!

Nunca fui muito chegado a nenhuma religião, muito menos a católica. Sempre tive uma certa ressalva, embora estudasse em colégios de padres. Talvez até em parte por isso mesmo! Porque eles eram fogo... Viam pecado

em tudo! Pecado, más intenções em relação às meninas... não tinha menina no colégio, mas só porque um ônibus de um outro colégio de meninas passou pelo nosso e a turma fez uns adeusinhos, quando chegamos levamos uma dura! Isso no Colégio Santo Inácio, jesuíta, que hoje está mais liberal. Tomamos uma bronca! O padre disse:

– Isso está cheirando mal!

Engraçado! Por isso nunca fui muito ligado à religião...

Isso foi em 1933, 34, por aí... até 35, mais ou menos. Nós estávamos no Rio, eu me lembro. Em 35, morávamos em Copacabana e ouvimos os tiros de artilharia bombardeando o quartel do 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha. Eu era garoto, tinha 13 anos naquela época. E a partir daí começou o bordão das Forças Armadas sobre esse acontecimento:

– Os comunistas mataram os companheiros dormindo!

Aquela lenga-lenga de sempre... Isso acontece de ambos os lados. Se o lado fosse outro, eles teriam feito a mesma coisa. O fascista faz até pior. Ou são iguais: quando chega a hora da luta, de decidir, eles fazem as violências da mesma maneira. Ambos os lados. Só que uns, em princípio, estão lutando por um ideal de fraternidade humana, para acabar com a exploração... baseados em Marx, que foi um grande filósofo, e definiu bem a situação na época dele, particularmente na Europa, onde estava começando a industrialização, especialmente na Inglaterra e na própria Alemanha. Ele viu a exploração a que eram submetidos os operários e que não era esse o destino dos homens. Havia uma maneira mais fraterna de conviver, e sem exploração. A filosofia de Marx originou o socialismo e posteriormente o comunismo, já ligado com as próprias ideias de Lenine, que foi mais radical. E isso tem explicação, porque na Rússia dos tzares a coisa era muito mais violenta! Então, lá a reação foi muito mais forte.

Daí, a gente precisa compreender por que o Partido Comunista agiu de uma maneira que não era a melhor, sob o nosso ponto de vista. Mas eles não podiam agir de outra maneira. Estavam num regime czarista extremamente violento e não tinha conversa... Era praticamente um regime feudal. O último regime feudal da Europa foi o dos tzares. E caiu com a Revolução Russa. E eles praticaram violências mesmo: fuzilaram a família real, mas mudaram a fisionomia da Rússia... e, em certo sentido, do mundo... porque eles transformaram um país que tinha um princípio rudimentar de industrialização,

pobre, praticamente feudal, numa das maiores potências do mundo! Então, eles fizeram muita coisa positiva. Erraram em outros pontos terrivelmente, o que acabou levando ao desmembramento da União Soviética. São fases, são ondas que vem e vão... isso vai passar e virá outra onda daqui a duzentos, trezentos, quatrocentos anos... não sei quanto tempo.

Quando houve 35, eu não tinha ideia de coisa nenhuma. Mesmo porque, naquela época, um garoto de 13 anos não tinha conhecimento de nada. Não é como hoje, que se tem televisão, computador, tudo quanto é revista disponível para tomar conhecimento das coisas. Na minha época, o que se tinha era o rádio. E era muito chato para um garoto ficar ouvindo notícias de rádio! Então, não tínhamos conhecimento de nada. Nossa vida era a de colégio, de família, de amigos de rua... e acabou-se.

Nesse ano de 35, meu pai foi novamente mandado como funcionário do Banco do Brasil para o Nordeste, já como inspetor regional das agências. Voltamos para Fortaleza. E o Ginásio São João foi onde passei mais tempo, um colégio muito conhecido por lá. Era muito antigo e militarizado. O diretor era um oficial do Exército que estava na reserva e que tinha tomado parte do Movimento de 1922, se não me falha a memória. Tinha sido excluído e depois, com a anistia, não quis mais voltar para o Exército. Então, fundou esse colégio, que era militarizado. Tinha postos de graduações: sargento, tenente, capitão, tudo. Tudo em forma... Aí foram provavelmente as primeiras sementes da minha futura propensão a ser militar.

Era como se fosse um colégio comum, só que para entrar para as aulas todo mundo andava em forma, num pátio muito grande. Tinha uma espécie de praça de esportes, uma pista de corrida de atletismo, barra... Então, todo o colégio entrava em forma por séries. Naquele tempo era secundário que se chamava. Ia até o quinto ano. Entrávamos em forma direitinho. Tinha os postos, o tenente-aluno comandava, o pessoal cantava uma canção ou o Hino Nacional e depois, em passo ordinário, íamos para as salas de aula. Era o mesmo regime que o outro colégio. O professor entrava, todo mundo ficava em pé, aguardando a ordem ou a permissão para sentar. Esse foi meu primeiro contato com a disciplina militar...

Nessa fase começou minha primeira ideia de ser militar, mas não ainda bem formalizada. Certamente veio daquele contato com a disciplina militar na escola... Tinha, inclusive, os toques de corneta! Havia um corneteiro. O

diretor teve que parar com as cornetas porque o Colégio Militar do Ceará ficava próximo. Então havia confusão! Quando tocava a corneta no Ginásio São João, os alunos do Colégio Militar pensavam que era para eles... E o comandante de lá, que era um oficial do Exército, reclamou com o outro, da reserva, e deu ordem para que ele parasse. De modo que ele teve que parar com as ordens de corneta.

Quando foi em 1937, 38, meu pai foi para Recife e nós o acompanhamos. Fomos novamente para um colégio jesuíta, o Colégio Nóbrega de Recife. Um prédio muito antigo, se é que ainda existe... De forma que a nossa educação sempre foi muito rígida.

Meu pai e minha mãe eram católicos por tradição. Nunca foram de frequentar missa, estar comungando... mas os melhores colégios eram os de padres. Tinha mais disciplina e também se aprendia mais. Saía-se muito melhor preparado.

Em Recife, nós terminamos o secundário, em 1938, quando voltamos para o Rio.

Na volta ao Rio, me lembrava dos tempos que eu e a Luizita brigávamos. Eu já estava com 16 anos... Ela morava – por incrível que pareça – numa rua aqui atrás da nossa casa, a Rua General Rabelo, que antigamente era chamada de Rua Regional. Os pais dela moravam aí, fui visitá-los e lembrar... Quem abre a porta? Ela... Quando a olhei, pensei: “Pronto, acabaram-se nossas brigas!...” Só não foi amor à primeira vista porque já nos conhecíamos de garotos. Mas, quando a vi como brotinho, pensei: “Essa é a mulher da minha vida, minha alma gêmea!”. E acabamos nos casando, alguns anos depois...

Naquele dia, acho que ela me olhou com o mesmo interesse... Mas naquele tempo as coisas não eram como hoje. Era tudo dentro dos conformes. Ela estava com uma bermudinha, me lembro bem! É claro que não houve nada... Foi apenas uma visita.

Nós morávamos no Rio. O Miguel Arraes, meu primo, estava em Pernambuco, mas era cearense. Muito jovem ele veio estudar Direito no Rio, ficou hospedado na casa do meu pai. Eu me lembro dele, era rapazote, e ele é uns cinco ou seis anos mais velho que eu. Ele levava a gente ao cinema, e até achei horróroso: *O anjo negro*. Eu, garoto! Para mim, aquele filme, um dramalhão passional, foi horrível! Depois ele se arrependeu:

– Ih! Não devia ter trazido você para assistir esse filme...

Mas nós ficamos no Rio e ele fez a vida dele em Pernambuco. Estudou os primeiros anos de Direito aqui e depois completou em Recife, na famosa Faculdade de Direito de Recife, na época. Aí casou com uma pernambucana muito conhecida, da família Souza Leão. Ela morreu de câncer, relativamente jovem. Depois casou-se outra vez... Foram poucas as oportunidades que nos vimos, contatos esporádicos, mas nossa família é muito unida, fomos muito ligados...

Quando era adolescente, já comecei a me preparar, pois estava decidido a ir para a carreira militar. Acho que para tomar essa decisão entraram outras considerações... porque não se pode dizer que a vocação é genética. Do ponto de vista fisiológico, não se pode saber se a pessoa vai ser militar ou médico. Diria que é uma “genética” mais espiritual... Viemos com vivências, e recordações de vivências, de outras vidas. Aquilo já está dentro de nós e, de repente, aflora. Não que lembremos exatamente o que houve no passado. Mas aflora:

– Minha carreira é essa, tenho que segui-la.

Na verdade, já disse que houve certos fatores que auxiliaram: o militarizado Ginásio São João; os semimilitarizados colégios de padres... Havia uma certa militarização. Pelo menos antigamente, particularmente nas ordens jesuítas, porque ela era guerreira. Foi criada por Santo Inácio, que era um guerreiro. Então, já tinha alguma coisa que estava me impulsionando para a carreira militar, embora na família existissem muito poucos militares. São raros. E acabei vindo para a carreira militar...

O ingresso foi através do exame de admissão à Escola Militar do Realengo, o que hoje se chama de vestibular. Só em 1945 é que ela passou para Resende, com o nome de Academia Militar das Agulhas Negras. Mas eu já tinha terminado lá em Realengo. Quando entrei, fazia-se um exame de admissão, um vestibular, e os aprovados ingressavam na Escola Militar. Isso foi exatamente em 1940. E permaneci em 41, 42, até 43, quando saí de lá.

Nesse período, nós moramos na Rua Vitória da Costa, em Humaitá. Depois, em Laranjeiras... Meu pai gostava de mudar de casa! Nenhum dos meus irmãos quis ser militar: um foi para a Engenharia, outro foi para o Direito e o outro para a Pedagogia, ser professor. Meus pais me deram apoio:

– Vou para a Escola Militar...

E fui. Era em regime de internato. Lá, a gente só saía aos sábados e voltava no domingo à noite, quando não estava de serviço. Durante esse período, eu e a Luizita começamos um namorinho assim, um flerte, como se chamava naquela época. Era uma paquera, só mais de olhar... aqueles olhares... totalmente diferente de hoje, que se quer logo ir para a cama. Na época, um negócio desses era impensável!

Eu passei razoavelmente bem na admissão. Não passei tão bem porque o que era exigido no exame – particularmente matemática, que era a base – era mais forte do que o que se aprendia no curso secundário. Mas deu para fazer o exame. Passei. Não foi nos primeiros lugares, mas passei. Dentro da Escola, entretanto, senti muitas dificuldades, tanto que tive que fazer repetência de uma matéria: física. Era uma física avançada em relação à que davam fora da Escola Militar, por isso passei um ano a mais do que deveria.

Na Escola Militar do Realengo, muitos dos meus amigos vinham de famílias em que havia militares. Nunca fiz estatísticas, mas... Boa parte dos cadetes era de duas regiões do Brasil: Rio Grande do Sul ou Nordeste. Havia um pouco também do Rio de Janeiro, que é onde estava localizada a Escola. Então, os três agrupamentos principais eram os “Tchês”, como chamávamos os gaúchos; os cariocas, que eram os “Malandros”; e os “Aratacas”, eram os nordestinos. Arataca é uma espécie de um baú meio achatado. Como os nordestinos têm a cabeça meio chata, e traziam as tais aratacas para a Escola com as coisas deles, eram chamados assim... Naturalmente, como eu era nordestino, ficava com os Aratacas.

O dia a dia na Escola Militar era o de um quartel. Às seis horas da manhã tocava a alvorada. Imediatamente tinha que se levantar da cama, rapidamente fazê-la, porque o oficial de dia já ia entrar dentro de poucos minutos, e quem não estivesse com a cama feita era devidamente anotado, ficava com o licenciamento sustado para o fim de semana. Então, tinha que, em meia hora, arrumar a cama, ir aos lavatórios, escovar os dentes, se lavar, se uniformizar e entrar em forma para o rancho. Entrava em forma e aguardava os comandos antes de ir para lá, porque tudo era assim: em forma e sob comando. Começava a ficar extremamente enquadrado. Ordem, em forma, continência... desde o primeiro dia isso era inculcado. Lembro que tinha escrito num grande disco, entre os dois pátios da velha Escola Militar do Realengo:

“Cadetes!
 Ides comandar,
 Aprendei a obedecer.”

Então, a obediência ao comando superior era uma coisa que não tinha discussão. Eu me adaptei mesmo a esse sistema, porque na minha família meu pai era um camarada do interior do Ceará e aqueles “cabras” de lá são fogo! Ele era de uma austeridade, de uma disciplina em casa... Por isso a passagem para a Escola Militar não foi assim tão violenta, porque estava mais ou menos acostumado a um tipo de austeridade e disciplina que havia em casa. De forma que entrei na Escola Militar e fiz o curso.

No período em que fiquei na Escola Militar, entre 40 e 43, a predominância de simpatias entre as partes envolvidas na guerra era a favor dos aliados. Havia também uma permanente doutrinação em favor dos americanos e anticomunista. Depois da revolta de 35, todo o aniversário do dia 27 de novembro tinha aquelas cerimônias:

– Os companheiros foram mortos dormindo...

Na verdade, não foram mortos assim. Houve um entrevero dentro do quartel, no 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha, que não existe mais hoje, foi demolido. Mas na Escola Militar, depois de 35, começou a doutrinação anticomunista. Ela era muito disfarçada... Não havia algo permanente, mas chegava o 27 de novembro havia aquelas cerimônias todas:

– Mataram os companheiros dormindo. Os comunistas são assim...

Aquelas coisas todas que nós sabemos que eles chamam... Entretanto, segundo os documentos que existem, eles não foram mortos dormindo, mas sim lutando.

E começou a guerra. A Europa já estava em guerra, mas se tinha aquela ideia:

– A guerra vai acabar antes...

E não acabou coisa nenhuma. Quando terminamos o curso, a guerra estava no apogeu. Quando entrei na Escola, em 1940, praticamente as hostilidades tinham começado. Não havia muito reflexo disso por lá. Apenas os treinamentos começaram a ser intensificados e os cursos a ser reduzidos, porque havia uma previsão, ou já sabiam, que o Brasil iria entrar na guerra e mandar tropas. Então, eles reduziram os cursos para formar oficiais mais rapidamente, porque estavam montando a primeira divisão expedicionária

brasileira. Seriam duas divisões, mas não houve tempo de mandar a segunda, pois a guerra entrou numa fase em que não havia mais necessidade. Mas a primeira divisão realmente embarcou. Como fui bem classificado no final do curso, pude escolher onde iria servir. Eu disse:

– Bom, como sei que vou para a guerra, antes quero ir ao Ceará.

Então, escolhi Fortaleza, 23 BC, naquela época 23º Batalhão de Caçadores. Hoje é o 23º Batalhão de Infantaria Motorizada. E fui para lá.

Poderia ter escolhido qualquer arma, porque a minha classificação foi boa: artilharia, engenharia ou cavalaria... Essa última não escolhi porque não era muito dado às atividades equestres. Não escolhi engenharia porque achava que não era muito militar, embora sejam militares mesmo. Então, restou infantaria e artilharia.

Na Escola Militar, que eu lembre, não se discutia muito entre os cadetes se havia alguma contradição entre ir para a guerra ao lado dos Aliados e a situação brasileira, com Getúlio à frente do Estado Novo. Pode ser até que houvesse alguns cadetes que estivessem mais politizados... mas, se houve, eram muito poucos, porque a maioria estava saindo oficial. E a nossa preocupação principal naquele momento era a guerra. Todos estavam sabendo que iriam embarcar... com raríssimas exceções de um e outro que conseguiram não embarcar para a guerra, por intermédio de um parente ou um conhecido que era general ou alta patente.

Nós não tínhamos grandes motivações ou entusiasmos guerreiros porque não era uma guerra que afetava diretamente ao Brasil. Era uma guerra entre potências do norte. Então, os Impérios que estavam em luta entre eles mesmos, por questões de mercados, de comércio, de dominância, essas coisas do capitalismo... que a gente sabe bem como são. Não era uma guerra que nos afetava. Não estávamos sendo afetados diretamente. A única coisa que houve foi o torpedeamento dos navios mercantes brasileiros. E alguns – acho até uma história difícil – chegaram a suspeitar que foram propositalmente torpedeados por submarinos americanos se passando por alemães, para fazer com que o Brasil entrasse na guerra. Acho meio fantasioso, mas nada é impossível...

O fato é que o Brasil entrou na guerra. Lembro bem que o povo aplaudiu, exigiu que o Brasil fosse. O Getúlio Vargas era meio reticente porque parecia que tinha uma certa simpatia pelo nazifascismo, mas as demonstra-

ções que houve dos movimentos populares, tais como comícios e marchas pelas cidades, fizeram com que ele acabasse declarando guerra ao Eixo... E começaram imediatamente a preparar a força brasileira. Foi a única da América – do Terceiro Mundo, praticamente – que embarcou. A não ser tropas coloniais que eram levadas pelos franceses, ingleses, que também participaram...

Fui para Fortaleza. Cheguei lá e em fevereiro fui transferido para a Força Expedicionária, no último escalão que embarcou para a guerra.

Fomos para a Força Expedicionária. Saiu um agrupamento que pegou tropas de Fortaleza, Recife e Maranhão... Sei que se formou um comboio – o comandante inclusive era o do Batalhão de Fortaleza – que foi escoltado por duas corvetas da Marinha. Ainda havia certos perigos de submarinos, embora os alemães já não estivessem na área, praticamente. Mas, por via das dúvidas, ainda havia a escolta da Marinha. E viemos para o Rio, passando por Recife. Paramos lá para reabastecimento até chegarmos ao Rio de Janeiro. Chegando aqui, houve os preparativos para o embarque para a Europa.

A minha família... a minha namorada... Ela não era ainda assim minha “namorada”... já havia aquela coisa. Mas, no dia em que eu sabia que era a última noite, e que iria embarcar... O dia exato era segredo, mas nós tínhamos que nos apresentar em determinado dia lá no acampamento, perto da Vila Militar, e sabíamos que não íamos mais voltar para casa. Nesse dia, fui fazer uma visita, me despedir, porque sabia que não ia mais voltar. E ela me deu uma medalhinha, que usei durante toda a guerra... embora eu não fosse religioso.

E essa foi a despedida. Minha mãe – eu soube depois – ficou de cama, porque ela sabia que eu não voltava mais. Eu tinha uma mala de campanha, de lona, que ficava em casa. Sabiam que, enquanto a mala estivesse lá, não havia perigo. Um dia, disse:

– Olha, vou ter que levar essa mala.

Então, eles sabiam que não ia voltar mais...

Minha mãe ficou de cama! Eu era ainda muito jovem, estava com 21 anos... Faz tanto tempo... Assim, embarquei para a Itália.

Embarcamos no transporte da Marinha norte-americana, que levava cinco mil homens, fora a guarnição, de cerca de mil homens. Era um navio enorme, de transporte de guerra.

Embarcamos, fizemos a viagem até a Itália, com todas as precauções que eles ainda tomavam. À noite era blecaute total, não podia se acender luz nenhuma, ou abrir qualquer janela que tivesse luz para o lado de dentro. E fazíamos treinamentos intensos para salvamento com os botes, caso o navio fosse bombardeado. Então, foi-se aumentando a velocidade do treinamento até chegar ao limite mínimo possível exigido, que era questão de um minuto e pouco. Todos os cinco mil homens tinham que estar nos postos de salvamento, frente aos botes. Mas não aconteceu nada, chegamos lá sem problemas. Houve, numa noite, um alarme. Não se sabe se foi para efeito de exercício ou não. A tropa não foi avisada de nada, mas se ouviram os tiros dos canhões do navio e a correria da tripulação para os postos de combate. Não sei se foi treinamento ou se detectaram algum submarino. Acho que foi mais treinamento...

Chegamos em Nápoles e continuamos a peregrinação, até chegarmos ao norte da Itália. Já estava praticamente no fim da guerra. Praticamente não houve conflito... Chegamos lá no dia em que Monte Castelo tinha sido ocupado pelas forças brasileiras...

De lá, embarcamos em outros navios menores, e fomos até o Porto de Livorno. E depois fomos mais para o norte ainda, em caminhões, onde estava a unidade de recompletamento, como era chamada. Era um centro de instrução muito grande que preparava as tropas que estavam chegando para ir para a frente ou abrigava os que da frente, por qualquer motivo, ferimentos ou doenças, tinham que vir para a retaguarda. Então, eles passavam por essa área para se reciclar e novamente ir para a frente.

Mas a guerra já estava praticamente terminando. O único combate sério depois que chegamos lá foi a tomada de... aquela cidadezinha... até um dos primeiros a entrar nessa cidade foi um colega de turma, Iporã Nunes Ribeiro, não sei se ele está vivo ainda. Ele foi um dos comandantes do pelotão que primeiro entrou nessa cidade, que estava com os alemães, que tiveram que se retirar por causa do bombardeio da artilharia brasileira e da aviação, onde estava o Rui Moreira Lima, meu velho amigo...

Eu era muito jovem... Nós fomos preparados para isso, para o combate. O treinamento da Escola Militar era duro. Listas de aplicações, rastejar pela lama e o que tivesse pela frente. Jogar, atirar... era preparado para isso. O soldado estava preparado para o combate. É verdade que a preparação

em tempos de paz não tem o perigo real do tiro inimigo. Embora, na Itália, houvesse um treinamento do qual participei com tiro real. Todo treinamento era feito com munição e tiro reais. Tanto que houve muitos acidentes por causa disso. Não só mortes como ferimentos por acidentes nesse campo de instrução, onde eu estava, preparando tropas para ir para a frente.

Um dos treinamentos era num terreno que era meio alagado, coberto por arame farpado, e precisava passar por baixo do arame farpado. Então, tinha uma trincheira, que também foi escavada. A gente saía dela e por baixo do arame ia rastejando com arma na mão – um fuzil ou uma metralhadora – até ultrapassar. Mas havia duas metralhadoras muito bem seguras, firmadas no chão, por meio de cavaletes de madeira, atirando com munição real. Então, a gente ouvia os tiros passando pela cabeça. Tanto que eles tinham que mandar:

– Cuidado! Vocês não levantem um pé assim para fazer qualquer coisa... Não deem nenhuma bobeadada, porque uma bala pode pegar no calcanhar.

A gente era jovem demais, fazia qualquer coisa! Era para isso que fomos preparados por três anos. Um treinamento que se intensificou quando a guerra começou, porque eles sabiam que grande parte, ou melhor, praticamente todos os oficiais dessas últimas turmas de Realengo iriam para a guerra.

Os episódios mais emocionantes... Uns foram de muito sofrimento. O frio! O frio nos Apeninos, na época em que estava terminando o inverno e começava o degelo, era desgraçado! Ainda mais que estávamos dormindo em barracas e em camas de campanha... Não havia cobertor e uniforme de lã que segurasse... particularmente para quem era nordestino como eu! Acostumado com o sol... O frio foi uma das coisas mais terríveis... Eu passei as primeiras noites sem dormir! Não consegui dormir com frio...

Depois, veio a segunda parte do treinamento. Todos tinham que fazer uma especialização qualquer. Não era só para treinar os soldados. Como já estavam prevendo a volta para o Brasil com o novo equipamento americano, eles tinham que ter oficiais da ativa bem treinados para poder instruir os soldados no novo equipamento. Tanto que davam preferência para mandar para a frente os oficiais da reserva que tinham sido convocados – o que nos chateava muito. Eles fizeram a seguinte suposição:

– Vamos poupar os da ativa, porque esses são permanentes. E vamos mandar os da reserva.

Então, criou-se assim um clima um pouco ruim... Os da reserva diziam:

– Estão vendo? Os da ativa ficam aí na retaguarda. E nós que somos da reserva estamos indo para as frentes de combate.

Com certa razão. E os comandantes também estavam com certa razão, porque queriam oficiais capazes de manejar esse armamento quando voltassem para o Brasil. Então, os oficiais da reserva lutaram muito. Escreveram até um livro muitos anos atrás, chamado *A febre: Força Expedicionária Brasileira da Reserva...* Engraçado! Qualquer coisa assim... Eles eram mandados para a frente e nós, inclusive, ficávamos chateados...

Eu lembro do Osnele Leite Martinelli. Esse é de direita, mas é muito meu amigo, por incrível que pareça... Servimos juntos lá no 23 BC em Fortaleza, depois embarcamos juntos para a Itália. Então, formou-se uma amizade muito grande. E uma simpatia mútua...

Chegou um momento em que eu e o Martinelli vimos que se não fôssemos para a frente, em vez de ficar dando instrução ao pessoal que estava lá no centro, nós não iríamos mais. Voltaríamos para o Brasil sem lutar... É verdade que depois a gente muda de pensamento, mas, na ocasião, para nós era um destoo: segundos-tenentes, mal saídos da Escola Militar, prontos para o combate, e não sermos mandado para a frente!... Então, eu e ele fomos pedir ao comandante da nossa unidade que, por favor, nos mandasse para lá. Nós precisávamos disso. Os oficiais da reserva estavam indo e nós não... Mas aí levamos uma daquelas! O coronel disse:

– Vocês não têm nada que ficar pedindo coisa nenhuma! Cumpram ordens. Retirem-se! Se tiverem que ir, receberão ordens. Estamos conversados, podem se retirar.

Voltamos e pensamos: “Não tem jeito não... Parece que não vai dar mesmo pra gente ir para a frente”. Não fomos... Depois, compreendi que todos os soldados que estavam lá – desde o general até o soldado raso – cumpriam uma missão. Para cada soldado que combate na frente tem que haver três na retaguarda para que ele possa combater! Soldados que estão fazendo parte de serviços e tropas auxiliares, senão ele não pode combater. Eu compreendi que a missão de quem estava na retaguarda, desempenhando diversas funções, era tão relevante quanto a daquele que estava atirando no alemão, lá na trincheira da frente. Porque nenhum dos dois poderia vencer a guerra se não tivesse a retaguarda: o da frente não receberia razão, munição, uniformes...

A gente que estava fazendo esse simples trabalho e que era bombardeada da mesma maneira que eles!

Os alemães bombardeavam... Quando chegamos lá, a aviação alemã já estava quase inoperante, porque eles transferiram tudo para a frente russa. Praticamente não havia bombardeio dos alemães na Itália. Mas compreendi que nós estávamos cumprindo uma missão. Não era preciso estar na trincheira para ser herói. Eu me senti herói na retaguarda também...

Aí acabou a guerra, nós voltamos. E um dia inesquecível foi o dia em que terminou a guerra. Houve o toque de vitória! A única vez na minha vida que ouvi o toque de vitória... Formatura geral, toda a tropa entrou em forma na nossa unidade, e depois o toque de vitória, que só é tocado uma vez ou nunca! Eu ouvi uma vez na vida...

Tinha terminado a guerra, os alemães tinham se rendido na Itália, na Europa. Continuou ainda a guerra no Japão... nós ficamos lá na Itália até setembro, aguardando a volta. Era tanta tropa! Dois Exércitos: o 5º Exército americano e o 2º Exército inglês. Um estava ao lado do outro, o primeiro à esquerda, o segundo à direita. A nossa divisão pertencia ao 4º Corpo do 5º Exército e estava praticamente no limite com as tropas do 2º Exército inglês. Era soldado que não acabava mais... E acabou a guerra...

Houve umas facilidades para visitarmos algumas cidades enquanto estávamos lá, aguardando a volta. Íamos numa viatura militar, em geral com quatro a cinco oficiais que tinham permissão para ir até Roma, digamos... ou ir até Paris e voltar. Porque em todo o itinerário tinha unidades militares do 5º Exército americano, não só de reabastecimento de gasolina como também de conserto, manutenção de viaturas... Então, não havia o menor problema. E, com a permissão timbrada da divisão brasileira e do 5º Exército, nós tínhamos passagem livre. Aproveitamos e fizemos um passeiozinho.

Nisso, tem uma parte mais ou menos triste da história... Enquanto nós estávamos no acampamento ninguém podia sair de lá, a não ser para cidades muito próximas. Assim mesmo era difícil. Viajávamos por dois dias, até Florença, por exemplo, que ficava na mesma linha. Lá, a gente viu a destruição causada pelos bombardeios... As pontes estavam todas destruídas, menos a Ponte Vecchia, que é famosa. E os quarteirões que davam para o rio também estavam todos bombardeados... Aquela destruição... La Spezia, que é uma cidade italiana no Mar Adriático, acho... não lembro... era uma base naval

italiana. Foi totalmente bombardeada! Nós passamos pela estrada e eles ainda não tinham tido tempo de fazer qualquer outra coisa. Então, os tratores tinham empurrado todos os destroços para poder abrir a estrada e as viaturas poderem passar. A gente só via escombros, de um lado para o outro, e isso ficou fotografado dentro da memória... Como era muito jovem, pensava que aquilo era mesmo a guerra... Foi ficando arquivado aqui... Outras coisas piores ainda aconteceram.

A maioria dos homens italianos estava no Exército da Alemanha, recuando, sendo transferida para a frente russa ou tinha caído prisioneira. Os homens estavam em campos ou tinham morrido, particularmente no norte da Itália. Muitos morreram lá, onde houve batalhas muito sérias e, depois, em toda a Itália. Então, homens em certas faixas de idade não se encontravam. Eram apenas crianças, adolescentes ou velhos.

Faltava tudo. Todo o sistema de distribuição de água, de energia, ficou alterado. Aos poucos eles foram reconstruindo. Em muitas cidades não tinha luz. Não tinha comida, porque os campos foram abandonados. Ninguém ficava lá por causa do perigo das minas explodirem. Muitos maridos das mulheres tinham morrido ou estavam prisioneiros... Consequência: a moral caiu a zero. A prostituição em todas as cidades com fome alastrou-se de uma maneira terrível! Era muito comum quando chegávamos numa daquelas cidades – em Florença e em Roma, particularmente – crianças de 10, 12 anos oferecerem a mãe ou a irmã por um pacote de cigarro americano. “Pacote cigarrate”, como eles diziam lá. Porque valia muito no câmbio negro e dava para se alimentar pelo menos por uma semana com um pacote de cigarros. Para comprar alimentos... elas se entregavam para obter comida. Tinha gente que conseguia ir com elas... não tinha jeito, não dava para ir. Essas coisas ficam arquivadas...

Então, as coisas da vida fazem com que essa parte que está arquivada fique meio apagada... Com o passar do tempo, particularmente com a velhice, as coisas começam a voltar. Então, a gente começa a lembrar de certas coisas e a se emocionar... Mas, quando a gente é jovem, recomeça a vida.

O meu contingente parece que foi o último a voltar da Itália. Eles fizeram uma ordem inversa: quem tinha chegado primeiro estava voltando primeiro e os que chegaram depois estavam voltando por último. O fato é que todas as recepções foram muito entusiastas. Eu me lembro que a Ave-

nida Rio Branco estava superlotada. Fizeram um arco de flores... e a Luizita estava também entre os assistentes! Esperando o primo... Foi uma festa em casa! Isso foi em setembro. O namoro apertou mesmo e nos casamos. Em dezembro ficamos noivos e em setembro do ano seguinte casamos.

Fui servir em Fortaleza. Só que nesse meio-tempo houve a deposição do Getúlio em 45. Então, nós tínhamos chegado da Itália exatamente onde fomos combater as ditaduras fascistas e muitos dos oficiais, pelo menos os de alto escalão, não estavam mais aceitando um governo ditatorial. Como era possível termos ido à guerra combatermos ditaduras e aceitarmos uma no país? Foi uma ditadura que, na minha opinião, fez coisas boas, mas também cometeu excessos pelo lado errado. De qualquer maneira, foi o Getúlio quem fez a legislação trabalhista. E foi quem fez muita coisa interessante, que ainda hoje ampara os trabalhadores. Ao lado disso, ele também fez outras coisas ditatoriais. E, na ocasião, a situação foi de tal forma que os militares chegaram da Itália e disseram:

– Não podemos mais continuar.

Eu era primeiro-tenente na época. Fui promovido na Itália. Ainda não pensava muito em política. Mas me perguntava como é que fomos para a guerra combater uma ditadura e ainda apoiávamos uma no país.

Quando houve a deposição do Getúlio eu ainda nem estava na tropa. Tinha voltado da Itália e eles deram férias mais prolongadas. Mais 15 dias, além das férias normais. Estava em casa, em férias. Não fui chamado para me apresentar nem nada. Era primeiro-tenente novinho ainda... Mas, de qualquer maneira, isso já começou a me dar um pequeno estalo. Será que isso era certo ou não? Era um ditador... Passou. Mas ficou arquivado.

Depois veio 54. Em 1954, eu já achava errado o que foi feito contra Getúlio, particularmente a campanha do Carlos Lacerda, que tinha sido do Partido Comunista, da Juventude Comunista, e depois tornou-se da direita. Ele fez uma campanha violenta contra o Getúlio, que tinha voltado eleito pelo povo. A campanha foi violentíssima... porque não é fácil fazer armações para poder resolver certos tipos de situações. Mas fizeram uma armação contra ele, que o levou ao suicídio. Nessa época já fiquei contrário... Virei e disse:

– Bom, eu sou contra isso. Essa não é a maneira de agir.

Eles iam dar o golpe. Mas ele foi adiado por dez anos. Ia ser em 54, eles queriam tomar o poder. Se fosse naquela época, talvez eu nem tivesse sido

perseguido porque não tinha ainda tomado posição definitiva. Mas, eu cá com os meus botões, achava que não estava certo esse negócio. Houve o suicídio...

Aí veio o Juscelino, que foi eleito. Ele tinha uma visão de industrialização do país, então o pessoal da esquerda começou a ficar mais para o Juscelino. Não sei definir exatamente qual o momento em que me encaminhei para uma posição mais à esquerda. Isso é muito difícil... Foi uma série de acontecimentos. Como disse, a guerra ficou arquivada, depois veio minha ida ao Egito.

Servia na Bahia, onde é o QG da 6ª Região Militar. Eu tinha terminado o curso de comando do Estado-Maior do Exército, que é aqui na Praia Vermelha. Temos duas escolas: uma é o IME, Instituto Militar de Engenharia, e a outra é a ECEME, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Uma fica em frente da outra. O curso da Escola de Comando é de três anos. Eu tinha terminado esse curso e fui designado para fazer o estágio no QG da 6ª Região Militar.

Em 58, 59 na Bahia, o Juscelino ainda era presidente, já tinha havido alguns antecedentes. No governo dele houve duas tentativas abortadas de golpe: Jacareacanga e Aragarças. Nos dois casos, particularmente, achei que eram sublevações militares que não tinham sentido, contra um presidente eleito constitucionalmente que tinha que terminar o seu mandato. Portanto, não cabia aos militares interferir. Muitos deles tinham vindo da Força Expedicionária. Engraçado é que o grupo pensante dela se dividiu em dois blocos: o que caiu para a direita e um menor, como sempre, que caiu para a esquerda. A maioria não pensante – não quer dizer que sejam burros – não queria se comprometer. Queria ter suas vidas, suas carreiras, chegar em casa e poder encontrar os filhos, a mulher, e não ter maiores problemas. Porque militar é fogo! Bobeou, está preso. Bobeou, houve movimento militar, o camarada está preso... Quem assume uma posição corre esses riscos... Então, quando assumi essas posições, dizia:

– Eu sei o que pode me acontecer! E não abduco da minha maneira de pensar.

Só que nunca fui filiado, nem ligado, ao Partido Comunista. Alguns companheiros militares foram ligados. Muitos já morreram... Nunca fui ligado ao Partido. Eu dizia a eles:

– Eu me reservo uma certa liberdade de ação, porque não sou de cumprir palavras de ordem que acho que não estão de acordo com a minha consciência.

Então, não agiria porque o governo da União Soviética, Stalin, o Partido Comunista ou o Comitê Central desse uma ordem e dissesse:

– Todos devem fazer isso.

Eu sou contra. Se não estiver de acordo com a nossa vivência no Brasil e o que está acontecendo aqui, não vejo por que cumprir palavra de ordem que vem de outro partido. E o Partido Comunista do Brasil cumpria exatamente as ordens que vinham do Partido Comunista Soviético. São essas coisas que começaram a atrapalhar. E isso aconteceu muito... Tenho a impressão de que eles estavam e eram totalmente obedientes a Moscou. Não como os da direita diziam:

– Estão a soldo de Moscou.

Não era isso... Mas prefiro não falar sobre a forma organizada como esses meus amigos militares comunistas atuavam...

A questão de os nacionalistas serem considerados comunistas foi principalmente durante a Guerra Fria. Tudo o que não estivesse com o pensamento dos Estados Unidos era porque estava com o outro lado. Se para os Estados Unidos não havia petróleo ou a Petrobras não era necessária, ou o petróleo não devia ser nosso, pronto: quem defendia o petróleo passava a ser logo do outro lado, comunista. Na verdade, não era nada disso. Muitos comunistas participaram da Campanha *O Petróleo é Nosso*, mas muitos não eram comunistas! Eram brasileiros, nacionalistas. E os americanos negaram, diziam que não existia petróleo no Brasil. E foi furar que apareceu! E tem muito.

É que as grandes companhias não têm interesse que haja superprodução de petróleo... Isso teve muito a ver com a Guerra Fria. Depois que ela terminou, eles, os militares de direita, estão defendendo muitos pontos de vista que defendíamos trinta anos atrás. Exatamente os mesmos. Fomos chamados de subversivos por eles, que hoje defendem as mesmas coisas! Sem a Guerra Fria eles não podem ser acusados de estarem do outro lado. Agora são nacionalistas do Brasil contra o imperialismo americano. Taí no Clube Militar, cujo atual presidente foi um dos homens do golpe, o General Ibiapina. Estamos na reserva, então não tem problema... Ele está com oitenta e poucos anos, é meu conterrâneo.

Quando já estava saindo da Bahia para voltar para o Rio, recebi o convite para ir para a Força de Emergência das Nações Unidas. Se bem que

fiquei na dúvida se ia ou não, porque estava separado da família... Afinal, resolvemos que sim.

Eu estive na Faixa de Gaza, no Batalhão de Suez. Era major na época, e o ministro da Guerra era o famoso General Lott. Ele só mandava para o exterior por classificação. Não abria mão do critério. Outros mandavam quem era “peixinho”, filho do fulaninho, conhecido. Mas com o Lott era só por classificação:

– Precisam de adidos militares? Onde? Vai por classificação.

E precisavam de oficiais para esse contingente, o sexto, para ir ao Egito. Foram à relação dos resultados dos cursos da Escola Militar, Escola do Estado-Maior... E fui convidado. Estava na Bahia fazendo um estágio. Tinha terminado a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército e estava lá, até separado da minha esposa porque ela trabalhava aqui no Rio de Janeiro. Como o que só eu ganhava não dava, fizemos um arranjo: ela ficou aqui e eu lá. Pelo menos uma vez por mês ela ia lá ou eu vinha para cá. Foi um ano e meio um tanto atribulado. Quando veio o negócio de Suez, eu disse a ela:

– Puxa! Vou aceitar isso... mas um ano e tanto separados! Vamos outra vez nos separar?...

Depois comecei a pensar e vi que ia ganhar em dólar, receber uma comissão maior... Daria para fazer um pé de meia... Afinal, não deu para nada porque a inflação comeu tudo. Mas acabei indo, em fins de outubro de 1959, para o Egito. Em meados de novembro, chegamos lá.

O que eu vi no Egito... e ainda tivemos oportunidade de conhecer alguns outros países do Oriente Médio, a Síria, o Líbano e a Jordânia... nós vimos a miséria daqueles povos árabes. E vimos, do outro lado, a opulência israelense, totalmente financiada pelos norte-americanos. Os judeus americanos são muito ricos... eu não tenho nada contra o judeu, racialmente falando. Mas a maneira como eles agem lá contra os árabes é a mesma pela qual eles sofreram antes com os alemães e, se recuarmos mais em outros tempos, com os assírios, com os babilônios... e estão fazendo com os árabes a mesma coisa. Achar que a terra é deles porque está escrito num livro! Se for nessa base, imaginem como é que vai ser se a terra tiver que estar com quem ocupou primeiro, já que todo mundo a ocupou alguma vez? Quem ocupou primeiro a França? Foram os gauleses, os germânicos, os bretões? Vai ser um troca-troca que não vai acabar nunca mais... Eles têm que se harmonizar e viver em paz e não em guerra...

A missão da Força de Emergência era única e exclusivamente oficial. Tinha a linha de armistício na Faixa de Gaza. A guerra irrompeu e depois houve um “deixa-disso”, um “vamos acabar com a guerra”, em que os americanos praticamente impuseram um cessar-fogo. Ali houve uma demarcação: israelenses pra cá, palestinos pra lá. Então, a nossa missão era fiscalizar a linha de armistício. E, se por acaso algum dos dois agredisse, cabia à força de emergência assinalar quem foi o agressor. Não nos cabia entrar em confronto com eles nem impedir coisa nenhuma! Nós não tínhamos armamento para isso. Não fomos para lá com armamento pesado, mas praticamente só com o pessoal. O armamento um pouquinho mais pesado foi todo recolhido. No início levaram, mas depois houve ordem para recolhê-lo, porque não era missão entrar em combate com nenhum dos dois. Era só assinalar quem iniciou a agressão e em que ponto da fronteira. E não fazer mais nada, apenas esperar ordens.

Nossa força eram cerca de seis mil homens. Eu até tenho uma lembrança que eles vendiam ou ofereciam para os integrantes da Força Expedicionária. Um prato decorativo, pintado com os símbolos do batalhão brasileiro, canadense, colombiano, dinamarquês, sueco, indiano, indonésio, iugoslavo e norueguês. Os dinamarqueses e os noruegueses formavam um batalhão conjunto. O batalhão indiano era pomposo, *sikh*, com aqueles turbantes... foi o único batalhão que resistiu, porque a ordem era não lutar, mesmo que os israelenses atirassem. Mas eles atiraram porque houve muitas mortes nesse batalhão. Eu voltei muito antes disso, fui no início da missão. Então, eram uns seis batalhões, seis mil homens, mais os órgãos de comando e os de apoio logístico. Era uma missão de paz.

A Luizita apoiou minha ida e, inclusive, esteve lá. Ficou no Cairo com mais duas esposas de outros oficiais. Passou seis meses. Nós três nos reunimos e alugamos um apartamento no Cairo, ou melhor, elas alugaram e ficaram as três lá. Depois de seis meses, ela teve que voltar. Primeiro porque os meninos estavam aqui na casa dos avós. E tem mais: eu estava na Faixa de Gaza, que ficava a quatrocentos quilômetros de distância de onde ela estava. A gente ia quando podia. Foi um ano meio complicado...

Nós vivíamos cercados de arame farpado. Em volta dos acantonamentos dos batalhões era tudo assim. Não tínhamos muito contato com a população local. Nós víamos os beduínos passando com os camelos... pare-

ciam cenas da época de Cristo. Aqueles turbantes, aquele areal, o deserto... estávamos na fímbria do deserto. Ele começava exatamente ali. A gente olhava para o lado e era deserto a perder de vista... Às vezes vinham grupos de beduínos fazer compras na cidade de Haifa, uma cidadezinha que ficava bem perto de onde estava o comando do batalhão. As companhias se distribuíram ao longo da linha de armistício. Tinha os postos de observação, onde o pessoal ficava de binóculo, armado... mas não para agredir. Apenas fazendo a vigilância da linha, que à noite era reforçada, com patrulhas de um pelotão a outro, e mais uma ronda para verificar se o patrulhamento estava sendo feito corretamente.

Era uma vida meio insossa porque não tinha muitos acontecimentos. A não ser raríssimos combates aéreos entre aviões israelenses e egípcios e uma ou outra mina que explodia, pois eram milhares e milhares de minas espalhadas no deserto. Às vezes um camelo pisava e:

– *Pufffff!*

Explodia. Às vezes, até viaturas... Nos primeiro, segundo e terceiro contingentes houve acidentes com minas. Como o meu já era o sexto e foi um ano depois da guerra, do ataque, ainda explodiam minas. Mas não perto das estradas, era mais perto das areias. Até que terminou o nosso tempo e voltamos. Foi um tempo um pouco difícil, eu senti uma falta tremenda da família... Daquela vez fiquei mais convicto de que o sistema reinante no mundo não era o melhor. Então, o Egito foi uma experiência... E muito provocado pela Luizita também. Porque ela sempre esteve na minha frente em termos de ideias.

Na Bahia encontramos alguns oficiais, porque estava fazendo Estado-Maior lá imediatamente antes da minha ida ao Egito, que eram de uma posição mais à esquerda. E que já começaram a influir também. Com a ida ao Egito, pronto. Aí me defini.

Em março de 61, nós estávamos embarcando de volta ao Brasil. Nessa época já estava começando a haver uma movimentação, uma perturbação, particularmente quando, poucos meses depois da minha chegada ao Brasil, o Jânio renuncia. A renúncia do Jânio trouxe imediatamente um impasse. Porque ele era presuntivamente da confiança dos militares de direita. Com a renúncia, houve um problema enorme porque o vice-presidente era o João Goulart, que eles não queriam de forma nenhuma! Tinham horror a ele! E estava exatamente numa visita à China comunista quando o Jânio renunciou.

E eles fizeram uma tentativa de impedir a posse dele, o vice-presidente legal, eleito pelo povo e, portanto, quem tinha que assumir. Eu me posicionei imediatamente, não deixei dúvida nenhuma, e todos já começaram a notar. Acho que aí comecei a ser marcado, porque antes nunca tinha ligações com partido, nem política... Muitos já estavam anotados porque tinham um passado. Eu não tinha um passado. Tanto que fui convidado para ser instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior, que era um dos centros da elaboração do golpe de 64!

Nessa época, em 61, houve quase que um confronto. O 3º Exército do Rio Grande do Sul, juntamente com o Brizola, que fez a Campanha da Legalidade, posicionou-se a favor da posse do João Goulart. Sobre essa história existem livros aos montes. Uns dizem que o Jânio renunciou, mas que esperava voltar... têm várias teorias sobre esse problema da renúncia. O fato é que, se foi isso, não deu certo. E o Jango ia ser empossado mesmo. Aí os militares de direita resolveram impedir, inclusive alguns da Aeronáutica ameaçaram atacar o avião em que ele voltava da China! Se é verdade, não sei... Mas constava, na época, que havia alguns da Aeronáutica que estavam dispostos a atacar o avião que trazia o vice-presidente. Houve um deixa-disso...

O Congresso acabou aprovando o parlamentarismo para o Jango poder assumir. Mesmo porque as tropas já estavam uma em frente à outra. O 3º Exército tinha avançado até a fronteira do Paraná com São Paulo e as tropas que obedeciam ao comando da direita estavam convocadas. Briga ou não briga? Faz-se ou não a batalha? Não houve batalha nenhuma porque o Congresso votou o parlamentarismo e, nessas condições, eles deixaram o Jango assumir. Logo depois, veio o plebiscito para a volta ao presidencialismo. Foi favorável ao Jango, houve uma margem enorme de votos, e ele passou a ser presidente não mais parlamentarista, mas sob o regime presidencialista. Aí se iniciou a contagem imediata para o golpe. Começaram a trabalhá-lo mesmo...

Nesse tempo, eu tinha chegado do Egito e estava servindo no quartel-general da 1ª Região Militar, no antigo Palácio da Guerra, na Praça Duque de Caxias, onde está o atual comando militar Sudeste e também o da 1ª Região Militar, com outros órgãos militares. Imediatamente, entrou-se em prontidão. Era prontidão em cima de prontidão. Todo mundo armado... Os oficiais conversavam e eu dizia:

– Eu acho que o Jango deve assumir, constitucionalmente. Está na Constituição. Se nós somos os primeiros a desmanchá-la, então acabou tudo...

– Ah! Mas o Jango é isso...

– Das duas, uma: cumpre-se a Constituição ou seremos rebeldes.

Naturalmente, já pensaram: “O Arraes tem ideias um pouco estranhas...”. Mas, apesar disso, ainda fui convidado, no final do ano de 61, para instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Modéstia à parte, só são convidados para essa função os oficiais que eles acham que são de alto nível, porque vão preparar oficiais de Estado-Maior. E eu fui. Não sei se porque eles ainda não tinham algo contra mim ou se foi por segundas intenções. O fato é que passei um ano como instrutor.

Mas o Jango estava se firmando e precisava de oficiais de maior confiança para servir em órgãos ligados à presidência da República, não só no Gabinete Militar como na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança. Foi aí que fui convidado para esse último órgão e aceitei. Passei lá o ano de 63. Em agosto desse ano fui promovido a tenente-coronel.

Terminou o ano de 63... Houve alguns problemas dentro do próprio Conselho de Segurança Nacional... Sobre esse assunto de Segurança Nacional eu não posso falar... E, por fim, houve o golpe.

O golpe já estava em marcha quando houve uma ligação telefônica da Base Aérea de Santa Cruz para a Secretaria. E, por incrível que pareça, quem estava na linha era o hoje Brigadeiro Rui Moreira Lima. Quem atendeu esse telefonema fui eu. Mas essa conversa só pode ser relatada se ele não se incomodar. Ele pode até contar, porque deve se lembrar...

Afinal, eles conseguiram dar o golpe.

No Conselho de Segurança Nacional nós, oficiais que tínhamos um pensamento mais progressista e de esquerda – para mim essas palavras perdem um pouco o significado porque ficam muito batidas e não dizem muito da essência –, achávamos que as Reformas de Base eram profundamente necessárias. A Secretaria era um órgão não somente de busca de informações como de assessoramento da presidência da República via Gabinete Militar, que era em Brasília. Já o Conselho era aqui no Rio, em cima da Casa da Borracha, ali na Rua Uruguaiana. Agora está tudo em Brasília.

Nessa ocasião, nós achávamos que havia grandes probabilidades de serem feitas as reformas, pois havia um apoio grande da população... Mas eles

começaram a preparar o golpe muito bem. Fazendo as tais marchas com Deus, pela Família... E a classe média foi aderindo a eles... inclusive, eles detinham os blocos de informação, particularmente a Rede Globo, como sempre. Agora, tentam dar a impressão de que não é assim, mas é a mesma. E começaram a difundir essas ideias preconcebidas de que se os comunistas tomassem o poder iriam comer criancinhas no espeto; os negros da favela iriam estuprar as jovens grã-finas de Ipanema; os camponeses iriam tomar as terras, coisas desse tipo... E, particularmente, a classe média se assustou. A classe alta não tem muito desses pruridos, ela sabe das coisas. E a classe menos intelectualizada, que não sabe nada, é espoliada permanentemente e continua até hoje assim...

Mas eles conseguiram incutir esse medo e a coisa reverteu, principalmente quando houve o comício da Cinelândia, o primeiro. Nesse até estávamos fortes, foi interessante... Depois veio o comício da Central do Brasil. Quando houve algumas coisas naquele comício, sei que saiu um documento do Conselho alertando a presidência da República para que não fizesse outro daquele tipo, que seria por fim o estopim... Aí veio o do Automóvel Clube. Nisso, nós mesmos, eu e outros companheiros mais para a esquerda, dissemos:

– Acabou-se. Não temos mais saída. Nós não temos mais sustentação. Eles vão dar o golpe.

Porque se quebrou a hierarquia militar. Quando isso ocorreu, com o episódio dos marinheiros e dos fuzileiros navais, pronto.

Tinha um honroso oficial, que já faleceu, estávamos até no parque da cidade, tínhamos ido lá para espairer, pensar, ouvíamos um radiozinho:

– Pronto, acabou. Agora eles vão dar o golpe mesmo, não tem mais saída. E nós não temos mais condições de impedir.

Mesmo os comandos que estavam comprometidos, que nós tínhamos confiança, com a quebra da hierarquia... é fogo. E o Jango cometeu essas coisas sem necessidade nenhuma, alertado:

– Não faça mais isso... Não vai dar mais. Isso é um assunto sério. As Forças Armadas são uma coisa muito complicada.

E eles deram o golpe. E estamos até hoje nisso...

Em 64, todos fomos presos. Fui reformado. Deu num jornal que não lembro qual, mas tenho um recorte pequeno dele:

Reformados – O Sr. Miguel Alfredo Arraes de Alencar foi reformado no posto de tenente-coronel do Exército em decreto assinado pelo Presidente da República, com fundamento no artigo 7º – primeiro parágrafo – do Ato Institucional.

26 de agosto de 1964

Alguns militares e, particularmente, civis foram mortos. Lideranças do interior do país foram liquidadas sumariamente. Cerca de quatrocentos a quinhentos oficiais foram presos, das três forças: Exército, Marinha e Aeronáutica, em vários lugares do país. E eles começaram a nos concentrar aqui no Rio de Janeiro. Prenderam logo, inicialmente, com medo de que houvesse alguma reação.

– Antes que haja qualquer coisa, prendam esse pessoal.

Só que no meu caso foi o contrário. Porque no dia 31 de março, aliás em 1º de abril, quando se confirmou o golpe – eles nunca dizem porque esse é o Dia da Mentira –, o secretário-geral, que era um coronel, chamou os oficiais todos e disse:

– Vocês vão para casa e aguardem ordens.

Realmente vim para casa, aguardando ordens. Um belo dia, chegam dois oficiais, meus colegas da Escola de Comando do Estado-Maior, em uniforme de campanha, armados:

– Oi, Arraes... Olha, nós viemos aqui para dizer que você está convocado a ir para o 1º Exército, lá eles estão precisando de oficiais...

Eu conhecia os dois. Perguntei:

– Vem cá: eu estou sendo preso ou não? Se estiver sendo preso, me digam logo porque vou pegar um pijama, pasta de dentes, essas coisas...

– Não, Arraes! O que é isso? Eles estão precisando de oficiais... Vai te uniformizar...

Botei o uniforme. Lá fomos nós para o 1º Exército, onde me apresentei ao coronel de cavalaria, que disse:

– Aguarde aí que vou ver...

Fiquei esperando bem uns vinte minutos. Daqui a pouco ele voltou:

– Coronel, lamento dizer que você está preso por ordem do ministro da Guerra. O senhor aguarda que um oficial vai escoltá-lo.

Foi designado o meu colega de turma, que não sabia que era eu que ele iria escoltar! Pediram para ele:

– Você vai escoltar um oficial que está lá fora. Se prepare.

Ele veio para fora, tinha vários oficiais. Ele me viu e disse:

– Oi, Arraes!...

Me deu um abraço...

– Ih! É você que vou escoltar?!

– Você não recebeu ordens para isso? Cumpra a ordem. Estamos cumprindo ordens. Não somos soldados? Então cumpra...

– Mas logo com você!... Não é possível...

O nome dele era Lincoln. Ele é um cara gozadérrimo! Eu o encontro às vezes nos almoços de turma do Clube Militar... Antes eu não ia. Depois de 64, passei anos sem querer contato nenhum! Com o tempo, cheguei à conclusão de que não era vantajoso. Muito pelo contrário... E que essas coisas vão passando... A não ser alguns casos de oficiais realmente sem caráter, a maioria cumpria ordens ou acreditava naquilo! Como eu acreditava na minha maneira de pensar, eles acreditavam na deles. Uns eram por leviandade, incapacidade ou porque eram maus-caracteres mesmo... Mas eram poucos. A maioria era porque achava que estava certa, assim como nós. E, com o tempo, particularmente depois da Anistia, passei a ter mais contato. Ultimamente tenho ido aos almoços de turma no Clube Militar lá na sede da Lagoa. E encontro a turma lá...

Mas esse meu amigo me levou escoltado. Toda vez que ele me vê num almoço, diz:

– Mas você já me perdoou?...

– Mas Lincoln!... Isso já passou há tanto tempo! Você estava cumprindo ordens...

– Então me dá um abraço!

Dou o abraço... Nós éramos soldados, estávamos cumprindo ordens. Mandavam fazer, nós tínhamos que fazer. Ele não tinha nenhuma posição à esquerda ou à direita. Era apenas um oficial que cumpria ordens. Os que tinham posições definidas é que eram fogo! Aí estavam mesmo assumindo a coisa...

A prisão estava cheia de oficiais. Tinha desde tenente até coronel. Foi a primeira quebra da hierarquia: misturar oficiais superiores com subalternos, como nós chamamos. Subalternos no sentido de que são de patente inferior. Procuramos passar o tempo da melhor forma possível. Inclusive, fizemos

uma escala de conferências. Alguns oficiais falaram sobre vários temas. No meu caso, falei sobre Suez, Egito, a missão da Força de Paz. Tinha os que entraram meio em pane e os que não perderam a energia. Sabiam que aquilo era passageiro e que tinham que tocar para a frente.

Depois de dois dias no CPOR, eles pegaram alguns desses que acharam mais perigosos, pelo nome, pelo posto ou função que desempenhavam, e mandaram para a Fortaleza de Santa Cruz. Eu fui um deles. Lá foi a mesma papagaiada. O comandante da Fortaleza mandou revistar as malas para ver se não tínhamos trazido alguma arma ou aparelho de rádio. Eu tinha levado o meu, pensei que não havia problemas: confiscaram. Era para não ouvir notícias. Ficamos isolados. Não podíamos ouvir notícias pelo rádio nem ler jornais. Mas, como tinha gente nossa lá, às vezes aparecia embaixo da porta do alojamento um jornal... particularmente quando saiu a transferência para a reserva. No dia 6 ou 11 de abril, saiu o Ato Institucional transferindo para a reserva. Nós ficamos presos mais 45 dias. Depois voltei para o CPOR e acabaram nos mandando para casa, liberando, passando antes para o Estado-Maior para apresentação. Ficou por aí.

Quando chegou mais para o fim do ano – não sei se foi agosto, setembro –, resolveram fazer os inquéritos, os IPMs, sobre atividades subversivas na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Eu e vários outros oficiais que serviram lá fomos incluídos para sermos ouvidos no inquérito, para averiguações. Um coronel fez o inquérito, e na época meu nome chamava muito a atenção: Miguel Arraes. Eu sou Miguel Alfredo Arraes de Alencar, e meu primo, governador de Pernambuco na época e atualmente, é Miguel Arraes de Alencar. Por isso havia confusão: “Sobral avistou-se com Arrais na Fortaleza de Santa Cruz”, saiu, por exemplo, no *Jornal do Brasil*, 6 de abril de 1965.

Esse não sou eu, é ele. Nós dois fomos presos lá. Só que coincidiu que, quando eu estava respondendo ao processo, depois de um ano ele conseguiu um *habeas corpus*, através do Sobral Pinto, e veio para o Rio. Foi aqui que soube que iria ser preso outra vez de qualquer maneira e aí se exilou...

De vez em quando divulgavam: “O governador de Pernambuco, Coronel Arraes...”. Uma nota do *Jornal do Brasil* de 17 de abril de 1964 publicou: “Homônimo. O Tenente-Coronel Miguel Arrais que foi transferido para a reserva, na lista de expurgo das Forças Armadas, não é o ex-Governador

Miguel Arrais, mas um sobrinho seu. O ex-Governador é civil e agrônomo”. Além de o nome estar errado, virei sobrinho em vez de primo... Não era eu nem ele. Resultado: as perguntas foram as mais idiotas possíveis. Não tinham nada a ver com as atividades da Secretaria. Eram perguntas de pesquisa para ver o pensamento ideológico da pessoa. No fim, como era de esperar, tendo em vista meu nome, o tal coronel me indiciou. Assim me caracterizaram no processo:

[...] o acusado, que professava a ideologia marxista-leninista, vinha servindo desde Abril do ano próximo passado na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, local em que de há muito procurava doutrinar alguns sargentos, especialmente aqueles que lhe eram diretamente subordinados **incitando-os à desobediência** à autoridade e subordinação militar, visando, assim, aliciá-los para a prática de atos de caráter subversivo...

Certidão de 25 de maio de 1965, emitida pelo Poder Judiciário,
Justiça Militar, Auditoria com a sentença de absolvição do crime
previsto no artigo 134 do Código Penal Militar.

Então, foi para a Auditoria e respondi um processo. Meu advogado foi o Evaristo de Moraes Filho, que já morreu. O Evaristo era um excelente advogado...

Aqui tem uma série de recortes de jornais que falam de mim na época. Minha neta leu essas reportagens, organizou-as e escreveu, quando tinha 16 anos:

Querido avô, este é um presente para você e fazê-lo foi um grande presente para mim. Li todos esses artigos e só aumentou o carinho que sinto por você. Admiro sua coragem, sua hombridade, sua força. Que bom que estamos conseguindo passar pelas provas que a vida nos oferece. Eu te amo, coronel. Com carinho, Mariane.

Auditoria qualificará primo-irmão de Arrais

O Tenente-Coronel R/1 Miguel Alfredo Arrais de Alencar (primo-irmão do ex-Governador de Pernambuco, Sr. Miguel Arrais) será qualificado pelo Conselho Especial de Justiça da 1ª Auditoria de Guerra, no próximo dia 21, a partir das 13 horas, como incurso no Artigo 134 (incitamento à indisciplina) do Código Penal Militar. [...] O sr. Miguel Alfredo Arraes de Alencar foi denun-

ciado pelo promotor Eudo Guedes Pereira porque “apoiava todas as atividades subversivas do governo Goulart”. Ele servia na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, órgão diretamente vinculado à Casa Militar da presidência da República.

Jornal do Brasil, 16 de outubro de 1964.

Primo de Arrais vai ser qualificado na Auditoria [...]segundo o Promotor, “incitava à desobediência e à insubordinação militar os subalternos que serviam sob suas ordens, principalmente sargentos”.

Jornal do Brasil, 21 de outubro de 1964.

Depoimentos

Depondo na 1ª Auditoria, o 2º sargento Augustinho Felipo, relacionado como testemunha no processo que envolve o ex-coronel Miguel Alfredo Arrais de Alencar, primo do ex-governador de Pernambuco, declarou que durante o tempo em que trabalhou no Conselho de Segurança Nacional, sob as ordens do então major Arrais, este tentou doutriná-lo no socialismo-marxismo.

O sargento Felipo disse que, apesar disso, o então major Arrais afirmava sempre que o Brasil necessitava de sofrer modificação em seu regime político, passando da democracia capitalista para o socialismo. O capitão Krueel, a seu turno, disse que por diversas vezes ouviu do sargento Felipo a afirmativa de que o major Arrais queria doutriná-lo, sem contudo recomendar a prática de indisciplina ou subversão.

Tribuna, 28/29 de novembro de 1964.

Defesa de Coronel feita por General

O general R/I Rui Alencar Nogueira, testemunha de defesa do tenente-coronel Miguel Alfredo Arraes de Alencar – primo do ex-governador Miguel Arraes – que responde a sumário de culpa por acusações de incitamento à indisciplina e aliciamento de militares, prestou depoimento, ontem, na 1ª Auditoria de Guerra, afirmando que seu primeiro contato com o acusado ocorreu quando era instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e também quando instrutor da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, “onde o acusado recebeu elogios do atual presidente da República, pela sua bravura, inteligência e brilhante carreira”.

Ideologia: Disse, ainda, o general Rui Alencar Nogueira, que em 1961 serviu junto com o cel. Arraes no Quartel-General da 1ª Região Militar desconhecen-

do que o acusado professasse a ideologia marxista-leninista e jamais ouviu qualquer comentário em ambiente militar sobre incitamento à indisciplina ou subversão. No mesmo sumário depôs o sargento Manoel de Carvalho que afirmou ter servido com aquele oficial na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, desconhecendo, também, as acusações de doutrinação e subversão. O suboficial Pedro Paulo Freire confirmou as declarações do sargento Manoel de Carvalho.

Correio da Manhã, 30 de outubro de 1964.

Sobrinho de Arraes vai a julgamento especial

O Conselho Especial de Justiça da 1ª Auditoria da 1ª Região Militar julgará, amanhã às 13 h, o ex-tenente-coronel Miguel Alfredo Arraes de Alencar – primo do ex-governador Miguel Arraes – que é acusado de incitamento à indisciplina, quando servia no Conselho da Segurança Nacional.

O promotor Eudo Guedes Pereira, nas suas razões finais, solicitou ao Conselho que “fosse feita justiça ao acusado, pois não tinha firmado convicção de que o réu tivesse realmente cometido a infração pela qual vai ser julgado”.

As primeiras testemunhas que depuseram no processo [...] não caracterizaram, em seus depoimentos, os delitos de subversão de que o réu era acusado. A Justiça Militar arrolou novas testemunhas para depor no novo julgamento. [...]

O ex-tenente-coronel Miguel Arraes será o primeiro militar acusado de subversão, após a revolução de 31 de março, a ser julgado. Durante o sumário de culpa foram ouvidas 7 testemunhas de acusação e três de defesa, arroladas pelo advogado Evaristo de Moraes, sem que ficassem provadas as acusações formuladas no IPM. [...] “o indiciado [...] não escondia a ideologia que professava, o marxismo-leninismo, e apoiava as atitudes subversivas do governo deposto. Vinha de há muito procurando doutrinar alguns sargentos, particularmente os que trabalhavam sob suas ordens, incitando-os à desobediência às autoridades e à insubordinação militar, visando com isso aliciá-los para as atividades acima referidas”.

Correio da Manhã, 4 de abril de 1965.

Absolvido primo de Arraes: 4 x 1

No primeiro julgamento de militar expulso das fileiras do Exército pelo Ato Institucional, o Conselho Especial de Justiça da 1ª Auditoria Militar absolveu, ontem, por 4 votos contra 1, o ex-tenente-coronel Miguel Alfredo Arraes de Alencar – primo do ex-governador Miguel Arraes –, que fora denunciado no IPM do Conselho de Segurança Nacional, pelo crime de aliciamento, que prevê a pena de 2 a 7 anos de reclusão, conforme artigo 134 do Código Penal Militar.

Durante a defesa o advogado Evaristo de Moraes Filho declarou: “Os adversários políticos não devem ser levados ao banco dos réus, porque só a história é que julgará a eles e a nós. Condenar o inimigo depois de vencido é um ato de vingança que não ocorre nem mesmo após as guerras, não se concebendo que venha a ocorrer entre patriotas, só porque pensam de maneira diferente”. [...]

Defesa: Explorando a falta de provas do Ministério Público para pedir a condenação, o advogado Evaristo de Moraes Filho declarou que o coronel Arraes, em 24 anos de serviços prestados ao Exército, iniciando sua carreira como aspirante combatendo na FEB, recebeu 63 elogios, sendo que na Força Expedicionária foi ressaltada a sua bravura e competência. No Regimento Sampaio, onde serviu depois da guerra, foi elogiado pelo comandante Augusto Magessi Pereira por sua “lealdade, energia e capacidade”. Na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais obteve a menção “muito bem” ocupando o cargo de instrutor, convite que se repetiu quando concluiu o curso da Escola de Comando do Estado-Maior, tendo recebido do comandante, general Jurandir de Bizarria Mamede, o seguinte elogio: “O major Arraes instrutor de infantaria conduziu as aulas com grande objetividade, alta competência profissional, caráter firme e nítido que o fez um excelente oficial do Exército”.

Socialista: Disse ainda o advogado que “o principal erro deste processo foi ter sido começado, pois nas acusações máximas nada se apurou nesta causa além de que o cel. Arraes tinha ideias socialistas, fato que nunca escondeu, e neste caso passou a ser ele um adversário em potencial do espírito da revolução de 1º de abril”. Após outras considerações, afirmou a defesa que “não se deve confundir ideias socialistas com bolchevistas e comunistas, pois, como consta dos autos, no depoimento do cel. Sá Martins, testemunha de acusação, Arraes por mais de uma vez lhe havia declarado que temia a enorme diferença entre as riquezas de poucos e as misérias de muitos, como a causa que poderia levar o País ao comunismo, doutrina que nunca aceitou”. Adiantou, chamando a atenção do Conselho, que “apesar da revolução de abril o Partido Socialista Brasileiro não foi fechado e os seus representantes continuam na Câmara e nas Assembleias. Como se pode condenar alguém apenas por ser socialista”.

Decisão: Após o julgamento o Conselho Especial de Justiça ficou reunido secretamente durante duas horas, a fim de proferir a seguinte decisão: “O Conselho [...] após minucioso exame de todos os elementos e circunstâncias reunidas no processo, resolve, por maioria de votos, 4 a 1, julgar improcedente a denúncia, para absolver o acusado tenente-coronel R-1 Miguel Alfredo Arraes de Alencar, da imputação que lhe é feita, face a carência de subsídios probatórios comprovando atividades criminosas...”.

Correio da Manhã, 6 de abril de 1965.

Ex-Coronel Arraes absolvido por 4 x 1

[...] “Como se pode condenar alguém por ser socialista?”.

Diário Carioca, 6 de abril de 1965.

Auditoria Militar absolveu primo de Arraes julgado por subversão

O sumário de culpa do primo do ex-governador Miguel Arraes, iniciado após a Revolução de 31 de março, foi o primeiro dos processos revolucionários de subversão a chegar ao fim, na área das auditorias do Exército.

O Jornal, 6 de abril de 1965.

Livre o Coronel Arraes

“Não há motivo para recorrer da sentença, uma vez que não pedi a condenação do acusado” – declarou, esta manhã, o Promotor Eudo Guedes Pereira, referindo-se à absolvição, ontem, por 4 votos contra 1, [...] do Tenente-Coronel Miguel Alfredo Arraes de Alencar [...].

Emoção: Ouviu o Tenente-Coronel Miguel Alfredo, sem esboçar qualquer reação, a leitura da sentença que o declarava livre da acusação. À saída, entretanto, emocionou-se, ao ser efusivamente abraçado.

Última Hora, 6 de abril de 1965.

Auditoria da absolvição ao ex-Cel. Arraes.

Tribuna, 6 de abril de 1965.

Ten.-Cel. Miguel Arrais foi absolvido por 4 x 1

Faltaram provas.

Jornal do Brasil, 6 de abril de 1965.

Revisão

O Conselho de Justiça da 1ª Auditoria Militar absolveu, ontem, o ex-tenente-coronel do Exército Miguel Alfredo Arraes de Alencar.

Julgando, o Tribunal Militar não levou em consideração as confessadas convicções socialistas do acusado, pois ser socialista não é crime; e se fosse, a polícia brasileira deveria prender, no caso de uma eventual visita oficial, o primeiro-ministro de Sua Majestade Britânica.

Por outro lado, o Tribunal Militar julgou improcedente a denúncia de atos subversivos que o acusado teria praticado. Verificaram os juízes que o ex-tenente-coronel nunca conspirou contra as autoridades constituídas e contra o regime democrático.

Por todas essas razões o Conselho de Justiça absolveu o acusado, que não será punido.

Mas acontece que o ex-tenente-coronel Miguel Alfredo Arraes de Alencar já foi punido e já está punido: perdeu sua patente, foi expulso do Exército e foram-lhe cassados os direitos políticos. Sua excelente folha de serviços, atestada por generais insuspeitos, não salvou da condenação em nome do Ato Institucional, que ontem, pelo Tribunal Militar, foi, pela primeira vez, desautorado.

Assistimos, neste momento, a uma polêmica curiosa: generais guerreando entre si, para saber quem conspirou mais do que o outro. Enquanto isso, um oficial superior é denunciado, acusado e punido por não ter conspirado. É uma inversão dos conceitos que põe em perigo a própria noção de disciplina militar. Punir um militar por ele ter sido disciplinado é um erro, cuja retificação o tribunal militar, ontem, iniciou.

A discrepância entre a sentença judicial de ontem e os atos administrativos praticados em nome do Ato Institucional abre caminho para a revisão destes últimos.

Correio da Manhã, 7 de junho de 1965.

Promotor não apelará contra primo de Arraes

[...] A partir dessa data o promotor terá 5 dias para a apelação, mas não a fará pois antes do julgamento pediu justiça pois não encontrou no processo provas para a condenação.

Correio da Manhã, 11 de abril de 1965.

Absolvição pública para Coronel Arraes.

Correio da Manhã, 23 de abril de 1965.

Então, como pode ser visto por esses recortes de jornais, o meu “grande crime” era ser socialista... Esse mesmo promotor que fez a denúncia, o inquérito, no fim, pediu justiça. Quando o promotor pede justiça para o réu é porque considera que não houve crime. Normalmente, quando termina, pede uma pena, ou a condenação. Ele pediu justiça. E, realmente, fui absolvido por quatro a um. Houve um coronel – acho que da veterinária ou farmacêutica – que nunca tinha conhecido na minha vida, que me condenou. Eu fui absolvido por quatro a um. Era um Conselho Especial para condenar oficiais superiores. Tinham que ser quatro oficiais de postos superiores ao

meu, mais o auditor, que era civil. Quatro coronéis, porque eu era tenente-coronel. Então, eram cinco. Esse coronel votou pela condenação a dois anos e os outros me absolveram. Eles tentaram recorrer ao Superior Tribunal Militar, mas não puderam porque é o promotor que requer. E ele disse que não podia requerer porque tinha pedido justiça, ou seja, a absolvição. Assim, não foi ao STM e fui absolvido mesmo.

Ao todo fiquei preso 45 dias... A única hostilidade ou violência que sofri consistiu no fato de que em frente ao nosso alojamento tinha um outro prédio e, em cima dele, tinha uma metralhadora visível, com um pente de balas, apontada para nós por um soldado que ficava lá. Isso para impedir uma possível fuga... Naquela área, nós não podíamos sair de determinado limite. Até podia jogar voleibol e o que se quisesse ali.

Nos primeiros dias estava incomunicável e a minha esposa não sabia nem onde eu estava. Mas aí entram outros fatores. Uma pessoa – que está viva, é nossa amiga – que por motivos da ocasião ficou mais ou menos para o outro lado era quem dava informações para ela... É nosso amigo, nós gostamos muito dele.

Depois, fui transferido para a reserva. Mas esses oficiais podem, por um motivo qualquer, ser convocados para a ativa de novo. Para impedir isso e dar mais uma marretada, em agosto eles reformaram os que não foram demitidos. Porque vários foram demitidos do Exército! Perderam o posto e a mulher ficou recebendo como pensionista, como viúva... Eu não fui demitido. Acho que meu grau de periculosidade não era tão grande assim...

O falecido General Humberto de Alencar Castelo Branco, que não deixa de ser parente, pelo lado dos Alencar, que foi o que assinou o primeiro Ato Institucional. E ele me conhecia muito bem. Ou fazia o que tinha que fazer ou seria posto para fora. Embora fosse um homem íntegro, sério, profissional correto, entrou nessa do golpe por causa da quebra de disciplina. Aí balançou todo mundo. Até nós ficamos balançados...

– Agora está fogo!

E como ele tinha muito nome no Exército, exatamente por ser um profissional exemplar, foi escolhido para ser o presidente, ou melhor, o ditador. E teve que cumprir parte das coisas que o grupo que estava realmente dominando mandava.

Tem muita coisa envolvida aí no meio... inclusive política interna do Exército, na minha opinião. Tem uns que acham que não, que eram salva-

dores da pátria, estavam salvando o Brasil do comunismo, da bagunça... Generalizaram... Quando chegou na fase final, ninguém estava achando ruim... estavam sendo alertados:

– Não pode! Nessa bagunça não vai...

Nós, militares, com muita bagunça, já ficamos temendo a situação nos quartéis. Nós não admitimos essas coisas... Eles se aproveitaram muito disso, para tomar o poder mesmo. Tem muita coisa que eu não sei. Fatos que estavam se passando que também não tinha conhecimento. Não sei as motivações reais, mas o principal era tirar o Jango. Na minha opinião era por medo da reforma agrária. Então, os proprietários de terra, latifundiários, pressionavam... Também tinham medo dos confiscos de determinadas indústrias que estavam nas mãos de estrangeiros. E foram se preparando contra. Não sei se é verdade ou não. Dizem, inclusive, que houve suborno... Pessoas de altos postos que receberam para apoiar o golpe. Alguns que estavam em comandos de grandes unidades. Mas fica difícil saber se isso era verdade ou não. Eu pessoalmente acho que, se houve, foram casos raríssimos, porque não é da estrutura, é difícil um militar chegar a esse ponto. Mas nunca se sabe, porque o poder corrompe demais.

Pessoalmente nunca tive contato com o Jango. Era aqui no Rio a Secretaria-Geral, então o pessoal da Casa Militar em Brasília era quem tinha mais contato com ele. Ele me parecia uma pessoa boa. Mas não tinha uma estatura de liderança. Não era um cara de assumir e tocar para a frente. Tanto que pressionaram e ele disse que não queria derramamento de sangue. Não houve naquele momento, mas depois houve muito... Não sei se foi válida a posição dele:

– Não quero resistência, porque vai haver choque entre as Forças Armadas, vai morrer muita gente...

E se mandou para o Uruguai.

Não sei se foi válido, porque se fôssemos resistir talvez o golpe pudesse ser evitado. Havia possibilidade de resistência. Não de vitória. Mas de resistência sim. Faltou liderança. Particularmente dele, que era o presidente da República, pois era dele que as ordens emanavam. Ele próprio disse:

– Dei ordem para que não haja nenhuma ofensiva.

Aí as tropas de Minas passaram, desfilaram, chegaram no Rio de Janeiro. Estava consumado o golpe, e ele foi para o Uruguai. Nós, que o apoiávamos, ficamos. Nunca me arrependi do que fiz... Faria tudo de novo.

A possibilidade de implantação de um sistema socialista na ocasião era o nosso ideal, mas a realidade talvez não permitisse. Não havia uma possibilidade de revolução exatamente naquele momento. Para o futuro nós poderíamos chegar lá. Naquele momento não havia condições. A reação era muito grande! Inclusive, estava apoiada pelos americanos. Parece que tinha uma esquadra descendo, dizem que parou mais ou menos na altura do Pará, e caso agíssemos... Tanto que eles não subestimaram. Admitiam que houvesse um choque de maiores proporções, que parte do território brasileiro caísse nas mãos do pessoal de esquerda. Então, desceria uma tropa americana pronta para qualquer coisa. Isso consta em livros, vários até da Biblioteca do Exército, contando sob o ponto de vista deles. E também tenho livros do outro lado sobre a história do golpe de 64... Inclusive, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, declarada e ostensivamente pregava a derrubada do Jango. Esses países do Terceiro Mundo são fogo! Nós ainda temos que caminhar muito... Um dia a gente chega a uma humanidade mais evoluída...

Enquanto o General Ladário foi vivo, a gente pensava que havia uma possibilidade de resistência à ditadura. Não se chegou a pôr em prática porque ele morreu... Mas era difícil... Talvez seria uma guerra já perdida, porque depois de 1968 eles estavam bem organizados e fincados.

Não considerei a possibilidade de participar da resistência armada, por esse motivo. Nós, os oficiais que tinham sido atingidos, nos reuníamos periodicamente em churrascos, encontros, para conversar, trocar ideias e relevar as coisas. Nunca passou por nossa cabeça tomar parte na luta armada. Achávamos que não havia possibilidade de sucessos nessas ações, porque eles estavam extremamente organizados, fortes... Só mesmo aquele pessoal jovem que deu a vida por um ideal. Acho formidáveis, fantásticos aqueles que se sacrificaram por um ideal. Coisa que nós, mais velhos, achávamos que não valia a pena, que tínhamos que nos preservar para um futuro mais adiante em que as coisas permitissem... Nós éramos oficiais de Estado-Maior, com uma experiência, uma vivência, tínhamos passado por uma guerra... era muito mais necessário do que ir para uma luta armada, morrer numa barranca do Araguaia, ou como fez o heroico Capitão Lamarca, que eles, os da direita, chamam de traidor, bandido, tudo. Para mim, foi alguém que morreu por um ideal. Não sei dos pormenores das ações dele, mas acho que para fazer

o que fez é preciso muita coragem! Um capitão sair do seu quartel levando armas, tentar fazer uma guerrilha... é preciso muita coragem. Eu tenho uma admiração muito grande pelo Capitão Lamarca.

Até a ida para a Bahia e depois para o Egito, eu nunca tinha me metido em política. Achava que o militar não podia ser político. O militar é um soldado, cumpre ordens. Quando ele toma uma posição num caso de um ideal diferente, como o socialismo, vai à guerra mesmo. Mas como soldado, não como guerrilheiro. Cheguei à conclusão de que como guerrilheiro, nas condições vigentes no Brasil, era inútil. Um sacrifício inútil...

São heróis, fantásticos, pessoas que morreram por um ideal, mas que não trouxeram nada, porque foram ignorados até hoje. A formação militar é fogo. Lutar sim, mas de outra forma. Não posso raciocinar como um guerrilheiro, mas sim como um comandante. Comando minhas tropas para um combate por um ideal. Nem que seja contra o governo, até me rebelando, mas estou comandando. O pensamento militar é fogo, porque uma vida de vinte, trinta, quarenta anos dentro da mesma disciplina... Já melhoramos incrivelmente porque mudamos para ideias muito mais avançadas! Porque o militar, em geral, pela própria estrutura da profissão, é um conservador. A maioria dos militares não é latifundiária, nem rica. Com raras exceções de famílias, a maioria não tem nada. No entanto, são conservadores porque a própria estrutura militar é assim. Se chegar no Exército e disser:

– Vai mudar o regulamento!

O negócio treme. Um exemplo característico: se disserem que o homossexual pode entrar no Exército, há uma revolução, porque é inconcebível para um militar que um homossexual declarado seja aceito. Não quer dizer que não tenha homossexuais lá. Tem. Mas, se for descoberto, é imediatamente afastado pelo regulamento e acabou-se. Vai para Conselho. Tive um colega que foi a Conselho e foi transferido para a reserva. É um problema sério mesmo...

Com o golpe de 64 muitos da nossa família foram perseguidos, demitidos... Alguns tiveram que se mandar, se asilar. Outros não: apoiaram, ficaram do lado do golpe.

No período da ditadura não se podia trabalhar. Os oficiais da Aeronáutica não podiam conseguir emprego nas companhias civis, que receberam um comunicado impedindo que eles fossem admitidos, dizendo que seriam

cortados os créditos oficiais se empregassem oficiais atingidos pelos Atos. Na Marinha, houve a mesma coisa: não podiam se empregar nas companhias de navegação. E no Exército não poderiam fazer parte de diretoria de empresas. Então, era difícil conseguir trabalho.

Eu não estava preparado para isso. Era um oficial do Estado-Maior, um militar mesmo. Tinha escolhido ser militar. Os do Instituto Militar de Engenharia puderam se safar, porque são engenheiros de várias especialidades. Eu, como oficial do Estado-Maior, a única coisa que sabia bem era matemática.

Nos primeiros dois, três anos, teve o julgamento... Em 66, 67 arranji um trabalhozinho como auxiliar de ensino em colégio na zona norte. Depois tinha uma amiga nossa que tinha um colégio e disse:

- Você já pensou em dar aula particular de matemática?
- Boa ideia...
- Vou lhe mandar alunos.

Aí comecei a dar aulas particulares de matemática e fiz isso até 1982. Às vezes ganhava mais com essas aulas, cobrando pouco, do que com o que recebia do Exército. Até que começaram a fazer recuperação nos próprios colégios. Ficava muito mais barato para os pais e os colégios até tinham interesse em aprovar os alunos. Então começaram a diminuir os alunos: só apareciam os casos ultra problemáticos. Sempre gostei de ler e, como a Luizita é formada em Pedagogia e Orientação Educacional, lia livros sobre psicologia. Então, entendia alguma coisa. Percebia que o caso dessas crianças, se não tivesse assistência de um especialista, seria perda de tempo e de dinheiro. Depois de 82, um colega meu, que de certa maneira é parente – General Rui de Alencar Nogueira, que está com 82 anos, e é do Ceará também –, me ajudou...

Em 79, veio a anistia. A anistia foi conquistada pelo próprio povo, o Congresso... Acho que os próprios governos militares começaram a perder substância e um pouco da autoridade que eles tinham... Começaram a se convencer de que não era mais possível continuar no sistema que estava sendo mantido por eles. A resistência popular estava aumentando. As eleições eram meio fajutas, eram nomeados... Mas eles devem ter sentido que estavam perdendo terreno. E chegaram à conclusão, já tarde demais na minha opinião, que era melhor entregarem o governo aos civis, ao povo. Só que, quando entregaram, o mal já estava feito. E por culpa deles...

Desde a antiguidade, desde Roma, as ditaduras se desgastam por si mesmas. E acabam perdendo apoio porque acham que são feitas por semideuses. Aqui eles fizeram um sistema de rodízio. Na realidade era um ditador, o Exército. Mas disfarçavam para efeitos externos. Faziam uma eleição indireta no Congresso e assim um novo general era eleito, aquele que eles indicavam a um congresso totalmente submisso. Os tempos mudam... Passam-se cinco, dez, quinze anos e o poder vai se desgastando naturalmente.

Eles começaram a sentir que a população estava aumentando, as condições políticas e sociais também não eram as mesmas, e acabaram sentindo que a melhor maneira de se saírem bem era eles próprios entregarem de novo o poder aos civis. Mas o mal já estava feito, porque deixaram uma classe política corrompida, e se submeteram às imposições, às trocas de favores, cargos e benesses entre eles próprios. Havia exceções, muita gente honesta, como no Congresso, mas a maioria está naquela base.

Houve, do outro lado, lideranças como o General Geisel. Do outro lado, mas foi uma liderança. Ele era um homem íntegro, não se pode acusá-lo de nada, com ele não se brincava. Do outro lado, mas não se pode negar que era um homem que tinha qualidades em outros setores. Já o Marechal Lott, esse era incorruptível. Para mim foi um dos melhores oficiais que já passaram pelo Exército. O General Ladário também era excelente e tinha vários outros... O General Magessi Pereira também era do outro lado, mas um dos melhores elogios que tenho nas minhas folhas de alterações foi dele, quando era comandante do Regimento Sampaio. Considero um dos melhores elogios! E logo depois dele, um do Castelo Branco, por incrível que pareça! Foi meu comandante na Escola do Estado-Maior e quando eu era cadete, instrutor-chefe de infantaria em Realengo. Ele me conhecia, e ao Miguel, muito bem...

Não participei dos movimentos da anistia. Para não dizer que não participei, uma vez – o presidente na ocasião era o Sarney – houve uma cerimônia lá no monumento dos mortos e o pessoal aproveitou para fazer uma manifestação e me convidou:

– Você não quer ir lá? Bota todas as medalhas que você tem...

A medalha de Guerra, a de Campanha, da Força Expedicionária, de vinte anos de posto de serviço, a da Força de Emergência.

– Bota as medalhas no peito, vamos lá para o Aterro levar umas faixas, pedir anistia geral e irrestrita.

– Está certo.

Eu não gosto muito desse estilo... Comigo é mais direto:

– Ataca, fogo! Tá na hora, vamos. A unidade está pronta para combate.

Não gosto muito de fazer manifestação porque não é meu temperamento. Tem gente que gosta e deve fazer porque também faz parte. Meu temperamento é outro. Mas, como só podia fazer isso... sempre acompanhei.

A anistia foi parcial porque nós não pudemos retornar. Todos os civis retornaram. O próprio Miguel, que foi preso em Fernando de Noronha, passou quinze anos exilado, chegou aqui, foi anistiado, se elegeu mais duas vezes governador de Pernambuco. E assim todos os civis quiseram voltar. Menos os militares. Foram os únicos que não puderam mais voltar. Alegaram tudo o que foi possível, disseram que se passaram quinze anos, e que nós estávamos “desatualizados”, e não podíamos comandar unidades modernas... e mais pretextos, que uma reciclagem rápida resolveria... afinal, a parte teórica e de planejamento não mudou. Foi mesmo uma desculpa para não nos deixarem voltar. Mesmo porque nas Forças Armadas há certas complexidades. Os quadros são previstos, os efetivos. Se, de repente, voltam trezentos oficiais, onde eles vão ficar? Aí começa a haver problema... Eles se aproveitaram disso e não houve possibilidade de volta.

Houve essa manifestação dos militares da reserva, a única de que participei, com as medalhas no peito... O Sarney até olhou, mas ficou por isso mesmo e nunca saiu nada. Ficou como estava. A única coisa foi a promoção na reserva: todos, de capitão acima, foram promovidos a coronel; e quem tinha guerra e todo o tempo de serviço computado como se fosse efetivo, mais atribuições, tinha duas promoções a mais. Mas não efetivamente, apenas para efeito de proventos. Então, passei a receber como general de divisão, embora o posto seja coronel.

Em 64, o Osnele Leite Martinelli, aquele meu amigo desde antes da guerra, estava do lado oposto. Passamos uns anos sem nos falar, mas depois nos encontramos novamente nos almoços de turma no Clube Militar e eu senti que ele me procurava e tudo...

– Vamos acabar com isso... A guerra já acabou, isso fica para outra etapa, no futuro...

Nos abraçamos e nos demos as mãos de novo, apesar das diferenças ideológicas... como a maioria hoje.

Por incrível que pareça, os governos atuais – a partir de Sarney, Collor, Fernando Henrique – fizeram tais coisas que estão destruindo o Brasil! Isso a gente pode dizer mesmo porque é verdade. Estão vendendo o país, e assim eles conseguiram unir a esquerda com a direita contra eles. Todos... o próprio Kardec está engajado, vai para a ABI, para as conferências da ADNAM, e se mexe! Toma parte de tudo... Isso faz com que ele viva. Eu segui outras vias, mas na minha profissão. O Kardec sabe muito bem disso, porque de vez em quando falo com ele.

Eles conseguiram unir a esquerda e a direita contra a venda do país. Contra o que está aí. Porque ambas têm um espírito de nacionalismo. Mesmo os de direita têm! Eles foram muito enganados por um grupelho lá de cima que incutiu que a verdade estava com o americano, que a única coisa certa era o que ele dizia: quem não estava incondicionalmente apoiando o que ele fazia é porque implicitamente estava apoiando o que a União Soviética fazia! Eles não admitiam meio-termo. E agora? Cadê o inimigo? Daí o Império, o imperialismo, resolveu:

– Para que vamos nos preocupar em equipar forças de “paisezinhos” subdesenvolvidos, que de vez em quando ficam dando golpes e mudando à força seus presidentes?

Então, os Estados Unidos não dão mais armas e querem que o Exército sirva de combate ao narcotráfico e coisas desse tipo. Resultado: uniu a esquerda e a direita. Tomo mundo só lida agora contra essa visão em relação às Forças Armadas, que estão completamente desmoralizadas, desequipadas. Os equipamentos estão ficando obsoletos... a não ser uma ou outra comprinha que eles fazem por aí para manter as aparências em certas unidades. Mas a maioria do Exército está com equipamento antigo. Dos carros de combate – tenho impressão, não estou atualizado – boa parte não sai dos quartéis porque não funcionam mais! Não tem peças de reposição. Na Aeronáutica está acontecendo a mesma coisa e é pior ainda, porque o avião cai e mata. A Marinha vai levando... uma “marinhazinha” pequena.

O resultado é que todo mundo está insatisfeito, os soldados estão caindo em relação ao nível de vida. Esse caso recente das polícias está até servindo como um parâmetro, porque as Forças Armadas estão na mesma situação em que as polícias estão reclamando. Só que as Forças Armadas não reclamam dessa forma em hipótese alguma, porque é uma disciplina e uma

hierarquia muito fortes e não há possibilidade de fazermos isso: ir para a rua com faixas. Isso não se faz de jeito nenhum! É inconcebível um militar das Forças Armadas fazer isso. Vai ter que agir de outra maneira. Pode até depor o presidente, mas não vai para a rua fazer baderna de jeito nenhum! Pode dar um golpe, mas em estilo militar.

O pior é que pegando o atual presidente da República, Exmo. Sr. Fernando Henrique Cardoso, dizem que foi um homem de esquerda, inclusive tem livros publicados nesse tom. Pelo menos era tido como de esquerda. É primo em primeiro grau de um oficial, meu amigo de turma, que já faleceu, e esse rapaz dizia:

– Não confiem muito no meu primo, porque eu não confio.

E está aí, seguindo a política imposta pelo FMI, pela globalização, que é boa para eles, mas muito ruim para nós. A globalização, no sentido em que eles estão fazendo. Ela é boa no sentido tecnológico, de informática... o mundo realmente está se tornando uma “aldeia global”. Mas, no sentido que eles querem, econômico, só é boa para eles! Nós estamos cada vez perdendo mais! Não se sabe quanto tempo o real vai aguentar. Eu já acho incrível que tenha aguentado esse tempo todo... Se continuar como está, não vai aguentar muito tempo. Vai voltar a inflação, o real terá que ser mesmo desvalorizado, o Brasil está perdendo tecnologia, entregando para os estrangeiros... a Vale do Rio Doce foi um fato extremamente lamentável.

Inclusive a *Revista do Clube Militar*, o próprio Clube, cujo atual presidente é o General Ibiapina, um homem radical de direita – todo mundo sabe disso, não há mistério nenhum –, foi um dos oficiais que em Recife prendeu e humilhou meu primo em 64 e depois. Queriam que ele renunciasse e ele disse:

– Eu tenho filhos, um nome. Jamais renunciarei. Se quiserem, me deponham.

Ele se recusou, foi deposto e mandado para Fernando de Noronha. Até essa gente que ainda está aí hoje também é contra o que está acontecendo. Tenho aí vários números da *Revista do Clube Militar* com editoriais – inclusive com ligações com grupos de militares da reserva – que estão atacando violentamente a política do governo. Não fazem nada e nem têm condições para fazer, porque o Exército está desmoralizado. Perdeu a respeitabilidade... E por culpa deles, porque em 64 todos os que foram promovidos a gene-

rais eram “vaquinhas de presépio”. Não promoveram todos os oficiais que tinham alguma capacidade de liderança, capazes realmente de agir, de dizer:

– Não, isso não está certo.

Eles não promoveram a general. Só promoveram aqueles que diziam:

– Está tudo bem, está tudo certo.

E cumpriram todas as ordens. E esse é o ponto em que nós chegamos: o Exército está desmoralizado, em certo sentido. Não tem mais autoridade para opinar. Sem se rebelar, mas em defesa da dignidade do país. O país tem assessores, ministros militares que podem falar, aconselhar o presidente. Para isso são ministros. Mas não. Estão completamente apagados. É claro que o que acabei de dizer é apenas um apanhado geral...

Não me arrependo de nada do que fiz, faria tudo de novo. Apenas vejo hoje, com a idade, com a experiência que passei por toda a vida, que em grande parte devo a Luizita, minha companheira, como mulher, há mais de cinquenta anos e, como seres humanos, desde os dez anos de idade... Eu não me arrependo de nada, acho que ela também não, porque sempre me apoiou em tudo... Apenas houve modificações na forma de ver a luta.

Quando era mais jovem, queria resolver as coisas mais depressa, mais rápido, queimar etapas, para chegar àquilo que nós imaginávamos que era o melhor. Hoje, com a idade, com a experiência, com novos conhecimentos, a gente verifica que não é possível ser tão rápido. Primeiro, é preciso haver um nível melhor da humanidade, senão a gente não consegue chegar lá. Porque na base da força, da violência, tem demonstrado que acaba não dando certo. Por melhor que seja a intenção de um grupo ou daqueles que cometem a violência em nome de um amor melhor entre os seres humanos, isso não está dando certo... Mas isso não quer dizer que devemos estar parados não! Temos que contestar, fazer, é preciso mudar o sistema, diminuir as diferenças sociais. Não é um igualitarismo, porque isso não pode existir jamais, já que nascemos diferentes.

Particularmente, para aqueles que aceitam que nós não vivemos uma só vida, já tivemos vidas passadas, uma carga genética espiritual e material. Um arquivo de lembranças das coisas boas que fizemos e dos grandes erros que cometemos, que foi em maior número. E temos que voltar para nos purificar disso tudo. Mas a coisa é um pouco lenta e não quer dizer que a luta fica de lado. Só que tem que ser de outras maneiras. Não com um porrete na mão,

o derramamento de sangue tem demonstrado que não está dando certo... Toda vez que tem violência, vem mais ainda depois... Tem que se tentar, falar, conscientizar a todos. Isso é importante: conscientizar as pessoas que ainda não estão percebendo que são exploradas e vítimas. Senão vão para a criminalidade, as drogas, a traficância...

Eu acho que a próxima fase da humanidade – pode demorar um século ou um milênio – será o socialismo. Sem a conotação materialista. E não será a última. No futuro haverá uma fase mais completa ainda, que a gente não sabe como vai ser... Mas a próxima etapa, sem dúvida alguma, será o socialismo. Com essas diferenças que existem – poucos tendo toda a riqueza da terra e a maioria com fome, doenças, miséria –, realmente, se há alguém lá em cima, não foi isso que Ele previu...

Kardec Lemme

O Coronel Kardec Lemme foi uma das pessoas mais citadas pelos entrevistados, em diversos fatos e contextos históricos, o que mostra a sua liderança e grande influência, ao lado do General Nelson Werneck Sodré, em um grupo tão heterogêneo e longevo de militares de esquerda, do qual Lemme nos aproximou.

A narrativa biográfica de Lemme foi construída a partir de documentos fornecidos por ele e anotações feitas em inúmeros cadernos de campo que fiz ao longo de nossas conversas realizadas no Rio de Janeiro, por telefone e por cartas que trocamos por anos durante a realização da pesquisa. Sempre uma pessoa gentil, humilde e admirável, não quis deixar nenhum registro gravado porque afirmava que seus amigos, ao serem entrevistados, diriam tudo o que ele gostaria de dizer. Trinta anos depois do início deste trabalho, a partir de um balanço de milhares de páginas de documentos e de todas as narrativas biográficas construídas a partir dos estudos que fizemos – a geração dos meus mestres, Meihy e Tandler, a minha e as posteriores – entendo o quanto o Coronel Kardec Lemme queria se expressar sobre o que ele e os seus amigos militares de esquerda viveram no século XX.


Não é para menos, pois, além de tudo o que já foi dito nas narrativas biográficas por pessoas de várias gerações, ao tentar resumir sua história de vida, é possível imaginar minimamente como o nazifascismo e o anticomunismo afetaram diretamente a trajetória do Coronel Kardec Lemme e de pessoas próximas a ele. A violência, a morte e a guerra estiveram presentes desde cedo em sua história tão rica, assim como a solidariedade, as lutas por democracia, por justiça social e por anistia.

Kardec Lemme foi uma liderança militar comunista, ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial que, infelizmente, foi perseguido inúmeras vezes, mesmo em períodos considerados democráticos. Na ditadura civil-militar, sofreu os horrores da tortura e

teve a infelicidade de ver seus amigos e, sobretudo, sua família atingida pelas graves violações de direitos humanos.

Sem a iniciativa, a liderança e a organização por Kardec Lemme – a quem devo a montagem da maior rede de colaboradores entrevistados para esta pesquisa – não teria sido possível efetivar um trabalho com parte da memória da coletividade a que pertencia. Nunca teria aprendido, tão jovem, sobre a existência, a extensão e a importância dos grupos militares de esquerda no século passado. Não teria conhecido tantas pessoas – mesmo sendo grupos minoritários – que destoaram de uma instituição crucial na história do Brasil, como é o caso das Forças Armadas. Não teria inúmeros vestígios documentais para problematizar a memória militar, homogênea, hegemônica e nacional que herdei coletivamente, ligada a ideias e ações de grupos militares de direita. Fontes históricas e literárias que ajudam a visibilizar e, paradoxalmente, questionar e criticar – mesmo pessoalmente admirando muitos dos colaboradores – a trajetória dos sucessivos grupos perseguidos e excluídos de militares de esquerda. Para todos que participaram dessa pesquisa, dos mais velhos aos mais novos, tudo o que aprendemos nos possibilita compreender nossa realidade mais atual. E, sim, estar presente e agir diante de problemas e erros históricos dos quais somos inevitavelmente herdeiros...

Kardec Lemme, a quem agradeço por ter compartilhado amizades, memórias, utopias e ações políticas transformadoras da minha própria história, faleceu em dezembro de 2018. Porém, mais do que um relato, tudo o que ele disse – e gostaria de dizer, por meio do que seus amigos me contaram – sempre está comigo. E, espantosamente, com muitas outras pessoas. Graças ao seu apoio à pesquisa para uma dissertação de Mestrado em História Social, me tornei historiadora, mais qualificada profissionalmente, para investigar e validar verdades interditas pelo regime autoritário sob o qual nasci e cresci. Em uma democracia precária e em um ambiente acadêmico ainda conservador, talvez apenas seja mais uma testemunha em ação de nossos próprios tempos presentes, desdobrados e interseccionados em diversas temporalidades intergeracionais. Algumas delas em ligação inegável com Kardec Lemme e nossos grupos de convívio político e afetivo, entre o século XX e XXI.



Isso é apenas um relato: houve muitas outras perseguições que nunca receberam a luz da imprensa brasileira, que nunca foram denunciadas, que nunca levaram a nada!

Esse é um relato completo da minha trajetória, vou contar tudo! Então, vamos começar a falar sobre a origem da família Lemme. No início do século XX, minha família chegava ao Brasil. Meu pai vinha da Itália e minha mãe de Portugal. O processo de mudança do meu pai ocorreu, em suma, por conta da ascensão do fascismo italiano. Infelizmente, a perseguição contra os espíritas era uma prática comum dentro do núcleo do Mussolini e a melhor opção para o meu pai – espírita muito religioso – era fugir para o lugar mais longe possível. Com essa ideia em mente, meu pai, influenciado pelos seus companheiros de religião, resolveu que se mudaria para o Brasil.

A viagem foi bem tranquila. Mas, ao desembarcar no Rio de Janeiro, ele se viu completamente perdido. Ele não tinha mais ninguém, cada amigo foi para um lugar diferente. Alguns foram para a América do Norte e outros foram para os locais mais distantes do Brasil. Além dessa solidão, ele também não tinha nenhum centavo no bolso. Meu pai, ao contrário da maioria dos imigrantes, não trouxe consigo nenhuma unidade de lira (moeda que era utilizada na Itália). Na mala, trouxe apenas roupas, produtos de higiene pessoal e uma máquina de cortar cabelo que era muito antiga. A ideia dele era, na falta de oportunidades de estudo ou trabalho, atuar como barbeiro. Por fim, esse acabou sendo seu trabalho por um bom tempo.

Minha mãe, Maria do Nascimento Lemme, portuguesa muito católica, desembarcara poucos dias depois da chegada do meu pai. No momento em que desceu do navio, esbarrou em um homem alto, bonito, de idade semelhante, que andava por aquela região. Coincidentemente, esse homem era meu pai, Antônio Lemme. O encontro foi uma surpresa e, pelo relato que ambos contavam (nunca foram muito de falar sobre a vida pessoal), foi amor à primeira vista. Posteriormente, começaram a sair de maneira frequente. Isso resultou em um namoro que, com o tempo, evoluiu para um casamento. Sendo assim, do encontro fortuito de um imigrante fugitivo com uma portuguesa recém-chegada, nasceu o que seria a Família Lemme.

Depois de se juntarem no matrimônio, os dois se mudaram para a capital do subúrbio carioca: o Méier. Esse período inicial de adaptação, como já havia comentado, foi bem difícil para ambos, pois a situação no Brasil não era das melhores. Minha mãe, assim como seu cônjuge, não veio lotada de riquezas e conquistas. Sua família e amigos ficaram em Portugal. Então, foi muito difícil para eles se estruturarem e organizarem a vida de uma maneira geral.

Naquela época, meu pai, acredito que por conta do espírito de juventude, tinha muitas aspirações e uma vontade muito grande de vencer. A vitória, no ideal deles, significava viver em paz e sem dificuldades. Em razão disso, ele começou a buscar meios para escapar dessa situação complicada na qual ambos se encontravam. A maior vontade deles era conseguir proporcionar uma vida boa a seus filhos, sem necessitarem de nada e ninguém.

Através dessa ideia, meu pai começou a procurar meios para se tornar um cirurgião dentista (essa era uma das suas grandes ambições). Foi assim, por conta dos estudos, que ele conheceu o diretor do Colégio Pedro II. O diretor, aos poucos, se tornou um grande amigo da família e, devido a isso, começou a auxiliar e aconselhar meu pai nos seus estudos. O primeiro vestibular dele já foi um sucesso: prestou na Escola de Medicina da Praia Verde e passou com tranquilidade. Com o resultado positivo em mãos, dirigiu-se ao colégio e prestou a segunda fase do vestibular. O resultado foi o mesmo, passou sem dificuldades! Após a entrega dos resultados, minha família se encheu de felicidade e foi uma comemoração sem fim. Assim que chegou a época das matrículas, ele correu para separar os documentos necessários e, com uma felicidade que não cabia no peito, foi entregá-los para a confecção da matrícula. Pouco tempo depois, iniciou-se as aulas e a felicidade só aumentou.

Os anos subsequentes foram bem agitados, pois era uma conciliação bem difícil entre trabalho e estudo. Porém, a bonança surgiu e ele conseguiu a especialização em odontologia. Assim que saiu da faculdade, iniciou, sem esperar muito tempo, a atuação como médico odontológico. A vida continuou uma loucura. Era trabalho o dia todo e ele não parava por nada. Esse esforço coletivo permitiu que eles construíssem uma casa enorme. Havia um jardim gigantesco em estilo europeu, muitos quartos, uma coisa magnânima.

Na mesma localização, eles montaram um consultório privado para meu pai receber seus clientes. A arquitetura seria similar a de nossa residência, mas os quartos seriam equipados com os materiais necessários para o atendimento odontológico. O objetivo principal deles, ao montar essa estrutura, era possibilitar uma maior união familiar. O consultório mais próximo permitiria um tráfego mais tranquilo para meu pai. Dessa forma, ele conseguiria se fazer mais presente na criação e educação dos filhos.

A progressão financeira e estrutural da minha família foi algo orgânico e que demorou muitos anos para chegar no seu apogeu. Através de um esforço gigantesco, as coisas foram sendo construídas e conquistadas. Essa história enche meu peito de orgulho! Toda vez que conto me emociono e me perco em meio as minhas próprias emoções...

Nosso lar, mesmo com as inspirações cristãs da minha mãe, era um espaço laico. Esse viés de laicidade foi implementado pelo meu pai. Minha mãe, durante um bom tempo, lutou para conseguir inserir os filhos na igreja e colocá-los “no caminho de Deus”. Porém, essa busca dela, para inserir os filhos nesse viés, foi parada. Em determinado dia, meu pai, depois de chegar cansado do serviço, sentou-se no sofá e começou a conversar com ela sobre esse assunto:

– Maria, você não precisa induzir seus filhos à religião. Deixa eles crescerem, deixa que eles sintam um pouco a Nossa Senhora, Deus, todas essas coisas. Dessa forma, eles vão conseguir tirar suas próprias conclusões e seguir o caminho que acharem melhor. Não fique impingindo isso a eles.

Minha mãe veio me contar, anos depois, que esse momento marcou o fim dessa vontade que ela tinha de colocar os filhos “no eixo”. Logo depois dessa conversa, nossa casa se tornou o espaço em que cresci. O nosso lar, era um local com muita liberdade de pensamento sobre as ações e vontades humanas. Por mérito dessa liberdade, meu irmão começou a estudar o Iluminismo de Voltaire e foi me ensinando, mesmo que eu fosse muito novo para entender tudo. A minha cabeça, durante essas conversas com meu irmão, ficava muito embaralhada e confusa. Mas, com o passar do tempo, esses ideais foram tomando corpo no meu subconsciente. Tudo isso, posteriormente, me levaria às aspirações comunistas.

Minha infância toda poderia ser resumida nessa fala sobre minha relação com meu irmão. Felizmente, nasci em um lar que me incentivou a

consumir arte de uma maneira geral. Meus irmãos sempre me inseriram em meio às discussões e conversas, por mais que muitas vezes eu não entendesse nada. Desde a infância, fui incentivado a desenvolver um pensamento crítico e chegar a questionamentos e conclusões. Nada era diretamente imposto, tudo deveria ser questionado, pensado e concluído.

Esse lado cultural não passava por cima das tradições normais de toda criança. Obviamente, em meio aos meus dias, era costume sair para brincar, correr atrás de bola, jogar pega-pega e, às vezes, até brigar com meus amigos. Meus dias, como podem imaginar, eram simples e contagiosos: comia bem, me divertia, lia e, o mais importante, recebia amor de todas as direções.

As minhas relações dentro da escola eram bem semelhantes. O grande baque veio durante a transferência para o que se entende hoje como ensino fundamental. Isso porque o Méier não tinha boas opções de colégio. Naquela época, a melhor opção da região era o Colégio Militar. No entanto, só podia entrar se tivesse parentesco com algum militar, portanto, você deveria ser filho ou neto de alguém, um sistema bem nepótico. Por conta disso, minha família começou a procurar outros colégios.

Esse período coincidiu com a revolução do Getúlio Vargas. Sinceramente, esse momento foi um grande alvoroço. A Revolução de 30 marcou, dentro do espaço nacional, uma quebra do sistema político vigente. Um político sulista, pela primeira vez na história da política brasileira, assumiu um lugar de destaque. Basicamente, a revolução começou porque as oligarquias de Minas, Rio Grande, Paraíba, estavam tentando – o que posteriormente foi realizado com sucesso – desmanchar o domínio paulista no cenário político. Esses levantes ocasionaram o fim da Primeira República e a instauração de uma nova época no Brasil. O político sulista que ganhou destaque, Getúlio Vargas, assumiu a posição de presidente da República e lá permaneceu por quase vinte anos. Assim, iniciou-se o período conhecido como Era Vargas.

Devido a esse alvoroço nacional, a população do Méier assumiu uma posição revolucionária. Os pais começaram a reivindicar uma revisão das regras de aceitação do Colégio Militar. A ideia era abolir por completo o sistema de aceitação por parentesco, no lugar deveria ser estipulado um sistema de vestibular. Vargas, em busca de consolidar seu apoio popular na região, resolveu preparar uma portaria que permitisse essas mudanças.

No dia que a portaria saiu, meus pais chegaram em casa explodindo de alegria, vieram ao meu quarto e me contaram que seria possível a minha adesão no Colégio Militar. Fiquei muito feliz, porque toda aquela ação revolucionária dos militares me encantava. A cada notícia que saía, minha vontade de estudar naquele local crescia exponencialmente. Desse modo, comecei a estudar com muito afinco, com a minha cara sempre enfiada em um livro, minhas mãos sempre empunhando um lápis para resolução dos exercícios. Minha irmã, nesse período, estava estudando para se tornar professora. Devido a isso, sem pensar duas vezes, comecei a pedir que ela me auxiliasse na resolução dos exercícios do vestibular.

Após alguns meses estudando, chegou o dia de prestar o vestibular. Minhas mãos tremiam, meu corpo suave sem parar: o medo tomou conta de mim. Na minha cabeça, a única ideia que transitava era a do fracasso. Toda essa pressão é insustentável, ainda mais para uma criança. Durante a prova, meus sentimentos foram se assentando e, depois de alguns minutos sentado, a calma e a sensatez me abraçaram. Obviamente, as coisas aconteceram de maneira satisfatória. Assim que terminei a prova, peguei minhas coisas, fui para casa e me coloquei a esperar o resultado. Os dias subsequentes eram angustiantes, o tempo parecia não passar, o resultado não vinha e a angústia e incerteza cobriam meu corpo. Depois de um bom tempo esperando, o resultado saiu e, para minha surpresa, foi muito positivo. Minha vaga no colégio estava garantida, o vestibular foi um sucesso.

Esse momento da recepção do resultado foi muito prazeroso, minha família toda se pôs em festa! Meu imaginário passava o dia todo construindo as minhas ações após pegar a farda: como iria me portar, falar, gesticular etc. Uma das minhas maiores aspirações era desfilar tal qual os militares da revolução de Getúlio.

O dia mais memorável desse momento foi, com toda certeza, o dia do recebimento da farda. Lembro-me de andar todo pomposo, a farda impecável – sem nenhuma dobradura –, o cabelo sistematicamente ajeitado para encaixar, de maneira excepcional, no modelo correto de militar. A arrumação era feita dessa forma, pois uma das minhas vontades era impressionar as garotas que me atraíam. Nesse período, ser militar estava na moda e, conseqüentemente, muitas mulheres se sentiam atraídas por militares. Evidentemente que um pirralho como eu não receberia tantos cortejos, mas a simples ideia de haver essa possibilidade já me enchia os olhos.

As aulas se iniciaram e as coisas fluíram de uma maneira excepcional. Porém, a chegada da semana santa me trouxe novos ensinamentos e desentendimentos. É um costume muito tradicional que os militares prestassem homenagens neste dia. Praticamente todos, como a maioria era bem religiosa, se colocavam nessa posição de respeito. Diferentemente da maioria, nunca fui guiado por um caminho religioso, minhas concepções eram formuladas e concluídas por mim mesmo. Como já comentei, meu pai não deixou que fôssemos inseridos, de maneira autoritária, no espaço religioso. Desse modo, um dos meus professores, uma semana antes do feriado, chegou em mim para perguntar sobre a prestação de solenidade:

- Você vai prestar solenidade nesta semana santa?
- Não, não vou!
- Por quê?
- Não sou religioso.
- Não é?
- Não! Mas posso prestar! O que tem que fazer?
- As coisas não funcionam assim. Você tem que acreditar em Deus para

prestar a solenidade.

Essa conversa, por mais simples que possa parecer, me causou um grande incômodo e uma sensação de despertamento. Assim que terminamos de conversar, despedi-me do professor, ajeitei a minha mochila e fui direto para casa. Durante todo o trajeto, fiquei processando esse diálogo. No momento que cheguei, já sentei para contar toda a situação para a minha família:

- Poxa... Fiquei numa sinuca hoje lá na escola.

Expliquei, de maneira detalhada, toda a conversa que tive com o professor. Meus pais, que eram meus maiores conselheiros, começaram a me falar sobre como me portar diante dessa situação:

– Isso não é nada, todos os católicos fazem essa solenidade na semana do nascimento de Cristo. Porém, tem gente que, por não ser religioso, não presta, é o seu caso!

Essa conversa se estendeu por bastante tempo. Passei aquela noite toda pensando nisso. No dia seguinte, com a mente mais organizada, fui para a escola e decidi que ninguém iria me importunar com esse assunto, me coloquei em uma posição de valentia. Durante o intervalo, um dos meus colegas, João Figueiredo – posteriormente viria a se tornar presidente da República

–, veio me envergonhar, me colocar na passiva, me intimidar sobre a questão da semana santa. Nesse momento, a raiva tomou conta de mim, parei por um segundo, olhei nos olhos dele e disse:

– Sinceramente, vão todos à merda! Acreditam nisso que não dá nem pra ver. Vão estudar!

O silêncio tomou conta daquele pátio, ninguém falava nada. Minha resposta causou, dentro da direção, um burburinho enorme. Tive que me apresentar na escola com meus pais para discutir sobre o ocorrido, fiquei com muito medo nesse momento. Com o passar dos dias, o problema foi se amenizando, o pessoal foi se acalmando e as coisas voltaram a seguir o rumo normal.

Assim como minha infância podia ser resumida naquele episódio com meu irmão, minha passagem pelo colégio pode ser resumida nesse episódio: uma série de altos e baixos. Curiosamente, a minha atividade, na maior parte do tempo, era estudar. Não tinha muito tempo para arrumar problemas, mas, sempre que arrumava, era uma coisa muito séria. As atividades e as provas eram muito rígidas, portanto, a dedicação nos estudos tinha que ser a prioridade na vida do aluno. O meu objetivo, mesmo sendo muito novo, era evoluir o máximo possível. Na minha cabeça, aquele momento era muito importante para o meu futuro. Meu pai sempre falou que o esforço no colégio seria, de alguma forma, recompensado lá na frente.

Nesse período, um dos meus irmãos, Antônio Júnior, tinha ligações diretas com o Partido Comunista. Os companheiros de partido dele, às vezes, iam em casa: eles sentavam e colocavam o papo em dia. Nessas ocasiões, a minha posição era a de espiar, me esgueirava pela casa e escutava tudo que eles debatiam. Assim, as minhas aspirações para o comunismo começaram a crescer exponencialmente.

Além disso, meu outro irmão, Paschoal Lemme, estava na faculdade estudando para se tornar professor. As discussões que se formavam em casa eram sempre acaloradas, pois tínhamos três intelectuais que estavam em processo de formação. Paschoal, posteriormente, se tornou um dos maiores educadores do Brasil. Hoje em dia ele é referência nessa área.

Lembro que essas discussões sempre tinham um saldo positivo. Os argumentos utilizados se tornavam pontos interessantes nas minhas conversas no colégio. Por conta disso, comecei a criar a fantasia de que era o garoto

mais inteligente daquele espaço. No entanto, lá no fundo eu sabia que não era merda nenhuma. Meus conhecimentos não passavam de um “copia e cola” das ideias e concepções formuladas pelos meus irmãos. Portanto, isso, com o tempo, deixou de ser uma coisa de se orgulhar, deixou de ser uma coisa especial.

Incrivelmente, esse desejo constante de ser pedante me rendeu uma amizade direta com o Euzébio Rocha. Através de uma conversa, que se desenrolou com base nos argumentos e ideias produzidas e desenvolvidas pelos meus irmãos, começamos a nos aproximar e isso permitiu que nossa amizade florescesse. Euzébio, naquele tempo, tinha uma amizade com um sargento que era membro do Partido Comunista do Brasil (PCB). Esse sargento veio interagir com a gente em um determinado dia. Estávamos sentados conversando, ele chegou e começou a falar sobre as coisas do partido. Isso encantou meus olhos. Acabou que nos tornamos amigos e ele me convidou para fazer parte de uma classe de oficiais que também acreditavam nos ideais comunistas. Obviamente, aceitei sem pensar duas vezes.

Meu comprometimento com essa turma foi algo inimaginável: sempre estava presente nas reuniões, participava de forma assídua e constantemente apresentava minhas ideias. Meu relacionamento com a classe durou por uns bons meses. Entretanto, em detrimento da minha própria segurança, nossos laços foram abruptamente rompidos sem, nem ao menos, meu consentimento.

O estado carioca estava passando por um momento muito complicado, muitas adversidades políticas e sociais. A população estava fervorosa e desgostosa com as ações do governo. Por conta disso, muitos movimentos comunistas começaram a se organizar para estruturar um grande protesto. A nossa classe estava atuando diretamente nessa questão. Todos os nossos encontros, a partir desse momento, eram realizados para discutir essa questão e concomitantemente pensar em como iríamos atuar nos protestos. Desse modo, ficou decidido que pegássemos em armas – uma atuação bem radical – e fôssemos diretamente para a linha de frente da manifestação. Minha reação foi de entusiasmo, finalmente estaria atuando, de maneira direta, em um protesto desse tipo.

Os dias foram se passando, a cada reunião meu patriotismo aumentava: não via a hora de chegar o dia da manifestação. Finalmente o dia chegou,

levantei bem cedo e comecei a me preparar. Por mais que estivesse animado, era necessário que houvesse um preparo mental para conseguir lidar com as coisas que poderiam se suceder. Começou a se aproximar do horário que tínhamos combinado, coloquei minha farda, comi alguma coisa e arrumei minha mochila. No momento em que fui sair, minha irmã saltou em frente ao portão e me disse:

- Você não vai a lugar nenhum!
- Deixe eu passar! Tenho coisas importantes para resolver.
- Não vai sair! Não vai!

Naquele momento, não consegui entender o que estava acontecendo, aquilo não era algo comum. A minha cabeça não tinha capacidade de compreender o que levaria minha irmã a fazer aquilo. Minha discussão com ela não chegou a lugar nenhum, a passagem não era liberada e ficávamos naquele bate-boca. Por fim, acabei desistindo e voltei para dentro de casa. A ideia de ter traído os meus companheiros inundou o meu coração naquela noite, não consegui pregar os olhos nem por um segundo.

Alguns dias depois, saiu a notícia de que os militares que foram para o movimento sofreram um arrastão policial, acabaram na cadeia e receberam uma intimação de expulsão, não poderiam mais frequentar o Colégio Militar. No momento em que vi a notícia, a única coisa que passava pela minha mente era: “e se eu estivesse lá...”.

Logo depois de lançarem essa notícia, minha irmã veio me contar que ela já imaginava que isso poderia acontecer, pois havia sido abordada, alguns dias antes do ocorrido, por alguns comunistas que estavam panfletando sobre a manifestação. Ela sabia, no momento que recebeu o panfleto, que minha presença seria garantida – a preocupação tomou conta dela. No momento da minha saída, sem saber o que fazer, resolveu se jogar em frente ao portão e me impedir.

Felizmente, as ações da minha irmã tiveram sucesso. Nunca descobriram sobre a minha ligação com o grupo, portanto, sai completamente ileso dessa situação. Porém, como já comentei, a ideia de ter traído meus companheiros foi algo que me perturbou por muitas noites. A sombra de ter sido um traidor me perseguiu por muito tempo.

Esse incidente coincidiu com meu último ano do ensino fundamental, estava chegando o momento de preparação para os vestibulares do colegial.

No entanto, minha mente não conseguia se concentrar nos estudos. A única coisa que perambulava pelo meu pensamento era a situação que se sucedeu no protesto. Os meses foram passando e comecei a ficar para trás. Tinha certeza absoluta de que não conseguiria passar com aquele desempenho. Para a minha sorte, Getúlio, poucos meses antes do vestibular, assinou uma portaria que permitia que alunos do Colégio Militar com média igual ou maior que seis fossem admitidos no colegial, também cursado em âmbito militar. Minha média era de 7.2. Portanto, consegui, mesmo com todos esses problemas pessoais, entrar direto no colegial militar.

Esse momento marcou um ponto chave da minha vida. Meus pais, assim que descobriram sobre minha aprovação no colegial, começaram a assimilar a ideia da minha partida. O colegial dentro dos moldes militares exigia, naquela época – não sei como funciona hoje em dia –, que o aluno permanecesse nas dependências da instituição. Dessa forma, minha mudança do Méier já era uma certeza. Esse distanciamento entre os filhos e os progenitores é uma tradição, todo adolescente busca esse afastamento. Muitas vezes ele ocorre quando inicia a faculdade. No meu caso, foi uma situação um pouco mais prematura, mas completamente normal. Conforme os dias foram passando, meus pais foram aceitando a realidade iminente e ficaram mais tranquilos. Quando o dia chegou, foi aquele mar de emoções, porém a felicidade estampada na minha cara era algo que os tranquilizava. Assim, me mudei para Realengo e iniciei uma nova fase da minha vida.

Esse período não marcou somente minha mudança territorial, mas também uma mudança social. Assim que um aluno era promovido ao colegial, ele recebia a patente de cadete, um cargo de nível muito baixo. Portanto, é possível compreender que esse momento marcou quase que um renascimento para mim. Saí do Méier como um garoto e cheguei em Realengo como um cadete do Exército Militar Brasileiro.

Lembro que essa mudança de realidade me deixou mais “orgulhoso”. Minha vida, nessa época, poderia ser resumida em roupas grã-finas e muitas namoradas – todas encantadas pela vestimenta de cadete. Acho que a palavra que consegue abarcar todos os sentimentos e memórias dessa época é: liberdade. Pela primeira vez na vida, tive total liberdade de ir e vir.

A vida nesse colégio era completamente diferente, minha rotina foi alterada por completo. Nesse espaço, não havia instrumentos para expressar

um modo de pensamento comunista, a vigilância era excessiva e os tenentes perseguiram todos aqueles que fugissem dos “eixos”. Naquela época, o comunismo era um negócio que “milico” levava muito a sério e temia com todas as forças. Desse modo, era primordial que nenhum aluno tivesse meios para o desenvolvimento dessas ideias.

Tenho uma história muito trágica, que guardo comigo até os dias de hoje, sobre essa questão da perseguição, porém acho que essa conversa é um ambiente propício para revelar isso. Meu cunhado, Wilson de Menezes, era filho de um general muito importante no estado do Rio. Desse modo, esperava-se que seu comportamento fosse algo exemplar, em todos os aspectos. Dentro do colégio, ele era um aluno “nota dez”, andava sempre impecável, não levantava a voz por nada, suas notas eram excelentes e era benquisto por todos. Isso despertou uma espécie de inveja no seu sobrinho, que também estudava no colégio. Pouco tempo depois do início do segundo semestre, Wilson foi denunciado pelo sobrinho, Azuir de Menezes, por guardar uma edição de um jornal comunista dentro do armário. Nesse dia, a escola parou para realizar uma inspeção de todos os pertences dos alunos. No armário do meu cunhado, acharam a revista. O resultado disso foi a expulsão: ele recebeu a mesma punição dos meus companheiros que atuaram no protesto um ano antes.

Após esse acontecimento, o ambiente familiar do Wilson ficou devastado. A família, que já tinha um grande histórico dentro das forças armadas, não conseguia entender o motivo daquilo estar acontecendo, não conseguiam conceber o que teria levado o filho deles para essa ideologia. Essa história se espalhou por toda a família como uma doença: avós, tios, primos e sobrinhas só falavam disso. Meu cunhado perdeu sua patente e categoria no Exército, algo que era de extrema importância para os seus pais, e ainda ficou pintado como um mal exemplo dentro da família. Pouco tempo depois, Azuir, por conta da culpa de ter exposto uma coisa que manchou o nome dos Menezes e, obviamente, do medo de descobrirem que ele foi o delator, resolveu entrar no mar de Copacabana e se suicidar. Assim foi feito!

Esse relato demonstra, de maneira minuciosa e bem detalhada, como o fascismo é uma coisa destruidora, é algo que vai eliminando os opositores de dentro para fora. É uma praga! Uma família, em função da perseguição proposta pelos militares, teve seu nome manchado perante a sociedade e

perdeu um membro querido. Isso é apenas um relato. Houve muitas outras perseguições que nunca receberam a luz da imprensa brasileira, que nunca foram denunciadas, que nunca levaram a nada! Apenas dor, perda, medo e destruição.

As perseguições dentro do colégio eram algo corriqueiro: sempre acontecia de ter uma denúncia e alguém “rodava”. Felizmente, isso nunca aconteceu comigo. Consegui esconder, de maneira magnânima, as minhas aspirações e interesses políticos. Isso porque minhas relações sociais se mantinham, em todos os casos, bem distantes do colégio.

A maior e mais importante relação que construí, naquela época, foi a amizade com o Nelson Werneck Sodré. Em princípio, todos o conheciam e o admiravam como militar, coronel, major. Ninguém sabia das suas conexões com o comunismo. Nosso primeiro encontro aconteceu quando estava no quinto ano do fundamental. Ele não tinha noção da minha presença, não sabia nada sobre mim, sobre minha família. O evento que proporcionou nosso encontro foi uma palestra. O coronel foi ao meu colégio para apresentar uma aula sobre filosofia e o tema em questão era: “o que é o belo?”. Todos os alunos pararam e foram para o evento. Foi uma coisa grandiosa, a maioria dos alunos admirava-o, até porque ele era um grande intelectual.

Lembro que, nesse dia, cheguei à escola e já estava um grande burburinho sobre essa palestra. Todos os meus amigos estavam discutindo e estavam muito animados com a chegada do coronel. Assim que o evento começou, sentei-me em uma das primeiras fileiras e não distanciei minha atenção nem por um segundo, meus olhos ficaram grudados nos ensinamentos que estavam sendo transmitidos. No final da aula, tinha algumas perguntas que senti vontade de fazer, mas a timidez tomou conta de mim e preferi ficar quieto. Por fim, fui embora e esse dia ficou marcado na minha memória. Criei uma grande admiração pelo Sodré!

Alguns anos depois, nos encontramos novamente. Durante esse período do colegial, um dos meus contatos disse que conhecia o coronel e conseguiria me apresentar. Satisfatoriamente, Sodré me recebeu de uma maneira muito afável, sentamos e conversamos por uns bons minutos. Durante a conversa, o sentimento de nervosismo e ansiedade perpassava por todo meu corpo, mas a conversa fluiu de uma maneira muito gostosa. Quando lembro desses momentos sinto bastante saudade... Acabou que fomos nos encon-

trando de maneira mais regular e ele começou a me orientar. Posteriormente, ele me contou que havia enxergado, desde o nosso primeiro encontro, um grande potencial em mim. Conforme os meses foram passando, Sodré decidiu montar uma organização para discussão e elucubração de ideias para o pensamento comunista brasileiro. Todas as sessões eram realizadas na sua casa. Naquele ano, a casa do grande Nelson Werneck Sodré foi um dos lugares que mais visitei...

Posso afirmar, com toda certeza, que o Sodré foi o meu “farol” dentro da vida militar. Ele me ensinou os meios corretos para se agir, como esconder meu viés comunista, como conquistar respeito e ser benquisto em todos os espaços. Além disso, ele me ensinou muitas coisas sobre o comunismo, apresentou-me uma enxurrada de livros que ajudou, de modo crítico, na minha formação política. Por mais que dentro de casa essas informações fossem pulsantes, acabava que eu apenas repetia as mesmas palavras que meus irmãos formularam. Portanto, meu encontro com Sodré não marcou somente o início de uma amizade, mas também permitiu que todos os ensinamentos que, de alguma maneira já se faziam presentes no meu âmago, florescessem de modo exponencial.

Minha relação com os comunistas se estreitava cada vez mais. Chegou em um ponto onde já não era mais possível esconder. Meus colegas e alguns superiores sabiam da minha posição – que era um “vermelho” –, mas não havia nenhum tipo de prova que pudesse me incriminar. Sodré me ensinou a não deixar pontas soltas.

A título de curiosidade, havia, em cada unidade militar, um espião que sempre apresentava ao S2 (soldado de segunda classe) informações gerais sobre o suspeito. Por exemplo, chegou um momento em que minha posição era tão nítida que colocaram um espião desse na minha cola. Seus relatórios eram basicamente: “Kardec fez isso, isso, isso. Chegou no colégio, conversou com fulano, em tal lugar, por tanto tempo...”. Porém, eles não conseguiam me incriminar. Porque minha atuação era impecável, chegava no horário, praticava todos os exercícios, prestava atenção nas aulas. Era, portanto, um aluno exemplar.

A minha posição mais explícita não me trouxe grandes problemas. Consegui manejar tudo e utilizar isso como uma vantagem. Essa abertura me permitiu conhecer o Camarão – apelido de um grande amigo de infância –

e começamos a interagir. Ele também tinha aspirações à esquerda, porém tinha medo de se expor e sofrer as consequências. Ao final, ele assumiu sua posição e começamos a interagir cada vez mais.

Naquela época, havia um único professor do colégio que era simpático conosco. A aula ministrada por ele era Geografia Geral. Lembro que eu e o Camarão chegávamos bem cedo, sentávamos nas primeiras carteiras e, já sabendo da simpatia do professor, nos colocávamos a prestar 100% de atenção nas explicações. O professor fazia questão da nossa presença, dizia que tínhamos uma sede insaciável de saber. Rememorar sobre esse período, sobre essas duas figuras, me deixa inquieto e angustiado, porque ambos foram assassinados durante a ditadura. Pessoas tão boas, que me trouxeram tanta felicidade, foram arrancadas da minha vida dessa maneira brutal...

Os anos foram passando, acabei concluindo o colegial com méritos. Isso permitiu que minha vida militar se estendesse por mais alguns anos. Logo após a formatura, fui convocado para servir no Mato Grosso. A Segunda Guerra Mundial havia se iniciado há pouco tempo, o serviço militar estava com falta de pessoas na cavalaria e, devido a isso, fui encaminhado para servir no regimento de Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai.

Esse momento da minha história também é muito interessante. Assim como o fim do fundamental marcou uma guinada na minha vida, o fim do colegial marcou outra. De repente, me vi indo para outro estado, inserido em outra cultura, com outras pessoas. Um mundo completamente novo.

Diferente da época do colégio, meus pais não ficaram emotivos com a notícia, uma vez que já não morávamos juntos há alguns anos. Isso marcaria uma nova fase da minha vida e eles se acostumaram com a minha ausência. Pouco tempo depois de receber a notícia, já era o momento de partir. Tirei esse dia para me despedir da minha família, amigos e de todas as pessoas com as quais mantive algum tipo de contato afetivo. Foi um dia muito especial e emocionante. Ao final do dia, me dirigi ao aeroporto, entrei na aeronave e fui embora. Esse momento marcou mais um ponto fundamental da minha história como militar. O começo de uma nova vida, finalmente o início da minha atuação como militar completo.

Assim que cheguei em Mato Grosso, fui direcionado para o quartel da cavalaria. A primeira coisa que percebi foi a vista da cidade. Era completamente diferente do Rio de Janeiro. As paisagens saltavam aos olhos. Ao che-

gar no QG (quartel general), me apresentaram aos oficiais e companheiros, saudei a todos e me dirigi ao alojamento. O alojamento era bem simples: um complexo de camas espalhadas com baús na frente. Havia um armário com chave para cada um dos soldados e um banheiro compartilhado. A primeira coisa que fiz foi escolher a cama na qual iria dormir pelos próximos anos, depois fui guardar meus pertences e tomar um banho. A única coisa que eu conseguia sentir naquele momento era felicidade, por conseguir estar ali, por ter chegado tão longe.

Os dias dentro do quartel eram sempre meio iguais: realizava minhas obrigações, estudava, praticava exercícios e, mais para o final da tarde, passeava pela cidade a cavalo. Minha relação com os outros soldados era muito saudável. Às vezes passávamos a noite inteira jogando cartas e conversando. Lembro que consegui manter uma amizade até mesmo com o comandante do regimento, Coronel Estrada. Nossa relação começou simplesmente por conta do espiritismo. Sempre conversávamos e ele aliviava minha punição em caso de problemas.

Durante os meses subsequentes, as coisas continuaram iguais. Porém, o conflito mundial começou a se intensificar. Constantemente chegavam relatos de mortes, perdas etc. Em determinado dia, um oficial chegou em Ponta Porã, na cidade de Bela Vista, e pediu para um soldado me avisar que gostaria de me ver. Achei muito estranho, mas o nome era muito familiar. Então, sem muito tempo para pensar, me arrumei e fui para a cidade encontrá-lo.

Assim que cheguei no nosso ponto de encontro – um bar bem afastado – sentei e me coloquei a esperar. Pedi uma cerveja e fiquei lá por alguns minutos. O oficial chegou, sentou na minha frente, tirou o quepe (nesse momento lembrei quem era) e se apresentou:

– Boa tarde, Kardec! Acho que você já me conhece, mas, mesmo assim, é de bom tom que eu me apresente. Sou membro do PCB e soldado no exercício das Forças Armadas do Brasil.

– Ah... Boa tarde, senhor.

– Bom... Vou ser bem direto. A guerra está aí. Muitos companheiros lutando e dando a vida em prol desta terra. Dessa forma, te chamei simplesmente para dizer que você não pode ficar aqui, em Ponta Porã, namorando paraguaias, passeando de cavalinho branco e não fazendo nada. Esse momento é nosso: é agora que vamos conseguir força para reivindicar nossas lutas!

– Mas o que eu devo fazer? Sou da cavalaria, não tem como ir para guerra. Ninguém do meu regimento foi convocado, não precisam de cavalaria nesse conflito.

– Então, você pode fazer como muitos e se voluntariar. Não é sua pretensão se tornar general? Portanto, não dá para ficar aqui comendo, dormindo e deixando todos os problemas da guerra no nosso colo. Se essa for realmente sua vontade, sua aspiração, vá e se apresente como voluntário: nada te impede!

– Tá bom, senhor...

– Acho que é isso... Nossa conversa está encerrada. Lembre do que falamos e qualquer coisa entre em contato.

A maioria das pessoas que foram mandadas para guerra não eram necessariamente soldados. Na realidade, a maior parte era de trabalhadores comuns. Porém, no meu caso, me candidatar como voluntário não era algo bom. O Exército brasileiro não enxergava motivos para me enviar para guerra, visto que minha função era na cavalaria e não havia ninguém deste regimento atuando na FEB, a Força Expedicionária Brasileira. Acabou que isso não me impediu de pelo menos tentar. Tomei coragem e fui falar diretamente com o general que era responsável pela organização da FEB. A única maneira de conversar com esse oficial, visto seu cargo de grande importância, era por telegrama. Dessa forma, redigi um texto explicando as motivações que me levaram ao ponto de decidir atuar como voluntário. Alguns dias depois, chegou um telegrama no quartel, endereçado a mim, com os seguintes dizeres:

Soldado Lemme, achei muito interessante essa vontade sua de se voluntariar para guerra. No entanto, você faz parte da cavalaria. Dessa forma, não temos espaço para você. Mas, se o seu interesse for genuíno, posso conseguir uma vaga para você tirar um curso de um mês, aqui em Marechal Hermes, na Escola de Motomecanização. Assim, você vai conseguir se desenvolver como mecânico e, portanto, vai ter uma posição de atuação compatível com a guerra. No caso de interesse pela vaga, responda esse telegrama e vamos realizar os trâmites necessários.

Após ler o telegrama, quase que imediatamente, já comecei a redigir uma resposta favorável à proposta. No momento em que terminei de es-

crever, me dirigi ao Coronel Estrada e pedi sua permissão para aceitar. Ele permitiu e, portanto, enviei minha resposta.

Alguns dias depois, recebi a autorização para me dirigir até Marechal Hermes. Não tive muito tempo para arrumar as coisas, tudo foi organizado meio às pressas. Em menos de vinte e quatro horas, já tinha organizado tudo e avisado a todos da minha partida. Logo no amanhecer do dia, peguei o ônibus e fui para a cidade na qual passaria um mês antes de ir para a guerra. Hoje quando paro e penso sobre esse período, com a sabedoria de uma vida quase completa, percebo que tive que ter muita força física e psicológica para aguentar todo esse fardo.

Esse um mês que passei em Marechal Hermes foi bem complicado, precisei me adaptar rapidamente a toda aquela situação. As aulas começaram sem muita demora e no geral elas eram bem simples. Os dias se seguiram em meio a monotonia e o mês passou sem pressa. Assim que o curso terminou, me apresentei ao general da FEB. Pedi a permissão para me voluntariar. Ele me designou como combatente e foi assim que fui para a Segunda Guerra Mundial...

Lembro que nesse mesmo dia escrevi uma carta para os meus pais e irmãos avisando sobre a minha decisão. As coisas, assim como no curso de motomecanização, não me deram muito tempo para despedida. Quando percebi, já tinha chegado o dia de me apresentar ao meu esquadrão e faltava pouco tempo para a partida. Meus companheiros de esquadrão, mesmo sabendo das minhas posições políticas, eram bem simpáticos e me tratavam muito bem.

Chegou o dia da viagem: foi aquele fervor emocional! Os soldados se despedindo da família e entrando dentro do navio americano que iria nos conduzir até a Itália. Como minha família estava toda no Rio, me despedi apenas de uns poucos amigos. Acho que é impossível descrever a sensação que tive quando entrei dentro do navio... Todos os meus sentimentos pulsavam de maneira latente. Parece que todas as emoções, que estavam guardadas dentro do meu coração, saltaram para fora e me envolveram de modo absoluto! Essa viagem me deixou muito baqueado...

Durante a viagem, que era muito grande (mais ou menos 10.000 quilômetros de distância), nosso passatempo era conversar sobre o desenrolar da guerra, as mulheres da nossa vida, a ideia de uma vitória contra o fascismo.

Quando não tínhamos mais assunto, as cartas entravam em jogo e começávamos as apostas. Foram mais de vinte dias nessa situação. Além disso, minha mente sempre me perturbava com os meus próprios sentimentos: era um misto de frustração, medo, saudade, esperança etc.

Em meio a toda essa confusão mental, duas ideias contribuíram para minha resiliência. A primeira delas foi a convicção de estar indo vingar meu pai. Através do meu auxílio, o fascismo que perturbou minha família seria derrubado, destruído, dizimado. O outro ponto era a ideia de estar contribuindo, de alguma forma, para o auxílio e soberania do meu país. Na minha ideia, a ida para Itália significaria a resolução de diversas questões e foi isso que me deu forças para não desistir.

Assim que o navio atracou no país europeu, os mais de dois mil soldados se colocaram em posição de sentido e foram descendo rumo à cidade. Nossa viagem não tinha acabado naquele momento: ainda seria necessário viajar por mais 450 quilômetros. Saímos de Nápoles e fomos até Staffolo. Não tivemos nem tempo para descansar. Foram mais alguns dias de viagem e, finalmente, chegamos no destino final.

Ao chegarmos em Staffolo, estávamos extremamente exaustos. Havia alguns soldados que não dormiam há dias. Eu sei que estou batendo bastante nessa tecla, mas a sensação de ver todos aqueles homens, que tinham deixado tudo para trás sem certeza de voltar, com esperança e lutando, era algo que me inspirava muito. Sem demorar muito, começamos a montar o acampamento e, depois de dias sem descanso, nos deitamos para dormir.

No dia seguinte, começamos a ser enviados aos pontos de conflito mais próximos. Infelizmente, nos primeiros dias alguns companheiros já faleceram. Na minha opinião, essa é uma das coisas mais chocantes e dolorosas do período de guerra. Os companheiros caíam, adoeciam, perdiam membros, morriam e não podíamos dedicar nem um momento à sua memória. Não era permitido chorar a perda, sentir a tristeza. Tínhamos que nos manter firmes e continuar lutando. Esse era o meio permitido para perpetuar a memória daqueles que se foram. A luta não podia parar, precisávamos vencer por aqueles que já não conseguiam mais lutar...

Os dias que se seguiram foram muito difíceis. Acredito que, mesmo com todo o preparo que temos no Exército, a minha mente não estava totalmente treinada para aquilo tudo. Não sei o motivo, mas ainda havia dentro de

mim uma fagulha de esperança, uma ideia de que as coisas iriam correr de forma tranquila, pelo menos por um tempo. Obviamente, essa minha ideia era descabida, formulada a partir do nada. Criei, acredito que por medo, essa convicção absurda e me ceguei com um véu de ignorância. Desse modo, no momento em que a realidade palpável começou a correr diante dos meus olhos, o baque que senti me deixou atônito. Independentemente disso tudo, tive que me manter firme e continuar.

Lembro que esse choque pegou todo mundo meio de surpresa. Para não enlouquecermos, começamos a realizar atividades desconexas do contexto militar. Os dois programas mais importantes, na minha opinião, eram o cinema improvisado e os “bailes”. Acho muito interessante contar como conseguimos, em meio a todo aquele espaço caótico, montar duas atividades culturais fortíssimas. Evidentemente, tudo era meio improvisado. Por exemplo, o cinema era estruturado dentro de um prédio abandonado que ficava perto do acampamento. Os bailes seguiam a mesma pegada e eram meio improvisados dentro do acampamento mesmo. Um caminhão passava pelas vilas mais próximas para buscar mulheres que estivessem interessadas em ir dançar com os soldados. Claramente, elas ganhavam uma bonificação por isso. Assim que elas chegavam no acampamento, cada soldado chamava uma para dançar e depois, quando o baile acabava, todas entravam no caminhão e voltavam para suas respectivas casas. Durante essas duas ocupações, nos divertíamos ao ponto de esquecer todo o terror que estava acontecendo.

Através dessas atividades, começamos a construir uma rede de relações interpessoais dentro do acampamento. Isso permitiu que nossa saúde mental melhorasse exponencialmente, dentro dos limites que eram possíveis. Na minha opinião, isso influenciou diretamente no nosso desempenho em meio ao campo de guerra.

Desse modo, fomos levando a vida como podíamos. Acho interessante que, mesmo com todos esses problemas que relatei, nunca presenciei um soldado da FEB ser inconsequente. A maneira com a qual entramos e residimos em solo italiano foi admirável e elogiável. Não havia, durante todo esse período de atuação, nenhuma ordem que não cumpríssemos.

Lembro que nossa primeira interação com a população italiana foi bem curiosa. Em um primeiro momento, eles acreditavam que nós éramos prisioneiros alemães. Isso porque nossos uniformes, de cor verde oliva e sem

ornamentos, eram parecidos com os dos prisioneiros alemães. Porém, a expressão e o tratamento deles mudou quando perceberam que éramos, na realidade, aliados. Dessa forma, quando entrávamos dentro dos vilarejos, muitos italianos nos ofereciam abrigo, comida, auxílio médico. Acho que se voltássemos nas cidades em que passamos, a população mais velha nos receberia novamente com todo aquele entusiasmo e respeito. Diferente dos brasileiros, eles conseguem ter uma noção mais ampla do peso e da importância da atuação brasileira na luta da Segunda Guerra.

Durante a guerra, fiz muitos amigos na FEB, e alguns ainda se recordam de mim, entre eles, os ex-combatentes Paulo Nunes da Silva, Sebastião José Ramos de Castro e José Conrado de Souza.

Paulo foi voluntário da FEB, era sargento especialista em motomecanização e operador cinematográfico. Depois da guerra, tornou-se administrador. Um amigo muito gentil, e me falava que eu era otimista, passava confiança e era uma ótima pessoa, porque meu princípio era fazer primeiro qualquer coisa que pediria para ser executada pelo pessoal da tropa.

Sebastião é general e, muito bondosamente, disse que guerra realizei um trabalho notável, era liderança exemplar, removendo obstáculos do melhor modo, quando fui designado para chefiar o Serviço de Transporte do Depósito, que estava um pouco desorganizado. O pessoal que comandava passava pelos serviços de diferentes oficinas (de borracharia, de abastecimento, de manutenção) para realizar o trabalho e avaliar os soldados. Só depois que eles tivessem passado por todos esses serviços, é que poderiam realizar e comandar comboios de longa duração, em viagens diurnas e noturnas de ida e volta, com algumas paradas técnicas. Quando regressavam, apresentavam para mim, o relatório do deslocamento a qualquer hora, mesmo de madrugada, e recebiam uma refeição quente. Por isso, o Sebastião achava que eu tinha grandes qualidades. Mas, segundo as palavras dele, eu possuía um defeito: era comunista convicto de sentimento marxista-leninista. Falava que eu fazia abertamente, sem me esconder, “proselitismo em favor do comunismo” junto aos meus oficiais e sargentos, o que, ao ser ver, me prejudicou na carreira...

José Conrado é tenente, meu amigo pessoal. Afirma que sempre o apoiei em tudo o que ele precisava, lhe dei bons conselhos e o amparei quando ele se considerava um garoto, com 22 anos. Ele me considerava trabalhador,

honesto e competente, assim como eu o considero. Quando paramos para lembrar o que fizemos naquela época da guerra, ficamos felizes por nossa amizade e boas recordações...

A minha atuação, assim como a dos meus companheiros, era muito plácida. Porém, dentro do quartel, quando estávamos livres, acabava transgredindo e cometendo algumas ingenuidades, mas não era nada muito sério. No geral, eram coisas relacionadas ao partido e aos companheiros comunistas.

Rememoro que imprimi e coleí, de maneira bem escandalosa, o manifesto do PCB em um pedaço do quartel, em Livorno. Surpreendentemente, isso não me trouxe problemas. O major que estava nos orientando, Major Uruguai, ficou uma fera e encaminhou a questão direto para o coronel. Não me deixou nem falar! No entanto, o coronel que estava comandando naquele momento, Tácito Lívio Reis de Freitas, era integrante do partido e, portanto, não aconteceu nada. Quando cheguei para falar com ele, a única coisa que escutei foi:

– Kardec, tem como você aliviar um pouco? Não vou conseguir te salvar de todos os problemas.

Acabou que não parei por aí, mas ele continuou me ajudando. Durante todo o período da guerra, tentei, de todas as formas possíveis, enfatizar minha posição política. As coisas seguiram dessa forma até o final da guerra.

O dia mais emocionante da minha vida, sem sombra de dúvidas, foi quando a guerra se findou. A guerra acabou oficialmente no dia 8 de maio de 1945, mas dois dias antes nós já havíamos sido avisados sobre o fim. No momento em que recebemos a notícia, fomos para a cidade de Francolise. Ao chegarmos na cidade, montamos o acampamento e começamos a conversar sobre todas as coisas que haviam acontecido, sobre nossas expectativas para o futuro. Acabou que ficamos conversando até o anoitecer. Nossa estadia nessa cidade foi bem rápida, poucos dias depois já estávamos embarcando para retornar ao Brasil.

A chegada ao Brasil foi algo emocionante, nunca havia sentido aquela sensação. Primeiramente havia, entre todos os soldados, aquele sentimento de retorno à terra mãe. Fazia tempo que não pisávamos em solo brasileiro. Além disso, tinha aquela sensação de alívio... Muitos, inclusive eu, não conseguiam acreditar que tinham sobrevivido, que conseguiriam ver a família novamente!

Ao desembarcamos, fomos recebidos por um mar de pessoas que se colocaram a nos esperar, como se fossemos heróis. Nesse dia, reencontrei minha família e recebi o acalento que precisava, que sonhei por tanto tempo. Nos dias seguintes, houve diversas festas e até desfilamos em meio a cidade carioca.

Esse ano foi um marco na minha vida. Quando parti para guerra, uma das pessoas que deixei para trás foi uma namorada que conheci em Marechal Hermes. Quando retornamos, ela foi uma das pessoas que me recebeu. Naquele mesmo ano, nos tornamos noivos e fui morar com ela e a família. Acabei preferindo me resguardar por um tempo, me afastar de conflito para o bem dela e da família.

Naquele mesmo ano, o PCB foi legalizado e soltaram o Prestes da cadeia. Mesmo assim, continuei, no interior do Rio, com a família da minha recém-noiva. Às vezes, eu ia para a cidade para falar com meu irmão. Ele me contava todas as novidades sobre o partido, vida pessoal, família etc. Minha esposa, porém, enxergava que isso não estava me fazendo bem, estava afetando diretamente a minha saúde. Sempre quando chegava dessas saídas, ela me recebia com a seguinte frase:

– Kardec, você já entregou muito da sua saúde no período de militar. Agora, depois da guerra, você está tranquilo, tem que se cuidar mais.

A ideia de dar uma pausa, me cuidar, passava pela minha cabeça durante o dia todo. Não tinha mais como sair por aí assumindo minha posição de comunista. Agora havia uma família sob minha responsabilidade. Nesse período pós-guerra, o anticomunismo começou a crescer exponencialmente. O objetivo deles, a longo prazo, era encarcerar todo mundo. Todos estavam sendo alertados a se manter quietos e de cabeça baixa. Em uma dessas minhas idas a cidade, encontrei um grande amigo, Coronel Bolívar, e comentei sobre o assunto:

– Companheiro, te cuida. Não tem condições de você continuar se entregando dessa forma, com toda essa força. Se você continuar assim, não vai conseguir ver a proclamação da República Socialista Brasileira.

Nos anos seguintes, as coisas só pioraram. O PCB foi colocado, novamente, na ilegalidade e ficamos todos à mercê dessa situação. Portanto, continuei me resguardando de todas as maneiras possíveis. Infelizmente, muitos foram capturados nesse período. Sofreram prisões, torturas, perde-

ram família... Não tinha como voltar a ativa. A ideia de poder perder minha noiva, meus irmãos, minha família, me perturbava durante todas as noites.

Nesse momento delicado, todos os meus encontros e conversas do partido eram mediados por algum dos meus amigos. Fortunato Câmara, assumia a responsabilidade de me proteger nos encontros com o pessoal da Aero-náutica. Comandante Godoy, fazia a mesma coisa, mas quando o encontro era com os soldados da Marinha. Eles foram os pilares que sustentaram minha vida política nesse momento, porque isso impediu que minha família sofresse e permitiu o meu resguardo.

Lembro que, nesse período, o Clube Militar era o único meio para mantermos contato, produzir conteúdo e ainda continuar ativo na vida político-militar. Essa associação é uma instituição privada, que ainda existe atualmente, e que tem como objetivo fornecer assistência social, cultural, esportiva e recreativa para os militares do estado carioca. Desse modo, acabei entrando para a associação.

Na época em que entrei, o Major Francisco Teixeira e o Coronel Tácito Freitas já eram membros. Eles eram os responsáveis por inserir o pessoal comunista lá dentro. Foram eles que garantiram a minha vaga.

Com o passar do tempo, consegui conquistar a confiança dos meus superiores. Assim sendo, fui realocado para posição de gestor do interior. A minha obrigação era gerenciar a estruturação do clube no interior do estado carioca e simultaneamente estudar sobre a aplicação dele em outros estados do Nordeste brasileiro. Nesse mesmo momento, estava acontecendo o levante em defesa da Petrobras. Foi assim que surgiu um dos gritos mais famosos das manifestações brasileiras: “O petróleo é nosso!!!”.

E também foi assim, em meio às manifestações, que os comandantes da associação começaram a preparar um levante contra os membros que fossem comunistas. Porém, não existiam motivos para a expulsão de nenhum de nós, eles não tinham meios para concluir esse objetivo. Até que, em agosto de 1950, fornecemos um motivo e eles conseguiram desestruturar a nossa ação no Rio de Janeiro.

Esse fatídico ano marcava o início da guerra na Coreia. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos garantiram seu espaço dentro do cenário político nacional. Dessa forma, eles começaram a financiar conflitos armados e ditaduras em diversos países do mundo, por exemplo: Guerra da Coreia, Guerra do Golfo, Ditadura no Brasil, Ditadura no Chile etc.

Essa hegemonia americana começou a incomodar meus companheiros. Naquela época, estávamos gerenciando a revista do Clube Militar e percebemos que essa era a oportunidade para expressarmos nossas opiniões. Desse modo, escrevemos em conjunto um artigo sobre o assunto: “Considerações sobre a Guerra da Coreia”. Normalmente, o Sodré impediria a publicação, mas, nessa ocasião – não me lembro o motivo –, ele acabou não intervindo. Assim, publicamos, na revista número 107, um texto enfatizando que o início da guerra só foi possível por conta do financiamento americano e, além disso, afirmamos que o Brasil, como nação independente, deveria manter-se longe do conflito. Nessa época, a UDN e os militares “liberais” pressionavam, de maneira excessiva, o presidente Vargas para uma inserção brasileira no conflito. Eles acreditavam que era necessário organizar a FEB para enviar apoio militar à Coreia. Portanto, a publicação do artigo era extremamente necessária, visto que ele enfatizava o quão inútil seria essa ação.

Como já era de se esperar, o trabalho não foi bem recebido no meio militar. Lembro que houve, mesmo dentro da ala “comunista” – coloco aspas entre essa palavra, pois os nacionalistas, nesse período, também eram entendidos como comunistas –, uma série de discussões sobre a necessidade da publicação de um trabalho tão “grosseiro”. Os liberais assumiram uma postura mais violenta, eles iniciaram uma série de denúncias para o afastamento de todo corpo redator da revista. Na opinião deles, nosso artigo manchava a instituição, portanto, não fazia sentido que continuássemos sendo membros.

Sendo assim, os comandantes do Exército, em sintonia com o alto escalão do Clube Militar, iniciaram um processo de afastamento de todos os “comunistas”. Fomos reorganizados e cada um dos membros da revista foi enviado para um estado diferente. Foi uma limpeza geral! Pelo que me lembro, o Donato foi enviado para Fortaleza; Sodré, foi enviado para o Sul (não me lembro a cidade); Lott continuou no Rio; eu, acabei sendo mandado para Salvador. O objetivo deles era fragmentar a nossa organização para que assim perdêssemos influência e, conseqüentemente, cáissemos no ostracismo.

A minha viagem para Salvador teve que ser feita às pressas. Minha transferência foi estipulada e tive apenas uma semana para arrumar minhas malas. Em meio a essa semana, acabei conversando com minha noiva e decidimos que ela não iria comigo para a capital baiana, uma vez que não

queríamos transmitir uma ideia de permanência. O meu retorno para o Rio era uma certeza.

O dia da viagem chegou, fomos todos para o aeroporto. Assim que chegamos, me despedi de todos e entrei na aeronave. A viagem foi tranquila, sem muitas turbulências. Quando cheguei em Salvador, já havia um soldado esperando para me acompanhar até o QG. Incrivelmente, fui muito bem recebido quando cheguei no quartel. Não havia muito tempo para explorar o local, portanto, a primeira coisa que fiz foi organizar meu quarto e iniciar minhas obrigações.

Esse período foi bem difícil. A minha função não foi alterada, mas o comandante não gostava de mim. O comandante da época, era um homem extremamente reacionário. Criou, ao longo dos anos, diversos conflitos e nunca foi punido por nada. A título de curiosidade, um companheiro nosso, membro do PCB, estava há anos servindo nesse quartel. Em determinado dia, ele cometeu uma infração comum e, devido ao seu viés comunista, foi punido com uma prisão oficial. Permaneceu enjaulado por um tempo. No mesmo período, um outro membro do quartel, atuava como capitão, foi pressionado ao ponto de se suicidar. Dessa forma, já era de meu conhecimento os problemas que me aguardavam.

Poucos dias depois da minha chegada, houve um dos maiores acontecimentos da história brasileira: a renúncia de Jânio Quadros. Lembro que foi uma surpresa enorme quando abri o jornal. Nessa situação, o vice-presidente, João Goulart, estava na China resolvendo negócios internacionais. Assim, o então presidente, Jânio, pensou que a população, ao perceber sua renúncia, iria implorar para o seu retorno. Não daria tempo para o Jango voltar da China e assumir a posição de presidente. Mas isso não aconteceu. Nesse momento, o país entrou em um caos generalizado. Muitos militares acreditavam que esse era o momento do Exército tomar o poder, mas o Comando Geral do Exército optou por permanecer, pelo menos nesse momento, em defesa da legalidade. Essa decisão incendiou as emoções dos soldados conservadores, inclusive do comandante do meu regimento.

Logo após as ocorrências relacionadas ao ex-presidente, meu comandante surtou e escreveu um documento contra a decisão do Comando Geral. Esse documento chegou em minhas mãos antes de ser lançado para o público geral. Isso porque um dos meus amigos trabalhava na gráfica do

quartel e, ao perceber a gravidade daquele documento, resolveu me extraviar uma cópia. Assim que comecei a ler, me vi diante de um grande problema. Meu comandante, sem nenhuma noção de responsabilidade, resolveu escrever um documento esculachando a decisão do Comando Geral do Exército. O objetivo dele era distribuir esse documento por todo o quartel, ocasionando desse modo, uma revolta geral de todos os militares liberais que atuavam naquela região.

No momento em que terminei de ler, peguei o documento e, sem pensar duas vezes, mandei uma cópia para o marechal Lott. Na minha cabeça, o marechal, assim que terminasse de ler, iria transmitir essa barbaridade para todos os nossos conhecidos, demonstrando assim, a irresponsabilidade do comandante. Ele poderia, literalmente, ser assassinado por conta das coisas que escreveu. Porém, antes de receber uma resposta do marechal, o comandante do quartel descobriu meu plano e resolveu me denunciar publicamente.

Naquela ocasião, o comandante emitiu uma chamada geral. Através de uma série de telegramas, ele convocou todos os superiores e soldados de Salvador. Desse modo, marcaram uma audiência pública, onde apresentariam todas as provas contra mim. Assim foi feito. No dia marcado, fui direcionado para a praça onde todos os meus “crimes” seriam apresentados. Quando chegamos, percebi que as coisas tinham tomado proporções absurdas. O local estava lotado de soldados esperando. O comandante foi o primeiro a subir no palanque e, imediatamente, já iniciou a audiência:

– Kardec Lemme, comparecer para chamada.

Me ajeitei e compareci. O comandante continuou:

– Gostaria de dizer que a atitude do oficial, Kardec Lemme, em me contrariar e enviar um documento, de ordem restrita, a outro Estado é um desrespeito sem dimensões...

Aquilo se tornou um grande monólogo, foi um grande circo. No entanto, não resolvi contrariar nenhuma das falas proferidas. Fiquei esperando o momento certo para me posicionar. A expressão de todos os soldados foi caindo, os olhos ficaram esgarçados, o cansaço foi tomando conta. Na hora em que todos começaram a ficar impacientes, o comandante resolveu terminar sua exposição. Nesse momento, me levantei, pedi licença, assumi a persona de um político e, sem utilizar palavras muito grosseiras, respondi todas as acusações que foram imputadas contra mim:

– As palavras proferidas pelo general, aqui nessa denúncia, comprovam que ele iria cometer um ato extremamente imprudente. Com isso dito, peço que peguem o documento, redigido e assinado pelo general, e leiam. Não há, como vocês vão perceber, a possibilidade de um soldado justo, ao perceber a gravidade do assunto, deixar isso passar em branco. Esse homem não tem, de maneira alguma, a autoridade para dizer que o Comando Geral do Exército está errado. A maneira com a qual ele enviaria esse documento é um desrespeito com o Comando e, conseqüentemente, conosco. Como um bom soldado, era minha obrigação não permitir que isso acontecesse. Dessa forma, comuniquei, através de telegramas, a pessoas confiáveis e influentes que me ajudariam a frear a distribuição deste documento.

Assim que terminei minha fala, olhei para o lado e percebi que o coronel estava vermelho, amarelo, branco, pálido, sem vida. Ele decidiu tomar a única decisão que um fascista desesperado poderia tomar. Chamou cinco coronéis e me deu ordem de prisão. A única coisa que pensei, em meio ao calor do momento, foi: “Ferrou!”. Então, resolvi fugir e buscar ajuda, corri para o meu quarto, tranquei a porta, peguei o telefone e comecei a entrar em contato com todas as pessoas confiáveis. Por sorte, a minha ligação ao governador, Miguel Arraes, de Pernambuco, foi atendida no mesmo minuto. Isso foi uma ocorrência do destino, pois ele tinha acabado de voltar do almoço. Para não desperdiçar a oportunidade, comecei a contar, desesperadamente, tudo que tinha acontecido:

– Alô, Alô!!

– Alô. Kardec, o que está acontecendo? Por que você está tão desesperado?

– Estou em uma merda gigantesca aqui no quartel. O comandante acabou de me dar ordem de prisão.

– Como assim?

De maneira abreviada, contei toda a situação e o governador, sem pensar duas vezes, resolveu que iria me auxiliar nessa situação:

– Como posso te ajudar?

– Então, preciso de um defensor, porque se não vou me ferrar. O comandante pode inventar o que ele quiser. Portanto, me manda o melhor advogado que você conseguir. Por favor, mande ele imediatamente!

O governador percebeu meu desespero e pediu para o melhor advogado de Recife vir me socorrer. No entanto, logo após a chamada ser encerrada,

alguns oficiais conseguiram entrar no meu quarto e, de maneira bem violenta, me levaram preso. As coisas, naquele momento, ficaram mais complicadas para o senhor que me defendeu. Assim que ele chegou no quartel, os soldados o acompanharam até a minha cela e começamos a conversar:

- Boa tarde, Kardec! Vim aqui para te defender.
- Boa tarde. Por favor, você precisa me tirar dessa!
- Está bem... Me conta toda a história...

Ele já sabia um pouco sobre o ocorrido, mas, mesmo assim, contei, detalhadamente, tudo o que aconteceu. Assim que terminei de contar, ele me disse que resolveria isso em pouco tempo. Poucas horas depois, já fui solto e absolveram todas as alegações que foram feitas contra mim. Alguns anos depois, conversando com o Arraes, acabei descobrindo como o advogado conseguiu minha soltura. Basicamente havia, na cidade de Salvador, uma comissão jurídica correspondente àquele município. Dessa forma, o senhor, contratado pelo governador, conseguiu, através de alguns conhecidos, abrir uma discussão sobre o caso e, graças a sua influência, arranjou um meio para a minha soltura.

Alguns dias depois da minha soltura, as coisas se resolveram e sofri apenas uma punição: voltar para o Rio de Janeiro. Na realidade isso, de forma alguma, era algo ruim, uma vez que o meu retorno acalmaria meu coração, da minha esposa e amigos. A título de curiosidade, toda a minha família comemorou quando relatei sobre essa punição. Minha noiva já não se aguentava de saudades.

Quando cheguei ao Rio, a recepção foi muito calorosa. Minha futura esposa, junto da sua família, me esperava no porto e já tinham ajeitado tudo para irmos para casa descansar. Sinceramente, sinto que esse foi um dos momentos mais acalentadores da minha vida. Os dias e meses seguintes foram bem tranquilos. Continuei atuando no quartel e as coisas corriam bem dentro de casa. Logo, me casei. Porém, as coisas começaram a mudar com o início de 1964...

O ano de 1964 já se iniciou de maneira bem conturbada. A Marinha, há alguns anos, estava elaborando um meio de expulsar todos os que tivessem envolvimento com o comunismo. Assim, ela resolveu, no início de 64, enviar um documento ao presidente, João Goulart, exigindo a expulsão de todos os listados. Goulart, no entanto, não enxergou a necessidade de realizar tal ato

e, portanto, resolveu arquivar o pedido. Na minha opinião, essa negativa de cooperação foi a última pá de terra sobre o governo Goulart. Esse momento marcou a morte dessa gestão e o início de uma nova que, posteriormente, ficaria conhecida como Ditadura Militar.

No dia 25 de março, poucos dias antes do golpe, Carlos Marighella acabou me telefonando para falar sobre o assunto. Nesse dia, o partido estava decidindo, através de uma reunião, quais seriam os próximos passos, uma vez que já era certeza da tomada do poder pelos militares. Nossa conversa foi bem simples e rápida. Ele me disse:

– Coronel Kardec, estranhei a sua ausência na reunião. O que aconteceu?

– Marighella, não me leve a mal, mas você sabe muito bem o motivo pelo qual me abstive.

– Entendo suas questões, mas era de extrema importância a presença de todos. Você não consegue compreender que estávamos discutindo uma coisa importante. Ou você vai me dizer que vai desistir da nossa luta?

– Olha, com todo respeito, se você ainda fosse marinheiro, eu poderia perder um minuto explicando tudo. Porém, você é uma pessoa informada politicamente. Portanto, não vou te dar uma aula por telefone. Se você me der licença, vou me retirar, tomar uma Coca-Cola e depois dormir. Obrigado!

Não esperei ele responder, desliguei o telefone e fui dormir. Alguns dias depois, mais precisamente na madrugada de 1º de abril, um camburão, lotado de oficiais, parou em frente à entrada da nossa casa (morávamos no edifício Havana, em Copacabana). Os oficiais saíram de dentro do veículo, subiram as escadas e se posicionaram em todas as possíveis rotas de fuga. Aqueles de patente mais alta foram diretamente para a porta do meu apartamento. Em um ato de violência extrema, eles estouraram a porta, travaram meus filhos e esposa na parede, me bateram e, em meios aos xingamentos e ameaças – todos os oficiais estavam munidos de armas ostensivas –, me deram ordem de prisão:

– Coronel Kardec! Você está preso!

Essa prisão quase que instantânea, após a tomada do poder pelos militares, ocorreu, em suma, por conta das minhas ações no pós-guerra. Basicamente, quando voltei da guerra, minha atuação como militante comunista já era algo explícito para todos os oficiais do Exército. Por conta disso, decidi

que, independentemente de qualquer coisa, as minhas ações políticas seriam mais incisivas e explícitas. Não havia mais a necessidade de esconder.

Essa decisão pesou muito na minha vida nos anos seguintes, principalmente depois do incidente em Salvador. Por mais que os dias fossem, em sua maioria, bem tranquilos, sempre quando estava trabalhando no quartel, me chamavam para um “interrogatório”. Em uma dessas ocasiões, por conta da minha falta de paciência, acabei respondendo, de maneira bem grosseira, ao comandante que realizava as perguntas. Rememoro que a conversa seguiu-se da seguinte maneira:

– Coronel Kardec, chegou em minhas mãos um relatório que te denuncia.

– Pois não? Me denuncia em que sentido?

– Afirma, explicitamente, que o senhor é um comunista.

– Entendi...

– Qual é a sua religião, o que o senhor pensa?

– Comandante, gostaria de informar que não tenho obrigação de responder nenhuma dessas perguntas. Não tenho a necessidade de explicar o que se passa na minha cabeça. Então, me faz um favor e coloca no seu relatório que eu não estava disposto a responder nenhuma das suas perguntas. Na realidade, escreve o que o senhor bem entender, não me importo.

Esse ponto, na minha opinião, marca, simbolicamente, essa ruptura minha para com o anonimato. Por isso resolvi evidenciá-la.

Retomando ao ponto inicial. Logo após a invasão da minha casa e a decretação da minha prisão, fui enviado para o presídio e iniciaram-se os interrogatórios. Meu depoimento seguiu uma linha clara, precisa e concisa. Após alguns dias preso, acabei sendo liberado por falta de evidências. Todas essas prisões seguiam esse mesmo sistema: prende, tortura, questiona. E se a pessoa não aguentar e soltar a informação – em muitos casos a tortura era tão violenta que a pessoa não resistia – morre e os companheiros são presos.

Assim que cheguei à casa, após a minha soltura, descobri que havia sido expulso do Exército. Por meio do Ato Institucional n. 1, eles começaram a drenar todos os “sangues vermelhos” que estavam dentro do Exército, e infelizmente – ou felizmente – fui um dos selecionados para expulsão.

Esse movimento de expulsão fez com que os nervos de todos ficassem à flor da pele. Dessa forma, resolvemos confeccionar diversos meios para a proteção dos militares atingidos pelos Atos Institucionais. Foi assim que surgiu, em meio ao caos da ditadura, um núcleo coordenador de auxílio.

Entretanto, nossas ações tinham que ser coordenadas nas “entrelinhas”, nada podia ser exposto, tudo tinha que ser feito no maior sigilo possível. Naquela época, era muito fácil para eles desconfiarem de alguém e, sem nem ao mesmo ter motivo, prender. Quando isso acontecia, eles conseguiam, através dos métodos de tortura, subtrair todas as informações possíveis. Assim, conseguiam descobrir sobre um serviço como esse que realizamos.

Desse modo, continuamos nas “sombras” por todos os anos em que atuamos. Os anos subsequentes foram muito complicados. Conciliar o trabalho com a defesa e a proteção daqueles que eu amava foi algo muito difícil. Minha família, nessa época, passou por muitas dificuldades, uma vez que era impossível para mim conseguir um emprego. Tínhamos somente o salário da minha mulher e uma pequena pensão do governo.

Infelizmente, as coisas conseguiram ficar ainda piores. No início de 1966, acabei sendo preso novamente. Nessa ocasião, eles alegaram que havia, por minha parte, uma tentativa de reorganizar o Partido Comunista. Dessa vez, eles não invadiram a minha casa para a realização da prisão, mas ainda sim me trataram com hostilidade e violência. Na opinião deles, eu era apenas um comunístinha que merecia a morte.

Lembro que nesse ano, meu filho estava estudando no mesmo Colégio Militar que frequentei. Minha esposa, ficava muito preocupada, pois, com a minha prisão, tinha a possibilidade deles irem atrás do meu filho. Lamentavelmente, isso veio a acontecer. Meu garoto me contou que, numa tarde qualquer, eles entraram na sala de aula, em meio à explicação do professor, e gritaram:

– Luiz Carlos, você está preso para averiguações!

Na cabeça do meu filho, transitava somente o sentimento de medo e a incerteza, ele não sabia o real motivo de estar sendo levado, quais seriam essas averiguações, como elas iriam ocorrer, se tinham relação comigo ou não.

Com o cair da noite, minha esposa começou a estranhar o fato do nosso filho não ter voltado para casa. A madrugada foi chegando e, conforme as horas passavam, o medo tomava conta dela. No dia seguinte, sem pensar duas vezes, ela correu no colégio para perguntar se eles tinham alguma notícia, e foi assim que ela descobriu que nosso filho havia sido preso no dia anterior.

Ele ficou detido, por nove noites, dentro do próprio colégio. Quando minha esposa questionou se podia ver ele, a resposta que ela recebeu foi:

– Seu filho é suspeito, portanto, a senhora não pode chegar perto dele. Ele pode ser um criminoso e garanto que você não quer se envolver com alguém assim.

Meu filho me contou que, durante esses nove dias, ele sempre acordava entre duas e três da manhã, era transportado até a pracinha central do colégio, recebia uma luz forte na cara e, em meios aos murros e bicudas na barriga, o questionavam sobre ele ser um “pombo-correio do Kardec”. Durante essa tortura, ele não podia abrir a boca para nada. Nem mesmo para negar seu envolvimento, pois tudo que ele falava era usado contra. Na realidade, para esse povo, o simples fato dele existir já era um indício de crime, porque ele era filho de um “inimigo da ditadura”.

No nono dia, minha esposa conseguiu conversar com um general que era conhecido da nossa família, Pery Constant Bevilacqua, e contou sobre a situação do meu filho. Ele ficou indignado e furioso, mandou soltar meu filho e o pedido foi concedido. Posteriormente, Bevilacqua, foi afastado das suas atividades, tendo em vista a sua posição política.

Alguns dias depois, acabei sendo liberado do meu cárcere. Quando cheguei em casa, minha esposa, com os olhos encharcados, começou a me contar sobre tudo o que tinha acontecido. O primeiro sentimento que me atingiu foi, sem sombra de dúvidas, o ódio e depois, quase que instantaneamente, fiquei lotado de culpa e angústia. Na minha cabeça, tudo aquilo que estava acontecendo, todo aquele desespero que havia atingido minha família, era culpa minha... consequências puras das minhas atitudes.

A minha atividade, nesse período, cessou. Não tinha mais como, pelo menos naquele momento. Todos os dias, quando encostava minha cabeça no travesseiro, sentia a presença desse fantasma da culpa. Os meses que se seguiram foram muito difíceis. Em meio ao medo da minha família se machucar novamente. Chegava também o sentimento de derrota. Lá no fundo, parecia que eles tinham conseguido tirar tudo de mim.

Conforme o tempo foi passando, percebi que não havia a possibilidade de uma “aposentadoria”, pelo menos não para mim. Dessa forma, conversei com meus companheiros e acabei, em 1968, voltando a atuar como militante na assistência para as famílias de militares cassados. Sinceramente, a opressão que minha família sofreu não era algo particular, todos os meus companheiros estavam sendo afetados. Portanto, não tinha como ficar sen-

tado, de pernas cruzadas, descansando, enquanto a maioria do milhares que conhecia, muitos que eram amigos próximos, sofriam indiscriminadamente com a opressão, tortura e descaso do Estado. Essas pessoas precisavam de ajuda e foi isso que me fez tomar atitude e voltar a atuar nas lutas.

As minhas responsabilidades, neste momento, dobraram. Em meio aos projetos e iniciativas para prestar ajuda aos necessitados, me vi em uma “sinuca de bico”. Infelizmente, não tinha como aceitarmos todos os tipos de militares, pois poderia haver, como já era de se esperar, espões. Dessa forma, ficou estipulado que deveríamos aceitar apenas oficiais de alta patente. No entanto, eu não conseguia ser a favor dessa estipulação. Na minha opinião, tínhamos que auxiliar todas as patentes. Isso foi palco para muita discussão, mas acabou que tive que aceitar essa condição.

Os anos foram passando e começamos a ganhar, dentro do cenário militar, algum tipo de destaque. Assim, em 1969, fomos denunciados à Marinha por financiar a “Associação dos Atingidos pelos Atos Institucionais”. Desse modo, eu e mais quinze companheiros, fomos enquadrados dentro da Lei de Segurança Nacional, sob a acusação de atividades subversivas. Lembro que quando fiquei sabendo disso, tentei avisar todos os meus companheiros que, de alguma forma, haviam se safado na hora da delação. Um desses companheiros foi o Bolívar Marinho.

Essa prisão, diferente das outras, foi noticiada. Rememoro-me que saíam diversas manchetes com o título: “Marinha vai julgar Kardec Lemme”. A ideia deles era promover, de forma organizada, um grande teatro que justificasse a incriminação e condenação dos mais de dezesseis militares capturados. Assim foi feito e, por fim, fomos presos.

Meus depoimentos, depois de preso, mantiveram-se claros, precisos e concisos. Acredito que isso, somado com o fato de alguns militares me conhecerem, me livrou de uma série de torturas e abusos psicológicos. Por mais que as coisas fossem rudes e violentas, diferentemente dos outros quinze condenados, não sofri por nenhum momento durante essa prisão. Obviamente, tive que ser muito resiliente para aguentar toda essa pressão, mas, no final das contas, acabei cumprindo meu tempo de cadeia e sendo liberado.

Essa prisão marcou minha última passagem pela cadeia. Posteriormente, as coisas foram se seguindo com uma possível previsão de melhora. Até que, em 1979, começou-se a discutir a lei de anistia. Nesse momento, nós,

militares que sofremos cassação, sentimos uma sensação de esperança. Poderíamos, através dessa lei, pedir a extinção dos “crimes” que cometemos. Assim, poderíamos retomar as nossas atividades e, conseqüentemente, voltar a receber por elas.

Porém, essa lei correu por um outro caminho. Ao invés de auxiliar os militares cassados, ela garantiu, de maneira absoluta, a impunidade para os oficiais que torturaram e acabaram com diversas famílias. O governo militar, através dessa lei, conseguiu se eximir de toda a culpa, de todos os problemas que viriam com a queda da ditadura. Fugiram de todo o constrangimento possível.

Portanto, a maioria dos torturadores, ao invés de serem expulsos de seus cargos, conseguiram assumir posição de destaque nas Forças Armadas. Além disso, alguns, com o fim da ditadura, seguiram carreira diplomática, portanto, assumiram postos de destaque e grande relevância dentro do cenário político brasileiro. De maneira contrária, os militares que foram cassados, como era meu caso, deveriam apresentar um requerimento para terem a possibilidade de retornar ao cargo que exerciam no momento da cassação. No entanto, isso não abrangia aqueles que fossem de patente baixa.

Como podem imaginar, isso causou uma indignação enorme. Dessa forma, quando o presidente João Figueiredo enviou o projeto de lei para o congresso, resolvemos que era hora de agir. Através da *Folha de S. Paulo*, emitimos um posicionamento com a nossa opinião:

Do ponto de vista do regime vigente, no propósito de ampliar sua base política, a anistia – proposta do Executivo – representa um instrumento precioso: ao reservar-se a iniciativa do projeto e as condições de transformá-lo em lei, o regime utiliza esse instrumento como um meio. Daí as discriminações que se propõe estabelecer e o cuidado em tratar separadamente das diversas áreas e pessoas, com algumas transacionará, com outras, discriminará. Ao tratar cada caso separadamente, o regime retém o alcance da lei e regula a sua aplicação de acordo com suas conveniências, até mesmo as conjunturais. No fundamental, conserva a sua força e divide a oposição. Ao longo do processo, o regime usará a anistia, já no nível de regulamentação da lei, como arma política – se dosará a sua aplicação.

A nossa ideia era denunciar, de maneira pública, todo esse descaso que estávamos sofrendo. Com essa ideia em mente, juntamos uma série

de documentos que mostravam aos parlamentares as consequências da aprovação desse projeto. Além disso, nossa luta somou-se com a dos presos políticos que faziam, como um ato de protesto, greves de fome, com a CBA (Comissão Brasileira pela Anistia) e MFPA (Movimento Feminino pela Anistia). Assim, nos fizemos presentes em meio às votações, discussões e protestos que aconteciam. Nossa luta, nesse momento, tomou proporções inimagináveis.

Entretanto, a lei acabou sendo promulgada no mesmo ano. Desse modo, os torturadores, como já citado acima, prosseguiram tranquilamente com as suas vidas e trajetória profissional. Contrariamente, todos os militares cassados foram anistiados com flagrante restrição. Assim sendo, concluiu-se que todos aqueles que atuaram a favor do governo militar, poderiam ser agraciados com a anistia geral e irrestrita.

Nosso anseio por justiça não se findou neste momento. Na realidade, a promulgação dessa lei, aumentou nossos ânimos e fez com que, em 1980, fundássemos a AMIC (Associação dos Militares Cassados). Nosso objetivo, com a criação dessa associação, era organizar nossa luta. A ideia era que, assim, conseguiríamos uma maior visibilidade pública, ocasionando portanto, em uma reavaliação do projeto de lei.

Nossa primeira vitória só foi acontecer um ano após a fundação da AMIC. Em meio a todas as nossas reivindicações, o capitão José Camolez conseguiu, através do Tribunal Federal de Recursos, a sua reintegração. Lembro que, nessa ocasião, acabei demonstrando demais minha excitação com essa vitória. Cheguei em meio aos meus companheiros e falei:

– Estamos conseguindo! Vamos vencer!

Um dos meus companheiros – não me recordo seu nome – me respondeu:

– Kardec, te admiro muito e entendo seu entusiasmo. Porém, devemos ser realistas, precisamos manter nossos pés no chão. Temos que comemorar quando todo esse pesadelo acabar. Nesse momento, essa vitória ainda é pequena perto do mundo que teremos que mover.

Acredito que esse momento marcou minha vida. Nesse dia, cheguei à casa e minha família estava muito animada para receber as notícias, mas acabei sendo muito breve com eles:

– Não podemos ficar tão animados. As coisas podem estar boas hoje, mas amanhã já é outra coisa.

Os anos subsequentes se mantiveram semelhantes: mantivemos a luta ativa e não paramos com as reivindicações. Porém, em 1983, passamos por uma mudança expressiva, uma vez que os membros do Partido Comunista decidiram que iriam adentrar a nossa causa e ajudar com as manifestações. Desse modo, decidimos que a AMIC assumiria uma outra cara, assim, passando a se chamar: Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (ADNAM), nome mantido até hoje.

Após a chegada dos companheiros comunistas, nossa atuação passou a ser mais política do que efetiva. As coisas se mantiveram iguais por mais alguns anos. O padrão era o mesmo, tentávamos reivindicar nossos direitos e, muitas vezes, éramos ignorados. No entanto, conforme os meses foram passando, as coisas começaram a mudar.

Em 1985, após uma série de discussões, foi decidido que a ADNAM assumiria uma posição politicamente ousada. A ideia era conseguir o máximo de atenção possível para a luta dos militares cassados. Naquele ano, teríamos a oportunidade perfeita para fazer isso, pois seria o ano de comemoração de quarenta anos do término da Segunda Guerra Mundial. Consequentemente, as maiores figuras políticas do país estariam presentes no Rio de Janeiro para prestar homenagens na solenidade.

Desse modo, foi organizado, em maio de 1985, um protesto com aproximadamente duzentos militares cassados. Nosso objetivo era conseguir chamar a atenção do presidente, dos seus ministros e da mídia nacional. Durante o desfile, nos posicionamos atrás das tropas oficiais e, em meio a faixas, cartazes e gritos, levantamos o *slogan*: “A ANISTIA FOI UMA FARSA!”.

Logo após o término da comemoração, o então presidente, José Sarney, se dirigiu e cumprimentou todos os militares do protesto. Além disso, as redes nacionais de televisão também se posicionaram para coletar alguns relatos. Lembro-me que um dos meus companheiros disse:

– Entre todas as mentiras do regime militar, a anistia é a maior delas. João Figueiredo, utilizou-a para absolver torturadores e assassinos. Enquanto nós, militares, que deveríamos ter recebido essa justiça, ficamos no “esquecimento”. Tudo foi minuciosamente orquestrado. Todos vocês caíram nessa ladainha de anistia. Estamos vivendo, infelizmente, uma grande farsa.

Finalmente, nossa luta surtiu efeito. Rememoro que foi uma grande comemoração quando vimos nossas reivindicações estampadas nos grandes jornais, como o *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*. A partir disso, conseguimos acender a fagulha de esperança no coração dos militares cassados.

Nesse momento de explosão do debate nacional, havia sido convocada, através da Emenda Constitucional n. 26, uma Assembleia Constituinte. Em um primeiro momento, ela não se prestava a trabalhar os assuntos relacionados à anistia. Porém, depois das manifestações, não havia outra opção: esse assunto não poderia ser deixado de fora. Assim, surgiu a oportunidade para adentrarmos ao cerne do problema e reivindicarmos nossas demandas pela ampliação da anistia de 1979. Nesse momento, nossa luta atingiu patamares históricos.

A nossa ideia era conseguir um militar cassado que conseguisse nos representar dentro do Congresso Nacional. Sendo assim, corremos atrás de chamar um companheiro de luta que residisse na capital. Desse modo, convidamos o segundo-tenente da Marinha, Paulo Henrique Medeiros Ferro Costa, para atuar nessa luta conosco. Devido à sua patente e sua residência, o tenente conseguiria prestar assistência integral dentro do Congresso Nacional.

Assim, a ADNAM formou, em meio a capital brasileira, uma organização chamada “Comitê Nacional de Coordenação da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Infelizmente, ela nunca foi legalmente reconhecida, mas utilizamos a sua base para conseguir discutir, dentro do Congresso, as pautas relacionadas à anistia.

Nosso primeiro objetivo foi o de adicionar a discussão sobre a anistia em meio à Assembleia Constituinte. Primeiramente, era necessário reformular o projeto de emenda que já havia sido enviado à Câmara. Desse modo, nos debruçamos sobre esse objetivo e iniciamos, com base em todas as técnicas legislativas, a construção de um novo projeto.

Posteriormente, essa adaptação tomou forma em um projeto proposto pelo deputado Jorge Uequed. Essa emenda previa um benefício a uma grande parcela de deputados cassados ou punidos pelos atos institucionais: eles poderiam retornar à ativa, ser promovidos aos cargos de direito e deveriam, ainda, receber todos os salários desde o dia da punição.

Nossa luta, no entanto, não terminou nesse momento. Agora era necessário convencer a população da importância dessa reivindicação e, si-

multaneamente, fazer com que os parlamentares votassem a favor dessa emenda. Para isso, começamos a utilizar os veículos de comunicação para argumentar que essa não era uma luta restrita aos militares que sofreram algum tipo de perseguição. Na realidade, essa era uma luta de toda a nação brasileira, pois esse ato impactava diretamente na nossa democracia. Portanto, era necessário que o Congresso, com essa oportunidade única, corrigisse esse erro cometido pela ditadura. A anistia deveria ser um direito geral, amplo e irrestrito. Não queríamos nada absurdo. Era apenas a restituição dos direitos que haviam sido, de alguma forma, tomados de nós pelo regime ditatorial.

Para conseguir o apoio dos parlamentares, decidimos fazer um mapeamento das posições políticas que eles possuíam. Dessa forma, iríamos conseguir saber quais eram mais suscetíveis a aprovar a emenda. Assim, realizamos o levantamento e começamos a enviar uma mensagem a todos os deputados. No entanto, ficamos sem respostas imediatas, esperando, com muita esperança, que eles resolvessem nos ajudar.

Ainda no mês de maio, com toda essa agitação popular e política, o nosso companheiro, Ferro Costa, resolveu publicar um artigo, no jornal *Correio Brasiliense*, com grandes críticas à anistia de 1979. Pois ela, ao invés de reparar as injustiças sofridas pelos militares cassados, reforçou o esquecimento daqueles que sofreram na ditadura. Dessa forma, ele afirma que caberia à Nova República firmar a reparação dessas injustiças, e que isso deveria ser feito através de uma nova anistia que tivesse aspectos mais amplos.

Alguns dias depois dessa publicação, recebemos a resposta dos parlamentares que resolveram nos ajudar. Basicamente, tínhamos a certeza de que quinze parlamentares votariam a favor do projeto. Entre eles havia dois ex-cassados e um ex-presos político. Além disso, alguns partidos, como o PMDB, levantaram a bandeira pró-anistia e começaram a organizar uma negociação com os partidos mais conservadores. A ideia era estabelecer um diálogo entre as duas partes, pois as Forças Armadas e os partidos mais conservadores eram completamente contra as ações que estávamos orquestrando.

Lembro que, mais ou menos, uma semana antes da votação, todos estávamos com os nervos à flor da pele. Em meio a essa explosão de sentimentos, os ministros das Forças Armadas resolveram deixar claro para o presidente

que eles não teriam condições de lidar com os resultados de uma possível aprovação da emenda Uequed. Em geral, eles não estavam contentes com as tramitações pró-anistia. Devido a isso, também afirmaram que caso a emenda fosse aprovada, eles estariam deixando os seus cargos, juntamente, com o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Sarney, percebendo essa reação, decidiu que deveria ser feita alguma coisa, visto que a chance de aprovação era muito grande.

Infelizmente, essa ameaça dos ministros das Forças Armadas teve grande impacto. Através dos trâmites orquestrados por Sarney, a emenda começou a perder força com os parlamentares. No dia da votação, que se estendeu até a madrugada, muitos parlamentares traíram a nossa confiança e votaram contra a emenda. Acabou que ela não foi aprovada. Em meio aos gritos e xingamentos, tentamos estabelecer um protesto, do lado de fora do Congresso, para demonstrar nossa insatisfação.

O presidente, percebendo nossa insatisfação com o resultado da votação, decidiu propor que houvesse uma pequena ampliação da anistia. Essa nova emenda abrangeria somente os militares que tivessem sido cassados por motivos políticos. Além disso, ela propunha uma promoção por antiguidade e a atualização de salário. Em contrapartida, ela deixava de fora um bom número de militares cassados, não permitiria a reintegração às tropas e não realizaria o pagamento atrasado. As coisas foram formuladas dessa forma, pois era a única maneira dos ministros militares aceitarem.

Essa ação do presidente Sarney conseguiu amenizar o conflito. Nas discussões dentro da ADNAM, chegamos ao consenso de que essa emenda seria o melhor para aquele momento, visto que ela, ainda de maneira não abrangente, concedia direitos a um pequeno grupo de militares cassados. Porém, a nossa luta não parou por aí: continuamos nos organizando para conseguir uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Nos anos subsequentes, a AMINA (Associação dos *Militares Incompletamente e Não-Anistiados*) foi incorporada à ADNAM. Essa associação reunia todos os militares que foram, de alguma forma, punidos por participarem do Levante de 1935 e da Campanha *O Petróleo é nosso*. Lembro-me que a AMINA era coordenada por dois grandes companheiros, o capitão Sócrates Gonçalves e o segundo-tenente José Gutman. Eles eram responsáveis por unir todo aquele grupo de militares cassados.

Nesse momento, nossa luta começou a tomar proporções inimagináveis. Diversos grupos, como Tortura Nunca Mais e Anistiados da Petrobras, adentraram ao nosso movimento. Assim, iniciamos um processo para conseguir promulgar uma anistia que garantisse direitos e benefícios a todos os afetados por esse processo de cassação.

Entretanto, mesmo com esse avanço em direção a uma grande luta pela anistia, ficamos desamparados. Os anos se passaram e aquela promessa de anistia ampla, geral e irrestrita, ficou somente no imaginário. Ao longo desse período, tentamos promulgar três emendas diferentes, essas que, de alguma forma, garantiam todos os direitos e benefícios aos afetados. Porém, os parlamentares que prometeram nos ajudar nas votações, votaram contra todos esses projetos. A Câmara se tornou, na nossa visão, um antro de traidores e mentirosos.

Para não terminar esse tópico afirmando que não conquistamos nada, lembro que no ano de 1988 nós tivemos mais uma grande vitória. A Constituição promulgada naquele ano trouxe alguns avanços com relação à anistia: os militares da Aeronáutica que tivessem, de alguma forma, sido perseguidos, conseguiriam uma indenização. Houve também um avanço com relação aos beneficiados pela anistia: os participantes do Levante de 1935 e da Campanha *O Petróleo é nosso* agora poderiam ser beneficiados e, por fim, reafirmou o direito à promoção.

No entanto, ainda faltava muita coisa para conquistarmos. Essa modificação na anistia, por mais que garantisse uma série de direitos, ainda não abarcava todas as nossas reivindicações. Dessa forma, ainda era necessário continuar lutando para garantir o mínimo dos nossos benefícios. Porém, naquele ano, tivemos um declínio da luta pela anistia. A ADNAM, depois da promulgação desta Constituição, começou a perder muita força no espaço político. Muitos membros acabaram se afastando. Infelizmente, isso resultou em um “ostracismo” da Associação. Consequentemente, grande parte das nossas lutas tiveram que ser engavetadas.

Depois de alguns anos, durante o governo do Fernando Henrique Cardoso, a luta pela anistia apareceu novamente nos campos de discussão. A partir disso, a ADNAM retomou suas atividades com relação a esse tema. Nesse momento, o Brigadeiro Rui Moreira Lima assumiu a presidência. Com isso, nos lançamos, mais uma vez, nessa luta interminável pela reivindicação total dos nossos direitos.

Acho que relembrar todos esses momentos, me fez sentir grandes e diferentes emoções. Como podem notar, minha vida foi lotada de altos e baixos. Muitas lutas, reivindicações e injustiças fizeram parte da minha trajetória. Porém, sempre me mantive muito resiliente...



Livro 4

“É curioso que se preste tão pouca atenção ao papel do testemunho oral, da história oral e das relações entre história e memória na rememoração da experiência dos eventos.”

Dominick LaCapra

Pedro Alvarez

Pedro Alvarez, nosso primeiro entrevistado, foi o único que teve seu relato registrado em vídeo e em fitas cassete. Ao ser perguntado se poderíamos filmar sua entrevista além de efetuar a gravação sonora comum, aquiesceu tranquilamente e demonstrou estar completamente à vontade durante todo o tempo de gravação, que durou cerca de quatro horas.

Narrador nato e acostumado a isso, o desembaraço foi explicado por sua própria trajetória de vida. Gaúcho, nascido em Santana do Livramento, cidade fronteira com Rivera, no Uruguai, de origem abastada, era de formação militar desde o ingresso no Colégio Militar de Porto Alegre, passando pela Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, no final dos anos 1930 e início dos anos 1940. Além de seguir carreira militar no Exército, tornou-se político conhecido como “Capitão do Povo”, tendo sido eleito vereador em Santa Maria e em Porto Alegre e deputado estadual, respectivamente nos anos 1940, 1950 e 1960, primeiramente pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB – e, posteriormente, pelo Partido Republicano – PR. Participou da Campanha *O Petróleo é Nosso*, da Campanha da Legalidade pela posse de João Goulart e foi cassado em 1964. Por ser um homem público e, sem dúvida alguma, um militante de esquerda, filiado ao Partido dos Trabalhadores – PT –, sua narrativa teve um tom predominantemente épico, com características políticas bem nítidas. Sem, contudo, deixar que o viés da experiência pessoal fosse dominante, entremeando habilmente os acontecimentos gerais e sua relação com eles. Pedro Alvarez concedeu um longo depoimento. Além disso, forneceu uma vasta documentação sobre sua trajetória, com escritos biográficos, recortes de jornal, poesias, trechos de processos, discursos, folhas de fé de ofício – um prontuário detalhando suas atividades militares – e listas com nomes, datas e fatos que julgava importante constar de sua história de vida.

É importante, aliás, ressaltar que naquela ocasião se evidenciou que nós, os pesquisadores, não somos os únicos a preparar cuidadosamente roteiros e estudar os caminhos que uma entrevista deve seguir. O colaborador tinha tudo o que queria dizer e mostrar devidamente selecionado e organizado: à medida que contava, recorria aos documentos, inseria-os em sua narrativa, destacando trechos dos escritos. Basta dizer que começou a narrar pela leitura de uma pequena biografia que já tinha começado a escrever e que havia interrompido! Encerrada a gravação, concedeu todos os documentos originais e deixou patente que os confiava na intenção de que fossem incorporados à entrevista.

Assim, em termos de elaboração e coleta documental, o caso de Pedro Alvarez foi excepcionalmente rico. Seria o primeiro de uma série: a maioria dos colaboradores complementou suas falas com outros documentos escritos e iconográficos. Nem sempre longas entrevistas eram acompanhadas de inúmeros documentos. Houve colaboradores que foram mais breves e concisos em suas falas, entretanto, prolíferos em documentos escritos, assim como existiram aqueles que foram sucintos em ambos os aspectos, sem deixar que suas histórias de vida fossem mais pobres ou menos trabalhosas. O que queremos dizer é que, com as mesmas orientações metodológicas que propusemos a todos, o resultado do trabalho de campo foi amplo e variado.

É fato que a trajetória de vida de Pedro Alvarez possibilita trazer à tona inúmeros temas a serem estudados. A herança e a influência dos militares de esquerda, particularmente os gaúchos, que participaram da Aliança Nacional Libertadora é nítida, mostrada principalmente na paródia proibida do Hino Nacional Brasileiro, já apontada por Gutman e pelo trabalho de M. Vianna. Prestes – gaúcho, militar e comunista – foi reivindicado como grande referência da trajetória de luta de alguém significativamente apelidado de “Capitão do Povo”.

Ainda assim, sua participação política institucional foi relacionada tanto aos comunistas quanto aos socialistas e trabalhistas, desfilando diante de nós a amplitude do espectro de esquerda nos anos que são considerados de estrito predomínio do PCB, mesmo na ilegalidade.

A história do Exército é vista como sendo democrática desde a Proclamação da República até o Movimento Tenentista, passando pela Abolição

da Escravatura. As revoluções Francesa, Farroupilha e Russa são trazidas para a história pessoal como grande influência de movimentos e heróis que deveriam inspirar futuras ações concretas. Trata do choque causado pelo contato com a pobreza das tropas em contraste com as riquezas do país – mesma justificativa de Prestes, diretamente ligada ao argumento tenentista, sobretudo, para a tomada de consciência política de esquerda.

No episódio da prisão do soldado negro Romeu Leão, que considera como marco crucial para seu fichamento como comunista e subversivo, encontramos um dos pontos mais interessantes de sua história de vida e da nossa história contemporânea. Refere-se ao confronto direto entre a polícia e o Exército. Foi quando Pedro Alvarez ressaltou as dificuldades de combater o anticomunismo em tempos de Guerra Fria. De início, os fatores que desencadeiam sua perseguição correspondem à participação em um comício da Campanha *O Petróleo é Nosso* e a outro mais curioso ainda: a resistência ao racismo declarado no Exército. O primeiro aparece em seu inquérito, tanto na acusação quanto na defesa. A rixa entre polícia e Exército e os papéis que cada instituição desempenha ficam bem evidentes e não se confundem, como viria acontecer depois de 1964. Já o segundo fator, referente ao racismo, está apresentado enfaticamente na fala de Alvarez.


Apenas a acusação de comunismo e os forjados “planos de revolta comunista” feitos pela polícia contra Alvarez são trazidos à baila. Nomes de militares como Médici e Costa e Silva começam a despontar na repressão interna na instituição militar que mais tarde se estenderia à sociedade civil.

Com uma presença política de esquerda tão marcada, parece natural o encaminhamento de nosso colaborador para a política parlamentar. Seus mandatos curtos ou longos foram caracterizados pela defesa das causas populares e nacionalistas de esquerda. Neles, as complicações entre a vida militar e a parlamentar relacionam-se sempre e desembocam na sonhada, mas não realizada, resistência ao golpe de 1964.

Contados os detalhes dos acontecimentos de 1964 vividos em Porto Alegre, o último bastião da legalidade, reviveu a possibilidade perdida, tentando em seu entusiasmo recuperá-la, tocá-la de perto. Mais uma vez, desvaneceu-se a esperança na constatação da derrota... Como disse em sua história: o “agora” tinha que ter sido ontem. Mas, como não foi,

tornou-se perseguido na sua militância cotidiana permanente, sem desistir de lutar pela democracia e pela anistia, conquistas vislumbradas ao final de sua trajetória de vida.

Pedro Alvarez faleceu em 8 de outubro de 2013, em Porto Alegre.



*“Capitão do Povo... disseram que o senhor era um monstro,
capaz de comer até crianças...!” Para ver como é
que era o anticomunismo!*

*“E a mão armada!
Levantada!
Protestamos!*

*Soldados, operários, marinheiros
erguendo a luz do sol sangrenta flâmula
tornemos o Brasil dos brasileiros*

*Vem camarada, libertador
para o fragor da barricada
o verbo, o canto, o braço ou o fuzil
pelo nosso Brasil!”*

Aos leitores...

Após um informal bate-papo com meu estimado e querido amigo Machadinho, através das ondas de rádio da prestigiosa Guarathan, orgulho da progressista cidade de Santa Maria da boca do monte – cidade por mim sempre lembrada –, não me foi possível deixar de atender ao pedido dele e de vários ouvintes que, naquela noite, alguns anos atrás, assistiram ao conceituado programa em que eu tinha sido entrevistado. Resolvi continuar aquela narrativa, agora com maiores detalhes, procurando sintetizá-los em alguns escritos e numa longa entrevista que concedi, bem como todo o meu arquivo pessoal, à jovem historiadora paulistana Andrea Paula dos Santos.

Livro, biografia, entrevista, depoimento: isso fica a critério dos leitores. Não tinha a pretensão de publicar minha vida em um livro... Por isso, peço

que levem em conta que a narrativa que se seguirá nada mais é do que a vontade férrea de quem, como eu, tomou consciência de que é preciso esclarecer e organizar a opinião pública brasileira para criar as condições, através da luta democrática, de transformar o nosso Brasil no verdadeiro Brasil dos brasileiros. Um lugar onde possamos dizer, em alto e bom som, que somos felizes, porque vivemos num dos países mais ricos do mundo, e que nosso povo já deixou de ser explorado por uma minoria que cada vez mais vinha enriquecendo, à custa da miséria, cada vez maior, das grandes massas brasileiras. Com esse intuito, conto minha história...

Afinal, quem sou eu? Meu nome é Pedro de Arbues Martins Alvarez e nasci em 29 de outubro de 1918, em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. Para contar minha história, é imprescindível falar da terra natal e da descendência paterna e materna...

Minha cidade natal fica localizada na região oeste do Rio Grande do Sul e caracteriza-se por sua privilegiada situação geográfica como uma cidade *sui generis*. Ali existe uma fronteira sem demarcação entre Santana do Livramento e sua irmã Rivera, da República Oriental do Uruguai. Foi conferido à Santana do Livramento o título singular de “Fronteira da Paz”, onde cada cidadão torna-se um marco dos limites culturais e geográficos da pátria. Santanenses e riverenses vivem como *hermanos* e amigos na mais completa harmonia e camaradagem recíprocas. Só surge algum entrevero – como diz o gaúcho – ou uma desavença quando se enfrentam as seleções de futebol do Brasil e do Uruguai! Mas, tão logo acontece o raiar do dia seguinte, as rugas não mais existem...

Acontece que os Alvarez descendem de asturianos, da Espanha, e de lá trouxeram na alma toda a beleza da poesia ibérica... Astúrias, uma província espanhola, fica localizada no norte daquele país, e suas belas montanhas encantam a todos e se destacam entre os picos da Europa, por seus impressionantes verdes vales, e se nos apresenta como uma terra de contrastes. Astúrias é a expressão pura da Espanha verde! Os asturianos têm suas crenças e seus mitos peculiares... Ouvem-se cantos de amor e de tristeza, gritos de paz e de guerra, que soam pelas quebradas asturianas em seus belos prados... Na luta são pertinazes por seus ideais e, ao mesmo tempo, generosos com seus inimigos. A serenidade é uma nota comum da natureza de seu povo. Foi de

Astúrias que partiu o primeiro grito de liberdade e de luta da Espanha, na reconquista de sua pátria, quando da ocupação pelos árabes do solo pátrio. Sua capital, Oviedo, tem um passado histórico dos mais importantes. Sua arte e cultura têm formas e estilos muito próprios.

Meu avô paterno veio de Oviedos para o Rio Grande, ainda na época da Revolução Farroupilha. Ele tinha apenas 15 anos de idade e chegou com outros moços espanhóis que se radicaram em Santana do Livramento. Ali formou família: casou-se com dona Joaquina, descendente de uma família tradicional de São Paulo, a Ramos – e teve nove filhos, entre os quais o meu pai, que se chamava Hector Alvarez. Entretanto, para retratar quem foi Angel Arada Alvarez, meu avô, e seu filho Hector Alvarez, meu pai, ninguém melhor que meu ilustre amigo e estimado conterrâneo Ivo Caggiani. Cidadão que orgulha a nossa terra e se vem destacando em várias atividades em prol do conhecimento e do engrandecimento cultural de nossa cidade natal. Foi diretor do jornal Folha Popular de 1955 a 1982, com larga circulação inclusive nos municípios vizinhos. É fundador e diretor do Museu Folha Popular, foi diretor do Museu Municipal Davi Canabarro; foi secretário de Educação e Cultura Municipal; vereador da Câmara Municipal desde 1977, tendo sido seu presidente no período de 1979/1980. É um estudioso e profundo conhecedor da história, fatos e personalidades da nossa tão querida Santana do Livramento. Já publicou cerca de 20 obras. Nas obras de Ivo Caggiani destacam-se o Resumo da história geral: subsídios da história de livramento; Vultos de Santana (2 volumes); Biografia de Carlos Cavaco, um grande jornalista conhecido no Rio de Janeiro e que também era Santanense; Santana do Livramento: 150 anos de história (3 volumes); Flores da Cunha: pensamento político; Davi Canabarro: de tenente a general; e João Francisco, a hiena do Cati, uma biografia desse revolucionário gaúcho.

Do livro intitulado *100 Anos de Comércio*, assim esse autor se expressou a respeito de meu avô:

Ângelo Alvarez:

Tronco de tradicional e destacada família desta fronteira, Ângelo Alvarez é um nome digno de figurar na galeria daqueles que com orgulho, iniciativa e trabalho, contribuíram para o progresso de Santana do Livramento.

Nascido em Colunga, província de Astúrias, Espanha, a 9 de julho de 1823, Ângelo Alvarez, com 15 anos apenas, veio para Santana do Livramento, por volta de 1838, aqui chegando em plena Revolução Farroupilha.

Era mais um filho da Espanha, de gloriosas, ricas e belas tradições que, abandonando a pátria de seus ancestrais, vinha para a sedutora América. O campo era próprio para aqueles que, dotados de rija têmpera e de vontade férrea de trabalhar e vencer, tinham a coragem de sulcar os mares e enfrentar uma nova vida em terras estranhas.

Depois de trabalhar em uma casa comercial de Quaraí, o jovem Ângelo Alvarez retornou a Santana do Livramento, construindo sua morada em frente a Rivera Chico, na atual avenida Tamandaré. Com as economias que amealhara e ajudado por parentes e compatriotas, que aqui já residiam, em 1840 abriu sua casa comercial, que desde logo conseguiu grande clientela.

Ângelo Alvarez, talvez devido à pouca idade com que deixou o país de origem, adaptou-se perfeitamente à nova vida e aos costumes da terra. Em 1849 contraiu matrimônio com Joaquina Cavalheiro, pertencente a tradicional família santanense, cujos troncos vieram da pauliceia, havendo desse consórcio onze filhos. Dessa prole numerosa saíram vários nomes que se destacaram, dignificando a descendência de Ângelo Alvarez e honrando nossa terra. Foram seus filhos, entre outros, Pedro de Arbues Alvarez e Hector Alvarez.

Hector Alvarez desde cedo iniciou sua vida de trabalho, empregando-se no comércio. Pela sua dedicação e pela sua inteligente atividade prosperou rapidamente, adquirindo a firma de seu antigo patrão e amigo, o espanhol José Conde. Sua vida comercial é uma legítima tradição moral da cidade e um verdadeiro padrão de honra e dignidade. Pedro de Arbues Alvarez também trabalhou no comércio, mas dedicou-se mais às letras, mourejando na nossa imprensa em fins do século passado e inícios deste. Pode-se afirmar que foi o poeta mais popular e mais fecundo de Santana, que escondia na modéstia e no retraimento toda a sensibilidade de um espírito que vivia do sonho. Além de larga produção espalhada pela imprensa, deixou um livro primoroso de poesia, intitulado *Magnólias*, obra hoje raríssima, da qual existe um exemplar no Museu Folha Popular.

Ângelo Alvarez, durante quarenta anos ininterruptos, esteve à frente do seu estabelecimento comercial, contribuindo assim, decisivamente, para o progresso da terra que o acolhera.

Depois de encerrar suas atividades em 1880, ainda viveu algum tempo, falecendo a 10 de junho de 1889, com apenas sessenta e seis anos de idade.

Deixou ele, para admiração das novas gerações, o exemplo edificante do estrangeiro grato que só não foi brasileiro porque nasceu na Espanha.

Entre seus netos, o comerciante Hélio Alvarez e o Coronel Pedro de Arbues Alvarez, que residem atualmente em Porto Alegre, e o sobrinho, o jornalista Sérgio Fuentes, ex-prefeito municipal, falecido em 1980.

No mesmo livro, sobre meu pai, assim se manifesta:

Hector Alvarez:

Ao apagar das luzes do século dezenove e início do século vinte, Santana do Livramento já contava com uma verdadeira elite comercial, impondo-se no Estado, no País e no exterior, pelo volume das transações, pela seriedade dos negócios, verdadeira escola de dignidade, continuadora da que ia desaparecendo, levada pelo correr dos anos implacáveis e impiedosos.

Entre esses abnegados obreiros que contribuíram para a pujança de Santana do Livramento dos nossos dias, encontra-se, sem favor algum, a figura saudosa de Hector Alvarez, que é uma tradição de honradez e respeitabilidade.

Entre 1884/1885 José Conde estabeleceu-se em nossa cidade com uma bem montada casa comercial, sob a razão social de “Conde e Cia.”, dedicando-se ao ramo de ferragens de toda espécie, louças e miudezas, etc. A firma prosperou e cresceu, sob a direção segura de José Conde, um espanhol de velha cepa, honesto, trabalhador, figura de relevo no cenário econômico, da época que Santana do Livramento começava a ser.

Com pouco mais de doze anos de idade, o menino Hector Alvarez, vendo-se obrigado a iniciar sua vida de trabalho, encontrou emprego, por volta de 1893, no estabelecimento de José Conde.

Aí, pela mão de seu patrão, iniciou-se nas lides do comércio, recebendo lições inesquecíveis de virtude, de integridade e de amor ao trabalho.

Rapidamente o jovem Hector Alvarez, cujo pai também era espanhol, pela sua dedicação e inteligente atividade, passou a merecer a confiança de seu chefe e a subir hierarquicamente. A 1º de julho de 1907, José Conde retirou-se do comércio, vendendo as existências de seu estabelecimento ao discípulo e amigo. Hector Alvarez tinha, então, vinte e seis anos. Sob a sua direção, a firma continuou a prosperar, tornando-se, com o passar dos anos, graças à pertinácia e ao labor de seu novo proprietário, em centro de trabalho, atividades e variadas transações. Em 1922 o capital ascendia a oitocentos contos de réis e o estabelecimento importava mercadorias diretamente da Europa e dos Estados Unidos. E tanto nesta praça como em todas do País e do estrangeiro, onde mantinha relações comerciais, gozava de amplo e merecido crédito, pela seriedade e lisura nos seus processos de trabalho.

Abrangendo o ramo de ferragens, instrumentos agrários, artigos de bazar, automóveis, produtos farmacêuticos e artigos de construção, oferecia ótimas condições de venda aos estancieiros e agricultores que ali encontravam tudo o que precisavam.

Pode-se afirmar que sua vida foi integralmente dedicada ao comércio, e a posição de fortuna a que chegou foi resultado do seu honrado esforço indi-

vidual na luta quotidiana da espinhosa carreira que abraçou, com verdadeiro entusiasmo, aos doze anos de idade.

Hector Alvarez também nasceu poeta. E aconteceu que o balcão quase anulou o vate. Mas o poeta reagiu e produziu, deixando para a posteridade verdadeiras joias literárias. Em 1956, seus filhos publicaram um livro intitulado *Viagem ao Passado*, coletânea de versos de um poeta cujo drama muito se assemelha à tragédia de Casemiro de Abreu, com a única diferença de que Hector Alvarez fez a sua poesia voltada para as agruras da vida.

Inspirou-se na dor e profunda melancolia, que lhe ocasionou a perda trágica de um filho amado.

Faleceu em 1962, cercado da estima e da admiração de seus concidadãos, que viam nele, além de uma legítima tradição moral da cidade, um lutador que contribuiu para o engrandecimento e o progresso de nossa querida Santana do Livramento.

Seus filhos, Heitor e Hélio César, continuaram as atividades comerciais no mesmo ramo, por alguns anos, até que a firma foi encerrada. Ficou, porém, na história comercial de Santana a tradição que ninguém esquece. Sua esposa Maria Isabel faleceu em 30 de março de 1961. Perpetuam-lhe o nome sua filha Marieta Alvarez Danesi, casada com o Sr. Raineri Danesi, residentes em Santa Maria; sua filha Lenira Alvarez de Medeiros; seu filho Pedro de Arbues Alvarez, casado com Inah Cardoso Alvarez, residentes em Porto Alegre; seu filho Coronel-Aviador Carlos Alberto Alvarez, casado com Gelsa Oberlaender Alvarez; e sua filha Julieta Alvarez Canabarro Lucas, casada com o Coronel do Exército Nemo Canabarro Lucas, residentes no Rio de Janeiro; o seu filho Heitor Alvarez, casado com Lilia Araújo Alvarez; e seu filho Hélio César Alvarez, casado com Carmem dos Santos Alvarez.

CAGGIANI, Ivo. *100 anos de comércio*. Santana do Livramento, 1991.

Quando o meu avô faleceu, aos 66 anos, em 1889, meu pai tinha apenas 9 anos. Ele era o caçulinha e tratavam-no por Nenê. Com o falecimento do chefe da família, surgiram as dificuldades para minha avó, Joaquina, manter seus onze filhos.

Meu pai teve uma infância pobre: ele dizia que nunca frequentou um colégio... foi alfabetizado por suas irmãs, que, entre os nove irmãos, eram cinco. Viu-se forçado a trabalhar com pouco mais de doze anos. Primeiro trabalhou com o primogênito da família, o Manoelito, que tinha um pequeno armazém de secos e molhados. Segundo meu pai, Manoelito era homem honrado, trabalhador, um pouco rude, muito exigente e por demais seve-

ro. Ele tinha um gênio bastante violento: não aguentava desaforo de ninguém...! Por isso, às vezes, via-se envolvido em brigas com outras pessoas.

A peleja, entretanto, está na alma do gaúcho. Na luta, é um tigre indomável. Vencedor, é de extraordinária ternura para com o vencido. Assim, era de se esperar que o jovem Hector Alvarez, meu pai, participasse com sua ajuda material aos maragatos que lutavam contra os chimangos, dois partidos que disputavam o poder no Rio Grande do Sul em duros combates...

Meu pai fez seus primeiros versos sobre pilhas de sacos de arroz e feijão no armazém de seu irmão, seu patrão. As primeiras poesias de meu pai datam de 1900. Durante 20 anos, nelas evocava sua infância pobre e exaltava a sua dedicada mãe que tanto amava:

A casa onde eu nasci

O pé de magnólia soberbo e esguio
que se refloria abrindo em perfumes,
laranjais viçosos aonde o sabiá
medroso, escondido, soltava queixumes,
Onde ele se esconde, onde é que ele está?

O pé de camélias, camélias vermelhas,
os jasmims do cabo, os lírios, as rosas,
por onde passaram enxames de abelhas
esquivas tal como crianças medrosas.

As frutas gostosas do nosso pomar,
os figos, as peras, uvas moscatel,
pareciam frutas adrede molhadas
em favos de mel...

Que é dos cinamomos de flores lilases?
O que é que foi feito dos salsos chorões?

Para onde partiram aqueles rapazes
com quem eu cantava
as mais expressivas
singelas canções?

Ó pé de magnólias...
 Eu volto a falar-te...
 Em noite de lua, beijavas a lua;
 em dias de sol, beijavas o sol.
 Como asas de pombas ao céu espalhadas,
 tão alvas, tão brancas
 como a cor das preces...

E aquele canteiro repleto de rosas
 que a mãe carinhosa formou um “agá”?
 Aqueles tijolos, para onde rolaram?
 Aquele canteiro, onde é que ele está?

A bergamoteira onde a mamãe
 com um canivete meu nome gravou;
 o tronco expandiu-se, cresceu, cresceu,
 e o nome gravado desapareceu...

Mas, aí em minha alma
 todas essas coisas perduram, não morrem,
 revivem floridas.
 São letras gravadas em marmóreas lousas
 são suaves perfumes de essências queridas.

ALVAREZ, Hector. *Viagem ao passado*: versos. Rio de Janeiro, 1956.

Falando das dificuldades que viveu na sua infância, ele também escreveu:

Minha infância

Menino tão pobre que nem uns tamancos
 eu tinha no inverno pra os pés abrigar...

Só tive um brinquedo,
 foi uma pandorga,
 presente bondoso do primo Miguel.

Eu tive um carrinho, coitado,
 montado sobre um carretel...

Eu tive bonecas de pano formadas,
feitas e vestidas por minhas irmãs;
eram muito brancas e depois pintadas
com suco extraído de muitas romãs...

Assim foi a infância que eu tive,
assim foi a infância que o bom Deus me deu...

Depois fui caixeiro do irmão Manoelito,
austero e honrado que muito valia;
se ele dava um grito chamando “Nenê!”
a esse chamado eu logo corria
e na frente dele de medo tremia.

Mas emancipei-me e fui para o Conde,
Onde o meu bigode nasceu e cresceu.

Comecei ganhando cinquenta mil réis,
com casa e comida no “Hotel da União”;
(Hotel do Nicácio) – que ainda hoje vive
em uma janela do meu coração

Assados gostosos no Hotel da União
do velho Nicácio, Vasco Echevarria.
Eu era um menino e o velho Nicácio
aos moços queria.

Tomávamos vinho, um vinho Caldego
que lá da terrinha o Conde trazia;
lembrando esse tempo sinto-me chegar
a um cemitério cheio de saudades,
com mármores brancos, cobertores de pó...

E eu sinto-me triste,
e eu sinto-me só...

1949

Depois de trabalhar no armazém de seu irmão, meu pai foi para uma ferragem de um espanhol chamado Conde, que gostou muito de seu trabalho e não o deixou. Vários tempos passados, quando meu pai já tinha uns 26, 28 anos, ele chegou e disse:

- Eu me aposentei e quero que você fique com o meu negócio.
- Mas como é que vou comprá-lo...? Eu não tenho capital para isso...

Sou um mero empregado.

– Não há problemas. O senhor é inteligente demais e me deu um grande impulso na casa de ferragens e material de construção... O senhor me paga quando puder.

Então, meu pai tomou conta do negócio e progrediu cada vez mais. A casa de ferragens Hector Alvarez, conhecida como a “Casa Tem de Tudo”, era a maior da zona da fronteira. Muita gente ia comprar lá porque tinha aqueles preços bons e, enfim, era muito sortida: daí o nome popularizado de “Casa Tem de Tudo”...

Já meu avô materno, Aparício Gomes Martins, era um médio fazendeiro e casou-se com Maria da Glória Fontoura, ambos de conceituada família santanense. Eles tiveram seis filhos, entre eles está Maria Isabel que viria a ser minha mãe. Meu pai conheceu Maria Isabel e ficaram namorando algum tempo. Em 1911, houve o noivado. Nessa ocasião, ele dedicou a ela o seguinte poema:

À Maria Isabel

Deixo meu coração “senhora” aqui guardado;
Dá amor e carinhos a quem tanto te ama.
Se sentires de noite gemer o desgraçado,
Esconde-o com cuidado nas dobras da tua cama.

De dia, quando há sol e há luz pelo infinito,
Num vaso de cristal esta cartinha esconde;
e fala-lhe de amor, de amor santo e bendito,
Que hás de sentir, “senhora” que o coração responde.

Sei bem que nosso trato não pode ser cumprido;
que vais abrir a carta e ver meu coração.
Porém, gentil “senhora”, do crime cometido
Já estás absolvida, já tens o meu perdão.

1911

Em 1912, realizou-se o casamento. Depois que meu pai constituiu família, chegando filhos e netos, quase toda a sua poesia é dedicada a eles.

Ele teve a preocupação de proporcionar a seus filhos primorosa educação, fazendo-os frequentar os melhores colégios da então capital do Brasil, Rio de Janeiro, e de Porto Alegre.

A respeito de meu pai devo dizer que ele não foi a rigor um poeta, no sentido social, o que não o impediu de exaltar a figura de Gaspar da Silveira Martins. Conforme explicava Caggiani, ele foi um famoso político gaúcho do século XIX, tendo sido em sua trajetória deputado, senador, ministro da Fazenda, conselheiro de Estado e, finalmente, em 1889, presidente do Rio Grande do Sul. Exilado após a Proclamação da República, retornou ao país como um dos líderes da derrotada Revolução Federalista, em 1893, retirando-se para sua fazenda em Montevidéu.

Acredito que Hector Alvarez nasceu poeta, assim como seus irmãos Pedro de Arbues, de quem herdei o nome; Júlia e Ângelo – conhecido como Angelito, o menino poeta –, que faleceu aos 18 anos de idade... As contingências da vida, porém, levaram-no para o comércio, onde conseguiu manter bom padrão de vida para a sua família, composta de nove filhos. Meus irmãos, por ordem de nascimento, são: Marieta; Julieta; Lenira; Heitor, o primeiro filho homem; eu, Pedro de Arbues; Ângelo; Carlos Alberto; Eunice, a nossa caçulinha; e Hélio César. De minha irmã primogênita Marieta até meu irmão Carlos, minha mãe teve seus sete primeiros filhos com a diferença de um ano e alguns meses entre um e outro.

Meu pai gostava muito de viajar. Seguidamente viajava a Buenos Aires, Montevidéu, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Apreciava a boa música e o gênero burlesco. Assim, adquiriu posses a tal ponto que, em 1924, resolveu seguir com toda a família para umas férias prolongadas, como dizia a nossa sempre lembrada mãe. Deixou à testa de seus negócios o seu sobrinho Urbano Alvarez Fuentes, o Lano, como era chamado, pois ele já exercia a função de gerente da loja. Então, nós fomos para o Rio de Janeiro: papai e mamãe; minhas irmãs Marieta, Julieta e Lenira; Heitor, eu, Ângelo, Carlos e uma pequenina de somente três meses de idade, que se chamava Eunice.

Fomos primeiro para Santos, São Paulo, onde ficamos mais ou menos oito meses. Eu tinha, então, seis anos de idade. Meu pai alugou uma bela residência na ponta da praia José Menino, no mais encantador local de uma das praias mais belas de Santos...

Depois, passamos a morar no Rio de Janeiro e lá ficamos residindo em Copacabana, na rua Xavier da Silveira. Fomos matriculados nas melhores

escolas até então conhecidas: eu e meus irmãos no Colégio Santo Antônio Maria Zacarias, estabelecimento tradicional, localizado no Catete e que até hoje existe; minhas irmãs no Colégio Sion, estabelecimento por demais prestigiado e conhecido.

Tudo corria normalmente quando, em 1927, meu pai teve uma notícia bastante desagradável... De Santana do Livramento, foi comunicado que seu sobrinho Urbano fora assassinado após uma discussão com uma pessoa cujo primeiro nome não me recordo, tratado por Melo Franco, gerente de um banco. Papai preparou-se para o regresso a Santana do Livramento, a fim de reassumir a direção de seus negócios. Minhas irmãs ficaram, como internas, no Colégio Sion. Assim, voltamos para nossa casa: meu pai, minha mãe, meus irmãos e a pequena Eunice.

Em uma das férias das minhas irmãs, Marieta, a mais velha, adoeceu com uma congestão pulmonar... A conselho médico, meu pai resolveu levá-la, juntamente com minha mãe, a um sanatório em Belo Horizonte. Meus pais formavam, como se pode dizer, um casal perfeito: vejam como ele se dirige a ela em sua poesia, quando mamãe e Marieta se encontravam em Minas Gerais:

Só

Tão sozinho, me falta a companheira,
A doce companheira dos meus dias.
E como a noite é triste e traiçoeira,
E como agora as noites são tão frias!

Foram pra lá as minhas alegrias;
Penso só na ocasião alvissareira
Em que possas me ver, como me vias
Preso nos laços da ilusão primeira.

Tão distante de ti! Forças terei
Para contrito suportar tudo isto?
Ou talvez de saudade morrerei...

Sem ter sequer ante meus olhos braços
A simbólica cruz de Jesus Cristo
Na meiga cruz dos teus queridos braços.

Não bastasse a grande saudade que meu pai sentia de nossa mãe e de nossa irmã, aconteceu o pior para todos nós... Nossa irmã caçulinha adoecera da garganta e veio a falecer de crupe, uma doença que, nos dias de hoje, dificilmente seria fatal devido ao adiantamento da ciência médica. Eunice faleceu no dia 31 de março de 1928, com cinco anos incompletos, já que ela nascera em 30 de julho de 1924. Meu pai seguiu, então, para Belo Horizonte para comunicar a nossa mãe da perda da tão querida irmãzinha... Ele levou consigo uma cunhada de minha mãe, tia Izolina Coelho Martins, casada com nosso tio Adolfo Martins, a fim de que ela ficasse acompanhando nossa irmã Marieta, que seguia seu tratamento.

Apesar da presença e do apoio de tia Izolina, pessoa muito prestativa, que era demasiadamente querida e estimada por todos nós, papai não teve coragem de dizer a mamãe o que havia acontecido com a pequenina Eunice... Ela só veio a saber da realidade quando chegou de volta a nossa casa e perguntou pela filha... Foi um total desespero! A dor, a tristeza e o sofrimento invadiram o nosso lar, que, até então, era repleto de alegria e felicidade... Através da poesia, papai traduzia a dor que sentia no fundo de seu coração paterno... Assim ele se expressou:

A filha que partiu

(à minha esposa)

Tu choras, Eu não choro. Eu escondo meu pranto,
Apareço no mundo como se eu não sentisse...
No entanto, a minha alma é um triste campo santo
Cheinho de saudades de nossa linda Eunice.

Que anjo mais formoso? Qual criança mais linda?
Quem com maior encanto? Quem com igual meiguice?
No mundo inteiro, creio, não existiu ainda
Uma gentil filhinha como era a nossa Eunice.

Ela era todo um mimo. Travessa, inteligente.
Orgulho muito grande de quem a possuísse.
Sempre a rir e folgar, sempre alegre e contente
O sol da nossa casa era o olhar de Eunice.

“Mãezinha”, te chamava. “Paizinho”, me dizia...
 Com tanta graça e mel, com tanta garridice,
 Que eu penso que o bom Deus não soube o que fazia
 Quando de nós levou a encantadora Eunice...

Se no cimo de um morro de rosas perfumado,
 Eu fosse por acaso, por acaso eu subisse
 Não sentiria o aroma grácil e saturado
 Dos beijinhos que eu tive da minha amada Eunice...

E morreu, pobrezinha, da mãe querida ausente...
 Os beijos seus não teve, porque partiu não disse...
 E eu não sei traduzir o que minha alma sente
 Ao relembrar que é morta a nossa linda Eunice...

No entanto, se extinguiu. Cinco anos, nada mais...
 Branca como se a neve em seu corpo caísse
 Ingrata e inocente deixou os pobres pais
 A clamarem em vão: Eunice... Eunice... Eunice...

1928

Aquele ambiente de tristeza que invadiu nosso lar, com a perda da caçulinha, somente foi amenizado com o nascimento, em 18 de novembro de 1930, de um novo bebê robusto e bonito que passou a ser nosso irmão caçula, Hélio César. Sua chegada trouxe muita alegria para todos nós! Minha mãe, então, teve que se dedicar muito a ele, suavizando a dor e a perda de Eunice...

Meus pais eram muito unidos e somente se dedicavam à família. Meu pai jamais saía a passear em nossa cidade, nem mesmo frequentava o Clube Comercial, prédio ao lado de nossa casa, local muito frequentado pela sociedade santanense e pelo pessoal do comércio local! Seu afastamento do lar era tão somente para, diariamente, ir trabalhar em sua “querida loja”, como ele assim dizia, e que ficava localizada a menos de 100 metros de nossa residência.

Ele era muito dedicado à leitura, tinha uma grande biblioteca, coleções das mais variadas literaturas. Os vinte e seis volumes da *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*, que ele lia constantemente, estão hoje em meu

poder. É difícil de acreditar que uma pessoa como meu pai, que nunca frequentou escola e que foi apenas alfabetizado por suas irmãs, tivesse a cultura geral que ele tinha!

Quando voltamos do Rio de Janeiro para Santana do Livramento, eu e meus irmãos fomos matriculados no Ginásio Santanense, dirigido por irmãos maristas, e as minhas irmãs no colégio das freiras, em nossa cidade natal. Recordo-me que, no ginásio santanense, tinha um amigo, um colega, que se chamava Anacreonte. Um dia perguntei ao meu pai de onde tiraram esse nome, que acho um tanto quanto esquisito, e ele disse:

– Por isso estou sempre dizendo que a leitura é muito importante! Anacreonte foi um personagem que se destacou muito na civilização da Grécia...

Falou ainda em Édipo, Píndaro, Pitágoras, Homero...

– Tudo isso está naqueles volumes da *Biblioteca Internacional de Obras Célebres* que vão ficar para ti...

Ele gostava muito de ler os seis volumes que tinha de *Dom Quixote de La Mancha*. Martin Fierro, ele sabia quase que, inteiramente, de cor. Quando algum de nós perguntava a ele o significado de tal ou qual palavra, ele nos dava a resposta na ponta da língua e dizia:

– Leiam o dicionário que vocês aprenderão muito! Eu fiz do dicionário minha bíblia e sempre estou consultando-o para saber o significado de uma ou outra palavra...

Quando findou o ano de 1931, meu irmão Heitor, então com quinze anos, terminara o ginásio em Santana do Livramento. Ele sempre foi o primeiro aluno da turma! Era muito inteligente e estudioso...

Nessa época, eu deveria passar para o segundo ginásio e Ângelo para o primeiro. Carlos deveria prestar exame de admissão para o primeiro ano ginásio. Ele tinha dez anos e completaria onze em primeiro de junho de 1932: no entanto, inventou de vir para Porto Alegre prestar exame para o Colégio Militar! Diante de sua irremovível insistência, minha mãe convenceu-me a vir junto com ele, alegando que ele era ainda muito pequeno para ficar só na capital. Não poderia eu deixar de atender esse pedido de minha mãe, pois ela era muito apegada a ele, especialmente depois da perda de minha irmãzinha... Apesar do recente nascimento de Hélio César, na época

Carlos ainda era considerado o caçulinha... Com isso, eu perderia um ano de estudo, pois no Colégio Militar só se poderia ingressar no primeiro ano, após a aprovação no exame de admissão.

O exame de admissão ao Colégio Militar era sempre na primeira quinzena de janeiro e a idade mínima exigida era de onze anos completos. Meu irmão Carlos só completaria onze anos em junho daquele ano de 1932. Então, meus pais tiveram que fazer uma jogada, que não sei explicar: aumentaram a idade de Carlos – porque senão ele não podia entrar no colégio – e aí mexeram na minha também! Nossas certidões de nascimento foram alteradas, não sei como: a minha para menos, já que o nosso irmão Ângelo nascera entre nós dois. Eu nasci realmente em 1918, mas oficialmente consta 1919...

Eu estava até satisfeito por ingressar no Colégio Militar, embora tivesse perdido um ano: iria para o segundo ano no Ginásio, dirigido pelos maristas. Isso, para mim, foi bom porque facilitou meu ingresso na nova escola. Nós tínhamos boas notas: tanto que eu e meu irmão fomos para o Colégio Militar sem prestar exame de admissão completo. Como tínhamos média superior a seis em todas as matérias, algumas delas foram selecionadas para que pudéssemos entrar direto.

Heitor viera a Porto Alegre conosco para fazer vestibular para medicina, mas, infelizmente, às vésperas desse exame, adoeceu e teve que retornar para Santana do Livramento, trabalhando junto com meu pai. Realizado o exame de admissão, eu e Carlos fomos aprovados e entramos no Colégio Militar em 1932.

O Colégio Militar de Porto Alegre sempre foi um tradicional estabelecimento de ensino que, juntamente com o Colégio Júlio de Castilhos, o Ginásio do Rosário e o Anchieta, eram os mais conceituados, em Porto Alegre. Sua construção arquitetônica é belíssima! É de estilo clássico, com características ecléticas... Ocupa um quarteirão e tem dois pavimentos, uma só entrada e, ao mesmo tempo, saída. Tem sua frente voltada para a Av. José Bonifácio e sua retaguarda para a Av. Venâncio Aires. Localizado na antiga Várzea, hoje transformada no imenso Parque Farroupilha, é um dos locais mais belos e aprazíveis da capital gaúcha...

O regime do Colégio era integralmente militar: austero e severo. A administração era constituída por oficiais da ativa; Comandante, Major-Fiscal, Capitão-Ajudante e instrutores, Tenente-Ajudante e oficiais. Os alunos

eram agrupados em companhias, comandadas por capitães. Os professores eram militares da ativa, que haviam ingressado no magistério mediante concurso, e aí, então, passavam para a reserva com promoção. Havia também professores civis que tinham honras militares. Todos eles ministravam aulas fardados. Os trabalhos eram marcados por toques de clarim. Tudo se processava em ordem absoluta e em silêncio. O rigor e a disciplina eram impressionantes! Havia internato, semi-internato e externato com instrução militar diária e os alunos se portavam como se fossem soldados.

O Colégio Militar sempre se destacava nos desfiles de Sete de Setembro. Os alunos tinham uma banda militar e uma banda de música. Diariamente havia formatura geral por turmas de aula e de anos do curso no pátio. Havia, também, uma hierarquia militar entre os alunos que recebiam graduação de Capitão a Tenente-Coronel. Deste último posto, o Comandante-Aluno pertencia ao último ano. A disciplina era realmente impressionante! Começava com os oficiais alunos que comandavam as turmas nas formaturas diárias de rotina. Havia uma severa censura moral contra qualquer aluno que denunciasse a falta de outros. Os “bedéis” fiscalizavam os alunos por todas as partes: nos recreios, nas salas de aulas, nos dormitórios, nas refeições... O oficial de dia era, em última análise, o responsável pela disciplina fora do período de aula. Os “bedéis” tinham o nome oficial de Inspetores de Alunos, mas eram por nós somente chamados de bedéis. Havia, entre eles, alguns bem-aceitos no desempenho de suas funções; outros, porém, para mostrar “serviço”, abusavam de sua autoridade... Os alunos, sempre que podiam, procuravam criar embaraços de todos os tipos para desacatá-los, o que resultava, muitas vezes, em punição disciplinar. Essa vigilância não era restrita ao interior do colégio: ela prolongava-se nas ruas, nos cinemas, nas festas... Para isso, existia um bedel especial, o Secreta, que, todavia, era por nós logo identificado. Ele era o encarregado de encontrar faltosos fora do Colégio... Existia, por exemplo, muita exigência no uso dos uniformes, que deveriam estar de acordo com as normas exigidas. Fumar era uma das faltas graves, tanto dentro do colégio como nas ruas. O faltoso ficava detido sábado e domingo, ainda que fosse aluno externo, ou semiexterno!

Após o exame de admissão, por ocasião da matrícula, os alunos recebiam um número pelo qual eram conhecidos, chamados e tratados. Os nomes dos alunos eram praticamente esquecidos...! Ninguém dizia, por exemplo, que o

Marcelo Cerveira e o Flávio Murici haviam travado luta corporal, mas sim que o episódio tinha ocorrido entre o 249 e o 402. O meu número era o 460 e o do Carlos era o 461.

A maioria recebia um apelido que era sempre seguido de número. Recordo-me de alguns apelidos, até engraçados, da minha turma: Bugio, Baileia, Babão, Cebinho, Caveira, Foguinho, Magrão, Pivica, Louquinho, Bruxo, Batatão, Pelicano, Goiaba, Pinóquio, Bagana, Jaguatirica, Puluca, Sonho, Chuchu, Múmia... Como eu e o Carlos tínhamos na época cabelos bastante loiros, recebi o apelido de Alemãozinho. Sempre diziam, quando queriam se referir a mim: o Alemãozinho/460. Meu irmão Carlos era o Tatu/461.

Os alunos do primeiro ano eram tratados como “bichos”, como em toda universidade do Brasil. Havia o trote, que era, depois vim a constatar, bem diferente do trote dado na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. O trote do colégio era mais para fazer a aproximação entre os alunos do primeiro ano e os veteranos. Era um trote suave que a gente, às vezes, fazia de bom grado...

Eu e o Carlos éramos, na realidade, além de travessos, muito brigões! Seguidamente brigávamos com outros colegas e ficávamos detidos no Colégio sábado e domingo e, inclusive, algumas vezes, ficamos presos. Pegamos, então, a fama de brigões. Os veteranos faziam com que eu brigasse, seguidamente com outros colegas! O veterano Josil Palmeira da Costa – que depois veio a ser meu grande amigo, chegou até o posto de Coronel e já faleceu – dizia-me:

– Alemãozinho, aquele “bicho” do Alegrete diz que tem vontade de tirar uma cisma contigo, pois tu pensas que, por ser de Santana, és mais valente do que ele!

Eu me dirigia ao tal “bicho” e perguntava:

– Tu foste dizer que tem vontade de me quebrar a cara?

Ele me retrucava, e, quando a gente ia começar a brigar, o Josil apartava e fazia-nos ficar amigos, dizendo que era um trote somente para fazer nossa aproximação... Isso acontecia seguidamente comigo! A briga entre alunos era comum e sempre resultava em punições para ambos os contendores.

Ali havia um ambiente muito sadio. Havia uma camaradagem entre os alunos que até hoje a gente se orgulha! Quando se encontra com um colega daquela época, a gente confraterniza e relembra as coisas que passaram... Era um ambiente muito bom!

No Colégio Militar, havia uma camaradagem entre todos. Não sei se era aquela férrea disciplina que levava a isso. Esse companheirismo permaneceu ao longo de nossas existências como uma das mais gratas lembranças. Éramos unidos e tínhamos uma responsabilidade coletiva, que era o princípio fundamental da nossa camaradagem. Sempre que possível cobríamos as faltas individuais. Jamais um aluno denunciaria um outro por ter cometido essa ou aquela falta, quando o bedel, ou o próprio oficial, estivesse interessado em saber quem foi o autor de alguma façanha; a união era muito respeitada. Havia uma camaradagem digna de nos orgulharmos durante todo o convívio no Colégio Militar!

Havia um 1º Tenente, Ponçalino Cardoso da Silva, que, quando estava de Oficial de Dia, impunha, com sua presença, um respeito a toda prova! O Tenente Ponçalino era querido e estimado por todos os alunos. Dava-nos o exemplo de como conquistar a admiração e o respeito a um superior hierárquico. Sabia como tratar os alunos para impor a sua autoridade.

Nos dias em que havia festa do Divino Espírito Santo, realizada pela igreja de mesmo nome – na Av. José Bonifácio, onde o Colégio Militar está localizado, com a esquina da Av. Osvaldo Aranha, no bairro do Bom Fim –, os alunos vibravam quando o Tenente Ponçalino era escalado para o serviço como Oficial de Dia! Após a nossa última refeição, ele dizia em voz bem alta:

– Alunos, atenção! Vou liberar o portão de saída para todos aqueles que desejarem ir à Festa do Divino, e alerta que a hora do regresso será as 22 horas, impreterivelmente.

Jamais criávamos algum problema para o Tenente e pontualmente, às 22 horas, todos regressavam para o Colégio...

Notadamente, na hora das refeições, momento em que não se poderia fazer qualquer barulho, as conversas entre os alunos eram as mais silenciosas possíveis. Ouvia-se apenas o ruído dos talheres! Porém, quando um ou outro Oficial de Dia não tinha um bom trato para com os alunos, na hora do rancho, muitas vezes, o refeitório se transformava em anarquia! Jogavam-se pães e pedaços de pão, uns nos outros...! Um gritava de uma ponta, e, quando o oficial se virava para ver quem gritara, outro fazia o mesmo na outra ponta!

Havia uma diferença brutal na maneira de comandar entre os bedéis. Todas as alterações dos alunos eram comunicadas pelos bedéis e, muitas

vezes, pelos oficiais-alunos ao Oficial de Dia, e esse as encaminhava para o Capitão-Ajudante, que daria o veredicto final, apurando se a falta cometida era passível de punição... O Capitão-Ajudante Pedro Bittencourt acumulou também as funções de Major-Fiscal, de 1932 a 1936. A ele cabia averiguar a falta cometida pelo aluno e, se fosse o caso, inocentá-lo ou aplicar o regulamento disciplinar do Exército, o RDE, como é conhecido nos meios militares. As sanções variavam de uma simples repreensão até prisão por um ou mais dias. Também vigorava a suspensão e o aluno ficava proibido de frequentar o Colégio por determinados dias.

Alguns oficiais inspiravam horror aos alunos. Havia um que era apelidado de Cachorro Louco! Deixo de citar o seu nome, embora esteja bem vivo na minha memória, por já ter falecido há muitos anos... Ele era perseguidor, mesquinho e tratava-nos com muita grosseria! Por atritos que tive com ele, fiquei várias vezes detido aos sábados e domingos... Peguei também algumas prisões por não aceitar e até por revidar, na mesma altura, o seu procedimento para comigo!

Tudo no Colégio tinha que ser feito rapidamente e em ordem absoluta! Após nossa última refeição, às 20 horas, em que era sempre servida uma xícara de mate com pão e manteiga, imediatamente subíamos para nossos alojamentos para cair em nossas camas. Às 20:30 horas as luzes se apagavam, ficando algumas lâmpadas fracas, que permitiam a penumbra. Um bedel era escalado para vigiar o alojamento até o toque de alvorada e ele ficava acordado a noite inteira.

Levantávamos muito cedo, às 6:30 da manhã, era escuro ainda. Íamos já, em formatura, para o banho frio de chuveiro, que era obrigatório. Em poucos minutos, voltávamos para os dormitórios, vestíamos as fardas às pressas e, já em forma, íamos para a primeira refeição: café com leite, pão e manteiga. Voltávamos em forma para as turmas de aula, juntamente com os alunos externos, para então nos dirigirmos às salas de estudo, onde eram ministradas as aulas.

Diariamente, havia educação física, baseada em método francês, que começava com movimentos destinados a mexer com todos os músculos: suspender, trepar, arremessar, atacar, defender e correr. Isso foi bastante positivo para nós, pois desenvolvíamos muito bem o físico, ficando em condições de gozar de melhor saúde.

Da direção da escola e de vários oficiais instrutores, guardo uma boa lembrança... O Tenente Ponçalino Cardoso da Silva e o Capitão Pedro Bitencourt jamais serão por mim esquecidos, porque deles colhi o ensinamento básico de como me conduzir na minha carreira militar. O Tenente Ponçalino era um homem enérgico, de poucas palavras, mas, ao mesmo tempo, sabia como tratar e orientar os alunos. Por isso, havia uma unanimidade da nossa parte em reconhecer nele traços de um oficial digno de respeito e de admiração por tantos quanto com ele conviveram! O Capitão de Cavalaria Pedro de Barros Bitencourt era um oficial estimado por todos os alunos que, como faltosos, compareciam à sua presença para serem ouvidos. O Capitão Bitencourt era um militar cumpridor de seus deveres e, por estudos e merecimento, ascendeu a postos superiores em sua carreira, até que, já no posto de Coronel, solicitou transferência para a reserva, após 40 anos de efetivo serviço ao Exército e à Nação. Somente quando a falta cometida pelo aluno não era cabível de justificação ele aplicava o regulamento, punindo o faltoso com penas, conforme a natureza da falta. Eu tinha uma admiração muito pessoal e afetiva por ele, pois tinha uma maneira paternal de nos repreender para que não tornássemos a repetir aquela falta, ou possíveis outras. Com o exemplo que dele recebi, procurei orientar minha vida profissional de militar, buscando sempre tratar com bondade os subordinados, a fim de que fosse possível manter, entre o comandante e os comandados, uma disciplina consciente.

O ambiente no Colégio Militar era mesmo muito bom...! Nós tínhamos ótimos professores! Professores que tinham conhecimento... A maioria deles era positivista e seguia a doutrina de Augusto Comte. Eles inculcavam na gente alguma coisa, mas o principal era que despertavam um sentimento de brasilidade, de que a missão do Exército era, acima de tudo, defender a integridade do território brasileiro, a soberania nacional, as nossas riquezas e também os interesses do nosso povo! Então, a gente via que era um Exército democrático. Porque, realmente, o nosso Exército tem tradições democráticas! É um Exército que na época da abolição se negou a perseguir os negros foragidos; lutou pela República; lutou contra a ofensiva dos trustes norte-americanos, que vieram para o Brasil para tomar a nossa hileia amazônica... Era um Exército que, posteriormente, quando eu já era oficial, tomou posição, através da revista do Clube Militar, contra o envio de solda-

dos brasileiros para a guerra da Coreia! Mas isso é um problema que mais adiante vou procurar explicar melhor...

Como disse, os professores, em sua grande maioria eram excelentes, dotados de mentalidade positivista. Nas aulas ministradas, procuravam apresentar a realidade brasileira, incentivando-nos a sermos verdadeiros patriotas em defesa da honra e da integridade de nosso país, da soberania nacional e de nosso povo. Ficávamos, assim, orgulhosos de ser brasileiros! Afirmavam-nos que o nosso país era um dos maiores do planeta, um país continente, e que possuíamos as maiores riquezas do mundo em nosso subsolo, dotado de grandes jazidas minerais de toda espécie – desde pedras preciosas até ouro –, minérios de todos os tipos, reservas de materiais estratégicos como manganês, bário, tório, urânio, areias monazíticas etc. Tínhamos a Amazônia, a maior floresta do mundo, rios caudalosos, quedas-d'água que poderiam ser transformadas em usinas hidrelétricas, possíveis de produzir energia abundante e barata para o desenvolvimento e progresso do nosso país e para o bem-estar do nosso povo...

Das matérias que estudávamos, recordo-me mais ou menos das do primeiro ano. Eram Aritmética, Português, Geografia, Francês e Desenho. No segundo ano eram as mesmas matérias, apenas a Aritmética era substituída pela Aritmética Teórica. No terceiro ano não havia Francês, mas sim Inglês ou Alemão, e o Latim, que era facultativo. Além das cadeiras de Álgebra, Geometria, Trigonometria e História Universal. No quarto e quinto ano, estudávamos Física, Química, História do Brasil, História Natural, Geografia, Ciências Físicas e Naturais, História da Civilização, Filosofia, Moral e Cívica e Literatura. O sexto ano era destinado à revisão da Matemática, que era mais exigida na Escola Militar do Realengo, para a qual iríamos após a conclusão do 6º e último ano.

Durante o curso, assistia-se à transformação dos meninos em adolescentes, coincidindo com a puberdade. Época difícil da vida, pouco ou nada nos ensinavam sobre a educação sexual. O aluno cuja média anual fosse inferior a cinco ficava sujeito a exame em dezembro, apenas para fins de acesso ao ano seguinte do curso. A média anual de cinco era suficiente para o acesso por média, dispensando-nos do exame, o que prolongava um pouco as nossas férias, já que o novo ano letivo iniciaria em março. Tínhamos, assim, bastante tempo para matar a saudade de nossos pais, de nossa casa e de

nossa cidade... Fazíamos esforços e sempre conseguíamos passar sem prestar exame, gozando de mais tempo para aproveitarmos férias, junto com nossa família e amigos de infância...

Em pleno gozo da primeira de nossas férias, de dezembro de 1932 a março de 1933, meu pai sofreu um grande abalo em sua vida... Em janeiro, houve um incêndio em sua “querida loja”, como ele dizia. Ele perdeu tudo o que conquistou em sua vida de trabalho, e já com 53 anos! O prédio comercial e todo o seu grande estoque de mercadorias foram destruídos no início daquela madrugada... Na cidade não existia corpo de bombeiros, nada estava segurado! Mas o velho não se entregou e tratou de reconstruir sua tão querida loja... Um espanhol, muito seu amigo, Fidel Catalã, que era construtor, prontificou-se a ajudar na reconstrução do prédio sinistrado, tranquilizando meu pai quanto ao pagamento de seus serviços, que ficariam acertados somente quando houvesse condições de efetuar-lo.

O prejuízo foi enorme! Recordo-me que ele falara que perdera, entre prédio e mercadorias, mil e quinhentos contos de réis! Difícil se torna saber o que valeria hoje... Mas lembro que, na época, quando se queria dizer que um fazendeiro era rico, dizia-se que ele possuía quadras de sesmarias e gado, no valor de trezentos contos de réis...!

Meu pai teve que recorrer a um empréstimo bancário, através do qual conseguiu trezentos contos de réis. Com a ajuda do amigo espanhol, reconstruiu a loja, refez todo o seu estoque com o prestígio que tinha junto a seus fornecedores e deu início às suas atividades comerciais.

Para atender seus compromissos com os fornecedores e com o empréstimo que fizera com o banco, às vezes surgiam algumas dificuldades... O gerente do banco era muito insistente e vivia chamando meu pai para conversar. Sobre esse episódio dramático de sua vida, papai escreveu uma poesia, que dedicou a nós, seus filhos:

Ameaças

Meus filhos, vos aconselho
 não tomes nada emprestado
 são experiências de um velho
 que já se viu apertado.

Foi por causa de um incêndio
que tive que hipotecar
tudo quanto possuía
e comecei a penar

Chamadas junto à gerência
sempre a mesma preleção
as gerências são entregues
a homens sem coração

Quase às portas do Natal
do Ano-Novo aos albores
ameaçou-me de falência
um daqueles meus credores

Que Natal e que Ano-Novo
só eu sei como passei
Mas enfrentei as ameaças
ao terror não me curvei.

Mandavam ver meus balanços
tudo havia o que esmiuçar
até a minha querida loja
eles quiseram tirar.

Guardadas e bem guardadas
tenho as cartas do tal gerente
Como é duro o coração
que Deus deu a tanta gente

Quatro casinhas que tinha
parte do meu capital,
as usuras e o banqueiro
me fizeram vender mal

Os juros muito “suaves”
selos, taxas, comissões,
pobre de quem é obrigado
a pôr seus pés em vulcões.

“Vou nomear advogado
não posso esperar mais”
meu nome enxovalhado
meu nome nos jornais

Suicidou-se o Macedo
pelos apertos de um banco.
Não resistiu. Foi um carro
que tropeçou num barranco

Quando o corpo ia na porta
soprada a última vela
o gerente do tal banco
entrava pela janela.

Tudo tocou para o banco,
é a verdade nua e crua.
Todos os outros credores
ficaram a olhar a lua

Velho, sou forte, trabalho
e não conheço a preguiça.
E meu estômago é de ferro
Como feijão com linguiça.

Bebo, como, fumo à beça,
mas nunca cambaleio
Não sou Dário, não sou Mário,
não sou bonito, não sou feio.

Como siris e calamares
como ovos com toucinho,
e nos dias de descanso
tomo três litros de vinho

Tudo passou, alforriciei-me.
Vi-me livre do tirano
que me ameaçava em sadismo
em todo encerrar do ano.

Isso data de 29 de setembro de 1949
 Um alerta a todos nós.
 “Fujam deles, filhos meus
 aceitem o meu conselho”

Apesar de tudo, sua amada loja, a casa “Tem-de-Tudo”, renasceu mais pujante, mais forte, mais querida... Meu pai, como um Hércules, como um leão no seu velho posto de chefe, lá estava a dirigir seus negócios!

Terminadas as nossas férias, em março de 1933, nosso irmão Ângelo resolveu, também, ir para o Colégio Militar. Feito o exame de admissão, ficamos os três frequentando o mesmo estabelecimento de ensino. Ângelo recebeu o número 572 e, como tinha um porte muito atlético, pegou o apelido de Massa. Mas ele era um pouco diferente de nós dois... Era comportado, muito calmo, sereno e fez muitas amizades no Colégio Militar.

Minhas duas irmãs, Julieta e Lenira, também estavam estudando em Porto Alegre e concluíram o magistério, sendo ambas professoras. Marieta, com alta do sanatório, voltou de Belo Horizonte e ficou em Santana do Livramento, onde também se encontravam Heitor, que trabalhava com meu pai na ferragem, e o caçula, Hélio César. Nossos pais vinham, seguidamente, a Porto Alegre porque, diziam eles, sentiam muitas saudades dos filhos ausentes.

O ambiente do Colégio Militar seguiu sendo muito bom até 1935. Mas aí veio a Revolução, o chamado golpe, a Intentona, como alguns dizem, de 1935... Eu, por exemplo, não estava diretamente envolvido nisso, mas conversava com aqueles colegas mais antigos, porque nós éramos novatos na época da Intentona. Fiz muita amizade com aqueles mais esclarecidos e que participaram diretamente do Levante... Dentre esses estavam companheiros que posteriormente foram para a guerra da Espanha: Eny Silveira e Delcy Silveira, por exemplo... E tantos outros: Josil Palmeira da Costa, que já mencionei, e o irmão dele, Manuel Palmeira da Costa... Vasco Prado, que era um grande escultor e é uma figura de renome aqui em Porto Alegre. E aqueles mais antigos diziam, quando começavam a analisar o Movimento de 35:

– Olha, essa história não é bem assim...

Então, não fiquei com uma má vontade, visceralmente contra, como muita gente ficava, porque tinha contato com esse pessoal que, mais ou menos, me dava uma luzinha, assim, no fundo do túnel, uma pequena luz...

Eles me explicavam os antecedentes de toda aquela situação que geraria drásticas mudanças no Colégio Militar: de 1922 a 1930, houve uma consolidação do imperialismo que se instaurou no intervalo delimitado pelas duas guerras mundiais. A partir do *crack* de 1929, que precedeu a grande crise do capitalismo mundial, com a adoção da política do *New Deal*, implantada pelo presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, surgiu, de outro lado, a implantação de regimes fascistas, em diversos países da Europa.

A expansão do fascismo teve o seu primeiro marco na Itália, em 1922. De atrasado país agrário, em fins do século XIX, converteu-se, no pós-guerra, em um país industrial e agrário. A Itália pertencia ao grupo dos países vencedores da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, mas saiu bastante endividada em relação aos Estados Unidos e à Inglaterra. Na região industrial cresceu, em grandes proporções, o movimento grevista. Os camponeses começaram a ocupar as terras incultivadas. Vivia-se lá uma profunda crise revolucionária durante os anos 19 e 20... Em janeiro de 1921, foi proclamada a fundação do Partido Comunista Italiano – PCI. Em 1919, Benito Mussolini, um aventureiro político, formou bandos de caráter paramilitar, que atacavam as manifestações operárias, assassinavam ativistas socialistas e comunistas, destruíam jornais, livros etc. Mussolini e seus fascistas, demagogicamente, manifestavam-se a favor da gestão operária na produção e prometiam terras aos camponeses. Em outubro de 1922, milhares de fascistas armados realizaram a famosa marcha sobre Roma, que teve apoio dos altos escalões do governo. Em fins de outubro, Mussolini foi encarregado pelo rei Vítor Emanuel III de formar o novo governo. Instaurada a ditadura fascista, foram liquidados o regime parlamentar, as liberdades democráticas burguesas e os direitos dos trabalhadores... As terras confiscadas pelos camponeses foram devolvidas aos latifundiários e os salários foram rebaixados... Em agosto de 1934, formou-se, em Paris, um acordo para a unidade de ação entre o PCI e o Partido Socialista Italiano – PSI. Em outubro de 1935, a Itália invadiu a Abissínia, que se tornou uma presa fácil da agressão fascista.

Paralelamente, em 1933, Hitler assumiu o poder na Alemanha e seguiu, mais ou menos, o caminho de Mussolini. O Partido Comunista Alemão foi, imediatamente, posto fora da lei. Logo após, dissolveu todos os demais partidos, salvo o Partido Nacional Socialista, instalado no poder. A Alemanha ficou então sob o controle do Partido Nazista. Os operários foram tangidos

a incorporar-se na frente de trabalho, controlada por essa agremiação política. Surgiu uma desenfreada onda de nacionalismo e de discriminação contra os judeus. Queimavam-se livros de autores progressistas. Notáveis homens de ciências, artistas, escritores foram perseguidos, expulsos do país, ou recolhidos a campos de concentração. A indústria foi militarizada, numa demonstração clara de que os nazistas se preparavam para a guerra...

Nos Estados Unidos a burguesia enfrentou os problemas da crise da década de 30, através da política do *New Deal*. A instauração do nazifascismo na Alemanha e na Itália e a implementação do *New Deal* serviram para invalidar a ilusão de uma crise final do capitalismo. Na ausência da intervenção revolucionária do proletariado, o parto que a história nos legou foi uma forma particular de capitalismo: o capitalismo monopolista de estado.

Por outro lado, os movimentos populares na França criaram a chamada Frente Popular. A Espanha também se solidarizou numa frente contra o regime monárquico. Mas a contraofensiva do movimento operário em relação à onda fascista atingiu seu auge em 1936, quando a Frente Popular venceu as eleições na França e na Espanha.

No Brasil, já em 1935, fundou-se o movimento denominado Aliança Nacional Libertadora, a ANL. A partir do movimento da ANL, que tinha a participação do Partido Comunista do Brasil, a orientação política aos alunos do Colégio Militar, sobre o que se passava em nosso país e no mundo, foi radicalmente mudada! Começou um anticomunismo doentio, pois narravam distorcidamente fatos da época, que influenciavam rapazes de 12 a 16 anos, a fim de mudar a mentalidade dos militares a partir dos colégios militares, passando depois pela então Escola Militar do Realengo e demais cursos da carreira. O anticomunismo era usado de tal maneira que somente pessoas sem qualquer formação poderiam acreditar naquilo que eles diziam!

Acontece que só depois de cinco anos no Colégio, em 1936, que a gente ia estudar História! A matéria de História do Brasil só era dada no quinto ano no Colégio Militar, assim como História Universal. E justamente estava no ano de 1936...

Havia coisas que me interessavam, que foram despertando-me alguma consciência, e deve ser umas das razões pela qual eu até hoje estou lutando... Primeiro, foi a Revolução Farroupilha, porque aquilo foi uma epopeia revolucionária onde os gaúchos lutaram por dez anos contra o poder central, que sugava tudo do Rio Grande e não mandava nada em troca. Depois, uma

outra coisa que me chamou a atenção e de que gostei também foi a Revolução Francesa, a revolução democrático-burguesa contra o regime feudal. Achava bonito aquilo... Para mim, aqueles que lutaram a favor da Revolução Francesa, da Revolução Farroupilha, já os tinha na fama de heróis, de pessoas que a gente tinha de meditar e ver o que eles fizeram, para poder tomar uma atitude posterior.

Em 1936, com o contexto de polarização política entre o nazifascismo na Alemanha e na Itália avançando principalmente contra a Revolução Soviética, somado ao fracasso da Intentona de 35 aqui no Brasil, já procuravam nos ensinar o anticomunismo no Colégio Militar... Tanto é que eles mudaram os professores: houve uma mudança e a orientação já era outra. Já começava o anticomunismo ferrenho! A gente sentia isso... Por exemplo, a Revolução Russa era vista como obra de bandidos! A Rússia era um país semifeudal, numa miséria tremenda! O povo não tinha, naquele inverno rigoroso, nem sapatos, nem dinheiro para comprá-los: enrolavam os pés com panos...! Procuravam, entretanto, não mostrar a influência histórica da Revolução Comunista de 1917... Então, aquilo ficou em mim! Eu não tinha tomado uma posição, mas aquilo ficou perturbando-me o cérebro...

No dia a dia do Colégio, contudo, o Tenente Haroldo Bezerril, instrutor-chefe de Educação Física, nos dizia:

– Comunistas? Comunistas não têm família, são uns verdadeiros monstros! Os comunistas, lá na guerra da Espanha, em virtude das dificuldades da guerra, almoçam freiras e jantam crianças!

E muitos achavam que aquilo podia ser verdade. Mas eu, como já disse, tinha contato com esses colegas mais esclarecidos, inclusive os que foram para a guerra da Espanha e outros, eles diziam-me:

– Não, isso é conversa...!

Mas eu ainda não tinha uma mentalidade formada... E a ideia predominante no Colégio era combater qualquer corrente popular que existisse no Brasil. Tudo ficava por conta do anticomunismo doentio e até ridículo!

Diziam-nos que os comunistas não tinham família e que eram uns verdadeiros monstros... Havia uma verdadeira onda de terror ao comunismo. Era o inimigo mortal da humanidade.

Em 1937, veio o Estado Novo. Eu já estava no sexto ano do Colégio Militar, o último. E, com aquele golpe de 37, os jovens militares que mais

antipatizávamos estavam praticamente comandando o Exército. Nós sabíamos que eram uns camaradas pró-nazistas, anticomunistas doentios! O anticomunismo que eles nos pregavam era uma coisa impressionante...!

Fomos para a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em pleno Estado Novo, em fevereiro de 1938. Os comentários ali eram que tinham mudado todos os instrutores, a grande maioria tinha sido substituída... Tinha vindo gente nova, naturalmente, para doutrinar os cadetes. E então aconteceu um episódio que me chocou muito...! No primeiro dia de abertura de aulas na Escola, eles formaram as diferentes turmas no pátio central, com os três colégios militares: Porto Alegre, Rio de Janeiro e Fortaleza, no Ceará. Reuniram também os civis que ali prestaram concurso para a escola para ingressarem no corpo de cadetes. E o Capitão-Ajudante Menezes Porto – o primeiro nome não recordo – disse, depois de fazer a saudação e explicar como era o ambiente na Escola Militar:

– Agora, eu vou dar uma advertência aos alunos do Colégio Militar de Porto Alegre: nós estamos sabendo que lá é um centro, um antro de formação de comunistas. E vocês não se iludam. Estão todos fichados. Qualquer movimento fora das regras disciplinares daqui e serão expulsos!

Aquilo me causou um grande impacto... Mas que absurdo! Eu ainda não tinha nada na cabeça... Não era comunista nem nada! Apenas tinha pego algo no ar... Aquilo me desgostou a tal ponto que quis sair da Escola:

– Eu vou pedir demissão! Vou pedir desligamento da escola.

Entretanto, meus colegas de lá, inclusive veteranos, que também eram alunos do Colégio, os tais mais esclarecidos que mencionei, disseram:

– Não! Você não tem que sair da Escola! Vai prestar mais serviço no Exército se você lutar! Nós precisamos lutar contra esses fascistas! E resolver os problemas do nosso povo...

A ordem e a disciplina eram rígidas e não havia um regime de ampla liberdade ideológica, como no Colégio Militar de Porto Alegre. Lembro que cantávamos uma paródia do Hino Nacional Brasileiro, que vinha impressa nos exemplares do jornal comunista *A Voz Operária*, que líamos escondidos num cemitério próximo à Escola Militar. O jornal ficava lá, numa lápide, e cada um lia e devolvia no mesmo lugar para que outro colega pudesse ler sem ser repreendido. Sabíamos a letra de cor, que é assim:

Do norte das florestas amazônicas,
 ao sul onde a coxilha a vista encanta
 a terra brasileira a luz dos trópicos,
 é como um coração que bate e canta.

Soldados, operários, camponeses
 juventude vigorosa inconformados
 já sofremos mil reveses
 já cansamos desta vida de explorados

e a mão armada!
 levantada!
 Protestamos!

Brasil, terra que lembra fogo e árvore
 que davam sangue e cor para as bandeiras
 teu nome é por si mesmo só vermelha fâmula
 vermelhas são as massas brasileiras

De pé, famosa e brava mocidade
 de clara inteligência e fortes músculos
 lutemos por pão, terra e liberdade

Vem camarada, libertador
 para o fragor da barricada
 o verbo, o canto, o braço ou o fuzil
 pelo nosso Brasil.

O vento da revolta varre a América
 os negros, os indígenas, os párias
 mineiros, ferroviários e marítimos
 enfim, todas as massas proletárias,

Desperta, trabalhadores!
 que esta terra tão bondosa e tão clemente
 foi tomada por corruptos
 Corruptos, que exploram e massacram a nossa gente

E a mão armada!
 Levantada!
 Protestamos!

Soldados, operários, marinheiros
 erguendo a luz do sol sangrenta fâmula
 tornemos o Brasil dos brasileiros

Vem camarada, libertador
 para o fragor da barricada
 o verbo, o canto, o braço ou o fuzil
 pelo nosso Brasil!

Um acontecimento que me chamou a atenção na história militar foi o Movimento Tenentista. Eu via aqueles militares que ingressaram no Movimento Tenentista como heróis... São verdadeiros heróis! Desde a revolução, aquela de 23, o episódio do Forte de Copacabana, em 26, e depois aquele de São Paulo, com o general Isidoro Dias Lopes, quando ele retirou-se até Catanduva... O Prestes saiu com a tropa daqui de Santo Ângelo para formar a Coluna Prestes... Tudo aquilo eu considerava muito bonito e digno de nota e na Escola eles não davam o devido destaque! Falavam, por exemplo, do Cordeiro Farias, do Miguel Costa... e o Prestes, que era figura central no Exército, não era sequer citado! Isso já ocorria de 35, 36 em diante, quando começaram a nos dar aulas de história ainda no Colégio Militar de Porto Alegre... Então, naquele ambiente todo, fiquei confuso, tentando entender... O fato é que eu ainda não era de nada...

Entretanto, um dia, aconteceu um fato marcante. Eles não faziam abertamente na Escola Militar a propaganda nazista. Mas, naquela época, o Getúlio, à frente do Estado Novo, tinha uma tendência pró-fascista. Basta pegar aquele discurso de 11 de novembro: ali, ele praticamente aderiu ao Eixo! E antes disso – mais ou menos naquele período – o Exército brasileiro fez uma compra de canhões Krupp, da Alemanha, e vieram para cá os próprios alemães trazer os canhões e outros materiais bélicos. Eles, então, condecoraram o Exército, os militares brasileiros, com a cruz da suástica, aquela nazista! O maior orgulho daqueles militares, que já eram fascistoides, era ter sido condecorado pelo Exército alemão...

Então, eles inventaram de ir à Escola Militar, parece que em 39... Foi quando nos levaram para o cinema do Realengo, onde os oficiais alemães, com aquelas suásticas, foram passar um filme sobre o poderio do Exército alemão. Quando começou o filme, primeiro apareceu a Itália invadindo a

Abissínia: nós víamos o Exército fascista matando aqueles pobres negrinhos de lá... Teve até uma cena que nunca esqueci: havia um negrinho num coqueiro; o alemão estava perto e ele tacou-lhe um coco na cabeça! O alemão caiu, ele pegou a arma dele e matou-o! O fato é que, quando começou a aparecer o Exército alemão naquele filme – a *Blitzkrieg*, o Exército preparado para uma guerra relâmpago –, o material bélico... realmente era impressionante...! Foi então que começou uma vaia, aquele zum-zum...! E aquela vaia estendeu-se a tal ponto que suspenderam a sessão!

Bah! Nós fomos chamados de comunistas, nos botaram para fora, nos deram uma ralada e queriam que denunciássemos... queriam saber quem é que começou o protesto...! Mas ninguém disse nada...! Na Escola Militar a amizade era tão grande que ninguém era capaz de dedo-durar um colega! Nós tínhamos aquela amizade... Às vezes faziam algazarra na Escola e queriam saber quem era o responsável, e ninguém dizia. Ficava todo mundo preso, impedido de sair no sábado e no domingo. E nunca aparecia um alcaguete...

Foi nessa época que comecei meu namoro com a Inah... Um dia que não teve expediente, nem aula, na Escola, eu estava passando no Realengo. Aí vi uma moça bonita, com um cabelo muito lindo, na janela... Dei uma olhada para ela... Ela olhou-me e pagou-me um “sorriso Kolynos”! Fui até a esquina, acenei e ela correspondeu! Pensei: “Vou dar um jeito de ver quem é essa moreninha bonita...”. Sei que, depois, passando por ali, uma vizinha dela, que até era doente, me disse:

– Quero te apresentar a menina que tem aqui do lado, que te viu passar hoje!

E apresentou-me. Fui no cinema com ela! Mas, ela levou a velha mãe – não lembro se foi a tia... Enfim, não foi sozinha. Pensei: “Ai, ai, ai...”. No fundo, achei que era melhor... Então, ficamos namorando! Depois, formei-me em dezembro e fiquei noivo dela. A pedi em casamento... Mas, fui servir em Santana, e, naquela época, Segundo-Tenente não podia casar. Tinha que ter mais de vinte e seis anos, ou então ser Primeiro-Tenente. Fiquei um ano servindo em Santana, nós somente nos correspondíamos... Como era época da guerra, todavia, quis casar o mais rápido possível. Pensava: “Não quero saber!”. Queria casar com ela logo... Então, como não podia afastar-me de Santana por causa da guerra, resolvemos casar primeiro por

procuração. Não sei se o pai dela também não concordou muito... E, já que eu também não podia ir até o Rio de Janeiro, que ela fosse casar comigo em Santana. O pai dela concordou! Ele estava doente, era muito boa pessoa, o seu Mário. Fiz muito boa amizade com ele, no pouco tempo que convivemos... Era muito humano, bom chefe de família... O pobre senhor faleceu um ano depois...

Então, ela veio de avião com uma madrinha minha que morava no Rio de Janeiro, a Dalila. Ela era de Valença, no Estado do Rio, e nos fins de semana, quando era cadete na Escola Militar do Realengo, eu sempre ia até lá para vê-la... Ela veio para casar, e, em Santana, foi um rebuliço! As moças da cidade diziam:

– Como é que esse camarada, em vez de casar com uma santanense, aqui da terra, veio trazer uma lá não sei da onde...?!

Todo mundo queria ver a noiva:

– Dizem que é muito bonita, mas eu não vi...

Sei que, quando nós fomos para a igreja, era uma verdadeira “enchenete”: todos querendo ver a noiva! Nós casamos e deu tudo certo! Tivemos cinco filhos. E ela é muito companheira... Nas horas difíceis, sempre estive ao meu lado. Sou imensamente feliz por tê-la encontrado naquele dia de folga da Escola Militar, debruçada numa janela no bairro do Realengo... Sorrindo para mim!

Terminei o curso da Escola Militar em 1941 e fui para minha cidade natal, Santana do Livramento, servir no 7º RCI: eu era aspirante a oficial. Mas, quando recebi minha primeira turma de soldados, tive uma decepção... um verdadeiro choque!

No Colégio Militar, aqueles professores positivistas aos quais me referi nos despertavam a ideia de que vivíamos em um país que tinha tudo para ter um povo feliz! Explicavam-nos que o Brasil era um país continental e que tinha as maiores riquezas... E, ao receber aquela primeira turma de recrutas, eu sofri um grande impacto muito negativo! Porque a maioria era de analfabetos, desdentados, subalimentados... Não sei bem o que me passou pela cabeça...!

Então, aquela dura realidade provocou-me um sentimento estranho... Viver num país rico, tão rico, riquíssimo, e ter um povo nessa situação...!

E isso porque, naquela época, a pobreza era diferente do que é atualmente: o sujeito era pobre mas havia certa dignidade, pois ele ainda tinha uma casinha para morar e os filhos tinham colégio... Hoje, a situação está muito pior...! Enfim, deu-me uma confusão na cabeça e eu disse a mim mesmo:

– Não! Eu não vou concordar com isso!

Apesar de meu pai ter recursos – eu não tinha necessidade –, resolvi pegar o lado mais fraco, contra os poderosos...

E, realmente, vivendo ali em Santana, ao lado de Rivera, no Uruguai, em plena ditadura, passei a adquirir literatura de esquerda... Comecei a ler, a comprar obras comunistas da Livraria Americana... Lembro que li as *Obras Escolhidas*, de Lênin... Os primeiros livros que li foram *A Mãe*, de Máximo Gorki, e o do Jorge Amado, *O Cavaleiro da Esperança*. Como já disse, no meio militar não enalteciam o Prestes, e aquela leitura o trouxe-me como uma figura lendária e até heroica...! Depois li *O Capital*, de Marx, e ingressei, isto é, passei a raciocinar em termos mais objetivos, mais materialistas, sobre o ponto de vista da parte econômica e política e até mesmo social do país.

A partir daí, comecei a interessar-me seriamente pelos problemas do nosso povo, e via claramente porque os tenentes fizeram o Movimento Tenentista. Como o militar é geralmente de classe média, a maioria saía como oficial, e ia ao interior do Brasil... Os jovens oficiais viam que existia miséria; que o Brasil era dominado por uma oligarquia, principalmente de grandes fazendeiros latifundiários. Era um país semifeudal no campo, onde a população era bem maior. Naquela época, grande parte da população residia no campo: hoje esse quadro inverteu-se, por causa da tal reforma agrária que nunca fizeram nesse país! Praticamente todos os países desenvolvidos já fizeram, inclusive o Japão, que, pelo que parece, foi levada a cabo sob a liderança do general MacArthur, depois do término da Guerra. O Brasil é o único país que tem a maior área agricultável do mundo – superando a da China, cuja extensão do território ultrapassa o nosso – e nós vivemos numa situação insustentável...! Até 1930, quando os tenentes estavam agindo, o Brasil era um mero exportador de matérias-primas e importador de produtos manufaturados. Tal contexto revoltava a jovem oficialidade, que lutava para derrubar os governos constituídos naquela época. Só ao dar-me conta da miséria do povo, assim como havia ocorrido com os tenentes, passei a

interessar-me por uma transformação social e fui aprofundando-me no estudo e análise desses problemas e da nossa história...!

Nessa época, como nós já estávamos em guerra, tínhamos militares que defendiam ambos os lados do conflito... Eu era tenente e lembro de um capitão, o Danilo da Cunha Lins, que depois até foi deputado: era um fascistoide de direita! Torcia contra a guerra da Rússia...! E eu estava muito entusiasmado com a Rússia, porque tinha lido um livro – que comprei no Uruguai – de um general estrategista russo. Interessei-me por ver o desfecho daquela situação, pois o Exército alemão realmente era uma potência! A chamada *Blitzkrieg* alemã, com o máximo de tanques, aviões, cobertura de canhões, enfim, com grande emprego de material bélico: tudo para ver se decidia a batalha rápido. E, pelo que li desse general russo, que não lembro o nome, na União Soviética, a tática e a estratégia do Exército russo eram completamente diferentes! A Rússia, segundo ele dizia, não pretendia atacar ninguém... Pelo contrário, saberia que mais cedo ou mais tarde ela seria atacada! Então, a estratégia não era um Exército ofensivo, de guerra... A estratégia era nomeada de “em profundidade”, que consistia em atrair o inimigo com os objetivos que eles tinham em vista. E vejam bem que na guerra havia três Exércitos alemães dos mais poderosos, dos mais bem equipados: um foi na direção de Leningrado, ao norte; o segundo, na de Moscou e outro para Stalingrado, ao sul. Os russos foram oferecendo resistência e retirando-se, recuando, recuando, recuando... Até que chegaram num ponto – depois daquelas batalhas de Grozni, Minsk etc. – em que eles pararam o Exército próximo de Moscou, em Stalingrado, mais ou menos a trinta quilômetros de Moscou e Leningrado. Ali, o Exército russo começou a fazer a chamada “guerra de cerco e aniquilamento”. Foram cercando os bolsões do inimigo e, finalmente, foram liquidando o Exército alemão, que chegou às portas de Stalingrado. Chegaram a lutar de casa em casa, de andar em andar, mas tiveram que recuar...! Foram cercados numa daquelas batalhas que não recordo o nome... Foram aprisionados cento e cinquenta mil alemães e o comandante alemão pediu duas vezes ao Hitler para sair de Stalingrado, de Moscou e de Leningrado. Tinham de recuar devido ao inverno e porque eles estavam desgastados, sem munição e víveres, o que tornava as coisas cada vez mais difíceis... Por fim, o Exército alemão começou a derrocar de vez e os russos tomaram Berlim.

Eu, que já estava por dentro do assunto, tinha um mapa, lá no quartel do 7º Regimento, com as bandeirinhas vermelhas e azuis e ia acompanhando diariamente...! E lembro que esse capitão Danilo, que era todo metido a “crânio” – e ele era realmente inteligente, um sujeito preparado –, dava risada de mim:

– Não...! Daqui uns dias os alemães vão estar lá em Moscou!

Eu respondia:

– Não, não é bem assim...

Eu, para uma pessoa desse nível político, disse:

– Não, esse negócio vai mudar.

Isto é, os militares fascistas brasileiros já davam como certa a vitória da Alemanha contra a Rússia! Essa opinião realmente existia...

Na época da guerra, resolvi tirar o Curso de Transmissões, pois, como era de Cavalaria, dificilmente iria para o campo de batalha... Tinha vontade de ir para a guerra porque tinha um ódio de fascistas, de nazistas...! Sempre tive, por causa daqueles integralistas que em 35 fomentaram o anticomunismo... Penso que Getúlio começou a apoiar os integralistas por causa do Movimento de 35! E eles, por sua vez, estavam crentes que iam tomar o poder... Plínio Salgado pensava que ia ser ministro da Educação! Eu só podia posicionar-me contrário àquilo tudo! Tinha que ser contra, porque eles usaram o integralismo para combater o comunismo mesmo! Usaram, deram apoio... Sempre com aquele anticomunismo doentio, aquele ambiente inacreditável, impressionante...!

Tudo que nos cercava era anticomunista. Para ter uma pálida ideia, só faltavam dizer que, se houvesse uma enchente, era culpa dos comunistas... Só faltavam dizer isto! Por isso me dispus a tirar o Curso de Transmissões, em Deodoro, Rio de Janeiro, pensando em ir para a guerra... Até mesmo cheguei a fazer exame para entrar na FEB, mas acontece que era dezembro de 1944... A guerra já estava para terminar e foram adiando, adiando... Até que terminou e não consegui participar.

Depois que concluí o Curso de Transmissões, fui promovido a primeiro-tenente, e resolvi tirar o Curso de Motomecanização, no ano de 1945. O comandante da Escola de Motomecanização era o então Coronel Arthur da Costa e Silva... Nós éramos aproximadamente setenta alunos, não me recor-

do exatamente... Havia um ou dois majores, alguns capitães e o restante era formado por segundos e primeiros-tenentes.

E, no dia 29 de outubro, justamente no dia do meu aniversário, eu estava na Escola quando o Coronel Costa e Silva pegou-nos, os oficiais-alunos, e colocou de “prontidão”. Acontece que nos botaram numa sala, tal qual “meninos no colégio”, com tudo fechado! Para ir ao mictório, por exemplo, tinha que seguir acompanhado na ida e na volta...! Diante dessa situação, eu, que nunca fui líder nem nada – embora sempre tenha influído –, comecei a comentar:

– Eu estou achando que é uma barbaridade o que eles estão fazendo conosco! Afinal nós somos oficiais... E não sabemos sequer o que está acontecendo...! – e perguntava – Vocês sabem o que está acontecendo aqui?

Meus colegas diziam:

– Não! Só sabemos que estamos de prontidão...

– Sim, mas nós estamos como guris de colégio numa sala...!

E disseram-me:

– E você? Sabe o que está acontecendo?

Respondi:

– Olha, em parte, sei... Sei que estão preparando um golpe contra o Getúlio. E que o General Paquet é o homem que está defendendo a legalidade. E acho que estamos numa situação ridícula, com essa desculpa da “prontidão”...

Fiquei sabendo porque, quando fui ao mictório, encontrei um sargento, com o qual tinha ligação... Era ligado a ele e a outros oficiais que viviam lá. Nesse encontro, esse sargento disse-me:

– Olha, tenente, está todo mundo armado aí...!

Assim, transmiti para meus colegas que estavam todos armados, enquanto nós estávamos desarmados! Eu sabia o que estava acontecendo... Era um golpe contra Getúlio!

Depois de muita conversa e discussão, resolvemos tirar uma comissão para ir ao Costa e Silva. Foram escolhidos eu, um major e um capitão. Fui acompanhando a comissão... No caminho do deslocamento, o major disse-me, cutucando:

– Tenente, fala tu, que está mais por dentro...

– Mas o senhor é major...

Quando entramos na sala do Costa e Silva, ele estava com os óculos: levantou, botou-os na testa, deu um tapa na mesa e disse rispidamente:

– O que é que vocês querem!?

Nesse momento, o que mais impressionou-me foi o fato de que, ao lado dele, havia três oficiais norte-americanos! Cada um com uma metralhadora na mão! Posteriormente identificarei um deles...

Tomei a palavra e, para usar um termo militar, o Costa e Silva deu uma “mijada”, uma carraspana no major:

– Você, o oficial superior, com esse tenente?! E você, tenente, o que é que está pensando?! O que é que você pensa que é?

Respondi:

– Sou um oficial do Exército e quero saber o que está acontecendo.

– Ah, você não sabe?! Quer bancar o ingênuo?! Não sabe que os ferroviários da Central do Brasil estão com uma greve preparada e têm um plano: matar as famílias dos oficiais? Você não sabe disso?!

– Eu não sei nada disso! O que sei é que certos militares não concordam com a posição do Getúlio depois que ele autorizou o processo de redemocratização...

Mal comecei a falar, ele disse-me:

– Retire-se daqui! E considere-se preso! Depois nós vamos conversar...

Assim, saí dali, fomos embora. relatei aos companheiros o que havia acontecido. Eu disse:

– Olha, não vou ficar mais aqui. Esse cara quer me prender e eu vou tomar uma posição!

Uns quatro, cinco ou seis saíram comigo. Um sargento perguntou:

– Onde é que o senhor vai?

Respondi:

– Eu vou lá para a Vila Militar.

O General Renato Paquet era o comandante da Vila Militar, que era a maior guarnição, detinha o poderio. Quase noventa por cento dos militares estavam ali, sob o comando do General Paquet, que tinha poder direto sobre os seus subordinados. Então, o sargento perguntou:

– Como é que o senhor vai?

– Eu vou pular o muro.

A Vila ficava ali pertinho, era só pular o muro e caminhar um pouco... E, com o sargento acobertando, nós pulamos o muro. Ao chegarmos no

gabinete do General Paquet – lembro como se fosse hoje –, vi que ele estava bravo, falando no telefone:

– Eu já esperava isso de você, poltrão!

Pá! Batia o telefone! Ligava para outro:

– Ah, você já está do outro lado, seu poltrão, seu covarde!

Nesse meio-tempo, entrou um capitão e apresentou-se ao general:

– Sou ajudante de ordens do presidente Getulio Vargas. O presidente mandou dizer para o senhor que ele acaba de renunciar. O senhor não ofereça resistência, pois ele não está mais na chefia do governo.

Também estava ali o Júlio César Machado de Oliveira, que não sei se era capitão ou major na época... Esse camarada serviu comigo em Santa Maria. Ele era de uma inteligência fora do comum! Ficou em discussão com o Paquet, dizendo que ele não devia acatar aquela ordem, que tinha que resistir, que a Vila Militar estava toda com ele... Entretanto, logo dissolveu-se a tensão e terminou o conflito. Ou seja: no Exército havia muitas mãos que estavam trabalhando por isso, mas aquele capitão dizia:

– O golpe contra esses caras a gente ganha pelo telefone...

A direita militar, todavia, sempre ganhou golpes pelo telefone...! Depois contarei o que aconteceu em 1964...

Foi assim que vivemos esse período da saída do Getulio... Parece muito contraditório: num primeiro momento o Estado Novo, depois esse apoio... Mas, então, por que esses militares de direita deram o golpe em 45? Depois que a FEB chegou dos campos da Itália, houve uma manifestação espontânea, que realmente não foi organizada por ninguém... O povo em massa na rua, apoiando a FEB e exigindo eleições, democracia, liberdade... Democracia, liberdade! E, por pressão popular, o Getulio teve que abrir os cárceres. Soltou todos os presos políticos, inclusive o Prestes, que ficou nove anos na cadeia...! Soltou todos aqueles presos políticos... Houve uma anistia ampla, geral e irrestrita, muito melhor do que essa última, anã e capenga, que o Figueiredo nos deu em 79! Além disso, o Getulio havia tomado posições contra a influência do capital estrangeiro em nosso país. Decretou uma lei chamada “Antitruste”, que feria os interesses estrangeiros! E ele falava também do controle da remessa de lucros das empresas...! Então, essas atitudes políticas somadas à liberdade do povo, assustaram a “gorilada”! A liberdade popular com a politização que estava havendo, levando o povo para a rua; a

anistia que tornou as prisões abertas com a soltura de todos os presos políticos... Enfim, já se falava em eleição, em democratização do país! Uns queriam a Constituinte antes e outros queriam depois das eleições... Por isso, os militares de direita terminaram dando um golpe no Getúlio, em 45. E esse Golpe de 45 foi organizado pelo capital estrangeiro, pelo imperialismo norte-americano, em sua forma, digamos assim, imperialista, de domínio econômico e político dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento! Teve, por exemplo, a participação ativa do Adolfo Berle Junior, que era embaixador americano... Se não, por que razão estavam aqueles oficiais americanos no gabinete do Costa e Silva?

Sempre fui contra a ditadura do Estado Novo e contra o Getúlio. Vejo o político, não vejo a pessoa... Observo o posicionamento que eles têm, sua atuação, sua integridade... O Getúlio realmente era honesto. Nunca foi corrupto como essa “cambada” de safados que tem hoje por aí... Era decente, mas tinha suas posições, e eu não concordava com a ditadura. Por essa razão, assim procedi no episódio do Golpe de 45...

Por fim, terminei o Curso de Motomecanização e fui classificado em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, no 2º Regimento de Cavalaria Motorizada, onde fui promovido a capitão.

Em 1946, um episódio funesto invadiu nosso ambiente familiar: o falecimento de meu irmão Ângelo – que era tenente-aviador da FAB – num acidente aéreo com um avião de caça, na base de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Ele morreu tragicamente... aos vinte e cinco anos de idade, poucos meses antes de completar vinte e seis anos... Foi um momento de imensa tristeza em nossa família, só comparado à prematura morte de nossa irmã Eunice...

Dez anos depois, por ocasião da missa de décimo aniversário da morte de Ângelo, papai, ainda desgostoso pela perda do filho querido, escreveria para mamãe:

Cinco Amigos

Eram cinco amigos
que eu tinha na vida,
prole tão querida
cheia de carinho

Eram cinco dedos
de uma mão divina
espargindo flores
pelo meu caminho

Eles eram cinco
pilares forjados
em ouro de lei,
mas um d'esses cinco
me deixou um dia,
e eu então chorei.

Eram cinco hastes
de virentes flores
que só floresciam
no meu coração...
Uma haste partiu-se,
uma flor sumiu-se
e eu chorei então.

Ficaram-me quatro
que são tão queridos,
que enchem meus ouvidos
de amor e amizade
que me querem bem...

Mas me desespero
porque um grande amigo,
preso em seu jazigo,
velhinha, não vem.

Voltam as estrelas
desaparecidas
as várzeas floridas
retornam também.
Mas o nosso filho querido,
que era tão querido,
está foragido,
velhinha, não vem...

Nós a ele iremos
e o encontraremos
junto de Jesus,
nesse ignoto além.

Vamos, minha amiga,
não sintas fadiga,
porque o nosso filho
velhinha, não vem.

São dez longos anos
que se te não vemos,
nós envelhecemos
pelos desenganos
que este mundo tem

Vamos companheira,
de prazer e de dores,
carregando flores,
porque o nosso Ângelo,
velhinha, não vem.

Entendo perfeitamente a dor que meu pai sentiu por tantos anos... Eu e Inah tínhamos dois filhos. Em breve ela estaria esperando o terceiro... E, anos depois, eu experimentaria os mesmos sentimentos paternos por meio da perda de um menino de 18 anos de idade, em circunstâncias ainda mais trágicas... e num momento político delicadíssimo.

Depois de minha estada em Santa Rosa, fui classificado em Santo Ângelo, também no Rio Grande do Sul, no Regimento de Cavalaria Mecanizada, de carros blindados. Acontece que, nesse mesmo período, consegui ser transferido para Porto Alegre, no 2º Regimento de Cavalaria Mecanizada, situado em Serraria, bem na época da Campanha do Petróleo... Vim como capitão e penso que foi nesse momento que começou a minha odisseia...

No Exército, existia realmente o que era chamado de Movimento Militar Nacionalista. Havia um grupo que liderava os demais oficiais no sentido de defender o país, a soberania nacional, enfim, os interesses do povo. Tínhamos uma organização que não era extremista. Nela, trocávamos ideias,

procurávamos influir nos acontecimentos nacionais e convencer os outros a não ir atrás de certas conversas... Enfim, havia aquele movimento, aquela história do petróleo...

Houve, então, um comício da Campanha do Petróleo aqui em Porto Alegre, no Largo da Prefeitura, onde estavam o general Artur Carnaúba, o general Felicíssimo Cardoso e o general Leônidas Cardoso, que, curiosamente, é pai desse Fernando Henrique Cardoso que aí está... Nesse comício, nós – um grupo de cerca de doze oficiais do Exército – fomos todos à paisana. Em determinado momento, o orador falou entusiasmadamente e todos começamos a aplaudir. Eu também aplaudia... E não é que veio um sujeito e deu-me um empurrão?! Eu perguntei:

– Quem é você?

E ele respondeu:

– Sou Ernani Baumann, do Departamento de Polícia!

– O que é que tu queres comigo?

– Você está preso!

– Que preso o quê!

E dei uma bofetada nele! O tempo fechou ali...! Gravem esse nome: Ernani Baumann. Em seguida, chegou o Coronel Ferrão, o S2, aquele que dava informações, que via como estava a situação, ou seja, nos espionava... Funcionava como um Serviço Nacional de Informações, em pequena escala. Conheço o Coronel Ferrão, pois é casado com a filha de um irmão do Flores da Cunha, lá de Santana do Livramento, minha terra natal. Ele tomou nota daquele episódio e comunicou tudo às instâncias superiores...

Eu estava no comício da Campanha do Petróleo por convicção nacionalista e esquerdista. Mas, naquela época, o sujeito que defendia o monopólio do petróleo, independente de seu posicionamento, era tachado de comunista! Desde 1947, eu fazia palestras em programas de instrução de oficiais sobre a questão do petróleo...! Era um perigo abrir-se assim, isto é, dizer claramente que o petróleo tinha que ser explorado pelos brasileiros e não pelo capital estrangeiro! A chamada “globalização” ou “internacionalização”, que atualmente fazem a torto e a direito nos setores estratégicos da nossa economia, tem suas raízes há muito tempo! Então, acredito que foram a partir destes incidentes que iniciou minha ficha como comunista e subversivo instalado no interior das Forças Armadas...

No quartel, havia um coronel, o Léo da Costa, que era o comandante. Era um fascistoide! Acho que ele era assim porque não tinha muita consciência do que fazia... Ele era um desses “posudos”, que andava tendo nas mãos um pinguelim, aquele chicote fino e comprido usado para incitar animais. E, realmente, era como animais que tratava seus subordinados!

Uma vez, um soldado não estava bem na posição de sentido na formatura – estava com a cabeça meio baixa – e ele deu um tapa no queixo do rapaz, cortando a língua dele! Aquilo revoltou-me a tal ponto que fui defendê-lo...! Por isso esse coronel já ficou com certa má vontade para comigo...

Um dia, ele reuniu os capitães. Eu comandava o primeiro esquadrão; o segundo esquadrão era comandado pelo capitão Solon Rodrigues Dávila; outro pelo capitão Oribe Silveira; e o último pelo capitão Adair Borges Fortes. E nos disse assim:

– Eu procurei fazer do meu quartel uma tropa de elite. Fiz tudo para que não mandassem negros para cá, mas terminaram me sacaneando... Botaram uns negros aqui dentro. Então, vou dar umas ordens para vocês: não quero ver negro de plantão de alojamento. Não quero ver negro dar guarda. O negro é só para serviço de limpeza. E vão botar ainda o fardamento marcado com a letra preta: “limpeza”.

Nós saímos dali chocados! Eu e os outros dois capitães começamos a trocar ideias a respeito das novas ordens. Disse-lhes claramente o que pensava:

– Olha, não vou cumprir a ordem dele. E não sei... Vou ver que bicho vai dar...

E, de propósito mesmo, peguei o negro mais “preto” que tinha no meu esquadrão e botei de plantão do alojamento!

O coronel Léo da Costa chegou por lá de manhã. Quando entrou no alojamento, veio em sua direção aquele soldado, que se apresentou a ele na posição de sentido, botou a mão na farda, fez a continência:

– Alojamento, sentido. Comandante do regimento.

O coronel ficou furioso! Mas não disse nada a ele, apenas mandou chamar-me... Logo vi que ele estava bravo... Bravo é pouco: estava possesso! Largou o pinguelim e disse-me:

– Fecha a porta!

Fechei a porta.

– Chamei você aqui porque não ordenei que não queria negros de serviço? Negros só para a faxina, para a limpeza!

Eu respondi:

– O problema é o seguinte: não sou racista. No Brasil, parece que existe até uma lei contra o racismo. Não sei se é lei, não lembro o nome, e se é do tal Afonso Arinos, mas, enfim, é uma lei contra o racismo. Agora, se o senhor quer que eu cumpra essa sua ordem, assuma a responsabilidade: publica no boletim e assina embaixo. Aí pode ser que eu cumpra...

Bom, depois desse episódio, nem preciso dizer que fiquei em maus lençóis com ele... posteriormente, ele comentaria a meu respeito com o coronel Azambuja, que era subcomandante, um sujeito democrático e muito bom, que me disse:

– Alvarez, esse coronel está dizendo que tu és comunista... Cuida-te com ele!

Chegaram a abrir uma sindicância para ver se eu era mesmo comunista! Antes desse coronel advertir-me, justamente quando instalaram o processo, aconteceu outro fato que piorou ainda mais minha situação naquele quartel... Apareceu escrito nas portas dos banheiros:

“ABAIXO O TIRANO LÉO DA COSTA!”

“FORA COM O FASCISTA LÉO DA COSTA!”.

Quem escreveu estas frases eu não sabia! Nem até hoje se sabe... Então, já que não tinham descoberto quem era o responsável pelas pichações, o subcomandante transmitiu-me que o comandante iria botar um negro do meu esquadrão para a rua: iria sumariamente expulsá-lo. O expulso foi o soldado Romeu Leão. Como se não bastasse, encaminhou esse camarada para a polícia! Levou o Romeu Leão preso e como comunista! Antes de partir, ele foi ao meu encontro e começou a chorar, dizendo-me:

– Capitão! Mas não fui eu...! Não fui eu que escreveu essas coisas...! Não sei por que estão me botando em expulsão do Exército... Vão me levar para a polícia!

Respondi:

– Esses caras da polícia vão te tratar como comunista, e lá tem uns espancadores...

Sabia que esse Ernani Baumann, o tal do comício, era espancador de presos políticos, era torturador... Sei que ofereci ajuda a esse soldado e dei-

-lhe um papel com o meu endereço: morava na rua Flamengo, n. 76, ali em Ipanema, perto do quartel. E ele levou aquilo no bolso... Quando chegou na polícia, foi revistado por um sujeito, que depois vim a saber que era o Baumann, e que lhe disse:

– O que é isso aqui?

– Foi meu capitão que me deu o endereço.

– Me dê esse endereço aqui... Ah!, esse capitão é comunista! Ele já está fichado como comunista. Então tu és comunista! Foi ele que mandou escrever aquilo lá...

Assim, puseram-me no inquérito em que, apesar de ter sido absolvido, fiquei “marcado” e tive que, posteriormente, até mesmo solicitar um Conselho de Justificação, do qual guardo muitos documentos até hoje e que faço questão de apresentar aqui:

**Cópia de alguns documentos, os mais importantes,
do Conselho de Justificação datado de 1950**

De conformidade com o que prescreve o Código de Justiça Militar em seu Parágrafo 3º do artigo 353 apresento o presente documento a fim de que seja o mesmo junto aos autos deste processo. Antes de mais nada, devo declarar o seguinte: que venho sendo alvo de acusações as mais graves, as mais infames, todas tendo por base a calúnia, por parte da Repartição Central da Polícia do Estado do Rio Grande do Sul;

que tais acusações vêm sendo feitas constantemente pela R.C.P., diretamente à 2ª Secção do Estado-Maior da 3ª Região Militar;

que a intenção dos dirigentes da R.C.P. é a de procurar colocar-me em choque com o decoro da classe a que pertenço pois que até a presente data não conseguiram um fato concreto que prove as minhas “atividades comunistas e ligações com o Partido Comunista do Brasil”; no entretanto, disso me acusam. Antes, porém, de colocar-me à inteira disposição deste Conselho de Justificação para responder às perguntas necessárias ao esclarecimento do caso em questão, preciso citar alguns fatos, já ocorridos para que melhor se possa perceber que esta polícia que me calunia e acusa é dirigida, sem dúvida alguma, por profissionais da calúnia, do suborno e da coação e, por isso, vingativa que é, procura orientar toda a sua atividade contra aqueles que, como eu e tantos outros, não se intimidam diante de suas ameaças, violências e arbítrios.

Dois fatos fundamentais, duas atitudes por mim tomadas, serviram de “base” à R.C.P. para me acusarem de “Comunista”. Esses fatos foram dois incidentes de rua em que me vi envolvido e que são os seguintes:

1º) uma luta corporal em que fui obrigado a envolver-me no “Café Éden”, à rua dos Andradas, em Porto Alegre, por provocação de três soldados do Exército dos EE.UU. que me desatenderam e agrediram quando me achava no desempenho das funções de Oficial de Dia da Guarnição, e conforme consta, em detalhes, na Parte Especial, de 23-VI-1947, dirigida ao Sr. Cel. Chefe do E.M.R.-3 [...]

2º) uma discussão, com agentes da Polícia, quando passava, no Largo da Prefeitura, imediatamente após um comício em Defesa do Petróleo e que foi dissolvido pela violência policial. Tal discussão teve por motivo palavras insultuosas contra a minha pessoa e um dos meus irmãos, o Capitão-Aviador Carlos Alberto Martins Alvarez. Como tomássemos uma atitude contra os policiais, que tentavam nos agredir, e diante do recuo destes, surgiu uma discussão na qual intervieram os delegados da R.C.P., Grant Mariano da Souza e Ernani Baumann, sendo que neste, ao tentar me agarrar, desferi um soco no rosto. Neste ínterim, apareceu o Capitão do Exército, Floriano Faria Correa, Chefe da Guarda Civil da R.C.P. e o Senhor Tenente-Coronel Rafael Ferrão Teixeira, então Chefe da 2ª Secção do Estado-Maior da 3ª Região Militar. Com a chegada desses dois oficiais de nosso Exército, e atendendo o apelo feito pelo Capitão Floriano de que nos retirássemos a fim de que os “comunistas” não tirassem desse incidente um fator de “exploração política”, demos por encerrado o ocorrido e nos retiramos, por isso, do local.

Esses dois fatos, ligados um ao outro, e adicionados a inúmeros outros inventados pela R.C.P. serviram para “criar dúvidas” nos cérebros medíocres dos dirigentes policiais quanto às “atividades e ligações comunistas” daquele que se tornou, no incidente do Largo da Prefeitura, um inimigo do policial Ernani Baumann. Depois desses dois fatos, a polícia começou a vigiar-me e não raro via-me seguido, ou melhor “acampanado”, para usar um termo policial, por um tira da R.C.P. Nestas missões de “acampanamento”, a R.C.P. ou a 2ª Secção do E.M.R.-3, chegou a usar, para vergonha do Exército, além de vários policiais (como Pedro Pires, Abílio de Tal, etc.) alguns oficiais do Exército como o Tenente Cesário de Tal e outros que poderei identificar pois que seus nomes fiz até mesmo questão de esquecer dada a atitude repugnante de espíões vis e miseráveis que a Polícia ou a 2ª Secção do E.M.R.-3 usou para me vigiar.

Como nada de concreto conseguiram em relação às “minhas atividades comunistas e ligações com o P.C.B.”, como, por exemplo, “alguma reunião clandestina” ou “alguma bomba molotoff” em meu poder, chegaram à conclusão seguinte, própria também de algum cérebro medíocre: “o homem é comunista e muito perigoso e tem bastante prestígio entre os oficiais, sargentos e soldados. É muito hábil e não se deixa pegar facilmente”. Essas declarações, ditas pelo

policial Ernani Baumann, chegaram ao meu conhecimento por intermédio de um funcionário da Polícia que muito me “acampanou” e que depois se tornou meu amigo e cujo nome deixo de declinar porque o mesmo ainda trabalha na R.C.P. e não tenho interesse algum em vê-lo prejudicado. Por esse mesmo senhor vim a saber também que a Polícia possuía inúmeras fotografias minhas mas, sobre estas, passarei a tratar mais adiante, na medida em que se tornar necessário a elas se fazer referência.

Um dia, porém, surgiu a “grande oportunidade” para o policial Ernani Baumann, que procurava uma vingança, própria de todo indivíduo covarde, para tirar a desforra da bofetada que levava como fruto da arbitrariedade que lhe é peculiar. Chega à R.C.P. um ex-soldado do 2º R. C. Mec., de nome Romeu Leão, que acabava de ser expulso, injustamente, como sendo autor de uns dizeres que apareceram escritos nas portas das privadas do 1º Esquadrão de Reconhecimento, do qual era eu o comandante. Os dizeres eram os seguintes: “VIVA GETULIO VARGAS”, “VIVA LUIZ CARLOS PRESTES”, “ABAIXO DUTRA E O FACISTA LÉO DA COSTA”, “MORTE AO TIRANO LÉO DA COSTA”.

Romeu Leão foi expulso e entregue à Polícia como comunista. Antes da expulsão do citado ex-soldado e por estar este inocente no caso em questão, fiz todo o esforço possível para que não se concretizasse a sua expulsão; dei-lhe todo o apoio moral e material que me foi possível, e inclusive, a pedido dele próprio, o meu endereço para que me procurasse no caso em que precisasse de algum auxílio meu. Esse endereço, que do próprio punho redigi em uma carteira de cigarros de Romeu Leão, foi o único fato real em toda fantasia do “Plano de Revolta e Conspiração” que a Polícia forjou e do qual Romeu Leão, após sofrer maus tratos, foi subornado, e aparece como instrumento policial.

Mas, como dizia, com a chegada de Romeu Leão à R.C.P., foi este apresentado ao inspetor da Ordem Política e Social, Ernani Baumann, que passou a interrogá-lo sobre “suas ligações e atividades comunistas” dentro do Quartel do 2º R. C. Mec. Como aquele policial nada conseguisse em seu intento, passou à “segunda fase do interrogatório”, que é própria dessa polícia, isto é, deu início aos maus-tratos físicos, começando por alguns bofetões e pontapés. Romeu Leão, já trêmulo diante à violência do policial Baumann, resolveu dizer que ia telefonar ao Capitão Pedro Alvarez e mal pronunciou esse nome Baumann se avançou sobre Romeu Leão, sacudindo-o e maltratando-o com pontapés e empurrões e, ainda mais, ameaçando-o de arrancar-lhe fios de cabelo com alicate e queimar-lhe as unhas. Imediatamente revistou-o e tirou de seu bolso uma carteira de cigarros, onde estava escrito, de meu próprio punho, o meu endereço: “Avenida Flamengo, 56 – Ipanema”. Isso foi motivo suficiente para

que o policial Baumann visse coroado de êxito seu interrogatório, exclamando o seguinte: “Esse capitão é um grande e perigoso comunista e com essa prova ele irá para a cadeia”.

Imediatamente retirou-se, sorridente, e mandou chamar seu companheiro, o inspetor policial Grant Mariano de Souza. Quando Baumann retornou à presença de Romeu Leão, já em companhia de Grant e um tal Abílio, também funcionário da R.C.P., era já outro homem. Mudou de tática. Trocou a violência, ameaças e gritos histéricos por gestos de brandura para com Romeu Leão e disse-lhe: “pode dizer tudo o que sabe sobre esse homem, ele é um grande e perigoso comunista e você será gratificado com 500 cruzeiros, eu não te farei nada e conseguirei a volta de você para outro Quartel, você prestará um grande serviço à Pátria, evitará um derramamento de sangue, etc., etc.” (O ex-soldado Romeu Leão ficou trabalhando, em fase de experiência, na R.C.P. e poderei provar que ele fazia as suas refeições por conta da R.C.P. no Restaurante Rio Grande à Rua Duque de Caxias). Essas duas fases do interrogatório a que foi submetido Romeu Leão, isto é, a violência de que foi vítima e, depois de coagido, subornado pela polícia, se encontram nos documentos que seguem anexo a este [...]. Daí, idealizado por Baumann e Grant Mariano de Souza, a R.C.P. forjou um “plano de revolta”, uma denúncia falsa, baseada em três fatos, dos quais dois essa mesma polícia gerou em seu ventre descomunal do arbítrio e da violência que só ela é capaz.

Quais são esses fatos?... São os seguintes:

a) o endereço por mim dado a um ex-comandado que procurava valer-se de meu auxílio para retornar à vida civil;

b) as fotografias [...] conforme as apresentou a polícia em sua parte acusatória que foi a peça fundamental do IPM que me vi obrigado a responder [...] [que] não passam de “filhas” da própria Polícia, geradas em seu ventre descomunal da calúnia e do suborno, da violência e da coação, da arbitrariedade e da forjificação, que só ela, em sua nudez hedionda e capaz, tentando se apresentar em público como “cumpridores da Lei e mantenedores da ordem”, quando não passam de vis e miseráveis violadores de nossa Constituição e agentes provocadores da desordem.

c) o fato fantasiado, ou mais propriamente, o boato da “revolta” comunicada ao senhor Coronel Léo da Costa em Tramanday. E em que consistia esse boato?... O boato, “filho” da própria Polícia, consistia no seguinte: conforme declarações a mim prestadas, por ocasião do IPM, pelo senhor Coronel Léo da Costa, quando este chegava em Tramanday, onde fora visitar seu irmão, senhor Renato da Costa, foi ciente, por intermédio do senhor Coronel Eduardo Muller, de que o seu Regimento, o 2º R. C. Mec., se “havia revoltado sob o

comando de um capitão e um tenente”. Declarou-me ainda, naquela ocasião, o Senhor Coronel Léo da Costa que tão logo chegou em Porto Alegre, cerca de duas horas, soube, por alguém na Polícia, de uma segunda versão desse boato que consistia no seguinte: “um capitão e 20 praças se encontravam presos por terem tentado sublevar o Regimento”. Eis que na própria Polícia informaram, nesta mesma madrugada, ao senhor Coronel Léo da Costa que o que de fato havia era o seguinte: “um depoimento de um ex-soldado comunista, onde aparece o Capitão Pedro de Arbues Martins Alvarez como Chefe Vermelho e dirigente de várias células comunistas dentro do Quartel e, ainda mais, como tendo aconselhado ao ex-soldado Romeu Leão que fosse à “Tribuna Gaúcha”, órgão de imprensa do PCB em Porto Alegre e lá declarasse ser o Coronel Léo um “fascista”, um “tirano”, um “reacionário” e uma série de outras acusações. Mostraram, ainda na Polícia, ao senhor Coronel Léo o “Plano de Revolta” forjado por Ernani Baumann e Grant Mariano de Souza, no qual continha uma fotocópia da carteira de cigarros, onde, de meu próprio punho, lia-se o meu endereço e as fotografias acima, dentro da “ideia” da Polícia. Daí, a atitude do senhor Coronel Léo da Costa que me fez, imediatamente, passar o comando de meu Esquadrão ao Capitão Telmo de Oliveira Santana, para em seguida colocar-me na situação de Excedente no Regimento e submetido a um IPM que deveria ser solucionado naquelas 24 horas.

Convém, para maior esclarecimento, ressaltar o seguinte:

1º) o fato indicado na alínea “a” é o único fato real e diretamente ligado à minha pessoa e a sua explicação comprovada pelos testemunhos dos Tenentes Motta e Ten. Cel. Luiz de Azambuja Cardoso que no IPM ficou provado não ter nenhuma significação, além de um ato normal que qualquer comandante pode e deve ter para com um subordinado seu que lhe pede e necessita de seu auxílio;

2º) o “fato” das fotografias (motivado sem dúvida alguma pelo que continha na carteira de cigarros de Romeu Leão) e o “fato fantasiado” da pseudorrevolta e conspiração, depois da coação e suborno de que foi vítima Romeu Leão, por si mesmo se explica em virtude da sua inexatidão e estapafúrdia incoerência.

Esses três fatos indicados nas alíneas “a”, “b” e “c” estão em ligação com os dois incidentes em que me vi envolvido (o incidente com os soldados norte-americanos no “Café Édén” e o ocorrido no “Largo da Prefeitura”, com o próprio policial Baumann).

Quando isto não bastasse, a confissão de Romeu Leão, feita diante dos Tenente Miranda, Capitão Tupinambá e do Senhor Tenente Coronel Cardoso, dizendo que fora obrigado pelo policial Baumann, depois de surrado na Repartição Central de Polícia, a assinar as declarações contidas na denúncia policial

e fazer o “serviço”, o das fotografias, juntamente com o policial Roberto de tal e um fotógrafo da R.C.P. Melhor que essas minhas declarações se expressa o Boletim Regional número 65, de 20-III-1948, em seu item XVII, 4ª parte e que diz textualmente:

“No IPM mandado instaurar por este Comando e de que foi encarregado o Ten. Cel. Amaury Pereira, deste Q.G.R., dei a seguinte solução: I – Examinando-se atentamente o presente IPM verifica-se que o fato apurado não constitui crime nem transgressão disciplinar quanto ao Cap. Pedro de Arbues Martins Alvarez. Acontece, porém, que no decurso das investigações policiais militares, o ex-soldado Romeu Leão que, em suas declarações prestadas à Polícia [...] de que o citado Capitão era comunista, sendo ouvido neste IPM [...], declarou que se assim procedeu na polícia foi porque havia sido obrigado até com castigo, pelo funcionário da RCP, Ernani Baumann. [...] E, como todos esses fatos constituem crimes capitulados nos artigos 138, 140 e 339, quanto a Ernani Baumann ou crime capitulado no artigo 342, quanto a Romeu Leão, tudo do Código Penal e de Competência da Justiça comum, sejam, em face do artigo 6º do Código Penal Militar, estes autos enviados com a máxima urgência ao Exmo. Sr. Juiz de Direito, presidente do Foro desta Capital [...].”

O IPM foi encaminhado ao Exmo. Sr. Juiz de Direito presidente do Foro de Porto Alegre, de acordo com o Parágrafo 3º do artigo 117 do C.J.M. e até hoje, como já era de se esperar, nada aconteceu à Polícia. E isso é lamentável, pois que as providências contra esses crimes, de calúnia, suborno e coação, se impunham já que se trata de um fato muito grave, muito sério que ressalta, desde o seu início, a intensão sórdida e cavilosa de um agente temerário da autoridade policial, pretendendo envolver em conspirações fantásticas um oficial do Exército Brasileiro. Não que se deva tratar com privilégios um membro de nossas forças armadas. Acontece, porém, que, a não serem tomadas enérgicas providências contra desmandos de tal gravidade, ficarão os responsáveis pela manutenção da ordem no país – o Exército – à mercê de indivíduos de poucos escrúpulos que no mais das vezes o que visam é dar vazão aos seus recalques antissociais, como é o caso do policial Ernani Baumann, que é um conhecido pederasta passivo.

[...]

Ultimamente a R.C.P. procurou envolver o meu nome em novas conspirações fantásticas e dessa vez foi seu instrumento o Delegado da DESSEP o Sr. Oscar Klein, que veio a esta cidade a fim de “provar” minhas “atividades e ligações com o Partido Comunista Brasileiro”. Devo esclarecer que já estou habituado a tratar com elementos da R.C.P. pois que já não é a primeira vez que contra a minha pessoa usam eles de ardis, tendo por base “entendimentos” que,

segundo eles, visam pôr termo a “lamentáveis enganos” por parte de delegados policiais contra a minha pessoa. Cumpre-me citar a este Conselho de Justificação, a fim de que fique completamente esclarecido, o seguinte:

1º) Que alguns dias após a prisão de alguns elementos do Partido Comunista Brasileiro, na cidade de Santo Angelo, e que, conforme afirmou na imprensa local o Dr. Oscar Klein, delegado da DESSEP da R.C.P., foi motivada a fim de evitar uma “revolução agrária”, recebi, na 4ª Companhia Especial de Manutenção, um telefonema de uma pessoa ignorada, que não quis declinar o nome, dizendo apenas que era uma pessoa amiga e de confiança e que desejava dizer-me o seguinte: a) que o delegado Klein após “torturar” um dos comunistas presos, desejava que este declarasse o que sabia a meu respeito, quando servi naquela cidade e em Santa Rosa, com relação a “atividades e ligações com o PCB”; b) que assim que o delegado Klein seguisse para Porto Alegre eu fosse até Santo Angelo, porém incógnito e à paisana, e que exatamente às dezessete horas, e em frente ao Hotel Maerkly, uma pessoa amiga e talvez desconhecida iria aproximar-se de mim e diria exatamente o seguinte: “tudo bem? PODE SEGUIR-ME DISCRETAMENTE”; c) declarou ainda, embora eu insistisse, que não adiantaria nada em saber o nome dele e que eu me cuidasse de alguma provocação por parte da Polícia; d) ao responder uma pergunta por mim feita, disse que ele falava de Santo Angelo e que iria desligar para não surgir suspeita e que a partir do dia seguinte eu poderia lá chegar e que alguém se aproximaria de mim, no local, na hora exata e com a senha combinada, e que minha ida àquela cidade era de urgência e de grande valor para mim a fim de evitar que eu caísse em uma cilada que se vinha forjando há muito tempo na R.C.P.

Devo esclarecer que acreditei logo ser uma cilada da Polícia, pois que essa tática a direção da R.C.P. já usou várias vezes no “plano de revolta”, forjado pelos delegados Ernani Baumann e Grant Mariano de Souza. Alguns dias depois, a mesma voz, segundo me parece, me alertava que o delegado Oscar Klein chegaria nesta cidade no dia seguinte e que provocaria comigo um incidente qualquer, que motivaria minha prisão, e que, nesta ocasião, seria colocado em meus bolsos um documento subversivo onde apareceria eu como dirigente de uma “revolução operária” de Santo Ângelo.

[...]

Como último esclarecimento da falta de censo e do ambiente, já tão desmoralizado, e reinante dentro da Repartição Central de Polícia cumpre-me o dever de denunciar, a quem de direito, por intermédio deste Conselho de Justificação, que o delegado Oscar Klein, na Tesouraria da 4ª Companhia Especial de Manutenção, declarou na minha presença e mais na do 1º Tenente Murilo Monteiro e dos sargentos Antonio Afonso Alves, Waldemar Flores de Oliveira e de

Bertholdo Rheinheimer que o incêndio da R.C.P. fora motivado, sem dúvida alguma, pelas mãos criminosas do Inspetor de Polícia Ernani Baumann em vista de um volumoso processo que a R.C.P., por sua direção, vinha movendo contra o mesmo. Declarou ainda que Ernani Baumann fora rebaixado de função na R.C.P. por se tratar de um indivíduo sádico, desclassificado e pederasta passivo e que vinha prejudicando as atividades da direção da R.C.P., já que era contumaz em inventar “planos de revolta” para conseguir “cartaz” com o chefe de polícia mas que tais planos sempre ficavam, mais tarde, desmoralizados em público por não “serem bem-feitos”... O delegado Klein afirmou ainda que ele acreditava ter sido Ernani Baumann o forjador do “plano de revolta”, no qual procurou me responsabilizar, já que se tratava de um indivíduo sórdido e capaz das mais cretinas atitudes e que ele, Baumann, já fizera o mesmo com um Vereador de Porto Alegre, o comunista Dr. Marino dos Santos, e que, por esse fato e muitos outros, todos da responsabilidade imediata de Baumann, a R.C.P. vinha caindo em descrédito diante da opinião pública do Rio Grande do Sul e até mesmo do Brasil inteiro. Declarou ainda mais o delegado Klein, no bar Concordia desta cidade, ao me ler parte de um documento secreto que seria enviado ao Chefe de Polícia do Estado, fez menção ao nome do Exmo. Sr. Gen. Alcides Etchegoyen, que se encontrava nesta cidade em gozo de férias. Interpelado por mim o que esse oficial General tinha a ver com o meu caso, nada quis revelar e então declarei ao delegado Klein que iria imediatamente procurar o Exmo. Sr. Gen. Alcides Etchegoyen, tendo aquele se mostrado apreensivo, pedindo-me que não procurasse o General porque ele não estava autorizado por este a usar do seu nome. Não tendo eu encontrado o Exmo. Sr. Gen. Etchegoyen, e tendo avistado o Sr. Coronel Osvino Ferreira Alves, Chefe do Estado Maior da 3ª D.I., dirigi-me a este oficial informando-o de tudo o que vinha acontecendo, desde as provocações dos telefonemas até a citação do nome daquele oficial General. O Sr. Coronel Osvino ordenou-me que não falasse mais, de maneira alguma, com o delegado Klein e, em vista disso, retirei-me para a minha residência, mais ou menos às vinte e duas horas. Aproximadamente às vinte e quatro horas dessa mesma noite o Sr. Coronel Osvino esteve em minha residência solicitando o meu comparecimento diante do Exmo. Sr. Gen. Alcides Etchegoyen, do delegado Klein, do novo delegado de polícia desta cidade, Sr. Barreto Viana, e também dos oficiais que lá se encontravam, o Sr. Major Paulo de Oliveira Ramos, o 1º Tenente Léo Etchegoyen e do próprio Sr. Coronel Osvino. O delegado Klein na presença dessas autoridades declarou nada haver contra mim, pois que tudo já estava esclarecido e que ele iria apresentar um relatório do que pude constatar, durante os vários dias que estive nesta cidade, constatando o que realmente havia contra a minha pessoa, relacionado com as

atividades e ligações com o PCB. O que é de lamentar é que um delegado de polícia venha constatar as “atividades e ligações comunistas” de um oficial do Exército e não dê a mínima satisfação as autoridades militares diretamente interessadas e nem mesmo à Segunda Seção, que é o órgão competente para agir em tais casos. Para finalizar devo declarar que as acusações que a direção megalomaniaca da R.C.P. lança contra mim, são todas produtos de sua imaginação ou “filhas” dela própria, como foi caso do “plano de revolta” do qual foi instrumento principal o ex-soldado Romeu Leão. Isto está sobejamente provado no IPM, à fls. 6. Procurarei, de uma forma ou de outra, responsabilizar o Chefe de Polícia deste Estado, Sr. Dagoberto Gonçalves, pelas acusações caluniosas e infâmias dirigidas contra a minha pessoa. A direção da R.C.P., com a conivência do Chefe de Polícia, procura, numa orientação verdadeiramente enferma, apresentar aqueles que, por seus gestos e atitudes, foram sempre considerados dignos e honrados cidadãos como se fossem iguais aos invertebrados da direção da R.C.P.; o conceito que eles emitem ao meu respeito é algo que não pode estar ao alcance de suas consciências ou dependendo de suas mãos, já que aquelas e estas se apresentam em público mostrando a verdadeira face da polícia como sendo um instrumento de desagregação social e um agente provocador da desordem, da violência e do arbítrio que não respeita os mis mezinhos direitos inerentes aos cidadãos assegurados na Constituição Federal. O que desejo é que este “Conselho de Justificação” faça com que a R.C.P. apresente todas as “provas” de “minhas atividades comunistas e ligações com o PCB”; que depois de minha justificação a tais acusações, sejam ouvidas as inúmeras testemunhas que posso apresentar; que seja eu ou a direção da R.C.P. responsabilizado, de maneira enérgica, a fim de que fique tudo esclarecido e não mais se repitam ataques mentirosos, caluniosos e soezes contra oficiais do Exército, que não podem, de maneira alguma, para honra da corporação a que pertencem, ficar à mercê de indivíduos inescrupulosos que, no mais das vezes, pretendem fazer carreira policial à custa de conspirações fantásticas e mentirosas procurando nelas envolver, em planos previamente forjados dentro da R.C.P., aqueles que têm um nome a zelar e uma farda que honrar. Isso era o que eu tinha a dizer antes de responder às demais acusações que a Repartição Central de Polícia, por sua direção da calúnia, do suborno e da coação, vem fazendo constantemente a 2ª Seção do Estado Maior da 3ª Região Militar.

Pedro de Arbues Martins Alvarez
Capitão

DESPACHO

Vistos os autos etc., o Conselho, por maioria:

CONSIDERANDO que, contra o Capitão PEDRO DE ARBUES MARTINS ALVAREZ, não existe parte acusatória ou qualquer outro documento a que se refere o artigo primeiro do Decreto-Lei 2.746, de 5 de novembro de 1940, e isto confirmado em ofício número oitenta e quatro “B”, reservado, de 6.4.1950, do Exmo. Sr. Gen. Comandante da 3ª Região Militar;

CONSIDERANDO que existiu uma acusação infundada de um ex-soldado expulso do Regimento do requerente, já devidamente esclarecida em Inquérito Policial Militar, solucionado em Boletim Regional número sessenta e cinco de 20 de março de 1948;

CONSIDERANDO que o próprio Delegado de Polícia do Serviço de Informações da Repartição Central de Polícia, Oscar Alfredo Klein, em seu relatório, [...] assevera o que se segue: “Pretende o signatário deixar consignar, com a responsabilidade de suas funções, que nenhuma atividade comunista e subversiva tem sido constatada pelo serviço de informações” (*sic*);

O Conselho, todavia, em obediência ao que preceitua o artigo 6º do citado Decreto 2.746, recebeu, examinou e anexou aos autos os documentos [...] apresentados pelo Capitão Alvarez, por ocasião da leitura que lhe foi feita do ofício [...] do Exmo. Sr. General Comandante da 3ª Região Militar.

Na realidade, as peças em questão versam sobre fatos já apreciados e julgados pelas autoridades militares competentes, mas que na ocasião o Conselho julga de grande atualidade, para o legítimo direito de defesa do Capitão Alvarez, no sentido de ver seu nome salvo de acusações comprometedoras e prejudiciais à sua pessoa e também à corporação a que pertence.

Pelo resultado do IPM, a que respondeu o aludido oficial [...] verifica-se que nada, absolutamente nada, ficou apurado contra o Capitão Alvarez.

Verifica-se, entretanto, que seu nome está fichado no Arquivo do Estado Maior Regional, como professante de ideias comunistas, conforme se constata do ofício [...]; que, na verdade, a polícia, [...], urdiu e executou como bem entendeu um já refutado plano, com o objetivo de apresentar o Capitão Alvarez como professante de ideias comunistas.

Pelo exposto, este Conselho solicita vênias para sugerir, como medidas que julga justas e oportunas:

a) seja incinerada a ficha do Capitão Alvarez existente no Arquivo do Estado Maior Regional;

b) que todo o esforço, no interesse da Justiça, seja posto em prática no sentido do esclarecimento da parte final da solução do IPM, a que respondeu o Capitão Alvarez.

Encerrando, o Conselho julga que nada positivamente existe ou existiu contra o Capitão Alvarez e que portanto, mais uma vez afirma não haver razões ou provas que o levem a se justificar.

[...]

Santa Maria, Sala Secreta dos Conselhos de Justiça da Terceira Auditoria da Terceira Região Militar, 15 de maio de 1950.

Não é que num documento confidencial do Ministério da Guerra da 3ª Região Militar desse processo estava escrito o seguinte:

Restituo a V. Excia. os autos do Conselho de Justificação requerido pelo Cap. PEDRO ARBUEZ MARTINS ALVAREZ, sendo a Sec. de parecer que a ficha existente em seu arquivo não deve ser incinerada, como sugere o Conselho de Justificação [...], porquanto a Sec., está informada, por várias fontes, que o referido oficial, mesmo durante a época do julgamento, esteve envolvido em acontecimentos, já do conhecimento de V. Excia., que o levam a continuar considerado como elemento suspeito de professar simpatias pelo credo comunismo. Além disso, parece à Sec. que o Cap. PEDRO ARBUES MARTINS ALVAREZ não apresentou elementos suficientes que provassem sua repulsa ao credo vermelho. II – Como o juiz vencido, Major PEDRO AUGUSTO DE OLIVEIRA, julga a Sec. que era imprescindível ouvir testemunhas – arroladas ou não pelo requerente – que permitissem, com o penhor de sua palavra ou com a citação de fatos, chegar à conclusão que a conduta do Cap. PEDRO ARBUEZ MARTINS ALVAREZ não o põe em choque com o decore da classe a que pertence e nem atinge sua honra pessoal. (a) EMILIO GARRASTAZU MEDICI, Ten. Cel. Chefe da II/EMR3.

ANEXO N. 2 [...] Desde que aqui chegou, isto é, em fins de abril do corrente ano, o Capitão PEDRO ARBUEZ MARTINS ALVAREZ vem desenvolvendo intensa atividade, mantendo diuturnamente estreito contato com os principais líderes comunistas desta cidade, dentre eles os vereadores LUCIO SOARES NETO, SOLON PEREIRA NETO e ALVARO GUSMÃO e Drs. LINEU TEIXEIRA E HERON CANABARRO e o ex-capitão do Exército CIDIO PORTO DIAS. A cidade de RIVERA sempre constituiu o lugar ideal para o referido Capitão manter palestras com os aludidos adeptos do credo vermelho, sendo pontos preferenciais para os encontros o Café SO-ROCABANA e o Restaurante denominado D. MARIA, este de propriedade do perigoso agitador ARI KULMANN. Muitas e muitas vezes o Cap. ALVAREZ foi visto por elementos desta Delegacia de Polícia tomar a direção

da rua BRASIL (RIVERA) acompanhado de SOLON PEREIRA NETO, LUCIO SOARES NETO e SERGIO OLMOS. O referido Capitão também foi surpreendido inúmeras vezes penetrando numa livraria situada nesta cidade à rua SILVEIRA MARTINS, esquina com a 7 de Setembro, estabelecimento este de propriedade de AMARO GUSMÃO, em cujo interior costumam reunir-se os comunistas de LIVRAMENTO. [...] Por ocasião do “DIA DO TRABALHADOR”, transcorrido a primeiro do corrente, quando se realizava um comício promovido pela LIGA DE DEFESA DO PETRÓLEO, tendo por local o LARGO INTERNACIONAL, o Cap. ALVAREZ se achava ali presente em companhia de sua esposa e, junto à tribuna armada, aplaudia com palmas e, constantemente, os oradores que se fizeram ouvir, principalmente os comunistas, quando naquela sua linguagem de todos conhecida, atacavam o “imperialismo yankee” e os governos em geral, exceto o da RÚSSIA e seus satélites. Está programada para a noite de hoje, numa das salas do Fórum local, uma conferência sobre o petróleo brasileiro, tendo como conferencistas o Cap. ALVAREZ – No bairro operário do ARMOUR o Cap. Alvarez foi visto várias vezes acompanhado do vereador comunista SOLON PEREIRA NETO, palestrando com diversos líderes da classe que dirigiram o movimento grevista naquele Frigorífico, em maio do ano passado, dentre eles ALADIM ROSSALES, AMARO GUSMÃO, FELICIO CORREA e outros. O Coronel CIRO DE ABREU, ilustre comandante da Guarnição local, está a par de todos esses pormenores, tendo tomado várias providências acauteladoras objetivando qualquer golpe de surpresas, pois os comunistas já não fazem mais segredo de levarem a efeito vários atos de sabotagem nesta cidade, até o fim deste mês. [...] (a) Dr. MIGUEL ZACARIAS, Del. de Polícia. CONFERE COM O ORIGINAL. PORTO ALEGRE, 6 de junho de 1950. (a) EMILIO GARRASTAZU MEDICI. Ten. Cel. Chefe da II/EMR3.

ANEXO N. 3 – [...] Com referência ao rádio n: 31 – Normal de 25 do corrente, informo o seguinte: a) O Cap. PEDRO ARBUES ALVAREZ tem estado algumas vezes nesta Guarnição, sendo que, ultimamente em gozo de férias, de 19 de abril a 19 do corrente. Anteriormente a essa época, isto é, há 3 meses atrás, aproximadamente, esteve aqui em caráter particular demorando-se poucos dias. b) Segundo observações feitas pelo Ten. Cel. CIRO ABREU, então no comando da Guarnição, bem como por elementos da polícia local, o Capitão ALVAREZ mantinha contato com os mais destacados e ativos líderes comunistas de LIVRAMENTO, sendo o mesmo encontrado diversas vezes no interior de RIVERA em companhia daqueles elementos. [...] c) Que as atividades do Cap. PEDRO ALVAREZ foram objeto de um relatório feito pelo Delegado

de Polícia local e entregue ao Comandante da 2ª D.C. [...] (a) MARIO MALTA, Major Comandante do 8º G.A. Cav. 75. Confere com o original. Emilio Garrastazu Medici. Ten. Cel. Chefe da II/EMR3.

ANEXO N. 4 – [...] Em face de vosso ofício reservado n. 120-B, de 26-V-50 e relatório anexo informo o seguinte: a) o constante contacto do Cap. PEDRO ARBUES ALVAREZ com os conhecidos elementos comunistas de Livramento e ainda o conceito generalizado entre o elemento civil local de que o Cap. PEDRO professa ideias comunistas, determinou por parte do Comando da Guarnição e da Polícia Civil, uma severa vigilância em torno dos movimentos daquele oficial. Esta vigilância levada a efeito pela polícia local, depois dum entendimento com o Cmt. da Guarnição, cargo que na ocasião era exercido por mim, está condensado no relatório do Delegado de Polícia e é a expressão da verdade, sendo que o Comando da Guarnição era posto ao par, dia a dia, das ocorrências relatadas. b) as atividades do Cap. Pedro Alvarez são de molde a ser interpretadas, naturalmente, como de solidariedade franca aos comunistas locais, porquanto mantinha contacto diário com eles e, exclusivamente com eles, isto num momento em que qualquer oficial deveria se abster de tão declaradas relações, notadamente com o vereador SOLON PEREIRA NETO, que poucos dias antes fizera, na câmara de vereadores, um ataque ao Exército – do que dei conhecimento ao Cmt. da 2ª D.C. [...] c) No penúltimo dia de sua estada nesta cidade, onde esteve em férias, o Cap. Alvarez realizou uma conferência no Fórum local sobre a questão do petróleo, tema que está servindo de largo pretexto aos comunistas para agitar as massas. A assistência era constituída na sua maioria pelos comunistas locais e o Exmo. Sr. Gen. Cmt. da 2ª D.C., então nesta cidade, mandou um oficial do seu E.M., à paisana, assistir à dita conferência. (a) Ciro Carvalho de Abreu – Ten. Cel. Confere com o original. Emilio Garrastazu Medici. Ten. Cel. Chefe G-2.

Tive que me posicionar novamente e entrei com outro documento:

Sobre os documentos que me foram lidos tenho a declarar o seguinte:

primeiro) que confirmo integralmente as declarações por mim prestadas no presente processo [...]

segundo) que o conteúdo destes últimos documentos, como o de todos até agora apresentados, não passa de meras fantasias policiais e os “fatos” apresentados não constituem “a expressão da verdade”, como afirma [...] o Senhor Tenente Coronel Ciro Carvalho de Abreu, Comandante da Guarnição de Livramento.

Analisando-se, profundamente, os quatro documentos em apreço, chega-se à seguinte conclusão:

Que três deles, de responsabilidade de chefes militares, são consequência de um documento único, que serviu de origem aos mesmos, e este é, nada mais nada menos, o relatório do Delegado de Polícia de Livramento, Senhor Miguel Zacarias.

O documento apresentado pelo delegado Zacarias é pleno de mentiras e fantasias policiais como o são todos os documentos até agora apresentados pelos invertebrados da Repartição Central de Polícia, que, numa orientação verdadeiramente enferma, traduzida em seus gestos e atitudes, vem caindo em descrédito perante a opinião pública, culminando com o último fato, já de todos conhecido e bastante desmoralizado, qual seja, o caso do “Incendiário Major Aragon”.

Em uma acusação qualquer deve ser condição precípua ter o acusador idoneidade moral e profissional e, isso, posso afirmar, sem medo de errar e o Conselho, se julgar útil apurar, poderá constatar, que ao Delegado Miguel Zacarias falta autoridade moral e profissional para acusar um oficial do Exército que tem um nome a zelar e uma farda que honrar. É o delegado Miguel Zacarias muito mais desclassificado do que o seu homônimo, inspetor Wenceslau Braga, desta cidade e que também já me fez acusações mentirosas. Este Conselho, se julgar necessário, poderá verificar a exatidão de minhas afirmativas, com relação ao delegado Miguel Zacarias.

O delegado Miguel Zacarias, em seu relatório, usa a mesma técnica de Wenceslau Braga, isto é, transforma fatos reais em “fatos fantasiados”, àqueles realmente existentes a estes como produto de sua imaginação criminosa.

Passemos, pois, aos fatos reais e aos “fatos fantasiados” dos pseudoencontros com os “principais líderes comunistas”, etc., os quais por si mesmos se explicam em virtude de sua deturpação, de sua inexatidão e estapafúrdia incoerência.

Primeiro) É fato que estive em gozo de férias regulamentares, na cidade de Livramento, durante aquele período [...];

Segundo) É fato que assisti a um comício no dia primeiro de maio, promovido pela “liga de Defesa e Estudos de Petróleo e Economia Nacional de Livramento”;

Terceiro) É fato que palestrei, algumas vezes, com o vereador do PSD Solon Pereira Neto, que hoje, tendo abandonado aquele Partido, é conhecido publicamente como um representante de Luiz Carlos Prestes, na Câmara dos Vereadores de Livramento;

Quarto) É fato que palestrei, também algumas vezes, com o Doutor Lineu Teixeira;

Quinto) É fato que proferi no edifício do Fórum daquela cidade uma palestra-sabatina sobre o palpitante problema do Petróleo Nacional;

Esses são fatos reais e diretamente ligados à minha pessoa. As deturpações desses fatos e as conseqüentes fantasias criminosas da imaginação do delegado Zacarias é que agora passarei a analisar.

[...]

a) quanto ao PRIMEIRO não se torna necessário fazer menção alguma;

b) com relação ao SEGUNDO, devo afirmar que estive acidentalmente no comício acima citado, por onde passava com minha senhora, momentos antes do mesmo ter iniciado, tendo ali permanecido durante algum tempo. Meus objetivos em assistir tal ato público o foram e sempre o têm sido simplesmente curiosos, e nunca políticos, em tudo que se relaciona com a soberania da pátria e seu progresso. [...]

c) quanto aos TERCEIRO E QUARTO, devo esclarecer o seguinte: o simples fato, normal e de todo admissível, de ter eu conversado, algumas vezes, em encontros casuais no Café Tupinambá, em Livramento, e nunca no Café Sorocabana, na cidade uruguaia de Rivera, ou em outros locais que constam no relatório de Zacarias, com o vereador Solon Pereira Neto foi o suficiente para o delegado Zacarias fantasiar o mesmo com mentirosas expressões constantes da primeira parte de seu relatório [...]

O que de verdade existe em tudo isso é apenas o seguinte: conheço, de fato, os vereadores Lúcio Soares Neto e Solon Pereira Neto, os Doutores Heron Canabarro e Lineu Teixeira e também o ex-capitão do Exército Cidio Porto Dias; quanto aos “demais líderes comunistas” com os quais “mantinha eu contato diuturno”, “Encontros em Rivera”, no “Café Sorocabana” e “restaurante Dona Maria”, na “Rua Brasil”, na “Livraria”, onde os comunistas faziam suas reuniões, no “bairro operário do Armour”, etc., tenho a declarar que a nenhum deles conheço pessoalmente. Devo afirmar que nunca fui a Rivera ter encontros com elementos comunistas, nunca estive no restaurante Dona Maria; nunca marquei “encontros” no “Café Sorocabana” ou na “Rua Brasil” ou ainda em qualquer outro local da cidade de Rivera; nunca estive na “livraria” situada à esquina da Sete de Setembro com Silveira Martins, não estive sequer uma vez no bairro operário do Armour, nas condições em que cita o delegado Zacarias em seu relatório.

Quanto ao item PRIMEIRO, devo dizer ainda, como esclarecimento, o seguinte: o meu conhecimento com aqueles cidadãos, excluindo-se Solon Pereira Neto e o Doutor Lineu Teixeira, prende-se a um fato natural e compreensível, já que sou filho de Livramento, onde me criei e onde residem meus pais, os quais sempre que posso vou visitar. [...] com Solon Pereira Neto e Lineu Teixeira tenho de fato até mesmo relações de amizade, pois o primeiro foi meu companheiro de infância e de ginásio, e o segundo é meu vizinho desde que me

conheço por gente e, com ambos, sempre mantive boas relações de amizade, as quais não posso destruir para satisfazer as vontades e os desejos de um Delegado Zacarias ou outro qualquer seu semelhante. Por que iria deixar de cumprimentar, e até mesmo falar, com pessoas que conviveram comigo em minha meninice e em parte da minha juventude? Tenho personalidade já formada. Não sou político e não pertencço a partido algum, no entretanto mantenho relações de amizade com pessoas de todos os partidos políticos.

[...] Citarei ainda como esclarecimento apenas um exemplo. Nunca deixei de cumprimentar e mesmo falar, em encontros casuais, com os vereadores Lucio Soares Neto e Solon Pereira Neto, que sei serem comunistas, com os Doutores Lineu Teixeira e Heron Canabarro e com o ex-capitão Cidio Porto Dias, que diz Zacarias serem também comunistas. Por outro lado e para passar de um extremo a outro, nunca deixei de conversar, passear e até mesmo visitar um velho amigo e ex-colega de ginásio, o senhor Salvador Gutierrez, que é um dos principais líderes do integralismo, hoje denominado PRP. Também converso com os Doutores Guilherme Flores da Cunha e Mario Cunha, que são udenistas; com Sergio Fuentes e muitos outros, que são trabalhistas; com Diamantino Menezes e tantos outros, que são Libertadores; com Ivo Borges e vários outros, que são do PSD e, assim por diante. Minhas relações em Livramento são vastíssimas e creio desnecessário insistir nesse ponto porquanto julgo até mesmo ridículo ter que justificar amizades naturais que se formam entre indivíduos.

Para que se defina até que ponto chega o cinismo do Delegado Zacarias, passarei a citar um fato simples e banal, comigo e ele ocorrido, quando de minha última estada em Livramento. Estava eu na porta do Café Tupinambá, em Livramento, conversando, após termos tomado um cafezinho com o vereador Solon Pereira Neto. Assim que nos despedimos, tornei a entrar naquele café e vem ao meu encontro o delegado Zacarias a fim de cumprimentar-me, já que eu havia chegado naquele dia em Livramento, ao mesmo tempo que pedia-me desculpas por “não me ter cumprimentado”, quando pela primeira vez me avistou, alegando que assim procedera por “não manter relações amistosas com o vereador Solon”.

E assim, de fantasia em fantasia, aprofunda-se ainda mais no ridículo o final do relatório do Delegado Miguel Zacarias com “Golpes de Surpresas”, “Atos de Sabotagem até o fim deste mês” (isto é, mês de Maio), “Contrabando de Armamento de Montevideú” e etc.

Explica-se diante desses “fatos fantasiados” a atitude de Zacarias. Atitude coerente com seus homônimos que dirigem a RCP e que veem em tudo o “fantasma do comunismo” procurando, com isso, intimidar os menos avisados e ingênuos, fazendo, ou melhor, pretendendo fazer com que todos pensem de

acordo com seus cérebros medíocres e obtusos. Explica-se, diante dessa atitude de Zacarias, o seu desejo de fazer carreira policial, de enganar que trabalha e cumpre com os seus deveres, de ganhar prestígio e conceito com o Chefe de Polícia do Estado, procurando envolver em suas fantasias policiais até mesmo oficiais do Exército afetando, com tais atitudes, ao próprio Exército Nacional, procurando a cizânia entre seus componentes, jogando, assim, oficiais contra oficiais como pretendeu Zacarias conseguir fazer comigo e o Senhor Tenente Coronel Ciro de Abreu.

Quanto à palestra-sabatina que fiz no edifício do Fórum de Livramento e que versou sobre o problema do Petróleo Nacional, devo esclarecer o seguinte: defendo a tese da exploração do petróleo sob a forma de Monopólio Estatal, tese que foi brilhantemente apresentada, defendida e argumentada pelo Excelentíssimo Senhor General Horta Barbosa. Sou dos que pensam que tal tese deve ser defendida, custe o que custar, haja o sacrifício que houver, porque, diante da ofensiva dos “trustes” internacionais, em se apoderar de tudo o que possa realmente trazer progresso ao Brasil, não podemos ficar calados. É dever de cada patriota emitir sua opinião e esclarecer, com argumentos, todos aqueles que não compreendem profundamente o problema do petróleo, de cuja solução depende o progresso do país. Aceitei o convite para fazer tal palestra justamente por ser uma ocasião oportuna, já que, poucos dias antes, os Excelentíssimos Senhores Generais Horta Barbosa, Raimundo Sampaio, Leitão de Carvalho e o Senhor Arthur Bernardes haviam lançado um Manifesto à Nação no qual mostravam, com fatos concretos e argumentos irrefutáveis, a manobra de flanco dos “trustes” estrangeiros, utilizando-se de um rótulo diferente daquele do “Anteprojeto do Estatuto do Petróleo” e denominado “Anteprojeto de Lei sobre Investimento de Capitais Estrangeiros no Brasil” que foi encaminhado ao Congresso Nacional. E foi justamente essa “manobra de flanco” dos “trustes” estrangeiros que me fez “retomar a ofensiva”, esclarecendo, naquela palavra-sabatina, a todos quantos quisessem desfazer dúvidas sobre este momentoso problema do Petróleo Nacional.

Aceitando eu pronunciar a palestra sobre o problema do petróleo, fui pessoalmente ao Sétimo Regimento de Cavalaria, onde já havia servido durante três anos. Em lá chegando, dirigi-me ao comandante, Senhor Tenente-Coronel Olavo Souto, com a intenção de convidá-lo, bem como aos demais oficiais e praças daquela Unidade. Verdade é que o Senhor Tenente-Coronel Olavo Souto não me autorizou a fazer tal convite coletivamente, como era minha ideia, pois que disse-me ele mais ou menos o seguinte: “que não iria e que isso do petróleo é comunismo, razão por que eu não vou deixar os meus oficiais e praças comparecerem à sua palestra”.

Como era natural, apresentei argumentos ao Senhor Tenente-Coronel Olavo Souto mostrando a importância de todos e principalmente dos militares, de um modo geral, conhecerem a fundo o problema nacional do petróleo. Por sua atitude então, e na impossibilidade de reunir os oficiais e praças, foi que fiz alguns convites individuais aos oficiais e sargentos que encontrei desde o gabinete do comando até o portão do quartel. Quanto às informações do Senhor Tenente-Coronel Ciro Carvalho de Abreu, comandante da Guarnição de Livramento [...] se depreendem que são baseadas no relatório do Delegado Zacarias conforme, entre outras coisas, afirma aquele oficial superior: “Está condensado no relatório do delegado de Polícia e é a expressão da verdade”. Quero crer que o Senhor Tenente-Coronel Ciro endossou o relatório de Zacarias, iludido que foi na sua fé, mas este oficial superior não prova com documentos idôneos ou na minha presença aquilo que informou em seu documento.

Quanto ao documento assinado pelo Senhor Tenente-Coronel Emílio Garrastazu Médici, Chefe da Segunda Seção do Estado Maior Regional Três, verifica-se que este oficial superior traduz em termo, até mesmo fichando oficiais do Exército, as informações mentirosas e fantasiadas da polícia, informações que são originárias de fontes as mais suspeitas, já que os elementos da Repartição Central de Polícia, com honrosas exceções, se apresentam em público como os mais sórdidos componentes da crosta social; são, esses elementos, em sua maioria, indivíduos de atitudes as mais venais, de costumes os mais repelentes e de origens duvidosas e anormais. Que seleção exige a polícia civil no recrutamento de seus elementos? Nenhuma! A nata da escória social mora na Repartição Central de Polícia. São verdadeiros capachos, cujas atitudes refletem a falta absoluta da mais ínfima moral. Convém, pois, ressaltar aos dignos membros deste Conselho que a Segunda Seção dá muito mais valor probante às acusações infundadas e constantemente prestadas pela polícia, como acima declaro, do que mesmo as conclusões a que havia chegado este Conselho [...]. Mas isso não é só. Sem procurar verificar a realidade ou não das denúncias policiais, a Segunda Seção fichou meu nome no arquivo do Estado Maior Regional Três, como “professante de ideias comunistas” [...] de responsabilidade direta do Senhor Tenente-Coronel Emílio [...] pela simples expressão: “sendo a Seção de parecer que a ficha (do Capitão Alvarez) existente em seu arquivo não deve ser incinerada, como sugere o Conselho de Justificação [...]”, constata-se a atuação da Segunda Seção como iludida em sua boa-fé, neste particular, já que a minha situação de “professar ideias comunistas” já está esclarecida nos seguintes documentos: primeiro) Em Boletim Regional [...]; segundo) Nos ofícios, ambos do Excelentíssimo Senhor General Comandante da Terceira Região Militar [...]; terceiro) Em documento constante de um re-

latório da própria polícia quando se viu forçada a provar perante o Conselho as acusações que me vinham fazendo [...].

[...]

Não ando “rastreando” (termo policial de Zacarias), porque “rastrear” é ras-tejar, andar de cócoras, é andar com as vísceras no chão. Ando, muito contrário, de cabeça erguida e não me curvo às injunções do momento ou imposições de indivíduos medíocres. Daí me tacharem de comunista.

Fala ainda em seu documento [...] o Senhor Tenente-Coronel Emílio que “o capitão Pedro Alvarez não apresentou elementos suficientes que provassem sua repulsa ao “credo vermelho””. Como iria eu apresentar provas de minha “repulsa” se aqueles que se baseiam tão somente em informações policiais foram os primeiros a declarar aos próprios membros deste Conselho que “contra o capitão Alvarez nada foi consignado quanto à prática de atos que implicassem em atividades extremistas passível de censura penal ou disciplinar” [...]. Como poderia me defender, se, na hora que se quer fazer justiça, os acusadores negam covardemente ou batem em retirada como se depreende do teor do documento [...] do delegado policial Oscar Alfredo Klein? Que “repulsa” poderia eu apresentar? Minha repulsa deve ser contra aqueles que me acusam, covardemente pelas costas, já que de frente falta-lhes coragem moral, profissional e física. Diante de tal ignomínia, minha repulsa deve ser contra os policiais profissionais da calúnia.

Minha defesa contra os invertebrados da Repartição Central de Polícia e contra aqueles que endossam as acusações policiais e não me conhecem, a não ser através dessas acusações falsas, está no conceito que desfruto diante de meus chefes que labutam diariamente comigo por uma questão funcional de bem cumprir os sagrados deveres para com o Exército e a pátria. Minha defesa está na eficiência ou não do comando da Unidade que dirijo há dois anos precisamente. Minha defesa está na consideração e no conceito que de mim emitem os companheiros de farda e que comigo labutam nos afazeres da caserna ou desta Guarnição. Minha defesa está espelhada na conduta, na eficiência de trabalho, na disciplina consciente, onde não medra o terror ao Regulamento Disciplinar do Exército, e também na amizade e camaradagem da tropa que me orgulho de comandar.

Diante do acima exposto, solicito dos ilustres membros deste Conselho o seguinte:

Primeiro) Que sejam ouvidos, como ponto de partida às conclusões deste processo, o Excelentíssimo General Gastão Augusto Grunewald da Cunha, atual comandante da Terceira Divisão de Infantaria, e o Senhor Coronel Os-vino Ferreira Alves, dois brilhantes e dignos oficiais dos quais me orgulho de

ser subordinado. Estes oficiais superiores vêm mantendo um contato constante, por imposições de ordem profissional, com a minha pessoa, já que sou Comandante da Quarta Companhia Especial de Manutenção, e, por isso, não me conhecem apenas através de informações policiais e sim pela conduta que sempre mantive e venho mantendo. [...]

Além destes dois oficiais superiores, poderá o Conselho, se julgar necessário, ouvir a quaisquer um dos demais oficiais desta Guarnição.

Segundo) que seja solicitada ao Exmo. Sr. General Comandante da 3ª Região Militar e anexada aos presentes autos uma cópia autêntica da solução do IPM a que respondi, por força de documentos policiais, quando servia no 2º Reg. Cav. Mec. e publicada no Boletim Regional número 65, de vinte de março de mil novecentos e quarenta e oito.

Terceiro) que seja juntado aos presentes autos apenas dos últimos documentos autênticos que me foi enviado pelo Senhor Tenente-Coronel Cassal Martins Brum, meu chefe direto, e que exerce as funções de chefe do serviço de Motomecanização Regional Três para que, juntamente com os demais documentos e demais provas fornecidas por qualquer outras fontes que não sejam as da polícia, faça-se justiça.

Que sejam, pois, ouvidas as testemunhas de acusação e as inúmeras testemunhas de defesa que posso apresentar.

Que tudo isso seja feito em salvaguarda e honra do Exército, ameaçado que está pela cizânia policial, e depois disso ditem a sentença que eu realmente venha a merecer ou que sejam tomadas as providências necessárias para que não mais se repitam ataques soezes contra oficiais do Exército que não podem ficar aí à mercê de indivíduos inescrupulosos que, no mais das vezes, querem galgar posições à custa de “fatos fantasiados” e “conspirações” inexistentes, fruto de sua imaginação criminosa, procurando, dessa forma, até mesmo envolver oficiais do Exército, afetando assim a corporação a que pertencem.

Que seja, finalmente, tudo esclarecido em caráter definitivo a fim de que os dignos membros deste Conselho possam, com suas consciências tranquilas, decidir à luz meridiana da verdade.

Na situação particular em que me encontro, não há, salvo melhor juízo, meio-termo a ser adotado; ou a razão está comigo ou com aqueles que me põem em choque com o decoro da classe a que pertença.

[...]

Pedro de Arbues Martins Alvarez
Capitão

CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO DECISÃO

(Boletim Reservado do Exército número 2 de 26-II-51)

[...]

Segunda Fase do Processo

a) Retorno do processo e reinício dos trabalhos do Conselho para apreciação dos fatos surgidos [...];

b) Foram ouvidas nove testemunhas e atuadas novas referentes ao assunto [...]

g) Documento [...] no qual o justificante rebate as acusações que envolvem a sua pessoa em ambas as fases do processo e declara ter feito a palestra sobre o problema do petróleo [...]

Declara, ainda, que tem tido encontros e mantido palestras com civis de diferentes correntes políticas, inclusive vereador e outros tidos como comunistas, os quais são seus amigos de infância, e nunca deixou de manter as relações de amizade que sempre lhes dispensou; assinala os locais que esses encontros se verificam, nem sempre coincidentes com os apontados pela polícia civil;

h) Documentos [...] são de um modo geral calcados nas informações prestadas pelo Delegado de Polícia de Livramento Senhor Miguel Zacarias, perdem, a bem dizer-se, o valor como confirmação ou como prova das acusações das acusações feitas contra o justificante, uma vez que o Cmt. da Guarnição, afora as observações pessoais, louvara-se nos relatos diários que lhe eram feitos por aquela autoridade civil, a qual, em depoimento [...], põe em dúvida a veracidade desses fatos relatados, salvo no tocante aos encontros e palestras a que se reporta e que são confirmadas pelo justificante;

i) No documento [...] sua Excelência o Sr. Gen. Cmt. da 3ª R.M. declara que a ficha do Cap. Pedro Alvarez contém informações necessárias para considerá-lo suspeito de comunista; que os fundamentos dessa suspeita estão baseados em razões semelhantes às informações constantes dos anexos 1, 2, 3 e 4 [...]. Verifica-se, entretanto, que os citados anexos ns. 3 [...] e 4 [...] são, em linhas gerais, resultantes dos relatórios do Delegado de Polícia Miguel Zacarias e, o de n. 2 [...], constitui o relatório desse mesmo Delegado que, em seu depoimento, [...], põe em dúvida a veracidade das informações ali relatadas, como antes já foi assinalado [...]

Vistos, pois, e assim examinados os autos deste processo, o Conselho de Justificação conclui:

1) Que as acusações feitas contra o Cap. Pedro de Arbues Martins Alvarez, justificante, não foram comprovadas e nem foram confirmadas, salvo quanto aos encontros com pessoas apontadas como comunistas e outras de diferentes

correntes políticas partidárias que declara amigos de infância, com os quais mantém relações de amizade;

2) Os documentos recebidos e autuados são, de um modo geral, baseados nas acusações articuladas pela Polícia Civil do Estado, cujos Delegados, responsáveis por tais acusações, procuram eximir-se dessas responsabilidades, pondo em dúvida a veracidade dos fatos apontados, considerando-os fruto do anonimato e da imaginação ou obra dos agentes da própria Polícia que prestaram informes que não eram controlados, contestados ou comprovados;

3) Os depoimentos tomados são a confirmação das conclusões acima no tocante às acusações formuladas, e são também, da parte das autoridades militares ouvidas, uma prova da falta de fundamento dessas acusações, dadas as qualidades e louvores exalçados em favor do justificante, quer relativamente ao exercício das suas funções militares, quer sobre o seu procedimento militar e civil observados quotidianamente;

4) Em razão das conclusões acima enumeradas, resultantes do exame do processo nas duas fases consideradas, não pode o Conselho dizer se evolução houve das atitudes do justificante como suspeito de comunista, uma vez que essa suspeição, levantada em 1948, como se deduz, não foi confirmada em inquérito policial militar, como não o foi, aproximadamente dois anos mais tarde (1950), ao surgirem novas acusações, sobre as quais o principal informante, como um dos responsáveis [por] elas, põe-nas em dúvida quanto a sua veracidade. A falta de confirmações e de prova de tais acusações são, ao que parece, como negar, juridicamente, as atitudes consequentes atribuídas ao justificante. Não vê, pois, este Conselho como considerar a existência de evolução dessas atitudes, em face das conclusões a que chegou;

5) Julga, pois, o Conselho, por unanimidade, improcedentes as acusações arguidas contra o Cap. Pedro de Arbues Martins Alvarez, justificante no presente processo, porquanto, pelos motivos acima expendidos, não encontra razões e provas nestes autos que o levassem a considerá-lo suspeito de simpatizante do credo comunista ou adepto desse credo vermelho.

[...]

Cel. Aristóteles Ribeiro
Presidente do Conselho

III – Em consequência, e atendendo ao que estabelece o art. 14 do Decreto-Lei n. 2746, de 5-XI-1940, decido:

a) considerar justificado o Capitão de Arma de Cavalaria Pedro de Arbues Martins Alvarez, em face do despacho supra, o qual confirmo e aprovo, na conformidade do art. 14, do Decreto-Lei n. 2746, de 5-XI-1940;

b) determinar a todas as Repartições, Quartéis-Generais de Grandes Unidades e Corpos de Tropas em cujos arquivos, fichários, etc., existam quaisquer documentos, inclusive fichas, que se refiram às atividades imputadas ao Cap. Pedro de Arbues Martins Alvarez, presentemente justificadas, que incinerem tais documentos, fichas, etc.;

c) publicar esta decisão em Boletim Reservado do Exército e arquivar os presentes autos no Arquivo Secreto do Gabinete.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1951.

(a) Gen. N. Estilac Leal.

Foi impressionante! Eles forjaram uma acusação contra mim, até mesmo com fotografias! Então, botaram-me num Inquérito Policial Militar, um IPM... E quem mandou abri-lo foi ninguém menos que o então Major Emílio Garrastazu Médici, que era o chefe da 2ª Seção! Era inacreditável! Diziam que eu era comunista e que tirava munição do quartel e dava para os comunistas! Mas como é que tiraria munição e armamento do quartel e não iriam descobrir?! Eu seria algum idiota para fazer uma coisa dessas?!

Nas fotografias desse IPM tem aspectos interessantes que revelam os métodos utilizados para incriminar um inocente, largamente utilizados pelos militares de direita... Uma das fotos mostra, numa distância enorme, o Romeu Leão, de costas, batendo na porta da minha casa e eu atendendo-o no portão. Uma imagem vaga! O que se via era eu, no portão, falando com um elemento que estava de costas... Em outra fotografia, havia em meio a uns bosques, um caminhão do Exército, que deixava o rancho dos oficiais, e um sujeito com a mão na cinta... Ao todo, eram quatro fotografias. Através delas, alegavam que o Romeu Leão – que se tornou um pobre operário das minas de Butiá – tinha ligações comigo, um perigoso líder comunista!

Essa fotografia, particularmente, foi tirada quando ele esteve em minha casa, ocasião em que lhe dei um dinheiro para pagar a passagem até sua casa... Mais tarde, ele contou-me que foi obrigado pelo Ernani Baumann a ir em minha casa para poderem incriminar-me!

Tanto é que o Inquérito dizia que “o ex-soldado Romeu Leão tendo sido posto em liberdade por determinação de Ernani Baumann, foi seguido e a primeira casa na qual ele esteve era a do capitão Alvarez. O que mostra que ele tinha ligações com o capitão, que é líder comunista.”! E ele não era comunista, nem coisa nenhuma!

Em seguida, na outra fotografia, falavam de “um perigoso agente comunista” que tinha estado comigo, e que o camarada era tão hábil que eles não conseguiram prender! Por fim, na fotografia do caminhão, diziam que era onde colocávamos a tal munição roubada...! Foi uma farsa tão grande! Ficou óbvio que era tudo forjado...!

Apesar disso, tive que responder ao Conselho de Justificação, que ouviu nove testemunhas, além de ter examinado toda a minha “ficha” na polícia e na 2ª Seção, para concluir novamente que eu era inocente.

Realmente, eu tinha muito prestígio no meio dos companheiros. O pessoal gostava de mim... Não só os subordinados, porque sempre segui o lema do Exército, aquele que consta no Regulamento: “respeitar os superiores hierárquicos e tratar com bondade os subordinados”. Sempre tratei com bondade os subordinados e entendi seus problemas. Às vezes, quando o soldado faltava ou criava alguma dificuldade, eu chamava-o, dava uma “lição de moral” e ele corrigia-se!

Quando, em Santa Maria, durante quatro anos, comandeí duzentos e setenta homens, nunca prendi ninguém e era querido e estimado por todos, desde os tenentes até os soldados. Pois tinha uma maneira diferente de tratá-los... Procurava, quando comandava, fazer a chamada disciplina consciente: o soldado tem que saber o porquê de realizar determinada tarefa e ter, também, a liberdade de externar suas ideias.

O General Estilac Leal – que conhecia apenas de nome, e foi um revolucionário, participando ativamente do Movimento Tenentista, esteve asilado em Montevideú, Buenos Aires, enfim, tinha um passado brilhante – ajudou-me nesse episódio que forjaram contra a minha pessoa... O General Estilac era estimado por nós, e era um homem tido como de esquerda para a direita militar. E ele era realmente muito inteligente! Ele também tomou parte em defesa do monopólio estatal do petróleo... Foi presidente do Clube Militar por duas vezes. Ele mandou chamar-me, pois alguém disse a ele:

– Estão fazendo algo hediondo contra o Alvarez! Um Inquérito, onde ele é acusado de roubar munição do quartel...

Assim, fui ao encontro do estimado general. Porém, ao dirigir-me ao seu gabinete, à direita de quem entrava, estava o do Garrastazu Médici: e ele saiu exatamente naquele momento... Quando viu que me encaminhava para o Gabinete do general Estilac, deu um berro comigo:

– Você! Onde é que você pensa que vai?

– Eu vou falar com o General Estilac. Foi o general-comandante que mandou me chamar.

– Você tem que falar primeiro comigo!

Eu respondi:

– Olha, vai gritar com as suas lavadeiras! Não grita comigo!

Ele retrucou:

– Me acompanhe até o gabinete do general!

Respondi:

– Eu não vou! Vai sozinho, se quiser.

Ele foi e fiquei sentado ali. Passou uns quinze ou vinte minutos, ele saiu e não disse nada. Então, o Estilac mandou-me entrar. Entrei... Eu estava com muita raiva! Tinha vontade de dar um safanão, de avançar naquele Médici! Mas o Estilac disse:

– Ah, te acalma... traz uma água, um cafezinho para o capitão... Ah, eu te conheço muito de nome... O aprecio muito. Você é um oficial que tem personalidade, que tem posições muito boas.

E começou a contar a vida dele... Contou que, quando estava no asilo, lavava automóveis para poder pegar um dinheirinho, para poder jantar... Ou então ia num restaurante lavar pratos, para depois conseguir comer... Relatou aquela história toda do Movimento Tenentista, que eu já conhecia superficialmente... Sabia que ele era um dos nossos líderes. Ele disse para mim:

– Olha aqui, você é um camarada que, pelo seu temperamento, não é um homem para ser comandado, ainda mais por certos comandantes que existem por aí. Você é um homem para comandar. Estou com um problema agora. Vou mandar abrir um novo inquérito, com um oficial democrata, e o Coronel Léo da Costa, comandante do REC-MEC não vai querer que você fique por lá... Esse problema com o comandante-coronel, no momento, vai me criar uma série de dificuldades. Posso enfrentar, mas preferia que você atendesse um pedido meu. Existe lá em Santa Maria uma Companhia Especial de Manutenção, com carros e oficinas, que faz a manutenção das viaturas do Exército: tanques, jipes e caminhões. Praticamente aquilo não funciona. Se fosse uma firma, já tinha ido à falência, porque há três anos não desfila um carro de combate em Santa Maria. Aquelas viaturas são todas, praticamente, sucatas. Não sei o que fazem que não anda, não funciona. E eu

confio em você. Você vai para lá, vai assumir o comando dessa Companhia, não vai receber ordens de ninguém, a não ser as minhas e as do Coronel Os-
vino Ferreira Alves, que é o chefe do Estado-Maior. Nem as do general de
lá: seu trato é comigo e com o Osvino. E você vai e vê se me arruma aquilo.
Tenho certeza que você, com o prestígio que tem na tropa, vai tocar aquele
negócio para a frente!

Por fim, ele chegou e afirmou claramente:

– Vou mandar anular este inquérito e vou botar um general, um coronel
democrata, para abrir outro.

E realmente anulou... E assim fui para Santa Maria.

A essa altura, eu já estava mais que fichado como comunista, e acho que
até hoje isso permanece nos arquivos das Forças Armadas... Não requeri
a papelada, mas parece que muita gente requereu sua ficha... Na verdade,
estou pouco ligando para o que eles pensam de mim. Tenho a consciência
tranquila. Sou um sujeito que não tem nenhum “rabo preso”. Não tenho que
prestar contas da minha vida para eles...

Apesar de tudo, o ambiente em Santa Maria era bom. É claro que aque-
le clima anticomunista não mudou em nada... Ao contrário, sempre conti-
nuou! Principalmente depois da guerra... Porque, com o prelúdio da Guerra
Fria, eles intensificaram o anticomunismo, e foram ficando ainda mais radi-
cais! O anticomunismo foi radicalizando-se de tal forma que era insuportá-
vel! Tudo o que havia de ruim era obra e responsabilidade de comunista, do
comunismo, dos comunistas... Tudo mesmo! E eles, que governavam, não
faziam nada para melhorar as condições do povo...

Havia um ambiente conflituoso... A cidade de Santa Maria era, pratica-
mente, um centro ferroviário e militar: era sede da 3ª Divisão de Infantaria
Mecanizada e da ferrovia. Situada no centro do Estado, abrigava o maior
número de operários ferroviários. Então, existia aquela má vontade, aquele
antagonismo, dos militares para com os ferroviários.

Lembro que, quando assumi o comando da 4ª Companhia, o tenente
que me passou o comando mencionou que tinha organizações dos trabalha-
dores em defesa dos comunistas... Eu perguntei:

– De que comunistas vocês estão falando?

– Não... Esses ferroviários estavam quase em greve e podem querer to-
mar o quartel...

Achei aquilo ridículo! Havia uma metralhadora aqui, outra ali... Praticamente estavam em pé de guerra! Pensei: “Sabe de uma coisa? A maioria dos meus soldados aqui são filhos de ferroviários. Eu vou acabar com esse conflito... Vou fazer um degelo, vou acabar com esse negócio”. O que fiz? Entrei em contato com o líder ferroviário e proporcionei uma visita dos meus mecânicos à oficina dos mecânicos deles. Até tenho a fotografia: meus soldados e os ferroviários misturados, todos unidos...

Então, ao iniciar meu comando, a primeira coisa que fiz foi sentir as dificuldades, o que havia de mau naquela unidade militar. E, como sou e sempre fui um democrata, vi que tinha alguns líderes entre os soldados, os cabos, os sargentos, coloquei cada um deles separadamente, e disse:

– Tu vais ficar encarregado de me dizer tudo o que vocês acham que tem que melhorar: como é que está a situação, inclusive negócio de comida, vocês têm a liberdade de dizer como é que acham que deve ser essa ou aquela coisa.

E assim foi feito. Até lembro que uma das reivindicações era que botassem mais arroz na comida, ou uma lingüicinha no feijão etc. e tal...! E tudo funcionava muito bem. Sei que lá exerci um comando que os meus tenentes, sargentos, soldados, eram todos de primeira ordem. Nunca prendi ninguém: isso nunca foi preciso, pois tudo sempre estive em ordem. Era uma disciplina consciente que funcionava mesmo...! A tal ponto que, um determinado dia, eu estava no meu gabinete quando chegou um subtenente e disse:

– Olha, meu capitão, à sua revelia, nós resolvemos lhe convocar para uma reunião na Escola Regimental. Nós temos uma proposta para lhe fazer.

Respondi, surpreso:

– Mas que história será essa?!

E fui até lá. Cheguei e fizeram-me uma surpresa... O subtenente falou:

– O negócio é o seguinte, capitão: nós resolvemos aqui trabalhar em dois turnos – trabalhar vinte e quatro horas por dia – para mostrar que nós temos um bom comandante que passou por essa Companhia. O nosso objetivo é fazer com que, no próximo Sete de Setembro, todos os trinta e três carros de combate do Batalhão de Carros de Combate Leve – BCCL – e as demais viaturas do Exército, aqui de Santa Maria – as da Artilharia e todas as outras –, façam um desfile à altura da cidade, que há três anos não é feito. Tem sido só com tropa a pé...

Disse-lhe que não precisava desse esforço, e ele respondeu:

– Capitão, o senhor é democrata, mas, mesmo se não quiser, nós vamos fazer de qualquer jeito!

Foi uma brincadeira! Então, começaram a trabalhar... E, numa noite de um determinado dia, o General Estilac, que era comandante do Exército – naquela época não era Terceiro Exército, mas sim Terceira Região Militar –, foi a Santa Maria. Ele sempre gostava de ir num café, num bar, tomar um uisquezinho, conversar... Nessa ocasião, estava ele, o Coronel Osvino, outros oficiais ali reunidos, e eu também estava junto. Eram mais ou menos onze horas da noite quando ele disse:

– Vamos olhar o teu quartel? Dizem que está com uma novidade que eu quero ver como é...

Nós fomos. Achei muito bonita a atitude dele: àquela hora da noite, chegou e entusiasmou-se...! No quartel, soldados e sargentos trabalhavam debaixo de um carro de combate para tirar vazamento, outros pintavam as viaturas... Era uma situação que impressionou o General Estilac:

– Bem que eu acertei em confiar em você. Você está com nota dez comigo!

Quando chegou o Sete de Setembro, minha Ordem do Dia foi a seguinte:

7 de setembro de 1951

“Continuamos a Luta de Tiradentes”

Ordem do Dia do Capitão Pedro de Arbues Alvarez

Soldados da 4ª Companhia Especial de Manutenção! Comemoramos hoje mais um aniversário da Independência do Brasil. É esta data a mais sagrada para nós, pois representa a vitória do espírito nacionalista contra o estrangeiro colonizador, vitória que é sempre obtida com pesados sacrifícios do Povo que vê, na luta árdua e desigual de seus heróis e líderes, a vitória futura de viverem felizes as gerações que se desacorrentam da tirania e da exploração estrangeira.

O 7 de setembro de 1822 representa o fim do Brasil-colônia. A luta de nosso Povo, com Tiradentes à frente, cuja vitória culminou naquela data, foi uma luta árdua e desigual, como são aquelas que visam a dar um passo à frente no caminho do progresso e da emancipação de um Povo que, como o nosso, não deseja continuar na miséria e viver escravizado pelas pretensões de um dominador estrangeiro. Não faltaram, como acontece em todas as épocas, aqueles que, preferindo defender seus interesses mais imediatos, colocavam-se a serviço dos

agressores estrangeiros, caluniando de traidores os verdadeiros patriotas que lutavam pelo progresso do Brasil.

Para os inimigos do Brasil, Tiradentes era o traidor e, como tal, foi condenado à morte e depois barbaramente esquartejado. Hoje, passados tantos anos, continuamos a luta de Tiradentes, ligando-a à luta pela emancipação econômica de nossa Pátria, alvo da cobiça do capitalismo estrangeiro em sua forma imperialista de domínio econômico e político.

Muito embora Tiradentes tenha ficado sozinho quando as autoridades estrangeiras lançaram-se contra ele, hoje, com o decorrer dos tempos, somos muitíssimos os que defendemos as riquezas nacionais, como o petróleo, o manganês, as areias monazíticas, o potencial amazônico etc.

Não esqueceremos a lição de Joaquim José da Silva Xavier, a lição de Tiradentes, pois ela não constitui apenas um episódio histórico, já que tem uma atualidade permanente. Defender as riquezas de nosso País, assegurar a sua exploração em benefício de nosso Povo, que vive, ainda, em condições de pobreza semelhantes àsquelas em que vivia a gente que cercava o Alferes, é a nossa missão, é a missão de quem é patriota e à qual não podem faltar os que têm consciência nítida de seus deveres. Seguir a lição de Tiradentes nos dias atuais é seguir o exemplo de nossos companheiros do Clube Militar que é, hoje, sem dúvida alguma, o baluarte principal do sistema de defesa em que se apoiam os patriotas que lutam pela nossa emancipação econômica.

Meus camaradas! – Precisamos estar unidos, vigilantes e cômicos de nossas responsabilidades. Temos, não há dúvida alguma, um pensamento comum – que é o elo de nossa união – capaz de fundir todas as vontades em uma só vontade, qual seja, a DEFESA NACIONAL, que é, antes e acima de tudo, a DEFESA DA ECONOMIA NACIONAL.

E saímos em desfile, com todas aquelas viaturas, que estavam funcionando, pintadas e vistosas: trinta e três carros de combate, jipes, caminhões de meia tonelada... Foi um desfile muito bonito em Santa Maria! E não sei se foram os ferroviários, pois já tinha um certo entrelaçamento com eles, num certo momento, para surpresa minha, anunciaram pelos alto-falantes:

– AGORA VAI DESFILAR A 4ª COMPANHIA ESPECIAL DE MANUTENÇÃO, SOB O COMANDO DO CAPITÃO PEDRO ALVAREZ!

Começaram a bater palmas e jogaram umas flores em mim...! Eu ia em pé no jipe, fazendo uma continência ao palanque oficial do desfile. E então, alguém começou a gritar:

– CAPITÃO DO POVO! CAPITÃO DO POVO!

E aquele apelido de “Capitão do Povo” pegou...!

Depois, vim a saber que um grande amigo meu, falecido há pouco tempo, Simão Nicolaievsky, que tomou a iniciativa e deu-me esse apelido... Ele foi para Santa Maria, quando fui candidato a prefeito e a vereador, e fazia umas finanças para a minha propaganda. Nem sabia que fazia isso, mas ele arranjava um dinheiro daqui e dali, fazia empréstimos... Um negócio de célula eleitoral – naquela época era por célula, não me lembro bem... Sei que foi ele que colocou o apelido e pegou...

Por causa dos meus ideais e dessa popularidade, acabei sendo candidato a dois cargos em Santa Maria... Quando estava em plena campanha eleitoral, houve uma greve por lá. Pelo Partido Socialista Brasileiro fui eleito como vereador mais votado. Naquela época existia eleição e podia, simultaneamente, concorrer a prefeito e a vereador, e concorri nas duas categorias. Na cidade, dei um susto no candidato do PTB – o partido do Getúlio, Partido Trabalhista Brasileiro –, que era muito forte! O Tenente Heitor Campos era o candidato getulista, mas encostei nele, e quase que o derrotei...! No interior, todavia, nós tivemos uma perda tremenda... Porque a campanha contra os comunistas era uma coisa terrível! E eu era tido como comunista!

Lembro, por exemplo, que fui em Silveira Martins, que hoje é município, mas naquela época era um distrito de Santa Maria. Fui fazer um comício bem em frente de uma igreja. Num restaurantezinho que tinha ali, fizeram um palanque, e lembro que, quando cheguei lá, o povo estava afastado, aproximadamente uns cem metros: não vinham para perto do palanque. E, naquela época, a igreja era muito reacionária, era um clero de direita! Eles benzeram as tropas de Mussolini para matar aqueles pobres abissínios... Até peguei certa má vontade com a religião por causa disso: deixei de ir à missa, larguei mão de tudo, e fiquei indignado com a posição do papa, de apoiar o fascismo contra aqueles indefesos abissínios. Mas, voltando ao comício, sei que, quando comecei a falar, o pessoal veio aproximando-se, juntaram-se, até que ficaram ali...

Quando terminei o discurso, chegou uma senhora já de idade e disse-me, com aquele sotaque italiano:

– Capitão do Povo... disseram que o senhor era um monstro, capaz de comer até crianças...! Mas o senhor disse coisas tão bonitas e a favor dos pobres... O senhor vem tomar um cafezinho comigo!

Ela levou-me para a sua casa e não me ofereceu apenas um cafezinho, mas sim um café daqueles coloniais, com tudo o que tinha direito!

Para ver como é que era o anticomunismo! Por isso não tive votos no interior... Na cidade, entretanto, fui o vereador mais votado, em 3 de outubro de 1951.

Ainda em Santa Maria, no comando da 4ª Companhia Especial de Manutenção, fui chamado pelo General Otávio Saldanha Masa, que era o comandante da Divisão, que me disse:

– Alvarez, te chamei aqui porque a tua unidade é a que melhor se apresenta, os teus soldados são os mais bem disciplinados, mais bem fardados, suas viaturas são impecáveis... Queria que tu fosse ao aeroporto de Camubi, receber os nossos amigos da Missão Militar Brasil-Estados Unidos, que vem sob o comando do Capitão Edgar Band.

Então, me desloquei para o aeroporto de Camubi, em Santa Maria. Levei um jipe comigo e o meu motorista era um negro, e o apelido dele era Chita... Fui com ele no jipe, outro soldado dirigia um carro para sargentos – pois vinham também sargentos com esse Capitão Edgar Band, além de mais alguns oficiais – e os caminhões para trazer as bagagens.

Quando o avião aterrissou e desceu aquele capitão, qual não foi minha surpresa? Era aquele louro, de olhos azuis, que estava no gabinete do Costa e Silva no golpe de 45, e que deu aquele sorriso irônico quando ele bradou a voz contra mim e mandou-me sair da sala... Era o Capitão Edgar Band que estava lá no golpe de 29 de outubro de 45! O mesmo Edgar Band que, posteriormente, na campanha do Clube Militar, quando prenderam oficiais e até sargentos, orientou os Inquéritos Policiais Militares! Foi ele que iniciou as torturas aqui no Brasil... Reconheci aquele capitão... Eu apresentei-me e ele respondeu-me com sotaque carregado:

– Mutcho prasser, cidade mutcho bonita, campo mutcho bom...

Eu disse:

– O senhor tenha a bondade de passar para a viatura.

Já estavam tirando as bagagens. E ele respondeu:

– Mas eu não vou poder ir nesse jipe...!

– Por que não?!

– Motorista preto, eu branco.

Respondi:

– Mas e daí? Eu sou branco, ele é preto, e nós trabalhamos juntos!

– Não. No Exército americano preto e branco não se misturam...

Então, respondi, indignado:

– Fica aí com os teus brancos que eu vou com o meu negro!

E fui embora! Deixei ele no aeroporto... Fui para o quartel, para minha unidade. Passadas algumas horas, um sargento disse-me, insolente:

– O General Masa mandou lhe chamar rapidamente.

Dirigi-me ao General Masa, que falou:

– Fecha a porta!

Estava nervoso... Ele era muito boa pessoa, um sujeito educado, mas estava nervoso. Caminhava com as mãos para trás. Disse-me:

– Alvarez, eu te mandei receber os nossos amigos americanos. Você os destrata e os deixa lá sozinhos! Vem embora sem eles e não sei o quê...!

Então, comecei a explicar o que tinha ocorrido e a imitar o detestável capitão americano: “Branco, branco; preto, preto”... E o general foi descontraído-se até que começou a rir comigo! E, no fim, ficou por isso mesmo...

Para ver como é que esses militares americanos mandavam por aqui... Posteriormente, no golpe de 64 não havia mais o Adolfo Berle Jr., mas havia o Lincoln Gordon e o General Vernon Walters... E mais ainda...! Em 64, houve a Operação “Brother Sam”, por meio da qual os americanos estavam prontos para desembarcar no Nordeste caso os militares golpistas precisassem de ajuda! Mas isso é para depois...

A respeito do Clube Militar, acredito que os episódios mais marcantes que vivenciei ocorreram quando começou a Campanha do Petróleo, em meados da década de 1950, com a ação direta do nosso movimento nacionalista, que apoiava a tese do monopólio estatal do petróleo. No Clube Militar, nós tínhamos, relativamente, força. Colocamos lá, à frente de nossas bandeiras, o General César Obino... Conseguimos que fosse levado para o Clube Militar o debate da Campanha do Petróleo.

De fato, a Campanha começou com os estudantes. Depois foram ganhando apoio dos sindicatos. E, no Clube, conseguimos colocar os dois principais debatedores: de um lado, o general Horta Barbosa, defendendo a tese do monopólio estatal; e do outro, o General Juarez Távora, defendendo

a tese da exploração do petróleo, por nós denominada entreguista, pois contava com a participação da entrega ao capital estrangeiro.

Quando houve esse debate, a repercussão foi tremenda... Então, o movimento cresceu! O movimento do petróleo foi algo realmente impressionante! Como o movimento Diretas-Já... Era bonito de se ver todas as ruas pichadas com o *slogan* “O PETRÓLEO É NOSSO”, lançado pelos estudantes da UNE. “O PETRÓLEO É NOSSO”: aquilo estava nos postes, nas cercas... Se via em todo lugar! Entrava-se no mictório público, por exemplo, e ali estava um cartaz pregado com as palavras de ordem! Às vezes, o sujeito ia na rua da Praia e alguém dizia-lhe assim:

– Como é que vai?

Batia nas costas e ele saía com um “O PETRÓLEO É NOSSO” grudado! Era um movimento de massas estrondoso...! O povo estava na rua, querendo aquilo...

E houve o debate no Clube Militar. O General Juarez Távora era da tese entreguista, mas ele – eu digo e todo mundo sabe disso – era um homem honesto mas, politicamente, completamente errado. O argumento dele era o seguinte: achava, primeiro, que era iminente, com a guerra fria, um conflito internacional. Depois que terminou a Segunda Guerra Mundial, como ficou a correlação de forças entre as potências vitoriosas? De um lado, os Estados Unidos, vitorioso e forte, e, do outro, a União Soviética, que eles tanto depreciavam, tanto criticavam... Diziam que era anarquia e coisas piores... Contudo, surgiu como grande potência industrial e militar. Era uma grande potência...! Então, os americanos começaram a guerra fria para “queimarem” a União Soviética, e ficarem como senhores absolutos do domínio do mundo... Por isso, argumentavam que era iminente uma guerra com a União Soviética. E o General Juarez Távora defendia essa tese, a do aguçamento da guerra fria. Ele dizia:

– É iminente uma guerra com a União Soviética, e, nesse caso, nós temos o compromisso de estar ao lado dos Estados Unidos, ao lado da democracia ocidental e cristã! E, em segundo lugar, nós, brasileiros, não temos recursos financeiros, e nem capacidade técnica. E a situação do momento exige que o petróleo seja tirado já, e o quanto antes. E quem pode fazer isso são as empresas petrolíferas dos Estados Unidos da América do Norte.

E também, quando o Lobato dizia que havia petróleo no país, ele dizia que não havia... Penso que ele não era um sujeito desonesto. Nunca foi corrupto, nada disso... Pelo contrário, era um homem honesto, mas politicamente errado. Tanto veio demonstrar seu erro o fato de que a Petrobras é hoje uma grande empresa reconhecida no mundo inteiro, e que estão querendo sucatear... Como, por exemplo, sucatearam Volta Redonda! Aquilo foi uma vergonha! Foram preparando Volta Redonda para não dar lucro... Eles vendiam a folha de flandres para as empresas automobilísticas a preço de custo e até mesmo abaixo do custo...! Ou seja, primeiro sucatearam e depois venderam: trocaram por moeda podre! E entregaram para um grupo de estrangeiros no meio desses testas de ferro nacionais. E a mesma coisa fizeram, imaginem, com a Companhia Vale do Rio Doce... Entregaram a Vale do Rio Doce, que custa uma fortuna, a preço de banana! E ainda em troca de moeda podre...!

Logo depois de eleito vereador em Santa Maria, era exatamente a época de fazer o Curso de Aperfeiçoamento no Exército, e, se não o fizesse, iria ficar como capitão o resto da vida. Depois de muita discussão, meus companheiros e amigos consideraram que eu deveria voltar para o Exército. Eles diziam:

– Tu fazes mais falta no Exército.

Assim, passei o cargo de vereador – exerci só uns dias — para o vereador Jorge Mota, que ficou em meu lugar. E fui tirar o Curso de Aperfeiçoamento, em 1952, na Escola de Deodoro, no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, por causa da minha atuação política, fiquei preso por trinta dias no Forte de Copacabana, no Rio. Depois desse período no Rio de Janeiro, voltei para servir em Porto Alegre. Enfim, fui promovido a major em agosto de 1954.

Nesse mesmo ano, candidatei-me a deputado estadual pelo PSB e fui eleito como primeiro suplente. Consegui mais votos que quarenta e quatro dos deputados eleitos, mas ganhei a suplência devido ao baixo coeficiente eleitoral de meu partido.

No Exército, sofria pressões tremendas! Para dar apenas uma ideia do incômodo que causava minha atuação política no meio militar, fui classificado em Vitória, no Espírito Santo, para ser afastado das funções parlamentares em Porto Alegre! Fiquei lá por um mês e só voltei porque o deputado Cândido Norberto pediu licença por esse período para que eu pudesse vol-

tar à cidade, pois, pela lei, tinha que assumir a cadeira de deputado suplente. Foram feitos abaixo-assinados, manifestos, pedindo a minha permanência em Porto Alegre...

Com a ausência do deputado titular, fui convocado pela Assembleia estadual e ocupei uma cadeira por trinta dias em 1955. Nessa oportunidade, pronunciei-me antigolpista e elogiei a oficialidade democrática das Forças Armadas, onde, na época, destacava-se o General Henrique Teixeira Lott, então Ministro da Guerra. Acredito que, reafirmando publicamente meus pontos de vista e a minha fé democrática, deixei sem ação aqueles que queriam prejudicar-me no Exército.

No pouco tempo em que fui deputado, apresentei dois projetos que considero importantes: um sobre a distribuição de terras e outro que criava a contribuição para fins assistenciais, regulando sua incidência, arrecadação e aplicação. No primeiro, afirmava que “Uma justa distribuição da propriedade de terra criará condições de imensas possibilidades de produção de gêneros alimentícios e outros produtos indispensáveis ao nosso povo, bem como criará um mercado interno mais amplo e mais sólido, que servirá de base ao desenvolvimento industrial do Rio Grande”. E apelava: “Agricultores, peões de estâncias, assalariados agrícolas, meeiros, arrendatários, colonos, pequenos proprietários. ORGANIZAI-VOS PARA EXIGIR O CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO, QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DA TERRA, À CONCESSÃO DE CRÉDITO E MEIOS DE PRODUÇÃO, E OUTROS AUXÍLIOS TENDENTES À FIXAÇÃO DO HOMEM NO CAMPO”. No segundo projeto, previa que a contribuição assistencial seria lançada quanto às áreas de terras, às fortunas pessoais e ao capital das empresas estrangeiras. Nos meus “Projetos de Lei Apresentados à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul”, em 25 de março de 1955, deixei registrado: “1 – Provê a Justa Distribuição da Terra; 2 – Cria Contribuição para Fins Assistenciais”. Além disso, levei ao plenário as reivindicações dos ferroviários, mineiros e operários e protestei contra as arbitrariedades da polícia, que ainda exercia grande perseguição aos esquerdistas, comunistas, nacionalistas e trabalhadores...

Ao atuar como parlamentar, defendi os interesses do povo, o que ampliou minha popularidade em Porto Alegre. No mesmo ano de 1955, houve eleição para vereador na cidade. E eu, então, candidatei-me a vereador pelo

Partido Socialista Brasileiro. Já estava até com uma licença da Justiça Eleitoral para começar a campanha.

Nesse meio-tempo, entretanto, o PSB resolveu apoiar a candidatura do General Juarez Távora, que foi defensor da tese entreguista na questão do monopólio estatal do petróleo na campanha realizada no Clube Militar. Então, escrevi uma carta pedindo minha exclusão do partido, mas, sabidamente, fui expulso do PSB por discordar publicamente de Távora. O presidente do PSB, Germano Bonow Filho, foi quem me expulsou do partido...

Isso ocorreu pois escrevi uma carta aberta ao General Juarez Távora e, por causa disso, também peguei trinta dias de prisão. Até hoje tenho a carta guardada... Fiquei preso no 3º Batalhão de Engenharia, em Porto Alegre, e, para surpresa minha e raiva dos reacionários que me prenderam, perdi trinta dias de campanha, mas fiquei ainda mais conhecido, não só aqui como em todo o Brasil! Onde o Juarez Távora fosse fazer campanha eleitoral – soube que até lá em Belém do Pará –, publicavam na primeira página dos jornais, a pedidos, a minha carta. Assim, essa carta teve publicação em quase todos os jornais do Brasil!

Nela, entre outras questões, perguntava a ele:

Quem mais, senão V. Ex., no país, combateu a tese do general Horta Barbosa pelo monopólio estatal do petróleo brasileiro? Quem mais que V. Ex. sustentou a tese da incapacidade dos técnicos brasileiros para os trabalhos de exploração do petróleo? Quem mais do que V. Ex. demonstrou, em conferências sucessivas, que o Brasil não possuía recursos financeiros para exploração petrolífera? Quem mais do que V. Ex., para justificar a participação da Standard Oil na exploração do petróleo brasileiro, argumentava com a iminência da guerra e a submissão da soberania nacional aos interesses da defesa do continente, o que em palavras claras significa: defesa dos Estados Unidos da América do Norte? Quem mais do que V. Ex. deu calor ao estatuto do petróleo, expressão mais alta do entreguismo nacional, de autoria de Odilon Braga? Onde estava V. Ex., general Távora, quando nossos camaradas de farda eram jogados nas masmorras da Polícia Civil, e entregues à turma do Boré, para os mais ignominiosos suplícios? Onde estava V. Ex. quando eram presos até oficiais superiores das nossas Forças Armadas, por fazer a campanha para a reeleição da chapa nacionalista à presidência do Clube Militar, Estilac-Horta Barbosa? V. Ex. hoje fica indignado e golpeia violentamente a mesa, quando, em sabatinas públicas, lhe dirigem perguntas desagradáveis. V. Ex., pelo que sei, sempre foi homem enérgico. Mas onde estava a energia de V. Ex. e seu patriotismo, quando na época daquelas

prisões arbitrárias, o senador socialista, Sr. Domingos Velasques, denunciou, na tribuna do Senado, que quem dirigia os Inquéritos Policiais Militares era o capitão do Exército Norte-Americano Edgar Band, na Comissão Mista Brasil-
-Estados Unidos?.

Esse Edgar Band, vim a saber que era aquele tal que estava ao lado do Costa e Silva no golpe de 45...

Por essa polêmica e pela minha prisão, minha campanha para vereador adquiriu grande ímpeto! Eu estava com um enorme prestígio junto aos eleitores...! Todos trabalhavam para minha eleição, e eu sequer tinha partido! Expulso do Partido Socialista Brasileiro, fiquei praticamente sem rumo... Mas tinha que ter um partido para registrar-me.

A esse respeito, convém contar um fato que aconteceu entre mim e o Brizola. Quando perdi a legenda, a base do Partido Trabalhista Brasileiro – da qual o Brizola era o chefe – cogitou a possibilidade da minha filiação. Os trabalhistas pediram ao Brizola para conceder-me a legenda do partido. Dizem que ele respondeu:

– Não! Que esperança...! O Alvarez vai terminar nos “roubando”... Vai conquistar a nossa base! Vai botar coisas na cabeça deles e nós vamos perder militantes do partido...

E não me deu a legenda.

A essa altura, o pessoal do Partido Comunista – naquela época, na ilegalidade –, que apoiava minha candidatura, conseguiu uma legenda para mim no Partido Republicano, do Artur Bernardes. O PR, em Porto Alegre, funcionou como esses partidinhos de aluguel... Ele só era conhecido em Minas, todavia o Bernardes era nacionalista e participou da campanha pelo monopólio estatal do petróleo.

Enfim, cederam-me a legenda e fui eleito por um partido que ninguém sabia o que era: o Partido Republicano. Fui o mais votado em Porto Alegre! Fiz cerca de oito mil e setecentos votos, o que naquela época era muito voto! Até então, o mais votado, o professor Temperani Pereira, que era do PTB – um partido de massas na cidade, o maior de todos –, tinha feito três mil e pouco e eu fiz oito mil setecentos e oitenta votos...! Dessa forma, sob a legenda do PR, fui eleito vereador e, para desespero da reação, fiz 8.768 votos, algo assim... E elegemos na bancada mais um vereador, o segundo colocado, com 432 votos.

O fato é que eu já era um pouco conhecido. Mas, a carta aberta ao Juarez Távora foi a mola principal... Todo mundo queria cópia dessa carta para ler e divulgar! Os comunistas e os socialistas arranjaram-me a legenda e apoiaram minha candidatura. Eles saíram para pichar muros, botar meu nome pela cidade, fazer campanha para mim, com churrasco, rifa para arranjar dinheiro com o objetivo de comprar material e financiar a campanha... Por esse empenho, fui eleito vereador em Porto Alegre em 3 de outubro de 1955 e exerci os quatro anos de mandato, até 1959.

Uma das minhas maiores bandeiras enquanto vereador foi a encampação da CEERG – Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense. Como vereador, fui relator de sua encampação, que era de um truste inglês ou norte-americano... Conseguimos nacionalizá-la porque seus serviços, em mãos da iniciativa privada estrangeira, eram repletos de irregularidades e de péssima qualidade para a população, inclusive com racionamento de energia. Como pode ser observado em todas as ordens do dia de meu mandato como vereador na Câmara Municipal de Porto Alegre, nos anos de 1956 e 1957 – mobilizamos a população em comícios e discutimos abertamente com as mais altas autoridades a questão do monopólio de setores estratégicos como este por parte de empresas estrangeiras. Além disso, levei a plenário, praticamente todos os dias, reclamações da população em torno de problemas com a falta de extensão da rede de energia elétrica e da rede de transporte público. Sem contar as reivindicações de trabalhadores das mais diversas categorias, tais como mineiros, ferroviários, funcionários públicos e professores, apoiando movimentos grevistas e contra o aumento do custo de vida. Também critiquei a concentração de terras, proclamando uma justa distribuição agrária, com base nos problemas protagonizados por inúmeros agricultores do meu Estado. E, finalmente, defendi a campanha pela anistia ampla e irrestrita aos presos e processados políticos, desde 1945. Sem dúvida, foi um mandato popular e nacionalista. O prefeito era Leonel Brizola, e o ambiente político na Câmara Municipal era favorável a uma atuação política progressista, já que, por acordo, os partidos de esquerda detinham maioria para aprovar os projetos da prefeitura.

Em 1958, entretanto, o anticomunismo voltou à carga no episódio em que fui candidato à presidência da mesa diretora dos trabalhos daquele ano. Trechos de três reportagens publicadas naquela época poderão elucidar o caso e mostrar o grau da polêmica despertada pela minha candidatura:

CÂMARA MUNICIPAL
NÃO SE SABE AINDA QUEM SUFRAGARÃO OS
TRABALHISTAS PARA PRESIDENTE DA MESA

*Incidente pessoal entre o deputado Wilson Vargas da Silveira
e o vereador Pedro Alvarez*

Amanhã, sábado, às 14 horas, a Câmara Municipal elegerá a Mesa diretora de seus trabalhos em 1958. Hoje, a situação é das mais confusas que se possam imaginar. Ao passo que a Frente Democrática, através de seu líder, sr. Otavio Germano, anunciou dia 5 que seu candidato é o sr. José Zachia, representante do Partido Democrata Cristão, o Partido Trabalhista, até hoje à noite não esclarecera qual seu candidato. A Frente se compõe de oito representantes – (PSD, com quatro representantes, UDN e PL, com dois cada um), e o PTB de outros oito. Entretanto, vinha funcionando com bastante regularidade, desde a posse do atual prefeito, em 1956, uma aliança formada pelo PTB, PSP e PR, que prestigiou todas as iniciativas executivas de maior transcendência, como o Levantamento Aerofotogramétrico, o Cadastro Imobiliário, a Lei n. 1.657 (Plano de Obras), com a reforma dos impostos municipais, etc. Os três partidos elegeram em 1956 para presidente da Câmara um representante do PTB, o sr. José Aloisio Filho. Ao se abrir a sucessão em 1957, tornou-se claro, e mesmo o Executivo afirmou-o com grande ênfase, que estava em vigor um esquema de rodízio, pelo qual em 1957 seria eleito um representante do Partido Social Progressista (como o foi realmente o sr. Adaury Pinto Filippi). Divulgou-se naquela mesma ocasião que no ano corrente, em 1958, seria eleito para presidente um representante do PR, mais precisamente o líder da bancada na Câmara, sr. Pedro Alvarez.

Esta expectativa era definida, há um ano atrás, como um “compromisso de honra”.

Entretanto, os fatos evoluíram de forma diferente da prevista, segundo se pode entender. Mas, segundo informamos ontem, o sr. Pedro Alvarez mantém sua candidatura.

Hoje, pela manhã, diversos representantes da maioria reuniram-se no gabinete da Câmara com o sr. Pedro Alvarez e dois deputados estaduais, do PTB, os srs. Armando Temperani Pereira e Wilson Vargas da Silveira.

Como a reunião foi secreta, nada de seguro pode ser noticiado do que foi tratado. Contudo, é certo que, no decorrer da conversação, surgiu um desentendimento pessoal entre o sr. Pedro Alvarez e o deputado Wilson Vargas, tendo este último tentado puxar do revólver; a intervenção dos presentes e mais a do Serviço de Segurança da Casa, cujos agentes foram chamados imediatamente

à sala onde se desenrolavam os acontecimentos, impediu mais graves consequências. [...]

Continua pois em estado de indefinição a eleição da Mesa que se realizará amanhã, sendo opinião de várias pessoas bem informadas que os representantes do PTB, julgando-se desobrigados daquele compromisso, sufragarão o nome de outro candidato que não o sr. Pedro Alvarez”.

Correio do Povo, 14 de março de 1958.

Atividades políticas em Santa Maria e Porto Alegre confirmam:

LINHA COMUNISTA SEGUIDA POR ALVAREZ DEPÕE CONTRA SUA CONDUÇÃO À CHEFIA DO LEGISLATIVO

Mundo católico do Rio Grande repele a candidatura do líder republicano à presidência do Legislativo da Capital do Estado – Considerações sobre o acordo PTB, PSP e PR – O problema da maioria – Conclusões sobre o empolgante pleito de sábado próximo.

Na foto, os srs. Leonel Brizola e Pedro Alvarez cercados de populares no gabinete do Chefe do Executivo Municipal. O candidato trabalhista à sucessão estadual deverá ter papel decisivo nas eleições da Câmara no próximo dia 15 de março. Por isso mesmo sua decisão é aguardada com desusado interesse e confiança ainda maior pelo povo porto-alegrense que o conduziu ao poder em 1955. O mundo católico rio-grandense, aliás, espera do governador da capital do Estado uma atitude digna das tradições dos políticos gaúchos.

Jornal do Dia, 12 de março de 1958.

O CANDIDATO ALVAREZ E OS PRINCÍPIOS DA IGREJA

Carlos Magalhães

O “Jornal do Dia”, órgão católico, houve por bem referir-se insistentemente, nas suas últimas edições, ao vereador Major Pedro Alvarez. [...] Não queremos discutir se é justo ou oportuno à Igreja Católica em nosso Estado preocupar-se tanto com assuntos da política porto-alegrense ao ponto de gastar tal quantidade do precioso espaço de seu matutino em análises da disputa que se trava em torno da presidência da Câmara Municipal. Nesta questão também serão os católicos gaúchos os melhores juízes. [...] Queremos nos ater à “biografia” do cidadão Alvarez, elaborada na referida matéria do dia 12, e às

conclusões que dela tira o “Jornal do Dia”. Pode-se adivinhar, sem muito esforço, que, no raciocínio do autor, as conclusões antecederam as premissas, isto é, que a “biografia” foi elaborada para servir à tese que se pretendia demonstrar. Esta tese é de que a atividade política de Pedro Alvarez contraria a doutrina da Igreja (“Filosofia da Civilização Cristã” – nos termos do artigo) e é prejudicial aos seus interesses. O eixo da argumentação consiste em enumerar as posições assumidas pelo vereador, nos últimos 9 ou 10 anos, e mostrar que tal ou qual posição era apoiada pelos comunistas ou coincidia com as dos comunistas. Guardou-se o jornal de afirmar que o vereador é comunista, numa atitude de louvável prudência e amor à verdade.

Não podemos, porém, infelizmente, louvar o resto, os argumentos com que se pretende impugnar, em nome do pensamento católico, a eleição do vereador Alvarez à presidência da Câmara de Porto Alegre.

Para saber se o que Alvarez fez foi certo ou errado, não entra o “Jornal do Dia” no mérito, propriamente, das suas atitudes. Limita-se a indagar se tal ou qual movimento de que participou contava ou não com a simpatia dos comunistas. Se contava, então era errado e pecaminoso. É um critério um tanto estranho de descobrir o que é justo e o que não é, o que serve à Igreja e o que não serve. O interesse do povo em cada caso concreto não entra como elemento de avaliação.

Se o vereador Alvarez, por exemplo, participa de um movimento e de uma organização contra a carestia – o “Jornal do Dia” o condena por isto, uma vez que deste movimento e desta organização também participam trabalhadores socialistas ou comunistas. Pouco importa que as dificuldades presentes afetem tanto o cidadão católico como o não católico.

Neste caso – como, de resto, em qualquer outro – para o “Jornal do Dia” é suficiente a “suspeita” de apoio comunista para justificar o repúdio.

Se Pedro Alvarez apoia, digamos, a proibição das experiências e armas atômicas – o “Jornal do Dia” protesta. Pouco importa que S. Santidade o Papa Pio XII tenha se pronunciado de idêntica forma [...].

Critica o “Jornal do Dia” também as posições de Alvarez favoráveis a operários grevistas. O velho chavão – “agitação comunista” – infelizmente ainda aparece para qualificar justos movimentos dos trabalhadores de Santa Maria, aos quais Alvarez apoiou. [...] Qual é a culpa de Alvarez quando se coloca a favor dos trabalhadores? Parece que o “Jornal do Dia” não aprendeu nada das palavras de PIO IX, em 1948: “o escândalo do Século XIX é um mundo operário absolutamente estranho à Igreja”. [...]

O “Jornal do Dia” evita de se referir mais longamente àquilo que constitui o centro, a característica principal, da atividade de Alvarez: as reivindicações

nacionalistas. Mas, a julgar pelo critério utilizado para analisar os aspectos secundários dessa atividade, é de crer que o “Jornal do Dia” condene o vereador Alvarez por ser favorável, por exemplo, ao monopólio estatal do petróleo, uma vez que os comunistas também o são.

Os cérebros mais lúcidos da Igreja Católica têm se manifestado contra o fanatismo cego como forma de enfrentar o comunismo. [...]

Uma análise equilibrada e serena da atuação do major Pedro Alvarez mostra que ele se atém a reivindicações que a Igreja Católica defende. De que acusá-lo então? Por que privá-lo da possibilidade de exercer função pública de relevância? [...]

A posição do ver. Pedro Alvarez, figura exemplar de soldado e político honesto e íntegro, nada tem de condenável para o católico mais fiel e intransigente. [...] E justamente a biografia honrosa do Major Alvarez, suas posições sempre claras em favor do povo, que fizeram dele o vereador mais votado da capital, certamente com muitos e muitos votos de cidadãos católicos.

A Tribuna, 15 de março de 1958.

Nem preciso dizer que o PTB e o PSP não cumpriram o acordo, e, conseqüentemente, não fui eleito presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre em 1958...

Entretanto, minha popularidade era tanta que, em 1959, fui candidato a deputado estadual novamente e elegi-me como o oitavo dos cinquenta e cinco deputados da Assembleia Estadual! Tive uma votação muito boa, bastante expressiva... Entretanto, como a legenda do PR era muito fraca...

Eu era, na Assembleia, um voto de minerva. Lembro que, numa discussão para aprovação dos salários do funcionalismo estadual, o Brizola tinha uma posição e eu tinha outra. Até mesmo o Partido de Representação Popular, composto aqui no estado pelos integralistas, estava aliado ao governo do Brizola. A minha posição coincidia com a dos funcionários, a quem estava ligado e era porta-voz por um aumento maior. E, na hora de votar, eu decidia, pois o voto de minerva foi meu e nós vencemos. O Brizola ficou muito preocupado... Claro, muitas propostas dele eu aprovava: por exemplo, a encampação da CEERG, quando era vereador. Então, como minha atuação parlamentar era muito radical e polêmica, na opinião de meus adversários, o que eles fizeram? Inventaram obstáculos a respeito do registro de dois candidatos do meu partido no Tribunal Eleitoral e anularam os votos... Não sei bem e, de fato, não posso afirmar se foi o Brizola juntamente

com os integralistas do PRP que foram vasculhar o Tribunal Eleitoral... Sei apenas que lá descobriram – tenho dúvidas se foi forjado ou não –, que havia dois candidatos do Partido Republicano, meus companheiros de chapa, que tiveram contados votos para si ilegalmente, porque não tinham se registrado em tempo...! Os votos do dr. Antonio Perci, de Caxias, e do líder ferroviário Baltazar Melo, de Santa Maria, somados, davam mais ou menos uns três mil, e eles anularam! Ficou faltando cento e doze votos para atingir a legenda... Por isso, fiquei somente sete meses como deputado – de janeiro a julho de 1959 –, pois tornei-me subsistente no mandato, e tive que voltar para o Exército.

Mas, nesse curto período, apresentei vários projetos de lei favoráveis à população, dos quais ainda guardo alguns documentos... Enfim, foi uma luta muito grande! Discutia com os políticos... O relacionamento com eles era bom, pois respeitavam-me muito. Eram pessoas muito íntegras, que têm os ideais deles... diferentes dos meus, mas não tenho nada com isso, cada um tem seus ideais: o que importava era se o projeto apresentado era interessante...

Na verdade, foi impossível ser militar e político ao mesmo tempo... No período em que fui político, fiquei licenciado, à disposição. Nesse caso, na carreira militar só contava tempo de serviço por antiguidade. Durante meus mandatos, eu não ia mais ao quartel... Agora, depois da cassação do mandato de deputado estadual, voltaria às fileiras das Forças Armadas. Num período extremamente conturbado, como foi o início da década de 1960...

Refletindo sobre meus ideais e minha militância nas décadas de 1950 e 1960, penso que não havia contradição entre ser nacionalista e ser de esquerda, pois o nacionalista, tanto naquela época como atualmente, seguia a orientação da esquerda. Na Escola Militar, grande parte do esforço doutrinador foi voltada para a construção e a sedimentação de valores contrários ao comunismo. Este esforço teve sua confirmação pelo conflito ideológico da Guerra Fria, e assim essas teses anticomunistas já surgiram no centro dos acontecimentos, quando do golpe de 1964. As disputas ideológicas dos anos 50 em torno da questão do nacionalismo serviram para consolidar algumas teses da esquerda entre os militares.

Os de esquerda eram mais avançados, porque não queriam apenas defender as riquezas nacionais: nós queríamos mais conquistas populares...

Queríamos que o Brasil realmente tivesse o que nós chamávamos de Reformas de Base. Queríamos mudar as estruturas desse país...!

É inconcebível que um país como o nosso ainda esteja com o problema da terra para resolver, sacrificando milhões de pessoas nas beiras das estradas, com crianças e mulheres passando dificuldades com o trabalho quase que escravo, invadindo terras, espancados pela polícia, mortos e assassinados, como tem sido nesses últimos conflitos de terra... Um país que tem tudo e que a terra poderia ser utilizada como um bem social, de uso coletivo. Então, acho que, sem resolver esses problemas, torna-se difícil progredir...

No Exército, há um jornal, o *Ombro a Ombro*, que é dos militares de direita, mas que tomam uma posição nacionalista. Há outra corrente, o Movimento Nativista, que possui outro jornal, *O Farol*, onde oficiais da reserva estão defendendo atualmente aquelas mesmas teses que nós defendíamos no governo do Jango, que derrubaram!

O que é que nós queríamos fazer? As tais das Reformas de Base... Nós queríamos que fosse feita a reforma agrária, porque a que o Jango pretendia fazer era o mínimo que se poderia ter...! Pegar as terras que estavam semiaproveitadas, à beira das estradas, num determinado raio de ação destas; somadas às improdutivas e abandonadas, que estavam esperando apenas valorização, sem plantarem coisa alguma, no raio de ação das cidades, parece que vinte ou trinta quilômetros. Então, para começar, era essa a intenção. A reforma agrária era o início de uma distribuição de terra mais justa nesse país e iria proporcionar àqueles que viveriam à margem das estradas ter um sustento. Pelo menos fazer uma reforma agrária familiar, algo que fosse melhorando a situação...

E o que mais Jango pretendia? Uma nova lei de remessa de lucros. Basta ler a carta do Getúlio quando de seu suicídio – e até hoje guardo-a – para ver que tudo o que ele disse ainda está na ordem do dia! O que vem sendo canalizado de lucros extraordinários das multinacionais...! É impressionante a cifra! Outro ponto que Jango defendia muito era a liberdade sindical. Desatrelar o sindicato dessa legislação que está aí e que foi feita baseada na *Carta de Lavoro*, do Mussolini! A Constituição de 37, onde constam essas leis, foi praticamente uma cópia da *Polaca*, constituição que os nazistas implementaram na Polônia!

Nesse contexto de reivindicações, os militares nacionalistas e democratas eram tachados de comunistas e subversivos! Por outro lado, todos

os opositores da nossa chapa no Clube Militar participaram do golpe de 64... Todos participaram! É importante registrar esse fato... É interessante, pois tenho os nomes de todos da nossa chapa, e, no golpe, foram imediatamente presos...!

Na campanha pela eleição da chapa Horta Barbosa-Estilac Leal para o Clube Militar, ficou claro que o movimento nacionalista tinha bastante força dentro do Exército e que as posições que nós tomávamos eram respeitadas pela maioria da oficialidade brasileira. Tanto que o general Estilac venceu no primeiro turno. No segundo turno, entretanto a direita já estava muito organizada... A campanha contra os nossos companheiros, que trabalharam pela chapa do Estilac-Horta Barbosa, foi violenta! Repleta de arbitrariedades contra nós! Foram presos vários oficiais... Entre eles, cito alguns nomes destacados: o então Major Fortunato de Oliveira; o Major Leão José de Figueiredo Júnior, que fazia parte da revista do Clube Militar; o Major-Aviador Sebastião Dantas Loureiro; o Capitão Joaquim Miranda Pessoa de Andrade; o Capitão Joaquim Inácio Batista Cardoso – primo-irmão do atual FHC; Tenente Mauro Vinhas de Queiroz; Major Júlio Sérgio Machado de Oliveira; Major Oscar Gonçalves Bastos, Kardec Lemme... Entre outros, esses oficiais foram todos presos! E, pela primeira vez no Exército, foram presos até mesmo fora da lei... Não ficaram no quartel por *ménage*, mas sim em cubículos, maltratados, sem que sequer as famílias soubessem de seus paradeiros...! No outro extremo, cito os generais, brigadeiros e almirantes fascistas, de direita, que atuaram nesse e em outros tristes episódios subsequentes da nossa história: Dutra, Góis Monteiro, Odylio Denis, Alvaro Fiuza de Castro, Newton Cavalcanti, Sisenio Sarmiento, Justino Alves Bastos, João Bina Machado, Mendes de Moraes, Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Tristão de Alencar Araripe, Armando Trompowski, Grunewald da Cunha, Antonio Carlos da Silva Muricy, Marcio de Souza Melo, João Adil de Oliveira, Pena Botti, Silvio Heck...

Penso que aí já havia o dedo do chamado imperialismo norte-americano. Por exemplo, aquele tal capitão norte-americano, Edgar Band, que comandava Inquéritos no Brasil, e as torturas que foram aperfeiçoar-se ainda mais com a vinda de agentes da CIA, enfim, da repressão americana. Dan Mitroni, um conhecido agente da CIA, por exemplo, dava aulas para os nossos oficiais de direita sobre como torturar os presos políticos! Uma

tortura, digamos, mais “científica”! Este, particularmente, teve um fim trágico, porque foi fazer o mesmo no Uruguai – ensinar militares uruguaios a torturar presos políticos – e os Tupamaros sequestraram-no e acabaram matando-o...

Na eleição do Clube Militar, ganhou o General Alcides Etchegoyen, da direita militar, por sete mil e poucos votos, contra quatro mil e oitocentos do General Estilac Leal. Todavia, o impressionante é que todos esses companheiros que mencionei, e os demais que faziam parte da chapa, foram atingidos pelo Ato Institucional no golpe de 64! Todos tiveram seus direitos políticos cassados! Todos foram afastados das fileiras do Exército, passaram para a reserva ou foram demitidos! E, por outro lado, os da chapa do General Alcides Etchegoyen, ocuparam cargos no governo durante a ditadura militar... Todos eles, sem exceção.

Por isso, penso que ficou clara e evidente a vitória, em 64, da direita reacionária e entreguista, contra a esquerda progressista, que queria defender a soberania nacional e, principalmente, resolver os problemas da população do nosso Brasil, que, até hoje, está passando imensas privações...

Depois da perda do mandato de deputado estadual, voltei para o Exército e fui classificado no Rio de Janeiro, na Diretoria Geral de Pessoal. E, por triste coincidência do destino, o chefe era o General Arthur Costa e Silva... Fui promovido a tenente-coronel e nunca tive nenhum atrito direto com o Costa e Silva. Também não tinha ligação direta com ele...

Servi uns tempos no Rio, mas, no dia 16 de abril de 1963, aconteceu uma fatalidade que muito mudou minha vida... Eu morava perto da Lagoa, com a minha esposa e os meus filhos. Tinha um menino, o Luiz Carlos, cujo retrato daquela época até hoje está na sala de minha casa... Ele teve uma morte trágica... Foi mexer numa pistola minha... Era a época da legalidade, em 61, mas a gente estava armado... Tinha que andar armado! Nessa ocasião, deixei minha pistola em cima do guarda-roupa e fui fazer a barba, aparar o bigode, e quando voltei... Não é que o menino foi mexer na minha arma, que disparou, e a bala, de ricochete, bateu na parede e matou-o...?! Destruiu as meninges, entrou por um lado e saiu pelo outro... Fiquei arrasado... Eu e minha mulher ficamos transtornados... Era meu menino mais velho... Um guri muito bom, inteligente. Fiquei numa tristeza profunda, numa depressão medonha... Até recordo que o Prestes foi visitar-me

quando soube disso... Isso me perturbou muito... E até hoje, quando lembro, tenho vontade de chorar...

Depois da morte de Luís Carlos, queria sair do Rio e vir para Porto Alegre. Havia uma vaga naquele regimento no qual tinha servido como capitão, onde havia ocorrido toda aquela confusão do Inquérito com o Coronel Léo da Costa. Era uma vaga de subcomandante no posto de tenente-coronel, que era o qual eu estava. Pedi, então, para ser classificado e negaram-me!

Eu estava liquidado... Perdi o filho daquela maneira trágica, não tinha ânimo para nada, estava entregue, como se diz... Pensei: “Sabe de uma coisa? Eu vou pedir passagem para a reserva”. Fiz meu requerimento e pedi passagem para a reserva. E, qual não foi minha surpresa quando, num determinado dia, chegou um sujeito e anunciou:

– O doutor Jango pede para o senhor ir sábado no Edifício Chopin – na avenida Beira-Mar, ao lado do Copacabana Palace – porque o presidente quer falar com o senhor.

Fui ao encontro de Jango, que me disse:

– Alvarez, meus pêsames por você ter perdido o filho... Mas o que é que está acontecendo, que chegou para eu assinar a sua passagem para a reserva? Não quis assinar... – até lembro bem as palavras dele. – Se companheiros como tu e os outros vão tudo para a reserva, como está indo muita gente... Vocês querem me deixar sozinho no meio desses “gorilas”?

– Não... É que perdi o filho... E quero ir para Porto Alegre. Minha esposa não quer mais ficar naquela casa, porque o menino morreu ali... Então, estou numa situação que preciso ir para a reserva...

– Não. Vou fazer o seguinte: terça-feira tenho uma reunião com o Estado-Maior, que faz as transferências dos oficiais superiores, de major para cima. Vou propor a tua e no sábado tu vem aqui.

No sábado retornei, e o Jango disse-me:

– Olha, tu sabes, Alvarez, que quando eu coloquei teu nome para o cargo de subcomando do 2º REC-MEC, usando força de expressão, os generais só faltaram me matar! Disseram: “Na primeira quartelada lá, ele sai com os tanques para a rua, prende o comandante...”. Eu fiquei numa situação difícil... Francamente, Alvarez, sou teu amigo, o que posso fazer por ti?

Eu respondi:

– Tu és meu amigo, Jango? Então, faz um favor: assina minha passagem para a reserva.

E ele assinou. Assim, fui para a reserva no posto de coronel em 22 de agosto de 1963...

Vim para Porto Alegre, para minha casa, que estava alugada. Fiquei um mês na casa de um amigo meu, depois o inquilino saiu e voltei ao lar... Estava muito abatido, realmente mal... Não tinha ânimo para nada, e sequer saía de casa...

Alguns engenheiros estavam construindo, naquela época, a refinaria Alberto Pasqualini, da Petrobras. Eles, sabedores do meu estado de apatia e desânimo, vieram visitar-me: eram meus eleitores, entretanto nem os conhecia pessoalmente... Um deles tornou-se meu estimado e querido amigo, o engenheiro Jorge Abraão.

– Nós queríamos te fazer um convite para ir lá na refinaria, porque precisamos de um camarada que tenha prestígio, conhecimento, e que seja conhecido, para ser chefe de Relações Públicas.

A princípio, eu não queria, mas acabaram por convencer-me... Todos diziam:

– Vai, tu não podes ficar sentado nessa cadeira só chorando, se lastimando. Vai fazer alguma coisa!

E fui. Assumi a chefia de Relações Públicas, em 63. Não cheguei nem a um ano de trabalho na Petrobras: depois de onze meses, veio o golpe de 64. A respeito de minha breve passagem pela Petrobras, Claudio Brait Vilela, um aliado dos interventores militares afirmaria, em depoimento em 31 de julho de 1964:

[...] que conhece o Cel. PEDRO ALVAREZ desde quanto este começou a trabalhar, como assessor de Relações Públicas das Obras da Refinaria Alberto Pasqualini [...]; que naquela função caberia ao Cel. ALVAREZ manter contato com os Órgãos Federais, Estaduais e Municipais e com as autoridades militares, civis e eclesiásticas, nos assuntos que dissessem respeito às obras da Refinaria em particular, e a PETROBRAS de um modo geral. Fazer a ligação com a Imprensa, prestando informações oficialmente e promovendo a publicidade dentro da orientação do Serviço de Relações Públicas da Empresa no âmbito nacional. Contudo, o Cel. PEDRO ALVAREZ desvirtuou um pouco a sua missão, estabelecendo, com o tempo, acirrada polêmica na imprensa sobre

assuntos de petróleo; provocando intrigas políticas e debates de pontos de vista entre os jornais de Porto Alegre principalmente; agitando o meio operário estudantil em torno do assunto sem qualquer proveito para a Empresa; proferindo ataques violentos, pela palavra escrita ou falada, às autoridades constituídas, muitas vezes, falando funcionalmente e promovendo debates em torno de outros assuntos complexos; que o Cel. PEDRO ALVAREZ desenvolvia suas atividades políticas em comícios, reuniões de sindicatos e grêmios estudantis e que nunca escondeu de ninguém sua ideologia política, não deixando qualquer dúvida quanto à sua orientação e o seu modo de agir; que o indiciado não pertencia à Diretoria do Sindicato, mas que tinha grande influência no mesmo, representando-o em diversas oportunidades, em reuniões de estudantes e camponeses, em outros atos públicos e falando na assembleia do próprio Sindicato. Em todas essas oportunidades era mais ou menos constante a linha de ação do Cel. ALVAREZ, quando fazia valer a sua inegável influência negativa no meio operário e estudantil; [...] que não tinha nenhuma dúvida que o Cel. PEDRO ALVAREZ seja comunista. Afirma isso numa série de pronunciamentos e atitudes públicas do indiciado, que confirmam inteiramente não só a sua opinião, mas a de qualquer outra pessoa mais ou menos esclarecida que tenha conhecimento das atividades do indiciado. Lembra o depoente que, de certa feita, ouviu o Cel. ALVAREZ, de viva voz, ter ele declarado que foi ao Nordeste Brasileiro para travar conhecimento com as Ligas Camponesas em companhia de FRANCISCO JULIÃO, organizador daquelas Ligas. Recorda-se ainda, o declarante que certa vez o Engenheiro FERNANDO RIBEIRO, Chefe das Obras da Refinaria, na presença do depoente, sentindo o alcance da atuação do Cel. PEDRO ALVAREZ, proibiu-o de comparecer em manifestações públicas de caráter político-partidário, falando em nome da Empresa. Lembra ainda o depoente que de uma feita o Engenheiro RIBEIRO declarou em sua frente que o Cel. ALVAREZ se havia tornado um homem incontrolável.

Com o golpe, fui demitido do Exército e tive os direitos políticos cassados por dez anos. Não somente fui demitido do Exército como também das funções que exercia na refinaria Alberto Pasqualini...

Em 64, eu não estava mais nas Forças Armadas, mas ainda tinha muita ligação com meus companheiros de lá. Então, como havia um plano do Brizola de resistência – e dizia-se que até armas ele tinha para distribuir –, nós íamos resistir ao golpe aqui em Porto Alegre. Fiquei agindo como elo de ligação entre o pessoal da Petrobras, que estava em Canoas, na sede

da refinaria, e alguns trabalhadores. Eram cerca de oitocentos homens que estavam prontos para pegar em armas! As tais armas que o Brizola dizia que iam ser distribuídas... Por isso, fiquei em contato com o Brizola e com o movimento aqui da cidade.

Existia, a exemplo do que houve em 1962, a Rádio da Legalidade, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O povo estava todo na rua quando o Brizola chegou para mim e disse:

– Alvarez, depois do Wilson Vargas, tu vais falar...

Porque tinha – e ainda tenho – fama de falar bem, de agitador, de alguém que empolga as massas! Tenho até uma cópia do discurso que fiz num comício contra o golpe em Porto Alegre, que foi gravado. Mais tarde, quando do Inquérito, queriam que respondesse perguntas referentes a ele. Exigi uma cópia e eles me deram... E, naquela ocasião, na Rádio da Legalidade, recordo como se fosse hoje, o Brizola disse-me:

– Tu botas fogo na canjica, porque nós vamos distribuir armas para o pessoal!

Então, falei:

– Povo de Porto Alegre! Povo gaúcho! Aqui estamos nós, reunidos em praça pública, à frente da Prefeitura, no governo popular da capital do nosso Estado para denunciar à Nação inteira que os golpistas, que os entreguistas, que os traidores do povo, passaram para a ilegalidade para mais facilmente tentar entregar ao Imperialismo norte-americano e ao domínio dos latifundiários. [...] Ou nós, povo! Camponeses! Operários! Estudantes! Militares! Ou nós, unidos pela legalidade, esmagaremos definitivamente o Imperialismo e o latifúndio, ou então nossa missão de lutar de armas na mão para expulsar do solo da Pátria, os imperialistas e os aliados nacionais. Sim, revolução, diz o povo, a nossa revolução das Reformas de Base, ou pacificamente ou de armas na mão, para acabar com a exploração do homem pelo homem na terra brasileira [...] Se em 30 o Rio Grande esteve de pé pelo Brasil, hoje, 64, o Rio Grande, com Leonel Brizola, com os líderes sindicais, com o operariado e o povo, e juntos com o Exército, com o III Exército, nós haveremos de impor nossa vontade e de fazer com que a reação capitule de joelhos diante da vontade do povo, que há de ser a sua reforma de base, para que não haja mais nessa terra bendita de Santa Cruz a exploração do homem pelo homem por uma pequena minoria que enriquece cada vez mais à custa da miséria crescente de nosso povo! [...].

Ah, fiz um discurso daqueles! Chamei esses generais de fascistas, de

entreguistas, de traidores da Pátria! Disse que estavam aliados ao capital estrangeiro, recebendo ordens do embaixador Lincoln Gordon, a serviço do imperialismo, enfim, do capital estrangeiro na sua forma imperialista de domínio econômico e político do nosso país...! Ou seja, fiz um discurso violento mesmo! E ele foi irradiado para todo o Brasil... Até recebi um telegrama do norte do país, com as pessoas congratulando-me pelo que havia dito:

[...] A nossa luta é a luta pela emancipação econômica, política e social do povo. Portanto, companheiros e companheiras do Rio Grande do Sul, que através da Cadeia de Rádio da Legalidade nos ouve, não só neste Estado como de resto no Brasil inteiro, nós os gaúchos declaramos alto e bom som que haveremos de lutar, se necessário for, de fuzil na mão pela revolução brasileira. O povo, o povo gaúcho não sai daqui desta nossa trincheira, [...] a tua voz a todos os recantos da nossa Pátria, desde as florestas amazônicas até aqui ao sul, onde a coxilha descampa, nós gaúchos apelamos aos bravos companheiros do Norte e do Nordeste brasileiro para que, juntos, com Miguel Arraes, o líder do Nordeste, e Leonel Brizola, o líder do Rio Grande, nessa mais alta união. União companheiros, antes e acima de tudo, é preciso que cada brasileiro, que cada homem, que cada mulher, se compenetre que nós estamos vivendo dias decisivos e que é necessário, é urgente a participação ativa de todos [...] para a nossa luta, luta essa que nós já estamos mobilizando o povo através do voluntariado, para formar as milícias populares. O povo confia no atual Cmt. do III Exército, no ilustre militar General Ladário Pereira Teles, porque Sua Excelência veio do Rio de Janeiro para aqui para fazer que seja cumprida a vontade do povo gaúcho. E nós gaúchos dizemos a Vossa Excelência, Senhor General, que o povo gaúcho espera [...] do Cmt. do III Exército, a intervenção no governo de Ildo Meneghetti. [...].

(Trechos da transcrição do discurso pronunciado pelo Coronel. R/1 Pedro de Arbues Martins Alvarez, no comício realizado no dia 1º de abril de 1964 no Largo da Prefeitura de Porto Alegre. Encabeçando o documento tem-se a seguinte anotação: “O referido discurso foi apresentado ao Cel. Alvarez em gravação, durante o interrogatório, tendo sido inteiramente confirmado como sendo de sua autoria. O rolo da gravação encontra-se na Segunda Secção do EM/III Exército”)

Depois que falei, fiquei por ali, até que um sargento da Brigada Militar, da Polícia Militar, chegou e disse:

– Coronel, o comandante da guarda mandou lhe avisar que o governador Meneghetti abandonou o Palácio, e que lá só estão dois deputados, o Mário Mondin e o Solano Borges. O Palácio é nosso e a guarda também. Só estamos esperando que o senhor transmita isso para o senhor Brizola.

Fui ao quartel-general: o Brizola estava lá. No quartel-general, aqueles militares que eram contra nós e a favor do golpe estavam todos retidos numa sala. Em outra sala estava o Brizola com o General Ladário Pereira Teles, que, a princípio, não era o comandante, mas veio assumir o comando na hora crítica aqui... Estavam na discussão de que o coronel comandante da Brigada Militar não queria passar o comando para o outro coronel que o Brizola teria chamado e que estava do nosso lado. O doutor Ajadir de Lemos, que era advogado, brilhante por sinal, e homem também de esquerda, estava batendo a máquina a tal intimação para o coronel. Eu disse:

– Olha, esse negócio não tem sentido...! Nós estamos praticamente numa guerra! Já começou: as tropas já saíram de Belo Horizonte... Tu tá agora perdendo tempo com esse negócio de estar batendo a máquina! Fala para o General Ladário, prende esse comandante e bota o outro no comando... E tem mais uma coisa: vim te dizer que acabo de receber uma informação de um sargento que veio do Palácio Piratini, dizer que o Mário Mondin e o Solano Borges são os únicos que estão lá dentro, porque o Meneguetti já abandonou-o e a guarda é nossa. Vamos pegar essa Rádio da Legalidade e transmitir do Palácio Piratini, do governo do Estado, que o governo legal está com a esquerda no Rio Grande do Sul, malgrado as tropas do Mourão já estejam na rua, a caminho do Rio de Janeiro. Então, vamos transmitir para todo o Brasil que o Jango está para chegar – nós sabíamos que ele estava vindo – e vamos instalar um governo provisório, um governo legal aqui.

– Não, não vamos nos precipitar...

Então, a situação ficou nesse impasse... Passou a noite. O que fiz? Tinha que informar esse sujeito, porque eles estavam esperando uma resposta... Claro que não ia informar pessoalmente: havia uma cadeia de informantes que chegaria neles. Entretanto, infelizmente, a resistência estava praticamente perdida... E eu fui para a casa do comandante do Terceiro Exército, o General Ladário. Quando cheguei lá, havia oito carros de combate sob o comando do então Capitão Aécio, que hoje é coronel, também anistiado e depois promovido por direito, por lei. O Jango tinha chegado, estava num aposento ali. O General Ladário, quando cheguei, até perguntou-me:

– Ô Alvarez, tu estás em condições de ir para Santa Maria para fazer uma mobilização do povo por lá? Dizem que tu és uma liderança no meio dos ferroviários... Vamos fazer um movimento, porque o General Pope Figueiredo não quer entregar o comando e nós queremos fazer uma pressão popular para ajudar.

– Eu vou.

Nesse meio-tempo, quando disse que estava à disposição, que me mandassem ir, o Jango saiu do quarto e – lembro nitidamente, como se fosse ontem – disse:

– Bom dia, meu general. Bom dia, meu comandante. Como é que está a situação?

O Ladário respondeu assim:

– Presidente, me autorize a desencadear o movimento. Não podemos perder mais tempo.

Aí, o Jango perguntou:

– Mas, general, será que não vai haver derramamento de sangue?

– Nós estamos com tudo. Todo o Terceiro Exército está na nossa mão. Não tem como a gente perder essa batalha!

Na entrevista que o General Ladário deu ao historiador Hélio Silva, ele confirma tudo que estou relatando, e com mais precisão. O Ladário falou que estava em condições de reagir e o Jango simplesmente botou a mão na cabeça, disse que não queria derramamento de sangue e voltou para o quarto...! Depois, começaram a sair... Estava com ele o General Assis Brasil, e alguns ministros, dos quais não me recordo... Lembro apenas que o Almino Afonso era um dos ministros que estavam lá com ele... O Jango, por fim, saiu e disse, uns vinte minutos depois:

– Eu agradeço muito a cooperação de vocês, mas não quero derramamento de sangue.

E foi embora.

O Brizola ficou até bravo, e disse uns impropérios para ele que nem gosto de mencionar, pois não tenho certeza se vale a pena... Ele disse:

– Vai, horrendo, filho da puta, traidor! Tu nunca mais vais voltar para esse país...!

Foi mais ou menos o que ele esbravejou... E o Jango saiu. Eu até gostava do Jango, mas o Brizola chegou para mim e disse:

– E agora, Alvarez?

Respondi:

– E agora, Brizola?! O agora era ontem... Eu não te falei que, se nós tivéssemos passado a rádio da Legalidade para o Palácio com o General Ladário aqui, com o Terceiro Exército...

Esse General Mourão Filho, que saiu com os golpistas de Minas Gerais, dando início ao golpe, declarou, depois todo o ocorrido, que ele saiu sem munição...! Ia abastecer-se na Escola de Cadetes de Resende...! Isto é, eles ganharam outra vez pelo telefone, como aquele golpe de 45... Foi uma situação na qual os destinos do país ficaram à mercê de uma saída desonrosa... Penso que os golpistas ganharam no grito, no telefone... Por isso, quando o Brizola interpelou-me, respondi:

– O agora era ontem... Mas, se tu queres, tem oito carros de combate com o Capitão Aécio. Entramos com tudo no Palácio e tu vai dar a cobertura pelo rádio...

– Está bem.

Fui. Tinha que dizer o que é que nós íamos fazer. Como é que íamos chegar ao Palácio, na praça da Matriz. Eu não pretendia chegar assim, de peito aberto: íamos colocar os tanques em posição de agir e depois pedir mais tropas para ocupar o Palácio. Não ia tentar entrar ali baseado apenas na palavra daquele camarada lá... Podia ter metralhadoras ou coisa que o valha... Quando cheguei, o Tenente Wilson, que era o braço direito do Brizola, disse:

– O Brizola mandou dizer para não cumprir ordens do Alvarez e que aguardem ordem dele.

E foram embora. Então, eu disse ao Capitão Aécio:

– Esse cara disse que é para aguardar ordens do Brizola. Vou te dar um conselho, como sou muito mais velho que tu... Entrega esses carros de combate; leva para o quartel, e vê onde vocês querem ficar para aguardar as consequências. Larga isso lá, porque esse troço está praticamente liquidado...

E foi isso... Assim, liquidou-se...

Bom, eu ainda tinha a responsabilidade das Relações Públicas da Petrobras. Por isso, segui para o escritório, que ainda estava em obras e ficava na rua da Praia com a rua dos Andradas, no centro de Porto Alegre. Já eram

umas seis horas da tarde do dia primeiro de abril e não havia tropa alguma na rua! O povo estava depredando as Lojas Americanas, a Rádio Farroupi-lha... O povo fez aquela algazarra, aqueles protestos de rua. E os golpistas não tiveram coragem de botar as tropas na rua...! Mas, lá no gabinete da chefia de Relações Públicas, eu tinha uma lista de endereços de ligações com os estudantes e uma relação dos que recebiam o nosso jornalzinho do Sindpetrosul, o nosso sindicato. Então, de posse daquela relação de estudantes, pensei: “Eu não vou deixar isso porque esses caras vão vir aqui”. Peguei tudo, rasguei, botei fora...

Estava naquela “faxina” quando chegou um conceituado médico de Porto Alegre, um grande cirurgião, o professor César Ávila, que era diretor do hospital da Independência, homem de esquerda que votava em mim e contribuía para ajudar a campanha eleitoral. Ele chegou e disse assim:

– Alvarez, vim te dizer o seguinte: por minha conta, peguei a tua família e levei para a minha residência. Tua mulher e teus filhos estão na minha casa, e tu estás baixado no meu hospital com outro nome.

– Mas por quê?

– Mas tu estás com ilusão, rapaz? Tu pensas que esses caras não vão querer te matar? Eu sei que eles querem te matar... Depois daquele discurso que tu fizeste, tu tá perigando a vida! E tu vai comigo para o hospital...

Eu não queria, mas ele convenceu-me. Então, o Carlos Contursi, que era grande amigo do Brizola – sempre acompanhou-o, até os dias de hoje –, levou-me para o hospital e lá fiquei baixado, com outro nome. Mas, no dia seguinte, a minha filha, Tânia, foi levar umas roupas no hospital, numa DKV que eu tinha. E, não sei por que cargas d’água, se alguém viu, o enfermeiro chegou para mim e disse:

– Coronel, um sargento mandou lhe avisar que o Exército já sabe que o senhor está aqui e que vão dar uma batida no hospital.

Ele chamou o doutor César Ávila e contei-lhe o que estava acontecendo. Ele disse:

– Não tem problema. Vou te levar para o hospital do doutor Angel D’Arroyo.

Então, puseram-me numa ambulância e levaram-me para o hospital do Dr. D’Arroyo. E estava difícil de sair para qualquer lugar, porque havia uma lista dos que eles atacavam: eu era o décimo ou décimo quinto. Era quase

um dos “dez mais procurados” da lista. Começava com Jango, Prestes, Brizola, e eu estava também ali... Então, era difícil escapar...

Naquela noite em que o César Ávila disse que eu corria perigo de vida, fechei a casa. Não ficou ninguém em casa. Minha esposa e os meus filhos ficaram na casa do Ávila, e fui para o hospital Independência. Tinha um jornalista, o Carlos Bastos, que namorava uma menina que morava em frente à minha casa. E ele contou-me depois que, lá pela meia-noite, quatro militares vieram na minha casa de metralhadora em punho: capitão Luís Carlos Mena Barreto, capitão Paulo Jobi, e um tal de capitão Sérgio Figueiredo. Além deles, havia um filho de um sujeito rico, da família Charles Barcelos, o Capitão Átila Rochester. Tentaram arrombar a minha casa de metralhadora na mão... Bateram na porta várias vezes até que o Carlos Bastos chegou e disse:

– Não adianta vocês baterem porque o coronel não está em casa. Não tem ninguém na casa dele.

E eles foram embora. Esses mesmos sujeitos são responsáveis por um dos crimes mais bárbaros que houve aqui no tempo da ditadura, contra o Sargento Manuel Raimundo Soares: o célebre caso das mãos amarradas...

E o que foi esse crime? Em 1966 foi encontrado o corpo do Sargento Manuel Raimundo Soares boiando no rio Jacuí, perto da Ilha das Flores, com as mãos amarradas nas costas. Preso político por ter se posicionado a favor da legalidade e do governo de João Goulart, sua morte foi atribuída a cinco policiais, tendo sido planejada pelo Tenente-Coronel Luiz Carlos Menna Barreto. Junto com ele foram acusados o Major Átila Rochester, o Tenente Luís Lopes Cabral e outros nove sargentos, um deles morto num “falso acidente” devido ao temor de seus cúmplices de que os denunciassem pelo “crime das mãos amarradas”. Um IPM chefiado por autoridades do III Exército tentou atribuir o assassinato a membros do Partido Comunista como forma de “justiçamento”, o que mais tarde apenas se mostrou como plano para encobrir os militares envolvidos em torturas e assassinatos de presos políticos. Sem dúvida, minha situação se complicou quando compareci ao enterro do sargento, ocasião em que a *Folha da Tarde*, de 27 de março de 1967, publicou uma foto do enterro com a seguinte legenda:

COMÍCIO NO ENTERRO. O enterro do ex-sargento Manoel Raimundo Soares deu margem à organização de um comício, promovido por elementos expurgados pela revolução, objetivando sensibilizar a opinião pública. A foto,

colhida na ocasião, mostra o ex-coronel Pedro Alvarez, ao lado do caixão do sargento, coberto por uma bandeira nacional. Agora, IPM revela que havia uma trama subversiva que poderia ter redundado no assassinato do ex-militar por elementos do extinto Partido Comunista.

Mas, então, o Dr. César Ávila tinha razão: eles podiam ter me matado porque não iria entregar-me assim para eles, quando batessem de madrugada, depois da meia-noite, na minha casa!

Eu tinha um cunhado que era major, e que procurou ver como é que poderiam levar-me para Santana do Livramento, como já disse, fronteira com a cidade de Rivera, no Uruguai, onde não tem limite nenhum. Estava difícil porque de ônibus não dava para ir; de trem eles revistavam; tinha avião, mas, naquela época, era muito difícil conseguir um...

Então, fiquei naquele impasse, até que surgiu um ferroviário maquinista, que era dos nossos, e ia para Santana, na próxima quinta-feira. Era terça-feira quando me tiraram de noite do hospital do D'Arroyo, e levaram-me para Diretor Pestana, que era a vila dos ferroviários, aqui perto do aeroporto Salgado Filho. Fiquei na casa do ferroviário de terça para quarta. Na quarta-feira, deram-me um macacão, uma carteira falsa, um boné... Eu iria como se fosse carvoeiro, ali do lado dele, para tapear. Nós íamos na quinta de manhã... Mas acontece que, chegou no dia – nós íamos sair cedo, parece que às seis horas da manhã, horário em que saía o trem –, ele disse:

– Você não sabe da maior... Me tiraram. As pessoas suspeitam... Botaram outro maquinista, um cara deles, um fulano de direita brava.

Então, levaram-me de novo para o hospital Petrópolis. Durante esses preparativos frustrados para a fuga, eles estavam atrás de mim...

Um dia, estávamos numa conversa, inclusive minha esposa estava junto, quando chegou um médico, também de esquerda, o Dr. Saul Messias, que tinha um hospital de reumatologia, traumatologia, em Porto Alegre. Assim como o Del Arroyo, ele também era um eleitor meu... Estávamos conversando como é que iam tirar-me daqui, porque mais cedo ou mais tarde eles viriam... Eles andaram procurando... Volta e meia recebíamos informações:

– Olha, andaram atrás do Alvarez aqui.

Antes de ir para o D'Arroyo, estive em mais duas casas. Inclusive, fui para uma casa, que só agora fui saber de quem era! Era do Hélio Corderine, que foi do Departamento Municipal de Habitação daqui de Porto Alegre...

Ele é do PT e faz pouco tempo foi eleito vereador. Lembro que fiquei naquela casa... Mas eles tinham casado recentemente, eu estava constrangido e pedi – porque tinha um sujeito que ia sempre saber como eu estava:

– Eu quero sair daqui.

E me levaram de novo para o hospital Petrópolis. Com a chegada do Dr. Saul Messias, ele disse:

– Eu levo o Alvarez.

– Mas como é que tu vais te arriscar?

– Eles vão me fazer o quê?

Ele era médico, todo mundo sabia que era esquerdista, mas ele disse:

– Mas eu levo, tenho um plano. – Ele perguntou-me: – Tu não tens algum parente parecido contigo?

– Parecido assim... de família, tem o Ulisses Martins, meu primo. Ele tem o rosto redondo como o meu, o nariz pequeno... Bom, dá para tapear, né?

– Ele tem bigode?

– Tem.

Aí, ele disse para minha esposa:

– Bom, tu vais lá na casa do primo dele, o Ulisses, e traz a carteira dele.

Ela foi e voltou com a carteira. Ele pegou-a e disse:

– Eu tenho um plano, pode deixar. Você se despede aí da turma... – era onze da noite. – Amanhã cedo tu estarás lá na tua terra, em Santana. Tu passas para Rivera, no Uruguai, e fica livre desses caras...

E botou-me no carro e levou para o hospital dele. Lá, engessou-me a perna – só um gesso frio, como se estivesse com a perna quebrada –, botou gaze pela cara toda, deixou apenas o queixo, os olhos, o nariz, deu-me um par de muletas e disse assim:

– Tu tens algum médico conhecido em Santana do Livramento?

– Tem o Dr. Hélio Viegas, é um bom cara.

– Mas e politicamente?

– Politicamente é deles, é da UDN, mas em todo caso...

– Mas ele não vai te denunciar?

– Não, ele não me denuncia porque fui instrutor dele...

Ele era tenente, foi convocado na guerra, e era eu que dava instrução para os oficiais. Até para o Josué Guimarães, que é um grande escritor e foi um formidável companheiro de esquerda, já falecido... Ele publicou vários

livros no Rio Grande, dizem até que era o sucessor do Érico Verissimo, com obras muito boas publicadas...

Então, o Dr. Messias fez uma transferência do hospital daqui para o hospital de Livramento, aos cuidados do Dr. Hélio Viegas. E botou-me no carro dele. Nós tocamos, de noite... Saímos dali quase meia hora da manhã. Sei que onze horas foi quando saímos da casa do Dr. D'Arroyo... Enfim, já era tarde da noite, praticamente de madrugada, quando nós saímos daqui. Chegamos num lugar que chamam de Pântano Grande – parece que o nome certo é Pântano, mas aqui todo mundo diz Pântano Grande – e tinha uma patrulha do Exército. Puseram aquela lanterna enorme na nossa cara: ele parou o carro e o sargento disse assim:

– Vamos sair do carro!

Ele saiu e eu saí, mas com aquela muleta. Fiquei ali na porta do carro e o cabo foi lá atrás, no porta-malas, para revistar a bagagem. O sargento olhava-me e eu olhava para ele, com a minha muleta ali... Aí, ele chegou para mim – cutucando assim – e disse:

– O senhor não é o Coronel Alvarez?

Fiquei quieto, não falei nada... Acho que até os meus olhos falaram, porque nos examinamos e ele disse:

– Ô cabo, termina com a revista aí! Tá tudo certo: o senhor aqui está com uma transferência baixada no hospital de Livramento, acompanhado do doutor. Anda rápido com isso!

O cabo estava revistando todas as minhas malas, para ver se não tinha nada dentro... Por fim, o cabo fechou tudo, o Saul sentou, fui sentar-me e o sargento disse-me, antes de partirmos:

– Um breve regresso e um abraço nos companheiros!

E nós tocamos... Foi assim que passei para o lado de lá da fronteira...

Fiquei em Rivera. Tinha um irmão que morava lá, o Heitor, o mais velho, que faleceu há pouco tempo, há alguns anos. Mas, com a mudança política geral no país, já diziam uma série de boatos a meu respeito: que estava em Rivera, que tinha me encontrado com o Brizola... Nem sabia onde ele estava...! Parece que ele chegou oito ou dez dias depois de mim em Montevideú, mas nem sabia onde é que ele andava...

Sei que, um dia, saí dali e fui caminhando pela Av. Sarandi, que é a principal rua, uma rua de comércio, com lojas, como um shopping. Caminhei

uma quadra e entrei numa loja de uns conhecidos meus... Foi quando vi que dois sujeitos de cabelo cortado tipo cadete – porque, geralmente, militar usa esse tipo de corte de cabelo – vinham seguindo-me. Eles ficaram na vitrine e eu fiquei lá dentro. Em seguida, saí e fui para outra loja. Andei uma quadra a mais, e os sujeitos continuaram seguindo-me: quando entrei na loja, eles ficaram na vitrine... Caminhei mais uma quadra, dobrei à direita, e vi que eles vinham atrás. Então, fiz um sinal, assim como se tivesse uma arma, dei meia-volta e botei minha mão para trás. Eles deram a volta e foram embora...

Dias depois, estava na casa do meu irmão – porque ali não tem nada que separe a calçada de Rivera da de Santana: é só atravessar a rua – quando recebi uma intimação para ir à delegacia de polícia de Rivera. Cheguei na delegacia e disseram-me:

– Señor coronel, hay una orden... usted tiene que asilarse. Usted no puede quedar acá en la frontera. Nosotros no tenemos la responsabilidad de mantener hasta su vida. Sus colegas quieren secuestrarlo. Usted tiene que asilarse. Para asilarse, hay que estar por lo menos a cuatrocientos km de la frontera. Vayas a Montevideú, e normalise su situación como asilado que nada le ocurrirá.

Assim, tive que ir embora.

Peguei o trem para Montevideú... Naquele trem, só iam brasileiros! Naqueles pagodes, cantando samba... Foi muito interessante! Até fiz amizade com uma senhora, que era muito inteligente, escritora e jornalista, Jurema Finamour, que conheci ali no trem. Era uma farra! Cariocas, baianos, tinha de tudo... Iam sargentos, civis, médicos...

Fiquei em Montevideú apenas por oito meses, porque o ambiente de asilo é horrível! O exílio... Havia muita fofoca... Formaram dois grupos, um do Brizola e outro do Jango. E eu não gostava de ver aquela dissensão. A turma do Brizola – não sei se ele também – achava que podia tentar recuperar o governo aqui. Invadir o Rio Grande... E o Jango achava que devia ter mais informações, que não era bem assim, que desse tempo ao tempo... Dizia ele:

– Eles não vão durar.

Ele errou...

– Essa ditadura não vai durar muito tempo...

Mas ela durou vinte anos! O fato é que lá fiquei mais ligado ao Jango... Eu ia na casa dele, de vez em quando. Em Montevideú, tanto o Jango quanto o Brizola ajudaram o pessoal asilado que não tinha recursos. Pagavam pensão para um, para outro... Eles ajudavam. A mim eles ofereceram, mas não quis. Meu pai tinha a loja de ferragens. Ele já tinha falecido em 63, mas meu irmão Hélio mandava-me um dinheiro porque também fiquei como sócio na firma. Então, eu tinha um dinheiro que dava para comer. Fui para uma pensãozinha “mixuruca”. Primeiro, fiquei na casa do Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, aquele que invadiu o Rio Grande, formou um grupo guerrilheiro... O Jefferson Cardim faleceu há poucos anos... Ele estava lá também, em Montevideú, asilado.

Depois, fui morar numa pensão. Almoçava, pagava a pensão, o dinheiro dava. Não lembro – vamos dizer que fosse quinhentos cruzeiros, porque a moeda muda tanto que já não sei se é cruzado, cruzeiro, réis: mil réis eram no meu tempo de guri... Sei que dava para ir vivendo ali com aqueles quinhentos que me mandavam. Era inverno, e lá havia um café onde se juntavam aqueles estudantes de esquerda uruguaios, que gostavam de falar comigo porque contava as coisas daqui, e falava em espanhol. Eles gostavam de conversar comigo:

– Brasileiro amigo.

Já o garçom dizia:

– Un vaso de vino e un “chivito” al brasileño amigo.

Então, era aquela confraternização... Contava as nossas histórias e eles contavam as deles. Mas, estava com uma enorme saudade de casa! A minha filha mais moça tinha um ano e poucos meses, a Denise. Temporã, veio doze anos depois do outro... Estava com uma saudade da minha mulher... São mais de 50 anos de casados... E ela é uma companheira de todas as horas, sempre... Ela acha que estou certo. Com saudades, resolvi ir embora...

Sempre tive fama de corajoso, de brigão. Essa fama vem desde o Colégio Militar, como já contei... Bom, quando resolvi vir embora, o Jango disse:

– Tu vais retornar ao Brasil assim, com essa careca? Por que tu não botas uma peruca?

– De onde é que vou tirar dinheiro para uma peruca se o que tenho aí mal dá para comer? Uma peruca deve custar caro...

– Tu vais ver fulano, que faz uma peruca das boas, e manda fazer uma.

Mandou fazer uma peruca, que custou aproximadamente o que eu ganhava! Era quatrocentos ou quinhentos, não lembro... Até tenho um retrato com ela... E lá em Montevideu havia o engenheiro Maranhão – não me lembro o primeiro nome dele – que tinha um monte de carteiras de identidade, além do Telles Pacheco, que fazia as carteiras... Então, ele fez uma carteira falsa com outro nome e, até para debochar, botei o nome de Arthur. Mas não era Costa e Silva: Arthur Lima Rodrigues era meu nome na carteira de identidade. E, com o retrato de peruca, peguei e vim embora...

No Uruguai, a situação estava ficando muito ruim, pois havia militares brasileiros que iam para lá fazer futrica contra nós... Militares enviados pelo Exército. Eu não posso afirmar, mas falavam: o hoje general, na época Coronel Léo Etchegoyen, o Coronel Angelo Irulegue Cunha, e outros, iam... Não gosto de falar das coisas que não sei... Mas havia uma pressão dos militares daqui para nos prejudicar, para dar um jeito, para nos criar problemas lá... Tanto é que tive problema com um delegado, com um chefe de polícia uruguaio. Quase dei-lhe uma bofetada uma vez... Eu estava achando que a minha situação ali era insustentável... Até que, numa noite, correu um zumb-zum que iria haver um golpe de direita no Uruguai, e fomos recolhidos nas casas dos operários... Logo depois, decidi ir embora.

Quem me trouxe de lá para o Brasil foi um sujeito do Partido Comunista. Trouxe no carro dele e largou-me ali na ponte; eu vim por Itaqui... Quando fomos passar numa passarela na fronteira, ele disse:

– Vou na frente. Vou comprar passagem de ônibus para Porto Alegre, porque quanto menos tu ficar lá na rodoviária melhor.

Ele foi, mas vi duas filas. Numa fila, tinha um militar com aquela tal lista em que eu estava... E eu com a carteira falsa... Na outra, vi que era o pessoal que comprava carne, aquele pessoal mais pobre. Comprei um quilo de carne, passei na outra fila, dei a carne para um sujeito e cheguei lá na rodoviária. Quando cheguei, já estava com a passagem, peguei o ônibus e vim embora. E assim voltei para Porto Alegre.

Eu tinha uma tarefa para cumprir. Cheguei numa terça-feira. Na quinta-feira, tinha que estar às dez horas da noite na porta do cemitério São Miguel das Almas, porque ia passar uma moça de carro... Era um carro preto, de tal marca, que ia me levar para uma reunião. E, realmente, cheguei à porta

do cemitério às dez horas, passou a moça, que por sinal era muito conhecida minha, a Olga Cavalheiro. Ela trabalhava também na Petrobras e era militante do PCB. Ela levou-me numa reunião onde havia umas trinta pessoas. Tinha sargentos, estivadores, portuários, ferroviários... Todos queriam saber qual era a posição do Jango, do Brizola, o que é que eles achavam... Eu disse:

– Bom, é o contrário. O Jango e o Brizola querem saber como é que está a situação aqui para ver se é possível fazer alguma coisa.

E chegou-se à conclusão de que não havia condições. A maioria estava presa, havia muita vigilância, não tinha como fazer nada... Mas o Jango tinha pedido para passar em Curitiba, e falar com o General Crisântemo Figueiredo... E, no Rio, com o Osvino Ferreira Alves. Levei até um dinheiro para despesas, e toquei para o Rio. Fui, de peruca e tudo. O General Crisântemo não estava. Estava viajando. Cheguei no Rio, fui encontrar o Osvino e ele não estava. Mas o porteiro disse:

– O general daqui a pouco chega. À noite ele sai para dar uma volta...

Por fim, o Osvino entrou. Entrei no elevador e disse:

– Como vai, general?

Ele não me reconheceu:

– O que é que você quer comigo?

Pensou que eu era da polícia porque estava de peruca... Eu disse:

– Não está me reconhecendo?

– Ah, Alvarez...!

E nos abraçamos... E falou:

– Ih, pode dizer para o Dr. Jango que não há condição nenhuma de haver reação no momento, porque tudo está desmantelado. Eles tiraram todos os nossos postos. Teve muita gente posta para fora do Exército. Nos oficiais, eles fizeram uma “limpa”. Aqueles companheiros nossos, que eram da chapa do Clube Militar, o Nelson Werneck Sodré, e os demais da chapa Estilac-Horta Barbosa, foram todos cassados! E, por incrível que pareça, os da outra chapa todos ocuparam posição do lado dos golpistas. Ocuparam cargos no governo dos golpistas...

Não havia mais nada a fazer. E fui embora...

Chegando em Porto Alegre, eu precisava trabalhar... Aquele dinheiro que meu irmão mandava, uma parte ia também para minha esposa e a outra

para mim. Falei para minha esposa que precisava trabalhar, e disse:

– Sabe de uma coisa? Eu já estou cheio dessa vida, de viver na ilegalidade. Escondido, só sair de noite, e reunião daqui, reunião dali...

E vi que não adiantava nada...! Tirei aquela peruca e fui passear na rua da Praia... No dia seguinte, dá no jornal. Foi um jornalista até de direita, chamam de JK, porque o nome dele é complicado, um nome polonês, mas não tem nada a ver com o Juscelino. Ele tinha uma coluna no jornal, que dizia assim: “FOI VISTO, EM PLENA RUA DA PRAIA, O EX-CORONEL PEDRO ALVAREZ, QUE ESTÁ SENDO PROCURADO PELO DOPS E PELO COMANDO DO TERCEIRO EXÉRCITO.”

Claro, vieram aqui na minha casa. Chegou um major, com um sujeito de metralhadora. Ele entrou e disse:

– Vim aqui porque o General Justino mandou lhe convidar para ir ao quartel.

Eu disse:

– Em primeiro lugar, não sou mais militar. Fui demitido do Exército. Não sou coronel, não sou nada. Em segundo lugar, não quero falar com o General Justino porque não falo com “gorila”. Em terceiro lugar, se é prisão, tu podes ir embora, se é que tu me chamou de coronel. Se sou coronel, só um coronel mais antigo pode vir me prender ou me levar lá para o general.

Estava louco para ir, para resolver, mas fiz só de raiva...! Não é que veio outro coronel, mais antigo do que eu, e levou-me?! E não era nada para “conversar”: fui direto para a cela, fui preso. Levaram-me para o 18 RI. Lá, fiquei 48 dias preso. Nem minha esposa sabia onde eu estava! Ela ia no Terceiro Exército e diziam:

– Aquele não está. Deve estar no DOPS.

Ia no DOPS:

– Não, aqui não. Deve estar no Exército.

Até que, um dia, ela foi lá no quartel-general, com a minha filha Tânia – que hoje já é vovó e, na época, estava grávida –, e quis falar com o General Justino. Ele não quis recebê-las. Aí ela falou bem alto:

– O General Justino não quer me receber! Eu quero saber onde é que está o meu marido! Vou para a rua da Praia e vou bancar a louca: vou dizer que sequestraram o meu marido! O Terceiro Exército sequestrou o meu marido!

Então, o Justino resolveu dizer a ela – nem disse, mandou dizer – que eu estava no 18 RI, e que ela tinha dez minutos para visitar-me. Esses cretinos...! Elas chegaram lá, devia ser umas duas da tarde. Fiquei preso quarenta e oito dias, sem tomar sol, sem nada, completamente isolado...! Botaram a Inah e a minha filha, grávida como estava, na espera, das duas até às seis horas da tarde! Elas batiam na porta – não podiam nem mesmo ir no banheiro –, liberaram-nas só às seis horas da tarde... Tinham dito que elas iam ficar dez minutos e elas ficaram presas por quatro horas...!

Uma das maiores decepções que tive nessa ocasião foi quando um companheiro – foi até muito amigo meu, uns dos maiores amigos que tinha –, chamado Ito Carvalho Bernardes, que era tenente-coronel, virou-me as costas... Era meu maior amigo na escola, era o meu “de rancho”: quando saía para as manobras, eram dois numa barraca e eu sempre ia junto com ele, me dava muito com ele... Ele virou as costas, não quis se comprometer.

E ali, naquele quartel, aconteceu um fato, justamente na época em que o Coronel Jeffersom Cardim Alencar Osório entrou com os guerrilheiros dele, tomou duas cidades, e numa outra lançou um manifesto pelo rádio, que era um sinal. Dizem que esse sinal era para o Brizola vir para cá e, não sei se era história verdadeira... Minha mulher havia me mandado um radiozinho misturado no meio das roupas. E eu estava ouvindo, interessado em saber se os chefes tinham tomado as cidades, os guerrilheiros... Então, o Coronel Navarro, que era o comandante do 18 RI, estava de férias, o Coronel Marsilac ficou no comando, e mandou o tenentezinho, oficial do dia, dizer-me:

– O Coronel Marsilac mandou pedir o radinho que o senhor está ouvindo aí.

– Eu não dou: o rádio é meu.

Ele foi embora. Dali a pouco, o Marsilac abriu a porta, e eles entraram, assim, violentamente: o coronel, com um 45; um tal de Major Pita, com outro 45; um sargento com uma metralhadora e um cabo com um cassetete:

– Me dá o rádio.

Botei o rádio numa mesinha que tinha atrás, puxei a cadeira e disse:

– Eu não dou o rádio.

Aí, pegaram-me... Quando o coronel pegou-me e arrancou um botão da minha camisa, o meu sangue de espanhol ferveu: levantei e dei-lhe uma bofetada! Ele caiu no chão e meteram-me a metralhadora na cara, na cabeça...

E eu disse:

– Vocês não são homens para me bater! Vocês são covardes! E tu, Queixo de Mula – que era o apelido dele no Colégio Militar –, tu és covarde, poltrão... Te conheço desde o Colégio Militar, e ainda vou te pegar na rua um dia!

Por esse episódio, puseram-me um monte de inquéritos em cima; respondi outro processo. O fato é que depois peguei aquele covarde na rua: ele não quis reagir, dei-lhe uns pontapés... Foi até ridículo, na rua da Praia... Ele levou uma vaia, dei um pontapé nele e ficou por isso mesmo. Eu vinguei-me de todos esses sujeitos! Mas, nesse dia, fiquei preso e respondi o tal inquérito. O encarregado do inquérito era o diretor comandante do Colégio Militar, Coronel Plácido Nogueira. Ele, que fez o inquérito, dizia-me assim:

– Alvarez, tu é uma pessoa boa... – vê a cretinice! – Tão idealista, mas tu tá sendo instrumento desses comunistas.

– Ah, rapaz. Eu não sou nenhum imbecil para ser instrumento. Eu sou eu. Sou o que sou. Não sou por A, B ou C.

Ele dizia:

– Por mim, tu já tava livre.

E o cretino tinha pedido minha prisão preventiva, que foi negada pelo auditor militar! E ele ainda bancava o bonzinho comigo... Tendo pedido minha prisão preventiva, que só foi negada porque o auditor não quis dar! Porque achava que não tinha razão...

Fiquei solto, para responder ao processo em liberdade:

EX-CORONEL PEDRO ALVAREZ SERÁ JULGADO NO DIA 26

No próximo dia 26, será julgado na Capital do Estado o ex-coronel Pedro Arbues Alvarez, sob a acusação de atividades contrarrevolucionárias. O acusado será julgado pela 1ª Auditoria da 3ª Região Militar, como incurso nos seguintes artigos da Lei de Segurança Nacional:

Art. 11 – Fazer publicamente propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política e social.

Art. 12 – Incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência.

Art. 14 – Provocar animosidades entre as classes armadas ou contra elas ou delas contra as classes ou instituições civis.

Pedro Arbues Alvarez, que terá como advogado de defesa o dr. Eloar Guazzelli, foi vereador em Porto Alegre, ocupou uma cadeira como deputado na Assem-

bleia Legislativa do Estado, e ocupava alto cargo na Petrobras quando eclodiu o movimento militar de março de 1964, ocasião em que se asilou no Uruguai, de onde retornou alguns meses depois.

A Plateia, 24 de outubro de 1967 (Santana do Livramento)

Depois, fui condenado. Chegou o dia da condenação. E o militar é condenado pelo chamado Conselho de Justificação, que, como eu era coronel, pelo regulamento, sempre tinha que ser composto por coronéis mais antigos. Essa era a maior dificuldade deles... O julgamento foi adiado três ou quatro vezes, porque era por sorteio, e os sorteados diziam:

- Não, mas justo o Alvarez...
- Eu já servi com ele, conheço a família, conheço os filhos...
- Meu filho é amigo do filho dele...

Enfim, sei que estava difícil para eles formarem o tal conselho, porque sempre tinha um ou outro que não podia. Eles chegaram a chamar o Dr. Toledo, que era o pediatra dos meus filhos, dos meus netos! Ele disse:

– Mas, eu não posso julgar o Alvarez. Sou pediatra de toda a família dele, desde os filhos até os netos... Como é que vou aceitar um negócio deste? Não posso.

Então, foi difícil. Mas o Costa e Silva, que era ministro da Guerra, pegou os oficiais intendentos – todos ladrões, que tinham fechado o setor de Subsistência aqui por roubo: o George Tenório de Noronha, o Bruno Hager, o Tupi Caldas e o Cassiano Reis e Silva, que era o único que não era podre que nem esses... O que todos esses estiveram envolvidos em roubo no setor de Subsistência! Até fecharam... Não existe mais: era um tipo de supermercado no qual fazíamos o rancho. Fui julgado e, claro, derrotado por cinco a zero. Não me foi concedida a palavra sequer para ler um documento que tinha preparado para minha defesa! Nele questionava, entre outras coisas: “Como poderei estar enquadrado em crime contra os Poderes Constitucionais do Estado, como poderei ser julgado por subversivo, se exatamente minha posição, através de um simples discurso, [...] foi a de apoiar e solicitar o apoio do povo ao então Comandante do III Exército na defesa do Governo legal então constituído?”. Esse documento foi publicado na íntegra pelo jornal de Santana do Livramento, *A Plateia*, em 21 de novembro de 1967.

Fui condenado a um ano e dois meses de prisão. A minha condenação foi engraçada pelo seguinte: o que tinha de populares que eles não deixaram entrar! Lotou a auditoria e ainda havia o povo na rua, impediram a entrada... Não tinha lugar e muita gente ficou aguardando o resultado do lado de fora. Aquilo durou horas... E, depois que me deram a sentença, não tive dúvida: dei um passo à frente e disse assim:

– Para mim é uma honra ter sido condenado por um conselho composto de ladrões como vocês!

E aí fui aplaudido! Uma de minhas filhas, entre lágrimas, declarou, dirigindo-se aos juízes:

– Este julgamento foi uma farsa, vocês receberam ordens para condenar meu pai, que é um homem honrado e idealista, vocês são uns patifes, sem personalidade e vontade própria. Foram votos de robôs!

Tocou a campanha... Suspenderam a sessão, voltaram e deram-me mais alguns meses de cadeia. No dia seguinte, os principais jornais publicaram estas notas:

CONDENAÇÃO É HONRA PARA EX-CORONEL

Porto Alegre (Sucursal) – O ex-Coronel Pedro Alvarez declarou-se ontem honrado com a sentença condenatória de 14 meses de prisão que recebeu do Conselho Especial da Justiça da 1ª Auditoria da 3ª Região Militar, enquanto sua filha classificava os jurados – quatro Coronéis e um Auditor – de “cretinos”, perante uma plateia constituída de políticos, estudantes e militares à paisana. Depois que os ânimos foram serenados, um Capitão da Polícia do Exército apreendeu o filme do fotógrafo da Companhia Jornalística Caldas Júnior, alegando que só eram permitidas fotografias do réu, do Conselho de Justiça, não. O julgamento despertou grande interesse popular.

SEIS HORAS

O julgamento do ex-Coronel Pedro Alvarez – acusado de subversão durante o governo do Sr. João Goulart – durou seis horas, em clima de grande expectativa e diante de um auditório lotado. [...].

Jornal do Brasil, 27 de outubro de 1967.

ALVAREZ CONDENADO A PENA DE 14 MESES

O coronel Pedro Alvarez foi condenado a pena de catorze meses de reclusão, por maioria. A condenação, dada por unanimidade no fim do júri realizado

ontem na Auditoria de Guerra e que se prolongou por cinco horas e trinta minutos, lhe foi atribuída como incurso nos artigos 11-A e 14 da Lei 1.820, combinado com o artigo 66, parágrafo 2º, do Código Penal Militar.

Após o júri, o coronel Alvarez foi imediatamente recolhido à PE. Se os recursos para os quais vai apelar o advogado de defesa, Eloar Guazzeli ao Supremo Tribunal Federal, forem negativas, cumprirá pena de reclusão em uma penitenciária, não em prisão correccional.

Zero Hora, 27 de outubro de 1967.

MUITA GENTE VIU AUDITORIA CONDENAR EX-CEL. PEDRO ALVAREZ A 14 MESES

Por unanimidade, o Conselho Especial de Justiça da 1ª Auditoria de Guerra condenou, ontem, a 14 meses de reclusão o ex-coronel Pedro Alvarez, indiciado em processo por crime de subversão. Muita gente compareceu à Auditoria, para assistir ao julgamento, que durou cinco horas, lá permanecendo até ser conhecida a decisão do Conselho [...].

SESSÃO SECRETA

Terminados os debates de plenário, que se estenderam das 14 às 19 horas, o Conselho Especial de Justiça reuniu-se a portas fechadas para decidir. Passava das 20 horas quando a sessão foi reaberta, sendo a sentença lida pelo titular da 1ª Auditoria, bacharel Dorvalino Tonin.

DUELO

A decisão do Conselho foi baseada no entendimento de que o ex-coronel e ex-vereador infringiu o art. 11 do Código Penal Militar (fazer publicamente propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política ou social) e o art. 14 (provocar animosidade entre as classes armadas ou instituições civis). [...] Durante o julgamento ambos [promotor militar e advogado de defesa] sustentaram verdadeiro duelo de oratório, que foi acompanhado atentamente pelos presentes.

QUARTEL

Conhecida a sentença condenatória, o ex-coronel foi conduzido a uma viatura militar que o aguardava à entrada da Auditoria e levado para o quartel da 6ª Cia. de Polícia do Exército. Na manhã de hoje, o réu deverá ser transferido para outro quartel, onde cumprirá a pena de 14 meses de reclusão.

Tanto Pedro Alvarez como seus familiares protestaram, logo após o pronunciamento da sentença.

RECURSO

Inconformado com a sentença do Conselho, o dr. Eloar Guazzeli, advogado do réu, anunciou ontem mesmo que irá recorrer da decisão condenatória ao Superior Tribunal Militar. [...].

Folha da Tarde, 27 de outubro de 1967.

EX-CEL. PEDRO ALVAREZ CONDENADO A 14 MESES

(...)[...] PROTESTO

Tanto Pedro Alvarez como familiares protestaram, logo depois do pronunciamento da sentença, tendo o ex-coronel afirmado na ocasião que “me sinto honrado por ser condenado por esse Conselho” e lastimado que “um chefe de família inocente seja afastado de sua família”. [...].

Correio do Povo, 27 de outubro de 1967.

E, por fim, recolheram-me. Eu, coronel, com curso superior, condenado pela “Justiça” a um ano e dois meses, tinha que ter um quartel por *ménage*, onde o sujeito que vai preso, fica num quarto, tem direito a rádio, televisão, a família pode visitar em determinadas horas... E o que eles fizeram comigo? Botaram-me num porão do Batalhão de Polícia do Exército, comandado pelo então Capitão Piero Ludovico Lobato. Fui preso lá: num porão de um quartel... Enquanto estive preso ali, nunca pude sequer tomar sol...

ALVAREZ AINDA NÃO DEIXOU O QUARTEL DA PM

O ex-coronel Pedro Alvarez [...] continua recolhido ao quartel da 3ª Companhia de Polícia do Exército.

Segundo informação de seu advogado, Alvarez deveria ter sido conduzido ontem à tarde à Penitenciária Estadual, para cumprir a pena que lhe foi imposta pela Justiça Militar, mas até o fim da noite passada continuava no quartel da PM.

O defensor de Pedro Alvarez, advogado Eloar Guazzeli, informou à FTE por outro lado, que espera a publicação da sentença condenatória para interpor recurso ao Superior Tribunal Militar, como anunciou ao ser conhecido o resultado do julgamento.

Folha Esportiva, 31 de outubro de 1967.

Fiquei revoltado com aquilo. Pensava: “Eu já estou condenado, o que mais esses caras querem comigo?”. Ouvia, de noite, uns gritos, como se estivessem torturando uma pessoa... Aqueles gritos angustiados... O Jefferson Cardim já tinha sido preso e barbaramente torturado... Fiquei sabendo através de uma denúncia que ele escreveu na prisão, e que divulgávamos com assinaturas de repúdio entre nossos colegas de farda. Transcrevo aqui alguns trechos que mais me marcaram desse documento:

Preso há mais de três meses, só agora consigo recobrar condições que me permitam narrar alguns fatos que cercaram o episódio da minha prisão, no interior do Paraná, no dia 27 de março último. São fatos cujo simples relato, desprovido de qualquer adjetivação, choca. E choca muito mais a quem – como eu e como tantos companheiros de farda – conhecem, orgulham-se e cultuam as tradições de lealdade, lhaneza e sobretudo de hombridade do soldado brasileiro. [...] É porque conheço esses exemplos e porque, ao longo da minha própria carreira militar, acostumei-me a esforçar em segui-los, não hesitei quando, ao ser preso na casa de um colono, defrontei-me com um sargento do Exército. Não hesitei e o apelo saiu espontâneo: “Quero ser fuzilado pelo Exército, ao qual pertencço e ao qual dei toda a minha vida!” [...] meu corpo imobilizado sobre a grama, as cenas que se seguiram foram assistidas por cerca de uma dezena de praças que, no final, foram convocados a participar do “show” de sádica hipocrisia. Primeiro, o capitão fez-me virar o rosto, de forma que a boca ficasse voltada para o chão e, pisando com o coturno do pé direito na minha boca, vociferou: “Beija a terra que traíste, filho da puta! Comunista! Assassino!” Em seguida, fez-me virar o rosto para cima e deu ordem aos soldados que escarrassem. Instintivamente, tentei desviar o rosto. Numa reação verdadeiramente bestial, o capitão desferiu-me violento pontapé no queixo, que se me afrouxaram os dentes inferiores. Sua perversidade, contudo, ainda não estava satisfeita. Novamente pôs a sola do coturno no meu nariz e boca, enquanto os dois tenentes me castigavam o corpo com novos pontapés. Quando pararam, o capitão achou que ainda era preciso mais. Então, pegou um garfo, e fazendo-me ficar de ventre colado ao chão, espetou-me desde os pés descalços até o pescoço. Cheguei a pensar que fosse me furar os olhos. Contudo, poupou-me a cabeça e o rosto.

Resisti a todas essas torturas tendo na mente um único pensamento: teria sido mesmo em nome do respeito à ordem, em nome da disciplina nas forças armadas, da Democracia, enfim, que o Exército, por muitos dos seus chefes, destituirá um governo legitimamente constituído? Aquelas cenas de que eu próprio protagonizava me valiam como uma dura e contundente resposta negativa. E o que haveriam de pensar, por sua vez, os jovens soldados que as

assistiam? Serviria tão macabro espetáculo de estímulo e de exemplo para as carreiras em que davam os primeiros passos? São dúvidas que, sinceramente, até hoje me atormentam...

Esses são apenas alguns trechos do depoimento do Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório após os bárbaros espancamentos praticados por oficiais do Exército. Ao final desse documento, uma nota:

O que você acaba de ler é muito mais que um mero depoimento. É um autêntico libelo a deixar plenamente evidenciado que vivemos sob a tutela de uma odiosa Ditadura Militar. Tão odiosa que – como bem observa o Coronel Jefferson – foi capaz de subverter a própria tradição democrática do soldado brasileiro; do mesmo soldado que, já no Império, se negara a perseguir os escravos negros por saber que isto lhe era indigno. A ditadura, no entanto, criou no Exército ambiente propício à proliferação de energúmenos e covardes como os citados neste depoimento. Covardes e energúmenos cujos nomes vão aqui relacionados para que v. os grave bem. São: Ten.-Cel. Auro Marques Curvo – Majores Ary Roncony Moutinho e Hugo Caetano de Almeida Coelho – Capitães Dorival Sumiane e Ruy Vieira do Rêgo Monteiro – Sargentos Elísio e Marcos. V. está convocado a colaborar na divulgação deste libelo! Faça quantas cópias puder e as distribua entre amigos e colegas!

É importante falar sobre o DOI-CODI: a montagem desse sistema não foi consensual dentro da corporação do Exército. Resultou basicamente da “linha-dura” e dos anticomunistas fanáticos e mais exaltados, tanto civis como militares. Os que nele atuaram fizeram, inclusive, um chamado “Curso de Treinamento em Informações” em Fort Gullik, no Panamá, onde Dan Mitrioni, agente da CIA, era um dos famosos instrutores de tortura. Esse sistema dos DOI-CODIs também estava integrado ao CENIMAR. A Operação Bandeirantes (OBAN), que os originou, foi criada em 1969, tendo à frente o General José Canavarro Pereira e o Delegado Sergio Paranhos Fleury, sendo um órgão misto de entidade policial e militar, amparado por recursos oficiais e por doações de empresários. Eram chefiados em seu topo pelo comandante de cada um dos Exércitos. Os nomes que se seguirão são de oficiais que foram os principais organizadores e participantes do famigerado DOI-CODI, símbolo das torturas e morte de milhares de brasileiros: Generais Adyr Fiuza de Castro, Carlos Alberto da Fontoura, Carlos de Meira Mattos, Enio dos Santos Pinheiro, Gustavo Moraes Rego Reis,

Ivan de Souza Mendes, José Luiz Coelho Neto, Leonidas Pires Gonçalves, Otavio Costa, Milton Tavares de Souza e Antonio Bandeira; Coronel Cyro Guedes Etchegoyen e Brigadeiros Deoclecio Liano de Siqueira e João Paulo Moreira Burnier.

Um dia, foram lavar aquela imundície, aquela sujeira de prisão, e botaram todos os presos para tomar sol, enquanto lavavam. Do meu lado, tinha um rapaz, que era estudante. Vi o rapaz todo cheio de manchas no corpo, de queimaduras de cigarros... Perguntei:

– Esses caras estão te torturando?

– Ah, o senhor nem queira saber...! Torturam... Estou todo dia apanhando deles... Meu nome é Marcos Pancier.

Era estudante, não lembro se de Curitiba ou Florianópolis. Engraçado é que vi o nome dele há algum tempo, não lembro onde, talvez no jornal...

– Me torturam porque querem que eu diga coisas que nem sei... Coisas que não sei como é que vou dizer... E me dão pau todo dia!

O capitão Piero ia passando ali, o comandante, e eu disse para ele:

– Queria lhe dizer uma coisa.

Ele parou, assim, todo prepotente:

– Que é que você quer?

– Eu queria saber o seguinte: como é que você admite que sejam torturados rapazes, como estão torturando aqui esse Marcos Pancier? No meu tempo de Exército, nós jamais admitiríamos que dentro do quartel se fizesse tortura a qualquer ser humano!

– Eu não conversei com subversivos.

Perdi as estribeiras:

– Então, vai para puta-que-te-pariu, capitão de merda!

E ele foi embora. Passei a fazer greve de fome para chamar a atenção da opinião pública sobre as torturas no Exército. No jornal *Correio da Manhã* saiu a seguinte notícia:

EX-CORONEL GAÚCHO ESTÁ FAZENDO UMA GREVE DE FOME

PÔRTO PORTO ALEGRE (Sucursal) – O ex-coronel e ex-deputado Pedro Alvarez [...] iniciou greve de fome em protesto contra a incomunicabilidade que lhe foi imposta no Quartel da PE da Capital gaúcha.

O ex-militar, segundo informações fornecidas pelos seus familiares, está instalado há mais de 72 horas numa sala localizada nos porões do quartel. A cela é úmida, não possui arejamento nem luz direta.

SÓ FALOU 15 MINUTOS

Somente a esposa do ex-coronel pôde falar com seu marido, mas a permissão foi apenas para o prazo de 15 minutos, na presença de um oficial do Exército. O advogado Eloar Guazzeli solicitará, nas próximas horas, a quebra da incomunicabilidade do prisioneiro e sua transferência para outra prisão, sob a alegação de que a sentença do Conselho Especial não previa o isolamento do ex-coronel Alvarez.

Correio da Manhã, 31 de outubro de 1967.

Eu já estava no terceiro dia da greve e tinha um tenente, que estava como oficial de dia, que era o único que falava comigo:

– Coronel, não faça isso! Isso é o que eles querem. O senhor vai se prejudicar, se alimente, não faça isso...

Mas sei que não comi nunca... No dia em que saiu no jornal, para tentar, botaram um bife, com ovos, batata fritas – sempre vinha uma “gororoba”. Virei o prato e não comi nada...

Nessa época, o Coronel Peracchi Barcelos era governador no Estado. Ele era da Brigada Militar. Foi deputado pela UDN, quando fui deputado. Era de outro partido, mas respeitava-me. Ele dizia:

– O Alvarez é um cara idealista.

E ele soube que eu estava nessa situação, e mandou oferecerem-me um quartel da Brigada. Já tinha falado com o general que havia concordado. Eles estavam loucos para verem-se livres de mim! Por causa do incidente com o capitão... Estavam com medo que eu “botasse a boca no trombone”, que dissesse aos jornais que estavam torturando...

Estava preso na Polícia do Exército quando chegou um coronel da minha turma da Escola Militar. Ele entrou junto comigo, só que era da Artilharia, o Valter Almeida. Muito bom, mas era deles também. Entretanto, era um sujeito bom, direito, não era um safado, mas apoiava a ditadura. Tanto é que ele era chefe do gabinete do delegado de polícia. E o Valter de Almeida, que era meu colega, foi lá buscar-me. Quando me tiraram da cela, ele estava lá com o tal de Piero Lobato montando guarda:

– Alvarez, vim aqui porque o governador mandou te oferecer um quartel da brigada para escolher onde quer ficar, que vou te levar para lá. Eu vim aqui para isso.

O Piero disse:

– Pode retirar o coronel com a guarda.

O Coronel Walter respondeu:

– Não, o coronel não vai com a guarda, ele vai comigo.

Engraçado é que, quando estávamos na rua, furou um pneu. Vinha eu, ele e o motorista, e ele disse:

– Vamos caminhando até o quartel. – Era mais ou menos umas dez quadras – Tu deves estar louco para caminhar.

– Claro, estou preso naquela porcaria sem fazer nada...

Quando cheguei no quartel da polícia, fiquei até meio sem jeito, porque o Walter disse assim para o comandante que me recebeu para ficar preso ali:

– O Coronel Alvarez é meu colega de turma. É um homem, na verdadeira acepção da palavra. É um idealista.

Colocou-me nas nuvens... O coronel da Brigada disse:

– Coronel, o senhor aqui vai ter um quartel por *ménage*. Já mandei arrumar o quarto que era do oficial de dia para o senhor ficar lá. Botei um rádio, que eu tinha, mais uma televisão. Se quiser, o senhor mande buscar a televisão em casa. A sua família pode vir a hora que quiser: não tem hora.

E trataram-me muito bem. Eu estava condenado a um ano e oito meses. Sentia que aqueles soldados todos eram do meu lado. Mas eu tinha um plano...

O Dr. Eloar Guazzeli, que é um brilhante advogado – também faleceu há pouco, era muito meu amigo – e fez todo o processo a meu favor, era meu advogado de defesa, entrou com um recurso no Superior Tribunal Militar. Vários jornais, inclusive *O Globo*, noticiaram:

CORONEL CONDENADO APELA AO STM

O Superior Tribunal Militar julgará, amanhã, a apelação contra a sentença do Conselho Especial de Justiça da 1ª Auditoria da 3ª Região Militar, Porto Alegre, que condenou a 14 meses de reclusão o coronel Pedro de Arbues Martins Alvarez, que fora acusado de “tentar defender o governo do sr. João Goulart, no dia 31 de março de 1964”.

A defesa do coronel Pedro de Arbues Martins Alvarez sustenta na apelação que tal fato não constitui crime, coincidindo com a jurisprudência já firmada pelo STM, de que ninguém pode ser punido por ter defendido o governo deposto, que era legalmente constituído.

Correio da Manhã, 14 de dezembro de 1967.

GUEIROS NÃO SOLTA O CORONEL

O Procurador Geral da Justiça Militar, Sr. Eraldo Gueiros, pediu ao STM a manutenção da pena de 14 meses de reclusão imposta pelo Conselho Especial de Justiça da 1ª Auditoria da 3ª R.M., em Porto Alegre, ao ex-Coronel Pedro de Arbues Martins Alvarez, acusado em IPM de ter pregado, em discurso proferido no dia 31 de março de 1964 “a eliminação violenta de líderes e chefes, inclusive militares que estavam com a revolução”.

Para o Sr. Eraldo Gueiros, o ex-coronel é “vivo e inteligente, temperamental e agressivo – sempre disposto pisar na lei”.

Sua condenação – assinalou – se alicerçou numa prova incriminadora evidente, não podendo jamais ser entendida como fruto da prevenção, como diz o apelante. O discurso que aí está agasalha coisa bem diferente daquilo que se poderia chamar de lealdade, fidelidade ou obediência ao Governo que fugia e se desmoronava.

Última Hora, 14 de dezembro de 1967.

Assim, meu caso foi ao Superior Tribunal Militar, onde fui absolvido por sete a cinco. Quase perco, porque a “gorilada” toda votou contra mim! Entre eles, um tal brigadeiro, aquele velho maluco da Aeronáutica, do famoso caso PARA-SAR... Votaram a favor da minha absolvição os Ministros Alcides Carneiro, que era o relator, Valdemar Figueiredo Costa, Romeiro Neto, Peri Beviláqua, Silvio Moutinho, Lima Torres e Otávio Murgel de Resende. Votaram contra os Ministros Grum Moss, Otacílio Terra Uru-raí, Francisco Correia de Melo, Armando Perdigão e até o famoso Ernesto Geisel... Ou seja, a meu favor estavam dois militares e cinco juízes togados, enquanto os contrários eram todos, sem exceção, militares.

Então, fui absolvido...

É curioso ler parte do que a imprensa publicou a respeito:

STM ABSOLVE EX-CORONEL CONDENADO NO R. G. DO SUL POR DISCURSO SUBVERSIVO

Por 7 votos contra 5, o Superior Tribunal Militar absolveu ontem o ex-Coronel do Exército Pedro Martins Alvarez [...].

O Ministro Alcides Carneiro, relator da apelação, ao votar pela anulação da sentença condenatória, disse que “até os homens que não são temperamentais e impulsivos, como o é o Coronel Alvarez, estão sujeitos a impulsos”.

Criticando a decisão do Conselho de Justiça, o Ministro declarou que “a sentença é mentirosa e até desprezou e afrontou a lei de Deus”, acrescentando que, ao contrário do que afirma, nunca o Coronel Alvarez pregou o sacrifício de seus colegas de farda. E exclamou: “Se esse homem era um monstro, então por que lhe aplicaram a pena mínima?” [...] E acrescentou: “Se ele foi contundente nas suas manifestações, isso era um defeito, não era um crime. O que está na sentença não está nos autos, e um juiz não pode fazer isto. Não estou dizendo que o magistrado sofreu pressões, estou dizendo que faltou com a verdade.” [...]

O Procurador-Geral da Justiça Militar, Sr. Eraldo Gueiros Leite, ao pedir que o tribunal confirmasse a sentença condenatória, declarou que “circunstâncias outras levaram o apelante àquele discurso, que transbordou”, acrescentando que a vida pregressa do Coronel Alvarez registra todo um comportamento ilícito, como militar, como vereador e como candidato a deputado. [...]

O Ministro Peri Beviláqua, ao votar, declarou que a indústria do anticomunismo prospera à custa da vilania.

Jornal do Brasil, 16 de dezembro de 1967.

Esse texto é praticamente idêntico ao conteúdo da reportagem “STM liberta Coronel”, do jornal *Última Hora*, 16 de dezembro de 1967. Outros jornais publicaram a respeito, na mesma data, entre eles *O Jornal* (“STM mantém absolvição do ex-coronel Alvarez”), *Correio da Manhã* (“STM absolve coronel que foi a comício”) e *Correio do Povo* (“STM absolveu ontem o coronel Pedro Alvarez”), do Paraná.

No dia da absolvição, até foi engraçado porque foram minhas bodas de prata – vinte e cinco anos de casado – e não me soltavam... O pessoal estava fazendo churrasco, esperando minha soltura. Tinha mais de cem pessoas na minha casa! E dava no rádio e na televisão: “Coronel Alvarez foi solto hoje nas suas bodas de prata. Na sua residência estiveram inúmeros amigos que vieram confraternizar com ele pela sua liberdade”.

Eram seis horas da tarde e ainda não haviam dado minha liberdade! Então, meu advogado telefonou para o General Mourão Filho, que era o ministro do Superior Tribunal Militar, e ele deu uma ordem por telefone para largarem-me imediatamente. Enfim, soltaram... Cheguei em casa à noite... Estava cheia de gente! Vinham carros que buzonavam... Uma festa com todos os amigos...! O jornal do outro dia dizia que:

NA CASA DO CORONEL PEDRO ALVAREZ, OS COMUNISTAS SE REUNIRAM. HAVIA MAIS DE MIL PESSOAS.

Não chegava a tanto...! Realmente, foi uma recepção muito boa que tive... Com inúmeros amigos meus, companheiros de muitas jornadas, e foi uma satisfação ter recebido todos em casa... E a alegria da minha família foi total!

Nunca fui do Partido Comunista. Sempre fui apoiado por eles, não vou dizer que não... Mas o Partido Comunista estava sempre na ilegalidade. Então, para atuar nele era difícil. Tinha que saber onde é que ele funcionava, mas ninguém dizia porque era ilegal. Não era bem assim, estou dizendo isso a título de exemplo... Eu sempre tive o apoio deles. Eles não podiam registrar o candidato deles, porque não tinham legenda. Na legenda não existia partido, então eles pegavam:

– O Alvarez, por exemplo, é um camarada com ideias arejadas. Não é anticomunista, pelo menos.

Então, votavam em mim. Não vou negar: essa votação toda que tive foi do Partido Comunista. Porque o Partido Republicano, por exemplo, não existia aqui em Porto Alegre. Não tinha...

Eu tinha um relacionamento com o Prestes. O admirei, admiro muito... Tenho até cartões que ele me mandava no Natal. Uma vez ele veio aqui em Porto Alegre. Chegou às dez horas da manhã e ficou até as seis da tarde, num churrasco, com a minha família. Meus netos ficaram encantados com ele! Ele tinha uma expressão no olhar, de uma pessoa boa, bondosa... Tudo o que dizem do Prestes é mentira: que ele era isso ou aquilo... Era um grande homem! Um grande valor que a nação não soube aproveitar...

Posto em liberdade, procurei ver como poderia trabalhar. Mas era difícil porque, para um cassado, ninguém dava emprego. Era muito marcado por-

que fui cassado pela ditadura, demitido do Exército, e até tinha os direitos políticos cassados por dez anos... Recordo que a dificuldade era muita... Mas tinha um amigo meu, Wilson Echerberg que era da cooperativa de habitação naquela época, parece que era ligada ao BNH aqui do Rio Grande. E ele convidou-me, como tinha conhecimento, para vender apartamentos dessa cooperativa. E eu vendia bastante porque muita gente dizia:

– Vou comprar do Alvarez porque ele foi cassado e precisa.

Fui o maior vendedor de apartamentos! Vendia para gente de Santana, de Santa Maria... Mesmo em Porto Alegre, muitas pessoas que tinham filhos estudando aqui compravam esses apartamentos, que eram perto do campo do Grêmio: ali vendi uns bons; depois, vendi outros também. Então, esse meu amigo disse:

– Tu vais ser o gerente chefe do departamento de vendas. Tu vais coordenar as vendas aqui.

Mas alguém do Exército soube... Estava tirando mais do que coronel do Exército. Ganhava mais, porém estava numa situação difícil, porque passei muito tempo sem receber praticamente nada, a não ser o que meu irmão mandava, que dava só para o sustento da família. Sei que ele foi chamado no Terceiro Exército, e disseram-lhe que ou ele botava-me na rua ou então o governo não ia mandar mais nenhuma receita. Porque, afinal, era um órgão governamental... Sei que meu amigo disse:

– Não vou te espirrar daqui. Que se lixem, que me tirem.

– Não, Wilson, não é justo...

Então, saí... Ele não queria que eu saísse. Foi muito leal comigo. Foi muito amigo...

Então, o GBOEx., um órgão do Exército, inventou de vender seguro para civis. E o presidente do GBOEx. era o Coronel Telmo Chagas Teles, que foi meu professor de álgebra no Colégio Militar, e que gostava muito de mim, porque eu tirava oito, nove, dez... E comecei a trabalhar no GBOEx. Era o sujeito que mais vendia, porque todos procuravam-me. Diziam:

– O Alvarez está vendendo? Vou comprar dele.

Fiz grandes negócios e faturei muito. Num dos negócios que fechei, ganhei mais que dois generais juntos... Então, a inveja derrubou-me... Qual não foi minha surpresa quando o coronel me chamou e disse-me:

– Alvarez, olha aqui o que recebi do Ministro da Guerra, o General Arthur da Costa e Silva...

Uma carta dizendo que não podia admitir que um elemento altamente perigoso como eu, subversivo – certamente eu ia envenená-lo! –, trabalhasse para ele...!

– Não dá para pedir o direito de tu vender aqui... Mas faz o seguinte: tu bota um preposto para vender para ti, dá o nome de um outro...

Eu fiz uns tempos, mas depois achei que também não era justo. Claro que dizia: “Tu vais no fulano de tal”. Telefonava... “Vai lá e faz o negócio”. Mas achava que eu estava explorando alguém... Sempre fui contra a exploração do homem pelo homem. Pensei: “Também estou explorando o sujeito, porque fico em casa, telefono, ele vai lá e dou uma comissão para ele e fico com a outra parte...”. Então, saí... E, por um bom tempo, não consegui emprego. A perseguição era brutal...

Depois, consegui montar um escritório de representações e assim fui passando...

Mais tarde, veio a anistia: voltei como coronel da reserva do Exército e fiquei recebendo meu salário. Quando fui expulso, minha esposa ficou como “viúva”. Eles tiveram o desprante de fazer isso...! Na carteira dela do Ministério do Exército constava: “Inah Cardoso Alvarez, viúva do ex-coronel Pedro Alvarez”. É que o Exército considera um militar expulso como “morto contábil”. Eu nem sabia que era “morto contábil”! Também tem um detalhe... Mesmo “morto”, custaram a dar pensão a ela...!

A anistia também foi uma luta meio difícil... Nós conseguimos mobilizar o pessoal que tinha sido cassado. Então, foi criado um movimento de anistia no Brasil todo, e aqui em Porto Alegre também tinha. O primeiro presidente da Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Punidos pela Revolução fui eu. Depois, foi o Capitão Alfredo Ribeiro Daudt. Nós começamos a mobilizar o pessoal, a fazer contatos com deputados, com a imprensa, palestras, e foi saindo...

Uma das principais batalhas que travamos foi o esclarecimento da opinião pública sobre o chamado “crime das mãos amarradas”, o assassinato do Sargento Manoel Raymundo Soares. Em 1979, quando manifestamos nosso apoio à D. Elizabete, viúva do Sargento, declarei à imprensa:

– É preciso guardar este nome, o de um homem que dignificou as virtudes do povo brasileiro e ficará na história como símbolo da resistência de uma situação que nos humilha e envergonha. Que as gerações jovens pronunciem este nome

com respeito e vejam em Manoel Raymundo Soares o símbolo da luta contra a ditadura militar responsável pelo desaparecimento de mais de 200 brasileiros, muitos assassinados nos porões da ditadura.

Edmar Morel, “A via-crúcis da viúva do sargento que deu a vida pela liberdade”, *Tribuna da Imprensa* (RJ), 21-22 de julho de 1979.

O movimento foi crescendo, crescendo e, no final, conseguimos uma anistia que não foi a ideal, porque a que nos deram foi meio anã e capenga, como já disse... Não restabeleceram todos os nossos direitos. Nós, por exemplo, ficamos sem receber nada, e o pessoal civil recebeu aquela importância que não foi dada durante o período que eles estiveram afastados. O Exército não teve nada disso. Apenas puseram no posto que estavam, ou que deveria estar. Nesse ponto eles aceitaram: se era de uma turma que é coronel, voltava como coronel. Mas não pagaram nada, não houve ressarcimento nenhum...

E o principal é que não deixaram nenhum militar, nem os bem moços ainda – porque muita gente era tenente quando saiu e podia ainda prestar grandes serviços ao Exército –, não admitiram nenhum na ativa, de medo que contaminassem a tropa com o “vírus comunista”. Quer dizer que eles, ainda hoje, continuam assim. Ficaram com esse “vírus anticomunista” tão impregnado neles que apoiam esse neoliberalismo, que é uma saída das crises cíclicas do capitalismo. O neoliberalismo que está tomando conta de todas as riquezas de nosso país, das empresas como Petrobras, Eletrobrás, enfim, até a Vale do Rio Doce... O “vírus anticomunista” deles é tão grande que hoje estão concordando com isso. O Exército é surdo e mudo. Eles não ouvem nem falam nada! O país está sendo entregue e nós, o povo, estamos numa situação de dificuldade tremenda...

E, como disse no começo, no meu tempo – quando era mocinho, rapaz – havia miséria, mas uma pobreza com dignidade. Hoje não. São miseráveis: 60% da população entre famintos, sem direito a comer, na miséria. E o que faz o governo? Não tem dinheiro para dar à saúde, querem tirar através de um imposto, para acarretar mais encargos para o povo, mas tem dinheiro para dar aos bancos e para comprar votos para a reeleição de Fernando Henrique Cardoso! Então, é um governo que facilita os banqueiros, o capital financeiro internacional, que está mandando nesse país. É um governo de banqueiros! Isso tudo revolta a gente. É uma situação que não se pode concordar: eu não concordo.

O interessante é que, no Exército, leio, por exemplo, um jornal que é do pessoal de direita, o *Ombro a Ombro*, que defende o nacionalismo. Eles são contra a venda da Vale do Rio Doce, da Petrobras, mas no fundo ainda tem aquele ranço. A gente vê que ainda existe... Como o anticomunismo deles agora não pega muito, eles são contra o PT. Porque o PT é um partido novo que surgiu... E que está mostrando que veio prestar serviço ao país.

Nós temos, por exemplo, aqui em Porto Alegre, a prefeitura sob o comando do PT, que vai para a terceira gestão. E a administração somos nós que dirigimos, porque basta falar com qualquer gente do povo para ver que não é por acaso que, em Porto Alegre, a taxa de mortalidade infantil é a menor do Brasil. O analfabetismo aqui também é o menor do país. Mas por quê? É só ver o que eles fizeram: 88% têm água encanada; 87% já têm esgoto; transformam em vilas o que antes eram simples arruelas; em moradias decentes com água e esgoto; asfaltamento de ruas; e orçamento participativo.

O orçamento participativo, sabe como funciona? Se tem uma verba de duzentos mil reais, por exemplo, o povo se reúne no bairro e vê quais são as prioridades: um posto de saúde, uma escola, asfaltamento de rua... E ali as verbas são destinadas e controladas por uma comissão nomeada, com elementos da prefeitura e outros escolhidos por uma assembleia, que vão controlar desde a tomada de preços até a execução da obra. E controlam tudo! Então, as diferenças deles para esses corruptos ladrões que existem no país inteiro é que o PT não rouba, nem deixa roubar. Porque fazem o que tem que fazer para o povo. Esses mais reacionários são contra o PT por ser contra.

Não podem dizer mais que são contra o comunismo, porque o Ieltsin, hoje, é apoiado pelo que há de pior! A União Soviética está virada numa coisa! A economia lá está liquidada, não se encontram produtos. O Ieltsin é apoiado por uma máfia que se criou, daqueles burocratas que enriqueceram, que hoje são novos ricos, e andam de Mercedes-Benz, com seguranças de metralhadoras na mão, com mulheres bonitas e gastando fortunas... Esses são os que apoiam o Ieltsin. Um boneco nas mãos desses caras que liquidaram a União Soviética. Lá tem gente dormindo nas ruas, morrendo de fome, o que não existia na época do regime soviético. Pelo menos educação e saúde eles tinham... Agora não sei, está virado numa coisa... E atualmente o inimigo dos anticomunistas é o PT.

O Brasil é vítima de uma exploração, que é traduzível hoje numa distribuição de renda que está em último lugar, até abaixo de Botsuana, um estadozinho lá da África. Botsuana tem a distribuição de renda melhor do que o Brasil. No Brasil, uma minoria cada vez menor enriquece mais à custa da miséria cada vez maior das grandes massas brasileiras. É por isso que nós temos 60% de gente passando necessidade, dificuldades, e até morrendo de fome nesse país. E o governo, que se diz neoliberal, nada mais é do que o caminho que vai nos levar a sermos novamente colônia. Porque o neoliberalismo leva à colonização do país, com entrega das riquezas, de empresas como Petrobras, Eletrobrás etc. etc. Nós estamos diante de um quadro em que ou o povo compreende essa situação e se une para lutar contra isso, ou então nós vamos nos aprofundar na miséria cada vez mais crescente. Não é por acaso que falta dinheiro para a saúde, para a educação, e não falta dinheiro para grandes banqueiros, que, além de serem o que são, são também corruptos: desviam dos depositantes de sua carteira para fazerem negociatas e são cobertos com a verba do governo, que não tem dinheiro para atender aos anseios da população sem casa para morar, sem assistência médica, nem escola, e uma série de outras coisas, principalmente emprego.

Hoje, o desemprego no Brasil é uma coisa assustadora, e não é só aqui... O neoliberalismo é consequência disso. Há desemprego na Alemanha, na França, na Itália... O neoliberalismo foi a saída que o capitalismo resolveu para as suas crises cíclicas e que vai nos levar àquilo que nós éramos antes, simples colônia.

Durante o regime militar, o pessoal de esquerda não teve outro partido para ir, por isso cerraram fileiras em torno do MDB, que depois se transformou em PMDB. Quando acabou a ditadura, se organizaram os partidos e houve a primeira eleição. Aí, surgiu algo diferente, o Partido dos Trabalhadores, PT, que começou engatinhando... Eu, nas primeiras eleições, votei em candidatos do PMDB, mas hoje vejo como votei errado. Votei, por exemplo, no senador Fogaça, que era líder estudantil na época da ditadura, e hoje é senador: até me envergonho de dizer que dei o voto para ele... Percebi que era o novo que estava surgindo aí, porque é sempre a luta do novo – que tenta se revigorar para se impor – contra o velho – que tenta resistir para sobreviver. Então, na luta, há uma coisa nova: o PT. Essa estrela que surgiu é que vai criar as condições para que, em torno dela, se façam grandes movimentos e, aos poucos, nós irmos ocupando posições...

É essa estrela que está brilhando aqui e que vai abrir o caminho para que outras prefeituras e estados amanhã façam o que se faz em Porto Alegre: que se governe pelo interesse da maioria, em favor e em benefício do povo; sem roubar e sem deixar que roubem; aplicando a verba onde a prioridade é dada pelo povo...

Fui fazer campanha para o Olívio Dutra, em Santa Maria, para governador de Estado. Ele teve uma boa votação! Perdeu por pouco menos de duzentos mil votos... Eram todas as forças contra eles: o PT estava praticamente sozinho, somente com o apoio do Partido Socialista, do PCdoB, que são partidos com pouca influência, não têm uma substância muito grande. Agora, o PT é um partido organizado, como o Partido Comunista, que era o único partido organizado, segundo diziam, na própria ilegalidade. A organização do PT é uma coisa muito séria. Eles respeitam muito a opinião de cada um. É um partido democrático, porque eles discutem, eles têm até duas ou três tendências lá dentro... Discutem, botam em votação, a maioria ganhou, então apoiam: não tem problema. Aqui mesmo, para prefeito, tinha três candidatos disputando no PT. Foi escolhido um, mas agora os outros dois estão todos juntos. Isso é bonito de ver, uma democracia interna. Na discussão tem uns mais radicais, outros menos...

Estou no PT, sou militante, participo das reuniões. Há um tempo atrás, fiz um discurso que me obrigaram a fazer e senti que até gostaram de ver um velho como eu falar aquilo que falei. Foi sobre o passado, justamente o que a massa daqueles militantes não conhece. E não sabem por que estamos nessa situação. Acho que o PT é a esperança que surgiu para brilhar nos quatro quadrantes desse país.

Nós, que fomos atingidos pelo Ato Institucional – uns cassados, outros demitidos –, continuamos sempre em contato. Aqui em Porto Alegre, por exemplo, todas as quartas-feiras nos reunimos numa sala chamada Sala da Amizade, no GBOEx., onde todos os cassados vão trocar ideias. Alguns contam coisas que se passaram, outros os problemas do momento, eu, geralmente, vou influenciando muito na solução dos problemas nacionais sob o prisma que considero. Enfim, continua existindo aquela camaradagem que sempre existiu...

Quando vou ao Rio, não deixo de visitar o Coronel Kardec Lemme, o Capitão Hector Araújo – que, inclusive, é afilhado e tem o nome do meu

pai. Vou no Clube Militar e me encontro com outros colegas... O Kardec é uma pessoa que telefono constantemente, para me colocar a par da situação. Sem contar meu irmão, o Carlos Alvarez, que hoje é brigadeiro aposentado: também foi cassado em 1964 e passado para a reserva, pois era legalista e chefe do Estado-Maior do Brigadeiro Teixeira... Outra pessoa que telefono e, sempre que vou ao Rio visito, é o querido e estimado amigo, nosso líder, General Nelson Werneck Sodré, cuja inteligência é conhecida nos meios intelectuais.

Essa camaradagem, como disse, vem desde o Colégio Militar. A gente mantém essa união, esse espírito de solidariedade e, principalmente, porque nos identificamos ideologicamente, e tomamos posições em defesa da soberania nacional, da integridade territorial, dos interesses maiores da população brasileira. Isso, para mim, é muito agradável e, sempre que possível, estarei em contato com eles, e sei que eles também gostam e gostariam de continuar sempre em contato comigo...

Já que somos um dos países mais ricos do mundo, queremos que nosso povo seja feliz, que não passe miséria nem necessidades, e que tenha uma razão de se de viver com felicidade. Esse é um sonho que faço, e acho que valeu a pena tudo aquilo que aconteceu contra minha pessoa porque, no fundo, me sinto satisfeito por ver que ainda existem forças no Brasil, que estão se reaglutinando, tomando posições, fazendo a conscientização do povo, para que tenhamos uma nova visão desse país, que não pode continuar a ser explorado como até hoje vem sendo.

Hector Araújo

O Capitão Hector Araújo foi um colaborador bastante singular. Também gaúcho, natural de Santana do Livramento e afilhado de um próspero comerciante da região, coincidentemente, o pai do Coronel Pedro Alvarez.

Também indicado pelo Coronel Kardec Lemme, ao contrário de outros militares de esquerda e nacionalistas entrevistados, era de origem mais humilde e não frequentou o Colégio Militar desde a adolescência. Num depoimento de cerca de duas horas e meia de duração, pudemos registrar sua história de vida. Encontramo-nos com frequência nas reuniões da ADNAM (Associação Democrática e Nacionalista de Militares), onde apresentou outros colaboradores. Nossa convivência foi sempre respeitosa, mas certamente mais distante em comparação aos seus companheiros, talvez em razão de sua postura mais reservada.

A entrevista foi feita em sua casa no Rocha, periferia da cidade do Rio de Janeiro. Sua narrativa foi épica e concisa, sem documentos escritos complementares, todavia, nem por isso menos articulada ou desinteressante. Ao terminar de falar, mostrou seus documentos mais queridos: as fotos dos pais; da esposa e dele quando jovens; dos filhos e netos... Um desses retratos exibidos, pendurado em lugar de destaque na casa, e apontado como sendo o predileto de sua esposa, era de uma figura política bem conhecida: Leonel Brizola. Entretanto, nessa breve exposição, o Sr. Hector sempre mostrou mais afeição pelo retrato da dona da casa.

Ao contrário das histórias de vida que vimos até aqui, o ingresso desse colaborador nas Forças Armadas está ligado à falta de perspectivas daqueles de origem mais humilde, que viam na instituição militar uma possibilidade de estabilização profissional. Diferentemente dos oficiais de carreira, Héctor não cursou o Colégio e a Escola Militar. Sua formação, que o coloca como subalterno e não como chefe, é designada por ele significativamente como “curso de alfafa”. Ao afirmar “sou um executante” se coloca em posição bem peculiar em relação ao grupo.

Nesta narrativa, como na de Alvarez, já podemos discernir o discurso de uma outra geração sobre os episódios de 1935, ambos com ligações no meio militar. No caso de Héctor, é relevante observar que o seu recrutamento para o Levante havia sido efetivado por militares, seus vizinhos e amigos, quando ainda era apenas um adolescente! Certamente, esse seu primeiro posicionamento político e as ligações referenciais longínquas com Pedro Alvarez – militar nacionalista de esquerda de trajetória pública conhecida, como vimos – definiram suas atitudes futuras. Não podemos esquecer da namorada comunista no Rio de Janeiro. Enfim, todo um quadro político objetivo e subjetivo que é favorável a uma tomada de consciência mais progressista.

A história de Héctor Araújo nos dá uma mostra de como os militares nacionalistas de esquerda das mais baixas patentes participaram dos confrontos com a direita militar no interior da corporação, desde o final dos anos de 1940, passando pelas décadas de 1950 e 1960.

É importante destacar, nesse aspecto, a utilização desses militares pelos das patentes mais altas como massa de manobra em ocasiões como a deposição de Getúlio, em 1945, quando pensando que vão defendê-lo, acabam por depô-lo. Aqui a visão do ditador, tão marcada pelas outras histórias que já lemos, é quase que contestada pela simpatia getulista da próxima geração e da gente humilde que compunha sua baixa oficialidade, que não pretendia destituí-lo de forma alguma.

Ainda nos anos de 1940, o relato da participação no esforço de guerra no território brasileiro nos fala de aspectos inusitados da vivência cotidiana desse conflito em nosso próprio país. O ambiente de tensão causado pela possibilidade de um ataque alemão em Recife é trazido à tona não como algo decididamente improvável, mas sim como ação esperada. As referências ao passado, evocando o espírito guerrilheiro da Batalha de Guararapes como inspiração para uma tentativa de resistência, revelam como a possibilidade era real para aqueles que ali estavam. Mais tarde, em outra circunstância, nosso colaborador refere-se também a Caxias, sempre trazendo para o presente os ensinamentos de uma história militar de viés democrático e épico, apesar dos personagens muitas vezes estarem distantes ao menos da primeira característica em termos históricos mais concretos.

O narrar da presença na Campanha *O Petróleo é Nosso*, dos episódios vividos em torno do suicídio de Getúlio e, sobretudo, das atividades em apoio ao Mal. Lott, com quem Héctor chegou a servir no momento mais crítico

do golpe para posse do presidente Juscelino e da campanha presidencial da qual foi candidato, situou nosso colaborador, definitivamente, no campo da esquerda militar nacionalista. Tanto que sua transferência para lugares insignificantes em postos de menor importância ainda – estratégia recorrente da direita militar como punição ao grupo de esquerda, como veremos – foi feita imediatamente ao final da perda da eleição presidencial pelo Mal. Lott.

A participação nas associações de sargentos no período de maior eferescência política e de acusações de rompimento da hierarquia e da disciplina militar parecem transcorrer de forma bem tranquila, nada “subversiva” nas palavras de Héctor. A exceção está nas opiniões sobre o famoso cabo Anselmo, reconhecido como infiltrado.

A defesa da legalidade e, posteriormente, a aceitação passiva da ideia de não derramamento de sangue advogada por Jango nos falam mais de resignação do que de rebelião. Embora, a resistência ao golpe também fosse contemplada como possibilidade histórica perdida.

Como veremos em outras histórias, a hierarquia e a disciplina, respeitadas pelos militares, deixaram nacionalistas de esquerda, como Héctor Araújo, sem grandes poderes de decisão e de mudança. Governantes e comandantes militares de direita tratavam militares nacionalistas de esquerda das baixas patentes tal qual peões do xadrez, em um jogo político e estratégico dentro e fora da instituição militar.

Apesar disso, o enfrentamento dos próprios “colegas” nos inquiridos promovidos pela ditadura, o apoio de alguns dos militares amigos para protegê-los de maiores violências e a negativa de trabalho para os cassados são outros pontos que frequentarão as próximas histórias de vida, mas que nunca perdem a dimensão palpável e cruel quando contadas a partir da experiência pessoal. Foi o que esse colaborador nos ensinou.

Hector Araújo faleceu em 20 de abril de 2010, no Rio de Janeiro.



Eu fui vencido, mas não convencido.

Nasci no dia 14 de fevereiro de 1920. Na época, meu pai estava no Uruguai, perto da fronteira com o Brasil. Minha família é de origem portuguesa,

pelo lado paterno, desde as bisavós, e, pelo lado materno, portuguesa e basco-francesa. Meu bisavô materno era basco-francês e morava no Uruguai. Já a esposa dele – não tenho bem certeza –, segundo Juliana Bentaverni, minha avó materna, me contava quando eu era criança, ela era filha de escravos. Pelo jeito dela, era uma mameluca, porque tinha o cabelo bem preto, comprido, e pele escura, filha de preto com índio. Mas minha avó não dizia isso, porque era racista... Todas aquelas pessoas ali das fronteiras do Uruguai e do Rio Grande são racistas!

Eu morava perto de uma aldeia de índios e brincava muito com eles, que tinham muito piolho... Então, pegava piolho que dava gosto! Ali tinha índio e preto tudo misturado... E minha avó dizia, naquele “portunhol”:

– *Mi hijo!* Bom menino branco não se junta com negros nem com índios! Não pode te juntar com eles...!

Minha mãe dizia que eu respondia:

– Mas vó! Preto não pega! A cor não pega: eu continuo branco...

Engraçado! Não estou bem lembrado, mas teria dito isso a ela...

Minha infância transcorreu assim, lá no Uruguai, até uma certa idade, na cidade de Campanha, um lugar chamado Lugarejo. Era no distrito de Tranqueras, no departamento de Rivera, que é ali perto de Santana do Livramento, no Brasil. Sei que nasci mesmo no Uruguai, mas depois meu pai me registrou e os outros irmãos nascidos lá todos aqui no Brasil.

Já com seis ou sete anos, meu pai, que era imigrado, dizia:

– Nós vamos voltar para o Brasil.

– Mas fica muito longe?

– Ah! Fica muito longe... Um dia inteiro a cavalo!

Naquele tempo, há 70 anos, só se calculavam as distâncias a cavalo. Na década de 20, meu pai falava:

– O Brasil fica para lá e nós vamos voltar, porque é a nossa terra...

Isso foi depois que melhoraram as coisas, que os maragatos e os chimangos fizeram as pazes.

Havia esses grupos políticos no Rio Grande e eles se digladiaram nas Revolução de 23, 24, 25 e 26, e lá quem era chimango... Deus me livre! Eles estavam no poder e os maragatos tinham que fugir, senão arriscavam ser degolados! Na minha família alguns eram chimangos e outros eram maragatos como eu, por exemplo... Eles eram revolucionários e usavam lenços vermelhos e os chimangos eram modernistas e usavam lenços brancos.

Lá no Uruguai, entrei em uma escola rural e aprendi a ler e escrever espanhol. Depois viemos, eu já estava com 8, 9 anos... Nós mudamos para Santana do Livramento, e, como era fronteira com o Uruguai, continuei na mesma escola, porque no Brasil as condições eram precárias. Já no Uruguai, tinha até Liceu, que era o curso secundário! Nele se fazia o curso do 1º ao 5º ano, naquele tempo: não sei agora como é que está. Fazia seis anos no primário e, se passasse, entrava direto no Liceu. Lá era o seguinte: o 1º e o 2º ano era uma coisa só, e do 3º em diante a pessoa se encaminhava para a profissão que fosse seguir. Não tinha vestibular, nada disso. Fazia-se o Liceu e, terminado aquilo, passava para a Faculdade sem vestibular. Não precisa de prova! Lá era assim. O ensino era muito evoluído!

Rivera, que é uma cidade muito menor que Santana, tinha várias escolas. Em Santana tinha duas: o General Neto e o Rivadávia Correa! Só duas escolinhas...! Por isso, fiquei morando em Santana e estudando no Uruguai. Tinha muita gente que fazia assim... Naquele tempo e acho que até hoje, o ensino é muito melhor. Não sei com certeza, pois não estou acompanhando...

Eu entrei no primeiro ano do Liceu, mas não continuei porque fui trabalhar com meu pai, pois ele tinha lavoura de milho, feijão, batata, batata-doce, batata-inglesa, tudo o que era para alimentação... Tinha algumas vacas e cavalos... Então, meu pai trabalhava, plantava e vendia algum animal de vez em quando. Era assim que nós vivíamos.

Mais tarde, fui para a casa de um tio meu, que tinha comércio, e fiquei trabalhando como caixeiro, no balcão. Trabalhei com ele até uns 15 anos, em Santana.

Depois, eu saí de casa. Meu tio mudou-se e aí fomos para uns galpões na Coxilha Negra, onde meu pai montou um armazém com ele, com açougue. Em Campanha, naquele tempo, não tinha açougue: carneava-se o boi em casa, e do jeito que se matava vendia a carne para os vizinhos. Então, ali aprendi aquelas lides campeiras: ia buscar boi e ovelha aqui e ali, carneava, fazia charque, fazia tudo!

Trabalhei com eles dos 14 até os 17 anos e fiquei muito bom nas lides campeiras! Era um exímio cavaleiro... Até amansava e montava em cavalo chucro! Usava esporas grandes... Era “metido” pra caramba: era baixinho, mas muito forte, como sou ainda hoje... Era ginete, como se dizia: um bom cavaleiro, que monta bem e firme.

Eu já conhecia o Pedro Alvarez da cidade de Santana, do colégio dos padres. Era de família rica e nobre. O pai dele era o Sr. Hector Alvarez, e meu pai botou meu nome em homenagem a ele porque gostava muito dele. Ele era espanhol... Tenho um livro dele, de poesias. Mas eu, por exemplo, não tinha curso ginásial e nenhum outro no Brasil: só fui estudar depois. Não pude entrar no colégio de padres, onde o Pedro estudava, porque lá só havia pessoal da classe alta. Não tinha curso noturno e o ginásial, naquele tempo, era de cinco anos. Então não entrei, pois meu pai não tinha condições.

Na época da minha adolescência, ter sido um ótimo cavaleiro me marcou muito! Eu era garoto e nós íamos naqueles bailes, em Campanha... Os bailes eram feitos nas casas de família. Tinha três ou quatro moças e a gente inventava um baile, pois era um meio das moças conhecerem e terem contato com os rapazes, porque elas eram muito reprimidas!

Para falar com uma moça era um custo! Uma dificuldade tremenda! Tinha que pedir licença para a mãe e para o pai... Era difícil à beça! O pai ainda ia fazer levantamento da vida do rapaz para ver quem era e saber se ele podia namorar com a filha dele. Então, eles inventavam aqueles bailes e organizavam uma música, com um violão, um acordeão, que naquele tempo se tocava muito. Tinha aqueles acordeonistas que iam tocar nos bailes, em que se convidavam as moças e os rapazes das redondezas... Mas tudo era muito rigoroso. Nos bailes, tinha que dançar: não podia haver aglomeração. Juntavam-se muitos pares, marcavam com uma flor no peito de cores diferentes, e diziam:

– Agora, dança o pessoal com a flor vermelha!

Esses dançavam e os outros ficavam encostados, para não ficar apertado! E tinha que dançar longe! A moça não podia ficar junto, tinha que ter aquela distância, ter um clarão! Nada de ficar juntinho...! Porque no meio do salão havia uns velhos, os donos da casa, cujas filhas estavam dançando, e estavam olhando, e, se o rapaz arriscasse a dar um aperto, eles chamavam a atenção:

– Olha, vocês estão dançando junto, colado... – Não lembro a linguagem que se empregava. – Na próxima você vai para a rua, para fora da sala, e não dança mais.

O negócio era rigoroso! A única coisa que havia era o par constante: um rapaz estava dançando com uma moça que, às vezes, incitava um namoro – ou gostava mais de ficar em conversa, alguma coisa assim –, e, quando terminava a música, eles “amuravam”, que significava ficar encostado na parede, conversando. Depois, ela só dançava com esse rapaz. As moças que estavam no salão tinham que dançar com todos que a tirassem. Elas eram obrigadas, a não ser que tivessem um par constante, como era o caso das que vinham com um noivo e das que tinham um namorado. Aquelas que não tinham dançavam com todo mundo, e as que ficavam com um par constante podiam encostar na parede e ficar conversando: aí não tinha problema. Mas era no meio do salão: ir para fora, no escurinho, nem pensar! Deus me livre...! Não podia nem pensar nessas coisas...

A gente às vezes ia em uns bailes nuns lugares distantes... Naquela época já estava mais velho, com uns 16 ou 17 anos, e saía para todos os bailes! Ia com os amigos, de terno, e nós entrávamos por aqueles banhados... E, para não amassar as roupas e sujar os sapatos, tirávamos tudo! Íamos sem calças, para não molhar... Quando chegava perto da casa do baile, colocávamos as calças, os sapatos e entrávamos... Era assim, naquele tempo... Bailes aqui e ali...

Também havia uns clubes, mas era caro e era para gente já de idade. Havia, entretanto, muitos bailes familiares, porque as próprias moças se encarregavam. Nas famílias grandes, com quatro ou cinco moças, imediatamente elas arrumavam um baile e os pais deixavam. Mas era tudo muito reprimido...

Na cidade, para conversar com uma moça tinha que recorrer à chamada “conversa de gargarejo”. Era assim: ela ficava em um balcão, uma janela meio alta, na casa dela e nós passávamos e ficávamos olhando para cima, conversando ali, porque ela não saía! Só depois de muito tempo é que ela vinha na porta... Assim mesmo, com o irmão dela ao lado, olhando. Assim foi minha infância e adolescência...

Ah! Também tem uma passagem sobre 1935: nessa época, quando houve o levante da Aliança, a Revolução Comunista, eu já era um bom cavaleiro, atirava de mosquetão – meu pai tinha um, pois em Campanha quase todo mundo tem –, enfim, já sabia montar e atirar. E o negócio estava em ebulição, a Aliança Nacional Libertadora: porque lá nós não

falávamos em Revolução Comunista, mas sim na Aliança Nacional Libertadora...! Meu vizinho era um cabo do 7º de Cavalaria, cujo nome era João Pedro, que andava sempre com um outro, chamado Pedro Leão, que era paraibano. Acho que este último era o mentor político do movimento por lá, porque depois de alguns anos, quando fui entender de política, cheguei à conclusão de que ele era elemento do Partido Comunista, e era uma espécie de comissário político ali naquela guarnição. Havia três regimentos: um núcleo de artilharia, o de cavalaria – que era o nosso – e mais um da brigada... Era muita gente!

Naquela época eu ainda estava em casa, e o João Pedro, que era filho de um lavrador como eu, ia para os bailes comigo... Eu tinha 15 anos, mas já era rapaz, metido a homem. Então, ele disse o seguinte:

– Vou te contar, mas você não pode contar para ninguém... Vai haver um movimento... Estão organizando um movimento revolucionário, e vamos tomar as guarnições daqui. Têm uns comandos que já estão se preparando, e nós vamos recrutar gente “paisana”... Vou te recrutar, mas não fala nada para o seu pai, porque ele não vai deixar! Você vai ter que fugir para te incorporar nas tropas que vão sair...

– Então está bem!

Aí ele me contou como iria ser... Entretanto, o movimento abortou quase em todo lugar, a não ser no Rio de Janeiro, onde houve grandes combates na Escola de Aviação, o 3º RI... No 3º RI morreu muita gente! De lá saiu o Capitão Agildo Barata, que era comunista. Teve reações e grandes combates no Rio de Janeiro, em Natal e em Pernambuco. Grandes combates! Em Natal eles chegaram a tomar a cidade... Mas lá no sul abortou antes do negócio sair e prenderam os líderes...

O Pedro Alvarez também sabe desse movimento em Santana, em que prenderam dois oficiais: o Cídio do Porto Dias, que era tenente, e o Nemo Canabarro, que já morreu e foi casado com a irmã do Alvarez. Esses dois tenentes, que eram comunistas, comandaram a revolta em Santana. Não sei se eles eram comunistas... Com certeza eram da Aliança porque, naquela época, nós não falávamos em comunistas.

Bom, sei que abortou o movimento e tem essa passagem na minha vida que ninguém sabe, pois nunca falei: se o movimento tivesse acontecido, já estava recrutado! Só não parti para a frente porque abortou! Era civil e ga-

roto... O Cabo João Pedro esteve dois anos preso aqui na fortaleza! Ele, que tinha me recrutado... Depois desse período, foi expulso do Exército e voltou para Santana. Vejam que eu já estive envolvido nesses problemas políticos desde 1935. Eu fui para o movimento porque o João Pedro me disse que as coisas estavam todas erradas:

– Você vê que nossos pais trabalham feito uns condenados e não têm nada, são explorados! Os lavradores são todos explorados!

Era assim que ele conversava comigo... E nós tínhamos que fazer uma revolução para mudar isso...!

Quando o João Pedro saiu da prisão, eu já estava no Exército, e perdi o contato com ele, porque ele voltou para Campanha, se afastou de tudo e nunca mais o encontrei... Pedro Leão, o cabo paraibano, também nunca mais encontrei... Depois, rememorei o que ele falava... Ele era bem falante! Era muito conceituado. Tinha um linguajar muito bacana, e certamente era o mentor político. Cheguei a essa conclusão também porque falei com um cunhado meu – que é mais velho e que já estava no Exército como cabo – e ele contou-me muitas outras coisas que aconteceram, porque estava a par daquilo, pois o botaram no serviço de informações.

Depois, fui para o Exército, no ano de 1937, com 17 anos. Resolvi ir porque lá na lavoura não tinha nenhuma perspectiva. Como eu queria ir para uma cidade grande, estudar no Brasil, então entrei no Exército porque dali poderia ir para Porto Alegre, Rio de Janeiro... Para ingressar, tinha o voluntariado: dos 17 aos 20 anos, a pessoa se apresentava, e depois tinha o sorteio, que era aos 21 anos. Apresentei-me como voluntário e fui incorporado no 7º Regimento de Cavalaria Independente, cognominado “O Sentinela Avançado dos Pampas”, em Santana do Livramento, e ali fiquei.

Eu não tinha ninguém ali. Éramos nove irmãos, sou o mais velho. Mais tarde, dois entraram na vida militar, e são sargentos, já da reserva. Mas quando fui estava só. Conteí para meu pai o que queria fazer, que era estudar, e ele achou que realmente eu tinha que ir. Lá, dei-me muito bem: primeiro, porque já era um cavaleiro de escol, um ótimo cavaleiro, entrei sabendo montar muito bem! Só não montava daquela maneira dos “milicos”, tudo direitinho... Montava gauchesco, então os oficiais, os comandantes, diziam:

– Não monta “gauchado”. Você tem que montar direitinho.

Mas eu era bom! Não caía de cavalo nenhum: qualquer um que me dessem, montava. Então, ali fiquei e, com seis meses, fiz um curso de cabo.

No dia a dia, fazia todo o serviço: tirava cavalaria, que consistia em três soldados para cuidar de setenta ou oitenta cavalos que estavam dentro das baias. Aqueles soldados, os três cavaleiros, entravam às onze horas de um dia e saíam no dia seguinte, no mesmo horário. A gente tinha que limpar as baias; tirar todo o estrume e levar para um local onde havia o plantio; cortar verde para os cavalos de manhã cedo – imaginem fazer isso no inverno, na geadinha...! Então, tirei muita cavalaria e guarda também, como sentinela.

Tinha uma guarda no portão dos fundos, que se chamava Portão 9, e eu gostava de entrar ali. Ficava no pior quarto, que era o que ia das duas às cinco horas da manhã, só porque chegava a carroça do pão e eu pegava, no mínimo, dois pães grandes com o padeiro... Tinha uma fome! Com 17, 18 anos, comia pra caramba! Comia demais... Então, gostava de tirar aquele quarto, nem que me mandassem para um melhor! Eu dizia:

– Não, me dá o terceiro quarto.

Pedia para o cabo, que era comandante da guarda.

– Está bom, você fica com ele.

Só para ficar ali e apanhar o pão, quando chegava de madrugada... Assim, tirei muita guarda no inverno, e sei que, muitos meses depois, estava no pelotão como candidato a cabo. Apesar de meio “castilhonado” – misturava muito o espanhol e o português, o que era comum ali –, sabia fazer as quatro operações e as frações ordinárias e decimais. Por isso passei bem naquele concurso e sei que entrei para o pelotão de candidato a cabo. Quando foi no mês de janeiro do ano seguinte, fui promovido a cabo.

Aí já melhorou bastante minha situação: fui morar em uma pensão, porque antes morava e comia no quartel. Nessa pensão tinha cama, mesa e roupa lavada, como se dizia naquele tempo. Era segundo-cabo, pois naquela época havia primeiro e segundo-cabo, o primeiro tinha duas divisas compridas e o outro tinha duas divisas azuis e uma branca no meio. Sei que logo em seguida tirei outro curso e fui promovido a primeiro-cabo. Já dava patrulha a cavalo, na época em que foi decretado o Estado Novo... Na mesma época em que o Flores da Cunha foi exilado no Uruguai e na Itália...

Houve muita coisa: tinham medo de uma invasão ou de um levante lá pela Campanha, onde o Flores tinha muito prestígio, então dávamos aquelas patrulhas, com dez homens. Havia dois quartos, à noite: de seis à

meia-noite e de meia-noite às seis horas da manhã, a cavalo, com aquele mosquetão na mão. Ficava duro de frio no cavalo! Endureciam as mãos! A gente andava longos trechos a pé, com o cavalo pela rédea, para não ficar duro de frio, patrulhando aqueles lugares... Naquele tempo eu não pensava em política.

Minha carreira foi rápida. Depois de um ano, fiz o curso de sargento. No dia 17 de outubro de 1939 fui promovido a terceiro-sargento. Dois anos mais tarde, vim para o Rio de Janeiro. A guerra na Europa já era direta, e estavam mecanizando o Exército. Então, criaram o curso de Motomecanização, que existe até hoje e é uma das maiores escolas do Exército. Ela teve vários nomes: Centro de Mecanização e Motorização – que foi para onde vim; Escola de Motomecanização e atualmente Escola de Material Bélico. Ela é um espetáculo! Uma escola muito boa, em que vem gente de todos os países da América Latina e do Caribe: da América Central e do Sul, de países como Uruguai, Venezuela, Bolívia, Colômbia...

Eu estudei nessa escola por um ano e aprendi muito! Depois fui fazer o “Artigo 100”, que era o curso ginásial em dois anos. Tinha um bom conhecimento, uma boa base da escola uruguaia... Fiz várias matérias, mas fiquei pendente em algumas, por exemplo, latim – que tinha naquele tempo –, francês e inglês – em que era ruim... No resto, passei. Matemática eu sabia mais ou menos: na escola nós aprendemos até equação do segundo grau com duas incógnitas.

O pessoal tinha pouca instrução, então o coronel designou um professor para estudarmos português e matemática. Por isso aprendi muito! Tinha uns livrinhos do Thiré – marido da atriz Tônia Carrero, já falecido, que era professor de matemática –, com exercícios e tudo... E nós tivemos um professor, o Capitão Felix de Araújo, que também era matemático. Ele passava quarenta, até cinquenta exercícios, e nós estudávamos! Matemática, geometria... Como aprendi! Só vendo! Tanto é que passei no “Artigo 100” e fiquei pendente apenas naquelas matérias... E fui embora.

Na escola, no período da guerra, nós éramos do lado dos aliados, claro! Mas tinha muitos germanófilos também, que eram do lado alemão. Pelo menos falavam, mas não perseguiam... Nós, os aliados, éramos contra o nazifascismo, entretanto havia muitos oficiais que realmente eram germanófilos! Falávamos a respeito disso nos próprios alojamentos. Tinha alguns

sargentos mais instruídos – éramos em 67 – que debatiam sobre o assunto, conversavam. Os pró-alemães diziam:

– O inglês é safado! É ladrão!

E tinha os que eram contra o nazifascismo, então havia debates. Mas era entre um pequeno número, porque a maioria não sabia nada! Era muito atrasada... Eu também estava no meio dessa maioria: não sabia coisa nenhuma...! Fui aprender depois...

Na época da escola, eu tinha uma namorada que era comunista. Ela estava a serviço do partido. Eu a conheci porque ela veio falar comigo... Ah! Era um namorado! Sempre andava correndo de um lado para o outro, com vinte e poucos anos, sargento bem fardado... Então, era cheio de namoradinhas. E encontrei essa garota e fiquei conversando com ela muito tempo. Não lembro o nome dela, mas sei que ela era daquelas que doutrinavam: ela falava sobre as vantagens da exploração da classe operária e de outras coisas e eu ouvia tudo, porque achava que ela tinha razão. Não sei se ela tinha alguma profissão... Ela era mais nova do que eu, com menos de 21 anos. Sei que ela era ferrenha!

Depois, quando comecei a entender de política, fiz um retrospecto de como ela era e vi que era radical! Muito boazinha, muito bacana... Não só como política, mas como mulher... Ela era uma grande mulher! Sempre encontrava com ela na estação de Marechal Hermes, no subúrbio. Passeava, ia ao cinema... E ela só “batendo”. Não falava apenas de política, mas também de outras coisas, porque ela sabia que eu estava mais interessado nela como namorada... Ela me dava muita atenção... Depois, sumiu! Não sei se ela foi presa, o que é que houve, porque desapareceu! Nunca mais ouvi falar... Sei que ela era daquelas comunistas ferrenhas!

Terminei o curso, que levou um ano, e estava preparado para voltar para Santana do Livramento. Mas aí organizaram uma unidade de cavalaria motomecanizada, o 7º Regimento de Cavalaria Visionário – Ala Motomecanizada, com sede provisória em Recife. Então, fui para lá. Saí daqui no carnaval de 42: nós embarcamos no Almirante Alexandrino, com destino a Recife. Fiz tudo o que podia, torci para voltar para o Sul, porque estranhei muito! Perdi uns dez quilos de peso, pois não aguentava o calor, a comida... Nunca tinha saído de Santana, a não ser para o Rio! Estranhei demais... Não consegui porque ninguém voltava: todos nós, que terminamos o curso como

especialistas, fomos para essa unidade. Assim, fui também para Pernambuco naquele começo de 42 e fiquei por dois anos...

Lá era muito agitado! Vivíamos em prontidão rigorosa. Sempre em prontidão aqui e ali, porque o alemão já estava agindo, e logo em seguida nós entramos na guerra. O alemão sempre ameaçando! Recebíamos mensagens dos potentes rádios deles, que interferiam nas nossas transmissões, dizendo que não demoravam muito, iriam desembarcar no Brasil e que ninguém iria deter o avanço da *Wehrmacht*, o Exército alemão, e que nós, assim que eles botassem os pés aqui, deveríamos nos render porque não tínhamos condições de enfrentá-los com os armamentos que possuíamos. De jeito nenhum! Então, deveríamos depor as armas para sermos respeitados. Continuaríamos com nosso Exército e não haveria nada conosco. Eles se dirigiam para toda a tropa de treinamento e os sargentos:

– Rendam-se! Vocês vão perder a vida à toa! Não vão resistir ao avanço alemão com suas poderosas forças blindadas, que vão desembarcar nas praias de Recife!

E nós ali, preparados para enfrentar... O comandante que tínhamos era daqueles violentos! Ele dizia assim:

– Nós não nos renderemos! Morreremos todos!

Inclusive, nos lugares em que estávamos na frente de defesa, éramos em quinhentos homens na unidade e possuíamos uma faixa nossa. Nessa faixa, tínhamos um carro, que hoje é um monumento e fica em frente à Escola de Materiais Bélicos, em Deodoro. Uns carrinhos pequenininhos italianos chamados Fiat Ansaldo, que foram da guerra da Abissínia. Ele é baixinho e tem numa torrezinha duas metralhadoras conjugadas. Nós tínhamos uns sessenta carros daqueles. E, na frente, nos ensinavam a preparar trincheiras em que os carros desciam e ficavam só as torres com as armas do lado de fora. Na trincheira havia a munição, dois homens – o motorista e o atirador – e a ordem era a seguinte: morrer ali! O comandante dizia:

– Daqui ninguém sai! Se eles desembarcarem é para morrer aqui!

Era isso o que eles falavam... Mas depois nós fizemos reuniões secretas de sargentos em que decidimos:

– Não! Não vamos morrer à toa! Vamos recuar para a caatinga. Combateremos o quanto pudermos, mas depois recuaremos. Vamos nos organizar como no caso dos holandeses...

Hoje o termo seria guerrilha. Em Recife ninguém fala que o Exército português combateu os holandeses, mas sim o Exército pernambucano, os patriotas pernambucanos, como eles chamam lá... É engraçado, pois na história está: Exército pernambucano!

– Então, recuaremos e vamos combater na caatinga. Veremos se esses gringos vão entrar lá! Vamos ver! Não vamos morrer aqui à toa! Não! Todo mundo morrer aqui? Não! Porque eles vêm e passam por cima da gente, com aqueles potentes carros de combate...

Diziam que os carros alemães eram uma coisa de louco! Então, a gente tinha essa ideia, se eles desembarcassem... Eles diziam:

– Vão desembarcar hoje!

– Vão desembarcar amanhã!

Vivíamos naquela tensão! Esperando que, de uma hora para outra, acontecesse... Mas as coisas se passaram de outra maneira... No entanto, nós, os sargentos, tínhamos essa aflição! E havia oficiais que sabiam... Muitos oficiais sabiam que estávamos pensando assim. Consideravam o comandante um louco! Aquele cara era maluco! Dizer que morria todo mundo...

– Morrer o quê?! Nós não estamos dispostos a morrer assim... Morrer brigando! Não assim, numa luta de desigualdade tremenda! Não!

Decidimos recuar porque já estávamos sabendo de tudo, da história das guerras holandesas! Estávamos no chão, no lugar onde houve as grandes batalhas do Rio Guararapes contra a dominação holandesa! Estávamos ali mesmo e pensando naquilo...

Bom, ficamos lá e mais tarde viemos embora, no final de 44, dois anos depois... Viemos para formar a Força Expedicionária. Chegamos em novembro e em maio de 45 acabou a guerra... Uma bomba atômica no Japão... Os brasileiros haviam declarado guerra a esse país. Praticamente já havia acabado a campanha da Itália e nós não chegamos a ser mandados para lá. Então, iríamos para outra frente, o Japão. Isso era o que falavam! Mas, com esse negócio da bomba atômica, ficamos...

Nesse tempo, em 1945, eu era mais politizado, já sabia muita coisa... Participava dos clubes militares, onde se discutia política. Quando terminou a guerra, o Vargas caiu em seguida, no mesmo ano, em 29 de outubro. Com a guerra a favor dos aliados, ele ficou numa situação muito difícil... Mas, como

ainda não entendia de política, para mim o Getúlio era um bom governante. Só se falava nele, que tinha feito as leis trabalhistas... Eu não entendia daquelas coisas e achava que ele era bom. Tanto é que na deposição dele tem um episódio...

Participei da deposição do Getúlio, quando ele ainda era ditador. Servia no Quartel 15 de Cavalaria Mecanizada, aqui no campinho, e ali já estavam tramando a queda dele, logo depois da guerra. Lá, fazíamos exercícios de alarme e outros... E o comandante dizia que estava havendo um movimento subversivo para depor o governo, nas reuniões que faziam... Quando foi numa tarde, dia 29 de outubro, tocou o alarme. Nós nos preparamos, porque já estávamos todos a postos, com os carros de combate. Em pouco tempo, meia hora depois, estava tudo preparado para sairmos em missão. Então, o comandante reuniu a tropa e falou:

– Conforme esperávamos, estourou um movimento revolucionário para depor o governo. Então, nós vamos seguir agora para o Derby Club – onde hoje é o Maracanã – receber missão do general Brillhante.

Manuel Azambuja Brillhante, que era o comandante da divisão militar, naquele tempo, a divisão motomecanizada. E eu tinha uma missão. Era primeiro-sargento antigo e possuía um caminhão, comandando 28 homens. Minha missão era ocupar uma usina de força em Cascadura, para não deixá-la parar, fazê-la continuar funcionando e protegê-la de um possível ataque de fora. Quando saíram as unidades e os esquadrões, o comandante me chamou e disse:

– Você já sabe o que tem que fazer. Vá para lá, entre em contato com o gerente da usina e faça sua tarefa: proteja a usina e não deixe que haja sabotagem.

Tudo isso também em relação aos bondes, pois ali era uma estação. Então, saíram todas as unidades e eu fui. Cheguei lá, ocupei os postos – sabia mais ou menos onde deveria ocupar num possível ataque de fora –, preparei tudo direitinho e depois fiquei ali no portão da Av. Ernani Cardoso. Os bondes passando, gente vindo... Já era umas sete da noite. Dali a pouco chegou da cidade um major, depois general, que já faleceu – era meu amigo, gaúcho de Bagé –, o Major Carlos Vilamir Teles Ferreira, que era fiscal administrativo da unidade. Chegou e disse:

– Olha, teu “chefe” caiu de maduro!

Ele bebia e já tinha tomado umas e outras... Era inimigo do Getulio e, de galhofa, chamava o Getulio de “chefe” de todos aqueles sargentos gaúchos. Eu disse:

– Mas como? Nós não fomos lá para dar proteção para o governo? A unidade não saiu para isso?

– Não! Nós fomos depô-lo...!

– Mas aqui ninguém sabia! O comandante não falou com ninguém! Os oficiais... ninguém sabe!

– Não. Só eu, o subcomandante e o Átila.

O Átila era um tenente e hoje é general. Anos mais tarde, perguntei a ele, que disse que não sabia também... Naquele momento, fiquei perplexo:

– Nós fomos depor?!

– Fomos depor. O Palácio já está cercado, com ordens para ele cair fora! Vai assumir não sei quem e eu vou lá para a unidade.

Lá, havia ficado mais ou menos uns cem homens: o pessoal de rancho, de serviço, sob as ordens de um capitão e também de um major, o subcomandante. Mas o Arruda, que era o comandante, não confiava em nenhum deles, e disse:

– Vilamir, você volta para o quartel e assume o comando. O Fleury e o Denisar não são de confiança.

E ele me contou que ia assumir o comando. Dali a pouco chegou o Capitão Fleury Dinis – hoje general reformado –, que serviu comigo no 7º Regimento como aspirante, quando assentei praça. Ele disse:

– Foi uma traição do Regimento! Foram depor o Presidente da República! Afinal, o Regimento saiu para isso...

– Mas ninguém falou nada...

– Pois é! Agora vim falar contigo porque já soube que a tropa da Vila Militar está rebelada, sob o comando do General Paquet. Quero prender o Vilamir, o Denisar e mais um tal de Tenente Chaves, e depois vamos sair com nossa tropa e nos incorporar à tropa da Vila Militar. Você topa?

– Eu vou.

– Está comigo?

– Sim, também sou contra a deposição do Getulio. Vou...

Nisso, chega, vindo da cidade, um capitão também gaúcho, já falecido, José de Mesquita Caldas Xexéu. Ele estava pela cidade vendo tudo, e disse ao Fleury:

– Não vá! O Juarez Távora já prendeu o Paquet. Ele está preso! Não tem mais nada na Vila... Você vai levar essa tropa para onde? Já prenderam todos e o Getulio está se preparando para ir viajar para São Borja... Não faça uma coisa dessas! Estou bem informado de tudo, vim de lá agora!

– Está bem.

O Fleury aceitou, pois era amigo do Mesquita, e ouviu quando ele disse que o Renato Paquet tinha sido deposto do comando da Vila Militar. E não reagiu em nada!

Fiquei lá e, no dia seguinte, a unidade voltou, recebi ordens para recolher ao quartel. Depois, soube, por intermédio de alguns oficiais que me contaram, que na reunião dos oficiais deram a maior esfrega no Coronel Arruda, por ter levado o pessoal enganado! Porque tinha muitos getulistas lá dentro, inclusive o Fleury e outros mais... Um tal de Capitão Edvaldo Oliveira Santos, do qual lembro bem, foi quem interpelou o Arruda:

– Você não devia ter feito isso! Isso não se faz! Nós somos oficiais! Como é que o senhor foi fazer uma coisa dessas?!? Nos levou para uma missão sem nos colocar a par...!

Esse foi o episódio de que participei, da deposição do Getulio em 1945... Foi quando o pessoal estava chegando da FEB! O Getulio já estava começando a tomar medidas corretas. Isso veio de fora... os americanos já queriam derrubá-lo. Depois desse episódio, tudo correu normalmente...

Nessa época, já era casado. Eu conheci minha esposa ao vir de Pernambuco para fazer um curso na Escola, no ínterim entre 42 e 44, quando então estive por seis meses no Rio. Ela morava com uma família, pois tinha ficado órfã. Ela sentia muita falta do pai, e a mãe a colocou lá, na casa da comadre dela, que tinha quitanda, carvoaria e tudo... Então, ela ficava por ali, vendendo... Era uma garota de 15, 16 anos, muito despachada... O nome dela é Odete. Um dia, parei na porta da quitanda, olhei aquela garota muito bonita, mas com o rosto sujo de carvão...

– Você está fazendo carvão? Quer vender um carvãozinho para mim?

Um papo mais ou menos assim... E aí nós começamos o namoro... Um ano depois, casei com ela, quando fui embarcar para a guerra. Pensei: “Ela é órfã, não tem ninguém... Então, se morrer, deixo alguma coisa para ela...”. Assim, casei, em janeiro de 45, e a guerra acabou em maio... Nossa tropa

acabou não saindo daqui. Assim, vivemos juntos todos esses cinquenta e poucos anos. Tenho fotos que depois mostrarei...

Em 45, quando casamos, fomos viver no subúrbio de Anchieta. Moramos muito tempo lá e depois viemos morar nos fundos do quartel. Então, veio aquele movimento do petróleo e eu me engajei. Isso já em 48, 49, 50... *O Petróleo é Nosso...* Dois dos expoentes do movimento eram o falecido General Leônidas Cardoso, pai desse Fernando Henrique Cardoso, e o General Felicíssimo Cardoso, tio dele. Caras muito bons! O Fernando Henrique Cardoso é bem mais novo que eu, mas ele andava nele também, porque sempre teve essa pecha de ser de esquerda, mas é tudo mentira! O próprio Felicíssimo Cardoso, tio dele, uma vez me disse:

– Esse rapaz não é confiável...

O tio dele disse isso! O Kardec Lemme sabe bem disso...! Ele participou também e o conheci desse tempo...

Ah! O Movimento *O Petróleo é Nosso* foi de tal envergadura que até a Casa do Sargento do Brasil se engajou e hipotecou solidariedade ao presidente do Clube Militar, que era o General Horta Barbosa. Por isso fecharam a Casa do Sargento do Brasil. O governo fechou... Expulsaram todos os diretores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e fecharam a Casa porque se engajaram na Campanha do Petróleo.

Foi uma campanha muito bonita que culminou com a lei 2004, que todos sabem... A Campanha do Petróleo foi uma coisa de louco! No dia a dia, tinha palestras e conferências! Eu era sargento e ia em tudo! Era ainda bem jovem, “fichinha”, não era um expoente. E havia outros que já eram bem politizados, dentro da Casa do Sargento do Brasil. Então, houve essas coisas todas... O Fortunato Câmara de Oliveira foi preso por dois anos... Muitos outros sargentos ficaram presos e foram expulsos do Exército...! Muitos!

Isso aconteceu por causa dos americanos, que não queriam que aparecesse petróleo aqui! Eles tinham gente aqui dizendo que no Brasil não havia petróleo! Como até hoje ainda estão querendo essas reservas que nós temos... A Amazônia, por exemplo, há muitos anos eles querem. Eles têm o petróleo no Oriente Médio. Por que fizeram a Guerra do Golfo? Foi justamente para continuar com o petróleo do Kuwait e daquela região... Agora eles têm o petróleo de lá e querem aqui para uma futura reserva. É por isso

que, naquele tempo não queriam que aparecesse aqui! Eles pensam em nos tomar...! Isso vem desde aquela época e desde sempre!

Os Estados Unidos sempre foram um país imperialista, como a Inglaterra, mãe deles... Tanto é que, se olharmos a história americana e vemos os mapas deles em 1764, 84 – não sei... –, quando os Estados Unidos se tornaram independentes da Inglaterra, o território era metade do que eles têm hoje! Eles foram tomando da Espanha, que tinha aquelas colônias, o Novo México, a Califórnia... Tudo aquilo eles tomaram, não era deles! A Carolina do Norte, a Carolina, que era da França... Aquela parte de cima, o Alasca, que era da Rússia... Os russos estavam enrolados com as guerras e venderam para eles... Tudo, tudo foi tomado! E agora eles estão com o olho aqui, na Amazônia, porque eles não têm matéria-prima! E esse cara que entrou no nosso governo, o FHC, está escandalosamente vendendo o país, nossas riquezas naturais, as minas que temos com materiais estratégicos!... É uma coisa de louco! Tudo eles estão vendendo, e não sei até onde vai isso... E o americano sempre teve essa ideia de tomar. Basta olhar o mapa deles, através da história, como disse.

Naquela época, tinha um tal de Mr. Linck, um especialista que eles pagavam para ver esse negócio do petróleo no Brasil, que sempre dizia que não havia! A Campanha do Petróleo foi justamente para provar que havia, tanto é que nós derrotamos os entreguistas! Naquele tempo, eles foram derrotados. Nessa Campanha não apareci muito politicamente, como sargento. Depois dela que comecei a aparecer mais e fiquei sempre muito marcado, principalmente mais adiante, quando ingressei no Clube Militar.

Em 54, ano do suicídio do Getúlio, eu servia no Regimento de Cavalaria Mecanizada (Rec. Mec.) em Campinho. Lá, fiquei por treze anos. Até que, por indicação de um colega também gaúcho – que era chefe dos Transportes do Gabinete do Ministro, e queria ir embora para São Gabriel, sua terra –, fui servir no lugar dele. Eu já era subtenente e ele foi falar comigo, perguntar se não queria ir para lá. Ele era uma espécie de chefe, porque tinha um tenente, mas ele não aparecia muito por lá. Então, era o subtenente que, de fato, comandava os Transportes do Gabinete do Ministro da Guerra, que era o Marechal Lott. Assim, fizeram a proposta e saí do Rec.-Mec. no final de 54, depois da morte do Getúlio, e fui servir no Gabinete do Ministro.

O episódio da morte do Getúlio... Eles criaram um problema entre eles, porque o Getúlio estava criando a Lei Antitruste, uma série de leis contrárias ao imperialismo norte-americano. Foi aí que justamente tramaram a queda dele, fazendo um mar de lama, com o Lacerda desenvolvendo a maior campanha... Dali que se chegou àquele ponto: a morte do Major Vaz... Aquilo tudo foi campanha vinda de fora! Até que culminou com o suicídio dele.

Nisso, fui trabalhar no Ministério do Marechal Lott, e foi aí que o conheci. Um grande chefe, um homem extraordinário! E veio o 11 de novembro... Quando houve a eleição, o Juscelino foi eleito. Eles não queriam dar a posse a ele, para que assumisse o governo o Café Filho, que estava mancomunado com eles para não entregar o poder. A verdade é essa! Então, assumiu o Carlos Luz, e houve o célebre 11 de novembro, onde o Lott o depôs e também ao Café Filho. Como ele disse:

– Tenho que arranhar a Constituição.

Ele depôs os dois. Eu estava lá e houve um episódio interessante. Eu era dos Transportes e um oficial foi mandado lá embaixo para pegar um carro e ir buscar o Nereu Ramos, que era o presidente da Câmara dos Deputados. Ele foi chamado para assumir o governo no lugar do Carlos Luz e do Café Filho, que foram depostos. No carro, foi um coronel, o motorista e eu também, lá na Câmara dos Deputados para apanhá-lo. Ele assumiu a presidência da República, dentro do Gabinete do Marechal Lott, em 11 de novembro.

Houve também aquele episódio do cruzador Tamandaré, que saiu Barra afóra com todos aqueles políticos... Deram um tiro de advertência... Não quiseram afundá-lo. Porque as fortalezas da Barra o afundariam tranquilamente! Eles saíram, depois voltaram... Enfim, já se sabe tudo o que ocorreu.

Fica claro, então, que dentro das Forças Armadas tinha os que queriam e os que não queriam dar posse ao Juscelino. Eu estava do lado do Marechal Lott, que queria dar posse, e naquele tempo nós tínhamos uma força tremenda! Ninguém falava nada! Eles foram derrotados naquela ocasião: foi dada a posse ao presidente eleito, ele governou por cinco anos, construiu Brasília, essas coisas que todo mundo sabe... Nesse período todo, fiquei lá com o Marechal Lott, que depois se candidatou à presidência da República. Ele foi lançado como candidato. Nisso, eu já era oficial, estava no Clube Militar e participava ativamente da política. Na ocasião

do lançamento da candidatura do Marechal Lott eu tinha participado de uma campanha do Clube Militar e estava fazendo parte da diretoria dele. Então, eu com muitos outros oficiais – o Fortunato, o Kardec, esse pessoal todo – nos engajamos na campanha do Marechal Lott, da qual participei muito ativamente. Foram fundados comitês na região do subúrbio da Central, e de Madureira a Santa Cruz era por minha conta: eu era o representante do Marechal Lott naquela região. Fazia comício, discurso, tudo. Tenho um linguajar solto de gaúcho, como se diz, e estava acostumado a falar no Clube Militar e em outros por aí afora. Então aquilo, para mim, era muito fácil.

Ah! O Marechal Lott tinha um programa nacionalista, que era fazer a reforma agrária, proibir remessas de lucro para exterior, e uma série de outras coisas mais... Todas dignas de um programa muito nacionalista mesmo, e a esquerda o apoiava! Assim, eu e outros companheiros fundamos comitês pró-Lott e Jango, em cada canto dessa enorme região. Uma região muito grande! Em Bangu, por exemplo, tinha um deputado estadual que comandava aquela área. Eu me entrosei com ele. Disse:

– Você apoia o Marechal Lott?

– Apoio.

– Então, vamos nos entrosar aqui para fazer a campanha junto.

Eu falava nos palanques com ele... Era o Ubaldo de Oliveira, deputado estadual, que já faleceu. Fui no escritório dele e nos entrosamos. Depois veio o Miécio da Silveira, de Campo Grande. Todos dessas grandes regiões e cidades... Até o Cesário de Melo, em Santa Cruz. Ali também tinha comitês, onde eram realizadas grandes reuniões em que eu fazia uma espécie de conferência:

– Meus amigos, eu estou aqui para falar o que o Marechal Lott falaria se aqui estivesse. Porque ele não pode estar em todos os lugares, pois está em campanha pelo interior. Só vou dizer o que ele diria. O Marechal Lott pensa que...

E eu falava sobre agricultura, sobre reforma agrária...

– Por que não temos feijão? Porque não se planta. Para os grandes latifundiários, os grandes proprietários de terra, não interessa, porque não dá lucro. Mas é comida para o povo...

E por ali eu ia falando...

Todo aquele pessoal do Partido Comunista se engajou comigo. Diziam:

– Tenente, eu sou do Partido Comunista.

Eu respondia:

– Não tem problema. O programa do Marechal Lott é esse que está aí. Quem quiser votar nele vota. Você apoia? Então, está com a gente. Você é um cidadão brasileiro? Então, não interessa.

Por isso, fui várias vezes chamado no S2, que era o Serviço de Informações do Gabinete do Ministro, para saber como é que em Bangu, num lugar chamado Boscozinha, eu tinha dado a chefia do comitê somente para elementos fichados como comunistas.

– E por que não? – eu disse para o coronel. – Ele vota no Marechal Lott, que disse que não tem nada a ver com isso. Falou para todos nós, lá na ABI. O programa dele é este. Ele não vai pedir atestado de ideologia para ninguém. É comunista? Mas vota nele? Tudo bem. Não interessa! Eles são os mais capazes. Por que não iria dar a presidência do comitê a eles? Além do quê, foram eleitos! Não fui eu que impus, não. O pessoal elegeu e eu apoiei.

Por causa disso, de vez em quando eles me chamavam. Comecei a ser perseguido. Fiquei altamente marcado! E assim foi a campanha do Marechal Lott, que todos sabem o resultado...

O Marechal Lott perdeu porque todas as forças reacionárias se juntaram contra ele, que naturalmente não tinha muita habilidade política. Todo mundo foi contra, com medo de ele assumir a Presidência da República e tomar certas medidas, por exemplo, a reforma agrária e uma série de outras reformas. Porque, quando ele dizia que fazia, fazia mesmo!

Essa ala nacionalista e à esquerda dentro das Forças Armadas vem desde o tempo do Floriano. Sempre teve! O Floriano mesmo teve aquela atitude, quando o inglês perguntou como seria recebida a esquadra inglesa aqui, para proteger os interesses deles. Ele respondeu:

– A bala! Eu recebo a bala!

Isso quer dizer que desde o tempo de Floriano já eram nacionalistas. Naquele tempo não havia esquerda, nem se falava nisso... Mas o Marechal Floriano Peixoto era um homem que hoje estaria do nosso lado. E é o que está precisando, porque atualmente só tem “água morna” aí.

Então, é claro que todas as forças reacionárias e mais esses fisiológicos se reuniram contra o Marechal Lott com medo do que ele podia fazer ao

assumir a presidência da República. E o americano, então, nem se fala! Foi o que deu cobertura para tudo...

Eu servia no Hospital de Guarnição da Vila Militar, era chefe dos transportes e comandante do contingente. No dia seguinte ao em que o Lott perdeu, chegou a ordem para me transferirem de lá, a toque de caixa. Fui transferido para Aracaju, Sergipe. Eles me mandaram para lá correndo! Nem o trânsito direito pude tirar. Tive que ir embora logo, era ordem do Gabinete do Ministro que embarcasse imediatamente. Deixei minha família toda aí... Não dava para levar, pois as crianças estavam no começo do ano letivo. Tive que me mandar...

Era o começo da perseguição. Quando cheguei lá em Aracaju, tinha um capitão chefiando a 19 CSN, me apresentei, foi tudo bem, toda aquela formalidade... A chefia era de um coronel, mas ele não tinha ido. No cargo de CSN, colocavam os coronéis como “castigo”, porque era um cargo sem importância, um lugar de recrutamento. Então, o Capitão Egídio Silva, que estava chefiando, me recebeu, pois até o major não tinha se apresentado. Nós nos encontramos anos depois no Rio, quando fui ser companheiro dele na diretoria do Clube Militar, na diretoria do Cerqueira. Então, o Capitão Egídio me recebeu e me tratou muito bem. Depois tive a oportunidade de falar aqui, na frente de coronéis e generais, da atitude que ele teve comigo. Porque cheguei lá com um milhão de coisas atrás de mim!

O Comando da Guarnição, um tal de Coronel José Lopes Bragança, era de um reacionário ao extremo – que já morreu. Era comandante do 28 BC e da Guarnição de Aracaju. Mas essa estada em Aracaju já é outra história...

Fui para lá como transferência política. Já era primeiro-tenente e cheguei muito experiente, sempre com um pé atrás. Naquele primeiro momento em que estava lá, houve um movimento, prontidão, com aquelas confusões que houve... O 28 Batalhão de Caçadores estava com o efetivo reduzido e a nossa circunscrição de recrutamento estava com o efetivo completo. Então, o comandante da Guarnição convocou a tropa da CR, onde eu fazia parte, para ir ao 28 Batalhão, que era tropa de guerra mesmo, e ficar de prontidão. Fui com outros oficiais, com o comandante que era esse capitão, e lá todo mundo dava serviço de noite: ronda, patrulha, saídas... Menos eu. Mas não tomaram minha arma, uma pistola que usava. Fiquei com ela. Só que não davam serviço. Eu não fazia nada. Não tinha contato com a tropa, com nada!

E os sargentos, que depois me conheceram, sabiam quem eu era, e alguns falavam comigo.

– Esse é o Tenente Fulano... é amigo nosso...

Mas eles não permitiam que eu falasse. Não diziam abertamente isso, entretanto não me davam nenhuma missão. Eu ficava de “florzô”, andando o dia inteiro de um lado para o outro...

Houve um domingo em que um oficial fez aniversário. Um jovem tenente, o Souto. O Tenente Souto aniversariou. Filho de Aracaju, noivo. O coronel, que era muito metido a festeiro, convidou a noiva e todas as famílias dos oficiais do Batalhão para irem à noite no aniversário. Designaram um tenente para falar, cumprimentando o Tenente Souto. Nossa unidade era separada, estava incorporada à deles. Estavam lá todos os oficiais: a CR tinha um capitão e mais quatro tenentes, incluindo eu. Nós estávamos na festa também, no Cassino dos Oficiais. Então, um coronel, um cara meio bagunceiro do 28 BC, que já estava velho, encostado aguardando reforma, depois que o Capitão Silva cumprimentou e fez um discurso, disse assim:

– O comandante da CR, Capitão Egídio Silva, está conosco aqui e ninguém vai falar nada?

Ele até era meio retraído, disse que não era muito benquisto como comandante, não se dava com eles... Depois ele me contou umas coisas... Ele pediu a palavra, disse três ou quatro coisas e falou:

– Agora, em nome da CR, dou a palavra ao Tenente Hector para cumprimentar o Tenente Souto.

Ora! Aquilo causou um mal-estar, não só na oficialidade do 28 BC como também nos da CR! Eu estava lá há poucos dias! Nem conhecia o Souto! Os tenentes da CR ficaram revoltados com o capitão, por ter feito uma coisa dessas:

– Mas o rapaz chegou ontem aqui!...

Eu, diante desse negócio de discurso, meti um improviso lá!...

Falei:

– Bem, acho que sou o menos indicado para falar sobre o Tenente Souto, porque meu contato com ele tem uns dois ou três dias aqui no Batalhão. Mas, mesmo assim, acho um jovem oficial muito ativo. Não vou deixar de tecer referências a ele aqui. Os senhores me desculpem, eu não o conheço bem, mas não é por isso que vou deixar de cumprimentá-lo em nome dos meus colegas da 19, que aqui estão presentes, são todos companheiros...

E fui dizendo... Não me lembro exatamente tudo... Sei que fui aplaudido. Ah! Foi um espetáculo! Fui aplaudido pra caramba! Depois os rapazes vieram falar comigo... O próprio comandante veio me cumprimentar e os oficiais companheiros da CR, que não sabiam que aquilo ia ocorrer, disseram:

– Hector, gostamos pra caramba! Agora, esse filho da puta desse capitão! Fazer um negócio desses contigo!

Todos ficaram revoltados com ele, até o próprio pessoal do Batalhão, que era o maior número. Bom, aí já fiquei bem no Batalhão...

Passou a fase daquela prontidão, nós voltamos para o nosso quartel. Nesse meio-tempo, surgiu uma viagem para a Hidrelétrica Paulo Afonso. Foi um ônibus completo, com ordem do comandante da região, um general, e levaram alguns oficiais do Batalhão, os nossos da CR, mais o capitão dos portos, da Marinha, o comandante dos Bombeiros e o da Polícia Militar. Sei que encheram o ônibus: ainda iam algumas famílias... encheu. Fomos para Paulo Afonso e lá fiquei junto com os tenentes na Companhia. Uns foram para hotel, outros ficaram não sei onde... Então, eles designaram um engenheiro para nos acompanhar na hidrelétrica, mostrando tudo. Inclusive, na ocasião, falei:

– Aqui estão as marcas do grande patriota e nacionalista Delmiro Gouveia, os restos das máquinas dele, que foi assassinado pelo imperialismo inglês!...

Dei uma “aulinha” de História... Os outros tenentes só queriam saber da hora do almoço, para tomar uísque, e não queriam ver mais nada. Então, os dois engenheiros que estavam conosco ficavam perto de mim, porque era eu quem fazia perguntas sobre a hidrelétrica, sua potencialidade, o quanto estava produzindo... Tinha assistido há pouco tempo uma conferência sobre energia elétrica. Sabia algo, que não era grande coisa, mas era muito perto dos outros, que não sabiam coisíssima nenhuma! E fiquei com eles, falando, e os engenheiros deram muita atenção. Enfim, nós corremos toda a hidrelétrica, depois fomos à cidade de Delmiro Gouveia, onde tinha uma indústria de tecidos, que não sei se funciona até hoje...

Eu nunca sentava no almoço e no jantar na mesa grande. Ficava com os tenentes, num canto. Um dia, fiquei com uns caras tomando umas “canas” na Companhia e cheguei atrasado, com mais dois. Aí tive que sentar na frente

do comandante, e já cheirando a cachaça! Engraçado! Naquele tempo, tomava umas cachacinhas, era “novo”, tinha uns 40 anos, ainda era garoto... Me sentei ali e comecei a falar. Ele puxou qualquer coisa como assunto... Já tinha ficado com bons olhos para comigo desde o discurso de aniversário do Tenente Souto. Eu disse:

– Coronel, é engraçado porque já conheço o senhor faz muitos anos!

Ele respondeu:

– Não.

– Sim, conheço através do livro *A odisseia do doze RI*, sobre a Revolução de 30. O senhor foi um dos líderes da resistência, era tenente, em Belo Horizonte. Inclusive, naquela hora em que o Sargento Homero de Paiva, que morreu no ataque à penitenciária...

– Ele era do meu pelotão!

Aí contei uma série de passagens do “Doze”...

– Mas como é que você lembra disso?

– Não, coronel, eu li o livro. Gostei muito dele! Foi uma epopeia, algo extraordinário!...

– Pois é!...

Depois, o Capitão Flamarion, que depois foi a general, disse:

– Puxa! Você tomou conta desse velho, porque o que ele mais fala é desse negócio do Doze RI! Ele já fez uma conferência aqui sobre isso...

Ele ficou admirado de eu saber aquelas coisas todas...

Sei que isso se passou. Nesse ínterim, veio a renúncia do Jânio. Nós estávamos de novo de prontidão no Batalhão. Eu fiquei na minha... Quando eles fizeram reunião dos oficiais, vi que estava em minoria, sozinho:

– Os ministros não querem dar posse ao Presidente João Goulart, porque ele é comunista. Veio da China comunista. Aqui no Batalhão, nós vamos apoiá-los, com o comandante da região...

Eu fiquei quieto... Tudo bem... Bom, saí dali e depois encontrei dois tenentes, comandantes de Companhia, e disse:

– Isso está errado! Nós temos que dar posse. A Constituição manda isso! Não podemos sair contra a Constituição!

Falei com eles, com sargentos, com um bocado de gente. Depois recebi uma mensagem do prefeito de Aracaju, o falecido Conrado, que também estava agitando lá fora, pois estava comigo.

Mas aí o Bragança, quando viu que o negócio começou a engrossar, e que os ministros – um deles era o Denys, do Estado-Maior – que estavam contra a posse do João Goulart começaram a perder terreno, ele também ficou meio assim... Teve um tenente – um tal de Rabelo, que era o informante lá – que nós chamamos de dedo-duro, porque tomava parte na reunião dos oficiais para dar informações. Isso me contaram depois... Ele dizia a meu respeito:

– Esse tenente, coronel, o senhor tem que mandar prender! Ele está conversando com todo mundo, dizendo que temos que dar posse ao Vice-Presidente João Goulart. O senhor tem que mandar prendê-lo porque ele anda falando até com os sargentos! Ontem ele recebeu uma mensagem do prefeito! Está ligado até com ele aí fora!

Porque o Brizola já estava movimentando com a Campanha da Legalidade. Tinha levantado todo o Rio Grande! O Bragança, praça velha, viu que já tinha perdido a parada e disse isso para eles numa reunião, o que um outro oficial me contou depois:

– Não!... O Hector é nosso amigo! Vocês não conhecem gaúcho? Gaúcho é boquirroto... Ele está falando aí, mas deixa falar... Está movido pela empolgação...

– Mas coronel! Ontem, quando estava se armando uma tempestade para aqueles lados, tinha umas nuvens pretas. Nós estávamos sentados ali, na sombra, em frente da colina, o Hector disse: “Aí rapaziada! Olhem aquelas nuvens lá: sabem o que é aquilo? É a cavalaria gaúcha que vem avançando!”.

Eu tinha dito isso mesmo, de brincadeira... Engraçado! E o coronel não mandou me prender. De fato, depois o Jango tomou posse... Mas, mesmo assim, fiquei muito marcado. Fiquei mais um tempo lá, arrumaram transferência para mim e me trouxeram de volta.

Sabem qual foi a reação do pessoal que foi para o poder com o Jango a respeito da minha situação? Desses oficiais que comandavam – inclusive o General Ênio da Cunha Garcia, que já morreu e que um major, amigo meu, foi saber a posição dele, para me transferir de Aracaju para o Rio?

– Você quer trazer um cara daqueles, um agitador de marca maior? Olha a ficha dele aí! Deixe esse cara por lá...

– Mas como, general? É um companheiro nosso! Sempre foi...

– Não... É um cara que não interessa trazer para cá.

Fizeram a maior campanha, não queriam me transferir! Eu acabei me transferindo por interesse próprio! Só ganhei a passagem, mais nada. Nem ajuda de custo, nem coisíssima nenhuma. Eles me botaram em um lugar qualquer, no Departamento Geral de Pessoal, e aí então foi pior! Eu vim servir com o Costa e Silva, que era o chefe desse setor, e o da Divisão era um que depois foi chefe da Casa Militar, um tal de Coronel Portela, que já morreu... Mas esse cara me olhava com uma cara de leão! Fiquei lá alguns meses, e logo em seguida tiraram vários oficiais, modificaram o efetivo da Divisão e me deixaram excedente. Eu, que era o último que tinha chegado lá. O coronel disse que ia pedir minha transferência:

– Mas, coronel, cheguei outro dia aqui!

E o major, que era o meu chefe, me contou que ele disse:

– Esse cara não interessa ficar aqui, não! É um agitador! Vamos botá-lo para fora daqui...

Uma hora em que o major estava conversando com ele, fui e disse:

– Coronel, sei que vou ficar excedente aqui. Eu quero dizer ao senhor o seguinte: não estou interessado nem gostaria de sair daqui. Não tenho nada contra o senhor. O senhor tem alguma coisa contra mim?

– Não!... Não tenho... Mas é que nós temos que dar o exemplo, porque somos do Departamento Geral de Pessoal, e você ficou excedente e não pode ter gente assim aqui.

Podia! Mas saí dali e fui no Departamento Central de Finanças, onde o coronel, o Sebastião – que era um gaúcho e já morreu –, propôs que eu fosse para lá. Engraçado! Saí de um andar e fui para outro! Continuei lá até o Golpe de 64... Fiquei ali.

Nós íamos agitando na política até o Golpe. Nós conversávamos, nos reuníamos com os companheiros, porque o Golpe estava em marcha e a gente sabia! E víamos com muita apreensão esse movimento dos sargentos, dos marinheiros... que estava causando uma série de coisas. Nós – os mais consequentes do lado político, mais politizados – éramos contra tudo isso!

O movimento dos sargentos era porque eles queriam... não sei... achavam que tinha que se instalar um bom governo, mais à esquerda... E isso e aquilo... Francamente, não sei nem o que esses caras queriam direito! Sei que eles agitavam demais! Fizeram tanto barulho que surgiu no meio deles um tal de Cabo Anselmo. Era agente da CIA, um cabo da Marinha, que en-

tornou mais ainda o caldo... Nós estávamos sempre procurando tirar aqueles mais consequentes:

– Olhem, isso não vai dar certo! Não vai dar...

E foi depois o que se viu. Veio o Golpe de 64, que já é outra fase...

Quando houve o Golpe de 64, os militares e as forças que estavam com o Jango poderiam ter resistido. Poderiam. Mas o que os chefes disseram? Que a esquadra americana estava aí, com cinco mil fuzileiros para desembarcar aqui, para apoiar o Golpe, e eles não quiseram reagir para não haver grande derramamento de sangue, porque iria morrer muita gente. O próprio Jango entregou! Não aceitou. Ele disse:

– Não, eu não vou resistir.

O Aragão chegou lá, para mobilizar o Corpo dos Fuzileiros Navais, e ele não aceitou, foi embora! Todo mundo foi embora. Os chefes militares dizem isso. É o que eles dizem, porque eu não era chefe. Digo aqui o que eles falam: que a esquadra americana estava perto, para desembarcar e dar proteção. Agora, ia morrer gente!... Porque o Jango tinha condições militares. Os oficiais golpistas fugiram, abandonaram os quartéis! Depois que o Jango foi embora, eles voltaram. Dizem que foi por isso... eu não sei. Porque não era chefe, nem comandante de nada.

No dia 31 de março de 1964, eu estava em casa, quando tinha estourado o movimento. Morava em Madureira, peguei uma condução que passava em frente de casa, um ônibus com militares, e fui para a Vila. Chegando lá, me apresentei ao Quartel-General, porque eu servia numa repartição burocrática. Mas eu botei meu uniforme de campanha, peguei minha arma e me apresentei.

Eles mandaram me incorporar a um GT – Grupamento Tático – que estavam organizando, e que ia se opor às tropas do Mourão, que vinham de Minas. Bom, sei que assim nós fomos até as margens do Paraíba. Ali, fizeram uma junção com as tropas do Amaury Kruehl, que veio de São Paulo, todo mundo fez conchavo. Houve uma reunião de oficiais – eu era o menos graduado – para saber quem estava com a Revolução. Quando chegou a mim, disse:

– Que Revolução? Não sei que “revolução” é essa! Comigo ninguém falou nada! Eu estou com o governo legal, com o governo constituído.

Ficaram calados...

Voltamos, fomos para casa. Dali a dois dias começaram a prender todo mundo. Vieram as prisões, e fiquei preso por vários meses... Estive preso.

Primeiro, eu caí fora. Quando vi que eles começaram a engrossar, me mandei com vários outros: o Kardec, o Joaquim Inácio Batista Cardoso, primo desse Fernando Henrique, um coronel que era muito bom, já faleceu... Nos reunimos numa casa ali em São Januário e disseram:

– Cada um toma o seu destino.

Não era chefe de nada. Só havia coronéis ali e eu era primeiro-tenente. Perguntei:

– Como é?

– Cada um faz o que quer.

Então, já sabia... “No tempo de Murici, cada um cuida de si.”

Vim para casa. Chegando, falei para a Odete e para minha filha mais velha:

– Olha, o negócio aqui engrossou. Isso aí está que ninguém entende! Vou para a fazenda... Ficar lá para ver no que é que vai dar...

Era a fazenda dos falecidos pais dela, em Barra do Pirai. Eu fui. Apanhava o jornal em bares e ia acompanhando o movimento. No jornal, dava as notícias militares: “Para não passar a desertor, apresentou-se no Quartel-General o Coronel Fulano de Tal, que estava ausente...”.

Uns caras muito mais comprometidos que eu! Por isso, resolvi voltar. Um dia, a Odete apareceu lá com um sargento amigo, e eu disse:

– Eu vou voltar.

E voltei. No dia seguinte, iria passar a desertor, pois estava com oito dias de ausência. Já tinha uns tenentes da PE – Polícia do Exército –, que estavam me procurando. Foram em casa, um deles, um tal de Wagner, falou com minha filha, que atendia:

– Oi, sou colega do seu pai, amigo dele... Você não sabe onde ele está?

– Não.

– Você não sabe?!

– Não sei, porque ele não disse. Apenas disse que ia embora e que nós aguardássemos notícias. Você acha que ele é bobo? Você não conhece o meu pai?

Ficava se contrapondo a esse Wagner, que depois me contou. Nesse dia, cheguei à noite, fui para a Vila Militar e me apresentei para a Companhia de Polícia. Estavam o capitão de lá, o tal de Wagner:

– Oi, Hector, tudo bem?...

– Estou aqui. Vocês não estão me procurando? Não precisam me procurar mais. Estou aqui pronto para qualquer coisa...

Eles me levaram para o Quartel-General e aí me recolheram no 1º Regimento de Infantaria. Lá, fiquei toda vida... preso. Respondi a quatro inquéritos.

Depois disso, houve um movimento para me soltarem. Já haviam colocado em liberdade a maioria dos militares presos, inclusive o Kardec. A mulher dele, a Dona Édila, foi lá em casa e, com a Odete, foram na casa da mulher do Marechal Taurino, que ela estava tiririca porque tinham prendido o filho dela em Recife. O marechal era chefe da Comissão de Inquérito, mas prenderam o filho deles! Engraçado! E ela estava com uma raiva danada! Por isso ela se colocou do nosso lado. Um coronel, que estava encarregado do inquérito – e que nunca mais vi –, foi me ouvir no Regimento Sampaio, onde eu estava preso. Ele me ouviu por três dias seguidos! Foi um catatau enorme! Queria saber disso, daquilo, daquele outro...

– O que o senhor fez?...

– Não. Não tenho nada que esconder, coronel!... Sou um nacionalista! Fiz a campanha do Marechal Lott... Se ele tivesse vencido, o senhor não estaria me interrogando, nem eu estaria preso. Não tenho nada a esconder. Sou um patriota. Minha vida é aberta. Esse negócio de comunismo, o senhor sabe... É tanto que falam do comunismo que, saindo daqui, vou fazer um estudo e depois de uns seis meses o senhor me chama que vou lhe falar de comunismo. Porque aí vou saber. Por enquanto ainda não estudei, mas vou ver direitinho.

Ele me ouviu...

– Está bem. Amanhã você vai ser colocado em liberdade.

Ele deu ordem ao coronel-comandante do Regimento Sampaio para me soltar. No dia seguinte, vim embora. Chamei um colega que trouxe um carro, me apanhou... Botei a farda... e fui para casa, em Madureira. Foi a última vez que eu botei a farda.

Isso foi no sábado. Na segunda-feira, me apresentei no Quartel-General porque esse mesmo coronel queria me ouvir lá. Não sabia o que era. Era uma acareação com um capitão, que tinha servido comigo no Rec.-Mec., no Campinho, e que havia me acusado de uma série de coisas. Ele queria dizer

que eu participava de reuniões com uns coronéis altamente comprometidos no Plano Nacional de Carvão, onde só estive no dia em que o coronel assumiu, e esse capitão estava como secretário lá. E o coronel responsável pelo interrogatório perguntou:

– Você conhece?

– Claro, ele foi meu comandante de pelotão, o Coronel Niepce.

Ele já faleceu. No dia da posse foi a única vez que o encontrei no Plano Nacional de Carvão. Depois, nunca mais o vi. E esse capitão disse para o coronel que eu vivia lá e que, inclusive, no dia do Golpe, tinha me apresentado a ele. Eu dei uma risada e disse:

– Coronel, acho que o capitão está meio desmemoriado! Agora, veja só: lá no Plano Nacional de Carvão é um lugar que só tem *bureau*, caneta e tal... Eu fui armado e preparado para me apresentar em uma unidade de combate para enfrentar os rebeldes! Fui e lhe contei! O que iria fazer naquele escritório se estava com o firme propósito de defender o governo legal e constituído, eleito pelo povo?!

– É... mas...

Aí escancarei:

– Ora, capitão! Você é um safado! Sempre foi um puxa-saco!... Vivia pendurado nas orelhas do pessoal do Getúlio! Foi colocado lá no Plano Nacional pelo Jango! E agora está traindo vergonhosamente os companheiros, inclusive o chefe dele, o Coronel Niepce, que o manteve no cargo, para se acomodar com os que ganharam! É uma vergonha... Isto é uma vergonha!

Falei alto. Dei-lhe um esculacho! Tinha saído da prisão um dia antes, pensei: “Bom, que me recolham de novo!”. O coronel disse:

– Modere! Senão sou obrigado a lhe prender novamente!

– Coronel, eu não aguento uma safadeza dessas. Não aguento!

O coronel viu que um homem como aquele só podia estar mentindo...

Depois, teve uma acareação com o chefe do Gabinete, que era um garoto, um rapaz jovem, filho de um coronel, o Carlos Alberto de Abreu Rocha, que morreu mais tarde:

– Como é seu nome?

– Carlos Frederico Pinto Guedes Rocha.

– O que você é do Coronel Pinto Guedes?

– É meu tio, irmão da minha mãe.

E o coronel respondeu:

– Seu pai, o Coronel Carlos Alberto de Abreu Rocha, foi meu companheiro no Estado-Maior. Você era o quê lá?

– Eu era chefe do Gabinete.

– O que você fazia?

– Eu introduzia as pessoas que iam lá: primeiro elas falavam comigo, depois as encaminhava ao coronel.

– Você viu alguma vez este cidadão?

E me apontou:

– Nunca vi. Nunca vi...

Eu era um tipo facilmente reconhecido. Era meio atarracado, bigodes grandes. Naquele tempo meu bigode ainda não era branco, era meio grisalho...

– O senhor não lembra mesmo?

– Não lembro.

– E no dia da posse?

– Também não vi.

Eu estava tão furioso que acho que o rapaz olhou para mim e pensou: “Se eu disser que vi, ele é capaz de me bater!”.

O coronel, por fim, o mandou embora. O capitão veio me cumprimentando! Virei as costas para ele.

Depois, o próprio coronel disse a mim:

– Nunca vi tanta pusilanimidade e covardia! Olha, tenente, contra o senhor não tenho nada. Nem vou indiciá-lo!

Eu disse tudo que tinha de dizer! Respondi a quatro inquéritos, mas nenhum deles veio desse coronel. Fui em outros, por parte do Estado-Maior. Estava sendo atingido por tudo quanto era lado. Quatro! Ninguém teve tanto inquérito como eu...

Quando houve um outro inquérito de um coronel do Estado-Maior, um tal de Correia Lima, primeiro apareceu lá em casa um capitão. Era de manhã, a Odete foi atender, porque eu não estava. Ainda morava nos fundos do quartel, depois que mudei. Ela estava lavando roupa e abriu a porta. Ele viu o apartamento pobre... Nunca tive nada, sempre fui pobretão. Sempre vivi do meu ordenado, nunca tive cargo. Por exemplo, esse Marcello Alencar é meu conhecido demais. Mas ele me chama para alguma coisa? Não. Nem a mim nem ao Kardec, ninguém chama para nada! Porque nós não com-

pactuamos com essas safadezas que tem por aí. Mas, voltando àquela época, esse capitão foi lá, perguntou, olhou a casa... A Odete disse:

– O senhor me desculpe, mas estou lavando uma roupa, o uniforme das crianças. Tem dois que sujam...

As crianças estavam todas na escola. Ele disse:

– Tudo bem... É para o tenente comparecer amanhã na Quarta Seção do Estado-Maior do Exército, e falar com o Coronel Correia Lima.

Fui lá e me apresentei:

– Pronto, senhor. Tenente Hector.

– Tenente, é o seguinte: o senhor conhece o Brizola?

– Conheço de vista. Mas ele não sabe nem que eu existo: nunca falei com ele.

– E o deposto Presidente João Goulart?

– Também conheço de vista, dos lugares por aí... de ver na televisão. Mas ele também não sabe nem que eu existo.

– O senhor foi contra o movimento revolucionário?

– Sim, fui contra. E sou.

– Mas, o senhor sabe que tem um governo?...

– Tem. Eu fui vencido, mas não convencido.

– Diga uma coisa: consta que o senhor frequenta boates, com não sei quem...

– Coronel, nunca fui a boate. Eu ia muito a gafeira quando era novo. Gafeira, porque nem tenho dinheiro para ir em boate. O senhor sabe o que é gafeira, não é? Nunca fui a boate coisa nenhuma.

– Mas dizem que viram o senhor.

Eu ri:

– Engaçado! Esse pessoal que ganha dinheiro para informar, como inventa!

Ele ficou meio sem graça...

– Dizem que o senhor foi não sei onde falar com o João Goulart.

– Fui coisa nenhuma! Nunca fui. Como é que esse pessoal me viu? Coronel, mas que vergonha! Esses caras estão ganhando aqui!... Se eles informam, ganham. Os que conheço são um bando de safados que ficam por aí, dando essas informações para apresentar serviço. Nunca fui e nem tenho por que esconder. Se fosse, eu diria. Nem conheço o Brizola!

– Conhece o Tenente Fulano de Tal?

– Não, não conheço. Pode ser que tenha visto em algum lugar mas, assim, de nome, não. Nem ele nem o João Goulart.

Perguntou mais algumas coisas e tal... e deu por encerrado o inquérito.

Uma vez, um coronel me acusou num dos inquéritos:

– Fulano de Tal sabia isso e aquilo...

Respondi:

– Coronel!... Eu vou saber essas coisas todas de política?! Quem sabe é o senhor, que tem curso no Estado-Maior, na Escola Superior de Guerra! Esse capitão que está aqui como escrivão, que saiu da Academia agora, também não sabe nada... Eu é que vou saber? O senhor não! Já estudou essas coisas todas, tem obrigação de saber! O que é que eu cursei? O “Curso de Alfafa”, nas cavalariaças. Agora, me coloca no comando de um pelotão de carro de combate que vou dar conta! Porque tirei curso e sei o que tenho que fazer. Mas o senhor é quem vai me dizer: “Olha, o inimigo está ali. Ataque”. Eu vou atacar. Isso sei fazer, mas o senhor vai me mostrar. Agora, fazer planos sobre de onde o inimigo pode vir... eu não sou estrategista. Sou executante! Não sou de planejar nada, sou um mero executante.

Disse isso porque fui no inquérito e tinha que dizer. Mas é claro que tenho minha opinião, e às vezes sei mais do que um idiota desses!

Mas teve um infeliz, um tal de Hildebrando de Vaz Cardoso, outro coronel que me ouviu num inquérito. Só vou contar a conclusão:

“Quanto ao Ten. Hector Araújo, nada foi apurado contra o mesmo. Trata-se de um elemento de boa cultura, de destaque no seu quadro de oficiais, uma vez que já fez parte da Diretoria do Clube Militar, **altamente** politizado. Diante disso, tudo indica que estivesse mancomunado com os propósitos subversivos do governo deposto”.

Essa foi a conclusão do inquérito dele. E foi o que me pôs na Auditoria. Fiquei dois anos sob júdice. Significa que ficaram lá, me processando! Ouvem... de tempos em tempos, chamam, era ouvido, vem testemunha, isso, aquilo, aquele outro... Nenhuma das testemunhas me acusou de nada! Os sargentos disseram que me conheciam bem, que era um grande amigo e companheiro, mas que nunca fiz proselitismo político. Era um nacionalista.

Fiz a campanha do Marechal Lott e tudo... Mas nenhum me acusou. No final, fui absolvido, como todo mundo foi. A maioria foi absolvida...

Entretanto, fui colocado na reserva logo nos primeiros dias! Precisamente no dia 7 de abril. Eu queria ver o jornal que tinha naquele tempo! No *Correio da Manhã* do dia 7 ou 8 de abril está assim: “Limpeza nas Forças Armadas”.

Aí vem a relação de nomes. Saí junto com o Ministro da Guerra e tudo. Fui o sétimo ou o oitavo, no Exército. Engraçado!! Ato Institucional n. 1. São vários e eu saí no primeiro!

Depois disso, fiquei andando por aí com certo cuidado... Fui procurar emprego em vários lugares e ninguém queria dar. Fui trabalhar com venda de carne e derivados: linguiça, presunto, queijo. Cheguei a ter duas Kombis com os companheiros. Sei que trabalhei bem, tanto é que vendi aquele apartamento que tinha na Rua Maria Lopes. Mudei e estive morando em vários lugares. Depois, a Capemi construiu este edifício e eu comprei este apartamento. Há 28 anos... Aí que pude comprar esse apartamento, com a venda daquele que tinha em Madureira. Ganhei um certo dinheiro, trabalhando com uns companheiros... Infelizmente não me ajudaram. Eu era um burro de carga, inexperiente em negócios. Quer dizer, dava um duro desgraçado e eles aqui e ali... Sei que fui indo... Depois desmanchamos a sociedade e cada um seguiu seu rumo. E fiquei por aqui...

Nesse período da ditadura, nós fazíamos resistência política, mas sempre fomos contra a luta armada. Tanto é que os que vinham do Uruguai, do Sul, ou os que foram para o Norte, para o Araguaia, para se incorporar à luta urbana e rural, diziam:

– Não falem com o Hector nem com o Kardec, porque eles são contra e vão procurar tirar vocês disso. Nós os respeitamos porque são homens velhos e tal, mas eles são contra.

Nós dizíamos:

– Está errado, não vai dar certo, rapaz! Não vai dar certo por isto e isto...

Mas eles não acreditavam. Então, eles procuravam falar para os companheiros nem sequer ter contato conosco. Acho que isso deve ter chegado aos ouvidos deles, porque sabiam que éramos contra a luta armada.

– Vamos trabalhar de outra maneira...

Como viemos trabalhando. Fomos devagar... Organizamos a ADNAM, para trabalhar pela anistia, e estamos aí. A Associação Democrática e Nacionalista de Militares – ADNAM – foi organizada há uns quinze anos, para lutar pela anistia. Nós juntamos um grupo de oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Houve muitos clubes de sargentos, que se reuniram no Rio Grande e em outros lugares, mas a nossa associação foi essa e assim começamos a trabalhar. O primeiro nome era AMIC – Associação dos Militares Cassados. Depois passou a ser a Associação Democrática e Nacionalista de Militares. Viemos caminhando...

Na Campanha da Anistia, alguma coisa saiu. Primeiro com o governo Figueiredo, eles nos anistiarão. Veio Brizola de fora, todo mundo... Em 85, deram promoções. A mim só deram a promoção de tenente para capitão. Eu tenho direito à de tenente-coronel: não deram até hoje. O Kardec era tenente-coronel, foi a coronel. E outros, que eram capitães da AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras –, todos foram a coronel. Naquela época, ninguém foi a general. Há pouco tempo o Fortunato, que era coronel-aviador, foi promovido a brigadeiro. Ele ganhou na Aeronáutica, mas o Exército não promoveu ninguém...

E nós viemos e estamos lá na ADNAM até hoje. Tem também a parte do Clube Militar, que, quando o General Serpa lançou a candidatura dele, eu me engajei com ele e nós fomos derrotados. Em 90, surgiu uma nova campanha do Clube Militar, com o General Cerqueira. Fui participar e estive na diretoria: fiquei quatro anos no Conselho Deliberativo do Clube Militar. Apesar do pessoal contrário que tem lá dentro, eu sempre procurava influenciar, de uma maneira ou de outra, com minha participação. Falava com o Cerqueira, que hoje é mais aberto, o próprio General Cosensa, e até esse que está aí, o General Ibiapina, que tem um passado negro na reação, mas que hoje está fazendo alguma coisa... Nós sempre trabalhamos, mas nunca participamos de movimentos armados. Fomos um movimento político.

Minha família sempre passou bem, porque nunca deixei de trabalhar. Todo mundo se formou! Tenho uma filha que é engenheira. Outra que é professora, com dois cursos superiores, é a mais velha. Tenho um filho que trabalha com administração de empresas, outro que também é engenheiro. São quatro ao todo, e sempre ajudei. Até hoje ajudo: dou uma coisa ou outra...

Hoje, a situação do país é gravíssima! Porque, nesses setenta e poucos anos que tenho, nunca vi o que está acontecendo hoje. O Movimento dos Sem Terra, o Movimento dos Sem Teto, a revolta dos policiais... É muita coisa! Está muito grave a situação... Agora mesmo, em Alagoas, até os usineiros se viraram contra o governo porque o Collor tinha mandado não cobrar os ICMS deles. É um dinheirão! O governo mandou acabar com isso, quer dizer, mais um grupo que arrumou contra ele. A Igreja também está contra. Só quem está do lado deles é a mídia, essa imprensa podre que está aí!

A saída? Sei lá qual é a saída! Não me arrisco a dizer nada, porque estaria mentindo. Sei lá o que pode acontecer... Mas – engraçado – os ideais são os mesmos: onde sair um movimento para derrubar o governo, eu estou atrás. Sou mesmo contra o imperialismo norte-americano, o inglês, esses grupos todos que querem açambarcar isso aqui. Eles estão dizendo abertamente que a Amazônia não pode ser do Brasil! Que tem que ser “patrimônio da humanidade”... Não sei mais o quê, e isso e aquilo!

Talvez o Sodré possa dizer alguma coisa sobre qual seria a saída para essa situação. Mesmo ele não arrisca dizer muito não... Mas ele é um intelectual, um analista, um oficial do Estado-Maior, historiador, um homem que tem outra visão... Eu sou um prático! Sou um cara de baixo, da poeira... Se começar a roncar coisas muito altas... É claro que, nesses anos todos, a vida nos ensina. Mas o que pode acontecer aqui é muito difícil de prever e ninguém sabe. Isso é muito difícil... Acho que nem o Sodré vai arriscar dizer que a saída é essa ou aquela.

Entretanto, a opinião que tenho de que os americanos querem dominar aqui?! Isso ninguém precisa me dizer, porque eu sei! Sei que esses caras estão a soldo deles, essa imprensa... O Roberto Marinho, o Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil – que pertence a um grupo de Chicago e nem brasileiro é mais... Essas coisas eu sei.

Diante disso, as Forças Armadas estão paradas, porque não têm mais chefes como antigamente. Eles não dão uma palavra, não falam nada, a não ser os da reserva. Desses, são muitos os que têm falado e muito bem. Se ler os jornais *O Farol*, *Ombro a Ombro*, então pronto! É a nossa imprensa aqui no Rio, mas tem outros por aí em todo o Brasil. O Coronel Máximo, diretor de *O Farol*, foi do Golpe! Um coronel que foi brilhante paraquedista. Hoje se

vê o que ele escreve... E, como ele, muitos outros, que também escrevem no *Ombro a Ombro*. E mesmo na ativa tem muita gente! Eu não sei como vai ser!... Eles não falam. Atualmente o pessoal está calado.

Não sei muita coisa, mas frequento a minha Escola de Material Bélico. Sou veterano de lá, recebo convite para passagem de comando, para aniversário da escola, para o Dia de Material Bélico... Nós vamos lá e tem aquelas festas em que passamos o dia inteiro... Temos carteirinha, os veteranos da Escola desfilam... É uma maravilha! O coronel diz que nós, os veteranos, somos os donos da escola, porque a fizemos. Também vou no Regimento Andrade Neves, que é o da Escola de Cavalaria, pois também sou veterano. E outras unidades que, como militar, frequento, vou sempre... Estou frequentemente no Clube Militar, no Clube dos Sargentos, em que fui um dos fundadores. Estou sempre lá, porque atualmente sou do Conselho Superior, que é um órgão em que o elemento que foi presidente do Conselho – como eu fui – passa a fazer parte dele em caráter vitalício: só sai quando morre. Estou lá. Nunca saí do meio militar. Acho que nunca saí... Entrei em 37 e estou até hoje! No Clube Militar, num desses quartéis ou no Clube dos Sargentos. Eu me dou com todo mundo!

O contato que tenho, principalmente através da ADNAM, com o Kardec, o Pedro Alvarez, o General Sodré e tantos outros, é o que poderia ter com companheiros que pensam da mesma maneira. Somos nacionalistas, patriotas... enfim, pensamos do mesmo modo. Converso até com pessoas que estiveram do lado oposto há um tempo atrás. Converso com todo mundo! Já disse no Clube Militar, e tenho dito:

– Olha, companheiros, nós temos que seguir a linha de Caxias, o nosso chefe Maior, que todo mundo fala. O maior mérito dele foi o de ser um pacificador. Um homem que o Governo Imperial dava carta branca para fazer a pacificação nas províncias. Agora, vou dar um exemplo do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Lá, quando os chefes farrapos sentaram na mesa de negociações, na Paz de Poncho Verde, com Caxias e o seu Estado-Maior, eles fizeram suas exigências.

O Exército Farrroupilha não foi derrotado. Fez uma paz honrosa. Eles acharam que não deveria continuar com aquela luta e pararam com o derramamento de sangue, mas não foram derrotados. Então, naquela paz, onde estavam o Brigadeiro Canabarro – que é da minha cidade, Santana do Li-

vramento – e o Coronel Bento Gonçalves, eles exigiram de Caxias reintegração ao Exército dos oficiais que lutaram nas fileiras farrapas, e também a libertação dos escravos, que estavam incorporados ao Exército Farroupilha.

Os escravagistas da época – que são esses mesmos que estão aí e que não querem que se faça Reforma Agrária... – fizeram a maior onda contra a libertação dos escravos. Mas o Caxias, sempre firme e apoiado pelo Imperador, incorporou os negros libertados às tropas imperiais. E um regimento de lanceiros negros destacou-se na Batalha de Monte Caseros. Então, vamos seguir o exemplo de Caxias, meus camaradas! Vamos nos unir! O Brasil está em perigo! O inimigo não é o que é de esquerda... O Coronel Francimar de Luna Máximo – diretor d’*O Farol*, que todos conhecem – um brilhante oficial do Exército, paraquedista, muito culto, por exemplo, é um homem que diz não há mais razão de ser essa divergência! O negócio de 64 já passou!... Então, vamos nos unir e seguir o que Caxias fez...

Isso eu digo no meio deles. Outro dia, falei na direção da *Revista do Clube Militar*:

– É preciso que se melhore essa revista... Vamos esquecer esses problemas do Lamarca, dos desaparecidos... Deixem que eles vão tratando da vida deles, dessa coisa toda... Vamos tratar do momento atual! Do que está acontecendo!

Tem uma polêmica em torno dos desaparecidos políticos, mas eu me bato contra esses posicionamentos mais reacionários. É isso o que faço no Clube Militar. Duas vezes por semana vou lá, almoço e converso com uns e com outros. Já deram o reconhecimento sobre a questão dos desaparecidos. Isso já passou e até deram pensão para a viúva do Lamarca. O que mais que estão falando todo dia desse negócio de 64? Para quê, se nós agora estamos todos juntos? É isso que procuro falar com eles. Amanhã mesmo vou falar com o General Ibiapina, pois escrevi uma carta para ele um dia desses:

– General, quando tem coisas boas aqui, falo. E, quando não tem, falo da mesma forma. Eu quero cumprimentá-lo pelo seu brilhante artigo no *Ombro a Ombro*. Também quero falar, como já falei na carta que escrevi, sobre a necessidade de melhorar a revista, porque é o nosso órgão de informação que vai para os quatro cantos do Brasil, para todas as organizações militares das Forças Armadas. É preciso melhorar. Vamos parar com esse negócio de Lamarca, e isso e aquilo... Isso foi uma passagem. Não vamos voltar a discu-

tir se Lamarca tinha razão ou não. Ele achava que aquela luta dele era boa para o Brasil, mas não vamos debater isso agora, porque não é importante! Nosso inimigo está aí! Não vê quem não quer!

E o próprio Ibiapina, pelo que está escrevendo, parece estar compreendendo. Ele e muitos outros... Basta ler *O Farol* e o *Ombro a Ombro* para ver a opinião daqueles oficiais. Eu já escrevi alguns artigos para o *Ombro a Ombro*, mas o editor ultimamente andou me devolvendo, sem publicar:

– Hector, você é muito radical! Não vou publicar seu artigo.

Engraçado! Eu também já dei esculacho nuns caras que escrevem ali, uns puxa-sacos... Mas ele acha que sou radical porque digo as coisas.

Avaliando toda a minha vida, eu não me arrependo de nada. Nada! Acho que sempre estive certo, com a bússola certa. Eu me considero um militar nacionalista e de esquerda. Defendo os interesses do Brasil e nunca me acomodei em lugar nenhum, nem deixei de pensar como penso. O que eu penso falo. E o que eu falo escrevo. E assino embaixo, se for o caso. Enfim, sou isso que acabei de contar... Não escondi absolutamente nada! E tenho muito orgulho disso...

Carlos Joaquim Magalhães

O comandante da Marinha Carlos Joaquim Magalhães foi outro colaborador indicado por Kardec Lemme, que se empenhou para que obtivéssemos uma documentação oral que abrangesse todas as Armas. A entrevista foi realizada em sua residência, na Urca, e durou cerca de duas horas. Ele tratou da formação militar em meio ao clima político antifascista, desde sua trajetória como oficial de Marinha nos anos 1950 nos piores postos e navios (talvez em razão de suas ideias legalistas no interior de uma força armada predominantemente golpista e conservadora); até o golpe de 1964, quando foi cassado, preso, afastado e reformado. Por força das circunstâncias, acabou exercendo a profissão de dentista durante a ditadura militar e confessou-se satisfeito ao encontrar sua verdadeira vocação: a de escritor e poeta.

Foi com grande orgulho que recitou, ao final de sua história, uma poesia com a qual ganhou um concurso literário promovido por uma editora carioca em 1997, mostrando também as fotografias da premiação e o troféu que recebeu, bem como a biblioteca e o escritório onde trabalha, repleto de preciosos livros.

Nunca os documentos escritos de próprio punho por um colaborador ultrapassaram tanto em detalhe e quantidade a documentação oral obtida quanto no caso deste oficial da Marinha. Entre os quase vinte livros que publicou, se debruçava especificamente sobre sua história de vida em dois, de memórias. Um deles exclusivamente sobre a vida militar, *Recordações de um oficial de Marinha. Período: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*; e outro muito propriamente intitulado *Acerto de contas (memórias de um dentista-escritor). Período: de Getúlio Vargas a Fernando Collor*, sobre sua luta pela sobrevivência durante a ditadura militar. Os trechos selecionados para compor a história de vida aqui apresentada partiram da própria referência do Comandante Carlos Joaquim Magalhães na entrevista e dizem respeito aos dois momen-

tos considerados mais importantes por ele: a primeira prisão por causa do posicionamento legalista na posse de João Goulart e o afastamento sumário em razão do golpe militar.

O diálogo entre o escrito e o falado, já presente em outras histórias, aqui se faz prioritário, pois o que disse sobre sua atividade literária foi muito mais revelador do que se poderia supor. Ao final do nosso encontro, confidenciou-me que havia feito um grande esforço para ganhar o reconhecimento por ser poeta e escritor porque aquela era a forma que tinha escolhido para resgatar sua dignidade, ao exibir para os ex-colegas militares que o haviam detratado que era capaz de exercer uma arte tão nobre quanto a literatura.

O mais surpreendente é que seus livros eram cuidadosamente produzidos pelo próprio colaborador, de forma artesanal, em seu escritório, que fica em sua própria residência, onde datilografa os originais e os imprime um a um na prensa tipográfica. Além de nos mostrar sua oficina de livros, declarou-se um bibliófilo e fez questão de apontar as obras raras que possuía: todas as primeiras edições dos livros de Eça de Queiroz, as coleções completas de Guy de Maupassant e de Castro Alves, entre outras raridades.

Mas o que essa paixão pela literatura e pela cultura em geral trouxe durante sua carreira de militar? Segundo ele, uma visão crítica e progressista da realidade que o fez distanciar-se dos outros membros da Marinha, seus colegas. O preconceito com relação à abertura de novos horizontes e perspectivas profissionais fora da carreira o levou aos piores postos, nos lugares mais distantes. E, por fim, o confronto direto de posições sobre o papel que o militar deve desempenhar na sociedade civil – que a seu ver deve ser essencialmente legalista – o empurrou para fora da instituição que marcou sua vida desde jovem. A falta de solidariedade de colegas que não queriam comprometer-se com alguém considerado indesejado no período do regime militar foi seu maior desgosto.

Aparentemente feliz e satisfeito consigo mesmo, fica difícil esquecer que um dos poemas premiados com os quais nosso narrador terminou sua história chamava-se sintomaticamente “Desesperança”...

Carlos Joaquim Magalhães faleceu em 16 de julho de 2006, no Rio Janeiro.

Costumo dizer que a cultura é subversiva porque ela alerta as pessoas, mostra o caminho certo para percorrermos, ensina a nos defender dos falsos patriotas...

Meu nome é Carlos Joaquim Magalhães. Hoje em dia sou escritor. Mas nem sempre fui. Comecei minha vida profissional na Marinha de Guerra do Brasil. Fiz o curso da Escola Naval. E, na Marinha, fiquei cerca de 25 anos, quando então passei para a vida civil para exercer uma profissão completamente diferente daquela que eu escolhera. Quero dizer que fui dentista. Antes de sair da Marinha, me preparei e cursei odontologia. Em seguida aos anos que passei na Marinha, me dediquei à prática de odontologia ao longo de trinta anos. Passei-os clinicando em Copacabana. De modo que, com o trabalho anterior na Marinha e posteriormente com minha atividade de dentista, consegui amealhar uma importância em dinheiro capaz de suprir as despesas com a minha família e comigo próprio também, claro.

Mas eu já gostava de literatura. Ela foi, para mim, uma verdadeira paixão. Como nunca pude viver do que escrevia, fui então oficial de Marinha e, posteriormente, dentista, mas sempre me dedicando à literatura. Tinha uma paixão... Quando moço também fui músico amador, mas a paixão pela literatura foi tão grande que deixei a música, que é um encantamento do meu espírito, para me dedicar a ela. São mais de quarenta anos e especialmente dez anos dedicados à prática da manifestação poética. Hoje, antes de ser prosador, sou mais poeta. Depois da entrevista, lirei alguns poemas, no encerramento da nossa conversa.

Hoje em dia sou reformado da Marinha e tenho o posto de Capitão de Mar e Guerra, que equivale a coronel, de modo que vivo sem maiores apertos, de uma maneira agradável, uma dádiva que a vida me dá antes de me levar para outro mundo. Vários leitores meus têm pedido recordações da minha infância. Não tenho assim um acervo muito grande dos anos da minha infância, mas...

Nasci no Rio de Janeiro, em 25 de junho de 1924. Tenho 73 anos de idade atualmente, bem vividos e com muita saúde. Meu pai era português imigrante e minha mãe brasileira, filha de uma outra brasileira que possuía

anos atrás, no Rio, uma pensão. Meu pai comia nessa pensão, daí o conhecimento com minha mãe foi inexorável e eles então se casaram.

Os portugueses, no início do século, vieram em massa para o Rio e outras cidades. Por quê? Por causa das dificuldades de vida em Portugal da época de Salazar. Muita miséria, perseguição política, fome nas províncias... Então, vinham muitos portugueses aqui para o Rio. Eles eram empregados em grande parte como cobradores das passagens dos bondes elétricos da época. Viviam uniformizados com uma roupa azul-marinho e, no tempo de mais calor, tinham uma outra roupa cáqui, de cor mais clara. Os bondes, na época, eram abertos, agradáveis de se viajar. O cobrador, a maioria deles portugueses, vinham então pelo balaústre fazendo a cobrança de banco em banco. Esse era um dos presentes no veículo. E o outro era o motorneiro, aquele que dirigia e dava prosseguimento ao percurso do bonde. Muitos também eram portugueses, porque quando eles melhoravam na atividade de cobradores passavam a motorneiros, era uma espécie de promoção. Havia outra ainda maior quando eram guindados à função de fiscais. Eles tinham uma tabuletinha onde escreviam o controle do número de passageiros do bonde para que não houvesse problema. Eram os portugueses que vinham...

Mas vinham muitos também para o comércio, e o meu pai foi um deles. Veio para uma casa que vendia artigos de couro no centro da cidade, Janot Roudie, poucos se lembram disso. E ali ele se tornou balconista, vendedor no balcão. Posteriormente, como gostavam muito dele, passou a vender os artigos no interior do estado e até para estados vizinhos. Além de ser muito inteligente, ele era benquisto pelos fregueses, porque eram sempre bem atendidos... Essas coisas agradáveis.

Mas meu pai nunca teve jeito para o comércio. Ele chegou a ter uma casa de comércio, de venda de móveis, mas faliu. Ali é que apareceu a figura do meu tio-avô, que foi quem o ajudou, como também à minha mãe. Esse meu tio-avô não era ninguém mais do que Joaquim Pedro Salgado Filho, que foi ministro do presidente Getulio Vargas. Ele arranhou um emprego para o meu pai na polícia, porque naquela época ele era delegado de polícia, depois passou a ministro de Estado, inclusive da Aeronáutica. Então, ele arranhou uma colocação para o meu pai na polícia e anos depois para a minha mãe no ministério do Trabalho, porque ele foi ministro do Trabalho

também. De chefe de polícia foi delegado, ministro do Trabalho e da Aero-náutica. Encerrou a carreira dele quando terminou o segundo mandato do presidente Vargas.

Então, começamos assim a vida familiar. Eu cresci ali entre os meus pais, que, infelizmente, não se davam bem, não se acertavam na parte doméstica, e acabaram se separando. Eu tinha poucos anos... uns 8 anos de idade. Foi um acontecimento muito deprimente para mim e, naturalmente, prejudicou muito meu desempenho posterior...

Eu morei em vários lugares do Rio. Eram locais que meu pai arranjava e posteriormente teve que deixar, por deficiência do patrimônio financeiro dele. Morei na zona norte, no subúrbio da central, da Leopoldina e, mais tarde, em Copacabana. Por que essa passagem? Ainda devo ao meu tio-avô, que tinha uma namorada, uma francesa, que morava numa mansão muito bonita em Copacabana. E essa mansão dispunha de uma casa de caseiro, um apartamentinho pequeno. Meu tio-avô nos levou para lá, como caseiros, e em troca não pagávamos o apartamento. Aquilo foi interessante para nós. Depois fomos para vários outros pontos da cidade...

Eu ainda era criança, 7, 8 anos... Vivia mudando de escola, então não tinha tempo de iniciar um estudo melhor. Era uma coisa muito breve. Ficávamos uns poucos meses, íamos para outro lugar, era uma vida de cigano... Nesse período, lembro da minha irmãzinha, uns dois, três anos mais nova do que eu... tenho uma fotografia dela aqui... muito bonitinha. Ela morreu e fiquei sozinho no mundo. Morreu de crupe ou difteria, uma doença que dava na traqueia da criança, que inflamava e ela ficava sem respirar. A criança morria de asfixia. Hoje essa doença não existe mais por causa da vacina tríplice, que toda criança toma. E eu assisti à agonia da minha irmã, morrendo aos 4 anos de idade, com essa doença. Morreu com falta de ar... e fiquei sozinho. Isso aconteceu quando eu tinha uns 8 anos mais ou menos.

Com a separação dos meus pais, passei a morar ora com ele, ora com minha mãe. Minha mãe, naturalmente, arranjou um companheiro para viver com ela. Mas, como ela era uma pessoa de trato muito difícil, também era difícil dar certo um casamento. Ela se separou desse companheiro também... e fui acompanhando todo esse transe desagradável... tinha que estar ajudando minha mãe e ao mesmo tempo cuidando de mim... foi muito difícil.

Tanto é que, entre o contato com meu pai e minha mãe, eu gostava mais de estar com ele. Primeiro, porque se tratava do mesmo sexo, tinha mais relacionamento. Segundo, porque meu pai era uma figura de trato muito agradável, diferente da minha mãe, que era agitada, brava... Assim passei minha adolescência. Morei a maior parte dela ali no centro da cidade.

Nesse ponto, então, passamos a ficar preocupados com a minha formação. De acordo com a vontade da minha mãe, da família, eu estava guindado a entrar para o Exército. Porque tinha parentes que eram oficiais do Exército: tios, primos... muito contato com oficiais... então eles estimulavam, gostavam. Porém, mais tarde, como eu estudava num colégio vizinho à Marinha, comecei a ficar com curiosidade em ir para lá em vez de ir para o Exército. Aquele movimento dos navios despertou a minha curiosidade até o ponto de eu ir buscar instruções de como fazer para entrar na Marinha, na Escola Naval.

Eu chamo a atenção nessa época de duas, três pessoas importantes para o meu futuro. Uma delas era meu pai, mas ele não era muito atuante em cima de mim. Mas, curiosamente, me dei mais com os homens. Um deles era um delegado de polícia – esqueci no momento o nome dele – que tinha quedas para a literatura e me influenciou muito no gosto por ela. Ainda era mocinho, com 12, 13, 14 anos, ele me estimulou muito... Ele me deu um livro dele, *Vida*, um romance que escreveu. E o outro foi um colega meu que estava destinado a ir para o Exército também. Chama-se Carlos, como eu, morava no mesmo edifício e era muito inteligente. Ele me ensinou a estudar matemática, como devia estudá-la. Realmente apliquei aquele método que ele ensinava e pude desenvolver muito bem os meus estudos de matemática, a ponto de passar no exame para a Escola Naval. Esses três foram figuras muito importantes no meu desenvolvimento.

Fiz o exame para a Escola Naval logo depois de ter terminado meu curso no Ginásio São Bento, que fica ainda hoje anexo ao Mosteiro de São Bento. Lá é muito bonito... O Colégio São Bento foi, e ainda é, um colégio ligado aos monges beneditinos. Então, era um ensino também dirigido para esse ponto. Tanto é que nós tínhamos uma disciplina, uma cadeira que se chamava Apologética, em que se discutia religião. A maioria dos nossos professores era civil, mas tínhamos instrutores monges. Eu gostei muito de lá. Era um bom colégio e consegui aprender alguma coisa. Até, mais tarde,

um dos meus colegas de ano foi ser monge beneditino, já morreu há algum tempo, era um bom estudante.

Fui para a Escola Naval. Passei no exame em química e física e fui reprovado em matemática e português. No ano seguinte, fui estudar num curso especializado para esses exames em escolas militares. Apreendi bem, fiquei afiado em português, matemática e passei sem dificuldades. Foi uma verdadeira alegria para o meu pai, minha mãe, vizinhos, parentes... A Marinha, naquele tempo, tinha um bom conceito perante o público em geral, mais ainda do que os outros colegas do Exército. A Aeronáutica ainda não existia, foi criada depois.

Então, fui admitido na Escola Naval no ano de 1943, na Ilha de Villegagnon, aqui no Rio de Janeiro. Nós estávamos em guerra contra os países do chamado Eixo: Japão, Itália e Alemanha. A costa brasileira era palmilhada por submarinos alemães e o nosso maior esforço para a guerra foi a cessão dos minérios estratégicos que enviávamos para os Estados Unidos, sendo acompanhados por navios de guerra brasileiros e, às vezes, americanos. Então, com isso, o que se alterou na Escola Naval? O nosso curso, que era anteriormente de cinco anos, passou a ser de quatro, ao final dos quais fomos promovidos a guarda-marinha. Mas aí já era o final da guerra.

Quando entrei na Escola, a impressão que tive foi horrível. Por causa da prática do trote. Era violenta e totalmente, a meu ver, desabonadora... E até, vamos dizer assim, quase que criminoso! Eles batiam, aplicavam castigos nos calouros, sem que a gente pudesse se defender... Então, fiquei horrorizado com isso e passou até pela minha cabeça deixar a Escola Naval. Era pancadaria desde a hora que acordava até a noite. Batiam nas costas, batiam nas mãos com o talher... uma série de atos que não se coadunavam com o meu pensamento e com minha maneira de ser. Eu falo isso no meu livro de memórias. Mas tive que mudar de ideia e continuar porque, afinal, era uma carreira, um passaporte para o futuro que estaria garantido, vencimentos razoáveis pagos em dia, sem atrasos... tudo isso contava. Fui indo e terminei o curso, de uma maneira não brilhante, mas satisfatória.

Não tinha movimento político na Escola. Era muito preso. Entrava no domingo à noite e ia sair depois do meio-dia do sábado. Era uma permanência longa, que no primeiro ano foi desalentadora por causa da prática do trote, das pancadarias... Aquilo massacrava-nos, porque era uma prisão.

Não podia sair! A Escola Naval era muito bonita, bem situada, aquele mar... mas todo dia aquilo, já não dava gosto. Durante o dia, estávamos sempre estudando. Acordávamos cedo, tomávamos um café muito ligeiro, fazíamos uma ginástica no campo, depois fazíamos uma refeição melhor, mais ou menos às sete e meia, oito horas. Aí iniciavam-se as aulas da parte da manhã, o primeiro turno delas. Eram umas três ou quatro. Íamos para o almoço, depois voltávamos outra vez para as aulas, que eram duas à tarde. Depois éramos dispensados para a prática de esporte, descanso ou o que quisesse fazer. E à noite tinha uma hora e pouco de estudo obrigatório: tínhamos que ficar numa sala, estudando. Na parte da tarde, aqueles que quisessem usar o tempo estudando podiam fazê-lo ou prática de esportes, jogos de salão, ou outra coisa. Isso sucessivamente. Só saíamos da Escola para casa depois das aulas do sábado pela manhã e do almoço. Voltávamos no domingo, logo nas primeiras horas da noite, sete, oito horas. Então, era uma prática rígida e, para mim, não era agradável. Juntava isso com a prática do trote... Eu, quando saí da Escola Naval, senti até um certo alívio. Muitos deles acham que ela foi maravilhosa, mas para mim não foi. Foi uma espécie de prisão em que recebia castigos corporais sob a forma de trote. Então, quando saí a sensação foi de liberdade.

Saí como segundo-tenente e comecei a minha vida profissional. A guerra terminou conosco ainda na Escola Naval. Nessa época, nós ficávamos um pouco preocupados. Havia uma preocupação ligeira, mas havia. Nós dificilmente poderíamos supor que as hordas de Hitler e Mussolini viessem ter aqui às nossas praias. Mas... ficamos preocupados com o desenvolvimento da guerra na Europa, principalmente no início, em que muitos países europeus foram invadidos pela Alemanha. Polônia, França, Áustria, os países nórdicos... foram todos caindo sob o tacão de Hitler. E ficávamos preocupados.

Depois é que houve uma melhora com a entrada dos Estados Unidos na guerra. Desse modo, ela passou a ter um sentido inverso. Ao invés de os alemães avançarem, passaram a se defender dos americanos, dos ingleses, uma parte do sul da França... passamos então à reação. Aliás, com o enorme auxílio da Rússia soviética. À proporção em que ela avançava do norte para o sul, os americanos iam do sul para o norte.

Antes que a guerra tivesse terminado a favor das nações aliadas – a Rússia, a Inglaterra, a França e os Estados Unidos –, surge a primeira contradição dela, porque os americanos e os ingleses ficaram preocupados com a progressão da Rússia soviética para o norte. Temiam que a União Soviética tivessem o controle total da Europa. Porque, onde os Exércitos soviéticos tomaram, libertaram os países sob o jugo de Hitler, eles abriram a oportunidade para que esses países fossem regidos por governos comunistas. Daí a preocupação dos Estados Unidos, de modo que esse caso se deu em Berlim. Eles se encontraram lá.

A cidade de Berlim, como a Alemanha, ficou dividida em duas porções; uma democrática, acompanhando os Estados Unidos, e a outra comunista. Mas acontece que Berlim estava dentro da área da Alemanha Oriental, de modo que se estabeleceu um problema para os dois, e mais ainda para os soviéticos: ter uma cidade, a capital, sendo conduzida pelo governo democrata da Alemanha, sob a influência dos Estados Unidos, que fizeram questão de mantê-la sob a influência estratégica e política deles. De modo que Berlim passou a ser abastecida por aviões norte-americanos! Depois, ela caiu, acabou o muro de Berlim... mas ficou por muitos anos dividida entre comunista e não comunista, democrata. Em 45, quando terminou a guerra, nós ainda estávamos na Escola. Foi um alívio geral para nós todos.

Parte do governo de Vargas – no início, inclusive ele – tinha uma certa admiração pela Alemanha. Mas quando a guerra se desenvolveu o governo teve que tomar uma decisão de franco apoio às forças norte-americanas. De modo que essa atitude do governo de se aliar aos Estados Unidos teve uma influência dentro da Escola Naval. Não havia uma interferência direta, mas os colegas se mostravam favoráveis à guerra do modo em que ela se desenvolvia, contra a Itália, a Alemanha e, posteriormente, o Japão. Mas não tínhamos assim uma noção perfeita de política do que se passava no mundo, porque foi sempre uma característica do nosso ensino, principalmente nas academias militares, não tocar e desenvolver muito assuntos de ordem política e social.

Terminado o curso da Escola Naval, já livres da guerra, fizemos uma viagem de instrução por vários países europeus. Foi a melhor fase da minha vida. Instrução em alto-mar, visitas a países estrangeiros na Europa, Itália, França, Portugal, Inglaterra, Suécia, Noruega... Foi muito interessante. Mas

quando nós fizemos essa viagem já tínhamos mais de um ano de paz, então as nações se restabeleceram no sentido da destruição da guerra. Fizemos uma viagem num dos nossos navios para a Itália, logo após o término da guerra, e vimos a destruição causada: o porto de Nápoles estava totalmente destruído, a população faminta, com poucos recursos... mas isso durou pouco porque eles reagiram. Hoje a Itália está bem economicamente, inclusive com fábricas de automóveis no Brasil, na América Latina. Mas foi um momento muito difícil para nós.

Em Nápoles, houve uma coisa curiosa. Lá havia muitos ladrões, eram habilíssimos, tipo trombadinha, roubavam, limpavam os bolsos. Então, houve uma recomendação no navio para que tomássemos muito cuidado, inclusive que fôssemos para a terra em pequenos bandos, uns protegendo aos outros. Mesmo assim, tivemos notícias do trabalho desses trombadinhas. Eles agiam em grupos de dois ou três, vinham nos perguntar qualquer coisa, procuravam assim desviar nossa atenção, e usavam até navalhas para cortar os bolsos da nossa roupa para atingir a carteira! Fiquei preocupado porque tinha recebido um dinheiro dos vencimentos e estava com vontade de guardá-lo para aplicá-lo posteriormente aqui no Rio, mas pensei: “Como é que vou fazer?”. No navio não tinha cofre, não tinha como deixar lá, e se levasse para a terra era um perigo. Não podíamos ficar aqueles dias todos dentro do navio, porque Nápoles era bonita, cheia de monumentos artísticos, uma cidade muito curiosa, inclusive para os próprios italianos, um povo de sensações artísticas bem acentuadas. Tanto é que vou mostrar uns quadros que adquiri lá. Foi interessante como os adquiri...

Então, o que fiz? Era frio em Nápoles e nós vestíamos aquela roupa azul-marinho. Tínhamos uma pelerine que botávamos nas costas. Eu fiquei olhando-a e tive a lembrança de como ia guardar bem o meu dinheiro: abri a costura interna dela e ao longo daquela esfera botei todas aquelas notas de dólares espalhadas ali, costurei e fui para a terra!... Eles nunca poderiam supor que o meu dinheiro estava todo enrolado por ali. E foi dessa maneira que consegui evitar os trombadinhas da cidade de Nápoles.

Havia grande interesse nosso pelos trabalhos em artes desenvolvidos ali pelos italianos, em termos de escultura, estátuas de cobre, cenas da baía de Nápoles, do Vesúvio... Os italianos, logo depois da guerra, em Nápoles, estavam levando uma vida muito difícil, faltando tudo... Eles andavam com

uma avidez incrível por cigarros. Não tinha, acabou-se por causa da guerra. E também tinham muito interesse no café. O comércio desses dois produtos tinha terminado. Antes de chegarmos lá, passamos por Gibraltar, uma possessão inglesa tirada aos espanhóis. Lá chegou um navio com um grande carregamento de cigarros norte-americanos e nós adquirimos muitos desses cigarros. Eu fumava naquela época e comprei a minha cota. Quando chegou em Nápoles, vi umas pinturas na galeria Umberto Primo e perguntei pelo preço. Para surpresa minha, ele me deu o preço em carteiras de cigarro norte-americano! Aí eu tinha e acabei trocando as telas por cigarros.

Adquiri duas telas de um pintor que se chamava Angelo Canone, faleceu há poucos anos aqui no Rio. Ele migrou para o Brasil e se tornou aqui um conhecido pintor... De modo que as telas que comprei têm cotação aqui e foram compradas com cigarros norte-americanos! Muito interessante...

Finalmente a esquadra foi entregue, depois dessas viagens ao estrangeiro, para trabalhar nos navios de guerra. Neles eu fiquei grande parte da minha vida, cerca de 25 anos. Mas, em decorrência do meu gosto literário, adquiri um grande apetite pela leitura, por cultura. Resolvi aprender tudo... queria saber tudo! Estudei política, filosofia, história, literatura, todo o ramo da cultura conhecida na época. E foi essa cultura geral de grande auxílio no desenvolvimento da minha arte literária. Há, naturalmente, um desenvolvimento da sensibilidade e a vontade de transmitir aos semelhantes uma mensagem qualquer de esperança, coragem...

Costumo dizer que a cultura é subversiva, porque ela alerta as pessoas, mostra o caminho certo para percorrermos, ensina a nos defender dos falsos patriotas... De maneira que eu sentia que era diferente de grande parte dos meus colegas. Isso teve uma certa influência com os acontecimentos políticos posteriores.

Nosso ambiente, dentro da Marinha, era estritamente profissional. Estávamos embarcados, em exercícios no mar, ou então convivíamos no interior das bases em apoio aos navios. Convém lembrar que a nossa Marinha é uma organização modesta, como eram modestos os meios de produzi-la aqui no Brasil. Um país pobre só pode ter uma Marinha pobre. É nesse ponto de vista que temos que conversar sobre a Marinha brasileira. A minha atividade profissional se desenvolveu nisso: embarcado em funções do navio – como navegador, auxiliar das máquinas, oficial de atividade no convés... Eu gostava

va muito de navegação. De modo geral, gostava das atividades dali. Menos na máquina. Gostava mais do convés, de navegação... era encantado com isso. Fiz muitas viagens e conheci bem o Brasil. Inclusive uma das minhas funções foi comandante de um navio encarregado do abastecimento dos faróis ao longo da costa brasileira. Isso me deu um conhecimento grande e em detalhe dela e dos estados do norte, do sul. Deu muito conhecimento com pessoas, com os problemas regionais...

Quando fora dos navios, servíamos em estabelecimentos de terra, para apoio a eles, como disse. Também estive alguns anos trabalhando desembarcado no Rio de Janeiro e também fora dele. Estive na Bahia por um ano, na cidade de Salvador. E no Piauí passei dois anos e meio da minha existência.

Eu já era casado. Conheci minha esposa no estado do Rio, na cidade de Vassouras, quando passava as férias escolares. Mas antes eu gostava de uma outra namorada... Era uma judia muito bonitinha e inteligente. Ainda estava na Escola Naval. Gostava muito dela... a Sarita. Houve uma série de acontecimentos e não deu para que nós realizássemos o casamento... Ela era nascida na Argentina, mas vivia aqui no Rio. Mas isso é um outro capítulo e prefiro não contar esse momento porque foi muito triste para mim... Muito triste... O desenlace aconteceu justamente depois dessa viagem de instrução. Ela não quis mais voltar... Ficou desabonada comigo, embora eu tentasse... Nesse período agudo da minha vida, conheci minha mulher, ela fez força para namorar comigo, eu disse:

– Gosto de outra... não vai dar certo...

Mas depois ela insistiu bastante e acabou conseguindo! Casei-me com ela, gostando de outra. É dureza... Mas me acostumei com ela e vivemos juntos há mais de quarenta anos. Temos três filhos, um rapaz e duas moças. Ele é geólogo, trabalha em Belo Horizonte, é presidente da sua própria empresa. Tânia Magalhães vive em São Paulo, é diretora-executiva de uma firma de comunicações, e Carlota me deu o prazer de estudar odontologia, a quem passei meu consultório dentário.

Casei-me como Capitão-Tenente e quando fui para a Bahia e o Piauí levei minha mulher. Um pouco antes de sair da Marinha fui servir em Washington, ela foi comigo, como também minha mãe que, na época, ainda estava viva.

Vamos ao fato mais importante... Abrindo os horizontes com conhecimentos começa-se a perceber, a enxergar mais distante do que uma pessoa

normal. Começa-se a ter mais experiência com o trato do ser humano, e também com as manobras políticas existentes na época. Então, comecei a perceber que nós, infelizmente, sofriamos, principalmente depois da guerra, uma influência muito grande dos Estados Unidos. Mais tarde de outras nações europeias... mas principalmente deles. Percebia porque víamos que por trás daquelas ações políticas havia toda uma influência decisiva em questões econômicas, procurando nos atrelar – tanto ao Brasil como aos demais países sul-americanos, como outros do Terceiro Mundo – ao que os esquerdistas chamavam de imperialismo econômico.

De modo que só víamos uma solução para nós e para o desenvolvimento do próprio povo brasileiro e da nossa Marinha desde que recuperássemos a independência econômica e financeira, como essas nações, através de suas empresas nacionais. Desenvolveu-se dali em diante uma separação nos militares entre direita e esquerda. Por que direita e esquerda? À esquerda atribuíamos a elementos de várias origens: democratas, comunistas, socialistas, nacionalistas, e uma parte da população militar mais desenvolvida que compreendeu esse jogo político, social, econômico das nações mais desenvolvidas sobre as nossas ações. Antigamente, na época imperial, o Brasil era sempre orientado e dirigido a distância pelos interesses da coroa inglesa. Da República em diante, passamos da influência inglesa para a norte-americana, quanto mais intensa a proporção que eles se desenvolviam economicamente.

Praticamente os Estados Unidos tomaram conta do controle econômico do mundo, depois da guerra. Todas as nações, de um modo geral, passaram a ser devedoras dos Estados Unidos. Então, era isso que nós compreendíamos e queríamos livrar o Brasil dessa influência avassaladora e terrível junto a nós, dia e noite exercendo pressão para que entregássemos as nossas reservas e riquezas minerais nacionais, contra um desenvolvimento enorme desse controle do mundo através da indústria norte-americana. Eram essas as ideias que caracterizavam a esquerda militar no Brasil.

E a direita? A direita era composta, naturalmente, por colegas que viam mais distantes do sofrimento do povo brasileiro ou que estavam embutidos dentro dessa classe mais bem aquinhoada. Não sentiam muito as dificuldades da nação e eram catequizados também para a política norte-americana por causa de melhores salários, oportunidades de viverem nos Estados Unidos. Isso entre os militares. Entre os civis era principalmente a prática da corrupção entre os políticos brasileiros.

Getúlio Vargas, um dos grandes estadistas brasileiros, caracterizou-se pela defesa das riquezas nacionais ante a influência das empresas norte-americanas. Por isso, morreu. Foi obrigado a suicidar-se. Foi uma organização enorme de políticos, jornais, empresas desmoralizando o presidente. Eu vivi isso intensamente. Via através da imprensa, do rádio, que procuravam desmoralizá-lo para que ele fosse expulso pelas Forças Armadas. Ele se colocou totalmente contra o interesse das grandes empresas norte-americanas, estabelecendo leis que defendessem o patrimônio brasileiro dessas multinacionais. Inclusive uma lei muito importante dizendo que os estrangeiros podiam possuir o solo, mas nunca o subsolo. Defendia as riquezas nacionais dentro do subsolo, que o sr. Fernando Henrique doou isso de uma maneira liberal aos interesses estrangeiros.

Quando do suicídio de Getúlio, me lembro que os colegas da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, em sua maioria, estavam contra ele. Dentro da direita, queriam depô-lo e aliaram-se com o Carlos Lacerda, que teve uma influência muito grande no resultado trágico da morte de Getúlio Vargas.

Depois de Getúlio Vargas, houve a eleição de alguns presidentes: Juscelino Kubitschek... e abrindo sempre as possibilidades de exploração das nossas riquezas por intermédio das multinacionais. Quanto mais davam facilidades, mais eram elogiados através da imprensa brasileira.

Até que chegamos finalmente a João Goulart. Ele foi vice-presidente na chapa daquele outro presidente, que foi governador paulista, daqui a pouco me lembro o nome dele... Jânio Quadros. Bom, o João Goulart foi eleito vice-presidente. Era a dupla Jan-Jan. O Juscelino, que foi antes deles, hoje é tido como um grande presidente. Eu não achei tanto assim... Ele praticamente abriu as portas do país a tudo quanto é exploração estrangeira! Essa que é a verdade... Perdemos o controle de muitas riquezas nossas. Só não perdemos o controle da Petrobras por causa da reação contrária do povo brasileiro.

O que ocorreu de mais marcante para mim foi a época do impedimento do vice-presidente João Goulart a assumir as funções de presidente pela renúncia de Jânio Quadros. Eu já estava naquela fase mais esclarecida, compreendia melhor os acontecimentos... Então, fiquei muito preocupado com os acontecimentos políticos, principalmente naquele momento em que João Goulart saiu do país para uma visita à China, uma visita que se dizia comer-

cial, para abrir novos caminhos em função de trocas comerciais, essas coisas. Quando ele estava na China, recebeu a notícia da renúncia de Jânio Quadros. Este, para mim, foi um indivíduo que não tinha a menor condição e equilíbrio para exercer uma função de alto gabarito como era a de presidente da República. Tanto em função dos seus conhecimentos como do equilíbrio emocional. Era meio louco, vamos dizer assim... A própria renúncia dele foi um ato de total incompreensão. Foi quando João Goulart recebeu a notícia e iniciou o retorno para assumir as funções constitucionais de presidente da República, em função da renúncia do titular.

Aí houve uma grande reação da direita militar no Brasil. Se reuniram os três ministros: da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que confabularam juntos dizendo ser totalmente impossível e que seria barrada a entrada do Jango no Brasil. Ele foi impedido de voltar. Chamaram os três ministros – os “Três Patetas”, hoje chamados de “Gorilões”. “Gorila” era o termo pejorativo com que se designava o militar de direita. E as borrachadas comeram aqui no Rio de Janeiro!

Eu estava embarcado no cruzador Tamandaré, que já deu baixa, como encarregado de navegação. Eles estavam preparando o movimento dos navios, em conjugação com as forças do Exército, no sentido de impedir a entrada de João Goulart. Confabularam... Um dia, fui chamado junto com outros oficiais e o comandante então expôs a atividade de impedir a entrada de João Goulart no Brasil, como também dele assumir as funções presidenciais. Eles alegavam que ele era incompetente como vice-presidente e o seria mais ainda como presidente e era também aliado das forças populares no Brasil, sindicatos de trabalhadores... E eles ficaram com medo dele levar o país a uma República Sindicalista, como eles chamavam. No fundo mesmo, eles estavam preocupados em perder seus privilégios! Chefias, funções... ou mais exatamente: temiam o comunismo. Pois bem, depois dessa reunião com o comandante no Tamandaré eu me declarei contrário. Não foi propriamente na reunião. Nela expuseram o caso... posteriormente, mandei uma resposta por escrito, dizendo, de uma maneira disciplinada, que não considerava justo levar o navio para uma ação que não se coadunava com os dispositivos constitucionais. O comandante era um antigo vizinho meu aqui na Urca, o Grunewald... não, esse era da esquadra. A carta entreguei ao comandante do meu navio, que ficou sem saber o que fazia. Aí correu ao comandante da

esquadra para comunicar o ocorrido. Ele mandou que eu desembarcasse do navio preso e fosse conduzido incomunicável por um corpo dos fuzileiros navais. Aí conheci a primeira prisão da minha vida... fiquei uns poucos dias.

Mas houve reação. Uma reação forte tanto por intermédio de João Goulart como dos oficiais militares esquerdistas, nacionalistas, como do próprio povo brasileiro, que reagiu contra! Houve uma acomodação desses militares, do povo, junto ao Congresso. E eles então resolveram criar um regime republicano parlamentarista para poder ajustar a situação do momento. De modo que o João Goulart assumiu num regime em que ele não governaria sem um primeiro-ministro. Foi um jeito deles acomodarem a gregos e troianos, esquerdistas e direitistas, para satisfazer as exigências dos ditames constitucionais.

Fiquei uns tantos dias preso junto com outros colegas. Uns estavam presos por jogatina, outros por explorar não sei quê... e eu era o único preso por motivos políticos. Ao ponto de que, quando entrei, eles ficaram com medo de ter contato comigo, porque era tido como um esquerdista perigoso, subversivo, alguma coisa assim. Eles pensavam que eu era um subversivo perigoso e se afastaram de mim dentro da prisão! Eu não era nada!... Apenas não queria participar de uma ação que não concordava. Aliás, não entrei na Marinha para participar de golpes militares.

Mas, nos dias em que estava na prisão, começou a haver este movimento... Eu acompanhava mais ou menos, porque não me deixavam ler jornal, ouvir rádio, nada... mas me contavam. Então, o meu prestígio dentro do meu presídio começou a melhorar. Comecei a receber jornais, a poder ligar o meu rádio... o taifeiro que me servia perguntava se eu queria uma cervejinha!... Começou a melhorar com medo de retaliações. Começaram a ficar preocupados, aquela raia miúda e os oficiais também. Tive uma entrevista com o comandante do corpo de fuzileiros navais, em que ele praticamente colocou o quartel à minha disposição, tudo aquilo que precisasse em termos de conforto, informações...

Com a situação política estabilizando, melhorando, foi logo suspensa a minha prisão. Então, aqueles mesmos colegas mais antigos aos quais me apresentei para receber a punição me receberam do modo contrário, e até me agradando, dando tapinhas nas costas, e me deram uma semana de férias. Com medo de que depois eu ascendesse a uma situação política que pu-

desse fazer retaliações com eles. Daí o sentido deles me agradarem. Escrevi tudo isso no meu livro, com mais detalhes:

O “subversivo”

Em minha vida de militar, passei por inúmeros episódios curiosos; entre eles, não consegui esquecer a circunstância em que se deu o meu único caso de prisão.

– Você vai embarcar no Cruzador Tamandaré! – foi o que me disseram, logo que cheguei à Diretoria do Pessoal, no Rio, ao regressar do Piauí, onde servira durante dois anos como Capitão dos Portos.

Não gostei muito desta designação, já antevendo talvez o que aconteceria comigo, pouco mais tarde.

O “Tamandaré” já se tornara bastante conhecido do povo em geral pelas comissões especiais em que fora empregado, na Marinha Brasileira. Assim, tempos atrás, escapara-se do Rio de Janeiro levando a bordo os principais responsáveis por um golpe, que se pretendia aplicar, impedindo a posse dos candidatos eleitos para a Presidência e Vice-Presidência da República. Depois disto e periodicamente, era empregado pela classe dirigente da Marinha como uma espécie de leão de chácara do Governo para desbaratar ou intimidar estudantes e trabalhadores em greve.

Nisto tudo, surpreendia-me o fato de ser o povo, em última análise, quem pagava, quem mantinha, esse e outros navios da Marinha de Guerra, que, ao final das contas, iam ser empregados em operações contra este mesmo povo... Era uma contradição! Enfim, lá dizia o ditado:

“Manda quem pode – obedece quem precisa”.

Embarquei no cruzador “Tamandaré”. A bordo, deram-me uma função importante, que, por sinal, foi do meu agrado. Tornei-me o encarregado de navegação do navio. Nos dois primeiros meses, como seria natural, tratei de familiarizar-me com a função. Li compêndios de navegação e aprendi a manusear os instrumentos modernos, que possuíamos, nas poucas saídas do “Tamandaré” em exercícios de manobras.

Quando já começava a ficar senhor da minha função, deu-se um incidente, que mudou o ritmo da minha vida. Tudo começou com a renúncia do Presidente da República (Jânio Quadros).

Dizia-se, naquela altura, que os três ministros militares haviam forçado a saída do Presidente, por haver este demonstrado simpatias pelos países de regime de esquerda, depois de alguns meses de governo. Logo após isto se ter verificado, os mesmos ministros em manifesto dirigido ao Congresso, declararam

ser de toda inconveniência para a Nação que o Vice-Presidente (João Goulart) assumisse a suprema magistratura do Governo. A causa invocada continuou sendo a mesma: “tendências esquerdistas”. Acrescentaram, em declarações públicas, que, caso o Vice-Presidente penetrasse em solo brasileiro (ele se encontrava viajando em missão oficial), seria preso incondicionalmente.

No Rio, como em outras cidades importantes, começou a verificar-se movimentos de tropas do Exército pelas ruas principais. Ante a agitação reinante, regressei a bordo e apresentei-me ao comandante. O navio ficou em regime de “prontidão rigorosa”. Ninguém mais pôde baixar a terra.

No dia seguinte, fui chamado a participar de uma reunião “secreta” com o comandante. A ela compareceram os oficiais mais graduados do “Tamandaré”, inclusive o encarregado geral de artilharia. Reunimo-nos todos na sala do comando. Aí, por intermédio do próprio comandante, tivemos conhecimento dos pormenores do golpe que se iria armar. Soubemos que as principais autoridades das três classes armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) estavam mancomunadas. O comandante ditou as normas relativas à participação do navio no movimento, recomendando que se providenciasse o embarque de maior quantidade de munição. O navio movimentar-se-ia para determinado setor do litoral do País. Por último, o comandante nos explicou que os três ministros arranjariam um meio legal para impedir a posse do Vice-Presidente. Fomos advertidos para que não comentássemos o que se planejava com os demais oficiais menos graduados. Quanto aos marinheiros, estava claro, obedeceriam automaticamente. Por fim, o comandante nos advertiu ainda que qualquer ponderação a fazer, sobre o assunto, deveria ser tratada diretamente com ele. Logo que isto foi dito, ouviram-se, imediatamente, palavras subservientes de adesão ao movimento.

Mantive-me calado, escutando, cômico da gravidade da situação. Nunca poderia apoiar e muito menos colaborar numa ação, que eu julgava indigna. O Vice-Presidente fora eleito e reeleito pelo povo para a função que exercia e para substituir o Presidente em qualquer eventualidade. Assim rezava a Constituição e tínhamos de respeitá-la. Se o Vice-Presidente, até então, fora possuidor de idoneidade moral para o seu cargo, “ipso facto” também a possuía para o de Presidente. E depois, raciocinava eu, não cabia a certos indivíduos se meterem a tutores do povo, opinando sobre a conveniência disto ou daquilo, principalmente em um assunto como aquele, de suma importância para os interesses das massas. Às classes armadas, pagas, mantidas pelo povo, cabia o dever de respeitar e garantir as conquistas desse mesmo povo. Jamais ir de encontro a elas! O voto popular é sagrado. “Todo poder emana do povo”, dizia a Constituição.

Em carta-ofício, que tomei o cuidado de dirigir, com urgência, ao Comandante, expus, de maneira disciplinada, esses pontos de vista e solicitei-lhe o meu

desembarque do navio. A carta foi entregue logo após o jantar. A reação não foi imediata. Interpretei a demora como uma indecisão.

Naquela noite, como era natural, não pude dormir direito. A imaginação flutuava. Via o Brasil entregue a desordens internas e eu transferido outra vez para um lugar distante e destituído de recursos. Em suma, não enxergava as coisas bem paradas para o meu lado...

No dia seguinte, bem cedo pela manhã, o Comandante foi consultar o Chefe da Esquadra e trouxe a aquiescência daquela autoridade para prender-me. Desembarquei em poucos minutos, levando todos os meus pertences. Enquanto me preparava, ainda no camarote, fui confortado por um colega mais velho e mais chegado a mim, que, batendo-me de leve nas costas, me asseverou duas vezes:

– Tudo isto passa... Tudo isto passa...

Na lancha, aguardava-me um colega da mesma patente, que seria o meu acompanhante, ou melhor, a minha “escolta”. Seu olhar era duro, implacável. Parecia estar engajado em missão perigosa. Apesar de havermos sido da mesma turma, nos bancos escolares, não me deu conversa, enquanto viajávamos na lancha. A muito custo, disse-me, simplesmente, que me iria entregar no Estado-Maior da Armada e que lá eles decidiriam o que fazer de mim... As suas palavras fizeram-me secar a boca e a garganta.

No Estado-Maior, fui apresentado ao Chefe do Gabinete. Havia um ofício do comando da Esquadra solicitando a minha prisão em caráter de “incomunicabilidade”. Dois ou três oficiais cercaram-me logo, curiosos do que acontecia comigo. Era a primeira vez que me prendiam, depois de quase vinte anos de Marinha! Um deles, depois de ouvir a minha explicação, falou-me em tom de lamento:

– Eu não queria estar na tua pele!...

Compreendi que, se estivesse ali alguém por fora de tudo aquilo, havia de pensar que eu praticara um ato de alta traição, por exemplo. Fiquei a imaginar o que fariam comigo, se eu, realmente, houvesse cometido algo de grave. Só pude pensar em fuzilamento!

– Corpo de fuzileiros navais com ele! – respondeu do seu gabinete o chefe do Estado-Maior da Armada.

Concluí, com amargura, que havia chegado a minha vez, pois, quando tenente, muito concorrera, com a minha intransigência, para que marinheiros indisciplinados cumprissem penas disciplinares no mesmo quartel...

Outro oficial de minha patente conduziu-me para a “colina”, como era chamado o Quartel Central do Corpo de Fuzileiros Navais. No caminho, perguntou-me em tom de admoestação se eu era casado, se tinha filhos. Em resposta

à minha afirmativa, advertiu-me que eu deveria ter pensado nos filhos antes de tomar aquela decisão.

Tive vontade de responder-lhe que, justamente por haver pensado nos meus filhos, é que eu estava naquela situação, mas calei-me com receio de não ser compreendido.

Em poucos minutos, o carro que me conduzia chegou ao quartel dos fuzileiros. O subcomandante do Batalhão, meu colega de Escola Naval, estava de pé, à porta do prédio da administração. Tinha o capacete enterrado na cabeça e estava de sobrolho cerrado. A sua disposição era típica de um dia de segunda-feira...

Não me dirigiu a palavra. Segundo se falava, ele costumava dizer que “preso não tinha vez”. Depois de ler o ofício, que lhe fora entregue e sem balbuciar uma palavra sequer, apontou para o prédio, a prisão, ao oficial que se encontrava ao seu lado, o qual me conduziu, finalmente, para o local apontado. E assim, de mão em mão, de escolta em escolta, meteram-me num quarto escuro, sujo, poeirento, do presídio de oficiais. Nem roupa de cama encontrei no colchão ensebado do beliche de ferro. Fora do quarto, junto à porta, foi mantido um fuzileiro naval, armado de metralhadora portátil. Tive a oportunidade de vê-lo bem: mantinha a postura ereta, de guarda; com o dedo no gatilho da metralhadora e com cara de mau. A ordem que recebera era a de não me deixar sair do quarto, a não ser para uma visita curta ao sanitário, situado ao lado. Havia instruções para que me não fosse permitido falar com ninguém, nem sequer com os oficiais condenados, que cumpriam pena nos quartos vizinhos. Tampouco não me foi permitido ficar com o meu aparelho de rádio portátil. Não pude adquirir jornais e tive ainda os meus pertences revistados.

Nos minutos iniciais da minha reclusão, notei que os cinco oficiais condenados, meus vizinhos, olhavam-me, pela janela do quarto, com certo ar de curiosidade e talvez até com um pouco de receio. As aparências faziam crer que eu era tido como um sujeito perigoso...

No dia seguinte, os cinco oficiais condenados foram colocados também na condição de “incomunicáveis”, iguais a mim. O fuzileiro naval foi afastado da porta do meu quarto e posto de guarda à entrada do alojamento. Deste modo, tive acesso ao salão comum dos presos. Pude então saber o motivo da prisão dos meus companheiros. Três deles haviam sido condenados por crime ou peculato, outro por furto e o quinto por questões de libidinagem a bordo de um navio.

Ao nosso recinto, só tinham acesso os dois taifeiros, que nos serviam as refeições. Um deles mostrava-se meio insolente e o outro relaxado por demais.

Por um jornal que nos chegou sorrateiramente às mãos, no dia seguinte, soubemos que a Nação começava a oferecer resistência à pretensão dos três

ministros militares. As classes trabalhadoras e os estudantes faziam espocar greves, que se estendiam por todo o País. O povo em geral, em manifestações coletivas, demonstrava o seu repúdio aos primeiros indícios de uma ditadura que se avizinhava. Para o Oriente, onde se encontrava viajando o Vice-Presidente da República, foram dirigidos cabogramas urgentíssimos, solicitando a S. Exa. que retornasse ao Brasil, a fim de assumir o posto que lhe era atribuído pela Constituição. Mais tarde, os taifeiros nos disseram que o pavimento de cima estava ficando povoado de “gente graúda”. Soube então que foram presos dois almirantes, dois generais e um brigadeiro. Naquela noite, adormeci mais tranquilo. Não estava sozinho. Havia alguém em quem eu poderia confiar.

Um dia depois, os governos dos estados do Sul declararam-se, energicamente, contrários à atitude dos ministros militares. O general comandante do Terceiro Exército acompanhou os governadores, asseverando que não recebia mais ordens do Ministro da Guerra. Suas tropas foram colocadas em posição de resistência. O congresso, por sua vez, rejeitou, por esmagadora vantagem de votos, o manifesto de impedimento contra o Vice-Presidente. As forças, como se poderia chamar, do antigolpe, declararam-se, de maneira categórica, contra a ameaça da ditadura.

A situação do País, daí por diante, começou a girar em torno das negociações. De um lado, os três ministros militares com o Primeiro, Segundo e Quarto Exércitos, acompanhados da Marinha e da Aeronáutica. Do lado oposto, a maioria dos governadores, principalmente os do Sul, acompanhados dos militares do Terceiro Exército e de grande parte da opinião pública do Brasil. De permeio, os deputados, servindo de intermediários e procurando encontrar uma solução para a crise.

Desde esse momento, a minha situação de incomunicabilidade tornou-se mais aliviada. Trouxeram-me de volta o rádio portátil, passaram-me a comprar os jornais com regularidade e a levarem-me recadinhos para casa, colocando-me em contato com a família. Nesta altura, os taifeiros que me serviam voltaram às atitudes disciplinadas. Entre os oficiais presos, que se encontravam comigo, notei que eu me tornava o líder incontestado deles todos.

Dentro dos limites em que me encontrava recluso, o ambiente era de calma. Os oficiais passavam grande parte do dia dormindo; à noite, jogavam “buraco”. Lá fora, entretanto, a situação era diferente. Continuavam os atos de violência, de arbitrariedade, dirigidos contra o povo. Censuraram-se jornais, invadiram-se sedes de sindicatos, lançaram-se bombas lacrimogênicas contra manifestantes e distribuíram-se borrachadas.

À proporção que os dias iam se passando, notava-se que a crise tendia a melhorar com a possível aceitação, por parte dos três ministros militares, da

investidura do Vice-Presidente. Foi nesta oportunidade que soube estar correndo um boato, por entre os soldados do Corpo de Fuzileiros Navais, que eu vinha sendo tomado como primo do próximo e novo Presidente da República. Quando um dos taifeiros me perguntou se eu, de fato, era parente do Vice-Presidente, respondi com evasivas:

– Quem sabe? Pode ser...

Notei, de início, melhora no tratamento. As nossas instalações começaram a ser visitadas por oficiais, que vinham passar inspeção, visando corrigir as condições de higiene, etc., dos quartos. Até o “bufeteiro” nos arranjava garrafas de cerveja quando lhes solicitávamos.

Por último, ficou decidido que o Vice-Presidente tomaria posse do cargo de Presidente da República, já tendo sido votada e aprovada nessa altura a emenda constitucional, que criava no País o regime de governo parlamentarista. O Vice-Presidente, para evitar maiores complicações, aceitou a Presidência nesta nova modalidade de governo.

Na véspera de eu ser restituído à liberdade, recebi a visita do subcomandante do Quartel de Fuzileiros, meu colega de Escola. Ao entrar, foi logo se desculpando comigo por não haver aparecido há mais tempo. Perguntou-me se eu desejava alguma coisa e aconselhou-me a chamar por ele, “sem constrangimento”, se eu precisasse. Ele estaria às “ordens”. Não perdi a oportunidade. Respondi, velhacamente, que não gostava de fazer ameaças, mas acrescentei, cheio de malícia: “política muda, meu velho!...” Em seguida, fiz-lhe uma série de reclamações propositadas e asseverei-lhe que mandaria chamar por ele, caso necessitasse.

No dia seguinte, fui posto em liberdade. Arranjaram-me uma viatura para levar-me de volta ao Estado-Maior da Armada e cuidaram da minha bagagem. Antes, porém, de sair do Quartel, fui apresentado ao Comandante da Guarnição. Soube, antes, que ele era conhecido entre os soldados pela alcunha de “Jacaré”. Respondendo à minha curiosidade, disseram-me que o apelido lhe fora dado certa vez, quando comandava outro quartel de fuzileiros. [...]

“Jacaré” recebeu-me em seu gabinete com um sorriso, que ia até os côndilos da mandíbula. Levantou-se, prontamente, quando eu botei o pé no seu gabinete. Apertou-me a mão com afabilidade e disse-me, quando me retirei, que esperava ver-me de volta ao Quartel em outra circunstância que não aquela. Agradei e dali rumei num jipe aberto para o Estado-Maior da Armada, no Ministério da Marinha. Desci a ladeira da “colina” respirando um ar menos carregado. Sentia-me satisfeito, feliz.

No Estado-Maior, o primeiro oficial com quem dei de cara foi o mesmo que me conduzira para os Fuzileiros. Ao entrar, fui-lhe dizendo que eu já estava solto.

– Já sei, já sei! Antes de mais nada, vamos tomar um cafezinho! – dito isto, abraçou-me, colocando o seu braço direito no meu ombro e levou-me a sentar

nas poltronas onde se recebiam as visitas de mais cerimônia. Acrescentou haver sentido muito o incidente ocorrido comigo. Depois, solícito, foi anunciar ao seu almirante a minha apresentação. Voltou, logo a seguir, dizendo que, pelo fato de o meu navio não se encontrar no Rio, o almirante determinara que eu ficasse de licença, em casa, “sem preocupações”.

De fato, assim foi feito. Distraí-me bastante nos oito dias passados em casa.

Quando o “Tamandaré” regressou, telefonaram-me dizendo que eu já poderia apresentar-me ao comandante. Na manhã seguinte, bem cedo, vesti o uniforme do dia e toquei-me para bordo. Minha preocupação, no momento, era saber como seria recebido e se continuaria embarcado no mesmo navio.

O “Tamandaré” estava amarrado à boia, no meio da baía de Guanabara. Tive de esperar pela lancha do horário em frente ao Ministério da Marinha. Quando atracamos ao portaló do navio, o Imediato esperava-me no patim superior da escada. Recebeu-me, muito risonho, muito receptivo, e foi logo dizendo que o meu camarote estava vazio... à minha espera.

Agradei a boa acolhida e me dirigi a seguir para o meu antigo camarote, a fim de aliviar-me da bagagem, que trouxera de volta comigo. Depois, fui fazer a minha apresentação ao comandante. Sua senhoria recebeu-me também com muita afabilidade. Disse que sentia prazer ao ver-me de regresso ao navio. Acrescentou que era natural às pessoas terem ideias políticas diferentes, mas que isso não alterava, em absoluto, o seu bom conceito sobre a minha pessoa. Estava, de resto, muito satisfeito com o meu trabalho profissional a bordo do “Tamandaré”. E, por último, perguntou-me se eu já me encontrava instalado e aconselhou-me a ficar à vontade no navio.

Antes de eu sair do gabinete, o Comandante estendeu-me a mão, num cumprimento quase fraternal, e aplicou-me ainda, com certa familiaridade, um tapinha cordial nas costas. Com o resto da oficialidade do navio, cerca de cinquenta homens, senti-me mais à vontade. Encontrei, à minha volta, a mesma simpatia de antes do incidente. Nada mudara.

Verifiquei, mais tarde, um pormenor de certa significação para mim. Meu nome deixara de constar das listas de oficiais, espalhadas pelos vários setores da administração do navio. Por aí comprovei que houvera a intenção de não me receberem mais a bordo. Notei outra coisa interessante: o navio era portador da medalha do “mérito naval”, que lhe fora outorgada em consequência de sua folha de serviços prestados à Marinha...

Dias depois, tive outra surpresa agradável: um dos almirantes, que estivera preso comigo no Quartel de Fuzileiros, convidou-me para ser o seu assistente, num cargo importante para o qual fora nomeado. Como não podia deixar de fazer, aceitei o convite, imediatamente e com satisfação. A notícia num instante

se espalhou. Em breve, comecei a receber congratulações, até de oficiais com quem não me dava muito. Às vezes, de passagem pelos navios, vinham-me acenos subservientes de colegas situados em locais mais afastados.

Não demorei muito no “Tamandaré”. Poucos dias depois, chegava a bordo a ordem do meu desembarque. Passei as funções com certa rapidez e segui logo para mais essa etapa da minha vida na Marinha.

No Rio, como nas demais cidades do Brasil, a vida normalizava-se. A situação interna do país, entretanto, ainda não era firme. Caminhávamos para novas e futuras crises, pois a sociedade firmava-se em alicerces já minados em sua base. Estes e outros casos semelhantes, verificados anteriormente, eram reflexos muito comuns ao mundo de então, conturbado e em fase de evolução.

Rio, novembro – 1961.

MAGALHÃES, C. J. *Recordações de um oficial de Marinha, cit.*, pp. 9-20.

Como fiquei mais ou menos uma semana preso, minha família não ficou muito incomodada. Eles já estavam mais ou menos preparados. Eu já tinha falado do movimento político, dado notícias do que acontecera, então não estavam preocupados...

Dessa minha ação de uma certa coragem em relutar contra o que eles queriam, fui convidado por um almirante, João Paulo de Araújo Suzano, desse lado nacionalista para ser seu assistente numa função elevada na Marinha. Ele já é falecido, assim como um filho dele que também era da Marinha. Ele só tem um filho vivo, o Capitão Suzano. Ele discorre sobre esses problemas com facilidade, conhecimento, sabe o nome de todo mundo... é muito interessante. Eu não sou bom narrador, mas quando se trata de escrever tenho mais facilidade...

Posteriormente, quando o governo parlamentarista foi se desenvolvendo, tivemos um primeiro-ministro também consciente dos problemas nacionalistas, e convidaram meu chefe para ser ministro da Marinha e fui ser seu assistente. Passei a exercer um cargo de prestígio dentro da Marinha. Fui ser assessor do ministro:

No Gabinete do Ministro da Marinha

Pouca gente sabe que quem indicou os oficiais que iriam compor as pastas militares do novo conselho de ministros, presidido pelo “premier” Brochado da Rocha, foi o general Osvino Ferreira Alves. O general Osvino era então, entre os oficiais gerais do Exército, aquele que mais se afinava com a política na-

cionalista e reformista do Presidente Goulart. Contraditoriamente, verificamos que, tanto durante as mudanças ministeriais no regime parlamentarista, como na composição do ministério do novo regime presidencialista, que se seguiu, nunca o general Osvino foi convidado pelo Presidente Goulart para ocupar a pasta da Guerra. O próprio general Osvino foi de opinião que o convite do Presidente Goulart para que ele, general Osvino, indicasse os oficiais às pastas militares do gabinete Brochado da Rocha fora um recurso hábil do Presidente visando afastá-lo da Guerra, uma vez que não faria sentido, ao general Osvino, ele próprio escolher-se para o cargo de ministro da guerra. Por qual motivo o Presidente Goulart nunca fez ascender ao cargo máximo do Exército o general, que mais o apoiava politicamente, nunca ninguém soube explicar; nem mesmo o general Osvino. Esta foi uma das muitas contradições, que caracterizaram a situação política naquela altura.

Em julho de 1962, assumi as minhas funções do “assistente” do Ministro da Marinha, como já disse. Estava pois envolvido na política reformista-nacionalista apoiada pelo novo ministério presidido pelo Sr. Brochado da Rocha. Aliás, sobre a nossa política, Sérgio Porto, pouco mais tarde, faria uma declaração muito interessante. Diria ele que a desvantagem da política no Brasil é que a gente, que se mete com ela, acaba sendo preso em nome da liberdade. Eu já fora preso antes, como vimos em páginas anteriores, e quase fui outra vez, como veremos adiante.

Era a primeira vez que assumia uma função de destaque na Marinha. Anteriormente, somente me sobravam aqueles lugares para onde ninguém queria ser designado. Apesar de desfrutar de uma função de prestígio, este fato não acrescentou nada à minha personalidade. Há muito que dominava estes fantasmas da mente humana – vaidade, orgulho, etc.

Como assistente do Ministro, passei a ocupar-me da sua correspondência particular, não oficial (bem numerosa), que lhe era dirigida diariamente. Nesta correspondência, havia convites para participação nisto ou naquilo e pedidos de toda espécie. O almirante Suzano tinha por hábito não deixar nenhuma correspondência sem resposta; por isto mesmo, assinava inúmeras cartas, que eu lhe preparava todos os dias. Ainda como seu assessor, redigia-lhe as “ordens-do-dia” e preparava-lhe os seus discursos, que deveriam ser proferidos nas ocasiões solenes e festivas. Tudo porém eu o fazia debaixo de sua prévia orientação.

Anteriormente, na Secretaria-Geral da Marinha, éramos quatro oficiais assessorando o nosso chefe, o almirante Suzano. No gabinete do Ministro da Marinha, éramos em número bem maior; fora o pessoal subalterno (praças), que constituía outro grupo também numeroso. No gabinete do Ministro, entre outros colegas, havia um dos filhos do almirante, o comandante (intendente na-

val) Márcio de Albuquerque Suzano e o hoje bastante conhecido, comandante Celso Franco, que dirige o tráfego no Rio de Janeiro.

O Márcio costumava dizer que eu parecia estar vivendo no mundo da lua. Era pura ilusão. Vivíamos, politicamente, num mar de contradições, que eu, a todo o momento, procurava compreender para tentar descobrir os rumos que nos estariam reservados. Havia outras e pequenas contradições (que não eram poucas) até mesmo entre os colegas de gabinete.

O nosso gabinete se formou logo após a instalação do governo parlamentarista presidido por Brochado da Rocha. As crises nos vários setores da administração do país eram numerosas. Havia crises até no abastecimento de gêneros alimentícios. O regime parlamentarista já mostrara que não tinha condições de administrar o país. Tanto isto era verdade que Brochado da Rocha, logo de início, advertiu: “O gabinete renunciará se não tiver plenos poderes e plebiscito”. O plebiscito era solicitado para que o povo se manifestasse contra ou a favor da emenda constitucional, que criara no Brasil o regime de governo parlamentarista, como vimos. Caso o povo se manifestasse ao contrário, como aconteceu, voltaríamos ao regime presidencialista, quando então o Presidente Goulart receberia de volta todos os poderes de que se vira despojado. As manifestações a favor do plebiscito eram numerosas e serviam para pressionar o Congresso, que deveria, em última instância, fixar a data para esta consulta à vontade popular (que acabou acontecendo a 6 de janeiro do ano seguinte). Mas o Congresso resistia, o que motivou declarações como estas:

Jango: “Que Congresso é este que não quer ouvir a voz do povo?”

Brochado da Rocha: “Plebiscito é compromisso do Congresso com a Nação”.

Lott: “Esse Parlamentarismo leva à tirania do Congresso”.

General Nelson de Melo (ministro da guerra): “Ouvir o povo para acabar com a crise. Plebiscito é a solução”.

Marinha e FAB: “Plebiscito já para fazer as reformas”.

Brochado da Rocha, ao assumir a presidência do conselho de ministros, dirigiu-se aos congressistas chamando-lhes a atenção para problemas como estes: crise de autoridade, poder econômico das empresas estrangeiras, remessa de lucros, reforma agrária, petróleo, déficit do orçamento, controle monetário, abastecimento, inflação financeira, estrutura agrária, etc. Brochado declarou também que a Petrobras passaria a abastecer diretamente todas as empresas estatais. Antes, o abastecimento, inexplicavelmente, era efetuado pelas companhias estrangeiras, que agiam tão somente como intermediárias.

Todas essas reformas estruturais, que ficaram conhecidas como “reformas de base”, não tinham andamento no Congresso, ou se arrastavam com imensa lentidão. Por outro lado, verifica-se a reação das facções mais conservadoras

exigindo o “impeachment” de Jango, que acabou não acontecendo. Enquanto o impasse persistia, o dólar continuava em alta, a inflação devorava os salários, os sindicatos de trabalhadores marcavam novas greves agravando a crise. O resultado disto foi a renúncia do “premier” Brochado da Rocha com todo o seu gabinete. Eu estava no Ministério da Marinha, em Brasília, quando este fato ocorreu. Levava quase a certeza, entretanto, de que o almirante Suzano seria reconduzido ao cargo de ministro, o que realmente acabou acontecendo com a escolha do professor Hermes Lima para novo “premier”. [...]

No início de outubro, as atenções ficaram voltadas para as eleições gerais, que se verificaram para a Câmara, Senado, para a vice-governança do então estado da Guanabara e ainda para a escolha de governadores de outros estados. Uma das primeiras declarações do primeiro-ministro Hermes Lima foi a de garantir eleições “livres e tranquilas”, o que, de fato, aconteceu. Na Guanabara, os grandes vencedores foram os candidatos da linha nacionalista-socialista. [...]

A situação política melhorou um pouco, mas a crise, nas suas bases, continuava ainda. Crises de toda a espécie, como dissemos atrás. Hermes Lima, como outros, dava-nos a fórmula salvadora, afirmando: “Plebiscito é a solução para a crise”. [...]

Meses atrás, quando o almirante Suzano e a esposa retribuíram-me uma visita, a minha situação financeira era tão precária que tive que pedir ao vizinho cadeiras para que o almirante e a esposa pudessem sentar-se durante os minutos em que estiveram conosco. Este fato parece que os impressionou, pois, meses mais tarde, antes do final do ano de 1962, o almirante Suzano convidou-me para servir no estrangeiro (na Comissão Naval Brasileira, em Washington), onde eu seria bem pago, em dólares. Foi uma alegria para os meus familiares e por que não dizer também para mim. Sairíamos das aperturas e iríamos viver melhor, pelo menos durante dois anos, como constava da previsão.

MAGALHÃES, C. J. *Recordações de um oficial de Marinha*, cit., pp. 362-68.

A situação normalizou-se na Marinha e no país, de modo geral, mas o regime parlamentarista tinha problemas, não se desenvolvia bem. E também temos o fato de que houve uma reação para que o próprio João Goulart fosse guindado da situação de presidente parlamentarista para a república presidencialista. Houve então uma consulta popular para que o povo escolhesse como queria que ele atuasse no Brasil, e ganhou a escolha para transformá-lo em presidente presidencialista. Era o que a direita não queria. E começou a confabular...

A direita era maioria dentro das Forças Armadas. Começou aquela confabulação, um aqui, outro ali... Eu presenciei essa reação surda da direita, de um modo geral, contra o presidente João Goulart. Estudavam uma situação para expulsá-lo do governo com o auxílio da embaixada norte-americana, com o Lincoln Gordon. Todos eles confabulavam contra o João Goulart no sentido de despojá-lo da função. E isso aconteceu em 1964.

Confabulavam, mas ninguém falava nada. Agiam como se tudo fosse normal. Só a imprensa ficava em cima. Criticaram de toda forma, empregaram dinheiro em televisão, jornais, movimentos de toda sorte... notícias de formação de grupos guerrilheiros, outras contra o comunismo... Estavam com muito medo de que o Brasil se tornasse uma República Popular. Tinham muito medo disso! De que eles perdessem todos os privilégios.

Eu achava que o João Goulart tinha uma certa qualidade, mas que não tinha capacidade para exercer a função que exercia. Essa que era a verdade... E ele reconheceu isso depois que foi deposto. Entre a atuação dele e a do presidente anterior, Jânio Quadros, a dele foi bem superior. De maneira que houve a reação com aquela coluna que veio lá de Minas Gerais para a deposição, que todos nós conhecemos. O João Goulart soube da gravidade da situação e não pôde evitar as adesões de várias corporações, no Exército, na Marinha... e o jeito foi fugir para o Uruguai. Houve então a caça aos comunistas, aos nacionalistas, perseguiram todos aqueles que tiveram de certa forma uma atuação no governo deposto. E eu fui um deles. Não cheguei a ser da primeira lista, mas fui cassado na segunda.

Antes disso, como fui assistente direto do ministro da Marinha e ele achou por bem reconhecer meu trabalho junto a ele, me convidou para uma função nos Estados Unidos. Era prêmio, porque nós ganhávamos muito bem ali, era uma maneira de melhorar de vida. Com as economias que trouxesse poderia comprar um apartamento melhor aqui, essas coisas, então me convidou para ir para Washington. E foi justamente lá que tive a notícia do início do golpe de 64. Eu estava nos Estados Unidos. Lá não houve mudança nenhuma, eles apenas sabiam quem estava lá. E não iam permitir que um ex-assistente de um ministro de Jango permanecesse numa função bem aquinhoada.

Eu fui para lá em 1962, 63... Então, me mandaram de volta imediatamente. Minha vida lá era a de um burocrata militar. Era uma comissão

de compra de peças sobressalentes para os nossos navios, tratava de coisas assim, como também do controle de militares brasileiros da Marinha que faziam cursos nos Estados Unidos. Havia aquele relacionamento comercial com os navios. Eles facilitavam a transferência dos navios deles para nós, e ficávamos a vida toda comprando as peças sobressalentes deles. E tinha também uma parte de ensino, que era uma outra maneira de eles cativarem os militares e procurarem desenvolver um sentimento favorável ao desempenho das funções do governo norte-americano. Lá eu não tinha uma influência política para colocar uma opinião crítica. Só cuidava disso. Só fazia aquisição dessas peças e controle dos brasileiros. Mas era uma função que era muito visada pelos colegas, porque vivíamos nos Estados Unidos, pagavam-nos bem, tinha apartamento, comia do bom e do melhor, carro, viagens... todo mundo queria isso. Os colegas disseram:

– Você é um dos primeiros a voltar.

E não deu outra. Voltei e me fizeram servir na Diretoria de Pessoal, quer dizer, num local em que pudesse imediatamente ser requisitado em consequência de exames e devassas que começaram a fazer na minha vida. Mas não encontraram nada que me desabonasse. Eu só falava em progresso, em desenvolvimento, em proteção das riquezas nacionais do povo brasileiro... Não encontraram nada. Devassaram minha vida de todo jeito. Me vigiaram na minha casa, numa casa de campo que tenho, na casa da minha mãe... e não encontraram absolutamente nada. Só cultura geral. Nem livros subversivos, comunistas eu tinha em casa! Lia de colegas e entregava, não queria ter isso em casa. Então, eles entraram na minha casa, examinaram a maioria dos meus livros e não encontraram nada.

Mas eu tinha a pecha de esquerdista. E como esquerdista fui cassado. Não perdi a minha patente, fui aposentado. Não ganhei promoções, tiraram umas gratificações e meu soldo baixou, ficou uns dois terços do que era. Fiquei em dificuldades. Mas, com os ganhos na nova função de dentista, me equilibrei. E foi assim que saí da Marinha. Voltei em 79, com a anistia geral, mas não me deixaram com a situação econômica que deveria ter. Mas deixa isso para lá...

Já como segundo-tenente comecei a fazer o curso de odontologia. Fiquei com uma preocupação com o futuro, aí resolvi estudar. Mas durante o dia trabalhava, então só poderia estudar à noite. E os cursos existentes nesse

período eram direito, farmácia e odontologia. Eliminei farmácia porque não me interessava por aquilo. Eliminei direito porque a faculdade de Niterói era muito desmoralizada, os alunos chegavam à conclusão do curso faltando às aulas e pensei que não queria ter um diploma nessas condições. Fiquei pensando em odontologia porque, afinal, era um ramo da medicina, achei interessante pelo assunto, como pela possibilidade de trabalhar por conta própria mais tarde. Formei-me em odontologia e não era brincadeira: trabalhar o dia inteiro e estudar à noite. Eu morava no Leblon, naquela época, e chegava em casa às onze horas para jantar, dormir e estar às sete horas no dia seguinte no navio. Foi muito sacrifício... Só por muita vontade minha mesmo. Mas consegui terminar.

Nunca ninguém na Marinha soube que eu estudava odontologia. Por quê? Porque seria uma profissão totalmente diferente daquela que exercia. Então, poderia haver uma crítica desabonadora ao fato de eu estar com uma carreira de oficial de Marinha, estudando odontologia na rua, e daí poderia advir um apelido. Pelo menos o apelido de Tiradentes eu iria ganhar! Essas coisas desmoralizavam... E diga-se mais: depois quis desenvolver estudos na Marinha, mas nunca fui chamado para fazer um curso, e aquilo me deixou muito aborrecido... Não era por causa das minhas ideias, porque não escrevia, não falava, não criticava nada. Só me viam sempre com um livrinho na mão, lendo e estudando. Mas foi isso... Saí e passei a exercer a função de dentista.

Trinta anos de dentista: fazia extração, prótese, intervenção cirúrgica, desenvolvi mesmo porque procurei fazer outros cursos no início dessa nova profissão. Posteriormente, fui deixando a odontologia para desenvolver minha profissão de literato.

Em 1964, ali na Diretoria de Pessoal, me chamaram umas duas ou três vezes para prestar declarações. Sempre tentavam levar a conversa como se eu fosse um comunista ativo. Mas neguei, porque nunca pertenci a nenhum partido político comunista, socialista... Eu não gostava de me imiscuir na política nacional. O que me deslumbrava muito era política internacional. Durante alguns poucos anos escrevi sobre problemas de política internacional, porque me deslumbrava... mas não tinha nada com o Brasil, diretamente.

Mas me mandaram para casa, me cassaram. Disseram:

- Foi cassada sua permanência na Marinha.
- Fui demitido ou aposentado?
- Foi aposentado.

Achei melhor, porque se fosse demitido era muito ruim... Mas acabou sendo melhor depois, porque os demitidos passaram a receber por intermédio da esposa e a ganhar mais dinheiro do que os aposentados. Tem essas contradições... Assim, terminou minha vida lá.

Quando eles disseram que eu iria ser aposentado, uma onda de satisfação correu pelo meu corpo. Eu não aguentava mais a Marinha! Não gostei dela... Não aguentava mais pelas coisas que já tinham se passado comigo anteriormente: prisão, perseguição... Não me davam boas funções, me mandavam para lugares perdidos no Piauí... Coisas assim. Costumávamos dizer que dentro da Marinha tínhamos dois tipos de embarcações: aquelas que faziam o “percurso do ouro” e as que faziam a “linha do couro”. Estas eram as entregues para mim!

Passei trinta anos como dentista, satisfeito, tranquilo porque gostava da minha profissão, mas vigiado por alguns anos pelo serviço secreto da Marinha. Sempre vigiado... Percebia essa vigilância porque eles entraram no meu sítio, com uma chave falsa, mexeram nos meus livros... Naturalmente, pagaram ao caseiro mais próximo para não dizer nada para mim. Me vigiaram na casa da minha mãe, em Petrópolis. Aqui no Rio pagaram a passadeira que minha mulher tinha para dizer o que se passava dentro de casa. Subornaram gente para dar informações... Foi um período turbulento e acho que poderiam ter me matado! Mataram tanta gente, por que não eu? Foi porque não encontraram nada mesmo. E também pelo fato de que colegas meus de turma que andaram trabalhando com ministros posteriores nunca fizeram carga contra mim porque sempre fui muito simpático a eles. Sempre muito falante, aberto, alegre, cativante, às vezes... Então não houve carga deles contra mim. Tenho impressão que até, às vezes, o ministro quisesse me cassar, me demitir. Mas desconfio que um dos meus colegas disse:

- Não vamos permitir... ele não é tão ruim assim...

E me botaram como aposentado.

Nesse período de atuação do golpe de 1964, da ditadura, levei nove anos sem nada escrever. Essa é a influência negativa de uma política no desenvolvimento de uma arte, de uma literatura... depois desse tempo comecei

a escrever alguma coisa, me dedicando a uma literatura leve, de humor... política mesmo eu suspendi. Depois que passou essa época mais turbulenta é que deu motivo para que escrevesse meus livros de memórias, para dar conhecimento sobre o que pensava acerca desse caso todo:

De volta à Diretoria de Pessoal

Apresentei-me à Diretoria do Pessoal, de volta dos EUA, no dia 2 de julho de 1964, segundo nota lançada nos meus assentamentos. Na divisão de movimentação de oficiais da DP, fui bem recebido pelo meu colega de turma, que ali então servia, o Henrique Sabóia (hoje almirante). Diante do clima de arbitrariedades em que vivíamos, pensei na possibilidade de ser reformado, demitido e até ser preso. Contrariando a minha expectativa, deram-me uma função dentro da própria Diretoria. De início, estranhei o fato, pois a DP, meses antes, tentara trazer-me de volta ao Brasil alegando que eu precisava de “tempo de embarque”. Porém, como estava próximo de cursar a Escola Naval de Guerra, interpretei a função, que me deram, como um meio de facilitarem o meu próximo ingresso naquele curso. No final, constatei que estava enganado, como a seguir veremos. [...]

Naquela altura, a “revolução” continuava com os seus expurgos. Foram cassados os direitos políticos do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Isto aliás constituiu-se num erro político, pois o ex-Presidente era ainda bastante popular. JK, logo após a sua cassação, viajou para o exterior, onde afirmou em Madri, logo à sua chegada: “O Brasil está sob o signo do terror. Cassaram os meus direitos porque temem o voto do povo.”

Em junho, preparava-se uma lista de 110 cassações. Prenderam o ex-deputado Francisco Julião. Ameaçaram deter o marechal Lott. Fecharam a UNE (União Nacional dos Estudantes). Invasões domicílios, inclusive a casa do escritor Álvaro Lins. Demitiram-se funcionários interinos; cortaram-se gratificações de outros com estabilidade no emprego. Procediam-se as emendas à Constituição com a finalidade de “institucionalizar a revolução”. [...]

Castelo Branco era um Presidente impopular. Dava-nos a impressão de que cultivava a impopularidade. Nesta época, andava em execução nas estações de rádio uma canção popular, que falava de um pássaro nordestino, conhecido por “carcará”. Carcará é uma ave do tipo dos falconídeos; é conhecida como ave perigosa e má. Como Castelo Branco era também nordestino, o povo estendeu-lhe a alcunha “Carcará” em represália à sua impopularidade. [...]

Por outro lado, a “revolução” praticamente dobrara nossos vencimentos.

Seguia eu nestes meses na Diretoria de Pessoal, já quase me convencendo de que a “revolução” me deixaria em paz, quando fui chamado para depor em

uma comissão de inquérito presidida por um almirante da reserva. As comissões de inquérito (os IPMs), que funcionavam na Marinha, eram para demitir, para “cassar” servidores civis ou militares. Não vi as coisas bem paradas para o meu lado e percebi, num relance, o motivo porque me haviam deixado na DP. Ali estaria mais à mão para o que pretendiam fazer comigo.

A comissão era composta de três elementos: um almirante, um capitão-tenente (ajudante) e um sargento, ou suboficial, escrevente.

De início, percebi logo que procuravam lançar-me a pecha de subversivo. Logo eu, que não fizera nenhuma revolução! Em seguida, apareceram com informes colhidos naturalmente pelo CENIMAR, como estes por exemplo: “O senhor foi visto participando de uma palestra sobre petróleo na ABI”; “O senhor foi visto na rua com fulano”... (e davam o nome do colega, como se isto fosse um absurdo). Dentro ainda do seguimento, imputaram-me a autoria de um artigo de jornal. E assim foram com outras afirmativas, tentando provar que eu era comunista, ou suspeito de colaborar com os comunistas.

É bom deixar claro aqui que nunca fiz ou participei de política partidária. Hoje em dia, até o CENIMAR já deve estar convencido disto. Mas o almirante, do qual não me recordo o nome e nem faço questão disto, devia ser daqueles que inspecionavam o armário de roupa e a parte inferior da cama, antes de irem dormir, a ver se encontravam algum comunista. Na época, Chico Anysio, na televisão, glosava este e outros fatos dizendo da possibilidade de acusarem de comunista o seu macaco Azevedo.

Com um indivíduo destes (estou falando do almirante do IPM), de pouco valor cultural, diga-se de passagem, e de ideia fixa nos comunistas, ficava difícil argumentar. Por outro lado, também não adiantavam os argumentos. Eu já me encontrava punido pela “justiça revolucionária” antes de ser chamado. Ao deixar a comissão de inquérito, só me restava esperar para saber o que aconteceria comigo. A resposta não se fez esperar muito. Dias depois, fui chamado ao gabinete do vice-diretor do pessoal, que me informou ter sido eu “reformado” do serviço ativo da Marinha. Imediatamente, passei as minhas e, no dia seguinte, rumava definitivamente para casa com a seguinte nota nos meus assentamentos:

“Desligamento do Serviço Ativo: a 10-11-64, por ter sido reformado *ex officio* de conformidade com o Ato Institucional de 9-4-64, pelo Decreto de 8-10-64, publicado no Diário Oficial de 9-10-64 e Boletim do MM. n. 46/64.”

Estavam assim encerrados 23 anos e meio de serviços prestados à Marinha.

Pouco mais tarde, soube por um colega de turma que o almirante do IPM houvera proposto, pura e simplesmente, a minha demissão, mas que, no último momento, um outro colega, servindo no gabinete do ministro, intercedera por mim modificando a punição de “demitido” para “reformado”.

Fico a imaginar, hoje em dia, se as coisas se tivessem passado ao contrário, isto é, caso o tal almirante sugerisse que eu fosse “reformado”. Naquela altura, na hipótese de que eu tivesse um desafeto qualquer dentro do gabinete do ministro, a estas horas eu seria um demitido da Marinha. Tal era o clima de arbitrariedades que ainda reinava próximo ao fim daquele ano (1964).

Falta ainda dizer qual foi a minha reação ao receber a notícia da “reforma”. No primeiro momento, gostei. Naquela ocasião, como já disse, fazia o curso preparatório para a Escola de Guerra Naval. Este “curso preparatório” era super trabalhoso e tratava-se ainda de um curso, que era uma verdadeira aberração. Fazia-nos perder um tempo precioso com estudos, que fugiam à realidade de nossa Marinha. Deixar as inúmeras horas, que seriam perdidas com assuntos que teriam o fim certo do esquecimento, para dedicar-me a outras atividades, úteis e atraentes, era compensador. Por outro lado, a minha vivência na Comissão Naval Brasileira em Washington tinha-me esgotado todas as reservas de paciência. Não estava mais disposto a aturar outro neurótico como chefe.

Era do meu intento chegar até ao final da carreira, o que aconteceria dentro de uns poucos anos mais com a promoção regulamentar ao posto de “Capitão de Mar e Guerra” (equivalente a Coronel). A Marinha, com exceção das boas remunerações que proporcionava nas comissões do estrangeiro, sempre pagou vencimentos deficientes aos seus servidores. O que a Marinha proporcionava de melhor, como acontecia igualmente com outras corporações militares, era o soldo com que o servidor ficava possuído no momento em que deixava o serviço ativo. A minha saída antecipada deixou-me com proventos bastante diminuídos.

Deram-me, a meu pedido e em consequência de eu não ter processos na justiça, a carta de comandante (“Capitão de Longo Curso”) da marinha mercante a que eu tinha direito. Mas, naquela altura, qual o armador ou a companhia de navegação que iria empregar, admitir, um “cassado pela revolução”?... Outros colegas, em situação igual ou semelhante, nada lograram.

Quis a minha previdência, nos melhores anos da juventude, como vimos, que eu me formasse em odontologia. E eu fora mais além ainda: antes de sair da Marinha, numa espécie de premonição, conseguira montar um consultório e legalizá-lo para o exercício profissional. Deixava a Marinha, por onde começara, com estudos que se sucederam desde a matemática pura até os cálculos de astronomia, para ir consertar dentes no interior de quatro paredes... Virava-se assim página apreciável e extensa de uma vida profissional para ir viver outra completamente diferente. A nossa pátria também, paralelamente, entrava num segmento de retrocesso político prolongado, jamais verificado anteriormente. Tudo isto, porém, seria outra história a contar. Por enquanto fiquemos por aqui.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1977. MAGALHÃES, C. J.
Recordações de um oficial de Marinha, cit., p. 390-98.

Esse período da ditadura militar foi um desastre! Um desastre para o país... entrega dos interesses de uma política estritamente nacional ao controle dos Estados Unidos, uma grande subserviência política, social... esse período foi muito acabrunhante e decepcionante para mim... um dos piores momentos da minha vida...

Encerrando nossa conversa, hoje posso dizer que sou um indivíduo feliz. Tenho a consciência certa de que fiz o que devia fazer, e, se o tempo voltasse, iria fazer tudo outra vez. Fiz o que disse... Sou um indivíduo tranquilo, feliz com minha mulher, meus filhos e netos, só me ocupo com o que me dá prazer. Só faço aquilo que gosto. Gozo de muito boa saúde porque consegui desenvolver estudos no sentido de uma vida melhor. Natureza, vida e saúde. Hoje sou especialista em alimentação e tenho boa saúde por causa desses ensinamentos que adquiri.

Como nacionalista que sempre fui, no interesse de salvaguardar as nossas riquezas e recursos para o próprio povo, não vejo com muita satisfação o excesso dessas ações de privatização. Várias privatizações foram interessantes, pois eram empresas que causavam prejuízos ao governo. Mas o caso da Companhia Vale do Rio Doce foi uma entrega muito deslavada e criminosa. Uma empresa que dava lucro para todo o povo brasileiro e agora vai dar para meia dúzia...

É certo que temos um ambiente político com mais democracia, com a estabilização da moeda, que ajudou um pouco, mas temos outros problemas gravíssimos que eles dizem que tentam resolver mas não acredito que o façam... Por exemplo, o desemprego que há hoje no Brasil e em toda a América Latina. Por quê? Porque o capital estrangeiro entra para produzir carros, por exemplo, e as pessoas pensam que vão entrar enormes somas de dinheiro. Mas não. O capital que entra não é tão grande assim. Ainda mais com o emprego no maquinário que vai produzir os objetos industrializados. Pois bem, então eles estabelecem uma fábrica que produz e os lucros vão para onde? Para o estrangeiro. Então, o que realmente dá riqueza a uma nação é o trabalho do seu povo, do seu operariado.

Tudo isso, transformado em dinheiro, vai para o estrangeiro, como disse. De maneira que o que causa riqueza num país é o reaproveitamento desse capital produzido pelo povo. Se ele fosse aplicado aqui, geraria riqueza, porque reaplicando os lucros no próprio local criam-se novas indústrias,

novos artefatos que iriam proporcionar aumento de trabalho. Assim, com o capital voltando sob a forma de lucros, eles impedem que surja um maior número de empregos. Eles limitam o número de empregados. É só ver essas fábricas que estão com problemas. Há grandes expurgos, demitem muita gente, porque tem que haver aquele equilíbrio entre as despesas e os lucros. Infelizmente, a riqueza do operariado brasileiro não é reinvestida aqui. Vai embora para causar riqueza e felicidade nos países de origem. Esse é o grande problema que nos atinge...

Vejo nosso futuro com reservas. Costuma-se dizer que não se pode enganar todo o povo durante todo o tempo. Pode-se enganar durante certo tempo, porque eles adquirem conhecimentos, cultura, e quem sabe no futuro não influenciem os políticos no sentido de uma política mais nacionalista, progressista, voltada ao sofrimento do povo, aumentando a possibilidade de que haja mais assistência hospitalar, médica, tudo isso que nós queremos... O grande problema é o aquinhoamento da produção. Se a produção maior vai para fora, deixa de ser empregada aqui, ficamos com as migalhas... e o resultado é pobreza, corrupção, impunidade... ainda vamos padecer muito com isso.

Minha trajetória de luta agora se faz como escritor, sempre voltada para o interesse do meu povo. Vou ler um poema que fiz para esse momento trágico que vivemos, de verdadeira desesperança:

Desesperança

Palavras doces não se escutam mais;
Tornaram-se agressivas e banais,
Num mundo desprovido de bonança.
São muitos os que vivem em desamor,
Levando a vida em constante horror,
Os filhos da total desesperança.

Num mundo em que só há banalidade,
Difícil é encontrar felicidade,
No rasto em que se ruma para o Nada...
Tão raro é encontrar tudo perfeito
Aonde se esvaiu todo o direito,
Propício a só valer qualquer cilada.

No meandro geral dos mais aflitos,
 Vão se dispondo todos os conflitos,
 Terrível sucessão que não tem fim.
 De um lado, geme a fome num roldão;
 De outro se adensa a ambição;
 Macabra orgia de um cruel festim.

Essas são minhas últimas palavras. A situação é difícil, temos que ter um pouco de esperança... Quem sabe os jovens possam ser testemunha de um país melhor. Eu, apesar de tudo, estou satisfeito com o que ganhei da vida, das minhas duas forças morais: minha família e minha arte poética.

Por esse poema que acabei de ler fui premiado com uma menção honrosa em Petrópolis, pela Academia Metropolitana de Poesia, de onde sou acadêmico. E tenho orgulho de dizer que em 1997 ganhei, como reconhecimento do meu trabalho, o primeiro lugar no 2º Concurso de Contos e Poesias promovido pela Editora Valença, aqui do Rio. Um concurso nacional em que participaram poetas e escritores de todo o Brasil. Isso me deu uma satisfação muito grande... Ganhei um troféu, tiramos fotografias... Eu tinha ganas de vencer, porque queria provar àqueles colegas que me desprezaram, me humilharam, que, apesar de tudo, poderia me sair bem numa expressão artística e intelectual tão elevada quanto a literatura. Vinha desenvolvendo dentro de mim que chegaria a escrever um poema perfeito. Estava perseguindo esse meu desejo. E consegui com este poema:

Universos em chamas

Pra viver nas solidões da Eternidade,
 Vou seguindo na loucura em banimento;
 E toda uma vida se faz num momento,
 Na voragem de sutil fatalidade.

Neste curso reto a colossais abismos,
 Matéria e movimento juntos se fazem;
 Também os contrastes imensos nos trazem
 Avassaladoras forças nos seus sismos.

Energias brutais se perdem no Espaço;
 Do fim ao princípio se faz a questão;
 A luz e o calor se aproximam em roldão;
 E tudo que vemos? – Luminoso traço.

E quem lhe vai consumir tanta energia?...
 É um grande caos gigantesco, indecifrável!
 Que traz aos mundos fator interminável,
 Sem que possamos entender-lhe a magia.

No silêncio sideral dos universos,
 Eu hei de estar no infinito dos seus astros;
 No traçado luminoso dos meus rastros,
 Vou compondo a harmonia destes versos.

Fui descobrir que era poeta aos 60 anos de idade. Escrevia uma ou outra poesia, mas nunca pensei em ser poeta. Era prosador, tinha escrito memórias, romance... mas comecei a ser muito atraído pela arte da poesia e não parei mais. Meus maiores inspiradores na literatura são Castro Alves e Eça de Queiroz, e possuo edições raras e obras completas de ambos.

Para encerrar, quero mostrar três pequenos poemas mais recentes...

Amigos

Os amigos, que vêm e que vão,
 Dão-nos sempre amizade pra nós;
 Em momentos fugazes da vida,
 Não nos deixam ficar muito sós.

Solidão é estar sem amigos;
 Sejam eles ou elas que faltem;
 É ausência de um ser carinhoso,
 É a própria palavra que exaltam.

Os amigos são seres que chegam,
 Quase sempre dispostos a dar,
 Não importa o que falam e o que deixam,
 Vão embora sem nada levar...

O amigo é um ser generoso,
 Que devemos amar e zelar;
 A amiga fiel, adorável,
 Nós devemos cuidá-la a beijar.

As palavras que levam amizade
 Chegam doces aos nossos ouvidos;
 Trazem afagos e muita alegria;
 Fazem nossos os momentos queridos.

Venham a mim os amigos e amigas.
 Companheiros de sempre na lida;
 Caminhemos ao lado um do outro,
 Neste rastro encantado da vida.

Tardes

Nas tardes em que a luz esmaecia,
 De beijos afagava-lhe o rosto;
 Os seios palpitavam-lhe no peito,
 Na hora derradeira do Sol posto.

Quantos carinhos eram então sentidos!
 E quantas alegrias sussurradas!
 Um pipilar de ninhos era em nós,
 Ao longo dos caminhos das moradas.

Tarde mansa, que afaga corações!
 És o encanto das horas mais vividas;
 O Sol se aquieta um pouco no seu rumo,
 Prolongando estas tardes mais queridas...

Os carinhos dos jovens são sagrados;
 Instante curto de felicidade;
 As tardes prolongadas e mais belas
 São guardas mais fiéis da Eternidade.

Magia no espaço

Noites rolantes, tranquilas;
 Horas de mais quietude;
 Em que se fecham as pupilas;
 Momentos de solitude.

Magia, noites serenas;
Nas horas mais alongadas;
Recolher das açucenas,
Ao frescor das madrugadas.

Os ninhos seguem aquecidos,
Conchego suave de penas;
Nos ranchos adormecidos,
Ao final de cantilenas.

O Céu se torna estrelado,
Na hora que mais flutua;
Luz prateada do prado.
Rolar sereno da Lua.

Os astros do infinito
Nos chamam em vibrações;
Na pedra nua em granito,
Assisto a grandes explosões.

Nós nunca estamos tão sós;
Envoltos em grandes véus,
Estrelas zelam por nós;
Há bênçãos que vêm dos Céus...

Glauco Prado Lima

O também Comandante da Marinha Glauco Antonio Prado Lima foi apresentado numa reunião da ADNAM pelo Capitão Héctor Araújo e prontamente aceitou ser entrevistado. Diferentemente de todas as outras entrevistas que realizei, a deste colaborador não teve lugar em sua residência, pois, segundo ele, sua esposa ainda temia e se ressentia sobre qualquer coisa que dissesse respeito à sua vida depois do golpe de 1964, quando foi preso, cassado e afastado das Forças Armadas.

Assim, gravamos o relato de quase três horas numa noite dividida entre as duas sedes do Clube Naval, locais que não chegaram a atribuir maior frieza ou distanciamento ao momento da entrevista. Ao contrário, sentiu-se à vontade e livre para falar sem ferir suscetibilidades, discorrendo tranquilamente e sem constrangimento sobre a experiência vivida.

Sua fala clara e sempre reflexiva sobre cada episódio nos trouxe uma história de vida articulada, concisa e sem inserção de documentos escritos, um dos nossos poucos casos em que isso aconteceu. Veremos que, no espectro dos militares de esquerda e nacionalistas que entrevistamos, sua trajetória é singularíssima e mostra como um cidadão perseguido, mesmo sem motivo, pode ser levado a descobrir uma vida bem diferente do que imaginava. Mais um natural de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, o ingresso desse colaborador na Marinha foi qualificado pelo próprio como não vocacionado. Visto como meio de chantagem familiar e de contornar o orgulho ferido juvenil, a entrada na Marinha soava a todos como ameaça, apenas pelo que se tinha ouvido falar. É relevante destacar que o entrevistado nos fala do cotidiano em um Colégio Naval recém-fundado nos anos de 1950, em Angra dos Reis, localização já distante da agitação política do centro urbano carioca e também dos futuros oficiais das outras Armas que estudavam nos mesmos colégios militares. Como na história de vida anterior, de Carlos Joaquim Magalhães, se ressalta o caráter aristocrático e conservador da Marinha.

Pude constatar que ser tido como militar de esquerda, no caso de Glauco Prado Lima, era quase que exclusivamente responsabilidade da direita militar, que o estigmatizou por sua postura estritamente legalista nos episódios da década de 1960. Foi com surpresa que o ouvi confessar sua admiração por forças políticas de direita e seus representantes, como Carlos Lacerda e a UDN (União Democrática Nacional), na contramão de tudo que tinha registrado até então.

Cassado e afastado da Marinha por recusar-se a prender oficiais legalistas, terminou por ser preso e “empurrado” para o lado da esquerda no campo político, fato que fez com que suas opiniões se transformassem, assim como sua vida, após o golpe de 64. Foi assim que começou a se interessar pelas questões nacionalistas, pela defesa da democracia contra a ditadura e pela anistia aos perseguidos e presos políticos, participando ativamente da ADNAM e dos Clubes Naval e Militar.


Aliás, a reintegração dos cassados nessas duas últimas agremiações foi sua grande luta e conquista durante a redemocratização. Não é pouco, se dimensionarmos devidamente a importância que isso representa para trajetórias marcadas pela exclusão das relações sociais estabelecidas desde a mais tenra juventude dentro da corporação militar.

A narração de sua luta dentro das associações corporativas também deu outros contornos ao trabalho, na medida em que foi crítica das correntes que nelas atuam e, sobretudo, de como foram e são vistas com preconceito as relações entre as altas e baixas patentes no interior das Forças Armadas. A Marinha, nesse aspecto, também se sobressai como conservadora em relação às outras Armas.

E, mais uma vez, notamos como um aspecto tão subjetivo e pessoal como sua ligação de parentesco com um irmão adotivo, que era sargento, impediu esse colaborador de enxergar sentido no preconceito de classe e de hierarquia. Nesse ponto, seu relato conseguiu ser mais progressista do que outros. É curioso notar que seu igualitarismo, senso de justiça social e posicionamento ético, antes de serem socialistas, são cristãos. Não foi à toa a emergência da evocação da experiência revolucionária e subversiva como sendo obra dos primeiros cristãos, em sua opinião, adeptos de princípios ideológicos e até de atuação política semelhantes aos marxistas.

Mesmo os cristãos eram acusados. Nosso colaborador se ressentia de nunca ter sido formalmente acusado de nada, mas severamente punido. E

mostra na sua história como a “revolução” pretendida pelo golpe de 64 revolucionou, de fato, sua história pessoal, aproximando-o de pessoas e práticas políticas antes inusitadas.



*Eu acho que tenho que agradecer muito a essa “revolução”
que me forçou a lutar, a buscar novos caminhos...*

Para tentar dar uma ideia da minha história... sou natural de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, onde vivi até os 17 anos. Nasci no dia 22 de fevereiro de 1934, numa situação bastante dramática, com a família de minha mãe muito preocupada porque ela engravidou e os médicos garantiam que não podia ter filhos. E, caso insistisse, a morte dela e a da criança seriam praticamente certas. Mas, pelo que me contam, minha mãe foi uma mulher de muita fé, com convicções que não se deixavam abalar. Dizia que Deus não permitiria que ela morresse e tinha esse ideal. Entretanto, se fossem esses os desígnios divinos, ela não se oporia. Ela tinha uma convicção plena: a de que o filho nasceria, mesmo com o sacrifício da vida. Foi o que ocorreu... Eu fiquei órfão de mãe aos nove dias.

Ela já tinha previsto tudo. Combinou com uma irmã – que também não tinha filhos – que, se não morresse, as duas criariam a criança. E se, por acaso, o pior ocorresse, a irmã adotaria o filho. Isso realmente ocorreu. Ela fez o meu pai prometer e aos três meses fui legalmente adotado pelos meus tios. Meu pai cumpriu os desejos de minha mãe...

Meu avô era comerciante, depois de ter sido mestre de marcenaria, na juventude. Era carpinteiro. Minha avó era professora. Provavelmente é a professora que trabalhou mais anos no serviço público do Rio Grande do Sul. Foi professora do estado durante 55 anos. Ao ser aposentada, faleceu um ano depois. Sua grande paixão foi o magistério. Minha mãe verdadeira – digo assim porque tenho a adotiva, que é outra mãe – também era professora do estado do Rio Grande do Sul.

Fui criado pela minha mãe adotiva, pois aos dois anos meu pai adotivo foi assassinado. Então, minha mãe voltou a morar com meus avós e, com auxílio deles, ela me criou.

Minha cidade é dividida ao meio: metade é no Brasil e se chama Santana do Livramento e a outra metade, no Uruguai, é Rivera. As ruas mantêm um alinhamento, começam numa cidade e avançam pela outra. E a fronteira passa por ruas, pelo centro das praças... Existe um parque chamado Parque Internacional: metade dele é do Brasil e a outra do Uruguai, não existe nada a não ser uns marcos divisórios e uma linha imaginária a uni-los para determinar a fronteira.

Eu tinha uma convivência muito estreita no Uruguai. A maioria dos meus amigos eram uruguaios e até hoje mantenho relações, nos telefonamos, nos falamos sempre que tenho chance de ir até lá. Tenho muito carinho por aquela terra...

Quando era criança e adolescente, em Santana, apenas pensava em três coisas, três formas esportivas que a gente fazia: tênis, que jogava uma média de quatro horas por dia; vôlei, que jogava uma hora e meia; e tênis de mesa, que praticava nos intervalos... Então, realmente não tinha tempo para estudar, essas coisas menores...

Estudei em Santana até os 17 anos, fui péssimo aluno. Eu era péssimo aluno... Não gostava de estudar. Não estudava absolutamente nada... tendo sido, inclusive, numa turma de 46 alunos o quadragésimo sexto. Até o final do ginásio só lembro de ter aberto um livro uma vez, e foi justamente o ponto que caiu na prova de português no Colégio Naval.

O que lembro de mais marcante era o tênis. Lembro do Clube de Tênis, que era em frente à minha casa, onde eu passava o dia todo. Ia à escola não pelas aulas, mas pelos recreios. Era no Colégio Marista, e sempre havia jogos que eram interrompidos na sineta e recomeçavam no recreio seguinte e antes das aulas. Estudei lá de 47 a 51. Era o único colégio para rapazes. Para moças tinha o de freiras. Indiscutivelmente era o melhor, porque era o único!

Ao completar o ginásio, não queria ir interno. Então, ameacei entrar para a Marinha. Fiquei apavorado... Fiquei fazendo um mês de preparação com um professor particular. Um mês depois de terminado o ginásio, fiz a prova para o Colégio Naval, onde consegui a primeira classificação entre os alunos do Rio Grande do Sul.

Minha entrada para as Forças Armadas não foi das mais vocacionadas. Minha mãe não queria me deixar ir como externo para Porto Alegre. Para

fazer o científico teria que ir para lá, porque este não existia em Santana, na época. E, para conseguir demovê-la, sabedor de que o que mais assustava o pessoal daquela terra era pensar que um filho poderia ir para a Marinha, ameacei ir. Porque nunca ninguém tinha ido e ficado na Marinha. O único que tinha tentado antes de mim passou seis meses na Escola Naval e voltou tuberculoso para casa. Então, a ideia era que o que tinha de pior era a Marinha.

Na minha família tem muitos religiosos, o número de padres é muito grande. À época, os padres da minha família se reuniram e disseram que aquilo seria um absurdo. Um membro da família Trevisan ir para a Marinha. Escalaram um deles para ir a Santana para pedir a ela que proibissem que eu tentasse ir. Resolvi ir tentando manter minha chantagem. Não colou e mantive minha posição. Eu queria que ela me deixasse ir para Porto Alegre. Ela havia amealhado as pensões da minha mãe verdadeira, tinha feito uma conta com um dinheiro razoável. Então, queria que ela liberasse esse dinheiro para que eu comprasse um carro último modelo!... Imagine o que era um rapazinho ir para a capital, completamente solto. Ela tinha comprado um apartamento para morar em Porto Alegre comigo, mas queria que eu promettesse que iria estudar. E eu, como tinha certeza que não iria, não quis fazer a promessa.

Fui a Porto Alegre fazer o exame, passei. Vim ao Rio e, ao chegar na Escola Naval, tive que fazer um novo exame de saúde, apesar de já ter feito no Exército em Porto Alegre. E fui reprovado, porque eles alegavam que eu não serviria por razões estéticas, pois o meu ombro direito era mais desenvolvido em função do tênis, e que, com isto, não poderia ser um oficial de Marinha. No momento em que me vestia para sair da sala do exame, aparece um contínuo perguntando quem era o candidato Glauco. Eu disse:

– Sou eu.

– O Coronel Leal acaba de telefonar dizendo que soube que o senhor chegou no Rio e quer saber se o senhor sabe ir até a casa dele ou quer que ele venha buscá-lo.

Quando ouviram o nome do Coronel Leal, eles provavelmente pensaram: “Esse rapazinho é do interior, mas deve ter muito mais relações do que estávamos pensando...”. E me disseram:

– Tire a roupa. Queremos te examinar de novo.

Tirei. Eles me mandaram ficar de costas, examinaram e disseram:

- Não... a deformidade que ele tem não é tão grave.
- É, tem razão.

E eles só se deram ao trabalho de riscar o “IN” do “INAPTO”. Fiquei apto! Então, vejam que a “sorte” conspirou a meu favor...

O Coronel Leal era o médico que assistiu minha mãe quando nasci, e era muito amigo da minha família. Meu padrinho e tio telegrafou para ele dizendo que eu estaria aqui e que ele procurasse me localizar para me dar todo o apoio que pudesse. Ele o fez. Só que fez na hora errada! Então, eu, que já estava esperando uma passagem de volta, tive que ficar...

Queria voltar para casa, mas com honras! Honras de quem não desistiu. Porque todos os meus primos mais velhos diziam que eu não iria aguentar um mês. Iria desistir logo que começassem os trotes, as coisas normais, usuais, das escolas militares. Eu não poderia nunca desistir. Por isso, não o fiz.

Meu primeiro contato com o Colégio Naval foi terrível! Ele fica em Angra dos Reis e os trotes em 1952 eram tão violentos que a média era de dez alunos baixarem em enfermaria por dia! Violências de toda ordem... Coisas como “patinhas de leão”: ficar batendo no peito para ensinar o nome; “patinhas de elefante”, que era bater de punho fechado; “pinguim”, que era ficar pulando horas a fio... Exigir centenas de flexões... Então, era normal um número de pessoas com problemas de estiramento dos músculos. Tudo isso determinava um enorme número de baixas.

Não havia tradição. Nós fomos a segunda turma a entrar para o Colégio Naval. A primeira foi a de 51. Os veteranos não sabiam o que era trote, pois não tinham levado, tinham sido os primeiros. E resolveram imitar o que ouviram dizer que era feito na Escola Naval, só que, não tendo recebido trotes, não souberam “graduar” a coisa. Foi uma violência que chegou aos jornais... Minha mãe adotiva veio a Angra dos Reis me buscar, queria que fosse embora de qualquer jeito, queria que desistisse. Eu não podia desistir. Era uma questão de honra, não poderia abrir mão. Continuei por teimosia. Vamos dizer que não era bem honra, mas sim teimosia.

Depois de tudo isso, descobri uma coisa que não sabia que era boa: aprendi, no Colégio Naval, que estudar era muito gostoso. Consegui, ao passar para a Escola Naval, depois de ter entrado por acaso... Quando entrei, o curso era de três anos, mas foi reduzido para dois. Vim para a Escola Na-

val, onde aconteceu o mesmo. Ao final de quatro anos, estava me formando, saindo como guarda-marinha.

No Colégio Naval era como o antigo científico, que foi condensado. De forma que no primeiro ano se dava matéria referente a ele e mais da metade da do segundo, para poder completar o terceiro e fazer uma revisão antes de entrar para a Escola Naval. A passagem para lá era automática para todos os aprovados.

Naquela época, não havia praticamente nada em termos de política. Não se podia dizer que houvesse debate... A rapaziada dessa época estava muito mais preocupada com festinhas, programas, música... o jazz estava começando a surgir e era uma das grandes paixões da época. Eu, no Colégio Naval, era um dos internos e pouco vinha ao Rio nos licenciamentos. Quando cheguei à Escola Naval é que voltei a praticar o tênis. Não na Escola, mas nos fins de semana em que passava no Clube Naval, na sede esportiva que fica na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Lá se estudavam as disciplinas de matemática, português, física, química, geometria descritiva, inglês, francês, história, geografia, cosmologia... Os professores eram excelentes!... Muito bons. Inclusive, o grau de compreensão deles com os problemas da gente era muito grande. Havia um interesse em formar efetivamente os alunos, como todo bom professor que procura mais do que informar. E até aqueles mais radicais viam quando não tinham razão e davam o braço a torcer. Vou contar dois episódios que marcavam o fato de que havia, nas Forças Armadas, provavelmente um dos ensinamentos mais democráticos que se possa imaginar.

O primeiro foi um problema que tive com o professor de Geometria Descritiva, porque eu não gostava de escrever, nem de desenhar. Então, ficava só prestando atenção na aula e não anotava nada. O professor reclamou. Eu disse que preferia prestar atenção porque assim aprendia mais do que se anotasse. Ele disse:

– Ah! Muito bem. Se é assim, você se prepare. Se você precisar de um décimo, você não vai tê-lo. Não vou lhe dar nem um pouquinho porque você não está seguindo o que eu recomendo...

Bem, veio a primeira prova e lá elas eram entregues em aula. O aluno ficava de pé e era lida a nota. Quando ele foi ler a minha, chamou 1.094, que era o meu número. Levantei e ele disse:

– É você!

– Sou. Por quê? Fiz alguma coisa errada?

– Não estou entendendo. Você tirou 9,8.

Eu me antecipei, dizendo:

– Já sei. O senhor disse que não ia dar um ponto. Dois também não vai dar!

– Não, não é isso! Desculpe o que te disse, estava errado. E agora vou fazer isso se você anotar qualquer coisa em aula: está proibido de anotar as aulas! Você me provou que a sua maneira de estudar é esta e para você isso é que é bom. Continue nessa linha.

Vejam: um professor na frente dos outros colegas reconhecer um erro é uma coisa muito difícil da gente encontrar...

Tive um outro problema com o professor de Geografia. Eu tinha a maior média de Geografia da turma do Colégio Naval. Fui pedir ao diretor de ensino para antecipar a prova e o professor não gostou. Pedi porque as aulas terminariam no dia 23 de dezembro e, se eu sáísse de Angra dos Reis no dia 24, levaria três dias para chegar em Santana: um dia de ônibus para chegar no Rio (eram sete horas de viagem); um dia para ir a Porto Alegre; e, no dia seguinte, continuaria até Santana. Só iria chegar depois do Natal. As provas eram feitas dia sim, dia não. Com uma prova que fizesse antes, ganharia dois dias e daria tempo de chegar. Com isso, ele se aborreceu comigo e na hora em que fui fazer a prova...

Lá não importava a média que tivesse, teria que tirar pelo menos 4 na prova oral. A minha média era 9 e alguma coisa. Ele me deu 3,9 e eu estava reprovado. Mas quem tivesse acima de 7 tinha direito a fazer uma segunda prova. Eu estava com o sangue quente, achei que o professor tinha sido muito sujo, e fui falar com o diretor do departamento escolar para pedir demissão do Colégio Naval. Disse que queria e ele perguntou:

– O que foi?

Historiei o fato e disse:

– Não quero continuar no Colégio Naval. Vou embora hoje mesmo.

– Não, você é um militar, não pode agir dessa forma. Terá que pedir...

Mas vamos falar com o diretor do departamento de ensino.

Ele me levou e esse diretor disse:

– Não, o senhor vai fazer prova amanhã, não vai haver problema nenhum, vai ser aprovado.

– Mas eu não quero mais ser aprovado. Não quero. Agora quero ser reprovado.

– Não, ele não vai tomar atitude contra você...

– Vai – e até usei a expressão. – Não esqueça de que quem faz um sexto faz um cento.

– Eu te garanto que não.

– Não adianta. Ele não vai poder me aprovar porque não vou fazer a prova.

No dia seguinte, quem ia repetir tinha que ser o primeiro a ser examinado. Eu não compareci à prova. Não começaram as provas, esperando por mim. Chamaram o diretor do departamento de ensino e ele mandou o oficial de serviço com mais dois colegas me buscarem. Me localizaram no alojamento e me levaram preso. Mas me conduziram à sala de aula. Quando houve a primeira prova, quis sortear o ponto e ele disse:

– Não precisa, fale sobre o que quiser.

Dessa segunda vez, ele me mandou sortear o ponto. Então, foi a minha vez de dizer:

– Não preciso sortear. Pergunte o que o senhor quiser.

Ele fez a primeira pergunta, que devia ser algo muito “difícil” como:

– O que é uma ilha?

E eu respondi:

– Não sei.

Ele me fez uma segunda pergunta ainda mais simples! Eu disse:

– Não quero saber.

E me fez uma terceira pergunta. Respondi:

– Tenho até raiva de quem sabe! Estão satisfeitos? Posso ir embora?

Perguntei ao oficial de serviço.

– Pode ir.

Resultado: qual foi minha nota? Dez! Foi reconhecido que eu estava com a razão, que a minha ira era justa. Então, não se faz essas coisas... Nunca vi em outros lugares coisas como vi no Colégio e na Escola Naval.

Voltei, fomos para a Escola Naval em 1954, aqui na Ilha de Villegagnon, ao lado do Aeroporto Santos Dumont, no Rio.

Na Escola Naval tive um professor de Balística que, numa certa prova, pensei que tinha me dado zero. Das três questões, todas tinham o resultado errado. Na hora de dar a prova, o professor disse:

– Dez.

– Professor, o senhor deve estar enganado. Deve estar com a prova de outro!

– Por quê?

– Porque eu sei que errei as três questões.

– Errou. Mas você deduziu durante a prova três novas fórmulas de balística. Os cálculos estão errados. Mas as fórmulas são absolutamente verdadeiras e originais. Então, você não merece dez, e sim muito mais que isso. Mas não posso. Só posso dar dez!

Então, vejam o padrão de professores que se tinha na Escola Naval. Professores do mais alto gabarito, da mais elevada lógica, buscando não apenas ver se está certo ou errado. Sempre procuraram alguma coisa a mais, desenvolver isso nos aspirantes, que era a denominação dos alunos da Escola Naval. Essa ideia de pensar, raciocinar, questionar.

Lembro muito dos meus colegas. Gosto de muitos... Os episódios... Eu não era dos mais adaptados e, como tal, tinha muitos atritos. Era o primeiro da minha turma e existia o chefe de turma, que é o responsável pela disciplina dela. Nunca procurei fazer nada. Achava que dar parte de um colega era absolutamente inaceitável. Com isso, quem vivia preso era eu.

Só assimilam bem aqueles que forem iguais. Todos aqueles que queiram ter a liberdade de pensar por si próprio, que não aceitam o que todo mundo faz porque é feito assim, que querem ter seu próprio caminho, diferente do grupo em qualquer sentido... esses são diferentes e vão sofrer as consequências por isso.

Eu, por exemplo, no segundo ano, tomei uma posição: ninguém daria trote na minha frente. Porque não gostei de levar trote e não queria que ninguém levasse. Então, briguei com vários colegas que queriam dar e eu não deixava. Isso termina trazendo consequências... porque todo mundo faz, tem que deixar, é normal.

Existiam coisas que nunca me adaptei. Por exemplo, se alguém apanhasse o seu travesseiro, você ia e apanhava o do outro. Eu não aceitava isso. Se me tomassem, ficava sem. Não admitia pegar o travesseiro do colega do lado. Na Marinha isso é chamado de “safar”. Não é. Para mim é roubar. Provavelmente estou errado. Não pretendo estar certo. Mas cada um tem seus defeitos e o meu é esse: ser um pouquinho teimoso...

Minha carreira começou depois da Escola Naval, com a viagem de instrução, volta ao mundo. Embarcamos num navio-escola – o que embarquei chamava-se Duque de Caxias – e fizemos uma viagem que começou pelas Ilhas Canárias, Ilha da Madeira. Salvo algum engano, dali fomos para Lisboa, Barcelona, Gênova, Alexandria, Istambul, Atenas, Cádiz, saímos do Mediterrâneo e fomos para um porto francês, o Avre... De Gênova tivemos autorização para ir a Roma; de Avre para ir a Paris; e de Barcelona para ir a Madri. Fomos a Plymouth e de lá tivemos licença para ir a Londres. Depois entramos pelo Estreito de Kiel, fomos a Copenhague, Oslo, não me recordo qual foi o primeiro... atravessamos o Atlântico Norte e fomos até Filadélfia. De lá, eu e a maioria dos colegas fomos, por ônibus, a Nova Iorque, a Washington e Annapolis, conhecer a Escola Naval americana, onde passamos um dia. Em quase todos os países a gente visitava as Escolas Navais para conhecê-las. Depois descemos para Port of Spain e em seguida para o Rio.

Ao voltar, escolhi Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Servi lá por três anos. Comecei o curso de filosofia. No primeiro ano fui transferido para o Rio de Janeiro, para fazer o curso de especialização em eletrônica. Me matriculei na Universidade do Estado da Guanabara, atual UERJ. O estado era Guanabara, depois foi fundido ao do Rio e a universidade mudou de denominação. Completei o curso de eletrônica e, ao terminá-lo, a Fundação Getúlio Vargas abriu um curso de Doutorado para funcionários públicos que tivessem formação superior. Baseado nisso – eu era funcionário público, militar, e já tinha o curso da Escola Naval –, me matriculei no curso de Administração.

Enquanto fazia Eletrônica, me matriculei num outro curso, que era de Instrumentação de Reatores Nucleares. Fazia três cursos ao mesmo tempo. De sete da manhã às quatro horas, fazia Eletrônica; de quatro às sete da noite, fazia o de Instrumentação de Reatores Nucleares; e das sete às onze da noite, fazia o de Filosofia.

Essa época foi, sob certos aspectos, maravilhosa! Realmente tive chance de cobrir uma série de lacunas na minha formação, principalmente na área cultural – no caso, especificamente na filosófica –, ganhar uma outra abordagem, uma outra maneira de tratar as coisas, de ver. A necessidade de encontrar as causas primeiras, as razões últimas de cada coisa. A minha insatisfação intelectual era muito grande, minha curiosidade foi aguçada

tremendamente... E ali me mostraram a importância de tudo isso, e eu realmente acreditei...

Acontece que, quando fazia o doutoramento em Administração na Fundação Getúlio Vargas, uma professora de sociologia, se não me engano, se atrasou. E, na brincadeira, o pessoal perguntou:

- O que vamos fazer?
- Alguém vai dar aula!
- Quem dá aula?
- O Glauco vai dar a aula.

– Muito bem. Então vocês vão escolher o tema da aula. Podem escolher qualquer coisa que para mim não tem problema.

Nesse curso havia três oficiais de Marinha e um do Exército. Esse último oficial falou:

- Por que você não dá uma aula sobre ordem unida?

Era justamente uma implicanciazinha pelo fato de eu ser fuzileiro naval. E aceitei o desafio. Comecei a falar:

– Vou apresentar uma ordem unida que não é nada do que vocês viram... Vou explicar a que costumo dar aos meus soldados. Primeiro, precisamos saber por que se dá a ordem unida. Ela é dada para, como o nome diz, obter uma ação uniforme. Porque é preciso acostumar os soldados a atenderem a comandos. Muita gente pensa que é para fazer bonito em desfiles, mas não é. É para conseguir unificar. Então, costumo começar mostrando que, na realidade, o corpo de tropa é um corpo, um organismo em que quem está comandando é momentaneamente a cabeça e os outros são os membros desse corpo que, logicamente, tem que estar obedecendo aos comandos de quem está desempenhando a função do cérebro. E, com isso, você vai acostumando. Não se pode manter posições rígidas por muito tempo. Então, costumo dar uma ordem que fique em sentido e explicar que isso quer dizer: “prestem atenção que alguma coisa vai ser feita a seguir”. A tropa está à vontade, dá sentido, manda descansar e explica o que pretende: “agora vou dar um comando, nós vamos marchar...”. Fazendo com que as pessoas absorvam que há a necessidade de uma identificação profunda.

E fui... ao final de uns trinta minutos, chegou a professora. Todo mundo pediu a ela que não desse aula, que me deixasse completar o tempo. Ela ficou assistindo. Terminada essa aula, ela tinha mais uma. Pediram que ela cedesse-

se. Fiquei dois tempos de aula falando. Como resultado, uma das colegas, que era diretora de uma Faculdade, me convidou para ser professor de Ética. Lá fiquei durante algum tempo, ou melhor, até ser cassado pela revolução. Como tinha sido cassado como oficial, forçaram a direção da escola a me desligar e até hoje não fui reintegrado, como dizem que a anistia prevê. Mas, como não havia provas... Isso é muito interessante para acompanhar como as coisas evoluíram.

Eu fui ser professor de Ética de uma faculdade. Isso pesou demais para ostensivamente não acompanhar e me colocar contra os colegas. Tentavam me conquistar para a revolução. Era impossível um professor de Ética se conduzir dessa forma, dar seu apoio a um movimento que era eminentemente elitista e totalitário. Essa preocupação existia, principalmente, porque quem estuda filosofia estuda também sociologia. E lá estuda as diversas teorias, inclusive o marxismo. Eu estudei e conhecia razoavelmente. Mas por que não posso me dizer de esquerda e também que não sou? Concordo com a grande maioria das ideias de Marx. Só que, no meu entender, Marx não estava errado, simplesmente não foi original. Não quero acusá-lo de plagiário, mas é muito fácil verificar que quase todas as ideias dele podem ser encontradas num outro livro. Esse pode o ter plagiado, mas acho que contra essa ideia há a questão de cronologia, que é muito importante. E esse livro tem mais de dois mil anos!... O que quero dizer? O que está em Marx, se formos procurar numa outra linguagem, numa outra forma, já está na Bíblia. Eu acho que ele teve um grande mérito. Conseguiu colocar em outros termos, e sem um cunho teológico, a mais-valia. Ela não é nada mais do que a expulsão dos vendilhões do templo. Se começarmos a procurar os fundamentos, veremos que sob outras formas eles estão lá. E o que realmente é importante é a criação de uma sociedade fraterna, igualitária. Não podemos pensar em pessoas iguais, porque elas são eminentemente diferentes. Mas elas precisam ser respeitadas na sua individualidade, compreendidas e, se possível, amadas... E, nesses termos, a Bíblia supera qualquer coisa, porque é a história do amor. Então, é a tal história: eu sigo a quem? Aos preceitos de Marx ou da Bíblia? Ambos dizem a mesma coisa.

Havia muito pouca discussão sobre ideias políticas e filosóficas nas Forças Armadas, mas na faculdade eu frequentava reuniões de diretórios, participava das discussões já com essas ideias. Então, era considerado um herege!

Porque achava que Marx estava certo mas tinha “copiado” o que estava lá! Ou será que foi Cristo que “copiou” de Marx? Se quisermos traçar um paralelo, não é muito difícil. De preferência, lemos *O capital* e depois pegamos a Bíblia e começamos a comparar...

Essa formação intelectual, dentro das Forças Armadas, me trouxe alguns problemas, porque passei a ser visto como uma pessoa ainda mais diferente. Alguém que já tinha uma formação muito grande, com muita pouca idade. Aos 29 anos já era bacharel e licenciado em Filosofia, Doutor em Administração, bacharel em Ciências Náuticas – que é o título que a Escola Naval dá –, especialista em Eletrônica, subespecializado em Instrumentação de Reatores Nucleares. Isso me fez ser visto por uma outra ótica. Nessa época, não eram bem-vistos os oficiais que procuravam fazer cursos fora da Marinha. Por preconceitos...

Eu tinha um comandante em Uruguaiana, onde comecei o curso de Filosofia, que, num quartel onde raramente um oficial acumulava duas funções, cheguei a acumular sete! Os outros oficiais tinham uma função no máximo e, por algum tempo, duas. Mas não permanentemente, como estava acontecendo comigo. Quando ele me deu a quinta função e fui perguntar o que estava acontecendo, ele disse:

– Você tem tempo.

– Como “tenho tempo”? Eu trabalho feito um desesperado e nunca dou conta de todas as minhas obrigações...

– Se você tem tempo de estudar, é porque ele está te sobrando.

Essa era a visão da época. Esse oficial até era uma pessoa bem inteligente. Imaginem qual seria a maneira de pensar dos outros que não eram...

Em Uruguaiana não tinha nenhum ambiente de discussão política. Eu mesmo muito pouco me envolvi em discussões políticas. Apenas tinha minhas convicções. Mas não tinha nem tempo. Me dediquei até 63 exclusivamente a estudar. Era a única coisa que fazia. A minha meta era chegar aos 30 anos com pelo menos cinco diplomas universitários. Estava lutando e me esforçando para isso. Com isto, não tinha muito tempo.

Em 64, eu era diretor do Presídio Naval. Essa era uma época de efervescência. Um cabo, que tinha sido do meu batalhão, veio me convidar para fazer uma palestra na comemoração do aniversário do Clube dos Marinheiros, Taifeiros e Fuzileiros, que tinha sido fundado há um ano. Eu me pron-

tifiquei. Por que vieram me procurar? Porque eu era conhecido no quartel de fuzileiros como um oficial que estabelecia um diálogo muito aberto nas praças, principalmente com os sargentos. Não tinha preconceito de classe, nem poderia ter, pois o meu irmão adotivo era sargento da Aeronáutica. Então, por que poderia achar que um sargento era de uma classe inferior à minha? Não podia nem entender uma coisa dessas... Mas havia esse espírito muito arraigado...

Houve um episódio numa praça que tem aqui perto do obelisco, que chamávamos de Praça da Standard – porque a Standard Oil era no edifício ao lado –, onde tomávamos o ônibus. Um dia, cheguei cansado para esperar o ônibus e me sentei junto a um sargento. Um oficial à paisana passou, me ofereceu carona:

– Você vai para a Escola Naval? Não quer aproveitar a carona? Sou oficial...

E, assim que nós saímos, me passou um sabão! Porque eu não podia ter feito isso: me sentar ao lado de um sargento! Tinha que manter a minha posição... Essa era a mentalidade, e não sei se mudou.

Hoje os oficiais, de modo geral, procuram estudar, fazer cursos conforme suas tendências, têm muitos formados em direito, engenharia, economia, administração... Provavelmente mudou. Até quando não sei dizer.

Não fui dar essa palestra da Associação dos Sargentos. A diretoria do Clube foi toda presa... e mandaram para o presídio em que eu era o diretor. Eles receberam um pedido para não fazerem a comemoração e se negaram a atender. Então, foram todos presos. Temiam atos de insubordinação. Isso, no meu entender, era provocatório. Quando chegaram os presos, me neguei a recebê-los. Devolvi todos para as respectivas unidades sob a alegação de que o preso tinha que se apresentar, de acordo com o regulamento, com a caderneta de assentamentos e mais outras exigências que não estou lembrado. E, por isso, não aceitaria. Só se viessem com tudo. Não queria ficar com eles... Eu os devolvi, mas todos me foram devolvidos de acordo com as exigências regulamentares. Aí eu não poderia fazer nada.

Um deles, no entanto, não trouxe as exigências cumpridas. Veio um oficial do chefe do Estado-Maior da Armada, que não lembro o nome, dizendo que era ordem dele para que este ficasse no presídio, mesmo sem isso. Dizia que sabia das exigências, mas que não me metesse porque era coisa

de graúdos. Esse que não apareceu com a caderneta de assentamentos era o famigerado Cabo Anselmo. Eu conversei com ele e perguntei o porquê disso. Ele disse:

– Não... isso é coisa lá do chefe. Deixa pra lá... Não entra nessa...

– Como? Mas o que está havendo? Onde você fez curso?

Ele não soube me dizer onde tinha feito o curso de aprendiz, qual a especialização que tinha, o que me deixou a nítida ideia de que ele era um elemento plantado dentro do sistema. Durante anos e anos disse isso e ninguém acreditou. Depois que ele mesmo revelou é que o pessoal passou a acreditar nas minhas “bobagens”...

Tudo isto faziam com qual intenção? Ele tinha que tomar uma atitude provocatória para mostrar que existia indisciplina nas Forças Armadas e que esta tinha sido provocada pela presidência da República. Isso foi um golpe muito bem armado e montado.

Para que se tenha uma ideia, toda a direção do Clube dos Suboficiais e Sargentos que ofereceram o famoso jantar ao Jango no Automóvel Clube deveriam pelo menos ter sido punidos. Não. Foram todos promovidos e foram para Brasília, como prêmio. Lá, naquela época, se ganhava o dobro dos outros lugares. Era o filé mignon e, melhor que isso, só ir para o exterior. São coisas que se a gente começar a somar, vai descobrir que sempre existiu algo por trás disso.

Eu sempre fui contra o golpe... tinha princípios que considerava absolutos como este: presidente não se derrubava. Está começando a ficar abalado hoje em dia, com esse aí que temos!... Ele está abalando minhas convicções. Eu era absolutamente legalista. Era politicamente contra o Jango, era udenista, mas nunca colaboraria para derrubá-lo. Estaria sempre disposto a defendê-lo como presidente.

Eu era udenista por influência familiar e do Flores da Cunha, que era uma figura realmente carismática. Era um autêntico caudilho. Essa expressão não é muito bem entendida aqui no Brasil. É preciso que se coloque num outro contexto, o hispânico, para a expressão ser bem entendida. A crença de que os agrupamentos humanos têm a necessidade de um espírito orientador e protetor. Essa é a figura do caudilho, tanto que o principal título de Franco era “Caudillo por la gracia de Dios”. E o Flores da Cunha realmente exercia uma liderança muito grande. O Rio Grande tinha uma polí-

tica diferente da dos outros estados. Existia uma política gaúcha, e lá tinha um partido que até poderíamos considerar como “partido-escola”. Esse era o Partido Libertador. Seu fundador e grande líder foi Raul Pilla, que teve um papel muito grande na formação dos políticos gaúchos, com seu partido. A coisa é tão séria que o Partido Libertador nunca conseguia eleger mais que um deputado estadual e raramente um federal. Não sei se alguma vez chegou a dois federais em alguma eleição. No entanto, houve ocasiões em que havia quatro candidatos a governador pelos diversos partidos e todos eles eram egressos do Partido Libertador, uma verdadeira escola política. E o partido que mais ou menos seguia a orientação do Partido Libertador, com dimensão nacional, era a UDN. Então, aqueles que eram libertadores – como por exemplo o Raul Pilla, que foi o grande disseminador das ideias do parlamentarismo – e não tinham como votar no Partido Libertador, porque este não elegia ninguém, viam a UDN como segunda linha. No Rio Grande do Sul, ela era personificada pelo Flores da Cunha, e, no Brasil, teve como candidato o Eduardo Gomes, o famoso brigadeiro. Eu me criei com essa visão, pois lá em casa todo mundo era libertador. E isso que estou narrando fica, principalmente quando não se procura revisar as posições políticas. Porque a minha preocupação estava muito mais voltada para a área cultural.

Os principais partidos da época eram o PSD, o PTB e a UDN, que é o partido golpista, na realidade. Só que, naquela época, eu não me dava conta disso... E na hora do golpe não acompanhei os que tinham posição política parecida com a minha. Aí fui preso, provocado principalmente por um colega meu de turma, com quem tinha tido um desentendimento.

Depois de preso, primeiro estive num navio de transportes, durante dois dias e, mais tarde, no Princesa Leopoldina. Lá é que fui responder ao inquérito. Eu já estava tão irritado que o almirante que presidia a comissão de investigações, quando entrei, me mandou sentar e pediu aos seus ajudantes a minha ficha. Um abuso tremendo!... O Almirante Clóvis era cinco estrelas, um homem muito alto, quase um metro e noventa ou mais, de cabelos brancos... era da reserva. Almirante correspondia a marechal. Almirante puro, porque existe o contra-almirante, o vice-almirante e o almirante de esquadra. Depois o marechal, que na Marinha é o posto de almirante. Quando ele perguntou pela minha ficha, disseram:

– Esse oficial não tem ficha.

Ele virou para mim e disse:

– Como? O senhor não tem ficha?

– Como vou saber, Almirante, se tenho ficha ou não?

– O que o senhor está fazendo aqui?

Foi a gota d’água! Disse para ele:

– Sou gaiato, Almirante.

Vi um camarote aberto, me tranquei e joguei a chave fora. Esse cara – soube depois por amigos de amigos dele – jurou que não me soltava! E, efetivamente, não me soltou. Ao fim de três meses, esgotados todos os prazos e prorrogações, ele pediu relaxamento da prisão de todos e depois pediu novamente a prisão dos outros. Só não pediu a minha prisão e a do Comandante Alencar Osório, irmão do Coronel Jefferson de Alencar Osório, aquele que fez a “revolução de caminhão”. Nós dois é que não fomos denunciados, apesar de ficarmos três meses presos. Significava que foi de “brincadeirainha”.

Depois me chamaram para outros inquéritos. Resolvi não ir. Um deles foi no dia em que casei. Um colega foi no meu casamento e, nos cumprimentos, disse:

– Você está sendo chamado para ir depor num inquérito.

Fui. Era sobre desvio de armamento. E me disseram:

– Nós encontramos duas cautelas com o seu nome sobre armamentos.

Quando se retiram armamentos na escoteria, assina-se uma cautela:

– Você retirou uma pistola Colt 45?

– Retirei.

– E depois você retirou um revólver 38?

– Retirei.

– E onde é que estão essas armas?

– Bom, a Colt 45 eu devolvi na hora em que apanhei o 38. Não devem ter dado baixa. O revólver 38 estava no meu armário quando fui preso, e, logicamente, preso não leva arma para a prisão. Quando foi feito o inventário de praxe, sei que foi recolhido à escoteria e foi entregue mediante recibo pelo suboficial de plantão.

Eles telefonaram lá para saber:

– Ah, as duas armas estão aqui, sim.

E me mandaram embora. Pensei: “Vão ficar me chamando para tudo quanto é inquérito imbecil. Quando me chamarem para o próximo, não vou

mais”. Eu me exilei na Embaixada do Uruguai. Mas um colega me telefonou e disse:

– Você está fazendo uma besteira. Não vai haver nada.

– Já sei como vai terminar. Todo mundo que está indo nesse inquérito está sendo preso.

– Eu garanto que você não vai.

– Vou, só para te provar que você está errado.

E fui. Chegando lá, um colega meu de turma, com quem não tinha grandes amizades, me disse:

– Sou mais moderno que você, então, pelo regulamento, eu não posso te interrogar. Mas depende de você. Se não se importar, faço o interrogatório. Senão vou pedir um oficial mais antigo.

– Não. Prefiro que seja um colega.

Esse rapaz se portou com tal lisura, com tal correção, que, ao final do inquérito, ele foi falar com o famigerado Almirante Dantas Torres, o terror da Marinha:

– Já ouvi o tenente – na Marinha, capitão-tenente é chamado tenente – e ele não tem absolutamente nada. Não deve nada, está completamente livre de qualquer suspeita, e vim pedir ao senhor para liberá-lo.

– Não, acho melhor que ele fique. Se você precisar esclarecer qualquer coisa...

– Não concordo com o senhor. Ele é um homem correto, honesto, sério, um dos que todos têm orgulho de se dizerem colegas dele, tem endereço certo, sabido. Não há motivo algum para que o senhor o mantenha preso.

O Almirante Dantas Torres se irritou:

– Olhe lá o que você está dizendo!

– Estou dizendo o que a minha consciência manda dizer.

– Você sabe que se está tornando responsável por ele?

– Sei. Sou responsável pelo que digo e pelo que faço. Se houver qualquer problema com ele, se não comparecer aqui quando for chamado, o senhor pode me prender no lugar dele.

Nessas horas houve atitudes bonitas, magníficas. E houve outras terríveis, como a desse almirante. O nome desse colega é Comandante Lair. Outro que tomou uma boa atitude foi o Almirante Washington.

Houve um episódio, quando eu era diretor do presídio, de uma licença em que três marinheiros presos me pediram para ir para casa escoltados. Eu disse que não tinha autoridade para dar isso. Eles disseram:

– Mas os seus colegas anteriormente davam.

– Mas eu não dou essa licença porque sei que ela é ilegal.

Então, eles se inscreveram para uma audiência com o almirante a que eu era subordinado. Foram lá e disseram que tinham pedido mas não quis dar. O Almirante Washington deu essa permissão. Quando chegou o resultado da audiência para mim, fui ao almirante:

– Almirante, o senhor sabe que tenho a maior consideração pelo senhor, acho o senhor uma pessoa extremamente séria e honesta. Mas eu, pela amizade que temos, não posso permitir que o senhor erre. E o senhor está errado. Não tem condições de fazer isso, não tem autoridade.

– Como não tenho?

– Não tem.

Ele mandou consultar um advogado ali na hora, que disse:

– Realmente o capitão tem razão. O senhor não tem autoridade para isso.

E o almirante me disse:

– Mas queria que você mantivesse para que eu não ficasse desmoralizado.

– Não vou cumprir essa ordem. A única coisa que posso fazer é diminuir minha culpa me omitindo. Tenho necessidade de passar uns dias fora, preciso de três dias de licença, o senhor me dá os dias, e quem estiver lá cumpre ou não a ordem.

O oficial que me substituiu acatou a ordem.

Nesse inquérito geral, já no segundo depoimento – eu ainda estava preso –, colocaram os três presos como tendo sido liberados por mim. Perguntaram o que tinha acontecido e eu disse que não sabia de nada. Esses três presos foram encontrados no Sindicato dos Metalúrgicos, onde estavam reunidos. Lá foi onde aconteceu aquele problema de que eles estavam fazendo a comemoração proibida e foram cercados pelas Forças Armadas. O Exército especificamente que os cercou. O Almirante Clóvis insistiu:

– Mas você não sabe de nada?

– Não sei.

– Sim, foi você.

- Não fui.
- O que aconteceu?
- Não sei.

Aí ele me manteve preso porque encontrou alguma coisa contra mim. Um dia, passado um tempo, ainda preso, o Comandante Ari, outro oficial preso, me perguntou:

– O que você ainda está fazendo aqui, rapaz? Você não era de esquema nenhum, não estava metido com nada. Por que você está preso?

Um outro colega chegou e disse:

– É aquele negócio dos presos que foram liberados e estão fazendo carga em cima dele.

– Que presos? Aqueles que você foi ameaçar representar contra o almirante se desse novamente a licença?

– É.

– Mas você não disse que não foi você e sim o Almirante Washington?

– Não. Eu sei que eles querem apanhar o almirante. Não vou fornecer munição para eles de jeito nenhum.

– Isso é um absurdo! Você não tem nada com isso.

– Deixa isso pra lá...

O Almirante Washington não estava preso conosco. Ele estava na Fortaleza da Laje. Mas ele se encontrou com o Comandante Ari num depoimento de um determinado inquérito – eles responderam a vários – que lhe disse:

– Você sabe que o Prado Lima ainda está preso?

– Está? O que houve com ele?

– É aquele problema dos presos.

– Mas que problema? Ele não tem culpa nenhuma! Fui eu que liberei. E ele ameaçou até representar contra mim se voltasse a fazer aquilo. Como é que agora vai ser responsabilizado por isso, quando foi contra e não teve nenhuma participação?

Ele foi no inquérito e disse que precisava depor no outro, onde eu estava. Foi ao Almirante Clóvis e disse:

– Quero que conste que eu vim espontaneamente prestar um depoimento a respeito dos presos que estão atribuindo a responsabilidade ao diretor do presídio, o Capitão Prado Lima.

– Sim, o que o senhor tem a declarar?

– Ele negou a autorização, quem a deu fui eu, ele foi a mim, ameaçou representar se voltasse a dá-la para liberar presos, disse que não aceitava e não cumpria ordens nesse sentido, e quem cumpriu a ordem foi outro oficial que estava respondendo por ele no presídio. Estão fazendo uma injustiça tremenda com ele!

– Mas então por que ele não disse que o responsável foi o senhor?

– Por uma coisa que vocês não conhecem.

– O quê?

– Lealdade com seu superior. Ele não fez isso por lealdade.

E, realmente, o Almirante Clóvis até hoje deve estar na tumba se revirando!...

Como disse, no meio de tanta confusão, tantas coisas tristes, houve atitudes muito dignas e, inclusive, de pessoas até ligadas à revolução.

Um colega meu se oferecia sempre para escoltar os presos quando eu estava no navio para ter acesso a ele, aproveitar, dar uma fugidinha e me visitar, o que era absolutamente proibido. Os oficiais da guarnição do navio-presídio estavam proibidos de falar com os presos. E um outro colega, quando cheguei e ele me viu, fez uma cara feia, de quem estava aborrecido, deu as costas e foi embora. Era extremamente disciplinado, sério, de um coração que não tem tamanho. Não entendi aquela atitude. Um pouco depois, eu já estava no camarote, preso, e ele foi me visitar. Chegou e disse:

– Eu estou aqui, sou imediato do navio, e o que você precisar, a qualquer hora, mande me chamar que venho aqui. Estou à sua disposição. Infelizmente, posso fazer pouco por você, mas tudo o que puder fazer... Inclusive já apanhei uns livros e trouxe para você poder ter o que ler e se distrair.

Depois, soube por outros que ele foi ao comandante antes disso e disse:

– Nós estamos proibidos de falar com os oficiais presos, mas chegou um amigo e vou falar com ele. Então, se o senhor não quiser que eu vá, me prenda.

– Não, você está autorizado a falar com seu amigo!

São atitudes muito bonitas de colegas que realmente... a revolução não foi só aquele pavor.

Mas fui vítimas de vários tipos de violência. Inclusive, houve tentativa de assassinato. Três colegas me ofereceram um revólverzinho – e olhando o revólver a gente vê se está descarregado –, e esse era pequeno e descarregado.

Por que pequeno? Para dizer que eu tinha escondido uma arma. Justamente para segurá-la e eles poderem me matar, como aconteceu em Canoas com o comandante da base que caiu nesse esquema. Só que fui um pouco menos crédulo do que ele. Coloquei as mãos para trás e disse:

– Se vocês quiserem me atirar, atirem, mas não vou dar pretexto.

Um deles me agrediu. Eu disse:

– Podem me agredir que depois nós teremos chance de acertar as contas lá fora. Não vai ser agora, porque estou preso e não vou aceitar provocações.

O ambiente de terror que nós passamos no navio era uma coisa assustadora, impressionante! No Princesa Leopoldina, eles espalhavam boatos de que o navio ia zarpar e, quase toda noite, no início da madrugada, eles ligavam as máquinas, começavam a puxar as correntes para fazer aquele barulho para assustar, criar um ambiente de insegurança... Foi uma coisa muito, muito desagradável...

Minha mulher teve que falsificar uma carteira de estudante com o meu sobrenome para dizer que era minha irmã, porque nessa época eu ainda não era casado. Só as esposas, irmãos, pais ou filhos que estavam autorizados a visitar os presos. Ela teve que fazer isso. E, quando ia, era ela misturada com meia dúzia de senhoras, e para cada uma delas tinha dois fuzileiros armados de metralhadoras apontando as armas no ônibus que as conduzia até lá. Era realmente um ambiente de pavor... Mas dentro disso houve rasgos que a gente nunca vai esquecer...

Esses inquéritos foram de uma tremenda estultice. Para que se tenha ideia, o Brigadeiro Moreira Lima, quando voltava do seu depoimento na Aeronáutica com o Coronel Scaffa, começou a contar que começaram a fazer o interrogatório dele e ele disse:

– Não, não, meus filhos. Não é assim que se faz um inquérito.

E explicou como se faziam os inquéritos! Porque ele tinha sido quem havia feito o inquérito anterior contra os comunistas e estava preso. Vejam bem, nas três Forças Armadas os responsáveis pelos inquéritos contra os comunistas estavam todos presos! O Coronel Scaffa, da Aeronáutica; o Almirante Suzano, da Marinha; e um do Exército, que não me lembro, também estava lá. Porque nada houve, o problema não era contra o comunismo, contra nada. O problema era simular uma subversão que justificasse um movimento para atender os interesses dos nossos patrões do norte.

Se procurarmos nos jornais do dia 2 ou 3 de abril – não posso saber com certeza porque estava preso –, encontraremos a nomeação de uma comissão do Ministério da Aeronáutica para ir assinar um tratado nos Estados Unidos sobre o recobrimento aerofotogramétrico do território nacional. O que foi isso? Foi contratado, o Brasil pagou para que aviões norte-americanos recobrissem todo o território nacional, fotografando. Não havia satélite naquela época. Esses filmes não vinham direto para o Brasil, iam ser revelados nos Estados Unidos. Só que esses aviões não carregavam apenas uma câmera, mas várias. Inclusive, câmeras de ultravioleta e infravermelho. Todas essas, que pagamos o avião, não vieram para nós. Através das fotografias tiradas dessas câmeras é que se podia detectar a composição do subsolo. Então, o Brasil pagou para os Estados Unidos fazerem um levantamento para eles e nos derem o que não tinha importância. Depois de ter sido examinado, se houvesse alguma coisa interessasse, eles tiravam fora. Começamos a ver as coisas como foram conduzidas e feitas...

Isso envolve também o trabalho de sedução da oficialidade brasileira feito pelos Estados Unidos através de cursos no Estado-Maior em Fort Leavenworth e outros que serviam para doutrinar sobre o perigo comunista. Só que nós nunca tivemos um comunismo expressivo no Brasil. A natureza do povo brasileiro – que, mesmo não sendo efetivamente religioso, tem um sentimento de profunda religiosidade – rejeita movimentos que tenham um cunho internacionalista, principalmente ideias que sejam estrangeiras. Nunca o Partido Comunista conseguiu 1% na votação. Isso significa que nunca houve uma expressão.

Lembro de uma época em que estive tentando fazer uma articulação de partidos de esquerda. Fui a uma reunião no diretório do Partido, mas faço confusão, não lembro se era PCB ou PC do B... qual foi o que mudou de nome? O PCB que mudou para PPS. E perguntaram o que eu achava. Eu disse:

– Posso falar francamente? Acho que, enquanto se falar em comunismo, essas ideias socialistas não vão para a frente. A única maneira que vocês têm de conseguir alguma coisa é mudar de nome.

Aí eles caíram na risada. Perguntei:

– Por que vocês estão rindo?

– Porque nós já estamos estudando essa possibilidade efetivamente.

Isso foi uns dois, três anos antes da mudança. Eles já estavam pensando nisso. Então, acho que não há condições no Brasil – nunca houve – tinha que ser simulado um movimento esquerdista, uma revolução, pois todos os movimentos revolucionários de esquerda no Brasil tiveram muito pouca expressão.

Depois de ser preso, responder os inquéritos, fui necessariamente compelido a assumir uma militância do lado oposto ao que me situava politicamente. Mas o que não significava um alinhamento de um lado nem de outro. Eu não tinha alternativa: de um lado não me aceitavam, me rejeitavam formalmente. Então, o único jeito era não procurar ficar mal com aqueles que ainda me aceitavam. Não havia condições de tomar uma outra posição.

É o seguinte: nunca fui contra as ideias socialistas. Acho que elas são excelentes! E o fato de dizer que na verdade esses são pensamentos cristãos é porque é importante que se lembre que os primeiros movimentos comunistas não eram socialistas. A primeira vida dentro dos princípios de refutação a propriedade se deu nas catacumbas. As sociedades cristãs viviam comunitariamente. O que era de um era de todos. Mais tarde, na Holanda, se não me engano no III ou IV século, houve um outro movimento de *Gert Grut* também nesses termos. Pensar que os *kibutz* foram criação dos judeus não é verdade. Agora, os judeus são suficientemente inteligentes para aproveitar o que tem de bom, sem se importar em saber de onde vem: “A ideia é boa, vamos adotá-la”. O povo judeu foi o que demonstrou através dos anos maior flexibilidade, adaptabilidade a condições adversas de toda a história. Eles foram pisados, trucidados, sofreram de tudo e sobreviveram porque eram inteligentes, flexíveis, sabiam se adaptar e escolher a hora de reagir. E quando não, se fingiram de mortos. Essa é a realidade histórica que vivemos. Ninguém conseguiu nada, apesar de tentativas organizadas de extingui-los. Mataram milhões, mas eles sobreviveram porque sobreviveu esse espírito. Eu sempre expus essas ideias no grupo da oficialidade cassada. Nunca fui contra nada do que eles pensam, só acho que existe mais alguma coisa e isso está na Bíblia, principalmente no Novo Testamento.

Um Leonardo Boff é acusado de comunista. Mas quem foi o maior subversivo de toda a história? Foi Jesus Cristo. Ele foi contra o estado estabelecido. Ele simplesmente foi contra a revolta armada. Logicamente eu acredito nele, que a violência não conduz a nada, que só o amor constrói e que fora disso nada existe.

E me cassaram todas as profissões. Em novembro de 64, publicado com data anterior, porque tinha limite, mas seguraram os Diários Oficiais, não se publicaram mais nos últimos dias até colocarem todos os nomes. Fui cassado sem ser acusado de nada. Nada. No ato de cassação diz: “Foi reformado com base no Ato Institucional n. 1, de 64, sem prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito”. Só. Nunca houve uma acusação de nada. E essa é a minha grande mágoa... nunca ter sido acusado. Se tivesse sido acusado, poderia me defender.

Um Inquérito Policial Militar conclui pela existência de crime ou contravenção pela denúncia. Não encontraram nem um nem outro. Simplesmente não disseram nada. O relatório concluiu que deveriam ser feitos estudos mais aprofundados para apurar responsabilidades. Depois de três meses trancado! É difícil de entender... mas é como as coisas aconteceram... Além disso, fui cassado na Faculdade e fui proibido de trabalhar. Na época, eu era especialista em eletrônica de telecomunicações, então não podia trabalhar em estações de rádio e não permitiam que assumisse qualquer posição de destaque no magistério, em eletrônica e em instrumentação de reatores nucleares. Nessa área nuclear, não podia olhar e nem passar a quilômetros de qualquer instalação de pesquisa. O que me sobrou foi meu hobby, informática, que se transformou em profissão.

Sáímos do navio completamente sem orientação. Sem saber o que fazer... Por relações familiares, arrumei um emprego. Minha madrasta tinha um irmão que morava aqui no Rio, sempre foi muito meu amigo, e me arranjou um emprego em São Paulo na SEMP, onde fui ser assistente do presidente. Por problemas da mãe de minha mulher não pudemos continuar em São Paulo. Voltamos aqui para o Rio e fomos lecionar numa escola em Vigário Geral, lá no subúrbio, perto do início da Dutra, a Rio-SP. Lecionei um ano e, ao fim dele, fui convidado para ser representante da SEMP aqui no Rio. Trabalhei algum tempo até que um colega me convidou para ir trabalhar no birô da IBM, onde tive oportunidade de colocar em prática o que havia estudado anteriormente sobre informática. E aí começou o grande hobby e a grande paixão em termos de trabalho da minha vida, onde estou há mais de trinta anos, numa luta para me manter atualizado, e acho que consegui... Nos últimos três anos, passei em três concursos públicos para analista de sistemas e estamos aí na luta contra o Sr. Fernando Henrique,

que me nega o direito de trabalhar pelo fato de ter sido punido com a aposentadoria, porque nunca me aposentei: fui aposentado como punição. Esse que se diz cassado também, atingindo aqueles que foram...

Desse grupo de cassados, de vez em quando eu fazia visitas a pessoas que tinha mais simpatia. Uma dessas pessoas era o Brigadeiro Rui Moreira Lima. Ele foi preso mais de uma vez... quem ficou preso logo depois da revolução por mais tempo fomos nós, que passamos três meses. Não houve ninguém que passasse disso. Mas, depois houve novas prisões. O Almirante Washington chegou a ser condenado a dois anos, se não me engano. Uma coisa terrível, porque era um homem de uma lealdade e de uma coragem assombrosa, que nos inquéritos dizia:

– Fiz e voltaria a fazer, porque vocês são uns traidores da pátria!

Era essa a linha de depoimentos dele. Ele era 100% legalista e socialista também. É uma das pessoas por quem tenho a maior admiração e respeito, Washington Frazão Braga, uma figura belíssima. Eu ia visitá-los fora da prisão. O Brigadeiro Rui tinha um escritório na Presidente Vargas e, de vez em quando, íamos lá.

Fui obrigado a me absorver no trabalho, porque no meu entender era hora de fingir de morto. Ficar escondido até ter chance melhor. Esta veio surgir há uns seis anos. Comecei a frequentar a ADNAM, não de forma muito convicta porque discordava de posições. Essa Associação pretendia congrega apenas os oficiais. Eu achava que não, que, se fosse para reunir, seriam todos os militares cassados. Cheguei até a fazer blague, dizendo lá dentro que não achava que fosse ADNAM, mas sim ANAM, porque nesse ponto não tinha nada de democrática. Então, que se retirasse o “D”. Não aceitaram minha sugestão e continuaram até hoje com isto.

Mas era uma forma de voltar a encontrar os colegas que foram presos. Havia amigos que eu tinha muita vontade de rever... Imagine você trancado com uma pessoa quarenta dias num navio, depois mais cinquenta no Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros, na Ilha do Governador? A gente sempre quer rever, saber como estão essas pessoas...

Mas, no Clube Militar, surgiu um movimento para acabar com a sucessão de generais indicados pelo Ministério da Guerra para presidente do Clube. Nós queríamos que o Clube voltasse a atuar politicamente defendendo os interesses da classe. Esse movimento se chamou Ação Renovadora

e fui indicado para ser o Diretor de Informática do Clube Militar nessa chapa. Fomos eleitos. Há mais de cem anos que não tinha oficiais de Marinha como diretores do Clube. É preciso que se diga que ele não foi fundado por oficiais do Exército, mas sim de Marinha que estavam sendo assediados pelos do Exército para entrar no Clube Naval, que já existia. Então, eles chegaram e reuniram os oficiais do Exército e disseram:

– Vocês querem entrar como sócios, mas isso não pode porque o regulamento não permite. Mas vamos criar um outro, que é o Clube Militar.

Isso foi feito. A diretoria era com metade de oficiais de Marinha e do Exército. Só que, com o crescimento deste último, os sócios logicamente votavam nos que conheciam. Por isso, há muitos anos, só tinha oficiais de Exército na diretoria. O primeiro da Marinha que foi eleito diretor do Clube Militar, depois de um longo tempo – vejam o contrassenso –, era eu, um oficial cassado.

Mas por que isso tudo? Meu objetivo era conseguir a reintegração dos cassados. E realmente conseguimos. Com a colaboração de alguns colegas de direita, mas que compreendiam a justiça das nossas posições. Conseguimos de tal forma que fui com mais dois colegas, que eram simpatizantes da nossa luta, numa reunião da ADNAM, e levamos a primeira carteirinha de sócio do Clube Militar para entregá-la a quem? Ao Coronel Kardec. Justamente. Até segurei umas outras carteirinhas, com a cumplicidade do secretário, porque queria que o primeiro a recebê-la fosse o Kardec, pois ele é um símbolo de luta. Um lutador maravilhoso! Uma pessoa excepcional... Não sei se o conheci no navio... Mas a impressão que tenho é que conheci o Kardec a vida toda. Não é verdade, claro. Acho que foi na ADNAM, nas lutas pela anistia.

Na ADNAM houve uma rejeição muito grande à minha posição em concordar em concorrer com o Cerqueira. E eu tentava mostrar que a única maneira da gente conseguir a reintegração era ir lá para dentro e estar junto com eles. E realmente conseguimos. Entreguei a carteirinha ao Kardec lá na ABI.

Depois disso, inspirado na Ação Renovadora, o Clube Naval também resolveu fazer um movimento. Fui a uma reunião de uma chapa, onde um oficial, o Almirante Vandir, estava se propondo a seguir a mesma linha que nós tínhamos seguido lá no Clube Militar. Ele me reconheceu porque era daquela luta pelo Clube Militar. Ele chegou nessa reunião e disse:

– Temos aqui presente o Comandante Glauco, que eu espero que venha a me ajudar fazendo o trabalho magnífico que ele fez no Clube Militar. É importante contar com a ajuda de um colega desse valor.

Quem fez a reorganização do Clube Militar fui eu. Coordenei o grupo...

Terminada a reunião, fui lá cumprimentá-lo para dizer que estava com ele para o que desse e viesse. Ele tinha procurado o Cerqueira, dizendo que gostaria de ter o apoio do Clube Militar. Numa reunião de diretoria, dei a minha opinião de que achava que devíamos nos associar à luta de uma maneira mais discreta possível, mas efetiva. Então ficou decidido que eu seria o representante do Clube Militar porque poderia participar da reunião sem causar melindres. Teria o apoio do Clube para o que precisasse. Na prática, terminei coordenando a campanha do Vandir. E, numa viagem a Porto Alegre, nós estávamos almoçando numa churrascaria numa galeria que tem em frente à Praça da República, ele chegou e disse:

– Todo mundo que se dedica da maneira como você se dedicou quer alguma coisa. Você não quis cargos na diretoria. O que você quer de mim?

– Só quero que você seja um bom presidente e cumpra os ditames da sua consciência. É a única coisa que quero de você.

– Está certo. Eu entendo a sua posição, e é o que esperava de você. Mas hoje prometo aqui que todos os sócios do Clube Naval que tiverem sido desligados por razões políticas vão ser reintegrados, porque sei que esta foi sua luta no Clube Militar. Então, o que posso fazer pelo que você tem feito por mim é isso. Agora, não adianta você me pedir: quem tiver sido punido por razões de corrupção não serão reintegrados.

E realmente ele cumpriu a palavra. Infelizmente, não terminou o mandato porque faleceu. Mas tive a felicidade de poder ajudar um pouquinho na reintegração de todos nos dois Clubes.

Mas isso traz problemas muito sérios. Na vida, quando se ganha destaque, os outros já acham que você quer ser político, isso ou aquilo. Aí começam as fofocas, as enciumadas... E esse é o grande problema que a vida nos mostra: podemos ser perdoados por tudo o que fizemos; só nunca vamos ser perdoados pelo bem que fizemos aos outros. Cristo chegou a ser crucificado! Então, a gente tem que se conformar em sofrer um pouquinho com as coisas que quiser ajudar...

Tenho a impressão que a situação hoje é mais séria do que em qualquer outra época. O entreguismo atingiu proporções nunca pensadas. O

modelo econômico adotado é o mais iníquo de todos os tempos... Fizeram da inflação o maior crime de todas as épocas, e, para contê-la, estão adotando um artifício que é manter a paridade entre o real e o dólar, para dar a impressão de robustez e solidez à moeda; e os mais altos juros praticados dentro de moedas estáveis. Isso está fazendo com que todo o capital especulativo ingresse no país e seja regiamente remunerado. Os bancos estão entrando maciçamente com dinheiro. A gente vê estes sendo comprados por bancos estrangeiros, as financeiras, por exemplo, o caso do Bamerindus. Estão entrando com dinheiro e o capital principal regressa em um ano como rendimento e continua intacto, aplicado. Quem vai aplicar a 4% ao ano no estrangeiro, vem aqui, aplica e recebe juros de 10, 12%. Isso está sendo feito. Por que os bancos não estão bem? Porque isso está trazendo índices de inadimplência nunca vistos. Com isso, ocorre o endividamento nacional total, toda a riqueza é drenada para o exterior, e assim cada vez entra mais dinheiro aqui no país, até que haja uma falência generalizada, que é o caminho. Não tem jeito. Hoje só se toma dinheiro para pagar as dívidas. Se deve 10, amanhã toma 20 para pagar esses 10, depois tem que tomar 40 para pagar os 20, e daqui a pouco não tem mais como pagar as coisas!...

Eu diria que, pela primeira vez na vida, estou realmente desanimado... Não vejo mais saída... Nós estamos muito perto do caos. E às vezes o caos é a nova ordem. O que vamos fazer? Não temos mais saída! Acabou!... Vai virar uma bagunça generalizada. Essa entrada maciça de dinheiro vai parar porque vão descobrir que caíram num conto do vigário... Eu acho que é muito triste isso tudo... Muito triste. O que nos espera não é nada bom. Na realidade, no momento em que se começa a ter esperanças em Ciro Gomes, em Itamar!... É uma esperança muito triste...

O que vejo é que dificilmente eu teria uma trajetória brilhante nas Forças Armadas. Não tenho o perfil do militar. Não vejo essa possibilidade, que para mim seria remotíssima. Seria, mais cedo ou mais tarde, eliminado por mecanismos naturais... Nunca teria aceitado trabalhar sob o regime de exceção que se implementou. Para mim, a cassação foi uma saída honrosíssima. Foi a minha salvação! Fui salvo pela revolução. No momento em que me prenderam, me puniram, me transformaram numa vítima do movimento, fui salvo. Não tinha mais responsabilidade pelos desmandos que eu sabia que eles iam fazer.

Acho que as Forças Armadas não fizeram “grandes” desmandos. Mas o papel, em termos figurados, é o que muita gente já disse: elas apenas seguraram a vaca para que os políticos e os tecnocratas mamassem. Os senhores Simonsens, Delfins, Roberto Campos da vida... Esses é que armaram, fizeram e aprontaram. Os militares, na sua boa-fé, ficaram segurando, impedindo qualquer movimento, qualquer reação e, como tal, foram também culpados, sem dúvida. Mas não foram eles que agiram. Houve alguns militares que realmente fizeram algumas coisas. Contam-se coisas terríveis acerca dessa construção da ponte Rio-Niterói... O Andreazza foi um grande ministro, mas dizem que se aproveitou muito dessa situação. Realmente o poder corrompe. E ele teve muito poder. Todos esses presidentes militares devem ter tirado seus nacos, aproveitaram algumas coisas. Mas comparados a esses tecnocratas que dominaram esse país durante todos esses anos e se aproveitaram... Na minha avaliação, não há termos de comparação. Não pretendo ser dono da verdade.

Há um fato muito importante para mim, que ainda não contei, a respeito da minha vida pessoal e familiar. Eu casei em 64 e tive quatro filhos homens. Passaram-se dez anos sem filhos. Até que, por proibição da médica da minha mulher de tomar pílula, ela quis fazer ligadura e eu não permiti. Fiz vasectomia. E, depois disso, veio a realização do meu sonho, que foi ter uma filha... Então, realmente, a avaliação que faço é que, se não tive sucesso, pelo menos pude sobreviver razoavelmente, sem nunca ter que sacrificar princípios, não admitindo isso... Oportunidades ocorreram aos montes e, muitas vezes, paguei muito caro por não aceitar explorar condições políticas. Nunca desempenhei funções que não fossem conquistadas pela minha competência profissional. E quem, depois dos 60 anos, se dispõe a disputar concursos com rapazes recém-formados e sai, na maioria das vezes, na frente de 99% dos candidatos, pode dizer que se não fez nada, pelo menos seguiu a canção do tamoio: “A vida é luta renhida”. Viver é lutar. Tenho 63 anos e ainda posso dizer que não me entreguei, não me entrego. Ainda brigo sem querer vantagem alguma em condições de igualdade com qualquer um. Isso quando a gente sabe que os anos passam, o raciocínio se embota, a percepção já não é mais a mesma... Eu acho que tenho que agradecer muito a essa “revolução” que me forçou a lutar, a buscar novos caminhos...

Pedro Paulo de Albuquerque Suzano

Talvez o caso do coronel do Exército Pedro Paulo de Albuquerque Suzano, como afirmou o coronel Kardec Lemme, seja único entre nossos colaboradores e os militares de esquerda em geral, pois denota uma trajetória familiar comum de esquerda no interior das Forças Armadas desde longa data.

Além de ser cassado na ocasião do golpe de 64, muitos de seus familiares mais diretos foram submetidos à mesma punição pela ditadura militar, entre os quais o pai – que chegou a ministro da Marinha do Governo João Goulart – e o irmão – comunista “de carteirinha”.

Gravamos com o coronel Suzano cerca de duas horas e meia de entrevista em sua residência em Ipanema, Rio de Janeiro. Apesar de uma única sessão de gravação, relativamente concisa e sem documentos escritos complementares fornecidos pelo colaborador, foi uma das histórias de vida mais difíceis de serem elaboradas em razão da característica de seu relato, de fala pouco clara, cheio de digressões, imerso mais em nomes e adendos do que em episódios. Não consegui conduzi-la de maneira que tomasse outro rumo ou tom, e tive que empenhar-me na passagem do discurso oral para o escrito para superar as dificuldades e marcar o sentido de sua experiência. Espero ter chegado a essa proeza...


A trajetória de Suzano possui também aquela amargura característica que já observamos em outras falas, histórias de derrota. Igualmente notadas em outras, ganham destaque na sua voz o peso e o alcance das relações familiares e corporativas nos rumos da instituição militar e seu reflexo político. O desenvolvimento da carreira e o diálogo com os altos escalões militares e governamentais do pré-golpe de 1964 é intensamente retratado pelo viés institucional, confundido com a vivência familiar e pessoal. Não poderia ser diferente, já que seu pai foi uma das figuras de maior destaque entre os militares de esquerda e nacionalistas, citado por mais de um colaborador nas histórias aqui presentes.

Mesmo salientando a divisão política no seio da família majoritariamente militar em sucessivas gerações, Suzano destacou sua estreita ligação com membros da esquerda, especialmente militares, desde a infância e juventude, particularmente do Partido Comunista. Essa estreita ligação vem acompanhada de uma precisa separação de campos, entre os que são comunistas chamados “de carteirinha”, filiados ao Partido – tais como seu irmão e vários dos seus amigos –, e outros como ele, apenas simpatizantes sem vínculo militante oficial.

É com grande conhecimento, entretanto, que fala da organização das células comunistas na AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) através dos quartetos, do qual ressalta que fazia parte e, inclusive, servia de elemento de ligação com outros militares. Apesar de organizado na esquerda, condena o que chamou de proselitismo, advogando uma prática política de esquerda e nacionalista dentro das Forças Armadas de forma menos visível, praticamente clandestina. Esse posicionamento certamente advém das enormes proporções do anticomunismo vivenciado no cotidiano do meio militar dos anos 1950, em plena “guerra fria”, relatado com crueza.

A derrocada do governo de Jango no aspecto militar e o papel decisivo nela dos personagens ocupantes do poder à frente da corporação, são abordados com aquela certeza de quem fala depois que tudo aconteceu. Protagonista de um pequeno ensaio de resistência em pleno golpe, são suas ligações familiares que o preservaram de maiores punições em virtude de seu posicionamento político. E, talvez, por sua preservação nos acontecimentos que se seguiram à ditadura, sua história pareça transitar tanto entre posturas conservadoras e progressistas. E marcadamente descrentes...

Pedro Paulo de Albuquerque Suzano faleceu em 08 de agosto de 2014, no Rio de Janeiro.



Desde garoto, vi que a família era militar e dividida politicamente...

A minha família é de origem militar. Poucos brasileiros sabem e vou repetir isso. Quando o Caxias anistiou o pessoal da República de Piratini,

os Maragatos – a maioria deles era de origem uruguaia –, ele botou todos no Exército. Incorporou o pessoal de Piratini, os farroupilhas, ao Exército brasileiro. Inclusive, eles tinham liberado muitos escravos para combater e, com isso, ficou mais gente de cor nas Forças Armadas. Chegou a tal ponto que nós, no Exército brasileiro, tivemos, na Guerra do Paraguai, generais que não eram brasileiros.

Nessa altura, em 1845, é que minha família entrou para as Forças Armadas e não saiu mais. O grosso da família era do Exército. E, da parte da minha mãe, meu avô materno também; apesar de descender de uma família de juizes de Pernambuco, entrou garoto ainda no Exército.

Naquele tempo, precisava fazer o Colégio Militar, era fácil entrar como soldado. Ele fez o Colégio Militar do Ceará e depois a Escola Militar do Realengo, que hoje é a AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras. Essa Escola que ele pegou era na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Inclusive, foi pupilo do Benjamin Constant.

O meu avô chamava-se Melquizedeque Albuquerque de Lima. O pai dele procurava na Bíblia um nome daqueles, esquisito, e botava nos filhos. Ele chegou na ativa até general de brigada e saiu do Exército porque os filhos se meteram na Revolta da Escola de 22. Então, como era chato ser do gabinete do Ministro, passou para general de divisão já na reserva. Meu avô tinha grande influência e, tanto ele como também meu pai eram positivistas.

Outra coisa que é interessante saber é o quanto meu avô ganhava, porque o pessoal pensa que militar ganha fortunas. Um coronel da Polícia Militar do Rio Grande do Sul ganha oito mil reais, quase o dobro de um general de brigada da ativa, com todas as vantagens. Vejam que, naquela época, quando eu era garoto – estava completando 10 anos –, meu avô, que era reformado, estava ganhando o equivalente a mil e quinhentos reais. Dizia-se um conto e quinhentos. Meu pai, que era capitão, ganhava dois mil e cem. Quem ia para a reserva quase tinha que pedir esmola. Vendia fazenda... Até que nós conseguimos o famoso código de vencimentos e vantagens.

Tanto meu avô era positivista que era engraçado vê-lo usando aquele colar dos militares. Nunca vi ele indo em uma missa. Ele não acreditava em Deus, como meu pai, que sempre foi assim. Meu pai ficou órfão com menos de 2 anos de idade. O pai dele morreu na explosão de um encouraçado brasileiro. Assim, ele foi ser criado pelo avô. O avô tinha um bando de netos, a

família tinha onze filhos. Por outro lado, esse meu avô Melquizedeque tinha feito nove... Na verdade, minha bisavó deve ter tido uns treze ou catorze filhos. Duraram onze.

Meu pai foi criado pelo avô. Ele o chamava de pai, porque tinha três tios mais moços do que ele e uma tia da mesma idade. Eram nove mulheres, no fim parece que ficaram seis, e três homens que persistiram... A mais velha dessa família é avó do Mário Henrique Simonsen, meu primo. Também era outro que era muito inteligente, chegou a ter curso de engenharia, de pós-graduação em engenharia, com 9,7... O que não quer dizer grandes coisas, porque eu trabalhava e tive o mesmo curso de engenharia, no Fundão, com quase 9,5, 9,3 – não sei direito...

Esse pessoal positivista, como meu pai, não acreditava em Deus. Não tinha nada disso... Eles ainda não eram de esquerda, mas eram todos nacionalistas. É essa a influência que o Brigadeiro Rui diz, quando se refere ao fato de que eram nacionalistas.

Mas, já na Revolução de 24, o irmão do Juarez Távora era uma das figuras mais importantes da revolta em São Paulo, e ele era socialista. Ele morreu – talvez infelizmente – porque levou um tiro quando estava acabando a briga dentro da cidade de São Paulo. Meu pai tomou parte, apesar de ser da Marinha. Enfrentou inclusive Eduardo Gomes, que era das forças revoltadas.

Eu nasci em 25. Meu pai, em 30, foi contra a subida do Getúlio, apesar de ser de origem gaúcha. A família Suzano é do Rio Grande, assim como os Araújo – porque meu pai tinha esse sobrenome por parte da mãe. Meu avô, quando faleceu, já era marechal – nomeado na reserva –, e o último cargo dele foi em 28, como diretor da Escola Técnica do Exército, que é o atual IME. Ele era um velhinho muito simpático, muito estudioso.

O Joaquim Távora foi a maior figura, era o cara que mais agitava, conseguia dominar, e levava os generais a combater o Governo. Naquele tempo, no governo, estava entrando o Washington Luís e saindo um nacionalista, aquele que foi presidente de 22 a 26. O Washington Luís pegou de 26 a 30 e não acabou porque também foi derrubado. O Bernardes, que foi aquele que eles tiraram na Revolução de 22, eram contra a eleição dele. O presidente nesse período de 22 a 26 – cujo nome não me lembro – era um que tinha subido até pouco, pelo voto indireto de uma família paraibana com ligações

em Pernambuco e que ficou no governo substituindo o presidente eleito que tinha morrido. Foi substituído pelo Bernardes e a Revolta de 22, como a de 24, foi contra a posse deste.

Inclusive, causada pelas famosas cartas, que eram escritas, como mais tarde foram outras, contra a eleição de Juscelino. O “grande” Lacerda pegou uns argentinos para fazer uma carta também, acusando o Juscelino de ser ligado ao Perón. Tanto que o Lott, que era do lado dele, quando soube que as cartas eram falsas, mudou de lado. Ele era nacionalista e foi meu comandante de São Paulo. Era duro pra diabo...

Mas em 24 já existia esse Joaquim Távora, socialista. Ainda não era comunista. Aliás, isso é dito no livro do nosso amigo guerrilheiro Apolônio de Carvalho, que combateu na Espanha. Inicialmente, eles eram só da ANL. Na prisão – e isso é muito comum – é que se tornavam comunistas, porque o Partido Comunista apoiava o pessoal.

Meu pai batalhou toda a vida, desde pequeno, sendo órfão de pai... Mais tarde, a mãe dele casou novamente – porque ela casou muito cedo, com 14 anos, com meu avô verdadeiro, o que morreu na explosão... – com um oficial que foi ministro da Marinha do Juscelino, Almirante Câmara. Esse era meio reacionário, mas tinha sido companheiro de subversão junto com meu pai em 32. Depois, não entrou na atividade política mais progressista... Meu pai, naquela época em que eu estudava na Escola, estava entre o posto de capitão de fragata, prestes a sair a capitão de mar-e-guerra, que equivale a coronel. Ele tirou até o terceiro ano de ginásio. Então, fez o chamado Artigo 100, que era um exame do Colégio Pedro II. No quarto, quinto ano, ele estudou por fora, para ter o equivalente ao ginásio completo. Dali, fez exame, com 13 anos, para a Escola Naval, que depois aumentou a idade inicial para 14. Entrou como segundo de turma. Quando saiu, era guarda-marinha e terceiro da turma. No fim, os dois primeiros foram para engenharia naval, então ele ficou sendo o mais antigo, o primeiro colocado na turma. Também nunca pediu favor a ninguém, nunca foi protegido do padrasto dele... que parece até que tinham um pouco de ciúme dele. O Câmara era o quarto ou quinto de turma, mas não era tão brilhante quanto meu pai. Ele não era um sujeito quadrado... era de briga. Dizia:

– Apanhar não é vergonha. Vergonha é correr. Não se deve levar desaforo para casa.

Eu entrei para o Colégio Paula Freitas – que era na Tijuca e hoje não existe mais – com 8 anos de idade. Meu pai foi lá e matriculou a mim e meu irmão. Nunca mais botou os pés dentro do Colégio! E lá cheguei a ser primeiro de turma, desde o quarto ano de admissão. Depois passei dois anos fora, perdi, mas continuei sendo um dos primeiros de turma. Eu só estudava as matérias de que gostava. História Natural, por exemplo, tinha horror, se possível até colava... tinha horror. Mas era bom em física, em história... Então conhecia bem essa história toda.

Devia ter na Inglaterra uns 12 anos de idade, quando cheguei a ler uma parte do *Mein Kampf*, em inglês. Já estudava as doutrinas políticas de escritores estrangeiros. Sabia bem inglês, francês e, mais tarde, até enrolava um pouco de espanhol e italiano... Espanhol é fácil, até por causa da família. Italiano era outra coisa. Para aprender outra língua, no meu caso, pegava o esporte: leio, desde 10 anos atrás, a revista de esportes italiana. Agora mesmo estive num enterro de um colega de turma e o pessoal estava mexendo comigo, porque já na Escola Militar lia a parte de esportes de um jornal argentino. Assim, eu ficava mais fluente, sabia escrever em espanhol... francês alguma coisa eu lia, mas não escrevia. Inglês, escrevo até hoje, quase que correntemente. Meu pai ensinava inglês aos filhos, desde pequenininho, 8, 9 anos de idade. Meu avô materno, que também ajudou a me criar, também era um grande escritor militar, que lia e escrevia em francês fluentemente. Ele foi ajudado pelo General Gamelin, que serviu aqui no Brasil depois da Primeira Guerra Mundial. Meu avô serviu com ele na Missão Francesa. Era engenheiro militar, mas atuava no Exército como de artilharia também. Comandou o Forte de Blum, foi subcomandante de Tour, chegou a comandar interinamente um outro regimento do sul que, há uns anos atrás, o comandante mandou até pedir um retrato dele para botar lá... Os meus tios eram de artilharia, meu primo-irmão e concunhado, politicamente é um horror... Desde garoto, vi que a família era militar e dividida politicamente...

Quando eu era criança, vi todo esse ambiente de revolução... Vi chegar a polícia, desse delegado Silvio Terra, que foi lá procurar meu pai dentro de casa. Nós morávamos no Rio e ele servia aqui como oficial de Marinha. Na época, estava em um navio que fazia trabalhos, um navio-escola... era o Belmonte, onde serviu. Ele também se posicionou em 32 contra o Getúlio.

Então, havia uma coisa interessante no Brasil: as famílias eram divididas. Em 32, tinha o meu tio Rogério, oficial de Artilharia – chegou até a general de divisão –, e meu pai por São Paulo. Porque era o tal negócio: a Revolução de 32 não foi só, como o pessoal procura fazer crer, porque São Paulo queria se separar... O problema era que a gente, o pessoal do sul – como meu pai, Assis Brasil, pai do General Assis Brasil –, era libertador. Mas tinha outros dois tios com o Getulio: meu tio Silvio e o tio Landerico.

Meu pai sofreu por causa de 32. Até 33, teve que ser professor no Colégio Andrews. Foi professor e até reprovou um dos filhos do Getulio, o Getulinho. Mas não era por questão de vingança, nada disso.

Nessa época, o pessoal foi praticamente demitido, como em 64. A minha mãe passou a receber o “montepio”, como se ele fosse morto. Ele ficou preso no batalhão naval uma porção de tempo. Mas ele, depois de estar em liberdade, foi ser professor e, três meses depois, ganhava o dobro do que na Marinha, na ativa.

Mais tarde, na Constituinte de 34, eles já foram postos em liberdade e anistiados... Meu pai foi solto em novembro de 33, mas eu ainda o visitei no batalhão naval, ali na Ilha das Cobras.

Meu tio Landerico é o primeiro nome entre os mortos da Segunda Guerra. Ele comandava a tropa, estava indo para Pernambuco, talvez para deslocar um pedaço para a Paraíba, quando os alemães resolveram torpedear, entre a tarde de um dia e a madrugada do dia seguinte. Um comandante de submarino veio especialmente para isso, por ordem do Almirante Dênis, esteve aqui, e atacou inclusive dois navios que levavam. O Baependi foi o primeiro, com o comandante do grupo de artilharia, soldado, sargento, cabo... Era um navio velho, acho que da costeira. Foi torpedeado. O primeiro torpedo abriu um rombo. Esse meu tio, que era comandante, ainda falou que estavam festejando o aniversário de um imediato do navio, e ele disse:

– Eu vou ver minhas “crianças”.

As “crianças” eram os soldados. Quando ele estava descendo a escada, bateu o segundo torpedo. O navio partiu ao meio, sumiu em menos de cinco minutos, não escapou quase ninguém, só uns poucos...

Na guerra, meu pai, que tinha servido na Inglaterra para a construção de navios brasileiros, era encarregado da parte de artilharia. Daí, nós fomos para os EUA, já no final de setembro. Mas eu ainda peguei três alarmes

aéreos em Londres. No primeiro, eles não bombardearam a cidade. Bombardearam um porto, que era onde havia uns naviozinhos da Marinha inglesa, chamados *troleirs*, que estavam em proteção à navegação. Era um navio de escolta da navegação inglesa, principalmente de cabotagem. Naquele tempo não se falava corveta, fragata, esse tipo de navio. Depois é que vieram, durante a guerra. Depois, eles atacaram Londres, mas só um bairro de subúrbio, tipo Madureira no Rio, deslocado do centro da cidade.

Fomos para os Estados Unidos. Tinha carta de um colégio inglês e ainda fiz um ano praticamente inteiro de estudos nos Estados Unidos. Teve uma passagem até engraçada a esse respeito. Às quartas-feiras havia uma reunião com todo o pessoal do colégio, que tinha o nome do holandês que vendeu a ilha de Manhattan. E cantavam o hino deles. Um dia, um professor daqueles chegou e disse:

– Por que você não canta o nosso hino?

Eu respondi:

– Quando vocês cantarem o meu...

Engraçado! Eu tinha obrigação de cantar o deles...

Eu era um dos atletas do colégio, jogava basquete... Já estava chegando aos 14 anos. Como o pessoal do serviço militar passa a maior parte do tempo em trânsito, quando era criança morei em São Paulo, Rio, Londres, Estados Unidos...

Quando morei na Inglaterra, fiz um ano de curso lá e mais sete meses nos Estados Unidos. No duro mesmo, foram oito meses. Aí voltei para fazer o colégio aqui. Voltamos só eu e meu irmão, porque a família ficou. Meu pai e minha mãe ficaram lá nos Estados Unidos.

Meu pai já tinha servido no passado com uma missão americana. Mas o respeitavam, porque ele nunca foi entreguista. Ao contrário, era nacionalista e dizia as verdades na cara. Foi também o oficial que esteve mais tempo em combate.

E, quando morreu esse meu tio, meu pai servia como comandante do corpo de alunos da Escola Naval, com o Almirante Lemos Bastos, que fez parte do Conselho de Segurança Nacional. Atualmente há uma escola municipal logo quando está se chegando na Praia de Botafogo. Ali era o Tribunal de Segurança, que volta e meia condenava o pessoal... Torturavam também. Todos sofriam com o crápula do Filinto Müller.

Quero contar outra coisa, não para desmentir, mas para mostrar que as palavras do Rui não eram propriamente verdadeiras, quando ele afirma que o que havia nas Forças Armadas era apenas nacionalismo, nos anos 30. De 34 a 36, a Aliança Nacional Libertadora cresceu violentamente. Parece que já tinha mais de 100 mil associados, e dois oficiais de Marinha eram da sua direção... Meu pai, que sempre foi de origem positivista, a essa altura, tinha ideias socialistas.

Meu pai possuía ideias socialistas e tinha ligação com esses dois almirantes da Aliança: o Sisson e um outro, que foi sogro do filho mais velho do Dias Gomes, cujo nome não me lembro. Eles eram amigos do meu pai.

Dentro do Exército, tinha um pessoal declaradamente socialista, inclusive uma grande figura desse tipo – que é até nome de rua hoje – é o tio desse cretino do Fernando Henrique, General Felicíssimo Cardoso. Eu conheci a família toda. Era colega de turma desse meu avô, que também sempre teve ideias assim mais esclarecidas.

Meu pai mexia com a gente e dizia:

– A gente tem que bancar o morto para papar o coveiro.

Porque a perseguição era violenta! Ah, era...

Eu peguei isso também dentro da Escola Militar... Entrei nela com 20 anos de idade. Cheguei, com 17 anos, a fazer exame para a Escola Naval para ser oficial fuzileiro. Fui o primeiro da turma que foi aprovada. Mas aí, um médico que não gostava do meu pai, porque ele tinha dado uma cadeia num cupincha dele, me reprovou no exame médico. Só ele era o presidente da banca e veio como almirante responsável, posto a que chegou na reserva... Apenas veio para ver os que estavam fazendo exame médico para me pegar... Tinha um oficial fuzileiro que na escola tinha falado burramente com ele que eu era míope, e não sei o quê... A vista dava para o Exército. E foi um absurdo, porque tenho um grande amigo – cientista de assuntos nucleares – que foi dessa minha turma e recebeu o espadim em junho de 1944, se não me engano, de óculos. Então, tendo vista para o Exército, ficava... muita gente usava óculos. Esse foi o Almirante Bierrenbach, que até está escrevendo um livro. É casado com uma das minhas primas, um cara de direita... É outra família dividida. Tem gente de São Paulo, de Sorocaba, que era do Partido Comunista; e outra parte que era integralista. Era muito comum no Brasil.

Fui entrar para Escola Militar em 1946. Terminei o curso científico. Parei no antigo 5º ano. Tinha prestado exame para a Marinha, passei bem. Mas aí não me aprovaram na parte de vista e fiquei praticamente dois anos parado. Em 46, resolvi fazer exame. E sempre na minha família é assim. Meu pai estava servindo fora. Cheguei para minha mãe e disse:

– Você poderia me arrumar 50 cruzeiros?

– Para quê?

Tive que dizer:

– Eu vou a Resende.

A família da minha avó materna é de Mendes, mas tinha uma porção de irmãos lá em Resende. Um deles era chefe da estação de estrada de ferro, tinha não sei quantos filhos... Fui lá, fiz exame, passei, mas vim como paisano. Tinha muito companheiro meu que tinha vindo do Colégio Militar e fez exame comigo.

Muita gente, mesmo do nosso lado militar, não sabe da perseguição que era dentro das Forças Armadas, principalmente entre 48 e 52. Vivi o seguinte: dentro da Escola – acredito que até hoje possa acontecer isso – nós tínhamos, vamos chamar assim, quartetos. Eram grupos de quatro elementos de esquerda, alguns comunistas. No meu grupo, era um rapaz chamado Amorinzão, aliás o irmão dele também foi posto na rua, como todo esse pessoal foi. Tinha também o Araquém, que faleceu. E outro que também botaram na rua, jubilaram, o Fedulo. Vejam o que é a cretinice: ele saiu da escola, prestou concurso para o Banco do Brasil e entrou. Quando chegou em 64, foram catar ele lá dentro. Assim como aconteceu isso com gente conhecida minha, que estava em Campo Grande.

Esses eram os quartetos, e eu era a ligação com outras turmas de quatro. Por exemplo, com a turma de intendência eu que era o contato. O dia a dia com esse meu quarteto era assim: nos reuníamos na hora do almoço; depois tinha o pessoal que eles diziam que iam fazer a hora da tora. Isso era de meio-dia e meia até uma hora, quando reiniciávamos as atividades. Nos reuníamos onde chegava a pérgula da escola, no pátio. Ali ficava o jornaleiro. A gente ficava esperando o jornaleiro, conversando esses assuntos, porque não se podia falar abertamente. Mesmo assim tinha dedo-duro, que fingia que estava dormindo perto! Um deles era um cavalo, de forte e de burro, e ficava fingindo que estava dormindo para ver se pegava o que nós estávamos conversando.

Naquela época, o irmão do Marechal Denys era comandante do corpo de alunos. Ele pegou a turma de intendência e só escapou um, porque não o deduraram. Não podendo acusar de subversivo, ele inventou que tinham roubado o microscópio do gabinete de física, não sei o quê... O chefe desse grupo se chamava Luís Palmarim Leite de Noronha, sobrinho do então Ministro da Marinha. Esse era comunista declarado e fazia besteira, igual o Eduardo Chuay. Digo besteira, o Chuay, por exemplo, chegava a fazer proselitismo... Nada disso. Para começar, no Brasil, não tem como fazer isso. Tem que ficar na moita. Essa foi a recomendação que eu e outros colegas recebemos do Nelson Werneck Sodré, que ele ainda era major e eu era segundo-tenente, em São Paulo.

Mais tarde, pegaram um grande amigo meu, que tinha servido em Quitauína, em um regimento de antiaérea, e até cheguei a ser carcereiro dele. Era o Walter Ribeiro, um dos desaparecidos, porque eles pegaram no começo do governo do Geisel, quando mataram um bocado de gente.

Na época da escola, nós discutíamos a situação política do Brasil. Em 45, quando teve a volta da redemocratização, por exemplo, eu era ligado ao pessoal do Partido Socialista Brasileiro. Inclusive, uma das figuras mais importantes era o Hermes Lima, mas que depois foi um dos homens que votaram contra o Partido Comunista dentro do Congresso. Esse pessoal tinha um curso, no Largo da Segunda-Feira, na Tijuca, que fazia até a preparação de candidatos para a Escola Naval. Lá eles se reuniam. Nessa época de eleição, proibiram os comunistas e os integralistas de botarem panfletos e faixas do largo do Estácio até o Largo da Segunda-Feira, na base – vamos dizer claramente – da porrada. Eles brigavam na rua.

Na Escola tinha que ser muito discreto... Por exemplo, esse grupo de intendência – Palmari; Fernando Santa Rosa, que era um rapaz do Acre; Bretanha Galvão, um que era de cavalaria; e um outro, que mais tarde foi elemento de confiança como intendente do Krueel, e amigo meu desde longa data – eles não pegaram porque os outros não deduraram.

Mas o irmão do Marechal era Odílio Denys, Olinto Denys, torturou os que foram pegos de queimar com cigarro na cara! Bater!... Eles foram para a rua, expulsos da escola. É lógico que o processo que fizeram como ladrão não pegou. Foram todos absolvidos, mas já estavam todos na rua. Eles demitiam sumariamente os que tivessem ideias socialistas ou comunistas e

fizessem proselitismo, como o Palmari ou o Edgar Soares. E aquilo ali não convertia ninguém...

Nós tínhamos essa discussão na Escola. Aliás, quando eu estava no segundo ano de artilharia, o Presidente da Associação Atlética do Grupo de Artilharia era esse Walter Ribeiro. Lá dentro não sabiam nada a respeito dele. Foram pegá-lo como segundo-tenente, quase chegando a primeiro-tenente, lá em São Paulo, quando ele servia em Quitaúna. Botaram ele para fora. Chegou a ficar preso no quartel do Parque Dom Pedro, onde hoje é o Batalhão de Choque da Polícia de São Paulo. Ali que era o nosso quartel. Quando eu estava de serviço, o mandava para casa, tanto que a mulher dele, a Dona Maria da Glória – que era baixinha assim –, me adora... Porque chegava, o levava para fora e dizia:

– Vai para casa e amanhã você bate aqui às oito horas para o comandante não saber...

O comandante tinha sido companheiro do meu pai em 32. Mas, depois de 64, ele foi chefe do pessoal da Petrobras e botou um bocado de gente na rua.

Nós tínhamos ideias socialistas. Havia também uma certa influência, mais tarde, da Igreja de Dom Helder. Segundo eles diziam, Dom Helder era perigoso comunista. Não era... Era socialista. Se pegar a relação em Brasília do pessoal que foi queimado em 64 – tenho uma cópia, apanhei lá –, vemos que eles pegaram logo de saída uns 60 políticos. Inclusive, cometeram até erro porque eu tinha um amigo que era de engenharia no Exército, ele era deputado...

A primeira lista de militares cassados, no *top* tinha onze ou doze generais, inclusive meu ex-chefe na Casa Militar, que era o Albino Silva. Ele fez um papelão, porque correu lá para Juiz de Fora para se amigar com Magalhães Pinto. Ele o conhecia, como eu também, dessas atividades de Casa Militar. Eu andava para lá e para cá e conhecia todo aquele pessoal... O ministro, um tal Pinheiro Neto, que também foi cassado, esteve preso comigo na Fortaleza de Santa Cruz. Quando tinha discussão com o pessoal, ele sempre os chamava de pelegos... Mas, na verdade, nem todos eram, pois tinha líderes sindicalistas muito bons, principalmente em Minas...

Na Escola fiquei de 46 a 49... A vida militar, para mim, é um algo que eu, sendo de família militar, sabia todas as nuances que a gente passava. Por exemplo, me engajei no esporte. Fui do time da Federação, joguei pelo Ju-

venil de Confiança e fui do segundo time do Infantojuvenil de Vila Isabel. Meu time só tinha cobra e, apesar de amador, jogava até no meio dos profissionais de Botafogo. Tinha uma linha, que era Afonsinho Tovar; Heleno, que era profissional; Otávio, que era arquiteto, também serviu comigo; e Renê, que era sobrinho-neto do Zé Américo. Tinha outro neto do Zé Américo, irmão do Renê, que era o José Américo. Ele jogava como ponta-direita no amador do Botafogo, e de centroavante no Infantojuvenil Vila. Eu tinha uma atuação esportiva. Há uns anos atrás, morreu nosso principal instrutor de educação física, que tinha o apelido de Pinduca. Depois, ele passou a ser adjunto de ensino de física: por isso, o pessoal dizia que ele não tinha educação, então ficou só com a física!... Gostava muito de mim, me chamava de Suzaninho... às vezes dizia assim... Nunca me esqueço de uma vez que até um menino quebrou o pé. Estava voltando do ginásio, porque eu era da equipe de acrobática escolhida por ele. Ele dizia assim:

– Suzaninho mostra para essa garotada como é que você faz o movimento tal.

Era um movimento que se fazia nos dois pórticos. Um, conforme descia uma escada; daí passava por dez traves de futebol; depois tinha que subir o outro pórtico e saltar. Nunca parei no último degrau: chegava ali correndo e já pulava.

Entre o segundo e terceiro ano, ele me escalou cinco ou seis vezes para puxar o *cross*. No segundo ano, comandava a toda a Escola, todo o corpo de cadetes para fazer exercícios... O *cross* era de doze a quinze quilômetros. Eu era um dos dez primeiros no padrão. Tinha um amigo, que também foi cassado, tenente-paraquedista, que sempre ganhava! Desculpem o palavirão, mas a gente falava:

– Filho da puta! Diminui esse passo!...

De cem a dez mil metros ninguém ganhava dele! Foi jogador de basquete no Grajaú, com catorze militares. Ele é um pouco mais alto do que eu, bem forte. E o tempo desse meu amigo, o primeiro, valia dez graus. Depois dessa referência, o instrutor ia descontando: a cada cinco segundos ia baixando um grau. Então, a turma de trás chegava quase morta, não tinha como acompanhar... E esse capitão me botava para comandar o *crossing*. Escolhia dois, três companheiros para fazer o esquentamento do pessoal, que depois saíam puxando a Escola. Ele gostava de mim porque eu picava o passo no

começo e depois, quando chegava no meio da distância – seis, sete quilômetros –, já abria vantagem, chegava a botar cinquenta, cem metros na frente da turma. E ia gritando, o pessoal cantando... Quando ele morreu, lembrei: “Pô, ele devia mesmo gostar muito de mim...”.

De certa forma, eu era uma referência na Escola. Por exemplo, nunca quis ser do time de artilharia de futebol. O pessoal fazia peladas e chamava os melhores jogadores de todas as armas. Eu sempre estava chamado para jogar, porque jogava razoavelmente bem. Não era metido a craque, nunca fui...

Na Escola, o ano letivo começava em março, quando tinha já umas atividades de prática de esportes, uma retomada, e começava a ter as primeiras aulas do curso. Por exemplo, no primeiro ano, fazíamos física, analítica, direito... tinha uma outra matéria dessas, que não lembro... Aplicação de física e química tinha no segundo ano... Peguei a Escola com três anos, então a carga de estudos não era violenta, mas, somado o que fazia de esportes, abusava. Além do obrigatório, fazia pelada, basquete, futebol etc. Fazia dois *crossings* por semana, geralmente na época de inverno – junho, julho, que é bem frio em Resende. Ia para o pátio, com aquela camisa de abrigo, e, às vezes, se tivesse muito frio, até com a calça. Aí começava a esquentar, fazendo exercício de esquentamento, de braço, de perna, e já ia tirando o uniforme. Deixava a calça pelo menos ali no pátio. Saía da Escola e ia correr por fora de Resende, na parte da estrada que vai para São Lourenço. Voltava para lá só doze, quinze quilômetros depois. Inclusive, os instrutores diziam assim:

– Da metade da pista em diante, vocês podem chegar numa fazenda daquelas e escolher o caminho que quiserem...

Tinha três fazendas. Aí cortava caminho, até saltando barranco. Se arrebatava todo para ganhar tempo. Cansava... Botando o indivíduo cansado – até soldado fazia isso – não dava alteração, porque ele vai dormir. Às nove horas da noite, ele já está com sono. Às dez horas, tocava o silêncio. E outra coisa: a alvorada tocava às seis horas da manhã. Tinha meia hora para se preparar, botando o uniforme de educação física ou da Escola. Nos dias em que tinha instrução militar, já botava uniforme de campanha, coturno. Ia para o rancho tomar café. Tomava um café ligeiro nos dias de *crossing* e já saía. Mais tarde, às sete e meia da manhã, tinha que estar de volta, banho tomado, se fazia mais educação física, tomava banho para as primeiras aulas. No curso, o que cansava era isso. Se tivesse só que estudar era sopa. Mas não:

metade do dia, pelo menos, se fazia exercício. As aulas eram duas, três de manhã e mais algumas à tarde.

Quase todo quartel tem um cassino. No cassino de cadetes, a gente jogava sinuca, tênis de mesa, alguns só liam o jornal... Nessas reuniões, trocávamos ideias. Eu era ligação do grupo da minha turma com o pessoal do quarteto de intendência, mas sabia de alguns de outros grupos. Tinha uns cinco ou seis grupos, que era o que o pessoal chamava de célula. O Coronel Pinto Guedes, que já faleceu – tem até um depoimento dele feito por um escritor –, mexia muito com a gente:

– Você que é da “cédula” do Teixeira?

Conhecia o Brigadeiro Teixeira, pois ele frequentava a minha casa desde quando eu tinha 4 anos de idade. Ele tinha um poder de persuasão! Havia sido, nessa época, o primeiro aluno do curso prévio da Escola Naval. Meu pai era justamente o instrutor desse curso. Então, ele ia em casa quando garoto... E ele tinha uma lábia! Era feito o Joaquim Inácio Batista Cardoso, filho do Felicíssimo Cardoso, primo dessa besta do Fernando Henrique. Aliás, este nunca o tolerou.

Então, eu tinha uma ligação. Funcionava assim: depois do rancho – a terminologia militar é “rancho” para a hora de almoçar, jantar – tinha conversa. Também à noite, quando a gente ia para a sala de estudos, pois às vezes obrigavam... Até levei uma punição na Escola porque não ia para a sala de estudos de jeito nenhum! O pessoal ficava lendo gibi ou fazia baderna... Se queria estudar, estudava na cama, deitado. E a gente conversava os assuntos políticos da época, não só do Brasil como do mundo... Por exemplo, essa questão da influência que o pessoal que era fraco de ideia sofreu do americano na FEB.

Quando o Getúlio se suicidou, estava como ministro do Exército o Zenóbio. Nas nossas conversas, chamávamos essa influência de “americanalhação”. Por exemplo, entrei para a Escola Militar de Resende. Quando estava saindo já virou AMAN, Academia Militar das Agulhas Negras. Influência de quê? Por causa da Academia de West Point. E o Zenóbio falava: “americanalhação”. Era adotar padrões americanos. A artilharia sofria muito isso, porque o mínimo que o americano faz é o grupo de artilharia. No Brasil, tinha mais que copiar o japonês na guerra, que botava uma seção de duas peças ou, às vezes, até isolada. Não tinha nem estrada no Brasil!

Na época em que servia na Escola de Defesa Antiaérea, transferiram um grupo de artilharia, com noventa, lá para o interior do estado do Rio, até por motivo político por causa de 61. E para passar as peças da artilharia? Elas iam em trator, as rebocavam, as largavam, atravessam a ponte, depois soltavam o cabo do guincho... Puxavam a guincho! Porque, se tentassem passar o trator com a peça, a ponte ia cair! Num lugar desses tem que combater com um grupo de artilharia a troco de quê? Doze peças, três baterias de tiro... uma besteira!

Mesmo na Escola de Aperfeiçoamento, a gente sofria essa influência. E criticávamos essa “americanalhação”. Não que quiséssemos ainda a influência francesa. Isso já tinha sido ultrapassado, nem acompanhado. É o tal negócio: na época em que começou a guerra, a influência nazista aqui já era grande. O Filinto Müller era nazista, o Exército tinha generais como o Alcio Soto que levou o adido militar alemão para dentro da Escola, para passar filme de propaganda nazista!... O pessoal passava a ter filme de campanha nazista na Polônia, dentro da Escola Militar. Isso não foi no meu tempo, mas sim no do Rui, que nos conta. Ele passou pela Escola e foi para a aviação militar. Depois que foi fundada a Aeronáutica, passou para ela. Eles vaiaram! Essa turma, daquela época do Rui, conta essa coisa toda... Ele contou, assim como o falecido Donato Ferreira Machado, que era muito amigo meu... Vaiaram! Aí apagaram e acenderam a luz... O Alcio Soto passou uma bronca em todo mundo... Recomeçou o filme e, novamente, quando aparecia o Hitler esse pessoal vaiava:

– HUUUUUUUUUUUUUUUUUUUUUU!!!

Então, suspenderam a Escola...

Engraçado que o Coronel Ernani – que aliás também foi meu companheiro de prisão em Santa Cruz – contava que o Menezes Cortes, instrutor-chefe da Infantaria na Escola, ameaçou o pessoal!... Naquele dia, deixaram o pessoal sem sobremesa no jantar, não deixaram ninguém sair para a rua como punição. Ele foi deputado e, uma vez, levou uma bofetada do Kruel quando era chefe de polícia, diretor do DOPS, porque foi fazer carga contra o filho de criação dele. O Kruel deu-lhe uma bofetada que os óculos dele saltaram longe... Ele era general e esse cara era tenente-coronel... Esse Alcio Soto era pró-alemão... Na época da guerra, o ministro era o Dutra, quiseram botá-lo como comandante de Artilharia na Itália. O americano mesmo barrou:

– Esse não! Esse passa para o outro lado.

Então, quem chefiou a artilharia foi o Cordeiro de Farias, que, aliás, era outro meio puxa-saco dos alemães...

Na Escola, nunca fui punido por opinião política, mas sim por me negar a ir para a sala de estudo. Uma outra vez fui punido até por um comandante que morreu no comando da Escola. Aconteceu que tinha as aulas práticas de física, a gente ia para a sala, entrava, depois falava com o que era o instrumentarista e caía fora, saía da sala. Aí um colega meu, que era chefe de turma, denunciou a mim e mais dois. Fomos chamados pelo comandante e não sei quem... Ele começou a falar e foi engraçado porque primeiro deu uma espinafração num que, aliás, acabou sendo jubilado: Pitágoras Gonçalves, que foi ser professor na terra dele, lá em Rio Grande. Ele saiu quase chorando da espinafração que levou do general. Depois, chegou o Sadi Barros da Silva, que já morreu, e também saiu meio abalado... Fui o terceiro a ser chamado. Quando o general começou aquilo, disse para ele:

– Um momento. Não pense que meu pai um dia vai chegar aqui e interceder ao meu favor nem em estudo nem em disciplina. Ele me acostumou de forma diferente... Quando tinha quatro e meu irmão cinco anos de idade, ele dizia para nós: “Se quiser estudar, estuda; se quiser trabalhar, trabalha; se quiser fumar, fuma; se quiser jogar, joga... Tenho obrigação de sustentar até os 21 anos. Aos 21, se estiver fazendo alguma coisa de útil, ainda posso continuar a fazer isso, senão abro a porta e meto-lhe um pé no rabo!”

Como houve com esse grupo que citei, eles conseguiam pegar, geralmente por denúncia. Eles denunciavam o pessoal de esquerda, aqueles que conversavam política, que tinham ideias assim... Eles pegavam, como esse Olinto Denys, que até torturou o pessoal, botou para fora da Escola, acusando de ladrões... Mas foram absolvidos pelo Tribunal Militar aqui no Rio, Auditoria Militar, que é ali perto do Largo do Caco, o Centro Acadêmico da Escola de Direito, ao lado daquele jardim em frente ao Ministério do Exército. Havia essas perseguições políticas dentro da Escola. Eles também botaram para fora conhecidos meus da Escola de Aeronáutica. Sumariamente. Eles pegavam, faziam uns troços e botavam para fora.

Quando saí da Escola, fui para São Paulo servir no Parque Dom Pedro. Eu tive sorte, porque na hora escolhemos um grupo de amigos dentro da artilharia. Um deles era o Ney Guerra, que é até admirador daquele Anto-

nio Erasmo Dias, chefe de polícia de São Paulo, que foi por muito tempo ligado àquele bicheiro Noal, que financia a campanha dele, tanto a deputado federal, e acho que ainda é estadual. O Erasmo Dias é um sujeito inteligentíssimo, formado em Filosofia...

Nesse período, de 48 a 52, foi violenta a perseguição dentro do grupo. Nós tínhamos um companheiro de Marinha, que inclusive, além de cassado, já tinha respondido a inquérito na época da Escola Naval. Lá houve uns três inquéritos, um deles sobre “atividades comunistas” nas Forças Armadas. Meu pai até acabou substituindo um dos que eram chefes desse tal de Inquérito Policial Militar. O Kruel teve outro, quando era tenente-coronel, se não me engano... Esse rapaz – gosto muito dele – está vivo ainda, foi cassado. Mas, naquela época do IPM, ele respondeu o inquérito que foi feito depois pelo Almirante Camargo, que, aliás, era da turma do meu pai. Depois, respondeu esse das Forças Armadas, cuja parte da Marinha foi parar na mão do meu pai e do Exército na mão do Kruel. Quem começou foi um outro coronel da Aeronáutica, que não me lembro exatamente qual... Esse menino foi absolvido. Tenho até uma cópia do meu pai, que botou simplesmente isso na solução do chamado inquérito. O que fosse comunista até o dia X passou a ser ilegal, não exerceu mais atividade oficialmente, não podia ser acusado de nada. O sobrenome desse rapaz é Fleury, e atualmente mora em Brasília. Mas eles botavam sumariamente na rua. Perseguiam...

Outra coisa: eles já começam a desconfiar de quem se dava bem com o pessoal de baixo. Os gorilas têm um negócio que eu chamo de “sargentite” e “carguite”, quer dizer, têm medo dos sargentos e de cargo. Nunca tive medo de sargento... Achavam que um oficial tinha ideias subversivas porque tratava bem o pessoal de baixo. Não tinha nada disso. Soldado que fosse ladrão ou “bicha”, fosse muito alterado, tive oportunidade até de bater.

Em São Paulo, uma vez, eu estava no quartel, morava lá no Parque Dom Pedro, quando roubaram a viatura de serviço. Ficava gente na porta do quartel, ali para qualquer emergência. Estava entrando de serviço justamente o colega de turma mais moderno, que era o Schewiche. Fui até ele e disse:

- Quem é que estava de serviço na guarda?
- Fulano, Beltrano, Sicrano.
- Pode apertar que esses caras estão no meio.

E foram com o caminhão lá para o Anhangabaú, bateram com o carro...

o deixaram lá, foram a pé ou de ônibus para o quartel... Esses caras deviam estar no meio, porque eram alteradíssimos.

Quando a gente desceu para o rancho, tinha acabado de tomar café, estava o Schewiche tentando pregar moral para um desses que estava envolvido no caso da viatura. O cara deu uma baforada de cigarro na cara dele! Eu vinha descendo a escada, de saída dei um bofetão que ele engoliu o cigarro, e já gritando:

– Está agredindo o tenente!

É uma forma de dizer que você reagiu em defesa do cara. Ele deu uma ajoelhada, dobrou e caiu duro!...

– Recolhe esse safado para o xadrez.

Quando um cara era safado, tratava, até se preciso, batendo.

Nunca tive medo. O Parque Dom Pedro era um dos quartéis que recebiam soldados condenados. Tinha o xerife do xadrez, Osvaldão – porque era forte –, um condenado a doze anos! Eu usava como ordenança um arataca baixinho que era condenado a nove anos por tentativa de assassinato. Eles me obedeciam. Eu entrava no xadrez, não precisava chamar a guarda... Chamava se tivesse que transferir o pessoal de um xadrez para outro, como uma vez aconteceu, porque dava alteração, com maconha, não sei quê... Como tinha que tirar o pessoal para curar a maconha, chamava a guarda. Senão entrava de madrugada no xadrez! Passavam a ter um respeito por mim... não é só por causa das ideias. Por exemplo, trabalhei em engenharia e tratava bem esse pessoal carpinteiro, aqueles mestres e os próprios operários. Por que vou tratar mal um camarada? Pode ser até de cor, mas se for um cara decente...

Nesse episódio que tive que tirar o pessoal do xadrez e transferir para outro, disse para o Osvaldo:

– Como é, Osvaldo, você não disse que se botasse o pé aqui no pátio ninguém te segurava?

– O senhor é maluco!...

Por causa da arma na mão. Eles sabiam que, se tivesse que dar um tiro em um, eu dava! Com a maior calma do mundo... senão, não.

Outro dia estava até lembrando... O General Muricy, que foi uma grande figura em 61 – fugiu lá de Porto Alegre –, conhecia bem a mim porque a família dele é pernambucana. Mais tarde, ele foi chefe da “vanguarda” que veio de Minas, porque não confiavam muito no Mourão, comandante da re-

gião em Juiz de Fora, nem no Guedes, que era comandante da tropa de Belo Horizonte. Então, botaram ele, que era mais de confiança deles, do pessoal da Escola de Estado-Maior, o grande Castelo, que, aliás, gostava muito de conversar comigo. Outra coisa engraçada: o pessoal me respeitava. Eu, capitão, dei instrução até para o pessoal do EMFA, do SEMPFA, que era o preparo para chegarem ali. Tinha até brigadeiro. Quando fizeram inquérito comigo, disseram:

– Nós sabemos que você lê tudo.

– Ah! Ainda bem que reconhecem que eu não leio só Bolinha e Luzinha...

E lia mesmo! Comprava para as crianças e lia nas horas vagas.

Era respeitado intelectualmente e também porque não tinha medo de careta! Nunca tive medo... Brigava, geralmente, para cima. Para baixo não tinha essa de brigar.

No Parque Dom Pedro cheguei desempenhando a função de capitão. Nessa época, a gente ganhava a mais, como primeiro-tenente mas desempenhando função de capitão. Lá em São Paulo, minha atividade política era só de eleição do Clube. Foi por volta de 1950 que houve a candidatura, pelo nosso lado do Estilac Leal, e do outro lado do Cordeiro de Farias. Ele foi um dos que em 64 foi até comandar para os lados de Espírito Santo. Alguns foram fazer a campanha para o Cordeiro. O comandante reunia a oficialidade toda, fizeram a propaganda deles, e, quando o coronel levou-os para o gabinete dele, nós ficamos esperando. Ele voltou, eu pedi a palavra. Disse:

– Admiro o senhor, que é antigetulista – ele tinha sido preso em 32, comandante de um grupo daqueles que tinham tentado se rebelar em São Paulo –, apoiar o Cordeiro de Farias, que sempre foi um puxa-saco de Getúlio.

Fiz uma campanha! Sei que, no final, só o comandante e um outro oficial, que em 64 foi para o SNI, é que votaram no Cordeiro. O resto conseguiu arrebanhar para votar – todos os catorze oficiais restantes – no Estilac Leal. A chapa era sempre nacionalista. E tinha que atuar com cuidado.

Tinha aquela patota de gente que influenciava, por exemplo, o Chuay, que foi meu aluno. Ele sabia que nós éramos nacionalistas por causa do Estilac, que era um sujeito liberal, nacionalista ferrenho. Já o irmão dele era meio reacionário, foi meu comandante em São Paulo. Então chegava e fazia

campanha por quê? Porque interessava ao Clube, como fez em 52, a defesa do petróleo, da Amazônia... Todas essas eram campanhas nacionalistas que se faziam, para não deixar como agora, em que os caras entregam tudo. Estão querendo liberar até para a aviação estrangeira aqui dentro. Já fizeram isso na cabotagem, que cabia, no passado, à costeira e um pouco ao Lloyd. Que eu saiba, não tinha nenhuma firma estrangeira que quisesse fazer essa navegação. A gente fazia campanha nacionalista e liberal e, automaticamente, ficava marcado.

Na Campanha do Petróleo, prenderam muita gente. Quem tinha assinado abaixo-assinado... Mas nunca assinei nada desse tipo, coletivo, a não ser quando já estava fora do Exército, cassado, como eles chamam. Na verdade, fui só reformado. Sou da primeira lista, que começava com sessenta políticos e depois vinham cinquenta e tantos oficiais do Exército. Sei que, no final, contados esses políticos e os oficiais, eu era o 153, o penúltimo. O Araquém, que era do meu grupo na Escola, eu e o coronel Seixas. Começava com oficiais de Marinha, tinha catorze: o segundo era meu pai e o penúltimo meu irmão! A família toda... Meu irmão e outro amigo dele, de que eu gostava muito, eram “de carteirinha”, como diziam. Aliás, eu dizia para o Joaquim Inácio, primo do Fernando Henrique, porque ele queria que eu entrasse no Partido:

– Joca, eu não aceito dogmas. Tenho minhas ideias, não vou aceitar ser enquadrado. O negócio é ter liberdade...

Mas meu irmão, que era primeiro de turma de intendência; e outro que era também muito bem classificado – cujo irmão era chamado de “advogado das favelas”, família de origem francesa; eles eram “de carteirinha”, quer dizer, tinham se filiado ao Partido. Assim como o Joaquim Inácio, eram filiados ao chamado PCB. Eram todos meus conhecidos. Lembro de ir à reunião política com o Roberto Morena, que conhecia desde garoto; o Hércules Correia, que virou até deputado estadual... Mexia com ele:

– Hércules, dos 14 aos 18 anos, enganei no futebol...

Ele era da fábrica de piche, trabalhava na expedição e ganhava um dinheirinho... Ficava às vezes namorando aquelas meninas que trabalhavam ali. Depois largou o Partido e se filiou ao PMDB, acho, na época do Moreira Franco... Eu conhecia todo esse pessoal. O secretário do Hércules, que foi deputado, era até um irmão da gente, ligado a nós, fuzileiro naval, casado

com a sobrinha do Getúlio. Teve que andar escondido em 64. Esses dois jogavam muito bem futebol e eu jogava com eles no juvenil...

Saí de São Paulo e fui servir no Regimento de Escola de Artilharia até 54, quando comecei a tirar o curso de antiaérea. Eu tinha tentado tirar o de educação física, mas o comandante não deixou, em 53. Eu e mais dois colegas. Eu disse:

– Se não for, vão me chamar para comunicações, uma porcaria dessas, então vou tirar o curso de antiaérea.

Fui eu, o Penaceti e o Cavaleiro, que é cassado também. Esse foi o período em que fiquei praticamente um ano na Escola. Em dezembro, fui para o GECAM-90. A defesa antiaérea era com canhões alemães, depois passou a ser com canhão 90, americano. Só fiquei lá uns três meses. Já briguei com o comandante, aliás ele que quis brigar comigo... Jorge Mecano Frei. Eu o enfrentava, como sempre enfrentei. Nunca tive medo de brigar para cima. Aí fui ser instrutor da antiaérea, convidado. A briga começou, porque ele perguntou:

– Cadê o outro?

O outro era o Cavaleiro, que tinha tirado o curso comigo. Eu disse:

– Coronel, o Tenente Cavaleiro tem que tirar umas férias, senão ele perde. Então, está tirando ainda pela Escola de 3ª Antiaérea, depois é que virá. Agora, tenho que dizer o seguinte: ele está convidado para ser instrutor da Antiaérea, como aliás é o meu caso.

Aí o camarada começou a discutir:

– Não pode!

Comecei a brigar com ele ali, chegando no quartel. Mais tarde, fui comandar a bateria de antiaérea. Um dia, ele brigou comigo, dizendo:

– O senhor está gastando as minhas metralhadoras!

Quando ele falou “as minhas metralhadoras”, eu disse assim:

– As metralhadoras são da Fazenda Nacional. É preciso o senhor saber o seguinte: se não botar para funcionar, elas estragam...

Era um grupo de metralhadoras ponto 50, uma torre, copiadas das torres de aviões dos ingleses. Então, tinha que ligar todo dia para a bateria não arrear, para conservar. Como um carro. Não estou usando o meu há três meses, mas de vez em quando, duas vezes por semana, desço, ligo, senão a bateria arreja e até o pneu também.

Fiquei quatro na antiaérea. Saí dali para tirar a Escola de Aperfeiçoamento. Voltei de lá e quis ir para Pernambuco. Aí a turma de lá – o comandante era bem gorila – arranhou uma tramoia, e, ao mesmo tempo, o comandante da Escola de Artilharia queria que eu fosse. Eu disse:

– Não. Para ficar no Rio de Janeiro, fico na Escola de Defesa Antiaérea.

Até fui servir, na época, junto com o Major Barata, que chegou a general e, em 92, comandou aqui no Rio aquela operação em que botaram os soldados na rua... Depois que o Barata saiu, assumi o comando. Ou seja, como capitão, comandava com a função de major no Destacamento de Operações Antiaéreas. Dava demonstração, quando era instrutor e mesmo quando comandava, para a Escola de Estado-Maior, para a EMFA, para o pessoal de Resende. Fui duas vezes lá, nesse período de instrutor, para dar aula para a cadetada... Inclusive, me botavam porque eu sabia fazer. Não sou metido a ator, mas sabia fazer aquilo como um.

Mas, então, quando chegou em 64, eu já tinha servido um ano em Brasília, como ajudante de ordens do chefe do Gabinete Militar, o Albino Silva. Foi o que correu em 64 a puxar o saco do Magalhães Pinto, mas mesmo assim saiu na primeira relação de cassados. Voltei dali e fui para a Costa. Porque eu era, vamos dizer assim, “peixe” do Jair, que era ministro do Exército. Fui assistente dele, que era meu amigo, e disse:

– Tem uma “boca” aí para servir na Costa? O general-comandante convidou...

Em setembro, passei um mês de férias. Em outubro, fui para a Costa e dali fui convidado para voltar para a Casa Militar do Assis Brasil, que era outro que eu conhecia desde que ele era major. Ele também foi preso político, como meu pai, no Pedro II, em 1932, 33. Não quis. Indiquei o Chuay para ser ajudante de ordens. Ele tinha direito a dois ajudantes, pegou o Chuay e outro rapaz que tinha trazido do Sul.

Eu tinha bastante informação do ambiente político porque eu e o filho do General Cunha Melo, que era de Marinha – meu compadre, piloto de helicóptero –, tínhamos confiança no pessoal de baixo dessa força. Para ver como são as coisas. O pessoal do Clube de Suboficiais e Sargentos da Armada confiava cegamente em nós. Eles nos conheciam, sabiam com quem tratavam. Então, se tinham uma informação, a gente se reunia num ponto qualquer, chegava um e dava o serviço. Esse serviço fui dar ao Assis Brasil,

que falava do negócio na cara até de um que era agente da CIA, representante do Lloyd em Buenos Aires. Eu não sabia e devia estar cheio de microfones... Eu fui ao Cunha Melo, que me chamava de “guri”, e estava com o Assis:

– Guri, estás afobado! Toma um uísque...

Aí já soltei:

– Eu não preciso de vir na sua casa para tomar uísque. Tenho muito em casa.

Então, o negócio é esse: o pessoal sabia das informações, mas estava confiante demais. Confiante demais! É preciso saber também disso...

Uma vez, falei isso para o que era presidente da OAB nacional na época. Eu dizia que, nas Forças Armadas, 30% do pessoal é politizado. Estou falando da oficialidade, mas também incluindo os suboficiais e sargentos. Agora, acontece o seguinte: nós tínhamos 10% do pessoal, 20% era gorila, o resto é maria-vai-com-as-outras. Vai por causa de dinheiro e também por fisiologismo. Como existia até dentro do PTB do Getúlio, os fisiológicos e o pessoal que tinha mesmo um fundo político. Mas os partidos no Brasil são, na maioria, uma porcaria. Se pegar o estatuto, são todos parecidos, mas ideologicamente são bem diferentes. Então, no seio das Forças Armadas era isso: nós contávamos com 10% da oficialidade, a maior parte de suboficiais e sargentos era nossa. Mas também existiram uns 8% de sargentos que eram gorilas. O que a gente procurava chamar a atenção, no caso do Assis Brasil, era para isso. Não podia estar confiando. O pessoal confiava muito em sargento.

Lembro até de uma discussão que tive a esse respeito, talvez a uma semana do golpe de 64. Estávamos reunidos na praia eu; o Chuay, que estava aqui no Rio; um rapaz que foi cassado que tem o apelido de Fubá; o ajudante de ordens do Crisanto, e um outro rapaz que era nosso intendente, meu colega de turma da Escola Militar, já morreu. O irmão dele também foi cassado e demitido, era gente nossa. Ele conseguiu escapar porque era amigo do Montanha, não o que foi presidente do Clube Militar. Foi esse que fez o inquérito, mas não tinha coragem de me enfrentar, mesmo naquela época.

Domingo antes do golpe, foi um desses gorilas lá, Carlos Azevedo, onde eu estava de serviço. Estava conversando no QG da artilharia da Costa com um funcionário do Ministério do Exército, filho de um revoltoso de 24 e 32, oficial de dia, quando esse cara chegou. Ele estava meio “tocado” e chegou

com a mulher, estacionando o carro em frente ao QG, numa área proibida. Eu virei para o soldado e disse:

– Avisa esse rapaz que ele não pode estacionar aqui. Diz a ele para estacionar do outro lado, encostado mais embaixo, que a gente finge que não vê...

Não sabia se ele era de Exército, Marinha, coisa nenhuma...

Aí ele saiu, desligou o carro. Já fiquei em alerta e comecei a caminhar em direção a ele. Quando chegou perto, ele pegou minha placa de identificação e disse assim:

– Capitão Suzano, será que você é tão... – ele ia dizendo um palavrão... Provavelmente “filho...” – quanto seu pai?

Ele nem terminou de falar, eu já dei uma cutelada nele! Ele agiu dessa forma porque era gorila, estava bêbado... No que dei a cacetada, ele caiu em cima do carro.

Aí ele já veio puxando meu saco.

– Seu pai deve se orgulhar muito de você.

– Lembre que essa cutelada que você tem aí na cara foi uma que dei em você.

Abriu realmente... Era um cara inteligente, tinha voltado dos Estados Unidos porque havia tirado um curso do MIT. Mas ele devia estar saturado de lavagem cerebral do americano, coisas desse tipo. Então, devia saber que eu estava lá de serviço e foi lá me desafiar!

Quando aconteceu o golpe, eu estava aqui na Artilharia de Costa, no posto 6. Tinha uma possibilidade de resistência. Mas eles fizeram o seguinte: levaram para dentro do Forte de Copacabana o pessoal do primeiro ano de Escola do Estado-Maior, inclusive tinha vários colegas meus. Vieram como o Sodré. Passavam, cantando vitória:

– Nós estamos na terceira fase da “guerra subversiva”.

Eu disse:

– Vocês estão, nós não.

Porque, realmente, eles estavam na “subversão” também. Eles que estavam contra a legalidade. Num depoimento feito para a *Revista do Clube Militar*, vi que no dia 28 de março o Denys já estava em Juiz de Fora e o Cordeiro de Farias e mais um outro, que tinha sido chefe da Casa Militar do Juscelino, estavam em São Paulo, todos fazendo subversão!

E com aquele negócio de Marcha da Família que o americano mandou para cá, direto dos Estados Unidos, eles faziam bombardeio na tela da televisão... Nunca me esqueço de uma tia da minha mulher, dona de casa, diretora de colégio, que dizia sobre o Jair:

– O Jair é um perigoso comunista!

Ele nunca foi “perigoso comunista”! Nada! Era até ligado ao Getúlio, desde a época de estudante. Participou da ocupação do Clube Germânia, que era nazista... O Jair foi até substituir o Hélio de Almeida na representação estudantil no Brasil. Mas elas acabavam filtrando aquelas ideias. Então, as “mal-amadas” faziam campanhas, campanhas... O pessoal todo infiltrado. A gente chegava para o Assis Brasil e dizia:

– Olha, precisa tomar cuidado porque nós temos informações...

Em Niterói, havia um padre daqueles reacionários que tinha até depósito de armamentos dentro da igreja! Aí a gente falava e ele respondia:

– Na hora a gente apanha...

– O quê? “Na hora a gente apanha”?!

Tentava prevenir porque tinha informações não só do pessoal político, como esse Roberto Moreira, que se dava comigo. Eles confiavam. Eu não era do Partido, mas o pessoal confiava em mim... Sabiam que era de esquerda. E o governo não acreditava...

Outra coisa que é importante saber: o Jango acabou influenciado por um que foi ministro dele – era uma cabeça. Ele convenceu o Jango de que a esquadra americana estava pronta para intervir aqui, por isso ele não quis resistir. A ordem era que ele não queria derramamento de sangue.

Eu digo que se dissesse, pelas redes de comunicação, que era para reagir a bala, um bocado de gorilas desses ia dizer que tinha que levar a mulher ao médico, ir ao cinema... Mas, como eles sabiam que não íamos reagir assim, eles se tornaram os vencedores. Mas, se dissessem que o negócio era para ser para a briga...

O caso da espada de ouro, por exemplo... O Marechal Lott iria recebê-la como homenagem. A oficialidade, principalmente a da Escola do Estado-Maior, resolveu reagir. O plano deles era ocupar o saguão do Ministério do Exército. O resultado seria que ninguém poderia sair nem descer dos elevadores. Combinaram... Quando já estava tudo combinado, um paraquedista maluco, que era da turma de 47, virou e disse assim:

– Quer dizer que vocês estão resolvidos a impedir por qualquer coisa o Lott de receber a espada?

Quando ele disse “por qualquer coisa”, os caras disseram:

– Não é bem assim...

Em meia hora esvaziou e ninguém fez mais nada! Porque, se dissesse que era para briga, todos saíam correndo para casa, para debaixo da cama...

O Jango foi fraco. E convencido pelo ex-ministro de que o americano estaria pronto para intervir, se ele reagisse. E, realmente, o americano reconheceu logo o governo do Magalhães Pinto. A escolta americana ficou postada – um porta-aviões e mais uns navios – na altura do Espírito Santo... Pode ser que eles reagissem. Mas podia ser só uma ameaça. Porque eles não iam ter peito de desembarcar aqui. Se eles tiveram problemas com o governo da Coreia, do Vietnã, imaginem com o Brasil, desse tamanho! Eles podiam dominar São Paulo, Rio... mas e o interior? Os nazistas não conseguiram com toda a violência dominar a França, a Itália... Eles não iam se envolver num troço desses...

Por exemplo, o Brigadeiro Rui: ele levantou com um caça – aliás, pilotado por um oficial que sabia que era meio gorila – pronto, armado, para atacar a coluna! Infelizmente, estava mau tempo. Mas assim mesmo, quando ele viu um clarão, baixou, meteu a cara em cima da coluna do Mourão e foi uma correria tremenda! Caminhão batendo, caindo fora da estrada... A coluna que foi até Resende, o pessoal do Segundo Exército, o Krueel. Quem foi para aquele lado foi um outro coronel que era comandante da base do Galeão. Foi com outro jatinho para aqueles lados. Também, se tivesse ordem de poder atacar, mas não... A ordem era não dar o primeiro tiro, não queriam derramamento de sangue...

O movimento de 1º de abril nos pegou ali na Costa. Apareceram prendendo, enfrentando o pessoal que ia reforçar aqui o Arpoador... No dia do golpe, em frente ao QG estavam doze oficiais armados de metralhadoras, a maioria deles era de Marinha. O comandante de armamentos dessa arma, que era praticamente em Niterói, tinha fornecido. Esse chegou a almirante, foi até diretor do Clube Naval. Não valia nada! Além dele ser “chifrudo”, era amasiado com uma pequena, que tinha um caso com um amigo meu. Era corno pela mulher e pela amante. E tinha sido puxa-saco do meu pai...

Nesse dia, na madrugada de 31 para 1º, eu, junto com esse intendente da minha turma, o Nogueira, tivemos uma informação justamente de um

sargento do Arpoador, de que eles estavam filtrando esses oficiais através da Praia do Diabo. Aí nós interceptamos. Eu fui com esse rapaz e prendemos dois, inclusive um que era irmão de um rapaz que era gente nossa. Prendemos, levamos e foi aquele negócio: tomava providência aqui, interceptava lá... Aqueles oficiais passaram a não poder mais atuar... Nós ainda tivemos essa atuação contra o pessoal que estava querendo dar o golpe. Até um deles me disse:

– Você correu o perigo de nós o metralharmos pelas costas.

Mas saímos porque o general recebeu um chamado para ir ao Ministério. De lá, fomos para o Palácio.

No IPM feito na Costa, onde servia quando veio o movimento de 64, na filmagem estava eu, parando um caminhão que eles tinham mandado sair de Copacabana para reforçar a guarda do Arpoador, porque ali havia uma bateria de projetores. Fiz o caminhão parar e os soldados, os sargentos descenderem, que aderiram logo... Estava ali, o comandante da Costa assumiu, depois fomos para o Palácio das Laranjeiras, pois o governo ainda estava lá. Dali saiu de volta para Brasília e de lá para Porto Alegre.

Quando voltamos na Costa, eles já tinham dado o golpe. Aproveitaram a saída do general. Tinha uns dois ou três gorilas lá no QG de Artilharia de Costa. Cheguei até a defender aquele que era gorila, o Grael – pai desses dois iatistas famosos –, e o filho do Peri, que pularam em cima de mim para me prender e me mandaram para o Forte de Copacabana. O comandante de Copacabana disse:

– Ordem de prisão!

Aí o general falou com o que assumiu as operações aqui na costa e fez questão que nos libertassem, eu e um outro capitão que estava conosco. Então nós voltamos... Lembro que o fusquinha dele estava estacionado dentro do pátio do quartel. Ele disse:

– Liga o carro, eu vou abrir o portão e você se arranca!

Porque eles estavam levando o general preso lá para a Urca, que era o centro de operações da gorilada. Nós o acompanhamos. Eles não puderam nem me breçar. Tiveram que soltar, ficamos sem armas, tivemos que fugir... O general recolheu nossa arma, depois eles as entregaram. No dia seguinte, fui buscar na casa dele, à noite. Nós caímos fora...

Na madrugada do dia 1º para o dia 2, eles mandaram aqui em casa três oficiais: um major, que tinha sido meu instrutor na Escola Militar e na

ESAO também, e dois capitães mais modernos do que eu, armados de metralhadoras... Eu fui atender pela cozinha. O fogão, na época, era ali perto da porta. Botei as três armas que eu tinha – uma pistola Walter, uma 45 e um revólver – em cima dele. E disse para a minha esposa:

– Diz que não estou, mas, se quiserem forçar para arrebentar a porta, você sai da linha de tiro.

Porque eu ia passar fogo nos caras!

No dia 2, à noite – eu ainda estava em contato com o pessoal ligado ao Juscelino –, soube que o Jango já tinha desistido no Sul. Tinha chegado lá e visto que era difícil resistir. Ficava no máximo com o Rio Grande do Sul. Aí, na madrugada do dia 2 para o dia 3, me apresentei. Foi meu cunhado que me levou, civil, oficial da reserva. O Montanha deu ordem de prisão. Fui lá no GW, não tinha ninguém. Um major tomava conta, era até a nós:

– Fica à vontade, quer tirar o blusão?

Eu fiquei o tempo todo quieto. Fui o primeiro oficial a ser levado preso para a Fortaleza de Santa Cruz. Eu, mais quatro sargentos nossos. Esse Miranda, por exemplo, tinha levado um tiro no joelho dado pelo Montanha, e foi para o HCE...

Na prisão foi assim: esse rapaz estava comandando a guarda. Num determinado momento – em que nós não estávamos – chegou o Montanha num carro com mais quatro oficiais, desses alunos de infantaria da Escola de Estado-Maior, e um segundo carro atrás com mais uns seis oficiais. Chegaram, o Montanha entrou, o sentinela, recruta, começou a prender, a apresentar armas, ele deu um bofetão nele! Quer dizer, isso é até um crime! Deu um bofetão na arma e no cara... Aí invadiram. Esse rapaz correu para dentro – tinha uma porta de vaivém que parecia até de *saloon* –, o Montanha deu um tiro no joelho dele. Estava perto, atirou bem, ele caiu, e o levaram preso para Copacabana...

Fui levado preso para a Urca e fiquei lá até as duas e meia da manhã. De lá, fui para Santa Cruz, com um tenentinho daqueles que tremia feito vara verde. Eu até disse a ele, apontando para a arma:

– Vira esta merda pra lá, porque se dispara... vai pedir desculpas depois?

Fui com os quatro sargentos, que depois foram postos lá embaixo, no cafofo. Eles me botaram num quarto em que o Lott tinha andado, tranca-ram a pau, pregaram madeira até na janela. Fiquei uns dois ou três dias ali.

Depois, chegou uma turma de outros presos nossos. Chegou primeiro um almirante-fuzileiro, que era amigo meu. Cedi o quarto para ele e fui para perto do cassino dos oficiais, onde eles tinham preparado umas camas. No dia seguinte em que fui, chegaram o Cavaleiro e quatro oficiais da Escola Técnica do Exército. Depois chegou mais um coronel da FEB e dois ou três alunos do IME que tinham se negado a aderir à revolução...

Passamos 45 dias lá no Forte. No começo, não tinha direito a nada, nem rádio... O pessoal escoltava a gente armado, prendia. Tinham substituído o comandante. Quando cheguei, ele era gente nossa: mandou até comprar travesseiro bom para mim, botou colchão de mola da casa dele. No dia seguinte, substituíram, botaram um gorila burro, e ficamos lá... Um outro perigosíssimo coronel que tinha sido comandante do Ernani no Parque de Moto, também da FEB. Dali, só foram me liberar – se não me engano – no dia 29 de julho... Preso, em tempo seguido, acho que fui um dos que ficaram mais. Depois, o Ernani ficou mais ainda... em Santa Cruz.

Saí de Santa Cruz para responder inquérito. Voltei para lá com o General Nelson Werneck Sodré, que estive conosco. Depois, fui trazido e eles ficaram lá.

Eu vim. O Montanha fingia que me ouvia no inquérito. Depois, ele mesmo se ofereceu – porque ele era educado – para me deixar na esquina da minha casa. Abriu o inquérito, mas não me enfrentava no papo. O escrivão também era gente nossa, tinha sido ligado até ao Osvino, mas era muito safado. O Montanha chegou dizendo:

- Nós sabemos que você lê tudo.
- É, eu não sou só leitor de Bolinha e Luluzinha...
- Nós sabemos disso.

Respondi o inquérito em cima da plataforma de reformas que o governo pretendia fazer e que a gente apoiava. Ainda mexi numa reforma nossa, de oficiais, que nessa altura, quando estava terminando o inquérito, eu já estava cassado há muito tempo.

Nesse inquérito da Costa, a meu respeito, o “grande herói” Montanha termina assim: “Nada foi apurado contra esse oficial, entretanto não podemos desconhecer que sempre pertenceu às hostes ‘nacionalistas’ e ‘progressistas’ entre os militares”.

Nem me interessava dizer a ele o contrário, porque sempre agi de peito aberto. Sempre combati... Eu era nacionalista e progressista.

No inquérito, ele já me absolvía. O processo foi começar em novembro, mas nós já estávamos cassados, reformados, desde setembro. O processo acabou praticamente no começo de 69, porque nós mesmos o arrastamos... De vez em quando, se resolvia e faltávamos...

Todo o pessoal foi absolvido. Ninguém voltou a trabalhar. Aliás, tenho uma prima, casada com um oficial de Marinha que um dia comentou:

– Poxa, vocês foram absolvidos e não voltaram!

Até o marido dela ficou olhando torto, só faltou dar uma espinafração... Porque, na verdade, foi isso. Só fomos ter o que chamo de “anestesia” – e não de anistia – com o Figueiredo, já em 79.

Quando posto em liberdade, fui trabalhar primeiro na IBM, porque conhecia alguma coisa de computador. Então, fazia trabalhos, traduzia... fiz três trabalhos, eles pagaram. Mas, quando estava fazendo o quarto, receberam uma ordem de só pagar em cheque nominal. Aí foi o suficiente! Botavam os nomes e até um que tinha exposto lá na IBM foi posto na rua, destituído...

Depois, trabalhei um pouquinho numa firma que fazia decoração de paredes – ainda tenho até mostras – nos navios construídos no Brasil, navios mercantes. Trabalhei um três ou quatro meses lá e depois fui trabalhar em engenharia, porque sou engenheiro operacional. Mais tarde, tirei pós-graduação no Fundão. Trabalhei praticamente um ano em engenharia e fui convidado para trabalhar na Fiação e Tecelagem Metropolitana, do Dr. Maciel. Fiquei nove anos lá, quando então a firma já estava ruim para diabo...

Na anistia do Figueiredo, eles só deram o tempo de serviço a mais, não deram promoção. E é uma safadeza dele, que foi comandante do Segundo Esquadrão na época que eu era da segunda bateria. Tinha vários amigos da cavalaria, porque sempre tive facilidade para montar... Sabia que o pai dele foi anistiado três vezes! Primeiro em 1906, por causa da maior vergonha do Exército, a Revolta da Vacina. O pessoal da Escola Militar, que ainda era da Praia Vermelha, se revoltou contra o uso da vacina obrigatória. Eles foram punidos, ficaram um ano fora da Escola, depois voltaram. O Dutra também foi, nessa época, para a rua. Por isso, depois ele favoreceu o pai do Figueiredo, que, aliás, depois respondeu até aquele inquérito do Levante Integralista.

Não que ele fosse, porque nunca foi. Mas é que, na parte da família que era baiana – um até foi senador –, qualquer coisa contra o Getúlio, eles entravam. Era o mesmo caso daquele famoso tenente, o Fournier, que comandou o assalto ao Palácio pelos integralistas. Eles não tinham nada de integralistas, mas se dissessem:

– É para matar o Getúlio.

– Estou aí!

Ele morreu tuberculoso.

Então, o pai do Figueiredo foi anistiado na Revolta da Vacina; em 32; e depois como membro do assalto integralista. Tenho até um livro do Conselho de Segurança falando dele. O pai dele saiu como coronel, voltou e conseguiu a ir a general de divisão porque, na época da guerra, ele se apresentou para servir:

– O que vamos fazer com um coronel da reserva?

Ele foi acabar parando no gabinete do Dutra – que era amigo dele, de cavalaria, da mesma turma – e acabou conseguindo ir a general de divisão. Nem chegou a tirar Estado-Maior, essas coisas...

Nesse período todo, não podia pegar certos empregos... Trabalhei em lugares em que não podia, por exemplo, exercer cargo de diretor, porque era proibido! Eles fizeram um negócio para tentar nos matar de fome! E onde eles sabiam que tinha um trabalhando, se bobeasse, iam lá em cima.

O Figueiredo só deu tempo de serviço. Em nossa anistia foi dada promoção apenas em 86, na emenda 26, e depois conseguimos mais alguma coisinha na Constituinte. Inclusive, fui advogado de muitos suboficiais e sargentos da Aeronáutica e da Marinha, que conseguiram ser promovidos a oficiais. Não teve glória nisso, porque o pessoal do governo acaba criando um caso para destituir os que a gente conseguiu promover na justiça. Então, o negócio é meio violento...

Outra coisa: tenho um amigo, Bolívar Soares Meireles Marinho, que saiu como segundo-tenente. Era de uma família já de revolucionários de 35, parente do Costa Leite. Esse rapaz fez um trabalho mais ou menos nesse tema...

Nesse tempo de cassado, não tive problema com minha família porque meu sogro saiu capitão, meu pai e meu irmão também foram cassados... Meu pai não chegou a estar preso. Ele teve, inclusive, cassados os direitos

políticos. Na verdade, no tempo do Castelo, eles demitiam esse pessoal. Tenho vários amigos que sofreram isso: Brigadeiro Teixeira, Donato Pereira Machado, Kardec Lemme... Mas, eles não tiveram coragem de demitir meu pai, porque ele era o oficial que tinha mais período de lutas contra submarinos nessa costa brasileira. Ele foi assistente de um almirante que saiu no comando do Carioca, que era um barquinho pequenininho, combatendo, fazendo cento e tantos comboios! Só comboios brasileiros foram 66. Tenho todos esses dados, que coletei para fazer um artigo sobre isso e também sobre a Revolução de 24. Meu irmão também foi cassado... Quer dizer, eu tinha o apoio da família.

Como disse, sou o penúltimo da cassação do Exército. A relação começava com os catorze da Marinha: o segundo era o meu pai e o 13º era o meu irmão. Na Aeronáutica, eram 24: o Brigadeiro Teixeira, que era gente nossa; o Rui Moreira Lima; outro que comandava a base do Galeão... Nós somos os primeiros envolvidos.

No começo – foi uma safadeza do Montanha – ele mandou jogar nossas cadernetas de vencimentos lá no Ministério, na DP. Então, não pagavam. Eu tinha 19 anos, quatro meses e dez dias de serviço. Tinha direito a uma licença-prêmio não gozada de dez anos e a outra que, acrescentada a essa, completava vinte e já dava direito a outra. Eles não deram esse tempo e me pagaram como se tivesse só quinze anos de serviço. Quer dizer que ganhava menos que um segundo-sargento especialista. Mas nunca pedi arrego a ninguém...

Hoje, continuamos a lutar não é para ter mais vantagens para nós. Alguns já foram aquinhoados. O Brigadeiro Fortunato até conseguiu, sem ação na Justiça, ser promovido a major-brigadeiro, e queria que eu fizesse a ação para ir a tenente-brigadeiro. Bobagem, porque ele já ganha por isso. Eu, por exemplo, fui anistiado e fui ao posto de general-coronel, mas ganho como general de brigada. O que interessa um título de general? Aqui no meu condomínio todo mundo me trata como capitão, porque entrei para cá assim, em 1960. Ninguém quer saber se sou coronel ou isso e aquilo... Também, no meio civil, trabalhei só com o nome de Pedro Paulo...

Na parte política, sempre apoiei o pessoal do PMDB ou do PDT. Agora a situação está muito ruim, porque esses estão vendendo o Brasil e o Fernando Henrique consegue comprar todo esse pessoal político. Podemos esperar

alguma coisa do Maluf? Pode ser menos pior que o Fernando Henrique, mas não vai mudar essa situação. Na Inglaterra eles conseguiram derrubar a Dama de Ferro, mas o que foi eleito não pode chegar e desfazer certas coisas que eles fizeram.

Nas Forças Armadas, a única reação que pode haver é uma que a gente pode chamar de fisiológica, porque hoje, como já disse, um coronel da polícia da brigada no Sul ganha quase o dobro do que um general de brigada da ativa. Então, o pessoal pode reclamar desse negócio de dinheiro, mas, do resto, não há reação nenhuma! Conseguem fazer uma lavagem cerebral no pessoal e eles não reagem. Mesmo no tempo em que havia atividade política nas Forças Armadas, nós contávamos com 10% e eles com 20%. Conseguimos trazer o resto do pessoal para votar o Código de Vencimentos e Vantagens e fizemos algumas ações dentro do Clube Militar. Fora disso... Até a Questão Militar, na época do Império, foi causada pelo problema de descontar da aposentadoria... Quer dizer, é meio fisiológico.

Talvez eu pudesse ter obtido alguma coisa melhor, como certos companheiros que têm mais sorte. Tenho curso da AMAN, de antiaérea. Tinha mais horas de voo como observador aéreo e reboque de alvo que muito capitão da Aeronáutica. Tenho 255 horas disso, num total de 750 horas de voo. O pessoal tinha medo de voar, como aquele jogador de futebol que vai para São Paulo de carro, com medo de avião. E eu nunca tive medo dessas coisas... Como diz o ditado: só o peru que morre na véspera. E assim mesmo porque é o dia dele...

Da fase em que fui expulso do Exército, meu currículo é até razoavelmente bom. Tenho pós-graduação em engenharia e economia. Tenho curso de direito na Cândido Mendes e contabilidade – que só exerci a parte de custos – tirado na Fundação, quando já estava na rua. Tenho o título de contador para poder fazer a parte de economia. Trabalhei esses nove anos na Metropolitana. Devo agradecer até ao Dr. Maciel, mas fui levado por um companheiro – que hoje até está paraplégico, coitado, e já é major –, também cassado, na época. É o Correia Lima, sobrinho do Raul Riff, muito amigo meu.

Assim, fiz quatro cursos civis, sendo dois de pós-graduação. Teve gente que não tem nada disso e conseguiu tudo... É o caso do Roberto Campos. Não tem curso de nada.

Eu sou nacionalista e socialista. Acho que o mundo – se não houvesse essas bandalheiras que estão ocorrendo – marcharia para o socialismo. Até Cristo era socialista, se interpretarmos certas coisas. E não só da Igreja de Dom Helder. Hoje, já deturpamos o que ele disse: “Mais fácil passar o camelo pelo buraco da agulha do que o rico entrar no reino dos céus.”

Ele já dizia isso. Meio de brincadeira, mas dizia. O mundo inteiro tende a ver... porque não pode continuar esse capitalismo selvagem que perdura aí. Os países todos vão para a miséria: acham que todos vão aceitar isso? Não. Tem que haver uma reação. Não será no nosso tempo. Eu já dizia ao Brigadeiro Teixeira, na época em que a gente conversava:

– Isso não é coisa para o nosso tempo. Não pode querer apressar...

Ele achava que podia ser amanhã... Não. Isso aí é para os nossos netos, talvez... Já tenho nove netos e não vejo a situação estar favorável para eles. Ao contrário, vejo a dificuldade deles para tirar curso superior e até para arrumar emprego... No Brasil, talvez exista 3% que viva uma vida mansa. Não trabalha, vive de rendimentos... O resto! Esses devem ganhar mais que 50% da população mais pobre. A miséria impera! Quem conhece o interior sabe...

Eu, graças a Deus, através do Exército e mesmo depois, conheci boa parte do Brasil. Como oficial, só servi no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília, por um ano. Mas, em viagem de estudos e planejamento, viajava pelo Brasil inteiro. Fui à Bahia fazer levantamento da antiaérea; fui mais de uma vez aqui no estado do Rio a Volta Redonda; fui na fronteira de Santa Catarina com o Paraná; fui ao Rio Grande do Sul, Santa Maria. Até a terra do Getúlio eu conhecia bem... No Norte, conheço bem até Pernambuco. Cheguei a fazer uma viagem, aliás, ao lado do Castelo, comandante do 4º Exército, que chegou até a conversar comigo, sentado atrás na caminhonete. Nós percorremos da Paraíba – passando pelo interior – até o Rio Grande do Norte. E, de lá, até Fortaleza. Lá não cheguei a entrar na cidade. Eles continuaram e eu voltei. Conheço bastante o Brasil. Sempre li muito essa parte de economia, de política... E sei dessa miserabilidade. Eu dizia, naquela época de 62, 63, que não se pode esperar mudanças, pois era coisa para os nossos netos. Nem isso a gente está alcançando. Atolaram o Brasil para entregar ao estrangeiro, como esse camarada agora... O país passou por uma recessão econômica até 67, depois melhorou um pouco, mas caiu no recesso novamente. Esteve, até 81, numa situação ruim. Melhorou, aí caiu

de novo. O tempo do Sarney, depois passou pelo Collor... Só veio a melhorar um pouco em certas coisas com o Itamar, mas não nessa parte de entrega do patrimônio nacional. E hoje é essa bagunça desse falso socialista que é o Fernando Henrique. A gente não sabe para onde é que vai. Continuamos a brigar, a lutar... A tentar convencer dentro do Clube Militar, como o Kardec, que é mais abnegado para isso... Mas o que é que a gente vai conseguir? Só dar o exemplo, no máximo...

Eduardo Chuay

Realizamos com o Coronel Eduardo Chuay três sessões de entrevistas, sempre em sua residência, em São Conrado, Rio de Janeiro, que totalizaram quase seis horas de gravação. É um dos poucos casos de entrevistas múltiplas entre nossos colaboradores, o que certamente trouxe especificidades em sua fala. Além dos detalhes em torno das suas origens e da sua formação, o colaborador falou da participação na Campanha *O Petróleo é Nosso* e, principalmente, do Marechal Lott para a presidência da República, tendo sido um dos oficiais que serviram no gabinete militar do governo João Goulart.

Figura cativante, o tom de sua narrativa foi majoritariamente irônico, e a ideia de derrota e fracasso em relação aos ideais de transformação e à utopia revolucionária também foi constante. Ao final de cada encontro, debatíamos os mais variados temas, ele perguntava sobre minhas ideias, o ambiente em que vivia, e eu compartilhava com ele a mesma tristeza ao sentir que vivíamos um período difícil, quase sufocante para quem, como nós, se considerasse de esquerda. Em uma frase, ele traduziu toda a angústia que sentíamos: “Minha filha, nós somos Dons Quixotes. Só que os moinhos contra os quais lutamos não são de vento e ainda por cima são deles!”

A construção da história de vida de Chuay, sempre muito reflexiva, deu muito mais trabalho do que imaginávamos. Afinal, as especificidades da prática de história oral com entrevistas múltiplas são bem complexas, exigindo soluções metodológicas à altura. O que ocorre de particular numa situação de pesquisa de campo como essa?

Sempre no início de cada nova sessão de entrevistas, em que procurava direcionar a continuidade a partir do ponto em que a anterior tinha se encerrado, nosso colaborador retomava sua história recontando alguns episódios. Nesse processo, a recriação da história é inerente. Os episódios conhecidos vinham acrescidos de novos detalhes, relacionados a outros que anteriormente não tinham surgido. A confiança mútua também cresceu, e

muitos fatos e opiniões emitidos com certo comedimento num primeiro momento foram passados em revista, reconstruídos para quem não era mais aquela ouvinte desconhecida e distante. Essas foram as maiores demonstrações de que não lidávamos com a memória “pura” dos colaboradores sobre o vivido, mas sim com suas percepções e construções datadas e condicionadas historicamente, vertidas em fonte oral, para uma determinada interlocutora.

Transcrevendo, entretanto, a riqueza desses encontros, apresentou-se o problema da repetitividade dos acontecimentos narrados, bem como do seu desordenamento cronológico, ou seja, não linear. A fragmentação trazia a perda do fio da meada, e a repetição, um “cansaço” da história que comprometeria seriamente a evocação e mediação do sentido daqueles encontros de subjetividades e construção histórica pessoal vividos por nós.

Assim, “traduzir” o sentido da experiência vivenciada, cotejando e ordenando os episódios contados e recontados para reconstruí-los num texto escrito foi nosso grande desafio. Chuay forneceu uns poucos e selecionados documentos que fizeram parte deste trabalho cuidadoso de estabelecimento de sua história de vida. Por esse motivo, seu depoimento é de extrema relevância para a história oral de vida aqui praticada.

Chuay mostra detalhadamente a atuação da cúpula da esquerda militar às vésperas do golpe de 64, por estar bem “no olho do furacão”. Em sua história, toda a ucrônia de que nos falava A. Portelli está presente, pois registramos um discurso não só sobre o que de fato aconteceu, mas sobre o que poderia ter acontecido: “Se o Jango tivesse nomeado o Lott...”. E isso é tão significativo para a história de uma esquerda militar nacionalista quanto é, para nosso colaborador, contemplar novamente as possibilidades históricas em sua vida pessoal, retraçá-las, refletir sobre elas sonhando com caminhos refeitos: “... por mais que a razão mostre que é difícil, prefiro o sonho...”. A ucrônia está presente em maior ou menor medida em quase todas as nossas histórias de derrota.

Descendente de imigrantes árabes, a justificativa do sentido de nacionalismo e da opção pela carreira militar são equacionadas por este colaborador em suas raízes familiares, vistas também como fonte de seu espírito crítico e contestador.

Nosso entrevistado também mostrou como muitos militares de esquerda não foram poupados da tortura durante o período da ditadura. Alguns já nos contaram que foram presos, cassados e perseguidos. Houve aqueles


que falaram da violência dos processos da Justiça Militar e da discriminação sofrida sob o regime militar.

Chuay nos falou de tudo isso também. Entretanto, o episódio das violentas torturas ao ser capturado pela famosa Operação Bandeirantes (OBAN) – que originou os DOI-CODIs, órgãos que dirigiram a repressão aos opositores da direita militar –, destacou-se entre fato e lapso. Fato porque vivido, mencionado, reconstruído e entendido dentro de um contexto histórico pessoal e mais amplo. Lapso, todavia, porque abordado a muito custo, de forma reticente, quase envergonhada e sem exposição de detalhes dolorosos.

Mais uma vez, um frutífero debate historiográfico se colocou através da história de vida. Estamos falando da referência explícita à polêmica figura de Getúlio Vargas e à Revolução de 32, a partir das reflexões despertadas no narrador pela leitura de *Trabalhadores do Brasil*, de Jorge Ferreira.

A busca de um entendimento do processo histórico, com suas rupturas e suas continuidades, é colocada por Chuay como necessidade pessoal que o levou a uma atividade política parlamentar destacada no seu percurso posterior à anistia. Aí se situam a briga pela legenda do PTB de Getúlio e Jango; a fundação do PDT, com Brizola; a participação nos governos municipais e estaduais no Rio de Janeiro e seus três mandatos consecutivos de deputado estadual, nos anos 1980. Vimos que foi agente direto de uma participação política institucional e democrática, conquista cidadã com que tanto sonhou. E, apesar de toda a luta, a única sensação que sobrevém é de desilusão com o esvaziamento dessa representatividade política e da inoperância diante das necessidades de transformação social, certamente heranças trágicas da ditadura e dos seus filhos diletos mas, sobretudo, inadmissivelmente levadas a cabo pelos socialistas e democratas de ontem, neoliberais de hoje.

Eduardo Chuay morreu em 24 de janeiro de 2021, no Rio de Janeiro.



A gente acreditava que podia mudar a sociedade. E ainda acredito um pouco porque, por mais que a razão mostre que é difícil, prefiro o sonho...

Nasci na cidade de São Paulo, em 1933, a 13 de julho. Sou filho de imigrantes. Meu pai e minha mãe são sírios. Isso traz duas formações culturais:

uma que é da família, oriental, ainda que cristã, porque a religião deles é ortodoxa, mas bizantina. É conflitante com a religião oficial do país, que era católica, mesmo dentro do contexto do cristianismo. E outra é a formação cultural que recebi na sociedade, com outros valores.

O lugar em que nasci, em São Paulo, era o Brás. Tinha duas culturas marcantes: a dos descendentes de sírios e libaneses e a dos descendentes dos italianos. Tinham algumas semelhanças, mas eram bastante diferentes. Uma bem europeia, produto de uma revolução industrial, imigrantes que traziam na cabeça ideias anarquistas, socialistas, e outra de imigrantes de base rural, camponeses, que não era o caso da minha família.

Meu pai estava para ser fuzilado entre 17, 18 pelos turcos, porque ficou contra eles. Ele imigrou para a França, depois para Buenos Aires e, mais tarde, para outros lugares. Quando chegou no Brasil, conheceu minha mãe em São Paulo, que também havia imigrado, e casou lá. Não vieram casados, apesar de serem da mesma cidade. Mas isso é comum... Em 1920, 1930, até 1940, era comum a pessoa casar com a moça da mesma cidade. Mesmo que fosse um imigrante italiano, por exemplo, e viesse de uma cidade da Calábria, casava com uma moça daquela cidade, da família dele, que já conhecia. O fator levava a isso. Tenho cinco irmãos. Antigamente era uma família pequena! Nessa época, era normal ter doze filhos...

Minha mãe era muito crítica, e peguei isso dela. Ela era uma pessoa que migrou contra a vontade. O meu avô era um homem muito rico. Tenho a árvore genealógica da minha família: remonta a 1600 e pouco... Veio aquela imigração dos armênios, trouxeram tifo, e ele morreu disso. Quando morreu, minha família se desagregou um pouco. Meu tio jogou toda a fortuna da família em Montecarlo. Tiveram que imigrar e minha mãe nunca perdeu isso. Ela era muito crítica em relação aos imigrantes. A maioria era camponesa. Como da Itália. Quem vinha era mais o camponês, um ou outro operário. O grosso dos imigrantes veio do sul da Itália, que, até hoje, é a região de estrutura mais agrária. Não é como o Norte, que é industrial. A maioria dos componentes italianos veio do sul. E ela era muito crítica, talvez eu tenha adquirido muito esse espírito.

O que me deu realmente o sentido do Brasil – e por isso que a educação é importante – foi a escola. As minhas professoras primárias foram quem me deram o sentido da nacionalidade, o que indiretamente me induziu a

escolher a carreira militar. Desde os 8 anos, queria ir para o Exército. Foi uma opção que queria...

Nesse ínterim, meu pai mudou para o interior, Piracicaba, onde tinha a melhor escola de agronomia do país. Ele trabalhava com várias coisas. Trabalhava com a parte de secos e molhados, com fazenda de cana. Piracicaba é uma grande produtora de açúcar. E, na verdade, o que ele desejava é que eu fosse engenheiro agrônomo. A faculdade ficava ali na cidade, a Escola Superior Luiz de Queiroz, que é a mais importante do país até hoje...

Mas eu sempre quis ser militar. Tive vocação para isso. Não sei se fui induzido, se foi alguma coisa... ou quis afirmar que era brasileiro, porque sempre há discriminação. O italiano é chamado de “carcamano”, o árabe de “turco”, o alemão de não sei o quê...

No dia a dia isso aparecia na brigalhada entre a gurizada! Brigando, um chamava o outro... A comunidade, em São Paulo, tinha o quê? Ainda não tinha muito japonês. A imigração japonesa veio mais para o outro lado do estado, não para o de Piracicaba. Tinha italiano. Na Sociedade Italiana, a gente ia assistir filme do Mussolini. Passavam aqueles filmes... Tinha o grupo alemão, que era minoritário, mas existia. Lembro que em 39, 41, quando afundaram um navio, as pessoas foram atacar a casa dos alemães. Era uma ignorância que não tinha tamanho! Também tinha o Clube Sírio, onde eu ia com meu pai... Quer dizer, essas comunidades vinham e se protegiam nos clubes, mantinham aquela solidariedade. Isso já se desfez muito em São Paulo, apesar de que lá ainda se encontra o Clube Sírio, o Libanês... e os grupos italianos residuais. Mesmo os times de futebol se formavam em torno das comunidades. Quando era garoto, o Palmeiras se chamava Palestra Itália. O Corinthians era de espanhóis, e assim por diante... Então, talvez isso tenha me encaminhado...

Acho que quem dava o sentido de nacionalidade para o filho de imigrante sempre era a escola primária. Até hoje, em termos de educação, quem forma a pessoa é a família e a escola. Atualmente entrou um terceiro fator, que desinforma e atua contra a formação da pessoa, que é a televisão. Mas isso já é um outro estudo sobre a agressividade, a desestruturação da família na escola... Sou muito inimigo da televisão na formação do indivíduo. Basta ver que uma criança, um adolescente americano de 18 anos, já assistiu vinte mil assassinatos na TV. Está num livro que li, mostrando como isso desagreg-

ga a pessoa... uma criança conversa, por semana, quatro minutos com o pai, vinte com a mãe e vê dezoito, vinte horas de televisão.

No meu tempo só tinha a Rádio Nacional. Havia a formação dos pais, que transmitiam os valores. E os valores de todo imigrante, evidentemente, são do país de origem. Se é filho de alemão, são esses; se é de sírio, são outros; se é de japonês, também são diferentes... A comunidade japonesa, por exemplo, é muito reprimida. Ou melhor, não é que seja assim. É a tradição educacional do Japão.

Na escola, recebia uma outra formação, que era importante para complementar, porque fazia o processo de socialização e de integração no país. A escola é fundamental na defesa da nacionalidade. Hoje, o perigo no Brasil da desagregação da escola, da influência da televisão, é a nação deixar de ser nação. Não ter o valor nacional. Porque não é de Estado que estou falando, mas sim de nação. O Estado é outra coisa. Desagregando a nação, desagrega-se o Estado. Taí o caso da Iugoslávia. Então, considero muito importante na minha formação essa escola primária. Mais do que o ginásio, que hoje seria de quinta a oitava série. Nele se tem professores variados, de matemática, inglês, francês, português... enquanto nos quatro anos do primário, na minha geração, tinha o mesmo professor acompanhando, ou pelo menos um só durante o ano. Isso foi muito importante...

Ia sempre de manhã para a escola. Todos os meus irmãos iam. Era colégio privado. Hoje a minha escola é a Universidade Metodista de Piracicaba, a UNIMEP. Era o Colégio Protestante Metodista ou Colégio Piracicabano. Era ligado àquele grupo metodista, do Mackenzie... Tanto que eles trouxeram um pouco da cultura americana, e até fui influenciado em termos de religião.

Sempre fui competitivo, isso eu reconheço. Ia à Escola Dominical, era obrigado a fazê-la no domingo. Era o primeiro aluno: ia lá na frente, recitava versículo... A religião em que fui batizado por minha mãe, e batizei meus filhos, era a religião ortodoxa grega. E a maioria da população, que socialmente coage a pessoa, era católica. Às vezes eu queria ser católico, por aceitação. A criança quer uma aceitação. Ela precisa ter uma personalidade muito forte para rejeitar – não é bem rejeitar –, ficar acima da aceitação social. Mas todo indivíduo é gregário, ele tende a buscar uma aceitação da sociedade. Essa foi minha vida...

A infância não era como a dessas crianças de hoje. O máximo que havia era ouvir a Rádio Nacional do Rio de Janeiro. E mesmo os rádios eram de válvula, não tinham essa precisão. Ir ao cinema no fim de semana, uma vez por semana, já era uma proeza. O lazer era totalmente diferente. Era jogar futebol, pular muro, roubar fruto do vizinho, aquela coisa toda... de garoto. Jogar pedra em lâmpada, isso era comum no interior. A gente fazia um estilingue, atirava, destruía... era predador. Jogava muito esporte: futebol, basquete, vôlei, natação... tanto que eu era puxador de corrida, tinha um fôlego enorme.

Então, fui para o Exército. Fiz vestibular, passei. Na minha época, eram 3.500 candidatos para 270 vagas. O engraçado era que as Forças Armadas sempre foram profundamente seletivas. Não sei por quê, oferecia à classe média uma probabilidade de ter uma carreira garantida. Tanto que quando a gente ia servir no interior, todo mundo queria casar com militar porque a filha estava garantida. Um proprietário de terra achava que nunca o mundo mudaria, como mudou hoje...

Eu tinha 15 anos quando prestei o exame. Terminei o ginásio, primeiro grau completo, e fiz exame na Escola Preparatória. Mas tudo isso sozinho. Não tinha cursinho, como o pessoal do Rio, de Porto Alegre. E passamos: mais ou menos 270 candidatos no país. Fui classificado para ir para Fortaleza, Escola Preparatória de Cadetes, o Colégio Militar. Era mais moço, com 16 anos já era militar. Acho que a Escola Preparatória e a Escola Militar deram uma grande contribuição na minha formação.

Fui morar em Fortaleza. Acho que a Escola Militar é muito exigente. Ela disciplina, ensina a fazer coisas, a sobreviver sozinho. Tenho uma filha que mora em Washington, e realmente sobrevive sozinha, mas sem problemas econômicos, é diferente... Às vezes, se vê um quartel protegido, é outra coisa. E a Escola Militar era muito boa nesse sentido, porque me deu autossuficiência para me virar sozinho e saber fazer as coisas... Minha mãe era muito superprotetora. A gente chegava e largava a roupa na sala, no quarto, não cuidava de nada, nunca arrumei uma cama... E lá aprendi a sobreviver, a me disciplinar...

Quando decidi ir para lá, meu pai veio no Rio atrás de mim, para que eu voltasse para casa. Ninguém queria que eu fosse... Pai e mãe é sempre uma tragédia. A mãe sofre muito a perda de um filho que ela sabe que dali

nunca mais... não é que ela não fosse me ver. Mas não teria o filho por perto, e era muito cedo... Esse é o problema de toda mãe. Mas eu queria ir de qualquer jeito...

No primeiro mês, sofri muito. O trote era violento na escola. Tinha que rastejar em urina, faziam o diabo! No primeiro mês, pretendia voltar, desistir. Chorava toda noite na cama! E muita gente sofria horrores! Imaginem: eu, superprotegido, saído de São Paulo, família nuclear, e me jogaram num lugar em que recebi um número – 247, guardo até hoje porque todo mundo chamava pelo número – e tinha que me virar. Não é que não tivesse médico ou outras coisas. Tinha tudo no quartel, mas não tinha a mãe, que ia me olhar toda noite... Lembro que vinha passar férias na minha casa – já com mais idade, 40 anos – e minha mãe ia no meu quarto, me cobrir! Negócio de mãe... Eu também sou assim com minhas filhas. Para mim, elas nunca estão prontas. Estou sempre de olho nelas... mãe é a mesma coisa. Isso faz parte, talvez seja hereditário, genético...

Depois da Escola Preparatória de Fortaleza, pedi transferência para a Escola Preparatória de São Paulo. Fiquei um ano lá. Fiz amizades... devido à permanência. Ficava num alojamento com cem pessoas. Só que, quando era calouro, arrumava a minha cama e as de mais cinco de veteranos:

– Amanhã você arruma minha cama.

E tinha que arrumar mesmo... É o calouro!

Lá no Ceará era muito exigente. Não podia ter uma sujeira debaixo da cama, porque, se tivesse um palito, não saía da Escola no domingo, ficava no quartel... Isso chamava-se “licenciamento sustado”, LS. Então, limpava até a mola da cama! Era cama patente, daquelas de mola, antiga. Todo sábado tinha que cortar o cabelo bem raspadinho, fazer brilhar todos os botões do uniforme, engraxar sapatos... e, se era calouro, engraxava o dele e os dos outros.

Mas eu gostava da vida militar. Aquela coisa de acordar de manhã, fazer ginástica, tomar café, tomar banho... O banho, no Ceará, era comandado:

– Atenção, abram o chuveiro. Molhou. Fechem o chuveiro. Ensaboar. Tirem o sabão.

Quem não tirou, azar! Porque não tinha muita água, naquele tempo, em 1950, em Fortaleza. Mas foi uma experiência boa. Os amigos que fiz até hoje são amigos. A amizade de Escola Militar permanece a vida toda.

Não havia muita discussão política... Engraçado... Foi o ano daquele famoso campeonato de futebol que o Brasil perdeu, aqui no Maracanã... e acho que a coisa girava mais em torno disso. Era o início da Guerra Fria, havia muito anticomunismo. Não é... era a doutrinação. Em 46, começou a Guerra Fria, 48 cassaram os mandatos dos comunistas e era 50. Eu estava no primeiro ano. Foi um ano mais ou menos dessa coisa de esporte, do campeonato, e teve a eleição do Getulio Vargas...

Ah! Todo dia tinha treinamento militar. Sabe que a ordem unida – aquele negócio de marchar, de aprender... – é a maneira de preparar a pessoa para a guerra.

– Direita, volver.

A pessoa vai para a direita.

– Esquerda, volver. Alto. Ordinário, marche.

Cumpre-se tudo o que mandam e chega uma hora em que não se raciocina. Ouve-se a voz do comando. Tem que treinar a pessoa assim, automatizá-la, senão como ela vai amanhã enfrentar bala? Não é qualquer um que enfrenta... Mesmo assim, uma pessoa, às vezes, se acovarda. Então, tem que doutrinar. A ordem unida é a maneira maior de disciplinar que conheci nas Forças Armadas.

Eu, como tenente, cheguei a treinar uma tropa em São Paulo, onde servi depois como oficial. Com a tropa, de frente para mim, na posição de descansar, mandei dar um tiro de festim atrás. Ninguém se virou para olhar! Tal a disciplina que tinha imposto a eles... Para entender o sentido disso... Preparava a ordem unida. Para quê? Pode não haver guerra, como nunca houve aqui na minha geração. Mas preparava.

Pedi transferência de Fortaleza. Para mim, foi um lugar muito bom. Era um lugar em que saía da Escola, no domingo, e apanhava caju na rua. Era planta abandonada... Como aqui se planta amendoeira, que não é uma árvore brasileira. Isso é coisa de um prefeito cretino, o Pereira Passos, que tinha saudades de Paris no outono e resolveu botar uma árvore que caísse folhas. Pôs a amendoeira, que suja a rua como poucas... E em Fortaleza apanhava caju na rua, não tinha nada, era abandonado... Lá era uma pobreza enorme! Foi a primeira vez que vi isso. Em São Paulo não tinha. Estava num bar em Fortaleza, a pessoa entrava e cutucava pedindo esmola! Isso não existia quando saí de São Paulo. Lá não existia miséria em 1950. Mas em Fortaleza existia... Aquele bando de pobres na rua... migrantes da seca...

Acabei pedindo transferência de lá para São Paulo e me dei muito mal. A disciplina era péssima, o ambiente não era bom. O comandante devia ser um frouxo. Porque, na verdade, a tropa reflete o comando. Eu também não fiquei satisfeito. Não me dei bem em São Paulo. Criei amigos, como em todo lugar. Mas me dei mal. E fui pedir transferência para Porto Alegre. Sou talvez um dos únicos oficiais que fez Escola Preparatória em São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre. Vão me acusar de ter sido por ordem do Partido Comunista... Isso é tolice! Primeiro, foi porque fiquei com uma curiosidade de conhecer. Depois, porque não me dei bem em São Paulo. Eu me dei muito bem em Fortaleza e Porto Alegre. É engraçado. O paulista, desde 32, ficou meio antiexército...

Fui para Porto Alegre. O Rio Grande e o Ceará eram os grandes celeiros das Forças Armadas. A Escola Preparatória de Porto Alegre era bem melhor que a de São Paulo, em termos militares. Eu me dei muito bem. Gostei muito do Rio Grande... da Escola de lá. O comandante era um homem muito sensível – diziam que ele era gay, chegou a general. Mas isso acho secundário, porque era um homem brilhante, um homem inteligentíssimo... O de São Paulo era de uma mediocridade, um coronel medíocre. E em Fortaleza havia sido um coronel que tinha ido à guerra, o Coronel Rangel, um reacionário, mas possuía uma experiência de guerra. Eram essas as três Escolas Preparatórias.

Então, quando cheguei na Escola Militar, no Rio de Janeiro, eu conhecia todo mundo, porque tinha estado nas três preparatórias! O grosso do pessoal que ia para lá era de origem da Escola Preparatória. Uma parte menor vinha do Colégio, e outra de civis que faziam exame direto. Essa minha formação do segundo grau foi boa. E me dei bem também, porque o importante na minha geração, a ênfase, sempre era para conhecer matemática. Sempre fui bom de matemática, nunca tive problema. Era o que o Exército dava mais destaque.

Mas, em Fortaleza e Porto Alegre, mais do que em São Paulo, o problema da ética, do comportamento era crucial... Esse atual governador do Rio Grande do Sul, o Brito, foi da Escola Preparatória Militar de Porto Alegre. Não do meu tempo, ele era mais novo que eu. E foi expulso por roubo! Quando um indivíduo pegava uma coisa do outro, isso era vida e morte. Quando era pego colando, era expulso também. Eram problemas de ética –

sei lá de onde o Exército adquiriu. Pode ser no próprio Exército francês, não sei se era... Porque a formação do Exército brasileiro teve muita influência, até 40 e pouco, da Missão Francesa. No Exército chileno a missão era germânica. O uniforme deles é igualzinho o do alemão. Foi a Missão Alemã. Aqui era a francesa. O oficial tinha educação, formação francesa. O Nelson Werneck Sodré, por exemplo, conhece perfeitamente a língua francesa. Ele lê também em inglês... Mas – engraçado! – havia uma hostilidade ao inglês, ao americano, em termos de língua. A minha geração foi diferente, porque já começou a se americanizar por causa da guerra. Lá, trabalharam com as divisões americanas, e foram ganhos por aquele pessoal.

Como eu lia um pouco mais que a maioria – fora do contexto do ensino militar –, era interessado, estudava, criei uma certa liderança já na Escola Militar. Lia muita literatura... Uma das pessoas que mais me influenciaram – engraçado – foi Anatole France. Hoje pouca gente fala nele... Mas ele é muito importante, um escritor francês muito bom, do final do século passado. Li todos os franceses. Na minha geração, não me lembro de autor americano, quando tinha 18, 20 anos. A nossa formação cultural era muito francesa. Mesmo os italianos a gente não lia tanto. Nem traduziam nada... E, em segundo lugar, eram os escritores alemães. Eu conhecia todos os autores da literatura francesa, que hoje nem se falam mais. E lia tudo! Começava com o Alexandre Dumas, quando era mais jovem, *Os três mosqueteiros*... A dominação cultural era francesa, na minha geração. Pelo menos, pensávamos que éramos intelectuais porque líamos literatura. Ninguém lia literatura americana... Engraçado! Isso é um preconceito tolo! Um bom escritor nasce em qualquer país do mundo. Mas havia aquele preconceito de que o intelectual só lia francês. Tanto que quando estudava na Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza, tinha um pequeno cinema em que só passava filmes europeus. Como aqueles aqui de São Paulo, Rio de Janeiro... Só eu o frequentava. Era culturalmente “colonizado” pelos franceses. Lia mais literatura francesa que brasileira. Acho que a geração do Sodré também foi assim. Mas ele era crítico literário, era outra coisa. Para a nossa, o referencial era a França. Então, me destaquei na Escola Militar.

Quando cheguei, em 52, na Escola Preparatória, começou uma grande onda nas Forças Armadas... Qual era essa onda? Era relativa à ida de oficiais para a Coreia. Queriam mandar Forças Armadas brasileiras para os Esta-

dos Unidos. Eu estava em Porto Alegre. Mas estava longe da política. É engraçado: esses três anos da Escola Preparatória passei meio longe disso... Não que não lesse. Sempre li, sempre me interessei pela Campanha *O Petróleo é Nosso* desde que estava no ginásio, essa coisa toda... Tinha movimento político antigamente nesse negócio de secundarista, e a gente ia... Mas, na Escola Preparatória, fiquei meio à margem dessa coisa de política... Depois me acusaram de que eu já vinha num processo de politização desde a Escola Preparatória... Nunca vi. Estava imerso naquele negócio de estudar, de entusiasmar, e realmente gostava da vida militar. Gostava. Gostava de esporte... O ensino não apresentava outros planos para mim. O que iria fazer era matemática, porque sempre tive facilidade... Quem introduziu Ciências Sociais na Escola, Sociologia, foi o Lott, depois que saí... Não era na minha época. Nela, era Física, Química, Cálculo Integral... Então, fui para a Escola Militar.

Em 1950, para o Getúlio tomar posse, o Clube Militar era fundamental. Algumas coisas não deixam de ser importantes. Desde o Deodoro, que fez aquele negócio contra a escravidão, ele passou a ter importância. E, em 50, houve uma luta pelo Clube Militar e ganhou o General Estilac Leal, amigo do Getúlio, um homem inteligente... Ele assumiu o Ministério – também pelo Getúlio – e a presidência do Clube Militar. Em 52, tinha a *Revista do Clube Militar*, e ele fez um editorial contra a ida das tropas à Coreia. O Kardec e o Sodré podem esclarecer bem esse episódio. Acho que este último era o secretário da Revista, se não me falha a memória... Mas eu não tinha nada com isso, nem lia a Revista... Eles foram contra a ida. Aí entra o anticomunismo. O Getúlio fraquejou, tirou o Estilac do Ministério e pôs o Espírito Santo Cardoso, que é parente do Fernando Henrique. E iniciou-se uma perseguição.

Então, em 52 eu estava em Porto Alegre, não fui atingido pela onda. Em 51 também foi um ano de grande agitação. Abriam-se processos contra os militares tidos como comunistas... Eu acompanhava pelo jornal e a gente discutia na Escola Militar.

Em 53, eu estava na Escola Militar. O filho do Espírito Santo Cardoso também estava lá. Esse general, para passar o filho, baixou a média da Escola Militar. É... A média era cinco, baixaram para três.

E 53 foi um ano de agitação porque em 52 era aquela perseguição que começou a atingir a Escola Militar. A gente lia os jornais, comentava... Foi

aí, na verdade, que recomeçou minha atividade política, mas não tinha ligação com ninguém. Não pertencia a partido nenhum. Eu tinha simpatias pela esquerda. Lia muito, lia os jornais... Atribuo essa simpatia ao fato de que achava que ali haveria mais justiça social. Não sei o que me levou a isso...

Na minha família, meu pai tinha ódio à Inglaterra. Isso é tradicional ali no Oriente. O ódio ao inglês era muito comum no Extremo Oriente... o imperialismo inglês era meio repellido... Havia aquela minoria que achava ótimo ser súdito inglês e francês, como um baronita libanês cujo sonho era ser francês. O libanês baronita adora ser francês. Na verdade, ele é um aculturado. Mas o ortodoxo, como é bizantino, sempre foi contra o império do ocidente. Passaram milhares de anos e é aquela mesma coisa... Eu sempre tive admiração pela cultura francesa. A literatura que a gente lia naquela ocasião era francesa. Os escritores, o culto da língua... A França se destacou em matéria de literatura, a Inglaterra produziu meia dúzia: Shakespeare... Os Estados Unidos pouco produziram nesse campo...

Mas, em 54, aconteceu um fato. Getulio caiu e nós, a maioria... lembro o dia em que ele morreu, na Escola Militar:

– O presidente se suicidou.

Eu era de Artilharia. Nós fomos dar tiro de canhão, porque tinha que dar a salva... O Lott assumiu o Ministério. A primeira coisa que ele fez: aumentar a média de passar. Isso causou um zunzunzum na Escola Militar que não tem tamanho, uma espécie de revolta. E eu não tinha nada a ver com isso porque tinha média alta! Fui um dos primeiros alunos. Ganhei medalha, tudo... No primeiro ano de Escola Militar, estive entre os dez espadins. Eram mais ou menos quinhentos alunos e, desses, eles destacam dez, que quando se tornavam cadetes, recebiam o espadim da mão dos generais. Normalmente é a família que vai dar: a mãe, a noiva, a namorada...

Deu esse zunzunzum na Escola Militar. E me enfiaram num inquérito, porque eu falava muito, disseram que era um dos responsáveis. Nunca tive nada a ver com isso! Mas como falava, criticava, era antiamericano, me colocaram... e não pertencia a nada... não tinha que dar satisfação a alguém! Não pertencia a nada! Era um simpatizante da esquerda. Só. Nada além disso... Lia. Lia os anarquistas, gostava deles... Mas, por ser um pouco contestador, me botaram nisso. No fim, viram que não tinha nada. Eu não precisava de média. Tinha oito, nove, não ia depender daquilo.

Na Escola Militar, contestei muito. Aí fiquei marcado, porque a base da força armada é a disciplina, a obediência. O sujeito dizia:

– Faça isso.

Eu respondia:

– Não, isso não devo fazer porque é errado... Vou fazer, mas está errado por causa disso...

Lembro do meu exame de balística, matéria do último ano de Escola Militar, que derrubava todo mundo. Bobagem! Era a aplicação da física no espaço, geometria, ver como o projétil se deslocava... O professor era o Coronel Pondé, e sei que ele gostava de mim. Na hora em que fui sortear o ponto, no exame oral, ele disse:

– Não precisa sortear, você é ponto vago.

Isso quer dizer que duas horas depois seria chamado para expor toda a matéria que era sorteada. Apenas tinha tempo de ler.

– Tudo bem, ponto vago...

Ele me fez as perguntas, expus no quadro, e ele me deu dez. Ele me disse:

– Você vai ter muita encrenca nas Forças Armadas. É muito inteligente, mas muito contestador.

Ele gostava de mim...

Na verdade, o Coronel Gurgel de Almeida, que era um dos comandantes de artilharia da Escola, tinha medo que eu tirasse notas muito altas. Ele tinha recomendado que diminuíssem minha nota. Ganhei alguns inimigos, pela minha irreverência também. Foi aí que fui marcado...

Tinha um professor de Física e todo mundo se borrava nessa matéria na Escola Militar. Eu sentava atrás, com o pessoal mais arruaceiro. Um dia, ele virou e disse:

– Vocês estão atrás dele. Mas ele já passou. Vocês vão atrás, mas nenhum vai passar!

Eu era assim, mais para o lado da turma arruaceira... Não ficava com os “certinhos”. Tirava nota muito boa, então não me preocupava... Era um dos dez primeiros do espadim, aluno brilhante da Escola Militar. Mas não ficava com os certinhos e sim com os arruaceiros. Eu era muito contestador, sempre fui muito crítico. E arranjava conflito, era mordaz... como um amigo que eu tinha, o Doutel de Andrade. Foi líder do PTB do Jango, presidente do PTB, do PDT. Ele se perdia pela língua, por uma boa piada...

Na Escola, tínhamos um grupo de amigos de brincadeiras... vamos dizer, uns “anarcomilicos”! Não tinha aquela coisa de parecer bonzinho. Está na personalidade de cada um: puxa-saco nasce assim; e contestador também. É sempre assim. Uma parte é genética, outra adquirida. Sempre fui contestador e até hoje sou... Apesar de ser ingênuo. Acabo indo no bolo...

Quando houve a revolta da média, tínhamos como comandante da Escola Militar o Jair Dantas Ribeiro. Ele mostrou-se fraco, na época. Um negócio de merda de cadete e ele mostrou-se fraco...

– Não. Isso aí é a turma comunista! Ou é a turma da direita, que não sei o que de estabilização!

Porque o Getulio tinha morrido. No mesmo ano em que ele morreu, teve essa revolta. Foi o Lott quem chegou, culpou, cercou e acabou com a revolta em 24 horas. Prendeu. A força do militar está na autoridade. Não está na conversa do político: “chamem meu inimigo, o nomeiem, o corrompam...”. Nada disso. Tem que ter autoridade.

Então, 54 foi um ano crítico. O presidente se suicidou, o Lott assumiu. E ele, quando nos formamos, nos recebeu no Ministério da Guerra e não permitiu que ninguém tirasse férias como punição por causa da revolta!

– Todo mundo direto para os quartéis!

Podem achar engraçado, mas ele mostrou autoridade. Isso impressionou todo mundo.

Acabei me formando na Escola Militar e fui servir em São Paulo. Quando fui para lá, tinha mais ou menos a visão de que com os militares não tinha conciliação, porque o Lott mostrou isso... Você comanda ou não. Depois, me destaquei quando fui para a artilharia. Fui o terceiro aluno das armas: o primeiro foi para a infantaria, o segundo e eu fomos para a artilharia. Eles chamavam cadete por cadete e cada um optava por uma área: cavalaria, engenharia ou artilharia... depois tem comunicações também. Isso já dava um destaque.

Lá, o episódio que me tocou foi em 55, quando o Lott foi demitido do Ministério. Foi induzido a ficar, o presidente da República foi deposto, e foi garantida a posse do Juscelino. Foi a primeira manifestação política real em termos de oficial que tive. Era aspirante a oficial. Eles colocaram todos os oficiais para pedir opinião. O comandante, que era contra a posse do Juscelino, colocou-nos em forma e pediu nossa opinião sobre o problema da posse.

Começou lá embaixo, e não pelos majores... E nos manifestamos. Lembro da minha frase:

– Eu estou com o Ministro da Guerra, Marechal Lott.

Não falei que estava a favor da posse do Juscelino ou da Constituição. E a maioria não falou isso, apenas ficou com o Lott, com o ministro, contra o comandante, que estava com o General Tinoco, comandante do Segundo Exército em São Paulo. Tanto que, nesse ano, toda a direita fugiu para lá: o Brigadeiro Eduardo Gomes, o Carlos Lacerda... todos foram tentar a resistência à posse do Juscelino. Dizia ele que defendia a legalidade, como em 32. Estava defendendo era o impedimento do Juscelino tomar posse. E foi a minha primeira manifestação.

O comandante viu que a maioria estava com o Lott. Tinha uma parte que estava com ele... O argumento deles era que o presidente legal era o Carlos Luz e que o Café Filho, que era o vice-presidente, estava voltando para tomar posse. O Lott impediu o Carlos Luz e o Café Filho e deu posse ao presidente da Câmara, que era o Nereu Ramos, de Santa Catarina. Esse era do PSD, partido do Juscelino, e isso garantiu a posse dele. Foi muito bom. O comandante dizia:

– Estou a favor do Café Filho tomar posse. A legalidade é essa.

Um conceito que tenho na minha vida e que acho importante ser desenvolvido é contra essa ideia de marajá, direito adquirido, como legitimidade. E essa história vem da escravidão. Quando queriam libertar os escravos, os senhores alegavam que tinham o direito adquirido, pois eles os compraram. Não podiam tomar o que era deles. Isso continua até hoje. O sujeito consegue uma leizinha e assume o direito adquirido com privilégios mil. Essa foi nossa manifestação, a maioria ficou a favor do Lott. Ele era uma referência moral do Exército. Não é que ficou a favor do Juscelino... Depois, fiquei mais dois anos em São Paulo e vim para o Rio de Janeiro. Hoje, meditando no tempo, vejo como é importante o chefe militar. Servi em quartéis em que a escolhambação era total. Esse de São Paulo, por exemplo. Era no Parque Dom Pedro II, não sei se ainda existe. Lá era o Segundo Grupo de Artilharia Antiaérea, comandado por um comandante que chegava com a toalha para lavar o rosto às dez da manhã. Enquanto tive comandante que às seis da manhã estava no quartel. Eu, quando servia no Rio Grande do Sul, na fronteira, às cinco e meia estava no quartel. Tocava a alvorada e, com aquele

frio todo, eu já estava de pé... Servi em Livramento, na fronteira, punido pelo Jânio Quadros, tido como esquerda, pois já tinha uma atuação política... O comandante é fundamental. Se ele chega às seis horas, todo mundo vai chegar antes dele. Mas, se chega às dez, todos chegam às nove horas. A instituição militar é muito baseada na autoridade e no exemplo. É diferente. Não se pode dar um tratamento político a instituição militar. Tem gente que não concorda comigo. Talvez o Kardec, o Sodré, não concordem... Mas a minha vida mostrou isso. Os ministros que o Jango teve, nenhum tinha autoridade. O Amaury Kruel, por exemplo, era um corrupto, e foi o primeiro que assinou o manifesto contra o Jango em 52, naquela crise... De 50 a 54 era uma época de crise. Em 52, houve um manifesto de coronéis contra o João Goulart! O primeiro que assinou foi o Coronel Amaury Kruel. Aí o Getúlio o promoveu a general, e ele virou getulista. Não “virou”! Era interesse dele. É uma pessoa que se adapta não é confiável. O militar tem que ser confiável. Tem que se ganhar o militar. Fazê-lo acreditar, ir junto: “É o chefe? É.” É um núcleo, na minha opinião, diferente do resto da sociedade. Não adianta ficar discutindo:

– Não, companheiro, vamos colocar isso... Não é bem assim...

– Eu acho...

Outro:

– Acho...

No fim ninguém acha nada! Uma discussão na esquerda é fogo... Geralmente ninguém leu nada, mas os que leram três páginas já podem discutir aquilo. Nada anda... É verdade. Por exemplo, o caso da Erundina quando foi prefeita de São Paulo, uma pessoa correta, honesta. Sou muito amigo do Kai, que foi secretário de Fazenda dela. Eu era secretário de Fazenda do Rio de Janeiro na época, e a gente trocava muita ideia. Mas não conseguimos andar. Vão dizer que estou sendo autoritário. O poder é autoritário. Não há poder que não seja assim. Não chegamos ainda ao nível de ter um poder totalmente democrático. E acho que nem se chegará um dia... Isso é para quem acredita no ser humano!

Essa época de 52, 54, 55 foi muito rica. E o Exército tinha uma participação muito grande. Ele, depois da Guerra do Paraguai, da República, era o “poder moderador” no Brasil. Quando Pedro II governava, era o Exército que moderava:

– O que pensa o Exército? O que pensam os generais? O que pensa o Ministro?

O Lott, em 54, substituiu o Ministro do Getúlio, que era o Zenóbio, que saiu da Itália trazendo um monte de quadros! Era o patrimônio italiano e ele se apropriou de parte... Imaginem, pegar um Boticelli e trazer como seu porque é general do Exército brasileiro!... Ele foi muito fraco como general ali. Na minha concepção de vida, o indivíduo é fundamental no processo da história. Assisti a isso, além de ter vivido no Exército: o comandante é uma figura fundamental.

Eu apoiei a candidatura do Juscelino, servia em São Paulo. Mas apoiei votando, nunca fui em comitê dele. Não fui em nada. Votava no Clube Militar na chamada Chapa Amarela, que era a de esquerda. Eles me procuravam para pedir ajuda e eu votava, achava que era a chapa nacionalista contra a chamada Cruzada Democrática. Porque no Brasil sempre há uma subversão semântica. O indivíduo fala em “Cruzada Democrática” e instala a ditadura. Ninguém falou mais em defender a democracia que os golpistas de 64. Então, o democrático passa a ser tudo o que eles fazem, ainda que seja ditatorial. E eu sempre apoiei a Chapa Amarela.

Lógico, lá em São Paulo, quando me manifestei a favor do Lott, fiquei marcado. Ele não era considerado como da direita. Mas não tive nenhuma atividade política lá. Só votei na Chapa Amarela do Clube Militar, porque fui procurado para ajudá-la. Era a chapa da esquerda, do Estilac, dessa turma. E a Chapa Azul era da direita, com Etchegoyen, Cordeiro de Farias, Castelo Branco... Sempre votei na Chapa Amarela e o voto era aberto, não era secreto. Então, já marcavam:

– Aquele só vota na Chapa Amarela.

Esse episódio do Clube Militar, o Nelson Werneck conhece profundamente porque foi diretor na época mais brava, em 50. Foi perseguido em 52...

Nos anos 50, 60 eu era mais nacionalista que esquerdista. Acho que isso era coisa de filho de imigrante, de querer se justificar:

– Olha, sou mais nacionalista do que quem é daqui.

É muito comum esse mecanismo psicológico.

Chamei mais atenção porque no Exército, se é bom aluno, tira boas notas, se destaca e fica logo em evidência. O chamado oficial coroadado. Quando

se tira o primeiro lugar, ganha-se uma coroa. É uma medalha que tem uma corozinha. A medalha Marechal Hermes de Aplicação ao Estudo. Sempre fui muito bom aluno, sempre me destaquei. Então, eles me temiam. Diziam que eu era muito inteligente e “perigoso”, porque doutrinava as pessoas, sabia argumentar. E realmente tive uma atuação muito grande em apoio aos governos legalistas. Apoiei muito... A figura que me levou mais a isso foi a do Lott. Engraçado, porque era um conservador, mas profundamente legalista e nacionalista.

Em 1958, chegou aqui o Foster Dulles, que era o secretário de Estado americano. Ele veio para privatizar a Petrobras. No dia em que ele desembarcou, o Lott deu uma declaração para os jornais: “A Petrobras é intocável”.

E o Juscelino então se escorou naquilo e não abriu. A missão era toda preparada. E o pessoal que cercava o Juscelino era contra o Lott. O Nelson de Melo era o chefe da Casa Militar e era contra o Lott, que era meio intransigente. O Lott, por exemplo, foi contra a promoção do Castelo Branco a general de divisão. Ele avisou ao Juscelino. Mas o padrinho de casamento do Castelo Branco era o Negrão de Lima, que era amigo do Juscelino e o defendeu... Então, o promoveram a general de divisão. E foi o Castelo Branco que acabou cassando o Juscelino em 65.

Lembro que durante o governo Juscelino o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros – foi uma coisa muito importante. Aí que fiquei atuando mesmo politicamente... Levava muitos oficiais para assistirem cursos no ISEB, que tentava formular, e formulou, um modelo nacional desenvolvimentista. O Brasil teve um projeto. No final do ISEB, ele passou a ser muito de esquerda. Houve o predomínio do Álvaro Vieira Pinto, do Nelson Werneck Sodré etc. Na verdade, passou a ser um braço auxiliar do Partido Comunista, que tinha hegemonia intelectual na esquerda. Tinha uns núcleos mais soltos, mas os do aparelho liquidavam... Teve muita gente que sofreu uma discriminação intelectual porque não pertencia ao Partido Comunista. Discriminação em trabalho, por exemplo, em redação de jornal. A verdade tem que ser dita. Isso é bom se dizer porque ela tem que aflorar, seja contra ou a favor da gente. Havia essa discriminação. Havia, vamos dizer, um monopólio da verdade. E não era a “verdade”, tanto que a realidade mostrou isso. Mostrou que a crítica dos trotskistas ao stalinismo era verdadeira.

A realidade mostra, porque, por mais que se mascare, daqui a quinhentos, mil anos, de repente ela aparece.

Nesse período do Juscelino, nas Forças Armadas, o Lott não discriminava os de esquerda, os comunistas... É engraçado... Para nomear um comandante em Lorena, ele tirou um general de Exército, um general de brigada e um general de divisão dali. Enfrentou todo mundo e tirou. E azar! Nomeou o Henrique Cordeiro, que foi deputado pelo Partido Comunista, secretário de Segurança de Alagoas. Precisava ter muita autoridade moral e muito peito para isso! Em 52, por muito menos, caiu o Estilac Leal. Por que por muito menos? Porque permitiu publicar na *Revista do Clube Militar* aquele manifesto contra a ida do pessoal à Coreia.

Como é que o Lott nomeava pessoas tidas como comunistas no comando de unidade e não acontecia nada se, em 52, o Estilac caiu do Ministério porque permitiu o manifesto? É que o Lott era muito forte. Acho que ninguém até hoje conseguiu escrever a verdade sobre ele, sobre o papel que teve. Ele abriu a Escola de Estado-Maior do Exército para o pessoal de esquerda. O Exército é uma carreira. Primeiro, se tira a Escola Militar; depois de dois, três anos, um curso de especialização; depois de seis anos como capitão, é obrigado a tirar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, por um ano, para reciclar o conhecimento; depois, para alcançar os cargos superiores de comando, há uma seleção prévia, secreta: “Eu, Eduardo Chuay, requeiro...”.

Parecer: “Rejeitado”. E não tem que explicar por que foi rejeitado.

Pois, com o Lott como ministro, recorriam a ele, que mandava a pessoa se inscrever na Escola de Estado-Maior do Exército. Aí, todos os tidos como comunistas tiraram esse curso. Isso vigeu de 56 a 60. Durante quatro anos o pessoal de esquerda conseguiu frequentar a Escola. Ninguém pode ser general sem ter isso.

Até então, de 35 a 55, houve discriminação. Não tinha general de esquerda. Ele podia ser ganho, virar de esquerda no processo... Lembrando sempre que o componente nacionalista era mais forte que o esquerdista. Ainda é. Se vê gente de direita falando mal dos americanos. Eles participaram da repressão! A maioria desse pessoal que escreve nesses jornais militares ibero-americanos é tudo de direita: “Generais de reserva da Argentina denunciam crise nas Forças Armadas”. “Mensagem do General Manoel Antonio Noriega”.

Um que está preso, dizendo que é o único preso político da América Latina dos Estados Unidos. Eles mandam esse tipo de publicação para a minha casa! É importante que se dê a verdadeira dimensão. Não adianta alguém vir e dizer:

– Mas a conjuntura internacional é favorável.

E, naquela época, o Lott fez isso... O Juscelino brigou contra o FMI. E ele não entregou a Petrobras forçado. Não que fizesse essas coisas. Hoje, olhando no tempo e na história, acho que ele fez um monte de besteiras neste país: por exemplo, destruiu a indústria nacional nascente, prometendo instalar as montadoras internacionais. O Brasil tinha muito mais produção de autopeças, mais do que a Coreia. A Coreia tem hoje a marca nacional, o Brasil não tem. Além disso, e até como consequência, o Juscelino deu preponderância ao transporte rodoviário em detrimento do ferroviário e do marítimo. E por aí vai... Essas são as críticas que tenho. Isso é outra discussão...

Mas o Lott, dentro das Forças Armadas, permitiu o ascenso das esquerdas. O Jango, no primeiro ato de promoção, preteriu dois coronéis de esquerda e promoveu um de direita, que tinha feito um inquérito contra ele e que, em seguida, em 64, estava de novo contra ele. Fraqueza do Jango... Se fosse o Lott, não tenho dúvida de que esse General José Horácio da Cunha Garcia jamais seria promovido. Ele ia chegar para o presidente e dizer:

– Esse fez o inquérito contra você, sou contra.

O Juscelino promovia os deles, mas tinha que balancear. O primeiro general negro do Exército foi promovido pelo Lott. Então, essa figura me marcou muito. E acho que não foi dada a ela a dimensão histórica que merece. Aí é que vejo o defeito: a falta dessa interpretação do papel do indivíduo na história. A conjuntura interna, internacional, justificam qualquer coisa.

Mas a realidade, os resultados objetivos, é que o regime democrático se manteve durante quatro anos, e se deu acesso ao Estado-Maior do Exército aos oficiais tidos como comunistas, inclusive se deu comando de tropa das principais unidades do país a esses generais. Foram derrotados dois levantes para desestabilizar o presidente da República. Golpes como o de 1964, mas que não deram certo. Foram as tentativas de Aragarças e Jacareacanga. Em dias, o Lott acabou com isso. Pegou os oficiais que eram contra o presidente, contra o sistema democrático, e espalhou nesse país nas piores unidades, e não os promovia a generais. Tanto que o Golbery jamais foi general na

ativa. Comparem-no com os outros. O Estilac não se segurou numa crise de um manifesto... O Jango jamais teve um ministro confiável. Nenhum dos ministros. Não que o Jair não fosse confiável, o último ministro do Jango... Mas era um homem fraco, e, sendo assim, perdeu autoridade. Com o Lott era assim: “não mexe com ele, que é encrenca certa”. Então, ninguém mexia. Passavam até ao largo. Sabiam que vinha punição, prisão, transferência e que não tinha conversa com ele. Ele recebia os generais em pé, na posição de sentido. Já inibia aquela conversinha para dar um jeito nisso, naquilo ou em alguém...

Nessa época, servi em São Paulo, como tenente e capitão, de 55 a 57. E, no último ano, fui designado para recrutamento militar. Aí arranjei uma encrenca enorme... Eu era encenqueiro. Porque queria que dispensasse do serviço militar os filhos das pessoas ricas e botassem para servir apenas os pobres. Tinha gente que ia lá, não tinha nem identidade, e precisava da carteira para o alistamento militar, senão não arranjava trabalho. O nordestino, com dois filhos, mulher, um miserável! O médico era meio “comuna”. Eu falava:

– Doutor, esse é incapaz D.

Quer dizer, é incapaz definitivo. E pagava do bolso, tirava a identidade, e carimbava: “Incapaz D”. Esse não serve o Exército nunca mais. Já o pessoal rico, obrigava a servir. Vinha ordem do comando do Exército para dispensar as pessoas. E eu dizia para o ajudante de ordens do general:

– Só por escrito.

Ninguém escreve essas coisas... Por telefone, falavam:

– Olha, tira o filho do Sr. Cássio Muniz.

Era o homem mais rico de São Paulo.

– Filho de não sei quem...

E, quando pediam, botava para servir. Eu, tenente, arranjei um atrito com o general que não tinha tamanho! Ele não conseguia atender os amigos de jogo, de boates... Cá entre nós, eu era um criador de casos... Encenquei. Veio um general, que depois saiu, e entrou outro. Queria me prender! Falei para o ajudante de ordens, que era meu colega, o Pinheiro:

– Se me prenderem, vou denunciar tudo ao Marechal Lott.

Ele me aconselhou e me inscrevi para a Escola de Defesa Antiaérea. No fim de 57, em 58, vim para o Rio tirar esse curso. Já tinha três anos de oficial,

iria tirar um curso de especialização em defesa antiaérea, negócio de radar, de foguetes... Foi a maneira que saí de São Paulo, senão iam dar cadeia em mim. Porque encrencava! Mas eu iria pedir uma audiência ao Ministro da Guerra e dizer:

– Esse aqui pediram para não servir. Querem que eu dispense. Tudo filho de rico.

O Lott ia ficar indignado! E, como os generais o temiam, falei:

– Eu vou ao Lott!

Era assim que a turma falava! E ele tinha dia de audiência em que recebia todo mundo: civis, sargentos, oficiais... Dava audiência e ouvia um por um. Criou um comando e, ao mesmo tempo, era informado. O punido podia pedir uma audiência e falar. E ele chamava a atenção de generais do Exército iguais a ele. Não tinha essa não! Ele era linha-duríssima...

Saí de São Paulo. Eu era um solteirão. A repressão sexual na época era bem diferente. A moça fazia questão de casar virgem. Eu nunca fui dessas coisas... Mas havia o mito da virgindade, da impureza... Besteirada que ainda perdura em muitas cabeças hoje... Casei depois de 64.

Vim para o Rio, aluguei um apartamento em Copacabana, conjugado com um colega que vinha de São Paulo para a Escola de Motomecanização. Na Escola de Defesa Antiaérea, era uma época de grande agitação, no ano de 57.

Em 57, vim cursar a Escola de Defesa Antiaérea. A carreira militar recicla a pessoa permanentemente. A tecnologia, hoje, está mais na empresa privada, mas até a década de 80, 85, ia antes para as Forças Armadas, para depois chegar na atividade privada. Era assim na União Soviética, nos Estados Unidos... e no Brasil. Havia a tecnologia, que ainda não tinha chegado para a atividade empresarial. Quando tirei curso na Fundação Getúlio Vargas, fui aprender como novidade conceitos de Administração, que tinha aprendido quinze anos antes no Exército! O Exército recebia imediatamente, copiava os manuais americanos, os procedimentos administrativos eram ultra atualizados, e, na Fundação, o mundo civil assimilava depois. Essa modificação é muito importante de notar. No mundo de hoje, a tecnologia entra primeiro no mercado. As Forças Armadas estão bem defasadas, no caso brasileiro. No dos Estados Unidos não sei como é... Eles têm que fazer investimento para manter a hegemonia mundial. Na China, na França também deve ser as-

sim... Mas, no Terceiro Mundo, o que entrava primeiro era a tecnologia militar. Atualmente entra a tecnologia de mercado. Para me comunicar, tenho celular, qualquer cidadão tem. Não sei se o Exército tem um meio ágil de comunicação como o celular, que serve até na rua. Cortaram muito as verbas dos militares. Faz parte talvez dessa colonização... Essa mudança é básica.

Então, o militar era reciclado e eu vim tirar a Escola de Defesa Antiaérea. Era uma disputa acirrada porque diziam que o primeiro lugar iria para os Estados Unidos, tirar um curso intercontinental de radar e de foguetes. E fui o primeiro aluno da turma. Houve uma briga porque tentaram alterar os pesos para me tirar do primeiro lugar. A Escola se dividiu ao meio: metade dos professores ficou a meu favor e a outra metade contra. Achavam uma indignidade alterarem. O critério era que cada matéria tinha um peso diferenciado, ponderado. Não era média aritmética, mas sim ponderada. Mudaram, mas eu ainda tirava primeiro lugar. E consegui que a maioria elegeesse o Lott como patrono da turma. Ele foi lá, me deu a medalha de primeiro lugar na Escola de Defesa Antiaérea. A partir daí, fiquei muito marcado. Desde 1957 fiquei assim... Deviam pensar a meu respeito:

– Esse cara é perigoso. Pensa. Foi lá e tirou o primeiro lugar. Trouxe o Lott para ser paraninfo. Criou um problema interno. Se envolveu na luta a favor da Petrobras...

Essa luta da Petrobras foi de grande repercussão... Havia um escritor chamado Gondim da Fonseca. Ele lançou um livro que deve ter vendido, na época – o Brasil era um país rural –, uns 500 mil livros. Esse país é de uma injustiça, porque ninguém se lembra dele. Um homem culto, formado em Coimbra, numa época em que tinha que se ralar muito de estudar. E eu também dava o livro, defendendo a Petrobras, o monopólio estatal do petróleo. Ganhava e dava para os oficiais. Por isso, fui acusado de doutrinação comunista. Não tenho nada com isso! Era uma doutrina nacionalista. E a vida era mais simples. Não se perdia uma hora e meia como hoje, se deslocando de um lugar para outro. O aproveitamento do tempo era maximizado intelectualmente. E distribuí muito esse livro na Escola. Fizemos uma campanha porque o americano estava pressionando para acabar com a Petrobras, que estava crescendo.

E fui o primeiro aluno. Tentaram modificar minha nota para botarem outro no meu lugar. Aí o Capitão Suzano denunciou e vários outros capitães

denunciaram. Foi uma encrenca lá dentro! Por minha causa. E o Lott soube. E acabei ficando como primeiro aluno da turma. Ele me chamou para dar a medalha. Foi lá pessoalmente. Mas aí fiquei muito marcado, porque falava:

– Não se pode entregar o país.

Distribuía aquele livro famoso do Gondim da Fonseca, sobre o petróleo. Distribuía muito... Então, achavam que eu era do Partido Comunista! Não tinha discussão. E, tanto para civis quanto para militares, eu comprava os livros do meu bolso e distribuía para os caras aprenderem. Sempre fui doutrinador. Hoje que diminuí meu ritmo. E, por isso, fiquei muito marcado. Primeiro, porque se fosse o último da turma ninguém me dava bola! “Coitado...” No Exército é assim. Mas, como era primeiro lugar... E diziam que o primeiro lugar ia tirar um curso de foguetes nos Estados Unidos. Cortaram o curso... Não existia mais!

Um ano depois que saí da Escola, veio o Foster Dulles, secretário de Política Externa, ministro das Relações Exteriores americano. No dia em que ele desembarcou, o Lott deu a famosa declaração:

– A Petrobras é intocável.

Porque o Juscelino já estava armado para entregar a Petrobras. Ele, várias vezes, quis se livrar do Lott... não teve força para isso. O Foster Dulles veio, fracassou na missão e voltou para os Estados Unidos. Daí a campanha contra o Marechal Lott... Era uma pessoa muito marcante. Não havia como derrubá-lo. Na minha opinião, a própria esquerda o derrubou. Na época não pensava assim. Eu não sou vidente. *A posteriori* que analiso os meus erros e os dos meus companheiros...

Fui para a Fortaleza de São João e escrevi alguns livrinhos sobre política, mas com pseudônimo, pela Editora Fulgor, de São Paulo. Hoje ela tem outro nome, é do Fanelli. A família dele tem uma grande gráfica em São Paulo, hoje impressora. Era na Barra Funda. E escrevi contra o Jânio... Eu tinha escrito algumas coisas contra ele, junto com o vice-governador de São Paulo, Hilário Torloni, mostrando as declarações dele contra a Petrobras. Quando o Jânio assumiu, fui transferido para a fronteira do Brasil com o Uruguai, no Rio Grande do Sul, em Livramento, como punição. Foi a melhor fase da minha vida militar.

De lá, fui servir na Fortaleza de São João, na praia da Urca. Ali fiquei dois anos, fui promovido a capitão, transferido para uma unidade e o Jânio

ganhou a eleição. Antes, entrei pesado na campanha do Lott. A primeira campanha em que entrei.

A esquerda foi levada, conduziu para nosso candidato, o Lott. Um erro. Aquele Coronel Nemo Canabarro, um picareta, fez o Lott receber uma espada de ouro, numa “homenagem”. Nessas coisas, a pessoa precisa se acautelar. No poder, começam a cercar, homenagear... e todos nós somos vulneráveis à vaidade. É humano, intrínseco a cada ser. Não é que ele criou muitos inimigos assim... Mas foi um pouco atingido na sua austeridade militar. Receber uma espada de ouro do Nemo Canabarro, que era tenente-coronel! Ele não poderia homenagear o Ministro do Exército. É o formalismo, o ritual. Eu não pensava assim na época... Hoje é que penso.

Fui muito contestador de ritos de passagem, mas eles mantêm a pessoa, a sociedade, naquele estágio em que está... É necessário: o nascimento, a morte, o batizado... o rito faz parte do domínio, da hegemonia do estado. Só se tem condições de derrubar esses ritos se estiver para tomar o poder, senão apenas há um isolamento dos que o tentaram fazer. Não se pode derrubar um mito sem ter força para acabar com ele. Imaginem a União Soviética. Eles derrubaram vários mitos da tradição russa, mas aquilo ficou no inconsciente coletivo, ou no consciente reprimido. Traduzido no discurso, reproduziram várias coisas como se fosse com uma face diferente. O tratamento brutal que se dava a quem era contrário ao partido, nada mais era do que o que o tzar dava aos camponeses. Eu me interessei muito pela Revolução Cultural. Ela é fundamental... Precisa de uma, duas, três gerações, senão não se faz uma revolução cultural. É muita lenta... Por mais que se massacre com TV. Hoje talvez, por causa dela, seja mais fácil...

Mas o Lott, quando aceitou aquelas homenagens, enfraqueceu. Não é bem “enfraqueceu”... ele tinha o poder na mão. E a esquerda insistiu em que ele tinha que ser o presidente da República, sem que tivesse nenhuma vocação para a política, para a mentira. Ele ia e fazia o discurso dele sem negociações... Era sincero.

Por exemplo, em Recife, uma cidade ultracomunista, de tradição de lutas socialistas, ele fazia um discurso antissocialista. Aceitava as provocações:

- O que o senhor acha do comunismo?
- O comunismo está errado!

No outro dia, saía a manchete nos jornais...

Por uma coisa leve, ele dizia o que pensava. Apesar de ser anticomunista, nunca os perseguiu. Ele era religioso, católico apostólico romano. Mas foi o único ministro que deu comando a pessoas acusadas de serem comunistas. O único! Ele dizia:

– Prova que haja algum esquema.

– Não, Sr. Ministro... Fulano é comunista.

– Então, senta e escreve. O senhor não pode fazer uma acusação sem assumir.

Ele não aceitava fofoca. Por exemplo, sabia que aquele famoso Henrique Cordeiro, que esteve na Itália quando major, invadia os lugares e entregava aos *partisans*, que hasteavam a bandeira do Partido Comunista. Esse ele nomeou Secretário de Segurança de Alagoas. E o pessoal vinha dizer que ele era comunista:

– Escreva isso então.

Ninguém escrevia porque não queriam assumir o ônus da prova num regime democrático, em que se é processado por difamação...

As esquerdas forçaram a candidatura do Lott. Eu estive nisso... Achava que a candidatura dele era ideal.

Eu era socialista. Li muito livros anarquistas. Tinha uma editora que se chamava *Germinal* e, uma vez, pedi uns livros anarquistas, por curiosidade. Eu morava em São Paulo, ali perto do Pacaembu, na Av. Olímpio da Silveira, próximo ao Minhocão, um lugar até bom de morar... Um dia, batem na porta. Eu abro, era um senhor, velhinho:

– O senhor anda pedindo nossos livros? Quer dizer que o senhor é um companheiro...

Era um anarquista português já velhinho...

– Não, eu estou apenas lendo... me interessa aprender...

Nunca fui disciplinado no sentido de pertencer a uma estrutura rígida, apesar de ter pertencido ao Exército! Fui uma figura exótica lá...

Fiz a campanha do Marechal Lott. Primeiro, que pegou-se e submeteu-se ao desgaste eleitoral uma figura marcante. Tão marcante que, em 61, quando disse que era a favor da posse do Jango, muita gente – inclusive oficiais – se revelou a favor do Lott. Então, quando se tem uma figura assim, tem que se ter serenidade e não desgastá-lo. E a esquerda não percebeu isso... Eu me incluo nisso...

E o Lott perdeu. Um dos primeiros atos do novo ministro foi me transferir para Livramento, no Rio Grande do Sul. Isso foi em 1961. Fui transferido por Jânio Quadros para fora do Rio de Janeiro. Não era o Jânio... uma equipe de milicos. A direita assumiu e me mandou para a fronteira do Rio Grande do Sul. Por causa dessa minha atuação destacada desde 55. Sempre apoiei a legalidade...

Cheguei em Livramento e gostei muito de lá. Porque havia residualmente uma mentalidade militar. Na fronteira era interessante. Livramento e Rivera, do Uruguai, são uma cidade só. Muito gostoso o lugar... Pedro Alvarez, o Pedrinho, é de lá, mas o conheci em outras ocasiões.

Era a última unidade de artilharia puxada a cavalo. Os canhões eram puxados assim, por cavalos pata-larga... E cheguei com uma ficha de subversivo. Bobajada do Serviço Secreto... Mas era capitão, fui comandar uma unidade. Dentro dela, uma bateria de mais ou menos 150 homens. O comandante, acho que de sacanagem, mandou dar para mim o cavalo que ninguém montava. O sargento veio me avisar:

– Esse cavalo ninguém monta. O senhor toma cuidado... É para testar o senhor, que veio do asfalto...

– Tudo bem... Deixa o cavalo aí...

Violento!

À noite, saí para tomar chá no Uruguai. Naquele frio que fazia... e percebi que o açúcar de lá era embrulhado, aquele cristal, em cubo, torrão. Peguei um monte e enfiei no bolso. Voltei para dormir no quartel, pois ainda não tinha alugado casa. Solteirão... Cheguei e fui ver as baias. Eu era o comandante daqueles 150 homens, 140 cavalos. E fui no meu cavalo, a que dei o nome de Caliostro, uma personagem do Alexandre Dumas. Um conde que fazia alquimia, um vigarista que andou na França, mas que influenciou Paris naquela época, que fazia esoterismo... Eu lia muito... E tirei o açúcar e dei para o cavalo. Cavalo adora açúcar... é mais inteligente que cachorro. Ele comeu. Dei uns segundos... E fui dormir.

No dia seguinte, acordei de manhã, às cinco e meia, seis horas, e fui às baias. Ele me viu e já me reconheceu... aí dei outro açúcar para ele. Dois dias depois, eu abria a baía, ele ia atrás de mim e me empurrava assim, com a cabeça, me pedindo açúcar! Ele sabia o que eu estava fazendo... Três dias depois, mandei encilhar o cavalo:

– O senhor vai montar?

Todo mundo pensou:

– Esse cara vai dar um vexame...

Montei nele e ele não fez nada! Ninguém sabia como eu conseguia montar no cavalo! Lógico, que ele era inteligente... quem é que dava açúcar para ele? Ele me tratou muito bem! Eu era o amigo dele... Assim, “corrompi” o cavalo!

– Mas esse cara veio do asfalto e monta no cavalo mais bravo?!

Até botei um cavalição, um que montava muito bem, para treiná-lo. Passados uns três meses, um sargento, que era metido a montador – o apelido era até Perninha, porque a força para segurar o cavalo é na perna, não na rédea –, pediu para montar no cavalo. Respondi:

– Pode montar.

O cavalo quase destruiu o sargento do Rio Grande, acostumado a isso!

– O senhor monta! Quase me matou o cavalo! É louco.

– Mas você? Gaúcho aqui da fronteira...

O cavalo sabe quem é, sente o cheiro, aquela coisa toda...

É um episódio hilário, mas é a verdade!... Assim, ganhei um respeito...

A vida lá se desenvolvia bem. Eu era dedicado ao quartel, chegava às cinco e meia da manhã, saía às sete da noite... Talvez fosse um dos primeiros a chegar e um dos últimos a sair. Escrevi uns artigos para um jornal de lá, chamado *Plateia*. No Rio, já tinha escrito num jornal muito importante, nacionalista, chamado *Semanário*, de uma figura extraordinária, o Osvaldo Costa. Esse jornal teve vida de 50 e pouco até 64. Uma vez, escrevi um artigo para *Plateia*. Tinham matado um camponês pelas costas. Era a valentia do latifúndio. Logo num lugar daquele, no Rio Grande: todo o poder lá era latifundiário. O projeto de vida do oficial do Exército era casar com a filha do senhor de terras, e o dela era casar com um militar, porque estava garantido não passar fome. Como a vida é... Fui solteiro e voltei assim. Eu mais ou menos me marginalizava... Escrevi esse artigo dizendo que a “coragem” dos latifundiários era matar camponês. Numa cidade daquele tamanho todo mundo sabia quem era eu! Mas o coronel não se metia comigo, pois eu era bom oficial...

No quartel, ninguém gostava de correr. Eu puxava toda a tropa... botava os quatrocentos soldados, tenentes, sargentos, e ia puxando corrida,

de frente, de costas... Três, quatro, cinco, seis quilômetros. Era normal isso no Exército.

Cheguei lá, as metralhadoras não funcionavam. Ganhei um respeito porque as botava para funcionar. Mande fazer peças no Uruguai, arrumei um jeito, fiz o diabo! O armamento passou a funcionar... Então, como era bom oficial, ganhei o respeito. As melhores baias eram as minhas, cuidava dos cavalos. Solteiro... o cara que é casado é outra coisa, vai para casa... Eu aluguei uma casinha, mas tinha dia em que dormia no quartel. Três da manhã, às vezes, estava de pé, nas baias. Ganhei respeito pela minha atuação. E ainda escrevia artigos como jornalista...

Tinha dois clubes na cidade. Era tradicional no Rio Grande o chamado Clube Comercial. Era o clube do senhor de terras, do dono de lojas, do comerciário etc. E o Clube Caixeral, onde iam as caixeiras, as pessoas pobres, da classe inferior... Mas eu frequentava, coisa inédita. Capitão era categoria social alta. Frequentava o Clube Caixeral e raramente ia ao Clube Comercial. Não que não fosse: eu ia. Todo sábado tinha baile. Naquele tempo, se conheciam as pessoas num baile, dançando. Tirava a moça para dançar para conhecer, como se vê no cinema... E depois comecei a namorar uma uruguaia, muito bonita, a Graziela. As pessoas diziam:

– Ela não é virgem...

Eu não ligava para isso mas, naquele tempo, era algo grave. As moças saíam com os rapazes e faziam tudo, menos... a virgindade tinha que ser conservada. Era uma repressão violenta. Eu não estava nem aí... Tudo isso ocorria ao mesmo tempo e eles não podiam falar de mim porque eu era um excelente oficial. Minha tropa era bem treinada, sabiam que eu cumpria a missão. Tinha um procedimento para a sociedade, vamos dizer, diferenciado. Diziam:

– Vai casar com essa uruguaia que não é virgem!

Não ia casar com ninguém, mas falavam... Podia até ter casado. Se tivesse ficado por lá uns dois anos, teria me casado com ela. Mas não é isso... É o inusitado.

Quando chegou o dia 25 de agosto de 1961, eu estava lá no quartel. É o Dia do Soldado no Brasil e a data nacional do Uruguai. A gente desfilava com os cavalos, a tropa, era bonito... Fui desfilar. Quando volto, um sargento, um subtenente – é próximo de ser oficial, mas não é de carreira, de Escola Militar –, me procurou e disse:

– Capitão, nós sabemos que o senhor é a favor do Marechal Lott. O presidente Jânio Quadros renunciou...

– Liga a rádio.

Ligaram a rádio.

Reuni minha bateria, a tropa. O comandante me observando de longe... Mas sem coragem de interferir. Eles tinham medo! Eles faziam o mito de que quem era de esquerda matava o outro dormindo. Daquele negócio de que “mata dormindo”, essa besteirada que sempre falaram!... Nunca dei um tiro em ninguém... Eu abri a Constituição e li para os 160 soldados e tenentes:

– Nós vivemos uma crise nacional, mas somos a favor da ordem... “Na ausência do presidente, quem o substitui é o vice-presidente...” Esse é o nosso procedimento, essa é a lei.

Engraçado! O comandante, um coronel e um major olhando de longe! Falei com outros capitães e todos concordaram que tinha que dar posse ao vice-presidente.

O coronel e o subcomandante, à tarde, sumiram do quartel... Lógico! Pensaram: “Esse cara vai nos matar!”.

Dizem que o major falou:

– Esse cara vai fuzilar a gente!

Fuzilar nada... O Brizola se sublevou a favor da posse do vice. A primeira unidade que se sublevou no Rio Grande a favor da posse do presidente foi a Primeira Divisão de Cavalaria em Santiago do Boqueirão, comandada pelo General Oromar Osório. A segunda unidade foi a Divisão de Infantaria de Santa Maria da Boca do Monte, comandada pelo General Peri Constant Beviláqua, uma grande figura, um típico positivista, parente do Benjamim Constant. E acho que a terceira que apoiou o Jango foi a nossa unidade. Nós, os capitães que consegui convencer por lá... Era o Décimo Grupo de Artilharia a Cavalos. Em seguida, o nosso comandante geral da Divisão de Cavalaria, o Ênio da Cunha Garcia, apoiou também... Aí foi tudo caindo como um castelo, em 61.

Assim, quando estava em Livramento, o Jango tomou posse. Aí o General Américo Braga, amigo do Lott, tornou-se chefe do Departamento de Pessoal do Exército. Antes de eu ir para o Rio Grande, ele tinha me indicado para ajudante de ordens e tinha sido negado. Como agora ele era o

chefe, seu primeiro ato foi me nomear. Ele gostava muito de mim, me tinha como um filho... ele não tinha filhos. Eu até gostava de Livramento... Mas vim para o Ministério do Exército servir com ele. Era quem designava onde o pessoal ia servir. O que tinham feito comigo, agora eu fazia com os outros. Isso matou aquela gente: eu, no Ministério do Exército... ia escolher onde os que tinham me perseguido iam servir... E fiquei um tempo grande lá. Não persegui ninguém. Depois, fui para o Gabinete Militar.

Quando o Jair assumiu, me chamou para servir no gabinete do Ministro da Guerra. Eu não quis. Preferi ir para Brasília, no Gabinete Militar, onde pensava que teria mais atuação...

O Amaury Krueel viajou para fazer a conciliação com o Jango. Foi um erro do Jânio. O Brizola, que iria perturbar todo o processo do Jango, estava certo. Não certo de marchar, mas sim porque era hora do Jango botar na reserva todos os generais que eram contra ele. Mas aí entra a natureza da pessoa e de quem o cerca. O Jango devia ter chamado para ministro o Lott, mas devem ter dito:

– O senhor vai ser escravo dele...

Não ia ser escravo de ninguém.

– Ele vai mandar mais que o senhor...

Essas brigalhadas políticas. Chamou o Segadas Vianna, que é um que iria perseguir o Nelson Werneck Sodré! É triste... O Nelson tinha sido preso porque era a favor do Jango e transferido para Belém do Pará. O Segadas veio e disse:

– Não, eu não vou anular a transferência.

E o Jango aceitou...

O chefe ia fazendo concessões. Se numa relação humana, de governo, de trabalho vão se fazendo concessões, gradativamente sua posição vai se enfraquecendo. Acho que o Jango foi um grande presidente mas, no setor militar, foi muito fraco. Ele fraquejou. Essa é a minha opinião. Eu gostaria que se perguntasse aos outros que contaram sua história: se o Lott fosse ministro o que é que aconteceria? Haveria o golpe de 64? Seria fácil destituí-lo? Pergunte ao Kardec, ao Fortunato. Porque posso estar errado... Todo ser humano tem tendência a particularizar a sua visão. Mas vi governos – como o do Brizola, no Rio – que fizeram concessões nas áreas de segurança e se ferraram. Agora está pior do que quando ele governou. Mas ele deixou uma

imagem ruim. Não se pode fazer concessões em certas áreas, mesmo que ajude seu governo. Pode ajudar a curto prazo, mas prejudica a longo prazo. O Jango fez concessão ao Kruel. Podia até tê-lo deixado como Chefe da Casa Militar, mas não ter dado o Ministério. Ele estava vitorioso, por que fez concessão? O Terceiro Exército estava contra, o Primeiro e o Segundo Exércitos esfacelados... Para que ele tinha que negociar? Não. Matam-se os inimigos, depois manda-se rezar missa. É o que o Caxias fazia. Está certo ou errado?

Perguntam: o golpe de 64 podia ter sido impedido? Podia. Eu acho, falando em termos militares. Na minha opinião, sim. Outros vão dizer: não. Mas, se o Ministro da Guerra fosse o Lott, como é que seria? Eles teriam coragem? Porque eles tentaram em Jacareacanga e Aragarças. Estavam nesses golpes, mas meia dúzia se ferrou e a maioria calou a boca. O Lott mandava bombardear logo! Não é negociar, é bombardear. Ninguém poderia falar nada da pessoa dele, porque era honrado. Não entrava em negociata, exigia dele próprio autodisciplina... É muito difícil encontrar essas pessoas no processo histórico. Alguém que se cobra primeiro para depois cobrar dos outros.

A maneira de ver o mundo, a ideologia, ou seja, lá o que for, é difícil de mudar na cabeça das pessoas. Aquilo é formado na infância... Se pego preconceito contra negro, japonês, o carrego a vida inteira... Fica um estereótipo na cabeça das pessoas. Mesmo de pessoas inteligentes. Não se muda o estereótipo. É difícil! É difícil mudar depois de uma certa idade... Como é que vai se fazer paz com o indivíduo que durante quarenta anos foi contra você?

Durante o governo Jango, eles fizeram uma revolta em 62. A Revolta dos Sargentos contra o Jango. Ele que tinha dado tudo aos sargentos! Estabilidade com dez anos... Porque, depois de 35, reinou uma direitça no Exército – o Sodré pode dar detalhes. Os sargentos, de três em três anos, tinham que pedir reengajamento, reemprego. Ele podia ter 27 anos de Exército. Se um coronel ou comandante dissesse:

– Não dou.

Ele ia para a rua, sem direito nenhum. Nenhum! Ia morrer de fome... Isso era para manter o pessoal bem submisso e obediente. Não podia casar antes de cinco anos de sargento. Então, era tudo ilegal... o cara tinha filho

sem casar, às vezes era descoberto e mandado para a rua. O Lott deu o direito de casar e a estabilidade com dez anos. O Lott e o Jango. Em 62, como presidente da República, houve a primeira revolta contra ele. Quem faz? Os sargentos em Brasília. Açulados por quem? Pelo Neiva Moreira, que é vice-presidente do PDT hoje; pelo Marques da Costa Santos... Eles vão dizer que não foram eles. Eu recebia todos os relatórios secretos... O Brizola em parte açulando... Quer dizer, um governo nosso! Para ver como a esquerda era “porra louca”...

O Sodré e o Kardec sabem disso. Estou citando os que estão vivos, a maioria morreu. Do gabinete militar sobrei eu, todo mundo morreu. Por exemplo, o caso do Cabo Anselmo. Havia o chefe da Casa Militar e os subcomandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Tinha um comandante da Marinha lá, o Comandante Corsaire, uma figura inteligentíssima, excelente oficial. Ele chegou em outubro, novembro de 63, e falou:

– Está havendo um movimento na Marinha, açulado pelo Sr. Carlos Lacerda contra o presidente, feito por cabos e marinheiros. A Associação dos Cabos e Marinheiros é ligada a ele. Vão armar uma provocação... É necessário detê-los.

Não falou o nome do Cabo Anselmo. Depois surgiu esse cabo como grande líder. Eu vim ao Rio e contei ao Sodré, a todo mundo. Avisei e tentei impedir. O Kardec é testemunha disso. Mas – engraçado – no poder se subestima o inimigo. O Assis Brasil sempre vinha com aquela frase:

– Se em 61, que nós não tínhamos nada, ganhamos. Hoje, que temos comando...

Ele não entendeu que a dinâmica mudou. Os comandos não eram aqueles de quem ele falava. Pelo contrário, em 61, havia a oposição, a opinião pública, um monte de coisas... Em 64, eles tinham ganho a opinião pública da classe média contra nós. Aquela doutrinação, a Marcha da Família... Eu morava em Copacabana, saía de manhã para ir ao Palácio das Laranjeiras e via que em todas as janelas eles colocavam velas! Exorcismo contra o diabo! E sentia que os comandos não eram confiáveis porque o Ministro era fraco. No Chile, o General Prates, quando abandonou o Allende e pediu demissão, foi para impedir o golpe. Ele botou quem de Ministro? Pinochet.

A questão militar, naquele tempo, era fundamental. Hoje não sei, porque o mundo mudou muito. Mas antes tinha que ter meia dúzia de cabeças

pensando o dia inteiro na questão militar. O Assis não tinha gabarito para isso... nem disposição, nem vontade. Ele tinha sido promovido a adido militar. Um cara cujo irmão morreu na Espanha, oficial de 35, mártir pelo povo espanhol, era tido como esquerda. Ele herdou do irmão a fama sem ter nada na cabeça. Lembro que um dia ele falou:

– Não, já li Marx...

Mentira... Pelas palavras que ele falava se percebia...

O esquema militar era fundamental, e tinha que ter muito cuidado com ele. O Jango era um homem que tinha muito apreço ao esquema sindical. Era nacionalista e trabalhista, no sentido da classe operária, líder trabalhista. O Brizola não. Era um líder nacionalista. A relação dele com os sindicatos sempre foi ruim. Desde quando foi governador no Rio Grande, na década de 60. Ele tem carisma, o discurso dele é direto para a massa, não é para a organização do trabalhador. Ele ultrapassa e nem quer. O Jango não. Ele gostava de sentar e conversar com as lideranças sindicais. Tanto que ele existia em São Paulo, o Brizola não. Aquele filme, *Jango*, nasceu na minha casa. Raul Riff com o Silvio Tendler, que é boa pessoa, ótimo. Fez também *Os anos JK*. Falam muito dessa época...

Às vezes, penso: “Entre no bolo, apesar de saber o que ia acontecer”. Foi assim no caso de 64. Se perguntarem para o Werneck Sodré se alguém advertiu... Sempre adverti da derrocada que ia ter. Não tinha esquema militar nenhum! O Jango errou na escolha dos ministros. Homem bom, honesto, correto, 100%... mas errou. Eles ficaram tentando conciliar com a direita, mas em história de milico não tem conciliação: comanda-se ou não.

Eu não sentia um comando militar no governo do Jango. E o Assis Brasil, o chefe da Casa Militar, era muito fraco. Tinha que sentar e discutir:

– O que você acha dessa situação?

E não havia um comando assim, que resolvesse essa situação. Vamos examinar o quadro do Rio Grande. Eu fui várias vezes ao Assis Brasil, falar com ele.

– Ah, eu vou reunir o gabinete...

Porque consegui enfiar o Brigadeiro Teixeira e o General Crisanto com o presidente. Eu, capitão... Não pode!... O esquema todo era de reunir o gabinete. O Assis tinha horror de mim. Não sabia como me demitir e eu queria isso. Ele falava:

– Estão assustando o presidente! Não há nada! O esquema militar está cem por cento.

Eu sabia que estava fazendo água. Contando para o pessoal aqui no Rio, chegava de Brasília e me reunia com eles:

– Vai mal, vai mal...

Houve erro de avaliação... Havia um mito em torno do Assis Brasil porque o irmão dele morrera na Espanha, lutando em 36. E ele era um fanfarrão! Eu falei:

– Há um esquema aí...

– Se em 61, nós, na oposição, ganharmos, agora a gente põe eles na ponta do coxilho!

Coxilho é uma faca. Era um fanfarrão... Bebia demais! Não estava nem aí. Mandava vir a amante no avião oficial. Tudo isso...

Não é que sou vidente. Sempre tive um pouco de ceticismo. Apesar de acreditar no ser humano, de ser ingênuo, tenho um ceticismo sobre as análises que me fazem da realidade. Não sei se quero que seja de acordo com o que penso – pode ser isso também –, mas tenho ceticismo.

Eu até era muito cético em relação ao esquema militar. Isso sempre transmiti ao Sodrê, ao Kardec... E nós, em 61, tínhamos o apoio de todos. Todo mundo era a favor da posse de Jango. Era sentar e limpar. Acabar com esses generais. Os novos que se promovessem, ainda que fossem de direita, estariam ocupando o lugar dos de direita que saíram! Se quisesse pensar politicamente, se faria isso. Foi o que eles fizeram conosco em 64.

O Exército sempre teve característica pendular. O que quer dizer isso? O Exército é classe média. O que deu posse ao Getúlio em 50, o derrubou em 54; derrubou o Carlos Luz e deu posse ao Juscelino em 55; deu posse ao Jânio em 60; deu posse ao Jango em 61; e nos derrubou em 64. Tudo isso da esquerda para a direita. O que levava o Exército a isso? A classe média. Ele sempre refletiu o pensamento dela, hoje não sei... Na minha geração, o oficial era de classe média. Hoje ele está muito aviltado financeiramente. Como coronel já ia morar em Copacabana, melhorava o padrão de vida dele... Hoje o Exército está aviltado.

Mas, em 64, a classe média agia e, no Exército, tinha uns 10% para a direita, outros 10% para a esquerda – ou 5% de cada lado – e 90% era a massa inerte. Mas aqueles 5% puxavam os 90%. Pois bem. A direita foi inteligente.

Em 64, ela limpou. À parte, o estamento mais atingido em 64 não foi o operário, o estudantil, o universitário. Foi o militar. Milhares de sargentos, cabos, oficiais, generais foram atingidos... Em 68, se estivéssemos dentro das Forças Armadas, voltaria a democracia. Aquela Marcha dos Cem Mil... não tinha quem tocasse isso nas Forças Armadas. Essa é uma teoria minha. O Silvio Tendler queria botar isso no filme dele. Eu ainda não tinha certeza, hoje tenho. Se o Jango tivesse feito essa limpeza em 61... ele vacilou muito. Cometeu o erro de nomear como ministro o Segadas Vianna e os outros que estão aí, ditos, que comentei com o Darcy Ribeiro uma vez.

Eu vim para Brasília num cargo importantíssimo. Falei com o general... e trouxe o Kardec, que estava lá em Mato Grosso, para o Rio de Janeiro. Porque eles também isolavam a gente. Mandavam, por exemplo, para Cucuí, lá na fronteira do Amazonas; mandavam para las Palomas, das Pombas, essas fronteiras de Mato Grosso. Não era como hoje em que se vai até Mato Grosso. Ia-se de barco, às vezes! Corumbá, Cáceres... Lugares totalmente isolados. Podia doutrinar dez: ia fazer o quê lá em Cáceres? O importante era estar em Porto Alegre, São Paulo, Santa Maria, os grandes núcleos militares. Eles sabiam quem nós éramos e mandavam para longe. Eu trouxe o nosso pessoal. Falava com o general e ele me atendia em tudo...

Eu tive grandes cargos no Exército, até pela carreira rápida que tive. Entrei em 50, fui cassado em 64. E tem aí os anos de estudo. Fiquei muito conhecido no Exército. Era uma marca. A “marca do comunismo”, mas era uma marca... Porque o Exército, as Forças Armadas, valorizam muito o futuro oficial pelo desempenho dele na Escola Militar. Se é muito bom aluno, tira notas boas, se destaca, tem grandes facilidades na carreira. A classificação da Escola Militar – primeiro, segundo, terceiro aluno – numa turma de 200, 250, é muito importante e se carrega para o resto da vida. Sempre é um referencial. Acho que isso é herança inclusive do positivismo. Existe em todos os Exércitos do mundo. O primeiro aluno de West Point... é muito importante. E para o resto da vida aquilo é um referencial para o oficial. Não interessa que ele tenha sido um CDF, não seja nem inteligente, se dedicou integralmente àquilo, apenas seja bom de matemática, que era a base do ensino militar. Hoje não deve ser mais... Mas aquilo vai marcar para sempre. Sempre vão dizer:

– Fulano era bom aluno. Ganhou medalha de aplicação em estudo...

Eu fui beneficiado por isso.

Fiquei marcado desde a Escola Militar porque sempre disse que o rei estava nu. É um erro da minha formação. Sou muito crítico das coisas... Por exemplo, fui amigo do Jango, mas acho que ele, militarmente, foi um fracasso. A Aeronáutica seguiu o Juscelino, porque ele botou o Brigadeiro Teixeira e não teve problema. Mas o Jango teve problemas no Exército porque não foi fundo. Foi um chefe fraco.

Em 64, 63, quando chegava ao Sodré, ao Kardec, eu dizia:

– Isso vai cair... O Assis Brasil é isso, aquilo...

Eles não acreditavam. Porque eu não tinha aquele formalismo, por exemplo, do próprio Partido Comunista. Aquele negócio de ter cinco reu-nidos e um dizer:

– Olha... o companheiro está em desacordo...

Eu não! Tinham que me ganhar na inteligência. Se mostrarem para mim que estou errado e provarem, eu aceito. Do contrário, não. Até Deus pode sentar aqui e discutir comigo... Quantas vezes discuti com o Darcy! O Darcy Ribeiro. Ele falava muita coisa certa, mas outras tantas eram alucinadas... Grande e magnífica figura! Mas, para me convencerem, falarem onde está a verdade... Podem me levar na conversa em negócios, me enganarem, usarem da minha boa-fé... tudo isso é fácil. Mas, na parte intelectual, não me levam tão fácil assim. Tem que me provar. Sempre gostei de debate, da contestação, do sofisma... é da minha natureza. É difícil uma pessoa assim ser muito disciplinada. Porque para ser disciplinado tem que ter crença. Acreditar naqueles valores:

– Ouça, você tem que pensar assim. Não pode proceder de outra forma...

Há padrões de comportamento social, profissional etc. Sou meio anarquista em senso, meio marginal ao processo... Sempre fui. Apesar de ter me destacado no Exército. Se não houvesse a perseguição, poderia ter chegado até a general na ativa, o que é uma coisa rara. Podiam me bloquear ideologicamente, de outra maneira não... Fui sempre marginal.

Sobre o Assis Brasil, fui um dos poucos a perceber que ele ia na derrocada. O Jango não tinha esquema militar, e nisso eu insistia sempre. O primeiro a ser punido foi o Nelson Werneck Sodré. É inacreditável. Aí levaram o Lott à derrota e o enfraqueceram... Não que ele tivesse o respeito de 90%. Tinha de 60%. O episódio da espada de ouro e o da eleição. Erros nossos.

Por sinal, foi uma sucessão de erros. Se não tivéssemos errado, estávamos no poder. Pode ser isso, não sei...

Agora, a esquerda sempre cometeu um erro: foi acrítica em relação à União Soviética. Tirando os trotskistas, que sempre acusaram, a esquerda justificava todos os lances da União Soviética. Lembro quando o Gorbatchov assumiu. No dia seguinte, o Prestes era a favor dele! O discurso era outro... Não se abre uma economia, não se desestrutura algo assim. Gradativamente, se vai dando uns passos... Não se pode acusar a esquerda italiana, que sempre foi crítica em relação ao Partido Comunista soviético, nunca aceitou hegemonia... Mas a direita acusava a esquerda brasileira porque – tirando os trotskistas, que eram uma microminoria – tudo o que viesse era aceito acriticamente. Os fins justificam os meios.

A política do Jango no setor militar era muito fraca. No Exército. Não estou dizendo na Marinha e na Aeronáutica. Aí o General Américo Braga, meu chefe no Departamento Pessoal, até tomou providências. Quando vinha aquela listagem, ele dizia:

– Veja aí...

Eu era capitão. Não tem isso no Exército. Tem a hierarquia, general de Exército, de Divisão, de Brigada... Mas eu tinha muita força e isso dava raiva nas pessoas. Então, o general completou seu tempo como do Exército e passou para a reserva. Tenho muita gratidão por ele... me queria como a um filho.

Fui para a artilharia de costa e, em seguida, o General Jair assumiu o Ministério e o Assis Brasil o Gabinete Militar. Fui convidado para servir no Gabinete. Ele era fraco... não era um chefe militar. O pessoal da esquerda – o Sodré, o Kardec – articulou para eu ir servir lá no Gabinete da Presidência da República. Eu não conhecia o Assis Brasil e pouca gente também. Tinha um mito, aquela história da esquerda...

Na primeira semana, ele tomou um porre! Chamou a mim e a outros oficiais e falou um monte de besteiras... Eu era a favor que o chefe da Casa Militar fosse o General Crisanto Miranda Figueiredo, que ainda está vivo. Ele era um homem da metrópole... Naquele tempo, era muito importante ser da “corte”. Assim chamavam o Rio de Janeiro, porque era de onde saíam as promoções. O Ministério, que era mais importante, era aqui, apesar de Brasília. O ministro do Exército tinha um gabinete lá e outro aqui, e ficava

mais aqui do que em Brasília... Era diferente. O Crisanto conhecia o Exército. O Assis não conhecia nada! Não queria saber de nada! Tinha arranjado uma amante, uma garotinha... A esposa dele era meio doente, coitada... E aquilo que o incomodava era secundário. Levávamos os problemas a ele, que respondia:

– Vocês estão assustando o presidente!

Ele não gostava de mim, mas me engoliu. Porque eu criticava... Não é que não gostasse dele, não tinha nada pessoal... Apenas achava que ele era um homem fraco e sentia que não ia dar certo...

O Nelson Werneck e o Kardec apoiaram o Jango, tentaram resistir ao golpe de 64. O primeiro era o maior referencial intelectual da esquerda e foi perseguido pelo Denys porque resistiu ao golpe.

Para mim, o Krueel, que foi receber o Jango no Uruguai, já foi lá com uma missão. Era general de divisão, aquela história... Vejam que, ao contrário do Juscelino – o Nelson de Melo era o chefe do Gabinete Militar dele –, ele era totalmente contra a gente. E o Ministro influencia o presidente na questão militar, muda comandos. Tem que se ter um chefe de Casa Militar hábil. E talvez o grupamento de esquerda reivindicasse no Exército mais do que a força dele representasse. Isso é comum... qualquer agrupamento político, às vezes, reivindica mais.

Se o Jango nomeasse o Lott... Sempre penso nessa coisa do Plekanov: o indivíduo é mais importante na história do que o que o pensamento marxista atribui. Acho muito mais importante. Por exemplo, se o Andropov não morresse, não caía a União Soviética como caiu. Se o Gorbatchov fosse um governante forte e soubesse tomar medidas de abertura, que eram necessárias para ampliar a economia de mercado, ele não cairia. A pessoa é fundamental... Quando era deputado e perdi duas pessoas na minha estrutura – o Paulinho, que morreu de AIDS, uma ótima cabeça, e o meu motorista, que conhecia tudo –, me desestruturei politicamente. Ninguém é insubstituível... mas o rendimento não é igual. Saindo ou entrando outro no lugar, não é igual...

Essa questão militar é fundamental, porque não se vira líder de um dia para outro. Tem uma trajetórias, uma série de qualidades: ser bom aluno, bom tenente, bom capitão, bom aluno do Estado-Maior, bom estrategista, bom comandante, disciplinado... Talvez a força armada seja a verdadeira mulher de César. Precisa até aparentar muito...

Lembro que tinha um oficial da minha turma que a filha dele não procedia direito. É problema dele, não é? Pediram para passá-lo para a reserva... É o preconceito. Teve um outro, que era subcomandante, que casou com uma moça que era prostituta. Gostou, casou... Nunca levou a mulher dele a uma solenidade ou festa. Ele mesmo discriminava... Nunca saiu de lá também. Morreu oficial de fronteira, nunca teve aspiração de tirar um curso a mais... Tirou o que era obrigatório: Escola de Aperfeiçoamento como capitão. Estou dizendo o que era naquela época. A rigidez do comportamento militar era muito forte. A cobrança era muito forte. Tinha que ser honesto, ter uma família equilibrada, se comportar. E é lógico que isso iria se refletir no ministro.

O Costa e Silva, que chegou a presidência da República, era um desmoralizado... Aí já era uma época de deterioração dos valores do Exército. O Castelo Branco era um gorila, nunca gostei dele, não tinha muito caráter, eu acho. Mas tinha formado junto à direita um conceito: oficial estudioso, do Estado-Maior, correto, casou com uma mineira cujo padrinho de casamento era o Negrão de Lima. Para a direita, ele simbolizava alguma coisa. O que não simbolizou o Médici nem o Costa e Silva. Já o Geisel, sim.

Os irmãos Geisel, o Orlando e o Ernesto, “sabiam atirar”. Faziam tabela de tiro de artilharia. Uma besteira... Um negócio cretino! Depois inventaram um livrinho no Exército que tinha todas as tabelas. Cálculo de matemática, geometria... Mas, como eles sabiam fazer alguma coisa, criaram aquele mito. O Geisel era muito alemão, com aquela rigidez. E, por isso, foi muito respeitado. Tanto que teve um ministro que queria dar o golpe, e ele o destituiu. Ele comandou. Num regime ditatorial, claro. Não foi como o Lott, que comandou num regime democrático, o que é mais complexo. Sendo uma pessoa forte, se segura o rojão. Num regime democrático, se tem uma respeitabilidade maior. É bem mais complexo conciliar as minorias, aquele jogo de poder. Já num regime autoritário: “a maioria é essa, está comigo, o poder é esse, vou governar assim, e acabou”. Não tem conversa com ninguém. E no Exército isso é ofício. Quero que compreendam como é a cabeça dos milicos...

Lembro que, uma vez, o General Crisanto perguntou:

- Você está fazendo corretamente o imposto de renda, Chuay?
- Sim, senhor coronel.

– Presta atenção. O nosso tem que ser melhor que o deles porque todo o nosso procedimento é vigiado.

Ele era um cara de esquerda, totalmente vigiado.

Nunca soneguei imposto de renda. A gente procurou sempre ser o máximo de legal no procedimento, porque tinha que dar o exemplo. Nós éramos criticados:

– Fulano é comuna, é de esquerda.

Respondíamos:

– Mas o senhor é ladrão.

Eram desonestos, sonegavam impostos. E o comportamento moral é cobrado.

O machismo no Exército é outro aspecto. Eles até vangloriavam o solteiro que tivesse dez mulheres. Mas não podia ter mulher de milico que não procedesse direito. O machismo da época, imaginem... Em 62. A primeira vez que apareceu o biquíni de duas peças em Copacabana foi em 58! Era uma calça e um sutiã grandes, não era pequeno...

O problema ético sempre foi muito importante nas Forças Armadas. Ser honesto, ser correto... Não quer dizer que todos seguissem. Ia da predisposição de assimilação de cada personalidade. Eu me considero geralmente ingênuo. Não no sentido de que sou um bobo, mas sim porque acredito nas coisas. Pelo menos acreditava que o homem tem uma saída, uma solução... Vamos dizer, um homem rousseauiano, estruturalmente bom... Hoje, na minha idade, não acho mais isso... Acho que o homem é o maior predador dos animais. Falar:

– Fulano é um ser humano.

É depreciativo. Porque geralmente se usa o inverso:

– Esse indivíduo é um animal!

Animal... não há nem comparação entre o que o homem e o animal são capazes de fazer...

Mas, naquela época, eu acreditava totalmente na humanidade. Fui ingênuo durante sessenta anos da minha vida, acreditando que o homem é bom, que o discurso deve corresponder à prática. Na verdade, há uma distanciação muito grande entre o discurso e a prática do ser humano. Na minha existência, encontrei muito pouca gente honrada. Honrada, na plenitude do termo. Não é que não tenha pequenos defeitos. Mas um indivíduo que pactua sua

vida... Como o Edmundo Muniz, que era um pensador socialista; o Luiz Maranhão, que foi assassinado pela ditadura; o Nelson Werneck Sodré, que teve uma vida pautada por aqueles ideais... Poucas pessoas têm essa capacidade. Elas têm essa capacidade até onde não têm outras oportunidades.

Na minha opinião faltou essa figura de liderança e de elevado comportamento moral. Teve um que começou a sobressair, mas ainda não era general: o Ladário Pereira Teles, que foi comandar o Terceiro Exército. Ele não era um Lott, mas tinha algumas credenciais para ser ministro. Era durão. E o pessoal temia. Teme... Conversava, dava uma explicação, mas sempre colocava uma autoridade entre ele e você. Normal, isso é da cultura da humanidade... Tanto que ele assumiu o Terceiro Exército em março de 64, um mês antes do golpe. Não deu tempo de montar uma estrutura. Mas, assim mesmo, quando o Jango chegou lá, reuniram-se e ele disse:

– Presidente, se o senhor quiser que resista, é difícil, nós temos probabilidades pequenas, mas eu resisto.

Era assim. Esse é um general. A maioria fica em cima do muro para ver que lado vai dar. Então, essas pessoas são fundamentais na história. E, naquela época, faltavam algumas delas. Faltava um ministro.

Eu recebia muita informação de que o nosso pessoal já estava sendo perseguido. Ia para o Palácio, ficava lá atendendo pessoas... Consegui impedir a promoção General Orlando Geisel. Enchi o saco do General Assis Brasil. Ele ia ser promovido a general de brigada para divisão, no dia 25 de dezembro. Mas ele era inimigo. Por que iriam promover inimigo? Deixasse ele ir para casa, ir embora para a reserva. Na reserva, no dia seguinte, ele estaria lá na fila do Ministério. Haveria uma perda súbita de poder. Não é como um da ativa... É como ser deputado hoje e amanhã não ser mais. A maioria que esteve ali atrás de mim, 90%, era por interesse material, não ideológico. Sempre tem uma perda de poder muito grande. E com o milico é a mesma coisa. Então, deixassem ir para a reserva. E ele estava como primeiro da lista para ser promovido. Fizemos tamanha onda que não promoveram.

Mas, no dia 23 de março de 64, sete dias antes do golpe, ele foi no Palácio. Eu o recebi e levei ao General Assis Brasil, que o levou ao presidente. Ele jurou fidelidade. Ele o promoveu. Se o Ministro fosse o General Lott, ele diria:

– Não promove.

Não é que ele fosse descumprir. Tanto que ele tentou bloquear em 58 a promoção do Castelo Branco a general de divisão e não conseguiu. Mas o Castelo tinha o Negrão de Lima como padrinho e, naquela postura do Juscelino, que era dúvida, o promoveram. Depois, o Juscelino pagou o erro que cometeu: foi cassado por ele.

Eu cometi erros também. Avaliar mal as pessoas que vão trair, complicar a vida ali adiante... Acho que a qualidade fundamental do político – por isso o Brizola é um líder, mas não um político – é saber “ler” as outras pessoas. Sacar... Também não sei fazer isso... Saber “usar” adequadamente, o termo é esse. A gente sentia que isso não existia. Faltou isso no setor militar.

Quando chegou 64, foi aquele desmoronamento. Não tinha problema na Aeronáutica, mas tinha na Marinha e, fundamentalmente, no Exército. Infelizmente, o Brigadeiro Teixeira não está vivo, mas o Sodré pode falar o que isso significava. Houve defecção mínima na Aeronáutica, entre todos os comandos... No Exército, houve várias. Lógico! O Jair nomeou comandante da principal unidade da Vila Militar, do Regimento Escola de Infantaria, um coronel que era contra nós, dizendo:

– Não, mas é meu amigo!

Nesse negócio, não tem amigo. Sempre entrei pelo cano porque fazia negócio com amigo. Tem que escrever o que eu e ele vamos ganhar, qual é o limite, botar no papel. O Jair nomeava muito comando por amizade... Mas eles estavam doutrinados contra o Jango, numa linha anticomunista, diziam que o Brasil iria se comunizar... Tem gente correta, como aquele Coronel Graef, que denunciou aquele episódio do Riocentro. Um homem honradíssimo, honestíssimo, que não se soube ganhar.

Eu pregava a doutrinação dos oficiais. O presidente era muito simpático, ouvia os coronéis, ele fazia isso. Mas quem tinha que ouvir era o Chefe da Casa Militar. Faltou essa habilidade política de ganhar os oficiais... O Assis Brasil era inexistente. Um chefe da Casa Militar inexistente.

Nós começamos a errar... Lembro da eleição no Clube Militar. Até 62, ela era sintomática. O Getúlio, para tomar posse, ganhou o Clube Militar. O Estilac ganhou a presidência. O golpe contra o Getúlio foi a perda do Clube para o Etchegoyen. Foi ali que armaram o golpe... O Clube teve significação histórica muito grande. Em 60, 61, ganhamos, com o General Justino Alves Bastos. Em 62, 63, perdemos para o General Magessi. Uma

bobalhada... Aí começou também a derrocada. O Deodoro, quando presidente do Clube Militar, pediu o fim da escravidão. O Imperador o mandou para Mato Grosso! É! Hoje, o General Ibiapina, um gorila daqueles, assina um manifesto contra o Fernando Henrique. Isso é coisa de maluco... Esse foi o mesmo que botou uma corda no pescoço do Gregório Bezerra, aquele famoso comunista, e o arrastou nas ruas de Pernambuco. Agora está dizendo que estão entregando o país, está defendendo até a China. É um louco. Mas o Clube Militar não tem mais aquele peso. Houve um deslocamento do eixo de poder do setor militar para o setor financeiro.

O que está acontecendo hoje no país, greve de PM toda hora, isso acabou com a autoridade. O país vive uma agitação muito crítica. É que hoje a intervenção dos militares é mais difícil. Primeiro, desagregaram as Forças Armadas propositalmente; segundo, os Estados Unidos são muito poderosos, não vão dar aval para isso. Vão criar algum caso. É ou não? Mas o poder hoje no país está desagregado. E ninguém manda em nada. O Fernando Henrique não manda em nada! Os governadores são uma ladroagem geral... os prefeitos, o presidente da República...

O Clube Militar tinha significação. Lembro que, uma vez, os milicos queriam aumento. Foi convocada uma assembleia, todo mundo fardado, no Sindicato dos Marítimos! Misturaram as reivindicações... Perdiam... Quem protestou, na época, foram duas pessoas. Um deles foi o Coronel Joaquim Inácio Cardoso – que já morreu de câncer –, primo-irmão do Fernando Henrique, que dizia que ele não era o que algumas pessoas pensavam. Sempre meteu o pau nele. O outro fui eu, como capitão. Não era preconceito de classe! Mas o discurso da esquerda, de união, chamavam de Potemkin, aquela revolta russa... A alimentação do caso dos sargentos por esse Sargento Garcia, que se elegeu deputado em 60. Um desastre! Eles achavam que um sargento podia ser o presidente da República. Fizeram a revolta dos sargentos contra o Jango, porque o Supremo negou posse e diplomação a alguns deles. Então, eles se rebelaram. Foi uma época de muita loucura e, inclusive, de falta de autoridade do pessoal mais progressista do Exército em relação a isso... E me condenavam por criticar isso... Alguns sargentos me odiavam. Eu era a favor de enquadrar, achava que o negócio era a disciplina. Estou falando no tempo passado porque mudou muito... Está muito deteriorado profissionalmente, tem pouca expressão política. Não se comanda os outros

se não se consegue disciplina... Eles deixavam meio soltos, não criticavam porque iam achar que eram de direita...

Sabem aquele “carimbo” de quando se vai lá e dá uma opinião diferente? Se alguém falar amanhã no PT que o Lula não pode ser candidato, dirão que é de direita porque discrimina operário! O chavão destrói o argumento, e aí é muito mais fácil raciocinar com uma palavra de ordem do que pensar. Pensar cansa...

Por exemplo, o PT. Estava conversando muito com o Milton Temer, que é meu amigo. Foi milico também, da Marinha.

– Milton, o Lula não ganha.

Não interessa se estou falando a partir de um estereótipo meu ou da população. Ele não dá confiança de que vai conseguir administrar. Talvez a cabeça da gente seja de uma classe social, o que atinge a própria classe operária, que acha que o Lula não tem capacidade de dirigir o país. Acha que o patrão, que é inimigo dele, tem. Mas o Lula não tem. Eu acho isso. Acho que a Benedita seria um desastre como governadora aqui no Rio. Essa eu conheço. Ela não vai conseguir... Já fui secretário, governador interino, então conheço a complexidade da máquina. Evidentemente, como o indivíduo da classe dominante foi treinado para processos decisórios, para estar no poder, é muito mais fácil para ele se adaptar do que uma pessoa que saiu da favela e que o máximo que dirigiu foi uma associação de moradores, reivindicando água, luz... Muito justo, muito bonita a luta. Mas a realidade da administração mais complexa – indústria, empresa... – não é fácil. Muita gente insiste... O próprio Brizola quer o Lula para candidato a presidente. Eu não aceito... Não quero. Claro que, colocado entre ele e o Fernando Henrique, votarei no Lula. Mas ele não ganha a eleição. E a esquerda não percebeu isso...

Vocês não viveram aquela loucura! Era isso! Cada dia uma agitação, uma crise... Como existe até no governo do Fernando Henrique, mas a mídia faz parecer que está tudo calmo. Mostram o caos e, em seguida, uma mulher em Paris desfilando com os seios à mostra... Banalizam a informação. Não se faz a digestão. Como aquele pássaro, o Tucano, que não tem intestino. Ironicamente parece que é ele: o que entra, sai. Então, não temos tempo de digerir, analisar. É muita informação... Leio três, quatro jornais, depois fico me perguntando onde li tal informação. Se não pegar na hora e riscar, depois não acho mais... Naquela balbúrdia, tinha isso também.

E prestem atenção: esse movimento dos sargentos causou tão mal ao Exército que foi o maior fato para os oficiais se rebelarem. Os oficiais neutros, aqueles 80%, se rebelaram contra o Jango. Porque tinham medo de perder a patente, dos sargentos mandarem no Exército...

Lembro que naquele último comício do Jango no Automóvel Clube, em que até o Cabo Anselmo tomou a palavra, fiquei falando com o Kardec para impedir que o presidente fosse. E levo a fama de ter feito aquilo! Lutei até o último momento para que não fosse assim... O Kardec não podia fazer nada, tinha uma função burocrática, pequena, era muito trabalhador. Conversei com ele no dia:

– Esse negócio, essa manifestação dos sargentos, vai atrapalhar o presidente.

Porque dava a seguinte impressão:

– O presidente vai governar com os sargentos. Nós, os oficiais, que nos formamos, estudamos, somos a classe média, não temos vez. Ele vai nos cassar a patente...

Houve uma sucessão de erros militares.

Fui contra o Cabo Anselmo. Acho importante registrar a opinião do Kardec e do Sodré. A maioria já morreu. Lutei contra ele e tentei impedir aquele último comício do Jango com os sargentos, e levo fama de ter organizado essas coisas! Aquilo era um suicídio. Só acho ruim de não ter sido mais radical. Nisso errei... É que o momento também não deixou.

Lembro que houve uma reunião no Palácio quando ocorreu a revolta dos sargentos. Estavam o Coronel Pinto Guedes, o Raul Riff, uma grande figura. Nem o Assis estava ali. Estava com a amante dele, em Porto Alegre. A maior crise aqui e ele lá. Eu falei:

– Se fosse eu, acabava a bala. Fechava a revolta dos marinheiros a bala. Em seguida, iria ao Clube Naval, onde os oficiais estavam reunidos, e fechava também a bala.

Só não ia atirar nos marinheiros, que eram a favor da gente, dominados ali pelos provocadores. Mostrava equidade e disciplina. Se fizesse isso, acabava. O presidente restaurava a disciplina. Esse foi um fator fundamental. Sei que a CIA agiu, que o americano deu dinheiro. Estava aí o IPES, um instituto que financiava o golpe, como os banqueiros de hoje...

Essa provocação jogava cada vez mais os oficiais para a ruptura institucional. Não tenho mais dúvidas disso hoje, passados 30, quase 40 anos.

Tenho, claro... Nós levamos a oficialidade à ruptura institucional. A mesma que em 61 defendeu a Constituição, três anos depois rasgou-a. Assis Brasil nunca entendeu. Burro, não comandava nada, falava militarmente sem comandar coisa nenhuma:

– Se eles vierem, enfrentamos com a ponta do coxilho!

Quería puxar a faca e enfrentar... um merda – desculpem a expressão –, um bobo! Não comandava, não sabia de nada e considerou o quadro estático entre 62 e 64. Não. No setor militar, essas coisas que conto nesse documento:

O governo JK teve sua estabilidade política-militar mantida, fundamentalmente, pela autoridade e pela ação de comando exercida pelo Ministro Lott.

Golpes militares exaustivamente planejados pela direita udenogolpista resultaram em fiascos e traições como Aragarças e Jacareacanga.

A maioria dos oficiais de direita foram exilados para as regiões mais distantes do país exercendo funções inexpressivas e burocráticas e a eles foi negado o acesso ao Generalato.

A própria promoção de Castelo Branco de General de Brigada a General de Divisão encontrou forte oposição de Lott e só se consubstanciou por pressão de JK (Negrão de Lima).

Já o governo de Jango, desde seu início, caracterizou-se pela fraqueza de comando e pelo avanço lento e progressista da Direita Militar, particularmente no Exército.

A nomeação de Kruehl para a Casa Militar, e de Segadas Viana para o Ministério do Exército, já nos primeiros momentos pós 25/08/61, mostraria a assertiva feita no parágrafo anterior.

O Coronel Nelson Werneck Sodré, que havia sido transferido para Belém, no mês do Golpe, por ousar resistir ao mesmo, pelo Ministro Denys, solicitava a anulação do ato que caracterizava uma punição que lhe fora imposta pelos golpistas.

Apesar do empenho do Presidente, a punição imposta àquele que defendera a posse do Presidente e a legalidade foi mantida. O Coronel Sodré então pediu e foi transferido para a reserva, deixando o serviço ativo.

Para mim foi o marco inicial que daria alerta aos Golpistas para reiniciarem sua conspiração, sem consequências maiores, pois a fragilidade do Presidente neste ato ficara demonstrada.

É bom lembrar que o Ministro Lott, quando quis e nomeou um coronel havido como comunista, para um comando no Vale do Paraíba, encontrou a oposição de um General de Brigada, um General de Divisão e um General do Exército (GMT II Exército) e os demitiu.

Ao chegar a 25 de março de 62, haveria uma vaga de General de Brigada, e este seria o ato que o Presidente poderia se redimir da falha com o Coronel Sodré. Havia três candidatos, e qualquer um poderia ser promovido. Eram o General Horácio da Cunha Garcia, que fizera o inquérito do Pinho contra Jango (1955), o Coronel Tácito Lívio Reis de Freitas, o comandante nomeado por Lott para o Vale do Paraíba e Vice-Presidente do Clube Militar na gestão Estilac, e o Cel. Moura e Cunha, ex-chefe do Serviço Secreto do Estilac.

Para pasmo de todos os militares que apoiaram o Jango, este promoveu o único que não poderia ser promovido e que estaria na linha de frente contra nós em 64, o José Horácio da Cunha Garcia.

Dois grandes aliados passaram então para a reserva, o Cel. Tácito e o Cel. Moura e Cunha.

O General Olímpio Mourão é promovido, na mesma ocasião, a General de Divisão.

Não havia mais dúvidas. A partir de agora estava liberada a conspiração. E só haviam passados sete meses da posse.

Não se deve nestes atos subestimar a ação do Kruel inconfiável, ambicioso e corrupto. Mas Camões deve ser citado nesta hora, “O fraco chefe faz a gente forte fraca”.

É bom lembrar que JK, na Aeronáutica, enfrentando todas as reações possíveis, promoveu a brigadeiro o Cel. Francisco Teixeira, o que equivaleria a promover o Cel. Sodré, Tácito ou Moura Cunha a generais.

Havendo queda de gabinete, o regime era parlamentarista, o General Segadas Vianna foi substituído no Ministério pelo General Nelson de Mello, um conservador reacionário, ex-chefe da Casa Militar de JK, mas que fora contido pela ação de Lott, a quem tentara por várias vezes desestabilizar. A política de direita continuava a progredir no Exército. Kruel, que permaneceria na Casa Militar até setembro de 62, quando substituiria Nelson de Mello, continuava seu jogo, açulando o presidente para um golpe do qual na realidade sonhara ser seu condestável ou, talvez, beneficiário.

Neste ínterim, açulados por setores de “esquerda”, os sargentos iniciaram uma revolta em Brasília contra a decisão do STF em relação à eleição de praças para cargos eletivos.

Os sargentos, que haviam conseguido conquistar todas as suas reivindicações de décadas de luta no governo JK-Jango, e que haviam se tornado força considerável no movimento de agosto de 61, começavam a ser manipulados por ambiciosos e aventureiros. A oficialidade começava a temer a subversão hierárquica e a ameaça ao seu futuro e ao da instituição. A ambição, a incompetência e o jogo da direita em dividir o movimento dos sargentos começavam a aflorar.

Estas e outras indisciplinas e a atuação político-partidária de alguns sargentos chegando ao absurdo, alimentado pela imprensa conservadora, de tornar um sargento presidente da República e, posteriormente, a revolta dos marinheiros, gerou uma consciência na maioria da oficialidade de que se queria se subverter totalmente a instituição ou aniquilá-la.

O Sargento-Deputado Garcia era uma dessas figuras mediócras que subiam a tribuna para atacar Jango e os generais. Aos marinheiros projetava-se o clássico “Potemkin” e por aí ia-se.

Nelson de Mello sai do Ministério, a esta altura inimigo declarado de Jango, e o substitui o General Kruel. Vai para Casa Militar o General Albino, o que era um avanço na época. Este leva consigo pela primeira vez oficiais leais a Jango para a Casa Militar.

A 25 de julho de 62, Castello Branco é promovido a General de Exército e designado para comandar o IV Exército (Recife).

O General Assis Brasil, que fora Chefe da Casa Militar em meados de 63, substituindo o General Albino, era um oficial provinciano, servira sempre no Rio Grande do Sul, fanfarrão e dado a libações alcoólicas.

Nada do que acontecia lhe interessava. Abúlico em relação à situação político-militar minimizava, quando não bloqueava, os relatórios do Conselho de Segurança que alertavam constantemente sobre a conspiração, compra de armas, ações estrangeiras no país.

Em novembro de 63 foi alertado pelo Cel. Corseiul, brilhante oficial de Marinha, subchefe de gabinete, que pessoas ligadas ao Governador Lacerda preparavam agitações na Associação dos Marinheiros. Não tomou nenhuma providência e nem levou em conta a denúncia. Este era seu procedimento normal.

Deterioraram no Exército e nas Forças Armadas a disciplina e a hierarquia. Isso não pode ser tocado. Assim como dentro de uma família temos valores intocados, um padrão. As Forças Armadas são muito sensíveis aos seus padrões. Como é que um vai atacar outro numa guerra se não houver disciplina, obediência? Não vai! É o instinto de sobrevivência. O homem é disciplinado para isso. A ordem unida é para condicionar a cumprir ordens. Não se raciocina. É a primeira coisa que se dá no quartel, quando o soldado entra. Condicionar à obediência. O Exército é freudiano, skinneriano... O instinto de sobrevivência. Veja a guerra de 14 a 18. O cara, atirando, avança! Prima pela irracionalidade? Não sei... É a estrutura. E nós ameaçávamos violentar isso por falta de autoridade. Se houvesse um chefe da Casa Militar que dissesse:

– Não aceito.

Ou:

– Sr. presidente, isto está o levando à derrocada. Vamos agir com mais prudência.

Eu achava que tinha a possibilidade de fazermos as Reformas de Base. Aí é que está: qual é a habilidade da política? É convencer... Pelo menos para a classe dominante:

– Melhor fazer isso, senão vão perder tudo. Melhor perder os anéis do que os dedos...

E vai se avançando devagar. É a política tradicional. Ou se faz uma revolução, fuzila vinte mil e faz uma reforma estrutural. Houve a Revolução Francesa, a Revolução Russa... Não é assim que se elimina, por fuzilamento ou guilhotina, uma oposição. O Napoleão, por exemplo, restaurou muita coisa que a Revolução Francesa tinha avançado. O Robespierre era íntegro, honesto, contra a corrupção... Mas os hegemônicos da sociedade não eram assim. Então, nós achávamos possível transformar. Mas era necessário ter o apoio das Forças Armadas. O que senti é que o famoso esquema militar nunca existiu. Isso era mentira, bazófia...

– Se ganhamos em 61, e estávamos na oposição, será muito mais fácil ganhar em 64.

O Movimento de Sargentos foi muito beneficiado no governo do Juscelino, do Jango, com reformas, estabilidade. A ambição deles foi um mal... Esse Sargento Garcia me odeia até hoje, porque eu brigava com ele... Os jornais davam na primeira página: “MOVIMENTO DOS SARGENTOS SE REÚNE E EXIGE...”

Como é que exige...? Como o caso da PM, hoje em dia. É que na PM o oficial é corrupto, no Exército não era. O oficial do Exército vive passando dificuldade financeira hoje. Olhem o caso do Figueiredo. Ganha 5 mil de aposentado como general e outro como presidente. Mora ali naquele prédio mais luxuoso de São Conrado e não está aguentando. O militar, na sua maioria, tem uma educação moralmente muito rígida. Ele se condena por tudo e se julga o dia inteiro. Superego do milico é muito forte. Fica trancado no quartel. Com 15 anos, quando entrei no quartel, só saía sábado, depois do meio-dia, e domingo. Ficava 24 horas dentro do quartel, nem olhava a rua! Doutrinando esse pessoal, como é que vai ficar a cabeça dele em sete

anos? Vai para a tropa, a amizade dele ficou restrita aos milicos. É uma peculiaridade muito grande... Até hoje os amigos mais fiéis e que respeito são militares. Saí do Exército e isso permaneceu... Fiquei trancado quinze anos num quartel. Tinha as férias, que eram pequenas, mas a conversa era sobre o Exército o tempo inteiro. E, de repente, essa pessoa se sente ameaçada pela indisciplina, alimentada pela imprensa. Dava nas primeiras páginas: “COMANDO GERAL DOS SARGENTOS”.

Se pegarem o *Jornal do Brasil*, na época, verão isso. E, jogando uma planta do ártico, aqui ela não vai crescer, mas, se for tropical, é capaz de dar. O americano jogou dinheiro, o IPES, a burguesia... está no filme do Silvio Tendler. Jogaram tudo! Mas só cresceu porque o terreno era fértil.

E nós, por nos reunirmos para pedir aumento com outros sindicatos, a direita tomou conta dos aumentos de salários e a gente acabou marginalizado. Nós nos marginalizamos. Porque somos críticos. Quando não se faz o jogo do coletivo – até sendo rapinagem, um sujeito do PFL, se não entrar na política para ganhar dinheiro –, é marginalizado ali dentro. O Bornhausen, por exemplo, é dono de todos os freeshops nos aeroportos, que foram dados pelo governo a ele. Quer dizer, o PFL entra no governo para ganhar dinheiro, quer tal setor. É um negócio. Se alguém entrar e não se coadunar com os valores do grupo, está marginalizado. O valor é roubar, levar proveito. Assim como ser disciplinado era valorizar mais o oficial, reivindicar dentro do estamento militar, não se misturando. Para o oficial, era depreciativo se unir com marítimos:

– Como é que vou me unir com operário naval?

Não tinha nada que ver. Era um esquerdismo tolo, burro, não analítico da realidade.

Quando chegou o golpe, eu estava no gabinete do presidente. Quisemos resistir: eu e o Darcy. Mas, na verdade, não tínhamos condições de resistência, porque já haviam minado. Era como não fazer um exame e depois constatar que se estava com câncer generalizado. E não tinha como resistir. Eu tentei. Uns poucos oficiais do Gabinete Militar e o Darcy Ribeiro quiseram também. Mas, já estava como um câncer... O Brizola quis resistir no Rio Grande. Bravata...

No dia 30, 31 já estávamos sabendo que iria haver uma revolta. Não sabem o que é um capitão do Exército. Até tive muita influência, conside-

rando que era um capitão. Tanto que o General Montanha, quando foi me interrogar, disse ao meu advogado:

– O Chuay queria ser general antes da época. Não sei se ele era comunista ou não, mas quis isso.

Porque não me enquadrava nos parâmetros, tinha uma visão crítica maior...

Tinha jeito de resistir, mas não daria certo. Algumas unidades eram a favor da gente. O presidente resistindo era a legalidade. O Moura Andrade, um paulista, deu logo um golpe no Congresso. Declarou vaga a presidência da República. É importante para analisar essa época assistir aos filmes do Tandler, *Jango* e *JK*. Ele é historiador também.

Eu estava totalmente envolvido. Fui para Brasília no dia 1º, de manhã. O Jango foi para Porto Alegre. Mandaram ficar em Brasília. Depois, mandaram o Gabinete Militar vir para o Rio. Todos nós viemos.

Fui preso quando me apresentei no Ministério do Exército:

– Separa o Chuay.

Fui separado e preso. Fui preso na hora e levado para o CPOR. Em seguida, para a Fortaleza de Santa Cruz, onde me deixaram mais ou menos noventa dias incomunicável. Minha família... É uma coisa que não perdo... O Coronel Montanha, que é um mau caráter... Meu pai tinha 80 e poucos anos, veio me visitar, não deixaram ele me ver... Veio de São Paulo... Foi uma coisa terrível... Uma situação...

Eles me temiam muito, por tudo... Por ter sido bom aluno. Depois, fiquei 120 dias preso. O Sodré também foi preso. No começo me separaram, depois me colocaram com outras pessoas. Mas não podia receber visita. A minha amiga Vera Lúcia Feijó, socióloga – foi primeira aluna da PUC –, me mandava roupa, lavava... Muito amiga, até estou em dívida com ela, está com uma doença cerebral... A única coisa que eu recebia era isso. Eles revisavam. Eu fiquei preso. Iam chegando e saindo presos e eu continuava lá... Aí um jornalista fez um artigo no *Correio da Manhã*: “GENERAL RUSSO CONTINUA PRESO”.

Gozando... Porque era incrível que todo mundo tinha sido solto, ainda que sendo processado, e um capitão continuava preso. Devia ser um general russo disfarçado...

Fui interrogado. Interrogatórios de uma ignorância que não tem tamanho:

– Por que apoiava o presidente João Goulart?

– Era o presidente constitucional. Cumpro a lei. Eu não me rebelo. Esculhambei os caras... Aí o Montanha fez uma pergunta para pôr no inquérito:

- Qual é sua ideologia?
- Sou eclético pragmático.

Ele é ignorante! Não sabia o que isso queria dizer... Quando ele foi general de divisão ia ser promovido a general do Exército. O Ernesto Geisel disse:

- Não pode. Olha o bilhete que ele escreveu quando era capitão. Era um bilhete cheio de erros de português.

- Não pode ser general do Exército...

O inquérito foi nessa base:

- Por que não tinha aderido?
- Porque sou a favor da lei. Cumpro a lei. Defendi porque o presidente João Goulart pretendia que o país se desenvolvesse, fosse independente...

Está tudo arquivado lá na Justiça Militar...

Nessa época, no Exército, não fui agredido. As minhas prisões foram piorando. No começo, em Santa Cruz, eu dormia separado dos oficiais, mas era tratado como um. Depois, fui preso na PE... Fui preso umas vinte, trinta vezes, sei lá... Qualquer acontecimento, me prendiam. Na PE, apesar de preso, me sentava com os oficiais para comer. Nas primeiras prisões... Cada encarregado de inquérito mandava prender: o do ISEB, Instituto de Estudos Superiores Brasileiros; o da artilharia de costa; o do gabinete militar... Cada um mandava de uma maneira. Tanto que, uma vez, fomos presos por Brasília para depor sobre o Gabinete Militar. O Assis Brasil queria acusar o Darcy. E nós todos – Coronel Pinto Guedes, Coronel Vilela, excelentes oficiais que já morreram – falamos:

- Não. O senhor não pode acusar o Darcy.
- Não, porque o Darcy que levou isso...

Bobagem! Ele queria sair da reta! Em vez de ser solidário... Ocupou a chefia da Casa Militar! Como é que ia ter esse procedimento ético? Era um mau caráter...

Primeiro fui reformado e depois demitido. Demitido é expulso. Isso no AI-1. Com o Kardec, o Donato foi a mesma coisa... Esses que eles achavam que eram os principais. Isso para não termos a regalia de ser oficial da reser-

va. Assim, podíamos ser presos em qualquer lugar. Fui preso no DOPS de São Paulo, em vários lugares...

Cheguei a ser condenado em um inquérito. Eu estava no meu apartamento, já depois de solto, em 65. Eu morava no Rio, na Souza Lima, em Copacabana. Tocou o telefone, era um sábado, um amigo militar falou:

– Chuay, o DOPS está indo te prender. Te manda.

Dez minutos depois chegou o DOPS, arrombou minha porta, revistou e quebrou todo o meu apartamento. Disseram que eu estava envolvido na explosão do trem do Lacerda.

Vou explicar essa história. Eu estava no escritório, quando um capitão da ativa me procurou, para fazer alguma coisa. Eu disse:

– Calma rapaz... Estamos lutando...

– Tem que fazer isso...

Um provocador. Isso foi armado pelo Lacerda, para ele se fazer de vítima. E havia um provocador que tinha uma bombinha e ia botar no trem do Lacerda para São Paulo. Negócio de cinema, armação... Queriam me prender e envolveram meu nome no meio. Eu tinha aconselhado o contrário. Não armei nenhuma ação armada, nada. Foi em 65 e acabei sendo julgado em 71. Eu estava no Conselho de Justiça, sendo julgado, e percebi quando chegou um cara do Primeiro Exército e se trancou lá dentro:

– Está todo mundo condenado. Vamos nos mandar...

– Não, Chuay...

Esse capitão, que era bobo e me botou nessa fria, foi covarde quando interrogado. Botou o meu nome, sendo que não tinha nada a ver com isso. Não interessa o nome dele. Ele me disse:

– Vou ficar aqui.

Desci para tomar um café e sumi da Auditoria Militar. Todos foram condenados e presos. E eu fiquei foragido! Até anularem o processo... Fiquei clandestino... Vim para São Paulo.

Trabalhar como? Era casado com minha primeira mulher, com quem não tive filhos. Casei em 67... Eu sumi! Seis meses depois, em 71, reapareci. Não tinham nada para fazer, porque o processo foi prescrito. Todos foram soltos. O Kardec tinha ficado preso... por meses! Eu desapareci de circulação... Ficava o dia inteiro fechado num apartamento, só saía à noite. Não podia ser visto na rua!

Uma vez, aquele Fernando de Carvalho, que fez um inquérito contra o Partido Comunista, estava atrás de mim. Sumi. Um dia, estava no aeroporto de São Paulo de besteira. Fui procurar uma pessoa, me prenderam. Me levaram para o DOPS de São Paulo, me botaram no porão, fiquei lá uma semana. Aquilo é um horror! Cheio de baratas, percevejos... Me deixaram de cueca! Depois, me levaram algemado para o Rio.

Mas o pior foi a OBAN. Fiquei trinta dias lá. Fui preso em 69, estava andando na rua. Quando um cara falava:

– Capitão Chuay?

Eu sabia que estava preso. Fui cercado pela Polícia Federal.

– O senhor nos acompanhe, está preso.

Fui levado para a Polícia do Exército. À noite, me algemaram e também a outras pessoas. Pensei: “Vão matar a gente na estrada...”. E tocaram para São Paulo. Cheguei de manhã, era na Rua Tutoia. Os caras me tiraram o sapato, que naquele tempo tinha cadarço para amarrar... tiraram o cinto, o cadarço... e algemaram. Tinha que ir segurando a calça para não cair... e o sapato saindo do pé. Me enfiaram numa cela da OBAN. Lá estava o Ibraim, que era um líder sindical de Osasco, ensanguentado... apanhava todo dia. E faziam aquele terrorismo comigo:

– É hoje que vamos massacrar você!

Trinta dias! Me interrogaram. Não sabia nada!

– Capitão Lamarca?

– Não sei quem é!

Queriam dizer que eu tinha envolvimento com ele... que era um que não tinha nada a ver com a esquerda militar. Lamarca era um desconhecido em toda a esquerda militar. Nunca tinha ouvido falar nele... Fugiu com armamento e botaram meu nome no meio! Fui um pouco torturado... Não como o Ibraim, que era ensanguentado todo dia...

Depois de trinta dias, saí de lá, e me botaram no DOPS. Lá, aquele delegado, o Fleury, me interrogou. Pensei: “Agora vai ferver...”.

A vida é assim... Isso passou... Não tenho raiva.

Ele me interrogou e me soltou em São Paulo, sem um tostão, sem nada, na rua...

Liguei para um amigo meu, que veio me apanhar, e me levou para a casa dele. Tomei banho... vim embora para o Rio, de ônibus.

Loucura? Tem gente que passou por situação muito pior que eu... Não estou minimizando!... Era ditadura, era assim. Isso aconteceu no mundo inteiro: na Alemanha, na Rússia, na China... acontece. Onde os direitos individuais são mais frágeis. Como vão tratar? Mandam prender, fazer isso... E o policial vai. Depois, em regime ditatorial, os complexos pessoais, frustrações, vêm à tona. O cara tem raiva. O que me interrogou, em São Paulo, tinha servido comigo no Parque Dom Pedro II. Jogava futebol comigo... Hoje é um merda na vida, um coronelzinho reformado... É da natureza humana. O que se espera do ser humano? É um acidente da natureza. É mesmo! Essa deificação do ser humano... um predador, que destrói o mundo, destrói o semelhante... Se um ser humano chega a treinar cachorro para matar o outro! Treina galo de briga... Querem mais o quê do ser humano? Não bastasse fazer luta de box – o que acho uma barbaridade – ainda treina os animais para se matarem! Esperar o quê? Que ele seja bom? Isso é um mito religioso... Um mito nem judaico. Persa.

Eu não fui à luta armada. Era muito procurado pelo pessoal do PC, ajudei muito... Nunca fui homem de organização. Tinha simpatia, ajudava, colaborava, mas não era um cara disciplinado. Na verdade, esses partidos que surgiram no começo do século eram meio monásticos. Muita disciplina... Gente que aguentou muita tortura sem nunca abrir o bico. Foi trucidado! Tinha um rapaz, o Luís Maranhão, era do Comitê Central do PC brasileiro. Ele foi torturado até morrer e nunca entregou ninguém... Essa grandeza é uma coisa que transcende o humano... Ele teve um sentido de bem coletivo, de sacrifício pelo próximo, que era religioso. Quando digo que tem um sentido monástico, é no da dedicação. Por isso, acho que ganhou a simpatia de muita gente para o Partido Comunista. Como é que esse cara sacrifica a família, a si próprio, por um ideal?... Pouca gente tem essa grandeza...

Evidentemente, no processo de poder, os puxa-sacos, os picaretas, tomam o poder. Aconteceu na União Soviética, nos países satélites, em vários lugares do mundo... Quer luta mais heroica do que a do Vietnã? Ho-Chi-Min, aquele pessoal que deu uma existência inteira – a vida do começo ao fim – por uma causa... E hoje a corrupção domina por lá... Os herdeiros disso não têm um décimo da dimensão daqueles que implantaram as coisas.

Hoje eu acho que tive sorte em sobreviver... Tive sorte... porque quando estava na OBAN fui dado como morto. Se quisessem me matar, matavam.

Era uma questão de sorte... muita gente morreu por cair em certos lugares. Se eu caísse na mão do Brigadeiro Burnier, estava morto. Aquele que ele matou muita gente. Era uma questão de sorte. Eu tive sorte.

Era muito marcado. Em 64, fui tido como um dos três que deveriam ser eliminados: o Coronel Donato Ferreira Machado, que já morreu; o Kardec Lemme e eu. Devíamos ser mortos!

– Esses três são os mais perigosos.

Por qualquer coisa, podíamos ser eliminados. Se eu estivesse na lista de eliminados não causaria espanto entre os próprios milicos:

– O Chuay era muito radical.

Eu era perigoso porque era primeiro aluno, me destacava, me saía bem, falava bem, então tinham que eliminar. Já tinha sido vendida a imagem de radical. Como aquele bandido, o Escadinha... morreu, mas a mídia já tinha condenado. Nós éramos os mais visados. E, às vezes, um outro coitado, um estudante, alguém menos marcado, era morto. Entrava na briga, fazia uma ação, era pego e morto. Não havia um projeto por parte deles. O CENIMAR era de um jeito; o CIEE, Exército, de outro; o da Aeronáutica de outro... Se o comandante do CENIMAR era bom, não matava... Às vezes, quando alguém era preso na Aeronáutica, se puxava para lá. Arranjavam uma maneira de requisitar o cidadão para tirar da mão do Burnier. No Exército, a repressão era maior do que na Marinha...

O risco que a gente correu foi na abertura... Em 76, se matou todo mundo do Comitê Central do Partido Comunista... gente ligada... Eu sumi, naquela época. Poderia ter sido morto. Porque até hoje tem cadáveres inse-pultos, ninguém sabe onde está... Por exemplo, aquele Jonas, que aparece no *O que é isso companheiro?*... Aí tem uma picaretagem do Gabeira: pega um operário para desmoralizar e ele é o herói! Levou um tiro, foi torturado? Também aconteceu comigo e não sou herói... Que é isso? Ele desmoraliza o operário... Nem vou ver o filme, porque conheço o Gabeira o suficiente para não ir...

A gente teve sorte. Um cara que foi morto, às vezes, não tinha nada. Lembro que, logo no começo de 64, um coronel da Aeronáutica foi morto. Um brigadeiro, o Hipólito, um gorila, deu um tiro nele. Porque ele “resistiu”. Quem iria discutir nos primeiros dias de 64 se ele se defendeu ou não? Não havia perícia, nada... E ele, um grande oficial, foi morto em Porto Ale-

gre... Dizem que ele discutiu com o Hipólito, atirou nele, errou, e o outro acertou. Ninguém prova essas coisas! Só de vez em quando uma família consegue provar... Quanta gente dizem que morreu resistindo, atirando... Mentira! Morreu em torturas... Naquele livro *Tortura: nunca mais* tem todo mundo. Então, acho que eu, o Kardec, tivemos sorte. É questão de sorte cair na mão do coronel certo ou errado... Qual seria a repercussão se tivesse sido morto? Que eu era radical. Isso já tinha sido espalhado. Meia dúzia de caras não ia acreditar, mas a maioria sim. Quando fui para a OBAN, achei que ia ser morto. Depois de trinta dias, por acaso, me soltaram. Me perguntaram tudo o que era possível sobre o Lamarca e eu não sabia quem era ele! Aí me soltaram...

Engraçado... Eu, depois de 64, fiquei em dificuldades. De 64 a 67, no tempo em que estava solto, era camelô. Vendia roupas, coisas, intermediava... O pessoal atravessa a rua... não os de esquerda, que se solidarizavam. Mas o pessoal que era neutro – com medo, pavor – me via e já atravessava a rua para não me encontrar... Então, eu não ligava para ninguém. Para não incomodar... Podiam gravar... era um terrorismo.

Então, fui da Fundação Getúlio Vargas, primeiro aluno. E uma moça que trabalhava lá e estudava comigo me convidou para ser diretor da editora da FGV, que estava em crise. Antes, em 67, comecei a tirar um curso na Fundação Getúlio Vargas. Fui o primeiro aluno, eram dois anos de administração financeira. Eu não conseguia trabalho. Fui ser vice-diretor, em 66, primeiro sem vínculo. Em 68, me nomearam. Quando houve o AI-5, a ditadura estava bastante enfraquecida. Havia a Frente Ampla, o Lacerda estava contra a ditadura, Juscelino e o Jango fizeram um acordo... Aí veio o AI-5. A primeira coisa que aconteceu: foram lá e exigiram minha demissão. Fui demitido. O único lá pelo AI-5. Dois dias depois, a Operação Bandeirantes me prendeu na rua e me levou.

Uma vez, fui a São Paulo. Havia uma firma chamada Magaldi Maia. Era o Carlito Maia, uma pessoa excepcional, e um outro que era um desenhista maravilhoso, um diretor de arte, a maior agência de publicidade criativa. Criou a Jovem Guarda... Um dia, estava lá, o Magaldi me procurou e disse:
– Toma aqui.

Me deu uma quantia em dólar para sobreviver... Ou seja, teve essa solidariedade, que hoje não existe mais... Eles foram realmente solidários.

Como eram geniais... o Magaldi foi presidente da Fundação Roberto Marinho, já morreu. O Maia também trabalha na Globo em São Paulo, ele tinha um irmão que trabalhava nos Diários Associados, também era ótima figura.

Havia uma coisa que não há hoje. Havia uma solidariedade na esquerda, na população... Hoje, a própria esquerda está no liberalismo. Ela não sabe, mas é liberal: cada um cuida de si. Talvez quem não viveu esses dois momentos não sinta isso. Eu vivi. Com toda a perseguição de 64, o cara te protegia. Lembro quando estava preso na Polícia do Exército e chegou a hora de lavar a cela. Lavei a minha... estava ao lado dos chineses. Como fui preso muitas vezes, passei a conhecer muita gente. E, na hora de secar o chão, o sargento disse:

– O senhor seca com esses jornais...

Eu não tinha notícias. O jornal era do dia anterior. Foi de propósito que o sargento fez aquilo! São pequenas solidariedades... Pus para secar e, quando secou, li o jornal, a parte das notícias. Foi a maneira dele me ajudar. E nunca abriu a boca! Lógico, ele não podia arriscar a carreira, a família dele. Ele podia não dar nada. Em vez de secar em meia hora, secava em duas. Mas ele deu aquilo... Eu, que estava dez, quinze dias sem ler um jornal, li tudo, avidamente. Temos a solidariedade em algumas pessoas... Dentro de limites, onde não se pode exigir... Hoje não. Na esquerda não se tem solidariedade nenhuma. Acho que não... Pelo que observo das pessoas, grande parte se corrompeu nesse processo. No PT, no PDT... não sei no PC do B, onde são poucas pessoas, talvez o patrulhamento seja maior... mas o interesse pessoal prevalece.

Minha relação com os comunistas era ótima, ajudei muito, eles me respeitam até hoje... Nunca fiz nenhuma delação... Segurei, nunca entreguei ninguém. Sempre aguentei o rojão. Não sofri o que sofreu o Maranhão. Penduravam, enfiavam no óleo diesel, com a cabeça... tira, enfia de novo. Imagina! Torturaram muito. Cada um... eu não condeno o que contou. É a natureza da tua resistência. Condeno o que foi leviano, como aquele que inventou que eu estava num negócio em que não estava. Acho que pensavam:

– O Chuay é famoso. Se disser que foi ele, todos vão achar que é o chefe.

É como se eu dissesse:

– O Brizola disse...

– Ah! Ele disse, deve ser.

Dá uma credibilidade maior... Constrói melhor o quadro da “conspiração”, que precisava ser feito.

Quando saí da OBAN voltei à normalidade. Eu tinha sido convidado para ir à Vozes. A Rose Marie Muraro trabalhou comigo. Tinha um cara que era neurótico e a seguia. Eu a protegia. Depois, ela foi para a Vozes e me levou junto. Saí da prisão e arrumei esse emprego. Ganhava quatro vezes mais que na Fundação.

Na época da abertura, eu estava na Vozes. Fui muito protegido pelo presidente de lá, o Frei Ludovico, uma das figuras mais marcantes... Cai lá junto com a Rose e o Leonardo Boff. Foi a hora em que a editora fez uma verdadeira revolução cultural. Aí aumentou o ódio contra mim:

– O Chuay está lá...

Eu?! Vou manobrar a Igreja? Não entendia nada de teologia! Esses acontecimentos me colocaram como protagonista – às vezes, não no Exército – por acaso... A Vozes foi isso, uma coisa importantíssima. Culturalmente foi a grande revolução mundial dentro da igreja. Até hoje a igreja sofre as consequências da crítica da Teologia da Libertação, a crítica ao papado. Trabalhei lá de 69 a 84. Nesse período, fui preso uma vez, condenado, foragido...

Trabalhando na Editora Vozes, a coisa que mais me entristeceu foi o caso do Hermes Lima. Era editor quando ele foi lá. Eu o recebi. Ele tinha sido primeiro-ministro do Jango, ministro da Justiça, um dos homens mais cultos que esse país teve. Levou suas memórias, *A travessia*. Que prazer foi encontrá-lo:

– A Vozes vai editar.

Foi editado. Quando fui ler, vi um homem já com mais de 70 anos tentando ali não dizer a verdade... Uma pessoa que passa de uma certa idade não tem mais o direito de não dizer a verdade.

Não tenho o que reclamar da vida porque passei por isso... Primeiro, porque foi uma opção política que fiz. O inimigo é inimigo, e vai me tratar como tal. Os oficiais do Exército que participaram de torturas eram os mais medíocres. Esse Ustra, famoso torturador, foi meu colega na Escola de Defesa Antiaérea. Tirou quinto lugar, sonhava em tirar o primeiro... Ele era medíocre! Namorava uma professorinha, apesar de ser casado... Era de origem muito pobre, filho de uma costureira de Santa Maria, viúva... Mas queria ascender socialmente. Esses são os piores. E, de fato, ascendeu. Che-

gou a ser adido militar acho que em Londres... Um merda daqueles. Eu o conheci... Eles eram medíocres... Um cara que chega a esse extremo, ascender ao poder...

Não tenho o que reclamar, fiz uma opção. O duro foram esses jovens de 18, 20, que, sem saber muito o porquê, morreram. Deram o azar de cair na mão errada... Por que o Gabeira não foi morto? Tomou um tiro. Deu sorte, porque, se caísse na mão do Burnier, estava morto. Acho que eu, o Kardec e outras pessoas escapamos de ser mortos por causa disso. Mas tem muita gente amiga minha que morreu em torturas... Como os comunistas que foram mortos para se fazer a abertura. Eu conhecia o Maranhão, que era a figura que mais admirei. Um santo.

Um filme que vi há pouco sobre a guerra da Espanha, *Terra e liberdade*. Aquilo era verdade... Ou seja, enfrentando a Itália, a Alemanha, Franco, o imperialismo, ainda vão brigar entre si por hegemonia... E um bando morreu assim.

Fui muito preso entre 64 e 66, quando foi o início dos inquéritos do Partido Comunista, da artilharia de costa, do gabinete militar, do ISEB... me botaram em tudo! Mas não fui maltratado como muita gente foi... É certo que a violência cresceu. Era rara a pessoa torturada em 64. No AI-5, renasceu a tortura. Mas a violência na tortura começa em 69. Mesmo quando estive na OBAN, foi o começo. Torturava, mas não se matava. Tive sorte de ter caído lá em fevereiro de 69. Quem já entrou em 70, o tratamento era totalmente diferente! O ser humano tem um poder de adaptação. Então, aquilo virou rotina. Torturar, machucar... e foi crescendo. No começo, podiam até tratar bem, depois já chegavam batendo, dando soco na cabeça:

– Dá logo um susto nele!

Tem cara que levava três socos na cabeça e ficava apavorado... Pensa: “Se começa assim, como é que vai ser depois?...”. E dava logo o serviço... Ou seja, aquilo vai se “aprimorando”.

Não vou me fazer de herói. Já no começo que peguei na OBAN, havia torturas, gritos a noite inteira, mas não era tão violento quanto ficou depois da resistência armada.

A resistência armada começa brava depois do AI-5. Tenho impressão que o Lamarca roubou armas em janeiro. Não sabia quem ele era, nem a ALN, mas fui preso por isso. Eu tinha ligação com a turma do PC, que

era mais ponderada, achavam que a via não era pela luta armada... A vida é assim mesmo...

Em 71, fui condenado, sumi, depois voltei... Em 76... Ah! Fiquei apavorado... Pensava: “Agora vão me pegar...”. Em 75, 76, o Geisel ia assumir. Havia um projeto de abertura. Primeiro, iriam eliminar todo mundo. No mesmo ano morreram Jango, Juscelino e Lacerda. O Brizola fugiu para os Estados Unidos, se asilou... Acho que ele estava na lista. O Arraes estava seguro porque estava em Argel. Acho esquisito morrerem os três maiores líderes no mesmo ano... Não é esquisito? Não sei... Pode ter sido o acaso. Mas, se puser em cálculos de probabilidade, dá um por um milhão! Nunca se sabe... é certo que tem gente que joga na Loteria Esportiva e ganha sozinho. Acontece. Mas acho muito estranho...

Pelos idos de 77, começou a ficar nítido que o processo de conservação do poder por esse agrupamento militar-empresarial estava se esgotando, não só nacionalmente como internacionalmente. Quando deu a ditadura no país, deu também no Chile, na Indonésia, na Argentina... e na hora da abertura, às vezes, ela é concomitante. Os países asiáticos estão bastante atrasados nisso.

Nós, em 77, nos reunimos – o Doutel de Andrade, o Raul Riff, algumas pessoas que haviam trabalhado para o Jango – para refundar um partido de massas. Seria então o PTB, o Partido Trabalhista Brasileiro. Era na casa do Doutel que a gente fazia as reuniões, ele era mais ou menos o grande articulador. Como morreu o Jango, o Juscelino, o Lacerda, as três vertentes remanescentes de liderança do país, sobrou uma, que era nacional, não com a dimensão de outros, mas tinha grandes possibilidades. Na verdade, sobraram o Brizola e o Arraes. Começou-se a fazer contato com o Brizola para a refundação.

Eu, nesse tempo, era diretor da Editora Vozes, onde permaneci por dezessete anos. Nós então, nos idos de 79, tentamos registrar pela primeira vez o PTB, ficar com a sigla. O que isso dava? Faria uma ligação histórica entre Jango, Getúlio, aquela união das esquerdas que se fez em torno do PTB. Porque, na verdade, o PTB, de 45 a 64, se esquerdizou muito. Passaram a ter em todas as chapas estaduais membros do Partido Comunista e partidos afins. Então, fomos surpreendidos pelo pedido também da Ivete Vargas para a criação do PTB. Isso precisa ficar muito nítido e precisa-se compreender

o pensamento do Golbery e o pensamento universitário dos intelectuais da USP. Para o Golbery, era fundamental que se cortasse o elo histórico. Tanto que ele foi um dos articuladores da fundação do atual PTB, com a Ivete Vargas e outros grupos, e foi também o pensador para fundar o PT. Não interessa qual foi o resultado, mas... Por que isso?

Desde a ditadura de Vargas, ele havia conquistado metade de São Paulo. Tanto que o operariado paulista era getulista. E a classe média e a universidade eram antigetulistas. Até hoje os paulistas – eu também sou de lá – são impregnados com o espírito de 32. Na verdade, um espírito reacionário. Não há praça pública do interior de São Paulo cujo monumento principal não sejam os chamados “constitucionalistas” de 32. Sei porque morei no interior. A Praça 11 de Agosto, com o nome daqueles cinco estudantes, ficou como símbolo de São Paulo. Tanto que, recentemente, o Covas decretou feriado no dia 9 de julho. Para o paulista, essa data tem um significado muito maior que o 7 de setembro. Lembro que, de 45 em diante, todo 9 de julho desfilavam pessoas de capacete da revolução de 32. Era um dos argumentos políticos do Ademar de Barros e de todos os candidatos falar nisso. Ele se orgulhava de ter ido a 32.

Tem até aquela poesia do Guilherme de Almeida, um poeta menor, quatrocentão, prestigiado pelo estado de São Paulo:

Paulista, meu conterrâneo
 Eu contemplo teu instantâneo
 Já 13 anos depois.
 Qual foi a data do engano?
 Quando pegaste em armas
 Contra o tirano
 Para defender o Brasil?
 Ou quando lhe deste o voto
 De Senador do Brasil?

Ele queria dizer que havia duas atitudes do paulista: a de 32 e a de 46, que elegeu o Getúlio senador.

O Sodré mudou em relação a Getúlio. Ele o considera o grande revolucionário burguês no Brasil. Mas, como 32 foi um negócio da classe média paulistana, a USP sempre teve um pensamento contra o Getúlio: “Getúlio é ditador, é atraso, é populismo...”. Tudo asneira! Populismo eles fazem. Repa-

rem só: em 45, Getúlio foi eleito senador por São Paulo! O Getúlio dividiu São Paulo. Toda a classe operária de lá votava nele. E votava no Jango.

Eu era contra o Getúlio. Sou paulista, classe média. Depois daquele suicídio, depois da carta, que comecei a entendê-lo... O Partido Comunista, no dia 24 de agosto, lançou um jornal que se chamava *Imprensa Popular*, algo assim, contra o Getúlio! No dia 25, o povo reagiu, ele estava a favor do Getúlio! Também estava impregnado por essa intelectualidade. Prestes... é certo que foi um horror entregarem a Olga! Mas não se pode julgar um governo por isso...

Se o Getúlio não fizesse o 37, os militares o fariam. Ele jogava entre os imperialismos. O que foi o nazismo? O imperialismo alemão contra o imperialismo inglês e americano. O que a Alemanha queria? O que deu força ao Hitler? Precisa ver historicamente. Arrancaram a Alemanha da África, do botim africano... Ela tinha a Tanzânia e outras possessões por lá, que foram tiradas depois da guerra de 18. Endividaram, diminuíram seu território, tiraram a Alsácia-Lorena, praticamente a destruíram economicamente... O Tratado de Versalhes deu ao Hitler todo o instrumental para fazer a guerra! Ele uniu o povo alemão e até deu a justificativa contra o povo judaico! Nada do que ele fez é válido, mas tem que se ter frieza para analisar. Os ativos financeiros da Alemanha eram 5% antes da guerra, dos banqueiros judeus. O que tinha a ver o povo judeu com os banqueiros judeus? Ele misturou tudo! Ao fim da guerra, ela tinha 25% dos ativos. Então, Hitler generalizava, dizendo que os banqueiros judeus se aproveitaram da guerra. Assim, tinha fator de unidade do povo alemão. Dizer que o povo não o apoiou? Apoiou integralmente Hitler... 93% apoiavam. Havia um pessoal mais lúcido, mas... Destruíu o maior Partido Comunista do ocidente.

Eu era antigetulista até 54. A carta dele me acordou bastante... Em 50, 45 os operários paulistas eram pró-Getúlio. Havia, em São Paulo, uma divisão nítida entre operário, classe média e elite. A elite era por 32, aquela revoluçãozinha vagabunda que o Covas outro dia decretou feriado! É simbólico isso! “É o fim da Era Vargas. Vamos decretar feriado em comemoração a 9 de julho”. O que significou essa data? Constitucionalização? Isso é palavra de ordem, não quer dizer nada... Está até hoje impregnado em nossas elites. Tem um livro que fala disso, é da Editora da Fundação Getúlio Vargas, chamado *Trabalhadores do Brasil*, de um autor chamado Jorge Ferreira, até

com o prefácio de um rapaz do PT, muito bom. Essa era a frase do começo do discurso do Getúlio:

– Trabalhadores do Brasil...

O Jango tinha voto em São Paulo, o Brizola não. Este é totalmente diferente do primeiro. Nunca cuidou da questão operária igual ao Jango. Quando trabalhava no gabinete militar da Presidência, via que ele deixava os generais esperando e recebia os líderes sindicais. Adorava conversar com eles! O Brizola tem horror a esse negócio de sindicato. É outra figura que precisa ser analisada. É um nacionalista, não é um sindicalista. Defende o povo, mas gosta dele desorganizado. As acusações que o PT faz contra ele, de que ele gosta disso, de liderar, são verdadeiras. É verdade! Não tenho mais idade para ter paixão, nem omissão...

Mas esse espírito de 32 impregnou Weffort, Ianni, Florestan, Caio Prado, Fernando Henrique, aquela turma do CEBRAP. Nunca entenderam o que foi o Getúlio. O único presidente que teve um projeto nacional, que realmente estruturou o país para o século XX, deu direitos trabalhistas, alimentou a classe operária e cometeu erros como qualquer um.

O Golbery, que era mais inteligente que eles, entendeu o processo e que era necessário rompê-lo, porque daria a vertente da retomada histórica do processo brasileiro. E ele usa, manipula... Não há má-fé... Não digo: “Lula é um agente...”. Não é nada disso. Apenas que o PT foi fundado para minar a base operária do Jango. Dizem:

– O PTB trabalhava com a massa desorganizada. Nunca quis organização. E o PT vai trabalhar com a sociedade organizada.

Palavrório... Como se não tivessem necessidade de representação.

E ele conseguiu nos derrotar no Tribunal de Justiça – que era manipulado, em plena ditadura – e deu o registro do PTB à Ivete. Hoje aquilo é uma quadrilha organizada, uma S/A para assaltar o poder, como são a maioria dos partidos.

Recentemente, no ano de 98, vi a propaganda eleitoral que eles fazem aqui na TV. Ficam falando das leis trabalhistas do Jango... eles não têm nada a ver com isso! Pelo contrário. Votaram tudo o que o Fernando Henrique quis. O que o Golbery plantou ainda vive.

E aqueles intelectuais da USP criaram o PT, não foi o operariado. Pegaram o Lula, que hoje é o candidato ideal para o Fernando Henrique derro-

tar. Essa burrice... melhor lançar o Tarso Genro, um que chegue no debate, que dê uma confiabilidade administrativa. Isso é importante. Não o Lula, que nunca governou nada... Se vê na televisão o governo do PT, em Brasília, todo dia a polícia batendo no povo! É ou não é? Todo dia. Não estou condenando partidos aqui, o PDT é uma merda também... Não é isso. Eu quero apontar o seguinte: esse estereótipo da USP contra o Getúlio permaneceu. Hoje, passados vinte anos, tenta-se uma união PT-PDT, para que aquela ruptura havida em 79 seja refeita, consolidada, para avançar as forças chamadas de esquerda e progressistas.

Então, entrei no PDT, em 79. Fui um dos dez primeiros fundadores. O Brizola veio, chegou do exterior, ele tinha uma tradição de liderança particularmente no Rio Grande do Sul. Ao contrário de Jango, nunca penetrou em São Paulo.

Antigamente, a votação de presidente e vice-presidente eram separadas. E, mesmo na eleição de 60, que elegeu o Jânio Quadros, o Jango ganhou em São Paulo, porque tinha a classe operária. O Milton Campos, que era o candidato da reação, do próprio Jânio, perdeu. O Jango conseguiu manter a liderança, foi um grande líder sindical, e conseguiu manter o eleitorado de São Paulo. Já o Brizola, quando veio, primeiro não tinha essa tendência sindical, como o Jango; segundo, a sigla PTB tinha sido tirada dele e havia um novo partido com a intenção de pegar o setor mais organizado do operariado, o PT. O plano do Golbery surtiu efeito.

O PDT é fundado mas permanece com características regionais. Ele não chega a ser como o PTB. Todos os partidos tinham uma característica regional predominante. É uma tradição que vem da República Velha: Partido Republicano Paulista, Mineiro... adjetivavam com a região. Isso era normal. O Getúlio tentou a unidade nacional, queimou as bandeiras dos estados. Fez o estado uno, o que é um mito. A federação dos Estados Unidos é de estados que se unem para formar a nação. Treze estados autônomos, colônias. Aqui não... A descoberta é um episódio colonial sem colonização. Foi se mantendo a unidade integral, dividiu-se em dois vice-reinados, não deu certo, fez-se um só. O Brasil sempre foi um estado mais unitário. O Getúlio tentou isso politicamente, mas os partidos nunca conseguiram se tornar nacionais. Mesmo hoje, o PSD, o PFL, ficam catando gente para ter essa característica... O PFL veio catar o César Maia aqui, o Jaime Lerner

no Paraná... e assim por diante. Eles tentam ser partidos nacionais. Mas tenho impressão, nunca estudei, que há um entrave a tudo isso. Talvez haja, no Brasil, uma formação regional cultural diferenciada que não permite essa unidade mais ou menos ideológica, doutrinária, em termos nacionais. Os problemas são tão diferentes, o país é tão grande que não consegue às vezes montar um partido nacional verdadeiro. Vejam que o PT entra em alguns lugares e não em outros. Às vezes, é um partido urbano, não consegue ser rural. Isso acontece com todos, sem exceção.

Na época anterior a 64, havia isso. Os partidos tinham maior representação classista e social. A UDN era ligada aos banqueiros, aos exportadores; o PSD ao setor rural; o PTB ao setor urbano de trabalhadores. Mas a sociedade também era menos complexa. Era fácil de dividir, branco no preto. Agora tem branco, preto, amarelo, pardo, mulato, moreno... como é que se vai classificar? Confunde... A sociedade humana também é assim, vai se complexificando.

Então, nós fundamos o partido e saí candidato a deputado estadual, em 1982. E fui eleito. Tive muito apoio nas esquerdas. O próprio Luís Carlos Prestes me apoiou, apesar de eu não pertencer à agremiação dele. O Darcy Ribeiro estava no meu apoio e era conceituado nesse meio, o Nelson Werneck Sodré também era amigo dele... Eu não conhecia o Prestes. Depois é que conheci.

A campanha foi fácil, barata e diferente. Havia o voto vinculado, que ajudava profundamente, tendo um candidato majoritário na cidade do Rio de Janeiro como o Brizola. Era, na verdade, uma resposta à ditadura. Em 78, foi uma eleição das pessoas que lutaram pelas liberdades democráticas, que se empenharam na abertura. Em 1982 foi uma eleição dos cassados. Por cada eleição, tem uma característica... ou tinha. Hoje em dia ninguém sabe mais quem é quem. Havia uma nitidez ideológica maior. A mídia não tinha o poder que tem hoje. Não confundia os campos. A coisa era mais simplória. Se falavam três palavras-chave e reconheciam:

– Esse é de esquerda.

Falava outras três:

– Esse é de direita.

Hoje talvez seja até primarismo... Falava-se em “revolução social”, “proletariado”, “contestar a burguesia”:

– Esse é nosso.

Eu até hoje acho que era um espírito um tanto que simplório, porque muitos nesse processo se corromperam, mudaram, se alienaram... A classificação de um de esquerda ou de direita era muito simplória. Não tinha complexidade. A mídia era pequena, no sentido de formar cabeças. Não que ela não existisse. Mas não tinha um décimo do poder que tem hoje. Então, a eleição de 82 foi simplória. Era branco no preto:

– Esse aqui está com o Brizola, está contra a ditadura, foi preso...

Todo mundo botava nos seus panfletos, na sua propaganda: “PRESO PELA DITADURA, CASSADO EM 64”.

Então, isso era fator de decisão:

– Ah! Fulano foi cassado, preso? Vou votar nele!

Hoje isso não tem nenhum significado. A velocidade da sociedade é muito grande...

Eu fui eleito.

Quando chegou em 84, fui escolhido para presidente da Assembleia. Na verdade, isso foi uma anomalia. No tempo, na hora não se sente... Lutei para ser, o Brizola não queria, mas eu o derrotei dentro da bancada. Depois, ganhei no plenário. Mas eu não representava aquela composição de forças. Sabe quando se é sem ser? Para ser alguma coisa, tem que representar aquilo, a média, ou um pouco acima ou abaixo dela...

Eu era um estranho no ninho. Tanto que tomei uma série de medidas que, quando saí, outro chegou e mudou tudo. Medidas no sentido de moralização, de funcionamento da instituição, de bloquear esse negócio de votar CPI com finalidade financeira... Na verdade, tive um comportamento muito moralista, exageradamente moralista. O que não correspondia em nada! Ninguém entrava sem concurso, acabei com vagas, diminuí os custos... Três meses depois que saí, entrou um novo presidente e fez tudo ao contrário e pior ainda! Ele aproveitou... Então, na verdade, eu não tinha consciência do que era aquela representação. Porque ela tem que corresponder às pessoas. São setenta deputados. Se eles são desonestos, não é que vou ser também, mas tenho que entender aquela composição, ser tolerante... Se eles são empregadores de familiares, tinha que entender que é o processo, não é a consciência social de fora que os obrigaria a se comportar... Aí é que está.

Aqui no Brasil há uma relação muito grande. Vou citar o caso do lixo no Rio de Janeiro. Toda vez que chove muito, inunda: 50% é culpa das au-

toridades, 50% é da população, que joga tudo no Rio! Caixão, colchão, sofá, televisão, lixo caseiro, orgânico... Aí inunda, a culpa é da autoridade, o jornal faz aquela onda... Não que ela não tenha culpa. Tem também: deixou ocupar indevidamente o solo, permitiu que as pessoas se instalassem nas beiras dos rios, não drenou corretamente... Mas a culpa também é da população, porque não há custo que aguento isso. Por mais que se gaste, não há dinheiro para isso. Eleição é a mesma coisa:

– O deputado vendeu o voto, ele é isso...

Mas, passado um ano da eleição, 90% não lembra em quem votou para deputado. Nem sabe!

– Você votou em quem?

– Não sei...

Naquela época, era diferente porque havia mais ideologia. Mas também o indivíduo desconhecia o deputado.

Depois, incutiu-se no povo de que caindo a ditadura tudo ia melhorar. Enganou-se muito... Enquanto o Tancredo e o Ulysses faziam aqueles comícios de milhões de pessoas, Diretas Já, por baixo das cortinas negociavam com o Figueiredo as indiretas. Nunca interessou a eles! Essas coisas precisam ser reveladas na história. O povo acaba ficando descrente. O que resultou? Não se fez eleição direta. Quem se elegeu no final: Sarney! Tivemos o azar... E o Sarney, o Collor, o Fernando Henrique... o que veio aí de corrupção é muito pior que na ditadura. Não é que não havia. Mas não era esse volume que há hoje, de bilhões... Havia o Delfim e outros. Mas não esse nível em que o filho de um governador ganha 200, 300 milhões de dólares. Podemos fazer até uma proporção: o filho de um presidente podia juntar uns 4, 5 milhões de dólares. Inacreditável! Os filhos do Médici nunca roubaram e foi o governo mais repressivo. Fui preso por ele na OBAN!

Tudo isso levou o povo a desacreditar. Uma relação de descrença, de não vigilância, de não ter tempo de participar, ser manipulado pela mídia. Se for contra a Globo, não entra na TV, nos jornais. Se for contra o Silvio Santos, ele corta da TV dele... Inegavelmente, MacLuhan tem razão: o meio é a mensagem. Para tirar do meio qual a crítica da verdadeira mensagem, é difícil. A vida me mostrou isso. Não sou teórico em comunicação. Mas observo...

Aqui na Assembleia Legislativa, se tem como presidente um corrupto, ladrão, e ele fica falando de moralidade e a mídia dá apoio a ele, passando à

população que ele quer moralizar! Esse Sérgio Cabral Filho. Uma trapaça... Na verdade, o meio é a mensagem.

Eu fui um estranho no ninho naquela legislatura, mas aprovamos muita coisa. Aí me candidatei à reeleição e ganhei. Fui ser líder da oposição, porque saí da presidência. E o Brizola pediu que eu fosse líder. Fiz oposição, fiz aquele jogo. O que era bom, o que não era. Mas é necessário entender que o poder legislativo é muito acomodado pelas corporações, pelo menos em nível estadual. Ele dedica boa parte de seu tempo a defender salário para funcionário público. E o grande ausente disso tudo é o povão celetista, de empresa privada. Esse não tem direito nenhum. Nunca teve, nem têm. E agora menos ainda...

Naquela época, se, por exemplo, demitisse um funcionário, dava um escândalo na Assembleia, iam as comissões, vinte deputados iam falar... e raramente essa atitude se fazia em relação ao povo. Não estou criticando o funcionalismo. Estou mostrando que a chamada sociedade organizada, que tanto se defendeu, é sociedade para si. Não é nem em si. Esse é um conceito marxista. Para si no sentido de que só pensa em levar vantagem. Então, a liderança fica prometendo o impossível. Vejam o caso do Banerj. Com o Brizola tinha greve todo mês. Depois que o Marcello Alencar entrou, nunca houve uma greve! O sindicato veio pedir perdão, pediu demissão. E não conseguiam fazer uma greve no Itaú, mas sim no Banerj porque não eram demitidos. Não é um operário, é um privilegiado em relação ao salário do bancário em geral. Com o Banespa deve ser a mesma coisa.

Esse mal que o Fernando Henrique vem causando é um bem também. Ele está equalizando a consciência dos que são oprimidos e dos opressores. Não há os mais e os menos oprimidos ou aqueles que tiram uma casquinha da opressão, ou aqueles que se locupletam um pouco... Não! Os que fazem isso são os grandes. Sempre a sociedade teve uns reis, uns príncipes e uns cortesãos que puxavam o saco, ganhavam dele uma renda anual, aquela coisa toda... Na nossa sociedade, são esses setores mais privilegiados do funcionalismo, de algumas estatais... porque não é o grande empreiteiro que manda no governo. O Roberto Marinho tem mais força que o presidente da República. São os pequenos cortesãos. Evidentemente, a sociedade se massificou e essa pequena massa passou a ser dois, três milhões de pessoas. Mas havia isso. Então, o que eu via na Assembleia é que as reivindicações

que chegavam com mais vigor eram as de funcionários, dos professores, um setor destruído no tempo e no espaço...

E aí, de lá, fui indicado para secretário de Fazenda do Município. Isso em 89. Assumi a secretaria, o prefeito era o Marcello Alencar. Foi um trabalho enorme que tive, porque o regimento era tecnicamente falido. Mas havia uma reforma tributária que a Constituição de 88 fizera. Essa reforma *per si* ajudou os municípios todos a saírem da falência. Impressionante: todos os prefeitos que assumiram em 89 foram excelentes. Porque tiveram a sua receita quadruplicada. Por pior que tenha sido a gestão deles, quando se tem muito dinheiro, dê certo ou não, não se dilapida tudo. Hoje, as prefeituras estão todas falidas. A gestão pública no Brasil é muito ineficiente. Durante o império da República Velha, permitiram que os estados passassem a tomar dinheiro do exterior. E as prefeituras também. O Getúlio veio e acabou com tudo isso, a união podia tomar e acabou com a dívida externa. Hoje voltou a mesma roda-viva nos municípios de São Paulo, Rio, Curitiba... é um negócio cíclico no Brasil, não adianta ler a história, mostrar... e dizer: “agora é diferente, as relações são diferentes”. Tudo é igual... o ser humano não tem como mudar.

Então, eu, em quatro meses como secretário, comuniquei o prefeito de que havia saneado as finanças, saímos da falência. Mas passei a ter atrito por causa das interferências indébitas do filho dele na secretaria. O atrito com ele foi num crescente. Eu também desconfiava de umas operações, porque o prefeito disse que as operações de aplicação no mercado seriam do gabinete. Eu não me incomodei. Estava sobrecarregado na secretaria, que era mais arcaica que a da cidade de Belém. Para emitir uma certidão negativa de IPTU levava quinze dias. Quando em São Paulo, Pará, levava dez segundos, porque aquilo era informatizado. Meu trabalho foi grande para informatizar, dinamizar a secretaria, mudar aquelas relações. Mas a coisa começou, nesse ponto, a ficar insustentável e pedi minha demissão ainda em 89. Havia ali uma situação política de suplência de deputado, e me pediram para ficar até 15 de abril. Não aceitei a data. Houve incompatibilização... e mandei aviso para me substituir. Aí a relação já era muito precária, não tinha nem conversa: ele falava com meu chefe de gabinete e eu com o dele. Uma coisa horrível. Queria voltar e assumir automaticamente o meu mandato de deputado. Aí o prefeito deixou para a data de 31 de janeiro. Deixei nessa

data, com uma dívida liquidada e 300 milhões de dólares em caixa. Irônico. Ao final da gestão, ele deixou uma dívida maior do que recebeu. A receita aumentou, mas a dívida também. Isso não interessa. Deveriam obrigar essas prefeituras a não se endividarem.

Saí, me candidatei novamente a deputado, era o Brizola candidato a governador, e fui eleito novamente. Depois de um ano, não queria ser nada, me coloquei num canto, mas aí o Brizola me chamou para ser líder dele de novo. Fiquei durante um ano e meio, pedi para sair também. Larguei, passei a liderança para outro, porque se comunica à mesa da assembleia que não é mais nada e acabou. Larguei, me atritei com ele. E não queria ser candidato, o estado de espírito era o mesmo que o de hoje. No final acabei sendo candidato por três meses, perdi a eleição. É essa história...

Quando eu era presidente da Assembleia do Rio, veio falar comigo um coronel. Veio reclamar que morava no Jardim Botânico e que o pessoal fazia batucada embaixo da janela dele. Queria que eu pedisse à polícia... Sabe quem era esse cara? O que foi em nome do Primeiro Exército na Fundação Getulio Vargas pedir minha demissão. Ele estava lá, malvestido, um coitado, pedindo isso para mim, presidente da Assembleia no segundo ano do estado. Irônica a vida...

Sou autor da maioria dessas leis de ecologia, que o nosso querido Minc fala tanto. As leis são minhas. Todas as leis econômicas do estado, tributárias, fui eu que fazia porque entendia. As leis de segurança, por exemplo: controle de ferro-velho, de clube de automóvel. Quem determinou que os shoppings deviam se cercar – o que depois foi adotado no país inteiro – fui eu. Em São Paulo, Brasília me pediram a lei e fizeram. Hoje, o nível de roubo em shopping e supermercado é mínimo. Aqui roubavam 7 mil carros por ano nesses lugares. Minha lei reduziu a zero. Da parte de ecologia, até dou aqui...

Essa, do *habeas data*, que o Mário Covas falou tanto, foi criada aqui no estado, em 84. Ele criou em 88 e ficou famoso. O *habeas data* é o que dá direito a saber sua ficha em banco de dados. Quando vejo, ele fazendo o maior sucesso, e já tinha a lei aqui, minha... Foi até o pessoal da informática que procurou e achei ótimo porque amanhã, se o cidadão é fichado – não só politicamente mas, por exemplo, num negócio de crédito –, fica rolando aí... e tem que pagar para saber. Comigo, limpava de graça... Era a defesa do cidadão. Tenho tantas leis que nem sei mais o que fiz.

Fui pródigo em lei, mas isso não muda nada! O que tem que se mudar hoje é o que é a representação popular. A delegação e o limite. Elegem um governador, um presidente, um prefeito, um vereador, um deputado estadual e federal, eles têm um programa partidário, as promessas de campanha. No dia seguinte, abandonam e fazem o que querem. Não o delegamos para isso. Não fomos no cartório e passamos uma procuração, dizendo: “faça o que quiser”. Não. Toda delegação, procuração, é limitada. Tem que especificar. As pessoas mudam de opinião e ninguém é obrigado a ficar com a mesma. Se mudei, submeto plebiscitariamente e mudo o programa do meu partido. Se a opinião pública continuar a favor... O Marcello Alencar prometeu melhorar e proteger o Banerj e o privatizou. Ele não podia mudar, foi eleito com um voto... Ele não pode extrapolar e ultrapassar a procuração.

Por isso, sinto que um grupo de pessoas honradas e honestas não quer fazer política porque acha que é inoperante. Por exemplo, o Almino Afonso também não quer mais ser candidato. É melhor ficar estudando aqui do que ir lá debater com um bando de cretinos, que estão rindo porque estão pensando que levam das companhias de ônibus, dos fornecedores de merenda... Isso tudo é mensal! Mensalmente eles recebem... Se estamos nisso, fazemos um teatro, mentimos também. Sabemos que eles são mentirosos... Fazemos discursos, votamos, perdemos. Mas coonestamos o que eles fizeram.

Lembro de uma eleição que houve no Tribunal de Contas. Convenci a bancada do PT a sair. Eu era líder do PDT, e tentei convencer a minha bancada. Havia um candidato nosso, que disse:

– Você está me sabotando!

– Não estou te sabotando. Não quero que você fique no ridículo e cooneste essa sacanagem.

Ele insistiu, foi candidato. Tive que votar. Votei só nele, o resto em branco: ele teve só 11 votos numa bancada nossa de 20. Um voto, dizem na época, custava 30 mil dólares. E eram dois votos. Numa noite, um deputado ganhou 60 mil dólares. E, no Japão, tem um cara se suicidando porque ganhou 40, 50 mil dólares em comissões. O ministro da Fazenda renunciou por causa disso! Então, qual é a saída? Não sei... Mas essa saída eleitoral não é...

A merda é que a eleição está chegando, se talvez me põem como candidato, vou perder porque não estou fazendo nada! Me falta fé... A gente tem que fazer as coisas porque acredita. Acha que pode colaborar. Ainda há

muita coisa para se fazer nesse país, mas a solução eleitoral não está funcionando... Não estou pregando a revolução, porque isso agora é impossível, com essa hegemonia da Roma de Washington. O que acho é que temos que mudar os métodos de delegação. A operação Mãos Limpas, na Itália, teve um grande resultado positivo. O presidente da Fiat está na cadeia, porque falsificou balanço. Aqui, se for fazer isso, prende um milhão de empresários...

Eu me acho politicamente ingênuo. A maioria dos marxistas, no fundo, é assim... Marx é um Cristo do século XIX. Ele pregava a salvação, acreditava, carregou isso de materialismo. Era preciso. A época da Revolução Industrial... Ele fez isso. Na verdade, a pregação dele é cristã, pois ele acreditava que o mundo é para o bem, que o homem vai se libertar, que tem mais qualidades boas coletivamente... Hoje, não acho isso... Apesar de não achar em nível racional, não consigo viver isso em nível emocional. É bem diferente... Ainda acredito nas pessoas. Mas a vida me ensinou que não é nada disso... Realmente, dos animais, o pior é o ser humano. Eu tive uma ruptura, quando saí de São Paulo. Lá tinha cachorro, criei galinha, coelho... tudo isso deixei pra lá. De uns dez anos para cá, comecei a ter cachorro de novo. A relação com um animal, até de amizade – não é de superioridade –, é melhor que com o ser humano. Não é descrença no ser humano, mas é a realidade que estou vivendo...

Hoje me dedico a estudar muito, sempre foi uma característica da minha personalidade. Algo que não seja o trivial simples. Estou lendo um livro do Garaudy sobre os mitos fundadores da política de Israel, e vi muita contestação e já gostei. O espírito da gente nunca muda... engraçado! Um contestador morre contestador. Leio vários livros... O que me interessa é o inusitado. Essa também foi uma característica minha. Minha opção pelos menos favorecidos foi porque meu espírito é contestador. Sou da turma que vê o rei nu...

O poder sempre foi roubo, na verdade. A gente fica idealizando... Vamos citar um caso: por exemplo, o do Weffort, “grande teórico do socialismo”. No dia seguinte em que foi convidado para ser ministro:

– Esqueçam tudo o que eu fiz.

É o que estou dizendo. Um “grande teórico”, o mais querido do Lula. Como é que uma semana depois ele é ministro do outro? Então o outro estava certo! Eu votei no Brizola e depois no Lula. Mas olhem isso! Ele

não tinha o que falar. Fez o mesmo que o Fernando Henrique Cardoso, que sempre foi um merda... O Sodré sempre falou:

– Olha, esse aí não tem nada que falar, escreve bobagens...

Foram poucas as pessoas que conseguiram ascender a cargos do poder e continuar com aquilo que pensavam. Era um discurso para fora, não estava internalizado. Eu internalizei isso na minha formação e acho que foi um equívoco na minha vida!... Porque ninguém faz isso...

Nesta análise, é importante observar o papel de 32 na formação dos intelectuais. A raiz do antigetulismo dessa elite intelectual de São Paulo está ali. Eles, na verdade, diziam-se de esquerda, mas eram de direita. Era uma “direitona”. Intelectualmente havia aquela dissociação, o discurso de esquerda, por exemplo, do Weffort, do Fernando Henrique, do CEBRAP da vida, da USP... nunca entenderam Getúlio. Mas isso é uma outra discussão própria da USP. A USP tem até hoje um pensamento viciado por 1932, em relação a Getúlio.

Sempre tive desprezo pelo Fernando Henrique. Isso me foi inculcido pelo Nelson Werneck Sodré, que há trinta anos dizia que ele só escrevia bobagens. Ele não mudou de opinião coisa nenhuma, sempre foi isso. Ele me dá nojo. Porque, aqui no Brasil, ele é arrogante. Mas quando vai para o exterior procura contar piadinhas, ser agradável... é o sabujo diante do patrão. Como sempre gostei do Cyrano de Bergerac: “... subir não muito, porém subir sozinho”. Essas coisas marcaram minha vida. O Cyrano é inusitado, combate a estrutura do poder, o nariz dele é simbólico, ele enfrenta tudo, no fim, é assassinado... Eu procuro combater essas coisas, dentro de um limite. Tenho militado em jornal... Procuro mostrar às pessoas que o rei está nu.

Estou procurando escrever algo sobre economia. Temos as grandes variáveis macroeconômicas: desemprego, PIB, crescimento industrial, tecnologia. Todos falam nisso. Ninguém fala de uma variável fundamental no Terceiro Mundo: a corrupção. Em relação ao PIB do México, deve ser 15%; no Brasil, 10%, no mínimo. O que ela traz de custo direto ao se saquear o estado é o indireto... Por exemplo, em três anos devastaram a Amazônia mais do que em todos os séculos. Qual o custo indireto disso? Estão despoluindo o Tietê e a Baía da Guanabara, um bilhão de dólares cada um! Isso foi feito predatoriamente... Ninguém pensa... além de um outro custo: a descrença, o desânimo no espírito de luta da população. Isso estou levantando, não sei se vai ter repercussão. Eu gosto disso...

Acho que errei muito na minha existência. No sentido de que me atirei à luta sem armaduras. Em alguns da esquerda se encontram os que se atiram à luta sem armadura nenhuma. Se bobear, não vão brigar nem a cavalo, mas a pé! Nós temos um quê de Dom Quixote. Só que nossos moinhos não são de vento... E ainda não são “nossos”, são deles! É isso que penso... é minha natureza, não posso mudar, então vou lutar sempre... Espero ter forças até o último dia. Vocês devem ter sentido isso nas histórias de outros companheiros que dedicaram suas vidas, suas carreiras. É com aquela dimensão, aquela entrega... O cristão não entrava na arena para ser comido pelo leão? Ele não sabia que podia ter como destino aquilo e assim mesmo ia? Tinha uma fé... A gente acreditava que podia mudar a sociedade. E ainda acredito um pouco porque, por mais que a razão mostre que é difícil, prefiro o sonho... Ou damos uma dimensão muito maior ao que temos capacidade de fazer... ou não fazemos nada. Quantas pessoas, nessa trajetória, falaram:

– Chuay, você é bobo. Não vai mudar nada... A natureza não é essa, de mudar... o ser humano é assim.

Pessoas da minha própria família, psicanalistas, sempre falaram isso. Então, no fundo, penso: quem tem razão? Freud ou Marx? Tem que ver... Apesar que o Marx previu tudo isso aí: o fim do trabalho, a tecnologia avançando. Só que previu que a sociedade do fim do trabalho se apropriaria dos meios de produção, faria a divisão do excedente econômico.

Preparem-se para o mundo sem trabalho. Pouca gente terá. O ser humano é descartável, não precisa ter milhões deles com a máquina, a automação. O futuro pode ser radioso, dependendo de quem for detentor da tecnologia. Farei para mim ou para todos. Agora, volto à questão: quando o poder deixará de ser o saque, a roubalheira, a sacanagem, a acumulação privada?... Historicamente o poder é assim. Começou com os saques das hordas de bárbaros... Sofisticou-se com os reis eleitos por Deus e coroados pelos papas. Mesmo no antigo Egito já havia esse poder “divino”. Veio a revolução de 1789, que tentou democratizar o poder. E veio a revolução da mídia, que, na verdade, é uma teocracia televisa, não escrita. Esse é o mundo que nós vivemos... Não fiquem desanimados não... Se se tem consciência para poder entender um pouco, já é um privilégio. Não é?

Wilson Fadul

A narrativa de Wilson Fadul durou dez horas divididas em duas sessões de entrevistas, sem que esgotássemos totalmente sua trajetória. A partir de seu ingresso nas Forças Armadas como médico do Exército nos anos 1950, teve uma influência política preponderante no meio militar e civil na região central do país, então estado do Mato Grosso, onde serviu na cidade de Campo Grande. Lá foi eleito vereador, deputado estadual e prefeito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo sido ministro da Saúde do governo João Goulart às vésperas do golpe de 64.


Na ditadura, além de ter sido cassado, preso e processado, sua esposa – considerada conivente com as atividades políticas familiares – e um de seus filhos – guerrilheiro da organização VAR-Palmares – foram presos e severamente torturados. Sua narrativa foi intensa, num tom simultaneamente objetivo e reflexivo, mesmo nos momentos mais árduos.

Detentor de vasto arquivo pessoal já utilizado pelo cineasta, documentarista e historiador Silvio Tendler, também parceiro desse nosso trabalho – na produção do documentário *Jango* (1984) e *Militares da Democracia: os militares que disseram não* (2014), – e por personalidades políticas como Almino Afonso e estudiosos como Darcy Ribeiro, cedeu alguns documentos para a complementação de sua história de vida.

Por sua importância como figura política, primeiro como médico militar no interior do Brasil, depois como vereador, prefeito, deputado federal e também como Ministro da Saúde no governo derrubado pelo golpe de 64, seu acervo está depositado para estudos e pesquisas na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro. E, assim como a narrativa biográfica que se segue, outros estudos podem ampliar o que é compreendido sobre as ousadas discussões e reformas que defendeu na área da saúde que, para ele e muitos pesquisadores, foram precursoras do que viria a ser o Sistema Único de Saúde (SUS) no período de redemocratização.

Seu longo depoimento detalha as estreitas e profundas relações políticas e disputas de poder entre militares e civis, mesmo no período considerado democrático, desde o governo Vargas, passando pelo de Juscelino Kubitschek até chegar no mandato conturbado de João Goulart, do qual foi importante personalidade política.

Wilson Fadul faleceu em outubro de 2011, no Rio de Janeiro.



O golpe estava em andamento...Eu retirei o Presidente do avião presidencial, porque estava sabotado!

Acho interessante trazer uma base sobre minha família e infância, visto que isso teve um impacto direto no que estaria por vir na minha vida. Minha família, em suma, era bem grande e a história dela é curiosa. Começando pelo meu pai: ele era um imigrante, libanês, que chegou no Brasil em 1910. Diferente da grande maioria dos libaneses que imigraram para o Brasil, meu pai tinha uma tendência em ser fazendeiro. Dessa forma, assim que chegou, largou a atividade mercantil e se dedicou aos problemas agrários, fazendas, essas coisas. Dentro desse âmbito, ele até que, relativamente, se deu bem. Chegou a ser proprietário da Fazenda Bela Aliança, na Barra do Piraí.

Essa fazenda, de um ponto de vista histórico, é um espaço muito interessante. Isso porque, anteriormente, ela havia sido propriedade de um conde e foi um espaço muito frequentado pela família real. O espaço inferior, para vocês terem noção, guardava correspondências do Império, endereçadas ao imperador. Nessa época, ainda não conseguia enxergar a importância dessas coisas, mas tudo era meio mágico, lembro de pensar: “O imperador fazia as refeições nesse espaço!”; “Esse era o quarto em que a Princesa Isabel dormia!”. Todas essas coisas são mantidas, com muito carinho e afeto, na minha memória.

Agora, indo para um lado mais pessoal, ele era um homem muito tranquilo, sereno, quieto e que, da sua maneira, era muito amável com as pessoas à sua volta. Além disso, ele era um homem muito educado que, através de um interesse pessoal pela política, conseguiu fazer amizade com muitos políticos mineiros.

No entanto, mesmo com todas essas amizades e cultura, nunca teve nenhuma atuação política direta. Todas as suas conexões e contatos se mantinham somente no âmbito da amizade pessoal. Acredito que a admiração que ele possuía por esses políticos, que naquele tempo eram homens sábios, acabou desaguando em mim, visto que ele sempre comentava fatos sobre eles. Desse modo, fui entendendo a história dessas pessoas e a influência que elas tinham na República.

A minha mãe, por outro lado, era filha de portugueses e tinha nascido aqui no Brasil mesmo. Assim, a relação que mantínhamos com a família por parte da minha mãe era muito intensa, uma vez que eles moravam bem perto da gente. Curioso pensar nos meus pais antes do meu nascimento... É uma sensação de nostalgia e felicidade.

Meus pais haviam se mudado recentemente para Conservatória, município de Marquês de Valença. Eu nasci neste município e ali nos mantivemos por um bom tempo. Anteriormente, em Leopoldina, cidade natal da minha mãe, eles já haviam concebido minha irmã e, além disso, foi a cidade na qual eles casaram. Na realidade, foi logo após ela nascer que eles vieram para Conservatória.

Lembro-me que fui interno com oito anos que, parando para pensar, é bem cedo. Fiz, no Colégio de Leopoldina, o curso primário e o ginásio. Minha irmã, pelo contrário, ficou na Barra do Piraí com as minhas primas, na casa do meu tio. Neste tempo, era muito comum as moças estudarem para serem professoras. Uma moça médica, advogada, engenheira, nessa época, era uma coisa muito incomum. Mas não era impossível.

O colégio que fiquei interno possuía ótimas referências e, além disso, a comodidade que ele me oferecia, por ser perto da minha casa, era algo fenomenal. Desse modo, eu acabei fazendo todo meu colegial em Leopoldina. Esse colégio possuía um curso diferente do comum porque, além das matemáticas e ciências exatas, nós aprendíamos latim, e assim estudávamos com mais afinco. Eu era muito ativo, mas não era muito chegado nos estudos. Pois, levantar-se às cinco da manhã, sentar-se numa mesa até às oito horas da noite, com duas horas de intervalo durante todo o dia, era um negócio muito complicado.

Nessa época, eu gostava de experimentar diversas coisas, por exemplo: fumar. A gente, naquele tempo, tinha uma atração especial por isso. Mas, eu sempre acabava sendo castigado, ficava preso – não podia sair aos domingos.

A minha entrada no ginásio coincidiu com a Revolução de 30. Assim, eu acabei pegando a nova reforma no ensino, estabelecida por Chico Campos, que introduziu dois anos complementares. Nesta nova reforma tínhamos cinco anos de ginásio e dois anos complementares, desse modo, esse período complementar correspondia a um intervalo entre o curso ginásial e a universidade. Antigamente, nós terminávamos o ginásial e já íamos direto fazer o exame para a universidade. Infelizmente, o curso complementar durou somente dois anos – foi abolido. Não sei o que levou a abolição do curso, mas ele se assemelhava, de maneira absurda, com os “cursinhos” que temos hoje em dia. No entanto, ele era muito melhor, mais sério, mais responsável, e tinha um professorado altamente capacitado, visto que eram os próprios docentes da faculdade que ministravam as nossas aulas. Na minha opinião, foi a melhor coisa que eu fiz na minha vida.

Dessa maneira, depois que terminei o curso complementar, já fui prestar o vestibular. Minha habilidade com matemática era algo admirável e, por conta de ser uma ciência abstrata, eu possuía tendências a me abstrair das coisas práticas. Por conta disso, a profissão mais óbvia para mim seria advocacia. Mas, eu tinha vontade de contrariar esse destino, por conta disso, busquei colocar meus pés no chão e procurar uma outra área. Colocar os pés no chão significava, de maneira mais objetiva, estudar alguma coisa material, algo que apresentasse a realidade objetivamente, impossibilitando, dessa forma, que eu ficasse pairando sobre coisas indecisas ou sem contorno. Portanto, com essas ideias em mente, escolhi estudar medicina. Além disso, meu próprio bisavô tinha estudado medicina e largou para se casar.

Havia no Brasil, no fim do século passado, um botânico ilustre, de origem alemã, chamado Gustavo Pekol – tinha dois filhos. Waldemar Pekol, um de seus filhos, era médico e possuía uma fazenda vizinha. Devido a isso, ele sempre frequentava a minha casa com sua esposa. Ele era cirurgião otorrino e era compadre do meu tio. O Dr. Pekol era uma espécie de deus lá na família, era sempre: “Ah! O Dr. Pekol. Chegou o Dr. Pekol!”. Depois de um tempo eu conheci seu irmão que era médico do Instituto Oswaldo Cruz. Oswaldo Pekol era clínico. Infelizmente, não era uma pessoa de renome, mas era um homem trabalhador.

Acho que posso afirmar que eles, de algum modo, foram uma influência para a minha escolha, a minha decisão de fugir do bacharelismo brasileiro e focar em uma profissão que me ativesse mais às coisas materiais.

Prestei o vestibular na Faculdade Fluminense de Medicina e, consequentemente, fiz meu curso. Minha escolha de estudar lá foi influenciada por uma septicemia que tive – naquela época era um negócio fatal. Por conta disso, morar em Niterói – onde se situava a faculdade – era a melhor escolha, visto que minha família estava morando em Macaé.

Essa septicemia que me acometeu foi uma questão muito séria. Logo quando descobrimos, um médico, que era amigo da minha família, me atendeu e me deu umas amostras de prontossil – foi a primeira sulfa sintetizada na Alemanha. Era curioso, pois ele aplicava as injeções de prontossil e eu urinava vermelho, quase da cor de Coca-Cola. Após algumas injeções o quadro septicêmico se desfez e eu sobrevivi. Eu compreendo, obviamente, que foi uma sorte ter esse conhecido, pois não teria sobrevivido se não fosse por essas injeções.

Vamos retomar a minha vida universitária. Lembro-me que entrei na universidade e, posteriormente, ingressei no corpo profissional da Santa Casa de Misericórdia. Minha decisão de entrar como profissional na Santa Casa foi, obviamente, influenciada por um profissional que atuava na instituição. O profissional em questão era Pedro Maria de Moura. Ele era um homem extremamente correto. Não era brilhante, mas um profissional muito competente, aquilo que comumente chamamos de “pé de boi”. No entanto, o que me chamou atenção e, consequentemente, fez com que eu ingressasse na Santa Casa, foi dos internos operarem na enfermaria a qual ele comandava. Se não me falha a memória, era a única enfermaria da Casa na qual o aluno operava. Quando entrei, tinha seis leitos, tomava conta de todos. Por isso, afirmo, categoricamente, que a Santa Casa de Misericórdia foi o motivo da minha aproximação e evolução na medicina.

A entrada para a enfermaria do Dr. Moura mudou minha rotina. Saía de Niterói às cinco horas da manhã, porque não podia chegar depois das sete horas. Recordo-me que a política para permanecer na enfermaria era bem séria, podia faltar somente três vezes no ano. Dessa forma, não tinha carnaval, não tinha velório, a minha vida era voltada inteiramente para aquilo. Perderia o lugar se não fosse assim.

O Dr. Moura, diferente da maioria dos donos de enfermarias, chegava sempre no horário e não admitia atraso no atendimento. Quando chegava e tinha um novo doente ele sempre apontava:

– Tem um doente novo ali.

Reuniam-se todos em torno daquele leito e ele perguntava para o inter-no responsável:

– De que se trata o caso aqui?

Caso a resposta fosse:

– Ah, doutor! Eu cheguei ontem à noite e não sei o que está o aco-metendo.

– Mas isso não se faz!!

E, assim, iniciava-se uma grande lição sobre ética médica, sobre com-portamento:

– Como é que um doente chega à enfermaria às quatro da tarde e, no dia seguinte, o senhor não sabe o que o acometeu, não atendeu o doente, não fez exame. O senhor não tem sequer uma idéia do que o doente tem! Isso é inadmissível!!

Essas lições eram mais comuns do que eu gostaria de admitir. Logo após o sermão, nos dirigíamos para examinar o problema.

Dentro da enfermaria não foi somente o Dr. Moura que teve um im-pacto na minha vida. Havia uma efervescência política enorme lá dentro. Eu era um fanático pela França e sua cultura. Mas, lá dentro, todos os internos eram mais próximos da Alemanha, pois o professor Moura tinha sido da Formação Integralista Brasileira, membro da Câmara dos 40. Imaginem, eu era o único comunista ali. O único! Era uma bagunça dentro da enfermaria, pois eu não me calava não, emitia minha opinião com força. Pensem comi-go, neste período estava ocorrendo a Segunda Guerra Mundial, portanto, a discussão sempre girava em torno de alguém falar:

– O Hitler já ganhou... Isso são favas contadas.

– Não ganhou coisa nenhuma! E nem vai ganhar, por isso e por aquilo...

As discussões eram sempre engraçadas... E no meio delas o pessoal ain-da fazia uma carga contra mim:

– Você vai perder o emprego na enfermaria!!

Tudo isso fez com que eu estudasse cada vez mais. Não deixava nada passar, me pegava lendo até mesmo as letras miúdas do texto. No horário da aula, eu levantava diversas questões, e ninguém sabia nada sobre, pois não era necessário saber. Mas eu sabia, tinha noção do porque a varicocele é do lado esquerdo e não do lado direito, porque a artéria desemboca em favor da corrente sanguínea, sabia de todos os detalhes. Por conta disso, o Dr. Moura

foi se interessando por mim, até que, não lembro ao certo o dia, ele me deu o comando do ambulatório. Todo mundo ficou surpreso com a decisão.

Meu projeto, dentro da profissão, era ser professor. Infelizmente eu não consegui atingir esse objetivo por uma série de razões. Mas, independente disso, eu aprendi muito com o Dr. Moura. Afirmo que ele me fez um médico razoavelmente bom, capaz de usar meu diploma em qualquer circunstância.

Neste período, havia, no Rio de Janeiro, um concurso famoso para atuar dentro do Pronto Socorro do Hospital Souza Aguiar. Era um concurso extremamente difícil, havia somente 60 vagas para, mais ou menos, 600 alunos. Um negócio absurdo! Fiz esse concurso e, incrivelmente, passei. Foi um susto, porque eu não estava preparado para a realização dele. O Pronto Socorro foi o local em que eu me preparei para os problemas do cotidiano, chegava apenas medicina de urgência.

Logo depois, fui designado para o Hospital Getúlio Vargas. O espaço era muito novo, mas os médicos que estavam atuando não estavam bem preparados. Minha equipe era grande, e no meu plantão acabava fazendo tudo. Inclusive, aconteceu um fato engraçado enquanto trabalhava neste hospital, porque eu nunca tinha feito um parto. Só que, teve um dia, no qual eu estava de plantão, que chegou a ambulância e uma papelada escrito “Parto”, na hora eu peguei a ambulância com o enfermeiro e fomos até o local.

Recordo-me exatamente do dia, pois o Prestes estava fazendo o primeiro comício do Partido Comunista, no estádio do Vasco da Gama. Quando chegamos já tinha nascido uma criança e a mulher estava no chão, uma miséria total! A casa não tinha móveis. A criança tinha nascido, mas a placenta ainda não havia sido expulsa, desse modo, fizemos o procedimento e, no momento em que estávamos prestes a completar o parto, percebi que era um parto gemelar. Sendo que a segunda criança vinha de cabeça derradeira, e isso é um problema seríssimo, pois, no caso de falha de extração, ela pode morrer por asfixia. Teoricamente, eu sabia a manobra para descolar a cabeça da criança, mas, na prática, nunca tinha realizado e nem assistido ninguém fazer. Mesmo assim, peguei e fiz a manobra de Mauriceau. Basicamente, consiste em introduzir dois dedos na boca do bebê, puxar a cabeça para baixo e, quando a cabeça sair completamente, você joga as pernas para cima da barriga da mãe, desse modo, o descolando. Não consegui na minha primeira tentativa, mas, na segunda, eu descolei a criança. Foi uma

vitória total, fiquei muito satisfeito com o parto. Imaginem que foi a minha primeira experiência e é uma vida: em um minuto eu poderia ter deixado aquela pessoa morrer.

O medo de deixar alguém morrer é um sentimento que você vai perdendo no processo de se tornar médico. Na enfermaria, lidamos com a morte todos os dias, em todos os cantos, então não tinha essa questão de piedade. A frieza é algo que te consome conforme você vai se tornando médico porque, pensem comigo, o médico “choramingas” é sempre um mau médico. Nós, médicos, não podemos ser muito sensíveis, cheio de dedos, pois podemos acabar matando o doente por excesso de cuidados.

Quando terminei o curso, já estávamos no fim da guerra. Todo mundo andava meio abatido e eu muito eufórico!

Acabei deixando a faculdade de lado neste início do meu relato, mas realizei coisas muito importantes durante a graduação. Acredito que umas das coisas mais legais foi ter sido presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade. A história sobre minha eleição é muito interessante. Estávamos concorrendo eu e Arthur Dalmácio para a presidência, ele era de um turma posterior a minha. Curiosamente, depois ele virou prefeito de Teresópolis. No momento da eleição, achei que ia perder, estava muito acirrado. Só que, no último minuto apareceu um rapaz de Mato Grosso e consegui puxar ele para um canto e conversar com ele antes de votar. Rememoro de ter dito:

- O que é que você espera desse Arthur?
- Meu sonho é fazer uma revista médica!
- Então vamos fazer a revista quando eu for eleito. Faremos a revista.

Ele confiou em mim e me deu esse voto: ganhei a eleição por apenas um voto. Arthur D’Ávila Filho, o nome dele. Assim que ganhei, nós fizemos a revista médico-odontológica que, incrivelmente teve três volumes. E, após isso, nos tornamos muito amigos. Posteriormente, o Dr. Seixas, da faculdade de Direito, derrotou Roberto Silveira. Todo esse espaço da faculdade era muito conectado com a política. Para vocês terem noção, a maioria dos nomes que estou citando tiveram ligação com a política brasileira, podem pesquisar. A vitória do Dr. Seixas possibilitou reunirmos diversos Diretórios em uma única entidade, uma vez que seu irmão era do Diretório de Veterinária. Após a eleição, conversei também com o Diretório de Economia e Engenharia e, a partir disso, fundamos a União Fluminense de Estudantes.

Ao longo do tempo, essa união estudantil veio a ter uma grande participação naquele movimento do Brasil na guerra. Fizemos diversos comícios, campanhas no interior do país, pois a guerra, na nossa concepção, levaria à redemocratização do Brasil. Essa situação toda é muito engraçada, porque já estávamos fazendo política mesmo nessa fase. Durante este período, de 1942 e 1943, nós também nos unimos à UNE e suas lutas.

Neste período, houve um episódio peculiar que revela o que era o negócio do Tenentismo. Na época, João Alberto era o ministro da área econômica e nós fazíamos uma campanha muito grande contra o governo, dessa forma, nossas atitudes e ações tinham um peso considerável. Então, por conta disso, recebi meu primeiro convite importante que veio do general que comandou a artilharia de Niterói: Grupamento Leste era o nome dessa artilharia. Cheguei lá e tive uma conversa muito estranha com o general. Ele me abordou assim:

– Por que é que o senhor está nessa situação toda?

– Olha, porque eu não posso esconder o que eu penso a respeito. Acho, sinceramente, que estamos em busca de liberdade e não posso reivindicar isso. O regime não nos agrada por esse aspecto.

– O senhor conhece o ditado do Rio Grande que diz que a gente não deve mudar de cavalo quando atravessa o banhado?

– Basicamente, o senhor está querendo me dizer com isto que depois da guerra há um compromisso de mudar o regime?

Logo após essa minha fala, ele olhou para mim, sorriu e me despediu. Isto me deixou com a impressão de que havia um intuito de afastar o governo assim que a guerra fosse vitoriosa, até porque, se pensarmos bem, seria intolerável que, vitorioso na Europa, o movimento não tivesse repercussão no Brasil.

Após tudo isso, o João Alberto nos convidou para conhecer o Brasil Central. Fomos eu, Joel Silveira – que era secretário-geral da UNE, lá no Rio das Mortes, em 1942. E foi aí que eu vi que Brasília era um negócio diferente porque, pelo menos aqui no Rio, você olha para o horizonte e, de repente, a vista é cortada por um morro. Mas lá é um descampado que você olha e perde a vista no horizonte, é um mundo inteiramente diferente...

Independente das minhas divergências políticas com o João Alberto, há algumas coisas que não podemos negar. Durante o período da Revolução de

30, ele foi um tenente muito corajoso. Mas não se prendeu somente nisso, também atuou como comandante de um destacamento da Coluna Prestes. A divisão da Coluna era bem simples, o central era o Prestes e havia quatro destacamentos, que protegiam os flancos, a vanguarda e a retaguarda. Getúlio, quando pegou o Prestes, desencadeou uma campanha contra o Tenentismo. Desse modo, o João Alberto, após a queda da Coluna, se estabeleceu no meio. Basicamente, ele conseguia conversar com os dois lados sem gerar conflito e, por isso, Getúlio fazia vista grossa e dava proteção aos companheiros de Alberto.

Curioso pensar como uma coisa leva a outra, pois essa evolução política minha, que começou com a eleição para o Diretório da Medicina, permitiu que, em 1947, eu pegasse um avião para Campo Grande com o intuito de levar alimento para algumas crianças que viviam em uma fazenda que o João Alberto instalou na cabeceira do rio que desemboca acima de Três Lagoas.

Quando chegamos na cidade onde se encontrava a fazenda fomos recebidos com o hino da Internacional Comunista e uma festa enorme, isso em 1947! Eu olhei aquilo e pensei: “Mas isso é uma loucura, né?”. Fiquei embasbacado, porque o pessoal que era levado para lá eram comunistas. E nessa cidadezinha, já próxima do Araguaia, no estado de Goiás, o tenente montou a Usina Santa Helena de Açúcar e, a partir disso, começou a desenvolver a cidade.

Após essa curta estadia na cidade, nós voltamos para o Rio das Mortes, mas nossa visita foi interrompida pela morte da senhora de um coronel. Ela sofreu um acidente com uma arma de fogo e acabou falecendo. Esse acidente fez com que retornássemos à festança da cidade de Rio Bonito. Nessa ocasião, o tenente Ciro Meireles estava presente e conversamos em meio a celebração. Curiosamente, ele tinha um irmão que era médico aqui no Rio de Janeiro, morava na Rua Visconde de Pirajá. Assim, Ciro, em meio a nossa conversa, me perguntou se haveria a possibilidade de eu entregar um pacote ao seu irmão – poderiam ser relatórios importantes. Aceitei o pedido e falei:

– Eu vou ser estafeta do Partido Comunista! Coloca o pacote na minha mala que eu levo.

Cheguei no Rio, liguei para o irmão do Ciro, marcamos um horário e fui na casa dele entregar o pacote. Lembro-me de chegar em sua casa, olhar um pouco ao redor, tirar o pacote da minha bolsa e falar:

– Está aqui o pacote do seu irmão que está em Caiapônia.

Foi algo muito breve, curto, sem espaço para muita conversação. Após a entrega nos despedimos e eu nunca mais o vi. Fiz esse favor para o Ciro que depois, na redemocratização do país, apoiou o Eduardo Gomes contra o Prestes. São episódios como esse que, na vida de um estudante, possibilitam que um horizonte vá se abrindo na sua frente. A política estava em cada passo que eu dava. Mesmo dentro da minha profissão, pois – imaginem comigo – no momento em que eu estava fazendo o parto da criança, o Prestes tá falando no estádio do Vasco. Quando estávamos no interior do Brasil, quase que no fim do mundo, em meio a uma viagem nos deparamos, literalmente, com um *soviet!*? Isso tudo vai enriquecendo muito a sua vida, sua existência, permitindo que as coisas sejam vistas com complexidade, um ponto de vista completamente diferente.

Todas essas questões foram uma virada de chave pra mim, uma vez que a maioria dos profissionais que se formam na minha área sempre pensam de um modo simplificado, principalmente quando falamos de política. Mas as coisas, no geral, são de uma natureza complexa, não inteligíveis de imediato; não são retilíneas. Portanto, desde a minha atuação dentro da enfermaria do Dr. Moura até essa viagem, as experiências não seguiram distantes. Minha atividade profissional e política foram se cruzando, nunca andaram separadas!

Incrivelmente, minha vontade, mesmo com todas essas coisas relacionadas à política circulando, era ser professor. No tempo em que atuei na enfermaria, o Dr. Moura estimulou muito essa ambição minha. Fatidicamente, essa é a ambição de todo médico: ser professor na sua atividade. Nunca quis ser funcionário público, deputado, nada disso.

No entanto, todos os concursos públicos, quando o Dutra assumiu, foram proibidos. Foi uma grande bandalheira. Indiretamente, ele atrapalhou a minha vida. Rememoro que, quando isso aconteceu, meu pai, como um grande protetor, se ofereceu para montar um consultório para mim, mas eu não aceitei. A ideia de fazer a livre-docência estava fixa na minha cabeça e eu precisava de títulos para conseguir alguma coisa. Dessa forma, comecei a prestar concursos.

Felizmente, abriram um concurso para a Aeronáutica e, como era a única opção que eu tinha, resolvi fazer. O concurso era por especialidade então,

como isso era uma vantagem para mim, resolvi me inscrever como cirurgião. Mas, eu queria fazer isso apenas para conseguir título, nunca foi minha intenção ficar muito tempo lá.

Para prestar o concurso era necessário ter o diploma, só que nesse tempo ele levava dois anos para ser emitido, era um inferno. A minha sorte foi que o diretor de Saúde da Aeronáutica, Ângelo Godinho dos Santos, era amigo do Dr. Ivan, um amigo meu. Desse modo, o Dr. Ivan conversou com o Godinho, que falou com o ministro, Pires de Albuquerque, e adiaram o concurso por um mês para aguardar o meu diploma. Infelizmente, meu diploma não saiu nesse um mês, mas o Godinho, devido a essas conexões, aceitou uma carta da faculdade como comprovação da minha conclusão.

Por sorte minha a prova abordou um tema no qual eu já era perito. No período em que eu estava na faculdade, estava ocorrendo a Guerra Civil Espanhola e esse conflito foi um marco na evolução médica mundial. Assim, como grande entusiasta pela história da guerra, iniciei um estudo aprofundado pelo que rondava esse assunto no entorno da medicina. Cheguei ao ponto de decorar um livro inteiro, até mesmo os desenhos. Então, na prova, caiu uma questão sobre abscesso, que era um dos temas que eu tinha decorado por conta dos meus estudos sobre a Guerra Civil Espanhola. Lembro que na hora de responder eu até mesmo desenhei, coloquei o corte e tudo mais.

Tirei primeiro lugar nesse concurso e, logo em seguida, prestei o curso de médico de aviação. Terminei em quarto ou quinto lugar, não me lembro ao certo. Aí, depois da conclusão, me apresentei ao brigadeiro Godinho, para agradecer o que ele tinha feito por mim e comentar que ia tocar minha vida adiante. Ele fez um apelo para eu ficar atuando na Aeronáutica pelo menos um ano porque, na visão dele, era chato eu ter terminado aquele curso todo e ir embora. Eu não queria muito, mas ele me deu a oportunidade de escolher o local que eu quisesse para ir trabalhar. Fiquei dubio na hora de escolher, pois aqui no Rio de Janeiro eu não queria ficar, se fosse para trabalhar na Aeronáutica. Neste momento, me perguntei: “O que mais preciso agora na minha profissão de médico? Eu preciso ter um contato, uma responsabilidade, um comprometimento pessoal muito maior do que eu tenho agora”. Porque nas enfermarias, nos hospitais, a responsabilidade é muito mais coletiva do que individual. Quando chega um doente, todo mundo vai examinar e,

no caso do sujeito morrer, a culpa é coletiva, portanto, não há uma sensibilidade muito grande na hora de assinar um atestado de óbito.

Após pensar muito sobre a proposta, cheguei no Godinho e falei:

– Olha, Brigadeiro, aceito ficar um ano. Mas, com a condição do senhor me mandar para Campo Grande.

A pergunta que deve ficar é: “Por que Campo Grande?”. Porque eu já tinha conhecido o Mato Grosso pelo Norte – naquela época, o estado ainda não tinha sido dividido. Além disso, outros dois pontos me fizeram escolher essa cidade: primeiro, porque a base aérea era bem pequena se comparada com as outras; e o segundo motivo foi que aquele amigo que me concedeu o voto de minerva na eleição, do Diretório da Faculdade de Medicina, morava lá – a família dele era natural de Campo Grande.

Cheguei na cidade no dia 24 de abril de 1947, e já era tenente médico. O posto era dirigido por um primeiro tenente que não havia feito o curso, mas tinha estagiado durante a guerra. Assim, eu assumi a chefia e ele ficou como meu auxiliar. Curiosamente, não tinha nada para fazer, porque a Aeronáutica era nova e o pessoal que trabalhava lá era muito bem selecionado, pessoal muito saudável. Meu auxiliar gostava muito das fofocas de família, isso tinha de monte por conta de ser uma cidade pequena. Então, eu não tinha grandes coisas para fazer. Lembro de ficar pensando: “Bom... Eu não posso ficar aqui à toa”. Nos primeiros dias que estava lá, me pus, no tempo livre, a conversar com o irmão do Arthur D’Ávila, que tinha ido fazer o exame de piloto. E falei:

- Como é seu nome?
- Alarico Ávila.
- O que você é do Arthur?
- Sou irmão.

Neste dia, no fim da tarde, peguei meu carro e fui na casa do Arthur, estava lá um consultório. Eu disse:

– Arthur, eu preciso de um consultório para trabalhar. Não é um negócio de ganhar dinheiro, te garanto isso. Quero aproveitar o ano que vou passar aqui, dando meu melhor como profissional.

– Ah, não tem problema!

Desse modo, ele arrumou um consultório para mim, montei e comecei a trabalhar. Mas, nisso que comecei a trabalhar no consultório, me surgiu uma

outra proposta. Em Campo Grande havia um grande Hospital do Exército: era enorme, tinha 120 leitos e uma guarnição extraordinária. Aquele espaço era um teatro de operações na Guerra do Paraguai, e depois ficou totalmente abandonado. Nesta guarnição, atuava um general que era meu amigo, Sr. Oliveira, pai do Fortunato Câmara Oliveira, aviador que foi para a Segunda Guerra e, mais tarde, assim como eu, perseguido depois do golpe de 1964. Por uma coincidência meu auxiliar o atendia e, por conta disso, ele veio me procurar. Quando nos encontramos, a conversa seguiu o seguinte caminho:

– Olá Dr. Fadul, tudo bem? Eu precisava te fazer uma pergunta. Teria a possibilidade do senhor começar a prestar serviços no Hospital do Exército? Porque nós só estamos com três médicos e são 120 leitos.

– Olha, eu posso começar a atender, mas tem um grande problema que temos que resolver. Aqui não tem IPASE e eu acho que isso tá errado. Eu vou lá, mas não vou recusar a atender ninguém, independentemente se for civil ou militar, eu atendo. Se o senhor concordar eu vou, se não concordar não vou.

Acho interessante eu dar uma explicação para vocês sobre o que é o IPASE. O IPASE era um instituto de funcionários públicos. Só que, o grande problema é que os funcionários civis do Exército eram funcionários civis da União, então eles não eram atendidos no Hospital do Exército, uma vez que o IPASE era o órgão responsável por atendê-los. Mas, nessa época, não havia nenhum órgão do IPASE no Mato Grosso, não tinha médico credenciado, não tinha nada. As consultas aconteciam somente no caso de você conhecer um médico e assim ele te atendia.

Depois de impor essa condição, o General Oliveira me respondeu da seguinte maneira:

- Lógico!! Pode fazer como bem quiser.
- Posso?
- Pode.

Desse modo eu fiquei lá no hospital. Minha rotina era chegar na Base às seis horas da manhã, jogar basquete, conversar, comer. Passava uma revista geral no pessoal, às oito eu já estava no hospital. Eu amava fazer aquilo, me dedicava ao máximo, nos casos severos eu colocava o doente dentro do meu carro pessoal e levava para Santa Casa, assim, eu realizava a operação dele e depois eu ainda retornava o doente para casa. Fazia tudo isso de graça!

No meu consultório eu nunca tirei uma conta, nunca. A dinâmica era: quer pagar paga. Não quer? Não paga. Meu objetivo nunca foi ganhar um rio de dinheiro, eu trabalhava para ajudar as pessoas. Mas, mesmo assim, por conta de Campo Grande ser uma cidade muito rica, todo mundo pagava. Uma coisa curiosa, que não é todo mundo que sabe, é que havia uma aristocracia bovina, no Mato Grosso, e isso influenciava na grande quantidade de riquezas que as pessoas acumulavam. No primeiro ano do consultório, obtive lucro suficiente para comprar uma fazenda. E assim fiz: comprei uma fazenda em Casimiro de Abreu. As coisas fluíam muito bem e, por conta disso, resolvi estender minha estadia por mais um ano.

Nesse meio tempo, houve eleição para prefeito de Campo Grande e o candidato, Fernando Correia da Costa, era um médico colega nosso, da UDN. Particularmente, não conseguia ser muito favorável à UDN, era um negócio muito reacionário. No dia da eleição eu votei no Prestes, porque o Dutra era o fim do mundo, e votei nesse Fernando, que era meu colega e membro da UDN.

A realidade é que eu nem sabia direito o que cada candidato representava, sabia bem por cima. Pois meu consultório tinha crescido e a demanda era gigantesca. Isso acontecia porque Campo Grande era o centro de uma vastíssima região do estado, desse modo, todo mundo vinha se tratar na cidade. Então, todo mundo notava aquele movimento estrondoso na frente do consultório, mais especificamente, os políticos observavam aquilo e pensavam: “Esse cara tem uma força desgraçada com o povo, todo dia esse tanto de gente”. Na minha vida não tinha sábado, não tinha domingo, não tinha nada, todos os dias era aquela enxurrada de pessoas.

Neste período em que o consultório estava bem cheio, o Fernando, aquele companheiro em que votei, convidou o ministro da Aeronáutica, Armando Figueira Trompowsky de Almeida, e então ele mandou me convidar. No momento em que recebi o convite já achei tudo muito estranho, pois ele deveria ter convidado o comandante da Base e não a mim, mas não tinha como eu recusar, então fui. Toda essa cerimônia era para propor que eu apoiasse o Fernando para governador do estado. Assim que o ministro me fez essa proposta, eu peguei e lhe respondi da seguinte maneira:

– Olha, o senhor me desculpe, mas eu me atenho ao exercício da minha profissão. E se há uma coisa que eu não pretendo ser na vida é cabo eleitoral.

De modo que eu me dou muito bem com o Fernando, gosto dele pessoalmente, até mesmo votei nele para prefeito. Mas eu não trato desse assunto, já tenho muito mais o que fazer.

Eu acho que ele não gostou muito. Sinceramente, o pedido dele foi uma grande falta de respeito. Pensem comigo: chega em uma pessoa e fala assim: “Ah, você vai ser cabo eleitoral!” Ele acreditava que por ser ministro da Aeronáutica e eu ser tenente, eu teria que obedecer a qualquer custo, mas não tem nada haver uma coisa com a outra. Foi por isso, com muita disciplina, que eu recusei a proposta dele, não aceitei!

Passou-se um tempo e as coisas transcorreram naquele constrangimento. Olha como a vida é algo maluco, coincidentemente, eu tinha um chofer que me atendia, levava e buscava clientes, e o irmão dele ficou tuberculoso. Nessa situação, por conta da família dele ser bem pobre, eu ajudei como pude e, assim, consegui, em São José dos Campos, um sanatório para ele ficar. As conexões são tudo, visto que eu consegui essa vaga através da dona Leonor, esposa do Adhemar de Barros.

Estou falando isso porque, depois de um bom tempo – o irmão dele já tinha deixado de ser meu chofer – chegou um rapaz no meu consultório, atravessou todas as pessoas e foi falar comigo:

– Eu quero falar com o senhor um instante.

– Tá bem, entra aqui.

– Olha, o senhor pode não se lembrar de mim, mas sou o rapaz tuberculoso que foi para São José dos Campos. Eu melhorei, voltei para cá e me casei com a caseira do Dr. Fernando. Só que, me encontro em um problema difícil hoje, porque eu lhe devo muito e preciso lhe prestar um favor.

– O que você tem?

– Eu soube que o senhor vai ser transferido para a Santa Casa do Rio de Janeiro. Hoje à tarde a dona Séfora Trompowsky, mulher do ministro, escreveu para a dona Lenisa. Acabei escutando a conversa, pois ela foi ler a carta para as mulheres dos correligionários. A dona Séfora garantia, na carta, que o senhor seria transferido para Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Percebi que isso não era coisa boa e vim avisar o senhor.

– Menino, esquece isso. Volta pro seu emprego, faz de conta que você não sabe de nada. Muito obrigado, até logo.

Isso foi um ato muito covarde, por parte do ministro. Assim que terminei minhas consultas restantes, peguei minhas coisas e fui falar com o

Arthur, o compadre que tinha me conseguido o consultório. Fui direto nele, pois ele conseguiria me encaixar no PTB. Cheguei lá e falei:

– Compadre, como é que vai o partido aí?

– Ah, vai bem.

– Olha, eu não sei não, mas eu tô com vontade de me candidatar a vereador.

– Mas por que vereador? Vai ser deputado, tem uma enorme popularidade...

– Não, não quero ser deputado. Não estou interessado. Quero permanecer aqui.

– Tá bom! vou reservar uma vaga de vereador para você, pode ser?

– Sim! Só preciso de um tempo para verificar algumas coisas.

Conforme o tempo foi passando, fui observando algumas coisas. Fui até a base e, por acaso, o comandante Alberto Murad tinha sido meu colega em Leopoldina. Conversei com ele:

– Ô, Murad, tá acontecendo um monte de coisa e, caso tentem me transferir para o Rio, vou me candidatar a vereador. Então, se você puder preparar minha ficha, eu agradeço.

– Tá bem!

– Acredito ter força razoável para me eleger.

– Mas eles já sabem o que você quer?

– Já falei.

Quando chegou no dia 31 de agosto – a eleição era dia 3 de outubro – o padre capelão entrou na minha sala – às sete horas da noite – e me disse:

– O senhor sabe o que aconteceu?

– Não!

– O boletim de rádio da FAB cantou a sua transferência para Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

– É, então você chegou numa boa hora. Vou dispensar esse pessoal aqui... Não tem nada urgente, vou pedir que voltem no dia seguinte.

Peguei o carro e fui com o padre até a Base. Não pensei duas vezes e assinei a minha licença da Aeronáutica. Logo em seguida fui no D'Ávila e falei:

– Lanço a minha candidatura a vereador!

Meu primeiro comício, após o lançamento da candidatura, foi no dia 2 de setembro. Lembro-me até hoje desse momento, minha esposa estava grávida do nosso segundo filho, os nervos estavam à flor da pele e um turbilhão de emoções transitavam pelo meu âmago. Minha presença no comício foi muito breve, uma vez que, com base nos meus cálculos, meu filho iria nascer naquela manhã. Após o parto, nos dias subsequentes, as coisas se asentaram e, dessa forma, peguei minhas coisas, fechei o consultório, coloquei minha pasta debaixo do braço, dispensei o automóvel e gastei o solado do sapato. Foi um período muito agitado. Realizei, no espaço de um mês, uma série de comícios, em diversas localidades. A ideia era construir consultórios provisórios e realizar atendimentos, por consequência, demonstrando meu objetivo como candidato.

Na minha ideia, os nossos comícios tinham conseguido angariar uma quantidade ínfima de votos. Porém, o resultado da eleição demonstrou, com toda força, que as minhas ideias eram simples ilusões. Rememoro que o dia da apuração dos votos foi muito curioso. Estava deitado, dormindo, e, em um ato de surpresa, um amigo chegou e bateu a porta. No momento em que atendi, ele lançou, em um ato de euforia, a seguinte afirmação:

- Você é um monstro!
- O que houve?
- Você checkou a apuração?
- Não.

– A urna do fórum foi apurada. O resultado foi assim: três votos para fulano, quatro votos para ciclano e, por fim, 48 votos para Dr. Fadul.

- Talvez todo meu eleitorado tenha votado nessa urna.
- Não acredito que esse seja o caso.

Logo após essa breve conversa, nos sentamos e começamos a esperar o resultado das próximas apurações. Quando a urna do Colégio Oswaldo Cruz abriu o resultado foi semelhante: um voto para fulano, seis votos para ciclano, 49 votos para Dr. Fadul.

As outras urnas foram abertas e o resultado era semelhante. Por exemplo, no bairro do Hospital do Exército, local onde atendíamos o pessoal do IPASE, o resultado foi absurdo: tive um total de 123 votos. Acreditam nisso?

Nessa ocasião, tive 20% dos votos do município de Campo Grande, uma quantidade assustadora quando pensamos que essa foi minha primeira

eleição. O PTB, no estado do Mato Grosso, ganhou de ponta a ponta. As coisas se concretizaram e, no momento em que tive certeza do resultado, fui ao Rio de Janeiro apresentar meu afastamento da FAB. Fiz isso para negar a minha transferência para Santa Cruz. No entanto, havia em Campo Grande um grande problema com a disponibilidade de médicos e, por conta disso, me perguntaram se eu poderia reassumir meu cargo na Aeronáutica. Nessa época, apenas uma pequena parcela dos políticos recebiam salários e, devido a isso, retomei minhas atividades no consultório e aceitei a proposta de voltar a atender na FAB.

Após esse período inicial de atuação, fomos acometidos por uma tragédia sem tamanho. Infelizmente, o prefeito eleito, Ari Coelho de Oliveira, foi assassinado, em Cuiabá, um ano após ser eleito. Posteriormente, explicaram o que aconteceu: Ari Coelho foi até Cuiabá para tirar satisfação com um funcionário da repartição pública, porque ele havia escrito um artigo muito violento sobre a atuação dele como prefeito. Então, ao abrir a porta para entrar na repartição, ele foi surpreendido com um tiro, levando-o a morte.

Prontamente, depois do velório – no qual não marquei presença porque não queria ir em um enterro político – iniciou-se uma discussão sobre quem deveria assumir o cargo. No dia da discussão, me levantei – não queria, de maneira alguma, participar daquilo – e disse:

– Gostaria de pedir licença. Preciso ir ao Rio de Janeiro, vou operar minha mulher!

Minha esposa estava sofrendo com um problema vesicular e, de algum modo, isso estava provocando uma perturbação cardíaca. Sem demora, me dirigi, após sair da reunião, ao aeroporto com a minha esposa. Assim que chegamos no Rio de Janeiro, levei-a ao hospital e fui conversar com o Fernando Paulino – especialista em cirurgias torácicas – para pedir auxílio. A cirurgia teve prosseguimento e tudo correu nos conformes. Bem... Dois dias após a operação, chegou um avião da base aérea no hospital e foi conversar comigo:

– Dr. Fadul, o senhor precisa ir comigo para Campo Grande.

– Não! Não vou. Minha esposa acabou de passar por um processo cirúrgico e você acha que vou para Campo Grande. Fazer o que lá?

– Se candidatar à prefeitura!

– Mas... Nunca quis ser prefeito.

Acabou que, durante a nossa conversa, fui convencido e, assim, nos dirigimos a Campo Grande. No momento em que pousamos, percebi algo diferente do comum: o aeroporto estava cheio! Candidatos com faixas... tinha de tudo. Ao perceber toda aquela situação, me reuni com o Arthur D'Ávila para discutir sobre a situação:

– Arthur, não acredito ser a melhor solução, você é que deve se candidatar. Não tenho nada aqui em Mato Grosso, essa é a sua cidade! As minhas raízes estão em outro lugar.

A esposa era o grande motivo para D'Ávila evitar a candidatura. Ela fazia parte de uma família extremamente rica e, por conseguinte, tinha muitos problemas com a política, achava tudo muito violento. No entanto, D'Ávila, mesmo obedecendo muito a esposa, me respondeu:

– Vou fazer isso!

Em um primeiro momento, as coisas se resolveram. No entanto, fomos percebendo, com o passar dos dias, que precisávamos mudar nossa postura, visto que o apoio popular para minha candidatura era absurdo. Subsequentemente, o Filinto Müller, o que não foi surpresa, começou a me apoiar como candidato e o apoio do PSD era algo importante. Além disso, Müller exercia, dentro do PTB, uma influência absurda. Por todas essas razões, cheguei no D'Ávila e falei:

– Arthur, acho que nossa melhor opção, nesse momento, é propor um acordo decente. Podemos nos organizar e estabelecer uma conversa com a direção da UDN, assim expomos o quadro atual. Eles vão entender, se tiverem o mínimo de espírito público, que a melhor opção é permitir que a escolha de um candidato venha da gente. É a melhor maneira de sair dessa encrenca, pois, pensa comigo, podemos te escolher.

Concordamos e, dessa forma, estipulamos uma reunião. Não me lembro ao certo de todos os nomes, mas tem alguns que não tem como esquecer: Wilson Barbosa Martins; Demosthenes Martins, D'Ávila... E muitos outros, dos quais não me recordo bem, estavam presentes. Assim que todo mundo chegou e se acomodou, fui e disse:

– A situação na qual me encontro é muito delicada. Não quero ser candidato! Por isso venho aqui, em nome do partido, propor uma solução que abrace os interesses de todas as partes e que, simultaneamente, não coloque a população em risco.

Assim que terminei minha fala, Wilson Martins, que era uma pessoa muito empertigada, levantou-se e, de uma maneira muito rude, me respondeu:

– Meu partido não tem candidato!

Naquela hora, não entendi o motivo da resposta, mas, um tempo depois, descobri que foi por conta do Getúlio – ele estava contra mim. Getúlio estava muito desgostoso comigo, porque não apoiei a candidatura do Müller e, devido a isso, eles brigaram. Todavia, não tinha como eu saber desse detalhe e, devido ao tom da resposta que recebi, retruquei:

– Não! Isso é inconcebível! O partido precisa se reunir e decidir qual vai ser candidato, pois não vou ser! Venho aqui propor essa ideia, porque não quero fugir das minhas responsabilidades. Isso, de maneira alguma, é uma rendição. Na minha opinião, é um dever devolver o mandato ao partido.

Não chegamos a um acordo, como era de se esperar. Desse modo, me lançaram como candidato. Getúlio, no dia da eleição, interferiu e rachou o partido no meio. Houve duas convenções para decidir quem sairia como candidato, mas, em ambas, o partido se manteve dividido. Isso resultou em uma comoção popular gigantesca, fazendo com que a população, insatisfeita com o resultado, invadissem o diretório e o destruíssem. Por fim, minha candidatura acabou sendo lançada por unanimidade.

O período da campanha foi bem tranquilo, pois meu eleitorado se movia sozinho. Não precisávamos de um esforço financeiro, era tudo na base do amor e do carinho. Lembro que, na tentativa de virar o eleitorado para o lado deles, o juiz eleitoral emitiu vários títulos para me prejudicar. Mas, mesmo assim, acabei ganhando por mais de mil votos – o município, nessa época, tinha apenas dez mil eleitores.

Minha atuação na prefeitura, por conta da minha experiência na chefia do executivo municipal, teve alguns lances interessantes – principalmente do ponto de vista médico. Como eu já havia tratado anteriormente, as populações rurais sempre foram abandonadas. Quando cheguei no município, todas essas questões eram muito explícitas, existia somente um posto de saúde no estado, que nem ao menos funcionava. A saúde, naquele tempo, não tinha nenhuma estrutura permanente, era impossível que ela trabalhasse ininterruptamente.

Com esse problema em mente, propus estabelecer um serviço de assistência médica rural. A ideia era aplicar o sistema que utilizamos na campa-

nha. Portanto, o paciente, ao invés de ir ao consultório, iria ao posto temporário perto da sua casa. Posteriormente, esse objetivo foi melhor estruturado e apresentado na 3ª Conferência Nacional de Saúde.

Considero necessário explicar como se estabeleciam esses postos temporários. Basicamente, nomeava-se médicos, dentistas; aloca-se ambulâncias etc. Após arranjar tudo isso, marcávamos um final de semana e decidíamos o local. Por fim, avisávamos a população e as coisas iam acontecendo. Assim, percorremos, em um mês, todos os distritos do município de Campo Grande, no Mato Grosso.

O resultado dessa ação foi espetacular, visto que conseguimos atender muitas pessoas que, por conta de dificuldades pessoais, não procuravam ajuda médica. Além do mais, foi evidenciada a obrigação dos órgãos públicos de propiciar uma assistência médica adequada à população, independente de qualquer coisa.

Como vocês podem perceber, minha atuação, nesse curto período na prefeitura, foi direcionada para o interior. A título de curiosidade, o estado, assim que assumi, disponibilizou um dinheiro para comprar um carro e me opus a isso. Peguei o dinheiro e comprei um trator para dar a um pequeno grupo de produtores rurais – a produção deles triplicou. Sempre que possível, nossos esforços eram direcionados a essa parcela negligenciada da população.

Além disso, acho muito importante comentar sobre os desenrolares políticos da minha ascensão a prefeito. É difícil trabalhar todas as ramificações políticas disso, mas irei citar as mais importantes.

Na minha opinião, a mais impactante de todas foi, com toda certeza, o convite que recebi, em abril de 1953 – dois meses após a posse –, do Dr. João Goulart para ir ao Rio de Janeiro. Então, devido a ser um convite irrecusável, me direcionei ao Rio e encontrei com Jango. Porém, nossa permanência na capital fluminense foi bem breve, já que o objetivo era irmos a Petrópolis. Em um primeiro momento, não sabia disso; mas, assim que nos encontramos, o Jango me informou:

– Nós vamos para Petrópolis. Getúlio quer falar com você.

Primeiramente, estranhei a situação, pois, na minha cabeça, esse encontro não fazia o menor sentido. Mas, mesmo com essa estranheza no ar, não acreditava que poderia haver algum interesse encoberto por trás desse encontro – acreditava que tinha algo importante para resolvermos.

O Dr. Jango foi dirigindo e, durante o trajeto, fomos conversando sobre questões relacionadas ao Mato Grosso. A viagem foi bem tranquila, chegamos e fomos direto para a casa. A primeira coisa que fitou meus olhos, assim que entramos no casarão, foi o tamanho da mesa em que Getulio trabalhava. Achei estranho, pois, mesmo após nossa chegada, ele continuou mexendo na papelada. Assim, após perceber minha inquietação, o Dr. Jango me disse:

– Espera um pouco. O Dr. Getulio já vai lhe atender.

Então, me tranquilizei, sentei-me num sofá e me pus a esperar. Entretanto, a situação continuava a mesma: Getulio pegava um processo, lia, assinava, despachava e pegava outro. Ele ficou assim por quase meia hora. Quando terminou de despachar todos os processos, levantou-se, andou ao redor da mesa, acendeu um charuto e, de maneira poética, ficou olhando para o nada. Nesse instante, perdi a paciência, saí do sofá e fui confrontado por uma pergunta:

– Prefeito, até onde a morte do seu antecessor refletiu na eleição? Consequentemente, como isso se refletiu na sua vitória?

– Presidente, o senhor sabe disso: a morte do prefeito foi a eleição! Não há, de forma alguma, um mérito particular nessa campanha. Qualquer pessoa que fosse à disputa teria ganho. Pois, a fatalidade, na circunstância que ocorreu, criou um clima de comoção muito grande. Obviamente, isso refletiu na campanha.

– Hum... Como vão as suas relações com o governador?

Essa pergunta, em específico, me deu a impressão de que o Getulio não era linear nas conversas políticas – a política, em essência, não permite um comportamento como esse que ele estava demonstrando. No momento em que ele lançou essa pergunta, comecei a desconfiar. As perguntas eram feitas sem intervalo, não havia desenvolvimento de conversa, parecia que ele queria me dizer algo e estava simplesmente preparando o terreno para isso. Desse modo, respondi-lhe da seguinte maneira:

– Pessoalmente, mantenho uma relação muito boa com o Fernando. Somos colegas e, às vezes, nos encontramos no hospital. Portanto, temos uma convivência bastante razoável.

– Isso é muito bom! Ele está te oferecendo um ótimo acordo. Você pode assumir a Secretaria de Educação. Parece, para mim, que é um acordo muito proveitoso.

Após isso, ele sorriu e continuou:

– Além disso, também lhe oferece a Secretaria de Terras.

É necessário dar uma explicação sobre o quão proveitoso era esse acordo. A Secretaria de Terras enriquecia, de maneira exponencial, os políticos que assumiam algum cargo lá dentro. Isso porque, um estado daquele tamanho – são, mais ou menos, um milhão de quilômetros quadrados, com uma densidade populacional pequena que, na época, eram 200 mil habitantes –, cheio de terras férteis e devolutas, permitia que o sujeito conseguisse muito dinheiro. Esse esquema era simples: o estado vendia, por exemplo, a um cruzeiro o hectare; a partir disso, o comprador revendia, no dia seguinte, por 100 mil cruzeiros o mesmo hectare e, posteriormente, repassava uma quantidade ao funcionário que permitiu a compra abaixo do preço. Sendo assim, todo mundo se enriquecia.

Em vista disso, respondi o doutor Getulio da seguinte forma:

– A proposta é realmente tentadora, mas, infelizmente, não posso aceitar. As circunstâncias em que me elegi não me permitem, de modo algum, estabelecer um acordo como esse. No caso de uma aceitação, qual seria a explicação ao meu eleitorado? Não tenho condições de aceitar.

– Entendi perfeitamente... tudo bem.

Logo após essa resposta, ele deu uma tragada no charuto, olhou para o teto – seu olhar transparecia a frieza de uma navalha – e soltou a fumaça. Depois disso, ele continuou:

– Então... o senhor precisa de alguma coisa?

– Não! Não tenho nenhuma reivindicação para fazer.

Nesse instante, me assustei – senti um ódio vindo dele –, mas mantive a compostura. Nos mantemos em silêncio – por aproximadamente um minuto –, fizemos um cumprimento e me dirigi à saída. O Dr. Jango me esperava e, assim, retornamos para a capital fluminense. No carro, Jango me dirigiu a palavra e iniciamos uma conversa:

– Qual sua opinião sobre o diretório em Mato Grosso? Não convém desfazê-lo e iniciar uma outra convenção?

– Acho que não! O diretório já foi eleito.

– Mas ele não é homogêneo, tem muitas divergências.

– Dr. João, me desculpe, mas preciso dizer isso. O senhor não está conseguindo enxergar a questão na sua totalidade. Pense comigo: não é uma coisa

ruim ter divergências. Na realidade, é muito bom, porque abre espaço para o diálogo e possibilita uma conciliação. É mais fácil realizar esse diálogo do que eleger um outro diretório. Além disso, o partido já está muito bem organizado, portanto, qual o motivo de fazer outra convenção?

– Tem como organizar a eleição?

– Posso tentar!

– Então faça isso! Vou reconhecer o diretório e marcar a data da convenção do partido para julho,

– Tudo bem!

O partido, nesse período, estava com diversos problemas, mas, na minha opinião, o mais o mais exorbitante deles, com toda certeza, era a influência exercida pelo Filinto Müller. Lembram que, anteriormente, eu já havia comentado brevemente sobre essa questão? Então, chegou a hora de explicar. Müller era tio do presidente do partido, portanto, as decisões sempre passavam pelas mãos dele.

Com isso em mente, a proposição feita pelo Dr. Jango me agradou muito, visto que uma nova eleição traria a possibilidade de desconectar o Müller desse espaço de poder. A proposta do Jango não ficou presa na nossa conversa, pois, como ele havia afirmado, uma convenção do partido foi marcada para julho. Assim, me movimentei e comecei a conciliar alguns políticos e pessoas importantes a meu favor. Não foi uma tarefa fácil, mas, depois de acertar algumas dificuldades com alguns deputados, acabei saindo presidente por unanimidade.

Logo após todo esse período, o PTB assumiu, conseqüentemente, uma nova faceta. Ademais, também consegui aumentar meu alcance político. Por conta disso, acabei, em uma determinada ocasião, recebendo outra proposta do Getúlio.

Considero de suma importância contar sobre esse episódio. Houve, após a inauguração de uma base da Aeronáutica, uma grande festa udenista em Campo Grande. O governo, como um todo, se deslocou para essa comemoração, uma vez que a UDN de Mato Grosso, em sua maioria, apoiava o governo Vargas. Lamentavelmente, tive que marcar presença nesse evento.

Assim que cheguei na base, olhei ao redor e, para o meu desgosto, todo o governo da UDN estava lá: havia governadores, secretários, deputados, senadores, etc. A situação, obviamente, foi desagradável, pois, do meu parti-

do, estava presente somente eu e meu secretário. Por conta disso, decidi que, assim que a festa se iniciasse, iria embora. Virei para o meu secretário e disse:

– O que estamos fazendo aqui? Somos corpos estranhos dentro desse espaço. Não tem nada do nosso partido, nada que nos agrade, nem uma alma boa. Já vim e cumprimentei todo mundo, portanto, considero minha participação encerrada.

Após um tempo, pegamos o carro para ir embora. Porém, nesse momento, chegou um secretário do governo – sob ordens do Getúlio – e me disse:

– O presidente quer falar com o senhor!

Novamente isso? Nós não tínhamos nenhum tipo de relação, ele nunca me perguntou se minha prefeitura precisava de algo, nunca falou nada! Além do mais, minha posição como opositor era explícita. O único motivo que nos levaria a um encontro seria a aceitação da proposta feita anteriormente. Entendem? Alguma coisa não estava certa.

O secretário continuou:

– O senhor me escutou? O presidente quer conversar.

– Pois não!

– Ele não quer conversar agora, está te convidando para ir à casa do General Lutz.

A título de curiosidade, General Lutz possuía uma fazenda com mais ou menos uns 10 quilômetros de extensão. O espaço era muito bonito e sua esposa, Dona Graziela, era uma senhora muito simpática.

Retomando a conversa com o secretário:

– O presidente vai jantar na casa do general e está lhe convidando para estar lá às seis horas.

– Tá bem! Pode avisar que estarei presente.

O diálogo se findou e fomos embora, ainda precisava trabalhar. Entretanto, o convite não saía da minha cabeça, só conseguia pensar: “Vou sozinho?”. A ideia que se formou na minha mente era de que o Getúlio, por algum mecanismo, iria me dar uma prensada e insistir em um acordo que seria impossível recusar.

Por medo disso acontecer, acabei levando junto meu secretário e o deputado Lício Borralho – ele era do PTB e acreditava em um entendimento entre mim e o presidente. Na minha opinião, os dois, de algum modo, iriam equilibrar a balança na hora da conversa – eles me ajudariam a evitar um conflito.

Assim que chegamos, a esposa do general veio ao nosso encontro, nos cumprimentou e encaminhou-nos para o salão que, para minha surpresa, estava lotado com o pessoal da UDN. Resolvi não me aproximar, uma vez que isso abriria margem e, conseqüentemente, teríamos que cumprimentar todos. A situação já estava tensa.

Após atravessar o salão, sentamos em um sofá e nos pusemos a esperar a chegada do presidente. Ao desenrolar de alguns minutos, Getúlio chegou, pegou um copo de whisky, sentou-se na minha frente e disse:

– Boa noite, prefeito. Como vão as suas relações com o governador?

Era, literalmente, a mesma pergunta que ele tinha feito na outra ocasião – Getúlio era terrível. Então, como a questão não foi alterada, fui e dei a mesma resposta. Ele replicou:

– Muito bom! Porque ele está te oferecendo um bom acordo.

Já era óbvio para mim que a conversa tomaria esse rumo. Porém, me chocou muito ele ter feito isso na frente dos meus dois acompanhantes. Novamente, recusei:

– Presidente, contrariar o senhor é a última coisa que gostaria de fazer. Mas, não vejo outra alternativa. No momento, é impossível aceitar sua proposta. Não posso chegar no meu partido, de última hora, e dizer que vamos dar uma guinada de 180 graus em direção contrária. Com isso dito, gostaria de pedir-lhe que passássemos a um outro tópico.

Getúlio, após ouvir isso, se levantou, me estendeu a mão e nos despedimos. Logo depois disso, tomamos o carro e fomos embora. Assim que entramos, Lício me disse:

– Você não pode tratar o velho dessa maneira.

– Lício, olha aqui! Esse velho, algum dia, vai precisar de alguém aqui no estado e não vai ter em quem confiar. Só vai contar comigo! Tratei-o assim por razões políticas, não é nada pessoal! Só que, de uma coisa você pode ter certeza, com esse pessoal ele não conta. De modo que, se você tem alguma coisa a oferecer para ele agora, vá e faça. Meu assunto aqui está encerrado!

A viagem, depois desse diálogo, tomou um clima fúnebre – foi um silêncio absoluto. Em seguida, quando cheguei em casa, me vi diante do seguinte dilema: “O que é que vou fazer agora? Seguir ou encerrar? Como vou encerrar? Não tem como largar esse povo na rua, visto que foi a partir da minha

condução que chegamos nesse ponto, uma luta contra o governo do estado, governo federal, aristocracia bovina...”

Mesmo com esse dilema, segui em frente. As coisas foram sendo encaminhadas, mas o presidente não desistiu, continuou me pressionando. Continuamos o jogo, ele não intervinha na minha prefeitura, porém, ao mesmo tempo, não me ajudava em nada. Além dele, também sofria uma pressão do estado. As coisas não estavam fáceis.

Após esse dia, nunca mais encontrei Getúlio. Quando aconteceu o episódio de agosto, tomei posição ao lado dele e a UDN, como eu havia previsto, tomou posição contra.

Lembro-me que, assim que explodiu o incidente de agosto, tive que sair de Campo Grande. Meu destino, nessa ocasião, foi Ponta Porã, pois era onde se localizava o regimento mais poderoso do estado. Além do mais, os oficiais que atuavam naquele espaço eram meus amigos. Minha ideia era dormir lá e, no caso de resistência, ocupar Campo Grande de fora. Mas, quando deu mais ou menos uma hora manhã, surgiu uma intuição em mim de que o Getúlio não ia ficar vivo. Então, falei com o pessoal:

– Vou dormir e amanhã, às sete horas, vou pegar o avião da Real.

Na manhã seguinte, quando estava me dirigindo ao aeroporto, ouvi o anúncio da morte do Getúlio. No momento que cheguei, pousou um avião da FAB e o comandante, que era muito meu amigo, insistiu para ir com eles:

– Dr. Fadul, nos acompanhe.

– Não! Não quero ir com vocês, quero pegar outro avião!

Acabou que, por fim, embarquei no avião da FAB. Vim na cabine com o comandante e disse o diabo lá dentro: eles ficaram ouvindo quietos. Assim que descemos, em Campo Grande, encontro o povo revoltado. Naquele momento, percebi que minha importância ali era, única e exclusivamente, política. O conflito só aumentava e, percebendo isso, resolvi falar com o general:

– General, o assunto, devido a morte do presidente, está encerrado. O senhor, por favor, tire sua tropa e eu me encarrego de evitar qualquer tipo de incidente na cidade.

– O senhor faria isso?

– Faço.

– Então vou tirar a tropa.

De fato, ele retirou a tropa dele e eu reuni aquela grande multidão em torno do diretório e disse:

– O assunto está encerrado! O presidente está morto e a nossa resposta não pode ser dada na rua, tem que ser dada nas urnas, pois o dia 3 de outubro está próximo!

Aquela conversa de político. Na verdade, era um pouco disso mesmo, a resposta deveria vir através da mobilização coletiva, essa que deveria se expressar através das urnas, uma vez que era o único meio possível. Assim, começamos a campanha política da eleição de 1954.

Getúlio Vargas havia morrido em agosto e a eleição foi em outubro, apenas dois meses depois. O ex-presidente, a despeito dos problemas que evidenciei, foi uma grande figura da política brasileira, um grande estadista. Os feitos realizados por ele não podem, de maneira alguma, ser apagados. Por exemplo: a desconstrução revolucionária da ligação oligárquica de São Paulo e Minas Gerais, ação que desmanchou a hegemonia paulista e mineira que estava implementada a séculos na política brasileira; a reforma nacional, que permitiu uma industrialização do Brasil e, além disso, impulsionou a discussão de reformas que viriam a seguir; a implementação da legislação do trabalho; etc.

Porém, gostaria de reiterar que sempre fui um grande crítico da Era Vargas – vocês podem perceber isso nos meus relatos anteriores. Todas essas implementações foram realizadas visando o grande empresariado brasileiro. Getúlio, em nenhum momento, olhou para a população trabalhadora. As reformas permitiriam, na visão liberal, um maior consumo interno, e foi por esse motivo que foram implementadas. No entanto, não podemos diminuir a importância e relevância dessas decisões.

Além de tudo isso, acho que uma das coisas mais impressionantes desse período foi, obviamente, a duração do governo Vargas. A dominação, por mais de 20 anos, não foi realizada porque ele era filho do rei, ou uma figura de muito renome da oligarquia paulista. A realidade é totalmente diferente. Ele se fez presidente por todo esse período por conta das suas ideias, reivindicações e implementações.

Quando décadas depois, o presidente Fernando Henrique Cardoso, diz “Acabou a Era Vargas!”, podemos perceber que as pessoas, no geral – porém, não acho que se aplique a ele –, não tem noção do que foi a Era Vargas. Além do mais, não sabem o que ela representa na atualidade. FHC, quando

afirma isso, não percebe a besteira que está dizendo, a continuidade das realizações do governo Vargas se perpetuam até hoje.

Mesmo após sua morte – para vocês terem noção da magnitude desse homem – ele teve uma influência muito grande na eleição. Essa eleição foi muito difícil para o PTB. Estávamos ganhando muita força e era de suma importância cravar essa vitória. Desse modo, conseguimos contornar as dificuldades relacionadas à influência do ex-presidente e, através de um acordo, elegemos Juscelino Kubitschek com uma margem de 400 mil votos.

A vitória do Juscelino foi muito importante para o meu plano de estabelecer o domínio do PTB no Mato Grosso. Isso porque, o acordo que estabelecemos permitia que eu comandasse metade do governo do estado. Assim, consegui instalar os sistemas necessários para o desenvolvimento da população mato-grossense. Tudo isso foi somado para a conta do PTB e permitiu nosso crescimento exponencial.

A eleição de 1954 foi um marco da minha carreira política e simultaneamente um marco para o PTB: ela fixou nos anais da história a ascensão do partido. O crescimento foi absurdo – e só foi aumentando nos anos subsequentes. Apresentarei alguns dados numéricos: o partido começou com apenas 5% dos deputados e, em 1960, tínhamos alcançado a marca de 33% da Câmara. Na minha opinião, essa ascensão de um partido tão nacionalista e reformista foi um dos principais motivos para a aceleração do golpe de 64.

Logo após esse crescimento, percebemos um fato muito interessante. A título de curiosidade, tratando de números novamente: 30% dos deputados, neste período de ascensão do PTB, eram conservadores; contrapondo esses dados, 70% dos deputados eram homens assumidamente de esquerda. Nesse período, o Partido Comunista começou a estabelecer relações com o PTB e, com isso, conseguimos projetar nosso discurso para as áreas sindicais.

Mas, mesmo com essa projeção dentro do partido, o PC, no estado do Mato Grosso, ficava contra mim. Pessoalmente, nos dávamos muito bem. Na realidade, o problema maior era por conta do Müller – uma questão puramente política –, uma vez que ele incentivava aquelas palhaçadas de perseguição aos comunistas. O Müller, infelizmente, era uma peça-chave na minha busca por ocupar o governo do Mato Grosso e, dessa forma, era impossível a quebra dessa parceria.

Mas, retomando sobre a ascensão do PTB, acredito que esse crescimento exponencial ocorreu por conta do trabalho que fazíamos no interior. As

regiões rurais não possuíam nada, não tinham saneamento, médico, posto, assistência de moradia... NADA! Desse modo, começamos a realizar trabalhos nessas áreas e, por conta disso, ganhamos muita visibilidade e angariamos um eleitorado muito grande. A população, majoritariamente, precisava de alguém que fizesse alguma coisa por eles e nós fizemos. Sem exageros, tenho absoluta convicção, e os dados provam isso, de que devo minha vitória nas eleições à população interiorana do Mato Grosso.

Minha estreia na Câmara foi com um inquérito contra Juscelino. Essa CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – girava em torno dos bens do Kubitschek, dando ênfase na maneira com a qual eles foram declarados. O intuito dessa CPI, criada pelo Adauto Cardoso, era simplesmente tumultuar a Câmara – ela não tinha nenhum objetivo.

Neste período, minha saúde estava muito debilitada. Cheguei em Brasília pesando 55 quilos e com uma pressão arterial de sete. A única coisa que passava pela minha cabeça, mesmo com todos os problemas, era: “Estou vindo do Mato Grosso e preciso aprender como as coisas funcionam, o pessoal aqui já está preparado.” Por conta disso, resolvi decorar a constituição e o regime interno.

Com o passar do tempo, minha saúde foi melhorando e a articulação política também. Tudo isso foi muito importante, pois, com o decorrer da CPI, me fiz mais presente nas discussões. O debate, nesse inquérito, se manteve unilateral e isso me incomodou muito. Por consequência, acabei pedindo, durante uma exposição do Adauto, a palavra de ordem – isso foi uma ação de extrema importância na minha vida política. Consequentemente, o Dr. Carlos Luz, presidente da Câmara, interrompeu a exposição e me deu a palavra. Assim, me pus a dizer:

– Senhor presidente, a questão que pretendo apresentar se baseia no artigo da Constituição Federal. Basicamente, existem dois requisitos fundamentais para a instalação de uma comissão, e as provas não demonstram o cumprimento de ambos. Primeiro requisito: um terço da Câmara deve assinar o requerimento – o que foi feito. Segundo requisito: deve haver um fato determinado sobre o qual a comissão deva se pronunciar. Neste caso, a comissão, por conta do segundo requisito, não atende às exigências da Constituição. Explicando: a comissão quer apurar os bens do senhor Juscelino Kubitschek em termos gerais; o que se discute aqui é a palavra determinada,

que significa: limitado, circunscrito, concreto. Dessa maneira, é preciso que se determine um fato concreto para a comissão se pronunciar.

Obviamente, essa questão levantada por mim causou um burburinho, foi uma grande bagunça. Aduato não conseguiu se conter e, evidentemente, se pronunciou contra a questão levantada por mim. Ele disse:

– Mas, Dr. Fadul, esse assunto já está superado, resolvido! Indefiro a questão de ordem vossa excelência.

– Pela ordem senhor.

– Vossa excelência tem uma hora amanhã para discutir a decisão da mesa.

– Não! Sr. Presidente é outra questão de ordem que eu quero debater.

– Então tem a palavra.

– A minha questão de ordem, Sr. Presidente, se baseia no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cujo artigo determina que, em caso de indeferimento pela mesa, cabe recurso para Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Então, em acordo com o texto do regimento, e em desacordo com a decisão de vossa excelência, faço o requerimento da sua decisão para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

– Vossa Excelência tem toda razão, submeto o requerimento à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Toda essa situação me deixou extremamente eufórico, vocês nem imaginam. De repente, as coisas, por causa da minha ideia de decorar o regimento, tomam um rumo completamente diferente. O mais espantoso é que nunca fui muito de falar, discutir, debater. Não participava, ficava apenas acompanhando aquela coisa toda. Mas, nessa ocasião, resolvi interferir, porque não estava de acordo com tudo que estava acontecendo.

Essa CPI já tinha atingido Juscelino em cheio e esse era o objetivo. Pois, o plano era que o Kubitschek, por conta desse empecilho, iniciasse uma negociação a favor da União Nacional. Essa negociação, somada com o enfraquecimento do Juscelino, permitiria a construção de um Estado Novo da UDN. No entanto, minha intervenção, durante o inquérito, desafogou o presidente e, conseqüentemente, levantou minha moral, portanto, ocasionando em uma quebra dos diálogos sobre a União Nacional.

Depois disso, houve um episódio importante na minha vida política. O PTB, em 1956, construiu uma chapa conjunta e indicou o Divonsir Cor-

tes, deputado do Paraná, para o cargo de primeiro secretário da Câmara. O primeiro secretário é tão importante quanto o presidente, portanto, precisávamos, de qualquer maneira, incluir um deputado do partido neste cargo. A indicação do Divonsir facilitava isso, pois o compromisso do deputado paranaense era, no ano seguinte, indicar um deputado do partido para o cargo. Porém, o acordo foi desfeito e o PTB, para não perder a posição, decidi indicar alguém – não tomei posição nisso. O Jango, no momento em que a coligação se reuniu para discutir isso, chegou em mim e disse:

– Fadul, você vai ter que ser candidato a primeiro secretário.

– Por que? Na hora da confusão, tenho que ir para as eleições, correr o risco de perder e ainda voltar com o partido dividido. Não tem motivo para fazer isso.

– Não tem outra opção. O pessoal se reuniu e chegamos a conclusão que você é o único com tráfego suficiente para se eleger.

Não tinha como contrariar, o partido exigiu e acabei tendo que aceitar a candidatura, mas não fiz campanha. No dia da eleição, ocorreu um fato curioso: recebi 137 votos e o Divonsir recebeu a mesma quantia. Empatamos! Por sorte minha, o regimento requisitava uma nova votação. Então, revolvi, no segundo escrutínio, mobilizar todas as minhas amizades, inclusive na UDN, para conseguir sair vitorioso. Por conseguinte, ocorreu a segunda votação e ganhei por mais de 100 votos de diferença.

Assim, assumi a Primeira Secretária da Câmara dos Deputados. Tudo isso me deixou muito mais famoso, porque o estado do Mato Grosso não elegia um secretário a mais de 40 anos. Além disso, o ato de destronar um primeiro secretário é algo muito chocante. Esse cargo permite conceder muitos favores e, devido a isso, é muito difícil perder a eleição.

Minha atuação na secretaria durou um ano. Sinceramente, permaneci, mesmo depois de todas essas questões, pouco interessado em estabelecer um diálogo com Juscelino – meu único interesse era o acordo. Entretanto, um dia, do nada, o telefone do meu gabinete tocou e, para a minha surpresa, era o presidente. Ele me disse:

– Olá Dr. Fadul, eu queria falar com o senhor.

– Pois não, presidente. Quando é que o senhor quer me ver?

– Amanhã às três horas, ok?

– Sim!

No dia seguinte, cheguei lá e nosso diálogo continuou:

– Então... Dr. Fadul, eu lhe devo um obséquo.

– A mim?

– É, faço questão de pagar.

– Mas, presidente, não tenho na cabeça nenhuma solicitação. Já tenho metade do seu governo no estado de Mato Grosso. Já tenho o suficiente. Na realidade, tenho até demais.

– Não, mas faço questão. É uma questão de honra.

– Me dá 24 horas pra eu poder pensar.

– Ok!

Dessa maneira, comecei a pensar nas possibilidades. Lembram que, anteriormente, comentei sobre a influência do Müller dentro do PTB? Então, essa dominância não se restringia ao partido, ela era distribuída por diversas localidades do estado – principalmente nas regiões ao leste do Mato Grosso. Essa ideia continuou sobrevoando a minha cabeça e, por conseguinte, resolvi que era preciso liquidar isso!

Não me levem a mal, mas era necessário acabar com a dominância do Müller, pois isso permitiria que as decisões fossem tomadas com base nos nossos interesses, que as reformas fossem estipuladas e que os esquerdistas tomassem frente nas decisões. Fiquei pensando sobre isso o dia inteiro e, portanto, tomei uma decisão. Cheguei no presidente e falei:

– Presidente, andei pensando e resolvi aceitar a sua proposta. Tenho o objetivo de tirar, completamente, o PTB das mãos do Filinto Müller. Porém, ele ainda tem uma influência muito grande no Centro-Oeste. Desse modo, gostaria que o senhor indicasse o José de Paula Reto para a Sudeco – Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste. Pois, isso ajudaria nos meus planos de independência do PTB.

Juscelino se manteve quieto, não esboçou nenhuma emoção, anotou o nome, chamou o oficial do gabinete, Oswaldo Penido, e mandou que lavrasse o decreto – sem nenhuma enrolação! Por conseguinte, não me estendi, agradei e voltei para a Câmara.

Todavia, essa questão não se findou neste dia, as semanas foram passando e nenhuma mudança ocorreu. A primeira ideia que me veio à cabeça foi: “O Filinto entrevistou, é natural” Depois de pensar muito, peguei o telefone, liguei para o Juscelino, pedi uma audiência e ele marcou para às seis horas da tarde. Assim que cheguei lá, sentei-me e coloquei a seguinte questão:

– Presidente, já passou 15 dias e o senhor não me deu nenhum retorno. Desse modo, sinto que minha indicação possa ter, de algum modo, constrangido o senhor. Por conta disso, vim aqui retirá-la e me desculpar. Portanto, não resta nenhuma consequência, o senhor nomeie quem for melhor e, assim, fingimos que isso nunca ocorreu.

Me levantei para sair, não tinha mais nada para acrescentar. Essa decisão permitiu que a liberdade de escolha voltasse 100% para as mãos de Juscelino. Mas, ele se pôs em brios:

– Penido! Traz o decreto!

No momento em que ele disse isso, percebi que o decreto já havia sido discutido muitas vezes. O Penido trouxe o documento e ele foi assinado, portanto, minha indicação foi nomeada. A primeira coisa que fizemos, quando meu contato assumiu a chefia, foi desmontar os 15 diretórios daquela região e nomear gente nova em todos os âmbitos: criou-se outro partido naquele espaço. Daí em diante, o PTB começou a ser mais independente.

À vista disso, fui conversar com o Filinto Müller para deixar claro que ele não se elegeria sem meu apoio. Na minha ideia, isso aumentaria, de maneira exponencial, os nossos avanços, mas aconteceu o contrário: o Müller se colocou contra o PTB. Meu objetivo era aumentar, nas eleições de 1960, o alcance do partido através do apoio de Müller, porém ele quebrou o compromisso e saiu como candidato pelo PSD – a coligação falhou. Infelizmente, isso me obrigou a sair como candidato para evitar o voto nele, ocasionando portanto, a vitória do Fernando.

No entanto, iremos perceber, com o desenrolar dos fatos, que esse acontecimento foi apenas uma das coisas que ocasionou o travamento do PTB. Pois, poucos anos depois, fomos sentenciados pelo golpe militar de 1964.

Agora, fugindo um pouco desse ponto, vou comentar sobre a minha atividade dentro da Câmara. Meu trânsito, pelas bancadas e gabinetes, era constante e fácil. Assim sendo, sempre tive a possibilidade de atuar em diversos projetos, lutas políticas e discussões. Devido a isso, apresentei, ainda durante o mandato de deputado, um grande projeto para a construção de uma usina em Campo Grande, mas essa ideia acabou sendo superada pelo complexo de Urubupungá.

Nessa época, também participei da Comissão de Constituição e Justiça. Infelizmente, não consegui, devido aos problemas do Ministério da Saúde,

entrar na Comissão de Saúde – que era uma das minhas vontades –, uma vez que o ministério estava completamente enfraquecido e suas ramificações estavam destruídas.

O Ministério da Saúde, nesse momento, estava muito desestruturado, não havia nenhuma atuação fora dos núcleos principais. Estruturalmente, o ministério não tinha nenhuma atuação importante no país. Nenhuma! Um dos maiores órgãos públicos do Brasil foi desconstruído, desestruturado e destruído desde o momento da sua fundação.

Já que toquei nesse ponto, vale a pena ressaltar que o desmanche da saúde foi – e ainda é – um esquema planejado. Os líderes políticos buscam, de maneira exaustiva, destruir todas as instituições públicas, desse modo, abrindo caminho para a implementação de um sistema privado – esse é o *modus operandi* do sistema liberal. A privatização do sistema público, somado com a sucateação do mesmo, resulta em uma “medicalização da saúde”. O problema deixa de ser as doenças e, conseqüentemente, se torna a cifra, o lucro, os ganhos. Esse era o quadro atuante na época e, desgraçadamente, é o que percebemos no governo FHC.

No entanto, a luta social é ativa e contínua e, mesmo diante desses problemas, fundaram-se, na minha época política, os seguintes mecanismos: a Fundação de Saúde Pública (FSESP) e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Acho que isso abre margem para conversarmos sobre o período mais importante da minha carreira política: o período em que atuei como ministro.

A saúde pública sempre foi um problema muito sério na nossa nação. Quando pensamos de um ponto de vista geral, nós, durante séculos, nunca desenvolvemos um método próprio para suprir as necessidades do povo. Na realidade, o Brasil, por conta do realocamento da coroa no século XIX, importou o sistema sanitário português. Isso explica perfeitamente as falhas no nosso sistema de saúde, nossa nação foi organizada às pressas para conseguir acomodar a coroa. Nós, nas palavras do meu grande amigo Darcy Ribeiro, passamos de “fornecedor de carvão, para queimar na máquina do capitalismo” para “residência do grande império português”.

Esse problema, no entanto, perdurou por muitos anos, foi somente com o advento da Primeira Guerra Mundial que a questão começou a ser dis-

cutida por intelectuais brasileiros. Podemos perceber, portanto, que os anos subsequentes à guerra marcam, de maneira absoluta, uma grande ruptura nos sistemas governamentais do Brasil. Novas propostas surgem e inicia-se uma fuga das estruturas vigentes.

Assim, surge, em 1942, o SESP – Serviço Especial de Saúde Pública. Na minha opinião, é de suma importância contextualizá-los sobre o que foi o SESP, isso porque ele impactou, diretamente, nas decisões que eu viria a tomar como Ministro da Saúde. O SESP tinha a função de fornecer assistência médica nos locais em que o Ministério da Saúde não conseguia atuar, em locais onde as prefeituras negligenciavam a prestação de um serviço de saúde. O SESP, por muito tempo, foi responsável, através de convênios com as prefeituras municipais, por levar um sistema de água, saneamento e assistência médica para regiões rurais.

O Serviço Especial de Saúde Pública foi gerado por conta da falta de uma estrutura permanente no país. Os resultados da invasão europeia no Brasil perduraram, como vocês podem ver, até a contemporaneidade. Por mais que o sistema, de algum modo, já houvesse sofrido alterações, a mazela de um passado colonialista permanecia engendrada nos órgãos públicos brasileiros.

Um belo exemplo dessa falha sistemática nos sistemas públicos brasileiros é o Departamento Nacional de Saúde – DNSP. O DNSP foi criado, em 2 de janeiro de 1920, graças a ação da elite brasileira que, através do movimento sanitarista, explicitou a situação precária do sistema sanitário brasileiro. Assim sendo, podemos perceber, como citado anteriormente, que o século XX marcou, de maneira absoluta, uma virada no sistema público brasileiro, pois a elite demandava uma ação pública para a resolução dos problemas. Mas, infelizmente, o movimento sanitarista, provavelmente por ser um movimento da alta burguesia, acreditava que a melhor solução para o sistema público de saúde seria uma centralização dos serviços e, a partir disso, uma expansão dos serviços federais de saúde. Apesar das minhas falas contra esse sistema proposto pelos sanitaristas, não quero que as vitórias obtidas por eles sejam esquecidas, uma vez que foram eles que incluíram no debate nacional a necessidade do combate às endemias rurais. No entanto, é importante reiterar, e por isso faço essa crítica tão explícita e direcionada, que eles não conseguiram solucionar o problema brasileiro. O método de centralização falhou e sempre vai falhar.

O sistema, nesse período, era tão desorganizado que houve, como expressado anteriormente, a necessidade de criação do SESP. Isso, na visão geral, foi um desastre, pois o SESP atuava de modo antagônico ao Departamento Nacional de Saúde e, por conta disso, ele foi descontinuado. Percebe-se, e veremos isso posteriormente, que sempre houve, na história do Brasil, uma predisposição de se negar os problemas da estrutura permanente. Busca-se criar um método de solução que negue a estrutura vigente e, simplesmente, altere a maneira com a qual ela está exposta. Podemos perceber isso nas privatizações em massa que o governo do FHC propôs. Percebem que é uma coisa que perdura nas gerações?

Essa falha constante do sistema brasileiro fez com que, em 1950, uma série de discussões se iniciassem, no âmbito da saúde, que propunham diversas alterações no Departamento Nacional de Saúde. Foi assim que, em 1954, surgiu o Ministério da Saúde.

Na minha opinião, a saúde e a educação já haviam tomado proporções tão grandes em meio ao território nacional que se fazia necessário a criação de órgãos governamentais que conseguissem gerir ambas as esferas de maneira organizada. No entanto, o Ministério da Saúde, assim como seu predecessor, já nasce com um problema crônico, visto que ele foi desmembrado em dois pedaços: a parte da representação e a parte do Ministro.

Além disso, a ideia inicial, pelo que bem me lembro, era dar o cargo de Ministro para o candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro. Neste caso, seria o Dr. Miguel Couto Filho. Porém, o Dr. Miguel não tinha nenhuma inclinação para medicina, nenhum interesse. A decisão de colocá-lo lá foi totalmente política. Afirmo isso, dessa forma, pois o contato que tivemos, durante o período da faculdade, demonstrou, com todos os pormenores, que ele era extremamente afastado das questões que rondam um profissional da saúde. A decisão de colocá-lo na chefia do Ministério me deixou perplexo. Imaginem: vocês, sendo profissionais da saúde, percebem que um cargo de extrema importância para o gerenciamento do sistema sanitário e de saúde pública vai ser chefiado por uma pessoa que já demonstrou, de todas as maneiras possíveis, que o interesse dela de resolver essas questões é nulo. Isso não causa, de algum modo, uma angústia? Um sentimento de raiva?

O Ministério da Saúde, como já era de se esperar, não alterou em nada, nos primeiros anos de funcionamento, a estrutura centralizada que foi pro-

posta e consolidada pelo Departamento Nacional de Saúde. Na realidade, através da criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais – DNERu – eles centralizaram mais ainda o órgão e dificultaram, de maneira absoluta, a atuação sanitária nas regiões rurais.

A ação do governo nas regiões interioranas do país sempre foi muito precária e a situação não mudou quando se instituiu o Ministério da Saúde. Desse modo, o DNERu, no momento em que acontece essa ruptura dentro do Ministério, assume o protagonismo nas regiões rurais. Posteriormente, a estrutura no interior, para nenhuma surpresa, ficou sob total controle do Departamento Nacional de Endemias Rurais. No entanto, o protagonismo desse departamento não sinalizou algo bom, pelo contrário, representou um desmoronamento total dos sistemas de serviço dentro da saúde nacional. Nesse período, a saúde era tão desorganizada que havia um órgão, em específico, para cada problema que afligia o país. Havia: Serviço de Tuberculose, Departamento Nacional da Criança, Departamento Nacional de Endemias Rurais – esses são os que consigo lembrar. O método com o qual esses serviços funcionavam era bem simples: havia vários escritórios espalhados pelo país e, através deles, decidia-se, com base nas necessidades locais, quais seriam os programas a serem estabelecidos.

De um modo geral, esses serviços não executavam campanhas diretas para resolução dos problemas. Mas, por conta da falta de uma estrutura permanente, elas sempre eram ativadas quando surgia um fato insólito. A falta de uma estrutura que fornecesse suporte contínuo, conseqüentemente, ocasionava uma dificuldade no controle de doenças como varíola, tuberculose, esquistossomose, doença de chagas, febre amarela. Não havia método para conter essas doenças e, por isso, esses sistemas sempre tinham que se utilizar dos métodos de campanha, por mais falhos que fossem.

É com base em todos esses problemas, apresentados anteriormente, que afirmo, veementemente, que a descentralização e, conseqüentemente, a criação de uma estrutura permanente é a chave para resolução dos problemas. Esses dois pontos, unidos em um sistema, proporcionam uma facilidade para a autoridade local movimentar recursos financeiros e, além disso, mantêm a rede permanentemente funcionando.

Portanto, a ideia principal que eu e outros estudiosos possuímos era que o Brasil, como uma nação continental, carecia de uma rede universal de

saúde, um espaço que conseguisse prover para todos, em todos os espaços da nação. A necessidade popular, por mais de 400 anos, se fazia gritando e precisávamos urgentemente saná-la.

Com essas ideias em mente, em 27 de junho de 1963, eu assumi o Ministério da Saúde a mando do presidente João Goulart – Jango. Acho interessante dar uma breve explicação de como essa indicação aconteceu. Basicamente, nos anos de 1960, o PTB começou a ter uma penetração gigantesca – coisa que já expliquei anteriormente – e isso ocasionou em termos 33% da bancada da Câmara dos Deputados. O partido cresceu em todos os estados de maneira homogênea. Dessa forma, iniciou-se um período de grandes propostas. O Brasil se viu, pela primeira vez em muitos anos, na direção de um futuro muito promissor, uma vez que se propunha reformas de base em todos os âmbitos. Foi o começo, portanto, de um processo de discussão sobre os problemas sociais. Foi assim que abriu-se uma discussão enorme sobre a educação, com base na Lei de Diretrizes e Bases, e os problemas gerais da nação começaram a erupcionar.

Assim, o presidente, em janeiro de 1963, decidiu ter uma conversa comigo sobre os métodos para solucionar os problemas que estavam explodindo por todo país. Durante a conversa, ele decidiu me convidar para o Ministério da Saúde, mas acabei não aceitando nesse primeiro momento. Lembro-me de dizer a ele:

– Não, presidente. Esse não é o momento certo.

Minha rejeição, dessa primeira proposta, se deu por conta do problema de ruptura que isso ocasionaria com o PSD mineiro, porque já havia se estabelecido que o Ministério seria entregue a um indicado do PSD – o indicado em questão era o escritor e médico Paulo Pinheiro Chagas. Todavia, mesmo com essas questões colocadas, o presidente, em junho do mesmo ano, me chamou para uma conversa e me disse:

– Olha, vamos ter que impulsionar o programa das reformas, esse é o momento! Nunca tivemos um ambiente tão favorável.

É muito interessante, de um ponto de vista histórico, analisar esse período porque em todos os espaços discutia-se as reformas. Nos quartéis, nos sindicatos, nas faculdades e nas fazendas, todo mundo falava nas reformas. Particularmente, acredito que se teve um momento para fazer reformas no Brasil: esse momento foi nos anos 60. Tinha-se de 75% a 80% da população

no campo e, obviamente, isso aumentava a receptividade da população a uma reforma agrária. Na contemporaneidade, a reforma agrária perdeu a importância, porque hoje 80% da população está localizada na cidade e, com isso, os grandes latifundiários, que nunca foram muito a favor das reformas, se abstêm da discussão e, por conseguinte, nunca conseguimos chegar em uma solução para o problema.

Então, com essa efervescência das reformas, o presidente chegou em mim e me perguntou sobre todos os problemas que afligiam a saúde brasileira. Fiz uma análise explicitando aqueles que apresentei anteriormente. E, assim, ele me incumbiu de assumir o Ministério da Saúde. Sinceramente, nunca tive interesse de ir para o Ministério, porque o ponto alto da minha vida política seria, na minha ideia mais vaga, chegar no cargo de governador do estado que me eleger, representar de maneira assídua o Mato Grosso. E, além desse ponto, assumir como governador contribuiria muito mais para o partido do que assumir como Ministro.

Mas, em face dessas questões das reformas, que estavam no seu apogeu, não consegui recusar, pela segunda vez, esse dever que me foi entregue. Havia, mais do que nunca, um condicionamento muito favorável a todas as decisões que eu estava disposto a apresentar. Então, mesmo envolvido com outras coisas, assumi a responsabilidade de ser o Ministro da Saúde.

Com tudo isso posto, podemos retornar ao período no qual eu tinha recém assumido o Ministério. Tomei a cadeira de Ministro no dia 27 de junho e, menos de um mês depois, no dia 19 de julho, já convoquei a emblemática 3ª Conferência Nacional de Saúde. Rememoro que a chamei através de uma carta que enviei ao presidente da República. Nela, eu falava:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República: A Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, prefixou a convocação periódica de Conferências Nacionais de Saúde, patrocinadas pelo Ministério ao qual compete executar a política federal no campo médico-sanitário. Com apreciável êxito, já se realizaram, no passado, dois destes conclave, cumprindo-se adequadamente, os altos objetivos colimados com a iniciativa. Decorridos 13 anos da realização da última Conferência, considero de alta relevância a mobilização de esforços visando a promoção de novo certame deste gênero, que permita ao Ministério da Saúde ação administrativa à luz das transformações que se operam neste período da vida brasileira. Uma análise realista das dificuldades enfrentadas, dos erros cometidos, das vitórias assinaladas na luta contra os males que aflige a população brasilei-

ra, constituirá um dos objetivos principais da reunião projetada. A definição das novas diretrizes da política de saúde, fundamentadas nas recomendações aprovadas pelo 15º Congresso Brasileiro de Higiene e nos princípios enunciados no Plano Trienal e sua concretização, através de programas exequíveis, representa outra importante qualidade do debate proposto do qual participarão as autoridades estaduais e municipais, que precisam coordenar esforços com a administração federal para que logrem resultados mais convincentes na ação do poder público em defesa da saúde coletiva. De acordo com estes salutares propósitos, estou encaminhando a Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto que convoca a 3ª Conferência Nacional de Saúde e estabelece as normas básicas para a sua realização, esperando a patriótica acolhida de Vossa Excelência a este relevante empreendimento. Sirvo-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e profundo respeito.

Antes mesmo de enviar essa carta, minhas decisões a respeito da conferência já haviam sido tomadas. Precisava apenas do decreto presidencial para colocá-las em prática. Desse modo, já comecei a redigir, quando o Jango liberou o decreto de aprovação da conferência, o regimento que iria nortear todas as discussões que se iniciaram subsequentemente.

As coisas, a partir disso, seguiram-se de maneira muito rápida. As discussões abrangiam todos estados, dávamos luz a todas as perguntas e todos tinham direito de voto – foi um ato extremamente democrático. As questões principais foram formuladas pela comissão organizadora que eu escolhi a dedo. Busquei construir essa banca com os maiores intelectuais do Brasil no que diz respeito à saúde. Lembro-me de convocar os seguintes nomes: Adelmo de Mendonça e Silva; Aristides Celso Limaverde; Arnaldo Beiró de Miranda; Celso Arcoverde de Freitas; Claudio Magalhães da Silveira; Felipe Nery Guimarães; Fernando Seidl; Hermes Affonso Bartholomeu; José Aluísio de Castro; Mário Magalhães da Silveira; Nilson dos Santos de Freitas Guimarães; Odair Behn Franco e, por fim, Woodrow Pimentel Pantoja.

Houve quatro teses principais nessa conferência, sendo elas: Situação sanitária da população brasileira; Distribuição e coordenação de atividades médico-sanitárias; Municipalização do serviço de saúde; Fixação de um plano nacional de saúde.

Após essa breve apresentação, tentarei explicar, da maneira que me cabe, quais eram as principais reivindicações de cada tese e a maneira com a qual cada uma delas se articulou. Primeiramente, começando pela situação sa-

nitária da população brasileira. Pela primeira vez, na história do Brasil, se levantou o problema relacionado ao desenvolvimento econômico e ao índice de saúde. Nosso objetivo principal era definir o que é um país subdesenvolvido e a maneira com a qual o sistema sanitário e de saúde operam dentro desses espaços. Para explicar isso, nos debruçamos, majoritariamente, na ideia de renda per capita que, embora seja socialmente injusta, revela em conjunto o grau de desenvolvimento no país. Desse modo, estabelecemos alguns mapas e parâmetros com base nos seguintes países: Brasil, Bolívia, Estados Unidos. Utilizamos esses dados para comparar a expectativa de vida ao nascer. Por exemplo, nesse trecho do documento, podemos perceber exatamente a argumentação que usamos:

A esperança de vida ao nascer, é dentre os indicadores de saúde – um dos componentes do nível de vida – considerado um dos mais representativos, desde que “de todas as necessidades e valores que se relacionam com o nível de vida, a mais universal, tanto histórica, como culturalmente, é o desejo mesmo de viver, cuja realização pode expressar-se pela esperança de vida em diferentes idades”. Nos países subdesenvolvidos, a esperança de vida ao nascer está muito aquém dos índices apresentados pelas nações economicamente desenvolvidas, conforme evidenciam os dados da Tabela VI, referentes ao período 1949-1950, pela qual pode ser confrontada a posição do Brasil com diversos países da Europa, Ásia e África, naquela época.

Ao analisarmos a tabela, referenciada no documento que acabei de apresentar, podemos perceber que a ordem dos países, com seus respectivos valores, segue dessa forma: Reino Unido – 68,3; Estados Unidos da América – 67,4; Bélgica – 64,6; França – 64,6; Japão – 57,5; Portugal – 50,2; Brasil – 42,3; Egito 33,5; Índia – 26,8. É possível, portanto, perceber que o Brasil, estando na sétima posição e com um índice tão baixo, apresentava um problema sério quando comparado com outras nações.

O saldo dessa análise, na nossa argumentação, foi que os índices de renda per capita estão diretamente relacionados com os índices de saúde da população. Essa questão é tão discrepante que consigo dizer, só de analisar a renda per capita, quais são os parâmetros relacionados à saúde do país analisado. A combinação é perfeita.

A segunda tese focou em definir quais eram as competências de cada esfera governamental. Logo, definiu-se, em níveis administrativos, o que era

obrigação: federal, estadual e municipal. Nosso plano era melhorar, de maneira expressiva, a distribuição e a coordenação das atividades médico-sanitárias.

Agora sobre a municipalização do serviço de saúde. A ideia era propor um sistema que conseguisse descentralizar as ações executivas de saúde, dando ênfase nas ações primárias, uma vez que elas determinam o que o município pode fazer. A parte mais interessante desse tema, pelo menos na minha visão, foi a recepção que os governadores e prefeitos tiveram com relação à proposta. De maneira geral, eles foram, para a minha surpresa, muito receptivos. Meu medo principal era de que, por não estarem muito afeitos com o debate – por ser um negócio que se mantinha restrito à área dos sanitaristas –, eles poderiam ser contra. Mas, no geral, não houve nenhuma manifestação contra, a não ser a do Mário Magalhães. Na realidade, não foi uma manifestação contra, foi uma restrição. Porém, não nos prendemos a isso e, após uma resposta minha que dava maior clareza ao assunto, as coisas prosseguiram.

Por fim, a questão sobre a fixação de um plano nacional de saúde. Na época, trazer luz a essa ideia, da maneira que fizemos, era algo um tanto quanto ambicioso. Se pararmos para pensar, até nos dias atuais, é um debate muito forte no Brasil.

Essa proposta era, realmente, muito ambiciosa – isso é antes mesmo de poder se pensar em SUS – porque pensar em um plano nacional de saúde é algo muito complicado. Pois, é necessário pensar nas diferenças enormes que existem em cada região: econômicas, sociais e políticas. Com isso posto, a comissão, que foi encarregada desse estudo, chegou à conclusão, depois de realizar uma série de considerações teóricas, que era mais fácil estabelecer metas para determinadas doenças.

Um plano de metas, portanto, foi o que surgiu da pretensão de criarmos um plano nacional de saúde. Esse plano de metas funcionava da seguinte maneira: verificava-se as fontes de recursos, os problemas e, por fim, mediamos as necessidades detalhadas das populações locais e, assim, estabelecia-se um plano para ser executado. No entanto, a pretensão de realizar isso, na época em que propomos, era algo muito descabido. Não tínhamos nem mesmo os registros de óbitos das cidades interioranas. Isso fez com que chegássemos à conclusão que a descentralização, com o tempo, iria resolver esses problemas. E, de algum modo, resolveu: hoje temos o SUS. Por mais

que essa discussão não tenha gerado resultados imediatos, nós conseguimos convocar uma reunião, com os secretários de estado, seis meses após o fechamento da conferência. O motivo central era estabelecer um projeto uniforme, para verificar, dentro das circunstâncias possíveis, qual era o melhor método para cada região. A meta final era estabelecer algo flexível o bastante para se adequar ao país como um todo.

No entanto, essa ideia monumental, que ajudaria muitas populações carentes, sempre foi criticada. Muitos nos contestaram dizendo que:

– Não faz sentido deslocar recursos desse jeito, vai precarizar o sistema da cidade!

Mas isso ocorria – e ainda ocorre, infelizmente – porque muitas pessoas não conseguem enxergar que o desenvolvimento econômico e social de um estado evolui consideravelmente quando melhoramos a saúde do país. Não estávamos propondo, de modo algum, uma deslocação desordenada de recursos. O plano era seguir a linha que o sociólogo Gunnar Myrdal pensou. Ele dizia: “Todos os recursos investidos em saúde só produzem resultados se você simultaneamente investir em outras áreas, sobretudo nas áreas sociais: saneamento, habitação, condições de vida, alimentação, etc.” Desse modo, precisávamos investir em todas essas esferas ao mesmo tempo e em todas as regiões possíveis.

A conferência – e isso é um grande orgulho para mim – conseguiu cristalizar o debate sobre a importância do município. Compreendeu-se, portanto, que o município deve cuidar dos problemas locais da comunidade. É necessário pensar de maneira coletiva e, dentro dos municípios, as famílias se conhecem e entendem a necessidade coletiva daquele espaço. Assim, a gestão médico-sanitária descentralizada consegue prover muito mais para esses locais mais afastados, pois isso facilita o entendimento sobre as demandas daquela população.

Percebem que todas as teses propostas na conferência se comunicam? É preciso, para compreendermos e solucionarmos a situação sanitária da população, distribuir e coordenar as atividades médico-sanitárias por todo o território brasileiro. Assim, conseguiremos, através de uma descentralização do poder, promover uma independência do município no atendimento e gerenciamento da população e, com os resultados disso, será possível estabelecer e fixar um plano nacional de saúde. Essa conferência, na minha opinião, foi revolucionária.

Para vocês terem um parâmetro geral, o repasse de verbas para a saúde, antes da conferência, seguia assim: o governo federal destinava 12% do orçamento para a saúde, os estados, de uma maneira geral, gastavam 8% do orçamento e o município trabalhava com 4%. O repasse de verbas era uma coisa terrivelmente mal feita, um gastava mais que o outro. Essa questão da verba sempre foi um tema muito discutido. Lembro-me que, quando assumi o Ministério, meu antecessor fez um discurso relacionado a isso na hora da posse. Ele disse:

– A grande epidemia do Ministério, do Brasil, é a falta de verbas!

No entanto, através dos dados que apresento a vocês é possível perceber que o problema sempre esteve na distribuição das verbas. Tanto que eu respondi a ele:

– A saúde é uma mercadoria, tem um preço que precisa ser pago. Esse preço tem que estar adequado à realidade econômica do país, não pode ser mais do que a nação produz. É necessário que o nível de desenvolvimento do país crie riqueza suficiente para pagar tudo. Quanto mais riqueza criar, melhor! Além do mais, vou fazer uma crítica às coisas que foram apresentadas aqui. Não sei se tenho verba suficiente, porque não tenho noção de como ela está sendo gasta e, para dizer que preciso de mais dinheiro, é necessário que se tenha um parâmetro geral do destino dessa quantia. Primeiramente, necessita-se compreender se a quantia investida está produzindo respostas consideráveis e, infelizmente, não há uma resposta para isso também. Portanto, preciso do apoio geral para levantar as necessidades dos municípios e verificar se essas verbas estão tendo uma aplicação correta, porque, no caso de não estarem sendo aplicadas corretamente, a situação vai piorar se o Ministério destinar mais recursos. Vai piorar para o país como um todo!

Portanto, vocês conseguem perceber que a minha ideia de descentralizar o poder do Ministério é uma coisa que data antes mesmo da minha posse. Sempre foi meu objetivo, como político, propor uma independência municipal, isso porque eu enxergava como as coisas funcionavam no interior do Mato Grosso e conseguia, a partir disso, dimensionar essa questão para todo o país. E, através da 3ª Conferência, eu consegui fazer isso. Conseguimos levantar a ideia de que o município influiria, teria uma legislação própria, criando, desse modo, serviços próprios de saúde.

Avançando um pouco no tempo. Acabei sendo chamado, após o térmi-

no da 3ª Conferência, para presidir a Delegação Brasileira, na XVII Assembleia Mundial de Saúde, e chamei o Dr. Mário para ir comigo. Recordo-me, com muita clareza, do discurso que realizei no evento. Comecei da seguinte forma:

Consideramos da mais alta valia, sob todos os aspectos, o trabalho que a OMS realiza no mundo, mas nos propomos discutir, perante esta alta Assembleia, certos temas que nos parecem da maior significação, principalmente, para o bem-estar dos povos que brasileiro, lutam para vencer as barreiras que se opõem ao seu completo desenvolvimento.

Nosso objetivo, nesse evento, era apresentar as evoluções do cenário médico-sanitário do Brasil e, simultaneamente, propor que os recursos destinados para a corrida armamentista fossem redirecionados para auxiliar os países em desenvolvimento – tidos até aquele momento como subdesenvolvidos. Deem uma olhada, esse é trecho dessa parte do meu discurso:

Convencidos da validade desses pontos de vista, pensamos que não seria demais que nós, responsáveis pela saúde de quase todos os países, em nome desta Assembleia, fizéssemos um apelo no sentido de que a Comissão de Desarmamento aprove a proposta do Professor Josué de Castro, representante do Brasil, para que se institua um Fundo Mundial de fomento do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, constituído de recursos provenientes da redução de gastos com armamentos. Igualmente com a finalidade de afastar um dos mais importantes entraves ao programa econômico dos países de economia primária, esta Assembleia deve manifestar o seu interesse em que a Conferência do Comércio Exterior, a reunir-se dentro em pouco nesta mesma sala, adote medidas capazes de propiciar o aumento da participação dos países subdesenvolvidos no Comércio Internacional, evitando a constante deterioração dos termos do intercâmbio dos seus produtos, responsável principal pela instabilidade econômica em que se debatem., Fixados esses conceitos, ousamos afirmar que somente o desenvolvimento econômicos dos países subdesenvolvidos, sem prejuízo da correta utilização dos recursos médico-assistenciais disponíveis, abrirá perspectiva para a segura solução dos problemas fundamentais aqui rapidamente abordados, que tanto afligem a consciência universal e constituem grande preocupação dos estilistas contemporâneos: dar a todos os povos do mundo possibilidade efetiva de acesso a níveis adequados de saúde e estabelecer um balanço demográfico baseado na redução espontânea da natalidade como consequência das transformações econômico-sociais.

Nós fizemos, antes dessa apresentação, uma reunião com os Ministros de Saúde da África e da Ásia. Nesse encontro, fiz uma exposição sobre nosso objetivo, que era criar uma frente de países subdesenvolvidos na área da Saúde e, além disso, dizer não às imposições que fossem feitas. Após a minha exposição, a Ministra da Indonésia se levantou e disse que estava, em princípio, de acordo comigo, mas que era um pouco romântico esse nosso objetivo. Respondi-a da seguinte maneira:

– A gente tem que começar por algum lugar. Estamos aqui e, claramente, não conseguimos resolver os problemas mundiais. Então, devemos resolver os nossos que são imediatos. A minha proposta é simples: não tem como sentar, de braços cruzados, e assumir as lutas dos outros países. Nossas nações dependem disso, nosso lar depende de nós.

Com isso em mente, nos deslocamos para a assembleia. Assim que chegamos, fui ao representante de Portugal – a nação portuguesa, nesse período, estava com um problema de guerra na região da Angola – e disse:

– Olha, se Portugal não votar junto com os países subdesenvolvidos, então iremos nos desobrigar de votar a favor de Portugal. E, além disso, vou propor a inclusão da China na Assembleia e espero, do fundo do meu coração, que o senhor considere votar a favor.

Nessa ocasião, a China havia sido excluída da Assembleia. No entanto, qual o sentido de deixar mais de um quarto da população mundial fora de uma discussão tão importante? Qual é o objetivo disso? Os americanos, com relação a esse projeto, apresentaram 17 emendas, mas nós ganhamos todas as votações e a questão progrediu. Além disso, todos os nossos projetos progrediram de maneira muito satisfatória, a nossa moção principal abrangia todos os países subdesenvolvidos e, conseqüentemente, contrariava os interesses dos Estados Unidos. Nessa votação contamos com o apoio da Rússia, os países do Leste Europeu e todos os países da África e Ásia. Assim, a nossa vitória foi expressiva, ficou: 40 a 8. Uma diferença absurda.

A assembleia iria se estender por mais uma semana, mas o avanço foi tão expressivo que nem me dei ao trabalho de estender minha estadia. Desse modo, peguei um avião, no dia 12 de março, e voltei para o Brasil.

É interessante perceber que essa Assembleia reflete, de maneira expressiva, o problema que vinha acometendo os Estados Unidos. Naquele momento, eles estavam muito vulneráveis na América Latina, e o Brasil capitaneava

esse movimento contra o imperialismo. Pois estávamos levantando bandeiras relacionadas às reformas. Obviamente, isso não agradava nenhum pouco os EUA. Eles não curtiam, nenhum um pouco, a ideia da formação de uma China no continente. Como até hoje, na contemporaneidade, eles não gostam, impedem o desenvolvimento dos mísseis nacionais, da energia nuclear, eles se opõem a tudo e, ainda por cima, fomentam todas as dificuldades possíveis para não que não consigamos atingir esses objetivos. Então, era óbvia a vontade deles de derrubar o Jango. A democracia popular que se formava no Brasil não era, de modo algum, interessante para eles. A formação de uma nação popular forte, coletiva e democrática não lhes convinha. Infelizmente, a penetração deles, no Brasil, era algo muito forte, havia uma pressão que era exercida contra os brasileiros, inclusive do ponto de vista farmacêutico.

Pouco tempo antes da Assembleia, recebi uma série de informações que eram referentes aos negócios farmacêuticos que estávamos mantendo com os Estados Unidos e, verificando, percebi que o preço dos medicamentos oscilava muito de local para local. Essa questão me preocupava muito, porque a disparidade de preços era absurda – em uma esquina se comprava por 10 e na outra custava 20.

Com essas questões em mente, comecei a discutir o assunto e começaram a me aparecer documentos oficiais da CACEX que demonstravam a disparidade no preço dos remédios. Por exemplo: a Parke Davis não poderia adquirir adifenina e hidantoína em sua matriz por mais de 11 dólares, mas o seu preço declarado na importação era de 36 dólares e 50 centavos. Ou seja, três vezes mais, uma diferença de 300%. E essas informações não foram tiradas a partir do nada, foram obtidas através de um documento oficial da CACEX, assinado e publicado no dia 15 de outubro de 1963.

Durante esse processo de investigação, um outro produto que me chamou atenção foi a cloroquina. Inicialmente, ela estava sendo importada por dois mil e quatrocentos dólares o quilo e, posteriormente, o preço caiu para 540 dólares. Mas, as coisas não se estabilizaram nessa queda, porque, pouco tempo depois de se instalar a Comissão de Inquérito, o preço voltou a subir – chegou em 900 dólares. Esse negócio era muito escandaloso, a gente deveria estar importando o medicamento com base no valor da Bayer, de 1958, que era de 65 dólares. Todos os produtos farmacêuticos estavam sendo superfaturados, de todos os países.

Com base nisso, solicitei à CACEX que me informasse, de maneira oficial, o preço que estava sendo usado para importar cloroquina base e líbrio. Inicialmente, eles ficaram um pouco intransigentes – não queriam fornecer as informações. A austeridade deles para com o meu pedido me incomodou muito. Por conta disso, enviei, com a autorização presidencial, a informação de que eles tinham 24 horas para fornecer os dados requisitados, e que, no caso de negação do pedido, todos seriam demitidos da CACEX. Porém, mesmo assim eles me disseram que “Por motivos de confidencialidade não podemos fornecer essas informações para o Ministério”.

Obviamente, minha paciência já havia sido esgotada e, por conta disso, requisitei que o presidente enviasse alguém que pudesse obter esses dados para mim. Desse modo, foi requisitado que o chefe da Casa Militar, Argerino de Assis Brasil, fosse até a CACEX. Após essa visita, chegou até as minhas mãos, no dia 19 de novembro – com um mês de atraso –, uma carta, em resposta ao meu ofício, do diretor da CACEX. Nessa carta, ele me dizia: “A propósito, quero informar que a CACEX, mesmo com todas as limitações, vem realizando, de maneira exemplar, o controle do preço de todos os produtos que entram no país. Durante o período de 1958 até 1959 nós passamos por uma adaptação ao novo sistema de trabalho e, possivelmente, esse tenha sido o motivo das falhas que o senhor acabou percebendo. Desde já, pedimos desculpas e procuraremos resolver essas questões...”

E o diálogo seguiu o mesmo por mais cinco páginas, uma justificativa patética do motivo deles não terem tomado providências e um “alerta” sobre o problema – esse que já havia sido diagnosticado. No entanto, no final da carta, eram apresentados os dados que foram requisitados. As importações da cloroquina ocorriam da seguinte maneira: em 1961, foram importados 66 mil dólares; no ano de 1962, houve um aumento de 100%, foram importados 138 mil dólares; por fim, em 1963 – já dentro da minha governança – o valor importado foi de 40 mil dólares. Nesse documento, havia outros exemplos desse superfaturamento, mas esse era o mais gritante deles. Não tinha, dentro de todos os dados que foram apresentados, nenhum produto que não houvesse sido superfaturado, tudo era 100% mais caro.

Então, com base nessas evidências, foi publicado, no dia 13 de setembro de 1963, o decreto de número 52.471. O objetivo desse decreto era: estabelecer normas para o desenvolvimento farmacêutico nacional. De maneira

geral, essa lei controlava a importação para que não ocorresse esse superfaturamento e, ao mesmo tempo, incentivava, através do fornecimento de crédito, às empresas que possuíssem, no mínimo, 51% de capital nacional e quisessem investir no setor farmacêutico.

O decreto, uma vez publicado, causou um burburinho nacional. Por conta disso, fui obrigado a dar entrevistas para televisão, rádio e jornais, com o intuito de justificar a necessidade desta decisão. E, desse modo, me empenhei lutando nisso por mais de um mês. Foi uma luta intensa. Lembro-me que, nessa ocasião, os veículos cariocas que ficaram contra mim foram *O Globo* e o jornal do Chateaubriand. Era natural que ficassem.

A Roche, após a implementação da lei, me escreveu uma carta informando que não fabricaria mais o líbrio, pois a empresa tinha investido em pesquisas e tinha que recuperar o dinheiro. Nessa ocasião, minha resposta foi simples:

– O Brasil não obriga ninguém a produzir. Não quer produzir? Não produza!

Além disso, elaborei, no mesmo período – por conta dos avanços nas discussões –, um decreto de lei que fixava, de modo indelével, o preço nas embalagens de medicamentos. Esse foi publicado em fevereiro de 1964 e padronizava, dentro do território nacional, o preço dos medicamentos. A ideia era que o laboratório apresentasse, ao Ministério, uma planilha de custos, basicamente: a planilha apresentava o preço de custo do produto e o preço máximo de venda. Mas era uma coisa fixa, esse preço não poderia ser alterado fora dos níveis de inflação. Isso ocasionou uma briga gigantesca, porque os laboratórios não queriam apresentar a planilha, visto que isso evidenciaria a margem de lucro deles. Todavia, em fevereiro daquele mesmo ano, o Castelo Branco assumiu e aboliu o sistema de planilha de custos. Percebem que é um negócio no qual conseguimos perceber a orientação política? Claro que o Castelo fez isso. Se não tem planilha, então pode-se fixar qualquer preço! É o que está acontecendo hoje em dia.

Retornando um pouco, logo após a estipulação do primeiro decreto, no final de 1963, recebi um pedido de audiência do embaixador do Estados Unidos no Brasil, Abraham Lincoln Gordon. Rememoro exatamente aquele momento. No dia da audiência, ele chegou, sentou-se no sofá e puxou do bolso uma documentação para me entregar, dizendo:

– Trouxe para você esses papéis, são documentos da Indústria Farmacêutica Americana de São Paulo.

Era um maço enorme de papéis. Achei aquela ação extremamente desrespeitosa. Respondi a ele da seguinte forma:

– Embaixador, lhe recebo aqui com a maior simpatia, mas quero informar que o senhor se enganou com relação ao endereço. Não recebo papéis da Embaixada Americana. Se o senhor quiser, e na minha opinião é até melhor, pode tentar no Itamaraty, ele é o órgão apropriado com o qual o senhor deve se comunicar. Comunique-se com ele, e somente com ele! Aqui, a única coisa que posso oferecer é o que o brasileiro nunca nega a ninguém: a cortesia de um café e uma recepção amável... E é assim, com todo o prazer, que lhe recebo, mas não trato de negócios com o senhor!

Depois dessa resposta, ele se levantou e fomos até o elevador, me despedi com toda cortesia possível e, acompanhado de todos os seus papéis, ele foi embora. Meses depois, percebi, através de uma carta do Ministério do Exterior, que o embaixador não havia ido ao Itamaraty – até pagava mal se fosse. Na realidade, ele submeteu os documentos para Washington e, a partir daí, o Ministério do Exterior me enviou uma carta que dizia:

Tenho a honra de passar à mão de Vossa Excelência, em anexo, documentos que foram submetidos, por representantes da Indústria Farmacêutica, à Embaixada do Brasil em Washington. O embaixador, Lincoln Gordon, analisa a situação da indústria farmacêutica brasileira, conseqüentemente, apontando o grau de participação do capital e tecnologias estrangeiras, bem como o trabalho do Comitê que examinou a matéria, em 1961, por determinação do presidente Jânio Quadros e apontou, de maneira incisiva, os problemas e conseqüências da intervenção estatal nessa indústria.

No entanto, vocês conseguem perceber, não havia nenhuma intervenção! Havia, isso é verdade, uma regulamentação do comércio fraudulento que eles estavam praticando. O segundo memorando que chegou dizia o seguinte:

O grupo executante, indica vários aspectos considerados inadequados do decreto assinado em setembro. Além disso, aproveitamos a oportunidade para sugerir, através deste memorando, outros métodos para resolução dos problemas apresentados...

A ideia deles era entregar esse documento ao embaixador do Brasil em Washington, Roberto Campos, e, a partir disso, manipular as questões a favor dos Estados Unidos. Porém, o Roberto, conhecido nacionalmente como um grande patriota, recebeu os documentos e os enviou diretamente ao Itamaraty e, posteriormente, o Ministério me informou sobre esse acontecimento.

Esses acontecimentos apresentados demonstram, de maneira explícita, que os Estados Unidos sempre interviram na política da América Latina. A falácia que os grandes veículos midiáticos propagam é: “Olha a canoa vermelha, o partido comunista vai tomar conta do Brasil!”. Porém, o que tomou conta, de praticamente todas as nações latinas, foi o imperialismo americano, o mesmo que é defendido por essas mídias.

Portanto, podemos perceber que todas essas reformas causaram uma agitação nacional e internacional, o que é perfeitamente compreensível – e até mesmo louvável. Pois, pensem comigo, é muito difícil propor e realizar uma reestruturação do sistema vigente, porque existe quem seja contra e, dentro dos núcleos de discussão, eles utilizam todos os métodos possíveis para boicotar as propostas.

Sistematicamente, era isso que estava ocorrendo no Brasil, desde 1946. A oposição, através das ramificações políticas que foram se formando, buscava, nas Forças Armadas, um recurso para tomar o poder e construir, desse modo, uma Constituição que fosse satisfazer todas as suas “necessidades”.

Assim sendo, conseguimos analisar e perceber que a aplicação da ditadura não foi uma surpresa. As ações para tomar o poder eram frequentes, todos os episódios que aconteceram a partir de 1950, com a posse de Getúlio, foram tentativas de buscar, através dos quartéis, um meio para aplicação do golpe. Isso era tão explícito que Tancredo Neves chegou a dizer que o regime militar era, simplesmente, o novo estado da UDN. Infelizmente, enquanto a gente se preocupava com as reformas – nem tanto em realizá-las, mas em criar as condições para discussão dos assuntos –, eles se organizavam para tomar o poder!

O Partido Trabalhista, por conta da sua doutrina nacionalista, amedrontava o interesse estrangeiro. Assim, por conta do crescimento absurdo do partido nas eleições de 1946 até 1964, desbancando a maioria dos deputa-

dos do PSD e da UDN, acelerou, na minha opinião, o processo da derrubada do poder em 1964.

Sendo assim, chegamos à conclusão óbvia de que a defesa do patrimônio nacional contra a colonização estrangeira sempre foi um problema. Essa questão não data da contemporaneidade. Houve – como já sabemos –, durante séculos, um sistema muito complexo de exploração dos países colonizados. No entanto, as guerras demonstraram que a ocupação territorial não funcionava em todos os espaços, já não era um método tão eficiente e, por conta disso, mudou-se o sistema de colonização. Na atualidade, ele assume a persona do neoliberalismo – uma múmia de 300 anos vestida de hipocrisia da cabeça aos pés – e, atravessadamente com seus tentáculos, transforma esses países em simples fantoches. Foi isso que tentaram aplicar em todos os países da América Latina, África e Ásia.

No Brasil, por exemplo, houve um financiamento americano para controle dos interesses estrangeiros. A título de exemplo, realizou-se, no ano de 1962, a compra, pela Embaixada Americana, de 120 deputados. Isso foi explicitado pelo próprio Lincoln Gordon em entrevista. Perguntaram a ele se foi investido dinheiro americano nas eleições de 1962 e a resposta foi:

– Sim! investimos esse dinheiro. Foram mais de cinco milhões de dólares.

Além da própria declaração, verificou-se, por meio de um inquérito, que esse financiamento aconteceu e foi conduzido pela própria embaixada. Mas, mesmo com essa inserção de dinheiro para compra de parlamentares, nós havíamos ganhado como maioria e a tendência era que, em 1966, continuássemos com essa dominância absoluta. Por conseguinte, as reformas poderiam ser melhor discutidas e implementadas.

Acho importante, antes de falar sobre os desenrolares do golpe, explicar que é muito difícil impedir que as Forças Armadas sejam nacionalistas. Portanto, independente do viés político – sendo comunista ou fascista – os militares assumem as mesmas palavras, os mesmos gestos, a mesma postura. Na realidade, o que muda é a questão dos privilégios e das desigualdades. Os esquerdistas, em geral, defendem a defesa do patrimônio nacional e a resolução da desigualdade; os militares de direita, ao contrário, defendem a manutenção dos privilégios internos, não se importam com a desigualdade. Então, por mais que utilizássemos posturas semelhantes, as nossas divergências eram claras e absolutamente nítidas, não havia como escamoteá-las.

Retomando as questões relacionadas ao golpe. Com base nas informações apresentadas, podemos perceber que aconteceram uma série de coisas que casaram no sentido de propiciar os acontecimentos de 1964. O governo foi tomado, deposto, tudo foi paralisado!

Nesse período, realizamos uma reunião, em Porto Alegre, com o presidente. Relembro que, nessa ocasião, estavam presentes Oswaldo Lima Silva e Amauri Silva, basicamente, contando comigo, os três ministros do governo. Além disso, havia alguns deputados e governadores de confiança. Foi verificado, por entre as discussões, que não havia condições de resistir aos problemas externos. Ocorria, de maneira explícita, uma ameaça de intervenção no país. Os navios americanos navegando em direção ao porto de Santos, a ameaça de reconhecer a beligerância de Minas e de São Paulo, e outras questões, pesaram muito na nossa discussão. Além disso, a divisão interna, que era percebida, por exemplo, nas Forças Armadas, direcionou a decisão do governo para algo que evitasse um derramamento de sangue.

O fato é que, independente da nossa decisão, todas as possibilidades iriam resultar em um desastre absoluto. Gostaria de ressaltar que, nesse momento, apenas o governador Brizola e o comandante do 3º Exército, Ladário Pereira Teles, foram a favor da resistência. O comandante, com muita bravura e decência, declarava que preferia morrer no comando do que aceitar a situação tal como estava. Todavia, o presidente, diante de todas essas questões, tomou a decisão de não resistir. Rememoro que me ofereci para acompanhá-lo até o exílio e ele me respondeu da seguinte maneira:

– Não, agora não é o momento de me exilar! Estou em casa e vou ficar aqui por, pelo menos, mais uma semana.

– Bem, Sr. Presidente, eu queria então que o senhor me liberasse para voltar para Brasília.

– Você vai voltar?

– Vou! Nada me impede de ficar no Brasil, não tenho o cargo de presidente. Portanto, tenho a obrigação de responder pelos meus atos à frente do Ministério. Não quero, de maneira alguma, que eles destruam nossas conquistas e lutas, pois é muito fácil denegrir a reputação das pessoas quando não há uma defesa.

Em vista disso, peguei um avião da FAB, junto com Paulo Mincarone, Amauri Silva e Oswaldo Lima Filho, com destino direto para Brasília. Mas,

em determinado momento, o avião pousou em São Paulo. Nesse momento, percebi que alguma coisa desagradável estava prestes a acontecer, mas o piloto me disse que paramos para reabastecer e que, posteriormente, continuaríamos para Brasília. Desse modo, desci do avião para tomar um café com o Amauri. Assim que nos acomodamos, um alcaguete, da polícia de São Paulo, chegou e me disse:

– Ministro, licença, aquele tenente veio prender o senhor.

Eu já estava há algum tempo sem dormir e isso influenciou na maneira que me portei. Lembro-me de virar para o policial e falar:

– Não vou para lugar nenhum. Nós voltamos de Porto Alegre e vamos direto para Brasília. Pode falar exatamente isso para o tenente.

Depois disso, nos dirigimos ao avião e, assim que chegamos na porta, fui abordado novamente por aquele alcaguete, ele me disse:

– O avião está interdito e não pode decolar de São Paulo.

– Então você vai falar pro seu comandante que não vou ser preso por uma polícia de bicheiro, vagabunda, de merda como é essa que o Adhemar de Barros gerencia. Pode anotar, hoje vai ser o dia que vai acontecer algo nessa revolução. Não tenho medo e nem barreiras que me impeçam de incendiar esse avião aqui mesmo no aeroporto de São Paulo.

E, depois de falar isso, bati a porta na cara dele, tranquei o avião por dentro e fiquei sentado. Logo após isso, eles cercaram o avião com tropas, isso foi televisionado. Não me importei, acendi um cigarro e fiquei esperando o que iria acontecer. Essa questão se iniciou às cinco da tarde e, mais ou menos, às sete da noite o comandante do 2º Exército de São Paulo, Amaury Kruel, bateu na porta. O Kruel era um amigo pessoal e, por conta disso, abriu para que ele pudesse entrar. Ele entrou e me falou:

– Poxa, o que tá acontecendo aqui? Cheguei do Rio de Janeiro e encontrei a minha mesa em polvorosa, uma bagunça, um turbilhão. Aí recebi um telefonema informando que o Ministro está no aeroporto trancado em um avião.

Consequentemente, após ele terminar a fala, expliquei toda a situação. Assim que concluí, o indaguei:

– Qual seria o procedimento nesse caso?

– Mas isso é uma bobagem... O avião vai sair!

O pessoal, que estava do lado de fora, entrou e nós seguimos a viagem até Brasília. Acabou que, assim que chegamos, fomos recepcionados pelo

deputado José Aparecido e, posteriormente, resolvemos as questões que estavam na nossa alçada. Mesmo com todos esses empecilhos, ainda continuei frequentando a Câmara dos Deputados, mas, com o passar dos dias, acabei ficando muito depressivo – em vista de tudo que estava acontecendo – e deixei de ir.

Acho interessante, mesmo que volte um pouco na narrativa, contar sobre um episódio muito importante para a tomada do poder pelas Forças Armadas e, conseqüentemente, que envolve a ascensão do Castelo Branco. Essa questão começa com uma conversa entre mim e Jango. Nesta ocasião, falávamos sobre quem era o melhor candidato em uma eleição do Congresso. Por fim, chegamos a conclusão de que a melhor opção seria o Amaury Kruel, uma vez que era um general polêmico, de confiança e que tinha, mesmo que de maneira fragmentada, várias áreas de apoio dentro do Exército e isso ocasionaria, portanto, em uma melhor administração do processo político – esse era o objetivo!

Porém, o Juscelino, a partir do nada, chegou em Brasília apoiando o Castelo Branco. Nesse momento, um dissabor enorme preencheu a minha boca. Isso resultou no primeiro e único conflito meu com ele, do qual resultou o fato de nunca mais termos conversado. Lembro-me que fui visitar ele, com a companhia do Edmundo Moniz e do brigadeiro Francisco Teixeira, para demonstrar a minha solidariedade e ouvi-lo sobre esse apoio ao Castelo. A conversa se iniciou comigo dizendo:

– Presidente, o Kruel estava vitorioso com o apoio do PSD... Não estou conseguindo entender o motivo de, repentinamente, o senhor querer apoiar o Castelo Branco. O general Kruel conseguiria proporcionar muito mais espaço político para o senhor manobrar suas decisões.

– Não! você está um pouco apaixonado.

– Presidente, o senhor me desculpe, mas não estou apaixonado! Vou lhe fazer uma profecia. Eu consigo vender, a qualquer momento, meu mandato de deputado federal, porém, o seu mandato de presidente da República é impossível de ser vendido. O senhor é uma pedra, é um obstáculo no caminho dessa ditadura que se formou no país. O senhor, infelizmente, vai ser removido antes de mim!

De maneira alguma, me orgulho de ter acertado essa profecia. Rememoro que, para dar uma data precisa a vocês, ele foi cassado exatamente um

mês antes de mim, em maio de 1964. Incrivelmente, sou uma das poucas pessoas vivas que ainda têm conhecimento sobre isso.

Ainda sobre essa questão. Castelo Branco tinha uma relação muito boa com Francisco Negrão de Lima – amigo pessoal do Juscelino –, visto que a sua esposa era afilhada do Negrão. Desse modo, Castelo, que era muito mal visto dentro do Exército brasileiro, conseguiu se aproximar do Juscelino. Para vocês terem noção, quando o general Teixeira Lott levou, ao presidente, a lista sobre os generais de brigada que tinham a possibilidade de promoção, ele reiterou com todas as palavras o seguinte ponto:

– Presidente, aqui está a lista de generais que podem ser promovidos. Todos estão em condições de serem elevados de cargo. No entanto, aconselho que o senhor não promova esse aqui – apontando para o nome do general Humberto de Alencar Castelo Branco.

– Lott, vamos tomar um café? Não posso recusar promover esse rapaz, ele apoiou a minha posse.

– Não, senhor presidente, ele não apoiou a sua posse.

– Mas ele é meu amigo.

– Presidente, ele não é seu amigo! Ele é um mal caráter. Agora... O senhor é o presidente da República e promove quem quiser. Licença – bateu continência e se retirou.

Juscelino, como a história demonstra, não se importou com o conselho do general e promoveu o Castelo Branco. Posteriormente, fiquei sabendo, através do Renato Archer, que houve uma reunião na casa do deputado Joaquim Ramos onde estava presente o próprio Negrão Lima e o Castelo Branco. O motivo da reunião, que também reunia alguns próceres do PSD, era ouvir algumas propostas do Juscelino. No momento em que o Juscelino chega – isso o Renato me contando em detalhes – o Castelo, quase que instantaneamente, levanta, abre os braços e diz:

– Meu presidente! Eu lhe devo muito, já que é graças ao senhor que ainda estou na ativa.

Essa fala, obviamente, referia-se à promoção que o Juscelino deu a ele. Além disso, durante a reunião, Castelo tomou a palavra e disse:

– Presidente, gostaria de falar que, independentemente da vontade dos meus colegas de farda, eu não quero ser presidente. Só aceitaria essa proposta se o senhor me apoiasse.

Isso foi um movimento político muito inteligente, pois sem o apoio do Juscelino, e conseqüentemente do PSD, ele não teria a menor chance de se eleger. Logo após essa fala, Juscelino lançou duas perguntas para ele:

– Você respeitaria o calendário eleitoral? Outra pergunta, você daria posse aos eleitos?

Nesse momento, a única vontade do Juscelino era a reeleição. O Castelo, após essa indagação, continuou, respondendo da seguinte maneira:

– Ponta de honra do meu governo!

Conto isso, dessa forma, porque essas coisas demonstram o mau caratismo que acompanhava Castelo Branco, para não dizerem que é apenas maledicência com um homem que já não consegue se defender.

Como deputado federal, fui eleito 1º Secretário na Câmara na gestão de Ulisses Guimarães. Em 58 e 62, me reelegi sem problemas. Mas, o primeiro Ato Institucional (AI-1), de 9 de abril de 1964, cassou pelo menos 50 dos 409 deputados de 17 dos 22 estados brasileiros. Assim, sendo deputado federal pelo antigo estado de Mato Grosso, fui atingido pelo AI-1. Depois que meu mandato foi cassado, fui preso várias vezes. Mas foi em 1969 que fui oficialmente dado como morto pelo governo militar. Isso visava me impedir de qualquer ato. Assim, durante dez anos, de 1969 a 1979, minha esposa recebeu pensão como viúva de um militar da Aeronáutica. embora ela nunca tenha recebido atestado de óbito desse “assassinato civil”, realizado pela Aeronáutica. Em 1979, com a anistia, voltei a ser considerado como alguém que estava vivo! Mais tarde, fui reintegrado à Aeronáutica e até promovido...

Durante o período da ditadura, ajudei a fundar, com Ênio da Silveira, a Editora Paz e Terra, do Rio de Janeiro, que foi uma frente de publicações de livros importantes que marcaram época e contribuíram para questionar a situação política e construir novamente um ambiente democrático.

Depois de muito tempo fora da vida política eleitoral, em 1982, com a intenção de contribuir para a construção do PDT, fui candidato a governador no estado de Mato Grosso do Sul. Não venci as eleições, mas houve a vitória de Leonel Brizola para governador do Rio de Janeiro e, durante sua gestão, fui vice-presidente do BANERJ e membro do Conselho Estadual de Saúde.

O caso Riocentro, em 30 de abril de 1981, véspera do Dia do Trabalho, foi um acontecimento importante porque foi planejado um atentado pelos

militares para culpar a esquerda, que deu errado. Naquele dia estava programado um show no Riocentro, dedicado aos trabalhadores, promovido pelo Centro Brasil Democrático, do qual eu fazia parte, uma entidade então presidida pelo Oscar Niemeyer e que ainda contava com a participação de Darcy Ribeiro, Sergio Buarque de Holanda, Amoroso Lima, Antonio Candido, Dalmo Dallari, Helio Bicudo, entre outros. Isso até consta de um Inquérito Policial Militar (IPM) porque nossa entidade era promotora do evento. Por isso, sua composição e demais documentos dela foram anexados a este IPM, algo que era feito regularmente para criminalizar os adversários dos militares. Isso mostra o grau de tensão, o perigo que havia nesse processo de anistia e abertura política, que muitas pessoas não tem mais ideia do que representava na época...

Posso dizer que, com a renúncia de Jânio Quadros e a resistência à posse de João Goulart, o PTB e parte do PSD tiveram que se unir para tentar resolver o impasse que se formou. Existiu um acordo para que eu e Tancredo Neves fôssemos discutir a posse ao encontrar Jango em Montevideu. Assim, ele tomou posse em um governo parlamentarista e Tancredo foi nomeado primeiro-ministro.

Não aceitei as propostas feitas para assumir nenhum ministério durante o governo parlamentarista. Tomei posse no Ministério da Saúde apenas no regime presidencialista.

Já nessa época, é possível afirmar que, por pelo menos duas vezes, aconteceram tentativas de golpe de estado pelos militares. A primeira vez foi quando os militares pressionaram Jango para que fechasse o Congresso e houvesse a volta do presidencialismo. Percebi uma tentativa quando, durante uma pescaria no Araguaia, Jango me convidou e contou que o general Amauri Kruel tinha dado o seguinte conselho: fechar o Congresso. Ele pediu minha opinião e disse que fechar o Congresso seria uma loucura!

A segunda tentativa de golpe já aconteceu durante minha terceira campanha eleitoral para deputado federal no Mato Grosso, quando fui chamado à Granja do Torto por Jango, que me mostrou um documento exigindo plebiscito urgente, assinado pelos ministros das Forças Armadas, contrários ao parlamentarismo. Ele me perguntou sobre como terminar com aquele tipo de pressão e também pediu que me reunisse com meus amigos da oposição para tentar alguma solução. Foi então que procurei Pedro Aleixo, deputado

da UDN e líder da oposição, colocando essa questão quanto à iminência de um governo militar. Ele solicitou um tempo, depois ligou e disse que a oposição apoiaria o plebiscito, desde que fosse realizado em janeiro e não em outubro, mês da eleição. Dessa forma é que houve a volta ao presidencialismo que, dentro do Exército, era um movimento da ampla maioria.

Alguns dizem que eu era um homem de confiança de Jango e que, por isso, ocupei o Ministério de Saúde. Mas, foram tempos muito difíceis que passamos naquele governo... Em janeiro de 1964, propus a renúncia de todo meu gabinete para que fosse ocupado pelo pessoal da oposição, como Magalhães Pinto, Ademar de Barros, Carlos Lacerda, e assim fosse possível construir uma espécie de governo de coalizão com os partidos adversários, o que poderia ajudar que ficássemos até 1965, quando seria o final do mandato até 1965.

Jango fez objeção a essa coalizão, não admitiu recuar de nenhum modo. Ele afirmou que não voltaria atrás nas negociações das Reformas de Base e nos acordos já estabelecidos com os sindicatos.

O golpe estava em andamento... Jango voltou para Brasília em primeiro de abril, de noite, visando chegar em Porto Alegre no dia seguinte. Eu retirei o Presidente do avião presidencial, porque estava sabotado! E o coloquei em um avião da FAB. Fiz isso porque esperamos por umas duas horas, mas só ouvimos desculpas. Era Ministro da Saúde, mas também oficial médico licenciado da Aeronáutica, por isso disse, com toda certeza:

– Jango, esse avião está sabotado, ele não vai decolar, você vai ser preso aqui. Vamos pegar outro avião que eu mandei reabastecer.

Então, partimos para a capital gaúcha. O Tancredo nos acompanhou até esse momento, mas foi embora desconsolado e, pouco depois, passou por tanques que se dirigiam para a base aérea para dar apoio à prisão do presidente, com certeza.

Ao longo dessa viagem, Jango perguntou qual era minha visão da situação. Disse que apenas haveria como resistir ao golpe se o Rio Grande do Sul apoiasse, fosse a favor do nosso governo, porque senão seríamos esmagados como o “último reduto do comunismo na América do Sul”.

Ao chegar em Porto Alegre, nos reunimos com Leonel Brizola, com o general Ladário, comandante do 3º Exército, e mais outros assessores de confiança do Palácio Piratini, do governo estadual gaúcho. Nessa reunião, repeti

o que havia dito antes, que apenas poderíamos resistir se o Rio Grande do Sul estivesse com o presidente. Foi aí que o general Ladário afirmou que uma parte da tropa estava sublevada, fora de controle, e apoiada pelo então governador do Rio Grande do Sul, da oposição. Leonel Brizola estava exasperado e disse que defendia uma guerra radical contra os golpistas. Mas, Jango tomou a decisão de não resistir, partindo para o Uruguai no dia 4 de abril.

Enquanto isso, os partidos políticos de oposição, como a UDN e o PSD, já estavam negociando com os militares. Além disso, o PTB, apesar de ter sofrido cassações de seus parlamentares, votaria também no general Amaury Muller como presidente militar, o que não aconteceu porque o deputado Negrão de Lima era primo de Juscelino Kubitschek e padrinho de casamento de Castello Branco e o indicou ao cargo.

Eu, com o mandato de deputado federal cassado – junto ao Helio Fernandes e ao Enio Silveira – ingressei no movimento Frente Ampla, que foi uma das primeiras manifestações de oposição à ditadura militar. Carlos Lacerda, que era da UDN, entrou na Frente, o que levou o movimento a outros caminhos porque ele conseguiu mobilizar Juscelino Kubitschek e Jango, lado a lado. Por isso, a Frente ganhou força! E logo foi posta na ilegalidade pelo Ato Institucional 5 (AI-5). Simultaneamente, começou a luta armada contra o regime militar, enquanto alguns optaram pela luta política dentro do MDB, partido de oposição.

Depois da cassação que ajudei a fundar a Editora Paz e Terra. E, como forma de resistência, acabei sendo editor da maior organizadora de publicações que enfrentavam a ditadura, onde éramos perseguidos e frequentemente alvos de censura.

Sem dúvida, éramos considerados perigosos para a ditadura, porque eu era um político conhecido nacionalmente. Ainda havia agravantes porque, por exemplo, uma figura política e também ex-militar, considerada inimiga número um do regime na época, como Carlos Marighella, escreveu em 1965 o livro “Por que resisti à prisão”, onde detalhou a repressão contra trabalhadores, camponeses, estudantes, artistas, cientistas e intelectuais promovida pela ditadura e, entre tantos outros, meu nome também estava ali:

Punidos com cassações de direitos políticos e outras sanções, perseguidos no país ou vivendo no exílio, existem muitos brasileiros. Desde os que exerceram a presidência da República nos últimos anos, os que ocuparam comandos milita-

res, foram ministros de Estado, governadores, prefeitos ou deputados, aos que são líderes políticos de expressão ou apenas se opõem à ditadura. Entre os atingidos figuram João Goulart, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Seixas Dória, Mauro Borges, marechal Osvaldo Ferreira Alves, almirante Cândido Aragão, general Jair Dantas, almirante Sílvio Mota, almirante Pedro Paulo Suzano, almirante Paulo Mário, general Oromar Osório, general Cunha Melo, brigadeiro Antônio Teixeira, Amauri Silva, Abelardo Jurema, Saldanha Coelho, Francisco Julião, Almino Afonso, Max da Costa Santos, sargento Antônio Garcia Filho, cabo da Marinha José Anselmo, Demistóclides Batista, Elói Dutra, general Tácito de Freitas, Djalma Maranhão, Paulo de Tarso, Neiva Moreira, coronel Dagoberto Rodrigues, João Pinheiro Neto, **Wilson Fadul**, Raul Ryff, Darcy Ribeiro, Pelópidas da Silveira, Sereno Chaise, Plínio de Arruda Sampaio, Beatriz Bandeira, Rosemonde de Castro Pinto, Oto Rocha e Silva, coronel Hango Trench, Valdir Pires, general Henrique Oest, Marcos Magalhães Rubinger, coronel Kardec Leme, coronel Joaquim Inácio Cardoso, capitão Alfredo Ribeiro Daudt, professor Bayard Boiteux, comandante Emílio Bonfante, professor José Rodrigues Vieira Neto, Lúcio Gusmão Lobo, Jurema Finamur, Humberto Menezes Pinheiro, Pedro Paulo Sampaio Lacerda, Henrique Cordeiro, Paulo Schilling, padre Alípio de Freitas, Alfredo Gerhardt, Paulo Freire, Vinícius Caldeira Brant, Rubem Wanderley, Jocelin Brasil, Anísio Teixeira, Ana Montenegro, Sinval Bambirra.

Fui vigiado tanto como político cassado quanto como ex-oficial militar da Aeronáutica, as duas categorias mais visadas, porque os militares que foram contrários ao golpe foram amplamente atingidos pela repressão. Como expliquei, mesmo após sermos demitidos, éramos perseguidos, considerados “mortos”, o que impedia de conseguir trabalho formal ou prestar concursos. Era frequente depois do expurgo, que algum ex-militar obtivesse um emprego e os golpistas fossem no local para que houvesse a demissão, como chegou a acontecer comigo.

Mas o pior da ditadura foi contra a minha família. Graciela, minha esposa, médica como eu, foi presa. Isso foi noticiado na época:

A prisão da mulher do ex-ministro da saúde de Jango

Em um ofício enviado ao juiz Teócrita Miranda, da Justiça Militar da Guanabara, o Major Valdir José de Melo Barbosa, do 2º Batalhão de Infantaria, do I Exército, comunicou quinta-feira passada a prisão da médica Graciela Meinberg Fadul, ocorrida no dia 26 de março. Graciela, de 51 anos é mulher

do ex-ministro da Saúde do governo João Goulart, Wilson Fadul. O major Barbosa, encarregado do IPM, informa que a médica foi presa “pela prática de atividades subversivas” e que a “citada indiciada encontra-se presa no Hospital Central do Exército”. (...)

Na mesma circunstância, foi preso um dos meus filhos, Antonio Carlos Meinberg Fadul. Eram ambos acusados de atividades subversivas, considerados participantes de uma ação da Resistência Armada Nacional e da Liga Operária, grupos de oposição à ditadura. Isso aconteceu porque a mãe da namorada do meu filho participava desses grupos de resistência. Houve um assalto e um desses militantes foi ferido em um tiroteio. Essa mãe trouxe o rapaz ferido para ser tratado na minha casa e minha esposa, uma médica, nunca poderia se negar a fazer um atendimento médico. Então, ela atendeu o ferido, que saiu dali, viajou para Belo Horizonte, foi preso, torturado e contou quem tinha dispensado os cuidados médicos. Nossa família sofreu cinquenta e cinco dias sem notícias dela, sem poder buscar informações porque a casa era fortemente vigiada. Entrei em desespero... Emagreci uns dez quilos.

Por fim, graças aos amigos da vida política, conseguimos que o general Orlando Geisel determinasse que as Forças Armadas, o Exército, a apresentasse para nós. Eu e meus filhos a encontramos numa cama de hospital: ela tinha sido barbaramente torturada...

A prisão de Graciela foi noticiada no Rio de Janeiro, mas não na imprensa do estado de Mato Grosso, onde voltei algumas vezes depois da cassação de meu mandato. Mas quando ia lá, prendiam meus amigos, companheiros de partido, qualquer um que tivesse contato comigo. Numa ocasião, quando fui a Campo Grande para inaugurar uma unidade de saúde a convite do então prefeito Antonio Neder, me disseram que o comandante do Exército mandaria me prender quando eu pisasse na cidade. De qualquer forma, eu fui, inaugurei a obra e fiquei por uma semana reencontrando as pessoas. Quando voltei ao Rio de Janeiro, tive conhecimento de que o amigo que me hospedou acabou preso. Então, viajei de carro para São Paulo e me encontrei com o general Amauri Kruehl, comandante do II Exército, e intercedi pelo meu amigo em Campo Grande. Ele me conhecia de longa data, por isso determinou a liberação do preso e ainda demitiu o comandante do Exército de Campo Grande.

Nós mais que desconfiávamos que éramos fichados, os vários líderes cassados, com certeza, com prontuário em informes do SNI, que deviam registrar informações de reuniões políticas que participávamos, fosse em Campo Grande ou no Rio de Janeiro.

Depois desse episódio, deixei de ir ao Mato Grosso para não levar problemas aos meus amigos de Mato Grosso. Apenas retornei depois da anistia, em 1979, quando ajudei a reorganizar o PDT, agora liderado pelo Leonel Brizola. Em 1982, como disse, concorri na primeira eleição direta para o governo do estado, que foi dividido e agora era o Mato Grosso do Sul, anteriormente criado por decreto pelo presidente Ernesto Geisel, em 1979. Perdi a eleição para o também ex-deputado cassado pelo AI-5, Wilson Barbosa Martins, da antiga UDN. Nessas eleições, muito importantes para o fortalecimento nacional do partido, também concorreram o ex-prefeito de Dourados, José Elias Moreira (PDS) e o ex-deputado Antonio Carlos de Oliveira (PT). Minha candidatura aconteceu com esse objetivo de fortalecer o partido no Mato Grosso do Sul, assim como apoiar a de Leonel Brizola, pelo PDT, no Rio de Janeiro, que foi bem sucedida.

Todo relato de minha esposa sobre as práticas de tortura do regime militar foi colhido por organizações da Suíça, pois ela era nascida naquele país, em Meinberg, 1920, quando ela pediu a reintegração de sua nacionalidade suíça, fato de conhecimento a um dos diplomatas em carta de 1973: “Ela declarou ao consulado-geral que seu filho, um brasileiro, havia sido de forma selvagem torturado durante dez dias pela Polícia Militar, sob a acusação de pertencer a um grupo subversivo”, escreveu. “Como nada foi provado contra ele, ele foi finalmente liberado em um estado de saúde horrível”, disse.

Mais tarde, soubemos de documentos secretos do Ministério da Aeronáutica que citavam minha esposa e meu filho, Graciela Meinberg Fadul e Antonio Carlos Meinberg Fadul, como membros de organizações subversivas em 1973.

Ainda retomando sobre a questão a respeito da minha cassação. Acho que ela se deve por muitas coisas, mas a maior delas seria, na minha opinião, o fato que sou uma pessoa muito ligada aos meus princípios. A título de exemplo, lembro que tive, durante a minha cassação, um encontro muito infeliz com o general Carlos de Meira Mattos. Na ocasião, ele estava acom-

panhado do deputado Ubiratan Spinelli, que, indelicadamente, me fez a seguinte pergunta:

– Você não está sendo cassado?

– Ô, Spinelli, você me conhece? Sabe como me elegi no estado? Quanto custou minha eleição? De que forma me elegi durante três mandatos? Você sabe, né? Por aí é possível enxergar o juízo que faço do mandato do Castelo Branco.

Assim que terminei minha fala, o general Meira Mattos pôs-se a levantar da mesa. Não pensei duas vezes e já falei:

– Está levantando e vem tomar as dores do Castelo...

No dia seguinte, recebi um telegrama do Palácio, dizendo: “Senhor Faldul, as coisas que o senhor falou, no dia de ontem, para o general Meira Mattos, no Hotel Nacional, são de extremo desrespeito...”. Na minha visão, o fato de eu ter essa personalidade muito forte e por conseguinte, não dobrar as vontades deles, influenciou diretamente na minha cassação.

Após a minha cassação, cheguei a acompanhar a trajetória do Ministério da Saúde. Se não me engano, o único que continuou lá foi o Aristides Lima-verde. Ele voltou para Saúde dos Portos – onde sempre quis ficar. Nesse período, fui observando um fato interessante: à medida que o Ministério da Previdência assumia o papel de financiador da saúde, o Ministério da Saúde ia perdendo importância e significado.

Portanto, a ideia deles era enfraquecer o Ministério da Saúde e isso culminou em uma assimilação do problema. O resultado de tudo isso, por mais absurdo que pareça, foi a consolidação, através da 5ª Conferência Nacional de Saúde, das propostas feitas na 3ª Conferência Nacional de Saúde. Consequentemente, percebeu-se a necessidade de implementar um Sistema Nacional de Saúde. O grande problema, esse que também foi discutido na 5ª Conferência e que ainda ocorre até hoje, é que as pessoas entram direto no centro do sistema, ocasionando desse modo, uma tumultuação no processo. O ideal, para resolver esse problema, é criar um sistema que parta da periferia para o centro e não o contrário.

Além de tudo, quando a ditadura assumiu, os decretos que havíamos assinado sobre os problemas relacionados à importação superfaturada de fármacos, foram revogados ou modificados.

Acho que, para encerrar minha exposição, aprendi muitas coisas durante a minha vida, principalmente no que diz respeito à política. Alguns desses

adversários eram meus amigos, almoçaram comigo, bebíamos até de madrugada. Sempre encarei as coisas com muita facilidade, nunca fui um profissional da politicagem. Não exagero ao afirmar que poderia ter feito uma carreira de governador no estado do Mato Grosso, estaria de pé até hoje na política. Mas meus princípios são mais importantes.

Na minha opinião, isso não é profissão – no final do dia eu sempre era um médico. Afirmo isso, desse modo, porque você pode ser obrigado, como aconteceu em 1964, a escolher entre aderir ou abandonar. A pior coisa que pode acontecer com homem público é ser colocado nesse ângulo agudo. Não existe saída. A saída é sempre desastrosa, foi o caso de 64. Eu poderia ter negociado, como muita gente fez, mas para mim isso era inviável, impossível, intragável. Não tinha saída, mas mesmo assim me orgulho muito da escolha que tomei e, congruentemente, de todos os anos que passei na política brasileira.

João Batista de Paula

João Batista de Paula foi militar nos anos 1950 e preteriu essa carreira por outra profissão que abraçou, o jornalismo. Com uma coluna diária intitulada *Plantão Militar* no famoso jornal oposicionista dirigido por Samuel Wainer, o *Última Hora*, Batista de Paula, como era conhecido, ficou famoso por fazer a primeira cobertura jornalística permanente da área militar nos anos 1950 até o golpe de 64. Por ter saído do próprio meio, tinha elevado entrosamento e livre trânsito com personalidades das Forças Armadas, e também era querido pelos baixos escalões da corporação em razão das informações militares de utilidade pública – tais como transferências, concursos, promoções, homenagens, aniversários, casamentos – que publicava diariamente. Sua narrativa foi carregada de ressentimento, desilusão e aquela já conhecida sensação de derrota e fracasso existente em outras histórias de vida. Forneceu documentos escritos complementares à sua fala, em destaque algumas das colunas mais famosas e opinativas contra a direita militar que publicou nos anos de 1962 e 1963.

Batista de Paula, de origem humilde, foi outro militar que compôs a baixa oficialidade. Sua posição de classe dentro das Forças Armadas favorece, como vimos no caso de Héctor Alvarez, um outro ponto de vista sobre o processo histórico. A experiência significativa do cotidiano da Escola de Sargentos, no Rio de Janeiro, revelou as consequências práticas do anticomunismo nos aspectos mais triviais da vida das pessoas comuns.

A reclamação por uma alimentação digna, por exemplo, tornou-se obra e graça dos comunistas fomentadores da indisciplina nas Forças Armadas. O curioso é ver já em tempos tão longínquos o protagonismo de situações como esta por figuras como o então tenente Arthur da Costa e Silva.

O traço mais marcante da história de vida deste colaborador, todavia, está na cessão das colunas escritas por ele. Guardadas como relíquias, deram

oportunidade de expressar os maiores sentimentos de revolta diante da exclusão e da repressão as quais foi submetido durante a ditadura militar.

Falou com grande pesar que tinha tudo o que escreveu guardado e arquivado em pastas e arquivos em sua casa, explicando que, quando a polícia foi atrás dele, levou todo o seu trabalho, tudo o que tinha escrito por mais de dez anos como jornalista: “Levaram uma história...”. Sua revolta como sujeito da história proibido de recordar – porque destituído do resultado de seu trabalho, ao mesmo tempo fonte e alicerce de sua identidade – atinge diretamente ao historiador e, particularmente, ao oralista.

Talvez a história de vida que construímos possa restituir um pouco da dignidade do cidadão comum em poder ter uma história, contá-la e mostrar o resultado documental do que fez ou pretendeu fazer de sua trajetória.

É exatamente do diálogo desses documentos com a fonte oral que vemos surgir as questões mais interessantes. Destacamos aqui como um militar nacionalista de esquerda militava politicamente no PTB desqualificando o próprio grupamento oposicionista quando, ao atacar Lacerda evocou seu passado comunista como algo depreciativo. A defesa da legalidade se justapõe com as críticas ao governo de Jango, especialmente no que dizia respeito aos interesses corporativos da instituição militar e sua estreita relação com militares conservadores assim como com os progressistas. Outro ponto interessante diz respeito às divergências entre os sargentos e a baixa oficialidade em geral sobre a participação política mais ativa tanto nas associações quanto no meio parlamentar, onde aparece com dureza o combate à influência “subversiva” da famosa figura do sargento Garcia Filho, eleito deputado. Mais uma vez as provas sobre a condição de infiltrado do conhecido Cabo Anselmo são levantadas com propriedade.

Exilado, sem poder se empregar nos meios de comunicação por causa do passado repleto de supostas atividades de “incitamento à indisciplina nas Forças Armadas”, o empobrecimento e esquecimento são os maiores motivos do triste balanço de sua trajetória, onde considera que tudo o que fez não valeu quase nada...

João Batista de Paula faleceu em 22 de maio de 2001, no Rio de Janeiro.

*Chego à conclusão que minha luta não valeu nada!
Quase nada... Infelizmente é a pura realidade. Não só a
minha luta, mas a de outros companheiros meus, que sofreram.*

Meu nome é João Batista de Paula. Nasci numa pequena cidade do interior de São Paulo, chamada Guareí. Ela nem existe no mapa, mas é muito bonita... Fica entre Itapetininga e Tatuí. Mas, como não tem estrada de ferro nem estrada de rodagem que passe por ela, fica escondida num buraco. Hoje está ligada à Castelo Branco, fica a 18 quilômetros dela. Na época, não tinha nada mesmo...

Nasci de família pobre. Eu tinha seis irmãos e, só depois de cinco anos de meu nascimento, nasceu mais um homem. E, depois de cinco anos dele, nasceu outra menina.

Papai inicialmente tinha uma olaria. Mais tarde vendeu-a e foi cuidar de agricultura, que era o que ele gostava. Então, mudamos para o campo e cuidamos de agricultura por uns quatro, cinco anos.

Na minha infância, a primeira escola que frequentei foi uma rural. Devo ter feito lá uns seis meses, completei a idade e fui para um grupo escolar em Guareí. Nesse meio-tempo – estava no segundo ano –, meu pai foi ser administrador da fazenda do Dr. Júlio Prestes, que era o presidente do estado de São Paulo. Ficamos lá um ano e pouco, mais ou menos, e eu perdi esse período escolar. Lia alguma coisa que encontrava. Tinha uma enorme biblioteca, mas ela possuía mais livros de direito ou mesmo de literatura, algum romance... Achei uns livros infantis e os li.

Da minha infância, lembro do inverno bravo, a gente sem agasalho... Lembro do trabalho das minhas irmãs na lavoura, mocinhas de 15, 16 anos, que enfrentavam a enxada. Muitas vezes papai nem arrumava empregados porque eles temiam se contrapor a elas no trabalho. Elas eram feras!

Eu tinha um padrinho em São Paulo que, aos 11 anos, me levou para visitar a capital. Foi quando estourou a Revolução de 32 e, naquela época, não se podia viajar. Assim, fiquei um ano em São Paulo. De 10, 11 até quase 12 anos. Lá, procurei complementar os meus estudos, mas não terminei.

Então, retornei a Guareí, terminei o primário, um excelente curso. Naquela época, ele tinha muita categoria. E fiquei sem fazer nada. Os meninos, meus contemporâneos que tinham pais com algum dinheiro, continuaram os estudos. Foram para Itapetininga, Botucatu... Mas eu não podia ir para lugar nenhum.

Estava com 14, 15 anos e não tinha nada o que fazer. Então, resolvi que iria embora para São Paulo. Ninguém acreditava, porque naquela época uma viagem de Guareí a São Paulo era sonho... pela estrada de ferro Sorocabana levava oito horas! E de caminhão – porque na minha terra havia dois que faziam essa viagem – levava três ou quatro dias! Eram estradas de lama...

Quando saí da cidade, aos 15 anos, já tinha minhas irmãs casadas. Uma delas casou-se com um coletor, de uma família de tradição na cidade, a Castanho de Almeida, cujo pai era chefe político. E a mais velha casou-se com um da família Vieira. Elas estavam casadas e havia uma irmã para cuidar da gente. Eu tinha 13 anos quando minha mãe morreu, com 41 anos, de pneumonia dupla. Naquela época não tinha antibiótico, então era difícil salvá-la... Era moléstia que matava mesmo.

Então, nós ficamos sós e a Maria Gentil, minha irmã, foi quem terminou de nos criar. Depois ela também casou e ficamos eu, papai e meu irmão mais moço, já falecido. A minha irmã caçula, que até hoje me chama de tio João e senhor, foi viver com minha irmã Maria Gentil. E não tinha nada para fazer na cidade. Não tinha nenhum meio de vida. Então, eu disse:

– Vou-me embora para São Paulo.

Viajar para lá, naquela época, era a maior aventura do mundo! Botei na cabeça que eu ia. Papai não acreditava:

– O que você vai fazer lá, meu filho?

Ele era muito rígido. Rígido até demais...

Um dia, ele me deu 150 mil réis, juntei a pouca roupa que tinha e fui para São Paulo. Tinha 15 para 16 anos...

Cheguei em São Paulo, procurei a casa desse padrinho meu – com quem tinha um bom relacionamento, especialmente com as irmãs dele – para ficar lá pelo menos pelos primeiros dois meses. Eles me receberam muito bem e eu saí à procura de serviço.

Lá tem um jornal que existe até hoje, que é dirigido por um amigo meu, o Jorge Miranda Brandão, chama-se *Diário Popular*. Era o jornal dos

“precisa-se”. No primeiro dia, não consegui nada. No segundo dia, consegui trabalhar como entregador de uma grande alfaiataria e lá foi meu primeiro trabalho em São Paulo.

Aí conheci um pintor italiano, chamado Carlos Bergamasco, que era decorador numa fábrica de brinquedos. Então, ele me disse:

– Pode me ajudar, me auxiliar.

Eu nunca tinha pegado num pincel na vida. Aceitei. Fui trabalhar num quarto de uma pensão e ele me cedeu um espaço. Como vivia só, fui morar com ele.

Depois da alfaiataria, trabalhei numa fábrica de botões, no Canindé. Como jogava futebol direitinho, mais tarde arrumei emprego nos Irmãos Ranieri, uma metalurgia, que fabricava inclusive cachimbo. Ali eu os polia. Estudava à noite, fazia naquela época o que se chamava “Madureza”. Depois virou Artigo 91, hoje é supletivo. Morava na Luz, na Vila Sá Barbosa, nas margens do Tamanduateí; do outro lado é Canindé. E estudava à noite na Rua São Caetano. Fiz o ginásio em dois anos e pouco, ia fazendo as matérias. Quando completei dezoito anos, já tinha o ginásio e estava melhor de vida. Trabalhava em escritório, sabia bater a máquina... Aí conheci, através de um amigo chamado Paulo Vasconcelos – de família abastada de São Paulo, que morava numa casona nos Jardins –, um advogado que se chamava Paulo Lauro. Um mulato, meio sarará, que era muito amigo do Ademar de Barros, interventor do estado. Isso foi no final de 38, começo de 39. Um dia, ele perguntou:

– De onde você é?

– Sou de Guareí...

Expliquei de onde vinha...

– Você tem família aqui?

– Não tenho.

– Você visita sua família?

– Até agora não fui. Estou fora de lá há quase três anos...

Acho que ele ficou com pena de mim e me disse:

– Olha, vou arrumar um emprego para você na prefeitura.

Mas o negócio passou. De outra vez que me encontrei com ele, já fui mais orientado, é claro, pelos meus amigos... Eu disse:

– Dr. Paulo, o senhor me arruma uma casa, porque queria montar uma república. Tem tantos rapazes que precisam...

– Ah! Eu vou conseguir sim.

Uma semana depois, consegui um sobrado na Av. Duque de Caxias, bem pertinho da Av. São João. Mas o sobrado estava caindo aos pedaços. Fomos lá e não dava para morar... Aí eu disse:

– Dr. Paulo, não dá para morar... a escada está caindo!

– Vou reformá-lo.

Em 15 dias reformou. Então, fui para lá. Tinha 17 estudantes. E era muito heterogêneo, porque tinha estudante rico, filho de fazendeiro poderoso; classe média e pobre, como eu. Estudava à noite, trabalhava de dia... Fiquei nessa república quase um ano.

Tinha um rapaz chamado Bretas que podia morar tranquilamente no melhor hotel de São Paulo, mas morava lá com a gente. Aí o pai, fazendeiro em Barretos, soube que o filho estava morando numa república e, naturalmente, desconfiou:

– Esse pessoal deve ser pé de cana!

Naquele tempo não tinha tóxico, mas tinha álcool. E, um dia, foi visitá-lo de surpresa. Chegou e viu a coisa tão organizada!... Nós oferecemos um jantar a ele, da melhor qualidade. Claro que quem pagou foi o filho, porque nós não tínhamos dinheiro... Ele saiu de lá encantado! Desde aquele dia, nunca mais compramos feijão, arroz, farinha, toucinho, carne de charque... Ele mandava de carroça pra gente!

Mas aí o Paulo Lauro conseguiu a nomeação para a prefeitura, não só para mim, mas para sete ou oito, parece. Então era a glória! Larguei o escritório; também vendia sapato, principalmente nas vésperas do final do ano. Ele nomeou. No dia seguinte, nos vestimos bem e fomos tomar posse. Chegamos lá e não pudemos tomar posse porque não tínhamos certificado de reservista. Fizemos tudo para ver se driblávamos essa exigência... Voltamos para o Dr. Paulo e dissemos:

– Poxa, esse certificado...

– É a lei, meu filho. Nesse troço não posso pedir para sejam dispensados. Mas vocês tiram esse certificado fácil. Tem aí o Tiro de Guerra, a Companhia de Quadros...

– Mas isso leva tempo...

– Vocês entrem no Exército que em seis meses estão dando o certificado.

Então combinamos todos. Eu falsifiquei a autorização do meu pai, porque tinha 18 anos. Muitos falsificaram. Não tinha jeito, por causa da me-

noridade. Aí nos apresentamos lá no Exército, fizemos inspeção de saúde, exame físico... Era todo mundo meio atleta, a gente nadava muito no Tietê, e todos passamos tranquilos.

Eu entrei no Exército com 18 anos e 3 meses. Nessa idade, tinha uma formação que ainda poderia sofrer modificações. O Exército faz isso. Transforma a formação da pessoa, pelo sentido da ordem. Chega-se lá e encontra-se uma estrutura de ordem que inicialmente choca. Mas, aos poucos, a gente se adapta a ela. Sobretudo, a base da disciplina. A hierarquia é um negócio muito sério dentro do Exército que a gente não considera aqui fora. Lá é coisa séria! E, naquela época, deveria ser muito mais do que hoje.

Depois veio a formação, a chamada disciplina consciente dos americanos, alguns oficiais nossos tiveram contato, teve a guerra, que ajudou nessa disciplina. Na guerra, a hierarquia vale pouco. Vale como cumprimento de ordem, de uma estratégia. Mas há mais camaradagem. O capitão que comanda uma companhia está ali tão exposto ao perigo e à morte como está o mais humilde soldado dele. Há um nivelamento. Mas o Exército plasma no sujeito um princípio de disciplina, de ordem, que é muito difícil perder. Claro que também tem o lado da injustiça que indigna, deixa revoltado... Mas, de um modo geral, é válido.

É uma grande escola, sem dúvida. Na parte dos recrutas, dos jovens... eles não recebem o tratamento que deveriam receber, especialmente no Exército. Um tratamento como o que eles dão na Aeronáutica, na Marinha, que tem outra formação. Como o serviço de taifa que a Marinha herdou da Marinha Imperial Britânica. E como houve o casamento das duas forças – Marinha e Aviação Naval – a Aeronáutica também adotou esse serviço. Na Marinha tem os taifeiros, tem *maitre*, tem grandes cozinheiros. Até os garçons e os que arrumam cama de oficiais são cursados. No Exército não. A seleção do pessoal é a seguinte: o recruta entra, começam a dar ordem unida, e, para aqueles que não sabem marchar, dizem:

– Fora de forma, vai para o rancho.

É assim que era o Exército. E não acredito que tenha mudado muito hoje. Então, a parte de alimentação é uma tristeza e ainda hoje a comida não presta. Quando o jovem que vai para lá deveria ser muito bem tratado. Ter um tratamento digno porque está sendo convocado para a prestação de serviço militar. Ele não pediu para ir. A lei o obriga. Mas não mudou muito e, com a ditadura, parece que até piorou.

Mas aí ficamos bestas com a comida. Como era ruim... Naturalmente, o intendente que era um militar nordestino – o que tinha muito no Exército naquela época – fazia um cardápio nordestino. Abóbora, carne-seca, arroz colante. Acho que nem lavavam o macarrão... Foi um choque para nós... Mas pensávamos:

– Em seis meses a gente sai daqui com o certificado.

Com dois meses no Exército, o ministro da Guerra suspendeu os licenciamentos *sine die*, quer dizer, a gente não ia mais sair. Então, o que resolvemos:

– Nós vamos ter que ficar aqui? Vamos fazer o curso de cabo.

Eles queriam aumentar os quadros, então abriram logo o concurso de cabo. Quem tinha o ginásial não fazia nem o exame. Entramos todos. Em quatro meses fomos promovidos a cabos. Quando nós chegamos, ganhávamos 21 mil réis. Descontavam 500 réis para lavagem de roupa e outros 500 – que nunca entendi – do rádio. Aquele rádio capelinha, que funcionava à noite, a gente pagava! Será que era a eletricidade? Nunca entendi...

Aí saímos como segundo-cabo. Foi logo a seguir. Passamos a ganhar a 228 mil réis. Algo como 220 reais hoje, porque o mil réis foi transformado em cruzeiro em 42. E o valor era equivalente, o cruzeiro tinha o valor do real... era mais ou menos isso. O suficiente para viver, mandar fazer uniforme bonito, porque a gente vivia sempre de jogging, não saía nem do quartel com vergonha... E entramos para o curso de sargento:

– Nós não vamos sair tão cedo e um sargento ganha 630 mil réis.

Todo mundo saiu sargento. Mais longo, parece que eram oito meses o curso, intensivo também. Tinha instrução e aula à noite, respondia revista e só nos últimos meses que nos dispensaram dela. Era sacrificado...

Também estava matriculado no Madureza, hoje segundo grau, no bairro de Santana mesmo, no alto de Santana, onde ficava o 4º BC. Mas quase não tinha tempo para frequentar as aulas, então pegava as passadas no mimeógrafo. Pagava a mensalidade, eles davam aquilo e a gente estudava. É que, com a gente, tinha os caras mais inteligentes, preparados. Fazíamos reuniões e estudamos juntos para ir matando. Naquela época, eram cinco anos de ginásio e dois anos de clássico ou científico. Optei pelo clássico porque nunca soube matemática. Tinha a maior dificuldade em química, física e, sobretudo, matemática. Os outros fizeram o científico e um deles, mais tarde, fui encontrar como médico em Itajubá.

Sei que pouco tempo depois terminamos o segundo ciclo e fomos promovidos a sargento. Aldo, Nelsinho... todos eram do interior e tinham a mesma idade. Só o Bretas que não quis. Naturalmente o pai não deixou. Ele só fez o curso de cabo, o de sargento nem entrou. Ele esperava sair até o fim da guerra, mas não saiu.

Promovido a sargento, era uma outra vida. Eram 630 mil réis por mês. Não era um grande salário, mas sozinho dava para sobreviver bem. Começamos a alugar quarto lá fora, morar em pensão. Morei numa pensão de duas velhas portuguesas que foram mais do que mães para mim... Na Rua Washington Luís, perto da Paula Souza, que começa na Florêncio de Abreu, aquela rua principal que vai do Largo São Bento até Tiradentes.

Um dia, eu tive uma febre tremenda... as velhinhas, coitadas, passaram a noite toda cuidando de mim... No dia seguinte, a febre não cedeu. Eu estava com pneumonia. Veio uma ambulância do quartel e me levou para o Hospital Militar de São Paulo. Fiquei lá uns quinze dias com aquele mesmo tratamento que deram para minha mãe e ela não se salvou, mas fiquei bom.

Cheguei até a namorar uma irmã de caridade, Lourdes, uma moça formada em Letras, filha de um fazendeiro de Campos. Um dia, tirei o capuz dela. Tinha uma cabelereira bonita, mas raspada aqui... Na enfermaria, só havia jovens, fizeram uma zoeira danada, que acabou comprometendo a moça. Então a superiora, uma velha alemã, botou a mulher para fazer retiro espiritual. Tive alta e fui embora. Tempos depois, soube que ela tinha tirado o hábito e se casado com um estudante de medicina que estava estagiando lá.

Nós estávamos com a vida que tínhamos pedido a Deus em São Paulo. Já tinha visitado minha família em Guareí... Tinha dinheiro para viajar. Em 1942, o Brasil já estava em guerra, depois dos torpedeamentos pelos submarinos alemães de navios mercantes brasileiros, caindo aos pedaços. Não valiam nem o torpedo, mas eles jogavam e afundavam. Os navios brasileiros estavam transportando alimentos até Dakar para as tropas aliadas. Eles punham a pique.

Então, logo depois da formatura, fui chamado. Eu tinha sido escolhido na minha companhia para fazer curso de motomecanização no Rio de Janeiro. Éramos três. Claro que aquilo nos contrariou pra burro... nós não queríamos ir para o Rio de Janeiro. Não conhecíamos...

Mas ordem é ordem. Acabamos viajando num trem da Central. Saltamos em Deodoro, onde era a Escola. Fomos a pé até ela, pedindo informa-

ção com uma maleta embaixo do braço. Parecia retirante!... Paulista, do interior, chegando no Rio de Janeiro. Os outros dois também eram do interior.

Chegamos na Escola, fomos recebidos, nos levaram para o alojamento, num edifício lindo... E, a partir daquele dia, começaram a chegar sargentos do Brasil inteiro. Na nossa turma éramos 112. Tinha nordestino, mineiro, gaúcho... No começo era aquela confusão de costumes, sotaques... os gaúchos com aquela cuia, tomando chimarrão. Nordestino adorava comer carne-seca... E conosco foi a mesma coisa do primeiro quartel: o primeiro almoço foi uma decepção. Era a mesma abóbora com carne-seca e, às vezes, vinha até batata-doce com a carne!

O comandante da Escola era o tenente-coronel Artur da Costa e Silva. Ele adorava fazer aqueles banquetes para os generais. Porque o rancho no Exército era o seguinte: tinha direito a uma etapa em dinheiro ou espécie. Se não comia no quartel, o valor da etapa saía no vencimento, no fim do mês. Se comia, aquele valor era descontado. Quem controlava aquilo era o comandante. Então, nós éramos 112 sargentos alunos que quase todos comiam lá.

Mas, dois meses depois, já começamos a sair na hora do almoço, íamos comer lá fora... Comia sanduíche com as velhas que vendiam pra gente na cerca. Essa etapa não era consumida. O intendente contava o pessoal que entrava no rancho. Eram 112, só entravam 50. No dia seguinte, ele tirava 62. Só fazia para aqueles 50. Uma economia enorme. Por isso que o comandante podia fazer aqueles banquetes com cascatas de lagostas, camarão...

Tinha aqueles gaúchos ricos, filhos de fazendeiros, que estavam contrariados, queriam voltar, sair do Exército, não aguentavam aquilo. E tinha o pessoal classe média também. Naquela época, como o efetivo do Exército era mais de 90% de convocados, inclusive oficiais e especialmente sargentos, entre esses graduados existiam muitos universitários. Sujeitos que deixaram uma Faculdade de Direito, de Medicina, uma Escola de Engenharia, porque foram convocados. O Brasil já estava em guerra... Não podiam se negar.

No quarto mês na Escola, não sei o que houve – não participei da articulação, fui na onda –, eu percebi que ninguém ia tomar café. Era às sete e quinze. O comando, que era tudo com clarim, tocou rancho, o café. Não entrou um aluno em forma... Quando cheguei lá no botequim, numa lanchonete que tinha, estava entupido, todo mundo tomando café. Mas a gente,

àquela altura, conhecia bem o regulamento e sabia que aquilo era indisciplina. Voltamos, começaram as aulas, aquele ambiente péssimo... Os oficiais instrutores de cara fechada, percebi que a coisa não estava bem... Aí houve quem articulasse e só sei que foi decidido o seguinte:

– Ninguém vai almoçar.

Era a chamada greve de fome. Chegou a hora do almoço, tocou o rancho e não tinha ninguém em forma. Os panelões de carne-seca com abóbora, o arroz que a gente chamava de “unidos venceremos”, ficaram todos lá, abandonados, intocados... Quando voltamos – começou o expediente à uma da tarde – já sabíamos que ia explodir. Fomos colocados em forma, era um capitão que comandava os alunos. Saiu o Costa e Silva com o subcomandante. Estava indignado, vermelho! Saiu gesticulando muito... Chegou diante do grupo de alunos e acabou com a gente:

– São uns indisciplinados! Outra coisa: isso é rebeldia! Isso é rebelião! E de acordo com as leis atuais do Brasil, leis de guerra, vocês podem ser condenados até à morte!

Amedrontou todo mundo... ou pretendeu amedrontar. Não falou uma vez sequer na comida ruim. Nem tocou no assunto. Nem *en passant* ele falou! Daí veio aquela velha tabuleta, aquela marca:

– Os senhores foram influenciados pelos comunistas! E por isso o grupo de artilharia já está aí fora de prontidão com os canhões apontados para a Escola!

Antes de terminar a reunião, ele disse que todo mundo estava preso, incomunicável, nos alojamentos. E que tinha instaurado um IPM, um Inquérito Policial Militar, para apurar a responsabilidade de cada um. Hoje todos os civis sabem o que é um IPM.

Fomos para o alojamento. Era uma manifestação sem nenhum traço político, não tinha ninguém politizado naquela fase! Era por causa da comida. Nós estávamos na ditadura de Getúlio. Eu tinha uma ideia porque, naquela época, já lia livros de esquerda, essas coisas... Mas não me expressava.

Essa literatura política sempre existiu... Eu li um livro, por exemplo, de um autor que falava da estabilidade dos sargentos, inteiramente esquerdista. Acabava com o Estado-Maior do Exército. A gente lia e dava para outro, tudo escondido... Não podia. A imprensa era inteiramente controlada e, naquela época, existia o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda,

que controlava tudo. Os editoriais recebiam visto do DIP para poderem ser publicados. Não se tinha informação, porque tudo era controlado. Agora, a greve na Escola não tinha nada de política, foi mesmo pela comida. Porque, quando havia um banquete lá, no dia seguinte todo mundo via. Tinha os sargentos do corpo da Escola que conviviam com a gente e, servindo a abóbora, falavam:

– Olha, ontem tinha uma cascata de camarão para vinte generais... Era o dinheiro da etapa de vocês!

Eles nos açulavam!

De tarde, terminada a última aula – muitas vezes tinha aula até seis, sete horas da noite –, fui para o alojamento e pensei: “Lá deve estar um ambiente triste...” Mas não sei de onde surgiu pandeiro, violão, e toda noite o alojamento era um mafuá! Porque até às dez da noite poderia fazer barulho. E tinha também os cariocas... Sei que o alojamento era uma festa!

Foram quatro dias para responder ao inquérito. Mas não houve respostas pessoalmente; deram duas folhas, laudas, mimeografadas com as perguntas e cada um foi respondendo. Aquele dia, um oficial esteve no alojamento para recolher as respostas:

– O que você acha do curso?

– O curso é ótimo.

– E a Escola?

– A Escola é linda, ambiente bom...

Agora, quando chegou na hora da comida, aqueles gaúchos, fazendeiros, respondiam:

– É uma porcaria.

– É uma merda.

No final, ficamos detidos 17 dias, presos, incomunicáveis. Mas sem prejuízo das aulas. Sei que às nove horas tocava revista e todo mundo ia dormir. Resultado: houve uma distribuição de punição: 30, 20, 15, 10. Eu peguei 15. Todos os que pegaram 30 dias foram desligados. Ali estavam os gaúchos. Adoraram, fizeram festa! Teve uma noite que levaram o pessoal para o botiquim e garantiram a despesa. Aquele negócio:

– Hoje quem paga sou eu!

Estavam alegres porque queriam ir embora...

Terminamos o curso e fomos distribuídos nas novas unidades blindadas formadas. A intenção era participar da guerra na Itália e levar o material

blindado. Só sei que a minha primeira unidade foi deslocada para o Rio Grande do Norte. Eu não fui, porque eles tiraram sargentos do curso para formar uma outra unidade no mesmo local, o 3º Batalhão de Carros de Combate. Sei que esse batalhão ficou cinco meses aqui e depois foi mandado para Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Aí sim fomos de navio, do porto do Rio de Janeiro para o porto do Rio Grande. Foram sete dias de viagem, com o navio em blecaute. É por isso que me tornei ex-combatente: todos que fizeram essa viagem, em comboio, inclusive os navios dos soldados norte-americanos, passamos a ter os mesmos direitos que lá. A FEB perdeu 474 mortos. Nas viagens marítimas morreram quinhentos e tantos, mais do que na FEB! Por torpedeamento... Teve um navio chamado Baependi que levava a bordo um grupo de artilharia, inclusive com algumas famílias. Não podiam viajar, mas algumas arrumavam... mesmo na minha viagem tinha três ou quatro famílias. No Baependi torpedeado só se salvaram um capitão e uma menina de 5 anos, todos os demais morreram. Eram quatrocentas e tantas pessoas a bordo.

Na época em que entrei no Exército, com o Getúlio no governo, não havia discussões políticas. Entre cem alunos que entravam tinha uns cinco ou seis que liam e conversavam. O resto era inteiramente marginalizado, mesmo no período da guerra. Tanto que dizem que a politização dos militares no Brasil foi feita pela FEB, que tomou um banho de política com as tropas americanas. Porque se contrapuseram a democracia e o nazismo. Isso era marcado! Na preparação psicológica dos praças isso era destacado. Segundo: o Exército Americano era bem-vestido, bem fardado. O nosso chegou lá numa triste miséria... Calçando, por exemplo, borzequins feito a prego. Naquele inverno, com a chuvarada, os pregos enferrujavam e as solas se soltavam. Então, o que aconteceu? O americano fardou toda a FEB, deu todo o material a ela. Só que cobrou. Tem um livro do General Lima Brainer, que era coronel, chefe do Estado-Maior da FEB, um homem de direita, que diz o seguinte: “Os Estados Unidos só não cobraram o ar que os pracinhas brasileiros respiraram na Itália porque não conseguiram medir”.

Cobraram tudo!...

Isso criou um choque no brasileiro, principalmente nos oficiais. Outra coisa: na FEB havia muitos oficiais da reserva, que tinham nível universitá-

rio. Aqui fora eles eram presidentes de diretório acadêmico. E levaram para lá um pouco de política, porque eles tinham convicção, coisa que um oficial da Escola de Realengo não tinha. Hoje parece que até tem Economia Política e Sociologia nas Academias, especialmente na AMAN. Sei que tem. Antigamente não tinha nada disso. Eles saíam dali bitolados, era só aquilo e nada mais.

O que abalou a ditadura de Getúlio foi a FEB. Com o retorno dela que começaram os movimentos nos quartéis. Opiniões no Clube Militar. A FEB começou a defender os seus direitos aqui. Foram à Câmara, ao Palácio Tiradentes, onde o pessoal tinha fácil acesso. Envolviam deputados para defender isso ou aquilo. Ou seja, começaram com uma atividade política pós-guerra. E essa diferença era sentida dentro dos quartéis. Por exemplo, na hora do rancho. Terminávamos de almoçar e não levantávamos e saíamos: discutíamos problemas. Os problemas vinham à mesa:

– Por que tal lei está tramitando assim, por um deputado...

Eu nunca tinha ouvido falar nisso antes. Não havia nenhum tipo de restrição a esses assuntos. A grande restrição no Exército era aos comunistas. Qualquer atitude que se tomasse que contrariasse certos costumes, a primeira acusação era:

– Esse é comunista.

O comunismo foi o bode expiatório desse país. Depois então da Intentona é que foi pior. A chamada Intentona, o Levante Comunista de 35. Depois daquilo se acentuou. Todo ano havia aquela exploração espalhafatosa dos mortos pelos comunistas. “Mortos à traição! Mortos dormindo!” Todo ano tinha uma cerimônia na Praia Vermelha. E aquilo era incutido!... Se fazia isso aqui, faziam na Escola Militar, depois passou a ter na Escola de Formação de Sargentos... Eu tinha uma opinião diferente porque lia e abria uma janela na minha cabeça, como vários outros companheiros meus abriram. Vários deles fizeram Direito, como sargentos. Só que o regulamento proibia até que se fizesse ginásio. Proibia!...

Em Santa Maria, passei dois anos. Esse curso de motomecanização dava acesso ao oficialato. Me casei antes de viajar e minha mulher foi para lá também, grávida. Minha filha nasceu lá. Me casei em plena guerra. Eu a conheci em Paquetá, passeando. Ficamos namorando... até que vi que ia para a guerra e resolvi me casar. Casei. Só que não fui para guerra, mas sim

para Santa Maria. Ela foi para lá, passou mais ou menos um ano, e veio para cá porque os avós queriam conhecer a neta. Viajou de trem, de lá até aqui: dois dias de viagem.

Vim para cá também, fundar outra unidade: 3º Batalhão de Carros de Combate Médio. O mesmo comandante de Santa Maria era o daqui, Ibsen Lopes de Castro, por isso que ele me trouxe. Não tinha curso de Estado-Maior, mas só comandava unidade de elite. Tinha um prestígio... E é muito difícil um tenente-coronel ou coronel sem Estado-Maior comandar assim. Hoje em dia não comanda. Veio comigo também um sargento chamado Nascimento, que era um gênio em eletrônica, já começava naquela época. Porque todas as unidades blindadas já tinham rádio transmissor, receptor. Veio outro tenente também, gordinho, chamado Clóvis. Nós éramos três.

Chegamos e na unidade tinha mais uns quatro. Nós éramos sete que conheciam o material. Vieram depois os recrutas convocados: catarinenses, paranaenses... e começaram a ter as primeiras aulas de armamento, como é que se pilotava um tanque. Mas não sabiam ligar um tanque.

Aí veio o 25... 18 de outubro de 45... acho. A deposição do Getúlio. Nós estávamos na unidade e o comandante mandou tocar o reunir oficiais e sargentos. Nunca tinha ouvido na minha vida esse toque, tanto que não conhecia. Mas o corneteiro foi avisar a gente:

- Olha, toquei reunir oficiais e sargentos...
- Onde?
- Lá no gabinete de comando.

Ele saiu avisando porque ninguém conhecia. Aí fomos lá no gabinete, encontramos o Ibsen e um coronel, que mais tarde fui saber que ele se chamava Lima Figueiredo. Ele era assessor do Eurico Dutra, ministro da Guerra. O Ibsen disse:

– É o seguinte: convoquei os senhores aqui porque o ministro da Guerra pediu o apoio dessa unidade porque eles vão depor o Getúlio.

Nós quase caímos duros! Sabíamos do poder do Getúlio e a maioria era getulista! Nessa época, eu ainda não era. Gostava de marxismo... Virei Getúlio depois que ele foi derrubado. Aí fui estudar o que ele tinha feito. Depois, melhorou minha crença nele no governo do Dutra.

Nunca entrei para o PC, mas tinha uma formação marxista pelos livros que a gente lia... uma discussão. Mas tinha aqueles adeptos, simpatizantes

dentro do Exército. Eu conheci oficiais, quando era sargento, por exemplo, um primeiro-tenente que sabia mais de Marx do que todos os demais comunistas que conheci. Era um estudioso. E nós conversávamos sobre esse assunto, contra a ditadura.

Mas fiquei besta com a maneira como Getulio foi deposto! Eu sei que fomos informados de que ele ia ser deposto e que o ministro da Guerra iria lá. Tem que ver o seguinte: a nossa unidade, por ser de elite, foi escolhida para dar apoio ao golpe. Ele sabia o que tinha nas mãos: três sargentos e quatro oficiais que sabiam mexer no material. Então, ele orientou assim:

– Liguem o motor dos tanques – eram 18 médios, gênero Algran – e. à medida que puderem, vão levando eles lá para fora. Deixem nos pontos estratégicos, esquinas, com o motor ligado...

Então, esse tenente, o Clóvis, foi ligando os tanques e rindo pra burro:

– Esses generais são uns babacas!

Ligava, puxava ao máximo o acelerador, e aqueles barracões onde estavam as garagens tremiam! E a gente ia pegando os carros e levando lá fora. Sei que, lá pelas tantas, apareceu o Dutra, fardado de branco. Entrou na unidade, foi recebido pelo comandante e alguns oficiais, passou em revista a tropa, os recrutas todos formados, coitados... E cada tanque tinha um recruta boboca em cima – ele não sabia de nada! – atrás de uma metralhadora ponto 50! Ele nunca tinha visto aquilo! E estava sozinho, isolado, lá na esquina... Então, ele saiu do quartel certo de que tinha poder para derrubar a rainha da Inglaterra. E, realmente, à noite nós soubemos que o Getulio tinha sido deposto e ido para São Borja. Então, essa pantomima... eu nunca esqueci!

Depois que ele foi para São Borja é que vi que quem o depôs foram os “amigos” dele, o traíram: General Góis Monteiro, Dutra... e outros mais. Os políticos civis também.

Ele foi para lá, passou uma temporada, vieram as eleições, ele se elegeu senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo. E todo mundo dizia que São Paulo era antigetulista... E se elegeu deputado por nove estados! Naquela época, o sujeito podia se candidatar aqui, no Maranhão... dava o nome. E aqui no Rio foi eleito como deputado o Barreto Pinto, que foi o autor pelo menos da indicação da cassação dos mandatos comunistas, com 505, 507 votos. Deputado Federal Constituinte. Porque Getulio criou uma legenda enorme! Ele se elegeu e a mais quatro ou cinco. E depois voltou em

50. Arrasou, ganhou a eleição tranquilamente... Derrotou o candidato do Dutra, Cristiano Machado. Aí eu já estava fazendo jornal.

Em 45 não podia fazer nada. Era assistir. E poder analisar a ambição, a falta de caráter de homens em quem a gente acreditava, generais... Foi uma falta de caráter tremenda o que fizeram com o Getúlio. Mas, nessa época...

Em 49, eu tinha um amigo que havia servido comigo, tinha sido convocado, chamado Ariosto Pinto. É meu amigo e irmão. Ele disse:

– Por que você não tenta o jornalismo?

Chegou a descrever... porque tinha aquelas coisas no quartel, eu sempre era orador, era muito “manjado”.

– Você acha que dá?

– Dá sim... Eu estou no *Diretrizes*, do Samuel Wainer, fazendo um bico. Vai lá também!

O secretário do *Diretrizes* era um dos mais completos jornalistas que conheci – marxista, daqueles puros –, chamado Otávio Malta. Foi o que depois foi fundar o Última Hora. E o chefe de reportagens era outro talento, chamado Doutel de Andrade. Foi deputado, líder do PTB na ditadura, depois o cassaram em 68. Mais tarde, ele se elegeu mais uma vez. Então, fui para lá.

Naquela época, ainda não existia curso de jornalismo. Eu ainda era sargento do Exército. Fiz mais um curso de comandante de pelotão e quando terminei fui para o Ministério da Guerra. Fui trabalhar num departamento de administração e o meu chefe era um tenente-coronel chamado Olímpio Mourão Filho... nome conhecido... com quem eu tinha o melhor relacionamento. Era muito meu amigo.

O que mais me marcou no aspecto disciplinar no Exército foi a greve de fome na Escola de Motomecanização e, depois, uma desavença que tive com um major, já quando o Mourão era meu chefe, do Ministério da Guerra. Nessa época, eu era segundo-sargento. Nos desentendemos e ele me chamou de vagabundo. Aí esqueci que ele era major e eu sargento! Virei e disse:

– Vagabundo é você! Grosso, inculto, analfabeto...

Ele era grandão, forte, e partiu para me agredir. Passei a mão na máquina de escrever e ia jogar na cara dele... Mas tinha um tenente-coronel médico perto de mim, chamado Paulo César, que me segurou. Eu fiquei preso vinte dias! Fui punido.

O chefe da seção, um coronel chamado Correia Lima, uma figura excepcional, me chamou e disse:

– De Paula, você pode se queixar dele, porque ele te agrediu moralmente e tentou agredir fisicamente.

Fui falar com o Mourão e ele disse:

– Você vai ganhar, ele pega uns cinco, seis dias de cadeia, mas você pega mais quinze! Não adianta, De Paula. Aqui o mais fraco perde sempre. Esqueça isso e saia daqui que é o melhor. Já estou arrumando para tirar você. Vai trabalhar na Diretoria de Material Bélico, que é dois andares acima, com um coronel fabuloso, meu amigo. Nesses dois dias você está dispensado, não venha aqui...

Isso foi depois que tirei a punição. Não fui aqueles dois dias e, no terceiro, já me apresentei lá em cima.

Fui encontrar esse major, já coronel, no gabinete do Denys, que era comandante do Primeiro Exército, que sempre se cercava de oficiais. Quando cheguei, ele estava com um grupo que eu conhecia. Cumprimentei a todos menos esse Denisar. Aí o Denys disse:

– De Paula, você conhece o Coronel Denisar?

Virei as costas e respondi:

– Conheci sim, marechal, conheço...

E saí. Depois ele me perguntou:

– O que é que houve?

E eu contei essa história para ele, que disse:

– Eu fazia dele outro juízo...

– Não. Ele é assim, mesquinho. Subordinado e humilde ele é na presença do senhor. Não vale nada esse cara.

Mas já tinha passado um tempo...

Aí fui para *Diretrizes*. Comecei na revisão, eles ensinaram os sinais... mas eu não fui lá para fazer revisão, mas sim escrever. Quem entrava em jornal, naquela época, queria chegar a fazer editorial. Depois, me tiraram de lá. Graças ao Doutel, que tinha sido meu comandante em São Paulo. Ele era tenente convocado quando eu era sargento. Então, eu comandava a patrulha da minha unidade e ele comandava o policiamento na zona do baixo meretrício, que era no Bom Retiro, Rua Aymoré, Itaboca... depois os judeus tomaram conta e agora soube que os coreanos já expulsaram os judeus de lá. E conhecia o Doutel de lá e, quando o encontrei ali, ele vibrou:

– Puxa, De Paula, você aqui! Que bom! Largou o Exército?

– Não...

Então ele sabia que eu estava no Exército. Mas ele me deu muito prestígio, aquele apoio que eu precisava.

– Onde você está?

– Estou na revisão.

– Não, vem pra cá. Correia!

Chamou o chefe da seção de polícia:

– Esse aqui é meu amigo, excelente jornalista... aproveita ele aí.

Eu nunca tinha sentado e escrito uma nota para jornal. Mas o Correia me recebeu como se eu fosse um profissional com experiência. Eu via como eles faziam as notinhas, lia jornal... e comecei a fazer notinhas no *Diretrizes*, um jornal de esquerda. Quando tinha alguma coisa mais longa, um crime que precisasse historiar, romancear, o Correia me chamava:

– Romanceia isso aqui...

Aí pegava os fatos e a imaginação:

– Quantas laudas?

– Ah, uma lauda e meia...

Daí, fui para a reportagem geral. Mas *Diretrizes* sofria uma reação muito grande das forças conservadoras, da indústria, do comércio, porque era um jornal de esquerda. Tinha dificuldades para conseguir publicidade. Quem ajudava o jornal a sair era o João Alberto, um homem que veio da Revolução de 30, com o Getúlio, e foi interventor em São Paulo, um jovem capitão.

Eu tinha que fazer o casamento dali com o Exército. Entrava ao meio-dia no Ministério da Guerra e às seis em *Diretrizes*. Então, quando era onze e pouco tinha que me mandar. E, muitas vezes, acontecia do jornal não rodar, eu ia ao Doutel e ele falava:

– Não, vai embora senão eles te prendem!

Chegava, tínhamos um quartinho nos fundos, trocava de roupa, colocava a farda e ia lá.

E, um dia, contei ao Mourão que trabalhava no *Diretrizes*. Ele disse:

– Não dá... primeiro porque militar não pode se vincular com a imprensa, e você é sargento. Segundo, aquele jornal é tido como comunista. Em todo caso, eu não tenho nada com isso...

Aí ele a veio fazer aniversário um mês e pouco depois. Descobri a data, peguei uma foto dele, cheguei para o Doutel e disse:

– Doutel, esse aqui é o meu chefe. Eu tenho que fazer uma nota...

– Faz a nota aí.

E fiz, dizendo que ele tinha excelentes qualidades intelectuais – realmente ele era muito inteligente – e publiquei. Aí o “comprei”. Podia fazer tudo, ele facilitava...

Mas esse negócio de só trabalhar de manhã estava dando pouco. Esse mesmo Ariosto tinha ido para um jornal do gênero do Dutra, chamado *Diário Trabalhista*. Eu já tinha aquela experiência de alguns meses de *Diretrizes*, e ele me disse:

– Vamos lá para o *Diário Trabalhista*, eu arrumei uma vaga para você.

Então, de manhã eu trabalhava em *Diretrizes*, de tarde no Ministério da Guerra, e de noite no *Diário Trabalhista*. Era um matutino e, naquele tempo, tinha esse e o vespertino. Acontecia o seguinte: o *Diretrizes* era um jornal de oposição e, de manhã, eu arrebatava o Dutra, baixava o pau no governo! Chegava de noite, tinha que defender!... Como não botava o nome, não tinha problema...

O secretário do jornal era o Oliveira Rodrigues, um bom profissional. A gente conversava muito sobre política. Um dia, me disse:

– De Paula, você conhece bem política, eu estou sem ninguém na Câmara dos Deputados. Você não queria fazer cobertura da Câmara para o jornal?

– Gostaria.

Mas eu tinha o ministério... A essa altura, já conhecia o Zenóbio da Costa, um poderoso general, o Ministro Canrobert, pois o jornal me dava acesso a eles para entrevistas. Eu chegava lá, um sargento do Exército, e fazia. Eles nunca podiam imaginar que eu fosse... O Canrobert nunca soube! Fazia entrevistas com eles, que adoravam, fotos, aquela coisa... é a vaidade! O Zenóbio já sabia. Um dia fui a ele e disse:

– Estou assim... eu trabalho à noite num jornal e preciso fazer Câmara dos Deputados.

– O que você quer?

– Queria uma disposição.

– Não tem problema.

E me passou à disposição do Ministério da Justiça para prestar serviço na COFAP, um órgão que controlava preços. O presidente da COFAP eu já

conhecia, Benjamim Soares, era um protegido do Getúlio, um homem culto, marxista. Cheguei lá e foi uma beleza:

– O senhor não precisa aparecer aqui não.

Eu não ganhava nada lá, porque me suspenderam os vencimentos no Exército. Então, tinha que trabalhar nos dois lugares. No *Diário Trabalhista* fui fazer Câmara dos Deputados.

O dia que entrei lá, fiquei abismado! Nunca tinha entrado... Comecei a ouvir aqueles nomes de São Paulo: Ataliba Leonel, Altino Arantes... eram todos deputados, senadores. Eu ficava inteiramente perdido! O presidente do comitê era um velhote chamado Irineu, mas ele fazia comissões, me dava a cópia delas e no Plenário eu pegava um discurso ou outro e fazia um comentário. Aos poucos fui me entrosando.

Conheci um cara chamado Heráclito Sales. O mais completo jornalista que conheci. Ele escrevia quatro laudas, eu não acrescentava uma vírgula, o texto mais limpo que vi. Ele fazia o seguinte: me dava uma cópia do trabalho dele e, a partir daí, fazia o meu trabalho. Foi indo... e, com dois meses, eu já estava conhecendo gente, sentava na bancada, pois ele me apresentava os deputados...

Eu fiz esse trabalho por mais de um ano. Deixei o Exército, pedi exclusão, em 52, parece... Já tinha 14 anos de serviço e era segundo-tenente. Pedi demissão e me desliguei completamente. Mas o conhecimento que tinha ninguém me tiraria.

Nesse período consegui, através de um antigo colega meu chamado Muniz Falcão – que acabou sendo até governador de Alagoas –, apresentar um projeto de estabilidade para os sargentos. Por quê? O sargento completava nove anos, era excluído. A lei do Dutra. Já no governo do Juscelino essa lei foi aprovada.

Fundou-se o Última Hora, em 52. Saí do *Diário Trabalhista* e fui para lá. Tinha que ter exclusividade, pois o Samuel não aceitava. Mas, em compensação, pagava três ou quatro vezes mais do que o *Diário Trabalhista*. Saí do *Diretrizes*, que também estava muito ruinzinho, e fiquei só no Última Hora, na reportagem geral. O Samuel conversava muito com o pessoal – repórteres, redatores – e dava ideias, fazia o esqueleto de reportagens...

Uma vez, houve um negócio militar qualquer que fui cobrir. Cobri com aquela terminologia própria, saiu a matéria, ele leu e me chamou:

- Vem cá. Você foi milico, rapaz?
- Fui. Sou segundo-tenente da reserva.
- Conhece o Zenóbio?
- Conheço.
- Conhece o Canrobert?
- Conheço.

Ele me credenciou para fazer a cobertura das Forças Armadas.

No suicídio do Getúlio, eu que fui na posse do Lott, que tinha sido indicado e ninguém conhecia. Mas eu o conhecia, porque ele tinha sido meu comandante em Santa Maria e sabia que ele era um cara chave.

E comecei fazer a cobertura militar, mas sem assinar. Sofria restrições pra burro! Os oficiais me desprezavam. Porque o Última Hora era muito malvisto. Mas tinha que fazer o meu trabalho... Era um jornal getulista, sofrendo uma campanha violenta do Carlos Lacerda, que tinha seus adeptos no Exército. Eles não me toleravam! Outra coisa: o Lott foi para lá indicado pelo Juarez Távora. Então, eles não admitiam que o Lott estivesse no mesmo bolo...

Aí comecei a fazer reportagens dentro do Exército. Nunca ninguém tinha feito. Nunca! Os jornais *Correio da Manhã* e *Diários de Notícias* publicavam aqueles boletins, o noticiário oficial, oficioso, no máximo. Eu não: fazia notícia. Na página, fazia reportagens.

Uma vez, saiu uma lei do Congresso para aproveitamento dos oficiais da reserva que participaram da guerra ou que foram amparados por leis de guerra. E ela ficou tão mexida que não tinha condições do ministro aplicar. Peguei a lei, fiz uma reportagem com uma análise e assinei. O Samuel fazia questão que a gente assinasse. Dizia que estimulava o profissional, e é verdade. Dizia na reportagem: “Inaplicável a lei. O objetivo é prejudicar os oficiais da reserva, especialmente os que participaram da guerra da Itália”.

O chefe de gabinete do Lott era um general chamado Coelho dos Reis, que, como capitão, tinha sido diretor do DIP, órgão que controlava os jornais. Samuel o conhecia bem, pois eram contemporâneos. Um dia, estava entrando no gabinete – eu tinha credencial de lá para cobrir – e ele, que não falava com ninguém, nesse dia, disse:

- O senhor é o Batista de Paula?
- Sim.

– Preciso falar com o senhor.

– Agora?

– Agora.

No gabinete tinha um sofá marrom. Ele disse:

Sente-se, por favor.

Sentei. Ele pegou uma pasta e abriu:

– O senhor que escreveu essa reportagem?

– Foi, general, está assinada. Mas o que é que tem?

– O senhor está querendo fazer política no Exército.

E foi alteando a voz e botou o dedo na minha cara. Eu peguei o dedo dele e joguei de lado. O homem quase teve uma síncope! Passou mal!... O coronel que o atendeu, o Guedes, um que levantou Minas com o Mourão, era o subchefe, veio correndo:

– O que houve De Paula?

– Não sei não... ele botou o dedo na minha cara e joguei para o lado, porque não sou moleque, não sou soldado!

Chamaram um médico... Fui para a sala dos ajudantes de ordens – e tinha que passar pela sala dele. Um deles, William Stockler, um capitão formado em direito, vibrou com o episódio porque não gostava dele:

– Muito bem! Mas não volta por lá porque o negócio está feio...

Ele cassou minha credencial. Mandou um ofício para o jornal fazendo isso. Eu perguntei:

– O que faço, Samuel?

– Continua frequentando lá... Eles têm que proibir materialmente: “Você não pode entrar aqui”. Aí a gente entra na Justiça e vamos defender o seu direito de exercer a profissão.

Eu continuei entrando e ninguém falou nada. Passava todo dia defronte à mesa dele, e fazia até ostensivamente porque queria ver... e ele não me olhava. Um mês depois, esse William perguntou:

– Ele devolveu a credencial?

– Não. E ainda não me proibiram de entrar aqui!

– Sabe por quê? Porque ele não consultou o ministro. Pede uma audiência com ele. E hoje tem vaga.

– Bota meu nome.

Às tantas horas entrei, levei o recorte e o ofício cassando minha credencial. Foi a primeira audiência que tive com o Lott. Cheguei, ele se levantou, durão. A aparência era de um prussiano, mas o coração dele era enorme, um boboca. E eu o olhei toda vida com essa imagem dura:

- Sente-se, por favor. O que o senhor deseja?
- Ministro, eu divulguei esta matéria. O senhor já leu?
- Já.

– Ela causou uma certa indignação no chefe do seu gabinete, ele me chamou um dia, me fez sentar ao lado, me criticou, dizendo que estou fazendo política no Exército e que ele não permitiria isso. Não tem política nenhuma, é a análise de uma lei votada pelo Congresso. E ele cassou minha credencial. Está aqui o ofício. Embora ele tenha cassado, ministro, continuo vindo aqui porque a orientação que tenho é que proibam materialmente minha entrada. Aí o jornal vai para a Justiça defender meu direito de exercer a profissão.

Ele não me disse nada. Apertou uma campainha, veio um ajudante de ordens e ele disse:

- Chame o general chefe do gabinete.

Foi lá, chamou-o. Quando ele me viu, deve ter se sentido mal pra burro! Ficou meio constrangido... mas o Lott foi seco e objetivo:

- General, devolva a credencial ao jornalista.

No mesmo dia, levei um ofício tornando sem efeito o primeiro. E fiquei...

Quando foi um belo dia, na época do General Odílio Denys, numa audiência ao Samuel Wainer, à qual estive presente, o general disse para ele:

– Samuel, por que você não cria uma coluna militar no seu jornal? Você tem o De Paula, que conhece bem o assunto, as leis, os regulamentos. Não vai criar problemas para o seu jornal e ajuda especialmente ao Exército.

- O senhor está certo. Topa De Paula?
- Eu topo.

Sáimos juntos, chegamos no jornal, ele disse:

- Começa amanhã. Arrume um título.

Aí bolei “Plantão Militar”. Embaixo o subtítulo “Miscelânea”. No dia seguinte, comecei a publicar. Eram três colunas, de cima abaixo. Tinha uma cabeça da seção com um comentário. Abrangia terra, mar e ar, PM e CB – Po-

lícia Militar e Corpo de Bombeiros. Uma gama enorme de pessoas, as Forças Armadas e auxiliares em geral. A coluna fez sucesso, mas causou espanto! Os oficiais de Estado-Maior não aceitavam, porque eles achavam que eu estava invertendo o princípio da disciplina. Porque, por exemplo, se um sargento casasse, eu botava uma nota. Depois punha outra falando de um general, e eles queriam a ordem hierárquica. Só que a minha coluna não era boletim!

Comecei a sentir reação de um e de outro... Conversei com o Samuel. Ele me disse:

– De Paula, dá um cacete que eles vão acalmar...

Ah! Batata! Bastava dar uma nota de linhas criticando o sujeito que no dia seguinte eles vinham se desculpar:

– De Paula, não é bem assim...

Eu sei que com três, quatro meses de sessão, dominava as Forças Armadas. Dominava mesmo!

Eu tinha relação próxima, íntima, com o Orlando Geisel. Eu gostava dele porque era um homem inteligente, altamente preparado e tinha simpatia pessoal, o que o outro, seu irmão, não tinha. Eu o apreciava. Tanto que uma época, ele era ainda coronel, foi designado interventor pelo Banco do Brasil nas Indústrias Jafé em São Paulo. Elogiei a indicação! Porque sabia que ele tinha condições de gerir aquilo, um complexo industrial enorme! E realmente em cinco, seis meses, ele recuperou toda a indústria e não permitiu que o Banco do Brasil perdesse tanto dinheiro.

Depois, houve a crise de Aragarças e houve uma intervenção federal no Rio. O interventor era um general chamado Lima Câmara. Mas ele designou para a intervenção um coronel do Exército, que era o Orlando Geisel, um da Aeronáutica que era brigadeirista, e um capitão de mar e guerra que eu não lembro o nome. O Geisel chegou e tomou conta! Ele agiu com muito equilíbrio. Foi estabelecida a censura à imprensa, então tínhamos que levar os editoriais para ele ler. Ele liberava tudo o que podia. Tudo o que não fosse ofensivo, ele liberava. Mais tarde, ele andou comandando unidades de artilharia. O irmão também saiu coronel, foi comandar um grupo de artilharia em São Paulo num lugar chamado Quitaúna, onde o filho dele, um jovem de 18, 19 anos, foi morto atropelado por um trem numa passagem de nível. Ele tinha um casal de filhos e só ficou a filha.

Quando Orlando Geisel veio para o Rio foi nomeado chefe do Estado-Maior do Primeiro Exército, do Denys, que ainda era general e não

marechal. Ele foi buscar o Ernesto não sei onde e colocou-o como assistente secretário do Denys. O chefe de Estado-Maior é o braço direito do comandante. O assistente secretário é pessoa íntima, que cuida de tudo, da correspondência, tudo. Então, os irmãos Geisel começaram a cercar o Denys ainda nessa época, quando ele era general. O Denys ia completar 66 anos e teria que ir para a reserva no posto de marechal. Então, surgiu o problema da substituição dele no Primeiro Exército. Todos os generais de quatro estrelas queriam o posto. A solução para não mexer no esquema, bem à Juscelino, foi convocar o Denys, porque a lei permitia, pelo Congresso. Eu fui designado para fazer a cobertura, a preparação psicológica, dessa convocação.

Eu vim, conversei. Eu tinha um bom relacionamento com ele e com os filhos:

– General, estou encarregado. Mas o senhor tem que produzir alguma coisa para eu poder escrever, senão...

– Vamos fazer o seguinte: vou passar a visitar as unidades.

– Isso mesmo. Fazendo isso o senhor fica caracterizado como grande comandante, o *troupiier*, o que cuida dos soldados. O senhor chega, visita os ranchos para ver se é bom...

Eu sempre com o rancho na cabeça... Começamos pelo Rio de Janeiro, Vila Militar, que tem uns quinze quartéis. Fomos um dia em um, depois em outro. Ele passava uns dois dias em cada um. Visitou o 3º RI em Niterói, uma unidade em Barra Mansa... Essas viagens a gente fazia de carro. Então, sentávamos o motorista, o ajudante de ordens, o Denys, o Ernesto Geisel e eu atrás. A gente vinha conversando, contando anedotas, fazendo um pouco de lazer. Nunca vi o Ernesto Geisel dar um sorriso. Não trocava uma palavra.

No primeiro dia em que íamos nos encontrar já estranhei porque cheguei às sete horas na casa do Denys, uma residência oficial ali no Maracanã, e entrei, porque era conhecido na casa. Os guardas já me conheciam... entrei e fui tomar café, com a mesa posta, a mulher dele gostava de fazer quitutes, biscoitos. Antes de entrar, disse ao Geisel:

– Coronel, vamos entrar e tomar um cafezinho?

– Não, senhor, eu já tomei café.

Entreí e falei com o Rubens, um capitão ajudante de ordens, pai de um garoto educado, foi chefe do gabinete militar do Sarney, ministro dos Transportes:

– Rubens, está lá o Geisel. Eu falei para ele entrar, mas não sou o dono da casa...

– Vou lá.

Voltou e disse:

– Ele não quer mesmo.

Sáímos, o carro estava no portão, ele entrou. Saí para ele sentar perto do general, o Rubens sentou na frente... A gente ia conversando e ele nunca tocou numa palavra. Nós levamos nisso uns dois meses. Viajamos por Minas, Espírito Santo... algumas vezes de avião. Eu dizia para o general:

– Esse seu assistente-secretário é um chato! Ele não fala com ninguém e não cumprimenta. É um mal-educado!

– Não... ele é assim mesmo. É muito eficiente.

Bem, o Denys foi convocado como marechal e continuou. E os dois irmãos Geisel continuaram. O Lott indicou o Denys para ministro da Guerra e partiu para campanha.

O Orlando Geisel foi ser chefe do gabinete, depois que o Denys foi nomeado ministro por indicação do Lott, e levou o irmão para ser chefe da Segunda Divisão, que é o serviço secreto do Exército. Eles fecharam o círculo. Depois, ele passou a comandar o Exército, o Denys não comandava mais nada.

Participei da campanha do Lott, foram dez meses viajando pelo país. A campanha dele foi para Primeiro Mundo, não para o Brasil. A tese dele era a educação. E isso não empolgava ninguém e não empolga até hoje... Ele não fazia promessas, não aceitava propostas de troca de favores. Era muito rígido, muito duro, muito honesto. Naquela linha nacionalista, defendendo o petróleo.

Uma vez, ele estava em São Paulo, ainda era comandante do Segundo Exército, e veio visitar o Brasil o secretário de estado americano Foster Dulles, que andou fazendo declarações sobre o petróleo. Aí perguntaram ao Lott o que ele achava disso, que disse:

– Ele tem que opinar nos Estados Unidos. No Brasil o petróleo é intocável.

Ele era homem, enfrentava.

A campanha dele foi cívica, uma aula de brasilidade no Brasil inteiro. Mas, infelizmente, ele não tinha dinheiro – era pouquíssimo –, enquanto o

Jânio se esbaldava! O Jânio dizia que só tinha um terreninho em Vila Maria que vendeu para fazer campanha. Então, o pessoal do PC imprimiu o mapa do Brasil e embaixo escrito:

“Imagine você a campanha que Jânio Quadros faria se pudesse vender esse terreninho aí em cima”.

Era gozado! Ele tinha muito dinheiro e nós sabíamos que ele iria ganhar a eleição. O Jango tentou eleger o Lott pelo Congresso, ele não aceitou. Eu armei tudo dentro das Forças Armadas. Tudo! Um esquema tranquilo. Numa fase em que o Juscelino iria viajar para Portugal, ele assumiria o governo. Disse:

- O empecilho é o Denys.
- Não, ele leva o Denys com ele.

Até o Juscelino devia estar a par disso. Mas, depois, fizeram um levantamento, viajei durante 17 dias. Quando voltei com o resultado, fui obrigado a levar lá porque ninguém quis ir. Ele estava almoçando, terminou o almoço, eu expus o problema a ele. Ele deu um tapa e disse:

– Não. Eu agradeço a confiança que o Sr. João Goulart tem em mim, mas só aceito ser presidente da República se for eleito pelo povo.

Faltavam dois, três meses para a eleição, nós sabíamos que ele ia perder.

Uma vez, ele num discurso em Ribeirão Preto – nós tentamos esconder mas o diabo de um jornalista de lá revelou –, disse:

– A falta de controle emocional do candidato da oposição é tão gritante, tão à mostra, que eleito e empossado ele poderá levar esse país a uma guerra civil.

Na renúncia, quase que levou!... Ia ter uma guerra civil nesse país. Ele adivinhou. Era uma figura. Digo com toda a minha franqueza: foi o homem público que me marcou e me deixou maiores admirações. Nunca vi uma falha nele. Nunca. Era um homem duro, prussiano, disciplinado, mas com enorme sensibilidade para os problemas sociais. Foi o primeiro-ministro da Guerra que durante a semana dava duas audiências públicas: às terças-feiras para militares e às quartas-feiras para civis. Podia ser soldado ou coronel. E os regulamentos não permitem isso. Para um soldado chegar ao ministro da Guerra, ele tem que ter autorização do sargento dele; do comandante do pelotão, um tenente; do comandante de companhia, um capitão; do subcomandante; comandante; comandante da região; e comandante do Exérci-

to para chegar lá. Ele recebia assim, de cara! E resolveu muitos problemas de injustiças no Exército, problemas sociais. Depois, peguei o fraco dele e quando queria resolver algum problema, dizia a ele:

– General, esse sujeito tem quatro filhos.

Muitas vezes só tinha dois... O resultado saía favorável. Uma vez, perguntei a ele:

– O senhor tem tanta sensibilidade, mas fica mais sensível ainda quando está tratando de problemas de alguém que tem quatro, cinco filhos. Por que?

– Porque eu era primeiro-tenente, morava no Méier e já tinha quatro filhos. Viajava de graça no trem da Central, saltava e não pegava o bonde que me levaria à Praça Mauá porque ia gastar um tostão. E aquele tostão me fazia falta... Eu ia a pé da Central do Brasil até a Praça Mauá, depois subia um ladeirão para chegar num lugar chamado Rua da Conceição, Serviço Geográfico do Exército.

Era fabuloso! Um sujeito bem constituído, bem formado, de uma cultura sólida, era engenheiro, falava e escrevia em alemão.

Uma vez, fui mexer na correspondência particular dele, que me autorizou, o tenente-coronel que tomava conta nem acreditou, então eu disse:

– Vá perguntar a ele.

Mas o coitado não tinha coragem de perguntar! Acabou me dando acesso e li todas aquelas cartas. Encontrei uma em alemão. As cartas eram todas traduzidas e tinham a resposta dele em alemão e traduzido. Era de um metalúrgico lá da região do Rhur. Depois do golpe de 11 de novembro, esse alemão queria saber se era parente dele, qual era a origem, onde ele nasceu, se tinha parentes na Alemanha... e o Lott respondeu. E o cara voltou a escrever. Tinha umas três ou quatro cartas! Um dia, eu disse a ele:

– General, eu vi as cartas de um Lott alemão. O senhor respondeu umas três ou quatro cartas sem nenhum interesse!...

– Aquilo foi bom para treinar meu alemão.

Escrevia para treinar...

O 11 de novembro que garantiu a posse de Juscelino e Jango só podia acontecer com ele sendo líder. Senão não... Ele liderou os generais do Primeiro Exército. Começou à meia-noite e pouco. Quando ele chegou lá – era no segundo andar –, colocaram o serviço de rádio funcionando. Naquela época, as comunicações eram precaríssimas. Ele tinha sido demitido naque-

le dia mesmo, às oito horas da noite. E falou um a um com os comandantes de todas as regiões dos Exércitos pessoalmente:

– Quem está falando é o General Lott. Nós decidimos não aceitar o ato do presidente da República, que me demitiu, porque ele visa não dar posse aos eleitos pelo povo, desrespeitando a Constituição. Eu só queria saber qual é a sua posição.

No serviço de rádio... não se ouvia direito o que se estava falando. Todos eles diziam o seguinte:

– Estou inteiramente solidário com vossa excelência.

Porque tudo quanto é general o chamava de Excelência. Só aqueles antigos como o Denys, Mendes de Moraes, que tinham sido colegas dele de Escola Militar, que o chamavam de você. O resto não.

Quando foi uma hora, uma e meia da manhã, ele tinha tomado conta do Brasil. Ele mandava botar a tropa de prontidão. Aqui já estavam os postos tomados. À uma e meia, ele seria o ditador do Brasil, se quisesse. Mas não. Fez tudo direitinho. O Congresso impediu o Café Filho, o Carlos Luz, elegeu o presidente do Senado, que seria depois o presidente da Câmara, o Nereu Ramos, que presidiu a República até a posse do Juscelino e do Jango em 15 de janeiro. Outra coisa: foi responsável também pela tranquilidade no governo Juscelino. Não teve nada! Ele governou com a maior tranquilidade.

No governo Juscelino, fiz muita política em favor dele. Nós o defendíamos. E mais: comecei a influenciar em assuntos como rancho. Eu tinha ojeriza ao rancho desde o tempo de recruta, depois como aluno na Escola... Então, tomava conta. Bastava dizer: “Está péssima a comida no Regimento Sampaio”.

O coronel se mandava de lá! Vinha aqui:

– Mas você...

– Eu não informei errado. Tenho boas fontes lá dentro...

Então, eles diziam que eu espionava as unidades. Não espionava, apenas tinha os informantes, que eram os capitães ajudantes de ordens e os sargentos motoristas de generais. Sempre estive em contato com as melhores fontes. Sempre as respeitei, nunca divulguei nenhum assunto sigiloso, embora tivesse conhecimento. E a coluna cresceu.

Em 50, comecei fazendo a campanha de Cristiano Machado, depois passei para a de Getúlio. Eu ainda trabalhava no Exército, mas já estava à disposição do Ministério da Justiça. Podia viajar à vontade. E já era trabalhista. Fazendo a campanha de Getúlio, conheci João Goulart, que o asses-

sorava. Conheci também o Brizola, um rapagão, já deputado estadual, assim como o Jango, que parece que era Secretário de Justiça do Rio Grande. E a minha convivência com eles foi se interligando de tal maneira que, quando Getúlio foi eleito e Jango foi ser ministro do Trabalho, eu estava sempre no gabinete dele, dando uma cobertura. Tudo o que podia fazer eu fazia para ajudá-lo. Ficamos amigos. Então, um dia ele chegou e disse:

- Vem cá, tchê! Tu és filiado ao PTB?
- Não.
- Não pode!
- Não sou filiado, sou jornalista, livre atirador...
- De jeito nenhum!

Aí chamou um assistente, chefe de gabinete, chamado Godoy, era meu vizinho, e disse:

- Godoy, traz uma ficha para o De Paula. Preenche isso aqui...

Preenchi, ele assinou. Virei petebista, nunca tinha ido à sede do partido.

Em 58, meu prestígio devia ser tão sólido que oficiais sargentos das Forças Armadas foram ao João Goulart, que foi presidente da República, e era presidente do PTB, e lançaram minha candidatura a deputado federal, porque eu era afiliado a esse partido. Não tive opção, tive que enfrentar campanha! E não tinha dinheiro nem jeito para ela. Mas teve a eleição, tive que participar.

A campanha foi financiada pelos próprios eleitores. Como os milicos são danados de organizados, imprimiram umas cédulas de 5, 10, 20 e 50, com a minha foto no meio e vendiam, passavam. Chamavam de bônus da campanha. Com aquilo a financiei. Mas não fiz nenhum esforço para me eleger. Eu saí como primeiro-suplente na Guanabara, tive 17.700 e tantos votos...

Tanto que em 62, eu me elegeria fácil, porque o Brizola puxou uma legenda impressionante e elegeu cinco, seis deputados, mas eu não quis mais me candidatar. Achei que na minha coluna eu era muito mais eficiente:

PLANTÃO MILITAR

Batista de Paula

Mais uma satisfação aos amigos

Já justifiquei, nesta coluna, para amigos e leitores, a minha decisão de não concorrer às próximas eleições como candidato a cargo eletivo. Lembrei que

nesta trincheira eu prestaria mais serviços ao meu País e também aos grupos sociais que necessitam de um porta-voz, como os militares e os servidores públicos, na defesa de seus justos interesses.

A última crise mostrou que eu estava com a razão. Pude atuar nela com completa isenção e os objetivos foram atingidos. Mesmo assim, continuo recebendo cartas de amigos e leitores, que não se conformam com a minha decisão de não ter-me candidatado. Um deles, por exemplo, diz, lamentando: “Não entendo como você, que teve cerca de 12 mil votos nas eleições passadas e só não foi eleito deputado federal porque o partido não ajudou, resolveu permanecer nestas eleições de fora, quando tinha assegurado um lugar na Assembleia Legislativa ou na Câmara Federal. Na minha opinião você, por ser desambicioso, prejudicou a corrente nacionalista e o próprio trabalhismo brasileiro”.

Ao meu caro amigo e a todos que me acompanham nesta coluna, tenho a dizer que não prejudiquei o fortalecimento da corrente nacionalista nem os ideais trabalhistas, permanecendo de fora. Pelo contrário, não sendo candidato, estou em condições de ajudar a propaganda de outros candidatos da minha linha política e do meu partido – o PTB – conforme os leitores são testemunhas. Tenho certeza de que estou ajudando, embora modestamente, candidatos como Aurélio Viana e Gilberto Marinho, para o Senado; Eloy Dutra, para a vice-governança deste pobre Estado. E para a Câmara Federal temos excelentes candidatos, que devem ser sufragados pelos eleitores esclarecidos, como Leonel Brizola, Brigadeiro Epaminondas, Sérgio Magalhães, Benjamim Farah, Afonso Arinos Filho e outros.

Importante, também, será a composição da próxima Assembleia Legislativa da Guanabara, para a qual devemos eleger uma maioria contra a corrupção do governador, contra os que perdoam dívidas de 6 bilhões dos exportadores, contra os que se entendem nos bastidores com os banqueiros de bicho e mandam prender pobres bicheiros nas ruas, para enganar o povo.

Candidatos bons não faltam. Eis alguns deles, que honrarão nosso voto: Paulo Alberto, Ib Teixeira, José Frejat, Marcirio Carpes, Adalgisa Nery, Jaime Wallace, Edna Lott e outros que tenham a mesma orientação.

Portanto, a minha decisão de não me candidatar permitiu que aqueles que acreditaram em mim em 1958 ajudem a eleger deputados que saberão conduzir nesta encruzilhada em que o Brasil está colocado, na sua marcha para completa independência econômica.

Enquanto isso, eu continuarei, nesta minha trincheira, na mesma linha de ação, vigilante e cada vez mais disposto a destacar os bons, ao mesmo tempo em que trato dos problemas que exigem solução da parte dos responsáveis.

Última Hora, 25 de setembro de 1962.

Continuei fazendo minha coluna, de forma mais política. Ah! Tinha muito apoio de esquerda dentro das Forças Armadas. Eram as chamadas forças nacionalistas e legalistas, que era o pessoal que defendia o regime democrático – sempre ameaçado pela UDN, que queria a ditadura – e o nacionalismo – que nasceu na campanha da Petrobras, na aprovação da Lei 2004, do monopólio, e depois continuou. Esse grupo nas Forças Armadas era marcante, sobretudo nas eleições do Clube Militar. Tinha dois grupos: o conservador e o nacionalista. E durante o tempo em que Juscelino e Jango foram presidentes da República, o grupo nacionalista ganhou todas as eleições. Só depois da ditadura que a chamada Cruzada Democrática dos conservadores ganhou a eleição, porque os eleitores do outro grupo tinham sido cassados. Hoje ainda está lá um “cruzado”.

Aí veio a corrente nacionalista, a Campanha do Petróleo contribuiu muito para isso. Eu participei dela, daqueles comícios no Largo da Carioca. Conheci o pai do Fernando Henrique Cardoso nessa campanha, Leônidas Cardoso, que era tenente-coronel e professor. Conheci um tio dele, uma figura excepcional, coradinho, com a cabeça bem branca, era coronel professor, chamado Felicíssimo Cardoso. Uma vez, lhe perguntei:

- Vem cá, coronel. Por que o senhor tem esse nome?
- Meu pai adivinhou o meu futuro!

Era uma figura excepcional! Soube que há pouco tempo – não acredito que ele esteja vivo – que perguntaram a ele o que achava do Fernando. E ele respondeu:

- É uma grande figura, sujeito de grande cultura, mas não é confiável.

Se ele estiver vivo, poderia ter dito isso mesmo, porque era muito franco... Agora, ele tinha preferência pelo Fernando. Era o sobrinho preferido dele, porque era um estudioso, um sociólogo... Mas, voltando à Campanha do Petróleo: ela politizou esse país.

Participei inicialmente como cidadão, depois como jornalista. Ativamente. No *Diretrizes*, então, a gente podia fazer uma reportagem num comício, numa reunião do Clube Militar, e tinha liberdade de dizer tudo. Já nos outros jornais, como o *Diário Trabalhista*, era controlado:

- Não fale disso...

Era sempre controlado. Mas o *Diretrizes* não era. As mais libertárias reuniões do Clube Militar que assisti foram em relação ao petróleo. Por-

que eram duas facções, uma favorável e outra contra. A Cruzada, esses que deram o golpe de 64, era contra o monopólio. O projeto original de Getúlio não assegurava claramente o monopólio. Ele surgiu de uma emenda da UDN, não sei se do Afonso Arinos... um conservador daqueles. Porque eles queriam ficar sempre contra o Getúlio, então algumas vezes até defendiam boas causas para ficar contra ele. Só que depois o PC tomou conta da campanha e levou para a rua. Isso eu via porque conhecia os líderes comunistas operários, universitários, através do jornalismo. Meu relacionamento com eles sempre foi muito bom. O pessoal de esquerda sempre colaborou muito com o da imprensa. Sempre! O desfecho da campanha foi a votação da lei pelo Congresso e a criação da Petrobras. Os nacionalistas saíram vitoriosos. Mas estão perdendo agora. Tudo o que conquistaram estão perdendo...

Essa campanha eu não fazia sozinho, dependia de quem estivesse de plantão. Mas, quando tinha uma reunião no Clube Militar, era eu que fazia. Também no Clube Naval ou da Aeronáutica. Mas era mais no Clube Militar, porque ele tem uma particularidade: associa oficiais das Forças Armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica. Ao contrário dos outros dois que associam apenas os de cada força correspondente. Nele, os oficiais da reserva disputavam postos. Hoje os outros dois Clubes também permitem, mas antigamente só podiam oficiais da ativa. Ali foi o grande palco da Campanha do Petróleo. A opinião do militar pesava. E em chumbo porque ele tinha arma. Em 62, escrevi a esse respeito:

PLANTÃO MILITAR

Batista de Paula

Forças Armadas com a Petrobrás

Acompanhamos de perto, ainda no governo Dutra, todas as fases da luta que deu origem à criação da Petrobrás. Porque as primeiras posições pelo monopólio estatal foram tomadas nas agitadas reuniões do Clube Militar, nas quais muitos oficiais, com patriotismo e coragem, enfrentaram as infâmias e calúnias da poderosa máquina publicitária dos trustes, manobrada pelos entreguistas caboclos, e alguns deles ainda hoje estão pagando o pesado tributo de terem sido defensores dos interesses nacionais.

Do governo Dutra, até agora, muita água correu debaixo da ponte. Velhos entreguistas não remunerados são atualmente defensores da Petrobrás, que cada vez prova mais sua capacidade como empresa e ajuda substancialmente a fortalecer a economia nacional.

Mas é ainda nas Forças Armadas que se localiza a sólida defesa da nossa empresa petrolífera. E recentemente, para provar sua posição nacionalista, a Marinha de Guerra, chefiada pelo Almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, decidiu não mais receber combustíveis de empresas estrangeiras para fazê-lo diretamente da Petrobrás, e com isso economizou para os cofres das forças do mar e da União alguns milhões de dólares. Agora a mesma operação está sendo planejada, por decisão do General Amaury Krueel, que pretende o fornecimento direto de combustíveis ao Exército pela Petrobrás e eliminando, assim, as distribuidoras estrangeiras. A Aeronáutica conforme nos declarou o Brigadeiro Reynaldo de Carvalho Filho, está estudando a possibilidade de receber da Petrobrás todo o combustível destinado ao consumo das viaturas, já que a gasolina de aviação ainda não é refinada no Brasil.

Então com isso as nossas Forças Armadas [estão] quebrando um poderoso tabu e incentivando o desenvolvimento da Petrobrás, ao mesmo tempo que economizam para os cofres da União preciosas divisas que antes eram carregadas para o exterior pelos diversos trustes estrangeiros de petróleo que operam no Brasil.

Última Hora, 26 de outubro de 1962.

Como disse o Marechal Lott, quando Ministro da Guerra, “a Petrobras é intocável”. E o General Amaury Krueel, recentemente, no *Última Hora*, em 26 de outubro de 1962, conversando com este repórter e os Ministros da Marinha e Aeronáutica, disse com muita felicidade: “As Forças Armadas estão casadas com a Petrobras”.

Hoje eles ficam defendendo apenas aumento de vencimentos, e não tem nada. Os jornais não tocam no assunto e quando as notas saem, estão deturpadas porque eles não conhecem o assunto, a legislação.

Um dia desses, conversando com um general da reserva, disse:

– Impressionante! A ditadura liquidou isso...

Eu fui pioneiro, porque depois da minha coluna surgiram outras! Até a *Tribuna de Imprensa* tinha uma coluna. A *Folha de São Paulo* tinha... Mas, depois de 64, morreu mesmo o jornalismo nas Forças Armadas. E até hoje eles sentem essa falta. Quando tinha meu “Plantão”, pesava! Dava um pau num deputado, ele corria para desmentir, para se defender, corrigir... É o poder da imprensa.

A divisão entre uma direita que conspirava e uma esquerda que apoiava a legalidade, Jango, era fácil de ser vista no Exército. Dois meses e pouco de-

pois que o Denys assumiu o ministério, houve mudança de todos os comandos e das principais chefias. Onde estavam oficiais nacionalistas, lottistas, eles colocaram um oficial que não tinha nada a ver, da direita, da Cruzada. Começou mudando o esquema. Isso a gente já percebia. O Kardec então, é craque nisso! Ele dizia:

– Está havendo movimento para o golpe.

Mas a gente não acreditava porque eles estavam em campanha eleitoral. Era muito difícil dar um golpe. Aí veio o Jânio. Ele conservou o Denys no posto. Portanto, Orlando Geisel continuou como chefe de gabinete e o Ernesto Geisel chefe do serviço secreto. O Jânio governou sete meses. Ele era maluco, mas não rasgava dinheiro. Por exemplo, governava o país com bilhetes. Só que ele não mandava para o destinatário. Mandava para a publicação. Depois que chegava ao destinatário. Eu o desafiava na coluna a mandar um bilhete para o Denys. Nunca mandou. Nunca.

Ele tinha um chefe da Casa Militar que era uma “dama”. Um cara que falava francês fluentemente, lia os clássicos franceses no original, chamado Pedro Geraldo de Almeida, um general. Uma vez, foi se apresentar ao Jânio um novo mar-e-guerra que tinha ido para lá, e tinha sido colega de ginásio dele, chamado comandante Landsman, que se fardou:

– Qual é o uniforme? Branco?

– Branco, bonito.

E foi lá se apresentar. Só tinha a luz vermelha. Com essa luz ninguém entrava. Era a hora em que ele estava tomando os porres de uísque ou então correndo atrás de mulher, porque era mulherengo. O Landsman ficou uma hora e meia esperando, até que deu verde. Quando isso aconteceu, o Pedro Geraldo disse:

– Vamos, comandante, rápido.

Quando a porta abriu, ele entrou com o Landsman, todo bonito, fardado de espada, e o Jânio estava lá, escrevendo um negócio:

– Presidente, estou apresentando ao senhor o Comandante Landsman, que vai ser o subchefe da parte de Marinha.

– Está apresentado.

Nem olhou. O Landsman saiu de lá uma feral!

Apesar dessas loucuras, um dia ele ia entrando no Palácio saudando o corpo da guarda, porque lá tem uma. Quem a comanda é o chefe do Gabi-

nete Militar. Chegou e foi inspecionar o corpo da guarda. Pelo regulamento, o soldado não podia dormir. Podia descansar. Tirava duas horas de sentinela e descansava quatro, num troço chamado tarimba, umas camas de couro, não era colchão. Ele tinha que deitar fardado – o máximo que podia fazer era desabotoar a túnica – de borzeguim ali, com a arma ao lado. Ele foi lá ver e não gostou das tarimbas. Achou que era falta de conforto. E fez um bilhete:

– General Pedro Geraldo de Almeida. Passei pelo corpo da guarda. Encontrei-o precisando de limpeza, de colchões...

E assinou embaixo. Claro que, como de hábito, o bilhete primeiro saiu na imprensa para depois chegar no Pedro Geraldo. Eu, que gostava dele para burro, mas fazia jornalismo, tinha que usar o bilhete. Peguei-o, transcrevi e fiz um comentário embaixo, dizendo que o Jânio queria que o Pedro Geraldo, homem que lia clássicos franceses, fosse simplesmente cabo da guarda:

“De acordo com o regulamento, ao cabo da guarda compete: zelar pela limpeza...”.

Ele ficou meu inimigo! Houve uma gozação, pensei que ele ia pedir demissão, mas não pediu. O apelo do cargo... Depois da renúncia do Jânio, encontrei com ele que disse:

– Ah, você quis me magoar!

– Não. Não tive nada contra você, pelo contrário. Eu lhe deixei numa posição boa, mas pena que você não pediu demissão!

O Jânio fazia isso. Mas com o Denys ele nunca mexeu. Enquanto isso, os Geisel estão lá... Aí o Jânio renuncia. Ora, com a posse do João Goulart, seria um novo governo. Claro que o ministro da Guerra, o chefe do gabinete militar seriam outros. E o Orlando iria perder o emprego, então, engendrou a reação contra a posse do João Goulart, junto com o irmão. E o Denys entrou nessa. Justo ele que era amigo do João Goulart. Cansou de pedir coisas e eu era o intermediário. O Jango atendia porque gostava dele também. Não deu certo a coisa, ele saiu, não sofreu nada. Não houve um inquérito, nada... o Denys, o Rademaker foi pra casa e não aconteceu nada. E o Jango governando.

Chegou a época das promoções dos generais. O ministro era um general chamado Segadas Vianna, um cara sério. Orlando Geisel era general de brigada. Propôs a promoção do Geisel e o Jango o promoveu a general de

divisão. Eu fiquei indignado!... Fiz uma cabeça de coluna esculhambando o meu amigo João Goulart! O Segadas ficou meu inimigo. Ele encontrava comigo e nem me cumprimentava... Ficou danado da vida! A promoção a general é escolha, não é direito. É atribuição constitucional, escolha do presidente da República. Ele o promoveu e, no fim, o Geisel ajudou a montar o golpe de 64.

Essa minha vinculação ao Jango começou em 50 e perdurou até 64. Em 61, quando da reação à posse dele pelos ministros militares, fui à casa do Lott, cuja campanha fiz todinha. Viajei com ele dez meses pelo Brasil, e das pessoas desse grupo era uma das que tinha mais intimidade que todas. Fui à casa dele porque queria que ele fizesse um manifesto. Cheguei lá e encontrei o General Mourão Filho. Veja só, o cara que liderou 64! Estava lá querendo um manifesto do Marechal Lott pela posse do João Goulart. Para ver como esses homens mudam... Ele falou:

– De Paula, que ótimo! Você tem intimidade com o marechal, eu não consigo... fui falar com ele e ele disse que de maneira alguma...

Fui falar com ele também:

– Marechal, o senhor não assina o manifesto?

– Ah, não... eu já paguei o meu tributo... não quero mais me meter em política. Hoje estou fora, não represento nada...

– O senhor representa sim! É um homem público e tem obrigação de defender o país, a democracia, a Constituição, que está sendo rasgada! Pelo Exército, principalmente, pelo nosso amigo Denys...

Mas não o convenci.

Ele tinha um assistente e secretário, um tenente-coronel, que era enteado dele. Chamava-se Antonio José Duffles Amarante. Eu fui ao Duffles e disse:

– Você me empresta o telefone?

– Pode usar à vontade...

Peguei minha agenda e comecei a ligar para generais, almirantes, brigadeiros da reserva e da ativa, que eu conhecia a orientação política. Depois, passei a ligar para políticos, deputados, senadores... e dizendo:

– Nós estamos aqui no apartamento do Marechal Lott, mas ele está irredutível, não quer assinar o manifesto...

Então, os caras iam para lá. Quarenta minutos depois dos primeiros telefonemas estava saindo gente pela janela! Chegaram um almirante que

tinha sido ministro, o Suzano, e um brigadeiro que foi um dos maiores líderes que conheci nas Forças Armadas, Brigadeiro Francisco Teixeira. Era baixinho, tinha um vozeirão e um poder de argumentação impressionante... Chegou Tancredo Neves, acompanhado de um jornalista chamado Pompeu de Souza, os dois já morreram. Aí o Suzano e o Teixeira disseram ao Marechal Lott:

– Que é isso, Marechal? O senhor tem obrigação!

– Está bem, eu assino sim.

Pegaram o manifesto que o Mourão tinha esboçado, e o Tancredo disse:

– Não pode! Está muito radical! O marechal não assina isso...

Fomos lá e fizemos a quatro mãos. Eu, o Tancredo e o Pompeu de Souza. Tínhamos um esboço, sentei na máquina, bati direitinho, fizemos umas correções... aí chamaram um cara que batia melhor que eu, não tinha máquina elétrica, era mecânica. Daquele troço, como ainda não tinha xerox, tiraram cópia fotostática. Levaram aquilo, descobriram um gabinete, um laboratório que fazia – nisso já era de madrugada, uma hora da manhã –, tiraram cópia... Ah! Fomos num apartamento na Av. Atlântica, do ex-presidente, o botaram na parede e ele também lançou o manifesto dele.

E nós sabíamos que a essa altura o Lacerda já estava prendendo gente na Guanabara! A polícia já estava na rua. Ele já tinha implantado a ditadura aqui. Nós fizemos o seguinte: distribuímos algumas pessoas para ir para casa e passar pelo telefone o manifesto para os grandes jornais das capitais: *Correio do Povo*, de Porto Alegre; o *Estado de São Paulo*, a *Folha de São Paulo*; o *Diário de Pernambuco*... e assim por diante. Dividiram as tarefas, e aqui o *Correio da Manhã* divulgou. Um repórter de rádio, chamado Perez Júnior, foi barrado no ar porque tentou ler o manifesto. A polícia do Lacerda tirou a rádio do ar. Nós percebemos a censura... Mandamos para o *Correio da Manhã*, que imprimiu. Quando começou a sair a edição, às cinco horas da manhã, o Lacerda mandou cassá-la toda! Mas não adiantou nada porque os estados divulgaram. Deles, foi para a televisão, para o rádio... Quer dizer, o manifesto teve sucesso.

Só que o Lott, às seis horas da manhã, foi preso na casa dele, e mandado para uma fortaleza que tem na entrada da baía de Guanabara, uma ilha de granito chamada Fortaleza da Lage. Botaram o velho lá... Fizeram isso de sábado para domingo.

Eu dormi até as tantas, almocei e fui para o jornal às duas horas da tarde, porque ele circulava segunda-feira de manhã. Cheguei lá tranquilo, fazendo meu trabalho, informando, ligando para um e para outro. Soube da prisão do Lott, fiz a nota, deixei tudo prontinho. Às sete e pouco, a PM cercou o jornal. Eu fui lá falar com o capitão que me conhecia e disse:

– O que houve?

– A ordem que nós temos é cercar o jornal e não deixar ninguém entrar ou sair.

Era a lei da gafeira: quem está fora não sai e quem está dentro não entra!... Achei aquilo babaquice. Mas o pessoal do jornal estava apavorado! O Ib Teixeira, o Milton Coelho da Graça... uns três ou quatro, inclusive um que ninguém acredita quando eu conto, o valente João Saldanha. Então, o Ibsen chegou e disse:

– De Paula, nós estamos visados, vamos embora! Tem uma janela, uma escada, que a gente sai do outro lado da rua.

– Ibsen, eu confesso a você que fico constrangido de fugir, rapaz!

– Não, nós não somos bestas!

E saíram pelos fundos. Fiquei lá, achei que não ia dar em nada. Às oito horas, chegaram dois inspetores, um deles meu amigo, o Soares. A conversa era a seguinte:

– O Coronel Lauro Alves Pinto, diretor do DOPS, quer conversar com você, porque sabe que conhece o assunto...

– Ô Soares! Você tem quase quarenta anos de polícia e vai nessa conversa? O Lauro está mandando você aqui para me prender!

– Você acha que eu iria desempenhar esse papel?

– Claro que você desempenha! É obrigado, é policial...

Fui lá em cima, onde estava o Paulo Silveira, que foi presidente da UNE por três ou quatro mandatos, era tipo aquele estudante profissional que chegava no final do ano e não passava, para continuar. Ele era diretor de redação. Escolado, chegou no jornal com uma maletinha com toalha, sabonete, pasta e escova de dente. Subi no andar acima e disse a ele:

– Paulo, quero que você me empreste a pasta, só tira a escova!

– O que foi?

– Estou preso. O DOPS está aí e eu não tenho cara de fugir, fico com vergonha.

– Não fuja, não. Enfrenta isso...

Desci, me levaram para o DOPS.

Cheguei lá, já tinha um quartinho arrumado para mim. O delegado que ia tomar conta de mim me cedeu um sofá. Dormi. No dia seguinte, tomei café, almocei, dormi, tirei um sono... Estava bom o DOPS. Às sete horas da noite, me meteram numa caminhonete e me levaram para o Estado-Maior da Armada. Quando cheguei lá, estava o Almirante Rademaker, que fez parte do tripé... Mas, naquela época, eu estava defendendo a aviação embarcada por orientação do governo, que era para dividir a Marinha da Aeronáutica, porque elas sempre foram somadas. Então, quando cheguei lá, ele me recebeu bem:

– Ô De Paula... Vem jantar aqui com a gente!

Os tiras que me levaram viram aquilo e, naturalmente, foram dizer para o Lacerda. Às duas horas da manhã, me tiraram de lá. Lá era lençol de linho! A Marinha era imperial... Me puseram num camburão, com um sargento do CENIMAR, que eu conhecia. Perguntei a ele onde é que íamos:

– Não sei, De Paula. A ordem que tenho é só tirar você daqui e entregar a eles. Você é preso do Lacerda.

No camburão que entrei tinha mar-e-guerra preso, o pessoal da Escola Naval, um engenheiro e um jornalista da Bahia. O camburão saiu do Ministério da Marinha, deu voltas pela cidade, pela Lapa, andou tudo... mas tinha aqueles furinhos e fiquei olhando por ali. Como fui repórter da cidade, conhecia bem. Vi que, pelas ruas que entravam, faziam aquilo pra gente se perder. Lá pelas tantas, entramos na Av. Brasil. Eu disse:

– Olha, estamos liquidados. Vão nos levar para a Base Aérea do Galeão. E lá tem um coronel chamado Muylaert Correia e a mim, por exemplo, ele vai jogar no mar!

Fiquei olhando pelos furinhos... e vi quando passou aquela tabuleta do Galeão. Sentei, aliviado, e disse:

– Ufa, agora não vamos mais não...

Levaram para a Invernada de Olaria. Xadrez! Lá era para alta periculosidade, para os piores bandidos. Eu tinha inaugurado aquilo com o General Amauri Krueel, como assessor dele, quando chefe de polícia. Então, quando cheguei logo vi que era a Invernada. E lá nós ficamos.

Tive sorte porque no segundo dia preso, incomunicável, chegou um capitão da PM, que comandava um canil, que eu conhecia, e disse:

– Não vai acontecer nada com você, pode ficar tranquilo. Qualquer coisa que eles pretenderem fazer com você, vão me avisar, e eu o tiro daqui.

– Obrigado...

O subchefe da Invernada era chamado Felipe. Eu fiz um favor a ele que nem me lembrava!... Trouxe o cunhado dele de Ponta Porã para cá, algo assim... Ele me disse:

– Sou Felipe, você não se lembra de mim, mas uma vez no Ministério da Guerra você me fez um favor, transferiu um capitão...

– Não lembro, transferei tanta gente...

– Faz o seguinte: dá o número da sua casa, que vou ligar para a tua família.

Dei o telefone, ele ligou pra cá – a Ivone falou com ele – dizendo que eu estava bem, só que não podia dizer onde estava. Ficamos lá e, no terceiro dia, ele foi no meu xadrez e disse:

– Olha, prendi um industrial, um empresário, e a ordem era botá-lo no xadrez e eu fiz isso. Só que ele está morrendo, acho. Estou com medo dele morrer.

– Bem, se ele morrer... você recebeu ordem por escrito?

– Não.

– Se ele morrer a responsabilidade é sua. A viúva vai te botar na cadeia, te botam na rua. E a essa altura, o diretor do DOPS, Sr. Borer, vai lavar as mãos...

– Então, vem comigo.

Ele abriu o xadrez e fui com ele. Era um empresário famoso, chamado Santos Vahlis, um venezuelano naturalizado brasileiro. Foi preso porque deu um telefone para a casa do Brizola no Rio Grande do Sul, que tinha lançado a Cadeia da Legalidade pelas rádios e estava penetrando no Brasil inteiro em defesa da posse de João Goulart.

Então, ele estava lá deitado, arfando... Eu o chamei:

– Vahlis!

– De Paula! Você veio me soltar...

– Não, estou preso aqui ao lado e você vai comigo.

Vestiu a roupa e veio comigo. No dia em que ele entrou no xadrez, desmoralizou tudo! O jantar daquele dia foi servido por um restaurante de Copacabana... tinha vinho, uísque do bom... O Felipe arrumou um rádio

pra gente e nós acompanhávamos o movimento do Brizola no Rio Grande. Ao meu lado estava preso o Vianninha, Oduvaldo Vianna Filho, um garoto que era teatrólogo. O pai dele era meu vizinho. Então, a gente dava notícias para ele também. Ele gritava:

– De Paula! O que houve?

– Houve isso...

E retransmitiam de xadrez a xadrez.

Um dia, a Ivone, minha esposa, resolveu e foi lá no Ministério do Exército. Ela conhecia o Denys, que já tinha estado aqui em casa, e os ajudantes de ordens, e disse:

– Quero falar com o Marechal porque o meu marido, o De Paula, está preso. Foi o Marechal que mandou prendê-lo.

O ajudante de ordens ficou bravo e disse:

– De jeito nenhum! Um minutinho só, senhora. A senhora nem precisa falar com ele. Ele já deu ordem para localizar o De Paula e pô-lo em liberdade.

Naquele dia, eu, o Santos Vahlis e o Vianninha fomos postos em liberdade.

Quando cheguei no jornal, escrevi estes artigos:

PLANTÃO MILITAR

Batista de Paula

Retorno à Liberdade

Era domingo, 27 de agosto, à noite. Aqui fora a vida da cidade tinha sido tumultuada pela atitude dos Ministros militares, que se opunham, sem apoio da maioria das Forças Armadas, à posse do Presidente da República, eleito pelo povo.

Este repórter estava na redação, quando dois choques da PM, por ordem do famigerado tenente-coronel Ardovino, interditaram ÚLTIMA HORA. Ninguém entrava. Ninguém saía. Era Lacerda, extravasando seu fracasso e sua derrota, que tentava abafar a voz da legalidade na Guanabara.

Percebi logo até que ponto chegariam o arbítrio e a violência, contra todos nós de ÚLTIMA HORA, mas permaneci no meu posto. Os “Cosme-e-Damião, sempre amigos do nosso jornal, estavam tão indignados como nós. A triste missão os constrangia. Vários deles chamaram-me a um canto para explicar que o cumprimento das “ordens superiores” nunca chegaria a atingir

ÚLTIMA HORA. “Nós também estamos revoltados com esse Coronel Ardo-vino”, afirmou-me um oficial.

Cerca das 23 horas chegou à redação o inspetor Vasconcelos com um “convite” do Coronel Lauro Alves Pinto para que eu comparecesse ao seu gabinete na Polícia. Queria conversar comigo. Esse oficial, que sempre apontei como dos mais dignos, que foi meu comandante de Companhia no 4º BC, em São Paulo, estava agora desempenhando uma triste função policial no governo Lacerda. Deveria eu acreditar nele? Não. Ademais, minha posição de amigo incondicional do Marechal Lott e de outros altos chefes militares legalistas, bem como os laços de amizade que me prendem aos sargentos, não poderiam ser do agrado de quem estava a serviço de um governo, comprometido com o dinheiro da contravenção e desacreditado perante o povo.

Para não criar problemas para o jornal, que precisava levar no dia seguinte sua mensagem de fé nos destinos deste País a milhares de leitores, acompanhei o policial, sem que meus companheiros percebessem que eu estava sendo conduzido para a cadeia.

Durante a viagem procurei raciocinar sobre os verdadeiros motivos da minha prisão. Lembrei-me, então, que durante a madrugada eu tinha estado na residência do Marechal Lott, assistido ao seu encontro com o ex-Presidente Juscelino, ao seu telefonema para o Marechal Denys e colaborado na divulgação em todo o País do seu manifesto à Nação, primeiro brado de alerta em defesa da legalidade e contra os pretensos defensores da ordem que evoluiu para a desordem.

Lá estavam, entre outro, o Marechal Heskett Hall, Almirante Paulo Suzano, Brigadeiro Francisco Teixeira, General Olympio Mourão Filho, além de duas dezenas de oficiais amigos do ex-Ministro da Guerra. Realmente a minha prisão tinha um motivo sério: eu estava ao lado da lei.

Na Delegacia de Polícia Política fiquei preso na sala do subchefe Marçal, profissional correto, humano e esclarecido. Cedeu-me seu sofá e dormiu numa cadeira. Eu não consegui sequer cochilar. Meu cérebro funcionou a noite inteira. Não sei bem a que horas da madrugada fui convidado a prestar depoimento. Coube ao comissário Castello Branco ouvir-me. Este revelou-se também um grande sujeito, indignado com as arbitrariedades praticadas pelo chamado “grupo militar” da Polícia.

Aliás, é preciso que o povo carioca saiba que, com exceção dos 16 latagões da “gang” de Ardo-vino, reconhecidos como indivíduos virulentos, marginais, alguns famosos como “caftens”, todos os policiais do DESP estavam indignados com as arbitrariedades mandadas praticar pelo “grupo militar” que dominava a Polícia, tendo à frente o General Siseno Sarmiento, que maculou com as suas atitudes as condecorações recebidas em Monte Castelo.

Minhas declarações foram sobre a campanha que fiz no “Plantão Militar” pela estabilidade dos sargentos aos 10 e aos 5 anos, sobre a minha campanha eleitoral em 1958, e sobre as minhas relações de amizade com o Marechal Lott e outros chefes militares. Para o “grupo militar” eu era considerado elemento perigoso pelas minhas relações e conhecimento nas Forças Armadas. Por isso deveria permanecer preso, escondido dos amigos e da família.

Segunda-feira, dia 23, cerca das 16 horas, dois policiais da “gang” de Ardovino e por ordem deste, levaram-me numa camioneta à Marinha, onde, no EMA, os comandantes Neiva e Álvaro me receberam e me dispensaram a consideração que um homem digno merece. Pensei que iria fazer companhia aos meus amigos militares que tinham sido presos arbitrariamente durante a madrugada na casa do Marechal Lott e que se encontravam nos porões de navios da Armada. Confesso ter ficado satisfeito. Enquanto as horas passavam alguns sargentos e taifeiros me levaram cigarros e palavras de conforto. A eles serei eternamente grato.

Mas às 20 horas, sem nenhuma explicação, uma escolta de fuzileiros navais, parece que sob o comando de um sargento em traje civil – pobre Marinha de Guerra, que triste e imundo papel lhe atribuíram! – fui levado da Marinha, desta vez no fundo de um tintureiro, com dois outros presos, um jornalista e um professor, para uma dependência da Polícia, que eu não sabia nem sequer a localização, e lá jogado num cubículo próprio de marginais, tendo como cama um estrado de madeira. Despojado dos objetos – relógio, caneta, dinheiro, cinto, etc. – fiquei com os dois companheiros aguardando em “cana” os acontecimentos aqui fora, com o Brasil prestes a pegar fogo.

Só de madrugada, com o ladrar dos cães (canil da PM), percebi que me encontrava na 2ª Subseção da Delegacia de Vigilância na Invernada em Olaria, onde ninguém teria meios de me focalizar. Estava sob as ordens de Borer e de Ardovino.

Mas foi no cubículo imundo, onde eu já me considerava perigoso criminoso, pela revolta e indignação que me iam na alma, que encontrei o mais forte espírito de solidariedade da Polícia civil na pessoa do detective Felipe, subchefe da seção, que dispensou a todos nós a consideração própria de um homem bem formado. Para identificar-se comigo êle foi simples: “Sou amigo do Major William Stockler”. Com essa senha revelou-se um amigo, um homem de bem, um profissional de categoria.

No dia seguinte, com ordem de ser metido na cela, onde lhe faltasse o ar e finalmente a vida, chegou preso o incorporador Santos Vahlis, figura conhecida no mundo dos negócios. Felipe, o humano detective, cumpriu à risca a ordem recebida. Mais tarde, porém, sentindo que Santos Vahlis morreria na cela de um

enfarto, pois é homem doente, retirou-o por sua própria conta e colocou-o num cubículo igual ao nosso.

Durante o tempo em que permaneci preso, meus amigos e minha esposa movimentaram céus e terra para me ver em liberdade. As ordens de “habeas corpus” eram negadas com o maior cinismo diante da informação de que eu não estava preso. O “grupo militar” mentia descaradamente aos juizes.

Só dia 31, quinta-feira, Felipe, o meu bom anjo da guarda, chegou alegre ao cubículo para me avisar da nova: eu iria ser levado à Central de Polícia, possivelmente para ser posto em liberdade.

Aliás, eu ia me esquecendo de um detalhe. Procurado por minha esposa, por intermédio do capitão Flávio Batista de Faria, seu ajudante de ordens, o Marechal Denys mostrou-se surpreso com a minha prisão e mandou apurar onde eu me encontrava. Pois até ao Ministro da Guerra o “grupo militar” do DESP faltou com a verdade, informando que eu não estava preso. Mas o Capitão Flávio, que é um meu velho amigo, insistiu, mas seus telefonemas não surtiram efeito. A verdade é que muitas violências e arbitrariedades foram praticadas em nome do Marechal Denys, pelos militares investidos de funções policiais. Eles ensinaram aos agentes do DESP como não se deve respeitar a dignidade humana.

Antes de deixar a cadeia para respirar o ar puro da liberdade conversei amistosamente com o Coronel Lauro Alves Pinto, de quem sempre fiz o melhor juízo. Procurei rememorar naquele soldado o meu comandante de Companhia em 1940, no 4º BC de São Paulo. Confesso que não consegui. O Coronel Lauro tinha mudado muito. Na minha frente estava apenas um policial improvisado, disposto a desrespeitar as leis de seu País, até mesmo para ferir cidadãos dignos. Do militar que eu tanto admirava desde a minha Juventude, ficava apenas o porte.

A minha satisfação, única em todo esse triste episódio de violência e arbítrio é que o grupo militar de Lacerda teve trabalho depois que me tirou a liberdade. Amigos de todas as condições sociais, civis e militares, colegas de profissão e até mesmo políticos da área do golpe, movimentaram-se para que eu retornasse ao seio de minha família e à minha banca de trabalho na ÚLTIMA HORA. A todos sou imensamente grato. Não os cito nominalmente para não cometer a injustiça da omissão.

E se alguma coisa poderia contribuir para reforçar a minha fé no regime democrático, pelo qual tanto tenho lutado, essa prisão arbitrária valeu muito. Embora eu não acredite que os Ardovinos desapareçam para sempre. Eles continuarão, como urubus, sobrevoando o País à espera de uma nova oportunidade para satisfazer seus apetites, leais à orientação do Corvo-chefe, esse covardão que está prestes a correr em direção a uma embaixada para se livrar da ira do povo ao qual tentou amesquinhar.

Última Hora, 7 de setembro de 1961.

PLANTÃO MILITAR

Batista de Paula

Lacerda e a Negra Invernada

Eu já tinha até arquivado no meu passado de jornalista a prisão absurda de que fui vítima, durante a crise, realizada de surpresa na redação do meu jornal por ordem dos beleguins fardados de Lacerda, o homem que se proclama anti-comunista e aplica toda a técnica do PCB, que aprendeu na sua juventude, inclusive os métodos de violência contra aqueles que realmente defendem a liberdade.

Pretendia esquecer o triste episódio, triste para Lacerda e seu grupo de inconformados, desde que a minha prisão talvez tenha servido para alertar milhares de brasileiros sobre o que nos esperava se o golpe saísse vencedor. A “Negra Invernada de Olaria”, nos planos de Lacerda, era apenas o caminho para os “cúbulos individuais” da Ilha Grande, mandados preparar por Siseno Sarmiento para a prisão de políticos, entre os quais eu figurava com certeza.

Mas chega o governador de seu passeio aos Estados Unidos e na resposta à interpelação do Conselho da ABI resolveu ele justificar a minha prisão, com as seguintes palavras que põe mais uma vez, bem à mostra o seu cinismo: “... foi detido quando procurava, servindo-se da coluna militar que mantém num jornal desta cidade, ligar-se a sargentos do Exército para tentar convencê-los a que deixassem de cumprir ordens dos seus superiores. Trata-se, pois, de atividade bem diversa do jornalismo”.

A verdade é que, durante a crise, não tive nenhum contato com meus amigos sargentos. Não escrevi nunca uma palavra sequer na minha coluna que representasse incitamento à indisciplina de comandados contra comandantes. Nunca divulguei documentos sigilosos, mesmo que essa divulgação não viesse a prejudicar a segurança do meu país ao contrário de Lacerda que ainda recentemente o fez nos Estados Unidos, deixando o Brasil em posição difícil.

Na verdade, durante a crise, por força de minha função jornalística, de minha posição política e das minhas ligações nos meios militares, mantive realmente numerosos contatos, mas com generais, brigadeiros, almirantes e oficiais superiores, todos integrados no dispositivo da legalidade. Vários deles – Marechal Teixeira Lott, Brigadeiro Teixeira, Almirante Suzano e Aragão – foram presos como eu, não na “negra invernada”, mas em navios e fortalezas, pelo “crime” de defenderem o respeito à Constituição.

Particpei, ostensivamente, na reunião realizada na noite de 26 para 27 de agosto na residência do Marechal Teixeira Lott, com vários chefes militares e oficiais superiores do Exército, Marinha e Aeronáutica, no momento preciso em que Lacerda, pensando na concretização de um seu velho sonho, que é ser di-

tador ou orientador do “dono do Brasil”, lançava o seu dispositivo de violências contra tudo o que cheirasse a lei, a liberdade, a democracia, na pobre Guanabara.

Pertenço ao primeiro time e nele atuei nos dias da crise, até que os beaguins me arrancaram da minha banca de trabalho na redação de ÚLTIMA HORA, com o pretexto de que o Coronel Lauro Pinto desejava conversar comigo.

Ademais, Lacerda, que nunca serviu ao Exército e quando jovem chegava a evitar a simples passagem pela porta de um quartel, fala dos sargentos sem conhecê-los e, muito menos, o espírito de disciplina da numerosa classe. Ninguém os convence de proceder de maneira diferente daquelas que eles aprenderam nos regulamentos e na vida árdua dos quartéis, das bases e dos navios, consubstanciada no juramento militar: “Defender a Pátria e cumprimento de suas leis até mesmo com o sacrifício da própria vida...”

Estas palavras Lacerda nunca as pronunciou porque na época que deveria atender ao chamado da Pátria estava foragido da Polícia, por ter participado do levante de 35, como um dos Líderes da Juventude Comunista.

Assim, eu não fui metido na “negra inverno de Olaria” pelas minhas relações com meus antigos companheiros sargentos, mas pela minha conhecida posição em defesa da ordem e da lei.

Última Hora, 31 de outubro de 1961.

Vim para casa, fiz a barba, troquei de roupa e viajei para Brasília, porque a posse de João Goulart era no dia seguinte, 7 de setembro. Ainda fui lá e participei da escolha do ministro da Guerra, porque ele não conhecia ninguém. E me disse:

– Bah, tchê! Como foste na prisão?

– Foi ótimo! Já estou em liberdade...

Depois o acompanhei, fui assessor dele durante um tempo.

Após a renúncia, o Jango assumiu num regime parlamentarista feito de uma hora pra outra apenas para acalmar... E mais: os ministros golpistas não sofreram nada! Não foram nem anistiados, foram esquecidos. Eu senti que aquilo era grave. E teria consequências... como teve.

O Jango conseguiu, através de plebiscito, ser presidente em regime presidencialista, mas o esquema dele era fraco. Teve um chefe de gabinete militar que, se continuasse, não teria havido o golpe de 64. Era o Amauri Kruehl, que o traiu no golpe. Mas acho que ele não teria outra saída. Se não aderisse, o prendiam de qualquer maneira. Ele como chefe do Gabinete Militar dava seriedade e autoridade ao cargo. Eu cansei de entrar lá e encontrar general,

comandante do Exército, sentadinho esperando sua vez! Ele botava assim mesmo. O Jango o trocou primeiro pelo Albino Silva, um fraco. Um rapaz de talento, intelectual, de boa formação, mas era fraco.

Depois, colocou um general chamado Assis Brasil. Um homem marcado, inteligente que era um danado, um tanto arbitrário... Mas com as falhas humanas que um general não podia ter: primeiro, bebia. Bebia muito uísque. Muitas vezes o vi bebendo no trabalho, nessas xícaras de chá, que chamavam de taça. Eu sabia mais ou menos disso, mas ultimamente me confirmaram: ele gostava muito de mulher. Não estava se dando bem em casa, tinha uma namorada de 20 e poucos anos. Então, ele largava tudo para encontrar essa menina! Tem um coronel, que é sobrinho do Brizola, Irani Brizola, que era capitão ajudante de ordens. O Jango uma vez precisou do Assis Brasil. Mandou chamá-lo e ele não estava no gabinete. Mas o Irani sabia, conhecia os hábitos dele e disse:

– Pode deixar que vou localizá-lo.

Pegou um carro daqueles, saiu, foi a um hotel e encontrou o Assis Brasil, de cueca, bêbado e com uma mulher que ele não sabia quem era. Chegou e disse:

– General, o assunto é sério, grave. Tome um banho bem frio que o senhor tem que estar lá.

Ele chegou lá duas horas depois...

Outra coisa: ele gostava de interferir no Exército e o ministro da Guerra da época era o General Jair Dantas Ribeiro, que era um homem muito sério e cioso da sua autoridade. Então, por várias vezes, tiveram desentendimentos. E, em várias delas, eu que entrei para melhorar. Ia no Jango, conversava...

Houve, uma vez, uma tentativa de rebelião de uns sargentos da Aero-náutica, uns babacas. Ele mandou me buscar, porque não entendia nada do assunto. Fiz até uma série de artigos sobre isso:

PLANTÃO MILITAR

Batista de Paula

No Brasil não há lugar para Fulgêncios

Foi o próprio Presidente João Goulart quem, interferindo na orientação do Ministro da Guerra, com sua autoridade de Comandante Supremo das Forças Armadas, não permitiu que o Subtenente Gelci Rodrigues fosse enquadrado

na Lei de Segurança Nacional. Agiu com espírito de justiça o chefe da Nação. Como nos outros, aqui na planície, ele tem conhecimento dos precedentes de indisciplina praticados por tantos Generais, que não sofreram os rigores de uma lei que nunca foi aplicada nos episódios realmente enquadrados nos seus duros dispositivos. Sabe também o Presidente pela sua vivência com os sargentos, durante anos, que esses militares, pela formação militar e democrática que revelaram em tantas oportunidades, jamais contribuiriam conscientemente para o enfraquecimento do regime que eles como soldados e cidadãos têm ajudado a fortalecer.

As manifestações em favor das reformas de base, feitas por sargentos, são reflexos da posição política da classe. As atitudes subversivas tomadas por alguns emanam da orientação do Sr. Garcia Filho, que as utiliza habilmente na concretização de seus objetivos, que ninguém sabe quais sejam na realidade. Sua ambição é desmedida e não tem base em nenhum princípio ideológico, o que a torna ainda mais perigosa num país como o nosso, vivendo a fase de transição do subdesenvolvimento para a conquista de sua emancipação econômica.

Por terem participado da reunião do IAPC estão presos cerca de 60 sargentos, inclusive o Subtenente Marcírio Carpes, do I Exército, que tem sido um baluarte na luta contra os extremistas de esquerda e de direita, um democrata nacionalista e fervoroso que nunca faltou com seu apoio e o dos seus amigos às autoridades constituídas e especialmente ao Presidente. Carpes e outros companheiros estão presos. E a falta que praticaram foi estarem presentes a uma reunião, anunciada como para tratar do aumento, para que todos pudessem comparecer. Ninguém foi punido por ter participado das reuniões dos Clubes Militar e Naval. E todos são iguais perante a lei. A punição desses sargentos serve apenas para abrir a brecha e agravar o descontentamento. Tudo isso serve, ainda, aos objetivos de gorilismo da direita e da esquerda. E serve, principalmente, ao esquema do Sr. Garcia Filho, que nos seus planos pensa ser amanhã um segundo Fulgêncio Batista do Brasil.

Fulgêncio Batista, como o Sr. Garcia Filho, era sargento do Exército cubano. Para contar com o apoio dos seus companheiros desfraldou a bandeira da justiça social para a classe, situando-se numa posição de esquerda. Depois de assumir o poder e proclamar-se ditador, sua primeira providência foi livrar-se dos compromissos da revolução e dos companheiros, governando com as elites. E mais tarde, não satisfeito nas suas ambições, vendeu Cuba aos milionários americanos. Hoje é um homem biliardário que vive nababescamente fazendo viagens de recreio pelo mundo.

Cito esse exemplo para alertar os sargentos do Brasil. O sagaz lobo enverga sempre a pele do cordeiro. Mas um dia ele será apenas lobo, disposto a devorar todo o rebanho.

Pretende o pretense Fulgêncio iniciar seu plano amanhã, no Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, elegendo uma junta governativa que atenda seus desígnios. Mas encontrará pela frente os sargentos nacionalistas, os mesmos que nas campanhas de 1958 e 1960 o enfrentaram, quando ele lutava pelos candidatos reacionários, não sabemos com que objetivos.

Cuba é uma pequena ilha. O Brasil é um continente indivisível, que jamais cairá nas mãos dos “gorilas” ou dos aventureiros sectários, que desejam transformar companheiros em escadas que os levem às culminâncias.

Última Hora, 24 de maio de 1963.

A grande falha do governo no golpe de 64 é que o ministro da Guerra, o General Jair, no dia 31, às vésperas do golpe, estava há quatro dias operado, com câncer de próstata. E quem assumiu no lugar dele foi o chefe de gabinete, um general promovido há um ano, com um nome até esquisito para general do Exército Brasileiro, Genaro Bomtempo. E os generais mais antigos não queriam falar com ele. Ligavam e falavam:

– Quero falar com o Jair, o ministro!

Isso antes da adesão. Queriam tomar uma posição possivelmente em favor do governo. E o ministro estava internado.

Antes de se internar, eu, conversando com o Jango, sugeri a ele que nomeasse um substituto e até indiquei o nome do Lott. Aí ele disse:

– Não posso fazer isso porque vou ferir a suscetibilidade do Jair.

– Mas ele vai ser operado e ninguém sabe o resultado de uma cirurgia. Pode ficar uma semana ou um mês.

E já estávamos em crise política. Já estava fervendo! O próprio Mourão – que morreu meu amigo e que, depois que voltei do exílio, visitei muitas vezes – passou para o outro lado, quando soube que o Jair estava internado e houve a reunião dos sargentos no Automóvel Clube, estimulada pelo Assis Brasil, tenho certeza, porque não consegui evitar que ela se realizasse. E eu tinha força entre os sargentos. Eram sargentos da PM.

Uma vez, houve uma reunião da Associação dos Cabos e Soldados aqui no Sindicato dos Metalúrgicos, cujo presidente era um soldado humilde, semianalfabeto, chamado José Neves, mas muito inteligente, era impressionante! E, nos bastidores, era uma homenagem ao João Goulart. Mas, uma semana antes, percebi que a coisa estava degradingolando. Fui a Brasília e pedi ao Jango:

– Pelo amor de Deus, não apareça!

– Mas vou ficar mal com os rapazes...

– Não, o negócio está degringolando! Vai te comprometer... Manda o Jurema, que é ministro da Justiça, e ele te representa. Ele é bem-humorado...

O Jango não foi. Mas fui aos bastidores para controlar, porque estava sabendo que aquele era um ambiente próprio para provocação. Então, o José Neves disse:

– Está aí o senhor De Paula e os discursos só poderão ser feitos se ele ler.

Tinha um “cabinho” da Aeronáutica com um discurso com umas provocações bobas. Tinha um cabo do Exército, que era presidente de uma Associação que nem existia... Besteira. Teve um discurso de taifeiro de Marinha, que também continha provocações. Era defesa de reivindicações, mas de uma maneira altamente provocativa:

– Os oficiais têm isso, nós não temos!

Um militar não pode dizer isso.

Eu tinha feito um discurso para o José Neves. E fui ler o discurso do Anselmo. Não conhecia, nunca tinha visto aquele tipo grande de máquina de escrever. O discurso era feito naquele tipo, com espaço duplo, quatro laudas, um dos mais bem escritos que vi na minha vida! Esse discurso não foi feito por ele... Foi feito na Embaixada Americana. Rasguei o discurso dele, de burro, porque era um documento impressionante... Rasguei e disse:

– Se quiser, fala de improviso. Se houver provocação, você vai sair preso daqui.

Ele não quis falar. Eu já estava desconfiando dele nessa época, mas não podia admitir que aquele imbecil fosse agente da CIA. Ele era imbecilizado! Ou então aparentava ser... só depois fomos saber que realmente ele era um agente. Era homem jogado para a provocação para criar ambiente para o golpe.

Ficou acertado que aquele cabo Anselmo não iria falar. Na verdade, era marinheiro de primeira classe e diziam que era estudante de Direito, mas era mentira porque estava fazendo curso supletivo. Na hora em que o Jango apareceu, ele surgiu e botou a cara na televisão. Mais tarde, foi-se saber que ele era agente da CIA. Isso está provado! Dizem que esteve preso no Alto da Boa Vista e foi retirado de lá por dois civis, que todo mundo sabe que eram oficiais de Marinha. Ele foi aparecer em Cuba, numa reunião da OIT, da Organização Internacional do Trabalho. Mas lá alguém já tinha informação

dele. Prometeram que iam acabar com ele por lá... e ele sumiu, nunca mais foi visto! Vi uma entrevista dele na *Playboy*, que inicialmente pensei que fosse forjada, e cheguei à conclusão que era dele mesmo pela terminologia, maneira de falar...

No comício da Central do Brasil as faixas do PC que apareceram não foram feitas por eles! Tanto que o pessoal filiado olhava... mas a direção do PC não tinha conhecimento... No dia seguinte, estavam indignados querendo saber quem botou! Foi a CIA. Eles adubaram a terra para lançar a semente e ela germinar. E deu no que deu...

Fui amigo do Jango, até 64. Então, veio o golpe.

No dia 1º de abril, às quatro e meia, eu estava no Ministério da Guerra, numa garagem, telefonando, quando chegou um major, meu amigo, do regimento que tinha tomado o Ministério, e ficou besta de me ver lá:

– De Paula, está todo mundo te caçando lá em cima! Se eles te pegarem, matam! Vou pegar um jipe e botar você...

– Não, o meu carro está aí. Tenho que levá-lo...

– Me dá a chave.

Ele foi, pegou o meu fusquinha e, com muito custo, conseguimos sair de dentro do Ministério. Ele me deixou na porta da Central e voltou para lá. Estava todo guerreiro, com pistola, capacete... E eu saí. Sem destino...

Até que telefonei para uma amiga minha, casada com um mar-e-guerra chamado Alba, e ela disse:

– Onde é que você está? Não saia daí.

Foi, pegou um táxi, me encontrou lá e disse:

– Vou levar você para a casa do pai, em Jacarepaguá.

Eu iria para qualquer lugar. Ela me levou, passei a noite lá. No dia seguinte, como o marido dela era funcionário de Marinha, a alertaram. Ela contou para alguém que tinha escondido um amigo, e disseram a ela:

– Não se esconde longe, no mato. O pessoal vai lá, mata e você nem sabe quem foi. Tem que deixar num lugar de movimento.

Ela foi lá, me apanhou, e fui para uma casa em Copacabana. Depois o pessoal do PC tomou conta de mim. Dormia hoje num lugar, amanhã em outro... Até que fiz uma consulta àqueles generais que conhecia, por intermédio de outras pessoas, e eles acharam que eu tinha realmente ir para o exílio. Então, foi o que fiz...

Mas as embaixadas, àquela altura, estavam todas cercadas. O Lacerda não queria que os subversivos fugissem. Queria prender todos! Mas eu tinha um bom relacionamento com o adido militar do Paraguai, um coronel. Mandei fazer um contato com ele, porque todo mundo tinha medo de telefone, e eu estava num apartamento em Copacabana. Nesse mesmo lugar, dois meses antes, a polícia tinha cercado e prendido os chineses, porque tinha aqui uma comissão deles que veio para melhorar o comércio exterior com o Brasil. Era oficial, tinha vice-ministro nela! Botaram tudo em cana!

Todos esses militares, como o Morel Filho, que fez a carta Brand, passou três anos na ONU, ganhando em dólar, queriam ser promovidos. Esse, por exemplo, ia para a reserva e queria ser embaixador, mas não tinha vaga. O Mourão também queria a mesma coisa. Com o golpe, o Morel foi para a reserva, mas o Mourão conseguiu ser general de quatro estrelas pelo Congresso. Antes disso, fizeram uma manobra e o nomearam presidente da Petrobras. Ele aceitou. Os amigos chegaram nele e disseram:

– Mourão, estão te descartando!

Ele que tinha que ser o comandante do Exército. Apresentou-se o Costa e Silva, mas quem tinha tropa era o Mourão. Depois, recriminou pra burro a atitude que ele tomou. O maior arrependimento... porque foi para o Superior Tribunal Militar, foi um bom juiz.

Como presidente do Supremo, uma vez, quando estavam julgando um universitário, e o advogado de defesa, Evaristo de Moraes, fez uma exposição da situação do garoto e pediu absolvição, o Mourão disse:

– Quero interferir nesse julgamento. Realmente o rapaz não é subversivo. Nessa época, do crime que ele teria cometido, defendia o governo de acordo com a Constituição. O subversivo era eu, que estava contra o governo.

Ele era meio louco! Mas muito inteligente.

Mas saí desse prédio. O Davo me apanhou e me levou para a embaixada dele. Lá, eu fiquei com o Franklin de Oliveira, que também esteve escondido um dia comigo.

Eu nunca participei do Partido Comunista. Tinha bom relacionamento. Vivia na imprensa, não podia evitar os comunistas. Era o local que mais tinha comunistas, na época. O Globo, por exemplo, tinha dois terços de comunistas. Quando o General Juraci Magalhães, que era ministro da Justiça, decidiu que comunistas não iriam mais trabalhar em jornal, chegou ao Roberto Marinho e disse:

– O senhor tem tantos comunistas no seu jornal. Vai ter que demiti-los.
 – Mas como? O jornal é meu! Não é estado. Nele, demito quem eu quero e assim mesmo se tiver razão para isso.

– Ah! Mas o senhor tem lá uns comunistas...

– Os comunistas são os mais honestos e mais capazes. Escrevem, produzem... Mas a orientação política do jornal quem dá sou eu.

Ele teve uma atitude até máscula. O Franklin de Oliveira estava comigo na Embaixada, não tinha condições emocionais para viajar...

Ele foi lá e disse:

– Você tem sua liberdade garantida, não corre risco de prisão e tem lugar no *Globo*. De maneira que você sai daqui. Vamos embora comigo.

Nesse mesmo dia, ele arrumou a maletinha dele e saiu. Não sofreu nada. E seus direitos políticos já tinham sido suspensos. Estava ameaçado de prisão.

Na embaixada, tinha mais o Alcione Barreto, uns advogados, o resto era tudo estudante. No dia de viajar, o Franklin recebeu garantia do Roberto Marinho, foi para o *Globo*; o Alcione, viajou; o Newton fugiu, se mandou... Fomos para lá, eu, o Alcione e um economista da Petrobras chamado Luis. De lá, a gente se mandou. O Alcione passou uma temporada e veio para a Argentina; eu fui para o Uruguai, mas não dava, porque tinha muito brasileiro... Chegava em qualquer bar ou restaurante era portunhol para todo lado. E tinha os chatos, os pelegos! Depois, fui para a Argentina, trabalhei numa fábrica lá. Mais tarde, fui para a Venezuela e fiz jornalismo... Saía e, sempre que tinha chance, voltava para o Paraguai.

O pior foi o seguinte: eu tinha cento e tantas pastas com tudo o que tinha escrito assinado na imprensa. Tudo organizado, com data: “Plantão Militar”, “Ciranda Política”, reportagem geral... tinha tudo guardado. Logo depois do golpe, três dias depois, chegou aqui uma escolta do Exército chefiada por um capitão e foram logo na minha estante. Gostava de ler livros, mas a luz ali é fraquinha... Olharam, não acharam nada. Levaram minhas pastas. Nunca mais as recuperei...

Na segunda vez que vieram aqui, era um tenente jovem que chefiava. Meu filho estava estudando com mais três colegas dele, pois tinham prova no colégio. O tenente olhou livro por livro. Resolveu botar a mão por trás dos livros, encontrou um e tirou: capa vermelha. Meio no lusco-fusco, capa vermelha... Veio correndo aqui, na luz da sala. E viu: “A vida sexual dos ma-

cacos”. Jogou no chão! Os garotos deram uma gargalhada!... Ele deu a maior bronca nos meninos.

Mas as minhas pastas levaram e eu nunca mais recuperei... perdi uma história. Estou para ir na Biblioteca para ver... porque ou tira tudo ou nada. É que hoje não tenho mais nem idade para folhear aquilo, mas tem muita coisa que queria separar, selecionar. Um dia, alguém vai fazer isso. Hoje, a biblioteca está funcionando, dinamizada. Eles apresentam e você fica besta com a eficiência. Eu sou do tempo em que ia lá no arquivo, mexer. Levava até um negócio para botar no nariz.

O exílio é sofrimento. Para jornalista então!... sofrimento. Exílio é só para rico. Quem for para lá sem dinheiro vai sofrer. Principalmente jornalista, que não sabe fazer outra coisa. Não escreve a língua, e perde contato com os meios de comunicação do país, dos quais poderia ser correspondente. Qual é o jornal que iria contratar um jornalista exilado? Era a luta para sobreviver, fazer qualquer coisa! Fiz tradução de contratos, trabalhei em fábricas, na construção civil... e assim por diante.

Na volta, a mesma coisa. Proibido, cassado, não podia nem ir numa redação de jornal, pois qualquer amigo que visitasse podia comprometê-lo. Eu vendi livros, trabalhei com um amigo meu, trabalhei como relações-públicas de uma lavanderia, fui diretor comercial de um boliche eletrônico que tinha aqui... Esse foi o melhor emprego, porque ganhava, o ambiente era alegre. Lá sim eu recebia meus amigos! O pessoal não ficava com medo de ter contato comigo.

O cassado no Brasil era evitado tal qual o portador do mal de Hansen na época de Cristo... Ninguém nem conversa! Cansei de encontrar pessoas com as quais convivi anos que passavam por mim e fingiam não me conheciam... O risco do comprometimento, o medo... O cara tem medo de perder o emprego... é servidor público, tem medo de perder.

Tinha um delegado de polícia que ajudei pra caramba toda a vida. Não quero dizer o nome dele, porque já morreu e era uma grande figura. Um dia, ele encontrou-se comigo, numa cervejaria chamada Recreio, que tem aqui perto do Largo do Machado, e fingiu que não me conhecia. No dia seguinte, ele me telefonou:

– De Paula, desculpe. Eu não te reconheci lá porque ao meu lado tinha dois outros delegados do DOPS. Se fosse conversar com você, no dia seguinte eles davam informações contra...

Era a dedoduragem, a espionagem ostensiva! O cara entregava assim, com a maior facilidade, um amigo... Em parte, alguns até tinham razão de me temer. Iam se sacrificar e se prejudicar. Mesmo lá fora, no exílio, o exilado é discriminado. Chega num país de desempregados para tomar emprego de um sujeito. Eles têm que reagir... E mais: todo exilado era comunista.

– Saiu do Brasil? Ah! É comunista.

Já estava há sete anos exilado quando resolvi retornar. Fiz os meus contatos aqui, só que em jornal não pude trabalhar mais. Acabei trabalhando numa editora. Fazia copidesque e tradução de espanhol. Fui quando me aposentei em 74, para tentar melhorar.

O meu caso no Última Hora: no dia 14 de abril, um sobrinho do Samuel Wainer assumiu o comando do jornal. Minha filha foi lá receber minha quinzena logo no começo do mês – no dia 5 parece – e ele disse:

– Diz ao seu pai que o Samuel agora só paga a quem trabalha.

Cortou meu salário. No dia 14 de abril, ele rescindiu meu contrato de trabalho com mais de dez anos de serviço. Eu estava aqui na Embaixada. E tinha o Alcione, que era advogado criminalista, mas conhecia um pouco de legislação, de direito. Quando viajamos para o Paraguai, eu perguntei:

– Alcione, o que eu faço?

Ele me mandou uma proposta de rescisão de contrato, me pagando um tanto... me roubando, né? Eu e o Alcione fomos até uma biblioteca, conseguimos uma CLT e ele disse:

– Pode assinar tranquilamente. Mande sua família receber esse dinheiro, que ajuda, e quando você voltar, ganha tudo. Não pode ser demitido assim, tem mais de dez anos. Com mais de um ano, tem que ser homologado no sindicato ou na justiça na sua presença. Na justiça, eles homologaram à revelia...

Eu assinei. Houve a rescisão. Eles pagaram uma importância qualquer, minha filha foi lá receber. Quando voltei, procurei um advogado, Benedito Bonfim, professor de direito do trabalho. Um figuraço, está vivo, graças a Deus. Ele pegou e patrocinou a causa, levei toda a minha documentação, ele disse:

– Não precisa. Só a carteira de trabalho chega.

Foi indo. Eles queriam um acordo na junta, não aceitei. O Samuel estava na França. Eu respondi a quatro IPMs: dois foram arquivados e em dois fui

absolvido. Em todos eles não faziam perguntas sobre mim. Os milicos conheciam minhas atividades e tão bem quanto eu. Só faziam perguntas sobre o Samuel Wainer. E eu – bestalhão – o defendendo.

Depois dessa sacanagem do sobrinho dele, encontrei na Av. Rio Branco, defronte ao *Jornal do Brasil*, o Olan, aquele caricaturista famoso, que estava vindo da França:

– Olan!

– De Paula! O Samuel me pediu para ver como é que você está passando, tem preocupação contigo.

– Comigo? O sobrinho dele rescindiu até meu contrato de trabalho!

– Não diga!

– É... mais tem o seguinte: estou respondendo a quatro IPMs. Todos eles não fazem uma pergunta sobre mim, só sobre o Samuel. Vou começar a falar dele agora...

– Não... trouxe até o endereço e o pseudônimo dele. Escreva.

E me deu. Cheguei, sentei na máquina, botei toda a história, mandei a carta pelo correio. Quinze dias depois, meu problema estava todo resolvido. Eles foram lá e concordaram com tudo!

Mas aí tive uma grande decepção. O advogado disse:

– Está tudo terminado.

Não me cobrou um tostão!

– Você tem direito a um percentual...

– Que nada! Você tá aí, na miséria... Foi uma ação bonita, ganhamos bem, mas foi uma tristeza o que aconteceu nessa ação.

– O que houve?

– Durante o tempo em que você esteve na Embaixada, escreveu três ou quatro bilhetes para o Moacir Werneck de Castro.

– Escrevi. Meu amigo, era o chefe de redação.

– Ele entregou teus bilhetes para o advogado de defesa da empresa.

Era pedindo favores bobos, negócio de gaveta, sabem como é? Ele, da Juventude Comunista, militante de velha guarda, escritor famoso, marxista... Não sofreu nada na ditadura e hoje está aposentado como anistiado. Não sei o que ele alegou. Se eu fosse vingativo, entrava com uma petição no INSS e pedia revisão do processo dele. Não sofreu nada, e o desgraçado fez isso. Quando estava naquela fase da anistia aqui, escrevi uma carta para o *Globo* e contei tudo. O pessoal ficou na expectativa:

- Ele vai te responder porque é colaborador do *Jornal do Brasil*.
- Se ele responder, vou na Justiça tirar cópia daqueles recibos todos.

Nunca respondeu. Engoliu. Meu companheiro, amigo, eu já estava lá quando ele entrou. Trabalhamos acho que uns cinco anos juntos. Eu tinha por ele uma admiração fabulosa: primeiro, pelo profissional; segundo, pelo amigo... Ele era bom companheiro de copo, saía com a gente pra tomar uísque, com o Millôr, Sérgio Porto, Stanislaw Ponte Preta, Mauriton Limeira e o próprio Paulo Silveira. Ele era vivo ainda, leu a carta e me telefonou e disse:

- Eu não fiquei nada surpreso... o Moacir era homem disso mesmo...

Eu tive três IPMs no Exército e um no IAPETEC, onde trabalhava. Num IPM, o presidente da comissão era um marechal chamado Estevan Taurino de Resende. Como general, ele elaborou um projeto criando o Serviço Social do Exército. Um milico de direita. O projeto dele era super revolucionário!... O princípio era o seguinte: ao invés de convocar os jovens do interior, lavradores, para ir prestar serviço na cidade, de onde eles não voltavam, o Exército os convocaria para núcleos do serviço agropecuário lá no interior mesmo, nessas áreas, terras devolutas, que tem por todo canto. Só que o Exército teria que ter tratores, plantadeiras, colhedeiças, uma agricultura mecanizada. Esses rapazes seriam convocados para lidar com essas máquinas. Teria, digamos, de manhã, ordem unida, treinamento militar; e, de tarde, laboratório para estudar qualidade de semente, de terra, um pouquinho de agronomia. Além disso, aprenderiam a pilotar um trator, uma colhedeira... e mais ainda: podendo cobrar determinada importância para fazer o serviço para os sitiantes. Então, essas maquininhas iriam funcionar em benefício do agricultor que estava lá, mas com os soldados do Exército que as pilotariam. O Exército teria sua fazenda experimental, para ensinar os soldados.

Esse projeto foi apoiado pelo Lott e transformou em mensagem pelo Juscelino. Mas este não era disso, estava com os conservadores. O projeto passou em todas as comissões e eu dei o maior apoio a ele. Fazia entrevista com deputados... me entusiasmei pelo projeto. Era uma coisa diferente mesmo! Consegui levar esse projeto ao plenário. Ele também lutou muito: ia para a Câmara, ficava na sala do café, conversava com deputado... E arrumou bons adeptos, defensores do projeto. Tinha um médico, deputado

de Minas, chamado Guilhermino de Oliveira, que derrotou esse projeto no Plenário. Fez um trabalho tão bem-feito, na surdina... O projeto perdeu por sete, oito votos. Foi uma pena... E o Taurino ficou indignado!... Mas ele me era muito reconhecido. Então, o meu IPM que bateu nas mãos dele, chegou lá com o despacho pronto, um advogado, um oficial daqueles que fez. Ele olhou: “João Batista de Paula, mais conhecido como Batista de Paula, jornalista, subversivo...”.

Ele arrancou, passou aquela página, amassou, jogou fora e botou em cima: “Conheço muito bem esse moço. Trata-se de um profissional capaz, honesto, patriota. Arquite-se”.

Eu era acusado de subversivo, militante comunista... A grande acusação que eles faziam é que eu estava estimulando a indisciplina nas Forças Armadas. Era a principal. Pelos meus escritos estava estimulando a disciplina, a quebra da hierarquia. Porque botava nas notas primeiro um sargento, depois um general... defendia os sargentos, o pessoal da reserva, da FEB... e defendia o governo. Os dois governos; o do Juscelino e o do Jango! Para eles era a morte! Essa era a grande razão: defender o governo. Apresento aqui alguns artigos que escrevi no governo de Jango:

Justiça, apenas, Presidente!

Caro amigo Dr. Jango:

Tenho acompanhado de perto e com o entusiasmo de sempre a sua luta na Presidência da República para manter e fortalecer um regime adotado às pressas, sob a mira das metralhadoras golpistas, durante a crise de agosto. Sei que o amigo tudo tem feito para confirmar seu passado de homem sensível aos problemas sociais e jamais esquecerá as agruras de todos que vivem neste País de salários e vencimentos. Lembro-me, Dr. Jango, das dificuldades que juntos vencemos na última campanha eleitoral, percorrendo o imenso território brasileiro ao lado do austero e leal Marechal Lott, para que a nossa bandeira pudesse figurar no mastro da vitória. Sou capaz, mesmo, de repetir alguns dos seus famosos discursos, como aquele feito no teatro de Belém, que arrebatou uma multidão e outro na praça principal de Sant’ana do Livramento, ambos exaltando e defendendo com coragem soluções justas para os problemas sociais.

É, portanto, ao Presidente que conheci na praça pública, ao lado dos trabalhadores, que dirijo estas linhas e exponho alguns problemas que considero importantes. O primeiro deles, Presidente, diz respeito aos interinos do serviço público federal e autárquico. Muitos desses servidores, inclusive médicos, já

completaram dez anos de serviço. Vem agora o DASP, quando um projeto efetivando esses funcionários será voltado nos primeiros dias de fevereiro, e marca um concurso para médicos, dentistas e farmacêuticos do IAPC, para o dia 21 do corrente. A atitude do DASP não surpreendeu a ninguém. Surpresa causou a passividade com que o governo aceitou a decisão, depois de ter o ilustre amigo revelado seu ponto de vista em favor da solução do problema primeiro, para depois, então, realizar concursos públicos. Ademais, Presidente, prestigiando seu ponto de vista em favor dos interinos estão o Primeiro Ministro Tancredo Neves, que já nos declarou ser inócua a realização do concurso agora; o General Segadas Viana, Ministro da Guerra; o Ministro Alfredo do Nasser, da Justiça; o ministro Ângelo Nolasco, da Marinha; o Ministro Souto Mayor, da Saúde; o Ministro Ulisses Guimarães, da Indústria e do Comércio, além de outras altas figuras da República.

Apesar disso tudo, Presidente, o DASP está se vangloriando por ter vencido a parada, embora certo de ter desgastado o prestígio do Governo no seio de mais de 50 mil servidores interinos.

Sabe o estimado amigo que eu não nomeei ninguém. Nenhum interino entrou no serviço público a meu pedido. Portanto, estou à vontade para defender a permanência de todos os que foram nomeados e já prestaram serviços relevantes ao Estado. Acho, mesmo, que a nomeação de interinos deveria ser proibida por lei. Para evitar problemas que hoje todos nós, interinos ou não, estamos sentindo.

Peço ao ilustre Presidente, baseado ainda no seu espírito de justiça e na sua sensibilidade provada para os problemas sociais, que o concurso marcado para o IAPC seja adiado para fins de março, quando o projeto Arruda Câmara estará voltado e sancionado. Submeter a concurso profissionais que trabalham na função há mais de dez anos, como é o caso de milhares de servidores de todas as categorias, não é só absurdo, mas, como disse o amigo certa vez, ao tratar do assunto, “ato desumano e anticristão”.

Outro problema, meu caro Presidente, diz respeito aos militares. Ninguém pode admitir como coisa certa que um motorista do Legislativo ganhe mais do que um Capitão. E um chefe de portaria mais do que um Coronel comandante de corpo, oficial de Estado-Maior. Portanto, os militares não querem aumento simplesmente. Querem paridade com os servidores da Justiça e do Legislativo.

Outro assunto que não deve fugir do seu conhecimento. Trata-se da tal reclassificação dos servidores. Como o trabalho foi feito pelo DASP, os pequenos funcionários, os mais necessitados, foram postos à margem de quaisquer vantagens. Aliás, o amigo sabe que onde o DASP entra com sua mania herdada da ditadura, só os poderosos são beneficiados. Esse órgão foi sempre

dirigido por cavalheiros que têm alergia aos servidores públicos, especialmente os chamados barnabés. Portanto, a reclassificação precisa ser revista, evitando-se com isso que apenas uns poucos privilegiados sejam os beneficiados pela lei que é de todos.

Espero, Presidente, não ter sido inoportuno. Meu intuito é de colaborar com seu Governo, para cuja vitória lutei e cuja posse me custou inclusive cinco dias de prisão em um cubículo imundo, por ordem de Lacerda. Justiça, apenas Presidente.

Última Hora, 10 de janeiro de 1962.

PLANTÃO MILITAR

Batista de Paula

Conselhos ao meu filho

Você decidiu, meu filho, agora, nos seus 16 anos, que será oficial da nossa gloriosa Marinha de Guerra. O vistoso uniforme azul, a vida no mar, as longas viagens, uma mulher em cada porto, criaram na sua imaginação um quadro magnífico da carreira e influíram decisivamente na sua decisão. Sua escolha muito agrada a seu pai, que é um paisano com alma de soldado. Meu velho uniforme do Exército, comido pelas traças, que guardo com carinho, não despertou em você o desejo de ingressar nas forças de terra. Você preferiu mesmo a marinhagem para ouvir no portaló, em dia festivo, envergando impecável uniforme, os acordes do “Cisne Branco” executados pela Banda dos Fuzileiros Navais.

Mas você desconhece, meu filho, os sacrifícios da carreira. Na sua conversa com o jovem Tenente Justino, Ajudante de Ordens do Ministro Suzano, – conversa entre dois moços cheios de vida – você disse que desejava ser oficial da Armada e também usar um dia os alamares amarelos que tanto o impressionaram. E chegou a escolher o Almirante Goyano, para ser dele um dia o ajudante de ordens. Tudo isso é muito bonito, meu filho. E eu me orgulho de você. Nenhuma satisfação seria maior para mim que vê-lo com seu sonho concretizado.

Antes, porém, que você decida definitivamente sobre seu futuro, quero lembrar-lhe que a vida militar é muito mais dura e penosa que qualquer outra carreira. A farda vistosa esconde, como as flores, os espinhos contundentes da profissão. Saiba que o militar serve em qualquer lugar para que for designado. Pode ser no Rio de Janeiro ou em Ladário, nos confins de Mato Grosso. A família o segue sempre, sofrendo as mesmas agruras do chefe. Algumas vezes a ordem de transferência é dada de surpresa, obrigando o militar a cancelar a matrícula dos filhos na escola, condenando-os à perda do ano. Nem sempre existe

conforto nas bases e quartéis localizados nos diversos Estados deste País imenso. O normal é não existir. Levantar-se às 4 ou 5 horas da manhã para iniciar a faina e só deixar o trabalho à tardinha, quando não se é obrigado a permanecer no quartel do serviço ou prontidão, faz parte da rotina da vida militar.

E tem outro lado da vida, meu filho, que infelizmente ninguém pode desprezar: o lado material. Lembre-se que o militar em nosso País, de alguns anos para cá, percebe vencimentos irrisórios, que não comportam as suas obrigações. Você poderia amanhã ingressar no serviço público, sem concurso, sem nada, apenas com o apoio de um “pistolão”, no cargo de tesoureiro e perceberia mais de 150 mil cruzeiros mensais. Ninguém lhe pediria nem o certificado do curso primário. E 150 mil cruzeiros, meu filho, só percebem na Marinha os almirantes. Mas isso é vergonhoso. Para ser Almirante você levaria pelo menos 40 anos e assim mesmo dependendo de uma série de injunções próprias das carreiras que têm como base o mérito. Mas com toda dignidade. Até os porteiros dos Tribunais, da Câmara ou do Senado, ganham mais que os capitães-de-mar-e-guerra; os motoristas também. Portanto, meu filho, para ser um militar o cidadão tem de ser desprezado. Um dia, talvez, essa disparidade seja corrigida. Mas até lá muitos serão ainda os sacrifícios da carreira.

Ingresse, meu filho, na Marinha e siga seu destino. O dinheiro não é tudo na vida. Importante é atender a uma vocação.

Última Hora, 5 de fevereiro de 1963.

Plantão Militar Batista de Paula

Sacrifício do povo sem dólares para “marajás”

O Governo do Presidente João Goulart resolveu corrigir as falhas do nosso sistema econômico-financeiro, com medidas destinadas a conter os efeitos da inflação, adotadas pelo Ministro da Fazenda. No atendimento desse esquema, foi obrigado a pedir mais sacrifícios ao povo e especialmente aos funcionários civis e militares, que não terão um aumento de vencimentos capaz de enfrentar o aumento do custo de vida nesses dois últimos anos.

É natural que a proposta do Governo à Câmara, na base de um reajustamento de 40%, não causa satisfação aos servidores civis e militares. Pelo contrário, descontentou a maioria, que está enfrentando problemas sérios, graças aos escassos vencimentos que percebe. Mas deu uma esperança de melhores dias, a todos, com as reformas preconizadas e com o Plano Trienal em execução, cujos efeitos deverão ser sentidos dentro em breve.

Todas essas medidas, porém, não chegarão para conter a insatisfação dos servidores civis e militares, especialmente os de níveis mais baixos, se continuar o Governo permitindo que nossos escassos dólares, arranjados a duras penas com a exportação de matérias-primas a preços espoliativos, sejam destinados ao pagamento do turismo feito pelos funcionários “marajás” na Delegacia do Tesouro, em Nova Iorque, nos Escritórios Comerciais e nas agências do Lloyd e do IBC, num achincalhe aos seus companheiros que aqui vivem com poucos cruzeiros, colaborando no governo com o programa de contenção das despesas públicas.

As providências tomadas até agora, para acabar com a orgia de gastos de dólares no exterior, com funcionários apadrinhados, foram bem recebidas pela opinião pública mas não satisfazem completamente. O povo, que paga os “marajás” com seu suor exige providências mais drásticas e mais objetivas, mesmo porque o País, tão necessitado de divisas para promover a sua industrialização, não pode se dar ao luxo de manter no exterior uma legião de “afilhados” de políticos poderosos, enquanto paga mal os barnabés e os militares de graduações e postos mais baixos da hierarquia.

Para tornar mais séria sua posição no plano de contenção de despesas e credenciar-se junto ao povo no pedido de mais sacrifícios, precisa o Governo mandar retornar imediatamente as centenas de “marajás” que oneram o Tesouro sem nenhuma compensação para os interesses nacionais.

Do contrário, ninguém acreditará nas medidas propostas pelo Ministro San Tiago Dantas, destinadas a corrigir as falhas do nosso arcaico sistema econômico-financeiro, que inclui um aumento de vencimentos a civis e militares que não corresponde ao índice de aumento do custo da vida.

Que os “marajás” retornem agora, já, como exemplo do Governo para um maior fortalecimento de sua posição em relação aos servidores civis e militares, que ganham escassos cruzeiros e que realizam mais que seus colegas privilegiados que estão lotados no exterior, na maioria sem fazer nada”.

Última Hora, 2 de abril de 1963.

Dois processos foram arquivados e em outros dois fui absolvido. Chegava à Auditoria, mas o promotor recorria. Foi morrer lá no Superior. Queria tirar xerox desses processos, mas preciso ir a Brasília para fazer isso...

Mas aí deu um problema com o presidente do sindicato. Isso é tão chocante, porque, com a decisão da justiça, eu passaria a ganhar cerca de sete mil reais. Atualmente ganho mil e duzentos reais de aposentadoria. Por culpa do

presidente do sindicato. Está aí até hoje o meu processo, que deu uma revolta... porque ele levou seis meses para fornecer as informações, e, quando deu, foram incompletas! Eu tive vontade de matar esse sujeito... Fiquei tão indignado! É uma surpresa porque nunca vou admitir que o presidente do meu sindicato tomou uma posição contra um direito meu! Direito reconhecido pela Previdência Social, que dificilmente reconhece. Esse não tem espírito de classe, é um fotógrafo *freelancer*, sem nenhum vínculo com jornal. O sindicato está entregue a um bicho desses, um cara de cultura primária, imbecil, e deve ser um super recalçado...

Podia estar melhor se não fosse esse presidente do sindicato, o Jacó, que me tirou um direito que eu tinha, de receber como ex-combatente, reconhecido pela Previdência. Nunca vi isso em sindicalismo... Ele alegou que não sou ex-combatente porque nunca estive na Itália, “apenas” viajei em comboio em navios de guerra pela costa brasileira. Por acaso ele sabe o que significava isso? Quantos morreram assim? E todos que fizeram isso têm esse direito, que foi conquistado.

Depois que enviei uma carta circular a 33 presidentes de sindicato, 30 receberam e nunca sequer acusaram... é uma tristeza. Chego à conclusão que o Fernando Henrique está certo: vai pulverizar os sindicatos. Jornalistas? Vão criar um dois ou três: sindicatos dos redatores e repórteres; excluirão os fotógrafos e cinegrafistas, que vão criar o deles... Outra coisa que ele vai fazer muito bem: tirar o imposto sindical para enfraquecê-los... Mas, mais fraco do que está, é impossível. O que não é justo é que um sujeito que não é sindicalizado, trabalhador rural numa fazenda em Deus me Livre, tenha um dia de trabalho tirado para dar ao sindicato.

Por exemplo, um sujeito como esse Jacó, *freelancer*, presidente do sindicato e da associação dos fotógrafos: não tem tempo pra trabalhar. Vive de quê? No orçamento passado, queria ampliar um auditório, um salão de reuniões. Botou acho que 540 mil reais... Escrevi uma carta para a comissão de ética para ir lá ver quanto custaram as duas salas do sindicato em tal ano, quando eu era da diretoria nessa época. Foi um jornalista, José Machado, que comprou. Não tínhamos sede e nos reuníamos por empréstimo na ABI. As duas custaram menos do que isso. Peguei o orçamento do auditório do Hospital Miguel Couto, feito pela distribuidora da Petrobras, a BR, e gastaram parece que 27, 28 mil. Trocaram todas as poltronas. Um auditório

que era o dobro do sindicato. Assim ele não precisa trabalhar, ser fotógrafo! Acho que ele tinha que ser remunerado, mas surge o negócio do pelego.

Quando conseguimos o salário mínimo para o jornalista, o nosso presidente era o Luís Guimarães, diretor da sucursal da *Folha de São Paulo*. No dia que saiu a lei, fomos ao Getúlio para agradecê-lo. Ele fez um discurso, que nunca me esqueci, dizendo que tinha que haver um salário mínimo porque o jornalista era uma categoria muito explorada, porque nenhum dono de tecelagem pagava seus operários com vale. E os nossos pagavam assim. Recebi muitos, meu Deus do céu! Quando o jornal entrava em crise, o primeiro que deixavam de pagar era o assalariado, porque o papel não podem deixar! O gráfico também não, porque ele para. O pessoal de redação não para. Sofri uma decepção... uma decepção... mas não é nada não. Um dia, disse a ele:

– Meu filho, com sua formação e seu recalque você não vai chegar à minha idade. Não vai mesmo. Porque você vai se mortificando. Vai morrer cedo. Vai ter um fim triste, porque é péssimo profissional. Se fosse bom, estava no *Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha*, *Estado*. É *freelancer*. Aos 50 vai estar na miséria.

– O senhor guarda ódio.

– Guardo sim, porque tenho muito amor e sei guardar ódio.

Fez um negócio desses gratuitamente, não me conhecia... é muito jovem, não tem 40 anos. Não se informou nada, não sabe nada. Mas é aquela coisa: um cara está ganhando 1.500, vai passar a ganhar seis, sete mil. É um absurdo pra ele, porque não vai ganhar nunca! Foi o que disse a ele:

– Você tirou de mim, mas nunca vai ganhar 1.500 reais! Da mesma maneira que seu pai está ganhando 300 reais. E foi um bom fotógrafo e um homem limpo. Seu pai não transmitiu o gene na honestidade pra você...

Vou para a justiça, porque pode não ser para mim, mas a pensão fica para minha mulher e meus filhos.

Foi assim que acabei...

Eu, num autojulgamento, acho que fui um esforçado. Fui bem-intencionado para com o país, para com o meu povo... O que tinha de força eu dei. Enfrentei muita luta, muito obstáculo. Mas sempre fui um sujeito bem-humorado, nunca fui raivoso. Sempre lutei pensando: “Bem, quando nasci não recebi um país bom. Mas vou ajudar, lutar, fazer alguma coisa, para que meu filho tenha um. Um país pelo menos justo”.

Mas hoje faço um retrospecto, vejo o meu presente, e chego à conclusão que fracassei, em relação à construção de um país bom não só para os meus filhos, mas também para os meus netos. Tenho três netos, de 20, 18 e 16 anos. Qual é a expectativa desses meninos que estão na faculdade, que vão sair dela daqui a pouco? O que eles podem esperar do país? Fazer medicina, como meu filho e minha nora que são médicos? Meu neto ia fazer medicina. Um dia, viu o contracheque da mãe, com 20 anos de serviço, com seiscentos e poucos reais, e disse:

– Jamais posso fazer medicina!...

Então, é essa perspectiva que eles não têm que eu gostaria que eles tivessem. Algo que não pude ter, mas era diferente! Fui adolescente numa época em que o Brasil estava engatinhando. Era a transformação do Brasil rural para o industrial. Mas eles não! Nasceram num Brasil industrializado e não há perspectiva para eles... Se meu filho e minha nora são médicos e lutam com dificuldade!... Ele é cirurgião plástico. Quem tem condições de fazer isso hoje? Só para as ricas e elas são poucas. Ele é vice-diretor e diretor médico do Miguel Couto. Deve ganhar uns dois mil, trabalha de sábado, domingo, à noite... Ele faz por xodó... faz o que gosta, mas não é remunerado para o trabalho dele.

Chego à conclusão que minha luta não valeu nada! Quase nada... Infelizmente é a pura realidade. Não só a minha luta, mas a de outros companheiros meus, que sofreram. Mário Alves, por exemplo, sumiu...

Mas, vamos acreditar nessa juventude... Numa mudança no mundo... Até agora nada. Porque os Estados Unidos são a única potência, têm hegemonia econômica, bélica... ainda se engasga com Cuba, uma ilhota no Caribe. Tem o outro lado, a China. Destruíram a União Soviética, mas a China está lá. Não sei, em matéria de economia...

Em 1929, os Estados Unidos também eram uma nação potente e tiveram a crise que abalou o mundo, eles sofreram mais diretamente. E a recuperação foi demorada. Pelo menos levou dois mandatos de Roosevelt para isso. Aí entraram numa guerra e ficaram ricos. Puseram indústrias para fornecer armamentos para o mundo inteiro. E até hoje estão assim. Nos países árabes, que têm dólar, os conflitos religiosos não permitem sequer que eles se unam para enfrentar a pressão de Israel...

Então, acho que as perspectivas são péssimas! Vai levar alguns anos... Isso aqui é uma potência econômica. Um dia... talvez nós tenhamos homens

até mais patriotas, para cuidar disso, que façam a divisão da riqueza, da renda, com um pouco mais de justiça. O executivo não pode ganhar dez, quinze, vinte mil enquanto o operário ganha 120 reais. É duro...

Acredito que isso não será para mim nem para meus filhos... mas talvez seja para os meus netos ou bisnetos. Está mais para esses últimos! Agora, valeu. Não me arrependo de nenhuma das coisas. Acho que tudo que fiz valeu. E tenho certeza que fiz muito bem para muita gente. Lutas incríveis que não tinha nenhuma esperança de ganhar, ganhei. Fui até bafejado pela sorte... sempre tive muita disposição, nunca temi nada. Nada. E, por isso, quebrei a cara muitas vezes... Se tivesse mais cuidado, não teria nada disso. Mas estou feliz. Meus filhos estão criados, meus netos estudando. Tenho um teto. Podia estar melhor...

Deodoro Bugarin

Deodoro Bugarin concedeu um depoimento com quase cinco horas de duração, com características semelhantes às de Hector Araújo, pois trata-se da experiência pessoal de um militar de esquerda de baixa patente nos episódios precedentes e posteriores ao golpe de 64, que foi severamente punido pela direita militar.


Outra característica singular de sua história de vida esteve na narrativa em torno da formação de militares brasileiros pelas missões militares norte-americanas no Panamá e nos EUA, do qual foi participante. Seu tom narrativo foi trágico e épico, e o choro não esteve ausente no contar dos fatos relacionados ao golpe e à ditadura militar. Dono de rica documentação pessoal que inclui escritos, poesias e fotografias, de que pudemos tomar conhecimento por ocasião do primeiro encontro, cedeu um manuscrito mimeografado que pretendia publicar um dia, intitulado *Um retalho para 1964*, onde relata os acontecimentos referentes ao golpe militar na Base Aérea de Santa Cruz, na qual servia e era comandado pelo Brig. Rui Moreira Lima. No manuscrito do entrevistado, estava a tradução do sentido tradução do sentido deste trabalho e do compartilhamento das experiências vividas, em suas palavras: “A história de um povo só é real se contada somando-se os depoimentos daqueles que viveram o fato, por menor que tenha sido sua participação. A história de um povo, amigo, é como a colcha dos humildes, feita de retalhos”.

O cotidiano da experiência em uma missão militar brasileira nos Estados Unidos talvez nunca tenha sido descrito com tantas cores como no caso de Deodoro Bugarin. O preconceito em relação aos brasileiros, especialmente aos negros, e a depreciação do espírito servil dos superiores diante da arrogância norte-americana são os pontos que mais reforçaram a consciência nacionalista deste colaborador, bem como um sentimento de sensibilidade diante das injustiças.

Como na história de Glauco Prado Lima, a importância da figura de Carlos Lacerda se faz presente. É interessante notar como a própria contradição entre o seu lado lacerdista e o legalista se resolve na volta da estada no exterior. Afinal, passou a ser apelidado de “o comunista” ao invés de “o lanterneiro”, contradição na questão das que reaparecem no artigo escrito contra os ministros militares do governo de Fernando Henrique Cardoso sobre as privatizações, quando Rui Barbosa é citado através de um discurso gravado por ninguém menos que o próprio Lacerda.

Não podemos deixar de assinalar também como a ucrônia novamente está presente nessa história de vida: “A vida que poderia ter sido e que não foi” esteve nitidamente reivindicada na possibilidade de resistência ao golpe de 64, contada, escrita e desenhada por Bugarin, seus amigos e seus familiares. Os episódios narrados em traços singelos, mas significativos, revelam uma necessidade de se apropriar da história e deixá-la registrada a seu modo, para que os filhos não se envergonhem dele. Assim como ganham necessidade de esclarecimento os relatórios e recados enviados ao comandante da base aérea, o então Cel. Rui Moreira Lima, mesmo 33 anos depois. Foi muito tempo que Bugarin passou atormentado com esses fantasmas. Mostra do peso dos acontecimentos políticos nacionais relacionados ao golpe militar na vida cotidiana da gente comum e não somente dos grandes líderes.

Deodoro Bugarin faleceu em 19 de março de 2005.



*Apenas quero que meus filhos não se envergonhem de mim.
Só isso.*

Eu me chamo Deodoro da Rocha Bugarin e nasci em 24 de novembro de 1924, em Botucatu, São Paulo. Ficamos lá até o fim da Revolução de 32.

Na Revolução de 32, meu pai era chefe de polícia. Minha mãe tinha morrido um pouco antes, de câncer. Nessa época, meu pai tinha o Instituto Comercial de Botucatu, cujo forte eram os alunos internos, porque naquele tempo o irmão mais velho da família ajudava o pai a criar os irmãos, e depois, já adulto, se internava para estudar. Então, tínhamos, por exemplo, um aluno com 32 anos de idade, assim por alto...

Ele formava o cidadão até o que seria hoje o segundo grau, em termos de matéria. Mas a Revolução requisitou tudo o que podia do Instituto. Tinha uma sala de datilografia, levaram todas as máquinas... E a maioria daqueles alunos, principalmente os internos, se alistaram naqueles batalhões e o Instituto ficou vazio. Não tinha de fato como funcionar. Era como se fosse uma escola particular. Apenas devia obrigação – talvez o termo fosse outro – ao Instituto Comercial do Rio de Janeiro, porque tinha um vínculo com ele, cujo diretor era o Dr. Blais. Nos diplomas do Instituto do meu pai sempre tinha que ter a fotografia dele. O meu pai era o diretor em Botucatu, praticamente o dono.

Nós tínhamos uma biblioteca muito boa lá. Até hoje lamento que meu pai a tenha vendido... o *Tesouro da Juventude* entrou na negociata. Quem comprou a biblioteca, na época, eu conhecia como padre Bicudo, que veio a ser o Bispo de Maura, fundador da Igreja Católica Apostólica Brasileira e que, se não me engano, começou lá no Rio.

Quando a Revolução terminou, meu pai resolveu vir para o Rio porque não tinha mais condições do Instituto Comercial continuar lá.

Nós fomos embora para o Rio com aquela que viria a ser minha segunda mãe, que gerenciava tudo no Instituto, desde a casa até a alimentação dos alunos. Tínhamos perdido nossa mãe, éramos quatro: o mais velho, eu, o Epitácio e a única irmã, a Maria. Nós éramos muito pequenos e essa senhora já estava acostumada conosco, ela foi para o Rio também e, afinal, terminou de criar a segunda geração de irmãos com o meu pai. Nasceram mais três do segundo casamento, ficamos em sete. Há dois anos morreu minha irmã da primeira fornada. Tem uma irmã da segunda, a Maria Emília, que ainda está no Rio.

Chegando lá e, não sei por que, meu pai não foi tratar de ensino. Tem coisas que a gente não descobre na época e depois fica difícil saber. De repente, ele estava com uma oficina de mármore na Rua de São Pedro, que hoje não existe mais porque foi demolida para a construção da Presidente Vargas. Demoliram duas ruas: uma foi essa e outra de trás, que me esqueço o nome.

De lá, fomos parar em Madureira porque tinha noventa dias para sair, senão eles começavam a demolir com a gente lá dentro. E eu trabalhava na oficina, sempre gostei, me adaptei muito ao mármore, até hoje faço... Enquanto tinha a vista boa, ainda fazia alguma coisa.

Eu, dos irmãos, fui o único que me adaptei à profissão de marmorista. De repente, estava chefiando aquela oficina, ainda menino, com 14, 15 anos. Tinha 16 operários dentro dela. Quando nos mudamos para Madureira, fui lá conhecer a oficina, mas não cheguei a trabalhar porque era a época de guerra e eu já estava passando a insubmisso. Meu pai não teve aquele cuidado, que os pais normalmente têm, de ver quando estava na época de se alistar. Nada.

Um dia, meu pai me chamou e quis passar a oficina para mim. Eu disse:

– Não, agora é tarde... porque estou passando a insubmisso, estamos em guerra e já me inscrevi para o concurso da Escola de Especialistas da Aeronáutica.

E passei. Já tinha o irmão mais velho lá, posteriormente o irmão mais novo também. Então, ficamos os três na FAB. Terminei o curso lá...

Escolhi a aviação porque foi uma necessidade. Estava insubmisso. Morava na Ilha do Governador, a Escola de Especialistas era lá e meu irmão mais velho já tinha ido. Um vai puxando o outro... Gostei. Acho que uma outra arma qualquer eu não teria tido a satisfação, as oportunidades que tive de tentar ajudar esse país. Essa é a verdade.

O ambiente, para mim, era diferente, mas era como se fosse escolar. Eu gostei da vida militar, não posso dizer que não. A Escola foi tranquila, as emoções maiores vieram mais tarde...

Eram quatro períodos de quatro meses, totalizando 16 meses, quer dizer, nem um ano e meio, mas sim um ano e quatro meses. Entrei no primeiro de maio de 44 e saí em outubro de 45. Fui para Porto Alegre. Lá embarquei quatro horas depois de Getúlio Vargas, que decolou do Santos Dumont para o exílio em São Borja. Passei pouco tempo em Porto Alegre. Chegamos lá no finalzinho de outubro, no mesmo dia que o Getúlio foi para lá, já deposto. O grupo era novo de criação, mas velho de avião. Nós recebemos todas as sobras da guerra. Foi a troca que Getúlio Vargas fez. O patrão norte-americano – já eram patrões na época – mandou chamá-lo. Getúlio nunca saiu do Brasil:

– Se quiser conversar comigo, venha ao Brasil.

Se encontraram em Natal. Então, os americanos precisavam da Base Aérea de Natal porque dela eles tinham como fazer um voo direto até Dakar, parece que eram dez horas de voo na época. Não tinha condição, o único

lugar onde eles podiam conseguir era no Brasil. Eles não pediam, se impunham, porque senão ficavam sem alternativa para chegar em Dakar, por causa de abastecimento. Foi quando Getulio negociou, conseguiu a Siderúrgica Nacional e a aviação. Então, nessa época, vieram para o Brasil os A-20, que era um bombardeiro leve. Tínhamos dois esquadrões, um em Porto Alegre e outro em Cumbica, de onde servia como capitão o Brigadeiro Fortunato.

Quando chegou em fevereiro, eles resolveram juntar os dois grupos no mesmo lugar. Transferiram para Cumbica avião, tripulação, todo mundo. Foi aí que vim conhecer o Fortunato, que era capitão na época.

Bom, o Getulio fez esse negócio e nós passamos a ter aviação. Sobras de guerra, mas a gente voava. É o que digo sempre para os mais novos: eu fui, como o pessoal da época, da aviação romântica, porque esses aviões eram feitos em série para sair para uma missão. Não estavam contando com a volta... e nesses aviões era onde voávamos... Mas o brasileiro, como se adapta bem a tudo – e em todas as competições que a gente possa ter, em qualquer ramo de atividade –, supera os demais. O americano teve provas disso em 60, quando estivemos lá. Chamo de aviação romântica, porque aquilo era um avião que a gente decolava e nem pensava se havia possibilidade de regresso ou não.

Em 1947, eu servia aqui em Cumbica, chegamos de manhã para o expediente e tinha uma ordem do governo federal para todo o grupo se deslocar para Recife. Essa é a diferença. Nós somos funcionários públicos assim como os civis, mas tem uma diferença de trabalho:

– Vamos para Recife.

Pronto. Com a roupa do corpo! Não dá nem para ir em casa buscar outra.

– Temos que estar lá hoje de qualquer maneira.

Era ordem do governo do estado de Pernambuco – não me lembro quem era na época –, não queria passar o comando. Então, o governo federal estava deslocando a aviação para dar um susto no cidadão. Voltamos 15 dias depois! Minha esposa soube que viajei porque achei alguém que não ia e disse:

– Passa lá em casa e avisa que eu fui para Recife.

De fato, ficamos lá porque o avião teve que trocar cilindro, essa coisa toda...

Na época, eu era meio desligado da parte política. Sempre gostei muito, mas me identificava mais com esporte: basquete, futebol... principalmente

basquete. E, no meu tempo, com a minha altura, ainda dava para jogar. Hoje não dá nem para limpar a quadra. A altura mínima hoje é 1,90 m e eu tinha 1,65 m.

Tinha sido fundada a Casa do Sargento do Brasil. A minha parte em política era que, na época de eleição, eu ia lá. Era a minha participação. Porque interessava eleger uma certa diretoria, eram os nossos mais politizados... na época do *O Petróleo é Nosso*. Vou me encontrar amanhã com um rapaz que era sargento nesse período, preso e depois expulso porque era dessa campanha junto com o Brigadeiro Fortunato, que também foi preso e depois, em 64, foi expulso, demitido por expulsão... Eu participei tomando parte das eleições das nossas entidades. Mas ativamente não. Esse sargento, com quem vou me encontrar, nem a anistia o atingiu. Hoje ele é major, porque só consegui há um ano ou dois, tem uma lanchonete ali perto da Praça Marechal Deodoro. Tem muita coisa para contar...

Aqui em Cumbica fiquei até 1954. Esses aviões não tinham sido construídos para durar. Então, eu era de armamento, em consequência, era bombardeador e artilheiro. Esse avião fazia bombardeio a média altura, tinha torre giratória com metralhadora para defender o avião do caça... Nós tínhamos um treinamento de tiro que era o que sacrificava muito o avião. Ia, por exemplo, a mil pés de altura, fazia um piquete violento para fazer o tiro, que era praticamente rasante, e depois tinha a recuperação dele, indo novamente a mil pés. Aquilo ia desgastando a parte da fuselagem, que tem um nome técnico que me esqueço... Então, o avião começou a soltar os rebites. Ele é todo rebitado, porque a emenda não existe, e deixou de interessar como avião de guerra. Virou avião de levantamento aerofotogramétrico. Então, o nariz do avião, que era meu, tive que ceder para o fotógrafo. O pessoal de armamento ficou sobrando. Eu já tinha oito anos de Cumbica e tinha o direito, depois de dois anos, de requerer minha transferência e escolher até a unidade, se fosse o caso...

Fiz o requerimento pedindo minha transferência para qualquer unidade do Rio de Janeiro. E aí me mandaram para Santa Cruz. Era uma base que todo mundo tinha medo de servir e eu nunca entendi isso. Cumbica, Santa Cruz, Belém... ninguém queria, até hoje não sei por quê. As duas melhores unidades que servi: Cumbica e Santa Cruz. Lá tive vários comandantes, porque a cada crise eles eram mudados. Era a época das crises... A última crise séria que tivemos... As crises políticas não eram fáceis não...

Quando fui para o Rio, comecei a frequentar o Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica, que já era sócio. Lá fui, inclusive, segundo-secretário. O primeiro-secretário era da minha turma, tinha uma vaga e ele me pediu para ficar e fiquei. Nosso Clube não defendia nada. A preocupação dele nessas crises era nos expulsarem. Foi o que aconteceu comigo em 64 e não aconteceu com o pessoal do *Petróleo é Nosso*, porque para expulsar tinha que convocar uma assembleia. O pessoal ia cansando, se retirando, os do *O Petróleo é Nosso* ocupando a tribuna, tomando o tempo... de repente, eram maioria. Eu, por exemplo, numa plenária votava com eles. Então, não foram expulsos. Mais tarde terminei sendo.

O Estado-Maior sempre se preocupou com o nosso Clube porque era o único clube militar que tinha sede própria em vários estados do Brasil. Então, sempre procurava influenciar as diretorias. Elas, quando eleitas, de vez em quando tinham que se apresentar no Ministério da Aeronáutica. Eu nunca fui. Nunca concordei com isso. Não concordava com interferência. O Clube era nosso, nós é que tínhamos que dirigir. Na época, não houve problema porque o Clube Militar funcionava, inclusive politicamente. O Clube Militar era muito bom! Há um movimento do pessoal que era de briga para voltar a ser como antigamente. O Coronel Kardec Lemme é um deles. Devem ter feito uma reunião a semana passada para prepararem uma nova chapa para o Clube.

Na Campanha *O Petróleo é Nosso*, muitos amigos meus “dançaram”. O Espíndola conseguiu agora a promoção a coronel. Também a anistia não o atingiu. Não entendi por que essa anistia, que era ampla e não sei o quê, esqueceu todo esse pessoal do *O Petróleo é Nosso*. Eles foram promovidos judicialmente. Esse amigo, por exemplo, foi preso e na prisão encontrou – se não me engano – um cidadão que era francês e o ensinou a fazer peruca. Depois, ganhou dinheiro fazendo peruca... Esse que disse que foi expulso em 53 e com quem vou me encontrar, Moacir Rodrigues dos Santos. Conhece todo mundo! Ele montou um negócio na Av. São João. Mas hoje está com essa lanchonete e mora nos fundos.

Nos anos 50, no Clube, comecei a me politizar. Sempre gostei de política. Por exemplo, fui criado por meu pai para ser antigetulista. Mas cansei tanto dele me jogar contra Getúlio Vargas que fui estudá-lo. Quando começaram, as leis sociais de Getúlio Vargas – que esse Fernandinho está destruindo – eram, na época, as mais avançadas do mundo. Meu pai dizia:

– Não... isso aí ele está fazendo para jogar o patrão contra o empregado.

Não era nada disso! O empregado não tinha direito nenhum. Trabalhava até morrer e acabou. Morreu, acabou. Não tinha pensão, nada... E Getúlio... Por isso o golpe não saiu no suicídio dele. Porque quando ele se suicidou era para ter acontecido o que veio a acontecer em 64. Mas, quando viram aquele povo na rua, eles ficaram com medo. Eu estava no Rio, dentro do quartel, preso. Preso, que digo, é sem poder sair. É a diferença entre o funcionário militar e o civil. Sem hora extra, sem coisa nenhuma.

O Getúlio suicidou e nós ficamos de prontidão. Nessa noite – engraçado – eu tinha dois amigos na seção foto. Um deles vai aparecer mais tarde, em 64. Um era o Paulo Antonio Alves, que a gente chamava de Paulo Cavalo, porque era de uma grossura espantosa! Falava com ele, que não gostou, dava uma patada! Tanto que, num dos aniversários, ganhou uma ferradura! Foi o apelido mais bem colocado que já vi. Até faço uma homenagem póstuma a ele nuns escritos que fiz nas bodas de ouro com a Terezinha, minha esposa... A minha ideia era fazer uma festa, mas não deu. Ia custar dinheiro, que era curto, então fiz uma homenagem escrita. Ela sofreu muito comigo, lutamos muito juntos, e, nas bodas de ouro, fiz a homenagem... A minha esposa era a garota mais bonita da Ilha do Governador! Eu a conheci na Ilha... No dia 13 de agosto de 44, numa praça na Ribeira. Ficava numa escada sentado na praia da Bandeira a esperando, para namorar...

Nessa noite do suicídio do Getúlio, o Paulo Cavalo levou uma caixa de cerveja para a seção foto e nós passamos a noite tomando. Conosco estava o Tenente Bandeira, preso por causa daquele crime com uma moça no Rio. Terminou sendo condenado, foi reintegrado, mas não passou de capitão. Era um cara bonitão na época, e o que ia de mulher visitá-lo em Santa Cruz não estava no gíbi. Ele matou um homem. Matou ou assumiu a culpa. Um crime passional, um rolo danado... Esses casos que não se sabe como aconteceu, como começou ou terminou. Mas ele fez parte dessa noite, em que conversamos, falamos de Getúlio, tomamos uma caixa de cerveja.

Depois do Getúlio, assumiu Linhares, que era presidente do Supremo Tribunal Federal. Em pouco tempo ficou milionário, ajudou a família toda... Foi em 54. Cheguei em março, transferido para Santa Cruz, e ele se suicidou em agosto. Encontrei lá o Luis Martins Agra, que tinha servido comigo em Cumbica, era fotógrafo aéreo. Em 64 ele era uma das nossas garantias junto à tropa.

Antes disso, teve o 11 de novembro de 55. Passei por alto... Eles queriam impedir a posse do Juscelino, conforme tinha dito. E, na época, um coronel do Exército, se não me engano o Mamede, fez um discurso no túmulo do Major Vaz, que tinha morrido no atentado ao Carlos Lacerda, que deu origem a toda aquela história do suicídio do Getúlio. Ele fez um discurso que não poderia ter feito, por ser militar. A disciplina não permitia. Engraçado que os mais indisciplinados nas Forças Armadas foram os oficiais. Hoje, alguns querem atribuir a derrocada de 64 aos sargentos, à tropa. Mas não foi bem assim... Eles sempre foram indisciplinados.

O Lott era ministro da Guerra e queria prender o Mamede. Mas ele estava numa função que o ministro não alcançava. Ele queria que o Mamede fosse transferido dessa função para prendê-lo. Aí começou a crise. Como não foi atendido, o que fez? Pediu demissão e foi para casa. Tem um rapaz que frequenta a ADNAM, o José Maria dos Santos. O Zezinho é muito inteligente. Não é muito de falar, mas quando age é com uma inteligência! Parece que está jogando xadrez. Ele foi muito perseguido porque os ministros eram obrigados a chamar o João Goulart de Excelência, Sr. Presidente, e ele chamava de Jango. Havia uma intimidade entre eles, não sei por que até hoje, mas havia. Então, quando o Lott saiu do Ministério da Guerra estava tudo perdido. Era hora deles engolirem todo mundo, inclusive não dar posse a Juscelino... Foi uma comissão à casa do Lott, de madrugada. Essa comissão era de sargentos e o José Maria era o chefe. Para não parecer que os sargentos estariam praticando uma indisciplina, passaram e pegaram o então Brigadeiro Alves Secco e levaram junto. Ele terminou sendo ministro de Juscelino por causa disso.

O Lott não entendia muito de política, ele se deixou envolver, essa é a verdade. E foram na casa dele para mostrar que o que ele estava fazendo era o que os caras queriam! Ele tinha que reassumir o ministério, senão ia tudo para o bebeléu. Ele voltou, reassumiu, garantiu a posse do Juscelino e por isso continuou como ministro. Ministro da Guerra, hoje ministro do Exército.

Nessa crise de 11 de novembro de 55, eu era encarregado do material bélico de Santa Cruz. Era o mais antigo do material bélico, primeiro-sargento, e era encarregado. O chefe era um primeiro-tenente que já faleceu, José Alves Vieira, muito amigo do Brigadeiro Rui. A base era comandada pelo Coronel Ari Presser Belo, que conheci como major em Porto Alegre,

quando fui para lá em 45. Ele estava a favor dos que queriam dar o golpe no Juscelino e achou que a base iria cumprir tudo o que ele queria. É aquela história que falei: tem a tropa na mão ou não comanda nada. O que aconteceu? O Exército já estava se preparando para invadir Santa Cruz. Por exemplo, se decolasse com um avião, gastasse gasolina, quando voltasse não poderia nem pousar, porque talvez os tanques do Exército já estivessem na pista. Conclusão: era só cortar o suprimento de combustível, acabou a aviação.

O então Coronel Rui Moreira Lima estava junto com o Exército lá em Santa Cruz no batalhão da Vila. Dizem que ele entrou na base num tanque do Exército. Eu não vi. Santa Cruz foi invadida. Na época, eu era chamado de “lanterneiro”, porque sempre fui fã da oratória do Lacerda. Ele tinha o tal Clube da Lanterna. Era um orador terrível, destruiu todos os líderes que o Juscelino botou na Câmara para discutir com ele, não tinha como! Era uma inteligência terrível, um tremendo orador! Dizem, tenho um amigo que o conheceu, que o pai do Lacerda era peão em oratória. Sempre fui fã e defendia muito o Lacerda nas minhas discussões, naquela viagem de trem da Central até Santa Cruz, no regresso... então, era considerado lanterneiro. Mas nunca misturei o fato de gostar da oratória do Lacerda com a minha vida militar, minha disciplina, minha hierarquia.

O chefe do material bélico, que era esse Primeiro-Tenente José Alves Vieira, chegou perto de mim à noite, dizendo que a ordem era armar toda a unidade, inclusive os recrutas, coitados. Porque, nessa hora, a nossa preocupação era com aqueles garotos que vão para lá e ainda não estão nem preparados para pegar numa arma. E a ordem do comandante da unidade, Presser Belo, era armar todo mundo. O José chegou e disse:

– Bugarin, eu estava pensando em nós tirarmos os percutores dos fuzis.

Aí fiz uma pergunta:

– O comandante da guarda vai saber disso?

– Não.

– O adjunto?

– Não. Isso é só entre nós.

– Olha, tenente, eu não concordo. O senhor pode me afastar da seção, porque é o chefe. Vou lhe dizer por quê: não concordo porque é um bando de meninos que temos e que vieram para servir por um ano. Os pais deles, quando entregam esses garotos aqui, ficam tranquilos. Pelo menos têm na mente deles que estão sendo educados e preservados. Não vou concordar

que se tire um percutor de uma arma de um rapaz. Ninguém sabe, só nós dois. De repente aparece um tanque do Exército no portão, o comandante da guarda pode dizer a ele: “Atire!” E ele vai atirar e não tem como. Vem a reação do outro lado, lógico, e ele vai morrer inutilmente, sem nem ter chance de defesa.

Aí ele bateu no meu ombro e disse:

– É uma brincadeira...

Eu engoli... Mas, naquele dia, eu tinha colocado uma dentadura superior com um colega nosso, que além de mecânico de avião era protético, e fez para mim. Estava com aquela sensação de que a boca estava muito grande, quase não podia falar... O que fiz? Chamei os demais sargentos e um cabo que tinha lá, muito bom, e que era melhor que os colegas todos, e disse:

– O chefe da seção me convidou para isso... então vou ficar atento. Toda arma que sair tem que estar funcionando.

Tirei a dentadura, guardei, e fiquei a noite inteira acordado vigiando o armamento que saía. Esse problema veio surgir depois de 64, no inquérito.

A base foi invadida pelo Exército. Quem estava comandando a unidade que invadiu era o General Sucupira. Ele assumiu, tentou manter o Coronel Belo no comando, dizendo:

– Para honra da Aeronáutica, conservo o Coronel Belo no comando.

Ele não quis. Disse que não ia continuar comandando sob um governo inconstitucionalmente constituído, o que foi uma mentira, porque o Juscelino tinha sido eleito!

– Estou preso.

Ele se apresentou. Mandaram ele embora e o General Sucupira ficou até que nomeassem um coronel da FAB para substituí-lo. Não lembro quem... O General Sucupira liberou todo mundo para ir para casa e o material bélico era perto do comando. Ele estava vendo tudo, porta e janela aberta... e vendo o movimento perto do material bélico. O trem foi embora e fiquei lá com meu pessoal. Ele foi lá e disse:

– Menino!

– Sim.

– Eu dispensei todo mundo, pode ir embora para casa.

– General, não posso porque estou recolhendo todo o armamento que foi distribuído. E tem que ver se ele voltou em condições.

– Tudo bem.

Saí bem mais tarde, chamei um táxi, fui para Santa Cruz pegar o trem.

Juscelino eleito, veio Aragarças ou Jacareacanga, não sei qual dos dois foi primeiro. No primeiro movimento, onde já estava metido o Coronel Burnier – que terminou sendo o encarregado do meu inquérito, meu carcereiro, é o termo, lá em Santa Cruz –, a finalidade era impedir a posse do Juscelino. Ele tinha um ódio do Juscelino que não sei o porquê! Não tinha justificativa... O nome dele completo era João Paulo Moreira Penido Burnier. E ele tirou o Penido do nome porque aquele secretário do Juscelino, que também se chamava assim, era primo dele. Ele não admitia:

– Um parente meu servir a Juscelino Kubitschek!?

Até onde chega o ódio do cidadão...

Nesse momento não houve nada, Juscelino tomou posse. Aí eles fizeram o segundo, que acho que foi Jacareacanga, Burnier no meio. A finalidade era depor o Juscelino. Deram com os burros n'água. O problema nas Forças Armadas é o seguinte – e isso os oficiais generais não vão dizer e estou dizendo porque sei como funciona: o presidente dá ordem para os ministros militares. Eles, por exemplo, o da Aeronáutica, passa a ordem para os comandos aéreos regionais. No meu tempo era 1ª, 2ª, 3ª e 4ª região. Esse comandante aéreo regional, por sua vez, dá as ordens para os comandantes de unidade. Tem uma cadeia. Agora, para que essa ordem seja cumprida, o comandante da unidade tem que ter a tropa na mão. O Rui tinha, em 64. Foi o melhor comandante que tive. Não sei se tive decepção com ele – vão entender mais tarde por que estou dizendo isto –, mas foi o melhor comandante que possuí. Então, depende muito da tropa. O ministro não manda em ninguém. O dono da bola mesmo é o comandante de unidade, se ele tiver a tropa na mão.

Terminou Jacareacanga, Aragarças, aquela coisa toda... Depois passou para o Jânio. Ele renunciou porque achou que voltaria nos braços do povo, essa é a verdade. Só teve um estadista no Brasil que tinha condições de pensar assim: foi Getúlio Vargas.

Minha ida para a América... Isso é um capítulo à parte... Engraçado! Quando fui para a América, ainda era chamado de lanterneiro. Fui fazer um curso dos aviões do porta-aviões lá e voltei cognominado de “o comunista”. Foi em 60, 61... quando cheguei, o Jânio renunciou.

Isso foi muito difícil porque eu achava que ninguém devia ir à casa dos outros para dobrar a esquina. O que aconteceu? Eu levei seis meses lutando

para não ir para a embarcada. Não sei por que não queria... Me transferiram no peito, do material bélico para a embarcada... Quando isso aconteceu, não me apresentei. Procurei meu comandante de subunidade e expus a ele que não queria sair do material bélico. Ele disse:

– Pode deixar que “vou me virar”.

É um termo usado nas Forças Armadas que queria dizer que ele ia ver se conseguia alguma coisa. Passados uns dias, ele foi no material bélico e disse:

– Olha, moleque, o que consegui foi o seguinte: você se apresenta na embarcada e, mesmo sendo dela, vai prestar serviço no material bélico.

– Major, não me serve.

– Ué? Você vai para a América!

– Eu não quero ir para a América. Quero ficar aqui. De qualquer maneira, muito obrigado. Vou ver o que faço...

Falei com o Vieira, que era meu chefe, que falou com o comandante da base, que era o Coronel Zamir Pinto. Ele me deu oito dias de dispensa para eu me virar lá fora. Nesses oito dias, não consegui nada. Meu sogro tinha um certo conhecimento, entrou na área... A última alternativa que tentei foi uma troca com alguém da minha especialidade. E o Sérgio Goiabada se interessou muito... E aí, um dia, ele chegou perto de mim e disse:

– Bugarin, o Mauá topa.

Esse era um sargento de armamento, tinha até sido meu aluno em Cubica. Antes de se formar, mandaram a turma dele para fazer um pequeno curso de bombardeio que fazíamos através de um simulador que tínhamos. Eu disse:

– Então, você diz a ele que não tem problema: ele vai para a embarcada e eu vou para o material bélico no lugar dele.

No dia seguinte, o Sérgio Goiabada veio com outra novidade:

– Bugarin, ele mandou dizer que quer 30 mil cruzeiros para fazer a troca.

– Goiabada, você está pensando que sou o quê? Estou dando uma viagem à América e ele ainda quer dinheiro?! Não. Então, deixa.

E me apresentei na embarcada. O comandante virou para mim e disse:

– É, Bugarin, você não queria vir?

Não era segredo, todo mundo sabia:

– O senhor sabe que eu não queria.

– Você fala inglês?

– Não.

Tinha havido um curso de seis meses.

– Pois é... acabou o curso de inglês que nós tínhamos. Mas tudo bem.

E me mandaram fazer inspeção de saúde para o tal curso na América. Eu fui e foi aí que descobri que tinha uma surdez progressiva e incurável, consequência de uma malária que tive em 1944, na Ilha do Governador, que afetou os tímpanos. Fui fazer o exame de audiometria, porque no início eles queriam que eu fizesse o curso de radar... não, de sonar. Descia lá um microfone dentro do mar... fui reprovado porque, depois de uma certa frequência, eu não escutava mais. Mas não estava sabendo de nada. Fiz o exame, voltei para a base. Dois dias depois, o comandante mandou me chamar:

– Bugarin, vem cá. Antes que saiba por portas travessas, quero lhe informar que você foi reprovado no exame de audiometria. Isso não tem importância. Só quer dizer que não vai fazer o curso que eu queria, que era o de sonar. Vai fazer outro referente ao avião T-16.

Era o que eu queria, porque meu negócio era voar. Mas aí, fui falar com o médico para saber essa história do meu ouvido. Ele começou a me fazer umas perguntas, as doenças que tive... Fui dizendo aquelas doenças comuns que toda criança tem. Quando cheguei na malária, ele disse:

– Está explicado. A malária que você teve afetou os tímpanos. A sua surdez é irreversível e progressiva.

De fato, aconteceu isso. Na época, era chamado de impaludismo, mas era a mesma coisa. Por exemplo, para ouvir televisão que só eu ouço, todo mundo fica incomodado, inclusive no prédio onde moro!

Fomos para a América... Fomos em oito de armamentos – um suboficial e sete sargentos – e dois oficiais de rádio. Primeiro, nós fomos para Washington fazer um curso de inglês de seis semanas na Nave Intelligence School. É a escola de línguas que eles têm na Marinha, com aqueles marinheiros de 16 anos, de melhor QI, que levavam para lá. Tinha todas as línguas, inclusive português. Tinha um professor brasileiro. Ali eles começavam a formar os espões deles. Aí comecei a prestar atenção. O que acontecia? Comigo e com outro primeiro-sargento não tinha problema. Porque esse posto, na hierarquia deles, seria master-sergeant, que era equiparado a *chief* que eu achava que era como nosso subtenente, mas não é bem assim. O nosso suboficial é considerado oficial, *army-officer*. Depois tem o master

chief, que é onde teria enquadrado o primeiro-sargento; o *senior-chief* que seria o segundo-sargento; e tinha o *chief-perioperative*, que seria nosso terceiro-sargento. O que eles fizeram? Pegaram os nossos segundos e terceiros-sargentos, já passando dos trinta anos, com família e filhos, e misturavam com aquela garotada de marinheiros deles, de terceira classe. Tudo garoto de 16, 17 anos num alojamento só! Conclusão: eles não podiam frequentar o clube que frequentávamos porque eram considerados marinheiros, e não podiam frequentar o clube destes porque eles não deixavam, alegando que eram sargentos. Vejam a situação...

Aí comecei a notar que, de manhã, botavam o pessoal em forma junto com os marinheiros deles, de terceira. Ali tinha coreano, chinês, tudo... e os nossos segundos e terceiros-sargentos também. Então, era uma inversão completa da hierarquia. Era um terceira classe comandando sargento. Peguei um suboficial – não podia fazer nada antes de falar com ele, porque ele era mais antigo do que eu – e falei com ele:

– Esse troço está todo errado. Esse cara não pode comandar nosso pessoal... Acho bom você tomar uma providência.

– Não. Eu não quero saber de nada. Depois de mim é você, então tome...

– Agora, na hora você vai dizer que não quis assumir?

– Pode deixar.

– Tudo bem.

Peguei o capitão de rádio mais antigo, o Augusto. E falei para ele:

– Capitão, esse negócio está errado. Estão subvertendo a hierarquia... Um marinheiro de terceira classe deles comandando um segundo sargento nosso!...

O capitão virou para mim e disse assim:

– Bugarin, na terra dos outros a gente anda de cabeça para baixo...

Eu engoli aquilo!... Mas... fiquei pensando no que fazer. Porque estávamos todos separados. Nós em Washington, nossos comandos e oficiais numa outra cidade, fazendo pouso e decolagem de porta-aviões... E eu não sabia quando a gente iria se juntar. Bom, mas aquelas seis semanas já estavam no fim.

Daí fomos para Memphis, no Tennessee, e lá nós ficamos quatro meses. A situação continuou a mesma... era sempre um subalterno aos nossos sargentos a comandar, não a mim nem ao suboficial ou o oficial. Aí fiquei pen-

sando: “Vou a Washington ou não?”. Nosso adido militar ficava lá. Pensei: “Não, vamos esperar porque em Norfolk vai juntar todo mundo...”. Esperei. Foi um erro, porque devia ter começado a briga quando estava morando em Washington, pois já estava perto do nosso adido...

Chegando em Norfolk, procurei o capitão que era chefe do pessoal. Nem conhecia, a maioria dos integrantes da aviação embarcada fui conhecer na América. Em Santa Cruz tinha meia ou uma dúzia no máximo. Todos vieram de fora porque era a chamada “boca rica”, que tentei desprezar e não consegui. Falei com o capitão:

– Capitão, nós precisamos de uma reunião com o comando, temos alguma coisa para discutir, ponderar...

– Está previsto. Quarta-feira que vem, vamos ter uma reunião, porque inclusive nós não conhecemos vocês, nem vocês nos conhecem ainda...

De fato, houve a reunião e fomos conhecer o comandante, na época, Major Rodolfo Becker Roshneider. Grande e forte pra burro! Nos reunimos e ele disse:

– Sou o comandante, Fulano é o subcomandante, outro é o chefe de operações, chefe do pessoal...

E assim por diante. A uma certa altura, eu pedi a palavra.

– Pois não, pode falar.

Aí contei tudo que vinha se passando. E disse a ele:

– Major, nós esperamos até agora, ou eu esperei, porque sabia que um dia iríamos nos juntar todos com o comando. Agora o senhor está aí, é o nosso comandante, e aguardamos esse tempo todo porque confiamos que isso seja resolvido. E é fácil resolver. É só enquadrar dentro do nosso regulamento. Porque, se não existisse uma confiança, teria sido mais fácil para mim ter resolvido em Washington... – contei o que tinha se passado –, e o capitão Augusto me disse o seguinte: “Na terra dos outros a gente anda de cabeça baixa”. E eu não concordo. Naquele momento, poderia apenas ter comunicado a ele – porque o regulamento não diz que precisa de permissão – que iria me entender com o adido militar. Não o fiz, porque confiava que o nosso comando reunido resolveria o problema.

– Não, pode deixar que vou resolver.

Acabou a reunião, o Capitão Augusto estava me esperando no corredor:

– Bugarin, como é que você diz uma coisa dessas?

– Eu menti, capitão?

– Não... mas você, na época, deveria ter me procurado que eu iria te explicar direitinho. Não era bem assim...

– O senhor me disse que “na terra dos outros se anda de cabeça baixa”, e foi o que passei para o comando.

Ficou meu inimigo.

O tempo foi correndo e nada de vir novidades. Tenho tudo isso em casa escrito e com assinaturas de quem eu entregava, porque aí comecei a trabalhar através de ofícios ao Estado-Maior da Aeronáutica, via adido militar. Mas tinha que entregar no meu comando e ele enviava. Tenho tudo xerocado lá em casa...

Um dia, a cúpula viajou, foi passear não sei onde, e o mais antigo ficou sendo o Capitão Sildomar Machado de Carvalho. E eu não sei... ele ouviu na reunião que falei, estava indo para Washington e foi lá em casa falar comigo:

– Bugarin, eu estou indo a Washington, você quer alguma coisa?

– Olha, capitão, o senhor vai no escritório do adido? Então, por favor, você vê como é que está aquele assunto da hierarquia aqui, que o Major Becker disse que iria tomar providência. Ele deve ter mandado algum ofício para lá.

– Pode deixar.

Aí ele foi e trouxe. Copiou dos próprios fundos o que tinha lá e que tenho em casa até hoje. Sabem o que o Major Becker fez? Pediu simplesmente que se mantivesse aquela situação. No início, ele diz que, consultado o comando americano, a legislação americana é aplicada de acordo com a brasileira. Nós é que teríamos que dizer que fulano corresponde a isso, si-crano a aquilo... de fato, eles não sabiam mesmo. Então, ele encerra o ofício sugerindo que se mantenha aquela situação. Aí comecei com o primeiro ofício, baseado no do Major Becker. Citei o mesmo. Ele nunca me perguntou como o consegui. Também o Capitão Sildomar não me disse nada se o Major Becker perguntava, se era para dizer que não foi ele... Fiz o primeiro ofício, sugeri como o nosso pessoal deveria ser enquadrado, e contei tudo o que tinha se passado.

Teve um dia que um terceiro-sargento resolveu ir ao rancho conosco. Os ranchos eram separados, como eram na FAB. Então, eu almoçava no rancho dos *chiefs* e eles tinham que almoçar no dos marinheiros. Sabe o que

aconteceu? Um *chief* americano viu, foi e arrancou a bandeja da mão dele! Eu escrevi isso nos ofícios...

Veio o resultado para mim: “arquite-se”. Eles tinham medo de mandar para o Estado-Maior tomar conhecimento dessa pouca-vergonha!... Essa é a verdade. Arquivaram lá em Washington. Fiz o segundo, pedindo reconsideração de despacho e acrescentando mais alguma coisa. Arquivaram de novo. Nisso o Jânio já tinha tomado posse e tinham marcado a data de nosso regresso. Estava chegando o final... Os segundos e terceiros-sargentos nunca me pediram para fazer nada por eles. Aquilo partiu de mim. Mas foram me pedir para parar, porque eu ia fazer o terceiro ofício:

– Nós já estamos voltando para o Brasil, deixa isso pra lá...

Pensei: “Tudo bem”. O assunto ficou encerrado assim.

Bom, mas eu estava malvisto. Não estava sabendo. Só notava que ninguém falava comigo. Apenas em voo, que não tinha jeito. O piloto tinha que se comunicar com o tripulante. Ainda mais eu operando o radar, por exemplo. Em terra, só tinha dois que falavam comigo: um capitão, que queria bater num americano de qualquer jeito, e eu o aconselhava a não fazer isso; e um primeiro-tenente que morreu em 64, num acidente, o Pessoa Ramos, que tinha um irmão que hoje deve ser brigadeiro.

Ainda na América. As tripulações eram fixas. Na minha era sempre os mesmos dois pilotos e o colega tripulante também. Mas, aconteceu o seguinte: tinha alguns oficiais que, enquanto fazíamos o curso de caça submarina, aquela coisa toda, estavam fazendo aquele curso no porta-aviões, daquelas bandeirinhas para ajudar no pouso e na decolagem, e chegaram mais atrasados. Foram fazendo normalmente. Eu e o meu colega de rádio, que já tínhamos terminado o curso, repetimos, não para fazê-lo novamente, mas porque precisava de tripulação para os que estavam chegando.

E o negócio foi indo, até que um dia chegou ao final, que eram as manobras táticas que dependiam de um submarino. Essas manobras demoravam mais ou menos uns dez dias. O comando era duplo, um americano e um brasileiro, mas quem mandava era o primeiro. Com os chefes de operações era a mesma coisa. A autoridade máxima era sempre um deles. Tudo era deles. Disse o americano:

– Vão ser canceladas as manobras táticas dessa turma porque não há disponibilidade de submarino. Ele só pode ficar disponível por 72 horas e nesse tempo é impossível fazer essas missões.

O nosso comandante, o Major Becker – e foi a única coisa que fez que achei correta –, não sei se confiando que na hora podíamos brigar, ou defendendo o nome do Brasil, o que era conosco mesmo, disse:

– Nós vamos fazer a missão.

O americano disse:

– Então, nos afastamos do comando.

Ficaram assistindo de camarote o que seria, no entender deles, o nosso fracasso. Como a minha especialidade era armamento, apesar de ser operador de radar e outros instrumentos, que era o curso que fiz, eu e o pessoal éramos responsáveis pela instalação das boias sônicas nos aviões. Todo mundo foi avisado que teríamos 72 horas para fazer todas as missões táticas. De fato, não era fácil. O americano até estava certo, mas... ele não contava que nós éramos brasileiros mesmo. E tinha um capitão – me esqueço o nome dele – que era forte pra burro e tinha vindo justamente no porta-aviões daquele curso para voar. Eu fiz parte da tripulação dele. E toda vez que íamos voar ele dizia:

– Bugarin, não vou embora sem dar um murro na cara de um gringo desses!

– Deixa pra lá, capitão. Nós somos melhores que ele, você sabe disso...

Foi bom, porque isso que aconteceu veio a provar.

Chamei meu chefe de armamento, que era um primeiro-tenente com um nome até pomposo, Fontenelle, e disse:

– Tenente, preciso das boias sônicas correspondentes a todas as missões que vamos fazer.

– De uma vez?

– É, quero tudo aquilo.

– Ah, não pode... Você acha que o americano vai dar?

– Não é questão de dar, o material é nosso. Eles só estão guardando!

Porque eles foram safados. Só nos deixaram voar quando nossos aviões foram entregues. No deles não deixavam não! Não confiavam na gente... E lá no treinamento no porta-aviões, no pouso e decolagem, os brasileiros deram um show, eles ficaram de queixo caído! É! Então, começaram a ver que conosco a coisa não era fácil. Por isso, respondi ao tenente:

– Eu preciso disso. Se o senhor não vai falar ao chefe de operações, eu vou.

– Não, pode deixar.

Dali a duas horas, chegou tudo aquilo que eu queria... Comecei a desembarcar, com meu pessoal de armamento, e, de repente, o de rádio começou a ajudar voluntariamente. Ninguém pediu nada a ninguém, ela aquela cooperação, todo mundo pelo Brasil! Eu estava observando que o major estava lá em cima, só olhando... Fui na pista falar com o chefe de lá, que era primeiro-sargento também, mais antigo, da 5ª turma da escola, irmão de um gênio chamado Professor Pitta. Eu disse:

- Pitta, quantos aviões disponíveis você me dá por dia? São só três dias.
- Para você, quantos precisar. Quantos você quer?
- Eu quero sete.
- Tudo bem!

Saíam três para a missão e ficava um reserva pronto, armado, pois, se pifasse um dos três, aquele já decolava para substituir. Então, pedi sete por quê? Enquanto esses três estivessem voltando, os outros três já decolavam. E tinha também um reserva, todos armados, municiados, com as boias-sônicas. A boia-sônica vai num tubo e é lançada como se fosse um foguete. Quando ela bate na água, a bateria entra em funcionamento e ela começa a emitir numa frequência predeterminada. Cada boia tem um número e cada número uma frequência. Antes do avião decolar, informava alterações:

- O avião tal está com tais boias.

Porque aí ligam a chavinha correspondente ao número da boia-sônica e começam a receber o som. A finalidade desse som: o submarino é detectado. Isso é tudo feito pelos dois tripulantes que jogam a informação para os pilotos. E jogam boias em volta do submarino e uma no meio, apontando onde ele está localizado. Temos cinco boias: uma próxima de onde o submarino foi detectado e as outras cercando. Aí o operador de radar, nessa hora, não o opera, apenas usa o ecope do radar para com um lápis especial anotar a posição das boias. O piloto tem que passar isso, senão não funciona. E começa a escutar todas as boias, sentindo o rumo do submarino através do som. Quando o som se afasta ou se aproxima da boia, se enfraquece ou se fortalece, sabe-se para onde o submarino está indo. E assim vão se jogando outras boias mais à frente. São três aviões para perseguir um submarino e ele não escapa não. Não tem como escapar... Depois de uma certa altura, começamos a jogar bombas e acabamos com ele.

Eu estava com todas as reservas das boias, e conclusão: em 72 horas, fizemos todas as missões. O americano ficou de queixo caído...

Ainda falando da nossa superioridade, não só técnica, mas mental, sobre os americanos. Tudo era responsabilidade deles, apesar dos aviões serem nossos. O avião deu problema, somente os especialistas deles podiam mexer. Para caçar submarino, ele era praticamente todo eletrônico, e um deles deu problema. Foi para dentro do hangar. Passou uma semana, o americano tirou e pôs a caixa-preta, e não descobriu nada...

Nós tínhamos um voo noturno diário de três horas. Normalmente saíam três aviões e ficava sempre um técnico nosso, de rádio ou de mecânica de avião, de plantão no hangar até o voo terminar.

Numa dessas noites, minha tripulação foi escalada. O Tavares, que era rádio, muito inteligente e competente, estava escalado para ficar aguardando o regresso do voo. Como ele morava perto de mim, fomos juntos, depois de jantar. Enquanto fui vestir o macacão, a bota, o capacete especiais – obrigatoriamente cor de abóbora, o que tem justificativa porque é a melhor se o avião tiver que fazer uma emergência no mar, para ser visto –, o Tavares estava tirando a roupa, porque fazia um calor danado! Perguntei:

– Tavares, o que está havendo?

– Quando você voltar, esse avião vai estar disponível.

Ele estava contrariando o americano, porque ninguém podia mexer no avião, que era nosso. Mas quem mandava era ele...

Fomos voar, três horas de voo. Quando pousamos, o Tavares disse:

– O avião está bom.

O americano nunca perguntou o porquê. Era esse o material humano que nós tínhamos...

Quando terminamos as missões táticas, esse capitão que queria dar um murro no americano disse para mim:

– Bugarin, você tinha razão. Como somos melhores que eles!...

– Capitão, nunca tive dúvida.

Não é porque nós mentalmente sejamos superiores. É o tipo de vida, de ensino deles...

As nossas crianças iam para a escola porque, engraçado, nisso eles são organizados. Por exemplo, assim que chegava na cidade, no dia seguinte, batia alguém e perguntava:

– Seus filhos já estão matriculados?

Assim mesmo...

Os nossos filhos eram os melhores alunos, sem falar inglês. Matemática, então, era um show completo. Porque o americano só ensina o que interessa nas escolas. Por exemplo, Geografia. Quando aprendi, na escola pública, eu sabia as capitais, as cidades de qualquer país da Europa, dos Estados Unidos. Eles não: só sabem as deles. E, por incrível que pareça, eu lá, em 1961, um americano teve coragem de me perguntar se Buenos Aires era a capital do Brasil. E me deu vontade de rir...

A culpa é da maneira que o ensino era passado para eles. Nós sabíamos de tudo, do mundo inteiro! Ele não... só deles. Lá em Washington, no curso de inglês, cansei de ouvir eles falarem do Mississipi. Um dia, quando já estava mais ou menos entrosado com a língua deles, resolvi falar do Amazonas. Eles também não sabiam nada, a não ser das riquezas que nós temos lá... É assim. Mas acho que o povo não é culpado.

Teve um outro caso, de um terceiro-sargento nosso, novinho, o nome dele era Zigfried. Numa aula de transistor – o rádio transistor começou a ser moda naquele tempo –, tinha um professor deles falando quando, de repente, esse moço disse:

– Stop!

O americano levou um susto...

– Vai dar um curto se continuar!

Aí o americano ficou assim, incrédulo... e ele foi lá provar que com aquele esquema iria dar um curto-circuito. Conclusão: nosso terceiro-sargento passou a ser professor.

O americano não era bobo, estava vendo isso:

– Temos que ter cuidado com eles...

Agora, o racismo era um negócio impressionante... Vou contar um fato. Tenho uma foto que até assombra, depois mostro. Chegando lá, tinha sempre uma companhia com uma fila de casas. A gente alugava a casa, pagava um depósito para ter água, luz, que é depois devolvido, se não ficou devendo nada. Nós morávamos numa vila. Do meu lado estava um brasileiro e do outro um *chief* americano, um sargento.

Minha casa era refúgio... Todo mundo ia lá! Não sei por que todos gostavam de mim e isso foi até aparecer depois no inquérito. Emoção mesmo fui sentir nesse inquérito! Todo mundo ia lá: brancos, pretos... E tinha o Ananias, que era um preto retinto e não falava nem “Hi” em inglês. Não

se interessava muito. Ele era de rádio e grudou em mim porque, onde ia, o levava. Como já tínhamos tido muitas decepções por lá... Eu saía com ele, e os bares de lá são fechados, muito bonitos, sofisticados... Encontrava um bar e – nunca falei nada, mas ele já sabia do problema – ele ficava do lado de fora, esperando. Eu entrava, procurava logo o gerente e dizia:

– Estou com um amigo de cor, nós somos brasileiros, tem inconveniente entrar aqui?

– Não atendemos.

Era assim! Conclusão: invariavelmente íamos parar num bar cubano ou mexicano. Não tinha jeito!... Mas tomei esse cuidado porque tinha um colega nosso, o Alvarenga, que era mulato, como se chama, que morava com outro, que era branco, pai da minha médica lá no Rio. Eles eram muito amigos, desde a escola, e moravam juntos. O Alvarenga era discriminado... E, uma vez, num restaurante, ele entrou com um grupo de brasileiros. Era o que melhor falava inglês entre todos nós. Sentamos, o dono do bar atendeu, não teve problema nenhum. Fomos comendo, bebendo, o tempo passando... De repente, o dono do bar chega e se dirige a todos:

– Eu não criei problema nenhum com os senhores, os atendi. Mas aqui os cidadãos têm seus direitos. E aquele casal lá no canto está exigindo a retirada desse senhor de cor, que eles pagam a despesa.

Assim mesmo!... Lógico que o pessoal não deixou:

– Não, obrigado, nós pagamos a despesa.

Diante desse fato, o Alvarenga falou para o amigo dele:

– Trata da tua vida, porque senão não posso ir onde você vai e nem você onde eu posso. Vamos ficar os dois amarrados aqui, presos dentro de casa. Então, você trata da tua vida e vou tratar da minha.

E se deu bem! Porque ele falava fluentemente o inglês. Ingressou na elite dos negros de lá, foi jogar golfe... eles mesmos viam que ele era muito culto. E passou a viver bem.

Como havia esses precedentes, o Ananias nunca entrava comigo. Primeiro, eu ia perguntar. E era sempre assim: negativas. O racismo era violento! E, para ter uma ideia, vou contar outro caso.

Eles vieram embora e eu ainda fiquei um mês lá. Tinha que entregar a casa. E havia louças, panelas, que tinha usado durante todo aquele ano e não iria trazer para o Brasil. Era tudo comprado lá. Um dia, chamei o

lixeiro. A mão de obra considerada humilhante, por eles, só era composta por negros e cubanos. Lixeiro, não dava outra: era um ou outro. Ele chegou lá, eu o chamei:

– Você não quer entrar? Quero conversar com você.

Ele entrou, fomos para a copa-cozinha, abri a geladeira, peguei uma cerveja para nós, e disse a ele:

– Eu passei um ano aqui, estou voltando para o Brasil. Não quero, não posso nem devo levar louças, panelas, talheres, porque tenho tudo isso lá. Então, queria te dar.

– Olha, aceito porque o senhor é brasileiro. Se fosse um patricio meu, não aceitava.

O racismo era recíproco! Lógico. Os caras cansavam de sofrer...

Tinha um mecânico, o melhor que encontramos para a manutenção do carro, também era negro. Ele dizia:

– Essa sociedade não nos aceita. Então, vamos incendiá-la. Daqui a dez anos vamos tocar fogo nesses Estados Unidos...

Não levou tudo isso. Muito antes eles começaram...

Era um racismo violento...

Nós tínhamos um sargento enfermeiro, o Lázaro Tomé Rocha, que foi cabo comigo em Cumbica. Ele era escuro, feio demais, como aqueles negros americanos que não tinham nenhuma miscigenação. Mas ele era apaixonado pela América... Lembro que em Cumbica – nos anos 40 e pouco, 50 – ele já cantava aqueles *blues*! A paixão dele era ir aos Estados Unidos. Teve tanta decepção!... Tanta! Ele tocou uma tesoura na garganta!... Teve que vir embora num avião especial. O americano ficou apavorado! Com medo da repercussão... Teve que vir num avião americano especial, com médico a bordo... Foi a decepção dele...

Teve um outro, não sei qual era a especialidade, mas não era mecânico de voo. Era oficial de terra, chapas e metais, qualquer coisa assim... Porque a Escola de Especialistas da Aeronáutica só formava pessoal de voo quando era no Galeão: mecânico de avião, radiotelegrafista, armamento e fotógrafo. Todos de voo. Depois veio a Escola Técnica de Aviação, que passou a fazer um monte de subespecialidades. O mecânico de avião conhecia toda a parte mecânica. Com o americano era diferente: tem um especialista só em motor, outro só em hélice, assim por diante. É como hoje funciona a Força Aérea.

E, de fato, melhorou porque, assim como o mecânico, por exemplo, o radiotelegrafista era sobrecarregado. Era obrigado a entender de toda a parte elétrica. Hoje não: tem ele que é de voo e tem o de sistema elétrico, que não é obrigado a voar, nem recebe gratificação para isso. É o sistema americano.

Esse rapaz a que estava me referindo, o Santos, era primeiro-sargento, e tinha cinco filhos. Ele, coitado, tinha que morar numa espécie de favela, uns bairros mistos, porque tinha cubanos e negros. O cubano era execrado. Os latinos, em geral, também. Eles nos toleravam. Então, tinha um rapaz de rádio, branco, que morava também numa dessas zonas residenciais, como eu. Mas ele levou a família para lá e ela não se adaptou, por isso ia entregar a casa. Aí esse Santos disse para ele:

– Não entrega a casa, me deixa morar lá, você fica responsável.

Ele consentiu, sem saber o mal que estava fazendo. A criançada americana começava a imitar macacos para os garotos dele. E o Santos na dele. Começaram a apedrejar a casa dele, e ele firme. Esgotados todos os recursos, fizeram um abaixo-assinado e entregaram para a Marinha, à qual nós estávamos subordinados. A Marinha deve ter impressado o Major Becker, que, um dia, mandou chamar o Santos. Eu o encontrei por acaso, dentro do hangar, vindo do gabinete dele. E ele veio falar comigo:

– Bugarin, está se passando o seguinte: o major mandou me chamar e me deu um conselho... o que você acha?

– Santos, a decisão é sua. Agora, eu não mandaria minha família de volta. Afinal de contas, você é convidado do governo americano.

Foi bom que ele não seguiu meu conselho. Foi bom...

Isso é para ter uma ideia de como eles nos discriminavam. E o nosso comando tem muita culpa. Os nossos segundos e terceiros-sargentos e um primeiro-sargento, (esse foi voluntário, para não voar – se tem medo, não entra para a aviação, oras) eram obrigados a fazer faxina, lavar o hangar, coisas que o próprio americano tinha marinheiro de terceira classe para fazer. Não é que seja deprimente, mas é que não estava previsto no regulamento. Vamos cumpri-lo. Nunca me meti com isso porque achava que cada um tinha que se impor. Não dobrar a sua espinha...

Bom, todo mundo tinha carro e na hora da saída começou a acontecer o seguinte: paravam e revistavam os brasileiros. Abriam porta-malas, porta-luvas... revistavam tudo. O hangar era pequeno, todos tomavam conheci-

mento e a minha finalidade era essa. Comecei a falar alto, dentro do hangar, para todo mundo ouvir:

– Meu carro ninguém revista. Se o pararem, não há dúvida que paro, afinal tem um cidadão de serviço e ele pode até me fuzilar. Tem que respeitar o sentinela, que, no posto, é intocável. Nosso regulamento é francês, mas é igual ao do americano nessa parte. Eu paro o carro no posto, o tranco e mando chamar meu comandante. Se ele não resolver o problema, peço a presença de um representante do corpo diplomático porque entrei aqui como convidado do governo americano. Tenho um documento que prova isso. Então, vou convidar alguém para ir jantar na minha casa e revistar a bolsa na saída? O que é isso?!

Conclusão: continuaram fazendo isso e a mim nunca pararam. Não sei se eles foram avisados:

– Não parem aquele carro azul...

Porque eu ia fazer isso mesmo.

Então, minha situação estava se agravando a cada dia. Eu estranhava que não falassem comigo, mas não sabia por quê. Quem me contou, mais tarde, foi o Coronel Rui.

Voltamos para o Brasil. Um mês antes, foi criado lá um tal de CAN, cópia do nosso Comando de Transporte Aéreo, Correio Aéreo Nacional, com a finalidade de ir buscar nossas famílias, que foram de voo comercial. Mas a ordem era economizar, nem sei se era isso ou se valia a pena... a finalidade era que outros voassem para lá, na verdade. Então, o Major Nogueira – que era capitão e chefe do pessoal –, como chefe do correio aéreo, era encarregado de ver o regresso das nossas famílias, que seria antes do nosso.

Houve uma reunião e o Capitão Nogueira disse que os aviões tinham sido preparados para transportar nossas famílias. Tinha um banco comprido, de guerra, chamado Douglas, em que os paraquedistas sentavam um ao lado do outro para saltar. Havia tirado aqueles bancos laterais e posto cadeirinhas, como no voo comercial, para dar conforto às famílias, às crianças... Meus filhos não eram pequenos, mas teve criança que nasceu lá, pois as mulheres já saíram grávidas daqui. Teve criança que foi começar a andar lá. Disseram que não era para nos preocupar, que tinha todo o conforto...

A minha família foi escalada para a primeira viagem. Tudo bem, não houve problema. Dois dias antes, levei as malas da minha mulher e dos meus

dois filhos e já deixei lá. Na véspera do avião chegar, houve reunião no tal CAN e o Capitão Nogueira disse:

– Houve um problema, e, para dar mais conforto à família de vocês – a conversa sempre foi nesses termos, eles se preocupavam muito com a gente –, foram retiradas tantas cadeiras para se incluir geladeira, material médico, porque vem um médico a bordo. Em consequência, as famílias do Bugarin e do Tavares não vão nessa viagem, mas sim na próxima.

Para minha família estava tudo bem, porque eles gostavam da vida lá, não faziam nada, era só gastar dólar... Mas nisso minha bagagem já estava a bordo. E a tripulação do avião ficou naquela de desarrumar tudo para tirar a bagagem... Porque ela ia ficar num depósito no Galeão e o pessoal que serviu lá – e que estava comigo – me aconselhou a não deixar. Aí fui falar com o oficial de rádio do avião, pois me disseram:

– Fala com ele para ver se leva isso na sua casa.

Fui conversar com ele, perguntei onde morava. Não lembro onde era, mas tinha que obrigatoriamente passar pelo Grajaú. Eu disse:

– Você faria o seguinte: não deixa minha bagagem ir para o depósito? Chama um táxi, põe tudo dentro dele e deixa, na passagem para sua casa, na casa do meu sogro?

– Tudo bem.

– Quanto você precisa para fazer isso?

– Me dá uns cinquenta dólares para o táxi...

Era dinheiro pra cachorro! Dei. Não queria voltar com a bagagem para trás.

Bom, veio o segundo avião. Dois dias antes, teve reunião. O capitão disse:

– Vai chegar daqui a dois dias o segundo avião. Eu quero avisar a vocês que esse que vem é o padrão, com banco comprido de alumínio, não deu para modificar...

Deu lá as desculpas dele. Na hora, me levantei e disse:

– O senhor me dá licença?

– Pois não.

– Quero avisar o senhor que a minha família não pode viajar nesse tipo de avião.

Expliquei que minha mulher já tinha tido um problema sério de coluna lá, que rende até hoje. Tive que pegar uma senhora de um *chief* americano

que falava espanhol, porque era descendente de espanhol, para levá-la ao médico. Então, naquele banco não dava para ela ir. Ele disse:

– Tudo bem.

Aí o Tavares me seguiu:

– A minha esposa também não pode ir, capitão.

Ficou nisso. No dia seguinte, o Major Becker mandou me chamar. Eu já estava malvisto com ele por causa da história dos segundos e terceiros-sargentos, e ele disse:

– Bugarin, quero lhe avisar que, se a sua família não viajar nesse segundo avião, vou comunicar ao Ministério da Aeronáutica que você recusou o transporte oferecido pelo governo brasileiro.

– Major, nunca disse isso. Apenas disse ao Capitão Nogueira – e, se ele disse outra coisa, mentiu – que minha família não pode viajar nesse tipo de avião, com essa cadeira.

– Bom, o avião está à disposição da sua família até a hora da decolagem.

Lógico que não levei a minha família. E o Tavares não levou a dele, que era a mulher e dois filhos pequenininhos. Ficamos passeando lá. Fim de semana em Miami, pegava o carro, três horas de viagem estava lá...

E aí comecei a notar que os outros aviões que chegavam estavam todos preparados, com cadeirinhas, e não me chamavam. Um dia, num domingo, estávamos em Miami com um outro suboficial e mandaram um emissário lá de Key West procurá-lo, dizendo que tinha vaga no avião, e se ele não queria aproveitar para mandar a família. E a mim deixaram de lado. Não tive conversa: fui à Panair e comprei a passagem. Voltaram ao Brasil às minhas expensas. Nunca se preocuparam em saber se minha família já tinha vindo, de que maneira, nada. Eu voltei para o Brasil da maneira que fui, num avião americano.

Como disse, quando voltei o Jânio renunciou. Eu não estava mais em Cumbica, mas um irmão meu servia lá nessa época. Quando saí, ele foi para lá. O Jânio pousou em Cumbica e ficou dentro de um avião, na cabeceira da pista, pronto para voltar para Brasília, com o Congresso fechado, que era o que ele queria. E o Congresso não era tão ruim quanto esse que está aí! O que aconteceu? Eles tentaram impedir a posse do João Goulart.

Esse foi o problema da crise do Jânio. Não queriam dar posse para o Jango. O que aconteceu foi o seguinte: a partir de Jango os comandos das unidades eram os chamados oficiais nacionalistas, como Rui Moreira Lima,

Fortunato e outros. Em toda unidade tinha um oficial que havia tomado parte de alguma maneira nas nossas lutas nacionalistas. Isso com a posse do Jango. Para que isso acontecesse foi uma parada difícilíssima! Porque eles não queriam de jeito nenhum. Prepararam, em Fortaleza, uma operação chamada “Operação Mosquito”, cuja finalidade era preparar um jato F-80 – que tínhamos na época –, decolá-lo armado, com munição, um canhão 20 mm, e botar no chão o avião que trazia o Jango para Brasília para tomar posse. Ele, com todos que estivessem a bordo. A insensibilidade chegava a esse ponto! Não queriam Jango, então matariam todo mundo que estivesse ao redor. Eu não sei se essa operação chegou a decolar, mas dizem alguns que ela funcionou. É um segredo que terminei contando para o Brigadeiro Rui há pouco tempo porque tinham ficado duas dúvidas de 64 e resolvemos esclarecer logo...

O avião é armado e funciona se o cara de armamento quiser. Não sei, dizem que a operação saiu – eles negam – e, quando apertaram o gatilho, não funcionou... O piloto desse avião foi quem depois revistou minha casa no dia que fui preso. Foi até muito educado quando tratou com minha esposa...

Jango tomou posse e o cuidado foi esse: em cada unidade um oficial nacionalista. A tropa ficou mais tranquila porque já estava se politizando desde *O Petróleo é Nosso*. Aí veio 64, que vinha sendo articulado não era de hoje. Não surgiu na morte de Getúlio porque eles ficaram com medo do povo.

Então, voltando um pouquinho antes disso, em fevereiro. Nós tínhamos eleito o Sargento Garcia Filho deputado federal. Foi o tipo da eleição que surpreendeu todos os oficiais. Inclusive, na época, o Mendes de Moraes que foi prefeito do Rio, general do Exército, deu declarações à imprensa, dizendo que não ia chamar na Câmara o Garcia Filho de deputado e Sua Excelência porque ele era um sargento. Não importa! O que importa era a função que ele estava exercendo de deputado federal eleito, e muito bem eleito! Pelo PTB e ele só perdeu para dois figurões do mesmo partido. Então, foi uma surpresa na apuração lá no Maracanãzinho, quando aparecia a votação do Garcia:

– Quem é esse cara?

Ninguém sabia. Ele foi eleito, nós fizemos uma convenção nos Clubes Militares, ele venceu, e aí, por unanimidade, o apoiamos. Eu não gastei um tostão e acho que se alguém gastou dinheiro foi muito pouco. Foi, como

chamei na época, a “campanha do pé de ouvido”. É! E o Garcia – eu já estava mais ou menos conhecido por causa das lutas no nosso clube – queria muito falar comigo quando iniciou a campanha. Mas disse que encontrou muita barreira. Ninguém queria que ele se aproximasse de mim. E talvez porque seja aquela tal história: você cria fama, acabou. Eu era chamado de lanterneiro, todo mundo tinha medo que ele se aproximasse de mim.

Um dia, o Garcia Filho apareceu em Santa Cruz. O comandante já era o Brigadeiro Moreira Lima. Foi me procurar. Foi honesto comigo e disse:

– Bugarin, não é de hoje que quero te conhecer. Mas tenho encontrado tantas barreiras que você não pode imaginar... Porque eu sei dessa sua fama de lanterneiro, essa coisa toda. Mas sei do seu lado nacionalista, do seu companheirismo com seus colegas...

E eu trabalhei mesmo para o Garcia. Ele até exagera e diz que tinha 900 sargentos em Santa Cruz e ele teve 900 votos.

Então, em fevereiro o Garcia foi eleito. A plataforma dele era nacionalista, lógico. Ele eleito, nós mantivemos alugado um escritório na Rua Senador Dantas no Edifício Santos Vahlis, porque todo sábado ele vinha de Brasília e ia lá. Não digo que fosse prestar contas porque ninguém ia exigir isso dele. Mas vinha todo sábado voluntariamente dizer o que se passava no Congresso, qual era o trabalho dele... Numa dessas vezes, ele me chamou para um particular e me disse:

– Bugarin, corre um boato na Câmara de que estão desarmando todas as unidades da FAB. Você tem condição de saber, apurar alguma coisa?

– Garcia, não sei. Não prometo nada, mas vou ver.

E consegui. Fui ao depósito de material bélico, que é lá no Galeão. Tudo o que era recolhido ia para lá ou teria forçosamente que ir, porque era onde se estocava todo o material bélico da FAB. Na época, tinha 22 paióis subterrâneos, hoje não sei. Eu tinha um companheiro de turma lá, que faleceu o ano passado. Era suboficial, como eu, e fui falar com ele:

– Valdez, estava precisando saber sobre um recolhimento de armamento e munição que tem sido feito nas unidades da FAB. Só não foram a Santa Cruz, vou te explicar depois por quê...

Ele tinha tanta confiança em mim que nem perguntou para que eu queria saber. Ele disse:

– Eu te dou. Fui eu mesmo que fiz o transporte, casualmente.

E me deu. O transporte tinha sido todo feito de caminhão. Imaginem! De Belém, Recife, Fortaleza, Natal ao Rio de caminhão!... Pior que não foi para o Rio... Foi aí que me assustei... Ele me deu toda a quantidade, calibre das armas, munição, tudo, tudo... Peguei aquilo e fiz um relatório, com um original e duas cópias, datei e assinei. Dei o original para o Garcia:

– Está aqui o que você me pediu.

No outro sábado em que ele veio, eu já estava com a documentação. Fiquei com uma cópia, que minha mulher tocou fogo quando fui preso. A outra cópia passei para o que tinha sido meu chefe do material bélico – que era capitão, já tinha sido transferido para o primeiro grupo de aviação embarcada, o José Alves Vieira –, que era muito amigo de Rui Moreira Lima. Eu não entrava, nunca entrei no gabinete do Rui quando comandante. Por quê? Depois explico, para não perder o fio da meada...

Peguei essa segunda cópia que tinha feito e pedi a ele:

– Capitão, por favor, o senhor entrega isso para o Coronel Rui.

Por que o que eles fizeram? Esse material todo não foi levado para o depósito de material bélico, mas para o destacamento de Base Aérea de Florianópolis, que não tinha como estocar. Mas foi levado para lá. O efetivo de tropa do destacamento era um suboficial, um primeiro-sargento, alguns sargentos, cabos, soldados... Trinta e dois no total. Então, pousava um grupo de caça deles, era maioria. Ficavam com aquela munição, tudo à disposição. Quer dizer, eles já vinham se preparando. Entreguei para o Vieira para ele dar ao Coronel Rui. Três dias depois, ele me encontrou no hangar de Santa Cruz e disse:

– Bugarin, o Coronel Rui mandou dizer a você para ficar tranquilo, porque isso é rotina.

– Capitão, rotina?! Esse material foi para o destacamento de Florianópolis. O senhor considera isso rotina?

– Mas o Coronel Rui disse que é rotina...

Vou explicar por que não foram a Santa Cruz. Quando eu era encarregado do material bélico, foi transferido para lá um primeiro-sargento que era de uma turma na minha frente. Eu era da oitava turma e ele da sétima, em consequência era mais antigo. Nós éramos do mesmo posto, mas na vida militar tem sempre o mais antigo. Quando empata em tudo, aí vai pela idade. Tem que ser sempre alguém. O Lima foi transferido e eu disse:

– Você é mais antigo, vai ser o encarregado do material bélico.

– E você?

– Faz o seguinte: me põe na área de paióis.

Eu achava que depois de encarregado era a mais importante. O encarregado de material bélico – e fiz isso durante muitos anos – fazia, de quatro em quatro meses, um relatório quadrimestral de armamento e munição, que ia para o DMB, Departamento de Material Bélico, que chefiava todos os depósitos e os materiais bélicos de unidade. Então, esse relatório tinha que ser perfeito. Não sei, acho que nunca fiscalizaram esses relatórios porque o que ia dar de rolo... Quem assinava era o comandante da base.

Fui para a área de paióis. Na época de fazer o relatório, eu pegava o encarregado dos paióis e dizia:

– Alvarenga, você vê como está a munição, granadas, tudo...

Nós tínhamos tudo lá. Bombas de exercício, bombas reais... Ele me dava e é aquela história: se está numa função, tem que confiar nos seus auxiliares, senão não faz nada. Aqueles dados todos eu jogava no relatório quadrimestral. Sempre havia uma divergência em relação ao anterior porque havia um gasto com instrução, com exibições, então tinha que justificar. Aí foi para lá e fiquei apavorado: nenhum número estava certo. O que nós tínhamos de excesso de material bélico lá não estava no gibi! Existia uma tabela que limitava o número de material que podia ter. Tinha um que era previsto para instrução anual. Por exemplo, o Grupo de Caça, antes de começar o ano, mandava para o material bélico o que ele iria precisar para a instrução naquele ano, porque o pessoal precisava fazer exercícios. O piloto tinha que dar tiros, soltar foguetes, lançar bombas para quando chegasse a precisar, estar apto. Então, tinha essa dotação que se pedia ou completava se faltasse. E tinha o que eles chamavam de um estoque reserva, que também era limitado. Para que servia? Quando o presidente da República, o ministro ou o Estado-Maior iam visitar a unidade tinha sempre uma exibição. À medida que se gastava uma parte do estoque-reserva, requisitava uma parte do material. Chamei meu chefe e disse:

– O paiol está ruim... o negócio está assim... esses são os números que nós temos. E esse o que nós teríamos que ter.

– O que você sugere?

– Temos que recolher isso.

– Então, vamos recolher.

Recolhemos tudo e ficamos certinho. Por isso eles não foram a Santa Cruz. Já no comando do Rui, tudo estava certo. Imaginem que ele tem que confiar no chefe de material bélico, que levou o relatório para ele assinar. Este tem que confiar no seu encarregado, que foi quem confeccionou o relatório. E o encarregado tem que confiar no cara do paiol também. É uma cadeia de confiança que, se um falhar, dá zebra. E era o que tinha acontecido. Esclarecida essa parte só para entender como funcionava e o que era excesso. Eles recolheram o excesso. Não deixaram de fato as unidades desarmadas, inclusive porque eles eram maioria. A maioria dos oficiais era de reacionários. O Coronel Rui Moreira Lima talvez tivesse quatro pilotos de caça da confiança dele. Era assim! Não era fácil não... Agora, a tropa não. Essa era 99,9% de confiança, nós conhecíamos.

Sobre essa volta do Jango, vou falar do que aconteceu em Porto Alegre. Eu não estava lá, não vivi, mas isso me foi passado pelos companheiros que lá serviram. Desde aquela época, a mania era bombardear o Palácio Piratini! Impressionante!... Eles tinham um ódio do Brizola... qualquer movimento bombardeavam o Palácio. Então, quando a crise começou, os oficiais começaram a mandar as famílias para o Rio, nos aviões de transporte aéreo. Eles estavam pensando que iam fazendo isso e ninguém estivesse percebendo. Lógico que os sargentos estavam vendo, porque não são bobos como eles pensavam. Porque eles ficariam sozinhos lá e a ideia era bombardear Porto Alegre! Os aviões foram armados pela tropa, tudo direitinho... aí partiram com os aviões. Houve luta corporal. O que aconteceu? Os sargentos prenderam todos os oficiais.

Isso que sempre frisei com o Coronel Rui. Nunca passou pela nossa cabeça, mesmo com a força que tínhamos, assumir nada não! Nós conhecíamos a cadeia de comando e nunca permitimos que a disciplina e a hierarquia fossem quebradas. O que eles fizeram? Entregaram o comando ao comandante da Região, porque da FAB não se confiava em ninguém. Era tudo gorila... Entregaram a base ao Exército, ninguém assumiu coisa nenhuma.

Estou falando dos obstáculos que foram surgindo e desaparecendo para o Jango tomar posse. O último era a operação Mosquito, que digo com honestidade que não sei se foi posta em prática, mas, se foi ou se fosse, os canhões não iam funcionar, porque a politização da tropa não era só em Santa Cruz. Era em todas as nossas unidades e nas unidades do Exército. Tanto

que o Garcia foi sabiamente escolhido. Era, de fato, o melhor candidato e nunca nos decepcionou, como até hoje não nos decepciona. Ele vai toda terça-feira lá na ADNAM e é o presidente da primeira reunião.

O Jango tomou posse, nomeou como comandantes de unidades, que era prerrogativa dele, os nacionalistas. O nosso comandante era o Brigadeiro Francisco Teixeira que acho – pelos depoimentos que tenho de companheiros –, que foi o grande responsável pela entrega da FAB. Vou repetir o que disse numa conferência numa Faculdade lá de Santa Cruz, a convite de uma professora, para uma turma que estava terminando Administração de Empresas. Nós pegamos a República, pusemos numa bandeja e demos de presente para quem não tinha condição de ganhar. E, até hoje, não consegui entender por que os comandos nacionalistas não reagiram... Não digo reagir. Era cumprir seu dever, cumprir a Constituição. Eles alegam que o Jango não quis derramamento de sangue. Não concordo, porque, quando ele saiu de Brasília, foi na hora que quis, foi para o Rio Grande do Sul e ficou cinco dias lá! Não precisava de ordem do presidente da República para cumprir o seu dever! De jeito nenhum...

O Jango tomou posse, mas os caras continuaram tramando... em fevereiro aconteceu esse episódio da munição. E, antes, não posso precisar, apesar de estar registrado o voo na minha caderneta – ou talvez até a sessão de estatística tenha omitido esse voo para que posteriormente nada fosse apurado –, aconteceu que começaram a sair uns voos noturnos, sem razão nenhuma. Às seis horas da tarde, decolavam três aviões da embarcada, seriam do porta-aviões. Decolavam, voavam quatro horas, para São Paulo, Bauru, e, às dez horas da noite, pousavam. Iam para uma área, que ficava mais ou menos na altura de metade da pista de decolagem. Meio afastado, mas para o lado dos hangares, tinha uma área cimentada. Esses aviões pousavam do voo ali, eram reabastecidos, encostava um carro-bomba com foguetes, que eram instalados nesses aviões... e eu acho que eram conectados, o que era proibido! Só se conectava foguete na cabeceira da pista na hora da decolagem, porque é muito sensível e, qualquer desviozinho de energia, aquilo dispara.

Nisso, estava esperando chegar minha vez. Eu era tripulante, tinha uma escala e eles teriam que me escalar. Aí, um dia, não teve jeito. Pela escala, chegou a minha vez. Era eu e um outro rapaz, Sérgio, que era mais moderno que eu. Eu era um dos mais antigos na época. Todo mundo tinha apelido na

FAB, e esse era o Sérgio Goiabada. Que ele não era muito homem, não era, mas não sei se o apelido tinha relação com isso... Fiquei vendo o dia inteiro ele passar por mim inquieto. Ele era muito ligado à gorilada, sabia de tudo... teve uma hora que eu disse:

– Sérgio, o que está havendo? Você está querendo falar comigo, está com medo?...

– Não. O negócio é o seguinte: nós vamos voar logo mais... Não sei se você sabe que depois do voo tem que botar os foguetes...

Eram três aviões, então iriam pelo menos dois armamentos, e, nesse dia, iria eu e ele, primeiro e segundo-sargento. Eu disse:

– Eu sei de tudo.

– Pois é e... nós vamos conectar?

Quer dizer que ele está sabendo que os outros estavam conectando. Porque tem gente que recebe ordens. E o regulamento diz o seguinte: “Ordem absurda não se cumpre, a não ser que o cidadão dê por escrito”. Então, quem entende do armamento e sabe das regras de segurança somos nós. Se me dão uma ordem que se vê que é absurda, digo:

– O senhor dá por escrito?

Geralmente ele foge da raia...

Eu disse:

– Sérgio, você é mais moderno que eu. Então espere que na hora te digo o que deve ser feito.

– É, mas você sabe... e se o major mandar?

Tinha um major que seria o mais antigo nesse voo. Respondi:

– Ele não pode te dar ordem. Vai dar a mim, não a você. E você cumpre a minha ordem.

Aí ele ficou calmo.

Decolamos, voamos quatro horas, tudo para gastar gasolina, não havia necessidade, não era instrução. Se fosse, por exemplo, para instrução de navegação... mas não era nada disso. Pousamos, fomos para a tal área que já falei, encostaram o carro de material bélico, com os foguetes, nós os instalamos. Peguei e fiz o que a regra de segurança manda: enrolamos todos os cabos elétricos, botamos um elástico, que é como se faz, e só na hora que está na cabeceira da pista é que se tira e se faz a conexão. O major estava do meu lado, olhando, não falou nada. Ele sabia que para me dar uma ordem ia ser difícil de ser cumprida. Ele já me conhecia da América.

Logo em seguida, num domingo, nós estávamos na casa do Brigadeiro Teixeira, que era comandante da região, e o Coronel Rui estava lá. Eu contei esse fato e ele não sabia, como comandante:

– Você pode me dar o dia desse voo?

– É só olhar minha caderneta.

E mandei para ele. Não sei o que ele fez... Então, eles já estavam fazendo isso, todo mundo estava sabendo e ninguém tomou providências.

Houve um chamado Levante de Brasília, feito por um sargento que não tinha liderança nenhuma e que se envolveu com um deputado. Isso foi um pouco antes de 64. Não sei se até aquilo não era uma prestação de serviço para ajudar no que eles precisavam. Eles precisavam dizer publicamente que havia indisciplina nas Forças Armadas. Aí houve problema. O pessoal do parque ficou muito preocupado e o comandante mais ainda. Mas, esse pessoal era muito politizado, não iria se envolver nessa... O comandante pediu socorro à 3ª Zona Aérea, ao Brigadeiro Teixeira. Ele pediu socorro ao Rui em Santa Cruz. Foram escalados o Fragoso, o Tavares e o Ailton para irem ao parque de São Paulo. E os três exigiram que o Garcia, que era nosso deputado, fosse junto. O Ailton virou-se para o coronel e disse:

– Acho que o Bugarin deveria ir porque serviu oito anos lá, deve conhecer todo mundo.

Aí o Coronel Rui disse:

– Não. Não quero expor o Bugarin porque os oficiais da embarcada, quando se referem a ele, nem dizem o nome, mas sim “O Comunistão”.

Era lanterneiro e fiquei com fama de comunista. E, talvez, minhas ideias sejam assim, não digo que não. O que eu quero é o melhor para o meu país, o resto que se dane...

Tanto zelamos pela disciplina – o Rui não sabe disso, ele era o comandante – que, um dia, o que aconteceu? O João Goulart foi, como presidente da República, visitar a base. Nós tínhamos dois que não podiam tomar parte na formatura, porque se trajavam mal. Um era o Fragoso, mas dava para enganar, conseguimos botá-lo na última fila para não ser visto por ninguém. E o outro não tinha condição! O apelido dele era Carniceiro... Ele só tinha uma farda maltratada, não tinha recuperação. Dissemos a ele:

– Você fica no alojamento, que nós vamos resolver sua presença.

Contornamos a falta dele. Isso tudo para evitar que falassem que o comando do Rui era relaxado, porque eles queriam pegá-lo de qualquer maneira.

No caso da indisciplina, os oficiais falam do caso do Automóvel Clube. Nós não tivemos culpa... Era aniversário da polícia militar. Fizeram uma festa, o presidente da República foi convidado, o ministério todo... Foram o João Goulart, o ministério militar, o ministro “Feijoada”, que era o da Justiça, Abelardo Jurema. Então, nessa época, o nosso clube tinha dois presidentes. Um, que nós que éramos do conselho colocamos, e outro que não se conformou e foi para a Justiça. Havia uma briga judicial pendente. A diretoria levou toda a documentação do clube, alugou um lugar para se reunir. Nós pusemos como presidente o que era mais fraco do Conselho Deliberativo. O Jamil era presidente do conselho e nunca poderíamos tirá-lo de lá, como não podíamos tirar o Tavares, o Laforant... eu mesmo não podia sair. Então, sou culpado porque escolhi e convenci os demais que o melhor era esse, que a gente poderia manobrar... Quando chegou no Automóvel Clube eu, o Tavares, o Laforant e o Fragoso, fomos falar com o ministro da Aeronáutica. O apelido dele era Gaguinho, porque gaguejava muito... Fui encarregado de transmitir a ele o problema:

– Ministro, não convém ninguém falar em nome do Clube, nem em nome dos sargentos, porque nós temos dois presidentes. – contei a história para ele – Então, gostaríamos que o senhor evitasse que qualquer um dos dois falasse.

– Muito bem. Não fala ninguém da Aeronáutica.

Nos afastamos, porque o Jango estava para chegar... Estávamos mais perto da porta de entrada do Automóvel Clube. Aí olhei e vi o Fragoso no ouvido do ministro:

– Tavares, o que será que o Fragoso tanto fala?

Eu até hoje tenho certeza – o Fragoso nega – que ele convenceu o ministro de que um dos presidentes do nosso clube deveria falar.

Conclusão: ele tinha no bolso um discurso preparado pelo Assis Brasil, que era chefe da Casa Militar. Ele não estava preparado para isso. De repente, fiquei surpreso quando o anunciaram:

– Presidente do Clube dos Oficiais e Sargentos da Aeronáutica.

O que ele fez? Não se dirigiu à mesa, como é praxe, que era composta pelo presidente da República e todo o ministério civil e militar! Pegou o microfone e disse:

– Os sargentos do Brasil estão com os marinheiros!

Aí o Anselmo saiu correndo não sei de onde, pulou no palanque e os dois se encontraram no ar e se abraçaram!... Eu disse:

– Tavares, você vai ver o que vai acontecer amanhã...

Era o que eles queriam! Queriam dizer ao povo que havia indisciplina nas Forças Armadas...

Sempre achei que o Anselmo era um agente e fui muito criticado na época. Outro dia, assisti um programa de televisão na Globo, quando ele voltou. Tinha feito uma plástica e deu uma entrevista de costas para a câmera, porque não interessava a ele que ninguém visse a nova fisionomia. Ele confessou que era agente duplo. Porque o que esse cara fazia, não estava no gibi! Ele entrava no gabinete do ministro da Marinha, sem avisar, invadia... É como diz o professor Benevides: já temos no Brasil hoje cem agentes da CIA. Onde estão? Estão aí...

Tem um livro chamado “Cabo Anselmo”, onde contam as passagens... As coincidências: todo lugar em que ele passou, o DOPS destruiu todas as células. No exterior, a mesma coisa. Ele foi julgado. Esse julgamento impressionou muito a um amigo meu. Ele sabia que, se condenado, era fuzilamento. Não tinha jeito! O que ele já tinha destruído de companheiros, tudo o que estava pondo em risco na organização... Nesse julgamento, ele deu a arma dele para o encarregado e disse que se fosse considerado culpado, para fuzilá-lo. Uma jogada: tudo ou nada. E foi absolvido. Aí todos os contatos dele começaram a cair... Foi muita coincidência! Tem acusações – essas eu não corroboro porque não sei – de homossexualismo. Era um cara bem falante, não era cabo. Nunca chegou a isso. Mas andava com as divisas, tinha muita liberdade...

E veio 64. Aí que ficou a mágoa dos nossos comandos nacionalistas...

Na véspera, 31 de março, houve uma tentativa de tomada do Ministério da Guerra, agora do Exército, mas parece que não conseguiram nada. A notícia chegou não sei como. O Coronel Rui fez uma reunião no cinema, contou o fato, mas disse que não teve maiores consequências e que tinha que ir para uma reunião no Galeão. Na volta, reuniu toda a unidade no cinema e disse que estava tudo sob controle, mas que havia alguma coisa que justificava que um terço da unidade ficasse de sobreaviso. Nesse um terço, é lógico, não fui incluído. Ele também não podia ir a cada comandante de subunidade e dizer:

– Você escala Fulano, Sicrano e Beltrano para ficar.

Não podia. Porque o outro poderia dizer:

– Espere aí. O comandante aqui sou eu.

Então, sobre, como sobrou o Agra. Ficou lá o Belini, porque eles não o conheciam bem. Posteriormente, foi transferido para Salvador, de castigo, e está lá até hoje. Não quer mais sair... Naquela noite, deu-se todo o drama. E começou a aparecer aquele rapaz que sempre vai comigo à ADNAM, o Roberto Costa.

Eu não estava mais indo para Santa Cruz no trem da base, porque o Tavares tinha um fusca, e eu ia e voltava com ele, pois morávamos na Ilha do Governador. Dia 1º, de manhã, ele me apanhou. Passamos e apanhamos o Dantas, um primeiro-sargento fuzileiro naval, radiotelegrafista e paraquedista, para dar uma carona até o Corpo de Fuzileiros Navais no Bananal, no final da Ilha. Quando chegamos lá, o comandante da unidade estava sentado num banco na entrada do quartel. O Dantas era da unidade, conhecido do comandante, e nos apresentou. Batemos um papo rápido e ele perguntou ao comandante:

– Como está a situação?

– Está tudo tranquilo, sob controle. As tropas estão vindo.

O Rui conta essa passagem das tropas estavam vindo de Minas. Ele as sobrevoou. É até engraçado... Aí o Dantas perguntou:

– Comandante, se está tudo sob controle, por que todos os oficiais estão armados e os sargentos desarmados?

Ao invés de responder, ele tirou o cinturão e disse:

– Quer ficar com a minha arma?

É lógico que o Dantas não aceitou.

Dali fomos para Santa Cruz. Chegamos logo depois do trem. Encontramos o Agra no portão, estava nos esperando. Ele era primeiro-sargento, fotógrafo, que conheci em Cumbica, continuamos em Santa Cruz. Ele confiava em mim, mesmo na época em que eu era chamado de lanterneiro, pois só viam em mim o lacerdista e não outra coisa. Tem que se separar os campos. Nem todo mundo é só ruindade, tem um lado bom. Eu e ele sempre aprendemos a confiar um no outro e, nas nossas crises, a gente se entendia bem. O Agra dominava os dois grupos de caça. É impressionante... E ele então estava no portão nos esperando. Entrou no carro e disse o seguinte:

– O Belini – que tinha pernoitado lá de serviço – estava aqui esperando o trem chegar e me disse que de madrugada tentaram tomar o comando do Rui no peito.

O Rui sempre foi valente, essa é a verdade. E parece que tinha dado, inclusive, um murro na cara do que ia substituí-lo:

– Só passo o comando diante da tropa, como manda o regulamento.

Ou seja, só quando amanhecesse o dia. E o Agra continuou:

– Mas ele correu os alojamentos nos pedindo para não deixar armar os jatos porque eles vão bombardear Porto Alegre.

A eterna mania deles era Porto Alegre! O que aconteceu? Fizemos uma reunião eu, o Agra, o Tavares, aqueles que tinham de fato a liderança da unidade. E decidimos mandar um recado para o Coronel Rui. Até pouco tempo, não sabia como esse recado tinha sido entregue a ele, se ele o recebeu ou não. Trinta e três anos depois é que vim a saber... Provoquei o assunto, conversamos durante quase uma hora, falei do tal relatório também...

Resolvemos mandar esse recado. Sempre jogamos de peito aberto, nunca tivemos a preocupação de esconder de que lado estávamos, quais eram os nossos objetivos, o nosso nacionalismo... nunca. Então, um major parou atrás da gente, ouviu que estávamos querendo mandar alguma coisa para o Coronel Rui, e ficou ouvindo. E nós não estávamos nem aí. Mandamos dizer que ele ficasse no comando, que iríamos garanti-lo lá. Porque tinha que haver resistência em algum lugar. Com os rádios dos nossos aviões, do Minas Gerais, por fonia, se falaria direto com Porto Alegre. E quem mandava no Sul era o General Ladário Teles, que era nacionalista, e estava com Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, tudo na mão dele. O batalhão ao lado, do Exército, também era nosso. E que ele não passasse o comando, nós íamos garanti-lo. Na minha parte do recado, terminei dizendo o seguinte:

– Diga a ele que vamos morrer juntos aqui, se for o caso.

Porque nós não queríamos mesmo entregar a República na bandeja. A nossa ideia era fazer de Santa Cruz um marco, nem que a gente se imolasse lá dentro... Era essa a ideia. Nós queríamos briga. Confronto tinha que haver, como ainda haverá algum dia! Esse negócio de medo da esquadra americana não me convenceu, apesar de sabermos que ela estava aí, nas costas de Santos. O Agra ainda acrescentou:

– O senhor diz a ele que é muito cômodo pedir para a gente não deixar armar os jatos, passar o comando e ir embora. Ele tem que ficar.

O Rui não sabia desse particular, que a gente armava os aviões e funcionaria ou não. Veio a saber porque fui obrigado a falar com ele, 33 anos depois... O recado foi.

Aí reuniu-se para a passagem de comando no hangar. Nós não tínhamos nos preparado para ele dizer não! Porque confiávamos, de fato, que todos eram comandantes nacionalistas e dispostos a tudo! Você é nacionalista ou não! Ele, de fato, fez um discurso violento. Leu a carta que o pai dele – que tinha sido juiz em São Luís, no Maranhão – escreveu quando ele saiu aspirante, falando das futuras responsabilidades, que dizia: “Meu filho, nunca use as armas que o povo paga contra ele”.

Uma coisa assim... Aí ele passou o comando.

Nós gelamos... Fazer o quê? Acabou tudo... Até hoje eu assumo, me jogo uma responsabilidade por não ter havido resistência. Nessa altura da vida, não estou querendo... não tenho vaidade nenhuma... e não vou dizer isso porque possa me engradecer, porque sei que já estou indo... Apenas quero que meus filhos não se envergonhem de mim. Só isso. Se eu tivesse dado um passo à frente, toda a tropa acompanhava. Talvez ouçam isso de mais alguém...

Passado tudo, lá fui eu embora para a minha seção, e tinha que atravessar o hangar inteiro para chegar aonde trabalhava. Estava vendo o pessoal dos dois grupos de armamentos na porta do hangar. Estavam só me esperando. Não podia correr da raia... fui. Quando cheguei perto deles, eles viraram para mim e disseram:

– Bugarin, e agora? O que vamos fazer?

Um bando de garotos... Eu não sei. Às vezes fico pensando: eu teria o direito de jogar aqueles garotos no fogo? Não sei...

Eu disse:

– A partir do momento em que o Congresso considerou vago o cargo de presidente, tudo o que nós fizemos daqui pra frente é subversão. Até então, não! Nós éramos a lei. Eles é que eram os subversivos.

E foi assim que nós entregamos o que não tínhamos o direito de fazer. Não sei o que eles alegam. Eu tenho lá as minhas conjecturas. Vou mostrar um trabalho que fiz só sobre Santa Cruz, que é o que vivi, ilustrado pelo Sargento Roberto, que é desenhista e toca violão. É um cara extraordinário. Foi duro, difícil tirá-lo do Ato, mas o mandaram para Fortaleza, de castigo.

O Roberto, durante a madrugada no material bélico, parece que à meia-noite... não sei. Tenho o depoimento escrito que usei para esse meu trabalho. Foram lá, bateram na porta do material bélico. O Roberto Costa era o que estava lá, de serviço, de prontidão, naquela noite de 31 para 1º de abril. Não sei por que cargas d'água, muito bem escolhido! Era o melhor que nós tínhamos. Apesar de, na época, termos dois suboficiais, um deles até meu amigo, mas militarmente não valia nada. É a tal história: separei os campos, como o Agra também faz.

Bateram na porta, o Roberto olhou – porque na porta principal do material bélico tinha um basculante ao lado – e viu quem eram os três majores: Major Dias, comandante de um dos dois esquadrões de caça; Major Binato Nogueira, que já falei dele quando era capitão, chefe de pessoal na América; e o Major Cavadas, intendente, que era o que passou e ficou nos ouvindo e nem nos preocupamos com isso. Todos armados. O Roberto abriu a porta. O Major Dias, que era o mais antigo dos três, disse:

– Costa, o negócio é o seguinte: nós viemos buscar a chave do material bélico, e você pode ir para a sua casa, ficar com sua família.

O Roberto Costa tinha uma ordem por escrito do Coronel Rui. O material bélico, para efeito de operacionalidade, era ligado diretamente ao comandante da unidade. E nessa ordem estava escrito que as chaves só poderiam ser entregues ao comandante da unidade, que era o Coronel Rui; ao oficial de operações – que, naturalmente, ele teria escolhido a dedo nessa noite –, e ao oficial de dia. Ele mostrou isso, dizendo:

– Está aqui assinado.

– Não. Tudo já é nosso!

Parece que era meia-noite e pouco...

– Não se preocupe, pode dar a chave.

O Roberto engatilhou a sua arma e disse:

– Com licença!

E fechou a porta. Às duas da manhã, os três voltaram com a mesma conversa. Nisso, ele foi tentando ligar. Tinham cortado o telefone... Não entendi por que o chefe de material bélico, o Vieira, que era amigo do Rui, não apareceu nenhuma vez por lá. Foi o portador do meu relatório e do nosso recado. Antes de dá-lo, perguntei a ele:

– Capitão Vieira, o senhor vai encontrar o Coronel Rui antes da passagem de comando?

– Vou, ué?! E a senhora dele está lá na minha casa, esperando.

Bom, ele não apareceu lá. Mas o Roberto era firme, não tinha conversa. Quando eles voltaram, bateram, ele abriu a porta. Foi preparado, como todos nós, para a guerra. Não era bobo, não. Olhou e viu que o Major Cavadas estava com o coldre aberto, era só fazer um movimento e estava de 45 na mão. O major disse:

– Roberto, dá logo essa chave, vai embora pra tua casa, porque isso é nosso mesmo, não tem jeito.

Ele respondeu:

– Olha, tem luz no gabinete do comandante. Falem com ele, mandem-no chegar na varanda e fazer um sinal que eu entrego. Sem ordem dele, não entrego.

Nisso, ele notou que o Major Cavadas se esgueirou por trás dos dois outros majores, para não ser percebido, e disse:

– Major Dias, mande o Major Cavadas voltar e ficar do seu lado, senão vou fuzilar os três!

Desceu a porta, eles foram embora.

Com a chegada do trem, vieram os suboficiais mais antigos. Um deles era o mais antigo, da sexta turma, Edson de Melo Menezes. Chegaram lá no material bélico e aí o Roberto relatou o que tinha se passado:

– Ih! Roberto, como é que você foi fazer uma coisa dessas?!

– Eu estou cumprindo ordens!

O Pinto botou a mão na cabeça e disse:

– Como é que você faz isso com três oficiais superiores?...

O Roberto fez um apelo a eles:

– Se vocês discordam do que eu fiz, do meu procedimento, façam o seguinte: se ausentem daqui, vão para a cantina, para o alojamento, me deixem aqui que eu resolvo. Vou até o fim!

Nisso, chegaram os três majores. Quando viram o Dias, o Pinto, o Menezes, naturalmente, ficaram mais tranquilo. Eles, já sabendo, fizeram aquela pergunta, que é normal:

– Quem é o mais antigo?

– Sou eu.

O Edson se apresentou.

– Chaves do material bélico.

Ele pegou a chave e entregou. O Roberto ficou desesperado. Ele tinha uma moto, pegou-a, foi atrás do Vieira, não o achou... Isso é um capítulo à parte: no meu trabalho ponho “assalto ao material bélico I”, “assalto ao material bélico II”, e nisso tem um intervalo em que outras coisas aconteceram. Depois vem o “assalto ao material bélico III”, que é o final da história.

Roberto Costa foi preso e transferido, de castigo, para Fortaleza. Eles vigiavam os que eram transferidos, não era fácil... O Belini, que não era muito conhecido porque era muito discreto – não era tão assim como eu e o Agra, que falávamos, enfrentávamos, não escondíamos o jogo... –, foi transferido para Salvador.

O comandante do grupo P-15 – um avião antissubmarino, como o nosso da embarcada – era o Sildomar, aquele que me referi no início, da América, que me deu a cópia do ofício do Maj. Becker. O Belini chegou lá no P-15 e, como era muito competente, bom de radar que era um danado, todo mundo o disputava para voar. Aí veio a Unitas, uma operação que reunia navios de todas as Américas, com exceção de Cuba: da Argentina, do Uruguai... Cada ano começava num lugar e terminava em outro e, nesse ano, iria começar em Porto Rico e terminar no Brasil. Faziam manobras, tudo para treinamento, como se fosse uma guerra. O Burnier pegou um major e disse:

– Pegue um avião, vá a Salvador e diz para o Sildomar que o Belini não pode fazer operações da Unitas, porque ela vai começar no exterior.

Todos os que ele transferiu, ele vigiava de longe. Então, como a Unitas ia começar e, lógico, os P-15 iam participar – assim como o P-16, todos aviões de caça submarina –, ele mandou o Major Sildomar fazer isso. Aí, este respondeu:

– Você diz para o Burnier que aqui quem manda sou eu. O comandante sou eu. E que o Belini vai porque as minhas tripulações são escaladas por capacidade.

E o Burnier teve que engolir...

Eu só fui preso no dia 27 de abril. Eles não prenderam ninguém no dia do golpe. Foram prendendo devagar... O primeiro a ser preso foi o Sargento Soares, que costuma ir à ADNAM, na ABI, também. Numa sexta-feira, na saída, pegaram o Caldeira, que era um suboficial de rádio, muito bom. E numa segunda-feira me pegaram, no início do expediente. Mas fui avisado. O Ananias, que falei da América, sabia. Ele estava do outro lado. Tinha

que ter gente do outro lado também, não era só o nosso! Mas era honesto. Chegou e me disse:

– Bugarin, segunda-feira vão te chamar!

Parece que não estava previsto que me chamassem... Fui preso como lanterneiro, estou dizendo! No dia 27 de abril, segunda-feira. Acho que eles fizeram até uma covardia com o tenente que mandaram me buscar. Tenente Stafi. Era muito bom, morreu num desastre de avião, era bom de pinga, como eu... alguém que nunca podiam mandar me prender! Chegou na minha seção, numa mesa em que eu estava sentado. Já sabia, porque o vi chegar armado:

– Bugarin, você quer me acompanhar?

Já senti... Mas vi que ele estava fazendo aquilo com tristeza. Fui... Quando cheguei, já tinha um outro, um garoto na idade, que tinha participado do Levante de Brasília, o Isnard. Eles fizeram o seguinte: tinha um alojamento com uma varanda grande toda telada, por causa dos mosquitos, que tinha sido dos americanos quando passaram por Santa Cruz. Eles tinham pavor dos mosquitos! Ali moravam os segundos-tenentes, os aspirantes novos que estavam chegando. Eles puseram todos para fora para nos abrigar. Aí me levaram para a embarcada, para o comandante que, nessa época, era o Major Perez, um que ficou valente depois que o Rui passou o comando... Antes não, mas depois!... Mandaram chamar um capitão de infantaria que tinha servido muito com meu irmão, para me levar para o presídio.

Vou contar: quando entrei e o cara fechou a porta, me senti aliviado. Não aguentava mais ficar solto... em liberdade... Eu entrava no hangar de Santa Cruz – onde ficava o Zepelin e tem umas passarelas, com todos os escritórios, diversas seções... – e via os oficiais da embarcada na passarela, me olhando como que dizendo:

– Esse cara ainda está solto?!

O ambiente ficou tão constrangedor, que eu não aguentava mais... Então, me senti aliviado quando entrei na prisão. E lá fiquei 101 dias... dos quais 81 incomunicável. Eu fiquei 16 dias sem saber nada da família...

Fui preso na segunda e o Belini na terça. Por quê? Ele estava passando de carro e viu a hora que me levaram. O que fez? Foi lá em casa. Ele morava em Olaria e eu na Ilha. E ele foi lá e avisou minha esposa que eu estava preso. Ela preparou uma mala, com roupas, revistas, livros... Ah! O Belini,

ingenuamente, foi lá na prisão, querendo entregar tudo. Claro que o prenderam na hora! E não me mandaram a mala. Levaram muito tempo para me entregá-la... A gente não tinha aparelho de barba, nada. Tinha que chamar o barbeiro. E eu, como queria mostrar a eles uma certa postura, enchia o padre, o capelão, que fazia o serviço social:

– Padre, eu preciso do barbeiro! Não posso ficar assim barbado!

Para eles não pensarem que nós estávamos entregues... mas eu me senti aliviado.

Foi indo, indo... Pelo regulamento deles, dos “revolucionários”, ninguém podia ficar preso mais de 50 dias. Eles mesmos que estipularam. E eu estava com 55, vendo que não resolviam nada. Nesse dia, o capelão, que eu chamava de padre, entrou no meu quarto, à noite e, me chamando pelo meu posto, disse assim:

– Sub, eu tenho uma notícia muito triste para lhe dar...

Eu fiquei esperando...

– Pode falar, padre!

– O coronel pediu sua prisão preventiva.

Aquilo, para mim, foi o mesmo que dizer nada. Ele olhou para mim e disse:

– Eu lhe dou uma notícia dessas e o senhor fica com essa calma toda!

– Padre, quando entrei nesse quarto, me despedi da família.

– O que o senhor quer dizer com isso? Acha que esses homens são uns animais?

– Padre, há quantos anos o senhor está na FAB?

– Quatro.

– Eu estou há vinte! Conheço todo esse pessoal e sei do que são capazes.

Passou...

Com 17, 18 dias preso, a família ainda estava sem notícias, porque eles nem se preocupavam em tranquilizá-la. Minha mulher se juntou com a do Tavares e foi ao Ministério da Aeronáutica falar com o encarregado geral do inquérito, que era um marechal da reserva chamado para assumi-lo. Acho que era o Mascarenhas de Moraes... não, era parente de um desses do Exército. Ela chegou lá e encontrou o Alaor, um cara que protegi muito quando trabalhou comigo no material bélico, que já morreu. Ele estava do outro lado, mas isso não quer dizer nada, cada um pensa de uma maneira.

Eu critico aqueles que ficaram em cima do muro. Elas foram falar com esse marechal e esse moço era segurança dele. Ele a conhecia, porque cansamos de nos visitar:

- Terezinha, o que você está fazendo aqui?
- Vim falar com o marechal.
- Acho que ele não vai recebê-la...
- Ah, não! Tem que me receber.

E as duas saíram de lá com uma ordem dele para o Burnier, que era coronel, para que elas nos visitassem, nos vissem. Como o outro era marechal, ele tinha que acatar.

Um belo dia, estava lá no meu quarto – onde andava o dia inteiro para poder dormir de noite – e chegou o tenente que tinha sido sargento comigo, Tenente Moisés, que foi escrivão do inquérito. É muito boa pessoa, o Rui conhece muito, porque ele também foi do grupo de caça na guerra. Ele disse:

- Bugarin, vim te buscar porque a sua senhora está aí.

Não sei por que escolheram a capela para mim e o cassino dos oficiais para mulher do Tavares.

- Tudo bem.

Saí com ele, que me disse:

– Ela está lá na capela, te esperando. A ordem que tenho é ficar do teu lado, ouvindo você falar. Mas não vou fazer isso, você sabe.

- Eu te conheço.

– Vou fazer o seguinte: ficarei aqui na porta da capela e você marca os trinta minutos, porque também não quero te chamar.

Isso até deu origem a um poema, uma quadrinha que escrevi para ela na prisão, que está numa homenagem que fiz a ela... Eu chamo meus versos de pés quebrados e isso tem uma explicação... É a fase da prisão: versos de pés quebrados na prisão...

Passaram-se os trinta minutos. Fui embora, ela ficou na capela. Ele me levou de volta... Não me lembro quando foi a segunda visita. Chegou um ponto em que eles tiveram que liberar as visitas.

Mas, um dia, o capelão – correndo o presídio de quarto em quarto – chegou para mim e disse:

- O coronel liberou a leitura.

Porque nós éramos proibidos de ler qualquer coisa. Acho que por teoria do coronel:

– Esses caras só têm que ficar pensando... mais nada.

Aí ele me deu a relação dos livros da biblioteca. E vi um livro que não tinha lido e que gostaria de ler: *A Revolução Francesa*. Pedi e o capelão olhou e disse:

– Acho melhor você pedir outro...

– Por quê? Vão me mandar dois?

– Não, é que o coronel pode não querer que o senhor leia esse livro. Então, ponha um outro...

Aí pus por acaso um livro lindo de morrer, estou procurando no sebo para comprar: *A vida exuberante de Olavo Bilac*. Foi o que me mandaram. *A Revolução Francesa* não...

Depois, foram regularizadas as visitas semanais, foram melhorando...

Mas o inquérito... Acho que o Burnier era doente. Ele, por exemplo, pegava e ia até três horas da manhã. Tudo bem. Eu ia para o meu quarto de prisão e dormia! Ele não. Pegava um outro. Quando acabaram os inquéritos, teve que ser internado. Estava todo desgastado.

A primeira coisa que eles queriam saber era a história do 11 de novembro, de tirar o percutor das armas. Esse Alaor – o que disse a elas que não adiantava que o marechal não iria recebê-las – estava depondo contra mim. Eu fui um pai para ele, que fez tudo o que pôde e estava ao seu alcance para me destruir... Chegou ao ponto de um companheiro nosso – que ainda está vivo e era escrivão do inquérito lá no Ministério –, ouvindo o Alaor depor como testemunha, falando tanta coisa, tanta besteira de mim, não aguentar e dizer:

– Alaor, como é que você está fazendo uma coisa dessas com o Vovô?

– Não, esse pessoal não valia nada!

Eles me chamavam de Vovô em Santa Cruz. Um apelido carinhoso, porque eu não era velho, tinha 39, 40 anos na época. Sempre achei que aquilo era carinho... Esse era um cara que não sabia separar os campos. Não estava do lado dele...

O inquérito começou com o 11 de novembro... dizem que foi o Alaor que levou isso para o inquérito. Dizem, eu não sei. E para explicar aquilo? Tentar resolver sem complicar o Vieira... Mas eu, como sempre primei por contar a verdade, frisei bem o que ele me disse por último. Bom, o mandaram buscar em casa. Ele morava ali na vila da base e fiquei esperando. Ele

veio, confirmou e também fez questão de dizer que era uma brincadeira. Mas não era como ele brincava! Ele foi ajudado, inclusive, pelo escrivão. Ficou escrito que ele queria testar o pessoal que tinha sob seu comando. Foi muito bom, porque ele se saiu bem.

Mas estava sabendo que eles iriam chamar mais alguém e a minha preocupação era que eles quisessem chamar um do material bélico, e eu queria evitar isso. Citei o Roberto porque sabia que era um que podia confiar, não iria fazer bobagens. Não deu outra: foram buscá-lo em casa, para falar do 11 de novembro. Ele virou-se para mim e disse:

– Me parece que o Capitão Vieira disse a você que era brincadeira.

O inquiridor, que ainda não era o Burnier, mas sim um major, disse:

– Você não pode falar diretamente com o Bugarin. Tem que falar comigo e eu pergunto a ele.

Ele me perguntou e respondi:

– Faz parte do meu depoimento.

O Roberto foi muito bem, só que saiu preso, como o Vieira. Eles aproveitavam e prendiam na hora.

Aí chegou o Burnier e começou tudo de novo...

Eu estava esperando aparecer a história do recado, porque tinha certeza que esse major tinha escutado. E não deu outra. O Burnier disse para mim:

– Você queria quebrar o pau em Santa Cruz!

– Eu? Como assim?

– Ah! Você não mandou um recado para o Rui não passar o comando?

Sabia que essa pergunta ia ser feita, mas precisava prevenir o Agra de que o assunto já estava sendo ventilado e o que eu iria dizer. Casualmente, houve uma visita antes dessa pergunta surgir e pedi a minha esposa:

– Você dá um jeito de pedir ao Agra para ir em casa e você diz a ele isso...

Tinha lá uma funcionária, amiga nossa, que morava no Realengo numa época em que morei. As duas famílias se conheciam, e minha esposa foi falar com essa moça para pedir que ela dissesse ao Agra para dar um pulo em casa. Ela deu o recado. Aí fiquei à vontade, porque minha preocupação era que eles pegassem o Agra desprevenido.

Quando o chamaram, ele só disse o que eu havia dito: já que tínhamos recebido um pedido de armar os jatos, que foi considerado absurdo, respondemos com uma proposta também absurda, que era que o Rui não passasse

o comando. O negócio foi... Ele não engoliu, mas teve que aceitar porque quando chamaram o Agra a história foi a mesma...

E assim foi indo. Estava estranhando que não aparecia minha estada na América na jogada. Era assim: o réu e o inquiridor ficavam cada um numa ponta da mesa e, nas laterais, três oficiais, geralmente capitães, mais dois e o escrivão. Esses oficiais só ficavam mandando bilhetinhos: “Pergunte isto...”.

Era uma covardia danada!

Um dia, às três horas da manhã, o Burnier deu um murro na mesa... Foi quando mais me emocionei...

– Eu não entendo mais nada! Todo mundo vem aqui para te defender!

Eles ouviram toda a base! Eu disse:

– Bem, coronel, então tenho que agradecer à sua “revolução”. Porque não sabia que tinha plantado alguma coisa. O senhor que está me dizendo!

Porque, de fato, todo mundo que foi lá falou bem de mim... Chamaram até um terceiro-sargento, coitado:

– Você conhece o Bugarin?

– Conheço.

– O que você me diz dele?

– O que o senhor quer que eu diga do homem que me salvou a vida?

Eu não salvei a vida dele!... Encontrei-o na estrada, num acidente, e resolvi o problema... Providenciei hospital, essa coisa toda. E foi assim...

Mandaram buscar esse Ferreira Lima, major dentista, que assumiu o material bélico quando fui para a área dos paióis. Ele tirou o curso, depois ingressou no quadro de dentistas da FAB, mas já estava em Belém. E mandaram buscá-lo lá, achando que ele era muito meu amigo, porque serviu muito tempo comigo, e que iam descobrir a pólvora. Ele chegou e perguntaram:

– O que você me diz do Bugarin?

– O que o senhor quer que eu diga de um homem que em 1947, na Base Aérea de Cumbica, pregava o fechamento das nossas fronteiras para vivermos de nós mesmos e provarmos ao mundo que éramos mais capazes?

– Major, pegue seu avião e volte para Belém.

Então, foi assim... Por isso, o Burnier foi ficando desesperado. Um dia, ele disse:

– Não entendo o que você está fazendo aí! Você era o único cara que tinha coragem de defender o Lacerda quando ele era proibido nas Forças Armadas!

Aí foi sopa no mel... eu disse:

– Já sei que o senhor conhece bem o Lacerda...

E comecei a citar os discursos dele. Eu tinha lido muita coisa, e tudo o que dizia ele tinha lido também. Disse a ele:

– Eu estava relendo, quando os senhores me prenderam, *O poder das ideias*. É um livro que parece que foi um comunista que escreveu e, no entanto, foi o Lacerda... As ideias dele não eram tão ruins.

– Ah, eu li...

Ele lia tudo. Citei alguns discursos do Lacerda, que numa certa época eu conhecia até trechos de cor. Ele sabia também. Eu disse:

– Bem, coronel, então o senhor deve ter chegado à conclusão que cheguei. O Lacerda é um contraditório.

Uma coisa assim... Ele abaixou a cabeça, pensou, e disse:

– Eu também não gosto muito dele porque me traiu em Aragarças. Quando parti para lá, Juscelino já era presidente e a finalidade era depô-lo. Passei na casa dele, na Tonelero, e deixei um bilhete debaixo da porta avisando que estava partindo.

Aragarças foi primeiro que Jacareacanga. O Lacerda era político... O que fez? Ligou para o Juscelino na mesma hora. Quando o Burnier chegou no Galeão, este já estava alertado. Não o prenderam porque era toda a corriola dele que estava lá. Mas teve que decolar correndo e ficou no meio do mato, com armamento e munição previamente colocados lá perto, para ser apanhado, para ser posto no avião por um colega de turma meu, Edson Valle Dutra. A gente tem que contar o fato e quem foi... Era um sargento de armamento, do material bélico, e se dava muito com o Burnier e toda a gorilada. Ele desviou o armamento e a munição e botou no meio do mato. Como o Burnier partiu corrido, não sei qual foi o destino disso, se voltou para o material bélico, se houve condição... não sei.

Aí ganhei a parada do Lacerda. E surgiu a história da América. Ele virou para mim e disse:

– O que houve com você na América?

Eu já estava achando que deviam ter contado a história para ele à moda de quem contou! Do meu lado, sempre ficava o escrivão. Estranhamente, nesse dia, sentou-se entre eu e ele o Capitão Drumond, que chegou a brigadeiro e foi muito decente comigo. Ele era primeiro-tenente na América e

nós tivemos um atrito lá. Chegou um ponto em que eu e ele combinamos o seguinte: se algum dos dois tivesse alguma coisa contra o outro, procurasse para esclarecer. Então, estranhei quando o vi sentado do meu lado: “O que está acontecendo?”. Aí veio o negócio da América... Eu disse:

– Bem, coronel, para falar do que se passou lá, o senhor terá me dar tempo, senão não entenderá nada...

– Você tem o tempo que quiser.

Contei, detalhe por detalhe, tudo... Quando acabei, esse capitão Drummond, que era da linha-dura também, levantou-se e disse:

– Bugarin, fui muito mal informado a seu respeito.

Não sei o que puseram na cabeça dele... Se levantou e saiu da sala! Nem pediu licença para o Burnier. Foi uma das gratificações que tive. Depois, quando entrei no Ato, na rua só havia dois que me cumprimentavam: ele e um outro que é brigadeiro, já passou para a reserva. Foi um que deixou o americano de queixo caído no negócio de pouso em porta-aviões. Era pequenininho, mas era muito bom em pilotagem.

Assim fomos indo até terminar o inquérito...

Com 81 dias, cessou a incomunicabilidade. E, com exceção de dois – o João Lucas Alves, que eles mataram e tentaram convencer que teria sido suicídio; e o Osvaldo Soares, que continuaram incomunicáveis –, eu e os outros fomos dispensados.

Na prisão, diariamente, recebíamos através do Belini, duas cachaças Pitu, duas garrafas por dia. Isso funcionava nos subterrâneos... Então, como era o mais antigo dos presos, peguei e nomeei um como tesoureiro, o Caldeira. Eles eram tão organizados que o Caldeira foi promovido quando estava preso! E nomeei o Fragoso, irmão do bispo Dom Fragoso, dispenseiro. Dei um cadeado para ele botar na dispensa.

Uma vez, entraram duas garrafas de Pitu de manhã. Quando foi à noite, na hora da janta, dissemos:

– Traz a nossa pinga para aperitivo.

– Não tem...

Tomou as duas garrafas. Ele foi demitido na hora!... Engraçado, foi o maior rolo...

Quando o Burnier estava fazendo o relatório, ele foi lá. Justamente na hora em que íamos jantar. Eu tinha tomado uma Pitu, estava com uma toa-

lha no pescoço. Fizemos uma mesa de refeição, porque a comida vinha do rancho, mas nós botamos na mesa, fazíamos como se estivéssemos em casa. Ele chegou de supetão e não deu tempo nem de disfarçar... porque a gente fazia o seguinte: tomava uma cana, e, como as paredes eram de cal, a gente dava um bafo nela porque, segundo o Caldeira, tirava o cheiro! Não deu nem tempo! Ele chegou e disse:

– Estou fazendo o relatório final. Não posso provar, mas tenho certeza que vocês se sacrificaram para salvar uma organização que tinha aqui dentro.

Como íamos explicar a ele que o que existia era nacionalismo? Ele não entendia disso... E virou-se para mim e disse:

– E você vai me pagar, hein? Não se iluda...

Bom, nós continuamos presos. Com 101 dias, a Terezinha, a mulher do Tavares, a irmã do Caldeira, a mulher do Cerodi... entraram com um pedido de *habeas corpus* no Superior Tribunal Militar. O desse último foi negado. Foi concedido para mim, Fragoso, Tavares, Caldeira. A Terezinha e a mulher do Tavares foram lá na base, levar em mãos. O Burnier, para nossa surpresa, disse:

– Para que as senhoras foram fazer isso? Eu ia soltar o pessoal...

!a soltar! Ninguém sabe se ia...

Fomos para casa... E assim foi 64.

Por que entregaram 64? Até hoje não cheguei à conclusão. Tem um desenho muito significativo que minha nora fez, que explica isso. Um garçom entregando a República na bandeja e quem está recebendo tem um chapéu do americano...

Eu fui reformado. Quando eu estava preso, não pedi nada a ninguém, nem tinha como. Achava que o que viesse tinha que vir, porque eles eram os vencedores e estes são os que ditam tudo. Inclusive, escrevem a história.

Ainda não cheguei a uma avaliação final da minha trajetória... Vou fazer algumas conjecturas, porque a gente fica pensando com que facilidade se entregou essa República! Com tudo na mão. Os caras só podiam correr, era a única alternativa deles, mas entregaram tudo de mão beijada... E vejam que nem eles acreditaram muito que tinham vencido! Durante um ano – e isso beneficiou muito os presos da época, como eu – eles ficaram temerosos de virar tudo. Isso foi dito por um coronel da FAB na ocasião, compadre de um colega meu:

– Nós não sabemos se ganhamos. Foi muito fácil...

Por isso que estranhei... No início não houve torturas... Depois que eles acharam que estavam firmes é que fizeram... Mataram, por exemplo, o João Lucas Alves, que era sargento em Santa Cruz, filiado ao Partido Comunista. Para mim, não tem importância nenhuma ser filiado ou deixar de ser... Eles o prenderam. Esteve preso em Santa Cruz, depois teve que ser solto, acabou o inquérito. Mas ele continuou em atividade. De repente, o prenderam em Bonsucesso por uma besteira. Eles saíram de uma casa em que estavam morando porque descobriram que já tinham sido detectados. Mas esqueceram um mapa da cidade do Rio, desses que se compra em qualquer jornaleiro, e ele resolveu voltar no dia seguinte para pegar e estavam esperando por ele. Prenderam... o moeram todo! Mas não queriam que ele morresse ali e o mandaram para Juiz de Fora. De lá, veio a notícia pela imprensa: “Subversivo se suicida na prisão”.

Algo assim. Ele estava num processo, com o Laforant, em que acho que o Kardec Lemme também estava, na Marinha. Conheci o Kardec nesse processo. Conhecia de nome, mas pessoalmente foi aí. Então, o Lucas morreu, a imprensa noticiou. Eu ia assistir, porque o Laforant era muito meu amigo e estava no processo. O promotor pediu ao juiz para tirar o João Lucas Alves por falecimento e mostrou o jornal. Ele disse:

– Só porque a imprensa noticiou que ele morreu, não posso tirá-lo do processo.

Pediu atestado de óbito e laudo cadavérico. Suspendeu a sessão e marcou para dali a quinze dias. Mandaram o atestado de óbito, mas não o laudo cadavérico. O juiz não aceitou e o exigiu, marcando outra sessão. Aí foi uma desgraça... Veio o laudo e eu me lembro que dizia, entre outras coisas: arrancamento de quatro ou cinco unhas; *causa mortis*: esmagamento dos rins!... O juiz ainda disse:

– É a primeira vez que soube que alguém se suicida esmagando os próprios rins.

Leu isso publicamente. Quinze dias depois, o juiz entrou no Ato 5. Era assim que eles trabalhavam, governavam! Então, a verdade não poderia vir à tona. Durante um ano não praticaram isso com medo...

Não tive coragem de voltar a trabalhar com mármore. Tem uma vizinha lá da Ilha – sou padrinho de casamento da filha dela, que é médica –, Maria

Inês. Essa senhora falou com a secretária do Brigadeiro Newton Rubens Serpa – o homem que mandava as relações para o Castelo Branco assinar para expulsar, passar para a reserva, para reformar... Elas eram amigas. Isso eu vim a saber depois. Vim a saber que, segundo essa secretária, eu estava na lista de demissão por expulsão até as duas horas da manhã. Ela viu meu nome, pediu para o brigadeiro, e me mudaram para a relação dos reformados. Eu achava que ia ser expulso e fui reformado... Fui reformado no mesmo posto, sem prejuízo das sanções penais, aquela coisa toda.

O processo continuou. Passou pela Auditoria da Aeronáutica, cheguei a depor, a ser qualificado mas, naquele mesmo dia em que fui ouvido, o Rui e o Neiva, que era comandante do Galeão, também foram. Eu fui o penúltimo, depois o Caldeira e aí o juiz suspendeu e disse:

– Não vou convocar a próxima audiência porque está sendo julgado hoje no Superior Tribunal Militar o pedido de correção desse processo.

E o Superior Tribunal Militar fez o seguinte: “arquite-se, por não haver crime contra a segurança nacional”. Quer dizer, fomos punidos porque tínhamos alguma coisa de liderança. Mas eles tiveram esse cuidado e nisso foram inteligentes: não deixaram ninguém que tivesse possibilidade de assumir algum tipo de liderança. Hoje a tropa não existe. Acabou... Até formar de novo não vai ser fácil.

Não adianta. Tem que haver uma liderança, porque senão como é que estamos? Temos quatro ministros incapazes, que só sabem abaixar a cabeça para o Fernando Henrique. Mal sabem eles que são responsáveis pelo crime que ele cometeu quando deu a Vale! Vamos admitir, até “vendeu”! Quem fala que doou foi o Hélio Fernandes... Porque a Constituição prevê: não se pode alienar o nosso subsolo. E, por ela, os ministros militares são responsáveis por vigiar a integridade do subsolo brasileiro. Eles não fizeram nada...

Eu publiquei uma carta, dirigida aos ministros militares das três forças, mais o ministro chefe do Estado-Maior. Na publicação da *Tribuna da Imprensa* puseram só “Vale”, mas título original era “Os ministros militares e a Vale do Rio Doce”. Eu apenas chamo a atenção para o fato, lembro a eles os regulamentos militares, a Constituição e uso – engraçado – trechos de um discurso do Rui Barbosa de 1911, que não tem nada a ver com o assunto. Mas, pegando alguns trechos esparsos, é igualzinho... Esse discurso tinha a ver com a Revolta da Armada, em que houve um acordo e só os vencidos o

cumpriram, os vencedores não. Então, o Rui Barbosa estava denunciando um navio, chamado Satélite, que a Marinha abarrotou de marinheiros e jogou lá fora para os tubarões comerem. É essa denúncia. O discurso é uma lindeza e tenho lá em casa gravado na voz do Lacerda. Ele encerra dizendo: “Nessa cadeira não serei nenhum paralítico ou aterrado”. Ele estava gritando contra o governo do Marechal Hermes da Fonseca. Essa carta vale mais pelo Rui Barbosa, em que citei o discurso que está nos anais do Senado.

Depois da prisão, fui para casa. Faltou coragem para trabalhar com o mármore.

Fiquei sem saber o que fazer, com medo de voltar a trabalhar com isso e não dar certo... Depois de 20 e tantos anos, cheguei à conclusão que podia ter trabalhado tranquilamente com isso. Em São Paulo, fiz uma pedra para uma senhora portuguesa que o marido tinha falecido, não cheguei a conhecer. Ela quis botar uma pedra no túmulo do marido e eu gravei para ela. Morreu um colega nosso em Cumbica, num desastre de avião, eu também fiz uma pedra, era o çaçula da nossa turma, isso em 47. Depois disso, só vim a fazer uma gravação que terminei agora e ainda não levei. É para Conservatória, a cidade das serestas. Eu tive lá um chalezinho alugado durante uns dois anos, ia muito. E a música é algo que encanta a gente. Então, ficava lá e me deliciava com aquelas serestas, serenatas na rua... E fiquei pensando numa maneira de agradecer. Arrumei um pedaço de pedra de mármore de carrara e fiz um violão, um cavaquinho, um bandolim, com um agradecimento, mas eu achava que as mãos ainda obedeciam o cérebro... a gente vai ficando velho, o negócio é diferente. Tentei fazer o que faria normalmente, quando era jovem: cordas nos instrumentos, mas me dei mal... tive que fazer uma correção mas, de qualquer maneira, acho que ficou bom. Eu tinha medo de voltar a trabalhar em mármore. E Conservatória me levou a isso de novo. Também, não tinha compromisso nenhum...

Tinha um amigo meu que havia sido cassado e estava em Belém. Eu tinha sido padrinho de casamento dele na Igreja Brasileira. Fomos para São Gonçalo, íamos segunda de madrugada e voltávamos na sexta lá pelas onze, meia-noite. Começamos fabricando cocadas. E até nisso a multinacional entrou no meio...

A maçonaria de São Gonçalo, através do mestre maçom – porque esse meu companheiro era iniciante em Belém –, começou a nos apoiar. Gosta-

ram muito de mim, fizeram de tudo para que eu entrasse na maçonaria. Não entrei. Meu pai foi do último grau na maçonaria, ajudou pra burro! Com a ajuda deles, começamos a ficar ambiciosos. Cocada era porcaria, porque só podia vender em botequim e era uma mão de obra. Apesar de ter feito em maquinário, quando não podia fazer sempre tinha alguém da maçonaria com oficina mecânica, que fazia para nós... Veio a ideia de fabricar bala. Mas, isso implicava em ter uma máquina. O pessoal da maçonaria começou a dar força:

- Começa, parte pra isso...
- Não tem dinheiro...
- Vê quanto precisa que a gente arruma.

Vimos para São Paulo, fomos numa fábrica de doce, e eles tinham uma máquina de fazer pirulito já obsoleta, pois estavam usando coisa mais moderna. Fomos negociar, eles pediram não sei quanto e a maçonaria arrumou uns duzentos mil cruzeiros, na época. Como? Eles pegaram uma nota promissória, preencheram com o valor, o mestre maçom e os outros todos assinaram atrás, tinha umas dez assinaturas. O mestre disse:

– Bastava a minha, mas isso é para você ter segurança. Em qualquer lugar que você for, isso aqui é dinheiro.

Não teve dúvida. Compramos a máquina e contratamos um funcionário deles para passar um fim de semana em São Gonçalo e nos ensinar a usá-la. E me lembrei que quando era garoto comprava um pirulito cujo formato era chupeta. Então, encomendamos dois cilindros para fazer a chupeta. A máquina aceitava o cilindro que pusesse. Precisamos daquele palito especial de pirulito. A maçonaria entrou de novo no circuito:

- Bom, onde isso é fabricado?
- Em Jundiáí.
- Lá não tem problema. Vocês vão e procurem o Fulano de Tal, que é dono de tal restaurante.

Aí já tínhamos uma Kombi que o Belini, que nunca se desligou de nós, arrumou. Ele chegou um dia para nos visitar na fábrica e perguntou:

- Como é que vocês vão fazer para transportar a produção?
- Por enquanto não sabemos...

Ele tinha um fusca que, na época, valia algo. Trocou por um outro carro para ele, deu entrada numa Kombi e nós pagamos o resto das prestações.

Fomos para Jundiá de Kombi. Antes, eles mandaram um maço conosco, quando viemos comprar a máquina em São Paulo. Fizeram com segurança porque queriam ver se a gente queria mesmo trabalhar. Saímos da empresa em Jundiá com a Kombi cheia dos pacotes de palitos para pagar em sessenta dias.

Começamos a trabalhar, a fazer os pirulitos. Enquanto a gente estava vendendo as nossas chupetas nos botequins de São Gonçalo até Niterói, ninguém incomodou. Esse meu amigo só ficava com a Kombi, levando e tentando vender. E eu e um cunhado dele, que era civil, trabalhávamos na produção. De quinta para sexta, a gente fazia serão e puxava dez mil chupetas! Havia muita perda, quebra. A nossa mão de obra eram os garotos de São Gonçalo. Na parte da manhã, tinha três que já iam trabalhar conosco com o material escolar, para depois irem para a escola. E, na parte da tarde, mais três que estavam saindo da escola. Os que iam à tarde saíam almoçados, e os que chegavam, almoçavam. Era eu quem fazia o almoço. Na remuneração, joguei claro com eles:

– Nós vamos ver o preço final de cada produto, as despesas que temos. O que sobrar é lucro e será dividido irmanamente entre todos nós.

Deu certo. Fizemos as outras peças que faltavam para a produção e fazíamos a manutenção delas... Como nós éramos rigorosos na produção – usávamos os produtos que deveríamos usar – era um sabor... Quando chegava na Ilha, o que tinha de vizinhos – todos crianças, como meus filhos – esperando as sobras!... Porque a gente levava o que quebrava para elas.

Meu cunhado trabalhava com propaganda e era representante de uma firma que trabalhava com eletrodomésticos em Juiz de Fora. Patrocinava os jogos do Maracanã televisados para a zona da mata, que estava completando bodas de prata. Então, ele me ligou e disse:

– Minha empresa vai fazer festejos. Vem o palhaço Carequinha, e tem que ter doces para as crianças. Quería que você fizesse um orçamento para cinquenta mil chupetas.

Eu pensei: “Vamos tirar a barriga da miséria! Comprar máquina nova...”. Fiz o orçamento, entreguei para ele, que disse:

– Está tudo aprovado. Sexta-feira vem um diretor para assinar o contrato.

As cinquenta mil chupetas nós poderíamos fazer em dois dias. Viraríamos a noite...

Fui para o Rio e nada. De noite, meu cunhado me ligou:

– Cancelaram o Carequinha, porque disseram que as despesas ultrapassaram a verba. Então, não tem chupeta.

– Tudo bem. Fica para a próxima...

Mas, no dia da festa, ele pegou o carro e foi lá, pois era representante. O Carequinha e a criançada estavam lá. E a Kibon – que só ela fabricava bala e doces – deu 60 mil pirulitos grátis! Ela podia dar, eu é que não... Como ia me virar? Desisti... Já estava sendo vítima da multinacional que tanto combati.

Depois, fui trabalhar como gerente de bar. O único emprego que trabalhei legalmente mesmo foi na Capemi, porque tinha um companheiro do Exército lá, que também tinha sido cassado e era chefe do pessoal. Ele era muito bom... Disse para mim:

– Você quer vir trabalhar aqui?

– Querer eu quero. Precisa ver se me aceitam...

– Aqui só tem gorila... Tem um que é da linha-dura da revolução, o Coronel Felício dos Santos Vila.

– Tudo bem.

– Amanhã você vem que vou te apresentar a ele.

Eu fui, tive que botar paletó, gravata... Ele bateu um papo comigo:

– O que você fez?...

Aí ele me fez a pergunta-chave, decisiva:

– Por que você saiu da Aeronáutica?

– Coronel, nunca escondi isso porque acho que para mim até é motivo de orgulho. Eu fui reformado pelo Ato Institucional n. 1.

Ele me olhou e disse:

– Para mim isso não tem importância. Os melhores funcionários que tive aqui até hoje foram os atingidos pelos atos. Está aí o Santana, que é meu chefe de pessoal.

Depois, ele chamou o Santana e disse:

– Gostei da figura. Manda fazer os testes.

Fui fazer testes psicotécnicos, aquelas provinhas que a gente tira de letra... Passei e fiquei aguardando em casa. Depois de uns quatro, cinco dias mandaram me chamar. Fui fazer um serviço que seria de relações-públicas. Eles chamavam de contato. Por exemplo, lidei muito com prefeituras, em que era aquela história: descontavam em folha do funcionário e não reco-

lhiam à Capemi. Lá ia eu, conversar com o secretário de finanças, tentar fazer acordos. E me dei muito bem mesmo! O coronel só me elogiava. Um dia, preparei um cara que era melhor que eu. O Carlos, que tinha uma maneira de argumentar que não tinha jeito! Eu disse:

– Melhor que eu, só ele.

Sai e ele ficou no meu lugar. O coronel disse:

– O Bugarin tinha razão. Você é bom demais.

A Capeme foi o último lugar que trabalhei...

Antes trabalhei numa firma de compressores, fui ser almoxarife. Cheguei lá não tinha nem armário, era tudo no chão! Eu que pus todas as prateleiras, cataloguei o material, fichei. De lá saí a pedido também. De repente, a idade foi chegando e não se pode fazer nada...

Mas, como disse antes, fiquei sem saber se o Rui tinha recebido aquele relatório e aquele recado, em 964. Um dia, falei com o Agra:

– Agra, vou falar com o Vieira.

Todas as vezes que eu o encontrava, não dava para conversar. Dez horas da manhã ele já estava bêbado... Queria saber se ele tinha feito aquilo. O Agra me disse:

– Não faça isso, eles são amigos desde a guerra... Vai ver que você vai criar uma inimizade entre os dois...

Eu ouvi o Agra. Conclusão: o Vieira morreu e ficou só o Rui. Comecei a frequentar a ABI e um dia falei para ele:

– Brigadeiro, precisamos conversar porque me ficaram duas dúvidas para esclarecer.

– Tudo bem. Vamos fazer o seguinte: um dia qualquer te telefono... Qualquer lugar serve?

– Serve. Pode ser até na sua casa.

Ele não telefonava.

Um dia, levei o Roberto lá na ADNAM:

– Vamos lá que tem um analista político muito bom, que é o Professor Benevides.

E passei a levá-lo. Ele o viu e pediu:

– Vou querer que você me relate os acontecimentos do material bélico.

Outro dia, ele chegou mais cedo, às três horas, e a reunião só começava às quatro. Eu disse:

– Brigadeiro, a gente pode aproveitar e conversar aquele assunto.

– Ah! Então, vamos subir.

Subimos e conversamos. Quando relatei a história do relatório, ele disse para mim:

– Não recebi a cópia.

Aí contei a história do recado, ele disse:

– Não recebi o recado.

Ficou a palavra dele. Eu acredito nele, com toda a honestidade. O Agra não acredita muito... Disse a ele:

– Pode ser que eu me engane, mas você não me deixou falar com o Vieira, que era testemunha.

O Rui sabe tudo do grupo de caça... É um apaixonado por aquilo! E, em 64, a primeira coisa que fizeram foi cassar todas as medalhas dele! Só não mexeram na do Congresso Americano porque não era deles. O resto tomaram tudo! Não sei se devolveram depois... E agora, recentemente, ele ganhou uma da França, pois foi homenageado lá, acho que com o Fortunato, que também era do grupo de caça.

Eu vou nas reuniões da ADNAM por causa daquele analista, o Professor Benevides. Não é a minha linha a que eles adotaram: resolver tudo na paz e nas urnas. Não há como se resolver assim. Eu acho que se deveria tomar outras providências... Quem tem medo de morrer fica de fora, quem não tem fica dentro! Se em 64 já queríamos fazer de Santa Cruz o nosso túmulo, se necessário, aos 73 anos quero mais o quê? Não! Os meus sonhos ainda não morreram... Eles conseguiram paralisar alguma coisa, mas ainda não morreram...

Engraçado. Minha filha é muito inteligente, está fazendo faculdade de Museologia. Mas é reacionária! Meu filho é diferente. Outro dia, falei a ela:

– Não sei a quem você puxou!

O pior não é isso. O pessoal da Faculdade a elegeu presidente do Centro Cultural. Eu ameacei:

– Vou levar o Brigadeiro com a frota para fazer uma conferência!

Mas é que ele ficou sem disponibilidade e ficou difícil...

Nós estamos aí. Com o tempo a gente se lembra de mais alguma coisa...

A ADNAM quer abrir para estender a mais civis e aos sargentos, mas eles estão muito temerosos. E eu tenho observado, ouvido... acho que insi-

nuam, sinto isso, que nós fomos responsáveis pela derrocada de 64. Se houve indisciplina, não foi nossa. Zelamos muito por ela...

O Rui tinha um porta-voz que nunca gostei. Era um suboficial, Micheloni, da guerra também. Ele foi reformado porque era amigo do Rui! Eles o prenderam e, no inquérito, o Burnier veio me perguntar o que eu achava dele. Eu disse:

– Coronel, os senhores estão fazendo uma injustiça com esse homem.

– Por quê?

– A única coisa que o Micheloni soube ser foi o melhor presidente de Cassino que já tivemos aqui.

– Por que diz isso?

– Porque ele fez coisas que eu nunca faria!

– Dá um exemplo.

– Vou lhe contar. O senhor se lembra que saiu uma determinação oficial que os sargentos poderiam entrar e sair do quartel em trajes civis, desde que o comandante autorizasse. E aqui o comandante não autorizava. Era o Zamiro Alves Pinto, acho. Ia fazer um voo noturno e nele completava dez mil horas. O que fez o Micheloni? Mandou fazer um bolo comemorativo, e que a diretoria do cassino permanecesse no quartel. À noite, quando o avião pousou, ele foi com a diretoria receber o coronel, levou-o para o nosso cassino, acendeu as velas do bolo, e tirou do bolso um item de boletim pronto para o coronel assinar, autorizando a entrada em saída em trajes civis. Eu nunca faria isso, não era do meu jeito, e ele fez...

Ele foi preso gratuitamente. Eles achavam que o Micheloni tinha liderança, mas ele não tinha...

Um dia, faltando trinta minutos para o rancho, ele me aparece no material bélico:

– Bugarin, quer dizer que tem greve?

– Onde?

– No rancho.

– Como você sabe?

– Me avisaram...

– De onde isso partiu?

– Não sei.

Olhei no relógio, fui atrás do Agra e disse o que estava acontecendo. Ele respondeu:

– Estou achando estranho.

Queriam deteriorar o comando do Rui! Não era outra coisa... Nós desmontamos a greve. O Rui até hoje não sabe disso... Ele não sabe como nós zelávamos para manter a disciplina.

Bom, agora que está tudo esclarecido, resolvi escrever essa história do que eu vivi em 64 em Santa Cruz. É toda desenhada pelo Roberto, alguma coisa da minha nora, sem pretensão nenhuma. Apenas para dar de presente a quem me merece... para aprenderem a me conhecer melhor. Pelo sim, pelo não, vou escrever o que sei...

Joacy Pereira Magalhães

Joacy Pereira Magalhães foi um militar de esquerda entrevistado que se tornou guerrilheiro urbano no processo de luta armada contrário à ditadura militar nos anos 1960. Homem negro, de origem humilde e oriundo do quadro de sargentos da Aeronáutica, apoiou incondicionalmente o governo de João Goulart e por esse motivo foi preso pela primeira vez. Com a radicalização política de esquerda e seu consequente ingresso no agrupamento guerrilheiro conhecido como Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) – uma cisão da Ação Popular (AP) – participou de ações armadas por ele chamadas de “expropriadoras dos bens da burguesia” para financiar as guerrilhas que pretendiam derrubar o regime militar.

Antes de realizarmos nossa única entrevista em sua residência com mais de cinco horas de duração, cedeu documentos escritos, num encontro que tivemos antes de uma reunião da ADNAM, referentes à sua condenação a prisão e posterior anistia, como preâmbulo do relato da trajetória, afirmando: “Muitos dizem que lutaram. Aqui está a prova concreta de que mais do que dizer, lutei mesmo. E continuo lutando.”

A narrativa deste colaborador foi épica e contundente, de uma dureza extraordinária. Em particular, o relato da passagem de cerca de oito anos em prisão de segurança máxima ao lado de perigosos criminosos mostrou a face humana e bárbara da experiência de vida a que pode ser submetido alguém que ousou enfrentar a ditadura militar de armas na mão.

Na vivência militar deste colaborador, a tomada de uma consciência política de esquerda está intrinsecamente relacionada ao contraste entre as condições de miséria da população, especialmente a nordestina, e o bem-estar da classe média mais urbana, da qual fazia parte como militar, um argumento já usado por militares nacionalistas de esquerda de gerações mais antigas, como vimos. A especificidade da radicalização política está crucialmente exposta no momento histórico vivido, o início da década de 1960. A literatura

progressista evocada, os debates entre os colegas de farda e, sobretudo, a própria estigmatização pública através do “manual” para identificar os chamados “melancias” – verdes por fora e vermelhos por dentro –, são as marcas de um período em que a influência de esquerda ganhava espaço e incomodava mais do que nos primórdios da Guerra Fria, vividos por outros entrevistados.

Vale destacar a diferença brutal entre a prisão feita logo após o golpe e a que se seguiu depois do ingresso na luta armada. Além de mostrar o endurecimento do regime militar, revela como nos primeiros momentos do golpe de 64 o tratamento mais brando aos membros da própria corporação relacionava-se com o corporativismo e com um temor de que a situação ainda pudesse se reverter.

Como vimos, a segunda prisão foi bem diferente. Joacy Pereira Magalhães foi preso novamente em 1970, já expulso das Forças Armadas, como guerrilheiro, depois de realizar um assalto a banco em que, para render o guarda, apresentou-se fardado como sargento. Ele mesmo diz que sofreu as mais violentas torturas no DOPS do Rio de Janeiro, alegando ter escapado da morte por pura sorte, exatamente pelo agravante de ter agido vestido com sua antiga farda. No entanto, não é através de suas palavras que a violência física da tortura é descrita, mas de um precioso documento escrito por seu companheiro, líder da facção guerrilheira em que lutou. O significado histórico desse silêncio explicitado, porém contornado de uma forma menos dolorosa para o colaborador, é ímpar. Reforça principalmente o fato de que a violência ainda cala mesmo muito tempo depois de ter sido praticada.


Condenado, passou cinco anos no presídio de segurança máxima de Ilha Grande e dois anos no de Bangu, totalizando mais de sete anos por ter sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

A sobrevivência dos presos políticos ao lado dos mais perigosos e violentos presos comuns foi narrada com todas as tintas imagináveis para se descrever a barbárie, como já havíamos advertido. O surgimento do Comando Vermelho é a maior prova dos tênues limites que foram transpostos entre a violência revolucionária e a bandidagem. Todavia, ouvi-lo contar a penosa decisão do grupo de quase matar um preso comum que pôs em risco a integridade dos presos políticos foi muito mais angustiante do que se possa pensar. Nesse aspecto, a violência não brota do silêncio, como no caso da tortura, mas do ato de se admitir a culpa por um feito deplorável, mos-

trando até que ponto um ser humano pode chegar quando levado à extrema condição de desumanidade pela ditadura.

Com a anistia, a retomada da vida em liberdade não foi menos carregada de sofrimento e do sentimento de exclusão e derrota, acrescido ao de discriminação social. Dialogando com o presente, sua história de vida terminou com a condenação de todos aqueles que renegaram suas trajetórias de luta. Fez questão de reafirmar e justificar seu posicionamento de esquerda e revolucionário dizendo que não se arrependia de nada do que havia feito. Decididamente, para esse colaborador, a autocrítica não está no arrependimento, mas sim no desenvolvimento de novas formas de lutar. Apesar de tudo.

Joacy Pereira de Magalhães faleceu em 23 de maio de 2020, no Rio de Janeiro.



Com toda a cadeia que peguei, não me arrependo de ter participado nisso, porque essa luta foi válida

Nasci em 1937, no dia 12 de julho... no Rio. Minha família é comum. Uma família pobre. Meu pai era um trabalhador braçal, proletário. Era pintor... Lutava com dificuldade para nos criar. Somos dois irmãos. Nós morávamos em Botafogo. Nasci na Rua Bambina. Ele trabalhava feito um desgraçado para manter a família! Morávamos numa “cabeça de porco”. É um lugar que tem várias famílias, morando naquelas casas antigas... A gente morava num quarto. O banheiro era comum a todas as pessoas. Era muita luta, muita dificuldade...

Depois, meu pai fez concurso para a guarda municipal e passou. Começou a participar dela. Naquela época, aqui era Distrito Federal. Ele passou nesse exame e entrou na guarda municipal, que era chamada de polícia de vigilância.

Os tempos foram passando... a minha família era toda daquela área, inclusive tinha tios que moravam em Copacabana. Mas chegou uma época que não deu mais para ficar morando ali, então nos mudamos. Fomos morar no subúrbio. Eu era garoto, tinha dez anos. Naquela época, 1940... era uma vida normal. Gostava de pegar carona em bonde, ir no cinema, fumar escondido...

Em 1948, nós saímos de lá. Fomos morar no subúrbio. Meu pai comprou uma casinha, minha mãe juntou um dinheiro porque ela costurava. Meu pai não sabia disso. Aí ela foi juntando, juntando... e surgiu a necessidade da gente se mudar. Fomos morar em Colégio. Foi uma nova experiência para mim, porque eu não conhecia subúrbio. Fiquei conhecendo vários amigos, tinha 14, 15 anos. A diferença é que na cidade era um outro tipo de vida. No subúrbio, a pobreza se acentua mais. É outro tipo de relacionamento. Quando a gente morava na Rua da Passagem, eu ia para a praia, ali em Copacabana, pegava o bonde... a vida era diferente. Já no subúrbio, não. Era muita dificuldade. Até para se divertir era uma dificuldade tremenda. Sair para uma praia... era muito longe. Comecei com 14, 15 anos, tinha uns colegas. Meu pai me deu uma bicicleta e a gente ia com ela para a Praia de Ramos para nadar... Essas coisas assim, de subúrbio.

O tempo foi passando até chegar a época em que resolvi me alistar. Eu estava fazendo o ginásio e meu sonho era entrar para a Força Aérea. Estudava ali na Penha, num colégio pago, o Ginásio Nossa Senhora do Brasil. Meu pai, com muita dificuldade, pagava esse colégio. Para mim e para meu irmão, que era mais novo do que eu uns sete anos...

Não cheguei a terminar o ginásio, porque chegou a época do alistamento. Eu me alistei, e continuei estudando. Mas aí chegava em casa muito cansado. O alistamento foi em janeiro de 56. Comecei a fazer o recrutamento e, aliado a ele, estudava à noite. E, como chegava em casa muito cansado... fui reprovado em duas, três matérias. Então, parei de estudar.

Meu sonho sempre era entrar para a Academia da Força Aérea para ser piloto. Eu achava bonito, a farda... queria ser piloto. Mas não deu para mim, porque... tinha pouca oportunidade, lutava com muita dificuldade... Não era igual ao pessoal que tem uma situação financeira boa e tinha tempo para o estudo. Eu não! Com 15, 16 anos ajudei minha família: trabalhei como padeiro, entregando pão... E a dificuldade era muito grande. Então, resolvi me alistar quando estava com 19 anos. Como o recrutamento era muito pesado – aquela educação física puxada –, então parei de estudar. O dia a dia do recrutamento é com instrução. Treinamento com arma, estande de tiro, instrução militar, regulamento... aquela vida de recruta, soldado. Mas terminei e fui transferido. Passei a pronto, como a gente chama. Terminei o recrutamento em meados de 56, e fui para a Escola de Aeronáutica. Assentei praça em janeiro de 56 e fui servir no Parque de Aeronáutica dos Afonsos.

No Parque de Aeronáutica dos Afonsos, no início de 57, quando cheguei, resolvi fazer um curso de Cabo. Entrei e, em seis meses, fui aprovado e fiquei aguardando promoção. Escolhi a especialidade de chapas e metais, que trata das estruturas dos aviões. Nós é que tínhamos que fazer a manutenção. Aí fui promovido a cabo, mais ou menos no ano de 58, e comecei a trabalhar lá.

Resolvi, nessa época, fazer o curso preparatório para a Escola de Sargentos. Entrei num curso preparatório dado por um sargento, em Cascadura. Hoje ele já morreu. Ainda existe o curso e a família dele está tocando. Comecei estudando, trabalhava no Parque, tinha meu horário, e à noite eu saía e vinha direto para o curso. Era particular, à parte. Era preparatório para depois fazer o exame lá no Maracanã. A gente fazia inscrição.

Fiz o primeiro exame e tomei pau. Já sabia que não ia passar porque era muito puxado. Muita física, matemática... e derrubava muito o pessoal. Principalmente essas duas áreas. No primeiro exame, sabia que não ia passar. Tentei o segundo: passei. Nessa época eram 1.200 vagas para 10 mil candidatos. Fiz exame de saúde, físico, e viajei para Guaratinguetá. Deixei de ser cabo para ser aluno da Escola de Sargentos, que hoje é completamente diferente. Está mais avançada, tecnologicamente falando. Na época não tinha muita técnica...

Nosso dia a dia começava às cinco e meia, quando já tocava a alvorada. O aluno tinha que estar de pé, com a cama arrumada, a roupa vestida para a Educação Física. Era rancho, depois Educação Física e, então, as aulas práticas. O nosso dia a dia era muito pesado.

No final de semana, tinha formatura e os alunos eram liberados. A liberação da Escola era por volta de cinco horas da tarde, toda sexta-feira. Se o aluno não estivesse detido, estava liberado para passar o fim de semana em casa. Era aquela festa... A gente ficava doido pra chegar a sexta-feira, porque era muito puxado. Aula, educação física... e fazia muito frio em Guaratinguetá. Não tinha chuveiro quente não! O pessoal viajava para o Rio, São Paulo, vários locais... Alguns ficavam lá na Escola porque moravam muito longe, por exemplo, no Ceará...

Geralmente eu viajava de ônibus fretado e, quando não tinha dinheiro, de carona. Ia para a estrada e pegava carona nos caminhões. Hoje tem aqueles caminhões chamados “cegonhas”, que transportam carros. Naquela época, não. Vinham as frotas, os caminhões puxando cinco, seis, sete carros. Os

motoristas gostavam de nos dar carona. Eles normalmente estavam viajando sozinhos. Para não dormir, a gente vinha conversando e ficava mais fácil...

O tempo foi passando... Terminei o básico. Fiz assim: no primeiro ano, era o básico. Só aquelas matérias que não tinham a ver com a especialidade. Dependendo da nota nele, nós escolhíamos a especialidade. Ah! Um detalhe. Minha companhia era uma que só tinha cabo. Eram mais de cem. Então, era um pessoal mais atualizado com a vida militar. A Escola era formada por civis e militares. Alguns oriundos da Marinha, do Exército, da Aeronáutica. Mas a maioria era civil. E a minha companhia era toda composta de cabos antigos. Meu comandante era o Capitão Ney Noronha, tipo um Lott, um militar daqueles que não deixavam passar nada. Nada! Ele sabia o número e o nome de guerra de todos os alunos da companhia de cor e salteado. Se estivesse com o passo errado, se ouvia:

– 154! Olha o passo!

Aí “pagava geral”, como se dizia naquela época.

Era uma vida boa. Mas pensei até em desistir. Teve uma época em que estava cansado... não estava mais a fim... porque era muito rígido. Depois, pensei: “Cheguei até aqui, vou continuar...”.

Até que não era um aluno indisciplinado. Tinha muito aluno que era desligado por indisciplina, mais do que por falta de aproveitamento. Tinha duas chances na primeira série, o básico. Se não passasse na primeira, fazia a segunda vez. Não passando nessa, já era desligado.

Na Escola praticamente eu não tinha envolvimento político nenhum. Tinha um instrutor meu – o Lauro, que dava aula de tráfego aéreo – que já tinha uma visão política dos problemas. Ele comandou uma greve de fome na Escola porque a comida estava ruim... Depois ele, como sargento, também foi cassado e esteve exilado, se não me engano, no Uruguai. A gente o chamava de Mecha Branca, ele era nosso instrutor. Mas nunca tive envolvimento... Na Escola nunca teve motivo de envolvimento.

Algumas vezes aconteceram uns problemas na cidade de Guará. A cidade é muito pequena e a Escola dava muita vida para ela. A cidade vivia muito em função da Escola. E muitos dos alunos, de folga no final de semana, ficavam na cidade. Às vezes tinham problemas lá. Eles chamavam a gente de Coca-Cola, acho que por causa da farda... E tinha alguns alunos que não gostavam, e às vezes tinha briga. Lembro que uma vez eu estava chegando,

domingo, quando tinha que responder a chamada. Quando os ônibus começaram a chegar, notamos uma coisa diferente, mas não sabíamos o que era. Houve uma briga danada na cidade com os alunos, parecia uma guerra. Esse meu comandante achava que militar tinha que ser respeitado, que não podiam bater em aluno. Ele botou o corpo de alunos formados e queria ir para a cidade para revidar a agressão! Aí houve uma intervenção do diretor comandante-geral da Escola. Os ânimos se acalmaram e não houve nada. Sei que aquilo passou...

Eu fiz o básico tranquilo... Fiquei dependendo de física. Ficava no banheiro até três horas da manhã estudando para fazer prova, fazendo aquela decoreba de fórmulas. Isso quando estava pendurado mesmo. Mas passei...

Chegou a hora de escolher a especialidade, optei por controle de voo, tráfego aéreo. Mas eu tinha feito o psicotécnico e o comandante perguntou:

- Por que você vai fazer tráfego aéreo se o psicotécnico desaconselha?
- Não tenho a opção de escolher? Então, quero escolher...

Escolhi e fiz tranquilo a especialidade. A parte específica da especialidade eu fiz. Depois teve a parte prática. O curso levava um ano. No total, com a especialidade, era um ano e seis meses. Após terminar, um pouco antes, a gente fazia o estágio prático e a minha turma foi fazer lá em São Paulo, no Aeroporto de Congonhas. Ficávamos hospedados num prédio que pertencia à Cruzeiro, nosso alojamento. Naquela época não era muito organizado, o negócio era meio difícil. Nós dormíamos no galpão da Cruzeiro, fazíamos um estágio de uns 15, 20 dias. Depois retornávamos para a Escola, eles davam nota no estágio. Nele a gente tomava conhecimento, porque era uma coisa mais direta, no Aeroporto, no centro, na torre de controle, com tudo aquilo que ocorria num aeroporto moderno.

Nós tínhamos as provas práticas e teóricas na Escola, mas não com essa afinidade de tomar conhecimento direto. É diferente da teoria. Para chegar num centro de controle, ainda como aluno, e tomar conhecimento da realidade... É um choque! Tinha quem chegava no microfone na Escola e falava tranquilo. Era uma aula e não estava colocando em risco a vida de ninguém. Mas lá na torre tem que fazer direito, porque senão... você vê milhares de pessoas passando pelas suas mãos! Não pode haver erro. Foi um choque. Mas nós terminamos bem esse estágio. Voltamos para a Escola. Já tinham terminado as provas finais.

Aí chegou na época da formatura. A minha foi em julho de 1960. Minha turma era a 133. A formatura foi muito bonita... O recebimento das divisas, as madrinhas... O pessoal viajava do Rio e de São Paulo para lá. Minha família toda foi... É muito bonita a formatura! Uniforme branco e azul... era bonito.

Dali, fiquei em trânsito e fui designado para servir em Recife, no centro de controle. Antes, fiquei uns dez dias de férias no Rio. Gostava de andar fardado... As garotas viam aquela farda, azul e branca... Dou até risada ao lembrar! Gostava de dar um passeio assim. Eu já estava namorando a minha esposa, a Elizete. Terminou essas férias e fui para Recife.

Quando cheguei no Nordeste, comecei a questionar muitas coisas, sabe? Aquela miséria... 1960, a coisa era mais ou menos acentuada... Mas não entendia muito o porquê daquilo. Não tinha uma visão política. Era novo, estava com 23, 24 anos... A gente, quando é novo assim, não tem um entendimento do que está acontecendo no país, essa coisa toda... Militar! Militar foi feito para cumprir ordens! Não é para questionar nada. Naquela época era assim: uma coisa muito dura. Estava ali para cumprir ordens dos superiores.

Mas a gente via muito pedinte... aquele pessoal que vinha do interior para a capital. Eu sempre servi em capital. Tinha um êxodo, aquele pessoal miserável... A decepção era muito grande. As pessoas que estão na cidade grande, numa capital, têm que ter uma profissão, têm que saber pelo menos assinar o nome, saber ler e escrever... e o pessoal vinha da lavoura. Quando chegava lá, era aquele choque! Resultado: daqui a pouco estava pedindo esmola na rua... aquela pobreza!

O choque era exatamente com a nossa situação: a gente tinha moradia, almoço, salário, roupa lavada... Morava numa base aérea... Morei numa pensão, chamava “Buraco da Otília”. Quando cheguei lá, era eu e mais uns dois ou três colegas que foram servir no aeroporto, no centro de controle. E nós morávamos nessa pensão, almoçávamos lá... Eu não gostava de almoçar na base, era raro. Só quando estava de serviço. Mas, se não estivesse de serviço, estava sempre pela cidade, passeando, ou então na pensão. Ficava trabalhando ou na pensão. Raramente dava um passeio pela cidade. Tinha muita saudade do Rio. Nessa época, inclusive, eu estava pensando em pedir baixa, por causa da saudade... Não gostei muito do Recife. Fiquei lá uns seis meses. Aí comecei a tentar uma transferência para Salvador, porque minha mulher é baiana. Falei:

– Vou ver se arrumo uma transferência...

Mas, naquela época, a transferência era muito difícil. Ainda estava solteiro. Soube que tinha um colega que estava querendo ir para Recife. E fiz uma troca: fui para Salvador e ele para Recife. Isso foi ainda em 1960, quase no final do ano. Em 61, eu já estava em Salvador, no centro de controle. Morava na base. À noite a gente ia para o centro da cidade, correr atrás das garotas...

Nessa época já estava com uma experiência de trabalho. Toda vez que a gente chegava numa determinada área – os centros de controle de Recife, Salvador, Belém... –, tinha que fazer um estágio de no mínimo 30 dias para conhecimento da área. Fiz estágio para servir normalmente lá no centro de controle. Nunca trabalhei em torre de controle, sempre em centro de controle. Fiquei trabalhando e morava na base. Era um “percevejo”, como eles chamam.

Eu tirava muito serviço. Tinha uns colegas meus que estavam fazendo curso na Petrobras. Um deles era da torre e eu sempre tirava serviço para ele lá. Ele me pagava. Era o Legê, que a gente chamava: Lei da Grana... Às vezes saía do centro e ia para a torre. Tirava uma seis, sete horas de serviço direto. Pensei: “Estou cansado dessa vida de base aérea... Vou é casar!”

Ela estava no Rio. Comecei a tratar da papelada, aluguei uma casa no Rio Vermelho, lá em Salvador. Tirava muito serviço porque comecei a comprar as coisas... móveis, geladeira, cozinha... fui organizando. Marquei com ela de casar, isso no ano de 61. Casei justamente na época que me formei, em junho. Tirei muito serviço, e falei com o adjunto que ia me casar.

A gente lá fazia o seguinte: tirava muito serviço, acumulava, aí depois outro fazia pra gente e dava até para viajar para o Rio. De vez em quando eu fazia isso. Botava um colega meu para cobrir a minha escala de serviço. Era feriado, domingo, dia santo, qualquer dia que caísse a gente tinha que estar lá.

Viajei para o Rio, não lembro se nas férias... Casei e foi uma festa! Casei em São João de Meriti. Meus pais moravam ali em Colégio, Praça Azuinará. Meu casamento foi na igreja de São João de Meriti, ali na Baixada. Foi uma festazinha boa que nós demos. Naquela época as coisas eram mais fáceis, um sargento ganhava bem. Hoje não... Está um sucateamento danado... Mas naquela época ganhava uns três, quatro mil, era terceiro-sargento, mas dava para viver bem. Fazia minhas compras na Barra... Sei que casei em julho de 61. Teve aquela festa, e depois viajei com ela.

Pegamos um avião do Lloyd e fomos para a Bahia. Fiquei morando lá no Rio Vermelho de Cima. Tinha um colega da minha turma que também morava lá, outro que tinha casado também. Esse não era da nossa especialidade, era almoxarife. Nós servíamos no mesmo lugar, o aeroporto. E servi na Bahia já casado, até 63 aproximadamente...

Na Bahia, comecei a ler muito. Tinha um amigo meu, que era radiotelegrafista, de nome Domingues. A gente o chamava de QBU porque qualquer coisa ele falava:

– QBU, QBU... Fulano é um QBU...

É que usávamos um código. Então, QRE é muito barulho na frequência; QSJ é dinheiro:

– Quando é que vai sair o QSJ?

A gente falava com alguém na fonia e dizia:

– 73!

Era um abraço!

E QBU era um cara que dava um fora, meio atrapalhado... Como ele falava muito assim, ficou sendo o apelido dele.

E ele começou a me dar uns livros para ler sobre a Revolução Cubana, diversos livros políticos... Naquela época eu era até católico. Minha família era de origem católica, estava sempre na igreja. Mas aí comecei a questionar a religião. E outras coisas que não estavam certas...

Na Bahia tinha muita miséria. Aliás, naquela região Nordeste era muita miséria... A gente questionava muito e começava a ver que aquilo não podia! Não poderia ser assim... Acho o seguinte: se existe uma pessoa, um ser, que é o Criador, ele deveria ser contra as injustiças, esse ser supremo deveria socorrer essas pessoas injustiçadas. O cara que tem dinheiro tem tudo na vida. Tem médico, tem casa, tem uma mesa farta... À custa de quê? Não é porque ele trabalha simplesmente. Quem somente trabalha não fica rico. Pode ficar se ganhar na Sena, um prêmio na loteria... mas trabalhar honestamente? Ninguém trabalha honestamente e fica rico. Ele sempre acumula a riqueza à custa da mais-valia do trabalhador. Ele faz determinado produto, não ganha o real que ele vale. Só uma parte, em forma de salário. Quem fica com a maior parte é o empresário, é o dono da fábrica.

Então, eu conversava muito sobre isso com esse colega meu e com outros. Questionávamos. Depois disso, pensei: “Quer saber de uma coisa? Para mim, religião acabou por aqui. Não quero mais. Dessa data em diante, não

quero saber. Acho que está errado”. Questionei violentamente! E me desvinculei completamente da religião... Achei que a coisa tinha que ser resolvida materialmente. A religião era uma espécie de ópio. Uma fuga... Tem muita gente que entra para a religião com medo do inferno. Eu quero ter uma outra visão de religião. Não quero ser religioso por temer. Existe o céu e o inferno. Quem comete pecado vai para o inferno; quem é bonzinho vai para o céu. Ah! Comecei a questionar tudo e vi que não era por aí...

Comecei a ler muita coisa, sobre a União Soviética, sobre os chamados países socialistas, comunistas... a Revolução Cubana... questionando sempre aquela miséria e aquelas coisas que aconteciam e que a gente não tinha explicação, não entendia bem. Eu queria entender por que as coisas eram assim. Por que os bens não eram mais bem divididos?

Quando estava em Recife, um detalhe: notei que lá pelas tantas horas um Globe Master decolava do aeroporto de Guararapes, da pista da base aérea, para a África, para Dakar. Ninguém chegava perto desse C-130, chamado Globe Master. A aeronave era guardada. Era da USAF. Eu pensava: “Por que ninguém tem acesso a essa carga?”. Toda semana tinha esse voo, Recife-Dakar. E de lá ele ia não sei para onde... E o pessoal não deixava ninguém se aproximar. Depois nós viemos a saber que a carga dessa aeronave eram minerais estratégicos, entre os quais areia monazítica, que era levada em sacos. E o motivo de não termos acesso era a carga. Em Salvador que chegamos a essa conclusão. Começaram os questionamentos políticos, esse negócio todo... e começamos a tomar uma posição não como militar... mas também como militar, tendo um entendimento de que era nossa responsabilidade as coisas que estavam acontecendo, como seria de um civil qualquer. Mas, principalmente, de um militar que um dia jurou defender a Constituição e a soberania do país. Determinadas coisas que estavam acontecendo competiam a nós questionar e assumir posições, independente da hierarquia. Então, éramos malvistas.

Naquela época, em Salvador, eles baixaram uma circular: “Como identificar o chamado comunista”, o pessoal de esquerda. O pessoal tinha verdadeira ojeriza... Falar em comunista... nossa! Eu briguei uma vez com um cara que me chamou de comunista! Quase que lhe enfiei a mão na cara... Eu não era comunista. Questionava as coisas, mas não me considerava nenhum comunista. Fiquei ofendido!

Ah! Um detalhe: eles baixaram aquela circular e colaram no quadro de aviso. Nela dizia que o pessoal que lia o *Última Hora*, o *Correio da Manhã*, era de esquerda, comunista. Esses militares que estavam sempre impecavelmente fardados poderiam ser considerados também de esquerda. Começaram a tecer elogios para identificar o pessoal de esquerda. Eles elogiavam uma conduta: era o que estava sempre mais ligado aos comandos; os que sempre cumpriam as ordens; não era um militar indisciplinado; quando usava da palavra, os outros ficavam ouvindo... Pensei:

– Não estou entendendo... Como é que eles podem identificar o pessoal assim? Eles estão elogiando: bem fardado, bem falante, gostava de ler?...

Era uma gozação! Aquilo foi colocado pela diretoria de rotas. Nessa época eu era Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo... E fizeram uma gozação dessas...

Nossa reação era esta:

– Sou o militar ideal!

Falar um negócio desses em relação ao pessoal? Pessoal bem disciplinado... tecendo elogios. Nada a ver! Era uma burrice. Tinha aquele pessoal na base que você não podia dar um traque – um peido! – que ele ia e falava para o comando... Força de expressão. Se você falasse:

– A comida hoje está boa.

Pronto. Já era motivo. Qualquer reclamação que fizesse já era motivo para ficarem de olho em você.

– Por que o pagamento atrasou? Não pode.

Pronto. Outro motivo. Se estava lendo o *Correio da Manhã* ou o *Última Hora*, estavam de olho, já era considerado comunista.

Quando chegou a renúncia do Jânio, em 61, houve aquela tremenda crise. O Goulart estava viajando. Os quartéis ficaram alvoroçados com aquilo... Nessa época, os ministros militares tentaram impedir que o vice-presidente legalmente assumisse o governo. Nós tomamos uma posição com relação a isso. Achávamos que o presidente tinha que assumir, a não ser que ele estivesse impedido pelo Congresso Nacional, que era uma forma legal. Nosso Congresso tinha que votar, se houvesse qualquer coisa. Então, no Sul, o Brizola criou a rede da legalidade. Lá no Palácio, fazia aqueles pronunciamentos, defendendo a posse do cunhado...

Lembro desse episódio da renúncia. Existem várias explicações com relação a isso. Na verdade, ao mesmo tempo que renunciasse, ele queria

instalar um governo forte, apoiado pelos militares. Mas acho que o tiro saiu pela culatra.

– Forças ocultas...

O Jânio sempre falava isso. E eles já tinham uma visão de que os comunistas... uma visão meio esquerdista do Jango. Arranjaram um motivo, que era o fato de ele estar na China comunista. Para eles, o Brizola era a mesma coisa. Ele saiu em socorro de Jango, instalou a rede da legalidade. Quando fez isso, a gente – os sargentos – já assumiu uma posição com relação à posse do João Goulart. Pelo menos em Salvador e em algumas capitais, os sargentos tomaram essa posição de que ele poderia assumir, enquanto os três ministros diziam que não. Praticamente vetaram a posse dele. Foi aí que surgiu no Rio Grande do Sul, por parte do Brizola, a defesa da legalidade. E aquilo ocasionou várias manifestações – uns contra, outros a favor – com relação à posse dele.

E, nessa época – é um dado que até de vez em quando relato –, nós conseguimos um rádio cifrado. Pegamos na base, na estação de rádio. Tínhamos um grupo de aeronaves com antissubmarino com um poder de fogo terrível, que estava sediado lá na base aérea de Salvador. Foi captado um rádio codificado para que fosse enviado à base para ser decodificado. O pessoal achou estranho aquele rádio, ainda mais com aquela crise. Qualquer rádio que chegasse, ainda mais de segurança nacional. SNN é um rádio que a estação recebe que significa Segurança Nacional. Qualquer problema nessa área é enviada uma mensagem, que vem codificada e em cima SNN – SNN – SNN, três vezes. O pessoal achou estranho. Pediram para chamar o oficial que fazia a decodificação. Um dos companheiros foi até a base e falou para ele decodificar o rádio para saber qual era o significado. E ele foi forçado a fazer a decodificação.

O comandante da base era um coronel-aviador, que chegou nessa hora. Não sei o que estava fazendo lá. Pegou um jipe, veio para o aeroporto para resolver algum problema, não sei... O oficial fez a codificação do rádio pressionado por um sargento. Era da Junta Militar, dos três ministros, destinado ao comando, para preparar as aeronaves, abastecer, municiar, preparar a tripulação e ficar em estado de alerta. Em função da tomada de posição lá no Rio Grande do Sul, do Brizola. Então, nós analisamos e dissemos:

– Não podemos aceitar que essas aeronaves decolem daqui para um possível bombardeamento ao Palácio Piratini.

Nessa época, ele era governador. Tomamos uma posição de não aceitar o que estava escrito no rádio. A gente achava que aquilo seria um crime! Decolar a aeronave para bombardear o Rio Grande do Sul, matar nossos irmãos. Tínhamos que tomar uma posição político-militar com relação a isso. Então, o pessoal que estava ligado às aeronaves se recusou a abastecer, municiar, para fazê-las permanecerem no chão. Isso chegou aos ouvidos do coronel. E ele tomou uma posição idêntica à nossa.

Nas Forças Armadas existe uma coisa que se chama cadeia de comando. Quem está no comando determina e essa cadeia vem até o soldado, definindo o que se faz ou não. Houve uma inversão nessa cadeia de comando. Os sargentos assumiram uma posição independente do que o comando estava achando. Nós nos antecipamos a essa determinação do comando de Brasília. O coronel, quando soube o que estava ocorrendo, tomou a mesma posição. Foi idêntica à nossa. Quase não houve uma quebra, porque, se ele tomasse uma posição diversa, aí haveria uma quebra da cadeia de comando. Nós íamos nos insurgir contra o comando da base, porque a gente não estava aceitando a determinação do alto comando de Brasília. Não podíamos aceitar que as aeronaves decolassem para bombardear o Palácio Piratini. Isso nunca veio a público... pelo menos no caso de Salvador. Mas estou pouco me importando.

Da base até o comando eram 800 metros, o coronel foi a pé para evitar que isso acontecesse. Mas nós já tínhamos tomado uma posição política e militar com relação a isso. Teve gente contra e a favor, inclusive alguns oficiais foram presos. A vida é isso... uma contradição entre os que estão contra e a favor, os que não tomam posição nenhuma. Às vezes, para justificar uma omissão diante de um fato, não se toma posição, fica-se apático diante dele. Tem que ser contra ou a favor, não pode ficar vendo as coisas acontecerem. E aquilo se desenrolou...

Depois, por parte de Brasília, eles tiveram que recuar e o Jango assumiu. Tinha uma operação para que ele não assumisse, que era para derrubar o avião presidencial. Fiquei sabendo na época, chamava-se Operação Mosquito. Ele não poderia chegar a Brasília. Tanto é que entrou pelo Rio Grande do Sul. Quem iria fazer isso era um grupo de oficiais que estavam contra ele, aquela turma de sempre: lacerdistas, de Jacareacanga, Aragarças, que criaram a crise com o Juscelino... aquela turminha, os famosos lacerdistas.

Lacerda estava em seu apogeu! Era americanista, tinha aquelas posições anticomunistas. Achavam que comunista era comedor de criancinhas. Não podia ver um que ficava vermelho de raiva. Até a cor vermelha era proibida nos quartéis. Se estivesse no quartel e botasse uma roupa vermelha, eles já ficavam olhando meio de lado! É! Até na cor, coisa imbecil isso... Porque a cor da bandeira da União Soviética era vermelha... E daí? Qual o problema? Então, por isso tomavam ojeriza à cor vermelha...

– Fulano é melancia! Verde por fora e vermelho por dentro...

Vermelho era comunista. Isso é um absurdo! Acho isso tão imbecil... nunca discuti isso... coisas desses Ibiapinas da vida... o Ibiapina é presidente do Clube Militar, um fascista, um desses que atrasam a vida do país. Um país que tem tudo para dar certo...

Lá em Salvador, os americanos sempre estavam na base. Um colega nosso, que era comunista mesmo, viajando com um deles, ouviu:

– Rapaz! Esse país de vocês tem tudo para dar certo...

Era um americano do consulado e falou isso:

– Vocês não precisam de ninguém, de nada. Uma terra farta, que não tem terremoto, é uma tranquilidade...

No entanto, a gente vê tanta miséria... Naquela época, eu lia os Cadernos do Povo, uns livretos que tratavam do petróleo, da fome, dos minerais estratégicos... Eles eram distribuídos e a gente lia muito. Nelson Werneck Sodré que escrevia. E aquilo politizava muitos. Eram uns cadernos pequeninhos assim, mas eram muito bons! Davam uma visão política, uma consciência política muito grande... Mas, se fosse pego com um caderno daquele dentro do quartel... nossa! Estava na cadeia! Estava preso! Então, o pessoal lia escondido.

A situação mudou, foram contornado esse problema, ele assumiu à força. Em Brasília, vários companheiros também tomaram posição em relação a isso. Aí veio o parlamentarismo, uma saída que depois foi derrubada por um plebiscito. Voltou o presidencialismo... Mas, daquela época para cá, houve sempre uma conturbação, aquela coisa:

– Goulart é comunista. Ele quer fazer a Reforma Agrária. Ele quer impedir a remessa de lucro...

Controlar, porque saía e não tinha controle. Pegavam, enviavam o dinheiro, aquilo é lucro, ninguém questionava nada... Ele queria fazer a refor-

ma agrária, havia militares contra. A classe dominante também era contra, os “coronéis”. E era aquela luta: a gente sempre se contrapondo a essas posições reacionárias dessa classe dominante e de uma parcela de militares que não aceitavam isso.

Sei que o tempo foi passando e eu, de Salvador, fui para São Paulo. Minha mulher estava grávida e resolvi embalar as coisas:

– O negócio é o seguinte: você vai para a casa da mamãe porque não quero que meu filho nasça aqui.

Não sabia se era homem... Tinha aquela história, principalmente aqui no Rio, de que baiano é homem até meio-dia, depois não é mais! Engraçado, sempre teve essa fama na Bahia... Mas é besteira isso! Como naquela época a gente não tinha a formação que tem hoje... Hoje, não! Não estou ligando para isso. Se estiver na Bahia, nasça lá ou qualquer coisa. Mas naquela época a gente era jovem e tinha essa coisa.

– Você vai ficar com a mamãe e vou providenciar a minha transferência.

Comecei a brigar para ver se conseguia a transferência. Solicitei, eles não me deram... Consegui uma nova troca com um baiano que queria vir para Salvador, por interesse próprio. Aí é tudo por minha conta. Quando é por necessidade tem aquela ajuda de custo, uma série de vantagens. Fui embora para São Paulo.

Nesse meio-tempo, eu ainda estava na Bahia, minha filha nasceu em 31 de março, um dia e um ano antes da “revolução”. Quando houve a “revolução”, ela fez um ano. Recebi um telegrama dizendo que ela tinha nascido... Eu escrevia muita carta para as empresas pedindo passagens de cortesia, e eles davam muitas para o pessoal do controle de tráfego. Consegui umas quatro ou cinco passagens assim. E estava com uma passagem na mão. Peguei um Caravele, que tinha voado naquela época, e fui direto para o Rio para ver minha filha. Já tinha estado lá, a Elizete estava com um barrigão... Ela estava internada, nasceu e foi para casa. Consegui a transferência e fui para São Paulo, centro de controle também.

Já tinha uma formação política, já sabia o que queria. Isso vinha do Nordeste, somando esses conhecimentos todos... Em São Paulo a gente discutia muito, tinha posições, queríamos lançar candidatos na câmara dos deputados, tinha reuniões lá no Campo de Marte, numa base que tinha em Congonhas, onde eu servia.

Aluguei uma casinha em Indianópolis, era pertinho do centro de controle. Andava uns 700 metros, da casa em que morava para o trabalho. Peguei a mulher, levei para São Paulo, já com a casa arrumada, com os móveis todos que foram mandados através de uma transportadora. Arrumei uma quitinete – quarto, sala, cozinha – assobradado, muito bonitinho... Embaixo tinha uma copa, em cima o quarto.

Minha filha estava com uns sete meses... A Elizete a pegava e levava no aeroporto, quando eu estava saindo do serviço... Ela, com aquele capuzinho, pequenininha, era gordinha... Ela vinha correndo me abraçar!... Muito frio! Ela não gostava de botar cobertor...

Fomos vivendo normalmente a nossa vida, com aquelas idas e vindas, aqueles problemas políticos... Até que houve a crise dos sargentos em Brasília. Nós tínhamos vários candidatos a deputado. O Garcia Filho ganhou as eleições e foi empossado. O Sargento Garcia Filho era do Exército. No Rio Grande do Sul, tinha um outro sargento que ganhou, mas não queriam dar posse a ele: o Aymoré, do Exército. Isso ocasionou uma crise porque, se o Garcia tinha sido empossado, o Aymoré também deveria ser. Começou uma resistência com relação aos sargentos para a câmara federal. Eles não queriam aceitar. Tinha um coronel que era deputado federal, não recorde o nome dele, que disse que não podia chamar sargento de Excelência. Foi um mal-estar danado com esse pronunciamento dele. E os sargentos começaram a assumir uma posição de contestação. Começaram a discutir o problema: toma posse, não toma.

Eu estava trabalhando no setor de Brasília, o pessoal que voava de Congonhas para Brasília. Tinha um Loyd fazendo esse trajeto. Existia uma área de controle que separava essas duas cidades. De São Paulo tinha que transferir para o centro de controle de Brasília. Agora não. Brasília comanda todo o tráfego. Criaram uma nova fórmula de controle de tráfego aéreo no país. Pede-se permissão a Brasília, que libera e pelo radar controla todas as aeronaves com diversos destinos. Mas, naquela época, não. Eram áreas: de São Paulo, de Brasília, de Salvador... O Loyd era um C-46 – me lembro até hoje – que decolou de São Paulo e não lembro se ia direto a Brasília. Sei que o primeiro pouso dele seria na área pertencente àquela cidade. Transferi, passei uma mensagem transferindo a partir de determinado ponto a aeronave e fiquei esperando o aceite. Enviava plano de voo... Daqui a pouco apareceu uma mensagem dizendo que a transferência não seria aceita por motivo de

segurança nacional. Levei um susto! Não estava sabendo de nada. Sempre tem um dirigente, geralmente um primeiro-sargento, fui falar com ele:

– O pessoal de Brasília mandou essa mensagem de não aceite do Loyd por motivo de segurança nacional. O que eu faço?

– Vou averiguar o que está acontecendo.

Ele entrou em contato com o pessoal. Estava um burburinho danado... Aí nós descobrimos que os sargentos em Brasília tinham se sublevado. Tinha tomado a estação de rádio, o centro de controle, algumas bases... Existiam resistências por parte do Exército, sargentos de lá que eram a favor... tudo com relação à posse do Aymoré. Era só para marcar posição. O pessoal não queria tomar governo ou derrubar. Eles se rebelaram por causa da posse desse companheiro nosso. Foi a crise dos sargentos de 63. Foi aí que fiquei sabendo. Até então não estava sabendo o que estava ocorrendo em Brasília. O dirigente descobriu e nos comunicou o que estava havendo:

– Houve uma sublevação em Brasília, que está tomada pelos sargentos. São Paulo tem que tomar posição.

Muitos companheiros nossos em São Paulo estavam sabendo o que estava ocorrendo. E já tinham tomado uma posição de ficar solidários aos companheiros de lá, que tinham tomado o Congresso Nacional, com uma série de faixas... meu amigo Fernando, que estava lá, pode relatar mais coisas, pois estava vivendo aquilo e está mais por dentro. Nessa época eu não o conhecia porque ele servia em Brasília. Depois ele me contou o que aconteceu lá. O pessoal cassado ficou se relacionando, também demitido, então houve um entrosamento, um relacionamento mais profundo entre nós. Rapidamente tomamos uma posição de ficarmos solidários aos companheiros de Brasília. A posse deveria ser dada ao Aymoré – estava correto – e, a partir daquele momento, nenhuma aeronave iria decolar. As que estivessem voando iriam pousar, mas não íamos dar cobertura para decolar as que estivessem no chão. Paramos o tráfego. O coronel que era nosso comandante, da área de tráfego, nos chamou:

– Vocês vão provocar uma catástrofe!

– Não vamos provocar catástrofe.

– Mas como? Vocês vão parar o tráfego!

– Não vamos parar. As aeronaves que estão chegando vão pousar. Nenhuma será recusada. Agora, as que estão no chão não decolam. Encerrou o destino aqui, em Congonhas.

– Vamos ver como é que é essa crise... contornar isso... prosseguir...

Aí começou aquele contato Rio – São Paulo – Brasília através de rádio. A coisa começou a ferver em Brasília... Não houve morte, mas houve tiroteio entre a Aeronáutica e o Exército. Logo tudo foi contornado, alguns sargentos ficaram presos. No final, quem assumiu mesmo a cadeira foi o Garcia, que já tinha tomado posse. Começou aquele trabalho de viagens e discursos inflamados dele... e a coisa foi indo... até que chegou a “revolução” de 64.

Resolveram dar o golpe, um golpe de estado... é “revolução” entre aspas... mais uma quartelada do que revolução. Revolução é quando você muda toda uma estrutura econômica e o povo apoia na sua totalidade. Há uma violenta mudança econômica e política. Mas não. O que houve foi um golpe para travar a evolução que o Jango estava dando naquele momento. A posição deles era para impedir tudo isso que estava acontecendo. Houve algumas coisas certas, outras erradas com relação a pronunciamentos de movimentos de militares. Naquela época eles achavam que era uma indisciplina carregar o Almirante Aragão nos ombros. Os marinheiros fizeram isso. Aquelas manifestações no Automóvel Clube, comício na Central do Brasil. Eu estava em São Paulo, mas vim para o comício!... Tinha manifestações em São Paulo, a gente ia... aquele burburinho, estava fervendo... E os caras de olho, os militares, os ministros não concordavam, o Lacerda, aquela reação toda, na época, não concordava com isso. A coisa foi fugindo do controle e eles acabaram fazendo a “revolução”...

Depuseram o presidente, um grande número de militares estava contra. Mas é aquela história: o cara está contra mas fica esperando ordens superiores, então as coisas não acontecem. Nada acontece. A cadeia de comando. Eles ficaram aguardando a cadeia de comando determinar as coisas. O Almirante Aragão esperando que o Jango desse ordem a ele para tomar o Palácio do Catete em que o Lacerda estava. O COMAR, que era a 3ª Zona Aérea, aguardando determinações do João Goulart. O pessoal com uma posição de não aceitar a deposição do presidente.

Eu me apresentei no 3º COMAR contra o que eles estavam fazendo, a favor da Constituição. Se eles quisessem depor o presidente, fizessem como com o Collor. Botassem um *impeachment* nele. Fossem no Congresso e votassem. Não depô-lo, não podiam fazer isso. Isso é inconstitucional. Na história dos Estados Unidos algum militar derrubou o presidente da Repú-

blica, deu golpe? Já ouviram falar nisso? Só na América Latina: Brasil, Bolívia, Argentina, Paraguai, Chile... são exemplos das chamadas “revoluções” que são golpes de estado. Bolívia é a campeã disso. Então, eles dizem que é a maneira correta de proceder, sempre se dizem legalistas, democráticos... A Constituição dá a quem é democrático o direito de tirar o presidente da República. Está lá escrito. Através do *impeachment*, congresso reunido, os três poderes... está resolvida a questão, não tem crise, não tem nada. Agora não pode num determinado momento falar assim:

– Não, o presidente tem que ser deposto.

Não pode. Principalmente militar. Ele não está ali para depor o presidente. Está ali para defender a soberania do país e fazer cumprir a Constituição. Se ela determina que o presidente pode ser impedido, então tem que usar os meios legais para isso.

Eu me apresentei no 3º COMAR com vários oficiais, que eram legalistas, sargentos, cabos, soldados. Na época, quem estava no comando era o Brigadeiro Teixeira, que já morreu. E ele estava esperando determinações, ordens superiores para ver o que fazia, tomar posições. Ele era contra os chamados “revolucionários”. Era a favor do Goulart, contra a deposição dele, sempre teve uma posição contrária. Mas infelizmente não houve reação. A reação armada. Porque o Jango dizia que não queria derramamento de sangue. Mas eu acho que naquela época não existia uma consciência política bem formada para tomar posição. Quando as pessoas estão bem formadas politicamente, têm consciência e estão dispostas a tudo, a coisa não fica fácil não! No Chile morreu gente à beça... Então, acho que era falta de amadurecimento político. Eu me julgava amadurecido politicamente, mas sozinho não podia fazer nada. Dependia do comando do pessoal mais consciente...

Estava uma chuva, teto baixo para qualquer avião decolar, queria ir para o Rio Grande do Sul. Eu falei:

– Eu vou para o Rio Grande do Sul. Vou resistir.

O Brizola queria formar uma resistência. Diziam que lá existia uma resistência armada. Mas aí a posição do Jango foi de que não poderia haver derramamento de sangue. O Brigadeiro Teixeira disse que tinha recebido um rádio do 1º Batalhão de Carros de Combate, dizendo que tinha uma coluna de tanques desembocando no 3º COMAR. Sabia que ia existir uma resistência... Era tudo blefe! Essa “revolução” foi um blefe... Nunca vi um

blefe tão grande como essa “revolução”. E, na verdade, não houve reação de ninguém. As tropas que estavam se deslocando lá de Minas, do Mourão Filho, não tinham nem munição, fuzil, não tinha nada... O Coronel Rui, hoje Brigadeiro, deu um rasante em cima da área que a tropa estava desem-bocando: todo mundo abriu, saiu correndo um para cada lado. Ele só estava de observador. O pessoal não estava preparado para um enfrentamento! Re-cruta não está preparado para isso... Por isso que chamo isso aí de blefe. Se tivesse que haver um confronto armado, o Goulart não tinha caído. Posso garantir isso...

Mas infelizmente – ou felizmente, não sei – não houve esse confronto. Podia ter morrido muita gente, muito civil... Os estudantes iam lá no 3º COMAR querendo armas! Eles queriam para fazer resistência. Diversas áreas... No campo também tinha as Ligas Camponesas... o pessoal queria resistir. Mas não houve resistência de fato. Eles tomaram o quartel na base do tapa no sentinela. Resultado: ele foi deposto mesmo. Daí para cá, a “revolução”, a ditadura começou a sufocar... Não se podia falar nada. Nada! Se falasse, os caras já te prendiam.

Naquela situação, assumiu o Castelo Branco. Dizem que ele foi um dos melhores presidentes. Não foi presidente. Presidente é o que é votado nas urnas, o que o povo elege. Agora, designado “presidente” não é... farinha do mesmo saco. Para mim não teve um melhor ou pior. Eles sufocaram o povo, cortaram vários direitos...

Nesse dia em que me apresentei, fui embora para casa. “O que é que vou fazer?” Não tinha nada para fazer... Estava de férias. Elas terminaram e voltei para São Paulo. Lá, comecei a trabalhar normalmente. Março, abril, maio, junho... eu sabia que alguns companheiros estavam sendo presos porque tinham envolvimento político. Eles estavam querendo saber quais os sargentos que tinham envolvimento. O pessoal estava tranquilo. Eles criaram várias comissões de oficiais para saber quem é que estava por dentro, quem era de esquerda... quando descobriam, prendiam. Levavam para a Base Aérea de Santos. Continuei trabalhando normalmente. Eles estiveram lá e perguntaram ao coronel como estava o aeroporto, os sargentos:

– Tudo normal, trabalhando aqui, não tem nada de anormal.

– Nós temos informações de que tinham alguns sargentos aqui metidos em política...

– Que eu saiba não tem envolvimento, continuam trabalhando normalmente...

Mas tinha um sargento lá – esqueci o nome dele... – do Salvaero. Era um tipo de serviço da FAB, de busca e salvamento quando a aeronave entra numa determinadas fases, não dá posição, tem certos procedimentos que vão até um alerta para ela. Aí eles decolam o helicóptero para fazer as buscas na rota. Esse sargento trabalhava no Salvaero e foi preso. Tinha sido candidato a deputado, mas o pessoal não o aceitou porque ele era muito fraco. Tinha um outro que sairia candidato pelos partidos normais que tinha na época, o PTB, a UDN... Ele foi preso e denunciou todos os sargentos que estavam envolvidos, que tinham se manifestado, porque ele sabia. Apontou a nós, sargentos que já tínhamos uma posição política com relação a tudo o que estava havendo. No caso, eu, o Furrot, o Dias, Rorhaite, todo o pessoal de tráfego aéreo. O pessoal da ZW também; o Domingues, que tinha vindo para São Paulo e estava na estação rádio... Entregou todo mundo. Eu nem sabia que ele tinha entregado... De repente teve uma reunião convocada pelo pessoal do comando e nela fui preso. Meu nome estava na lista! A gente dizia:

– A carrocinha está por aí!

A carrocinha era o pessoal que prendia na base, no aeroporto. Já tinham uma lista:

– Fulano de Tal: está preso.

Passei em casa, peguei algumas roupas, pasta de dente... achei que não ia dar em nada. Nem pensava em sair fora... Falei com minha esposa... Se quisesse fugir podia ter fugido, porque tive chance, mas achei que não ia dar em nada. Fui levado para a Base Aérea de Santos. Eles passaram no centro, prenderam um outro colega meu, éramos uns três ou quatro... Fomos para Cumbica, já tinha uma T-25 esperando a gente. Aí falei:

– O negócio está preto...

Já estava com os motores ligados, entramos e voamos... uns três ou quatro minutos com medo de sermos atirados ao mar... Estava sabendo que a coisa estava muito preta. Estávamos de paraquedas, pensei: “Qualquer coisa...”.

Pousamos. Quando pousamos vi que estava em Santos. Lá tinha uma unidade especial que eles transformaram num presídio. Todos os sargentos que estavam sendo presos em São Paulo eram enviados para lá. Cheguei e fiquei uma semana e meia incomunicável, dando depoimento:

– Qual o envolvimento de vocês?

Aquela história... Um depoimento lá...

Assumimos nossa posição política contra o que estava havendo, nessa fase de inquérito, IPM. Depois liberaram a gente e ficamos no alojamento, todo mundo junto... O pessoal levou na galhofa a coisa! Nessa brincadeira, ficamos presos lá 136 dias.

A gente aproveitava para ler, discutir política... a gente lia muito. Tinha um pessoal do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, alunos, professores. Eles prenderam todo mundo. Não tinha diferença... Só tinha sargento, mais o pessoal do ITA. Tinha um professor que dava aula de economia, uns alunos de terceira, quarta série. O ITA é um dos colégios mais conceituados da América Latina, muito bom. E, por causa da posição política, eles foram sumariamente afastados, foram expulsos. Os professores chamados esquerdistas foram demitidos. Demitidos mesmo! O depoimento deles era até interessante porque davam uma aula para os inquisidores. Esse Domingues – depois esteve me contando – deu uma aula sobre guerra da Coreia. Não sei se foi um tenente ou capitão que disse a ele:

– Como você sabe de tudo isso?

– Eu sei porque leio. O senhor não lê nada não?

Deu uma aula – de trás para frente, de frente para trás – sobre a guerra da Coreia e todos esses movimentos históricos: Revolução Soviética de 1917; China, 1949... foi falando, falando... o depoimento dele ficou um catau e o cara ficou impressionado com ele:

– Qual o jornal que você lê?

– Leio o Estadão.

– Esse é um termo pejorativo.

– Não. É porque é um jornal grande – tinha muitas folhas... todo mundo chamava de Estadão. – Eu leio e é muito bom de ler, entre outros.

– Você, um terceiro-sargento, radiotelegrafista, sabe de tudo isso! Movimentos históricos... eu sou um oficial e não sei nada disso.

Sei que o depoimento dele levou mais de uma semana... O meu até que foi rápido. E ficamos todos lá no alojamento, discutindo.

Eles baixaram determinadas ordens. A gente não podia chegar nas janelas. Se fizesse isso depois das 18 horas, era tentativa de fuga. A ordem era atirar. Botaram quatro metralhadoras ponto 30, nos quatro pontos do alojamento. Era muito grande, dava para mais de 400 pessoas, tinha refei-

tório... Holofotes no prédio todo. Os sargentos não tinham contato com a gente. Só oficiais. Era vedado qualquer contato com sargentos que estavam fora e faziam a nossa guarda. Só um oficial poderia entrar no alojamento. Eles tinham medo de que conversássemos com os nossos colegas... Essa “brincadeira”, essa prisão, durou... não foi brincadeira. Eram só ameaças. Eles falavam:

– Se vocês tomassem o poder, iriam fuzilar nossas famílias!

– Mas quem foi que falou isso?

– Estamos sabendo que o fim seria esse. Fuzilamento para todos nós. Mas revertemos isso e agora vocês que estão presos. Vocês é que podem ser fuzilados...

– Mas quem contou essa história?...

Falaram um monte de coisas... que a gente ia matar as famílias dos oficiais. Conversa: ninguém ia fazer isso.

A minha família ficou chocada! Poxa... Eu, preso. Ela recebia o pagamento. Minha filha novinha, não tinha completado dois anos ainda...

Ela tem um trauma danado... a minha filha sofreu muito por causa das minhas prisões...

Mas essa prisão nós tiramos de letra. Éramos militares, discutíamos com nossos carcereiros, tínhamos uma biblioteca enorme, com tudo quanto é artigo lá... Eles não se importavam e as famílias levavam livros de economia, política... e a gente não tinha nada para fazer, então ficava só lendo, devorando tudo o que havia pela frente: jornal, livro... Tinha dias que a gente fazia educação física, jogava vôlei, tinha uma recreação, um banho de sol... Mas o pessoal de fora era impedido de conversar com a gente. Só poderia conversar com oficial, e, se ele achasse que a gente estava o “encarando” muito, mandava para um navio, o Raul Soares, que estava ao lado. O Catita um dia estava no refeitório, olhou assim e deu um sorriso. Os caras o ameaçaram ou parece que o mandaram para o navio... Não podia tomar qualquer atitude que o oficial julgasse menos respeitosa, porque ameaçavam mandar para lá. Já falavam alto com a gente... era uma prepotência danada!

Até que o clima foi melhorando... eles foram sentindo que nós não éramos nada daquilo. Éramos pessoas que sabíamos o que queríamos. Tínhamos conhecimento, discutíamos qualquer coisa: religião, economia... na presença deles. Qualquer assunto que eles puxassem a gente dava aquela aula. Tinha até economista lá! Um que dava aula no ITA, muito inteligente...

Enfim, respondi o inquérito, fiquei preso 136 dias. Aí eles me deram o *habeas corpus*. O Superior Tribunal Militar deu para vários companheiros. Nesse meio-tempo, saiu minha demissão, fui expulso, pelo Ato Institucional n. 1, em 9 de abril. Fui expulso... O STM concedeu o *habeas corpus*. Eu saí e várias companheiros começaram a sair da cadeia. Eles cancelaram o pagamento. Saí de São Paulo... fiquei com receio de ficar lá, porque o inquérito continuou correndo na Auditoria do Exército. Arranjei um caminhão, juntei todos os meus móveis e vim para o Rio. Não falei para ninguém onde estava... Pensei: “Se eu for condenado, já saio pelo mundo”.

Fiquei morando na casa dos meus pais e comecei a procurar emprego. Mas era difícil... não tinha... Onde poderia trabalhar seria justamente nas empresas de aviação.

Em 65, fui procurar emprego lá na PANAIR:

– Vou ver se consigo trabalhar no tráfego aéreo...

Era uma empresa civil, então eles davam muito emprego para o pessoal. Davam as informações sobre aeronaves deles, posição... Então, cheguei para falar com o diretor de tráfego. Expliquei minha situação:

– Sou ex-militar, controlador de voo, fui cassado, e estou procurando trabalho. E a única coisa que sei fazer é isso, trabalhar no tráfego aéreo.

– Até que seria uma ótima vocês da FAB virem trabalhar aqui com a gente. Só que existe um problema.

– Qual problema?

– É que existe uma portaria reservada do ministro impedindo que a gente dê emprego para vocês...

Eu levei um susto!...

– Poxa, quer dizer que estão punindo a gente duas vezes... Impedir um homem de trabalhar é o fim... Isso ia contra os direitos internacionais, que eles assinam...

– É. Mas existe essa portaria reservada. Agora, posso falar com o Brigadeiro Epaminondas para ver... Mas não sei, acho que vai ser difícil.

Ele mandou voltar outro dia. Naquela época, quem era o presidente da PANAIR era o Brigadeiro Epaminondas. Voltei:

– Olha, infelizmente não vai dar. Aconteceu aqui um caso idêntico ao seu – acho que foi na Cruzeiro – e o governo ameaçou cortar a subvenção das empresas.

– Não tem problema. Não quero criar problemas para vocês, tudo bem... Saí... Aí que comecei a procurar emprego em outros lugares.

Quando saí da cadeia, não senti um preconceito, mas foi difícil arrumar o primeiro emprego, porque não podia exercer a minha especialidade. Tinha aquele impedimento para que eu trabalhasse. Mas, depois que arrumei o primeiro, não teve problema nenhum...

Depois que fui cassado, tentei entrar para Standard Elétrica. Era para trabalhar como estendedor de linha telefônica. Pelo meu currículo, escolaridade, disseram que eu estava aprovado. Mas, quando viram meu certificado, que eu estava cassado, me dispensaram. As grandes empresas recebiam ordens do governo para não dar emprego para a gente. Puniam duas vezes. Ninguém pode ficar sem trabalhar! Um médico, se no exercício da profissão mata um paciente, pode ser proibido de exercê-la. Mas é diferente quando uma pessoa é acusada de ter cometido um crime – dizem que foi um crime – e baixam uma portaria... eu teria que ter uma carta do DAC para trabalhar no tráfego aéreo. Ele não me daria a carta em função da portaria que o ministro, Eduardo Gomes, baixou, com mais um outro. Eu consegui passar por cima disso tudo...

Fiz de tudo um pouco. Até nessa fundação dos terminais rodoviários eu trabalhei, como fiscal. O meu avô tinha uma empreiteira. Ela trabalhava com meu tio, irmão do meu pai, que de vez em quando também fazia um biquinho com eles. Comecei a trabalhar lá e aprendi a profissão de pintor. Meu tio era comunista! O Rocildo, a gente o chamava de Zico, foi do Partido, esteve na União Soviética, fez curso lá, falava inglês, francês, russo... Quando ele andava ali pelo Saara e encontrava aqueles judeus, árabes, começava a trocar ideias com eles! Eu ficava olhando, admirado... Ele foi secretário do Partido. Em 35, na Intentona, foi ameaçado de prisão, naquela época do Getúlio, do Estado Novo... Aí ele fugiu e foi embora para a União Soviética. Ficou lá por vários anos... Depois voltou, estava tudo calmo. Ficou morando com a gente lá em Colégio. Trabalhava com ele. Trabalhei com pintura, na fiscalização dessa CODERT, naquela época era Fundação dos Terminais Rodoviários. Trabalhei muito tempo na firma do meu avô, fazendo bicos... E fui morar com meus pais...

Fiquei trabalhando muito tempo por conta própria, como autônomo. Aprendi a profissão na firma do meu avô, depois saí e comecei a trabalhar

sozinho. Pegava serviço de empreitada, trabalhava em firma, às vezes saía... Não parava em lugar nenhum. Não levava desaforo para casa. Se me falassem alguma coisa, eu respondia. Era um revoltado... Revoltado! Não aceitava... achava o seguinte: “Se estou certo, o emprego está em segundo plano. Não quero saber...”.

Nessa brincadeira, fiquei com o aluguel de casa atrasado, porque saí da casa dos meus pais e aluguei uma casa. Morava eu, minha filha e minha esposa. Os caras me mandavam embora, eu atrasava o aluguel, aí meu pai vinha e me socorria... E assim ia tocando o barco. Fiquei nessa luta uns cinco anos.

Ah! Nisso, em 69, soube que eles iam nos julgar em São Paulo. Tinha um colega meu que era do mesmo processo, e ia ser julgado junto comigo. Era acusado das nossas chamadas “subversões” de 64. Só em 69 é que houve o julgamento. Ele falou:

– Tu não vais?

– Eu não! Para quê? E se a gente for condenado? Já sai de lá preso... e não estou a fim de ficar preso não...

– Ah, eu vou lá.

Ele era primeiro-sargento. Nisso, já havia aquele movimento de luta armada. Aquele movimento estudantil de 68. Teve a morte do Edson Luis aqui no Calabouço... Teve aquela manifestação, a repressão à passeata por parte do Brigadeiro Burnier, com relação aos estudantes... O movimento estudantil estava começando a ferver.

E esse meu amigo foi no julgamento. Nós fomos absolvidos. Mas, no que ele estava no julgamento, houve o sequestro do embaixador americano. Ele estava lá, e depois me deu a notícia que nós tínhamos sido absolvidos. Não tinha nada contra a gente, não conseguiram provas... Tudo bem. Levei minha vida normalmente. Aí ele foi preso! Depois de ter sido absolvido. Acusado de ter participado do sequestro do embaixador...

– Como?!

Ele foi preso no 3º COMAR. Ele tinha uma kombi e haviam usado uma no sequestro, que era da cor da dele... Aí o Burnier achou que ele tinha envolvimento e o prendeu. Ele falou:

– Eu não tenho participação nisso. Estava no julgamento nesse dia. Estava sendo julgado!

Foi no dia! Ele estava em São Paulo... Não podia. Fizeram umas perguntas e o soltaram.

Aí nós resolvemos montar uma empreiteira: eu, ele, o primo e o irmão dele, mais umas outras pessoas. Ele e o Ferreira, que ficou preso comigo em Santos. E resolvemos:

– Vamos montar uma firma para ver se a gente ganha um dinheirinho. A gente está precisando trabalhar...

Como ele era um cara muito atirado, bolamos um nome: LOFER Empreiteira. Era o nome do irmão com o dele... para fazer pintura, essas obras pequenas. Montamos um escritório na Praça Tiradentes, no centro, e começamos a entrar nas concorrências. Naquela época, tinha o Banco Nacional de Habitação, com muita obra, fazendo apartamentos, e a gente entrava em concorrência para pintar. Eu entendia de pintura, então, quando a gente ganhava, tocava o serviço. Subempreitava, porque as firmas grandes era quem ganhavam as concorrências. Nós, como éramos “nanicos”, pegávamos o resto. Começamos a fazer esse tipo de trabalho. Eu fazia orçamento, ia lá e media, calculava preço e material. Tinha muita construção do BNH, e começamos a trabalhar. Tinha o pessoal que trabalhava com a gente, um amigo meu, o Luís, o pai dele era pintor, trabalhava na firma do meu tio, e começou a trabalhar com a gente. E aquele negócio foi indo...

Enquanto isso, o movimento estudantil estava na rua, em passeatas, o tempo todo... Um belo dia ele me falou:

– Magalhães, você não quer entrar num partido? Tem uma organização que está convidando a gente para participar...

Estava doido para fazer um contato com o pessoal de organização para partir para a clandestinidade... Porque eu não me conformava!... Meu tio me falava:

– Esses caras vão ficar 20 anos no poder...

Mas eu não me conformava...

– Não! Tem que ser feita alguma coisa, não é possível...

E aquele regime desde 64 até 70... Começou o movimento estudantil e eu doido para fazer esse contato com uma organização, mas era uma clandestinidade danada... Aí surgiu isso por intermédio dele. Nós fomos numa reunião. Era uma dissidência da AP – Ação Popular – que vinha fazendo um trabalho político na zona urbana e rural e houve um racha. Dele surgiu o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, cujo dirigente era o Alípio Cristiano de Freitas. Ele está na África atualmente... Ele fundou o partido, começou a fazer um trabalho político de massas. Ele foi padre e participava de

reuniões em sindicatos, mas eu não sabia. Já tinha visto ele falar em reuniões de sindicatos de que a gente participava em São Paulo. Isso em 63, 64, antes da “revolução”. E o tinha visto várias vezes de batina, fazendo discursos em sindicato. Era padre, mas era uma pessoa que questionava as coisas. Era muito ligado ao pessoal do campo. As pessoas às vezes colocavam questões para ele, que respondia:

– Esse pessoal está certo. A terra é de quem cultiva. Por que tem meia dúzia que é dono de terras imensas?...

– Padre, por que acontece isso?

E ele foi questionando a religião... e abandonou a batina. Era um cara que tinha um tremendo conhecimento! Lia muito... começou a questionar a religiosidade dele, até que abandonou. Era daqueles com a batina branca, creme, andava de sandália, tinha uma barba... acho que era capuchino. Nessa época houve o racha, porque a AP queria fazer um trabalho político, mas não voltado para a luta armada. Então, ele saiu com uma facção e fundou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Fez contato com esse amigo meu, que me chamou. Eu, o Luis e o Ferreira. Tinha a esposa do Alípio, a Wanda, que era uma revolucionária, excelente pessoa... E começamos a discutir os problemas.

Ele tinha contato com a VPR, outra organização. A gente não tinha arma, dinheiro... tinha que arrumar tudo isso, aos trancos e barrancos. Começamos a discutir política, como é que a gente ia atuar, se iria se aliar, como seria o trabalho de massas... Tinha um pessoal que fazia isso dentro das fábricas em São Paulo, outro que estava no campo. Inclusive, quando surgiu o Araguaia, Xambioá, foi iniciativa de uma parte do pessoal da AP, que estava fazendo um trabalho no campo. Mas não era para a luta armada, e sim de conscientização do camponês. Mais tarde, o PC do B assumiu e começou a fazer um trabalho voltado para a luta armada. Depois foi abortado. Alguém descobriu, começou a perceber, e chegou aos ouvidos aqui do pessoal da repressão... Assim, discutíamos política, as organizações, todo esse contexto político do país... e a saída era essa, a luta armada.

Minha família nem sabia! Minha mulher, meu pai, ninguém sabia... Mas eu estava em contato com o pessoal. Não estava na clandestinidade, mas sim normal. Não era procurado, tinha sido absolvido, não tinha por que me esconder. E comecei a fazer parte da organização. Não tinha sido ainda

detectado. Várias pessoas que participavam já estavam com seus retratos espalhados por tudo quanto é canto!

“Fulano de tal, alcunha tal...” Foto espalhada em aeroporto, delegacia.

Aí iniciou-se o processo propriamente da luta armada. A gente começou a partir para as ações: tomar arma, um carro necessário para uma ação. Arrumamos logo um monte de armas para nós, pistolas... E estávamos esperando armas também da VPR, que prometeu dar uma cobertura. Mas estávamos brigando com o que a gente tinha...

Partimos para diversas ações, em que tomei parte. Carro, arma, ação de banco... tinha o Russivan, que era amigo nosso; o Luís era Chivas – por causa do uísque; a Wanda era Sônia; o Alípio também tinha um codinome... O meu era Marcos... cada um tinha um codinome. Quando meu filho nasceu, esse ficou sendo o nome dele: Marcos...

Uma ação que foi assim um pouco mais feroz foi a de banco, uma Caixa Econômica em que tentamos fazer uma expropriação. Não houve muita coisa: tomada de armas, de carros, reuniões, levantamento de bancos, e essa tentativa... Tomamos um carro, um táxi, rendemos o motorista:

– O que vocês vão fazer?

– Vamos usar seu carro para fazer uma ação armada contra o governo. Nós somos revolucionários.

– Mas não leva meu carro! Vou dirigindo pra vocês!

– Não, rapaz, você não pode dirigir. Vamos fazer uma ação armada. Depois a gente larga teu carro por aí e você acha...

Era um Volkswagen, de quatro portas. Pegamos esse carro no Grajaú, em Jacarepaguá, e viemos embora para cá. Já tinha um pessoal esperando a gente, com um levantamento da área, do movimento do banco. Era pagamento no dia, tinha muito dinheiro lá.

Organizamos o pessoal, eu entrei fardado, para poder desarmar o PM. Ia falar com ele fardado... Tinha muita gente do Exército, militar, que recebia ali. Organizamos como ia ser feita a ação, quem iria desencadeá-la, tudo direitinho... éramos quatro. A gente tinha que ter arma mais pesada, mas não conseguimos contato com o pessoal da VPR, e partimos com o que a gente tinha: pistola, revólver.

Quem desencadeou a ação fui eu. Logo entrei, tinha um PM, fui falar com ele. Ele prestou continência para mim, eu o rendi e desarmeí:

– O que é isso, sargento?

– Fica quieto que nós somos revolucionários, estamos aqui para fazer uma expropriação. Fica quieto ali no canto. Nós não vamos matar ninguém.

– Sim, senhor. Sim, senhor...

Estavam acontecendo muitas dessas ações. Depois, nós ficamos sabendo que o gerente da Caixa tinha falado que, o dia que alguém entrasse lá, ele iria reagir. A gente não estava sabendo disso...

Quando falamos que era um assalto, ele meteu a mão num 32 e começou a atirar na gente. A Caixa estava muito cheia, uns deitando no chão, outros querendo sair... Aí não teve como dar prosseguimento à ação. Tivemos que sair porque deu muita confusão, muito grito... aquele negócio todo. O cara atirando, o Alípio atirando nele... não saiu ninguém ferido.

Nós saímos e vinha uma escolta do Exército. Tinha um jipe com o pessoal da Polícia do Exército, todos armados com 45. Houve um tiroteio na porta da Caixa... Entramos no carro, houve vários impactos nele... Eu atirei nos caras, eles atiraram em mim... Mas conseguimos sair fora. Trocamos de carro e eles não vieram atrás da gente. Não houve perseguição. Está no meu processo:

Poder Judiciário

Segunda Auditoria da Aeronáutica da 1ª Circunscrição Judiciária Militar

SENTENÇA

(...)[...] “os denunciados, todos eles integrantes da organização clandestina Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), dissidência da Ação Popular (AP), sob a inspiração e a direção do primeiro denunciado, ALÍPIO, planejaram assaltar a Agência Anchieta da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro e, aproximadamente às 14:30 do dia 10 de abril do corrente ano [1970], após haverem roubado o automóvel marca Volkswagen, placa GB-56053, de propriedade do motorista de Praça JOSÉ AUGUSTOS TEIXEIRA MENDES, deram início à execução do assalto, imobilizando e desarmando o soldado da PM CAETANO CRÂNCIO SOBRINHO, de serviço naquele estabelecimento bancário, só não conseguindo retirar os valores que ali se encontravam por circunstâncias alheias à vontade dos denunciados, por isso que o funcionário PEDRO AMÉRICO DA MOTTA GARCIA reagiu armado à ação dos delinquentes, daí surgindo cerrado tiroteio durante o qual conseguiram os denunciados escapar, no que pese terem sido perseguidos por quatro militares que contra eles atiraram, todos eles do efetivo do Regimento Escola de Infan-

taria e que no momento passavam pelo local, sendo certo que da troca de tiros saiu ferida a menor MARIA AUREA BENEDITO, a qual se encontrava na via pública em um ponto de ônibus aguardando condução. Revelam os autos do inquérito que serve de base para esta denúncia que o automóvel utilizado para conduzir os delinquentes ao estabelecimento assaltado fora roubado pelos denunciados RUCIVAN, PIMENTEL e JOACY, e que, no momento do assalto, encontravam-se no aludido veículo os três citados e mais os denunciados ALÍPIO e JOÃO FERREIRA DA SILVA. Ficou apurado, ainda, que, enquanto o denunciado RUCIVAN ficou no interior do veículo na condição de motorista, o indiciado JOACY, fardado de Sargento da Força Força Aérea Brasileira, foi quem imobilizou o policial de serviço no estabelecimento assaltado, enquanto ALÍPIO e JOÃO FERREIRA tratavam de imobilizar os funcionários e clientes no interior da agência e o denunciado PIMENTEL ficava de olheiro fora do estabelecimento. Uma vez empreendida a fuga, os denunciados, utilizando, ainda, o carro roubado, rumaram para a Pavuna, onde já os aguardava a sexta denunciada, WANDA COOZETTI MARINHO, amásia do denunciado ALÍPIO, com uma Kombi de propriedade do denunciado JOÃO FERREIRA DA SILVA, para onde foi feito o transbordo dos delinquentes. Os denunciados, que participaram da tentativa de assalto, estavam fortemente armados (...) [...] sendo que os denunciados JOACY e JOÃO FERREIRA são ex-militares da FAB cassados pela Revolução”.

(...)[...] A prisão preventiva dos denunciados foi decretada em 3.11.70.

Face ao exposto [...] resolve o Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª Circunscrição Judiciária-Militar [...] por maioria de 4 a 1, condenar JOÃO FERREIRA DA SILVA e JOCY PEREIRA DE MAGALHÃES a 11 anos e 4 meses de reclusão, vencido o Dr. Auditor, que condenava a 8 anos de reclusão [...] cassados, por 10 anos, os direitos políticos de todos os condenados.

Expeçam-se mandados de prisão.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1971.

Houve uma queda da VPR, no Rio Grande do Sul, e a gente tinha contato com eles. O pessoal que caiu abriu um consultório onde o Lamarca tinha feito uma operação plástica. E a gente tinha contato com eles, se não me engano da Tijuca. E os policiais já estavam na campana. Sei que o nosso pessoal começou a cair em função dessa ligação que a gente tinha. Foi caindo preso um por um... Esse colega meu, que esteve no julgamento; depois eu; Wanda, Alípio... todo mundo da organização. Ficamos na PE, Polícia do Exército, sofrendo aquelas torturas...

Fui preso em casa. Eles chegaram de noite, eu estava lá:

– Estamos procurando o Marcos...

Notei que era... eu não estava na clandestinidade. Não tinha nem arma em casa. Sei que fui preso. A garota, minha filha, estava com seis anos, chorava... Ela viu os caras me algemarem... chorou à beça... Me botaram no carro, pensei: “Já sei o que está acontecendo...”. Não deu outra coisa: direto para a Barão de Mesquita, o quartel da PE, que tem ali. DOI-CODI. Chegou lá, foi um terror... era pau de tudo quanto era jeito! Caíram Alípio e Wanda. Cheguei, eles já estavam lá. Depois caiu o Russivan, o Luís... no total umas oito pessoas. Foi um pau danado! Ficamos lá uns 15 dias. Tortura... choque... sempre pelado, nu. O pessoal das outras organizações lá... era uma gritaiada danada... Estupro... as mulheres... elas geralmente sofriam estupro. Se estivessem grávidas, eles não estavam nem aí. Sobre o que passamos, mais tarde o Alípio fez esta declaração, que guardo até hoje:

Em primeiro lugar, e antes de prestar qualquer depoimento, quero deixar bem claro o seguinte:

1º) Farei uso público, tanto no Brasil como no exterior, por tôdas as formas possíveis e ao meu alcance, tanto deste como de qualquer outro depoimento, por mim livremente prestado, bem como das declarações que venha a fazer em juízo, caso seja julgado, nesta ou noutra Auditoria.

Essa balela da “imagem do Brasil no exterior” é história para “boi dormir”. O que denigre o Brasil não é a ação dos combatentes revolucionários, a ação dos homens progressistas e patriotas, mas sim a existência, desde o golpe militar de 1964, de uma Ditadura militar, de características nazifascistas bem claras. A luta de um povo jamais o denigre, somente o enobrece, principalmente quando ela se trava contra forças as mais reacionárias e retrógradas. Divulgar as ações dos revolucionários brasileiros e a luta do seu povo contra os opressores e exploradores é dever de todo brasileiro, revolucionário ou não, simples patriota ou homem de bem.

É porque amo o meu povo, o povo trabalhador e explorado, é que sempre lutarei com êle e divulgarei a sua luta, mesmo que isso me custe a vida.

A verdadeira imagem de um povo é espelhada pela luta que trava para libertar-se da miséria, da opressão, da fome, do atraso, da dominação externa e interna – e essa imagem, que é a verdadeira do Brasil, é a que a Ditadura tenta impedir que se conheça, mas nós a divulgaremos a todo o custo.

2º) Quero protestar publicamente contra a expressão “vulgo Padre Alípio” contida no texto da denúncia contra mim encaminhada e subscrita pelo juiz-

-auditor substituto Theodulo Rodrigues de Miranda, por achá-la propositadamente debochativa, calculadamente ofensiva. De “vulgo Justiça” poderia eu e todos os meus companheiros, que por aqui passaram ou não de ainda passar, poderia eu, repito, apelidar a Justiça que aqui se faz, pois de Justiça ela apenas e abusivamente usa o nome, as prerrogativas e o aspecto exterior. Jamais alguém poderá ter como Justiça o que não passa de defesa de um estado de força, que outra coisa não faz mais do que suprimir o direito e perseguir, oprimir ou matar aqueles que, lutando pelos direitos do povo, se levantam contra tal estado de força e violência.

Fui padre, não tenho por que negá-lo, exerci o ministério sacerdotal durante quase oito anos, em distintos lugares, sempre dignamente, com coerência, como poderão atestá-lo tanto os que foram meus superiores como os meus colegas, como ainda, e isto é para mim muito mais importante, o povo a quem sempre estive ligado. Deixei a Igreja quando a minha prática revolucionária e os meus conceitos político-ideológicos me colocaram em contradição permanente com ela; mas deixei-a livremente, sem subterfúgios, sem falsas desculpas; por isso, posso recordar o tempo em que fui sacerdote sem recalques, sem problemas psicológicos, sem complexos; assim como creio que a Igreja não teve ou tem por que lastimar-se pelo fato de ter-me tido no seu seio. É exatamente por estas razões que agora repudio, rejeito, como debochativa e de baixo nível, a expressão contida na denúncia, “vulgo padre Alípio”. Também essa atitude me é imposta pela minha condição de revolucionário proletário, comunista militante; não posso permitir-me que um qualquer, mesmo que investido de toga ou de poderes de juiz, se arrogue o uso do deboche e o pretenda transformar em direito. Se motivos alguém não tem para respeitar-se a si mesmo como pessoa, respeite ao menos a função que exerce, ainda que temporariamente.

Sei que muitos dos problemas que comigo surgiram durante o tempo de minha prisão e muitas das arbitrariedades contra mim cometidas durante este mesmo tempo, decorreu do fato de eu, havendo sido sacerdote, me ter transformado em revolucionário proletário, comunista militante. Sei-o muito bem. A ditadura, a burguesia, os tradicionais opressores do povo poderiam até aceitar-me como “padre progressista”, mas somente isso. Agora, como revolucionário proletário, ligado indissolúvelmente ao povo trabalhador e explorado, engajado na sua luta para a vida e para a morte, para a sua vitória indiscutível – isso jamais os inimigos do povo podem aceitar. Mas é isso que eu sou e serei – revolucionário militante, para sempre um entre o povo.

3º) Sei também que o meu depoimento, se feito com o mínimo de liberdade, me pode levar pela terceira vez ao CODI; ainda que essa possibilidade bem real me faça estremecer e se abata sobre mim como um peso esmagador, a mi-

nha consciência de revolucionário proletário e o espírito de solidariedade com os meus companheiros, que lá passaram e poderão passar e ainda o dever de lutar pelo povo trabalhador e explorado, me obrigam a denunciar publicamente tudo o que lá vi, tudo o que lá sofri, todos os horrores de que fui testemunha e vítima, tudo enfim que se passa nesse antro de degradação, símbolo mais alto do poder ditatorial, que se abateu sobre este país e o assola, depois do golpe militar de abril de 1964. Talvez até que a denúncia desta possibilidade de voltar ao CODI não tenha nenhum sentido; mas teria que fazê-la, para que pelo menos o remorso desponte na consciência daqueles que teriam por obrigação administrar a Justiça e não a fazem, não importam os motivos.

4º) Por conhecer os métodos arbitrários dos agentes da Ditadura e principalmente por ter-lhe experimentado os sentimentos, quero lembrar a esta Auditoria e mui especialmente ao Meritíssimo Juiz-Auditor, quero lembrar, repito, os riscos de represálias físicas e morais que os meus familiares passarão a correr depois de prestado e divulgado o meu depoimento. Não sei, na verdade, levando em conta o procedimento normal dos agentes do CODI e similares e ainda o estado de desprestígio da Justiça, neste país, se adiantará muito ou alguma coisa fazer tal advertência; mas, de qualquer modo, é meu dever fazê-la, que mais não seja, para confirmar a realidade das minhas suspeitas.

5º) Quero também, antes de prestar qualquer depoimento, denunciar o regime de incomunicabilidade física, jurídica e familiar em que fui mantido por mais de 3 meses no CODI e na Ilha Grande. Ainda agora esse regime mais ou menos se mantém; as cartas que companheiros de diversos presídios me escreveram e escrevem jamais me chegaram às mãos; um companheiro até já houve que pelo simples fato de expressar-me os seus sentimentos políticos numa carta foi preso na “surda” de Ilha Grande; as cartas que minha mulher e companheira WANDA COZETTI me escreveu de Bangu estão, na sua quase totalidade, pelo caminho; se o meu advogado conseguiu falar comigo é muito mais em função do seu prestígio pessoal do que por causa do direito que assistiria a um advogado de atender o seu cliente.

E tem mais, há quase dois meses que estou preso, assim como minha companheira e esposa; já estivemos presos nos mesmos lugares; tanto ela quanto eu solicitamos (eu inclusive por escrito) que nos fosse permitido encontrarmos-nos; mas até o dia de hoje essa nossa solicitação está sem resposta. Se por duas vezes pude falar com ela (uma a caminho do CODI e outra aqui, nesta Auditoria), isso deveu-se a um ato de compreensão dos guardas que nos conduziram e não a qualquer determinação expressa da Justiça ou das autoridades coatoras. Sei que esse é um direito que me assiste; não estou reclamando um favor ou um tratamento especial; se quem dita o direito, pelo abuso da força de que dispõe,

não quer obrigar-se a cumprir aquilo mesmo que para si se determina, então apague esses direitos de seus códigos, mostrando a todo o mundo a sua verdadeira face. Reclamo um direito e não um favor, pois favores jamais pediria ou aceitaria dos inimigos de classe do Proletariado, que sós os meus.

Caberia aqui denunciar também muitas outras arbitrariedades, tais como a farsa da assistência médica do CODI, a arbitrariedade e permanente atitude de abusiva autoridade do diretor do Presídio Cândido Mendes, da Ilha Grande, Capitão Calheiros, a censura inquisitorial exercida em todos os presídios sobre a cultura; a falta de banho de sol, a instabilidade psíquica que permanentemente tende em manter-se os presos políticos – mas isso, todas essas denúncias levar-nos-iam tão longe que certamente iríamos desembocar num outro tribunal de NUREMBERG. Ademais o trabalho de denúncia diante da Justiça militar do Brasil seria mais ou menos inútil, pois em muitas ocasiões já lhe foram feitas, sem que nada tenha mudado, tanto o seu procedimento jurídico quanto os métodos de barbárie, fac-símile dos métodos nazifascistas, dos agentes de repressão da Ditadura.

Fui preso no dia 18 de maio, na estação de Juscelino Kubitschek (J.K.), juntamente com RUSSIVAN CORDEIRO e seu irmão LUIS STALIN DE SANT’ANA, tendo os agentes do CODI sido levados a esse “ponto” pela fraqueza de um companheiro, que não pôde resistir aos maus-tratos e violências sofridas durante a noite de 17 para 18 de maio e, talvez ainda, durante esse dia.

Algemado e já sob maus-tratos e insultos fomos conduzidos ao quartel da PE na RUA BARÃO DE MESQUITA, onde se encontra o CODI. A minha chegada despertou nos meus “caçadores” os mais estranhos sentimentos de alegria, de ódio, de satisfação, de prazer sádico, de alívio, etc. Afinal, terminara a “caçada” que se me vinha movendo há quase seis (6) anos, por todo o Brasil, nas cidades, no campo, em todo e qualquer lugar onde se suspeitasse eu poderia estar.

Fui conduzido sem perda de tempo ao edifício da PE onde se processam os “interrogatórios” já sob pontapés, socos, empurrões e ainda algemado. Me colocaram nu, de rosto para a parede, juntamente com RUSSIVAN, e os dois fomos entregues à ferocidade da guarda de dia, que se encarregou das preliminares do “interrogatório”.

Foi mais de meia hora, talvez uma, de socos nos rins e nas costas, no fígado e no baixo ventre, de patadas e pontapés por todo o corpo, de golpes de cassetetes na cabeça, nos ombros, nos braços, nas coxas e nas articulações, de “telefones” – tudo acompanhado de palavras e gestos obscenos, de palavrões e ameaças de violências sexuais. Mas tudo isto era apenas a mostra do que estava por vir. O que verdadeiramente nos esperava estava sintetizado na ordem que o “DR. LÉO” (oficial do Exército) dera ao soldado que nos guindava de metralhadora

em punho: “Se esses filhos da puta reagirem ou tentarem escapar-se, mate-os”; mate-os, saiu gritando histérico.

Depois dessa “preliminar” e havendo já escutado durante algum tempo os gritos lancinantes de LUIS STALIN e RUSSIVAN, fui levado “à boite” (uma das salas de tortura do CODI). Antes de nada me ser perguntado, mal entrei na sala fui agredido a cacetadas, derrubado no chão, pisado, chutado, coberto de pontapés; de pouco valeu a minha resistência, pois os meus carrascos de humanos só tinham a forma exterior. Já no chão e ainda sob patadas e pauladas ligaram-me num dos pés e numa das mãos os terminais de aparelho de eletrochoque. Só então me começaram a perguntar o que já sabiam. Mas já a esse tempo o seu ódio irracional de verdadeiras bestas-feras se chocava contra o meu ódio de classe que me mantinha de dentes cerrados, a boca fechada às suas perguntas. Enquanto pude aos seus insultos respondi com outros que extravasavam todo o meu ódio aos meus verdugos e a tudo o que eles representavam e ainda representam. Só quando a voz sumiu definitivamente na minha garganta deixei de gritar-lhes o meu ódio de classe.

Não sei quanto tempo durou tudo isso; recordo-me apenas que me deram uma trégua e depois me levaram ao “pau-de-arara”. O “pau-de-arara” é um suplício terrível, tão bárbaro que nem os senhores de escravos o aplicavam. O torturado fica inteiramente indefeso, absolutamente à mercê dos seus carrascos. Começaram por afogar-me em água e pó de café: é um suplício bárbaro e quando repetido com insistência leva a vítima a um estado de exaustão total; foi o que aconteceu comigo. E, enquanto um dos torturadores me derrubava água e pó de café nas narinas e na boca, outro me dava eletrochoques nos ombros, no peito, nos órgãos genitais, no ânus, nos ouvidos; tudo isso acompanhado dos já costumeiros insultos, de pontapés e socos.

Vendo que o afogamento entremeado de choques e pancadas de nada lhes adiantava, partiram os meus carrascos para um outro tipo de tortura: o eletrochoque contínuo e com um nível de voltagem cada vez mais elevado nas têmeoras. É um suplício diabólico.

Não me recordo de quantas horas já se haviam passado desde a minha entrada na “boite” até ao começo do suplício do eletrochoque nas têmeoras; recordo-me apenas que a essa altura me encontrava num estado de semi-inconsciência física; mas, quando os terminais do aparelho de eletrochoque me foram colocados nas têmeoras e o CAPITÃO LUIS CARLOS (da Aeronáutica) o acionava, todo o meu ser despertou e tive a impressão de que ia ficar louco; toda vez que a descarga elétrica caía no meu cérebro, todo o meu corpo se levantava no “pau-de-arara” como se fosse um sino, para depois abater-se sobre si mesmo com todo o seu peso].

Toda a descrição que desta tortura se faça será sempre uma tênue imagem para quem nunca passou por ela; mas tenho certeza de que aqueles que já a suportaram sentem náuseas só de recordá-la; insensíveis devem apenas ficar aqueles que, pelo hábito de torturar, já perderam toda a sensibilidade humana e de humanos regrediram à condição de bestas.

Depois de muito tempo e a um “tira esse filho da puta daí” fui retirado do “pau-de-arara”, para recomeçarem os eletrochoques, as pauladas, os socos, os murros, as patadas, os insultos, tanto em pé como caído no chão. Tudo isto se prolongou por demasiado tempo para que eu possa saber quanto foi. Me atiraram afinal para um corredor, onde estavam apinhados outros companheiros presos; me atiraram como quem atira lixo; um bagaço semidestruído, semi-inconsciente; segundo os meus companheiros eu era uma chaga viva, o corpo inteiramente ulcerado; aos poucos a consciência voltou e então pude começar a ouvir os gritos de dor da minha companheira WANDA COZETTI e MARIA CRISTINA WANDERLEY, que me substituíram na sala de torturas e estavam servindo de posto à bestialidade de todos aqueles que já antes tinham cevado em mim o seu ódio animal.

Os seus gritos (de Wanda e Maria Cristina) escutei-os até de manhã, manhã adentro, incapazes de quebrar-lhe a resistência moral e de abatê-las em sua consciência revolucionária, vieram tirar-me da cela onde então já estava querendo que as “aconselhasse” a se dobrarem diante deles. Tive ainda suficiente força para ir e dizer-lhes: “Vocês são revolucionárias, procedam de acordo com a sua consciência, mesmo que tenham de morrer”.

O que me aconteceu depois disso é fácil de prever; depois de novo me atiraram na solitária, de onde somente saí (excepto para algum depoimento, para um tête-à-tête com os agentes do CENIMAR e uma entrevista noturna com o Major Leopoldino de Brasília) para ser transferido para o DOPS no dia 6 de junho.

Não quero que este depoimento se refira apenas ao que comigo aconteceu; ainda que isso tivesse importância como peça de meu julgamento público a ser feito sob a Ditadura militar imposta ao povo brasileiro pelo golpe militar de abril de 1964 e ainda dos métodos que usa para poder substituir, ele terá de completar-se com tudo o que vi e ouvi durante o meu tempo de permanência no CODI. Por isso não me referirei, nominalmente, mais do que aqueles a cujas torturas assisti ou de que fui contemporâneo. Quero abrir uma excepção para reverenciar a memória de MARIO ALVES, JUAREZ DE BRITO e CHARLES CHAEL, assassinados no CODI, pela causa da liberdade e da Revolução Proletária.

Disse mais atrás, em outro lugar deste depoimento, que RUSSIVAN e LUIS STALIN foram comigo e me precederam na sala de torturas, mas já an-

tes de nós tinham chegado ALBERTO HENRIQUE BECKER, MANUEL AGOSTINHO DE SOUZA FARIAS, LUIS CARLOS PIMENTEL, JOSÉ MARIA DOS SANTOS, JOACY PEREIRA MAGALHÃES e logo depois JOSÉ ANTÔNIO SIMÕES FILHO, HENRIQUE DE OLIVEIRA RAMOS e ERUDILIO BARRETO DA SILVA.

Uns mais, outros menos, todos eles sofreram barbaramente. Ninguém foi poupado ou respeitado. No caso de Wanda Cozetti as torturas foram de tal monta que teve de ser hospitalizada, por mais de dez dias, com traumatismo craniano. Maria Cristina teve de ser internada no HCE por tentativa de suicídio e o seu pavor de voltar ao CODI deve ter sido tanto que mesmo no HCE tentou o suicídio novamente.

Mas não são apenas as torturas individuais que tornam o CODI um lugar execrável, semelhante às câmaras de tortura de qualquer campo de concentração nazista: existe um elemento pior ainda, um fator de tortura coletiva permanente, que é a incerteza e a insegurança total acerca do que pode acontecer com cada um no momento seguinte àquele que está vivendo. Acrescente-se a esta incerteza, a esta insegurança, o clima de terror provocado pelos gritos de dor intermináveis que se sucedem dia e noite, ininterruptamente, todos os dias, misturados com as imprecações, palavrões, xingamentos e insultos de todos os carrascos contra as suas vítimas. E tudo isto sem que um sentimento de humanidade se espalhe, ainda que fugidamente, no rosto de alguns dos carcereiros. Quando alguém sai de sua cela jamais sabe o que lhe pode acontecer; jamais, e todos os que ouvem gritar o nome do companheiro que sai podem ficar supondo que a sua vez será a próxima.

No dia 26 de julho, à noite, fui de novo transferido do DOPS ao CODI. Para quê? Soube-o dez ou doze dias depois. Para ser levado à 2ª Auditoria do Exército, onde me seria comunicado que eu estava condenado a 24 anos de reclusão por um processo contra mim feito no ano de 1963. Depois que me foi comunicada a sentença, fui de novo levado para o CODI, onde por mais umas duas semanas continuei incomunicável. O fato em si não teria nenhuma importância, mesmo juntando a esses 24 anos de reclusão mais 7 de um outro processo da SUPRA e acrescido mais 8 de um outro das LIGAS CAMPONESAS. Esta nova passagem pelo CODI só tem importância neste depoimento por servir de confirmação a tudo o que anteriormente disse.

Durante todo este tempo que aí passei incomunicável nem um só dia, uma só noite se passou sem que várias pessoas fossem torturadas, sem que se ouvissem gritos de dor e imprecações selvagens ecoando pelos corredores do CODI.

Nem um só dia, nem uma só noite, repito.

Foi nesse tempo que assisti às torturas físicas e morais infringidas a JESSE JANE, COLOMBO FILHO e FERNANDO PALHA, acusados de terem

tentado sequestrar um Caravela da Cruzeiro do Sul, a fim de trocar os seus passageiros por presos políticos. Durante uma noite e um dia, ininterruptamente, os seus gritos se misturaram com os palavrões, insultos, xingações e o praguejar dos seus carrascos. A Colombo Filho pude vê-lo bem, pois toda vez que saía da sala de tortura era jogado, seminu, no chão diante da porta da minha cela. O seu estado físico era uma lástima, o que não impediu que de vez em quando chegassem oficiais e soldados da PE, o levantassem e soqueassem violentamente no fígado e nos rins. O que esses três jovens sofreram nas mãos de seus torturadores ultrapassa, em muito, qualquer descrição.

Também nesse tempo foi preso JOÃO MASSENA, ex-deputado estadual pela Guanabara, cassado em 1964 e líder sindical metalúrgico. Só ele mesmo poderá dizer ou descrever o que durante esses dias sofreu nas mãos de seus carrascos; o que eu tenho de testemunhar é que ele parecia um homem a quem haviam arrancado a pele.

Mas muitos outros companheiros e presos sem qualquer ligação com o movimento revolucionário passaram pelo CODI durante essa minha segunda permanência.

Foram dias e noites sem dormir com gritos de dor, imprecações, palavrões e ordens, tudo a seu tempo entrando e repercutindo no meu cérebro. Senti-me bem perto da loucura e dias houve em que o suicídio me pareceu a única forma de sair daquilo, de fugir daquele inferno. Não fosse a certeza, a convicção de que a vida de um revolucionário é mais importante do que a sua morte e mais ainda que a morte só tem sentido em combate, e talvez eu tivesse sucumbido à angústia desses dias. Também a luta mais dura que já travara nesse mesmo lugar, sem sucumbir, vitoriosamente, e que os meus companheiros estavam travando naquela mesma hora, fez com que a vontade de viver, para continuar lutando, vencesse a morte, mesmo que ela se apresentasse como uma forma de luta.

Mas tudo isto só pode entendê-lo quem sofreu na própria carne.

Pode ser que este meu depoimento pareça estranho para muitas pessoas, dentro e fora do Brasil, que algumas até tenham dificuldade em entendê-lo, ou até se recusem a aceitá-lo. Isso já aconteceu antes, principalmente quando os sobreviventes dos campos de morte nazistas começaram a divulgar os seus espantosos sofrimentos, a relatar a tragédia de seus povos e de suas vidas, a dar testemunho da bestialidade a que o homem pode retornar, mesmo numa época de adiantada civilização. Mas para confirmar o meu depoimento, para dar-lhes mais dureza e desumanidade, existem ainda, nos cárceres da Ditadura, no Brasil, centenas de outros companheiros meus, companheiros de Wanda Cozetti, de Wellington Diniz, de Juarez de Brito, de Apolônio de Carvalho e de tantos outros que é quase impossível citar.

Mas hoje como ontem, hoje no Brasil, como nos anos de 30 a 45 na Alemanha, na Itália, em Portugal, na Espanha, as ditaduras terão os seus defensores, que tanto podem ser Cardeais da Igreja como ministros de Estado, como traidores, como gente distribuída pela própria repressão e usada depois como elementos de prova contra as denúncias dos combatentes revolucionários. Mas tudo isso de nada vale, pois a verdade sempre aparecerá e o seu brilho ofuscará todas as mentiras.

Tenha o proletariado de todo o mundo, tanto o que já se libertou das garras da opressão capitalista e é senhor dos seus destinos como aquele que ainda luta para libertar-se, tenha o proletariado de todo o mundo confiança no proletariado e nas massas exploradas do Brasil, bem como naqueles que, como vanguarda da sua luta, suportam o peso maior da repressão ditatorial, a serviço de interesses do imperialismo.

Mas, apesar de todas as dificuldades, apesar de toda a repressão, a nossa luta há de continuar e o povo trabalhador e explorado do Brasil há de triunfar finalmente e será livre.

Novembro, 17 do ano de 1970

Alípio Cristiano de Freitas – Extraído do depoimento prestado na 2ª Auditoria da Aeronáutica – GB no dia 17 de novembro de 1970.

É isso aí... E vários morreram lá dentro. Várias pessoas que hoje estão desaparecidas morreram ali e na Base Aérea do Galeão... O Stuart, por exemplo... amarrado, arrastado pelo jipe. Esse Burnier era o chefe da tortura na base do Galeão. Era do Serviço de Informação da Aeronáutica. Ele foi um dos principais assassinos do Stuart, filho da Zuzu Angel. Isso foi visto por um colega nosso que estava preso. Viu ele sendo arrastado... Stuart Angel. E ela deve ter sido morta a mando dele, Brigadeiro Burnier, naquele elevado num carro, um Karmann Ghia. Morreu em função disso... Porque ela sempre protestou, aqui e no exterior, para saber onde é que o filho dela estava. Ela queria o corpo... Ela sabia que ele estava morto! Já tinha informação. Mas queria o corpo dele...

E outros desaparecidos... um montão... sei lá, mais de cem que eles sumiram... Podia ser filho de general, não tinha disso não. O filho do Marechal Lott estava preso com a gente! Quase o mataram lá dentro... E o Marechal Lott foi lá na PE tomar satisfação e eles disseram que ele não era nada. O major falou para ele:

– Você não é marechal coisa nenhuma! Aqui dentro quem manda sou eu. Você aqui não é nada!

Eles faziam isso!... Tem uma história de que ele atirou nesse major e o matou. Foi abafado... Eles abafavam tudo o que acontecia. Inclusive tiroteio na rua, em que eles levavam desvantagem.

Nessa brincadeira, eu e todo o pessoal da minha organização, além de outros, fomos para a Ilha Grande. Fiquei no DOI-CODI 15 dias. Depois me mandaram para o DOPS... em junho. Como sobrevivi a tudo isso? Acho que dei sorte de não ter morrido... Teve muitos companheiros meus que morreram!... Eles tinham uma raiva de mim porque participei da ação fardado:

– Ah! É você que estava fardado?

E tome porrada!... Por isso acho que dei sorte de sair com vida. Como o Alípio saiu, a Wanda... e outros companheiros. Não teve ninguém da minha organização que morreu. Teve muita morte na ALN, na VPR, e várias outras. Várias mortes forjadas. O cara estava preso e dava como tendo sido morto em tiroteio. Mas não, tinha sido morto na tortura. São vários casos...

Quando estava preso e sendo torturado, minha família foi me procurando e não me encontrava... minha mãe, minha mulher, desesperadas... procurando. E eles me mudavam e não diziam! Podia ir lá:

– Não tem ninguém com esse nome.

Elas só foram me ver depois que saí da Barão de Mesquita e fui para o DOPS. Fuça daqui e dali, saíram procurando e me descobriram... Recebi visita lá no DOPS. Não estava mais quebrado. Eles mandavam para lá só depois que estava legal; quebrado eles não mandavam. Primeiro eles curavam e depois mandavam para o DOPS ou uma prisão qualquer. Se tivesse quebrado eles não liberavam... Se quebravam a ponto de matar, eles entregavam para a família dentro de um caixão lacrado e ela era proibida de abri-lo!... Isso aconteceu com o Manoel Filho, com aquele operário de São Paulo, com o Herzog... Tinha quem estivesse morto sem unha, sem dente, sem os olhos... não dava mais para recompor, eles lacravam o caixão e entregavam à família com ordens expressas de não abrir...

Depois, eles mandaram todo mundo para Ilha Grande. Em um mês e pouco estava todo mundo lá. Eles concentraram todos os presos políticos e o pessoal da Lei de Segurança Nacional. Eram cento e pouco presos, entre marujos, pessoal da Aeronáutica, do Exército... primeiro concentraram aqui

na Frei Caneca. Aí houve uma fuga. Saíram pelo portão da frente. Fizeram um planejamento bem-feito e saíram pelo portão da frente! O pessoal de organização, mais alguns marujos radicais que estavam na luta armada. Aí mandaram todo mundo para a Ilha Grande. O pessoal que fugiu, tudo bem, mas o que ficou enviaram para lá. Era mais difícil fugir... Era uma barra pesada fugir dali, não era mole não...

A viagem para a Ilha já era um inferno! Camburão, um calor desgraçado, algemado... Saía daqui do centro, Frei Caneca, até a cidade de Mangaratiba, depois embarcavam na Barca com uma escolta de PM até a Ilha. Chegava na Vila de Abraão, pegava um caminhão, tudo algemado... Era um aparato bélico danado porque éramos “perigosíssimos”. Alta periculosidade. Então, os caras tinham ordens de não vacilar com a gente... Depois, pegavam aqueles caminhos montanhosos de caminhão. Se o motorista vacilasse, caía num abismo daqueles... até chegar no presídio.

Quando chegamos lá, no primeiro dia... fiquei impressionado com aquilo. Poxa... Triste! Era um inferno aquele presídio! Uma coisa terrível... Aqueles presos não eram tratados como gente... eram piores do que se fossem bichos! Vários militantes políticos estiveram presos ali em 35: o pai do Agildo Ribeiro, o Graciliano... a barra era mais pesada ainda! Tinha um lugar lá que a maré subia, eles quase morriam afogados... Depois que fizeram esse presídio era melhor... apesar de que cadeia é cadeia!

A gente ficava na primeira galeria, a dos presos políticos. Horrível! Terrível! A comida... para comer aquilo tinha que estar com muita fome! Senão não comia... Quando saía para o rancho, não podia olhar para a cara do guarda:

– Abaixa a cabeça! O que é que está me olhando?

Era esporro em cima de esporro...

Os presos comuns sofriam mais do que a gente. Porque nós éramos um pessoal de classe média, tinha burguesia, filho de general, de empresário, que estava lá porque faziam parte do movimento estudantil e passaram a integrar as organizações. Era gente de posse, que tinha influência. Eles ficavam receosos... viam pelo que chegava na visita: coisas que eles nem sonhavam comprar! Mas no início... queriam massacrar a gente!...

O tratamento era muito pesado. Era aquele de cachorro. Até que nós conseguimos nos impor como presos políticos, tanto junto à carceragem,

aos guardas da PM, do DESIP, quanto aos presos comuns, aquela massa carcerária... Depois começaram os sequestros, e teve muita gente que foi pedida. Começou aquele respeito com relação a nós. Até o diretor, chefe de segurança, de disciplina, todos eles passaram a nos respeitar. Porque qualquer coisa que eles faziam lá dentro, que era contra os direitos humanos, nós protestávamos.

Quando chegamos lá, a primeira galeria era toda composta de presos políticos. Em cada cela eram duas camas. O fundo do corredor da nossa galeria – lá tinha o primeiro, o segundo e o terceiro andar – era grande! Agora já implodiram... Caindo aos pedaços... não tinha distribuição de papel higiênico, de sabonete... tinha época que tinha, outra não... a família que abastecia o pessoal.

Então, qualquer insubordinação ou quebra da disciplina por parte dos presos comuns era motivo de eles arrebentarem de pau o cara! De pau!... Eles tinham uma palmatória deste tamanho. Mandavam arrear as calças e davam nas nádegas e na mão até ficar em carne viva... Depois botavam na cela. Tinha dias que eles arrebentavam os caras e nós éramos obrigados a protestar, batendo nas portas dos cubículos. Eles passavam batendo neles de uma tal forma que depois tinham que lavar a galeria para tirar o sangue... E toda vez que eles começavam a fazer isso nós protestávamos. E acabamos com essa violência deles. Eles não batiam mais nos caras porque batíamos nas portas... e eles ficavam com medo de derrubarmos tudo... Nós os chamávamos de assassinos, torturadores... Dizíamos que íamos denunciar o que estava acontecendo lá. Mandávamos documento para fora, denunciando as torturas que eles faziam aos presos comuns. Eles mandavam para a Ilha porque era castigo. Castigo... Bonzinho não ia para lá não: era só fera. Lá só tinha fera! Um cara que matava o outro com 20, trinta estocadas!...

Esse nosso protesto gerou uma quebra dessa violência. Porque lá era muito violento mesmo! Muito violento... Nós começamos a controlar a coisa. Qualquer arbitrariedade que eles faziam, entrávamos em greve de fome. O pessoal aqui no continente dava cobertura pra gente. Famílias de posse... então denunciavam, saía no jornal. Denunciavam ao diretor do DESIP, também em Brasília... Então, eles tinham medo! E na hora em que a gente quisesse saía um documento para denúncia. Tinha muitas formas de elas saírem... Foi uma luta danada, tremenda... Durou três anos.

Aí eles prepararam uma galeria, que era a segunda. Reformaram. Tudo isso por causa da nossa luta. Eles nunca davam nada de graça. Tudo foi luta! Fizeram essa galeria em cima. Eram dois presos em cada cubículo, com as camas embutidas na parede, bem-arrumado, com banheiro, vaso, pia, tudo direitinho... porque nós pressionamos.

O pessoal de tóxico, quadrilha organizada, que também era da Lei de Segurança Nacional, começou a copiar o pessoal de esquerda. Copiaram o pessoal das ações de banco. Começaram a ser enquadrados na LSN naquela época. Um cara que fazia qualquer assalto era enquadrado nessa lei e ia para essa galeria. Isso era premeditado, para tentar nos diluir. Eles botavam os presos comuns misturados com a gente. Só os que eram LSN. Nunca se arriscaram a botar os outros presos, com medo de que a gente fizesse um trabalho ou algo assim... Então, nos separavam porque éramos de alta periculosidade. A ordem era de Brasília: não misturar presos políticos com comuns. Mas eles começaram a botar esse pessoal com a gente...

Eles não tinham nada na cabeça. Faziam as coisas, mas não era por motivos políticos. Era para conseguir uma grana, viver bem, comprar carro, droga... eles não tinham o mesmo objetivo que o nosso. Eram coisas completamente diferentes.

Depois que os caras começaram a chegar lá, passaram a discutir muita coisa com a gente. Tem um livro que conta como eles assimilaram. Esse nome “Comando Vermelho” foi em função dos contatos que eles tiveram com a gente. Antes dele era Falange Vermelha. Depois mudaram... Vermelho. Eles começaram a se espelhar em nós, e a fazer as coisas como o pessoal de luta armada fazia. Por exemplo, aparelho: era o lugar onde o pessoal ficava escondido. Aprenderam conosco e começaram a montar aparelhos.

Houve um tiroteio aqui nos Bancários. Tem um livro que conta isso: *Quatrocentos contra um*. Um cara fez uma lenha tremenda! Eles o mataram, mas ele matou um monte da polícia. Descobriram que o pessoal que estava fazendo assalto a banco tinha um aparelho aqui perto de onde moro... Foi um terror. Esse que escreveu o livro também esteve preso com a gente. Ele era preso comum, mas fornecia arma para o pessoal de esquerda. Tinha uma visão política tremenda! Era muito bom... tenho esse livro.

O tiro saiu pela culatra. Eles é que criaram o Comando Vermelho, na medida em que botaram o pessoal junto com a gente. O pessoal começou

a aprender muita coisa, porque nós discutíamos com eles. Eles chegavam lá sem nada na cabeça, sem organização nenhuma. Eram quadrilhas que partiam para o assalto a banco. Não tinham uma visão mais detalhada da coisa... Levantamento de banco. Eles passaram a fazer isso em cima do que o pessoal de esquerda fazia. Ver tudo o que estava acontecendo no banco, como era, quantos policiais tinha, se tinha alarme, onde ele estava... Quando eles se aperceberam disso, já era tarde. A coisa já estava feita.

Quando fazíamos qualquer movimento dentro da cadeia – greve de fome, por exemplo –, eles participavam com a gente. Só que eles eram diferentes de nós. Eram individualistas, não tinha aquela visão de coletividade que nós tínhamos. Nós chegamos na cadeia e nos organizamos, porque a gente tinha que estar assim. Se não estivéssemos organizados, eles nos quebravam. Nós nos organizamos... já éramos organizados fora dali, dentro dos partidos, das organizações... Então, na cadeia, tínhamos que estar da mesma forma. Essa organização começou a se espalhar dentro da cadeia. Começamos a passar informações aos presos comuns. Conversávamos com eles pela janela. Tínhamos vários adeptos dentro daquela massa de presos. Quando a gente queria colocar um documento para fora, era através deles. Nós tínhamos “n” maneiras de tirar um documento da cadeia...

Mas aí começou a surgir, dentro da cadeia, uma luta interna entre os presos políticos e os da Lei de Segurança Nacional. Nós tínhamos uma visão de cadeia, eles tinham outra. A cadeia tem normas próprias que aqui fora não tem. Lá, se um cara levar uma estocada, cometer qualquer coisa ou souber que alguém está cometendo, ele não pode falar. É uma norma. Se falar, morre. Tem toda uma “ética” na cadeia. Se leva uma estocada e não morre, nunca vai dizer quem foi. Então, isso foi um problema muito sério... porque, ao mesmo tempo, tínhamos que travar uma luta contra a repressão e contra os nossos companheiros de Lei de Segurança dentro da cadeia.

Vou contar. Eles tinham uma visão diferente de procedimento de porque estavam na cadeia. E procuramos mostrar para eles por que nós estávamos lá. Nossa luta era política contra essa tomada do poder. Quando a gente entrava num banco para tomar dinheiro, ele não era nosso. Era da burguesia, que tinha tomado, expropriado, dos trabalhadores. Nós íamos usar esse dinheiro para derrubar a ditadura. Não era uma coisa individual. Nós discutíamos isso com eles, que não tinham essa visão. A visão deles de

cadeia era outra: tóxico, estupro, aquela coisa, aquele palavreado de cadeia... Muito tóxico, muito assalto, correm dentro da cadeia... O cara, se não for forte, é massacrado pelos outros.

Quando passamos a controlar a nossa galeria, apareceu a Falange, o Comando Vermelho, e eles passaram a controlar a cadeia. Às vezes se escuta no rádio que encontram uma pistola com dois pentes ou então uma granada em Bangu I. Como é que isso entra? É porque eles têm o controle. Se não tivessem, não entrava. Na cadeia, quem tem dinheiro manda. Dinheiro ou tóxico. O pessoal de fora passou a enviar dinheiro e tóxico para dentro da cadeia para poder controlar a guarda, que é comprada. O guarda é mal remunerado, então ele é facilmente comprável. Chega-se para um guarda e diz:

– Toma aí mil reais. Quero que você faça contato com Fulano de Tal, que ele vai entregar para você uma pistola com dois pentes, munição, e eu quero isso aqui dentro da cadeia.

O guarda não pensa duas vezes. Isso é o quê? Organização. Toda a massa carcerária respeita o cara que tem essa condição de organizar.

Quando o pessoal começou a chegar, nós dávamos toda a cobertura para eles. Às vezes ele entrava nessa e a família o deixava lá, não queria mais saber. A gente dava cobertura. O que era isso? Nós estávamos organizados:

– Fulano, fica aqui com Fulano de Tal.

Então, a família chegava e levava queijo, maçã, biscoito, cigarro... e um dava cobertura para o outro.

– Toma aí um maço de cigarro...

O preso comum, da massa carcerária, é muito desconfiado. Quando se chega e se toma uma atitude dessas, ele está achando que aí tem segundas intenções. Isso é uma norma dentro da cadeia. A vida lá é essa... Quem tem cigarro tem poder dentro da cadeia. Cigarro é uma peça rara. Dinheiro, então! Nem se fala... Tóxico, idem. Quem tem cigarro, tóxico e dinheiro domina a cadeia, inclusive os guardas. E nós começamos a dar cobertura para o pessoal, porque éramos solidários. Éramos conosco mesmo e tínhamos que ser com eles porque estavam no mesmo barco. Só que com objetivo diferente.

Essa solidariedade não atingia a todos na recepção. Eles não devolviam isso para nós. A solidariedade não voltava em forma de atitudes... Então, houve um fato com um colega meu, o Cláudio. Um cara desses roubou o relógio dele. O nome dele era Ricardo, um da Lei de Segurança Nacional.

O relógio desapareceu. Era um relógio bom o do Cláudio. Cláudio Câmara. Hoje ele está como vice-governador.

– Pô, roubaram o relógio...

Começaram aquele movimento. Eu não estava sabendo. Mas o relógio dele tinha descido pela “Tereza” – uma cordinha que o cara fez que serve para descer o objeto para outra galeria – e foi trocado por maconha. Ele tinha ascensão sobre um outro preso da Lei de Segurança Nacional também, o Branquinho, um cara meio fraco, qualquer um se impunha sobre ele. Ali é a lei do cão, a lei do mais forte... Aí o Ricardo falou para ele:

– Você desce o relógio, troca por maconha...

E começamos a tentar descobrir como é que a coisa tinha acontecido:

– Quem é que roubou o relógio?

E, através de informações lá de baixo – porque a gente já tinha um trabalho feito com a massa –, nós soubemos o que tinha acontecido e deram o nome da pessoa que tinha descido com o relógio, o Branquinho. Aí nós pegamos e o prensamos:

– Ah, não... foi o Ricardo que roubou e falou para eu descer o relógio para trocar por maconha...

Eu nem estava sabendo disso... Teve uma reunião, os caras discutiram, e começou aquele zum-zum-zum. Os caras estavam falando assim:

– Preso político é bunda mole. Os caras têm mais é que assaltar e partir para o estupro...

“Bunda mole”, esse era o termo que eles usavam. Começou com um grupinho... Aí os companheiros me chamaram:

– Magalhães, vai ter uma reunião e queremos conversar contigo.

– Estou aí.

Chamaram o Russivan, o Luis, da minha organização, o pessoal do MR-8, da ALN, e fizemos uma reunião lá num cubículo.

– Está acontecendo isso... Nós estamos discutindo aqui a conveniência ou não de matar esse cara. O procedimento dele dentro da cadeia vai nos prejudicar, e achamos que a gente teria que matar ele.

– Por mim está tudo bem.

Qualquer movimento que tinha na cadeia eles me chamavam, porque sabiam que eu estava topando qualquer parada... A maioria do pessoal não participava disso. Quando tinha um problema sério, a maioria da galeria

ficava fora para não haver furo... Não furar... Quanto mais fechado melhor. Aí nós começamos a discutir como foi:

– Foi assim... e a gente vai ter que tomar providências. Esse cara não pode mais ficar nessa galeria com a gente, praticando isso. Nós estamos dando toda a cobertura para ele, que faz um negócio desses! Ele não pode ficar com a gente. Ele tem que ser expurgado. Agora, estamos discutindo a possibilidade de o matar ou não.

– Discutam aí, vamos ver se politicamente vai ser positivo ou negativo... A gente discute.

Na primeira reunião, chegaram à conclusão que a gente tinha que matá-lo. Na cadeia era assim.

– A gente mata o cara porque esse negócio de tapa na cara não vai dar certo. Ele mata logo outro e não vai ficar resolvida a questão.

Convocou-se mais uma reunião. Nela, o pessoal ponderou, questionou a repercussão que teria lá fora uma morte na galeria dos presos políticos. Iria repercutir muito...

– Então, a gente faz o seguinte: não vamos matar o cara. Mas vamos dar um pau nele daqueles de criar bicho...

Fizemos uma tropa de choque com uns oito mais ou menos. Marcamos uma hora. Os caras estavam lá, jogando carta, e ele também estava... Tinha um pessoal da Marinha, uns marujos. E nós chegamos, armados de pau. Bater de mão ia machucar. Ia bater de pau. Entrou um grupo, o pessoal levou aquele susto. Tinha um pessoal também da Lei de Segurança, os caras que se davam com o fulano. Mas o pessoal não tomou partido, porque lá ninguém faz isso. Se vai acontecer um negócio, o cara diz:

– Não tenho nada a ver com isso...

E já sai... o cara também já ia saindo. O pessoal falou:

– Você vai ficar aí. Você é o único papo que a gente tem que ter aqui.

Aí ele ficou branco... Pensou: “Vou morrer...”. Nessa altura do campeonato, ele só tinha uma saída e ele pensou logo. Começamos a falar com ele:

– Nós estamos sabendo de tudo...

O pessoal deu uma lição de moral nele, para ver que ali não tinha nenhum bunda mole. Que preso político não era aquilo que ele estava pregando... e que a gente estava ali e não tinha medo das consequências, não tinha medo de nada. Já estava ali naquele buraco mesmo... não ia fazer muita

diferença se ele ficasse vivo ou morto. Tinha cara com prisão perpétua! Poderia na hora assumir a morte dele porque já estava com prisão perpétua. Não tinha problema nenhum... O cara pediu, rezou, mas não teve jeito: arrebrandamos com ele. Arrebrandamos... pensei que ele ia morrer com aquele monte de pancada...

Aí veio a guarda. Quando tem um bafafá assim numa galeria, eles socorrem. A guarda vem que vem... Eles vieram. Veio o chefe de disciplina e perguntou:

– O que é que está havendo?

– Tem um cara aqui que levou um tombo. Pode levar para a enfermaria que a gente não quer mais ele aqui nessa galeria.

– Mas o que aconteceu?

– Nada.

Nós não falamos para a guarda o que houve: era a lei da cadeia.

– Se ele quiser, fala. Pergunte a ele o que fez. De graça ninguém bateu nele...

Ele estava todo quebrado... levaram direto para a enfermaria. O guarda:

– O que houve contigo?

– Não sei... eu estava ali... vieram uns caras... começaram a me bater...

Também não disse quem foi.

– Mas o que você fez? Aqui nunca aconteceu isso! É a primeira vez que está acontecendo isso nessa galeria! Nunca houve um problema dessa natureza...

Ele não falou nada. Foi levado para a enfermaria. Nós chamamos o chefe da disciplina e dissemos:

– Bota esse cara em outra galeria. A gente não quer mais ele aqui. Se botar aqui, ele não vai amanhecer vivo... Na nossa galeria ele não entra mais. Ele não serve pra viver com a gente. Não serve. Vocês tomem providências, porque senão...

Botaram ele no isolamento. A partir desse momento começou a surgir uma divisão entre o pessoal da Lei de Segurança Nacional e os presos políticos. Nós travamos uma luta dentro da cadeia para nos separarmos deles. Eles ficaram meio assim com a gente... Nós falamos:

– Temos que viver separados. Cada grupo aqui tem um objetivo. O nosso é diferente de vocês. Vocês têm uma vida própria, então fiquem separados da gente e está tudo resolvido.

Isso criou um mal-estar e eles construíram uma separação dentro da galeria, que era grande. Ela tinha mais ou menos uns 80 metros... Eles criaram o “fundão”. Ficaram fisicamente separados da gente. Nós explicamos isso através de documentos que mandamos para fora. Dissemos que a repressão os tinha colocado junto conosco para tentar nos diluir, para dizer que atuávamos lá fora com tóxico porque, para eles, uma pessoa normal não faria o que nós fizemos. Para enfrentar a repressão, tinha que estar com tóxico na cabeça. Eles achavam isso... Ou pelo menos espalhavam essa ideia. E eles que usavam tóxicos dentro da cadeia! A gente não queria que alguém pensasse que estávamos dentro da cadeia usando drogas! Ninguém usava drogas lá... Resultado: ficamos separados.

Travamos outras duas lutas na cadeia. Uma para tirar um diretor que achava que tinha que massacrar a gente. Qualquer motivo ele queria botar na cela. Ele era major da PM. Fizemos uma reunião e discutimos:

– Vamos fazer uma greve de fome para tirar esse cara.

Ele riu na nossa cara! Porque achava que nós não íamos tirá-lo. Fizemos 17 dias de greve de fome. Dezesete dias... com água, açúcar e sal. Depois de uma semana, mais ou menos uns nove ou dez dias, ele botou a gente na cela. A nossa greve até então estava na galeria, todo mundo falando, separado, cada um no seu cubículo em greve de fome. Nós botávamos tudo o que era alimento para fora, para ficar caracterizada a greve de fome. Eles recolhiam tudo. Ele botou todo mundo na cela, que tinha capacidade para 12, 14 presos. Quando colocou a gente lá, fortaleceu mais ainda a greve. Ele mandou o cozinheiro fritar bife na porta da cela para instigar a gente... Mas aí que o pessoal ficou mais consciente que a luta tinha que ser aquela. Na cabeça tinha duas lutas: greve de fome ou motim. Todas as duas levam à morte. A repressão baixa em cima de um motim e se pode levar um tiro, morrer. O motim é a última coisa que podíamos fazer... A greve de fome não é violenta, a não ser para nós que a fazíamos. No motim se mata a guarda... é motim! Você pode morrer, mas a guarda também. É a última coisa que se faz na cadeia. Ele chamou o pessoal e falou:

– Olha, vocês foram vitoriosos nessa greve de fome. Não tenho mais controle sobre vocês. A decisão sobre todas as suas reivindicações está em Brasília, na mão do ministro da Justiça. Deve vir uma comissão aqui.

Veio uma comissão. Atenderam nossas reivindicações. Visita íntima, uma série de coisas... Ele foi afastado da direção da cadeia e ainda abriram

um inquérito contra ele, porque estava roubando panela, comida e tudo. Era um verdadeiro rato... Botaram um coronel do Exército lá. Ficou tudo certinho. Tomamos conta da cadeia. Os guardas tinham um respeito! Respeitavam a gente.

Nós éramos organizados. Tínhamos uma despensa, eu fui o chefe dela. Tudo o que chegava da visita concentrávamos lá. Íamos no refeitório, pegávamos arroz, feijão, às vezes uma carne ou uma galinha, e tínhamos uma cozinha nossa, com fogão e tudo. Fazíamos o “recortado”. Isso acontecia também na massa. Alguns grupos faziam isso, para melhorar a comida e poder comer. Nós fazíamos cafézinho, tudo. A comida ficava gostosa... Eu era cozinheiro lá. Fazia macarrão, que a gente recebia. Tínhamos tudo organizado na despensa. A visita chegava com as bolsas e entregava lá. De tempos em tempos a gente elegia um grupo responsável por esse controle. Acabamos com o dinheiro dentro da nossa galeria. Era tudo concentrado: cigarro, tudo... só a roupa do corpo que não. E a gente fazia a distribuição, de acordo com as necessidades.

Na época em que estava preso, a Elizete trabalhou com não sei quantas lavagens de roupa... Era uma coisa terrível! Minha filha fez faculdade por causa dela. Senão não estava não... Ela teve que conseguir bolsa para eles. Isso tudo não foi fácil...

Uma vez, quando a Elizete e a minha filha foram me fazer uma visita, eu vinha algemado... a menina beijou as minhas algemas na frente dos guardas... e disse:

– Eu amo meu pai.

As cartas que eu escrevia para ela...

Houve uma comemoração na escola, acho que do Dia do Soldado, e ela foi uma das crianças a entregar um negócio qualquer lá na cerimônia. A Elizete dizia:

– Se soubessem que seu pai é preso político!

Depois teve o tempo de estudante na faculdade... também queriam prendê-la! Ela fazia parte de um jornalzinho. A Elizete diz que ela é igualzinha a mim! É fogo!

Também tínhamos um trabalho artesanal dentro da cadeia. Fazíamos bolsas, trabalhava com os instrumentos que eu fazia. Trabalhava com pintura... Tem vários quadros aqui na minha casa que fiz na cadeia. Fazíamos cópias de quadros de vários artistas. Tenho *A capoeira*, de Aldemir Martins... O

do Siqueiros sobre nossa imagem atual... gosto muito dele: aparece o povo, com a mão estendida, em cima do globo... tem o poder de decisão, mas não tem a ideia de como assumir o controle. Então, a cabeça dele é vazia... tipo uma pedra-sabão. Eu o pintei. As famílias levavam os trabalhos e vendiam... Fiz um quadro para a Elizete que está aqui em casa, em 76... quantos anos tem! Fazia tudo na cadeia, com pirógrafo, lampião... e pintava.

Fiz vários quadros também em Bangu, onde estive preso. Estive no Talavera Bruce, um presídio de mulheres. Todo o nosso grupo esteve lá, numa fase em que travamos uma luta dentro da cadeia, outra greve de fome de 16 dias, para vir para o continente, sair de Ilha Grande. O jornal *O Estado de São Paulo*, Estadão, publicou nossa greve de fome dia a dia. Depois de 16 dias de greve de fome, conseguimos que Brasília autorizasse um presídio aqui na Frei Caneca. Criaram para nós o Destacamento Especial de Segurança. Botaram um diretor apontado pelo DESIP, um delegado. Fiquei sete anos preso. De 70 a 75 na Ilha. Depois viemos para o continente. Fiquei mais dois anos... 76... em 77 já saí da cadeia.

Quando conseguimos esse presídio no continente, tivemos que passar por Bangu. Porque não tinha um local apropriado, colocaram a gente no Talavera Bruce, um presídio de mulheres. Foi aquela gozação! Presídio de mulheres, poxa... Inclusive, tinha as meninas presas, o pessoal de organização. Ficamos um tempo e depois estivemos num presídio de homens em Bangu. Um lugar quente, era um salão enorme... não era cubículo. Mas foi por pouco tempo, porque eles estavam aprontando ainda o novo presídio. Nesse meio-tempo, ficamos ali.

Depois fomos definitivamente para a Frei Caneca. Foi uma coisa própria para a gente. Eles construíram tudo: restaurante, cubículo... naquela época já éramos poucos, uns cinquenta mais ou menos. Mas nada foi de graça! A ida para o continente foi na base da greve de fome... O diretor era o Augusto Thompson, que falou:

– Você já têm um presídio para ficar. Estão construindo no continente, na Frei Caneca, está em fase final, acabamento. Nesse meio-tempo, você vão ficar no Talavera Bruce, como acomodação provisória.

Formamos uma comissão – fiz até parte dela – para ir até lá e verificar as instalações. Viemos até o continente, uns quatro ou cinco, num dia programado por eles. Vimos as instalações, demos alguma opinião sobre onde

a gente ia ficar e tudo ficou acertado. Fomos transferidos. Fiquei aqui mais um ano e pouco, dois anos, e pedi a minha condicional. Já tinha pedido na Ilha. Estava com cinco anos lá, minha pena caiu para oito anos. Estava condenado a 11, mas com o recurso minha pena caiu. E, com cinco anos, já tinha direito a condicional. Pedi, mas negaram dizendo que eu era de alta periculosidade, um monte de baboseiras... porque existia uma predisposição de não soltar:

DESPACHO

Requeru, pessoalmente, JOACY PEREIRA DE MAGALHÃES, o seu livramento condicional. [...] o parecer do Representante do M.P.M., que, achando, permanecem a periculosidade e a inadaptação do requerente, conclui opinando pela inoportunidade da concessão do livramento condicional.

(...)[...] Consta da sentença, assim como do Acórdão, que JOACY PEREIRA DE MAGALHÃES, anteriormente cassado, é perigoso, e, durante o assalto “fazia indébito uso de uniforme de Sargento da Força Aérea Brasileira”. E que ele era um dos que compunham “o grupo de choque que penetrou no interior da Agência da Caixa Econômica”.

Graças a esse artifício de se apresentar fardado, “foi quem imobilizou o policial de serviço no estabelecimento assaltado.”

Diz a sentença [...] que “JOACY e João Ferreira são ex-militares da FAB cassados pela Revolução”. Por isso, aliás, o S.T.M. impôs a agravante [...].

Segundo o próprio Conselheiro-Relator [...] “Nem mesmo o “bom” comportamento e a promessa de emprego, expressos nos itens que condiciona o instituto do livramento condicional, representam elementos de confirmação de que o indivíduo não voltará a delinquir.” [...]

No recurso [...] reconhece o requerente haver delinqüido em caráter ideológico, sob a influência de outrem, declarando que não voltará a fazê-lo. [...]

Afirma-se, na informação do Diretor do Presídio, que, nesses quatro anos, o recorrente não demonstrou nenhum interesse por trabalho e disso resultou o pronunciamento do Relator do Conselho Penitenciário. [...]

Por tudo isso, e pelo mais existente nos autos, indefiro, nesta oportunidade, o requerimento apresentado pelo Réu condenado JOACY PEREIRA DE MAGALHÃES [...]

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1975.

PAULO DA COSTA REIS
AUDITOR SUBSTITUTO

Depois que vim para a Frei Caneca, condescenderam. Eu já estava com sete anos e três meses... Faltava pouco! Alguns meses para terminar... Completaria oito anos e eles teriam que me soltar.

Eu saí em 77. Quando saí – vejam só – eu tinha um inquérito, na Segunda Auditoria de Marinha, por crime de organização. Fui absolvido. A promotoria entrou com recurso e fui condenado: três anos! Eu já estava na rua. Falei:

– O quê?!

Saí fora...

– Vou me asilar...

Ia viajar para Brasília, chegar lá e me asilar na Embaixada do Vaticano. Falei com o advogado e ele falou:

– Vou entrar com o pedido de anistia, porque saiu a 6683.

Já corria o ano de 79 quando os caras bateram o martelo.

– Bom, então vou ficar por aqui para ver o que acontece.

Mas não dei sopa: três anos!... Batendo o martelo, davam logo a preventiva e os caras saíam na busca. Nisso, ele pediu e me deram anistia. Está nesta certidão:

Poder Judiciário
Justiça Militar Federal
1ª Auditoria da 1ª CJM

Certidão

(...)[...] em atendimento à solicitação do Sr. JOACY PEREIRA DE MAGALHÃES (...)[...] certifico que o referido requerente foi denunciado em 28.11.1972 (...)[...]; ABSOLVIDO por sentença de 23.09.1976. Por Acórdão de 14.11.1979, o Superior Tribunal Militar, por unanimidade, declarou EXTINTA PUNIBILIDADE pela ANISTIA (...)[...]. Certifico, finalmente, que nada mais consta neste Juízo com relação a JOACY PEREIRA DE MAGALHÃES, além do que foi informado, (...)[...] aos vinte e três do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e sete.

LUCIA HELENA SILVEIRA PISA
Diretora da Secretaria

Eles me deram anistia e eu fiquei despreocupado. Mas foi aquela luta de novo para procurar emprego... Batalha daqui e dali... não consegui nada. Já era 77, 78... fiz uns bicos, trabalhando por conta própria. Fui procurar um amigo meu que era coronel e gerente de uma multinacional aqui no Rio, o Carlos Alberto, coronel-aviador cassado. Fui lá falar com ele.

– Vou mandar você para o engenheiro Aragão.

Ele trabalhava numa indústria multinacional francesa que estava trabalhando para a Petrobras. Fui falar com ele. Ele perguntou o que eu fazia:

– Olha, saí das Forças Armadas, fui cassado, minha especialidade é controle de voo...

– O que você pode me falar sobre sua especialidade?

Contei a ele meu trabalho... Ele disse:

– Acho que você vai desempenhar bem esse tipo de serviço que vou lhe dar. Confio em você. Pelo tipo de serviço que você fazia na FAB, é uma pessoa que pega rápido as coisas.

Eu não sabia o que era um flange, tubulação... não sabia nada, nunca tinha trabalhado com isso.

– Vou te botar no almoxarifado. Vou te colocar como almoxarife.

Pensei: “Vou ter que aprender o mais rápido possível! Com um voto de confiança desse!”. Ele era um engenheiro excepcional...

Eu estava numa merda! Ele me ajudou, me quebrou um galho... Pintei um quadro em tela do Siqueros, *O rei de vidro*, e dei para ele. Antes, tirei uma foto para guardar de lembrança... Esse quadro é muito bonito! É muito triste... Nele, tem os algozes, que são os cavaleiros, e um operário pedindo clemência nas masmorras. Ele estava sendo torturado. Tem um homem morto... Eu me amarrei nesse quadro... e dei a ele como agradecimento.

Então, fui trabalhar lá. Ele me apresentou o chefe do almoxarifado:

– Esse é o Magalhães...

Conversei com ele... e comecei a trabalhar. Era uma imensidão, ali no Fundão, onde era aquele canteiro de obras da ponte Rio-Niterói. Eles fizeram uma instalação ali, montaram um canteiro, para começar a fabricação de módulos que entram separadamente nas plataformas. É com eles que se montam as plataformas. A Norman fazia isso, era a principal firma. Comecei a entender do *métier*. Em dois meses, já estava dominando completa-

mente todo aquele material. Todas aquelas conexões, tubulações... Recebia por mês, calculadamente, umas cem toneladas de material. Era uma coisa assim fora do normal... Quando chegava tubo de 24 polegadas de São Paulo ou da CSN – tinha desde $\frac{3}{4}$ a 30 e poucas polegadas –, a gente tinha que armazenar, catalogar, organizar o almoxarifado e a parte da documentação para saber o que tem lá, tudo direitinho, com as especificações...

Fiquei organizando junto com o pessoal, trabalhei lá uns três anos mais ou menos. Era só fabricação, depois eles embarcavam os módulos. Era uma operação de guerra embarcar! Tinha um módulo que pesava 1.200 toneladas. Eles faziam umas concretagens... Quando embarcava, a gente ficava morando num hotel flutuante. Tem uma capacidade de acomodação impressionante. E ele ficava ligado à plataforma. Essa foi a segunda etapa que peguei, depois do canteiro de obras. Nós terminávamos o serviço de fabricação, recebíamos o material de São Paulo... isso envolvia mais ou menos uns quinhentos peões. De vez em quando acontecia um acidente nesses módulos. Teve uma vez que morreram uns dois... Tinha muito acidente, explosão de bujões de acetileno... pegava fogo, explodia. Vários tipos de acidentes...

Quando saí da cadeia, depois de sete anos, fiquei perdido! Tinha que acostumar novamente... a vida não para. Aí me adaptei, comecei a procurar emprego. E foi aí que entrei para esse tipo de serviço. Fiquei afastado de uma participação política. O movimento político de luta armada já tinha sido dizimado em 77. Todos tinham sido presos, mortos ou asilados, fora do país. Em 79, o pessoal começou a voltar, com a anistia. Eu não fui beneficiado por essa anistia. Só fui por participação em organização, mas pela luta armada não, porque tinha cometido “crime de sangue”, como eles chamavam. Então, a 6683, do Figueiredo, não dava direito a ser beneficiado para o pessoal que participou de sequestro, ação de banco, morte que por acaso tivesse ocorrido... Fiquei fora. Vários amigos meus conseguiram essa anistia. Apenas consegui ser anistiado no crime de organização, a pena cessou.

Quando fui reincorporado à FAB, eu estava trabalhando. Surgiu a Emenda 26. A partir daí que voltei, em 1985. Fiquei cinco anos trabalhando... Saí dessa empresa, fui para um consórcio que fazia a interligação

dos módulos na plataforma. Tem o lançamento da jaqueta, que se apoia no fundo do mar, e a partir dela são colocados os módulos. Assim surge a plataforma. Esse engenheiro Aragão me chamou para trabalhar junto com ele no consórcio. Entrei como auxiliar técnico. Aí já era fora da terra, em alto-mar. Comecei a fazer o embarque. Fui trabalhar na Bacia de Campos. Acordava às cinco e meia da manhã, ia para o refeitório do Safe Jasmineia, que era o hotel flutuante, que ficava ligado à plataforma. Eu já era uma pessoa que não tinha medo, um cara destemido. Quando saltava do helicóptero no hotel flutuante, dava a impressão de que a plataforma estava balançando. Mas não era! O hotel flutuante que balançava. Ele ficava flutuando e acoplado à plataforma através de uma passagem que a gente usava para ir de um ao outro.

Era um trabalho cheio de riscos, porque tinha muito gás. A gente trabalhava com máscara para evitar... aquilo não levava três segundos para matar instantaneamente. Quando tocava o alarme, já tinha que botar a máscara, evacuar a plataforma. Sair a toda... Era um gás altamente tóxico. Ele tem um cheiro de ovo podre... vem junto com o óleo. É uma preocupação. Ia dormir meia-noite, uma hora da manhã. Lá no hotel flutuante tinha tudo: cinema, jogo de sinuca, bilhar, refeitório...

Tem uma passagem interessante. Tinha um colega nosso, que a gente chamava de Macacão. A comida era excelente. Tinha de tudo e de excelente qualidade: legumes e frutas de tudo quanto é tipo, sorvete, tudo... Nosso café da manhã era de alta burguesia: melão, maçã, uva, leite, café, presunto, queijo... No almoço, idem: você escolhia o cardápio. Uma variedade enorme. Comia até... E esse amigo comeu tanto que, quando foi desembarcar, teve que sair com o macacão cor de abóbora que a gente usava para trabalhar, porque a roupa não deu mais nele! Ele engordou... a gente ficava 15 dias embarcado, só vendo céu e água, a 90 quilômetros da costa. Foi uma gozação...

Lá, a gente fazia um teste psicológico antes de embarcar, para ver se poderia trabalhar na plataforma. É altamente selecionado, não é qualquer um. Tem que passar por uma infinidade de testes para ser aprovado e poder embarcar. Tem uma série de restrições: não pode fumar dentro da plataforma; tem que usar uniforme, macacão, capacete, bota; tem que andar com o equipamento de segurança. E tem que, fundamentalmente, res-

peitar as normas de segurança. Esse é o maior problema da plataforma. Se algum furar, já era.

É gozado... Um dia, um peão saltou no heliporto do hotel flutuante. É tudo sincronizado, uma coisa fora de série. Quando ele saltou e olhou para a plataforma, disse:

– Eu quero voltar para a terra! Essa plataforma vai cair! Ela está balançando.

Foi uma gozação danada, porque o que estava balançando era onde ele estava, uma espécie de navio!... A onda fica jogando para lá e para cá, mas, como ele estava nele, pensava que era a plataforma que subia e descia. Parece que vai cair tudo! Do jeito que ele ficou... foi desembarcado na hora.

Eu fiz uns sete embarques: 15 dias lá e 15 em terra, de folga. Ficava em casa, sem fazer nada. Depois voltava de novo para lá. Eu trabalhava fornecendo material, catalogando, organizando e embarcando para a plataforma. Tem um guindaste que joga esse material na plataforma.

Terminada essa fase, em 85, quando saí dessa firma, foi quando também saiu a Emenda 26. Mesmo depois dela – eu estava tratando dos documentos – ainda trabalhei em Caxias, na Refinaria de Duque de Caxias, onde estavam montando umas esferas para gás liquefeito de petróleo. Fiquei trabalhando muito tempo ali... Pedi demissão para tratar dos documentos, fazer identidade, todas aquelas coisas, porque não dava para levar os dois.

Saiu a Emenda 26, fiz meu requerimento, voltei como primeiro-sargento. Achei que tinha que ser promovido a suboficial, mas eles não me deram essa promoção. A gente viajava sempre para Brasília na Constituição de 88. Foi uma luta! O negócio não foi fácil...

Nós já começamos a organizar os grupos pela anistia. Tinha vários grupos de pessoas lutando por isso. Tinha viagens a Brasília, estava em fase de elaboração da Constituição, e nós naquela luta para criar um artigo que nos desse anistia ampla, geral e irrestrita. Mas tinha um grupo que não aceitava. Os ministros militares trabalhavam contra, os assessores também. Foi aquela luta, aquele confronto. Mas conseguimos colocar o que nós queríamos ali. Inclusive um artigo que nos dava uma indenização em face desse documento reservado feito pela Aeronáutica, que nos proibia de exercer a profissão. Colocamos na Constituição que teríamos

direito a uma indenização por causa disso. E pusemos outros parágrafos, além de dar anistia – eu fui promovido a suboficial depois, pelo artigo 8º. Colocamos também um parágrafo que dava direito a uma aposentadoria aos aeroviários ou aeronautas, que em função de pertencerem a sindicatos ou terem sido impedidos de exercer sua profissão por motivos políticos teriam direito a uma aposentadoria.

Tem muita gente agora entrando com requerimento e pedindo isso. Eles criaram uma comissão em 97 no ministério do Trabalho, no governo Fernando Henrique, para analisar os casos. Teve muita gente que não trabalhou. Eu fui impedido de trabalhar na minha profissão por esse documento sigiloso. Se tivesse sido admitido por uma empresa naquela época, hoje estaria aposentado como despachante de operações de voo. No entanto, fui impedido. Estou entrando com um requerimento pedindo essa aposentadoria e os atrasados a que tenho direito a partir do dia 5 de outubro de 88. Estou nessa luta hoje...

O pessoal cassado entrou na ADNAM, eu participei. Naquela época, foi criada pelo Brigadeiro Teixeira, já em 70 e pouco, na luta pela anistia. Ela é uma associação de militares, mas congrega só oficiais e foi criada por eles. Comecei a fazer parte porque entrei na Justiça e ganhei um mandado de segurança em que pedia a promoção a tenente-coronel. Vários colegas meus ganharam. Eu, por má interpretação de um ministro do Superior Tribunal de Justiça, fui colocado como sendo do Exército. No Exército vai até capitão, mas na FAB tem direito a ir até tenente-coronel ou coronel, dependendo da especialidade. Eu, no caso, teria que ir a tenente-coronel. Apresentei meus paradigmas: um companheiro meu que se formou seis meses depois de mim, era mais moderno, e hoje é tenente-coronel, da mesma especialidade. Baseado nisso, entrei com um mandado de segurança e aí me concederam a capitão, com os vencimentos de major. Mas nós, ainda hoje, estamos numa luta no Supremo Tribunal Federal, porque eles estão interpretando de uma outra forma, não de acordo com o que está escrito no artigo 8º. Estão querendo derrubar as promoções que já ganhamos. Eu perdi na turma por cinco a zero, entrei com um embargo de divergência que está lá no Supremo para decidirem. Agora também estamos na Câmara com um projetinho que nos dá a promoção a capitão.

Está caminhando, não sei se vai ser votado, porque os ministros não têm interesse em dar essa promoção.

Todas as promoções que tivemos de suboficial para cima e os coroneis – quem era major foi a tenente-coronel ou coronel; quem era tenente foi a coronel – foram feitas sem precisar de curso, merecimentos... Isso eles estão exigindo dos sargentos, quando as outras não têm nada disso. A interpretação deles é completamente equivocada, mas por pressão dos ministros militares que não querem dar. Se tem que ter curso, como é que eles deram a promoção para um tenente a coronel sem isso? Eles não disseram que tinha que ter e promoveram. O primeiro-tenente para ir a capitão teria que fazer o ESAO. Depois, para ir a oficial superior, teria que ter terminado o curso superior do Estado-Maior. E ninguém fez. E estão exigindo esses cursos de nós, sargentos. Eles deram muito mal a promoção a suboficial. Hoje sou capitão, mas estou arriscado a ser derrubado e voltar a suboficial.

Hoje tem muitos companheiros que estão fazendo autocritica dessa tomada de posição, dizendo que foi completamente errônea, que existiam outras saídas. Inclusive pessoas que já mudaram de posição e estão apoiando o neoliberalismo e a globalização. Companheiros que estiveram presos comigo, o pessoal que participou da luta armada. Por exemplo, o Genoíno. Ele acha que a coisa não é bem assim, agora está recebendo medalha, sendo condecorado, falando com o Ministro da Marinha que a gente às vezes comete erros no passado, mas o importante é o presente, que nós mudamos, estamos encarando a coisa de outra forma...

Eu não. Acho que não cometi erro nenhum. O que eu tinha que fazer era isso mesmo que fiz. Travar essa luta que travei. Participar de tudo o que participei. E não me arrependo. Com toda a cadeia que peguei, não me arrependo de ter participado nisso, porque essa luta foi válida. Se nós não conseguimos os nossos objetivos é porque o povo não estava preparado. Nós éramos uma vanguarda, um foco de resistência. Então, não tínhamos apoio popular. Se um grupo qualquer fizesse uma ação armada e uma parcela da população visse que Fulano entrou ali, ela entregava o cara. No entanto, esse era um revolucionário e estava lutando em função de toda uma situação política que excluía um monte de gente desse processo econômico.

Mas o povo é alienado, ignorante, não tem conhecimento, vive mais em função das importações, acha que os Estados Unidos é o melhor país do mundo, se pudesse ia morar em Miami, usava só roupas e produtos importados... Mas não é nada disso! Isso é uma alienação... nos Estados Unidos tem menos miséria do que aqui, proporcionalmente não é a mesma coisa, mas lá tem seus focos de miséria. Vai lá no Harlem para ver! Discriminação racial: estão lá, os negros, como eu... Foi uma luta terrível que eles tiveram. Então, acho que foi válido, não faço autocrítica, não acho que eu e meus companheiros estávamos errados. Vários já mudaram de posição e estão aí:

– Fernando Henrique? É isso mesmo, tem que reformular tudo e privatizar...

Eu não acho que tem que privatizar! Principalmente material estratégico. Como é que vai privatizar a Petrobras se as reservas mundiais estão caindo? Temos que importar petróleo e guardar nossas reservas. Isso é estratégia. Pegar a Vale e ficar em poder do Estado. Por quê? Porque ela detém a maior quantidade de areia monazítica, de ório, e vários produtos que entram na composição de foguetes, que os Estados Unidos usam. Nós temos uma das maiores reservas de nióbio do mundo na mão da Vale do Rio Doce. E por que a gente tem que entregar para essas multinacionais? Por que tem que exportar petróleo para o americano? Eles gastam 50 bilhões de dólares em importação de petróleo! É uma coisa enorme, importam de tudo quanto é lado, mas mantêm as reservas deles, porque não são bobos. Isso é o que nós tínhamos que fazer. O preço caiu lá fora, tínhamos que importar e guardar nossas reservas porque são estratégicas. Agora, eles vendem porque não sabem, não têm noção do que significa uma Petrobras para o país. A luta que foi travada... E fica esse David Zylbersztajn, genro do FHC, achando que entende. Ele não entende nada! Não tem noção do que significa para o país.

Quando eles acabarem de vender todas as estatais, quero ver o que é que vão vender. Só vai restar uma coisa: a Amazônia. E eu acho que, se eles chegarem a esse ponto, a gente tem que partir para o pau. Estou com 60 anos, mas não vou admitir de jeito nenhum! Eles já estão querendo dividir... não vamos aceitar esse tipo de coisa que eles estão fazendo: estão devastando aquilo! Um cientista já falou que o que se encontra em um

metro da Amazônia não tem em todo o território americano... Aquilo para desenvolver remédios, curas, é um mundo... Uma imensidão! Voar-se de DC-3 em cima da Amazônia três, quatro horas... E esse governo não atenta com relação a essa destruição que estão fazendo. Os americanos estão lá, pesquisando. Outro dia, apareceu até no *Fantástico!* Entrevistaram um “mateiro” e ele disse que esses estrangeiros levam tudo e ele não sabe como impedir. Ele conhece tudo quanto é mato, erva, e eles estão fazendo um trabalho junto aos índios exatamente para pegar tudo o que eles necessitam. É a tal da biodiversidade. Isso é um crime! O que o Fernando Henrique está fazendo é um crime contra a soberania nacional. Outro dia ele falou:

– Temos que modificar o conceito de soberania nacional.

Modificar de acordo com os interesses dos norte-americanos, que agora estão de novo planejando atacar o Iraque junto com a Inglaterra. Houve uma época em que eles eram aliados e não são mais. Por quê? Porque contrariaram os interesses deles. A mesma coisa com o Brasil, quando contrariarmos os interesses norte-americanos... já existe uma invasão branca, a tecnológica. Eles dominam nossa economia, estão entrando no setor financeiro, bancário, comprando todas as nossas reservas estratégicas para deixar guardado. Eles não têm interesse em explorar nada, é reserva estratégica. Igual o nosso óleo, que temos para 40 anos. Eles estão com reservas lá para 10 anos no máximo. Então, qual o interesse deles? Isso faz parte da globalização e do neoliberalismo.

Então, hoje continuo lutando... o que eu achava, estou avançado mais ainda. Só vou parar de pensar politicamente e ser contra o que eles estão fazendo quando eu estiver morto. Enquanto estiver vivo... Ali dentro da ADNAM estamos lutando com os companheiros para impedir que eles façam isso com o país: essa miséria, esse desemprego, tudo em função disso. Essa globalização maldita que eles estão fazendo. Essa “modernização”, tirando a garantia do trabalhador. Trabalho temporário... isso não é avanço! Onde isso é modernização? As firmas vão mandar os trabalhadores embora e colocar o pessoal temporário:

– Temos que acabar com a Era Vargas.

Disse o FH. Vem o genro e fala:

– O petróleo é vosso.

Antigamente o *slogan* era “O petróleo é nosso”. Em 1953 criou-se a Petrobras, uma luta de vários brasileiros, muita gente foi expulsa das Forças Armadas... e hoje estão querendo fatiar a Petrobras e entregar a BR, a galinha dos ovos de ouro, que é justamente a distribuição. Ela não faz só isso. Faz a prospecção, vai buscar o petróleo. Eles não. O governo quer vender a parte deles dentro da distribuição. Para a Odebrecht, Shell, Esso... O suor do povo brasileiro. Enquanto o povo brasileiro está comendo feijão com arroz, eles comem caviar. Ele está passeando e convidando os empresários estrangeiros para comprar:

– Vamos lá. Estou vendendo aquilo tudo...

Eu estava ainda em Salvador quando, numa reunião lá com os Estados Unidos, eles falaram – isso foi denunciado nos Cadernos:

– Olhem o mapa do Brasil. Tem o formato de um presunto. Deixemos para mais tarde saboreá-lo...

Assim mesmo. São cínicos. Agora chegou a época. Petróleo, tório, ferro, carvão...

O Japão não tem nada e é uma potência: importam tudo. Está se quebrando agora por causa da máfia, dos banqueiros. Estão denunciando uma das máfias mais poderosas do mundo. Assassinos... pior do que a máfia siciliana. Drogas, armas... estão nas mãos dessa máfia. Eles têm que lavar o dinheiro... Aqui esses banqueiros estão lavando dinheiro de drogas... tranquilo. Mais de 400 bilhões por ano que movem essa engrenagem das drogas no mundo...

Hoje, o governo está assumindo as mortes da ditadura. Mas ainda tem aquele ranço de 70, 64, 69... Essas manifestações que esses militares fazem, até aqui no Clube Militar, em função da “revolução”, dos comunistas que foram derrotados:

– Eles queriam entregar o país para a União Soviética...

E hoje está esse aí entregando o país para os americanos. Petrobras, Vale do Rio Doce... E vários oficiais generais que diziam, naquela época, que nós queríamos entregar isso para a União Soviética – o que é uma mentira! – hoje estão aí com a gente, achando que eles estão vendendo e quebrando a soberania do país. Porque, naquela época, mesmo fazendo a “revolução”, implantando a ditadura, nunca se pensou em vender a Petrobras. Os militares nunca pensaram em fazer isso...

E eles, do atual governo, que se diziam de esquerda – esse Serra, ministro, foi da AP, Ação Popular; esse outro, Serjão, um saco de bosta, que foi ministro das Comunicações, foi também um chamado revolucionário –, estão entregando e vendendo o país para os americanos. Quebraram o monopólio do petróleo, venderam a Vale do Rio Doce, e estão privatizando todas as empresas estratégicas. E esse pessoal militar, que lá atrás nos combateu, está contra ele, o Fernando Henrique. Tem muitos que estão fazendo autocrítica... Resultado disso tudo: não me arrependo não!



Livro 5

“Gostaria de ouvir todas as histórias que puder. Todas.”

José Carlos Sebe Bom Meihy

“A história não tem mesmo ponto final...”

Silvio Tandler

“É preciso capturar esse momento. Não deixar passar! (...) E a história? Ela está na rua. Na multidão. Acredito que em cada um de nós há um pedacinho da história. Um tem meia paginazinha, outro tem duas ou três. Juntos, estamos escrevendo o livro do tempo. Cada um grita sua verdade. O pesadelo das nuances. E é preciso ouvir tudo isso separadamente, dissolver-se em tudo isso. E, ao mesmo tempo, não perder a si mesmo. Unir o discurso da rua e da literatura. Outra complexidade está no fato de que estamos falando do passado com a língua de hoje. Como transmitir por meio dela os sentimentos daqueles dias? (...) Tudo pode se transformar em literatura...”

Svetlana Aleksievitch

Nota da organizadora

Depois de um volume de introdução, três de narrativas biográficas histórico-literárias, encerramos esta coleção com este último livro. Ele contém, primeiramente, os depoimentos com militares de esquerda realizados por Silvio Tendler para o filme *Militares da democracia: os militares que disseram não* (2014). Os testemunhos são importantes para mostrar o esforço deste grande cineasta e historiador em refletir sobre a nossa história contemporânea ao transformar em documento audiovisual uma parte de narrativas de militares de esquerda, entre as quais algumas de nossos colaboradores.

Silvio Tendler e o nosso professor José Carlos S. B. Meihy foram entrevistados para falarem de suas vidas entrelaçadas com os processos de produção de suas pesquisas, que nos inspiram ao diálogo e criações colaborativas.

Encontram-se neste volume essas narrativas e a história de vida com a única mulher que conseguimos entrevistar, Bartira Silveira, dona de casa, trabalhadora, militante comunista, companheira de Delcy Silveira, militar de esquerda, ex-combatente na Guerra Civil Espanhola e liderança do Partido Comunista no Rio Grande do Sul.

Assim, as narrativas de Silvio Tendler, José Carlos S. B. Meihy e Bartira Silveira estão acompanhadas de trabalhos de pesquisa feitos em diálogos com elas e com as narrativas biográficas de outros volumes, sobre os mais diversos temas: a produção de imagens de resistência e o cinema político; gênero e militância; movimento político dos militares de esquerda por questões econômicas nacionais pela Campanha *O Petróleo é Nosso*; lutas pela anistia e pelo direito à memória e a história; educação e produção de conhecimento para garantir a democracia. São artigos produzidos ao longo dos anos com outros autores, pesquisadores amigos, que completaram a reunião de narrativas biográficas. Um Posfácio acrescenta algumas últimas reflexões e informações sobre o que foi realizado em mais de três décadas de pesqui-

sa. Além disso, destaca um levantamento de outros trabalhos escritos que utilizaram como fonte proposições, conceitos, documentos e conclusões da Dissertação de Mestrado em História Social da qual se originou esta coleção de livros, também disponível em formato digital.

Um sonho realizado graças ao financiamento público da cultura e ao trabalho incansável do coletivo de mulheres, liderados por Isabela, Maninha e Dalila, no Centro Cultural, Editora e Livraria Alpharrabio, nossa casa literária e editorial, em Santo André, São Paulo, onde se encontra a Universidade Federal do ABC, na qual trabalhei como professora, pesquisadora e extensionista desde 2010.

A todas as pessoas que contribuíram com a presente edição dos livros impressos e em versões digitais, reiteramos nossos infinitos agradecimentos.

Depoimentos no filme *Militares da democracia: os militares que disseram não* (2014)

Silvio Tandler, cineasta – Em 1961, quando a junta militar tentou dar o golpe de estado para impedir a posse de João Goulart, o Governador Leonel Brizola criou, no Rio Grande do Sul, a cadeia da legalidade. Ficou irradiando e falando. Ele ganhou aquele contragolpe no gogó:

Atenção povo de Porto Alegre! Atenção Rio Grande do Sul! Atenção Brasil! Eu peço a todos que permaneçam atentos porque possivelmente ainda hoje tenhamos as mais importantes e decisivas informações a prestar ao povo gaúcho e ao povo brasileiro sobre a crise político-militar. Essa guerrinha sem tiros que até agora assistimos. Estamos vendo se desenvolver pelo país...

Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, 1962

Silvio Tandler, cineasta – Todos os dias ele falava pelo rádio e as pessoas iam aderindo cada vez mais. Foi assim que ele assegurou a posse do João Goulart.

Em 1964, ele tentou reeditar a cadeia da legalidade. A ação funcionou. Mas, no primeiro dia de abril, a rádio Mayrink Veiga, que estava em conexão com o Rio Grande do Sul, saiu do ar. Nesse momento, os milicos começaram a invadir e quebrar tudo, isolando a emissão de sinal que o Brizola estava fazendo. A partir disso, as coisas se desmobilizam, e é evidenciado, através do rádio, que o último foco de resistência do Rio Grande do Sul havia terminado. A partir daí, percebi que o golpe era inevitável.

Lembro que minha família se organizava para conseguirmos descobrir as notícias: meu pai ficava com o rádio; eu, com 14 anos, ficava buscando incessantemente por uma notícia, com esperanças de que houvesse resistência no país. Porém, tudo terminou naquela manhã de 2 de abril de 1964.

No dia do golpe, eu estava no cinema – nesse dia, minha mãe tinha me instruído a correr embora, caso houvesse qualquer sinal de conflito. De repente, comecei a ouvir uma barulheira ocorrendo do lado de fora do cinema. Parecia que a população estava comemorando algo. Desse modo, fui até a porta para ver o que estava acontecendo. Lembro de ver lençóis nas janelas, velas acesas, pessoas correndo e se abraçando em meio à rua. Elas comemoravam que o golpe havia sido dado.

Nesse momento, fui o mais rápido possível para casa. Durante o meu trajeto da Avenida Copacabana até meu prédio, que ficava na Raimundo Correia, consegui ver diversos porteiros inclinados, posicionando atentamente os ouvidos nos autofalantes dos rádios à pilha. Eles tentavam ouvir notícias da cadeia da legalidade, para saber se ainda haveria resistência. Naquele momento, consegui perceber quem tinha ganho e quem tinha perdido com aquele golpe.

Narrador – O mês de março de 1964 foi decisivo para o Brasil. Pois, foi nesse mês que Jango percebeu que deveria convocar o povo para as Reformas de Base:

[...] pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social, e, ao lado do povo, pelo progresso do Brasil

João Goulart, Presidente da República, 1964

Foi nesse momento que os militares perceberam que deveriam dar o golpe ou teriam que conviver com um país mais moderno e democrático. Todo mundo começou a se organizar para o confronto.

Jango, com a ajuda de um grupo seletivo de oficiais e suboficiais, começou a tentar construir uma face mais humana e justa para o país. No entanto, as ações propostas pelo presidente da República não eram vistas com bons olhos dentro da alta oficialidade das Forças Armadas. Infelizmente, eles tinham uma posição essencial para aprovação ou arquivamento das reformas. Desse modo, Jango tenta angariar o apoio da alta oficialidade na mesa de almoço de primeiro de abril de 1964.

Flávio Mendes de Oliveira Castro (à época Chefe Cerimonial do Governo João Goulart), entrevistado – Eu consegui testemunhar o momento em que

o golpe foi dado. Nós estávamos todos no Palácio das Laranjeiras e foi um alvoroço quando os militares tomaram o poder.

Jango, no momento em que percebeu o que estava acontecendo, ordenou uma ligação para o Amaury Kruel. Infelizmente, não consegui ouvir corretamente o que o general respondia, mas consegui captar, por um breve momento, ele dizendo: “[...] não vou fazer declaração anticomunista. Quero lealdade total, não existe condição”. Nesse instante, as coisas se romperam, foi cada um para o seu lado. Na minha opinião, se Kruel realmente apoiasse o Jango, ele não teria caído.

Depois do golpe ser anunciado, a segurança do Palácio das Laranjeiras se desfez. Os corredores estavam lotados de militares com o lenço branco no pescoço – pessoal que estava a mando do Lacerda. Eles andavam livremente pelo jardim.

Não havia mais nada para ser feito ali. Portanto, nos dirigimos aos carros e rumamos a Brasília. Quando estávamos saindo do Palácio, fomos interrompidos por militares que, nessa ocasião, estavam armados de metralhadoras e espadas. Primeiramente, interceptaram o carro do Jango, depois se dirigiram ao meu e pediram para descer as janelas. Com todo esse armamento apontado diretamente para a nossa cara, a primeira coisa que me passou pela cabeça foi: “Puxa vida... isso aqui vai ser uma execução”. No entanto, um dos militares acabou reconhecendo o Jango, e disse:

– Deixa esses vagabundos fugirem!!

Iracema Kemp (à época Secretária do Ministro-Chefe da Casa Civil: Darcy Ribeiro), entrevistada – Em Brasília, não sabíamos de nada. Para todos os efeitos, acreditávamos que estava tudo sob controle. Lembro que nesse dia, passei a tarde tentando falar com a minha mãe por telefone, o que era uma coisa muito difícil... Às vezes, demorava horas para conseguir fazer uma ligação. Quando consegui efetuar a ligação, a minha mãe, meio desesperada, me disse:

– Iracema, aqui está todo mundo festejando na rua, dizendo que o Jango caiu...

– Mamãe, isso não é verdade! Isso é pura ilusão...

Basicamente, estava tentando convencer a minha mãe de uma outra realidade.

Almino Affonso (à época Ministro do Trabalho do Governo Jango), entrevistado – Antes do Jango ir embora de Brasília, o Tancredo virou para ele e disse:

– Jango, você saiu do Rio e não fez nenhuma declaração ao país. Sairá de Brasília sem fazer uma? Não pode! Você tem que dar uma explicação para a população.

Então, após a fala do Tancredo, ele nos pede:

– Escrevam um Manifesto!

Desse modo, ficamos dentro da sala tentando pensar em alguma coisa, Tancredo improvisando e eu datilografando. Foi assim que nós dois construímos o último pronunciamento político do Jango.

Em Brasília, ele o proferiu:

Numa noite em que forças reacionárias desencadeiam mais uma vez o golpe contra as instituições democráticas e contra a libertação econômica da Pátria, reafirmo a minha inabalável decisão de defender esse mesmo povo contra as arremetidas da prepotência e da pressão do poder econômico.

João Goulart, Presidente da República, 1964

Logo após o pronunciamento, por volta das sete da noite, o presidente foi ao aeroporto para fazer a sua viagem até Porto Alegre.

Lembro que assim que Jango foi para o aeroporto, Tancredo virou para mim e disse:

– Hoje, vou embora extremamente angustiado. Em 1954, há aproximadamente dez anos, assisti a última reunião do presidente Getúlio Vargas, e logo após o encontro, naquela mesma madrugada, ele se suicidou. Fico me perguntando: “Será que esse foi o meu último encontro com o Jango?”

Flávio Mendes de Oliveira Castro (à época Chefe Cerimonial do Governo João Goulart), entrevistado – Quando chegamos no aeroporto, as coisas estavam meio estranhas. Nos dirigimos a aeronave, entramos, sentamos e ficamos esperando a decolagem, mas ela não aconteceu. Jango, nesse instante, começou a desconfiar e entendeu que aquilo era, possivelmente, uma emboscada: eles queriam prendê-lo!

Wilson Fadul Filho (filho do Coronel Wilson Fadul, à época Ministro da Saúde), entrevistado – O meu pai, com toda aquela confusão no aeroporto, entrou no avião e foi conversar com o presidente. Falou para ele:

– Jango, esse avião foi sabotado. Por favor, embarca no meu e a gente faz essa viagem em segurança até Porto Alegre.

Coronel Wilson Fadul, à época Ministro da Saúde, arquivo TV Senado – Durante o voo para Porto Alegre, o presidente sentou-se ao meu lado e disse:

– Fadul, qual a sua opinião sobre essa situação?

– Presidente, vou dar a minha opinião com toda a sinceridade possível. Se o senhor chegar em Porto Alegre e a população estiver unida ao seu redor, então é necessário que haja uma resistência. Porém, se a população estiver dividida e o general não tiver comando total das tropas, é melhor o senhor pensar duas vezes, porque isso pode significar o nosso esmagamento. Na visão deles, esse episódio seria motivo de orgulho, pois eles estariam exterminando o último reduto comunista do Brasil. Além disso, através desse ato, eles conseguiriam projetar diversas inverdades sobre o seu governo e sobre a nossa atuação política.

Narrador – Na madrugada do dia 2 de abril de 1964, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declara vacância do cargo de Presidente da República enquanto o então presidente, João Goulart, ainda estava em território nacional. O golpe, portanto, foi aplicado. Se houvesse qualquer tipo de resistência, o presidente do Senado transferiria o Congresso Nacional para a cidade de São Paulo.

Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República.

Auro de Moura Andrade, Presidente do Senado, 1964

Waldir Pires (à época Consultor Geral do Governo João Goulart), entrevistado – O senador Auro de Moura Andrade foi o grande traidor da pátria! traiu a nação, as instituições e todo o povo brasileiro. Lembro de ouvir, na madrugada do dia 2, o grande discurso golpista que ele proferiu. Ele disse:

– O Presidente da República não abandonou o país? Então, pronto! Declaro vaga a Presidência da República. Dentro dos termos da Constitui-

ção, convoco o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, para assumir a chefia do poder executivo do país. Está encerrada essa sessão!

Logo após o posicionamento, apagaram os microfones...

Flávio Mendes de Oliveira Castro (à época Chefe Cerimonial do Governo João Goulart), entrevistado – Jango ficou possesso com a declaração! Ficou furioso! Nunca tinha visto ele naquele estado... Porém, o fato já estava consumado: tínhamos sofrido um golpe de estado.

Narrador – Alguns dias depois do golpe, os militares afastaram o presidente do Senado. O senador golpista saiu murmurando:

– Japona não é toga!

Já era tarde demais, o golpe já estava consumado...

Leonel Brizola, entrevistado – No dia que o presidente Jango chegou a Porto Alegre, houve uma reunião na residência do comandante do Terceiro Exército, General Ladário Teles. Nessa ocasião, acabei fazendo uma proposta para o presidente:

– Presidente, acho melhor o senhor ir para o interior do Rio Grande do Sul. Você me nomeia Ministro da Justiça, e coloca o Ladário como Ministro do Exército. Dessa forma, nós podemos organizar a resistência.

Ladário Pereira Teles, relato – Durante a reunião, afirmei ao Presidente que considerava a situação favorável a uma resistência. No entanto, os meus camaradas gerais não concordavam com essa ideia. Assim, eles expuseram as suas incertezas com relação à resistência.

O General Floriano Machado foi o primeiro a tomar a palavra. Ele acreditava que a resistência era loucura, uma aventura maluca, pois não dispúnhamos de meios suficientes para organizar algo tão grandioso. Além disso, o resto do país já estava completamente controlado pelas forças golpistas. Desse modo, ele exortou sua excelência a não se lançar nessa luta, evidenciando o fato que Jango ainda era muito jovem e tinha um grande futuro pela frente.

Em seguida, o General Saraiva tomou a palavra. Assim como o seu companheiro, ele se mostrou extremamente pessimista quanto à possibilidade de resistência. Durante a sua fala, o presidente indagou sobre a tropa

de São Borja – unidade que poderia ser utilizada para organizar uma resistência. Mas o general pontuou que ela não representava um contingente suficiente para uma resistência eficiente.

Logo na sequência, o General Othomar se pronunciou. Da mesma maneira que os seus companheiros, se posicionou contra a resistência, uma vez que estávamos carentes de meios para a sua organização.

Finalmente, a palavra retornou à minha pessoa. Nesse momento, afirmei ao presidente que não concordava com a opinião dos meus camaradas. Na minha cabeça, nós dispúnhamos de meios suficientes para iniciar um processo de resistência. Pois, tínhamos à disposição as guarnições de Porto Alegre, São Leopoldo e Vacaria. Além disso, a brigada militar, assim que fosse emitido um decreto presidencial, se colocaria sob nosso comando. Por fim, conclui dizendo que:

Presidente, devo finalmente afirmar-lhe que minha mentalidade de soldado é de que enquanto se dispõe de um punhado de homens, se resiste, até esperar que a vitória se conquiste por milagre.

General Ladário Pereira Teles, 1964

Leonel Brizola, entrevistado – Obviamente, a decisão final ficou por conta do Presidente. Ele acabou optando pela “desistência”, uma vez que a resistência poderia ocasionar um grande derramamento de sangue.

Coronel Pedro Alvarez, arquivo RBS TV – Lembro que o Jango agradeceu ao apoio de todo mundo. No final da sua fala, ele disse que preferia se retirar do país, desse modo, evitando o derramamento de sangue. Nessa hora, Brizola – nunca me esqueço dessa cena – virou para ele e disse:

– Traidor! Vai embora então! Você nunca mais vai conseguir voltar para esse país!

Silvio Tandler, entrevistador – Flávio, houve discussão entre ele e o Brizola?

Flávio Mendes de Oliveira Castro (à época Chefe Cerimonial do Governo João Goulart), entrevistado – Muita!! Uma discussão acalorada!

Capitão José Wilson da Silva (à época 2º Tenente do Exército), entrevistado – Jango, após a sua última colocação, me pegou pelo braço, me puxou, e me disse assim:

– Wilson, eu não sou revolucionário! Revolucionário é o Brizola...

Flávio Mendes de Oliveira Castro (à época Chefe Cerimonial do Governo João Goulart), entrevistado – Na minha opinião, ser conciliador dessa forma, era um dos maiores atributos do presidente. Em qualquer situação, ele procurava um jeito de conciliar.

Silvio Tandler, relato – Em 1984, fui até Brasília para tentar liberar o filme sobre Jango, pois ele havia sido censurado pela ditadura. Nessa viagem, acabei travando contato com o comandante Guerra e conversamos sobre a viagem que o Jango fez para São Borja – ele foi o piloto que transportou o presidente. Ele me contou que, assim como foi ordenado pelo Comando Militar, estava à disposição para realizar qualquer pedido feito pelo presidente. Porém, assim que chegaram em São Borja, em um ato digno de respeito, o presidente pediu para que ele retornasse imediatamente para Porto Alegre, pois ele iria para sua fazenda aguardar a posse do novo presidente. Após isso, ele contou que Jango organizaria a sua saída do Brasil.

Logo depois de ouvir esse relato, fiquei extremamente animado para construir um documentário que conseguisse retratar, de maneira fidedigna, toda essa história.

Brigadeiro Francisco Teixeira (Membro do Partido Comunista), entrevista-do – Apesar da surpresa e do desgaste, o governo de João Goulart, se essa fosse a vontade, conseguiria contra-atacar os militares. O presidente conseguiria, facilmente, organizar uma ocupação do Palácio Guanabara, onde o Lacerda estava. Mas, ele optou pela não-resistência. A meu ver, essa decisão, independente de qualquer coisa, foi completamente acertada, porque conseguiu evitar um derramamento de sangue inocente.

Atualmente, é possível compreender as dimensões que a resistência teria tomado. Através de uma série de documentos oficiais, podemos notar que havia um envolvimento do governo americano no atentado à democracia, eles possuíam interesse direto nesse golpe. Portanto, a resistência poderia resultar em uma injeção cada vez maior de recursos americanos, ocasionando, provavelmente, um prolongamento do sofrimento nacional, e levando muitos inocentes para o cemitério.

Paulo Henrique Ferro Costa (à época 2º Tenente da Marinha), entrevistado – Nunca tive essa informação. Na minha opinião, essa influência americana foi utilizada para justificar a omissão daqueles que deveriam lutar pela democracia e liberdade da nação. Além disso, se tivéssemos que ensinar golpe, te garanto que o Brasil tinha muito mais *know how* que os Estados Unidos.

Narrador – Seis dias antes do golpe, no dia 25 de março de 64, os marinheiros se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos para comemorar o segundo aniversário de sua associação.

Paulo Novaes Coutinho (à época Soldado Fuzileiro Naval), entrevistado – No dia 25 de março de 1964, a Associação de Marinheiros e Cozinheiros Navais comemorava o seu segundo aniversário. Nessa ocasião, lhes foi oferecida a sede do Sindicato dos Metalúrgicos, localizado na Rua Ana Neri, no Rio de Janeiro.

Edmilson Juvino Pontes (à época Soldado Fuzileiro Naval), entrevistado – Lembro de estar no quartel quando tocou prontidão. Fomos enviados ao sindicato metalúrgico para reprimir os marinheiros e fuzileiros que estavam festejando o aniversário da associação. Quando chegamos lá, os marinheiros ficaram nos chamando de irmãos, dizendo que estávamos no mesmo barco, e isso fez o pessoal afrouxar. Acabou que um dos nossos colegas, Raimundo Nonato Barbosa, depôs a sua arma. Depois disso, todos foram depondo! Ele foi o primeiro fuzileiro a depor a arma.

Paulo Novaes Coutinho (à época Soldado Fuzileiro Naval), entrevistado – Nos negamos a efetuar aquele massacre, porque essa era a ordem: matar todo mundo! Ao contrário, chegamos lá, e com os nervos mais acalmados, pegamos as metralhadoras e jogamos no chão, pulamos o muro e fomos participar do movimento em apoio ao Comandante Supremo das Forças Armadas, João Goulart.

Por fim, acabamos passando três dias no Sindicato, porque surgiu a informação de que os oficiais da Marinha, por conta do nosso desacatamento, iriam bombardear o prédio com todo mundo dentro. No dia 27 de março de 1964, fomos evacuados, por ordem do Presidente, para o Primeiro Batalhão de Guardas e, no dia seguinte, fomos anistiados pelo Presidente da República.

Edmilson Juvino Pontes (à época Soldado Fuzileiro Naval), entrevistado – Eles anotaram os nossos nomes e nos libertaram. Após esse momento de desespero, o pessoal colocou o Almirante Aragão nos ombros e todo mundo saiu de lá em desfile, essa ação foi a gota d’água para o almirantado.

Paulo Novaes Coutinho (à época Soldado Fuzileiro Naval), entrevistado – Após a instauração da ditadura, nós fomos expulsos das Forças Armadas. No dia 10 de abril, um camburão da polícia entrou no quartel e nos levou até o navio Ary Parreiras, uma vez que representávamos uma ameaça para o governo golpista. O navio não possuía nenhum móvel: ficamos trinta dias dormindo no casco da embarcação, com direito a uma refeição por dia.

Após esse primeiro mês, nos levaram para a Ilha das Flores, e dali nós saímos para o porão do navio Custódio de Mello. A ideia era nos enlouquecer... Permanecemos presos por muito tempo. Durante todo esse período, nós estávamos dados como desaparecidos. Nossas famílias não sabiam do terror que tinha nos acometido. Depois de sete meses de cárcere, eles avisaram os familiares e permitiram o recebimento de visitas.

Independentemente disso tudo, gostaria de dizer que tenho muita honra de ser fuzileiro naval!!

Flávio Werneck (filho do Almirante Paulo Silveira Werneck), entrevistado – Meu pai ganhou muito prestígio durante o governo do João Goulart. Lembro que cogitaram nomeá-lo comandante do Cruzador Barroso. Porém, essa nomeação foi cancelada, uma vez que muitos oficiais eram contra. Na opinião deles, era inadmissível um comunista comandar um cruzador, porque aquilo seria o equivalente a um Potemkin.

Acabou que colocaram ele para ser chefe de gabinete do Ministro da Marinha, Almirante Paulo Mário – em toda história do Brasil, ele foi o único homem negro a obter esse cargo. O posicionamento político do Almirante Paulo incomodava muito os oficiais. Isso, somado com a cor da sua pele, dificultou muito a posse do seu cargo. No dia da posse, ele teve que ir disfarçado com os companheiros – incluindo meu pai –, pois os oficiais da oposição estavam planejando o seu sequestro.

Quando paro para lembrar de todos esses acontecimentos, me emociono muito... Lembro até hoje do dia anterior ao golpe. Estava sentado

no sofá, com o ouvido grudado no radinho a pilha, e o repórter, em tom bombástico, anunciou:

– Vamos derrubar o presidente comunista! As tropas de Minas Gerais já estão a caminho do Rio de Janeiro!

Luiz Pinguelli Rosa (à época 2º Tenente do Exército), entrevistado – Na época, meu comandante fazia parte do time do presidente Jango. No dia do golpe, ele estava preparando um destacamento para apoiar uma coluna de resistência que estava indo sentido Minas Gerais. Porém, naquela mesma noite, o comandante reuniu os oficiais e, visualmente muito desgostoso, disse:

– O presidente Jango deixou Brasília e foi diretamente para Porto Alegre. Devido a isso, o congresso designou o presidente da câmara, Ranieri Mazzili, para o cargo de Presidente da República.

Assim que o coronel terminou, pedi a palavra:

– O senhor me dá licença?

– Sim!

– Tenho uma observação. O presidente Jango não saiu do país, o senhor disse que ele está em Porto Alegre. Portanto, ele permanece no cargo, ele é o presidente e nós devemos a nossa lealdade constitucional a ele!

Após a minha fala, o coronel desembrolhou a minha questão de uma forma que ninguém fez mais nenhum apontamento. Logo após a finalização da reunião, ele me chamou para uma conversa e me disse:

– Olha... você não poderia ter feito isso na frente de todo mundo. Infelizmente, vou ter que simbolicamente te afastar das suas funções.

Alguns dias depois, ele me chamou para conversar e disse que estava esperando que houvesse alguma resistência por parte do Jango, mas que não houve...

Marcos Cunha Melo (filho do General Cunha Melo), entrevistado – Antes do golpe eclodir, o presidente pediu para o meu pai ir para Minas Gerais, com o intuito de apaziguar a situação. Ele, obviamente, acatou a ordem, e disse ao presidente:

– Amanhã, pela manhã, já vou estar com uma tropa posicionada em Juiz de Fora e a situação estará resolvida.

Logo após a chamada, ele foi organizar as tropas. No entanto, o poderio dele já tinha sido cortado pela metade. As tropas golpistas já estavam

marchando em sua direção, e ele foi avisado que elas esperavam o rendimento total. Não havia meios para resistir. A defesa estava completamente desestruturada – eles não estavam esperando isso. Devido a isso, o General Euryale Zerbini aconselhou meu pai a se render. Ele disse:

– A situação aqui está muito frágil! Não temos condições de combatê-los.

Nessa hora, meu pai ligou para o General Assis Brasil, que era chefe da Casa Militar, e explicou a situação. Após terminar a sua fala, ele foi informado que a situação já estava completamente perdida, não havia mais solução.

Sem meios para organizar uma resistência, se viu obrigado a render-se. No dia seguinte, foi para a cidade do Rio, apresentou-se no Primeiro Exército, e foi preso...

Eugenia Zerbini (filha do General do Exército Euryale Zerbini), entrevistado –

Na madrugada do dia 31 de março, meu pai foi até Caçapava para organizar uma tropa. Assim que ele chegou, o Coronel, responsável por aquele espaço, se apresentou – eles já se conheciam da Revolução de 32 – e disse:

– Boa noite, General. Estamos organizando tudo. Vamos para o Rio de Janeiro.

No entanto, toda tropa evadiu. Eles fugiram. Sem muitas opções, meu pai juntou as coisas e foi sozinho para o Rio de Janeiro. Assim que chegou na cidade maravilhosa, foi se apresentar, entregou todo o armamento e sumiu. Algum tempo depois, os oficiais ligaram para minha mãe dizendo:

– Dona Terezinha, seu marido está detido no Forte Copacabana.

Ivan Cavalcanti Proença, entrevistado (à época Capitão dos Dragões da Independência) –

Na manhã do dia primeiro de abril, o Coronel Raul Carnaúba, já sabendo da minha opinião sobre o golpe, me disse para ir ao Palácio das Laranjeiras e entrar em contato com a casa militar, uma vez que eles poderiam me informar quais eram os próximos movimentos. O movimento mais óbvio, conforme o golpe fosse avançando, seria o de me nomear para o Ministério do Exército.

Assim que cheguei no palácio, o presidente já tinha ido embora e o grupo do Lacerda estava reunido no Palácio Guanabara, portanto, não tinha mais nada para fazer ali. Dessa forma, arrumei minhas coisas e fui diretamente para o Ministério do Exército, visto que a guarda estaria sob o meu comando. Assim que cheguei no ministério, fui recebido por três sargentos,

eles me informaram que estava prestes a acontecer um massacre de estudantes no CACO – Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. Obviamente, fiquei incrédulo e eles me explicaram que um grupo de civis e paramilitares, todos armados, estavam cercando a faculdade. Por conta disso, os estudantes estavam recolhendo-se para o interior da universidade. Sem pensar duas vezes, peguei meus equipamentos, organizei a tropa, e fui o mais rápido possível para o local.

Quando cheguei, consegui ouvir o povo gritando:

– O Exército é do povo!! Queremos armas, nós queremos armas!!

Aquilo me impressionou muito. Acabou que conseguimos passar pelo tumulto central, entramos dentro da universidade e a cena era chocante. O grupo paramilitar estava com as armas apontadas diretamente para a porta, impedindo a saída dos estudantes que se refugiaram no interior. Algumas janelas haviam sido quebradas, e eles jogaram gás lacrimogêneo lá dentro, forçando com que os estudantes saíssem pela porta que eles estavam cercando.

A primeira coisa que fiz foi expulsar todos os paramilitares e emitir um alerta para a região. Logo em seguida, entramos na universidade e avistamos uma série de estudantes caídos nas escadas, morrendo sufocados com o gás que havia sido atirado. Nos apressamos e conseguimos ajudar os estudantes, e as coisas se apaziguaram. Pensei que tudo tinha se resolvido.

Assim que resolvemos a ocorrência, voltei diretamente para o Ministério do Exército. Quando cheguei na minha sala, fui surpreendido por uma série de oficiais que rapidamente me desarmaram e me prenderam – tinham me sabotado. Posteriormente, fiquei sabendo que um tenente da guarda, logo depois de chegarmos na ocorrência, foi avisar os oficiais do ministério que a minha tropa tinha chegado atirando, que estávamos ajudando os golpistas e, portanto, ajudando o comunismo – essas bobagens que sabemos que esse povo consegue inventar com facilidade. Fui levado para o isolamento em Santa Cruz. Foram 58 dias de isolamento, que depois se tornaram vinte anos de sofrimento e dor.

Roberto Julião Pereira de Baere (à época Primeiro-Tenente Aviador), entrevistado – Nós fomos cassados logo no início do golpe. Primeiro cassaram os brigadeiros, depois os coronéis e, cinco dias depois do início da ditadura, fomos nós. Na época, estava servindo no Galeão, tinha acabado de chegar, não tinha nem começado a pilotar. Em um dia qualquer, peguei o *Correio da*

Manhã, entrei na caminhonete que nos transportava até o batalhão, e comecei a perceber que os meus companheiros estavam me evitando, me olhando de uma maneira muito esquisita. Assim que abri o jornal, para realizar a minha leitura diária, descobri o motivo de todos estarem estranhos comigo. Eu tinha sido cassado!

Durante o café da manhã, a exclusão ficou mais explícita. Lembro de sentar sozinho naquela mesa enorme, todo mundo me olhando com nojo. Era evidente que a minha pessoa não era mais bem-vinda naquele espaço, tinha me tornado um leproso aos olhos deles, uma pessoa não grata.

Logo após o café, o subcomandante me chamou para uma conversa. Por conta do nervosismo, não esperei ele falar. Iniciei a conversa dizendo:

– Subcomandante, acabei de receber essa informação. Fui ler o jornal hoje mais cedo e vi meu nome em meio aos cassados...

– Ah, meu filho, não tem outro jeito... É minha obrigação te prender.

Me levaram diretamente para um cassino, localizado na região do Galeão. Todos os navios já estavam lotados de coronéis e brigadeiros. Fiquei cinquenta dias preso, incomunicável, sendo vigiado diariamente por soldados equipados com fuzis ponto 50. Era como se fossemos os criminosos mais perigosos do Brasil.

Brigadeiro Rui Moreira Lima, (à época Comandante da Base Aérea de Santa Cruz) entrevistado – Quando cheguei no QG – Quartel General – o Brigadeiro Teixeira estava saindo do comando. Ele me disse:

– Olha, Rui... A vila roeu a rapadura.

Depois de evidenciar que estava tudo acabado, ele disse que devíamos, antes de tomar alguma atitude, conversar com o Ministro Botelho. Dessa forma, fomos ao encontro do ministro. Botelho nos recebeu muito emocionado, e disse:

– Olhem... As ordens precisam partir do Presidente da República, portanto, não vou dar nenhuma! Mas, vou dizer o que vou fazer. Irei arrumar minhas coisas e esperar o outro ministro se entregar. Vocês podem ir para as suas respectivas fases. Quando o substituto chegar, vocês se entregam. Ok?

Não discutimos, seguimos o conselho do Botelho. Lembro que depois disso, quando estávamos jantando, o Capitão Hugo Hartz veio conversar com a gente:

– Coronel Rui, nós estamos com esse avião, modelo C54, quadrimotor, com vinte sargentos dentro, e equipado com todas as armas que conseguimos retirar do Paiol. Vamos pegar ele e ir ao encontro do presidente Jango.

Não fui junto com eles, não apoiei essa ação. Depois do jantar, fui para a base, reuni todo o pessoal, e disse:

– Acabou a prontidão...

Nesse momento, contei a eles o que o ministro tinha falado, e disse:

– Não quero entregar a base, quero passar o comando dela. Vou entregá-la da mesma maneira que recebi. Me recuso a sair daqui escorraçado, estimulando a confusão. Eles já cercaram o lugar, não há mais nada que possamos fazer...

Assim, entreguei a base para os golpistas, peguei meu carro e fui embora. No dia seguinte, me apresentei ao Teixeira e ao Chefe do Estado-Maior. Eles estavam me esperando. Então, nós três fomos juntos nos apresentar ao Ministro Mello. Ele nos recebeu, e disse:

– O Rui não quer ser preso. Moreira Lima não quer ser preso!!

Na hora que escutei isso, os nervos subiram e tive que responder a essa afronta:

– Não senhor! Não torça as minhas palavras. Estou dizendo que não vou ser preso com show!

– Vai ser preso como? Por telefone?

Dessa forma, fui o único oficial que conseguiu passar o comando dentro do regulamento da RD da Aeronáutica. Além disso, a minha prisão foi uma das únicas que foi feita de maneira “silenciosa”, fui preso por telefone. O Chefe de Estado-Maior, Brigadeiro Baena, me ligou e disse:

– Moreira Lima, dá um pulinho aqui!

– Posso levar cueca, aparelho de barbear, pasta, escova, e muda de roupa?

Ele deu uma risada meio boba... Acabou que fui para lá e fui preso.

Iracema de Souza Teixeira (viúva do Brigadeiro Teixeira), entrevistada – O Teixeira, assim como outros militares, foi preso no navio. Em alguns dias específicos, eles traziam os presos para terra e permitiam que a família fosse visitar.

Coronel Kardec Lemme (à época Tenente-Coronel), entrevistado – Lembro que recebi um telefonema e fui notificado a me apresentar na embarca-

ção que iria nos levar para Santa Cruz. De maneira muito calma e serena, organizei minhas coisas e fui. Na minha cabeça, não tinha motivos para me tratarem com hostilidade, pois eles não tinham nada que me ligasse às forças que resistiram. Quando cheguei lá, percebi que estava sendo preso.

Coronel Bolívar Meirelles (à época 2º Tenente do Exército), entrevistado – Kardec Lemme foi quem me cooptou para ingressar no Partido Comunista. Depois de entrar para o partido, comecei a compreender melhor qual era minha posição.

Assim como muitos dos meus companheiros, fui preso em 1964. Não me deixaram nem ao menos tirar a farda, fui levado sem o menor respeito. Por conta da quantidade de detidos, eles pararam de respeitar a regra de distinção de cor – sim! Havia uma regulamentação que distinguia por cor os presos do Exército. Portanto, todo mundo ficava alojado dentro do mesmo espaço.

Fernando Santa Rosa (à época Capitão Tenente da Marinha), entrevistado – Eu já estava na mira deles há muito tempo. Naquela época, se você não fosse lacerdista, nacionalista, ou se discordasse das decisões deles, era considerado comunista. Não havia meio termo!

No dia 6 de abril de 1964, fui me apresentar. Não tinha ido antes, pois estava descansando com a minha família. Quando cheguei, me levaram preso. Fui levado junto com o filho do Almirante Suzano, Márcio. Ficamos encarcerados no navio Princesa Leopoldina.

Milton Temer (à época 1º Tenente da Marinha), entrevistado – Brigadeiro Teixeira e Joaquim Inácio Moreira ficaram presos comigo no Princesa Leopoldina. Foi uma experiência muito estranha ser preso com todas aquelas figuras que admirava e enxergava com imenso respeito.

Paulo Henrique Ferro Costa (à época 2º Tenente da Marinha), entrevistado – Me chamavam de comunista desde 1962. Para esses militares, todas as pessoas que combatiam a miséria, o atraso, e a desigualdade, eram inevitavelmente comunistas. Os inimigos do Brasil, portanto, eram todos aqueles que buscavam o bem-estar geral da nação.

Durante 1964, fiquei incomunicável. Depois do golpe, me reuni com todo esse grupo que foi detido no Princesa Leopoldina. Lá estavam: Bri-

gadeiro Rui Moreira Lima; Brigadeiro Teixeira; Joaquim Inácio Moreira; todos aqueles grandes militares das três forças. Nesse momento, quando enxerguei todos esses heróis sendo encarcerados, percebi que estava do lado certo. Eu estava lutando ao lado de pessoas extraordinárias!

Avelino Lost (à época 2º Tenente da Aeronáutica), entrevistado – Eu fui preso dez minutos depois que mataram o Coronel Alfeu.

Narradora – Alfeu de Alcântara Monteiro, Tenente-Coronel das Forças Armadas, foi um oficial legalista. Em 1961, ele impediu o bombardeio do Palácio Piratini – ato que foi orquestrado pelos oficiais que queriam impedir a posse do João Goulart. O golpe de 1964 foi, portanto, o momento perfeito para esses oficiais se vingarem do Coronel Alfeu. Assim eles fizeram, assinando-o com vários tiros a queima-roupa.

Avelino Lost (à época 2º Tenente da Aeronáutica), entrevistado – Eram quase oito horas da noite e o Coronel Alfeu entrou no meu escritório, todo uniformizado. Achei a situação estranha, então o indaguei:

– Que é isso coronel? Vai para alguma solenidade?

– Não! Os oficiais do Rio chegaram para assumir o comando, estou indo recepcioná-los.

O gabinete do coronel estava semiaberto, então consegui observar tudo! Alfeu entrou e foi se apresentar ao oficial que iria assumir o cargo. Roberto Hipólito, aproveitando que estava atrás do coronel, desferiu alguns tiros contra ele, ocasionando a sua morte. Ele foi morto por não apoiar o golpe!

Narrador – O caso das mãos amarradas.

José Wilson da Silva (à época 2º Tenente do Exército), entrevistado – Isso aconteceu no final de 1964. As coisas, depois da implementação da ditadura, começaram a ser organizadas na clandestinidade. Um grupo de 21 sargentos excluídos, que moravam no Rio de Janeiro, resolveu ir para um evento desse, que ocorria às escondidas. No meio desse grupo, estava Manoel Raimundo Soares. Ele era um rapaz muito inquieto, não conseguia esperar calmamente. Por conta disso, foi até o planetário distribuir panfletos até dar o horário do evento. Alguém percebeu a ação do militar e resolveu denunciar. Foi assim que ele foi capturado pelo DOPS. Permaneceu detido na penitenciária da Ilha.

Jair Krischke (Fundador e Presidente do Movimento Justiça e Direitos Humanos), entrevistado – Enquanto ele estava preso, escreveu diversas cartas amorosas para a sua esposa. Elas continham uma riqueza humana impressionante. Em uma das cartas, ele dizia:

Minha querida Betinha... Ainda estou vivo. Penso que estas horas você deve estar chorando. Não quero isso. A jovem senhora, valente, das respostas desconcertantes, deve agora substituir a moça ingênua e humilde com quem tive a felicidade de casar. Nestes últimos dias, tenho sido torturado pela realidade de estar impedido de ver o rosto da mulher que amo. Eu trocaria, se possível fosse, a comida de oito dias por oito minutos junto ao meu amor, ainda que fosse só para ver. Tenho uma fé inabalável de que os adversários não conseguirão destruir nosso amor. Sei hoje que você tinha razão, em muitas de nossas discussões sobre o nosso tipo de vida. Você ganhou. Tudo passará. A política, a cadeia, os amigos; só uma coisa irá durar até a morte: o amor que tenho por essa mulherzinha que é hoje a única razão de querer viver deste presidiário. Com a tranquilidade da certeza de que apesar de tudo ainda mereço o teu amor, remeto um caminhão de beijos, com o calor dos dias mais felizes da nossa vida. Do sempre teu, Manoel.

Manoel Raimundo Soares, carta enviada à esposa, 1964

Depois de algum tempo preso, ele é retirado da ilha e, coincidentemente, desaparece. Nessa ocasião, os oficiais fizeram ele assinar um documento atestando a sua libertação e a devolução de pertences. Porém, isso não passa de uma fachada. Ele foi morto por não abrir o bico. Alguns dias depois da “soltura”, o corpo dele foi encontrado boiando no Rio Jacuí, com as mãos amarradas nas costas.

Lembro que o enterro dele, feito em Porto Alegre, atraiu muita gente. A ditadura ficou assustada com a multidão que se formou na hora do cortejo. Na minha opinião, este é um militar brasileiro que deveria ser considerado herói das Forças Armadas!

Narrador – Guerrilha de Três Passos

José Wilson da Silva (à época 2º Tenente do Exército), entrevistado – Em março de 1965, foi organizada uma reunião em Montevideu com um grupo mais ao lado das ideias do Brizola e um outro mais posicionado com as

ideias do Jango. A ideia era realizar essa conexão de pensamentos, pois Jango era um homem mais conciliador, e Brizola era um “cara da ação”. Após a reunião, Jefferson Cardim começou a organizar a resposta armada que seria dada ao golpe.

Jefferson Lopetegui de Alencar Osório (filho do Coronel Jefferson Cardim), entrevistado – O plano original do meu pai era o seguinte: tomar o Rio Grande do Sul e, a partir disso, organizar o retorno do Jango à presidência.

Ele conseguiu chegar até o Paraná, com cerca de 15 oficiais, e tomar uma guarnição da polícia. Após isso, organizou toda a tropa e conquistou mais cem homens para ajudar na retomada do Rio Grande do Sul. Durante o trajeto até Três Passos, a guarnição foi cercada pelas Forças Armadas, e iniciou-se um conflito que durou cerca de dez dias. Infelizmente, eles foram capturados e presos, visto que a quantidade de oficiais enviados para reprimi-los era cerca de mil vezes maior que o número de oficiais que meu pai possuía.

O julgamento se desenrolou e queriam dar trinta anos de cadeia para ele. Nossa sorte foi que o Dr. Sobral Pinto conseguiu reduzir a pena dele para dez anos, pois todas as baixas foram culpa do próprio Exército.

Narrador – “Busca no exterior” ou operação Pré-Condor.

Jair Krischke (Fundador e Presidente do Movimento Justiça e Direitos Humanos), entrevistado – O Coronel Jefferson Cardim manteve uma circulação contínua durante o tempo em que foi perseguido. Primeiramente, ele se exilou no México, depois voltou para Montevidéu. Foi para a Argélia conversar com Arraes. Viajou para Cuba e depois para o Chile. O mais interessante é que ele fez todas essas viagens na companhia do próprio filho, que também se chama Jefferson.

Por fim, em uma viagem feita para Buenos Aires, o militar brasileiro foi descoberto. A polícia argentina já tinha cercado o aeroporto e estava esperando a chegada dele. Os dois, ele e o filho, foram transportados, dentro de um avião da FAB, direto para o Brasil.

Narrador – Coronel Dagoberto Rodrigues

Carlos Augusto Costa Rodrigues (filho do Tenente-Coronel Dagoberto Rodrigues), entrevistado – Meu pai, Dagoberto Rodrigues, estava políti-

camente comprometido com a frente parlamentar nacionalista do governo João Goulart. Durante os anos de 1961 e 1964, ele lutou muito contra o poder das Forças Armadas e contra o golpe.

Assim que o golpe foi dado, ele se exilou no Uruguai. Durante esse tempo exilado, encontrou uma nova visão sobre aqueles que destituíram o governo. A partir disso, começou a entrar em contato com a resistência de outros países latino-americanos e tentou, junto com o próprio Guevara, distribuir um foco guerrilheiro por todo o continente sul-americano.

Alfredo Daudt Junior (filho do Capitão Alfredo Ribeiro Daudt), entrevistado – O meu pai foi cassado, perdeu todos os direitos políticos por dez anos, foi banido da Força Aérea Brasileira e sofreu muita tortura enquanto estava preso.

Durante a sua prisão, teve a sorte do Lamarca, que foi uma figura notória na resistência contra a ditadura, ser o oficial que guardava o perímetro da sua cela. Dessa forma, ele conseguiu organizar e realizar a fuga do quartel em que estava preso. Lembro que foi uma loucura quando ele chegou em casa. Minha mãe acordou extremamente assustada e a minha avó, que era espírita, pensou que era uma entidade. Depois de matar a saudade da família, ele foi atrás de um advogado e conseguiu exílio no Uruguai.

Algum tempo depois da sua fuga, o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Eduardo Gomes, montou uma portaria secreta que caçava a credencial técnica de todos os elementos que tiverem sido cassados. Eles, portanto, não poderiam mais exercer nenhuma credencial técnica: conseguiram tirar tudo dos militares cassados!

Brigadeiro Rui Moreira Lima, entrevistado – Me proibiram de voar. Fui fazer uma viagem pela Paranaense e me deram o lugar de comandante. A viagem era para Belém. Quando chegamos no destino, eles adquiriram a minha carteira de voo. Tive que entregar. Depois de esperar por dois meses, chegou um documento dizendo que todos aqueles que foram atingidos pelo Ato Institucional não poderiam mais exercer suas credenciais técnicas. Era a mesma coisa que me dizer: “Vai morrer de fome!”

Maria Helena Malta (filha do Tenente-Coronel Aviador da Reserva Paulo Malta Rezende), entrevistada – Os oficiais atingidos pelo golpe tinham que fazer uma solicitação nova da carteira de motorista. Meu pai tentou fazer

duas vezes, mas foi negada. Ele, percebendo a intenção das Forças Armadas, recorreu ao Supremo Tribunal Federal, ganhou a causa, mas, novamente, não conseguiu a carteira de piloto. No lugar, enviaram um documento explicando que não poderiam enviar a carteira por conta de duas portarias secretas da Aeronáutica:

O Ministro da Aeronáutica, através de duas Portarias Secretas, datadas de 19/06/64 e 01/09/66, cujas cópias se encontram a fls. 11, havia suspenso: “As concessões de licenças previstas na portaria número 869-A-GMS, de 29 de agosto de 1963, a todos os militares atingidos por atos institucionais ou complementares. “As revalidações de certificados de habilitação, também previsto na portaria acima citada, a todos os aeronautas e aeroviários e penalizados pelos referidos atos”.

Documento Oficial do Governo Brasileiro

Após a suspensão da carteira, meu pai não teve mais a oportunidade de fazer o que ele mais amava. Lembro dele correr para a janela sempre que uma aeronave rasgava o céu. Em um dessas ocasiões, fiquei observando e pude perceber que ele estava chorando silenciosamente. Não consigo imaginar o sentimento que atravessava o coração dele...

Paulo Melo Bastos (à época Aviador Civil), entrevistado – Fiz tantas coisas agradáveis ao longo da minha vida, tantas práticas das quais sinto um orgulho imenso. No entanto, quando retornamos a conversar sobre esse período, a única coisa que sinto é tristeza... Meus amigos foram mortos e ninguém sabe de nada. É como se eles tivessem sumido, deixado de existir. Enquanto dou esse depoimento, minha cabeça fica transitando por esses lugares e me sinto extremamente comovido...

Nelson Luiz Lott de Moraes Costa (neto do Marechal Henrique Teixeira Lott), entrevistado – Sempre respeitei muito os ex-combatentes brasileiros, eles eram os grandes heróis da nação. Pessoalmente, tinha uma conexão mais íntima com o Coronel Kardec Lemme, porque brincava com os filhos dele na infância. Mas a minha admiração era por todos esses heróis, principalmente pelo Rui Moreira Lima.

Foi horrível ver todos eles serem atirados para a lata de lixo da história, perceber que todos os grandes feitos, a partir de 64, não significavam mais

nada. Foram todos enxovalhados. Isso fez com que uma grande revolta crescesse no meu coração, por isso comecei a participar dos grupos de resistência.

Major Pedro Lobo de Oliveira (à época Segundo-Tenente da Força Pública do Estado de São Paulo), entrevistado – A guerrilha urbana não foi uma opção, ela foi uma imposição da ditadura. Na época, nenhum de nós tinha experiência de guerrilha, nunca tínhamos experimentado tantos sentimentos. Não acho que fizemos algo errado. Na realidade, o enfrentamento foi uma das decisões mais corretas da minha vida. Portanto, não me arrependo de ter tomado essas atitudes frente ao terror que estávamos sofrendo.

Carlos Roberto Pittoli (à época Terceiro-Sargento da Polícia do Exército), entrevistado – Não havia a possibilidade de estabelecer um diálogo com essas pessoas, pois elas eram extremamente prepotentes e muito bem assessoradas.

Narrador – O Capitão da Guerrilha.

Carlos Lamarca era filho de sapateiro e foi oficial do Exército ligado ao partido comunista desde os anos 60. Campeão de tiro, foi destacado pelo Exército para dar treinamento militar a bancários. Em suas aulas ensinava a atirar, mas em caso de assalto aconselhava a não resistir. Em 1969, Capitão Lamarca deixa o Exército e parte para a clandestinidade levando homens e armas. Seu objetivo foi o foco guerrilheiro. Com a guerrilha esfacelada, Lamarca é aconselhado a deixar o país, mas recusa-se a abandonar os companheiros. Em 1971, doente, cansado e com fome, em Brotas de Macaúbas, interior da Bahia, mais de duzentos homens o encontram encostado em uma árvore já sem forças o cercam e fuzilam sem clemência. Em 17 de setembro de 1971, morre Carlos Lamarca.

Narradora – O assassinato do comandante da VPR, Onofre Pinto. Sargento do Exército e cassado pelo AI-1. Foi um dos fundadores da VPR e um dos 15 libertados no sequestro do embaixador americano, em setembro de 1969. Retornou ao Brasil em 1974, caindo numa emboscada armada pela repressão. Seu corpo nunca apareceu.

Major Pedro Lobo de Oliveira (à época Segundo-Tenente da Força Pública do Estado de São Paulo), entrevistado – Conversei muito com o Onofre

quando ele estava exilado. Lembro que sempre falava para ele não voltar para o Brasil, era óbvio que aquilo era uma cilada. Naquela época, os órgãos de segurança eram especialistas em traição. Em uma das nossas conversas, falei para ele:

– Voltar é suicídio!

Aluizio Palmar (Jornalista), entrevistado – Os oficiais entraram com o Onofre pelas fronteiras terrestres. Eles tentaram convencer ele a debandar para o lado golpista. Viravam para ele e diziam:

– Olha, se você não ficar com a gente, o seu destino vai ser o mesmo dos seus companheiros. Vai ser morto e enterrado!

Porém, a persuasão não durou muito tempo. Alguns minutos depois de atravessar a fronteira, eles receberam a ordem para eliminar o militar. Ele foi morto com uma injeção de *xotox*, depois abriram o abdômen dele, encheram de ferro e jogaram ele dentro do rio, na região do Lago de Itaipu.

José Miguel Camolez (à época Segundo-Tenente da Marinha), entrevistado – Durante a minha graduação, tive que estudar minuciosamente a Convenção de Genebra de 1949. Basicamente, ela explicita como os prisioneiros de guerra devem ser tratados quando estão sob a tutela do Estado.

Apolônio de Carvalho (Militar Reformado em 1935), entrevistado – Em dado momento da minha prisão, pedi para os oficiais chamarem o comandante para conversar comigo. Nesta ocasião, eu estava com as pernas amarradas na cintura e as mãos atadas junto a elas. O comandante chegou, e então comecei a falar:

– Precisava falar com o senhor. É o seguinte: nós estamos em guerra, isso é um campo de luta. Portanto, todos os detidos são prisioneiros de guerra. Segundo a Convenção de Genebra, nós deveríamos ser tratados com mais respeito e dignidade. Os senhores podem rir, pensar que isso é fantasia da minha cabeça. Mas como os senhores se sentiriam se estivessem sujeitos a as mesmas situações que nós, se estivessem sofrendo tortura todos os dias?

O comandante me respondeu com ofensas, xingou minha mãe, e terminou dizendo:

– Convenção de Genebra o quê!? Pau nele!

José Miguel Camolez (à época Segundo-Tenente da Marinha), entrevistado – Na minha opinião, essa foi a maior vergonha das Forças Armadas Brasileiras: eles sujaram a farda de sangue!

Paulo Henrique Ferro Costa (à época Segundo-Tenente da Marinha), entrevistado – A tortura é um ato desumanizante. A pessoa torturada vai perdendo a condição de pensamento. O sofrimento é tão grande que você dialoga diretamente com a morte. Sinceramente, posso afirmar que enxerguei a face da morte naquelas paredes impregnadas de sangue. Consegui sentir o canto dela em meio aos gritos dos torturados...

Nelson Luiz Lott de Moraes Costa (neto do Marechal Henrique Teixeira Lott), entrevistado – Minha esposa estava passando por um processo de gravidez no ano em que fui detido. Durante todo o período em que fiquei preso, não conseguia saber se ela tinha sido levada ou não, isso me preocupava muito.

Quando iniciou-se às torturas, eles mantiveram as coisas dentro do espaço físico, mas meu corpo era muito forte e não soltei nenhuma informação. Eles percebiam a minha resistência, e sempre me diziam:

– Você tem uma caixa muito forte!

No momento em que perceberam que as torturas físicas não iriam surtir nenhum resultado, começaram a aplicar a tortura psicológica. Assim, um dos oficiais, em meio ao processo de tortura física, começou a descrever detalhadamente como seria o procedimento para fazer minha esposa abortar nosso filho. Quando ele começou a fazer isso, meu coração se encheu de sentimentos e comecei a transparece-los. Eles, aproveitando-se da situação, começaram a aumentar a descrição sobre as coisas horrendas que iriam fazer com a minha esposa. Já fazia dias que vinha sofrendo com aquilo, portanto, tinha plena noção do que eles seriam capazes de fazer. Por conta disso, acabei enfraquecendo e soltando algumas informações importantes.

Na minha família, foram três gerações de combate ao fascismo. Primeiramente, meu avô, Henrique Lott, foi quem derrubou os fascistas em Jacareacanga, em 1961. Depois veio a minha mãe, Edna Lott, que lutou bravamente na oposição política, chegando ao ponto de abrigar um marinho que estava sendo perseguido. Por fim, chegou o meu momento, em que continuei seguindo os ensinamentos da minha mãe.

Sempre quando retomo a essas histórias, me pego chorando, ficando emotivo. Isso me faz lembrar de um poema que minha mãe recitava para nós quando estávamos tristes e perdidos. Ele segue assim:

[...] não chore, meu filho; Não chores, que a vida é luta renhida: viver é luta. A vida é combate, a vida é combate, que aos fracos abate, que os fortes, os bravos, só pode exaltar [...] E a mãe nestas tabas, querendo calados os filhos criados na lei do terror; teu nome lhes diga, que a gente inimiga talvez não escute sem pranto, sem dor! [...] As armas ensaia, penetra na vida: Pesada ou querida, viver é lutar. Se o duro combate, os fracos abate, aos fortes, aos bravos, só pode exaltar.

Canção do Tamoio (trecho), Antônio Gonçalves Dias

Maria Rita Kehl (Psicanalista e membro da Comissão Nacional da Verdade), entrevistada – As torturas não seguiam um padrão, não era uma coisa organizadinha, tipo: vamos fazer isso até eles falarem. A realidade é que havia uma inventividade da maldade, uma criatividade para inventar humilhações e maneiras de agredir o corpo do prisioneiro.

Não consigo estudar muito disso no dia. Tem um limite do que consigo consumir diariamente, porque é muito doloroso e deprimente. Mas o estudo desses casos é extremamente importante, pois eles evidenciam a casca frágil que protege a legalidade democrática no Brasil e demonstram que ela pode se romper facilmente.

José Miguel Camolez (à época Segundo-Tenente da Marinha), entrevistado – Na atualidade, acredito que nenhum militar sabe, por completo, o que se passou naquele período. A formação de oficial exige um grau universitário, eles poderiam estudar isso. Mas eles são instruídos por uma história falsa e mascarada. Nesse sentido, acho que o país ainda não conseguiu superar o golpe de 1964.

Ivan Cavalcanti Proença (à época Capitão dos Dragões da Independência), entrevistado – Na minha opinião, a formação militar brasileira continua a mesma do período da ditadura. É uma ilusão pensar que os novos oficiais vão possuir uma nova mentalidade, isso é baboseira. Se pegarmos uma revista do Clube Militar do Exército e lermos um artigo, vamos conseguir perceber a mesma propaganda anticomunista – é uma obsessão. Para vocês

terem uma ideia, eles ainda dizem que todos os militares perseguidos estavam a serviço do comunismo, trabalhando diretamente para Cuba. É uma coisa muito baixa. Além disso, se você passar em frente a vila militar, às nove horas da manhã, vai conseguir ouvir eles cantando hinos que vangloriam a ditadura, dizendo: “Nós estamos lutando contra o Exército Vermelho”; “Barramos o comunismo do Brasil”; etc. Portanto, não acho exagero dizer que ainda vivemos sob a sombra da opressão da ditadura.

Luiz Cláudio Cunha (Jornalista), entrevistado – A Presidente Dilma Rousseff recebeu, depois de tantos anos, os restos mortais de João Goulart. Eles foram submetidos a perícia e depois retornaram à São Borja para um segundo sepultamento.

Pedro Simon (Senador), entrevistado – Na época do enterro do Jango, eu estava atuando como presidente do MDB. Lembro que foi uma grande confusão para conseguir a permissão de sepultar ele em São Borja, no Rio Grande do Sul. Depois de muita discussão, os milicos permitiram que fosse feito dessa forma, e transportaram o corpo para cidade.

No dia do velório, a cidade ficou completamente lotada. As ordens diziam que o corpo poderia ficar por trinta minutos dentro da igreja, e depois deveria ser enterrado. Porém, a multidão não deixou que as coisas prosseguissem dessa forma. Os milicos, sem saber o que fazer, deixaram a população tomar a igreja e fazer um velório digno.

Quando chegamos no cemitério, o local estava cercado de pessoas. Não sei exatamente o que me acometeu, mas peguei o microfone e comecei a fazer um discurso. Foi uma coisa modesta, não foi nada provocativo, apenas lamentava que Jango estivesse sendo enterrado a cinquenta metros de distância do Dr. Getúlio. Era muito triste que o pupilo tivesse tido o mesmo destino do mestre. No momento em que terminei de discursar, um silêncio tomou conta do espaço...

Luiz Cláudio Cunha (Jornalista), entrevistado – Durante o enterro do Jango, surge, em meio à multidão, o Comandante do Comando Militar do Sul, Carlos Bolívar Goellner. Ao perceberem a presença do milico, os repórteres correm para perguntar ao General se a presença dele no velório significaria uma retratação por parte das Forças Armadas. O comandante, de maneira

muito destoante do clima emotivo que cercava o local, parte para cima do repórter dizendo que:

– Não há retratação nenhuma!! Não há nenhum erro para reparar!! A história não comete erros...

Na minha opinião, só ele acreditava naquela bobagem. Primeiramente, que ele não deveria nem ter ido a São Borja se não fosse para uma retratação – ficasse no QG em Porto Alegre. Segundo, ele, nessa ocasião, estava fardado, portanto, todas as falas dele representavam a corporação. Por fim, ele poderia ter sido mais educado, dizendo:

– Estou falando de um ponto de vista pessoal. Neste momento, não estou falando pelas Forças Armadas...

Paulo Vannuchi (Membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos), entrevistado – Na minha opinião, as Forças Armadas fariam um pronunciamento de retratação se isso fosse uma ordem presidencial. Eles pediriam desculpas pelas atrocidades cometidas e assumiriam que foi inconstitucional a derrubada do governo Jango. Isso evidencia um problema das forças civis, pois elas poderiam se libertar dos seus medos e fazer essa reivindicação por conta própria, não necessitando, portanto, de um pedido presidencial.

Brigadeiro Rui Moreira Lima, entrevistado – Meu pai não queria que eu fosse militar. Mas, cabeça dura como sou, não dei ouvidos a ele e segui com o meu sonho. Quando entrei para a escola militar, ele me enviou uma carta que considero como o meu *Vade Mecum*. Na carta, ele dizia:

Rui, es cadete, mais tarde, se tornará General. Agora, debes estudar muito, redobrar os teus esforços, debes obediência aos teus superiores e lealdade aos teus companheiros, debes ser um patriota verdadeiro. Não te esqueças que a força somente deve ser empregada a serviço do direito, o povo desarmado merece o respeito das Forças Armadas. Este povo é a sua inspiração nos momentos mais graves e decisivos, quando a loucura coletiva toma conta do todo, apoia-se na população. Deves ser prudente, não atentando contra a vida dos teus concidadãos. O soldado não conspira contra as instituições pelas quais jurou fidelidade, se o fizer, então, deve ser considerado como covarde, sem honra. Um soldado não pode ser um delator, a não ser que isso implique no salvamento da pátria. Espionar os companheiros, pensando em interesses próprios, é infâmia e configura falta de honra. Aí estão os meus pontos de vista. Deus te abençoe.

Bento Moreira Lima

Zuenir Ventura (Jornalista), entrevistador – O Capitão Sérgio é uma figura rara. Em 1968, ele impediu que houvesse um massacre no Rio de Janeiro. Ao se recusar a cumprir uma ordem de seu superior, ele evitou a morte de cem mil pessoas. A ordem em questão, exigia que ele comandasse a explosão do Gasômetro da Avenida Brasil; a explosão da represa da Light; e o lançamento de alguns líderes políticos ao mar, entre os quais estavam Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, Dom Helder Câmara, e outros. Obviamente, todos estes atentados seriam atribuídos aos comunistas. Por conta da recusa em comandar esses atentados, ele foi processado e afastado das Forças Armadas. Na opinião dele, todas essas coisas não podem ser esquecidas. Capitão Sérgio foi um herói!

Capitão Sérgio Miranda (à época Capitão da Aeronáutica), entrevistado – A profissão de soldado exige grande responsabilidade, são eles que guardam e manuseiam as armas. Portanto, nesses casos que o senhor relatou, apenas cumpri com o meu ofício, não fui um herói.

Zuenir Ventura (Jornalista), entrevistador – Como foi a reunião em que te mandaram comandar esses atentados?

Capitão Sérgio Miranda (à época Capitão da Aeronáutica), entrevistado – Essa reunião foi o clímax de uma sucessão de reuniões que já vinham acontecendo a mais de dois meses. Normalmente ficava a meu encargo as interações com o Brigadeiro Hipólito e com o Brigadeiro Burnier, mas nessa reunião as coisas foram diferentes. Como você já explicou anteriormente, essa reunião foi organizada para se discutir a possibilidade de realização do massacre. Ela seguiu os trâmites normais de uma reunião. No entanto, o final foi bem dramático com a minha recusa da proposta. O Brigadeiro Burnier ficou surpreso com a minha resposta. Ele já sabia das minhas predisposições, mas esperava que houvesse um fraquejamento e, conseqüentemente, uma aceitação da proposta.

Zuenir Ventura, entrevistador – Qual foi a proposta? Qual foi a ordem que eles deram?

Capitão Sérgio Miranda, entrevistado – Não foi uma ordem sintética. A ideia era realizar uma escalada terrorista, tudo se iniciaria com um atentado

na frente do *City Bank* e depois, em um dia específico, explodiríamos simultaneamente a represa da Light e o Gasômetro da Avenida Brasil. Essa ação iria causar um pânico geral na cidade carioca, pois a explosão do gasômetro iria encadear uma série de outras explosões, por exemplo: se uma dona de casa, que morava no Leblon, acendesse um fogão, todo o prédio iria explodir. Portanto, seria uma quantidade absurda de explosões simultâneas. Os veículos midiáticos, obviamente, já estavam sendo preparados para imputar esse crime aos comunistas e causar um alarde geral. Isso ocasionaria uma caçada aos comunistas e eles seriam, nas palavras do Brigadeiro Burnier:

– Mortos que nem ratos!!

Silvio Tandler (Cineasta), narrador – No início de 1969, ensaiava meus primeiros filmes. Filmei o Almirante Negro, codinome pelo qual João Cândido Felisberto era conhecido. Ele havia liderado, em 1910, a Revolta da Chibata, e posteriormente teve coragem de dizer não ao uso dos castigos corporais contra marujos. Foi um exemplo para toda uma geração de marinheiros.

Nesse mesmo ano, um companheiro do meu grupo de filmagens, sequestrou um avião e o levou para Cuba. Meu envolvimento nesta ação era nulo. Não sabia sobre o sequestro e nem sobre os planos. Porém, a Aeronáutica não quis saber e veio ao meu encalço. Eu teria sido morto, não pela coragem, mas porque não teria nada para relatar quando me colocassem sob tortura. Acabei sendo salvo pelo Brigadeiro Afrânio de Aguiar. Sou muito grato a esse militar.

Essa perseguição da Aeronáutica me custou o filme que estava fazendo sobre o Almirante Negro. Em um ato de desespero, o filme foi queimado pela pessoa que o guardava, pois havia medo da ditadura descobrir sobre a sua existência.

Em 1969, fiquei sabendo sobre a morte do Almirante. Coincidentemente, a notícia veio a mim no meu último dia de depoimento. A única coisa que sobrou do filme foi essa foto e a vontade de contar histórias, como as que faço agora neste filme sobre os militares que disseram não. Isso aqui é uma homenagem a todos que honraram a farda e o juramento de servir a nação. Isso aqui é uma homenagem a todos os militares que disseram não.

Silvio Tandler, janeiro de 2014

Silvio Tandler (Cineasta), narrador – A história não tem ponto final mesmo... O filme estava pronto quando soube que o primeiro fuzileiro naval a depor a arma e o capacete, na reunião dos marinheiros em 1964, estava vivendo na sua cidade de origem, São Rafael, no Rio Grande do Norte. Fui para lá, e no caminho vi milhares de hectares de terra despovoados, sem plantações. Nesse momento, lembrei que uma das últimas medidas do presidente João Goulart teria sido desapropriar as terras não cultivadas ao longo das rodovias. Esse problema poderia ter sido resolvido a mais de cinquenta anos atrás...

Assim que chegamos na cidade, fomos direto ao encontro do nosso herói. O encontro foi emocionante:

– O senhor é o Raimundo Nonato?

– Sim!

– O senhor que é o herói?

– Queria ser!

– Prazer, Silvio Tandler.

– Prazer, tudo bem?

– Tudo. Quem me passou seu contato foram os seus companheiros lá do Rio de Janeiro.

– Coutinho e Companhia?

– Sim.

– O senhor nasceu aqui mesmo?

– Sim! Me escondi aqui quando fugi da ditadura.

– O senhor chegou a ser preso?

– Fui, com mais 26 colegas.

– Vem cá: é verdade aquela história de que o senhor foi o primeiro a depor as armas naquela confusão dos marinheiros?

– Foi!

– Me explica melhor essa história. Estava havendo o encontro no Sindicato dos Metalúrgicos, vocês estavam de guarda naquele dia e, consequentemente, foram chamados para reprimir o pessoal.

– Exatamente!

– Você já tinham conversado sobre aderir a resistência ou foi uma decisão de momento?

– Não! Não tinha nada decidido. Nós chegamos lá, teve uma comoção geral. Devido a essa comoção, decidi depor as minhas armas e os outros 26 oficiais me acompanharam.

– Toma! Mata a saudade aí (entrego algumas fotos daquele momento)...

– Foi aqui mesmo...

– Conhece esse aqui?

– Não...

– Você já ouviu falar em João Cândido? É ele.

– Aquele da revolução de não sei quando?

– Sim! Da Revolução de 1910.

– Tenho um livro dele.

– Você tem?

– Tenho!

– O senhor ainda é comunista?

– Sou! Mas não faço parte de nenhum partido.

– Quando o senhor passou a ser comunista?

– 1964!

Silvio Tandler, cineasta – O meu encontro com o fuzileiro Raimundo Nonato Barbosa foi muito bom. Pessoalmente, considero ele um personagem tão importante quanto foi João Cândido Felisberto. Este filme termina com uma homenagem a ele!

Silvio Tendler

Eu faço cinema político porque eu acredito no que estou falando!

Para começar, quero dizer que a realidade é que nunca entendi muito bem como a minha filmografia foi se estruturando. Não gosto de tentar enquadrá-la dentro de uma caixa, porque as coisas, na realidade, são frutos do acaso... Muitas das minhas pesquisas, filmes, roteiros são feitos por intuição. Claramente, seria mais fácil inventar uma teoria para justificar as coisas que faço, mas não gosto disso. Por exemplo, meu início no cinema foi algo do acaso.

Lembro que na adolescência fui visitar a TV Globo e acabei vendo os tanques onde eles revelavam os filmes, e aquilo me fascinou... Isso fez com que surgisse uma paixão dentro de mim por acervos. Acabou que esse foi o direcionamento que me levou a produzir cinema de arquivo. Ao longo dos anos fui aprendendo mais sobre, e foi na França que meus estudos atingiram seu apogeu.

Quando cheguei na cidade francesa, uma grande figura do cinema de arquivo me adotou: Chris Marker. E foi assim que aprendi a trabalhar, a construir um produto de audiovisual. Como vocês podem perceber, tudo isso foi uma grande obra do acaso. Essas coisas aconteceram na minha vida... Ao longo dos anos fui conhecendo as pessoas e elas foram influenciando no meu modo de produzir, pensar, entender e enxergar a arte. Acho que isso é uma história muito rica e complexa, e merece tempo para que consigamos esmiuçá-la com mais detalhes...

Por exemplo, eu fiz um documentário, que alguns pesquisadores consideraram crucial para a história recente do Brasil em relação à questão dos militares, que se chama *Militares da Democracia*. Essa obra foi lançada na época dos 50 anos do golpe militar, em 2014. Passados dez anos, com o balanço dos 60 anos do golpe militar, em 2024, me perguntam: como foi o processo de produção desse documentário? Como as entrevistas foram realizadas? Quais foram as entrevistas que mais gostei de fazer? Qual foi o impacto que esse documentário teve na minha vida e na vida dos entrevistados? Qual foi a repercussão do documentário? E pensando em um processo inacabado de redemocratização, em andamento, haveria alguma relação disso com a Comissão Nacional da Verdade, a queda da Dilma, e a ascensão do Bolsonaro com os militares de direita?

Então, para responder todas essas perguntas, vai ser necessário retroceder um pouco no tempo... Em 1986, o Brasil estava passando pelo processo de redemocratização, os partidos de esquerda estavam se reestruturando, e o José Sarney tinha sido recém-eleito. Sarney, em meio a todo esse processo político, decidiu legalizar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), pois isso seria, de alguma forma, benéfico para a sua reputação.

Essa ação culminou no primeiro precedente para o *Militares da Democracia*, uma vez que o PCB, após a legalização, decidiu montar um programa televisivo, em formato de documentário, para ser exibido em horário nobre. Nessa ocasião, eles optaram por me convidar para ser diretor e organizar as coisas. Obviamente, aceitei o convite e não cobre um centavo pelos meus serviços, mas estipulei uma condição: eles teriam que permitir que houvesse, em meio ao programa, uma homenagem para Lamarca e Marighella.

Acho interessante apresentar uma contextualização sobre a figura do Lamarca, visto que a sua história não é muito trabalhada na atualidade. Carlos Lamarca foi um militar comunista, guerrilheiro, filho de sapateiro e membro atuante do PCB. Lamarca, desde 1964, estava fornecendo a sua força de trabalho para o Exército brasileiro. Porém, com o avanço progressivo da ditadura, ele tentou se desligar da função de militar, ação que foi impedida pelo PCB, uma vez que eles o convenceram de que sua atuação na clandestinidade seria benéfica para as lutas da esquerda brasileira. Em 1969, Lamarca não aguentou permanecer nas Forças Armadas e decidiu saltar para a ilegalidade – esse ato foi marcado pela expropriação das armas

de Itaúna. Alguns anos depois, em 1971, ele acabou sendo assassinado com sete tiros por agentes da repressão da ditadura militar.

Quando analiso essa história, sempre fica uma pulga atrás da minha orelha. Pois, reflitam comigo, ele tinha grandes chances de se tornar um general, e imagina como seria ter um general comunista durante o período da ditadura. Por conta disso, sempre pensei que o PCB estava sendo muito inteligente quando pediu para que ele se mantivesse na ilegalidade. Infelizmente, as coisas não seguiram por esse caminho...

Depois dessa contextualização, vou retomar sobre o programa televisivo do PCB. O Partido acabou aceitando as minhas condições, mas eles também estipularam uma: deveria ser apresentado, de maneira explícita, que a linha de ação do partido era a linha de massas. Em um primeiro momento, acabei sendo meio contragosto a essa condição, porque eu teria que deixar de ser um garoto pirrcento. Porém, com o passar dos dias, acabei aceitando, e foi assim que construímos um grande e importantíssimo filme político. Nesse processo, conseguimos homenagear todos aqueles que resistiram durante a ditadura, coloquei o hino da Internacional Comunista para tocar – foi a primeira vez que ele tocou em rede nacional –, e terminei o documentário dizendo que o PCB atuava diretamente para as massas. A repercussão, como vocês podem imaginar, foi estrondosa!

E, assim, culminou no segundo precedente que daria origem ao documentário *Militares da Democracia*, finalizado em 2014. Devido ao sucesso do programa do PCB, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) decidiu que organizaria algo parecido. Desse modo, eles me chamaram para confeccionar um documentário político. Nesse projeto, tive muito mais liberdade de ação. Assim, acabei conseguindo trabalhar, de maneira mais detalhada, alguns pontos específicos sobre a ditadura militar, como os mortos e desaparecidos e as consequências de ser um militar de esquerda. Lembro que coloquei o professor João Luiz de Moraes – Tenente-coronel da reserva – para falar sobre a sua filha, Sônia Moraes Angel, que foi brutalmente assassinada durante a ditadura. Coloquei o Brigadeiro Rui Moreira Lima, com uma asa de avião quebrada e todas as suas condecorações, para falar. Relembro dele dizendo a seguinte frase:

– Estava servindo como combatente na Itália, defendendo o mundo contra o fascismo, e minha filha estava nascendo aqui no Brasil. Quando retornei e a conheci, ela já tinha três anos.

Além do Rui Moreira Lima, consegui filmar alguns outros militares que acabei conhecendo, muitos que vão reaparecer no *Militares da Democracia*. Então, nessa brincadeira estava Camolez, que foi cassado depois de 1964; Ivan Cavalcanti Proença etc. A ideia foi colocar eles falando:

– Nós somos oficiais das Forças Armadas e a única coisa que queremos é conseguir recuperar nossos direitos civis e militares. Nós queremos nossas patentes, queremos ser reincorporados às Forças Armadas, e queremos todos os nossos direitos de volta.

Em meio a todo esse processo de produção, um dos momentos mais marcantes, na minha opinião, foi quando pedi para a viúva de um marinheiro contar sobre a vida dela depois da morte do marido. No momento em que iniciamos a gravação, ela já começou a relatar sobre a morte do marinheiro, apresentou o atestado de óbito, a carteirinha de viúva, e, depois de contar tudo isso, foi nos apresentar o filho deles, dizendo a seguinte frase:

– Esse aqui é o nosso filho, que é órfão. Porém, tem um problema, ele é órfão de pai vivo.

Assim que ela falou isso, comeci a abrir a imagem da câmera e no enquadramento aparece o suposto morto sentando ao lado deles. A realidade é que foi necessário que as Forças Armadas decretassem, forjassem a morte do marinheiro, pois esse era o único meio deles garantirem que o governo pagasse a pensão dele – e esse dinheiro era essencial para a subsistência da família.

Com todas essas ideias gravadas, editadas, e finalizadas, lançamos o programa, que foi exibido em horário nobre na rede nacional de televisão. Obviamente, ele causou um rebuliço enorme! Para vocês terem uma ideia, quando estávamos nos preparando para gravar o programa do ano seguinte, um general foi, pessoalmente, suplicar para Jamil Haddad – médico e grande nome político do PSB, que viria a ser ministro da Saúde, deputado federal e prefeito do Rio – a abortar a ideia. Ele chegou a dizer:

– Não faça isso! Por favor! Em nome da República, não faça isso.

Evidentemente, o pedido do milico foi completamente ignorado. Não havia a possibilidade de cancelarmos esse programa, pois ele era o meio mais abrangente que tínhamos para apresentar as nossas ideias e explicitar as atrocidades cometidas durante o período da ditadura.

Por exemplo, essa segunda edição do programa focou em discutir sobre a tortura e todos os crimes que ocorreram, de maneira velada, durante os

anos de 1964 até 1985 – foi a primeira vez que esse assunto foi trazido à tona. A ideia era alavancar a luta para a criminalização da tortura. Portanto, o programa era utilizado como uma ferramenta política que efervescia a discussão. Para vocês terem uma ideia, o resultado de toda essa luta foi a criminalização da tortura, em 1987. Ela passou a ser um crime imprescritível e inafiançável.

O programa que fiz para o PSB bagunçou um pouco a minha vida... Logo após a estreia, tive que desaparecer por um tempo. Isso aconteceu porque o “inesquecível” jornalista Alexandre Garcia, que apresentava um programa na antiga TV Manchete, fazia questão de dizer que eu tinha feito aquele programa para passar em Cuba, em um festival de cinema. Obviamente, isso era uma mentira! Por qual motivo eu faria um programa para passar em Cuba, para meia dúzia de amigos? Mas, na dúvida, o pessoal me aconselhou a sumir, porque essas notícias estavam se espalhando muito rápido. Isso foi no final da década de 1980. Posteriormente, em 2014, quando terminei de montar e lancei o *Militares da Democracia*, as coisas já estavam menos inflamadas e minha vida pessoal não ficou tão abalada.

Sobre essa filmografia que produzi acerca da ditadura e seus antecedentes, os governos anteriores, uma pergunta que me fazem é porque não tratei do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que foi criado em 1955 e era vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, extinto após o golpe de 64 – e que contava entre seus membros com a participação e a liderança de um dos mais conhecidos militares de esquerda, o General Nelson Werneck Sodré, além de vários outros intelectuais brasileiros.

Esses são os chamados acidentes de percurso! Ao longo da minha trajetória, sempre tive curiosidade pelo Instituto. Mas, todas as vezes que tentei produzir alguma coisa relacionada a ele, dei com os burros na água. Por fim, acabei chegando à conclusão de que era o ISEB que não gostava de mim – tenho até uma história engraçada sobre isso!

Quando estávamos produzindo o documentário sobre Juscelino Kubitschek, era de extrema importância que houvesse um trecho com algum estudioso do ISEB. Ao longo de diversas tentativas, acabei conseguindo uma entrevista com Roland Corbisier.

No dia da entrevista, ele apareceu com um livro, de autoria própria, em que falava sobre o Instituto. Nessa ocasião, acabei pedindo que ele apenas

contasse as coisas que sabia e que não tratasse sobre o livro, pois não é possível vender um livro no meio de um filme. Posteriormente, quando o filme estivesse finalizado, o livro ganharia um lugar de destaque.

Após esse aviso, iniciamos a entrevista e as coisas fluíram. No entanto, no meio da entrevista, ele retirou, do cantinho do sofá, o livro dele, e começou a dizer:

– Como vocês podem ver, muitas coisas que estou falando estão presente nesse livro que escrevi...

Por conta disso, tive que descartar toda a entrevista dele. Mas as coisas não pararam por aí. No dia seguinte à estreia, às seis horas da manhã, ele me ligou para dizer:

– Silvio, entrei na estreia para ver o filme com toda a minha família. Queria prestigiar com eles a entrevista que fiz com o senhor. Mas o senhor me cortou! Sinceramente, parece que continuamos cassados...

Obviamente que não fiquei quieto, tive que responder:

– Professor, o senhor mesmo se cassou. Eu avisei que não era para divulgar o livro, que isso seria feito depois. Porém, o senhor não confiou em mim e resolveu fazer propaganda ao invés de dar entrevista, deu nisso...

Alguns anos depois a gente fez as pazes. Mas, percebem? A ausência do ISEB não foi uma escolha pessoal... Roland tropeçou e, infelizmente, deu nisso.

Alguns anos depois do lançamento desses programas no final da década de 1980, acabei decidindo fazer um filme chamado *Advogados Contra a Ditadura*. A realidade é que eu tinha uma dívida de gratidão com os advogados que defenderam gratuitamente os presos políticos. Na época da ditadura, eles não recebiam nenhum centavo quando iam defender um milico cassado. Além disso, as coisas eram muito mais complicadas naquele período, pois não havia a possibilidade de requisitar o *habeas corpus*. Portanto, os militares de esquerda eram presos, a família procurava, descobria que ele havia sido capturado, convocava o advogado, ele entrava com o pedido de *habeas corpus*, e os juízes informavam que esse tipo de recurso havia sido suspenso no Brasil, por conta do Ato Institucional n. 5 (AI-5). Dessa forma, esses militares continuavam presos, sem a garantia dos seus direitos. Porém, esse simples diálogo, estabelecido entre advogado e juiz, já conseguia garantir que essas pessoas não fossem assassinadas e dadas como desaparecidas. Isso

porque o DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), órgão do Exército, no momento em que descobria que o caso tinha chegado na justiça pública, amenizava a tortura e a repressão.

Devido a isso tudo, a minha vontade de fazer um filme sobre esses advogados aumentava a cada dia. Lembro que Antônio Modesto Silveira, advogado que mais defendeu presos políticos na ditadura – eleito deputado federal como mais votado pela esquerda, um dos que encaminhou no Congresso Nacional a Lei da Anistia, em 1979 – sempre me dizia:

– Você precisa fazer esse filme! Esse filme precisa fazer parte da sua história...

Por conta disso tudo, acabei decidindo que essa ideia sairia do papel. O financiamento desse projeto foi organizado pelo presidente da Comissão de Anistia no Ministério da Justiça, Paulo Abrão, que na época era Secretário Nacional de Justiça, e as coisas começaram a fluir. Nessa ocasião, entrevistei a Eny Raimundo Moreira, importante advogada que também lutou contra a ditadura defendendo presos políticos; o próprio Modesto, que já mencionei, e todos aqueles “capas-pretas” que defenderam os presos políticos. Foi um projeto sensacional, tudo deu muito certo, fiquei muito orgulhoso do que tínhamos produzido!

Após a estreia do longa, em 2014, Paulo Abrão chegou em mim e pediu que o próximo filme fosse sobre os militares, uma vez que eles estavam insistindo muito para a Comissão Nacional da Verdade produzir um trabalho cultural sobre a história deles. No final das contas, fiquei muito feliz com a ideia e aceitei fazer. Assim, nasceu o projeto que se tornaria o filme documentário e a série para televisão *Militares da Democracia*.

Como vocês podem imaginar, muitos daqueles milicos já eram meus conhecidos. Por exemplo, já havia entrevistado anteriormente o Brigadeiro Teixeira e o Brigadeiro Rui Moreira Lima. Então, o trabalho foi, de certa forma, mais simples...

Antes de chegar à conclusão sobre esse assunto, acho interessante apresentar, de maneira individual e breve, alguns dos milicos entrevistados, suas funções, e importância político-social.

Um dos primeiros entrevistados foi Chico Teixeira, Brigadeiro do Exército brasileiro, comunista, e ex-comandante do 4º Comar (4ª Zona Aérea do

Brasil) – equivalente ao 1º Exército na Aeronáutica. Ele era uma peça-chave na decisão sobre a reação ao golpe de 64.

Posteriormente, entrevistamos Rui Moreira Lima, que também era Brigadeiro, considerado comunista, e membro da Aeronáutica brasileira. Na minha opinião, um dos pontos mais interessantes da história que ele nos contou foi sobre o golpe militar. Quando as tropas militares estavam saindo de Minas, ele pegou um jatinho e se lançou, em um rasante, sobre elas – todo mundo ficou extremamente assustado e saiu correndo. Depois de fazer isso, ele ligou para o alto escalão e disse:

– Olha... se vocês me autorizarem, eu acabo com essa revolução em três tiros.

Mas os comunistas brasileiros eram legalistas. Então o Chico Teixeira, que era o comandante, respondeu:

– Não! Eu não faço nada sem ordem do presidente da República.

Por conta disso, eles ficaram aguardando as ordens do Jango. Infelizmente, essa ordem nunca chegou. Assim que instauraram a ditadura, os militares se reuniram na Base Aérea de Santa Cruz, e o Chico disse:

– Vou me entregar. Não vou reagir, porque o presidente da República não deu nenhuma ordem. Não tenho poder hierárquico de resolver essas coisas por minha conta. Portanto, não cabe a mim decidir se devemos reagir ou não.

Acabou que todos os militares comunistas da Aeronáutica decidiram, em conjunto, seguir as ordens do comandante.

Ainda houve outros entrevistados. Lembro que entrevistamos Hélio Castro Alves Anísio – também militar da Aeronáutica, que respondeu Inquérito Policial Militar (IPM) em 1964 para apurar a participação subversiva comunista – que coincidentemente era pai de uma colega minha do colégio, Lídia Anísio. Tenho uma história muito engraçada sobre eles. Basicamente, Hélio era um comunista de carteirinha, fazia parte do Partido e sempre lutava pela causa. Em contrapartida, a mãe da Lídia era tcheca, herdeira de uma família católica que havia sido refugiada no Brasil. Em 1968, como vocês podem imaginar, as coisas ficaram meio esquisitas na casa deles, porque Hélio torcia para a União Soviética e a mãe da Lídia torcia contra a potência socialista. Sempre que lembro disso, dou muita risada!

Depois disso, comecei a entrevistar os marinheiros. A história de como

consegui me aproximar deles é bem peculiar e acho interessante compartilhar com vocês. Sempre pegava um táxi para ir da minha casa, na Tijuca, até o aeroporto – era o táxi especial. Um dia, mandaram um motorista chamado Fernando me buscar. Ao longo do trajeto, fomos conversando sobre a nossa vida e, em determinado momento, a conversa chegou no tópico sobre política. Ele começou a me doutrinar... A conversa foi fluindo, e Fernando começou a contar que foi marinheiro em 1964, mas foi expulso das Forças Armadas e não deixaram que ele fizesse mais nada relacionado à Marinha. Por conta disso, virou chofer de táxi. Foi ele que me apresentou as histórias dos marinheiros que acabei entrevistando e, graças a ele, conheci a viúva de um “morto-vivo”.

Como vocês podem perceber, esse período inicial de pesquisa e de entrevistas ficou restrito aos personagens que atuaram diretamente nesse momento histórico. Posteriormente, esse escopo foi sendo ampliado e foi assim que cheguei ao neto do Marechal Henrique Lott. Através dele, consegui esclarecer algumas coisas a respeito da trajetória dele. Por exemplo, naquela época, circulava um boato de que Lott teria matado um oficial do Exército, e o neto dele explicou a mentira ao redor desse boato. Nas palavras dele:

– Vocês acreditam nisso? É óbvio que é mentira. Ele largou as Forças Armadas em 1960. Como seria possível uma farda dessa época ainda servir nele em 1970? Não existe isso. Naquela época, essa farda já tinha sido descartada. Não existia mais!

Além disso, aproveitei essa conversa para perguntar qual era o militar de esquerda que fazia a cabeça do Marechal Lott. Era necessário que houvesse alguém por trás disso, porque o Lott era um homem extremamente conservador. Ele me contou que, por conta de laços de família, era o Coronel Kardec Lemme que fazia essa ponte entre o Marechal e os militares de esquerda. Ele também nos contou sobre o período em que foi preso, e explicou que o Marechal não foi pedir a soltura dele:

– Ele jamais iria pedir minha libertação!

Quem lutava por ele, nessa época, era a sua mãe, Edna Lott. Ela foi uma pessoa muito importante, era uma grande militante política que lutou muito pelo Marechal Lott. Lembro que teve um dia, em uma reunião, que ela deu um esporro no Jango por conta das atitudes que ele vinha tendo com relação ao Lott. Ela disse:

– Vocês não estão fazendo nada pela candidatura do meu pai, todos vocês abandonaram ele. Entraram direto na candidatura “Jan-Jan” e isso não se faz.

Quando o filho dela foi preso, em 1970, ela ia diretamente à casa dos militares e torturadores para conversar com as suas respectivas esposas. Seu discurso sempre girava em torno de dizer:

– Você sabe que seu marido tortura? Sabe aquele pai amante, homem maravilhoso que você abraça e beija? Então, ele está arrancando as unhas dos meus filhos, dando choque elétrico neles...

Essas denúncias que ela fazia, somadas com a sua presença forte, fez com que ela fosse assassinada durante o período da ditadura. Ela é uma personagem histórica muito importante, mas que não conseguiu trabalhar naquele momento.

Mas, vou continuar a falar sobre o processo de produção do documentário e da série. Depois que entrevistei todos os oficiais mais próximos, comecei a circular pelos espaços à procura de mais pessoas. Ocasionalmente, consegui entrevistar Terezinha Zerbini, esposa do falecido General Zerbini. Ela me contou que Zerbini foi um dos primeiros a reagir ao golpe. Para vocês terem noção, ele chegou a avisar o Jango de que esse golpe iria acontecer. Nesse caso, ele foi até o aeroporto receber o Jango, só para dizer:

– Presidente, o general Krueel está te traindo. O senhor se prepare, se proteja, porque essa pessoa que o senhor acredita ser seu amigo, na realidade, é um grande traidor.

O Jango, nessa ocasião, respondeu o Zerbini da seguinte maneira:

– General, se eu viesse a faltar amanhã, a minha primeira decisão, sem nem ao menos pensar duas vezes, seria a de entregar o meu filho para o general Krueel criar.

Portanto, através dos relatos – que não são poucos –, podemos perceber que Jango estava completamente equivocado em relação à lealdade dos militares.

Acabei conseguindo entrevistar algumas outras pessoas na cidade de São Paulo. Uma das histórias mais interessantes, na minha opinião, veio do praça Pedro Lobo, que atuava na Força Pública de São Paulo. Lobo, entre todas as coisas que relatou, me contou sobre o dia em que descobriu que estava cassado. Nessa ocasião, ele estava realizando uma patrulha normal pela

cidade, até que o rádio oficial da Força Pública anunciou que ele havia sido cassado, não era mais um militar. Ele, ainda chocado pela notícia, foi até o quartel, entregou as suas armas, e disse:

– Deixa comigo!!

Posteriormente, ele assassinou um oficial do Exército americano.

Foi através dessa pesquisa que acabei adentrando no núcleo de estudos sobre os militares. Conheci Darcy Ribeiro, entre outros. Um desses militares de esquerda eu não conheci, pois ele já havia morrido, mas consegui acesso a uma carta, que é um documento importantíssimo, que ele deixou sobre a tentativa de resistir em 1964. Portanto, essa foi a história de como construí esse documentário, o modo que usei para organizar cada história de vida, fotograma a fotograma...

Poucos anos depois que fiz esse filme sobre os *Militares da Democracia*, vem com toda força a ascensão dos fascistas. Então, acabei sendo enganado junto com todo o povo brasileiro. Na realidade, essa ascensão foi sendo construída ao longo dos anos... Tudo isso começou em 2013 com os movimentos políticos de “Não vai ter copa”; “Escola padrão FIFA”; “Hospital padrão FIFA”; “Não é por vinte centavos”; etc. Essas manifestações foram uma estratégia organizada pela direita militar. Enquanto o povo inflamava em discórdia, eles procuravam uma alternativa para se colocar no poder. Por fim, acabaram escolhendo o Bolsonaro para ser esse fantoche político.

Essa extrema direita militar que elegeu Bolsonaro foi a mesma que tentou derrubar o Geisel e que negou a posse do Tancredo Neves. Portanto, era óbvio que eles eram uns falsários de marca maior. Na minha visão, podemos categorizar eles como “os restos” das Forças Armadas.

É interessante lembrar que, no começo da minha carreira, em 1968, fui fazer meu primeiro documentário sobre um militar rebelde, que ficou conhecido pela Revolta da Chibata no início do século XX: João Cândido Felisberto, chamado de Almirante Negro, que fez um motim por ser contra os castigos físicos, contra o racismo também porque a maioria desses marinheiros eram negros. Eu fui a última pessoa a entrevistá-lo e, infelizmente, essa entrevista se perdeu por conta do impacto da repressão. A pessoa que guardava os negativos, com medo, queimou tudo... Desse filme, só restou uma fotografia e minhas lembranças... Um projeto de lei está no Congresso Nacional para incluir João Cândido, o Almirante Negro, no Livro de Heróis

e Heroínas da Pátria, mas a Marinha mandou uma carta contestando essa homenagem, alegando desrespeito à hierarquia e à disciplina. Isso mostra que as únicas pessoas que esses militares de direita não respeitam – têm ódio – são os subalternos. Para eles, João Cândido não tem perdão...

Esse caso também mostra que é por isso que as produções audiovisuais na televisão e no cinema sobre nossa vida política, sobre personagens políticos, os famosos e os marginalizados, os vencidos, precisam ser realizadas e serem interessantes de assistir. O cinema de arquivo e político traz questões e experiências sobre a nossa história recente que ainda são pouco conhecidas.

Fui muito criticado por fazer filmes sobre presidentes e grandes figuras, como se meu cinema não fosse importante. Mas, tudo está na história. As pessoas querem ver histórias completas, querem conhecer os personagens políticos. Depois de ter feito filmes sobre JK, Jango, até sobre advogados contra a ditadura e militares da democracia, todo mundo está esperando e quer saber o que vou fazer no filme sobre o Brizola...

Esse tipo de cinema que faço foi abandonado porque as pessoas não querem assumir um ponto de vista político, não tomam partido. Eu faço cinema político porque eu acredito no que estou falando! Estão faltando pessoas que façam isso, que retomem essa caminhada: venham que ainda tem espaço.

Produção de imagens de resistência e construção de uma outra história do Brasil contemporâneo

Nicolas Oliveira Cardoso

Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky

As produções artísticas e suas tecnologias passam por um processo contínuo de mutação e transformação, tanto em sua criação quanto em suas diversas formas de fruição em contextos e épocas históricas diferentes. Desde os anos 1930, o filósofo alemão Walter Benjamin, influenciado pelo pensamento marxista, refletiu acerca das transformações profundas impostas no cotidiano graças ao desenvolvimento das tecnologias na sociedade capitalista. Ele evidenciou como a mudança na percepção humana se manifestava a partir de condições históricas e ocorria paralelamente à alteração do modo de existência dos grupos sociais. Benjamin tratava das criações concebidas por meio da reprodutibilidade técnica – fotografia, gravações sonoras, cinema – que passaram a ser consideradas como obras de arte. Estudou como o fascismo e o nazismo utilizaram tais tecnologias para fins políticos, levando à guerra, à destruição e à morte de milhões de pessoas, bem como ao questionamento de todo um ideal de progresso e de razão da civilização ocidental.

Sabemos que esse grande pensador faleceu devido ao contexto avassalador das atrocidades que criticou, deixando-nos, junto a outros pensadores como Theodor Adorno – ambos da famosa Escola de Frankfurt – obras ainda atuais para refletir sobre o emprego e o impacto dessas técnicas e de outras, consolidadas nos últimos cem anos, na criação artística, no cotidiano e na indústria cultural. Ambos estudaram essas transformações e Adorno afirmou que através de uma negação das suas origens, a arte se transforma, se altera, se configura como devir-arte.¹ Porém, as imagens de resistência –

1. Benjamin sobre as obras de arte como prática política: “(...) com a reprodutibili-

produções artísticas que proliferam algo a partir de seus vestígios; que apresentam fragmentos da realidade pulsante e que propõem questionamentos por parte do âmago dos fruidores – parecem se tornar cada vez mais impossíveis de serem produzidas em perspectivas que abarquem novos devires na contemporaneidade... Na atualidade, há um corpo social que se encontra em “déficit de sensibilidade”, sem abertura para outras percepções, com um aparente observador médio que repudia imagens de resistência.

As produções perdem espaço, o neofascismo cresce e os que buscam alguma fruição crítica encontram dificuldades para fugir desse limbo, em meio à avalanche de imagens que saturam e embotam os sentidos. No século XXI, Georges Didi-Huberman², filósofo, crítico e historiador da arte, dialoga com as ideias de pensadores clássicos para trazer novas questões, em torno da materialidade e da imaterialidade do que conseguimos olhar e perceber por meio de imagens. Ao buscar inspiração na literatura para um de seus mais famosos ensaios, afirma que, se no inferno de Dante Alighieri, a luz que causava ofuscação resplandecia nos espaços para os que foram bons pudessem habitar o paraíso, em contrapartida, havia apenas trevas em que crepitavam timidamente as pequenas luzes dos que tinham sido conselheiros perversos e políticos desonestos. Com a ascensão do neofascismo, isso se inverte: a luz resplandecente ilumina os personagens maléficos e suas ações sem corpo e alma, enquanto a frágil luz dos vaga-lumes passa a ser aquela dos que resistem discretamente, timidamente, quase camuflando-se em meio à escuridão.

Seria possível, mesmo em meio a tal situação, a existência e a sobrevivência, a percepção de imagens de resistência dessas frágeis e pequenas

dade técnica, a obra de arte se emancipa, pela primeira vez na história, de sua existência parasitária, destacando-se do ritual. A obra de arte reproduzida é cada vez mais a reprodução de uma obra de arte criada para ser reproduzida [...]. Mas, no momento em que o critério da autenticidade deixa de aplicar-se à produção artística, toda a função social da arte se transforma. Em vez de fundar-se no ritual, ela passa a fundar-se em outra prática: a política.” (BENJAMIN, W. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica (1935/1936)”. In: *Walter Benjamin Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 171-172; ADORNO, T. W. *Teoria Estética*. Lisboa: Edições 70, 2019, p.13).

2. DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos Vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

luzes de alguns vaga-lumes criadores das produções contemporâneas? Existe ainda a possibilidade de vencer ou ao menos lidar com a luminosidade atordoante do neofascismo atual?

As questões possuem uma complexidade absurda e seria ilusão acreditar que existe uma resposta objetiva, uma solução absoluta.³ Nesse momento, restam os questionamentos, as análises, as buscas e os compartilhamentos das imagens que produzem, mesmo que por um curto período de tempo, fagulhas de resistência. Desse modo, este trabalho pretende levantar alguns pontos de inspiração, análise e reflexão sobre imagens de resistência, por meio da série e do filme documentário *Militares da Democracia* produzido pelo cineasta Silvio Tendler, em 2014.⁴

3. Para pensar essas questões a partir de perspectivas decoloniais, que tencionam referências evocadas pelo pensamento ocidental, também acerca da história da arte e da literatura, vide: SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas, SP, Brasil: Editora da Unicamp, 2022) e *História Potencial* (AZOULAY, A. A. *História Potencial*. São Paulo: Ubu, 2024).

4. A série *Militares da Democracia* tem como subtítulo “os militares que resistiram ao golpe de 64”. Cada episódio possui um título diferente: Episódio 1: o dia do golpe; Episódio 2: o presidente decide não resistir; Episódio 3: a história dos golpes militares; Episódio 4: ousar lutar, ousar vencer; Episódio 5: a história não tem ponto final... O filme *Militares da Democracia* possui outro subtítulo, “os militares que disseram não”. Essas obras e toda a produção audiovisual de Silvio Tendler estão disponibilizados publicamente no canal de sua produtora Caliban – cinema e conteúdo no Youtube: <https://www.youtube.com/@calibancinema>. É interessante observar as diferenças em horas de conteúdo entre a série – que estende a duração das entrevistas, aprofunda e elenca mais temáticas – e o filme. Na série, que merece futuras análises em comparação ao filme, há uma abordagem mais tradicional que caracteriza a linguagem do documentário, segundo Bill Nichols, crítico estadunidense pioneiro no estudo do documentário como gênero fílmico. O autor afirma que o documentário é o discurso da sobriedade de maior elaboração. A estrutura narrativa é a organização básica do documentário. A ideologia está presente nela para oferecer representações em forma de imagens, conceitos, mapas cognitivos, visões de mundo como propostas de estruturas principais e pontuações da nossa experiência. O documentário, como outros discursos sobre o real, guarda um resquício de responsabilidade para descrever e interpretar o mundo da experiência coletiva, que não é um pequeno problema dentro da totalidade. (NICHOLS, B. *Representing Reality*. Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press, 1991, pp. 6-8; 14; 26; 29; 34); KAMENSKY, A. P. S. O. “O audiovisual como documento histórico: documentários, filmes, narrativas e experiências entre História, Antropologia e Cinema”. In: KA-

Notamos que é muito comum, quando vamos analisar uma produção artística – audiovisual, pintura, escultura, fotografia –, presumir que apenas decorre das dimensões técnicas o fazer empírico. Porém, a arte extrapola essas dimensões. Na realidade, o objeto artístico propicia a produção de novos mundos e imaginários a partir da sua própria constituição, que se transforma com as leituras e apropriações possíveis. A arte não se prende apenas à observação e à experiência daquele que a produz.⁵ Em outras palavras, a arte é revolucionária. Pode ser um vestígio, que vemos e que também nos olha. Nesse processo, a arte mobiliza desejos e crenças da humanidade que possibilitam habitar ou não a alegria inocente e poderosa que aparece como alternativa aos tempos sombrios, contraditoriamente ofuscantes, do neofascismo. Sim, ainda existem, na contemporaneidade, imagens de resistência – como aquelas produzidas por Silvio Tendler em sua ampla filmografia –, obras que dialogam, interpelam, brigam diretamente com neofascismos. Mas, para conseguir enxergá-las em outros termos, é necessário alterar os olhares. Precisamos promover mudanças dos modos de consumo, de fruição e de análise artística. Imaginar ao menos um fruitor que consiga ser tocado por ideias apresentadas, reconhecendo traços do que foi destruído. Assim podemos apreender novas percepções, criar novos questionamentos, empreender outras buscas.

No entanto, a análise não precisa se prender ao eruditismo. Se isso acontecer, as imagens de resistência podem se desvanecer em meio às especulações, perder capacidades de ver, mover e comover. Adorno já dizia que a erudição excessiva, em matéria de arte, pode ser um tipo de fracasso. Pode também, sem se dar conta, fundamentar e fazer crescer certos fascismos.⁶

MENSKY, A. P. S. O.; MEIHY, J. C. S. B. (orgs.). *Olhares & escutas: história oral e audiovisual das experiências de quem educa na periferia de São Paulo*. São Paulo: Editora Pontocom, 2016, p. 28.

5. ADORNO, T. W. *Teoria Estética*. Lisboa: Edições 70, 2019, p.12. Ao escrever sua obra clássica sobre a fotografia, o famoso escritor, sociólogo, crítico literário, semiólogo e filósofo francês Roland Barthes também privilegiou interpretar imagens partindo dos pontos de vista impregnados das subjetividades de quem as observa, não apenas de quem as produz (BARTHES, R. *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984).

6. Uma vez que ela “esclarece aquilo que não é, absolutamente, sutil, aprofunda o que não é, de modo algum, essencial [...] Substitui por hipóteses a sensação, e a presença da

Tornar-se frio documento burocrático que não toca mais o real e não o faz inflamar, muito menos arder...

Como então transitar em uma espiral de sensações, maravilhamentos e questionamentos para a realização de uma análise? Ela poderá ser compartilhada com todos, especialmente aqueles que não são especialistas nesse tipo de atividade? Propiciar acessos críticos às imagens de resistência seria beneficiar a maioria da população? O professor, pesquisador e crítico brasileiro, Ismail Xavier, ao refletir sobre cinema, atribui-lhe “poder revelatório como uma simulação de acesso à verdade, engano que não resulta de acidente mas de uma estratégia”.⁷ Ele apontou que os produtos audiovisuais inicialmente eram vistos como “lugar de revelação” e de acesso à verdade, que tecnologias anteriores não permitiam desvendar. Para além de enganar ou revelar um único real, o cinema configurou-se em um sistema diferente de apreender, elaborar e comunicar, criando novas e múltiplas perspectivas de observações, registros e recortes da realidade, não mais considerada unívoca em seus sentidos e interpretações.

Através da fruição de imagens de resistência e de análises críticas, muitos conseguiram se inspirar e agir diante das adversidades. Esse é o nosso caso! As imagens e as falas de resistência ardem em nosso real espiralado, atingem uma espécie de apogeu e voltam a proliferar, em nós, questionamentos oriundos de novos processos analíticos. Despertam-nos perante um sentido explícito da antiga luta de classes, ainda em curso. Será que alguma revolução ainda virá por meio da arte? Será que nós, trabalhadoras e trabalhadores da educação, da cultura, da arte, também proliferaremos imagens e palavras de resistência, inspirados nos vestígios que nos chegaram, vagalumeando ou ardendo no início do século XXI?⁸

maravilha por sua memória prodigiosa; anexa ao imenso museu uma biblioteca ilimitada. Vênus transformada em documento.” ADORNO, T. W. Op. cit., p. 12.

7. XAVIER, I. “Cinema: Revelação e Engano”. In: NOVAES, A. *O Olhar*. (org.) São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 367.

8. “Enquanto isso, a questão permanece, a questão persiste e piora: arde. Nunca, aparentemente, a imagem – e o arquivo que conforma desde o momento em que se multiplica, por muito pouco que seja, e que se deseja agrupá-la, entender sua multiplicidade – nunca a imagem se impôs com tanta força em nosso universo estético, técnico, cotidiano, político, histórico. Nunca mostrou tantas verdades tão cruas; nunca, sem dúvida, nos

Vestígios podem ser apropriados como fonte de inspiração e como documentos históricos. Um filme de Silvio Tendler pode ser fonte de inspiração para qualquer percepção, porém, é tarefa dos pesquisadores compreender como o conteúdo foi criado, recebido, criticado por um público maior e em épocas diferentes, trazendo elementos que o contextualizam e o problematizam como fonte de saberes históricos e culturais. Lembramos do historiador francês Marc Ferro que, nos anos de 1970, foi um dos primeiros a defender a utilização do cinema como fonte documental sobre a vida em sociedade.⁹ Documentos não são imagens objetivas da realidade, mas permitem observar e investigar determinados interesses e aspectos ideológicos, políticos, sociais e culturais explícitos e implícitos, mais ou menos sutis. Nas entrelinhas de um filme, há olhares produzidos por câmeras e acontecimentos fabricados para serem captados, bem como recortes e montagens que dão variados sentidos às imagens que, não sendo isoladas, geram percepções individuais e coletivas sobre modos de existência e de resistência.

Silvio Tendler, desde o início da carreira, teve a oportunidade de trabalhar a linguagem do documentário cinematográfico em coletivos de realizadores que pensavam as dimensões da realidade de forma não convencional e até revolucionária.¹⁰ Seu primeiro documentário como diretor desejava

mentiu tanto solicitando nossa credulidade; nunca proliferou tanto e nunca sofreu tanta censura e destruição. Nunca, portanto, – esta impressão se deve sem dúvida ao próprio caráter da situação atual, seu caráter ardente –, a imagem sofreu tantos dilaceramentos, tantas reivindicações contraditórias e tantas rejeições cruzadas, manipulações imorais e execrações moralizantes.” DIDI-HUBERMAN, G., “Quando as imagens tocam o real”. *PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, nov., 2012, pp. 204-219. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454> Acesso em: 18/08/2024.

9. “Resta estudar o filme, associá-lo ao mundo que o produz. A hipótese? Que o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História; o postulado? Que aquilo que não se realizou, as crenças, as intenções, o imaginário do homem, é tanto a história quanto a História.” FERRO, M. “O Filme. Uma contra-análise da sociedade?”. In: *História: novos objetos*. Le Goff, J.; Nora, P. (orgs.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 203.

10. Na entrevista que fizemos com Silvio Tendler, ele menciona a influência do famoso cineasta, fotógrafo, ilustrador, ensaísta e crítico francês, Chris Marker, conhecido por romper com limites do documentário tradicional, com quem participou de uma produ-

apresentar um tema muito polêmico e controverso. Basicamente, partia de uma entrevista com João Cândido Felisberto, também chamado de “Almirante Negro”, responsável por estruturar o motim contra o racismo e os castigos físicos que marinheiros negros sofriam, na primeira década do século XX. O movimento ficou conhecido como Revolta da Chibata (1910). Infelizmente, o material criado nas filmagens acabou sendo destruído por conta da perseguição da repressão na época da ditadura. Nas palavras de Tandler:

Eu fui a última pessoa a entrevistá-lo e, infelizmente, essa entrevista se perdeu por conta do impacto da repressão. A pessoa que guardava os negativos, com medo, queimou tudo... Desse filme, só restou uma fotografia e minhas lembranças (...)

Fruto do seu próprio contexto histórico e de suas escolhas artísticas e estéticas, Tandler quis fazer um cinema político. Desde a concepção do filme perdido, ele buscou incessantemente meios de produzir uma obra que evidenciasse preconceitos, contradições, mazelas e problemas estruturais da realidade nacional. A partir daí, Tandler passa a criar imagens de resistência muito populares que conseguem, em um primeiro momento de luta contra a ditadura e pela abertura política, repercutir sobre o solo nacional, afetando e acendendo diretamente mobilizações e lutas dos movimentos sociais pela democracia. Dessa época, são exemplares os filmes *Os Anos JK – Uma Trajetória Política* (1980) e *Jango* (1984). Posteriormente, seus filmes continuam a emitir luzes, porém mais vaga-luminosas, sobre personagens e temas que, por muitas vezes, são tidos como irrelevantes ou desnecessários, como podemos observar em *Os Advogados contra a Ditadura* (2014), série com cinco episódios, *Militares da Democracia – Os militares que resistiram ao golpe de 64* (2014), série com cinco episódios, e *Os militares que disseram não*, longa-metragem, com quase uma hora e quarenta minutos. Em balanço de suas criações, Tandler afirma (em entrevista concedida para este trabalho):

ção audiovisual coletiva em 1975, *La Spirale*, sobre a chegada e a derrubada no poder da Frente Popular, com Salvador Allende, no Chile. Vide as informações na filmografia de Silvio Tandler, disponível em: https://caliban.com.br/blog/filmografia/_la-spirale Acesso em: 10/09/2024. E também na Cinemateca Francesa, disponível em: <https://www.cinematheque.fr/film/50116.html> Acesso em: 10/09/2024.

Esse tipo de cinema que faço foi abandonado porque as pessoas não querem assumir um ponto de vista político, não tomam partido. Eu faço cinema político porque eu acredito no que estou falando!

Segundo Tendler, as produções audiovisuais citadas tiveram sua origem na década de 1980, durante a luta pela anistia e pelo processo de redemocratização do país. No contexto, o cineasta também criou outras obras televisivas muito importantes: as propagandas políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Essa ação culminou no primeiro precedente para o *Militares da Democracia*, uma vez que o PCB, após a legalização, decidiu montar um programa televisivo, em formato de documentário, para ser exibido em horário nobre. Nessa ocasião, eles optaram por me convidar para ser diretor e organizar as coisas. Obviamente, aceitei o convite e não cobrei um centavo pelos meus serviços, mas estipulei uma condição: eles teriam que permitir que houvesse, em meio ao programa, uma homenagem para Lamarca e Marighella.

Acho interessante apresentar uma contextualização sobre a figura do Lamarca, visto que a sua história não é muito trabalhada na atualidade. Carlos Lamarca foi um militar comunista, guerrilheiro, filho de sapateiro e membro atuante do PCB. (...) A repercussão, como vocês podem imaginar, foi estrondosa!

Tendler já tinha sido aclamado por seus filmes, que também serviram aos movimentos sociais e partidos políticos como material educativo e de formação política de toda uma geração.

Devido ao sucesso do programa do PCB, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) decidiu que organizaria algo parecido. Desse modo, eles me chamaram para confeccionar um documentário político. Nesse projeto, tive muito mais liberdade de ação. Assim, acabei conseguindo trabalhar, de maneira mais detalhada, alguns pontos específicos sobre a ditadura militar, como os mortos e desaparecidos e as consequências de ser um militar de esquerda. Lembro que coloquei o professor João Luiz de Moraes – tenente coronel da reserva – para falar sobre a sua filha, Sônia Moraes Angel, que foi brutalmente assassinada durante a ditadura. Coloquei o Brigadeiro Rui Moreira Lima, com uma asa de avião quebrada e todas as suas condecorações, para falar. (...) Além do Rui Moreira Lima, consegui filmar alguns outros militares que acabei conhecendo, muitos que vão reaparecer no *Militares da Democracia*. Então, nessa brincadeira estava Camolez, que foi cassado depois de 1964; Ivan Cavalcanti Proença etc. A ideia foi colocar eles falando:

– Nós somos oficiais das Forças Armadas e a única coisa que queremos é conseguir recuperar nossos direitos civis e militares. Nós queremos nossas patentes, queremos ser reincorporados às Forças Armadas, e queremos todos os nossos direitos de volta.

Tendler nos explicou como, com mais liberdade autoral, produziu duas propagandas de partidos políticos (consideradas por ele como documentários) que trouxeram à luz temas antes censurados, como a anistia e sujeitos cassados, entre eles os militares que resistiram ao golpe de 64 e foram contra a ditadura civil-militar.

Com todas essas ideias gravadas, editadas, e finalizadas, lançamos o programa, que foi exibido em horário nobre na rede nacional de televisão. Obviamente, ele causou um rebuliço enorme! Para vocês terem uma ideia, quando estávamos nos preparando para gravar o programa do ano seguinte, um general foi, pessoalmente, suplicar para Jamil Haddad – médico e grande nome político do PSB, que viria a ser ministro da Saúde, deputado federal e prefeito do Rio – a abortar a ideia. Ele chegou a dizer:

– Não faça isso! Por favor! Em nome da República, não faça isso.

Evidentemente, o pedido do milico foi completamente ignorado. Não havia a possibilidade de cancelarmos esse programa, pois ele era o meio mais abrangente que tínhamos para apresentar as nossas ideias e explicitar as atrocidades cometidas durante o período da ditadura.

Por exemplo, essa segunda edição do programa focou em discutir sobre a tortura e todos os crimes que ocorreram, de maneira velada, durante os anos de 1964 até 1985 – foi a primeira vez que esse assunto foi trazido à tona. A ideia era alavancar a luta para a criminalização da tortura. Portanto, o programa era utilizado como uma ferramenta política que efervescia a discussão. Para vocês terem uma ideia, o resultado de toda essa luta foi a criminalização da tortura, em 1987. Ela passou a ser um crime imprescritível e inafiançável.

O programa que fiz para o PSB bagunçou um pouco a minha vida... Logo após a estreia, tive que desaparecer por um tempo.

Os programas tiveram ampla repercussão e grande impacto direto na quebra do silêncio, da censura e no processo de redemocratização do Brasil, com a reconstrução e legalização dos partidos políticos nacionais, sobretudo os de esquerda que foram destruídos e postos na ilegalidade por mais de duas décadas. Além disso, as imagens do real que arderam em pleno horário nobre da televisão nacional foram o estopim para o que se tornaria, alguns

anos depois, o documentário *Militares da Democracia*. A peça audiovisual reúne vestígios em brasa ou fagulhas que não se apagaram das memórias de pessoas perseguidas e que puderam se transformar em novas imagens e montagens. Assim, o documentário muda toda uma história, um conhecimento sobre o real.¹¹ O mesmo ocorre com *Militares da Democracia* (série e filme lançados em 2014, aos cinquenta anos do golpe de 64).

O anseio de Tandler pela continuidade da produção de imagens de resistência foi o que deu origem às obras citadas e a *Advogados contra a Ditadura* (também de 2014):

Alguns anos depois do lançamento desses programas no final da década de 1980, acabei decidindo fazer um filme chamado *Advogados Contra a Ditadura*. A realidade é que eu tinha uma dívida de gratidão com os advogados que defenderam gratuitamente os presos políticos. Na época da ditadura, eles não recebiam nenhum centavo quando iam defender um milico cassado. Além disso, as coisas eram muito mais complicadas naquele período, pois não havia a possibilidade de requisitar o *habeas corpus*. Portanto, os militares de esquerda eram presos, a família procurava, descobria que ele havia sido capturado, convocava o advogado, ele entrava com o pedido de *habeas corpus*, e os juízes informavam que esse tipo de recurso havia sido suspenso no Brasil, por conta do Ato Institucional n. 5 (AI-5). Dessa forma, esses militares continuavam presos, sem a garantia dos seus direitos. Porém, esse simples diálogo, estabelecido entre advogado e juiz, já conseguia garantir que essas pessoas não fossem assassinadas e dadas como desaparecidas. Isso porque o DOI-CODI (Destacamentos de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), órgão do

11. Sobre as imagens como documento, objeto de ciência e de montagem, que modificam o caráter do conhecimento histórico: “Não vem nossa dificuldade a nos orientar de que uma só imagem é capaz, justamente, de início, de reunir tudo isso e de dever ser entendida ao mesmo tempo como documento e como objeto de sonho, como obra e objeto de passagem, como monumento e objeto de montagem, como não saber e objeto de ciência? (...) No centro de todas estas questões, talvez, esteja esta: a que tipo de conhecimento pode dar lugar a imagem? Que tipo de contribuição ao conhecimento histórico é capaz de aportar este ‘conhecimento pela imagem’? (...) Em resumo, retornar e reorganizar uma enorme quantidade de material histórico e teórico. Talvez baste, para dar uma ideia do caráter crucial de tal conhecimento — quer dizer, de seu caráter não específico e não fechado, devido à sua natureza mesma de cruz, de ‘encruzilhada dos caminhos’.” (DIDI-HUBERMAN, G., “Quando as imagens tocam o real”. Op. cit., p. 209).

Exército, no momento em que descobria que o caso tinha chegado na justiça pública, amenizava a tortura e a repressão.

Devido a isso tudo, a minha vontade de fazer um filme sobre esses advogados aumentava a cada dia. Lembro que Antônio Modesto Silveira, advogado que mais defendeu presos políticos na ditadura – eleito deputado federal como mais votado pela esquerda, um dos que encaminhou no Congresso Nacional a Lei da Anistia, em 1979 – sempre me dizia:

– Você precisa fazer esse filme! Esse filme precisa fazer parte da sua história...

Por conta disso, acabei decidindo que essa ideia sairia do papel.

Tendler lembrou que muitos dos advogados filmados, defensores de presos políticos, estavam também presentes nas produções da década de 1980, assim como os militares que disseram não ao golpe e defenderam a legalidade e a democracia. Desse modo, o cineasta dialogou com pessoas diretamente ligadas às demandas por anistia, iniciando o trabalho de procurar antigos e novos entrevistados:

Após a estreia do longa, em 2014, Paulo Abrão [presidente da Comissão de Anistia no Ministério da Justiça e na época Secretário Nacional de Justiça] chegou em mim e pediu que o próximo filme fosse sobre os militares, uma vez que eles estavam insistindo muito para a Comissão Nacional da Verdade produzir um trabalho cultural sobre a história deles. No final das contas, fiquei muito feliz com a ideia e aceitei fazer. Assim, nasceu o projeto que se tornaria o documentário e a série *Militares da Democracia*.

Como vocês podem imaginar, muitos daqueles milicos já eram meus conhecidos. Por exemplo, já havia entrevistado anteriormente o Brigadeiro Teixeira e o Brigadeiro Rui Moreira Lima. Então, o trabalho foi, de certa forma, mais simples...

Tendler chama novamente alguns dos militares cassados sobreviventes para falar. Lembremo-nos de que o ano de 2014 (período de realização das obras citadas) apresentava contexto histórico e político favorável, em que havia um governo de esquerda, não por acaso liderado por Dilma Rousseff.

Dilma foi a primeira mulher eleita como presidente da República. Durante a ditadura, foi presa política e julgada como terrorista. No primeiro mandato, foi responsável por instaurar a Comissão Nacional da Verdade, que teve por objetivo apurar crimes políticos cometidos durante a ditadura

e buscar reparações históricas. *Militares da Democracia* menciona o fato de que Dilma Rousseff recebeu os restos mortais do ex-presidente Jango, derubado pelo golpe de 64, para um segundo sepultamento. Isso foi possível, porque nova perícia foi realizada, na cidade de origem de João Goulart, São Borja, no Rio Grande do Sul.

No filme, é relatado o confronto entre um general da ativa e um jornalista presentes no funeral. O primeiro foi questionado. Sua presença representaria um gesto de retratação das Forças Armadas? A autoridade militar, ao negar enfaticamente essa possibilidade, demonstrou como fatos históricos em torno da ditadura não foram objeto de revisão e autocrítica das instituições militares nas décadas de transição para a democracia. Na série, Tandler trouxe uma abordagem diferente: trata o novo sepultamento de Jango como exemplo de que a história se transforma e não tem ponto final, encerrando assim o último episódio. Isso também mostra como um mesmo fato histórico, com montagens diferenciadas, cria novas interpretações do passado.

Tandler construiu filmes políticos, vistos como essenciais para a compreensão das reivindicações históricas dos grupos que ainda lutam por anistia, justiça e reparação, desde a década de 1970, demandas que ainda ecoam ruidosamente em nossa história imediata. Em torno do cineasta, uniram-se os que advogam que os espaços artísticos do audiovisual no século XXI podem ser políticos e até revolucionários. Dessa maneira, as obras surgem para muitos como mais uma faísca. Os filmes, séries e documentários de Tandler problematizam o tempo de transição inacabada em que foram criados. Apresentam aqueles que foram subjugados (incluindo o próprio autor) ao público. Para os espectadores, a obra de Tandler pode se configurar como espécie de raio iluminado de esperança, além de busca responsável por justiça e reparação. Para os indivíduos filmados, protagonistas das histórias narradas, o trabalho do cineasta assemelha-se ao incêndio, queimando no coração das lembranças.

A cena inicial do filme *Militares da Democracia* é emblemática: o diretor se mostra também personagem no tempo imediato da produção e no passado recente, ao se colocar em frente a um rádio antigo, com o som ao fundo de quem tenta sintonizar uma estação. Nesse momento, é possível ouvir a narração dos acontecimentos que antecedem a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, e o papel decisivo de Leonel

Brizola, governador do Rio Grande do Sul, no processo de mobilização da população brasileira por meio das emissões radiofônicas. Nesse sentido, Tandler sobrepõe diferentes funções na história que será contada, montada e interpretada por ele. Ao se colocar como diretor e personagem diante dos testemunhos e documentos históricos selecionados, narrados e mostrados, o cineasta-historiador rememora, *perlabora* e interpreta. No processo, escava com outros agentes – os militares cassados, seus familiares e seus defensores nos movimentos sociais – as memórias dolorosamente subterrâneas, apagadas e negadas.¹² O aparelho de rádio funciona quase como uma máquina do tempo que traz a voz de Brizola em diálogo com a do narrador, o próprio cineasta. Sua história de vida se mescla com a de políticos conhecidos, militares anônimos, filhos traumatizados. Trata-se de uma nova história política audiovisual que transita entre práticas tradicionais e inovadoras da linguagem cinematográfica do documentário político.

O filme continua com a rememoração das sensações que o cineasta vivenciou quando descobriu que o golpe havia sido dado. Tandler, na narração calma e serena de suas memórias, tenta projetar, moldar, sobrepor nossa

12. A *perlaboração* é um conceito da teoria psicanalítica que se refere à construção de novas interpretações de indivíduos e coletividades no processo de rememoração de acontecimentos traumáticos, que permitam a compreensão e o reconhecimento de alteridades. Essa noção é amplamente desenvolvida em diversos escritos, desde a década de 1980, pelo renomado historiador estadunidense Dominick LaCapra, ao estudar a produção de memórias em testemunhos na literatura, na historiografia, nas artes visuais e no cinema. Vide, por exemplo, seu trabalho mais recente traduzido no Brasil (LACAPRA, D. *Compreender outros: povos, animais, passados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023). Paralelamente, na mesma época, o conceito de memórias subterrâneas criado pelo sociólogo francês Michael Pollak, esmiúça como elas subvertem no silêncio, imperceptivelmente, emergindo em situações críticas pelas quais passam pessoas e grupos na vida em sociedade (POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos* [3]: Memória, Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15). Portanto, ambos autores já tratavam há muitas décadas das relações mais que conflituosas e transformadoras entre a memória e a história, analisando traumas e seus testemunhos, assim evidenciando os inúmeros usos e disputas pela memória e pela história que atravessaram o século XX e chegaram ao século XXI.

imaginação para outro tempo, em que o terror se iniciou, com sons e imagens da época. Assim como muitos brasileiros, ele foi pego de surpresa pela notícia do golpe militar. No momento em que os acontecimentos eclodiram, Tandler estava no cinema e foi surpreendido pelos gritos e festejos que vinham do lado de fora do prédio, de moradores privilegiados da Zona Sul carioca, pessoas das classes média e alta brasileiras, comemorando em conjunto. Em contrapartida, os porteiros e funcionários que os serviam, tentavam sintonizar no rádio a emissão perdida, censurada, dos que apoiavam o governo que foi deposto, torcendo para que a notícia fosse falsa. Em sua interpretação sobre quem ganhou e quem perdeu com o golpe 64, Tandler evoca uma oposição dialética entre os personagens. Nas palavras do próprio diretor-personagem-narrador:

No dia do golpe, eu estava no cinema – nesse dia, minha mãe tinha me instruído a correr embora, caso houvesse qualquer sinal de conflito. De repente, comecei a ouvir uma barulheira ocorrendo do lado de fora do cinema. Parecia que a população estava comemorando algo. Desse modo, fui até a porta para ver o que estava acontecendo. Lembro de ver lençóis nas janelas, velas acesas, pessoas correndo e se abraçando em meio à rua. Elas comemoravam que o golpe havia sido dado. [...] Nesse momento, fui o mais rápido possível para casa. Durante o meu trajeto da Avenida Copacabana até meu prédio, que fica na Raimundo Correia, consegui ver diversos porteiros inclinados, posicionando atentamente os ouvidos nos autofalantes dos rádios à pilha. Eles tentavam ouvir notícias da cadeia da legalidade, para saber se ainda haveria resistência. Naquele momento, consegui perceber quem tinha ganho e quem tinha perdido com aquele golpe.

Nos primeiros minutos do filme, “o cineasta dos vencidos” nos apresenta sua ideia sobre o que o golpe representa para ele e para os que testemunham ao seu lado. O golpe estabeleceu a ditadura e foi um ato inconstitucional orquestrado por uma elite minoritária a favor da burguesia brasileira, apoiado pela classe média contra a classe trabalhadora. A análise e interpretação do fato histórico são conhecidas por meio da historiografia dos últimos trinta anos e, em um primeiro momento, podem parecer assertivas óbvias e desnecessárias. No entanto, principalmente na atualidade – uma década depois da realização de *Militares da Democracia* e 60 anos depois do golpe de 64 – afirmar a existência do golpe de 64 e da ditadura assume papel extremamen-

te importante. Por incrível que pareça, estamos passando por um período de negacionismo do próprio fato de ter havido golpe, com o crescimento das forças políticas de extrema direita, suas peças de propaganda e supostas produções didáticas e intelectuais falseadoras do real, que se afirmam fundamentadas por pesquisas científicas e documentos que contêm a verdade sobre como a história se passou.

Logo, a ideia e o desenvolvimento da narrativa audiovisual trabalhada nas obras de Tandler são contrárias à negação da existência do golpe e da ditadura. Ao retomar o passado, o cineasta constrói novas montagens dos acontecimentos históricos, reapresentando-os por meio dos trechos de depoimentos de uma minoria dos que foram derrotados na disputa política. O trabalho desenvolvido em *Militares da Democracia*, portanto, atribui credibilidade e autoridade aos protagonistas do filme. Isso é feito em um momento histórico em que cinco décadas se passaram e algumas das pessoas perseguidas se tornaram governantes eleitos democraticamente, apoiados por novas minorias e majorias. Agora, mais uma década se passou e, aos 60 anos do golpe, o primeiro presidente de esquerda do período de redemocratização é reeleito por pouco. Isso depois de um governo, igualmente eleito, de extrema direita, liderado por um ex-militar, que contou com mais militares em cargos políticos do que na época da ditadura civil-militar.¹³ Na entrevista que nos concedeu, Tandler afirma:

13. Várias reportagens entre 2020 e 2022 trouxeram à tona a escalada de militares, em relação aos governos anteriores, em cargos do governo Bolsonaro, ele próprio um ex-militar, antes execrado por parte da instituição, por atos de indisciplina e insubordinação, considerados pecados capitais nas Forças Armadas. Sobre esse tema, indicamos a leitura dos seguintes artigos: AGOSTINI, R. “Número de militares em cargos civis cresce e passa de 6 mil no governo Bolsonaro”. *CNN Brasil*. 17/07/2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/numero-de-militares-em-cargos-civis-cresce-e-passa-de-6-mil-no-governo-bolsonaro/> Acesso em: 23/09/2024; MARCHESINI, L. “Em 70 órgãos, militares ocupam 18,3% dos 14,6 mil cargos comissionados no governo Bolsonaro”. *Metrópoles*. Dados. 01/08/2021. Disponível em: <https://www.metro-poles.com/brasil/em-70-orgaos-militares-ocupam-183-dos-146-mil-cargos-comissionados-no-governo-bolsonaro> Acesso em: 23/09/2024; GALHARDI, R. “Militares permanecerão no poder com Bolsonaro, Lula ou Moro”. *UOL*. 22/11/2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/coluna-entendendo-bolsonaro/2021/11/22/militares-permanecerao-no-poder-com-bolsonaro-lula-ou-moro.htm> Acesso em:

Essa extrema direita militar que elegeu Bolsonaro foi a mesma que tentou derrubar o Geisel e que negou a posse do Tancredo Neves. Portanto, era óbvio que eles eram uns falsários de marca maior. Na minha visão, podemos categorizar eles como “os restos” das Forças Armadas.

O cineasta e historiador aborda a continuidade das intervenções e ações dos militares à direita das Forças Armadas, desde a ditadura até o penúltimo governo eleito (1918-1922) com cargos amplamente atribuídos a esses grupos. Tal constatação dos fatos reafirma a importância de retomar, em novas produções e análises, temas polêmicos e esquecidos da história brasileira, intimamente ligados a acontecimentos históricos recentes.

Após o momento introdutório do filme, os entrevistados começam a narrar experiências individuais diante do golpe e da ditadura, filmados em plano próximo ou médio curto, o que na linguagem audiovisual e cinematográfica significa ressaltar diálogos e expressões faciais de quem fala.¹⁴ Assim,

23/09/2024; QUADROS, V. “É a volta dos que nunca foram”, diz pesquisador sobre militares no governo Bolsonaro”. *Pública*. 20/07/2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/07/e-a-volta-dos-que-nunca-foram-diz-pesquisador-sobre-militares-no-governo-bolsonaro/#>. Acesso em: 23/09/2024. Sugerimos também a leitura de *República de Segurança Nacional – Militares e política no Brasil* (LENTZ, R. *República de Segurança Nacional – Militares e política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2022).

14. É interessante analisar as performances dos entrevistados diante das câmeras na criação de imagens de resistência por meio de testemunhos, considerando possíveis significados delas a partir das perspectivas dos Estudos de Performance e Política e da Antropologia da Performance que, segundo Diana Taylor, buscam compreender comportamentos expressivos (falas, gestos, corporalidades), suas dimensões éticas e políticas. A ampliação da ideia de performance engloba um conjunto de fatos em torno da percepção sensorial e do engajamento do corpo, da sua presença, em relações intersubjetivas, quebrando a separação entre quem performa e o público. Paul Zumthor faz uma crítica do conhecimento distanciado do engajamento do corpo por meio de processos em que as experiências transformem sujeitos e o próprios conhecimentos em pauta e em disputa. Daí a importância em nossas pesquisas da presença do corpo, da voz e da vocalidade como formas de estar no mundo e como acontecimento poético que compartilha experiências, tanto em produções audiovisuais e cinematográficas quanto em performances de narrativas de histórias de vida. Vide: ZHUMTOR, P. *Performance, recepção e leitura*. São Paulo: Cosac Naify, 2007; TAYLOR, D. *¡Presente! La política de la presencia*. (Colección Antropología) Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2020; e TAYLOR, D. *Performance*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2023.

o diretor cria proximidade entre entrevistados e telespectadores. Além disso, cabe destacar que o filme priorizou uma construção narrativa com testemunhos e relatos dos militares, enquanto a série traz pequenas falas de outros personagens como, por exemplo, alguns estudiosos sobre o tema, para contextualizar, complementar ou referendar o que já foi apresentado.

No filme, notamos que há uma percepção compartilhada, por militares e civis, de que a notícia do golpe era falsa. A advogada Iracema Kemp (à época, secretária do Gabinete Civil, cujo ministro-chefe era o antropólogo Darcy Ribeiro) narra que era impossível acreditar na possibilidade disso acontecer:

Em Brasília, não sabíamos de nada. Para todos os efeitos, acreditávamos que estava tudo sob controle. Lembro que nesse dia, passei a tarde tentando falar com a minha mãe por telefone, o que era uma coisa muito difícil... Às vezes, demorava horas para conseguir fazer uma ligação. Quando consegui efetuar a ligação, a minha mãe, meio desesperada, me disse:

– Iracema, aqui está todo mundo festejando na rua, dizendo que o Jango caiu...

– Mamãe, isso não é verdade! Isso é pura ilusão...

Basicamente, estava tentando convencer a minha mãe de uma outra realidade.

O depoimento demonstra como o filme afirma em sua montagem uma posição política sobre o passado e consegue trazer dimensões de ambiguidade e contradição dos personagens. Nesse sentido, a obra cinematográfica em questão constata que interpretações de uma mesma realidade podem ser subjetivas. Afinal, as pessoas se movem no mundo por meio de visões que tocam o real de forma muito particular. Ao contrário do esperado pelo senso comum, os sujeitos não se mobilizam ou agem orientados apenas por uma suposta e ilusória visão de totalidade absoluta.

De acordo com boa parte da historiografia atual e de novos documentos que surgiram por ocasião dos 60 anos do golpe de 64, sabemos que o golpe não foi orquestrado e aplicado de maneira repentina, sem muitos planejamentos. Pelo contrário, por ser bem arquitetado, pegou de surpresa pessoas que viviam em contextos e grupos políticos diferentes.¹⁵ As histórias sobre o primeiro

15. Para um balanço das principais questões historiográficas sobre o golpe de 64 e a ditadura, bem como das dissertações e teses de Mestrado e Doutorado, apenas até

momento do golpe militar buscam despertar, nos corações e mentes dos espectadores, sentimentos de surpresa, medo, desesperança, derrota e desespero que os protagonistas do filme experimentaram. A complexa realidade passada, rerepresentada pelas narrativas (por meio de lembranças e olhares específicos de cada grupo ou pessoa contrários ao golpe), invade o tempo presente. Dessa forma, nós também desmoronamos e reconstruímos, simultaneamente e em linhas de fogo, espaços e durações de tempos sobrepostos.¹⁶

A montagem dos trechos dos depoimentos mostra o debate entre militares e políticos do entorno mais próximo do presidente Jango sobre a possibilidade ou não de resistência ao golpe militar. As opiniões se dividem entre os favoráveis e os contrários à resistência aos militares golpistas. No campo político, opunham-se posições de Leonel Brizola, favorável à resistência, e de Jango, contrário a ela. Em torno de ambas as posições, alinham-se militares e civis, que as justificam e as defendem com fervor.

O famoso Brigadeiro Teixeira, ligado ao Partido Comunista, e Wilson Fadul, médico da Aeronáutica e Ministro da Saúde, foram contrários à re-

2004 (entre as quais se inclui a dissertação em História Social com grande parte das narrativas dessa coleção de livros, SANTOS, A. P. dos *À esquerda das Forças Armadas brasileiras: histórias de vida de militares nacionalistas de esquerda*. Dissertação de Mestrado em História Social, FFLCH/USP, 1998), vide: FICO, C. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004; FICO, C. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Rev. Bras. Hist.* 24 (47), 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgTjvSjLYMLN/> Acesso em: 23/09/2024; para um balanço dos debates historiográficos nos aniversários do golpe de 1964, vide JOFFILY, M. “Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 – 251, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/2175180310232018204/8050> Acesso em: 23/09/2024; para um panorama de produções historiográficas nos 60 anos do golpe de 64, vide, por exemplo, o dossiê publicado pela tradicional revista da PUC-SP, *Projeto História*: v. 79 (2024): O golpe de 1964: Memória e História. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/2954> Acesso em: 23/09/2024.

16. Sobre o impacto incendiário em nossas percepções da não oposição entre as imagens e as palavras e suas relações com o esquecimento e a destruição da memória, vide DIDI-HUBERMAN, G. “Quando as imagens tocam o real”. Op. cit., p. 210.

sistência, alegando, como Jango, que a ação desencadearia uma guerra civil na qual eles e pessoas inocentes seriam esmagados:

Brigadeiro Francisco Teixeira (Membro do Partido Comunista), entrevistado – Apesar da surpresa e do desgaste, o governo de João Goulart, se essa fosse a vontade, conseguiria contra-atacar os militares. O presidente conseguiria, facilmente, organizar uma ocupação do Palácio Guanabara, onde o Lacerda estava. Mas, ele optou pela não-resistência. A meu ver, essa decisão, independente de qualquer coisa, foi completamente acertada, porque conseguiu evitar um derramamento de sangue inocente.

Atualmente, é possível compreender as dimensões que a resistência teria tomado. Através de uma série de documentos oficiais, podemos notar que havia um envolvimento do governo americano no atentado à democracia, eles possuíam interesse direto nesse golpe. Portanto, a resistência poderia resultar em uma injeção cada vez maior de recursos americanos, ocasionando, provavelmente, um prolongamento do sofrimento nacional, e levando muitos inocentes para o cemitério.

Coronel Wilson Fadul, à época Ministro da Saúde, arquivo TV Senado – Durante o voo para Porto Alegre, o presidente sentou-se ao meu lado e disse:

Fadul, qual a sua opinião sobre essa situação?

Presidente, vou dar a minha opinião com toda a sinceridade possível. Se o senhor chegar em Porto Alegre e a população estiver unida ao seu redor, então é necessário que haja uma resistência. Porém, se a população estiver dividida e o general não tiver comando total das tropas, é melhor o senhor pensar duas vezes, porque isso pode significar o nosso esmagamento. Na visão deles, esse episódio seria motivo de orgulho, pois eles estariam exterminando o último reduto comunista do Brasil. Além disso, através desse ato, eles conseguiriam projetar diversas inverdades sobre o seu governo e sobre a nossa atuação política.

Leonel Brizola e General Ladário foram favoráveis à resistência, argumentando sobre a manutenção da legalidade democrática e a defesa das reformas propostas pelo governo. Brizola e Ladário receberam apoio de oficiais e militares de baixas patentes que, segundo seus próprios depoimentos, teriam resistido:

Leonel Brizola, entrevistado – No dia que o presidente Jango chegou a Porto Alegre, houve uma reunião na residência do comandante do Terceiro Exército, General Ladário Teles. Nessa ocasião, acabei fazendo uma proposta para o presidente:

Presidente, acho melhor o senhor ir para o interior do Rio Grande do Sul. Você me nomeia Ministro da Justiça, e coloca o Ladário como Ministro do Exército. Dessa forma, nós podemos organizar a resistência.

General Ladário Pereira Teles, relato – Durante a reunião, afirmei ao Presidente que considerava a situação favorável a uma resistência. No entanto, os meus camaradas gerais não concordavam com essa ideia. Assim, eles expuseram as suas incertezas com relação à resistência.

O relato mostra a importância do papel da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas e a força militar e política que seus líderes mais graduados possuem em situações de crise. Quando alguns militares se recusaram à resistência ao golpe, apoiando a legalidade, caiu a possibilidade histórica de que os contingentes militares que comandavam ou tinham alguma influência pudessem apoiar o presidente dentro de um regime democrático.

Alguns dos militares favoráveis à resistência não pouparam críticas aos superiores que não quiseram resistir aos militares golpistas e aos políticos civis, incluindo o próprio presidente da República, chamando-os de traidores ou de covardes. No filme, Tandler tenta ao menos justificar a posição política do presidente e a opção pelo exílio, quando dá destaque a uma série de depoimentos que o caracteriza como político conciliador. Em oposição, o aliado favorável à resistência, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, era visto por Jango como mais que um legalista: um revolucionário.

Coronel Pedro Alvarez, arquivo RBS TV – Lembro que o Jango agradeceu ao apoio de todo mundo. No final da sua fala, ele disse que preferia se retirar do país, desse modo, evitando o derramamento de sangue. Nessa hora, Brizola – nunca me esqueço dessa cena – virou para ele e disse:

– Traidor! Vai embora então! Você nunca mais vai conseguir voltar para esse país!

Silvio Tandler, entrevistador – Flávio, houve discussão entre ele e o Brizola?

Flávio Mendes de Oliveira Castro (à época Chefe Cerimonial do Governo João Goulart), entrevistado – Muita!! Uma discussão acalorada!

Capitão José Wilson da Silva (à época 2º Tenente do Exército), entrevistado – Jango, após a sua última colocação, me pegou pelo braço, me puxou, e me disse assim:

– Wilson, eu não sou revolucionário! Revolucionário é o Brizola...

Flávio Mendes de Oliveira Castro (à época Chefe Cerimonial do Governo João Goulart), entrevistado – Na minha opinião, ser conciliador dessa forma,

era um dos maiores atributos do presidente. Em qualquer situação, ele procurava um jeito de conciliar.

Os fatos históricos mencionados são devidamente tratados tanto na série quanto no filme, mas há diferenças na montagem. Tandler privilegia trechos distintos dos depoimentos de personagens, também apresentando novos testemunhos em cada trabalho. Pedro Alvarez, por exemplo, fala da briga entre Brizola e Jango no filme, mas não na série. Wilson Fadul aparece em imagens de arquivo da TV Senado no filme, mas, na série, não está presente. Quem tem mais destaque é seu filho.

Ao analisar ambas as produções, percebemos como as montagens de Tandler trazem ângulos distintos para um mesmo fato e, assim, ampliam e problematizam a compreensão dos acontecimentos. O entendimento de como narrativas audiovisuais são construções e interpretações possíveis do real faz com que um realizador inteligente como Tandler não tenha receio de colocar em tensão e exposição memória e história enquanto fruto do seu trabalho e das experiências vividas com as pessoas entrevistadas.

Após tentar elucidar as circunstâncias de não resistência ao golpe militar, principalmente por parte dos militares e dos políticos que estavam ao lado do governo de Jango, o filme trata da repressão aos militares de esquerda e/ou legalistas derrotados. Surgem militares de diversas patentes que foram perseguidos, presos, torturados, assassinados ou constam como desaparecidos apenas por terem se posicionado a favor da legalidade e do governo antes do golpe ou por estarem ligados a partidos políticos e grupos de esquerda.

Em sobreposição, roteiro, edição e montagem dão contornos a outro fato histórico que costuma ser apagado: a existência, ao longo do século XX, de muitos militares de esquerda, tanto democratas, nacionalistas, socialistas e comunistas dentro das Forças Armadas brasileiras. Daí o golpe resultar no expurgo de milhares de militares logo na sequência da instalação do primeiro governo presidido por um militar de direita, continuando a fazê-lo nos anos seguintes, pelo instrumento autoritário dos Atos Institucionais e de medidas proibitivas quanto ao exercício da carreira profissional dos militares perseguidos em instituições civis, como foi o caso de aviadores. Ainda nessa direção, há ênfase no tratamento de vários aspectos da violência contra os militares que disseram não ao golpe, muitos dos quais mencionados por seus colegas, mas nem sequer estão vivos para testemunhar ao lado deles.

Assim, de forma lacunar, são levantadas falas e outros documentos escritos e fotográficos para detalhar perseguições por exercício de atividade política ou profissional, resultando em prisões, cassações, torturas, assassinatos, criminalizações, segregações e discriminações variadas.¹⁷

Tanto na série quanto no filme, vários fatos são desenterrados pelo cineasta-historiador dentre os quais destacam-se a atuação dos militares que se rebelaram diante de injustiças e da repressão, por exemplo, por meio da participação em de grupos políticos de resistência armada contra a ditadura, a partir de focos guerrilheiros na cidade e no campo. Tandler também evidencia a experiência daqueles que se recusaram a participar de atentados terroristas planejados pela extrema direita militar.

Quais são os fatos históricos destacados pelo cineasta para a montagem de um filme que disputa memórias, histórias e historiografias sobre o golpe

17. Sobre o caráter lacunar dos arquivos e dos vestígios com os quais tanto nós, pesquisadores, quanto os cineastas do documentário podemos construir interpretações históricas, são relevantes as reflexões de Didi-Huberman, que chama para o debate Michel Foucault e, novamente, Walter Benjamin. Didi-Huberman afirma que não é possível deixar de lado possíveis interpretações da barbárie e da cultura também lacunares, atentas às camadas e entrelinhas dos acontecimentos e seus vestígios aparentemente “simples”, como no caso do que foi o Holocausto: “Cada vez que tentamos construir uma interpretação histórica – ou uma ‘arqueologia’ no sentido de Michel Foucault –, devemos ter cuidado de não identificar o arquivo do qual dispomos, por muito proliférante que seja, com os feitos e gestos de um mundo do qual não nos entrega mais que alguns vestígios. o próprio do arquivo é a lacuna, sua natureza lacunar. (...) mas, frequentemente, as lacunas são resultado de censuras deliberadas ou inconscientes, de destruições, de agressões, de autos de fé. O arquivo é cinza, não só pelo tempo que passa, como pelas cinzas de tudo aquilo que o rodeava e que ardeu. É ao descobrir a memória do fogo em cada folha que não ardeu, onde temos a experiência – tão bem descrita por Walter Benjamin, cujo texto mais querido, o que estava escrevendo quando se suicidou, sem dúvida foi queimado por alguns fascistas — de uma barbárie documentada em cada documento da cultura. ‘A barbárie está escondida no conceito mesmo de cultura’, escreveu. Isto é tão certo que inclusive a recíproca é certa: não deveríamos reconhecer em cada documento da barbárie, algo assim como um documento da cultura que mostra não a história propriamente dita, mas uma possibilidade de arqueologia crítica e dialética? Não se pode fazer uma história ‘simples’ da partitura de Beethoven encontrada em Auschwitz perto de uma lista de músicos destinados a executar a Sinfonia n. 5 antes de serem eles mesmos, pouco mais tarde, executados por seus carcereiros melômanos.” (DIDI-HUBERMAN, G., “Quando as imagens tocam o real”. Op. cit., p. 211).

e a ditadura? Um dos acontecimentos apontados por Tendler é a revolta dos marinheiros da Associação de Marinheiros e Cozinheiros Navais que comemorava o seu segundo aniversário no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, em março de 1964:

Narrador – Seis dias antes do golpe, no dia 25 de março de 64, os marinheiros se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos para comemorar o segundo aniversário de sua associação.

Paulo Novaes Coutinho (à época Soldado Fuzileiro Naval), entrevistado – No dia 25 de março de 1964, a Associação de Marinheiros e Cozinheiros Navais comemorava o seu segundo aniversário. Nessa ocasião, lhes foi oferecida a sede do Sindicato dos Metalúrgicos, localizado na Rua Ana Neri, no Rio de Janeiro.

Edmilson Juvino Pontes (à época Soldado Fuzileiro Naval), entrevistado – Lembro de estar no quartel quando tocou prontidão. Fomos enviados ao sindicato metalúrgico para reprimir os marinheiros e fuzileiros que estavam festejando o aniversário da associação. Quando chegamos lá, os marinheiros ficaram nos chamando de irmãos, dizendo que estávamos no mesmo barco, e isso fez o pessoal afrouxar. Acabou que um dos nossos colegas, Raimundo Nonato Barbosa, depôs a sua arma. Depois disso, todos foram depondo! Ele foi o primeiro fuzileiro a depor a arma.

Paulo Novaes Coutinho (à época Soldado Fuzileiro Naval), entrevistado – Nos negamos a efetuar aquele massacre, porque essa era a ordem: matar todo mundo! Ao contrário, chegamos lá, e com os nervos mais acalmados, pegamos as metralhadoras e jogamos no chão, pulamos o muro e fomos participar do movimento em apoio ao Comandante Supremo das Forças Armadas, João Goulart.

Por fim, acabamos passando três dias no Sindicato, porque surgiu a informação de que os oficiais da Marinha, por conta do nosso desacatamento, iriam bombardear o prédio com todo mundo dentro. No dia 27 de março de 1964, fomos evacuados, por ordem do Presidente, para o Primeiro Batalhão de Guardas e, no dia seguinte, fomos anistiados pelo Presidente da República.

Edmilson Juvino Pontes (à época Soldado Fuzileiro Naval), entrevistado – Eles anotaram os nossos nomes e nos libertaram. Após esse momento de desespero, o pessoal colocou o Almirante Aragão nos ombros e todo mundo saiu de lá em desfile, essa ação foi a gota d'água para o almirantado.

Paulo Novaes Coutinho (à época Soldado Fuzileiro Naval), entrevistado – Após a instauração da ditadura, nós fomos expulsos das Forças Armadas. No dia 10 de abril, um camburão da polícia entrou no quartel e nos levou até o

navio Ary Parreiras, uma vez que representávamos uma ameaça para o governo golpista. O navio não possuía nenhum móvel: ficamos trinta dias dormindo no casco da embarcação, com direito a uma refeição por dia.

Após esse primeiro mês, nos levaram para a Ilha das Flores, e dali nós saímos para o porão do navio Custódio de Mello. A ideia era nos enlouquecer... Permanecemos presos por muito tempo. Durante todo esse período, nós estávamos dados como desaparecidos. Nossas famílias não sabiam do terror que tinha nos acometido. Depois de sete meses de cárcere, eles avisaram os familiares e permitiram o recebimento de visitas.

Independentemente disso tudo, gostaria de dizer que tenho muita honra de ser fuzileiro naval!!

É interessante como, ao final de *Militares da Democracia*, o episódio é apresentado e relacionado ao primeiro filme perdido, que versava sobre o marinheiro líder da Revolta da Chibata, destacando-se sua simpatia pelos militares de baixas patentes, historicamente em rebelião contra as injustiças.

Não esqueçamos que, no campo da história do cinema, os trabalhos de Tandler possuem relação estreita com um clássico do cinema soviético. Trata-se do filme *O Encouraçado Potemkin* (1925), dirigido pelo cineasta considerado inventor da montagem, Serguei Eisenstein. A obra trata da revolta dos marinheiros em 1905, durante o regime czarista, tido como um dos principais antecedentes da Revolução Russa. Em outras conexões rizomáticas, explícitas na série, surgem cenas do filme perdido relacionadas à pergunta: os marinheiros assistiam ao filme soviético? Um marinheiro entrevistado menciona que a obra era veiculada em sua Associação. Além disso, lembremos que cenas relacionadas à revolta dos marinheiros, que precede o golpe de 64, constituem um ponto central em outro filme de Tandler: *Jango* (1984). O trabalho do cineasta foi importante, entre outros motivos, porque reabilita a figura política de João Goulart, até então malvista e apagada da história oficial e da historiografia.

Outro caso emblemático exumado por Tandler em *Militares da Democracia* é o assassinato à queima-roupa do Tenente-Coronel Alfeu de Alcântara Monteiro:

Avelino Lost (à época 2º Tenente da Aeronáutica), entrevistado
– Eu fui preso dez minutos depois que mataram o Coronel Alfeu.

Narradora – Alfeu de Alcântara Monteiro, Tenente-Coronel das Forças Armadas, foi um oficial legalista. Em 1961, ele impediu o bombardeio do Palá-

cio Piratini – ato que foi orquestrado pelos oficiais que queriam impedir a posse do João Goulart. O golpe de 1964 foi, portanto, o momento perfeito para esses oficiais se vingarem do Coronel Alfeu. Assim eles fizeram, assinando-o com vários tiros a queima-roupa.

Avelino Lost (à época 2º Tenente da Aeronáutica), entrevistado – Eram quase oito horas da noite e o Coronel Alfeu entrou no meu escritório, todo uniformizado. Achei a situação estranha, então o indaguei:

– Que é isso coronel? Vai para alguma solenidade?

– Não! Os oficiais do Rio chegaram para assumir o comando, estou indo recepcioná-los.

O gabinete do coronel estava semiaberto, então consegui observar tudo! Alfeu entrou e foi se apresentar ao oficial que iria assumir o cargo. Roberto Hipólito, aproveitando que estava atrás do coronel, desferiu alguns tiros contra ele, ocasionando a sua morte. Ele foi morto por não apoiar o golpe!

Mais um episódio de violência contra os militares que disseram não ao golpe ganha espaço no filme: o caso das mãos amarradas, em que o Sargento Manoel Raimundo Soares foi preso, supostamente libertado, dado como “desaparecido” e depois encontrado morto no Rio Jacuí (com as mãos amarradas nas costas). O fato causou revolta e comoção pública:

José Wilson da Silva (à época 2º Tenente do Exército), entrevistado – Isso aconteceu no final de 1964. As coisas, depois da implementação da ditadura, começaram a ser organizadas na clandestinidade. Um grupo de 21 sargentos excluídos, que moravam no Rio de Janeiro, resolveu ir para um evento desse, que ocorria às escondidas. No meio desse grupo, estava Manoel Raimundo Soares. Ele era um rapaz muito inquieto, não conseguia esperar calmamente. Por conta disso, foi até o planetário distribuir panfletos até dar o horário do evento. Alguém percebeu a ação do militar e resolveu denunciar. Foi assim que ele foi capturado pelo DOPS. Permaneceu detido na penitenciária da Ilha.

Jair Kriskche (Fundador e Presidente do Movimento Justiça e Direitos Humanos), entrevistado – Enquanto ele estava preso, escreveu diversas cartas amorosas para a sua esposa. Elas continham uma riqueza humana impressionante. Em uma das cartas, ele dizia:

Minha querida Betinha... Ainda estou vivo. Penso que estas horas você deve estar chorando. Não quero isso. A jovem senhora, valente, das respostas desconcertantes, deve agora substituir a moça ingênua e humilde com quem tive a felicidade de casar. Nestes últimos dias, tenho sido torturado pela realidade de estar impedido de ver o rosto da mulher que amo. Eu trocaria, se possível

fosse, a comida de oito dias por oito minutos junto ao meu amor, ainda que fosse só para ver. Tenho uma fé inabalável de que os adversários não conseguirão destruir nosso amor. Sei hoje que você tinha razão, em muitas de nossas discussões sobre o nosso tipo de vida. Você ganhou. Tudo passará. A política, a cadeia, os amigos; só uma coisa irá durar até a morte: o amor que tenho por essa mulherzinha que é hoje a única razão de querer viver deste presidiário. Com a tranquilidade da certeza de que apesar de tudo ainda mereço o teu amor, remeto um caminhão de beijos, com o calor dos dias mais felizes da nossa vida. Do sempre teu, Manoel.

Manoel Raimundo Soares, carta enviada à esposa, 1964

Depois de algum tempo preso, ele é retirado da ilha e, coincidentemente, desaparece. Nessa ocasião, os oficiais fizeram ele assinar um documento atestando a sua libertação e a devolução de pertences. Porém, isso não passa de uma fachada. Ele foi morto por não abrir o bico. Alguns dias depois da “soltura”, o corpo dele foi encontrado boiando no Rio Jacuí, com as mãos amarradas nas costas.

Lembro que o enterro dele, feito em Porto Alegre, atraiu muita gente. A ditadura ficou assustada com a multidão que se formou na hora do cortejo. Na minha opinião, este é um militar brasileiro que deveria ser considerado herói das Forças Armadas!

É notável como Tandler, na montagem do filme, trata do fato histórico a partir de depoimentos de um militar, de um representante do movimento social e de uma leitura dramática de uma carta romântica. O cineasta evoca nossa imaginação e também humaniza o militar assassinado pela ditadura, ao trabalhar entre a prática artística cinematográfica e a prática historiográfica.

Na sequência, é mencionada a Guerrilha de Três Passos (1965), episódio em que o Coronel Jefferson Cardim organizou uma guarnição policial a fim de tomar o Rio Grande do Sul para, a partir disso, organizar o retorno do Jango à presidência. Os membros da guarnição foram cercados pelas Forças Armadas, presos e condenados:

José Wilson da Silva (à época 2º Tenente do Exército), entrevistado – Em março de 1965, foi organizada uma reunião em Montevideú com um grupo mais ao lado das ideias do Brizola e um outro mais posicionado com as ideias do Jango. A ideia era realizar essa conexão de pensamentos, pois Jango era um homem mais conciliador, e Brizola era um “cara da ação”. Após a reunião, Jefferson Cardim começou a organizar a resposta armada que seria dada ao golpe.

Jefferson Lopetegui de Alencar Osório (filho do Coronel Jefferson Cardim), entrevistado – O plano original do meu pai era o seguinte: tomar o Rio Grande do Sul e, a partir disso, organizar o retorno do Jango à presidência.

Ele conseguiu chegar até o Paraná, com cerca de 15 oficiais, e tomar uma guarnição da polícia. Após isso, organizou toda a tropa e conquistou mais cem homens para ajudar na retomada do Rio Grande do Sul. Durante o trajeto até Três Passos, a guarnição foi cercada pelas Forças Armadas, e iniciou-se um conflito que durou cerca de dez dias. Infelizmente, eles foram capturados e presos, visto que a quantidade de oficiais enviados para reprimi-los era cerca de mil vezes maior que o número de oficiais que meu pai possuía.

O julgamento se desenrolou e queriam dar trinta anos de cadeia para ele. Nossa sorte foi que o Dr. Sobral Pinto conseguiu reduzir a pena dele para dez anos, pois todas as baixas foram culpa do próprio Exército.

A montagem de Tandler nomeia outro desdobramento da guerrilha como “Busca no exterior” ou operação Pré-Condor (referindo-se às colaborações entre as ditaduras latino-americanas contra seus opositores), quando o Coronel Jefferson Cardim foi perseguido, ao se exilar em diversos países, até ser preso na Argentina pela polícia local, em colaboração com a ditadura brasileira:

Jair Krischke (Fundador e Presidente do Movimento Justiça e Direitos Humanos), entrevistado – O Coronel Jefferson Cardim manteve uma circulação contínua durante o tempo em que foi perseguido. Primeiramente, ele se exilou no México, depois voltou para Montevidéu. Foi para a Argélia conversar com Arraes. Viajou para Cuba e depois para o Chile. O mais interessante é que ele fez todas essas viagens na companhia do próprio filho, que também se chama Jefferson.

Por fim, em uma viagem feita para Buenos Aires, o militar brasileiro foi descoberto. A polícia argentina já tinha cercado o aeroporto e estava esperando a chegada dele. Os dois, ele e o filho, foram transportados, dentro de um avião da FAB, direto para o Brasil.

Ao pegar o gancho do contexto histórico que envolveu um país vizinho, surge o caso da atuação no exílio do Tenente-Coronel Dagoberto Rodrigues, atuante junto a grupos guerrilheiros sul-americanos:

Alfredo Daudt Junior (filho do Capitão Alfredo Ribeiro Daudt), entrevistado – O meu pai foi cassado, perdeu todos os direitos políticos por dez anos,

foi banido da Força Aérea Brasileira e sofreu muita tortura enquanto estava preso.

Durante a sua prisão, teve a sorte do Lamarca, que foi uma figura notória na resistência contra a ditadura, ser o oficial que guardava o perímetro da sua cela. Dessa forma, ele conseguiu organizar e realizar a fuga do quartel em que estava preso. Lembro que foi uma loucura quando ele chegou em casa. Minha mãe acordou extremamente assustada e a minha avó, que era espírita, pensou que era uma entidade. Depois de matar a saudade da família, ele foi atrás de um advogado e conseguiu exílio no Uruguai.

Algum tempo depois da sua fuga, o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Eduardo Gomes, montou uma portaria secreta que caçava a credencial técnica de todos os elementos que tiverem sido cassados. Eles, portanto, não poderiam mais exercer nenhuma credencial técnica: conseguiram tirar tudo dos militares cassados!

Na série, explica-se com maior destaque o que foi a Operação Condor e como ocorreu a colaboração de regimes ditatoriais de países latino-americanos para captura de opositores. No filme, a partir do tema, surge outra conexão entre militares perseguidos e proibidos de trabalhar (destacando-se o caso dos aviadores militares):

Brigadeiro Rui Moreira Lima, entrevistado – Me proibiram de voar. Fui fazer uma viagem pela Paranaense e me deram o lugar de comandante. A viagem era para Belém. Quando chegamos no destino, eles adquiriram a minha carteira de voo. Tive que entregar. Depois de esperar por dois meses, chegou um documento dizendo que todos aqueles que foram atingidos pelo Ato Institucional não poderiam mais exercer suas credenciais técnicas. Era a mesma coisa que me dizer: “Vai morrer de fome!”

Maria Helena Malta (filha do Tenente-Coronel Aviador da Reserva Paulo Malta Rezende), entrevistada – Os oficiais atingidos pelo golpe tinham que fazer uma solicitação nova da carteira de motorista. Meu pai tentou fazer duas vezes, mas foi negada. Ele, percebendo a intenção das Forças Armadas, recorreu ao Supremo Tribunal Federal, ganhou a causa mas, novamente, não conseguiu a carteira de piloto. No lugar, enviaram um documento explicando que não poderiam enviar a carteira por conta de duas portarias secretas da Aeronáutica:

O Ministro da Aeronáutica, através de duas Portarias Secretas, datadas de 19/06/64 e 01/09/66, cujas cópias se encontram a fls. 11, havia suspenso: “As concessões de licenças previstas na portaria número 869-A-GMS, de 29 de agosto de 1963, a todos os militares atingidos por atos institucionais ou com-

plementares. “As revalidações de certificados de habilitação, também previsto na portaria acima citada, a todos os aeronautas e aeroviários e penalizados pelos referidos atos”.

Documento Oficial do Governo Brasileiro

Após a suspensão da carteira, meu pai não teve mais a oportunidade de fazer o que ele mais amava. Lembro dele correr para a janela sempre que uma aeronave rasgava o céu. Em um dessas ocasiões, fiquei observando e pude perceber que ele estava chorando silenciosamente. Não consigo imaginar o sentimento que atravessava o coração dele...

Paulo Melo Bastos (à época Aviador Civil), entrevistado – Fiz tantas coisas agradáveis ao longo da minha vida, tantas práticas das quais sinto um orgulho imenso. No entanto, quando retornamos a conversar sobre esse período, a única coisa que sinto é tristeza... Meus amigos foram mortos e ninguém sabe de nada. É como se eles tivessem sumido, deixado de existir. Enquanto dou esse depoimento, minha cabeça fica transitando por esses lugares e me sinto extremamente comovido...

Tendler mostra o enorme alcance da perseguição política ditatorial nas vidas pessoais dos militares que resistiram à ditadura, ao sobrepôr diversas facetas da repressão: tratou das fugas e repressões no exílio e da eliminação das possibilidades de terem um trabalho a partir da profissão e da carreira antes construídas nas Forças Armadas. Por meio dos depoimentos, é possível avaliar também o impacto, gerado pela repressão, nas famílias e nos amigos dos militares de esquerda.

Como um dos pontos altos desse caldeirão efervescente de injustiças e violências que o filme configura (em sintonia com o que a Comissão Nacional da Verdade tratou) é abordado o envolvimento de militares em atividades guerrilheiras contrárias à ditadura, tais como os casos do Capitão Carlos Lamarca e do Sargento Onofre Pinto, bem como do próprio Apolônio de Carvalho, militar reformado no Levante de 35, ex-combatente na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa contra os nazistas na Segunda Guerra Mundial:

Major Pedro Lobo de Oliveira (à época Segundo-Tenente da Força Pública do Estado de São Paulo), entrevistado – A guerrilha urbana não foi uma opção, ela foi uma imposição da ditadura. Na época, nenhum de nós tinha experiência de guerrilha, nunca tínhamos experimentado tantos sentimentos.

Não acho que fizemos algo errado. Na realidade, o enfrentamento foi uma das decisões mais corretas da minha vida. Portanto, não me arrependo de ter tomado essas atitudes frente ao terror que estávamos sofrendo.

Carlos Roberto Pittoli (à época Terceiro-Sargento da Polícia do Exército), entrevistado – Não havia a possibilidade de estabelecer um diálogo com essas pessoas, pois elas eram extremamente prepotentes e muito bem assessoradas.

Narrador – O Capitão da Guerrilha.

Carlos Lamarca era filho de sapateiro e foi oficial do Exército ligado ao partido comunista desde os anos 60. Campeão de tiro, foi destacado pelo Exército para dar treinamento militar a bancários. Em suas aulas ensinava a atirar, mas em caso de assalto aconselhava a não resistir. Em 1969, Capitão Lamarca deixa o Exército e parte para a clandestinidade levando homens e armas. Seu objetivo foi o foco guerrilheiro. Com a guerrilha esfacelada, Lamarca é aconselhado a deixar o país, mas recusa-se a abandonar os companheiros. Em 1971, doente, cansado e com fome, em Brotas de Macaúbas, interior da Bahia, mais de duzentos homens o encontram encostado em uma árvore já sem forças o cercam e fuzilam sem clemência. Em 17 de setembro de 1971, morre Carlos Lamarca.

Narradora – O assassinato do comandante da VPR, Onofre Pinto. Sargento do Exército e cassado pelo AI-1. Foi um dos fundadores da VPR e um dos 15 libertados no sequestro do embaixador americano, em setembro de 1969. Retornou ao Brasil em 1974, caindo numa emboscada armada pela repressão. Seu corpo nunca apareceu.

Major Pedro Lobo de Oliveira (à época Segundo-Tenente da Força Pública do Estado de São Paulo), entrevistado – Conversei muito com o Onofre quando ele estava exilado. Lembro que sempre falava para ele não voltar para o Brasil, era óbvio que aquilo era uma cilada. Naquela época, os órgãos de segurança eram especialistas em traição. Em uma das nossas conversas, falei para ele:

– Voltar é suicídio!

Aluizio Palmar (Jornalista), entrevistado – Os oficiais entraram com o Onofre pelas fronteiras terrestres. Eles tentaram convencer ele a debandar para o lado golpista. Viravam para ele e diziam:

– Olha, se você não ficar com a gente, o seu destino vai ser o mesmo dos seus companheiros. Vai ser morto e enterrado!

Porém, a persuasão não durou muito tempo. Alguns minutos depois de atravessar a fronteira, eles receberam a ordem para eliminar o militar. Ele foi morto com uma injeção de xotox, depois abriram o abdômen dele, encheram de ferro e jogaram ele dentro do rio, na região do Lago de Itaipu.

José Miguel Camolez (à época Segundo-Tenente da Marinha), entrevis-

tado – Durante a minha graduação, tive que estudar minuciosamente a Convenção de Genebra de 1949. Basicamente, ela explicita como os prisioneiros de guerra devem ser tratados quando estão sob a tutela do Estado.

Apolônio de Carvalho (Militar Reformado em 1935), entrevistado – Em dado momento da minha prisão, pedi para os oficiais chamarem o comandante para conversar comigo. Nesta ocasião, eu estava com as pernas amarradas na cintura e as mãos atadas junto a elas. O comandante chegou, e então comecei a falar:

– Precisava falar com o senhor. É o seguinte: nós estamos em guerra, isso é um campo de luta. Portanto, todos os detidos são prisioneiros de guerra. Segundo a Convenção de Genebra, nós deveríamos ser tratados com mais respeito e dignidade. Os senhores podem rir, pensar que isso é fantasia da minha cabeça. Mas como os senhores se sentiriam se estivessem sujeitos as mesmas situações que nós, se estivessem sofrendo tortura todos os dias?

O comandante me respondeu com ofensas, xingou minha mãe, e terminou dizendo:

– Convenção de Genebra o quê!? Pau nele mais ainda!

José Miguel Camolez (à época Segundo-Tenente da Marinha), entrevistado – Na minha opinião, essa foi a maior vergonha das Forças Armadas Brasileiras: eles sujaram a farda de sangue!

Na série, o tema das torturas tem abordagem mais aprofundada. No filme, a testemunha escolhida por Tandler (por ele creditado como revolucionário exemplar), Apolônio de Carvalho, um dos militares de esquerda mais antigos, destaca-se por ter sobrevivido e poder narrar, com enorme senso de humor e de humildade, torturas sofridas, além de tentativas de diálogo que tentou travar com os algozes. Junto a Apolônio, outros entrevistados também trataram abertamente das torturas, inclusive uma estudiosa dos depoimentos para elaboração do relatório da Comissão Nacional da Verdade:

Paulo Henrique Ferro Costa (à época Segundo-Tenente da Marinha), entrevistado – A tortura é um ato desumanizante. A pessoa torturada vai perdendo a condição de pensamento. O sofrimento é tão grande que você dialoga diretamente com a morte. Sinceramente, posso afirmar que enxerguei a face da morte naquelas paredes impregnadas de sangue. Consegui sentir o canto dela em meio aos gritos dos torturados...

Nelson Luiz Lott de Moraes Costa (neto do Marechal Henrique Teixeira Lott), entrevistado – Minha esposa estava passando por um processo de gravidez no ano em que fui detido. Durante todo o período em que fiquei preso, não conseguia saber se ela tinha sido levada ou não, isso me preocupava muito.

Quando iniciou-se às torturas, eles mantiveram as coisas dentro do espaço físico, mas meu corpo era muito forte e não soltei nenhuma informação. Eles percebiam a minha resistência, e sempre me diziam:

– Você tem uma caixa muito forte!

No momento em que perceberam que as torturas físicas não iriam surtir nenhum resultado, começaram a aplicar a tortura psicológica. Assim, um dos oficiais, em meio ao processo de tortura física, começou a descrever detalhadamente como seria o procedimento para fazer minha esposa abortar nosso filho. Quando ele começou a fazer isso, meu coração se encheu de sentimentos e comecei a transparece-los. Eles, aproveitando-se da situação, começaram a aumentar a descrição sobre as coisas horrendas que iriam fazer com a minha esposa. Já fazia dias que vinha sofrendo com aquilo, portanto, tinha plena noção do que eles seriam capazes de fazer. Por conta disso, acabei enfraquecendo e soltando algumas informações importantes.

Na minha família, foram três gerações de combate ao fascismo. Primeiramente, meu avô, Henrique Lott, foi quem derrubou os fascistas em Jacareacanga, em 1961. Depois veio a minha mãe, Edna Lott, que lutou bravamente na oposição política, chegando ao ponto de abrigar um marinheiro que estava sendo perseguido. Por fim, chegou o meu momento, em que continuei seguindo os ensinamentos da minha mãe.

Sempre quando retomo a essas histórias, me pego chorando, ficando emotivo. Isso me faz lembrar de um poema que minha mãe recitava para nós quando estávamos tristes e perdidos. Ele segue assim:

[...]não chore, meu filho; Não chores, que a vida é luta renhida: viver é luta. A vida é combate, a vida é combate, que aos fracos abate, que os fortes, os bravos, só pode exaltar [...] E a mãe nestas tabas, querendo calados os filhos criados na lei do terror; teu nome lhes diga, que a gente inimiga talvez não escute sem pranto, sem dor! [...] As armas ensaia, penetra na vida: Pesada ou querida, viver é lutar. Se o duro combate, os fracos abate, aos fortes, aos bravos, só pode exaltar.

Canção do Tamoio (trecho), Antônio Gonçalves Dias

Maria Rita Kehl (Psicanalista e membro da Comissão Nacional da Verdade), entrevistada – As torturas não seguiam um padrão, não era uma coisa organizadinha, tipo: vamos fazer isso até eles falarem. A realidade é que havia uma inventividade da maldade, uma criatividade para inventar humilhações e maneiras de agredir o corpo do prisioneiro.

Não consigo estudar muito disso no dia. Tem um limite do que consigo consumir diariamente, porque é muito doloroso e deprimente. Mas o estudo desses casos é extremamente importante, pois eles evidenciam a casca frágil que protege a legalidade democrática no Brasil e demonstram que ela pode ser rompida facilmente.

Tendler traz à luz, embora de modo menos explícito no filme do que na série, as palavras do neto do famoso Marechal Lott, familiar que se envolveu nos grupos de luta armada contra a ditadura. O depoimento gira em torno das ações de Lott em relação a cassações, prisões, torturas, perseguições e humilhações públicas de ex-combatentes, geralmente soldados (pracinhas) e oficiais da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e da Força Aérea Brasileira (FAB) que estiveram na Itália, na década de 1940, em luta contra a invasão das Forças Armadas alemãs. Esses militares, antes considerados heróis de guerra contra o nazifascismo, entre eles os entrevistados Brigadeiro Rui Moreira Lima e o Coronel Kardec Lemme, sofreram forte repressão:

Nelson Luiz Lott de Moraes Costa (neto do Marechal Henrique Teixeira Lott), entrevistado – Sempre respeitei muito os ex-combatentes brasileiros, eles eram os grandes heróis da nação. Pessoalmente, tinha uma conexão mais íntima com o Coronel Kardec Lemme, porque brincava com os filhos dele na infância. Mas a minha admiração era por todos esses heróis, principalmente pelo Rui Moreira Lima.

Foi horrível ver todos eles serem atirados para a lata de lixo da história, perceber que todos os grandes feitos, a partir de 64, não significavam mais nada. Foram todos enxovalhados. Isso fez com que uma grande revolta crescesse no meu coração, por isso comecei a participar dos grupos de resistência.

Nesse sentido, o Capitão da Aeronáutica Sérgio Miranda é considerado herói por muitos militares de esquerda. Miranda, em 1968, denunciou o que ficou conhecido como caso Para-Sar (esquadrão de resgate de Aeronáutica), do qual se recusou a participar. A ação consistia na realização de uma série de atos terroristas idealizados pelo Brigadeiro João Paulo Burnier, tais como o atentado a um banco, a explosão do Gasômetro e de uma represa, bem como o lançamento ao mar de alguns líderes políticos, resultando em milhares de mortos e feridos no Rio de Janeiro. As cenas são de uma entrevista conduzida pelo jornalista e escritor Zuenir Ventura, famoso pelo livro *1968: o ano que não acabou*¹⁸:

18. VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não acabou*. (Edição Especial) Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. As cenas da entrevista também aparecem na série *Militares da Democracia*, no Episódio 4, e são creditadas a outro filme de Silvio Tendler, *Chega de Saudade*, de 1988.

Zuenir Ventura (Jornalista), entrevistador – O Capitão Sérgio é uma figura rara. Em 1968, ele impediu que houvesse um massacre no Rio de Janeiro. Ao se recusar a cumprir uma ordem de seu superior, ele evitou a morte de cem mil pessoas. A ordem em questão, exigia que ele comandasse a explosão do Gasômetro da Avenida Brasil; a explosão da represa da Light; e o lançamento de alguns líderes políticos ao mar, entre os quais estavam Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, Dom Helder Câmara, e outros. Obviamente, todos estes atentados seriam atribuídos aos comunistas. Por conta da recusa em comandar esses atentados, ele foi processado e afastado das Forças Armadas. Na opinião dele, todas essas coisas não podem ser esquecidas. Capitão Sérgio foi um herói!

Capitão Sérgio Miranda (à época Capitão da Aeronáutica), entrevistado – A profissão de soldado exige grande responsabilidade, são eles que guardam e manuseiam as armas. Portanto, nesses casos que o senhor relatou, apenas cumpri com o meu ofício, não fui um herói.

Zuenir Ventura (Jornalista), entrevistador – Como foi a reunião em que te mandaram comandar esses atentados?

Capitão Sérgio Miranda (à época Capitão da Aeronáutica), entrevistado – Essa reunião foi o clímax de uma sucessão de reuniões que já vinham acontecendo a mais de dois meses. Normalmente ficava a meu encargo as interações com o Brigadeiro Hipólito e com o Brigadeiro Burnier, mas nessa reunião as coisas foram diferentes. Como você já explicou anteriormente, essa reunião foi organizada para se discutir a possibilidade de realização do massacre. Ela seguiu os trâmites normais de uma reunião. No entanto, o final foi bem dramático com a minha recusa da proposta. O Brigadeiro Burnier ficou surpreso com a minha resposta. Ele já sabia das minhas predisposições, mas esperava que houvesse um fraquejamento e, conseqüentemente, uma aceitação da proposta.

Zuenir Ventura, entrevistador – Qual foi a proposta? Qual foi a ordem que eles deram?

Capitão Sérgio Miranda, entrevistado – Não foi uma ordem sintética. A ideia era realizar uma escalada terrorista, tudo se iniciaria com um atentado na frente do *City Bank* e depois, em um dia específico, explodiríamos simultaneamente a represa da Light e o Gasômetro da Avenida Brasil. Essa ação iria causar um pânico geral na cidade carioca, pois a explosão do gasômetro iria encadear uma série de outras explosões, por exemplo: se uma dona de casa, que morava no Leblon, acendesse um fogão, todo o prédio iria explodir. Portanto, seria uma quantidade absurda de explosões simultâneas. Os veículos midiáticos, obviamente, já estavam sendo preparados para imputar esse crime aos comunis-

tas e causar uma alarde geral. Isso ocasionaria uma caçada aos comunistas e eles seriam, nas palavras do Brigadeiro Burnier:

– Mortos que nem ratos!!

Uma sindicância aberta pelo Brigadeiro Itamar Rocha, a partir da denúncia de Capitão Sérgio Miranda, comprovou a veracidade do plano de escalada terrorista orquestrado por militares de direita e de seus superiores como, por exemplo, o Brigadeiro Burnier. Contudo, tais ações seriam atribuídas à esquerda para que a ditadura pudesse justificar e fortalecer a repressão aos seus opositores. Aliás, por todo o filme, destaca-se a abordagem do anticomunismo como forma de criminalização dos militares que disseram não ao golpe e à ditadura. As vergonhosas práticas de tortura e de terrorismo de Estado, perpetradas pelas Forças Armadas, também são denunciadas. Demarca-se ainda a visão contundente dos militares de esquerda sobre tais práticas e como estas mancham a história da instituição. O Brigadeiro Burnier foi absolvido e tanto o Brigadeiro Itamar Rocha quanto o Capitão Sérgio Miranda foram afastados dos quadros da Aeronáutica.

Ao longo do filme são iluminados os envolvimento em atividades guerrilheiras ou em outras de apoio à resistência à ditadura de familiares (esposas, filhos, netos) de militares perseguidos. Esses casos, dentre outros levantados na série, trazem a extensão das violências e traumas sofridos para além daqueles que foram acusados diretamente por se opor ao regime.

Assim, com o desenrolar dos relatos, em montagem peculiar, construímos imagens de inúmeras formas de resistência dos militares que disseram não ao golpe e à ditadura. Alguns dos entrevistados contestam inclusive a formação militar, que não aborda de forma crítica esse período recente da história do Brasil e o papel dos militares na ditadura. Os militares que se opuseram ao golpe também condenam a visão anticomunista, que perdura desde as primeiras décadas do século XX, e a negação ou omissão de mera existência ou de qualquer tentativa de resistência por parte de grupos dissidentes de esquerda – comunistas, socialistas, legalistas, democratas – dentro das Forças Armadas:

José Miguel Camolez (à época Segundo-Tenente da Marinha), entrevistado – Na atualidade, acredito que nenhum militar sabe, por completo, o que se passou naquele período. A formação de oficial exige um grau universitário, eles poderiam estudar isso. Mas eles são instruídos por uma história falsa e

mascarada. Nesse sentido, acho que o país ainda não conseguiu superar o golpe de 1964.

Ivan Cavalcanti Proença (à época Capitão dos Dragões da Independência), entrevistado – Na minha opinião, a formação militar brasileira continua a mesma do período da ditadura. É uma ilusão pensar que os novos oficiais vão possuir uma nova mentalidade, isso é baboseira. Se pegarmos uma revista do Clube Militar do Exército e lermos um artigo, vamos conseguir perceber a mesma propaganda anticomunista – é uma obsessão. Para vocês terem uma ideia, eles ainda dizem que todos os militares perseguidos estavam a serviço do comunismo, trabalhando diretamente para Cuba. É uma coisa muito baixa. Além disso, se você passar em frente a vila militar, às nove horas da manhã, vai conseguir ouvir eles cantando hinos que vangloriam a ditadura, dizendo: “Nós estamos lutando contra o Exército Vermelho”; “Banimos o comunismo do Brasil”; etc. Portanto, não acho exagero dizer que ainda vivemos sob a sombra da opressão da ditadura.

Para encerrar a narrativa fílmica pela segunda vez (a primeira mencionava diretamente o primeiro filme inacabado sobre o marinheiro Felisberto, líder da Revolta da Chibata), Tandler afirma que a história não tem um ponto final. O cineasta ressalta sua própria jornada na busca de mais um vaga-lume escondido no interior do Nordeste: Raimundo Nonato Barbosa, o primeiro fuzileiro naval que depôs a arma e o capacete, recusando-se a reprimir a manifestação dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro, em 1964. Nonato e companheiros foram requisitados, pelo governo militar, para realizar uma repressão violenta aos seus colegas de armas. No entanto, comovidos por apelos dos colegas, em grande ato de resistência, eles se rebelaram e se mantiveram firmes contra as ordens dadas. A atitude de Nonato nos faz pensar na importância de um gesto simbólico de não violência e de solidariedade, no papel único de cada indivíduo nos acontecimentos políticos coletivos.

Ao retirar do esquecimento a história de Raimundo Nonato Barbosa e de suas ações, Tandler cria mais uma ligação, nesse caso indireta, ao seu primeiro filme inacabado. As montagens distintas realizadas para a série e para o filme apontam que são muitos os caminhos da história. As obras destacadas são construções complexas de novas memórias e de novas histórias, em contínuo diálogo e transformação. São igualmente obras de arte criadoras de imagens de resistência através da linguagem audiovisual e cinematográfica.

fica do documentário político que, em meio às trevas do negacionismo e do neofascismo atuais, ressaltam luzes difusas e minúsculas dos que foram oprimidos. Não esqueçamos que o cinema é feito de luz... Luz cuidadosamente escolhida por autores e equipes nas montagens de histórias autorais e parciais contadas para o público.¹⁹

Tendler assume publicamente uma visão política favorável aos vencidos da história, conduzindo as narrativas de maneira a mapear os militares que foram atingidos pelo golpe e pela repressão para enxergá-los prioritariamente como heróis. Nesse sentido, cabe-nos perguntar: a luz ofuscante projetada pelo cineasta sobre figuras antes fugidias ou apagadas pode contribuir para iluminá-las de fato? O excesso de luminosidade – também interpretada como construção tradicional de figuras históricas heroicas – não mergulha os sujeitos evidenciados em nova invisibilidade? Quando militares perseguidos aparecem como derrotados, vencidos, vítimas e heróis, podemos compreender suas complexidades, fragilidades, contradições, ambiguidades e falhas?

Por mais que exista a intenção de heroizar os personagens por parte do diretor, isso não elimina nem invalida a existência cristalina e didática de uma visão crítica da ditadura, das inúmeras faces da repressão, das causas dos traumas em mais de uma geração de pessoas, da história oficial e de seus apagamentos históricos. Tais pontos são apresentados na série e no filme por meio das montagens, dos roteiros e das palavras do

19. Compreendemos que os documentários de Silvio Tendler são atravessados pelas mesmas práticas e questões com as quais nos deparamos em nossas pesquisas e reflexões sobre história e a arte das imagens do real no cinema: “Frequentemente, nos encontramos portanto diante de um imenso e rizomático arquivo de imagens heterogêneas difícil de dominar, de organizar e de entender, precisamente porque seu labirinto é feito de intervalos e lacunas tanto como de coisas observáveis. Tentar fazer uma arqueologia sempre é arriscar-se a por, uns junto a outros, traços de coisas sobreviventes, necessariamente heterogêneas e anacrônicas, posto que vêm de lugares separados e de tempos desunidos por lacunas. Esse risco tem por nome imaginação e montagem.” (DIDI-HUBERMAN, G., “Quando as imagens tocam o real.” Op. cit., pp. 211-212). Ainda sobre o cinema como obra de arte, Benjamin afirmou: “O filme acabado não é produzido de um só jato, e sim montado a partir de inúmeras imagens isoladas e de sequências de imagens entre as quais o montador exerce seu direito de escolha das imagens, aliás, que poderiam, desde o início da filmagem, ter sido corrigidas sem qualquer restrição. (...) O filme é, pois, a mais perfectível das obras de arte.” (BENJAMIN, W. Op. cit., p. 174).

cinasta-historiador, que tem direito de se expressar como quiser, sem fingir imparcialidade (impossível em qualquer produção audiovisual, artística ou historiográfica). A palavra “herói” pode significar, no senso comum ou na história narrativa tradicional, alguém que realiza grandes feitos, como também o protagonista de uma obra de arte, no âmbito da arte cinematográfica, teatral e literária.

De maneira elucidativa, Tandler se apresenta como alguém diretamente atingido pela repressão ditatorial, uma vítima que explica como “foi salva” da tortura e da morte na ditadura graças a um militar (mais um herói, na visão do cineasta, ligado ao grupo de vítimas e resistentes):

(...) um companheiro do meu grupo de filmagens, sequestrou um avião e o levou para Cuba. Meu envolvimento nesta ação era nulo. Não sabia sobre o sequestro e nem sobre os planos. Porém, a Aeronáutica não quis saber e veio ao meu encalço. Eu teria sido morto, não pela coragem, mas porque não teria nada para relatar quando me colocassem sob tortura. Acabei sendo salvo pelo Brigadeiro Afrânio de Aguiar. Sou muito grato a esse militar.

Essa perseguição da Aeronáutica me custou o filme que estava fazendo sobre o Almirante Negro. Em um ato de desespero, o filme foi queimado pela pessoa que o guardava, pois havia medo da ditadura descobrir sobre a sua existência.

Em 1969, fiquei sabendo sobre a morte do Almirante. Coincidentemente, a notícia veio a mim no meu último dia de depoimento. A única coisa que sobrou do filme foi essa foto e a vontade de contar histórias, como as que faço agora neste filme sobre os militares que disseram não. Isso aqui é uma homenagem a todos que honraram a farda e o juramento de servir a nação. Isso aqui é uma homenagem a todos os militares que disseram não.

Por meio do exercício democrático de criação de histórias politicamente posicionadas em relação à coletividade, o cineasta-personagem-historiador pode, anos depois, afirmar e construir imagens de resistência sobre o real. Portanto, o ponto de vista nada neutro do diretor não anula brechas nem esgota múltiplas possibilidades de fruições e de análises do complexo diálogo entre depoimentos, narrações, falas em documentos históricos sonoros e imagens de arquivo. As imagens especialmente gravadas para o documentário, os dois finais do filme que diferem da série, os processos de produção anteriores ao ano de lançamento e os contextos distintos de divulgação e recepção dos produtos audiovisuais (50 e 60 anos do golpe) permitem ao

autor e a nós, espectadores, construirmos uma visão tanto crítica quanto criativa dos fatos.²⁰

Assim, o trabalho de Silvio Tendler é fonte inesgotável de produção de conhecimentos sobre memória e história em campo de disputas e resistências. Os vestígios documentais incessantemente produzidos, pesquisados e filtrados pelo olhar minucioso do cineasta-historiador fornecem elementos para construção de olhares críticos sobre sua própria produção. Vestígios de um cinema político feito de imagens que tocam o real e incendiam os interessados pela história do Brasil, suas interpretações e seus apagamentos.

Ao ambientar as narrativas dos militares em documentários ou trabalhos histórico-literários contemporâneos, fazemos montagens e recortes. Ao assumir esse tipo de trabalho, problematizamos a história-narração tradicional que se arroga capaz de contar uma versão definitiva, romantizada, sem contradições e unívoca da realidade. Nesse sentido, os trabalhos de montagem e de recorte em narrativas (fragmentos do real) trazem complexidades e ambiguidades que reposicionam o que é o pensamento e a prática historiográfica, fílmica e os sentidos das diversas narrativas enunciadas em torno do real no século XXI.

Os depoimentos de *Militares da Democracia* carregam consigo grande peso histórico e simbólico, que buscamos compartilhar não apenas nas reflexões sobre o filme, mas também em tudo o que foi construído para esta coleção de livros. Os recortes narrativos feitos pelos entrevistados, pelo cineasta e por nós, pesquisadores, apenas tocam o real, nunca dão conta de uma totalidade absoluta. No entanto, essa construção de narrativas permite a apresentação de questões críticas que podem ser apreciadas por futuras gerações de pesquisadores. Nosso desejo, portanto, também reside no entendimento daquilo que nos move como sujeitos históricos e criativos.

20. Podemos considerar que a cada efeméride evocativa do golpe de 64 ou de outros fatos históricos, surgem brechas para que as produções de imagens e de palavras testemunhais criem sintomas e conhecimentos, nos sentidos definidos por Didi-Huberman que, como Walter Benjamin, tem ensinado a “escovar a realidade a contrapelo” (DIDI-HUBERMAN, G. “Quando as imagens tocam o real.” Op. cit., p. 214) ou a partir dos questionamentos advindos do pensamento decolonial (SELIGMANN-SILVA, op. cit. e AZOULAY, A. A., op. cit.).

Ao ouvir Tandler, aprendemos que as produções de *Militares da Democracia* e mesmo desta coleção de livros foram processos de pesquisa e criação desenvolvidos durante as décadas em que cotidianamente lutamos pela redemocratização, também tempos de lutas dos militares perseguidos por reconhecimento, justiça e reparação. Se as propagandas políticas com esses militares tiveram grande poder de impacto e mobilização na década de 1980 (em que se destacam a Campanha das Diretas Já, a conquista da Constituição de 1988 e a primeira eleição direta para presidente da República em 1989), o filme e a série transmitidos pela televisão pública aos 50 anos depois do golpe militar, sob o apoio do Projeto Marcas da Memória da Comissão da Anistia e a Empresa Brasil de Comunicação, não tiveram repercussão equivalente. As obras de Tandler realizadas em 2014 se inserem em outro contexto. Trata-se de um período em que tivemos um terceiro governo de esquerda eleito, desgastado por uma crise econômica e denúncias de corrupção. Soma-se a isso, a polêmica instauração da Comissão Nacional da Verdade durante o governo de Dilma Rousseff. O país estava em ebulição, mas a oposição e o governo eram outros, de polos opostos ao final da ditadura, situação retomada com o terceiro governo Lula, eleito em 2021, que já sofreu uma tentativa de golpe da extrema direita poucos dias depois da posse, em 8 de janeiro de 2022.

Nas primeiras décadas do século XXI, os objetos de discussão, comoção e mobilização públicas também se transformaram. Alguns militares entrevistados, tanto nos trabalhos de Tandler quanto nesta coleção de livros, já haviam falecido. Outros tiveram formas diferenciadas de reparação, conquistadas por meio da criação da Associação dos Militares Cassados (AMIC), que depois se tornou a Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM). Essas associações atuaram, desde o final dos anos de 1970, com outros movimentos que buscavam garantir a anistia e direitos previstos na Constituição de 1988. A criação das associações de militares por direitos de anistia e defesa da democracia são brevemente citadas na série *Militares da Democracia* (Episódio 5), por um dos filhos dos que foram cassados. O fato revela, nesse sentido, o elevado impacto nos familiares da perseguição contra os pais e o legado dos descendentes no engajamento por anistia até os dias atuais.²¹

21. Sobre traumas intergeracionais, Marianne Hirsch, elaborou o conceito de pós-memória que aborda o impacto das memórias traumáticas dos pais na vida dos fi-

Cabe ressaltar que o contexto político no qual as obras audiovisuais de Tandler são lançadas é bem distinto do final dos anos de 1980. Em 1989, seria realizada a primeira eleição direta para presidente, após o fim da ditadura. Anos depois, em 2013, mesmo com a instalação da Comissão Nacional da Verdade, o impacto das produções audiovisuais de Tandler é bem menor. Boa parte da população entendia que a anistia e a democracia já estavam consolidadas. Além disso, uma série na televisão pública e um filme nacional sem larga exibição têm audiência mais restrita. As produções foram assistidas por grupos sociais específicos, em meio ao vasto público perdido no universo do excesso de imagens produzidas pela linguagem da internet, repleta de propagandas, séries e filmes como entretenimento barato e superficial. No início do século XXI, a oposição passou a ser de direita frente a governos de esquerda. Nesse contexto, a direita e a extrema direita cresceram ao produzir e veicular na internet peças audiovisuais revisionistas, negacionistas, de baixa qualidade, curta duração e de grande impacto político entre os mais jovens. Em contrapartida, as obras de Tandler possuem público próprio. Pessoas de gerações anteriores, entre fãs da sua filmografia e do cinema político, dos movimentos sociais, dos partidos de esquerda, dos pesquisadores, dos militares perseguidos e seus descendentes.

Por meio da série, do filme ou das narrativas biográficas desta coleção de livros, os militares cassados iluminam uma história contemporânea do Brasil muito rica e complexa, importante para possíveis linhas de entendimento e de análises da nossa sociedade e das interpretações em circulação sobre o passado recente. No entanto, 60 anos depois do golpe, sentimos incerteza constante em relação ao futuro, talvez conectada com as percepções dos entrevistados. Trata-se de um sentimento que transita, de maneira incessante, entre o desespero e a esperança. Com o retorno da extrema direita²², de

lhos e seus descendentes, que pode ser conhecido de forma mais aprofundada em seus trabalhos. Vide HIRSCH, M. *Marcos familiares: Fotografia, Narrativa y Posmemoria*. Buenos Aires, Argentina: Prometeo Editorial, 2021; HIRSCH, M. *La generación de la posmemoria: Escritura y cultura visual después del Holocausto*. 2ª ed. Madri, Espanha: Editorial Carpe Noctem, 2021).

22. Esse retorno se deve, entre outros motivos, ao poder e à ampla dominação que a extrema direita expressa dentro das mídias sociais, a partir de altos investimentos nesse formato de comunicação, de formação de opinião e de entretenimento.

maioria militar, produções audiovisuais como as de Tendler perdem espaço, apesar de circularem na internet, após uma década do lançamento. Assim, as histórias de grupos derrotados, à margem da história militar e política majoritária, são esquecidas, perdidas em meio às diversas e instantâneas produções audiovisuais neofascistas viralizadas, impulsionadas por algoritmos dos grandes monopólios de tecnologia, em busca de dados dos consumidores e lucros exorbitantes. As produções artísticas, transformadas em imagens de resistência, são apagadas, diluídas em meio à oferta infinita de imagens para consumo rápido na sociedade do espetáculo. Desse modo, podemos nos questionar: existem saídas para essa situação?

A simples ideia de responder à pergunta feita é puro devaneio no absoluto caos imagético. Filmes e produções atuais giram em torno das lógicas da economia neoliberal. Qualquer tentativa de construção ou mera absorção de conhecimentos se funde sob o caráter destruidor do consumo, assim como a natureza exclusiva ou privativa da cessão ou aquisição.²³ Portanto, boa parte do que se denomina arte não é mais um meio de expressão, provocação ou questionamento. A arte se tornou, na atualidade, uma série infinita de simulacros que contribui para a alienação e a morte de visões críticas e de milhões de pessoas que sequer se enxergam como classe trabalhadora. Suas vidas são desperdiçadas, descartáveis para a configuração do sistema capitalista tardio.

Dessa forma, compreendemos porque um observador médio, que se encontra inserido de forma forçada e arbitrária no espaço social da espetacularização, perde-se sob o brilho dos grandes holofotes midiáticos. A massa populacional se encontra presa nas grades de um sistema que a oprime e mata seus sentidos. Os espaços de crítica criativa e de produção de imagens de resistência, graças ao elitismo que as rodeiam, tornam-se cada vez mais escassos e privados. Conjuntamente, os espaços de exibição do vazio são mais frequentados (em razão do esforço da mídia de propaganda e do consumo rápido). Em decorrência disso, a discussão e a fruição de obras de resistência estão cada vez mais reclusas à “erudição” e se perdem em meio ao limbo da superficialidade crítica disfarçada de profundidade intelectual.

23. LÉVY, P. *O que é o Virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996, pp. 55-56.

A série e o filme *Militares da Democracia* são obras políticas que interpretam o passado de maneira crítica. No mais, são trabalhos que nos ajudam a construir saberes proponentes de diálogos, interações críticas e transformações entre memória e história. Nesse sentido, não deixaremos de produzir formas e imaginários de resistência. Se as construções histórico-artísticas circularem, sendo objeto de fruição, questionamento e comoção, não permitiremos que utopias, resistências, esperanças e suas criações artísticas, históricas, literárias e políticas sejam destruídas.²⁴

Contudo, as artes de resistência (“arte enigma”) ainda encontram espaço mínimo para serem realizadas e compartilhadas. Além disso, elas travam, de maneira constante, um embate direto com a tela total. O excesso de imagens que circulam na tela total miniaturizada causa uma espécie de cegueira temporária, que não permite um acesso das massas à compreensão das imagens de resistência. Nós, como vaga-lumes que resistem ao neofascismo triunfante, emitimos pequenas luzes. É necessário fluir, flutuar, pouco a pouco, iluminar nossas compreensões do passado e do mundo ao nosso redor.²⁵ Esse é um dos impactos de *Militares da Democracia* e de todas as produções audiovisuais de Silvio Tendler. Iluminamos a nós mesmos quan-

24. LÉVY, P. Op. cit., p. 55-56; Didi-Huberman nos chama à responsabilidade: “o artista e o historiador teriam, portanto, uma responsabilidade comum, tornar visível a tragédia na cultura (para não apartá-la de sua história), mas também a cultura na tragédia (para não apartá-la de sua memória). Isto supõe, portanto, olhar ‘a arte’ a partir de sua função vital: urgente, ardente tanto como paciente. Isto supõe primeiro, para o historiador, ver nas imagens o lugar de onde sofre, o lugar de onde se expressam os sintomas (...) e não quem é culpável (o que buscam os historiadores que [...] identificaram seu ofício com uma prática policial). Isto implica que ‘em cada época, é preciso arrancar de novo a tradição ao conformismo que está a ponto de subjugar-la’ – e fazer desse arrancar uma forma de aviso de incêndios por vir.” (DIDI-HUBERMAN, G., “Quando as imagens tocam o real”. Op. cit., p. 214).

25. Para além de uma análise historiográfica do filme como documento, considerações filosóficas e poéticas sobre as imagens, nos ajudaram a apreciá-las com novas percepções. Vide DIDI-HUBERMAN, G., “Quando as imagens tocam o real”. Op. cit., p. 216. Já Azoulay, A. A. propõe outras formas de ver, documentar e criar histórias, contra-histórias também contrárias à história no sentido tradicional de “relegar ao passado”, ao esquecimento, o que é irreparável e imperdoável no presente. Vide: AZOULAY, A. A. *História Potencial*, op. cit.

do enxergamos a luz trazida por vaga-lumes esquecidos. Testemunhamos algum renascimento ou reinvenção das nossas próprias histórias potenciais, de novos olhares e percepções que nunca tínhamos imaginado construir sobre o passado-presente-futuro compartilhado.

Eu serei companheira aceitando todas as dificuldades...

Para começar a falar de mim mesma, devo dizer que têm histórias dos meus bisavôs que tenho que contar! Faz parte de mim porque tudo isso é muito vivo na minha memória, sabe? E conduziu muito o meu espírito... Muito!

Quando nasci, em 1921, minha mãe era descendente de uma filha dos meus bisavôs, que foram dos maiores fazendeiros de São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul. Meu bisavô foi um velho que teve dezesseis filhos: deixou uma fazenda para cada um! Era um “feudo”! Apesar de parecer um “senhor feudal”, era um velho bom! Tinha um irmão que era um “raio”, mas ele era uma pessoa magnífica... Havia aquela diferença... essas coisas que acontecem nas famílias... Minha avó era filha dele. Foi a avó mais maravilhosa que já tive!

Nasci de uma situação muito boa na vida. Meu pai ganhava muito bem. Meu avô, por ter pouco espírito para negócios, foi perdendo o que tinha... Foi emprestando muito dinheiro em São Francisco de Paula e não admitia que ninguém dissesse:

– Vai cobrar! Fulano está te devendo!

Ficava bravo, não admitia que ninguém dissesse isso...! Ele chegou a ser prefeito de São Francisco de Paula. Era um velho muito estimado por lá, era respeitado demais. Fez um tremendo trabalho na prefeitura... O nome dele era Alziro Torres.

Meu bisavô, o velho Batista, era daquele tempo da Revolução Federalista de 1893, da luta do governador Júlio de Castilhos com os fazendeiros federalistas, os maragatos... Chegavam a dizer:

– O que é que pensa o velho Batista? Uma potência aqui, outra lá...

Era uma resistência tremenda! Ele era um velho de luta; os filhos guerreiros e os netos também...

Quando eu era menina, gostava de escutar as histórias dele, do tempo das guerras, das revoluções... E a minha avó contava porque sempre fui muito agarrada com ela... Ela contava que uma das vezes que a fazenda foi queimada, meu bisavô pensou que tinha sido incendiada com a família dentro de casa! Foram queimadas três fazendas, além das dezesseis que ele deixou para os filhos. Então, ele mandou que os filhos que estavam entrincheirados no mato para a resistência fossem e liquidassem com tudo! Que não deixassem nenhum vivo! No caminho encontraram minha bisavó, que já tinha fugido deles através de um valo, agachada! Acho que já era uma senhora velha e tinha fugido assim com as crianças que ficaram; entre elas estava minha avó. Passaram por eles que estavam churrasqueando. Como minha bisavó era inteligente! Ela disse para o mascate, que estava na casa dela:

– Você vai e deixa os cavalos encilhados no fim desse valo, que eu vou ao meio-dia, quando eles estiverem distraídos. Já estão meio bêbados, estão no churrasco... Essa é a hora que vou sair daqui.

O valo era distante, mas ela saiu de lá e chegou muito bem. As filhas estavam nos cavalos, todas montadas, engarupadas, e as negrinhas também. Ela sempre carregava as meninas da casa... Encontrou os filhos que vinham em combate para liquidar com eles, não deixar nenhum. A bisavó não deixou eles prosseguirem:

– Não, meus filhos, vocês voltam comigo. Eu não morri, tuas irmãs estão aqui, não aconteceu nada... Queimaram o que puderam, mas nós não ficamos dentro da casa. Não vão, porque vocês estão sujeitos a perder a vida... Estou bem, vamos embora!

Então, ela também tinha posição sobre os filhos; eles atenderam e voltaram. Meu bisavô estava no mato. Minha bisavó lhe disse:

– Você está ferido?

Ele respondeu:

– Estou ferido, mas já dei um jeito nisso aqui.

Então, o tio Bento, filho dele, disse:

– Meu pai abriu a barriga, que estava assim meio inflamada... tinha muita gordura...

E pediu para o tio Bento limpar bem a faca, queimá-la no fogo, afiá-la bem e raspar aquela gordura toda da barriga! Meu tio disse:

– Mas eu não faço isso, meu pai! Não tenho condições de fazer isso!

– Se você não faz, eu faço!

Pegou a faca, limpou bem no fogo – que era o que tinha – e ele mesmo raspou tudo e encostou aquelas pelancas que sobraram – aqueles pedaços de pele na barriga. Botou uma folha de bananeira ensaboada, sei lá com que folhas de matos que eles tinham, por cima daquilo e ataram uns trapos velhos para segurar... e meu bisavô se curou! Então, ele era um velho dessa marca!

O Júlio de Castilhos tinha um elemento que lutava para ele lá na cidade, que mandou recado para o meu bisavô:

– Eu vou pegá-lo!

E meu bisavô mandou dizer que quem ia pegá-lo era ele! Mandou dizer que nem Deus Nosso Senhor, tirando as tamancas, pegaria o velho Batista, quanto mais ele! E aconteceu exatamente o contrário: pegaram esse elemento e botaram a caveira dele exposta para todo mundo ver... Meu bisavô tinha consigo um negro que era revolucionário como ele, o Carçoço. Um negro maravilhoso, que era companheiro nosso. Ele era meio afoito e ia fazendo as coisas por conta dele. Disse antes de matá-lo:

– Não! Eu não te levo pro meu padrinho, porque ele é bom. Vai te perdoar e vai te soltar... Mas vou te passar a “gravata colorada”, desgraçado! E é agora!

Era a degola...! Degolou e botou a cabeça dele numa porteira... Um mandante do Júlio de Castilhos, governador do estado! As coisas eram assim... Então, meu bisavô disse:

– Você não podia ter feito isso... Vai repercutir contra mim. Eu não queria que isso acontecesse.

– Mas o senhor ainda ia perdoar esse desgraçado e ele era capaz de lhe matar em qualquer emboscada aí! Eu liquidei com ele, meu pai.

E assim foi a luta dos meus bisavôs...

Até no casamento de uma filha meu bisavô ludibriou os soldados que estavam cuidando ali da roda! Ele entrou por determinados pontos, ficou numa parte escura e assim cuidou, verificou e assistiu o casamento da filha... Olhando no escuro! Naquela época, queriam casar as filhas porque tinham medo de que um desgraçado lhes fizesse alguma coisa... Da primeira à úl-

tima filha ele queria ver casada e longe dali! E, de fato, aconteceu que meu bisavô saiu da cidade, por causa da revolução perdida, e minha avó ficava rezando num canto para que ele chegasse vivo! Foi pelo mundo até depois que aquela revolução passou e as coisas se acomodaram...

No fim de sua vida, meu bisavô passava o dia sentado numa cadeira de balanço, rodeado daquelas pessoas negras que viviam na fazenda... Porque quando veio a abolição da escravatura, elas não quiseram sair dali. Não tinham para onde ir mesmo... Então, estavam com uma pessoa muito bondosa e não quiseram se afastar. Foram essas pessoas que rodearam meu bisavô depois que ele enviuvou. E um dia, quando minha avó ainda era solteira, ele disse:

– Minha filha, eu vou morrer.

– Que bobagem, papai! Você não vai morrer! Que é isso? Está tão bem aí...

– Quer ver?

Sentou-se na cadeira de balanço, encostou a cabeça e morreu! Uma coisa incrível a percepção que ele teve da morte...! A vivência desse meu bisavô...! Como tinha vontade de tê-lo conhecido, sabe? E os filhos, então? Tio Belizário, tio Bento... e os outros que lembro bem. São criaturas que quando vinham a Porto Alegre eram rodeados de elementos de posição que ouviam as histórias que eles contavam... E ainda não há nada escrito sobre isso!

Bom, essas eram histórias que meus avós contavam quando eu era menina... Minha infância foi maravilhosa! Tudo aquilo passou, mas gosto muito de lembrar essas coisas...

Depois fiquei mocinha... Minha adolescência foi segura porque meu pai era muito severo e me segurava muito dentro de casa. Vivia para dentro de casa... Num lugar pequeno como a nossa cidade, todo mundo saía, passeava pra lá e pra cá, sem maiores consequências, sabe? Então, fui muito presa.

Eu não estudei para dar aulas... Não fui professora formada... No interior era um lugar ainda atrasado! Só havia um colégio público, com o curso primário. Eram oito anos de primário, sabe? Correspondia a esses três anos a mais que estudam hoje... Os professores eram magníficos! Tinha uma professora de matemática e outra de português que eram espetaculares! Elas se formavam nesse colégio, Escola Normal, ainda com dois anos de preparação! Os professores eram capacitados de verdade. Com 13 anos,

concluí a oitava série e ainda estudei mais dois anos com a Dona Maria, que era a professora de matemática, e a filha dela. Ela tinha um português maravilhoso! Não sei como – acho que de burra que sou – não aprendi mais... Mas a gente não leva muito a sério as coisas quando é menina... Ela era uma professora magnífica!

Quando tinha mais ou menos uns 17 anos, nós fomos embora para Passo Fundo. Estivemos dois anos lá. Lecionamos no interior para ajudar o papai, porque já estava em condições precárias. Com uma cabeça de 17 anos, em vez de bater o pé e ficar morando na cidade de Passo Fundo, resolvi que iria com a mamãe para fora da cidade, trabalhar. Ela vivia aflita porque o papai estava passando aquelas notas pra lá e pra cá, e pensava que um dia desses ia acontecer alguma coisa com ele... Vivia triste com isso... Então, eu disse:

– Eu vou para fora com a senhora e nós vamos lecionar!

E fomos. Minha irmã, a Jussara, estava tirando o colegial e o ginásio no Colégio das Freiras, em Passo Fundo, porque meu avô, que já era prefeito em São Francisco, lhe pagava os estudos. E ela disse:

– Eu vou contigo. Não vou te deixar ir sozinha...

Nós somos irmãs muito unidas. Fomos nós e uma menina de Vacaria, a Edith. Lecionamos por dois anos e depois fomos para São Francisco, passar o verão com meu avô. Neste verão, conheci o Delcy, meu marido. Já estava com 19 anos...

Quando o conheci, ele já tinha sido soldado... Foi expulso do serviço militar por causa do movimento comunista de 1935. Tinha sido exilado e acabou indo lutar na Guerra Civil da Espanha, ao lado dos republicanos, nas Brigadas Internacionais. Ele voltou da guerra em 1939, e tirou o curso de agrimensura, para medir terras, pois no interior necessitava-se dessa profissão.

Foi até meio engraçado quando nos conhecemos, sabe? Havia um retrato meu em tamanho grande – uns 40 por 50 centímetros – na vitrine do retratista da cidade porque, uma vez, fui tirar umas fotografias e aquele eu não pude comprar... O retratista perguntou se podia colocar na vitrine e eu disse:

– Pode colocar... Não me importo...

Então, ficou lá! Aí o Delcy, quando foi para São Francisco, estava passeando com os amigos, conhecendo a cidade, e chegou nesse retratista. Então, ele olhou o retrato, virou-se para um colega dele e disse assim:

– Olha, tu não se metes com essa garota! Ela está destinada para mim!

Brincadeira...! Nessa época, eu não tinha ainda saído de Passo Fundo. Quando chegamos em São Francisco, num baile, a primeira pessoa que me convidou para dançar foi ele! Nem cheguei a sentar direito e aquela pessoa estava na minha frente... Não sabia patavina sobre ele! Mas, ficou aquela situação...

Então, chegou a época do carnaval. Desde pequena, havia aqueles assaltos de carnaval, que eram uma maravilha...! E eu convidei o Delcy para ser meu par no bloco de carnaval. Ele, “metidinho” a carioca, olhou para mim e disse:

– Estás louca, garota? Então, vou ficar para o carnaval aqui em “São Chico”?!

– Ah! Então, tá... Está bem, só queria saber...

Mal ele virou as costas, eu tinha outro parceiro! Ai, ai...! Mas, com ciúme, ele estragou... Num instante, voltou! Tinha aceitado o convite... Bom, passamos o carnaval juntos e ficamos assim para sempre, né?

Nessa época, ele era funcionário do Departamento de Estrada de Rodagem – DAER – em Porto Alegre, dentro daquela situação política delicada, da ditadura getulista, que foi um pedaço incrível das nossas vidas... Para poder casar, ele resolveu trabalhar por conta própria. Pouco tempo depois de termos nos conhecido, de namorarmos sempre de longe, de termos noivado por carta – ele não se conformava nem eu – e nós quisemos casar. Então, aí resolvemos a vida...

Casamos em outubro de 1941. Era a época getuliana... E eu já sabia daquela situação complicada dele, que era comunista... Logo assim, bem de início, ele chegou falando que tinha ideias meio avançadas... Ele não sabia como é que eu iria reagir... E olha, que engraçado! Meu pai era um fã do Luiz Carlos Prestes! Não dentro da questão política, sabe, mas ele acompanhava o que acontecia com ele e o considerava um homem bravo...

Meu pai não era getulista. Meu avô, sim, foi getulista; defendia muito Getúlio... Mas meu pai era meio apolítico, não era muito envolvido... Mas acabou se envolvendo também... Então, eu já vinha com aquele espírito aberto, porque meu pai gostava daquele homem e o outro, que eu estava gostando, falava bem da mesma pessoa... Pensei: “Não há de ser tão diferente. Alguma coisa há em comum entre esses dois...” Com meu pai e ele, né? E eu disse ao Delcy:

– O que há de tão grave que tu não queres me dizer?

Aí ele começou a me relatar suas opiniões políticas, sua situação pessoal, tudo o que ele tinha passado como revolucionário, e o que ele ainda podia ter que passar...

– Se, por um acaso, nós levarmos adiante o nosso namoro, o que é que você acha disso...

– Para mim, isso não é empecilho. Eu serei companheira aceitando todas as dificuldades...

Depois de casados, moramos dois anos com meus avós. Foi um período maravilhoso da minha vida... Eles eram fora de série! Mais tarde, fomos para nossa própria casa; criamos condições de fazer um rancho por lá...

Em São Francisco, a gente sofreu muitas restrições... Esta não é a melhor palavra... Preconceito! Aquele pessoal tinha muito preconceito contra a gente... Eles tinham uma cabeça completamente fora dessa política avançada... Então, resolveram ver se conseguiam tirar a gente de lá, cortando o serviço do Delcy. Aqueles fazendeiros que eram mais acostumados com a situação política do jeito que estava, não davam nenhum trabalho para ele! Eles preferiam dar para um cidadão qualquer, que nem soubesse fazer aquilo... Até que eles começaram a ver que o trabalho do Delcy era correto e era um serviço bem feito... Diziam:

– Ele trabalha bem, mas é um comunista!

Esse papo existia... Nesse ínterim, a mãe do Delcy quis vender a fazenda Arroio del Rey, situada em Santa Vitória do Palmar. E a venderam – muito mal vendida – dividindo o pagamento irmanamente entre eles. Então, os fazendeiros começaram a raciocinar assim:

– Esse cara é filho de fazendeiro, é rico, ganhou não sei quanto... E a gente está aí perdendo tempo... Nós não vamos tirá-lo daqui nunca!

E realmente não tiraram. Quando nós saímos, foi por livre e espontânea vontade. Mas houve muitas restrições e, por causa delas, a gente viveu apertado por um bom tempo... Porque não davam trabalho!

E eu não podia fazer nada! Era simplesmente mãe dos filhos pequenos... Mas, a gente tinha familiares que ajudaram muito... Uma gente maravilhosa! Meu avô era contra as ideias dele, mas nós fomos morar com ele. O Delcy lhe disse:

– Seu Alziro, não vou esconder do senhor o que sou, para que saiba quem é que tem dentro de casa!

E abriu o jogo para o vovô!

– Sim senhor! Eu, politicamente, penso de outra forma, mas respeito muito a sua luta, a sua maneira de pensar, e sei que tenho uma pessoa correta dentro da minha casa...

Nunca houve atrito! Eles conversavam sobre política: meu avô perguntava a opinião do Delcy sobre o Getúlio, e ele dizia o que ele achava...!

Getúlio era uma pessoa que, ao mesmo tempo, dava uma sardinha ao pobre e um peixe bem grande para os elementos que ele queria favorecer. Eram assim as comparações que o Delcy fazia...

– Realmente, ele fez as leis trabalhistas, mas por outro lado...

Havia uma série de coisas que o Getúlio fez. E aquilo era apreciado, por isso meu avô era getulista, e dizia para o Delcy:

– O senhor está enganado...

– O senhor é que vai ver!

As conversas deles eram dessa forma... Eles sempre foram muito amigos... E não era pela origem, pela condição financeira, que os meus avós e meus bisavós, tiveram e passaram para os filhos, sabe? Era a condição de convívio que tive, principalmente com a minha avó, que era a velha mais maravilhosa que conheci! Ela era “pra frente”! Pedia os livros políticos do Delcy para ler! E gostava dos livros que ele lhe dava! Minha avó morreu com 89 anos, completamente lúcida... Meu avô era o curandeiro da época! Todo mundo afluía à fazenda dele para pedir remédio, porque não tinham como cuidar de doenças...! Ele tinha aqueles livros de homeopatia, que davam antigamente... E ele se ligava muito naquilo e dava os remédios para o povo... E, apesar das dificuldades, essa foi uma época muito linda e muito digna da minha vida...

Então, tivemos nossa primeira filha, que se chama Sandra. Depois, em 1945, nasceu o Luiz Carlos... E o velho Prestes saiu da cadeia nesse ano e fez um discurso muito lindo pelo rádio, que eu ouvia na cama com meu filho recém-nascido! Eu e o Delcy resolvemos botar este nome em nosso filho: Luís Carlos Furtado Silveira. Em homenagem ao Luís Carlos Prestes! Já era um acordo entre nós dois...! A gente não sabia se era homem ou mulher: “Se for homem, vou botar o nome de Luís Carlos!” Meu pai também era Carlos – eu gostava do nome – e também homenageava o velho, né? Luís Carlos...

Eu tinha uma amiga que morava assim, de frente, mas era do outro bando político. Gente boa, mas gostava mais do outro grupo, e foi me visitar porque morávamos bem de frente... Ela disse assim:

– O nome do teu filho é Luís Carlos Prestes?!?

– Não. É Luís Carlos Furtado Silveira!

Então, ela ficou com aquilo na cabeça: “Botaram esse nome por causa do Prestes! É em homenagem a ele!” Coisas de lugar pequeno, sabe?

Mas tinha pessoas com quem eu me dava muito bem, uma turma mais amiga... Era um pessoal da minha idade, que mesmo depois que começamos a casar, continuaram com aquela amizade. Entretanto, aqueles elementos de cima, que faziam fofocas, eram bem mais velhos, políticos safados de lá... Era aquela gente que tentava nos isolar... Fui filha da cidade, daquela terra, mas sentia que depois que casei com Delcy, faziam restrições comigo também!

Ah, faziam!

Uma vez, nós dois estávamos num cinema e arreventou aquela fita. Até que arrumasse aquele negócio para continuar o filme, ficava aquela visita no cinema, todo mundo conversando. E não vinham cumprimentar! Mesmo quando meu pai faleceu... Tinha um grupo que sempre nos cercou muito, amigos, que sempre quando se encontram é aquela festa... Mas aquela gente descendente de fazendeiro é muito “batedora de peito”, sabe? “Comedoras de hóstia”, “filhas de Maria”, aquelas coisas lá de igreja...

Quando era solteira, toda vida fui à igreja. Mas não ia por religião! Não foi o Delcy que me ensinou a não ter religião. Eu, por mim mesma, nunca tomei a comunhão! E me chamavam para participar daquelas coisas, catecismo, mas não ia! Era um padre alemão muito engraçado que a gente tinha lá:

– Rechcsishaiss... Diz àquela tua amiga, resch, para se preparar para a comunhão...

Falava assim, em alemão! E eu não ia. Mas como gostava muito de cantar, ia para igreja. Cantava Ave-Maria, junto com aquele coro... Chegava a missa, ia espiar as pessoas que estavam lá na igreja...

Mas, nós nunca encontramos gente que tomasse uma atitude ruim cara a cara... Certa vez, apareceu um delegado novo na cidade. O Delcy teve um atrito com ele por causa da campanha antinuclear, aquele negócio de Estocolmo sobre a bomba atômica... Foi uma campanha mundial e nós fizemos também. Uma companheira de Porto Alegre foi para a cidade e eu saí de casa em casa com ela, colhendo assinaturas. O Delcy estava em casa, quando chegou um brigadiano:

– O delegado mandou o senhor comparecer à delegacia.

Ele chegou lá e o delegado disse:

– Eu mandei chamar o senhor porque têm muitas queixas aí... Tem uma senhora estranha, que anda acompanhada da sua senhora, com um documento...

E o Delcy me defendendo!

– Sim. É um abaixo-assinado contra a guerra nuclear. O senhor não está sabendo?

O delegado ficou admirado. Além de ter um marido comunista, a esposa também era comunista! E eu tinha que enfrentar, né? Isso teve desdobramentos... Um belo dia, o Delcy vinha de caminhonete pela rua e o delegado “atacou-lhe”. O Delcy parou e ele disse:

– O senhor me dá uma carona?

– Pois não.

E embarcou. Depois disse:

– Não me dou bem com o senhor. Mas todo mundo aqui se dá com o senhor e porque eu não posso também?

– Depende do senhor!

Ah! Desde aquele dia, eles ficaram muito amigos! Era um sujeito muito decente... Ele não era de carreira. Antigamente um delegado não precisava ser bacharel. O sujeito era nomeado delegado mais por questões políticas. Era o caso dele. Seu nome está bem de acordo com o que ele é: Fraterno. Às vezes, o Delcy o encontra, dá um abraço...

Mas, tinha um juiz muito canalha... Os comunistas organizados no partido, formavam um certo número de pessoas. Era um partido pequeno, mas extremamente atuante... Extremamente atuante mesmo! A gente dava baile lá na reação! Mas isso o Delcy pode contar melhor... Nós fizemos um comício, uma passeata, não lembro bem... Contaram para o juiz que íamos fazer e ele entrou apavorado na prefeitura! Mandou chamar o delegado e disse:

– Eu vou avisar a polícia especial para vir pra cá! Porque os comunistas vão fazer uma manifestação...

Porque eles tinham medo...!

Então, o Fraterno foi chamado e disse para o juiz:

– Não, senhor! O senhor não vai chamar a polícia especial porque aqui sou eu a autoridade: eu que garanto a ordem! E os comunistas não vão fazer isso que o senhor está dizendo!

E o Delcy me metia nisso e eu tinha que ir, né? Fazia essa parte de organizar comício, passeata, colhia assinaturas... Essa passeata foi uma coisa tão engraçada...! Aquele povo todo no meio da rua, em direção a prefeitura para falar com quem mesmo? Ah, com o prefeito. Ele fugiu, se escondeu... Ele não compareceu, mandou um cidadão, um grande fazendeiro, no lugar dele... Esse sujeito era um grande “contribuidor” de São Francisco... É, “contribuidor”, porque era daqueles que acendiam uma vela a Deus e outra ao diabo! Mas, foi tão engraçado, sabe? A gente olhava as caras de um e de outro, quando a passeata ia passando... Fomos na prefeitura e começaram a discutir. O prefeito queria jogar um pessoal camponês num tal de banhado – um pântano – que nem sei onde é...:

– É! O senhor quer nos botar nos banhados, mas lá só quem mora é sapo! O senhor não sabe disso?!

Uma vez, foi transferido pra lá um padre, bem velhinho... Era uma pessoa culta, de certos conhecimentos, e resolveu que gostaria de conversar, ouvir as opiniões... Gostava muito de conversar com o Delcy, principalmente. Então, nos visitou... Acha que ele ficou na cidade? Tomaram conhecimento disso tudo e botaram o padre pra fora! Por causa disso, o mandaram para um asilo, em Caxias... Só por ter contato com as pessoas, aconteciam essas coisas! Eles achavam que aquele padre estava botando em perigo o que eles defendiam! A posição deles! Esse padre não podia estar se dando bem com um “elemento comunista”! O que ele podia estar conversando com um “desses”?

Eu era bem jovem nesse tempo e tinha uma vida diferente da maioria das mulheres casadas, que eram mais velhas, sabe? E elas não me olhavam com bons olhos. Mas tinha aquele grupo que a gente convivia bem... Apesar de pertencer a uma família tradicional, eu não achava que uma pessoa, como foi meu bisavô, precisasse ser reacionária, ou um bandido, que chutasse os elementos de dentro da sua fazenda... Não achava que tinha que ser nada disso! Eu olhava muito para o outro lado: a gente que necessitava, que precisava... Sabe? E tive esse exemplo desse meu bisavô que, apesar de ser um latifundiário, era um homem bom! Tudo o que pôde fazer de bom, fez...

O Delcy sempre diz que da vida de revolucionário ele conhece praticamente tudo... E eu tive que conviver com isso... Fazia tudo com ele com o coração na mão, né? Em uma das ocasiões, eles faziam um churrasco com camponeses em determinado lugar, no interior de São Francisco, quando

ficaram sabendo que iam ser postos de lá para fora! Então, preveniram-se de uma maneira muito precária, muito absurda, mas tomaram conhecimento e ficaram onde estavam! Sabe que o Delcy impunha um respeito, que a reação tinha medo de chegar! Eles mostravam aos camponeses os direitos que tinham, que são muito explorados, essa conversa toda... E não houve nada. Mas e eu? Como é que ficava em casa, à espera do resultado disso? Então, foram muitas e muitas histórias interessantes que já nem lembro mais...

É que foi uma época em que o Getúlio já estava cedendo! O Delcy não concorda e diz que ele ainda era agressivo, só que como fomos morar no interior... O partido não existia mais e a gente começou a tentar reerguê-lo, mas era ilegal e tinha que ter muito cuidado! Porque existia a reação getuliana... Então, não havia no partido grandes ações ou quase nada! Ainda assim acho que no interior a coisa era muito visada! Vinha queixa da posição maior de Porto Alegre! Vinham denúncias!

Primeiro, não existia o partido. Mas o Delcy estava trabalhando lá no interior e recebeu a tarefa de reorganizá-lo e cumpriu: reorganizou o partido. Daí a reação recrudesciu... Só que não chegava a prender, né? A reação tinha outros aspectos... Houve fatos como este: tinha uma grande fábrica de celulose a 80 quilômetros de São Francisco, em Cambará, com um número enorme de operários. Ela existe até hoje, a Celulose Cambará. E o Delcy e os companheiros começaram a trabalhar lá naquele meio operário e camponês... Era uma miséria terrível...! Um dia, quando eles foram lá (acho que estavam em três), disseram:

– Olha, vocês vão ser agredidos...

Já tinham uma afirmação:

– Vão tirar vocês daí.

Então, um deles tomou a palavra e falou da ameaça que existia para os operários que estavam ali... Ah! E eu sempre sabia o que eles iam fazer... Mas, como falei, um deles disse aos trabalhadores que sabiam o que estava acontecendo, e que tomassem cuidado porque iam encontrar uma reação muito séria e que eles não temiam as ameaças deles. E, no fim, eles não fizeram nada! O Delcy estava ali com o operariado e muita gente ia ficar a favor deles, porque eles faziam uma agitação terrível!

Então, a fábrica se dirigiu a um juiz de comarca dizendo que lá era uma propriedade particular e ele noticiou todos eles, proibindo-os de botar os

pés dentro das propriedades da Celulose Cambará! Ainda assim, o Delcy ia: deixava o carro num lugar qualquer e entrava pelo mato... Faziam reuniões com quarenta, cinquenta trabalhadores, que eram cortadores de pinheiros, das árvores para fabricar a celulose. Faziam grandes reuniões com eles...

Deixe-me contar uma história particular que mostra a personalidade dele: nós estávamos na casa da minha mãe e, do lado, tinha um terreno baldio enorme, onde um cidadão punha uma vaca para pastar. E o meu marido punha o cavalo dele também, porque essa terrinha era da minha família. Então, ele pediu para o rapazinho, filho desse senhor que, quando ele tirasse a vaca, não deixasse a porteira aberta porque o cavalo podia fugir. E o guri nem deu bola! Cada vez que saía, deixava o portão aberto e era aquela coisa:

– O cavalo está saindo! Corre...!

E punha o cavalo de novo para dentro... De repente, ele encontrou com o guri e disse:

– Olha, tu dizes pro teu pai que da próxima vez que você deixar a porteira aberta, vou me entender com ele.

E isso aconteceu. A briga foi em frente a casa da minha mãe! Antes, quando ele disse no café que vinha atacar o Delcy, os camaradas disseram:

– Acho bom você não ir porque aquele cara joga “jiu-jitsu”!

Ele nunca jogou “jiu-jitsu” na vida! Imagina... Tinha agilidade de ginasta, enfim, da vida militar que ele sempre teve, né? Eu já estava gorda do segundo filho. Veio aquele cidadão – um homem enorme – e quando se desentenderam com palavras, nem bem terminou de falar e já estava no chão com todo aquele tamanho, sabe? O Delcy deu um sopapo na cara que atirou o homem no chão e ele não conseguiu mais se endireitar! E me enfiei na briga, sabe? Olha, meti a mão no homem, e ele não se mexeu do lugar...! Ai, ai... Depois, ele “se mandou”! Então, aconteceu isso e ele começou a ser muito respeitado em São Francisco. Não só por medo político – de que um dia pudesse dar uma virada – como pela posição que ele sempre tomava...

Às vezes a gente se lembra de um fato que já passou... Não sei em que época foi, deu uma revirada política, e eles resolveram se afastar de casa, cada um para um lado... Era um grupo de companheiros que militavam e que se afastou para ver o que ia dar... Tudo isso acontecia e a gente não sabia o que ia dar, qual era o resultado de tudo aquilo, né? Como contei, a gente já tinha passado por bastante dificuldades com relação à vida de trabalho do Delcy,

até que acharam que ele era rico e não quiseram mais fazer campanha contra ele! E não era nada disso...! Da herança da mãe, era um tanto para cada um e mal deu para comprar uma casa ou um apartamento...

Vivemos um período de 15 anos em São Francisco. Saímos com os três filhos, quando começamos a pensar que lá não tinha uma condição melhor para eles continuarem os estudos... Então, resolvemos ver se dava para vir para Porto Alegre. O Delcy voltou a trabalhar para o DAER, porque os amigos que ele deixou forçavam a barra:

– Você vem trabalhar aqui conosco. Você já foi do DAER, portanto, vem pra cá...

E eu insistindo para que ele voltasse:

– Vamos embora de São Francisco. Aqui não têm condições para os filhos estudarem...

Aí ele resolveu ir, “meter as caras”, e se organizar... Conseguiu nomeação para o DAER e começou a trabalhar bem. Enquanto uns faziam um serviço em cinco dias, ele fazia em dois. Nunca vi para trabalhar igual! E ele fez um nome muito grande na empresa, com mais dois amigos conceituadíssimos, o chefe e mais outro colega.

Mas, inicialmente o vencimento era pouco. Então, quando cheguei em Porto Alegre, fui costurar para fora. Eu não sabia costurar... Fui aprender à custa dos fregueses! Costurando, fazendo, ajeitando... Voltava e ajeitava mais um pouco... e consegui! Com isso, consegui ajudar em muita coisa... Porque a situação era assim para poder coordenar: o pão custava tanto; a carne outro tanto; e assim por diante, para poder controlar.

– Não podemos passar disso!

No final do mês, não sobrava nem para um cinema! Por isso, comecei a trabalhar assim como estou dizendo... A Sônia, a mais moça, ainda era pequenininha, tinha uns seis anos; o Luiz Carlos estava com 12, e a Sandra com 15 anos. E aquela ajuda foi somando mais um pouco, até que ele foi subindo, com condicionamento para o trabalho, e se firmou muito bem no DAER. O trabalho dele teve uma enorme participação...

Olha, eu gostava de costurar. Sempre fazia alguma coisa porque não sou mulher de ficar parada. Mas a costura me deixava nervosa exatamente pela insegurança do trabalho... Nunca fui habilitada para aquilo e me atre-

via... Então, me dava aquela insegurança e ficava nervosa. E, à medida que não foi preciso, parei. Fui me desfazendo aos poucos porque não aguentava, sabe? Quando começava a empilhar os vestidos para fazer, ia me dando uma amargura, e não tinha vontade nenhuma de continuar...

Bom, mais tarde, quando a filha mais velha já estava na vida de casada, eu disse para o Delcy:

– Quero trabalhar no serviço público.

Estiveram aqui duas amigas da minha irmã que trabalhavam na Secretaria de Saúde. Vieram para fazer um vestido pra cada uma. Aí, uma delas, que se chamava Cora, disse:

– Maria, vamos colocar a Bartira para trabalhar no lugar daquela que pediu licença de interesses. A mulher não vai voltar mais...

– Vamos, vamos pedir...

Sei que elas tomaram a frente e saiu mesmo a minha nomeação. Realmente, tive uns quantos anos trabalhando e mais um tanto pra sair do serviço... Pensava: “Ainda tenho filhos solteiros, então tenho muito o que ajudar... continuo trabalhando...” Porque o Delcy tem ideias socialistas e tudo mais, só que não queria que a mulher dele trabalhasse, tá? Aquela coisa: mulher é para estar guardada dentro de casa. Não é para estar convivendo com cinquenta pessoas...

Então, apesar de ele ter essas ideias avançadas, eu tinha que ficar em casa cuidando dos filhos... Tinha essa diferença. Entravam em choque as duas coisas e eu ficava pensando em como é que elas podiam se harmonizar. Porque sabia que ele era um elemento com o pensamento mais evoluído nessa questão, mas ele não aceitava aquilo... Eu não quebrava o pau com o Delcy! Não! Mas argumentava muito com ele! Argumentei muito! Não aceitei nunca e não aceito! Acho que essa parte foi errada na nossa vida! Acho que as dificuldades que vivemos pelo pensamento socialista que ele sempre teve, eu enfrentei também! E o conheci já com essa condição e não o revoguei: não foi algo que me desse medo, apesar de ter enfrentado inúmeras ocasiões com medo de que viesse a acontecer alguma coisa má com ele... Então, aceitava tudo muito bem. Mas, quando chegou no ponto da mulher querer trabalhar, ele não gostava! Por que? Porque ainda veio com aquela ideia de que o melhor para mulher é a casa, né? Isso ainda não tinha desgrudado da cabeça dele! Talvez, hoje, já pense diferente... Mas, essa foi

uma das coisas que a gente nunca se ajeitou muito bem... Quer dizer, eu não aceitei! Apesar de convivermos muito bem com esse problema, não aceitava, não aceito e não aceitarei! Não! A vontade de fazer algum trabalho para si mesma – para se complementar, enfim – é normal em qualquer mulher! E eles não entendiam: mesmo um homem que tinha ideias socialistas, não entendia isso. Ele achava que eu não precisava! Depois de estabilizados, não precisava mesmo, mas aquilo me fazia bem...

Felizmente, depois de casados, nunca chegamos ao ponto do Delcy ser preso por suas atividades políticas. Depois de 35, ele nunca mais foi preso. Mas o Eny, irmão dele, foi preso. Esteve no DOPS, essa coisa horrorosa... Politicamente, ele foi um grande sujeito. Meu marido diz que nunca viu um elemento de maior dedicação... desprendimento e... corajoso! Corajoso! Tinha uma coragem excepcional! E realmente a gente sentia isso... Era uma pessoa calma! Calma, que não podia ter melhor... Mas era de muita coragem.

Ele foi preso e enfrentei a polícia junto com a mulher dele, a Iracy. Nós duas, lá na polícia! Olha, que dentro de um ambiente policial como esse, a gente tem medo, sabe? É um ambiente que a gente não gosta! Pode ser que agora esteja mudado, mas naquele tempo, não! O Delcy diz que a polícia sempre foi isso... Mas pode ser que agora tenha elementos mais esclarecidos, com um nível de vida, de estudo, maior, que tenham mais capacidade de se dirigir...

Foi quando aconteceu o problema do golpe, que chamam de “Revolução de 64”, e que todo o pessoal socialista chama de “1º abril de 64”: realmente era um golpe! Não era revolução coisa nenhuma! Nessa ocasião, eu já estava em Porto Alegre... Ah...! Senti uma angústia muito grande... Aquelas músicas, aquelas marchas políticas, aquela fala do Brizola, reagindo, reagindo... Não sei se foi em 64 ou um pouco antes, em 62, quando não queriam deixar o Jango tomar posse... Era aquela coisa de que o Sul ia resistir e a gente ficava naquela expectativa... O Delcy se armou e disse:

– Vou pra rua!

E foi! E eu? O que podia fazer? Fiquei com aquela angústia... Tive que chamar até o médico... Pensava comigo: “Você não tem que ouvir televisão, nem rádio, nem nada: desliga isso...! O Delcy sai para uma revolução, sem dúvida, vai voltar morto...!” Passei uma aflição muito grande...!

Quando veio o golpe de 64, estávamos inaugurando a televisão em casa, porque ainda não tinha... E logo na primeira lista que saiu para demissão do serviço, estava o nome dele: Delcy Silveira! Ele... Vou dizer, sabe, a gente levava uma vida...! Que angústia...!

Nesse ínterim, ele já estava desligado da vida política ativa. Nunca deixou de ser prestista, de ser comunista, de achar que esse era o rumo certo, mas se desligou da atuação política. Ainda assim estava ameaçado e sofreu as consequências. Ele tinha muitos amigos dentro da Escola Militar, que foram colegas, e já era gente graduada militarmente. Aqueles amigos que eram a favor dele – uns três ou quatro – começaram a defendê-lo... Aqui teve um cidadão que era capitão, nem vou citar o nome... Ele estava naquele trabalho, era militar, mas era uma pessoa consciente, que não admitia absurdo, nem injustiça. E esse capitão foi magnífico! Entrosado com o que ele leu a mandato de outros, amigos dele, chegou à conclusão de que Delcy era um cidadão que não tinha o que pagar! Não tinha que ser preso! Não tinha porquê... E não foi. A lista saiu e ele não foi posto para fora do serviço. Mas, barbaridade! Foi um sofrimento...

Nem quando casei com o Delcy – e ele tinha acabado de voltar da guerra da Espanha, ainda no período do Getúlio – teve tanto perigo quanto em 64... A luta ficou mais acirrada: eles constataram posições e quiseram tomar essa dianteira. E nisso eles amarguraram a vida de meio mundo que estava e que não estava envolvido! Trabalhistas, gente como eu, inclusive, quem não era nem socialista, nem era nada! Pagaram por coisas que nunca fizeram! Sabe? Eles constataram! Hoje eles sabem que, realmente, muita gente não mereceu pagar o que pagou: com a vida!

Bom, quando tinha no máximo seis ou oito anos de trabalho nesse Setor Pessoal da Saúde, fui convidada para ser chefe do setor. A pessoa que foi levar ao meu conhecimento o pedido feito em meu nome, precisava saber em seguida se aceitava. E eu disse que não aceitaria. Primeiro, porque tinha que falar com meu marido: antes disso, não daria a resposta. Outro motivo era que não podia aceitar enquanto minha chefe não se aposentasse, pois ela estava “fechando o tempo”, numa função gratificada, ia levar somando no seu vencimento e isso eu não faria de jeito nenhum. Preferia perder.

Mas, então, eles esperaram essa pessoa se aposentar e, em seguida, me nomearam. Enfim, ela teve que sair porque não aceitaram uma nomeação

em comissão para ficar na chefia. Queriam que eu assumisse... Assumi e fui muito feliz durante cinco anos. Ao final deles, meu marido adoeceu com um problema muito grave de coluna: teve uma primeira operação, sofreu uma segunda e esta última foi uma coisa terrível... Ele levou um ano aprendendo a caminhar!

Foi uma espécie de um queiloide entre uma vértebra e outra da primeira operação, que não foi gerada pelos médicos, mas sim pelo comportamento dele, que era de não sossegar, de não ficar quieto... Mandaram caminhar e ele achava que podia descer de ônibus “de pinote”, e para o centro da cidade, andar horrores, e a coisa não foi bem assim... Depois, não resistiu àquilo... Ele diz que não foi por esse motivo. Eu digo que foi e o doutor aceita minha opinião. Porque ele estava tão bem! Não era possível... Trouxe uma consequência muito grave para ele...

Depois da operação foi terrível! Ele dava pulos em cima da cama, com o corpo inteiro, com choques...! Era esquisito... Nunca tinha visto aquilo! Quando dava aquilo, já era uma correria para o hospital... Terrível! Davam uma injeção para acalmar, para ele poder aguentar... Foram 17 dias... Mais tarde, teve que fazer fisioterapia em casa... Levou nove meses para aprender a caminhar... Nesse ínterim, ele “forçou a barra”, perguntando se nem assim eu deixava de trabalhar. Então, pedi licença para tratar de interesses particulares. Ficava sem receber, mas não perdia o direito de voltar. E quem disse que ele me deixou voltar? Tive que reassumir, mas nisso, também precisei de uma operação... A médica começou a fazer uns exames comigo e ela achou que eu também tinha um problema de coluna...

Passei por muito trabalho por causa da doença dele. Na casa onde morávamos, os quartos eram em cima e as outras coisas todas eram na parte de baixo. Então, era aquela subida e descida o dia inteiro... Quase me acabei... Tinha um amigo – aliás, nosso amigo até hoje – o Carlos Calage, que é uma pessoa magnífica e ia diariamente visitar o Delcy. Ele se impressionava comigo:

– Mas tu tens que te cuidar! Tu estás te acabando! Tu estás magrinha... precisa de cuidado...

Não tinha tempo nem de pensar em mim! Era só aquele atendimento... Ver ele sair daquela situação, para mim, já era uma vitória muito grande... E, afinal, resisti, mas resolvemos nos mudar daquela casa. Era uma casa de altos

e baixos e a gente não teve vontade de ficar nessa vida... Nós anunciamos e vendemos a casa. Já tínhamos passado em frente desse condomínio, e o Delcy disse:

– Tu te animas a morar nesse condomínio?

– Sim... Esse bairro é maravilhoso, Ipanema... Uma felicidade, um ar puro, nem parece que está dentro da cidade de Porto Alegre... Eu gostaria.

Já faz 16 anos que nós estamos morando aqui...

Terminei a licença, me aposentei e fiquei ao lado dele. Mas sempre muito atenta politicamente, porque isso foi uma coisa que sempre me tocou muito... Por todo o passado do meu marido, tudo que ele sofreu... Aquilo me motivou muito para ser uma companheira à altura dele, sabe? Ajudava a animá-lo... Enfim, quando deixei de trabalhar, achei que devia ter parado para me dedicar a ele. Ele merecia! Então, larguei tudo, apesar de ter sentido muito a falta do trabalho, a convivência com os colegas... Senti, mas achei que meu lugar era em casa. Então, arrumei aquela licença de interesses, voltei, me aposentei e fiquei em casa. Ele disse:

– Depois que eu melhorar, nós vamos viajar...

De fato, depois que ele ficou bem, a gente passeou muito, fomos para muitos lugares, conhecemos o norte todo do país; depois, do Rio fomos para Minas – todas aquelas cidades históricas nós conhecemos – ele sempre me proporcionando o que podia, né? Ia para o Rio de Janeiro umas duas vezes por ano visitar os irmãos dele...

Enfim, foi um período bom também... Apesar do serviço sempre me fazer falta... A gente se completa trabalhando... Mas, é engraçado que o homem dessa geração não entende muito esse problema! Não achava que era por mim mesma que gostaria de trabalhar! Ele achava que não precisava! Ele estava bem, eu tinha tudo, não precisava de mais nada... Eu disse:

– Mas não é pelo que tem, pelo que vem ou pelo que deixa de vir... É para mim...!

Eu gostaria... Tive muitos convites para trabalhar na Secretaria do Interior, da Justiça... Fui convidada para trabalhar na Secretaria de Administração, no Setor de Aposentadorias, que entendia muito bem... Não pude aceitar... Enfim, deixei tudo. Nessa parte da minha vida, me anulei por causa dele. O que hoje, talvez, não aconteceria porque ele chegou à conclusão que

estava pensando um pouco egoisticamente, e que deveria ter me deixado continuar... Mas, agora é tarde... Não dá mais, não posso.

Olha, acho que na minha vida nada foi perdido. Para mim, nada foi perdido! Pelo contrário, acrescentou muita coisa, apesar de ter o peito aberto para receber tudo isso... Senão podia não aceitar, me trancar... Não. Nunca fiz isso! Nada disso! Acho que acrescentou, porque hoje tenho um conhecimento político – que é muito pouco, não é nada – mas tenho visões de como é que as coisas são, por causa da convivência... Leio jornais e livros, discuto com o Delcy e, às vezes, quero que me esclareça algo... Sou curiosa, gosto de ouvir e de saber o porquê das coisas... E assim vou somando ao meu pouquinho de conhecimento, né?

Por exemplo, uma das melhores viagens que fizemos foi para Cuba. Lá pude ver o socialismo na prática! As ideias que o Delcy sempre tinha falado... Tinha aquela curiosidade de ver como seria um mundo diferente, sem as injustiças que a gente via aqui... E vi como o povo cubano lutava para sobreviver, apesar do bloqueio econômico dos Estados Unidos... É uma crueldade! Mas, aprendi a ter confiança na possibilidade de um mundo mais justo...

Política é um dos assuntos que me interessa para conversar. Por exemplo, não me dou bem em rodas que tem aquela mediocridade de conversas sobre a vida dos outros... Nunca fui entrosada com isso! Não gosto! Gosto de outro tipo de relacionamento, sabe?

Estou doida para ir ao Rio conhecer o Apolônio de Carvalho e a esposa dele, a Renée! Louca para ir! Ainda mais sabendo que ela foi guerrilheira da Resistência Francesa...! São essas coisas que eu gosto... Engraçado, porque sinto que já tenho afinidade com eles, apesar de não conhecê-los pessoalmente... Isso é uma coisa que me puxa, quer dizer, não foi difícil me adaptar.

E assim foi a nossa vida... Tenho meus três filhos, sete netos... Acho que o que pude dar de mim, eu dei, com a maior felicidade do mundo... Apesar de saber que podia haver consequências... E enfrentei muitas consequências! Mas as coisas foram indo, os filhos vindo por aí... Os filhos modificam um pouco a gente, sabe? Faz pensar duas vezes antes de tomar uma atitude... Mas foi bom... Enfim, eles estão bem, cada um tem a sua profissão, seu estado de vida...

Delcy teve dificuldade de contar as coisas da vida dele e fui compartilhando aos poucos... Porque, de início, ele não falava o que se passou... Falava que tinha ido à Espanha, que lutou nas Brigadas Internacionais... E aquilo não me deu a intensidade do caso, sabe? Por isso, não começava a puxar dele... Não. Aceitei aquilo e pensava do meu modo... E ele não gostava de falar dos pormenores, das coisas que aconteceram... Ele não gostava de lembrar, de falar. E foi passando tanto tempo... Depois ele passou a contar como foi a guerra da Espanha. Aí comecei a tomar conhecimento e a perguntar... Os netos, os filhos, os genros diziam:

– Vô, tu tens que gravar isso! Tem que contar essa história! O senhor não pode ficar assim, Seu Delcy! Escreva!

Ele respondia:

– Escrever, eu não escrevo...

Mas, como eu, aceitou gravar para ficar para os netos...

Lugares da militância e do gênero e a vida da companheira de um soldado comunista

Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky

Felipe Magaña Dogue

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Eu serei companheira aceitando
todas as dificuldades...

Bartira Silveira

O *tom vital* é a frase escolhida como epígrafe da história de vida. Serve como guia para a leitura da narrativa biográfica, visto que representa uma possível síntese interpretativa.¹Aqui servirá também como guia da reflexão que suscitamos sobre a entrevista realizada com Bartira Silveira. O trabalho compôs o projeto coletivo História Oral de Vida de Pessoas Comuns na Era de Vargas, coordenado pelos professores José Carlos Sebe Bom Meihy (FFLCH – Universidade de São Paulo) e Robert Levine (University of Miami – EUA).

O que a epígrafe pode nos dizer sobre a trajetória de algumas mulheres no período varguista? Para que possamos responder à pergunta de forma pertinente, passemos por breve contextualização histórica das lutas feministas desde os anos de 1930. A partir de tal investigação, é possível verificar como e porque as histórias de vida de mulheres começam a ser trazidas para o campo das ciências humanas e como o *tom vital* de Bartira traz um novo tipo de conhecimento acerca da experiência cotidiana de sujeitos históricos comuns. Em 1932, quando o governo de Getúlio Vargas (constituído após a Revolução de 1930) promulgou o novo Código Eleitoral pelo Decreto n. 21.076, garantiu-se finalmente o direito ao voto às mulheres brasileiras. O ato oficializava reivindicações de uma trajetória de lutas políticas travadas desde os primeiros anos do século XX.

1. MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996, p. 67.

Na Constituinte de 1934, vários artigos contemplavam a cidadania da mulher. Um dos mais importantes versava sobre a regulamentação do trabalho feminino nos Decretos-Leis de 1932. Estabeleceu-se que “sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor corresponde a salário igual, veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 horas da manhã, é proibido o trabalho à mulher grávida durante um período de 4 semanas antes do parto e 4 semanas depois; é proibido despedir a mulher grávida pelo simples fato da gravidez”. Apesar da lei, na indústria têxtil, por exemplo, os salários femininos eram menores.

É incontestável que nos anos de 1930 as mulheres passaram a ter mais acesso ao ensino médio e superior e conquistaram o direito ao voto, lutas encabeçadas por representantes femininas da elite brasileira, em geral, profissionais liberais. Os movimentos feministas, entretanto, não tiveram forças suficientes para superar a despolitização das mulheres: a Federação dirigida por Bertha Lutz quase se extinguiu. Ainda assim, as mulheres também ocuparam postos em organizações políticas criadas no ambiente de polarização entre os comunistas e os integralistas, como a Aliança Nacional Libertadora e o Partido Integralista.

Desde 1935, com a eclosão do Levante Comunista, o clima de liberdade política foi suprimido pela linha autoritária e repressiva que se consolidaria em 1937, com o estabelecimento do chamado Estado Novo, que não fazia distinção em sua brutalidade ao tratar homens e mulheres que considerassem perigosos ou inimigos, principalmente comunistas. São inúmeros os registros de mulheres presas durante os anos de 1930 e 1940, acusadas de atividades subversivas, submetidas a torturas ou deportadas para os campos de concentração nazistas. Muitas viveram escondidas e tiveram parentes aprisionados, mortos ou desaparecidos.² Além disso, o anticomunismo, historicamente plasmado no cotidiano da sociedade brasileira, gerou preconceitos que relegaram essas mulheres ao isolamento e até mesmo à pobreza absoluta pela negativa de trabalho.

O conhecimento público das biografias de mulheres comunistas que viveram intensamente o período, notadamente das lideranças mais desta-

2. CANCELLI, E. *O mundo da violência: a política da Era Vargas*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1993.

cadadas, data do final da década de 1980, quando as mudanças políticas em torno da redemocratização no Brasil trouxeram à tona a história das lutas e resistências da esquerda brasileira e de seus principais personagens. Nesse contexto, as mulheres revolucionárias estiveram em especial evidência. Por exemplo, o best-seller *Olga*, de Fernando Morais, tornou-se leitura obrigatória para jovens que, pela primeira vez, conheceriam a vida de uma mulher revolucionária: Olga Benário Prestes (1908-1942), alemã, judia e comunista, companheira de Luís Carlos Prestes, entregue a Gestapo pelo governo de Getúlio Vargas, morta em um campo de concentração na Alemanha nazista, durante a Segunda Guerra Mundial. Até então “esquecida” pelas páginas da história, Olga tornou-se um mito, o exemplo da militante de esquerda. Sua trajetória, marcada pelo relacionamento amoroso que teve com o mais famoso líder comunista brasileiro, somadas às características biografadas – liderança, beleza, inteligência, coragem, dedicação, abnegação e capacidade de sacrifício – a alçaram tranquilamente à condição de mito. Até meados dos anos de 1990, a biografia já tinha vendido mais de trezentos mil exemplares, traduzida em dezesseis países, posteriormente, dando origem a um filme.³

O cotidiano das mulheres nas organizações de esquerda, entretanto, nem sempre foi tão épico como o de Olga. A discriminação e o preconceito sempre estiveram presentes nas atitudes dos próprios companheiros (que se diziam revolucionários) e na atribuição das atividades a serem executadas. Às mulheres, em geral, cabia organizar e secretariar reuniões, distribuir panfletos e promover outros eventos. Aos homens eram destinadas importantes intervenções e negociações políticas e tarefas “perigosas e emocionantes”, como liderar passeatas, comícios e pichar muros com palavras-de-ordem. Uma perfeita divisão entre “espetáculo” e “bastidores”, entre público e privado.

A discriminação poderia ser vista na própria historiografia brasileira, em que as mulheres de esquerda apareciam em parágrafos curtos e breves referências até bem pouco tempo atrás. Escrevendo *Olga*, qual não foi a surpresa de Fernando Morais ao descobrir que inclusive a historiografia oficial do movimento operário brasileiro, elaborada por pesquisadores e partidos marxistas, relegaram-na ao papel subalterno de “mulher de Prestes”! Morais fez das entrevistas seu ponto de partida para uma busca do-

3. MORAIS, F. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 9.

cumental que se mostrou extremamente proveitosa. Apesar das inúmeras fontes escritas que consultou, a base de sua narrativa envolvente provém da vitalidade dos depoimentos que obteve com pessoas que a conheceram e que conviveram com ela.

Antes de *Olga*, contudo, já havia um livro de importância crucial sobre as mulheres ligadas à esquerda brasileira: *Memórias das Mulheres do Exílio*⁴, um dos primeiros de história oral no Brasil, publicado em 1980. Embora não tenha alcançado a mesma popularidade, foi uma das principais peças na luta pelo retorno à democracia no Brasil e pela anistia, cujo movimento vitorioso partiu da iniciativa das organizações feministas. Entre as entrevistas, destacam-se as de mulheres exiladas com os maridos em função das atividades políticas, com os relatos dos dissabores das “mulheres de militantes” que tiveram suas vidas completamente transformadas por causa das lutas e das perseguições sofridas por seus companheiros.

Outro trabalho acadêmico de grande repercussão para a história oral, *Velhos Militantes*, coordenado por Ângela de Castro Gomes, reuniu depoimentos de homens e mulheres trabalhadores – anarquistas, comunistas, trotskistas – que tiveram trajetória militante entre a classe operária brasileira e desejaram documentar suas lutas e seu cotidiano tão desconhecidos do público. As entrevistas mostraram-se difíceis de serem obtidas em razão do período em que foram gravadas, nos últimos anos da ditadura militar, mas também devido à insegurança dos narradores sobre a importância dos episódios contados fazerem parte da História.⁵

Assim, ao que parece, as fontes orais, as biografias e as memórias tornaram-se modo por excelência das mulheres entrarem para a história do tempo presente. Mas, além disso e do posicionamento político comum, o que mais une as vidas de mulheres militantes da primeira metade do século do século XX? Basta relermos o *tom vital* da entrevista que realizamos com Bartira Silveira e veremos que a resposta é óbvia: sua ligação afetiva ou familiar com militantes da esquerda brasileira. Fato por si só repleto de significados que, obviamente, não implica desmerecimento da apreciação de suas trajetórias de vida e de suas opiniões políticas. A partir da trajetória dessas mulheres

4. COSTA, A. de O. *et al.* *Memórias do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

5. GOMES, A. de C. (org.) *Velhos militantes*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1988.

é evidente, todavia, que a ampla maioria do ingresso feminino nos partidos e organizações de esquerda no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1970, ocorria por intermédio de uma figura masculina, seja a do pai, do irmão, do marido ou do “companheiro”. Mesmo militando em organizações que pregavam a igualdade e a justiça social, mulheres aceitaram posições e funções subalternas, que Clara Charf e Maria Augusta Capistrano atribuíram como consequência direta do “machismo” da sociedade, da falta de autocrítica dos “companheiros” e da própria autodesvalorização feminina.⁶

Não podemos nos esquecer de que também havia, em menor proporção, mulheres militantes sem vínculo afetivo ou de parentesco com um homem, que são mais lembradas por sua atuação independente em sua vida profissional. Patrícia Galvão, mais conhecida como Pagu, foi escritora de grande importância na década de 1930, quando publicou romances como *Parque Industrial* (sob pseudônimo de Mara Lobo), sendo uma das mais famosas mulheres da esquerda brasileira. Outra escritora e educadora, a líder anarquista Maria Lacerda de Moura destacou-se pelo apelo feito em 1935 à mulher brasileira em defesa da paz e da humanidade, por ocasião da invasão da Abissínia pelos fascistas italianos. Defendeu, através de duas obras, novas concepções educacionais, amorosas e sexuais de grande impacto na década de 1940. Moema Toscano, socióloga, nascida em 1927, é um exemplo de líder feminista, fundadora do Conselho da Mulher Brasileira. Assim como Nina Arueira, jornalista e militante comunista, nascida em 1916, em Campos de Goytacazes, Rio de Janeiro. Nina escandalizou a sociedade local, na década de 1930, com atitudes revolucionárias e feministas. Falecida em 1935, tornou-se um mito, tanto para a esquerda quanto para grupos religiosos espíritas.⁷

Da década de 1970 em diante, a quantidade de mulheres que ingressam na esquerda exclusivamente em razão de seu posicionamento político aumentou, como mostraram trabalhos no início da redemocratização sobre as mulheres torturadas na ditadura militar. Citamos o filme *Que Bom Te Ver*

6. GOLDENBERG, M. “Mulheres e militância política de esquerda no Brasil: uma história não contada”. In: *XX ANPOCS*, Caxambu. São Paulo: ANPOCS, 1996.

7. CARNEIRO, J. S. P. *O Despertar de Nina Arueira: Da Disputa de Memórias à Construção do Mito*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, PPGH/UFF, 1999.

Viva (1989), de Lúcia Murat, assim como documentações sobre as mulheres faveladas que participam das Comunidades Eclesiais de Base, das Pastorais da Igreja Católica e dos movimentos sociais nos anos de 1980 e 1990.⁸

Nas décadas de 1930, 1940 e até mesmo 1950, todavia, a atuação da maioria das mulheres na esquerda estava muito mais próxima da “mulher do militante” do que “da militante”. É o que parece indicar a entrevista realizada com Bartira, gaúcha, nascida em 1921, dona de casa, posteriormente servidora pública, que se considerava uma mulher de esquerda, comunista. Esposa de Delcy Silveira, militar, expulso da Escola Militar do Realengo por ocasião do Levante de 1935, comunista, ex-combatente das Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola, destacado líder do Partido Comunista Brasileiro – PCB – no Rio Grande do Sul.

Para conseguir que Bartira se dispusesse a gravar a entrevista foi necessário certo trabalho de persuasão. A colaboradora, imbuída da percepção comum de que a história é feita de grandes líderes e personalidades públicas, não visualizava nenhuma importância histórica em sua experiência pessoal.

Seu marido, Delcy, sempre foi requisitado: já tinha concedido várias entrevistas sobre seus posicionamentos políticos relacionados à liderança comunista que exerceu nos episódios do Levante Comunista de 35 e da participação brasileira na Guerra Civil Espanhola. Foi, inclusive, por meio da entrevista realizada com ele, junto ao professor José Carlos Sebe Bom Meihy, que chegamos à Bartira. Mas, por participar ativamente dos encontros e entrevistas com Delcy, Bartira surgiu na pesquisa como colaboradora e protagonista.

Talvez, por termos percorrido esse caminho para encontrá-la, pareça a quem lê que Bartira construiu sua história de vida como complementar a de Delcy, enxergando nele o personagem central dos desdobramentos de sua existência... Na verdade, mais do que uma simples construção complementar, sua vida – como a da maioria das mulheres da época – não se destaca como totalmente autônoma. Sua trajetória como esposa de um líder comunista, militar de esquerda, pode apagar a percepção de que ela era uma mulher comunista, por conta de inúmeras representações históricas de mu-

8. SANTOS, A. P. dos. *Ponto de vida: cidadania de mulheres faveladas*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

lheres subordinadas à vida do esposo com as quais nos deparamos. Interessa pensar também que a trajetória dos militares de esquerda já é marginalizada na história política de nosso país, portanto, a das mulheres, suas companheiras, sofrem duplamente um processo apagamento.

Ainda assim, ao narrar as histórias da família (que ouviu desde criança), tais como aquelas relacionadas à bravura de seus bisavós e avós ao enfrentarem politicamente o governo nos tempos da República Velha, permanecem como legado, na vida de Bartira, a coragem, a força, a inteligência e serenidade das mulheres da família, assim como o espírito opoisionista. Herança indiscutível da trajetória de luta familiar, e sobretudo feminina, contra as injustiças:

Quando eu era menina, gostava de escutar histórias dele [bisavô] do tempo das guerras, das revoluções... E a minha avó contava porque sempre fui muito agarrada com ela. Ela contava que uma das vezes que a fazenda foi queimada meu bisavô pensou que tinha sido incendiada com a família dentro de casa! Foram queimadas três fazendas, além das dezesseis que ele deixou para os filhos. Então, ele mandou que os filhos que estavam entrincheirados no mato para a resistência fossem e liquidassem com tudo! Que não deixassem nenhum vivo! No caminho encontraram minha bisavó, que já tinha fugido deles através de um valo, agachada! Acho que já era uma senhora velha e tinha fugido assim com as crianças que ficaram; entre elas estava minha avó. Passaram por eles que estavam churrasqueando. Como minha bisavó era inteligente!

Ela disse para o mascate que estava na casa dela:

– Você vai e deixa os cavalos encilhados no fim desse valo, que eu vou ao meio-dia, quando eles estiverem distraídos. Já estão meio bêbados, estão no churrasco... Essa é a hora que vou sair daqui.

O valo era distante, mas ela saiu de lá e chegou muito bem. As filhas estavam nos cavalos, todas montadas, engarupadas, e as negrinhas também. Ela sempre carregava as meninas da casa. Encontrou os filhos que vinham em combate para liquidar com eles, não deixar nenhum. A bisavó não deixou eles prosseguirem:

– Não, meus filhos, vocês voltam comigo. Eu não morri, tuas irmãs estão aqui, não aconteceu nada... Queimaram o que puderam, mas nós não ficamos dentro da casa. Não vão, porque vocês estão sujeitos a perder a vida... Estou bem, vamos embora!

Então, ela também tinha autoridade sobre os filhos; eles atenderam e voltaram.

Apesar da liderança incontestada e da presença marcante das mulheres de sua família em tempos mais remotos, Bartira nos fala de uma família escravocrata, em que a mulher branca, chefe de família latifundiária, é proprietária das crianças e adolescentes negras, chamadas de “negrinhas”, mostrando as relações de poder entrelaçadas às relações familiares nos processos de escravização, que constituem o racismo estrutural no Brasil. Desse modo, Bartira enxerga de forma idealizada a figura de liderança de sua bisavó também como “protetora” das pessoas escravizadas.

Além disso, Bartira também conta uma formação pessoal típica das moças de boa estirpe do interior brasileiro: presa dentro de casa e, no que tange à educação, frequentado apenas o curso primário na escola pública da cidade.

Depois fiquei mocinha. Minha adolescência foi restringida porque meu pai era muito severo e me segurava muito dentro de casa. Num lugar pequeno como a nossa cidade, todo mundo saía, passeava pra lá e pra cá, sem maiores consequências, sabe? Então, fui muito presa.

Eu não estudei para dar aulas... Não fui professora formada. No interior era um lugar ainda atrasado! Só havia um colégio público, com o curso primário. Eram oito anos de primário, sabe? Correspondia a esses três anos a mais que estudam hoje... Os professores eram magníficos!

Aponta-se assim que, numa época de estabilidade financeira familiar, o lugar das esposas e das filhas era junto à segurança e ao aconchego do lar. São as dificuldades materiais do pai – apresentado como pessoa bondosa e desprendida de seus recursos, assistindo aos que necessitavam, sem importar-se com a perda de suas posses – que levam as mulheres da família a buscarem trabalho e conhecerem o mundo:

Quando tinha mais ou menos uns 17 anos, nós fomos embora para Passo Fundo. Estivemos dois anos lá. Lecionamos no interior para ajudar o papai porque já estava em condições precárias... Com uma cabeça de 17 anos, em vez de bater o pé e ficar morando na cidade de Passo Fundo, resolvi que iria com a mamãe para fora da cidade, trabalhar. Ela vivia aflita porque o papai estava andando pra lá e pra cá, e pensava que em um dia desses ia acontecer alguma coisa sem ele... Vivia triste com isso... Então, eu disse:

Eu vou para fora com a senhora e nós vamos lecionar!

E fomos. Minha irmã, a Jussara, estava tirando o colegial e o ginásio no Colégio das Freiras, em Passo Fundo, porque meu avô, que já era prefeito em São Francisco, lhe pagava os estudos. E ela disse:

– Eu vou contigo. Não vou te deixar ir sozinha.

A educação primária, considerada por Bartira não somente como de grande valor e excelente qualidade, num tempo em que os professores eram respeitados e gozavam de status social, serviu de profissionalização para o desempenho de uma atividade digna, o magistério.

A perspectiva de vida pacata e sem sobressaltos que parecia descortinar-se para Bartira foi perdida, no entanto, ao encontrar Delcy, um ex-militar comunista, como grande amor e futuro marido. Alertada pelo próprio namorado sobre as vicissitudes que poderia sofrer e vivendo ao seu lado, em razão da opção revolucionária, ela prometeu: “serei companheira, aceitando todas as dificuldades...”

As dificuldades não foram poucas. Bartira traz à luz vários aspectos inusitados do cotidiano turbulento dos opositores do Estado Novo, especialmente os comunistas e seus familiares. No núcleo familiar, a convivência era pacífica e os debates sobre política eram amistosos, ressaltando-se opiniões díspares do pai, do avô e do marido de Bartira sobre Getúlio Vargas:

Casamos em outubro de 1941. Era a época getuliana. E eu já sabia daquela situação complicada dele, que era comunista... Logo assim, bem de início, ele chegou falando que tinha ideias muito avançadas... Ele não sabia como é que eu iria reagir... E olha que engraçado! Meu pai era um fã do Luiz Carlos Prestes! Não dentro da questão política, sabe, mas ele acompanhava o que acontecia com ele e o considerava um homem de grande valor. Meu pai não era getulista. Meu avô, sim, foi getulista, defendia muito Getúlio. Mas meu pai era meio apolítico, não era muito envolvido... Mas acabou se envolvendo também... Então, eu já vinha com aquele espírito aberto, porque meu pai gostava daquele homem de luta e o outro, que eu estava gostando, falava bem da mesma pessoa... Pensei: não há de ser tão diferente. Alguma coisa há em comum entre esses dois... Com meu pai e ele... (...) Meu avô era contra as ideias dele, mas nós fomos morar com ele. O Delcy disse:

– Seu Alziro, não vou esconder do senhor o que sou, para que saiba quem é que tem dentro de casa!

E abriu o jogo para o vovô!

– Sim senhor! Eu, politicamente, penso de outra forma, mas respeito muito a sua luta, a sua maneira de pensar, e sei que tenho uma pessoa correta dentro da minha casa.

Nunca houve atrito. Eles conversavam sobre política: meu avô perguntava a opinião do Delcy sobre o Getúlio, e ele dizia o que ele achava. Getúlio era uma pessoa que, ao mesmo tempo, dava uma sardinha ao pobre e um peixe bem

grande para os elementos que ele queria favorecer. Eram assim as comparações que o Delcy fazia. Realmente, ele fez as leis trabalhistas, mas por outro lado...

Havia uma série de coisas que o Getúlio fez. E aquilo era apreciado por meu avô que era getulista, e dizia para o Delcy:

– O senhor está enganado.

– O senhor é que vai ver!

As conversas deles eram dessa forma... Eles sempre foram muito amigos.

O anticomunismo, entretanto, se fez sentir no preconceito dos habitantes da pequena cidade de São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul. Era gerado pela propaganda e pela ação anticomunista varguista que interferiram no dia a dia das pessoas comuns. A negativa de trabalho às pessoas comunistas era a forma mais contundente de exclusão:

Em São Francisco, a gente sofreu muitas restrições... Esta não é a melhor palavra. Preconceito! Aquele pessoal tinha muito preconceito contra a gente... Eles tinham uma cabeça completamente fora dessa política avançada... Então, resolveram ver se conseguiram tirar a gente de lá, cortando o serviço do Delcy. Aqueles fazendeiros que eram mais acostumados com a situação política do jeito que estava, não davam nenhum trabalho para ele! Eles preferiam dar para um cidadão qualquer, que nem soubesse trabalhar... Até que eles começaram a ver que o trabalho do Delcy era correto e era um

serviço bem feito... Diziam:

– Ele trabalha bem, mas é um comunista!

Esse papo existia.

O policiamento oficial e extraoficial das atividades “subversivas” da família tornava angustiante o simples deslocamento para encontros com companheiros, trabalhadores ou meros conhecidos:

Uma vez, foi transferido para lá um padre, bem velhinho... Era uma pessoa culta, que resolveu que gostaria de conversar, ouvir as opiniões, certos conhecimentos.

Gostava muito de conversar com o Delcy, principalmente. Então, nos visitou. Acha que ele ficou na cidade...? Tomaram conhecimento disso tudo e botaram o padre pra fora! Por causa disso, o mandaram para um asilo, em Caxias... Só por ter contato com as pessoas, aconteciam essas coisas! Eles achavam que aquele padre estava botando em perigo o que eles defendiam! A posição deles! Esse padre não podia estar se dando bem com um “elemento comunista”! O que ele podia estar conversando com um “desses”? (...) O Delcy sempre diz que

da vida de revolucionário ele conhece praticamente tudo... E eu tive que conviver com isso... Fazia tudo com ele com o coração na mão! Em um determinado lugar, numa das ocasiões, eles fizeram um churrasco com camponeses no interior de São Francisco, quando ficaram sabendo que iam ser postos de lá para fora. Então, preveniram-se de uma maneira muito precária, muito absurda, mas tomaram conhecimento e ficaram onde estavam! Sabe que o Delcy impunha um respeito, que a reação tinha medo de chegar! Eles mostravam aos camponeses os direitos que tinham, que são muito explorados, essa conversa toda. E não houve nada. Mas e eu? Como é que ficava em casa, à espera do resultado disso? Então, foram muitas e muitas histórias interessantes que já nem lembro mais. E que foi uma época em que o Getúlio já estava cedendo! O Delcy não concorda e diz que ele ainda era reacionário, só que como fomos morar no interior. O partido não existia mais e a gente começou a tentar reerguê-lo, mas era ilegal e tinha que ter muito cuidado! Porque existia a reação getuliana. Então, não havia no partido grandes ações ou quase nada! Ainda assim acho que no interior a coisa era muito visada. Os reacionários locais iam a Porto Alegre levar queixas de nós! Iam nos denunciar!

O isolamento causado pela indiferença das pessoas “batedoras de peito”, “comedoras de hóstia”, “filhas de Maria” – nas palavras de Bartira – revelam a discriminação a que estavam submetidos os adversários políticos do governo, numa sociedade em que a Igreja foi, por excelência, o espaço público frequentado:

(...) aqueles elementos de cima, que faziam as fofocas eram bem mais velhos políticos safados de lá... Era aquela gente que tentava nos isolar... Fui filha da cidade, daquela terra, mas sentia que depois que casei com Delcy, faziam restrições comigo também!

Ah, faziam!

Uma vez, nós dois estávamos num cinema e arrebentou a fita. Até que arumasse aquele negócio para continuar o filme, ficava aquela visita no cinema, todo mundo conversando. Tinha um grupo que sempre nos cercou muito, amigos que sempre quando nos encontravam era aquela festa... Mas tinha aquela gente descendente de fazendeiro, muito “batedora de peito”, sabe? “Comedoras de hóstia”, “filhas de Maria” aquelas coisas lá de igreja... Esses só nos cumprimentavam de longe.

Quando era solteira, toda vida fui à igreja. Mas não ia por religião! Não foi o Delcy que me ensinou a não ter religião. Eu, por mim mesma, nunca tomei a comunhão! E me chamavam para participar daquelas coisas, catecismo, mas

não ia. Era um padre alemão muito engraçado que a gente tinha lá:

– Rechcsishaiss... Diz àquela tua amiga, resch, para se preparar para a comunhão.

Falava assim, em alemão! E eu não ia. Mas como gostava muito de cantar, ia para igreja. Cantava Ave-Maria junto com aquele coro... Chegava a missa, ia espiar as pessoas que estavam lá na igreja...

Particularmente, através da narrativa biográfica, é possível perceber o posicionamento político de uma mulher de esquerda sobre o governo de Vargas e como ela o enfrentava dentro e fora de casa. Podemos também entender de que forma a discriminação sofrida pelas mulheres refletiu-se no interior do PCB, preponderante no cenário político de esquerda do período, apesar da repressão e da ilegalidade. Afinal, ocorria ou não uma reprodução da divisão sexual do trabalho dentro do partido, cabendo às mulheres atividades consideradas como especificamente femininas? Como a mulher conciliava os papéis tradicionais de mãe, esposa, dona de casa, com a atividade política?

Certa vez, apareceu um delegado novo na cidade. O Delcy teve um atrito com ele por causa da campanha antinuclear, aquele negócio de Estocolmo sobre a bomba atômica... Foi uma campanha mundial e nós fizemos também. Uma companheira de Porto Alegre foi para a cidade e eu saí de casa em casa com ela, colhendo assinaturas. O Delcy estava em casa, quando chegou um brigadiano:

– O delegado mandou um convite para a senhor comparecer à delegacia.

Ele chegou lá e o delegado disse:

Eu mandei chamar o senhor porque têm muitas queixas aí... Tem uma senhora estranha, que anda acompanhada da sua senhora, com um documento.

E o Delcy me defendendo!

– Sim. É um abaixo-assinado contra a guerra nuclear. O senhor não está sabendo?

O delegado ficou admirado. Além de ter um marido comunista, a esposa também era comunista! E eu tinha que enfrentar! Isso teve desdobramentos...

Mesmo arrastada para a luta pelo marido, é relevante perceber que a resistência de Bartira passou pela ação política e pelo confronto direto (passeatas, comícios, abaixo-assinados), como ela mesma comenta:

E o Delcy me metia nisso e eu tinha que ir! Fazia essa parte de organizar comício, passeata, colhia assinaturas... Essa passeata foi uma coisa tão engraçada!

Aquele povo todo no meio da rua, em direção a prefeitura para falar com quem mesmo? Ah, com o prefeito. Ele fugiu, se escondeu. Ele não compareceu, mandou um cidadão, que era vereador e grande fazendeiro, no lugar dele... Esse fazendeiro era um grande “contribuinte” para o partido em São Francisco. Era “contribuinte”, mas não era daqueles que acendiam uma vela a Deus e outra ao diabo, como tantos outros que havia lá! Mas, foi tão engraçado, sabe? A gente olhava as caras de um e de outro, quando a passeata ia passando... Fomos na prefeitura e começaram discutir. O prefeito queria jogar um pessoal camponês num tal de banhado – um pântano – que nem sei onde é...

É! O senhor quer nos botar nos banhados, mas lá só quem mora é sapo! O senhor não sabe disso!?!

Contudo, a luta política foi mais repleta de sutilezas do que se imagina... Talvez um exemplo acabado disso esteja na explicação do nome dado por Bartira ao primeiro filho, Luís Carlos:

(...) em 1945, nasceu o Luís Carlos. E o velho Prestes saiu da cadeia nesse ano e fez um discurso muito lindo pelo rádio, que eu ouvia na cama com meu filho recém-nascido! Eu e Delcy resolvemos botar este nome em nosso filho: Luís Carlos Furtado Silveira. Em homenagem ao Luís Carlos Prestes! Já era um acordo entre nós dois... A gente não sabia se era homem ou mulher: “Se for homem, vou botar o nome de Luís Carlos!” Meu pai também era Carlos – eu gostava do nome e também homenageava o Velho, Luís Carlos Prestes...

Eu tinha uma amiga que morava defronte a nossa casa, mas era do outro bando político. Gente boa, foi me visitar... Ela disse assim:

– O nome do teu filho é Luís Carlos Prestes?!?

– Não. É Luís Carlos Furtado Silveira!

Então, ela ficou com aquilo na cabeça: “Botaram esse nome por causa do Prestes! É em homenagem a ele!” Coisas de lugar pequeno, sabe?

Era 1945, Prestes tinha acabado de sair da cadeia e ela ouvia pelo rádio, emocionada com o primeiro filho nos braços, as promessas de um mundo mais justo... Assim, mais do que se opor ao Estado Novo organizando o PCB na clandestinidade, conscientizando os trabalhadores rurais e os operários, realizando passeatas, comícios, manifestações, abaixo-assinados, também são as ações cotidianas e afetivas permeadas de um sentido de resistência. A homenagem a Luís Carlos Prestes é o cultivo de uma determinada memória histórica e uma afronta às “boas” famílias da cidade. A vida privada apresenta-se como palco de disputas de significados.

Porém, há o papel submisso tradicional de mãe, esposa e dona de casa do qual Bartira não conseguiu escapar, apesar das ideias revolucionárias de seu marido. E isso se refere à divisão sexual do trabalho que, também no caso da família militar, é fundamental para a reprodução da força de trabalho a partir do trabalho não remunerado das mulheres, uma das bases de sustentação do sistema capitalista desde suas origens. Na divisão sexual do trabalho capitalista, há a hierarquização das tarefas em que os homens são considerados “trabalhadores livres” dedicados à produção de mercadorias, visíveis na esfera pública. Enquanto isso, as mulheres devem se restringir à invisibilidade da esfera privada, pois são transformadas em “fábricas” de reprodução da força de trabalho.⁹ Nas classes sociais mais elevadas, a propriedade concede ao homem o poder sobre sua mulher (ou esposa) e seus filhos, e nas classes trabalhadoras a exclusão das mulheres do trabalho assalariado e, portanto, do recebimento de salário, permite aos maridos trabalhadores exercer poder patriarcal sobre suas esposas e filhos. Dessa forma, são dadas as condições materiais para a subordinação das mulheres e para a apropriação do trabalho feminino pelos homens trabalhadores.¹⁰ O trabalho invisível das mulheres

9. A esse respeito é fundamental o conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pela filósofa e feminista italiana Silvia Federici que, em seu clássico livro *Calibã e a bruxa*, tratou das mudanças em relação às mulheres na transição do feudalismo para o capitalismo, onde os corpos femininos passam a ser controlados, pois são essenciais para a reprodução da força de trabalho e a acumulação primitiva de capital: “(...) longe de ser um resquício pré-capitalista, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho. Argumentamos ainda que nossa subordinação aos homens no capitalismo foi causada por nossa não remuneração, e não pela natureza ‘improdutiva’ do trabalho doméstico, e que a dominação masculina é baseada no poder que o salário confere aos homens. (...) Observando o desenvolvimento capitalista do ponto de vista dos não assalariados – que trabalham nas cozinhas, nos campos e nas plantações, fora de relações contratuais, cuja exploração foi naturalizada, creditada a uma inferioridade natural –, *Calibã e a bruxa* desmistifica a natureza democrática da sociedade capitalista e a possibilidade de qualquer ‘troca igualitária’ dentro do capitalismo. Seu argumento é o de que o compromisso com o barateamento do custo da produção do trabalho, ao longo do desenvolvimento capitalista, exige o uso da máxima violência e da guerra contra as mulheres, que são o sujeito primário dessa produção.” (FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa*: mulheres, corpo e acumulação primitiva São Paulo: Elefante, 2017, pp. 12-14).

10. FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa*, op. cit., pp. 194-195.

no espaço privado não é pago, está oculto, mas é o responsável pela reprodução da vida, fator essencial para o processo de acumulação capitalista de capital.¹¹ E, ainda segundo a filósofa e feminista italiana Silvia Federici, o trabalho assalariado das mulheres nunca as libertou do trabalho oculto, sendo que estas ainda precisam de tempo para os cuidados necessários à reprodução da sua própria força de trabalho.¹² No sistema em que vivemos, se o custo desse trabalho reprodutivo for muito baixo, maior será o lucro do patriarcado capitalista, considerando que a reprodução social da força de trabalho é apropriada e controlada pelos grupos capitalistas e pelo Estado a seu serviço. As estruturas e dinâmicas sociais em que estamos inseridos possui um conjunto de instituições e normas que fazem o capitalismo funcionar por meio da disciplinarização dos corpos (principalmente, os femininos) que ocorre com a organização da família nuclear, a naturalização da heterossexualidade compulsória, a violência machista e o estabelecimento e a manutenção dos papéis sociais de gênero, isso desde o surgimento do capitalismo e sua expansão colonial. O capitalismo, portanto, é um sistema estratificado, generificado, racializado e sexualizado, de modo que algumas

11. Sobre o trabalho doméstico não remunerado como trabalho oculto, essencial à reprodução da vida e, por conseguinte, à acumulação capitalista, Silvia Federici afirma: “(...) contemplamos a totalidade da nossa jornada de trabalho [e] vemos que, embora isso não resulte em um salário para nós mesmas, produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas. É por isso que, até hoje, tanto nos países ‘desenvolvidos’ como nos ‘subdesenvolvidos’, o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista. A disponibilidade de uma força de trabalho estável e disciplinada é uma condição essencial da produção em cada um dos estágios do desenvolvimento capitalista.” FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019, pp. 68-69.

12. FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, op. cit., p. 69.

questões aparentemente ligadas à moralidade, de fato possuem relação com caráter sistêmico da opressão capitalista. É fundamental ressaltar que com a mercantilização e a terceirização das tarefas domésticas e de cuidado ligadas à reprodução social da força de trabalho, seu reconhecimento social e econômico na esfera pública é em termos de desvalorização. Assim, os trabalhos reprodutivos remunerados são considerados de baixa qualificação, informalizados e de baixo custo salarial. Não por acaso são amplamente realizados por mulheres pobres, mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres migrantes e imigrantes, mulheres periféricas, mulheres transsexuais etc.

No entanto, Silvia Federici aponta que essa compreensão do sistema capitalista não foi inicialmente desenvolvida por Karl Marx. Isso levou os marxistas e a esquerda a ignorar essas questões até a segunda metade do século XX, quando as feministas desenvolveram tais análises que consideravam o caráter oculto do trabalho das mulheres e seu papel na reprodução social da vida.¹³ Os estudos a esse respeito se estendem até a atualidade,¹⁴

13. Sobre esse tema, Silvia Federici ainda afirma no prefácio à edição brasileira de *Calibã e a bruxa*: “A este respeito, o trabalho de Marx não nos foi útil. Os três tomos de *O capital* foram escritos como se as atividades diárias que sustentam a reprodução da força de trabalho fossem de pouca importância para a classe capitalista, e como se os trabalhadores se reproduzissem no capitalismo simplesmente consumindo os bens comprados com o salário. Tais suposições ignoram não só o trabalho das mulheres na preparação desses bens de consumo, mas o fato de que muitos dos bens consumidos pelos trabalhadores industriais – como açúcar, café e algodão – foram produzidos pelo trabalho escravo empregado, por exemplo, nas plantações de cana brasileiras. A tarefa que *Calibã e a bruxa* se propôs realizar foi a de escrever a história esquecida das ‘mulheres’ e da reprodução na ‘transição’ para o capitalismo. Entretanto, o livro não é um apêndice ao relato de Marx sobre a acumulação primitiva. Como eu estava por descobrir, analisar o capitalismo do ponto de vista da reprodução da vida e da força de trabalho significava repensar todo o processo de sua formação. FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa*: mulheres, corpo e acumulação primitiva São Paulo: Elefante, 2017, p. 12. Para compreender as questões da reprodução da força de trabalho na atualidade a partir das contribuições do feminismo negro, mobilizador do entrecruzamento interseccional dos marcadores sociais de gênero, raça e classe, leia também o livro *Um feminismo decolonial* (VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: UBU, 2020) e *Por um feminismo afro-latino-americano* (GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. [RIOS, F.; LIMA, M., compiladoras] Rio de Janeiro: Zahar, 2020.)

14. Surgiram novos estudos como o da historiadora Tithi Bhattacharya, sobre como

problematizando as tradicionais visões teóricas por partidos políticos, como o PCB, que fizeram parte do contexto histórico de vida e de militância de Bartira e Delcy, o que nos ajuda a entender alguns aspectos de suas trajetórias.

Isso mostra que as opressões e as disputas políticas são muito mais profundas do que as oposições políticas entre esquerda e direita deixam entrever na superfície do sistema capitalista, no período varguista ou no início do século XXI...

Porque o Delcy tem ideias socialistas e tudo mais, só que não queria que a mulher dele trabalhasse, tá? Aquela coisa: mulher é para estar guardada dentro de casa. Não é para estar convivendo com cinquenta pessoas. (...) Então, apesar de ele ter essas ideias avançadas, eu tinha que ficar em casa cuidando dos filhos... Tinha essa diferença.

Entravam em choque as duas coisas e eu ficava pensando em como que elas podiam se harmonizar. Porque sabia que ele era um elemento com o pensamento mais evoluído nessa questão, mas ele não aceitava aquilo... Eu não quebrava o pau com o Delcy! Não! Mas argumentava muito com ele! Argumentei muito! Não aceitei nunca e não aceito!

Acho que essa parte foi errada na nossa vida! Acho que as dificuldades que vivemos pelo pensamento socialista que ele sempre teve, eu enfrentei também! E o conheci já com essa condição e não o revoguei: não foi algo que me desse medo, apesar de ter enfrentado inúmeras ocasiões com medo de que viesse acontecer alguma coisa má com ele... Então, aceitava tudo muito bem. Mas, quando chegou no ponto da mulher querer trabalhar, ele não gostava! Por que?

a reprodução da força de trabalho se realiza por meio da interligação de três processos: o primeiro, com as atividades regeneradoras da classe trabalhadora localizadas fora do processo de produção, possibilitando o regresso ao mesmo (por exemplo, alimentação preparada, moradia disponibilizada, cuidados relacionados ao bem-estar psicológico, entre outras); o segundo, com as atividades mantenedoras e regeneradoras dos sujeitos que não são trabalhadores, mas já o foram (idosos) ou poderão ser (crianças); e terceiro pelo parto associado à reprodução de novas pessoas trabalhadoras. Vide BHATTACHARYA, T. *Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023. Também recomendamos a leitura dos livros *Feminismo para os 99%* (ARUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019) e *O Patriarcado do salário* (FEDERICI, S. *O Patriarcado do salário: Notas Sobre Marx, Gênero e Feminismo*. São Paulo: Boitempo, 2021).

Porque ainda veio com aquela ideia de que o melhor para mulher é a casa! Isso ainda não tinha desgrudado da cabeça dele! Talvez, hoje, já pense diferente... Mas, essa foi uma das coisas que a gente nunca se ajeitou muito bem... Quer dizer, eu não aceitei! Apesar de convivermos muito bem com esse problema, não aceitava, não aceito e não aceitarei! Não! A vontade de fazer algum trabalho para si mesma – para se complementar, enfim – é normal em qualquer mulher! E eles não entendiam: mesmo um homem que tinha as ideias socialistas, não entendia isso. Ele achava que eu não precisava! Depois de estabilizados, não precisava mesmo, mas aquilo me fazia bem...

É interessante notar na narrativa biográfica de Bartira a escassez da reflexão sobre a marca do gênero em sua vida, diferentemente da grande consciência sobre sua classe social e os impactos políticos que esta tem em sua vida. Tal descompasso entre a compreensão dos dois sistemas de classificação de diferenças encontra, inclusive, certo antagonismo com a práxis do casal. Apesar de “um pensamento mais evoluído” – afinal Delcy combateu ao lado de mulheres na Guerra Civil Espanhola e era a favor, assim como outros militares de esquerda, do ingresso das mulheres nas Forças Armadas¹⁵ – seu marido ainda aparece minando, de certa forma, a autonomia de

15. Na época da realização das entrevistas, em meados da década de 1990 e ainda processo de redemocratização, estava em pauta a questão da presença das mulheres nas Forças Armadas, a exemplo de outros países, algo que viria a se concretizar paulatinamente nas duas primeiras décadas do século XXI. Naquele contexto, alguns militares de esquerda entrevistados – por exemplo, Delcy Silveira e Kardec Lemme – indagavam à jovem pesquisadora, Andrea Paula dos Santos, se ela iria se alistar, advogando a favor da carreira. Isso porque duas gerações diferentes – a de Delcy, que combateu na Guerra Civil Espanhola, e a de Kardec, na Segunda Guerra Mundial – conviveram com a participação das mulheres como combatentes ou como parte do esforço de guerra, se posicionando de forma favorável à presença feminina, pois lutaram ao lado de mulheres e valorizavam muito a participação delas, defendendo sua incorporação nas forças militares. Em outros narradores, que não tiveram essas experiências, a temática não foi levantada. Entendemos que, por não terem convivido com mulheres em contingentes militares em situações de conflito, não construíram visões sobre as possibilidades de atuação feminina na caserna. Mais que isso, no debate sobre diferenças, gênero aparece de forma hierarquizada. Um dos entrevistados – Rui Moreira Lima, ex-combatente na Segunda Guerra, contava um episódio emblemático sobre ter que se defender de uma acusação que fizeram contra ele acerca suas atividades políticas. Falou que estava sendo difamado e, em diálogo com seu superior, no momento de interrogatório, afirmou que

Bartira ao tentar restringi-la ao ambiente doméstico que, como vimos, se relaciona diretamente à demanda capitalista de reprodução social da força de trabalho e a opressão de gênero, raça e classe como pilar desse sistema. Sem compreender isso, tal restrição parece um absurdo se considerarmos que essa mulher acompanhava o marido em passeatas, comícios e coletava assinaturas, atividades que são expressões e práticas culturais de estratégias e táticas de lutas cotidianas, com foco nas relações humanas que também podem transformar as estruturas sociais, constituindo eixos de uma revolução cultural esboçada na base.¹⁶

Outra importante questão consiste na compreensão de qual campo a consciência política de Bartira podia se desenvolver, transformando-se em outras práticas e identidades. No que tocava à luta de classes, sua ação era bem-vista e apoiada pelo marido; no que respeitava à posição como mulher na sociedade, havia limitação e restrição. É fato que, à época, o movimento feminista ainda não havia se tornado um fenômeno de massa no país. Contudo, ressaltamos que a separação entre classe e gênero (derivada da restrição do sujeito da classe ao seu papel produtivo, separando-o de suas relações sociais para isolá-lo nas relações de produção) será mantida na concepção política e sociológica até meados da década de 1970, forjando uma concepção homogênea de classe trabalhadora.¹⁷

As limitações que o gênero impõe à vida de Bartira, deste modo, não aparecem coadunadas, orientadas ou paralelas à consciência política estruturada, mas nascem fruto da própria experiência. Se, como nos diz Saffioti, “todo conhecimento que um ser tem de si não é ciência, mas consciência”¹⁸ (na medida em que mobiliza a ação política) a ausência de uma prática po-

ele sabia muito bem que nas Forças Armadas quando alguém queria destruir com a reputação e a vida de outra pessoa, o chamava de ladrão, de comunista, ou de “viado”. Esse exemplo é relevante para compreender como emerge a questão de gênero em relação à sexualidade, de forma criminalizada, subalternizada, associando-a algo que seria passível de repreensão, de marginalização, estigmatização e exclusão.

16. CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Pápius, 1995, p. 247.

17. SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão popular, 2021.

18. SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes*. Mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

lítica estruturada que reivindique o lugar como mulher no mundo, em discrepância com a luta baseada em classe, é sintoma evidente da dificuldade de acomodar a luta contra a opressão sexual dentro da teoria marxista. De fato, Marx e Engels desenham a relação entre propriedade privada e a opressão das mulheres na análise da subordinação feminina em termos de classe. Mas, como apontaram as pensadoras feministas em suas teorias sobre a reprodução social e também a filósofa Donna Haraway em sua crítica sobre uma outra política sexual¹⁹ não consideraram a opressão feminina em toda a sua amplitude. Há, assim, um desnível entre a consciência possível-limite que o pensamento marxista pode fornecer sobre o marcador de classe e o marcador de gênero, fator que pode ser facilmente observado no cenário político em que Bartira se inseria.

No entanto, a acomodação do marcador que hoje compreendemos como gênero dentro das ciências humanas nascerá à margem do núcleo político marxista, primeiro, resultando na ideia de duas classes sexuais distintas baseadas na dicotomia sexual e, depois, tomando forma a partir do rompimento que constrói analogias entre as categorias sexo e classe.²⁰ Tais reflexões, trazidas por trabalhos já publicados e pela narrativa biográfica de Bartira, buscam compreender as origens e limitações da militância feminina de esquerda, demonstrando que a consciência da opressão não é somente a luta contra ela, mas também a reavaliação do mundo social ao pautar novos dilemas e entraves que permitem construir a mulher como indivíduo também nas estratégias e táticas do cotidiano e como parte de um coletivo histórico em processo.

A história de Bartira demarca sua importância e seus significados ao se inserir em um contexto histórico extremamente complexo, como é o do período varguista. No entanto, no caso de Bartira, as consequências do governo de Vargas são sentidas até os dias atuais:

19. HARAWAY, D. “Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra”. *Cadernos Pagu*, n. 22, jan., 2004, pp. 201-246,

20. GONÇALVES, Renata. “O pioneirismo de A mulher na sociedade de classes”. In: *A mulher na sociedade de classes*. (SAFFIOTI, H.) São Paulo: Expressão Popular, 2013; MOSCHKOVICH, M. *Feminist gender wars: the reception of the concept of gender in Brazil (1980s-1990s) and the global dynamics of production and circulation of knowledge*. Campinas, SP: [s.n.], 2018.

Olha, acho que na minha vida nada foi perdido. Para mim, nada foi perdido! Pelo contrário, acrescentou muita coisa, apesar de ter o peito aberto para receber tudo isso. Senão podia não aceitar, me trancar... Não. Nunca fiz isso! Nada disso! Acho que acrescentou, porque hoje tenho um conhecimento político – que é muito pouco, não é nada – mas tenho visões de como é que as coisas são, por causa da convivência... Leio jornais e livros, discuto com o Delcy e, às vezes, quero que me esclareça algo... Sou curiosa e gosto de ouvir e de saber o porquê das coisas... E assim vou somando ao meu pouquinho de conhecimento! Por exemplo, uma das melhores viagens que fizemos foi para Cuba. Lá vi o socialismo na prática! As ideias que o Delcy sempre tinha falado... Tinha aquela curiosidade de ver como seria um mundo diferente, sem as injustiças que a gente via aqui... E vi como o povo cubano lutava para sobreviver, apesar do bloqueio econômico dos Estados Unidos... É uma crueldade! Mas, aprendi a ter confiança na possibilidade de um mundo mais justo.

As narrativas biográficas de Olga, de Clara, de Maria... e de Bartira tratam de um tempo presente que, mais do que servir apenas de material de pesquisa para estudiosos(as), ganham sentido ao disseminar seu espírito militante entre jovens mulheres e, acima de tudo, fazem aparecer, nas fissuras de suas histórias, uma dimensão da vida social das mulheres que não pode ser limitada à classe social ou ao papel na reprodução da força de trabalho. Tais histórias de vida demonstram a política do gênero ao defini-lo como categoria plena de luta concomitantemente à de classe e à de raça. Essa é, seguramente, uma forma eficaz de rejeitar o estado de invisibilidade e de apatia que frequentemente é imposto a grupos marginalizados nos percursos da história política do Brasil. Assim, talvez os *tons vitais* de novas narrativas biográficas de mulheres militantes possam sintetizar trajetórias mais independentes, mas não menos apaixonadas.

Afinal, são muitas as lutas das mulheres em nossa contemporaneidade: por empregos e remunerações dignos e de qualidade, inclusive para o trabalho doméstico; pela responsabilidade do Estado para a partilha das atividades ligadas à chamada economia dos cuidados; por educação para uma divisão de tarefas mais equitativa; pelo reconhecimento e respeito às identidades e performances de gênero e sexualidades plurais, entre outras... Por meio dessas lutas, as mulheres – herdeiras das conquistas das que lutaram em tempos passados recentes, como Bartira – seguem reivindicando a transformação do pensamento marxista e das práticas de esquerda sobre o

que significam os feminismos e suas contribuições para compreender formas de opressão ocultas como pilares do capitalismo global, questionando seus próprios fundamentos patriarcais.

Militares Nacionalistas de Esquerda e a Campanha *O Petróleo é Nosso* na Década de 1950

Felipe Magaña Dogue

Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky

O objetivo do trabalho é analisar a atuação de militares de esquerda nos quartéis brasileiros do século XX, no que diz respeito a questões do desenvolvimento econômico nacional a partir de setores estratégicos como o de energia. Como caso revelador da ação política de tais agentes históricos, destacamos a participação na Campanha *O Petróleo é Nosso* (1948-1953).¹

Esse tema ganhou destaque em nossos estudos porque ficamos absolutamente impressionados e chocados com o fato de que houve perseguição política aos militares de esquerda, com intimidações, prisões, torturas e danos

1. Este artigo é fruto de trabalhos apresentados no XI Encontro de Pós-graduação em História Econômica e 9ª Conferência Internacional de História Econômica (Campinas, 27, 28 e 29 de setembro de 2022) no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); bem como no V Congresso Internacional Centro Celso Furtado e Simpósio de Graduação (Rio de Janeiro, 17 a 19 de agosto de 2022), promovido pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF) e o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Vide KAMENSKY, A. P. S. O. “A esquerda militar nacionalista e a Campanha do Petróleo é Nosso: mobilização popular e efervescência política e cultural em defesa do desenvolvimento econômico com soberania nacional”. In: *Anais do CICEF Desenvolvimento: conceito, ferramentas e projeto para superação da crise*. FURTADO, A. T. et. al. (orgs.) Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF), 2022, pp. 584-592. Disponível em: https://www.congresso2022.centrocelsofurtado.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=207 Acesso em: 14/09/2024.

à carreira em geral, mesmo quando houve um curto período democrático em meados do século XX no Brasil, por conta de defesa de assuntos econômicos ligados à soberania nacional no contexto da Guerra Fria.

Sabemos que a esquerda militar se constituiu como grupo político e objeto de estudo cercado de dúvidas. João Quartim de Moraes, em 1991, questionou se tal categoria estaria extinta no país, tendo em vista a sufocante presença do pensamento de direita nas Forças Armadas. Para responder tal pergunta, desenvolveu em dois volumes a história da esquerda militar no Brasil.² O autor é enfático na defesa do grupo e de suas visões políticas e econômicas que, a seu ver, são necessariamente atravessadas pelo “verdadeiro patriotismo, que não dissocia a nação e o povo e rejeita o alinhamento subalterno de nossos interesses nacionais à vontade dos círculos dirigentes do império estadunidense”.³

Mesmo considerando o estudo citado, ainda são poucos os trabalhos que se debruçaram sobre a atuação política dos militares de esquerda, com pequeno destaque sobre o posicionamento econômico que orientava as práticas deste grupo. A inicial identificação de um grupo de esquerda dentro das forças armadas remete, principalmente, a João Quartim de Moraes, cuja obra dialoga com a *História Militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré⁴, general e historiador, intelectual e liderança reconhecida como de esquerda. Dando continuidade à linha de pesquisa, buscou-se retomar e escrever a memória da esquerda militar, ainda na época da redemocratização.

Nesse sentido, procuramos documentar, por meio de narrativas biográficas, a atuação política de militares nacionalistas de esquerda, cujas histórias de vida tratam das percepções políticas e ideológicas que guiaram algumas ações protagonizadas pelo grupo frente a acontecimentos centrais do século XX, como os Levantes Tenentistas e de 35, Guerra Civil Espanhola, Campanha *O Petróleo é Nosso*, Golpe de 1964, em contraponto à história oficial a partir dos relatos registrados acerca de tais episódios.⁵ Diante das novas

2. MORAES, J. Q. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.

3. MORAES, J. Op. cit., p. 41.

4. SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.

5. Pesquisa desenvolvida inicialmente como Dissertação de Mestrado, cujos desdobramentos encontram-se nesta coleção de livros. SANTOS, A. P. dos. *À Esquerda das*

documentações que demonstraram a existência da esquerda militar, além de atuações políticas e visões econômicas, Cunha promoveu o debate sobre as contradições morais acerca da atuação política de setores armados em cenários idealmente democrático. Além disso, o autor aborda a eventual mudança no modo como militares de esquerda atuaram após o Levante de 35, destacando a transição da linha política aos eixos da organização partidária.⁶

A partir do referencial teórico, é possível estabelecer a existência de um grupo específico de esquerda em meio ao conjunto de militares que compunham os quartéis brasileiros⁷, contrapondo-se ao apagamento histórico. Ressalta-se que as pesquisas ainda destacam a necessidade de aprofundamento do estudo dirigido à visão nacionalista de desenvolvimento econômico que norteava as ações do grupo.

Para analisar o imbricamento entre esquerda militar e nacional-desenvolvimentismo, oferecemos um recorte da discussão relacionada aos significados da noção de desenvolvimento econômico para o Brasil no século XX. De acordo com Fonseca, o desenvolvimentismo é uma teoria fundamentada em perspectivas teóricas e experiências históricas heterogêneas, mas coincidentes em variáveis comuns que estabelecem o cerne do conceito. Assim, o autor define suas principais características:

1. A existência de um projeto deliberado ou estratégia tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada, com certa licenciosidade, a projeto nacional, desde que não se entenda por isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a nação como epicentro e destinatária do projeto.
2. A intervenção consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado e com respaldo social e político

Forças Armadas: história de vida de militares nacionalista de esquerda. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social (FFLCH/USP), 1998.

6. CUNHA, P. R. R. da. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa.* São Paulo: Editora Unesp, 2014; CUNHA, P. R. R. da. “Militares na Política ou Política entre os Militares: uma falsa questão?” *Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*, 2018.

7. DHENIN, M.; RODRIGUES, T. O papel do militar-estadista no monopólio estatal do petróleo no Brasil. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 32, n. 64, jan./abr. 2017, pp. 32-48.

de segmentos e classes no conjunto da sociedade. 3. A industrialização, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário.

Fonseca destaca que os autores consultados formulam o desenvolvimentismo como algo relacionado a economias capitalistas, nas quais os governos criaram bases sociais e políticas que possibilitaram a execução do projeto desenvolvimentista. Tais ações se concentram torno da ideia comum de aumento da produção e produtividade, por vezes tratada como “modernização”, em detrimento da visão política econômica ortodoxa que prioriza a estabilização, com a consciência ou ato deliberado de alterar o *status quo*. O autor menciona seu trabalho anterior, que considera a formação histórica do desenvolvimentismo no Brasil. De acordo com Fonseca, a referida formação possui quatro correntes, de início separadas, mas posteriormente aglutinadas, a saber: o positivismo, o nacionalismo, o intervencionismo econômico e a defesa da industrialização.⁸

Cabe destacar a ressalva ao próprio termo desenvolvimentismo feita por Celso Furtado, levantada por Fonseca no Arquivo Celso Furtado:

O “desenvolvimentismo” é uma forma de conservadorismo, pois parte da premissa de que as estruturas econômicas e sociais que se formaram na Europa a partir da Revolução Industrial e que estão indissoluvelmente ligadas ao capitalismo podem ser transplantadas para a América Latina. Se não se considera o estruturalismo, a classificação que me parece corresponder ao meu pensamento é a de “nacionalismo reformista”, embora meu reformismo esteja ligado à ideia de sociedade aberta e que meu ponto de vista seja de que a sociedade brasileira jamais foi aberta em seu setor rural. Esse ponto de vista o expus em minha *Pré-revolução brasileira* (1961).⁹

Apesar das críticas do autor ao termo, o Centro Celso Furtado, que abriga pesquisadores em torno do legado de seu pensamento econômico, assinala o desenvolvimentismo como uma das linhas de ação e o conceitua:

8. FONSECA, P. C. D. *Desenvolvimentismo: A construção do conceito, Texto para Discussão*, n. 2103. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015, pp. 20-21.

9. Apud FONSECA, op. cit., 2015, p. 17.

O desenvolvimentismo foi uma resposta aos desafios e oportunidades criados pela Grande Depressão dos anos 30. Os projetos nacionais de desenvolvimento e industrialização na periferia nasceram no mesmo berço que produziu o keynesianismo nos países centrais. A onda desenvolvimentista e a experiência keynesiana tiveram o seu apogeu nas três décadas que sucederam o fim da Segunda Guerra. O clima político e social estava saturado da idéia [sic] de que era possível adotar estratégias nacionais e intencionais de crescimento, industrialização e avanço social.

Os resultados, ainda que desiguais, não foram ruins. Comparada a qualquer outro período do capitalismo, anterior ou posterior, a era desenvolvimentista e keynesiana apresentou desempenho muito superior em termos de taxas de crescimento do PIB, de criação de empregos, de aumentos dos salários reais e, no caso de países como o Brasil, ficou devendo a universalização dos direitos sociais e econômicos.¹⁰

Ao analisarmos os depoimentos dos militares nacionalistas de esquerda, observamos como a expressão de seus pontos de vista econômicos se aproxima da terminologia adotada por Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré, afastando-se da compreensão de Fonseca principalmente em relação à presença do capital estrangeiro na economia nacional, como veremos adiante.

O desenvolvimento econômico, no caso brasileiro, estaria necessariamente atrelado ao nacionalismo, a partir da análise de Gabriel Cohn. Assim, houve progressiva estruturação de uma visão de desenvolvimento econômico que correlacionava o petróleo à emancipação econômica nacional, em derivação de um eixo contrário à presença de grupos petrolíferos multinacionais. Criticava-se o capital estrangeiro, que colocaria o desenvolvimento econômico nacional em segundo plano. Tal posição foi fortemente abraçada pelo Clube Militar na Campanha do Petróleo. O autor detalha os protagonistas militares e seus embates, que influenciaram o debate sobre a questão da soberania nacional no setor energético, muitos deles reconhecidos como militares nacionalistas de esquerda na documentação analisada.¹¹

10. CICEF - Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. “Desenvolvimentismo”. Disponível em: https://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_S=72 Acesso em: 13/09/2023.

11. COHN, G. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

Nesse último estudo, realizado nos anos de 1960, também ganharam relevância as discussões em torno da Campanha *O Petróleo é Nosso*, movimento político que ocorreu na virada da década de 1940 para a de 1950. Com ampla mobilização da sociedade civil organizada, foi um desdobramento histórico das reflexões travadas desde o início do século XX sobre os projetos econômicos que norteariam a industrialização brasileira. No contexto, as primeiras medidas governamentais, tomadas na década de 1930, acerca do petróleo e sua posição estratégica na economia nacional, contaram com maciça participação dos militares. José Murilo de Carvalho menciona a presença de expoentes das Forças Armadas na composição do Conselho Nacional do Petróleo durante o Estado Novo. O autor destacou em sua obra *Forças Armadas e Política no Brasil* a presença histórica de militares nos cenários políticos de debate sobre o desenvolvimento das indústrias de base para defesa nacional.¹²

A maciça presença de militares na vida política e econômica nacional foi retomada no início da nossa pesquisa, ao documentar as histórias de vida de militares de esquerda ao longo do século XX. Salientamos como um dos pontos principais dos temas abordados nas entrevistas o episódio da Campanha *O Petróleo é Nosso*. Das quatorze histórias de vida registradas e inicialmente disponibilizadas sobre militares nacionalistas de esquerda, onze mencionam a participação ativa dos entrevistados na campanha. Outros dois, apesar de não comentar sobre o episódio, teriam ligação direta com ele, porque eram atuantes diretos do Partido Comunista do Brasil (PCB), agremiação política reconhecida como participante da Campanha.

Cunha aponta, especificamente em *O Petróleo é Nosso*, a ampla participação dos militares de esquerda. No entanto, ressalta que ainda existe pouco conhecimento acerca do papel dos militares na campanha, fator reforçado por Samuel Alves Soares na apresentação do trabalho de Cunha:

Nova fase tinha início, com o empenho de militares nacionalistas na campanha do Petróleo é Nosso. Ainda que a campanha seja mais conhecida, não por isto o papel militar tem sido objeto de uma análise pormenorizada, o que é retomado no presente livro. Outra vez cabe a ressalva do autor de que há muito

12. CARVALHO, J. M. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 61.

a ser pesquisado e deve ser colocada em perspectiva a relevância da participação militar no período.¹³

Nossa perspectiva teórica partiu do debate entre os pesquisadores sobre a visão de desenvolvimento econômico de militares nacionalistas de esquerda na história contemporânea do Brasil, ainda pouco explorada. No percurso, outros aspectos foram levantados pela documentação analisada, algo que nos mostrou não só a estreita participação da esquerda militar, mas também detalhes de seu posicionamento econômico, em diálogo com perspectivas teóricas apresentadas anteriormente. Os registros históricos investigados abordaram resultados político-econômicos da Campanha *O Petróleo é Nosso* que se desdobraram na criação da Petrobras e em perseguições e estigmatização do grupo à esquerda das Forças Armadas.

A metodologia utilizada investigou os discursos documentados em histórias de vida, artigos de jornais e processos jurídicos feitos por indivíduos da esquerda militar brasileira. As narrativas abordam perspectivas do desenvolvimento econômico nacional, que acarretaram soberania dos setores estratégicos da economia, o que ficou evidenciado na abordagem de sua participação na Campanha *O Petróleo é Nosso*, na década de 1950.

Como dito anteriormente, em nosso trabalho de pesquisa, a campanha é um dos episódios históricos mais marcantes na vida dos militares nacionalistas de esquerda ao longo do século XX. Percebemos nas entrevistas testemunhos e opiniões comuns aos personagens que revelam identificação com as seguintes temáticas: a visão econômica e geopolítica nacionalista, o papel do Clube Militar no debate nacional, a perseguição, a anistia e a crítica às privatizações das estatais a partir da redemocratização nos anos de 1990. Apesar de constituírem um grupo heterogêneo, os entrevistados pertenciam a uma coletividade que, durante a Campanha *O Petróleo é Nosso*, posicionou-se de modo suficientemente similar, capaz de apresentar em narrativas uma memória em comum sobre o episódio que protagonizaram.

A visão econômica baseada na crença da soberania nacional (fortemente estruturada dentro das Forças Armadas) deriva da adesão do grupo da

13. SOARES, S. A. In: CUNHA, P. R. R. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. 2a ed. São Paulo: Editora Unesp, 2020, p. 19.

esquerda militar nacionalista à Campanha *O Petróleo é Nosso*. Esse cenário pode ser observado nas falas de Pedro Alvarez, que atuou em favor da soberania nacional do petróleo e se tornou conhecido político na região Sul, sob o título de “Capitão do Povo”:

No Exército, existia realmente o que era chamado de Movimento Militar Nacionalista. Havia um grupo que liderava os demais oficiais no sentido de defender o país, a soberania nacional, enfim, os interesses do povo. Tínhamos uma organização que não era extremista. Nela, trocávamos ideias, procurávamos influir nos acontecimentos nacionais e convencer os outros a não ir atrás de certas conversas... Enfim, havia aquele movimento, aquela história do petróleo...

O pensamento nacionalista convergia para uma visão geopolítica que rechaçava o alinhamento aos Estados Unidos durante o contexto de Guerra Fria, já que o país era considerado como sinônimo de imperialismo e intervencionismo, criador de uma dinâmica de dependência econômica. Tal constatação pode ser observada nas falas de Hector Araújo, Capitão do Exército, preso e reformado, no golpe de 1964, por defender o governo de João Goulart. Seu depoimento fez conexão com a visão do processo histórico de formação e expansão territorial dos Estados Unidos e seu intervencionismo até o final do século XX:

Os Estados Unidos sempre foram um país imperialista, como a Inglaterra, mãe deles... Tanto é que, se olharmos a história americana e virmos os mapas deles em 1764, 84 – não sei... –, quando os Estados Unidos se tornaram independentes da Inglaterra, o território era metade do que eles têm hoje! Eles foram tomando da Espanha, que tinha aquelas colônias, o Novo México, a Califórnia... Tudo aquilo eles tomaram, não era deles! [...] Tudo, tudo foi tomado! E agora eles estão com o olho aqui, na Amazônia, porque eles não têm matéria-prima! E esse cara que entrou no nosso governo, o FHC, está escandalosamente vendendo o país, nossas riquezas naturais, as minas que temos com materiais estratégicos!... É uma coisa de louco! Tudo eles estão vendendo, e não sei até onde vai isso... E o americano sempre teve essa ideia de tomar. Basta olhar o mapa deles, através da história, como disse. [...] os americanos, que não queriam que aparecesse petróleo aqui! Eles tinham gente aqui dizendo que no Brasil não havia petróleo!

Miguel Alfredo Arraes de Alencar foi um Coronel reformado do Exército que lutou na Segunda Guerra Mundial e participou das forças de paz

da ONU na Faixa de Gaza. O retorno ao Brasil foi marcado pela defesa do governo de João Goulart, o que resultou em prisão e eventual reforma das Forças Armadas em 1964. Sobre o contexto da Guerra Fria, Arraes de Alencar, em entrevista concedida no final da década de 1990, afirmou:

É que as grandes companhias não têm interesse que haja superprodução de petróleo... Isso teve muito a ver com a Guerra Fria. Depois que ela terminou, eles, os militares de direita, estão defendendo muitos pontos de vista que defendíamos trinta anos atrás. Exatamente os mesmos. Fomos chamados de subversivos por eles, que hoje defendem as mesmas coisas! Sem a Guerra Fria eles não podem ser acusados de estarem do outro lado. Agora são nacionalistas do Brasil contra o imperialismo americano.

A política de não alinhamento à potência estadunidense, em contexto de Mundo Bipolar, derivou em classificação homogeneizadora dos militares de esquerda pelo Estado brasileiro, que os encaixou na categoria de “comunistas”, simplificando a diversidade dos motivos de mobilização do grupo. A esse respeito, o Capitão Hector Araújo contrapõe-se à história oficial, demonstrando que a rede de agentes que atuaram na Campanha *O Petróleo é Nosso* era heterogênea e fundamentava suas ações no nacionalismo:

A questão de os nacionalistas serem considerados comunistas foi principalmente durante a Guerra Fria. Tudo o que não estivesse com o pensamento dos Estados Unidos era porque estava com o outro lado. Se para os Estados Unidos não havia petróleo ou a Petrobras não era necessária, ou o petróleo não devia ser nosso, pronto: quem defendia o petróleo passava a ser logo do outro lado, comunista. Na verdade não era nada disso. Muitos comunistas participaram da Campanha do Petróleo é Nosso, mas muitos não eram comunistas! Eram brasileiros, nacionalistas. E os americanos negaram, diziam que não existia petróleo no Brasil. E foi furar que apareceu! E tem muito.

O forte caráter nacionalista de defesa da soberania econômica nacional, a diversidade ideológica do movimento e a perseguição embasada na estigmatização do grupo como subversivo e comunista são reforçados pelo Coronel Pedro Alvarez:

Eu estava no comício da Campanha do Petróleo por convicção nacionalista e esquerdista. Mas, naquela época, o sujeito que defendia o monopólio do petróleo, independente de seu posicionamento, era tachado de comunista! Desde 1947, eu fazia palestras em programas de instrução de oficiais sobre a questão

do petróleo...! Era um perigo abrir-se assim, isto é, dizer claramente que o petróleo tinha que ser explorado pelos brasileiros e não pelo capital estrangeiro! A chamada “globalização” ou “internacionalização”, que atualmente fazem a torto e a direito nos setores estratégicos da nossa economia, tem suas raízes há muito tempo atrás! Então, acredito que foram a partir destes incidentes que iniciou minha ficha como comunista e subversivo instalado no interior das Forças Armadas...

O cenário de luta contra o imperialismo, marcado na fala de ambos os militares, e a perseguição dela decorrente, já havia sido apontado previamente por Nelson Werneck Sodré, encontrando consonância com o pensamento exposto nas histórias de vida:

Por força da constituição democrática do Exército, a luta contra o imperialismo ganharia, em suas fileiras, adeptos numerosos e entusiastas, na mesma proporção em que os agentes do imperialismo dele se utilizaram para a conquista de posições e para a concretização das medidas necessárias à subordinação do Brasil ao carro da “Guerra Fria”. Nas etapas da ditadura pretoriana e do consulado militar, as Forças Armadas foram colocadas, pela ação de suas cúpulas, na posição de atender obrigatoriamente às pressões imperialistas, considerando-se essa posição como um dever delas, imposto a todas as organizações militares que perderiam, assim, o seu caráter nacional. Sem formas outras de organização, as questões pendentes tenderiam, nos meios militares, a gravitar, naturalmente, para as associações de classe, única área onde poderiam ser ainda discutidas e onde, para a discussão, não pesaria o favor hierárquico. Daí o destaque que o Clube Militar conquistou: daí por diante, a sucessão de sua diretoria assumiria sempre aspecto de problema político, independente da opinião das pessoas. Com o caso do petróleo e a amplitude nacional da campanha em defesa dos interesses brasileiros nesse caso, a questão do Clube Militar ganhou o primeiro plano.¹⁴

Sodré nos permite enxergar outro ponto central à Campanha: o papel fomentador e organizador que o Clube Militar protagonizou nas Forças Armadas em relação ao debate em torno do monopólio do petróleo, entre outras questões. Outro personagem importante da esquerda militar nacionalista, que traz informações sobre essa temática, é Mayrink, ao ler uma

14. SODRÉ, N. W. *História Militar do Brasil*. 2 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 373.

narrativa biográfica realizada por nós, em reportagem especial para o *Jornal do Brasil*. Tratava-se da história de vida de Brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira, acusado de ser subversivo em 1935, quando estava na escola de aviação, por ser simpatizante da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Câmara de Oliveira era amigo dos revolucionários do Levante de 35, apesar de não ter se envolvido diretamente com os movimentos. O militar foi processado e respondeu a processo como comunista. Na década de 1950, foi condenado a dois anos de prisão, devido à participação na Campanha *O Petróleo é Nosso* e, em 1964, foi expulso das Forças Armadas. Piloto considerado herói da Segunda Guerra Mundial, chargista do Grupo de Caça na guerra (o “Senta a Pua!”), o Brigadeiro aponta reflexões acerca do petróleo, travadas no Clube Militar:

Sei que há algumas linhas de análise sobre a questão do petróleo: a do Monteiro Lobato, que é muito antiga, sendo que inclusive ele não era a favor do monopólio estatal... E a do Clube Militar, onde o general Horta Barbosa chegou à conclusão que o petróleo era de interesse nacional até do ponto de vista da segurança e que, portanto, sua exploração e tudo que mexesse com ele devia pertencer ao governo. A discussão sobre a estatização era concomitante à do caráter estratégico do petróleo. A questão do petróleo dentro do Clube Militar foi levantada primeiro pelo General Juarez Távora, que era a favor da participação estrangeira na exploração do petróleo. Depois, veio o Horta Barbosa contra essa opinião: mostrou que o petróleo devia ser exclusivamente estatal e ganhou a eleição do Clube Militar com esse posicionamento. Assim, o Clube Militar passou a ser porta-voz dessa corrente e eu aderi. Essa eleição foi a que o Nelson Werneck entrou na diretoria, em 50. Fui condenado por isso em 52.

A reflexão de Câmara de Oliveira nos apresenta a amplitude das discussões políticas e econômicas desenvolvidas no Clube Militar. Os militares inclusive recorriam a debates históricos sobre linhas de análise acerca do petróleo e seu caráter estratégico na defesa do território nacional, com desdobramentos para as eleições da diretoria da entidade:

Essas prisões foram principalmente porque eu estava na Campanha do Petróleo é Nosso, mas também por causa das eleições do Clube Militar. Às vezes tinha listas de adesões pela campanha do Estilac Leal, e a tal da União Democrática, com o Etchegoyen, fazia pelo lado contrário. Quando corriam as minhas listas, eram provas da minha subversão fazer campanha dentro dos

quartéis pela chapa do Estilac. Isso é tão grave que eu saí, tinha uma missão em Juiz de Fora para colher votos para ele, aliás tive lá um sucesso muito grande, trouxe votos, porque antigamente a gente ia colher no lugar. Quando voltei, estava com um bolo de votos do Estilac, fui preso. Os votos foram confiscados como material subversivo, e o Estilac acabou perdendo a eleição por um pouquinho... Isso que fizeram comigo fizeram com vários oficiais. Fomos todos presos, respondemos inquérito. Foi como um golpe, tudo porque a chapa era nacionalista.

Além disso, Brigadeiro Fortunato é enfático ao apontar a Campanha *O Petróleo é Nosso* e seus reflexos no Clube Militar como “um momento de corte” entre os militares de esquerda e direita, salientando a discussão sobre posições nacionalistas:

Nesse contexto, o General Horta Barbosa se tornou uma pessoa central porque tinha uma posição muito firme com relação ao monopólio estatal do petróleo. Ele estudou profundamente a questão e foi claro. Quando contrariou o Juarez Távora, não se tinha dúvida entre um e outro. Quem era o patriota e quem é que estava com a razão? Quem estava defendendo o interesse do Brasil? Não havia dúvida... Já o Estilac tinha uma consistência ideológica mais profunda, um tom de esquerda... E o Nelson Werneck tem a posição dele: é um filósofo-historiador marxista. A Campanha do Petróleo foi um outro momento de corte dentro do Exército...

O Capitão Hector Araújo destaca a influência da Campanha entre os militares de baixa patente, representados pela Casa do Sargento do Brasil, solidária ao Clube Militar, que também sofreram perseguição:

Ah! O Movimento do “Petróleo é Nosso” foi de tal envergadura que até a Casa do Sargento do Brasil se engajou e hipotecou solidariedade ao presidente do Clube Militar, que era o General Horta Barbosa. Por isso fecharam a Casa do Sargento do Brasil. O governo fechou... Expulsaram todos os diretores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e fecharam a Casa porque se engajaram na Campanha do Petróleo.

De acordo com Gabriel Cohn, o ambiente do Clube Militar foi responsável por sancionar um novo padrão de atuação referente às políticas do petróleo, que agora não diria respeito ao acionamento de centros de poder. As discussões eram abertas e buscavam “sensibilizar aqueles grupos sociais

cuja mobilização se reconhecia ser indispensável como suporte dessas decisões”. Além disso, a reflexão referente a setores estratégicos da política e da economia:

[...] configurava a emergência ao primeiro plano da dimensão propriamente política dos problemas econômicos e sociais básicos: as grandes opções nacionais, cujo tratamento antes estava restrito a uma esfera fechada de poder, eram trazidas ao palco aberto da sociedade global.¹⁵

A inserção das massas no debate pode ser verificada na fala do Brigadeiro Fortunato:

Tivemos a *Campanha do Petróleo é Nosso*, que foi aquela coisa empolgante! Essa questão foi levantada porque realmente o petróleo era nosso...! Aliás, esse *slogan* não foi criado pelo Clube Militar, mas sim pela UNE, e foi amplamente adotado. Nem lembro quem criou. Vim a saber disso há pouco tempo. Pensava até que era do Clube Militar... Tem um livro que fala muito dessa campanha... Entretanto, não menciona a atuação dos militares. Não aparece meu nome, nem o do Kardec... Nós todos fomos condenados! Passamos um bom tempo na cadeia por causa disso... O fato é que fui preso várias vezes e na *Campanha do Petróleo é Nosso* acabei pegando dois anos de cadeia. Fui condenado. [...] Não sei como é que a campanha ganhou tanta amplitude no Brasil. Mas, positivamente, foi um acontecimento muito feliz o levantamento dessa questão dentro do Clube Militar, porque a adesão veio de todos os lados. Era um movimento de massas impressionante... Movimento igual a esse só o da entrada do Brasil na guerra, ou da abolição talvez. Eram comícios lotados, anedotas proibidas pelo governo... O Dutra mandou dar tiros até em general...! [...] Também não sei se foi a nossa volta depois da guerra que deu uma força para empurrar a Campanha do Petróleo, definindo a questão nacionalista... É uma coisa que ainda não parei para pensar... Tenho a impressão que o Nelson Werneck pode opinar melhor sobre isso... Acho que o momento não ligado à guerra até empolgou mais... Foi um momento, um levantamento momentâneo... [...]

O trecho destaca o tamanho da movimentação que a Campanha *O Petróleo é Nosso* promoveu após a inserção da sociedade no debate, o que o Brigadeiro considera um paralelo à mobilização popular pela entrada do

15. COHN, G. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 86.

Brasil na Segunda Guerra Mundial e até pela abolição da escravatura. É citada a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE), criadora do logotipo que deu nome ao episódio, apontando a forte adesão das massas em comícios e reuniões. A narrativa marca, portanto, que houve sensibilização de grupos sociais caracterizados pelos militares da época como indispensáveis à pauta, contexto novamente presente na fala do Brigadeiro:

A Campanha do Petróleo, de qualquer forma, foi feita contra a vontade do governo; não foi como as orquestradas pelo Getúlio anteriormente... Foi uma campanha arrumada pela sociedade civil, pelos grupos militares nacionalistas, patriotas...

Eduardo Chuay, Coronel do Exército, integrante do Gabinete Militar de João Goulart, preso após o golpe de 1964, perseguido e torturado pela Operação Bandeirantes (OBAN), e um dos fundadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT), relata a influência que a Campanha *O Petróleo é Nosso* teve para a eleição do Clube Militar:

Particpei da campanha do Lott, foram dez meses viajando pelo país. A campanha dele foi para Primeiro Mundo, não para o Brasil. A tese dele era a educação. E isso não empolgava ninguém e não empolga até hoje... Ele não fazia promessas, não aceitava propostas de troca de favores. Era muito rígido, muito duro, muito honesto. Naquela linha nacionalista, defendendo o petróleo. Uma vez, ele estava em São Paulo, ainda era comandante do Segundo Exército, e veio visitar o Brasil o secretário de estado americano Foster Dulles, que andou fazendo declarações sobre o petróleo. Aí perguntaram ao Lott o que ele achava disso, que disse:– Ele tem opinar nos Estados Unidos. No Brasil o petróleo é intocável. – Ele era homem, enfrentava.

Anthero de Almeida, militar participante dos Levantes Tenentistas e de 35, reforça a importância e a influência da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) sobre a esquerda militar empenhada na Campanha. Almeida destaca a liderança, até o final do século XX, de Barbosa Lima Sobrinho¹⁶ e a concepção sobre nacionalismo adotada pelo grupo:

Nesses anos, o que recorro de mais importante da minha militância foi a Campanha do Petróleo é Nosso. Ah! Foi uma campanha nacionalista pela

16. LIMA SOBRINHO, B. *Desde quando somos nacionalistas?*. Petrópolis: Vozes, 1995.

defesa do petróleo, que depois desembocou na criação da Petrobras. Foi uma campanha muito grande. Puseram muita gente presa, inclusive militares, porque, naquele tempo, defender o petróleo era ser comunista. Reformaram muitos militares... Foram reformados! Um conhecido meu, que atualmente é coronel da Aeronáutica, voltou com a anistia. Era tenente e foi excluído como comunista porque estava na Campanha do Petróleo é Nosso. [...]Na época da Campanha do Petróleo havia comício, reuniões... A ABI! A ABI fervia! A Associação Brasileira de Imprensa foi um foco. Está aí o velho Barbosa Lima Sobrinho para contar... Esse é um homem que a gente tem que tirar o chapéu quando encontrar com ele. Cem anos, com aquela cabeça! Eu não conheço ninguém, nunca ouvi falar de ninguém!... Os artigos que ele escreve todo domingo no *Jornal do Brasil* dão o que pensar. O Barbosa Lima foi uma das grandes figuras do Petróleo é Nosso.

João Batista de Paula foi militar nos anos de 1950 e preteriu a carreira por outra profissão que abraçou: o jornalismo. Com a coluna diária intitulada “Plantão Militar”, no famoso jornal oposicionista dirigido por Samuel Wainer, *Última Hora*, Batista de Paula (como era conhecido) ficou famoso por fazer a primeira cobertura jornalística permanente da área militar nos anos 1950 até o golpe de 1964. Escreveu explicitamente sobre o apoio do Clube Militar e das Forças Armadas à criação da Petrobras. Além disso, ressaltou, em sua história de vida, a ampla mobilização popular de esquerda e seu apoio à imprensa:

Aí veio a corrente nacionalista, a Campanha do Petróleo contribuiu muito para isso. Eu participei dela, daqueles comícios no Largo da Carioca. Conheci o pai do Fernando Henrique Cardoso nessa campanha, Leônidas Cardoso, que era tenente-coronel e professor. Conheci um tio dele, uma figura excepcional, coradinho, com a cabeça bem branca, era coronel professor, chamado Felicíssimo Cardoso. [...] Mas, voltando à Campanha do Petróleo: ela politizou esse país. Participei inicialmente como cidadão, depois como jornalista. Ativamente. No *Diretrizes*, então, a gente podia fazer uma reportagem num comício, numa reunião do Clube Militar, e tinha liberdade de dizer tudo. Já nos outros jornais, como o *Diário Trabalhista*, era controlado: – Não fale disso... [...] Era sempre controlado. Mas o *Diretrizes* não era. As mais libertárias reuniões do Clube Militar que assisti foram em relação ao petróleo. Porque eram duas facções, uma favorável e outra contra. A Cruzada, esses que deram o golpe de 64, era contra o monopólio. O projeto original de Getúlio não assegurava claramente o monopólio. Ele surgiu de uma emenda da UDN, não

sei se do Afonso Arinos... um conservador daqueles. Porque eles queriam ficar sempre contra o Getúlio, então algumas vezes até defendiam boas causas para ficar contra ele. Só que depois o PC tomou conta da campanha e levou para a rua. Isso eu via porque conhecia os líderes comunistas operários, universitários, através do jornalismo. Meu relacionamento com eles sempre foi muito bom. O pessoal de esquerda sempre colaborou muito com o da imprensa. Sempre! O desfecho da campanha foi a votação da lei pelo Congresso e a criação da Petrobras. Os nacionalistas saíram vitoriosos. Mas estão perdendo agora. Tudo o que conquistaram estão perdendo...

O panorama foi responsável por desencadear perseguições políticas advindas do pretexto de que a Campanha era um suposto mecanismo de agitação de massas realizado pelos “comunistas”. O Coronel Pedro Alvarez citou em sua narrativa biográfica uma passagem significativa de ficha jurídica que retrata esse aspecto:

[...] o penúltimo dia de sua estada nesta cidade, onde esteve em férias, o Cap. Alvarez realizou uma conferência no Fórum local sobre a questão do petróleo, tema que está servindo de largo pretexto aos comunistas para agitar as massas. A assistência era constituída na sua maioria pelos comunistas locais e o Exmo. Sr. Gen. Cmt. da 2ª D.C., então nesta cidade, mandou um oficial do seu E.M., à paisana, assistir à dita conferência. (a) Ciro Carvalho de Abreu – Ten. Cel. Confere com o original. Emilio Garrastazu Médici [...]

Pedro Alvarez detalha a disputa do Clube Militar e sua relação com a Campanha *O Petróleo é Nosso*. Tratava-se de debate público, exposto em jornais. O fato, inclusive, definiu sua carreira como político, sempre atravessada pelo nacionalismo econômico, relacionado à perspectiva desenvolvimentista.

A Campanha *O Petróleo é Nosso* afetou profundamente a vida de Brigadeiro Fortunato. Durante a realização do nosso trabalho de campo, este ressaltou a doação de documentos relacionados aos depoimentos de militares presos e torturados por ocasião da Campanha e da eleição da chapa nacionalista Estilac-Horta Barbosa para o Clube Militar. Por esse motivo, foi sentenciado a dois anos de prisão, na mais dura época da perseguição política que sofreu, quase chegando a ser expulso das Forças Armadas. Brigadeiro Fortunato reforçou a experiência amarga do abandono do espíri-

to de companheirismo dos militares que foram à guerra e, posteriormente, viraram-lhe as costas quando caiu em desgraça ao ser mais uma vez considerado “perigoso subversivo” dentro das Forças Armadas. Um dos documentos cedidos foi o trecho do livro que trata da vida de Mário Lago, escolhido para ser a epígrafe de seu depoimento:

Aos delegados, detetives, informantes, a todos, enfim, que contribuíram para ficar registrado nos arquivos do DOPS que eu lutei pela Paz, em Defesa dos Direitos Humanos, pela interdição das Armas Nucleares, por Democracia e Liberdade, gritei que “O Petróleo é Nosso” e contra as ditaduras, contra a escravização econômica e política do Brasil ao capital estrangeiro. Embora a ironia e até mesmo um certo deboche na análise de alguns documentos, foi muita a emoção que senti lendo aqueles boletins, pedidos de busca, ofícios e referências, pois eles me deram uma alegre certeza: não foi vida jogada fora a que vivi. (Mário Lago, citado por Brigadeiro Fortunato em epígrafe à sua narrativa biográfica)

De acordo com os documentos analisados, Brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira e Coronel Pedro Alvarez foram lideranças expressivas na Campanha *O Petróleo é Nosso* e, por isso, tiveram severas punições que marcaram suas trajetórias ao longo das décadas de 1950 e 1960, responsáveis por agravarem a perseguição que sofreram após o golpe de 1964. Também se destacou como um dos líderes da Campanha, dentro do núcleo militar de esquerda, o Brigadeiro Rui Moreira Lima, outro herói da Segunda Guerra Mundial, piloto do Grupo Senta a Pua, que realizou 94 missões na Itália, condecorado diversas vezes. Moreira Lima foi reconhecido pelo grupo de militares nacionalistas de esquerda pela participação nas lutas da Campanha *O Petróleo é Nosso* nos anos 1950 e, posteriormente, por defender a legalidade democrática, o que gerou sua cassação pelo golpe civil-militar de 1964.¹⁷

A narrativa biográfica Eduardo Chuay também mostrou como ações políticas, conduzidas pelos militares de esquerda, em prol da soberania do petróleo, foram convertidas em pretexto para perseguição:

17. CUNHA, P. Op. cit, 2014.

Essa luta da Petrobras foi de grande repercussão... Havia um escritor chamado Gondim da Fonseca. Ele lançou um livro que deve ter vendido, na época – o Brasil era um país rural –, uns 500 mil livros. Esse país é de uma injustiça, porque ninguém se lembra dele. Um homem culto, formado em Coimbra, numa época em que tinha que se ralar muito de estudar. E eu também dava o livro, defendendo a Petrobras, o monopólio estatal do petróleo. Ganhava e dava para os oficiais. Por isso, fui acusado de doutrinação comunista. Não tenho nada com isso! Era uma doutrina nacionalista. E a vida era mais simples. Não se perdia uma hora e meia como hoje, se deslocando de um lugar para outro. O aproveitamento do tempo era maximizado intelectualmente. E distribuí muito esse livro na Escola. Fizemos uma campanha porque o americano estava pressionando para acabar com a Petrobras, que estava crescendo. [...] Distribuí aquele livro famoso do Gondim da Fonseca, sobre o petróleo. Distribuí muito... Então, achavam que eu era do Partido Comunista! Não tinha discussão. E, tanto para civis quanto para militares, eu comprava os livros do meu bolso e distribuía para os caras aprenderem. Sempre fui doutrinador. Hoje que diminuí meu ritmo. E, por isso, fiquei muito marcado. Primeiro, porque se fosse o último da turma ninguém me dava bola! “Coitado...” No Exército é assim. Mas, como era primeiro lugar... E diziam que o primeiro lugar ia tirar um curso de foguetes nos Estados Unidos. Cortaram o curso... Não existia mais! [...] Mas estava longe da política. É engraçado: esses três anos da Escola Preparatória passei meio longe disso... Não que não lesse. Sempre li, sempre me interessei pela Campanha do Petróleo é Nosso desde que estava no ginásio, essa coisa toda... Tinha movimento político antigamente nesse negócio de secundarista, e a gente ia... Mas, na Escola Preparatória, fiquei meio à margem dessa coisa de política... Depois me acusaram de que eu já vinha num processo de politização desde a Escola Preparatória... Nunca vi. Deviam pensar a meu respeito: – Esse cara é perigoso. Pensa. Foi lá e tirou o primeiro lugar. Trouxe o Lott para ser paraninfo. Criou um problema interno. Se envolveu na luta a favor da Petrobras...

Como observamos, a Campanha *O Petróleo é Nosso* passou por forte repressão, fruto do contexto de Guerra Fria abordado anteriormente. O Estado brasileiro operou de forma sistemática nas tentativas de desmobilizar a população em geral e, principalmente, os militares, que ganharam destaque graças ao alcance do Clube Militar. Passou-se, assim, a recorrer à estratégia marcada nos documentos já citados: tachar de “comunista” e “subversivo”, independente de filiação partidária à esquerda, os militares que se movimentaram em prol da defesa da soberania do petróleo. Tal subterfúgio mobilizou a estrutura hierárquica e disciplinadora que marca as Forças Armadas,

fenômeno que fortaleceu a repressão aos participantes da Campanha. A esse respeito, Brigadeiro Fortunato afirmou:

Levei dois anos na cadeia. Era major na época, no Rio. Estive em vários cantos: Porto Alegre, Galeão, Afonsos... Terminei meus dias de prisão no depósito da Aeronáutica, na Avenida Brasil. Faltava um ano e quatro meses e já durante o inquérito tinha sido preso várias vezes. Somando, dava um total de oito meses. Por isso estive um ano e quatro meses trancafiado. Trancafiado é modo de dizer: tinha um quarto – um túmulo – no depósito da Aeronáutica. Junto comigo havia muita gente presa: outro major e mais cinco sargentos que também tinham tomado parte na Campanha do Petróleo. [...] Desde aspirante pertencia ao Clube Militar. Votei em 50 e o tempo todo estive na luta... Fui preso em 52 em virtude disso. O pretexto que eles arranjam é que eu era subversivo. Eles queriam me acusar de comunista. Mas não estava escrito nos códigos que ser comunista era crime. Então, o que eles faziam? Chamavam de subversivo; afirmavam que estava tentando subverter a ordem estabelecida... Mas a acusação era pífia. Entretanto, como o Superior Tribunal Militar – STM – era o último reduto da reação, o que acontecia? Apesar de ter sido absolvido por unanimidade na auditoria, o STM mandou que o promotor apelasse de qualquer maneira, seja qual fosse o resultado! Pela ética profissional, não se pode apelar. Ele apelou e fui condenado a dois anos [...]

É importante assinalar como a trajetória do Brigadeiro, entre a liderança do movimento e sua perseguição e punição, foi reconhecida pelo grupo da esquerda militar. Nas palavras do Capitão Hector Araújo:

Foi uma campanha muito bonita que culminou com a lei 2.004, que todos sabem... A Campanha do Petróleo foi uma coisa de louco! No dia a dia, tinha palestras e conferências! Eu era sargento e ia em tudo! Era ainda bem jovem, “fichinha”, não era um expoente. E havia outros que já eram bem politizados, dentro da Casa do Sargento do Brasil. Então, houve essas coisas todas... O Fortunato Câmara de Oliveira foi preso por dois anos... Muitos outros sargentos ficaram presos e foram expulsos do Exército...! Muitos!

Pedro Paulo Albuquerque Suzano, militar cassado pelo golpe de 1964, destaca a amplitude da repressão¹⁸:

18. Muitos familiares mais diretos de Suzano foram submetidos à punição pela ditadura militar, entre os quais o pai (ministro da Marinha do Governo João Goulart) e o irmão, comunista “de carteirinha”.

Na Campanha do Petróleo, prenderam muita gente. Quem tinha assinado abaixo-assinado... Mas nunca assinei nada desse tipo, coletivo, a não ser quando já estava fora do Exército, cassado, como eles chamam. Na verdade, fui só reformado. Sou da primeira lista, que começava com sessenta políticos e depois vinham cinquenta e tantos oficiais do Exército. Sei que, no final, contados esses políticos e os oficiais, eu era o 153, o penúltimo.

As perseguições e punições pela participação na Campanha *O Petróleo é Nosso* afetaram alguns desses expoentes da esquerda militar e nacionalista, que tiveram a anistia negada desde aquela época, com impactos ainda no processo de redemocratização posterior ao golpe de 1964, o que os fez atuarem na Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM). Brigadeiro Fortunato detalhou a questão, comparando sua situação com a de anistiados da direita militar:

Eu estava preso, quando houve Jacareacanga. Estou dizendo que ele mantinha presos os aliados dele – havia até uma proposta de anistia para nós, feita pelo Padre Arruda Câmara que era deputado. Ele aplicou em Jacareacanga e Aragarças e os nacionalistas da Campanha do petróleo ele deixou preso! E era para nós essa anistia! Juscelino aplicou nas revoltas, para liberar a situação que estava ruim para ele, a FAB toda estava contra ele, e nos deixou, continuamos presos lá...

Deodoro Bugarin, também entrevistado, ao tratar da sua experiência pessoal como militar de esquerda de baixa patente, nos episódios precedentes e posteriores ao golpe de 1964, quando foi severamente punido pela direita militar, salientou:

Na Campanha do Petróleo é Nosso, muitos amigos meus “dançaram”. O Espíndola conseguiu agora a promoção a coronel. Também a anistia não o atingiu. Não entendi por que essa anistia, que era ampla e não sei o quê, esqueceu todo esse pessoal do Petróleo é Nosso.

É importante destacar como as lutas da esquerda militar pela anistia se estenderam até a virada do século XX para o século XXI, o que coincidiu com o desencadeamento dos processos de privatização de empresas estatais como, por exemplo, a Vale do Rio Doce. Diante do cenário econômico neoliberal, que contesta a presença da intervenção do Estado na economia, a Petrobras surgiu como uma das maiores estatais passíveis de privatização. O

contexto histórico contemporâneo trouxe indignação ao grupo de militares nacionalistas de esquerda anistiados ou em busca de anistia, perseguidos ao longo da vida por terem participado da Campanha *O Petróleo é Nosso* e defendido a criação da Petrobras. Dos mais atuantes e perseguidos na época, Brigadeiro Fortunato afirmou:

Dizem que sou otimista, mas não sou... Apesar de estar pouco a par da situação atual do país, estou muito preocupado... Acho que eles vão entregar tudo...! Todos os passos que demos, toda a luta que tive... Estou aguentando essa barra... Petróleo, energia elétrica, Volta Redonda, Vale do Rio Doce, riquezas minerais, já foram embora... A nossa luta dentro do Clube Militar pela defesa da hileia amazônica... Vão entregar tudo...! Foi tão trabalhoso... E agora é pior ainda porque tem o problema dos fármacos, das patentes... A patente é a coisa mais absurda que existe! Temos alguns grupos que atuam na ABI, o CONDEPAS, o MODECON – Movimento de Defesa da Economia Nacional... O Kardec é uma figura de garantia, que tem uma documentação muito boa e uma memória muito boa também... É uma pena... Se pudesse começar outra vez...! É uma pena que estou ficando velho...

Nesse mesmo sentido, Joacy Pereira Magalhães, militar de esquerda, que era Sargento legalista na época do golpe de 1964 e tornou-se guerrilheiro urbano durante a ditadura, marcou sua indignação frente ao contexto:

Eu não acho que tem que privatizar! Principalmente material estratégico. Como é que vai privatizar a Petrobras se as reservas mundiais estão caindo? Temos que importar petróleo e guardar nossas reservas.

Nos inúmeros documentos analisados, entre narrativas biográficas e impressos da ADNAM, as posições antiprivatistas são contundentes por parte dos militares nacionalistas de esquerda ali congregados, recorrendo constantemente às lembranças da Campanha *O Petróleo é Nosso* para contestar as políticas econômicas neoliberais que sucederam a perspectiva desenvolvimentista de meados do século XX.

Assim, observamos como resultados da pesquisa, que militares nacionalistas de esquerda se mobilizaram na Campanha *O Petróleo é Nosso*, defendendo que o governo brasileiro criasse a Petrobras e, desse modo, não permitisse a exploração comercial do petróleo por empresas multinacionais, notadamente as dos Estados Unidos. Portanto, a Campanha *O Petróleo é Nosso* se configu-

rou como um dos episódios-chave da história brasileira, do qual decorreu o surgimento da empresa estatal petrolífera com impactos econômicos e políticos que ecoam não somente na histórica econômica brasileira das décadas de 1950 e 1960, mas também com desdobramentos na atualidade. Além disso, observamos que, devido a essa participação política na campanha em defesa do petróleo, muitos militares de esquerda foram perseguidos, presos, torturados e expulsos das Forças Armadas Brasileiras. Isso transformou a cultura política dentro e fora dos quartéis e levantou reflexão histórica sobre o papel da perspectiva desenvolvimentista nas questões econômicas entrelaçadas diretamente com os rumos políticos da República brasileira na segunda metade do século XX. Nossas pesquisas também apontaram que as anistias relacionadas aos militares nacionalistas de esquerda no Brasil foram limitadas e seletivas, devido às posições políticas e econômicas que estes mantiveram em suas trajetórias, como atestam os documentos analisados.

Com a crise do desenvolvimentismo a partir dos anos de 1980, o pensamento econômico perdeu espaço junto às Forças Armadas, frente à ampliação dos governos de orientação neoliberal. O hegemônico grupo da direita militar passou a aliar a visão nacionalista com uma pauta central relacionada à defesa de valores cristãos conservadores em torno de comportamentos e costumes, não às demandas econômicas. Para tanto, utilizam ainda a retórica anticomunista e também a estendem aos grupos considerados minoritários e “identitaristas” como, por exemplo, mulheres, LGBTQIA+, negros e indígenas.¹⁹ O discurso anticomunista, nesse sentido, trata-se de um mecanismo de combate e integra outras estratégias psicológicas e políticas de acirramento de conflitos e confrontos, também compreendidos como guerras culturais ou guerra híbrida no século XXI.²⁰ A esse respeito, e vários outros temas pautados pelas narrativas biográficas aqui reunidas, novos estudos se desenvolvem e outros ainda precisam ser realizados.

19. Para uma reflexão acerca do debate contemporâneo em torno de noções de identidade, identitarismo e universalismo e suas ligações com a crítica ao pensamento ocidental no campo da filosofia e da política, veja: SAFATLE, V. “Identidade”. In: *Alfabeto das colisões: filosofia prática em modo crônico*. São Paulo: UBU, 2024, pp. 114-121.

20. LEIRNER, P. C. *O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida: Militares, Operações Psicológicas e Política em uma Perspectiva Etnográfica*. 2 ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2022.

Anistia e memórias de trabalhadores(as) e militares perseguidos pela ditadura: entre esquecimentos e lembranças, as lutas por reparação e justiça

Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky

Caroline Barbosa Silvério

Ao entrar no curso de História, compreendemos que a memória abrange desde o fenômeno biológico do ato de lembrar até um conjunto de documentos históricos determinados. Por vezes, a memória se confunde com o que seria a própria História como área do conhecimento, certamente uma transformando a outra. Nas Ciências Humanas o estudo da memória é realizado nos espaços sociais e se concentra em grupos e populações e suas interações culturais, econômicas e políticas. Pesquisadores/as questionam e analisam documentos, monumentos e arquivos produzidos individual e coletivamente a partir das lembranças humanas.

Quanto à uma primeira visão sobre memória individual, memória coletiva e seus entrecruzamentos, partimos do referencial teórico do sociólogo, psicólogo e filósofo francês M. Halbwachs¹. Segundo o autor, a memória individual se constitui a partir do diálogo com as memórias dos outros. Halbwachs ressalta o caráter seletivo da memória humana, afirmando que as lembranças são sempre parciais e escolhidas a partir de estímulos externos. No clássico *Memória coletiva*, o filósofo aponta como as formas individuais e coletivas da memória agem sobre nossa compreensão do passado e do presente, definindo a memória coletiva como as lembranças cotidianas de grupos e comunidades em suas interações sociais e culturais. Desse

1. HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

modo, memórias coletivas idealizam e simplificam o passado, constroem identidades como pertencimento ao grupo a partir de acontecimentos fundadores. Além disso, podem ser memória familiar, religiosa e política dos grupos sociais.

Aprendemos que a memória também apresenta relações intrínsecas com a identidade. No que diz respeito ao tema, o pensamento de Michael Pollak alimentou nossas reflexões sobre como as memórias são subterrâneas e fazem um trabalho de subversão no silêncio, aflorando de forma imperceptível. Para o autor, as memórias sobressaltam e se exacerbam em momentos de crise². Pollak ressalta as relações conflituosas e transformadoras entre memória e história, dos trabalhos de enquadramento da memória, especialmente em relação aos traumas e testemunhos, seus usos e disputas pela memória e pela história.

No que concerne à memória histórica, Jacques Le Goff³ foi a referência mais precisa. A memória é a propriedade de conservar certas informações e também um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas ou reinterpretadas como passadas. O historiador francês destaca que, no caso da área de História, interessa a memória social, coletiva e individual em suas interações sociais.

Pierre Nora também surgiu nesse caminho abordando a relação entre história e memória, com ênfase na problemática dos lugares. De acordo com o autor, há grupos de pertencimento que buscam reencontro ou salvaguarda de suas identidades e raízes por meio da história oral. Tal modalidade de história, portanto, ativa lugares da memória por lembranças de pessoas e grupos. Para o historiador, lugares da memória podem ser materiais (paisagens, edifícios e construções, monumentos artefatos da cultura material – patrimônios materiais), funcionais (instruções, testamentos, receitas, descrições sobre modos de fazer – patrimônios materiais e imateriais) e simbólicos (festas, celebrações, datas comemorativas, gestos – patrimônios imateriais)⁴.

2. POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos* (3): Memória, Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

3. LE GOFF, J. *História e Memória*, op. cit.

4. NORA, P. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. v. 10, jul./dez., 1993, pp. 7-28.

Enquanto Nora salienta a separação entre a memória como lembrança de pessoas e grupos e a história como prática profissional dos historiadores que problematizam a memória, o estudioso estadunidense, Dominick LaCapra, questiona as próprias fronteiras entre memória e história, bem como entre discurso científico e literário. LaCapra afirma que o trabalho com a memória modifica a prática profissional do historiador e a própria história. A memória, por sua vez, também é transformada pela história e pelas ações dos indivíduos⁵. Memória e história constituem-se como *práxis construída* por sujeitos da pesquisa e/ou por pesquisadores.

A memória é complexa, ambígua, contraditória, parcial, seletiva, feita de lembranças e de esquecimentos. Quando narrada pelos colaboradores e apreendida pela história oral criada por pesquisadores, não se configura como puro e simples sinônimo da história ou das narrativas transformadas em histórias de vida. É nesse sentido que Andreas Huyssen aborda a existência de culturas e políticas de memória, assim como sua ligação com processos de democratização e luta por direitos humanos. Sob outro prisma de análise, Beatriz Sarlo salienta os usos da memória e suas relações com a mídia e a cultura contemporânea nas disputas pelas interpretações do passado e da história no contexto do fim das ditaduras na América Latina. Mais recentemente, Ariella A. Azoulay, em perspectiva decolonial questiona se, de fato, é possível realizar ações em busca de reparação e perdão que “rele-guem ao passado” o que é ainda no presente irreparável e imperdoável⁶.

No debate conceitual apresentado há consensos e divergências, além de muitas controvérsias. Por isso, para embasar nossos estudos e práticas em evidências não podemos utilizar uma única referência isoladamente, porque

5. LACAPRA, D. *Representing the Holocaust: History, Theory, Trauma*. Cornell University Press, 1994; LACAPRA, D. *History and Memory after Auschwitz*. Cornell University Press, 1998; LACAPRA, D. *Compreender outros: povos, animais, passados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

6. HUYSSSEN, A. *Memórias do Modernismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997; HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000; HUYSSSEN, A. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014; SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/Belo Horizonte: Cia das Letras/Ed. UFMG, 2007; AZOULAY, A. A. *História Potencial*. São Paulo: Ubu, 2024.

a construção das histórias se compõe vasto e interligado campo de investigação, sempre em transformação. A memória na contemporaneidade é mais do que o ato de lembrar que parte de um corpo (individual e coletivo) marcado por tecnologias (procedimentos, métodos, técnicas, modos de fazer). Práticas históricas e antropológicas de memória com história oral tratam de relações intergeracionais e de mediação de construção de memórias. O papel de pesquisadores, assim como de protagonistas dos grupos entrevistados, consiste na mediação e construção de memórias. Trata-se de um exercício de justaposição de lembranças diferentes e conflituosas de várias comunidades e/ou gerações (mesmo dentro de uma mesma comunidade e/ou geração). As histórias de vida, nesse sentido, constroem e desconstroem uma multiplicidade de sentidos de pertencimento e de continuidade no tempo e no espaço. Tal construção compartilhada de memórias mobiliza uma diversidade de identidades e de subjetividades entrelaçadas e contraditórias. Historiadores, antropólogos e outros pesquisadores profissionais entram em diálogo com essa miríade de processos de existência, ao dimensionar suas próprias considerações sempre parciais.

Quando pensamos sobre a história e memória brasileira, deparamo-nos com uma história repleta de fatos históricos relacionados a anistias, o que revela uma trajetória intensa e constante de conflitos e confrontos políticos e militares. Isso pode ser amplamente conhecido por meio de documentos históricos dos arquivos oficiais. A partir desses registros, podemos estudar uma história política e legislativa mais tradicional configurada enquanto política de memória de grupos vencedores. Porém, para sabermos como a “narrativa oficial” afetou o cotidiano e a vida de pessoas comuns e de diversos grupos sociais (por exemplo, trabalhadores ou militares perseguidos políticos) é preciso trazer à tona memórias individuais e coletivas materializadas em histórias de vida e de luta disponíveis em fontes orais e audiovisuais. Essas histórias compõem narrativas histórico-literárias constitutivas de outra política de memória e de trabalho, no que respeita ao enquadramento da memória e ao processo de visibilidade de memórias subterrâneas.

No caso dos militares perseguidos políticos que viveram quase todo o século XX, vários acontecimentos relatados dão uma ideia dos tempos difíceis atravessados por eles. O depoimento de Anthero de Almeida, oficial do Exército, participante do Levante de 35, contou, de forma bem-humorada,

como sua geração sofreu consequências da anistia relacionada a episódios do Levante Tenentista, na década de 1920:

Mas em 31, começou a surgir conosco um problema no Exército. Os rapazes que tinham sido excluídos em 22, por causa da revolta da Escola Militar, queriam voltar ao Exército. Tudo bem, tinham sido anistiados, tinham direito. Mas queriam voltar na nossa frente, como se não tivessem sido excluídos. Quer dizer, nós que saímos aspirantes depois de 22, íamos levar uma tremenda carona! Na minha turma, por exemplo, eu ia ficar como segundo-tenente por uns 15 anos! E houve então a chamada questão dos Picolés. Eles tinham o apelido de “picolé”, porque foi quando se lançou aqui no Rio esse sorvete. E eles, como os picolés, já vinham “prontos”! É... Não precisavam fazer o curso da Escola Militar, porque já vinham prontos como tenentes, Como primeiro-tenente! Picolés... E essa questão dos Picolés agitou muito os subalternos. Todo mundo começou a gritar:

- Pode ser que eles venham a comer nosso lugar!
- Não, mas eles têm direito...

Eles tinham bons padrinhos, tinham feito a revolução, vinham com fama de revolucionários... e a coisa foi ficando preta. Houve uma reunião no Clube Militar em que participei. Comecei a me meter nessas coisas por aí... no caso dos Picolés.

Eu participei, houve muita agitação, os oficiais estavam muito exaltados, com discursos muito violentos, a coisa foi se agravando... De modo que quando fui promovido a primeiro-tenente, em vez deles me classificarem onde já estava, me mandaram para o Rio Grande do Sul.

Eles resolveram o problema dos Picolés da seguinte forma: criaram um quadro paralelo, eles e nós. Quando era promovido um de nós, era promovido um deles. Isso foi até esgotar o quadro. Foi há muitos anos atrás, tem gente até que nem se lembra mais disso...

Anthero explica como fato de que parte significativa da base do Movimento Tenentista, que se levantou contra o governo, encontrou meios de anistiar os que antes eram “revoltosos”, inclusive reincorporando-os nas Forças Armadas. Isso não aconteceria com perseguidos depois do Levante de 35 e do golpe de 64. Nesse caso, muitos militares foram anistiados de forma parcial, sem poder voltar aos seus postos, fato que afeta a constituição do contingente militar até a atualidade.

Para se ter ideia da quantidade de conflitos e anistias, inúmeros militares e trabalhadores narram suas histórias de vida com o marco temporal

de enquadramento de memórias de “antes da anistia” e “depois da anistia”, quando se referem ao fim do regime ditatorial mais recente. Ao escutarmos Anthero, um senhor que viveu mais de cem anos, é interessante observar como os marcos temporais das memórias sobre anistia se referem não apenas ao período autoritário mais recente, mas a vários acontecimentos desde o início do século XX:

[Depois de participar do Levante de 35] No começo não fazia nada, porque também estava difícil arranjar emprego. (...) Me empreguei lá [na Argentina] e só deixei quando fui anistiado aqui no Brasil. (...) Quando acabou a guerra, vim para o Brasil. A anistia foi dia 19 de abril de 1945. (...) A volta para o Brasil foi sem problemas. Me apresentei com a anistia, pensando retornar ao Exército. Não voltei propriamente com essa intenção. Voltei por causa desse problema de família, da minha mãe estar só, eu ser o filho único, ter perdido meu pai. Isso foi o que me fez voltar. Senão teria ficado, porque não tinha muita confiança na anistia, como de fato se comprovou. Eles organizaram uma comissão de gente escolhida a dedo para dar parecer sobre nosso retorno ao Exército. A comissão deu parecer contrário. O Dutra era o Ministro da Guerra. Nenhum de nós foi aproveitado. Então, organizamos nossas vidas, fomos trabalhar...

Fiquei sabendo do meu processo por correspondência, eu escrevia e me informavam. Fui condenado a 9 anos, não cumpri. Podiam ter me condenado a 90... Quando voltei encontrei o pessoal que ficou preso... Ah! Encontrei todos. Mas o tempo foi sendo implacável, foi cortando, cortando... dos oficiais do Terceiro, só restamos dois: o Gutman, e eu. Quando voltei, em 46, todos eles estavam vivos. Não tinha perdido ninguém. Estavam todos aí... o pessoal enfrentou Fernando de Noronha com coragem e disposição. Ninguém afrouxou não...

Pouco depois, fui trabalhar como jornalista. Eu cobri a Constituinte de 46. (...) Nesses anos, o que recorde de mais importante da minha militância foi a Campanha do Petróleo é Nosso. Ah! Foi uma campanha nacionalista pela defesa do petróleo, que depois desembocou na criação da Petrobras. Foi uma campanha muito grande. Puseram muita gente presa, inclusive militares, porque, naquele tempo, defender o petróleo era ser comunista. Reformaram muitos militares... Foram reformados! Um conhecido meu, que atualmente é coronel da Aeronáutica, voltou com a anistia. Era tenente e foi excluído como comunista porque estava na Campanha do Petróleo é Nosso.

O militar centenário precisou trabalhar em outra profissão, devido à obtenção de anistia parcial, após o fim do Estado Novo (1937-1945). Anthero confiava em uma anistia que permitia a volta do exílio, mas não o retorno

às Forças Armadas. Ele menciona memórias de perseguição e anistia aos militares que participaram da Campanha *O Petróleo é Nosso*. Desse modo, podemos compreender como se configura a repressão nas instituições militares, inclusive em períodos considerados democráticos, como a década de 1950 (algo comumente ignorado historicamente). Assim como podemos compreender as variadas estratégias de sobrevivência e de resistência na recriação da vida cotidiana, seja sob regimes declaradamente autoritários ou supostamente democráticos.

João Batista de Paula, militar mais jovem, também famoso jornalista sobre assuntos militares antes do golpe de 64, destacou o fato da violência e a reação a ela em suas lembranças:

Na Campanha do Petróleo é Nosso, muitos amigos meus “dançaram”. O Espíndola conseguiu agora a promoção a coronel. Também a anistia não o atingiu. Não entendi por que essa anistia, que era ampla e não sei o quê, esqueceu todo esse pessoal do Petróleo é Nosso. Eles foram promovidos judicialmente.

Por meio do entrelaçamento de memórias individuais e coletivas de violências e de sofrimentos, concomitantes à luta pela vida no cotidiano, construímos outra política de memória. A partir dos vestígios, estabelecemos historicamente como grupo de militares e de trabalhadores foram perseguidos e lutaram contra isso por praticamente toda a história da República brasileira instituída por estruturas autoritárias. Anthero de Almeida cita José Gutman, militar que participou do Levante de 35 e foi preso no Brasil por quase uma década, entre os presídios de Ilha Grande e Fernando de Noronha. E, a esse respeito, este último declarou:

Aliás, quando fomos para Fernando de Noronha, fomos junto com os integralistas. Eles foram presos aqui, porque houve o golpe deles e eles perderam. Foram presos e ficaram conosco. Mas separados, não juntos no mesmo pavilhão. Eram isolados, nos respeitavam também. Fiz amizade com alguns. Eles eram tão patriotas que nem sabiam o que queriam! Eram de direita, mas eram patriotas. Conheci um que outro dia visitei. Convidou-me para ir cantar as músicas porque ele gostava do que eu cantava! Quando cantava, ele ficava louco, porque gostava do violão! Ele era oficial da Marinha... Todos eles voltaram logo que saíram. Nós não, os comunistas... Eles foram expulsos do serviço militar. Mas quando houve a anistia, em abril de 45, voltaram todos para os quartéis. Foram promovidos, tiveram todas as vantagens... Ele

foi um desses: Tito Bardi. Participou do golpe integralista e era nacionalista. (...) Me soltaram em 1943. Tive anistia para voltar para a carreira militar em 1945. Mas, eles deixavam? Não, até hoje não deixam voltar... Aí comecei a ficar preocupado com o que fazer. Um cara que tinha estudado todas aquelas matérias, para fazer prova no Colégio Militar, na Escola Militar, foi para a caserna, trabalhou ensinando soldado a fazer combates, educação física, todos aqueles exercícios... e da vida civil eu não sabia nada. Era um ignorante, não tinha experiência nenhuma!

– O que é que vou fazer?

Procurei em anúncio de jornal alguma coisa...

José Gutman, militar comunista, refere-se aos militares integralistas presos devido à tentativa de golpe em 1937. Com a anistia, os integralistas foram incorporados às Forças Armadas, fato que demonstra diferenças de tratamento aos anistiados de acordo com suas posições políticas à esquerda ou à direita. Tanto Anthero de Almeida quanto José Gutman destacam a questão do desemprego e do seu enfrentamento no dia a dia. Assim como aconteceu com os atingidos pelo golpe de 64, os anistiados continuaram a ser perseguidos e resistindo por toda a vida, agora como trabalhadores. Gutman relembra como a primeira anistia, vivenciada quando jovem, ocasionou um ambiente de aparente liberdade e de muitos reencontros para os militares expulsos em 1935. Muitos deles passaram praticamente todo o período do Estado Novo na prisão, sem que a perseguição cessasse nos anos seguintes:

Nesse ínterim, já tinha havido uns encontros, o Prestes tinha sido solto. Com a anistia, o pessoal saiu da prisão, era aquele ambiente de liberdade, de propaganda eleitoral. O Getúlio querendo ficar, o tiraram, aquela confusão toda... Então, eu já tinha entrado em contato com os companheiros, com o Prestes. Tinha ido visitá-lo, era pertinho, fui até com um colega meu de turma, que estava preso. Nós, uma vez, fizemos uma reunião e convidamos todos os conhecidos do 3º RI para apresentar o Prestes.

(...) Um dia, *O Globo* disse que eu fazia Socorro Vermelho. Não era, apenas fazia essa relação de amigos. E ele dava esse dinheirinho também, era amigo dos comunistas. Dava através de um outro rapaz que era companheiro e trabalhava num banco. Ele me repassava. Eu não o conhecia pessoalmente, depois que vim a conhecer. Isso foi antes da anistia, o pessoal ainda estava preso. Eu o conhecia através de nome, só isso. (...)

O famoso escritor Jacob Gorender, líder estudantil comunista que se alistou e se tornou soldado da Força Expedicionária Brasileira (FEB), para lutar contra o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial, ressalta em sua narrativa biográfica o impacto da anistia e da conquista da democracia no pós-guerra, com o fim do Estado Novo, clima muito semelhante ao que se menciona sobre a anistia de 1979:

Voltei em agosto de 45 ao Brasil com meus companheiros; éramos uma parte do contingente que ia retornando gradualmente... Chegando ao Brasil, encontrei um país bem diferente daquele que eu havia deixado quando saí: tinha havido a anistia, a censura tinha acabado e o Estado Novo estava se extinguindo. Encontrei o Partido Comunista (do qual eu já era membro clandestino) na legalidade... Tinha sedes com placas expostas... Não tenho uma lembrança muito clara, mas me parece que eu já sabia que o Partido Comunista era legal antes de voltar ao Brasil... Mas a visão completa da legalidade é muito diferente do que saber de longe! Ver a placa na fachada em plena rua e ver os comunistas que eram perseguidos, alguns já muito conhecidos como Marighella, por exemplo, além do próprio Prestes, circulando livremente... Isso causou uma impressão muito forte!

Ao tomar conhecimento das narrativas biográficas de Gutman e Gorender, observamos como memórias singulares constroem memórias coletivas sobre períodos de anistia no Brasil e podem contribuir para outras políticas de memória sobre a temática. O coronel Pedro Alvarez, cassado pelo regime autoritário, ao comparar a anistia que se seguiu ao final da ditadura liderada por Getúlio Vargas (que alegava ter sofrido um golpe em 1945 por parte dos militares de direita) afirma, incisivamente, como aquela foi muito melhor que a anistia de 1979. Alvarez dialoga com as memórias de outros que viveram no mesmo período:

Foi assim que vivemos esse período da saída do Getúlio... Parece muito contraditório: num primeiro momento o Estado Novo, depois esse apoio... Mas, então, por que esses militares de direita deram o golpe em 45? Depois que a FEB chegou dos campos da Itália, houve uma manifestação espontânea, que realmente não foi organizada por ninguém... O povo em massa na rua, apoiando a FEB e exigindo eleições, democracia, liberdade... Democracia, liberdade! E, por pressão popular, o Getúlio teve que abrir os cárceres. Soltou todos os presos políticos, inclusive o Prestes, que ficou nove anos na cadeia...! Soltou todos aqueles presos políticos... Houve uma anistia ampla, geral e irrestrita, muito melhor do que essa última, anã e capenga, que o Figueiredo nos deu em 79!

A liberdade popular com a politização que estava havendo, levando o povo para a rua; a anistia que tornou as prisões abertas com a soltura de todos os presos políticos... Enfim, já se falava em eleição, em democratização do país! Uns queriam a Constituinte antes e outros queriam depois das eleições...

José Gutman compara, em suas memórias, como diferentes ditaduras e anistias impactaram sua vida, apresentando-nos uma linha de continuidade entre elas, para aqueles que as viveram. O entendimento dos diferentes processos de anistia, em caráter sucessivo, não pode ser ignorado, já que sugere uma compreensão ampla dos significados das anistias no século XX e seus desdobramentos atuais:

Em 1964 arreventou o golpe e a editora foi quebrada, arreventaram tudo... Até defecaram... Havia diretores, que eram comunistas. A editora era, praticamente, do partido... Tive que aprender a fazer livros para poder sobreviver porque nunca mais pude fazer carreira militar...

(...) Ultimamente, voltei para o Exército. Houve uma campanha em 1961 e, antes disso, um trabalho para a gente ser anistiado. Aliás, nós fomos anistiados em 46, mas essa não pegou, porque eles não iam deixar a gente voltar para o Exército. Meus colegas todos já eram capitães. Essa anistia foi restrita. O Getúlio fez para não ser cumprida. Dependia da opinião deles e eles não deixaram voltar. Nem fui lá...

Mas, em 1961, aí sim. Houve um decreto legislativo, na época do Jango. Diziam que ele nos anistiou. Até fui falar com ele mas, com todo o comunismo dele, não nos recebeu. Ele tinha medo! Então, essa anistia foi dada pelo Congresso. Foi uma proposta do Padre Arruda e era uma anistia restrita. Nós voltávamos para o Exército no posto que ainda detínhamos. Eu requeri, me negaram, fui para Justiça e ganhei no Supremo, que já tinha dado para outros. Aí voltamos, eu e o Trifino, ele como capitão e eu como tenente. Fui lá, me apresentei, me aceitaram, tiveram que aceitar. Engoliram o sapo.

Quando foi mais tarde, na campanha pela anistia em 79, anistiaram o pessoal de 64. Nós quisemos entrar, entramos, mas não conseguimos. Eles dificultaram pra gente lá no Congresso. Nós esperamos. Houve o Sarney, uma modificação na Constituição, anistia, eleição para a Câmara, esperamos a hora e fomos na Constituinte trabalhar para sermos anistiados. Não foi fácil, foi difícil. Eles cercaram. O próprio Exército tinha um lobby lá dentro da Câmara, impedindo que a gente conseguisse alguma coisa. Mas nós conseguimos e está na Constituição: artigo 8º. Primeiro, naquele artigo, tiraram o parágrafo do pessoal de 35. Eu vi! Estava lá!

Nesse relato, é fundamental observar como fatos históricos rememora- dos transformam a vida de milhares de pessoas e se desdobram por meio de ações individuais daqueles que se organizaram em coletividades para inter- ferir nos acontecimentos. Gutman fala com ênfase, a partir de um encontro aparentemente ocasional, que foi protagonista da última anistia e até mes- mo ajudou a modificar os rumos dos prejudicados em conflitos e anistias anteriores, como foi o caso dele e de sua geração:

Nessa noite procurei a assessora daquele que é governador do Pará – aquele daquela matança – do PMDB, Almir Gabriel. Ele era, nessa época, senador e era o relator dessa comissão. Essa assessora, Maria Eugênia Rios, era tão bonita, vistosa, alta... Ela sabia que era bonita! Vi ela se aproximando e a abordei:

– Eu sou o tenente José Gutman, estou aqui participando de um lobby desses oficiais, nós queremos anistia. Meus colegas são todos generais, eu não admito isso, nem eles que eu seja tenente. Então, quero ver como a gente pode se inserir...

Eram 8 horas, ela disse:

– Vai jantar e depois vamos nos encontrar.

Eu estava com um colete, com um defeito na coluna. Doía muito... Eu viajava com o colete. Fui jantar na casa de um coronel que foi meu colega de Colégio Militar. Quando saí, ele entrou. Era meu fã, eu era capitão-aluno...

– Você é o Gutman? Ah! Estou com meu carro aqui, você vai jantar comigo.

Fomos jantar. Muito bem. Eu já sabia como tinha que fazer. Voltamos, ela estava lá, e disse:

– O que você quer?

– Nós, de 35, fomos mal anistiados. Precisamos entrar aqui na anistia, por- que agora está na hora de passar a borracha. Limpar tudo. Nós temos direito! Se o pessoal de 64 tem, nós também temos. É preciso nos colocar aqui. Fomos beneficiados pelo artigo 18.

– Que artigo?

– Tem aí no computador...

Olhamos, não tinha.

– Não tem problema. Alcides – era o meu amigo –, pega o teu carro, vai na tua casa e pega aquele livrinho de anistias. Traz aqui que vou mostrar para ela.

E mostrei, nesse livro que eu tinha, o decreto que me tinha feito tenente:

– Nós queremos ampliar, dar a esse pessoal, que foi anistiado por ele, os direitos que vão dar aos outros.

Eram promoções. E anulou aquele, senão ficavam os dois.

– Então, vem aqui no computador e dita pra mim o que você quer.

Está na Constituição as palavras que ditei. Artigo 8:

“Aos que foram abrangidos (a palavra justa) pelo Decreto n. 18 de 1961 e aos que foram atingidos pelo decreto-lei que anulou aquele.”

Dali por diante, ninguém podia mudar mais. Anulamos também. A Constituinte podia acabar com isso. Aquilo ficou até ser promulgada. Está lá. Graças a isso, nós voltamos como coronéis. Todos, somos 18, inclusive o Prestes.

(...) Nós fizemos um trabalho muito sutil junto à Constituinte de 1988. Antes, já tínhamos ganho uma anistia para que voltássemos ao posto anterior. Voltei como tenente, mas foi difícil. Foi preciso ir para o Supremo Tribunal Militar. O Supremo mandou a gente voltar como tenente. Voltei até junto com o Trifino Correia, ele como capitão e eu como tenente. Mas não voltamos para a tropa. Ficamos reformados, sem tempo de serviço, ganhando como tenente, na pior situação... Só agora, em 88, é que fomos promovidos a coronel. E trabalhei muito, muito para conseguir isso... Fui uma peça-chave para obter essa promoção. Enfim, nós conseguimos ser promovidos. Todos aqueles que lutaram... Hoje, nós somos coronéis do Exército, reformados. Os da Aviação foram promovidos a coronel-aviador. Naquela época, a Escola de Aviação Militar era a arma do Exército. Depois virou Aeronáutica e eles foram todos promovidos a coronel-aviador, mas ganhando os proventos de major-brigadeiro, dois postos acima, como general. E nós ficamos no Exército como tenente, coronel, ganhando sem tempo de serviço, sem nada...! Tenho um mandado de segurança contra isso, na Justiça. Entrei na Justiça, que tem que me dar o que é de direito.

Bom, falei tanto, mas não me canso não...

Gutman foi perseguido e traçou estratégias de sobrevivência cotidiana por todo o século XX por ser comunista. Ele faz questão de deixar registrado, na organização de suas memórias singulares, parte de uma memória coletiva, peça-chave nos acontecimentos que viabilizaram seus direitos mediante à lei e à justiça. Constata que “fala tanto” e não se cansa disso. O militar finaliza sua contribuição apontando para outra política de memória e história das anistias que não apenas o vitimize, mas que o reconheça como sujeito em luta pela vida.

Anistia vem da palavra grega *amnistia* que significa esquecimento. Nesse sentido, a pessoa anistiada é aquela que se beneficiou da anulação de acusações por delitos cometidos, em geral de caráter político, perante o poder vigente que, por sua vez, concede-lhe o perdão, “esquecendo” seus crimes e

suas penalidades.⁷ Esse ato de generosidade ou de magnanimidade por parte de governos e do Estado visaria pacificar conflitos, reintegrando à sociedade aqueles que se rebelaram contra normas e leis estabelecidas pelos governantes por meio de instituições estatais de poder.

Se a palavra anistia etimologicamente significa esquecimento, por que emergem estudos e inúmeros testemunhos que recorrem às lembranças para problematizar apagamentos históricos provocados por processos de anistia, que configuraram uma política de memória oficial? Quando observamos o que governos autoritários consideraram crimes (manifestações políticas, greves, rejeição a ordens injustas etc.), a diferença em relação a governos democráticos se adensa decisivamente. Tais ações cotidianas e corriqueiras sequer seriam interpretadas como delitos na democracia. Considerando tal pressuposto, portanto, militares e trabalhadores não deveriam passar pelo processo de condenação de seus atos. Conseqüentemente, a anistia e o “esquecimento” não seriam necessários. Na verdade, os governos autoritários são responsáveis por crimes, ao perseguir e condenar pessoas, por meio das instituições do Estado. As arbitrarias ações estatais deveriam ser anistiadas, “esquecidas”? Desse modo, o Estado deveria ser condenado por atos injustos e violentos de perseguição, condenação e até extermínio? Ao contrário dos esquecidos anistiados, os crimes de Estado devem ser lembrados, reconhecidos e revistos, a fim de que sejam objeto de crítica, justiça e reparação, para que nunca mais ocorram⁸. Sob outra política de memória, portanto, as histórias de vida constitutivas deste trabalho abrem caminho para esse tipo de discussão também a partir dos desdobramentos das violências na vida cotidiana.

Com base nessas reflexões, muitos militares e trabalhadores perseguidos políticos foram entrevistados. Por meio das conversas, foi possível construir

7. COSTA, H. de O. “Incurções na História das Anistias Políticas no Brasil”. *Projeto DHNet – Direitos Humanos*. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/redemocratizacao1988/homero_anistia.html Acesso em: 02/09/2024.

8. Sobre o tema, sugerimos as leituras de *Anistia, justiça e impunidade* (AMBOS, K.; ZILLI, M.; MOURA, M. T. R. de A.; MONTECONRADO, F. G.; PINHEIRO, P. S. *Anistia, justiça e impunidade – reflexões sobre a justiça de transição no Brasil*. Belo Horizonte; Fórum, 2010) e *Ditadura e Responsabilização* (MEYER, E. P. N. *Ditadura e Responsabilização: Elementos para uma justiça de transição no Brasil*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012).

memórias individuais e coletivas realizadas em projetos de pesquisa diferentes dos quais participamos, nas últimas décadas. Como vimos, no caso dos militares cassados e dos trabalhadores perseguidos, muitos fatos históricos foram apagados e esquecidos, especialmente os ligados ao impacto das violências no cotidiano das pessoas e suas lutas constantes por reinventarem novas possibilidades de vida em meio às ameaças de morte iminente. Mesmo em supostos períodos democráticos entre ditaduras houve perseguição política e houve resistência. A repressão variava de acordo com os interesses dos grupos que ocupavam poderes político e militar na República brasileira. E a população atingida por ela cria estratégias para uma vida com dignidade mínima. Nas palavras do General João Evangelista Mendes da Rocha:

Sem dúvida, fomos perseguidos e ficamos marcados pelos militares que francamente tinham desde há muito tempo inclinações fascistas e integralistas. Esses mesmos grupos militares fizeram tentativas de golpe em Jacareacanga e Aragarças durante o governo de Juscelino Kubitschek. E foram anistiados! E ficamos ainda mais marcados à esquerda com o apoio público que prestamos ao Marechal Henrique Lott para garantir a posse de João Goulart em 1961, depois da renúncia de Jânio Quadros.

O golpe militar pôs fim à minha carreira de militar da ativa. Fui preso no dia primeiro de abril de 1964 quando era tenente-coronel do Exército, no cargo comissionado no posto de coronel comandante geral da Polícia Militar do antigo Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói. Em seguida, fui transferido para a reserva pelo Ato Institucional n. 3, assim como milhares de outros militares. Costumo dizer que fomos penalizados e perseguidos por conta do nosso idealismo democrático. E os militares que foram nossos carrascos, fazendo papéis de carcereiros e espões, envergonharam e mancharam a história da convivência militar. Muitos deles, vingativos e sem escrúpulos, ao tomarem o poder entregaram e acabaram com as carreiras de companheiros de farda para se beneficiarem profissionalmente. Antes do golpe de 64, quando havia conflitos políticos, o procedimento normalmente executado era a transferência para regiões longínquas dos companheiros derrotados. E isso ocorreu com muitos desses militares golpistas nos anos de 1954 e de 1961. Os revoltosos de Jacareacanga e Aragarças foram até mesmo anistiados. Depois do golpe de 64, tudo mudou! A Constituição foi desrespeitada, a escala de comando foi subvertida, as regras de camaradagem e de companheirismo foram ultrajadas... Nossa família militar foi destruída de forma inacreditável. Minha vida e de toda minha família foi afetada pela repressão.

Na época das mobilizações pelo final da ditadura, nós, militares que fomos perseguidos e perdemos nossos direitos, nos organizamos na ADNAM, Associação Democrática e Nacionalista de Militares. Em 1985, fiz parte de um protesto pela anistia no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, ao lado do companheiro Cândido Manoel Ribeiro da Rocha. E boa parte do que contei sobre a ditadura militar também está no depoimento que concedi à Hélio Silva, para o livro *A vez e a voz dos vencidos: Militares X Militares*, publicado em 1988, quando ainda lutávamos pela anistia. Na Associação Democrática e Nacionalista de Militares – ADNAM, prossegui com essa luta com companheiros que foram injustiçados e que, como eu, passaram a dar seu testemunho sobre as arbitrariedades que se abateram sobre aqueles que mantiveram convicções pelas liberdades democráticas desde quando participamos da Segunda Guerra Mundial...

Os colaboradores disputam políticas de memória e discursos da História quando, em vez de esquecer, querem lembrar e viver. A rememoração como presença e vida recriadas se faz necessária porque a anistia a que foram submetidos reforça a narrativa dos governos autoritários. Na versão tornada oficial, eles foram criminosos. Contudo, as convicções éticas e políticas dos entrevistados e a visão de quem defende a democracia apontam o contrário. É importante relembrar, porque narração e registro das falas transformam-se em documentos escritos ou audiovisuais constitutivos dos processos de reparação e de justiça diante de arbitrariedades e de violências sofridas. Frente à realidade ditatorial, as vivências, posições e opiniões dos(as) entrevistados(as) não poderiam sequer ser enunciadas. Suas histórias de vida foram caladas, censuradas, distorcidas e negadas por diversas formas violentas de repressão e opressão perpetradas por uma política de memória nacional oficial. E, sobretudo, é fundamental relembrar para continuar a viver nas palavras enunciadas.

Fazer uma outra política de memória consiste na construção de uma nova memória histórica e nacional que também acuse as disparidades da anistia concedida aos golpistas, perseguidores, torturadores, assassinos e ditadores. Sim. E também é agenciar a vida, recusando a morte e o esquecimento arbitrário. O Coronel Kardec Lemme (considerado pelos militares de esquerda uma de suas maiores lideranças) foi ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB) contra o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial. Ao falar sobre a perseguição que sofreu por participar da Campa-

na *O Petróleo é Nosso*, Lemme afirma e lembra performances coletivas de luta pela anistia e contra o “esquecimento”:

Em 1985, após uma série de discussões, foi decidido que a ADNAM assumiria uma posição politicamente ousada. A ideia era conseguir o máximo de atenção possível para a luta dos militares cassados. Naquele ano, teríamos a oportunidade perfeita para fazer isso, pois seria o ano de comemoração de quarenta anos do término da Segunda Guerra Mundial. Consequentemente, as maiores figuras políticas do país estariam presentes no Rio de Janeiro para prestar homenagens na solenidade.

Desse modo, foi organizado, em maio de 1985, um protesto com aproximadamente duzentos militares cassados. Nosso objetivo era conseguir chamar a atenção do presidente, dos seus ministros e da mídia nacional. Durante o desfile, nos posicionamos atrás das tropas oficiais e, em meio a faixas, cartazes e gritos, levantamos o slogan:

“A ANISTIA FOI UMA FARSA!”

Logo após o término da comemoração, o então presidente, José Sarney, se dirigiu e cumprimentou todos os militares do protesto. Além disso, as redes nacionais de televisão também se posicionaram para coletar alguns relatos. Lembro-me que um dos meus companheiros disse:

– Entre todas as mentiras do regime militar, a anistia é a maior delas. João Figueiredo, utilizou-a para absolver torturadores e assassinos. Enquanto nós, militares, que deveríamos ter recebido essa justiça, ficamos no “esquecimento”. Tudo foi minuciosamente orquestrado. Todos vocês caíram nessa ladainha de anistia. Estamos vivendo, infelizmente, uma grande farsa.

Finalmente, nossa luta surtiu efeito. Rememoro que foi uma grande comemoração quando vimos nossas reivindicações estampadas nos grandes jornais, como o *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*. A partir disso, conseguimos acender a fagulha de esperança no coração dos militares cassados.

Para não terminar esse tópico afirmando que não conquistamos nada, lembro que no ano de 1988 nós tivemos mais uma grande vitória. A Constituição promulgada naquele ano trouxe alguns avanços com relação à anistia: os militares da Aeronáutica que tivessem, de alguma forma, sido perseguidos, conseguiriam uma indenização; houve também um avanço com relação aos beneficiados pela anistia: os participantes do Levante de 1935 e da Campanha do “O Petróleo é nosso” agora poderiam ser beneficiados; e, por fim, reafirmou o direito a promoção.

No entanto, ainda faltava muita coisa para conquistarmos. Essa modificação na anistia, por mais que garantisse uma série de direitos, ainda não abarcava

todas as nossas reivindicações. Dessa forma, ainda era necessário continuar lutando para garantir o mínimo dos nossos benefícios.

Ao comentar a atuação da associação, sua manifestação organizada e bem-sucedida, Lemme aponta a anistia como uma farsa e lembra das palavras de um amigo sobre o “esquecimento” dos militares perseguidos e injustiçados. Kardec Lemme denuncia o alto preço pago pela sociedade brasileira, sobretudo pelos atingidos diretamente pelo regime autoritário, para efetivar uma abertura política em um processo de transição conservadora. Nesse sentido, a anistia não fez reparação às violências cometidas, mas, ao contrário, garantiu perpetuação, institucionalização e aceitação de autoritarismos e violências do aparato estatal por governos que se sucederam no processo de redemocratização. Autoritarismos das mais variadas ordens instalaram-se em um Estado que permanece autoritário e violento exatamente devido ao legado das ditaduras e das políticas de memória oficial que ocupam o poder político e militar em praticamente todo o século XX. Todas as narrativas biográficas dos militares de esquerda que construímos apontaram os autoritarismos contínuos no final da década de 1990, destacando o impacto das violências perpetradas e perpetuadas, bem como a reação cotidiana a elas como luta pela sobrevivência e pela vida.

Kardec Lemme estabelece uma memória compartilhada como luta pela vida ao indicar seus amigos e conhecidos para serem entrevistados, reunidos em um movimento social, assim como o faz José Correia de Sá (militar comunista mais velho, que participou do Levante de 35). Correia de Sá foi beneficiado com uma breve soltura de presos políticos logo em seguida ao Levante do qual resultou preso. Por isso, conseguiu sair do país para lutar ao lado dos republicanos na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), considerada a antessala da Segunda Guerra Mundial. O militar comunista consagra, na memória que constrói e compartilha, a anistia como a luta, entre tantas que travou, da qual nunca desistiu:

Só de uma luta, durante todos estes anos, não abri mão: da anistia. Saí de uma das primeiras reuniões do nosso sindicato dos militares da reserva, disposto a oficializar nossa anistia, e dediquei-me até consegui-la. Não falo da anistia política, não. Essa aconteceu no final da década de 1970. Refiro-me à anistia dentro do Exército, para sermos reenquadrados no corpo das Forças Armadas Brasileiras.

Desde o Levante de 35, o Exército nos expulsou. Nós lutamos mais que muito soldadinho que passou a vida em atividade fazendo simulações. Nós lutamos, tínhamos causa e defendemos nossos ideais. E tem mais: eu tinha uma responsabilidade moral por alguns colegas, porque fiz muitos deles pegarem em armas. Então, estes colegas que foram compelidos a aderir pela violência, e que foram vítimas também da reação, estavam sob minha responsabilidade. Eles não recebiam os soldos da reserva e, pior que tudo, eram considerados traidores. Eu achava que tinha muita responsabilidade para com eles e fui à luta. Demorou bastante.

A anistia só foi dada em 8 de outubro de 1987. Todos os oficiais que foram considerados os “cabeças” do Levante correram primeiro com os seus requerimentos, pedindo o cumprimento da Carta de Anistia. Eu fui fazer meu pedido só em 1990. Deixei todos os meus colegas fazerem primeiro. Por escrúpulo. Eu achava que, talvez pela militância mais contínua na esquerda, o meu pedido pudesse prejudicar o deles, tornar as coisas mais complicadas. Hoje eu recebo uma pensão militar, mas como aluno. É ainda uma pensão pequena. Eu podia estar recebendo bem mais se fosse considerada a patente que recebi de capitão na Guerra Civil Espanhola. Estou recebendo como terceiro-sargento. Eu já requeri a modificação da patente, para ficar correto, mas fiz isso só no final do ano retrasado, no último dia de prazo. E eu já sou capitão, o Diário Oficial já deu a minha sentença, já está passada e julgada. Mas eles ainda não me pagaram. E o presidente do Supremo Tribunal de Justiça já assinou o documento.

Fui um dos fundadores da Associação dos Militares Anistiados (Amina), uma organização militar democrática. Fui até presidente, mesmo com gradação de cabo, sendo que participam até coronéis. Mas eles achavam que eu era um sujeito com o “ar quente” e fui eleito. Não divulgamos muito sua existência porque a nossa organização era menor do que a do pessoal de 1964, com a qual nos juntamos depois. Fomos registrados, mas era uma coisa interna, só. A sede era no Sindicato dos Ferroviários, aqui na Presidente Vargas.

Por esse testemunho, José Correia de Sá conecta as memórias das lutas por anistias de momentos históricos diferentes, destacando a relevância de criar e participar de organizações coletivas para obter direitos, justiça e reparação para si e seus colegas. Assim, fala do seu protagonismo como fundador da Associação dos Militares Anistiados (AMINA) que congregava os mais velhos e que, posteriormente, viria a se juntar à ADNAM (antes Associação dos Militares Cassados, AMIC), coadunando-se às gerações mais novas, perseguidas pelo golpe de 64. Tratava-se de um exercício de ampliação e fortalecimento das lutas por anistia ampla, geral, irrestrita e abrangente, em

movimentos sociais de importância capital para os processos de abertura política e de redemocratização desde o final da década de 1970. Os depoimentos dos militares mais velhos demonstram – em que pese a existência de soltura ou anistias anteriores – como o final oficial da perseguição política e o início de uma reparação mínima em relação às suas carreiras nas Forças Armadas só ocorreram no contexto da anistia obtida a partir de 1979. Esse é o caso de outro militar comunista, Homero de Castro Jobim, perseguido desde o Levante de 35 e que também lutou na Guerra Civil Espanhola:

Terminado o curso do Colégio Militar, ingressei na Escola Militar do Realengo, em janeiro de 1933. (...) Eu acho que o ponto-final foi o Levante de 35... Um levante essencialmente militar, forçado pelos militares, que exigiram os levantes de 27 novembro no Rio em apoio àqueles do Norte, malfeitos, aventureiros... Os militares daqui exigiram o levante. Fui libertado na chamada “Macedada”, que não foi uma anistia! Macedo Soares, que foi convidado para ser Ministro da Justiça, exigiu a soltura dos presos políticos que não tivessem processos para tomar posse. A anistia, que era coisa diferente, aconteceu somente em 1988, e em parte, porque o Supremo anulou-a e os sargentos não a obtiveram... Enfim, nessa soltura, saí e fui embora...

Minha família passou por muita apreensão, principalmente minha mãe... Ela não tinha estrutura para enfrentar essa situação: era uma mulher amorosa, carinhosa com os filhos, dedicada... Era da classe média, porém com um nível intelectual muito baixo... Lia, escrevia, mas não passava disso... Não tinha estrutura para ser mãe de um revolucionário... Ela entrava em desespero! Tanto é que a enganavam! Neste ano em que estive preso, a enganávamos, pois eu escrevia as cartas como se estivesse continuando o curso...! Papai sabia de tudo...

(...) Sempre tive muitas amizades no Exército... Não recebia nada da instituição, não tinha ligações profissionais... Hoje sou coronel aviador reformado, anistiado pela Constituição Federal de 1988.

Homero de Castro Jobim encerra sua narrativa fazendo questão de afirmar a importância da conquista coletiva da anistia em sua vida extraordinária:

Eu acho que valeu a pena para mim porque tive uma vivência extraordinária e sobrevivi. Esse é o aspecto fundamental. Não me sinto injustiçado. Considere-me um indivíduo extraordinariamente sortudo, porque eu fiz todas aquelas coisas para minha perdição, no sentido material da palavra, e, no entanto, cheguei à velhice confortavelmente. Sou aposentado como professor, minha mulher também tem economia própria, de modo que tenho meus livros, discos,

saúde. Consegui a reabilitação do ponto de vista profissional, porque fui anistiado, sendo depois promovido a coronel. Sou tratado com o posto que tenho: coronel. Se há alguma vaidade na minha história, ela foi bem resolvida pelo Érico Veríssimo. Ao ajudá-lo a escrever *Saga* e ao ver o meu diário como base de seu romance, já me dei por satisfeito.⁹

A partir da leitura das histórias de vida, percebemos que o tema da anistia motivou organização coletiva entre vidas compartilhadas. Militares de esquerda e trabalhadores criaram associações livres e democráticas configuradas como movimentos sociais. Aliados aos movimentos sindicais, esses agentes históricos lutaram e ainda lutam por justiça e reparação junto a outros grupamentos, desde os anos de 1970. Associações também fizeram e estão fazendo trabalhos de enquadramento de memórias para construir outras políticas de memória.

Graças à união dos primeiros grupos contrários à ditadura, entre os quais se destaca a liderança do Movimento Feminino pela Anistia, em 1978 (lutando pela vida de seus entes queridos), foram criados os Comitês Brasileiros de Anistia e realizado 1º Congresso Nacional de Anistia. Tais ações e eventos contaram com a presença de milhares de pessoas de todo o país.¹⁰ Essa mobilização nacional pressionou os governos militares e obteve apoio de parlamentares que, em 1979, apresentaram ao Congresso Nacional um projeto de Lei da Anistia. Contudo, o projeto foi aprovado sem efetivar justiça e reparação plenas e equiparou em seu perdão tanto perseguidos e torturados quanto perseguidores e torturadores.¹¹ Wilson Fadul, médico da Aeronáutica, deputado federal e Ministro da Saúde do governo João Goulart foi cassado, preso e torturado pela ditadura, assim como sua esposa. Seu depoimento apresenta a dimensão dos conflitos relacionados à abertura política e à anistia:

9. VERÍSSIMO, É. *Saga*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

10. FAGUNDES, P. E. *Anistia: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas sobre o passado*. Serra, ES: Ed. Milfontes, 2019.

11. ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Petrópolis: Vozes, 1985; MIRANDA, N.; TIBÚRCIO, C. *Dos filhos deste solo: mortes e desaparecimentos durante a ditadura militar; a responsabilidade do estado*. 2 ed., São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Boitempo Editorial, 2008.

O caso Riocentro, em 30 de abril de 1981, véspera do Dia do Trabalho, foi um acontecimento importante porque foi planejado um atentado pelos militares para culpar a esquerda, que deu errado. Naquele dia estava programado um show no Riocentro, dedicado aos trabalhadores, promovido pelo Centro Brasil Democrático, do qual eu fazia parte, uma entidade então presidida pelo Oscar Niemeyer e que ainda contava com a participação de Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, Amoroso Lima, Antonio Candido, Dalmo Dallari, Hélio Bicudo, entre outros. Isso até consta de um Inquérito Policial Militar (IPM) porque nossa entidade era promotora do evento. Por isso, sua composição e demais documentos dela foram anexados a este IPM, algo que era feito regularmente para criminalizar os adversários dos militares. Isso mostra o grau de tensão, o perigo que havia nesse processo de anistia e abertura política, que muitas pessoas não tem mais ideia do que representava na época...

Sabe-se que, em 1985, foi aprovada uma emenda parlamentar que ampliou alguns direitos. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, houve sequência a esse processo que se estendeu por 1996 e 2001. Durante esse período, novas leis e medidas provisórias foram aprovadas. Esses fatores contribuíram para a ampliação de direitos a perseguidos políticos de períodos de anistias concedidas em anos anteriores. Houve também a garantia da condição de anistiado político, bem como a indenização aos familiares de mortos e desaparecidos políticos.¹² Tais conquistas, no entanto, foram lentas e parciais.¹³ O Capitão Héctor Araújo destacou como organizar sua vida coletivamente em uma associação como a ADNAM foi essencial no longo processo de lutas e reivindicações:

Como viemos trabalhando. Fomos devagar... Organizamos a ADNAM, para trabalhar pela anistia, e estamos aí. A Associação Democrática e Nacionalista de Militares – ADNAM – foi organizada há uns quinze anos, para lutar pela anistia. Nós juntamos um grupo de oficiais do Exército, da Marinha

12. CANNABRAVA FILHO, P. *Resistência e Anistia: a história contada por seus protagonistas*. São Paulo: Alameda, 2020; TOSI, G.; FERREIRA, L. de F. G.; ZENAI-DE, M. de N. T. *40 Anos da Anistia no Brasil: Lições de Tempos de Lutas e Resistências*. Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2021.

13. MACHADO, F. B. *As Forças Armadas e o processo de anistia no Brasil (1979-2002)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2006.

e da Aeronáutica. Houve muitos clubes de sargentos, que se reuniram no Rio Grande e em outros lugares, mas a nossa associação foi essa e assim começamos a trabalhar. O primeiro nome era AMIC – Associação dos Militares Cassados. Depois passou a ser a Associação Democrática e Nacionalista de Militares. Viemos caminhando...

Na Campanha da Anistia, alguma coisa saiu. Primeiro com o governo Figueiredo, eles nos anistiarão. Veio Brizola de fora, todo mundo... Em 85, deram promoções. A mim só deram a promoção de tenente para capitão. Eu tenho direito à de tenente-coronel: não deram até hoje. O Kardec era tenente-coronel, foi a coronel. E outros, que eram capitães da AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras –, todos foram a coronel. Naquela época, ninguém foi a general. Há pouco tempo o Fortunato, que era coronel-aviador, foi promovido a brigadeiro. Ele ganhou na Aeronáutica, mas o Exército não promoveu ninguém...

E nós viemos e estamos lá na ADNAM até hoje.

Para que as pessoas prejudicadas obtivessem alguma justiça e reparação, foram desencadeadas milhares de ações indenizatórias – muitas indeferidas, outras tantas ainda em andamento – algumas das quais levaram muito tempo para obterem sucesso, a ponto de muitas pessoas falecerem e suas associações deixarem de atuar, com o enfraquecimento da mobilização nacional pela anistia. O Brigadeiro Rui Moreira Lima, que foi presidente da Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM), falou sobre as dificuldades e a demora para garantir conquistas mínimas aos que foram criminalizados como “comunistas” pela ditadura:

Em 1979, também houve a primeira tentativa de anistia, um projeto horrível de Ulysses Guimarães. Depois, veio o do Figueiredo, que anistiava mais os torturadores do que os cassados. Na Constituinte, lutamos para colocar a anistia, uma tremenda batalha... Na anistia proposta, a promoção seria pelo processo de antiguidade, mas, assim, ninguém iria até General. Escrevi um manifesto, fiz um apelo aos deputados pedindo que tivessem coragem de enfrentar os assessores parlamentares. A anistia era o único jeito de pacificar as Forças Armadas. Fui perdendo a vergonha, convoquei alguns deputados, me deram a palavra, falei para todos eles! Um trabalho que vinha desde D. Pedro I até a última anistia.

Alguns homens foram cassados por lerem o jornal e não estarem de acordo com o golpe! Quando eu comandeí Santa Cruz, me entregaram a ficha de alguns rapazes acusados de serem comunistas. Era reflexo do McCarthy... Ali eu

descobri como se faz comunista: na base da safadeza, da intriga, da infâmia! Eu peguei a ficha desses rapazes, decidi voar com eles. Viajei com eles, não tinham nada de comunistas. Rasguei as fichas deles!

Tudo que vivi tem sido um aprendizado. Vivi, realmente. Nunca recuei, nem dobrei minhas convicções.

A lentidão de ações políticas e processos por justiça e reparação é fruto da tutela das Forças Armadas em relação à República brasileira ainda hoje. Apenas em 2011 foi instaurada a Comissão Nacional da Verdade, que exerceu trabalhos entre 2013 e 2014, ao ampliar e aprofundar investigações e pesquisas que visaram levantar violações de direitos humanos durante a última ditadura brasileira. Os trabalhos se encerraram quase trinta anos depois do final do último governo presidido por um general.¹⁴ Seus resultados também foram tardios e incompletos, assim como muitas de suas recomendações foram questionadas e não cumpridas, principalmente, pelo

14. Para acessar os três volumes do *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, Volume I – As atividades da CNV, as graves violações de direitos humanos, conclusões e recomendações; Volume II – Textos Temáticos; Volume III – Mortos e Desaparecidos Políticos vide: Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Acesso em: 2/9/2024; (BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final – As atividades da CNV, as graves violações de direitos humanos, conclusões e recomendações*. Volume I, Brasília: CNV, 2014; BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final – Textos Temáticos*. Volume II, Brasília: CNV, 2014; BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final – Mortos e Desaparecidos Políticos*. Volume III, Brasília: CNV, 2014). Para outros trabalhos que analisam os resultados do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, sob diversos aspectos, vide: WEICHERT, M. A. “O Relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios”. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 50, Ago., 2014, pp. 86-137. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/24040>. Acesso em: 2/9/2024; ARRUDA, R. “Comissão da Verdade: o Relatório Final”. In: *O Estado de São Paulo*. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/especiais/comissao-da-verdade/conclusoes.html>. Acesso em: 2/9/2024; PAULA, C. R. do N. de; VIEIRA, F. A. da C. “A Comissão da Verdade no Brasil: a luta pela memória em uma democracia fragilizada”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 121 | 2020, pp. 123-146. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/10371>. Acesso em: 2/9/2024; TENAGLIA, M. *As Comissões da Verdade e os arquivos da ditadura militar brasileira*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2024.

governo eleito de extrema direita (2018-2022), presidido por um ex-militar, em uma gestão ocupada, majoritariamente, por militares. Em 2024, 60 anos depois do golpe de 64, como consequência das pressões pelo poder autoritário ainda emanado das Forças Armadas, que não reconheceu seus erros, nem se desculpou perante a nação, deparamo-nos com o fracasso de sucessivos governos eleitos que não apuraram, responsabilizaram e puniram os perpetradores dos crimes da ditadura.¹⁵ Muito menos reconheceram devidamente como sujeitos de uma história compartilhada os que lutaram por suas vidas, ao enfrentá-los.

Diante da precariedade no estabelecimento de uma nova política de memória nacional compartilhada, ainda em curso, chegamos a um cenário de negação das violências cometidas pela ditadura e até mesmo da própria negação de que ela tenha existido. Trata-se de um contexto histórico em que os grupos que lutavam e lutam por anistia e por democracia perderam força de mobilização popular.¹⁶ Desse modo, a tentativa de existência e garantia de um Estado democrático, iniciada desde o fim do século passado, está em risco. Daí a necessidade de questionar que políticas de memória estão em disputa e o que é lembrado e esquecido por aqueles que enfrentaram as ditaduras do século XX. Nós, de gerações posteriores, queremos conhecer o que

15. SOUZA, D.; CHAVES, G.; ABRÃO, P. (orgs.). *Um Novo Tempo: 60 anos do golpe, 45 anos da anistia*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2024; SOUZA, E.; BRONZE, G. “Comissão da Verdade, criada para apurar crimes da ditadura militar, faz 10 anos”. *CNN Brasil*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/comissao-da-verdade-criada-para-apurar-crimes-da-ditadura-militar-faz-10-anos/>. Acesso em: 2/9/2024; MONCAU, G. “Comissão da Verdade 10 anos: ‘Importante lembrar o que é regime de exceção’, diz Dilma Rousseff”. *Brasil de Fato*, 18/11/2021. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2021/11/18/comissao-da-verdade-10-anos-importante-lembrar-o-que-e-regime-de-excecao-diz-dilma-rousseff>. Acesso em: 2/9/2024; SCHETTINI, A. “O que resta da Comissão Nacional da Verdade?: A política do tempo nas comissões da verdade”. In: *Rev. Direito e Praxis*. 13 (3) Jul-Set 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/K3tDKmkmzVkJTWfc5vgVr-JZx/#>. Acesso em: 2/9/2024.

16. “Organizações se manifestam contra censura imposta ao relatório final da Comissão Nacional da Verdade”, *Artigo 19*, 11/2/2022. Disponível em: <https://artigo19.org/2022/02/11/organizacoes-se-manifestam-contras-censura-imposta-ao-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade/>. Acesso em: 2/9/2024.

ainda está oculto, apagado, invisibilizado, marginalizado nas interpretações do passado e nos discursos da História em circulação, muitos ignorantes do fato de que as violências cotidianas que encaramos em nosso cotidiano no presente são decorrentes das políticas e práticas autoritárias anteriores, infelizmente, perpetuadas. Nossa intenção é construir visões críticas sem idealizar, vitimizar ou forjar novos heróis, pois os nossos entrevistados são protagonistas de suas próprias histórias, repletas de contradições, divergências ou convergências sobre os mesmos acontecimentos que vivenciaram e não se negaram a afirmar. O general Miguel Alfredo Arraes de Alencar, primo do famoso Miguel Arraes, cassado quando era governador de Pernambuco, destoa dos seus colegas que afirmaram seu protagonismo nas manifestações e lutas pela anistia. Sua atitude pode ser consequência direta das arbitrariedades sofridas durante a ditadura:

Em 79, veio a anistia. A anistia foi conquistada pelo próprio povo, o Congresso... Acho que os próprios governos militares começaram a perder substância e um pouco da autoridade que eles tinham... Começaram a se convencer de que não era mais possível continuar no sistema que estava sendo mantido por eles. A resistência popular estava aumentando. As eleições eram meio fajutas, eram nomeados... Mas eles devem ter sentido que estavam perdendo terreno. E chegaram à conclusão, já tarde demais na minha opinião, que era melhor entregarem o governo aos civis, ao povo. Só que, quando entregaram, o mal já estava feito. E por culpa deles...

(...) Não participei dos movimentos da anistia. Para não dizer que não participei, uma vez – o presidente na ocasião era o Sarney – houve uma cerimônia lá no monumento dos mortos e o pessoal aproveitou para fazer uma manifestação e me convidou:

– Você não quer ir lá? Bota todas as medalhas que você tem...

A medalha de Guerra, a de Campanha, da Força Expedicionária, de vinte anos de posto de serviço, a da Força de Emergência.

– Bota as medalhas no peito, vamos lá para o Aterro levar umas faixas, pedir anistia geral e irrestrita.

– Está certo.

Eu não gosto muito desse estilo... Comigo é mais direto:

– Ataca, fogo! Tá na hora, vamos. A unidade está pronta para combate.

Não gosto muito de fazer manifestação porque não é meu temperamento. Tem gente que gosta e deve fazer porque também faz parte. Meu temperamento é outro. Mas, como só a anistia foi parcial porque nós não pudemos retornar.

Todos os civis retornaram. O próprio Miguel, que foi preso em Fernando de Noronha, passou quinze anos exilado, chegou aqui, foi anistiado, se elegeu mais duas vezes governador de Pernambuco. E assim todos os civis quiseram voltar. Menos os militares. Foram os únicos que não puderam mais voltar. Alegaram tudo o que foi possível, disseram que se passaram quinze anos, e que nós estávamos “desatualizados”, e não podíamos comandar unidades modernas... e mais pretextos, que uma reciclagem rápida resolveria... afinal, a parte teórica e de planejamento não mudou. Foi mesmo uma desculpa para não nos deixarem voltar. Mesmo porque nas Forças Armadas há certas complexidades. Os quadros são previstos, os efetivos. Se, de repente, voltam trezentos oficiais, onde eles vão ficar? Aí começa a haver problema... Eles se aproveitaram disso e não houve possibilidade de volta.

Houve essa manifestação dos militares da reserva, a única de que participei, com as medalhas no peito... O Sarney até olhou, mas ficou por isso mesmo e nunca saiu nada.

Ficou como estava. A única coisa foi a promoção na reserva: todos, de capitão acima, foram promovidos a coronel; e quem tinha guerra e todo o tempo de serviço computado como se fosse efetivo, mais atribuições, tinha duas promoções a mais. Mas não efetivamente, apenas para efeito de proventos. Então, passei a receber como general de divisão, embora o posto seja coronel.

Em 64, o Osnele Leite Martinelli, aquele meu amigo desde antes da guerra, estava do lado oposto. Passamos uns anos sem nos falar, mas depois nos encontramos novamente nos almoços de turma no Clube Militar e eu senti que ele me procurava e tudo...

– Vamos acabar com isso... A guerra já acabou, isso fica para outra etapa, no futuro...

Nos abraçamos e nos demos as mãos de novo, apesar das diferenças ideológicas... como a maioria hoje.

O Capitão Héctor Araújo, diferente do General Miguel Alfredo Arraes de Alencar, afirmou com orgulho seu protagonismo na luta pela anistia. Porém, assim como este último e outros militares perseguidos, Araújo defendeu posições conciliadoras com a direita militar, propondo até mesmo “esquecimentos” de fatos históricos mais polêmicos entre eles:

Vamos esquecer esses problemas do Lamarca, dos desaparecidos... Deixem que eles vão tratando da vida deles, dessa coisa toda... Vamos tratar do momento atual! Do que está acontecendo!

Tem uma polêmica em torno dos desaparecidos políticos, mas eu me bato contra esses posicionamentos mais reacionários. É isso o que faço no Clube

Militar. Duas vezes por semana vou lá, almoço e converso com uns e com outros. Já deram o reconhecimento sobre a questão dos desaparecidos. Isso já passou e até deram pensão para a viúva do Lamarca. O que mais que estão falando todo dia desse negócio de 64? Para quê, se nós agora estamos todos juntos?

(...) Depois de 64, passei anos sem querer contato nenhum! Com o tempo, cheguei à conclusão de que não era vantajoso. Muito pelo contrário... E que essas coisas vão passando... A não ser alguns casos de oficiais realmente sem caráter, a maioria cumpria ordens ou acreditava naquilo! Como eu acreditava na minha maneira de pensar, eles acreditavam na deles. Uns eram por leviandade, incapacidade ou porque eram maus-caracteres mesmo... Mas eram poucos. A maioria era porque achava que estava certa, assim como nós. E, com o tempo, particularmente depois da Anistia, passei a ter mais contato. Ultimamente tenho ido aos almoços de turma no Clube Militar lá na sede da Lagoa. E encontro a turma lá...

Mas esse meu amigo me levou escoltado. Toda vez que ele me vê num almoço, diz:

– Mas você já me perdoou?...

– Mas Lincoln!... Isso já passou há tanto tempo! Você estava cumprindo ordens...

– Então me dá um abraço!

Dou o abraço... Nós éramos soldados, estávamos cumprindo ordens. Mandavam fazer, nós tínhamos que fazer. Ele não tinha nenhuma posição à esquerda ou à direita. Era apenas um oficial que cumpria ordens. Os que tinham posições definidas é que eram fogo! Aí estavam mesmo assumindo a coisa...

Justificando o perdão e a retomada das amizades com militares de direita, o capitão Héctor Araújo afirma: “Nós sempre trabalhamos, mas nunca participamos de movimentos armados. Fomos um movimento político.” Ao seu turno, Joacy Pereira Magalhães, sargento que se tornou guerrilheiro contra a ditadura e um dos associados mais novos da ADNAM que entrevistamos, defendeu a luta armada. Magalhães justificou ações que foram caracterizadas como crimes comuns, principalmente no período em que foi preso e torturado por anos, mesmo representando uma minoria na ADNAM, até mesmo por ser um militar de baixa patente e uma pessoa negra.¹⁷

17. Esse colaborador não falou diretamente sobre as torturas que sofreu, tema muito doloroso... Assim, utilizou a estratégia de ler em voz alta e acrescentar à sua narrativa biográfica o depoimento de seu companheiro de agremiação política na época da dita-

Antes de realizarmos a entrevista em sua residência, num encontro que tivemos em uma reunião da ADNAM, o ex-sargento Joacy Pereira Magalhães trouxe documentos escritos referentes à sua condenação, prisão e posterior anistia, ressaltando: “Muitos dizem que lutaram. Aqui está a prova concreta de que mais do que dizer, lutei mesmo. E continuo lutando.” Magalhães fez questão de mostrar um documento muito especial para ele, referente à conquista da anistia:

Nisso, ele pediu e me deram anistia. Está nesta certidão:

dura, Alípio Freire, no qual denunciou e detalhou todas as torturas sofridas por ele e por outras pessoas como Joacy Pereira Magalhães. Alípio Freire contribuiu com documentos sobre as lutas de resistência à ditadura para o acervo do Centro Pastoral Vergueiro, organizado pela historiadora Paula Ribeiro Salles, atualmente sob a guarda do Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp. Para saber mais sobre esse acervo e a contribuição de Alípio Freire, vide SALLES, P. R. *Centro de Pastoral Vergueiro (CPV): história, documentação e comunicação popular*. São Paulo: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2020. Paula Ribeiro Salles foi entrevistada por Andrea Paula S. O. Kamensky e, em sua história de vida elaborada em colaboração, falou do seu trabalho de realização de entrevistas com pessoas perseguidas pela ditadura, também para o Memorial da Resistência (SP). Sobre tudo, contou sobre o impacto das narrativas de mulheres presas e torturadas em sua vida, além de destacar o fato de ser filha de pai perseguido político e os desdobramentos dessa condição sobre sua vida pessoal, familiar e profissional, por exemplo, trabalhando como historiadora em arquivos com documentos sobre os movimentos sociais que atuaram contra a ditadura e entrevistando militantes políticos perseguidos e anistiados. Ambas, amigas de infância na periferia de São Paulo e historiadoras que trabalham juntas, se debruçam sobre o estudo de traumas sob uma perspectiva histórica feminista, que nos leva a refletir sobre a ligação dessas temáticas sobre a repressão e a anistia a partir do conceito de pós-memória de Marianne Hirsch, ao tratar dos profundos impactos intergeracionais das memórias dos familiares que viveram o Holocausto, na Segunda Guerra Mundial, sobre filhos, netos, vizinhos, amigos, e até mesmo estendendo-se para além da comunidade mais próxima dos sobreviventes, atingindo gerações posteriores. Para saber mais à respeito, vide: KAMENSKY, A. P. S. O.; SALLES, P. R. “Paula: história de vida de mulheres na vida de mulheres historiadoras feministas”. In: *Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogos com mulheres que nos transformam*. (M. G. de O. Rovai, org.) 1 ed. Teresina: Cancioneiro, 2021; HIRSCH, M. *Marcos familiares: Fotografia, Narrativa y Posmemoria*. Buenos Aires, Argentina: Prometeo Editorial, 2021; e HIRSCH, M. *La generación de la posmemoria: Escritura y cultura visual después del Holocausto*. 2 ed. Madri, Espanha: Editorial Carpe Noctem, 2021.

Poder Judiciário
 Justiça Militar Federal
 1ª Auditoria da 1ª CJM

Certidão

(...)[...] em atendimento à solicitação do Sr. JOACY PEREIRA DE MAGALHÃES (...) [...] certifico que o referido requerente foi denunciado em 28.11.1972 (...) [...]; ABSOLVIDO por sentença de 23.09.1976. Por Acórdão de 14.11.1979, o Superior Tribunal Militar, por unanimidade, declarou EXTINTA PUNIBILIDADE pela ANISTIA (...) [...]. Certifico, finalmente, que nada mais consta neste Juízo com relação a JOACY PEREIRA DE MAGALHÃES, além do que foi informado, (...) [...] aos vinte e três do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e sete.

LUCIA HELENA SILVEIRA PISA
 Diretora da Secretaria

Eles me deram anistia e eu fiquei despreocupado. Mas foi aquela luta de novo para procurar emprego...

Exibir publicamente a conquista da absolvição e a extinção de qualquer punição pela anistia, além de motivo de orgulho, era questão de sobrevivência para Magalhães, pois possibilitaria a almejada reinserção no mundo do trabalho. São muitas e variadas as estratégias de sobrevivência e de luta pela vida... Contudo, Glauco Prado Lima, oficial da Marinha também cassado, questiona até mesmo a possibilidade de um dia conseguir as reparações da anistia pelas perseguições e exclusões que passou depois de ter conseguido, por um tempo, ser reinserido no mundo do trabalho. Para Prado Lima, há resquícios de arbitrariedades que não podem ser superados:

Como resultado, uma das colegas, que era diretora de uma Faculdade, me convidou para ser professor de Ética. Lá fiquei durante algum tempo, ou melhor, até ser cassado pela revolução. Como tinha sido cassado como oficial, forçaram a direção da escola a me desligar e até hoje não fui reintegrado, como dizem que a anistia prevê. Mas, como não havia provas... Isso é muito interessante para acompanhar como as coisas evoluíram.

Para outros militares cassados, lembrar do tema da anistia foi doloroso. A memória se conectava diretamente a perseguições e suas consequências. A vida recriada em meio aos desdobramentos do sofrimento é eclipsada por memórias traumáticas e, talvez por isso, o esquecimento é também reivindicado. Sobre o tema, Carlos Joaquim Magalhães (oficial da Marinha que se tornou escritor e dentista depois de cassado) disse:

Mas eu tinha a pecha de esquerdista. E como esquerdista fui cassado. Não perdi a minha patente, fui aposentado. Não ganhei promoções, tiraram umas gratificações e meu soldo baixou, ficou uns dois terços do que era. Fiquei em dificuldades. Mas, com os ganhos na nova função de dentista, me equilibrei. E foi assim que saí da Marinha. Voltei em 79, com a anistia geral, mas não me deixaram com a situação econômica que deveria ter. Mas deixa isso para lá...

Enquanto para alguns a conquista da anistia deve ser valorizada, por trazer esperanças de melhorar a vida, para outros, tal conquista deve ser criticada, porque a percepção é de que não houve melhoras em alguns aspectos fundamentais da vida. Nas entrevistas, sobressai o seguinte: as motivações para obter a anistia não são homogêneas, ao contrário, são heterogêneas e impregnadas de subjetividades. Há, portanto, fissuras, ambiguidades e contradições em todas as políticas de memória e interpretações do passado que estão em disputa no tempo presente.

Glauco Prado Lima, que fez questão de conceder sua entrevista no Clube Naval, disse que seu maior objetivo alcançado com a anistia foi a reintegração dele e de outros militares cassados em suas agremiações:

O primeiro da Marinha que foi eleito diretor do Clube Militar, depois de um longo tempo – vejam o contrassenso –, era eu, um oficial cassado.

Mas por que isso tudo? Meu objetivo era conseguir a reintegração dos cassados. E realmente conseguimos. Com a colaboração de alguns colegas de direita, mas que compreendiam a justiça das nossas posições. Conseguimos de tal forma que fui com mais dois colegas, que eram simpatizantes da nossa luta, numa reunião da ADNAM, e levamos a primeira carteirinha de sócio do Clube Militar para entregá-la a quem? Ao Coronel Kardec. Justamente. Até segurei umas outras carteirinhas, com a cumplicidade do secretário, porque queria que o primeiro a recebê-la fosse o Kardec, pois ele é um símbolo de luta. Um lutador maravilhoso! Uma pessoa excepcional... Não sei se o conheci no navio... Mas a impressão que tenho é que conheci o Kardec a vida toda. Não é verdade, claro. Acho que foi na ADNAM, nas lutas pela anistia.

Na ADNAM houve uma rejeição muito grande à minha posição em concordar em concorrer com o Cerqueira. E eu tentava mostrar que a única maneira da gente conseguir a reintegração era ir lá para dentro e estar junto com eles. E realmente conseguimos. Entreguei a carteirinha ao Kardec lá na ABI.

Com a apresentação das lutas em comum e também seus pontos de conflito na construção de memórias individuais e coletivas, bem como nas políticas de memória, esperamos contribuir com o debate contemporâneo sobre a construção da história do presente. Para tanto, delineamos complexidades do tema, buscando manter uma postura crítica para que seja possível uma realização de reparação e de justiça que minimamente significa obter o direito à memória e à história construídas por meio de vidas que foram recriadas cotidianamente diante de violências e sofrimentos em camadas de passados-presentes-futuros sobrepostos e rizomáticos.

Nos 50 anos do golpe de 64, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, listou informações sobre as violações de direitos humanos cometidos contra trabalhadores e militares perseguidos políticos, entre outros grupos prejudicados pela ditadura. Ambos são considerados os grupos mais atingidos – sem considerar os povos indígenas, cujos estudos recentes decoloniais apontam como o caso de maior número de vítimas fatais anônimas.¹⁸ Enquanto os grupos de militares são apontados como os

18. Sobre a criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade para apurar violações aos direitos dos povos indígenas durante a ditadura e a primeira ação de reparação aos povos indígenas pela Comissão de Anistia apenas em 2024, aos 60 anos do golpe, vide: ZELIC, M. “Comissão Nacional Indígena da Verdade, uma emergência civilizatória”. *CIMI – Conselho Indigenista Missionário*. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/08/marcelo-zelic-comissao-indigena-verdade-emergencia-civilizatoria/>. Acesso em: 2/9/2024. VALENTE, R. “Novo fórum nacional vai cobrar do governo a criação de uma comissão indígena da verdade”. *A Pública*, 18 09 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/09/ditadura-forum-pressiona-criacao-de-comissao-indigena-da-verdade/>. Acesso em: 29/09/2024; FASOLO, C. “Fórum liderado por Apib e MPF tratará de crimes e violações históricas contra a população indígena no Brasil”. *ISA – Instituto Socioambiental*, 17/09/2024. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/forum-liderado-por-apib-e-mpf-tratara-de-crimes-e-violacoes-historicas>. Acesso em: 29/09/2024; SALLES, S. “Comissão de Anistia reconheceu povos indígenas como sujeitos coletivos, opina historiador”. *Jornal da USP*, 08/04/2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/etnico-racial/comissao-de-anistia-reconheceu-povos-indige->

que encaminharam mais processos à Comissão de Anistia, já que foram quase sete mil pessoas atingidas pelo golpe de que se tem conhecimento, os grupos de trabalhadores precisaram reunir suas principais centrais sindicais para que houvesse um último Grupo de Trabalho (GT) dedicado à apuração das violências cometidas no meio sindical, nas fábricas e outros espaços de trabalho e de resistência.¹⁹ Isso mostra a desigualdade de poder e a influên-

nas-como-sujeitos-coletivos-opina-historiador/ Acesso em: 28/04/2024; CUNHA, M.; FORMIGA, I.; RODRIGUES, M.; BARRETO, K. “Comissão de Anistia concede 1ª reparação coletiva, e Brasil pede desculpas a indígenas Krenak por crimes na ditadura”. G1 – Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/04/02/comissao-de-anistia-concede-anistia-e-estado-pede-desculpa-a-indigenas.ghtml> Acesso em: 28/04/2024; BASTOS, F. L. “Sessenta anos do golpe e a criação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade”. *Le Mond Diplomatique – Brasil*, 20/03/2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/60-anos-do-golpe-comissao-nacional-indigena-da-verdade/> Acesso em: 25/03/2024.

19. O GT13: Grupo de Trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical foi instaurado em abril de 2013, sob coordenação de Rosa Cardoso, fruto das reivindicações de nove centrais sindicais. Aceso: “CNV instala GT sobre repressão aos trabalhadores e movimento sindical”. *Centro de Referência Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional*. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outras-destaques/238-cnv-instala-gt-sobre-repressao-aos-trabalhadores-e-movimento-sindical.html>. Acesso em 2/9/2024. O *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*, em relação aos metalúrgicos do ABC, cita apenas os casos da perseguição dos trabalhadores na ditadura em parceria com a Volkswagen do Brasil. Há um trecho do depoimento de Lucio Bellentani a esse respeito, em 1972. O referido relatório também cita a Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC – AMA-A e o Centro de Memória do ABC entre as entidades por estado que contribuíram para os trabalhos em torno do eixo temático sobre as “Violações de Direitos Humanos dos Trabalhadores”. Dois outros importantes trabalhadores ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo são apenas citados no eixo temático “Violações de Direitos Humanos nas Igrejas Cristãs”. Antes líder da juventude metodista em Muriaé (RJ), Derly José de Carvalho, diretor do Sindicato, perseguido, preso, torturado e exilado, posteriormente, foi membro do Centro de Memória do ABC. Derly faleceu durante a pandemia. Seu irmão, Devanir José de Carvalho, também foi membro do Sindicato e foi morto sob tortura no DOPS, em 1971 (pp. 179-180; 187-188). No capítulo sobre “A resistência da sociedade civil às graves violações de Direitos Humanos” o Sindicato foi citado de forma genérica nas grandes mobilizações contra a ditadura e lutas pela anistia no final dos anos de 1970. A citação se concentra no período de greve de 1980, quando

cia desses grupos nas décadas de luta por redemocratização e também nas disputas por políticas de memória e discursos da História. A questão se adensa e ganha diversas nuances. Um exemplo ocorreu na Associação dos Militares Cassados (AMIC). A AMIC incorporou a AMINA, que depois se transformaria na Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM). A ADNAM, por sua vez, esteve lado a lado ao Movimento Feminino pela Anistia desde o final da década de 1970. Já os trabalhadores metalúrgicos do ABCDMRR Paulista, por exemplo, fundaram a Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC (AMA-A) apenas em 1999.²⁰ Dessa forma, desde os anos de 1980, muitos dos militares cassados e perseguidos obtiveram coletiva e individualmente direitos à reparação e à justiça, enquanto os trabalhadores metalúrgicos, que se organizaram como associação mais tardiamente, ainda encontram-se em franco processo de luta coletiva por reconhecimento, direitos, justiça e reparação.²¹ As lutas pela

teve sua diretoria cassada. O fato conecta-se à participação de Lula, que ali despontou como líder sindical (pp. 381; 395-396-408).

20. Neste momento, a AMA-A iniciava o projeto “Memórias de Vida e de Luta”. Uma proposta de pesquisa localizou a experiência de metalúrgicos(as) do ABC na discussão internacional acerca das violações dos Direitos Humanos em estados autoritários. *Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros*, com continuidade no projeto Direitos Humanos: dos fundamentos teóricos às tendências contemporâneas no nível local (cidades), PRINT-CAPES: UFABC/Coimbra/UAB/Essen-Duesberg, 2019. As reflexões e produtos gerados do trabalho podem ser acessados no site do Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov/UFRJ). Disponível em: <https://memov.com.br/site/index.php/component/content/article/17-livros-e-outras-publicacoes/livros-memov/242-movimentos-cruzados-historias-especificas>. Acesso: 7/9/2024. Outra pesquisa, em nível de Mestrado, foi realizada a partir das narrativas biográficas de trabalhadoras metalúrgicas ligadas à AMA-A, uma delas comprovadamente perseguida e vigiada pela ditadura até 1992. Trata-se da pesquisa de Carolina Barbosa Silvério, intitulada *Experiências femininas de vida e de luta (ABC Paulista, 1964-1985)* (SILVÉRIO, C. B. *Experiências femininas de vida e de luta (ABC Paulista, 1964-1985)*. Dissertação [Mestrado] — Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, 2024).

21. Não à toa, ao se deparar com a temática de memória e reparação, a partir dos metalúrgicos, aparece a problemática da inexpressiva representatividade desse grupo no

vida são diferentemente encaradas e posicionadas em contexto estrutural de desigualdades que agravam os desdobramentos das violências e sofrimentos no cotidiano das pessoas.

Considerando-se a diferença de duas décadas entre a fundação das associações e se compreendendo que a AMA-A congrega trabalhadores atingidos pela ditadura mais recente, enquanto a ADNAM reúne os militares perseguidos desde antes do Estado Novo, são muitos os pontos em comum entre seus membros. Tais aspectos ganham corpo quando estudamos como essas pessoas acionaram suas memórias para narrarem suas histórias de vida.

Os projetos de pesquisas sobre as histórias de vida de militares à esquerda das Forças Armadas surgiram entre os anos de 1980 e 1990. Os trabalhos eram realizados em colaboração entre a universidade e o movimento social. A ADNAM reunia os militares que, à época, tinham entre pouco mais de 60 a até mais de 90 anos. Os mais velhos foram perseguidos desde o Estado Novo, passando pela Segunda Guerra Mundial, o pós-guerra, a Guerra Fria até chegarem os mais jovens, cassados pelo golpe de 64. Todos eles trouxeram histórias do seu cotidiano no meio militar, entremeadas e afetadas pelos fatos políticos nacionais e internacionais do século XX, inexistentes nos arquivos oficiais.²²

perfil primeiro traçado dos perseguidos políticos e, por isso mesmo, o último a ter um Grupo de Trabalho na Comissão Nacional da Verdade.

22. É relevante assinalar que, em 1998, o resultado inicial dessa pesquisa, contendo catorze histórias de vida de militares ligados à ADNAM, foi depositado, em dois volumes impressos, como Dissertação de Mestrado em História Social no Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda (CAPH), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. As histórias de vida, que também estão neste livro, foram utilizadas como fontes documentais para o *Relatório da Comissão Nacional da Verdade, volume II*, para embasar a perseguição de milhares de militares mesmo antes do golpe de 64, bem como para contribuir no mapeamento dos que ainda estavam vivos em 2013 para serem novamente entrevistados. O mapeamento permitiu que os militares depusessem novamente junto à Comissão, que realizou seus trabalhos tardiamente, depois do falecimento de diversas pessoas. Sugerimos a leitura do texto do eixo temático “Violações de Direitos Humanos no meio militar”, nota 2 (p. 49), quando mencionam os depoimentos que gravamos junto ao Brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira e ao Comandante Héctor Araújo, para reforçar a quantidade de milhares de vítimas, infelizmente, sem a citação completa, que ora disponibilizamos:

O projeto “Memórias de vida e de luta: histórias de resistência e solidariedade de metalúrgicos e metalúrgicas atingidos pela repressão da Ditadura Militar” partiu da iniciativa da AMA-A, em 2019. A pesquisa se interessa pelas narrativas de trabalhadores(as) metalúrgicos(as), que atualmente possuem entre 60 e 80 anos, constituindo uma geração que advém em sua maioria da tradição oral²³. Esses personagens trouxeram elementos do cotidiano de trabalho nas fábricas durante a ditadura mais recente, também ausentes nos arquivos oficiais.

Os projetos de pesquisa citados privilegiam particularmente as fontes orais ou audiovisuais também construídas como narrativas biográficas escritas. Ao produzir histórias de vida, os trabalhos possibilitam a compreensão de como determinados sujeitos ressignificam e percebem na atualidade a experiência vivida. Nesse sentido, as narrativas instituem a elaboração de uma memória coletiva e igualmente uma nova política de memória. Política afetiva constituída pela ação de pessoas *entre gerações* que afetam e são afetadas pelas histórias de vida.²⁴ Em ambos os casos, a produção de documentos (históricos, literários e audiovisuais) constitui escritas da História que con-

SANTOS, A. P. dos. *À Esquerda das Forças Armadas brasileiras: histórias de vida de militares nacionalistas de esquerda*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 1998. Para uma listagem de trabalhos de pesquisadores que citaram esta Dissertação e algumas das histórias de vida realizadas, também publicadas nesta coleção de livros, verifique a Bibliografia Geral.

23. Em decorrência da experiência camponesa no Brasil contemporâneo, marcada pela tradição oral, que passou por uma drástica mudança demográfica a partir dos anos de 1950 e de 1960 do século XX.

24. A respeito das relações intergeracionais no trabalho com memórias, narrativas biográficas, arquivo e acervos, vide: SILVÉRIO, C. B.; PERES, N. F.; RIBEIRO, L. M. “Vivências e experiências interdisciplinares do trabalho com a memória e a constituição do Arquivo Histórico-Cultural do ABC”. In: *Arquivo Histórico-Cultural do ABC: a trajetória de Dalila Teles Veras e a formação do acervo do Centro Cultural Alpharrabio* (KAMENSKY, A.P.S.O.; SILVÉRIO, C. B.; MARUNO, G. R. orgs.) Santo André, SP: Editora UFABC, 2024, pp. 195-216; KAMENSKY, A.P.S.O.; SILVÉRIO, C. B.; MARUNO, G. R. (orgs.) *Arquivo Histórico-Cultural do ABC: a trajetória de Dalila Teles Veras e a formação do acervo do Centro Cultural Alpharrabio*. Santo André, SP: Editora UFABC, 2024. Disponível em: <https://editora.ufabc.edu.br/filosofia-artes-e-humanidades/122-arquivo-historico-cultural-do-abc> Acesso em: 12/10/2024.

sideram visões múltiplas e diferenciadas dos fatos históricos e do cotidiano por meio do trabalho da memória.

A construção de outra política de memória é também um fenômeno social e, por isso, é necessário expor suas condições de produção a partir das observações e interpretações que se é capaz de realizar no tempo do encontro intersubjetivo entre os interlocutores (pesquisadores e entrevistados). Assim, refletimos sobre as condições de produção de memórias individuais e coletivas a partir das singularidades (diferentes da vida social e cultural) dos relatos sobre experiências.

Ao compreendermos memórias individuais e coletivas como espécie de força motriz das políticas de memória, materializadas em fontes documentais do conhecimento histórico, reconhecemos que as narrativas são compostas por lembranças e vestígios acionados no presente. Nesse sentido, a política de memória hegemônica estará sempre em tensão com as disputas narrativas de seu tempo. Os narradores aqui mobilizados não desejam simplesmente denunciar uma memória e uma história oficial de orientação liberal. Trata-se de rememorar horizontes possíveis embargados por governos ditatoriais, reposicionando-os nas perspectivas e projetos que constroem *no* presente e *para* o futuro, como projeto de vida. Uma perspectiva de tempo linear e utópico conflita e dialoga com um cotidiano de luta imediata pela sobrevivência como sujeitos em busca de direitos básicos como, por exemplo, serem reconhecidos como vivos quando foram dados como oficialmente “mortos”; aptos ao trabalho no qual fizeram carreira quando foram dados como incapazes e indesejáveis; habilitados a fazer política quando tiveram todos os seus direitos cassados. É nesse sentido que as histórias de vida neste livro mobilizadas fundamentam outra política de memória ou uma *práxis* transformadora das memórias (histórica e nacional) vigentes que considerem o cotidiano e a vida como centrais no enfrentamento de opressões e violências estruturalmente herdadas.

Por essa perspectiva, podemos considerar essas narrativas no contexto da discussão da justiça de transição e em uma agenda de pesquisa mais ampla relacionada à violação dos direitos humanos pelo Estado brasileiro durante a ditadura mais recente (1964-1985). Especialmente quanto à repressão aos trabalhadores e trabalhadoras fabris e aos militares perseguidos e suas estratégias de sobrevivência, de lutas por direitos e pela vida, pouco considerados

nas políticas de memória sobre o tema. No marco discursivo inaugurado em *Brasil Nunca Mais*, por exemplo, destaca-se um perfil de classe média (estudantes universitários, profissionais liberais, integrantes da luta armada, das artes e da comunicação pública e jornalística), focado nas violências e na caracterização de vítimas, das quais muitas ainda não sabemos sobre suas vidas. É este o perfil estereotipado do militante, do guerrilheiro, do político que continua a compor o imaginário relacionado aos perseguidos políticos, presos, exilados e mortos pelas ditaduras.

Ao elegermos perfis de militares perseguidos (tanto de altas quanto de baixas patentes) e de trabalhadores e trabalhadoras metalúrgicos, tentamos enquadramentos e políticas de memória em torno da repressão operacionalizada no cotidiano de quartéis e fábricas. Produzimos um deslocamento de atenção para os sentidos de pertença de grupos minoritários, de grandes comunidades ou *categorias*²⁵ sistematicamente perseguidas e violentadas, em lutas diárias por direitos e pela vida.

Desse modo, os trabalhos com memórias tornam dizíveis e visíveis, além de fatos e personagens históricos apagados, sentimentos e valores transformados pela experiência de vida compartilhada. As narrativas revelam como fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos foram vivenciados no dia a dia a partir de diversas histórias. As histórias de vida, portanto, constituem-se enquanto *acontecimentos históricos*, que afetam as pessoas em suas vidas cotidianas. Esses acontecimentos geralmente são compreendidos, por visões históricas conservadoras, como corriqueiros e sem importância. Não é raro desaparecerem juntamente aos “sujeitos comuns” no curso da História. Porém, o cotidiano modifica contundentemente os fluxos narrativos e o entendimento do que é a nossa própria História. Por meio dos *acontecimentos históricos*, apreendidos e performatizados cotidianamente, narradores e pesquisadores acessam diferentes percepções de mundo. Desse modo, os indivíduos constroem novas maneiras de se fazer política, de se organizar socialmente, de lidar com as instituições, de lutar por direitos e por democracia (tanto no plano estrutural, por assim dizer, quanto no hábito cotidiano).

25. Categoria é o termo nativo utilizado no grupo de trabalhadores(as) pelos(as) entrevistados(as) para referir-se à posição de trabalho que ocupavam na fábrica, geralmente, na linha de produção: os(as) metalúrgicos(as).

Ao tomarmos a memória hegemônica como referência, notamos que mesmo quando as narrativas se referem à “história oficial”, ao cotejar no presente o horizonte pretérito, apontam para a constituição de outras interpretações possíveis, capazes de compor tessituras para disputas pelas memórias e pela História. As interpretações valem não só pelo que pretendem reconstituir dos tempos de autoritarismos, mas também pelos vestígios da materialidade contidos em suas histórias no que se referem à recriação de possibilidades de novas vidas frente às violências.

Ao lidar com passados recentes, temos o privilégio de contar com testemunhos daqueles e daquelas que vivenciaram os eventos. Podemos avaliar causas e principalmente consequências das experiências vividas, observando como eventos se transformam em acontecimentos históricos, por meio das interpretações forjadas no âmbito político e público. Por isso, constituição e análise²⁶ de narrativas biográficas oriundas da oralidade estão atentas não apenas às disputas do presente, como também àquelas engendradas ao longo do tempo.

O historiador Paul Thompson afirma que o depoimento, como fonte de pesquisa, é “tão antigo quanto a própria história”. A história, em seu processo de profissionalização (tendo como referência a metodologia positivista), fechou-se em métodos pretensamente objetivos, que privilegiavam a história das instituições. Nesse sentido, a história estava desvinculada de quaisquer metodologias de campo de relação direta com o outro.²⁷ Deste modo, escaparia à interpretação histórica a atenção a pessoas comuns. Porém, as coisas mais cruciais da vida acontecem sem registros oficiais. Muitos pesquisadores(as) se sentem mais à vontade com os sujeitos ditos triviais, marginalizados, excluídos da história. No âmbito da Antropologia, da Sociologia e da História, há décadas, realizam-se pesquisas com o objetivo de aproximação das pessoas comuns para escutá-las e, a partir dessa expe-

26. Esse trabalho é dimensionado por diversas frentes sociais e culturais, bem como distintas áreas do conhecimento: historiografia, antropologia, sociologia do trabalho, sociologia política, ciência política, imprensa oficial, imprensa das entidades de classe e das associações dos perseguidos, cassados e anistiados, arquivos e acervos oficiais, pessoais, classistas, movimentos sociais, produções artísticas audiovisuais, teatrais e literárias.

27. THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, pp. 45-103.

riência, conceber outras interpretações da realidade, conferindo igualmente novos sentidos às escritas antropológicas, sociológicas e históricas.

Práticas de trabalho de campo com a realização de entrevistas e narrativas biográficas trouxeram a possibilidade de se constituir fontes no presente, por meio do trabalho com a memória.²⁸ Tais procedimentos são de ordem vária: registros etnográficos, sociológicos, jornalísticos, literários, vinculando-se também à psicologia social e à história oral. Assim, por meio do trabalho de campo e sua apreciação crítica posterior, podemos compreender como fatos históricos recentes afetaram e foram afetados por quem os viveu, através de uma memória latente²⁹.

É importante estarmos cientes que o encontro para a escuta e o registro das narrativas sempre se inicia a partir de enquadramentos específicos e múltiplos da memória. Essa pluralidade de percepções está presente mesmo que pesquisas prévias partam da academia, de fontes oficiais ou de movimentos sociais, uma vez que todas as disputas discursivas engendradas nesses espaços acabam por realizar um enquadramento específico da memória, transmutando-se em memória hegemônica, oficial.³⁰ Para compreender as narrativas que versam sobre o acontecimento histórico da ditadura, precisamos considerar o que diz o historiador Marcos Napolitano sobre como os eventos a ela relacionados foram elaborados pela sociedade brasileira.³¹

Ao relacionarmos-nos com os grupos de perseguidos políticos, foi muito importante a preparação para os encontros. Isso significa compreender mi-

28. CHAUI, M. “Prefácio”. In: *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. E. Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. XX– XI).

29. POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos* (3): Memória, Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

30. POLLAK, M. Op. cit.

31. “Em resumo, a memória hegemônica sobre o regime, em que pese a incorporação de elementos importantes da cultura de esquerda, é fundamentalmente uma memória liberal, que tende a privilegiar a estabilidade institucional e criticar as opções radicais e extrainstitucionais. A memória liberal condenou o regime, mas relativizou o golpe. Condenou politicamente os militares linha dura, mas absolveu os que fizeram a transição negociada (...)” (NAPOLITANO, M. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2021, p. 319).

nimamente quais perspectivas históricas ficaram de fora; saber com quem e como dialogar para que elas viessem à tona.³² Somam-se a estas escolhas, a compreensão de que as circunstâncias em que as entrevistas foram realizadas e a proximidade entre pesquisadores e colaboradores(as) foram condições ambientais disparadoras de lembranças constitutivas de memórias acerca da experiência coletiva.

No caso dos militares de esquerda, muitas entrevistas foram previamente acertadas em reuniões da ADNAM, ambiente coletivo de apoio mútuo. Posteriormente as conversas (nem sempre gravadas) se deram em locais de escolha dos colaboradores, desde suas casas a espaços coletivos dos militares, como seus clubes e associações. Quanto às entrevistas realizadas com trabalhadores e trabalhadoras, as conversas foram gravadas no estúdio do canal da TV dos Trabalhadores (TVT). Trata-se de um ambiente sindical e coletivo, em que companheiros e companheiras estavam na equipe de entrevistadores, junto aos pesquisadores.

Em ambos os grupos, eventualmente, os entrevistados levavam documentos fotográficos e escritos, tais como processos, recortes de jornal e/ou referenciaram sua história a algum registro que mantinham em casa sobre determinados eventos marcantes em suas trajetórias. Atualmente, tais registros compõem fontes da história do país durante os regimes ditatoriais.

Os narradores, outrora afetados em seus cotidianos pelo contexto político autoritário, contam e recontam, em encontros preparados e localizados, suas histórias de vida. O objetivo é deliberadamente contribuir para a compreensão coletiva da experiência histórica, a partir de uma seleção particular (subjetiva e cotidiana) de acontecimentos, pessoas, lugares e interpretações. As relações anteriores entre entrevistados e pesquisadores foram fundamentais para a criação de um espaço de interlocução acolhedor e efetivo. Tanto no caso dos militares quanto dos trabalhadores e trabalhadoras perseguidos, nós, pesquisadoras participamos de assembleias e reuniões das direções da ADNAM e da AMA-A, entre outros eventos, além da realização de entrevistas prévias informais ou semiestruturadas. Era de nosso interesse conhecer os colaboradores das pesquisas para o mapeamento de experiências e temáticas a serem desenvolvidas nas narrativas. Em ambos os grupos,

32. POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. Op. cit.

existiram momentos coletivos de apresentação dos projetos de pesquisa que possibilitaram a construção compartilhada de políticas de memórias e de sensibilidade ética. Como exemplo, citamos a exposição dos espaços que entrevistadoras e entrevistados pertenciam, profissional e/ou academicamente, ou a adesão voluntária às atividades de pesquisa por meio da anuência na realização das entrevistas.

O diálogo é mais ou menos efetivo quando interlocutores estão sensibilizados para ouvir, intervir, silenciar e respeitar silêncios. A sensibilização mútua gera a capacidade de aprender, interagir, emocionar-se, espantar-se, admirar-se, transformar-se com as lembranças narradas. Por isso, repetições de tempos e referências não se confundem, nessa perspectiva, com pontos de esgotamento das memórias. Pelo contrário, apontam para a multiplicidade de perspectivas que as especificidades de vida e experiência são capazes de revelar.

O momento de conhecer e se deixar conhecer previamente possibilitou compreensões dos tempos, identidades e subjetividades evocados pelos narradores, respeitando a construção de cada “eu” elaborado nos encontros, que foram se tornando mais frequentes. Os tempos evocados pelos narradores são percebidos pelo seu modo de contar e de se autorrepresentar. Um aspecto interessante é a constatação de autorrepresentações que não aceitam ou se reduzem à condição de “vítima”. Por se referirem a acontecimentos históricos traumáticos, muitas vezes em processo e sem a devida punição dos violentadores, entrevistados poderiam muito bem apresentarem-se, em primeiro plano, apenas como “vítimas dos regimes autoritários”. No entanto, as narrativas se referem a aspectos de potência, como vida e luta, que conferem agência às memórias.³³ Nas narrativas, os colaboradores entrevis-

33. A esse respeito é de fundamental relevância em nossas reflexões os trabalhos da antropóloga indiana Veena Das, entre eles, *Vida e palavras: a violência e sua decida ao ordinário*, que trata de novos modos de observar a violência inserida na vida cotidiana, e não apenas como ruptura dela. Ao conviver cotidianamente com pessoas que passaram por situações de violência, principalmente mulheres, Veena Das questiona a exploração de representações, feitas pela mídia e por estudiosos, dessas pessoas somente como vítimas, assim como questiona o papel de quem estuda como aquela pessoa que apenas observa sem agir com responsabilidade ética diante da crítica a essas violências na prática, para além da teoria. Das reforça que o que estuda e escreve estão ligados à sua própria

tados garantem seu papel como protagonistas da história e do seu cotidiano. Apresentam-se majoritariamente não como sobreviventes de momentos traumáticos, embora os testemunhos também possam ser assim interpretados, principalmente quando falam de perseguições, prisões, torturas, humilhações e violências, mas sim como aqueles e aquelas que, ao se depararem com formas de opressão e repressão, engendraram maneiras de reivindicar liberdade política, melhores condições de trabalho e de vida.

Ao trabalharmos com as histórias de trabalhadores e de militares perseguidos, coloca-se em cena, a dimensão do cotidiano e das representações e percepções de experiências históricas compartilhadas. Vale pontuar que a busca recente por uma epistemologia decolonial evidencia a subjetividade de quem produz saberes a fim de localizar historicamente condições socioeconômicas, de classe, de etnia, de gênero e as experiências vivenciadas e narradas, compreendendo outras perspectivas e interpretações decorrentes dessa posição.

A autenticidade, nesse sentido, perde seu *status* de validação de uma narrativa a partir de fatos que se autorreferenciam. O “lastro comunitário” confere legitimidade às narrativas, ao se compreender que a construção de imagens de si, a vivida e a imaginada, só é possível a partir da relação com o outro. Referências e/ou vivências dos acontecimentos históricos são experimentadas por outrem e constituem diferentes narrativas. Segundo Portelli, para compreender as “estórias” dentro da história é preciso ir além do fato, deixando-se tocar pela dimensão dos sonhos e do imagético.³⁴ Acontecimentos passados e futuros têm sua materialidade na condição material do que *são*. Portelli nomeia essa dimensão temporal (potência do que “poderia” ou “poderá” ser) como *ucronia*. O estudioso italiano alerta que o imagético se refere a alguma coisa da experiência histórica (passada, presente, mas também futura), por meio da capacidade de projeção dentro do horizonte possí-

biografia – como é o nosso caso – e que a violência perpetrada pelo Estado, por exemplo, se desdobra no dia a dia conflituoso entre os sujeitos, extravasando testemunhos traumáticos sobre um grande acontecimento histórico violento específico. Vide DAS, V. *Vida e palavras: a violência e sua decida ao ordinário*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2020.

34. PORTELLI, Alessandro. “Sonhos ucrônicos, memórias e possíveis mundos dos trabalhadores”. *Projeto História*, São Paulo (10) dez., 1993, p. 47). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12103/8765> Acesso em: 7/9/2024.

vel do sonho. O sonhar, ao conter o que poderia ser (no passado e no futuro), contesta muitas vezes o indizível e o inaudível. É imprescindível, portanto, a escuta, a leitura e a atenção no momento de elaboração das memórias no presente, no sentido de se atentar às tensões discursivas e ao não-dito. O trabalho com as histórias de vida possibilita, na perspectiva temporal linear desses grupos, a mobilização e recriação no presente de um passado, antes sequestrado pela história oficial, que poderá favorecer a utopia de um porvir mais esperançoso e solidário.

As narrativas são constituídas não apenas do que se lembra, como também do que se esquece. Trata-se de um espaço privilegiado para a compreensão das disputas engendradas nos tempos históricos, inclusive dos silêncios sobre elas. Trabalhar com testemunhos é aprender a compreendê-los nas tensões entre o dito e o não-dito, pois o tempo da narrativa é capaz de conter sínteses interpretativas na variedade de formas de sentir, conceber e contar o que se passou. A cada entrevista, um tempo, mesmo que em perspectiva cronológica linear, encerra ritmos, lógicas e referências próprias. Nesse intervalo, convergem passado, presente e futuro; memórias e esquecimentos se constituem no compartilhamento de experiências por meio da oralidade e de outros tipos de expressão e linguagens documentais.³⁵

35. A esse respeito há toda uma produção consagrada do pensamento ocidental em torno das obras sobre o tempo e narrativa. P. Ricoeur é um dos expoentes mais tradicionais nesse campo de estudos que pensa a escrita em História. Na atualidade, também há reflexões e práticas renovadas, a partir do pensamento decolonial, discutido por M. Seligmann-Silva e A. A. Azoulay, que colocam em questão as formas de narrativas, de testemunhos, de documentos e de arquivos que são considerados como válidos para a História, enquanto outros estão invisibilizados ou legados ao esquecimento. Sobre o tema, indicamos as obras: *A memória, a história, o esquecimento* (RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Ed. Unicamp, 2008), *Tempo e Narrativa 1* (RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa 1. A intriga da Narrativa Histórica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010), *Tempo e Narrativa 2* (RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa 2. A configuração do tempo na narrativa de ficção*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010), *Tempo e Narrativa 3* (RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa 3. O tempo narrado*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010), *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico* (SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas, SP, Brasil: Editora da Unicamp, 2022), *História Potencial* (AZOULAY, A. A. *História Potencial*. São Paulo: Ubu, 2024).

As histórias de vida compartilhadas por este trabalho, caracterizadas como fonte oral, documentos escritos histórico-literários, documentos audiovisuais ou testemunhos com valor jurídico, foram construídas num tempo de transição, localizado no contexto de lutas por memória, justiça e reparação, em andamento no tempo presente e imediato. Portanto, diferem dos documentos oficiais produzidos no contexto da ditadura, criados para cumprir tarefas administrativas do Estado e/ou empresas e hoje são tratados como arquivos institucionais e fontes históricas.

A partir dos arquivos produzidos pelo Estado, ações e contextos essenciais podem ser revelados, como o acesso às informações acerca das formas de repressão, perseguição, controle estatal, listas das empresas com os nomes das pessoas perseguidas. Tais documentos atestam o fato de que havia instrumentos de controle social, o que parece mais evidente no contexto das Forças Armadas, como também no caso da comunicação entre empresas e Estado brasileiro. Servem como indício (no sentido jurídico) de que a perseguição política existiu e era sistêmica. No entanto, a existência das *listas negras*³⁶ não elucida aspectos da história, da memória e da experiência do que significou – e ainda significa – estar na condição de perseguido, preso, torturado e/ou monitorado pelos regimes ditatoriais no cotidiano em que as violências se desdobram e os sujeitos lutam pela vida, como agentes de sua própria história, sem se reduzir à condição de vítima.

São com esses olhares e escutas atentas sobre o que observamos e o que escrevemos como historiadoras que nos sintonizamos com o trabalho e o discurso antropológico de Veena Das, quando revisita o trauma, o testemunho e a comunidade política e trata de como considera engajar-se em uma ética de responsabilidade ou falar com responsabilidade.³⁷ Assim, é preciso frisar que o fato de constar em documentos oficiais como uma pessoa anistiada, não traz dimensões necessárias para a compreensão do que significava

36. Categoria nativa: forma como é referida a lista do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que continha o nome daqueles e daquelas que estavam sob vigilância do governo, por serem considerados “suspeitos(as)”.

37. “Tento defender uma imagem do conhecimento antropológico em relação ao sofrimento como aquele que sempre alerta para a violência onde quer que ocorra na trama da vida, e o corpo do texto antropológico como aquele que recusa cumplicidade com a violência ao se abrir à dor do outro.” DAS, V. Op. cit., p. 280.

essa condição, por exemplo, para um trabalhador, uma trabalhadora ou militar perseguido, que não se livraram de diversas violências perpetradas em seu dia a dia e da sua dor cotidiana. E, nesse abrir-se à dor do outro, não há espaço para um conhecimento restrito dos sofrimentos apenas como identidade coletiva de um fantasmagórico tempo passado, mas sim como um presente habitável pelos sujeitos singulares que recriam a vida, diariamente, apesar e diante de violências e sofrimentos passados-presentes em desdobramentos constantes.

Por isso, as longas narrativas biográficas histórico-literárias precisam ser apreciadas para que as vidas desses sujeitos não sejam reduzidas à condição de vítimas quando fragmentamos os momentos relatados de violências e sofrimentos em uma análise pautada pelos temas da academia ou das políticas públicas de justiça e reparação levadas à cabo pelo Estado. Veena Das aponta, no caso das Comissões da Verdade de vários países latino-americanos e africanos, como o Estado é visto paradoxalmente como agente perpetuador de violências estruturais herdadas da colonização e das ditaduras, e também como objeto de desejo para se ocupar o poder e fazer justiça e reparação. Salienta, principalmente, estudos sobre as Comissões da Verdade que privilegiam determinados tipos de testemunhos de sujeitos se posicionando apenas como vítimas em resposta a questões bem direcionadas, em detrimento de outros modelos de testemunhos e memória que foram excluídos por não se encaixarem em uma racionalidade iluminista do que é “a verdade objetiva”. E, sobretudo, por buscarem criar um espaço público para si mesmos em contextos em que a produção de corpos pela violência põe em questão a própria ideia de vida, não apenas os acordos intelectuais sobre o que significa construir democracias em sociedades afundadas em guerras, conflitos e violências simultaneamente perpetuadas e em permanente transformação.³⁸ Brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira, por exemplo, contou sua história em 1998. Segundo ele, a violência sofrida foi brutal, porém a luta constante pela vida, para garantir sua sobrevivência e de seus familiares e para conseguir seus direitos caminhou junto a elas. A esse respeito, seu depoimento é contundente:

Mas depois, no primeiro Ato Institucional, fui demitido da FAB. Perdi os direitos políticos e pouco depois o Eduardo Gomes baixou uma portaria

38. DAS, V. Op. cit., pp. 285, 290, 291.

proibindo os aviadores atingidos de voarem e de se empregarem como aviadores. Fiquei sem meu único ganha-pão... Não podia nem ser balconista em companhia aérea! Qualquer emprego relacionado à aviação era proibido... O Coronel Baliu, por exemplo, foi chofer de táxi... foi outro que ficou numa situação muito difícil...

Para sobreviver, ganhava um soldo que era um quinquagésimo do dinheiro que a gente recebe agora. Uma besteira! Eu vivia às custas da Edna. E fazia alguma exposição de vez em quando... Minha atividade de desenhista auxiliou tão pouco... Ela recebia como viúva, pois, aliás, fui considerado morto...! É terrível, mas é verdade... Até tenho uma papelada que mostra isso. Faz parte do regulamento: quem é expulso das Forças Armadas é considerado morto. É incrível... Para obter minha promoção como Brigadeiro, fiz duas vezes o requerimento. O primeiro foi rejeitado, reprovado, e o segundo foi aceito com o esforço do Nero. Isso foi muito depois da anistia de 79. Consegui ser Brigadeiro há uns dois anos atrás, acho... Minha família, com toda essa vida agitada, sofreu muito...

Wilson Fadul, médico da Aeronáutica, também deputado federal e Ministro da Saúde no governo João Goulart, também relatou ter sido considerado morto. Sua esposa, também presa e torturada, foi tratada como viúva. E anos depois, graças as lutas e mobilizações individuais e coletivas, ele é anistiado e considerado vivo:

Assim, sendo deputado federal pelo antigo estado de Mato Grosso, fui atingido pelo AI-1. Depois que meu mandato foi cassado, fui preso várias vezes. Mas foi em 1969 que fui oficialmente dado como morto pelo governo militar. Isso visava me impedir de qualquer ato. Assim, durante dez anos, de 1969 a 1979, minha esposa recebeu pensão como viúva de um militar da Aeronáutica, embora ela nunca tenha recebido atestado de óbito desse “assassinato civil”, realizado pela Aeronáutica. Em 1979, com a anistia, voltei a ser considerado como alguém que estava vivo! Mais tarde, fui reintegrado à Aeronáutica e até promovido...

O Coronel Pedro Alvarez, que além de militar, foi vereador e deputado estadual (RS), contou com indignação como igualmente enfrentou a mesma situação dos colegas. Por outro lado, Alvarez também relatou como os militares se organizaram na ADNAM para lutar pelos direitos que seriam garantidos pela anistia:

E, finalmente, defendi a campanha pela anistia ampla e irrestrita aos presos e processados políticos, desde 1945. Sem dúvida, foi um mandato popular e nacionalista. Mais tarde, veio a anistia: voltei como coronel da reserva do Exército e fiquei recebendo meu salário. Quando fui expulso, minha esposa ficou como “viúva”. Eles tiveram o desprazer de fazer isso...! Na carteira dela do Ministério do Exército constava: “Inah Cardoso Alvarez, viúva do ex-coronel Pedro Alvarez”. É que o Exército considera um militar expulso como “morto contábil”. Eu nem sabia que era “morto contábil”! Também tem um detalhe... Mesmo “morto”, custaram a dar pensão a ela...! (...) A anistia também foi uma luta meio difícil... Nós conseguimos mobilizar o pessoal que tinha sido cassado. Então, foi criado um movimento de anistia no Brasil todo, e aqui em Porto Alegre também tinha. O primeiro presidente da Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Punidos pela Revolução fui eu. Depois, foi o Capitão Alfredo Ribeiro Daudt. Nós começamos a mobilizar o pessoal, a fazer contatos com deputados, com a imprensa, palestras, e foi saindo... O movimento foi crescendo, crescendo e, no final, conseguimos uma anistia que não foi a ideal, porque a que nos deram foi meio anã e capenga (...) Não restabeleceram todos os nossos direitos. Nós, por exemplo, ficamos sem receber nada, e o pessoal civil recebeu aquela importância que não foi dada durante o período que eles estiveram afastados. O Exército não teve nada disso. Apenas puseram no posto que estavam, ou que deveria estar. Nesse ponto eles aceitaram: se era de uma turma que é coronel, voltava como coronel. Mas não pagaram nada, não houve ressarcimento nenhum...

E o principal é que não deixaram nenhum militar, nem os bem moços ainda – porque muita gente era tenente quando saiu e podia ainda prestar grandes serviços ao Exército –, não admitiram nenhum na ativa, de medo que contaminassem a tropa com o “vírus comunista”. Quer dizer que eles, ainda hoje, continuam assim. Ficaram com esse “vírus anticomunista” tão impregnado neles que apoiam esse neoliberalismo, que é uma saída das crises cíclicas do capitalismo.

Elencamos ainda um caso de perseguição política de várias gerações da mesma família de militares, narrado pelo General Pedro Paulo de Albuquerque Suzano. Além dele, seu pai, seu sogro, seus irmãos e vários dos seus amigos militares foram cassados e considerados mortos que, espantosamente, lutaram por meio da anistia pelo direito básico de serem reconhecidos como vivos:

Meu pai sofreu por causa de 32. Até 33, teve que ser professor no Colégio Andrews. (...) Nessa época, o pessoal foi praticamente demitido, como em 64. A minha mãe passou a receber o “montepio”, como se ele fosse morto. Ele

ficou preso no batalhão naval uma porção de tempo. Mas ele, depois de estar em liberdade, foi ser professor e, três meses depois, ganhava o dobro do que na Marinha, na ativa. Mais tarde, na Constituinte de 34, eles já foram postos em liberdade e anistiados... Meu pai foi solto em novembro de 33, mas eu ainda o visitei no batalhão naval, ali na Ilha das Cobras.

(...) Sempre combati... Eu era nacionalista e progressista. (...) No inquérito, ele já me absolvía. O processo foi começar em novembro, mas nós já estávamos cassados, reformados, desde setembro. O processo acabou praticamente no começo de 69, porque nós mesmos o arrastamos... De vez em quando, se resolvia e faltávamos... Todo o pessoal foi absolvido. Ninguém voltou a trabalhar. Aliás, tenho uma prima, casada com um oficial de Marinha que um dia comentou:

– Poxa, vocês foram absolvidos e não voltaram!

Até o marido dela ficou olhando torto, só faltou dar uma espinafração... Porque, na verdade, foi isso. Só fomos ter o que chamo de “anestesia” – e não de anistia – com o Figueiredo, já em 79.

(...) Na anistia do Figueiredo, eles só deram o tempo de serviço a mais, não deram promoção. E é uma safadeza dele, que foi comandante do Segundo Esquadrão na época que eu era da segunda bateria. Tinha vários amigos da cavalaria, porque sempre tive facilidade para montar... Sabia que o pai dele foi anistiado três vezes!

O Figueiredo só deu tempo de serviço. Em nossa anistia foi dada promoção apenas em 86, na emenda 26, e depois conseguimos mais alguma coisinha na Constituinte. Inclusive, fui advogado de muitos suboficiais e sargentos da Aeronáutica e da Marinha, que conseguiram ser promovidos a oficiais. Não teve glória nisso, porque o pessoal do governo acaba criando um caso para destituir os que a gente conseguiu promover na justiça. Então, o negócio é meio violento... (...) Nesse tempo de cassado, não tive problema com minha família porque meu sogro saiu capitão, meu pai e meu irmão também foram cassados... (...) Tenho vários amigos que sofreram isso: Brigadeiro Teixeira, Donato Pereira Machado, Kardec Lemme... Mas, eles não tiveram coragem de demitir meu pai, porque ele era o oficial que tinha mais período de lutas contra submarinos nessa costa brasileira. (...) Meu irmão também foi cassado... Quer dizer, eu tinha o apoio da família.

Hoje, continuamos a lutar não é para ter mais vantagens para nós. Alguns já foram aquinhoados. O Brigadeiro Fortunato até conseguiu, sem ação na Justiça, ser promovido a major-brigadeiro, e queria que eu fizesse a ação para ir a tenente-brigadeiro. Bobagem, porque ele já ganha por isso. Eu, por exemplo, fui anistiado e fui ao posto de general-coronel, mas ganho como general de brigada. O que interessa um título de general? Aqui no meu condomínio todo

mundo me trata como capitão, porque entrei para cá assim, em 1960. Ninguém quer saber se sou coronel ou isso e aquilo... Também, no meio civil, trabalhei só com o nome de Pedro Paulo...

Ao revelar a linha de continuidade entre regimes autoritários e anistias, este testemunho destaca a perseguição intergeracional, no núcleo familiar militar, bem como de todo o círculo de amigos próximos, mostrando a amplitude da repressão e de seus impactos ao longo do tempo. Ainda sobressai a reação diferente de seus amigos quanto aos benefícios da anistia, considerando sem importância os títulos conquistados pelas promoções, ao contrário de muitos militares cassados que lutaram por eles como uma das formas de obterem justiça e reparação. Como já mencionamos, há percepções complexas, contraditórias e divergentes sobre a própria vida e em relação à anistia e suas conquistas para esses grupos.

Enquanto os militares perseguidos se organizavam em associações desde o final da década de 1970, trabalhadores(as) perseguidos(as) do ABCDMRR Paulista só o fizeram muito posteriormente. É o caso de Livonete Aparecida Torini, anistiada e viúva do anistiado político Antonio Torini, uma ex-trabalhadora metalúrgica e dona de casa. Torini nem ao menos sabia se poderia ter seus direitos assegurados. No entanto, ela passou a ser considerada anistiada, depois de batalha judicial, somente na segunda década do século XXI. Sua anistia contraditoriamente é motivo de alegria e de orgulho entre as pessoas que lutaram e adquiriram os mesmos direitos. Trata-se de uma vitória, sem dúvida, mas a dificuldade em obtê-la é ponto de preocupação no contexto histórico brasileiro atual, em que o negacionismo e a ascensão da extrema direita civil militar é marcante. Na vida cotidiana, a conquista do direito não é mencionada além da família e da associação de anistiados e anistiandos a que pertence. Livonete confia aos companheiros e às companheiras da AMA-A e pesquisadores(as) sua experiência de vida e de luta na expectativa de que sua história “ganhe o mundo”, sem “distorções”. Assim, o depoimento da ex-metalúrgica cria uma compreensão do que foi viver o “difícil” período militar, pensando na “construção de um mundo melhor”. Em suas palavras:

[...] eu resisti muito para fazer essa entrevista. E ao mesmo tempo eu gostaria que o mundo todo soubesse, mas para [evitar] que muitas pessoas [que] não entendam isso e vão distorcer – como já distorceram essa situação – eu preferi

me calar e hoje estou aqui com vocês, passando isso, espero que ajude em alguma coisa. [...] E não só por nós família, para o mundo inteiro, que tenha um mundo melhor do que nós tivemos, menos sofrimento que nós [...].

Essa resistência em narrar a própria história foi comum entre as mulheres convidadas a partilhar suas narrativas dentro do projeto Histórias de Vida e de Luta. Os homens sabem contar melhor, com mais detalhes das datas e dos acontecimentos políticos da época, diziam. O que chama atenção na fala de Livonete é seu receio de que as pessoas “distorçam” o que ela tem para dizer. A dona de casa concede a entrevista num momento político delicado, em que a história da ditadura no Brasil, quando não negada, retoma a política de memória amparada no discurso militar de “revolução”, que teria impedido a instauração do “comunismo”.

Livonete não defende o comunismo, tampouco o golpe de 64 e o regime militar. A distorção que teme é de outra natureza. Nas palavras dela: “para quem passou a situação que nós passamos não vê assim, claro! que a gente não vê assim, não vemos assim, é direito mesmo!”. Livonete refere-se às críticas em decorrência da reparação percebida por ser anistiada em virtude de todo o sofrimento que ela e sua família passaram. Por isso, não podemos nos esquecer de que a retomada, a renovação e a ampliação de políticas de memória negacionistas e autoritárias acerca da resistência à ditadura incluem ataques constantes, que impactam a vida cotidiana, às pessoas que, como Livonete, lutam por direitos atrelados às políticas transicionais.³⁹

39. Sobre a questão, recomendamos dos seguintes textos: “MPF recorre de decisão que negou indenização a viúva de preso pela ditadura”. *Carta Capital*, 23/03/2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mpf-recorre-de-decisao-que-negou-indenizacao-a-viuva-de-presos-pela-ditadura/>. Acesso em: 23/05/2024; RODAS, Sérgio. “Abuso processual: TRF-3 anula decisão que negou indenização a viúva de preso pela ditadura”. *Consultor Jurídico*. 8/3/2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-mar-08/trf-3-anula-decisao-que-negou-indenizacao-a-viuva-de-presos-pela-ditadura/>. Acesso em: 23/05/2024; “Justiça manda governo pagar R\$ 150 mil a família de preso político da ditadura”. *Folha de São Paulo*, 5/3/2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/justica-manda-governo-pagar-r-150-mil-a-familia-de-presos-politico-da-ditadura.shtml>. Acesso em: 23/05/2024. Antonio Torini, falecido em 1998, é um dos muitos trabalhadores metalúrgicos beneficiados pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Ministério Público Federal assinado pela Volkswagen. Este acordo foi resultado de recente mobilização de trabalhadores(as)

A fim de criar diferentes políticas de memória, acervos e arquivos, não trabalhando apenas com os vestígios já existentes sob a guarda do Estado, as narrativas construídas a partir da oralidade e de experiências do cotidiano enfrentaram embates sobre sua autenticidade e a sua confiabilidade. Há argumentos que contestam as histórias de vida justamente porque nelas reside um compromisso com questões do presente. Sob essa perspectiva, as narrativas poderiam resultar em interpretações enviesadas, com excesso de subjetividade, fugindo da objetividade dos documentos escritos de arquivo oficial. Para os críticos da prática metodológica da construção das histórias de vida, a documentação disponível nos arquivos oficiais (registros produzidos com funções próprias de seu tempo e de sua instituição de produção) é considerada mais “confiável” para fins de consulta e comparação.

Os defensores de metodologias que se utilizam de entrevistas como a história oral, a pesquisa sociológica, a etnografia antropológica e a investigação jornalística, respondem às críticas de forma contundente, ao apontar fragilidades das premissas do método tradicional em História. Os depoimentos podem não ser “objetivos”, retruca-se, por serem construídos no presente a partir da rememoração de um fato passado. Contudo, as narrativas são informadas por todos os acontecimentos. Nelas se integra o que se sucedeu ao fato passado justamente porque tais histórias são intimamente relacionadas a questões do presente. As fontes de arquivos, é preciso ponderar, são produzidas por instituições. Tais documentos são registrados e traduzidos por pessoas em função de seu ofício, de modo que as informações preservadas nestas instituições também são informadas e enviesadas pelo contexto de produção e não abarcam a multiplicidade de um contexto

perseguidos(as) e familiares, mediado por entidades de trabalhadores, de pesquisa e militantes egressos(as) das Comissões da Verdade. O movimento comprovou em juízo a parceria de empresas e a ditadura no Brasil. O esposo de Livonete, Antonio Torini, foi “acusado” de pertencer ao PCB e enquadrado na Lei de Segurança Nacional de 1969. Sobre como a justiça brasileira ainda se vale de argumentos da ditadura para analisar e negar casos de indenização aos familiares, como Livonete Aparecida Torini, indicamos o artigo que cita a história de sua família: FERREIRA, E. de M. “A prova dos legados da ditadura militar – o rigor da Justiça Federal a partir das premissas democráticas de Frederick Schauer”. *Escola Superior do Ministério Público do Ceará*, Ano 14, n. 2, ago. – dez., 2022, pp. 147-164. Disponível em: <https://revistaacademica.mpce.mp.br/revista/article/download/252/188/543> Acesso em: 23/05/2024.

histórico. Portanto, a adoção de determinadas metodologias que compõem as políticas de memória também implica posicionamentos diferentes sobre como organizar e interpretar vestígios e documentos já existentes ou que foram criados em colaboração com sujeitos da História, não “objetos de pesquisa”, como no caso de entrevistas e registros de testemunhos. Metodologias que não apaguem contradições, ambiguidades, complexidades, memórias e histórias em disputas de poder, tanto em uma única narrativa biográfica histórico-literária quanto em seu conjunto.

Para encerrar nossas reflexões sobre as condições de produção de outras políticas de memória acerca da repressão, anistia e lutas por reparação, justiça e pela vida nas narrativas biográficas de trabalhadores e militares perseguidos pela ditadura, ressaltamos que ambas as pesquisas contaram com a participação de discentes da graduação e da pós-graduação. Estes, interessados nos diálogos intergeracionais e nas temáticas memória/história e suas práticas de pesquisa e divulgação, participaram desde a elaboração de roteiros, a gravação de entrevistas, a construção de documentos escritos a partir da oralidade, de análises de outros documentos pesquisados e em ações curatoriais posteriores às gravações e estabelecimento das narrativas histórico-literárias.⁴⁰

40. A partir de 2021, a pesquisa desenvolve-se no âmbito da ação de extensão “Memória e Justiça Reparativa: A memória dos(as) Anistiados(as) e Anistiandos(as) como Patrimônio Histórico Cultural”, pela PROEC – UFABC, em que foram tratados os seguintes tópicos: a) 13 narrativas como fonte de pesquisa; b) três eventos versando sobre “Universidade, Memória e Trabalho” e c) Oficina de História Oral com alunos(as) da graduação e com trabalhadores e trabalhadoras metalúrgicos(as) da PERKINS/ MAXION, mobilizados em torno da produção autônoma de um livro sobre a História da empresa a partir de suas memórias sobre a vida laboral. No âmbito do ensino, os(as) discentes integrantes do projeto possuíam atuação acadêmica em sua maioria. Os estudantes já orientados pelos docentes da equipe em suas pesquisas. Os discentes que não possuíam pesquisa na temática, mantinham atuação política no movimento estudantil da UFABC, engajando-se facilmente nas discussões e propondo atividades Comunicacionais em parceria com os Anistiados, Movimento Estudantil e também com o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp), mediado por Edson Teles, militante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos da Ditadura. As orientações na graduação tiveram trabalhos de Iniciação Científica e de Conclusão de Curso que se debruçaram sobre a história e a dinâmica da AMA-A e das discussões contemporâneas acerca dos limites da Justiça de Transição em curso no Brasil. As ações

Nos processos de pesquisas, houve trocas significativas entre projetos, com destaque para as discussões políticas, econômicas, culturais e interseccionais de gênero/classe nas memórias narradas. Trabalhos e comunicações foram apresentados em eventos acadêmicos locais e internacionais, com a proposta de reafirmar o protagonismo dos(as) metalúrgicos(as) e dos militares perseguidos no enfrentamento do autoritarismo de Estado e evidenciar o papel que ainda hoje possuem no contexto da luta por direitos humanos, justiça e reparação.

Tais atividades foram realizadas no âmbito do ensino-pesquisa-extensão e posicionaram o trabalho da memória como central para compreensão da experiência cotidiana dos trabalhadores, trabalhadoras e militares perseguidos durante regimes autoritários. No mais, as pesquisas explicitaram os impactos políticos dessas memórias como ação, ou seja, como políticas de memórias.

Os projetos de pesquisa evidenciaram a possibilidade de espaços discursivos disruptivos nos encontros entre gerações que vivenciam a transição democrática, algumas delas testemunhando períodos autoritários e tendo protagonismo na restauração de direitos democráticos básicos. Outras, mais jovens, vivenciam os vestígios e evidências do autoritarismo encravado historicamente nas estruturas institucionais, dinâmicas sociais e nos discursos políticos recentes que acabaram por desembocar em novos golpes contra a democracia (2016-2022). Na fala de umas das discentes que integraram o projeto de pesquisa sobre o grupo de trabalhadores(as), os tempos se encontram na ameaça de um novo estado de exceção:

(...) boa parte que justifica a gente estar onde a gente está hoje é a dívida que o Brasil tem com os anos da ditadura militar e com aqueles que perderam suas vidas lutando em defesa da democracia.⁴¹

de salvaguarda e comunicação do acervo partiram da compreensão de que esta etapa era essencial para tornar públicas as memórias dos(as) anistiados(as) e anistiandos(as).

41. ASSIS, I. M. “25 anos”. 2022. Entrevistadoras: C. Silvério e L. H. G. Homma. São Bernardo do Campo, São Paulo, 17 de outubro de 2022. Resultado da entrevista apresentado por HOMMA, L. H. G.; SILVÉRIO, C. B.; MARINHO, M. G. S. M. C. na comunicação “Universidade, Memória e Movimentos Sociais: um projeto de cultura e extensão entre a UFABC e a AMA-A”. *IV Simpósio Internacional Comunicação Cultural*. Disponível em: <https://plataforma9.com/congressos/iv-simposio-internacional-comunicacao-e-cultura> Acesso em: 05/07/2024.

A relação temporal e intergeracional fez a estudante inferir sobre a continuidade de políticas de memória, instrumentos, ações e performances autoritárias do Estado brasileiro no tempo presente. Outro estudante, jovem pesquisador em caráter de iniciação científica voluntária na área de História, participante da pesquisa sobre os militares perseguidos, afirmou:

Antes de me aprofundar nesse estudo, eu não tinha nem ideia dos horrores que essas pessoas sofreram. Tinha uma noção geral, mas o panorama histórico é muito mais amplo e dolorido de se ver, ouvir e ler. Inclusive, eu e minha mãe conversamos sobre esses temas e o nosso trabalho de pesquisa, e chegamos a essa conclusão.⁴²

Lembrar e tratar cotidianamente da “dívida” do Estado com os(as) cidadãos(ãs) que foram por ele violentados(as), “um panorama histórico amplo e dolorido de se ver, ouvir e ler”, nas palavras de estudantes e de seus familiares em diálogos intergeracionais, é tarefa urgente, se quisermos respeitar a luta pela vida de tantas pessoas e evitar o retorno de um regime autoritário. Assim, a continuidade de pesquisas com realização de entrevistas, bem como a partir de análises de documentos é fundamental para ampliar e transformar o conhecimento histórico acerca das violências ditatoriais cometidas pelo Estado brasileiro. Nesse sentido, a sociedade civil organizada, com destaque para os movimentos sociais, e os trabalhos de pesquisa, explicitam e continuam a cobrar o dever do Estado em assegurar garantias democráticas, de justiça e de reparação, sem as interrupções, censuras e omissões que ocorreram nas últimas décadas.

Cabe lembrar que, depois de anos de reivindicações, as conquistas mais recentes ainda são poucas e se resumem ao anúncio, em 2023, da criação de um órgão para acompanhar recomendações da Comissão Nacional da Verdade (a partir da divulgação de um relatório apontando que 93% delas não foram cumpridas). Em 2024, houve a recriação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), extinta pelo governo

42. CARDOSO, N. de O. Estudante do Bacharelado em História (FFLCH/USP), em conversa sobre balanço da pesquisa que desenvolveu em caráter de Iniciação Científica voluntária, junto ao projeto acerca dos militares perseguidos e anistiados, que foi contemplado pelo Programa de Ações Culturais (ProAc) do governo do Estado de São Paulo, em 2023.

anterior, chefiado pelo ex-capitão Jair Bolsonaro, em 2022.⁴³ A presidenta da nova CEMDP, a procuradora Eugênia Gonzaga, a exemplo de outros pesquisadores, fez severas críticas aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.⁴⁴ Ela defendeu a revisão de seus resultados, garantindo que o número de mortos e desaparecidos pela ditadura foi muito maior do que apontou seu relatório final, ultrapassando dez mil pessoas – ligadas aos grupos sociais mais vulneráveis como, por exemplo, os povos indígenas, com mortos aos milhares – não reconhecidas e contabilizadas. Esse reconhecimento é fundamental para o direito à memória e à história desse período em que vigorou o regime autoritário.

Assim, por conta da precariedade de ações assertivas e contínuas entrelaçadas a uma nova política de memória e dos processos tardios e falhos de apuração das graves violações de direitos humanos, estamos vivendo o lasti-

43. MENEZES, E. “Brasil só cumpriu plenamente duas das 29 recomendações da Comissão Nacional da Verdade”. *SBT News*, 31/3/2024. Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/brasil/brasil-so-cumpriu-plenamente-2-das-29-recomendacoes-da-comissao-nacional-da-verdade>. Acesso em: 2/9/2024. É importante lembrar que o Instituto Vladimir Herzog já tinha criado um núcleo para monitorar a implantação das recomendações da Comissão Nacional da Verdade, apontando que não foram cumpridas, em sua maioria, em 2019. INSTITUTO Vladimir Herzog. “Sem Impunidade. Núcleo Monitora CNV – 2019”. *Instituto Vladimir Herzog*. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/semimpunidade/>. Acesso em: 2/9/2024. Em 2024, o governo federal, sob pressão popular, determinou a recriação da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, o que para alguns significou a recriação da Comissão Nacional da Verdade, algo que não corresponde à realidade. Vide as informações difundidas pelas próprias agências de comunicação governamentais: SOUZA, P. D. de. “Lula determina recriação da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos”. 4/7/2024. *Agência GOV*. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/luka-recria-comissao-especial-mortos-desaparecidos-politicos>. Acesso em: 2/9/2024; PASSOS, G. “Ministério Público recomenda reinstalação da Comissão da Verdade”. *EBC – Empresa Brasil de Comunicação*, 7/3/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-03/ministerio-publico-recomenda-reinstalacao-da-comissao-da-verdade>. Acesso em: 4/7/2024.

44. OLIVEIRA, M. “Entrevista – Procuradora: ‘Vamos ver se muda a visão que a ditadura do Brasil foi a que menos matou’”. *A Pública*. 15/10/2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/10/passa-de-10-mil-procuradora-propoe-recontar-mortos-na-ditadura/> Acesso em: 17/10/2024.

mável contexto histórico de chegar aos 60 anos do golpe de 64 com parte da sociedade brasileira negando que houve uma ditadura. Alguns grupos políticos conservadores estão organizados e desejam comemorar anualmente a efeméride como fato positivo para a República brasileira, com aval de militares de extrema direita alocados nas Forças Armadas, que até recentemente estiveram no poder, e ainda exercem tutela sobre a nação. Em contrapartida, o terceiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado logo após uma tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2022, pouco avançou nas reflexões e ações governamentais que poderiam ser feitas por ocasião da efeméride em 2024. Ao ser entrevistado a esse respeito, o presidente Lula afirmou que o golpe de 64:

(...) já faz parte da história, já causou o sofrimento que causou. O povo já conquistou o direito de democratizar esse país (...) O que eu não posso é não saber tocar a história para frente, ficar remoendo sempre, remoendo sempre, ou seja, é uma parte da história do Brasil que a gente ainda não tem todas as informações, porque tem gente desaparecida ainda, porque tem gente que pode se apurar. Mas eu, sinceramente, eu não vou ficar remoendo e eu vou tentar tocar esse país para frente⁴⁵.

O terceiro governo Lula vetou quaisquer menções, eventos e ações a esse respeito por conta das investigações e julgamentos ainda em curso em torno da última articulação golpista envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro e alguns elementos das Forças Armadas que fizeram parte da sua gestão. Os fatos recentes mostram a importância das políticas de memória em confronto cotidiano nas disputas políticas de poder governamental no Estado brasileiro.

45. MACHADO, R. “Lula diz que golpe de 64 é história e que não quer remoer passado”. *Folha de São Paulo*. 27/2/2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/02/lula-diz-que-golpe-de-64-e-historia-e-que-nao-quer-remoer-o-passado.shtml>. Acesso em: 2/9/2024. Ironicamente, ainda tivemos que ler em uma reportagem que apurou o veto do governo Lula às menções, eventos e ações nos 60 anos do golpe: “O slogan da ação do governo chegou a ser registrado em textos internos da pasta: ‘60 anos do golpe 1964-2024 – sem memória não há futuro’.” VARGAS, M.; HOLANDA, M. “Plano vetado do governo Lula para 60 anos do golpe previa vídeo do Porta dos Fundos e memorial”. *Folha de São Paulo*. 20/4/2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/04/plano-vetado-do-governo-lula-para-60-anos-do-golpe-previa-video-do-porta-dos-fundos-e-memorial.shtml>. Acesso em: 2/9/2024.

Basta analisar a fragilidade das recentes políticas de memória oficiais – bem como a história das anistias aplicadas de forma conservadora na trajetória da República brasileira – para percebermos não ser por acaso que alguns dos protagonistas das disputas políticas na atualidade pautaram o tema da anistia, se apropriando do mesmo, com vistas a beneficiarem os golpistas de 8 de janeiro de 2022, entre eles militares e civis de extrema direita. Nesse contexto, as possibilidades de problematizar a anistia aplicada no final da ditadura – para, tardiamente, punir os responsáveis por graves violações dos direitos humanos no regime autoritário – se tornam um horizonte cada vez mais distante. Isso diante do enorme retrocesso que significaria para os rumos da precária democracia brasileira uma nova anistia utilizada, mais uma vez, como instrumento político conservador e conciliatório, para perdoar aqueles que recentemente atacaram as instituições democráticas, inclusive defendendo torturadores anistiados anteriormente.

No entanto, tudo isso não impediu que organismos ligados ao governo se manifestassem, muitos deles historicamente relacionados aos partidos políticos de esquerda e aos movimentos sociais, culturais e sindicais.⁴⁶ Nem

46. ROXO, S. “Após Lula vetar manifestações do governo sobre 60 anos do golpe, ministro participa de ato contra a ditadura – Evento será realizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC”. *O Globo*. 28/3/2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/03/28/apos-lula-vetar-manifestacoes-do-governo-sobre-60-anos-do-golpe-ministro-participa-de-ato-contr-a-ditadura.ghtml>. Acesso em: 2/9/2024. Uma reportagem destaca a crítica feita à fala de Lula em uma ação de um importante órgão da administração pública federal no contexto dos 60 anos do golpe de 64: “Já o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) aprovou a reabertura da investigação da morte de Rubens Paiva, desaparecido pela ditadura em 1971, levado de dentro de casa, no Rio de Janeiro. Presente à reunião, Vera Paiva, filha do deputado, disse que ‘ao contrário do que Lula andou dizendo, é preciso rememorar o passado para aumentar a compreensão do presente’.” (ÉBOLI, E. “Lula pede silêncio sobre 60 anos do golpe de 1964 e não é atendido”. *Correio Braziliense*. 6/4/2024. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2024/04/6832668-lula-pede-silencio-sobre-60-anos-do-golpe-de-1964-e-nao-e-atendido.html>. Acesso em: 2/9/2024). Importante destacar também que, em 2024, foi lançado o filme *Ainda estou aqui*, de Walter Salles, sobre a vida de Eunice Paiva, que se formou advogada, em busca da verdade sobre o desaparecimento e a morte de seu marido, o deputado Rubens Paiva, pais de Vera e Marcelo Rubens Paiva, autor do livro homônimo de 2015, que deu origem ao longa-

diminuiu os esforços ininterruptos destes últimos que incessantemente pressionaram o governo federal a agir em prol dos direitos humanos. Ainda há muito a ser pesquisado, estudado, revelado. É necessário problematizar e denunciar a gestão precária, conservadora, omissa e conciliatória das políticas de memória oficiais desde o início do processo de redemocratização para enfrentar corajosamente as violências e as injustiças irreparáveis e imperdoáveis que permanecem no presente. Não se pode relegar “o passado distante” ao esquecimento, se quisermos recriar nossas vidas no presente em outros termos, sem o que não há como ao menos sonhar, que dirá construir novas possibilidades de futuro.⁴⁷

Mesmo a contrapelo, nós, historiadoras, trabalhadoras da educação e estudantes, de gerações herdeiras da frágil democracia brasileira, reunimo-nos em torno da tarefa inacabada de escutar e aprender com aqueles que enfrentaram cotidianamente governos ditatoriais. Em parceria com os movimentos sociais, buscamos registrar, documentar, analisar e divulgar para nossos(as) filhos(as) outra história do Brasil, com a esperança de que estamos estabelecendo novas políticas de memória e histórias potenciais em que não nos esquecemos nem repetimos o horror.

-metragem. A efeméride dos 60 anos do golpe é um marco histórico que possibilita levantar, mais uma vez, para o grande público, a temática das graves violências contra os direitos humanos cometidas contra milhares de pessoas durante a ditadura, já que, neste caso, as investigações a partir de testemunhos na Comissão Nacional da Verdade evidenciaram o que ocorreu após a prisão de Rubens Paiva, confirmando que ele foi sequestrado, torturado e morto por agentes a serviço do Estado autoritário, no entanto, declarado morto apenas em 2014: “A morte do meu pai não tem fim.” (PAIVA, M. R. *Ainda estou aqui*. São Paulo: Alfabeta, 2015). Para além de ressaltar a trajetória de personagens mais famosos deste período de regime autoritário, a efeméride dos 60 anos do golpe de 64 também nos deu a oportunidade de trazer à tona as pesquisas em torno do cotidiano de pessoas comuns, trabalhadores, trabalhadoras e militares perseguidos, muitos ainda invisíveis em nossa história do tempo presente.

47. No que respeita a novos documentos, que estavam ocultos, a serem estudados, sugerimos: BORGES, R. “Documento da CIA sobre execuções ‘implode’ versão oficial da ditadura”. *El País*. 15/5/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/11/politica/1526053261_197839.html Acesso em: 2/9/2024. Sobre como tratar no presente o que é irreparável e imperdoável, a partir de uma reflexão decolonial, vide: AZOULAY, A. A. *História Potencial*. Op. cit.

José Carlos Sebe Bom Meihy

Este embate matizou minha vida

Minha história tem raízes profundas tanto no processo imigratório como nas mudanças operadas no Brasil, no Vale do Paraíba Paulista. Nasci em Guaratinguetá, São Paulo, em 1943, portanto sou um daqueles “filhos da guerra”. Cresci em Taubaté, no eixo Rio-São Paulo, exatamente na passagem do processo predominantemente rural e agrário para o urbano e industrial. Isso não é pouco em particular, porque venho de uma família de imigrantes, e ser filho de libaneses implicava viver em um projeto familiar definido, com padrões próprios, e até com papéis pré-determinados para os filhos. A cidade que ambientou minha infância e juventude foi Taubaté, situada em um caminho cruzado entre as duas maiores metrópoles do país, Rio e São Paulo e entre a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar.

Ser filho de imigrantes, exposto a essas condições, demandou muita negociação entre o pertencimento interno, familiar, e a adesão à cultura dominante, externa. Este embate matizou minha vida.

Como a maioria dos imigrantes, meus pais vieram pobres, mas obstinados a melhorar de vida. E muito trabalho se deu na trajetória de todos nós, a começar por meu pai que foi mascate – daqueles bem típicos dos estereótipos, desses que perambulavam com mala de fazenda em fazenda, de casa em casa. O pessoal do lado materno havia chegado antes e a vivência dos negócios religiosos, a montagem da infraestrutura do comércio devoto em Aparecida do Norte, favoreceu a extensa família que, com sede em Guaratinguetá, espalhou comércio por várias cidades da redondeza. Tenho pa-

rentes em Lorena, Pindamonhangaba, Caçapava, São José dos Campos... É Sebe por todos os lados. Isso atesta a força do tal projeto familiar imigrante. Falo de muita obstinação e negociações.

Mesmo sem estudos meu pai era pessoa incomum, não tinha conhecimento formal, mas muita sabedoria e perspicácia, isso além de um bom faro para negócios. E foi assim que cresci tendo sempre o confronto em ser ou não ser, ou melhor, seguir o projeto dos pais ou fazer o meu próprio. De toda forma, meu pai foi o homem mais iluminado que já conheci, bom negociante no atendimento de fregueses da loja que montou depois de muito sacrifício. Minha mãe era professora, mas se dedicou durante a vida toda ao trabalho doméstico e a seguir as demandas de meu pai. Nós éramos um retrato fidedigno da “família árabe-brasileira”. Uma família trabalhadora, que batalhou muito para conquistar as coisas. Creio que, se fizesse um balanço das propostas parentais, diria que eles cumpriram as metas sonhadas.

O fato de ter nascido em uma família de imigrantes, impactou diretamente a minha criação e percepção do mundo. Em casa, os valores, os alimentos, os costumes, as tradições eram bem diferentes do “tradicional”. Era uma mescla de duas culturas que sendo diferentes, uma vez transplantada uma delas, se chocava com a dominante até entrar em consonância. De maneira geral, isso nunca teve um impacto negativo na minha vida, logo aprendi a notar as diferenças. Sempre tive muito orgulho da condição na qual nasci e cresci. Com isso, aprendi a respeitar os processos de adaptação. Aliás, perceber os critérios de escolha me serviu de chave para entender e operar no exame histórico.

Tive uma educação escolar muito variada: frequentei o curso primário público, mas ingressei no antigo ginásio, no Colégio São Joaquim, em Lorena, como aluno interno. A experiência do internato me foi muito chocante porque passei a conviver com filhos de famílias importantes: imagine, por exemplo, que o filho do Tancredo Neves foi meu colega nessa escola. E foi lá que aprendi rudimentos de línguas e até me distingui em latim... Foi lá também que aprendi a disciplina e a dedicação aos estudos. E como gostava de ser voluntário no trabalho da Biblioteca do Colégio, nossa!... Saído do internato, de volta ao ensino público em Taubaté, terminei o colegial e tinha que enfrentar o dilema da continuidade. A alternativa familiar era clara: continuar os estudos, mas nada que comprometesse o sonho de meu pai, ou

seja, manter-me no comércio. Além desse ser um plano estabelecido pelo meu pai, eu deveria assumir funções de filho mais velho e, como homem, a meta era a sucessão da loja e demais bens que começavam a caracterizar o sucesso familiar.

Assim que iniciei minha vida de jovem adulto, obediente a meu ideal pessoal, ingressei na Universidade de Taubaté (UNITAU), para cursar Direito e História. Direito por orientação paterna, História, por decisão irrefutável, minha. E vivia intensamente, repartindo meu tempo: de manhã na Faculdade de Direito, muito trabalho na loja da família à tarde e à noite na Faculdade de Filosofia, curso de História. Durante os primeiros anos da minha vida acadêmica, não tive contato com os grandes mestres que assinavam os livros de História que lia. Sequer tinha biblioteca exemplar ou mesmo arquivos locais disponíveis. Mas tive professores dedicados, pessoas que fizeram o melhor que podiam. Havia algo pessoal em aprender mais que conteúdos de matéria, como dar aulas. Sabe, sempre fui fascinado pelo desempenho docente. Sempre. Após alguns anos na faculdade, conheci a professora que construiu a minha espinha dorsal acadêmica. O nome dela é Sônia Aparecida Siqueira, com quem mantenho contato até hoje. Dona Sônia como a chamava, funcionava naquele contexto como um ponto fora da curva, pois além de professora muito dedicada, ela me acolheu como discípulo. Sinceramente, não saberia dizer das razões dessa escolha, mas parecia que ela dava aula só para mim. Isto me marcou demais. Demais... Pois é! Com toda paciência do mundo, dona Sônia programou um roteiro de leituras e todas as semanas, depois das aulas, sentávamos e discutíamos livros e, de um jeito sutil, ela iniciava minhas pesquisas por temas ibérios, em particular sobre a Inquisição.

Apesar das limitações de uma faculdade do interior, minha experiência na Faculdade de Filosofia foi muito mais intensa do que na de Direito. Pelo menos para mim que, aliás, sempre fazia transferências do que aprendia no curso de Direito e buscava imaginar a dimensão histórica. E lia muito nesse tempo, lia supervisionado pela professora Sônia que assim ia me apresentando linhas historiográficas e exercitando meu olhar sobre tendências de historiadores. Ao mesmo tempo mantinha uma prática muito querida, ler Literatura. Jamais deixei a Literatura de lado. Jamais. Foi assim que desenvolvi mais uma afinidade com dona Sônia, a aproximação de História e Literatura.

Pouco tempo depois de acabar a graduação, fui incentivado pela professora Sônia a me inscrever na pós-graduação na Universidade de São Paulo. A USP era para mim um espaço mais que exemplar, quase um altar sagrado. Pois bem, ela me levou até lá, me apresentou a alguns colegas dela, seus estudantes mais destacados, e tudo foi tão rápido e eficiente que, quando me vi, estava inscrito no programa de pós-graduação e pertencendo a grupo de estudos... Naquele período, o exame para admissão era muito difícil, principalmente pela exigência relacionada às línguas estrangeiras. Basicamente, era necessário ler um texto e, mais que traduzir, cabia a discussão do texto na língua escolhida. Lembrei-me dos tempos do São Joaquim e rendi graças às insistências dos padres salesianos que tanto forçavam o aprendizado de línguas estrangeiras. A minha sorte foi que sempre me dei muito bem com o inglês, condição que muito me ajudou.

Minha dissertação de mestrado juntava duas tendências: de um lado, meu fascínio pela Literatura e, de outro, as pesquisas inquisitoriais da professora Sônia. Sabendo que ela era uma das maiores pesquisadoras em Inquisição, não foi difícil identificá-la como orientadora rigorosa. Foi assim que me aproximei dos textos do teatro de Antônio José da Silva, popularmente conhecido como “O Judeu”. Fiquei extremamente envolvido pela leitura da peça *Obras do Diabinho da Mão Furada*. O enredo polifônico dessa peça versava sobre as “obras” de um diabinho maroto, achegado a palavrões e gestos grosseiros. Usando termos chulos e fazendo gestos obscenos, a estratégia do personagem era distrair a atenção geral e passar lições de como os judeus deveriam ludibriar os controles. Aprendia com tais observações e respeitar as sutilezas judaizantes. Além da leitura de toda a produção de Antônio José, lia sobre a produção analítica do Brasil colonial e sobre a vigilância da Inquisição.

Depois de confirmar o objeto de minha dissertação, de pesquisar e montar toda a base da pesquisa, chegou o momento de apresentar os resultados no Exame de Qualificação. Assim que terminei a apresentação, a banca concluiu que o trabalho era promissor, criativo, mas que deveria ampliar o foco. A sugestão ia além, propondo que passasse direto para o doutorado. Posteriormente, o resumo dessa pesquisa foi publicado na *Revista de Estudos Portugueses* da USP, na área de Literatura.

Em nova fase, atento a necessidade de ampliar o escopo da pesquisa, cheguei à nova proposta sobre a ação expansionista da Companhia de Jesus.

Sobretudo, restava pensar os jesuítas inscritos no ambiente das Reformas Religiosas e do alargamento do domínio ibérico, em particular português. Mas temia me perder na amplidão temática e na vastidão documental e historiográfica. Na realidade, restava ainda mais um recorte do qual não queria abrir mão, havia como que um alerta lembrando meus compromissos com a essência de minhas pesquisas: falar sobre o Brasil, tentar entender a singularidade de nossa vivência histórica. Então, restava um desafio: encaixar a prática jesuíta brasileira no amplíssimo processo histórico da Companhia de Jesus. Devo lembrar que era um jovem de pouco mais de 20 anos, poucas pesquisas, mas com a cabeça cheia de muitos sonhos pretensiosos. Quando olho para trás, imagino o tamanho do desafio, pois pretendida nada mais, nada menos que fazer o inverso do Padre Serafim Leite com o monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Imagine, sonhava em propor algo radicalmente diverso, ou seja, demonstrar como o impacto do Brasil “abrasileirou” a ação jesuítica. Como o tratamento com nossos indígenas e com a complexa sociedade colonial, inclusive com as levas de escravizados, exigia critérios de mudanças que, afinal, deformavam as propostas europeias e mesmo as façanhas conseguidas na África e Ásia. E meus argumentos centravam-se no fato de no Brasil se dar algumas “concessões” para o ingresso e a vivência jesuítica. Com certo ardor mostrava, por exemplo, que alguns jesuítas doentes, como o Padre Anchieta, ou descendentes de negros, como o Padre Vieira, tiveram acesso nas condições brasileiras.

O trabalho de pesquisa foi muito complexo e conturbado, pois, além de tudo, residia no interior e tinha aulas e estágios em São Paulo. Naquela época, as coisas não eram nada simples. Não havia tanta facilidade para bolsas, intercâmbios, e sequer tínhamos internet – estamos falando de 1971. Então, é de se imaginar os limites que cercaram meu trajeto. De toda forma, centrei-me nas Cartas Jesuíticas e vislumbrei as diferenças de tratamento temático e de intenções entre as “Cartas Anuais” e “Cartas Edificantes” e, na mesma linha, prestei atenção nos cuidados jesuíticos com os indígenas. Aliás, nesta linha, articulei para publicação de uma série de cartas de Vieira e escrevi alguns artigos sobre a atitude dele frente o segmento judeu e suas relações como o ambiente brasileiro colonial. Gostei muito da pesquisa com cartas e até imaginei um trabalho comparando as jesuíticas brasileiras com outras, em particular com outros espaços latino-americanos. Essa escolha, aliás, dizia respeito à busca de contraste entre o Brasil e o resto continental.

Na USP, a professora Sônia ministrava cursos na disciplina História Ibérica, no Departamento de História, e eu fui convidado por ela para frequentar suas aulas como uma espécie de assistente informal, sem vínculo docente. Ao mesmo tempo – agora estamos falando de 1968 – a universidade passava a viver intensamente as tensões políticas nacionais e, nesse contexto, alguns professores foram cassados pela ditadura cívico-militar, condição que complicava a rotina docente do Departamento de História que, aliás, era muito visado. Durante esse período, muitos professores foram desligados das suas funções por conta da perseguição e com isso abria-se, como desafio, o espaço para reposição e a oportunidade para jovens interessantes. Foi nesse contexto que virei “professor voluntário”, categoria prevista no Regimento Universitário.

Devo dizer que, em relação ao meu ingresso oficial como docente na USP, reinava uma duplicidade de emoções. De um lado, havia euforia pelas conquistas tanto em termos de pesquisa como de atividade profissional, mas na outra ponta restava certa apreensão em vista das condições que implicaram o ingresso de novos quadros. Diria que houve um fato notável para a tomada de consciência da situação geral: a morte do jornalista Vladimir Herzog. Entendi então o peso do processo político que, paradoxalmente, abria campo para novos, mas elidia a presença de outros. Assim, 1975, funcionou como um divisor de águas, pois foi também o ano em que ingressei como professor Assistente Doutor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, a mesma na qual tinha feito minha pós-graduação. Com a aposentadoria da professora Sônia Siqueira acabei assumindo a cadeira de História Ibérica. Essa foi uma das heranças que ela me deixou e que sempre procurei honrar.

Em termos de ambientação e de condições de trabalho, no início, não posso dizer que fui bem recebido. Como eu vinha do interior, por não ter sido aluno dos professores consagrados e por não frequentar os círculos mais estabelecidos, era visto como uma espécie de caipira e até alguns brincavam me chamando de JéCarlos, valendo-se da ambiguidade entre eu estudar Monteiro Lobato, ser do Vale do Paraíba e ter meu nome aproximado do Jeca Tatu. De toda forma, me sentia muito bem andando pelos corredores do Departamento, lendo nas portas nomes consagrados como: Eurípedes Simões de Paula; Sérgio Buarque de Holanda; Eduardo de Oliveira etc. Era um exercício andar e ver tudo isso...

Por lógico, minha trajetória e meu histórico escolar impactaram minha atividade docente e meu papel funcional no Departamento de História. Diria que sempre fui muito sensível aos alunos que desenham rotas acadêmicas difíceis. Na USP, principalmente antes do movimento de ações afirmativas, era comum ver que os alunos que se destacavam eram os que mais recursos tinham, tanto para comprar livros como para viajar. Decidi desde logo empenhar esforços para favorecer os mais necessitados. E sempre tive apoio da comunidade estudantil. Mas não foi apenas no nível econômico que me posicionei. Em termos de abordagem histórica, também busquei atuar e fui dos primeiros a usar cinema, documentário e, principalmente, Literatura como estratégia para debates históricos e historiográficos.

Sempre fui muito grato à USP pelas oportunidades que tive. Não apenas em termos de bolsas para mim e para os estudantes em Iniciação Científica e pós-graduação, mas sobretudo pelas oportunidades de avanços em pesquisas. Em 1975, depois de concluído meu doutorado, com o título *A Presença do Brasil na Companhia de Jesus*, recebi o encargo de acompanhamento dos estudantes estrangeiros – em particular norte-americanos – na Universidade. Acompanhei como diretor desse programa, por 20 anos, levas de estrangeiros. Nesse contexto conheci um brasileiro que se tornou um dos meus maiores amigos: Robert M. Levine. Levine era um judeu progressista que, como eu, estava interessado em mostrar a possibilidade de árabes e judeus desenvolverem trabalhos conjuntos. E assim fizemos, produzindo estudos sobre vários temas comuns. Com destaque na literatura de Carolina Maria de Jesus, escrevemos livros que contribuíram para a mudança de percepção daquela escritora no Brasil e nos Estados Unidos. Precisávamos realizar entrevistas! Ele foi o responsável por plantar a semente da história oral na minha cabeça. Em termos de opção teórica, a noção de tempo presente nos levou a pensar em termos de memória, e de memória a estudos sobre oralidade e, daí, história oral foi um pulo.

Por fim, realizamos algumas sondagens em trabalho com entrevistas e decidimos avançar em estudos afeitos a imigração. Já professor estabelecido no Departamento de História da USP, ministrando cursos na área de História Ibérica, com enfoque na montagem do império ultramarino, resolvi investir na memória dos imigrantes e na leitura de como eles representavam situações do passado como a Inquisição, a vinda da família real, o processo

de independência. E o resultado foi empolgante ao ponto de ter condições de propor o primeiro curso de História Oral da USP. A aceitação dos estudantes foi imediata, fato que incomodava muitos colegas que mantinham percepções estabelecidas em modelos franceses conservadores. O embate com colegas do Departamento exigiu intensa produção de textos publicados com sucesso. E os números eram eloquentes, pois só do *Manual de História Oral* tivemos cinco edições, cada uma com 3 mil exemplares.

Em coerência com os avanços da Nova História, busquei adaptações que faziam sentido na época, e a procura de “novos objetos” levou a romper com a proposta que limitava História Ibérica ao momento colonial. Com muita luta, em particular recuperando o gosto pela Literatura, propus cursos sobre o universo intelectual voltado a temas ibéricos. Um dos primeiros cursos nessa chave foi “A presença da América Latina na Guerra Civil Espanhola”. O objetivo era proceder a exames inversos ao processo colonial, em particular mostrando o atravessamento do tempo e os latino-americanos envolvidos na defesa da “mãe Espanha”. A efetivação dessa proposta obrigou nova série de textos publicados valorizando, sobretudo, a presença intelectual e literária na reflexão da matéria.

Pouco depois de assumir a disciplina, comecei a aprofundar em minha proposta valorativa da oralidade e dos estudos de memória. E insistia muito na discussão sobre variações de fontes históricas no Departamento de História da USP. As minhas aulas, assim como meu método de análise documental, funcionaram como alternativa. Por exemplo, um dos meus métodos consistia em passar Dias Gomes – teatrólogo brasileiro – para explicar a Inquisição. A sala era dividida e cada aluno assumia um personagem. No início as coisas foram difíceis porque, apesar de ter o apoio dos estudantes, de certa forma mexia com a tradição francesa que sempre dominou a USP. Precisei conquistar o respeito dos meus colegas de Departamento. Insisti na proposta e, graças aos alunos, consegui sensibilizar boa parte dos colegas. Com o passar dos anos, acabei me consolidando na posição de professor. O pessoal do Departamento já tinha mais simpatia comigo. Eles começaram a me convidar para debates, conferências e, aos poucos, a linhagem historiográfica que assumia era incorporada no Departamento.

Em 1980, as coisas começaram a ficar mais tranquilas na USP. Foi nesse momento que comecei a propor assuntos relacionados à contemporanei-

dade ibérica. Queria desfocar as balizas coloniais e propor nova inserção da Espanha e Portugal no mundo globalizado. Além disso, senti que era a oportunidade perfeita para começar a inserir, de maneira mais efetiva, a história oral nas minhas aulas e renovar critérios de avaliação dos cursos.

Algum tempo depois, por volta de 1982, recebi o convite da Universidade de Stanford, Califórnia, para fazer pesquisa e morar, por um período de um ano, nos Estados Unidos. Era a oportunidade para um tempo de meditação sobre a carreira e para experimentar novas relações. E foi um tempo excelente sobre todos os pontos de vista. Além de boa biblioteca e de oportunidade de convívio com parceiros de diferentes correntes, tinha tempo para minhas pesquisas.

Inclusive, meu primeiro trabalho de pesquisa publicado com histórias de vida realizadas a partir de entrevistas foi sobre os pesquisadores norte-americanos que estudaram o Brasil no século XX, os brasilianistas. Eu estava aprendendo a entrevistar e fui gravar com o grande antropólogo Charles Wagley, considerado o principal brasilianista de seu tempo, um dos primeiros nos estudos etnográficos dos povos indígenas e camponeses da Amazônia e do Nordeste. Tentei fazer perguntas e que ele as respondesse. Quando terminei, ele me disse que ia me ensinar a fazer uma entrevista, e assim o fez, o que foi inesquecível... Talvez não tenha sido por acaso que escrevi, posteriormente, um livro a partir de uma pesquisa com histórias de vida dos Kaiowá!

Logo depois de voltar do exterior, em fins de 1983, portanto em plena fase da abertura política, foi ocasião propícia para pensar o “tempo presente” de outras formas. Iniciei o processo de entrevistas com os militares brasileiros que atuaram diretamente na Guerra Civil Espanhola. E me surpreendia, cada dia mais, com a proposta de fazer as entrevistas e visitar temas como: silêncio, apagamento, disputas de memórias e, sobretudo, “memória subterrânea”.

Aprendi muito nessa aventura. Logo despontou a certeza de que projetos em História Oral são diversos dos demais. A flexibilidade, o dever de produção de documento, a variação analítica, em particular, a diferença entre História e Memória, tudo junto forçava um debate ainda em curso: seria a História Oral um método, técnica, disciplina ou meramente uma ferramenta? E tudo derivava de imersão empírica. Lembro, por exemplo, que foi uma aventura conseguir gravar a primeira leva de relatos com os militares de esquerda. Alguns desses senhores moravam no Rio Grande do

Sul, o acesso a eles era difícil, pois muitos estavam temerosos de falar sobre o que me interessava, sobre o papel e desempenho de uma esquerda militar. Mas, não poupei esforços, juntei energia e fui sem pensar duas vezes! Na capital gaúcha fui conversar com o meu primeiro contato: Delcy Silveira. Assim que cheguei na casa dele, fui muito bem-recebido e iniciamos, sem muitos floreios, o processo de entrevista. Durante as várias horas que gravamos, acabei sentindo que a história que ele contava não fazia muito sentido, não conectava com a ocorrência dos fatos, em particular sobre a repressão. Porém, não questionei e apenas escutei. Finalizamos a entrevista, fui para o hotel e arrumei as coisas, pois no dia seguinte iria me encontrar com outro senhor, Homero de Castro Jobim.

Quando cheguei na casa do senhor Homero, fiquei encantado com o espaço. As coisas eram muito bem-dispostas, tudo muito elegante. Assim que entrei, a esposa dele me recebeu com uma bandeja com chá e bolachas caseiras. Após um momento inicial de apresentação, começamos a conversar e a entrevista seguiu de modo a aclarar alguns pontos como a questão de classe social no âmbito militar. Foi tudo muito perfeito. Ao retornar ao hotel, recebi um recado do senhor Delcy dizendo: “venha outra vez que vou te dar a entrevista certa”. Em um primeiro momento, fiquei confuso e pensei: “Ué... Mas ele já não deu?”... e foi dessa maneira que no dia seguinte retornei e gravei nova entrevista. O interessante é que ao chegar lá, ouvi a explicação:

– Professor, o senhor tinha me pedido uma entrevista, mas não acreditei muito em sua intenção e resolvi contar uma história menos real... por isso te dei aquela “entrevistinha meia boca”. Alguns anos antes, dei uma entrevista para alguém que sumiu e resolvi não mais contar minha história verdadeira. Depois que falei ontem com o senhor, liguei para o Apolônio e ele me disse para contar toda a história, não omitir nada. Por isso que te enviei aquele recado...

A esposa dele, Dona Bartira, apareceu no meio da nossa conversa e também participou. Nossa... A imagem daquela sala não sai da minha cabeça. Minha proposta depois daquelas gravações se firmou definitiva, eu estava encantado por poder trabalhar diretamente com aquelas histórias vivas. E tinha argumentos para discutir tudo que queria, além do tema “militares de esquerda”: silêncio, apagamento, manipulação historiográfica, neutralidade...

A paixão pela História Oral e pelos meandros da memória só aumentava. Posso ficar horas aqui contando essas histórias. Por exemplo, foi muito

emocionante quando entrevistei o senhor Apolônio de Carvalho e, ao fazer uma pesquisa paralela, no Arquivo do Itamaraty no Rio, achei uma fotografia de quando ele estava no campo de concentração. Naquela ocasião, ele estava tuberculoso e, por conta disso, os agentes tinham tirado uma foto para colocar no prontuário. No momento em que ele viu a fotografia, as emoções explodiram. Ele, emocionado, chamava pela esposa:

– Renée! Renée! Vem aqui para você ver isso!...

Ele mostrou para a esposa a foto e se comoveram... Foi uma coisa inexplicável a sensação que senti naquele momento. Os dois ficaram muito gratos pelo trabalho que tínhamos feito. E eu sou eternamente reconhecido por eles terem compartilhado aqueles sentimentos e histórias com a gente.

Depois de terminar todas as entrevistas, nós compusemos a ideia do livro *A Revolução possível*. Foi nesse momento que a Andrea Paula entrou na minha vida e na história do Núcleo de Estudos em História Oral – NEHO/USP. Nós começamos a produzir um trabalho nos mesmos moldes das entrevistas feitas com esses soldados brasileiros, para falar sobre os militares de esquerda. O fruto primeiro desse trabalho foi a dissertação de mestrado dela e, mais recentemente, esse trabalho monumental que temos em mãos... Mas, tudo continuou com uma dinâmica quase que incontrolável. Essa pesquisa sugeriu desdobramentos e daí, num recorte mais amplo, optamos por trabalhar com os militares que foram perseguidos e atingidos diretamente pelo golpe cívico-militar de 1964. Estava assim dado o mote do esforço: notar o momento de virada de tendências democráticas e plurais do círculo militar brasileiro.

Compreender o conceito de golpe de forma complexa é fundamental neste exercício e a maioria das pessoas não atenta para o significado e para as consequências disso. Portanto, acho interessante salientar seu significado, uma vez que a sucessão de golpes têm sido uma constante em nossa História republicana.

Muitos dos militares entrevistados foram influenciados diretamente pelo movimento da Coluna Prestes, por essa ideia que permitia que eles sonhassem com a possibilidade de mudança. Esses sonhadores estavam espalhados por todos os cargos possíveis. Atuaram em diversos momentos importantíssimos da história, como o Levante de 35, a Guerra Civil Espanhola, a Segunda Guerra Mundial, o fim do Estado Novo, a Campanha O

petróleo é Nosso, a resistência durante a ditadura militar, a abertura política, a anistia, o processo de redemocratização... Esse trabalho dos militares de esquerda é, portanto, um apanhado das ideias, sentimentos, esperanças e anseios daqueles que sonharam um futuro melhor para a sociedade brasileira. Ele demonstra que, mesmo depois dessas pessoas terem sido perseguidas, capturadas e torturadas, o sonho ainda se manteve de pé e pulsante.

Para encerrar, acho que esse trabalho inscreve uma nova lógica. Eu deixei meu legado para os meus alunos, e eles devem levar essa luta à frente. É necessário que o relógio comunista deixado para mim por um dos entrevistados, o senhor José Correia de Sá, continue marcando o tempo, que as pautas sejam levadas adiante, e que a história não se perca. A minha geração teve a missão de derrubar a ditadura militar. A geração de vocês tem a missão de destruir essa extrema direita e esse ideal fascista que vem assolando o mundo.

A minha geração fracassou... a democracia é algo permanentemente inacabado, e é preciso desmilitarizar o Brasil.

Uma democracia construída e garantida todos os dias nas práticas de educação e de pesquisa

*Suzana Lopes Salgado Ribeiro
Andrea Paula dos Santos de Oliveira Kamensky*

Por que buscar compreender a construção de um intelectual entre a ditadura e o processo de redemocratização? Como vimos, práticas compartilhadas de docência, pesquisa e produção de conhecimento criam novos espaços públicos e, assim, formam gerações como as nossas para a vida em um ambiente que se pretende democrático e participativo.

Neste projeto, pudemos (re)encontrar um intelectual que acompanhou nossa trajetória de formação e de muitas maneiras a influenciou, com temas, leituras, orientações. Mas, apenas depois de cerca de trinta anos de convivência e entrevistas feitas com ele, foi possível ter acesso à produção de uma narrativa que mostra uma análise pessoal e bastante subjetiva de seu caminho de construção e reconhecimento intelectual.

Compreendemos que a entrevista presente neste livro, só poderia ter sido dada a nós, e mais que isso, apenas neste momento de nossas trajetórias profissionais – nossa, de certa maturidade acadêmica alcançada, e dele, de balanço de vivências pessoais e profissionais. Isso porque as questões do presente trazem novas memórias e faz com que vejamos de maneiras diferentes assuntos do passado e possamos falar um pouco mais livremente sobre questões que antes eram mais sensíveis. Além disso, entendemos os três, após anos de estudos sobre a temática, que cada entrevista não é a reconstituição do que aconteceu, como aconteceu. A narrativa estabelecida em relação à memória, revela lembranças e esquecimentos, reorganiza e ressignifica, frente a necessidades e permissões do hoje. Assim, da mesma forma que as histórias de vida que compuseram os trabalhos de pesquisa

realizados, a apresentação das influências e escolhas relatadas neste texto são a reconstrução de um passado à luz do presente e da tarefa demandada de explicar um caminho acadêmico percorrido por nosso professor. O momento da entrevista foi emocionante, um encontro completamente diferente e único. Encontro de gerações de historiadores que rendeu tributos e legados, ensinamentos e sabedorias.

Nesta narrativa o Professor Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy apresentou grandes projetos que começou ou apoiou evidenciando suas relações com o processo de redemocratização de nosso país. Mais que isso, apontou que os inúmeros livros e artigos que publicou – muitos deles mencionados aqui e elencados ao final deste livro na Bibliografia Geral – fortaleceram reflexões desse momento.

Meihy contou sua trajetória de docência e pesquisa desde seu início na Universidade de Taubaté, passando pelo reconhecimento de mestres que o formaram e o conduziram à pós-graduação e depois à docência na Universidade de São Paulo. Meihy pôde refletir sobre os caminhos e os problemas que enfrentou na mudança do interior para a capital. Muitas eram as diferenças entre esses dois cenários de pesquisa: colegas, estruturas e tradições acadêmicas. Diferente também se mostrou a forma de compreender a história deste professor, que misturava em sua prática docente, a literatura como documentação, a antropologia como embasamento teórico para práticas de campo, a contemporaneidade como preocupação, o Brasil como foco de compreensão.

Sua narrativa mostra que o caminho trilhado e o encontro com a história oral foi e ainda é elemento importante para produzir documentos e reflexões sobre grupos apagados e marginalizados da história. Sua prática de pesquisa celebrou o Brasil e a democracia, mas também estabeleceu formas de democratizar a produção do conhecimento acadêmico. No reverso da mesma moeda, de forma crítica, o intelectual apontou que, na medida em que o campo foi se especializando, também foi se tornando mais acadêmico e conservador, destoando de sua produção que privilegia histórias de vida.

O foco inicial da entrevista eram as pesquisas sobre os militares e a desmilitarização na história recente do Brasil. Sua narrativa é fundamental para o presente projeto, pois o professor pesquisador deu origem à esta pesquisa. Importa dizer que ele fez e continua fazendo parte do longo trabalho de reflexão que se desenvolveu desde os anos de 1980. Por isso, pode se pronunciar,

produzir reflexões e orientações sobre esse tema mediado pela história de vida. Tal prática, portanto, é apresentada neste texto como forma da escrita da história – um documento – mas também gênero literário – uma narrativa. Talvez, se apresentando como “documento-narrativa”, demarque-se a própria trajetória de seu narrador, que sempre uniu diferentes dimensões da produção do conhecimento em seu fazer. Assim, também seja possível indicar a contemporaneidade de sua produção que, em tempos pós-modernos, utilizou ferramentas digitais para a produção de registros e divulgações articulando discursos complexos, plurais e profundamente subjetivos para a escrita da história.

Tal produção de conhecimento mediada pela narrativa indica que cabe pensar como se constroem verdades para além da ficção. Esta construção implica a existência de outros interlocutores que, por sua vez, apropriam-se do discurso “alheio” e juntam ao seu patrimônio outras experiências. Trata-se do estabelecimento de trocas entre quem conta, quem escreve e quem lê, produzindo “documentos do eu”, textos ativos, vivos e vivificados na medida de sua leitura. Pela recepção e interlocução, o “eu” autoral ganha propriedade coletiva, transformando o leitor em autor, personagem que dá vida à obra lida e que, ao ler, transforma-se.

Em exercício metalinguístico, é preciso dizer que a entrevista apresentada foi gravada remotamente. Negamo-nos a dizer que foi feita à distância, pois a proximidade se mostra no conteúdo do que foi narrado. Contudo, essa foi a alternativa viável, dada a impossibilidade de encontro presencial, graças aos nossos prazos e o fato de hoje o professor residir no Rio de Janeiro, uma das pesquisadoras na capital e outra no interior paulista. Na entrevista, Meihy revela todo o contexto que explica e justifica escolhas temáticas e o percurso de uma trajetória acadêmica bastante específica.

Há grande diferença entre a entrevista atual e outras realizadas. Dentre algumas concedidas pelo professor, destacamos *Gostaria de ouvir todas as histórias que puder. Todas*. Nela, Meihy ressalta o desenvolvimento de sua carreira, na época da ditadura, intercalando-a a episódios como a morte de Vladimir Herzog, a cassação de professores e a abertura de vagas docentes na universidade. De acordo com o entrevistado, esse é contexto difícil e complexo no qual se localiza seu ingresso na Universidade de São Paulo (USP).

A amizade de Robert Levine e o convite para dar aula em Stanford marcam o início de uma nova fase. Fundamentam-se nesses fatos a experiência

de publicar livros sobre o Brasil, a vivência internacional de docência e o encontro com a história oral. Meihy conta como acabou enredado pela história oral e porque realizou trabalhos na área. Com brasilianistas, o autor retoma e aprofunda preocupações discutidas em *Introdução ao Nacionalismo Acadêmico, os Brazilianistas* (1984). Sobre o início da pesquisa em história oral, Meihy é irônico ao contar como aprendeu a fazer entrevista com um dos maiores antropólogos do mundo, Charles Wagley. Sobre o fato, ressaltamos que parte do que se apresenta na entrevista também está presente no artigo “Visita ao velho senhor: Charles Wagley” (1987). Para nós, fica evidente toda a influência que a antropologia exerceu em seus estudos e nas orientações que tivemos quando estudantes. Faziam parte das leituras obrigatórias e marcantes – na medida em que auxiliavam a entender a importância do conceito de alteridade e o ouvir atento – autores como Tzvetan Todorov, Clifford Geertz, James Clifford, George Marcus, Edward Said e Renato Rosaldo.

Ao se aproximar da antropologia e da literatura, Meihy estabeleceu uma prática transdisciplinar que não se encaixa no conservadorismo acadêmico. Tal diálogo se expressa em publicações como *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário* e *(Re)Introduzindo História Oral No Brasil*. Sua prática de pesquisa em história e história oral se distingue daquelas praticadas por outros grupos que estabeleciam pesquisas e conservavam narrativas em torno da memória da elite política brasileira, sobretudo os militares de direita, como prática exemplar de história oral.

Em sua produção, Meihy relaciona a história oral com trabalhos que abordaram a ditadura, a Era Vargas, Carolina Maria de Jesus e indígenas. Em paralelo à realização e orientação de inúmeras pesquisas, em processo que não se deu do dia para a noite, foi surgindo a pesquisa com os militares, muito mediada pelos debates sobre a Guerra Civil Espanhola. Sobre o início da pesquisa, Meihy conta, de forma cômica e respeitosa, sobre o encontro com narradores no Sul do Brasil. O professor nos fez refletir sobre as dificuldades de “entrar” em certos grupos, sobre a necessidade de ser reconhecido como interlocutor pelos narradores e sobre os entraves de pesquisar junto a narradores que conhecem tão bem a potência do narrar, mas que também sabem do risco de contar para ouvidos preparados apenas para escutar o que lhes interessa de antemão.

Esse caminho, também o conduziu à mudança no currículo da disciplina de História Ibérica, do Departamento de História da USP. A mudança não foi

apenas escolha de um conteúdo diferente, mas produção de outro olhar sobre a história do Brasil e suas relações com a Ibéria contemporânea, de forma a romper com princípios de colonialidade e subalternidade. Na disciplina, Meihy introduziu a Guerra Civil Espanhola como tema. A cadeira de História Ibérica da Universidade de São Paulo passava, portanto, por reformulação no que se refere às temporalidades e aos conteúdos curriculares nela trabalhados.

No caminho de estabelecimento da História Oral no Brasil, a publicação das cinco edições do *Manual de História Oral*, entre 1996 e 2005, foram marcantes e formaram gerações de pesquisadores na área. Os livros e uma série de cursos ministrados em universidades de todas as regiões do Brasil foram responsáveis pela divulgação e ampliação do uso da história oral na academia, assumindo um importante papel de redemocratização da produção do conhecimento. Nesta direção, ganha centralidade na vida do professor a formação do grupo de estudos que mais tarde seria batizado como Núcleo de Estudos em História Oral – NEHO/USP. Eis aí uma importante experiência na vida de Meihy e na nossa, já que, por meio do grupo, as trajetórias se cruzam.

O Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP) surgiu no início da década de 1990 como espaço de formação integral (ensino, pesquisa e extensão) e de convívio intergeracional em meio à diversidade de pessoas e grupos. Para nós, particularmente, e para muitos outros alunos de várias gerações, significou o auge do início da redemocratização do espaço acadêmico.

No caso de Andrea Paula, que fez parte da primeira geração, o NEHO-USP possibilitou que uma jovem mulher, estudante de escola pública da periferia de São Paulo, produzisse conhecimento sobre grupos marginalizados e invisíveis, como as mulheres faveladas, os sem-terra, os militares de esquerda. Isso desde a Iniciação Científica, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), grande privilégio na época. Acessar a política pública de bolsas significava também a oportunidade de permanência no curso de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e o acesso à pós-graduação.

No caso de Suzana, mulher vinda do interior, o encontro com o professor Sebe e com o NEHO-USP, abriu portas para outro caminho até então desconhecido na formação em história: a pesquisa. Também bolsista de Ini-

ciação Científica pela FAPESP, pôde iniciar estudos com reflexões sobre o período da chamada “Era Vargas”, no qual o Estado de guerra foi argumento para supressão de direitos e aprisionamento de pessoas. A suspensão da democracia naquele momento era parte de um projeto coletivo que estudava diferentes ângulos dos governos de Getúlio Vargas. As pesquisas passavam a desenhar uma história vista de baixo e de pessoas comuns, até então pouco conhecida pela pesquisadora e seus colegas.

Para ambas, a experiência formativa foi emblemática. Com o passar dos anos, deixou saudades. As práticas educativas forjadas naquele núcleo vivo, alegre e crítico se fazem presentes até hoje. Com colegas e com o grande mestre, fomos aprendendo em conjunto o que é fazer democracia no seu cotidiano. Tratava-se de produzir história oral em colaboração com a comunidade, não só fazer “pesquisa acadêmica” para publicar e obter prestígio no espaço universitário. Nessa prática radicalmente democrática - de trabalhar em colaboração com a comunidade e com outras linguagens documentais - é que se situa a apreciação constante e a utilização como documento histórico da filmografia de Silvio Tendler por integrantes do grupo de pesquisa liderado por José Carlos Meihy. Este mostrou como as produções audiovisuais de Tendler dialogam com trabalhos de campo em história oral e são extraordinárias fontes documentais para área de História em geral, inclusive, produzindo um “catálogo indisciplinado” da obra do cineasta-historiador. Particularmente, aproximou Silvio Tendler para compor essa coleção de livros por meio do diálogo sobre as pesquisas que realizamos em grupo sobre militares de esquerda, o que deu a oportunidade de criação de novas narrativas e de produção de pesquisas e análises documentais por parte de veteranas e jovens pesquisadoras(es) do grupo de estudos acadêmicos.

O NEHO-USP apoiou e fomentou grandes eventos como o América-92, por ocasião dos 500 anos das Américas, que contou com a participação de mais de três mil pessoas de todo o mundo. O grupo também acolheu projetos independentes dos estudantes de História, como a *Revista Temporaes*, que atravessou gerações, abrigou e formou pessoas que hoje são pesquisadoras e professoras universitárias em São Paulo e por todo o Brasil.

O NEHO-USP foi palco de diálogos acadêmicos com autores como Walter Benjamin, Paul Thompson, Jacques Le Goff e Ecléa Bosi, entre outros. O grupo era espaço que impulsionava o desvendamento de um universo de conhecimento para seus componentes relacionados a questões empíricas

da pesquisa, relacionando teoria e prática. O Núcleo de Estudos deu espaço e fundamentação teórico-prática para o planejamento e o desenvolvimento de diversos projetos de pesquisa, individuais e coletivos, em vários níveis, como Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado.

O grupo produziu pesquisas e amizades que acompanharam professor e estudantes amigas/os e parceiras/as de trabalho de toda uma vida. Foi nele que nos encontramos com o professor, formamo-nos como pesquisadoras e compartilhamos interesses pessoais e profissionais.

As discussões do NEHO-USP foram sistematizadas em várias publicações de artigos e livros. Alguns deles deram continuidade ao trabalho de divulgação iniciado pela publicação dos manuais, dentre os quais destacamos: *Memórias e Narrativas – História Oral Aplicada*; *Guia prático de história oral – para empresas, universidades, comunidades, famílias*; e *História Oral. Como fazer, como pensar*, escritos em parcerias com ex-orientandos/as.

As publicações com estudantes passaram a ser sua prática. As preocupações com a democracia e a diversidade ganham corpo em livros como *História Oral: a democracia das vozes*, a *Série Direitos Humanos, Gênero e Diversidade na Escola*, e *Vozes da Marcha pela Terra*, o primeiro que fizemos juntos. Em especial, este último livro foi classificado entre os dez indicados para o Prêmio Jabuti de 1998, na categoria livro-reportagem. Isso foi um grande reconhecimento, ao mesmo tempo que indicava um lugar interdisciplinar para a história oral em diálogo com o jornalismo literário e as narrativas biográficas, que articulavam questões da história imediata, história do tempo presente e história pública. O livro reunia dezesseis histórias de vida de Trabalhadores/as Rurais Sem Terra que participaram da Marcha Nacional da Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que chegou a Brasília em abril de 1997, em protesto contra o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, no ano anterior. De forma muito atual, o livro publicizava dramas e conquistas de pessoas que fizeram de suas vidas a luta pela reforma agrária. A publicação também acabou por ampliar a discussão sobre democracia e sobre a participação das esquerdas no processo de ocupação do espaço público no contexto que ainda vivemos de uma redemocratização inacabada. Essa é produção que se destaca, em especial por ter sido a estreia da parceria que se prolonga por quase trinta anos. Mais especialmente, permite celebrar os quarenta anos de existência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST), movimento popular e social que, ao propor a luta pela terra, pela Reforma Agrária e por uma sociedade sem exploradores e explorados, pode ser lido como defensor da democracia ao longo de sua história.

Importa dizer que Meihy, nesta entrevista, relaciona suas pesquisas, produções e o fortalecimento do papel da história oral fazendo e apoiando a redemocratização e a desmilitarização da história recente do Brasil. O professor ressalta que desde a publicação do livro *Canto de morte Kaiowá*, em 1991, sua produção estabelece a importância de se debater e fazer uma história pública para o público da história oral, ampliando o debate sobre democratização do conhecimento acadêmico.

Mais que pesquisas e publicações, a questão da história oral, da diversidade e da participação se fazia presente no constante diálogo e na postura ética compartilhada entre mestre e estudantes, reforçando um trabalho comprometido com o debate e com as políticas públicas em defesa da democracia. De forma que o NEHO-USP se transformou em espaço de escuta atenta de sujeitos – não de dar voz – para a promoção de um registro de experiências sociais e culturais diversas, promovendo o contato e os saberes de fora para dentro da academia, com isso democratizando a produção do conhecimento e o próprio meio acadêmico.

Pode-se dizer que a trajetória de pesquisador, professor e orientador deu conta de encarar de frente o desafio urgente no século XXI, que é a compreensão da importância da temática das diversidades culturais e da democracia. Ainda que a fala de Meihy, no final do texto, remeta a certo desencantamento, frente ao fracasso de sua geração na luta pela desmilitarização e democratização de nosso país.

De nossa parte, depois de tudo o que vivemos juntos, podemos dizer que o professor foi muito bem-sucedido ao nos ensinar a escutar e a registrar tantas vozes, compartilhando saberes e projetos por anos a fio. Pesquisas que mudaram nossas vidas e a história do nosso tempo presente. Assim, Meihy nos faz compreender que uma democracia é construída e garantida todos os dias nas práticas de educação e de pesquisa. Sobretudo, nos convívios solidários e afetivos intergeracionais que levamos adiante e em lutas permanentes por direitos, inclusive à memória e à história. Nesse sentido, não houve fracassos, querido mestre: apenas algumas batalhas perdidas, outras ganhas e muitas por enfrentar...

Posfácio: À Esquerda das Forças Armadas, dos 30 aos 60 anos do golpe de 64, aos 45 anos da lei de anistia

Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky

“Somos filhos da época
e a época é política.

Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.

Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um aspecto político.

O que você diz tem ressonância,
o que silencia tem um eco
de um jeito ou de outro político.
(...)”

Wisława Szymborska

“não mais do que uma simples palavra para abrir a fenda
ilusoriamente fechada pela pá de tempo de cal e de mágoas
(...)
sem começo nem final sem vírgulas ou qualquer pontuação
palavras a palo seco
gastas é verdade
mas sem remendos.”

Dalila Teles Veras

Este trabalho foi inicialmente desenvolvido no Núcleo de Estudos em História Oral e no Mestrado em História Social (FFLCH/USP) na linha de pesquisa sobre Documentação e Historiografia. Por isso, entendi que minha tarefa acadêmica e política era construir histórias de vida a partir das palavras de nossos colaboradores como documentos histórico-literários. Por meio das narrativas biográficas entrelaçadas à recolha dos documentos escritos reunidos no processo de pesquisa, poderia levantar pontos em comum para desenvolver análises e balanços críticos. Desse modo, disponibilizei publicamente a maior parte da documentação, detalhando como foi produzida, para que também pudesse ser utilizada em futuras pesquisas.

Em 1998, durante a banca de defesa da dissertação – que contou com a presença e a contribuição fundamental, a quem sou muito grata, dos grandes professores Zilda Iokoi (USP) e Marcelo Ridenti (Unicamp) – fui questionada sobre insistir na publicação integral das histórias de vida, em vez de fazer a seleção de trechos que privilegiassem a análise de cunho historiográfico relacionada aos períodos históricos. Argumentei que a pesquisa se voltava, dentre outros aspectos, à problematização, do ponto de vista dos debates contemporâneos sobre documentação e historiografia, da própria produção das narrativas. Assim, além do debate sobre o papel da historiadora como alguém que cria vestígios sobre o tempo imediato e o tempo presente – trazendo à tona falas mediadas de pessoas que haviam sido caladas, perseguidas, marginalizadas – poderia favorecer e incentivar a discussão de inúmeros assuntos apagados da nossa história recente por meio da ampla disponibilização da documentação criada a partir da oralidade e seu entrelaçamento com outros documentos escritos.

A intenção, desde o início, não era estabelecer onde estaria a “verdade dos fatos”, mas mostrar como a versão dos “vencidos” dialogava com a dos “vencedores”, levando-se em conta que a articulação histórica do passado não representa conhecê-lo “como ele de fato foi”, mas sim apropriar-se de uma reminiscência para contemplar os problemas e os perigos do presente e enfrentá-los.¹ Com as histórias de vida, os colaboradores reagiram contra

1. Parece-me atual o escrito de Benjamin da década de 1930, que se referia ao contexto de ascensão do nazifascismo, ao qual o autor sucumbiu: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma re-

aqueles que se valem da estigmatização ou do esquecimento promovido por uma memória e uma história unilateralmente consagradas a um dos lados em questão, como se isso fosse possível. Quiseram, principalmente, tornar palpável no cotidiano uma memória coletiva, conquistá-la como instrumento e objeto de poder pelo qual se luta no presente para poder interpretar seu próprio passado.²

Em virtude dos desdobramentos do trabalho de campo – que atingiu proporções não esperadas em quantidade de horas gravadas, anotações nos cadernos de campo e no tempo despendido para o tratamento documental das fontes orais –, considere, à época, que a etapa de acurada análise historiográfica das mais variadas temáticas era trabalho para toda a vida. Quis, em primeira instância, apresentar as histórias de vida e os percursos trilhados para que elas pudessem ser estabelecidas como narrativas biográficas histórico-literárias e também como documentos históricos, afinal “... o passado é, ao mesmo tempo, um lastro e uma armadilha, porque ele é, antes de mais nada, um direito”.³ Sim, porque não ter direito à memória e à história é uma forma de violência, de injustiça e de não reparação, considerada uma grave violação de direitos humanos que, depois de muitas lutas dos movimentos sociais organizados, abarcam os direitos culturais no século XXI.

Concluída a etapa da criação documental inicial, e impossibilitada a prorrogação dos prazos, pude dimensionar como o trabalho com histórias de vida em narrativas biográficas é complexo, rico em possibilidades de pesquisa sobre temas inéditos mas, sobretudo, dotado de um caráter particular

miniscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. [...] O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.” BENJAMIN, W. *Sobre o conceito da história*, op. cit., p. 224.

2. “Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.” (LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994, p. 476).

3. CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995, p. 194. Para esse debate mais atualizado, vide os trabalhos de A. Huyssen, B. Sarlo, D. LaCapra, M. Hirsch e, principalmente, D. Taylor, já citados.

de reflexão sobre o fazer histórico e os sentidos da história em diálogo com a memória que se cria e recria no presente. Particularmente, a *história do tempo imediato e do tempo presente* – cunhada pelos franceses e recentemente praticadas por muitos historiadores, jornalistas, escritores brasileiros, com características próprias – tornaram-se os objetos de reflexão.

Como esperava, a partir de interesses e objetivos diferentes, ao longo das três últimas décadas, eu e muitos(as) outros(as) pesquisadores(as) de diversas áreas das Humanidades nos debruçamos sobre histórias de vida de militares de esquerda. Cotejamos a documentação produzida com a historiografia, procedimento que ressignifica a história recente, tratando inclusive de problematizações advindas das áreas de Sociologia Política e Ciência Política. A dissertação de 1998 – tanto trechos das narrativas quanto reflexões metodológicas e análises temáticas primeiramente enunciadas – foi citada em dezenas de artigos, dissertações, teses e livros nas áreas de História, Sociologia Política e Ciência Política nas duas primeiras décadas do século XXI, ano após ano. A maioria dos trabalhos de pesquisa que utilizou a dissertação como referência estudou períodos relacionados à atuação política dos militares de esquerda ao longo do século XX: Guerra Civil Espanhola, Segunda Guerra Mundial, Campanha *O Petróleo é Nosso*, Golpe de 64, perseguição, repressão, anistia e redemocratização. Outros levantaram questões relacionadas ao nacionalismo e à participação política militar de esquerda, dialogando com teorias sociológicas e políticas tradicionais. Alguns trabalhos que se baseiam na história oral ou em trabalho de campo com entrevistadas também mencionaram a pesquisa.⁴

Na conclusão da Dissertação de Mestrado, em 1998, ao fazer um balanço inicial do percurso trilhado como jovem pesquisadora, levantei alguns pontos para análise ainda válidos para nossas reflexões e novos estudos, alguns dos quais foram parcialmente desenvolvidos por nosso grupo e por outros pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento:

1) questionamento dos balizamentos cronológicos tradicionais

Por meio das narrativas apresentadas, os protagonistas falaram sobre o cotidiano de um determinado grupo pertencente a uma instituição muito

4. Esse conjunto de referências pode ser encontrado na Bibliografia Geral.

peculiar, entremeando as vivências pessoais com a vida política e social brasileira de todo o século XX. Assim, um balizamento cronológico pontual – normalmente empregado pelos historiadores para afinar suas propostas de estudos, centrando-os em determinado período – mostrou-se completamente incompatível com as características narrativas biográficas orientadas pela história de vida. Nossos colaboradores discorreram sobre o tempo de sua existência abrangendo largos períodos, em média entre 60 e 90 anos, remetendo-se inclusive às raízes familiares e à história militar mais antiga, notadamente do século XIX. Dessa forma, colocavam suas experiências pessoais em contextos históricos complexos, sobrepostos, plurais, repletos de heranças culturais, sociais e políticas, que podem ser apreciados e compreendidos tanto pelo caminho da fruição literária quanto de estudos acadêmicos.

O grande aprendizado é que o estudo do impacto dos acontecimentos históricos no cotidiano se desdobra para além do parâmetro cronológico linear e factual, trazendo consequências para a vida social e política. Uma compreensão mais complexa das ligações entre passados-presentes-futuros, em pauta e em disputa, requer o acompanhamento, a escuta e os registros das trajetórias individuais e dos grupos estudados e, igualmente, das pessoas e grupos que produzem conhecimentos com ou sobre eles por longos períodos. Um trabalho intergeracional, assim como fizemos nesta coleção de livros, entrevistando os pesquisadores que nos precederam (José Carlos S. B. Meihy e Silvio Tendler), explicitando nossos processos de trabalho com eles e com os estudantes recém-chegados. Além de reveladores de múltiplas temporalidades, percepções e impactos cotidianos – justapostos e sobrepostos – esses saberes podem abrir caminhos para escutar e aprender sobre pessoas e grupos que estão às margens das explicações simplificadoras de um certo tipo de história e de análise social e política onisciente, linear e pretensamente imparcial. E, por isso, paradoxalmente bastante autoritárias nas tentativas de controles temporais e discursivos sobre temas relacionados à esquerda, à democracia, à justiça, à reparação e à participação política, entre outros. Sem rever desde balizamentos cronológicos até narrativas acadêmicas tradicionais, torna-se difícil trazer as narrativas plurais de pessoas comuns e seus cotidianos para compreender em outros termos os problemas contemporâneos e, quem sabe, enfrentá-los.

2) conhecimento amplo das narrativas biográficas histórico-literárias

É importante conhecer as narrativas biográficas em sua integralidade máxima possível, porque elas – mesmo que extensas – são recortes, interpretações do tempo passado e do tempo presente em trabalhos de enquadramento da memória, repletas de contradições, ambiguidades e complexidades.

Dessa forma, tentei entender o papel do narrador, para o qual Benjamin chamou a atenção. Nessa etapa do trabalho, pude contar com dignidade de vidas inteiras, em um percurso que recorre ao acervo de experiências próprias, bem como as de outras pessoas.⁵ Seccionar um trecho de uma narrativa biográfica e inseri-lo numa argumentação, na maior parte das vezes, elimina a contradição e a ambiguidade, em prol da simplificação dos tipos de trabalhos exigidos nos cursos de pós-graduação, nos eventos acadêmicos e, principalmente, na fábrica de *bestsellers* e *papers* que contabilizam vendas e citações para o mercado editorial e para relatórios de produtividade científica como se fossem “curtidas” nas redes sociais. É a partir desse “modo de produção” acadêmico neoliberal que também são reconhecidos os autores especialistas sobre tal ou qual temática, os “donos” de determinadas áreas de pesquisa que se tornam intelectuais públicos para presidirem sociedades acadêmicas especializadas. Tais personalidades concedem entrevistas, fazem assessorias e até são reconhecidas como “celebridades” nas universidades. Ao sermos empurrados ou optarmos por esse caminho, aderimos ao sistema estabelecido, que perpetua relações desiguais de saber e de poder, e comumente perdemos a possibilidade de construir visibilidade para a riqueza dialógica da construção e da amplitude das narrativas histórico-literárias em

5. “Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência – a sua e a dos outros – transformando-a num produto sólido, útil e único? (...) Assim definido, o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira. O narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida. [...] O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo.” (BENJAMIN, W. “O narrador”, op. cit., p. 221).

sua “descida ao cotidiano” – nas palavras de Veena Das⁶ – com possibilidades de transformação de vidas, da nossa história e literatura contemporânea, bem como da nossa própria realidade acadêmica e política.

3) importância dos aspectos da história do cotidiano para a história social, política e do tempo presente e imediato

O fato de se relatar o cotidiano vivido com a ótica do presente, em pleno envolvimento associativo político, e de nos determos sobre a importância da relação subjetiva na produção documental e literária, não delinea apenas importantes temas da história política e social. Houve interesse pelas estratégias e táticas cotidianas da sobrevivência política de esquerda dentro das Forças Armadas; pelos sofrimentos e alegrias diante das situações da vida militar, pessoal e familiar; pela trajetória única de cada colaborador e de seus familiares afetados pelo arbítrio da perseguição, punição, tortura e silenciamento. Ainda bem que, trinta anos depois do início da pesquisa, ninguém duvida da relevância de tais aspectos para os estudos da história social, da história do cotidiano, da história política, da história do tempo presente e imediato no Brasil, especialmente para o trabalho com testemunhos e histórias de vida. O desafio é não transformar o que se apreende do cotidiano em simples curiosidades para serem consumidas no mercado acadêmico e literário, mas sim traçar suas ligações intrínsecas com outras dimensões subjetivas da vida humana, diante das violências disseminadas em conflitos sociais e políticos que foram e precisam ser melhor conhecidos e enfrentados.

Por exemplo, destacamos as questões de gênero estudadas a partir da vida cotidiana narrada pela companheira de um militar de esquerda. Desse modo, houve a oportunidade de problematizar as interpretações consagradas sobre as próprias bases estruturais do capitalismo e suas ligações historicamente subestimadas com as opressões de gênero e étnico-raciais, di-

6. As reflexões de Veena Das sobre o papel público da antropologia podem ser estendidas à história e às ciências sociais, quem sabe às humanidades como um todo: “agindo sobre o duplo registro em que oferecemos evidências que contradizem a amnésia oficial e os atos sistemáticos de fazer desaparecer as evidências, mas também testemunhando a descida ao cotidiano por meio do qual as vítimas e os sobreviventes afirmam a possibilidade da vida removendo-a da circulação de palavras que se tornaram selvagens – dando um lar às palavras, por assim dizer.” DAS, V. Op. cit., p. 292.

retamente ligadas à exploração colonial e patriarcal. Narrativas biográficas histórico-literárias, analisadas sob esse prisma, apontam para aprendizados em torno da necessidade de mudança de programas políticos tradicionais de esquerda, alargando e transfigurando concepções universalistas genéricas que encobrem opressões e explorações estruturais situadas no cruzamento interseccional dos marcadores sociais de classe, gênero, raça e etnia. Assim, foi retirada do apagamento e da invisibilidade a urgência de incorporar programaticamente e praticar no cotidiano a igualdade e a equidade de gênero e étnico-racial, pontos fundamentais e inegociáveis para criticar o capitalismo e propor novas formas de organização social desde o cotidiano.

4) percepções de história e de memória dos colaboradores e do seu movimento social

Na época do início desta pesquisa, assim como no trabalho de D. Pandolfi sobre a história e a memória dos comunistas brasileiros, encontramos colaboradores preocupados “com a história e com sua própria história”, mostrando como “as referências ao passado exercem um forte papel nas suas intervenções políticas. O gosto pelas comemorações, pelas lembranças e pela busca da verdade convive com as ocultações, com o silêncio e com as mistificações”.⁷ Adicionalmente talvez se possa enxergar o peso exercido pelas instituições profissionais e políticas – seja a corporação militar ou as suas associações, criadas no contexto das lutas por anistia e por democracia – na vida cotidiana das pessoas e na construção de outras políticas de memória em contraponto às oficiais. Para além das percepções da história e da memória que as mistificam, coloca-se para os movimentos sociais o desafio de problematizá-las e ampliá-las continuamente, construindo outros campos de visão e de atuação transformadora dos apagamentos e esquecimentos do tempo presente.

Ao longo desses anos, aprendemos que é preciso realizar mudanças epistemológicas e metodológicas nos processos de pesquisa em colaboração com os movimentos sociais para possibilitar a construção e o registro colaborativo de memórias e histórias plurais, contraditórias, conflituosas, divergentes

7. PANDOLFI, D. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Roberto Marinho, 1995, p. 14.

e complexas. Epistemologias e metodologias adotadas pelas pesquisas com memória necessitam incorporar conceitos e práticas democráticas, questionadoras da homogeneização das experiências vividas, dos pontos de vista e dos posicionamentos políticos, problematizando uma única narrativa institucional ou oficial de grupos ou acerca deles. Assim, emergem possibilidades de questionamentos de mitologizações, mistificações, heroicizações e, sobretudo, a demolição de categorias generalizantes que apagam a heterogeneidade das pessoas e grupos, o que permite enxergar outros aspectos, desdobramentos e ações sociais em disputa pelos rumos dos acontecimentos do cotidiano e da vida coletiva no presente, em diálogo com disputas pela memória e pela história. Simplificar e generalizar pessoas e grupos, tratando a todos que vivem em uma sociedade complexa, por exemplo, como “os militares”, “os militares de direita”, “os militares de esquerda”, “os militares comunistas”, “os pobres de direita”, “a classe média”, “a elite”, produzem análises superficiais e, principalmente, reproduzem estereótipos e preconceitos responsáveis por agravar polarizações e conflitos, que inviabilizam o diálogo e a construção de mudanças coletivas das estruturas políticas e sociais em um cotidiano mais pluralizado e democrático de fato.

5) recortes geracionais e formação militar

Classifiquei os entrevistados por uma perspectiva geracional em que o período de formação vivido nas Forças Armadas daria o recorte. Ao ler as narrativas, observa-se que há uma especificidade advinda disso, refletida no impacto que a educação militar causou na vida dos colaboradores. Conforme o período, mudanças políticas, educacionais, sociais e econômicas – como não poderia deixar de ser – influenciaram e transformaram a instituição, fazendo com que distintas gerações de militares vivenciassem problemas específicos, próprios daqueles contextos. Além disso, surgiram relações sociais e corporativas que perduraram por toda a vida, definindo objetiva e subjetivamente muitos episódios da história desses militares de esquerda.

Nessas mesmas gerações, o corte dado por alguns entrevistados pelo período vivido na prisão também apontava outra interessante possibilidade de análise. Seria possível destacar as diferenças do tratamento repressivo, de acordo com o período histórico vivido, assim como o momento de confronto e ruptura entre os sujeitos e a instituição militar. Sobretudo, o que estaria

subjacente à ideia da importância do momento de ingresso ou de confronto e ruptura com a instituição militar é o fato de que pertencer ao agrupamento foi uma escolha, em determinados contextos, assim como foi a opção política de esquerda e/ou pela legalidade. Opções que, por vezes, subordinam outros aspectos da vida dos colaboradores.

Nesses dois cortes, mesmo enxergando pelo menos três gerações – como havia proposto no início –, o limite que as separa tornou-se tênue quando percebi um diálogo intergeracional constante. Estabelecer o corte geracional como principal traria um tipo de interpretação desfavorável à continuidade e à complexidade histórica ali encontrada. Isto porque há um entendimento de que as narrativas biográficas histórico-literárias puxam, remetem, dialogam, concordam, divergem, complementam e sobrepõem-se umas às outras. Compreender essa complexidade foi também escolha, em contraponto à tentativa vã de simplificação e enquadramento restrito dos protagonistas. Ampliar o que se expõe possibilita a concomitante ampliação de apropriações e interpretações críticas, democratizando as possibilidades de compreensão do que é memória em diálogo com a história.

6) alguns fundamentos da instituição militar e suas influências na vida civil e na participação política

Ainda tentando responder a perguntas iniciais da pesquisa, observei pelas narrativas que esse grupo de esquerda não fala, de forma homogênea, de uma transferência para a sociedade civil de alguns dos fundamentos da instituição militar. Nem por isso a hierarquia e a disciplina são necessariamente negadas no interior da corporação. Mesmo militares das baixas patentes acusados de terem procedido indisciplinadamente, quebrando supostamente a cadeia de comando, reforçaram a importância e a influência de um bom comando, assim como preconizaram a disciplina consciente, próxima da ideia do soldado-cidadão, tão cara aos positivistas dos princípios da República.⁸ Os princípios de igualdade e liberdade, baseados na justiça

8. MORAES, J. Q. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005, p. 128. Ao tratar da concepção de soldado-cidadão e do positivismo no Capítulo 3, Moraes chama a atenção para a necessidade de conhecer criticamente a história militar e suas concepções de cidadania para, no contexto contemporâneo, propor reformulações da educação militar em uma sociedade democrática.

social, foram base dos ideais e das ações de muitos, sempre atrelados ao nacionalismo, entendido prioritariamente como defesa da soberania nacional. Contraditoriamente, era no diálogo com membros do Partido Comunista Brasileiro – agrupamento político de esquerda mais influente e duradouro de nossa história, fortemente influenciado por princípios hierárquicos e disciplinares – que ocorreu uma rejeição da hierarquia e da disciplina existentes, em certos contextos históricos de confronto e ruptura que levaram à construção de novas agremiações políticas.

As contradições, ambiguidades e complexidades rizomáticas fazem parte igualmente da memória e da história, em que pesem as tentativas acadêmicas e políticas de controle de discursos e de políticas de memória que tentam se apresentar como únicas e inquestionáveis. Sabemos que as transformações de uma sociedade autoritária não se constroem a partir de práticas igualmente arbitrárias, defendidas como democráticas. Ser de esquerda, no discurso político e acadêmico, não significa necessariamente ter práticas de esquerda equitativas, igualitárias, justas, reparativas, colaborativas e democráticas no cotidiano das performances nas atividades de pesquisa, ensino, extensão, nas instituições do Estado e da sociedade civil organizada, bem como nos partidos políticos e movimentos sociais. Talvez a proliferação de novas epistemologias traga visões teóricas críticas aliadas à práticas autocríticas que possam contribuir para novos fazeres à esquerda. Afinal, é preciso que se construam possibilidades de transformação e convívios melhores no tempo imediato, sem as adiarem para quando o poder supostamente for conquistado em um futuro teleológico, discurso ainda recorrente, falho e autoritário entre pessoas e grupos de esquerda.

7) permanência de uma linha de esquerda e nacionalista nas Forças Armadas ao longo do século XX

Desde a narrativa biográfica do mais velho até o mais novo colaborador, o registro pessoal e detalhado da permanência de uma linha de esquerda e nacionalista nas Forças Armadas foi a maior contribuição deste trabalho. Onde havia apenas fragmentos dispersos, falas esporádicas, trechos recortados e estudos particularizados, encontramos continuidades, permanências, influências entre gerações, heranças deixadas por posicionamentos tomados. Sobretudo, imperava a reivindicação da existência de uma lon-

ga e complexa história apagada e marginalizada pelos “vencedores” e sua “memória militar” institucional. Nesse sentido, o trabalho de construção das histórias de vida transformadas em narrativas biográficas, feito com os colaboradores, pretendeu mostrar como as memórias individuais relatadas estavam entrelaçadas à memória coletiva e histórica oficial, também agenciada e preservada. As histórias contribuíram para a produção de subjetividades e de identidades de si e dos outros, bem como para a reflexão crítica de uma política de memória militar alternativa. Nessa política de memória renovada, sem dúvida, outros projetos desses militares de esquerda para a República brasileira também aparecem com nitidez, quase sempre afinados com os das forças políticas progressistas e com os movimentos populares. Esses saberes precisam circular para além da academia e adentrar, principalmente, onde parece impossível: na formação oferecida aos contingentes militares, ainda atrelada à história oficial, parcial, incompleta, que se posiciona como neutra e como verdade indubitável.

8) quebra de uma visão simplificadora e homogênea da participação política de esquerda e suas relações com pessoas e grupos de direita

Muitas pessoas ainda atribuem certa dose de maniqueísmo quando falamos de esquerda e de direita. Isso se adensa se assumimos de que lado estamos. O que as histórias de vida nos dizem é exatamente como a vivência cotidiana da opção política não é nada maniqueísta. Os colaboradores nos falam de relações sociais não cristalizadas em posições antagônicas. Ambos os lados se encontram, se tocam, se digladiam e, dessa forma, obviamente, convivem. Não são poucos os que mudam de lado – da esquerda para a direita e vice-versa. A coexistência entre os polos é sempre conflituosa, contraditória e ambígua. Assim como é entre os próprios indivíduos deste grupo, pois as origens dissemelhantes e, sobretudo, as diferenças entre as classes sociais e/ou condições socioeconômicas marcaram narrativas com ideias nem sempre homogêneas ou coesas em acontecimentos vistos por ângulos variados, por vezes contraditórios, certamente complexos.⁹

9. “Por um lado, os fatos históricos são contraditórios como o próprio decorrer da história; eles são percebidos diferentemente (porque diferentemente ocultados) segundo o tempo, o lugar, a classe, a ideologia. Por outro lado, escapam à experimentação direta

Ao pretender avaliar a história do grupo de militares de esquerda buscando somente lógica e coerência, corremos o risco de ficarmos em meio à perplexidade diante das próprias contradições relatadas pelos sujeitos históricos. A história é também uma prática social e é legítimo observar que a leitura pessoal da própria história e do mundo se articulam sobre vontades coerentes e incoerentes de transformação tanto da história quanto do mundo. Na contemporaneidade, as subjetividades e as identidades são concebidas de maneiras plurais, instáveis, múltiplas, proliferantes como um rizoma, de acordo com arranjos diversos e conflituosos.¹⁰

9) argumentos coletivos e mitos historiográficos e políticos questionados

Militares não estão somente à direita da vida política. As carreiras dos militares de esquerda foram variadas, algumas bem curtas e outras mais longas. E, sim, os militares de esquerda pertenceram à instituição militar de fato. Mesmo sendo minoritários e diferentes entre si, eles existiram e continuarão a existir, porque se há algo que os estudos históricos, antropológicos, literários, políticos contemporâneos ensinam é que não existe completa homogeneidade em nenhum grupo ou instituição social, apesar de tentativas teóricas e institucionais de padronização e normatização dos sujeitos e suas performances. Sobre tudo, quando as análises privilegiam apenas o que seria “o padrão da maioria” ou “a norma estabelecida”, perdem-se de vista a compreensão do papel das performances individuais, e também como corpo coletivo, na existência e do desenrolar de determinados conflitos sociais e políticos, bem como as possibilidades de realização de transformações estruturais. Estas, muitas vezes, são iniciadas e levadas adiante por pessoas e grupos minoritários e marginalizados dos padrões e normas estabelecidos que, eventualmente, podem definir novos padrões e normas, ao se tornarem majoritários.

Além disso, nossos colaboradores têm argumentos coletivos que precisam ser apreciados. Eles dizem quais são os lugares que reservam na história

por sua natureza passada; são suscetíveis apenas de aproximações progressivas, sempre mais próximas do real, nunca acabadas nem completas.” (CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado?*, op. cit., p. 67).

10. LE GOFF, J. *História e memória*, op. cit., p. 11; DOSSE, François. *O desafio biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009, p. 407.

e na política para si, por meio de suas narrativas biográficas. Por que os estudiosos muitas vezes não quiseram e não querem ouvi-los? A resposta à pergunta passa pelo reconhecimento de que alguns “mitos”¹¹ se desfazem, como o da não existência de grupos militares à esquerda das Forças Armadas. Mesmo quando se reconhece a sua existência, apela-se à questão da homogeneidade. Apesar de bem construídos e largamente difundidos, em perspectiva simplificadora, em geral, anticomunista, apresentam-se frágeis, transformando-se quase em papel morto.

No caso desses militares nacionalistas de esquerda, o mais importante “mito” historiográfico desfeito diz respeito à inexistência enquanto grupo organizado ou à incipiência de ações e posições políticas. Além disso, esse grupo de militares era considerado em bloco como comunistas pelos militares de direita que historicamente chefiaram a instituição militar (fato observado até o presente imediato). Lemos nas narrativas biográficas como havia de fato várias organizações – partidárias ou não – que minimamente influenciavam, mas também cooptavam pessoas. Além disso, há o argumento de que o período que alguns desses sujeitos passaram dentro da instituição militar foi ínfimo perto de toda a sua existência. Esse foi o caso Luís Carlos Prestes, considerado pelos colaboradores incontestável referência militar na esquerda brasileira.¹² É também o caso principalmente de colaboradores

11. Girardet, reconhecido historiador, tratou de conjuntos político-mitológicos que ajudam a compreender a história política e militar contemporâneas (GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987; GIRARDET, R. *A Sociedade Militar – de 1815 até nossos dias*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000).

12. É importante ressaltar que quase todos os colaboradores afirmaram sua adesão às ideias de esquerda, da mesma forma que Luís Carlos Prestes, alegando que aprendiam nas Forças Armadas que o Brasil era um país rico, de grande potencial, o que contrastava com a miséria do povo observada por estes quando iam servir nas unidades militares espalhadas pelo país. No depoimento do Marechal Henrique Lott, outro grande referencial de nosso grupo, essas mesmas considerações são feitas. *Vide* a entrevista concedida por Prestes para o Arquivo Histórico de Santo Ângelo, e o depoimento de Lott sob a guarda do CPDOC – FGV. *Vide* também MEIHY, J. C. S. B.; BIAZO, G. C. F. *O retorno de Luis Carlos Prestes a Santo Ângelo*. São Paulo: EDIURI, 2003; BIAZO, G. C. F. *A sedução da história: tempo e mudança nas concepções políticas de Luis Carlos Prestes*. 2003. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001337343> Acesso em: 12/9/2024; LOTT, H. B. D.

expulsos das Forças Armadas devido ao Levante de 35 e ao golpe de 64. Durante a vida, eles exerceram outras atividades no mundo do trabalho até por mais tempo do que na carreira militar. Esse tipo de argumento implica não perceber como a instituição militar é definitiva em múltiplos aspectos na vida dos sujeitos. Ao serem anistiados, todos têm seus postos e vencimentos retomados, bem como um contato social mais estreito com aqueles que foram seus colegas de trabalho nos clubes militares, em que eventualmente foram readmitidos como sócios.

Quando reconhecida uma esquerda nacionalista militar, surge outro importante “mito” relacionado à homogeneidade organizacional e política dos sujeitos que a compõem. Pelas histórias pessoais, notamos como essa visão funda-se exclusivamente nos conceitos e nas práticas anticomunistas do lado vencedor, apoiado no aparato repressivo legal e ilegal, do qual os DOPS e os DOI-CODIs foram os maiores agentes.¹³ Para a repressão, o

T. *Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/DepoimentoHenriqueTeixeira%20Lott.pdf> Acesso em: 12/9/2024.

13. A esse respeito, assista o documentário *Arqueologia no DOI-Codi: rompendo o silêncio*, produzido Secretaria Executiva de Comunicação (SEC) da Unicamp. Esse filme trata das escavações arqueológicas feitas na sede de um órgão de repressão política, o extinto Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), em São Paulo (atualmente tombado como patrimônio histórico), onde mais de 7 mil pessoas sequestradas foram aprisionadas e vítimas de tortura e todo tipo de violências na época da ditadura, de 1969 a 1983. É de extrema relevância destacar que esse trabalho arqueológico foi abordado em conjunto com a realização de entrevistas com pessoas que foram encarceradas e torturadas naquele local, trazendo grande potencial para o entrelaçamento dos estudos dos vestígios materiais encontrados em diálogo com memórias individuais, coletivas e históricas: “Na elaboração do documentário, as equipes da SEC colheram depoimentos dos sequestrados políticos e acompanharam as visitas guiadas e escavações conduzidas por pesquisadores da Unicamp, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) entre os dias 2 e 14 de agosto do ano passado, no prédio do DOI-Codi situado na Rua Tutóia, 921, bairro da Vila Mariana, zona sul de São Paulo. O vídeo exibe, em 53 minutos e 11 segundos de duração, o trabalho de busca dos pesquisadores por vestígios materiais e indícios da passagem das vítimas da repressão pelo local, como inscrições nas paredes, objetos pessoais e registros em papel, fundamentais para manter viva a memória sobre as atrocidades do regime militar.” *Arqueologia no DOI-Codi: rompendo o silêncio*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=It9SeMZXtQA&rcro=1>

grupo de militares, ao qual se dedica esta pesquisa, é indistintamente comunista. Não há diferenciação entre nacionalistas, socialistas, comunistas, democratas ou legalistas. Ao contrário dos fatídicos “militantes comunistas a mando do Comitê Central, de Prestes e de Moscou” – em ordem hierárquica inquestionável –, encontramos um grupo variado, que marca presença nos mais diversos partidos políticos e que tem como lideranças e exemplos figuras que transitam de um espectro a outro, tais como o General Nelson Werneck Sodré, reconhecido marxista, e o famoso Marechal Henrique Lott, legalista e democrata, não automaticamente alinhado aos comunistas. Nossos entrevistados se recusaram a serem vistos como grupo homogêneo, “farinha do mesmo saco”.

Alguns fizeram questão de marcar diferenças e rejeitar a pecha e a documentação imposta pelo “lado vencedor” nos arquivos oficiais. Outros não foram tão categóricos. Vários assumiram a militância de esquerda, reconhecendo com orgulho que tudo o que foi feito contra eles era em razão de suas tomadas de posição e de seus ideais, dos quais não se arrependiam de forma alguma.

Outros “mitos” podem ser postos em xeque a partir dessas histórias de vida. Envolvem episódios pontuais como o Levante de 35¹⁴, os golpes militares e suas tentativas variadas na história brasileira, o apoio e admiração ou não à figura de Getúlio Vargas, a participação na guerra, a Campanha do Petróleo, a atuação no Clube Militar, a participação nas missões estrangeiras, nos governos anteriores ao golpe de 64, na anistia... De todo modo, acredito que outros “mitos” ainda se mantêm, devido ao silêncio dos colaboradores

Acesso em: 07/06/2024. Ainda acerca da reinterpretação de eventos históricos ao associar cultura material, documentos escritos e depoimentos orais, leia o artigo “Arqueologia histórica investiga da colonização à ditadura” (VIANA, D. “Arqueologia histórica investiga da colonização à ditadura”. *Revista Pesquisa Fapesp*. São Paulo, Fapesp, Edição 334, dez. 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/arqueologia-historica-investiga-da-colonizacao-a-ditadura/> Acesso em: 08/05/2024).

14. Por exemplo, a visão focada de que líderes comunistas a mando de Moscou foram os que fizeram o Levante de 35. Vide WAACK, W. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; MIR, L. *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: BestSeller, 1994; PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

sobre temas de suas vidas e de nossa história. Ao contrário de elencá-los, estudá-los é muito mais difícil do que parece. Como afirmou Hobsbawm: “De toda forma, não é provável que uma pessoa que tenha vivido este século extraordinário se abstenha de julgar. O difícil é compreender”.¹⁵ Principalmente porque, para além de comparar documentos escritos e fontes orais de natureza totalmente diversa, sob mesmo parâmetro e sem a compreensão de suas condições históricas de produção por determinados sujeitos e grupos (o que pode ser superficial e descontextualizador), é necessário refletir sobre os discursos de memória oficial e alternativa. Para além disso, é preciso discutir políticas de memória diferenciadas de diversas gerações, grupos e instituições sobre os mesmos episódios relatados. Por essas vias, criamos um presente comprometido com o que foi e é subestimado, ocultado, esquecido. Assim se realiza o nosso horizonte de trabalho de visibilização e crítica.¹⁶

Portanto, é importante considerar legítimo que as histórias de vida performatizadas por esses militares de esquerda revelam muitos aspectos e detalhes de interesse aos pesquisadores ou às pessoas interessadas pelo ser humano em nossa história recente. O que se seguiu à construção das histórias foi mais um esforço de escuta e compreensão do que uma necessidade de explicação definitiva sobre transformações de um presente sempre em movimento.

Seria equivocado supor que os narradores não tivessem potência e autonomia capazes de projetar a própria lógica vivencial. Ao contrário, alguns agiram como agem os historiadores ao debaterem com alguns clássicos da historiografia e da literatura, ao selecionar seus documentos guardados, inserindo-os em suas falas. Por isso, é possível valorizar as histórias pessoais observando sua maior riqueza: a capacidade de expressão narrativa biográfica e de singular construção histórica e literária. Estas últimas podem ser amplamente criticadas e estudadas, quando reconhecemos o mérito dos que se impuseram narrando suas vidas.

15. HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos*, op. cit., p. 15.

16. HUYSEN, A. *Culturas do passado-presente*, op. cit.; SARLO, B. *Tempo passado*, op. cit.; SELIGMAN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, op. cit.; AZOULAY, A. A. *História Potencial*, op. cit.

10) limites da esquerda militar: visões tradicionais, deterministas, teleológicas da história; a questão do nacionalismo antes e depois do contexto da globalização; a participação cada vez mais minoritária ou praticamente extinta como grupo organizado com a repressão da ditadura; crescimento dos grupos de direita e do anticomunismo

O que essas performances narrativas apontam adicionalmente?

Misturando referências políticas ora conservadoras ora progressistas, elas mostram mais os limites do que as “virtudes” da atuação de esquerda brasileira, e não apenas militar. Valendo-se quase sempre de um tom épico e, por vezes, de uma visão determinista e teleológica, bebem na fonte mais tradicional do discurso histórico no qual suas vidas estiveram inseridas. Mas, acima de tudo, as histórias de vida remetem ao tempo presente em que esse discurso histórico tradicional ainda embasa inúmeras produções atuais das áreas de História, Sociologia e Ciência Política, à esquerda e à direita do espectro político. Produções acadêmicas e jornalísticas atuais se sobressaem em seu conservadorismo quanto mais tentam se afirmar como neutras e oniscientes nas formulações teóricas, nas práticas de pesquisa e na escrita acadêmica (inclusive nas políticas públicas de memória e história voltadas à justiça e à reparação), nunca imunes à parcialidade de quem as produziram, como sabemos há bastante tempo. Mais do que simular neutralidade ou imparcialidade inexistentes, é preciso reconhecer, assumir e explicitar ao máximo condições subjetivas e objetivas de produção de conhecimento e de políticas públicas em diversas áreas. Desse modo, surgem possibilidades de elaboração de visões críticas, contextualizadas, para que o maior número de pessoas e grupos compreenda como os saberes são construídos e des-construídos ao longo do tempo. Isso poderá, eventualmente, subsidiar ações e performances políticas mais democráticas na realidade com tomadas de posições políticas de transformação social e política diante do enorme retrocesso que vivenciamos na atualidade. O objetivo é evitar repetir erros históricos já ao alcance de serem superados, se o acúmulo de conhecimento produzido for articulado em novas premissas epistemológicas que combatam a hiperespecialização, a fragmentação e os cientificismos nos temas de estudos, de pesquisa e nas práticas políticas.

Posto isto, o esforço feito aqui foi o do estabelecimento e reunião de uma documentação extensa que trata de uma história e de modos de se fa-

zer história e literatura ainda bastante desconhecidos ou pouco praticados, especialmente por aqueles que associam todos os militares a uma posição política totalmente à direita, reacionária, preconceito herdado da ditadura. Adicionalmente, as construções histórico-literárias apresentadas, demonstram a resistência cotidiana à perda de, pelo menos, duas características cruciais da identidade desse grupo de militares nacionalistas de esquerda. Uma é o *nacionalismo*, pelo qual as Forças Armadas teriam voz ativa nos rumos políticos do país em tempos de globalização, segundo eles, apenas novo termo que o velho imperialismo recebeu dos neoliberais. No contexto da globalização, os Estados nacionais e, conseqüentemente, as instituições de defesa territorial, de confecção de bens de produção e de matéria-prima estratégicas foram ameaçadas pelo esvaziamento de seu papel e de extinção ou de privatização, respectivamente. Outra é a *participação política de esquerda* – militar e civil –, cada vez menos significativa no contexto político nacional, à medida em que seu modo de fazer política se restringe ao âmbito eleitoral e se assemelha ao das agremiações de direita. Essas características estão explícitas ou implicitamente presentes na reflexão sobre a derrota de determinado projeto de transformação social no Brasil e no mundo. É relevante analisar que os militares de esquerda entrevistados criticavam o início da implantação de políticas neoliberais nas gestões de Fernando Henrique Cardoso, ao final da década de 1990. Após duas décadas e meia do século XXI e quase cinco gestões federais de governos de esquerda, boa parte das críticas e autocríticas feitas pelos entrevistados são bastante válidas para sujeitos e grupos de esquerda hegemônicos. Inúmeros quadros políticos de esquerda, muitos deles vítimas das repressões do regime autoritário, ocuparam o poder reproduzindo em grande parte as performances e práticas políticas tradicionais, principalmente de conciliação, gestão pública e de conflitos sociais, além de darem continuidade às políticas conservadoras neoliberais.

Vencidos, mas não convencidos – como disse um colaborador –, todos nós amargamos cotidianamente o preço desses fracassos. “E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão”, como pontuou o historiador E. Hobsbawm ao assinalar os grandes desafios da humanidade diante das mudanças velozes no capitalismo global do final do século XX, também destacando o papel da tecnologia e os problemas ambientais exacerbados, com os quais nos deparamos no presente.

Acrescentamos, além dos fracassos retumbantes de determinadas pessoas e grupos de esquerda no poder, a expansão de indivíduos e agrupamentos de extrema direita, em um processo de corrosão de democracias precárias, como a nossa. No caso brasileiro, destaca-se a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2022 contra o governo recém-eleito, com apoio direto de pessoas e grupos militares de direita. Esse fato recente torna-se revelador do quanto foi e é prejudicial permitirmos um longo processo de redemocratização sem prioridade às políticas de memória e à crítica histórica para modificar definitivamente as estruturas autoritárias herdadas, com ênfase naquelas relacionadas às instituições militares, com seus padrões de performances para atuação política e de formação profissional.

De qualquer forma, seja ignorando, fugindo, questionando, ou enfrentando a barbárie, todos esperamos, como Hobsbawm, com otimismo muitas vezes sem razão de ser, que o mundo seja melhor, “mais justo e mais viável”. Afinal, sentimos na pele que, mesmo depois de tanta luta, “o velho século não acabou bem”¹⁷. O novo começou mal, em meio a polarizações políticas simplificadoras em que grupos de esquerda se veem mais acuados com o crescimento dos grupos de direita e da histórica e contínua disseminação do anticomunismo, inclusive como base da formação militar. São largamente utilizadas tecnologias para produzir *fake news*, com revisionismos históricos e negação da grave crise climática, solapando frágeis e instáveis democracias, como a nossa. Assim, se justificam e continuam a existir atitudes renovadas de ódio, discriminação e até criminalização ostensiva de práticas políticas de esquerda, sejam estas revolucionárias, legalistas, institucionalistas e/ou democráticas, destoantes das autoritárias da extrema direita.¹⁸

Conhecer narrativas biográficas como as das pessoas aqui apresentadas pode contribuir para compreender, por meio das ligações entre memória e história, porque vivenciamos, em nossos tempos, velhos e novos problemas e

17. HOBBSAWM, E. Op. cit., p. 26 e 562.

18. Sobre alguns dilemas da consolidação da democracia, a desconfiança acerca de instituições públicas ligadas aos regimes democráticos e o ódio à democracia no contexto contemporâneo, vide: MOISÉS J. A.; ALBUQUERQUE, J. A. G. (orgs.). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; MOISÉS, J. A. (org.) *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EDUSP, 2010; RANCIÈRE, J. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

conflitos, em novas e velhas roupagens e desdobramentos. Talvez seja possível alimentar alguma esperança em buscar enfrentá-los no presente a partir de micropolíticas de presença em performances, encontros e colaborações intergeracionais com trajetórias compartilhadas¹⁹, marcadas por experiências dolorosas em um passado próximo demais para ignorar seus significados e aprendizados.

Nessa direção, criamos um cenário que foi e é favorável a vivência de outras culturas e políticas de memória, outras histórias potenciais,²⁰ paradoxalmente contraditórias, utópicas, heterotópicas e críticas. Com as longas escutas materializadas em narrativas biográficas histórico-literárias extensas, desaceleramos em vez de acelerar; expandimos o debate público entre nós e, talvez, ousadamente tocamos feridas provocadas pelo passado pensando em como o presente e o futuro podem e poderiam ser diferentes. Passados-presentes-futuros. Juntos construímos um espaço de trocas intergeracionais, passível de habitar camadas e linhas de fuga do tempo presente e imediato, garantindo às diferentes gerações tempos de convívio com qualidade, como necessidades culturais utópicas – ou quem sabe como heterotopias da memória encarnada –, extraordinariamente alcançadas em um mundo globalizado e neoliberal, em plena virada do milênio.²¹

19. Acerca de política da presença, vide TAYLOR, D. *Presente! La política de la presencia*, op. cit. A respeito da noção de micropolítica como transformações revolucionárias que acontecem no plano mais molecular, do cotidiano de mutações do desejo, tecno-científicas, artísticas, e não apenas no nível do discurso político manifesto, veja GUATTARI, F. *A revolução molecular*. São Paulo: Ubu, 2024.

20. HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória*, op. cit., pp. 34-37; AZOULAY, A. A. Op. cit.

21. Para compreender as possibilidades de construção de heterotopias da memória encarnada em nosso trabalho de pesquisa, vide a "Apresentação" desta coleção de livros, feita por Nathaly Felipe Ferreira Alves, no volume 1. Dialogamos com a definição proposta pela escritora a, partir das formulações de Michel Foucault, sobre heterotopias como recortes singulares do tempo e invenção de outros espaços para estas memórias. Transitamos ora à semelhança de espaços construídos e fechados que tentam acumular o tempo ao infinito, como museus e bibliotecas; ora como sua negação, ao colocar tudo o que foi reunido e transvalorado como livros abertos ao mundo. De todo modo, é possível admitir que esse trabalho coletivo pontuou algumas críticas dos espaços e tempos até então negados ou estabelecidos oficialmente para memórias de pessoas e grupos com os

Novamente, lendo e relendo tudo o que foi escutado e escrito por mais de três décadas – dos 30 aos 60 anos do golpe de 64, aos 45 anos da lei de anistia – sempre pensamos em novas escutas, escrituras e políticas de memória que ampliem e democratizem nossos territórios existenciais, percepções, presenças e ações sobre o presente. No entanto, questionamos, paradoxalmente, se existem, de fato, possibilidades de justiça, reparação e perdão diante da permanência histórica de tantas violências, autoritarismos, traumas e injustiças irreparáveis e imperdoáveis...

quais trabalhamos. E, nesse processo de construção e análise colaborativa de narrativas biográficas histórico-literárias, talvez tenhamos nos aproximado de criar e alimentar, até como uma poética do saber, heterotopias de memória encarnada... Vide: FOUCAULT, M. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: N-1 Ed., 2013.

Bibliografia Geral

- ADORNO, T. W. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 2019.
- AGOSTINI, R. “Número de militares em cargos civis cresce e passa de 6 mil no governo Bolsonaro”. *CNN Brasil*. 17/07/2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/numero-de-militares-em-cargos-civis-cresce-e-passa-de-6-mil-no-governo-bolsonaro/> Acesso em: 23 set. 2024.
- AGUIAR, J. *Jorge Amado: uma biografia*. São Paulo: Todavia, 2018.
- ALEKSIÉVITCH, S. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALEKSIÉVITCH, S. *Vozes de Tchernóbil. A história oral do desastre nuclear*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALEKSIÉVITCH, S. *O fim do homem soviético*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALEKSIÉVITCH, S. *As últimas testemunhas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ALEKSIÉVITCH, S. *Meninos de zinco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- ALMEIDA, J. R. de. *Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12112010-150942/publico/2010_JunieleRabelodeAlmeida.pdf Acesso em: 12 set. 2024.
- ALMEIDA, M. H. T.; SORJ B. (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ALMEIDA, P. R. de. “Brasileiros na Guerra Civil Espanhola, 1936-1939: combatentes brasileiros na luta contra o fascismo”, *Revista Sociologia e Política* (Curitiba; ano 4, n. 12, junho 1999, Dossiê: Política Internacional, p. 35-66. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39262> Acesso em: 12 set. 2024.
- ALVAREZ, H. *Viagem ao passado: versos*. Rio de Janeiro, 1956.

- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AMADO, J. *O Cavaleiro da Esperança: vida de Luis Carlos Prestes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- AMBOS, K.; ZILLI, M.; MOURA, M. T. R. de A.; MONTECONRADO, F. G.; PINHEIRO, P. S. *Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- AQUINO, M. A. *Censura, imprensa, Estado autoritário, 1968-78: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e movimento*. Dissertação (Mestrado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 1990.
- ÀRIES, P.; DUBY, G. D. (orgs.). *História da vida privada*. 5 vols. São Paulo: Cia. de Bolso, 2009.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais: um relato para a História*. ARNS, D. Paulo Evaristo (org.) Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- ARQUIVO NACIONAL. “CNV instala GT sobre repressão aos trabalhadores e movimento sindical”. *Centro de Referência Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional*. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/238-cnv-instala-gt-sobre-repressao-aos-trabalhadores-e-movimento-sindical.html>. Acesso em: 2 set. 2024.
- ARRUDA, R. “Comissão da Verdade: o Relatório Final”. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/especiais/comissao-da-verdade/conclusoes.html>. Acesso em: 2 set. 2024.
- ARTIGO 19. “Organizações se manifestam contra censura imposta ao relatório final da Comissão Nacional da Verdade”. *Artigo 19*, 11/2/2022. Disponível em: <https://artigo19.org/2022/02/11/organizacoes-se-manifestam-contracensura-imposta-ao-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade/>. Acesso em: 2 set. 2024.
- ASSIS, I. M. “25 anos”. 2022. Entrevistadoras: C. Silvério e L. H. G. Homma. São Bernardo do Campo, São Paulo, 17 de outubro de 2022. Resultado da entrevista apresentado por HOMMA, L. H. G.; SILVÉRIO, C. B.; MARINHO, M. G. S. M. C. na comunicação “Universidade, Memória e Movimentos Sociais: um projeto de cultura e extensão entre a UFABC e a AMA-A”. *IV Simpósio Internacional Comunicação Cultural*. Disponível em: <https://plataforma9.com/congressos/iv-simpósio-internacional-comunicacao-e-cultura>. Acesso em: 05 jul. 2024.
- AZOULAY, A. A. *História potencial*. São Paulo: Ubu, 2024.

- ARUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARBOSA, C. F. “O presentismo e a urgência do presente”. *História da Ditadura*, 26 jun. 2023. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/o-presentismo-e-a-urgencia-do-presente>. Acesso em: 12 set. 2024
- BARBOSA, J. R. *et al. Militares e política no Brasil*. 2. ed. Ed. Expressão Popular, 2021.
- BARLETTA, J.; CELSO, A. “Acervo da ADNAM – Associação Democrática e Nacionalista de Militares. Documentos inéditos da década de 1980 são disponibilizados para consulta no Cedem”. *CEDEM*, 02/04/2012. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/41/acervo-da-adnam---associacao-democratica-e-nacionalista-de-militares/> Acesso em: 15 set. 2024.
- BARNET, M. *Memórias de um Cimarron*. São Paulo: Marco Zero, 1986.
- BARTHES, R. *El susurro del language: mas allá de la palabra y la escritura*. Barcelona: Paidós, 1987.
- BARTHES, R. *et al. Análisis estructural del relato*. 6. ed. Barcelona: Premia, 1988.
- BARTHES, R. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BASTOS, F. L. “Sessenta anos do golpe e a criação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade”. *Le Monde Diplomatique – Brasil*, 20/03/2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/60-anos-do-golpe-comissao-nacional-indigena-da-verdade/> Acesso em: 25 mar. 2024.
- BATTIBUGLI, T. *A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola, 1936-1939*. Edusp, 2004.
- BÉDARIDA, F. “Tempo presente e presença da história”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- BENJAMIN, W. *Walter Benjamin, obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. vol. 1, 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BHATTACHARYA, T. *Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.
- BIAZO, G. C. F. *A sedução da história: tempo e mudança nas concepções políticas de Luis Carlos Prestes*. 2003. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001337343> Acesso em: 12 set. 2024
- BIEBER, Florian. *Nações e nacionalismos. Uma história global do sentimento nacional, dos extremismos e dos conflitos*. São Paulo: Contexto, 2023.

- BIKONT, A.; SZCESNA, J. *Quinquilharias e recordações*. Biografia de Wisława Szymborska. Belo Horizonte: Editora Áyiné, 2020.
- BLOCH, M. *Apologia Da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Edunesp, 1995.
- BOBBIO, N. *Democracia e segredo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.
- BOBBIO, N. *et al. Dicionário de política*. 2 vols., 4. ed. Brasília: UnB, 1992.
- BOBBIO, N. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- BORDIEU, P. (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BORGES, L. “Escândalo da Abin paralela abre crise e expõe atuação nebulosa da agência”. *Veja*, 2/2/2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/escandalo-da-abin-paralela-abre-crise-e-expoe-atuacao-nebulosa-da-agencia>. Acesso em: 12 set. 2024.
- BORGES, R. “Documento da CIA sobre execuções ‘implode’ versão oficial da ditadura”. *El País*. 15/5/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/11/politica/1526053261_197839.html. Acesso em: 2 set. 2024.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz: Edusp, 1979.
- BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro, 2006.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final – As atividades da CNV, as graves violações de direitos humanos, conclusões e recomendações*. vol. I, Brasília: CNV, 2014.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final – Textos Temáticos*. vol. II, Brasília: CNV, 2014.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final – Mortos e Desaparecidos Políticos*. vol. III, Brasília: CNV, 2014.
- BRITO, A. “Miliciano infiltrado no PSOL ajudou a planejar morte de Marielle”. *Correio Braziliense*, 24/3/2024. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2024/03/6824522-miliciano-infiltrado-no-psol-ajudou-a-planejar-morte-de-marielle.html>. Acesso em: 12 set. 2024.
- BURGOS, E. *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. 6. ed. México: Siglo Veintiuno, 1991.
- BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.

- CADENA, M. de la. *Seres-terra: Cosmopolíticas em mundos andinos*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.
- CAGGIANI, I. *100 anos de comércio*. Santana do Livramento, 1991.
- CAMARGO, A. M.; GOULART, S. *Centros de memória: Uma proposta de definição*. São Paulo: Ed. Sesc, 2014
- CAMPOS, H. de. “Da tradução como criação e como crítica”. In: *Metalinguagem e outras metas*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, pp. 31-48.
- CAMPOS, H. de. *Deus e o Diabo no Fausto de Goethe*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CAMPOS, H. de; PAZ, O. *Transblanco*. São Paulo: Guanabara, 1986.
- CANCELLI, El. *O mundo da violência: a política da Era Vargas*. Brasília: Ed. UnB, 1993.
- CANNABRAVA FILHO, P. *Resistência e anistia: a história contada por seus protagonistas*. São Paulo: Alameda, 2020.
- CARNEIRO, J. da S. P. *O despertar de Nina Arueira: da disputa de memórias à construção do mito*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH/UFF, 1999.
- CARTA Capital. “MPF recorre de decisão que negou indenização a viúva de preso pela ditadura”. *Carta Capital*, 23/03/2021. Disponível em: <https://www.carta-capital.com.br/sociedade/mpf-recorre-de-decisao-que-negou-indenizacao-a-viuva-de-presos-pela-ditadura/>. Acesso em: 23 mai. 2024.
- CARVALHO, A. de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CARVALHO, A. de. *Apolônio de Carvalho* (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2005. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista1654.pdf> Acesso em: 12 set. 2024.
- CARVALHO, B. G. de. “Nas prensas e nos quartéis: as demandas políticas dos sargentos através da coluna ‘Plantão Militar’ (1957-1964)”. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio*, 2012. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rcrt=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjZ7f_rren3AhX3vJUCHSMNARcQFnoECAUQAQ&curl=http%3A%2F%2Fwww.encontro2012.rj.anpuh.org%2Fresources%2FAnais%2F15%2F1338416460_ARQUIVO_ArtigoANPUHRegional2012.pdf&usq=AOvVaw1IbcSj4v0r5A_PK8-5Voug. Acesso em: 12 set. 2024.
- CARVALHO, J. M. de. “Forças Armadas e política no Brasil”. In: PINHEIRO, P. S. et al. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. t. 3: O Brasil Republicano; v. 2: Sociedade e instituições (1889-1930).

- CARVALHO, J. M. de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CARVALHO, J. M. de. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.
- CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 4 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.
- CASTRO, C. (org.). *A família militar no Brasil: transformações e permanências*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018.
- CASTRO, C. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- CASTRO, C. *Exército e Nação: estudos sobre a história do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.
- CASTRO, C. *General Villas Bôas: conversa com o comandante*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2021.
- CASTRO, C. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- CASTRO, C. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- CASTRO, C. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- CASTRO, C. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- CASTRO, C.; D'ARAUJO, M. C. (org.) *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- CASTRO, C; KRAAY, H.; IZECKSOHN, V. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- CAVACHINNI, R. “O que significa o termo ‘Melancia’ usado para se referir aos militares das Forças Armadas?”. *Revista Sociedade Militar*, 13/04/2023. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2023/04/o-que-significa-o-termo-melancia-usado-para-se-referir-aos-militares-das-forcas-armadas-cvc.html>. Acesso em: 19 ago. 2024.
- CAVALCANTI, P. *O caso eu conto, como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias de Paulo Cavalcanti*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- CAVALCANTI, P. C. Uchôa; RAMOS, J. (org.). *Memórias do exílio, Brasil*. São Paulo: Livramento, 1978. v. 1: De muitos caminhos.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: a arte de fazer*. v. 1, Petrópolis: Vozes, 1994.

- CERTEAU, M. de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Morar, cozinhar. v. 2, Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHADE, J. “‘Abin paralela’ no governo Bolsonaro era o golpe em andamento”, *UOL*, 12/07/2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/07/12/abin-paralela-era-o-golpe-em-andamento.htm>. Acesso em: 12 set. 2024.
- CHARAUDEAU, P. “Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática”. *Revista Diadorim – Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v. 10, dez., 2011.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, R. “A visão do historiador modernista”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. [orgs.]. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- CHARTIER, R. *Editar e traduzir: mobilidade e materialidade dos textos (séculos XVI-XVIII)*. Trad. M. Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- CHAUI, M. “Prefácio”. In: *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (E. Bosi). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CHAUVEAU, A. & TÊTART, P. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.
- CICEF - Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. *Desenvolvimentismo*. Disponível em: https://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_S=72 Acesso em: 13/09/2023.
- CLIFFORD, J. *Experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- CLIFFORD, J.; MARCUS, G. *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2017.
- COHEN, Y. “História oral: uma metodologia, um modo de pensar, um modo de transformar as ciências sociais?”. *Ciência Hoje*, São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1993, pp. 266-274.

- COHN, G. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- COLEPICOLO, E.; LIMA, P. L. M. *Adelphi!* voando por justiça e liberdade. Rio de Janeiro: Topbooks, 2021.
- COLL, L. “O anticomunismo é um outro nome para o ódio à democracia, avalia pesquisador”. *Jornal da Unicamp*, 22/12/2022. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2022/12/22/o-anticomunismo-e-um-outro-nome-para-o-odio-democracia-avalia-pesquisador/>. Acesso em: 19 ago. 2024.
- CORDEIRO, J. M. “A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964”. *Revista de História*, São Paulo, n. 180, p. 1-19, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167214. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/167214>. Acesso em: 17 mai. 2024.
- CORRÊA, M. S. “Entrevista: Nelson Werneck Sodré”. *Veja*, ano 28, n. 39, p. 7-10, set. 1995.
- COSTA, A. de O. *et al. Memórias do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COSTA, A. de O.; MORAES, M. T. P.; MARZOLA, N.; LIMA, V. R. (orgs.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COSTA, H. de O. “Incursões na História das Anistias Políticas no Brasil”. *Projeto DHNet – Direitos Humanos*. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/redemocratizacao1988/homero_anistia.html Acesso em: 2 set. 2024.
- COSTA, H.; PIMENTEL, C. H. *Dever e honra: veteranos da FEB legalistas e militantes de esquerda contra ditaduras e golpes no Brasil – 1945/1995*. Curitiba: Matilda Produções, 2022. Disponível em: https://jornalismodeguerra.files.wordpress.com/2023/12/completo_livro_legalistas_esquerdas.pdf Acesso em: 2 set. 2024.
- COSTA, H. de O. “Incursões na história das anistias políticas no Brasil”. *Projeto DHNet – Direitos Humanos*. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/redemocratizacao1988/homero_anistia.html Acesso em: 2 set. 2024.
- CUNHA, M.; FORMIGA, I.; RODRIGUES, M.; BARRETO, K. “Comissão de Anistia concede 1ª reparação coletiva, e Brasil pede desculpas a indígenas Krenak por crimes na ditadura”. *G1 - Política*, 02/04/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/04/02/comissao-de-anistia-concede-anistia-e-estado-pede-desculpa-a-indigenas.ghtml> Acesso em: 28 abr. 2024.
- CUNHA, P. R. R. da. “Militares na política ou política entre os militares: uma falsa questão?” *Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*, 2018. Disponível em: <https://www.enabed2018.abedef.org/resources/>

- anais/8/1533555656_ARQUIVO_ABED-MilitaresnaPoliticaouPoliticaentreosMilitares.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.
- CUNHA, P. R. da. “Os militares e a guerra fria no Brasil”. *Diálogos*, v. 22, n. 1, p. 176-189, 2018. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjZ7f_rren3AhX3vJUCHSMNARcQFnoECAMQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.uem.br%2Ffojs%2Findex.php%2FDialogos%2Farticle%2Fdownload%2F43639%2F751375137931%2F&usg=AOvVaw2BOP_N0fVdDhp2MGBBnjBR. Acesso em: 13 jul. 2024.
- CUNHA, P. R. da. *A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH/Unicamp, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/207043> Acesso em: 13 jul. 2024.
- CUNHA, P. R. da. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- CUNHA, P. R. da. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. da Unesp, 2020.
- CUNHA, P. R. da. “Militares na política ou política entre os militares: uma falsa questão?” *10º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED)*, 2018. Disponível em: https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1533555656_ARQUIVO_ABED-MilitaresnaPoliticaouPoliticaentreosMilitares.pdf Acesso em: 13 jul. 2022.
- CUNHA, P. R. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. São Paulo: FAPESP, 2002.
- D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (org.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/ Ed. UFMS, 2021.
- D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (org.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DAS, V. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2020.

- DAVIS, N. Z. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DELEUZE, G. “G de Gauche [Esquerda]” In: *O abecedário de Gilles Deleuze* – Transcrição completa. Disponível em: <https://machinedeleuze.wordpress.com/2021/06/07/o-abecedario-de-gilles-deleuze-transcricao-completa/> Acesso em: 11 set. 2024
- DHENIN, M.; RODRIGUES, T. “O papel do militar-estadista no monopólio estatal do petróleo no Brasil”. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 32, n. 64, p. 32-48, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://200.143.206.226/index.php/revistadaesg/article/view/941/822>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- DIDI-HUBERMAN, G. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- DIDI-HUBERMAN, G. “Quando as imagens tocam o real”. *PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204-219, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- DOSSE, F. *A história*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- DOSSE, F. *Gilles Deleuze & Félix Guattari: Biografia Cruzada*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DOSSE, F. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilso César Cardoso de Souza. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2021.
- DOTI, M. M.; IBEC, “Entrevistadores. Entrevista com João Quartim de Moraes”, *Revista Fim do Mundo*, n. 5, p. 340-357, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/download/12435/10340/49559> Acesso em: 13 jul. 2024.
- DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- ÉBOLI, E. “Lula pede silêncio sobre 60 anos do golpe de 1964 e não é atendido”. *Correio Braziliense*. 6/4/2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/04/6832668-lula-pede-silencio-sobre-60-anos-do-golpe-de-1964-e-nao-e-atendido.html>. Acesso em: 2 set. 2024.
- ESTADO DE MINAS. “Bolsonaristas distribuem melancia em protesto contra as Forças Armadas”. *Estado de Minas*, 07/09/2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/09/07/interna_politica,1558410/bolso-

- naristas-distribuem-melancia-em-protesto-contras-forcas-armadas.shtml
Acesso em: 18 ago. 2023.
- FAGUNDES, P. E. *Anistia: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas sobre o passado*. Serra: Ed. Milfontes, 2019.
- FALCONI, F. “Nunca houve uma compreensão da classe política do que fazer com a Abin”, diz analista. *Jornal do Brasil*, 12/2/2024. Disponível em: <https://www.jb.com.br/brasil/politica/2024/02/1048679-nunca-houve-uma-compreensao-da-classe-politica-do-que-fazer-com-a-abin-diz-analista.html>. Acesso em: 12 set. 2024.
- FASOLO, C. “Fórum liderado por Apib e MPF tratará de crimes e violações históricas contra a população indígena no Brasil”. *ISA – Instituto Socioambiental*, 17/09/2024. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/forum-liderado-por-apib-e-mpf-tratar-de-crimes-e-violacoes-historicas> Acesso em: 29 set.2024.
- FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- FEDERICI, S. *O Patriarcado do salário: Notas Sobre Marx, Gênero e Feminismo*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FERRAZ, F. C. A. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2015.
- FERREIRA, E. F. X. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- FERREIRA, J. “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular”. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/rfVSjn4qkZf43J8wxWGN6xv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2024.
- FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. de. *O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário – v. 4: Ditadura militar e redemocratização – Quarta República (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- FERREIRA, L. de F. G.; ZENAIDE, M. de N. T. *40 Anos da Anistia no Brasil: Lições de Tempos de Lutas e Resistências*. Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2021.
- FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

- FERREIRA, O. *Forças Armadas para quê?*. São Paulo: GRD, 1988.
- FERREIRA, E. de M. “A prova dos legados da ditadura militar – o rigor da Justiça Federal a partir das premissas democráticas de Frederick Schauer”. *Escola Superior do Ministério Público do Ceará, Ano 14, n. 2, ago. – dez., 2022*, pp. 147-164. Disponível em: <https://revistaacademica.mpce.mp.br/revista/article/download/252/188/543> Acesso em: 23/05/2024.
- FICO, C. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FICO, C. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Rev. Bras. Hist.* 24 (47), 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQd-mgtJvSjLYMLN/>. Acesso em: 13 jul. 2024.
- FIGUEIREDO, E. L. *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FOLHA de São Paulo. “Justiça manda governo pagar R\$ 150 mil a família de preso político da ditadura”. *Folha de São Paulo*, 5/3/2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/justica-manda-governo-pagar-r-150-mil-a-familia-de-preso-politico-da-ditadura.shtml>. Acesso em: 23 mai. 2024.
- FONSECA, P. C. D. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. Texto para Discussão, No. 2103. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121580/1/830093095.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- FONTELA, O. *Transposição*. São Paulo: Instituto de Espanhol da USP, 1969.
- FORTUNATO. *Santos = Dumont*. Rio de Janeiro: Cecomsaer Editora, 2005.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, M. (org.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FOUCAULT, M. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: N-1 Ed., 2013.
- FRANÇOIS, E. “A fecundidade da história oral”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

- FRASER, R. *Blood of Spain: an oral history of Spanish War*. New York: Pantheon, 1978.
- FRASER, R. Reflexiones sobre la historia oral y su metodología en relación con la Guerra Civil Española. In: *Metodología histórica de la Guerra y la Revolución Españolas*. 2. ed. Barcelona: Fontamara, 1982. p. 47-73.
- FREDERICO, C. (org.). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- GABEIRA, F. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- GALHARDI, R. “Militares permanecerão no poder com Bolsonaro, Lula ou Moro.” *UOL*. 22/11/2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/coluna-entendendo-bolsonaro/2021/11/22/militares-permanecerao-no-poder-com-bolsonaro-lula-ou-moro.htm>. Acesso em 23 set. 2024.
- GALLIAN, D. M. C. *História oral de vida da Guerra Civil Espanhola*. Dissertação (Mestrado) – CAPH/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- GALLIAN, D. M. C. “O historiador como inquisidor ou como antropólogo? Um questionamento para os ‘historiadores orais.’” *Revista de História*, n. 125-126, ago. 1991/jul. 1992.
- GASPARI, E. *Coleção Ditadura*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016. 5 v.
- GEERTZ, C. *Atrás dos fatos: dois países, quatro décadas, um antropólogo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.
- GEERTZ, C. *El antropólogo como autor*. Barcelona: Paidós, 1989.
- GEERTZ, C. *Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GEERTZ, C. *Obras e Vidas: o Antropólogo Como Autor*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2018.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GIRARDET, R. *A Sociedade Militar – de 1815 até nossos dias*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- GLUCK, S. B. *Women’s words. the feminist practice of oral history*. New York/London, Routledge, 1991.
- GUATTARI, F. *A revolução molecular*. São Paulo: Ubu, 2024.
- GOLDENBERG, M. “Mulheres e militância política de esquerda no Brasil: uma história não contada”. In: *XX ANPOCS*, Caxambu. São Paulo: ANPOCS, 1996.

- GOMES, A. de C. (org.) *Velhos militantes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- GONÇALVES, R. “O pioneirismo de *A mulher na sociedade de classes*”. In: *A mulher na sociedade de classes*. (H. Saffioti) São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. (RIOS, F.; LIMA, M., compiladoras) Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985
- GORENDER, J. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- GRELE, R. J. “La historia y sus lenguajes en la entrevista de historia oral: ¿quién contesta a las preguntas de quién y por que?”. *Historia y Fuente Oral*, n. 5, p. 111-129, 1991.
- HABERT, N. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARAWAY, D. “‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra”. *Cadernos Pagu*, n. 22, p. 201-246, jan. 2004.
- HARTOG, F. *Regimes de historicidade – Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HILTON, S. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- HIRSCH, M. *Marcos familiares: Fotografia, Narrativa y Posmemoria*. Buenos Aires, Argentina: Prometeo Editorial, 2021.
- HIRSCH, M. *La generación de la posmemoria: Escritura y cultura visual después del Holocausto*. 2ª ed. Madri, Espanha: Editorial Carpe Noctem, 2021.
- HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- HOBBSAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- HOBBSAWM, E. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HOMMA, L. H. G.; MARINHO, M. G. S. M. C. “Memória e reparação no Ensino Superior: uma análise das Comissões da Verdade Universitárias em São Paulo”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 32, p. e0202, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313322021e0202>.
- HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- HUR, D. U. *Discursos do trânsito da guerrilha ao Estado neoliberal: estratopolítica, tecnopolítica e nomadopolítica*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, 2009.
- HUYSSSEN, A. *Memórias do Modernismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- HUYSSSEN, A. *Culturas do passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Ed., 2000.
- INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. “Sem Impunidade. Núcleo Monitora CNV – 2019”. *Instituto Vladimir Herzog*. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/semimpunidade/>. Acesso em: 2 set. 2024.
- IOKOI, Z. M. G. *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*. São Paulo: Humanitas, 2004.
- JABLONKA, I. *A história é uma literatura contemporânea*. Manifesto pelas ciências sociais. Brasília, DF: Ed. UnB, 2021.
- JABLONKA, I. *Historia de Los Abuelos Que No Tuve*. Barcelona: Ed. Anagrama, 2022.
- JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo*. Diário de uma favelada. Edição Comemorativa 1960-2020, São Paulo: Ática, 2020.
- JOFFILY, B. “A escalada dos Atos institucionais da ditadura/A ‘eleição’ do general Médici/ O governo Médici – militarização”. In: *Atlas Histórico do Brasil*. CPDOC/FGV. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/de-castelo-branco-medici-1964-1975/mapas/escalada-dos-atos-institucionais-da-ditaduraa>. Acesso em: 13 set. 2024.
- JOFFILY, B. *Atlas Histórico – Brasil 500 Anos*. São Paulo: Três Ed., 1998. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.asp?bib=AtlasHistorico&pagfis=4>. Acesso em: 13 set. 2024.
- JOFFILY, B. “Expurgos da ditadura sob Castelo Branco/ Intervenções nos sindicatos no ano do golpe/ Governo Castelo”. In: *Atlas Histórico do Brasil*. CPDOC/FGV. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/de-castelo-branco-medici-1964-1975/mapas/expurgos-da-ditadura-sob-castelo-branco-intervencoes>. Acesso em: 13 set. 2024.
- JOFFILY, M. “Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/217518031023201820>. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. Acesso em: 13 set. 2024.

- JOSÉ, E.; MIRANDA, O. de. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. 18. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.
- JOUTARD, P. “História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- JOUTARD, P. “Memória coletiva”. In: *Dicionário das ciências históricas* (BURGUIÈRE, André, org.) Rio de Janeiro, Imago, 1993, pp. 526-528.
- KAMENSKY, A. P. S. O.; SILVÉRIO, C. B.; MARUNO, G. R. (orgs.) *Arquivo histórico-cultural do ABC: a trajetória de Dalila Teles Veras e a formação do acervo do Centro Cultural Alpharrabio*. Santo André: Editora UFABC, 2024.
- KAMENSKY, A. P. dos S. O.; ALBUQUERQUE, R. P. de. “Participação da esquerda militar no governo João Goulart e na resistência à ditadura militar: história de vida de Wilson Fadul”. *IV Encontro de Iniciação Científica UFABC*, 2014. Disponível em: <https://simposios.propes.ufabc.edu.br/index.php?conference=EIC&schedConf=4EIC2014&page=paper&op=view&path%5B%5D=1702> Acesso em: 08 set. 2024
- KAMENSKY, A. P. S. O. “A esquerda militar nacionalista e a Campanha do Petróleo é Nosso: mobilização popular e efervescência política e cultural em defesa do desenvolvimento econômico com soberania nacional”. In: *Anais do CICEF Desenvolvimento: conceito, ferramentas e projeto para superação da crise*. FURTADO, A. T. et. al. (orgs.) Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF), 2022, pp. 584-592. Disponível em: https://www.congresso2022.centrocelsofurtado.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=207 Acesso em: 14 set. 2024.
- KAMENSKY, A. P. S. O. “O audiovisual como documento histórico: documentários, filmes, narrativas e experiências entre História, Antropologia e Cinema”. In: *Olhares & escutas: história oral e audiovisual das experiências de quem educa na periferia de São Paulo*. (A. P. S. O. Kamensky; J. C. S. B. Meihy, orgs.) São Paulo: Editora Pontocom, 2016, pp. 22-32.
- KAMENSKY, A. P. S. O.; SALLES, P. R. “Paula: história de vida de mulheres na vida de mulheres historiadoras feministas”. In: *Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogos com mulheres que nos transformam*. (M. G. O. Rovai, org.) 1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2021.
- KOFES, S. *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.
- KOFES, S.; MANICA, D. (orgs.). *Vida & grafias: narrativas antropológicas entre biografia e etnografia*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2015.

- KUNHAVALIK, J. P. *Os Militares e o Conceito de Nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – UFSC, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92672/272750.pdf> Acesso em: 14 set. 2024.
- LACAPRA, D. *Compreender outros: povos, animais, passados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- LACAPRA, D. *Representing the Holocaust: History, Theory, Trauma*. Cornell University Press, 1994.
- LACAPRA, D. *History and Memory after Auschwitz*. Cornell University Press, 1998.
- LACOUTURE, J. “A história imediata”. In: LE GOFF, J. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp. 215-240.
- LE GOFF, J. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. vol. 3, Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1976.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEIRNER, P. C. *O Brasil no Espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. 2. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2022.
- LEITE, R. C. *Quem tem medo do nacionalismo?*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LEMOS, A. P. S.; TRIANI, F. S.; OLIVEIRA, J. H. C.; MEIHY, J. C. S. B. *Aventuras oníricas: experiências pedagógicas em narrativas, textos e imagens*. vol. 1, Salvador/Duque de Caxias: Ed. Pontocom/ UNIGRANRIO, 2015.
- LENTZ, R. *República de Segurança Nacional: militares e política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- LEVINE, R. M. *O regime de Vargas: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LEVY, P. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.
- LIMA SOBRINHO, B. *Desde quando somos nacionalistas?*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LIMA, R. M. *Senta a pua!* Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- LIMA, V. da R. (org.). *Getúlio: uma história oral*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- LOSANO, M. G. *Norberto Bobbio: uma biografia cultural*. São Paulo: Ed. Unesp, 2021.
- LOTT, H. B. D. T. *Henrique Teixeira Lott* (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2002. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista117.pdf> Acesso em: 12 set. 2024

- MACHADO, F. B. *As Forças Armadas e o processo de anistia no Brasil (1979–2002)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2006.
- MACHADO, R. “Lula diz que golpe de 64 é história e que não quer remoer passado”. *Folha de S. Paulo*. 27/2/2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/02/lula-diz-que-golpe-de-64-e-historia-e-que-nao-quer-remoer-o-passado.shtml>. Acesso em: 2 set. 2024.
- MACIEL, W. A. *Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961–1974)*. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, 2009. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2016/03/tese-wilma-1-1militares.pdf> Acesso em: 14 set. 2024.
- MAGALHÃES, C. J. *Acerto de contas (memórias de um dentista-escritor)*. Período: de Getulio Vargas a Fernando Collor. Rio de Janeiro: Bel-Ami, 1993.
- MAGALHÃES, C. J. *Recordações de um oficial de Marinha*: período: de Getulio Vargas a Castelo Branco. Rio de Janeiro: Bel-Ami, 1988.
- MALAN, A. S. *Missão militar francesa de instrução junto ao Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.
- MALINOWSKI, B. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- MARCHESINI, L. “Em 70 órgãos, militares ocupam 18,3% dos 14,6 mil cargos comissionados no governo Bolsonaro”. *Metrópoles*. Dados. 01/08/2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/em-70-orgaos-militares-ocupam-183-dos-146-mil-cargos-comissionados-no-governo-bolsonaro>. Acesso em 23 set. 2024.
- MARTINS, J. “Naime chamou Exército de ‘melancia’ e disse para militares se virarem com acampamento no QG”. *Metrópoles*. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/naime-chamou-exercito-de-melancia-e-disse-para-militares-se-virarem-com-acampamento-no-qg>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- MARTINS, L. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MAYRINK, J. M. “A história da esquerda nos quartéis: militares comunistas, socialistas e nacionalistas lembram militância na caserna desde o levante revolucionário sufocado em 1935”. *Jornal do Brasil*, 14 fev. 1999.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

- MEIHY, J. C. S. B. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.
- MEIHY, J. C. S. B. “Definindo história oral e memória”. *Cadernos CERU*, São Paulo: CERU, n. 5, série 2, 1994.
- MEIHY, J. C. S. B. *Memórias e narrativas: história oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2020.
- MEIHY, J. C. S. B. “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- MEIHY, J. C. S. B. *A Revolução possível: história oral de soldados brasileiros na Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Editora Xamã, 2009.
- MEIHY, J. C. S. B. *(Re)introduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- MEIHY, J. C. S. B. *Augusto & Lea: uma história de (des)amor em tempos modernos*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MEIHY, J. C. S. B. *Brasil fora de si: experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo: Parábola, 2004.
- MEIHY, J. C. S. B. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.
- MEIHY, J. C. S. B. *Carnaval, carnavais*. São Paulo: Ática, 1986.
- MEIHY, J. C. S. B. *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.
- MEIHY, J. C. S. B. História e memória ou simplesmente história oral?. *Anais do Encontro de História e Documentação Oral*. Universidade de Brasília, 25 e 26 de novembro de 1993. Brasília, UnB/FA/CID, 1994, pp. 5-11.
- MEIHY, J. C. S. B. “História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: Entrevista a Marta Gouveia de Oliveira Rovai e Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho”. In: MARANHÃO FILHO, E. M. de A.; ROVAI, M. (orgs.). *Memória Escrita e Memória Oral: Desafios Interpretativos*. *História Agora*, São Paulo, n. 9, 2010, pp. 190-195.
- MEIHY, J. C. S. B. *Introdução ao nacionalismo acadêmico, os brasilianistas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Editora Loyola, 1996.
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. 2. ed. São Paulo: Editora Loyola, 1998.
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. 3. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2000.
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. 4. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. 5. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2005.
- MEIHY, J. C. S. B. *O outro Lobato*: Juca Tatu. São Paulo: Edunitau, 2012.
- MEIHY, J. C. S. B. *Os jesuítas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MEIHY, J. C. S. B. *Prostituição à brasileira*: cinco histórias. São Paulo: Contexto, 2015.
- MEIHY, J. C. S. B. *Silvio Tendler*: catálogo indisciplinado. Rio de Janeiro: Lacre, 2020.
- MEIHY, J. C. S. B. *Sonhos e pesadelos na história*. Cuiabá: UFMT/Carlini & Caniato, 2008.
- MEIHY, J. C. S. B. *Vida e ciência*: entrevista com José Israel Vargas. Salvador: Ed. Pontocom, 2014.
- MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. M. *Cinderela negra*: a saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- MEIHY, J. C. S. B.; ARAGÃO, M. L. (orgs.) *América*: ficção e utopias. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
- MEIHY, J. C. S. B.; BELLINO, R. Ricardo. *O Estado dos Emigrantes*: o 28º Estado brasileiro. Um mercado de US\$ 60 bilhões. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2008.
- MEIHY, J. C. S. B.; BERTOLLI FILHO, C. *A Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Ática, 1996.
- MEIHY, J. C. S. B.; BERTOLLI FILHO, C. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Ática, 1995.
- MEIHY, J. C. S. B.; BIAZO, G. C. F. *O retorno de Luis Carlos Prestes a Santo Ângelo*. São Paulo: EDIURI, 2003.
- MEIHY, J. C. S. B.; GATTAZ, A.; SEAWRIGHT, L. (org.) *História oral*: a democracia das vozes. São Paulo: Ed. Pontocom, 2019.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História oral*: como fazer, como pensar. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. (org.). *Antologia pessoal de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. (org.). *Meu estranho diário* – Carolina Maria de Jesus. São Paulo: Xamã, 1996.
- MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. (org.). *The Unedited Diaries of Carolina Maria de Jesus*. New Brunswick: Rutgers University, 1999.
- MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. S. B. *Cinderela Negra*: a saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

- MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. S. B. *The life and death of Carolina Maria de Jesus*. New Mexico: The New Mexico University Press, 1995.
- MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MEIHY, J. C. S. B.; SIQUEIRA, S. *Fragments discursivos de bairros do Rio de Janeiro: Urca – História Oral*. Rio de Janeiro: UniRIO, 1998.
- MEIHY, J. C. S. B. (org.). *Guerra Civil Espanhola – 70 anos depois*. São Paulo: Edusp, 2011.
- MEIHY, J. C. S. B.; WITTER, J. S. (org.). *Futebol e cultura*. São Paulo: IMESP/DAESP, 1982.
- MEIHY, J. C. S. B. “Biografias e autobiografias, sem adjetivos”. In: *Olhares & escutas: história oral e audiovisual das experiências de quem educa na periferia de São Paulo* (A. P. S. O. Kamensky, J. C. S. B. Meihy, orgs). São Paulo: Ed. Pontocom, 2016, pp. 14-20.
- MENEZES, E. “Brasil só cumpriu plenamente duas das 29 recomendações da Comissão Nacional da Verdade”. *SBT News*, 31/3/2024. Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/brasil/brasil-so-cumpriu-plenamente-2-das-29-recomendacoes-da-comissao-nacional-da-verdade>. Acesso em: 2 set. 2024
- MEYER, E. P. N. *Ditadura e responsabilização: elementos para uma justiça de transição no Brasil*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.
- MIR, L. *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: BestSeller, 1994.
- MIRANDA, N.; TIBÚRCIO, C. *Dos filhos deste solo: mortes e desaparecimentos durante a ditadura militar; a responsabilidade do estado*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Boitempo Editorial, 2008.
- MOISÉS J. A.; ALBUQUERQUE, J. A. G. (org.). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MOISÉS, J. A. (org.). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp, 2010.
- MONCAU, G. “Comissão da Verdade 10 anos: ‘Importante lembrar o que é regime de exceção’, diz Dilma Rousseff”. *Brasil de Fato*, 18/11/2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/18/comissao-da-verdade-10-anos-importante-lembrar-o-que-e-regime-de-excecao-diz-dilma-rousseff>. Acesso em: 2 set. 2024.
- MORAES, D. de. *A esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

- MORAES, D. de; VIANA, F. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MORAES, J. Q. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.
- MORAES, J. Q. *A esquerda militar no Brasil: da Coluna à Comuna*. São Paulo: Siciliano, 1994.
- MORAES, J. Q. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- MORAIS, F. *Olga*. São Paulo: Cia. das Letras, 2020.
- MOREIRA LIMA, R. *Senta a pua!*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Cultural da Aeronáutica, 1989.
- MOSCHKOVICH, M. *Feminist gender wars: the reception of the concept of gender in Brazil (1980s-1990s) and the global dynamics of production and circulation of knowledge*. Campinas: [s.n.], 2018.
- MOURA, R. *Nero Moura: um voo na história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- MOTTA, R. S. P. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil [1917-1964]*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.
- NAPOLITANO, M. *1964: História do Regime Militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2021.
- NETO, L. *Castello: A marcha para a ditadura*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- NICHOLS, B. *Representing Reality*. Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press, 1991.
- NOBLAT, R. “Ernesto Geisel, de general bonzinho a assassino consciente”. *Veja*, 11/5/2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/noblat/ernesto-geisel-de-general-bonzinho-a-assassino-consciente>. Acesso em: 11 set. 2024.
- NORA, P. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP n. 10, 1993.
- NUNES, R. *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- OLIVEIRA, F. C. de. *Esta é uma historinha de como você virou avestruz*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.
- OLIVEIRA, M. “Entrevista – Procuradora: ‘Vamos ver se muda a visão que a ditadura do Brasil foi a que menos matou’”. *A Pública*. 15/10/2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/10/passa-de-10-mil-procuradora-propoe-recontar-mortos-na-ditadura/> Acesso em: 17 out. 2024.
- OSMAN, S. A. *Imigração árabe no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2011.

- PACHECO, E. *O Partido Comunista brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- PAIVA, M. R. *Feliz Ano Velho*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PAIVA, M. R. *Ainda estou aqui*. São Paulo: Alfaguara, 2015.
- PANDOLFI, D. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PASQUALETTE, B. B. *Me esqueçam – Figueiredo: a biografia de uma presidência*. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- PASSARINHO, J. G. *Liderança militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.
- PASSERINI, L. “A ‘lacuna’ do presente”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- PASSOS, G. “Ministério Público recomenda reinstalação da Comissão da Verdade”. *EBC – Empresa Brasil de Comunicação*, 7/3/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-03/ministerio-publico-recomenda-reinstalacao-da-comissao-da-verdade>. Acesso em: 4 jul. 2024.
- PATAI, D. *Brazilian women speak: contemporary life stories*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1988.
- PAULA, C. R. do N. de; VIEIRA, F. A. da C. “A Comissão da Verdade no Brasil: a luta pela memória em uma democracia fragilizada”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 121, p. 123-146, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/10371>. Acesso em: 2 set. 2024.
- PEREIRA, M. A. M. L. “*Las armas y las letras*” dos voluntários brasileiros na Guerra Civil Espanhola: Identidades, Memórias e Trajetórias. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/16833683/_Las_armas_y_las_letras_dos_voluntarios_brasileros_na_guerra_civil_espanhola. Acesso em: 2 set. 2024.
- PEREIRA, M. A. M. L. “Voluntários brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939): memória e militância política”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- PIMENTEL, C. H. L.; FERRAZ, F. C. A. “Esquerda militar no Brasil. Os veteranos comunistas da FEB (1945-1950)”. *SEPECH*, UEL. Disponível em: https://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/a_esquerda_militar_no_brasil_os_veteranos_comunistas_da_feb_1945_1950.pdf Acesso em: 12 set. 2024.
- PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

- PLÁ BRUGAT, D. *Los niños de Morelia*. México: Instituto Nacional de Antropología y Historia, 1985.
- PERELMUTTER, D.; ANTONACCI, M. A. (org.). “*Ética e história oral*”. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, abr. 1997.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos (3): Memória*, Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, M. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- PORTELLI, A. “O que faz a história oral diferente”. *Projeto História*, São Paulo, (14) fev. 1997.
- PORTELLI, A. “Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores”. *Projeto História*, São Paulo, (10) dez. 1993.
- PRADO JR. C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRESTES, A. L. *Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- PRESTES, L. C. *Carta aos comunistas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- PRINT-CAPES. *Direitos humanos: dos fundamentos teóricos às tendências contemporâneas no nível local (cidades)*. [projeto]. PRINT-CAPES: UFABC/Coimbra/UAB/Essen-Duesberg, 2019.
- PROJETO História. “Dossiê: O Golpe de 1964: memória e história”. *Projeto História*, v. 79, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/2954>. Acesso em: 12 set. 2024.
- QUADROS, V. “É a volta dos que nunca foram”, diz pesquisador sobre militares no governo Bolsonaro”. *Pública*. 20/07/2022. Disponível em: https://apublica.org/2022/07/e-a-volta-dos-que-nunca-foram-diz-pesquisador-sobre-militares-no-governo-bolsonaro/#_. Acesso em 23 set. 2024.
- RANCIÈRE, J. *Figuras da história*. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.
- RANCIÈRE, J. *O ódio à democracia*. Boitempo, 2022.
- RANCIÈRE, J. *Os nomes da história: ensaio de poética do saber*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- RANCIÈRE, J. *Políticas da escrita*. Editora 34, 2021.

- RECOARO, D.; DE MENEZES, M. A.; JARD DA SILVA, S.; SANTOS JÚNIOR, J. “Invisibilidades, insurgências e emergências: ‘Mulheres Briguentas’ no Movimento Sindical do ABC Paulista”. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 87-105, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n52.51528. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/51528>. Acesso em: 3 set. 2024.
- REINA, E. *Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2019.
- REIS, D. A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico BSB, 1990.
- REIS FILHO, D. A. *et al. História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. v. 1.
- RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1997.
- REZENDE, A. P. *Uma trama revolucionária? Do tenentismo à Revolução de 30*. São Paulo: Atual, 1990.
- RIBEIRO, S. L. S.; KAMENSKY, A. P. S. O. “Gostaria de ouvir todas as histórias que puder. Todas’. Entrevista com o Professor Dr. José Carlos Sebe Meihy”. *RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo*, v. 4, p. 220-235, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/issue/view/394/showToc>. Acesso em: 1 ago. 2024.
- RIBEIRO, S. L. S.; EVANGELISTA, M. B.; ROVAI, M. G. O. “Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO): produções, experiências e afetos”. *História Oral*. 27, 2 (set. 2024), 56-74, 2024. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1497> Acesso em: 12 set. 2024.
- RIBEIRO, T. “Walter Salles faz filme sobre a vida de Eunice, mãe de Marcelo Rubens Paiva”. *Folha de S. Paulo*. 23/8/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/08/walter-salles-faz-filme-sobre-a-vida-de-eunice-mae-de-marcelo-rubens-paiva.shtml>. Acesso em: 2 set. 2024.
- RICHTER, A. “Lessa diz em depoimento que Brazão infiltrou miliciano no PSOL”. *Agência Brasil – EBC*, 24/3/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/lessa-diz-em-depoimento-que-brazao-infiltrou-miliciano-no-psol>. Acesso em: 12 set. 2024.

- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2008.
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa 1: a intriga da narrativa histórica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa 2: a configuração do tempo na narrativa de ficção*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa 3: o tempo narrado*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- ROCHA, J. E. M. *Senha e contra-senha: a 2ª Cia./6º RI na Campanha da Itália*. Rio de Janeiro: Marcelo Grafica, 1987.
- ROCHA, J. E. M. *A serviço do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora do Livro, 1996.
- ROCHA, J. E. M. *E o sonho continua*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora do Livro, 1998.
- ROCHA, J. E. M. *Nacionalismo tem sentido, sim!* Editora Razão Cultural, 2000.
- RODAS, S. “Abuso processual: TRF-3 anula decisão que negou indenização a viúva de preso pela ditadura”. *Consultor Jurídico*. 8/3/2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-mar-08/trf-3-anula-decisao-que-negou-indenizacao-a-viuva-de-presos-pela-ditadura/>. Acesso em: 23 mai. 2024
- ROVAI, M. G. de O. (org.) *Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogos com mulheres que nos transformam*. 1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2021.
- ROVAI, M. G. de O. *Osasco 1968: a greve no feminino e no masculino*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.
- ROXO, S. “Após Lula vetar manifestações do governo sobre 60 anos do golpe, ministro participa de ato contra a ditadura”. *O Globo*. 28/3/2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/03/28/apos-lula-vetar-manifestacoes-do-governo-sobre-60-anos-do-golpe-ministro-participa-de-ato-contra-a-ditadura.ghtml>. Acesso em: 2 set. 2024.
- SADER, E. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SAES, D. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1987 (Col. Princípios).
- SAFATLE, V. *Alfabeto das colisões: filosofia prática em modo crônico*. São Paulo: UBU, 2024.
- SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI, M. G. *Dicionário de segurança e defesa*. São Paulo: Unesp, 2018.

- SALLES, P. R. *Centro de Pastoral Vergueiro (CPV): história, documentação e comunicação popular*. São Paulo: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2020.
- SALLES, S. “Comissão de Anistia reconheceu povos indígenas como sujeitos coletivos, opina historiador”. *Jornal da USP*, 08/04/2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/etnico-racial/comissao-de-anistia-reconheceu-povos-indigenas-como-sujeitos-coletivos-opina-historiador/> Acesso em: 28 abr. 2024.
- SALLUM JÚNIOR, B.; SCHWARCZ, L. M.; VIDAL, D. G.; CATANI, A. (orgs.). *Identidades*. São Paulo: Brasil: Edusp, 2018.
- SANTIAGO, L.; SANTOS, A. P. dos. “Jacob Gorender”. [Entrevista]. *Temporaes*, v. 4, n. 1, p. 16-29, 1995.
- SANTOS JUNIOR, J.; MENEZES, M. A. de. “À margem da história? Mulheres metalúrgicas e a memória das greves do ABC (1978-1983)”. In: *Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros* (J. S. L. Lopes; B. Heredia, org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019. Disponível em: https://ppgas.museunacional.ufrj.br/uploads/7/0/8/7/70878475/movimentos-cruzados-openaccess_ed-revista.pdf. Acesso em: 19 ago. 2024.
- SANTOS, A. P. dos; RIBEIRO, S. L. S.; MEIHY, J. C. S. B. *Vozes da Marcha pela Terra*. São Paulo: Loyola, 1998.
- SANTOS, A. P. dos. *À esquerda das Forças Armadas brasileiras: histórias de vida de militares nacionalistas de esquerda*. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH/USP, 1998.
- SANTOS, A. P. dos. “Corpo, construção de documentos e arquivos: discursos de memórias de cientistas na cultura digital”. In: *Anais do Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300898925_ARQUIVO_artigoANPUH2011AndreaPauladosSantosrevisado.pdf. Acesso em: 19 set. 2024
- SANTOS, A. P. dos. *Ponto de vida: cidadania de mulheres faveladas*. São Paulo: Loyola, 1996.
- SANTOS, A. P. dos. “Imagens e sons de histórias do tempo presente e do imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História”. *Revista de História Regional* 12(1): 101-129, Verão, 2007, p. 101-129.
- SANTOS, A. P. dos. “Corporeidades, oralidades e discursos de memórias frente às tecnologias de informação e comunicação”. *Oralidades – Revista de História Oral*, Jul-Dez/2011 – n. 10, p. 33-51.

- SANTOS, A. A. *Elza Furtado Gomide e a participação feminina no desenvolvimento da matemática brasileira no século XX*. Dissertação de Mestrado em História da Ciência. São Paulo: PUC/SP, 2010. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/13233/1/Arnaldo%20Aragao%20Santos.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.
- SANTOS, S. F. dos. *Batalha pela democracia: 1961-1964: outras visões, os sargentos e o governo João Goulart*. 2010. Tese (Doutorado em História). Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/51510762-816e-495d-872e-9d3ca7c1ebdc/content>. Acesso em: 30 set. 2024.
- SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- SCHETTINI, A. “O que resta da Comissão Nacional da Verdade?: A política do tempo nas comissões da verdade”. In: *Rev. Direito e Práxis*. 13 (3) Jul-Set 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/K3tDKmkmzVkJTWfc5vgVr-JZx/#>. Acesso em: 2/9/2024.
- SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Brasil: Ed. Unicamp, 2022.
- SELIGMANN-SILVA, M. (org.). *Palavra e imagem, memória e escritura*. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2006.
- SERRA, P. “Caso Marielle: PF aponta infiltrado no PSOL para levantamento de informações sobre atuação de vereadora”. *O Globo*, 24/3/2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/03/24/caso-marielle-pf-aponta-infiltrado-no-psol-para-levantamento-de-informacoes-sobre-atuacao-de-vereadora.ghml>. Acesso em: 12 set. 2024.
- SILVA, H. *1935: a revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- SILVA, H. *1944: o Brasil na guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- SILVA, H. *A vez e a voz dos vencidos: militares x militares*. Coleção Memória dos vencidos. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SILVA, M. A. da (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- SILVA, M. P. da. *A importância do Exército brasileiro ao longo da história política do Brasil: de sua criação até os dias atuais*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5347?mode=full> Acesso em: 12 set. 2024.
- SILVA, V. G. da; REIS, L. V.; SILVA, J. C. (org.). *Antropologia e seus espelhos: a etnografia vista pelos observados*. FFLCH/USP, 1994.

- SILVA, W. J. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1987.
- SILVÉRIO C. *et al.* (coord.). *Memória e justiça reparativa: a memória dos(as) anistiados(as) e anistiandos(as) como patrimônio histórico cultural*. Edital PAAC2021 – ProEC. UFABC: Santo André, 2021. Disponível em: https://sig.ufabc.edu.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf. Acesso em: 30 set. 2024.
- SILVÉRIO, C. B. *Experiências femininas de vida e de luta (ABC Paulista, 1964–1985)*. Dissertação [Mestrado] — Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, 2024.
- SILVÉRIO, C. B.; PERES, N. F.; RIBEIRO, L. M. “Vivências e experiências interdisciplinares do trabalho com a memória e a constituição do Arquivo Histórico-Cultural do ABC”. In: *Arquivo Histórico-Cultural do ABC: a trajetória de Dalila Teles Veras e a formação do acervo do Centro Cultural Alpharrabio (KAMENSKY, A. P. S. O.; SILVÉRIO, C. B.; MARUNO, G. R. orgs.)*. Santo André: Editora UFABC, 2024, pp. 195-216.
- SIRINELLI, J.-F. “A geração”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- SIRKIS, A. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. Rio de Janeiro: Global, 1980.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SKIDMORE, T. *De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930–1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOARES, S. A. In: CUNHA, P. R. R. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. 2a ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2020.
- SODRÉ, N. W. *A Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- SODRÉ, N. W. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995.
- SODRÉ, N. W. *A fúria de Calibã: memórias do Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- SODRÉ, N. W. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978.
- SODRÉ, N. W. *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- SODRÉ, N. W. *Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

- SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.
- SODRÉ, N. W. *Do Estado Novo à ditadura militar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- SODRÉ, N. W. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SODRÉ, N. W. *Nelson Werneck Sodré* (depoimento, 1987). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, SERCOM/Petrobrás, 1988. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista206.pdf> Acesso em: 12 set. 2024.
- SOUZA, D.; CHAVES, G.; ABRÃO, P. (orgs.). *Um novo tempo: 60 anos do golpe, 45 anos da anistia*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2024.
- SOUZA, E.; BRONZE, G. “Comissão da Verdade, criada para apurar crimes da ditadura militar, faz 10 anos”. *CNN Brasil*. Disponível em: <https://www.cnn-brasil.com.br/nacional/comissao-da-verdade-criada-para-apurar-crimes-da-ditadura-militar-faz-10-anos/>. Acesso em: 2 set. 2024.
- SOUZA, J. *O Pobre de Direita*. A Vingança dos Bastardos. O que explica a adesão dos ressentidos à extrema direita? São Paulo: Civilização Brasileira, 2024.
- SOUZA, P. D. de. “Lula determina recriação da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos”. 4/7/2024. *Agência GOV*. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/luka-recria-comissao-especial-mortos-desaparecidos-politicos>. Acesso em: 2 set. 2024.
- SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Editora Expressão Popular, 2021.
- SPINDEL, A. *O que são ditaduras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- STARGARDTER, G. “Exército se irrita com postagens que chamam generais de ‘melancia’”. *UOL*, 18/11/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/11/18/exercito-se-irrita-com-postagens-que-chamam-generais-de-melancia.htm>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- STEPAN, A. *Os militares e a política*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1976.
- STEPAN, A. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Ubu, 2017.
- TAVARES, R. *Esquerda e direita: guia histórico para o século XXI*. Tinta da China, 2015.
- TAYLOR, D. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

- TAYLOR, D. *Presente! La política de la presencia*. (Colección Antropología) Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2020.
- TAYLOR, D. *Performance*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2023.
- TEIXEIRA, F. *Francisco Teixeira* (depoimento, 1983/1984). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1992. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista102.pdf> Acesso em: 12 set. 2024.
- TENAGLIA, M. *As Comissões da Verdade e os arquivos da ditadura militar brasileira*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2024.
- TENDLER, S. *Filmografia*. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 2024. Disponível em: <https://caliban.com.br/filmografia>. Acesso em: 2 set. 2024.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. vol. 3, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- THOMPSON, P. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TODOROV, T. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. vol. 1, Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- TOMAIM, C. dos S. “Afetos e ressentimentos na construção fílmica dos ex-combatentes e da FEB”. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, ANPUH, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548206372_068b1ef51a617a797ac6edbee67e8f77.pdf
- TOMAIM, C. dos S. *Entrincheirados no tempo: a FEB e os ex-combatentes no cinema documentário*. 2008. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2008.
- TOSI, G.; FERREIRA, L. de F. G.; ZENAIDE, M. de N. T. *40 Anos da Anistia no Brasil: lições de tempos de lutas e resistências*. Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2021.
- TOSTA, W. “Defesa de tortura por Geisel gera polêmica. Deputado quer advertência em livro”. *Folha de S. Paulo*, 28/11/1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/10/28/brasil/14.html>. Acesso em: 11 set. 2024.
- TOURTIER-BONAZZI, C. de. “Arquivos: propostas metodológicas”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- UOL. “Por que extrema direita compara Exército a ‘melancia?’”, *UOL*, 21/05/2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/05/21/por-que-extrema-direita-compara-exercito-a-melancia.htm>. Acesso em: 19 ago. 2024.

- UOL – ESTADÃO CONTEÚDO. “Criminoso’, ‘ditatorial’: políticos monitorados pela Abin paralela reagem à operação da PF. *UOL – Estadão Conteúdo*, 11/7/2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/07/11/criminoso-ditatorial-politicos-monitorados-pela-abin-paralela-reagem-a-operacao-da-pf.htm>. Acesso em 12 set. 2024
- VALENTE, R. “A revelação perturbadora de Ramagem que passou em branco no escândalo da Abin – Pela primeira vez, um gestor da Abin admitiu fichamento de pessoas que ocorria de forma semelhante só na ditadura.” *Agência Pública*, 31/1/2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/01/a-revelacao-perturbadora-de-ramagem-que-passou-em-branco-no-escandalo-da-abin/>. Acesso em: 12 set. 2024.
- VALENTE, R. “Novo fórum nacional vai cobrar do governo a criação de uma comissão indígena da verdade”. *Agência Pública*, 18/09/2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/09/ditadura-forum-pressiona-criacao-de-comissao-indigena-da-verdade/>. Acesso em: 29 set. 2024.
- VARGAS, M.; HOLANDA, M. “Plano vetado do governo Lula para 60 anos do golpe previa vídeo do Porta dos Fundos e memorial”. *Folha de S. Paulo*. 20/4/2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/04/plano-vetado-do-governo-lula-para-60-anos-do-golpe-previa-video-do-porta-dos-fundos-e-memorial.shtml>. Acesso em: 2 set. 2024.
- VELLOSO, M. *Mário Lago: boemia e política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- VENTURA, Z. *1968: o ano que não acabou* (edição especial) Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- VERAS, D. T. *Opções para morrer no espaço*. São Paulo: Patuá, 2024.
- VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: UBU, 2020.
- VERÍSSIMO, É. *Saga*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.
- VIANA, D. “Arqueologia histórica investiga da colonização à ditadura”. *Revista Pesquisa Fapesp*. São Paulo, Fapesp, Edição 334, dez. 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/arqueologia-historica-investiga-da-colonizacao-a-ditadura/> Acesso em: 8 mai. 2024.
- VIANNA, M. de A. G.; CARVALHO, R. L.; CASTRO, R. P. *Renée France de Carvalho: uma vida de lutas*. Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.
- VIANNA, M. de A. G. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

- VICTOR, F. *Poder camuflado: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro*. São Paulo: Cia das Letras, 2022.
- VIEIRA, E. A. *Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel (1951-1978)*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- VIEZZER, M. *Se alguém quiser saber... As mulheres da República Dominicana*. São Paulo: Global, 1982.
- VIEZZER, M. *Se me deixam falar... Domitila: depoimento de uma mineira boliviana*. 14. ed. São Paulo: Global, 1990.
- VILANOVA, M. *Las mayorías invisibles: explotación fabril, revolución y represión*. Barcelona: Icaria: Antrazyt, 1997.
- VILANOVA, M. “História do tempo presente e história oral”. Conferência apresentada no *IV Encontro Nacional de História Oral “Um Espaço Plural” (11 a 14 de novembro de 1997)*, Recife, UFPE, 1997.
- VOLDMAN, D. “Definições e usos”. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- WAACK, W. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- WEICHERT, M. A. “O Relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios”. *Projeto História*, São Paulo, n. 50, p. 86-137, ago. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/24040>. Acesso em: 23 set. 2024.
- WHITE, H. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.
- WHITE, H. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.
- XAVIER, I. “Cinema: Revelação e Engano”. In: *O olhar* (A. Novaes, org.). São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- ZELDIN, T. *Uma história íntima da humanidade*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- ZELIC, M. “Comissão Nacional Indígena da Verdade, uma emergência civilizatória”. *CIMI – Conselho Indigenista Missionário*. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/08/marcelo-zelic-comissao-indigena-verdade-emergencia-civilizatoria/>. Acesso em: 2 set. 2024.
- ZHUMTOR, P. *Performance, recepção e leitura*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

Fontes audiovisuais

- Advogados da democracia (Série)*. Direção: Silvio Tendler, Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J-lcMuuJ0j4&list=PLzC4rq-1oifx-CxncfYYMa5FkoH59AIQN>. Acesso em: 30 mai. 2024.

Arqueologia no DOI-Codi: rompendo o silêncio. Secretaria Executiva de Comunicação (SEC) da Unicamp, Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=It9SeMZXtQA&rc=1> Acesso em: 07 jun. 2014.

Chega de saudade. (Média Metragem) Direção: Silvio Tendler, Brasil, 1988.

Direitos Naturais, Direitos Cívicos e a Política da Memória, por Andreas Huyssen (Palestra). Encontro “Cidadania: Direitos Culturais nas Américas”, Bogotá (Universidad Nacional de Colombia), Biblioteca de Vídeo Digital do Instituto Hemisférico de Performance e Política, New York University (HEMI-NYU), 2009. Disponível em: <https://sites.dlib.nyu.edu/hidvl/zw3r242r> Acesso em: 12 set. 2024.

Jango. Direção: Sílvio Tendler, Brasil, 1984. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gy9sNbPzjV0> Acesso em: 30 mai. 2024.

Lamarca. Direção: Sérgio Rezende, Brasil, 1994, 2h 10 min, digital. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KqmY5yIBs3U>. Acesso em: 13 mai. 2022.

Militares da democracia (Série). Direção: Silvio Tendler, Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kivHHZ-StTk&list=PL0KF5droRVFgIpYnEnVsdFhWxxnGbuS38> Acesso em: 30 mai. 2024.

Militares da democracia: os militares que disseram não. Direção: Silvio Tendler, Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XjBJDI3h03E> Acesso em: 30 maio 2024.

O abecedário de Gilles Deleuze. Disponível em: <https://vimeo.com/439544173> Acesso em: 11 set. 2024.

Os anos JK: uma trajetória política. Direção: Silvio Tendler, Brasil, 1980. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qe6RGGrCE2fc> Acesso em: 30 mai. 2024.

Que bom te ver viva. Direção: Lucia Murat, Brasil, 1989, 1h 40min.

Senta a pua! Direção: Erik de Castro. Brasil: 1999, 1h 52min, digital. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5DTROkLVpM4>. Acesso em: 4 mai. 2022.

Terra e Liberdade. Direção: Ken Loach. Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália, 1995, 1h 49min.

Arquivos

Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP. Disponível em: <https://ael.ifch.unicamp.br/>.

Arquivo Histórico-Cultural do ABC – PROEC/UFABC Disponível em: <https://cursos.ufabc.edu.br/digitalplural/arquivo-historico-cultural-do-abc/>.

- Arquivo Histórico do Exército Brasileiro. Disponível em: <https://www.ahex.eb.mil.br/>.
- Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/palacio-itamaraty/arquivo-e-documentacao>.
- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://base.aperj.rj.gov.br/>.
- Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.arquivosestado.sp.gov.br/web/>.
- CEDEM – Unesp. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/>.
- Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” – Departamento de História – FFLCH/USP. Disponível em: <https://caph.ffch.usp.br/>.
- Centro de Documentação e Memória da Fundação Mauricio Grabois. Disponível em: <https://grabois.org.br/>.
- Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/>.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil CPDOC/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>.
- Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e Memória Política da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/>.
- Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.
- Memorial da Resistência do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/>.
- Memórias Reveladas – Arquivo Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>.
- Núcleo de Estudos em História Oral – NEHO/USP. Disponível em: <https://diversitas.ffch.usp.br/neho-nucleo-de-estudos-em-historia-oral>.

À Esquerda das Forças Armadas Brasileiras:

repositório de imagens e documentos históricos

Disponibilizamos um conteúdo extra especial
para proporcionar outras leituras da coleção de
livros e para incentivar novas pesquisas:



<https://www.jcsbm.info/esquerdamilitar>



Alpharrabio Edições

Rua Eduardo Monteiro, 151

09041-300 • Santo André/SP

Tel. 11 4438.4358 • www.alpharrabio.com.br

@alpharrabiolivriariaeditora



À ESQUERDA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS
histórias de vida de militares perseguidos e anistiados políticos

Este livro foi composto por Fabricando Ideias Design Editorial
para Alpharrabio Edições nos

- 90 anos da Constituição de 1934, que conquistou o direito ao voto feminino no Brasil
- 80 anos da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial para lutar contra o nazifascismo
- 65 anos da Revolução Cubana
- 60 anos do golpe de 1964
- 50 anos da Revolução dos Cravos
- 40 anos da greve dos(as) metalúrgicos(as) do ABC Paulista
- 40 anos do Movimento Sem Terra
- 40 anos do Movimento Diretas Já
- 45 anos da Lei de Anistia
- 35 anos da primeira eleição direta para a Presidência da República brasileira depois da ditadura
- 35 anos da queda do Muro de Berlim
- 30 anos do fim do Apartheid na África do Sul
- 24 anos da primeira eleição de um nordestino ex-operário do ABC paulista para a Presidência da República Brasileira
- 18 anos da criação da Universidade Federal do ABC
- 14 anos da eleição da primeira mulher para a Presidência da República brasileira
- 10 anos da parceria com o Centro Cultural, Editora e Livraria Alpharrabio em projeto de extensão e cultura e ação estratégica da PROEC/UFABC – Arquivo Histórico-Cultural do Grande ABC